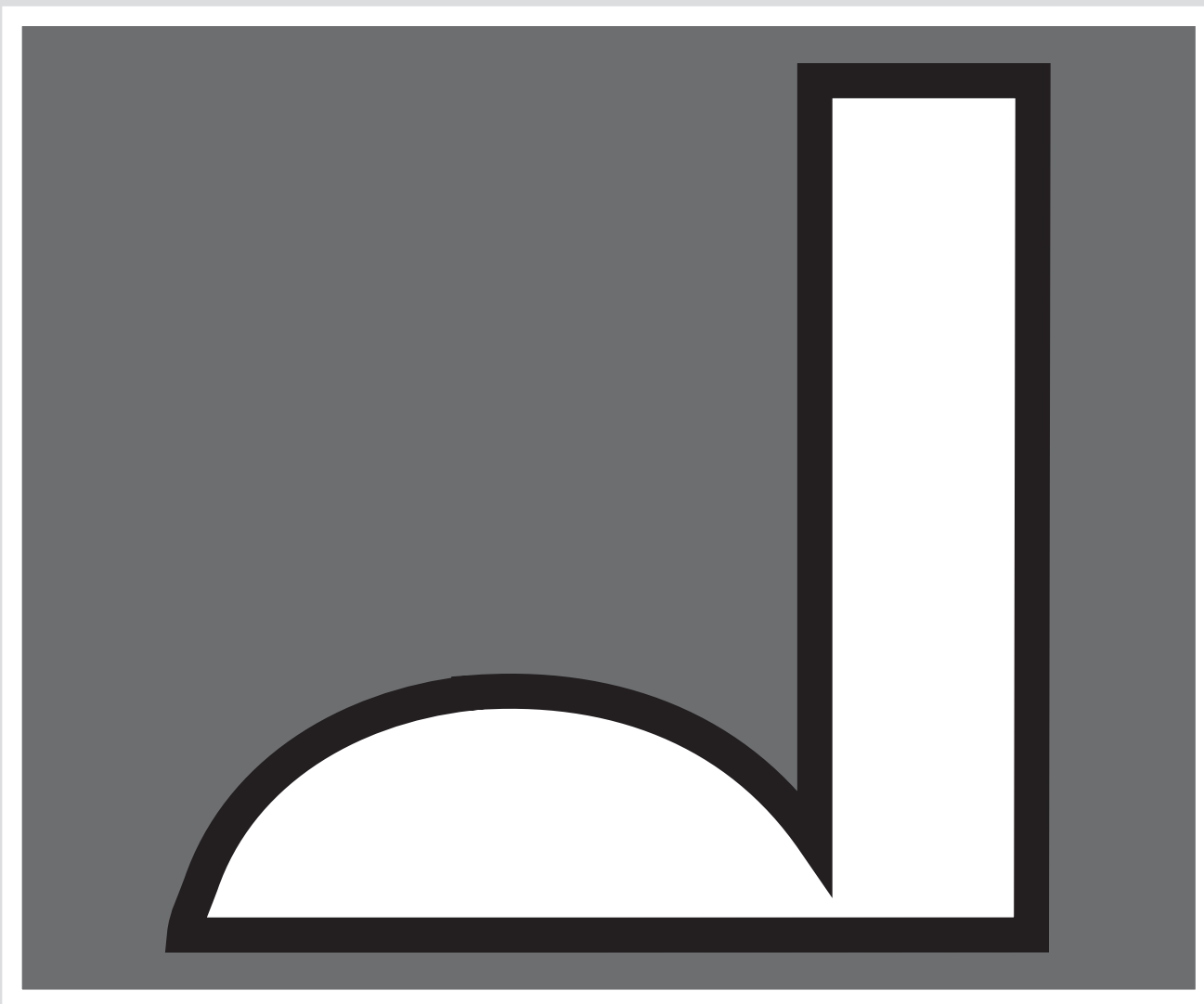




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**  
**ATAS DE COMISSÕES**

**VOLUME III/ IV**

---

**ANO LXII - SUP. AO Nº 80 - SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Alvaro Dias – PSDB-PR <sup>(1)</sup>  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges – PFL-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES

**Suplentes de Secretário**  
**1ª** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**2º** - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
**3º** - João Vicente Claudino – PTB-PI  
**4º** - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
<b>LÍDER</b>	<b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b>	<b>LÍDER</b> <b>Lúcia Vânia</b>
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
----- <b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Valdir Raupp</b>	----- <b>LÍDER DO PT – 11</b> <b>Ideli Salvatti</b>	----- <b>LÍDER DO PFL – 17</b> <b>José Agripino</b>
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	<b>LÍDER DO PTB – 5</b> <b>Epitácio Cafeteira</b>	<b>LÍDER DO PSDB – 12</b> <b>Arthur Virgílio</b>
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias <sup>(1)</sup> Marisa Serrano Cícero Lucena
	<b>LÍDER DO PR – 3</b> <b>João Ribeiro</b>	
	VICE-LÍDER DO PR Exedito Júnior	
	<b>LÍDER DO PSB – 3</b> <b>Renato Casagrande</b>	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	<b>LÍDER DO PC do B – 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	
	<b>LÍDER DO PRB – 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	
	<b>LÍDER DO PP – 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Jefferson Péres</b> VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b>	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

<sup>(1)</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

### EXPEDIENTE

<b>Agacieli da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

VOLUME I	
<b>1 – ATAS DA S DE COMISSÕES</b>	
<b>1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE</b>	
Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em seis de fevereiro de dois mil e sete, às dezesseis horas, no plenário do Senado Federal. ....	10
Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ....	11
Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ....	30
Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em seis de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	60
Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em treze de março de dois mil e sete, às dez horas, no plenário do Senado Federal. ....	93
Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	132
Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ....	156
Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	186
Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Conjunta, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	212
Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ....	246
Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ....	277
<b>1.2 – Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios</b>	
Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ....	303
Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Le	

gislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril, de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ....

305

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

310

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatorze de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

339

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

372

#### **1.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais**

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ....

405

#### **1.2.2 – Subcomissão Temporária da Reforma Tributária**

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às doze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

406

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e três de abril, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ....

412

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

433

Ata da Quarta reunião da Subcomissão Temporária da reforma tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

458

#### **1.3 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS**

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta-feira às doze horas e cinco minutos. ....

484

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas e oito minutos. ....

503

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com A Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.....

536

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia onze de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas. ....

564

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos. ....

581

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

606

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às quatorze horas. ....

612

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira



Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dois de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

622

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia três de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às quatorze horas.....

630

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

659

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, conjunta com a Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de direitos humanos e legislação participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quinze de maio de dois mil e sete, terça-feira, às quatorze horas.....

682

Ata da Vigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

701

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

712

#### 1.4 – Retificação

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e um de março de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.....

736

#### 1.5 – Ata da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezenove de abril de dois mil e sete, quinta-feira, às nove horas.....

737

#### 1.5.1 – Ata da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

741

#### 1.6 – Comissão de Educação

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete.....

764

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete.....

783

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete.....

817

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete.....

846

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete.....

866

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete.....

876

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete.....

905

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezesseis de maio de dois mil e sete.....

921

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira

Legislatura, realizada em vinte e dois de maio de dois mil e sete..... 949

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de maio de dois mil e sete..... 959

## VOLUME II

### 1.7 – Ata da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de março de dois mil e sete. .... 1004

Ata da Segunda Reunião, Ordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em onze de abril de dois mil e sete..... 1006

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete..... 1014

### 1.8 – Comissão do Meio Ambiente

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1034

Ata da Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia treze de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1043

Ata da Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1070

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de março de dois mil e sete às nove horas. .... 1075

Ata da Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira

Legislatura, do dia quatorze de março de dois mil e sete às nove horas..... 1087

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e um de março de dois mil e sete às nove horas..... 1099

Ata da Oitava Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de março de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos. .... 1120

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. .... 1136

Ata da Décima Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Décima Terceira Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Décima Primeira Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinárias, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, no dia dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. .... 1187

Ata da Décima Primeira Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a, da Nona Reunião da comissão de agricultura e reforma agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezoito de abril de dois mil e sete. .... 1216

Ata da Décima Segunda Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.. 1257

Ata da Décima Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia quinze de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1261

Ata da Décima Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1280

Ata da Décima Sexta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1292

#### **1.8.1 – Subcomissão de Aquecimento Global**

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de fevereiro de dois mil e sete, às doze horas e cinquenta minutos..... 1294

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às onze horas..... 1296

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de março de dois mil e sete, às quatorze horas..... 1297

Ata da Quarta Reunião, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, Conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e a Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, realizada em vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta feira, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho..... 1299

#### **1.8.2 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos**

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril de dois mil e sete, às onze horas e trinta minutos..... 1328

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete, após onze horas e trinta minutos.. 1330

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala senador Alexandre Costa. .... 1332

#### **1.9 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Ata da Oitava Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. .... 1349

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e sete, às onze horas. .... 1380

Ata da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em Conjunto, com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. .... 1392

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos. .... 1443

Ata da Décima Segunda Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. .... 1472

Ata da Décima Terceira Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores E Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, Realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. .... 1487

Ata da Décima Quarta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. .... 1492

Ata da Décima Quinta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. ....

1508

#### **1.10 – Ata da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas**

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia oito de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. ....

1519

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia quatorze de março do ano de dois mil e sete, às dez horas. ....

1520

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, Conjunta com a Quarta Reunião da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global e a Quarta Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março do ano de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos.....

1547

#### **1.11 – Ata da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e cinco de abril de dois mil e sete, às onze horas e vinte e um minutos.....

1157

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete. ....

1589

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete. ....

1605

#### **1.12 – Ata da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis**

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em nove de maio de dois mil e sete. ....

1631

#### **1.13 – Ata da Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas**

Ata da Sexta Reunião – realizada em 17-4-2007.....

1656

Ata da Sétima Reunião – realizada em 26-04-2007 .....

1682

Ata da Oitava Reunião – realizada em 7-5-2007 .....

1983

Ata da Nona Reunião – realizada em 8-5-2007 .....

1741

Ata da Décima Reunião – realizada em 16-5-2007 .....

1744

#### **VOLUME III**

#### **1.14 – Ata da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – REQ. 7/2005-CN**

Ata da 1ª Reunião – Realizada em 20-7-2005.....

1762

Ata da 2ª Reunião – Realizada em 1-8-2005 .....

1789

Ata da 3ª Reunião – Realizada em 3-8-2005 .....

1818

Ata da 4ª Reunião – Realizada em 4-8-2005 .....

1824

Ata da 5ª Reunião – Realizada em 9-8-2005 .....

1962

Ata da 6ª Reunião – Realizada em 10-8-2005 .....

2122

Ata da 7ª Reunião – Realizada em 11-8-2005 .....

2123

Ata da 8ª Reunião – Realizada em 16-8-2005 .....

2173

Ata da 9ª Reunião – Realizada em 17-8-2005 .....

2291

Ata da 10ª Reunião – Realizada em 18-8-2005 .....

2318

Ata da 11ª Reunião – Realizada em 22-8-2005 .....

2422

Ata da 12ª Reunião – Realizada em 23-8-2005 .....

2438

Ata da 13ª Reunião – Realizada em 24-8-2005 .....

2523

Ata da 14ª Reunião – Realizada em 25-8-2005 .....

2524

Ata da 15ª Reunião – Realizada em 30-8-2005 .....

2564

Ata da 16ª Reunião – Realizada em 31-8-2005 .....

2636

Ata da 17ª Reunião – Realizada em 1-9-2005 .....

2721

Ata da 18ª Reunião – Realizada em 13-9-2005 .....

2748

Ata da 19ª Reunião – Realizada em 14-9-2005 .....

2810

Ata da 20ª Reunião – Realizada em 20-9-2005 .....

2844

VOLUME IV			
		Ata da 28ª Reunião – Realizada em 26-10-	
2005 .....		2005 .....	3261
Ata da 21ª Reunião – Realizada em 21-9-	2904	Ata da 29ª Reunião – Realizada em 27-10-	
2005 .....		2005 .....	3270
Ata da 22ª Reunião – Realizada em 27-9-	3025	Ata da 30ª Reunião – Realizada em 31-10-	
2005 .....		2005 .....	3444
Ata da 23ª Reunião – Realizada em 4-10-	3037	Ata da 31ª Reunião – Realizada em 1-11-	
2005 .....		2005 .....	3491
Ata da 24ª Reunião – Realizada em 5-10-	3091	Ata da 32ª Reunião – Realizada em 8-11-	
2005 .....		2005 .....	3492
Ata da 25ª Reunião – Realizada em 18-10-	3150	Ata da 33ª Reunião – Realizada em 9-11-	
2005 .....		2005 .....	3540
Ata da 26ª Reunião – Realizada em 19-10-	3216	Ata da 34ª Reunião – Realizada em 16-11-	
2005 .....		2005 .....	3602
Ata da 27ª Reunião – Realizada em 25-10-	3226		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS.”

ATA DA 1ª REUNIÃO – REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2005

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às onze horas e dez minutos, na sala 19, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Romeu Tuma e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Efraim Moraes, Siba Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, João Batista Motta, Amir Lando, Wellington Salgado de Oliveira, Ney Suassuna, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes, Paulo Octávio, Álvaro Dias, Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Juvêncio da Fonseca e dos Deputados Odair Cunha, Paulo Pimenta, Professor Luizinho, Mauro Lopes, Aníbal Gomes, José Rocha, Moroni Torgan, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Raul Jungmann, Renato Casagrande, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Luiz Sérgio, Devanir Ribeiro, José Divino, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente eventual declara abertos os trabalhos da 1ª reunião ordinária perguntado aos líderes presentes se há acordo quanto aos nomes para os cargos de Presidente e Relator da CPMI. Vários parlamentares apresentaram sugestões mas não foi possível se chegar a um consenso sobre as indicações para tais cargos. É

suspensa a reunião por três horas com o intuito de se buscar um acordo. Após esse intervalo o Presidente eventual declara reaberta a reunião e comunica que permanece o propósito de se chegar a indicações consensuais. A Presidência concede a palavra aos seguintes parlamentares: Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, Raul Jungmann, Renato Casagrande, Aloizio Mercadante, Arlindo Chinaglia, Prof. Luizinho, Wilson Santiago, Luiz Sérgio, Dimas Ramalho, Efraim Moraes, Miguel de Souza, Paulo Pimenta, Agnaldo Muniz, Arnaldo Faria de Sá, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Ana Julia Carepa, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, José Jorge, José Rocha, Luiz Antonio Fleury, Moroni Torgan, Ney Suassuna, Romeu Tuma, Sibá Machado e Zulaiê Cobra. Após várias sugestões e discussões são apresentadas as seguintes candidaturas: para o cargo de Presidente é indicado o Senador Amir Lando, por um grupo de parlamentares, e o Deputado Raul Jungmann, por outro grupo de parlamentares. Para o cargo de Vice-Presidente é indicado o Deputado Paulo Pimenta, pelo primeiro grupo acima, e o Senador Romeu Tuma, pelo segundo grupo. O Presidente eventual concede a palavra aos candidatos para suas considerações. A mesa convida os membros para proceder à votação. Encerrada a votação a Mesa escolhe como escrutinadores o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Ney Suassuna. Após a apuração o Presidente eventual anuncia o resultado: o Senador Amir Lando e o Deputado Paulo Pimenta receberam 22 (vinte e dois) votos favoráveis. O Deputado Raul Jungmann e o Senador Romeu Tuma recebem 14 (quatorze) votos favoráveis. O Presidente eventual convida o Senador Amir Lando para assumir a Presidência da Comissão. O Presidente eleito, Senador Amir Lando, agradece o apoio recebido e designa o Deputado Ibrahim Abi-Ackel para a relatoria da Comissão. O Senador Eduardo Suplicy solicita à Mesa que sejam enviados a todos os membros da Comissão cópias das normas e procedimentos que nortearão a condução dos trabalhos da CPMI. O Relator propõe que se compartilhem os dados da CPMI dos Correios e do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e que seja feito um extrato da documentação. O Presidente submete ao plenário a proposta do Relator, a qual é aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezessete horas e quarenta minutos, convocando a próxima reunião para o dia 1-8-05. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação

juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 7, de 2005, do Congresso Nacional, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da proposta de Emenda à Constituição 01, 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão.

Antes de iniciar a votação, eu solicitaria aos Srs. Líderes que se manifestassem se houve acordo ou não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo aos Líderes da base do Governo, fundamentalmente ao Líder Aloizio Mercadante, que está aqui presente, para que possamos, nesta CPMI, fazer um acordo semelhante ao que fizemos aqui no Senado na CPMI dos Correios, onde a base do Governo teria uma das funções da Mesa, a Presidência ou a Relatoria, e a Oposição teria a outra função.

Essa é uma situação em que a CPMI inicia com todos os parlamentares que são associados a um dos dois lados, ou a Base do Governo ou Oposição, com um grau de confiança muito maior na Mesa do que se iniciará ou se a Oposição tiver as duas funções ou o se Governo tiver as duas funções. Vimos agora que isso não foi possível na CPMI dos Correios e, apesar do esforço que o Presidente Delcídio e o Relator têm feito, sempre gera alguma dificuldade em relação à questão da Presidência e Relatoria serem do mesmo lado.

Nós, de comum acordo com o PSDB e com os demais partidos de Oposição, trouxemos o nome do Deputado Raul Julgmann, que é do PPS e um dos que mais trabalhou para instalação desta CPMI e que colocamos como opção para ser Relator ou Presidente desta CPMI. Inclusive colocamos que a base do Governo pode escolher a função desejada: se deseja indicar o Presidente ou o Relator, e nós ficaríamos com a outra função. Acho que, desta forma, encaminharemos me-

lhor a CPMI, não haverá desconfianças, todos terão acesso às informações e certamente nós poderemos atender melhor à sociedade e chegar a um melhor resultado. Tenho feito esse apelo desde ontem, em nome de todas as lideranças da Oposição, mas, de qualquer maneira, temos que ouvir o Governo para verificar se ele prefere ir para votação e, de certa maneira, como tem maioria, são favoritos para ganhar e fazer mais uma CPI onde a Mesa é do Governo, coisa que não adiantaria, porque não é a direção da CPI que vai impedir que as informações apareçam. Ontem mesmo nós vimos quando se abriu a conta do Banco Rural que dezenas de deputados e assessores da base do Governo estavam envolvidos e isso vai aparecer aqui também, mas é para fazermos a coisa da maneira mais civilizada, mais democrática, sendo feita pela participação de todos.

Então, Sr. Presidente, esse é o apelo que faço à base do Governo, particularmente ao Senador Aloizio Mercadante. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em seguida à análise do Líder em exercício do PFL, Senador José Jorge, dou a palavra, em primeiro lugar, ao Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, primeiramente acho que deveríamos definir os critérios para procedimento. Coloco, por exemplo, a questão do rodízio da Presidência das Comissões Mistas entre Senado e Câmara. Temos duas comissões mistas funcionando com a Presidência do Senado, a dos Bingos e a dos Correios. E essa terceira comissão mista ...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Bingo não é comissão mista. É só Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Bingo é só do Senado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A Comissão dos Correios, que é mista, com a Presidência do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem a da Terra também, que é mista.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A da Terra, que é mista. Nós sugerimos que esta Comissão deva participar do rodízio, com a Presidência sendo da Câmara. Acertado esse critério, vamos partir para a questão da direção da Comissão. Concordo plenamente com a colocação do Senador José Jorge no sentido de que a Oposição possa dispor de um dos cargos e a base do Governo do outro cargo que a Comissão dispõe, que é a Presidência e ou a Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Deputados, vou chamar pela ordem de solicitação, mas deixo em aberto para

o Senador Aloizio Mercadante, se quiser fazer uso da palavra, contradizer ou colaborar com a indicação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, democraticamente, vamos ouvir os inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que V. Ex<sup>a</sup> teria o direito em razão de ter participado das reuniões.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Vamos aguardar e ouvir todos os inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu queria deixar claro que ontem houve uma reunião do colégio de líderes, e a Senadora Ana Júlia nos comunicou que a abertura seria feita hoje e já haveria possibilidade de um acordo.

Então, vou dar continuidade, democraticamente, aos Srs. Deputados e Senadores que solicitaram a inscrição.

Deputado Moroni Torgan, eu pediria que fosse bem econômico no tempo, para que desse tempo para todos. Cinco minutos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores, quero, em primeiro lugar, colocar que esta vai ser uma das CPIs mais difíceis que vamos enfrentar e, sem dúvida, a opinião pública estará olhando de perto os nossos trabalhos, porque temos a responsabilidade de avaliar o próprio Congresso. Então, é uma CPMI difícil, não é fácil, ninguém está aqui porque gosta disso, mas está aqui para cumprir o seu dever. É uma CPMI que, além de ser imparcial, tem que passar totalmente a imagem da imparcialidade. Ela começando com um lado só ocupando os principais postos, essa imagem – não digo que não venha a ser imparcial –, mas a imagem fica prejudica. Então, faço um apelo, e esta é uma CPMI que não entra aqui tanto governo e oposição, como outras entram, aqui é uma CPMI que nós vamos ter que investigar inclusive colegas, o que é uma coisa difícil e que ninguém gostaria de fazer, mas é nosso dever de ofício. Veja que a oposição está sendo totalmente elástica no que vai propor. Ela está propondo que um dos cargos da Mesa seja ocupado por um membro da Oposição.

O Deputado Raul Jungmann tem sido um dos mentores da instalação desta CPMI, conseqüentemente, é o nome indicado por nós, que nós corroboremos, pela sua conduta e imparcialidade, sabemos da sua responsabilidade para com a investigação e mais nada, o que é importante colocar. É um nome corroborado pelos partidos, sem dúvida nenhuma, e que vai dar a imagem da imparcialidade, seja como Presidente, seja como Relator, mas um dos cargos seria fundamental.

Faço um apelo à base do Governo para que façamos esse acordo e resolvamos esse assunto já. Creio que não há mistério para isso e é uma CPMI que precisa passar essa imagem de imparcialidade. Aqui não pode haver o mínimo pensamento de manipulação. Temos que, com uma boa técnica, fazer a boa investigação e responsabilizar aqueles que tivermos convicção, que é raro. Portanto, conseqüentemente, faço um apelo à base do Governo que façamos logo esse acordo, sem muitas delongas. Estamos sendo totalmente malháveis e, inclusive, estamos colocando que qualquer um dos cargos seria bom para nós, o que passaria essa imagem de imparcialidade para todo o nosso povo. Faço um apelo aqui às Lideranças para que resolvamos logo esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Estou chamando por ordem de inscrição, pediram pela ordem, mas prefiro considerar como inscritos pela ordem cronológica que aqui foi pedida a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, creio que é chegada a hora desta Casa ser chamada à razão e o chamamento à razão é que evitemos a disputa, que tenhamos um grande acordo, para que possamos fazer aquele trabalho, que é a nossa responsabilidade e obrigação. Entendo que a disputa não levará a nada, vai deixar frágil a Comissão, e quero, inclusive, lembrar de um detalhe: há muitos membros, titulares e suplentes, que são comuns nas duas CPMI's, na CPMI dos Correios, como V. Ex<sup>a</sup>, e também aqui na CPMI que vai apurar essas irregularidades relativas aquilo que se declinou chamar de mensalão. Portanto, queria ponderar que é necessário que se tenha muita calma, muita cautela, até porque exacerbar os ânimos, neste momento, vai impedir que possamos fazer aquilo que é a nossa obrigação maior: a apuração de eventuais irregularidades que possam envolver parlamentares.

A apuração tem que ser feita com bastante tranquilidade, portanto, Sr. Presidente, queria ponderar a respeito da eventualidade de adiarmos essa reunião e, ao invés de irmos para a disputa, tentássemos encontrar um acordo, que certamente seria a coisa mais importante neste momento.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está tão assustado, que, infelizmente, o Teotônio Vilela caiu da parede e quebrou o vidro. Penso que ele está nos vigiando espiritualmente e esta Presidência,



com toda a humildade, pede um acordo para que, realmente, o Teotônio possa descansar em paz.

**O SR. (Orador não identificado)** – Além de Deus, estamos bem vigiados.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante. Pediria licença por estar aguardando a decisão dele, pois é importante uma tomada de medidas.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Em primeiro lugar, queria prestar minha homenagem ao menestrel de Alagoas e grande homem público, que tem um papel fundamental pela redemocratização do País.

Em segundo lugar, queria dizer, Sr. Presidente, que quando instalávamos a CPMI dos Correios havia uma preocupação dos setores da Oposição que o fato de a maior Bancada do Senado, que é o PMDB, e a maior Bancada da Câmara, que é o PT, terem indicados relatoria e Presidência, poderia comprometer o andamento dos trabalhos. Alguns, aodadamente inclusive, diziam que seria uma CPMI chapa branca, que não iria apurar nem investigar. O tempo e o processo demonstraram o completo equilíbrio do Presidente Delcídio Amaral à frente dos trabalhos, a capacidade de coesão, de impulsionar a investigação, os procedimentos, e a CPMI não só tem avançado como o tem feito numa velocidade bastante rápida. As investigações, os fatos, estão aparecendo, os responsáveis por atos ilícitos estão sendo identificados e tudo mais será apurado por parte dessa Comissão.

Se pegarmos a história do Parlamento, o regimento recomenda que o maior partido, no Senado, indique a Presidência ou a relatoria, e o maior partido da Câmara indique relatoria ou Presidência, sempre que for Comissão Mista. Quero trazer uma informação, sobretudo aos Deputados desta Casa, que, no caso do Senado, em Presidência de Comissão, nunca consideramos Bloco. Por isso que, na Presidência do Senado, estava o Presidente José Sarney e, hoje, é o Presidente Renan Calheiros. A primeira escolha sempre foi do PMDB, que escolheu a CAE, por ser a maior Bancada, pelo voto popular. Foi esse o critério que estabelecemos no Senado. Por isso que insistimos que a indicação cabe ao Senado e à Câmara, a não ser que haja acordo. Não sei se será possível construir um acordo, mas, a partir da intervenção do Deputado Arnaldo Faria de Sá e de outros Senadores e Deputados que ponderaram, gostaria de fazer um encaminhamento da seguinte forma: primeiro, que instalemos hoje esta CPMI. Não dá para postergarmos, a pretexto de Presidência e relatoria, a indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ela já é considerada instalada, Senador.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Ela está instalada, mas que elejamos hoje a Mesa e a relatoria, para começarmos os trabalhos.

A minha sugestão de encaminhamento, para permitir uma última conversa a fim de vermos se é possível construir algum entendimento, que é sempre o mais desejável, o mais recomendável, é que façamos uma suspensão temporária e, às 15 h, instale e eleja a Mesa Diretora. Até às 15h, buscaríamos conversar um pouco, para vermos se é possível construir uma chapa de acordo. Não tenho tanta certeza de que isso será possível, mas é sempre bom buscarmos o entendimento. Nesse sentido, proponho que consideremos instalada a CPMI, mas suspendamos a eleição da Mesa e transfira para as 15h, para permitir ainda uma conversação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Mercadante, pediria licença a V. S. para por em votação sua proposta depois que todos usarem da palavra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, houve uma inversão da pauta. Estou inscrita, o PSDB não falou, ele pediu pela ordem e está querendo votar, para adiar. Quero me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não houve inversão. Eu só lhe pediria desculpas, vou respeitar a inscrição, apenas disse que iria respeitar a ordem cronológica e deixaria em aberto ao Senador Mercadante, que é o porta-voz da situação no Governo, da possibilidade de acordo, que é o que todos desejam.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas antecipei a minha intervenção a partir da intervenção do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que pediu um tempo para buscar o entendimento. Foi apenas a partir dessa intervenção. Se quiser votar agora, podemos fazê-lo, não há nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas foi colocado pela Presidência. Concedo a palavra ao Senador José Jorge e, em seguida, à Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quero apenas concordar com o Senador Mercadante, como Líder da minoria, para adiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não. A Senadora Zulaiê Cobra está com a palavra, por cinco minutos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O PSDB quer se manifestar, Sr. Presidente. Para nós é uma honra muito grande, Senador Romeu Tuma, o senhor estar presidindo esse início da CPMI do Mensalão, porque para nós, de São Paulo, é muito importante que tenhamos um Senador representando o nosso Estado. Mas

o PSDB concorda com o PFL e os demais membros de Oposição ao Governo que ficou muito feio para o Governo quando colocou os dois membros da CPMI dos Correios como sendo os dois representando o Governo. É claro que os dois estão fazendo um papel muitíssimo bom, porque o Deputado Osmar Serraglio está acima do próprio partido, está acima de ser um homem, hoje, de Governo. Ele é um grande Deputado. O mesmo posso dizer do Presidente, Senador Delcídio Amaral. É um grande Senador, é um grande homem. Mas que a repercussão ficou ruim, isso ficou. Que todo mundo ficou descrente, isso ficou. O Brasil todo dizia que não iria dar em nada, mas, graças ao trabalho dos dois, está indo bem. Mas, com relação a CPMI do Mensalão, como muito bem falou o Deputado Moroni Torgan, temos o Brasil todo de olho, porque é a palavra que todos falam. CPMI dos Correios ninguém sabe o que é. O povão, que está assistindo a todos nós do Congresso Nacional, está preocupado com esse tal de mensalão, que é motivo de piadas em todos os programas de televisão.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Deputados, temos que ter uma isenção, que começa com o Governo cedendo, até porque as provas estão adiantadas, já estamos pegando provas da CPMI dos Correios, o Senador Mercadante sabe disso, vamos aproveitar muito daquilo que já foi colhido. Assim, estamos aqui fazendo um apelo à base do Governo para que tenhamos, nesta CPMI, pelo menos um representante que não seja do Governo. Seja Presidente, seja relator, mas o importante é mostrar para a Nação que não temos medo, o Governo não tem medo mais, até porque a coisa está ficando tão feia, as provas estão surgindo tanto, que o Governo não pode mais ficar com medo, pois quem vai provar não são os membros da direção da CPMI, quem vai provar são as provas. Portanto, queria fazer esse apelo para que a base do Governo, principalmente o Senador Mercadante, levasse em consideração que aquele exemplo da CPMI dos Correios deu certo pelas pessoas que estão lá, não pelo exemplo de escolha só do Governo, e que aqui pudéssemos começar diferente, fazendo com que tenhamos a Oposição e a Situação juntos, sem nenhum problema, sem nenhum drama, porque o objetivo é comum. Apenas isso. Atender uma reivindicação nossa de sabermos que todos estamos na berlinda. É o Congresso Nacional, é Senado e Câmara, aqui ninguém é melhor que o outro, nem os Senadores, nem os Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Senadora Ana Júlia fez uma comunicação verbal pedindo a correção da lista de presença, que fala CPMI do Mensalão. Ela pede que seja citado o que está no requerimento, com o qual concordo e já decidi que será corrigido, de acordo com o pedido da aprovação da implantação...

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Foi por isso que pedi a palavra pela ordem, porque penso que até pela isenção é que temos que começar, em relação ao nome. A CPMI é para apurar qualquer tipo de vantagem pecuniária que qualquer membro do Congresso Nacional tenha recebido. Portanto, pode ser mensalão, pode ser compra de voto, pode ser qualquer coisa. Não é só mensalão, pode ter vários nomes. Creio que a isenção tem que começar por aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É que aqui repercute a linguagem do povo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas o nome já está criado.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Passo a palavra ao Deputado Chinaglia. Se o Deputado Chinaglia concordar, faremos a troca. Vou permitir que todos usem da palavra, mas se pudermos votar agora a proposta dos Senadores Mercadante e José Jorge para prorrogar, não suspenderíamos, continuaríamos a discussão, mas os Líderes sairiam para poder trocar idéias.

Estou pedindo por favor, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores. Há uma proposta...

**O SR. EDUARDO SUPLCY** (PT – SP) – Pode colocar em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pediria, por favor, um minuto de silêncio. Pode falar mais baixo ao telefone, Deputado, desculpe-me.

O Senador Mercadante, com concordância do Senador José Jorge – Ney Suassuna, aqui ao meu lado, como Líder do PMDB; não sei se a Deputada Zulaide Cobra responde pela Liderança do PSDB – propõem esse adiamento para as 15h. Não suspenderíamos a discussão que está sendo feita, porque, democraticamente, creio que devemos respeitar a todos. Mas os Líderes poderiam sair para começar a tratar da possibilidade de acordo ou não. Não faríamos a votação agora, só após as 15h. Pergunto se todos concordam.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, creio que a idéia de continuar a discussão é boa e, assim que terminarmos a discussão, faríamos a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sabe por quê? Porque se a discussão continuar, precisaremos suspender, para dar continuidade.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Sr.

Presidente, seria melhor suspender.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há concordância ou não?

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Se a

suspensão é para buscar o acordo, temos que ganhar tempo para o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Se todo mundo concordar e não falar mais. Não quero interromper...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Coloque

em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em votação.

As senhoras e os senhores Senadores que concordam com a proposta das Lideranças de suspensão temporária, até as 15h, para se tentar um acordo, que me parece desejo da grande maioria, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Está suspensão, mantida a relação daqueles que se inscreveram aqui.

**(Suspende-se a reunião às 11 horas e 40 minutos.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores, eu poderia abrir a reunião para aqueles que estão inscritos falarem. Teria algum inconveniente? Até que eles chegassem, depois decidiríamos sobre as eleições.

Declaro reaberta a primeira reunião para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 07, do Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao Deputado Chinaglia.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Sr. Pre-

sidente, aqui estou vendo vários Deputados e alguns Senadores, mas há um esvaziamento nítido. Portanto, qualquer observação que eu tivesse a fazer, neste momento, creio que seria um tanto improdutivo. Dessa forma, ou abro mão da palavra ou aguardo para um outro momento. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> será reinscrito no final, fica para depois.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Obri-

gado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Deputado Professor Luizinho, que está bravo comigo.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP) – Nun-

ca ficarei bravo com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma. Es-

tou na mesma situação aqui do meu Líder, Deputado Arlindo Chinaglia, mas, de qualquer forma, apenas para registrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Quando chegarem os líderes, vamos entrar direto na votação.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP) – Va-

mos iniciar a votação. Perfeito. Então, deixe-me falar rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não vamos ter discussão. Depois de a mesa assumir, aí V. Ex<sup>as</sup> poderão, sem dúvida, usar da palavra à vontade. Democraticamente, eu não queria invalidar essa relação que foi pedida no início dos trabalhos. Então, V. Ex<sup>a</sup> com a palavra. Sabe o que é, Deputado? Se todos virem que está funcionando, correm para cá.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP) – Con-

cordo com V. Ex<sup>a</sup>. Se eu fosse V. Ex<sup>a</sup>, já até abria o processo de eleição porque daí temos tempo até todos chegarem. Vamos fazendo a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É que não tem indicação de candidatos.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP) – Tem,

tem. Nós temos indicações. Como ouvi algumas Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Deputados argumentando sobre o poder de isenção ou não para tocarmos o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, antes de fazermos essas afirmações, era importante termos claro que o requerimento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é para apurar a compra de voto, inclusive especifica claramente os períodos, inclusive aquele concernente ao mandato do Presidente anterior com relação à reeleição. Ora, se é esse o requerimento, era importante que todos lessem, porque foi esse que votamos no plenário do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> gostaria que eu repetisse?

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP) – Não,

não. V. Ex<sup>a</sup> já o fez claramente, mas estou falando dos argumentos sobre a questão da isenção ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está sobre a mesa também.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP) – Por

exemplo, quem era a base do Governo anterior fica sem isenção para poder investigar. Muito menos terá condições de isenção quem exercia cargo de ministro no governo anterior ou todos estaremos sem isenção. Ah, não tem problema de isenção com relação aos demais?! Então também não há o argumento para agora, para o momento vivido neste instante. Era apenas isso. O que quero equilibrar é isso. Não há como ter o argumento de que os partidos, porque aqui não se trata de uma questão de governo. Aqui é uma questão

interna do Parlamento. É um deputado demandando e acusando outros deputados de estarem votando não pelas suas opiniões, pelas decisões de fechamento de questão de seus partidos, pela condução de composição de maioria, mas por outro fator externo, que é receber proventos. É disso que está se tratando aqui. Então, o Governo não tem nada a ver com isso. Primeiro, vamos isentar aqui e parar com “o Governo, o Governo, o Governo”. Não está em jogo essa questão. O que tem é isso, e é isso que vamos apurar, estendido também à compra de votos na questão da reeleição. Por isso, acho que o melhor momento para equilíbrio e tranquilidade é seguirmos as regras. E as regras têm sido: se a Câmara tem a Presidência, a Relatoria cabe ao Senado; se o Senado tem a Presidência, a Relatoria cabe à Câmara. E quem indica? Os maiores partidos. É isso que acho que está dado, e os outros argumentos são mera luta política. Faz parte, é da natureza do processo político, aceitamos, porque isso compõe a disputa e a luta política. Mas, taxar chapa branca aqui ou acolá, neste caso em particular aqui, não tem como e não cola.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – SP)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)** – Um minuto.

Deputado Professor Luizinho, é claro que aqui se elegem o Presidente e o Vice. O Relator é indicado pelo Presidente. Então, por isso, o que se está buscando democraticamente é a tentativa de um acordo para que haja o equilíbrio. Então, acho que não há nenhuma inviabilidade de se chegar a um acordo por suspeição de um ou de outro membro da CPMI.

Vou conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna e, em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Nobre Presidente, no Senado, já temos aqui o Líder da Maioria, que sou eu, e o Líder da Minoria, que é o nobre Senador pernambucano; da Câmara, já tem o Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia. Acho que já podemos aqui dizer que não foi possível haver acordo. Tentou-se, ofereceu-se o nome do Senador Edison Lobão, não houve acordo em torno disso. Por isso, o PMDB, como maior partido, indica para candidato o Senador Amir Lando. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)** – Pela ordem, o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que o fato de

alguém ter sido ministro do governo A, B ou C não lhe retira a isenção. São funções completamente diferentes. Por exemplo, o próprio Senador Amir Lando acabou de sair do Ministério, aliás, injustamente, porque vinha fazendo um grande trabalho, e isso não quer dizer que ele não seja isento. Essa questão do mensalão bate, sim, no governo, pelo seguinte: porque o mensalão tem receita e tem despesa. O lado da receita evidentemente é o governo. O Sr. Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério ou seja quem mais que distribuiu o mensalão, esse dinheiro veio de algum lugar. Então, evidentemente, cabe a esta Comissão olhar os dois lados: olhar o lado da despesa, que é o pagamento aos deputados do PL, do PT, de qualquer partido que tenha recebido, e também ver o lado da receita, de onde veio esse dinheiro, porque seria uma mágica que se fosse pago esse mensalão se não houvesse essa questão. Então, gostaria de dizer que nós, da oposição, lamentamos que não tenha havido acordo mais uma vez. Vamos manter a candidatura do Deputado Raul Jungmann e vamos para o voto. Teremos mais uma CPMI chapa branca, que acho que temos que ter uma visão redobrada, um cuidado redobrado para que possamos investigar tudo aquilo de errado que há, mas a verdade sempre há de aparecer por mais chapa branca que ela seja.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP)** – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para indicar o nome do Vice.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)** – Deputado Arlindo Chinaglia, como Líder do Governo, se V. Ex<sup>a</sup> concorda que não houve acordo e se concorda com a indicação do Senador Amir Lando.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP)** – Sr. Presidente, na verdade, do momento da abertura desta reunião e após a suspensão conduzida por V. Ex<sup>a</sup>, foram feitos alguns contatos e, mais uma vez – e aí falo com todo respeito ao Senador Amir Lando –, chegou-se a cogitar o nome de um Senador da Oposição, que é o Senador Edison Lobão. Não conversei com o Senador Edison Lobão, mas a informação que recebemos é que ele não aceitaria e, a partir daí, foi um esforço, portanto, que não prosperou, até onde acompanhamos. Com a permissão do Senador José Jorge, vou ousar dizer aqui, Senador, me parece que V. Ex<sup>a</sup>... Eu estava com o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, e creio que ele deve ter conversado com V. Ex<sup>a</sup> a respeito dessa, eu diria, tentativa que não frutificou. Portanto, estamos, de fato – falo aqui em nome dos líderes da base aliada na Câmara –, delegamos essa tarefa ao Senado, dada essa composição Presidência e Relatoria. Portanto, apoiamos a indicação do PMDB, que é do Senador Amir Lando. Quanto ao

Vice, a Bancada do PT apresentou o nome do Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vice, Deputado Paulo Pimenta. O Deputado Paulo Pimenta se encontra presente?

Como o Líder do PMDB quer usar da palavra, acho correto que ele tenha o uso da palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, vamos indicar, se V. Ex<sup>a</sup> aceitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado Wilson Santiago, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, como Líder do PMDB, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, o nosso candidato a Vice vai ser V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, queremos, logicamente, tentar nesta CPMI... É o pensamento do PMDB na Câmara, já que coincide também com o PMDB aqui do Senado no que se refere a determinado posicionamento na condução desta CPMI. Todos sabemos que a sociedade brasileira cobra um resultado mais ágil desta CPMI. Então, precisamos que todos os companheiros aqui, tanto os Senadores como os Deputados, tenhamos condições de, o mais rápido possível, buscar acordo no que se refere à condução desta CPMI. Ouvimos de alguns companheiros, anteriormente, quando foi apresentado o nome do Senador Amir Lando para a Presidência, pelo Líder do PMDB no Senado, depois de insistentes apelos ou de entendimentos no que se referia a um nome de consenso. Não foi por parte de alguns dos partidos... Foi por parte de alguns dos partidos discordado esse nome. Por isso, foi apresentado um segundo nome para, através do voto, se escolher o Presidente desta Comissão.

Precisamos, Sr. Presidente, relatar até o que foi dito há poucos instantes aqui nesta CPMI. Foi dito já por alguns dos companheiros que esta é mais uma CPMI chapa branca. Na verdade, não procede esse posicionamento já que todos sabemos que esse argumento foi dito na CPMI dos Correios e que os dados ou que o trabalho lá conduzido pelos integrantes está sendo hoje elogiado pelos próprios que hoje dizem que a CPMI do Mensalão é ou poderá ser uma CPMI chapa branca. Então, não vamos acatar essas justificativas ou esse raciocínio, que, de fato, tem sido provado que, na realidade, é o contrário. Então, vamos conduzir a CPMI dentro de um consenso, de um espírito que atenda aos anseios da população brasileira e faça com que todos nós, cada um exerça o seu papel de investigador e preste contas à sociedade brasileira, aquilo que ela cobra a todos os instantes de todos nós.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, pela Liderança do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com prazer. Apenas queria, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores, dizer que ontem, durante a reunião de criação da CPMI, usei da tribuna para sugerir que o Presidente deveria ser um Deputado em razão de toda essa crise que se criou, principalmente voltada para a Câmara. Não que há uma isenção de poder aparecer o nome de senadores, mas o próprio Senador Aloizio Mercadante foi educado comigo e disse que preferia, realmente, que o presidente fosse um senador e a relatoria fosse da Câmara. Essa colocação foi feita pela situação, não foi pela oposição. A oposição achava, em princípio, e o Senador José Agripino concordou comigo, que deveria ser um deputado em razão de toda a situação do que houve.

Com a palavra o Senador Moroni Torgan, pela Liderança do PFL na Câmara dos Deputados.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Deputado. V. Ex<sup>a</sup> está com vontade de me lançar Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – É que o meu espírito é ligado ao de S. Ex<sup>a</sup>.

Deputada, a senhora não quer falar pelo PSDB?

Teremos todos os partidos se manifestando e, democraticamente, abriremos as eleições.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, a liderança do PFL lamenta não ter havido acordo. Lutamos muito. A liderança lamenta não ter havido acordo. Lutamos muito para que o acordo acontecesse. Acho que daria um equilíbrio muito maior nesse sentido. Quero dizer, Sr. Presidente, que o nosso esforço continua. Ainda estamos abertos e não estamos exigindo nenhum tipo de cargo. O governo pode escolher o cargo que quer e nós pegamos o outro, sem problema nenhum. Apenas para isso ficar bem claro. Tenho o maior respeito pelo Senador Amir Lando e pelo Deputado Paulo Pimenta, mas digo que essa chapa à Presidência do Deputado Raul Jungman e de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, sem dúvida nenhuma, acredito que tanto situação quanto oposição poderiam votar com toda a tranquilidade. Inclusive quero dizer que o nosso Partido se orgulha da sua indicação como membro dessa chapa, e todo o País reconhece a capacidade de V. Ex<sup>a</sup> no que tange à investigação. E nós aqui corroboramos essa capacidade e registramos que a CPMI estaria muito bem servida com essa chapa na presidência e com o relator indicado pela situação, o que daria um equilíbrio excepcional para a CPMI.

Então, fazemos um apelo para que possamos ainda encontrar um acordo, que seria fundamental para o início desta CPMI.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Pelo PSDB, Sr. Presidente, creio que não há acordo nenhum. A situação não faz acordo. A situação insiste que a chapa tem de ser do governo. Eles estão apanhando lá e, mesmo assim, insistem. Eu fiz uma fala hoje, delicada, uma fala amável, tentando fazer um acordo, mas não tem acordo. Eles querem porque querem colocar somente aqueles do governo. Tem de ser do governo, só da base aliada, senão escapa deles a possibilidade de alguma coisa dar errado. O que já se provou na CPMI dos Correios que isso não deu certo, tanto o Deputado Osmar Serraglio, como o Senador Delcídio, estão se comportando muitíssimo bem, independentemente de serem governo. Agora, aqui, nós lutamos tanto para ser mista esta CPI. Eu lutei; eles não queriam. Agora, ela ficou mista. Agora vem o Senador Aloizio Mercadante e acha que tem de ser presidida por um senador. Eu não sei por que, Sr. Presidente. Por que deputado está sempre para baixo? As acusações são todas contra deputados. Nós temos acusações nos jornais contra deputados. Até hoje não surgiu nenhum senador. Pode ser até que surja. Por que um deputado não pode presidir?

Primeiro item, eu gostaria que um deputado presidisse. E nós não estamos escolhendo o cargo. Mas já que eles escolheram o Senador Amir Lando, já que escolheram um deputado de vice, nós colocamos a candidatura de um deputado, que é o Deputado Raul Jungmann, e o Senador Romeu Tuma como vice. E o Relator, é claro, conseqüentemente, será escolhido pelo Presidente. Aí, sim, terá um acordo. É claro que o Presidente sendo o Raul Jungmann, o Relator será do governo. Não há a menor dúvida. E não vamos brincar nesse aspecto.

Portanto, é uma questão moral para nós, primeiro ter um deputado na presidência, um senador na vice, e talvez até um senador na relatoria. Agora, eu não concordo é que tenhamos de novo – e vamos votar, vai ter voto –, o Senador Ney Suassuna já sabe disso, é um homem experiente e quer votar já. Podemos começar a votar, Sr. Presidente, porque acordo não vai ter.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só um minuto e já dou a palavra a V. Exª

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há três inscritos como Líderes que desejam falar. Em seguida, vamos encerrar para iniciar a votação.

Deputado Agnaldo Muniz, do PP, V. Exª confirma que deseja falar?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Confirmando.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado Luiz Sérgio, do PT.

Luiz Sérgio, desculpe, do PT, e Daniel Almeida do Pcdob.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu faço duas questões de ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª poderia dizer quais são os artigos da questão de ordem?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – Eles são somente sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois, não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – É que antes de fazermos a eleição, eu gostaria de ouvir os candidatos, mesmo que fosse por um breve tempo. Creio que todos aqui também.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Darei a palavra. Até porque a idéia da Presidência é que eles confirmem que querem ser candidatos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – Exatamente. Creio que tanto o Presidente quanto o vice teriam de ter um tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – PB) – Não, só o Presidente tem de confirmar.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os dois candidatos têm preservado o direito de usar da palavra para confirmar se querem ou não ser candidatos, e se manifestarem a respeito.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – SP) – A outra questão é sobre uma proposta final para a liderança do governo. O compromisso é de quem ganhar a eleição dá o cargo da relatoria para o outro. Nos fechamos o compromisso aqui sem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, não há questão de ordem a responder. Apenas uma sugestão.

Deputado Agnaldo Muniz, do PP. Peço a V. Exªs que sejam rápidos, para que possamos votar. Deputado Agnaldo Muniz, tem V. Exª a palavra.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente... (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há orador na tribuna. Peço encarecidamente silêncio.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Colegas de Comissão, esta CPMI deveria ter sido instalada diretamente na Câmara, por envolver Deputados Federais. Ocorre que, naquele momento, a própria base de Oposição entendeu que deveria ser uma CPI mista. E por entender isso e por aquela procrastinação que aconteceu, estamos aqui hoje instalando uma CPMI, uma CPI mista, porque foi o entendimento – e os próprios companheiros da Oposição trabalharam para que assim ocorresse.

Agora no reconhecimento do costume da Casa da proporcionalidade, está-se indicando um Senador do Partido da Maioria no Senado, que é o PMDB, seguindo a proporcionalidade. Por quê? Porque é uma Casa democrática e nós queremos que ela caminhe nesse sentido. Tentou-se um acordo nesse período, em que foram suspensos os trabalhos, com a Oposição. Ele foi discutido e trabalhado, mas infelizmente não se conseguiu chegar a um consenso.

Hoje, neste momento, a sociedade exige que seja colocada às claras esta situação perante a sociedade. Então, é de fundamental importância que esse acordo que houve, pelo menos entre as pessoas que discutiram, já que não conseguimos chegar a um acordo com a Oposição. Há esta chapa que está sendo colocada aí de nome limpo, como é o do Senador Amir Lando, um Senador que já demonstrou trabalho e serviço. E na Câmara estaremos bem representados por um Deputado Federal. Serão colocados nomes – e há vários. Serão colocados nomes aí para disputar, para trabalhar, para fazer um bom trabalho nesta CPMI.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que se vai trabalhar na maior clareza possível e aquela que merece a sociedade brasileira, porque aqui não há que se falar em chapa branca. Aqui está acontecendo hoje o que a própria Oposição discutiu e pediu que fosse feito: uma CPMI. Está-se fazendo da mesma forma. O Governo, na verdade, está fazendo aquilo que foi pedido no decorrer do processo na Câmara.

Portanto, hoje, está de parabéns a sociedade brasileira. Há um engrandecimento do Congresso Nacional neste momento em que está se instalando esta CPMI. Eu tenho certeza de que ela vai esclarecer todos os fatos e quem tiver culpa será punido na devida forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, do PT.

Em seguida, concedo a palavra ao Sr. Daniel do PCdoB. V. Ex<sup>as</sup> dispõem da palavra por cinco minutos.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, é preciso deixar claro que nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Governo não tem interesse nenhum. Os Parlamentares, sim, é que têm a ne-

cessidade de esclarecer as dúvidas que pairam sobre este Poder.

Segundo, não se trata de diminuir a Câmara. O grande debate na Câmara foi se seria instalada uma CPI apenas na Câmara dos Deputados ou se seria uma CPI mista – a qual acabou prevalecendo. Sendo uma CPI mista, a Presidência pode ser de um Deputado ou de um Senador, ou de uma Senadora.

Agora, é preciso deixar claro que o que rapidamente já se pôde esclarecer é que este discurso, esta música de uma nota só da Oposição de CPMI de chapa branca não existe. O que envelheceu rapidamente foi o discurso que a Oposição insiste em fazer aqui. Tanto isso é verdade que mesmo aqueles que insistem nessa tecla foram aqui testemunhas de que a CPMI dos Correios...E há quase uma semana a palavra “Correios” não é citada nem na CPMI, nem na imprensa, nem por nenhum Parlamentar aqui desta Casa. Ela já se transformou em uma outra coisa. Mas já se esqueceram dos Correios, das fitas. Enfim, isso é que envelheceu e caiu de maduro.

Então, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o poder parlamentar é imprescindível à democracia e ele não pode ficar sob dúvidas. E pairam dúvidas sobre o processo, não só de agora, mas há bastante tempo, que é o processo da compra de votos, da troca de partidos, ou seja, é algo que a sociedade brasileira está a exigir que seja esclarecido.

E está aqui se propondo para presidir um Senador da República, o Senador Amir Lando, que tem uma história incontestável na luta pela moralidade, pela apuração dos fatos, um trabalho relevante prestado à Nação brasileira e não se serviria aqui de fazer um serviço para “A” ou para “B”, a não ser a missão que lhe cabe de esclarecer à sociedade brasileira as dúvidas que pairam sobre o Parlamento Brasileiro. Então, foi uma grande escolha. E temos a certeza de que, eleito Presidente, S. Ex<sup>a</sup> conduzirá, com imparcialidade, o trabalho desta Comissão.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida, do Pcdob, por cinco minutos, por favor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Pcdob – BA) – Sr. Presidente, manifesto-me apenas para repor algumas coisas que já foram ditas neste debate, em primeiro lugar, acerca dessa afirmação de que a Câmara dos Deputados, a partir de uma iniciativa da Base do Governo, tentou aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito apenas na Câmara dos Deputados. A Oposição, hoje, faz referências à conveniência de ter aprovado apenas na Câmara dos Deputados, mas, naquele momento, obstruiu, por duas semanas consecutivas, os

trabalhos da Câmara para que a Comissão não fosse aprovada. É fato superado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria silêncio, pois há um orador se manifestando. Todos devem prestar atenção, em respeito àquele que faz uso da palavra.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Pois, não, Sr. Presidente. Esse é um fato superado. Está instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista.

É bom também registrar que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem o objetivo de apurar compra de votos, seja por fatos atuais, seja por fatos do passado, particularmente à PEC nº 01, de 1995. Nós temos de qualificar, inclusive, neste debate, o conteúdo que é o resultado do requerimento aprovado.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, estamos aqui para eleger a Mesa da Comissão. Devemos fazer isso nesta reunião, sem protelar, pois a sociedade brasileira quer a apuração.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por favor, peço encarecidamente que mantenham silêncio, senão sou obrigado a suspender temporariamente, para que entrem em ordem. O orador está sendo desrespeitado pelos murmúrios que estão ocorrendo na Casa.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

A sociedade brasileira quer a apuração desses fatos, quer o seu esclarecimento. Nós temos a obrigação de estabelecer onde está a verdade e a mentira. Existem muitas informações circulando, e há certo nivelamento entre coisas que são verdadeiras e coisas que não são verdadeiras. E, se nós não tivermos a capacidade de separar, poderemos condenar inocentes e inocentar culpados. E isso esta Comissão não vai permitir.

Os nomes aqui apontados são honrados. Todos são nomes honrados. Mas há um critério que prevalece na cultura da Casa, de a Bancada majoritária no Senado indicar o Presidente, e a Bancada majoritária na Câmara dos Deputados indicar o Relator. O consenso é sempre conveniente. Não foi possível consenso. Não sendo possível o consenso, o entendimento, o acordo, vamos para o voto. E a nossa posição é que devemos votar rapidamente. E votar, na nossa avaliação, no Senador Amir Lando, para presidir, e no Deputado Paulo Pimenta, para ser o Vice-Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Srªs e Srs. Senadores. Srªs e Srs. Deputados, há três inscritos. Eu peço que ninguém mais se inscreva, para podermos iniciar as votações. Renato Casagrande, PSB; Dimas Ramalho, PPS e Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Com a palavra o Deputado Renato Casagrande, PSB, por cinco minutos, por favor.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Quero, primeiro, dizer que esta CPMI da compra de votos, na minha avaliação, terá que ter um trabalho muito mais operacional do que de realizações de tantas audiências públicas.

Nós já temos muitas informações da CPMI dos Correios. Já temos informações do Ministério Público, da Polícia Federal e esta CPMI poderá usar essas informações. E a quebra de sigilo bancário é o grande segredo para que nós possamos chegar às responsabilidades devidas nesse processo. A primeira impressão que eu tenho é essa.

Teremos que ouvir, naturalmente, lideranças e pessoas que estiveram denunciadas lá no processo da compra de voto para reeleição do Fernando Henrique Cardoso. Teremos que ouvir outras pessoas do momento atual. Mas eu espero que nesta CPMI nós possamos trabalhar muito mais nos documentos, levantando os documentos, do que efetivamente só ouvindo pessoas num período inicial, sem termos resultado desse trabalho.

A outra questão é que o Presidente eleito desta CPMI terá que combinar um trabalho com o Presidente eleito da CPMI dos Correios, para que nós não tenhamos duplicidade de trabalho e de ação e possamos agilizar e adiantar o processo de investigação. Então, o Presidente eleito terá esse papel a cumprir, nos próximos dias, para que nós tenhamos bom-senso na realização dos trabalhos aqui nesta CPMI.

Na outra questão, da dúvida com relação à Presidência e à Relatoria, a minha avaliação é de que num processo de CPIs e de investigação em CPIs e CPMIs nós temos uma dinâmica própria. Os fatos são muito superiores às pessoas. Não existe como você... colocando pessoas decentes, que conhecem o trabalho, não existe como essas pessoas ficarem obstruindo o trabalho, porque a dinâmica do Plenário da CPI, a cobrança da opinião pública por meio da Imprensa é muito mais forte do que qualquer dúvida que se tenha com relação à indicação do Presidente e da Relatoria.

Portanto, o PSB se posiciona para que nós possamos respeitar o critério desta Casa, indicando... aqui acatando a indicação do PMDB, do Senador Amir Lando, para presidir esta CPMI da compra de votos, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado Renato Casagrande, só uma coisa que V. Exª disse sobre a relação entre os dois Presidentes. Nós temos alguns problemas jurídicos, que são a que-



bra e a transferência dos sigilos. A assessoria tem que estudar se pode uma CPMI passar isso para outra. A nossa Deputada jurista, sabe que o sigilo é sagrado, que tem que ser preservado. Então, terá que sempre votar aqui...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES)

– Sr. Presidente, é que nós precisamos receber oficialmente os documentos para não continuar recebendo pelo jornal.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Dimas Ramalho, do PPS, por cinco minutos.

Eu estou aqui no Senado. Desculpa. Chamo todo mundo de Senador, com muito respeito.

**O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS – SP) – Presidente? Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Deputado Ibrahim Abi-Ackel deveria estar aqui no meu lugar.

Deputado Dimas, cinco minutos.

**O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS – SP) – É o congresso bicameral, realmente, Senador Sibá.

Eu queria, Presidente, só dizer, em nome do PPS, que essa é uma CPMI que não pode, não deve ser colocada em termos de Oposição e Situação, porque a matéria de que ela trata, as duas matérias, são matérias que interessam a todos os Parlamentares.

Nós, do PPS, assinamos também a CPMI da Compra de Votos, no passado. E, portanto, queremos discutir esse assunto com profundidade e com serenidade. Esta CPMI, Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, vai delimitar a grande onda de denúncias que todo instante surgem, de maneira apócrifa, de maneira anônima. Esta CPMI vai-nos possibilitar chegarmos realmente a conclusões que deverão apontar aqueles que não honraram seus mandatos. Por isso é o apelo que eu faço, como Líder do PPS, para que nós possamos fazer uma investigação profunda e dura, mas com grande serenidade.

Por outro lado, Presidente, nós estamos oferecendo o nome do Deputado Raul Jungmann para Presidente desta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Solicito novamente silêncio para que o Deputado Dimas possa ser ouvido pelos Parlamentares.

**O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS – SP) – O Deputado Jungmann foi, sem dúvida alguma, um dos grandes Deputados que fizeram com que a CPMI se tornasse realidade hoje. Buscou assinaturas. Discutiu. Enfrentou politicamente os debates e, portanto, tem todas as condições políticas para ser o Presidente da CPMI.

E mais: o fato de ter sido Ministro não o impossibilitaria de assumir a Presidência. Nós temos um profundo respeito pelo ex-Ministro Amir Lando, um homem que prestou serviços ao Governo até recentemente. Além da existência de uma CPMI que investiga os correios, agora, esta é uma nova CPMI especificamente sobre os dois fatos concretos apontados.

O Deputado Raul Jungmann poderia, representando a Câmara dos Deputados, fazer, sem dúvida alguma, um grande trabalho, com serenidade, com tranquilidade, com o respeito que ele merece dos seus Pares e que oferece pela sua história política.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos investigar. Vamos fazer profundamente isso e queremos oferecer à Nação Brasileira, ao Senado e à Câmara o nome honrado do Deputado Raul Jungmann para presidir esta CPMI e V. Ex<sup>a</sup> para Vice-Presidente.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– ... Secretário Efraim Moraes.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio por cinco minutos, como Líder, no Senado, do PSDB.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós havíamos acertado... Não.... Eu é que acho que estou sem voz.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Presidente, pela ordem. Dá para levantar o som do microfone, se puder lá...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não. Eu é que estou sem voz, Presidente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Ah, está certo! Agora está certo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas, Sr. Presidente, eu vejo o seguinte: nós temos uma praxe que foi estabelecida no começo desta Legislatura – não sei nem se já vinha de antes. E essa praxe dizia o seguinte: que caberia à maior Bancada na Câmara, no caso o Partido dos Trabalhadores, indicar para uma das vagas. E caberia à maior representação do Senado, no caso o Bloco PSDB – PFL, indicar para outra posição estratégica de uma CPMI.

Isso vigorou pacificamente no episódio Banestado, como vigorou pacificamente no episódio Terra. No episódio dos Correios apareceu uma versão, a mim me soando casuística, estabelecendo como maior representação a do PMDB, por ser o Partido individualmente com maior número de Senadores. E foi assim que chegamos à composição em que a Câmara abre mão para o Senado e dá Delcídio nos Correios e o PMDB indica Osmar Serraglio, por sinal um Deputado da maior correção, para a Relatoria. Muito bem.

Nós, em discussão no Senado, ponderamos que seria esta uma boa ocasião para voltarmos a praxe, porque a praxe é boa quando respeitada. Amanhã ela serve contra os que hoje se valem supostamente da sua quebra. Em segundo lugar, ponderei, com as figuras do Governo com quem mantive diálogo, que alguém da Oposição... E o equilíbrio não está em ser alguém da Oposição numa posição e alguém do Governo na outra. Poderia ser dois da Oposição ou dois do Governo, desde que representando as maiores Bancadas numa Casa e na outra.

Eu ponderei que alguém da Oposição, se exagerasse, com o crivo da mídia, cairia no ridículo. Perderia a credibilidade. Alguém do Governo, se procurasse impedir as manifestações livres e o correr das denúncias, também se desmoralizaria em dois minutos, perderia a credibilidade.

Cheguei a dizer mais: que se nós estabelecêssemos por consenso uma votação secreta aqui, vamos tirar dois Deputados ou dois Parlamentares, os dois mais suspeitos de todos. Entrega para um a Relatoria e para outro a Presidência. Eles teriam duas alternativas: ou apuravam tudo, diante da sociedade exigente que está aí, ou eles cairiam em uma semana. Então, a ocasião seria de fazer a praxe valer.

Estou vendo que mais uma vez vamos ter que decidir no voto, porque me parece que deixaram de reconhecer que a maior Bancada é aquela que tem mais votos aqui. Nós teremos hoje seis e o PMDB cinco. Cinco é menos que seis. Seis é mais do que cinco. Seis e cinco é igual a onze, mas seis é mais do que cinco. Quem puxa para onze é o seis, não cinco. Na outra nós somos minoria, entre aspas. Temos cinco e o PMDB quatro.

Estamos só tentando colocar que não temos nenhuma queixa do comportamento do Senador Delcídio nem do Deputado Serraglio. Entendemos até que em certas bolas divididas tende a arbitragem ser a favor da Oposição, para mostrar que não há comprometimento ou “chapa-branquismo”, enfim.

O inverso valeria. Alguém da Oposição presidindo os trabalhos não só teria que ser isento, como ainda iria ter que mostrar – acredito eu – em algum momento de bola dividida, a sua isenção de maneira que pudesse parecer até prejudicial para a própria Oposição. Portanto, se vamos para o voto, vou deixar bem claro qual é a posição do PSDB.

A posição do PSDB, Senador José Jorge, e do PFL é de abrir mão de uma vaga que seria do nosso Bloco para o PPS e, portanto, para o Deputado Raul Jungmann nos representar. Segundo, reconhecemos... O Senador Romeu Tuma seria o Vice-Presidente dessa chapa.

Mais ainda. Eu vi aqui um ilustre colega se referir ... já, já. Relator seria fulano. Não. Nós não temos essa pretensão. Nós acreditamos que o equilíbrio está em elegermos o Deputado Raul Jungmann, que representa a maioria no Senado, deixando a Relatoria vaga. Essa é a sugestão que eu faço ao Deputado Raul Jungmann, que faço ao PPS, que faço aos Partidos de Oposição. Se vencermos a eleição no voto, a Relatoria será indicada pelo Governo. E, portanto, pela maior Bancada na Câmara, que é o Partido dos Trabalhadores. Essa é a sugestão que faço.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Com muita alegria, Senador Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O tempo já está esgotado e não há aparte. Em seguida o Senador Efraim e o Senador Mercadante para poder encerrar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, lamento, Senador Suplicy. O meu desejo seria atendê-lo.

Mas muito bem. Então, sendo assim, se não há o acordo, eu entendo que nos cabe ir ao voto registrar que essa praxe foi desfeita e, mais ainda, desejar êxito às apurações dos fatos; desejar equilíbrio; desejar franqueza e espírito público a todos, porque com Fulano ou com Beltrano, assim ou assado, assado ou assim, os fatos serão esclarecidos, as verdades virão à tona e os trabalhos, se Deus quiser, haverão de ser concluídos com êxito. E, se Deus quiser, com relatório único, porque se houver dúvida se pode fazer um outro relatório. Mas, se Deus quiser, com relatório único.

Portanto, não vejo por que delongarmos mais. O apelo que faço aos meus colegas é para que, em caso de vitória, nossa Relatoria fique à disposição da maior força da Câmara dos Deputados, que é o PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Senador Mercadante. Em seguida, o Senador Suplicy.

É o Senador Efraim primeiro. Desculpa. É que V. Exª está aqui. Está no meu coração, por isso eu não percebi.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A recíproca é verdadeira, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu só pediria para ninguém mais se inscrever, senão nós não vamos conseguir votar.

Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu serei rápido. Queria endossar as palavras do

Líder Arthur Virgílio. Sr. Presidente, como Presidente que sou da CPI dos Bingos, da qual V. Ex<sup>a</sup> faz parte, desejo dizer aos nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, que fui eleito por unanimidade. E, ao ser eleito por unanimidade, até porque houve a ausência, naquele momento, dos companheiros do PT e do PMDB, que tentaram fazer com que não fosse instalada a CPMI. E graças à presença de alguns companheiros conseguimos o número mínimo. Naquele mesmo momento, me pediram os Srs. Senadores para que fizesse a indicação do Relator, que é competência do Presidente eleito. Mas fui na linha que sempre defendeu o Congresso Nacional e que sempre defendi: o direito ao contraditório. O direito ao contraditório serve para que não se batize uma CPMI de chapa branca ou chapa quente.

Disse aos senhores membros que não faria a indicação e que procuraria o Líder do Governo para que ele fizesse a indicação, para que se pudesse fazer uma CPMI com transparência, uma CPMI em busca da boa fiscalização e da boa investigação. Assim o fiz. Procurei o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Ney Suassuna e solicitei que fosse indicado pelo Governo o Relator.

Não houve, evidentemente, nenhuma cerimônia. Houve a indicação do Sr. Relator pelo Governo, para que se pudesse fazer a CPMI que estamos fazendo, transparente, sem medo, porque a Oposição não tem medo de fazer nem CPMI dos Correios, nem CPMI do Mensalão, nem CPI dos Bingos, nem a do IRB, que vem por aí.

Estou estranhando, como ex-Deputado Federal, numa Casa que tive a honra de presidir, que são instaladas três CPMIs, sem que se dê o direito a um Deputado de presidir uma delas. Confesso que não consigo entender onde estava a tradição daqueles companheiros Deputados Federais, que abrem mão hoje, com tanta facilidade, sem ter o direito sequer de presidir uma das CPMIs. É isso que eu não consigo entender. É isso que, como ex-Deputado Federal, como ex-Presidente daquela Casa, não consigo entender. Não entendo, sinceramente.

Sr. Presidente, gostaria que me fosse garantida a palavra.

Sr. Presidente, quero deixar claro que, na CPI dos Bingos, fiz o que entendo deve fazer o Poder Legislativo, o que deve fazer sempre o Congresso Nacional: o direito ao contraditório, o direito à transparência e à boa investigação.

Espero, não apenas dos Srs. Senadores e dos Srs. Líderes, que tomem uma posição em defesa deste Poder, porque, neste momento, temos uma oportunidade única de fazermos com que o Congresso Nacional

volte a ser respeitado pela sociedade brasileira. Não será tentando travar as investigações, não será tentando dominar as investigações que o povo brasileiro vai entender a posição dos Partidos aliados, dos Partidos que defendem o Governo.

É o apelo que faço aos Srs. Parlamentares, para que não joguem fora, de uma vez por todas, a toalha, que pensem no povo brasileiro que está nos ouvindo. Que não joguemos para baixo do tapete o lixo que vive no Legislativo e no Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra pela ordem a V. Ex<sup>a</sup> e, em seguida, ao Senador Mercadante.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, hoje pela manhã, na reunião desta Comissão, levantei uma preliminar, à qual não foi dada a atenção devida, e V. Ex<sup>a</sup> retoma o tema, que seria a respeito do critério de rodízio da Presidência das CPMIs. Nós temos três CPMIs em andamento da Casa e todas as três presididas por Senadores; esta deveria ser presidida por um Deputado ou Deputada. Essa questão foi levantada por mim hoje pela manhã e queria que o Plenário desta Comissão decidisse esta preliminar: se vai-se atender ao rodízio na Presidência da CPMI com agora um Deputado presidindo, ou se vai ser um Senador. Aí nós poderíamos deliberar no voto quem seria o Presidente.

Essa preliminar eu levantei hoje pela manhã e gostaria que fosse decidida por esta Comissão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Mercadante, com a palavra.

Pediria silêncio para que o Líder do Governo usasse da palavra.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu pedi a gentileza de falar antes do Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, por cinco minutos, Senador Eduardo Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Eu queria transmitir, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores, que, ainda hoje pela manhã, por solicitação da Senadora Serys Slhessarenko, que era titular nesta Comissão, em função de responsabilidades que ela estava assumindo, solicitou ao Líder que passasse para suplente e eu ficasse como titular.

A palavra que aqui transmito aos companheiros desta CPMI é comum no sentimento meu e da Senadora Serys, assim como do próprio Líder do PT no Senado, Senador Delcídio Amaral, com o qual conversamos.

Nós gostaríamos ainda de um esforço para entendimento entre a Base aliada e a Oposição. Ainda que esteja sendo difícil, o nosso apelo ao próprio Líder Aloizio Mercadante, Arlindo Chinaglia, Professor Luizinho e a todos os Deputados Federais do nosso Partido e dos Partidos que compõem a Base aliada é que, se for possível algum entendimento, alguma luz, nós gostaríamos de ver isso. Entendemos que esta CPMI vai acabar resultando em situações extremamente delicadas. Imagino o Relator, de qualquer Partido, que seja escolhido. Vamos supor o caro Deputado Paulo Pimenta ou o Raul Jungmann. Se, de repente, houvesse um Parlamentar do seu próprio Partido envolvido – digamos – em uma ação considerada irregular para ter tido qualquer postura sobre voto, seja na época da reeleição, seja agora, na reforma da Previdência ou quando seja. É possível que o Relator se veja em situação difícil, quem sabe até ele pudesse dizer: “Nesta situação, eu prefiro ter uma posição a mais isenta possível; então, vamos designar um sub-relator de outro Partido para que não se pense que vou estar protegendo um companheiro de Partido.”

Poderá haver esse tipo de situação, falo hipoteticamente.

Falo isso para avaliar a delicadeza do que será estarmos investigando os nossos próprios colegas, nossos amigos, pessoas com as quais desenvolvemos aqui relações profundas, às vezes. Isso vai causar dor, vai causar preocupação, ansiedade e assim por diante.

Então, acho que, em especial nesta CPMI, prezado Presidente Romeu Tuma, se for possível chegarmos a um entendimento... Seguro a mão da Senadora Serys, porque é um apelo que nós fazemos.

Então, era só isso que eu gostaria de transmitir a todos aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Suplicy, todos nós sabemos a boa intenção que sempre acompanha as suas manifestações, mas esse acordo foi tentado desde ontem. Pela comunicação dos Srs. Líderes, não foi possível se chegar a um acordo.

Então, passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como último orador. Em seguida, daremos início à votação, não sem ouvir antes os dois candidatos, o Senador Amir Lando e o Deputado Raul Jungmann.

Com o palavra o Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de ponderar que, numa CPI mista, tenho certeza de que não haverá lugar para uma separação das duas Casas. Nós tanto respeitamos a Câmara dos Deputados, especialmente em uma matéria que diz respeito ao decoro parlamentar de Deputados, que a nossa proposta era que a presidência e a relatoria fossem exclusivamente ocupadas por Deputados.

Só não foi assim porque a Oposição não permitiu que a CPI se instalasse no âmbito da Câmara dos Deputados. Insistiu que ela fosse mista, disse que era imprescindível a participação dos Senadores. Agora, apresentam o argumento de que, eventualmente, a Presidência ocupada por um Senador prejudicaria a grandeza do Parlamento, especialmente no que se refere à Câmara dos Deputados.

Não se trata disso. A decisão já foi tomada pela maioria dos Senadores e Deputados que assinaram o requerimento pela leitura em plenário, portanto, o fato concreto que esta CPI já está instalada e é mista.

Presidência e relatoria são dois cargos muito importantes numa Comissão. Nesta matéria, do meu ponto de vista, a função determinante será a relatoria. Eu vivi a experiência da chamada CPI dos Anões do Orçamento e sei a dificuldade que será o trabalho da relatoria.

Concordo com as ponderações do Senador Eduardo Suplicy, mas só quero lembrar que qualquer membro da CPMI pode fazer um destaque no relatório final, ou qualquer Senador ou Deputado pode apresentar um substitutivo ao relator. Portanto, se o relator não for a expressão e a síntese da vontade da maioria desta Comissão, seguramente, seu relatório poderá ser alterado na votação. E mais ainda, poderá não ser sustentado em plenário. Quem vai tomar a decisão no final dessa investigação serão, fundamentalmente, os Deputados e é a convicção, a consciência de cada um no voto secreto que determinará o resultado final dessa CPMI, no que se refere a sua dimensão política, que é a cassação ou não de mandatos parlamentares ou, eventualmente, outras formas de punição.

Portanto, acho que esse pressuposto está superado.

Em relação à precedência das indicações, nós temos culturas parlamentares diversas na Câmara e no Senado. No Senado, nós pactuamos no início desta Legislatura, desde o primeiro dia, quando fomos eleitos, que a presidência das Comissões se daria pela votação popular. E vou repetir: e só por isso que o Presidente do Senado foi José Sarney e hoje é Renan Calheiros,

porque pertencem a maior Bancada do voto popular, que é do PMDB.

Por isso, o PMDB é o primeiro a escolher a presidência de Comissão. Na Legislatura passada e nesta, tem a Comissão de Assuntos Econômicos, porque é a maior Bancada pelo voto popular. Assim como a maior Bancada na Câmara dos Deputados é a do PT. E é por isso que a nossa indicação se faz PMDB e PT. Quando há acordo ou quando não há interesse na CPI, pode-se caminhar por outros caminhos. Mas, quando não se tem acordo e há candidatos que pleiteiam o cargo, esse é o critério da tradição parlamentar e é o critério que nós estamos respeitando e apresentando.

Concluo, dizendo que as análises pessimistas que a indicação do Senador Delcídio Amaral e do Deputado Osmar Serraglio prejudicaria o andamento dos trabalhos estão prejudicadas pelos fatos. Ninguém questiona mais a velocidade e o trabalho da CPMI dos Correios, o rigor investigativo, as provas documentais que começam a aparecer. Portanto, tudo será apurado, quem tiver que ser punido será punido. Aqui não será diferente.

Conheço o Senador Amir Lando há pelo menos dez anos de convivência parlamentar. Estivemos juntos na CPI do PC Farias/Collor de Mello, quando ele era o Relator da matéria, participou da CPI das Privatizações, tem já um trabalho consolidado de vivência política parlamentar à frente do trabalho de Comissões Parlamentares de Inquérito. Essa experiência seguramente será de grande valia, associada a sua sólida formação jurídica, que é uma contribuição também bastante importante nesse trabalho. Junto com o Deputado Paulo Pimentel, compõe uma chapa e, no nosso ponto de vista, tem condições de dirigir o trabalho; o Paulo Pimenta também tem condições de dirigir o trabalho, de dar equilíbrio político e de dar sustentação ao andamento.

Quero elogiar também a Oposição pela indicação dos nomes do Deputado Raul Jungmann e Senador Romeu Tuma, que tem uma grande vivência. Darão uma grande contribuição. Se vencerem a disputa democraticamente, trabalharemos com todo o empenho, ajudando a Mesa, viabilizando o trabalho. Se a escolha for Amir Lando e Paulo Pimenta, tenho certeza de que também o trabalho será coletivo, e faremos imediatamente uma rotina de trabalho e iniciaremos as investigações.

Termino dizendo que a CPMI dos Correios já deu uma grande contribuição. Os nomes já estão aparecendo, as provas documentais estão presentes. Portanto, podemos partir de um patamar já consolidado de trabalho complementando o esforço que está sendo feito, acelerando a velocidade das investigações para que o

País possa evidentemente retomar o trabalho legislativo e concluir esse período importante, difícil da vida pública, mas fundamental para o Legislativo recuperar sua credibilidade e seu prestígio frente à democracia e ao povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Amir Lando, pergunto se V. Ex<sup>a</sup>, como indicado à Presidência da Comissão, deseja fazer uso da palavra?

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Poderá fazê-lo por cinco minutos.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Não vou falar, apenas para dizer que recebo...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> quiser vir à frente...

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – ... essa delegação... Eu o farei depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – É melhor visto daqui. Em seguida, falará o Deputado Jungmann.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, não tenho nada a falar neste momento, a não ser dizer que recebo com muita responsabilidade essa indicação.

Quero deixar claro de antemão aqui: a única cor que vamos defender é a cor do Congresso Nacional. A Comissão Parlamentar de Inquérito é uma instituição tipicamente parlamentar. Não há o que se falar em Poder Executivo, Legislativo nessa inserção de valores. Quero apenas dizer que, se indicado for, como fui, e aprovado o meu nome, irei conduzir esse processo de acordo com o Regimento, com a legislação em vigor, inclusive buscando a complementaridade no Código de Processo Penal.

Ao processo de ampla defesa – esse direito sempre será garantido –, ao devido processo legal, temos de obedecer, afinal, vamos julgar comportamentos, ações de pessoas, de Parlamentares ou de quem quer que seja, mas teremos de fazê-lo com ponderação, com equilíbrio, para que a justiça impere, para que a verdade venha à tona. Apurando-se responsabilidades, certamente vamos buscar os caminhos para que os culpados sejam punidos.

Não cabe à Comissão Parlamentar de Inquérito punir, nem denunciar. Vamos trazer os fatos à tona. Jamais o relator, que conduz o processo propriamente dito – pois é o relator do processo de um colegiado, é um juizado de instrução –, poderá esconder os fatos; e o presidente será um escravo do Regimento. A minha vontade vai ficar muito aquém do comando

legal. É a lei que nos conduz e que conduzirá todo esse processo.

Portanto, eu queria fazer uma ponderação: talvez essa tarefa seja um ônus para o Congresso, um ônus para os Parlamentares que integram a Comissão, um ônus para o presidente, um ônus muito pesado para o relator, mas é a nossa responsabilidade. Não há como fugir. Hoje, a Nação espera uma resposta, uma resposta verdadeira, equilibrada e justa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, se meu nome for consagrado, terão aqui apenas um Parlamentar que vai obstinadamente buscar a verdade, como todos os senhores. Esse caminho será uma pareceria sobretudo com os Parlamentares que integram esta Comissão.

Temos que investigar e investigar mais do que, talvez, tornar a CPMI um palanque. Vamos buscar os fatos; os fatos falarão por si mesmos, como os fiz falar na CPI do PC. Contra o fato não há argumento, contra a realidade não há o que inventar.

Por isso, quero fazer uma convocação de todos – depois o farei, se indicado presidente – para que façamos uma reflexão. Aqui é o Congresso que está em jogo para realizar uma tarefa que lhe é própria e, sobretudo, que é irrenunciável: a investigação.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Deputado Raul Jungmann, pergunto se V. Ex<sup>a</sup> deseja fazer uso da palavra como candidato a presidente? (Pausa.)

**Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por cinco minutos.**

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares aqui presentes, antes de iniciarmos o processo de votação, eu gostaria de fazer uma reflexão e uma defesa, uma defesa ardorosa de um acordo na condução dos trabalhos desta Comissão, que reputo a mais difícil das comissões de inquérito, instalada para tratar desses problemas e desses assuntos.

Quando iniciamos esse processo com a chamada CPMI dos Correios, tínhamos um foco que era uma denúncia, que todos aqui conhecem, é de conhecimento público, e que se passava em uma empresa estatal e que hoje é objeto de uma CPMI. Quando nós resolvemos – quando me refiro a “nós”, e é importante esse detalhe, menciono os Partidos independentes: PPS, PDT e PV; Partidos que estavam na Base do Governo, Partidos que deixaram a Base do Governo; portanto, há uma especificidade que não se pode diluir, que é importante resgatar –, quando nos decidimos a propor a CPMI que ficou denominada de Mensalão, era porque tínhamos um novo fato: não poderíamos atri-

buir ao fato determinado da CPMI dos Correios o fato subsequente e que gerou esta CPMI.

Muito bem. Entramos em processo de disputa política. O Governo e a Base desejavam realizar uma CPMI da compra de votos, como assim foi denominada, exclusivamente na Câmara dos Deputados ou contando exclusivamente com Parlamentares Deputados Federais. Entendíamos e ainda entendemos basicamente duas coisas: em primeiro lugar, que não se pode presumir culpa de ninguém, mas também não se pode presumir inocência. Se no meio das investigações surgisse – o que ninguém deseja – a figura de um Senador? O que faríamos? Voltaríamos atrás? Iríamos reinstalar a CPMI ou faríamos uma especificamente do Senado com o mesmo objeto? Não tem sentido. Ademais, a extensão das suspeitas recomendava que contássemos, sim, com o Senado Federal. E por que não? Afinal de contas, uma das razões de ser constitucional nesta Casa é fiscalizar um outro Poder. Qual o problema de sermos nós os fiscalizados por Senadores? Qual o problema, Senador Pedro Simon? A não ser a invocação do corporativismo, o que não é justo nem adequado nesses casos.

Muito bem, através da disputa evoluímos – e isso é muito importante, Sr. Presidente, não para a CPI “A”, da Câmara, nem para a CPI “B”, mista. Fizemos um acordo, e no DNA desta CPMI há um acordo entre Governo e Oposição. No meu caso, Líder Arlindo Chinaglia, assinei a CPMI do Governo. Está lá a minha assinatura, porque eu não entendia moralmente procedente que eu quisesse fazer investigações e que negassem a outrem, ainda que do Governo, o direito de fazê-lo, mesmo pertencendo ao Governo que se quer investigar.

Concluo dizendo o seguinte: aqui, o Senador Arthur Virgílio fez brilhante defesa, contraditada pelo Líder Aloizio Mercadante, na praxe. Não vou reincidir, porque acho que o Senador já esgotou os argumentos – e, no meu ponto de vista, de maneira absolutamente satisfatória.

Não vou aqui falar nas questões da precedência, e, claro, entendo que esta presidência, com todo o respeito ao Senador Amir Lando – aliás, de passagem, ele e o Paulo Pimenta são dois Parlamentares que honram esta Casa, não se trata absolutamente disso, qualificam a disputa, mas não se trata aqui também de se fazer a defesa da precedência feita pelo Senador e pela Deputada Zulaiê Cobra. Vou apenas fazer uma única defesa, exclusivamente uma única defesa, e pediria a atenção de todas e de todos.

Retomo o princípio: esta é a mais difícil das CPMIs que temos. Por quê? Ela foca a própria Casa, de partida. Em segundo lugar, ela remete ao tempo presente

inequivocamente, mas também ao Governo anterior. Por tudo isso é que precisamos da co-responsabilidade da Oposição na direção dos trabalhos. Isso é o que talvez seja o mais importante diante da tarefa que temos aqui. Por isso, o que disse aqui o Senador Eduardo Suplicy eu esposo integralmente e assino embaixo.

Precisamos estar juntos no que diz respeito a essa tarefa. Não é por essa ou aquela qualidade minha ou do Senador apenas, não é por uma questão de praxe. É porque, neste instante, temos de dividir as responsabilidades. Querem um exemplo? O corre-corre aqui foi porque se invadiu uma sala ao lado. Grevistas teriam invadido.

O tempo, senhores, das ruas está correndo e se acelera. E se precisamos resgatar aqui a nossa credibilidade e legitimidade, façamos isso juntos, não como Governo ou como Oposição, mas sobretudo trazendo o máximo possível a representatividade. E ela, neste instante, representa isso.

É nesse sentido que, mais uma vez, faço um apelo, para que possamos, na partida, contar com o máximo possível e substantivamente de representatividade desta Casa.

Por Deus! Claro, se não formos felizes, vamos apoiar integralmente. Temos ao lado uma figura que nos honra. O Senador Romeu Tuma dispensa maiores comentários, pela sua história e biografia. Temos também oponentes que seguramente honram essa disputa.

Mas eu gostaria de pedir a todas e a todos, ao me despedir, que se lembrem da responsabilidade que se encontra em nossas mãos. O tempo está passando, e precisamos juntos, sim, investigar, julgar e, sobretudo, reformar esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseada no art. 14, item VIII, alínea “a”. Trata-se da cabine indevassável, que precisa existir e que não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vamos buscar o cartão que dará atenção à exigência de V. Ex<sup>a</sup>. O cartão já deveria estar aqui. Por isso eu peço urgência. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Antes de dar início à eleição, o Deputado José Rocha e a Deputada Zulaiê Cobra fizeram uma preliminar de que poderia ser eleito como presidente um Deputado. Acredito que eu não possa colocar isso em discussão, mas fica registrado para a Ata. E a decisão foi das Lideranças.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está bom, Sr. Presidente. Só ficar registrado já é satisfatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vai ficar registrado.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Depois do discurso do Deputado Raul Jungmann, eu já fico satisfeita.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu vou confirmar. Foram indicados pelos Partidos da Situação: para Presidente, Amir Lando, do PMDB, e para Vice-Presidente, Paulo Pimenta, do PT; pelos Partidos de Oposição: Presidente, Raul Jungmann, do PPS, e Vice-Presidente, Romeu Tuma, do PFL.

V. Ex<sup>as</sup> terão toda liberdade para votar da forma que melhor lhes aprouver.

Começarei a chamar pela Câmara dos Deputados.

Deputado Odair Cunha, do PT; Deputado Paulo Pimenta, do PT; Professor Luizinho, do PT. (Pausa.)

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou recebendo uma solicitação dos Senadores que precisam ir à tribuna. Então, vou chamá-los: José Jorge; Eduardo Suplicy; Sérgio Guerra; Alvaro Dias; Maguito Vilela está ausente; Valdir Raupp, suplente de Maguito Vilela; Senador Efraim Morais. (Pausa.)

Volto à lista dos Deputados.

João Correia, do PMDB; Mauro Lopes. (Pausa.)

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, posso votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor é suplente?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sou.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Todos os suplentes já votaram? (Pausa.)

Vote, Sr. Senador. Eu não deixarei outro votar. (Pausa.)

O Sr. Alvaro Dias já votou? (Pausa.)

Reginaldo Duarte? (Pausa.)

Leonel Pavan e Teotônio Vilela não estão. Já tem três aqui. Almeida Lima está aí? Não está aí, também? (Pausa.)

Então, pronto.

Se tiver voto demais, nós anulamos. Aqui já acabou, pois são seis.

Sibá Machado. (Pausa.)

Aníbal Gomes, Deputado do PMDB; José Rocha, do PFL/Prona; Moroni Torgan; Júlio Redecker, do PSDB, está ausente; ilustre Deputada Zulaiê Cobra; Agnaldo Muniz, do PP; Deputado Ibrahim Abi-Ackel, do PP; Deputado Luiz Antonio Fleury; pelo PL: José Carlos Araújo; Raul Jungmann, do PPS; Renato Casagrande, do PSB; do Pcdob, Daniel Almeida. (Pausa.)

Vou chamar os suplentes. A lista do PT está completa; na do PMDB, há um ausente.

Gastão Vieira; José Divino. (Pausa.)

A lista do Bloco PFL/Prona está completa.

Do PSDB, Antonio Carlos Mendes Thame. (Pausa.)

Estão completas as listas do PSDB, do PP e do PTB.

Do PL, Miguel de Souza, suplente. (Pausa.)

Eu pediria aos Srs. Parlamentares que aqui permanecessem, em homenagem aos que forem eleitos. Por favor, permaneçam, em respeito aos que forem eleitos e que irão assumir imediatamente a Presidência e a Vice-Presidência da CPMI.

As listas do PP, do PTB, do PPS e do PSB estão completas.

Do Pcdob, Daniel Almeida já votou.

Estão completos os Deputados.

Volto à lista dos Srs. Senadores.

Sibá Machado já votou; Ana Júlia Carepa; Fátima Cleide. (Pausa.)

As listas do PT, PSB, PL e PPS estão completas.

Do PMDB, Maguito Vilela está ausente; João Batista Motta; Amir Lando; Wellington Salgado de Oliveira; Ney Suassuna. (Pausa.)

Está completa a lista do PMDB.

Do PDT, Augusto Botelho; do PTB, Senador Sérgio Zambiasi; do PP, Valmir Amaral. (Pausa.)

Pergunto se alguém não votou, porque a minha lista está completa. Não há quem queira reclamar? (Pausa.)

Vou designar o Deputado Arnaldo e o Senador Ney Suassuna para apurarem os votos. (Pausa.)

A lista de assinaturas registra 36 nomes, que conferem com os votos constantes da urna. Portanto, eu pediria que conferissem o resultado, Deputado Arnaldo e Senador Ney Suassuna.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Amir Lando recebeu 22 votos; o Deputado Raul Jungmann, 14 votos.

Está encerrado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Amir Lando: 22 votos; Raul Jungmann: 14 votos. Considero eleitos os vices apontados. Poderia haver uma votação em separado, mas acredito que já fica numa única votação para ter a chapa vencedora.

Preliminarmente, agradeço a tranquilidade com que transcorreu esta reunião, com o respeito devido e com a manifestação de todos aqueles que desejaram fazê-lo, principalmente os Srs. Líderes.

Com esse agradecimento, passo a Presidência ao ilustre Senador Amir Lando.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, creio que, em nome de todos os presentes, Parlamentares e não Parlamentares, cumprimento-o

também pela condução serena, que muito contribuiu para este momento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Parabéns, Senador. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a Presidência e desejo a este ilustre companheiro...

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Tendo sido postulante, indicado pelas oposições, quero parabenizar o Senador Amir Lando pela vitória, assim como o seu vice, Paulo Pimenta. A partir de agora, deixamos a condição de postulante, deixamos a condição de preliante desta disputa e passamos - espero eu, com todos e todas que aqui se encontram - a trabalhar sob a regência do novo Presidente, ajudando-o a atravessar este momento tão difícil para o Congresso Nacional.

Convoco a todos e a todas: temos um trabalho, como eu bem disse aqui, difícilimo, e precisamos estar unidos para fazer esta travessia.

Parabéns, e vamos trabalhar juntos para resgatar a confiança e a legitimidade do Congresso Nacional. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado Raul Jungmann, esta Mesa reconhece a dignidade e o respeito com que V. Exª sempre se conduziu na Casa e, sem dúvida, durante esta reunião.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sem esquecer, Sr. Presidente, a alegria e a honra de, pela primeira vez, tê-lo na chapa, embora confesse que o inverso é que deveria, na verdade, traduzir aqui o que cada um de nós representa. Portanto, também parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por tudo o que V. Exª fez, é um exemplo para a comunidade brasileira.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, de maneira bastante breve, gostaria de aceitar o resultado - como, aliás, já fez o nome indicado pelas oposições, Deputado Ministro Raul Jungmann - e dizer para todos o que eu já havia dito em particular para o Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, ou seja, que nós presenciamos o Governo se mexendo de maneira correta e inteligente



te neste episódio. Para enfrentar o que seria o sentimento, para enfrentar a praxe e para enfrentar o que parecia uma razão dos Deputados, o Governo escolheu precisamente pessoas de biografia respeitável. Escolheu o Ministro Amir Lando, homem de honradez a toda prova, experiência parlamentar e espírito público. Sabemos que o Relator será o Ministro Ibrahim Abi-Ackel, jurista, talvez o maior orador vivo deste País e alguém que não se permitiria trabalhar fora da linha da seriedade. Da mesma maneira, as informações que recebo do Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, do Partido dos Trabalhadores, são as melhores: de alguém que defende o seu Governo com a convicção daqueles que têm convicção e, ao mesmo tempo, alguém que se pauta pelo equilíbrio e, igualmente, pelo espírito público.

Portanto, a Oposição entende que prestou um serviço, ao início desta Comissão, marcando o seu posicionamento e, ao mesmo tempo, levando o Governo a dar o máximo de si e na melhor correção, para que o Governo pudesse obter aquilo que seria uma vitória numérica diante de um quadro em que a verdadeira vitória, a vitória final, será a apuração dos fatos com seriedade, com equilíbrio e com isenção.

Portanto, creio que começa com o pé direito esta Comissão de Inquérito, e que ela atinja os objetivos requeridos e exigidos pela sociedade brasileira.

Parabéns ao Deputado Raul Jungmann que, pelo seu brilhantismo e sua respeitabilidade, junto com V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Romeu Tuma, significam de nossa parte também o que de melhor poderíamos oferecer para a análise dos ilustres membros que começam a atuar nesta CPMI.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RAUL JUNGMAN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. RAUL JUNGMAN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, abusando um pouco da bondade das senhoras e dos senhores, peço a palavra, mas será muito rápido e para não cometer uma injustiça.

Quero agradecer inicialmente aos líderes dos partidos que iniciaram esta propositura, ou seja, o meu Líder do PPS; o Líder Severiano, do PDT; o Líder Marcelo Ortiz, do PV. E agradecer imensamente tanto ao PFL, pelo Líder José Agripino, no Senado, quanto ao meu amigo Arthur Virgílio, do PSDB, que tinha inclusive a condição de fazer essa indicação e ceder para o nosso nome.

Se eu não fizesse isso, Sr. Presidente, estaria incorrendo numa injustiça. Era fundamental fazê-lo. Agradeço a sua atenção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Faço minhas as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna; em seguida, o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela condução dos trabalhos até o momento. V. Ex<sup>a</sup> fez tudo o que manda o manual e o figurino desta Casa do Congresso Nacional. Gostaria também de parabenizar os eleitos: o Senador Amir Lando, um dos melhores quadros do meu partido, assume uma responsabilidade muito grande, e sei que, com lisura e com muita seriedade, vai se desincumbir desta missão muito corretamente; e o Deputado Pimenta, que todos conhecemos e a quem tenho muita satisfação de chamar amigo. Por último, parabenizo os senhores parlamentares pela disputa democrática e pelo ambiente em que correu toda a eleição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, por favor.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, inicialmente, quero parabenizar o Senador Romeu Tuma, esse jovem Senador que hoje presidiu esta reunião, com muita competência, como sempre tem sido a sua atividade parlamentar. Parabenizo também o Deputado Raul Jungmann pela forma como conduziu a disputa, como se posicionou e que é a expressão da sua vida política e parlamentar. Igualmente, quero parabenizar a Oposição, por ter feito uma disputa equilibrada, moderada, racional, como é o ambiente que temos que preservar nesta CPMI.

Finalmente, desejo boa sorte ao meu companheiro Amir Lando, de tantas lutas, de tantos momentos difíceis que passamos juntos na vida parlamentar, de grandes desafios, e ao Deputado Paulo Pimenta, companheiro de Partido.

O desafio é muito grande. Esta CPMI tem pela frente um dos maiores desafios políticos na vida pública. É muito difícil a posição de magistrado que cada um terá que assumir neste processo. É muito difícil se despir do compromisso partidário e olhar eventualmente o adversário com a isenção de quem busca a justiça, a verdade e preservar o direito de defesa, apurar tudo o que tem que ser apurado, mas sem perseguir ninguém e sem poupar quem quer que seja. Essa é uma das mais difíceis tarefas do Parlamento, pelo menos foi a minha experiência na CPI dos chamados Anões do Orçamento.

Finalmente, quero dizer que, se a indicação do Presidente Amir Lando for o Deputado Ibrahim Abi-

Ackel, será uma escolha que engrandecerá esta Comissão. O Deputado, pela sua vida pública, pela sua profunda formação jurídica - instrumento indispensável nesta atividade -, por não ter sido citado em quaisquer dos depoimentos ou denúncias por quem quer que seja neste processo, está absolutamente preservado para a condição que a relatoria exige. E não poderia ser diferente, exatamente pela sua trajetória na vida pública. É um homem público que também passou por momentos difíceis e que saberá, por essa experiência e por essa caminhada, pronunciar-se sempre com equilíbrio, firmeza e isenção, para que apuremos tudo – puna quem tiver que ser punido e inocente quem tiver que ser inocentado.

É o que o povo espera desta Comissão e do Congresso Nacional.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me um pouco mais do tempo de V. Ex<sup>a</sup> e das pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com as minhas desculpas, Senador Amir Lando, porque é dito que V. Ex<sup>a</sup> tem que encerrar a reunião, tem a palavra o Senador Sibá Machado.

Com toda a calma que V. Ex<sup>a</sup> está demonstrando hoje, Senador Sibá, fico muito feliz em ouvi-lo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Tomei um Lexotan, orientado por V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, temos ouvido vários comentários pelo Brasil afora, chegam *e-mails*, recebo telefonemas de pessoas querendo dizer o que estão sentindo sobre o andamento destas CPMLs. E, de uma hora para a outra, a TV Senado e a TV Câmara passaram a ter uma audiência inimaginável nos últimos tempos. Isso mostra o quanto a população brasileira está atenta para o resultado desta Comissão. E não é por pouco.

Digo isso porque muitos imaginavam que a CPML, principalmente a dos Correios, seria uma coisa de chapa branca, seria para “inglês ver” e que não apuraria coisa alguma. E acredito que a população brasileira observa tudo isso porque tem consciência de que estas CPMLs vão, sim, apresentar resultados.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem sido exemplar nesta Casa, um parlamentar com o qual todos aprendemos, pela grandeza que tem demonstrado, sempre com temas bastante corretos. Mais que isso, apresentando, em momentos de maior dificuldade, soluções muito importantes. E é claro que desejo que a Mesa Diretora escolhida reproduza, no mínimo, tudo o que se está assistindo na CPML dos Correios: lisura, correção, determinação, capacidade de ação em tempo hábil e assim por diante.

Portanto, V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente que vai assumir em minutos, Senador Amir Lando, podem ter a certeza

de que a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores está com o intuito de, mais do que ninguém, apurar tudo, para que fique evidente para a sociedade que queremos a investigação máxima.

Parabéns pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Sibá.

Com a palavra o Deputado Agnaldo Muniz, do PP. Em seguida, o Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentes, é com muito prazer que faço uso da palavra neste momento em que é escolhido o Senador Amir Lando para Presidente e o Deputado Paulo Pimenta para Vice-Presidente desta Comissão, que é de suma importância para a Casa. A sociedade brasileira, neste exato momento, está com uma expectativa muito grande e com os olhos voltados para o Congresso.

Tenho certeza de que o Senador Amir Lando conduzirá, com muita lisura e com muita tranquilidade, o processo, pela sua história mesmo, pela sua formação jurídica, pelo seu conhecimento e pela sua experiência. Tenho até a honra do meu Estado de Rondônia em parabenizar o Amir Lando e desejar sucesso à frente da função.

Parabéns também a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, pela forma tranqüila e transparente, com que conduziu o processo. Aqui foi cumprido o Regimento Interno. Foi de forma tranqüila o processo da escolha desta CPML.

Por outro lado, quero dizer que é preciso que todos os partidos e todos os companheiros estejam unidos, para que a verdade seja colocada às claras para a sociedade. Também quero dizer que, em sendo nomeado o companheiro Ibrahim Abi-Ackel, tenho certeza de que é um nome digno, um nome de mais alta capacidade jurídica, de conhecimento, tenho certeza de que vai ter condições de fazer um trabalho transparente, limpo e sem qualquer influência, seja ela de qualquer parte ou de qualquer lugar que venha, porque, neste momento, está **sub judice** não o Governo, está **sub judice** a nossa Casa, o Parlamento brasileiro, onde está instalada essa situação que tem levado a sociedade brasileira a olhar com outros olhos para o Parlamento.

Portanto, é importante que todos nós estejamos unidos no esclarecimento da verdade, mas, acima de tudo, é preciso levar em consideração que, quando falamos em mensalão, falamos numa situação permanente e contínua, e isso é importante ressaltar, e aonde forem descobertas pessoas envolvidas, é importante um esclarecimento.

Sr. Presidente, mais uma vez quero desejar sucesso ao Presidente, Amir Lando, ao vice-Presidente, Paulo Pimenta, e vamos juntos trabalhar no sentido de esclarecer a verdade para a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Deputado Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr.

Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, gostaria, muito rapidamente, de cumprimentar o Senador Amir Lando, que irá dirigir os trabalhos desta Comissão que hoje se instala. Tenho o privilégio da amizade do Senador Amir Lando há muitos anos, homem digno, honrado, experiente, grande advogado que, por certo, saberá conduzir com sabedoria esta Comissão. Cumprimento também o Deputado Paulo Pimenta, que será o seu vice, e quero fazer uma saudação especial ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, dos mais competentes parlamentares desta Casa e grande advogado, com grande experiência na área criminal. Esta é uma garantia, Sr. Presidente, de que teremos uma condução dos trabalhos equilibrada e firme, sem concessões, mas também sem ceder a qualquer tipo de pressão, seja a pressão daqueles que queiram se livrar, seja a pressão daqueles que querem se aproveitar do momento para incluir nomes de pessoas honradas em listas apócrifas que começam a circular pela Casa. Como conheço a formação jurídica de ambos, do Senador Amir Lando e do Deputado Abi-Ackel, temos a garantia de uma apuração isenta em que, tenho certeza, esta Comissão vai se preocupar com a produção de provas, antes de mais nada, partindo do crime para o criminoso e não do criminoso para o crime, como muitas vezes acontece no nosso País.

Tenho certeza disso e quero dizer que nós, Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu e o Senador Sérgio Zambiasi, do Partido Trabalhista Brasileiro, que somos membros titulares desta Comissão, queremos colaborar para que a verdade venha à tona, doa a quem doer, quem errou que pague pelo que fez, mas também ressaltando o princípio básico, que é o princípio da inocência. Quem quiser produzir provas que assine documentos, não venha trazer lista apócrifa aqui, porque por meio do cruzamento daquilo que já se produziu, da prova emprestada que poderemos trazer das Comissões que estão funcionando, já temos um roteiro seguro para chegar à verdade. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela condução dos trabalhos e, principalmente, cumprimentar esta Casa, porque tenho certeza de que a resposta será à altura daquilo que a sociedade brasileira espera e necessita para recobrar a sua confiança no Congresso nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Sr.

Presidente, eu poderia fazer uma questão de ordem a V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senador.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – É que temos uma reunião chamada pelo Presidente do Senado e do Congresso Nacional, e estamos aqui para homenagear tanto aqueles que disputaram quanto aqueles que acabaram vencendo o pleito, e também para ver se o senhor Presidente vai indicar ou não o relator ainda hoje, não sabemos. Gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> para que nos ajudasse a abreviar, a fim de que caminhássemos a um desfecho que é próprio desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vou pedir licença a todos, inclusive cumprimentar o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, porque já pensava ontem e conversava com alguns parlamentares sobre a importância de termos um jurista como V. Ex<sup>a</sup> na relatoria, mas o Fleury encarregou-se de se manifestar a esse respeito. Desculpe-me chamá-lo de Fleury, mas o considero meu amigo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Tudo bem, Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Comunico aos outros que querem falar que irei passar a Presidência, para a escolha do relator e, em seguida, todos poderão continuar com a palavra.

Portanto, proclamo a vitória do Presidente, Senador Amir Lando, e do vice-Presidente, Dr. Paulo Pimenta, a quem passo, com muito orgulho, a Presidência desta Comissão, e espero que o Senador Amir Lando corresponda à expectativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro instalada a presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se destina a apurar responsabilidades a partir das denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Portanto, declaro iniciados os trabalhos e quero, como primeiro ato, designar o relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Designo o Deputado

Ibrahim Abi-Ackel, que, por todos os títulos, por todos os méritos, qualifica-se para desempenhar uma tarefa tão difícil, árdua, mas, sobretudo, corajosa. A formação jurídica do professor Ibrahim Abi-Ackel dá a nós todos e à sociedade brasileira a tranquilidade do exercício de uma tarefa importante, séria, correta e justa. Não tenho dúvidas de que todos nós temos que realçar o passado e o presente daquele que nos ensinou a interpretar, por exemplo, o Código de Processo Civil. Quero dizer, professor Ibrahim Abi-Ackel, que V. Exª oferece o sacrifício pessoal para realizar uma tarefa importante, uma tarefa melindrosa, mas, sobretudo, necessária para apurar as denúncias havidas com relação ao Congresso Nacional e com aquelas pessoas a que esses fatos, logicamente, poderão ser imbricados. Ninguém, nem V. Exª, nem eu, nem o vice-Presidente, o Deputado Paulo Pimenta, haverá de conduzir esta CPMI diferentemente do real, diferentemente da verdade. Por isso, designo V. Exª, ressaltando todas as qualidades que foram resumidas por mim, mas que a história de vida de V. Exª demonstrou já ao País quando serviu não só aqui no Legislativo, mas também no Executivo.

Lembro-me muito bem de V. Exª quando foi instalar o Estado de Rondônia, como Ministro da Justiça. Eu, então Deputado Constituinte, tive a oportunidade de conhecê-lo mais proximamente, de ouvir uma reflexão séria sobre o que era uma unidade federativa. Hoje, vamos trabalhar, com absoluta certeza, em parceria com todos os membros da Comissão, porque o compromisso é de cada um, o compromisso de investigar, o compromisso de elucidar, o compromisso de fazer brotar a verdade. Ninguém esconde a verdade, a verdade nos libertará, como eu disse quando iniciava o meu relatório da CPI do PC. A verdade haverá de nos libertar. Libertar daquilo que é hoje uma preocupação do País. Vamos passar as coisas a limpo, punir eventuais culpados, não vamos prejudicar, não vamos, de maneira nenhuma, sair com idéias preconcebidas, com **parti pris**. Como disse muito bem o nobre Deputado Fleury, vamos fazer a prova determinar a responsabilidade das pessoas e não ao contrário.

Temos que acabar com o denunciismo, que é um perigo tão eficiente quanto a democracia, como é o autoritarismo. Quanto ao denunciismo, quem estudou a história da Revolução Francesa, sobretudo em Lamartine, na história dos girondinos, viu que há um capítulo primoroso em que, lembrando a época dos imperadores romanos, mostrava a suspeição que recaia sobre todos. Se alguém, por exemplo, se mantivesse triste num enterro de um parente que tivesse sido executado pelo Imperador, era suspeito, porque estava demonstrando solidariedade com um parente. Se, por acaso, alguém se recolhia do cenário político,

das circunstâncias, era suspeito, porque naquele momento estava demonstrando uma atitude superior ao ambiente político. Não! Não queremos suspeição, queremos, sobretudo, investigação, apuração de responsabilidades. Tenho absoluta certeza de que todos nós vamos fazer do secreto, do discreto, do sigilo, a arma do sucesso nessa investigação. Essa investigação terá que ser técnica. Nós aqui representamos um juizado de instrução, eu apenas vou presidir, segundo a lei, segundo a legislação e segundo o Regimento. Nada mais vou fazer. A minha vontade aqui, quero deixar para trás. As minhas diferenças pessoais certamente serão esquecidas, porque quero que cada um seja um instrumento de verificação da verdade.

Agradeço a todos, mais uma vez, e quero, nesse momento convidar o relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para que tome assento à Mesa. Em seguida, darei a palavra, mas quero fazer ainda uma pequena proposta.

Como teremos uma semana importante para verificação, porque esta CPMI não parte do zero, ela já tem aqui um acervo de dados, de informações, declarações, depoimentos, documentos, queria fazer uma proposta inicial para que, desde amanhã, fizéssemos uma reunião junto com a Mesa da CPMI dos Correios e pudéssemos, desde logo, requisitar à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e à CPI todas as declarações, todos os depoimentos, toda a documentação pertinente ao fato objeto da operação.

Nobre Senador que conduziu os trabalhos, Romeu Tuma, com muita propriedade e dignidade, quero aproveitar e fazer um elogio a V. Exª, que conheço há tanto tempo, um homem probo, um homem que também tem todos os títulos e que prestou e presta um serviço ao País. V. Exª, mais uma vez, conduz aqui com muita tranquilidade, com a sabedoria de realmente aquelas pessoas que estão acima do bem e do mal, mas que querem a verdade. Muito obrigado pelo trabalho e convido o nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel para que tome assento.

A minha proposta inicial é para que, na semana que vem, possamos analisar toda essa documentação, se assim o relator concordar, porque é quem instiga o processo, ele é que conduz o processo. Eu apenas vou propor as medidas, sempre submetendo à maioria, a maioria é que vai ditar...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Serei muito breve, Sr. Presidente. Apenas para transmitir a V.

Exª que considero adequada e oportuna a sua sugestão. O importante é assegurar, na reunião de amanhã com a Mesa da outra CPMI, o acesso a toda a documentação, para que os membros desta CPMI possam conhecê-los - obviamente com o Relator - e cooperar com o Relator, de maneira ordenada.

Agradeceria se pudessem, V. Exª e o Relator, amanhã, após a reunião com a Mesa da outra CPMI, fazer uma comunicação por escrito – talvez nem precise reunião – a todos os membros, orientando como deverão proceder os que desejarem conhecer os documentos. E quem sabe, então, V. Exª possa marcar a primeira reunião de trabalho já formal, eventualmente prevenido depoimentos, inclusive, para a semana seguinte à próxima, ou seja, a primeira semana de agosto.

Quero apoiar o bom senso de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouvirei a nobre Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A palavra pela ordem deve dizer respeito ao procedimento dos trabalhos. Vamos evitar, assim, que se burle a ordem das inscrições por questões de ordem. Vamos buscar seguir o Regimento, mas ouço V. Exª pela ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, o que quero, logicamente, é parabenizá-lo por várias razões...

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso não é questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – A primeira delas é que V. Exª, de fato, representa a unanimidade desta Comissão e, porque não dizer, destas duas Casas...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, isso não é questão de ordem; é elogio. Agora vou ficar brava. Nós também queremos elogiar. Entre na fila.

**O SR. (Orador não identificado)** – É importante manter a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou manter. Vou manter a ordem da Casa. Se V. Exª tem uma questão de ordem, que a formule imediatamente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, fale logo.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, sabemos que a Deputada, de fato, precisa falar...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não tem que falar de mim. De mim não precisa falar nada. Agradeço. Fale a sua questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Logicamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª pode objetivar a questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, dando continuidade e concluindo o meu raciocínio, quero parabenizar V. Exª e o nosso Relator, pois esta Casa, por intermédio de V. Exª e do nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, tem a certeza que os trabalhos desta Comissão serão totalmente concluídos, atendendo os anseios e a vontade do povo brasileiro.

Parabéns a V. Exª, parabéns a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para objetivar melhor a condução dos trabalhos, agradeço os elogios, de V. Exª - sempre é bom -, mas vamos evitar essas questões, para seguir exatamente na forma do art. 131, §1º, que conceitua o que é uma questão de ordem. Por isso, peço desculpas a V. Exª, mas agradeço todas as considerações feitas.

Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, é um prazer muito grande estar aqui sob a sua presidência. Conhecemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª está inscrita. Não é questão de ordem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso eu sei, pois sou uma mulher educada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só quero registrar isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sou uma mulher educada, respeito o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só estou registrando o fato.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E quero dizer aqui, como membro da Oposição – sou do PSDB da Câmara Federal –, que já houve um discurso aqui do PSDB do Senado, pelo Senador Arthur Virgílio. Mas estou representando aqui o PSDB da Câmara.

Votei numa chapa diferente. Portanto, tenho mais autoridade até para elogiar V. Exª, porque o Governo, a Base Aliada do Governo conseguiu eleger membros – a Presidência, a Vice-Presidência e a Relatoria – com pessoas absolutamente dignas. Isso é o que quero realçar.

Nós, da Oposição, tínhamos receio, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, de que o Governo quisesse comandar esta CPI mista, como tínhamos também o mesmo receio na CPMI dos Correios. No começo, ficamos muito espantados quando perdemos uma eleição como esta de hoje e foi instalada a CPMI dos Correios com a Presidência, a Vice-Presidência e a Relatoria todos da Base de Governo. E tínhamos esse receio também aqui.

Lá, no entanto, estamos satisfeitiíssimos, porque o Presidente, Senador Delcídio Amaral, está indo muitíssimo bem, e o Relator, Deputado Osmar Serraglio, também está indo muitíssimo bem. Assim, eu dizia aqui hoje que tínhamos a possibilidade de ter o Senador Amir Lando como Relator e, como Presidente, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Eu queria um Deputado na Presidência. E cheguei a falar para S. Ex<sup>a</sup>: “Penso que V. Ex<sup>a</sup> daria um bom Presidente, como também o Senador Amir Lando daria um bom Relator”. Assim também o Deputado Paulo Pimenta, que tem experiência de CPI no Rio Grande do Sul. Tenho trabalhado com S. Ex<sup>a</sup> na CPI das Armas, e ele é um excelente Deputado.

Aqui não estamos atrás de partidos, não estamos atrás de Governo, mas estamos atrás do Legislativo, que está sendo prejudicado, e muito, por essas denúncias todas.

Então, fico muito contente. E fiquei aqui até agora para cumprimentá-lo, Senador Amir Lando, por quem tenho o maior respeito. Conheci V. Ex<sup>a</sup> na reforma do Poder Judiciário, eu como Relatora na Câmara e V. Ex<sup>a</sup> aqui no Senado, fazendo um trabalho bonito e bem feito. Depois cumprimento o nosso querido Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que hoje está colhendo os louros de um trabalho que foi feito ao longo dos anos. V. Ex<sup>a</sup> foi muito injustiçado lá atrás. Sou testemunha disso. Passei muitos anos em dúvida sobre alguns aspectos políticos da sua vida, mas, quando cheguei na Câmara Federal, em 1995, penitenciei-me perante V. Ex<sup>a</sup>. E passei esses últimos 11 anos me penitenciando a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado um conhecimento jurídico e uma imparcialidade na conduta no Legislativo de que temos muito orgulho. Tenho muito orgulho de V. Ex<sup>a</sup>, e hoje V. Ex<sup>a</sup> me orgulha mais ainda ao ser Relator desta Comissão Mista que vai apurar a compra de votos, o “mensalão”, enfim, tudo aquilo que enoja a população brasileira.

Todos estão de olho em nós. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem uma missão, como também tem uma missão o Senador Amir Lando e também o Deputado Paulo Pimenta. V. Ex<sup>as</sup> serão os nossos comandantes; vamos ser comandados por V. Ex<sup>as</sup>. Mas temos certeza absoluta de que será o melhor trabalho que vamos fazer. Só tenho a agradecer. Perdi a eleição, mas ganhei um senhor presidente, um senhor relator e um senhor vice-presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero agradecer as palavras da nobre Deputada Zulaiê Cobra e dizer a S. Ex<sup>a</sup> que a nossa tarefa é conduzir os trabalhos, que serão realizados, isto sim, por V. Ex<sup>as</sup>. Seremos aqui, como já disse, nada mais

do que um juiz, um magistrado no sentido de conduzir todas as ações para revelar a verdade. Nada mais do que isso.

Quero conceder a palavra, na seqüência, à Senadora Fátima Cleide.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Serei muito breve. Quero apenas elogiar V. Ex<sup>a</sup> e a Mesa eleita hoje para a condução dos trabalhos desta Comissão, que terá uma responsabilidade enorme, qual seja, a defesa do Legislativo, todavia mostrando à população aquilo que aconteceu de errado no nosso meio. Estamos aqui para isso. E, tenho certeza, esta Comissão fará o seu trabalho da forma como a sociedade está exigindo que seja feito.

Não poderia deixar de dizer também, Sr. Presidente, que é um orgulho para nós, do Estado de Rondônia, ter a presença de V. Ex<sup>a</sup> na Presidência desta Mesa. Para nós, que estamos vivenciando momentos tão difíceis no nosso Estado, a eleição de V. Ex<sup>a</sup> para Presidente dos trabalhos desta Comissão só vem causar orgulho a toda a população de Rondônia. Portanto, não poderia deixar de registrar isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero agradecer as palavras bondosas de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que aqui há uma ponta de bairrismo, pois somos do mesmo Estado e só isso poderia explicar...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – São quatro componentes titulares, na Comissão, do Estado de Rondônia. Não poderíamos deixar passar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ... essas palavras tão confortadoras de V. Ex<sup>a</sup>.

Passo a palavra, em seguida, ao Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Senador Amir Lando, quero cumprimentá-lo, neste momento, como também ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, e ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, e dizer que como tive a honra de participar com V. Ex<sup>a</sup> na Comissão Mista de Orçamento sou testemunha da maneira correta e da lisura com que se comportou naquela Comissão e, depois, como Líder do Governo. Com certeza, nesta Comissão, a atuação de V. Ex<sup>a</sup> não será diferente das outras oportunidades em que tive a honra de estar com V. Ex<sup>a</sup>. Da mesma maneira em relação ao Deputado Paulo Pimenta e ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Esta Comissão tem uma enorme responsabilidade, qual seja, investigar os fatos, fazer justiça às pessoas que nada devem e indicar aqueles que não merecem o convívio nesta Casa.

Parabenizo, V. Ex<sup>a</sup> e a todos que compõem esta Mesa. Que os trabalhos produzam os frutos que a sociedade brasileira espera.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado José Rocha, quero agradecer as palavras elogiosas com respeito a minha pessoa e à Mesa, ao Relator e ao Vice-Presidente, e dizer a V. Exª que vamos conduzir os trabalhos para honrar o País, o nosso mandato e o Congresso, tenha absoluta certeza. Mas o trabalho é de cada um de nós e de todos.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sr.

Presidente, também quero saudá-lo na tarefa que assume de presidir esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, e ao Relator escolhido por V. Exª, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, e dizer da convicção que temos de que esta Comissão cumprirá a sua missão. É uma missão que não agrada a nenhum de nós envolvidos nela, mas é necessária, visto que a Nação cobra isso. Esta Casa, portanto, tem a responsabilidade de atuar e tomar todas as iniciativas necessárias para que os esclarecimentos sejam produzidos.

Esse não é um desafio ou uma tarefa do Governo ou da Oposição; esta Comissão terá que funcionar com uma responsabilidade do conjunto das duas Casas. A nossa responsabilidade, portanto, é extraordinária. Por isso, esse receio que alguns setores da Oposição esboçaram inicialmente não tinha nenhum cabimento, ou seja, não pretendem, Governo ou Oposição, denunciar pessoas que, por acaso, não estejam envolvidas em qualquer fato. O esforço tem que ser coletivo, das duas Casas. E é assim que estamos atuando nesta Comissão.

Sr. Presidente, como ponderação a respeito do funcionamento: naturalmente o Relator vai se debruçar sobre uma proposta, um cronograma de trabalho, e a Mesa, em conjunto, vai fazê-lo. Mas como foi anunciado que na semana que vem haverá um esforço de coleta de informação, e somente a partir do dia 2 teríamos reunião da Comissão plena, fico preocupado se não seria o caso de nós verificarmos a possibilidade de ter de deliberar alguma coisa. Não sei se não teríamos necessidade de deliberar algo ainda na semana que vem. Reunirmo-nos daqui a 15 dias para alguma deliberação pode ser um tempo demasiadamente longo, dados os acontecimentos, a intensidade das informações que têm surgido. Então pondero se não seria o caso de, na semana que vem, programarmos alguma reunião da Comissão, caso haja necessidade de deliberação, é claro que a critério de orientação do Relator e da própria Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tenho aqui uma precedência: o Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, me pede a palavra. Há dois oradores

inscritos, os Deputados Odair e Miguel de Souza, mas concedo prioritariamente a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, sugiro a V. Exª, para início dos trabalhos, que, **ad referendum** do Plenário, sejam requisitados à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, à Corregedoria da Câmara e à Comissão de Ética da mesma Casa todos os documentos produzidos até este momento naquelas diversas instâncias de apuração dos fatos. De posse desses documentos e em conjunto com a assessoria desta Comissão, sugiro a V. Exª que façamos um extrato de todas as referências, alusões, indicações alusivas a pagamentos a membros da Câmara para votação favorável aos projetos do Governo. Teremos, com isso, em documento à parte, uma espécie de extrato em que toda essa matéria estará devidamente compendiada com a individualização de cada um dos depoentes. Enquanto não se instalam os trabalhos de forma definitiva, poderíamos nos dedicar a esse levantamento das pistas existentes para orientar o nosso trabalho. A isso, obviamente, vai se acrescentar o depoimento de todas as pessoas que forem objeto de requerimento por parte dos Srs. membros da Comissão. Tomado assim de surpresa, logo na primeira reunião, parece-me ser essa a primeira providência a ser tomada. Nossa CPMI não iniciaria os trabalhos no vago das sugestões, mas já baseada num roteiro de indícios produzidos em outras instâncias de apuração.

Quanto à conduta deste Relator, Sr. Presidente, devo deixar registrado nos **Anais** que, tal como V. Exª, a partir deste instante, enquanto estiver incumbido do múnus da Relatoria, não pertenço a Partido, nem à base do Governo, nem à Oposição. Funcionarei como juiz no limite da minha capacidade e devo deixar desde logo fixado que a minha orientação é a de que a inocência permanece até prova em contrário; a boa-fé se presume até prova em contrário, e que aos acusados, em processo de qualquer natureza, são assegurados, nos termos do art. 5º da Constituição Federal, o contraditório e a ampla defesa, com todos os recursos a ela inerentes.

Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero dizer a V. Exª que submeto ao Plenário as sugestões de V. Exª.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as sugestões de V. Exª que foram exatamente as sugestões já anunciadas nesta Casa, nessa linha que V. Exª muito bem amplia para a Comissão de Ética, porque esta Comissão já dispõe de material para análise e para verificação inicial. Não há que se estabelecer um roteiro prévio; quem investiga é comandado pelos fatos. Os fatos é que estabelecem relações lógicas e necessárias na medida em que vão se descortinando. É isso mesmo, vamos investigar com seriedade e vamos já dispor de toda essa matéria, como bem disse V. Exª, e disponibilizar a todos os Deputados o resumo. Para quem quiser informações maiores, estará à disposição nos arquivos, é claro que guardados o sigilo e todos os cuidados necessários, porque não podemos sair fazendo denúncias sem a coleta final da prova.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odair, representante de Minas Gerais.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Sr. Presidente, dado o avançado da hora, serei breve. Quero apenas cumprimentar V. Exª e o Deputado Paulo Pimenta pela eleição e dizer que seremos muito bem conduzidos por V. Exª nesta árdua tarefa e missão que temos de separar o joio do trigo. É uma grande tarefa e uma grande missão o que temos neste momento. Quero também cumprimentar V. Exª pela excelente escolha, Sr. Presidente, Senador Amir Lando, do nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que honra o Parlamento, o seu Partido, a Câmara dos Deputados e, com certeza, o nosso Estado de Minas Gerais, que muito se orgulha do trabalho que S. Exª presta a Minas Gerais e ao Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Agradeço as palavras de V. Exª no que se refere aos elogios à Mesa.

Passo a palavra ao nobre Deputado Miguel de Souza.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, quero, em nome do PL e em meu nome também, cumprimentar V. Exªs pela eleição para condução deste trabalho. Nós também, que somos seus conterrâneos de Rondônia, que conhecemos sua história, sua trajetória desde Deputado Estadual Constituinte na formação do Estado; depois, aqui neste Congresso, como Relator da famosa CPI do PC Farias, e em tantas outras missões que V. Exª teve, mais recentemente como Ministro da Previdência, sempre com a lisura e correção que lhes são peculiares e também pela sua competência jurídica.

Não obstante, o nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, já demonstra, em sua primeira ação, aquilo que vem ao encontro dos anseios desta Casa, pegar

já, a partir do zero ao existente na Comissão dos Correios, as propostas formuladas para buscar provas a fim de, com lisura, trazermos à luz os fatos para esta população que está ansiosa e indignada, assim como a imprensa.

Precisamos realmente esclarecer e elucidar. Tenho certeza, Sr. Presidente, que com competência e conhecimento jurídico V. Exª poderá conduzir os trabalhos para que possamos, o mais breve possível, trazer o resultado desta Comissão para a nossa sociedade, que conclama e espera tanto.

Parabéns e que Deus ilumine V. Exªs.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Agradeço ao nobre Deputado Miguel de Souza, meu conterrâneo. Representamos o nosso querido povo de Rondônia, tão vilipendiado em certos momentos, mas quero dizer que o mais importante é punir os culpados cuja culpa esteja devidamente formada. Na democracia, e aí sua vantagem, a liberdade permite às vezes até a atitude ilícita, mas há um recurso, um remédio, para recolocar as coisas nos devidos lugares e recompor os danos.

Ao encerrar, concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, ilustre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, nosso Relator, quero ser bastante breve. Em primeiro lugar, agradeço a confiança que me foi dispensada pelos ilustres Parlamentares que, pela eleição da nossa chapa, conduziram-me a esta responsabilidade, a esta missão. Quero dizer, Sr. Presidente e ilustre Relator, que me sinto absolutamente honrado em poder compartilhar com dois Parlamentares consagrados, que honram o Congresso brasileiro, esta tarefa de estar diante de uma missão muito difícil. A sociedade brasileira vive um momento delicado, e nós precisamos dar uma resposta à altura da expectativa que o povo brasileiro deposita no trabalho deste Parlamento e, em especial, desta Comissão.

Tenho certeza de que, sob a sua Presidência, sob a Relatoria do Deputado Ibrahim Abi-Ackel, vamos, juntamente com todas as Srªs e os Srs. Parlamentares que fazem parte desta Comissão, realizar um trabalho digno, isento, que possa reconstituir em nível mais elevado uma relação de confiança e credibilidade da sociedade para com o Parlamento brasileiro como um todo. De minha parte, V. Exª conte com um parceiro de trabalho à sua disposição, para cumprir as tarefas que me forem conferidas e colaborar para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Agradeço as referências a minha pessoa. A responsabilidade é igual. Presidente ou Vice-Presidente, quan-



do assumem, vão conduzir os trabalhos da Comissão com absoluta segurança e regularidade, e também o nobre Relator, que há de fazer a tarefa pior, maior, a tarefa exatamente de juiz relator. Aqui, o processo é comandado por V. Ex<sup>a</sup>. Eu apenas, nas reuniões de Plenário da Comissão, irei conduzir os trabalhos. Nada mais do que isso. O resto é com todos os membros, que haverão de instigar esse processo para a busca da verdade.

Nada mais havendo a tratar, apenas quero registrar que amanhã faremos uma reunião aqui com a Mesa e não posso precisar a hora porque dependo da confirmação da Mesa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Farei um esforço no sentido de que essa reunião se realize entre 10 horas e 11h30. A Secretaria me oferece um horário... Peço que a Secretaria faça imediatamente os contatos e veja uma área disponível. Estaremos mais disponíveis entre as 10 horas e meio-dia. Vou colocar esse período, que será confirmado em seguida e comunicado, pela Secretaria, aos Srs. Relator e Vice-Presidente.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional.

*(Levanta-se a reunião às 17 horas e 33 minutos.)*

#### ATA DA 2ª REUNIÃO – REALIZADA EM 1 DE SETEMBRO DE 2005

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas e quarenta minutos, na sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com a presença dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, João Batista Motta, Amir Lando, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes, e Antônio Leite e dos Deputados Odair Cunha, Paulo Pimenta, João Correia, Mauro Lopes, Wladimir Costa, José Rocha, Julio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Araújo, Raul Jungmann, Paulo Baltazar e Daniel Almeida, José Divino, Chico Sardelli, Pedro Canedo, Carlos Dunga e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995,

QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 2ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Inicia-se a sessão destinada a apreciação de requerimentos. O Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que presta esclarecimentos sobre a forma como pretende conduzir os trabalhos da relatoria. Posteriormente passa a palavra aos seguintes parlamentares: Arnaldo Faria de Sá, João Correia, José Jorge, Agnaldo Muniz, Zulaiê Cobra, Perpétua Almeida, Eduardo Suplicy, Odair Cunha, Sibá Machado, Paulo Baltazar, Wladimir Costa, João Costa, Paulo Baltazar, José Divino e Mauro Lopes. O relator retoma a palavra para prestar mais alguns esclarecimentos, tendo sido aparteado pelos seguintes parlamentares: José Araújo, João Correia, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Raul Jungmann e Ana Júlia Carepa. O Presidente põe em votação os Requerimentos nºs 3 e 14. Foram aprovados o **Requerimento nº 03**, apresentado pelo Deputado José Rocha, e o **Requerimento nº 14**, apresentado pelo Dep. Fernando Coruja, que requerem a convocação do Deputado Roberto Jefferson. O Deputado Arnaldo Faria de Sá pede verificação de votação. O Vice-Presidente faz a verificação de voto e constata que vinte parlamentares foram favoráveis à convocação do Deputado Roberto Jefferson, um contra. O voto do Deputado Renato Casagrande foi considerado nulo por constar como suplente e não como titular na lista de presença. O voto do Deputado Wladimir Costa foi considerado válido, pois sua substituição ao antigo titular já havia sido comunicada à CPMI mediante ofício enviado pelo seu partido. Dessa forma foi confirmada a convocação de reunião da CPMI para ouvir o Deputado Roberto Jefferson. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia três de agosto deste ano, quarta-feira. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

##### O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 7, de 2005, CN, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas, por membros do Congresso Nacional, com

a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor nas deliberações da proposta de Emenda à Constituição nº 01, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa, e a coloco em votação. Se alguém quiser a leitura... Ou, dispensada a leitura, vamos logo à votação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Peço a dispensa, Sr. Presidente, da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª, e coloco em votação a ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo ninguém que se manifeste contrariamente, aprovada.

Esclareço inicialmente que há um requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador Augusto Botelho justificando a sua ausência da presente reunião.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à apreciação de requerimentos e a definição de algumas preliminares, inclusive, quero colocar em discussão, a nossa competência, a competência jurisdicional desta Comissão.

É importante a definição da própria Comissão do seu objeto, e nós teremos que discutir essa matéria, além de aprovar alguns requerimentos que submeteremos à apreciação, à discussão e à votação dos senhores.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, esta Comissão, como se encontra explícito no seu ato de constituição, se destina a apurar fatos relevantes amplamente divulgados na imprensa, que constam inclusive de depoimentos prestados por Parlamentares a outras instâncias de apuração da Câmara dos Deputados, ligados à alegada existência de um pagamento regular, ou de um pagamento isolado, destinado a conquistar votos de parlamentar, de Deputados federais, para a aprovação de projetos de interesse do Governo.

Toda a matéria circunscrita a todas as comissões parlamentares de inquérito sobre esse assunto, inclusive a Comissão de Sindicância, inclusive a Comissão de Ética, todas as apurações têm por alvo apurar os acontecimentos ocorridos a partir de 2002, de 2003, posto que não há referência alguma à existência de fatos análogos antes dessa data.

Antes desses fatos, sete anos antes, na eleição de 1988, recebi uma ajuda de campanha da comissão

incumbida das finanças da campanha do Governador Eduardo Azeredo e do Vice Clésio Andrade. Imediatamente uma publicação procurou estabelecer vínculo entre 1988, com toda a insuspeição que naquela época marcava as campanhas eleitorais, com esses fatos tidos como criminosos que se apuram e ocorridos a partir de 2003.

Imediatamente publiquei uma nota de esclarecimento negando o fato e arrolando como testemunha dessa negativa a pessoa que melhor poderia depor a respeito. As notas de esclarecimento costumam ter apenas a assinatura da pessoa que esclarece, mas esta minha nota de esclarecimento contém, junto com a minha, a assinatura da pessoa que fez o pagamento, com a descrição de sua fonte legítima, insuspeita.

Essa nota de esclarecimento foi remetida a cada uma das senhoras, a cada um dos senhores membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Mas como é possível que, em razão do grande volume de correspondência, ela possa não ter sido objeto de atenção de algum dos Srs. Parlamentares, aqui está ela na íntegra, assinada por mim e pelo Sr. Cláudio Mourão, coordenador financeiro da campanha de Eduardo Azeredo nas eleições de 1998, da qual se diz que o depósito da contribuição foi efetuado por ordem do Sr. Cláudio Mourão, responsável pelas finanças da referida campanha, campanha de Eduardo Azeredo e de Clésio Andrade, por meio de agência de publicidade sobre a qual, na ocasião, não pesava qualquer suspeita nem tínhamos razão para duvidar da regularidade da sua conduta. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel afirma categoricamente que jamais conheceu e nem conhece o Sr. Marcos Valério.

É impossível, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, carrear fatos de 1998 praticados por um Governador insuspeito pela lisura da sua conduta, homem digno, que dirigiu o Governo de Minas Gerais por quatro anos sem qualquer eiva de suspeição quanto à dignidade da sua conduta e inseri-lo, introduzi-lo em acontecimentos ocorridos sete anos depois, que são esses objeto das nossas investigações.

O Sr. Deputado Raul Jungmann, titular do meu respeito, pediu-me esclarecimento por meio de um requerimento, e eu os estou prestando agora publicamente. E esses esclarecimentos são os seguintes: quem supõe que o cargo de relator desta CPMI possa constituir uma espécie de reconhecimento de mérito ou uma espécie de prêmio pelo desempenho parlamentar está cometendo um grave equívoco. Não há missão mais espinhosa, nem mais difícil, nem mais sofrida do que ter, por cumprimento do dever, que apurar conduta de colegas com os quais talvez tenha tido por mais de 20 anos convivência próxima ou talvez íntima na

Câmara dos Deputados. Aceitei porque, na ocasião, o meu nome foi o único que encontrou consenso das Lideranças, e assumi com pesar esse encargo com a firme disposição de trabalhar dentro das seguintes posições: como Relator desta comissão, não pertencço a partido, não sou do Governo e nem sou da Oposição. Vamos interpelar os fatos, além de pessoas vamos interpelar fatos, com independência, com lisura e com isenção. Nada me impede de fazê-lo. O pequeno auxílio que recebi em 1998 não tem absolutamente nenhum vínculo, nenhuma ligação, ainda que remota. Não há absolutamente possibilidade de se estender causa e efeito entre uma coisa e outra. E, se assim fosse, creio que não se encontraria relator em condições para desincumbir-se dessa missão.

São esses esclarecimentos que quero prestar à Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão, assegurando-lhes que, de minha parte, não terão o que indicar em matéria de inclinação ou de comprometimento na apuração da verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Em seguida, ao Deputado João Correia.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, inicialmente quero hipotecar meu apoio ao nosso Relator, eminente jurista Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Mas o que me faz pedir a palavra a V. Ex<sup>a</sup> é que tomei conhecimento pela imprensa que a nossa Comissão já teria uma pauta de audiências estabelecida, inclusive a primeira para a próxima quarta-feira, sem que nenhum requerimento tenha sido votado. Então, quero chamar a atenção da Secretaria da Mesa ou da Mesa seja lá quem for, é que não se pode anunciar – e não sei quem foi que anunciou – uma pauta sem que a Comissão tenha decidido. Acho que é um perigo que não podemos começar a cometer. Creio que não se pode decidir, em nome da Comissão, um ou outro componente da Mesa da Comissão ou a Secretaria da Mesa.

Portanto, a questão de ordem que formulo a V. Ex<sup>a</sup> é se já foi aprovado algum requerimento de que eu não tenha conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Apenas foram aprovados seis requerimentos em que solicitamos informações.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sim, o de convocação?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, de convocação não. Apenas seis requerimentos de informações ao Ministério Público Federal, à Comissão de Ética, à Corregedoria, à própria CPMI dos Correios. Enfim, foram requerimentos nessa linha, solicitando informações ao Ministério Público Federal,

à Polícia Federal também, material que, aliás, não recebemos, a não ser informação do Procurador-Geral da República de que nada tinha em sua posse, algo pertinente ao objeto da investigação desta CPMI. De modo que não houve votação de nenhuma convocação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dizer que a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup> é procedente e agiremos estritamente dentro do Regimento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É que eu li uma entrevista do Vice-presidente da Comissão dizendo que já tinha estabelecido um cronograma de convocação, e não tinha conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero manifestar o meu desapontamento em relação aos esclarecimentos prestados pelo eminente Relator Ibrahim Abi-Ackel. Em que pese a desnecessidade de suas explicações pela sua trajetória, sinceramente, eu aguardava que o nobre Deputado declinasse da condição de Relator, para evitar constrangimentos para si e para esta Comissão, na medida em que fatos noticiados o vinculam direta ou indiretamente, correta ou incorretamente, culpado ou inocente, ao epicentro da crise que estamos vivenciando, que é o Sr. Marcos Valério. Também, para minha surpresa, o envolvimento, direto ou indireto, nos mesmos argumentos do Senador Eduardo Azeredo.

Por conseguinte, quero sugerir que discutamos claramente, do ponto de vista ético, a capacidade que terá o Deputado Ibrahim Abi-Ackel de ser o relator desta Comissão, se esta Comissão não ficará permanentemente tendo que prestar explicações a todo o povo brasileiro de ter um relator que não está absolutamente limpo – aliás, inclusive, Presidente, limpo no sentido de que há uma suspeição, há uma acusação que envolve o seu passado.

É inegável a estatura do Deputado Abi-Ackel do ponto de vista jurídico, enfim, de todos os pontos de vista que o qualificam. No entanto, acho que é necessário que esta Comissão discuta com muita sobriedade, com muita serenidade, esse que não é um detalhe, é algo substantivo, substancioso.

E mais, Sr. Presidente, gostaria muito que V. Ex<sup>a</sup> pedisse, exigisse aqui que cada membro desta Comissão, indiscriminadamente, ofereça a ela, à Comissão, a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, porque esta Comissão, no meu modo de entender, não pode correr o menor risco de não ter as suas decisões

definidas e respaldadas numa investigação profunda e necessária que o povo brasileiro deseja.

Por isso, eu gostaria então que fossem consideradas essas ponderações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Consulto o nobre Relator se deseja pronunciar-se a respeito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Gostaria também de me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Relator, tenho que dar preferência pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Gostaria também de me inscrever.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, em seguida gostaria também de me inscrever, por favor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, logo após, eu gostaria também de me inscrever pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Temos que nos restringir à questão de ordem sobre esse tema que está sendo objeto de discussão...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas agora já concedi a palavra a V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço a V. Exª e devo dizer o seguinte: na verdade, Sr. Presidente, sobre essa questão referente às notícias sobre o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, sobre suas explicações, sobre as cobranças do Deputado João Correa, a nossa opinião é a que, na realidade, defendemos aqui desde o início, ou seja, que a Mesa desta CPI tivesse a participação da Oposição e do Governo. Isso foi o que defendemos na CPI dos Correios, e perdemos; defendemos isso na CPI dos Bingos e ganhamos no voto. Infelizmente, disputamos a eleição aqui e perdemos. Lançamos um candidato, e V. Exª ganhou; indicou o Deputado Ibrahim Abi-Ackel como Relator. Como Oposição, consideramos que cabe a V. Exª, como Presidente, e ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como Relator, tomar essa decisão.

Como a CPI é uma CPI que chamamos de “chapa branca”, quer dizer, toda a Mesa é indicada pelo Governo, numa eleição democrática, vitoriosa – é uma vitória ampla pela maioria que o Governo tem –, va-

mos nos abster de opinar sobre essa questão específica. Deixamos que V. Exª, como Presidente, que é quem indica o Relator, e o próprio Relator, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, verifiquem aquilo que for melhor para a Comissão.

Ficaremos aqui na nossa posição de minoritários e oposicionistas e vamos fiscalizar, seja o Relator o Deputado Ibrahim Abi-Ackel ou outro que V. Exª indicar. Essa é a opinião da Oposição, que eu gostaria de manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Responderei essa questão de ordem posteriormente.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Agnaldo Muniz. Depois, eu a concederei à Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, quando o Presidente desta Comissão definiu que o Relator seria o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, iminente jurista, com ilibado conhecimento, com história dentro do Parlamento brasileiro, com uma vida pública ilibada, a sua escolha se deu por consenso. S. Exª foi elogiado dentro do Plenário, por entendermos que faria um bom trabalho. Mas, desde o início da criação deste CPI, houve sempre um grupo trabalhando no sentido de desestabilizar a implantação desta CPI do Mensalão, certamente porque vamos trabalhar para esclarecer a sociedade brasileira, sem nos deixar influenciar por “a” ou por “b”. Faremos um relatório claro, ético, sem que haja forma de anulá-lo por não observarmos questões jurídicas de fundamental importância.

Quando o Relator traz o esclarecimento a respeito desse assunto veiculado na imprensa, deixou clara a sua lisura. Penso que teremos de chamar aqui o Eduardo Azeredo. Se for preciso, teremos de chamar aqui o Vice-Governador de Minas Gerais, talvez até o Governador Aécio Neves, para vir falar sobre esse assunto. Mas aqui há um documento que deixou claro para a sociedade que não existe nada nesse sentido.

Quando se fala que é uma CPI “chapa branca”, ela foi instalada dessa forma porque assim a Oposição trabalhou. Ela seria instalada na Câmara dos Deputados, mas se levou em consideração o Regimento Interno, o que estabelece nosso Regimento, que foi feito pelos Senadores e pelos Deputados Federais. Então, se há alguma crítica com relação à CPI “chapa branca”, tem de se mudar o Regimento Interno da Casa, tem de se discutir a lei que estabeleceu isso.

Portanto, Sr. Presidente, tenho a certeza de que a sociedade brasileira terá um esclarecimento claro. Ao Relator e à sua pessoa, Sr. Presidente, hipoteco nosso apoio, porque ninguém controla CPI. O Presidente da República não tem controle. O Presidente

do Senado Federal não tem controle. O Presidente do Congresso Nacional não vai conseguir controlar nem o Presidente da Câmara dos Deputados. Nem Partido político nenhum vai controlar o trabalho desta CPI, porque aqui há pessoas representantes de todos os Partidos políticos. Será chapa-branca se os Parlamentares dos Partidos não fizerem o seu trabalho aqui dentro, e tenho certeza de que cada Partido escolheu pessoas dignas, Parlamentares que têm condições de desempenhar um excelente trabalho aqui.

Portanto, quero aqui parabenizar, Sr. Presidente, o início desses trabalhos.

Estou com vários requerimentos. Quero que hoje possamos aprovar um sistema de trabalho para trazer-mos aqui as pessoas que estão sendo denunciadas pela imprensa, trazermos aqui todos os depoimentos.

Até faço uma afirmação: precisamos trazer para cá todos aqueles esclarecimentos que foram prestados na CPMI dos Correios e na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados para iniciarmos em cima do que já foi feito, até mesmo para não fazermos a mesma coisa duas vezes. O trabalho que foi feito na CPMI dos Correios é um excelente trabalho, mas chegou o momento de desvincular. Estão discutindo na CPMI dos Correios questão de compra de votos, mas lá tem de se discutir a questão dos Correios. Aqui, vamos discutir a compra de votos, seja do PFL, seja do PMDB, seja do PSDB, seja de qual Partido for. Vamos para cima e quem for culpado tem de ser punido. É isso que queremos. Tenho certeza de que o relator vai trabalhar nesse sentido, porque assim hipotecou a sua palavra. Agora, já esclareceu. E não vamos aceitar pessoas virem querendo trazer problemas para tentar desestabilizar o seu relatório, porque tenho certeza de que, quando fizer o seu relatório, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, vai ser um relatório digno e aqueles que forem culpados serão punidos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes de conceder a palavra à Deputada Zulaê Cobra, consulto o relator, que me havia solicitado a palavra para prestar alguns esclarecimentos. Quer fazê-lo **a posteriori**?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG )

– Farei **a posteriori**, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, concedo a palavra à nobre Deputada Zulaê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Sr. Relator, nosso querido

Deputado Ibrahim Abi-Ackel, acho que aqui temos uma situação que é legítima.

Eu sou Oposição, sou PSDB. Nós perdemos uma eleição – fizemos uma chapa e perdemos uma eleição. V. Ex<sup>as</sup> que estão na mesa ganharam uma eleição. Portanto, legitimamente, estão ocupando os cargos para os quais foram eleitos. Não podemos aqui destituir ninguém pelo fato de que alguém esteja falando alguma coisa.

As suas explicações são válidas, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, porque são coisas do passado remoto, que não têm nada a ver com aquilo que estamos investigando. Portanto, as suas explicações bastam à minha pessoa. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai nos dar melhores explicações ainda, no decorrer, talvez, de um chamamento na própria CPMI dos Correios. Estão chamando já o ex-Governador Eduardo Azeredo. Enfim, temos muitos meios de chegarmos a colocar a diferença entre campanha de 1998 e a questão hoje do “mensalão” e a questão de compra de votos. Portanto, são situações bem diferentes. Depois, V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um Deputado cujo comportamento moral nos dá muito orgulho. Falei isso na sua posse e volto a repetir. Estou com V. Ex<sup>a</sup> há dez anos, quase onze. V. Ex<sup>a</sup> tem sido o relator de quase todas as matérias que temos na Comissão de Justiça desta Casa. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem uma compostura e uma postura ética, moral e jurídica que está acima de certos comentários. Portanto, a meu ver, V. Ex<sup>a</sup> somente deixa a relatoria se quiser, porque foi eleito legitimamente para o cargo. Estamos aqui para dar margem a esta realidade.

Eu, como Oposição, volto a dizer. Não gostam da palavra “chapa-branca”, mas é uma palavra que estamos usando para dizer que foi eleita uma chapa composta de elementos que são base do Governo. Acabou. Só isso. E ganhou a eleição, ganhou legitimamente no voto. Eu sou uma mulher de democracia. Ganhou no voto, acabou. Ganhou. Portanto, estou aqui prestando as minhas homenagens. Sr. Presidente, e temos de caminhar.

A minha outra questão, que não é essa preliminar, é a dos requerimentos. Não sei se vamos discutir agora ou depois, porque há requerimentos demais de provas já feitas. E como entre esses requerimentos já há pedidos de cópia dos depoimentos dados, penso que não precisamos ouvir as pessoas que já foram ouvidas. Isso, no meu entendimento.

Portanto, deixarei para uma próxima oportunidade a discussão dos requerimentos.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

Hoje, ainda não estamos rígidos quanto ao tempo; isso será estabelecido depois. Como este é o primeiro dia de reunião, está havendo uma certa quebra do Regimento, embora ninguém houvesse usado e abusado do tempo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Muito obrigada, Sr Presidente. Cumprimento V. Exª, o nosso Vice-Presidente e o nosso Relator, Ibrahim Abi-Ackel.

Tenho a opinião de que esta deva ser uma das CPIs mais importantes para o Congresso Nacional, pois é a CPI que tem por obrigação investigar a Casa internamente. Como queiram alguns, esta Comissão levantará o tapete destas Casas ou, como outros preferem, ela levantará o tapete da Câmara Federal.

A situação de todos aqui é incômoda, nobre Relator, porque estaremos, queiramos ou não, investigando colegas de trabalho. Creio que ninguém gostaria de estar fazendo isso, mas o dever nos chama. A obrigação nos chama.

Esta é a CPI que, na minha opinião, vai limpar a imagem do Congresso Nacional, que hoje está sob suspeita. O Congresso está ferido e desmoralizado, é só ver as pesquisas. E não adianta levantar as mãos para o céu e dizer que está livre disso. Pode o seu nome nunca aparecer lá naquele papelzinho, como eu sei que o meu nunca aparecerá nos relatórios da CPI, mas não estamos livres da opinião pública, que está descrente da ação e da função parlamentar.

Portanto, o Congresso Nacional está ferido de morte, e penso que esta CPI resgatará a nossa ação parlamentar, retomar a credibilidade da ação política-parlamentar e dos Partidos políticos também.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu particularmente aprendi a respeitar V. Exª. Sou uma parlamentar que cheguei agora, mas já acompanhava a sua trajetória. Eu, particularmente, se estivesse em seu lugar, não gostaria de ficar dando explicações diariamente, como ficarão lhe pedindo. Por mais que se acredite no papel que V. Exª apresentou, V. Exª será constantemente chamado a se explicar sobre isso e será questionado sobre a sua posição em avaliar outros Parlamentares. Como também o Senador Azeredo terá de se explicar, o Governador de Minas, Aécio Neves, de acordo com o que os parlamentares disseram aqui. Trata-se de uma decisão de foro íntimo de V. Exª. Mas aqui é preciso que não tenhamos de ficar nos explicando. Essa é a minha opinião. Se pudermos evitar explicações, melhor ainda, porque temos uma tarefa difícil e dura, que é punir colegas de trabalho. Se for necessário, alguns serão punidos. Se a renovação for drástica, terá de ser feita, mas é preciso limpar a imagem do Congresso Nacional.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr Presidente, Senador Amir Lando, Deputado Paulo Pimentel, prezado Deputado Ibrahim Abi-Ackel, votei em V. Exª conforme indicação dos Partidos que compõem a Base aliada. Perdão, votei no Presidente e no Vice-Presidente, mas ciente de que o Senador Amir Lando, levando em consideração a indicação feita pelos Líderes da Base aliada, iria nomeá-lo Relator.

Mas gostaria de ponderar – e V. Exª sabe, porque eu mesmo já disse, na semana passada, até da tribuna do Senado, inclusive quando o Líder Aloizio Mercadante avaliou que estaria V. Exª numa situação de dificuldade e, dada até a sua extraordinária formação jurídica, que todos respeitamos, muito provavelmente, se consideraria impedido de ser o Relator.

Faço uma ponderação sobre aquilo que V. Exª explicitou, ou seja, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito estaria destinada a examinar fatos ocorridos de 2002 até este momento. V. Exª sabe que esta CPMI está examinando não apenas as possíveis vantagens patrimoniais ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, mas também aquelas de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/95, sobre a reeleição dos mandatos executivos. Então, do ponto de vista temporal, ela vai até o período de 1996 e de 1997, quando aqui examinamos a PEC da reeleição.

É verdade que, relativamente a eventuais vantagens patrimoniais ou pecuniárias, a atenção está mais voltada para o que ocorreu recentemente, de 2003 até este momento. Mas, quando esse assunto veio à baila com muita força, surgiu essa informação relativa a como, em 1998, teriam ocorrido, na campanha do Governador Eduardo Azeredo e daqueles que compunham a sua chapa, contribuições relacionadas às empresas de Marcos Valério.

Obviamente, considero muito importante o esclarecimento que V. Exª aqui nos dá de que não houve qualquer vínculo de interesse na contribuição com respeito a eventuais contratos que aquelas empresas teriam com o Governo. Mas há um paralelo, porque o que se está apurando é se, porventura, haveria, agora, nas contribuições dadas pelas empresas do Sr. Marcos Valério, qualquer vinculação a contratos que, primeiramente, as suas empresas já detinham com organismos do Governo Federal até mesmo antes de 2003 e posteriormente continuaram a ter. Desse modo, há a importância de se averiguar.

Não creio que esse assunto deva ser objeto de deliberação por parte da Comissão. Apesar de todo o respeito que está manifestando por todos nós e que temos pela sua vida parlamentar e por sua contribuição como Ministro da Justiça neste País, avaliei que haveria uma situação em que V. Exª, pela sua formação, terá muito mais elementos para analisar.

V. Exª também mencionou que houve o consenso dos líderes para a indicação do seu nome. Mas V. Exª tem conhecimento de que um desses líderes, o Senador Aloizio Mercadante, pronunciou-se em Plenário a respeito do caso, na última quarta-feira ou quinta-feira, no sentido de que entendia que havia uma situação de dificuldade. Ele expressou essa questão e é um dos líderes que fizeram a ponderação.

Então, temos a responsabilidade e o dever de sermos muito sinceros uns com os outros. Estou sendo com V. Exª, manifestando essa preocupação. Não coloco isso para se tomar uma decisão aqui, pois V. Exª foi o indicado pelo Presidente, e todos nós já sabíamos, ao votar no Presidente Amir Lando, que ele o havia escolhido para ser o Relator.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo a palavra ao Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas serei breve para reafirmar aqui algumas questões de que tenho convicção.

Primeiro, que esta nossa Comissão, o seu objetivo é investigar desvio de conduta de parlamentares relativo à venda ou compra de votos por algum tipo de vantagem, especialmente pecuniária.

Os esclarecimentos que nos trouxe aqui o Deputado Ibrahim Abi-Ackel se reportam a eventual caixa 2 de campanha, mas não da sua campanha, da campanha de outro. Então é preciso que essas coisas sejam bem evidenciadas aqui entre nós, razões pelas quais quero reafirmar aqui – é lógico que essa é uma decisão da Presidência e de foro íntimo do nosso Relator – o nosso apoio à posição que S. Exª vai tomar, dizendo que eu tenho clareza disso. Não se trata de investigarmos aqui caixa 2 de campanha, e o nosso Relator, nesse episódio, figurou como um terceiro, participando de um eventual caixa 2 do então candidato, hoje Senador, Eduardo Azeredo. Então essas razões me levam a, mais uma vez, depositar a nossa confiança no nobre Relator.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo, na seqüência, a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, reiteradas vezes, temos sido obrigados a

debater sobre a história do perfil das CPIs. Quero admitir que quem chama a nossa CPI de “chapa branca” tem todo o direito de desconfiar. Porém jamais vou acreditar nisso, o partido de V. Exª se submeter a um papel dessa natureza. Confio absolutamente no trabalho de V. Exª, sei que será um trabalho isento, sei que vai conduzir, até mesmo pelas responsabilidades que lhe caem sobre os ombros, esta CPI até o fim para elucidar quaisquer dúvidas que sejam do interesses de todos.

No que corresponde ao nosso Relator, Deputado Ibrahim, eu já ouvi uma explicação escrita, na imprensa, de V. Exª que, naquele momento, eu já estava convencido de que a decisão é de V. Exª, naquela explicação, que não é de hoje. E o que eu vi lá, no jornal, é que V. Exª se sentiu induzido a, de repente, tomar conhecimento de um fato dessa natureza agora, e que jamais, em algum momento, compartilhou com coisas que viessem a prejudicar a índole de V. Exª e sua carreira política.

Portanto, quero dizer que a decisão é de V. Exª. Absolutamente não cabe aqui a nenhum de nós fazer qualquer julgamento, pré-julgamento ou insinuação de qualquer natureza. Portanto, esta CPMI, no meu entendimento, vai tomar o rumo que ela tem que tomar para trazer ao Brasil as respostas mais rápidas possíveis sobre os problemas que nós estamos vivendo. Essa é a nossa posição, posição também já de bancada, podemos dizer assim, e aguardamos, então, a orientação do Presidente e também de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente Amir Lando, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Deputado Paulo Pimenta, quero dizer a respeito desse assunto específico que tenho a maior admiração pelo trabalho, pela competência de V. Exª, Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Apreendi a respeitá-lo bem antes de exercer o mandato de Deputado Federal, que exerço pela segunda vez.

Entretanto, queria só ponderar que tenho convicção das explicações expostas por V. Exª referente à questão que nos envolve. E a mim me satisfaz as explicações jurídica e política de V. Exª. Mas queria ponderar com V. Exª que há, neste momento, uma sociedade também muito fragilizada. É verdade que a questão da compra de votos para aprovação não tem nenhum vínculo com esta CPI. E tenho convicção de que V. Exª saberá – assim como já tem feito – explicar, nos foros adequados, a questão eventual da campanha de 1998, a colocação de recursos na conta de V. Exª.

Porém, há uma questão simbólica, para o povo brasileiro, neste momento, de absoluta fragilização

das instituições. Então, não é a pessoa de V. Exª, mas, sim, o espaço que esta CPI ocupa, e precisa ocupar, na cabeça e no coração do povo brasileiro. Há uma questão simbólica.

E quero fazer uma separação clara da posição de V. Exª, da vida de V. Exª, do rigor com que V. Exª leva sua atividade política. Neste momento, penso que, em razão do espaço simbólico que esta CPI ocupa em relação à Nação brasileira, V. Exª deveria ponderar o tema. Na verdade, V. Exª está aí em decorrência de uma decisão pelo voto. Não há questionamento em relação a isso. Mas eu gostaria que houvesse uma ponderação do aspecto simbólico da CPI para a população do Brasil, que, nesse momento, na minha avaliação, gostaria que não houvesse nenhuma suspeita a respeito do que os membros desta CPI têm obrigação de fazer.

Portanto, eu gostaria que V. Exª ponderasse a questão simbólica que a CPI representa para o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB-PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, congratulações às Deputadas e aos Deputados, às Senadoras e aos Senadores, estou analisando com muita profundidade as exposições dos nobres membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Assumi a minha cadeira hoje, devidamente apontada pelo nosso Líder Wilson Santiago, Líder do PMDB. E sento-me nesta cadeira com bastante sensibilidade, com bastante espírito público, e com a consciência, nobre Presidente, de que temos que dar satisfação, sim, e imediata, a todos os sofridos cidadãos brasileiros. E a nossa CPI não pode e não deve nascer capenga. Não podemos permitir que ela caminhe capenga.

Lamento muito que o nome do nobre colega parlamentar, Ibrahim Abi-Akel, esteja hoje na berlinda da imprensa falada, escrita e televisada, de todo o território nacional, em razão de recursos recebidos, em 1998. Temos uma interpretação mais política e mais técnica do assunto, com certeza até por causa da linha de relacionamento e de respeito que temos. Mas os cidadãos brasileiros não vão entender isso.

Eu gostaria que o nobre colega, com bastante profundidade, colocando em prática todo o seu espírito comum – um exemplar jurista, nobríssimo advogado, competente parlamentar –, reavaliasse sua atitude e colocasse de lado essa vaidade, ou o que quer que seja. Penso que este seria o momento de refletirmos em outros nomes. Temos nomes preparadíssimos, dentro da nossa Comissão, que poderiam assumir a relatoria, fazendo uma nova reavaliação.

Eu não tenho nada de pessoal... Aliás, só tenho coisas boas para falar do nobre Deputado Ibrahim Abi-Akel. Eu só temo que a nossa CPI, com a sua estada na relatoria, comece a caminhar capenga, e todos nós sejamos vítimas, naturalmente, de malfadadas situações, ou, enfim, de uma série de coisas que não merecemos ouvir.

Então, são essas minhas ponderações. Quero dizer que estou pronto para caminhar com todos os nossos colegas e que a Justiça será feita. Tenho convicção de que todos nós, parlamentares, estamos aqui exercendo o nosso mandato e, como membros desta CPI, não jogaremos, em hipótese alguma, lixo para debaixo do tapete. Salve-se quem puder, porque quem tiver culpa no cartório vai ser cassado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, nós estamos discutindo uma questão aqui de caixa dois de campanha. Então, nós vamos ter que mudar o objeto da CPI, se formos discutir caixa dois, porque aqui, a todo momento, está-se falando em cima do relator uma questão de caixa dois de campanha. Não é essa a discussão, o tema desta CPI, que não tem competência para investigar esse tipo de coisa. Nós estamos investigando aqui compra de votos.

Vou repetir mais uma vez: “...destinada a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas, por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo”.

Quando aconteceu essa questão com o Ibrahim, não tinha nada a ver de matéria sendo aprovada aqui dentro da Câmara, do Senado ou do Congresso. Então não há o que se discutir com relação a isso. Nós estamos começando a CPI numa questão que não tem nada a ver. Está-se desvirtuando o foco. Está havendo um desvio de foco e não é por aí.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Agnaldo, com todo o respeito, tem que deixar todos os colegas se manifestarem e eles vão se manifestar da forma como quiserem.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Claro, mas eu estou encaminhando no sentido de que não tem nada a ver.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas V. Exª não pode se manifestar contra e nem censurar!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou decidir a questão de ordem.



Eu queria dizer que defiro a questão de ordem quanto à matéria que está sendo discutida.

É evidente que o objeto da CPI, o fato determinado, não tem nada a ver com contribuição de campanha de 1998, de quem quer que seja. É evidente que não. Há então, vamos dizer, até tecnicamente, respondendo agora a questão de ordem formulada pelo Senador José Jorge, o que eu poderia chamar uma arguição de suspeição, uma exceção de suspeição.

É evidente que, de acordo com o Regimento, se eu estabelecesse aqui as normas estritas do Regimento Comum, cabe ao Presidente da Comissão, sim, art. 10, parágrafo único, a designação do relator. Agora, não está escrito aqui como poderá ser ele destituído. Não estamos discutindo, quer dizer, o que se levantaria tecnicamente seria uma arguição de suspeição. Nesse momento há uma discussão sobre a matéria. Não posso aqui, na medida em que essa matéria foi posta no plenário da Comissão, vedar essa discussão.

Entendo até que essa discussão deveria ser mais restrita, mas como não foi solicitado em nenhum momento que a Comissão se transformasse em secreta, as reuniões normais são públicas e estamos procedendo dessa maneira na forma do Regimento. De modo que inclusive vai-se manifestar, posteriormente, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Não estou discutindo. A única coisa que poderia receber, formalmente, seria uma arguição de suspeição. Isso não foi formulado. Não há nenhuma formulação nesse sentido. Mas tenho que indeferir, infelizmente, a questão de ordem, porque não há como vedar a discussão neste momento aqui na Comissão.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sr. Presidente, quero apenas fazer um esclarecimento.

Nós vamos investigar nesta CPI caixa dois de campanha...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Já esclareci a V. Ex<sup>a</sup> que isso está fora do objeto, a não ser que se estabeleça uma relação intrínseca entre um e outro fato nós não podemos cortar a lógica neste momento. Mas no momento é óbvio que o objeto não é esse. É evidente. Uma coisa não contamina a outra. Eu não vou entrar no mérito das opiniões aqui, das convicções de cada membro desta Comissão.

Não sou o Juiz, não sou o censor e não poderei fazê-lo, mas a discussão foi aberta e eu até entenderia, no meu discernimento, que deveríamos fazer até uma reunião secreta para discutir esses detalhes até as últimas conseqüências. Mas já que foi proposta, naturalmente, a reunião ser aberta, pública, como manda o Regimento, nós vamos continuar da mesma forma.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, último orador inscrito.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, com relação ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel eu queria também fazer coro com os meus colegas que defendem a tese de que, embora tenha sido uma chapa branca, não nos cabe mais questioná-la aqui.

Tenho certeza de que a Mesa composta nesta CPMI é a mais competente que poderíamos ter escolhido. Trata-se de dois Parlamentares competentes, dois juristas também de competência por demais comprovada por toda a sociedade brasileira.

Agora, do que eu queria discordar um pouco, Sr. Presidente, é quando estamos dizendo que nossa finalidade aqui é apurar compra de votos, ou seja, que vamos cortar na carne, que vamos apurar erros de Parlamentares. Eu acredito que não seja só isso, porque onde há o corrupto é porque houve o corruptor. Acho que o corruptor, nesse caso, é aquele a quem nós devemos nos dedicar mais e darmos mais atenção. Por quê? Porque a grande pergunta é a seguinte: de onde veio o dinheiro? Onde o corruptor arranhou esse dinheiro? Esse dinheiro é público? Nós temos que ir a fundo. E não é só isso. E por que houve essa compra? Qual o interesse do corruptor em praticar esse crime? E esse crime foi contra quem? No meu entendimento, primeiro, foi contra a democracia brasileira; segundo, foi contra o povo brasileiro; terceiro, foi contra o nosso País, foi contra o Brasil.

Por esse motivo, eu acredito que nós vamos aqui, todos, imbuídos dos mais sérios propósitos, a fundo para apurar corruptos e corruptores e as razões por que houve a corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Esclarecendo a V. Ex<sup>a</sup> que, de modo algum, o objeto afasta o corruptor ativo e aquele que faz o papel passivo na relação de corrupção. É evidente, V. Ex<sup>a</sup> tem toda procedência. Mas eu não posso aqui anteciper nada. Eu não tenho, como Presidente, *parti pris*, eu não posso aqui antever quem serão os culpados, se houver.

Como nenhum mais dos membros se inscreveu para discussão dessa matéria, concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)** – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Ouvi, com atenção, Sr. Presidente, as manifestações de todos os que nos honraram com suas observações a propósito das condições que, sinceramente, tenho para o exercício da Relatoria desta Comissão.

Agradeço a todos aqueles que me prestaram seu apoio, pessoas a quem respeito pela lisura do seu procedimento, pela honestidade da sua conduta e, sobretudo, pelo fato de ousarem ser justos mesmo quando, estando diante das luzes da televisão, poderiam fazer um pouco de demagogia para posar de pais da pátria diante do povo brasileiro.

Se estivéssemos num debate parlamentar, alguns dos que usaram a palavra talvez estivessem agora arrependidos das expressões que usaram, pela sua pobreza vocabular, pela sua impropriedade de expressão. Mas uma das condições essenciais do Relator é ser sereno, é ser equilibrado, e por essa razão deixo de responder à altura, como é do meu feitio, do meu hábito e do temperamento, àqueles que, fazendo pose de moralistas, querem reduzir o Relator a uma condição de acusado nesta Comissão.

Recuso essa posição.

Dei esclarecimentos porque prezo esta Comissão, mas ela não é, absolutamente, constituída de leitores de **Alice no País das Maravilhas**, não é constituída de ingênuas e de ingênuos. Constitui-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, escolhe-se um Relator, e, três dias depois, dentre a massa enorme de documentos existentes a respeito das atividades eleitorais deste País em pleitos anteriores, alguém fiska, na massa dos documentos, uma ficha apenas, um dado apenas e o publica exatamente contra o Relator. O que isso significa? Significa, em primeiro lugar, que os documentos do Sr. Marcos Valério não foram todos queimados na cidade de Contagem e que existe ainda muito elemento documental para fazer prova a respeito dos delitos, dos crimes, dos desvios, cometidos a partir de 2003, depois da posse do PT na Presidência da República e que são hoje objeto de escândalo nacional, em virtude das revelações que diariamente se fazem na CPI chamada dos Correios.

Em segundo lugar, revela que houve o propósito determinado de ou incompatibilizar o Relator ou amedrontá-lo. Amedrontá-lo não conseguirão nunca. Intimidá-lo não conseguirão jamais. É por isso que ouço, com uma grande dose de humanidade e de compreensão, um ilustre parlamentar me dizer que devo renunciar para salvar a simbologia da Comissão.

Sr. Deputado, também não tenho os símbolos que me dizem respeito? Por que V. Ex<sup>a</sup> exige este sacrifício para que V. Ex<sup>a</sup> possa pousar de bom inquiridor nesta CPMI? O outro, com singular carência de verbo, me diz que devo me retirar porque senão a CPMI fica capenga. Tragam um ortopedista para o meu lugar e estará tudo resolvido.

O Sr. Senador Suplicy diz que há um certo paralelismo nesta situação. As paralelas nunca se tocam Sr.

Senador! Portanto, são situações inteiramente distintas que se misturam pelo intuito malévolo de fazer pose, de aparecer bem perante a opinião pública e muitos deles também pelo temor de que o Relator desta Comissão, pela sua capacidade de trabalho, experiência e dedicação ao trabalho, possa talvez ferir interesses e por isto é bom afastá-lo o quanto antes para a escolha de alguém mais acomodado, alguém cujos passos possam ser tidos como capengas, como alguém que faça com que as paralelas se toquem e em virtude dessas impropriedades todas querem que o Relator se imole diante da opinião pública para ser gentil àqueles que para aqui vieram, não para apurar crimes, mas para fazer pose diante da opinião pública. São atores frustrados que deveriam estar no palco, no teatro, nas novelas de TV e não desonrando a tribuna parlamentar com as máscaras que exibem, porque não a tem no momento em que os grandes problemas são discutidos no País e não os vejo na tribuna com esta pobreza de argumentos que aqui demonstraram.

Qual é a preocupação hoje quanto às CPIs? É pegar a lama de 2003, a lama dos Correios e espalhá-la o máximo possível na direção de todos. Quanto mais essa lama é espalhada mais os dentes dos mastins que se encontram nos canis vibram na perspectiva da carne nova, enquanto rola pelos seus queixos a fedorenta barba da calúnia.

Tenho o direito de exigir dos meus companheiros de comissão respeito pelas minhas atitudes. Se algum dia me der por suspeito ou por impedido tomarei a iniciativa de me afastar da relatoria desta Comissão, não só porque será da minha comodidade mas porque será do meu dever moral. Quanto mais alguém me aponta o dedo e diz renuncie mais devo resistir à renúncia, porque a renúncia, neste caso, é a confissão da impossibilidade de exercer a relatoria.

Será possível que os Srs. não compreendem isto? Será possível que os senhores querem realmente posar de professores de moral para um homem que aqui está para prestar o mais árduo, o mais penoso, o mais triste dos deveres, que é aquele de apurar responsabilidades de companheiros com quem convive há mais de vinte anos, talvez destinados à guilhotina dos seus mandatos no estrito cumprimento do seu dever.

Devia ter recusado a Relatoria, sim, porque seria um alívio. Não há nela nenhum prazer, não há nela nenhuma recompensa; há muita amargura, há muita dor no exercício deste cargo. E não posso admitir, portanto, que bailem diante de mim os atores do bailado da hipocrisia, remontando fatos que não dizem respeito àqueles que devem ser apurados por esta Comissão. É um baile de máscaras, Sr. Presidente, em que os tartufos se unem dando-se as mãos enquanto tocam

as falsas máscaras que ocultam para a opinião pública a sua verdadeira face. Recuso-me a afastar-me da Relatoria enquanto pairar na cabeça de qualquer membro desta Comissão qualquer dúvida a respeito da minha lisura. Sou um homem de bem. Tenho provado isso numa vida parlamentar exemplar em todos os sentidos.

E vou agora começar o meu papel de Relator dando conhecimento ao Sr. Presidente de um requerimento que se encontra comigo e que dá bem a medida que essas coisas podem produzir confusão. Daqui por diante não se confundam: na marra, na desconfiança, nunca, jamais, obterão de mim o recuo de um centímetro. Nunca, jamais, apontando o dedo para mim, obterão qualquer concessão de minha parte. Se tivesse havido no princípio, antes que tivessem pescado exclusivamente só a respeito do Relator esse dado sobre a contribuição de uma campanha de 1998, com honra, com honra, teria transmitido, com prazer, a qualquer dos companheiros este áspero sacrifício de levar ao abismo nossos companheiros. Mas esperaram, esperaram para as luzes da televisão, esperaram a audiência para um falar em capenga, outro falar em simbolismo, outro falar em paralelas, outro não sei que mais, como se tais termos pudessem constituir o bojo daquilo que está em julgamento nesta Casa.

O Relator tem condições morais de exercer o seu ofício e vai exercê-lo.

Não concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

E vai exercê-lo.

“Sr. Presidente,

A Associação dos Juizes Federais [estou atuando agora como relator] da Primeira Região, Juizes Federais da Primeira Região, Ajufer, vem comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que, na manhã do dia 26 de julho de 2005, foi surpreendida com a notícia veiculada pela mídia no sentido de esta Associação ter recebido depósito bancário [notem bem, Juizes Federais e membros do Tribunal Regional Federal da Primeira Região] da empresa do publicitário Marcos Valério no valor de R\$70 mil.”

Já não se poupa mais nem a Justiça.

“Pelo o fato de a Associação e o seu corpo diretivo nunca terem mantido quaisquer relacionamentos com o referido empresário ou suas empresas, bem ainda pelo fato de o valor noticiado coincidir com o valor do patrocínio que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos disponibilizou para esta Associação no ano de 2004, já na manhã do dia 26 de julho de 2005, solicitamos à Empresa de Correios e Telégrafos esclarecimentos sobre a questão, bem como a cópia integral dos dois procedimentos referentes ao pleito da Associação sobre o surpreendente fato que estava sendo noticiado.”

Em suma, como a petição é longa, posso resumí-la, talvez com propriedade, nos seguintes termos:

“Restou evidenciado que a Associação dos Juizes Federais solicitou e teve deferido o patrocínio no valor de R\$50 mil. Após a Associação ter emitido [vejam bem!] recibo no valor do patrocínio para a Empresa de Correios e Telégrafos, cumpre destacar, com a merecida ênfase, que o referido valor foi regularmente depositado pela Empresa de Correios e Telégrafos na conta bancária da Ajufer.

Segundo os esclarecimentos da Empresa de Correios e Telégrafos, os depósitos no valor das cotas de patrocínio, concedidas a partir do ano de 2004, foram todos efetuados por uma das três agências de publicidade vinculadas àquela empresa, ECT, sendo elas: Link, SMP&B e Geovani.”

O que foi que ocorreu? Quem deu o recibo do dinheiro do patrocínio para a Associação dos Juizes Federais? Foi a SMP&B, do Sr. Marcos Valério, que os juizes nunca viram, porque haviam tratado o patrocínio das suas reuniões jurídicas com a Empresa de Correios e Telégrafos.

“A Associação, no último 26 de julho, recebeu, com surpresa, incompreensão e indignação, o fato de ter recebido depósito bancário da empresa SMP&B, quando havia apresentado pleito de patrocínio ao Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos, o qual foi deferido, tendo ocasionado a emissão do correspondente recibo desta Associação, emitido diretamente para a Empresa de Correios e Telégrafos, no exato valor da cota do patrocínio.”

Isto é, pediram o patrocínio à Empresa de Correios e Telégrafos, esta concedeu, pagou o dinheiro, deu o recibo no exato valor da cota do patrocínio.

“Por tudo, a Associação viu-se citada como entidade envolvida na malha de corrupção que está sendo pronta e eficazmente investigada pelo Congresso Nacional. Com sério abalo da sua credibilidade ética e moral, conquistada ao longo dos anos, quando não manteve qualquer ligação ou relacionamento com o empresário Marcos Valério e suas empresas, apenas solicitou, e legalmente obteve, da Empresa de Correios e Telégrafos patrocínio para realização de encontro anual de estudos entre os seus associados.

E, com esses fundamentos, a Associação dos Juizes Federais, pelo presente expediente, apresenta a documentação comprobatória de não ter mantido qualquer relacionamento com o publicitário Marcos Valério e suas empresas [como eu também jamais tive], e, por essa empresa, deferido ter sido, sem o conhecimento ou anuência da Ajufer, pago por agência de publicidade vinculada à Empresa de Correios e Telégrafos, e requer a anulação dos argumentos e

da documentação apresentada, com a conseqüente decisão desta Comissão de ter restado comprovado que a Ajufer não manteve relacionamento com o publicitário Marcos Valério e suas empresas...”

Documentos esses que passo às mãos do Sr. Presidente e que procurei ler, ainda que sucintamente, para dar à Comissão a exata idéia de quão vasto e quão misterioso é o esquema em funcionamento no País, enfrentado, infelizmente, no que me diz respeito, por alguns membros desta Comissão com uma simplicidade digna dos anjos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Membros da Comissão, essa questão está encerrada. Encerro também as minhas palavras. Se alguém vai levantar ainda qualquer tipo de suspeição, terei que voltar a falar. E lhes digo que, daqui para frente, já esqueci quem foi que fez ou proferiu as palavras que proferiu. Serei juiz. Não terei absolutamente preconceitos e não prejudicarei ninguém, mas, se daqui para a frente o debate tiver que continuar, devo advertir V. Ex<sup>as</sup>: é bem possível que, da massa de documentos do Sr. Marcos Valério, na medida das conveniências da defesa dele, é bem possível que se saque novamente uma nova ficha que possa atingir a um dos campeões de moralidade que procuraram constranger-me nesta reunião.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Depois ao Deputado João Correia, por favor.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já concedi a palavra.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, não passou, de forma alguma, pela minha cabeça nenhuma atuação teatral neste momento. Aliás, penso que o nosso Presidente, Senador Amir Lando, tinha razão e foi talvez um equívoco nosso não ter feito a reunião reservada, para que nós pudéssemos fazer uma discussão mais à vontade.

Com relação ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, estou convencido da lisura da sua história, da sua trajetória. A mim, não tenho nenhuma razão para desconfiar. Em nenhum momento, levantei essa hipótese. O que eu tentei colocar... E aí me perdoe porque deveria ser reunião a portas fechadas mesmo, para podermos conversar mais à vontade essas questões todas. Mas infelizmente não sou Parlamentar de andar buscando os holofotes. Trabalhei na CPI do Narcotráfico e nin-

guém me viu fazendo aparições histrionicas. Eu sou contra essa posição que alguns ocupam na CPI, na tentativa de desmoralizar quem quer que seja ou de aparecer por aparecer.

Eu só fiz uma ponderação. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão de se manter e se esse convencimento pessoal – que V. Ex<sup>a</sup> tem muito mais do que todos nós em relação a sua posição e à nota que V. Ex<sup>a</sup> explicitou. Também não vejo relação de causa e efeito. É verdade. Falei, ponderei a respeito, olhando o outro lado da nação. Mas quero aqui dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não tenho nenhuma vocação teatral nem tenho nenhuma vocação para imolar companheiro algum, Parlamentar algum. Creio que os fatos revelarão as verdades e penso que a atual situação é extremamente grave neste momento. E é nessa situação que vejo o avanço desse processo que não começou hoje, mas que agora tomou dimensões muito grandes.

Portanto, se eu o ofendi, quero lhe pedir desculpas. Não foi essa a intenção. Foi apenas uma ponderação. Respeito e considero a sua posição. V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de manter-se na relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, Amir Lando, Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Eminentíssimo Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, a minha questão de ordem é única e somente para dizer que nós fomos convocados a esta reunião para uma pauta específica. Se nós continuarmos o debate aqui com a tréplica, a réplica, nós não vamos avançar. Já estamos há quase vinte horas. Devíamos nos ater, neste momento, Sr. Presidente, a votar os requerimentos para que esta Comissão tenha andamento. Nós não podemos aqui nos dar ao luxo desses debates, que deveriam ter ocorrido antes, quando da indicação dos membros, e não agora. Não agora, depois que o companheiro, o eminente Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, está investido no cargo de Relator, nomeado por V. Ex<sup>a</sup>. Não é hora dessa discussão.

Portanto, Sr. Presidente, rogo a V. Ex<sup>a</sup> que entremos no mérito desta reunião de hoje, que é votar os requerimentos para os quais fomos convocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho que indeferir a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup> com base do Regimento Comum, porque quando qualquer arguição de suspeição, aplica-se aqui subsidiariamente o Código de Processo Penal e de Processo Civil. É uma preliminar que deve ser afastada e que tem preferência a qualquer outra decisão da CPI. Infelizmente, tenho de ser regimentalista nesse ponto e seguir a lei.

Entendo que chegou a hora em que esta matéria está chegando ao final, que o seu tratamento está se esgotando. Estamos chegando à exaustão.

Concedo a palavra, como requerida, ao nobre Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar dois pontos neste debate. O primeiro deles é o seguinte. Eu levantei essa questão da suspeição do Deputado Ibrahim Abi-Ackel por uma questão ética, sim. Sei do peso do Deputado, que, aliás, foi muito bem demonstrado pelas falas dos nossos colegas, da maioria dos nossos colegas aqui. Não estou discutindo nada no plano pessoal. Acho apenas, continuo achando e não retirarei esse posicionamento de que a presença do Relator Ibrahim Abi-Ackel será elemento de sangramento desta CPI. Acho isso. Respeitei as intervenções todas e exijo o mesmo tratamento comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem a palavra. Está garantido.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

No entanto, houve... Se soubesse eu – e perdoe a minha ignorância santa, inocente, angelical, como disse o Deputado – de que não haveria um debate sobre isso, que não seria um debate conclusivo, realmente eu não teria feito proposta alguma, mesmo porque a síndrome da mariposa me parece que acomete bastante também o nosso Relator. Bastante. Com palavras, com sofismas, ele também se aproxima muito da síndrome da mariposa.

Agora, há algo com que eu estou preocupado. Disse o Deputado que foi pinçado um elemento, um “elementozinho”; diminutivo, “pequenito”, lá, que o incrimina e que qualquer um de nós aqui pode ter tratamento idêntico. Isso me deixou preocupado, porque não consigo viver sob o signo da ameaça de quem quer que seja. Acho que o Relator foi profundamente infeliz, e eu gostaria que ele fosse claro nesse aspecto. Se contraditá-lo, se defender as idéias próprias, nesta CPI, significa possibilidades futuras de que o Sr. Marcos Valério possa então indicar quem quer que seja.

Por isso, quero insistir, Presidente, na quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos os membros desta CPI, para que possam falar com clareza, com independência, sem levar pito de ninguém. Eu não vim para esta CPI para levar pito de ninguém; eu vim para tentar fazer o trabalho de um Deputado Federal de primeiro mandato, mas realmente não estou interessado em levar pito de ninguém, em levar carão de ninguém. Eu estou aqui para defender a minha palavra, os votos que recebi na minha terra.

Por conseguinte, eu gostaria que ficasse bastante claro que é fundamental a quebra dos sigilos para que, eventualmente, o Sr. Marcos Valério... E aqui o Deputado ao lado... Está imbricado sim o caixa dois com a compra de votos. São quatro vertentes de podridão neste País que têm que ser investigadas nesta Comissão. Ela é chapa branca? É. Mas a opinião pública vai torná-la real e objetiva.

Então, eu gostaria de finalizar dizendo que, Deputado Federal de primeiro mandato, no entanto, exijo o respeito da homogeneidade, da universalidade que se coloca aqui. Nesse lugar, aqui, não existe altíssimo clero nem baixíssimo clero. Aqui não existe patrão nem empregado. Aqui existe a visão da representação popular que eu, neste momento, estou colocando para não aceitar, para repelir do Sr. Relator a ameaça de que o Sr. Marcos Valério terá como uma caixa de Pandora todos os atos contra quem quer que ouse desafiá-lo, ou desafiar a quem de fato ele se interessar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para explicar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra ao Relator para prestar as devidas explicações, eu queria dizer que nós temos que guardar toda energia para investigar. Eu queria que, conforme manda o Código de Processo Civil, tivéssemos o tratamento respeitoso, como manda a lei e o processo.

Então, esse tratamento implica exatamente uma linguagem serena, uma linguagem, sobretudo, elevada, para que não fiquemos aqui numa discussão pessoal.

Entendo as ponderações de V. Exª e entendo as colocações feitas pelo Relator, as explicações já realizadas anteriormente, onde ele mostra que não há nenhuma relação de causa e efeito entre um fato e outro. É evidente que eu respeito a opinião, a convicção de cada um. Isso é democracia. E aqui todos são iguais perante a lei. Todos são iguais. E todos serão iguais perante a lei. Todos terão que obedecer ao Regimento. Todos terão que se conduzir de maneira civilizada.

Eu não estou fazendo nenhum reparo a ninguém. Não sou sensor, mas gostaria que nós mantivéssemos aqui essa linguagem elevada, porque nós temos que investigar. E entendo que uma polêmica entre nós mesmos não é tão produtiva para o País. Mas, de qualquer maneira, estamos esclarecendo todos os pontos sem medo. E o nobre Relator está fazendo isso com muita propriedade.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quanto ao sigilo fiscal, bancário, da minha parte, eu já o requeiro publicamente a esta Comissão. O Sr. Presidente está autorizado a dirigir-se a todas as autoridades que entender convenientes, quanto à quebra dos meus sigilos. Espero que V. Exª também o faça.

Sr. Presidente, para encerrar esta parte exaltada dos nossos trabalhos, disse o Deputado que minha presença sangra esta Comissão, a Comissão está sangrando. Eu já sangrei V. Exª com a minha resposta o suficiente e não desejo aumentar a hemorragia que lhe causei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esta matéria, no meu entender, está encerrada; não há nenhuma inscrição a respeito dela.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Supply. Garanto a palavra a V. Exª.

Não, pela ordem, V. Exª quer discutir a matéria...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem. Vamos esclarecer o que diz o Regimento quanto ao uso da palavra pela ordem. Tem um sentido a intervenção: é o ordenamento dos trabalhos; é exatamente o respeito ao Regimento, o respeito ao andamento dos trabalhos.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Sr. Presidente, pelo artigo 14, tendo sido citado, sinto-me na responsabilidade, com todo o respeito ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, primeiro, de aqui colocar que eu havia dado a minha opinião, já na semana passada, dialogando com a imprensa, bem como da tribuna do Senado, conforme aqui registrei, inclusive em aparte ao Líder do Governo Aloizio Mercadante, que tinha expresso essa opinião da tribuna do Senado.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel, sinto-me com a responsabilidade de, sempre, aqui dizer, com muita tranquilidade, serenidade e equilíbrio, as minhas opiniões sobre aquilo que avalio ser importante na defesa do interesse público, na defesa das minhas idéias. Quero dizer, inclusive, que tenho uma divergência com respeito aos Parlamentares que disseram que esta não é uma CPI que vai examinar formas não contabilizadas de contribuição ou o chamado caixa 2, até porque, na CPI dos Correios, cujo trabalho tem inevitavelmente interagido com o propósito desta CPI, temos observado que os depoentes expressam que aquilo que aqui está por ser analisado como contribuições para o mensalão

teria sido apenas contribuições não contabilizadas para ajudar despesas de campanha. Isso é o que estamos examinando; esse é o objeto da apuração.

Eu transmiti a V. Exª – e reitero – que acredito plenamente na sua palavra, respeito, não estaria insistindo com o que expressei uma vez e espero ter uma relação, durante todos os trabalhos que realizaremos aqui no cotidiano, de respeito a V. Exª e espero que isso seja mútuo. Expressei o que sinto não porque estamos aqui sendo televisionados, mas porque constitui uma obrigação nossa prestar contas à população, e que a TV Senado e TV Câmara registrem aqui o que é o nosso pensamento. Se eu não tivesse expresso aquilo que minha consciência diz, aí aqueles que nos elegeram estariam dizendo: “Mas, afinal, o que pensa o Senador Supply sobre essa questão?” – que, V. Exª sabe, é de interesse público. Então, eu me senti na responsabilidade de dizer, e o fiz abertamente. Eu costumo dizer as coisas respeitando as pessoas, com sinceridade e abertamente, não porque estão ligados os aparelhos de televisão, mas porque aqui nós somos responsáveis por prestar contas de nossos atos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, eu havia pedido pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero definir logo, regimentalmente, o que é questão de ordem, para que cada um faça o devido juízo.

Dispõe o art. 131 do Regimento Comum:

“Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição.”

E o § 1º:

“A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.”

Portanto, questão de ordem é questão de ordem. Vejo que V. Exª talvez queira se inscrever, e farei a inscrição...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas as pessoas estão pedindo a palavra pela ordem, Sr. Presidente, e não por questão de ordem.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª disse que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem é exatamente pela condução dos trabalhos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Sr. Presidente...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pedi pela ordem para saber quais os requerimentos que pairam sobre a mesa e qual será a ordem de discussão desses requerimentos. É para fazer pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu já dei a devida explicação que estamos hoje discutindo uma questão preliminar; é uma questão de impedimento. Se houvesse aqui uma arguição de suspeição, ela é preliminar, é preferencial e teremos que decidi-la. Como não há, há apenas uma discussão sobre esse tema, não há nem formulação de uma arguição de suspeição.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente... Não quero questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, vou conceder agora, e devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem, que vamos apreciar os requerimentos que já estão, na ordem, em 56. Já existem 56 requerimentos. Vamos apreciar alguns, no meu entender, e depois vamos submeter essa discussão. Temos que ter tempo, tempo e cautela.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Wladimir Costa e, em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Não foi minha intenção, de forma alguma, ferir a integridade moral do nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Porém, observei que o Relator derramou elogios a todos os colegas que lhe dirigiram elogios, que falaram dos seus talentos, das suas competências como jurista, como Parlamentar; já aqueles que divergiram foram severamente agredidos pelo nobre Relator.

Quero dizer que fiquei realmente muito sensibilizado com o pedido de desculpas feito pelo nobre Parlamentar, Deputado Baltazar, mas sinceramente, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, não vou me ajoelhar aos seus pés e, muito menos, pedir desculpas. Não acho que tenho que pedir desculpas, porque não cometi pecado algum para me ajoelhar aos seus pés e simplesmente dizer “desculpe-me”, “perdão”, porque não cometi nada de errado, nada de mau. Eu apenas exerci o meu direito de expressão, exerci o meu mandato, como manda o povo do meu Estado do Pará.

Se V. Ex<sup>a</sup> entende por bem sentar na cadeira e relatar em nome da soberania nacional, relatar em nome da probidade no Parlamento, no Congresso Nacional, e sinceramente em defesa de todos os sofridos

cidadãos brasileiros, V. Ex<sup>a</sup> seja bem-vindo, exerça o seu trabalho, mas o meu pedido de desculpas V. Ex<sup>a</sup> não merece. E saiba que eu não tenho talento para ser ator. Tenho talento, sim, para ser um Parlamentar humildemente muito digno, não com tamanho vocabulário como V. Ex<sup>a</sup>, tamanha intelectualidade, porque eu era um menor de rua, fui criado nas ruas do meu Estado e realmente não tive tanto acesso aos estudos, mas sei que, sinceramente, no livro da honestidade, da dignidade e do respeito ao próximo, tenho certeza de que sou doutor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Sr. Presidente, inicialmente pergunto à Mesa se há algum pedido formalizado de arguição de suspeição do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há nenhum pedido, já informamos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Se não há pedido, Sr. Presidente, temos que continuar com a reunião e com os requerimentos apresentados.

Eu queria apenas, respeitosamente, sugerir à Mesa que aquela solicitação de esclarecimento da Jofer fosse remetida à CPMI dos Correios, porque é lá que essa matéria deverá ser tratada, e não aqui na CPI que trata de matéria diversa.

No mais, Sr. Presidente, se tivermos requerimentos a apreciar, vamos apreciá-los. Do contrário, Sr. Presidente, não havendo nenhum requerimento de arguição de suspeição do Sr. Relator, vamos aos requerimentos, até porque o Deputado Relator Ibrahim Abi-Ackel é pessoa que já passou por várias agruras e dificuldades, inclusive quando foi Ministro da Justiça deste País e superou a tudo e todos. Portanto, não seria uma eventual arguição, que não houve, motivo de abalar o Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. (Orador não identificado)** – Presidente, uma questão de ordem. Por favor, uma questão de ordem, Sr. Presidente – art. 39. Sr. Presidente, haja vista que nenhuma questão foi levantada, a não ser pelo Sr. Eduardo Jorge, a qual não foi formalizada. O art. 39 diz que a discussão será encerrada após o último orador. E V. Ex<sup>a</sup> declarou, há poucos instantes, que o último orador inscrito teria sido o Senador que falou há algum tempo. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> está reabrindo as inscrições, o que não cabe neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tive que reabrir as inscrições, nobre Deputado, em razão de os Parlamentares haverem sido citados explicitamente ou implicitamente. O assunto já está

encerrado e devo dizer a V. Exª que vamos obedecer ao Regimento.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu entendo V. Exª. Ótimo. Então, pelo art. 39, a discussão está encerrada após o último orador inscrito, o que já aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A discussão está encerrada. Ocorre que eu não poderia deixar de conceder a palavra àqueles que foram citados direta ou indiretamente. O assunto realmente está encerrado.

Vou agora passar para outro item, o item que diz respeito aos requerimentos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – V. Exª agiu muitíssimo bem. Gostei muito do seu comportamento. A partir do momento em que o nosso Relator fez de público a sua explicação, S. Exª deixou que, aqui, nós todos falássemos, independentemente de televisão – deixou que nós todos nos manifestássemos. O Deputado Arnaldo Faria de Sá chegou agora e não viu. Nós nos manifestamos a respeito da fala do Relator, o digno Deputado Ibrahim Abi-Ackel. E V. Exª deu o direito de resposta a quem foi citado por ele. Portanto, V. Exª agiu hoje muitíssimo bem. Está de parabéns. Começou muitíssimo bem a dirigir os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Queria me aliar, Presidente, às palavras da nobre Colega Zulaiê.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devolvo as considerações ao Plenário da Comissão. O Presidente está aqui tentando conduzir os trabalhos da maneira mais impessoal possível.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a V. Exª a palavra, pela ordem, nobre Deputado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Uma correção. Quanto ao item 49, há uma solicitação do Deputado Pompeo de Mattos...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, o Deputado Arnaldo Faria de Sá foi citado pela Deputada Zulaiê.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero que tenhamos compreensão e objetividade, e seriedade sobretudo. V. Exª está com a palavra.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, quanto ao item 49, o requerimento do Deputado Pompeo de Mattos requer a substituição do Deputado Ibrahim Abi-Ackel como Relator da CPMI da Compra de Votos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo dizer a V. Exª que o requerimento foi formulado por Parlamentar não integrante da CPI, nem suplente, nem titular. Conseqüentemente, não posso submetê-lo à apreciação agora, neste momento. De modo que não há nada a definir.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Parabéns, Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu só queria lembrar, só queria contribuir com V. Exª, que havia falado que não tinha, mas tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. É porque os requerimentos a que me referi são aqueles regularmente formulados.

Inicialmente, eu queria dizer a V. Exªs, se assim concordarem, que nós tínhamos, como eu disse, 56 requerimentos até o momento da abertura – agora certamente o número é bem maior. De qualquer maneira é esse o número dos registrados. Eu vejo aqui uma série de requerimentos de depoimentos. Uma CPI tem que se pautar por uma investigação de caráter, se quiser, policial, no sentido de buscar a eficiência na lógica da investigação. Na medida em que tivermos os documentos em mão, quando tivermos a possibilidade de analisar os documentos dos depoimentos, as figuras importantes vão sendo desenhadas, fotografadas pelo próprio depoimento. Este é um desejo do Presidente – assim me conduzi na outra CPI da qual tive oportunidade de ser Relator: não gostaria de começar uma indicação, uma convocação, uma aprovação de um número elevado de pessoas que depois podem não ser importantes e teremos de descartá-las. Por isso e por uma questão de economia processual, eu queria submeter a votos, e à discussão, em primeiro lugar, é claro, os Requerimentos nºs 3 e 14, que dizem respeito à convocação do Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador.

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – Acho conveniente que V. Exª faça requisição dos documentos já existentes. A respeito da discussão de cada um dos requerimentos, eu gostaria de ouvir primeiro a preliminar do Relator para que S. Exª diga da importância agora ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nesse caso, nobre Senador, tenho o deferimento do Relator. Ele deferiu outros requerimentos, mas entendo que, se começarmos uma lista, será necessário tempo para cada um preparar a lição de casa. Não temos que dar aviso aos navegantes; temos de chamá-los de acordo com a lógica das investigações.



**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Exª faz hoje a primeira reunião administrativa. Em seguida, fará uma de oitiva de quem for aprovado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Poderia escolher alguns nomes e, depois, deixaríamos para as outras reuniões administrativas aprovar os outros nomes.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Asseguro a palavra a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É só para não ficarmos horas e horas aqui. Que se vote o Requerimento nº 3, ou o 14, ou outro que V. Exª entender conveniente com o Relator e que se suspenda a sessão para já marcar a oitiva e, depois, uma outra reunião em que se possa analisar essas listas que recebemos agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Antes de prestar esclarecimentos a V. Exª, gostaria de dizer que já requeremos aqui todos os documentos disponíveis na CPI – vou repetir –, no Ministério Público, na Polícia Federal, no Conselho de Ética, na Ouvidoria da Câmara, enfim, requeremos toda aquela documentação pertinente à Comissão. Isso já foi requerido. Não recebemos. Depois, temos que estabelecer uma discussão, antes de encerrar, sobre a nossa competência. Temos que fazer hoje aqui uma declaração de afirmação da competência desta Comissão.

Então, por que estou propondo ao Plenário apenas os Requerimentos nºs. 3 e 14, que dizem respeito à convocação e à oitiva? Esses requerimentos são do Deputado Roberto Jefferson.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, é praxe que os requerimentos, quando não estão presentes os autores, não sejam votados, não sejam apreciados. Há uma convocação do Deputado Roberto Jefferson em outro requerimento de autor presente na Casa. Para que não se abra um precedente, podíamos fazer de um outro requerimento de outro Deputado que também requer a oitiva do Deputado Roberto Jefferson, e não do Requerimento nº 3, uma vez que o Deputado José Rocha não se encontra presente nesta Casa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pedi a questão de ordem antes. Pediria que V. Exª respeitasse as inscrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra V. Exª.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, por economia processual, eu havia solicitado aqui todos os depoimentos do item 32 até o item 47, de provas emprestadas.

Gostaria de saber se V. Exª solicitou, pois são somente os depoimentos daqueles já prestados na Polícia Civil de Minas Gerais, na Corregedoria, na Polícia Federal, na CPMI dos Correios e no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. A única coisa que eu gostaria é se pudéssemos votar em bloco para termos acesso aos documentos já produzidos a fim de podermos estudá-los. Isso é precedente, Sr. Presidente, porque, do contrário, vamos fazer a convocação de pessoas para virem aqui quando ainda não tivermos disponível material para balizarmos a opinião.

Solicito precedência a isso. Se V. Exª e o Sr. Relator já fizeram essa solicitação, que nos comunicassem dentro daqueles que elenquei para que tivéssemos uma base fática daquilo que deverá ser analisado para compor o pensamento básico do início das investigações e da oitiva das testemunhas e dos réus que aqui comparecerão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero esclarecer a V. Exª (*inaudível*) dos requerimentos que tratam de depoimentos. Estou propondo agora a discussão e a votação. Em seguida, colocarei à disposição os requerimentos que dizem respeito à solicitação de documentos. Já fiz, de maneira global, requerimento a todos os órgãos que hoje detêm a guarda de documentos dessa natureza.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Todos os depoimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, os requerimentos do Deputado Júlio Redecker já estão prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estão prejudicados; mas, para reforçar, não custa...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Era isso o que eu queria que V. Exª falasse.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos manter a ordem.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Vou exigir a fundamentação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, solicito à Secretaria da Mesa que desentranhe dos requerimentos o Requerimento nº 49, até porque é um requerimento não amparado regimentalmente e que, na verdade, se não for desentranhado, continuará colocando dúvidas a respeito do nosso Relator.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Estou falando sobre um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já afirmei a V. Exª que esse requerimento está prejudicado, porque é de pessoa não competente. Trata-se de requerimento cujo autor não tem legitimidade para fazê-lo.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Quem fez o requerimento não faz parte desta Comissão. Ele deve ser realmente retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou colocando-o apenas em votação. E por que coloco o Requerimento nº 3? Porque foi assumido pelo Relator, que deu parecer favorável. Então, fica prejudicada inclusive a questão de ordem sobre a presença ou não do autor do requerimento. A convocação do Roberto Jefferson se justifica porque ele é o autor de todas as denúncias. A partir desse depoimento, se abre o leque para as investigações.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por gentileza.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Indago a V. Exª se, no requerimento que V. Exª fez à CPMI dos Correios solicitando os depoimentos ou as informações, estão incluídas aí as quebras de sigilo bancário e fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidentemente, o requerimento refere-se a todos os documentos que guardam pertinência com o objeto de investigação desta CPMI. Mas existe uma série de requerimentos específicos, que vou reforçar, como se estivesse aqui reafirmando os requerimentos. Só depois colocarei em discussão e votação os demais requerimentos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A quebra de sigilo não pode ser transferida, Sr. Presidente. O Deputado Odair tem razão. A quebra de sigilo é para aquela Comissão, que não pode transmitir para esta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos pedindo algo que já ocorreu anteriormente: uma comissão usar os documentos sigilosos da outra. Isso vamos fazer, num entendimento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A prova emprestada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Trata-se da prova emprestada, como já afirmou muito bem o ilustre Senador Romeu Tuma. Não há nenhum problema. Vamos guardar o sigilo. Vamos usar esses elementos com a assessoria técnica, com a assessoria que temos e com os próprios Parlamentares que quiserem ir ao local consultar. Não vejo necessidade da remessa. Vejo necessidade do acesso a esses documentos.

Agora, quero colocar em votação a convocação, em outras palavras, do Deputado Roberto Jefferson.

Concedo a palavra ao Relator. S. Exª já deu o seu parecer, mas agora vai fazê-lo publicamente.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, após, peço a palavra pela ordem.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Também peço a palavra pela ordem. Espero a palavra do nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concederei a palavra a V. Exª, nobre Deputado Raul Jungmann.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Eu havia pedido antes dele, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Eu aguardo. Eu espero, por favor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, há dois requerimentos de convocação do Sr. Deputado Roberto Jefferson para prestar depoimento nesta CPMI. O primeiro é assinado pelo Sr. Deputado José Rocha; o segundo, pelo Sr. Deputado Fernando Coruja. São os Requerimentos nºs 3 e 14. Hoje já encaminhei os requerimentos ao Sr. Presidente, com o parecer pelo deferimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão o parecer.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Gostaria de discutir, Sr. Presidente, por favor.

Uma coisa que me deixa um pouco preocupado é a redundância dos trabalhos da Comissão de Ética, da CPI do Mensalão, da CPI dos Correios. Acho que a

CPI do Mensalão já cumpriu o seu papel na medida em que, com sua instalação, a CPMI dos Correios passou a investigar além dos Correios. Ora, no entanto, todos sabemos que, amanhã à tarde, além do ex-Ministro e atual Deputado José Dirceu, comparecerá também o Deputado Roberto Jefferson.

Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Exª um afunilamento da convocação de pessoas, especialmente em relação à CPMI dos Correios. Do contrário, corremos o risco de ficar navegando nos mesmos mares de trabalhos já foram feitos quer pela Comissão de Ética, quer pela CPMI dos Correios. Sinceramente, neste momento, ainda não seria, do meu ponto de vista, apropriado para a nossa comissão a convocação do Sr. Roberto Jefferson. Por quê? Amanhã ele falará novamente, trazendo talvez novas informações. Por isso, antes de o convocarmos, deveríamos ter todas as informações, uma espécie de posicionamento final. É esse o meu entendimento.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) O Deputado não sabe. Amanhã não é o Deputado Roberto Jefferson...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para discutir a matéria. Mas, antes, há uma questão de ordem, formulada pelo Deputado Raul Jungmann, a quem concedo a palavra.

Vamos obedecer, Deputada Zulaiê.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, havia solicitado a palavra antes do Deputado Jungmann. Todos estão solicitando a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em seguida, V. Exª terá a palavra, Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Tudo bem.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, em primeiro lugar, queria dar uma explicação a todos aqui. Eu me encontrava em Campinas, onde iniciamos a campanha do **referendum** pelo desarmamento, do qual sou secretário-geral. Então, esse é o motivo do nosso atraso, para o qual peço a compreensão. Espero que não se repita.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo dizer que recebi um telefonema de V. Exª e que caiu a ligação. Mas eu soube exatamente da comunicação de V. Exª.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Era exatamente isso que eu pediria para comunicar.

A segunda observação, ainda rapidamente. Sou autor de um requerimento que pediu explicações ao nobre e ilustre Relator Ibrahim Abi-Akel, que, gentilmente,

atenciosamente, nos ligou para conversarmos a esse respeito. Como já foi falado, reservo-me a ver exatamente a transcrição desses trabalhos. Obviamente me pronunciarei a respeito da solicitação que fizemos. Não quero retroagir neste instante para não atrasar os trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, me permita. É apenas uma breve conclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Desculpe-me. É que V. Exª fez uma pausa. É evidente que a pausa faz parte da música.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – É verdade. É um pouco pelo cansaço com que todos nós chegamos aqui.

Mas eu ponderaria que não tenho obstruções maiores à convocação de qualquer desses nomes que aqui se encontram. Entretanto, Sr. Presidente, me parece do melhor alvitre as ponderações do Deputado João Correia, representante do PMDB no Acre, de que deveríamos buscar uma reunião prévia com a CPMI dos Correios, para que tenhamos um pouco de noção de tudo que eles já abriram, vislumbraram para, então, convocar essas pessoas. Era só isso que eu queria dizer. Veja, Sr. Presidente, eu não estou me posicionando nem a favor, nem contra. Sabe por que, Sr. Presidente, com muita franqueza? Porque, dado que estamos entrando agora fica difícil dizer por que não o Jefferson, por que não o Delúbio, por que não essa ou aquela ordem. Então, sugiro que se promova uma reunião administrativa...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, me inscreva, por favor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – ...com os membros: o Relator, o Presidente, ou um sub-relator, para com o escolhido discutirmos e entendermos um pouco aquilo a que eles já chegaram. Talvez, isso qualificasse a nossa decisão. É apenas isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero, além de falar pela ordem, discutir o entendimento do Relator em relação ao requerimento

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma matéria já discutida.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ele já proferiu parecer. Quero discordar do Deputado porque,

amanhã, o Deputado Roberto Jefferson não vai ser ouvido, mas inquirir. Então, temos que chamá-lo sim, uma vez que ele fez a denúncia, ele tem que ser o primeiro. Depois ou concomitantemente – e essa era a questão pela ordem, Sr. Presidente, em relação aos trabalhos –, temos que insistir, sim, com a direção da CPMI dos Correios para que nós possamos ter o que é possível. Aquilo que não for, nós temos que votar aqui, quebra de sigilo, porque realmente a legislação exige.

E temos também que definir porque, daqui a pouco, a CPMI que seria para investigar ato de corrupção e até contratos e empresas etc., ela começou a entrar na seara de outras. Ora, fizeram uma questão imensa de que existisse esta CPMI, que nós então trabalhemos! Certo? E não ter outra CPMI. Eu sei que o Presidente já entrou em contato, não depende do Senador Amir Lando isso. Mas eu vou voltar, Senador Amir Lando, até porque V. Exª irá à direção da CPMI dos Correios com a força de todos os membros Senadores e Deputados desta Comissão. Eu não sei para onde está indo a CPMI dos Correios, sei que já foi, que já aconteceu, mas nós estamos reforçando porque agora o Presidente e o Relator contam com o apoio de todos porque, senão, daqui a pouco, nós estaremos todos investigando a mesma coisa e não estaremos investigando nada. Quem investiga tudo não investiga nada.

Eu quero concordar que nós chamemos sim o Roberto Jefferson porque foi ele quem fez as denúncias com relação à compra de votos. Assim como os outros documentos. Eu tenho um requerimento que já foi aprovado, o Presidente até já solicitou, mas entendo que nós possamos ter esse diálogo construtivo para que cada CPI cumpra a sua função e atenda até para que nós possamos sair, ao final, com o País melhor, com o Congresso melhor. Não tenho dúvida de que esse será o resultado, é isso que a sociedade quer de nós e que nós possamos definir em cada CPI os rumos e o seu trabalho específico.

É claro que alguma coisa será em comum, mas não pode ser tudo uma repetição porque nós estaremos, com certeza, não atendendo aos anseios da sociedade.

**O SR. (Orador não identificado)** – Para uma questão de ordem, Sr. presidente, com base no artigo 214, inciso III.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para uma questão de ordem, dou preferência a V. Exª.

Antes, uma questão de ordem do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É para encaminhar. A questão de ordem é para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para encaminhar.

Eu queria dizer a V. Exªs que cessássemos um pouco as questões de ordem desnecessárias porque, do contrário, não conseguiremos avançar. Se houvesse uma questão de ordem mesmo, se estivéssemos fugindo ao rito, à legalidade regimental ou até às Disposições Constitucionais, ou se estivéssemos quebrando a ordem dos trabalhos, prejudicando o andamento dos trabalhos, justificar-se-iam tantas questões de ordem, mas eu gostaria, neste momento, de encaminhar esta discussão.

Por que estamos, num primeiro momento, ouvindo o Roberto Jefferson? Poderíamos receber todos os depoimentos que não recebemos, mas ir atrás e nos considerarmos satisfeitos com esses depoimentos. Todavia, como ele é o autor das denúncias, ele foi quem começou esse processo, por um princípio de contraditório, seria lógico ouvi-lo em primeiro lugar. Infelizmente, devo dizer a todos que nós solicitamos ainda na semana anterior, não a que passou, a anterior, todo material disponível, sejam depoimentos, provas documentais, tudo o que existe pertinentemente a esta Comissão da Procuradoria Geral da República, da Polícia Federal, do Corregedor da Câmara dos Deputados, do Conselho de Ética da Câmara, da CPMI dos Correios, até do Supremo Tribunal. Então o que podíamos fazer foi feito. Se não recebermos, se ficarmos paralisados, se não andarmos, a nossa CPMI ficará sem objeto.

Em seguida nós vamos discutir esta questão do objeto, da competência porque eu entendo que não há por que usurpar a competência uma da outra; não há por que invadir a competência uma da outra. Nós temos o nosso objeto e vamos nos ater a ele. Claro que quando falo em me ater ao objeto não quer dizer que seja restrito. A lógica, o imbricamento lógico, poderá nos levar mais adiante, a outros terrenos, a outros sítios não imaginados. Mas, neste momento, eu gostaria exatamente que nos ativéssemos a essa questão. Se são contra, colocaremos em votação.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu estou inscrito para a discussão, Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, encaminhei uma questão de ordem, com base no inciso III do art. 214 do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Diga V. Exª qual é a questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, há vários requerimentos encaminhados à Mesa, inclusive relacionados com requerimentos pendentes para aprovação. Acontece que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A inclusão de matéria nova na Ordem do Dia – é evidente que não foi apreciada pelo Relator, não há parecer – fica prejudicada agora. Há muitas matérias sobre as quais temos de decidir, se quisermos. Estou agora no primeiro item, o da convocação ou não.

Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre...

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas, Sr. Presidente, não encaminhei a questão de ordem ainda. Eu não fiz o encaminhamento. Eu comecei a fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª citou o art. 214, inciso III...

**O SR. (Orador não identificado)** – Citei o inciso III do art. 214 do Regimento, dizendo que há um número aqui...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas S. Exª já disse que não vai analisar os outros requerimentos.

**O SR. (Orador não identificado)** – É claro, mas o que eu quero...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – V. Exª não disse que vai analisar só esse, que é o do Relator? Será que estamos vivendo um processo...

**O SR. (Orador não identificado)** – Da mesma forma com que respeitamos a colocação dos companheiros, gostaria que fosse respeitada essa questão. Estou apresentando uma questão de ordem e, pelo Regimento, tenho a preferência para falar, e deve ser mantida a palavra, Sr. Presidente.

Foram encaminhados outros requerimentos, e há possibilidade também da inclusão. Se vamos discutir apenas a questão do requerimento das pessoas que farão a primeira reunião, no sentido de tomarmos depoimento na Comissão, pergunto a V. Exª – vou pedir um esclarecimento nesse sentido – se esses requerimentos entrarão na pauta da próxima reunião ou na da outra. Ou V. Exª vai incluí-los hoje e ler todos os requerimentos que entrarão na pauta de hoje para serem discutidos na próxima reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo responder a V. Exª, que aqui se referiu à inclusão na Ordem do Dia de matérias em condição regimentais de nela figurar. Neste momento, estamos apreciando essa questão. Se o Plenário quiser avançar, sou o juiz e conduzirei o processo. Apenas fiz uma sugestão e a submeti à discussão, em cuja fase final nos encontramos, para depois colocar a matéria em votação. Em seguida, poderemos apreciá-la. Não va-

mos incluir matérias que não estejam em condições de na Ordem do Dia figurar.

Os requerimentos formulados por V. Exª serão apreciados posteriormente, com absoluta certeza, como todos os requerimentos aqui apresentados.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu até acredito que essa colheita de informações da outra CPMI será facilitada, porque o nosso Secretário, Dr. Wanderley, também é Secretário daquela Comissão. Então, na parte burocrática, acredito que haverá facilidade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas ele não pode tirar os documentos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não digo tirar...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Comissão, a esta altura, tem a obrigação de remetê-los para cá. Sr. Presidente, se achar interessante, V. Exª poderá designar dois ou três Parlamentares para irem à Comissão e buscarem os documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós o faremos posteriormente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Secretário não poderá retirá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós o faremos posteriormente. Discutimos toda essa lógica...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Estou com a palavra. Dá licença? Estou com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me. Tenho V. Exª no coração e penso que V. Exª não se ofende quando interiro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, não estou ofendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fica garantida a palavra a V. Exª, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sei que o Secretário da Comissão será mais regimentalista do que todos nós. Apenas estou dizendo que, sendo ele o Secretário de ambas as Comissões, as coisas ficam mais fáceis. Foi nesse sentido que falei.

Eu apenas queria dizer ao Presidente da Comissão e ao Relator que fiz contato com o Deputado Roberto Jefferson, que está ponderando sobre a possibilidade de estar nesta Comissão na semana que vem. Esse é o pedido que o Deputado formula, em virtude de que estará...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu fiz uma consulta prévia – devo responder a V. Exª – ao Deputado Roberto Jefferson, que se dispôs

a vir aqui na próxima quarta-feira. Nós fizemos uma consulta prévia...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Eu acabei de falar com ele agora. É por isso que estou lhe falando...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas aí é uma questão de conveniência desta Comissão. Se não, vamos deixar para a semana que vem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas o requerimento não tem data. Tem?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em seguida, vamos designar essa data para quarta-feira.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Até por que entendo, Sr. Presidente, que, se nós tivermos que decidir, não é apenas em relação ao Deputado Roberto Jefferson. Temos que ouvir também Marcos Valério, Delúbio Soares, outras pessoas que também são importantes para a nossa Comissão. Então, entendo, Sr. Presidente, que é preciso que nós decidamos não apenas em relação ao Deputado Roberto Jefferson, mas também em relação a Marcos Valério, que é o caixa pagador, e ao Delúbio, que era quem designava quem iria receber e quem não iria. Então, já que estamos querendo decidir em bloco, temos que decidir também em relação a Delúbio Soares e Marcos Valério.

**A SRª (Oradora não identificada)** – Não estamos decidindo em bloco, Sr. Presidente. O senhor fala uma coisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O objeto que está em discussão agora...

**O SR. (Orador não identificado)** – São os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– ... é o parecer do Relator relativo à convocação de Roberto Jefferson. Os outros temas serão discutidos posteriormente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu quero a palavra para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Para discutir a matéria, concedo a palavra a V. Exª. Agora vou seguir o Regimento. Falarão quatro Deputados e quatro Senadores.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Perfeito, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Por quanto tempo, Senador?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O tempo aqui estabelecido é de cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, antes de mais nada, acabo de tomar conhecimento de que a Srª Simone Vasconcelos entregou, recentemente, há pouco tempo, à Polícia Federal documentos que contêm a lista de nomes de pessoas que receberam dinheiro de Marcos Valério, uma lista completa, segundo ela.

Como a outra CPI já a requisitou, acho que ela é importante também para esta. Peço a V. Exª e ao Relator que tomem essa providência de imediato.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós já requisitamos esse material à Polícia Federal.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sobre o outro ponto...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª quer discutir a convocação do Senador ou não?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim. Agora é que vou entrar no ponto. Só achei que fosse novidade para V. Exª, mas não é. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós já conhecemos esse...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela já falou ontem.

**A SRª (Orador não identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, é que o documento chegou agora na Polícia.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, sobre os nomes, é importante insistir na idéia, tenho falado reiteradas vezes, que não precisamos seguir a lista normal dos caminhos da outra CPI. É importante, tenho insistido que os dois Presidentes e os Relatores sentem-se para ver o que já avançou, o que é possível aproveitar e assim por diante.

Qual o ponto que penso que não foi abordado aqui sobre Roberto Jefferson? Roberto Jefferson começa esta novela toda dizendo... Ele era acusado de fazer um caixa de R\$400 mil para o PTB com dinheiro dos Correios. Até onde eu li, foi isso que aconteceu. A partir daí, ele passou a dizer que era dinheiro para pagar salários extras para Parlamentares. Aí começou tudo isto. Portanto, ele era até aquele momento um acusado, não um acusador. Agora ele passou a acusador, esquecendo-se que é acusado.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Correto. Mas o que quero esclarecer é: nesta Comissão, ele está vindo com qual objetivo, claro e seguro. Estava confuso: por que o Roberto Jefferson vem, se já pas-

sou por outras instâncias da Câmara? Neste instante, estou entendendo que ele vem para cá porque faz uma acusação sumária dizendo que havia um caixa para pagar salários extras para Deputados. Então, isto configura a necessidade da vinda.

Outra coisa: outros nomes que estão aqui. No meu entendimento, se formos seguir à risca o que está escrito, podemos apenas reprisar o que já aconteceu em outras instâncias: Polícia Federal, e outras, e outras, e Ministério Público. Eu quero dizer que, partindo desse pressuposto, faríamos uma avaliação anterior sobre todos os requerimentos que estão sendo apresentados, que convocam pessoas para cá, para fazermos um estudo, em reunião fechada, sobre todos os requerimentos – agora, com certeza, devem ter chegado muitos – e uma avaliação junto com o Relator para que ele nos contasse o caminho que ele vai querer trilhar daqui para a frente. Não justifica isso numa reunião fechada, que não precisa estar aqui a Imprensa nem a do Senado. Bem entendido isso, creio que todos os requerimentos não precisam mais nem passar por exaustivos debates aqui. Nós faremos uma discussão rápida, vota-se e encaminha-se. Então, nesse aspecto, concordo com os Requerimentos nºs 3 e 14, ficando para apreciação, no entendimento de V. Exª, o que engloba pessoas novas, como o de nº 15. Mas vamos entender até onde o nº 15 tem importância para puxar novos assuntos. Mas há um nome novo aqui.

Eu pediria que, ao pegar todos os requerimentos, fizéssemos uma triagem aqui para saber qual o requerimento que nós vamos apresentar aqui sobre a posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Eu gostaria de esclarecer a V. Exª que estão em discussão apenas esses dois requerimentos. Depois, nós vamos discutir oportunamente. Não sei se a lógica será essa, se há preferência, se a demanda de depoimento seguirá uma ou outra ordem. Vamos iniciar o processo, vamos analisar os documentos que nos virão à mão, e aí nós teremos as prioridades traçadas de uma maneira eficiente, proficiente e lógica.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Perfeito, de acordo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª está dando um tempo à Comissão para analisar todos os requerimentos. Vamos discutir um, dois, e o resto vem para a outra vez, já preparado para discutir e votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – É isso que estou dizendo. Nós teremos tempo para apreciar. Nós não vamos ouvir, num dia só, mais do que o Roberto Jefferson.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A Zulaiê está aqui se esgoelando aqui e não consegue ser ouvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Eu tenho apenas uma inscrição, que é a do Deputado Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Apenas para reiterar, Presidente. Eu vou ser rápido porque sinto que o clima de todos é procurar votar. É para mim difícil de entender, e pediria a atenção de todos para o seguinte: nós temos uma Comissão de Ética, que recolhe depoimentos e informações. Nós temos a Corregedoria, que recolhe informações, depoimentos etc. Nós temos a CPI dos Correios trabalhando – são 37, talvez 38 companheiros – há mais de quarenta dias. Para mim é acessório, com todo o respeito, a questão de se nós vamos ouvir ou não – e eu não tenho nada contra – o Deputado Roberto Jefferson. Agora, é inteligível que nós não façamos reuniões para ter noção do que é que está se passando, para que inclusive possamos exaurir, fazer tábula rasa de todo o outro trabalho que está sendo feito. Não é que ninguém esteja propondo isso. Isso, sim, é que eu acho que seria um grande desperdício.

Voto a favor, mas acho infinitamente mais importante que tomemos pulso de tudo que está sendo discutido, que está sendo visto, para que possamos acelerar o nosso trabalho.

Só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – A discussão está encerrada.

Em votação.

Os que concordarem com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. Os que discordarem levantem a mão. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Vamos fazer a verificação requerida. Mas com o apoio de quem?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Há 23 Parlamentares. Entendo que a verificação está óbvia e manifesta. Mas se V. Exª quer a votação nominal, poderemos fazê-la.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Então, peço ao Vice-Presidente que faça a chamada nominal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ainda estamos em processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Eu quero um esclarecimento de V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Há uma dúvida aqui que acho que temos que esclarecer. Nós temos duas Comissões: uma que apura a corrupção dos Correios, que está se alargando para outros segmentos; e esta aqui, a do “Mensalão”, para saber se pagaram ou não deputados para votarem a favor do Governo, como os Deputados retiraram dinheiro e para que fim. Então, não podemos misturar as duas. Temos que ter, é claro, alguns elementos importantes que sejam carregados para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR) – Específicos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas o fim é específico. Então, não podemos misturar as coisas. Como o Roberto Jefferson deu o geral, ele também falou no “mensalão”, tem que ser ouvido para que ele esclareça para quem foi e por que foi, quem combinou...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para se estabelecer o contraditório, é óbvio, em qualquer investigação, tem-se que ouvir, em primeiro lugar, o autor das denúncias.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – V. Exª me permite? Vou encaminhar a votação nominal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senão fica difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente, que fará a chamada nominal.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Atenção, Srs. Senadores.

Em votação.

Como vota o Senador José Jorge? (Pausa.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Como vota o Senador Romeu Tuma?

Como vota o Senador Efraim Morais?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está em processo de votação, não tem questão de ordem.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O Senador Romeu Tuma vota “Sim”. Senador Efraim Morais; Senador Almeida Lima; Senador Leonel Pavan; Senador Teotônio Vilela Filho. (Pausa.)

Vou chamar os suplentes. Primeiro, os titulares.

Senadores titulares do PMDB:

Senador Maguito Vilela; Senador João Batista Motta. (Pausa.)

Senador Presidente Amir Lando – desculpa a falta, Sr. Presidente. O Presidente Amir Lando só vota em caso de voto de Minerva. Estamos ajustando. Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senadores titulares do Bloco – PT/PSB/PL:

Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadores titulares do PDT:

Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Senadores titulares do PTB:

Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senadores titulares do PP:

Senador Valmir Amaral. (Pausa.)

Senadores suplentes:

Senador José Agripino; Senador Heráclito Fortes; Senador Paulo Octávio; Senador Alvaro Dias; Senador Reginaldo Duarte; Senador Sérgio Guerra; Senador Valdir Raupp; Senador Antônio Leite; Senador Alberto Silva; Senador Pedro Simon; Senadora Serys Slhessarenko; Senador Nezinho Alencar; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Correto, o PTB já estava completo. Não há nenhum outro Senador.

Passamos para os Deputados.

Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Paulo Pimenta: “Sim”.

Deputado Devanir Ribeiro foi... Há um ofício o substituindo pelo Deputado Luiz Couto?

**O SR. (Orador não identificado)** – Há o ofício, mas parece que...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Não chegou o ofício, perfeito.

Deputado Devanir Ribeiro. (Pausa.)

Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Mauro Lopes.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Aníbal Gomes; Deputado José Rocha; Deputado Moroni Torgan. (Pausa.)

Deputado Júlio Redecker.



**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Vice-Presidente, o Deputado Wladimir, do PMDB, não consta na lista?

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Vou seguir a lista. Ao final, se tiver algum reparo, será feito.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL** (PP – MG) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, porque acho que tem que colocar os outros também.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado José Carlos Araújo; Deputado Raul Jungmann; Deputado Renato Casagrande. (Pausa.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Deputado Renato Casagrande foi substituído por Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – “Sim”.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O Deputado Paulo Baltazar foi substituído pelo Deputado Renato Casagrande.

Perfeito.

Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – “Sim”.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputada Iriny Lopes; Deputado Luiz Sérgio; Deputado Renato Casagrande; Deputado Gastão Vieira; Deputado José Divino.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – “Sim”.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputada Almerinda de Carvalho. (Pausa.)

Deputado Chico Sardelli; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Não, o PSDB já está completo. O PP já está completo.

Deputado Carlos Dunga; Deputado Marcos Vicente. (Pausa.)

O PL já está completo, o PPS já está completo, o PSB já está completo.

Deputada Perpétua Almeida. (Pausa.)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado José Jorge, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pode me chamar de deputado que fui deputado durante 16 anos com muito orgulho.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Tem visão do passado e do futuro.

Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – “Sim”.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Algum outro parlamentar não foi chamado?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Colega, Deputado Wladimir, o meu nome consta da lista de presença, já assinei, presumo que há uma pequenina falha, presumo que fui substituído pelo Deputado Aníbal Gomes, meu nobre colega do PMDB.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Ilustre Deputado, o seu nome não consta aqui no momento e eu já colhi três votos do PMDB, portanto, ...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não, ... Aníbal Gomes....

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sim, mas colhi os votos do João Correia, do Mauro Lopes e do José Divino, suplente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Já completou os três.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Os três votos do PMDB já foram colhidos. Perfeito?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há prejuízo nesse momento.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não, mas gostaria de consignar o meu voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não pode.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Será consignado em ata.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas o meu nome consta na lista.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Fica consignado então o voto do suplente em ata.

Eu pergunto o seu voto.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O meu voto é positivo.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – “Sim”. Fica o voto do suplente consignado em ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que o Vice-Presidente nos dê o escoré da votação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Tivemos 20 votos “sim”, 1 voto “não”.

**O SR. (Orador não identificado)** – Questão de ordem antes de proclamar o resultado, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando (PMDB – RO) – V. Exª tem que aguardar o pronunciamento do resultado da votação.

**O SR.** (Orador não identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Aqui na relação dos membros da CPMI que nos foi passada consta como terceiro nome do PMDB o Deputado Wladimir Costa, S. Exª é titular na folha dos presentes que nos foi passada.

O Vice-Presidente não o chamou, posteriormente, chamando os suplentes, validou o voto do suplente, quando há erro da Mesa, porque o Deputado está presente. Tem que constar em ata não o voto de S. Exª apenas como referência, mas, sim, retificar porque S. Exª é titular, está presente, está na folha de rosto e tem que ser consignado o voto de S. Exª e não do suplente.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado foi isso que foi feito.

**O SR. (Orador não identificado)** – Negativo. Não foi isso que foi feito não. Foi feito o acolhimento como voto, como presença e como referência de S. Exª porque V. Exª já contabilizou os três votos com o Deputado José Divino.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado, Deputado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Perdoe-me V. Exª está errado.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado, após essa afirmação, alertado pelos demais Parlamentares, solicitei que constasse em ata o voto do suplente e colhi o voto do Deputado como titular. V. Exª não acompanhou o raciocínio até o final e, portanto, a sua informação está equivocada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos que...

**O SR.** (Orador não identificado) – Não. Com licença, Sr. Presidente. Não considero equivocada. O Relator fez o esquecimento; posteriormente, não foi entendido assim por uma grande parte. E, quando fez isso convidando o voto do Deputado a ser contabilizado, o Vice-Presidente, aí, sim, foi feita a manifestação, depois da correção.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fiz uma intervenção aqui na Mesa, junto ao Vice-Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Então, foi secreta, Sr. Presidente, porque não ouvi. Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Falei aqui, e S. Exª imediatamente colheu o voto e fez a retificação. V. Exª não ouviu. Fez a retificação dizendo que constava em Ata o voto do Suplente e constava da lista de votação o nome do Titular, Deputado Wladimir Costa.

Temos que considerar – e V. Exªs hão de compreender – que o nobre Vice-Presidente fez uma leitura da listagem que lhe foi escrita. Como houve uma série de mudanças nesse ínterim, evidentemente, S. Exª fez a leitura equivocada mas foi corrigido tempestivamente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O resultado foi: 20 votos a 1.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu tenho direito... Eu posso votar ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Portanto, fica convocado, e vamos designar a data para a próxima quarta-feira, se todos concordarem. A hora ainda será...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, já marque de uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já digo.

**O SR.** (Orador não identificado) – Quarta-feira desta semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois de amanhã.

**O SR.** (Orador não identificado) – Vamos marcar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fica marcado para...

**O SR.** (Orador não identificado) – Precisa combinar com ele.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fica marcado então. Eu tinha estabelecido com ele esse entendimento. Ele fez chegar agora um entendimento diferente por intermédio do Deputado Arnaldo Faria de Sá. É evidente que a conversa comigo foi nesse sentido, e temos que iniciar. Vamos deixar para a outra semana? Mais uma semana? É evidente que está convocado para quarta-feira; a hora será designada pela direção dos trabalhos e será comunicada a V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma informação, Sr. Presidente.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Questão de informação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu só queria saber se nesta semana ainda teremos oportunidade de ter o local nosso, onde vamos examinar os documentos que estão vindo de todas as outras comissões em andamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com absoluta certeza, teremos isso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque há uma sala...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos tratando tudo isso, nobre Senador Romeu Tuma, nobre Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Na quinta-feira já haverá?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Espero que sim. Eu almejo mais do espero, como disse Thomas Morus em **A Utopia**.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas se o senhor ficar em cima...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos em cima, mas é evidente que teremos, talvez – é isso que eu quero propor agora –, a designação de um grupo de trabalho formado por dois Deputados e dos Senadores para que promovam essa aproximação. Nós tentamos fazê-lo. Eu, como Presidente, farei essa designação e, em seguida, V. Exªs que forem designados terão conhecimento. Dois Deputados...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, uma questão de informação também. Posso solicitar uma informação de V. Exª?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou agora dando essa explicação. Em seguida, eu gostaria de abrir uma discussão muito importante: que nós todos aqui tivéssemos consciência da nossa competência, definíssemos isso, e que esta comissão, que irá discutir, afirmasse essa competência. Estamos em um verdadeiro conflito de jurisdição, e como dirimi-lo é pela persuasão, pelo entendimento, pela parceria.

É evidente que já tivemos contato com a direção da CPMI dos Correios, mas ela avançou sobre o nosso objeto. É evidente que o objeto é nosso, mas não vamos estabelecer nenhum conflito agora. De fato, há um conflito de competência; há, inclusive, consequências jurídicas. Poderão ser levantadas algumas nulidades **a posteriori**, mas, de qualquer maneira, não é esse o objetivo. O objetivo é trabalhar, é ganhar tempo e ganhar espaço. E vamos fazer isso com muita determinação.

Por isso, vamos designar dois Senadores e dois Deputados ou Deputadas e peço que atuem mais diretamente junta a esta Comissão. À Polícia Federal foi feito requerimento; ao Supremo. Tudo isso foi feito. Vamos agora começar certamente a fazer visita não só à Comissão Diretora, mas também todos os membros que quiserem vão fazer essas diligências pessoais.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Eu gostaria apenas de fazer uma ponderação, Sr. Presidente.

Haverá ocasiões em que pessoas que irão prestar depoimento na CPMI dos Correios estarão prestando informações igualmente relevantes para nossa Comissão. E poderá haver ocasiões em que V. Exª, com o relator, poderá considerar que seja interessante que depoimentos, até por economia processual, sejam realizados em reunião conjunta. Por exemplo, é possível que amanhã, na reunião do Conselho de Ética, o Deputado José Dirceu preste um depoimento, que seja completamente exaustivo, de tudo aquilo que a nossa Comissão e a dos Correios venham a ter interesse em ouvi-lo. Isso é uma possibilidade. Mas pode ser que, como o próprio Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, informou, S. Exª considere importante o depoimento do Deputado José Dirceu naquela Comissão. Se isso ocorrer, poderá haver a hipótese de ser feita em reunião conjunta.

Isso não precisa ser decidido hoje. Até conversei com o Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Teremos tempo, até quarta-feira próxima, para essa consideração. Mas eu queria ponderar que isso pode ser uma possibilidade.

Só isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos estudar todas as fórmulas eficientes que levem a dar celeridade, seriedade e, sobretudo, equilíbrio à condução dos trabalhos e à apuração dos fatos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero contraditar.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu quero contraditar o depoimento do Senador Eduardo Suplicy, porque acho um absurdo.

Montamos uma CPMI, uma comissão mista de inquérito, para o mensalão e compra de votos. Não temos nada a ver com a CPMI dos Correios. De mais a

mais, lá é uma bagunça. Lá é uma coisa horrorosa. Eu não quero que a nossa CPMI copie aquelas questões que existem lá. Aquilo lá vai até madrugada. Imaginem todos nós, juntos, numa mesma CPI?

Eu gostaria que, se o Zé Dirceu, ex-Ministro, hoje Deputado, fosse lá, viesse aqui também. Por que não? São duas importâncias muito necessárias. Ele vai ter de ir. A função dele hoje é ir a todas. As explicações talvez sejam diferentes, até porque as perguntas são diferentes.

(Interferências fora do microfone. Inaudível.)

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Os interesses são diferentes.

(Interferências fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Neste momento, eu queria abrir essa discussão, exatamente para que todos se conscientizassem de todos nós defendermos o objeto desta CPMI.

Vou designar esta comissão para fazer a aproximação. Vamos designar, em seguida, membros desta comissão, suplentes ou titulares, para, se os órgãos não nos mandarem com diligência as informações solicitadas, irem buscar pessoalmente, como fizemos no passado. Precisamos trabalhar com celeridade, com segurança, mas, volto a dizer, com energia.

Uma questão de ordem. Quem me solicita?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu solicitei, Sr. Presidente, já há algum tempo, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma questão de ordem?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Uma informação que diz respeito à questão dos trabalhos. Antes, até...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo, por preferência, à nobre Senadora e, em seguida, a V. Exª.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É só o seguinte, Sr. Presidente – pode ser que V. Exª já tenha até prestado este esclarecimento, mas vim do aeroporto direto para cá. Ficaram suspensos todos os requerimentos de convocação. Agora, eu lhe pergunto a respeito dos requerimentos que dizem respeito à solicitação de documentos. V. Exª já considerou tudo aprovado e já fez a solicitação?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foram aprovados todos.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos concordaram que todos eles fossem feitos, embora fossem repetitivos, fossem detalhes do todo...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas resolvemos, exatamente, porque o que abunda não prejudica.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Também para a questão dos trabalhos, a questão das horas.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Se for confirmado para esta quarta-feira o Deputado Roberto Jefferson, eu gostaria de propor que fosse pela manhã. Vai ser, com certeza, um depoimento longo.

É uma questão de ordem que é exatamente para o andamento dos trabalhos, para o bom andamento desta CPMI, que eu pretendo que realmente cumpra a sua função.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O mais importante é que foi aprovada a convocação. Devo esclarecer a V. Exª: quanto ao horário e à hora, vamos comunicar a V. Exª.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É só uma sugestão também em relação a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado para uma questão de ordem. Em seguida, terá a palavra V. Exª, João Rocha.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, para uma questão de organização da Comissão, eu gostaria de saber da agenda de trabalho que será realizada. Pelo que recebi de informação de V. Exª, teremos a convocação do Deputado Roberto Jefferson para vir aqui prestar o seu testemunho na próxima quarta-feira, em horário a ser definido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quanto à questão das provas emprestadas e das quebras de sigilo bancários, já foram realizadas e também já foram solicitados por essa Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Aprovado o requerimento na primeira reunião.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu gostaria de fazer a V. Exª uma solicitação em relação a esta CPI: mesmo que fossem provas já produzidas pela outra CPI, que elas estivessem à disposição desta

CPI, dentro do âmbito desta CPI, para que pudéssemos ter a tranqüilidade de estudar as provas, de ver os depoimentos, para que possamos formular os juízos para dar seguimento ao nosso trabalho.

Quanto, Sr. Presidente, à questão do tempo, preocupa-me também porque, pelo andamento dos trabalhos da CPI dos Correios, temos de alcançar a carruagem, com se diz em linguagem mais comum. E temos de trabalhar para ver, Sr. Presidente, quais são as provas já produzidas e quais são os requerimentos que deveremos fazer para balizar com novidades esta CPI, no caso específico do pagamento do “mensalão”, para fidelizar voto por parte do Governo dentro desta Casa. E esta é uma questão fundamental.

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse informar aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras, algum ato já realizado pela CPI dos Correios, quanto à indicação de nomes que estão sendo investigados. Também gostaríamos de ter acesso, o mais breve possível, para dirigir o estudo e a análise criteriosa dos documentos, aos dados fornecidos em depoimento à Polícia Federal pela diretora financeira da agência de publicidade do Sr. Marcos Valério. E também que pudéssemos, com toda tranqüilidade, ouvir novamente algumas daquelas pessoas que prestaram depoimentos, que são fundamentais. Não preciso citar Marcos Valério, Delúbio Soares e alguns outros, para que possamos – a partir de novos dados, de quebra de sigilo bancário, de vinculações com informações já do conhecimento desta Casa, que já produziram renúncia de Parlamentares – ter tranqüilidade, com uma agenda prévia, e que, de preferência, iniciasse os trabalhos desta CPI pela manhã, para que pudéssemos dar seguimento aos trabalhos.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Deputado Júlio, apenas uma coisa. A CPI é do mensalão e compra de votos, ou a prazo ou a vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho de responder a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>. Já falei mais de uma vez, e é a última vez que repito. Já requisitamos, até, todos os depoimentos. Já citei aqui várias vezes: Procuradoria-Geral da república, Polícia Federal, Corregedor da Câmara dos Deputados, Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, CPMI dos Correios, e até o Supremo Tribunal.

Esse é então o nosso trabalho. Só que não recebemos nada. Não há como distribuir. Não há como usar, já que, até este momento, não recebemos absolutamente nada de ninguém.

Então vamos fazê-lo. Estou até designando uma força-tarefa aqui – eu a designei assim –, um grupo de trabalho para que o faça. E não posso fazer nada de

maneira forçada, apenas por via judicial. E não estamos ainda nesse desespero.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, apenas para aditar ao seu pronunciamento...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – A palavra está comigo, não é, Presidente? Sr. Presidente, entre os requerimentos que apresentamos, foi aprovado o requerimento da convocação do Deputado Roberto Jefferson. Apresentamos também outros requerimentos: a convocação do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio Soares.

Eu acredito, Sr. Presidente, que deveríamos prosseguir na apreciação desses outros requerimentos até para dar celeridade aos trabalhos da Comissão. Vamos ouvir o Roberto Jefferson na quarta-feira, conforme foi aqui sugerido e já acertado por V. Ex<sup>a</sup>, e já teríamos agenda pronta para ouvirmos mais depoimentos.

Certamente, o Sr. Marcos Valério deveria ser o segundo a ser ouvido por esta Comissão, tendo em vista ele ter sido a pessoa que o Deputado Roberto Jefferson acusou de ser o responsável pela distribuição dos recursos aos Partidos e a supostos parlamentares nesta Casa, como também o Delúbio Soares que foi também a pessoa citada pelo Deputado Roberto Jefferson como quem viabilizou esses recursos para distribuição aos Partidos nesta Casa.

Portanto, apelo a V. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário desta Comissão no sentido de que pudéssemos avançar na apreciação de mais requerimentos para que não parássemos a oitiva do Deputado Roberto Jefferson sem estarmos aqui com requerimentos aprovados para ouvir demais pessoas de interesse desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos uma série de requerimentos com, entre outros, os nomes que V. Ex<sup>a</sup> citou. Entendi que, para iniciarmos os nossos trabalhos, vamos ouvir o Deputado Roberto Jefferson. Entendi, não, quem entendeu assim foi o Plenário.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Presidente, permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos dar prioridade, após a vinda desse material e de o estudarmos e o dissecarmos, pode ser que não seja importante a vinda de Marcos Valério, que disse muito pouco; pode ser alguém que se disponha a dizer muito mais, a esclarecer muito mais. A lógica das investigações não é exatamente o plano de trabalho

preestabelecido. Se quisermos chegar a um resultado preestabelecido, então vamos estabelecer um programa de que já sabemos o resultado. Vamos fazer a coisa pela lógica da investigação.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Presidente, permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem vai desenhar os futuros depoentes, as futuras testemunhas, são as investigações. E ponto final. Este assunto está encerrado.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 21h16min.)*

### ATA DA 3ª REUNIÃO – REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2005

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas e vinte e cinco minutos, na sala 03 da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com a presença dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, João Batista Mota, Amir Lando, Wellington Salgado de Oliveira, Ney Suassuna, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi e dos Deputados Luiz Couto, Paulo Pimenta, Devanir Ribeiro, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Daniel Almeida, Odair Cunha, Gastão Vieira, José Divino, Chico Sardelli, Antônio Carlos Mendes Thame, Carlos Dunga, Marcus Vicente e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 3ª Reunião e propõe a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, obtendo a concordância dos presentes (aprovada). Foram aprovados os seguintes requerimentos: apresentados pelo Dep. Fernando Coruja, **Requerimento nº 16**; apresentados pelo Dep. José Rocha, **Requerimento nº 2**, que requerem a convocação do SR. Marcos Valério Fernandes de Souza; o **Requerimento nº 115**, apresentado pelo Deputado Raul Jungmann e o **Requerimento nº 56**, apresentado pelo Dep. Odair Cunha e pelo Senador Sibá Machado,

que requerem a convocação do Sr. Cristiano de Melo Paz, sócio do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza nas agências DNA e SMPB, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; e o **Requerimento nº 296**, apresentado pelo Dep. Antônio Carlos Mendes Thame, que requer a contratação, em caráter emergencial, de uma empresa de rastreamento de depósitos internacionais, para prestar consultoria à esta CPMI na localização de recursos que tenham sido levados para o exterior, por qualquer pessoa que esteja sob investigação desta Comissão. Usaram da palavra até o momento em que a reunião passou a deliberar de forma secreta os seguintes parlamentares: Ana Julia Carepa, João Correia, José Jorge, Júlio Redecker, Leonel Pavan, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Sibá Machado e Zulaiê Cobra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas, convocando-se a próxima reunião para o dia quatro de agosto deste ano, quinta-feira. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não, vamos continuar, reservado.

Então, concedo a palavra ao Deputado João Correia, que havia me solicitado.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma lembrança, porque eu tenho freqüentado um pouco a CPMI dos Correios, e hoje, mais ou menos de 16:30 para as 17 horas, a reunião que eles estavam tendo foi suspensa porque havia Ordem do Dia no Senado Federal. Parece-me que isso também é regimental. Quer dizer, no momento em que houver Ordem do Dia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui não houve reunião. Até agora não houve.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, eu estou falando lá. Por isso é que eu quero sugerir o seguinte: nós teríamos, pelo menos na Câmara, o usual é que a Ordem do Dia ocorra às terças e às quartas. Então, as quintas, as sextas e as segundas eu acho que teriam que ser os nossos dias de prioridade. Eu queria fazer essa lembrança por conta da Ordem do Dia e sugiro também que se evite um pouco aquilo que ocorreu ontem no Conselho de Ética com o Ministro José Dirceu, que a reunião começou às 15:30 e foi até as 23:30 e algumas pessoas que ainda desejavam falar não o puderam. Quer dizer, quero também sugerir

à Comissão que faça as oitivas especialmente pela parte da manhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, eu queria sugerir ao Relator que essas oitivas nós pudéssemos começar... Amanhã tem o Deputado Roberto Jefferson, o outro importante seria o Marcos Valério e os seus sócios. Quer dizer, nós poderíamos semana que vem ouvir o Marcos Valério, seus sócios, de modo... E eu acho também que outra coisa que poderíamos fazer, Sr. Presidente, não era nem ouvir o Delúbio. Eu acho que é uma acareação entre o Deputado Roberto Jefferson e Delúbio. Eu acho que isso seria um passo à frente daquilo que está sendo feito. Eu acho que uma acareação entre o Deputado Roberto Jefferson e Delúbio logo em seguida, que seria uma oportunidade. Eu sinto que as mãos, assim, de apoio do Deputado Paulo Pimenta estão corroborando. Mas eu acho que seria avançar naquilo que já está acontecendo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. É só para colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao Relator, que tem prioridade agora.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – É para colaborar apenas.

Até para colaborar, Sr. Presidente. Há pouco foi discutido no plenário do Senado Federal sobre a questão do funcionamento das Comissões Permanentes, e o Senador Renan Calheiros não sei se tem influência nisso, mas lá ficou dito, pelo menos, que nas CP-MLs as oitivas deveriam começar apenas a partir das 11:30 horas, porque até as 11:30 seriam realizadas as Comissões Permanentes, para que não fossem prejudicadas. Então, eu apenas queria lembrar ao nobre Presidente referente ao que foi discutido há pouco no plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria antes que talvez, em termos de consenso, se alguém quisesse – referi-me extremamente a esse tema, das indicações de quem realmente deveremos ouvir, e aí nós fazemos um consenso e tiramos aqui uma média da Comissão, que me parece que é muito mais pacífico e muito mais eficiente tirarmos uma decisão conjunta.

Na sequência, eu tenho que conceder a palavra ao nobre Deputado Wladimir Costa. (Pausa.)

O Wladimir Costa está ocupado.

O subsequente é Odair. (Pausa.)

Olha, vamos manter uma certa ordem, porque senão é impossível tocar a coisa. Eu sei que é uma

reunião administrativa, mas se a gente não tiver um mínimo de ordem...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Só para nós termos uma ordem, eu acho que a idéia do Deputado João Correia é no sentido de nos estabelecermos dias para nos dedicarmos mais aos documentos e dias para nós nos dedicarmos mais às oitivas. É uma boa idéia. Eu só não sei se seria terça e quarta, documentos; e segunda e sexta ou quinta, oitivas, mas é preciso ter um método. E nessa perspectiva, acho que precisávamos, primeiro não deveríamos ter muito em mente, convidarmos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu ia pedir aos nobres Deputados e Senadores que fizéssemos um mínimo de silêncio porque há um orador com a palavra.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que fosse determinado que não se usassem celulares durante as discussões aqui na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o nobre Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Presidente, em síntese, para termos um método de trabalho, não deveríamos dar preferência neste primeiro momento para ouvirmos pessoas que já foram ouvidas noutra CPI. Penso que poderíamos convidar o sócio do Sr. Marcos Valério, Cristiano Paz, salvo engano o nome completo, seria importante ouvi-lo, talvez antes do próprio Marcos Valério. Porque o que temos ouvido pela imprensa é que ele tem coisa nova. Ele também precisará vir, mas não sei se neste primeiro momento, outra pessoa que não foi ouvida ainda, que tem disposição de vir é o próprio Ministro José Dirceu. Acho que é importante que ele venha também prestar aqui os seus esclarecimentos. Não sei se deveríamos ouvir outras pessoas ou se deveríamos aprovar uma lista de pessoas.

Indago a V. Ex<sup>a</sup> se a prerrogativa de marcar hora e data das oitivas é de V. Ex<sup>a</sup> ou do Relator ou é de competência do Plenário da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A hora e o dia são da Mesa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então é isso. Talvez poderíamos fazer uma lista que produzisse um acordo entre nós.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Eu achava que caberia talvez ao relator fazer uma proposta para discutirmos em cima de uma proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Isso ele irá fazer. Exatamente inicialmente estamos ouvindo algumas e auscultando as opiniões de todos os membros. Assim, imediatamente poderemos fazer essa proposta através do relator.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Vamos ouvir um pouco mais para mais ou menos obtermos um consenso.

Pela ordem?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Não, para ser ouvida. Para dar opinião, para dar sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Então farei a inscrição de V. Exª.

Na inscrição temos agora o nobre Deputado Júlio.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Presidente, acho que todos os parlamentares aqui estão acompanhando atentamente o desenrolar dos fatos na CPMI dos Correios, no Conselho de Ética. E as provas emprestadas, se não chegaram a esta Comissão, estão à disposição na CPMI dos Correios porque tive acesso livre lá às provas sem problema nenhum.

Acredito que tem alguns nomes que ainda não ouvimos, embora eu ache importante a contribuição do Deputado Moroni Torga, no sentido de que possamos fazer aqui uma confrontação entre o principal operador do mensalão, que é o Sr. Delúbio Soares, com o principal denunciante, que denunciou todo o esquema, que é o Sr. Roberto Jefferson. Acho que isso seria fundamental para que saíssemos das coisas que já soubemos para buscar fatos novos com essas pessoas.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu gostaria também de sugerir que está na hora de começarmos a ouvir também aqueles que estão envolvidos diretamente, que estão sendo denunciados diariamente. Esta aqui é uma CPMI que vai apurar a compra de votos. O Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sr. José Genoíno, que é o homem que comandava a estrutura de poder do Partido dos Trabalhadores, com Delúbio, com Silvinho, com todos, tem que ser ouvido aqui nesta Casa. Aqueles que receberam dinheiro e admitiram que receberam dinheiro aqui na boca do caixa, seja do Banco Rural, em São Paulo, ou aqui em Brasília, devem ser ouvidos. Por exemplo, temos que ouvir aqueles que receberam dinheiro e saber o que foi feito com esse dinheiro. Por uma razão muito simples. Querer dizer que é dinheiro de campanha, quando, no ano de 2003, não houve

campanha alguma, isso é querer dizer que não houve uma periodicidade com a votação.

Citarei outro dado importante.

Sr. Presidente, peço silêncio.

Passo a outro dado importante. Eu gostaria de que pudéssemos fazer o cruzamento aqui das principais votações de interesse do Governo para verificar como os Deputados votaram. Essa é uma lição básica, porque muitos desses que estão sendo acusados de compra de voto certamente tiveram seus votos comprados para fidelizar ao interesse do Governo.

Portanto, acredito ser hora, Sr. Presidente, de começarmos a ter uma sistemática. Espero que o Relator, com sua experiência de longos anos, possa sistematizar um trabalho, em que comecemos a obter resultados, porque, se for para sermos assessórios da CPMI dos Correios, é melhor pararmos, pois seremos uma farsa, seremos ridicularizados pela Nação. Hoje, no Congresso Nacional, todo mundo diz e os jornalistas perguntam – temo por isso – se somos uma CPMI que não apurará nada, uma CPMI de segunda classe, uma CPMI chapa branca. Não posso acreditar que estejamos aqui para promover qualquer tipo de atividade que não seja a de esclarecer os fatos e prestar contas à Nação.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo à Mesa Diretora para que comecemos com um planejamento de trabalho nesta Comissão que nos leve à apuração dos fatos e à punição. Digo ao grande jurista, que é o Sr. Relator, que a celeridade da prestação jurisdicional ou, no caso, da prestação de contas à população brasileira é fundamental. Não podemos começar os trabalhos e permitir que a CPMI fique patinando e patinando, como se fosse força assessória para desatolar a CPMI dos Correios, onde já há uma corrente para enviar diretamente ao Conselho de Ética aqueles que estão envolvidos. Nós aqui perderemos a função, o que será uma desmoralização para todos aqueles que participam desta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Primeiramente, quero repelir qualquer insinuação – essa é uma agressão que acredito atingir todos nós aqui presentes – no sentido de que esta CPMI não apurará nada. Não apurará nada se não houver nada. Porém, há indicações de fatos graves que deverão ser apurados.

Tenho absoluta certeza... Acredito na serenidade, na seriedade e na eficiência de todos os Membros desta CPMI.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Presidente, quero apenas dizer que não fiz nenhum juízo de valor quanto ao comando da CPMI. Estou



relatando as opiniões que estão sendo emitidas pela Casa e pela imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que, à medida que iniciarmos os trabalhos, não apenas os depoimentos, que se iniciarão amanhã, resolveremos essa questão. Entendo também – esse foi o sentimento geral – que deveremos ouvir alguns depoimentos que são emblemáticos. Quem foi o autor das denúncias? Exatamente o Deputado Roberto Jefferson, que será ouvido amanhã. Quem foi o operador desse suposto sistema? Marcos Valério, que deve ser ouvido. Embora já tenha sido ouvido na CPMI dos Correios, ele pode trazer elementos novos. Vamos focalizar, especificamente, essa inquirição de maneira a trazer informações. Em seguida, ouviremos, evidentemente, todos os nomes citados, para que eles apresentem a defesa, dando-lhes uma chance à contradita, a fim de que cada um esclareça a situação.

Essa é a informação que veio a mim.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Membros da Comissão, como Relator, devo apresentar um esboço de roteiro ao Sr. Presidente e à Comissão para que ambos decidam sua procedência.

Esta Comissão tem uma função específica: investigar o chamado “mensalão”, termo que procurarei evitar doravante, porque visa a apurar quem pagou quem para obter o quê. Esse é o propósito desta Comissão.

Estou de acordo com o fato de que se deva ouvir pessoas que já foram duas ou três vezes ouvidas, porque podem ter algum fragmento de informação a respeito daquilo que nos preocupa. Entretanto, quero dizer-lhe que, como Relator, não estou interessado em ouvir revelações a respeito de Correios, nem de ida de qualquer pessoa aqui ou ali, porque a nossa função é apurar se algum Parlamentar foi corrompido com dinheiro para votar matérias de interesse do Governo. Essa será uma diretriz a que verei estar preso permanentemente, embora saiba que, muitas vezes, para obter essa informação, alguma Sr<sup>a</sup> ou Sr. Deputado ou Senador tem que fazer um certo círculo de fechamento no interrogatório para obtê-la.

Minha preocupação, obviamente, é de ouvir o denunciante, que é o Deputado Roberto Jefferson, cujo depoimento está marcado para amanhã. Mas, ouvido o Deputado Roberto Jefferson, acho, com a devida vênia, que devemos ouvir as pessoas que S. Ex<sup>a</sup> mencionar como sendo autores desse procedimento.

Sr. Presidente, também quero propor à Casa que as solicitações e os requerimentos de audiência de pessoas sejam feitos por escrito para que o Relator possa apreciá-los, dar o seu parecer, organizar a pauta.

Muitas vezes, a colocação errada de um personagem num determinado dia pode vir a ocorrer ou determinar uma reconvocação, porque deveria ter sido ouvido depois de determinadas pessoas que a ele que estão presas ou são dele decorrentes. O certo é o seguinte: estou tomado de preocupações quanto à objetividade e à rapidez. A CPMI até mesmo para estancar as dúvidas sobre ela, que o Deputado Júlio Redecker acaba de mencionar, terá que ser a mais objetiva possível e trabalhar com a maior rapidez, porque não é possível eternizar, não é possível demorar mais, angustiosamente, essa situação do País. O nosso procedimento aqui afeta o andamento da economia, afeta o andamento do Governo, afeta a moral pública, a psicologia pública. Por isso, devemos satisfações. Quando é que uma Comissão dá satisfações? Quando apresenta conclusões. Não podemos ficar aqui remando indefinidamente em torno de objetivos inalcançáveis. É claro que isso não significa, absolutamente, restrição alguma à pretensão de qualquer membro da Comissão de ouvir esse ou aquele, mas peço então, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> submeta à Casa, se tanto for necessário, o seguinte: primeiro, que os requerimentos sejam feitos por escrito; em segundo lugar, que seja permitido ao Relator submeter a V. Ex<sup>a</sup> e à Comissão uma ordem de inquirição, levando em conta a seqüência de revelações que dela possam provir. São esses dois requerimentos que devo fazer.

A partir daí, teremos então uma pauta pré-anunciada, teremos um cortejo de ações já pré-estabelecidas e não ficaremos à mercê de requerimentos ocasionais, que, muitas vezes, ao invés de auxiliar na progressão da busca da verdade, podem ou emparedá-la ou retardá-la ou confundi-la.

Peço aos Srs. membros da Comissão que confiem em que o Relator colocará toda a objetividade possível na elaboração desse roteiro e, obviamente, como não podia ser diferente, curvar-se-á à decisão da maioria.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, Deputado.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Acho que, depois da fala do Deputado Júlio Redecker e da fala do Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, temos que levar em consideração que a CPMI do Mensalão tem que marcar horário para ouvir independentemente das Comissões permanentes. Não temos que ficar presos à Comissão, porque temos mais Deputados fora da CPMI do que dentro da CPMI. Aqui, inclusive, tem muitos Deputados e Senadores que fazem parte da CPMI dos Correios.

Portanto, aqui somos poucos. Se formos obedecer ao regimento de que a Comissão permanente está acima de nós, vamos começar quando? Às 11h30min, ao meio-dia, para depois, à tarde, termos a sessão do dia? Acho que tínhamos que ter prioridade, porque o povo quer saber de CPI, o povo não está interessado em comissão permanente, o povo não está interessado em projeto de lei, ele só está interessado em saber o que nós vamos fazer. A responsabilidade nossa é muito grande, Sr. Presidente. Nós temos que terminar tudo até novembro. Se nós não terminarmos tudo até novembro, nós estamos cassados pelo povo.

Essa é a verdade!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo absolutamente procedente a colocação de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso, para dar celeridade e a gente não ficar eternamente discutindo, temos, amanhã, um depoimento. Propunha e vou propor aqui, e essa proposta já consta de vários requerimentos feitos por escrito, a oitiva do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza para a próxima terça-feira. Eu queria, e se os senhores entenderem assim, que, na próxima semana, déssemos um pouco de ênfase a depoimentos, depois teremos o tempo necessário para que se possa organizar de maneira mais sistemática. Não há dúvidas de que é o homem que seria o operador desse esquema. Então eu faço essa proposta para que ao menos o Sr. Marcos Valério e outros nomes aqui sejam relacionados para a semana que vem, ao menos três depoimentos, para dar esse empuxo exatamente dessa parte.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar!

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Quero ouvir o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Eu não queria discutir com o Sr. Presidente, mas eu quero ponderar que três audiências são excessivas, Sr. Presidente, parece-me! Porque nós temos, além de ouvi-los, depois examinar o depoimento para chegarmos a conclusões que talvez não tenhamos chegado durante o depoimento. Eu acho que dois depoimentos, por semana, já se constitui um trabalho exaustivo na próxima semana. Porque a questão é o seguinte: nós temos que ouvir, mas temos que filtrar, temos que filtrar. Nós temos que indagar da nossa memória a respeito de determinados fatos, voltarmos lá para verificar. Há um problema de, pode haver um problema de acúmulo de matéria e saturação de informação em prejuízo da verdade.

Volto, então, a propor ao Sr. Presidente o seguinte: primeiro, Sr. Presidente, se desejar submeter ao

plenário o seguinte, primeiro, que os requerimentos de audiências sejam, feitos por escrito para permitir uma determinada ordem de trabalho, ordem que a Comissão aprovará ou não. Há aqui já uma série de requerimentos que, se o Sr. Presidente determinar, já posso dar conhecimento da Casa.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Gostaria que fosse obedecida a ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – ...a ordem das inscrições, porque o que nós estamos vendo, Sr. Presidente, é que, muitas vezes, pela ordem, termina fazendo desordem e não cumprindo aquilo que determina. Peço que o senhor não aceite o pela ordem que venha trazer desordem à inscrição que foi feita.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, rechaçar a denominação de que esta é uma CPMI de chapa branca que não vai fiscalizar nada. Nós temos, sim, que começar a fazer o nosso trabalho, para que a CPMI dos Correios comece a fazer o trabalho de investigar a questão dos Correios. E aí eu acho que nós não podemos ficar reféns também de uma pauta que seja apenas do Sr. Roberto Jefferson ou da imprensa. Nós temos que ouvir pessoas que não foram ouvidas lá. Por exemplo, o Cristiano Paz, que é um dos sócios de Marcos Valério, tem que ser ouvido antes de Marcos Valério, temos que ouvi-lo, para que nós comecemos a ter a nossa marca, e não ficar reféns daquilo que já foi ouvido na CPMI dos Correios. Então, acho que teríamos que ouvir o Roberto Jefferson, que já está decidida, ouvir o Deputado José Dirceu e o sócio do Marcos Valério, o Sr. Cristiano Paz.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E o Genoíno!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Eu já... (Pausa.)

Vamos por parte, antes! O Genoíno, não temos aqui um pedido.

**O SR. (Orador não identificado)** – Tem, tem requerimento da minha autoria aí. Da minha autoria!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Agora, concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, porque V. Ex<sup>a</sup> foi chamado e agora eu posso reinscrevê-lo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente!

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, parece que o Relator está sinalizando aí que está meio confuso. Eu queria que o Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não. Agora já concedi a palavra. Em seguida, concederei ao Relator.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento, uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Cada um vai ter a palavra de acordo com a ordem de inscrição. Nós temos uma ordem de inscrição. Uma questão de ordem é uma questão de ordem. Não se deve aproveitar a palavra para questão de ordem para manifestar uma opinião.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então me inscreva.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É para lembrar ainda o seguinte: desde que esta Comissão começou os seus trabalhos, sinto a preocupação dos seus membros que dizem que estão sendo engolidos, tragados, pela força da CPMI dos Correios, coisa parecida, que mistura os trabalhos. Tantas coisas já ouvi.

Primeiro, acho que todo mundo aqui está ciente da sua missão, do seu compromisso, o que dispensa essa preocupação. Segundo, eu pouco estou me lixando para o que as pessoas estão pensando ou dizendo desta Comissão. O que me importa é se esta Comissão vai seguir o seu caminho e prestar o serviço que se propõe a prestar.

Quero reforçar o que já disse o Relator. Acho que a orientação está correta, está corretíssima, e não vamos nos perder no emaranhado de coisas que não dá a celeridade necessária.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador na tribuna e quero garantir a palavra ao mesmo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mais do que isso, eu queria saber se foi considerado pelo Relator que à medida que os trabalhos mostrarem a comprovação de determinados fatos, que os fatos sejam de imediato, Sr. Presidente, encaminhados para o foro competente, para tomada de decisão. Não precisaríamos aguardar o final do relatório.

Por último, acho que para a semana que vem, dado que ontem tivemos a oitiva do Deputado José Dirceu e amanhã teremos a oitiva do Deputado Roberto Jefferson, temos um nome aqui que considero pivô de uma informação nova, o Sr. Cristiano Paz. Essas duas oitivas poderiam nos abrir um grande canal, e daí para a frente o Relator nos orienta e vemos o que fazer. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ressalvando sempre a minha preocupação em ouvir o mais rapidamente possível os Deputados envolvidos, que deverão comparecer a esta Comissão para esclarecer a sua posição. Nós não podemos perder de vista a necessidade urgente de ouvi-los. São acusados. Nós estamos fazendo um processo para apurar a sua responsabilidade. Têm que ser ouvidos em primeiro lugar.

Mas como já se estabeleceu aqui que certos depoimentos são necessários para começar a estabelecer o início das investigações, proponho ao Sr. Presidente, **ad referendum** da Comissão, que ouvido amanhã o Sr. Deputado Roberto Jefferson, e na semana que vem sejam ouvidos os Srs. Marcos Valério e Cristiano Paz, nas datas e horários que S. Ex<sup>a</sup> estabelecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Em votação.

Não havendo quem se manifeste contrariamente, aprovado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu só sugiro que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra, pela ordem, ao Deputado Odair Cunha. Nós temos que manter um mínimo de ordem.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu ia pedir que V. Ex<sup>a</sup> mantivesse as inscrições, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A única questão que eu queria ter clara entre nós é que – se eu repetir, me desculpem – o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, nosso Relator, apresentará, na semana que vem, uma ordem que vamos discutir aqui e votar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De acordo com os requerimentos já feitos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – De acordo com os requerimentos já feitos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – **Ad referendum** da Comissão. A Comissão é que decidirá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Claro.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18 horas e 55 minutos.)*

**ATA DA 4ª REUNIÃO – REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2005**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, na sala 06 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e com a presença dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, João Batista Motta, Amir Lando, Wellington Salgado de Oliveira, Augusto Botelho, Valmir Amaral, Álvaro Dias e Pedro Simon; dos Deputados Luiz Couto, Paulo Pimenta, Devanir Ribeiro, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Odair Cunha, Zico Bronzeado, Gastão Vieira, José Divino, Almerinda de Carvalho, Chico Sardelli, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Carlos Dunga, Fernando Coruja, Renato Casagrande e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos e apresenta orientações sobre como pretende conduzir os trabalhos. Os Deputados João Rocha e João Batista Motta apresentam questão de ordem sobre a condição do depoente convidado, se testemunha ou indiciado, e sobre os tempos para inquirição e resposta. O Presidente esclarece que o tempo dos membros da CPMI é de 15 minutos, incluindo as perguntas e respostas e que o tempo dos parlamentares não-membros é de 5 minutos. O depoente convidado está vindo na dupla condição de testemunha e, se algum ilícito for confessado, também de indiciado. Lembrou, contudo, que é assegurado ao depoente o direito à não auto-incriminação, razão pela qual poderá abster-se de responder perguntas que possam incriminá-lo. O Vice-Presidente da Comissão, Deputado Paulo Pimenta, explica que esteve conversando com o Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, e acordaram em disponibilizar os documentos que já se encontram disponíveis naquela Comissão. O relator Ibrahim Abi-Ackel e o Deputado Arnaldo Faria de Sá entendem que se faz

necessário aprovar requerimento de quebra de sigilo também nesta CPMI para ter acesso aos documentos disponibilizados àquela CPMI. Coloca-se em votação nominal e são aprovados, com 23 votos favoráveis, os requerimentos: **Requerimento nº 232/2005**, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra, em que requer a transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico do senhor Cristiano de Mello Paz; **Requerimento nº 233/2005**, de autoria do relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, em que requer a transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico de todas as empresas de propriedade do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza. A Presidência concede a palavra ao Deputado Roberto Jefferson para suas explicações iniciais. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Agnaldo Muniz, Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Augusto Botelho, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Batista da Motta, João Correia, José Carlos Araújo, José Jorge, José Rocha, Júlio Redecker, Leonel Pavan, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Romeu Tuma, Sibá Machado, Wellington Salgado de Oliveira, Wladimir Costa, Zulaiê Cobra, Paulo Pimenta, Roberto Jefferson, Enéas, Chico Sardelli, Alberto Goldman, Zico Bronzeado, João Fontes, Babá, Mendes Ribeiro Filho, Álvaro Dias, Antonio Carlos M. Thame, Arthur Virgílio, César Borges, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, José Divino, Mauro Lopes, Narcio Rodrigues, Ivan Ranzolin e Perpétua Almeida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e um minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia quatro de agosto deste ano, quinta-feira. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS****O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Inicialmente, eu gostaria de discutir com o Plenário de maneira rápida, porque essa é a praxe, para decidirmos o tempo de duração da intervenção de cada

membro. A previsão regimental é de dez ou quinze minutos. Vou estabelecer quinze minutos para ser quinze mesmo, porque não adianta estabelecer dez minutos e, na prática, demorar quinze minutos. Então eu queria saber se o Plenário concorda porque vou dar essa dilação para quinze minutos, mas esse tempo tem que ser respeitado. Quando terminar o tempo, corta-se a voz e ponto final, porque senão são dez, aí, mais cinco, depois há aquela questão de tolerância, passa para vinte e, às vezes, para meia hora. Então vamos observar o Regimento.

A ordem de inscrição deverá ser observada rigorosamente, de acordo com a lista disponível, na mesa, trinta minutos antes do início da reunião para não ficar a noite inteira. Assim, trinta minutos antes da reunião, a lista estará à disposição, e cada um poderá se inscrever.

Eu estabeleci, evidentemente, uma certa hierarquia que me parece válida. De qualquer maneira, submeto a decisão ao Plenário. Primeiro falam os titulares, que têm a preferência; segundo, os membros suplentes; terceiro, os Parlamentares não-membros. O tempo para os não-membros fica reduzido para cinco minutos. É evidente que cinco minutos, em relação à idéia de igualdade, é um tempo um pouco reduzido, mas temos que fazer uma sinalização porque senão a reunião pode-se tornar interminável e, o que é pior, com perguntas repetidas eternamente.

Eu queria fazer um apelo para que pudéssemos observar o Regimento.

E vamos agora a um ponto que é crítico nas Comissões: o que são “questões de ordem” e o que são “pela ordem”. A questão de ordem, suscetível em qualquer fase da reunião pelo prazo de cinco minutos, é para dirimir toda dúvida sobre a interpretação do Regimento na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição, o Regimento ou a Constituição. Quando se estiver desobstando...

Olha, eu ia pedir que quem quiser telefonar que o fizesse com poucos decibéis ou então se retirasse da sala, porque senão não vamos ser úteis aqui. Se cada um ficar ao telefone, serão cinquenta telefones falando. Então, é melhor fazermos uma pausa para telefonar. Vamos fazer uma pausa para telefonar, senão fica uma situação incontrolável aqui. Temos que buscar eficiência. Se não buscarmos a eficiência, não vamos chegar em lugar nenhum, senão eu tenho que falar cada vez mais alto.

Eu gostaria, antes de terminar essa...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Sr. Presidente, era só para uma questão de entendimento da Comissão. O Deputado Roberto Jefferson está vindo convidado como testemunha ou como indiciado?

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)**

– Ele, na verdade, poderá aqui ter uma situação dupla: ele é fundamentalmente testemunha, mas poderá haver, nessas inquirições, algumas perguntas que digam respeito à prática ilícita por parte do depoente. Nessa circunstância, ele poderá reservar a si o direito de falar ou não, de declarar ou não. Não há compromisso com a verdade. Ninguém está obrigado à auto-incriminação. Não é preciso **habeas corpus**, nem coisa alguma. A Comissão não é uma delegacia de polícia. A Comissão tem poderes jurisdicionais, mas não de prender. Aqui não haverá, em momento algum, a não ser em caso de explícito desacato a autoridades ou de outro delito, prisão em flagrante.

Outra questão: a testemunha é obrigada a dizer a verdade? Qual é o delito, qual será a conduta típica se ela não falar a verdade? O perjúrio. Quem julga é o Poder Judiciário. Então, o que faremos é apenas encaminhar ou, desde logo, dispensar o depoimento e mandar ao Poder Judiciário para que tome as providências.

Então, aqui não é necessário, de maneira nenhuma, **habeas corpus** ou qualquer proteção prévia. Vamos seguir estritamente a lei. Temos de dar o exemplo à Nação de que o Parlamento segue estritamente a lei. Então, será essa a dupla finalidade do convite, muito mais para que sirva como testemunha, porque ele é autor das denúncias, por isso, é ele quem deve iniciar esse processo.

Outra questão importante: a questão de ordem deve ser objetiva e indicar o dispositivo regulamentar em que se baseia, para sabermos que dispositivo se está violando, referindo-se ao caso concreto relacionado à matéria tratada na ocasião, não podendo versar sobre natureza doutrinária ou especulativa. Então, não se pode fazer questão de ordem para tomar a vez de quem está inscrito, nem para furar a lista. Pode-se ainda falar pela ordem, em qualquer fase da reunião, por cinco minutos. O Parlamentar poderá pedir a palavra pela ordem para indagação sobre o andamento dos trabalhos, sempre dizendo respeito ao ordenamento dos trabalhos, para reclamação quanto à observância do Regimento. Uma coisa e outra têm muita similitude, mas, fundamentalmente, quando houver um desvio de conduta, sobretudo por parte da Mesa, qualquer Parlamentar está autorizado a fazer observações, a chamar a nossa atenção através de um desses procedimentos. Como eu disse, sejamos objetivos para termos eficiência. Vamos ver se conseguimos avançar na investigação.

As disposições gerais que eu tinha para falar, fundamentalmente são essas.

Para concluir, quero dizer algo importante. Aqui se aplica subsidiariamente o Código de Processo Penal e até mesmo o Código de Processo Civil. O que diz o Código em relação ao tratamento das partes? Qual é o dever das partes? Vou sintetizar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou sintetizar o que diz a lei. É defeso às partes, por si e por seus advogados – aqui não são as partes, mas os Parlamentares –, empregar expressões injuriosas. O que cabe ao juiz da instrução, ao juiz que promove a audiência? Quando as expressões injuriosas forem proferidas em defesa oral, o juiz advertirá o advogado que não as use, sob pena de ser cassada a palavra – é o que manda a lei.

Tentaremos dar à Nação um exemplo de como conseguir obter todas as informações com inteligência e não com virulência. Veremos até onde vai a nossa capacidade de argumentar, de extrair a verdade dos depoentes de forma que se possa realmente chegar à verdade. Às vezes, faz-se uma série de perguntas na inquirição. Não é qualificando, injuriando, chamando o depoente de ladrão ou coisa parecida que resolveremos a questão. Quem dirá isso é a Justiça. Quem julga, inclusive nessas audiências transmitidas pela televisão para o Brasil inteiro, é o povo brasileiro, pelo que sente em cada um. Vamos buscar a urbanidade, como manda, por exemplo, o art. 416, § 1º do Código de Processo Civil. O Código de Processo Penal – temos aqui um professor de Direito Processual –, repete as mesmas expressões, quer dizer, vamos mostrar ao povo brasileiro que não é com violência mas com inteligência, com a nossa capacidade de arguição, que vamos trair a verdade.

Sabemos que a Constituição proíbe a tortura, mas proíbe, sobretudo, o tratamento desumano e degradante; não vamos transformar os depoimentos exatamente num processo de mau exemplo, que lembra os porões da ditadura, em certos momentos, quando as pessoas queriam extrair a ferro e fogo, à força declarações.

Temos que saber que muitos que vêm aqui e que são culpados, por um princípio de defesa, de autodefesa, da preservação da própria vida ou da liberdade, não vão declarar. Paciência! Temos outros métodos, podemos levá-los à contradição, perguntar, por exemplo, coisas óbvias que eles sabem, argumentando que o fato de eles alegarem que não sabem, demonstra que não estão sendo verdadeiros e que estão, de certa maneira, se desqualificando diante da Comissão.

Cada um tem engenho e arte, sabedoria, todos são sábios, todos são preparados, por isso estão nesses propósitos, sejam Deputados, sejam Senadores.

É o que eu tinha que colocar para ver se estebelecemos uma forma diferente, um pouco nova, resgatar o que é uma investigação sobretudo eficiente, inteligente e sobretudo respeitosa.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, os 15 minutos dizem respeito ao inquiridor e ao depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pergunta e resposta, vice-versa.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, dentro desse ordenamento que V. Exª está pregando, queria sugerir à Comissão a seguinte tese: veja bem, estamos vivendo hoje essa crise; em todos os países o nome do Brasil está sendo exposto por causa de três mil reais de um funcionário dos Correios e depois por causa de uma crise interna do PT.

Hoje, todos nós parlamentares estamos suspeitos. Em razão disso, e dentro desse ordenamento que V. Exª está propondo, queria sugerir que a Comissão pedisse a abertura do sigilo bancário de todos os parlamentares brasileiros, ou melhor, da Câmara Federal e do Senado Federal. E que atingisse, também, todos os funcionários de todos os gabinetes. Todos tivessem seus sigilos bancários abertos para que pudéssemos fazer o encontro de tudo aquilo que foi saído dos cofres das empresas denunciadas, sendo cruzadas essas informações com as contas de todos os parlamentares de todos os servidores de seus gabinetes. Aí, ganharíamos muito tempo, queimaríamos uma etapa muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero solicitar ao nobre Senador que faça o seu requerimento por escrito. Não podemos decidir – não vamos decidir agora, mas no momento oportuno.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Sr. Presidente, a minha sugestão é que essa tese fosse aprovada pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Qualquer procedimento tem que ter uma base, um requerimento, por escrito.

Antes, quero conceder a palavra ao nobre vice-presidente, Paulo Pimenta.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Gostaria de prestar um esclarecimento e colocar duas outras questões.

Primeira questão, por solicitação do ilustre Presidente Amir Lando, estive ontem, à noite, reunido com o Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, tratando do tema relativo ao acesso à documentação aos Srs. Deputados e Senadores da Comissão; o acesso aos documentos que já estão de posse da CPMI dos Correios.

Pela orientação que havia recebido do Senador Amir Lando, combinamos o seguinte procedimento: os parlamentares membros da CPMI dos Correios estão trabalhando num sistema em que têm um tempo disponível, uma hora pela parte da manhã e uma hora pela parte da tarde, para a pesquisa e análise de documentos. Também teremos uma hora pela parte da manhã e uma hora pela parte da tarde, horário esse que será definido hoje pelos dois Presidentes e também iremos observar o conjunto de procedimentos que já estão estabelecidos em termos de sigilo e de cuidado no manuseio desses documentos. Então, o Senador Delcídio, juntamente com o nosso Presidente hoje, durante o dia, vão estabelecer os procedimentos necessários a serem observados, para que os Srs. Deputados e Senadores tenham acesso e possam, a partir de hoje, já, pesquisarem essa documentação.

Segunda questão, Sr. Presidente, na reunião administrativa de ontem, aprovamos a convocação para a oitiva do Sr. Cristiano Paz e também do Sr. Marcos Valério. Mesmo em função deste procedimento acordado com o Senador Delcídio, Sr. Presidente, alguns Parlamentares sugeriram que aprovássemos hoje aqui também, por meio de requerimento, a quebra do sigilo bancário e fiscal do Sr. Marcos Valério, de todas as suas empresas e do Sr. Cristiano Paz, para que também esta CPI pudesse ter acesso pleno, mesmo que ele já tenha sido franqueado pelo ilustre Senador Delcídio Amaral. Então, existem requerimentos solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal dos dois depoentes cujos nomes já aprovamos na audiência administrativa de ontem.

Terceira e última questão, é um questionamento: o Deputado Roberto Jefferson, Sr. Presidente, será compromissado, terá que assinar termo de compromisso com a verdade? Ele deverá assinar ou não termo? Será ou não compromissado o Deputado Roberto Jefferson, antes da tomada do depoimento? Esse é o questionamento que eu gostaria de fazer.

(Falha na gravação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Terá dupla função como testemunha que ele se dispõe porque é o autor das denúncias e também já tem o sigilo

quebrado, está numa situação de alguma suspeição. Então, prefiro não tomar o termo, as declarações.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Só para pedir um esclarecimento, Presidente.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Uma questão de ordem.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma questão de ordem, nobre Deputado.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Só um esclarecimento rápido.

V. Ex<sup>a</sup> definiu aí a forma de intervenção dos Titulares, dos Suplentes e dos não membros. Qual é o tratamento regimental que será dado aos Líderes? A ordem de inscrição ou a intervenção a qualquer momento que for necessário?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A prática, o Regimento não outorga essa preferência. Automaticamente, os Líderes aqui decaem dessa posição.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Ordem de inscrição, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ordem de inscrição.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo uma questão de ordem.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, acompanhei com muita atenção a exposição do Deputado Paulo Pimenta e quero revelar uma preocupação a esta Comissão. Quando há quebra de sigilo, o sigilo do documento se transporta para aquele que passa a ter acesso a ele, portanto, eu gostaria que se tomasse a cautela de não examinar os documentos da CPI dos Correios antes que fosse formalizada a quebra de sigilo, para que não seja inquinada de ilegal a ação da Comissão porque a quebra de sigilo foi feita para a CPMI dos Correios, que não pode nos fornecer os documentos, a não ser que haja uma formalização do pedido e que se quebre o sigilo novamente para que tenhamos acesso legalmente a esses documentos para que, amanhã, não sejamos questionados na justiça, Sr. Presidente. É a colaboração que trago à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo...

(Falha na gravação.)

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, a opinião do Relator, pelo menos, preliminar, é a de que a quebra dos sigilos bancários deverá ser autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão, na medida em que se tornarem necessárias a apuração dos fatos para os quais fomos convocados.

Aproveito a ocasião para lembrar aos Srs. Membros da Comissão o risco que corremos de perdemos o foco das investigações para as quais fomos designados pela Casa. Nós aqui estamos para apurar exclusivamente quem pagou aqui Deputado, quanto, para fazer o quê. As questões subsidiárias somente se tornarão importantes para nós na medida em que contribuírem para esclarecerem a nossa preocupação central. Há muitas outras questões sendo objeto de investigação na Comissão de Sindicância, na Comissão de Ética, no Supremo Tribunal Federal, na Polícia Federal, no Ministério Público Federal e na CPMI dos Correios. Mas a nossa Comissão tem uma função específica, que é a de apurar a alegada existência de determinados pagamentos a Deputados para obterem uma adesão a projetos do Governo.

A preocupação da Relatoria será a de perseguir sempre esses objetivos. E, se porventura, ela vier a se valer de outros elementos adicionais, será no sentido de incorporá-los a essa linha central de investigação. Se me permitem uma comparação cinematográfica, eu diria que nós devemos evitar tanto quanto possível o episódio muito bonito, mas inteiramente inconsequente para nós da “Dança com o Lobo”, o filme em que o ator apresenta uma grande coreografia que satisfaz inteiramente aos anseios estéticos de quem quer que o assista, mas não toca no ponto central. É o que nós não podemos fazer.

De sorte que espero que os Srs. Membros da Comissão concordem com a Relatoria nessa preocupação de objetividade.

Quanto à questão da quebra de sigilo, na medida em que elas se tornarem necessárias à investigação, obviamente, nós formularemos ao Sr. Presidente os requerimentos necessários.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Para uma questão de ordem, eu concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr.

Senador Presidente, Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu entendo que o acesso aos dados de uma outra CPMI só poderá ocorrer depois de nós aprovarmos aqui a quebra de sigilo. Porque, na

verdade, o sigilo foi transferido para aquela Comissão e ela não poderá colocar à nossa disposição. Nós, ao quebrarmos o sigilo, podemos acessar os dados com mais facilidade porque a outra Comissão já tem. Mas nós temos de quebrar o sigilo aqui, porque o sigilo foi transferido àquela Comissão e não a qualquer Comissão. Nós temos que votar aqui. Votado aqui e decidido por esta Comissão, aí nós podemos pedir a facilidade do acesso que já aquela Comissão o tem. Mas nós não podemos pedir o acesso antes de aqui votarmos e, assim, o decidirmos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo a palavra novamente ao Relator, se quiser manifestar sua posição.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, Amir Lando, peço a palavra pela ordem.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, sou o Deputado Nário Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, mas eu quero a contradita dele. Não, mas para uma questão de ordem.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel PP – MG)

– Sr. Presidente, há requerimentos pela ordem, por isto que eu estou cedendo a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Exatamente. Como foi formulada uma questão de ordem, eu passo a palavra ao Relator para contradita, ou evidentemente o seu parecer.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Embora corra o risco de ser mal interpretado, a minha opinião é a seguinte: neste momento, nesta Comissão, não há nem acusados. Portanto, nós não podemos estar quebrando sigilos de pessoas, cujos nomes sequer foram trazidos. Nós temos conhecimento dos fatos através da imprensa investigativa, da audiência que fizemos e dos depoimentos prestados na Comissão. Mas nós estamos iniciando um processo destinado a expedir uma determinada sentença. E, neste momento, os nossos autos estão em branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Portanto, neste momento, eu concordo com a palavra do Relator. Nós poderemos fazê-lo. É uma tese. Evidente que esse uso do sigilo, quando, por exemplo, a CPI transfere para o Ministério Público, não é necessário que o Ministério Público quebre, de novo, o sigilo para tomar as providências. Mas é uma tese que nós vamos discuti-la, oportunamente. O momento é inoportuno. Por isso, fica adiada a discussão.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu vou conceder a palavra pela ordem ao Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou conceder a palavra pela ordem ao Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, dentro do contexto que V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, duas pessoas estão falando aqui. Como é que é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu já concedi a palavra, pela ordem, ao Deputado Devanir Ribeiro. Em seguida, falará V. Ex<sup>a</sup>, e depois faremos a sequência.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, fiquei atendo quando V. Ex<sup>a</sup> determinou que

usássemos os quinze minutos, dez minutos, entre as perguntas e as respostas. Mas eu estava acompanhando os trabalhos da outra CPMI pela televisão e houve alguns problemas com as pessoas que deveriam depor ou estavam na oitiva. Para algumas pessoas havia um método e para outras havia outro método. Vamos adotar o método da pergunta e resposta, ou vamos perguntar e o depoente responde tudo no final. Assim, qual será o critério aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O inquiridor de certa forma estabelece sua própria metodologia. O importante é o tempo.

V. Ex<sup>a</sup> está satisfeito?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Tudo

bem. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) –

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr.

Presidente, nobres Deputados, hoje fui surpreendido com o noticiário de que esta Comissão convocou outras pessoas para deporem aqui. Fiquei surpreso por não ter sido convocado. De acordo com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, parece que ontem foi deliberada uma reunião administrativa. Quero ponderar a V. Ex<sup>a</sup> que os Parlamentares têm que ser avisados com quarenta e oito horas de antecedência, como manda o Regimento, se não me engano. É preciso que todos os membros sejam avisados. O que não pode acontecer é sermos acusados de essas reuniões estarem acontecendo na calada da noite para aprovar. Não que eu seja contra, sou a favor de convocar quem quer que seja para vir a esta Comissão. Mas na primeira reunião, ocasião em que fomos todos convocados, estive aqui e debati muito para que aprovássemos os itens que estavam

na pauta. Refiro-me aos requerimentos que estavam na pauta. Depois de três horas exaustivas, aprovamos apenas um requerimento.

Assim, fico surpreso pelo fato de estarmos sendo informados pela imprensa e não por esta Comissão. Fiz perguntas a respeito a alguns colegas. Alguns foram convocados por **e-mail**, outros não sabiam nem que essa reunião aconteceu e outros foram avisados pelos seus líderes. Quero dizer que não são os Líderes que são membros desta Comissão e sim Deputados, individualmente, e que eles têm que ser convocados para comparecer a todas as reuniões que forem feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Devo informar a V. Ex<sup>a</sup> que as comunicações foram feitas segundo as modalidades em voga. Segundo os trâmites de estilo, fizemos a comunicação por **e-mail**. Esse é o meio moderno usado, e também pelo telefone.

Lamento que V. Ex<sup>a</sup> não tenha sido individualmente comunicado desta reunião.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Nem eu

nem vários dos meus colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A presença foi praticamente maciça ontem. De qualquer maneira, vamos cuidar para que essas comunicações cheguem a V. Ex<sup>as</sup> tempestivamente.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, continuo aguardando a minha vez, Deputado Narcio Rodrigues, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG)

– Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o próprio Relator disse que estamos inaugurando hoje os nossos trabalhos sem efetivamente termos aqui nenhuma acusação ainda. Acho que apenas como regra de avanço de procedimento, nós temos na Casa, no Congresso Nacional, documentos produzidos por outras CPMIs e que podem naturalmente subsidiar o início do nosso trabalho aqui. Nesse contexto, quero propor à Mesa e ao Plenário que pudéssemos avançar na votação desse requerimento do Senador José Jorge, que solicita a requisição de cópias de toda documentação sigilosa e não sigilosa, como o depoimento de testemunhas, investigados e quaisquer outros tipos de documentação em poder e a serem recebidos pela CPMI dos Correios como forma... Desculpe, não tive conhecimento disso. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Queria que fosse assegurada a palavra ao orador que está usando dela.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Então, era a proposta que queria apresentar à Mesa, dizendo, Sr. Presidente, que, a partir disso, teríamos um ganho de tempo extraordinário.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, devo esclarecer a V. Exª que já requeremos todos esses documentos, de todas as entidades, órgãos que têm uma vinculação com a investigação, há exatos 15 dias e reforçamos, repisamos esse mesmo requerimento na reunião da semana passada. Aliás, na primeira reunião desta semana. Aprovamos de novo todos os requerimentos, em específico. Quer dizer, tudo que está aí requerido por parte dos Srs. Parlamentares, em termos de busca de documentos, de solicitação de documentos, já foi feito. Estamos esperando. Inclusive, é importante essa informação trazida pelo Deputado Paulo Pimenta. Ele esteve fazendo esses contatos, porque estava tendo uma dificuldade muito grande de uma parceria, de um esforço conjunto das duas Comissões. Parece que agora vamos chegar a um desiderato satisfatório. Então, já há a liberação. Vamos ver a hora, apenas. É a mesma sistemática adotada na outra Comissão. Enquanto isso, vamos discutir essa tese oportunamente, já que o acesso nos é liberado. Se for necessário formalizar a quebra, nós o faremos com muita tranqüilidade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Queríamos saber se há alguma coisa marcada para a semana que vem, de reunião da Comissão. Na segunda-feira, final de tarde, ou na terça, de manhã. Não sei quando vão ser os novos depoimentos, na segunda-feira, também. Saímos ontem sem essa informação. Vamos ouvir duas pessoas, talvez terça, quarta ou quinta, não sei, e iríamos ter uma reunião antes desses depoimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero informar a V. Exª que é de praxe que se faça uma consulta, para não haver aquela convocação rígida. Às vezes, há uma impossibilidade procedente do depoente. Então, vamos fazer essa consulta até o final desta reunião, com absoluta certeza, porque ontem já era tarde da noite quando saímos daqui e não foi possível fazer. Serão feitas as consultas e, em seguida, faremos. Concedo a palavra ao nobre Deputado Wladimir.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado, meu presidente, Senador Amir Lando, nobre Relator, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, companheiro Paulo Pimenta. Estou convicto, meus colegas, meus companheiros de Comissão, do nosso espírito público.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio, pois há um orador na Tribuna.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente. E o quanto é angustiante para todos nós termos de ouvir depoimentos de colegas Parlamentares. Gostaria de publicar a todos que não nos causa prazer e satisfação alguma ter de ouvir depoimentos ou ter de, futuramente, punir colegas aqui, mas, antecipadamente, quero parabenizá-lo pela sapiência, pela sensatez, pelo equilíbrio, pois sabemos que é árdua a tarefa que V. Exª abraça, juntamente com o Relator e todos nós. É uma tarefa extremamente difícil. Os nossos corações tremem, mas vamos ter de cortar a própria carne. Gostaria de perguntar a V. Exª, nobre presidente, que, independentemente do depoimento de Roberto Jefferson, dentro de instantes aqui, de Marcos Valério e de Cristiano Paz, seu sócio, na próxima terça-feira. Na próxima quarta-feira, desculpem-me. Eu queria saber se na terça ou na quarta-feira, porque o povo brasileiro e cidadãos brasileiros já estão até, sinceramente, cansados dos depoimentos do Marcos Valério, da Renilda, sua esposa. Já estão cansados dos depoimentos do Delúbio. Estão aguardando os depoimentos dos supostos deputados envolvidos nos listões. Queremos saber. Eu mesmo tenho expectativa, o povo do meu estado, o Pará, aguarda com expectativa o depoimento do Deputado Paulo Rocha, que aparece na lista como o sacador de 920 mil reais. Gostaria de saber, nobre Presidente, se na próxima semana já teremos depoimentos, ou nobre Relator, lamentavelmente, de Parlamentares que estão supostamente envolvidos no escândalo do mensalão. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A condução estratégica dos trabalhos da Comissão cabe ao relator. Por isso, concedo a palavra ao relator. Se ele tem alguma idéia...

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. A pergunta foi feita em termos estritamente civilizados e deve ser respondida da mesma maneira. Aqui não há censura. Só farei censura às perguntas improcedentes ou àquelas evidentemente agressivas. Concedo a palavra ao relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, essa é a minha grande preocupação. A nossa Comissão se destina a apurar responsabilidades de Deputados que serão nomeados pelo Deputado Roberto Jefferson – assim esperamos – no depoimento de daqui a pouco. Em seguida, toda a preferência deve ser dada à audiência desses Deputados, mesmo porque não se inicia processo punitivo algum sem ouvir, em primeiro lugar, os acusados, para que esses apre-

sentem a sua versão. A partir da comparação entre o que se denunciou e aquilo que se produziu em defesa é que vamos prosseguir, à cata de elementos comprobatórios de uma tese ou de outra. Mas realmente é imprescindível que, no lugar de ouvirmos as senhoras cujos lugares foram mencionados, outros senhores que estão envolvidos em outras questões, devemos ouvir os Deputados que estão sendo incriminados e que talvez – rogo a atenção dos meus Colegas – possam trazer elementos conclusivos a respeito de sua conduta que talvez os excluam definitivamente do debate que se trava. É uma oportunidade de defesa que a Comissão não pode negar aos Deputados citados.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Nobre Relator...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho de conceder a palavra...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Gostaria apenas de concluir, Sr. Presidente.

Queria somente me aliar às palavras do nobre Relator e dizer que a nossa intenção aqui não é cassar o mandato de ninguém. Se os Colegas que vierem depor conseguirem provar sua inocência, obviamente vamos dar as mãos e absolvê-los, mas, quanto àqueles que realmente estiverem envolvidos, não há jeito, vamos tirar esse pessoal daqui.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ninguém vai fazer milagre nem num e nem noutro sentido.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, na linha que foi colocada aqui como questão de ordem, pelo Deputado Fleury e outros, a respeito da quebra do sigilo bancário e fiscal dos depoentes ou dos que vêm aqui como testemunha, definimos a convocação para a próxima semana dos Srs. Marcos Valério e Cristiano Paz. Se não quebrarmos o sigilo bancário do Marcos Valério, não poderemos utilizar as informações disponíveis na CPMI dos Correios. Poderemos ficar aqui limitados. Mesmo com informações a que possamos ter acesso, por contato com a CPMI dos Correios, não podemos utilizar essas informações na inquirição.

Portanto, é fundamental que tomemos a deliberação, nesta Comissão, de quebrar não só o sigilo bancário do Roberto Jefferson, para nos respaldar, como também o do Marcos Valério e o do Cristiano Paz.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero conceder a palavra ao Relator, que tem preferência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, diante da insistência de que se obtenham os dados bancários e fiscais do Sr. Marcos Valério, constando que esses já existam e estejam na posse da CPMI dos Correios, observando as cautelas mencionadas pelo Deputado Fleury, concordo com o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> e dou meu parecer favorável a que se faça essa solicitação à CPMI dos Correios, com as cautelas suscitadas pelo Deputado Fleury.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aliás, há por escrito esse requerimento no sentido de quebra de sigilo bancário, inclusive para se ter acesso aos dados agora, neste momento, do Sr. Marcos Valério e das suas empresas. Precisamos nominá-las. Para proceder à votação, vamos preparar o requerimento formalmente, para nominar todas as empresas, para não haver exclusão de nenhum dos elementos já disponíveis.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, acredito que, quanto à questão do acesso desta Comissão aos sigilos bancários já quebrados pela outra Comissão, todos aqueles que já tiveram seus sigilos bancários quebrados poderão ser incluídos, para que tenhamos acesso a essas informações, porque, certamente, durante o período de pesquisa de uma hora, pela manhã e à tarde, teremos condições de olhar esses documentos. Quero me reportar...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O orador está com a palavra neste momento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quero me reportar, Sr. Relator, à sua palavra no sentido de que estamos aqui para ouvir somente os Deputados, aqueles que são indiciados.

Como esta CPI é uma CPI de compra de votos, temos de olhar não só os corruptos, mas também os corruptores. E, por isso, é importante que possamos estabelecer nexos causais com aquilo que foi montado pelo Partido dos Trabalhadores, a partir do Sr. José Genoíno, do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, e também a conexão dentro do Governo, porque o Partido, por si só, não pode estabelecer essas conexões para a compra de parlamentares e a prática de corrupção.

Então, quero que o Relator esclareça que esta não é uma CPI que vai analisar e procurar apenas a cassação de Deputados, mas que vamos também po-

der investigar aqueles que praticaram a corrupção aqui dentro, comprando votos de Parlamentares para fidelizá-los, e fora também, por que é uma CPI de compra de votos. Não podemos nos cingir somente à questão de cassação de mandato de Deputados, mas sim à complexidade da prática de corrupção como um todo, dentro da Casa, no Governo e nos Partidos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, por favor, quero cumprimentar a fala do Deputado Júlio Redecker.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª é a última oradora. Há ainda o Senador Sibá Machado, e já estamos com o depoente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só quero concluir.

Ontem, na presença do Relator, Deputado Abi-Ackel, na presença do Vice-Presidente Paulo Pimenta, decidimos entregar a V. Exª vários requerimentos referentes a várias personalidades, para serem ouvidas. Essa foi a sua fala, e com ela concordamos. Já entrei com vários requerimentos. Isso tudo se dá antes de ouvirmos os Deputados. Há aí um elenco de pessoas envolvidas, pessoas que têm o porquê de serem hoje os corruptores, para, depois, ouvirmos os Deputados, Sr. Presidente.

Dá-se a impressão de que a gente já está aceitando as acusações. Primeiro, precisamos analisar as acusações, quem são, para depois, num segundo momento, ouvirmos os nossos Colegas, senão se dá a impressão de que a CPI do Mensalão, da compra de votos, serve somente para ouvir Colega. Sou totalmente contra isso.

Ontem, tiramos uma decisão, que, hoje, parece que está sendo meio posta de lado. Vamos ouvir, primeiro, os integrantes desses vastos requerimentos que estão aqui, para ouvir todo mundo. Aí, num segundo momento, sim, ouviremos os Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo dizer que as opiniões colhidas aqui são fruto de um momento. Não há nenhuma decisão. A decisão que temos é a decisão já formalmente tomada. Desse modo, quanto à preocupação de V. Exª, vamos ter cuidado. Não há nada que mude essa orientação. É claro que há sempre aqui uma preocupação de que as pessoas sejam ouvidas, de que se dê oportunidade de defesa àqueles que estão sendo anunciados como eventuais praticantes de ilícitos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, só vou conceder a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, quero tratar dos requerimentos. Já que há a insistência até...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está concedida a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, é sobre os requerimentos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, a posição do Relator...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Com licença, Deputado. É só um instantinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço ao nobre Deputado que entenda que eu já tinha concedido a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Protocolamos, ontem, 15 requerimentos a respeito de todas as empresas vinculadas a Marcos Valério. Vai do nº 215 ao nº 230. Se há uma necessidade de votação dessas quebras de sigilo, pediria a V. Exª que pudesse apreciar esses 15 requerimentos, que, no meu entendimento, já respondem por essas preocupações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos dar maior eficiência ao nosso trabalho. O depoente Deputado Roberto Jefferson já está presente aqui. Ele não se incomoda...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, gostaria de perguntar a V. Exª sobre a possibilidade de transferência de lugar do Relator com o Vice-Presidente, em função das perguntas que o Relator vai fazer. S. Exª está muito ao lado do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª fala da colocação na mesa? (Pausa.)

Realmente, sempre há uma distância maior entre o Relator e o depoente. Por exemplo, quando fui Relator da CPI, eu sentava aqui, e o depoente, do outro lado. Como aqui o nobre depoente já está devidamente sentado, trocaremos o lugar do Vice-Presidente com o do Relator.

De qualquer maneira, aceito a ponderação, que é procedente e de muita utilidade.

**O SR. (Orador não identificado)** – Agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu queria, neste momento, dizer que teríamos um requerimento que o Relator deferiu para a quebra do sigilo. É claro que não podemos exaurir num primeiro momento todas, porque temos de fazer um levantamento exaustivo.

Então, possivelmente poderá haver uma pequena interrupção. Ao retornarmos da interrupção, submeterei à deliberação o requerimento, com todos os nomes que julgarmos necessário agora. Depois, faremos...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Tem de ser nominal a votação de requerimento de quebra de sigilo, não pode ser simbólica.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É claro, claro. V. Exª sabe disso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, creio que posso prestar uma informação à Casa. Tenho já aqui, elaborado pela Srª Secretária, que o fez ontem à noite, o levantamento de todos os requerimentos das pessoas que deverão ser objeto de convocação. Se o Sr. Presidente concordar, posso mandar reproduzi-lo – é um in-fólio respeitável, pois são centenas de pessoas – e distribuí-lo aos Srs. Membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aqui estão todos os requerimentos, com seus autores e as pessoas referidas. O quadro já está completo. Terminada a sessão, com a devida autorização do Sr. Presidente, passarei uma cópia a cada membro da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito.

Então, vamos dar início ao depoimento do nobre Deputado Roberto Jefferson.

Quero esclarecer ao depoente que, na verdade, como autor das denúncias, a figura dominante seria a figura da testemunha, mas há também algumas imputações. Sem entrar no mérito, deixo a plena liberdade ao depoente. Não vou tomar o compromisso, e V. Exª fará, se quiser, uma exposição inicial, de 20 a 30 minutos, e depois iniciaremos as perguntas. E V. Exª responderá àquelas perguntas como mera testemunha; evidentemente, V. Exª sabe o teor com que irá fazê-lo. E, quanto a qualquer pergunta que verse sobre incriminação, V. Exª também sabe como proceder. É desnecessário aqui citar a legislação.

Portanto, concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando; Sr. Relator, Ministro Abi-Ackel; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; Srs. Deputados; Srªs Deputadas; cidadão do Brasil que me ouve; cidadã do Brasil que me ouve, pouco tenho a aduzir, a acrescentar, a somar a esta respeitável Comissão Parlamentar Mista de Inquérito além do que já disse em outras ocasiões à CPI dos Correios, em duas oportunidades à Comissão de Ética da Câmara dos Depu-

tados e em entrevistas que dei à jornalista Renata Lo Prete, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Eu faço até este exordial, este prefácio, este preâmbulo deste depoimento, que sei que será longo, dizendo que reitero, que ratifico, que confirmo todos os depoimentos anteriores prestados à imprensa do Brasil e ao Congresso Nacional.

Eu fui surpreendido hoje pelos jornais com uma representação do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, ex-Presidente – aliás, atual Presidente – do PL, ex-Deputado Federal, que representa contra alguns companheiros meus de Partido, Deputados Federais que, no exercício de seus mandatos, foram candidatos a Prefeitos em seus Municípios, dizendo que esses companheiros meus haveriam sido beneficiados pelo financiamento de caixa dois – que, confesso, recebi do PT – e que isso seria motivo, então, de apreciação de cassação de seus mandatos na Comissão de Ética.

Quero dizer com sinceridade a todos os senhores, a todas as senhoras, que eu não transferi nenhum recurso, nenhum, desse caixa dois que recebi do PT – esses R\$4 milhões – para qualquer companheiro meu, Deputado Federal, sendo ele candidato a prefeito no Município ou não.

Então, as acusações que fazem, na Executiva Nacional do PT, seus representantes, a acusação que faz o ex-Deputado Valdemar Costa Neto não tem procedência. Não transferi nenhum recurso desse que recebi à época do financiamento eleitoral do acordo PTB e PT para qualquer companheiro meu, Deputado Federal, quer fosse ele candidato a prefeito ou não.

E quero repelir, aqui, de público, uma coisa que está assim colocada no ar – e eu vejo que o intuito é meramente de arranhar a minha imagem: não propus nenhum acordo com o Sr. Valdemar Costa Neto para que ele retirasse a representação contra mim no Conselho de Ética – aliás, isso desde o primeiro momento que o enfrentei. Agradei a ele o favor que me fez, pois possibilitou que, naquele dia 14 de junho, eu pudesse reverter uma opinião muito ruim que o povo do Brasil, pelas notícias já veiculadas, fazia a meu respeito.

Eu agradeço ao Valdemar Costa Neto. E vejo que o Deputado Valdemar Costa Neto – o ex-Deputado – tem uma coisa muito similar ao Duda Mendonça. O Duda Mendonça gosta de briga de galo. E o Valdemar, na briga de galo, pode ser chamado de “galo mutuca” – é corredor. Bastou a D. Simone dizer que ele recebeu R\$10,8 milhões, que ele botou 10 mil réis no veado e correu. Se ele é o bom jogador profissional – a sua esposa disse que ele viajava com mala com US\$500 mil para pagar o cassino; eu entendi o motivo –, ele é fraco, porque blefar num jogo desse e depois ter de correr da banca... Correu! “Galo mutuca”! E, depois,

tentar um ato covarde desse, irresponsável, sem fundamento, contra companheiros inocentes do meu Partido, do Partido Trabalhista Brasileiro?! Ele só faz agudizar a crise entre nós.

Aliás, nós estamos errando, Sr. Presidente e Sr. Relator. Estamos errando. De repente, toda a corrupção... E eu ouvi nesse momento em que chegava... E peço perdão, pelo atraso, aos senhores e às senhoras; é que o carro da segurança que foi me buscar teve problema. Um segurança da Casa teve de buscar o seu carro particular. Peço perdão pelo atraso, mas não foi por culpa minha.

Eu ouvi a Deputada Zulaiê Cobra dizer, com muita serenidade e muito equilíbrio, que nós estamos traçando aqui, terçando aqui, fazendo aqui uma luta fratricida, como se fosse do Congresso e da Câmara o esquema de corrupção. Não é. Pode até ter vindo para cá, mas ele não foi gerado aqui. O útero, a matriz da corrupção não está aqui, está do outro lado da rua, porque o Sr. Valeiro, mesmo sendo Embaixador do Brasil em Portugal para assuntos da área de telecomunicações – o novo Embaixador do Brasil, o Sr. Marcos Valério, o carequinha –, ele não tem a gazua e nem a chave do cofre dos dinheiros públicos do País. Ele não assaltou os cofres dos bancos públicos, das empresas públicas, em contratos milionários de publicidade, pelo se talento pessoal. Sozinho? Ah, não! Foi o Delúbio. Sozinho, sem ter nenhuma condição de assinar atos no **Diário Oficial**? Sozinho o Sr. Delúbio? E o Silvinho Pereira, meu companheiro jipeiro, Land Rover? Não fez sozinho.

E, de repente, a crise está só aqui. E a turma que urdiu, a patota, a súcia de asseclas que compõem a assessoria daquele que coordenou isso está escondida na sombra?! As luzes estão aqui, no Congresso, na maioria inocente; nos Deputados, maioria inocente! E essa gente não quis tomar atitude, porque era um planejamento de Governo! Peregrinei ministério por ministério, a partir do meu. Essas coisas a gente começa em casa. Bati lá no Walfrido: “Walfrido, tem um tal de mensalão aí que esse moço, seu Delúbio, está passando para bancadas ou para lideranças de bancadas e chefes de partidos que vai desmoralizar a Casa. Isso é coisa de câmara de vereador de quinta categoria, Walfrido. E estão me oferecendo isso lá no PTB, e eu não vou pegar.” Ele disse a mim: “Não faça porque eu não terei coragem de olhar nos olhos do Presidente”. Fui ao Ciro, o meu candidato a Presidente da República, que confessa hoje em nota ao jornal da mais desastrosa campanha presidencial. Disse isso a ele: “Ciro, meu amigo Ciro, avisa ao Presidente que o Delúbio está fazendo um esquema terrível de financiamento de partidos da base dentro do Congresso

Nacional, em que alguns Deputados estão recebendo mensalidades para apoiar o Governo.” Ele disse que não acreditou. Falei isso ao Ministro Palocci em duas oportunidades; falei isso ao Ministro José Dirceu em várias oportunidades. Falei isso ao Ministro Miro Teixeira numa outra oportunidade. Quando ele deixou o ministério, foi ser Líder do Governo, brigou com o PT, foi para o PPS, e nessa fase ele me chamou para que nós fizéssemos juntos uma denúncia na tribuna. Falei: “Isso eu não vou fazer, Miro. Primeiro eu vou falar com o Presidente Lula. Partir para o ataque antes de falar com o Chefe da Nação, eu não vou fazer, porque vai atingi-lo, e ele está inocente, eu tenho certeza disso.”

Depois que eu pude falar ao Presidente da República, eu fui vítima de uma perseguição porque a Abin, com aquela competência toda, aquela competência lapidada, descobriu que pediam R\$3 mil em nome do PTB, em meu nome pessoal, lá no quarto escalão dos Correios, o senhor Maurício Marinho.

Por isso eu estou aqui, e eu não sei – Presidente, Relator, Sr. Vice-Presidente – se aqui estou na condição de acusado ou de testemunha. V. Ex<sup>as</sup> é que vão definir. Comigo mesmo eu tenho uma convicção, tenho um papel. Vou desempenhar sem medo. Não há recuo mais na minha posição. Rompi. Rompi. Não tenho recuo. Passei.

Eu fui levado por lealdade – uma vez eu disse isso ao Presidente: “Presidente, o PTB não é como o PMDB, que tem o Presidente do Senado, e pode lhe fazer mal. O PTB não é como o PP, que tem o Presidente da Câmara, que pode lhe fazer mal; o PTB não é como o PL, que tem o Vice-Presidente da República, que pode lhe fazer mal. Nós só temos a lhe dar, e temos lhe dado, mais do que o PT, seu Partido: é lealdade nas votações.” Mas eu não sei se nesse Governo essa moeda lealdade tem valor. E eu tenho lealdade com princípios pessoais, que são meus. Perfeito eu, Roberto Jefferson? Graças a Deus, não sou. Nunca fiz da moralidade e da ética bandeira de luta porque quem tem moral não a arrota; quem tem ética não faz *marketing* dela. Ou tem moral ou não tem moral. É como eu sou macho. E botam uma mulher sem calcinha do lado de si num palanque de carnaval para mostrar que é macho. Quem é macho não precisa provar que é macho...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – É bom respeitar as mulheres que aqui estão e não utilizar esse tipo de exemplo.

Presidente, olhe a ordem!

**A SR<sup>a</sup>** (Orador não identificado) – Aí é um desrespeito, é um absurdo a forma como estão sendo colocadas as coisas aqui.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não acho que tenha ferido o decoro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O que ele quis apenas foi contar um fato do passado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu

contei um fato do passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Evidentemente, que eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu

peço perdão...

**A SR<sup>a</sup> (Orador não identificado)** – Presidente, ele é bastante inteligente para saber utilizar outros tipos de exemplo.

**A SR<sup>a</sup> (Orador não identificado)** – Foi desrespeitoso e deselegante.

**A SR<sup>a</sup> (Orador não identificado)** – Também acompanho (*inaudível*) da Deputada.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Se as senhoras Deputadas se sentiram... eu peço desculpa. Mais tarde vou ter cuidado para tocar no episódio da cueca, ecológica, cheia de dólar, para não ferir suscetibilidades aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Tá bem? Pode deixar, que quando tratar do cuecão, vou fazê-lo com todo cuidado.

E eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu vim aqui para cumprir um dever de lealdade. Primeiro, com o povo que acreditou em mim. Não vou frustrar você, meu eleitor. Não vou frustrar você, minha eleitora. Vou fundo! Não tem retorno! Não temo pelo que vai acontecer com o meu mandato. Por isso, não negocie. Não negocie meu mandato com galo mutuca, com galo corredor, com jogador que blefa.

Segundo, há um compromisso que um homem não pode abrir mão dele: com a honra pessoal, com a honra da família, com a honra dos amigos que acreditam em si, com a honra da cidade onde nasceu. Eu não abro mão disso e vou enfrentar todos que quiserem se colocar contra a honra pessoal, contra a honra da minha cidade, a cidade de Petrópolis, a honra de meus filhos, a honra da minha família, sem me preocupar, sem me preocupar com o campo de luta que o contendor queira adotar.

São as preliminares que faço, Sr. Presidente, neste momento, pedindo desculpas a V. Ex<sup>a</sup> de novo. V. Ex<sup>a</sup> é credor do meu respeito, Senador Amir Lando. Já pude enfrentar V. Ex<sup>a</sup> num outro momento de CPI. Conheço a qualidade intelectual de V. Ex<sup>a</sup>, conheço a qualidade moral de V. Ex<sup>a</sup>, conheço a integridade de V. Ex<sup>a</sup> como homem de leis que é, como advogado brilhante, e o mesmo digo ao Relator, o Deputado Abi-Ackel, para mim uma das figuras mais ilustres da Casa. Ele tem

faltado um pouco conosco. Ele tem nos faltado com o brilho do seu discurso, com o brilho de sua retórica, com as luzes de sua inteligência. Eu o reputo um dos maiores oradores do Congresso Nacional.

Então, venho a essa Comissão enfrentar gente capaz, ser questionado por gente inteligente. E estou vendo aqui, sentado na primeira fila, com a mão na cabeça, para mim uma das maiores figuras da República, o Senador Pedro Simon. Quero abraçá-lo, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> do meu respeito e da minha consideração por V. Ex<sup>a</sup> e do meu amor ao Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa, que é o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero me colocar, Sr. Presidente, à disposição do Relator, de V. Ex<sup>a</sup>, o Presidente, de todos os Srs. Deputados, de todas as Sr<sup>as</sup> Deputadas, de todos os Srs. Senadores, de todas as Sr<sup>as</sup> Senadoras aqui presentes, e, ao final, peço desculpas às Deputadas do PT, que se sentiram um pouco ofendidas quando relatei um episódio carnavalesco lá da Marquês de Sapucaí, na cidade do Rio de Janeiro, onde resido. Peço perdão a elas se sentiram ofendidas por uma cena que relatei, havida no passado.

Estou à disposição de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço, primeiramente, a presença – não pude fazê-lo no início – do nobre Deputado Roberto Jefferson e a exposição que fez.

Agora, passo a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, pelo tempo que julgar necessário, para fazer as perguntas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Deputado Roberto Jefferson, procurei-me cientificar, antes desta reunião, de todos os depoimentos que V. Ex<sup>a</sup> tem prestado a esta Casa e à Nação a respeito dos fatos deploráveis que são objeto de investigação em várias instâncias do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público.

O que se tem publicado a respeito do assunto é que determinados Deputados Federais de vários Partidos teriam recebido pagamentos regulares para votar matérias de interesse do Governo. No entanto, entre esses Deputados, estão incluídos Parlamentares que têm demonstrado grande fidelidade ao PT, que são conhecidos por suas ligações pessoais profundas com o Presidente da República e que se destacaram, ao longo dos anos, por uma militância impecável a favor do Partido dos Trabalhadores. Esses Deputados do PT também teriam recebido prestações periódicas ou mensais para votar matérias do interesse do Governo, ao qual se encontram tão umbilicalmente ligados.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr.

Relator, essa informação eu não possuía. Eu tenho lido nos jornais. Essa informação eu vi publicada re-

centemente nos jornais. A informação que eu possuía tocava mais à direção e à liderança do PL e do PP, e o meu problema, como sendo um Partido da Base, estava justamente com o PL e o PP – mais com o PP. Como? O Deputado Pedro Henry vivia tentando cooptar Deputados de meu Partido, PTB, oferecendo uma vantagem mensal, a ponto de eu despachar uma vez o Deputado Iris Simões, do Paraná, para conversar com ele e dizer: “Olha aqui, ou pára com isso, ou eu vou botar a boca no trombone. Eu estou tentando resolver pela via da democracia, pela composição, porque, em política, a última coisa que a gente deve fazer é a ruptura”. Não é? E falei isso ao Pedro Henry, quem mais criou embaraços nesse exercício, até junho deste ano, quando denunciei esse esquema do “mensalão” à jornalista Renata Lo Prete da **Folha de S. Paulo**. Quem mais me incomodava era o Deputado Pedro Henry. O PL, não. É curioso que o Valdemar, que foi quem tomou a atitude estouvada, era o que menos influía para tentar tirar Deputado do PTB – ele, o Bispo Rodrigues, o próprio Sandro Mabel. Mas eu tinha problemas com a Liderança do PP, o Pedro Henry, depois o Janene, que tentavam levar os nossos Deputados, e o PL – essa era a informação que eu detinha. Como? Em julho de 2003... Eu posso fazer aqui uma digressão a V. Exª?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeitamente. Rogo a V. Exª que o faça.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Em julho, agosto e setembro de 2003, o Presidente de meu Partido, falecido, José Carlos Martinez, procurou-me e disse: “Roberto, fiz um acerto com o Delúbio e vou acertar os buracos que ficaram da campanha presidencial no Partido...”

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quem foi que falou?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – José Carlos Martinez, nosso Presidente falecido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – “(...) e quero botar em dia as contas do Partido. Vamos acertar com uma agência de publicidade ou com os fornecedores de uma agência de publicidade de Minas Gerais dois programas que nós fizemos aqui num acordo com o PT, com o Delúbio. São programas muito bonitos” – o PTB fazia um comercial de televisão, dizendo: “O Partido que está ajudando a mudar o Brasil”, e se colocava como um Partido da Base ajudando o Presidente Lula. Com isso, recebemos um apoio do Delúbio para fazer programas que foram caríssimos – R\$600 mil, R\$680 mil cada programa daquele: com avião, helicóptero, com viagem para o Amazonas, para a Ilha de Fernando de Noronha; enfim, caríssimos, com

cast, artistas etc. E ele me revelou que havia recebido em torno de R\$1 milhão para fazer a liquidação das contas da campanha presidencial no PTB – não é que tenham sido remetidas ao Ciro.

Eu quero dizer isso aqui: o Ciro é um homem correto, mas o PTB devia, da campanha presidencial do Ciro, em torno de R\$600 mil – R\$550 a 600 mil reais. E eu sei que o Presidente Martinez botou em dia. E nós devíamos, de contas de agências de publicidade, quase R\$1,3 milhão. Não da agência em si, porque a agência nos assessorou, quero dizer isso aqui, mas os fornecedores recebiam – e recebiam em dinheiro. Não tinha nota fiscal, não tinha recibo, não tinha nada. E esse repasse foi feito pelo Delúbio. Aí o Martinez disse: “Roberto, o Delúbio me propõe uma ajuda para o Partido, mensalmente, para ajudar os companheiros que tenham aí problema...” Eu digo: “Não dá para receber. Eu, na Liderança, não vou aceitar isso, meu irmão”. Ele falou: “Por que é que você acha que não?” Falei: “Que isso é mesada. E a mesada que eu conheço escraviza e desmoraliza. Não vamos pegar isso, meu irmão”. E ele não pegou. Veio a falecer em outubro, e esse processo se interrompeu. Ele falece e é eleito Líder do Partido o Deputado José Múcio; eu sou eleito Presidente.

Em novembro, há uma reunião na casa de Pedro Henry, um café da manhã, que o Múcio não quer assumir, e eu entendo, porque ele me disse: “Meu irmão, eu não posso romper. Você rompeu. Eu quero conviver com eles!” Eu não quero mais – eu. Nesse café estavam o Bispo Rodrigues, o Valdemar Costa Neto e o Pedro Henry, e eles: “Bah, o PTB vai fazer gracinha? É o único da Base que não vai aceitar contribuição mensal do PT? Por quê? Vocês estão se achando melhores do que nós?” Aí ele veio falar comigo. Falei: “Múcio, eu sou contra. Quero saber você”. Ele falou: “Sou contra também”. Falei: “Então vamos ao Ministro Walfrido”. E falei isso ao Ministro Walfrido.

Então, nessa fase é que eu ouvi falar nisso. E os Partidos que dialogaram conosco sobre isso não incluíam o PT. Era PP e PL, Sr. Relator. Eu fui explícito na minha...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi explícito. Agradeço muito a V. Exª, mas continuo, se V. Exª me permitir.

O Deputado Pedro Henry, Líder do PP, desenvolvia, então, uma ação que podemos chamar de sedução em companheiros de V. Exª, do Partido Trabalhista Brasileiro, para levá-los ao PP, e V. Exª se opôs a isso, como era natural.

V. Exª poderia mencionar algum Deputado de sua Bancada que tenha sido objeto desta ação corruptora do Deputado Pedro Henry?



**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Prefiro não fazê-lo, Sr. Relator, para poupá-los, porque eles não foram. Foram tentados, mas resistiram à tentação, graças a Deus. Conversamos e eles preferiram ficar no PTB. Eu prefiro poupá-los, para evitar que eles sofram desgaste público.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que quanto à ação do Deputado Pedro Henry sobre os Deputados do PTB nós não podemos avançar mais do que as declarações respeitáveis que V. Ex<sup>a</sup> está prestando.

Sr. Deputado, segundo suas palavras, o Sr. Delúbio estava em condições financeiras de fazer repasses ao PTB a fim de financiar programas de propaganda eleitoral do Partido, programas previstos em lei e, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo afirma, programas muito bem elaborados e, portanto, de preços mais altos do que o comum.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É filme, película.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex<sup>a</sup>, já naquela ocasião, tinha conhecimento da origem dos recursos utilizados pelo Sr. Delúbio para efetuar esses pagamentos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não lhe causou espécie o fato de um tesoureiro do PT, um partido de trabalhadores, estar municiado de tantos recursos a ponto de poder financiar um Partido coligado?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu respondo a V. Ex<sup>a</sup> que não me causou espécie, porque na eleição de 2002 o PT deu um *show* de recursos. Claramente, foi a campanha mais rica do Brasil. Todo mundo dizia que o PT tinha muitos recursos em caixa, até a partir da conta de contribuição, constituída pela contribuição dos seus membros. Assim, isso não me surpreendia. À época da eleição passada, a imprensa nacional revelava que o PT possuía em caixa R\$120 milhões para enfrentar a eleição. Então, isso não me surpreendeu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quando foi que V. Ex<sup>a</sup> começou a desconfiar ou chegou à conclusão de que os recursos disponibilizados pelo PT, particularmente pelo Sr. Delúbio, tinham origem suspeita?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Relator, na remessa ao PTB dos R\$4 milhões em final de junho, princípio de julho do ano passado.

Em maio nós tivemos um almoço na sede do PT aqui em Brasília: eu, o José Genoino, o Zé Múcio, o Marcelo Sereno, o Delúbio e o Emerson Palmieri para que nós traçássemos a estratégia de campanha con-

junta e a estratégia de campanha do PTB. Nós fizemos um mapa, Estado por Estado, de onde poderíamos coligar com o PT: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, ajudar no Acre o Governador Jorge Viana e Rio de Janeiro. Estabelecemos quanto custaria o financiamento das nossas eleições na coligação e nos Estados e Municípios importantes do Brasil nos quais nós queríamos ganhar. Fizemos uma conta e apresentamos ao Comitê da Executiva do PT: R\$20 milhões. A resposta do ex-Deputado Genoino a mim, almoçando, foi de que eles não estão pedindo muito, não é uma conta pesada, nós vamos tentar viabilizar isso. E, no princípio de julho, os primeiros R\$4 milhões chegaram ao PTB. Só que nós acertamos isso de Partido para Partido. Nós esperávamos o recibo de doação. Houve o compromisso, mas esse recibo não veio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex<sup>a</sup> me permita uma interrupção. Até esse momento o Sr. Delúbio não era personagem nessas negociações? Eram feitas com o Presidente Genoino?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Sempre que eu ia ao Partido com o Emerson, ele estava lá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado. Tenha a bondade de prosseguir, por favor.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aí, não chegava de jeito nenhum a contraprestação legal da doação. Eu disse ao Emerson: “Sai disso, põe o dinheiro no cofre e o resto aqui no armário; me dá a chave aqui. Deixa comigo, porque eu assumo na pessoa física. Se assumir como Presidente, eu cancelo o registro do Partido, é ilegal. E se eu fizer uma distribuição disso aos companheiros do PTB, eles vão ter suas campanhas impugnadas porque a origem do dinheiro não se justifica. Deixa aqui o dinheiro. Eu vou tomar conta na pessoa física – eu, Roberto Jefferson –, assumindo todo o risco e toda a consequência fiscal e legal dessa atitude”.

E volto a dizer a V. Ex<sup>a</sup>: o que fiz, se fiz, não vou revelar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex<sup>a</sup> tem o direito de fazê-lo.

A pergunta que lhe fiz, Sr. Deputado Roberto Jefferson, é a seguinte: a partir de que momento ou de que ato V. Ex<sup>a</sup> começou a ter noção de que o dinheiro utilizado pelo Sr. Delúbio para o financiamento das campanhas não tinha origem legítima?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A partir dessa época. Os recursos eu comecei a descobrir que eram de caixa 2. Percebi nitidamente, porque isso é uma coisa comum. E vi que ele patrocinava... Ele fazia um caixa 2 dessa transferência de recursos à direção

– deixa eu frisar bem – do PP e do PL durante todo ano de 2003, final de 2003 e todo ano de 2004. Porque a coisa era todo mês. Eu sabia que era todo mês, e o comentário na Casa era de que havia um mensalão. Essa palavra mensalão não fui eu que inventei; era o comentário que havia nos bastidores da Casa.

Um dinheiro transmitido dessa forma, partilhado por alguns parlamentares, não podia ter uma origem lícita; não podia ter uma origem oficial. Era um dinheiro de caixa 2 ou de operações não contabilizadas, como diz o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E, na opinião de V. Exª, os recursos utilizados para o pagamento dessas parcelas mensais aos deputados provinham de um esquema do qual fazia parte o Sr. Marcos Valério?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O Marcos Valério se torna uma figura clara para mim a partir da eleição. Eu não conhecia o Marcos Valério. Ele se torna uma figura clara para mim a partir da eleição.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Da eleição de 2002 ou 2004?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – De 2004.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– As eleições municipais.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim; as eleições municipais. Antes eu não negocieei com o Marcos Valério. Eu conversava com o Delúbio. Eu não conhecia o Marcos Valério até a primeira vez que ele foi ao PTB, em princípio de julho do ano passado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª fez a acusação frontal, pessoal, na presença do Deputado Valdemar Costa Neto, de que este recebia o mensalão, o que significa que V. Exª tinha conhecimento não apenas da generalidade da conduta, da origem dos recursos, dos personagens que manipulavam os recursos, mas tinha conhecimento também, senão de todos, pelo menos de alguns que recebiam o mensalão.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Por informação do próprio Delúbio e do próprio Emerson nas conversas com o Delúbio. Eu sabia que o Delúbio repassava recursos no princípio ao bispo Rodrigues, ao Pedro Henry, ao Valdemar Costa Neto e, depois, ao Janene. Isso eu sabia, das conversas que tive com o próprio Delúbio e das conversas que o tesoureiro do PTB, o secretário do PTB, o Sr. Palmieri, tendo com ele, me relatara. Eu sabia disso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esses recursos eram repassados às pessoas que V. Exª citou como um prêmio de natureza pessoal ou

eram volumes de recursos destinados a distribuir ou redistribuir para pessoas de confiança ou de ligações com essas pessoas que receberam?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pelo que sei, era para ser distribuído entre parlamentares da Base, alguns Deputados do PP e alguns parlamentares do PL.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª prestou já esclarecimentos importantíssimos para o nosso trabalho. Talvez fosse demais perguntar, mas V. Exª é advogado criminalista, sabe que é do nosso dever esgotar toda possibilidade de esclarecimentos. V. Exª teria informações a respeito das pessoas que foram beneficiadas pela redistribuição desse dinheiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª tem informação sobre o fato de que possivelmente esse dinheiro tenha ficado exclusivamente na posse das pessoas que o receberam?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Creio que não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª tem a impressão de que ele foi redistribuído?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pelo rumor que havia na Casa. Pelo comentário de alguns deputados com os nossos deputados de que recebiam sempre uma ajuda mensal. Sei que os chefes de Partido não ficavam com esse dinheiro para si. Eles distribuía.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas essa é uma suposição?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, por ouvir dizer aqui na Casa. É uma suposição minha.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não é fato do conhecimento direto de V. Exª?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, o que surpreende em toda essa questão é a procissão de Deputados, de representantes de Deputados, de assessores de Deputados à sede do Banco Rural em Brasília para receberem parcelas que eram distribuídas por uma funcionária do banco, que já prestou suas declarações à CPMI dos Correios, onde afirmou que realmente fazia essa distribuição.

V. Exª chegou a mencionar ao Deputado Miro Teixeira ou ao Presidente da República o *modus faciendi* dessa distribuição? Quer dizer, essas idas e vindas a determinado local para receber importâncias?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, porque eu não sabia, até algum tempo atrás, que era

no Banco Rural que esses recursos eram pagos, entregues. Fiquei sabendo acidentalmente, porque fui radiografar a boca, durante um tratamento dentário, em um centro radiológico no mesmo andar do Banco Rural, e soube disso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª já declarou, mais de uma vez, que, em determinado momento, surpreendido pelas notícias de que havia esse pagamento destinado à corrupção de Parlamentares, comunicou-o ao Presidente da República, que, tomado de surpresa, determinou que essa prática cessasse imediatamente.

Sr. Deputado Roberto Jefferson, essa prática cessou depois que o Presidente da República tomou conhecimento dela?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Em janeiro de 2005, em fevereiro de 2005, com certeza. Inclusive vi a movimentação dos boletos que chegaram à CPMI, os boletos do Coaf, e em janeiro e fevereiro cessam os movimentos. Eles se retomam em março, quando volto a falar com ele, e são suspensos definitivamente, a partir de maio, porque no final de maio, princípio de junho, fiz a denúncia pública no jornal **Folha de S.Paulo**. De lá para cá, acabou esse movimento de Banco Rural.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o máximo que o Presidente da República obteve foi uma interrupção temporária da prática?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O que me dá absoluta convicção de que ele não sabia disso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Depois da denúncia pública que V. Exª fez, naturalmente pelo temor das repercussões, cessou, então, a distribuição dos recursos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E o temor do pessoal que, em torno dele, fazia isso sem o conhecimento do Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª é um advogado criminal, tem sensibilidade e sabe lidar com as pessoas. Conhece.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A reação do Presidente que vi foi a de um homem absolutamente traído e surpreendido com a notícia.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Surpreendido.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele não encenaria aquilo para mim, porque não tem motivo. A reação dele foi a de uma pessoa que recebeu uma notícia de surpresa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, há, para mim, um território cinzento

que necessito esclarecer e, para isso, peço a paciência e a colaboração de V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Com a maior satisfação, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A notícia com a qual concordo é a de que, em 2002, o PT era um Partido rico.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Peguei o copo trocado. Peço desculpas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A notícia de que o PT, nas eleições de 2002, era um Partido abonado, financeiramente abonado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Foi a campanha mais rica do Brasil. Nós enfrentamos o PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Contudo, o PT não tinha ainda o Governo Federal. Veio a se apossar dele no dia 1º de fevereiro de 2003. O Partido, a partir de 2003, deixou de ter a contribuição dos seus filiados a ponto de necessitar da ajuda de dinheiro de má origem para poder manter os programas que anteriormente mantinha, satisfatoriamente, com a contribuição de seus filiados?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esse financiamento... Quando fomos chamados no início do Governo, porque apoiamos o Presidente Lula no segundo turno, a compor o Governo, o PT fazia o seguinte: dava o diretor da estatal ao PTB, ao PL, ao PP, aos Partidos da base, e o corpo embaixo era todo PT. Toda essa negociação era feita com Silvinho Pereira na distribuição do poder. O PT não deu poder aos Partidos da base aliada. Fazia uma encenação de transferência de poder.

A meu ver – e V. Exª faz uma pergunta que eu tenho que responder por julgamento pessoal e conceito –, o PT não quis repartir poder com a burguesia que ele imaginava corrupta e prostituta, que ele poderia alugar. E montou essa arrecadação paralela para pagar aluguel a Deputados, fazendo, assim, um tipo de exército mercenário. Ele não distribuiu poder; não chamou a ocupar poder, tanto que o PT faz aqui, na Casa, no Congresso Nacional, só 18% dos votos – o Lula...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É verdade.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O Presidente Lula perfez 52 milhões de votos, não o PT. Ele ficou refém desse esquema do PT, que fez 85% dos cargos de poder na República – e, quanto ao que repartiu, deu a cabeça e tomou o corpo.

Eu percebia que esse esquema de transferência de recursos aos Presidentes e Líderes dos partidos da Base era neste sentido: “Essa burguesia corrupta a gente aluga”. Não se teria que distribuir poder en-

tre eles nem que chamá-los a pensar algum projeto de poder ou de Governo, tanto que recebíamos tudo pronto – os pacotes vinham prontos: “Vamos votar isso no Plenário!”. Ninguém discutia preliminarmente. Não havia uma discussão preliminar.

Sou Deputado Federal há 23 anos. Quando éramos da base de alguém, antes de o projeto vir para cá, nós o discutíamos lá. Agora, não. Recebíamos tudo pronto e tínhamos que votar. Então, como se fazia para votar? Para não deixar o Deputado tão insatisfeito, vinha por cima esse esquema de repartição de recursos, porque, chamados ao poder, nunca fomos, Sr. Relator.

Então, essa é a minha análise. V. Exª me pergunta a análise que faço e essa é a opinião que tenho.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me, ainda, submeter a V. Exª, Deputado Roberto Jefferson, a seguinte questão: Está me parecendo, na interpretação talvez incompleta ou errônea das palavras de V. Exª, a despeito de muito claras e incisivas, que havia dois esquemas no PT e no Governo: um de origem legítima, decorrente da contribuição dos membros do PT, cujo número cresceu extraordinariamente em razão da posse do Presidente Lula, uma vez que todos os cargos do segundo escalão para baixo foram preenchidos por membros do referido Partido, fato que aumentou o valor de arrecadação do PT. Havia, então, uma fonte legítima de recursos. Havia também uma fonte ilegítima de grandes recursos, que tinha como centro de coleta e de difusão o Sr. Marcos Valério e seus companheiros.

O que eu queria saber de V. Exª é se esses recursos de origem legítima deixaram de ser recolhidos pelo PT depois de o Presidente tomar posse ou se eles foram misturados aos recursos ilegítimos para a obtenção do mesmo fim, ou seja, a aprovação dos projetos do Governo. É uma pergunta.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não posso falar sobre isso com precisão, com conhecimento de causa. Mas, se esses recursos que nos foram transferidos viessem da conta-contribuição, por que não o recibo? Por que não em cheque para eu depositar na conta do Partido, dando recibo de que recebi da conta de contribuição?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Essa, da parte legítima?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Da parte legítima. Por que o dinheiro vinha só na mala e não no cheque nominal ao Partido para fazer parte da conta e depois da prestação à Justiça Eleitoral?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que leva o Relator à indução de que os recursos provenientes da contribuição dos partidários do PT

não foram utilizados nessa tentativa de corrupção de Deputados.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ou não foram suficientes para tal.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não tendo sido suficientes, buscou-se, então, uma fonte complementar e, para isso, localizou-se o Sr. Marcos Valério.

Sr. Deputado, o Sr. Marcos Valério não era figura conhecida em Minas Gerais. Pelo menos as pessoas das minhas relações nunca sequer o viram. Ele não era pessoa presente na política local nem municipal – de Belo Horizonte – ou estadual, não era visto nos meios sociais. Não se tinha notícia da existência desse personagem que, subitamente, adquiriu uma notoriedade nacional e, agora, pelo visto, pelo menos na Península Ibérica, uma repercussão internacional.

A opinião de V. Exª é a de que esse Marcos Valério surgiu nesse esquema como uma fonte de obtenção de recursos, por meio da manipulação viciada em contratos de publicidade, pela agência que possuía?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele trabalhava operando contratos de publicidade e negócios que não são contratos de publicidade. Eu digo a V. Exª: no princípio deste ano – e vou dar um exemplo a V. Exª que está aí nos jornais de hoje, que eu cobrei do Ministro José Dirceu anteontem –, na primeira quinzena de janeiro, quando o PTB chegou ao limite do não cumprimento dos recursos que seriam transferidos, eu confesso que o Ministro José Dirceu queria nos ajudar. Ele me chamou e falou: “Roberto, credencie alguém no PTB para que ele vá com alguém do PT a Portugal, à empresa Portugal Telecom, que é um grupo que andou nos visitando aqui, e nós fizemos uma conversa que pode antecipar recursos para ajudar a fechar o caixa do PT e do PTB”. Eu disse: “Vou mandar o Emerson Palmieri”. Ele respondeu: “Acerta com o Delúbio”. Procurei o Delúbio, e este mandou o Marcos Valério e o Dr. Tolentino – Rodolfo Tolentino ou Rogério Tolentino. Foram os três, no dia 24 de janeiro. Eu tenho a passagem no PTB. O PTB que pagou a do Emerson Palmieri. Foram juntos – e voltaram no dia 26 – estar com o Presidente da Portugal Telecom, Dr. Miguel Horta da Costa. Voltaram de mãos vazias. Esses recursos, obviamente, não eram de publicidade. Quer dizer, o Marcos Valério não operava apenas publicidade. Isso em janeiro.

Meados de março, ele volta ao PTB, pede para falar comigo e faz uma proposta em nome do Banco do Espírito Santo, BES. O PTB tinha nomeado o Presidente do IRB. E o IRB, como é Resseguro Internacional, tem depósitos na Europa, na Inglaterra, na Suíça, em torno de US\$800 milhões, para garantir o resseguro.

Ele me procurou e estava junto com o Emerson Palmieri. Foi a primeira vez que notei esse hábito que ele tem de pegar uma folha de papel assim e começar a desenhar números, ficando assim meio de lado. Ele me procurou para que o PTB influísse junto à Presidência do IRB para que este pegasse US\$600 milhões e transferisse para o caixa do BES, Banco do Espírito Santo, em Portugal. Sairia da Inglaterra e da Suíça para o BES, em Portugal. Isso era um início. Isso daria uma ajuda aos nossos Partidos, mas a finalidade principal disso era o seguinte: a partir daí, com essa estrutura de caixa no BES, o BES poderia, numa segunda empresa do PTB, que é a Eletronorte, àquela época presidida por um companheiro nosso, Salmeron, reestatizar, fazer o financiamento de reestatização de linhas de distribuição de energia elétrica, em torno de R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões de reais (três ou quatro bilhões de reais), que isso deixaria uma contribuição de 3% aos nossos Partidos, em torno de R\$90 milhões e R\$120 milhões; que teríamos, então, nos próximos sessenta dias, a contar daquela data, R\$45 milhões ou R\$60 milhões.

Então, a minha impressão... Quando ele saiu dali, eu chamei o Emerson e disse: “Oh, Emerson, sai fora! Te afasta desse cara, que isso é um-sete-um danado. Não pode! Ele fala em dinheiro como se caísse como chuva, do céu, ou nascesse igual capim no chão. Não existe! Esse cara é um-sete-um!” Liguei para o Genoino e disse: “Zé, recebi aqui o carequinha. E achei uma conversa fiada danada”. Ao que o Genoino me disse: “Não, não; confia que é firme. Pode acreditar que é firme”. Eu já repeti isso e reitero, mas eu afastei o Emerson a partir daí do convívio com ele.

V. Exª me indaga se ele só operava contas de publicidade. Pelo que vi, não – tanto dessa aproximação que ele fez e sobre a qual leio hoje nos jornais, envolvendo o Presidente do Banco do Espírito Santo; dessa ida dele à Portugal Telecom, depois ao Ministro de Obras, que é um ex-executivo do Banco do Espírito Santo, Dr. Antonio Mexia. Ele me relatou essa conversa, que esteve com o Antonio Mexia. Ele foi ao Ministro Antonio Mexia, que aliás não nega. Hoje está em todos os jornais essa colocação do Ministro Antonio Mexia. Diz que se dispõe até a colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito do Brasil para afirmar que recebeu o Sr. Marcos Valério na condição de consultor do Presidente do Brasil. Ele se apresentou assim lá. Então, ele fazia outras operações, não apenas as na área de contas de publicidade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Daí então, da atividade do senhor Marcos Valério e de sua associação com o senhor Delúbio, como já está amplamente publicado, resultaram os recursos

que foram utilizados para as negociações com os Deputados.

Não desejo tomar mais tempo de V. Exª, senhor Deputado, mesmo porque não procederia corretamente com os nossos diversos Deputados que pretendem, naturalmente, fazer perguntas a V. Exª.

Mas, em último lugar, gostaria de esclarecer que temos dois **modus faciendi** de distribuição de recursos, bem visíveis, a nossa frente. O dinheiro que chega em malas e vai para determinadas pessoas que têm a incumbência de distribuir o seu conteúdo para os Deputados da sua proximidade ou da sua confiança, e temos um determinado local, num determinado andar de um edifício de Brasília, onde as pessoas vão ou mandam pessoas de sua confiança buscar dinheiro. A origem desses recursos é a mesma, havia mais de um dispositivo de distribuição de dinheiro em funcionamento? A origem de dinheiro utilizado para essa ampla de distribuição de recursos, ora pessoalmente, ora concentrado numa pessoa, provinha de uma origem só ou havia outras fontes de captação de recursos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Só posso afirmar que conheço apenas essa fonte, que é a que o Delúbio apresentava aos partidos por meio do Banco Rural e do senhor Marcos Valério. Não conheço outra fonte.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não será demais dizer então que temos uma fonte, pessoal ou plural, que tem como operador o senhor Marcos Valério?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim. Pelo que sei, pelo que li e pelo que vi, não conheço nenhuma outra fonte. Tinha o Silvinho Pereira, mas não há nada provado contra ele, dizia-se que ele operava todo o esquema na área de petróleo e o Marcelo Sereno e o ex-Ministro Gushiken, na área de fundos de pensão. Mas nada disso veio a CPI, nada disso está sendo investigado. E isso eu não conheço, apenas ouvi dizer, pelo que leio nos jornais. Na prática, o que estou vendo aqui, nem eu tinha noção do tamanho...

Quero confessar uma coisa a V. Exª, senhor relator: pensei que o Marcos Valério teria transferido – fiz uma conta na cabeça e foi o que eu disse ao Ciro – um milhão e meio, mais ou menos, por mês, a cada partido da base. Isso vai dar uns três, doze, trinta e seis... Uns sessenta a setenta milhões de reais. Mas dois bilhões de reais, como está aí no relatório da Coaf, que já chegou à CPI dos Correios, eu jamais imaginei. Pensei que fosse uma coisa menor. Nunca imaginei a dimensão dessa operação do senhor Marcos Valério com o Delúbio. Nunca imaginei. Foi a maior operação de financiamento político-partidário de que tive notícia na minha vida como Deputado Federal.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Daí a minha preocupação, senhor Deputado, peço que V. ex<sup>a</sup> compreenda, é possível, não digo provável, mas é possível e pelo menos motivo de alerta o fato de que talvez estejamos na fímbria de um dispositivo que, em virtude dos recursos somados, esses a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu agora e que somam bilhões de reais, seja um dispositivo muito superior aquele que está nas páginas dos jornais, e a minha grande preocupação como relator é a de corrermos o perigo de estarmos centrando as nossas atenções sobre quem talvez tenha menos importância do que outros personagens que ainda não apareceram em cena. Em suma, os recursos mencionados ou totalizados por essa Comissão de Fiscalização Bancária são muito superiores aqueles manipulados pelo senhor Delúbio para a distribuição entre Deputados. Essa é uma grande preocupação.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Tenho certeza de que V. Ex<sup>as</sup> vão chegar lá. Leio isso no jornal, estou falando que li, sobre contribuições para as agências do senhor Marcos Valério, a SMP&B e DNA, de mais de 500 milhões de reais, que não têm origem esclarecida. Isso eu já li logo no início das investigações. A imprensa já publicou em consequência da investigação da CPMI dos Correios.

Então, se ali já há R\$500 milhões que ele não explica, se não está preso esse dinheiro a nenhum contrato de publicidade com os bancos, Banco do Brasil, ou Caixa Econômica, ou Correios, ou Eletronorte, a nenhum deles, então esse dinheiro vem de um outro lugar e ele vai ter que explicar isso, ou o rastreamento que V. Ex<sup>as</sup> farão chegará, eu tenho certeza disso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Preocupa-me também o fato de que a soma de tudo aquilo que foi revelado como pagamento feito em Brasília, nesse edifício onde se encontra a sede do Banco Rural, ser pequeníssima diante do volume de recursos a que fazem referência as notícias relacionadas às atividades do Sr. Marcos Valério.

Indago se V. Ex<sup>a</sup> deseja desdobrar alguma pergunta minha, se deseja preencher algum claro, alguma omissão, porque desejo permitir aos meus colegas de Comissão o privilégio de poder inquiri-lo a respeito.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Relator, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas nada mais tenho a aduzir. E quero me deixar à disposição de V. Ex<sup>a</sup>. Se V. Ex<sup>a</sup> entender, em algum momento, que eu deva esclarecer alguma coisa que não tenha esclarecido ao conceito, à inteligência e à análise crítica de V. Ex<sup>a</sup>, estarei à disposição.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Estou satisfeito.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) –

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero dizer ao Exm<sup>o</sup> Sr. Relator que a qualquer momento pode interromper – S. Ex<sup>a</sup> sabe disso – qualquer inquirição e fazer uma pergunta pertinente àquele momento, para esclarecer os fatos.

Passo à lista de inscrições.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar, o primeiro inscrito.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu queria, são 14h e 40min...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço à Secretaria que marque o tempo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quero ser respeitoso em atenção a V. Ex<sup>a</sup> até para ser respeitado também quando alguém estiver usando a palavra.

Ouvi e tenho acompanhado atentamente, Deputado Roberto Jefferson, as suas colocações e a constância das suas declarações, que repete da mesma forma.

Primeiro, sinto-me contemplado com muitas das perguntas do nosso Relator, em relação, por exemplo, à Portugal Telecom. Eu gostaria, inclusive, de sugerir à Mesa que nós pudéssemos, se isso for de bom alvitre, encaminhar uma delegação a Portugal, de Deputados e Senadores, que, *in loco*, confirmariam o que está sendo colocado e aduziriam outras informações que, eventualmente, não tenham chegado até nós.

Eu queria apenas colocar isso para a Mesa, não sei se o Deputado Roberto Jefferson concorda, a fim de enriquecer ainda mais a questão da Portugal Telecom. Penso que deveria ser um instrumento, ainda que a nossa CPMI, como disse o Relator, tenha um foco bastante determinado.

Mas, como também foi dito, é possível que haja outras fontes que municiem o suposto mensalão ou compra de votos, e é importante que se vejam as duas pontas. Se há corruptos, há corruptores – e é preciso fazer esse levantamento.

Então, queria sugerir à Mesa...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Qualquer requerimento será apreciado no momento devido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

Agora eu quero fazer, ao Deputado Roberto Jefferson, umas considerações em relação a essa questão que nós temos que focar. É claro o objetivo da nossa CPMI, que é “destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou

pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo...”

Acontece que, após a denúncia do mensalão – e o Deputado Roberto Jefferson foi aquele que sustentou e confirmou essa denúncia, nos vários fóruns de que participou, disse com clareza que essa compra de votos para votar matérias no Congresso estaria, segundo as informações que tinha, acontecendo com partidos da base, mais notadamente o PL e o PP. Isso acabou, de certa forma lançando, sobre todos do Congresso, especialmente sobre esses partidos, uma certa suspeição. O senhor usou uma figura de linguagem, que agora repetiu *en passant*, segundo a qual o PT queria um grupo de mercenários, um exército mercenário, e tratava os partidos da base ou alguns partidos como um exército mercenário. É claro que isso acaba mexendo com todo mundo.

O senhor disse que o Delúbio era a pessoa responsável. e tivemos, logo em seguida, essa confirmação através da quebra do sigilo do Sr. Marcos Valério e das suas empresas. E, realmente, o Sr. Delúbio vem a público e confessa. O senhor já havia dito lá no início, lá no plenário, que o PTB também recebeu, e os documentos também provam isso. O Sr. Valdemar Costa Neto recebeu, o senhor disse, e a quebra mostrou que recebeu, assim como vários outros. Assim foi se confirmando que as pessoas que o senhor disse que recebiam de fato receberam. Está lá, confessaram. Então, há a prova documental e ainda a confissão de que fizeram isso.

Aliás, a quebra proporcionou o conhecimento de coisas até anteriores, que também foram confirmadas – está lá a quebra. E vi o depoimento do senhor lá, seu interrogatório ao Deputado José Dirceu, quando o senhor disse que tinha que cobrar alguma coisa daqueles que estão acompanhando – não sei se é bem isso – a sua argumentação. Por quê? Se todos – e aqui tem as datas, 2003 e 2004 – não confessaram, aliás, tiveram que confessar porque a prova estava ali, PL, o Sr. Janene, está tudo aqui comprovado, eles entram com o mesmo argumento de V. Ex<sup>a</sup>. O senhor disse, de público, lá no início: “recebi duas malas enormes, não cabiam no cofre, foram colocadas no armário”. Ora, e a justificativa era de que era para pagamento de campanha, ou recursos não contabilizados, como queiram, caixa dois. Todos estão dizendo a mesma coisa. O senhor afirmou, chegou a prova, e estão dizendo a mesma coisa.

Ora, qual é o convencimento que podemos ter, já que foi através do Delúbio e do Banco Rural, tudo bem documentado, se a justificativa que o senhor coloca é que, para o PTB, não foi para o mensalão?

Confio na palavra de V. Ex<sup>a</sup>. Mas para os outros partidos, embora tenha acontecido no mesmo prazo, nas mesmas datas, a justificativa – foi mensalão? Qual é a razão para não se acreditar no que falam o Presidente do PL e do PP? Quer dizer, onde vamos conseguir o elo perdido ou o elo escondido que possa ser a prova para que não fique a palavra de V. Ex<sup>a</sup> que disse que eles receberam – como o senhor recebeu e assumiu – contra a deles, que provavelmente ou supostamente receberam? Como se vai fazer? Qual a convicção que o senhor pode nos trazer de que o que dizem os outros Presidente de partido não é verdade? Sua tese, a sua argumentação é no sentido de que é caixa 2, o senhor não nega que é dinheiro não contabilizado. Como podemos ter argumentos, motivos para sermos convencidos disso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – O raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> é absolutamente perfeito. E quando V. Ex<sup>a</sup> faz esse raciocínio lógico, matemático, escoreito, V. Ex<sup>a</sup> afirma existir o mensalão e indaga se o PTB recebeu recursos diferentemente do mensalão. Se os outros são mensalão, por que o do PTB não é? Foi isso que entendi?

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Não, é ao contrário. Se o senhor afirma – e o senhor é que afirma – que tem mensalão, por que o do PTB não é mensalão? Por que temos de que estar convencidos de que seu argumento é verdadeiro – e acredito que seu argumento é verdadeiro, o pessoal do PTB não recebeu – e por que tenho que duvidar do argumento dos outros presidentes de partidos, que também receberam da mesma forma, ao mesmo tempo, pela mesma fonte, mais ou menos as mesmas épocas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Deputado Baltazar, eu fiz isto desde o primeiro momento: nunca neguei. V. Ex<sup>a</sup> repare, até está faltando – li hoje a prestação de contas apresentada pela Sr<sup>a</sup> Simone e pelo Sr. Marcos Valério, que falam em R\$2,4 milhões – R\$1,6 milhão. Foram R\$4 milhões, eles ainda não explicaram o outro R\$1,6 milhão que levaram lá.

O PTB está com uma prestação aí nessas listas publicas a menor do que recebeu.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O senhor falou na outra.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – O nosso movimento foi na eleição. Esses recursos nos foram entregues na eleição, e eu jamais neguei isso. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: os outros procuraram mentir, negar, dizer que não conheciam o Marcos Valério, que não havia isso, que não havia Banco Rural. O senhor repare que a trajetória deles vem de várias versões. Quem vem mantendo uma versão desde o início, e uma versão que vem desmontando todas as outras,

quando elas começam a se conflitar, sou eu e o meu Partido, o PTB.

Então quero lhe dizer isso de coração. Veja que o movimento do PTB foi à época das eleições. Há o movimento do Presidente Martinez no início, e, depois, um movimento à época das eleições.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Mas quero voltar a insistir na questão, porque o fio condutor, a argumentação de V. Exª foi uma argumentação importante, porque o senhor colocou desde o início, e era verdade. Os que negaram caíram depois com os documentos. Mas, ao dizer que foi para campanha – e aí todos dizem que é para campanha – sem ter um elo, a não ser esse de que os Presidentes receberam mesmo, está lá, um elo para confirmar quais são os deputados... O senhor disse que não sabe, ouviu dizer a respeito disso, ou seja, ouviu dizer que recebiam, é possível que outros tenham ouvido dizer, mas se ouviu dizer muita coisa.

A minha pergunta, o meu questionamento é sobre o argumento do senhor, forte, de que recebeu. Vejo aqui que o senhor recebeu até o Palmieri, não é? Está lá documentado, de 16/12/03 a 12/08/04, o período em que as pessoas ligadas ao PTB, segundo essa informação, receberam recursos. Se você olhar os outros, verá que têm uma relação mais ou menos semelhante, variação aqui e acolá. Estou falando da tese que está sendo colocada por todos. Essa primeira parte está muito clara, agora é preciso aprofundar a outra parte, a parte mais difícil, talvez, triste para nós, que é o fato de se comprovar que algum deputado realmente recebeu o mensalão. Porque, senão, como o nosso Relator colocou, a questão pára nos Presidentes de partidos, que receberam.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Veja V. Exª, vou responder. Eu li agora, essa semana, nos jornais que o PT, o PL e o PP retificaram suas contas, as suas prestações de contas à Justiça Eleitoral. Ninguém justificou no volume repassado. Repare que eles disseram “mais R\$52 mil”, “mais R\$500 mil”, mas estamos falando de R\$10 milhões, de R\$13 milhões, e ninguém informou isso à Justiça. Se fosse um dinheiro que eles pudessem assumir como sendo de campanha, por que não declararam? Eles retificaram. Está aí, os jornais desta semana publicaram, a **Folha**, o **Estado**, o **Globo**. Todos retificaram: PT, PL, PP fizeram retificações à Justiça Eleitoral, mas ninguém toca nesse volume de recursos que V. Exª exhibe na lista que tem a sua frente. Não sei por que eles fizeram isso. Quero lhe dizer, de todo coração: não há movimento mensal no PTB. Essas contas de dezembro do PTB não são verdadeiras. O senhor fala sobre dezembro de 2004, Emerson Palmieri, e eu lhe informo: não é verdade, não

é verdade. O movimento que recebemos do Partido é de final de junho, princípio de julho do ano passado. Esse negócio de dezembro não é verdadeiro. Tenha certeza de que isso não é verdadeiro. E recebemos esses recursos, com a nossa conversa mantida na direção do PT para as eleições.

E repare uma coisa que quero dizer a V. Exª: como o movimento deles era mensal, isso gerava uma tensão entre nós. Estou falando em um Plenário de homens e mulheres maduras, políticos de muitos anos de experiência. Quem não ouviu falar disso aqui na Casa? (Pausa) Eu desconfio de quem diz isso, porque quem diz que não ouviu tem medo de enfrentar a situação, ou recebia. Ou... (Risos)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Roberto Jefferson, é uma conclusão...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu desconfio. Todo mundo ouviu, a imprensa ouviu. Todo mundo falava disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Seria uma acusação muito ampla.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. É bem circunscrita, porque poucos aqui estão negando.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Essa avaliação que me fazem assim. Todo mundo ouviu falar na Casa. Era conversa constante dos nossos...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Peço para descontar o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O seu tempo é preservado.

Concedo a palavra pela ordem à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu errei ao dizer que não tinha ouvido falar fora do microfone porque eu devia ter falado no microfone. Eu sou Senadora. E eu quero saber de algum Senador e Senadora desta Casa – estou ao lado do Senador Sérgio Zambiasi, do meu amigo Senador Pedro Simon – ouviu falar disso.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Senadora Ana Júlia, sou Senador da República e tinha ouvido falar em mensalão. Posso lhe afirmar que era voz corrente da existência do mensalão. Não tinha dados, mas tinha conhecimento.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – O senhor, particularmente, nunca conversou com a gente.

(*Tumulto no recinto.*)

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – O senhor falou com algum desses Senadores aqui presentes?



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Nós estamos inquirindo o depoente. Não vamos fazer uma inquirição agora entre os membros. Vamos deixar essa matéria para outro momento.

Vou fazer uma observação. É evidente que é uma opinião que eu respeito. Posso respeitar do depoente, mas não se pode tirar uma conclusão tão drástica sobre todos, ou seja, que quem não sabia é culpado. Então vamos afastar esse ponto e ponto final. Vamos prosseguir.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não disse culpado. Veja bem, eu vou ter oportunidade de responder à Senadora na hora que ela estiver inscrita para me fazer a pergunta. Eu disse “ou teme em enfrentar o assunto” –talvez ela faça parte do grupo dos temerosos – “ou recebeu”.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, eu queria só uma aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não vamos agora a aparte nenhum.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mais tarde vou responder a honrada e ilustre Senadora do PT do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos seguir a ordem. Esse tipo de incidente não constrói e nem ajuda.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, mas realmente eu me considero atingido aqui. Eu queria dizer o seguinte: ouvi falar, mas nunca recebi, e pode vasculhar minha vida, no meu passado, desde o início do meu mandato aqui nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos apagar esse momento e vamos prosseguir a inquirição. E eu vou devolver o tempo de cinco minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Deputado Roberto Jefferson, V. Exª afirmou que, quando o PTB recebeu o Sr. Marcos Valério, ele chegou com das malas enormes, R\$4 milhões. Foram duas malas e eram R\$4 milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não. Duas malas dessas de rodinha.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Na primeira vez que ele esteve no PTB...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Foram quantas vezes?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Duas. Ele levou primeiro 02 milhões e 200 mil reais; na segunda, 01 milhão e 800 mil reais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Agora, a quebra mostra que o Sr. Palmieri recebeu, em 16-12, cem mil; 19-12; 14-1.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Quando é?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Dois mil e três. Depois, 7-10-2004; 7-5-2004; 12-7-2004; 12-8-2004.

Então, eu posso deduzir que esse é um outro dinheiro, porque foi o Sr. Palmieri que recebeu lá.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª vai poder inquiri-lo aqui, e não houve esse tipo de movimentação...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nenhuma dessas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nenhuma dessas. Dezembro de dois mil e...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, mesmo com toda essa listagem publicada, inclusive, com os outros, a dúvida persiste?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exªs vão ter de aprofundar isso. Essas notas...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Estão erradas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Em relação ao Emerson Palmieri, garanto a V. Exª.

V. Exª falou duas movimentações de janeiro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, 16 de janeiro...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – De...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – 14-1-2003...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Aí, 2003, já é na época do Presidente falecido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É o que está colocado. 16-12; 19-12; 14-1-2003. Depois, 7-10-2004; 07-5-2004; 12-7-2004 e 12-8-2004.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – 14-7-2004 e 7-1-2004. V. Exª tem essa movimentação aí?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – 14 do...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – De janeiro de 2004 e 07-1-2004?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Do Emerson Palmieri?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não. 14-1-2003.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Então, está errado isso. A lista que V. Exª tem está errada.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete. Alexandre Chaves, Luiz Carlos de Miranda.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Luiz Carlos de Miranda, nunca ouvi falar, não pertencem aos quadros do PTB. Alexandre Chaves, eu explico a V. Exª. Duas de cem mil no Banco Rural de Brasília; 7-1-2004 e 14-1-2004.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É verdadeiro.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o Palmieri também é verdadeiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aí eu explico a V. Exª se V. Exª quiser.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É só para perguntar: além dos quatro milhões que o Sr. Marcos Valério levou nas duas malas, havia mais esses recursos...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, esses aqui são fora dos quatro milhões. Esses aqui, esses duzentos mil eu explico a V. Exª.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E qual é o total que o PTB recebeu e como foram destinados esses recursos fora dos quatro milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O PTB recebeu, através da pessoa física do seu Presidente, quatro milhões de reais.

Esse aqui não é do PTB. Se V. Exª quiser, posso explicar a V. Exª. Eu admito ter autorizado essa operação e explico a V. Exª, se V. Exª quiser, fora dos quatro milhões.

Esse moço, Alexandre Chaves, que foi o motorista do Dr. Ciro Gomes tem uma pessoa na família que precisávamos ajudar, a partir da morte do Presidente Martinez. E foi o único pedido que eu fiz ao Dr. Delúbio, ou seja, se ele poderia me ajudar a resolver o problema dessa pessoa, filha do Dr Alexandre.

E esses recursos foram sacados pelo Dr. Alexandre para serem entregues a sua filha.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Todo esse recurso? Qual é o valor total?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Duzentos mil reais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Duzentos mil reais.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A primeira vez, foi um saque de 07 de janeiro de 2004 e outro saque em 14 de janeiro de 2004.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – OK.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Alexandre Chaves. V. Exª pode ver o nome. Atribui-se ao Emerson Palmieri porque foi ele o contacto, junto ao Dr Delúbio para autorizar essa pessoa ir ao Banco Rural fazer os saques.

Digo ao senhor que é verdade. Além dos quatro milhões que recebemos na eleição, esses 200 mil reais foram sacados pelo Sr. Alexandre, porque eu disse isso ao Delúbio quando ele esteve comigo em meados, em final de dezembro. Eu pedi uma ajuda a ele para resolver um problema pessoal dessa pessoa, a quem devíamos muita consideração e respeito, e ele o fez.

E esse Sr. Alexandre sacou esse dinheiro, esses recursos, em função da filha dele. Quero deixar isso claro para o senhor. Mais tarde o senhor pode ouvir dele os motivos que o levaram a fazer isso. Mas passou por meu conhecimento, e o Dr. Emerson Palmieri encaminhou isso ao Dr. Delúbio.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Uma outra pergunta a V. Exª. O senhor, em algum momento das suas várias declarações, colocou que uma das maneiras para fazer – e o senhor reafirmou aí – era a tentativa de cooptar Deputados e oferecer a eles alguma vantagem, alguma vantagem.

Nós pegamos essa listagem, vemos que não só o PL e o PP, mas lideranças de outros partidos também receberam recursos e que, supostamente, poderiam ser utilizados para isso.

O **modus** de operação, o modo de operação. A pessoa era contactada, o deputado era contactado por uma liderança dessa, oferecia a ele uma mesada. Como é que era, como é que era oferecido, sem citar nomes, como é que eram oferecidos? Que valores eram esses oferecidos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A informação que uma deputada já colocou claramente.... Eu tenho um depoimento claro da Deputada Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, que é abordada pelo Líder do PL, na ocasião, o Deputado Sandro Mabel. Ele lhe ofereceu um milhão de reais de luvas mais trinta mil de taxa de manutenção. É aquela conversa. Ela disse isso à Comissão de Ética. Ela foi, inclusive, testemunha arrolada por mim. Esse convite foi confirmado pelo Governador, que soube, por carta, a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, onde respondo a uma representação do Presidente do PL.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor atribui, então, a esse processo, a essa maneira, o crescimento de alguns partidos da base aliada?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Também.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Seria por esse motivo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Também, sem dúvida. O senhor quer chegar no PTB?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não, eu quero só saber a informação.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu dou explicação. Pode fazer a pergunta.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quantos deputados tinham no início? E quantos ficaram no final? E como era ...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Por ação direta do Deputado, do Ministro José Dirceu, nós tivemos quatro deputados: três que saíram do PSDB e um do PSB. Por ação direta dele. No mais, como é que nós ampliamos a nossa bancada? Dissolvemos os diretórios regionais. Dissolvemos todos. Abrimos o partido na base. Como o PTB era um partido de centro próximo ao poder, um deputado que saísse do PFL ou do PSDB não tinha como ir ao PT, nem o PT aceitava, o PT é fechado nisso. Então o que nós fazíamos? Como nós éramos próximos ao poder, nós recebíamos essas bancadas, abrindo o diretório regional e dando o comando aos deputados federais que chegavam ao partido das executivas regionais do PTB. E abrimos, fizemos uma modificação no nosso Regimento Interno e Estatuto, para que todo deputado que chegasse ao PTB ou senador compusesse imediatamente a Comissão Executiva Nacional. Mas colocados diretamente no PTB por ação do Ministro José Dirceu, 4 deputados: 3 do PSDB e 1 do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo já está esgotado. Quero só fazer um pequeno esclarecimento. Como o tempo seu foi dividido entre V. Ex<sup>a</sup> e o Deputado Roberto Jefferson, ficou difícil mensurar aqui o tempo que era seu e o tempo gasto por ele. Então, evidentemente, a metodologia de cada um talvez fizesse, por uma questão de economia do tempo, fizesse todas as perguntas, de uma vez, porque aí ele poderá responder.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Negativo, Sr. Presidente! São 15 minutos entre o inquiridor e o depoente. São 15 minutos.

Cada um que policie o seu tempo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, dentro de 15 minutos, acontece o que aconteceu. V. Ex<sup>a</sup> encerra o assunto. Senão a gente não sai daqui hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Ex<sup>as</sup> querem alterar a regra, o que o Regimento garante é o tempo de cada parlamentar para inquirir.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É o tempo, o tempo do depoente. Ele pode alongar por mais até. Ele terá tempo para responder o necessário, o que for necessário.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Cada parlamentar que policie o seu tempo, Sr. Presidente. Então reinscreva. E reinscreva posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa regra nós vamos adotar: é 15 minutos, do tempo que foi iniciada a inquirição, e as respostas. E ponto final.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Exatamente. Com direito à reinscrição.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, para concluir.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Posso concluir a resposta a V. Ex<sup>a</sup>, depois desse barulho!

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eu acho que o senhor vai ter que concluir quando responder para outros, para não me cortar o tempo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não, porque V. Ex<sup>a</sup> está numa linha de.... Para não interromper, deixa ele concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou deixar concluir, e, em seguida, nós....

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Baltazar, há deputados que vieram a meu partido, nessa abertura, e que nunca votaram comigo, nunca foram governo. Aqui em Brasília, nós não tínhamos deputado federal, recebemos o Coronel Fraga, que jamais foi Governo. Só me criava problema, porque que batia no PT todo o dia. Um brigão danado, um bom caráter, um ser humano especial, mas era nosso companheiro do PTB. Outro que veio do PTB e só arrumou confusão porque faz uma oposição muito dura ao PT é o – está aqui – o Deputado Capitão Bolsonaro. Também entrou no PTB a convite nosso, veio compor conosco o Partido sem nenhuma influência de José Dirceu ou qualquer tentativa de captação e coisa. Só para ser rápido aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E agora nós temos que encerrar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas V. Ex<sup>a</sup> não permitiu...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E V. Ex<sup>a</sup> agora realmente se reinscreva, porque essa decisão foi dada, o tempo foi esgotado. Eu retirei o

tempo aqui gasto nos incidentes, mas infelizmente, tenho que encerrar.

Concedo a palavra ao próximo inscrito o Deputado José Rocha.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem concedo a palavra ao nobre...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Tomada essa decisão diferentemente do que havia certamente V. Exª decidido de início, o que vai ocorrer? Para aproveitar ao máximo o seu tempo, os Deputados terão que optar por fazer as suas perguntas de uma só vez, o que diminui a qualidade das respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não necessariamente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Por outro lado, se o depoente gastar seis, sete ou oito minutos, o tempo para as perguntas dos Deputados fica extremamente diminuído. Eu gostaria de ponderar sobre essa questão.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, dê o direito da reinscrição. Quem se achar insatisfeito, faça a reinscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Houve uma decisão consensual posterior, que revogou a anterior. Agora são 15 minutos pelo tempo integral, entre depoente e inquiridor.

Eu concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Amir Lando, Presidente desta Comissão; ilustre Deputado Ibraim Abi-Ackel, Relator; ilustre Depoente Deputado Roberto Jefferson, Srªs e Srs. Parlamentares, eu iniciaria Deputado Roberto Jefferson, a minha inquirição a V. Exª dizendo que ainda bem que V. Exª não disse no início de sua fala que não tinha nada a declarar, mas pouco a acrescentar. E certamente que, neste pouco acrescentar, V. Exª poderá nos trazer mais dados novos ou novos dados para que possamos iniciar este nosso trabalho nesta Comissão.

Eu iniciaria dizendo, ilustre Deputado, que, na medida em que os avanços acontecem nesta Casa sobre investigação de corrupção na área do Governo, com repercussão nesta Casa, parece que o Presidente Lula se sente incomodado. E é o que nós vemos hoje nos jornais com a sua fala de ontem em Pernambuco quando diz que “você vão ter que me engolir”. Com uma arrogância que certamente podemos interpretar intimidação a todos nós no prosseguimento dessas investigações que estão chegando dentro do Palácio ou próximo a ele.

Eu perguntaria a V. Exª: quando do seu encontro com o Deputado José Dirceu na Casa Civil para tratar da aproximação da Portugal Telecom com os partidos PTB e PT, estava presente o Presidente Lula? Ele sabia ou soube deste encontro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não estava o presente o Presidente Lula

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele soube deste encontro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não posso dizer isso a V. Exª.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quando V. Exª disse na Comissão de Ética que o Sr. José Dirceu “não era todo-poderoso assim, não está sozinho nisso”, o que V. Exª quis dizer com isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu falo desse núcleo duro, tanto que eu cobrei dele, que faz questão de dizer que foi o responsável pela nova organização administrativa do Governo. Então, eu quis cobrar dele o seguinte: como ele conseguiu misturar na Secom a gerência dos fundos de pensão com as contas de publicidade? Qual é a qualidade dos técnicos da Secom para gerenciar fundos de pensão? Porque todos eles eram coordenados, a partir dali, pelo ex-Ministro Gushiken. Então, quando eu digo que ele não está só, eu quero dizer que o Gushiken está com ele na movimentação dessas contas, nesses favorecimentos a alguns titulares dessas empresas. O Gushiken está com ele com certeza. Ele não fez isso sozinho.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª então afirma que o Gushiken estaria com ele. E quem mais estaria com ele?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, isso é a minha impressão. Eu não tenho mais como ampliar essa minha impressão. Eu não posso dizer que o Presidente Lula tivesse conhecimento, porque nos dois momentos em que pude perceber do Presidente Lula em relação a posições do José Dirceu foram, primeiro, na questão do mensalão; segundo, na de Furnas, quando percebi nitidamente que o Presidente Lula estava sendo traído ou mal informado.

O Presidente Lula, naquele caso do Diretor Dimas, da empresa Furnas, queria porque queria tirar. Não fomos nós que pedimos a ele; foi ele que pediu que o PTB oferecesse um nome. E o Ministro José Dirceu queria manter. O Ministro José Dirceu fez um acordo comigo para manter: mandou o Dr. Dimas à minha casa para que o mantivéssemos lá.

Quando eu fui dizer isso ao Presidente, ele disse: “mas vocês vão manter esse cara lá”? A reação dele foi de indignação. E o olhar do José Dirceu para mim foi de desafio e de raiva, como se tivesse quebrado uma coisa que ele tivesse estruturado. Então, se essa

minha colocação em algum momento fez suspeitar o envolvimento do Presidente Lula, quero pedir desculpas porque não fui claro.

O Embaixador que o José Dirceu mandou com o Delúbio a Portugal, o carequinha, o Sr. Marcos Valério, é que está fazendo uma confusão de meio de campo, mas eu não posso dizer que tenha ouvido falar nessa conversa.

Repito a V. Ex<sup>a</sup>, na primeira quinzena de janeiro deste ano, o José Dirceu, aflito para resolver os nossos problemas, disse: Roberto, credencie alguém do PTB que possa ir à Portugal, acerta com o Delúbio quem pode ir à Direção da Portugal Telecom. E eu credenciei o Emerson Palmieri, que foi com o credenciado pelo Delúbio, o Marcos Valério, mais o Dr. Rogério Tolentino. Foram os três. Estiveram lá nos dias 24 e 25 e voltaram no dia 26 para o Brasil. Mas não foi tratado isso na presença do Presidente Lula.

Talvez eu tenha colocado isso no plural, e, por isso, esteja gerando dúvida. Nós recebemos aqui a Direção da Portugal Telecom – “nós” recebemos, ele falando –, o que abre a possibilidade de nos adiantar recursos para minimizar o sofrimento dos caixas do PTB e do PT. Quando ele fala “nós”, pode ter sido nós, ele ou o Marcos Valério. Eu não levo isso ao Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> compreende? Eu não fiz, na minha cabeça, nenhuma ilação de que o Presidente Lula pudesse ter conhecimento disso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Em que data V. Ex<sup>a</sup> soube da existência do esquema da compra de votos no Congresso Nacional, que designa como mensalão, e se acredita que ainda existe o esquema ou se houve a interrupção.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu comecei a ter essa informação pelo Presidente falecido do PTB, Deputado José Carlos Martinez, em agosto ou setembro de 2003. Depois, pela conversa na casa do Deputado Pedro Henri, no café da manhã, com o líder eleito naquela época, logo no início do seu mandato, o Deputado José Múcio.

Ele me falava: Olha, os caras estão dizendo que o PTB quer ficar fora, que conversa é essa? Quer ser melhor que os outros? Eu falei: Múcio, o que você acha disso? Ele falou: Sou contra. Isso não tem como segurar.

Eu falei: Eu também.

Então, a partir daí, soube. E depois, houve a pressão que alguns Deputados do PTB sofreram, em especial do Pedro Henri, para mudarem de legenda para o PP, era uma coisa muito grande.

Aí começou a vir muito forte no Congresso essa conversa do mensalão. A partir de agosto/setembro de 2003, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas V. Ex<sup>a</sup> acredita que estancou, ou que ainda...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Hoje não existe mais, com certeza.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não existe mais, com certeza?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Hoje, com certeza, não existe mais.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> poderia nomear atualmente os membros do Governo Lula que participaram do esquema da corrupção?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu digo que o José Dirceu era o chefe, sem nenhum erro, disse isso a ele olhando ele de frente, não estou fazendo aqui uma coisa por trás, o José Dirceu chefiava isso. As conversas eram todas nesse sentido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quem mais?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não conversei isso com o Ministro Gushiken, mas ele autorizou que essa movimentação escandalosa dessas agências existisse. E quando ele é retirado de lá, quando começam as coisas a acontecer, e colocado como das... dos... das três, é que ele ficou escondido para não assumir de peito isso aí. Para mim, passa pelo José Dirceu e Gushiken, tem inteligência de Governo nisso, não é um ato isolado do José Dirceu, ele não teria como fazer sozinho. Mas ele é o chefe.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> admite que ainda pode trazer novas denúncias com relação ao esquema de corrupção no Governo Lula?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Não tenho mais nada a dizer.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não tem mais nenhuma surpresa...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nenhuma, nada mais a dizer.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ... como aconteceu na última sessão da...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu guardei para o José Dirceu aquilo. Eu guardei. Eu contei parte do Mexia, da ida ao Mexia, porque o Marcos Valério foi negociar com o Dr. Mexia, de Obras Públicas, esse esquema da reestatização das linhas da Eletro-norte e a compra da Varig, das ações da Varig, mas essa conversa minha com o José Dirceu, fiquei quieto, deixei quieto para ouvir dele pessoalmente, o que ele ia dizer, surpreendi o José Dirceu com essa conversa que nós tivemos no início do ano. Deixei quieto isso para aquele momento do nosso encontro ontem, e ele falou até fino na hora que respondeu.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quanto à denúncia que V. Ex<sup>a</sup> fez na terça-feira última perante

o Conselho de Ética de que então o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, negociou com a Portugal Telecom uma contribuição para o PT e o PTB...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É verdade, é verdade.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ... acertarem suas contas, gostaria de fazer as seguintes indagações.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pois não, Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª poderia explicar a operação com mais detalhes?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não... Ele disse que nós mandássemos os emissários, nós mandamos, mas ela não se concretizou. Essa operação não se concretizou.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Por que ela não se concretizou?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Alguma coisa aconteceu que não permitiu que a operação se concretizasse, o adiantamento não veio. Eles voltaram de mãos vazias.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª não tem informações de por que não houve a concretização?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não tenho. Não tenho informações. Alguma coisa aconteceu que não permitiu que a operação se realizasse.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual seria o valor de recursos dessa operação?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não estava definido, mas a conversa mantida – aí já não com o Ministro José Dirceu, mas com o Marcos Valério e o Emerson no avião – é de que era uma coisa em torno de €8 milhões (oito milhões de euros), R\$24 milhões, R\$12 milhões para cada Partido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª sabia que o Sr. Marcos Valério era recebido em Lisboa como consultor do Presidente do Brasil, conforme afirmou o Sr. Antônio Mexia, então Ministro de Obras Públicas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Li nos jornais, como V. Exª. Não sabia.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª tem conhecimento de quantas vezes o Sr. Marcos Valério foi para o exterior, Portugal ou outro país qualquer, com esse falso título?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Por ouvir dizer, várias.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Com o título.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, com o título não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Com o título.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Isso aí não, com o título não, mas eles viajaram a Portugal várias vezes. Várias, porque o Emerson chegou a ficar próximo dele, conversou muito com ele. Então, Marcos Valério, Dr. Tolentino e Delúbio, eles faziam o seguinte: várias vezes, toda semana – isso é uma coisa, V. Exªs poderão obter essa informação – um deles ia a Portugal.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas a proximidade de V. Exª com o Palmieri, pode V. Exª...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mas ele não tem isso em detalhe, ele ouviu dizer que eles iam sempre. Sempre. Sempre. Uma semana iam, na outra voltavam, três dias depois voltavam, no dia seguinte voltavam. Iam sempre. Delúbio – quero que V. Exª anote isso, por ouvir dizer, eu tenho por ouvir dizer: o Dr. Delúbio, o Sr. Marcos Valério e o Dr. Rogério Tolentino iam sempre a Portugal. Sempre, era muito comum a viagem deles a Portugal.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eram frequentes as viagens.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Frequentes.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Os recursos que seriam captados se destinariam a pagamento de campanha de que ano?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esses recursos? Das campanhas de dois mil... Nós estamos em... Dois mil e quatro, do ano passado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Dois mil e quatro.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Dois mil e quatro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Nada a ver com 2002?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, de 2002 nós não tínhamos mais nenhum problema.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Por que razão a negociação teve a interferência de Lula, V. Exª já disse que não teve. Minha pergunta seria por que essa negociação teve a interferência do Presidente Lula. V. Exª já respondeu.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Qual a negociação que teve?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Com a Brasil Telecom.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, isso não teve. Não tive nenhuma informação do Presidente Lula de agir neste sentido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª confirma que as negociações para troca da diretoria de Furnas

com o objetivo claro de fazer uma “caixinha” para o PT foram tratadas pessoalmente no gabinete do Presidente da República, com a presença de José Dirceu, Walfrido dos Mares Guia e o próprio Presidente Lula ou foi de Lula a última palavra sobre a nomeação.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aí a informação está truncada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Presidente sabia claramente que o PT ao menos fazia caixa dois?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Tinha conhecimento da prática do crime eleitoral?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, o Presidente não. Essa conversa foi tratada primeiro entre mim e o José Dirceu. O Presidente queria tirar, por motivos políticos, o Dr. Dimas e lhe explico por quê. Furnas, através da Eletrobrás, transferiu um bilhão e quase quinhentos milhões de reais para a Cemig – Centrais Elétricas de Minas Gerais, para um programa chamado Luz para Todos. O Governador Aécio, na inauguração dessa obra, colocou um placão “Governo de Minas Gerais” e uma tirinha embaixo escrita “Apoio do Governo Federal”, e o Presidente se sentiu traído por isso. Ele queria tirar o Dr. Dimas por esse motivo, porque, na hora do resultado político, só o Governador Aécio estava comunicando ao povo que era uma obra dele e não comunicando que essa transferência de recursos que permitiu a obra tinha vindo do Governo Federal. Era essa a posição do Presidente Lula.

Esse detalhe dos R\$3 milhões de reais, que R\$1,5 milhão ficaria para o PTB e R\$1,5 ficaria para o PT, isso não foi tratado na frente do Presidente Lula ou com o conhecimento dele. Isso eu fiz antes com o José Dirceu. Quando nós fomos ao Presidente para dizer que havia acordo, o Presidente disse: “Roberto, vocês vão fazer acordo nesse caso?” Aí eu olhei pra ele, e ele: “Vocês vão fazer acordo nesse caso, pô? Eu já não te pedi para trocar e indicar um nome para esse cargo?” Olhei para o Presidente e disse: “Então nós vamos trocar, vamos botar o Dr. Espirandel. Então, vamos botar o Dr. Espirandel”. Aí o José Dirceu me fulminou com os olhos. Estava sentado em frente a mim... Aí eu vi de novo que o Presidente não sabia dessa operação. Falo isso com sinceridade a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, para ser fiel ao meu tempo, que acaba de esgotar, peço a minha reinscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Será concedida. Quero apenas um esclarecimento, enquanto concedemos um pequeno intervalo para o deponente. O Presidente Renan Calheiros tomou co-

nhecimento que a TV Senado não estava transmitindo a reunião desta Comissão. Ele imediatamente tomou todas as providências para que ela voltasse ao ar, o que aconteceu. Ela voltou ao ar já há algum tempo, por ordem expressa do Presidente. Então, era para comunicar a todos essa ação pronta do Presidente do Senado Federal Renan Calheiros.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, quero louvar a atitude do Presidente do Senado e dizer que a TV Câmara está transmitindo uma reunião sem nenhuma importância para não transmitir esta.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, quero deixar registrado que as rádios do Brasil também tiveram os sinais cortados e a TV Senado também, algo muito estranho que o País não possa acompanhar algo de tamanha gravidade.

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas que foi reparado imediatamente pelo nosso Presidente Renan Calheiros, nobre Presidente do PMDB.

**O SR. (Orador não identificado)** – A Globo News e a Band News estão transmitindo direto.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não faltam veículos transmitindo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De qualquer maneira, tinha que fazer essa comunicação porque recebi essa informação do Presidente e entendi como uma atitude cívica do Presidente de fazer com que a transmissão fosse restaurada imediatamente.

Enquanto aguardamos aqui a volta do Deputado Roberto Jefferson, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a cooperação de todos. Estamos trabalhando, e essa mudança que houve aqui no tempo é muito útil, porque temos 40 inscritos. Então, se fossem 15, eventualmente mais 15, seria inimaginável o tempo do depoimento. Então, acho que essa providência foi útil. É claro que o Regimento garantia um tempo mínimo para o Parlamentar – essa é a vontade da lei, a vontade do Regimento –, mas essa renúncia coletiva vem a favor, no meu entender, da celeridade dos trabalhos.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex<sup>a</sup> poderia fazer um esclarecimento. O Senador Romeu Tuma também não está presente agora, daria a palavra prioritariamente para o esclarecimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para um esclarecimento de uma diligência que procedeu ontem.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Primeiramente, gostaria de informar que, cumprindo a missão que V. Ex<sup>a</sup> me determinou, compareci ontem

à Procuradoria Geral da República, onde o Procurador-Geral, Antonio Fernando Souza, disponibilizou os documentos que V. Exª ou o Relator, como os responsáveis, solicitaram. O primeiro documento que foi de pronto encaminhado é o depoimento do Sr. Marcos Valério, colocado anteontem para os Procuradores designados pelo Dr. Antonio Fernando, e isso já está disponível a todos os membros desta CPI na Secretaria das Comissões, em caráter reservado, portanto, apenas para as CPIs.

Com respeito à TV Senado, há uma norma a ser seguida: prioridade ao plenário, depois às comissões permanentes e, por fim, às CPIs. Como houve a reunião da Comissão de Relações Exteriores durante uma parte da manhã, a CRE teve a sua transmissão realizada. Já terminou a reunião. Portanto, está sendo seguido, pela própria direção da TV Senado, o que é expresso no regulamento das prioridades, conforme as normas estabelecidas pelo Senado Federal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a cooperação de V. Exª, a diligência com que se houve na busca desses documentos, em nome de toda a Comissão. A Comissão poderá ter acesso a esses elementos que já estão na Secretaria.

Com o retorno do nobre Senador Roberto Jefferson, passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente. Congratulações a todas as Deputadas e Deputados, a todas as Senadoras e Senadores que formam a bancada dos Estados da Federação.

Gostaria de ser bastante objetivo nas minhas perguntas e, não querendo exorbitar, gostaria de pedir ...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço silêncio.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – ... ao nobre Deputado Roberto Jefferson que fosse também bastante objetivo.

Deputado Roberto Jefferson, não tenho a sua experiência política de quase trinta anos como grande lutador, principalmente em favor das massas menos favorecida em nosso País, também não tenho a sua sapiência jurídica. Os nossos caminhos foram um tanto quanto diferentes. Tenho somente dois anos e meio na vida pública, V. Exª, quase trinta, apesar de muito jovem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Olha, vou pedir silêncio dos presentes, sob pena de interromper a reunião.

Entendo que as conversas podem acontecer, mas em um nível plausível, razoável. Não pode ser uma con-

versa generalizada, em que o orador fica prejudicado. Descontarei o tempo de um minuto para V. Exª.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Só um, Presidente, dê uns cinco. (Risos.)

Bom, como coloquei, não tenho sua experiência política e muito menos o seu saber jurídico, porque V. Exª é advogado de formação, mas, pelo que sei, o benefício da delação premiada – e aceito com muita humildade se estiver errado –, pelo que sei o benefício da delação premiada pelo ensandecido meliante Marcos Valério, pelo que sei, somente elementos envolvidos típicos de organização criminosa é que podem usufruir desse benefício em lei.

O senhor não acha que está havendo uma ação entre amigos? Daqui a pouquinho a Justiça vai acatar que ele realmente delate todos os envolvidos nisso em busca de uma pena bem menor. O senhor concorda que ele assume, com essa posição, ao procurar a Procuradoria Geral da República, querendo usufruir da delação premiada, ele assume que realmente ele fazia parte de uma organização criminosa, Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mas o Procurador não aceitou não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas eles recorreram. Ele recorreu, mas não veio o segundo parecer.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele fez toda a delação sem o acordo com o Procurador. O Procurador-Geral não aceitou, Deputado Wladimir.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas o senhor também não teme tanto quanto eu que, ao recorrer, ele possa acabar por usufruir, ao sabermos que ele, para usufruir da delação premiada, ele terá que realmente denunciar todo mundo e com provas para ele poder usufruir?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A meu ver, ele já não tem mais o que denunciar. Ele já denunciou todo mundo.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele já deu as listas. O depoimento que eu recebi hoje, o depoimento dele ao Ministério Público e à Polícia Federal ontem é absolutamente cabal, é pleno.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Então, a estratégia dele, Deputado Roberto Jefferson, de usufruir da delação premiada está ceifada? Não existe essa hipótese?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Entendo que a esposa dele, eu assisti ao depoimento dela na Comissão dos Correios, a Dona Renilda, ela o convenceu a dizer a verdade. É muito mais digno



que ele assuma a verdade, que ele se coloque como foi, um operador do Partido, do que como um bandido a corromper pessoas. Ele fez por operação, encomendado por um Partido, tinha um lucro com isso. Ele recebia contratos em empresas de publicidade junto ao Governo e ajudou a fazer esse caixa do PT, que distribuiu esse caixa para os outros Partidos. É muito mais digno ele fazer isso e responder pelas penas que advirão daí do que ele ficar mentindo como ele vinha fazendo, todo dia, uma versão nova, o que deixava ele numa situação de mentiroso e de desonesto. Ele assume uma posição “fiz num concurso com o José Dirceu, num concurso com o Silvío Pereira, com o Delúbio Soares, com o José Genoíno. Fiz isso. Fiz assim e transferi para essas pessoas”. Mas não houve, Deputado Wladimir, nenhum acordo da Procuradoria da República, que entendeu que ele não estaria em condições de receber esse benefício.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Parabéns à Justiça brasileira, então, Deputado. Parabéns à nossa Justiça brasileira.

Deputado, como o senhor se sentia no momento em que, nas grandes sessões plenárias da nossa briosa Câmara Federal, todos nós Parlamentares ali atentos às votações, principalmente de autoria do Governo, quando vinham matérias contra os nossos idosos, cobranças de impostos dos nossos idosos, nós, convictos de que íamos vencer em favor dos idosos, e o Governo vinha e vencia? Como o senhor via a situação do salário mínimo, que o nosso povo brasileiro agoniza a ganhar esse salário miséria, que não dá para nada, e éramos convictos de que íamos vencer porque não acreditávamos que os nossos pares, naquele momento, iriam votar contra, contra um salário mínimo digno e mais uma vez nós perdíamos.

Eu, realmente, não sabia, naquele momento, que existia a indústria do mensalão e muito menos imaginava que, naquele momento, Parlamentares não estavam votando por vocação política ou por sensibilidade humana para com os cidadãos brasileiros e preocupados com um Brasil melhor pra todos nós, mas estavam preocupados com as suas contas bancárias, com o seu dinheiro, com os seus repasses, com os seus mensalões. Qual o sentimento que o senhor tinha naquele momento já sabendo que já tinham vários deputados-mensalões ali e que estavam traindo os seus eleitores, estavam traindo os cidadãos brasileiros, idosos, velhinhos, estudantes, uma segurança pública falha, uma saúde falha, um salário miséria? E o senhor já sabia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria de pedir ao nobre Deputado que fizesse suas

perguntas objetivas, porque não vamos fazer aqui um libelo evidentemente das ações do Governo...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu sou a primeira vítima dessa intervenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Deixa esse caboclo do Pará falar, porque ele gosta muito do Pará. Ele foi bastante aplaudido na campanha do Duciomar, meu Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É só isso, Deputado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado, meu Presidente. Qual é o sentimento que o senhor tinha já sabendo... quer dizer, se não tivesse havido uma denúncia de corrupção nos Correios e, lamentavelmente, seu nome veio envolvido nessa situação, denunciado por Roberto Marinho, aqueles caras todos lá, quer dizer que o senhor até hoje não teria falado nada de mensalões, hoje não haveria CPIs nem dos Correios e nem do mensalão, o senhor continuaria calado?

**O SR.** (Orador não identificado) – Maurício Marinho.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor só resolveu falar por causa das denúncias da CPI dos Correios.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Wladimir, eu quero fazer um reparo à fala de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – À vontade, Deputado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Primeiro, não é verdade que V. Ex<sup>a</sup> não é um orador experiente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aqui a Senadora Ana Júlia, que foi vítima de alguns discursos de V. Ex<sup>a</sup> nessa eleição; e eu estava ao lado no palanque com V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> é um orador que arrebatava massas.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu desconhecia isso. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> é um grande comunicador.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E olha, delírio das moças de Belém do Pará. Eu devo dizer isso, pois assisti a isso algumas vezes, em comícios, ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, nessa campanha a Prefeito de Município de Belém.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Du-  
ciomar Costa.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu  
quero dizer a V. Exª que muitos dos Deputados, e aí eu  
quero dizer que a grande maioria que votou a reforma  
da Previdência, fez por convicção.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu con-  
cordo também com isso, plenamente, Sr. Presidente.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Por-  
que o Brasil vai para onde vai a Previdência Social. O  
modelo que estava não poderia permanecer.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas  
não cobrando impostos de velhinhos, não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não,  
não há impostos de velhinhos não. A contribuição que  
o inativo hoje paga é para garantir a sua pensionista.  
Isso era uma pesquisa que, há doze anos, nesta Casa,  
já foi feita. E as associações de aposentados concor-  
davam com isso. E as faixas excluem os de menor ren-  
da, cobram dos que têm maior renda. Então, eu quero  
dizer que nem todos agiam ali em função...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu  
concordo plenamente com V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu  
digo a V. Exª. Eu fui o primeiro relator dessa matéria, em  
1992. Fui o primeiro a enfrentar sozinho essa incom-  
preensão. Fui designado então, pelo Líder do PFL, que  
tínhamos um bloco com o PFL, o Deputado Inocêncio  
Oliveira, para relatar esse projeto. Apanhei sozinho,  
a ponto de dizer “Eu não tenho como resistir e avan-  
çar com essa relação”. Eu, por exemplo, acreditava e  
acredito que estamos vivendo hoje um modelo previ-  
denciário correto, que vai ajustar essa crise de caixa.  
Acredito nisso sinceramente, Sr. Deputado. A posição  
de V. Exª é diferente da minha. V. Exª é um Deputado  
que tem assim um vínculo muito mais forte com essas  
camadas populares, e eu assisti a isso. E eu respeito  
V. Exª na divergência que temos nessa idéia.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito  
obrigado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Presidente, V. Exª me permite uma interrupção?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– O seu tempo será descontado. Eu concedo a pala-  
vra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Presidente, são até agora quarenta inscritos. Com  
15 minutos para cada pergunta e 15 minutos para cada  
resposta, teremos uma reunião de vinte horas, fora as  
indefectíveis questões de ordem.

Por outro lado, eu gostaria de lembrar – e peço  
humildemente licença à Casa para lembrar isso – que  
estamos fugindo ao foco do dever para o qual fomos

aqui trazidos. Nós somos uma CPMI destinada a inves-  
tigar pagamentos feitos a Deputados com determinado  
fim de votar matéria do Governo. As matérias paralelas  
colocadas em foco podem ser de grande importância,  
mas elas não poderão fazer parte da investigação de  
que fomos incumbidos.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente,  
pela ordem. Eu penso que cada Parlamentar aqui não  
pode estar sendo patrulhado, entendeu, de como ele  
deve se pronunciar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não é patrulha. Quero apenas dizer que é para cha-  
mar a atenção para a objetividade.

**O SR. (Orador não identificado)** – Discordo to-  
talmente da posição do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Agora, é evidente. São 15 minutos, nobre Relator,  
entre perguntas e respostas. Descontarei dois minutos  
exatamente, por essa interrupção.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito  
obrigado. Deputado Roberto Jefferson, em uma en-  
trevista a uma emissora de rádio no Estado de Minas  
Gerais, V. Exª concedeu uma entrevista e narrou um  
suposto envolvimento da morte de Celso Daniel, por  
conta da máfia do mensalão, vamos colocar assim. V.  
Exª tem fatos novos acerca desse assunto?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) –  
Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Ou será  
que os membros, vamos dizer, os cabeças, os capitães  
do mensalão tiveram algum vínculo com a morte de  
Celso Daniel. V. Exª deu essa entrevista?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mas  
não dizendo isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Por  
isso que eu coloquei “supostamente”.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu  
quero... eu vou esclarecer. Eu vinha de São Paulo,  
onde visitara os três promotores do caso Celso Da-  
niel, dois do homicídio e um da corrupção. Porque o  
caso, a fonte de financiamento na prefeitura de Santo  
André é muito parecida ao que nós temos aqui, hoje,  
no mensalão. As empresas de ônibus e de lixo fazem  
do um caixa paralelo, um caixa dois, dinheiro sacado.  
Porque na época do PC Farias, o mesmo Banco Rural  
– que eu não entendo até hoje porque o Banco Cen-  
tral não fez uma intervenção, porque ele só opera a  
fraude e a corrupção, eu não consigo entender como  
ele continua aberto. Porque é um escândalo o Banco  
Rural continuar aberto. Isso é um escândalo, o Banco  
Rural continuar aberto. Era o Banco do PC Farias. Hoje  
é o Banco do Delúbio.

Os promotores me relataram, os promotores paulistas, que esse movimento de dinheiro... porque empresa de ônibus é dinheiro na mão, à vista. E as empresas, eles faziam essa capacitação de recursos que subia para o Diretório Nacional do PT. É onde entra a figura do José Dirceu. E eles suspeitam que, como o Celso Daniel chegou a um ponto de dizer “che-ga, porque isso está ficando grave demais”, possa ter havido uma ordem de homicídio em função de ele ter mandado estancar aquela coleta irregular de recursos para abastecer as contas do PT nacional. Ele suspeita. Então, foi isso que eu falei. Mas, em hipótese alguma, eu cometi a irresponsabilidade de atribuir ao Ministro José Dirceu a autoria da ordem de mandar matar o Celso Daniel. Deixo claro isso aqui pra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Então, isso é ótimo. Isso é muito bom. Agradeço a Deus e a Nosso Senhor de Nazaré, o padroeiro dos paraenses, porque a máfia do mensalão não derramou sangue de ninguém, só derrame de dinheiro ilícito mesmo, não, Deputado? É somente isso.

Em recente eleição, no último pleito eleitoral pra um Município de Belém, subi, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>, no palanque, pra apoiarmos o atual Prefeito Duciomar Costa, contra o meu Partido, o PMDB, por acreditar na proposta e no projeto que o seu candidato, do seu Partido, o PTB, atual Prefeito Duciomar Costa, tinha pra minha cidade. E que, por sinal, está fazendo uma excelente administração. Parabenizo-o e parabenizo também o seu Partido.

E lá discursamos pedindo votos. Conseguimos convencer os munícipes de Belém a votarem em Duciomar Costa. O tempo se passou, venceu a eleição. Seu filho, não por ser seu filho, foi convidado por Duciomar para fazer parte também da sua equipe de Governo, e exerceu com muita probidade e honestidade a sua função. Só veio embora em virtude do seu suposto envolvimento, das denúncias que pesam contra a sua pessoa. Ele conquistou várias amizades na minha cidade de Belém do Pará.

O senhor, quando fala da sua cidade, Petrópolis, os seus olhos brilham. Eu vejo que o seu coração palpita e que a sua emoção fica aguçada. E quando eu falo de Belém do Pará, do meu Estado do Pará, também os meus olhos brilham, porque nós somos apaixonados: o senhor pelo Rio de Janeiro e eu pelo Estado do Pará. Em nome dessa paixão, dessa admiração, eu sinto nos seus olhos, Deputado Roberto Jefferson, que o senhor tem um monte de nomes aí de deputados-mensalões e supostos senadores talvez envolvidos nisso. Não tem mais nada não?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Tem não. Tem não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Abra o seu coração! O povo de Petrópolis quer ouvir. O povo de Petrópolis, que ainda vai fazê-lo talvez prefeito, quem sabe governador, quer ver esse listão.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – E o senhor entrou hoje assim com um semblante tão ávido, tão feliz, tão tranqüilo, diferente da... Acho que aqui a nossa energia da nossa CPI é mais positiva, né? O senhor sentiu mais segurança na nossa CPI.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vou falar uma coisa a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – À vontade.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Achei que V. Ex<sup>a</sup> está mais magro. Na época da campanha, eu achei que V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Esta-va mais gordinho.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... estava mais “cheinho”.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – É o pirão de açaí, meu irmão. É o pirão de açaí.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E está bem mais jovem.

Eu não tenho nenhum nome a aduzir, não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não tem mais não?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E amo a cidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu tenho certeza.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A mãe de meus filhos e a avó de meus netos é devota de Nazaré. Muitos anos eu fui até Belém pra acompanhar a Procissão de Nazaré. Muitos anos consecutivos fiz isso. Fiz a procissão no Rio, acompanhei a procissão pelas ruas de Belém, a corda, não é? Então, tenho muita identidade com o município de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – En-tão, saiba que espiritualmente o senhor está muito bem protegido pela padroeira dos paraenses, Nossa Senhora de Nazaré.

Deputado, eu ainda tenho um bom tempinho aqui, até porque eu ainda tenho aí uns cinco minutos, que me foram concedidos gentilmente pelo nobre Presidente. Dois mais um, três, com quatro ali.

Em seu último depoimento na Comissão de Ética, V. Ex<sup>a</sup>, pela primeira vez, envolveu o Presidente Lula em um suposto esquema de corrupção junto à Portugal Telecom, com a finalidade de arrancar dinheiro para pagar contas pendentes do seu Partido. Depois

dessas denúncias envolvendo o Presidente, o que foi colocado naquele momento, que o senhor ainda justificou para o nosso colega Deputado Rocha, o senhor continua convencido, consciente de que o Presidente Lula é um homem íntegro, honesto e inocente diante de todos esses escândalos que acirram-se em Ministérios e Deputados envolvendo sua Bancada?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Se V. Exª me permite, V. Exª não me faz uma pergunta objetiva, mas que eu faça uma análise conceitual. O Presidente Lula é um estadista e ele buscou liderar o sentimento do povo na América do Sul. Ele se dedicou muito mais a ser um chefe de Estado do que chefe de Governo. Nós vivemos, sem dúvida, um parlamentarismo na prática. Ele delegou administração de Governo ao Zé Dirceu, ao Deputado José Dirceu, ao Deputado José Dirceu, e ele foi o Chefe de Estado, o nosso relações públicas; como ele é festejado em todos os lugares do mundo para onde ele vai. E ele procurou construir relações duradouras do Brasil que criassem alternativas de mercado até para o nosso País não ficar cativo de um só continente ou de um só mercado internacional.

É assim que vejo o Presidente Lula e essas coisas vêm chegando a ele agora de maneira que o surpreende.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Só quero colocar, nobre Deputado, que ele é festejado no mundo. Mas o Lula, no meu Estado do Pará, não é festejado, não, até porque, quando ele vai ao nosso Estado do Pará, ele chega de avião, sai de helicóptero, mas ele não anda nas ruas da nossa cidade. Ele fica talvez com medo dos adeusinhos e até da saudação hospitaleira do povo do meu Estado.

Quem sabe ainda há tempo para ele rever isso? Quem sabe ele irá ao Círio de Nazaré, como ele foi tomar cerveja na Oktoberfest – uma cervejinha não faz mal a ninguém –, como ele vai para o Boi de Parintins, no nosso querido Estado do Amazonas, Estado querido? Mas no Círio de Nazaré, nas nossas festas culturais e religiosas ele nunca pisou. Gostaria que você, num próximo encontro...

**O SR.** (Orador não identificado) – Será que não é ciúme da Senadora Ana Júlia que não...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Talvez, talvez. A Senadora Ana Júlia é devota de Nossa Senhora de Nazaré.

Então, quero concluir e agradecer-lo pelas menções honrosas ao meu Estado. Quando o senhor fala bem do meu Estado, o senhor fala de uma nação de seis milhões de paraenses.

Agradeço ao meu Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, e ao meu querido Presidente.

Solicito minha reinscrição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Roberto Jefferson, estamos tratando aqui de algo de extraordinária importância para o País, para esta Casa, para este Congresso Nacional. Há muita expectativa do povo brasileiro em torno dos resultados que possamos produzir nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos tratando de assunto de profunda seriedade. É o processo democrático brasileiro, é o fortalecimento das instituições.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem a responsabilidade de ir aos fatos, identificar as pessoas que possam estar envolvidas com delitos, com atos de corrupção. Precisamos ver se há corrupção, as fontes dos recursos, a operação, a destinação desses recursos; identificar a verdade dos fatos e indicar as penas, as punições, caso apuremos – e creio que vamos chegar a isso – onde estão os fatos, onde está a verdade, onde se cometeu corrupção, ato ilícito, ou não.

Portanto, temos uma tarefa muito grande. Temos que ver aqui, Deputado Roberto Jefferson, como V. Exª pode contribuir com elementos mais objetivos, mais precisos, a respeito das denúncias que faz. V. Exª é um Deputado que tem muitos contatos políticos, circula nos ambientes políticos do País há muito tempo, frequenta o Palácio também há bastante tempo. Participou de todos os governos recentes – é uma característica de V. Exª ter a capacidade de estar presente em todos os governos. V. Exª também frequentou o noticiário nacional, que se relaciona com atos de corrupção há bastante tempo. Conhece, vivenciou, tem algum nível de intimidade com esse tema.

Portanto, o primeiro apelo que faço é que V. Exª possa ir a detalhes. Não há mais espaço para teatralização.

Vamos aos detalhes, vamos discutir as coisas, vamos colocar as informações de agora e da trajetória mais recente, já que está CPMI tem também essa responsabilidade de investigar fatos de um passado recente que a opinião pública tem o direito de esclarecer. Espero que V. Exª, que conviveu esse período e se relacionou com quase todos esses fatos, possa dar uma contribuição mais efetiva.

A primeira pergunta que faço a V. Exª: o Emerson Palmiere é gerente da sua confiança, opera em seu nome, operou e opera em seu nome?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É gente da minha mais absoluta confiança.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Deputado Roberto Jefferson, na primeira intervenção que V. Exª fez no Conselho de Ética, V. Exª disse que a primeira vez que teve contato com Marcos Valério, a partir de conversas com Delúbio, e que tratou de questões financeiras, em nome do PTB, teria sido na eleição, no primeiro semestre do ano passado, que resultou num acerto de R\$20 milhões e recebeu R\$4 milhões; V. Exª não se referiu a recursos anteriores que, posteriormente, V. Exª afirma que o ex-Presidente José Carlos Martinez teria recebido. No segundo depoimento, depois que esse fato veio a público, V. Exª fez referência a esse episódio.

No último dia 2, no Conselho de Ética novamente, quando do depoimento do Deputado José Dirceu, V. Exª informou que o PTB teria recebido ou V. Exª teria recebido R\$4 milhões e disse que tinham aparecido R\$2,5 milhões e que faltava mais R\$1,5 milhão. V. Exª considera que esses R\$4 milhões incluem aqueles dois milhões quatrocentos e sessenta e oito que aparecem como destinados a Emerson Palmiere? Qual o valor efetivamente o PTB recebeu, que V. Exª recebeu, em nome do PTB, nesse esquema operado por Marcos Valério, envolvendo o Emerson Palmiere?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – R\$4 milhões no princípio de julho do ano passado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Os dois milhões quatrocentos e sessenta e oito então estão fora ou somam-se aos R\$4 milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – São partes desses R\$4 milhões.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – São parte dos R\$4 milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Qual é o total então que V. Exª recebeu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – R\$4 milhões. Esses dois milhões e quatrocentos...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O do Martinez está fora?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ah, bom, V. Exª está perguntando na minha ação; a do Martinez R\$1 milhão, mas aí o Deputado Martinez, quando Presidente do Partido.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Se V. Exª informa que recebeu R\$4 milhões – esse foi o primeiro contato que fez com Marcos Valério e recebeu em dinheiro –, como esse dinheiro foi para a conta do Banco Rural e, posteriormente, sacado por Emerson Palmiere como consta da relação apresentada pela Simone Vasconcelos? A Simone Vasconcelos afirma que os dois milhões quatrocentos e sessenta e oito mil

e seiscentos reais foram sacados – e já demonstrou isso – pelo Emerson Palmiere. Como esse dinheiro foi parar nessa conta, em datas inclusive que já foi explicitado já aqui anteriormente?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu desafio a ela a provar isso, ela tem que provar. O Emerson não sacou um recurso no Banco Rural, recebeu no PTB. As cédulas – aí eu posso informar a V. Exª – vinham com etiqueta do Banco Rural – aliás, acho que não omiti isso nunca –; 30% dessas cédulas ou 40% dos pacotes de dinheiro tinham etiqueta do Banco Rural e os outros 60%, do Banco do Brasil

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Exª não poderia, porque, vejam bem, o **modus operandi** do Emerson Palmiere e dos demais, do PL e do PP, é semelhante. Valores e datas são absolutamente semelhantes. V. Exª diz que o PTB não recebeu recursos com o objetivo do que V. Exª chama de “mensalão”, mas afirma que os demais, sim. V. Exª não estaria tentando negar esse repasse feito ao Emerson Palmieri apenas para afirmar essa diferenciação, que está evidente o **modus operandi**?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Completamente diferente. V. Exª leia. Nós recebemos no PTB. E, mês a mês, o Sr. Jorge Lamas, o Sr. Jacinto Lamas e o Sr. Genu vão ao Banco Rural sacar. É completamente diferente. O Emerson Palmieri recebeu comigo, no PTB, o recurso. O provisionamento, como eles faziam – se sacavam um milhão de cada vez, dois milhões de cada vez – eu não sei. Não sei qual era o provisionamento, como o Marcos Valério fazia isso, mas ele levou ao PTB, na primeira vez, R\$2,2 milhões; na segunda vez, R\$1,8 milhão.

E V. Exª vai ver aí que não há essa frequência do PTB visitando, alguém do PTB visitando as agências do Banco Rural, mês a mês, como há do PP e do PL. Essa é a diferença.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Vamos chegar lá, porque, pelas informações que a Simone Vasconcelos passou a esta Comissão – e já constam, inclusive, com comprovação de recibos, assinaturas etc. –, vamos checar e ver que há semelhança.

Há uma segunda questão que eu queria suscitar, Sr. Presidente e nobre Relator. O Sr. Marcos Valério aparece, depois de iniciarmos esse processo de investigação, como um operador multifacético: opera com o Delúbio, opera com o tesoureiro do PSDB, Cláudio Mourão; opera com o tesoureiro do PTB, Sr. Emerson Palmieri – pode ser que tenhamos capacidade de, no processo de investigação, chegar a outras conclusões; há indícios muito fortes de que opera com empresas privadas, que se aproveitam de relacionamentos para, assim, angariar contatos, apoios, financiamentos, influ-

ência nas mais diversas áreas. Portanto, é um operador que se dispõe a fazer contato com todos aqueles que se apresentem para a obtenção dos seus “serviços”. É isso que temos verificado até então.

Vamos continuar a investigação, vamos continuar a apuração, vamos quebrar o seu sigilo bancário e fiscal para concluirmos melhor qual a sua área, qual a sua abrangência, qual o nível de operação que ele faz.

Os fatos mais recentes, que relacionam o Marcos Valério com a Portugal Telecom, colocam o tesoureiro do PTB, gente da sua estreita confiança, nesse processo. Relacionam o Marcos Valério e o tesoureiro do PTB com o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). V. Exª afirmou anteriormente que havia interesses de transações na Europa para recursos envolvendo o Instituto de Resseguros do Brasil. Esse instituto foi dirigido por gente indicada por V. Exª, e V. Exª informou, inclusive, que orientou os dirigentes que colocou lá para ajudarem na arrecadação de recursos para o PTB. As gravações que surgiram nos Correios também dão essa indicação. Dali começa um processo de apuração que poderia ir ao Instituto de Resseguros. Depois, outras denúncias surgiram. Isso não poderia nos levar a deduzir que o Marcos Valério e o Emerson Palmieri estariam operando não em nome do PT, mas em nome do próprio PTB, desses interesses, dos interesses do PTB, dos interesses, já que ele é multifacético?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – As ilações...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Para concluir, nobre Presidente.

V. Exª – vou dar tempo para V. Exª responder – percebeu, naturalmente, que as denúncias feitas a partir dos Correios teriam algum nível de investigação, cairiam no IBR, nos Correios. O Marcos Valério diz que estava tratando de interesses de privatização, interesses empresariais, Telemig, que coincidem com interesses que estavam sendo tratados no próprio IRB e nos próprios Correios, de privatização, de privatização de recursos, de serviços, e assim por diante.

Então, é uma tese que eu gostaria que V. Exª pudesse explicitar melhor. Marcos Valério e Emerson Palmieri não estariam nessa múltipla ação dele – múltipla e facética operação que ele faz com tantas forças políticas e empresariais –, não estariam, nessa circunstância em Portugal, tratando de interesses do próprio PTB?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A ilação que faz V. Exª é a tese de V. Exª. Conclua V. Exª a sua tese e chegue à sua própria conclusão.

Agora, quanto a V. Exª querer me relacionar com todos os episódios de corrupção, eu repilo, repilo. Acho que foi indelicadeza de V. Exª, e é meramente um dis-

curso ideológico que faz V. Exª. Aliás, devo dizer que o questionamento que me fez V. Exª, em nada esclareceu e em nada aduziu ao bom esclarecimento da matéria que se investiga aqui na CPMI.

Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo está esgotado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Meu tempo esgotou, mas quero me reinscrever porque quero continuar fazendo esse debate, que me parece de grande importância, e dar oportunidade ao Deputado Roberto Jefferson de falar melhor sobre esses episódios.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Peço ao Deputado que fale melhor ele, porque fala mal, se expressa mal e coloca mal suas idéias.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou suspender, agora, a sessão por dez minutos.

Suspenderei por dez minutos. Há um lanche, uma pequena mesa.

Está suspensa a reunião.

**(A reunião é suspensa às 12h40min e reaberta às 13h.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reaberta a presente reunião.

Concedo a palavra...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, o Deputado Daniel.

Concedo a palavra pela ordem a V. Exª.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, obrigado pela concessão.

Eu queria dizer que, na suspensão que V. Exª fez da reunião no momento anterior, fui agredido pelo depoente, que fez referências ao meu jeito de falar e ao conteúdo do que eu disse. Quero dizer, Sr. Presidente, que esta Casa contempla a participação dos mais amplos e variados segmentos da sociedade brasileira – intelectuais, empresários, advogados e também operários, trabalhadores –, e precisamos ter mais trabalhadores nesta Casa. Todos esses setores merecem respeito. Todos esses segmentos merecem ser tratados nesta Casa com respeito, com a qualidade e com a contribuição que têm a dar. Vim da classe operária, sou um operário, cheguei a esta Casa com essa origem, vindo da luta do povo, da luta social. Sou diferente de Roberto Jefferson, e ainda bem que sou muito diferente do Deputado Roberto Jefferson. Não sou jogador. Ele disse aqui, na sua intervenção inicial, que é um bom jogador e que não teve em Valdemar um jogador à altura. Não sou jogador da política. Estou na política porque a considero fundamental para estabele-

cer um ambiente de maior harmonia, maior equilíbrio, de solução para os problemas do nosso País. E é isso o que estamos fazendo nesta Casa.

Portanto, exijo ser respeitado enquanto Parlamentar, enquanto detentor de mandato. Não sou investigado neste processo, não pesa sobre mim qualquer denúncia de corrupção, não tenho o que explicar e não tenho que me adequar ao jeito de falar pretendido pelo depoente, o Deputado Roberto Jefferson. E percebo que, quando ele não tem resposta, tenta desqualificar as pessoas. Não aceito esse tipo de desqualificação e peço a V. Exª que adote medidas, providências no sentido de que todos aqui sejam tratados com respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Todos são iguais perante...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Presidente, quero argüir. Estamos aqui em um foro que é judiciário, porque a CPI tem poderes judiciais. Então, ela é regida, além dos Regimentos da Casa, pelo Código de Processo Penal. E eu arguo a suspeição e a incompatibilidade do Deputado Daniel porque ele prejulga, faz juízos de antecipação a meu respeito e me acusa, perdendo a isenção de juiz que é. Só quero que fique em ata a suspeição que faço, arguo, levanto, com base no Código de Processo Penal, de S. Exª como juiz – porque os poderes da CPI são poderes de magistrado – para poder me julgar e para poder me inquirir.

Deixo só esse registro em ata e não tenho mais nada a aduzir, nenhuma resposta a dar ao Deputado Daniel.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, o suspeito aqui não sou eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, mas...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O suspeito aqui não sou eu, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª, não...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Suspeição... Não, não posso aceitar, Sr. Presidente, esse tipo de formulação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, é suspeição, não é suspeito.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Suspeito aqui não sou eu. E aqui é um tribunal político também, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – O Deputado Roberto Jefferson não faz qualquer suspeição sobre a ação ética e moral de V. Exª. Faz apenas uma suspeição do ponto de vista processual, como juiz. Então, não tem nada a ver. O registro já está feito, está argüindo uma

exceção de suspeição. Não há... Como juiz, na condição de juiz. Então, vamos deixar este assunto. Creio que já foi esclarecido.

Eu quero chamar atenção – como eu já li tanto o Código de Processo Civil, como o Código de Processo Penal – para o fato de que todos os Códigos se remetem a um tratamento civilizado, àquele tratamento respeitoso. Vamos procurar manter essa ordem. Quero parabenizar a todos. A não ser por pequenos incidentes, estamos andando dentro dessa ordem perfeita.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, foi lembrado aqui que esta é uma instância com poderes judiciais e que vai mandar suas conclusões – aquelas a que chegar – para o Ministério Público. Mas evidentemente, para investigar casos de corrupção e outros tantos, há até foros mais adequados, como o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Federal. Aqui, além disso, precisamos trabalhar em relação ao chamado crime de responsabilidade e ao decorro parlamentar, que é o que estamos aqui investigando.

Então, a CPI procura subsídios para ver, primeiro, se o Presidente da República está envolvido ou não – o que poderia desencadear um eventual processo de **impeachment** no País – e, segundo, quem foram os Parlamentares que usufruíram de vantagens indevidas, de recursos públicos indevidos, seja na forma de receber dinheiro do caixa dois para campanha política, que eu aqui, mais especificamente, tenho chamado o “mensalão”... Na minha opinião – e permito-me ter uma pequena discordância até do eminente Relator – o termo “mensalão” não é, necessariamente, porque recebeu a cada trinta dias. Creio que aqui ninguém tinha – dos que eventualmente recebiam – carteira assinada para receber até o quinto dia útil. Então, havia aí um processo... Eu confirmo ao Deputado Roberto Jefferson que eu estava até fora – vim para cá em junho de 2004, porque eu estava em uma Secretaria de Estado de Santa Catarina – e, quando cheguei aqui, a primeira coisa de que ouvi falar foi de um tal de “mensalão”. Havia um burburinho aí, alguma coisa que estava errada naquele tempo. Logo depois, saiu no **Jornal do Brasil**.

Então, temos que ver para cima, se chega ao Presidente Lula – e já, aqui, o Deputado Roberto Jefferson foi incisivo em dizer que ele não sabe nada que chega para cima. Mas ele confirma – e as coisas mostraram – que os presidentes de Partidos e outros receberam dinheiro. Só não temos ainda elementos para chegar às pessoas, lá na ponta da linha, que receberam mesmo o

que o presidente do Partido, eventualmente, distribuiu. Então, nós estamos aqui, com esse foco.

Ontem alguém falou, na CPI dos Correios, lembrando Sêneca, que não se consegue chegar a algum lugar se não há um ponto para chegar. Nós aqui, apesar de termos alguns pontos, estamos mais para o que disse Isaiah Berlin, de que, se “não sabemos onde é o porto, continuemos navegando, portanto”. Então, vamos navegando aí, fazendo perguntas, para ver se conseguimos chegar ao porto.

Primeira coisa é a fonte do dinheiro. O dinheiro pode ter vindo de vários lugares, mas esse dinheiro que entrou na SMP&B e na DNA, a mim me parece que ele veio dos contratos superfaturados, evidentemente, de publicidade; veio de empresas outras que tinham alguma relação com o Governo e forjavam lá uma publicidade nas empresas de comunicação, apesar de notas frias, se forjava um pagamento, então, esfriava o dinheiro da empresa.

E o terceiro é esse dinheiro que está me intrigando muito, que se fala nos chamados contratos que se fizeram para emprestar dinheiro para o PT; emprestou-se do Banco Rural. É sobre essa questão dos contratos que eu queria perguntar ao Deputado Roberto Jefferson alguma coisa.

A Srª Simone veio aqui, diretora financeira, e disse que não sabia se os contratos estavam no balanço. São umas coisas... No Brasil ninguém sabe mais nada. Ninguém viu, não ouviu, não sabe o que aconteceu. A diretora financeira não sabe do balanço, não sabe do lucro. Para mim, esses contratos são forjados evidentemente. Eu até desconfio que eles podem ter sido feitos depois, porque quem tem controle sobre a agência, influência do Banco Rural e controla o Coaf, de repente, pode forçar um contrato a qualquer hora e mandar a quebra do sigilo de qualquer jeito.

V. Exª sabe alguma coisa sobre esses contratos, Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Coruja, li na mídia. Essas informações que V. Exª traz ao conhecimento da CPMI e, no transbordamento disso, ao povo do Brasil, eu li na mídia, como V. Exª, e ouvi o depoimento da Srª Simone, quando ela fez o primeiro depoimento à CPMI. Ela disse que desconhecia a origem desses contratos. Que não os conhecia, que não os contabilizou.

Eu penso que, de qualquer forma, esses contratos são uma fraude. É uma maneira de esquentar dinheiro. Como, Sr. Deputado? O banco, quando não recebe o dinheiro, ele lança como perda no balanço e abate no imposto de renda. Ele não perde isso. Ele desconta no imposto de renda. Então, esse empréstimo é feito para não ser pago. Ao final, o banco que fez o empréstimo

lança como perda, lança no imposto de renda como prejuízo e desconta isso do recolhimento do imposto de renda. É assim que se lava dinheiro nessas instituições financeiras.

Aliás, volto a repetir aqui, eu não sei como o Banco Rural ainda não sofreu intervenção do Banco Central, porque é um banco amoral, que sempre patrocina a corrupção e esses casos de corrupção política no Brasil.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele foi denunciado, no Brasil, em 1998, pagou uma multa de R\$20 mil, parece-me.

É exatamente por isso. Porque é evidente que, se houve essa negociação com o PTB, de repente lá o Delúbio diz: “Estamos esperando sair o dinheiro do Banco Rural. Estamos só esperando sair o dinheiro...” Mas não era o dinheiro do Banco Rural. O dinheiro ali não era do Banco Rural; era outro dinheiro.

Com relação ao destino do dinheiro, nós vamos ter que convocar esses presidentes de partido para discutir e ver se chegamos a algum lugar.

Mas V. Exª, Deputado Robert Jefferson, falou nos Deputados do PP e do PL, mas disse que não são todos; são alguns. Isso quer dizer que V. Exª sabe algum nome? Porque, se não são todos, são alguns, V. Exª tem que saber que uns não são e outros são; e tem que saber quem são e quem não é.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Isso é uma coisa de foro íntimo. Há homens nesses partidos que estão acima disso. E eu sei que eles, em hipótese alguma, concordariam com esse tipo de política.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tudo bem.

V. Exª acha que, na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados, ocasião em que o Governo sofreu mais uma fragorosa derrota... Aliás, chegou um momento em que ele começou a perder, em janeiro, no início deste ano. A eleição do Presidente Severino... Qual a relação que V. Exª vê entre a eleição do Presidente Severino e o “mensalão”?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Havia uma grande insatisfação. Além dos acordos não cumpridos – refiro-me aos acordos políticos, à liberação de emendas do Governo para com as Bancadas da base aliada – a fonte do “mensalão” estava seca, em janeiro e fevereiro, o que aumentou ainda mais as tensões aqui na Casa. Eu já disse isso aqui uma vez e repito, porque ouvi isso abertamente aqui na Câmara dos Deputados.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Outra pergunta, sobre o episódio de Furnas. V. Exª falou que o Dimas ficou lá. Eu estava lembrando que Dimas era o bom ladrão. Quando Jesus foi crucificado, havia o



mau ladrão e o bom ladrão. Dimas era o bom ladrão. Ele ficou lá por que era o bom ladrão e serviu ao Governo anterior e a este Governo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele era um homem de profunda relação com todo o grupo empresarial mais alto do País. Por isso ele possuía uma estrutura com raízes muito sólidas no chão. Ele parecia um pé de uva. Tem trinta anos de raízes no solo, e não saía de jeito nenhum. Era isso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Com relação ao Deputado José Dirceu, V. Exª falou várias vezes que ele é o chefe da turma e que teve com ele conversas republicanas e não republicanas. Poderia relatar para nós as conversas não republicanas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Posso, sim.

Essa de Furnas é uma. Como é que ficaria...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A divisão do dinheiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... a divisão do dinheiro para os caixas do PT e do PTB.

A Portugal Telecom é outra conversa não republicana. A composição de caixa de campanha do PT com o PTB... Porque o Genoino não era o presidente de fato; ele era o presidente de direito. O presidente de fato do PT era o José Dirceu. Nada que a gente ajustasse com o ex-Deputado José Genoino valia, a não ser quando homologado na Casa Civil. E era ali na Casa Civil. Fosse na sede do Partido, era na sede do Partido. Mas era na Casa Civil. Saímos para ir à Casa Civil encontrar o Deputado José Dirceu para fechar esses acordos. Foi assim no fechamento do acordo da Bahia que envolvia soma de financiamento das candidaturas proporcionais do Partido e algumas majoritárias na Bahia, uma aliança com o PT na Bahia e mais a nomeação de um membro do PTB para a Superintendência da Susep.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Alguém do nosso Partido ligou do Acre pedindo que eu perguntasse a V. Exª se foi dinheiro para a campanha do Acre.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Houve a promessa e não foi. Pelo contrário, o Governador não cumpriu. Qual foi o acordo do Acre? Apoiaríamos o PP para enfraquecer a candidatura do PPS. O PTB faz a coligação em Rio Branco com o PP para enfraquecer o PPS, para favorecer a candidatura do PT. E a contrapartida seria o apoio à nossa candidata, que foi a vencedora da eleição em Cruzeiro do Sul, a ex-deputada Zila Bezerra, e o acordo não foi cumprido. E o apoio seria com transferência de recursos, também fechado na Casa Civil.

No Paraná, fechamos o PTB com o PT na Capital. Apoiamos o Deputado Estadual Vanhoni para prefeito. Tinha uma contrapartida de financiamento de candidaturas do PTB em municípios do Paraná mais a nomeação de um cargo na binacional Itaipu. Fechamos um acordo em São Paulo, com recursos para financiamento das nossas candidaturas proporcionais. Fechamos um acordo no Rio de Janeiro, que envolvia também recursos para as candidaturas proporcionais do PTB e candidaturas majoritárias.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – No Rio, saíram pelo presidente da Casa da Moeda?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Ficaram de sair pelo comitê de campanha e por transferências do Delúbio. E não houve isso. Fizemos até um pacto de, em Nova Iguaçu, as nossas candidaturas, a do Lindberg e a do Fernando, não exacerbarem na agressão uma contra a outra. Isso foi cumprido. Isolamos o candidato do Deputado Nelson Bornier – se não me engano, do PL àquela época – e nos enfrentamos, sem crítica, PTB e PT em Nova Iguaçu. No segundo turno, o PTB apoiou a candidatura do PT, do ex-Deputado Lindberg Faria, ora prefeito da cidade de Nova Iguaçu.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. Exª representou, no Conselho de Ética, três Deputados: o Deputado Valdemar, que já tinha renunciado, o Deputado Sandro Mabel e o Deputado José Dirceu. Por que V. Exª não representou os outros do PP, como, por exemplo, Pedro Henry, que V. Exª citou?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nós iríamos fazê-lo. Nós iríamos fazê-lo. Quem fez isso foi o presidente do PTB, o Dr. Flávio Martinez, mas não deu tempo. Os advogados, que são companheiros do PTB, o Dr. Barbosa e o Dr. Itapuã, um do Distrito Federal e o outro do Rio Grande do Sul, não têm tempo. Eu, no Supremo, já devo ter umas vinte ações contra mim. Tenho de responder a todas, fora o acompanhamento das CPIs, a leitura dos depoimentos. Aprontamos para o dia do depoimento do José Dirceu, que ficaria uma coisa mais solene, a representação contra quem representou contra mim: o Mabel e o Valdemar Costa Neto. E o José Dirceu, por ser o nosso enfrentamento mais agudo.

Estamos preparando, mas não sei se vamos apresentar, porque acho que perdeu o efeito, pois virou uma guerra de representação. O PL ontem fez uma representação contra seis Deputados, na suposição de que eles tenham recebido financiamento desses 4 milhões que chegaram do PT. Então, ficou uma coisa meio absurda, que, eu acho, vai acabar desmoralizando esse instituto da representação de presidente de partido da Comissão de Ética, fazendo entre nós uma

guerra de sangue, fraticida. Então, estou refletindo se faço ou não. Já tenho pronta, mas estou refletindo se faço ou não a representação contra os outros Deputados do PP.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Como o meu tempo já está esgotando, vou fazer mais duas perguntas a V. Ex<sup>a</sup>.

Fala-se muito que, como o senhor é advogado criminalista, que sempre está preparado para a tréplica, que o senhor pode ter uma carta na manga, mas fala-se muito é que V. Ex<sup>a</sup> pode aparecer qualquer dia numa Comissão para devolver os quatro milhões.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – E não teria condições. Não é verdade. Eu não tenho condições. Eu distribuí – só não vou dizer para quem – para coligações e companheiros que eram candidatos. Mas vou assumir isso pessoalmente, porque eu não vou destroçar pessoas inocentes que receberam de mim na expectativa de que houvesse um documento oficial do PT, da transferência de recursos partidários. Receberam de mim na confiança de que esses recursos seriam legalizados. Eu não tenho recursos e só não vou dizer para quem eu distribuí.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – A última pergunta, uma pergunta que o Brasil inteiro está querendo saber, Deputado Roberto Jefferson, que instintos primitivos são esses que o Deputado José Dirceu?...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Passou, passou, passou. Eu tenho que administrar isso com serenidade. Passou.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo, na seqüência, a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Presidente, Relator, Vice-Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Deputado Roberto Jefferson, o que estamos vendo no Brasil é a montagem da maior estrutura de corrupção patrocinada por um partido político com o respaldo dos mais altos dirigentes da República. Isso é certo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não tenho dúvidas, não tenho. José Dirceu e o Gushiken, com certeza, conheciam tudo isso. Não tenho dúvida em afirmar isso a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Nós falamos muito aqui em Marcos Valério. Na realidade, na minha opinião ele é o “mandalete” das operações que foi tomando corpo e forma. E acabou também fazendo com que tivessem importância no cenário montado pelo PT para se perpetuar no seu programa de vinte anos de governar o Brasil e, a partir disso, sustentar

economicamente seu Partido fidelizando a base aliada sem dar a contrapartida dos cargos, porque o Partido pegou todos os cargos. E aí era mais fácil fazer o pagamento fidelizando a base.

Foi isso o que o senhor dizer ao nominar dois Partidos especificamente?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Foi o que eu disse, Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Grande parte dos recursos nós não sabemos ainda de onde vieram. Também é verdade?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Sim, mas eu acho que, com a quebra do sigilo bancário das empresas, V. Ex<sup>as</sup> vão chegar a isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Claro, mas o que temos hoje é a estrutura montada junto com a empresa do Marcos Valério, que, na minha compreensão – e quero ver se o senhor tem a mesma compreensão – foi chantageado pelo PT para montar essa estrutura em função de manter as suas contas com o Governo e ampliá-las. Sua experiência e a sua vontade, a do Marcos Valério, era ampliar a sua participação nas contas de publicidade do Governo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Mas chantagem?

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ué, se você não me ajudar financeiramente, não vai ganhar mais licitação para conta de publicidade do Governo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Ele operava com tanta desenvoltura, com tanta intimidade. Não tinha chantagem ali, não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Bom, então havia comum acordo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Claro que havia uma cumplicidade.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Que serviu ao PT.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – E a ele também, Deputado. Claro. Ele ficou milionário. Um bilhão e 800 milhões chegam as contas dele.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas o senhor acredita que o Marcos Valério faria isso sozinho?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Claro que não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Tá bom.

Uma coisa que foi falada aqui por V. Ex<sup>a</sup> foi que o Marcos Valério era o embaixador do Brasil para assuntos de telecomunicações.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – E outras: obras e aviação.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, isso tem a ver com a situação da Varig?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O Banco do Espírito Santo, Portugal Telecom.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O interesse da Tap junto à privatização. Ou tomar conta, vamos dizer assim...A Varig, já que a Varig não é uma empresa pública, é administrada pelos seus funcionários.

Quero ver uma coisa aqui: o senhor disse também que há viagens semanais por parte do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – São informações que eu tenho. Delúbio, Tolentino e..., Semanais não. Frequentes. Foi a palavra que...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – ...e Marcos Valério.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E Marcos Valério. Frequentes a Portugal.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Emerson ....

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vão num dia e voltam no dia seguinte.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Emerson Palmieri?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Só foi uma vez.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Emerson Palmieri, segundo Marcos Valério, era seu amigo, amigo do Marcos Valério. O senhor confirma que ele era amigo do Marcos Valério?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Chegou a ter uma relação agora no final mais íntima. Eu adverti ao Emerson que se afastasse dele.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tá. Bom, pelas outras CPIs até o momento e a oitava de testemunhas, chegamos a algumas conclusões, que os recursos utilizados na corrupção vieram basicamente: um deles, publicidade. O senhor concorda?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pelo que leio da CPI. Não sei da onde vem, mas pelo que leio dos relatórios.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor lê dos relatórios, mas o senhor vê aqui que há empréstimos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A empresa é empresa de publicidade, DNA e SMP&B.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Vem de publicidade.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Concorde?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Concorde.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Vem também de telecomunicações, porque o senhor chamou o Sr. Marcos Valério embaixador do Brasil para assuntos de telecomunicações e – complementou agora – de obras.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, e quero dizer uma coisa a V. Ex<sup>a</sup>. Chama a atenção. Logo no início dessas investigações, houve um vazamento da CPMI dos Correios. E quero chamar a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para isto: há transferência de bancos privados nacionais para as contas, sem nenhum contrato de publicidade. Transferência de bancos privados.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quero chegar lá.

Outra coisa que está aqui no triunvirato dos financiamentos dessa estrutura de corrupção montada pelo Partido dos Trabalhadores, estavam também os fundos de pensão geridos lá no Palácio do Planalto, como também estavam as contas de publicidade pelo Sr. Luiz Gushiken. O senhor concorda?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Concorde, absolutamente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Que comprou ações de empresas terceiras aí na Bolsa de Valores, com valores superfaturados nessas ações – pelo menos foi o que a imprensa noticiou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O pior desses fundos de pensão, como aquele Real Grandeza, no Rio de Janeiro, de Furnas, que deu um prejuízo de R153 milhões, é a compra de títulos de 35 anos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu acompanhei.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aquilo é que dá um prejuízo grave, dá uma grande comissão que é rateada depois. Isso que a CPI vai acabar entrando e descobrindo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, o senhor falou também – e nós ouvimos aí – na questão do Instituto de Resseguros do Brasil dos valores depositados no exterior para garantir o resseguro internacional. Nesses valores, a transferência de valores vultosos, sejam lá 500 milhões de euros, para um outro banco, daria a esse banco, se tratarmos da realidade brasileira, pagar uma remuneração anual muito pequena e provê-lo para aplicar esse dinheiro no mercado brasileiro, por exemplo, em títulos da dívida pública, dando uma alta rentabilidade.

Fruto disso, a transferência para o Banco do Espírito Santo – esse banco já está na graça, mas não

sei de quem – e esse banco daria um *spread* para ser utilizado como pagamento de contas...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – De políticos, é isso que o senhor quer dizer?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Um por cento ao mês.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Um por cento. Vamos adiante.

Se isso é verdade, mas não se realizou isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Não se realizou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pode ser que aqueles bancos que detêm o depósito tenham dito: epa, se ele está fazendo uma oferta, eu banco a oferta, pago também e passo esse recurso para vocês fazerem a utilização que quiserem. Isso é possível?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não posso lhe dizer. Aí estaria caminhando no campo das hipóteses.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas a gente tem que caminhar nesse campo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu quero dizer a V. Exª do que ouvi, da realidade. Aí eu vou fazer conjecturas. Temo errar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu concordo. Eu estou fazendo conjectura neste momento.

Mas se o senhor diz o seguinte: a estrada para o Rio de Janeiro é aqui, mas aqui também tem outra. Quer dizer, se o Banco Espírito Santo paga o *spread* para ter esses depósitos nas suas contas, por que o banco que tem esse dinheiro nas suas contas também não pagaria o preço para continuar com o privilégio desses depósitos? E esses depósitos seriam utilizados para o fim de financiar contas do PT ou da estrutura política.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vou fazer o raciocínio com V. Exª.

Se já houvesse esse pagamento, eles não proporiam trocar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, poderiam botar no mercado para ganhar mais. Não se sabe. Vamos um pouquinho adiante: essas idas semanais a Portugal. Vi na imprensa que o Presidente do Banco Espírito Santo pegou um jatinho e veio a São Paulo, jantou com o Sr. Delúbio Soares e voltou para Portugal.

O senhor ouviu isso também?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Perdão.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Que o Presidente do Banco Espírito Santo veio ao Brasil,

jantou com o Sr. Delúbio Soares, num jatinho, e voltou no mesmo momento para...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, eu li hoje na imprensa, no jornal **O Globo** de um encontro havido na Casa Civil com o Presidente do Banco do Espírito Santo, pessoa que foi levada a encontro...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Também.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Com o Ministro José Dirceu e levada pelo Marcos Valério.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Também. Mas também houve a vinda dele num jatinho, segundo eu li dados – eu não os tenho neste momento – a São Paulo. Jantou com o Sr. Delúbio e voltou para Portugal.

O que eu quero dizer com isso? Quando há um fluxo de pessoas semanalmente indo e voltando para Portugal, eles podem estar levando ou trazendo dinheiro. Não vou fazer o juízo aqui. Agora, ninguém é inocente a ponto de pensar – e o senhor mesmo afirmou aqui – que os bancos dão empréstimos não lastreados, porque os avalistas não têm capacidade de pagamento, e eles acabam lançando como perda e se credita no Imposto de Renda. Isso é verdade.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – É verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, então a coisa mais fácil que tem, em vez de ir a Portugal buscar dinheiro ou levar, como podem fazê-los, é fazer um acerto em função dos interesses da Portugal Telecom no Brasil e dizer: deposite para numa **off-shore** qualquer, que pode ser nas Ilhas Cayman, no Uruguai, onde seja, e eu vou depositar na conta de um banco de... num BMG, num banco Rural e esse banco já dá o dinheiro lastreado. Na realidade, ele só está transferindo dinheiro aqui já garantido. Isso pode acontecer.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Sim. Pode acontecer.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor concorda? Como advogado o senhor sabe que pode acontecer.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Sim, mas são conjecturas. Nós estamos conjecturando.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – São conjecturas, mas vem cá, vamos adiante.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Eu tenho o compromisso aqui de dizer a verdade sobre fatos que conheço.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não. Correto. Eu só quero, Deputado Roberto Jefferson, que V. Exª entenda que nós temos que ir para o lado prático da investigação e nós temos que saber da onde vieram

esses milhões e milhões de reais que não têm origem. Porque uma coisa já está clara, o Sr. Marcos Valério, a mando do Sr. Delúbio Soares, que na realidade não fazia nada sem o conhecimento e o gerenciamento desses que mantêm a estrutura de poder para patrocinar a corrupção...O senhor mesmo afirmou isso, que o chefe da quadrilha... O senhor disse... Quem é que o senhor disse que era o chefe da quadrilha?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) – O** ex-Ministro José Dirceu.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E** o que o senhor referiu a respeito de Luiz Gushiken? Aliado, estava junto.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Aliado sim, sem dúvida.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Pois não, pois essas atividades acabaram já detonando a direção do PT, o Sr. José Genoino, que o senhor disse que não fazia nada sem o conhecimento do Sr. José Dirceu. É verdade?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) – É** verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Era um fantoche na mão do Sr. José Dirceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) – É** verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O** Sr. Delúbio Soares e Sílvio Pereira operadores: um dos cargos e outro da arrecadação.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Sem dúvida.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Correto.

Bom, Marcos Valério operou o dinheiro que está aqui, que foi utilizado para o “mensalão”, depositado em São Paulo, porque há depósito em São Paulo, retiradas em São Paulo, e aqui no banco Rural do Brasília Shopping. É verdade?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) – É** verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Bom, então, Deputado, eu quero dizer o seguinte: a partir disso, nós vimos, pela sua informação, que há o envolvimento de toda a Executiva do PT, que já caiu, que há o envolvimento claro do Ministro José Dirceu, que já caiu, e do Ministro Gushiken, que foi rebaixado. Por outra parte, aqui dentro desta Casa, pelas declarações do Sr. Marcos Valério à Política Federal, à Corregedoria, Parlamentares do mais alto escalão do PT receberam dinheiro. O senhor sabe disso? Na lista?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Mas têm uns absurdos ali também.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Não. Eu não estou...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Colocar o Luizinho com R\$20.000,00, eu acho uma maldade, um negócio do pior gabarito.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – É,** mas eu não vou entrar nos valores porque quem pega um e quem pega cem é a mesma coisa.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Não. Mas eu acho que ali...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Não. Mas eu não vou entrar em valores.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** ...é forçação de barra dele para se vingar de alguma coisa.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Nós vamos aqui avaliar a culpabilidade de cada pessoa. Tem ali a retirada do ex-Presidente da Casa, do ex-Líder do Partido e do ex-Líder do Governo. Bom, essa estrutura... E eu quero lhe fazer uma outra pergunta. O Presidente Lula deu uma declaração em Paris dizendo que ele é o pai do PT, mas eu quero saber sinceramente de V. Ex<sup>a</sup>: o senhor não acha que ele é um pai muito desinformado a respeito da sua família? (Pausa.)

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** V. Ex<sup>a</sup> quer que eu faça um juízo de valor a respeito do Presidente Lula em relação...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Não, eu quero só saber se ele é desinformado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Sabe qual é a minha impressão? Eu vou lhe dar de coração. O Presidente Lula não é ligado nisso, não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Não! Bom...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Ele tem sonhos, tem idéias que transcendem essa coisa chata do dia-a-dia da gerência de um partido político.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Ou de um governo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Para mim ele é Chefe de Estado.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) –** Rainha da Inglaterra?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ) –** Chefe de Estado.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – É.** A Rainha da Inglaterra é... tem Primeiro-Ministro. Eu não estou fazendo pré-julgamento, eu não estou querendo fazer uma comparação jocosa.

Bom, o Presidente Lula diz que nós vamos ter que engoli-lo. Deu uma declaração lá recentemente e nós ouvimos aquilo com atenção. Pode ser até uma pro-

vocação, mas nós não vamos levar como provocação. Acho que essa Casa tem que analisar todos os fatos e quero aqui fazer uma discordância elegante do Relator da nossa CPI. O Relator diz que nós temos obrigação de investigar os Parlamentares envolvidos. Quero dizer, Sr. Relator, que nós temos obrigação de fazer isso, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, mas como é uma CPI de Compra de Votos ninguém é comprado por si mesmo. Nós temos a compra dos votos aqui para servir alguém.

Meu pai, ilustre Parlamentar Ibrahim Abi-ackel, tem 85 anos, motorista de táxi, de caminhão, de ônibus uma vida inteira. Um homem simples. Três meses de aula. Ele sempre faz uma pergunta com a sabedoria que ele tem. Quando é um assunto polêmico, ele pergunta: a quem serve?

E, aí, nós perguntamos, Deputado Roberto Jefferson: a quem serve o PT montar essa estrutura de poder?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex<sup>a</sup> permite uma ligeira explicação?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu pediria que deixasse eu só terminar o meu raciocínio, ilustre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP –MG) – Pois não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, a quem serve? Porque V. Ex<sup>a</sup> disse aqui que em alguns lugares fizeram o acordo político com o PT para não deixar o PPS partir ou outro Partido. É normal. Eu não vou fazer juízo de valor porque acho que é normal.

Agora, a quem serve o PT fazer essa arrecadação milionária, sem lastro legal, para sustentar o seu projeto de poder? Ao Presidente da República, porque é ele quem governa o País ou ao primeiro Ministro – se é que o Presidente Lula não sabia de nada.

Outra coisa: comprar fidelidade. A fidelização de Parlamentares dentro desta Casa – e o senhor levantou essa denúncia – de Partidos da base aliada que não tinham cargos importantes no Governo, como o seu Partido tem um Ministério. A quem serve votar de acordo com os interesses do Governo? Ao País? Ou à Presidência da República?

Então, Deputado Roberto Jefferson, quero, aqui, dizer da minha admiração porque o senhor está prestando um grande serviço ao País – com coragem, com denodo. Está dizendo coisas que nós vemos, diariamente, sendo confirmadas. Mas nós temos que ir além. O senhor deu uma pista, mas o senhor ainda não abriu a porta. E nós vamos ter que ver a porta. E eu não estou dizendo que o senhor tem que dar o caminho da porta. O senhor já disse que, quebrando o sigilo bancário, que é o trabalho da CPI, nós vamos chegar lá. E o senhor disse que desconhece e eu acredito porque, até

o momento, eu tenho acreditado muito mais nas suas palavras do que na palavra de qualquer outro que vem dizer aqui: “Eu não tenho nada com isso, eu não sou isso”. Como o senhor gostou de usar: “galo fujão”. Lá no Rio Grande do Sul a gente fala, no batoque da rinha, galo fujão. Eu não sou da prática mas conheço...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB-RJ) – Lá no Rio é mutuca.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas lá é fujão.

Então, custa-me acreditar, Deputado Roberto Jefferson – e eu quero que V. Ex<sup>a</sup> esteja certo – que o Presidente da República nada saiba disto. E gostaria, muitíssimo, que V. Ex<sup>a</sup> pudesse aduzir mais alguma coisa, mas sei que V. Ex<sup>a</sup> disse que neste momento não tem. Mas eu quero uma palavra final de V. Ex<sup>a</sup>: V. Ex<sup>a</sup> acredita que deste mato saiu coelho e que do relacionamento com o Sr. Marcos Valério, com viagens semanais do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Tolentino para Portugal, lá, também, está uma fonte de financiamento? Porque inclusive o Sr. Marcos Valério se designava – e está marcado na agenda do ex-Ministro que ele visitou, o Mexia – representante do Governo do Brasil.

O senhor acha que neste mato tinha coelho?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> percebeu que eu fiz uma estratégia de fazer essa pergunta somente por ocasião do meu encontro com o ex-Ministro José Dirceu.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu notei.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu sabia do efeito que ela ia provocar nele e na opinião pública. Sabia. Ele chegou a afinar a voz com o impacto. Pegue a fita. Eu já revi – o DVD.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu olhei.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele chegou a afinar a voz. Ele ficou com a voz aguda de tanta tensão que isso gerou nele. É um assunto que terá que ser pesquisado e V. Ex<sup>a</sup> está num caminho importante.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu só queria, Sr. Deputado, e encerrando as minhas palavras, Sr. Presidente e Sr. Relator, dizer que eu acredito que uma boa conversa com o Sr. Emerson Palmieri – que tem a sua estima e o seu respeito – que ele pudesse dizer mais sobre essas viagens para que nós pudessemos, quem sabe, a partir disso, estabelecer as conexões dessa relação promiscua estabelecida por agentes não autorizados pelo Governo brasileiro e eu ouvi o Sr. Ministro....

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu ouvi uma declaração, hoje, na CBN, dizendo que, se

fosse uma missão oficial, o Itamaraty teria que estar junto. Só falta, agora, o PT usar o Itamaraty para fazer caixa de campanha e comprar Deputados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu vou ceder o meu tempo ao Deputado e, aí, ele poderá ter mais 15 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – O Relator quer fazer uma apreciação.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A preocupação em apurar responsabilidade de Deputados não exclui, absolutamente, o dever de saber a origem do dinheiro com que essa operação foi feita. A minha preocupação é que não percamos o objetivo desta Comissão, não percamos o foco desta Comissão. Foi só isso que eu quis dizer quando pedi aos ilustres membros da Comissão para que tivessem em mente o fato de que a nossa Comissão tem como objetivo apurar pagamentos indevidos a Deputados. Muito obrigado

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Deputado Roberto Jefferson, o senhor já colaborou muito, o senhor já fez muito pra esse País. Nós estamos vivendo um processo nesse País que começou no dia 14 de junho, no seu depoimento lá na Comissão de Ética. Portanto, de lá para cá o senhor tem contribuído para que nós possamos fazer uma análise profunda com esta formação de várias CPIs, CPI dos Correios, que o Governo não queria e montou, montamos, mista; a CPI dos Bingos, que o Supremo Tribunal Federal fez montar aqui no Senado; esta CPI mista do Mensalão e Compra de Votos, que só saiu depois de dois meses de muitas discussões na Câmara. Mas nós estamos aqui hoje diante do senhor de novo. O senhor tem tido uma paciência maravilhosa. Eu estou invejosa da sua capacidade de respirar. O senhor sabe respirar, e quem respira bem sabe falar bem, sem nervosismo. Eu vou aprender mais, talvez até chegue ao canto.

Mas, uma coisa que me deixa feliz...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª tem um irmão tenor.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu tenho um irmão tenor, não. Eu tenho um irmão que é preparador físico: Nuno Cobra, e que ensina a milhares de pessoas como respirar. Só que a irmã dele é uma desgraça total. Não sabe respirar, até porque irmão

não faz muito sucesso com os irmãos. O senhor sabe que irmão muito próximo a gente não dá valor, então a gente não ouve direito. O senhor teve aulas de canto, o senhor agora teve essa capacidade de se isolar, até porque foram tantas as tragédias que o senhor teve que enfrentar nesses últimos meses que o senhor isolou-se, o senhor ficou isento. Eu vi o senhor na Comissão no dia que o ex-Ministro, o poderoso ex-Ministro José Dirceu foi lá e ele olhava pro senhor com ódio e o senhor conseguia rebater aqueles olhares odiosos com muita convicção. Não é fácil. Não é fácil. O senhor disse que tinha até medo dele...

Agora, o Zé Dirceu afinou a voz várias vezes. Várias vezes. E uma delas ele quase chorou. O senhor não percebeu! O senhor não percebeu! Quando ele falou: “Mas por que que fiz isso comigo, Roberto Jefferson? Por que que me traiu? Por que traiu o Lula, o Presidente?” Ele falou isso com a voz afinada, com lágrima nos olhos. Qual foi essa traição, ilustre Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não houve com ele nenhuma traição e ao Presidente Lula eu sempre preservei. Você não leva nunca um soldado ao desespero porque ele parte pra cima de você pra te matar.

Todo meu inferno começou, Deputada Zulaiê Cobra, quando eu fui ao Presidente Lula pra desmontar essa estrutura do mensalão que estava contaminando a base. A partir dali o tratamento mudou comigo e as coisas começaram a acontecer contra o PTB. E sempre que eu procurava o Zé Dirceu, dizia: Zé, isso aqui é uma estupidez, isso é uma loucura. Ele dizia: “Tem que ver o Silvinho e o Delúbio”. Quer dizer, a preocupação dele não era conosco. Ele só se preocupava com o Silvinho e o Delúbio.

Na véspera de eu dar aquela entrevista do dia 5 à **Folha**, a Renata Loretti, que foi publicada dia 6, ele viajou à Espanha. Na sexta-feira, se eu não me enganar, 3. Eu tentei falar com ele na quinta o tempo todo que eu estava vendo pelo meio eletrônico o Ministro da Justiça anunciando que a CPI seria enterrada na Comissão de Justiça na semana subsequente, na quarta-feira, e que ele faria um grande pronunciamento à Nação na segunda-feira denunciando corrupção nos Correios, no IRB e na Eletronorte. Eu disse: eles vão colocar esse troço no colo do PTB e vão acabar com a gente. Falei isso com o Ministro Walfrido. Ele chegou a ficar afônico e disse: “Vou falar com Zé Dirceu pra te ligar”. Me ligou do aeroporto. Falei: Zé, você não devia estar viajando agora. A hora é horrível pra você viajar. Eu estou vendo que o Ministro da Justiça está urdindo colocar no colo do PTB toda essa corrupção e toda ação do delegado da Polícia Federal, dessa

juíza da 10ª Vara Federal que é esposa do Ministro Álvaro Costa, Advogado-Geral da União, tem sido ação de governo, não tem sido ação judiciosa. É coisa pra colocar o PTB mal. Ele falou: “Olha, nós temos que ver o lado do Silvinho e do Delúbio, Roberto!” assim meio autoritário. Eu falei: “Eu quero que os dois (*inaudível*).” “Hummm, não.” “Tchau, hein! Vai com Deus, quando você voltar a notícia é outra.”

Não fiz nenhuma traição a ele, não. Ele não é leal aos amigos, não tem coração, é apenas cerebrino, não tem emoção, não tem capacidade de se indignar e, Deputada Zulaiê, mente, mente, mente e mente.

Eu assumo verdades até que conspiram contra mim. Coisas que foram tratadas com ele, abertamente tratadas com ele, ele faz questão de negar. Eu, quando disse a ele – e eu não estou fazendo inovação aqui, porque faço de novo pela frente, não estou fazendo por trás. E ele é o professor da escola de mentira por onde passaram o Delúbio, o Silvinho Pereira, o Marcos Valério e o Genoino. É o maior mentiroso que eu conheci.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que aí começou, então, o rompimento? Aí, a partir desse momento, dessa conversa, o senhor partiu então para as denúncias?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora a minha pergunta, que é a pergunta de todo mundo aí fora: quando começou esse “mensalão”? Quando começou esse planejamento, essa ação de corrupção...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pela conversa que tive com o ex-Presidente do PTB, o Zé Carlos Martinez, julho e agosto de 2003, julho e agosto de 2003.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Julho e agosto de 2003?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Foram as primeiras transferências que o PTB recebeu. O Jair, o Jair dos Santos, motorista, que foi até confundido com um funcionário do PT, era motorista do Deputado José Carlos Martinez e foi buscar recursos em agosto... Julho, agosto e setembro de 2003. E, quando o Martinez me comunicou, disse que essa coisa permaneceria, que ele teria conversado com o Delúbio e que o Delúbio queria transferir um apoio mensal ao PTB.

Digo: – Martinez, nunca! Não, meu irmão! Porque eles vão nos negar acesso ao poder, vão nos negar acesso à inteligência da construção dos projetos de Governo e vão nos alugar. Isso é mesada. Vamos ficar fora disso.

Foi nessa fase que eu ouvi falar pela primeira vez.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora, o senhor fala com muita precisão algo que sempre pareceu muito verdadeiro: que havia da parte deles uma certa restrição a essa burguesia corrupta. Eles tinham um certo ... uma certa aversão ao PTB, ao PP, ao PL, enfim, todos os Partidos de base. Isso o senhor confirma?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Confirmo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Havia essa aversão?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Havia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Daí por que eles queriam a aproximação, queriam o voto, queriam pagar por isso, mas sem ideologia, sem discussão, como o senhor explicou muitíssimo bem.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sem convivência.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sem convivência.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sem...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso o senhor sentia ...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sei se V. Exª se recorda, o Presidente do PTB morreu reclamando da falta de carinho. A imprensa até ironizava o Zé Carlos Martinez nisso, porque nós não chegávamos ao Presidente Lula. Nós chegávamos, no máximo, até o Ministro José Dirceu.

O primeiro contato, assim, efetivo que eu tenho com o Presidente Lula foi depois de ter feito... Quando um Deputado do PTB, frustrado com o não-cumprimento dos recursos do PT ao PTB, que acabou dando prejuízo a várias campanhas, denunciou a **Veja** isso, isso tentou ser explorado lá, em São Paulo, contra a Marta Suplicy. Eu fui ao Genoino e falei: Deixa que eu seguro. Trouxe para mim e disse: Conversei com o Genoino, ele disse que não para os deles, muito menos para os nossos. Fez a conversa, mas não aconteceu. Foi quando cessou... Não sei se V. Exªs...

Aí o Presidente Lula ficou muito grato a isso, disse que me daria um cheque em branco. Em outubro foi jantar na minha casa, me deu essa honra. Foi a primeira vez que eu tive a oportunidade mais próxima, mais íntima de conversar...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E mesmo assim o senhor nunca falou diretamente com o Presidente Lula a respeito de minúcias desses procedimentos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não, porque...



**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Porque sempre tinha gente perto.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, nesse jantar...Eu quero lhe falar uma coisa: o cerimonial do Palácio...Dona Marisa iria. O cerimonial nos pediu que tornássemos o ambiente, assim, mais afável, que colocássemos mulheres para ela conversar – porque ela se ressentia muito das conversas, porque sempre que ela vai só tem homem, não mandam Parlamentares mulheres para ela conversar – para fazer uma coisa mais aconchegante para ela, porque senão fica muito peso. E eu levei a professora de música, a professora de piano, e ficou um ambiente... Canta. A professora Denise cantou o Presidente; a Cátia tocou para o Presidente. Então ficou um ambiente extremamente elevado. O Presidente não quis mais falar de política e ninguém ousou fazê-lo.

Eu achei que seria até uma agressão da minha parte no final dizer: aqui Presidente, depois disso tudo, eu quero lhe contar uma história. Eu não fiz. Eu não fiz.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Bom, mas quem primeiro falou do “mensalão,” então, foi o Presidente do PTB junto com o Zé Dirceu. Houve essa conversa. E o senhor...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu falei sobre o Zé Dirceu.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Falou do Zé Dirceu.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Falei várias vezes.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Houve essa conversa lá atrás já em 2003, foi quando começou...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – 2004. Quando eu assumi a Presidência do PTB.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah, certo. Mas o senhor já sabia da existência através do Presidente Martinez?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, e depois da minha conversa com o Zé Múcio, que foi chamado a um café na casa do Pedro Henry, que fica como contradição, quando não é contradição. O Zé Múcio só não quer assumir, e eu respeito. Mas comigo a conversa é clara. Ele me disse: “Roberto, aqui. Tomei uma prensa aqui”. Ele não quer assumir. Ele não quer romper. Eu rompi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora, me diga uma coisa, Deputado. Quando o senhor fala dessa conversa sobre o Portugal Telecom, houve uma proposta... a conversa, como foi? Não deu certo. O senhor já falou que não deu certo a viagem e tudo o mais. Mas a conversa, onde houve essa conversa?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Na Casa Civil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Na Casa Civil. E qual foi o teor da conversa?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Exauridas as nossas tentativas todas de conseguir recursos para o PTB, que ficou numa situação difícilíssima, porque a pior coisa que houve para nós foi receber a primeira parcela, que deu a impressão que as outras quatro seriam cumpridas. E eu autorizei ao pessoal que estava disputando a eleição a se endividar. Falei: “Pode apostar porque vem”. Veio a primeira, não teve problema. “Vocês podem se endividar, que o restante das despesas serão quitadas”. Juntou a segunda na terceira, a terceira na quarta, a quarta na quinta, não veio. Foi um desespero no PTB. E eu levava isso ao Zé Dirceu. Tive até uma conversa com ele, que ele disse que a Polícia Federal era meio tucana, que 62 doleiros haviam sido presos, e ficou impossibilitada a transferência de recursos lá de fora para cá, para ajudar nas campanhas... Em janeiro, e eu quero dizer que nessa hora o Zé Dirceu estava querendo ajudar, ele me chamou e falou: “Roberto, vem cá. Credencia alguém no PTB”.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que a idéia foi dele? A idéia do Portugal Telecom foi dele?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sem dúvida!

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Foi do Zé Dirceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim. “Credencia alguém do PTB, acerta com o Delúbio para que essa pessoa que vai viajar a Portugal viaje a Portugal com alguém do PT, para acertar na Portugal Telecom, que nos visitou, agora no final do ano, nós fizemos uma conversa, é possível que saia um adiantamento de recursos...”

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele falou em quantias?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele, comigo não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só acertaram a viagem e a maneira de ser feita...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A quantia foi conversada...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – ... durante o voo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... entre o Marcos Valério e o Emerson Tomé. Seriam 8 milhões de euros – 24 milhões de reais; 12 milhões para cada Partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou.

Agora me diga uma coisa, Deputado Roberto Jefferson. Uma coisa que eu não entendo e que acho que ninguém entende neste País: por que é que o ex-Ministro José Dirceu, aquele homem prepotente, arrogante, que eu já desafiei porque o conheço há 40 anos – naquele dia eu falei, e ele ficou falando que eu naquela época achava que não; eu sempre achei prepotente, meu colega de classe, a maneira de ser sempre foi essa, nunca mudou, aliás, nós não mudamos: eu sou brava, continuo brava, já era brava na época da escola –, por que é que o ex-Ministro José Dirceu, Deputado José Dirceu, põe a culpa no PT? Por que é que ele joga no Delúbio? Por que é que joga no Silvinho? Por que é que joga no Genoino, que nem era Presidente, o senhor acabou de falar diversas vezes, que ele nem presidia o PT, que era só uma “rainha de Sabá”, então por que é que ele faz isso com o PT, que é o Partido dele?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A impressão que ele me deu é que ele quer defender o que ele entende uma biografia. Foi o discurso dele anteontem. Ou ontem. Anteontem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Antes de ontem.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Antes de ontem.

Ele quer defender uma biografia. Ele está preocupado em manter uma biografia, uma tradição que ele teve de lutas no passado...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu acho que não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu entendi que sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor não acha que ele quer defender o Lula? O senhor ouviu várias vezes ele falando que tudo que ele fazia, ele fazia com o conhecimento do Presidente Lula? O senhor ouviu essas declarações? Diversas vezes em jornais?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nos jornais. Mas quando ele veio para cá, quando o Presidente Lula o exonerou lá do cargo de Chefe da Casa Civil, que nem discurso fez na despedida dele, ele veio aqui para a tribuna da Casa e disse que era o “meu” Governo, se colocou acima do Presidente. Aí eu concordo com V. Exª na arrogância: o “meu” Governo, “meu”. Não era do Presidente Lula, não. Era dele. Suscitou até uma batalha de ódio no plenário, quase até de esforço físico de Deputados, de tamanho ódio que ele suscitou.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor não concorda com essa fala de que ele esteja se protegendo para se proteger do Presidente Lula? (Pausa.) O senhor acha, então, que o Lula não sabe de nada mesmo? O senhor acha que o Lula é uma pessoa altamente fora de qualquer conhecimento?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputada, conjecturas eu não quero fazer.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, estou partindo do pressuposto de que o senhor conhece, o senhor andou, o senhor viu.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O que eu vi nas minhas relações pessoais com o Presidente Lula, nos dois episódios que me marcaram, o Presidente Lula não sabia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não sabia.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sabia.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Vou encerrar, Sr. Presidente. Eu queria que o senhor explicasse só mais um pouquinho esse depósito que o senhor explicou para o Deputado Daniel e que muita gente não entendeu. Aquele depósito do seu motorista, Dr. Alexandre foi buscar. Um depósito de 200 mil. Foram dois depósitos que totalizam 200 mil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, dois saques.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Que está na lista aí fora na imprensa e todo mundo mostrando.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele trabalha numa agência de publicidade, não é funcionário do PTB. Ele foi motorista durante a campanha, contratado pelo PTB, do nosso candidato Ciro Gomes. Há um problema pessoal da filha dele que nós precisávamos resolver. É uma pessoa muito ligada a nós, ao PTB, uma pessoa muito querida. Eu pedi ajuda, sim, ao Delúbio quando ele esteve lá em casa, levado pelo Deputado José Múcio. Ele falou: “Quero ajudar”. Eu falei: você tem oportunidade de ajudar, não nessa ajuda que você está oferecendo, mas numa situação que é delicada para nós. Precisamos dar uma ajuda a uma pessoa que não pode ficar desamparada, a filha do Dr. Alexandre. Ele se prontificou. Eu agradeço a ele porque ele fez e ajudou.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – **Muito bem. E o outro depósito, que também está nas mãos da imprensa? Há o depósito Palmieri.**

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sete, doze.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esse depósito que o Deputado Daniel mostrou a V. Exª. Lá fora a imprensa está cobrando esses dois depósitos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não foi o Palmieri, o Alexandre.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Um o senhor já explicou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Um no dia 7/01/2004 e outro no dia 14/01/2004. Cem e cem, R\$200 mil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o outro? O Deputado Daniel falou de um depósito de milhões em nome do Palmieri. Eu não tenho essa lista, Sr. Presidente. Eu gostaria de tê-la.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – R\$2.468.000,00?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Isso é parte dos R\$4 milhões. Está faltando ainda.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É parte dos R\$4 milhões? Quer dizer que não há nada errado nessa lista que está nas mãos...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Só as datas não são compatíveis.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – As datas estão erradas.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não sei como eles faziam o movimento, se eles iam sacando e juntando, Deputada, porque, como o movimento era em dinheiro à vista, não sei se eles iam sacando e juntando, porque foi entregue no PTB. Sacaram e juntaram, aí o nome que pode constar lá é Emerson Palmieri, porque ele era tesoureiro do PTB. Houve esses saques, eu reconheço que houve saques, mas recebemos esses recursos no princípio de julho do ano passado: R\$2,2 milhões, depois, mais R\$1,8 milhão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente. Mais uma vez, parabéns do Deputado Roberto Jefferson pela coragem, pelo destemor e pela capacidade de estar à nossa disposição permanentemente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, Exmº Deputado Roberto Jefferson, eu vou fazer 3 ou 4 questões para que V. Exª, então, depois as responda no feixe. E, na próxima vez, vou-me inscrever depois do Deputado Fernando Coruja, um pouco antes, vou chegar um pouco mais cedo porque ele já me esvaziou bas-

tante em duas das questões que eu queria levantar. Foi a questão das conversas republicanas e das não republicanas, essa é uma delas.

Eu gostaria de fazer a pergunta ao Deputado Roberto Jefferson se, no caso das conversas não republicanas, se foram elas as que já foram citadas hoje pelo senhor, e outras que talvez não possam ser divulgadas, que lhe afiançaram a convicção de que o ex-Ministro José Dirceu era o chefe da quadrilha que fraudava este país. Essa seria a primeira questão.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vou-lhe responder dizendo o seguinte: tente conversar qualquer conversa dessa de financiamento político com a Ministra Dilma Rousseff para ver se não vai ser posto para correr do gabinete. É completamente diferente. Essas conversas nunca o José Dirceu poderia ter tratado na Casa Civil. Jamais como Chefe da Casa Civil. Até isso existe na política, e não somos crianças, mas nunca ele poderia levar essa conversa para dentro da Casa Civil, ele poderia ter feito lá, na sede do PT, aí fica partido. Mas, na Casa Civil, tem que ter liturgia, tem que ter solenidade. Tente fazer esse absurdo de propor àquela mulher honrada que está lá, a Ministra Dilma Rousseff, uma conversa dessa para ver se não vai ser posto para correr ou preso de lá.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Apenas para completar a pergunta do Deputado Fernando Coruja é que não é paroquial, Deputado, o que vou perguntar aqui. Sou deputado pelo Acre, aliás, quero dizer ao senhor que não conhecia do mensalão e não tenho o menor receio de discuti-lo, tanto é que pedi ao meu líder, Deputado Wilson Santiago, que me indicasse para esta Comissão.

No Acre, não temos nenhuma cidade que tenha segundo turno. Então a capital chegou no limiar do segundo turno. Cruzeiro do Sul é a segunda cidade do meu Estado. O senhor disse que existia um compromisso entre o PTB e o PT, inclusive o senhor mencionou o Governador Jorge Viana, no sentido de que o PT, que o PTB ajudaria o PT em Rio Branco, não se aliando ao PT e, sim, se aliando a uma terceira força para exatamente fazer o divisionismo de votos para facilitar a vitória do candidato do PT. O senhor confirma isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Confirmo, Deputado João Correia. Nós nos aliamos ao PP para enfraquecer a candidatura do PPS.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor, então, falou que a aliança se desdobraria para o Município de Cruzeiro do Sul, a segunda cidade, aliás, de onde sou filho, em que haveria uma aliança possível entre PT ou PTB. Enfim, em Cruzeiro do Sul, o PT e o PTB se digladiaram, se enfrentaram...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim. Seria um financiamento para a candidatura da Deputada Zila Bezerra.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Seria um financiamento para...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Que não houve.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pelo contrário. No final, o Governador começou a bater violentamente, traindo o acordo. Ele foi à cidade de Cruzeiro do Sul e fez uma campanha duríssima, violentíssima, contra a ex-Deputada Zila Bezerra.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E perdeu, porque ela ganhou a eleição.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ganhou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mas ele traiu o acordo lá.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Está perfeito.

Deputado, o senhor tem enorme experiência de Governo, de poder, oriunda de mais de duas décadas como Deputado Federal. Por conseguinte, o senhor tem uma experiência muito grande de apoio aos Governos Collor e FHC, inclusive. Perguntaria a V. Exª o seguinte: o que está ocorrendo hoje no Brasil? Há alguma similitude, algo parecido, por exemplo, com o financiamento de campanha no tempo do Governo FHC?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Financiamento de campanha é uma coisa. Pensei que V. Exª fosse me perguntar a respeito de apoio político.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Também.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esse negócio eu nunca tinha visto na minha vida. Sou Deputado Federal desde o Presidente João Figueiredo. Nunca tinha visto o Partido do Governo financiar os Partidos da base todo mês. Nunca tinha visto isso, nunca tinha assistido a isso, nunca tinha visto isso.

A segunda pergunta que V. Exª me faz refere-se a financiamento de campanha. Sempre aconteceu no Brasil o caixa dois de campanha; o financiamento que agora se tenta chamar de recursos não contabilizados. Explico a V. Exª um sentimento que tenho. A mídia pune duramente o doador oficial. Qualquer tremor que haja de relacionamento de um Partido que vença a eleição com o que perdeu, qualquer queda de braço, a mídia estampa os doadores daquele Partido e desgasta aqueles empresários que doaram àquele Partido. E

o que acaba acontecendo? Empresário nenhum quer doar por dentro oficialmente. Todo mundo quer fazer doação por fora no caixa dois, temendo a exposição que a mídia faz ou por disputa política ou por interesse contrariado, sempre há um motivo para expor o empresário que doou. Mas o que acontece? Pelo que tenho visto, posso testemunhar a V. Exª – PC Farias, Delúbio, Marcos Valério –, sempre que o financiamento se dá por fora, esses empresários que dão por fora ficam protegidos da mídia, porque nunca são expostos, passam a fazer a relação por fora com o Governo – a relação de porão, de coxia, a subterrânea – e acabam tomando conta moralmente do Governo.

O financiamento de recursos não contabilizados ou de caixa dois é afrouxamento moral da classe política. Concordamos com uma ilegalidade para sobreviver. É uma imoralidade. O único Partido virgem na Casa é o P-SOL, porque foi criado recentemente. Se não fizermos uma lei que proteja o P-SOL com a sua virgindade e se o P-SOL não apanhar recurso de caixa dois na próxima eleição, o Partido não sobreviverá e será esmagado pelos outros. Portanto, precisamos fazer uma legislação agora, a meu ver, que acabe com isso, puna duramente o caixa dois e proteja quem doa conforme a lei, com clareza, com recibo e prestação de contas à Justiça Eleitoral. Sempre houve – posso testemunhar a V. Exª nesses meus 23 anos de mandato de Deputado federal – o financiamento não declarado à Justiça Eleitoral dos Partidos políticos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito, Deputado.

É forçoso reconhecer, Deputado Roberto Jefferson, que V. Exª pautou a sociedade brasileira. V. Exª, em verdade, tornou-se um protagonista à altura da gravidade e do tamanho da lesão que se comete hoje no Erário do Brasil. O “mensalão” – eu particularmente acredito nisso – é apenas uma das faces, mas o “mensalão” não é a única destinação de toda essa gatunagem organizada para extorquir o Estado brasileiro, a iniciativa privada, numa conexão com o Poder Público. Na verdade, é risível essa argumentação dos empréstimos que V. Exª também já expôs, que, na realidade, são empréstimos para não serem pagos, o que finda revertendo no bolso do contribuinte.

Então, é verdade que V. Exª pautou as CPIs, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a própria imprensa, porque era um homem de profundo conhecimento e trânsito nos escaninhos do poder do nosso País. Mas vou insistir, Sr. Deputado, no que já foi exposto por alguns Deputados que me antecederam, que V. Exª, de certa forma, expressou credibilidade no que disse. Raríssimos são os elementos que não coincidiram. De repente, caiu o Rei de Espadas, o Rei de

Ouros, o Rei de Paus. Não sei se vai ficar nada, como na música do Ivan Lins.

No entanto, V. Exª blindou o Presidente da República. A credibilidade que V. Exª expressou e angariou blindou o Presidente Lula quando dizia que ele era um homem honrado, um cidadão quase acima de qualquer suspeita. V. Exª disse, então, ao Ministro José Dirceu: “Sai daí, Zé, pois, senão, tu incriminarás um homem inocente”. Algo desse tipo V. Exª falou.

Desse modo, pergunto a V. Exª, Deputado Roberto Jefferson, insistindo em perguntas que já me antecederam: a inocência pode ser contaminada? É possível que o Ministro José Dirceu, com todo o seu peso de Richelieu, de chefe da quadrilha que assaltava este País, pudesse contaminar um homem inteiramente inocente como o Presidente? A minha pergunta é exatamente esta: a inocência pode ser contagiada?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Ele pode levar o Presidente a um ato que o comprometa. O Presidente assina sem saber o que está por trás da intenção. Pode, sim. Já há uma denúncia de que um decreto assinado pelo Presidente favoreceu as empresas do Sr. Marcos Valério a vencer algumas concorrências. Aposto, pela formação do Presidente Lula, de operário, que ele não tem aquela minúcia do contrato. Eu, que sou advogado, tenho que ler três ou quatro vezes um decreto que sai, uma medida provisória, para entender, no fundo, o que está acontecendo. Ele pode ter sido induzido a erro: “Assina aqui, que isso é uma coisa normal”. E o Presidente responde: “O que é, Zé, me dá aqui.” O Presidente assina uma pilha de papéis. Ele vai ler aquilo tudo, todo dia – agenda internacional e nacional, viagem, relações públicas? Ele lê tudo? Não lê. Ele tem que delegar e pode ser contaminado, mesmo sendo inocente.

Eu entendo assim, Sr. Deputado, de todo o coração. Do Presidente Lula, vou falar mais: ele é meio parecido comigo, porque mata no peito os amigos. Ele não abandona os amigos na estrada. Ele não larga cadáveres nem feridos. A impressão que eu tenho é que, quanto a essa com o Sr. Gushiken, ele disse: “Bicho, tu errou, mas fica aqui que eu boto a mão na tua cabeça, japoronga, fica aqui” – até com desgaste pessoal.

E essa resposta irada que ele dá, Deputada Zulaiê Cobra, não é aquela da desfaçatez do Deputado José Dirceu, que não tem capacidade de indignar-se. É uma pessoa gelada. Ele vive 10 anos com uma mulher e não se identifica, não fornece a sua identidade e, depois, diz: “Vou embora, obrigado pelo que você fez por mim e meu nome é Zé e não Mané”. Esse é um ato de pessoa muito fria.

Já o Presidente Lula não é assim. Essa resposta “eu vou peitar e eu vou fazer” é a indignação santa do

justo, a meu ver. O Presidente Lula reage assim, porque está sentindo. A elite à qual ele se refere é essa elite do Partido – não a atual, mas a que dirigiu o Partido com a confiança dele, ou seja, a passada.

V. Exª está perguntando e espera que eu dê minha opinião pessoal. Está certo? Então, estou dando a minha opinião pessoal.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** Perfeito, Sr. Deputado. Só tenho mais duas questões nesses um minuto e 15 segundos que me restam. A primeira é a seguinte: quando V. Exª sugeriu e determinou que o tesoureiro do PTB viajasse juntamente com o representante do PT, S. Exª o Embaixador do Brasil para Telecomunicações da Portugal...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Telecomunicações só, não. Vários assuntos: obra, aviação...

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** Então, veja, o senhor disse que seria um adiantamento que se teria para livrar a situação de dificuldade que viviam o PT e o PTB. Que contrapartida poderia ser oferecida – se o Sr. Palmieri disse ao senhor – a uma empresa que ajudaria num valor, que não é tão inexpressivo, de R\$20 milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Essa negociação eu desconheço, Deputado. Deputado João Correia, essa negociação eu desconheço.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) –** Perfeito. Então, por fim, Deputado Roberto Jefferson, queria apenas novamente ouvir a sua opinião no caso do Presidente Lula, para encerrar as minhas palavras. V. Exª, então, não concorda que, se o Presidente Lula é inocente como V. Exª acredita, porque há já quem duvide desse fato no Brasil, ele não está utilizando a estratégia equivocada do avestruz, de não vir à TV, ao jornal, ao rádio e dizer ao povo brasileiro que ele não tem nenhum tipo de envolvimento nessa grande gatunagem e que o povo brasileiro pode esperar dele a mais completa lisura e o estímulo à investigação para que nós façamos uma “operação mãos limpas” de uma vez por todas? Pergunto a V. Exª se, na sua opinião, ele não estaria cometendo um equívoco de **marketing**, não sei se porque o Sr. Duda Mendonça também já está envolvido nesse processo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Deputado, o Presidente Lula já disse isso ao País e ele não poupou ninguém, a meu ver. Ele mandou o José Dirceu ir embora dois dias depois. Ele se recusou a falar com o Genoino. Ele não está poupando ninguém. Ele não está impedindo as investigações. As investigações têm corrido à solta. Repare bem: ele não faz ingerência política no Supremo, na Procuradoria da República. Eu não tenho visto isso do Presidente Lula.

Nem na CPI. Acho que quem tentou dar uma peitada no Presidente da CPI dos Correios foi o Genoíno. Não foi o Presidente Lula. A informação que nós vimos na imprensa: quem tentou peitar o Senador do Mato Grosso, Presidente da CPI dos Correios, o Delcídio, foi o Genoíno, antes de cair da Presidência do Partido. Não foi o Presidente Lula. A meu ver, o Presidente Lula não faz nenhum gesto que impeça o esclarecimento da verdade e a apuração.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso Vice-Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Deputado Roberto Jefferson, que está aqui hoje...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio ao Plenário. Há um orador na tribuna.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – ...conversando conosco, dando alguns esclarecimentos a esta CPMI. Eu quero primeiro fazer um preâmbulo: essa questão de repassar dinheiro de Partido para Partido não é nova. É velha. Estou lembrando aqui: Roberto Jefferson mencionou o episódio de repasse de dinheiro do PSDB para o PTB durante o Roda Viva. Isso data lá de 1994, 1998. Então, isso não é novidade. Negar que existe dinheiro de caixa dois também não dá, porque aqui R\$10,120 milhões que o então tesoureiro da campanha do Sr. Fernando Henrique, ex-Presidente da República. Está aqui que ele também não prestou contas. É notório que – é até amigo meu – o ex-Senador e ex-Ministro, hoje Prefeito da cidade de São Paulo, José Serra, tem processo até hoje da prestação de conta da sua campanha. Eu estou falando dos que eu conheço. Da Marta agora tem... Não, não tem... Da Marta está lá no Tribunal. É outra questão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, a Marta também foi...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Companheira Zulaiê, Deputada Zulaiê, gostaria que V. Exª se comportasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos manter a palavra ao Deputado Devanir.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Eu ouvi V. Exª, eu conheço o pavio curto de V. Exª, mas... Não, eu estou dizendo que está no Supremo, Deputada, e V. Exª é uma advogada e deveria saber o que é um Supremo e o que é um TSE. A senhora deve saber distinguir isso. Não sou advogado e não quero perder meu tempo.

Gostaria, Deputado Roberto Jefferson, de fazer algumas indagações, com sinceridade. Também acre-

dito na inocência do Presidente, pois estou com ele há mais de 40 anos. Ele foi Presidente do meu sindicato e fui secretário. Ele foi meu Presidente do partido e fui Presidente do partido no Estado, São Paulo. Hoje, sou Deputado e ele é Presidente da República. Só não consigo alcançá-lo, mas estamos sempre juntos, próximos.

Sei da retidão dele e que, quando pisam no seu calo, ele tem a mesma forma de reação que V. Exª tem, por isso é que creio que V. Exª tem razão, precisamos colocar os pingos nos “is” mesmo, como falou o José Dirceu, lá atrás.

Queria saber a diferença que me faz essa história aqui do mensalão, que poderia ser diarista ou semanal. Mas queria saber qual a diferença para quem recebe à vista. Para exemplificar melhor, V. Exª disse que fez um acordo de 20 milhões e recebeu quatro, mas recebeu à vista, não foi parcelado. Qual a diferença que V. Exª faz do que é parcelado ou do que é à vista?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Porque foi na campanha. Deputado Devanir, o PL e o PP tiveram recursos de campanha também, independente desse movimento mensal. Quando conversei com o ex-Deputado, José Genoíno, ele me disse que estávamos sendo humildes, pois o menor pedido de financiamento político era o que estávamos fazendo. E disse que estava vindo bem certinho, Estado por Estado, candidato por candidato...Era o menor pedido. Houve também para os outros partidos para financiamento eleitoral. Ou não houve, não posso dizer. Mas houve pedidos para se fazer isso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Então é o projeto de campanha, como disseram os que me antecederam, parece que o primeiro Deputado que falou aqui, que disse que todos estão com duas alegações nessa história aqui. Uma que era para pagar restos de campanha, de dívida de 2002, que foi o caso do vosso partido, com o Martinez, que pegou aquele um milhão para pagar um resto lá atrás. Não é isto? Os outros agora também alegam. Então qual é a diferença? Porque eu quero fazer uma campanha, tenho um acordo político para 2004, os outros também; porém, também tenho um resto a pagar de 2002.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Devanir, isso V. Exªs vão chegar a essa conclusão nessas investigações. V. Exª quer que eu diga outro nome que está fora disso, se o problema é campanha, porque eu vi? Paulo Rocha.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Também acredito.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Estou analisando, só que a reação do Deputado Valdemar Costa Neto poderia ter sido correta. Ele diz aqui:

O Roberto está falando um negócio que é verdadeiro, temos sim financiamento de campanha. Por que ele não adotou isso? Por que ele negou, disse que era mentira, que nunca recebeu recurso nenhum? Por que ele veio com aquela agressão, representou contra mim no Conselho? Foi para lá, ficou todo suado, com o cabelo colado na cabeça. Por quê? Ele poderia ter dito que é verdade o que o Deputado Roberto Jefferson está falando. Tem sim, mas é financiamento de campanha. Ele negou até o momento em que ficou absolutamente a descoberto, com os depoimentos da Simone, que vieram sendo modificados, com os depoimentos do Marcos Valério, que vieram sendo modificados. Até que ele anuiu, quando não tinha mais jeito, porque o Jacinto Lamas... Aliás, o pai dele teve uma premonição: “Meu filho vai ser tesoureiro do Valdemar Costa Neto.” Teve uma premonição e botou o nome do rapaz assim. Por que ele não disse isso lá atrás? Tinha que ter feito isso. Não questiono, V. Ex<sup>as</sup> vão chegar a isso. Com todo respeito, quero dizer que V. Ex<sup>as</sup> vão chegar a essa conclusão.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Queria fazer também uma outra indagação sobre o IRB. Sei que V. Ex<sup>a</sup> já falou, mas como nós somos uma CPI e, pelo que me consta, tem que estar em nossos anais e podemos até voltar a investigar, porque as outras comissões são as outras comissões. Aqui estamos numa CPML.

Sobre o IRB, o senhor tinha nos dito e já falou até na imprensa que, ao indicar aquela pessoa para aquela função, que ela se comprometia a dar R\$400 mil para o Partido. Era isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Não chegou a ser isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não, não eram R\$400 mil. O Dr. Lídio Duarte é funcionário de carreira de 35 anos no Instituto de Resseguros do Brasil. Ele foi apresentado ao Presidente Martinez e a mim, na casa do Presidente Martinez, logo no princípio do ano de 2003, porque, nas conversas com o Ministro José Dirceu, com Silvinho Pereira, ficou para o PTB a indicação da Presidência do IRB e não tínhamos um nome. Era um órgão técnico e não tínhamos um nome.

Pedi ao Henrique Brandão, que é o maior corretor privado do Brasil, que sugerisse um nome a nós. Ele levou à casa do Martinez, porque essa indicação sai pelo Presidente. Institucionalmente, é formalizado assim. O Dr. Lídio Duarte foi até a casa do ex-deputado Martinez, falecido, aqui em Brasília, e conversou conosco. Disse quais eram os projetos dele em rela-

ção ao IRB, que ele era contra a privatização do órgão, que o parecer que havia no Supremo, numa ação de inconstitucionalidade do PT... E veio explicando tudo. E, no final, ele disse o seguinte: primeiro, vou ampliar os *brokers* do IRB. Há 20 anos, e essa é uma decisão do Presidente e da Diretoria Comercial, apenas 5 *brokers* fazem o redesconto internacional, o que não é correto. Há *brokers* no Brasil em condições de fazer esse serviço internacional. Vou ampliar isso para uns 15, 20 *brokers*. E vou procurar um grupo seletivo, um pequeno grupo de gente da minha confiança, que possa dar por dentro contribuições mensais ao Partido de R\$50 mil, R\$60 mil.

Naquela época, ele disse que tentaria nos levar 5 *brokers* para contribuições de R\$60 mil por mês, o que somaria R\$300 mil.

E ele não fez, quero dizer isso a V. Ex<sup>a</sup>, ele não conseguiu organizar essa ajuda aos cofres do Partido Trabalhista Brasileiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Uma outra pergunta que está na ordem do dia hoje. Esse negócio da Portugal Telecom. V. Ex<sup>a</sup> faz a denúncia, mas V. Ex<sup>a</sup> também participou do acordo lá atrás. Como foi esse acordo? V. Ex<sup>a</sup> conversou com o Ministro José Dirceu, na época, e acertaram: vai a Portugal. E se tivesse dado certo, o que aconteceria? Se tivesse havido, digamos, a transferência do dinheiro, e viesse para cá, o senhor romperia? O PTB romperia com o Governo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – A crise teria acabado. As tensões não teriam se agudizado. É claro que as tensões teriam sido sanadas. As pressões internas que eu recebia estariam superadas. Casa onde não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. As tensões estariam superadas. É claro, Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Ainda tenho um tempo. Tenho uma outra indagação. Sei que isso V. Ex<sup>a</sup> já falou aqui, mas eu quero uma confirmação. Depois eu quero pedir ao Presidente, se for o caso, que convoquemos essa pessoa. Porque eu tenho uma relação aqui que foi fornecida pela Simone Reis Vasconcelos, que é funcionária da SMP&B, em que o Sr. Emerson Palmieri...

O Deputado Roberto Jefferson diz que está naqueles R\$4 milhões, mas, segundo o que está aqui, não está nos R\$4 milhões, porque aqui há datas. Só quero que o senhor confirme, porque, se não confirmar, nós temos que então convocar Emerson Palmieri e até convocar a Simone aqui para, se for o caso, fazer uma acareação e ver os documentos.

Em 16-12-2003.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não houve esse recurso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Em 9-12-2003.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Em 19-12. Não houve esse recurso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Em 14-1-2003.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esse é lá atrás. Será que essa data está correta? Esse era o Martinez. Não sei, não posso lhe falar.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – São R\$100 mil. Em 7-1-2004, R\$100 mil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Houve, houve.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Em 7-5-2004, R\$1 milhão.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, 14-1-2004.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Em 14-1-2004, R\$100 mil;

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Houve.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Aqui está 14-1.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Em 7 e 14 houve. Confirmo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. (Orador não identificado)** – Esse dois ele não confirma.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não, tem alguma coisa errada.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sei se a lista que V. Ex<sup>a</sup> tem é a mesma que tenho.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Em 7-5-2004, R\$1 milhão; em 12-7-2004, mais R\$1 milhão.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sabe qual é a impressão que tenho?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Depois tem R\$68,6 mil. Parece que era conta de português, trocadinho.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Isso não acredito.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Aquelas liquidações.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A minha impressão é que eles fazem, fizeram um provisionamento. Foram sacando recursos, guardando, para fazer esse encontro que fizeram conosco no PTB no princípio de julho. Numa primeira rodada, os recursos transferidos foram R\$2,2 milhões; quatro ou cinco dias depois, R\$1,8 milhão.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Mas, Deputado, o senhor há de convir comigo que não li os documentos; ainda não pedimos esse documen-

to, não os vi. Só recebi um **briefing** em que estamos nos guiando.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu também.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Se ela está denunciando aqui, se o Emerson foi lá e tem a rubrica dele ou a assinatura dele, aí é outra coisa, não é?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É claro, mas isso ela não disse.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Vem num mês receber, assina; vem no outro mês, assina; vem no outro mês...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu tenho o depoimento dela.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Depois ela entrega.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu tenho o depoimento dela. Ela não disse que ele assina, que tem a rubrica dele. Li o depoimento dela, está aqui o depoimento.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Eu também. Eu acho que esses documentos todos aqui – não é só neste caso – devem ter algumas coisas erradas.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E tem “forçação” de barra.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Tem muitos documentos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado, há “forçação” de barra. Quem desmontou com a história toda do Marcos Valério foi o meu depoimento. Quem trouxe o Marcos Valério à luz foi o meu depoimento. Ele era uma pessoa desconhecida, não é? Quer dizer, ele quer fazer uma confusão para desgastar, e é natural, a posição que tenho pública no PTB. Mas isso tudo vai se esclarecer agora quando V. Ex<sup>as</sup> analisarem com mais cautela e dedicação esses documentos que já existem dessa movimentação financeira.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Olha, eu não sei. Eu queria pedir depois – não é com V. Ex<sup>a</sup>; acato seu posicionamento – ao Sr. Presidente e fazer um requerimento para ouvir a Simone, pois ela prestou essa informação, se é verídica ou não. Precisamos analisar os documentos primeiro, senão vamos também cometer um outro erro, e um erro não justifica outro erro.

Mas, da minha parte, por enquanto, agradeço. Gostaria de me reinscrever para a segunda rodada, se assim for possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, esse dinheiro que o PT deu ao PTB, R\$4 milhões, em duas parcelas, uma de R\$2,2 milhões e outra de R\$1,8 milhão, que o senhor já falou, difere dessas outras movimentações. As outras movimentações, a pessoa ia no banco sacar. Como foi esse pagamento feito ao PTB?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O recurso foi ao PTB. Os recursos foram à sede do PTB, na 303 norte, em Brasília.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não foi ninguém ligado a V. Exª que foi ao banco retirar esse dinheiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Absolutamente. Só foi, com o meu conhecimento, ao banco o Sr. Alexandre.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Num dos depoimentos anteriores, V. Exª declara que esse dinheiro provavelmente vinha de dois bancos. Quais são os bancos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Provavelmente não, eu vi o dinheiro. As fitas que amarravam o dinheiro eram do Banco Rural e Banco do Brasil.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Todas essas listas que aparecem até agora só fazem referência ao Banco Rural. Não há nenhuma movimentação de Banco do Brasil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É isso que estranho. Porque a proporção, Deputado, vamos dizer 40% dos recursos – não fizemos a contagem disso, eu e nosso tesoureiro Emerson Palmieri... O dinheiro chegou, foi guardado – não coube no cofre – no cofre e no armário de aço. Mas, assim olhando, 40% do recurso era do Banco Rural, 40% da marca da fita; os outros, do Banco do Brasil. Eu disse isso desde a primeira vez, recursos do Banco do Brasil, recursos do Banco Rural.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você não acha então que está faltando uma lista a ser divulgada pelo carequinha de saques do Banco do Brasil?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, e do Coaf, e do Coaf.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Porque se R\$4 milhões, 60% eram Banco do Brasil, deve ter alguma lista não declarada ou não conhecida do Banco do Brasil que vai permitir que se ultrapasse, e muito, esse valor até hoje conhecido.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não tenho dúvidas disso, aliás, eu disse isso desde o meu primeiro depoimento. O Banco Rural me parece que

é até a parte menor. Se for obedecida a proporção, a do Banco do Brasil é muito maior.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Até porque o crime em sendo do Banco do Brasil é pior do que Banco Rural, porque do Brasil é fundo partidário. Se utilizaram dinheiro do fundo partidário para fazer isso, é agravada a condição desse crime, porque o dinheiro do Banco Rural é o dinheiro lá dos “empréstimos” ...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado, acho que é movimentação de banco, de conta de empresa privada mesmo, não é dinheiro de fundo partidário não. É saque igual saque no Banco Rural. Conta no Banco do Brasil, alguma conta de empresa no Banco do Brasil com saques milionários como foram os saques milionários no Banco Rural. A CPI vai chegar nisso. Não tenho dúvida,

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O caminho é buscar o Banco do Brasil agora.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sem dúvida, tem que pegar o Coaf, a movimentação Banco do Brasil.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – No primeiro momento em que V. Exª fez as suas colocação todos tentaram desqualificar. Eram mentiras do Roberto Jefferson. E as mentiras, ao longo do tempo, vieram se confirmando, ontem a última delas, a Casa da Moeda caiu, o diretor da Casa da Moeda, que recebeu R\$2,7 milhões. Para que será que foi esse dinheiro da Casa da Moeda?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sei, não posso lhe dizer.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Porque esse Presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, parece que ele é dirigente do PT regional do Rio de Janeiro.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Manoel Santos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É, Manoel Severino dos Santos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Dezenove de agosto de 2003 a cinco do sete de 2004.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ele era o Presidente da Casa da Moeda e ele também me parece que é dirigente regional do PT do Rio de Janeiro.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não tenho noção, Deputado Arnaldo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – No embate com o Deputado José Dirceu, o ex-Ministro José Dirceu, certamente por atenção à condição pessoal, V. Exª não fez menção ao fato daquele dia, que era o envolvimento do Ministro José Dirceu com o BMG, o

Banco Rural, Rogério Tolentino, Ivan Guimarães, na compra e venda de apartamento e emprego para a sua ex-mulher, a verdadeira terceirização da pensão.

Esse envolvimento aí de José Dirceu com Ivan Guimarães, com Rogério Tolentino, como o BMG, com o Banco Rural, dá para o senhor entender o que é isso tudo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Deputado, essa... Eu tenho aqui a cópia do depoimento do Marcos Valério no dia de ontem à Procuradoria-Geral da República. Ele diz aqui: que “o declarante foi procurado por Sílvio Pereira para auxiliar o ex-Ministro José Dirceu na resolução de um problema pessoal com a sua ex-esposa, que pretendia trocar de apartamento e não tinha recursos financeiros. Que dessa forma foi conseguido um empréstimo e um emprego já mencionados e também o sócio do declarante, Rogério Tolentino, para resolver o problema, já que o crédito imobiliário dependia do pagamento de recursos em dinheiro. Ele comprou o apartamento da Srª Ângela, pagou à vista e declarou a aquisição no seu Imposto de Renda”.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Parece novela.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Isso foi ontem na Procuradoria da República.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –** Parece novela não é? Gozado, esse apartamento que o Rogério Tolentino comprou da ex-mulher do José Dirceu, ele alugou para o Ivan Guimarães, que é o diretor do Banco Popular do Banco do Brasil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** É?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –** O apartamento que ele comprou da ex-mulher ele alugou para o Ivan Guimarães que é o Diretor do Banco Popular do Banco do Brasil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** O que entendo disso é que o Deputado José Dirceu, por mais que queira negar, ele está preso a isso, por mais que ele negue, por mais que ele queira dizer que nada disso ele sabia, que tudo é mentira, ele está envolvido intestinalmente nessa questão, e, a cada dia, ele fica mais a descoberto, as coisas dele ficam mais às claras.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Eu acho que ficará mais descoberto ainda, Deputado Roberto Jefferson, porque a CPMI dos Correios acabou de aprovar o requerimento de uma diligência em Portugal para ouvir o Sr. Ministro António Mexia, Ministro de Obras e Serviços e Transportes e Comunicações do ex-Governo português, para esclarecer em que condição foram as tratativas e as negociações do

Sr. Marcos Valério, “consultor” do Governo brasileiro, e as viagens que foram feitas por ele, Rogério Tolentino e Delúbio Soares.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** E o Miguel? O Presidente da Portugal Telecom também será ouvido?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –** Vai ser também. Esse requerimento acaba de ser aprovado. E a discussão foi longa, mais de horas de discussão, porque não queriam aprovar esse requerimento. Aliás esse requerimento já tinha quase um mês naquela Comissão e acabou sendo aprovado.

Então, o que o senhor acha que seja positivo de ver desse requerimento aprovado, que vai tentar mostra a verdadeira face do “consultor” do Governo brasileiro, Marcos Valério, com o Ministro António Mexia?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Vai mostrar a relação intestinal, profunda do Sr. Marcos Valério com pessoas do Governo. Vai provar claramente que havia uma relação profunda, intestinal do Sr. Marcos Valério com pessoas do primeiro escalão do Governo Federal.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Então são negócios internacionais?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Negócios internacionais.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Tem Varig e TAP aí, Deputado?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** As conversas passaram também por Varig e TAP. Isso eu sei, porque me foi relatado nesse encontro de meados de março, quando foi a meu escritório, na sede do PTB, o Sr. Marcos Valério, com essa proposta de transferência dos recursos do IRB para renacionalização, reestatização das linhas de distribuição de energia elétrica da empresa Eletronorte.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Tem Banco Espírito Santo e Eletronorte?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Banco do Espírito Santo, quando recebesse os recursos do IRB, poderia financiar as empresas que... Poderia financiar a Eletronorte a nacionalizar essas linhas. Era uma operação casada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Portugal Telecom e Telemig Celular tem alguma coisa?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Que eu saiba, não. Eu li isso no jornal, mas não foi conversado isso comigo. Foi o Marcos Valério que declarou. Eu não sei.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– O senhor teve informação do número de viagens

que Marcos Valério, Delúbio Soares e Tolentino fizeram a Portugal?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – São muitas. V. Ex<sup>a</sup> pode conseguir essa informação, pelo que me disse o Emerson Palmieri, que viajou, foi conversando com eles no vôo e voltou, 11 horas para cá, 11 horas para lá. Foram para Portugal, no dia 24 de janeiro, e voltaram no dia 26 de janeiro, via Varig. Ele me disse que era uma coisa freqüente, não sei se semanal – a expressão não posso usar –, mas freqüentes as viagens de Delúbio, Marcos Valério e de Rogério Tolentino a Lisboa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – A que o senhor atribui essa retaliação do PL em companheiros do PTB, Neuton Lima, Alex Canziani, Joaquim Francisco e Sandro Matos, que foram candidatos a Prefeito na última eleição?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não foi do PL. Já 50% da Bancada do PL protestou, está contra, esta fazendo um documento. É uma coisa isolada do Presidente do PL, o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E esses Deputados não têm culpa, esses quatro que citei?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Claro que não. Eu não repassei um centavo para as candidaturas deles. Eu havia prometido a eles fazer a partir do segundo repasse de recursos do Partido dos Trabalhadores. Como não veio, eu não pude ajudá-los, não pude transferir recursos a eles. Não houve isso.

Quero dizer aqui ao meu País, ao povo do Brasil que eu não repassei um centavo de campanha para as candidaturas de Alex Caziani, de Joaquim Francisco, de Neuton Lima e de Sandro Matos. Nem um centavo eu repassei.

Quando o ex-Deputado Valdemar Costa Neto faz essa representação, faz uma retaliação tola, que vai acabar levando a uma luta sangüinária entre nós aqui na Casa e que inviabiliza, até desmoraliza a representação de Partido contra Deputados que nós estejamos entendendo ferindo o decoro parlamentar.

Em função disso, eu tinha prontas as representações contra Pedro Henry e contra Janene. Não vou mais apresentar, porque o instituto da representação ficou desmoralizado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Parabéns.

Presidente, falou-se tantas mentiras de Roberto Jefferson e, ao longo do tempo, essas mentiras se vestiram de verdade. Há mais uma mentira para você dizer para nós?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Eu creio que esse processo que estamos vivendo aqui depura a democracia. E eu afirmo que as instituições democráticas no Brasil são tão sólidas que nós estamos passando por uma segunda gravíssima crise institucional – a primeira, no governo do ex-presidente Collor; agora, no Governo do Presidente Lula. E as instituições democráticas saem decantadas e sólidas desse processo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Para encerrar, eu não estou entendendo – já particularmente o afirmei – por que essa defesa exagerada do Presidente Lula.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não estou fazendo defesa exagerada do Presidente Lula.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Mas todas as vezes que a gente quer dizer que o Lula tem culpa em alguma coisa, que o Lula participou de alguma coisa, o senhor vem e diz “Não. O Lula não tem nada”; “Sai daí, Zé, sai logo, porque senão vai tornar réu um inocente”. Será que, a partir da saída do Zé, o Lula se livra dos problemas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Deputado, eu não posso acusar um homem com quem eu não tratei nenhum assunto não republicano. Não seria correto de minha parte, para eu fazer política, atingir a imagem do Presidente Lula. Não seria correto da minha parte.

Eu não posso fazer uma coisa que eu não testemunhei. Eu não posso dizer uma coisa que eu não presenciei. Eu não posso fazer uma conjectura e tisonar a imagem de um homem que é símbolo, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, um símbolo do Brasil. Eu não posso fazer isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor daria um cheque em branco para o Presidente Lula?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Eu daria um cheque em branco para o Presidente Lula, retribuindo a confiança dele em mim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Para o José Dirceu não?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Ah, esse não. Esse de jeito nenhum. Em hipótese alguma, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Obrigado, Sr Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. É apenas uma questão de ordem, 30 segundos.

Venho da CPMI dos Correios, e, lá, foi feita uma proposta que gostaria de deixar ao Relator, de que fosse viabilizado o equipamento detector de mentiras.

O Relator Jairo Carneiro recebeu hoje informação da Polícia Civil do DF, que tem todo esse equipamento em mão. A precisão é de até 98%.

Quando eu questionei o Marcos Valério, ele disse que até aceitaria, desde que o Deputado Jefferson também o aceitasse. Proponho à Comissão que, assim como o Conselho de Ética, estude e aprove a possibilidade de, em alguns casos, usar esse equipamento que, isoladamente, não resolve. Mas, conjuntamente, com uma série de outras provas, pode ser derradeiro para se descobrir se alguém está mentindo ou dizendo a verdade.

Trago essa proposta ao Relator.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Para contraditar. Essa matéria está fora objeto. Não tem lógica a proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa matéria está fora de cogitação.

Agora, estamos ouvindo o depoente. Devo dizer que, se for feito, o requerimento será apreciado no momento oportuno.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo agora a palavra ao Senador José Jorge. Mas pela ordem...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, temos tido aqui o máximo cuidado de não politizar a questão e ter uma investigação isenta, com rigor e vigor, mas sem isenção e sem nenhuma conotação político-partidária.

Temos tomado cuidado até no uso dos vocábulos apropriados. Por isso, quero registrar o nosso veemente protesto contra as observações do Deputado Devanir Ribeiro, que fez alusão genérica, gratuita a repasses à campanha do atual Prefeito José Serra, de uma forma absolutamente gratuita, mostrando que não se quer apurar a verdade, que se quer achar um cúmplice em casos correlatos. Não é o que pretendemos aqui. E por isso o registro e uma solicitação de que V. Ex<sup>a</sup> reprima futuramente manifestações desse teor que não contribuem para os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O registro e o protesto de V. Ex<sup>a</sup> receba apenas como um protesto do teor do depoimento. Situações podem ocorrer, ninguém pode controlar a palavra que está sendo criada. É difícil saber o vocabulário que virá na boca dos depoentes ou dos intervenientes aqui nesse processo.

Nós teríamos hoje.... Não é que eu não posso dar a palavra para o Senador José Jorge, porque o Deputado Roberto Jefferson se afastou por alguns segundos. Nós queríamos ver se votaríamos, hoje, a

quebra do sigilo. Agora, é evidente que possivelmente não será possível, porque nós não temos aqui maioria absoluta, e a votação é nominal. Aí faremos amanhã, aliás, na próxima terça-feira, antes da reunião.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Que horas que é a reunião, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Às onze e meia, na terça-feira.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Às onze e meia, na terça-feira. É antes do depoimento, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes do depoimento, nós faremos essa apreciação. Se houver número (*inaudível*) de quorum, eu vou fazer uma convocação.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem!

Deputado Luiz Couto. Deputado Luiz Couto aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim!

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Se nós vamos ter.... Aqui, Sr. Presidente! Se nós vamos ter uma reunião administrativa para aprovar outros requerimentos de convocação e a questão da quebra de sigilo fiscal e bancário, por que nós não fazemos a oitiva na quarta-feira, uma vez que teríamos, a partir da quebra, tempo para ter acesso às informações, e podíamos preparar para a oitiva do Marcos Valério na quarta-feira e também ouvir o Cristiano Paes?

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu quero esclarecer também.

**O SR. PARLAMENTAR** – Eu acho de fundamental importância....

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós estamos aqui numa CPI. CPI exige uma certa urgência. O senhor teve uma idéia brilhante, na segunda-feira, e marcou uma reunião às 18 horas. Ficou um horário excelente. Nós todos podemos estar aqui segunda-feira, às 18 horas, para nós fazermos uma reunião e para fazer a quebra de sigilo e para nos prepararmos para os depoimentos. Se nós temos depoimentos na terça-feira e na quarta-feira, são dois depoimentos importantes, é importante que a CPI se reúna na segunda-feira, final de tarde. Qual é o problema de chegar antes? Em vez de nós marcarmos uma reunião, às onze horas da manhã, de uma terça-feira.

Essa é a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou fazer um apelo depois a todos os membros da CPI que se encontram ainda no Congresso Nacional para que compareçam. E eu farei uma interrupção para votar, porque isso é importante, para que se gane tempo. Se nós pudermos, hoje, ainda, votar essa

matéria, o acesso, embora esse acesso já esteja autorizado, eu não entendo, não sou de um rigor formal de que é necessária a quebra do sigilo daqueles documentos que já estão à disposição de uma CPI. Se nós, imaginem os senhores, que nós todos aqui, parlamentares, fôssemos integrar aquela CPI em termos de sub-relatorias, em termos de subcomissões, teríamos acesso. Quer dizer, o acesso pode ser feito, só que a preservação do sigilo também é imperiosa.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Quero só concordar com o pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, para essa reunião, na terça-feira, uma vez que os parlamentares já têm o hábito de vir para Brasília, na terça-feira. E, como exige um número qualificado de pessoas, podemos incorrer no risco de reunirmos na segunda-feira e não termos o número qualificado para assim deliberarmos sobre esses assuntos. Então é importante reunir na terça, e já deliberarmos e, assim, darmos continuidade. Existe um ditado que diz o seguinte: o apressado come cru. Em CPI, a gente precisa ter muito cuidado e caminhar seguir das coisas.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nessa segunda-feira, estava lotada a CPI, não faltou ninguém! Segunda-feira, agora, às dezoito horas. Por que fazer na terça? Estamos num momento de urgência! É segunda-feira. Todo mundo está com medo de vir trabalhar?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há nenhuma decisão. Nós vamos convocar, se necessário.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Segunda-feira eu não posso, e outros parlamentares têm....

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vejo o seguinte.

Eu queria fazer um apelo. Pergunto à secretaria se, no momento, temos a presença, entre titulares e suplentes, da maioria absoluta. Há consenso quanto à quebra do sigilo desses dados que já estão disponibilizados na CPMI. É uma questão de funcionalidade. Se houver consenso, eu faço esse apelo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, só tem um detalhe: o requerimento, mesmo havendo consenso, exige votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Farei a votação nominal. Faço uma consulta prévia sobre a existência de consenso quanto à quebra do sigilo bancário desses elementos disponíveis na CPMI dos Correios.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto à secretaria se temos o número necessário.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, rogo a V. Ex<sup>a</sup> que requirite da secretaria a petição que encaminhei a V. Ex<sup>a</sup> a respeito da quebra do sigilo. Está em mão da secretária.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à secretaria que disponibilize aqui, na mesa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas como preliminar, Sr. Presidente, a respeito da questão dos horários...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O Relator está com a palavra. Asseguro a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, aqui está o Requerimento nº 233, que requer as transferências dos sigilos bancários. Mas, como preliminar, desejo colocar sob exame dos ilustres membros da Comissão o seguinte problema: estamos advertidos pela secretaria da Comissão de que os nossos trabalhos na terça e na quarta somente poderão iniciar-se às 11 horas e 30 minutos, em virtude de problemas relacionados com as atividades do Senado. Isso não nos impede absolutamente de, às 9 horas desses mesmos dias, em outro local, tratarmos das matérias referentes às preliminares das reuniões, para evitarmos aquilo que o Deputado Agnaldo lembrou com muita propriedade. O acesso à Brasília não é tão fácil assim de determinados lugares, e corremos o risco de, segunda-feira, não termos o **quorum** necessário para a decisão.

Vamos nos dedicar terça e quarta-feira, durante todo o dia, excepcionalmente às sextas-feiras, se se fizer necessário, para que os Deputados possam disciplinar a sua vida e dar conta das inúmeras obrigações que têm, independentemente dos trabalhos que os prendem a esta CPMI.

Como a reunião só pode se iniciar às 11h30, proponho que as reuniões anteriores de discussão de temas relativos à disciplina dos trabalhos sejam realizadas antes desse horário nas terças e quartas-feiras.

Vou fazer a leitura do Requerimento nº 233, da CPMI de Compra de Votos, porque combinei com o Sr. Presidente da Comissão. Requer a transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de todas as empresas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza e/ou de sua mulher, Renilda Fernandes de Souza.

O requerimento está embasado na Lei nº 157.952 e na Lei Complementar nº 105, de 2001. O requerimento, assinado por mim, Relator, passo às mãos do Sr. Presidente da Comissão.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, e quanto ao Cristiano Paz? Vamos fazer a quebra também? Por que não o Cristiano Paz, já que vamos ouvi-lo na próxima semana?

**O SR. (Orador não identificado)** – Quanto ao Cristiano Paz também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço, então, ao Relator se deseja aditar esse pedido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Além do meu requerimento, Sr. Presidente, há sobre a mesa requerimento da ilustre Deputada Zulaiê Cobra, pedindo também transferência do sigilo do Sr. Cristiano de Melo Paz, anexo ao meu requerimento, a respeito dos quais profiro o meu parecer de deferimento pela proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Consulto a secretaria se há **quorum**. Temos maioria absoluta. Eu pediria a todos que aqui permanecessem para que possamos fazer uma votação nominal.

Peço ao Vice-Presidente que faça o chamamento nominal de todos os presentes.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Atenção para a votação nominal. Iniciamos pelas Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Romeu Tuma; Senador Efraim Moraes; Senador Almeida Lima; Senador Leonel Pavan; Senador Teotônio Vilela Filho; Senador Maguito Vilela; Senador João Batista Motta; Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senador Ney Suassuna; Senador Sibá Machado; Senadora Ana Júlia.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy; Senadora Fátima Cleide.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi; Senador Valmir Amaral; Senador José Agripino; Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sim. Na nominal, eu voto.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Heráclito Fortes; Senador Paulo Octávio; Senador Alvaro Dias; Senador Reginaldo Duarte; Senador Sérgio Guerra; Senador Valdir Raupp; Senador Antônio Leite; Senador Alberto Silva; Senador Pedro Simon; Sena-

dora Serys Shlessarenko; Senador Nezinho Alencar; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Fernando Bezerra.

Passarei agora a colher os votos dos Srs. Deputados. Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Paulo Pimenta. Sim.

Deputado Devanir Ribeiro; Deputado João Corrêa.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Mauro Lopes; Deputado Wladimir Costa; Deputado José Rocha; Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Júlio Redecker; Deputada Zulaiê Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputado Raul Jungmann; Deputado Paulo Baltazar; Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputada Iriny Lopes; Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Concluído o PT. Três votos.

Vou retornando. PMDB. Deputado Gastão Vieira; Deputado José Divino; Deputada Almerinda de Carvalho; Deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Concluído o Bloco PFL/PRONA. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Concluído o PSDB.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL** (PP – MG) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Concluído o PP.

Deputado Carlos Dunga; Deputado Marcos Vicente.

O PL já está concluído.

Deputado Fernando Coruja; Deputado Renato Casagrande.

O PCdoB já está completo.

Algum dos Srs. Senadores não votaram, por gentileza?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Devanir Ribeiro, “sim”.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Senador Wellington.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Algum outro das Sr<sup>as</sup> e do Srs. Senadores não foi chamado? Perfeito.

Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Do Partido dos Trabalhadores eu já tinha colhidos os três votos, dois dos titulares e o do Deputado Odair, como suplente. Portanto, fica registrado em Ata, mas não conta a título de quórum.

Algum outro Parlamentar?

Deputado do PMDB, José Divino, como vota?

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Concluiu, portanto, a votação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, os votos do PSDB foram completados?

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Os votos do PSDB, Deputados ou Senadores?

**O SR. (Orador não identificado)** – Deputados.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Deputados do PSDB votaram Antônio Carlos Mendes Thame e Zulaiê Cobra. Dois votos, os dois votaram.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ok.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O resultado apurado, Sr. Presidente, foram 23 votos “sim”, nenhum voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Assim, declaro quebrados os sigilos bancários na forma dos requerimentos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a palavra não pela ordem, vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup> porque é a sua vez.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, primeiro, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, penso que V. Ex<sup>a</sup> tem que consultar o Plenário se todos concordam que essa votação valha individualmente para cada requerimento, porque, na CPI do Banestado, tivemos problemas de votar muitos requerimentos de uma vez só. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem que computar como se fosse uma votação individual para cada quebra de sigilo. V. Ex<sup>a</sup> vai perguntar, e vamos dizer que “sim” – se V. Ex<sup>a</sup> concordar, evidentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É evidente que vou consultar o Plenário para escoimar qualquer eiva de nulidade se todos estão de acordo com relação à votação nominal dos três requerimentos, os requerimentos referentes à empresas SMP&B Comunicação Ltda, DNA Propaganda Ltda, do Sr. Cristiano Melo Paz, exatamente o que é sócio do Sr. Marcos Valério Fernandes. São esses os requerimentos.

Se todos concordarem, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, não há necessidade, porque a jurisprudência do Supremo, em matéria de quebra de sigilo bancário, determina que seja cada um autorizado isoladamente. O meu parecer pode ser dado de maneira completa, porque, afinal de contas, é favorável a todos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas foi o que foi feito agora, Sr. Deputado. Agora foi feito isoladamente. Apenas todos concordaram em votar da mesma maneira em cada um dos requerimentos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Essa é a opinião do Relator, no sentido de que deve ser votado cada um isoladamente, a fim de não haver nenhum problema posterior quanto à validade da quebra do sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi votado, então, o primeiro. Agora, votaremos o segundo. Faremos a seguinte chamada...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, Sr. Presidente, eu acho que não precisa. Se V. Ex<sup>a</sup> concordar... Pergunte se todos concordam que seja o mesmo voto do anterior. Então, é isolado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu fiz exatamente essa pergunta e entendi que assim estamos sanando eventual vício. Mas, se quiserem exatamente... Eu não vejo necessidade. Então, eu fiz a pergunta e vou repetir...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Gostaria de consignar o meu voto. É só consignar que estava na outra CPI. Concordo com a decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Por fim, mais claramente, faço a seguinte pergunta: embora o parecer do Relator tivesse incluído os dois requerimentos. Quer dizer, tínhamos um parecer favorável pela quebra do sigilo bancário, inclusive pelo acesso a esses dados. Mas, de qualquer maneira, vamos deixar claro: se todos repetirão os mesmos votos dados anteriormente na quebra de sigilo das empresas SMP&B e DNA, assim também no que se refere ao Sr. Cristiano de Mello Paz. Todos confirmam? Sim. Então está sanada a eventual dúvida.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É praticamente a mesma organização empresarial, a constituição é quase a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na sequência, preciso dar a palavra ao próximo orador inscrito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu já estou aguardando há meia hora.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só um questionamento: não tem requerimento para quebrar sigilo de outras empresas como Grafitti, 2S?

**O SR.** (Orador não identificado) – Todas, todas, todas as empresas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso é mais para termos acesso. Embora até a tese do Relator fosse a minha também, desnecessária. Mas para não deixar pairar qualquer dúvida, para buscar o caminho da legalidade, assim o fizemos.

Vamos conceder a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço a V. Exª, embora o depoente ainda não esteja aqui. Acho importante que o depoente esteja presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos chamar o depoente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A menos que tenhamos o suplente de depoente. Talvez o Senador Sibá Machado possa ser o suplente do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Enquanto aguardamos o depoente novamente, vou fazer um apelo...

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para que faça um breve relato das diligências procedidas, no dia de ontem, junto à Polícia Federal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Srªs e Srs. Deputados, como o nosso Presidente Amir Lando, em confiança à

minha pessoa e a mais três membros desta CPI, designou-nos para, junto aos órgãos de interesse desta CPI, conseguir os documentos.

Anteontem, Deputada Zulaiê, estive com o Diretor da Polícia Federal e me foram entregues todos os documentos sobre o caso em investigação, inclusive relações, que está à disposição da CPI.

Hoje cedo, fui também, em nome da CPI dos Bingos, ao Banco Central. A quebra de sigilo é coisa delicada. O Relator da CPI dá o prazo de 10 dias aos bancos para enviar os documentos. Mas não é o Banco Central que estabelece o prazo. Ele comunica o prazo dado aos bancos pela CPI e aguarda a remessa dos relatórios até a data estipulada.

Então, na quebra de sigilo, a CPI tem que se dar prazo aos bancos para que as informações sejam fornecidas. O Banco Central apenas as repassa e diz em que bancos nada consta. Então, são dois fatores importantes para que a CPI tenha velocidade e não haja conflito de que o Banco Central está demorando, não informa... Mas não é bem assim. Hoje nós tivemos uma reunião de mais de uma hora, que valeu a pena e, acredito, beneficiará o Relator também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a colaboração de V. Exª. Vamos distribuir tarefas para todos, para dar maior eficiência e celeridade.

Concedo a palavra, agora em caráter definitivo, ao nobre Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Deputado Roberto Jefferson, na realidade, esta CPI hoje vive um momento importante, porque, tendo sido o Deputado Roberto Jefferson quem fez a denúncia desse esquema chamado de mensalão, seria muito importante que iniciássemos ouvindo as palavras dele.

O Deputado Roberto Jefferson já falou e reiterou uma série de informações prestadas em depoimentos anteriores na Comissão de Ética da Câmara e na CPI dos Correios. É de se ressaltar que, ao contrário do que muita gente disse desde o primeiro depoimento dele sobre que não havia provas daquilo que ele estava dizendo, a maioria das informações dadas por ele se revelou verdadeira. Tenho aqui matéria da **Veja** da semana passada, cuja manchete é a seguinte: “A bomba da verdade”. E dez que foram pinçadas são efetivamente verdadeiras e estão se confirmando.

Então, acho que foi importante que se fizesse a CPI; foi importante esse processo do Conselho de Ética porque está dando resultados desejados.

Por outro lado, vejo aqui na nossa Comissão que o mensalão tem dois lados: o mensalão despesa e o mensalão receita. O mensalão despesa é exatamente



te o pagamento que se faz aos Deputados. Foram os Deputados, Senador, quem seja, funcionários, partidos que receberam aquele dinheiro de forma irregular e que devem ser investigados e punidos. Esse é o chamado mensalão despesa, que está já, diria assim, bastante avançado, porque, em relação a R\$55.841 milhões, já foram identificados quem recebeu e de que forma. Portanto, foi uma evolução importante.

Por outro lado, há o mensalão receita. Por meio dele, vamos saber de onde veio toda essa dinheirama. Aparentemente o Sr. Marcos Valério não tinha uma agência de publicidade, tinha uma lavanderia, por onde passava dinheiro dos seus contratos de publicidade, de outros contratos de publicidade e outros tipos de receita irregulares, que, no caso, o Sr. Delúbio ou outro qualquer estavam lavando na lavanderia do Sr. Marcos Valério.

Então, é necessário que, nesta CPI, possamos olhar também o lado da receita, porque acho que esse lado vai mostrar especialmente de onde vem a corrupção.

O Relator algumas vezes tem citado que vimos aqui o Deputado a, o Deputado b, o Deputado c, para que ele possa se defender. Acho que todos os Deputados que foram acusados terão todo um processo de defesa na Comissão de Ética da Câmara, como, aliás, o Deputado Roberto Jefferson teve a oportunidade de dar as suas opiniões. E os processos na Comissão de Ética já estão sendo abertos independentemente da atuação de qualquer CPI.

É necessário que nós aqui não fiquemos pensando só em olhar o Deputado a, b ou c, que pegou dinheiro como já se sabe, e deixar de lado toda essa questão da receita. Essa questão é muito importante, porque, por enquanto o processo que o Sr. Marco Valério e o Sr. Delúbio usaram para lavar esse dinheiro foi o chamado empréstimo bancário. Eles retiraram um pseudo-empréstimo, que aparentemente não ia ser pago, porque o Sr. Delúbio não tem esse dinheiro para pagar esse empréstimo. Então, era um empréstimo fictício para que esse dinheiro fosse distribuído sem deixar rastros.

Esta é uma forma, mas deve ter tido depósitos de outras empresas na conta do Sr. Marco Valério, que também foram utilizados para isso. E também pode ter outro tipo de atividade no sentido de geração de toda essa massa de receita.

Gostaria inicialmente de fazer perguntas ao Deputado Roberto Jefferson sobre essa questão da receita. V. Exª tem alguma informação adicional para que esta CPI possa efetivamente encontrar outras fontes de receita que não seja só esses pseudo-empréstimos

do Banco Rural e do BMG para financiar todas essas estruturas? Temos que investigar esses fatos.

Nós, evidentemente, com a abertura de conta, teremos muito melhores condições de dar essa informação do que o próprio Deputado Roberto Jefferson. Mas temos outras maneiras. Por exemplo, a agência de publicidade que trabalhava em contato com o Sr. Marcos Valério. Deram-me o nome de umas aqui. Na realidade, não tenho certeza, mas vou citar apenas porque foram as que me deram como agências de publicidade que estariam associadas também à questão do mensalão ou do Dr. Marcos Valério: Casablanca, Propeg, Ogilvy etc.

Então, gostaria de saber do Deputado Roberto Jefferson se ele acredita que, em outras estatais, em outros fundos de pensão, nas agências, na publicidade... V. Exª, Deputado, sabe tão bem quanto eu que a Petrobrás é uma empresa que não precisa de muita publicidade, porque ela é monopolista e, por isso, só vende petróleo às distribuidoras. A Petrobrás BR sim, mas a Petrobrás empresa... E, no entanto, o aumento da Petrobrás em publicidade foi brutal de 2002 para 2005, sob a pretensa razão de que o faturamento aumentou. O faturamento aumentou porque o preço da gasolina aumentou, mas isso não quer dizer que se vai gastar mais em publicidade. Então, eu gostaria de ter opinião de V. Exª, em primeiro lugar, sobre essa questão específica do lado da receita do mensalão. De onde V. Exª acha que veio essa dinheirama toda?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – Senador,** a meu ver, dessa movimentação de contas de publicidade, há uma vazador enorme desses recursos. Há outras empresas que têm um *lobby* com o Marcos Valério, e isso já vazou na imprensa. Há quase R\$600 mil de recursos transferidos para as agências DNA e SMP&B sem nenhum contrato de publicidade, de empresas privadas grandes, inclusive grandes bancos nacionais. Vejo que há recursos por aí.

Volto a dizer a V. Exª: o Sr. Marcos Valério não opera só conta de publicidade não. Ele se envolve em todos os tipos de negócio. Sou testemunha disso e disse isso aos senhores aqui no início das minhas palavras nessa reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ele intermedeia negócios de transferência acionária da Varig. Ele intermedeia reestatização de linhas de eletricidade da Eletronorte. Ele intermedeia transferência de recursos do IRB para outros bancos que não os bancos onde eles estão há vários anos. Ele intermedeia essa área de telefonia. Ele diz que faz essa intermediação na área de telefonia. Foi a Portugal se encontrar com o Presidente da Portugal Telecom para tratar de assuntos também dessa área. Há outras, é claro que há outras fontes de abastecimento.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Está bom.

A segunda questão refere-se à liderança de todo esse movimento. O Governo basicamente quer fazer crer que tudo isso foi feito pelo PT; que a Executiva do PT, que, diga-se de passagem, não é uma executiva de líderes políticos, porque tem muitos partidos cuja executiva é formada por Senadores, Deputados, como a maioria dos partidos. A Executiva do PT não. Ela foi, durante, se não me engano, muitos anos, oito anos, presidida pelo Deputado José Dirceu. Depois, foi passada por ele ao Deputado José Genoino e montou uma executiva que podíamos chamar de profissional. Eram pessoas – o Sr. Delúbio, o Sr. Silvinho e o Sr. Marcelo Sereno – que recebiam salário para trabalhar para o PT. Portanto, é muito difícil que algum brasileiro acredite que essas três pessoas tinham poder de montar toda a estrutura que montaram. O Sr. Delúbio não conversava com ninguém, tomava empréstimo, mandava dinheiro, enchia mala de dinheiro, mandava para o Brasil inteiro. O Sr. Silvinho nomeava e desnomeava, reunia-se com a, b ou c. O Sr. Marcelo Sereno também. Quer dizer, é toda uma estrutura sem chefe.

Deputado Roberto Jefferson, V. Exª acha – tem dito isto aqui, disse ontem e hoje – que o Ministro José Dirceu era o líder desse grupo. Eu quero concordar com V. Exª, Deputado. Eu também acho que, pelo papel que o Ministro José Dirceu exerceu no Governo, o Presidente Lula dizia que S. Exª era o capitão do time. S. Exª se comportava como Primeiro-Ministro. Eu acho que S. Exª é o líder de todo esse movimento. E nós precisamos ter as informações e os contatos necessários, para que nós possamos comprovar isso. Eu penso que o Ministro José Dirceu tem razão quando S. Exª diz que não pode ser condenado se não tiverem as provas.

Então, se nós desconfiamos que S. Exª é o líder – eu tenho uma desconfiança muito grande – cabenos, e a V. Exª também, que tem uma desconfiança aparentemente até maior do que a minha, conseguir essas provas.

Então, perguntaria a V. Exª: dessas conversas não republicanas que V. Exª teve diversas vezes com o Deputado José Dirceu sobre nomeações em Furnas, sobre Portugal Telecom, sobre qualquer outra nomeação, distribuição de recursos para campanha com o Ministro José Dirceu no Palácio do Planalto, onde quer que seja, há alguma testemunha que possamos chamar aqui para poder nos ajudar a confirmar que o Ministro José Dirceu era o chefe de todo esse esquema?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Muitas dessas conversas eram feitas entre mim e ele, José Genoino e Delúbio. Muitas das conversas, somente eu e ele. Essas conversas não tinham muitas

testemunhas, a não ser o pessoal da Casa ligado a ele, e eu. Posso depois mostrar a minha agenda com V. Exª e sempre havia uma exigência. Agenda com o Ministro José Dirceu: só o Deputado Roberto Jefferson. Só o Deputado Roberto Jefferson. Eu não podia levar ninguém a essas conversas.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Quer dizer que, na realidade, V. Exª imagina que já havia uma desconfiança da possibilidade de, no futuro, essas conversas poderem ser comprovadas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Uma tentativa de se proteger, não é?

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RJ)** – Em relação ao Ministro Gushicken. Eu também penso que S. Exª tem um papel importante, porque todas essas questões estão referidas a contratos de publicidade; alguns auxiliares dele até já pediram demissão. Também na Secretaria do Ministro Gushicken se colocaram os fundos de pensão. Vimos que há um problema com a Previ, também um fundo de pensão, em que há uma disputa interna. Hoje mesmo se noticia que o diretor da Previ está pedindo o afastamento do presidente.

Então, seria importante conseguirmos as informações, que V. Exª detalhasse tudo que sabe dessas conversas que teve, para que possamos definir o cabeça desse esquema. Não é possível levarmos uma CPI e, no fim, dizermos o seguinte “Bom, vamos punir os Deputados a, b ou c, que recebeu o mensalão, e vamos punir o Sr. Delúbio, o Silvinho e os auxiliares, sem dizer quem efetivamente comandou esse esquema.”

V. Exª insiste em dizer que o Presidente Lula não sabia do esquema. Eu vou acreditar, pelo menos por enquanto. Mas, realmente, se o Presidente Lula não sabia, alguém devia saber e alguém devia comandar, alguém devia mandar nesse esquema, porque ele somente pode ser feito do Governo para fora e não de fora para dentro do Governo. Era isso que eu gostaria de ouvir de V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Senador José Jorge, vou repetir uma coisa que venho dizendo aqui ao Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essas minhas conversas todas eram travadas inicialmente com o ex-Deputado José Genoino, lá no PT, o Delúbio. E todas eram homologadas com o ex-Ministro José Dirceu. Nada era definitivo, quando tratado de Presidente para Presidente de Partido, do Presidente do PTB com o Presidente do PT. Não era definitivo. Somente recebia a chancela final, a partir do momento em que o ex-Ministro José Dirceu se manifestava favoravelmente ou não. Então, tudo dependia da aprovação final dele. Nada era definido apenas pelo Deputado José Genoino, Presidente do PT no passado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Deputado Roberto Jefferson, o meu tempo está encerrando e eu gostaria de agradecer a V. Exª pelas respostas.

Faria um apelo ao Relator para que déssemos ênfase não apenas aos depoimentos, mas também e principalmente ao exame das informações, inicialmente das empresas do Sr. Marcos Valério, do lado da receita das empresas.

De onde veio esse dinheiro? Algumas quantias vieram de contratos do Governo, outras, de contratos de empresas privadas, muitas vezes sem prestação de serviços, para que se gerasse essa massa monetária que lhe permitiu criar mensalão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL** (PP – MG) – Sr. Senador, sob a orientação do ilustre Presidente desta Comissão, nós estamos montando uma equipe técnica cujos critérios de seleção são os seguintes: competência, isenção e honestidade, para que ela possa nos auxiliar no exame de uma grande massa crítica proveniente de todas as instâncias de apuração envolvidas neste caso.

É claro que V. Exª tem razão ao distinguir a necessidade de identificarmos a origem do dinheiro e estabelecer a sua suspeição, se realmente for. Mas eu quero lembrar a V. Exª que nós não podemos perder de vista o foco desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela foi constituída para apurar o pagamento feito a Deputados que aprovassem projeto do Governo.

É claro que ao indagarmos esta questão, nós temos em mente quem, quando, onde, como, por que e quanto, o que envolve toda questão sugerida por V. Exª. Mas há uma parte que eu desejo ressaltar. V. Exª alega que os nomes dos Deputados já constam de relações publicadas. Eu creio que isso não basta como elemento de inculpação. Em primeiro lugar, porque a relação tem que ser checada, ou as demais provas que viermos a colher. As pessoas citadas terão que prestar depoimentos a fim de fazer a sua defesa, porque não poderão, de maneira alguma, ser julgadas sem que exerçam as faculdades contidas no art.5º da Constituição, pela quais se assegura ampla defesa e contraditório em processo de qualquer natureza. A primeira com todos os recursos que lhe são inerentes. Eu, como Relator, terei particular cuidado com o “exaurimento” dessas prerrogativas dos possíveis acusados.

Quanto ao mais, eu estou de pleno acordo com V. Exª. Vamos fazer todas as indagações técnicas necessárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, na seqüência, ao próximo inscrito, Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, V. Exª ....

Sr. Presidente, eu solicito que zere o meu tempo, uma vez que...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Presidente? Sr. Presidente? Sr. Presidente, eu, na relação dos companheiros que foram acusados pelo Ex-Deputado Valdemar Costa Neto, esqueci de dizer o nome do Deputado, do Dr. Francisco Gonçalves, do PTB de Minas Gerais. E eu esqueci disso.

Quero dizer, aqui, também: não transferi nenhum recurso ao Deputado Dr. Francisco Gonçalves, nosso companheiro do PTB de Minas Gerais. Eu não falei. Estou sendo lembrado aqui pela Liderança e quero reiterar isso aqui. Esqueci, na hora em que citei os nomes, de citar o nome do Dr. Chico Parteiro. Desculpe-me, meu companheiro Chico Parteiro. Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, agora, passo a palavra, e começo a contagem do tempo, ao nobre Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Deputado Roberto Jefferson, V. Exª é Deputado desde...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Oitenta e dois.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Oitenta e dois. V. Exª afirmou que caixa dois é algo permanente. Foi durante todo esse processo que o senhor percebeu a presença de caixa dois nas campanhas eleitorais?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Todos esses anos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mesmo de recursos que não eram contabilizados? Recursos que não eram contabilizados na prestação de contas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, Deputado. Sim, Deputado Luiz Couto. Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – V. Exª durante esse período ouviu falar também sobre de compra de votos para aprovar emenda de reeleição ou aprovar alguma outra medida de interesse do Governo da época?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Luiz Couto, houve essa denúncia à época da Emenda da Reeleição e não se provou nada contra ninguém. A Comissão de Justiça apurou isso, de maneira muito vigorosa, uma ação muito vigorosa do PT àquela época – me recordo bem. E muitas pessoas inocentes foram inclusive acusadas; houve tentativa de vingança de ex-deputado, de deputado contra deputado, fita fantasma, mister x, mister Been, mister y, e nada foi comprovado. As pesquisas foram feitas, perícias na Universidade de Campinas, as vozes não

batiam, nada disso ficou tido como verdadeiro. Houve esse comentário, mas, não houve nenhuma prova.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Assim como V. Exª ouviu dizer acerca do mensalão e V. Exª disse que não tinha provas, mas que o comentário era geral, também V. Exª ouviu comentários, na época, da compra de votos para reeleição?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ouvi.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ouviu.

V. Exª, durante o Programa Roda Viva, mencionou o repasse de dinheiro do PSDB para o PTB. Certo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É verdade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Qual foi o valor do repasse? Quem repassou? Quando isso aconteceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sei o valor total. Mas presidi o PTB do Rio de Janeiro e recebi recursos para a campanha do PTB do Rio de Janeiro.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quanto o senhor recebeu para o Rio de Janeiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Do comitê, àquela época, na eleição de 1998/2002, em torno de R\$600 mil de repasse para a campanha do Rio de Janeiro, sem...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Foi em 1994 que aconteceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, em 1994 não presidi o Partido. Posso dizer em relação a 1998, porque eu era o Presidente lá.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas, em 1994, o Senador José Eduardo Andrade Vieira, também ex-banqueiro...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esse foi financiador de campanha. Foi financiador de campanhas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Mas, ele disse no Ministério Público, em Londrina, que confirmou o uso de caixa dois na campanha presidencial de 1994. V. Exª tomou conhecimento disso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, tomei conhecimento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Conversou com o Dr. José Eduardo, que era membro do seu Partido?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim. Ele era o Presidente do meu Partido.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ele afirmou que o candidato Fernando Henrique Cardoso acompanhava pessoalmente o volume de recursos financeiros arrecadados na campanha de 1994. E depois há um diálogo entre o Jornal **Folha de S. Paulo** e o Sr. José Eduardo sobre como era o sistema de arrecadação dos

Fundos de 1994? Ele respondeu: “Sei que o Sr. João Elísio...” O senhor conheceu o Sr. Elísio?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Conheci. Conheço. Foi Presidente Nacional do PTB.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Ele disse: “...fui junto com ele, duas ou três vezes, levar dinheiro para o Sr. Eduardo Jorge”. O senhor tinha conhecimento de que o Sr. João Elísio levava dinheiro para o Sr. Eduardo Jorge?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Mas quero dizer a V. Exª, Deputado Luiz Couto, que, depois da intervenção no Bamerindus... Não sei se essa entrevista a **Folha de S. Paulo** foi antes ou depois da intervenção no Bamerindus.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Foi em 17/11/2000.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O ex-Senador e ex-Presidente do meu Partido, José Eduardo Andrade Vieira, ficou com um ódio profundo do ex-Presidente Fernando Henrique e tudo fez publicamente para arranhar e tsnar a imagem do ex-Presidente Fernando Henrique.

Devo dizer isso a V. Exª, porque acompanhei de perto esse processo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E esses detalhes, essa minudência dele de transferir recursos ao Dr. Eduardo Jorge não posso dizer, não tenho notícias.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – V. Exª disse aqui em outros momentos que não dividiu recursos entre candidatos do PTB. Mas, na **Folha de S. Paulo**, do dia 12-6, V. Exª disse: “Eu e o Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, dividimos esses recursos entre candidatos”. O que vale, essa informação dada à **Folha de S. Paulo** ou essa informação de V. Exª agora na CPI?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aquela primeira declaração dada à **Folha** eu não tinha ainda uma idéia clara do montante de recursos que parti. Eu tirei o Emerson desde o primeiro momento, desde o primeiro momento que recebi o recurso sem recibo, de qualquer movimentação dessas contas; ele podia até ouvir falar de mim, mas quem fez a partilha fui eu. Partilhei, sim, com muitos companheiros do PTB candidatos e muitos companheiros da coligação candidatos; só não vou falar quem e nem vou publicar lista.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E V. Exª, também na Comissão de Ética, em 14/06, diz o seguinte: “E eu autorizei aos companheiros do partido que fizessem despesas em função do que foi tratado”.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É verdade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É verdade?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É verdade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Que companheiros esses eram companheiros candidatos...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Candidatos. É, os candidatos. Companheiros candidatos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – ... e também Parlamentares outros?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, o Parlamentar não precisava de financiamento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – De que contas que...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Os companheiros candidatos nos Estados.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E dívidas que foram de campanha?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pois é, que eles podiam se endividar nas campanhas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Mas também de Parlamentares que se endividaram?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Cito um exemplo a V. Exª...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pois não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... do Deputado Joaquim Francisco. Eu autorizei ele a fazer despesas, não transferi um recurso a ele, e hoje a situação pessoal dele é dramática porque é um homem de classe média, é um homem humilde e, acreditando em mim e na minha palavra que eu poderia honrar compromissos com ele e ajudá-lo na sua campanha, assumiu contas vultosíssimas e até seu carro acabou sendo seqüestrado. E isso aconteceu.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Deputado Roberto Jefferson, quem eram os responsáveis pelo PTB, responsáveis pelas tratativas para a nomeação de quadros indicados pelo PTB para cargos no Governo Federal? Quem era que fazia?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Junto ao Governo?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu, o Presidente e o Líder da Bancada.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Líder da Bancada. Então eram esses... As tratativas eram feitas...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, era institucional.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Eram feitas com quem?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Com o Ministro José Dirceu e o Silvinho Pereira.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. De forma institucional?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, de forma institucional.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor falou o seguinte: que se tivesse sido resolvida a questão da Portugal Telecom, se os recursos tivessem chegado, que a crise teria acabado. Mesmo que fosse conseguido de forma irregular, o senhor acha que poderia...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A crise... Deputado, o recurso viria; eu não sei se ele viria de forma regular ou irregular, mas a crise do PTB estaria sanada.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas o senhor acha que mesmo, quer dizer, tendo uma situação dessa...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A crise do PTB estaria resolvida.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor não falaria mais sobre isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aí é outra conversa, aí foi uma briga minha com o José Dirceu.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não, eu pergunto: se tivesse sido resolvido...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não teria evitado porque V. Exª quer... Uma coisa independe da outra. A briga aconteceu a partir do momento que eu denunciei ao Presidente Lula o "mensalão".

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Mas, se tivesse acontecido isso, o senhor não teria falado nada do que o senhor falou na imprensa?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não, não. V. Exª não está entendendo. O motivo do desentendimento entre mim e o Ministro José Dirceu é que ele botou fogo nessa situação contra mim por causa do Sr. Marinho do Correios. Eu incomodei, porque abalei uma estrutura, um pensamento de cúpula de partido e de alguns membros de Governo. O "mensalão", para mim, é estratégia, é alugar burguesia corrupta para não repartir poder e, quando insisti nisso com o Presidente: "Olha, Presidente, olha, Presidente, o Delúbio está botando uma bomba na sua cadeira, Presidente", eu criei um inimigo, que foi o José Dirceu.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor disse o seguinte: que, em janeiro ou fevereiro de 2004, a pedido de Múcio, o senhor recebe Delúbio, que faz a proposta e afirma que PL e PP recebem a mesada. Diz no seu depoimento: "Reuniu-me a Bancada assim que começou o ano legislativo de 2004. Coloquei isso a minha Bancada e foi a voto. Rejeição por unanimidade". Mas, no programa "Roda Viva", de 20/06, o senhor diz o seguinte: "Falei informalmente com mais ou menos quarenta Deputados". Que é que vale aí a primeira informação ou a segunda?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Uma não muda a outra. Uma não muda a outra, é a maneira de falar, é a maneira de dizer.

Eu recebi o Delúbio em minha casa em meados de dezembro de 2003, em meados de dezembro. Depois, conversei com o Deputado José Múcio, em meados de dezembro de 2003, logo depois da eleição dele como Líder da Bancada do PTB. Quando esse assunto veio, a Bancada estava me cobrando, alguns estavam me cobrando, na Bancada, isso que já acontecia aqui na Casa. Conversei com ele e com o Ministro e, depois, numa reunião da Bancada, logo no princípio do ano legislativo de 2004, saiu o assunto. Falei: “Aqui, gente, eu não vou pegar mensalão para distribuir. Qual é a tua opinião, Múcio? “Sou contra”. “Quem é a favor aqui”? “Não, ninguém é a favor”. Então...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quer dizer que foi uma reunião informal?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, é que essa... Deixa eu explicar uma coisa a V. Ex<sup>a</sup>. Como o nosso gabinete de liderança é perto do plenário, a gente junta ali. Tem sempre um lanche de tarde. Então, a gente junta ali trinta, quarenta Deputados. E muitas dessas coisas são decididas informalmente. Não há uma ata de convocação da Bancada com deliberação. Foi uma consulta política.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Em maio de 2004, o senhor afirma que, com o Emerson Palmieri, fizeram um acordo político de apoio para a campanha, em reunião com Delúbio, José Genoíno e Marcelo Sereno?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Junto com o Deputado José Múcio.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Com o José Múcio. Eles aprovaram R\$20 milhões de reais. Cumpriram a primeira parte, em princípio, em julho de 2004: R\$4 milhões. Levaram primeiro R\$2,2 milhões, duas malas enormes, notas de R\$500 e de R\$100, etiquetadas pelo Banco Rural e pelo Banco do Brasil. O senhor disse que, até esse momento, não tinha informação acerca do Banco Rural, mas o dinheiro – porque era dinheiro vivo – estava com etiqueta do Banco Rural. Como é? Chamou a atenção do senhor?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, chamou. Eu me recordo bem. Parte do dinheiro, vamos dizer, 40% dos recursos eram do Banco Rural e 60% dos recursos com etiqueta do Banco do Brasil.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quer dizer, mas o senhor sabia que aquele dinheiro era do Banco Rural. O senhor disse que, até aquele momento, não sabia que a origem era do Banco Rural.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, vi ali.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Na sua fala, o senhor falou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vi ali.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Está bom. Outra coisa eu queria verificar com o senhor: as alianças que o PTB fez no Governo Collor de Melo, no Governo FHC, no Governo Lula. Essas alianças atenderam ou não interesses que estavam situados além do campo da aliança política ou foi uma aliança política?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Houve aliança política, houve financiamento de campanha, sem dúvida, e participação no Governo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Era também para ocupar algum espaço na estrutura organizacional?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim. No primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique, Deputado Luiz Couto, o PTB teve dois Ministérios: o Ministério da Fazenda, que foi administrado pelo Senador José Eduardo Andrade Vieira, e o Ministério do Trabalho, que era o mineiro Paulo, Paulo...

**O SR.** (Orador não identificado) – Paiva.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Paulo Paiva, nosso companheiro do PTB de Minas Gerais, Paulo Paiva. Os dois Ministérios. No segundo Governo do Presidente Fernando Henrique, tomamos uma deliberação. Tomamos, quem? O Deputado Walfrido dos Mares Guia, o Deputado José Carlos Martinez, eu e o Deputado Luiz Antonio Fleury – eu era o Líder do Partido – de não participar do Governo, porque nós estávamos com uma marca de fisiologismo, porque de todos os Governos nós participamos. Temos de mudar essa cara do PTB. Não vamos participar. Vamos ajudar o Governo, vamos dar um apoio ao Governo do Presidente Fernando Henrique agora e não vamos reivindicar cargos no Governo do Presidente Fernando Henrique; no segundo, no segundo Governo. E assim nós fizemos. Fomos ao Alvorada, tomamos um café da manhã com o Presidente Fernando Henrique, comunicamos isso a ele, apoiamos o Governo dele até o final. O que nos permitiu, no ano de 2000 – porque a eleição depois foi em 2004, em 2002 – no ano de 2000, nós, então, costuramos uma aliança com o PPS e o PDT para apoiarmos e lançarmos a candidatura do Ministro Ciro Gomes, candidato nosso numa aliança à Presidência da República. Lançamos, apoiamos a candidatura do Ministro Ciro Gomes e, no segundo turno, apoiamos a candidatura do Presidente Lula.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Para concluir, Sr. Presidente, eu, depois solicito a re-inscrição porque tenho outras perguntas a fazer ao Deputado Roberto Jefferson.

Há sempre um aspecto que colocamos. Quando a verdade é divina e é revelada, acreditamos pela fé e aderimos pela convicção. A verdade humana precisa de provas, de evidências, de dados concretos. Algumas vezes, o senhor diz “eu tinha a impressão”, “ouvi dizer”, “ouvi comentar”. Então há muita coisa que o senhor falou porque ouviu falar, porque ouviu dizer.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor não tem provas.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro que não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Deputado, eu tenho ouvido coisas tenebrosas no Parlamento. Tenho ouvido coisas que quando peço provas para as pessoas que trazem as denúncias elas não as têm. Digo que me calo e não vou repassar porque não vou ser leviano de passar uma informação que não tenha consistência. Costumo só afirmar o que tenho de dados concretos, o que tenho de provas, o que tenho de evidência.

Era isso, Sr. Presidente. Solicito a minha re-inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Deputado, o seu tempo já estava concluído.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Luiz Couto, sou uma testemunha qualificada. Os episódio que narro, eu vivenciei. V. Exª é padre, a palavra testemunha vem da Igreja porque os candidatos a padre tinham que ser tocados. Testemunha vem de testículo, para ver se não eram mulheres disfarçadas de homem para concorrer a vaga papal. Testemunhar vem da palavra testículos. Sou testemunha qualificada porque muita coisa que tomei conhecimento, que vivenciei, coloquei concretamente aqui. As coisas que suponho, faço questão de dizer: isso é uma suposição, não é um fato concreto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – V. Exª disse várias vezes que foi impressão, que ouviu dizer, que foram comentários, procuro ter esse cuidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Deputado Roberto Jefferson, 15 minutos das oitavas e das respostas, está concluído. Por gentileza, Deputado. Tanto o tempo para pergunta, quanto o tempo para resposta, já está concluído.

Antes de passar para o próximo inscrito, quero dar ciência a esta Comissão que recebemos uma informação do Banco do Brasil que esclarece suprimimento de numerário e uso de cinta identificadora. Considero importante dar conhecimento a todos os Parlamentares.

No que diz respeito à divulgação de saques de recursos com carimbo ou identificação do Banco do

Brasil cabe registrar que, por delegação do Banco Central: o Banco do Brasil atua como supridor exclusivo de numerário para todo o sistema financeiro em 2.580 pontos. Até mesmo nas praças onde há representação do Banco Central, o Banco do Brasil abastece, eventualmente, a rede bancária quando solicitado. Por este motivo, grande parte do numerário que circula no País tem a cinta identificadora e carimbo do Banco do Brasil. Sendo assim, não se pode afirmar que qualquer movimentação final de recurso ocorra necessariamente nas agências ou tesourarias do Banco do Brasil.

Uma nota importante do Banco do Brasil comunicando que não obrigatoriamente, por ter a cinta do Banco do Brasil, o recurso é originário do Banco do Brasil. A nota é importante, eu a considero relevante e, por isso, dei ciência aos senhores.

Pela ordem, a próxima oradora inscrita é a Senadora Ana Júlia Carepa, que dispõe de 15 minutos.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, que preside esta reunião, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, eu ia iniciar fazendo exatamente este esclarecimento, não porque tenha recebido a nota oficial, mas porque sou funcionária de carreira do Banco do Brasil, concursada há 22 anos. Eu ia exatamente dizer isso que não necessariamente o Banco do Brasil, oficialmente, fornece recursos. Então, isso não quer dizer que o recurso tenha saído de uma agência do banco; ele fornece para todos os bancos, por delegação do Banco Central.

Bem, mas isso não quer dizer que não devamos investigar; estamos aqui para isso, para investigar absolutamente tudo, de forma mais aprofundada, inclusive saber exatamente o que são esses recursos. E não só quem sacou, mas quem depositou, de onde vêm e realmente para que servem esses recursos. Por conta disso, eu gostaria de fazer perguntas ao depoente. Tenho dúvidas por causa de algumas contradições na fala do Deputado Roberto Jefferson.

Bom, primeiro, pergunto o seguinte: V. Exª confirma a entrevista que deu à **Folha** no dia 12 de junho? Todas as informações?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Confirmo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Certo. V. Exª diz o seguinte: que recebeu, reuniu o Partido, comunicou que o repasse de dinheiro se daria em cinco etapas, a história dos 20 milhões. O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho: 4 milhões, em espécie, em duas parcelas, uma de 2,2 milhões e, três dias depois, uma de 1,8 milhão. Quem trouxe os recursos à sede do PTB foi Marcos Valério em malas de viagem. Que V. Exª e o Emerson Palmieri, Tesoureiro informal do PTB, dividiram esses recursos

entre os candidatos. O senhor vai ouvir ou vai ouvir o seu advogado primeiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A voz de V. Exª é muito mais melodiosa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Deputado.

Diz que assumiram compromisso, que o senhor já falou aqui, com outras parcelas que viriam. Elas não vieram, os candidatos do PTB que haviam assumido o compromisso de campanha entraram em crise. Mas o senhor diz que dividiu entre os candidatos. Todavia, na Comissão de Ética, há dois dias, 14/06, o senhor já diz outra coisa. O senhor já diz que não distribuiu esses recursos, o senhor trancou num cofre esses 4 milhões. O que é que vale? A primeira entrevista que o senhor deu à **Folha** em que diz que distribuiu os 4 milhões, ou o seu depoimento na Comissão de Ética em que o senhor diz que não distribuiu os 4 milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Distribuiu e dividiu, não é isso? São verbas diferentes?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – “Dividimos esses recursos entre os candidatos”.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E a segunda? Distribuí.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não, o senhor diz que só...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Na primeira, eu falo dividi?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Só autorizou, na segunda, que fizessem despesas em função do que foi tratado, que o senhor guardou num cofre.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro. É claro que o Dr. Emerson Palmieri me ajudou a pensar a divisão. A distribuição, fiz só, não comprometi o Partido nem o Tesoureiro do Partido.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Mas, então, o senhor distribuiu os recursos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro que sim, Deputada.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – O senhor, na Comissão de Ética, diz que guardou. Então não é verdade o que o senhor falou na Comissão de Ética?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro que eu guardei, não podia deixar esse dinheiro sem guardar.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Mas o senhor distribuiu ou guardou?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Distribuí, só não digo a quem distribuí.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ah! Então, esse dinheiro não existe mais no cofre?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro que não.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ah! Não. Porque o senhor falou. Deputado, eu estou aqui para ajudar a esclarecer.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro. E de maneira gentil,...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Assim como eu não conheço...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ...elegante.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – ...nunca havia ouvido falar em compra de votos por mensalidade, eu já havia ouvido falar, apesar de, na época, não ser Deputada, em 1998, 1997, em compra de voto à vista, não é, para a emenda da reeleição. A prazo, eu não tinha ouvido falar, ouvi falar aqui e quero dizer que abomino – por carnê, não é? – as duas formas, a vista ou a prazo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Está bem, Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Acho que temos que investigar e quem for culpado tem que ser punido.

Bom, aliás, cabe a esta Comissão investigar a compra de votos, inclusive a vista, não só a prazo.

Mas pergunto isso, Deputado, porque também V. Exª, num primeiro momento, diz que o Deputado, infelizmente – ele é citado porque V. Exª o citou –, já faleceu. Martinez não havia recebido nada no primeiro depoimento que V. Exª deu. Depois, V. Exª reconhece: “Não, ele recebeu um milhão”. V. Exª confirmou aqui que ele recebeu um milhão e que foram recursos para pagamento de dívida de campanha.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nunca disse que ele não recebeu, Senadora...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Bom, não é o que diz...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... desde o primeiro momento, até a **Folha de S. Paulo**... Não recebeu mensalão, mas ele recebeu...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ah, ele recebeu recurso.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... mas recebeu recurso e me comunicou. Desde o primeiro momento eu disse isto: o Deputado José Carlos Martinez, em agosto ou setembro de 2003, me comunicou essa transferência de recurso.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Então, foram os quatro milhões que o senhor distribuiu para os candidatos que o senhor não quer dizer; um milhão que o Martinez lhe comunicou e, segundo as declarações da Srª Simone, tem aí outra forma, tem o saque



do Emerson Palmieri de dois milhões quatrocentos e sessenta e oito mil. Então, o PTB, ao final, recebeu quatro mais um cinco, mais dois, quatrocentos e sessenta e oito, aproximadamente, sete milhões e meio.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu acho que V. Exª estava fora do plenário.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não. Eu vi que V. Exª disse que era a mesma coisa. Mas eu quero entender. Porque não é o que diz...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu acho que não me fiz explicar a V. Exª

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não, para mim não é que...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mas faço questão de fazê-lo. Uma mulher inteligente, bonita como V. Exª, merece uma explicação bem apurada e bem apurada.

Um milhão, realmente, eu confirmo que o motorista do falecido Deputado José Carlos Martinez, Jair, sacou. Eu tenho essa informação e já expliquei isso ao País desde a informação que dei à **Folha de S. Paulo**, à jornalista Renata Lo Prete, eu reconheço isso. E o total dos recursos que chegaram a nós no PTB, que foram entregues por Marcos Valério no princípio de julho, no ano passado, é quatro milhões de reais. Esses dois e quatrocentos, deve ser, assim, a formação do caixa, a movimentação financeira do Delúbio com a agência onde ele sacava recursos para entregar ao PTB. São quatro milhões. Se a senhora quiser somar os recursos passados que o Deputado José Carlos...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Isso é o que senhor está dizendo. É óbvio.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A senhora acredite ou não.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não. Eu estou dizendo o seguinte: nós estamos aqui partindo de uma CPMI exigida – aliás, eu assinei esta CPMI – para investigar compra de votos ou o nome técnico, recebimento de vantagens por parte de membros do Congresso Nacional para votação de interesse do Poder Executivo. E não quer dizer que seja apenas o Poder Executivo deste momento. Nós vamos investigar, como já falei, a compra de votos ou a percepção de vantagens por parte de membros do Congresso Nacional tanto a prazo, quanto a vista.

Bom, eu digo isso porque nós estamos partindo aqui de premissas colocadas de que Parlamentares... Ficou colocado como todos esses Parlamentares que receberam esses recursos que o Sr. Marcos Valério diz, que a Drª Simone fala, as quebras de sigilo dos bancos também demonstram para alguns – que está colocado que é mensalão – que, aliás, seria para comprar, como V. Exª diz, Deputados ou exército de mer-

cenários. Eu só não entendo uma contradição nessa questão. Para alguns, foi para pagar dívidas; para outros, foi para comprar Deputado. E, os do PT, será que eles precisavam disso para votar a favor do Governo? Eu não creio nisso. Isso é uma história inverossímil, principalmente quando se trata de Parlamentares do próprio PT que têm uma história de fidelidade partidária, de compromisso com o Partido que ajudaram a construir, ajudaram a eleger o Governo. Por que, então, iriam precisar desse tipo de recurso?

Eu coloco isso porque eu acho que é estranho. Assim como também acho estranho quando o senhor diz, por exemplo, que o Deputado José Dirceu foi o que mandou investigar. Por que haveria necessidade de investigação do PTB? Por que construir provas contra o PTB, se o PTB era base do Governo? Qual a lógica? Qual a lógica concreta disso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª já terminou?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu já fiz a pergunta.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª tem feito várias perguntas. Quer que eu responda a todas?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª fala em premissas e eu falo em promessas. As premissas foram estabelecidas, e as promessas foram descumpridas. Eu jamais acusei um Parlamentar do PT. Repare. V. Exª tem os documentos em suas mãos. Quando eu falei da base aliada, eu falei PL e PP. Eu jamais falei PT. O descobrimento dessa transferência de recursos a alguns Parlamentares do PT, eu também fiquei sabendo no mesmo dia que V. Exª, na publicação desses documentos da CPMI. Jamais eu acusei o PT. Pelo contrário. V. Exª vai se recordar disso. Jamais fiz essa acusação contra o PT. Jamais.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – V. Exª diz então que esses recursos dos Parlamentares do PT podem não ser exatamente esses do mensalão?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Olhe bem, os recursos destinados aos Deputados do PT...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu sei que eles vão ter que vir aqui e serão questionados por nós e terão que dar explicações.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deixe-me terminar, Senadora.

Eu acho até uma humilhação fazer isso com o Luizinho. Isso é alguma coisa que ele precisou liquidar, contas. É uma humilhação dizer que ele está no mensalão com uma ida ao Banco Rural, R\$20 mil!

O Paulo Rocha, pelo que acompanhei de perto, na eleição do Pará, em Belém, era um homem que estava

fazendo recursos de campanha. Eu vi. É uma injustiça dizer que ele recebia mensalão para votar. Não é isso. Eu distingo, Senadora. Aliás, acho que eu tenho feito isso com muita clareza. Mas havia entre nós na base... Essa história de mensalão não chegou assim de forma mais clara a V. Exª porque não há no Senado essa informação. É só na base da Câmara. Essa coisa V. Exª não viveu, não tinha essa informação aqui, no cafezinho do Senado, na sala de chá do Senado porque não houve, no Senado, esse tipo de coisa. Mas na Câmara era uma pressão louca no dia-a-dia. Havia, por parte de Partidos da base, uma disputa louca para tomar o Deputado de outro Partido e com este tipo de oferecimento: luva, R\$150 mil, R\$200 mil, R\$1 milhão, R\$30 mil por mês. Infelizmente, houve isso. No Senado, V. Exª não tem essa experiência porque isso não chegou ao Senado da República. Não passou por lá. Mas na Câmara, infelizmente, foi assim, Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Quer dizer então que V. Exª confirma aquela afirmação que eu fiz antes, quando disse: quem diz que não conhece é porque recebeu... V. Exª está confirmando aqui que o Senado realmente... Se alguns Senadores souberam, acho que prevaricaram, porque nunca ousaram falar para ninguém, nunca ousaram denunciar. Se eu soubesse desse tipo de coisa... A obrigação de qualquer Parlamentar, principalmente quando ele é da Oposição, é fazer a denúncia ao Conselho de Ética, fazer a denúncia ao Ministério Público. Assim, se algum Senador aqui soube de alguma coisa, realmente prevaricou porque deveria ter feito essa denúncia.

Não quero mais fazer perguntas. Quero registrar uma novidade que apareceu aqui no depoimento. Refiro-me à informação sobre o valor de R\$200 mil. Eu nunca tinha ouvido, em nenhum dos seus depoimentos, V. Exª confirmar esta informação sobre os R\$200 mil para ajudar um motorista.

Nós estamos aqui e não podemos prejudicar ninguém, muito menos permitir que qualquer pessoa que tenha cometido erros possa passar impune. Não podemos permitir isso, mas não podemos, repito, prejudicar ninguém. Assim como uma parte desses recursos foi justificada ou para pagar dívidas de campanha ou para ajudar alguma pessoa, ou para ajudar filho de alguma pessoa, nós também temos de ter aqui a tranquilidade porque estamos num papel muito sério. A sociedade vai cobrar de nós...

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Muito obrigado, Senadora. Conclua, por favor, Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Para concluir, a sociedade vai cobrar muito de nós que sejamos firmes, que punamos os culpados, mas que não

cometamos injustiças até porque repetiram muitas vezes a mesma história sobre um cidadão chamado Ibsen Pinheiro, que foi até cassado; e há pouco tempo, viu-se que ele foi cassado de forma injusta, cometeram um terrível erro.

Só para concluir, Deputado, não vou mais fazer pergunta, mas quero aqui fazer uma observação. Aqui se falou muito em honra e eu queria dizer que o filho do Deputado Roberto Jefferson é funcionário da Prefeitura de Belém, recebe DAS 9, do gabinete do Prefeito, a partir de 1º de janeiro, mas, ao mesmo tempo, ele era também assessor da Câmara dos Deputados e, segundo o **Diário da Câmara**, ele só foi exonerado no dia 14 de março de 2005 e é funcionário comissionado da Prefeitura de Belém desde 1º de janeiro de 2005. Acho que também temos de dar os bons exemplos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Qual é a questão?

**O SR. (Orador não identificado)** – A Senadora Ana Júlia disse que qualquer Senador que tivesse conhecimento, ou qualquer Parlamentar, e não tivesse dado conhecimento à sociedade nem ao Conselho de Ética estaria prevaricando. Eu gostaria de saber da Senadora se ela aplica esse conceito ao Presidente Lula, porque o Presidente Lula tomou conhecimento várias vezes e gostaria de saber...

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Muito obrigado, Deputado, mas a Mesa não entende que isso seja uma questão de ordem.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Não concordo com V. Exª que ele conhecia. Conhecia tanto quanto eu, Senadora, que não sabia de nada. Toda a Bancada de Senadores e Senadoras do PT também não sabia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Senadora, obrigado, mas não se trata de uma questão de ordem.

Ilustre Deputado Agnaldo Muniz, V. Exª tem o tempo de 15 minutos.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sr. Presidente, nobre Relator, caro depoente. Esta CPI, no início, lutamos muito para que fosse instalada na Câmara, porque, inicialmente, só se falava de suposta compra de votos relativa a Deputados Federais. Então, no nosso entendimento inicial, era uma CPI que trataria de assuntos da Câmara dos Deputados. Entendi, até fui muito veemente nessa questão, que Senadores não deveriam estar investigando Deputados federais nem Deputados federais investigando Senadores; que o assunto deveria ser resolvido na Câmara. Portanto, lutei inicialmente para que fosse uma CPI instalada espe-

cialmente na Câmara, mas, no decorrer dos trabalhos, começa-se a verificar que Senadores possam estar envolvidos. Então, hoje me curvo àquele pensamento inicial e digo que foi de suma importância para a sociedade brasileira que esta CPI fosse mista. Por outro lado, foi muito dito que seria uma CPI chamada chapa branca, uma CPI que o Governo conduziria, ou que a base do Governo teria condições de conduzir. Hoje, no início dos trabalhos, verificamos que ninguém tem controle sobre CPI, que a CPI começou muito bem, todos os Parlamentares, dos mais diversos Partidos, estão aqui fazendo as suas colocações, as suas observações, inquirindo o depoente a todo instante e falando com clareza. E o depoente, em total liberdade...

Quero aqui parabenizar a Mesa pela forma com que está conduzindo, na mais absoluta democracia, deixando que todos participem, dentro de tempo, que haja intervenções, o que não é pertinente é esclarecido, mas é importante a gente não perder o foco, porque o foco desta CPMI é compra de votos, e nós estamos trabalhando em cima disso. É importante discutir porque hoje observo que a CPMI dos Correios está extrapolando a sua competência e entrando na competência desta CPI Mista. E isso é importante. Aqueles requerimentos para trazer toda a documentação para cá. Acho que é importante dar liberdade até as próximas pessoas que vão depor em optar por vir prestar seus depoimentos e esclarecimentos diretamente à CPMI que tem a competência para investigar esse tipo de questão.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero aqui deixar muito claro que esta CPMI vai chegar a conclusão lógica, clara e vai trazer o esclarecimento à sociedade brasileira, da forma como ela merece. A sociedade vai ter seus anseios atingidos, porque aqui vamos trabalhar com afinco, dedicação, todos os Partidos, seja da base, seja da Oposição, e dizer muito claramente ninguém tem poder sobre esta CPMI e não vai conseguir dirigir a lado nenhum. Nós vamos fazer com a maior isenção, de forma isenta vamos apurar e punir os culpados. Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui hoje e vamos trabalhar com muita dedicação.

Quando vi meu companheiro aqui hoje, Vladimir, falava lá para o seu Estado, vi outros dizendo para outros Estados, porque toda a sociedade brasileira hoje está voltada para cá, vendo as nossas ações, os nossos trabalhos e a forma como está sendo conduzido, como está sendo dirigido.

Quero aqui dizer que não é fácil trabalharmos investigando companheiro; é uma tarefa árdua. Não é fácil isso. São pessoas do nosso convívio, todo o instante estamos juntos, de repente começamos a ver nomes de companheiros que estão aí, não de um par-

tido, mas de todos os partidos, praticamente de todos os partidos têm nomes aí, supostamente colocados nessa situação. Não podemos aqui dizer que esse ou aquele é melhor que ninguém. Mas devemos ter o cuidado para não sermos injustos e trabalharmos com muita seriedade.

Quero aqui, nobre depoente, fazer algumas perguntas.

A compra de votos, que V. Ex<sup>a</sup> fala, iniciou entre... V. Ex<sup>a</sup> colocou com muita clareza, iniciou no mês de agosto de 2003, e quando foi seu término? Quando foi que teve assim, um momento em que houve um ponto final?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Maio.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO).** – Em maio deste ano. O senhor afirmou que recebeu o valor de quatro milhões. Quero aqui, mais uma vez, falar aqui sobre esses quatro milhões. Esse valor, nobre depoente, o senhor falou que recebeu do tesoureiro Delúbio.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Não, isso foi acertado no PT, com Genoíno, Delúbio e Silvinho Pereira, mas quem levou ao PTB foi Marcos Valério.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) –** Foi o Marcos Valério? O senhor sabe informar da onde veio esse dinheiro, se foi de estatal, de algum órgão público?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJF) –** Não, senhor. Não sei informar.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) –** O senhor afirmou que o arquiteto desse esquema político era o excelentíssimo ex-Ministro, Deputado hoje José Dirceu. Como é que se materializava na prática, o **modus operandi** desse esquema arquitetado pelo ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** A engenharia política ou a execução financeira?

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) –** A execução financeira.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Mala de dinheiro ou saque no Banco Rural aqui de Brasília.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) –** Ele captava esse dinheiro de onde?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Só um instantinho. V. Ex<sup>a</sup> está dizendo quem, o Ministro José Dirceu?

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) –** O Ministro José Dirceu.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Aí não, aí é engenharia política. A engenharia política, para mim, de toda essa estrutura do mensalão saiu

da cabeça dele e do Gushiken, mas, especialmente, da cabeça dele.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O senhor viu algum líder político recebendo esse dinheiro de alguém?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Absolutamente.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Nem do Delúbio?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Absolutamente.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Nem de ninguém?

Mais uma pergunta, nobre depoente, o Banco Rural era a única instituição pagadora desse suposto mensalão?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Até agora revelado sim.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Quando o senhor fez aquela colocação de que o suposto embaixador carequinha fez uma viagem a Portugal, para tratar do assunto da Portugal Telecom, gostaria que o nobre depoente, se tem essa informação, pudesse dizer para a gente qual foi o primeiro contato, antes de chegar ao José Dirceu, com o pessoal dessa empresa, para ter esse contato com o Brasil e iniciar esse suposto relacionamento que está aí veiculado na mídia? O senhor tem informação nesse sentido?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – O que sei, sei da imprensa. Quando eu estive, na primeira quinzena de janeiro, com o Ministro José Dirceu, ele disse que “nós conversamos com esse grupo, recebemos esse grupo aqui, e avançamos na condição de dar uma ajuda para superar as crises financeiras do PT e do PTB decorrentes da campanha. Credencia alguém do PTB, acerte com o Delúbio para ir a Lisboa conversar com a diretoria da Portugal Telecom”.

Foi essa a conversa que mantive com o ex-Ministro José Dirceu.

Credenciei o Emerson Palmieri, Tesoureiro do PTB. A viagem foi feita no dia 24 de janeiro de 2005. E eles voltaram no dia 26 de janeiro de 2005.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – E eu tenho as passagens do PTB, a do Emerson, em posse nossa no partido.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Obrigado.

Quero só fazer um esclarecimento aqui a respeito do crescimento do PTB e do PP na Câmara. Trago um esclarecimento aqui a respeito disso.

O PP foi o partido, até V. Exª colocou, que incomodou um pouco no início do seu depoimento. No entanto, nós analisamos o crescimento do PP. Fizemos uma comparação e chegamos à conclusão seguinte: uma série histórica no Legislativo... Podemos observar, com clareza, que a realidade da movimentação das Bancadas não foram assim; nós, o PP em determinado período, é claro que nós lutamos para crescer, partimos de uma Bancada em 2002 de 49. Veja, o PTB tinha, no ano de 2002, 26 Deputados federais – e ele cresceu – e nós tínhamos 49, em 2002. Já no dia da posse, em fevereiro, o PTB cresceu para 41.

Não estou dizendo aqui que esse crescimento do PTB ou do PP seja um crescimento por questões financeiras, porque o crescimento pode ter ocorrido de várias formas: insatisfação por conta de partido, questões regionais. Estou dizendo aqui que ambos os partidos cresceram. Em 2002, o PTB tinha 26 Deputados Federais, o PP tinha 49. Já no dia da posse, em fevereiro, o PTB tinha 41 Deputados, um crescimento de 60%, enquanto o Partido Progressista de 49 diminuiu para 43. No mês de maio de 2003, o Partido chegou a 48 Deputados, dois a frente dos progressistas permanecendo durante todo ano com mais Parlamentares que o PP.

No comparativo direto das alterações partidárias entre os Partidos e o PTB durante essa Legislatura, observamos com absoluta clareza que os quatro Deputados que vieram para... que nós obtivemos, Antonio Joaquim, Marcos Vicente, Pastor Frankem Bergen e Jair Bolsonaro saíram do PP para ir para o PTB enquanto no mesmo período apenas dois Deputados do PTB vieram para o PP. E pessoas mesmo corretas, como V. Exª mesmo disse, pessoas muito boas. Antônio Cruz e Benedito de Lira deixaram seu Partido para vir para o PP e O fizeram por motivos regionais. V. Exª mesmo sabe que foi motivo regionais. Uns candidatos nos locais que V. Exª mesmo falou a respeito disso.

Então, diante disso, eu só estou fazendo um esclarecimento, não estou perguntando, fazendo uma lista comparativa, Porque eu analiso que houve uma mudança. E quando nós olhamos todos os Partidos na Casa, todos eles mudaram. Houve pessoas mudando de enes partidos. Agora mesmo saiu uma nota na imprensa que vai sair aí, tem um grupo separado dentro do PT. Todo momento está dizendo vai sair do PSDB ou vai sair do PL sem que isso seja questão de dizer que estão recebendo alguma quantia.

Mas quero aqui, só fazendo esse esclarecimento, não é pergunta a V. Exª, mas dizendo que o Partido PP mesmo assim não houve um crescimento fantástico. Mesmo se tive um apoio da Presidência da República não haveria um crescimento tão grande.

Então, encerro minhas perguntas aqui, o que tinha nesse momento, dizendo que toda sociedade brasileira hoje está com atenção voltada para cá, são importantes esses esclarecimentos para a sociedade brasileira. Eu tenho certeza de que, como V. Exª mesmo colocou, essa questão de contabilidade de campanha, de contas de campanha não contabilizadas, nós precisamos ter uma mudança na legislação eleitoral para solucionar essas questões e não deixar, muitas vezes, os partidos numa dificuldade muito grande. Caminhar nesse sentido. Eu laboro com o mesmo pensamento de V. Exª, que tem que acontecer agora, nesse momento, uma mudança na legislação eleitoral, uma mudança política. Tem que acontecer uma mudança para que os Partidos se sintam à vontade e as pessoas que vão contribuir para os partidos políticos tenham a tranquilidade de contribuir e não ter que passar por nenhum vexame posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Muito obrigado, Deputado.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** – Então, quero encerrar aqui minhas palavras. Eram nesse sentido as minhas colocações. O meu muito obrigado. Quero agradecer ao Depoente as respostas.

Muito Obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** – Só para cumprimentar V. Exª, Deputado Agnaldo Muniz, e dizer que comungo em gênero, número e grau. Fidelidade partidária é a coisa mais importante que nós vamos ter que enfrentar aqui. Duzentos e sessenta e um Parlamentares trocaram de Partido nessa Legislatura, duzentos e sessenta e um Parlamentares, é uma loucura!

Eu digo isso a V. Exª porque eu sou Deputado federal há seis mandatos consecutivos no PTB, pelo PTB. Fiz história no meu Partido. Presidi o PTB de Petrópolis, minha cidade; presidi o PTB de meu Estado, Rio de Janeiro; fui Vice-Líder de Gastone Righi sete anos, conta de mentiroso, sete anos, número cabalístico.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Muito obrigado Deputado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** – Sete anos fui vice-Líder de Gastone. Fui Vice-Líder de Nelson Marquezelli, depois fui Líder do PTB na Câmara dos Deputados por cinco anos e presidiu o Partido por dois anos. Toda a minha história eu fiz no Partido Trabalhista Brasileiro e para mim a raiz do Mensalão – olhe, Deputada Raquel, olhe aquela crise lá com o Sandro Mabel – está justamente nessa possibilidade pela falta da exigência da fidelidade partidária dos Deputados trocarem, a qualquer momento, de Partido. Esse enfoque de V. Exª é um enfoque correto. A fidelidade partidária é uma exigência da sociedade brasileira.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, eu pedi um aparte tardio ao Deputado Roberto Jefferson porque eu queria acrescentar à crítica feita à ausência de fidelidade partidária, um dos maiores absurdos da nossa legislação. É que o indivíduo, para ser candidato a um cargo eletivo, tem que se filiar a um Partido até um ano antes da eleição. A filiação significa, quando muito, um gesto de simpatia para com o Partido, mas não se traduz nem obrigação nem deveres. No dia em que ele é candidato e é eleito e assume, portanto, deveres inalienáveis de solidariedade e fidelidade à legenda. No dia seguinte ele já pode mudar de Partido. Deveria ser o inverso. As pessoas deveriam ter o direito de se inscreverem no Partido até a data da Convenção destinada a escolher candidato e, depois, serem obrigada a ser fiel ao Partido durante o mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

) – Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Com a palavra o ilustre Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – É apenas para tomarmos conhecimento. Eu na sei se é possível V. Exª fornecer não apenas o próximo, mas os próximos inscritos para verificarmos o tempo de que dispomos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Perfeito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Se V. Exª ainda me permite, acho que foi de extrema importância – e há pouco foi discutido aqui – mas isto é para a Comissão de Reforma Política lá na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Srs. Deputados, Srªs. Deputadas, Srs, Senadores e Srªs. Senadoras, eu vou ler os nomes dos próximos oradores – certo?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Titulares, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Titulares – eu tinha a minha inscrição e eu adiei, até mesmo aguardando o retorno do Presidente e, tão logo o Presidente retorne, eu vou reivindicar a minha oportunidade.

O próximo orador é o Senador Sibá Machado; posteriormente, o Senador João Batista Motta. Depois, o Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira. Depois, o Senador Eduardo Suplicy. Logo em seguida, o Senador

Leonel Pavan. Logo em seguida, o Deputado Moroni Torgan, o Senador Ney Suassuna, o Deputado José Carlos Araújo e o Deputado Raul Jungmann.

Essa é a lista dos Titulares.

Vou ler, também, a dos Suplentes – porque tem vários suplentes aguardando desde hoje pela manhã. E, aí, entra a lista dos suplentes.

O primeiro suplente é o Deputado Mendes Thame e, depois, o Deputado Chico Sardelli, que está junto conosco desde o início dos trabalhos; e, depois, a Senador Ideli Salvatti. Depois, o Mendes Thame – está inscrito de novo –, o Deputado Renato Casagrande, a Deputada Perpétua Almeida, os Deputados Odair Cunha, Gastão Vieira, Zico Bronzeado, Senador Pedro Simon, Deputada Iriny Lopes. Depois, vamos para a lista dos não membros: Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª consultasse à Secretaria – Deputado Narcio Rodrigues quem está falando. Pela manhã, o Líder encaminhou ofício à Mesa, nomeando-me como suplente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Comunico a V. Exª que já consultei a Secretaria. E li o seu nome como não-membro porque a Secretaria me informou que ainda não chegou o ofício da Liderança.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – O Líder veio, hoje, pela manhã, dizendo que tinha encaminhado à Mesa o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Poderia continuar a leitura?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Deputado Alberto Goldman...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Poderia continuar a leitura, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Vou concluir a leitura, certo? Deputado Alberto Goldman, Senador Alvaro Dias, Deputado João Fontes, Deputado Nelcimar Fraga, Deputado José Carlos Aleluia, Deputado Babá e Deputado Mendes Ribeiro.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para concluir minha ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Perfeito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu queria concluir aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Senador Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu fiz a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – E respondi.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, deve ter mais de trinta nomes aqui que V. Exª leu aqui. ? ser em torno de umas oito horas ainda ler (*inaudível*) o depoimento aí. Eu vi o Roberto Jefferson já bocejando. Eu espero que ele tenha essa energia para as oito horas, que vem chumbo grosso, acho, ainda aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Tem mais vinte inscritos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vinte inscritos? Quinze minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Trinta inscritos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Trinta inscritos? Quinze minutos?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu quero que me inscreva também.

Presidente, minha inscrição de novo. Então vinte e um.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Certo.

Ilustre Deputado...

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sou suplente. Não foi anunciado, eu me inscrevi com o Relator quando cheguei.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Perfeito. Está inscrito aqui José Divino e ao lado, onde tem para marcar titular, suplente ou não membro, não tinha nada marcado. Então agora marquei como suplente e o senhor entra na ordem dos suplentes.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – OK!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Alguma outra questão?

**O SR.** – Presidente, quantos já foram ouvidos até agora?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A reunião fica terça-feira às 9 horas? A próxima reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Aguardaremos a chegada do Sr. Presidente para lhe dar essa resposta.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, primeiro, não pode haver reunião às 9 horas porque o

Presidente do Senado informou que só poderá haver reunião a partir das 11 e meia.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Deputado, esta questão será esclarecida...

**O SR.** (Orador não identificado) – Para o funcionamento das comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Senhores, a questão vai ser decidida pelo Presidente Amir Lando.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Um momento. A palavra está com o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nós fomos avisados pela Presidência do Senado de que as acomodações somente estarão disponíveis para esta Comissão a partir das 11 horas e 30 minutos de terça e de quarta-feira. Por conseguinte, se o Sr. Presidente Amir Lando entender de realizar alguma reunião administrativa antes desses horários, terá que ser em outro local com oportuna comunicação a todos os membros.

Quero deixar claro que nós não temos condição de começar a reunião oficial pública desta CPI antes das 11h30min da manhã de terça e de quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Muito obrigado, prezado Relator.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Apenas para um esclarecimento matemático, Sr. Presidente. Já se foram vinte oradores, correspondendo a trezentos minutos, cinco horas. Faltam vinte oradores vezes quinze, dá trezentos minutos, correspondentes a... dividindo trezentos por sessenta, são mais cinco horas. Então, acredito que impossível para o ser humano.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Muito obrigado.

Com a palavra o ilustre Senador Sibá, pelo tempo de quinze minutos, tão logo retorne o Deputado Roberto Jefferson.

Alguém poderia fazer a gentileza de comunicar ao Deputado Roberto Jefferson que estamos no seu aguardo?

Atenção, senhores e senhoras, com a palavra o Senador Sibá pelo tempo de quinze minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deputado Roberto Jefferson, V. Ex<sup>a</sup> reiteradas vezes, inclusive nesta audiência, deixou muito claro que desde o Governo de João Baptista Figueiredo, todos os partidos políticos sem exceção – aliás, com exceção do PSOL, recém-criado, têm a prática do caixa dois de campanha...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Só um momento, Senador. O som está muito baixo. Ligue o som aí. Está ligado? Fale mais perto do microfone. O pessoal está fazendo sinal lá do fundo que não está conseguindo...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É porque essa posição me deixa longe do microfone.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Por gentileza, o tempo. Para reiniciar o tempo do Senador. Senador Sibá.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Retomando, só desconta lá, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> deixou bem afirmado que, desde o Governo João Batista Figueiredo, todos os Partidos políticos, com exceção do P-Sol, que acaba de ser criado, têm a prática do caixa dois de campanha eleitoral. A minha pergunta primeira é: V. Ex<sup>a</sup>, então, acaba de concordar com Delúbio Soares, que disse a mesma coisa. Confirma isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não tenho dúvida. O Presidente Lula também disse na França que tem caixa dois no Brasil, que no PT tem caixa dois também. Ele disse isso numa entrevista em Paris. .

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Admite tudo isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro que sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Neste caso o que eu quero saber é se o PTB, o PP se recusaram à prática do “mensalão”, como V. Ex<sup>a</sup> reitera aqui várias vezes. O que o leva a acreditar que apenas o PP e o PL têm esse tipo... Têm esse tipo de prática, a do “mensalão”?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não são todos os Deputados do PP e do PL, quero dizer isso aqui, insisto, mas as Lideranças começaram a partilhar entre alguns Deputados uma participação mensal, o que transformou a Câmara numa Casa com muitas tensões, porque, na raiz da falta da fidelidade partidária, que o Sr. Deputado Agnaldo Muniz abordou aqui com muita propriedade, começou a haver essa cooptação. Em troca do pagamento mensal de vinte, trinta mil reais ao Parlamentar, o Parlamentar trocava de legenda e mudava de Partido. Começou haver, forte, essa tentativa de cooptação. Isso é que levou essa prática do “mensalão” infelizmente na atual legislatura.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, deixa eu fazer uma outra pergunta: durante a votação da emenda constitucional, que abria o direito para a reeleição ao Executivo, qual foi... Naquele momento, o Brasil todo assistiu, a imprensa noticiou que havia também a prática da compra de voto, que inclusive é matéria do enunciado desta Comissão. A minha per-

gunta é: como se portou o PTB naquele momento e principalmente V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vo-tei de coração aberto. Sou a favor da reeleição.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, a minha pergunta não é quanto à votação; é quanto às denúncias de que havia, naquele momento, compra de votos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Elas não foram comprovadas. Elas eram muito frágeis, muito túbias, muito (*inaudível*.)

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, mas o que eu quero ligar é o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> disse aqui em todos momentos, que agora, neste momento, o Brasil está assistindo que houve, sim, a prática de “mensalão”, que Deputados do PL e do PP, alguns como V. Ex<sup>a</sup> diz, recebiam isso do Delúbio. Aí a minha pergunta é: se naquele momento, V. Ex<sup>a</sup> não tomou nenhum conhecimento desse tipo, principalmente por quê? Porque V. Ex<sup>a</sup> diz que, no momento que avisou o Presidente Lula que havia essa prática imoral na Câmara dos Deputados, ele teria chorado e, principalmente naquele momento, havia a suspensão.

Em algum momento, V. Ex<sup>a</sup> tomou conhecimento disso e, se tomou conhecimento disso, tomou alguma providência para algum Ministro ou, principalmente, para o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Senador Sibá, o PT fez o maior escândalo naquela época na reeleição...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, eu compreendo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Maior escândalo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu quero saber qual foi a postura de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Incendiou a casa. Eu tapei o ouvido de tanto discurso que o PT fazia. Tapei o ouvido. Não agüentava mais ouvir. Essas denúncias eram feitas todo dia no plenário. O PT inteiro em fila...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, a compra de votos é infundada segundo V. Ex<sup>a</sup>. Não houve?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Naquela época, eu creio que não. Foi apurado na Comissão de Justiça, houve uma denúncia...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mas agora houve o “mensalão”?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Do Mister X.

Não sei por que V. Ex<sup>a</sup> quer comparar um episódio histórico com outro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, eu preciso comparar, porque V. Ex<sup>a</sup> tem 23 anos de mandato, está no sexto mandato de Deputado Federal, participou praticamente de todos os governos de lá para cá e conhece muita gente nesse País, conhece muitas autoridades. Eu quero acreditar que, se V. Ex<sup>a</sup> tinha uma amizade forte, até em algum momento, com o Delúbio, com o Silvinho, que discutia com ele, que discutia com o Genoino, que discutia com o Zé Dirceu, em algum momento isso rompeu. Está certo que rompeu! E V. Ex<sup>a</sup> faz uma denúncia frontal da prática de “mensalão”; do Delúbio dizendo a mando de Zé Dirceu. O que eu quero saber é se, naquele momento, havia qualquer tipo de vínculo dessa natureza com algum Parlamentar sobre a compra de votos, que foi largamente denunciada. É isso que eu quero saber.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Denunciada, apurada e não comprovada.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E não comprovada. E V. Ex<sup>a</sup> não sabia de absolutamente... mas não, deixa para lá.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não estou negando... sabia ouvir, todo dia. Era ir para o plenário, Senador, V. Ex<sup>a</sup> ouvia 30 discursos por dia nesse sentido.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu entendo. V. Ex<sup>a</sup> não é uma pessoa que se despreze quando pega um microfone. V. Ex<sup>a</sup> não é uma pessoa que se despreze. Está provado. O Brasil inteiro assiste atentamente o seu depoimento. Não é disso que eu quero tratar. A minha pergunta ficou no ar. O que eu quero saber é outra coisa, é o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> conhece a empresa – vou tentar pronunciar o nome – Daudt, Andrade e Castro Advogados?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Conheço essa empresa de advogados com os quais eu trabalho eventualmente. Presto serviços...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mas V. Ex<sup>a</sup> é dos quadros da banca ou não?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não! Não, eu sou...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – ... prestador de serviços?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sou. De vez em quando recebo cinco, seis...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Alguma vez essa empresa doou recursos para a campanha de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Penso que sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não tem segurança?



**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mas penso que sim. Doou e me paga honorários.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E paga honorários?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Paga.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Em algum momento, essa empresa prestou serviço para uma outra, chamada Eximbiz, Comércio Internacional S/A, do Espírito Santo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sei.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Porque diz aqui que há uma coincidência entre um processo em que ela estaria querendo se livrar de uma multa do PIS e da Cofins, que daria perto de 20 milhões de reais essa multa, e que houve um acerto com essa empresa de advocacia para conseguir livrar essa empresa da multa, que daria um cachê de dois milhões e 600 mil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Cachê ou honorário?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Cachê, ou honorário, como quer que seja. E nesse caso há uma coincidência de um repasse a V. Exª nesse período, não estou dizendo que é coincidência de prestação de serviços para este tipo de coisa, de 83 mil reais. Há alguma coincidência nisso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não me recordo se opinei nesse processo. Tenho impressão que sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Que opinou nesse processo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É. Basta ver os autos do processo, deve ter algum parecer meu por escrito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Exª tem, nos quadros de seu gabinete, uma pessoa por nome Aurélio?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Marco Aurélio? Tenho.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Marco Aurélio?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Há 16 anos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Dezesseis anos. V. Exª alguma vez depositou algum dinheiro na conta dessa pessoa, que não o salário?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Isso aí, está vendo, essa informação com que V. Exª tenta me surpreender, já faz parte da quebra de sigilo que está sendo vazada pela CPMI dos Correios. O Marco... Todo cheque meu para que ele saque recurso para pagamento, eu o faço nominal a ele. Quem

administra minha conta pessoal é a minha secretária Solange, o Marco é meu assessor. Todo dinheiro que saco para pagar ela bota em nome de Marco Aurélio, e há um movimento, entre 2000 e 2005, de saques de 460 mil da minha conta parlamentar...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exatamente.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... em nome dele, que eu assevero a V. Exª que é verdadeiro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para suas contas pessoais?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim! Claro que sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É essa a coincidência?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro que sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Que tipo de função ele tem no gabinete?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É meu assessor parlamentar há 15 ou 16 anos. A Solange, a minha secretária, é há 23 anos minha secretária.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Perfeito.

E quanto àquela notícia da revista **Época**, de 6 de junho de 2005, acusando V. Exª frontalmente de ter Durval da Silva Monteiro como um “laranja” de V. Exª? Tem alguma procedência essa informação?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esse companheiro é meu irmão negro, esse rapaz, Durval Monteiro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sorveteiro?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sorveteiro, meu irmão negro, me ajudou muito na vida e eu a ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ele tem propriedade de rádios em nome de V. Exª?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, tem não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Estão dizendo aqui que ele é proprietário da Rádio Matozinho FM, de Três Rios, e Rádio Clube da Paraíba do Sul.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Em nome dele?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Em nome dele.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Claro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E a notícia diz aqui que, na verdade, essas rádios são de V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não são, não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não são?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não são, não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só pediria verbalmente, depois faço chegar por escrito, Sr. Presidente, que o Ministério das Comunicações faça chegar a esta Comissão informações detalhadas da propriedade dessas duas emissoras, porque eu acho que é muito importante.

Deixe eu olhar meu tempo.

Deputado, em depoimentos anteriores, V. Exª afirmou que um dos motivos das indicações políticas feitas pelos Partidos ao Governo visa, além do destaque público pelo trabalho realizado, era arrecadar também fundos. Aí V. Exª foi textual. Porque no começo dessa reunião havia uma dúvida se estaria aqui como testemunha ou se estaria aqui já como um acusado. Ficou a dúvida, e não vamos entrar nesse mérito. E eu afirmo que na minha compreensão a única acusação frontal contra V. Exª partiu de Maurício Marinho, funcionário dos Correios, com aquela fita veiculada pela imprensa, e usou textualmente o nome de V. Exª, de que havia um comando e que ele não agia sem sua autorização. V. Exª tem a dizer o que sobre isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O Maurício Marinho já desmentiu isso dez vezes, em todas as CPIs.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Aqui, na CPI dos Correios?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Na Polícia Federal, na Procuradoria... Já desmentiu isso dez vezes.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Certamente. Estamos aqui para esclarecer. Eu não fui convencido por ele. A fita é clara e objetiva: agia em nome de V. Exª.

Então, perguntando a V. Exª: o que diria de Maurício Marinho neste momento?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Que o Maurício Marinho abusou do meu nome e o usou indevidamente, como o seu Arrieta, lá no Rio Grande do Sul, abusou do nome do ex-Ministro José Dirceu, dizendo que estava precisando de R\$10 milhões para dar ao Ricardo Jefferson, do PTB, em nome de José Dirceu e de Delúbio. Está em todos os jornais.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, ele fazia, sim, pressão para benefício próprio? Poderia dizer isso? Que Delúbio agiu dessa maneira também? A comparação pode ser feita?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Esse juízo de valor em relação ao Delúbio faz V. Exª, que é colega dele de PT. Em relação ao Sr. Maurício

Marinho, digo que ele foi um leviano irresponsável, quando tratou assim...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Por ter usado indevidamente o nome de V. Exª?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Isso. Isso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Inclusive, pegando os R\$3 mil?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Foi leviano e apanhando dinheiro de terceirizados da Abin. V. Exª não deve ter assistido ao depoimento do Sr. Lange, funcionário da Abin de muitos anos, que recebeu ordens da Abin para fiscalizar o PTB. Quando ele não encontrou nada, ele deu o depoimento e disse: “Tinha lá um boquirroto, que vendia dificuldades para obter facilidades. Três mil, dois mil... Quando eu fui investigar a Diretoria de Informática e a Diretoria de Transportes dos Correios, ambas do PT, recebi ordens para parar. Aquela que suscitou aquela nota das bestas-feras, do ex-Diretor da Abin, que foi demitido. O julgamento dos conceitos do Delúbio faz V. Exª. O julgamento do conceito do Maurício Marinho faço eu e digo que ele foi extremamente leviano.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Irresponsável. Só quero chegar a essa conclusão.

Outra coisa: V. Exª, toda vez que se reporta a José Dirceu, Delúbio e Silvio Pereira, a impressão que nos passa é a de que os sataniza. Essa é a impressão, pelo menos para mim. A pergunta que eu faço: V. Exª se sente, acima de tudo e de todos, probo o suficiente para se sentir como neste momento?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não entendi a pergunta.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Vou repetir: quando V. Exª se reporta a Zé Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira, a impressão que passa – pelo menos para mim – é a de que eles são satânicos na arquitetura que fizeram desse escândalo a que estamos assistindo. A pergunta que faço a V. Exª: devido a uma série de notícias de jornais, as quais não lerei aqui, como V. Exª se sente neste momento?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Muito bem, graças a Deus.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Muito bem, graças a Deus. Faço referência às notícias, inclusive de hoje, do Jornal **O Estado de S. Paulo**, que faz uma citação – é uma notícia do jornal, não é minha –, vinculando V. Exª a uma pessoa que pode estar usando indevidamente o nome de V. Exª, à máfia dos combustíveis, principalmente no Estado do Rio de Janeiro. É por isso que estou fazendo essa pergunta, porque o nome de V. Exª está sendo usado demais por aí fora.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Isso tudo a partir dessa crise minha com o Zé Dirceu, quando denunciei o “mensalão”. Não tem nada a ver com máfia de combustível, jamais. Essa notícia é uma notícia requentada, saiu naquela segunda matéria na **Veja**, tentando fazer um elo assim de coisa que não cola, que não pega, que essa CPI...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É mais uma arquitetura do José Dirceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ah! É. Isso foi feito com o Zé...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É isso que V. Exª está dizendo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aaah! É. Foi lá...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É mais uma do José Dirceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ah! Foi. Aaaaaah! Foi!! O satânico diz V. Exª que ele é, mas que ele é um homem frio e sem nenhum sentimento, sem nenhum coração, posso lhe garantir.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O “espírito primitivo” de V. Exª nos faz acreditar que V. Exª quer dizer o que com isso? Uma ameaça, por exemplo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nããão! Eu não sou homem de ameaçar. Quem ameaça não faz.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E o que é o “espírito primitivo”?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – São sentimentos negativos, que eu rezei muito ontem para poder superar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Inclusive o da ameaça?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu ameacei? O senhor achou que fiz alguma ameaça a ele?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, estou perguntando a V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu não achei que tivesse feito alguma ameaça a ele não. Eu disse a ele que eu topo qualquer parada que ele quiser. Qualquer parada. Mas eu sou como urso: eu brigo de pé e de peito aberto. Eu não sou réptil, eu não ajo na sombra, no sopé da escada, no porão, no subterrâneo. A minha luta é de urso, é de pé, amigo, de peito aberto. E, se ele quiser, em qualquer terreno, a satisfação que eu vou ter vai ser muito grande. Em qualquer terreno.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, me dê um minuto para eu concluir. No debate, em algum momento, senti que alguns parlamentares puxaram o assunto Acre e eu preciso fazer um escla-

recimento a V. Exª. Primeiro, o PTB do Acre e o PT do Acre fizeram alguma conversa sobre estratégia de eleição de 2004? Sim, Sr. Presidente, fizeram. Fizem, vingou em dois municípios apenas. O Município de Cruzeiro do Sul, citado aqui, nós rompemos a aliança. E como rompemos, vamos para uma campanha eleitoral, Sr. Presidente, não é para contar piada não. Vamos para uma campanha eleitoral para decidir no voto, para ganhar a atenção da população. Portanto, não aceito a pecha dada ao governador de Itaitu. Segundo, não recebemos, como bem afirmado pelo Deputado Roberto Jefferson, nenhum centavo, nem do PTB, do Deputado Roberto Jefferson, nem do Delúbio, do PT nacional. Fizemos a nossa campanha sem um centavo de origem externa ao Estado do Acre.

Portanto, eu encerro aqui a minha participação e agradeço a atenção de V. Exª. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado, Senador.

O próximo inscrito, pela ordem, é o Senador João Batista Motta, que tem o tempo de 15 minutos.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, pretendo não fazer discurso aqui, até mesmo em respeito à população brasileira. Porém, eu queria inicialmente fazer um apelo ao nosso Relator e à Presidência da CPI, no sentido de acatar o requerimento que fiz, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, repito: requeiro a quebra do sigilo fiscal e bancário de todos os parlamentares do Congresso Nacional, Senado e Câmara, e seus respectivos funcionários, a fim de que as informações sejam cruzadas com os valores pagos pelas empresas SMPB e DNA, verificando se, por via direta ou indireta, algum parlamentar possa ter sido beneficiado pelo suposto esquema de “mensalão”. Acredito que haverá alguma dificuldade, por se tratar de muita gente, mas também acredito que esses trabalhos poderão estar a cargo da Polícia Federal, o que facilitaria e adiantaria esses trabalhos.

Em segundo lugar, eu queria fazer uma pergunta ao Deputado que está sendo aqui hoje ouvido e inquirido por nós. Deputado Roberto Jefferson, segundo seu depoimento hoje aqui, pela manhã, os valores relacionados nesse escândalo já passam de dois bilhões. Os valores que chegaram na ponta, ou seja, aqueles que foram entregues a parlamentares, até o momento têm sido insignificantes, diante dos desvios já mencionados. O senhor, então, não acha que poderemos estar diante de uma quadrilha que se instalou para arrecadar quantias vultosas, com fins políticos ou não, e para isso envolveram algumas lideranças e/ou parlamentares para servirem de motivo, ou seja, para justificar tal arrecadação?

Faço essa pergunta, nobre Deputado, até porque o senhor disse que os quatro milhões que recebeu não repassou nada para nenhum parlamentar.

Sendo assim, acredito que poderíamos antecipar os nossos trabalhos, abrindo o sigilo bancário de todos os Senadores e de todos os Deputados, de todos os seus funcionários; fazer um cruzamento com esse dinheiro que apareceu na conta de alguns Parlamentares, e mostrar à opinião pública que o Parlamento brasileiro não é sujo conforme está sendo passado à população. Seria tudo esclarecido e também ficaria explicado aquilo que lhe estou perguntando. Não se trata de uma quadrilha que entrou para arranjar dinheiro, para fazer política, talvez para se perpetuar no Governo ou para enriquecer, e que joga lama sobre o nosso Parlamento e, às vezes, até contra o Presidente da República, que, segundo consta, é um homem inocente.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Para enriquecer, pessoalmente, não acredito, mas de que é para perpetuar no poder eu não tenho dúvida. É um projeto político de poder. Eu não tenho nenhuma dúvida disso.

As nossas Presidências no Senado e na Câmara estão frouxas. Estão permitindo que toda a crise deságüe aqui, quando a corrupção esteja no Executivo. Não houve uma resposta à altura nem do Presidente da Câmara nem do Presidente do Senado. Está todo mundo tirando com a mão do gato: não há crise; emplaca o Presidente da Eletrobras; bota um “ministinho” no Ministério de Minas e Energia; bota um “ministinho” no Ministério das Comunicações. Vamos lá, minha gente!

Ninguém teve a grandeza de estadista de defender o Poder Legislativo. Está acororado o nosso Poder, e a culpa é dos nossos dois Presidentes. Estamos de cócoras, quando a corrupção é do Executivo e não há resposta do Legislativo. A luta está sendo travada entre nós, fraticida, sanguinária. Do lado de lá, onde meteram a mão no jacá, está todo mundo flanando de anjinho. Não tenha dúvida disso, Senador. A preocupação de V. Exª é verdadeira e tem pertinência.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Muito obrigado. Estou satisfeito, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Agradeço a forma sucinta e objetiva do ilustre Senador. Que sirva de exemplo aos demais inscritos.

O próximo inscrito é o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, pelo prazo de quinze minutos.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Sr. Presidente, caros Deputados e Senadores, Deputado Roberto Jefferson, que conheço há muito tempo, confesso que a outra versão era

mais calma que essa. A versão mais magra me causou muitos problemas ao assumir meu mandato no Senado. Falaram sempre que o Senado era o céu, e, ao chegar a esta Casa, acabo no “mensalão”.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** Não. Na CPMI do “Mensalão”.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Na CPMI do Mensalão. Bem colocado. CPMI da Compra de Votos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –** V. Exª não acabou no mensalão. Conhecendo a família de V. Exª como conheço – sou amigo da sua família –, posso atestar que V. Exª é um homem honrado, sério, correto. Tem de berço esse exemplo, Senador.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Por gentileza. Primeiramente, quero que corrijam o tempo do ilustre Senador. Além disso, ressalto que o nome desta Comissão é CPMI da Compra de Votos, que tem um sentido mais amplo e uma tarefa maior.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, a palavra está garantida a V. Exª por quinze minutos.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também a manifestação do Deputado Roberto Jefferson, que me defendeu, senão acabaria chegando ao “mensalão”, digamos assim.

Deputado, acompanhando a sua carreira, gostei muito de uma frase que V. Exª disse certa vez e que guardei: “Quem caça político é eleitorado”. V. Exª falou que não participaria de cassação de político algum, porque V. Exª acredita que quem caça político é quem vota no político. Então, se não gostar, na próxima eleição, ele não será eleito.

Infelizmente, acaba passando todo esse esquema do “mensalão” – batizado assim – por Minas Gerais, onde todos dizem que o Sr. Marcos Valério é uma pessoa muito inteligente e que fez um tráfico de influência monstruoso, orquestrado – colocado por V. Exª – pelo Sr. ex-Ministro José Dirceu. Mas eu não acredito que o Marcos Valério seja uma pessoa tão inteligente assim, Deputado, ou que essa situação criada seja muito inteligente. Senão, o Vice-Governador Clésio Andrade continuaria nessa empresa em que estava e da qual saiu. O Vice-Governador é muito inteligente, sentiu algo e saiu da empresa, que era essa de publicidade que esta aí.

De quando em vez, na história do Parlamento, Deputado – e V. Exª tem muito mais experiência do que eu –, dois grandes líderes acabam se encontrando. Em política, às vezes, temos que compor de alguma maneira. Quando duas grandes forças se encontram

e não compõem, acaba acontecendo essa desgraça que está havendo na história da política brasileira neste momento, ou seja, toda a sociedade esperando o grande encontro de V. Ex<sup>a</sup> com o ex-Ministro José Dirceu, as televisões todas ligadas, o Parlamento parado, todo mundo aguardando algo.

Para mim, pelo menos pelo que consegui ver, poderia estar ocorrendo um tráfico de influência, sim, no qual, talvez, o BMG tomaria esse empréstimo que foi dado e que está sendo chamado, agora, de empréstimo para o PT. Em troca, poderia haver aplicação dos fundos de pensão para que esse dinheiro pudesse ser emprestado aos aposentados e, assim, multiplicar o seu capital. Então, ligou-se a máquina, que começa a funcionar.

O Banco Rural, que também arrisca muito, a todo momento está arriscando. A Diretoria tem um perfil de risco e talvez tenha encontrado também, de alguma maneira... Pelo que está sendo falado na imprensa, queria que voltasse o Banco Econômico e então haveria R\$200 milhões, o Sr. Marcos Valério queria um percentual disso valor e o Banco Rural deveria entrar. Quer dizer, o que se vê, então, é um grande tráfico de influência com empréstimos que, talvez, depois, não fossem pagos – digamos assim – e cairiam naquela situação que V. Ex<sup>a</sup> expôs de que se abateria, ainda, no imposto de renda por não ter recebido esse empréstimo.

Deputado Roberto Jefferson, gostaria de saber o seguinte: V. Ex<sup>a</sup>, como grande político – quando V. Ex<sup>a</sup> olha assim, com um olho só, fico preocupado, pois já vi esse olhar várias vezes; não me mira não, eu já fico preocupado –, ao longo de toda a história, entende que essa situação que, para mim, seria caso de Receita Federal e de Polícia Federal – conversei com alguém interessado –, deveria ter chegado ao ponto em que chegou, de parar o Brasil e estarmos todos aqui discutindo?

V. Ex<sup>a</sup> acha que, na história, se estivesse à frente de uma situação e pudesse controlar esse confronto entre dois grandes Líderes que acabou acontecendo, o Brasil mereceria dar essa parada? Gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup>, como um grande político, entende que a posição a que chegamos hoje é aquela à qual deveria ter chegado a nossa sociedade política ou poderia ser controlado de outra maneira.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Senador Wellington Salgado, a crise não está entre mim e o ex-Ministro José Dirceu. Sinceramente, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que não tinha a dimensão disso. Eu pensava que essas coisas estariam circunscritas a cerca de R\$60 milhões ou R\$80 milhões. E fiz uma conta na cabeça de que R\$1,5 milhão por mês multiplicado por dois

resultaria em R\$3 milhões, que, multiplicados por 12, seriam R\$36 milhões, R\$72 milhões. Ai falei: vêm aí em torno de R\$60 milhões ou R\$70 milhões. Jamais imaginei o tamanho disso.

O que parou o Brasil foi o tamanho dessa movimentação do Marcos Valério com o Delúbio – da antiga Executiva do PT. E eu faço questão de dizer “antiga”, porque a nova não tem nada a ver com isso. Os Deputados do PT não têm nada a ver com o comando do Partido naquele momento. Eu sempre fiz essa diferença.

A sociedade ficou absolutamente perplexa, Senador. São números escandalosos de movimentação irregular. Eu não tinha nenhuma dimensão disso. Confesso a V. Ex<sup>a</sup>: atirei no que vi, acertei no que não esperava.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – É, Sr. Deputado, mas eu sinto que está causando um grande prejuízo à nação. Realmente, eu estou empossado desde o dia 11, vou ao plenário e são só discursos de acusação. Vi a figura do Presidente, independentemente de ser o Presidente Lula neste momento, ser ofendida. Vi ser chamado de vários adjetivos que eu não quero nem usar aqui. Acho que isso não deveria acontecer, porque a nossa função é como no Exército termos sempre que respeitar hierarquia, porque senão realmente vira uma baderna total.

Neste momento, V. Ex<sup>a</sup> disse que o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado não estão tendo pulso da situação. O Presidente do Senado, Deputado Roberto Jefferson, conheço muito bem, é macho igual ao senhor. Não afrouxa. Negocia para melhor dar condições ao País, mas não é frouxo. Inclusive, fiquei muito impressionado com a colocação de V. Ex<sup>a</sup> com relação ao testículo. É bíblico. Eu sei, mas eu fiquei assim: testemunha, testículo, e aí o senhor foi direto...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – É, a origem da palavra é latina.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – É. Eu não tinha esse conhecimento. Então, Deputado, eu pediria, de alguma maneira, que tentássemos conduzir... Eu não vi aqui realmente situação do que estão chamando de “mensalão”. Não vi realmente. Eu vi o seguinte: como nós sabemos, muitas pessoas com dívida de campanha encontraram uma solução ridícula, que parecia maravilhosa: “Olha, eu vou ali e pego empréstimo do banco em meu nome, mando uma ordem para lá, você saca, cobre o buraco aqui, cobre o buraco ali”. E aparece “mensalão” de R\$20 mil, como V. Ex<sup>a</sup> disse.

Estão levando muitas pessoas inocentes nessa confusão total, porque realmente alguém, no auge da campanha, fala assim: “Passa ali no banco, que tem

R\$20 mil para você, para poder ajudar o prefeito tal, para depois ele te ajudar para Deputado”. E aí ele passa lá e, quando vê, já está no esquema do “mensalão”. E aí ele é condenado, e aí ele vai ser cassado, e aí ele tem que pedir para renunciar. Entendeu, Deputado Roberto Jefferson?

É preciso ver realmente o que é caso de política e o que é caso de polícia, o que é caso de Receita Federal. Eu é que estou sentido que o que existe é uma conta que não vai ser paga pelo PT, se for dívida de campanha, porque o Tarso Genro não vai assumir, se não tiver uma aprovação para o empréstimo feito dentro do Conselho lá do PT. E quem vai segurar é o Marcos Valério, que vai ter que pagar essa conta no final, porque com o Banco Central em cima do BMG e do Banco Rural, ele vai ter que cobrar essa dívida do Marcos Valério. Ou seja, o Marcos Valério vai fazer um papel de otário nessa confusão aí. Vai ser o que nós conhecemos: prego, prego. Vai ser o bobo da corte no final. Estou dizendo isto: ele vai ter que pagar a conta.

Agora, Deputado Roberto Jefferson, o senhor acha que, com sua experiência política, conseguiríamos, de alguma maneira, um caminho melhor para esta CPI? Eu queria que o senhor não se colocasse como a pessoa que vem testemunha. Queria que o senhor voltasse à sua experiência de vinte anos como político e se colocasse do lado de cá. Como é que o senhor se colocaria como político do lá de cá da Bancada, tendo Roberto Jefferson sentado aí?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Mas eu não sou adversário de V. Ex<sup>a</sup>s nesta CPI, não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Não, não estou falando isso. Não estou falando isso. Eu estou pedindo um conselho a V. Ex<sup>a</sup>. Coloque isto: na posição do lado de cá, eu. Não tem nada a ver com a Bancada. Sou eu, Wellington Salgado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Senador Wellington, digo a V. Ex<sup>a</sup>: se alguém ofendeu o Presidente Lula...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Não foi V. Ex<sup>a</sup>. Eu estou dizendo o seguinte: essa confusão toda está levando a uma quebra de hierarquia, a um desrespeito total. Total. Eu estou sentado no Senado desde o dia 11 e vejo todo dia um discurso, e atacando. Com todo o respeito, ele já foi chamado de pateta, de tudo. Eu tenho ouvido isso, entendeu, Deputado Roberto Jefferson?

Agora, aqui, o senhor chamou o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado de frouxos, de que não estão segurando a situação. Eles estão seguran-

do, sim, da melhor maneira possível, para o País não entrar numa crise total. Já há uma crise política.

Então, Deputado Roberto Jefferson, como Deputado, se estivesse do meu lado, qual era o caminho para uma melhor situação? Porque não acredito em mensalão, com todo respeito. Vejo, sim, saída de dinheiro para cumprir compromissos assumidos. Eu vejo assim. Votação pode até ter acontecido, mas não é uma coisa muito grande, comparado com o que saiu aí. O senhor atirou no que viu e acertou no que não viu. O que não viu é muito maior do que o senhor estava vendo. É isso que quero dizer. Só que tomou um vulto incontrolável, porém que é um problema da Receita Federal, do Banco Central e da Polícia Federal. É isso que queria dizer ao senhor. E o que acontece? Estamos aqui procurando, condenando. Outro dia saiu um mineiro com vinte mil reais. Coitado! Devem ter falado para ele passar no banco, pegar vinte mil reais e ajudar aquele prefeito, lá na cidade tal. Ele pegou os vinte mil. Onde ele errou? Errou quando não contabilizou o dinheiro. Quando não contabilizou em sua campanha ou na campanha do prefeito, ele errou, porque se tivesse contabilizado, era um problema de quem deu. Ele tinha que colocar lá que entrou de fulano e saiu. Ele não colocou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Se ele apenas levou o dinheiro para prefeito, não tem problema nenhum. Ele não tinha nem que contabilizar.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – É. Quando digo isso, é o prefeito que teria que contabilizar. Está correta essa situação.

Há uma outra situação, Deputado, que V. Ex<sup>a</sup>, como advogado, não vou nem falar com uma boa posição perante a Câmara, mas como advogado, poderia esclarecer. Sempre pensei, já foi dito aqui nas colocações de V. Ex<sup>a</sup>, que um dia V. Ex<sup>a</sup> entraria pela porta com os quatro milhões de reais. Pensei que, se V. Ex<sup>a</sup> tem o dinheiro, não há crime. Mas V. Ex<sup>a</sup> chegou aqui hoje, falou que usou o dinheiro, que não vai dar os nomes de quem o senhor usou o dinheiro e vai segurar tudo no peito. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai segurar. Conheço, acompanhei sua história, vai segurar tudo no peito sozinho, o que der. Cantando ou não cantando, ouvindo o disco que for. E não acredito, Deputado Roberto Jefferson, que tenha, nessa situação de V. Ex<sup>a</sup> segurar tudo no peito, alguma coisa a ver com dinheiro. Não tem não. O que aconteceu para chegar a esse ponto, não sei. V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, sabe. Está na sua cabeça e deve dormir todo dia pensando nisso, porque sua decisão foi muito forte, Deputado, muito forte mesmo. Não acredito que outros Presidentes de partido vão segurar no peito, como V. Ex<sup>a</sup> está segurando. Uns vão sair e vão jogar a culpa nos pequenos.

Não sei como V. Exª vai sair dessa confusão. Creio ser difícil o senhor sair sem ser cassado, porque um grande político me disse que, às vezes, se condena e depois se procuram as provas. Muitos políticos já estavam condenados e estão procurando as provas para condená-los, depois de já condenados. Em política, um grande guru me disse isso. Primeiro se condena, depois se procuram as provas. Portanto, Deputado, o senhor vai ser uma aula de política, vai segurar tudo no peito, vai proteger toda a sua Bancada, já senti isso aqui, pois toda vez que se coloca algum problema, o senhor fala: “Não fui eu. Distribuí e não vou dar nomes.” Mas, no final, não sei se o senhor irá se sair bem. Será um bom exemplo como homem, mas um péssimo exemplo como político. Esse será o grande caminho que a sua vida seguirá agora. Se o senhor segurar tudo e for condenado, politicamente, vai andar em Petrópolis e todos vão olhar para o senhor e falar: Ali vai um grande homem! Tenho certeza disso, mas, politicamente, o senhor estará oito anos condenado. É isso que vejo, essa famosa bifurcação. Espero sorte para V. Exª. Como homem, está no caminho certo, como político, infelizmente, para V. Exª, vou estar daqui olhando e aprendendo o que vai acontecer.

Boa sorte a V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Obrigado, Senador.

Só quero aduzir uma coisa às palavras de V. Exª. A mãe de V. Exª é minha eleitora, professora Marlene Salgado, minha amiga querida. Quero lhe dizer que o meu destino está nas mãos do Presidente do PT. O Ministro Walfrido tem conversado com o Ministro, ex-Deputado, Tarso Genro, e, se acertarmos os caixas de nosso partido, isso tudo aqui se encerra. Penso até que, se ele fizer isso com os outros partidos, o PL e o PP, acabou a confusão. É só uma retificação, porque a todo imposto declaratório, a toda contribuição declaratória você pode aditar declaração, depois, ao Tribunal Superior Eleitoral. Se o Presidente atual do PT chamar todo mundo, contabilizar tudo o que foi repassado, e a gente fechar essa informação ao Tribunal Superior Eleitoral...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Com a palavra o ilustre Deputado Devanir Ribeiro

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria ler um comunicado aqui a respeito do caso Portugal Telecom que me chegou às mãos da nossa embaixada em Portugal.

Eu gostaria, se possível, de ler rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Tenha a bondade, Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Inclusive está escrito em português português:

“No encontro efectuado hoje, pelas 15 horas, com o Embaixador do Brasil, tive a oportunidade de repetir as minhas únicas e definitivas declarações sobre a visita de cortesia concedida ao Sr. Marcos Valério, a pedido, e na presença do Presidente Executivo da Portugal Telecom, Dr. Miguel Horta e Costa.

Nessa breve visita, de duração aproximada de dez minutos, e, pela sua natureza, de cortesia, foram abordados tópicos genéricos como a evolução econômica do Brasil e a importância do investimento estrangeiro, onde a Portugal Telecom tem um papel de destaque. Não o tendo visto antes, não o voltei a encontrar.

Tive ainda a oportunidade de manifestar ao Sr. Embaixador o meu total repúdio e a tentativa de envolvimento do meu nome em questões de política interna do Brasil.”

Então, está aqui, do Sr. Ministro de Estado e do Secretário Geral da Embaixada nossa em Portugal.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Devanir.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Pela ordem, fará uso da palavra o ilustre Senador do Estado de São Paulo Eduardo Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem fazer apenas uma indagação ao Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Quando de sua palavra inicial, V. Exª usou de uma imagem aqui que talvez não tenha sido compreendida por todos, porque nem todos assistiram ao filme “Dança com Lobos”. Eu queria compreender exatamente o que quis V. Exª dizer com isso, porque talvez tenha um significado. Embora o filme seja tão bonito, atraente, e chame a atenção para tantas coisas, há algo que se esperava, não sei se a caça efetiva ao lobo, ou se outra coisa, que acaba não ocorrendo.

Então, V. Exª fez a recomendação de que esta reunião e a CPMI não se transformassem exatamente na dança dos lobos. Eu gostaria de perguntar a V. Exª se exatamente é essa a interpretação correta de suas palavras ou se acha que nós estamos chegando ao lobo, e qual seria o lobo, e que falhas estamos tendo, se não estamos conseguindo caçar o lobo. É Correta a interpretação que estou tendo das suas palavras? Porque não me lembro tão bem do filme. É uma atenção ao nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado. O Relator vai usar a palavra e depois voltaremos imediatamente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria que primeiro fosse encaminhadas, pela ordem, as perguntas a Roberto Jefferson. Daqui a pouco, vamos ficar em indagações ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Perfeito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu responderei rapidamente ao ilustre Senador Suplicy. Usei apenas uma imagem figurada para demonstrar o seguinte: há uma cena que sempre achei muito bonita num filme clássico, em que o ator fica dançando em torno de uma determinada fogueira a dança com o lobo. O que eu queria dizer é que deveríamos evitar toda a coreografia possível. Quer dizer que nós não devemos empregar esforços para enfeitar, divertir, fugir do nosso objetivo essencial. Foi uma imagem talvez infeliz, mas apenas figurativa, ilustrativa. Eu não tive a pretensão nem de corporificar o lobo, mas apenas de dizer que não devemos estar aqui valsando em torno do nosso objetivo principal, e sim caminhando diretamente na direção dele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Então eu vou procurar, Sr. Presidente e Sr. Relator, atender a recomendação do Sr. Relator.

Deputado Roberto Jefferson, embora tenha já respondido as perguntas, há uma razão importante para que eu a formule novamente: V. Exª confirma que não teve qualquer tipo de relacionamento com o Sr. Maurício Marinho?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Um relacionamento muito superficial, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Alguma vez o encontrou fora de Brasília?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, Senador, não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Neste ano, V. Exª realizou alguma viagem para o Pantanal Mato-Grossense?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, este ano não. Deixa eu falar uma coisa a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Este filme “Dança com Lobos”, de Kevin Costner, para mim é um dos filmes mais bonitos da história do cinema americano. Eu sempre tive ojeriza ao **cowboy**, eu sempre torci pelo índio. O **cowboy** sempre foi um bêbado, predador, jogador viciado, matava o bisão apenas para roubar o couro e vender. E o índio, não, convivia com a natureza, dando uma lição de integração, usava o

que tinha de disponível na natureza para sua sobrevivência. E em *Dança com Lobos*, de Kevin Costner, há um agente do correio, um soldado americano que acaba se associando uma tribo indígena e salva essa tribo indígena na sua sobrevivência, encontrando rebanhos de bisão. Ele dança, o lobo fica olhando para ele e depois fica dançando com ele, numa lição de vida, de tradução, de integração do homem com a natureza e com a sociedade.

E sou freqüentador de Aquidauana. Freqüentador. Há mais de 20 anos freqüento Aquidauana, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Tenho um amigo do peito lá, chamado Totó Queiroz, Antonio Queiroz Neto, tem uma fazenda em Porto das Éguas, e eu vou para lá há muitos anos pescar. Há muitos anos. Fico acampado num capão de mato, no fundo da fazenda, uma semana, dez dias. Não tenho podido fazer isso desde que fui Presidente do PTB. A última vez que estive no Pantanal do Mato Grosso do Sul, lá em Aquidauana, na fazenda do Totó – eu tinha feito a cirurgia em 2001 – foi em setembro de 2001. Foi a última vez que eu estive em Aquidauana.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois exatamente por causa disso é que eu gostaria aqui de passar às mãos de V. Exª, do Presidente e do Relator o conteúdo de reportagem do jornalista Armandinho Anache, de Mato Grosso do Sul, que afirma que, no primeiro semestre deste ano, V. Exª esteve na região de Aquidauana, na cidade de Anastácio, no Mato Grosso do Sul, almoçando em um restaurante tradicional com o aquidauense e ex-diretor do Departamento de Contratações dos Correios, Maurício Marinho. Pela descrição da proprietária do restaurante, V. Exª e o Sr. Maurício Marinho agiam como grandes amigos. V. Exª talvez tenha se esquecido, mas aqui está a reportagem feita pelo jornalista Armandinho Anache, com muitos detalhes.

Se me permite. A certo momento, ele pergunta à senhora proprietária do restaurante:

“Mas, se a senhora for confrontada com o Deputado Roberto Jefferson – e ele é advogado, é Deputado, é bom de tribunal de júri –, se ele falar ‘a senhora está mentindo, a senhora está faltando com a verdade’, o que a senhora diria para ele?” “Ela responde – diz ele aqui –, falando firme, com a voz um pouco mais elevada: ‘eu vi, eu lhe vi, e pronto. É isso que eu vou dizer. Vou falar para ele que eu vi, e eu vi mesmo. Não é que vou mentir, não tenho necessidade de mentir. Eu vi, e acabou. Não sei a data precisa, mas foi mais ou menos nesse período porque a gente não guarda, dando ênfase à afirmação, quem é que veio, quem é que não veio, as pessoas que vêm.’”



E há inúmeros detalhes porque ela reconhece a foto na **Veja**. Então, eu passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem sido vítima desses equívocos. O mais escandaloso desses equívocos, se eu tivesse praticado tinha sido preso. V. Ex<sup>a</sup> viu a esposa assassinada daquele cidadão da CPI do Mensalão lá em Nova Iorque, no Carnaval, numa história parecida com essa que V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu vou...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aquilo, se fosse eu, eu estaria preso. Mas como é V. Ex<sup>a</sup>, a V. Ex<sup>a</sup> tudo se perdoa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bom. Mas passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup> ...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ele foi ver a Elizabete desfilando na escola de samba em Nova Iorque. E ela morta a golpes de picareta, enterrada aqui num quintal em Brasília. Infelizmente, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vou pedir a gentileza, porque se ele for descrever esse caso, vou pedir pela ordem, para uma explicação pessoal e já peço...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Triste.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ... para não perder o tempo. Vou explicar esse caso em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> pode continuar adiante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas peço a gentileza à Assessoria para encaminhar às mãos do Deputado Roberto Jefferson, primeiramente, para que tenha toda a possibilidade de ler a reportagem e, em seguida, encaminhar ao Presidente e ao Sr. Relator.

O Deputado José Dirceu, em seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados...

(*Barulho de papel rasgado.*)

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Deputado Roberto Jefferson, V. Ex<sup>a</sup> não tem autoridade para rasgar um documento encaminhado à Presidência, rasgar um documento aqui na mesa.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Encaminhado a mim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E também à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> não tem autoridade para receber um documento que foi encaminhado à Mesa e rasgar esse documento.

V. Ex<sup>a</sup> tem uma outra cópia deste documento?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Com certeza, porque está no *blog* do jornalista e peço ao meu gabinete para de pronto encaminhar à....

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – O ilustre Senador pediu que fosse encaminhado à Mesa e deu a oportunidade de que o documento fosse lido. Essa atitude não é uma atitude condizente com o trabalho que está sendo realizado e repudio essa atitude aqui adotada pelo Deputado Roberto Jefferson.

Devolvo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, para que possa retomar o seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O Deputado José Dirceu, Deputado Jefferson, em seu depoimento no Conselho de Ética, na última terça-feira, afirmou que o PTB recebeu mais de R\$10 milhões. V. Ex<sup>a</sup> diz que recebeu R\$4 milhões para o financiamento da campanha eleitoral do seu Partido e que os guardou no cofre. Sei que isto foi perguntado, mas é importante: V. Ex<sup>a</sup> confirma que os R\$4 milhões já não estão mais no cofre? Porque V. Ex<sup>a</sup> tinha dito que os guardou no cofre. Não estão mais? (Pausa)

Não entendi bem por que V. Ex<sup>a</sup> está me olhando. Ah, não vai mais responder as perguntas minhas?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Senador Suplicy, eu vou suspender os trabalhos por cinco minutos e vou retomá-los, garantindo o tempo integral de V. Ex<sup>a</sup>. Vou dar um tempo para que o Deputado possa se recompor e vamos retomar normalmente os trabalhos, garantindo o tempo integral de V. Ex<sup>a</sup>.

Estão suspensos os trabalhos por dez minutos.

(*A reunião é suspensa às 17h28min e reaberta às 17h33min.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por gentileza, nosso trabalho está andando em um ritmo bom, vamos retomar os trabalhos de modo a mantê-lo na forma como vinha se desenvolvendo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, antes de continuar a minha indagação, quero dizer ao Deputado Roberto Jefferson que tenho procurado ser o máximo respeitoso com ele e a pergunta que fiz é perfeitamente normal. Eu não conheço o jornalista Armandinho Anache. O *blog* é público, está na Internet, e eu fiz uma pergunta que qualquer pessoa atenta faria.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de recordar o seguinte: é fato que, em 1993, quando estávamos averiguando

tudo que foi denunciado por José Carlos Alves dos Santos e nós todos estávamos preocupados em saber onde estaria a Srª Ana Elizabeth Alves dos Santos, a senhora dele, que havia sido seqüestrada, desaparecida, naquela oportunidade, eu formulei, como hoje estou aqui falando, ao indagar inclusive o Deputado Ricardo Fiúza, que quem soubesse onde pudesse estar a Srª Ana Elizabeth, por favor, transmitisse essa informação porque era de fundamental importância para todos nós.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Perfeito, Senador.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – E, naquela oportunidade, houve quem dissesse que tinham visto uma pessoa muito parecida com a Srª Ana Elizabeth em Nova York. Tamanha era a preocupação da família, que a senhora filha da Srª Ana Elizabeth avaliou que seria muito importante, e eu com ela fui a Nova York verificar a possibilidade e pedir a colaboração do Itamaraty...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Acho que já está suficientemente esclarecido...

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Mas há um detalhe de que o Deputado Roberto Jefferson não se lembra: graças a esse apelo e a essa solicitação, a ex-companheira de uma das pessoas envolvidas no seqüestro resolveu relatar às autoridades de segurança e levaram-nas ao local onde ela estava enterrada e, infelizmente, morta, por uma tragédia. Eu fiz aquilo que seria normal por quem estivesse preocupado em achá-la. Infelizmente, não achei em Nova York.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Agradeço. Penso que já está suficientemente esclarecido e peço que seja retomado o tempo para que possa ser feita a sua participação.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para dizer que o tempo já estava em sete minutos e pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Foi bastante tumultuado e eu vou pedir que V. Exª seja bastante objetivo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Estava em sete minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Mas ele foi muito prejudicado.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Vou fazer as minhas perguntas, e o Deputado Roberto Jefferson, se quiser ser respeitoso para com um Senador da República, vai responder. Se preferir ficar calado, é opção dele.

Deputado Roberto Jefferson, o Deputado José Dirceu, em seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, afirmou então que o PTB rece-

beu mais de R\$10 milhões. V. Exª já disse que recebeu R\$4 milhões para o financiamento e que os guardou no cofre. Eu gostaria de saber se efetivamente estão lá, se podemos, então, entender que foram utilizados para pagar campanhas eleitorais do seu Partido ou se houve qualquer outro tipo de destinação.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O útil da pergunta de V. Exª é que o José Dirceu sabe que tem dinheiro. Se sabe é porque ele participava da distribuição.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Ele saberia qual a destinação dos R\$4 milhões que ficaram com V. Exª?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Se ele sabe do dinheiro é porque ele sabe da distribuição. É útil. Agora, pela primeira vez, V. Exª traz uma confissão pública do Deputado José Dirceu. Eu agradeço a V. Exª por essa informação.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Estou afirmando aqui o que ele disse.

Mas pergunto e faço outra... Como V. Exª não quis dizer até agora a destinação dos R\$4 milhões, poderíamos então entender que a destinação desse recurso foi para compra de votos de Parlamentares do PTB, aquele que V. Exª tem chamado de “mensalão”?

Existe uma diferença de R\$6 milhões entre os valores informados por V. Exª e o do Deputado José Dirceu, considerando que V. Exª era o Presidente do PTB durante todo o período em que esses recursos foram entregues para o seu Partido. Então, obviamente, temos de perguntar: o que o PTB fez com tais recursos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – O PTB não fez nada, não, Senador.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Não fez?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Não.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – V. Exª o fez.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Eu fiz.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Poderia nos dizer?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Não digo, não.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Prefere não dizer.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Não digo, não.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – É muito importante. Essa é uma das principais indagações que o povo brasileiro está querendo saber.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – O povo vai saber de mim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª assegura que o povo vai saber...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Vai saber.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Como é que V. Exª gastou...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Mas não vai ser por meio de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu acho importante que V. Exª diga...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Na oportunidade em que eu achar devida.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E avalio que seja importante que possa dizer antes da conclusão dos trabalhos desta CPI.

V. Exª afirmou que o seu Líder, Duarte, foi indicado pelo PTB para a Presidência do IRB e que lhe foi solicitado que conseguisse umas empresas para contribuir mensalmente “por dentro”, expressão que V. Exª usou, para a manutenção do PTB. V. Exª ressaltou que o seu Líder, Duarte, não conseguiu as contribuições. Podemos entender que V. Exª indicava pessoas para cargos para cometerem o crime de concussão?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Não fazia diferente do que o PT faz, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Bom...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – A minha resposta para V. Exª já está dada. Não fiz nada diferente do que o PT faz.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Aspectos com os quais eu não concordo. Se alguém do PT fez ou faz isso, de maneira alguma concordo e tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros e dos que são do PT também não concordam.

A indicação que V. Exª fez do Sr Antonio Osório para a diretoria dos Correios, revelada em seu depoimento no Conselho de Ética, também atendeu à estratégia de captar recursos eleitorais como a do IRB?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Volto a dizer a V. Exª que a estratégia do PTB não difere da do PT e dos demais Partidos desta Casa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – V. Exª conhece o Sr. Daniel Dantas?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – De nome.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Alguma das empresas do Sr. Daniel Dantas contribuiu para a campanha do PTB? Pode nomear qual seria a empresa?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Nenhuma empresa do Sr. Daniel Dantas contribuiu para o PTB.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu gostaria que V. Exª fosse mais preciso em seu depoimento sobre quem lhe informou, de fato, que existia o “mensalão”. É bem diferente dizer “falaram, no cafezinho comentaram.” Mas em que situação isso lhe foi dito?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Senador, eu já respondi dez vezes essa pergunta hoje aqui e me reporto a minhas respostas anteriores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Finalmente, pelo que V. Exª explicou em seus diversos depoimentos, inclusive na entrevista a Renata Lo Prete, na **Folha de S. Paulo**, parece-me que V. Exª tem uma visão que é diferente da que eu, por exemplo, tenho recomendado ao Presidente Lula.

Mas, diante de todos esses episódios, com os quais V. Exª contribuiu para trazê-los à tona, V. Exª concordaria com a recomendação que eu pessoalmente tenho feito ao Presidente Lula, que ele possa dizer ao Congresso Nacional, diante inclusive daquilo que V. Exª trouxe à tona e que impressionou tanto o povo brasileiro, mas que possa o Presidente dizer: eu quero ter uma relação com o Congresso Nacional muito diferente daquela que vem caracterizando a nossa história. Eu gostaria de dizer a cada Deputado Federal, a cada Senador, para cada projeto de lei, cada projeto de emenda à Constituição, cada designação de nome, seja para chefiar Missão Diplomática, para a Agência Nacional do Petróleo, a Agência Nacional de Telecomunicações, o Banco Central, o Cade e assim por diante, especialmente as atribuições que temos aqui no Senado? Então, para cada deputado e cada senador, vote sempre de acordo com o que V. Exª considera seja a defesa do interesse público da Nação. Não porque foi aceita a indicação de nomes que V. Exª, por ventura, tenha. Muitas vezes, pode ser legítimo. V. Exª conhece um excelente economista ou administrador e pode sugerir ao Presidente e a um ministro, mas que isso então seja a condição para que o seu voto seja, assim, nas proposições do Executivo, aí é outra coisa. Ou também que não seja por causa da liberação de verbas para as emendas de cada um que então a pessoa vai votar. A minha pergunta é se estaria de acordo com essa recomendação, que eu formulo ao meu companheiro, amigo, ao Presidente da República, porque eu acho que isso seria saudável. Portanto, quero ouvir a sua reflexão, porque, quem sabe, diante de tudo que tem ocorrido, ela pode ser muito importante. Assim como V. Exª tem feito aqui, e hoje fez, recomendações sobre a reforma política e a reforma partidária, quem sabe possa também fazer

como que recomendações tem sobre a relação entre o Presidente, o Executivo e o Congresso Nacional. Essa é a minha última pergunta.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Senador Suplicy, vou responder a pergunta de V. Exª. Vou rememorar um episódio histórico. A marca mais dura que eu trago no meu coração V. Exª fez.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Sobre a qual já conversamos....

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Há anos, passados, quando eu estava do outro lado, empenhado na defesa do Presidente Collor numa CPI, V. Exª me rotulou de corrupto. Disse à jornalista Tereza Cruvinel do Painel do jornal **O Globo** que eu havia recebido um milhão de dólares do PC Farias para fazer aquela defesa. E eu fazia aquilo por convicção. Não por convicção parlamentar, mas de advogado. Eu me lembro que foram 100 processos, 100 absolvições, e ajudei a escrever todas as defesas. E sempre tive muita desconfiança daqueles que batem no peito como moralistas. Todo moralista tem alguma coisa a encobrir! Li hoje nessa lista da Simone que o Procurador daquela época, então, que tentou condenar o Presidente Collor com as suas denúncias, foi advogado do PT no processo do PT lá de Santo André e recebeu o dinheiro de caixa 2 por fora e não declarou ao Imposto de Renda. Todo moralista, um dia, falha, claudica, manca! E V. Exª me marcou, e esse é o preconceito que a imprensa tem de mim até hoje! Foi uma marca que o senhor colocou no meu coração e que eu jamais consegui superar, porque V. Exª tem peso no que diz.

V. Exª, não sei se foi um acordo do PT, e V. Exª inocentemente contribui com isso, quando aquele José Carlos que acusou aquele grupo de anões do orçamento estava depondo aqui, e V. Exª ouviu dizer que a mulher roubara um milhão de dólares, essa era a manchete que a **TV Globo**, guardei aqueles jornais da época e o Jornal Nacional. E fugira para América. E V. Exª foi, numa diligência, à América, visitou na Rua 46, nas ruas dos brasileiros. Gente que dizia: “Não, ela esteve aqui no Carnaval. Tenho certeza que ela esteve aqui no Carnaval!”. E a mulher morta, a golpe de picareta, semi-enterrada, enterrada viva, num quintal aqui de um subúrbio de Brasília.

Quero dizer a V. Exª, Senador Suplicy, que já disse isso que V. Exª está dizendo, num programa de televisão, se eu não me engano, da **Bandeirantes** ou da **TV Cultura**, entendo que o Presidente Lula tem que fechar o Governo. Ele tem que governar de acordo com os sonhos que ele sonhou, com o ideal que ele esposou, com a formação que ele traz, de um homem pobre, como a maioria do povo brasileiro, e que foi guindado à Presidência da República do Brasil. Ele

devia parar com esses acordos partidários que vão obrigá-lo a fazer concessões. Governar com o povo, com a sociedade e com esse sentimento de reconstrução que reina no Congresso Nacional.

Ele não precisa mais repartir Ministério, nomear cargo em estatal. Ele tem um grande ministério; ele recompôs o Governo: o Ministro da Agricultura, um homem especial; o Ministro da Fazenda, um homem especial; a Ministra-Chefe da Casa Civil, uma mulher especial; o Ministro de Indústria e Comércio, um homem especial; o Ministro da Justiça, um homem de bem; o Ministro do Turismo, um gigante. Ele tem homens para governar o Brasil e não precisa fazer mais barganhas e concessões para terminar o seu Governo.

Esse sentimento que esposa V. Exª eu já coloquei de público, não sei se em uma entrevista com Boris Casoy, ou em uma entrevista na **TV Cultura**, eu não me recordo, mas esposo com V. Exª e digo que tem razão. V. Exª é um sonhador; V. Exª é um idealista; V. Exª é um candidato ao Senado reeleito imbatível no Estado de São Paulo – todo mundo sabe disso – porque tem essa identidade com o povo do Brasil. E eu quero fazer a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, um apelo de quem não se nega a contribuir com V. Exª. Na CPI dos Correios V. Exª me fez uma lista de trinta e tantas perguntas e eu devolvi todas as respostas a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT – SP) – Permita-me somente dizer que eu hoje solicitei ao seu advogado...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E eu perguntei a eles se... porque V. Exª perdeu as perguntas.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT – SP) – Não, porque as perguntas haviam sido feitas em duas etapas. Na hora de responder, elas foram feitas em uma ordem possivelmente diferente, e para que eu as tenha e possa inclusive entregar à Mesa da CPI dos Correios é que pedi a gentileza de encaminhar as perguntas.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E vai ter. As respostas eu dei, mas, as perguntas, o Senador perdeu. Eu vou ver se acho e faço questão de entregar-lhe as suas questões também.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT – SP) – Está bem.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu quero dizer a V. Exª do peso de sua palavra. Não creia nessa matéria desse jornalista de Aquidauana. Eu não vou a Aquidauana desde 2001, infelizmente. É um lugar que amo; é um cantinho; é o princípio da vida. Eu não sei se V. Exª conhece bem o pantanal do Mato Grosso do Sul, se já viveu, se já acampou...

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT – SP) – Não conheço tão bem. Eu estive...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vá.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Eu vou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Escolha uma data que eu lhe aconselho.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Já fui convidado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Então, vou lhe dar uma data: setembro é o começo da vida. Ali o senhor percebe a presença de Deus; é o início da criação. O Senhor vai olhar um capão de mato, Senador, e vai ver milhares de colhereiros cor-de-rosa; vai olhar outro capão de mato e vai ver milhares de garças brancas; o senhor vai ver voando em dupla centenas de araras azuis, de araras coloridas; vai ver onças correndo na frente do seu cavalo, a onça pintada, a Jaguatirica; o senhor vai ver o porco baguá, o porco monteiro desgarrado. Vá! É o começo da vida. Vai ver a capivara. O veado de rabo branco é tão manso, que o senhor chega perto dele, leva um biscoito, e ele fica olhando assim e corre quando o senhor está a dois ou três metros dele. Vá! Vale a pena. É o princípio da vida. É um recanto especial que restaura o espírito e a alma da gente, e eu sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem de bem, um homem romântico, um homem que tem pureza no coração. Vá conhecer o interior do Mato Grosso do Sul. Vá a Aquidauana; vá ao pantanal de Aquidauana e veja ali o princípio da criação.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Eu já fui ao pantanal do Mato Grosso em dezembro do ano passado.

Sr. Presidente, eu apenas quero dizer o seguinte: o Sr. Armandinho Anache, jornalista do Mato Grosso do Sul, publicou isso no seu blog. E eu, da mesma maneira como – havia um engano – fui de boa fé procurar a Sr<sup>a</sup> Ana Elizabeth dos Santos, a viúva de José Carlos Alves dos Santos, em Nova York, eu li no blog do Sr. Armandinho sobre esse fato. E quero dizer que qualquer jornalista pode telefonar para ele – 672417630 – e perguntar sobre o que ele escreveu. Ele diz que conversou com a proprietária do restaurante e que deu um testemunho. É possível que ela tenha se enganado e, obviamente, então... É possível até que ela esteja nos vendo e vai observar quem é o Deputado Roberto Jefferson, se por acaso houve um engano de pessoa, e aí tudo ficará esclarecido.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ela vai ficar devendo a nós dois, que vamos lá, porque lá a especialidade é peixe, e ela vai ficar devendo uma peixada para nós, Senador. Podemos ir juntos até lá.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Concedo a palavra, na seqüência, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de formular as perguntas ao Deputado Roberto Jefferson, quero dizer que penso que todas essas denúncias servirão ao Brasil. Penso que o Brasil de amanhã será bem diferente do Brasil de hoje em relação à pureza e ao bom trato com a coisa pública. Penso que iremos transformar todo esse mar de lama em adubo para colhermos bons frutos no futuro. Essas denúncias que surgiram não tiveram origem na Oposição. Não sei se Roberto Jefferson já me ouviu. Está prestando atenção?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Está chegando mal a sua voz aqui, Senador.

Agora melhorou.

Não estava ouvindo bem V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quis dizer apenas que todo este mar de lama que estamos vivendo hoje, certamente, servirá de adubo para colhermos, no amanhã, bons frutos na vida pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio aos Srs. Parlamentares porque o orador está tendo dificuldade de se comunicar com o depoente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – As denúncias não surgiram da Oposição; surgiram da própria base do Governo, de pessoas que integram o Governo. Tudo surgiu com o Marinho dos Correios. Em função da questão do Marinho dos Correios surgiu a CPMI do Mensalão. Todas as denúncias que estão ocorrendo hoje são em função daquela gravação com o Marinho. Depois do Marinho veio o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Jefferson, e a questão do José Dirceu, do Delúbio, do Sílvio, do Genoino, do irmão do Genoino, do Marcos Valério e outros tantos, todos da base do Governo.

Mas o Presidente da República tem se manifestado como se fosse a Oposição responsável por tudo isso, inclusive pelas acusações que ele considera injustas. Responsabiliza a Oposição, a imprensa e as tais elites, a que se refere seguidamente. Ele não responsabiliza em momento algum a sua própria base, aqueles que o apoiaram e o apóiam, aqueles que defenderam os seus projetos e estão defendendo projetos na Câmara e no Senado. O Lula joga tudo isso como se a Oposição, as tais elites e a imprensa fossem responsáveis por todas essas denúncias que estão ocorrendo.

Até fico contente quando ele diz que a Oposição é a responsável, porque se estamos servindo ao País

para clarearmos tudo isso, para trazermos fatos positivos, esclarecimentos públicos e denunciar os corruptos, fico feliz quando ele diz que a Oposição está fazendo tudo isso.

Mas isso surgiu em função da base do Governo da qual V. Exª participa. Porém, diz o Presidente que a Oposição, ou a população brasileira, aqueles que não gostam, que terão que engoli-lo novamente, uma forma até agressiva do Presidente, porque nós todos, da Oposição, da Base do Governo, católicos, evangélicos, nós todos somos governados por um Presidente que tem que cumprir a Constituição e ser o mais transparente possível. Nós gostaríamos é de tê-lo agora, nesses últimos meses, como um presidente responsável e comprometido com toda a sociedade brasileira, e não apenas para alguns, como ele se refere.

Queria lhe perguntar, nobre Deputado: V. Exª tem dito, seguidamente, que o Lula não sabia e que não sabia mesmo, aliás, até hoje ele acha que não é verdade, ele ainda acha que não é verdade. Ele, para não punir o PT, tenta jogar todos na mesma vala comum.

Há pouco, ouvi o Senador Wellington, que está assumindo recentemente o Senado, e ele disse que nós estamos desrespeitando o Presidente. É que ele não está aqui há muito tempo, aí ele iria verificar quem é que está desrespeitando a Nação.

Mas como V. Exª disse que ele não sabia de nada, mas V. Exª disse a ele: “Lula, está havendo um ‘mensalão’”. Como é que ele não sabia se V. Exª o avisou? Ele não acreditou nas suas palavras, no homem que tanto defende ele, que tanto tenta inocentar o Lula? Se V. Exª disse, um homem, Presidente do PTB, que defende o Governo, que dá sustentação na Câmara Federal e no Senado, quando V. Exª disse a ele: “Lula, existe um ‘mensalão’, estão comprando Deputados, isso não é justo, isso não é bom para o Brasil”, V. Exª prestou um grande serviço a ele e ao Brasil. Se V. Exª avisou a ele, e ele não tomou providências, como é que ainda V. Exª diz aqui que ele não sabia?

Essa é a primeira pergunta, Deputado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ)** – Senador, eu falei com ele em janeiro deste ano, 2005. Essa prática já tem... Ela vem desde 2003. Ele não sabia. Eu tenho que testemunhar sobre o que vi. O senhor é um homem experiente, o senhor conhece reação de pessoas. A reação que assisti do Presidente Lula foi de absoluta surpresa e de sentimento de traição, ele se sentiu traído.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Mas e ele, depois que V. Exª avisou, ele chamou o pessoal, chamou a Base do Governo e tomou providências?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ)** – Eu tenho certeza de que ele determinou inquérito na Polícia Federal, que começou...

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Pois é, mas há poucos dias...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ)** – E... quero falar, estou virando aqui o porta-voz do Presidente Lula. Devia ter alguém do Governo para fazer isso aqui. Janeiro e fevereiro, o senhor pega a movimentação... Eu tenho tido o cuidado de ler todos os dias – voltei a advogar – depoimentos, documentos da CPI que são publicados. Em Janeiro e em fevereiro de 2005 não há mais nenhum saque, nenhuma movimentação no Banco Rural.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Permite-me? Recentemente, agora, há poucos dias, ainda quando o PT estava discutindo a expulsão de Delúbio ou do Sílvio, a renúncia de um ou outro, nós vimos o episódio das cuecas, e aconteceu justamente com a pessoa assessora do irmão do Presidente do PT. Se o Lula sabia e se ele tomou providências, como é que aconteceu o caso das cuecas de novo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ)** – Sr. Senador...

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Porque antes era com mala, depois foi de cueca.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT – RJ)** – Senador Leonel Pavan, se o Presidente Lula tomasse conta da cueca dos assessores do PT, aí eu ia romper com ele.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Mas fizeram nas cuecas, tenha certeza, porque quem é da Base do Governo... Certamente fizeram nas cuecas, infelizmente fizeram.

A verdade, nobre Deputado: o Presidente Lula, se sabia, se ele sabia e ficou sabendo depois por V. Exª, ele não tomou providências. Não tomou, porque se tivesse tomado providências, nobre Deputado, com certeza Genoino, que, segundo imprensa, esteve em um hotel, juntamente com um assessor de seu irmão, não estaria presente e não teria dado aval, ou seu irmão não teria avalizado todo esse esquema de levar dinheiro de São Paulo para o Ceará.

A pergunta que faço é a seguinte: qual é a impressão que V. Exª tinha do Governo Lula antes?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Excelente.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – E agora?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Na área econômica está no caminho correto; na área econômica não tenho reparos a fazer. Na área comercial, na área de exportações, não tenho reparo a fazer. Tem

essa ferida aberta, mas me parece que administrativamente o Presidente Lula tomou as providências que devia tomar. Os ministros suspeitos de envolvimento ele exonerou, ele recomendou ao partido e hoje há uma reclamação de um grupo do PT – e não quero me meter em assunto interno – de que o Presidente Lula botou o Governo no PT. Tirou o Tarso Genro, que era um Ministro excelente e colocou para presidir o Partido, pegou o Berzoini, que também era um grande Ministro do Trabalho, e colocou na tesouraria do Partido ou na Secretaria Executiva, pega o Deputado Pimentel e coloca como tesoureiro. Parece-me que o Presidente agiu; ele só não alardeou isso. Ele não quer sacrificar de público os seus companheiros mas está permitindo que as investigações transcorram com toda a tranquilidade, e estamos aqui reunidos. Há três CPIs.

Não vejo nenhuma ação do Presidente Lula, pelo contrário, Senador, no sentido de impedir a apuração dos fatos.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – V. Exª tem conhecimento de que algum parlamentar que esteja no PSDB tivesse recebido o famoso “mensalão”?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não tenho nenhuma notícia disso, Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Para encerrar, o Presidente Lula tem se pronunciado de uma forma bastante dura, quase de desespero, afastando-se um pouco de Brasília, percorrendo o Brasil para tentar se aproximar mais do povo, de quem tem estado tão afastado. Viagrou muito para o exterior e agora está tentando se aproximar do povo brasileiro. Ele disse, recentemente, que não existe no mundo nenhuma mulher e nenhum homem que lhe possa dar lição de ética ou ser mais ético que ele. V. Exª acha que não existe ninguém tão ético quanto ele ou alguém mais ético que ele?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Senador, acho que ele é um homem de bem, penso que ele é um homem de bem. Não vejo assim como fazer campeonato de ética. Mas se V. Exª me perguntar se entendo que o Presidente Lula é um homem ético eu vou responder a V. Exª que entendo.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Sr. Presidente, a população brasileira, para finalizar... Tenho recebido inúmeros e-mails, telefonemas, Deputado Roberto Jefferson, que diziam assim: Pavan, tenho certeza de que hoje Roberto Jefferson vai trazer mais fatos novos. E tenho confirmado. O fato novo é a confirmação. V. Exª não mente e está confirmando com coragem, e essa é a admiração que temos por V. Exª.

A população brasileira o apóia porque tem firmado sempre, com convicção, tudo o que disse desde o primeiro dia. Isso é importante porque há pessoas

que falam por aí e quando chegam frente a frente com os Deputados e Senadores acabam se esquivando. Apenas quero lhe cumprimentar por esta firmeza e por reafirmar tudo o que disse desde o início, fazendo com que certamente nós possamos ter um Brasil melhor amanhã.

Era a minha colocação e agradeço o tempo que me foi dado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Muito me honra V. Exª mas só que aduzir uma rápida informação.

No meu e-mail entram milhares de mensagens por semana. Muitos me cobram ataque à pessoa do Presidente Lula. Amigos meus me cobram ataque à pessoa da Presidente Lula. Parentes meus próximos me cobram ataque à pessoa do Presidente Lula. Mas eu não posso fazer, porque não tenho elementos para tisonar a sua imagem.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Moroni Torgan...

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Pela ordem, Sr. Presidente, para uma informação importante a respeito do que afirmara sobre...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não, não, nobre Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Prometo trinta segundos.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não, não tem exceção.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Mas V. Exª considerará importante na hora em que me ouvir. Cometi um engano porque não foi... falar uma frase, Sr. Presidente, para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Exª, não podemos dar um tratamento de exceção. V. Exª se reinscreva, porque senão vamos quebrar continuamente a ordem.

Passo a palavra...

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Para esclarecimento que esta CPI...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Se era a questão anteriormente discutida...

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Não, é uma nova questão. Apenas para informar corretamente sobre a pergunta que formulei. Quando mencionei que teria sido o Deputado José Dirceu que afirmou que o PTB recebeu mais de dez milhões, na verdade, foi o Sr. Marcos Valério que falou isso, e não o Sr. Deputado José Dirceu. Somente essa retificação. Agradeço o registro da mesma. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – V. Exª poderia ter feito isso por escrito, porque se

abrirmos exceção toda hora, não vamos andar e dar seqüência aos trabalhos.

Já concedi a palavra e reafirmo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, Deputado Roberto Jefferson, quero primeiramente dizer que hoje ouvi algumas novidades. Ouvi, por exemplo, que essa questão da Portugal Telecom tinha cifras que, inclusive, não foram corroboradas depois, mas que existia um acordo nesse sentido, havia uma expectativa. Ouvi uma novidade sobre essas viagens regulares a Portugal, que o Deputado Júlio Redecker já afirmou que pode ser um leva e traz. Vamos analisar.

Vi nas suas declarações algumas coisas que gostaria de trocar em miúdos com V. Exª, porque podem ser alguns indícios, algumas sinalizações de investigação. Parece que passou meio desapercibido quando V. Exª falou que teria recebido uma resposta do Ministro: Olha, não vai dar para eu cumprir aquilo, porque os doleiros agora estão sendo presos.”

Isso acho de uma extrema gravidade. Isso quer dizer que o Governo estava envolvido com doleiros para conseguir recursos para campanha partidária, mas envolvido com doleiro. Quer dizer, uma coisa, na minha opinião, terrível, porque se está usando doleiro para isso, está usando doleiro para mandar, para buscar também. Então, está usando todo um caminho que a CPI do Banestado deveria ter chegado, e não chegou totalmente. Isso é uma coisa que me preocupa. Gostaria de saber se V. Exª tem um aspecto mais sobre isso, ou se foi só uma...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, foi só esse diálogo que já transmiti.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foi esse diálogo... De qualquer jeito nos preocupa, porque pode ser uma das fontes desse dinheiro. Pode ser uma das fontes, segundo o que foi falado.

Estou aqui, Deputado, só para entender, acho que o lado de cá está sendo bastante esmiuçado, aquele que recebeu. Talvez até com alguns fazendo injustiça até, concordo com V. Exª. Mas acho que, como V. Exª disse, o lado de lá ainda está muito pouco esmiuçado. Chegamos em um que é intermediário, que é o Marcos Valério. Ele é o intermediário dessas coisas.

Outra coisa que achei interessante e gostaria de saber se V. Exª tem algum detalhe a mais: bancos privados colocaram dinheiro nas contas de Marcos Valério.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Li nos jornais, Exª.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Leu nos jornais.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Li, Exª. Uma movimentação de quase 600 mil, uma informação que saiu da...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – São 600 mil ou 600 milhões?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Mil.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Seiscentos mil.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, R\$600 milhões. Desculpa.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Uma cifra bem maior. Quer dizer, seria uma das linhas de investigação: por que esses bancos privados estão com essa vontade tão grande de botar 600 milhões nas contas de Marcos Valério. Quer dizer, outra coisa que me chamou atenção e, talvez, passou um pouco desapercibido: o senhor falou que fundo de pensão, principalmente quando eles investem em títulos de 35 anos. Dá para explicar um pouquinho sobre isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Essas aplicações de longo prazo são aplicações de alto risco. Como pode se aplicar no Banco de Santos, através do Banco de Santos, em títulos de 35 anos, ou no Banco Rural? Todos bancos de segunda e de terceira classe. Por isso, tem retorno de comissão, e as comissões são altíssimas. Esse prejuízo que o Fundo de Pensão Real Grandeza deu, o Presidente indicado por um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, e a diretoria financeira por Deputados que deixaram o meu Partido. Aplicaram de maneira irresponsável e deram prejuízo de 150 milhões ao Fundo de Pensão Real Grandeza. Devia começar por ali, porque a imprensa já está colocando largamente esse prejuízo do fundo de pensão da empresa de Furnas. É uma coisa que V. Exª pode recuperar. Eu posso trazer alguma informação a V. Exª, entregar-lhe pessoalmente, das que coligi, tenho guardado, e por aí V. Exª participar, partir para uma linha de investigação.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É porque acho... Não tenho idéia de quantos bilhões os fundos de pensão movimentam...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Nossa Senhora!

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...mas tenho certeza de que não existe nada no País que movimente tanto quanto eles.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não tem nada igual!

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não tem nada igual. Então, acho que não é hora de esta CPMI



se preocupar com alguma coisa de 3, 2, 10, 20 mil reais. Está na hora de esta CPMI mirar lá em cima.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado, esses moços que deixaram o Governo e essa parte do Governo estão pautando essa crise entre nós. Nós estamos nos investigando e não investigando a eles. O dinheiro que vem e é distribuído a alguns Parlamentares aqui na Casa não é gerado na tesouraria da Câmara não. É no Executivo. Isso vai passar assim? Estou achando que falta reação nossa no Legislativo, em especial do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara. A coisa está correndo frouxa. Tem que ter reação. É aqui que está o centro da corrupção. Eu não sei quem foi o Senador que, há pouco, lendo os números de um bilhão e 800 milhões só da movimentação do Marcos Valério e o que passou aqui nas listas para a Câmara dos Deputados, que chega aos 25, 30 milhões. E o resto? Foi para onde? Então, estamos discutindo aqui a moeda, esquecendo do cofre. Estamos cometendo um enfoque errado nas nossas investigações. V. Exª está abrindo para o foco correto. Houve um Senador que me fez essa pergunta que V. Exª está fazendo agora. Já vai o adiantado da hora e não me recordo, mas um Senador me disse isso que V. Exª está dizendo agora.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Isso é uma coisa que me preocupa porque tem vários aspectos, e inclusive o aspecto social, porque fundo de pensão tem dinheiro até um certo ponto, porque vai ter uma hora que esse dinheiro vai ter que ser repassado para quem participou do fundo de pensão. E nessa hora, muitas vezes, vão dizer: não, quebrou, porque agora tem mais gente arrecadando do que doando para o fundo, mas justamente está sobrando dinheiro agora para, quando tiver mais gente arrecadando do que dando para o fundo, ele tenha essa reserva e tem que ter a responsabilidade da boa aplicação. Então, vejo a necessidade de ouvirmos como essas aplicações estão sendo feitas. Eu não sei quem é que fiscaliza essas aplicações, porque o que V. Exª está dizendo agora de que bancos de terceira e quarta categorias recebem investimentos em letras de 35 anos, quando o próprio banco não tem certeza se vai durar os 35 anos de um fundo de pensão? Um investimento desse... eu vou parar um pouquinho somente... fique à vontade.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não. Perdão, excelência. Era somente um recado rápido que eu estava esperando.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pois, não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Peço perdão a V. Exª. Eu me redimo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não tem problema nenhum. Eu até reconheço o tempo que V. Exª está aí e deve estar cansado também. Mas eu quero dizer que é importante esmiuçarmos isso: onde está o dinheiro dos fundos de pensão? Em que locais foram colocados os dinheiros dos fundos de pensão?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Posso dar uma sugestão a V. Exª?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pois, não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O Banco de Santos, é só levantar quem teve prejuízo lá, quem micou. São setecentas instituições. É só pedir a relação que V. Exª vai encontrar vários fundos de pensão. O Banco de Santos é um começo para isso. No Banco de Santos, micaram quantos? Setecentos. É fácil de investigar. E aí V. Exª vai encontrar quantos fundos perderam naquele banco de segunda categoria. E se não correrem rápido, os fundos do Banco Rural vão micar lá também, porque está se mantendo vivo, por causa dos fundos de pensão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Esse, para mim, é um fato preponderante para sabermos de onde vem bilhões, muitas vezes, pois não sabemos de onde vêm.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A lista do Banco de Santos é fundamental para esse questionamento que me faz V. Exª.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, é uma das coisas que acho que poderemos pedir, que a CPMI pode pedir.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu corrijo o nome. É Banco Santos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vou fazer por escrito. Peço a nossa assessoria que anote. Vamos fazer por escrito essa solicitação, para que possamos também saber e termos nesses últimos anos quais foram esses investimentos desses fundos de pensão. Porque só um investimento – eu sou meio leigo no assunto –, mas comecei a entender depois dessas CPI's alguma coisa. Mas um investimento de bilhões, ninguém precisa roubar, é só preciso garantir que ele seja investido lá.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E Deputado Torgan, agências ligadas ao Marcos Valério perderam dinheiro lá. O Marcos Valério abastecia as contas do “mensalão.” A CPMI do “mensalão” tem absoluta conexão com o Banco Santos e com o dinheiro que micou. O Banco Santos pode ter sido usado nessa conexão, porque as agências ligadas ao Sr. Marcos Valério faziam movimentações também lá no Banco Santos. Essa lista não é grande. São setecentos os credores do Banco Santos. V. Exª vai ver fundos que

tiveram prejuízos aplicando irresponsavelmente na-quele tamborete. Banco Santos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, é uma das coisa que eu gostaria de enfatizar. Nesse fim, eu gostaria de colocar, talvez seja um dos pontos em que eu me contraponha a V. Exª, ou seja, a opinião sobre o Presidente. Eu infelizmente, e digo com tristeza, pois V. Exª e todo mundo sabe que eu votei nele para Presidente, apesar de ter sido do PFL. Como votei no Ciro no primeiro turno e em S. Exª no segundo turno. Mas, abstraindo questão partidária, não quero fazer discurso partidário, porque ao dizer que ele pode, até o momento em que V. Exª falou com S. Exª, eu posso até acreditar na inocência. A partir do momento em que V. Exª falou com ele em janeiro, e nada aconteceu. Aconteceu. Parou. Mas seria a mesma coisa que eu ser Secretário de Segurança, e eu fui já, e alguém dizer: Olhe, esse delegado aqui é ladrão. Aí, eu chego para o delegado e digo: Pare de roubar. E está tudo certo. Quer dizer, não podia ser. Penso que no momento em que V. Exª falou, S. Exª deveria convocar todo mundo, chamar para si a responsabilidade. Se for o caso, colocar V. Exª na frente de outros lá, em reuniões internas. Não precisava ser na frente da imprensa. Em reuniões internas, chamar e dizer: Olha, o Roberto me chamou aqui para uma denúncia grave. Chame aqui o José Dirceu, o Delúbio, do PL, do PP. E nós vamos ter de investigar esse negócio. Chamar o Procurador-Geral da República e dizer: Olhe, tem uma denúncia grave aqui. E temos de investigar esse negócio.

A verdade é a seguinte, Deputado Roberto. A sua denúncia de “mensalão” é que movimentou todo o aparato institucional do Brasil. E a sua denúncia de “mensalão” veio meses depois da sua denúncia ao Presidente. E essa dívida é que eu vejo que o Presidente tem com a Nação. Nesse espaço de tempo, ele deixou de tomar atitudes que deveriam ter sido tomadas. Que deveriam ter sido tomadas, tenho certeza. Eu acho que isso dói. Dói em nós que, inclusive, batalhamos e pedimos voto. Dói. Dói, mas são atitudes que deveriam ser tomadas. É esse lapso de quatro meses...

Eu não sei quando foi a sua primeira denúncia. Foi em junho?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não. Janeiro.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Não, não, não. A sua primeira denúncia pública de “mensalão”?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Foi em 6 de junho de 2005.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Em 6 de junho. Quer dizer, esse lapso de quatro, cinco meses é que deveriam ter sido tomadas atitudes. E essas atitudes o povo brasileiro não viu serem tomadas. Esse,

pra mim, é o maior problema que existe. Vieram a ser tomadas posteriormente. Porque até junho, quando V. Exª denunciou, nada aconteceu na cúpula do PT. E nada aconteceu na cúpula do Governo. Nada! E esse, pra mim, é o maior problema que aconteceu.

E quem teria responsabilidade disso, a partir da sua denúncia, era o Presidente. O Presidente tinha responsabilidade de dizer, chamar aqui: Olha aqui pessoal, vocês querem acabar com o Partido, com o Governo e tal? Já devia ter tirado lá. Olha aqui, procurador, vai ver o que aconteceu aí. Essa era uma responsabilidade dele. Infelizmente, ele não tomou essa responsabilidade. E é por isso que eu posso pensar que, a partir desse momento, ele deixou de ser inocente. A partir do seu momento com ele, porque se não fosse a sua denúncia, até hoje “tudo estaria como dantes no Quartel de Abrantes”. Obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Agradeço a V. Exª, Deputado Moroni Torgan.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo, agora, a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado Roberto Jefferson, muita coisa, Sr. Deputado, foi dita hoje nesta tarde. Algumas coisas ditas por V. Exª têm inteira procedência. Muitas coisas discordo de V. Exª e colocarei as que concordo e as que discordo.

V. Exª disse uma coisa e que é verdade. Verdade verdadeira. Essa crise que está instalada... existem setores que estão fomentando para que essa crise fique rodando as duas Casas do Congresso, pra que não saia daqui e que não se apure. Nós devemos apurar aqui, sim. Quem viu o filme que V. Exª viu e que o relator viu sabe o que estou dizendo.

Não podemos ficar dançando em círculos. Devemos, sim, dançar em círculos e apurar aqui, mas também devemos apurar na fonte onde tudo começou. É uma coisa clara. A opinião pública quer isso. E nós devemos fazê-lo. Vamos fazer, nesta Casa. Muitos inocentes podem estar sendo acusados. Muitos inocentes podem até pagar por isso. Mas esta Casa tem a obrigação de fazê-lo, sem dúvida nenhuma. Mas também o Executivo tem que fazer, como parece que está fazendo. Sem dúvida nenhuma nós estamos caminhando pra isso.

V. Exª, Deputado Roberto Jefferson, colocou e colocou bem... e aí eu chamo a atenção de V. Exª, quando falou que o PL entrou com representação contra seis Deputados do PTB. Posso até entender as razões de indignação que V. Exª colocou. Mas, também, veja Sr. Deputado, as razões que levaram V. Exª a tomar a posição que tomou, quais foram as razões?

Colocaram no seu colo uma bomba e V. Exª assumiu para si, como Presidente do Partido, para preservar o seu Partido e preservar seus companheiros, cada um de uma forma.

Entendo que o Deputado Waldemar da Costa Neto também o fez da mesma forma. Se tomou as posições que tomou, errou, excesso de confiança, as razões foram as mesmas. O dinheiro que veio para o Partido – e falo isso com muita tranquilidade – porque tenho 90 dias no PL. Venho de um Partido de Oposição que, em todo esse período que V. Exª fala que aconteceu, votei em todos os projetos com o meu Partido da época, que era o PFL.

Portanto, estou tranquilo, estou muito tranquilo com o que falo. Então, V. Exª tomou a posição, assumiu, como acredito que Waldemar o fez, para defender seu Partido e defender seus companheiros. É a posição que o levou. Então, se foi essa a posição do nobre Deputado Roberto Jefferson, também o foi do Sr. Waldemar da Costa Neto para defender o seu Partido. Se errou foi porque confiou, esperou a nota do dinheiro – como V. Exª fala que também esperou – e essa nota não veio.

Da outra forma, o Partido de V. Exª também representou o Líder do meu Partido Sandro Mabel, baseado exatamente no depoimento de uma Deputada que está em exercício numa Secretaria de Governo no Estado de Goiás; e ela citou o Governador.

O Conselho de Ética, através do seu Relator, fez algumas indagações ao seu Governador de Goiás. Numa das perguntas, a de número 12, que foi respondida através do Ofício nº 0378/2005, ele diz: “Conforme o depoimento do Deputado Sandro Mabel nesse Conselho, a Deputada Raquel Teixeira o teria procurado, preocupada com a reeleição devido à falta de espaço no PSDB, interessada em mudar de Partido. V. Exª teve conhecimento desse fato?” Isso o Relator perguntando por escrito ao Governador. O Governador responde que não.

Na pergunta nº 13, diz o Relator: “O Deputado Sandro Mabel, em depoimento ao Conselho de Ética afirmou: o Governador falou por mim. E ele diz: Não Sandro, você ofereceu dinheiro. Não ofereci. Eu quero, Governador, que o Senhor a chame, agora, e vamos tirar isso a limpo. Aí, o Governador falou: Não Sandro, tudo bem. O Sandro disse: Não Governador, vamos chamá-la. E o Governador disse: Não Sandro, não. Tudo bem, eu entendi. E o Sandro foi embora.”

Então, tudo que o Deputado Sandro Mabel disse no Conselho de Ética, que tinha ficado indignado e que tinha procurado o Governador para desmentir, e tentou uma acareação com o Governador, foi confirmado pelo seu Governador. Então, vai ficar no Conselho a palavra

da Deputada Raquel, que entendo que ela tenha se enganado, ou qualquer coisa do tipo, contra a palavra do Deputado Mabel. Então, as versões são, realmente, muito parecidas, Deputado Roberto Jefferson. Entendo que esse revanchismo de denúncia para um lado, representação para outro, não leva a nada.

Acho que representações devem ser apresentadas para aqueles que nós tenhamos prova de que realmente têm culpa no cartório. Esses deverão pagar para que os inocentes possam transitar nas ruas do nosso Brasil sem passar o vexame, ao descer no aeroporto de Brasília ou em qualquer outro aeroporto, de ouvir “Lá vai o mensalão!”. Nada incomoda mais a mim – e acredito a maioria dos Deputados – do que essa pecha que existe hoje no Brasil, porque em todas as profissões existem os bons e os ruins. Lógico que há os maus Deputados e esses deverão pagar. Mas também existem os maus Ministros, os maus executivos, que têm que pagar por isso. Deputado Roberto Jefferson.

Apresentei essas palavras porque os inocentes têm que ser inocentados, mas os culpados têm que pagar.

Deputado Roberto Jefferson, do seu depoimento e das suas entrevistas, eu quero só um esclarecimento sobre alguma coisa que ainda não entendi. Ainda não entendi e não ficou claro para mim: o PTB recebeu R\$4 milhões e os R\$200 sobre aquela história de precisar amparar a firma de uma pessoa. Os R\$4 milhões V. Exª recebeu, parece-me, no Partido, foram levados R\$2,2 milhões e, depois, R\$1,8 milhão, totalizando R\$4 milhões. Nós precisamos aí, Deputado, para que não haja confusão e fique muito claro: aparece no Banco Rural, pelo que outros Deputados falaram, a quantia de R\$2,648 milhões que foi, supostamente, recebida por Palmieri. O que nós precisamos ver – e V. Exª esclareceu – é que esses R\$2,648 milhões fazem parte dos R\$4 milhões. O que nós precisamos ver, para que não fique lançado duas vezes o dinheiro é se esse dinheiro, que pode ter sido contabilizado em um banco R\$2,5 milhões ou R\$3 milhões, chegar lá e sacar. Isso não existe. Precisa avisar com antecedência, ou o banco faz provisão e vai juntando e, num determinado dia, ele tem o dinheiro todo e manda levar ou o cara vai buscar, seja lá o que for.

Ou foi feito isso com esse dinheiro e precisa-se saber a data em que V. Exª recebeu esses R\$2,2 milhões mais R\$1,8 milhão e a data em que esses R\$2,648 milhões foram debitados supostamente ao Sr. Palmieri, porque, se isso não ficar esclarecido, ficará parecendo que o PTB recebeu R\$6,648 milhões e não os R\$4 milhões.

Pelo que eu entendi claramente os R\$2,648 milhões estão dentro dos R\$4 milhões, mas se as datas não baterem vai parecer o contrário.

Era esse o esclarecimento que eu queria neste momento, Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – SP) – Antes de responder a V. Exª, Deputado José Carlos Araújo, eu quero entregar ao Presidente da CPMI, Senador Amir Lando, nosso Ministro, o inteiro teor da matéria que pedi a minha assessoria que fizesse a reprodução. Faço chegar às mãos de V. Exª.

Falta o esclarecimento dos outros R\$1,6 milhão. V. Exª veja: há um número em relação ao PL; em relação ao PP, outro número; em relação ao PT, outro número. E, em relação ao PTB, o que está sendo declarado tanto pela D. Simone quanto pelo publicitário Marcos Valério não corresponde ao total. Está menor. Recebemos mais do que está publicado. O PTB recebeu R\$4 milhões nas eleições. Mais do que está publicado, que são R\$2,6 milhões. Falta a eles ainda explicar sobre R\$1,4 milhão; de onde sacaram, quando sacaram para fazer chegar ao PTB.

Há uma outra fonte que eles ainda não revelaram, entende, Deputado José Carlos Araújo? Eles declaram um valor menor do que o que, na verdade, entregaram ao PTB. Está a menor a declaração do Sr. Marcos Valério e da D. Simone; é uma declaração a menor. Recebemos lá, no Partido, R\$4 milhões. Eles estão informando apenas R\$2,6 milhões. São R\$2,4 milhões, porque não computo aqueles R\$200 mil nesses R\$4 milhões. Então, falta a eles explicar a provisão de R\$1,6 milhão, que ainda não completam os R\$4 milhões que entregaram ao PTB.

Quanto à representação a que V. Exª se refere, do PL e do PP, ficou tudo desmoralizado. Ficou uma guerra pessoal, uma guerra entre nós, uma guerra burra. Havia mais três representações no Partido, mas garanto a V. Exª que vou impedir que elas sejam entregues, que elas tenham prosseguimento. Chega! Estamos fazendo aqui a briga, quando a briga não é só aqui. Estamos errando nisso. V. Exª tem razão.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Deputado Roberto Jefferson, há uma outra questão que eu queria entender, até porque sou novo na Casa. Sou Deputado Federal de primeiro mandato, embora eu já tenha tido três mandatos como Deputado Estadual. A questão é a seguinte: por que um Partido que faz parte do Governo – o PL deu o Vice-Presidente da República para a chapa; é um Partido do Governo – teria necessidade de pagar mensalão. Ele não teria essa necessidade, por ser um Partido do Governo.

Portanto, entendo – é uma ilação minha – que esse dinheiro pedido foi exatamente aquilo que V. Exª

coloca para o PTB. É um dinheiro acertado para gasto de campanha, principalmente com o Partido que fornece o Vice-Presidente da República, que está dentro de uma campanha. Fez-se um orçamento, esse dinheiro ficou de ser passado, mas não o foi em época certa; e, em uma outra época, foi passado exatamente sem recibo.

Então, entendo que esse dinheiro precisava ser passado para se fazer jus às despesas de campanha. Ainda não entrou na minha cabeça como é que um Partido que faz parte do Governo recebeu esse dinheiro como mensalão. Isso não faz sentido. O que cabe e que está na minha cabeça claramente é que esse foi um dinheiro de campanha, como acredito piamente no que V. Exª diz, que o PTB também tinha dinheiro de campanha.

Por isso, Sr. Deputado Roberto Jefferson, tenho a impressão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Exª está esgotado, Deputado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É muito rápido, Sr. Presidente. Não vou reinscrever-me.

Quero agradecer ao Deputado Roberto Jefferson e dizer que essas foram as colocações de um Deputado de primeiro mandato, Deputado novo – com certeza não tão experiente quanto S. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado José Carlos Araújo, respeito V. Exª e a tese que esposa. As investigações, no final, vão clarear os fatos. Respeito V. Exª e devo dizer que o seu nome é muito simpático lá no meu Estado, o Rio de Janeiro. Um dos maiores locutores de futebol do meu Estado se chama José Carlos Araújo.

Um abraço a V. Exª.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos aguardar o retorno do depoente, que precisou se retirar por alguns instantes.

Aproveito a oportunidade para anunciar que, na próxima terça-feira, às 11 horas e 30 minutos, teremos uma nova reunião da CPI. Vamos ouvir o Sr. Marcos Valério. E, na quarta-feira, haverá o depoimento do Sr. Cristiano Paz.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Exª poderia nos informar quem são os próximos oradores?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos, na sequência, o Deputado Paulo Pimenta; depois, iniciaremos pela lista dos suplentes com o Deputado Luiz Couto, Mendes Thame, seguido por um nome ilegível, que ainda vou decifrá-lo.

**O SR. (Orador não identificado)** – José Divino e Chico Sardelli.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Eu gostaria de saber se já chegou à Mesa o comunicado da minha inclusão como suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Consultarei a Secretaria.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, o Deputado Luiz Couto é titular. Já pedi a reinscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Houve um equívoco. V. Exª falou já como titular.

Informo ao nobre Deputado Narcio Rodrigues que o ofício ainda não chegou à Mesa.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, apenas para confirmar: eu estou inscrito também?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como suplente; vem na sequência.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, eu não sou membro. Então, falarei após os suplentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou dando a sequência dos próximos oradores. Depois, vem a rodada dos Parlamentares não-membros da CPI.

**O SR. (Orador não identificado)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Narcio Rodrigues, V. Exª poderia verificar junto à Liderança o motivo desse desencontro. Parece que o Líder estava presente...

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – O Líder estava aqui e me comunicou que já havia sido aprovado no plenário, e que faria a comunicação à Mesa da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a nossa Secretaria que se comunique com a Secretaria-Geral.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Pediria a V. Exª a gentileza de tomar essa providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª será atendido.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Estou inscrito. Se não falar como suplente, falarei como não-membro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Gostaria muito de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma honra que V. Exª integre esta CPI.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Para minha alegria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Titular ou suplente, aqui, não há uma distinção maior, a não ser a prioridade na intervenção.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, há uma nota do Ministro Luiz Gushiken em que S. Exª diz:

“Hoje, em depoimento à CPMI da Compra de Votos, o Deputado Roberto Jefferson fez declarações que atingem a minha reputação e a minha conduta de homem público. Considero inaceitáveis o teor leviano e o tom da calúnia dessas afirmações.

São falsas as insinuações e ilações a respeito do meu papel junto aos fundos de pensão, que obedecem a marcos regulatórios específicos e estão submetidos a amplo leque de instituições de fiscalização e controle. No que tange à área da publicidade, reitero novamente que cada órgão da Administração direta e indireta, empresas estatais, é responsável pela definição dos valores a serem contratados para ações de publicidade e a respectiva gestão desses recursos.

O escopo das atribuições da Secom está amparado na legislação em vigor e que já constava da Lei nº 9.649, de 1998. Lamento que o atual cenário dê margens para prosperarem inverdades que atingem irresponsavelmente a honra de homens públicos e instaure um clima geral de suspeição que, em nada, contribui para o País.

Luiz Gushiken, Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos.

Brasília, 4 de agosto de 2005.”

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª encaminhará à Mesa?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Encaminho. (Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou consultar o Plenário para fazer uma breve interrupção, porque há um lanche à disposição de V. Exªs. Retomaremos os trabalhos em seguida, já que há um número ainda considerável de Parlamentares inscritos para usarem da palavra.

**O SR. (Orador não identificado)** – São mais quantos, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Suspendo a reunião por 10 minutos.

(A reunião é suspensa às 18h49min e reaberta às 19h18min.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reaberta a presente reunião e passo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta pelo tempo regimental.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, senhoras e senhores membros desta Comissão, antes de entrar

propriamente em minha manifestação, quero colocar algumas questões que considero importantes.

Com grande destaque, a imprensa noticiou hoje uma contradição entre o que foi dito pelo Deputado José Dirceu em seu depoimento ao Conselho de Ética e os fatos que vieram a público a partir da análise de sua agenda oficial na Casa Civil e também daquela primeira notícia que havia surgido em Portugal, na qual o ex-Ministro teria afirmado que o Sr. Marcos Valério teria se apresentado como consultor do Presidente Lula, fato que já foi desmentido pelo próprio ex-Ministro português.

O Ministro José Dirceu, em momento algum no Conselho de Ética, negou que tivesse recebido em audiência os representantes do Banco Espírito Santo. O que o Deputado afirmou é que não tratou de assuntos relativos à Portugal Telecom. Em nenhum momento negou ou não afirmou que concedeu essa audiência e que, de fato, essa audiência ocorreu.

Da mesma forma, diferentemente do que foi veiculado, o Deputado José Dirceu negou que tivesse encontrado em Portugal representantes da Portugal Telecom. Inclusive – basta uma análise das fitas da referida sessão –, o Ministro chegou a fazer menção a um jantar de que participou recentemente em Portugal no qual estavam presentes representantes de várias empresas, entre eles, representante da Portugal Telecom, Dr. Miguel Horta e Costa.

Sr. Presidente, o Ministro José Dirceu refutou – e eu quero aqui reafirmar isso – qualquer ilação de que, em função de uma audiência concedida para o representante do Banco Espírito Santo; pelo fato de que, em oportunidade relativamente recente, o ex-Ministro encontrou representantes dessa empresa em Portugal e de que o Sr. Marcos Valério tenha se reunido com representantes dessa empresa em Portugal, seja possível, a partir disso, deduzir as afirmações colocadas pelo ilustre Deputado Roberto Jefferson. Não há nenhum fato material, não há fato objetivo além do relato do Deputado Roberto Jefferson, relato esse que nós refutamos e queremos aqui reafirmar como fato jamais ocorrido.

Sr. Presidente, do meu ponto de vista, é necessário que, de fato, o Brasil compreenda esse fenômeno chamado Marcos Valério. Esse não é um fenômeno surgido agora. Quer dizer, todas as informações que se tornaram públicas dão conta de que, pelo menos lá em 98 – e ontem ele reafirmou isso na Procuradoria Geral da República –, ele já atuava, a meu ver, como lobista. Ele tinha contratos com a Assembléia Legislativa de Minas e com o Governo de Minas; hoje, com o Governo do Distrito Federal, com o Governo Federal e, de alguma forma, destinava parte dos recursos

advindos do lucro desse contrato para campanhas políticas e também utilizava suas empresas como um mecanismo para esquentar doações de outras empresas que, por algum motivo, não gostariam de ver o seu nome envolvido em alguma disputa política, mas que precisavam, na sua contabilidade interna, dar baixa da saída daquele recurso.

Então, vemos que Marcos Valério vem desde 1998, talvez antes disso, 2000, 2002. Quer dizer, não há nenhum motivo para não crermos que fez isso, como ele mesmo disse ontem ao Procurador-Geral da República. Participou da eleição de 1998 no esquema de financiamento do então candidato Eduardo Azeredo, recebeu uma solicitação do tesoureiro Cláudio Roberto Silveira Mourão para que obtivesse um empréstimo junto ao Banco Rural e deu como garantia créditos a receber de contratos de publicidade mantidos com o próprio Governo estadual. Um processo muito semelhante ao processo de agora.

Então, não há um fato novo. Essa figura já vem atuando, na sombra, nas relações com o poder há algum tempo. Onde está a falha principal dos dirigentes do PT que se envolveram nesse episódio? Foi deixar de tomar providências para que isso deixasse de existir e de se aproveitar das facilidades de um sistema que já estava montado e funcionando. Sistema esse capaz de envolver e trazer imensos prejuízos de natureza moral a pessoas de bem, que fizeram uma doação de campanha, uma participação em campanha, muitas vezes sequer imaginando que esse dinheiro poderia ser originário desse esquema, como nós vimos no caso de uma entidade de juizes que pediu o apoio para os Correios e surpreendeu-se ao receber uma doação da empresa do Marcos Valério.

Por que um Partido ou algum parlamentar que, porventura, tenha recebido o apoio do seu Partido também não o teria feito de boa-fé, sem jamais suspeitar da magnitude do esquema que estava por trás?

Mas por que razão deveríamos imaginar que, além das pessoas que publicamente, no Partido dos Trabalhadores, assumiram e tornaram pública sua responsabilidade, o que, objetivamente, nos levaria a crer que, por exemplo, o Ministro José Dirceu e o Presidente Lula pudessem ter alguma responsabilidade nisso? O próprio Deputado Roberto Jefferson, em várias oportunidades, tem dito que, “Procurei o Zé Dirceu para informá-lo sobre o mensalão, ele deu um murro na mesa...”, e contou aquela história que todos nós já ouvimos. Mas se o Deputado Roberto Jefferson acredita que o Zé Dirceu seja o chefe desse esquema, que o arquitetou, que o comandou, por que razão ele o procuraria para comunicar que o esquema estava funcionando, se a sua intenção era que isso deixas-

se de existir? Qual é a lógica de procurar o principal responsável e chefe para comunicá-lo sobre o que estão fazendo?

Numa outra oportunidade, conta o Deputado Roberto Jefferson, que o Zé Dirceu teria reagido e dito “O Delúbio não pode fazer isso; eu não autorizei”. Mas, se o Zé Dirceu era o chefe, como é que ele não saberia? Por que razão procurar o chefe para denunciar que o subordinado estaria agindo dessa forma? Se ele fosse o chefe, chefiaria um esquema do qual ele não teria controle.

Então, do meu ponto de vista, em razão de uma disputa real de interesses, de ocupação de espaços, e do próprio fato de ter vindo a público o famoso episódio dos Correios, e diante da suspeita do Deputado Roberto Jefferson de que poderia, o Ministro José Dirceu, dirigente do Governo, desencadear um processo, segundo ele, de jogar toda a responsabilidade, toda a suspeita de corrupção para o colo do PTB – (*inaudível*) público, IRB, Furnas, Correios –, e como brilhante advogado criminalista que é, ele não poderia transferir a responsabilidade para alguém do patamar do Sr. Marinho. Uma briga para ter repercussão teria que ser uma briga com alguém de grande estatura, uma figura que fosse simbólica, que fosse chave do Governo. E habilmente o que faz o Deputado Roberto Jefferson? É o Zé Dirceu o chefe desse negócio. Mas que estranho, se pouco tempo antes ele tinha procurado o Zé Dirceu para denunciar. É contraditório que ele tenha procurado o Zé Dirceu, e este tenha dado um soco na mesa e ficado bravo com o Delúbio, se ele era o chefe. Somente agora então, após tudo isso acontecer, é que o Deputado Roberto Jefferson chegou à conclusão de que o Deputado José Dirceu era o chefe do esquema. Até então o Deputado Roberto Jefferson ignorava a participação do José Dirceu, ou do Gushiken ou de qualquer outro.

Olha, Presidente, convenhamos que, do meu ponto de vista, não é razoável que o povo brasileiro acredite – e me perdoe, Deputado Roberto Jefferson – em tanta inocência de vossa parte.

Diz o Deputado Roberto Jefferson que conversou com o Palmieri e ficou preocupado porque os quatro milhões não tinham recibo. Quantos anos o presidente do partido – ele mesmo relatou isso aqui – recebeu dinheiro pelo caixa dois, para as campanhas do Rio de Janeiro, na época do PSDB? E, de uma hora para outra, ficou preocupado porque os quatro milhões não tinham recibo? Nunca teve essa preocupação! Relatou aqui para nós que, de uma forma, inclusive, não hipócrita, que caixa dois é uma coisa que está aí, que temos que mudar a lei por causa disso! Por que razão só em relação a esses quatro milhões, pela pri-

meira vez, ficou preocupado porque não tinha recibo, ao ponto de ficar preocupado com a situação de seus companheiros candidatos que poderiam ficar, digamos, numa situação vulnerável? E nos outros anos e nas outras épocas? Isso não acontecia? Não tinha essa preocupação? Além disso, penso que, se é verdade que, em razão de acordos eleitorais e políticos, o PTB recebeu recursos, o PT recebeu recursos, o PL recebeu recursos, será que eram dirigentes do PT que decidiam o que os partidos fariam com o dinheiro? Será que o Delúbio e o Genoino que diziam: “Olha, Jefferson, o dinheiro para o PTB é para a campanha.” “Olha, Janene, o dinheiro para vocês é para pagar mesada.” “Olha, Valdemar, o dinheiro para vocês é para essa finalidade.” Será que, em razão desses acordos político-partidários, o PT, ou dirigentes do PT, de fato, possam ter ajudado os vários partidos da base, mas cada partido tem, inclusive, tido autonomia para definir o que fazer com os recursos que obtiveram em razão das relações políticas que têm com o Governo? Eram Delúbio e Genoino que diziam: “Olha, o do Valdemar é para distribuir para os Deputados; o do Roberto é para a campanha do PTB, não vão misturar”. Então, Sr. Presidente, Deputado Roberto Jefferson, quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que a minha disposição é trabalhar para que tudo isso possa ser esclarecido até às últimas consequências, para que pessoas – quero usar o mesmo exemplo de V. Ex<sup>a</sup> –, como o Deputado Paulo Rocha, Presidente do PT do Pará, que buscou apoio no PT de seu Estado e que jamais poderia imaginar que estava envolvendo o seu Partido numa situação, o Deputado Luizinho, que foi citado, sejam responsabilizadas e identificadas como alguém que compactuou, comungou com um esquema de corrupção que temos de desvendar e que, certamente, começou muito antes de chegarmos ao Governo e que se mantém até hoje, lamentavelmente.

Concluo, dizendo que temos que ir atrás dos tais corruptores. Quer dizer, existem algumas figuras que estão aí há anos no cenário político brasileiro, sempre surgindo nos subterrâneos. Agora, está a imprensa dizendo que esse Sr. Marcos Valério poderia ter ido a Portugal para intermediar interesses da Telemig, do Sr. Daniel Dantas. Em tudo que mexemos por aí, aparece o tal do Daniel Dantas. Já há algum tempo que não há um escândalo na política brasileira em que não apareça o Daniel Dantas, da Opportunity, dono da Telemig.

Sr. Presidente, é urgente que esse cidadão seja posto à luz, que saia da sombra a fim de que possamos saber de fato qual é o papel dessa figura no subterrâneo da política brasileira, o que ele tem a ver com esse Marcos Valério, se de fato esse Marcos Va-

lério é o que parece ou é o “laranja” de alguém muito maior do que ele.

Estou nesta Comissão com a disposição de trabalhar para que possamos sair desse processo com uma reforma política que mude as regras mas que, antes disso, possamos fazer um ajuste de contas com o presente e com o passado recente, para que entremos em uma outra era, com um nível muito mais elevado de credibilidade e confiança da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o depoente.

A rigor, S. Ex<sup>a</sup> usou todo o tempo concedido. Mas vamos dar a chance ao nobre depoente de responder.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Se-rei breve, Sr. Presidente.

Paulo Roberto Severo Pimenta, nascido em 19 de março de 1965, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, jornalista e técnico agrícola, e a turma do PT gastando uma fortuna com advogados. Jornalista e técnico agrícola, mas a melhor defesa que ouvi, a mais inteligente e mais bem estruturada. A mais bem estruturada. Só estranho, Deputado Paulo Pimenta, é que ninguém defende o Presidente Lula aqui. O Zé Dirceu todo mundo defende, mas o Presidente Lula não consegue uma defesa do quilate, do valor, da importância, da articulação intelectual, jurídica, que faz V. Ex<sup>a</sup> aqui.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Não há denúncia nenhuma contra ele.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Toda hora tem no plenário; toda hora aqui alguém escala o Presidente Lula, e acaba que eu tenho que defendê-lo.

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Ex<sup>a</sup> tem sido o maior defensor; não precisa, não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – E o Deputado José Dirceu vem e recebe a melhor defesa que ouvi, a mais bem articulada, a mais inteligente defesa a respeito desse processo, feita por um técnico agrícola e jornalista, o Deputado Paulo Pimenta.

Cumprimento o Deputado Paulo Pimenta. É uma colocação inteligente, e eu respeito os homens inteligentes. V. Ex<sup>a</sup>, além de bom orador, coloca com muito discernimento suas idéias, com muita força, muita convicção.

Digo: de tudo que ouvi do PT, daqueles que foram acusados e já depuseram na CPI, dos advogados que falam por eles, V. Ex<sup>a</sup> pode mandar a conta dos honorários, que dá **show** naquela turma toda. (*Risos.*) Mas manda fazer direito os honorários, porque senão eles fazem como o nosso Aristides Junqueira, pagam

por fora e ainda deixam o homem numa situação difícil. (*Risos.*)

O homem da ética, que processou o PC por causa das contas-fantasmas, recebeu, também, o dinheiro de conta-fantasma. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e dizer que só não posso apagar as conversas que tive com o ex-Ministro José Dirceu. Não posso apagar. Elas existiram.

Quando as pessoas dizem “E o Lula?”, não posso dizer isso do Presidente Lula, porque não tratei desse assunto com ele. Mas, quando me dizem “E o José Dirceu?”, tratei desse assunto com o ex-Ministro José Dirceu. E tenho dito aqui, Deputado Paulo Pimenta, que separo o joio do trigo. V. Ex<sup>a</sup> mesmo reitera essa corrupção que o Marcos Valério traz de outros governos, essa corrupção que traz de outros financiamentos e que implantou no PT, que usou o caixa dois, financiou-se de caixa dois, a ponto de o Presidente Lula reconhecê-lo em Paris, em uma entrevista que dá a uma jornalista residente na França. V. Ex<sup>a</sup> diz que é uma corrupção. Nós vamos ter de enfrentar esse problema de frente. Vamos ter de enfrentar esse problema com coragem, porque o financiamento eleitoral é democrático. Não há democracia sem financiamento. O que não pode haver é exposição do doador, como é comum haver, nos momentos atuais que vivemos no Brasil. Quem doa corretamente é sujeito a ser desmoralizado publicamente, numa “manchetona” de jornal, numa “manchetona” de televisão, numa “manchetona” de rádio. Quem doa por dentro é sujeito... Eu digo por mim: a Taurus, a Forjas Taurus do Brasil, lá do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, que tem como dono o Dr. Murgel, que é meu pessoal amigo, financia o Clube de Tiro de Petrópolis há anos. Eu recebi patrocínio, como atirador da Taurus, anos seguidos, Fleury. O Fleury sabe disso. Da Taurus e da CBC. Fiz trap, skeet, fossa, silhueta. E recebo, quando vem para a eleição... E tem lá: Roberto Jefferson, Forjas Taurus, R\$50 mil.

As emissoras de televisão, os jornais: “A banca da bala. Roberto Jefferson financiado pela Taurus”. Cinquenta mil reais! Financiado em uma eleição que custa R\$3 milhões ou R\$2,5 milhões, de Deputado Federal. Mas para que isso? Para carimbar o doador e machucar o Deputado.

A minha identidade é ideológica, estou na luta pela possibilidade de as famílias manterem a chance de adquirir uma arma, para poderem defender sua residência. Isso é ideológico meu. Quero cair atirando, do que não ter oportunidade de me defender. Estou maluco. Isso não existe para mim. Eu quero ter oportunidade. Apreendi com meu avô, desde menino, que um povo sem dinheiro e sem revólver ninguém respeita; um homem duro e sem revólver toma pescção na ore-



lha e pontapé no fundo; ninguém respeita. E um povo desarmado e sem dinheiro – quando já colocam que a Amazônia não é nossa – é facilmente domável.

Recordo aquele filme, “O Patriota”. Não foi o Exército regular americano que expulsou os casacas vermelhos ingleses dos Estados Unidos. Foram os meninos, de dezesseis anos, que viviam nas fazendas, os chefes de família. Pegavam um casaca vermelho daquele, indo ao banheiro, atrás de uma moita, e “Pum!”: o cara caía em cima do que estava fazendo e se misturava com aquilo.

Um povo desarmado é facilmente escravizado. Hitler desarmou a Alemanha; Stálin desarmou a Rússia; Ho Chi Min desarmou a Coréia; Idi Amin Dada desarmou seu povo, e todos depois se tornaram ditadores, porque não havia resistência: povo sem dinheiro e sem arma não tem como resistir. Intifada, pedrada em tanque de guerra, pedrada em tiro de fuzil, em granada, é um brincadeira.

Mas cumprimento V. Exª. Vamos ter de tratar com muita seriedade isso. E respondo a V. Exª, dizendo que só nunca fiz esse discurso da moralidade e da ética, porque é uma bandeira pesada de se carregar. Recebi caixa dois a minha vida inteira, financiamento de partido com caixa dois a minha vida inteira, nessa minha vida parlamentar longa já de 23 anos. Só que eu não ia para a rua dizer “Ética! Moralidade! Abaixo o caixa dois! Fora aqueles que receberam caixa dois!” E depois dar esse espetáculo público de financiamento paralelo maior que eu já tive noção e notícia na história da minha vida.

É isso que precisamos dizer e acho que o discurso inteligente que faz V. Exª também é um ato de contrição. Foi o mais humilde e o mais inteligente que eu ouvi. Porque, antes, o PT nos elegia de vidraça e oh...e nós toma estilingada. Faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço. Quando chegou ao poder, foi surpreendido fazendo pior do que aquilo que pregou a vida inteira.

Eu fui coerente. V. Exª diz: “Eu não estranho, há tantos anos existe o caixa dois, o PTB já se financiou de caixa dois há tantos anos.” Eu não mudei, o meu Partido não mudou, os outros Partidos não mudaram. Quem mudou, para pior, foi o PT. E fico feliz de ouvir de V. Exª aqui, nesse discurso que repristina, que revigora, que reacende as esperanças no coração do povo do Brasil.

Cumprimento V. Exª, que fez o mais bonito discurso como advogado, sendo um técnico agrícola e jornalista. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame,

agora na condição de suplente, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Deputado Roberto Jefferson, nosso depoente, a Legislação brasileira define o que é uma associação criminosa, com clareza, na Lei dos Tóxicos, na Lei nº 2889, de 1956. Também a Legislação brasileira define com clareza o que é quadrilha ou bando, no Código Penal, em seu art. 288.

Mas a Legislação brasileira não define o que é uma organização criminosa nem na Lei nº 9034, de 1995, nem na Lei nº 10.217, de 2001. Ela não define o que é uma organização criminosa.

Repetindo, ela define o que é uma associação criminosa, em vários locais, tipifica o que é quadrilha ou bando no Código Penal, art. 288, mas não define, só cita, mas não tipifica o que é uma organização criminosa.

Vamos, então, recorrer à jurisprudência. O juiz não pode substituir o legislador, mas vamos lá, vamos ver o que diz a jurisprudência em decisões esparsas. Diz, por exemplo, que um das condições para se ter uma organização criminosa é que haja a participação estável e permanente de pessoas, não vale o concurso eventual de pessoas; tem que ser uma participação permanente de pessoas. Em outras decisões, diz-se que tem que haver uma divisão de funções. Nessa organização criminosa, algumas pessoas fazem alguma coisa, outras fazem outras.

Há uma decisão **sui generis**, que diz que uma das características dessa organização criminosa é a ausência de vítimas individuais – um saque, por exemplo, contra o Estado – ou um grande número de vítimas individuais. E uma outra característica é que há uma inteligência operando essa organização.

Deputado Jefferson, o senhor declarou que houve uma movimentação à margem da lei, sub-reptícia, de R\$2 bilhões nesses últimos trinta meses. Se for constatado que foram recursos públicos, estará consumado o maior saque, o maior assalto aos cofres públicos de que se tem notícia na história da República.

Se forem recursos privados, abstraídos com a participação de agentes públicos, também aí se caracteriza a corrupção passiva ou a prevaricação, porque é óbvio que essas doações ou transferências de recursos pressupõem contrapartidas ou favorecimentos que não seriam consumados naturalmente pelas regras que regem as relações entre os setores público e privado.

Em suma, trata-se de um bilionário esquema paralegal – não vamos chamá-lo de criminoso, porque isso seria prejudicial – com curso permanente, partici-

pação permanente, nesses dois últimos anos, de pessoas. Para se conseguir o quê? Primeiro: esquema de arrecadação. Arrecadaram dois bilhões aparentemente, na logística da distribuição, em diversos Estados, com diversos operadores; operadores que faziam uma ponte por uma empresa de publicidade – ou por várias empresas –, davam uma ordem para um banco, ao arrepio das normas do Banco Central – às vezes, por bilhetinhos –, para liberar os recursos para diversos sacadores. Mais de setenta pessoas autorizadas. E tudo sem registro contábil. De nada. Tudo subterrâneo, tudo clandestino, tudo paralegal.

Permita-me, então, aqui, neste ponto, divergir um pouquinho das suas oportunas colocações a respeito das perguntas do Deputado Paulo Pimenta, que não fez uma defesa de nada disso. Ele apenas procurou um cúmplice. Dizia que era um esquema que começou no passado, e isso não é querer procurar a verdade. Ele queria achar um cúmplice no passado, fazer uma viagem ao passado, mas isso não ajuda em nada o esclarecimento daquilo que hoje está acontecendo.

Por último: o senhor colocou que há uma inteligência. E mais ainda: o senhor “fulanizou” o chefe, o capo supremo, como o ex-Ministro da Casa Civil, e ainda colocou que há um braço imprescindível nas suas ações delituosas, que seria o Secretário da Comunicação, Gushiken.

Nesse ponto, quero lhe fazer uma pergunta, levando-se em conta de que vivemos em um regime presidencialista, e não parlamentarista. O ex-Ministro José Dirceu não é um Primeiro-Ministro, que, como tal, nomearia todos os demais Ministros e os cargos-chave, que lhe permitiriam, em um conluio, montar esse esquema. Estamos vivendo no presidencialismo onde os Ministros são nomeados pelo Presidente da República. Pelo Presidente! Pode ser que o Presidente tenha delegado ou “delargado” ao Primeiro-Ministro a condução do País. Largou tudo! Para ele e, na área econômica, para o Palocci – talvez nem consiga saber o que é um duodécimo na liberação de recursos; é o Ministro da Fazenda que toma conta de tudo. Mas esses Ministros nomeados prestam contas ao Presidente.

Então, a minha pergunta é a seguinte – tenho que fazê-la a um advogado; não posso fazê-la à Simone, a ninguém, mas a um advogado, competente, como o senhor: O arcabouço jurídico atual que temos no País permite que um esquema desse tamanho, desse vulto seja montado na ante-sala do Presidente da República, sem que ele fique sabendo de nada?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Creio que sim, Deputado Mendes Thame. Eu não tenho dúvida de que há uma inteligência dentro do Governo a urdir toda essa trama que estamos vivendo aqui. O

Marcos Valério não abriria cofres do Governo Federal para receber essas contas, que são milionárias, nos Correios, na Eletronorte, no Banco do Brasil. Ele não pode fazer isso sem o apoio de dentro do Governo. Para isso, é claro que ele contou com o apoio do Governo ou de pessoas do Governo.

Não posso deixar de dizer que é uma inteligência formada pelo Ministro José Dirceu, que dirigia isso com o apoio do Ministro Gushiken, na área de comunicação. Não tenho dúvida disso! Isso, para mim, é claro.

O que eu entendo... V. Exª tipifica bem: traz uma conduta criminal, faz uma análise, por extensão, da norma penal, do processo penal, que não é, de maneira nenhuma, equivocado, não há uma substituição de legislação; V. Exª define as condutas, define os papéis; está perfeita a tipificação que faz V. Exª. E eu creio piamente nisso, só que jogaram a “maçã envenenada” para nós aqui, como na Guerra de Tróia: estamos nos matando a nós mesmos. Nós não fomos investigar a fonte do dinheiro, lá; a autorização para o dinheiro ser sacado, lá; nós ainda não investigamos o Coaf. Como é que é isso? Essa dinheirama é sacada à vista e o Coaf não sabe e não comunica a ninguém? Nós não investigamos o Banco Central. Como é que ele permite essa operação do Banco Rural se ele sabe o que está acontecendo?! Saque de R\$10 mil tem que ser comunicado com 24 horas! E ele não sabia!? Não comunicou a ninguém!?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Já termino, Sr. Presidente. Peço desculpas a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª tem razão. Só que estamos concentrando o foco em uma briga interna nossa: vamos ver quem a gente pega no PL; vamos ver quem a gente pega no PTB; vamos ver quem a gente pega no PP; vamos ver quem a gente pega no PT. Mas e a turma do lado de lá, que montou isso, vai ficar fora desse jogo? A investigação é só Parlamentar? Nós não vamos investigar o outro lado da rua: a Esplanada dos Ministérios? Quem assinou o recurso? Quem abriu a porta do cofre para o Marcos Valério? Quem deu a ele a credencial para viajar a Portugal em nome do Governo? Como é que ele é recebido por uma empresa, pelo presidente da Portugal Telecom? É por que ele é bonitinho, careca e mora em Belo Horizonte? Ele é recebido pelo Ministro de Obras e Viação de Portugal, Sr. Mexias, porque é bonitinho, careca, mora em Belo Horizonte e é casado com a Srª Renilda? E essa credencial dele? Ou ligaram para lá e disseram para recebê-lo porque ele era “o homem”? “Recebam esse moço, porque ele vai levando

um recado importante, particular, que não pode ocorrer o Ministério das Relações Exteriores, porque são segredos inconfessáveis, são propostas intraduzíveis, são propostas que não se colocam à luz do dia! É isso que nós temos que investigar! Nós não, porque, aqui, sou um misto de depoente e investigado, mas que V. Ex<sup>as</sup> têm que investigar! E V. Ex<sup>as</sup>, pelo que percebo – acho que foi o melhor depoimento que prestei e as perguntas mais inteligentes a que respondi –, estão no caminho certo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – A legislação, em todo o mundo, quando se trata dessas organizações criminosas, enfatiza destruir a organização, chegando aos cabeças, à inteligência. E é essa a justificativa do instituto da delação premiada, que nós não temos no País. O instituto da delação premiada não é isso o que estamos vendo, ou seja, ele negociar para ver se o juiz ou o promotor concorda. Delação premiada é um direito daquele que está desmontando o crime organizado. Nós, aqui, tentamos, juntamente com a Deputada Juíza Denise Frossard, aprovar a delação premiada, e ela foi arquivada, aqui, pela atuação de um Deputado do Rio de Janeiro do PT. Como não temos uma legislação, nesse caso, que facilite a desmontagem, o Brasil aprovou, agora em junho, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Mas ela ainda não entrou em vigor. É necessária a participação de 30 países para se conseguir um número mínimo a fim de transformá-la em uma convenção da ONU, nesse caso,...

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – ... em lei internacional.

Vou encerrar, Sr. Presidente.

Nós não a temos. No art. 32, ela tipifica formas de dificultar o ato das empresas ao corromper funcionários públicos; tipifica penalidades para o corruptor privado, que vai lá. É o corruptor contumaz.

Então, a minha pergunta: se não temos ainda essa legislação, que contribuição ou sugestão o senhor – que certamente vivendo agora em defesa própria, legítima, deve ter estudado tanto a legislação, tanto quanto os seus melhores advogados – nos traz para que possamos evitar que, no futuro, casos como este voltem a acontecer? Em outras palavras, o que está faltando na nossa legislação para que um esquema como este não seja montado na ante-sala do Presidente da República, transformando-o – se é que ele não sabia de nada – em figura decorativa do seu próprio Governo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A Lei do Crime de Responsabilidade, recepcionada pela nova Constituição de 1988, ainda é de 1954. Nós não

escrevemos uma legislação moderna ajustando o crime de responsabilidade aos fatos presentes. É começar por aí, a meu ver. Eu identifico um crime grave de responsabilidade de dois ex-Ministros do Governo do Presidente Lula. Só que a maneira como a lei foi recepcionada não é clara. Não está clara. A lei está um pouco defasada em relação ao presente momento em que vivemos. Devemos começar pela lei que regula a atuação dos chefes de governo, dos ministros de governo. Deveríamos começar pela Lei do Crime de Responsabilidade... e dos seus ministros, porque ela regula a atividade do Presidente e dos seus Ministros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fui tolerante mais uma vez, mas já estamos chegando ao cúmulo da exaustão. Certamente, o depoente, Deputado Roberto Jefferson, também. Assim, eu vou seguir com um pouco mais de rigor o relógio.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, parabéns pela condução dos trabalhos. Nobre depoente, Deputado Roberto Jefferson, alguns dias atrás, como não membro, participei da outra CPI em andamento, que é a CPMI dos Correios. Confesso que muito me tem sido útil e, com certeza, a todo o nosso País, pois dizia ao depoente Marcos Valério, Deputado Roberto Jefferson, que ele tivesse a mesma coragem, o mesmo respeito com a população brasileira que o senhor está tendo. Logicamente, disse também que, com certeza, em algum momento, o senhor vai ser cobrado sobre isso e vai ter de responder sobre os seus atos, as coisas erradas feitas durante todo esse processo. Mas, com certeza, hoje, nós tivemos aqui uma aula de cidadania, de respeito à coisa pública, de respeito ao povo brasileiro, de respeito à nossa Nação. E digo que estou feliz. Faz 12 horas que estou sentado aqui, juntamente com o nosso Presidente e o nosso Relator, e aprendi muito. Mas tudo aquilo que o senhor tem dito, que um nobre Parlamentar disse aqui, começou com mentira.

Continue contando todas as mentiras que o senhor sabe que vai ser muito bom, efetivamente, para o nosso País. E todas elas se concretizaram, todas elas. De fato, o Ministro José Dirceu caiu; de fato, o Presidente do PT caiu; de fato, eram verdades todas as maracutaias do Sr. Sílvio Pereira e do Sr. Delúbio. E a última, que fiz questão de analisar com muito critério, foi a questão da Portugal Telecom. O que o senhor disse ali para ele foi pinçado: pegou, colocou para o Sr. Ministro José Dirceu, e ele negou, mas não demorou muito tempo – 4, 5 ou 8 horas depois que ele negou, o Palácio do Planalto respondeu: “Não. Efetivamente, nós tivemos duas conversas a esse respeito”.

Então, todas essas mentiras estão se transformando em verdade.

Só fiquei triste com uma coisa que o senhor disse aqui – perdoe-me por colocá-la: o senhor disse que, num possível acordo de presidentes de partido para acertar a questão partidária de custo de campanha, feito isso, está quase tudo resolvido. Eu diria para o senhor que a população brasileira espera que não só os corruptos, mas os corruptores paguem, sim, o preço que estão dando à Nação hoje, a vergonha que estamos passando. E defendo, Sr. Presidente, que nós possamos convocar representantes – não sei como é o tratado internacional a esse respeito – da Portugal Telecom têm muito a explicar sim; eles têm de explicar como aconteceu isso. Como é que o ex-Ministro Antônio Mexia diz que o Sr. Marcos Valério lá esteve em nome do Governo brasileiro? Não sei se isso é possível ou não. Estou pedindo a técnicos do partido que analisem se ele pode ser convocado ou se é preciso que uma missão vá lá.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Tem de ser uma missão indo para lá. Sendo assim, eu gostaria de apresentar requerimento neste sentido: que uma missão vá lá – no momento adequado vamos apresentá-lo e sei que V. Exª dará atenção. Se isso não for possível, que o presidente da Portugal Telecom no Brasil aqui venha e se explique.

Mas Deputado, V. Exª disse que quatro Deputados deixaram seus respectivos partidos e ingressaram no PTB, citou aqui três do PSDB e um do PSB, é verdade isso. Por que é que eles deixaram seus respectivos partidos e quem são esses Deputados?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Na negociação preliminar, cargos que receberam.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Quem são esses Deputados?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O Deputado Luiz Piauhyllino, o Deputado Salvador Zimbaldi e o Deputado Osmânio Pereira, que deixaram o PSDB e entraram no PTB. Fizeram o Diretor Financeiro de Furnas e o Diretor Financeiro do Fundo de Pensão Real Grandeza.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Foi à revelia da presidência do partido e do comando do partido?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Direto com o Ministro José Dirceu.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Direto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Ou seja, ele tentou também fazer um trabalho para diminuir a força político-partidária do presidente, enfim, do alto comando do PDT?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sem dúvida.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – É verdadeiro que V. Exª pediu que alguns Deputados do PTB deixassem o Partido – há poucos dias aconteceu isso...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – ...ou o senhor iria revelar a verdade sobre a primeira mudança partidária?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sabe o que está acontecendo, Deputado Chico Sardelli?

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Tudo cai nas minhas costas. Já deu esse problema no Fundo de Pensão Real Grandeza e está lá: “O PTB de Roberto Jefferson...” Que conversa é essa? Eu não tenho nada com isso.

Aí eu chamei e disse: “Olha, não dá para vocês ficarem aqui, porque eu não vou segurar esse problema que vocês geraram”. A indicação do presidente foi do Jorge Bittar – o presidente foi candidato a Prefeito pelo PT do Rio de Janeiro – e os diretores financeiros foram indicação dos três Deputados que saíram do PSDB: para o Fundo de Pensão Real Grandeza e para Furnas.

Fizeram um buraco de R\$150 milhões, que já está identificado por auditoria, e vão querer colocar no colo do PTB, no colo do Roberto Jefferson? Não, não vai ser assim em hipótese alguma. Eu disse a eles: “Chega, eu não vou segurar esse problema que vocês geraram. Por favor, vocês deixem a legenda, porque não dá mais para ficar tudo aqui”.

Não fui eu que nomeei o Maurício Marinho, mas, quando dá problema, o problema é meu? Não fui eu que mandei nomear, não fui eu que apresentei o currículo do Diretor da Agência Nacional de Petróleo, mas, se dá problema, o problema é meu? Chega, porque, como a relação é institucional, no final, quem despacha com o Ministro da Casa Civil é o presidente do partido e, então, fica essa coisa como sendo o presidente do partido tendo nomeado essa pessoa que, se toma uma atitude errada, cai nas costas do presidente do partido.

Foi essa a conversa que eu tive.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Está certo.

V. Exª disse também, em algumas colocações, que em Furnas foi montado um esquema pelo qual esses Deputados teriam ascensão através de ordem expressa da Casa Civil – logicamente para dividir o poder dentro do PTB, mostrar gerência dentro do Partido, dividir para te enfraquecer. A bem da verdade, o que eu sinto que aconteceu foi isso. Que esquema era esse, Deputado?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Três milhões de reais por mês rendiam à Diretoria de Engenharia, por intermédio do Dr. Dimas, um milhão de dólares, mais de um milhão de dólares, que tinha a seguinte divisão segundo ele: ele entregava um milhão ao Diretório Nacional do PT; um milhão ao Diretório do PT de Minas Gerais; quinhentos mil ao Dr. Cury, que os repartia entre esses Deputados que o indicaram; e quinhentos mil ficavam para uma divisão na diretoria da empresa de Furnas.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Quer dizer, mais uma vez, é uma verdade que vira mentira, tá certo? E esses Deputados... O senhor acha que esses Deputados envolvidos com esse esquema – estou dizendo aqui mensalão, que é a nossa CPI – deveriam ser convocados e sentar aí para nos explicar, explicar à Nação brasileira...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Sem dúvida, Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Sem dúvida. Por exemplo, esses R\$500 mil que iam para esses parlamentares. Eles devem uma satisfação à Nação brasileira.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não tenho dúvida disso.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Outra coisa que achei interessante aqui é que o senhor elogiou o Deputado Paulo Pimenta que, aliás, foi brilhante. O senhor tem razão. Mas eu notava na outra CPI que aqui estive e fiz questão de aprender porque cada vez que venho aqui aprendo muito. Graças a Deus, tenho certeza que isso está sendo uma boa lição para muitos brasileiros, inclusive para a minha pessoa. Mas eu ouvi aqui no meio alguns da tropa de choque do Governo se digladiado, batendo no depoente, espreme daqui, espreme dali, até que um parlamentar disse o seguinte: vocês estão fazendo isso porque não é o Roberto Jefferson. Se ele sentar aqui vocês vão amarelar. Eu acho que alguns parlamentares que aqui estiveram ouviram e eu estava sentado aí atrás. Eu fiquei 12 horas porque queria ver. Talvez depois desse alerta eles venham correndo para cá, mas queria ver se eles amarelaram de verdade ou não amarelariam. Pelo que

entendi, eles amarelaram de verdade, porque nenhum deles está aqui. O único que teve a coragem está aí ao seu lado e o senhor elogiou.

Tenho uma outra pergunta: segunda a revista eletrônica **Primeira Leitura**, de 02 de agosto de 2005, a corretora Bônus-Banval, localizada em São Paulo, num escritório, hoje, fantasma, segundo as informações que temos, era o ramo do mensalão que abastecia o PT de São Paulo...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – PP.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Hã?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Qual o partido?

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – PT de São Paulo. Isso vem ocorrendo, segundo a revista eletrônica, desde 2003, com grandes repasses realizados durante todo o ano de 2004, coincidentemente um ano eleitoral para os Municípios. Gostaria de saber, nobre Deputado, quais os demais beneficiados, pessoas ou parlamentares, com o episódio Bônus-Banval que o senhor tenha conhecimento?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Não tenho conhecimento. O meu conhecimento é como o de V. Exª: de leitura.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – A **Folha Online** traz hoje uma matéria em que o Presidente da empresa Portugal Telecom nega que tenha feito qualquer tratativa para beneficiar ou mesmo financiar partidos políticos no Brasil. Mas admite que esteve com Marcos Valério para falar da aquisição da Telemig. O senhor acredita nessa hipótese da Telemig? Ela é verdadeira?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Até acredito. E pode ser daí a diferença, a comissão que ele pagaria ao Marcos Valério, que traria para dividir no PT e no PTB.

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Na atualidade, depois do depoimento do José Dirceu, essa é chover no molhado, mas só para retificar: qual é a prova que V. Exª considera ser a melhor que demonstra que o ex-Ministro José Dirceu realmente sabia da existência do esquema do mensalão, porque já temos algumas que foram colocadas hoje? Mas se o senhor tiver que dizer hoje, dar uma entrevista, o ponto crucial é esse, ele sabia por causa disso, qual seria a sua colocação, Deputado?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Para mim, esse envolvimento dele com o financiamento do apartamento...

**O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP)** – Do apartamento.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – ... o favorecimento ao BMG, o favorecimento a DNA, a SMP&B, tudo com o conhecimento dele, e essa missão que V. Ex<sup>as</sup> vão fazer em Portugal.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – A Portugal...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não tenho dúvida disso. Porque como é crível o Sr. Marcos Valério ser recebido por Ministro de Estado, presidente de um grupo desse tamanho. Foi, inclusive, ao Presidente e levou ao Palácio do Planalto, a uma reunião com o Ministro José Dirceu, o presidente do Banco do Espírito Santo, que é terceiro Banco da Europa, não é brincadeira não. É o terceiro Banco da Europa. E isso tudo porque ele é bonzinho e faz as contas de publicidade de Belo Horizonte em Minas Gerais. É o caminho. Esse caminho é um caminho poderoso e os portugueses não vão mentir. Vão dizer como é que receberam o Marcos Valério, quem ligou, quem fez a agenda, porque receberam, quem recomendou. Não tenho dúvida disso. E é um vínculo muito poderoso.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sr. Presidente, só um pouquinho. Estou no final. Estou aqui desde as oito horas da manhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu já lhe dei uma tolerância.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Eu sei. Mas uma vez foi dito aqui a questão do Banco Santos, que nós vamos apresentar um requerimento de quebra de sigilo. Por que a demora do Banco do Brasil e da Coafi em apresentar esses documentos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não sei, Excelência.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Mas o que V. Ex<sup>a</sup> acha? Por que eles não estão apresentando ou estão demorando? O sistema bancário brasileiro é o mais eficiente do mundo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Chico Sardelli, quando era contra o PTB, a juíza, esposa do Ministro Álvaro Costa, da 10ª Vara Federal, decretava busca e apreensão, invasão de domicílio, invasão de gabinete, apreensão de celular. Isso era executado de um dia para o outro, ao cúmulo da irresponsabilidade que S. Ex<sup>a</sup> fez no Rio de Janeiro e em outros lugares, como aqui, em Brasília. Mas quando se trata dessa investigação em relação ao Partido do Governo, às pessoas do Governo envolvidas nisso, é lenta, não toma atitude rápida, as coisas vão bem devagarzinho, o Banco do Brasil demora a fornecer a informação, o Coaf demora a fornecer a informação. Faz parte do jogo.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Mas, com certeza, com o prestígio de nosso Presidente e do nosso Relator, vamos apertá-los.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, com uma pergunta que não é minha – peço perdão a ele. Li, hoje, no **Jornal do Brasil**, um artigo muito interessante do Milton Temer, companheiro nosso na legislatura passada, intitulado “Dirceu e o Teatro do Absurdo”. Lula não sabia de nada, José Dirceu não sabia de nada, ambos não sabiam de nada a ver com as decisões do PT. E eu me chamo Francisco, por preferência que tenha pelo gênero brasileiro em relação ao poeta inglês frequentador...

*(Falha na gravação.)*

Sr. Presidente, estou terminando, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> faz a pergunta e vai ler o artigo.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Então, farei a pergunta, Sr. Presidente. Estou aqui para auxiliar no que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas é a pergunta que vai auxiliar.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Franca-mente, alguém pode acreditar na versão de que dois mordomos, Delúbio e Sílvio Pereira, minassem os alicerces do quartel-general, sem que o rei e o príncipe tivessem a menor informação sobre suas iniciativas pecaminosas, Deputado Roberto Jefferson?

Obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me pelos minutos a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator, Deputado Roberto Jefferson, este depoimento de hoje praticamente reitera a linha de coerência que S. Ex<sup>a</sup> adotou em relação às denúncias sobre essa grande operação de corrupção que leva o País à perplexidade. Ouvi, por reiteradas vezes, o Deputado Roberto Jefferson fazer aqui, com muita propriedade, a defesa do Presidente Lula, que segundo S. Ex<sup>a</sup>, é inocente nesse episódio. Acredito, Deputado Roberto Jefferson, que V. Ex<sup>a</sup> tenha razão nesse aspecto, pela escolha que o Presidente Lula fez de, no comando do Governo, ser o Presidente mundial do Brasil: adotar uma política de Chefe de Estado e entregar o Governo para a operação do Gabinete Civil. Se isso for verdade, assusta-me mais não o fato de que Sua Excelência não tenha tido conhecimento do que aconteceu. Se observarmos a conduta do Presidente Lula desde a última semana – e há pouco estive no meu gabinete e tive a oportunidade de vê-lo se emocionar ao se referir a sua mãe –, preocupa-me muito o

Presidente manter uma distância absoluta sobre o que efetivamente aconteceu, de forma alienada. Anteontem, ao participar de uma solenidade onde lançou um programa para a juventude, o Presidente atribuiu a culpa a tudo o que está acontecendo à imprensa. E, ontem, de uma forma extremamente agressiva, Sua Excelência desafiou a Oposição, como se tudo que estivesse acontecendo fosse devido a uma atitude e a uma invenção dos Partidos de Oposição. O Presidente mantém não só distância do que aconteceu, mas sobretudo uma completa alienação do que está acontecendo neste momento, que é o debate, a discussão sobre o que realmente é verdade nesse assunto que V. Exª trouxe à baila. E isso assusta porque é muito importante que a sociedade brasileira se aproveite desse episódio, em primeiro lugar, para colocar a verdade, se é a primeira verdade colocada, e dita hoje, aqui, inclusive pelo Deputado Roberto Jefferson, é que o útero que gestou essa crise não está aqui no Congresso Nacional. O pano de fundo dessa crise é uma operação mal engendrada do Governo Lula com a sua base aliada. Esse foi o pano de fundo que gerou a crise em que estamos vivendo. Inicialmente, poderíamos condenar a motivação que tenha levado V. Exª a trazer à baila essas denúncias. Mas, hoje, passado tanto tempo o que é preciso fazer aqui é uma constatação. Nós que nos acostumamos a ver o PT chegar ao poder com tanta arrogância, com tanta soberba, detendo e defendendo o monopólio da ética, temos que reconhecer, meu caro Deputado Roberto Jefferson, que V. Exª está prestando ao País o serviço de promover o *strip-tease* público do PT na sua relação de poder com a sociedade brasileira. Nós vimos por trás de toda soberba, de toda prepotência, de toda arrogância com que o PT governou nesses dois anos e meio um despreparo, um primarismo e, sobretudo, o que mais nos assusta, a ousadia. Nunca se ousou tanto no ataque, no saque ao dinheiro público como se fez desta vez, estabelecendo, pela primeira vez e de forma quase institucionalizada, o que é gravíssimo, uma relação promíscua entre Governo e Parlamento, patrocinada por um partido e operada por um publicitário chamado Marcos Valério.

Então, quero dizer a V. Exª que me aprendi a admirá-lo no Parlamento brasileiro, pelas suas posições muito claras, mas aprendi a admirá-lo mais a partir do momento em que V. Exª fez o ato extremo da ruptura e veio a público, de forma serena, trazer essa verdade que vai mudar o Brasil. O Brasil será outro depois da passagem de V. Exª por este Parlamento, depois desse episódio. E é preciso que isso aconteça porque, se há problemas de crime eleitoral – e nós constatamos que há por todo o País, e essa é uma questão até secundária, porque se corrige na medida em que há o

reconhecimento de que isso contamina todos os partidos brasileiros –, há uma verdade também que não podemos deixar de discutir e que é o papel desta Comissão: apurar aqui, e V. Exª disse muito bem, os atos de corrupção praticados por um Governo que achou que podia comprar com dinheiro os votos do Parlamento brasileiro. Acho que esse é o grande desafio. E o que sinto, na medida em que os fatos vão se revelando, é que vai se firmando no conceito de todos nós a percepção de que quem tem razão nisso é quem está com a verdade. E o que mais me impressiona nessa discussão, e ouvi com clareza a discussão de V. Exª com o Ministro José Dirceu, é que V. Exª adotou não a coragem agressiva, irresponsável daqueles que querem ir para o ataque gratuitamente. V. Exª tem exercido uma coragem serena de que soube sublimar seu mandato no momento em que adotou a verdade como a única forma de se libertar. Fico muito entusiasmado ao ver um homem que é capaz de atravessar a ponte atrás de seu próprio destino, numa contribuição que V. Exª deixa e que, tenho certeza, será decisiva para a história do País.

Portanto, quero deixar aqui o meu reconhecimento por esse gesto de coragem que V. Exª teve de assumir, porque alguém tinha que denunciar no Brasil o que era a arrogância do PT, este partido que chegou ao poder como estuário da esperança nacional e que não soube interpretar o sentimento de mudança de tantas pessoas, de mais de 50 milhões de brasileiros que apostavam nele como o grande instrumento de transformação do sonho da sociedade brasileira.

Quero, em nome de Minas Gerais, dizer aqui que, há muito tempo, Minas tem ficado constrangida nessa crise. Essa crise foi denunciada por uma mineira, o publicitário é mineiro, as agências de publicidade são de Minas, o Banco Rural é de Minas, a distribuidora de dinheiro é de Minas. Mas quero dizer ao Brasil que Minas Gerais não é isso: é muito melhor do que isso. Minas tem dado contribuições decisivas ao Brasil.

E hoje temos uma prova disso aqui. Tenho certeza de que, ao dar posse hoje ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel na relatoria desta CPI, Minas está oferecendo o que tem de melhor neste Parlamento: uma figura pública que é orgulho para todos nós e que, tenho certeza, vai desincumbir-se dessa função, resgatando as melhores tradições de Minas, para poder mostrar para o Brasil o quanto Minas trata bem as questões que são sérias.

Então, quero deixar aqui, em nome de Minas Gerais, a nossa certeza de que este momento é grave, sério, e que todos nós vamos ter a responsabilidade e a capacidade de superação, com a expectativa de que o Presidente da República, a quem temos dedicado

todo o respeito, entenda que respeito é uma relação de reciprocidade. É preciso que ele compreenda o que está acontecendo, interprete o momento e ajude a construir, porque essa crise não foi criada pela Oposição. Nós temos a obrigação de passar a limpo o País; temos a obrigação de mostrar quem errou e de punir os culpados, seja quem for. E queremos do Presidente da República que respeite a Oposição, como nós o respeitamos, quando estava na Oposição. Aceitamos até que ele não soubesse do que estava acontecendo, mas gostaríamos muito que percebesse que, aqui dentro, hoje, existem brasileiros que querem passar o Brasil a limpo, até para permitir que continue governando com a dignidade que merece este País.

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sr. Presidente, só lamento a hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há perguntas, praticamente...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, só lamento a hora, porque foi um discurso primoroso. Primoroso!

Obrigado a V. Exª e parabéns. Primorosa posição, primoroso discurso. Parabéns a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Deputada Perpétua Almeida.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, nobres colegas de trabalho, V. Exª, Deputado Jefferson, é verdade, tem demonstrado algumas atitudes corajosas; isso ninguém pode negar.

V. Exª também tem demonstrado ser um homem inteligente, pela forma como se coloca, constrói toda a sua argumentação. Agora, fico um pouco assustada: como um homem tão inteligente generaliza em algumas questões? Uma das primeiras falas suas na CPI foi a de que todos os Deputados sabiam do mensalão: quem dizia que não sabia – até anotei aqui – ou recebia ou não tinha coragem de enfrentar. Lamento a generalização, até porque toda generalização é burra, sabemos disso.

Eu não sabia dessa história de mensalão. Não sabia e não fico surpresa por não saber, até porque também não sei o que a máfia trama diariamente, eles não vêm me contar; não sei o que o crime organizado trama diariamente, eles não vêm me contar – não estou lá dentro, não tenho como saber. Vim saber a partir do momento em que ficou público. E acho que muitos Deputados desta Casa não sabiam.

Agora, vou dizer uma coisa, Deputado. Se eu soubesse, teria subido à tribuna. Com o meu jeito humilde de ser, não com as mesmas palavras que V. Exª,

que costuma discursar e é muito bom nisso, eu teria subido à tribuna. E questiono, às vezes, essa sua coragem, que o senhor tem demonstrado em muitos momentos, é verdade. Mas V. Exª não teve a coragem de subir à tribuna na hora certa. Eu diria até que talvez V. Exª tenha amarelado ou prevaricado, mas podia, sim, ter subido à tribuna e ter dito: “Companheiros desta Casa, o Parlamento está sob suspeição, porque há Deputados recebendo mensalão.” Palavra que o senhor criou. Pelo menos, ficamos sabendo dela a partir da sua denúncia.

V. Exª prevaricou como Parlamentar, porque V. Exª só teve a coragem de subir à tribuna e dizer isso quando saiu aquele vergonhoso vídeo na Rede Globo mostrando aquele cidadão recebendo dinheiro, botando no bolso sem o menor constrangimento e dizendo, inclusive, que estava a seu serviço.

Só a partir daquela denúncia, V. Exª criou coragem para vir à tribuna.

Portanto, acho que é muito perigoso para um parlamentar ter todas essas informações, conviver com elas, e não subir à tribuna para dizer: “O nosso Congresso está sujo. Vamos limpar isso daqui.”

Eu tenho essa preocupação. Acho que o senhor, que tem demonstrado ser corajoso, poderia ter feito isso. Deveria ter feito antes de ser atingido.

O senhor tem dito, em todos os momentos, que, em maio de 2004, reuniu-se com o Presidente do PT, Deputado José Genoíno, com Delúbio e com o Tesoureiro do PTB, quando fizeram aquele acerto financeiro, discutiram a campanha em alguns Estados e que, naquele momento, o Presidente do PT teria-lhe garantido R\$20 milhões, mas que não chegaram os R\$20 milhões.

O senhor diz que o carequinha levou à sede do PTB duas malas, num primeiro momento com R\$2,2 milhão. É isso?

Num segundo momento, acho que três, cinco ou sete dias depois, o senhor não se lembra exatamente, o carequinha voltou lá com mais R\$1,8 milhão, correto?

Então, vamos prosseguir. Então, quanto o senhor reafirma que o PTB recebeu mesmo?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – SP) – Quatro milhões.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Quatro milhões. Está certo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – SP) – Mais os R\$200 que eu sabia do Alexandre. Isso se a senhora voltar ao passado da movimentação do ex-Presidente Martinez, R\$5 milhões.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Certo. Vou chegar lá.



O senhor mesmo diz que recebeu e mandou colocar em um cofre e que, depois, distribuiu, mas o senhor não quer dizer para quem distribuiu. O senhor só afirma que os Deputados Federais, mesmo aqueles que foram candidato, não receberam.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP) –** Não receberam.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) –** O senhor deve ter pensado o seguinte: “O meu amigo que é Deputado Federal do PTB é candidato à Prefeito daquela região, mas ele não vai receber essa grana. Só o outro fulano, candidato a Prefeito. Foi essa a imaginação que o senhor fez para não envolver Deputado Federal?”

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP) –** Ficou para um segundo momento.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) –** Num segundo momento, o Deputado Federal recebeu?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP) –** Não veio o segundo momento.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) –** E o senhor ia entregar?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP) –** Sim.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) –** Está bem, então.

O senhor afirma – eu dei uma lida rápida em seu depoimento: “Ouvi falar no mensalão em agosto de 2003, pelo Relator do Martinez. Ele me disse da proposta feita por Genoino e Delúbio de repasse mensal do PT para o PTB.” E aí, lamentavelmente, veio a morte do Martinez e o senhor assumiu a direção do Partido.

O senhor reuniu a Bancada no início da Legislação de 2004...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP) –** No ano legislativo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) –** De 2004. Portanto deve ter sido em fevereiro. É isso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – SP) –** Sim.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PcdoB – AC) –** O senhor afirma que levou a debate o mensalão na conversa porque, no final da tarde, vocês costumam fazer um lanche. O senhor apresentou a questão do mensalão, foi a voto e ninguém aceitou. É isso?

Agora, o que eu não consigo entender é o seguinte: se o senhor diz que, em fevereiro de 2004, levaram a voto na Bancada e ninguém aceitou o mensalão, mas nos dados do carequinha sobre o PP, o PT, o PL e PTB, cuja veracidade é a mesma.

V. Exª disse que, em fevereiro, ou no início da Legislação, em 2004, fez uma reunião e ninguém aceitou. Mas, até aí, o PTB já teria recebido dez repasses do “carequinha”. Vou lembrá-los, a V. Exª, Deputado Roberto Jefferson. Se é que existe mensalão – foi V. Exª quem disse que existe – o PTB estava comprometido até o pescoço com o mensalão. É impossível que, com os mesmos dados dos outros Partidos, o “carequinha” tenha os mesmos dados sobre o PTB. Sei que mesmo tendo tornado pública a palavra “mensalão”, V. Exª não gosta que diga que o PTB recebia mensalão. Mas, ou o PTB recebia mensalão ou o PTB recebia “mensalauamente”. E aí eu vou dizer o porquê. No dia 3 de abril de 2003, foi R\$150 mil; no dia 3 de maio de 2003, o PTB recebeu R\$250 mil; no dia 10 de julho de 2003, o PTB recebeu R\$50 mil; no dia 13 de setembro de 2003, o PTB recebeu R\$200 mil do “carequinha”; no dia 25 de setembro de 2003, o PTB recebeu R\$100 mil do “carequinha”; no dia 29 de setembro de 2003, o PTB recebeu R\$300 mil do “carequinha”; no dia 16 de dezembro de 2003, o PTB recebeu R\$100 mil do “carequinha”; no dia 19 de dezembro de 2003, o PTB recebeu mais R\$100 mil do “carequinha”; no dia 07 de janeiro de 2004 o PTB recebeu mais R\$100 mil do “carequinha”; no dia 14 de janeiro de 2004, o PTB recebeu mais R\$100 mil do “carequinha”; no dia 07 de maio de 2004, o PTB recebeu R\$1 milhão do “carequinha”; dois meses depois, no dia 12 de julho de 2004, o PTB recebeu mais R\$1 milhão do “carequinha”; no dia 12 de agosto de 2004, o PTB recebeu R\$68,600 mil do “carequinha”. Portanto, meu caro Deputado Roberto Jefferson, o seu PTB, que V. Exª nega, não aceita que tenha pertencido ao mensalão, se o mensalão existiu mesmo, o PTB, o “seu PTB” estava, até o pescoço, envolvido com o mensalão. Temos, aqui, coincidentemente, 13 repasses do “mensalinho” para o teu PTB. E aí, nobre Deputado, eu queria entender o que é isso? Se o mensalão existe, o que é isso que o PTB recebia do “carequinha”? É a pergunta que lhe faço. Como o meu tempo está-se encerrando, eu vou fazer duas perguntas a mais, porque dá tempo de V. Exª falar rapidamente.

Como V. Exª tem dito aqui: “Eu ouvi dizer, ouvi falar”, eu também “ouvir dizer, ouvi falar” que V. Exª não concordou com o tal mensalão. Aliás, estava convivendo com o mensalão, como está provado aqui pelos repasses do “carequinha”, não fui eu quem os inventei. Está na lista do “carequinha”. Se a lista do “carequinha” é verdadeira, está o PTB até o pescoço na lista do “carequinha”. Mas V. Exª, mesmo assim, resistia, e dizia: “Isso eu não aceito; isso é muito fácil de pegarem; isso me foge ao controle. Prefiro ter os cargos no IRB, porque lá eu controlo; prefiro ter os

cargos nos Correios, porque lá eu controlo”. Eu quero saber se isso é verdade.

Só mais uma pergunta: V. Exª disse, hoje, aqui, que o Deputado José Dirceu é um homem muito orgulhoso...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Deputada, o seu tempo já está encerrado.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Já vou encerrar, Presidente. O Presidente foi tão conveniente... Por favor, sou a segunda mulher que fala nesta noite e talvez, a última.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Vamos aguardar a conclusão de V. Exª, então.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Então, V. Exª disse que o Ministro José Dirceu era muito orgulhoso. Eu também concordo, às vezes – até porque ele se referiu, na tribuna, ao “meu Governo” –, que o Deputado José Dirceu, em alguns momentos, demonstra esse orgulho, esse ar de superioridade. Eu também concordo, mas é o estilo de S. Exª. E V. Exª também, hoje, aqui, quando foi dizer que, ao tomar conhecimento do mensalão, fez uma peregrinação, V. Exª disse o seguinte: “Eu comecei a peregrinação pelo meu ministério”. Do Walfrido.

Era assim que V. Exª se referia aos órgãos em que o senhor tinha colocado pessoas, indicado cargos: “o meu ministério, o meu IRB, os meus Correios?”

Eu queria reforçar a necessidade de V. Exª explicar treze repasses do carequinha para o PTB.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Um belo exercício retórico, louvável e inteligente, da altura de V. Exª. Devo dizer que não disse “o meu ministério, o meu ministro”. O Ministério, inclusive, não foi indicado por mim. O Ministro Walfrido foi convidado diretamente pelo Presidente Lula. Tanto que devolvemos todos os cargos que possuíamos no Governo. Não fizemos isso com o Ministro Walfrido Mares Guia porque S. Exª não era indicação nossa, da bancada ou da presidência do partido; S. Exª teve o convite direto do Presidente Lula. Eu disse “meu ministro” como uma maneira gentil, carinhosa. Talvez eu não tenha conseguido me fazer entender por V. Exª: era uma maneira gentil, carinhosa, de me referir a ele. Eu admito os dois recebimentos na sede do partido, o que soma quatro milhões e admito aqueles dois do Alexandre do início do ano. V. Exª conta os da época do Presidente Martinez...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, mas V. Exª conta. E eu disse ao meu amigo que aceita-

va para aquilo que ele queria fazer, liquidar a conta da campanha, que era grande, e pagar parte das despesas da agência de publicidade e dos fornecedores, o que custou um milhão e quase trezentos mil ao PTB, no ano de 2003. V. Exª vai ver que o número era muito menor. E eu questiono essas duas marcas em nome do Emerson Palmieri em dezembro, porque isso jamais aconteceu. Isso, na frente, vai ficar esclarecido. V. Exª tem uma anotação feita a caneta.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Não, eu peguei da lista do carequinha, que está listando todos os partidos que receberam.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª me mostrou aqui uma lista feita a caneta, não foi?

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Não, peguei daqui porque estava mais fácil de ler.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Pegou do jornal?

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – A lista de todos que o carequinha divulgou.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, a lista que V. Exª mostra, feita a mão, com sua caneta, digo a V. Exª que não é verdadeira. O PTB recebeu o que está lançado aqui, que está aquém. Confesso a V. Exª que recebi R\$4 milhões à época da eleição; autorizei aquele saque do Alexandre, de R\$200 mil; e há essa movimentação anterior do Presidente José Carlos Martinez, que soma R\$1 milhão.

Agora, quanta coragem ter amarelado! Ter amarelado! Eu falei a todos os ministros do Presidente. Todos!

V. Exª tem um temperamento diferente do meu. E o partido de V. Exª tem uma prática política diferente da prática política do meu. O PCdoB denuncia tudo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O que considera correto.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O PCdoB é um partido de ruptura, de enfrentamento...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – De 80 anos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Então, é um partido assim muito aguerrido.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – É um partido de 80 anos, Presidente.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, não estou criticando. Estou dizendo da maneira de ser. Eu não faço política assim. Eu procurei construir sempre, inclusive aqui na relação desta Casa, a minha carreira através da composição, da costura. Entendo que a obra do amor é muito mais sólida do que a do ódio. Um partido revolucionário como o de V. Exª prega a revolução, o ódio, a luta de classes.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – O nosso partido não prega o ódio.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Desculpe, Deputada. Eu ouvi V. Exª, respeitosamente... Permita-me terminar, para não ficarmos horas aqui...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Correto, mas não diga que o PCdoB prega o ódio, porque não é verdade.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Quando prega a revolução, prega ódio. A ditadura do proletário é ódio.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Não prega o ódio. V. Exª é um homem inteligente e sabe disso.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A revolução vem na ruptura.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Deputada, por gentileza, a senhora já disse que o PCdoB não prega o ódio.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Desculpe, eu preciso falar.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Mas não ofenda o PCdoB.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu procurei exaurir na negociação o fim disso que eu entendia ser o gerador dessa crise que estamos vivendo aqui. Não me agrada ser o autor dessa denúncia e desses momentos de tensão que estamos vivendo. Não me agrada. Não é do meu currículo. A senhora sabe que, nas CPIs passadas, defendi todos os denunciados? Não acusei ninguém.

Eu me recordo até de uma defesa que fiz, do ex-deputado Êzio Ferreira. Quem o acusou foi o ex-deputado José Genoino. Frequentava a casa dele como eu, todos os dias. Tomava lá *champagne* Cristal, uísque Royal Salute, jogava bola – era uma mansão –, comia tartaruga – era até crime ecológico o que fazíamos lá. Tracajá! Lembro bem: tracajá – o Êzio fazia assim...

E, um dia, quando apontaram uma transferência de recursos da conta da empreiteira dele para a conta pessoal, o Deputado Genoino foi para a tribuna e disse: “O Êzio é meu amigo, mas eu peço a cassação dele, porque acho que ele prevaricou”.

Eu não faço isso. Eu fui para a tribuna e disse: bem feito, caboclo do Amazonas. Eu te disse que essa gente a gente não recebe na nossa casa! Quem tem amigo assim não precisa ter inimigo. Bem feito para você! Bem feito, porque essa gente não ama o ser humano. Ama um ideal, uma abstração jurídica chamada Estado ideal, que eles constroem na cabeça e odeiam todos que se opõem àquela idéia do Estado ideal. Eles não entendem que o Estado é o somatório dos indivíduos. Ele acha que o Estado existe antes de

o indivíduo existir e que a missão do Estado é tutelar o indivíduo. Bem feito para você, caboclo! Eu te disse que a gente não franqueava o lar da gente, o convívio com a esposa da gente, com os filhos da gente, com essa gente que você está vendo aí na tribuna, pedindo a sua cassação, dizendo que, apesar de ser seu amigo, queria a sua cassação. Quem tem amigo assim não precisa de inimigo.

Não me sinto à vontade no papel em que estou. Não amarelei, não. Quis preservar o Presidente Lula, aliás do PT, presidente que o partido de V. Exª apóia, e até pouco tempo atrás mantinha dois ministros lá na relação ministerial. Não é isso? Antes de denunciar o Presidente Lula, eu preferia exaurir todos os momentos de negociação, alertando... Alertei ao Ciro: Ciro, olha o que está acontecendo. Miro, olha o que está acontecendo. Infelizmente, acabamos chegando aqui.

Mas não estou feliz, não. Confesso a V. Exª que isso não me deixa orgulhoso, nem feliz. Eu estou fazendo mal. E se V. Exª me perguntar: “Roberto, você tem vivido assim, com felicidade, espontaneamente?” Não, não. É todo dia uma preparação para o depoimento do dia seguinte, para a entrevista do dia seguinte, para ratificar uma acusação que fere pessoas, que fere currículos, que fere reputações. Fiz mais de duzentos e quarenta júris, sempre na tribuna da defesa, sempre. Infelizmente, estou vivendo esse papel agora, que não me agrada. Não fiz concurso para promotor. Não tenho vocação para isso. Respeito os que são, os que fizeram concurso para isso, porque prestam importante contribuição ao Estado. Não é a minha praia, Deputada. Não me sinto à vontade. Eu estou vermelho de tristeza; amarelo de medo não, mas estou vermelho de tristeza, de estar fazendo o que estou fazendo aqui, inclusive com pessoas que conviveram comigo nesta Casa durante muitos anos.

Espero ter respondido as indagações que fez V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – O próximo inscrito é o ilustre Deputado mineiro Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dizer que alguns fatos que o Deputado Roberto Jefferson veio trazendo à tona, com as investigações, foram se confirmando; mas outros, ainda não – poderão ser confirmados ou não, as investigações vão mostrar. Por isso, não me preocupo neste momento em fazer juízo de valor, em avaliar se o senhor está ou não dizendo a verdade. Acredito piamente que a verdade edifica e que virá à tona. O nosso eminente Relator saberá, ao final, identificar a verdade e a mentira, não só no depoimento de V. Exª, mas em qualquer outro depoi-

mento prestado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu não queria entrar nessa seara, mas não posso deixar de dizer que, infelizmente, o grande erro da cúpula do meu partido, especialmente personificada no Sr. Delúbio Soares, foi usar os métodos e os meios do “valerioduto”.

Respondendo ao meu colega e, posso assim dizer, amigo, Deputado Narcio Rodrigues: é preciso que o PSDB de Minas tenha mais calma e mais paciência ao se referir ao “valerioduto”, que foi usado pelo então Governador de Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo. Cometemos o mesmo erro, e as coisas precisam ser postas.

Nesse sentido, V. Exª ajuda, porque enfrenta um problema e desmonta um esquema que, infelizmente, não é de hoje. Eu queria perguntar a V. Exª se o crime... Os fatos que V. Exª coloca estão sendo confirmados – em sua maioria, mas não todos... Tendo em vista os fatos que vieram a público e foram confirmados, que podem ser provados, pergunto a V. Exª o seguinte: o crime, o possível crime que alguém possa ter cometido nesse processo, está na fonte, no meio ou no destino dos recursos que chegaram a parlamentares ou partidos? Onde está o crime? V. Exª me responda, e eu vou dialogando com V. Exª.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A meu ver, nas três esferas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas aí indago a V. Exª: se a fonte dos recursos e os meios foram os mesmos – Valério –, qual a diferença entre este “mensalão” e o caixa dois de campanha?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Odair Cunha, V. Exª já deve ter me ouvido dizer que assumo pessoalmente a responsabilidade civil e criminal.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim, isso o senhor disse.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Então, está respondida a pergunta.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, eu quero saber... Porque V. Exª...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Assumo. Não vou transferir a responsabilidade ao meu partido, porque estaria cancelando o registro de meu partido, e não vou dividir isso com os meus companheiros, porque os tenho como inocentes.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro. Mas eu não quero que V. Exª transfira...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Foi uma atitude que tomei como presidente e respondo por ela.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, Deputado Roberto Jefferson. Eu estou entendendo, mas não estou me referindo ao PTB; estou me referindo ao PP e ao PL. Pergunto a V. Exª se dizer que o recurso é para “mensalão”... Como é que o senhor tipifica o “mensalão”? Porque, se o recurso é para o “mensalão” ou para o caixa dois, qual é a diferença objetiva? Se é para caixa dois, é uma questão subjetiva; se for para o pagamento de parlamentares, depende da vontade daquele que recebeu o recurso distribuí-lo para pagamento de campanha ou distribuí-lo, aleatoriamente, para enriquecimento de A, B ou C.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Aí eu divirjo de V. Exª, Deputado Odair. Repartir aleatoriamente esses recursos repassados para Deputados, eu acho isso uma indecência.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas mesmo que a fonte seja a mesma?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – O motivo da nobreza ou não? Você fazer repasse para fazer um sobressalário ao Deputado eu acho um escândalo. São essas coisas que a gente ouve em Câmara de Vereadores do interior. Acho um escândalo. Recurso para eleição é um afrouxamento moral – se V. Exª me perguntar, vou dizer que é – que se justifica; mas, mês a mês, repassar recursos para Deputados - isso não é recurso para eleição! - para botarem no bolso, para gastarem num restaurante, numa viagem? Não acho correto. Sinceramente, não acho correto.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Tudo bem. Só queria saber a resposta de V. Exª.

O senhor disse que o Marcos Valério foi conversar com V. Exª sobre a estatização da Eletronorte, das linhas. Por quê?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Foi depois que ele voltou dessa viagem em final de janeiro... Quero precisar bem a data. Vou olhar nas agendas do partido, não sei se foi em meados de março. Foi quando se frustrou esse recurso desse negócio que ele foi fazer com a Portugal Telecom. Não veio esse recurso. Depois, ele volta ao PTB após 30, 35 ou 40 dias da volta, no início ou em meados de março, e senta com a proposta de transferir os recursos do IRB, dos bancos ingleses – são dois ou três bancos na Inglaterra e na Suíça – para o Banco do Espírito Santo em Portugal, o BES, que é desse mesmo grupo Portugal Telecom. Isso lastrearia uma operação de reestatização das linhas da Eletronorte.

Ele queria que eu usasse os indicados do PTB para essas duas operações. E eu disse ao Emerson, quando ele foi embora: “Sai fora; isso dá capa de **Veja** e pijama listrado. Sai fora”. E liguei para o Genoino e disse: “Zé, esse moço fala cada coisa que não dá para

acreditar. Acho que as coisas para ele são muito fáceis”. E o Genoino falou: “Não. Pode acreditar que ele é firme”. Eu até relatei isso a alguns companheiros do meu partido. Mas pedi ao Emerson que se afastasse dele – o que foi feito a partir de então.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas, se o senhor pediu ao Emerson que se afastasse dele, por que o senhor pediu para o Emerson ir com ele em Portugal? Os dois não foram cúmplices, então, naquela ação?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Ou pelo menos tentativa, não é? V. Exª é um advogado. Isso foi em final de janeiro. V. Exª está se referindo a uma conversa comigo em meados de março.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Uma coisa é anterior, a outra é posterior, não é isso?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim. Mas eles já andavam juntos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª coloca bem! É bom advogado, está tentando uma catimba. É bom porque levanta um pouco, já está dando sono; é bom que vai dar movimento, coloca um bocado de adrenalina no sangue, e a gente acorda. Senão a gente acaba dormindo...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Acorda a turma.

Mas é uma dúvida, Deputado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Quando o Ministro José Dirceu falou comigo, na primeira quinzena de janeiro, disse: “Credencia alguém do PTB, acerta com o Delúbio, e vão dois emissários – um do PTB e um do PT – à direção da Portugal Telecom. O grupo esteve conosco, visitou-nos aqui no Brasil, e fizemos um acerto de que pode haver uma antecipação para zerar os problemas de contas de campanha do PT e do PTB”.

E eu pedi então que o Emerson procurasse o Delúbio. Ele procurou, marcou a data da viagem, e foram três pessoas: um representando o PT, o Marcos Valério, que levou junto o advogado Rogério Tolentino; e o Emerson Palmieri. Saíram daqui no dia 24 de janeiro e voltaram para o Brasil, vindo de Lisboa, no dia 26.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – As nomeações feitas ou as indicações feitas por V. Exª nas estatais surtiram algum efeito, já alegado por V. Exª, de recolher recursos para fins eleitorais?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não consegui fazer.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nem por dentro, nem por fora?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não consegui fazer.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Essa prática de indicações e de recolhimento de recursos nas estatais por pessoas nomeadas pelo partido de V. Exª ocorreu em outros governos?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deixe-me falar uma coisa a V. Exª – estou vendo que V. Exª é Deputado de primeiro mandato: é a praxe no Brasil. Até no partido de V. Exª é assim. Isso é bom que a gente diga ao povo do Brasil.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então, houve recolhimento?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não houve. Estou dizendo que não houve.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas V. Exª disse que é a praxe...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Exª está perguntando se é intenção. Claro que é intenção. Claro! V. Exª me pergunta da intenção, eu digo que sim. Até no partido de V. Exª.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor está dizendo. Tudo bem.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Os homens estão lá para viabilizar recursos, como viabilizaram para o Marcos Valério. Está aí. O “valerioduto” está aí. E isso é uma coisa que V. Exª suscita. É um debate novo que vem ao plenário da Comissão. É assim que funciona no Brasil! Por que os partidos se digladiam, se matam para indicar presidente e diretores de estatais? É para fazer a relação com as empresas privadas que gravitam em torno dessas empresas estatais, para poderem fazer os caixas de partido.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª. Espero que esses fatos trazidos à Nação sirvam para melhorar o sistema político-eleitoral e a gestão pública em nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, são várias as manifestações de cansaço que chegam à Mesa. Temos ainda inscritos o ilustre Deputado Gastão Vieira, o Deputado Zico Bronzeado, o Senador Pedro Simon – que, pelo que vejo, já se retirou – a Deputada Iriny Lopes da mesma forma, o Deputado José Divino, que está presente. Portanto, há três suplentes. Depois, temos os não-membros, Deputado Alberto Goldman, Deputado Álvaro Dias, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Babá, Deputado Mendes Ribeiro Filho e Deputado Enéas. Então, são nove oradores.

Srs. Parlamentares, vamos tentar ser o mais objetivo possível. Deputado Alberto Goldman, até em respeito a V. Exª, eu comentava hoje com o Presidente que vamos ter que achar um critério mais justo para

com os parlamentares que passaram o dia na Comissão, como V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Não estou nem reivindicando...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Eu sei disso, mas seu olhar me obriga a dizer isso.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Não estou nem reivindicando a minha função de Líder. Estou, obedientemente, atuando como um Deputado, não com a função de Líder. Regimentalmente, eu teria direito como Líder, mas não quero criar problemas. Estou aqui para ouvir. Como estou desde a manhã ouvindo, vou continuar ouvindo até o final da noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Ótimo, mas tem que haver um horário para acabarem as inscrições.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Presidente, se me permite, acaba-se sempre alongando mais a reunião na medida em que se fala, mas quero lembrar aos ilustres membros da Comissão que temos 70 pessoas a serem ouvidas, mais 6 acreações e mais 5 diretorias, que não sei de quantos membros se compõem. Começamos às 9 horas em ponto, com 25 inscrições. Há 30 minutos, tínhamos passado 11 horas ouvindo depoimentos e ainda tínhamos 22 inscrições.

**O SR. (Orador não identificado)** – Às 9 horas, fui um dos que se inscreveu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– De maneira que temos de adotar um critério para o processo, pois na marcha em que vamos, para ouvirmos 70 pessoas, sendo duas por semana, vamos levar dois ou três anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Arrisco-me a fazer uma sugestão para pensarmos. Talvez devamos estabelecer um horário para fechar as inscrições.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– E tenho que lembrar mais o seguinte: tomados esses depoimentos, o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator e a equipe técnica têm que desenvolver horas e horas de trabalho para fazer a seleção das declarações que dizem respeito às provas relacionadas com os documentos. De sorte que, se continuarmos com esse processo, vamos acumular apenas uma biblioteca de depoimentos e não teremos condições materiais de tempo para produzirmos alguma depuração.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Tem a palavra o Deputado Goldman.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Essa sugestão do Presidente é muito correta: abrem-se as inscrições às 9 horas e se encerram às 9h30. Quem se inscreveu vai falar, quem não se inscreveu não

vai falar mais. Para evitar que, durante o dia todo... O Deputado dorme até às 11 horas da manhã, chega e faz perguntas que já foram feitas. Entre 9h e 9h30, todos se inscrevem, e acabou.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Vamos conversar com o Presidente Amir Lando, para tentarmos chegar, Deputado Goldman, a uma proposta a ser colocada no início da próxima reunião.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – E pode-se dividir o tempo todo pelo número de inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Perfeito. Estabelece um tempo razoável e...

**O SR. (Orador não identificado)** – Só para aditar a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>: talvez 30 minutos após o início da reunião de oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Perfeito. Se as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares presentes me permitirem, encaminho essa idéia ao Presidente como uma proposta de todos os presentes. Trinta minutos após a abertura dos trabalhos, encerram-se as inscrições para a oitiva.

**O SR. (Orador não identificado)** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)  
– Perfeito? É uma proposta do grupo? Vou encaminhá-la ao Senador... Até porque a pessoa não acompanha todo o dia, chega aqui de noite e repete a pergunta que foi feita às 9h30 da manhã. Aí, nem o Deputado Roberto Jefferson vai agüentar. Há perguntas que já foram feitas nove vezes.

Concedo a palavra ao Deputado Gastão, pelo tempo regimental.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Deputado Roberto Jefferson, no início do depoimento, V. Ex<sup>a</sup> duvidou que houvesse no plenário desta Comissão um parlamentar que não tivesse conhecimento do “mensalão”. Lembrei-me de que, a convite do Ministro Walfrido dos Mares Guia, fui levado à presença de V. Ex<sup>a</sup> e recebi o honroso convite de ir para o PTB - eu e outros Deputados do Maranhão. Nem direta, nem indiretamente V. Ex<sup>a</sup> disse algo que não fosse prestigiar-me no partido, permitindo que eu desempenhasse bem aquilo que é a minha vida nesta Casa: a bandeira da educação.

Lembrei-me também, Deputado Roberto Jefferson, da síndrome da solidão do deputado nesta Casa. Fica ali no plenário; às vezes, assiste a uma novela no intervalo de uma votação nominal para outra; não tem acesso às grandes reuniões de liderança. Fiquei pensando que foi uma pequena minoria que colocou esta Casa toda nesta enorme e desgastante confusão política.

E fui ver V. Exª na Comissão de Ética. Qual é a lógica do Deputado Roberto Jefferson? O que está havendo? Fui lá ver V. Exª. Sentei, fiquei o tempo todo ouvindo-o e vi um Deputado Roberto Jefferson indignado com o “mensalão”, mas confessando, de maneira muito tranqüila, que havia recebido recursos para campanhas do PTB.

Lembro que, numa entrevista, V. Exª repete o seguinte diálogo. O Presidente Lula olha para V. Exª e diz: “Tudo bem, Roberto, com o PTB?” V. Exª diz: “Não, porque o Zé Dirceu não cumpre nada”. O que será que o Zé Dirceu não cumpriu?

E fiquei pensando numa outra frase de V. Exª: “Queriam colocar a Abin no Correio para dinamitar o meu quarteirão e me deixar isolado”. E fiquei pensando: na minha terra, a coisa mais importante que existe para um homem de princípios e a sua grande virtude é a sua lealdade nos acordos, e o pior defeito é a traição. Lá sentado, fiquei imaginando qual terá sido o pecado e a traição que fizeram ao Deputado Roberto Jefferson. Será que ele reagiu com o mensalão? Fiquei imaginando, Deputado Roberto Jefferson. Saí dali um pouco confuso e vou para o interior do Maranhão. E lá descubro que a classe política está dividida em duas: Roberto Jefferson e o resto. Nós, num profundo desgaste político, e V. Exª, recebendo da população o respeito. Não há julgamento de mérito sobre o que V. Exª diz ou deixa de dizer, mas é o reconhecimento de que V. Exª é um homem corajoso e de que, se não fosse V. Exª, o País não tomaria conhecimento do que está acontecendo.

Lembre-se, Deputado Roberto Jefferson, de que, neste País, a maioria da população é analfabeta. Aqueles que terminam o quarto ano do ensino fundamental muitas vezes olham uma televisão e não conseguem compreender, de forma clara, o que está sendo dito ali – o MEC tem estatística que comprova isso. Mas as pessoas percebem V. Exª, com diferencial em relação a todos nós. Na minha presença, V. Exª era elogiado, e minha ação parlamentar, colocada em dúvida.

Deputado Roberto Jefferson, a pergunta que faço é se a política tem de ser necessariamente assim. Para o Governo Lula, a corrupção não passaria de um golpe da direita para desestabilizar o Governo. E quero usar essa opinião que está do lado de V. Exª, para construirmos o dia seguinte, porque não é justo que a grande maioria dos Parlamentares desta Casa tenha de pagar um preço político enorme por coisas de que não participou, em que não teve participação, de nenhuma forma, até pela síndrome da solidão deste Plenário. Será que a política, Deputado Roberto Jefferson, é apenas um confronto entre o bem e o mal, dos homens justos contra os pecadores? Ou é uma

legítima disputa pelo poder? Eu acho que a política é uma legítima disputa pelo poder. Será que o jogo terá de ser necessariamente sujo e as questões de honestidade e corrupção não são um problema real, uma ficção, algo que não existe? V. Exª começou a falar na reforma política e parou. Eu lamentei. Temos de sair dessa crise, Deputado Roberto Jefferson, com uma lição bem aprendida. Talvez, se tivéssemos aprendido, quando afastamos o Presidente Collor ou fizemos a CPI do Orçamento, talvez esses fatos não estivessem ocorrendo agora.

Temos de criar instituições sólidas neste País; temos de permitir que a sociedade, de alguma forma, tenha controle sobre nossas ações. O País está precisando de regras claras, Deputado Roberto Jefferson; de sistemas judiciais que funcionem, que sejam confiáveis; de Parlamentares que respeitem seus mandatos; de empresários que paguem seus impostos e não fraudem seus produtos; e de funcionários que não roubem, nem se vendam. A preocupação da opinião pública, expressa por meio da imprensa e mesmo da pessoa mais marginalizada do meu Estado, que tem sempre uma piada – “Deputado, e o mensalão? Como está isso aí?” –, para um parlamentar que vive da opinião pública, que disputa e conquista voto de acordo com a opinião pública, essa é uma questão muito grave. A corrupção política, Deputado, não pode ser desqualificada como golpe ou manobra espúria para desestabilizar o Governo.

Gostaria, portanto, que V. Exª... Pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Tudo que V. Exª tem dito tem sido comprovado, para V. Exª ter a obrigação. Neste momento, V. Exª tem uma grande credibilidade, e não quero aqui entrar no mérito do porquê. A coragem é o que mais ouço. V. Exª também tem o dever de começar, junto com esta Casa, a construir uma saída para essa crise política que, como bem diz V. Exª, V. Exª provocou com as suas denúncias.

Eu não tenho pergunta a fazer, Deputado Roberto Jefferson, mas eu gostaria de ouvi-lo fazer algumas considerações sobre essas questões.

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) –**

Cumprimento V. Exª, sou amigo pessoal de V. Exª, luto por V. Exª, respeito e admiração – e, aliás, compartilho isso até com amigos comuns como o Ministro Walfrido Mares Guia, que é seu amigo e admirador. V. Exª é como um dos expoentes da Casa. V. Exª honra o Estado do Maranhão. Aliás, fala um Português escorreito, como é comum aos maranhenses fazê-lo. Onde se pratica, onde se fala o Português de maneira mais correta é no Estado de V. Exª, é no Estado do Maranhão. E eu quero dizer a V. Exª, Deputado Gastão Vieira: não me

agrada este papel de romper e de desestabilizar a Casa que me abrigou durante 23 anos da minha vida. V. Exª vai me perguntar se eu tenho orgulho de ser Deputado Federal, tenho; se me honra ser Parlamentar, me honra; se esta Casa tem virtudes, e muitas; tem defeitos, é da essência nossa, do ser humano.

O problema da classe política é que nós, para crescermos, fazemos da reputação alheia – já concluo, Sr. Presidente – escada para a nossa promoção social. Esta Casa vive, nos últimos anos, especialmente nos últimos quinze anos, uma escalada de denúncia e de ódio e de confronto pessoal, ninguém que cresça aqui escapa de ser atalhado. Não se faz política aqui num debate inteligente. Eu, por exemplo, posso ser adversário ideológico, político, do Deputado Paulo Pimenta, mas adorei ouvir dele a construção intelectual que fez, como achei sensacional a construção intelectual do Deputado Márcio e a que faz V. Exª agora. Acho que a gente tem que ser assim.

Mas, durante muitos anos, eu vi – não quero falar isso como que tivesse acusando o PT ou o PCdoB – a tribunalização das questões políticas. Nós demos aos juízes agora uma capacidade tão grande que eles instalam comissão de inquérito nesta Casa, porque tribunalizamos as questões que são nossas, demos a esses homens, que representam o Poder a partir do concurso público e não do voto do povo, a capacidade de meter o dedo aqui e querer gerenciar os nossos destinos.

Graças a Deus, ouvi um discurso de um Deputado do PCdoB da Bahia, que tentou me atalhar me fazendo acusações assim agressivas de corrupção. Ele é um homem do povo, é um operário, graças a Deus, e veio para cá pela vontade do povo. Se tivesse feito concurso para promotor, não ia passar ou para juiz, porque nem credenciais de formação acadêmica ele tem, mas representa o povo do Brasil.

O próprio Presidente Lula é um pobrezinho, um pobre retirante, que saiu lá do interior de Pernambuco e hoje chegou a ser o supremo mandatário do País. Ele não é um Ministro do Supremo, é o supremo mandatário do País, e chegou lá pela vontade do povo, pela escolha do povo que, na maioria, é como ele. Então, esta Casa tem se digladiado, tem se destorcido em acusações de ódio. Essa coisa que ouvi aqui na formação...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem. Estão fazendo uma reforma aqui, que não é nem a política nem a tributária, mas está incomodando muito. Eu pedira a V. Exª que adotasse as providências para fazer cessar e que, no descanso e não durante os trabalhos, se possa fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em homenagem a V. Exª, silenciemos a máquina. Está suportável agora? É suportável?

**O SR. (Orador não identificado)** – É porque a janela estava aberta.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, está forte.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou pedir à Secretaria da Mesa que tome as providências.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não há nem urgência nem relevância agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas há uma preliminar de mérito.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deputado Gastão Vieira, às vezes, eu paro e fico pensando: se fosse o contrário, se o Governo fosse Fernando Henrique e o Delúbio e o Marcos Valério fossem os operadores do PSDB, o que o PT estaria fazendo no Brasil agora? Quem planta ódio colhe ódio. Quem planta vento colhe vento. E o pior, o que eu percebo na raiz dessa crise é que o PT defraudou suas bandeiras. Era contra a política econômica liberal, a globalização. Adotou, de maneira até mais ortodoxa, o Palocci, do que o Malan no passado. Arrostando a bandeira da ética, da probidade, da moralidade pública. Denunciou ao paroxismo a compra de votos na reeleição. Fez a campanha mais escandalosa, a nível de dinheiro, que nós vimos na eleição passada, e fez isso tudo que nós estamos vendo aqui, de repasse de recursos de caixa dois para os Partidos que compõem a base. Até ele mesmo, porque na lista do Marcos Valério tem PT do Rio Grande do Sul, PT de São Paulo, PT do Rio de Janeiro, falo o PT Partido. Tudo de caixa dois. O próprio Presidente confessa que é uma prática normal no Brasil. Como se fosse uma coisa...Ele não podia ter feito isso. Nós temos de fazer...

Eu me recordo o que eu apanhei do PT, o que eu apanhei quando propus a reforma da Previdência. Fui designado relator dessa comissão, da primeira proposta. Eu saía de duas presidências da Comissão de Seguridade Social. Quando eu propus, eu apanhei. Eu falei: chega, eu não vou levar isso adiante. Quem é que vem comigo nessa briga? Ninguém vinha. Chega! Estou fora dessa relatoria. Me deixa. Eu preciso sobreviver politicamente. E vem aqui a prova: uma reforma da Previdência mais radical do que aquela que eu propunha há quinze anos, no passado.

Eu acho que nós é que temos de acertar nossas posições aqui. Vamos fazer oposição sem apagar pessoalmente as pessoas. Aqui eu divirjo da sua idéia, mas você não é corrupto porque espoca essa idéia diferente da minha. Porque o lobo é o lobo do homem.



Herman Hertz já escreveu: nós estamos nos devorando e oferecendo o nosso sangue à opinião pública nacional. É isso que está acontecendo, desgraçadamente. Democracia não é só sucessão social no poder; é sucessão econômica.

Eu já não vejo – eu estou dizendo isso aqui de coração – crime em a Novadata ser a empresa favorecida na Diretoria de Tecnologia dos Correios, porque tem qualidade para ser, pratica um bom preço e, no desempate, no critério subjetivo, é uma empresa ligada ao atual esquema de poder do País. A democracia também é sucessão de grupos econômicos. Pena que os bancos continuam. Desde a época do Collor que mandam, desde a época do Collor. Mandaram na época do Itamar, continuaram mandando nos dois anos do Governo Fernando Henrique e continuam mandando agora no Governo do Presidente Lula. Então, há vinte anos, no Brasil, mandam os bancos. Não há sucessão de poder econômico. Manda a Avenida Paulista, ora com a mão direita, ora com a mão esquerda. Quando se fala...

Eu conversei com o Senador Jorge Bornhausen dia 14 do mês passado e ele me disse que, em hipótese alguma, se pode avançar com um *impeachment* contra o Presidente Lula, que a área econômica está estabilizada, que não se libera uma emenda, não há transferência para Estado, há superávit, está indo tudo bem. O *impeachment* do Presidente Lula poderia colocar na cadeia o Vice-Presidente José Alencar, que é um capitão de indústria, nacionalista, não pode ser acusado de ser de esquerda, que ia romper com o Fundo, ia baixar a taxa de juros, geraria um milhão de novos empregos em um ano e se tornaria praticamente imbatível na eleição. Repristinaria e recuperaria a auto-estima do povo do Brasil, viria com o apoio dos militares, um sentimento nacional muito poderoso. O ideal era deixar o Lula sangrando até lá, que ele conversara com Fernando Henrique dez dias antes e era uma decisão de ambos. Então, essas coisas é o que a gente vê aqui. Essas coisas a gente vê, mas foi uma conversa dele comigo. Eu fui lá para saber qual era o pulso dele, o Presidente do PFL. Eu não vazaria essa informação à Imprensa, mas ele, no dia seguinte, foi almoçar no Jornal **O Globo** com João Roberto Marinho e contou parte da conversa que eu contei a ele e me autorizou a contar parte da conversa que ele conversou comigo.

Então eu vejo, Deputado Gastão Vieira, homem honrado, inteligente, culto que é, nós somos os responsáveis por isso e estamos aqui nos digladiando. Nós vamos ter a solução legal para a crise, a solução legal, mas ainda não fomos meter o dedo lá na ferida de onde está vindo a fonte, a geração da fonte de

corrupção que acabou sujando de lama o Congresso Nacional.

Entendo que tem sido fraca a atuação do Presidente do Senado, fraca a atuação do Presidente da Câmara. Eu esperava dele, numa sexta-feira que passou, um grande depoimento à Nação, mas de manhã cedo se reuniu com o Palocci e não fez o depoimento à tarde. Porque tem que devolver essa increpação de que aqui é que se acumulam os corruptos. Não é verdade! Tem muito corrupto do lado de lá. Muitos! E eles têm que ser apontados e investigados aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputado Roberto Jefferson, eu tinha uma viagem às nove horas e quarenta minutos para o meu Estado, o Acre, que V. Exª citou, que poderia ter acontecido um acordo – mas isso não leva ao caso. Eu queria fazer uma confissão aqui para os meus colegas Deputados e ao povo brasileiro.

Estou aqui nesta Casa, Sr. Presidente e Srs. parlamentares, graças a uma falha, no passado, de uma denúncia parecida como esta, de que haveria a compra de voto na época do Fernando Henrique Cardoso, da PEC da reeleição. E, naquele imbróglio que não foi apurado, caíram dois Deputados do meu Estado. Um, meu xará, porque meu nome é João Antonio Bronzeado. O outro era João Maia da Silva Filho, um grande amigo irmão do meu pai, do movimento sindical, da Contag, dos movimentos sindicais, um homem bom, amigo do seringueiro, do pequeno produtor, altamente humano e solidário. Fumava um cigarro de palha uma vez por ano na casa dos seus amigos seringueiros, inclusive na casa de meu pai, onde eu residia naquela época, filho de seringueiro morando na floresta. E nós éramos seguidores e o chamávamos de Dr. João Maia.

Eu, menino pobre, tive a oportunidade de estudar na cidade, fazer o ginásio, na década de 80, 82, depois da morte do Wilson Pinheiro, sindicalista que foi assassinado pelas costas por jagunços de fazendeiros. Apreendi a gostar, inclusive o senhor falou o nome de um grande narrador esportivo que eu ouvi várias vezes narrar o jogo do meu Vasco da Gama, quase no fim do poço, apanhando arroz no cacho lá nos roçados do Seringal São João, em Brasília.

O Deputado João Maia era o nosso ídolo na política. Eu vim para a cidade estudar, aprendi a lidar com a política partidária, porque meu pai era político do sindicalismo rural. E o tempo foi passando. João Maia, depois do sindicato, foi para a política, se elegeu Deputado Federal, depois se reelegeu. Veio 97, e aí surgiu a história que o grupo do Fernando Hen-

rique, liderado por Sérgio Motta, o ex-Governador do Acre Orleir Cameli e Amazonino Mendes, teria feito uma tropa para comprar voto de Deputado. E, antes que se apurasse, Deputados do meu Estado renunciavam ao mandato para não serem cassados. Eu era Vereador já na Cidade de Brasília, segundo mandato, menino pobre do meio rural, avalei que a minha região de pouco mais de trinta mil eleitores precisava de um representante, porque o João Maia tinha nos decepcionado. Continuamos tendo respeito pelo Dr. João Maia, e todo Estado do Acre ficou chocado com o episódio. O Jornalista Roberto Rodrigues foi quem apurou e saiu na imprensa nacional.

Idealizei a possibilidade de a nossa região ter um candidato a Deputado Federal e ingressei em 98, fui candidato, fiquei como segundo suplente pelo Partido dos Trabalhadores.

Em 2002, me candidatei novamente, e a minha candidatura foi impugnada por uma prestação de contas enquanto Presidente da Câmara da minha cidade, com falhas meramente administrativas, de caráter formal, não houve dolo. O TRE do Acre resolveu me impugnar e, faltando 90 dias para as eleições, fui absolvido por seis a zero no Supremo Tribunal Federal e me elegi, junto com a reeleição do Governador Jorge Viana. E eu falava aos meus amigos eleitores que eu entrei no melhor momento da política brasileira: o Acre se expandindo e, com uma política séria, combateu, com a ajuda do Governo Federal e desta Casa, o narcotráfico e o crime organizado. O Acre cresceu, e eu estava feliz da vida.

Depois veio a história do “mensalão”, de que eu nunca tinha ouvido falar, a não ser da PEC da reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique.

No seu depoimento, V. Exª disse que nunca tinha ouvido essa história de compra de voto nesta Casa. Precisamos adentrar nesta CPI, ilustre Deputado Roberto Jefferson, grande orador – acho que muitos Deputados aqui irão aprender muito com V. Exª, mesmo neste momento de sacrifício que V. Exª faz nesta Casa, eu sou um que estou aprendendo, estou respondendo a vários cidadãos e eleitores, principalmente na minha cidade, onde tive 49% dos votos válidos, sem gastar aquele um milhão que V. Exª falou que um Deputado precisa, talvez trinta e poucos mil contabilizados. E os oitenta mil não-contabilizados?

V. Exª, como um Deputado experiente, deve ter ouvido falar e deve ter tido dúvida quanto à compra de voto da reeleição do Sr. Fernando Henrique. Eu queria que V. Exª me desse um pouquinho de luz para que eu possa ser um Deputado atuante, mesmo como suplente desta Comissão, para que pudéssemos trazer a cura para estas duas Casas a partir da raiz da árvore.

Eu acho que esta Casa só vai contribuir para a Nação brasileira se investigarmos desde as concessões de rádio e televisão, que me parece que houve aqui insinuações de que, antes da era Fernando Henrique, havia troca, não de dinheiro, mas de concessões de rádio e televisão etc. Não estou me referindo àquele episódio de V. Exª, lá no Rio de Janeiro. Refiro-me a outras, inclusive envolvendo o meu Estado também, num passado bem distante. Então, eu queria a sua contribuição para que pudéssemos ter mais luz para investigar.

Eu, inclusive, gostaria de informar a esta Casa que a Bancada do Acre poderia contribuir mais um pouco, mas tivemos duas mortes: uma – uma morte morrida mesmo – do ex-Deputado Carlos Airton, que fez parte das gravações, inclusive envolvendo um tal de Sr. Xis. O outro, o nosso amigo Dr. João Maia, que não morreu fisicamente, mas está sem fala. Não consegue mais falar, fruto de uma cirurgia, parece-me, na garganta, que causou um derrame – não sei qual o nome clínico –, mas está impossibilitado de depor nesta Casa, a não ser que ele queira ser solidário com o povo brasileiro e possa fazer uma declaração por escrito, registrada em cartório. Inclusive, eu, como amigo, irmão, vou fazer uma visita ao meu amigo Dr. João Maia, ex-Deputado desta Casa, para que ele possa, com sua responsabilidade que hoje ele tem como pai, contribuir com esta Comissão.

E a história, Deputado Roberto Jefferson, é conhecida pelo povo brasileiro. Houve, sim, a compra de votos para a reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique. Houve renúncia de dois mandatos de Deputados Federais desta Casa. Esta eu acho que é a prova mais visível. Foi renúncia de dois Deputados que poderiam ter sido investigados pelo PSDB, pelo PFL, pelo PT, pelo PTB de V. Exª, e não houve investigação. Eu acho que esse mal era menor, hoje ele é maior.

Eu acredito em parte na denúncia de V. Exª, de que havia, sim, o mensalão, que V. Exª admitiu ter pego para cobrir gastos de campanha do seu Partido. A mesma compreensão eu tenho do PP, do PL, quando eles iam ao nosso Partido, ao Delúbio, que eu pedi a sua expulsão antes da maioria dos meus colegas Deputados do PT, do Silvinho, do Genoino. Inclusive não tenho nenhuma simpatia, mas respeito e não gostaria de fazer juízo do ex-Deputado Genoino pela sua história brilhante, a sua militância, etc. Mas eu não tinha simpatia internamente.

Mas o que eu gostaria aqui de dizer – só para concluir, Sr. Presidente – é que está havendo dois pesos e duas medidas. Por que para os outros Partidos, o PL e o PP, era mensalão, e o PTB recebia dinheiro

para cobrir gastos com campanha? Essa pergunta, me parece, já foi feita pela Deputada...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foi feita essa pergunta e já está registrada em Ata.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Mas eu gostaria, para encerrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...de modo que pode ser dispensada a resposta do depoente.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria fazer essa minha observação, ilustre e competente, Deputado Roberto Jefferson,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre e ilustre Deputado Zico Bronzeado, V.Exª fez um discurso longo e emocionante. Eu acho que se V.Exª parar aqui nós vamos levar a emoção.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, é verdade, eu estou sendo sincero.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Como vizinho de V.Exª,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Claro.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – ...eu vou atender a sua solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor que vem lá das estradas tortuosas...

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...da seringa, evidentemente. O homem que vive na floresta tendo por abóbada...

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – V.Exª conhece o meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito bem.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Foi do Incra, na época, do (*inaudível*) Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O homem espalhado na floresta como as estrelas perdidas no céu.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado. Eu agradeço a V.Exª

Entendo que o depoente não tem nada a acrescentar porque a pergunta feita já foi respondida diversas vezes.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria só que ele me desse uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foi...

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Não, sobre Fernando Henrique, sobre a compra de votos da PEC da Reeleição, a renúncia de dois Deputados do meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Bem, V.Exª...

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Deixe-me dizer uma coisa a V.Exª. O esposo da ex-Deputada Célia Mendes fez uma gravação adulterada. Eu me recordo do laudo da Unicamp. Era toda montada a fita. Alguns Deputados não resistem à pressão de opinião. Não é fácil estar contra a onda de opinião, Deputado Bronzeado. Não é fácil! Poucos Deputados aqui resistem. É muito mais fácil aderir. Quem pauta, normalmente, a conduta parlamentar é a manchete do jornal. Não é fácil para a gente enfrentar a onda de opinião publicada. Porque se a gente consultar, agora, na Internet, a opinião pública, a gente tem bem essa aferição. Os veículos de comunicação, a mídia, dão uma coisa em relação a uma opinião que é deles e que os que acham que podem construir a mídia a partir daqui publicam. E a gente vai no meio eletrônico o povo pensa completamente diferente e não dá nem bola para esses grandes intelectuais da mídia que acham que têm a interpretação da vontade soberana do povo.

Aliás, sabe uma coisa que eu sonho, Deputado Fleury? Em nomearmos todos os jornalistas Senadores e Deputados e deixarmos eles tomarem conta do Brasil por um tempo. Isso ia ser uma perfeição! Não ia ter erro. Imagine esta Casa presidida pelo William Bonner! Ia ser uma perfeição. Não ia haver um erro nesta Casa. Eu acho que a nossa classe tem medo de jornalista. Quando vê jornalista, suja o sapato. Nossa Casa está acororada diante da imprensa. Sempre esteve, não é de hoje. Se a mídia diz “vamos cassar o Ibsen Pinheiro”, “porque o Lula é um vagabundo”... Aquele jornalista que confessa que descobriu mil e publicou um milhão, com autorização da edição da revista, vagabundo, destróçou a honra de um homem daquela maneira e se regozija depois dando uma entrevista dizendo que o instinto dele destróçou a reputação de um homem de bem. Esta Casa acororou-se e fez a vontade que a mídia nos impôs.

Meu avô, que era um homem muito simples, um libanês, vovô Ibrahim, a gente o chamava de (*inaudível*), dizia: “Meu neto...” – naquela época, lá em (*inaudível*), ele lia um jornal chamado **Correio da Manhã**, da Guiomar (*inaudível*) – “...desconfie sempre dessas manchetes escandalosas, porque jornal vive de dinheiro.” Toda manchete escandalosa encobre um interesse

mais escandaloso ainda. Quando bate forte assim é para acertar, para tomar do Governo.

Mas nossa Casa não tem coragem de enfrentar isso. Eu fui à tribuna defender Deputados do Acre, para impedir que eles fossem cassados por causa dessa denúncia. Eles eram pessoas inocentes. Essa denúncia tentou desmoralizar o povo do Acre, terra do Senador Oscar Passos, que presidiu com muita dignidade o velho MDB. Na Praça da Liberdade, na cidade de Petrópolis, tem um busto de Plácido de Castro, que quis construir no Acre um novo país. Ele incorporou o Acre ao Brasil. Na Praça de Petrópolis, no centenário de sua morte, foi colocado um busto de Plácido de Castro, como herói do Brasil, na minha cidade. Tenho amigos do Acre: João Batista Barbosa Leite, João (*inaudível*) Cunha e Silva, amigos, trabalharam comigo na Kibon, quando eu era supervisor de vendas e depois supervisor de pessoal. É um grande Estado, forjador de homens de muita têmpora.

Eu quero dizer a V. Exª, Deputado Bronzeado, que há uma diferença no PTB sim: meu Partido não alugou Deputados. A minha Bancada não votou como uma bancada mercenária. Eu não permiti que o PTB virasse uma legenda de aluguel. Quero fazer uma ressalva aqui. De vez em quando a gente faz uma generalização e erra. Quero pedir desculpas aqui ao Presidente do Prona. Quando eu falo que todos aqui receberam caixa dois, eu tenho que deixar o Prona de fora. O Prona teve aquela votação enorme, elegeu seis deputados federais no voto proporcional em São Paulo, a partir do prestígio do Deputado Enéas. Não houve realmente nenhum financiamento espúrio de caixa dois. Eu quero fazer este registro aqui, porque, além do P-SOL, V. Exª é tão virgem quanto o Partido da Senadora Heloisa Helena.

Agradeço a V. Exª a oportunidade que me dá de falar, por seu intermédio, para aquele povo valente e aos amigos que tenho em seu Estado do Acre.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, na seqüência, ao Deputado José Divino, PMDB, Rio de Janeiro.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, nobre Relator Deputado Ibraim Abi-Ackel, companheiros desta Comissão, Deputado Roberto Jefferson, do meu Estado do Rio de Janeiro, não sei se o Deputado Roberto Jefferson tem noção do grau de repercussão do que vem acontecendo no Congresso Nacional. Quero dizer a ele que tenho uma filha de 13 anos, estudante, e um garoto de 16, e que todo dia, quando chego em casa, eles me falam: “pai, quero informação da CPI, qual é a nova da CPI, porque a escola tem colocado até como tema, no dia-a-dia, o que acontece no Congresso Nacional.” Então, quero

dizer que V. Exª está dando uma contribuição ao País, a essa geração que está aí, talvez maior do que nós hoje temos conhecimento e grau de avaliação.

Fui deputado estadual pelo Rio de Janeiro e vi o PT fazendo aquela pirotecnia, tanto no Congresso quanto na Assembléia no Rio. Confesso que votei no Presidente Lula, como boa parte dos brasileiros; sou de Campos, terra do Sr. Garotinho. Quero deixar claro que não comungo dos ideais dele e até protocolei nesta Comissão requerimento para que também ele seja convocado para vir a esta Comissão e, fruto desse requerimento, hoje recebi um telegrama no meu gabinete sendo expulso do PMDB, estou sendo expulso. Está aqui, recebi hoje, tive de me ausentar da Comissão à tarde porque o Sr. Garotinho mandou me expulsar do PMDB. Quero registrar isso para o Brasil. Tenho vinte anos no MDB, sou de 1985. O Garotinho entrou há um ano e se acha dono do Partido. Fiz um requerimento porque o meu Partido, no Estado, elegeu seis deputados. Estranhamente, hoje, tem 16, o que nunca houve na história do Rio de Janeiro. E fez isso, esse aumento, esse inchaço de deputados no Partido, para ganhar a liderança na força, tentando destituir o Borba da liderança, que foi colega de V. Exª na liderança. Nunca quis acompanhar o Garotinho na votação para destituir o Borba, sempre votei com o líder Borba, e hoje pago o preço, junto com o Deputado Josias Quintal e Vieira Reis, pela expulsão sem direito a defesa.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PDT – RJ) – Isso no Diretório do Estado?

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – No Diretório do Estado. Está aqui. Quero ler para V. Exas. “Através do presente, atendendo a dispositivos estatutários, comunicamos que a Comissão de Ética e Disciplina do Diretório Estadual do PMDB, Rio, manifestou-se pela aplicação imediata de plena expulsão dos quadros do Partido dos Srs. Deputados José Divino, Josias Quintal e Vieira Reis”. Data de hoje. Mas quero dizer que isso não vai me intimidar e amanhã estarei entrando com recurso na Nacional, com efeito suspensivo, buscando as vias da Justiça. E vou pedir também a expulsão do Sr. Garotinho porque o PMDB deu uma contribuição ao País em favor da democracia e não podemos aceitar ditador de plantão no Partido.

V. Exª hoje está dando ao País, a partir do momento das denúncias, uma contribuição muito grande, já que o nosso País está numa democracia em construção. Não é perfeita, porque tem muita coisa ainda neste País que tem de ser melhorada, modificada, e um dos itens, na minha visão, dá ao povo o direito do voto facultativo, que ainda é impositivo, como se o povo não tivesse consciência. Já que o povo tem de votar, por que não dar o direito ao povo, que paga os tributos,

de forma opcional, votar ou não? E a contribuição mais importante que V. Exª dá, mediante esses fatos revelados até então, que vêm sendo comprovados – é bom que se mantenha essa afirmação –, é que o sistema político, a legislação vigente está falida, o que prova que os Partidos há anos vêm praticando atos que não são o real da prestação de contas.

Quero dizer que tenho convicção, apesar de toda a dor que todo mundo sente, até de companheiros envolvidos, pessoas do relacionamento, da amizade, ninguém aqui se alegra com o que está acontecendo... Mas o País vai ganhar com toda essa dor, porque, se o sistema que está em curso fosse mantido, correríamos o risco de, no futuro, termos no Brasil um retrocesso democrático, de ser uma Albânia, de ser uma Cuba, de ser uma China. Isso seria muito ruim para o nosso País, que já viveu uma experiência dura da ditadura militar, que cassou e cerceou a liberdade de expressão, a constituição política. E eu nasci em 1964, ano em que o povo deste País perdeu a liberdade de expressão. Não podemos correr o risco de um retrocesso. Então a maior contribuição que V. Exª está dando talvez seja a de impedir que o País pudesse, num futuro bem próximo, ter um retrocesso político, a implantação de um regime de ditadura, já que vem sendo constituída, pelas revelações, corrupção muito acentuada, que poderia favorecer a eleição, no Congresso Nacional, no próximo pleito, de uma maioria absoluta que poderia realmente ser nociva ao País.

Preocupa-me hoje estarmos às portas de uma nova eleição. E hoje a sociedade olha esta Casa como se todo mundo fosse joio. Não há separação entre trigo e joio. V. Exª, que é um advogado brilhante, sabe que há 2.000 anos a sociedade, o povo foi insuflado entre o Cristo e o Barrabás e ficou com Barrabás. Então, há um risco. Por isso, defendo e tenho ido à tribuna. Sou favorável inclusive a um projeto do Feú Rosa que tramita nesta Casa para que haja coincidência de mandato, porque eu acho que o País não estaria preparado hoje para uma eleição, porque cometeria até injustiça, colocaria todo mundo numa situação que não é justa. Entendo que uma minoria nesta Casa cometeu os deslizos, e esta Comissão, pelas pessoas que estão aqui na Mesa, pela figura do Presidente, Senador Amir Lando, do Relator, Ibrahim Abi-Ackel, que já deu importante contribuição ao País quando exerceu função no Ministério da Justiça, como Parlamentar da Comissão de Justiça, tenho acompanhado como colega de Comissão, tenho certeza de que o trabalho será isento, transparente e será uma contribuição muito importante para o País.

Eu espero e o País espera que esta Casa tenha maturidade política e que tenhamos a coragem de co-

locar para a sociedade que no ano que vem é muito temerária uma eleição, porque vai colocar todo mundo na mesma situação, e a mídia não vai estar esclarecendo, dizendo que fulano não está envolvido. Hoje as pessoas têm vergonha de andar com *botom* de deputado. Eu corro, dia sim, dia não, dez quilômetros no Parque da Cidade, e o assunto das pessoas ao caminhar ou ao correr é “mensalão”. Na escola, no bar, na pizzeria, no *shopping*, em qualquer ambiente deste País, hoje, de norte a sul, de leste a oeste, é “mensalão”. Hoje, se houvesse uma Copa do Mundo, ela seria abafada pelo assunto que está nesta Casa: “mensalão”.

Quero aqui fazer algumas perguntas a V. Sª porque houve uma generalização, no meu entendimento, no início. Por que os Deputados do PSDB e do PFL, que também poderiam ser acusados de ter recebido vantagem por ter votado favoravelmente às reformas previdenciária e tributária, às PPs, à lei dos transgênicos e de células-tronco, já que V. Exª diz que todos os que aprovam as matérias do Governo...

Houve também acordo em que a Oposição, em muitas matérias, contribuiu com a sua aprovação. Então, ficariam sob suspeição também até deputados que em certos momentos aprovaram essas reformas. Se tivesse havido “mensalão”, por que razão o Governo não o utilizou para aprovar a PEC da reeleição do Presidente João Paulo e do Presidente Sarney? Seria importante para ele. Quer dizer que eu votei contra a reeleição. Fiz até questão de ir ao Senador Renan e dizer: olha, pode contar com o meu voto, porque eu não vou votar favoravelmente à reeleição.

Por que não utilizou também esse instrumento para eleger o Luiz Eduardo Greenhalgh, perdendo a eleição para o Presidente Severino Cavalcanti? Essa é uma questão que me intriga, e eu gostaria de ter a resposta de V. Sª. O Governo poderia ter se utilizado desses mecanismos de “mensalão” tanto para ter na PEC os 308 votos para manter o Presidente João Paulo Cunha, que seria interessante para ele, porque a Casa, nesse período todo, tem demonstrado ser um apêndice do Executivo, não vota matéria dos Parlamentares. Eu tenho matérias aprovadas nas Comissões que não são votadas em plenário. V. Exª tem, todos os deputados praticamente têm. E por que não utilizou desse mecanismo para João Paulo ser reeleito ou Greenhalgh ser eleito Presidente da Câmara?

Era o que tinha a perguntar.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** – Isso foi uma briga intestina do PT que paralisou a Casa. O PT de São Paulo é uma briga de foice no escuro. Quem viabilizou a reeleição foi o Senador Mercadante. Quem mais trabalhou contra ela fui eu.

Isso não foi uma decisão de ninguém, foi uma luta interna do PT para não permitir a recondução do João Paulo, que poderia ameaçar uma candidatura dele a Governador do Estado de São Paulo. Isso aqui é notório na Casa. No PT de São Paulo o pau quebra.

E quero dizer a V. Exª que se generalizei peço desculpas. Não quero generalizar. Jamais falei no PMDB – acho que nunca falei. Conversei com o Temer sobre essa história de “mensalão” lá atrás, e é um homem vertical, um homem honrado. Ele lutou muito e impediu que essa doença chegasse ao PMDB.

O Líder Borba é um simplório, foi meu colega de PTB. Não creio na desonestidade dele. Borba é um simplório. Acho que ele não estava à altura de ser o Líder do PMDB, porque é um simplório, mas não creio que ele seja um desonesto. V. Exª entende isso que estou falando? E eu nunca generalizei, nunca falei no PMDB, nunca tive nenhuma informação que pudesse haver mensalão no PMDB. E acho que deixei isso muito claro o tempo todo em que fui inquirido na CPMI dos Correios, na Comissão de Ética. Sempre disse isso. Perguntaram-me sobre o PMDB e eu disse: tinha um presidente em pé na porta e isso não aconteceu lá. Então, não generalizei. E se V. Exª se sentiu, em algum momento, atingido por minhas palavras, meu companheiro Divino, Deputado Federal lá do meu Estado, peço desculpas a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Deputado Roberto Jefferson, temos uma história comum, nesta Casa, de muitos mandatos. Muitas vezes tivemos posições semelhantes, muitas vezes posições opostas, sempre muito respeitadas. E, ao lado de eu ter discordâncias importantes com V. Exª, em vários momentos, sempre reconheci algumas virtudes em V. Exª, uma delas é a coragem que está demonstrando hoje, outra, a lealdade.

V. Exª foi leal ao Presidente Collor até o último momento e parece que será leal ao Presidente Lula até o último momento. Isso é uma virtude, ainda que eu entenda que nesse papel que V. Exª está exercendo agora, que é bem diferente, V. Exª deu um passo decisivo na vida de qualquer pessoa, muito mais na vida de um ente político. E esse passo que V. Exª deu agora pode resultar numa grande mudança neste País. Se não resultar, o País todo será frustrado e nós estaremos frustrados, sem dúvida.

Então, se puser no balanço, acredito que V. Exª terá na sua história certamente um crédito bem maior. Mas ainda diria que, depois desses dois anos e meio em que V. Exª deu respaldo ao Presidente Lula e ao

Governo Lula, não consigo compreender como é que V. Exª pode considerar o Presidente Lula, como o chamou, um estadista. O Presidente Lula, em todo esse período de governo, em vários pronunciamentos, mostrou que não tem a dimensão e a responsabilidade do cargo que exerce.

Ainda anteontem, aquela declaração dele, dois ou três comícios por dia, e é isso que dá! Um estadista não faz isso. E no último ou no penúltimo comício: “Com ódio ou sem ódio, eles vão ter que me engolir!” Isso não é declaração de estadista. Não é declaração de um Presidente da República. Não é declaração de um homem que respeita o povo, inclusive aqueles que não gostam dele. O Presidente estadista tem que respeitar aqueles que não o admiram. Porque não há nenhuma virtude em respeitar os que o admiram. O estadista respeita aqueles que não o admiram; respeita aqueles que o odeiam. E Sua Excelência não gosta disso, não admite esse fato.

Eu não lembro de declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso nesse sentido, nesse grau, em momentos tão graves em que o PT colocou gente na rua, o “Fora FHC!”, com todos os movimentos políticos que fez.

Sua Excelência freqüentemente fala das elites como se as elites estivessem contra ele, enganando o povo. As elites estão com ele, as grandes elites econômicas, o setor financeiro. Os mercados estão aí crescendo. Os mercados continuam subindo. A Bolsa continua crescendo com toda essa crise política. O dólar continua caindo. A queda do dólar significa mais dificuldade para os exportadores, produtores exportadores, homens da produção. Essas elites, principais elites deste País, sempre foram as elites, continuam, estão apoiando o Governo Lula.

Não é um estadista aquele que vê uma placa, como V. Exª citou, em Minas Gerais, “Luz para Todos!”, fica bravo com o Diretor de Furnas porque aquela placa não tinha uma expressão clara de que era Governo Federal e diz a V. Exª: “Manda tirar esse negócio. Manda tirar essa sujeira daí.” Isso é um estadista? Esse é um estadista?

Eu me lembro de andar e ver placas em todos os governos anteriores, com dinheiro do Governo Federal. Não tinha sinal nenhum de que o Governo Federal estava colocando dinheiro lá. Os Governos Estaduais fazem isso genericamente; não foi só o Governo de Minas que fez naquela época.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – É verdade.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – O nosso regime não é um regime em que você tenha um chefe de Estado e um chefe de governo. É um só; o che-

fe de Estado é o chefe de governo. O Presidente Lula não é o Chefe de Estado porque não tem a dimensão. E o Presidente Lula, como Chefe de Governo, se deu extremamente mal. O resultado está aí. Isso que nós estamos vendo agora é incapacidade de gerenciar politicamente o País e é incapacidade de fazer as indicações para os cargos de pessoas ilibadas, acima de qualquer suspeita, e até de reconhecer, a cada momento em que existe algum problema grave em algum órgão, e demiti-lo imediatamente, retirá-lo imediatamente. Não tem amigo nessa hora. Não tem companheiro nessa hora. Não tem compadre nessa hora. Se escorregou, se cometeu erro, vai para rua na hora. Não tem que pensar para o dia seguinte não, porque o que está lá é o interesse do País. Não é o interesse do compadrio não, é o interesse do País.

Naquele caso da Portugal Telecom, dá para imaginar por acaso que o Embaixador brasileiro em Portugal não soubesse que um homem esteve com o Ministro de Obras de Portugal como se fosse um representante, como se fosse um consultor do Presidente da República do Brasil para negociações que ninguém sabe por quê? O Embaixador brasileiro lá não soube disso? Claro que soube. E se soube disso comunicou ao Itamaraty. Ou não comunicou ao Ministro Celso Amorim? E o Ministro Celso Amorim não comunicou ao Presidente da República isso!? Não comunicou ao Presidente da República! Ou seja, ninguém comunicou ao Presidente da República tudo aquilo que aconteceu? O Ministro Ciro Gomes, o Ministro Celso Amorim, o Ministro Miro Teixeira, ninguém comunicou nada a ele? Eu diria que se ele não sabia de nada é mais grave. Se ele sabia de alguma coisa é grave. Se ele não sabia de nada do que se passava é mais grave. Um Presidente da República que é Chefe de Governo e é Chefe de Estado não pode, não é possível, não existe essa hipótese porque isto é responsabilidade que ele deixou de exercer, qual seja a de acompanhar o que acontece no País. Esta é a realidade. E o Presidente, também, tem alguns problemas graves de caráter. Eu vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>: como é que ele vem à televisão dizer que ele apóia todas as CPIs. Não é verdade. É cinismo, porque, antes da instalação desta CPI, mobilizou todo o seu Ministério, todo o seu poderio para retirar das 70 assinaturas das 90 que tínhamos a mais – algo como eu nunca vi neste País. Retirou. Imagine V. Ex<sup>a</sup>, que conhece esta Casa: retirar 70 assinaturas. Eu nunca tinha visto isto. Nunca imaginei que chegasse a isto. Nós tínhamos 90 a mais. Não deu para obstruir, não deu para impedir. Depois, tentou impedir na Comissão de Constituição e Justiça. Mudou os membros da Comissão da CCJ. O Deputado Ivan Ranzolin que se encontrava aqui, agora, há pouco, foi substituído naquela hora porque

não queria estar aqui. Foi substituído pelos Partidos da base. Aqueles que não queriam votar ou que achavam que a CPI deveria ser instalada, foram retirados, foram penalizados. Depois, tentou-se, de todas as formas, evitar, propriamente, a instalação da própria CPI. A CPI – aquela do Waldomiro – só foi instalada agora, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal. E o Presidente vem dizer que favorável às CPIs. Que é a favor das investigações. Ele obstruiu investigações, e se fossemos um País sério – felizmente, ainda, queremos ser – ele teria a penalização, como teve o Presidente Nixon, que obstruiu uma investigação de uma escuta telefônica no Partido Democrata. O Presidente Lula tentou obstruir a investigação que nós estamos fazendo aqui, em que está se desvendando a maior história de corrupção que já houve no Brasil. E Sua Excelência, inclusive, na declaração que deu a um jornal português, faz uma comparação entre o episódio de agora e o próprio episódio do período Collor.

Para encerrar – antes que o Presidente me chame a atenção, já que o meu tempo já se encerrou, eu mesmo me polício – quero dizer que se precisar chegar ao impedimento do Presidente Lula, nós chegaremos. Esse negócio que existiu – que o Bornhausen lhe disse – do acordo Bornhausen e FHC, não sei o que o FHC disse lá. Mas, em nome do Partido, como Líder do Partido nesta Casa, posso lhe dizer que não existe nenhum tipo de acordo para qualquer coisa deste tipo. Não. Se não houver elementos, evidentemente, o impedimento do Presidente não se vai fazer. Se houver elementos para o impedimento do Presidente, sim, devemos fazê-lo e, mais ainda, não cabe apenas a nós, depende da sociedade brasileira. O impedimento de um Presidente não é apenas o Congresso que o faz. Não é uma reunião de Deputados e Senadores, com votação – se faz alguma votação – não. É preciso que a sociedade deseje que seja feita desta forma. Se a sociedade desejar, assim será feito.

Obrigado. Parabéns. V. Ex<sup>a</sup> cumpre, agora, um grande papel na sua nova etapa da vida.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Obrigado V. Ex<sup>a</sup>, que nos brinda com suas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado João Fontes.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela TV Senado, Deputado Roberto Jefferson, eu já tive a oportunidade de, no Conselho de Ética, na sua primeira fala, de inquiri-lo e quero aproveitar o momento – eu vim do PT e V. Ex<sup>a</sup> conhece bem a nossa história – e sei como funciona, dentro do Partido dos Trabalhadores, todo o processo de enquadramento na cúpula petista, principalmente

no chamado campo majoritário, e tenho plena certeza que V. Exª fala com verdade, quando acusa o Ministro José Dirceu de ser artífice desse processo, porque quem acompanhou a vida do PT, nada no PT era feito sem a participação do Ministro José Dirceu. Não seria o Sílvio Pereira, não seria o Delúbio Soares artífices de um projeto, até porque eles não têm nem capacidade para isso. Isso faz parte de um enquadramento e de uma “stalinização” dentro do Partido dos Trabalhadores, que tem muita gente honrada no Partido que hoje sofre com a contaminação da cúpula do PT e que não tem nenhuma culpa, a grande maioria dos componentes do Partido dos Trabalhadores. Mas, acho V. Exª que não fala com a verdade quando – não sei quais são suas razões – quer isentar desse processo o Presidente da República.

Deputado Roberto Jefferson, eu acompanhei – é meu primeiro mandato – desde os primeiros momentos na Comissão de Constituição e Justiça, depois na Bancada do PT, que todo o processo de votação, ainda nas comissões, o Presidente da República acompanhava. O Presidente da República fazia reuniões altas horas da noite com a cúpula do Partido e com os seus Líderes dentro do Congresso para decidir, inclusive, o afastamento dos Deputados que não votavam com o Governo.

Eu tenho aqui presente o depoimento do Deputado José Eduardo Cardozo, do PT, que participou de uma dessas reuniões e lá propôs ao Presidente Lula que eu não fosse posto pra fora da Comissão de Constituição e Justiça, e nessa reunião o Ministro José Dirceu, com uma caderneta, disse: “Esse não tem jeito porque não volta atrás, não vota com a gente”. De todas as reuniões o Presidente Lula participava. O Presidente Lula sempre foi muito bem informado pelo Ministro José Dirceu, que nisso ele é correto: ele tem disciplina, ele é general, ele cumpre ordens e disse ao País que não fazia nada sem que o Presidente da República soubesse, que pelo Presidente Lula tinha uma lealdade canina e isso eu posso asseverar que é pura verdade. O ex-Ministro José Dirceu, afastado a pedido de V. Exª, afastado por essas denúncias de corrupção, não fazia nada sem que o Presidente Lula soubesse. Agora, V. Exª também, no meu entendimento, procura cobrir, procura proteger os Deputados do seu Partido. O seu Partido chegou a essa Casa – parece-me que... quantos Deputados?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Vinte e seis.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Vinte e seis. De repente, esse Partido cresceu de uma forma assustadora. E um partido político com a procedência desta Casa, normalmente, em praticamente três ve-

zes, sem ter outras razões que nós desconhecemos, mas que a história do PTB – que não é uma história muito honrada, com a devida vênia, porque sempre votou com o Governo, foi um Partido que nasceu de um pensamento do Golbery para impedir que o Brizola chegasse ao poder... Partidos como o PL não iriam também triplicar sem ter as suas reais razões, nem o PP, que são Partidos que, historicamente, muda o Governo e continuam no governo. Se amanhã for o PSTU no governo, for o José Maria, estarão ao lado do Governo. Então eu não conheço... eu queria que V. Exª pudesse dar uma contribuição grande ao País: quais são as reais razões da decisão de V. Exª ao poupar o Presidente Lula neste momento, até porque concordo com a avaliação de Bornhausen e do Fernando Henrique de que eles não querem a derrubada do Lula em hipótese nenhuma, nem vai ter *impeachment* em momento nenhum, porque o PSDB e o PFL, que são hoje, com o PT, farinhas do mesmo... muito parecidos, o projeto político muito parecido, não existe diferença entre as denúncias do Governo Fernando Henrique e as do Governo Lula, apenas mudaram os atores, mas o circo continua o mesmo.

Eu queria, Sr. Presidente, já que o meu tempo foi reduzido...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, quantos minutos nós temos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os não-membros, conforme foi decidido no início, cinco minutos e eles já foram esgotados.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Inclusive, eu estou também como Líder do PDT e queria só aproveitar para aquilo que o Deputado Roberto Jefferson... A gente é prejudicado com o tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, o tempo de V. Exª é dez minutos. Como Líder, não-membro, eu vou recuperar aqui mais três minutos.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Exato. Então, eu queria, Deputado Roberto Jefferson, saber – já que no passado eu cheguei a esta Casa com a cultura do PT de muitos anos – por que o Partido dos Trabalhadores foi se socorrer, para ter maioria, do Partido de V. Exª, do Partido de Maluf, o PP, com o Partido do Valdemar, aquele farrista, que V. Exª gosta de decantar; um homem que gastava US\$500 mil numa banca de jogo, com o Bispo Rodrigues, que me parece de Bispo só tinha a medalha de cada obra, até um terço. Aliás eu disse até na reforma da Previdência. Ao dizer aquilo, eu não sabia que a maldição vinha tão rapidamente, porque eu disse ao Bispo Rodrigues: Olhe, Bispo, está aqui, Isaías 10, “Maldito aqueles que mexem no direito dos velhos, no direito dos órfãos.” E



a maldição veio correndo. Naquela época, queria tirar muita onda comigo. Está aí agora, vai ser cassado, porque eu não conheço uma denúncia de corrupção nos últimos tempos deste País que o diabo do Bispo Rodrigues não esteja no meio. É Loterj, é “mensalão”, é Carlinhos Cachoeira.

Eu perguntei a ele: o que é que há com V. Ex<sup>a</sup> que toda denúncia o senhor está no meio? Ele disse: “Não, é porque eu ando muito pelo País fico muito exposto.” Eu digo, realmente.

A mesma coisa, agora, o Valdemar, essa turma que a gente já sabe, a gente já sabia. Ora, um ano e meio atrás o jornalista Fernando Rodrigues, da **Folha de S. Paulo**, foi quem primeiro me falou de “mensalão” nesta Casa e pediu-me até para que eu gravasse uma conversa de Deputado, e eu não topei, e que fosse à Casa Civil que lá estava a distribuição dos bilhetes de quem Marcos Valério. Eu não conhecia Marcos Valério, naquela época ninguém sabia quem era esse carequinho oculto que apareceu aí, parece que encarnado no espírito do PC Farias piorado, porque eles até se parecem. Mas a realidade é que a gente já sabia que essas votações, reduzir salário mínimo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – ...de R\$275,00 para R\$260,00 é claro que tinha mutretagem por debaixo do pano.

Então, seria importante que V. Ex<sup>a</sup>, que até se recuperou... Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> saiu já do inferno, está passando pelo purgatório, porque V. Ex<sup>a</sup> gosta de dizer sempre que não é também um santo. Eu não quero fazer juízo de valores a respeito de pessoa. Eu respeito muito as pessoas. Eu acho que a gente tem que odiar, separar o pecado e respeitar o pecador. E também não quero me arvorar como paladino da moralidade, mas posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não fui eleito com um milhão de reais, como V. Ex<sup>a</sup> disse que cada Deputado recebeu aqui. Aliás, no meu Estado, eu não sei se teve um Deputado que gastasse um milhão de reais. Mas, nós que viemos de uma cultura diferente do PT, nós não gastávamos 10% do que V. Ex<sup>a</sup> disse aqui. Pode ser que no grupo que V. Ex<sup>a</sup> frequenta, na estrutura do PP, na estrutura do PTB, esses Partidos que têm mais empresários, gastem isso, mas o Partido do Trabalhador... A não ser aqueles que agora estão aí, com exceção do Professor Luizinho, que me parece que dá um atestado de que realmente os professores ganham mal neste País, que o salário foi do tamanho dele, parece R\$20 mil.

Mas eu queria que V. Ex<sup>a</sup> colocasse por que tenta proteger o Presidente da República. V. Ex<sup>a</sup> é cruel com Zé Dirceu, com razão, porque não existe PT sem Lula, não existe PT sem Zé Dirceu. Eu queria enten-

der quais são as razões para que poupe o Presidente da República e poupe os Deputados de seu Partido, porque, Deputado, será que foi ideologia? Será que foi a contaminação? O que é que aconteceu que o seu Partido, que triplicou e não recebeu o “mensalão”? O que foi que aconteceu?

Eu queria deixar essas duas perguntas: Lula e o PTB.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> articula bem as palavras, é bom no português, mas é ruim de matemática. Foi reprovado.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Com essa matemática, eu sou péssimo.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – De 26 para 50, não tem triplicado. Não dá o dobro.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – RJ) – Mas alguns Partidos triplicaram.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Sim, mas V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao meu. Então, eu vou responder pelo meu. V. Ex erra na conta.

Eu não posso acusar um homem como o Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> tem essa dedução de dentro, porque foi do PT, mas, na minha convivência, eu não vi isso. Eu não tratei nenhum assunto com o Presidente Lula que pudesse comprometê-lo. A análise se é estadista, se ele tem ódio ou se não tem ódio, não me permite chegar aqui e tentar atingi-lo na honorabilidade pessoal. Digo de coração a V. Ex<sup>a</sup> que foi uma experiência nova ao País. Esse povo elegeu um igual a si. O Presidente Lula é um retirante nordestino. Quem governou o Brasil até ontem foi a elite. Foi a primeira vez que um trabalhador chegou à cadeira de Presidente da República. Sociólogos, generais, engenheiros, médicos, advogados, mas um torneiro mecânico foi a primeira vez. E eu o respeito por isso. É uma história linda. Eu costumo dizer que ele não aprendeu sobre a fome lendo Graciliano Ramos em “Vidas Secas”, não. Ele não ouviu falar em retirante nordestino em pau-de-arara, ouvindo versos de Catulo da Paixão Cearense, nem ouviu falar de fome ouvindo as músicas de Luiz Gonzaga. Ele passou por isso pessoalmente. E desacreditar o Presidente Lula é desacreditar a força do povo do Brasil, da maioria do povo do Brasil. Eu não quero ser o responsável por isso e não vou fazê-lo, mesmo porque não tenho como. Como eu vou chegar aqui com responsabilidade e dizer a V. Ex<sup>a</sup> que vi dele um ato de improbidade. V. Ex<sup>a</sup> deduz, mas eu não fui de dentro do PT. Não posso fazer. Compreenda isso, eu não posso fazer. Com o José Dirceu eu conversei. O que estou dizendo aqui é que tratei isso com o José Dirceu, mas nunca tratei isso com o Presidente Lula. Como vou acusar o Presidente? Só para satisfazer um instinto, um sentimento, um desejo de vingança? Não

posso fazer isso, não tenho esse sentimento dentro do meu coração.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O José Dirceu disse em seu depoimento que V. Exª ... Só para completar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se cada um voltar. Ele está com a palavra, e vou assegurar a palavra ao depoente, que irá responder às perguntas.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O Zé Dirceu disse catorze vezes V. Exª se encontrou com o Presidente da República, catorze anos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Neste ano, muito. Neste ano, devem ter sido umas doze, neste ano. No ano passado, duas vezes. Uma vez na minha casa, em um jantar em que ele compareceu logo após o episódio da eleição de São Paulo.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Talvez seja por isso que Lula disse que deu um cheque em branco a V. Exª, porque V. Exª é leal.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Quero dizer uma coisa a V. Exª: para mim foi uma honra recebê-lo em minha casa. Vou guardar essa foto como um troféu pendurado na minha parede até o final da minha vida.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concederei a palavra, por apenas cinco minutos, aos não-inscritos. Os Líderes tinham direito a dez minutos, mas os não-Líderes têm direito a cinco minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Perondi. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Babá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Uma consulta. Pela Liderança do P-SOL, eu não teria direito aos dez minutos, já que a Senadora Heloísa Helena aqui está nesta CPMI, e estamos com o Partido já legalizado nos Tribunais Regionais Eleitorais. Acho que, democraticamente, solicitaria a V. Exª que me concedesse os mesmos dez minutos. É a primeira vez que estou me pronunciando em CPMI e solicitaria a V. Exª essa condescendência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Exª vem na condição de Líder, vamos seguir o Regimento. V. Exª terá os dez minutos.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Eu queria ter mais tempo porque eu queria relatar alguns fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mais que cinco não é possível. Mais cinco eu não tenho como conceder.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos começar agora.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Não pedi tanto, mas se me derem. Já começou com nove.

Sr. Presidente, eu queria mais tempo, porque eu queria ressaltar alguns pontos interessantes dessa história, porque sou fundador do PT desde 80 e sou fundador da CUT. Portanto, conheço todos os personagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dizer que estamos aqui inquirindo. Infelizmente – vou descontar esse tempo – teríamos que fazer perguntas para o depoente. Se cada um contar a sua história...

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Não, mas eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os dez minutos, para ser eficiente na investigação.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sim, mas para justificar o que vou colocar eu preciso contar rapidamente esta situação, porque ela remonta de 80, mas ela chega na nossa expulsão. E no início do Governo Lula, nós – eu, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado João Fontes e a Deputada Luciana Genro – contestamos de imediato a política econômica e os projetos de reforma que estavam sendo suscitados ainda àquela época. A Senadora Heloísa Helena se recusou a votar em Sarney para Presidente do Senado e em Henrique Meirelles para o Banco Central. Por isso foi para a Comissão de Ética do PT. E quando houve a primeira reunião da Bancada com Antônio Palocci, vazou para a imprensa, através até hoje ninguém sabe de quem, do que Palocci havia falado, que na verdade era todo o plano econômico que Fernando Henrique havia aplicado, com muito mais maldades, porque vinha da parte do Partido dos Trabalhadores. E aí 33 Parlamentares soltaram uma nota contrária àquilo. Na semana seguinte, veio Zé Dirceu à Bancada, como representante do Governo, e com a sua frieza e extrema arrogância, que ele costuma negar, e disse o seguinte, friamente: “Aqui, com raras exceções” – para a Bancada – “todo mundo é Governo. E o nosso projeto foi vencedor” – o projeto das alianças, os projetos que vamos prosseguir aqui como Governo – “e quem for contrário entregue seus cargos e se submeta à expulsão do Partido dos Trabalhadores”. E contra nós, como não decidimos seguir essa ordem de Zé Dirceu, primeiro, porque não tínhamos um cargo no Governo e também porque não aceitávamos aquela ameaça, abriu-se um processo que culminou com a nossa expulsão. Agora, eu quero colocar essa situação para mostrar que a nossa expulsão foi sintoma, na verdade, de um apodrecimento do Partido dos Trabalhadores. E o Deputado Roberto Jefferson sabe que várias vezes eu subi à tribuna da Casa para dizer que não concordava com aquelas alianças, inclusive várias vezes, porque eu não sou de

colocar, falar pelas costas, falei na frente de V. Ex<sup>a</sup>, que você era da tropa de choque de Collor de Mello, que historicamente sempre defendeu o Governo Fernando Henrique Cardoso, com toda aquela história, mas o seu Partido estava fechadíssimo com o Governo, e já Waldomiro Diniz circulava como representante do Palácio do Planalto dentro da Câmara dos Deputados. Naquela época seria para negociar emendas, cargos e, com certeza, hoje já se sabe que era o “mensalão”. Porque não tem mais essa história, o “mensalão” está comprovado. Não tem mais essa história que de não, é suposição, ou qualquer coisa que o seja. O PSDB, o PFL – não é certo? – evidentemente foram causadores e aprofundadores de uma crise que Lula chama de herança maldita. O problema é que o Lula pegou a herança maldita e a aprofundou, e hoje nós já temos uma herança maldita do Governo Lula. E o maior dos “mensalões” não foi para os Deputados. Foi justamente para a elite e para os banqueiros. Que aí é que está: R\$350 bilhões tirados em dois anos e seis meses do Governo Lula. Somente nestes seis meses agora são 80 bilhões, o que se vai colocar para o ano cerca de 165 bilhões só de juros. E o principal culpado de tudo isso se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Porque Zé Dirceu e Lula sempre foram unha e carne, com umas ou outras diferenças, mas nunca atuavam separadamente. Quem acompanha o PT sabe disso. E o Lula sempre determinou tudo, não só por dentro do PT como por dentro da CUT, porque o Marinho foi colocado como Presidente da CUT por ordem do Lula. O problema é que Lula quis transportar a república de São Bernardo para Brasília. Um dos sindicatos mais antidemocráticos que existe neste País chama-se Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde a oposição não tem direito a subir no carroção para falar as suas propostas e onde o trabalhador já sai lá da fábrica, quando assina o contrato, ele tem que se filiar ao sindicato, o que poderia parecer como uma conquista dos trabalhadores, mas na verdade é uma subserviência patronal do automóvel, porque Lula tem história nesse processo. Portanto, essa história de que Lula não tem nada a ver, eu não sei se foi por causa da deferência que ele lhe deu, de assinar o cheque em branco, mas o fato de V. Ex<sup>a</sup>, mantendo o Lula como uma corrente como muitos setores, porque não é só V. Ex<sup>a</sup> quem está colocando Lula sob uma corrente de proteção é a elite, partindo do próprio Bush, que mandou o John Snow aqui, seu Secretário para dizer que Lula estava no melhor dos mundos, que era o governo e, por isso mesmo, foi um recado para a elite brasileira de que o Lula não pode sofrer *impeachment*. Por outro lado, este Congresso também não tem condições de dar *impeachment* em ninguém. Todas as votações estão sob suspeita. A Reforma da Previdên-

cia, dias antes foi retirado dinheiro; salário mínimo de R\$240,00, dias antes foi retirado dinheiro; proteção do Henrique Meirelles para transformá-lo em Ministro, dias antes foi retirado dinheiro. Portanto, essas votações e, principalmente, a Reforma da Previdência, onde Lula foi para porta de fábrica chamar os trabalhadores de privilegiados para aplicar uma política econômica da qual a Reforma da Previdência fazia parte que interessa ao grande capital. Estão aí os fundos de pensão fazendo o grande jogo do Banco Santos e do BMG, que foram financiadores de campanha. Portanto, essa história de Lula arrotar que não baixa a cabeça para elites, ele está mentindo, porque já baixou desde que assumiu. O Lula baixou a cabeça para elites quando foi com o Bush apresentar Henrique Meirelles e Palocci antes mesmo de ter apresentado do Brasil. Quando voltou de lá, disse no Fantástico que o Bush era uma figura totalmente diferente do que se pensava no Brasil. No mesmo momento em que ele estava jogando bombas no Afeganistão e no Iraque, esse é o Lula, o maior dos traidores. E digo mais, o Lula é o principal corruptor deste Congresso, porque, obviamente, há os corruptores da iniciativa privada, mas há uma rede de corrupção a partir das empresas estatais que realimentaram o “valerioduto”. Portanto, o principal corruptor deste País se chama Luiz Inácio Lula da Silva e ele não merece estar agora vagando por este País afora, só agora ele se lembrou que há povo neste País. Porque agora ele está indo atrás do povo, quando ele percebeu que a coisa estava feia para ele, passou a sair fazendo comícios por aí afora atacando as elites, dizendo que não baixa a cabeça quando já baixou, o difícil vai ser levantar a cabeça, porque baixou tanto e, como minha velha mãe dizia: “Quem muito se abaixa, os fundos aparecem”. Estão aí os fundos do Lula, por meio do “valerioduto”. Esse é o problema. Não adianta tergiversarmos sobre a situação. O companheiro Milton Temer tem toda razão, não foram os dois mordomos, o Delúbio e o Silvinho Pereira. Digo mais, foram os dois acusadores na Comissão de Ética do PT. A mim e ao João Fontes foi o Silvinho Pereira, à Heloísa Helena foi o Delúbio Soares. Onde eles nos expulsaram? No templo da burguesia daqui, no Blue Three Park Hotel, o mesmo hotel onde o Delúbio Soares reunia empresários para fumar charuto cubano, tomar uísque e vinho de primeira e, evidentemente, todas as outras coisas que estão saindo na imprensa. Isso é uma vergonha. Para o Partido dos Trabalhadores isso é um golpe mortal, porque sabemos que a massa militante do PT está arrasada, é deles que eu tenho pena e dos filhos desses senhores. Tenho pena dos filhos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Já concluirei, Excelência.

Portanto, nós do Partido Socialismo e Liberdade, por causa de toda essa crise no Congresso, estamos propondo, Deputado Roberto Jefferson, um plebiscito revogatório. O povo brasileiro não tem direito a isso, porque, se tivesse, estaríamos hoje fazendo plebiscito para o Congresso e para a Presidência da República. Obviamente, não foram eles que inventaram. Eles aperfeiçoaram o processo de corrupção, com a compra dos Deputados com o “mensalão”.

Encerro aqui, agradecendo a V. Exª. Não tenho perguntas a fazer, Deputado Roberto Jefferson, mas saiba V. Exª que nós, do Partido Socialismo e Liberdade queremos dizer à Nação que não adianta Lula sair ao povo, pedir apoio ao povo, porque ele se esqueceu do povo, ele jogou contra os aposentados, com um salário mínimo miserável, jogou contra os servidores públicos, tirou dinheiro da reforma agrária, tirou dinheiro da saúde, tirou dinheiro do saneamento básico e estragou nossas estradas. Concluo aqui, Excelência, mas minha revolta é muito grande, porque agora ele vai dizer que o povo precisa dar apoio a ele. Uma ova, são encenações de governadores, de apoiadores tentando dar um apoio, mas o povo não apóia mais, isso é a realidade. Por isso queremos registrar aqui o nosso pronunciamento, mas culpando evidentemente Lula, José Dirceu e toda...

*(Falha na gravação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre depoente. (Pausa.)

Nada a acrescentar, passo ao orador subsequente, Deputado Mendes Ribeiro.

**O SR. IVAN CESAR RANZOLIN** (PP – SC) – V. Exª pode informar ainda quantos inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos aqui o Deputado Enéas e o Deputado Peroni, em seguida, V. Exª.

**O SR. MENDES RIBEIRO FILHO** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Deputado Roberto Jefferson, V. Exª sabe que tem o meu respeito, a minha amizade. O que se vive hoje no País, o momento que se vive no País é nojento. Nós falando em milhões, o povo precisando de tostões, e nós tentando saber por onde vamos sair. Falam em mensalão, em ajuda de campanha. Deputado Roberto Jefferson, a meu ver, foi criada a maior UTI financeira que eu já vi na minha vida. Porque há dinheiro para tudo. Agora, o importante é saber de onde saiu o dinheiro. De onde vem esse dinheiro? Será que das empresas do Marcos Valério? Agora pergunto, será possível que um agente de governo, porque o Delúbio era um agente de governo, usava o Governo para buscar rendimentos para o Partido de sustentação do Go-

verno? Falam em semelhanças. Ora, temos que parar de buscar que lá era assim, agora é assado. Tudo isso a sociedade não quer saber. A sociedade quer saber como resolver, como buscar solução. E temos que ser rápidos. Temos que andar a passos muito largos em busca daquilo que a sociedade quer saber. De onde vem o dinheiro? Avalista? Tive o constrangimento de pedir aval para o meu pai quando me casei para comprar o meu apartamento. Avalista é uma coisa que é muito íntima. É muito íntimo pedir aval. É constrangedor. E como o Partido que representa o Governo, que dá sustentação ao Governo pede aval a uma pessoa que não “conhecia”?

Quando V. Exª falava do mensalão e dizia que todo mundo sabia. Confesso que eu já tinha ouvido falar, mas não acreditava – eu e o Lula. Mas, repito, não é a questão do mensalão. É muito mais do que isso. Vou repetir, trata-se de uma UTI financeira que estava à disposição para ser criada a maior dependência econômica que já vi na minha vida. E dependência econômica estraga qualquer relação pessoal. Imagine se pode existir relação política mediante dependência econômica. Então é fundamental, Deputado Roberto Jefferson, que nós não fechemos os olhos para a origem de todo esse dinheiro, de onde ele vem. Isso é corrupção pura. O dinheiro é público. Esse é o nosso desafio. Quem recebeu já se sabe. Quem pagou, quem foi o laranja, a ponte, também se sabe. Entretanto, de onde saiu? É isso que devemos saber. Os contratos dados em garantia são diferentes de um contrato pessoal que prova o que há a receber para pagar a prestação no banco. É diferente esse contrato de garantia. Esse contrato de garantia é o próprio serviço público dado àquele que se utilizava do recurso para agilizar a UTI financeira.

Creio ser esse o grande desafio, Presidente Amir Lando. É um grande desafio, meu caro Ibrahim Abi-Ackel. Considero um grande desafio, Deputado Roberto Jefferson.

Queiram ou não, gostem ou não de V. Exª, V. Exª hoje presta um grande serviço ao Brasil. Não julgo isso como algo que venha a liquidar esperanças. Pelo contrário. O voto é assim. Vota-se uma vez, erra. Vota-se de novo. Um dia vai acertar. E assim se constrói a democracia. Não existe milagre. Não existe solução repentina. Só existe uma solução: o voto. É o voto ou a bala. Já se provou que a bala não deu certo. Pois, agora, vamos ao voto. E vamos fazer aquilo que o voto nos obriga: vamos cumprir com o nosso dever, agindo.

Sr. Presidente, encerrarei em seguida. O Presidente Lula está exagerando. Quando perguntava qual a diferença entre a crise Collor e a crise Lula, existia uma grande diferença: Collor estava no centro da crise,

e Lula estava fora da crise. O Presidente vem fazendo uma força para entrar na crise como nunca vi na minha vida. Não sei quem está falando com o Presidente. Parece que o Presidente está fazendo questão de passar crise adentro, como se não bastasse Delúbio, como se não bastasse Silvinho, como se não bastasse Dirceu, como se não bastassem todos aqueles que estão aí.

Portanto, vamos buscar de onde veio o dinheiro que o PT usou para construir a maior UTI financeira. Ele está ligado ao Governo. Estamos diante de um grande caso de corrupção de que a sociedade já tem conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Enéas.

**O SR. ENÉAS** (Prona – SP) – Peço a palavra pelo prazo de dez minutos na qualidade de Líder do Prona.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas V. Exª sempre gastou tão pouco: 30 segundos. V. Exª dispõe do tempo que a sua rapidez determina.

**O SR. ENÉAS** (Prona – SP) – Na verdade, Sr. Presidente, haveria a necessidade de uma hora à disposição, mas o avançado do tempo não permite que se conceda esse prazo. O mínimo de atenção e respeito pela paciência de todos que assistem aos pronunciamentos.

Primeiramente, quero dizer que poderia parecer despiencias quaisquer considerações sobre o Partido...

**O SR.** (Orador não identificado) – Há muito tempo não ouço esse termo.

**O SR. ENÉAS** (Prona – SP) – Como? Não entendi.

**O SR.** (Orador não identificado) – Há muito tempo não ouço o termo “despiencias”

**O SR. ENÉAS** (Prona – SP) – Mas diante da verve literária de V. Exª e de tantos que me antecederam, tenho o direito de usar de um vernáculo escorrido também.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que altere o meu prazo, porque antes dispunha de dez minutos, e agora o relógio está marcando quatro minutos e vinte e quatro segundos.

Posso recomendar, Sr. Presidente? Dez minutos. Está marcando quatro. Garanto que não os cansarei; serei breve.

Eu estava dizendo que poderiam parecer despiencias as considerações sobre o Partido, uma vez que S. Exª, o Deputado Roberto Jefferson, de maneira extremamente elegante, já, de público, desdisse sua assertiva anterior, na qual defendeu a tese de que todos os Partidos, ao participarem de eleições, receberiam ajuda de empresas. Conversei com S. Exª e quero dei-

xar bem claro a esta Comissão que tenho uma imensa simpatia pelo Deputado Roberto Jefferson. Apesar de uma ou de outra discordância ideológica, não me recordo de, em nenhuma ocasião, ter apresentado, apontado ou lançado alguma diatribe contra V. Exª, Deputado. E não me recordo, em nenhum momento, disso e nem de tê-la recebido de V. Exª – apesar de, no Colégio de Líderes, de vez em quando, discordarmos do que seja saudável para o processo.

Este é o primeiro ponto: a defesa do Partido. Só por isso vim aqui. Não é da minha natureza processo de acusação – muito ao contrário. Se estivesse estudado direito – sou professor de medicina –, seria advogado de defesa, tal como V. Exª. Não gosto de acusação, não faz meu gênero. Mas tenho que defender o Partido que criei. Quando o fiz, há 15 anos, eu tinha os meus recursos – possuía um consultório cheio na Avenida Visconde de Pirajá, lecionava em duas Faculdades e em dois cursos de pós-graduação. Eu não fazia nenhuma militância nem tinha atividade política. Jamais havia pertencido a qualquer estrutura política. Causava-me, sim, indignação absoluta o rumo que a política nacional tomava a cada eleição.

Então, fiz, com meus amigos, o Prona, com um sacrifício pessoal tão grande que perdi até o casamento. A minha esposa era Procuradora-Geral da Justiça Militar e, hoje, é Vice-Procuradora – Drª Adriana Noronha de Ferreira Carneiro. Em 1995, após a eleição presidencial, quando obtive o terceiro lugar no Brasil, sendo superado apenas por dois Senhores, S. Exª o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e S. Exª o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela disse-me: “Largue isso; no mínimo, se você chegar, será assassinado” – frase dela. Mas não quis retirar-me da lide talvez por um temperamento aguerrido próprio meu.

Senhores que assistem ao pronunciamento, o Prona foi criado com meus recursos e, depois, com os de meus amigos e jamais tive qualquer recebimento em numerário – ou o equivalente – de empresa estatal ou privada. Deixo bem clara a posição, apenas ratificando aquilo que V. Exª disse tão bem.

No que concerne à sua participação nesse processo, ela é extraordinária. Antes, gostaria de elogiar, apesar do tom altamente emotivo, o nosso Colega o Deputado Babá, porque muito do que o referido Parlamentar diz, em um pronunciamento eivado de emoção, reflete tristemente a realidade brasileira.

Perdoem-me, Srs. Senadores e Deputados, mas o Brasil é uma grande colônia das multinacionais. S. Exª o Deputado Babá cometeu um pequeno erro: não são US\$165 bilhões, meu caro Colega. Segundo declarações do Secretário do Tesouro Nacional, citadas pelo ilustre Jornalista Hélio Fernandes, da **Tribuna**

**da Imprensa**, frente a essa informação testificada no **Diário Oficial**, à disposição de quem o quiser, são US\$176 bilhões – um pouco mais, falando a favor de S. Ex<sup>a</sup>. Esse valor por ano resulta em quase US\$15 bilhões por mês. É um absurdo. É a maior taxa de juros do Planeta. O serviço da dívida – esse é apenas o serviço – está cada vez maior e a dívida continua crescendo.

É uma ironia curiosa: quanto mais se paga, mais se deve. Não é problema do Governo, de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente Lula, que não entende nada disso. Desculpem-me os Líderes do PT. Mas já discuti com S. Ex<sup>a</sup> certa feita ao vivo e ele não tem o mínimo de arrumação intracromossomial específica para dirigir o País – não tem. Já disse isso ao vivo a S. Ex<sup>a</sup>. Não estou ofendendo a honra dele nem falando em nada que possa denegrir sua imagem do ponto de vista de caráter. Estou falando de inteligência e de preparo – uma dessas qualidades é inata e desenvolvida, em média, até os 16 anos e a outra é adquirida com esforço extremo, para quem nasceu em berço pobre como eu e estudou a vida inteira, desde nove anos, trabalhando.

Não há desculpa – como já disse um Senador da República – para que S. Ex<sup>a</sup> continue sem entender coisa alguma do que diz, falando a linguagem a mais tacanha possível e usando, inclusive, de expressões que representam quase uma maneira tosca, de um homem do campo, que não condiz com a posição de quem está no ponto mais alto desta Nação. Essa é uma demonstração que já foi dita ao vivo.

Vamos esquecer aquilo que está em discussão, porque não foi por esse motivo que vim aqui. Mas, quanto à contribuição de S. Ex<sup>a</sup> o Deputado Roberto Jefferson, V. Ex<sup>a</sup> tem coragem mesmo, porque chega até a correr – não no momento atual, mas daqui a algum tempo – risco de vida. V. Ex<sup>a</sup> ataca a imprensa como eu o faço, mas eu não estou num poder que represente risco, a não ser que tenha tempo – e serei candidato à Presidência da República, sim; aí, com três minutos, eu acabo a eleição. Sem dúvida. Veja bem, V. Ex<sup>a</sup> tem coragem. Do seu discurso – não como “vósso”, como tanta gente diz no plenário, não é “vosso”, é “seu”, terceira pessoa –, do discurso de V. Ex<sup>a</sup> exsurge sinceridade, sinceridade inconcussa, incontestada e irrefragável. Não há como negar essas qualidades que a cada instante emanam dos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>. Concorde mais uma vez com o Deputado. Não há nada mais o que discutir. É óbvio, é axiomático, é inconcuso que o que V. Ex<sup>a</sup> diz é verdade. E quanto ao acervo de depoimentos aos quais, queiramos ou não, temos que assistir quando, uma vez por outra, passamos diante da tela, porque é quase impossível não ver ou ouvir – fala-se em todos os lugares, da ca-

mareira à engenharia, do porteiro de prédio ao reitor da universidade, então é impossível não ver –, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Quero repetir a razão pela qual aqui estive, no que concerne ao Governo de Sua Excelência – estou acabando, Sr. Presidente, britanicamente na hora; morei na Inglaterra, pode ficar tranqüilo V. Ex<sup>a</sup>, acabarei na hora exata. Quero repetir a razão: vim aqui apenas para defender o meu Partido, e V. Ex<sup>a</sup> já o fez. Agradeço-lhe e quero dizer também que, desde que cheguei à Casa, os meus libelos foram violentos contra o Governo de Sua Excelência, o Presidente da República, nada contra sua honra. Se Sua Excelência usou desses meios, é porque não havia outros. Se tivesse a verdade a seu favor, não precisaria comprar consciências. A verdade é clara como água de rocha, como o liquor de quem não tem meningite séptica. A verdade não precisa de demonstração. A verdade convence por ela própria. Então, V. Ex<sup>a</sup> ganhou o respeito da população brasileira. Não quero pôr em discussão o passado, porque senão vamos voltar a D. Pedro II, vamos voltar a D. Pedro I, vamos voltar ao descobrimento do Brasil. É completamente inepta essa discussão.

O respeito que eu tenho por V. Ex<sup>a</sup>, quero declará-lo de público, a admiração não só pela sua verve, pela sua retórica, pela linguagem tersa que V. Ex<sup>a</sup> usa, como também – em literatura não é só forma, é o fundo; pelo fundo, pelo compromisso com a verdade – o que está para trás não me interessa. Senão, nós não andaríamos, seríamos como caranguejo. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns.

Espero que a CPI, liderada por S. Ex<sup>a</sup>, o nosso Presidente, Senador Amir Lando, pela nossa ilustre e conspícua figura do Relator, Deputado Abi-Ackel, a quem já disse pessoalmente quanto o admiro e pelos colegas todos que estão na Comissão, chegue a um resultado profícuo, útil. Não que se resolvam todos os problemas – isso é impossível. Mas que pelo menos possamos respirar ar puro e que desapareça um pouco o componente mefítico que atinge todos os rincões da Pátria.

Sei que tenho 50 segundos, mas deixo a critério de S. Ex<sup>a</sup>, o Deputado Roberto Jefferson.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ)– Sr. Presidente, os melhores discursos foram feitos tarde da noite. Foi uma pena. O grande momento da Comissão está agora no final, não é? Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Enéas, cumprimento-o; é uma brilhante inteligência. Obrigado, e peço perdão a V. Ex<sup>a</sup>. Quando generalizei, incluí o Prona e eu sei que o Prona está fora disso. Peço perdão a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr.

Presidente, um detalhe: fui indicado hoje de tarde como membro da Comissão e eu quero a compreensão de V. Exª concedendo-me 10 minutos – não sei se o documento já chegou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, infelizmente, são cinco minutos.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Mas

eu deixo por conta de sua sabedoria – sei que a Comissão está em ótimas mãos, e a Relatoria também o está.

Caro Deputado Jefferson, nós somos companheiros há tempo, o fomos na Relatoria e na Comissão da Emenda nº 29, que colocou recursos permanentes à saúde brasileira. V. Exª foi valente para que nós conseguíssemos enfrentar a área econômica naquela época, a fim de melhorar a saúde no País.

Estou revoltado. Estou indignado. Quando vou ao meu Estado e volto para cá, venho mais indignado e revoltado ainda, e o povo do meu Estado também está, em razão do que o Partido dos Trabalhadores está fazendo à política brasileira e com que o triângulo da corrupção montada nos corredores do Palácio do Planalto fez. Triângulo no qual está Valério, homem inteligente, de alto QI, numa ponta e na outra, está Lula e, na outra, estão os seus amigos antigos: José Dirceu e Gushiken. Montaram uma quadrilha para assaltar o Estado brasileiro. Tiraram do aposentado, do professor mal pago, do desempregado, do assalariado, meu caro Roberto Jefferson, do empresário, que paga imposto e juro alto! Governo mais corrupto do que o Governo Collor! Collor era inexpressivo; era de partido pequeno, sem história, e PC Farias tirava dinheiro das empresas privadas. Lula, uma história brilhante, de um Partido com 25 anos de vida, de serviços prestados à democracia brasileira. Inovou Lula e o seu grupo, que assalta o Estado brasileiro, tira dinheiro do Banco do Brasil, do Instituto de Resseguros, dos Correios e Telégrafos, que são empresas brasileiras. E mais, corrompeu o Parlamento! Nunca, na história da República, havia ocorrido um fato como este, de um Presidente da República corromper o Estado brasileiro. Por isso é que a crise é muito grave, muito grave.

Não concordo com uma afirmativa que V. Exª fez, de que todos nós somos responsáveis por esta crise. Não! A responsabilidade está na cúpula do PT e na pessoa do Presidente da República. São eles os responsáveis pelo desânimo do povo brasileiro. São eles, exclusivamente eles, e eles precisam pagar!

Vamos às perguntas:

O senhor está poupando o Presidente Lula. O senhor é um homem corajoso! O senhor é um homem ousado! O senhor está prestando um serviço ao Brasil – e que serviço! –, para se fazer mais uma faxina ética e moral neste País. O senhor está poupando o Lula. Poupando o Lula. O senhor foi testemunha, e protagonista também – o senhor mesmo disse –, de muitos acordos políticos. Por que o senhor está poupando o Lula? O senhor viveu isso, e eu lhe pergunto: quais são as fontes que estão alimentando o “valerioduto” ou o “luladuto”? Quando começou e quando terminou essa fonte de dinheiro que aprofunda a desigualdade no Brasil? Quantas vezes o senhor esteve com o Presidente Lula? E o senhor acredita que o Lula não sabia nada? Estou-lhe fazendo um desafio. Abra o seu coração! Conte tudo; conte tudo que o senhor sabe, porque, para mim, o senhor não está contando que o Lula sabe. Esse é o desafio que lhe faço, respeitando-o e admirando-o – e eu o acompanho já há onze anos, como Parlamentar –, agora mais ainda, pela posição corajosa que o senhor está tendo para levantar essas questões. Mas o senhor não está sendo corajoso o suficiente. Nós damos o que temos. Nós somos o que pensamos. Mas o senhor tem mais. O senhor tem muito mais para dar ao Brasil, que é contar a verdade, ou seja, que o Lula sabe e que foi, sem dúvida nenhuma, o grande comandante.

E, para encerrar, meu caro e brilhante Senador Amir Lando, quero lembrar as palavras da Deputada Juíza Denise Frossard: “Lula é o grande comandante! Ninguém chega à Presidência da República sem ser inteligente, articulador e estrategista. Ele montou isso junto com seus amigos Gushiken e Dirceu. O senhor sabe. Conte para o Brasil. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Eu tenho esse limite que já revelei várias vezes à Comissão e penso que a investigação de V. Exªs vai dar caminhos. Eu tenho limite, eu não posso acusar uma pessoa que não conversou comigo nenhuma conversa impúblicável e na minha frente não tomou nenhuma atitude que eu não pudesse relatar, e que não fez, nessas 14, ou 12, ou 13 vezes em que estive com ele nenhuma proposta que ofendesse a sua condição de Presidente da República e os princípios éticos e morais que ele esposa. Então não posso acusá-lo

Quanto a deduzir, não posso acusar por dedução. Não posso fazê-lo. V. Exª tem um caminho. Acho que essa investigação Banco Santos e essa investigação Portugal clareia muito. V. Exª tem um caminho aí para trilhar, para andar. Clareia muito. V. Exªs vão ver.

Não sei se é o DAC, se é a Infraero, se é a Polícia Federal que pode informar quantas vezes esse grupo viajou a Lisboa e a Portugal. E V. Exªs, nessa

diligência que farão vão indagar do ex-ministro Antonio Mexia e do Miguel Horta e Costa como é que eles receberam lá o Sr. Marcos Valério, em nome de quem. Quem mandou que ele fosse lá, fazer o quê, de qual assunto ele tratou?

Só identificar em nome de quem ele foi... V. Ex<sup>as</sup> vão ouvir isso dessas autoridades. É uma espécie de Operação Uruguai. Agora uma Operação Lisboa, Operação Portugal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Concedo a palavra ao Deputado Ranzolin.

**O SR. IVAN CESAR RANZOLIN** (PP – SC) – Eu, na realidade, não ia usar da palavra. Mas como o meu nome foi citado e como disse V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Jefferson, nós hoje aqui fomos brindados por um discurso do inteligente – homem que tem o maior poder de síntese do Brasil – Deputado Enéas, e aprendemos muito.

Estou aqui há 4 horas e acho que foi a maior escola que tive esse tempo que fiquei aqui, pelo conhecimento dos Srs. Parlamentares, pela inteligência do Deputado Jefferson, e eu sempre disse, e não posso omitir aqui, que tenho uma admiração, desde o meu primeiro mandato de deputado estadual, por um homem, o Deputado Abi-Ackel, pelos pronunciamentos que faz, pela inteligência, e hoje estou aqui diante dele, de S. Ex<sup>a</sup>, e de tantos outros que têm se notabilizado pelo País pela sua inteligência e que honram o mandato que o povo lhes conferiu.

Resolvi falar porque tenho alguns espinhos na minha garganta pelos acontecimentos dos últimos dias. E resolvi que o momento era este, porque já estamos no final de uma noite, depois de horas e horas de trabalho, de dizer algumas coisas e de lhe fazer uma indagação.

Eu tenho seis mandatos de deputado estadual, fui líder da minha bancada por 16 anos, fui Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e fui secretário de estado. Tenho um orgulho muito grande do meu Estado. Santa Catarina é um Estado maravilhoso, de gente de trabalho, e na realidade eu tenho um orgulho muito grande de estar aqui representando Santa Catarina.

É o meu primeiro mandato, eu vim aqui no primeiro ano e aprendi. Não falei, fiquei só ouvindo, escutando, anotando. E agora comecei a utilizar mais fortemente o meu mandato. O meu trabalho sempre foi muito forte nas comissões. Criei aqui a Frente Parlamentar do Esporte, Sr. Presidente, e agora a Frente da Radiodifusão. Mas algumas coisas aconteceram nessa caminhada com que fiquei muito preocupado. A primeira delas foi quando estávamos votando a reforma da Previdência, nobre Deputado Jefferson, e fui defenestrado da comissão especial porque me posi-

cionei contra a reforma e tinha uma ação forte do Governo de que toda a base do Governo tinha que votar a favor. Na realidade, manifestei minha contrariedade – o Deputado Enéas estava ao meu lado –, mas respeitei a decisão de liderança, porque era a maioria da bancada, eu tinha que respeitar – fui Líder e sei como funciona essa questão.

Posteriormente, quando aconteceu o episódio que V. Ex<sup>a</sup> fez um pronunciamento contundente depois daquele episódio dos Correios e V. Ex<sup>a</sup> disse: vou assinar agora a CPMI. Naquele momento, assinei, como muitos do nosso partido. Assinamos a CPMI porque queríamos apurar e fomos à Comissão de Justiça. Na Comissão de Justiça, mais uma vez fui defenestrado. Saí da Comissão porque me neguei a votar contra a abertura do processo. Vejo aqui nas manchetes, nas revistas, que tudo foi montado no Governo para que a Comissão não fosse criada, e respeitei. Sou um homem que respeita, porque a Liderança, a bancada decide pela maioria. Base do Governo, tem que respeitar. Não falei, não me manifestei e mantive a minha posição. Votei pela abertura da CPMI e estamos aqui trabalhando com ela.

Mas, num determinado momento, era um domingo, fui surpreendido por uma lista que saiu no jornal de que eu era “mensalão”. Levei um susto, num domingo de manhã, saiu no meu Estado, Santa Catarina, e aquilo foi até para rádio pirata, aquela notícia, 100% do povo ficou sabendo. Não me neguei, fui à luta. E veja bem, quem publicou foi **O Estado de S. Paulo**. Fui à luta, em 48 horas vim para cá e já consegui provar minha inocência porque eles disseram que o documento saíra da Comissão e que estava ali na Comissão autuado. Peguei uma certidão do Presidente a Comissão e do seu Relator, onde ficou comprovado que não tinha nada, era uma lista de lixo.

Então, minha presença hoje aqui não é para um desabafo absolutamente. As situações que acontecem conosco, vamos resolvendo. Tenho os meios para provar, não vou conseguir tirar da cabeça de todos os catarinenses, que 100% ficaram sabendo, não só comigo, colegas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram injustiçados. Mas tem algo que disse aqui o Professor Enéas, nosso grande Deputado: a verdade se sustenta. Assisti a um filme e conheço a história do “Caso Dreyfuss”, na França. Ele foi defenestrado, tiraram a honra mais sagrada que ele tinha como militar. A verdade um dia voltou. Quantos anos? Trinta anos. Ninguém consegue derrubar a verdade – trinta anos!

E vim hoje aqui para dizer aos senhores o seguinte: a grande preocupação que tenho é que acho que não estamos aproveitando bem o nosso tempo.



Há 180 milhões de pessoas lá fora, do Chui ao Oiapoque. Essas pessoas, o povo está esperando de nós, os desempregados, os ignorantes, os analfabetos, os agricultores, os jovens, as crianças que em casa assistem, todos assistem a esses debates nas CPIs. O que eles estão esperando? Eles querem soluções. E quando vejo homens da capacidade de Vossas Excelências que compõem esta Mesa, da capacidade de 513 Deputados, todos líderes, eleitos pelo povo: como está o processo legislativo?

Deputado Jefferson, nunca falei com V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, somos vizinhos, sou da 302 e caminho por ali, e nunca conversamos. Mas tenho uma admiração pela sua coragem desde o tempo do Collor e agora mais do que nunca. Mas a sua inteligência e a nossa inteligência têm que servir para darmos um resposta à Nação brasileira, que para mim é o maior país do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> vai fazer alguma indagação?

**O SR. IVAN CESAR RANZOLIN** (PP – SC) – Vou fazer indagação e vou encerrar.

Quero dizer o seguinte: o que poderemos fazer, além das investigações, para tocarmos o processo legislativo, fazermos a Câmara funcionar, votarmos a reforma política, a reforma tributária que estão aí os prefeitos esperando há dois anos para que o 1% do Fundo seja destinado às prefeituras. O que a nossa inteligência pode fazer aproveitando a sua capacidade para que possamos realmente retomar o processo e não ficarmos como estamos aqui, desde as nove da manhã, apenas discutindo e (*inaudível*) investigação? O que poderemos fazer além disso?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – A reforma política urgente. E, segundo, depende de nós reduzir essa enchurrada de medida provisória. Esta Casa deixou de ter respeito a partir das medidas provisórias. Nem a ditadura ousou tanto com os decretos-lei! Nem a ditadura ousou tanto!

Temos que fazer uma limitação grave e drástica à medida provisória, porque hoje a elite legislativa não está mais nesta Casa. Sou Deputado há 23 anos, os maiores técnicos legislativos estavam aqui; hoje estão do lado de lá, no Ministério da Fazenda, na Receita Federal. Veio tudo de lá pra cá. E aqui a gente: “Sim, senhor, sim, senhor, sim, senhor.” Não nos respeitam por isso.

Quando vamos a uma reunião com a turma da Receita, parece que eles são os reis do Brasil. Eles que legislam, mandam para nós. A gente tem que conversar com técnico lá da Fazenda, e parece que é mais deputado que nós. E não tem voto nenhum! Curso na Sorbonne, todos financiados com cursos internacionais por banqueiros. Foram para Harvard, foram para

Sorbonne, todos se especializaram financiados pelos bancos internacionais! Trocam o ministro e embaixo são os mesmos homens do Fernando Henrique, Murilo Portugal, e todo mundo está lá. Pode olhar. É o esquema do Fundo Monetário Internacional. Não mudou nada. E esse grupo é todo ele financiado pelo (*inaudível*). Estamos aqui de cócoras, de cócoras.

Temos que acabar rápido com a medida provisória, porque aí vamos ter respeito. Respeito, respeito institucional. Acaba com essa bagunça de todo mundo editar uma medida provisória e ela valer lei no dia seguinte. Na hora que tomarmos essa posição, vão tratar esta Casa com respeito, de igual para igual. Enquanto isso, vamos viver assim, ao sabor da inteligência ou do grupo de inteligência, e do conceito que faz a burguesia dos partidos políticos que há nesta Casa! Manda para cá, acerta, passa lá uma grana e resolve o problema. Infelizmente, o que está acontecendo é isso. Nós, os culpados disso, porque não reagimos ainda à medida provisória que nos desgasta e nos coloca como poder subalterno, subsidiário e afiliado do Poder Executivo.

**O SR. IVAN CESAR RANZOLIN** (PP – SC) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Arthur Virgílio, pelo prazo de dez minutos, na condição de Líder.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Vou aceitar os dez minutos, Sr. Presidente, porque até o Deputado Enéas, que é brilhantemente sintético, usou os dez, e eu não conseguiria fazer por menos mesmo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-presidente, Sr. Deputado Roberto Jefferson, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, considero, Deputado Perondi que o Deputado Roberto Jefferson, na verdade, não está poupando o Presidente Lula. Não está. Eu mesmo tenho o entendimento pessoal de que o Presidente Lula sabe de tudo. Aliás V. Ex<sup>a</sup> disse, comunicou a Sua Excelência, a revista **Veja** disse que, em cinco oportunidades, tomou conhecimento dos fatos, o Governador de Goiás agora confirma por escrito que passou a Sua Excelência, e que havia passado oralmente a informação do tal Mensalão.

Agora o que vejo é uma diferença muito grande entre a minha convicção e ao fato de eu ter um *link*, uma prova, algo concreto, algo que me diga: “A partir daí, isso aí é o que corresponde ao tal Fiat Elba.” Ou seja, a minha convicção não basta para que eu possa avançar numa proposta drástica como, por exemplo, o que se falou aqui bastante, tenho certeza, porque se fala hoje no País, em **impeachment**. Eu precisaria ter um *link*, uma prova mais concreta.

Existe mesmo o entendimento jurídico. Alguém pode muito bem ser absolvido juridicamente, mas já ter sido condenado politicamente. A condenação política eu a dou quando posso ser juiz como eleitor, como cidadão. Digo o Presidente está condenado porque foi no mínimo omissor nesse episódio todo. E a condenação jurídica, vejo que ele ainda estaria longe dela.

Deputado Roberto Jefferson, vejo que V. Ex<sup>a</sup>, em três ocasiões, no debate que acabou estabelecendo com o Ministro José Dirceu, fez acusações; uma subjetiva e forte ao Presidente da República: “Sr. José Dirceu, o senhor que é tão forte, nem o senhor pode tanto. Teria que ter gente por trás”. Outra: “conversas pouco ortodoxas sobre Furnas na presença do Presidente”. E uma terceira, essa da Portugal Telecom: “(...) o Presidente conversa, o Presidente é induzido a conceder uma audiência a alguém. Depois, o Ministro José Dirceu dá sinal verde para que um emissário do seu partido...”. Quando V. Ex<sup>a</sup> inclui o seu partido nisso dá uma veracidade enorme porque está arrostando as dificuldades e os riscos inerentes ao gesto de dizer o que viu e o que legitimou. Mas o sinal verde foi dado para que fossem dois emissários à PT. Aí há um trocadilho: um é emissário do PTB e o outro é emissário do PT. Quer dizer, a PT recebeu um emissário do PT. A PT, a Portugal Telecom, recebeu um emissário do PT, Partido dos Trabalhadores. Não tem como não fazer trocadilho.

Quando vi V. Ex<sup>a</sup> dizendo aquilo, pensei: ou algo de muito grave vai se passar, ou o Deputado Roberto Jefferson vai passar por um processo de desmoralização muito grande.

De noite, quando eu estava tomando uma sopa no restaurante daqui, um jornalista me disse: “Eu já confirmei tudo; já sei a viagem como foi, como não foi.” No dia seguinte, estava no jornal **O Globo** a matéria do jornalista José Casado, já checando todas as coisas.

Ouvimos essa história do Sr. Valério de ter chegado a um Ministro de um país organizado como Portugal se dizendo representante do Governo brasileiro – e quem disse isso foi o Sr. Mexias, Ministro português. Salvo a hipótese remotíssima de doença mental do Sr. Valério, ele pode ter ido mesmo como representante informal, se foi com passaporte comum. Quem sabe, foi como passaporte vermelho, esse a que nós temos direito, aquele passaporte pleno, diplomático, aquele passaporte cheio, que eles não respeitam muito lá fora, mas, de qualquer maneira, tem aquela característica oficial. Mas não acredito; acho que foi com o verdinho mesmo, mas foi como representante do Governo brasileiro, sim, naquele episódio. Para mim, está provada ali uma promiscuidade muito clara. Está provada uma relação promíscua, uma relação desonesta.

Deputado Roberto Jefferson, nós chegamos juntos ao Congresso. Já estivemos, em alguns momentos, do mesmo lado; em outros, em trincheiras diversas. Hesitei muito antes de vir aqui porque eu estava meditando sobre o que dizer. Eu gostaria de lhe dizer que, ao fim e ao cabo dessas jornadas de depoimentos seus, entrevistas suas, o Brasil terá mesmo que lhe fazer um agradecimento, porque estava se montando neste País uma perspectiva de verdade única. A tentativa sobre o Conselho de Jornalismo; a tentativa da Ancinav; a tentativa de ir amassando cada perspectiva de enfrentamento a um poder que se pretendia uno, que se pretendia único neste País. Algo como um sistema autoritário dentro dos quadros da democracia, o que talvez seja mais perigoso do que uma ditadura aberta, até porque, dentro dos quadros da democracia, se brinca de que democracia está havendo, mas há todo um projeto de se subjugar o Judiciário, de se amordaçar o Legislativo, ou de se comprar, ou de alugar, ou de fazer *leasing* com figuras do Legislativo. E viria a eleição e fatalmente, num episódio de Lulinha paz e amor II, ele se reelegeria Presidente da República e, quem sabe, aí viria a figura de Chavez, a figura autoritária, a figura que não corresponderia à guarda da democracia brasileira.

Hoje vejo que as coisas mudaram muito e percebo como foi relevante o gesto – e não me importam sequer as motivações. Não importam. Importa-me mesmo o resultado final. A coragem que V. Ex<sup>a</sup> teve, a ousadia que está mantendo e a coerência que o fez se confrontar com o Ministro José Dirceu. Eu ouvi de tanta gente que, naquele depoimento, ele havia ido bem. Que esperavam dele? Que ele “babasse na gravata”? Não. Não se tinha mesmo que esperar nada diferente de um homem que tem tanta tarimba política. Mas para mim, naquele depoimento, ele falou apenas uma coisa verdadeira, profundamente verdadeira, quando disse que o nome dele era José Dirceu de Oliveira e Silva. Aquilo era verdade, era a absoluta verdade. Eu não tenho dúvida. Pseudônimos, outros nomes, nomes de guerra, codinomes outros, mas o nome dele é aquele. Até a bravata do tipo “não renunciarei” não foi uma manifestação verdadeira. Fomos ver depois e soubemos que ele não precisaria renunciar porque estava coberto pela Constituição, art 55, mais as Resoluções que criaram os Conselhos de Ética e de Decoro Parlamentar. Dizem que o delito teria de ser praticado por alguém no exercício do mandato. Ou seja, Ministro é julgado no Supremo Tribunal Federal, por crime de responsabilidade. Depois é que a sua matéria bateria aqui.

Então, não havia sequer valentia, não havia sequer bravura, não havia sequer coisa alguma. Havia

uma tentativa de dizer: “Eu sou diferente do Valdemar Costa Neto. Eu sou corajoso, ele não foi”. Não foi. Ele tinha menos pressa do que o Valdemar Costa Neto. Ele tinha menos urgência de se livrar das penas, a partir da análise de seus colegas, do que Valdemar Costa Neto. Essa que é a verdade.

Então, não foi um depoimento verdadeiro. Para mim, foi arrasador o resultado. Arrasador, porque, eu compreendo, Deputado Roberto Jefferson, que – e digo isso com muita tristeza – se montou neste País, sob as barbas, literalmente às barbas do Presidente Lula, algo assustador: um projeto sistêmico de assalto aos cofres públicos. Um projeto sistêmico!

Entendo agora por que não havia programa de Governo. Não havia programa de governo porque não dava tempo de montar dois programas. Foi montado o outro, o programa de aparelhamento do Estado, o programa de encher os cofres e as burras do Partido dos Trabalhadores, para reproduzirem o poder, para chegarem ao poder, para se manterem no poder, ainda que cooptando, Sr Deputado, o que chamavam de “Deputados burgueses”, para serem desmoralizados por alguém que supostamente queria uma sociedade melhor após.

Gostaria de me manter no tempo, Sr. Presidente.

Para mim, esse esquema tinha José Dirceu chefiando tudo, Gushiken chefiando fundos de pensão – e está-se chegando lá agora – e comunicação social. A partir daí, as piabinhas. Valério é uma piabinha, mas mostra a que ponto a promiscuidade chegou nessa relação entre empresários irregulares, entre o poder público que concedia as possibilidades para eles e um Partido Político que se cevou com dinheiro na sua conta, com biografias sendo rasgadas, com passados políticos sendo desmontados por um presente que não lhes garante futuro.

Tudo isso se deve a esse gesto. Tenho certeza absoluta daquela oposição que fazíamos, aquela oposição passo a passo, que significava resistirmos, que significava nós fazermos o nosso papel. Se o meu candidato perde a eleição, o que eu faço? Eu me penduro em uma diretoria da Petrobras? Não; eu vou para a oposição. Se o meu candidato vence a eleição, eu o ajudo a governar. Parece-me que essa é a forma mais justa, a única forma ética de fazer política.

Mas nós íamos de maneira lenta. Íamos escandalizados com o caso Waldomiro Diniz, que hoje já é um detalhe nesse mar de corrupção sistêmica que está posto.

Em meu gabinete, logo que entramos, eu disse que faríamos duas pastas: Governo Lula – Escândalos e Corrupção. Mandeí parar, não consigo mais acompanhar. Sessenta por cento dos jornais significam corrup-

ção quando se pega o primeiro caderno de qualquer jornal grande deste País.

Antigamente, eu podia dizer que lia todas as revistas em um vôo Manaus-Brasília no domingo. Eu não consigo ler meia **Veja** em 2 horas e 20 minutos, de Manaus a Brasília. E não há a menor possibilidade de delimitarmos no tempo e no espaço quando acaba esta crise. Não temos ainda como delimitar o tamanho da crise.

É um caso tremendamente grave.

Eu não tenho pergunta a lhe fazer, Deputado. Quero apenas dizer que eu não esperava isso. Eu esperava incompetência de alguns, competência de outros.

Quero ressaltar o grosso, o grossíssimo da Bancada de Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores. Quero poupar o grossíssimo e o grossíssimo, três vezes, da militância do Partido dos Trabalhadores. Quero poupar figuras sérias que, com certeza, no governo, estão fazendo o melhor que podem. Mas quero dizer que havia, sim, a intenção – e o Sr. Dirceu não está fora disso; o Sr. Gushiken não está fora disso; o Presidente Lula sabia disso – de se montar um projeto de assalto ao que, pensavam eles, seria o Estado burguês e, pelo meio do caminho, tem um Land Rover; pelo meio do caminho, tem um vinho caro; pelo meio do caminho, tem a Daslu – e a Daslu não é somente para se fechar, não; a Daslu é também para se comprar roupas bonitas. Tem tudo isso. Tem tudo isso.

V. Exª, em algum momento, disse: “Sublimei o meu mandato”. Quando fizermos a história deste momento, vai ser marcante termos percebido esse *insight*, esse momento de inflexão, esse momento de corte, corte entre um momento e outro. Porque algo se tem que dizer. V. Exª manteve uma versão e, até o presente, não vi uma sequer, sem provas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Mas eu não vi uma sequer das suas assertivas não ser confirmada logo após. Ao contrário, em que pese a relação boa que sempre mantivemos entre nós dois, percebi que pessoas nas quais eu acreditava, embora adversárias minhas, eu confiava mais do que em V. Exª, mentem todos os dias, e mentem contradizendo a mentira anterior, e mentem contradizendo, cada vez mais, a mentira anterior. E essas pessoas, portanto, afundadas na mentira, estão cada vez mais me compondo a idéia de que elas são efetivamente perigosas para este País. Efetivamente perigosas!

Então, não concordo que V. Exª tenha poupado quem quer que seja. V. Exª jogou em cima dos dados que tinha. Entendo até que V. Exª foi muito duro no seu julgamento em relação ao Presidente. E eu não

sei se estou sendo duro. Estou dizendo algo que me deixa amargurado, mas estou convencido de que ele sabia, sim; estou convencido de que havia essa coisa sistêmica, montada, sim; estou convencido, portanto, de que nós temos que ir com a apuração até o final, e ir com a apuração até o final para nós vermos este País passado a limpo, porque jamais se viu tanta corrupção. Para mim, aquele caso Collor, que foi gravíssimo, aquilo ali é juizado de pequenas causas; aquilo ali merecia uma multa de trânsito, perder 15 pontos da carteira de motorista, como se fosse um avanço de sinal. Essa é a minha opinião, por mais que eu incomode o meu prezado Vice-Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Sr. Presidente, não é essa a questão.

O problema, Senador, é que temos seguido uma regra desde hoje de manhã. Todo mundo a cumpriu. V. Exª chega, fala mais do que o dobro, não participou de nenhum debate, e todo mundo tem que ser...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Perdoe-me! Perdoe-me!

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Todo mundo cumpriu a regra, menos o senhor. Porque o senhor fala o que quer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Perdoe-me.

Aliás, porque eu jamais imaginaria que V. Exª estivesse incomodado com o que estou dizendo. Jamais! Jamais!

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Fale o que o senhor quiser.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Porque, se eu começar a incomodar petista agora, vai todo mundo morrer do coração, ter ataque cardíaco, porque eu vou, precisamente, dizer exatamente o que eu quero, pelo meu microfone no Senado, pela tribuna no Senado. Se eu estivesse aqui elogiando, eu não sei se eu o incomodaria tanto.

Esse autoritarismo, é que as denúncias que V. Exª fez, Deputado Roberto Jefferson, colocaram no chão. É isso! Implantar por mais quatro anos um País que não poderia resistir, do ponto de vista da sua perspectiva democrática. E, hoje, o que nós temos é uma tentativa brutal de não quererem ver que este País afundou na corrupção mais deslavada, mais sistêmica e mais denunciável. E, por isso, entendo que V. Exª cumpriu um papel que serve para este País, sim.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu não posso aceitar que o Senador Arthur Virgílio, que passou todo o dia sem participar do nosso trabalho, em que todo mundo respeitou o horário, todo mundo respeitou o tempo, chegue aqui e se ache no

direito de agir de forma distinta, diferente da maneira que todo mundo agiu e, ainda por cima, queira ofender ou agredir insinuando que eu estou tentando censurá-lo. Não é isso, Senador!

O que eu acho é o seguinte: democracia não é ser autoritário; é respeitar as regras. Se a regra vale para um, vale para todos. V. Exª não é melhor do que ninguém. Todos nós devemos ter uma conduta com o mesmo padrão, com a mesma dignidade, com a mesma responsabilidade. Então, foi a isso que eu me insurji. E quero dizer a V. Exª que defendo que a regra seja a mesma para todos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento. Fui citado e, portanto, peço o tempo que me confere o art. 14.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não, nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr. Presidente, apenas três minutos.

Deputado Paulo Pimenta, V. Exª não é Presidente da sessão; o Presidente é o Senador Amir Lando.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não Senador. Foi feita uma questão de ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Mas eu peço pelo art. 14, Sr. Presidente. Fui citado, e não fui citado de maneira airosa. Peço, portanto, a palavra pelo art. 14. Se infringi antes, agora não o estou fazendo.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concederei a palavra a V. Exª, porque realmente o Regimento o socorre, mas gostaria que nós terminássemos...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sem dúvida. Não usarei os cinco minutos, apenas três.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Sobre o tema.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Claro, claro, exclusivamente sobre o tema.

Senador Amir Lando, primeiro, solidarizo-me com V. Exª, que é o Presidente da reunião e quem decidiria o momento em que cortaria a minha palavra; isso não caberia a ninguém mais, nem ao ilustre Vice-Presidente.

V. Exª presidia a reunião, com esse espírito tolerante e com esse seu espírito democrático – de V. Exª não tenho medo; V. Exª é exemplar –, eu então me excedi no tempo, até porque eu não estava na praia; estava trabalhando nas minhas comissões, liderando a minha Bancada e, se me excedi aqui, peço desculpas a todos. Com certeza, fui só eu. Talvez tenha até me excedido mais aos olhos do nosso ilustre Vice-Presidente quando comecei a ser mais enfático em relação

à condenação que faço a um Governo que julgo condenável, estruturalmente condenável. Mas V. Exª poderia dizer para mim que estava cortando o meu microfone. Muito bem! Mas não o Vice-Presidente. Quando S. Exª estiver aí, virei aqui apenas para que tenha o prazer de cortar o microfone. E virei aqui porque quero dar-lhe satisfação e, depois, um grande abraço.

Mantenho tudo o que disse e, da próxima vez, vou tentar dizer tudo o que disse em dois minutos e meio. Mas vai ser tudo o que disse. E vou ver como farei para cortar... Vai ser em linguagem de computador, mas vou ouvir tudo de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a compreensão de todos.

Agradeço também a presença do Sr. Deputado...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, mas eu sou obrigado a pedir a V. Exª os dois minutos com os quais se comprometeu o Senador Arthur Virgílio, para dizer a V. Exª e a todos os presentes, na condição de Relator, que nós estamos aqui reunidos há 14 horas e 25 minutos, ouvindo ininterruptamente 36 discursos, fora os dois discursos excepcionais com que nos brindou o Senador Arthur Virgílio. E 35 respostas do Deputado Roberto Jefferson, que se viu obrigado a esclarecer cada um dos discursos.

Foi uma bela festa de eloquência. Tivemos manifestações muito entusiásticas, manifestações muito candentes, manifestações muito bem-feitas, mas eu desejo comunicar aos meus ilustres colegas que, dessa forma, nós não apuraremos absolutamente nada no que diz respeito a nossa obrigação relacionada com esse chamado mensalão.

A apuração exige técnica, exige perícia e exige processo. Se continuarmos, a cada sessão, ouvindo 70 manifestações em 14 horas seguidas, não sobrará tempo para o trabalho técnico interno de confrontação das declarações com os documentos, com a relação dos indícios, das referências, das provas. Não haverá sobra para fazer relatórios sucessivos, parciais, que afinal de contas virão a exigir ou correções ou ampliações, ou remodelações. Há um enorme trabalho a ser feito pelo Relator e a equipe técnica, que o ajuda, que o auxilia e que o assessora. Nessas condições, com tertulhas de tamanha extensão, não posso, como Relator, assumir nenhuma responsabilidade quanto ao resultado concreto das investigações.

Quero deixar isso muito claro porque a responsabilidade que assumimos é muito grande. Como já estamos caminhando para 14 horas e 30 minutos desse concurso de eloquência, eu encerro as minhas palavras na suposição de que o Sr. Presidente haverá de

estabelecer conosco uma limitação, um sistema, um processo que nos permita reduzir todo esse extraordinário acúmulo de palavras em substâncias processuais que nos levem a tomar uma decisão. Decisão que é um julgamento sobre o destino das pessoas e que não pode perder, portanto, esta visão de extrema responsabilidade que encerra.

Muito obrigado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, eu ia pedir a palavra pela ordem, mas o Relator falou o que eu ia falar. Eu ia apelar à racionalidade. É irracional esse sistema de trabalho. Não há o que falar. Fiquei aqui, não fiz perguntas, não usei os meus 15 minutos, e vou usá-los somente quando for perguntar. Discurso eu faço no Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Passo a palavra ao depoente.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) –

Quero apenas agradecer a V. Exª, Senador Amir Lando, nosso Ministro; agradecer ao Relator, Deputado, Ministro, Ibrahim Abi-Ackel; ao vice-Presidente, às Srªs e aos Srs. Parlamentares da Comissão; aos Srs. Senadores; aos Srs. Deputados; aos funcionários da Casa e a todos que aqui estão. Muito obrigado pela oportunidade que me deram de falar aqui.

Ao contrário, não fiquei aborrecido. Ouvi grandes discursos aqui. Ouvi grandes momentos de oratória, grandes momentos de retórica, depoimentos importantes de grandes brasileiros, de grandes líderes no Senado e na Câmara dos Deputados.

Foi a primeira sessão desta Comissão. Tenho certeza que os timoneiros deste barco, dos quais conheço a capacidade, primeiro política, segundo gerencial, dois ex-Ministros, dois tocadores de Governo, dois Executivos do mais alto coturno, da maior envergadura, vão levar a bom termo as investigações e as conclusões desta CPI.

Quero dizer a esses dois homens que são os timoneiros e aos Deputados e Senadores que compõem esta Comissão que eu vivi aqui, de todos esses dias de investigação, das reuniões anteriores em outras comissões, o momento mais inteligente, mais brilhante e mais fecundo. Estou cansado, mas estou feliz pela força das palavras que escutei aqui e dos depoimentos, até das perguntas mais duras. Estou feliz.

Ouvi momentos de extrema inteligência, de raciocínio extremamente inteligente; ouvi momentos de extrema emoção, de frustração, de tristeza, mas acabei, no final, coletando na síntese do discurso de cada um, do PT, do PCdoB, do PSDB, do PFL, do PP e do PL, a síntese de tudo isso, Senador Amir Lando, e vou afirmar o que ouvi: é que todos crêem na esta-

bilidade do regime democrático do País e todos têm a esperança de que vão construir aqui um modelo legal que, se não termine com isto, com a corrupção reinante, existente, pelo menos diminua muito essa situação hoje vigente no País.

Muito obrigado a V. Ex<sup>as</sup> pela oportunidade que me deram. Muito obrigado pelo que escutei e pelas lições que aprendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero agradecer a presença de todos e dizer que realmente nós vamos tentar racionalizar cada vez mais os trabalhos, para buscar eficiência.

É evidente que, neste primeiro dia, às vezes, a tolerância foi necessária, mas vamos apertar, diante do Regimento e da lei, para levar a bom termo as nossas tarefas.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 23 horas e 29 minutos.)*

#### ATA DA 5ª REUNIÃO – REALIZADA EM 9- DE SETEMBRO DE 2005

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e quatro minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Almeida Lima, Leonel Pavan, João Batista da Motta, Wellington Salgado de Oliveira, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Valmir Amaral, Paulo Octávio, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Valdir Raupp; e dos Deputados Luiz Couto, Paulo Pimenta, Odair Cunha, Mauro Lopes, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, Fernando Coruja, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Odair Cunha, Gastão Vieira, Darcísio Perondi, Chico Sardelli, Antonio Carlos Mendes Thame, Narcio Rodrigues, Pedro Canedo, Carlos Dunga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Raul Jungmann, Renato Casagrande e Perpétua Almeida; e dos parlamentares não-membros Givaldo Carimbão, Ivan Paixão e Itamar Serpa, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUI-

ÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 5ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente submete ao plenário, através de votação simbólica, proposta feita pelo Senador Sibá Machado para transformar a 6ª reunião desta Comissão, que se realizará amanhã, dia dez de agosto, em reunião conjunta envolvendo as CPMIs “Correios” e “Compra de Votos”. A proposta é aprovada. A presidência passa a palavra aos seguintes parlamentares para questões referentes ao andamento dos trabalhos desta Comissão: Ibrahim Abi-Ackel, Fernando Coruja, Odair Cunha, Luiz Couto, Paulo Pimenta, Agnaldo Muniz, Moroni Torgan, Romeu Tuma, Júlio Redecker, Luiz Antônio Fleury e Raul Jungmann. O Presidente esclarece que a lista de inscrições será aberta sempre meia hora antes da hora de início das reuniões e encerrada uma hora e trinta minutos após a hora marcada para os inícios das reuniões, em todas as reuniões desta CPI. O Presidente informa que a reunião de hoje se destina à oitiva do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza. A Presidência convida o senhor Marcos Valério para prestar esclarecimentos. Este faz sua qualificação e uma breve explanação sobre as denúncias que lhe estão sendo imputadas. O Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquirir o depoente. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares para as respectivas inquirições: Paulo Baltazar, Mauro Lopes, Wladimir Costa, Augusto Botelho, José Rocha, Luiz Antônio Fleury, João Correia, Heloísa Helena, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Almeida Lima, Devanir Ribeiro, Chico Sardelli, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antônio Fleury, Wellington Salgado, Fernando Coruja, José Carlos Araújo, Narcio Rodrigues, Moroni Torgan, Paulo Pimenta, Romeu Tuma, João Batista Motta, Luiz Couto, Eduardo Suplicy, Leonel Pavan, Pedro Simon, Álvaro Dias, Gastão Vieira, Odair Cunha, Darcísio Perondi, Raul Jungmann, Renato Casagrande, Antônio Carlos Mendes Thame, Perpétua Almeida, Iriny Lopes, Narcio Rodrigues, André Figueiredo, Eduardo Paes, Carlos Manato, Edison Andrino, Babá, Alberto Goldman, Carlos Willian. Como reinscritos usam a palavra os Deputados José Rocha, Júlio Redecker e Paulo Pimenta. O Presidente requer ao depoente cópia da ação interposta pela empresa de Marcos Valério relativa ao Enduro da Independência contra o Estado de Minas Gerais, na época governada pelo Senador Eduardo Azeredo. O Presidente concede a palavra ao relator para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às duas

horas e quinze minutos da madrugada do dia dez de agosto de dois mil e cinco, convocando-se a próxima reunião para o mesmo dia dez de agosto deste ano, às onze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro aberta a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações no mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01, 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço a compreensão do todos, pois antes de dar por aberta a reunião, em caráter definitivo, tenho ainda algumas colocações a fazer.

Quero, inicialmente, dizer a todos os senhores que a ata da reunião anterior está aqui, à disposição de todos. Se alguém quiser ler a mesma ou então eu, desde logo, submeto à aprovação com a dispensa da leitura.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem. Sobre a ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sobre a ata, V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, a última reunião da CPMI, realizada na quinta-feira, quando foi a arguição do Deputado Roberto Jefferson, teve uma passagem que perguntei ao Deputado Roberto Jefferson a respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Isso consta da ata, consta da ata.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Consta da ata. Então esse assunto...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Eu estou encaminhando a V. Exª a cópia sonora da gravação da entrevista do Sr. Armandinho Anache com a Srª Clara, proprietária do restaurante Amarelinho...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito. A Mesa recebe e agradece a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – ... e, no momento oportuno, poderá ouvir inteiramente os sete minutos da entrevista.

Muito obrigado.

Está em mãos do Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A Mesa agradece a diligência de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, em discussão a ata.

Em votação.

Aprovada.

Agora vamos às questões de ordem propostas. Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, em função das declarações do Sr. Marcos Valério na imprensa de que desejaria um novo depoimento na Procuradoria-Geral da República para, sob proteção da lei da delação premiada, oferecer informações que ele não teria dado no depoimento anterior, sugiro a V. Exª que iniciássemos esta reunião aberta e, no final, fosse consultado o Sr. Marcos Valério para que, se ele desejasse, em reunião fechada, poder aduzir mais dados. Se o depoente não se sentisse à vontade em reunião aberta, que em reunião fechada pudesse oferecer mais dados a todos nós. Portanto, faço essa sugestão a V. Exª para que nós possamos proceder dessa maneira.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Para contraditar, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, acho que nós não podemos decidir de maneira subjetiva. Vamos iniciar o depoimento, vamos verificar o que tem que acontecer e, ao final, tomamos a decisão, até porque ele já disse mais de uma vez que queria dizer algo, e nunca disse nada, fica apenas nos enganando e protelando essa decisão. Não queria o depoimento da Renilda, não queria... A Simone queria também fazer fechado e, na verdade, está fazendo um jogo de cena. Portanto, não temos que decidir nada. Vamos ouvi-lo e acabou.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar sobre essa matéria. Aqui, Agnaldo Muniz.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agnaldo Muniz, com a palavra, é sobre... A matéria

já foi colocada e já foi contraditada. Sobre essa matéria, vou decidir.

Eu entendo que, conforme o Regimento determina, a reunião é aberta, é pública; só será secreta se houver requerimento. Entendo que V. Exª, nessa questão de ordem, sugere o requerimento, mas vamos antes ouvi-lo. Se for o caso que ele assim o decidir, nós imediatamente vamos atender o procedimento que V. Exª sugeriu. É cauteloso, ele tem uma procedência, mas é preciso que alguém o requeira. Esperamos que, se assim o desejar, vamos oportunizar para o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, obrigado pela decisão de V. Exª, que atende, em parte, a minha solicitação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Atendo, mas, é evidente que o procedimento é um pouco diferente neste momento. Vamos decidir se houver esse pedido por parte dele ou por parte do Plenário. Qualquer um de V. Exªs poderá fazê-lo.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Apenas para esclarecimento desta Comissão, houve entendimento com a outra Comissão, a dos Correios, sobre a agenda de amanhã? Se houve, V. Exª pode esclarecer esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós queremos mostrar a maior boa vontade, coisa que não temos recebido, a reciprocidade nesse fator. Até agora não recebemos quaisquer informações nem tivemos acesso aos dados levantados.

Entendemos que devemos ter cooperação. Foi-me sugerida uma consulta prévia pelo Senador Maguito Vilela, no exercício da Presidência, e eu imediatamente entendi que nós poderíamos fazê-la – é claro que **ad referendum** do Plenário. Então, poderemos fazer essa reunião conjunta. Precisaremos ter um local especial, porque não é possível, numa sala como esta, abrigar todos os membros das duas comissões. Então, digo a V. Exª que, em princípio, de que há esse entendimento.

Quero, neste momento, ouvir o Relator, inicialmente, sobre esse pedido. O Relator tem a palavra para se pronunciar sobre a oportunidade ou não de uma reunião conjunta. Eu vejo que sim, mas ouço o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, opino favoravelmente à reunião conjunta, porque seria um abuso do tempo dos Srs. Par-

lamentares realizarmos uma seqüência de duas sessões para ouvirmos a mesma pessoa. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com essa providência queriam permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Parabéns, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, o Deputado Coruja e, em seguida, o Deputado Odair.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, gostaria de saber se o **habeas corpus** concedido ao depoente vale para essa oitiva também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Desculpe-me, não entendi.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sobre o **habeas corpus**.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Aqui não é necessário **habeas corpus**.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não sei, mas eu nem vou pedir. É assunto que não me interessa. Aqui não precisamos de **habeas corpus**. Ele vem na condição de acusado e, como tal, poderá usar das prerrogativas constitucionais e das prerrogativas processuais.

Ele falará quando entender. Poderá declarar e esclarecer tudo o que puder. Certamente o fará em nome da verdade e em nome até da eficiência desse processo. Agora, ele poderá também se recusar. Ninguém é obrigado a auto-incriminar-se. Não é necessário decisão judicial para aquilo que está claramente estabelecido na Constituição e no Código.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Isso está esclarecido, mas eu gostaria de saber a informação...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não tenho informação, nem vou pedir informação. Se ele vier com qualquer **habeas corpus**, nem vou ler, porque não é necessário.

Agora, se houver outro delito, por exemplo, desacato ou de outra natureza, um flagrante delito, poderá haver prisão. Mas essa é uma satisfação excepcional que não espero.

Se alguém, como testemunha, vier a mentir, o perjúrio, tem de ser encaminhado para o devido processo legal. Não somos nós que vamos dar voz de



prisão aqui dentro. Temos de nos conduzir dentro da lei e dar o exemplo à sociedade do que é o devido processo legal, do que é o equilíbrio e do que é, sobretudo, a decência e o respeito à cidadania. Mesmo o acusado é um cidadão e tem todas as prerrogativas constitucionais. Se ele deverá ser punido, será na forma da lei. Não seremos nós que iremos aqui antecipar e queimar etapas. Vamos conduzir as coisas com a absoluta legalidade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu havia concedido a palavra ao Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, na reunião anterior, fizemos um acordo de que – naquela oportunidade, era consenso entre os membros aqui presentes – a inscrição para inquirição dos depoentes fosse realizada nos primeiros trinta minutos relativos ao início da reunião, a contar do início da reunião. Indago a V. Ex<sup>a</sup> se esse procedimento é o que adotaremos a partir desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Este é o procedimento já adotado e que iremos adotar.

Submeterei à decisão do Plenário questão relacionada as inscrições. Estabelecemos que as inscrições iniciar-se-ão 30 minutos antes do início da reunião. Hoje, as prorrogaremos até às 13 horas; ou seja, as prorrogaremos uma hora e meia, 90 minutos, após o início da reunião. Então, para hoje, até às 13 horas, – vamos definir a hora a cada dia – as inscrições estarão abertas. Após esse prazo, não permitiremos inscrições de última hora. Penso que devemos estabelecer uma ordem, já que a palavra será franqueada conforme a hierarquia adotada, ou seja, primeiramente falam os membros Titulares, seguidos pelos membros Suplentes e pelos não-membros.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A questão de V. Ex<sup>a</sup> é com relação a este tema?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, a questão é sobre inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, com relação à reunião de amanhã, que será conjunta, nós queremos saber...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse é um outro tema, que, inclusive, já foi decidido, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, refiro-me às inscrições. Creio que poderemos ser prejudicados. Então, como será a inscrição dos membros desta CPMI com os de outras?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos propor a inscrição da mesma forma. É evidente que se lá o prazo for dilatado, não haverá prejuízo dos membros desta Comissão com a adoção de dois procedimentos distintos. Haverá um só procedimento. Hoje mesmo, no mais tardar até amanhã, acertaremos esse ponto. Vou designar o Vice-Presidente para estabelecer esses procedimentos. Portanto, amanhã, decidiremos uniformemente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, posso dar uma sugestão?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento. Em conversa prévia com o Senador Maguito Vilela e com o Deputado Osmar Serraglio entendi que iremos compatibilizar ambas as listas, que serão intercaladas: falam os membros de uma CPMI e depois, os da outra, e assim por diante. Esse o procedimento que estamos acertando para o bom andamento dos trabalhos de amanhã.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Era essa a sugestão.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, há uma dúvida. Hoje, o jornal **O Globo** divulgou, por intermédio da jornalista Adriana Vasconcelos, em rede *On-line*, que o Relator da CPMI dos Correios deve decidir, em 10 dias, quais Parlamentares quebraram o decoro. Ou seja, no entendimento da CPMI dos Correios, quais seriam os Parlamentares envolvidos direta ou indiretamente com a questão do mensalão. Isso lá na CPMI dos Correios. Ocorre que a competência da CPMI dos Correios é averiguar situações de irregularidades, de envolvimento de Parlamentares e desvio de dinheiro por parte dos Correios, ao passo que à CPMI do Mensalão compete trabalhar essa questão. Daí, a minha indagação: S. Ex<sup>a</sup> tem competência de enviar para o Conselho de Ética nomes de Parlamentares que, supostamente, estariam envolvidos, ou S. Ex<sup>a</sup> teria que encaminhar para a CPMI do Mensalão essa questão? Temos que colocar um ponto final nisso, porque, caso contrário, estaríamos laborando em equívoco ou investigando duplamente as pessoas sobre a mesma questão. A partir do momento em que a CPMI

da Compra de Votos foi instalada acabou a competência da CPMI dos Correios sobre essa questão. Nesta reunião administrativa que aconteceu entre esta e a outra CPMI, pergunto: houve discussão, uma definição ou um acordo sobre o assunto para que a questão do mensalão seja discutida nesta Comissão? Ou a CPMI dos Correios irá continuar da mesma forma, investigando questões relativas à compra de votos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nessa preliminar, V. Exª indaga se a jurisdição é desta ou da outra Comissão.

Concedo a palavra ao Relator para que se pronuncie sobre o tema, emitindo um parecer sucinto sobre essa matéria.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, a razão única da constituição desta Comissão é a de apurar isso que, desgraçadamente, chamamos de mensalão, mas que está definido no ato de constituição desta Comissão como sendo o pagamento e o conseqüente recebimento de parcelas em dinheiro para votação de projetos de interesse do Governo. Portanto, se a matéria apurada lá está no contexto dessa definição, creio, salvo melhor juízo, que a competência jurisdicional para julgar o fato e investigá-lo antes é desta Comissão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Presidente, para explicar esse fato...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos logo decidir porque temos o depoente que está esperando, mas, em seguida, concederei a palavra a V. Exª. Mas vamos discutir essa matéria, só vou encaminhar.

Entendo que temos que fazer uma afirmação da nossa competência. Não há dúvidas, o Relator tem toda razão, e a questão de ordem formulada é procedente. A competência, a legitimidade ativa para encaminhamento é desta Comissão. Inclusive, todos os elementos, já solicitamos, já requeremos, já reiteramos, já fizemos toda sorte de providências, no sentido de buscar esses elementos para que esta Comissão possa trabalhar já com esse manancial de provas existentes. As coisas não estão acontecendo com a celeridade necessária, de qualquer maneira, já inclusive, agora, passo uma informação: estive com o Presidente Severino Cavalcanti e pedi, o adverti no sentido, uma advertência meramente informal, e vamos fazê-lo agora por escrito, de que esse material deve ser remetido a esta Comissão, porque entendo que temos essa competência e essa legitimidade ativa para encaminhar os casos. O que for encaminhado lá, não pode ir logo para o Conselho de Ética, tem que haver uma instância preliminar criada com a instalação desta CPMI. Então, deverá vir para cá.

E eu queria, inclusive, já, submeter aqui à apreciação um procedimento: faríamos uma comunicação ao Presidente Severino Cavalcanti, exatamente no teor dessa decisão, não vou repetir todos os detalhes para sermos breves, mas, em outras palavra, solicitando que ele encaminhe a esta Comissão todo o assunto encaminhado pela CPMI dos Correios, relativamente à compra de votos. A competência é nossa, a fase preliminar é aqui, temos, inclusive, que instaurar o devido processo legal, e essa é a visão do Relator, a visão da Mesa e de todos os senhores, no sentido de dar oportunidade a cada um de explicar, se defender, se for o caso, quer dizer, outras providências necessárias, até a quebra de sigilo, se for necessária, quer dizer, temos uma série de prerrogativas amplas, para realizar uma investigação certa, correta e inequívoca.

Então, eu queria logo, se os senhores quiserem discutir, mas não vamos prolongar demais, vou dar chance, se for discussão, a duas pessoas, dois do Senado, e dois da Câmara, o Deputado Coruja e, em seguida, o Deputado Júlio.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, é evidente que esta Comissão tem esta competência, mas além disso, a Resolução da Câmara dos Deputados, que criou o Conselho de Ética, permite que outros...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não estou falando de outras iniciativas, não posso inibir outras iniciativas, mas também já requeremos todos os processos que se encontram lá relativamente a outras iniciativas. Mas, aí, a competência é concorrente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, concordamos com a solicitação, mas me parece claro que não é uma condição **sine qua non** de que, se vai para o Conselho de Ética, que passe aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não estou falando genericamente, mas no que se refere a esta competência nossa, pois há uma CPMI instalada, que tem competência. Então, se tem competência, tem que ser executada, e temos que preservar essa competência.

Entendo que eles nos enviem e procedam como quiserem.

Também havia pedido a palavra anteriormente o Moroni Torgan.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, V. Exª, com todo respeito, não nos deixou argumentar e já contra-argumentou na Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É que temos que dar celeridade, se não, vamos ficar aqui nessas preliminares até tarde.

Concedo-lhe a palavra.

Desculpe-me se lhe atalhei o raciocínio, mas entendi que o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> era perfeito e o atalhei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só para colocar, porque penso que podemos solicitar qualquer coisa. Evidentemente, esta Comissão tem que investigar, agora, é evidente, está na capa de todos os jornais hoje, a preocupação de que, de repente, o Presidente da nossa Casa, da Câmara dos Deputados, está criando, no meu entendimento e de outros, obstáculos ao avanço das investigações pelo Conselho de Ética, porque, se colocar no Conselho de Ética um a cada 90 dias, vamos acabar em 2010. Então, temos que tomar cuidado para que não sejamos aqui fatores também de criar complicações. Acho que nós podemos solicitar, vamos averiguar, vamos investigar. Mas não vamos firmar posição aqui de dizer que tem que passar aqui, primeiro, para ir para lá. É isso que quero esclarecer. Pessoalmente, acho que muitas questões podem ser encaminhadas pela Comissão dos Correios, por esta, por partido político, porque muitos fatos já estão evidentes. Nós não precisamos investigar aqui. Aliás, se nós formos investigar, nós não vamos acrescentar muitos detalhes. Então, só para não deixar claro que nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, se esse pensamento de V. Ex<sup>a</sup> fosse vencedor, nós teríamos que extinguir, agora, esta Comissão. Vamos extinguir a Comissão. Porque entendo o seguinte: se uma Comissão que tem competência específica de investigar fica fora do processo, não tem razão de ser. Também no processo há uma situação de litispendência. Então, essa situação de litispendência foi instaurada com a criação desta Comissão, de certa forma, uma lide contra todas esses envolvidos. Se um é competente, se outro juiz é competente, então, se pode passar de qualquer outro sobre esse tema que está sendo investigado, diretamente, para a Comissão. Quer dizer, a Comissão de Ética vai instaurar os processos lá. E por que nós vamos prosseguir? É uma questão de competência formal na medida em que foi criada. Há uma jurisdição. O parecer foi muito claro do Exm<sup>o</sup> Sr. Relator.

Deputado Moroni Torgan com a palavra.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que não sirva para obstruir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não estou aqui para que isso sirva de pretexto para nada. Eu estou defendendo a nossa competência e os instrumentos que nós temos para averiguar a verdade.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão no momento que fala que tudo referente à nossa Comissão deve ser solicitado da outra.

Agora, é mais ou menos como uma distrital estar trabalhando com uma delegacia especializada. Isso não quer dizer que invalida que a distrital mande para o Ministério Público, mande para onde quiser. Agora, a especializada tem o dever de pegar tudo das informações da delegacia distrital. É mais ou menos o que acontece. Se a nossa é específica, nós temos o direito de pegar todas as informações. Mas não temos o direito de interferir na decisão da outra. A outra toma a decisão que bem entender passe para todo o mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não estou interferindo.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Eu estou corroborando as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estou dizendo que a atitude de V. Ex<sup>a</sup> está correta.

A outra CPMI tem que nos mandar tudo que tem sobre mensalão. Mas independente de mandar para outros lugares também, pode mandar. Agora, para nós tem que mandar tudo. E, depois, nós só temos como agir dentro da jurisdição da nossa CPMI. A outra quem vai tomar as decisões são eles lá.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo palavra para discutir a matéria ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só um minutinho, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já conversei com V. Ex<sup>a</sup> que esta Comissão tem uma missão muito importante: de separar a responsabilidade criminal pela culpa ou pelo dolo. Esta é a missão desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agora, ali, realmente a Senadora Zulaiê deve estar pensando como eu é a quadrilha toda que se formou. Então, eu vou atrás da senhora. A senhora diz, na televisão, eu estou achando que é o correto.

**O SR. (Orador não identificado)** – O cargo de Senadora...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E a Sr<sup>a</sup> Senadora. Vou votar na senhora, em São Paulo, tranquilamente.

A questão de mandar direto para o Conselho de Ética não impede a continuidade das investigações dessa Comissão. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> assim, até para ficar de acordo com o parecer do Relator, que converse

com o Presidente da outra CPMI, em vez de mandar para a Comissão de Ética, já mande para cá formalizada toda a denúncia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi isso...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...para que a gente analise, se estiver correta pouca coisa terá que ser feito e se encaminhe à Comissão de Ética.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeitamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A instância não seria invalidada e nós não teríamos que discutir se a Comissão de Ética tem ou não de mandar para cá. Talvez, V.Exª com o Presidente da Comissão, que é um homem de bem, o Delcídio e o Relator, poderá concordar com V.Exª e mandar já o procedimento pronto para cá. E aí o senhor designaria alguém ou o Relator, ou discutiria em conjunto o que foi apurado lá. É só uma idéia para evitar esse choque de competência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V.Exª tem toda a razão. Nós estamos tendo o maior bom-senso possível, não sei, mas, sobretudo, o desejo de cooperação. Infelizmente até agora não aconteceu nada. É por isso uma preocupação.

E quanto eu vi essa notícia...Devo dizer que essa notícia, de certa forma, é desmentida pela palavra do relator que esteve comigo e com o Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e, lá, disse que tudo que se referia a esta parte, sobretudo, o encaminhamento, seria mandado inicialmente a esta Comissão, e esta Comissão tomaria as providências necessárias. Como disse V. Exª, quando se trata de dolo e culpa, é importante diferir responsabilidades. É isso que temos de detalhar e dissecar em nossa investigação.

Como último orador inscrito, vou conceder a palavra inicialmente ao Deputado Júlio. Depois, eu a concederei ao Deputado Fleury. Posteriormente, vou chamar o depoente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, as pessoas, de um modo geral, têm se dirigido a alguns colegas e a mim próprio aqui, dizendo que essa concorrência entre as CPMIs e a falta de articulação entre a Presidência da Câmara dos Deputados e a do Senado têm motivado aqui uma briga de egos que não leva a nada no que diz respeito à investigação.

Seria a hora de sentar com os Presidentes das duas Casas, com os nossos companheiros da outra CPMI e dizer-lhes que o interesse público está acima de eventuais brilhos pessoais e que precisamos aqui fazer uma investigação profunda para que ela fosse rápida. A celeridade, neste momento, é fundamental, porque está havendo uma série de depoimentos e de

fatos que são velhos e que não encaminham para novas figuras que devem ser ouvidas aqui.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma constatação: estamos trabalhando aqui na época da pedra. Deveríamos reunir todos os documentos, colocar câmeras numa sala e deixar livre acesso aos Parlamentares, não por uma hora, mas pelo tempo que quisessem, para que eles pudessem se debruçar sobre o estudo das matérias e das provas documentais já recolhidas. Isso não está ocorrendo.

Outra sugestão é a seguinte: muitos Parlamentares, muitas pessoas querem prestar serviços. Por exemplo, o sindicato da Receita, da Polícia Federal e outras pessoas que são habilitadas na investigação poderiam ajudar os Parlamentares, que na realidade são generalistas, pois nem todos têm a especificidade do Direito, da juridicidade, da pesquisa. Isso não está acontecendo.

Assim, eu faria um apelo para V. Exª no sentido de que tivéssemos alguns minutos do nosso tempo para organizar os trabalhos da Casa em relação à CPMI. Quando falo “Casa”, refiro-me ao Congresso Nacional. Da maneira que está, vamos acabar caindo na descrença pública de que esta Casa pode dar à Nação os esclarecimentos necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Devo dizer que V. Exª tem razão no que diz respeito à racionalização do uso desses documentos. Mas temos uma preliminar, ou seja, não tivemos ainda acesso a isso. Esperamos tê-lo brevemente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero falar sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, penso que o Deputado tem razão, mas V. Exª já tomou uma providência inicial, quando designou quatro membros da Comissão para irem atrás desses documentos e dos órgãos depositários. Já estivemos na Polícia Federal e no Banco Central. Falta irmos à Receita. Precisamos nos reunir com os outros três Parlamentares.

O Deputado tem razão, mas V. Exª já tomou providências, juntamente com o Relator, no sentido de buscarmos esse apoio tão necessário dos técnicos dos órgãos competentes.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, vou conceder a palavra...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero me alistar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já encerrei as inscrições.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero requerer...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou agora conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, porque já dei a última palavra ao Deputado Fleury e não posso deixar de conceder a palavra a qualquer momento ao Relator, que acaba de me pedir a palavra.

Concedo a palavra ao Relator, antes de concedê-la ao Deputado Fleury.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, a questão me parece resolvida. A Assessoria da CPMI dos Correios já disponibilizou toda a sua documentação aos Parlamentares desta CPMI e à sua Assessoria. Trata-se apenas de estabelecer com a Assessoria da CPMI dos Correios um horário, para que os membros desta Comissão tenham acesso à documentação que lá se encontra.

Só ouvimos aqui por enquanto uma pessoa. Vamos ouvir a segunda agora. Podem estar certos de que, a partir da semana que vem, haverá lugar próprio com a documentação, com os textos gravados, com todo o sistema oferecido aos Srs. Parlamentares membros da Comissão, para que eles possam colher os elementos de investigação que julgarem necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Penso que os esclarecimentos foram muito lúcidos, e não é necessário nenhum comentário a respeito.

Concedo a palavra ao Deputado Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> fez uma proposta de um documento a ser elaborado por esta Comissão para delimitar claramente o âmbito da sua atuação. Eu até diria que, como se aplica o Código de Processo Penal subsidiariamente às Comissões de Inquérito, estamos diante de um caso de competência material, de competência em razão da matéria, o que é uma competência absoluta. Portanto, não podemos, realmente, ceder terreno nesse aspecto.

Ao mesmo tempo, devemos tomar cuidado para que não se prejudique o ritmo da CPMI dos Correios, que está num ritmo mais adiantado porque começou antes, mas podemos ganhar tempo e chegar às conclusões rapidamente se nos dedicarmos e, principalmente, se tivermos acesso aos documentos, como o Relator já disse. Mas é fundamental que V. Ex<sup>a</sup> deixe claro que a competência para apreciar os fatos ligados ao chamado mensalão é desta Comissão, em razão da matéria, competência absoluta que não pode ser usurpada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a colocação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É a síntese exatamente do que entendemos. Vamos fazer essa comunicação solicitando ao Presidente da Casa que nos envie quaisquer elementos relativos à competência, objeto desta CPMI.

Eu já havia encerrado essa fase, eu queria chamar o depoente, mas, enquanto o depoente é introduzido aqui, vou dar a palavra rapidamente ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Serei muito breve, Sr. Presidente. É apenas um pedido de informação. Na próxima quinta-feira, haverá uma reunião administrativa, quando teremos oportunidade de votar os requerimentos em pauta? E, se houver essa reunião, a que horas e em que lugar ela será realizada? É apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos tempo para decidir isso até amanhã, porque pode ser que a gente tenha de ouvir alguém na quinta-feira, mas, certamente, vamos encaminhar nesse sentido. No mínimo, será feita uma reunião administrativa. A hora e o local vamos definir.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que entre o Sr. Marcos Valério, que já está presente. (Pausa.)

Antes de conceder a palavra ao depoente de hoje, o Sr. Marcos Valério, quero deixar muito claro que ele vem aqui na condição de acusado e que, como tal, poderá deixar de falar sempre que julgar que a fala ou as declarações dele possam implicar em auto-incriminação. Esse é um direito garantido, não é necessário **habeas corpus**, absolutamente nada. Esse é um direito constitucional. Então, deixo já previamente claro isso, para que o depoente saiba. É evidente que a cooperação de V. Ex<sup>a</sup> na busca da verdade, na elucidação dos fatos, sempre poderá inclusive lhe auxiliar na construção da sua defesa, mas, de qualquer sorte, o juízo é exclusivo de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero dizer a todos que vamos tratá-lo aqui de acordo com as regras de processo penal, de processo civil, com urbanidade, com respeito. Toda pergunta será admitida, mas não vou admitir qualificações, acusações. Acusações são feitas diante do Poder Judiciário, e quem tem a iniciativa de qualquer ação penal é o Ministério Público.

Vamos fazer todas as perguntas, perguntas inteligentes, para esclarecer os fatos. É importante que cada um tenha exatamente essa visão, essa argúcia de fazer uma pergunta que possa esclarecer mais. Queremos a verdade, nada mais do que a verdade. Não haverá tratamento degradante e nem desumano. Vamos dar um tratamento urbano, respeitoso, mesmo porque em relação a uma pessoa eventualmente acusada – e não há culpa formada ainda, não há condenação –, de qualquer maneira, o respeito é necessário, como estabelece a Constituição e o Código.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, um dos advogados do acusado é o Dr. Marcelo Leonardo. Quem é o outro advogado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tenho essa informação. Pode falar.

**O SR. PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA** – Paulo Sérgio Abreu e Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Está satisfeito, nobre Deputado? (Pausa.)

Concedo inicialmente a palavra ao Sr. Marcos Valério, para, se quiser, fazer uma exposição, até o prazo estabelecido, de 20 minutos a 30 minutos. É evidente que, se eu entender que é importante a matéria e que ele tem de usar mais tempo, serei tolerante.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, Sr. Presidente, Sr. Relator, estive aqui na primeira CPMI, peço hoje desculpas ao Brasil, em público, e aos Srs. Deputados, por não ter aberto ou por ter omitido alguma coisa, até porque os empréstimos eram pertencentes a outras pessoas, a um Partido, e esperei que esse Partido se pronunciasse.

Então, em público, peço perdão ao Brasil por não ter aberto tudo. Agora vou fazer um relatório e vou fazer uma declaração daquilo que eu vivi. Muitas vezes, não vão ter provas, mas vão ter fatos. Então, eu vou falar aquilo que vivi nesse período de 2003 a 2005. São fatos que vivi, fatos que acompanhei, reuniões a que eu assisti e fatos que eu presenciei. Não vou inventar, não vou denunciar. Não esperem isso de mim. Eu vou falar estritamente aquilo que eu vi e aquilo a que eu assisti.

Outra coisa: Belo Horizonte é uma cidade pequena, e já foi noticiada em 98 a eleição do Sr. Eduardo Azeredo e do Sr. Clésio Andrade. Em Belo Horizonte, existe um advogado que, por acaso, é filho do Relator, e eu não conheço o Relator. Quero deixar claro: eu não conheço o Sr. Abi-Ackel, mas o filho dele, o Dr. Paulo Abi-Ackel eu o conheço, é um advogado famoso em Belo Horizonte. Em 1998, ele participou, de forma atuante, na campanha do Sr. Eduardo Azeredo. Eu lembro muito bem, através do Sr. Cláudio Mourão, que o depósito feito por ele foi pelo serviço que

ele prestou à campanha e não tem nada a ver com o Deputado Abi-Ackel, que, cabe ressaltar, eu não conheço. Tenho que fazer isso para ser justo dentro das minhas colocações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor está com a palavra, pode continuar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Podemos começar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor, então, aqui conclui sua exposição. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Estou apto a responder a todas as perguntas e com a maior boa vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tem mais nada a acrescentar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mais nada a acrescentar. E vou elucidar esse caso nos mínimos detalhes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, para iniciar as inquireições, ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, em primeiro lugar, peço ao senhor que faça a sua qualificação pessoal, a sua individualização, para que ela conste dos Anais do processo: seu nome, data de nascimento, estado civil, documento de identidade, residência e profissão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Marcos Valério Fernandes de Souza, natural de Curvelo, 29 de janeiro de 1961, carteira de identidade M1.651.871, CPF 403.760.956-87, casado, residente em Belo Horizonte na Rua Castelo de Feira, nº 122, bairro Castelo, ou na Rua Jaçanã 300, Retiro do Chalé, Brumadinho, Minas Gerais. Sou empresário, porque, a partir dos acontecimentos, as empresas praticamente deixaram de existir. Então, eu me considero um ex-empresário.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, tem sido objeto de constante publicações o fato de que o senhor declarou desde o início ter tomado o empréstimo no Banco Rural, a fim de atender às necessidades financeiras do Sr. Delúbio Soares. Consta também, sem contradita, que o senhor emitiu uma nota promissória, tendo como avalistas o Sr. Delúbio Soares e o ex-Deputado José Genoíno. Qual a importância dessa promissória?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não foi uma nota promissória, Sr. Relator. Foi uma correspondência dirigida ao Banco BMG e ao Banco Rural, onde o Sr. Delúbio Soares, como tesoureiro do Partido, garantiria os empréstimos. Essa garantia foi dada **a posteriori**, porque os empréstimos foram renovados com juros. Chegou num mon-

tante em que os bancos exigiram, depois de um certo tempo, a garantia, por escrito, do Dr. Delúbio, em uma das cartas, que é da BMG – está aqui, e eu vou lhe passar em mão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O crédito foi concedido, então, por meio da solicitação feita por carta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O crédito foi feito através da empresa SMP&B, num valor total de seis empréstimos entre a SMP&B, Grafitti, Rogério Lanza Tolentino & Associados, num total de R\$55.217.271,02.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor foi o responsável pelo pagamento, assumiu as responsabilidades do pagamento perante o banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os avalistas são eu e os meus dois sócios.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas há a certeza de que, num determinado momento, foi emitido um documento em que os avalistas eram o Sr. Delúbio Soares e o Sr. José Genoíno.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, esse é o empréstimo do PT. Estou falando do empréstimo das minhas contas pessoais, das contas das empresas das quais sou um dos sócios.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o senhor, por favor, esclareça sobre os dinheiros enviados para as pessoas que são objeto hoje de investigação. Elas têm, então, duas fontes, os empréstimos que o senhor fez em nome das suas empresas e o empréstimo feito particularmente pelo senhor, por Delúbio Soares e por José Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu gostaria, então, de explicar e deixar esse episódio bem claro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu gostaria que o senhor explicasse, porque o meu interesse, nesta parte do depoimento, é saber a origem do dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ótimo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E, talvez, até para facilitar a exposição de V. S<sup>a</sup>, gostaria de entender o seguinte: o senhor sabia que o Sr. Delúbio Soares e o Sr. José Genoíno não tinham rendas e nem patrimônios suficientes para honrar o compromisso que o senhor assumia. E o senhor, ainda assim, assumiu esse compromisso. O senhor tinha alguma garantia, além desses avais, que são apenas teóricos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, eu vou começar desde o início, dentro da cronologia.

O empréstimo para o PT teve o aval meu, do Sr. Genoíno e do Sr. Delúbio Soares. Esse empréstimo foi direto para o PT. Foi um no BMG e o outro no Banco Rural.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– No valor de...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dois milhões e pouco. E o outro de três milhões e pouco.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito bem.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E depois foi-me solicitado um empréstimo que foi feito dentro da SMP&B, junto ao Banco BMG, onde tinha o meu aval e o dos meus sócios. Volto a falar: eu participo da SMP&B junto com outros sócios. E esse empréstimo foi, na íntegra, repassado ao PT ou a quem o Dr. Delúbio Soares mandava. Nesse empréstimo, Sr. Relator, inicialmente, não existia aval do Sr. Delúbio e nem do Sr. Genoíno. **A posteriori**, lá na frente, é que houve uma carta assinada pelo Sr. Delúbio, como tesoureiro, para o BMG e para o Banco Rural, que já está aí disponível com o senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Marcos Valério, por favor, qual o volume total dos recursos repassados pelo senhor a Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É de R\$55.217.271,02. E todos os contratos originais estão aqui, com a relação de empréstimo, que eu estou lhe passando, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O que significa que esses R\$58 milhões, acrescidos de juros e correções monetárias, é que justificam a sua assertiva de que o PT lhe deve R\$100 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justifica que o PT me deve o valor corrigido que os bancos estão me cobrando, que eu acho que está em torno de R\$100 milhões – acho, tem de se fazer a apuração. E eu já entrei com um pedido judicial para apurar o valor real, para que eu também negocie ou entre na Justiça contra o PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Marcos Valério, peço-lhe que explique à Comissão o motivo pelo qual o senhor, homem de negócios – e, portanto, experiente, a ponto de não correr riscos desnecessários –, veiculou dinheiro, nesse alto montante, para pessoas que não tinham garantias e nem ofereciam possibilidades de ressarcimento, tendo o senhor assumido perante bancos e perante a sua empresa a responsabilidade pelo pagamento. Quem,

afinal de contas, dava-lhe a garantia de que o senhor não teria esse prejuízo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta. Vou responder com toda a sinceridade essa pergunta. Primeiro, o PT, de acordo com as informações do Sr. Delúbio Soares, tinham uma arrecadação em torno de R\$50 milhões. E essa arrecadação...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– De quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cinquenta milhões anuais.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Cinquenta milhões, sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E essa arrecadação iria dobrar com a participação de novos elementos dentro do Governo Federal. Então, ele teria ali condições de pagar os empréstimos. Além disso, tinha o aval do Sr. Delúbio Soares, que cansou de me falar que o Sr. José Dirceu sabia das operações. A um dado momento, os empréstimos foram renovados com juros, com juros. Não se pagava nada dos empréstimos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Quer dizer que os empréstimos foram renovados com o capital tomado mais os juros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mais os juros. E isso me deixou tranqüilo de saber que as pessoas sabiam que tinha um aval superior. É a única coisa que eu posso lhe falar, Sr. Relator, além da própria arrecadação, que me foi mostrada, de campanhas que o PT já estava fazendo – isso é público e notório; é só checar – para novas arrecadações de recursos e de pessoas que estavam no Governo e contribuiriam com o Partido. Essa foi a colocação que me foi posta. Não era doação, não era em troca de contas.

Há outra coisa também, Sr. Relator – e eu também tenho que ser muito sincero com a minha consciência: há um certo receio de que o Partido do Governo... Num pedido desse, se você fala não, não é que eles iam lhe ajudar em nada não, mas você poderia ser prejudicado. Estou sendo muito sincero.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Marcos Valério, custo a aceitar que um homem experiente como o senhor, sócio das duas maiores empresas de publicidade do Estado de Minas e das maiores do País, tenha se arriscado tanto, tenha se responsabilizado por importâncias tão grandes, mediante apenas a palavra, a promessa de que havia recursos mensais suficientes para pagar o empréstimo.

O senhor há de admitir que isso não é da prática comercial em nenhum país no mundo, principalmente

quando se trata de bancos. Nos bancos, são feitos os cadastros dos tomadores de empréstimos, são feitas as avaliações das possibilidades de resgate do empréstimo. Há uma enorme cerca de garantias, para que o banco não tome prejuízo. No entanto, é a primeira vez que vejo uma tal importância, uma importância dessa ordem, ser emprestada a um partido político – isto é, uma entidade que, ainda que seja jurídica, uma pessoa de direito público, é uma entidade um pouco difusa – sem um papel de garantia, sem nenhum lastro imobiliário, sem nenhuma renda que pudesse ser penhorada no sentido de resgatar.

O senhor, no entanto, por amizade ao Sr. Delúbio Soares, correu esse risco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou lhe responder com uma outra colocação, Sr. Relator, com todo o respeito, tentando elucidar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Pois não. Tenha a bondade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O chefe da sua empresa vira para você e lhe pede um empréstimo: me dá dez reais, me empresta dez reais. Você sabe que ele tem condições de pagar. Aí fica difícil você negar. É como se uma pessoa me pedisse um empréstimo do Partido do Governo e eu não tivesse condições de negar. E os bancos em que fui lá e solicitei os empréstimos... Nos primeiros empréstimos, eu tinha crédito. Nos segundos empréstimos, eles foram me emprestando. Agora, se o senhor me perguntar, com toda a sinceridade: o aval do Sr. José Dirceu foi dado a você? Eu falo que não, mas foi confirmado por mim pelo Sr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Foi confirmado pelo senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Através do Sr. Delúbio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Através do Sr. Delúbio.

O Sr. José Dirceu não lhe deu garantias pessoais, diretamente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Marcos Valério, o senhor fez duas referências que para mim são muito sintomáticas. O senhor disse que se tratava do Partido do Governo e que isso significava para o senhor um risco de desatendimento. O senhor queria ser agradável ao Partido do Governo, não é verdade? Necessitava captar a sua confiança para os seus negócios. Será isso o que o senhor quis dizer?



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, ao contrário. Não ser perseguido já era o suficiente para mim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor mencionou, duas vezes, o Partido do Governo como sendo uma espécie de garantia para fazer o empréstimo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E vou dar outro exemplo, para a gente também deixar de hipocrisia e falar puramente a verdade: quando do Governo Eduardo Azeredo, as duas agências atenderam o Governo Eduardo Azeredo. Ganhou o Sr. Itamar Franco. As duas agências não atenderam o Sr. Itamar Franco.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, na ocasião em que o senhor disponibilizou os recursos financeiros para o Sr. Delúbio Soares, o senhor já tinha contratos de publicidade com agências do Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Relator, Sr. Deputado, já, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Seria difícil para o senhor, apelando apenas para a memória, especificar perante os membros da Comissão, quais os órgãos públicos com os quais o senhor já tinha contratos de publicidade e, ainda que aproximadamente, o valor total deles?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso, sim, Sr. Relator. Com todo o respeito, vou lhe falar. Tinha no Banco do Brasil, através de uma empresa que eu participava, a DNA Propaganda. Tinha na Eletronorte, através de uma das empresas também que eu participava, que era a DNA Propaganda. Tinha no Ministério do Trabalho, através da DNA Propaganda. Tinha no Ministério dos Esportes, através de uma das empresas de que eu também participava, a SMP&B Comunicação. E é só isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No curso dos seus entendimentos com o Sr. Delúbio, quanto aos empréstimos que o senhor fez, antes, durante e depois, ocorreram aditivos em alguns desses empréstimos, não é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pela lei, dentro da lei, e de Governos passados que também faziam.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esses aditivos continuaram a ser feitos durante o Governo Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A lei permitia que se fizessem no Governo Lula, e foram feitos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foram feitos. E esses aditivos alteraram para muito mais os valores originais dos contratos de publicidade a que o senhor se referiu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, não era razão para aditivo. Aditivo foi apenas para alongar o prazo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E, alongando o prazo, significava novos pagamentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. A renovação é permitida pela lei, de ano para ano, e, se não me engano – porque me foge a lei –, isso pode ser feito por três anos ou quatro anos, cinco anos. É isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu não estou formulando suspeição alguma. Nós queremos é interrogar sobre os fatos. Houve aditivos, e o senhor, então, continuou prestando serviços a essas entidades de direito público do Governo Federal, por meio de contratos, alguns deles assinados ao tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e objeto de aditivos que prorrogaram a sua vigência no Governo do Presidente Lula. Não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Agora, temos que ressaltar que isso não é privilégio só das minhas empresas. Nós temos outras empresas do Governo que também sofreram esses aditivos. Outras. Várias. Poderia citar ‘n’ aqui e que vêm desde o Governo Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Sr. Marcos Valério, o senhor procurou espontaneamente duas vezes o Procurador-Geral da República e o fez depois de ter prestado depoimento à CPI Mista dos Correios. Permita-me perguntar-lhe: o senhor foi ao Procurador-Geral da República levar elementos que o senhor sonou à CPMI dos Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu peço desculpa ao Brasil e peço desculpas à outra CPMI e aos Deputados da outra CPMI e aos Senadores também. Mas naquele momento eu tinha que... e esperava a posição dos realmente... que eram detentores do empréstimo. Logo depois as pessoas se pronunciaram e eu procurei o foro competente para revelar o que eu sabia. Foi isso, Sr. Relator...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Isto significa, salvo melhor juízo, que o senhor fez ao Procurador-Geral da República revelações que o senhor até hoje não tinha feito à CPMI dos Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Peço ao senhor, Sr. Marcos Valério, no interesse de todos e no seu próprio: faça, por favor, a esta CPMI as revelações que o senhor fez à Procuradoria-Geral da República e que não constam das atas da CPMI dos Correios. É claro que daqui a pouco todos terão conhecimento das declarações reservadas que o senhor fez ao Procurador-Geral da República porque os inquéritos e os processos criminais são públicos e todos terão acessos a ele. Peço ao senhor que, por favor, complete perante esta Comissão as informações que foram dadas de forma incompleta à CPMI dos Correios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está no depoimento que já está correndo na Casa, já oficialmente.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Oficialmente não?

**O SR. (Orador não identificado)** – Nós queremos ouvir a sua voz.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah... (Risos.) (Pausa.) Não tem? (Pausa.) Não?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Chegou. É confidencial. Como eu sou membro da outra CPMI, tive acesso. Oficial.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então vamos desconfidenciar agora.

Vamos desconfidenciar. O Brasil e os cidadãos brasileiros, Marcos Valério...

**O SR. (Orador não identificado)** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem está pedindo uma questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu aqui, Presidente. Uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, as revistas semanais já publicaram, os jornais já publicaram esse relatório confidencial. Quer dizer, foi o depoimento feito pelo Sr. Marcos Valério ao Ministério Público Federal. Então eu estou dizendo uma questão de ordem para elucidar, Sr. Presidente. Está aqui o depoimento. A maioria dos Deputados e Senadores já tem ele em mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Relator, que fará as inquirições e os requerimentos que quiser.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Vou formular novamente a pergunta. O que foi distribuído aqui foi aquilo que o Procurador-Geral da República resolveu reduzir a termo. O que eu estou perguntando a V. Exª é: quais são as confidências que V. Sª lhe fez e que não constam do texto reduzido a termo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – OK, Sr. Relator. Eu vou procurar ser o mais verdadeiro possível, tá?

Eu coloquei pra ele uma lista de sacadores e os comprovantes de alguns desses saques que eu tinha conseguido resgatar dentro das empresas e prometi pra ele entregar... Antes de vir pra cá eu tive na Procuradoria e prometi a ele entregar toda a minha contabilidade a partir de amanhã e também virei a essa Comissão entregando toda a minha contabilidade, aonde também esclarecerá um monte de dúvidas, de saque, de conciliações bancárias e tudo. Essa contabilidade está sendo entregue hoje em Belo Horizonte à Receita Federal, amanhã à Procuradoria e eu também disponibilizarei à Comissão essa contabilidade em disquete e fisicamente darei o endereço, em Belo Horizonte, aonde estará toda a documentação que pode ser verificada fisicamente também a essa Comissão. E a lista, ela está sendo baseada nesse cento e poucos documentos aqui, que eu passo à mão do Relator. Não tem todos os documentos, mas alguns que eu consegui recuperar e outros já são de conhecimento público, já estão nos bancos e os bancos estão mandando para cá.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Só para aproveitar. É dos últimos cinco anos, conforme foi inclusive quebrado o sigilo, Sr. Marcos Valério?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Relator.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A contabilidade é dos últimos cinco anos, Senadora, Senadora.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem está com a palavra... Com licença, com licença. O senhor está respondendo agora as inquirições do Exmº Sr. Relator. Se cada Deputado ou Senador intervir, nós vamos criar o caos. Então, vamos manter a regra, e peço que cada um reserve as suas perguntas para o seu momento próprio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Entenda que, diante da última pergunta que formulei, os senhores membros da Comissão entenderam qual era o sentido dela, primeiramente formulado.

É claro que eu não estava me referindo a um processo... a um texto escrito que é do conhecimento de todos, mas isso acabou prejudicando a resposta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O senhor quer que eu leia...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eram outras coisas que a redação a termo não consignou.

Vou prosseguir. Peço a paciência dos senhores membros da Comissão, porque eu vou prosseguir ainda, durante algum tempo, na inquirição. Como não faço discursos, o tempo do discurso fica substituído pelas perguntas.

Sr. Marcos Valério, o senhor declarou que o dinheiro, uma vez direcionado ao Sr. Delúbio, já não era seu, o dinheiro era do Sr. Delúbio. Quem pagava era o Sr. Delúbio, quem dava as ordens era o Sr. Delúbio, e o senhor, através dos seus auxiliares, dos seus diretores, apenas as cumpria. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É puramente a verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dos pagamentos feitos pela sua firma, das contas de publicidade, há um pagamento para o escritório do advogado Aristides Junqueira, que tinha contrato com o PT. Contrato para quê? O senhor pode informar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei para quê, mas eu recebia a ordem para pagar ao Sr. Aristides Junqueira, e foi feito esse pagamento de, se eu não me engano, R\$185 mil, se eu não me engano.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor foi a Portugal.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Acompanhado do Tesoureiro do PT, Sr. Emerson Palmieri. Desculpem, corrijo o erro.

Os senhores tiveram em Portugal no dias 24 e 26 de junho, com o fim, segundo foi dito, de tentar levantar recursos para resgatar o restante das dívidas do PT. Isso é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu poderia alongar essa resposta?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pode, perfeitamente. V. Ex<sup>a</sup> pode se explicar tranquilamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ok. Primeiro vamos voltar à minha primeira viagem a Portugal. A minha primeira viagem a Portugal foi com a minha esposa, o Dr. Francisco, Presidente da DNA, e a esposa dele. Eu pedi ao Dr. Ângelo Calmon de Sá que me apresentasse o pessoal da Portugal Telecom. O Dr. Ângelo Calmon de Sá assim o fez, por quê? Eram notícias nos jornais no Brasil que estava se vendendo a Telemig Celular. Ora, a Telemig Celular é

a maior conta de publicidade do Estado de Minas Gerais, que uma das empresas que eu participo, a DNA Propaganda, atendia desde 1998.

Logo em seguida, eu fiquei pensando comigo mesmo: Ora, se a Vivo vai comprar, isso vai sair de Belo Horizonte, como aconteceu com outras empresas de telefonia. Sairia de Belo Horizonte e iria ser centralizado em São Paulo e quem iria atender ia ser o Sr. Nigzan Gonais, pois ele atende a Vivo.

Bom, eu procurei então o Dr. Ângelo, que me apresentou o controlador da Vivo, que o Presidente da Vivo era o Sr. Padinha, que era um português, e eu fui a Portugal, que o Dr. Miguel Horta e Costa era amigo do Dr. Ângelo, e eu fui a Portugal apresentar a empresa DNA Propaganda e a SMP&B, para continuar com a conta da Telemig Celular, caso ele comprasse a Telemig Celular.

Foi nessa primeira visita que ele me apresentou o Sr. Ministro Antonio Mexias. Fomos lá porque ele tinha reunião já marcada, e eu fui acompanhando. Conversamos sobre tudo, Brasil, Portugal, economia. Foi uma reunião de quinze minutos. Não me apresentei como representante do Governo brasileiro ou embaixador da corrupção, como as pessoas gostariam de me rotular.

Bom, logo depois voltei novamente a Portugal, numa segunda viagem, levando alguns documentos de propaganda que o Dr. Miguel me solicitou. Fui rapidamente. Fiz quatro viagens a Portugal, Sr. Relator. Depois, deixei esses documentos lá, voltei para o Brasil. Novamente ele me chamou porque a negociação não estava indo bem, e levei mais alguns filmes de propaganda e deixei lá com ele, inclusive um portfólio, que vou passar, do tipo que deixei com ele da última vez, Sr. Relator, e o da DNA, que é um xérox, mas o de lá era colorido. Marcamos uma outra visita no início do ano agora em que o Sr. Emerson Palmieri iria. Por que o Sr. Emerson Palmieri iria? Agora vou descrever. Um: o Sr. Emerson Palmieri se tornou um conhecido meu a ponto de eu saber que o Dr. Emerson Palmieri tem uma fazenda lá no Paraná, com inseminação artificial, que a mulher toma conta, que a filha dele é veterinária e ajuda, a ponto de saber que ele tem casa em Piaçavas junto com o Martinez, que os dois tinham lancha, passeavam de lancha lá, eles pegaram uma moto e saíram de moto do Rio de Janeiro. O Dr. Martinez, com uma namorada dele, e o Sr. Emerson saíram de moto, foram para Pedro Horizonte e iam para Brasília. A moto quebrou em Belo Horizonte, e depois eles seguiram. Do Dr. Emerson ter pegado a moto dele, ter dado uma volta na América e parar na Patagônia. Ele me cansou de me mostrar as fotos. O Emerson é uma pessoa divertida, uma pessoa até muito comunicativa.

O Dr. Emerson também me contou que ele desfilou no Carnaval do Rio de Janeiro, ele e esposa, pulou de asa delta. Então, eu tinha uma certa intimidade do Dr. Emerson a ponto de ele me contar que estava sofrendo uma pressão muito grande do Sr. Roberto Jefferson por causa de dinheiro. O telefone dele não parava de tocar porque, na verdade, ele era o tesoureiro. Falei com ele que estava indo a Portugal. Ele falou assim: “Marcos, eu acho que vou dar uma fugida a Portugal, vou dar uma desculpa aqui para o Roberto Jefferson porque não agüento mais a pressão dele. E eu já tinha batido boca – ele me falando – com ele porque ele queria que eu fosse buscar um dinheiro no IRB, e eu falei com ele que não ia fazer isso porque eu sou fundador do partido, igual ele é fundador do Partido, e não iria me sujeitar a isso porque ele queria que o genro dele tinha arrumado dentro do IRB, com um tal de Nescau”. Ele virou ainda e falou assim: “Esse Nescau, Marcos, é chave de cadeia.” São palavras do Dr. Emerson para mim. Eu falei: “Então, tá bom. Então, vamos para Portugal.” Ah, outra coisa, só para ilustrar mais ainda o relacionamento com o Emerson. Ele me contou que estava com problemas na Fundação do PTB, onde ele é presidente – ele era presidente desta fundação – e que um jornalista da **Veja** estava atrás dele a respeito de alguns rolos na fundação – e esses rolos envolviam o Sr. Roberto Jefferson – e a pressão estava muito grande em cima dele. O que aconteceu? O Emerson foi viajar comigo. Ele saiu de Brasília, ele saiu de Belo Horizonte, nos encontramos em São Paulo e fomos para Portugal. Cheguei e fui para o hotel Tivoli, em Portugal, na avenida Liberdade. Trocamos de roupa, e fui me encontrar com o Sr. Miguel Horta e Costa. O Sr. Miguel Horta e Costa não pôde me receber. Ele e o Dr. Rogério Tolentino ficaram lá fora esperando. A reunião que era para ser longa com o Miguel foi de dez minutos porque a secretária falou comigo “não dá, ele não vai poder te receber.” E pumba, fui embora. Descemos, fomos para a avenida Liberdade andar nas lojas, fomos ouvir fado, fomos ao shopping, comemos bacalhau e, no dia 26, na hora do almoço, fomos para o aeroporto e voltamos para trás.

Essa é a viagem que o Dr. Emerson fez comigo a Portugal. Eu fiz questão de contar em detalhes porque, daqui para frente, eu só vou falar detalhes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Do exame do vasto noticiário existente sobre o assunto, eu colhi, salvo esclarecimento que o senhor possa prestar, que o senhor, a partir de janeiro de 2003 até 2 de agosto de 2005, a única licitação ocorrida no Governo Lula e da qual o senhor participou foi a dos Correios, da qual o senhor participou e parece-me que o senhor levou um terço da conta dos Correios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa conta foi disputada com 55 agências e na CPMI passada discutiu-se a diminuição do capital, que passou para um milhão e meio, em licitação pública ganhou a Giovanni, a Bagg, que é uma empresa da Bahia, e a SMP&B. Procede, Sr. Relator, é verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Também por licitação nesse período o senhor obteve a conta do Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – **Verdade, Sr. Relator.**

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os demais contratos que o senhor mantinha com as demais agências do Governo Federal foram decorrentes, como o senhor já adiantou, de aditamentos que o senhor considera legais. Sr. Marcos Valério, foi desses contratos que o senhor extraiu os recursos necessários para efetuar os pagamentos que foram feitos pela sua firma, além daqueles feitos pelos empréstimos? Faço essa pergunta porque, pelo noticiário dos jornais, que obviamente têm que ser passados por um exame muito criterioso, muito exigente, a soma dos recursos que o senhor transferiu é superior à soma dos empréstimos que o senhor fez. Foi dos resultados ou dos pagamentos desses contratos e licitações que o senhor pôde satisfazer a todos os pagamentos que o Sr. Delúbio Soares lhe determinou que fizesse?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro eu tenho que ressaltar que eu participei de algumas licitações do Governo e perdi: Sebrae, Anatel, Aneel, Ministério da Saúde, Secon. E além disso as maiores contas não estão comigo. Como no Governo Fernando Henrique Cardoso, as maiores contas eram da BM9 e que fez a campanha dele. Como no Governo Lula, as maiores contas são do Sr. Duda Mendonça, que fez a campanha dele. Então, esses contratos não são e nunca foram superfaturados. Eles estão sujeitos a auditorias e eles estão sujeitos a qualquer verificação. Não existe nenhum superfaturamento e não existe nenhum tipo de problema nesses contratos, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, não me refiro nem a superfaturamento nem à possível ilegalidade na conquista do contrato. O que eu pergunto é se dos lucros desses contratos saíram recursos para complementar aqueles dos empréstimos, uma vez que a totalização dos dinheiros pagos através do Sr. Delúbio parecem-me superiores ao valor total dos empréstimos feitos. Essa é a pergunta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. O valor total bate, dentro da minha contabilidade, com o que foi repassado com o

Sr. Delúbio. E o senhor vai poder comprovar quando eu te entregar amanhã este disquete, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Marcos Valério, quando foi que o senhor se aproximou e se tornou amigo do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em meados de 2002, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Meados de 2002 os senhores estabeleceram os primeiros contatos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim senhor, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Já no final de 2002, oficializados os resultados da eleição do dia 3 de outubro, o senhor já custeava as despesas da equipe de transição do Governo do Presidente Fernando Henrique para o Governo do Presidente Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No final de 2002?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Consta em repetido noticiário que o senhor já custeava as despesas da equipe de transição. Como a posse se deu no 1º de janeiro, obviamente a transição só se podia dar após outubro – os primeiros dias de outubro –, até 1º de janeiro. O senhor já contribuía para as despesas dessa equipe de transição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não? Mas consta que o senhor contribuiu ou sustentou pessoalmente as despesas da posse do Presidente Lula. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fiz um empréstimo em 2003 para o PT e eu li na imprensa que esse empréstimo que foi feito para o PT era para pagar dívidas da posse. Mas, eu diretamente, não sabia. Não posso...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Marcos Valério, farei ao senhor algumas perguntas referentes a transferências eletrônicas. O senhor terá a oportunidade de esclarecê-las.

O senhor se lembra de ter feito transferências eletrônicas para empresas e firmas a partir da SMP&B e da outra empresa da sua propriedade da qual o senhor seja sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De algumas eu me lembro, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Com que finalidade, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma foi para uma empresa chamada Garamhuns, trazida pelo Sr. Jacinto Lamas a pedido do PL, do Sr. Valdemar Costa Neto; a outra foi para a empresa Bonus-Bonval, que foi feita pelo PT e pelo PP.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Além dos nomes até agora conhecidos como beneficiários de recursos transferidos pelo Sr. Delúbio Soares e que constam de seguidas publicações na imprensa, o senhor deixou registrado com o Procurador-Geral da República fora do termo de declarações que o senhor assinou outros nomes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fiquei de levar uma lista de 98, que protocolei hoje de manhã junto à Procuradoria da República. Essa lista já está protocolada lá. Fiquei de ir amanhã protocolar todo o meu movimento contábil junto à Procuradoria também.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quer dizer que o senhor deixou com o Procurador-Geral da República uma lista de 98 nomes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da campanha de 1998.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E da campanha de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nós não participamos da campanha de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor fez várias transferências eletrônicas do Banco Real para...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui está a lista, Sr. Relator, com os devidos comprovantes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aqui estão os nomes com os respectivos recibos de todas as pessoas que receberam recursos na eleição de 1998?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não há todos os nomes, porque não consegui o comprovante de todos. Eu não queria ser leviano de apresentar nomes dos quais não tinha comprovantes. Mas o Sr. Cláudio Mourão, que era o tesoureiro da época, tem esses nomes. Eu até poderia supor, mas não vou fazer isso, porque seria muito leviano da minha parte.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A questão da distribuição de recursos em 1998 não é absolutamente despidianda, não é desimportante, serve para aclarar a existência de todo um esquema e serve também para esclarecer bem a forma com a

qual se disputam necessariamente os votos no País. O objeto desta Comissão é o de apurar quais os nomes dos Parlamentares que receberam dinheiro por ordem do Sr. Delúbio Soares para apoiarem ou votarem projetos do Governo. O senhor apresenta uma relação completa de 98, mas o senhor apresentou ao Procurador-Geral da República os nomes de todas as pessoas que receberam recursos por ordem do Sr. Delúbio Soares nas eleições de 2002 e de 2004?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De 2002, não. De 2004, sim. De todas as pessoas que sacaram das minhas contas eu apresentei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como o senhor explica que tem todos os recursos referentes a 1998, que é uma época relativamente remota em termos políticos e não tem a relação completa de 2002, que é exatamente o objeto de persecução desta Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque eu não participei da eleição de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não participamos da eleição de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor só participou da eleição...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De 1998. E se o senhor quiser eu explico o porquê. E de 2003 para cá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor afirma que não participou da eleição parlamentar de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, efetivamente não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então os dinheiros direcionados para deputados federais eleitos ou reeleitos em 2002, que constam das relações tornadas públicas, foram destinados não à sustentar as eleições, mas a pagar as dívidas decorrentes das eleições.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Pagar dívidas das eleições, verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em todos os casos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em todos os casos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, além de deputados federais no exercício do mandato, o Sr. Delúbio Soares determinou também pagamento a outras pessoas que a despeito não pertencer ao Legislativo pertenciam a outro Poder da República?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ele pediu para pagar os diretórios dos partidos, que está registrado na lista aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou fazendo essa pergunta porque o Sr. Roberto Jefferson, que tem sido a fonte de muitas revelações, afirmou, há 48 horas, que havia pessoas do primeiro escalão do governo a que o senhor teria repassado recursos financeiros. O senhor pode afirmar ou desmentir.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deixa eu te falar uma coisa, Sr. Relator, desculpa, a primeira coisa, eu não sinto prazer daquilo que fiz, de ter emprestado dinheiro ao Partido dos Trabalhadores ou de ter feito algum empréstimo no passado. Não sinto nenhum prazer. Custou muito caro a minha vida pessoal e custou muito caro a minha família. Se eu pudesse voltar atrás, não faria. Mas eu gostaria de deixar uma coisa clara, que é importante. Eu não vou inventar uma história que não existe. Eu não vou colocar pessoas inocentes que não participaram. O que aconteceu está escrito nesta lista. O que eu vivi vocês podem perguntar, e o que eu puder responder os senhores podem me perguntar, e o que eu puder responder eu vou responder com toda sinceridade.

Eu nunca dei nenhum centavo a nenhum ministro, a nenhum presidente da república, não estou generalizando não, o Sr. Presidente Lula não, a ninguém. Não adianta o Deputado Roberto Jefferson construir história – a quem respeito –, deixar claro, ele simplesmente destampou uma prática normal de empresas com políticos. Não sei se é lícito, não sei se é ilícito, não sei nada. Estou falando do coração. Gente, isso é normal. Aqui tem uma Folha de São Paulo que já deixava isso claro. Passo ao senhor, várias empresas ajudando. E tenho amigos políticos sim. Tenho amigos que respeito na política sim. E amigos hoje que estão envolvidos porque foram meus amigos. Mas também não posso aqui, com toda sinceridade, Sr. Relator, falar que eu comprei essas pessoas. Eu não comprei ninguém. Eu procurei ajudar de uma forma que pode não ter sido a certa. Eu te falo com toda (...) não foi a certa, mas eu ajudei. A única coisa que eu posso pedir aqui é desculpa. Mas que aconteceu, aconteceu. Mas nunca foi para comprar ninguém.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, qual a razão pela qual, o senhor já fez referência a Garanhuns, mas acho necessário insistir mais uma vez no assunto. Qual a razão pela qual o senhor determinou a Srª Simone Vasconcelos, em 2004, que ela somente realizasse os depósitos para essa firma Garanhuns Empreendimentos e Participações.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque ela foi-me trazida pelo Sr. Jacinto Lamas a pedido do Dr. Valdemar. Era para acertar os pagamentos do PL. E o Delúbio foi quem me passou esse contato do Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Mais uma determinação do Sr. Delúbio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Presidente, estou inquirindo o Sr. Marcos Valério há uma hora e não desejo absolutamente prosseguir, porque os Srs. Deputados e as Sr<sup>as</sup> Deputadas têm perguntas a fazer. Porém, Sr. Presidente, reservo-me para voltar à inquirição tão logo possa fazer a comparação das perguntas com as respostas e com os demais elementos que surgirem ao longo das indagações.

Agradeço à Comissão a paciência com que me tolerou durante toda essa hora e espero ter feito perguntas das quais se possa tirar algum proveito. Encerro a minha parte, Sr. Presidente, com a ressalva de nova inquirição, finalizando a inquirição que V. Ex<sup>a</sup> me autorizou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Inicialmente, devo dizer-lhe, Sr. Relator, que V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra sempre que considerar conveniente, mesmo interrompendo, às vezes – e vamos descontar o tempo –, qualquer Parlamentar, porque a oportunidade da pergunta poderá ocorrer naquele instante. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer suas perguntas a qualquer momento, porque esse é um direito regimental que lhe cabe, porque V. Ex<sup>a</sup> é responsável.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Obrigado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

As perguntas do nobre Relator são pertinentes, sem discurso, e estão esclarecendo os fatos a todos nós. Portanto, ele deveria, na minha opinião, continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> as considerações, mas, evidentemente, é uma decisão pessoal de S. Ex<sup>a</sup>, e nada posso acrescentar.

Recebi um pedido do depoente para que se ausente da mesa por alguns instantes. Vamos fazê-lo.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Como são treze horas e oito minutos, vamos, então, cancelar as inscrições, as novas inscrições, conforme deliberamos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Já foi determinado isso. Peço à Secretaria que retire a lista de inscrição e não permita mais que nenhuma seja feita.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Obrigada.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero apenas para confirmar o tempo de que cada Deputado dispõe.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– O tempo é o mesmo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quinze minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não houve alteração entre as perguntas e as respostas.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quinze minutos. Muito obrigado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, haverá uma pausa?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Marcou-se uma pausa, às 14 horas, para um lanche. Assim que o depoente retornar, vamos reiniciar as inquirições, e o primeiro inscrito é o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Sr. Marcos Valério, ao iniciar o seu pronunciamento, pediu desculpas ao Brasil e a todos nós Deputados e Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Há um orador com a palavra. Vamos ouvi-lo.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele pediu desculpas a todos nós Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, por algo que ele não teria falado nas outras CPMLs e que hoje falaria. Porém, na exposição dele, ele não o fez. Tenho a impressão de que o Relator deveria perguntar-lhe o que ele tem a mais para dizer, na sua explicação, antes de fazermos outras perguntas. Ele deixou subentendido que poderia dizer a esta Comissão algo que ele não disse em outros lugares em que depôs. Pensei que ele iria fazê-lo na sua exposição, mas não o fez.

Sr. Relator, seria interessante que V. Ex<sup>a</sup> provocasse o Sr. Marcos Valério, para que ele pudesse explicar

o que tem a dizer e que não foi dito. Dessa maneira, formularíamos as nossas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Rogo a V. Ex<sup>a</sup> que compreenda o seguinte: procurei fazer um interrogatório objetivo a fim de não perder o tempo da Comissão. É claro que há muitas matérias ainda a serem indagadas, mas não desejo monopolizar as perguntas. Devo propiciar aos nossos ilustres companheiros de Comissão a oportunidade de focarem os assuntos sob outros ângulos que, porventura, me tenham passado despercebidos.

O Sr. Marcos Valério me satisfaz plenamente com as respostas que deu. Já ressalvei que posso voltar a inquiri-lo se, porventura, julgar conveniente. Mas se S. Ex<sup>as</sup> quiserem, espontaneamente, ao término do primeiro interrogatório, aditar algo que não me ocorreu ou esclarecer algum aspecto que me passou despercebido, peço ao Sr. Presidente que devolva a palavra ao Sr. Marcos Valério para que ele possa fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao depoente se quiser acrescentar algo em razão das ponderações feitas aqui pelo Sr. Relator e demais Parlamentares.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Entendo a minha situação de investigado, entendo os empréstimos que tomei e entendo o empréstimo que fiz ao PT. Mas entendo que vivemos num sistema de quase todas as empresas. Quem frequenta Brasília sabe disso.

Vejo Deputados, hoje, sendo rotulados. Não estou fazendo apologia nem defesa de Deputados. Estou falando em defesa de pessoas com quem convivi durante anos em Brasília – de corruptos e de ladrões. Sinceramente, arrependo-me do que fiz, mas não comungo com esses rótulos a essas pessoas, porque são dívidas – pelo que fiquei sabendo – do passado, são campanhas. É assim que funciona no Brasil. Está certo ou errado? Devemos mudar. Considero-me errado – deixo claro. Mas também não considero as pessoas com quem me relacionei ou a quem repassei recursos corruptas nem ladras.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Dou por encerrada, Sr. Presidente, a minha participação inicial.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra, para formular suas perguntas, que deverão ser feitas, tanto quanto possível, de maneira objetiva, direta e inteligente – é um qualificativo que coloco – ao Deputado Paulo Baltazar. O prazo começa a ser contado agora: 15 minutos, entre as perguntas e as respostas.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, quero acompanhar um pouco o caminho que o nosso Relator percorreu em relação à campanha eleitoral.

V. S<sup>a</sup> tem uma relação bastante estreita com os governos e os Partidos. Em 2001 e 2002, a DNA Propaganda, em contrato com o Ministério do Trabalho, recebeu de ordem bancária – está no Siafi – aproximadamente R\$30 milhões, 90% dos quais são recursos do FAT. Do Governo Joaquim Roriz, de 2004 até junho de 2005, foram repassados mais de R\$50 milhões para a SMP&B por meio de contrato com a Secretaria de Governo do Distrito Federal. V. S<sup>a</sup> teve contrato com Minas Gerais até há pouco tempo e tinha no Governo anterior. Portanto, V. S<sup>a</sup> se relaciona com os governos e com os Partidos de poder há muito tempo.

Aconteceram dois episódios extremamente semelhantes, no **modus operandi**, em relação àquilo que V. S<sup>a</sup> faz. Na campanha de 1998, com o hoje Senador Eduardo Azeredo candidato a Governador, houve um empréstimo do Banco Rural a pedido do coordenador de campanha, Sr. Cláudio Mourão; semelhantemente, agora, com o BMG. E também agora – não o coordenador, mas o tesoureiro da campanha do PT – V. S<sup>a</sup> pediu dinheiro.

V. S<sup>a</sup> obteve os recursos e deu como garantia contratos – e, aqui, também, deu como garantias contratos. O Partido não pagou, naquela época, como agora também não pagou os R\$55 milhões – na época, cerca de R\$11,7 milhões. V. S<sup>a</sup> relata no termo de declarações do Ministério Público que não pagou. O Banco cobrou de V. S<sup>a</sup> e afirma que V. S<sup>a</sup> pagou R\$12 milhões dos cerca de R\$13 milhões que restariam no fim. V. S<sup>a</sup> diz que pagou R\$13 bilhões e o Banco alega que pagou R\$12 milhões. O Banco fez uma redução para R\$12 milhões. Mas, efetivamente, os recursos do PSDB não foram pagos – foi distribuído, aliás, da mesma forma que se distribuíram agora os recursos que o Sr. Delúbio pediu a V. S<sup>a</sup>.

Pergunto se V. S<sup>a</sup> tem relação com a Câmara Federal, com a Câmara Legislativa ou com outros governos. V. S<sup>a</sup> tem alguma prática semelhante – ou com alguma variação – com esses governos para apoio eleitoral?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta. Eu gostaria de explicar 1998 se o V. Ex<sup>a</sup> me permitir.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Há aí uma cronologia e também um motivo. Entenda bem, Sr. Deputado: em 1996, a SMP&B Publicidade estava numa dificuldade muito grande e devia



muito dinheiro na praça. Nós, em 1996, junto com o Sr. Cristiano e Ramón, fomos atrás de um novo sócio. Esse novo sócio que nós localizamos era o Sr. Clésio Andrade Soares, que era da CNT, Presidente do PFL na época, e ele resolveu entrar, mas desde que a gente criasse uma nova empresa, que se chama SMP&B Comunicação. E aí começa a SMP&B Comunicação.

Em 1998, o Dr. Clésio Andrade resolve sair da SMP&B Comunicação, para se candidatar, junto com o Sr. Eduardo Azeredo, a Vice-Governador na chapa. Até aí, não tinha nenhum problema. Um dia eu recebo um telefonema à noite, na minha casa, do Sr. Clésio Andrade, falando que o Dr. Cláudio Mourão iria me procurar. Bom, quando o Cláudio Mourão me procurou, ele veio com a seguinte encomenda: “Oh, o seu ex-sócio, Dr. Clésio Andrade, que faz parte da chapa junto com o PSDB, a campanha vai parar, e nós estamos precisando de recurso. Eu estou te falando a verdade, puramente a verdade”. Aí eu falei assim: “E o que você sugere?” “Ele sabe que você tem relacionamento com o Banco Rural. Ele também, nas empresas dele, tem relacionamento com o Banco Rural. Então, ele acha que você poderia utilizar um empréstimo e utilizar esse empréstimo para ajudar a campanha”.

Eu fiz esse empréstimo para utilizar na campanha, e o Sr. Cláudio Mourão foi quem determinou os pagamentos.

Bom, aí que vem uma notícia que foi alardeada em Belo Horizonte – e o nobre Deputado Mauro deve saber dessa história – que o Dr. Clésio brigou literalmente comigo. Por quê? Porque, quando eu fui cobrar o empréstimo do Sr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio, na época eu não coloquei isso na praça e todo o mundo achou que eu tinha literalmente roubado o Sr. Clésio. Se eu estou falando mentira, o senhor me corrija. Mas, na verdade, foi um empréstimo que eles não pagaram. E eu fiz um acordo com o Banco Rural e paguei dois milhões que eu tinha na caixa e o restante foi pago com propaganda junto ao Banco Rural, que é cliente até hoje, da SMP&B.

Literalmente, foi isso que aconteceu em 1998.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Essa declaração já consta dos papéis. Só para mostrar a relação. O correspondente do Delúbio é o Sr....

**O SR. (Orador não identificado)** – Mourão.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É o Sr. Mourão. O correspondente do Partido dos Trabalhadores é o PSDB naquela época.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justamente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A distribuição fora para outros nomes, mas houve também uma distribuição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quer dizer, o **modus operandi** da relação que o senhor mantém com o Governo e com os Partidos do poder é semelhante, o senhor acabou de dizer que isso é comum, é “normal”. Só para a gente compreender essa questão como um todo.

Agora, o não-pagamento do recurso me parece uma coisa absolutamente fora de propósito, porque, como não tem almoço grátis, nem o senhor é Papai Noel, alguém tem que pagar. Como é que foi pago, porque o senhor recebe 20%, a sua empresa recebe 20%, se ninguém pagou o total? Lá, nove. Só para ficar nesses dois pontos. Lá, nove, e aqui, 55. Quais são as outras fontes que vão ressarcir ou ressarciram o senhor para que a DNA e a SMP&B possam sobreviver?

Porque foi todo o montante que não foi pago, nem por parte dos Trabalhadores, o Sr. Delúbio até hoje... nem aquele outro de 1998. Não tem nada grátis. Tem uma outra mecânica nesse processo aí, uma outra fonte para recuperar esse recurso que o senhor disponibilizou para os Partidos, e o senhor nem fez pressão para receber até hoje de 1998, ao que parece.

O senhor relata aqui que não recebeu, não recebeu os nove milhões. Como é que é essa engenharia? Como é que essa questão pode ser resolvida? Como é que a gente pode acreditar, qual o argumento que o senhor dá para acreditar que não tem uma outra fonte que o remunera para que o senhor dispense essa fonte de recursos tão grande na campanha? Qual é? E se existe outros partidos e outros poderes em que o senhor tenha feito negócio parecido em eleição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta! E a resposta vai ser da seguinte forma: em 98, literalmente, levei o cano.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E ficou por isso mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Teve briga na Justiça! O Dr. Clésio? ainda quis receber de mim 6 milhões. Isso é público e notório. Isso está lá, claro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Briga de sócio!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Normal. Levei o cano, literalmente. Tanto que quem falou com o Dr. Delúbio Soares que tinha feito, em 1998, um empréstimo para o PT, para o PSDB, e tinha levado cano fui eu.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o senhor repetiu, agora, de novo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E aí eu exigi dele um documento de que

ele pagasse. Aí o Sr. Delúbio Soares me mostrou as contas do PT, que o PT arrecadava 50 milhões e que o PT ia aumentar a arrecadação dele.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas isso é garantia política, não é garantia....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É garantia financeira, é o que eu achava que ele estava-me dando. A garantia era financeira. E tanto que ele falava que ia aumentar a arrecadação que ele ia comprar uma sede nova. Então deixa eu deixar claro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Ele falava.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tinha que acreditar no tesoureiro. E outra coisa, nós temos que também ser muito franco um com o outro. A partir do ponto que os bancos começam a renovar sem cobrar juros, eu acho que todo mundo sabia para onde iam os financiamentos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A minha indignação é como é que o senhor pode deixar de receber os 9 milhões, 55 milhões, deixar isso correr. Ou tem uma outra fonte que o ressarça desses recursos ou então essa explicação é muito, desculpe, desculpe, é muito infantil, de que o senhor não recebeu e deixou as coisas correrem frouxa. Desculpe.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não vi. E posso falar uma coisa com o senhor? Nós temos que ser muito franco também. Na época também, não valia a pena eu brigar com o Senador, o hoje Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Por quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na época também, não valia a pena eu brigar com o PSDB. Ele era Governo Federal.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu perdia minhas conta. Nós temos que ser muito franco. Não adianta eu ficar contando história da carochinha pro senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A palavra está assegurada ao depoente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem pede pela ordem? Qual é o artigo para V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu tenho cinco minutos!

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem. Sr. Presidente, foi feita uma pergunta pelo Deputado Paulo Baltazar, pelo art. 14, art. 14 do Regimento.

Foi feita uma pergunta, citando, perguntando quem é que fez essas tratativas com o depoente. O depoente falou que era o Sr. Clésio Andrade. Em seguida, o Deputado Paulo, em função da resposta, que foi clara, Sr. Clésio Andrade, continua a pergunta, substituindo o Sr. Clésio Andrade por PSDB. É completamente diferente! Não há tratativas iniciais do empréstimo com o PSDB. Isso precisa ser revisto.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que o senhor faça as considerações na hora que ele estiver com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem! Não há questão de ordem a decidir. E peço a todos os membros que formulem as questões de ordem, fundamentadas no Regimento, de maneira objetiva. Porque, se cada um quer contraditar um depoimento, se quer contraditar uma exposição, o faça na hora certa. Portanto, fica descontado o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Eu vou verificar e vou repô-lo imediatamente.

Devolvo a palavra ao Deputado Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eu olhava para o relógio, Sr. Presidente, era por volta de cinco minutos. E eu falei ao Sr. Cláudio Mourão, que era o coordenador da campanha, o correspondente, o Sr. Delúbio do PT.

O senhor, na Procuradoria, coloca no seu depoimento que esclarece que a atuação da sua agência não difere em nada dos outros grandes contratos do Governo Federal atual ou passado. Aí o senhor cita várias agências: DM9, BEG, Propeg, Finasca, Duda Mendonça, Liu Lara, Fisher, América. Quero saber se o senhor que está, agora, sendo aqui investigado tem informação, pode-me relatar, a respeito dessa maneira de operar, de apoio à campanha, de caixa 2 ou dinheiro não contabilizado, como queira, dessas outras agências, já que o senhor disse que todo mundo trabalha mais ou menos do mesmo jeito.

O senhor poderia, já que o senhor disse que veio aqui aberto, para explicar tudo... O senhor não vai para o fogo sozinho, a sua agência não é a única. Se todos fazem igual ou de forma semelhante, qual é a outra agência, qual é a outra estrutura, que lida, como o senhor, que faz a mesma coisa que o senhor faz no Brasil, para o senhor não pagar sozinho o preço de alguma coisa que o senhor diz que é corrente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, primeiro, eu sou ex-publicitário e ex-empresário.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Há pouco tempo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então não tenho compromisso nenhum com o setor e não vou incendiar o setor em nada.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas poderia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não conheço o **modus operandi** de outras agências. Mas vou dar um exemplo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Falaram que eu era, eu vi noticiado nos jornais, testa-de-ferro do Sr. Daniel Dantas. Isso foi divulgado. Eu estou falando um fato.

Mas se você pegar a conta da... Se o senhor pegar... Perdão. Desculpe-me.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Fique a vontade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor pegar a conta da Telemig Celular, ela está dentro da SMP&B e da DNA Propaganda desde 98, e faturou cento e poucos milhões. É o que vi noticiado aí. Mas se o senhor pegar o Duda Mendonça, que ganhou a conta em 2003, já faturou mais de 200 milhões.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É a última pergunta, Sr. Presidente, acho que ele pode responder...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem o tempo de dois minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E a conta dele é Brasil Telecom.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eu queria saber. O Sr. Duda Mendonça relata que o senhor mente nas declarações que o senhor deu a respeito dos 15,1 milhões, como o Sr. Roberto Jefferson também diz que não é verdade aquilo que o senhor declarou de valores.

Como é que o senhor nos convence de que a verdade está com o senhor em relação ao que fala o Sr. Duda Mendonça, que o senhor mente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, eu vi os jornais hoje, e quem fez o pagamento fui eu, o dinheiro saiu das minhas contas. Eu sei para quem eu dei. Em segundo, os jornais hoje falam que o Sr. David representava um doleiro, não sei, ou tem ligações. Pelo menos foi o que li nos jornais antes de vir para cá. Inclusive cita o nome de uma conta aí, ou de uma empresa, não sei. O Sr. Duda Mendonça recebeu o que está nesta lista.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem comprovante bancário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, é a mesma coisa de eu perguntar ao senhor... O comprovante bancário, alguns eu tenho. Alguns. Agora, de tudo, não. Até porque o cheque foi passado para a Srª Zilmar e ela é que arranjou as pessoas para sacarem o dinheiro. E a ordem foi dada ao banco de acordo com o nome das pessoas que ela arrumava. Agora, para onde ele mandou o dinheiro, onde está o dinheiro, o que ele fez com o dinheiro, eu não tenho a menor idéia, como eu também não tenho a menor idéia do que a Garanhuns também fez com o dinheiro.

Aí cabe aos senhores rastream e verem onde foi parar esse dinheiro, ou na mão de quem foi parar esse dinheiro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então o senhor garante que entregou ao Sr. Duda Mendonça 15,1 milhões, aos prepostos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Garanto não, eu afirmo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nos 39 segundos que me restam: o senhor esteve na Casa Civil, com o Banco Espírito Santo, com o Sr. José Dirceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Do que o senhor tratou lá? Quais foram as tratativas dessa audiência que o senhor teve, e por que o senhor foi lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muito boa. Também quero explicar essa. Na verdade, o seguinte. Quem marcou a reunião com o Ministro José Dirceu, a meu pedido, foi o Sr. Delúbio Soares, e eu fui acompanhando o Dr. Ricardo Espírito Santo – são dois Ricardos, um que fica em Portugal e um que fica no Brasil –, porque eles têm investimento acima de 1 bilhão aqui no Brasil, e ele foi colocar esses investimentos para o Governo brasileiro.

E eles iriam investir novamente, como investiram, na compra da UOL, junto com a Folha de S. Paulo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o que o senhor tem com isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fiquei amigo deles, através do Sr. Miguel Horta e Costa, que é oriundo do Banco Espírito Santo, e o Banco do Espírito Santo é o maior acionista da Portugal Telecom.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E V. Sª não tinha interesse pessoal nas suas empresas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum, até, por sinal, eu pedi a conta do Espírito Santo, de publicidade.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria que V. Exª me permitisse, antes do segundo orador, porque fui citado pelo Marcos Valério. Ele é mineiro, empresário de Minas Gerais.

Como sou residente em Belo Horizonte, ele citou que eu deveria saber do caso Clésio Andrade e Cláudio Mourão. Quero dizer o seguinte: sou do PMDB, sou amigo do Clésio, que hoje é Vice-Governador de Minas Gerais, mas nunca tive relacionamento nas campanhas políticas dele, de forma nenhuma...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa, Deputado.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Nunca tive nenhum contato com o Marcos Valério, que é empresário...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, com certeza.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Nunca tive.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Eu até nem o conhecia. V. Sª me conhece porque sou homem público e todo mundo conhece Deputado. Mas eu ainda não tinha tido o prazer de conhecê-lo, porque o senhor era um grande empresário de Minas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria prazer, não é Deputado, na situação que estamos hoje.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Certo. Mas essa é a minha intervenção, só para ficar claro, realmente, que todos os fatos entre Clésio Andrade, Cláudio Mourão e Marcos Valério apenas tomei conhecimento pela imprensa, como todo mineiro que reside em Belo Horizonte sabe dos fatos que são claros, a imprensa esclareceu tudo isso lá. Tomei conhecimento pela imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os esclarecimentos de V. Exª foram pertinentes, uma vez que, realmente foi citado, embora essa citação não tenha sido ofensiva, mas apenas uma referência a um testemunho de que V. Exª deveria conhecer o fato, como de fato conhece. Mas não há nenhuma alusão ofensiva.

Vamos prosseguir, passando a palavra ao seguinte orador inscrito: nobre Deputado Wladimir Costa, a quem concedo a palavra.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Saudações ao Brasil, saudações a todos os meus seis milhões de irmãos no Estado do Pará e saudações a todos colegas Parlamentares.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Vamos manter a ordem. Vou pedir ao nobre Deputado para só fazer perguntas objetivas.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, quero usar meus 15 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se forem manifestações impertinentes...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Obviamente pertinentes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...vou cortar a palavra na forma que estipula expressamente o Código de Processo Penal.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Vou fazer as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Posso falar, Sr. Presidente? Estou autorizado? (Pausa.) Muito obrigado.

Primeiro, eu gostaria de repudiar, Marcos Valério, a forma com que alguns Parlamentares se dirigiram à sua digníssima esposa, primeiro, pela sua condição de mulher, segundo, porque é cidadã brasileira. Quanto a você, irei fazer as perguntas que o povo brasileiro e muitos de nós aguardamos.

Marcos Valério, você é católico, acredita em Deus?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Hoje mais do que nunca.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Acredita mais do que nunca. Obviamente, você ama sua família, não é Marcos Valério?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, vou descontar o tempo. Eu só gostaria que o tratamento aqui fosse mantido: V. Sª, V. Exª, quando se referir a um Parlamentar. Estou fazendo isso para manter uma certa ordem e uma certa cerimônia, que é necessária. A circunstância exige esse tratamento um pouco formal.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo, Presidente.

Empresário Marcos Valério ou ex-empresário Marcos Valério, em nome desse Deus que você coloca que ama, e que todos amamos, em nome da sua esposa, que você ficou muito constrangido...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou lhe descontar o tempo. Vou repetir aqui...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Presidente, acho que estou sendo perseguido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não está sendo perseguido. É que não quero estabelecer uma linguagem imprópria naquilo que é regulamentar. Entendo, como manda, que esse tratamento deve ser respeitoso. Expressões como “você”, ou coisa parecida, vamos evitar: é V. S<sup>a</sup> ou senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Marcos Valério, eu lhe pergunto: em nome desse Deus, em nome dessa esposa que o senhor ama, da sua filhinha de 14 anos, em nome dessa criança que Deus a levou para ser anjo ao lado do Nosso Senhor Cristo, chega de mentiras, Sr. Marcos Valério! Chega de omissão! Chega de proteger uma tropa de políticos corruptos que não estão lhe poupando de nada não. Querem ver você mesmo jogando nos abissais, no abismo. Não querem saber. Muitos deles querem ver a sua desgraça. Não estão lhe poupando de nada. Então eles não merecem, em hipótese alguma, qualquer tipo de proteção ou omissão de sua parte.

Dos R\$15,5 milhões que o senhor repassou ao empresário Duda Mendonça, qual a origem desse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Empréstimos que foram feitos junto ao Banco Rural e Banco BMG.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem informações de que o empresário Duda Mendonça, Sr. Marcos Valério, tem dinheiro em paraísos fiscais, Ilhas Caymã, por exemplo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu li hoje pelos jornais. Eu não tenho esse tipo de informação.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Como o senhor qualifica o Duda Mendonça, uma pessoa honesta ou desonesta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho intimidade com o Sr. Duda Mendonça.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas o senhor não tem intimidade, repassando R\$15,5 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na verdade, foi passar... quem me passou o nome do Sr. Duda Mendonça foi o Sr. Delúbio Soares. Agora, vivência, convivência com o Sr. Duda Mendonça não tenho nenhuma.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O ex-Líder do meu Partido, José Borba, tem sido citado com suposto beneficiário, com R\$2,1 milhões, na questão dos mensalões, que teria supostamente repassado a parlamentares do PMDB. O senhor repassou os R\$2,1 milhões, porque até esse momento, nós integrantes do PMDB, temos o ex-Líder Borba como uma pessoa

de reputação digna e honesta. O senhor repassou esses R\$2,1 milhões? Esses R\$2,1 milhões eram para pagar mensalões de parlamentares do meu partido, o PMDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso responder essa pergunta com mais tempo?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Com mais profundidade. Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, quero falar o seguinte, eu não sugiro a nenhum empresário, e devemos deixar a hipocrisia de lado, que muitos empresários ajudam, sim, os políticos. Não adianta eu falar, ah... Vários empresários ajudam e não adianta a gente falar que não ajudam não. Nós não vamos é achar, mas que ajudam, ajudam. Eu estou aqui e vou falar com toda a sinceridade para o senhor, Deputado.

1) Eu não faria de novo. Não faria pelo desgaste e porque hoje é errado, a lei está errada. Não faria. E peço desculpas ao Brasil por isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor passou R\$2,1 milhões para...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso é uma coisa. Agora, rotular o Sr. José Borba de corrupto, de ladrão, de que ele pegou o dinheiro e pôs no bolso, isso eu não farei, até porque eu conheço o caráter do Sr. José Borba. Uma coisa é eu falar que passei, e passei mesmo. Isso não vou negar.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Então são injustas as menções de que ele é um Deputado que estava encabeçando mensalões para os seus liderados na época em que era Líder?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, como todo lugar na vida tem maus, e posso até ser considerado um mau empresário ou ter sido considerado pelo Brasil um corrupto, como todo lugar na vida tem maus e bons, e aqui no Congresso não é diferente. E eu, Marcos Valério, se fosse rotular uma pessoa de bom caráter, eu rotularia o Sr. José Borba. É a única coisa que posso falar.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor rotula o ex-Ministro das Comunicações, Deputado Eunício Oliveira, como uma pessoa íntegra e honesta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Até o presente momento sim. Até porque não tenho tanta intimidade com ele a esse ponto.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Porque tanto o nome do Deputado Borba como o do Deputado Eunício Oliveira têm sido citados pela imprensa, e isso causa um constrangimento, porque para nós até então

são pessoas dignas e honestas. E isso realmente esclarece que o senhor não repassou qualquer tipo de dinheiro, portanto...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Gostaria de separar uma coisa, Deputado, uma é PSDB, é PFL, eu respeito todos. E eu não sou apartidário, apesar de eu estar agora num relacionamento, sendo investigado por um relacionamento com o PT. Mas isso não quer dizer que eu tenha amigos dentro do PFL, eu tenha amigos noutro. Eu tenho amigos aqui, não vou citar nomes, porque não quero macular a imagem dessas pessoas.

Agora, ao Sr. José Borba repassei. Mas se V. Exª perguntar para mim se eu o acho um mau caráter, um corrupto, eu vou responder a V. Exª com todas as palavras: mesmo que o Brasil ache isso, para mim, Marcos Valério, não é.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Um paraense está sendo acusado de ter recebido R\$900 mil, e quero que você faça puramente justiça, se o rapaz for inocente. Gostaria, se ele for realmente envolvido nessa indústria do mensalão, que você cite também.

Deputado Paulo Rocha recebeu da sua agência R\$920 mil? Se recebeu, eu queria saber para que foi destinado o recurso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Deputado Paulo Rocha recebeu R\$920 mil.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Você sabe que ele negou. Ele alegou que recebeu só os R\$300 mil e negou que tenha recebido os outros R\$620 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na minha lista ele recebeu R\$920 mil...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual o destino?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É o destino...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não, por favor, eu gostaria que não fosse interferida a minha inquirição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB - RO) – Asseguro a palavra a V. Exª. Já lhe dei um minuto para descontar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O senhor diz que ele falou em trezentos e poucos. E eu estou falando que, segundo “a minha lista”, eu passei R\$920 mil.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual o destino? Para que era o recurso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para mim, o que me foi informado é que era para o PT do Pará.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – PT do Estado do Pará. Certo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dívidas do PT do Estado do Pará. Foi o que me foi informado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem sido assediado, empresário Marcos Valério, por políticos de conduta duvidosa para denunciar Parlamentares inocentes, entre os quais os de Belo Horizonte?

Alguém o procura e diz: “Olha, Marcos Valério...” – naquela intimidade peculiar –, “denuncia fulano de tal. Ele é honesto, mas, para tirar um proveito político...”

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se tivesse sido e se fui, o meu caráter não permite nem ser chantagista, nem falar uma coisa que não aconteceu.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Marcos Valério, se o senhor tivesse o condão para mandar políticos corruptos envolvidos com mensalão para a cadeia, quais os que o senhor hoje mandaria?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem sou eu, que estou agora sendo investigado por um ato falho, julgar a pessoa?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB - RO) – A pergunta é imprópria. Ele não é juiz; ele não pode julgar. V. Exª pode fazer outra pergunta.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu fiz uma pergunta. Então ele não mandaria ninguém.

Então, o senhor já inocentou o Eunício Oliveira, inocentou o ex-Líder Borba, porém confirmou que o Deputado Paulo Rocha recebeu R\$920 mil supostamente para pagar dívidas de campanha da candidata Maria do Carmo no Estado do Pará.

O senhor destinou recursos para pagamento de *shows* para a dupla Zezé Di Camargo e Luciano e outros artistas nacionais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, esta lista aqui é a pura verdade. As pessoas que estão aqui foram para quem eu passei recursos.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não existem outras pessoas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não existem outras pessoas. Se o dinheiro que eu passei para o Diretório Nacional foi para a dupla Zezé Di Camargo e Luciano, eu não tenho esse tipo de informação.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor não tem nenhum cheque que saiu diretamente da agência para as contas da dupla sertaneja?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não tem. O senhor teria algum fato novo para revelar para nós, porque estamos nessa expectativa. Há uma especulação da imprensa – **Veja, Correio Braziliense, ISTOÉ, Época** – de que o senhor hoje faria algumas importantes revelações na nossa Comissão. Existe realmente a intenção de V. S<sup>a</sup> em relatar, em denunciar, em apontar novos envolvidos nos mensalões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu prometo o seguinte: que todas as perguntas que me forem feitas sem respostas não ficarão.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual o relacionamento? O Deputado Roberto Jefferson tem entrado em contato com o senhor para tratar de assuntos sobre CPMI, sobre depoimentos ou articulou uma nova linha de depoimento de V. S<sup>a</sup> nas respectivas Comissões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho contato com o Deputado Roberto Jefferson. Nenhum.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O relacionamento, portanto, está cortado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca tive relacionamento. Meu relacionamento maior era com o Sr. Emerson Palmieri. Eu devo ter estado com o Deputado Roberto Jefferson umas duas ou três vezes no máximo.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O ex-presidente do PT, José Genoíno, juntamente com o Sr. Delúbio Soares têm entrado em contato com V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Delúbio Soares, sim; falei com ele, sim.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – E qual foi o teor do diálogo se o senhor não se importa de revelar para nós? Foi algo no sentido de o senhor ser mais “macio” nos depoimentos? Para o senhor livrar “a” ou livrar “b”, ou incorporar nas suas denúncias? Qual o teor do diálogo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O teor da nossa conversa foi que eu disse a ele que a minha vida acabou; que isso conseguiu destruir a minha vida. Foi isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – A quem o senhor imputa ser o responsável pela destruição da sua vida empresarial ou da sua vida pessoal? Foi o Delúbio o responsável? O José Dirceu foi o responsável? Quais são os que o senhor reputa como os principais cabeças em ter destruído a sua vida, como o senhor coloca?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, eu mesmo, porque eu não deveria nunca ter feito o que eu fiz. Segundo, o Sr. Delúbio e o Sr. José Dirceu.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Marcos Valério, o senhor é um criminoso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que a Justiça é quem vai julgar. Mas esse lugar em que estou sentando não me dá nenhum conforto.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Então, o senhor concorda que cometeu um crime?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei se é crime, mas não me sinto confortável pelo que eu fiz. Deixar claro. E não sugiro a ninguém.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Marcos Valério, o Deputado José Dirceu mentiu em seus depoimentos na CPMI, na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, haja vista que tem feito uma série de comparações? A própria imprensa, prestando relevantes serviços à Nação, apontando todas as situações adversas, tudo que ele negou e depois ficou comprovado.

Na sua concepção, ele é um Parlamentar que mente. Ele mentiu na Comissão de Ética?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou falar uma coisa aqui que, depois, eu posso até ser crucificado...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Ou a imprensa é mentirosa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ...mas vou falar em poucas palavras: eu não morro de amores pelo Deputado José Dirceu.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor concorda que ele é prepotente e arrogante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em gênero, grau e número.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Já vou finalizar, Sr. Presidente. Para encerrar, Sr. Marcos Valério, há pouco o senhor disse que é um ex-empresário. Até a pouco tempo o senhor era um dos homens ricos, da grande elite econômica deste País.

Quem é o senhor hoje empresarialmente falando? O senhor é um homem pobre, humilde, com extremíssimas dificuldades financeiras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Sou um homem que vai ter uma dívida muito grande junto à Receita Federal, com certeza absoluta. Uma dívida trabalhista muito grande por ter mandado todos os funcionários de Brasília e de Belo Horizonte embora e não tendo mais contas, porque o Governo Federal me retirou todas as contas, e o Governo do Estado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Resumindo, é pobre ou ainda é rico, tem muito dinheiro em conta ainda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quebrado, para pagar as contas e vai trabalhar, isso eu garanto a minha família, vou trabalhar e não vou “dar o cano” em ninguém.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Responda só a pergunta. O senhor é pobre?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Remediado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa pergunta não esclarece nada.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma questão de ordem.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Eu gostaria que esta Comissão se dirigisse para investigar coisas que interessem. Eu não estou aqui, ou nenhum de nós, para ouvir julgamento do Sr. Marcos Valério.

Eu gostaria que os colegas parlamentares objetivassem as suas perguntas e não ficassem... Vamos levar a sério esse negócio, do contrário não chegaremos a nada aqui.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Cada Parlamentar tem a sua forma de investigar.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Tem direito de perguntar, mas assuntos inerentes ao assunto da Comissão.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Cada um faz a sua leitura. V. Exª tem a sua forma de investigar, eu tenho a minha forma. Eu não estou aqui para proteger Marcos Valério e jogar confete nele não. Estou aqui para fazer o meu trabalho e gostaria que as minhas atribuições como Parlamentar, nobre Relator, fossem respeitadas, tão somente.

Já irei concluir, Sr. Presidente.

Quero apenas agradecer-lhe e dizer que o Brasil aguarda que a Justiça seja feita, que o senhor, se for culpado, espero sinceramente, em nome dos cidadãos sofridos deste Brasil, apodreça na cadeia.

Se for inocente, que seja absolvido. E que todos os demais envolvidos nessa lama de corrupção neste País sejam levados para a cadeia, porque o povo, os cidadãos brasileiros merecem justiça.

Muito obrigado, Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou mais uma vez salientar: as perguntas têm de ser objetivas. Nós não podemos aqui fazer com que o depoente emita juízo pessoal.

O Código de Processo Penal é claro nesse aspecto, a não ser que uma avaliação dele possa contribuir no esclarecimento. Agora, dizer “exatamente quantos ele manda para a cadeia...” Ele não manda ninguém para a

cadeia. Ele vai, como todos os demais, vai se submeter a um processo. O juiz é que poderá mandar.

Eu gostaria de pedir que o próximo Deputado inscrito usasse da palavra e objetivássemos cada vez mais para dar celeridade e eficiência a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Relator e, em seguida, ao Deputado José Rocha.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. membros da Comissão, talvez seja útil deixar claro que o Relator ao apreciar os elementos colhidos por esta Comissão não levará em conta apreciações subjetivas dos depoentes. Não levará em conta os seus juízos a respeito de fatos e de pessoas. E que a linha e investigação da relatoria é apenas aquela que diz respeito à explicação e fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Portanto, com a palavra o nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, serei bastante objetivo.

Sr. Marcos Valério, V. Sª desejaria falar em reunião reservada, no final desta reunião, com os Srs. Membros desta Comissão, para acrescentar dados que não se sentiria à vontade em fazê-lo nesta reunião aberta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Deputado. Mas qualquer pergunta eu responderei, de qualquer nível.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A Srª Simone Vasconcelos, no primeiro depoimento à Polícia Federal, disse que, no final de 2002, teria recebido o primeiro pedido de V. Sª para realizar um saque na agência de Brasília do Banco Rural e repassar para algumas pessoas. V. Sª confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quais as pessoas foram beneficiadas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso olhar na minha lista?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pode.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, 2002 não tem. É 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu anotei 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. 2003. Ela fez uma retificação, hein, no depoimento dela. Falou 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas eu pergunto a V. Sª se, em 2002, V. Sª repassou algum recurso para pessoas relacionadas nas listas divulgadas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, nessas listas divulgadas, não.



**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ou em outras que não foram, para pessoas que não foram divulgadas nas listas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Agora, a gente também tem que ser muito honesto também. Como a agência de propaganda é de Minas Gerais e de Belo Horizonte, nós demos algumas ajudas a candidato, sim. Não adianta eu ficar aqui também falando que eu passei, em 2002, a não ajudar nenhum deputado. Ajudei, sim. O próprio Deputado Virgílio Guimarães, nós fizemos o *layout* da campanha dele. Estou te dando um exemplo. E nós demos para vários. O Sr. Roberto Brant foi um desses exemplos. Nós também ajudamos no *layout* da campanha dele. Então ajuda do jeito que está nessa lista, nesses montantes, nessas quantidades, não, não aconteceu em 2002, não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Já que V. S<sup>a</sup> diz que deu ajuda a alguns parlamentares, em 2002, e cita alguns nomes, eu perguntaria a V. S<sup>a</sup> se V. S<sup>a</sup> ajudou, na campanha dos candidatos à Presidência desta Casa, se ajudou alguém.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Presidente da Casa?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Da Casa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, sim. Essa é uma boa pergunta até para a gente desmistificar isso.

Uma, ajudei, sim, o candidato João Paulo Cunha, através de uma empresa chamada Multiaction. Ajudou fazendo aqueles *banners* dele, fazendo aquele *layout* dele, colocando na porta, quando o Deputado chegou, no primeiro mandato e tudo. Ajudei, sim!

Agora, é importante salientar que também, e aí outra empresa minha ganhou a conta de comunicação chamada SMP&B. Agora, é importante salientar que, no Presidente passado, há uma empresa chamada Ogilvy, ajudou esse Presidente na eleição, e quem ganhou foi uma outra empresa do grupo chamada Denisson. Então, não é porque o Marcos Valério ajudou, que também foi uma licitação. Não estou questionando, não, hein, porque é um processo licitatório público, é uma licitação normal. Então eu quero deixar claro o seguinte: é normal as empresas ganharem. E também não fiz nada que me envergonhasse da eleição do Sr. João Paulo Cunha, como eu também tenho certeza que a Ogilvy, que é uma grande multinacional, não fez nada que se envergonhou, na eleição do antigo Presidente.

É só para dar exemplo que o mar de lama não sou só eu, não. O mar de lamas não é tudo o que eu faço, não. Não existe mar de lamas em tudo o que eu faço. Eu considero que eu errei nos empréstimos, sim,

mas o resto da minha empresa é uma empresa sadia, normal, que ganhou vários prêmios.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E, na última eleição para a Presidência da Casa, ajudou alguém?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não ajudei. Ajudei; ajudei ao Sr. Greenhalgh também com folhetos etc., o que também não deu certo. Ao Severino, em nada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> hoje, aqui, se desculpa por não ter, perante a CPMI dos Correios, falado toda a verdade no que diz respeito aos empréstimos, vez que V. S<sup>a</sup> estava esperando que o beneficiário dos empréstimos, ou seja, o PT se pronunciasse primeiro.

Assim, indago: quanto à viagem a Portugal, V. S<sup>a</sup> também está esperando algum pronunciamento do PT ou do Sr. Emerson Palmiere?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque essa eu dissecó ela para o Sr. Deputado, a hora que V. Ex<sup>a</sup> quiser, como eu já disse aqui.

Essa foi uma viagem de negócios, uma viagem empresarial. Eu abro ela de cima em baixo: como é que foi, onde é que foi e a que hora foi e tudo. Não tenho nada a esconder sobre essa viagem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A **Veja** desta última semana traz, no seu noticiário, uma reportagem do Jornal **Expresso**, de Portugal, onde, em declaração, Antonio Mexia confirmou ter recebido “o Sr. Marcos Valério na qualidade de consultor do Presidente do Brasil e a pedido de Miguel Horta e Costa, Presidente da Portugal Telecom, uma empresa de um setor tutelado por mim”. Classificando encontro de visita de cortesia, garante que durou apenas de 10 a 15 minutos e versou apenas sobre conversas de circunstância. Não houve nenhum toque específico, muito menos algo que não tinha nada a ver com a sua função de Ministro.

V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; não confirmo. Essa ...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Sr. Antonio Mexia mente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Sr. Antonio Mexia confirmou que me recebeu, mas nunca como representante ou consultor do Governo brasileiro, até porque eu nunca iria me apresentar assim.

Em segundo lugar, a Portugal Telecom é a maior empresa portuguesa. Seria um conto da carochinha eu me apresentar para o Presidente da Portugal Telecom, a maior empresa portuguesa, e ele acreditar que eu sou representante do Governo brasileiro.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Mas, com a amizade que V. S<sup>a</sup> ainda tinha no núcleo do Governo, com o ex-ministro José Dirceu e com o Sr. Delúbio Soares, ele poderia supor que realmente funcionasse a sua representação como representante do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sou amigo do Sr. Ministro José Dirceu.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V. S<sup>a</sup> é o que o dele, então? Considera-o um inimigo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Diria que sim, hoje.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E no passado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conhecido.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Falando mais sobre as idas de V. S<sup>a</sup> a Portugal. Manteve V. S<sup>a</sup> contatos com o Banco Milenium, banco comercial português?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; nenhum contato.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Nunca tentou nenhuma negociação com esse banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhuma.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – À época, V. S<sup>a</sup> levou ao ex-ministro José Dirceu o Presidente do Espírito Santo de Portugal. Confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Essa reunião foi marcada por V. S<sup>a</sup> para tratar de assunto...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa reunião foi marcada pelo Sr. Delúbio Soares a meu pedido, e é aonde o Banco do Espírito Santo colocou os investimentos que ele tem no Brasil: na área de hotelaria, em fazendas de pecuária e ele era dono de 2% do Bradesco e investimentos na Uol. Foi isso tudo que ele colocou lá.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A SMP&B fez várias teds acima de dez mil reais. Eu tenho aqui uma relação de 35 acima de dez mil e duas que ultrapassam em muito esses recursos. A Athenas Trading, com R\$1.967.403,00 e a By Brazil Trade, com R\$976.887,00. V. S<sup>a</sup> confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Do Banco Rural para o Banco Schahin?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei se é Banco Schahin, mas, quanto ao nome das empresas, eu confirmo as transferências.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E os valores também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Esses recursos se destinaram a quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estão lançados na contabilidade. Como é uma empresa com a qual eu não tinha muito relacionamento, eu vou chutar, mas penso que, a partir de amanhã, V. Ex<sup>a</sup> tem tudo isso descrito na contabilidade.

Eu acho que foi um contrato de mútuo firmado entre essas duas empresas, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Quase três milhões de reais e V. S<sup>a</sup> não se lembra de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque lá nós dividimos. Na verdade, eu ficava muito mais por conta do PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E quem tratava desses assuntos das Teds?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eram os sócios. São três sócios e a Diretora financeira, que é quem executava o pedido.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Qual dos sócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nesse caso, eu teria que verificar, mas, com certeza, eu te dou por escrito, em cópia, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V. S<sup>a</sup> sabe onde fica esse Banco Schahin?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sei sim, senhor. Em São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – A revista **Is-toÉ** desta semana diz que, em relatório encaminhado ao Ministério Público, V. S<sup>a</sup> diz ter contraído seis empréstimos que somariam 55 milhões, mas a CPMI dos Correios já localizou doze empréstimos.

E uma análise contábil, realizada por peritos do Ministério Público, nos extratos bancários, mostra que, somente a título de empréstimos bancários, entraram 210 milhões nas contas da SMP&B, no banco Rural, no período de 2000 a 2005. V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu vou separar então. De 2000 a 2002, os empréstimos que eu tive na minha empresa são empréstimos normais, de capital de giro, e foram pagos literalmente. Alguns pequenos e não somariam nunca 210 milhões.

De 2003 para frente, penso que há uma pequena confusão porque os empréstimos foram renovados e, a cada renovação, o empréstimo era de um valor

diferente, uma vez que os juros eram agregados e a CPMF era cobrado novamente.

Então há uma pequena confusão aí, não diria nunca que é por má-intenção nem nada, mas a minha contabilidade vai provar que os valores atuais dos empréstimos são esses que estão aqui. Nada mais do que isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Para o PT. E os outros empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os outros foram do PSDB no ano de 1998. O resto para partido nenhum.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E de 2000 a 2005, que é o que os peritos do Ministério Público constatarem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; eu tive empréstimos normais, nunca de valores astronômicos, em hipótese alguma, até porque, se tivesse, estariam lançados na minha contabilidade, e, lá, não consta isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Quer dizer que V. Sª discorda dessa análise contábil realizada pelo Ministério Público?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, Deputado, com todo o respeito.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Então, qual o total, de fato, dos empréstimos feitos ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$55.217.271,02.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Qual é a origem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco BMG e Banco Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E para quem o dinheiro foi destinado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para as pessoas que estão nessa lista, a pedido do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Sr. David Rodrigues sacou dinheiro no Banco Rural para quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para Zilmar da Silveira e Duda Mendonça.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – E entregou a quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí nós temos que perguntar ao Sr. Duda Mendonça e a Dona Zilmar onde eles puseram o dinheiro.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O Sr. David Rodrigues entregou o dinheiro a quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Zilmar Silveira e a Duda Mendonça.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Porque ele, em seu depoimento à CPMI dos Correios diz que entregou à sua Diretora Financeira, Srª Simone.

V. Sª confirma ou desmente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu desminto e volto a falar: eu li uma reportagem que saiu hoje no **Correio Braziliense**, onde mostram as ligações dele com um doleiro – não sei o nome do doleiro, não me lembro agora. Então, eu confirmo que os cheques que eu assinei ou que meus sócios assinaram foram entregues nas mãos da Dona Zilmar da Silveira, e a ordem que foi dada ao Banco Rural para pagamento desses cheques foi em nome da Zilmar, a pedido, ou em nome das pessoas que a Zilmar mandou pagar.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – V. Sª conhece o Sr. Ricardo Machado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço sim, senhor. Foi meu ex-sócio na empresa chamada MultiAction e saiu um pouco magoado da empresa.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O senhor conhece o Dr. José Augusto Dumont?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço sim, senhor, foi meu amigo e morreu num acidente de automóvel, era o Vice-Presidente do Banco Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Há uma reserva no Hotel Grand Bittar da suíte VIP, 15º andar, para o senhor e o Sr. José Augusto Dumont em setembro, no dia 30 de setembro, terça-feira. V. Sª confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei a data. Eu confirmo que eu já fiquei hospedado nesse hotel.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Com o Sr. José Augusto Dumont?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Sr. José Augusto Dumont talvez. Eu confirmo que eu fiquei. Eu vi a reportagem envolvendo a cafetina e eu nego que eu tenha participado de alguma festa de orgia ou outro tipo de coisa.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Mas não é isso que eu estou...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, eu só estou te falando que eu vi a reportagem. Eu queria deixar isso claro.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Não é isso que eu estou perguntando.

E V. Sª confirma que no dia 7 de outubro alugou o 15º andar do Grand Bittar, o senhor com o Sr. Ricardo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não confirmo. Eu confirmo o quarto que eu aluguei, que está no meu nome.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Está na agenda da sua ex-secretária Somaggio, uma reserva do 15º andar, fechado para o senhor e o Sr. Ricardo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu confirmo o quarto em que me hospedei, agora a agenda da minha secretária é dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria dizer que o tempo terminou, se V. Exª quiser se reinscrever, nobre Deputado José Rocha...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu tenho várias perguntas não feitas. Quero ser fiel ao tempo e me reinscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a cooperação de V. Exª.

A última pergunta.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para quem destinou os 21 milhões sacados em dinheiro vivo da sua conta do Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para as pessoas que estão nessas listas aqui. Foi para quem eu destinei os 55 milhões, e alguns foram depósito em conta, como no caso da Garanhus, Bônus-Bonval. Outros foram saques, e é importante deixar claro, o dinheiro... E foram passados cheques para a pessoa. No caso da Zilmar, foram cheques que foram passados para ela, e outros foram recebidos dentro das agências. Se o senhor quiser, eu leio os nomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, essa lista já está disponível, nós passaremos a V. Exª...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Toda hora se fala dessa bendita lista, nós precisamos saber porque nós não temos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então pode ler. Vamos atender a uma reclamação geral, e eu peço ao depoente que faça a leitura.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Número 1

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só a última pergunta dessa primeira fase, e depois ele lerá a lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª já fez a última pergunta. Eu agradeço a V. Exª pela cooperação, que V. Exª, tão bem, com civilidade o fez.

Com a palavra o nobre depoente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Número 1: Jacinto Lamas, PL; Valdemar Costa Neto, celular 61-99825899, através também da Garanhus Empreendimentos Intermediações e

Participações S. A., na Avenida Paulista, e através do Antônio Lamas. Valor: dez, oitocentos e trinta e sete e quinhentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Dez milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dez milhões.

Número 2: Zilmar Fernandes da Silveira, Duda Mendonça, telefone 61-3664885 ou 3665017, através das pessoas Antônio Kalil Curi, RG 10266537; Davi Rodrigues Alves e Luís Carlos Costa Lara. Valor: R\$15,5milhões

Número 3: Paulão, PT, Nordeste, Alagoas, R\$160mil.

Deputado Paulo Rocha, PT, telefone 61-99785483...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é necessário telefone porque poderá haver uma enxurrada de telefonemas desnecessários.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Sª pode continuar a leitura do nome e do valor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado Paulo Rocha, Anita Leocárdia, Charles Santos Dias. Valor R\$920mil.

Márcio Lacerda. É importante ressaltar que o Márcio Lacerda foi o contato, mas o pagamento foi feito a uma pessoa que prestou serviço na campanha do então Ministro Ciro Gomes. O Márcio Lacerda em si não recebeu. Ele foi só um contato, e a pessoa que recebeu foi o Sr. Francisco Borges Cavalcanti e Terezinha. Valor: R\$457mil.

José Carlos Martinez. Através do Sr. Jair dos Santos. Valor R\$1milhão.

Deputado Guimarães, do PT do Ceará, R\$250mil.

Marcelino Pias e Sr. Jorge e Paulo Antônio Bassotto, R\$1,2milhão.

João Ferreira dos Santos, R\$260mil.

Mauro Santos, R\$300mil. Esse Mauro Santos está junto com a Srª Eristela.

Deputado Romeu Queiroz, Charles dos Santos Nobre e José Rés, R\$350mil.

João Magno, Paulo Vieira Abrigó, R\$350mil.

Professor Luisinho, Crislene e José Nilson dos Santos, R\$20mil.

Manoel Severino, Luís e Henrique Pizzolato, R\$2.676.660,67.

Emerson Palmieri, Alexandre Chaves e Luís Carlos de Miranda Faria, R\$2.468.600,00

Raimundo Ferreira da Silva Júnior, PT do Distrito Federal, R\$370mil. PT Nacional, que foi entregue ao PT Nacional e eles distribuíram R\$4.932.467,14.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Sr. não falou os nomes do PT Nacional.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso citar todos?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Marcelo Sereno, Edilene, Solange Pereira Oliveira, Lucas Bisato, Aristides Junqueira e campanha de São Bernardo e Osasco.

João Cláudio de Carvalho Genu, PP, Deputado José Janene, R\$4,1milhões.

Deputado Vadão, R\$3,7milhões.

José Adelar Nunes, tesoureiro PT Santa Catarina, R\$50mil

Carlos Magno e Rodrigo Barroso Fernandes, R\$774 mil;

Deputado José Borba, Carlos, Maria Sebastiana, R\$2,1milhões;

Wilmar Lacerda, Sinval Monteiro de Mello, R\$235 mil;

Deputado Josia Gomes da Silva, Bahia, R\$100 mil;

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não está falando o partido, por quê? PT Bahia, PT Distrito Federal, tem que ler tudo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está bom. Desculpa. Peço desculpa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tudo bem, está desculpado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª pode ler o que está aí. É uma leitura despidienciada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não é despidienciada, não. O povo brasileiro está assistindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ah, o povo brasileiro está assistindo. Mas temos que investigar aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – José Luiz Alves, PL, Edson Pereira de Almeida, R\$1 milhão;

Carlos Goteoso, Carlão, Ponto Focal, R\$400 mil;

Roberto Costa Pinho, Assessor, Ministério da Cultura, R\$450 mil;

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Fala PT, o partido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, aqui não tem PT. Não, aqui tenho Ministério da Cultura.

Bispo Rodrigues, Célio, R\$400 mil;

Armando Costa, R\$30 mil;

Carlos, Goiânia, R\$250 mil;

João Paulo – há um erro aqui – é R\$50 mil, do PT.

**O SR.(Orador não identificado)** – Esse Carlos, o Carlinhos é o mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio que sim, mas não conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o vice.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Acho, Sr. Presidente, até por uma questão de esclarecimento ao povo brasileiro, seria interessante que o Sr. Marcos Valério lesse também a lista de 1998, se pudesse identificar o nome, o partido. O valor da soma, Sr. Marcos Valério, está muito aquém do total dos empréstimos que foram feitos em 1998. Então, o Sr. poderia também nos informar, além desses nomes da lista, para onde foi o resto dos empréstimos feitos em 1998, para que todo o País conheça os nomes e o partido dos que receberam recursos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Muito importante, porque a sociedade quer um esclarecimento de todo esse período de tudo que foi repassado, desde 1998 até agora. Então, é importante fazer a leitura do ano de 1998, naquelas eleições, para que a sociedade brasileira possa ver o aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer oportunamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A lista de 1998 está aquém, mas existe um valor maior, de que eu não tenho comprovação. São maiores nomes, são nomes maiores até, e o Sr. Cláudio Mourão poderia vir aqui dar essas explicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O Sr. terminou a leitura da primeira lista?

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não foram.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. S. terminou a leitura da primeira lista? Então, agora fica suspensa a reunião.

**O SR. (Orador não identificado)** – A segunda lista, Sr. Presidente.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A nossa suspensão é por dez minutos. Espero que não passe de quinze.

*(Suspende-se a reunião às 14 horas e 20 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro reabertos os trabalhos. Inicialmente, concedo a palavra ao depoente, Sr. Marcos Valério, para que proceda à leitura dessa lista e peço que faça breves explicações sobre cada nome, porque talvez nem todos saibam de quem se trata. Pode falar, Sr. Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Junia Marise. Junia Marise foi Senadora pelo Estado de Minas Gerais e Vice-Governadora do Estado.

**O SR. (Orador não identificado)** – O partido, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – PMDB, eu acho. Uma das pessoas que pegaram o recurso foi Antônio Marum, depois Junia Marise, novamente, e Maria Cristina Cardoso de Melo. Depois, Fábio Valença e o Sr. Jorge Calábria. Não precisa falar o valor não, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode falar o valor, pode falar tudo que consta na lista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então, voltando, Junia Marise, R\$25 mil. Junia Marise, R\$175 mil.

Fábio Valença, R\$91.459,28.

Jorge Calábria. Maurílio Borges, R\$125 mil, de Uberlândia.

Márcio Luiz Murta, R\$25 mil, eu acho que é Deputado.

Vilda Maria Bittencourt, R\$10 mil.

Arnaldo Francisco Pena, R\$15 mil.

Marcelo Jerônimo Gonçalves, R\$10 mil.

Marlene Aranda Caldeira, R\$20 mil.

Obede Alves Guimarães, R\$15 mil.

Carlos Wett Pimenta Figueiredo, é Deputado e hoje é Prefeito, R\$12 mil.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, só queria pedir, assim que fosse identificado o mandato, se é Deputado, se é Prefeito, se possível que fosse falado o partido, porque foi falado na outra lista o nome dos membros e a quais partidos eles pertenciam. Se souber.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se souber, eu falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que, realmente, se ele puder esclarecer que o faça.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Antes de continuar, eu queria agradecer ao Deputado Eduardo Paz pela gentileza com que tratou a minha esposa quando esteve aqui, pela educação. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – De nada.

Só uma correção: o meu não é Paz. É Paes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Paes, desculpe.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Paz é o sócio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nélcio Andrade Vilela, R\$12 mil.

Sebastião Navarro Vieira, Prefeito hoje, se não me engano, R\$9 mil.

Maurício Antônio Figueiredo, R\$15 mil.

Clemente Sarmiento Petrone, R\$15 mil.

Martins Adélio Gomes, R\$20 mil.

Rosane Aparecida Moreira, R\$20 mil.

Gilberto Rodrigues de Oliveira, R\$25 mil.

Custódio de Matos, R\$20 mil.

Maria Aparecida Vieira, R\$2,5 mil.

Maria da Conceição Almeida Alves, R\$2,5 mil.

José Manoel Hatsan, R\$15 mil.

José Roberto de Cali, R\$4 mil.

Grupo Um de Propaganda e Marketing, R\$10 mil.

Gerusa Pereira Cardoso, R\$12 mil.

Odair Ribeiro Vidal, R\$15 mil.

Ricardo Bessote Costa, R\$20 mil.

Geraldo Magela Costa, R\$40 mil.

Baldonado Arthur Napoleão, R\$3 mil.

Onório José Franco, R\$20 mil.

Antônio de Pádua Luma Sampaio, R\$8 mil.

Elmo Brás Soares, R\$6 mil.

Sônia Maria Sales Campos, R\$15 mil.

Walfrido Albuquerque Oliveira, R\$20 mil;

Amílcar Viana Martins Filho, R\$6 mil;

João Batista de Oliveira, R\$7 mil;

Maria Eustáquia de Castro, R\$11 mil;

Kemil Said Kumaia, R\$9 mil;

José Augusto Ribeiro, R\$9 mil;

Humberto Candeias Cavalcanti, R\$3 mil;

Nelson Antônio Prata, R\$5 mil;

Aldimar Dima Rodrigues, R\$10 mil;

Silvana Vieira Felipe, R\$8 mil;

Eder Antonio Madeira, R\$12 mil;

Olavo Bilac Pinto Neto, R\$20 mil;

Tarcísio Henriques, R\$10 mil;

Heloísa Helena Barras Escomini, R\$5 mil;

Wanderlei Geraldo de Ávila, R\$21 mil;

Olinto Dias Godinho, R\$20 mil;

Cláudio de Faria Maciel, R\$7 mil;

Ermínio Batista Filho, R\$25 mil;

Alencar Magalhães da Silveira Jr., R\$10 mil;

Maria Olívia de Castro Oliveira, R\$15 mil;

Maria Angela Arcanjo, R\$20 mil;

Francisco Ramalho, R\$15 mil;

Ajalmar José Silva, R\$15 mil;

Antônio Milton Sales, R\$2 mil;  
Paulo Abi-Ackel, R\$50 mil;  
Cantídio Cota de Figueiredo, R\$40 mil;  
Afonso Celso Dias, R\$50 mil;  
Luiz Flávio Vilela Mesquita, R\$50 mil;  
Cláudio Pereira, R\$25 mil;  
Gilberto Wagner Martins A Pereira, R\$25 mil;  
Romeo Anísio Jorge, R\$100 mil;  
Vagner Nascimento Júnior, R\$30 mil;  
Jaldo Retes Dolabela, R\$53,025 mil;  
Cantídio Cotta, R\$15 mil;  
José Pinto Resende Filho, R\$7,5 mil;  
Francisco Rafael, R\$15 mil; e do lado, Luciano

Claré Gonçalves;

Renato Fraga, R\$12,5 mil; e Marcus Vinícius

Armstrong Nunes –

Nei Martins Junqueira, R\$50 mil;  
Roberto Arabe Abdanur, R\$50 mil;  
Alfeu Queiroga de Aguiar, R\$25 mil;  
Edson Brauner da Silva, R\$20 mil;  
Ivone de Oliveira Loureiro, R\$20 mil;  
José Pinto Resende Filho, R\$15 mil;  
Rui Resende, R\$10 mil;  
Luciano Claret Gonçalves, R\$30 mil.

Além dessa lista, foram pagos os Srs. Duda Mendonça. Está aqui o recibo. Ele fez a campanha do Dr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio Andrade. Está aqui o recibo assinado por ele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Qual é o valor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A planilha que eu tenho aqui é de quatro milhões e meio.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Eu gostaria que V. Exª extraísse cópias das duas listas e as distribuisse a todos os membros da CPMI. E gostaria de sugerir, Sr. Presidente, até para lhes proporcionar o direito à defesa, que todos os Parlamentares citados nas duas listas sejam devidamente intimados para prestar depoimento nesta CPMI.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor solicitou que ele lesse a lista. E não foi explicado qual a origem desses recursos. Seria somente isso? É para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sim. Neste momento foi só a leitura. Isso, vamos fazer depois. Temos de fazer no curso das investigações. Neste momento, se alguém desejar fazer perguntas, que as faça.

As listas foram lidas e devidamente explicadas. Creio que todos estão satisfeitos.

Quanto ao requerimento de V. Exª, nobre Deputado Fleury, vamos fazer no momento oportuno.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos estudar isso, mas é um requerimento que tem razão de ser. Concedo a palavra imediatamente ao próximo orador inscrito, que é o Deputado, com a palavra pelo prazo regimental.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Depoente, antes de eu fazer algumas observações, eu gostaria de saber se a lista que V. Sª trouxe hoje envolvendo esse valor maior, se é esta a lista que ficou na Procuradoria da República, ou se a que ficou lá é uma lista mais ampla?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é essa que ficou na Procuradoria.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Esta aqui mesmo. Porque ela já era de conhecimento público desde a semana passada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Inclusivamente pela imprensa.

Sr. Marcos Valério, eu gostaria de iniciar os meus questionamentos pegando uma frase que o senhor disse alto e bom tom aqui na CPMI fazendo a vinculação entre as empresas e o caixa dois, dizendo que isso é o que acontece no Brasil. V. Sª de fato não está em companhia muito simples.

Essa idéia do caixa dois é, na verdade, muito cruel, porque ela dá a idéia de que o crime é menor, um pequeno delito, uma pequena contravenção para recursos que são desviados do Erário com a mesma falta de cerimônia. E nesse aspecto V. Sª tem a concordância do Delúbio Soares; da sua mulher, D. Renilda; do José Genoíno; do José Dirceu; do Presidente Lula, numa entrevista em Paris, e isso começou a correr o Brasil inteiro dando a entender que é um grande biombo que foi construído por uma tese de um bom advogado, de um competente advogado que faz com que, inclusive, o ex-Ministro e Deputado Ricardo Berzoini fale em ilegalidade eleitoral e que o Delúbio fale em recursos não-contabilizados.

Eu quero dizer, Sr. Marcos Valério, que isso é uma espécie de banalização de um crime hediondo

quando tudo se vincula, tudo cai na vala comum do caixa dois.

E outros delitos, outros crimes que passam do pagamento de advogados para atender ao primeiro escalão do PT, no caso do ex-Procurador da República, até das bacantes aqui dos hotéis cinco estrelas. Saques presumidos de Ministros. Enfim, dívidas partidárias. Tudo isso cai na vala comum do caixa dois.

E quero dizer ao senhor que eu divirjo de V. S<sup>a</sup> porque acho que isso sim é a prática do Brasil apodrecido, corrupto, mas não é a prática do Brasil global, do Brasil geral. Não. Não é essa prática, não.

Nesse aspecto, eu gostaria de perguntar ao senhor sobre uma descoberta da CPMI dos Correios que dizem que o Procurador da Fazenda Nacional Glênio Guedes foi também beneficiário de polpudas somas depositadas nas contas da família Guedes, totalizando R\$2,5 milhões, para que ele, que era membro, que fazia parte do Conselho de Recurso do Sistema Financeiro, o tal do “conselhinho”, adocicasse, amolecesse as investigações que o Banco Central já estava promovendo acerca dos valores bastante elevados que passaram a ser identificados por aquela autoridade monetária. Então, esta é a primeira pergunta que quero fazer a V. S<sup>a</sup>: se esse elemento, esse novo dreno está meio fora do mensalão. Sei que V. S<sup>a</sup> não gosta do termo mensalão, mas, tenho certeza absoluta de que o povo brasileiro, de norte a sul e de leste a oeste, sabe que o mensalão existiu claramente pelos pagamentos feitos por V. S<sup>a</sup> inclusive aos representantes, aos líderes ou aos presidentes de Partidos, conforme V. S<sup>a</sup> já explicitou aqui.

Então, a minha primeira questão é essa. O que significa esse pagamento ao Procurador da Fazenda Nacional? Ele mesmo, junto com a família, está envolvido em várias falcaturas, em várias irregularidades, inclusive investigado, e tendo saído do tal “conselhinho”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, quero deixar claro que o dinheiro que movimenteiei não é dinheiro público. Tomei na iniciativa privada e passei ao PT, e meus contratos de publicidade estão totalmente abertos à auditoria, totalmente. E se tiver alguma coisa errada, eu tenho que ser punido. Concorro com isso. Mas, tenho certeza absoluta de que não há nada de errado nos meus contratos de publicidade.

Outra coisa, Sr. Deputado, com todo respeito, com toda a fidalguia com que o senhor me tratou, vou lhe dizer: o Sr. Glênio Guedes tem um pai chamado Ramon. E tenho um escritório de advocacia, apesar de não ser advogado, com o Sr. Rogério Tolentino e o Sr. José Roberto de Melo. E foi feito um depósito,

não em nome do Sr. Glênio Guedes, mas, do Sr. Ramon, pai dele – e, por acaso, eles têm conta conjunta. Vou passar ao Presidente os contratos de advocacia que foram assinados com o Sr. Ramon. É disso que é oriundo esse depósito. Confirmo o depósito, sim. Não, nunca, em hipótese alguma, o Sr. Glênio Guedes julgou qualquer processo do Banco Rural. Isso ele me falou depois que estourou o processo, esse escândalo todo, e conversei com ele.

Conheço, sim, o Sr. Glênio Guedes de montar a cavalo, de ir ao Cepel. E a Corregedoria da Procuradoria esteve no Cepel verificando se ele esteve lá realmente.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Marcos Valério, causa muita espécie esse pagamento ao Sr. Duda Mendonça, que contesta a posição de V. S<sup>a</sup> e diz que não aconteceu.

Tenho duas perguntas a fazer nesse caso do pagamento de R\$15,5 milhões ao Sr. Duda Mendonça, através de sua sócia e de outros elementos. Esse dinheiro era para pagar... (Pausa.)

Eu aguardo, sou paciente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa, Sr. Deputado.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, fique à vontade. O Presidente depois vai me descontar o tempo, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só para informar a V. Ex<sup>a</sup>: realmente os contratos são com o Sr. Ramon Guedes. Pelo menos aqui no papel está assim.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok, Sr. Presidente.

Gostaria de desdobrar a questão do Sr. Duda Mendonça. A primeira pergunta é se esse dinheiro era para o pagamento da campanha de 2º turno e de 1º turno que o Sr. Duda Mendonça havia firmado com o candidato Presidente Lula. Essa é a primeira questão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não saberia, com toda sinceridade, Sr. Deputado, não saberia te dizer se é ou não é. Só recebi autorização do Sr. Delúbio Soares para pagá-lo. Agora, dizer especificamente para o que era, não saberia te falar, até porque é uma intimidade deles lá.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas, o senhor não acha que é absolutamente um contra-senso que o empresário, o publicitário Duda Mendonça, que foi um publicitário que triunfou numa campanha eleitoral bastante expressiva, tenha que usar de V. S<sup>a</sup> quando ele próprio, proprietário de várias agências, poderia fazê-lo diretamente. Não é um contra-senso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Honestamente, eu acho que é sim.



**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Se é um contra-senso, se o senhor não sabe se esse recurso era para pagar ainda as contas da campanha, porque, inclusive, o Partido dos Trabalhadores não logrou muito êxito nos Estados em segundo turno, apenas três Estados, inclusive o meu.

Eu queria também saber se o Sr. Marcos Valério utilizou do expediente da nota fria, porque os lucros das faturas de serviço são pequenos em nível de mercado, 15%; alguns falam em 20%; enfim, de 10% a 20%.

Houve casos em que a sua empresa emitiu pura e simplesmente nota fria para ficar com o total do valor e fazer face ao mensalão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. É importante salientar que, além de propaganda e *marketing*, a empresa também, junto a seus clientes, presta serviços de projetos, estudos, pesquisas, isso é inerente da comunicação.

Não, eu nunca emiti para qualquer um dos clientes nota fria.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Obviamente que V. S<sup>a</sup> tem certeza que as empresas resistirão a uma auditoria cotejando faturas e serviços realizados? V. S<sup>a</sup> tem certeza que suas empresas suportarão esse tipo de investigação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A partir de hoje, já está sendo entregue à Receita Federal esses disquetes e disponibilizados os documentos. Amanhã eu entregarei à Comissão os disquetes que entreguei hoje à Receita e darei o endereço de onde estarão os documentos que podem ser verificados fisicamente pela Comissão, que estarão disponíveis.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito.

Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> trouxe aqui duas listas, uma que já era conhecida, cujos pagamentos vão somar dezenas de milhões de reais e uma lista pequenina, ainda que pequena mas de valores extensos, que remetem ao PSDB de 1998, são 79 pessoas, se não me falha a memória, nesta lista aqui. A impressão que passa é que aquilo ali foi um protótipo, foi um exercício, um treinamento de bala de festim. Ali, V. S<sup>a</sup> aprendeu a como, depois, fazer um treinamento com bala real, para falar em linguagem militar. Ou seja, o que era protótipo no PSDB de 1998 tornou-se uma produção em série explosiva no PT a partir do início de 2003.

V. S<sup>a</sup> disse que levou, inclusive, um calote do PSDB. O PSDB não pagou toda essa soma e aí eu gostaria, sinceramente, a mais completa lisura de V. S<sup>a</sup>: todos nós sabemos...

Sr. Presidente, está tumultuada a minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, continue. Eu já lhe dei um minuto.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Já me deu um minuto? Veja bem, Sr. Presidente, há uma compreensão de que V. S<sup>a</sup>, ainda que não tenha curso superior, é um empresário profundamente agressivo do ponto de vista da busca de horizontes, na abertura de horizontes. V. S<sup>a</sup> trabalhou em bancos, inclusive, no Banco Central, foi trazido aqui...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não trabalhei no Banco Central.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas houve alguma conexão de V. S<sup>a</sup> com o Banco Central...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu prestei uma consultoria a pessoas que trabalhavam como Banco Central.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O que não é pouca coisa. V. S<sup>a</sup>, por conseguinte, não é uma pessoa leiga, ainda que não tenha o formalismo do curso superior.

V. Ex<sup>a</sup> acha que cabe na cabeça de um brasileiro medianamente informado que o senhor pode fazer um empréstimo, alocar os recursos para um partido político, sem que haja nenhum tipo de garantia material para esse empréstimo? E que esse empréstimo, na verdade, estaria fadado a ser pago? Ou – e é esta a pergunta que quero fazer a V. S<sup>a</sup> – os empréstimos que V. S<sup>a</sup> tomava, tanto aqueles que foram avalizados pelo PT quanto, especialmente, aqueles que não foram avalizados pelo PT, e, sim, pelos sócios, eles não eram tomados para não serem pagos? Cairiam, ao final, na contabilidade Restos a Pagar e seriam pagos pelo contribuinte brasileiro até que a farsa foi descoberta. Quero perguntar a V. S<sup>a</sup> se: essa história do pagamento da dívida, que supostamente o PT teria, não é, digamos assim, uma farsa, inventada pela explosão dos fatos que chocaram a opinião pública nacional?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque os empréstimos são contabilizados, entram no meu extrato bancário e estão no meu extrato bancário para serem comprovados. Espero e pretendo entrar na justiça para receber. Se vou lograr êxito ou não, não sei.

Mas, na verdade, é isso, Deputado. Não foi nada para lesar ninguém. Tomei na iniciativa privada e passei para o PT.

É importante também a gente deixar de hipocrisia: que havia um aval superior, havia. Isso está claro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, esse aval superior, na medida em que não se realizou, foi por conta da descoberta dessa grande fraude, senão V. S<sup>a</sup> continuaria a fazer novos empréstimos, cada vez

maiores, para que fosse atendido o grande esquema do mensalão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não acredito no mensalão, não. Estou falando isso do fundo do coração, até porque também não estou aqui para defender ninguém, e ninguém tem autorização para defender ninguém.

Eu, Marcos Valério, não acredito no mensalão, não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, só para concluir, porque a minha intervenção foi tumultuada, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Conclua com brevidade.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – V. Sª, do fundo do coração, acha que não existe o mensalão, mas, se V. Sª fizer qualquer pesquisa do povo brasileiro, pela sua leitura labial, o povo brasileiro sabe que existiu o mensalão e que ele ainda é maior do que conhecemos.

Mas veja só: V. Sª compartilhou com Delúbio Soares, com Marcos Sereno, com José Genoíno, com José Dirceu, com Silvio Pereira e foi várias vezes, inclusive, à Casa Civil. V. Sª acha que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela intimidade que V. Sª expressou com esse politburo do PT – temos, na verdade, um politburo –, V. Sª acha que o Presidente Lula não sabia exatamente o que estava acontecendo debaixo do seu nariz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei explicar a V. Exª, eu não tinha intimidade com o Presidente Lula, não tenho intimidade com o Presidente Lula e também não sei te falar se ele tinha ciência ou se não tinha. Para mim, não tinha. Eu não tinha nenhuma intimidade com ele. Nenhuma, nenhuma, nenhuma.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra à nobre Senadora.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu sei que só teria direito de falar para questionar o depoente após os titulares e os suplentes. Entretanto, acabei tendo de comparecer à CPMI – solicito licença a V. Exª, ao Relator e ao Plenário –, porque eu já estava pensando, Sr. Marcos Valério, que eu viria aqui para quebrar os seus dentes!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui, isso seria impossível!

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não, não seria, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui há ordem.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não, não tenho dúvida de que é a ordem, desde que não toquem na minha honra.

Eu soube que o senhor havia dito que havia uma Heloísa Helena que recebeu R\$5 mil. Aí começaram a me ligar. Como o meu nome é Lima de Moraes, e há uma tal de Barras Escomini, que recebeu R\$5 mil, eu me senti na obrigação de vir aqui para saber. Mas, depois, li que há uma moça chamada Barras Escomini, que não tem nada a ver com o meu nome simplório, Lima de Moraes. Ela é de Minas Gerais, eu sou de Alagoas. Só para deixar claro.

Senador Amir Lando, eu tenho que esclarecer, até porque isso não é uma coisa qualquer. Porque, depois, as pessoas vão me ligar para dizerem: “Heloísa, disseram...” Heloísa Lima de Moraes.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, não estamos aqui para fazermos discursos!

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu cheguei às 8 horas para me inscrever. Eu não aceito isso!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Só ela é honesta aqui. Só em Alagoas há uma Senadora honesta.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ela está certa. Claro que está!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Fique quietinho, eu não falei contigo!

**O SR.** (Orador não identificado) – V. Exª que não pode falar nada!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Fique quietinho, aí, rapaz!

**O SR. (Orador não identificado)** – Fique calado!

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Fique quietinho! Fique calado! Vamos ver a lista. Estou inscrito. Vamos seguir a lista.

**O SR.** (Orador não identificado) – Cuidado para V. Exª não aparecer!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que a ordem seja mantida.

Peço ao depoente que leia o nome novamente e diga de onde é essa pessoa para deixar claro perante todos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Pelo tratamento digno que a Senadora deu à minha esposa, eu sou-lhe grato. Em respeito, vou ler novamente. A lista está com o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já enviei à Secretária.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Heloísa Helena Barra Escomini. É de 98, é de Minas Gerais, e não tem nada ver com a Senadora.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Obrigada pelo esclarecimento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Senadora, pode fazer o documento.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Já fiz o documento e solicitei que V. Sª assine.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Prossigamos.

Concedo a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Deputados e Senadores, depoente Marcos Valério, estive analisando licitações das quais V. Sª participou e, quanto a termos como “cinco anos aditivos, respeitados os 25%”, o senhor cumpriu, no Governo anterior e neste, todas as formalidades. Tenho, aqui, as razões, em função do depoimento de sua esposa. O senhor não tinha necessidade de prestar os serviços que prestou ao Sr. Delúbio Soares, ao PT, para estar hoje, aqui, praticamente com as suas vidas empresarial e pessoal destruídas. Quero saber se a partir das declarações da sua senhora, aqui, quando perguntada qual a vantagem que o senhor estava tendo em colocar todo o seu patrimônio em risco, a sua senhora respondeu: “Não, ele falou que vantagem nenhuma; que ele se preocupou em só não ter desvantagens. O medo dele seria perder as contas que já possuía há anos com o Banco do Brasil, como acabou perdendo. Quer dizer; não adiantou nada”.

Eu gostaria que a Assessoria, por favor, não tirasse a atenção do depoente.

Eu quero saber se o senhor se sentiu chantageado para tomar essas atitudes que o senhor tomou, em fazer a distribuição de recursos e tomar empréstimos para o PT, ou o senhor fez isso de livre e espontânea vontade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Eu não diria chantageado. Eu diria receoso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor se sentiu pressionado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Receoso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Receoso não quer dizer...o senhor tinha medo que alguma coisa poderia lhe acontecer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está bom. Muito obrigado.

Quando o senhor começou a emprestar o seu nome para fazer empréstimos, o senhor foi ao ban-

co – o senhor já havia feito isso em 1998. Naquela ocasião, pelas suas palavras, quem pediu foi o então sócio à época, para que o senhor tomasse essa providência, de fazer financiamento de campanha, por meio de financiamento, que foi o Sr. Clésio de Andrade. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES SOUZA** – O telefonema que eu recebi, à noite – quero deixar este episódio bem claro – foi do Sr. Clésio Andrade. E, na manhã seguinte, eu recebi a visita do Sr. Cláudio Mourão, responsável pela Tesouraria da campanha dele e do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não recebeu nem telefonema nem visita do Sr. Eduardo Azeredo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não recebi.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tá bom. Da lista dos setenta e poucos nomes que o senhor passou, da campanha de 98, valores pequenos perto dos valores que o senhor distribuiu agora sob os auspícios do Sr. Delúbio Soares, que é quem ordenava a distribuição de recursos. O senhor conhecia ou tinha relacionamento com o Deputado Custódio Mattos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum. Ao contrário, através da DNA Propaganda, o Dr. Francisco Castilho, que é o presidente da empresa, conhecia o Sr. Custódio de Mattos, sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor não conhecia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas eu não o conhecia.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Nunca lhe trouxe nenhum benefício?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor fez isso automaticamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Automaticamente, a pedido do Sr. Cláudio Mourão.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto.

Quero ir um pouco adiante: o senhor disse, no seu depoimento, aqui hoje, que o senhor deixou um recado. O senhor é um homem muito inteligente e veio preparado para cá. O senhor deixou um recado que estranhava que os empréstimos tomados... Eu pediria silêncio ao Plenário, Sr. Presidente, solicitando que desconte o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou pedir especial favor a todos, devolvendo-lhe um

minuto, porque, realmente, uma interrupção quebra o raciocínio e perde-se tempo. Vamos ouvir o inquiridor, Deputado Júlio Redecker, e o depoente, que está fazendo um esforço para responder. Vamos ouvi-los.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor disse em palavras formais suas... – tomei nota aqui para não me esquecer. O senhor não é uma pessoa que não conheça negócios, o senhor é um ganhador de dinheiro, o senhor é um homem competente. O senhor falou que os avais – eu não vi garantia real nos avais... O senhor tinha noção de que estava dando um aval sem garantias reais ou o senhor deu garantias reais aos avais para os empréstimos do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu tinha noção de que estava dando o meu aval.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O seu aval. O senhor apresentou lista de bens, patrimônio, avaliação, tudo, para o banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tudo, tudo para o banco.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. E o senhor disse também aqui que os bancos renovaram sem cobrança de juros. Isso é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Plenamente, verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor conhece ou telespectador, alguém aqui ou algum banco que renove empréstimo sem cobrar juros? O senhor conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Deputado, mas eu...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor conhece. O Banco Real e o BMG, que emprestaram para o senhor dar ao PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, nós temos de ser muito francos um com o outro e muito honestos um com o outro. Se foi renovado, é porque alguém deu a devida garantia. É o que eu sugiro que é. Estou deduzindo.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Foi em função do senhor que foi dada a renovação sem a cobrança de juros? O senhor acredita nisso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lógico que não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor credita a quem o fato de os bancos terem renovado sem cobrar juros esses empréstimos para as suas empresas, já que o senhor estava repassando ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eles cobraram os juros e agregaram ao novo

financiamento. Por isso, a diferença que eles sempre falam, que o financiamento foi aumentando o valor.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, aumentou, mas o senhor disse que eles renovaram sem cobrar juros. O senhor disse.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não é sem cobrar juros. Eles agregaram... por exemplo, o financiamento é de R\$10,00...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor está se contradizendo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não estou não. Estou não. Não estou me contradizendo, não, Deputado. Desculpa, com todo o respeito. É R\$10,00. Aí, eles renovaram o financiamento com R\$11,00, já embutindo os juros.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas o senhor disse textualmente – está gravado aqui – que os bancos renovaram sem cobrar juros.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu fiz isso...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Agora, eu entendi. Só quero que fique registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Já está registrado isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Esses empréstimos foram destinados – peço aos comentários que se resguardem –... O senhor disse que esses empréstimos foram renovados e que havia, na ocasião, uma carta do Sr. Delúbio, dizendo da garantia desses valores. Isso é correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É correto. Já passei a carta...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Para ambos os bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para ambos os bancos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor poderia apresentar a carta que foi enviada ao Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, está guardada no cofre do Banco Rural, pelo menos é o que...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Porque a carta do BMG nós temos; a do Banco Rural não apareceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, a do Banco Rural foi assinada na minha frente e guardada no cofre lá.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor tem...claro que no depoimento da sua senhora aqui, ela dá aqui uma resposta dizendo, à época, que os valores relativos aos empréstimos dados teriam a garantia do Sr. José Dirceu e que, para isso, segundo

o depoimento que está aqui escrito da sua senhora, teria havido uma reunião no Hotel Ouro Minas com o Sr. José Dirceu e a direção dos bancos, e outra aqui em Brasília. O senhor confirma que, nessas reuniões, foram tratadas as garantias por meio do Ministro Chefe da Casa Civil, conforme afirma a sua esposa no seu depoimento a esta Comissão, e que o senhor presenciou que esses empréstimos teriam tido a garantia do Sr. José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu confirmo o depoimento da minha esposa. Não confirmo a íntegra da conversa, mas a informação que me foi passada logo em seguida pelo Sr. Delúbio Soares é que a conversa aconteceu.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – No depoimento, sua senhora, em resposta ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto – “Propriamente em relação ao então Ministro José Dirceu” –, disse: “O então Ministro José Dirceu, depois que foi julgado isso, a minha preocupação foi ver como será pago o Marcos. Foi quando ele me revelou que houve reunião com a direção do Banco Rural. Eu não sei precisar a data”. “Certo”, diz o inquiridor, “acho que foi ano passado a reunião da direção do Banco Rural com o então Ministro José Dirceu para acertar sobre o pagamento do empréstimo. Isso foi em Belo Horizonte e em Brasília, da BMG”. O Sr. ACM Neto: “Certo, então foi uma reunião dos dirigentes do Banco Rural e BMG com o Ministro José Dirceu, mas o Marcos Valério não participou?” “Certo, mas o Ministro José Dirceu participou”. Quer dizer, ela afirma que havia dado, pela sua palavra a ela, a garantia de que o Ministro José Dirceu teria feito contato nessas duas reuniões para garantir empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Certo. Muito obrigado.

Eu quero agora perguntar uma outra coisa, Sr. Marcos Valério. Há uma questão relativa a um assessor do Sr. José Dirceu, que se chama Roberto Marques. Normalmente, segundo a Srª Simone, sua diretora financeira, a Geisa... O senhor conhece a Geisa, não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muito.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É da sua confiança. Que a Geisa mandava um para a agência do Banco Rural, ao Sr. Bruno, dizendo quem poderia sacar os valores e enviava os valores. No caso, foi enviada uma autorização para o Sr. Roberto Marques, com o número do cheque, de R\$50 mil. Isso é verdadeiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Temos documentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Posteriormente, esse dinheiro não foi retirado pelo Sr. Roberto Marques, foi retirado por outra pessoa, o Sr. Luiz Mazano. Como foi feita essa autorização para que não fosse sacado pelo Sr. Roberto Marques, assessor do Ministro José Dirceu, homem das relações do Ministro José Dirceu, e, sim, pelo Sr. Luiz Mazano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, gostaria de estender essa resposta. Eu não quero cometer, apesar de todas as minhas posições pessoais, nenhuma injustiça com ninguém. Eu não sei se esse Roberto Marques é o Roberto Marques do Ministro José Dirceu. Então, tenho que deixar claro isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Certo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não posso ser leviano ao ponto de dizer que é o Roberto Marques...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Segundo: na minha opinião, o nome foi passado e, logo em seguida, trocaram para esse Luiz Carlos Mazano. Isso é que deve ter acontecido. Essa foi dedução minha, da época, tá?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, o fato é que veio uma autorização da Srª Geisa para o Sr. Bruno autorizando o Sr. Roberto Marques. Roberto Marques não foi ao guichê retirar o dinheiro. Normalmente, a D. Geisa fazia as autorizações nominando as pessoas – “troca o fulano de tal pelo beltrano” –, mas, nessa ocasião, para o Sr. Luiz Mazano, que era do Bônus Banval...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – ...que todo dinheiro da Bônus Banval, segundo depoimento da Srª Simone, era para o PT... Seu advogado está concordando, não sei se o senhor concorda também...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mandou um para o Sr. Bruno, no dia 16 de junho de 2004 – está aqui a cópia –, dizendo o seguinte: “Bom dia, Bruno. Gentileza transferir o valor de R\$50 mil, conforme cheque 414270” – vejamos que é dado o número

do cheque e não é mais citado o nome do Sr. Roberto Marques. Certamente, dando-se conta de que era o assessor do Ministro José Dirceu e, portanto, não podia receber, decidiu trocar o sacador. Colocaram o nome do Sr. Luiz C. Mazano, carteira de identidade 8942453-0 – está aqui a autorização da Srª Geisa Dias. Por que esse procedimento nominando só o número do cheque e trocando o nome do beneficiário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, volto a falar, com toda sinceridade: não sei se esse Roberto Marques é o Roberto Marques do Deputado José Dirceu. Quanto à troca do nome: deve ter sido passado primeiro esse nome e, logo em seguida, se decidiu que não deveria ser essa pessoa, e foi a outra. Agora, se é o Roberto Marques – eu gostaria até de esclarecer –, eu não tenho condição de esclarecer. Eu não posso aqui fazer afirmativa taxativa, mesmo com todas as restrições que possa ter ao Deputado José Dirceu.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor poderia me informar uma outra coisa? O senhor foi quatro vezes a Portugal; o senhor disse que ficou amigo do Sr. Roberto Espírito Santo, que o acompanhou para tratativas junto à Casa Civil com o Ministro José Dirceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ricardo Espírito Santo.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ricardo Espírito Santo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor foi, inclusive, na Casa Civil junto com ele tratar de assuntos de interesse dele, dos investimentos e da ampliação desses investimentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Se o senhor me permitir...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, fiquei amigo do Ricardo Salgado Espírito Santo. São dois Ricardos, sabe? E como o Ricardo Salgado Espírito Santo é um banco grande no Brasil e está investindo pesado aqui no Brasil, pedi a ele a oportunidade de atender à conta de publicidade dele. Aí ele pediu que eu procurasse o Ricardo Espírito Santo, primo dele, que fica na Av. Faria Lima, 8º andar. Estive com o primo dele e ele me falou que estava tentando agendar uma reunião com o então Ministro José Dirceu. Eu pedi ao Sr. Delúbio Soares, que agendou essa reunião.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. O senhor foi quatro vezes tratar junto a Ministérios

em Portugal, junto a clientes que estariam comprando a Telemig, e numa delas, para descansar – quem conhece viagem internacional, logicamente foram de primeira classe, não tenho dúvida disso, vi nos autos – o senhor vai no dia 24, fica no dia 25, volta no dia 26, com o Sr. Emerson Palmieri. É correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não fui descansar...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, ele.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele foi...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ele estava estressado...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ele foi descansar no avião.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele foi descansar no avião.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E o senhor acha que eu posso acreditar que não havia nenhum outro interesse... Porque na agenda do Ministro o senhor está sendo recebido como representante do Governo brasileiro, está na agenda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Ministro já confirmou...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, não. Mas estava na agenda à época.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não senhor. Nunca me apresentei como representante...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor não se apresentou, mas chegou para o Ministro como tal e estava na agenda, porque os jornais todos circularam.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, eu não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Quero fazer ainda uma pergunta ao senhor, melhor, duas perguntas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Voltando ao caso Emerson, porque também tem que ficar muito claro isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho uma intimidade com o Emerson e o Emerson estava extremamente pressionado. E para falar a verdade, vou usar o português claro, com todo o respeito, Deputado: ele correu do Roberto Jefferson.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Ele pode ter corrido dentro do avião, que não pega celular,

mas fora, com a tecnologia, ninguém corre, ninguém fica falando com ninguém pessoalmente. Quer dizer, em Portugal, na Espanha ou na Itália fala por celular. Não é uma boa desculpa. Eu queria dizer o seguinte: esses empréstimos do Banco Rural e do BMG, o senhor não pode ter sido usado só como laranja, com contas garantidas em contas *offshore* do próprio Banco lá fora e repassados aqui dentro sem garantias. Isso porque as garantias analisadas por qualquer comitê de crédito de banco – e eu já trabalhei em banco – são muito frágeis, porque a renovação de empréstimo com uma carta para um banco e a outra carta ainda não apareceu, quando o Sr. Delúbio Soares não tem qualidade patrimonial para garantir nada e ele garantiu em torno de uma instituição, que é um partido político que está no Governo, mas que não tem patrimônio para garantir empréstimo. O senhor concorda com isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não concordo, porque eu já tinha um histórico, perante esses bancos, de empréstimos e de pagá-los. Se pegar o histórico das minhas empresas, no período de 1998 até... aquela que levei o cano e paguei, eu já tinha um histórico. Então, tinha um histórico de ser cliente desses bancos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O seu patrimônio supera R\$55 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não supera os R\$55 milhões.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Como é que o senhor garante um empréstimo no valor total de R\$55 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí é que devemos separar em duas questões: a primeira são os empréstimos iniciais que eu tinha condições de pagar; depois, foram feitos outros empréstimos com outros avais, que eu deixei claro aqui de quem são.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Por final, o senhor distribuiu dinheiro para o PT, para os diretórios estaduais. Aconteceu um repasse de R\$1,2 milhão para o PT do Rio Grande do Sul? O senhor tem na sua lista? É verdadeiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Verdadeiro.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Segundo documentos que o senhor passou ao Relator, eu passei os olhos sobre eles, dois cheques da sua empresa pagaram despesas de campanha de 2002 com duas gráficas no Rio Grande do Sul. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O dinheiro que passei para o Rio Grande do Sul é este que está aqui.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não. Estou perguntando dos dois cheques de R\$75 mil que foram para o Rio Grande do Sul e que fizeram pagamentos para duas gráficas: Impressul e uma outra gráfica. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Tenho conhecimento do dinheiro que passei, que deve estar por aqui...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse eu não tenho não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. O senhor sabe que esse dinheiro, segundo alegam dirigentes do PT do Rio Grande do Sul, foi para pagamento da campanha nacional do PT do Presidente Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho conhecimento nenhum, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Outros dizem que é para pagar a campanha do Presidente interino, Tarso Genro.

Além disso, o senhor entregou para o Sr. Bassotto ou a alguém, à D<sup>a</sup> Geiza ou à Simone, R\$200 mil para o Sr. Bassotto levar em dinheiro para o Rio Grande do Sul?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, devo ter entregue.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está ali na declaração o recibo. Não sei se o Relator tem o recibo. Gostaria de ter o recibo em mãos. Falta o recibo, Sr. Relator, dos R\$200 mil. Aqui estão os cheques das duas gráficas. Está aqui um cheque da SMP&B nas duas ocasiões.

Esse dinheiro foi apreendido no aeroporto e o PT, na ocasião, disse que esse dinheiro era enviado para pagar contas. Causa-nos espécie que o dinheiro na cueca foi parar na mídia nacional. Quanto a esse dinheiro apreendido no aeroporto e depois liberado, ninguém se manifestou. A nossa Polícia Federal, pela qual tenho o maior apreço, naquele momento não foi republicana, pois o caso foi abafado. Chegaram R\$150 mil ao Rio Grande do Sul e R\$50 mil tomaram Doril, sumiram. Mas foi liberado o dinheiro, e nada mais aconteceu.

Quero saber do senhor – porque não há os documentos – onde estão R\$200 mil mais R\$150 mil, que dão R\$350 mil, menos R\$1,2 milhão, chegamos a R\$850 mil, que o senhor disse que depositou para o PT do Rio Grande do Sul. Foram em dinheiro, por mala ou cueca – não sei –, ou esse dinheiro foi repassado por depósito? O senhor tem a lista desses nomes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse dinheiro deve ter sido entregue em dinheiro vivo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o senhor tem o controle sobre quais as pessoas, quais as “mulas” que retiraram esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – As pessoas que o retiraram são essas que estão aqui nesta listagem.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, só temos a indicação de que uma vez, quando foi pego pela Polícia – e nós descobrimos agora –, o Sr. Paulo Bassotto, se não me engano... Qual é o nome do tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul, à época, Deputado Pimenta? Qual é o nome do tesoureiro Bassotto?

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O Bassotto nunca foi tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas ele carregava o dinheiro do PT. Como é o nome dele? Eu só quero o nome, não quero tecer considerações.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Está escrito aí o nome dele.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, não há aqui. Mas acho que é Paulo Antônio Bassotto.

Quer dizer que o Sr. Paulo Antônio Bassotto, que era a figura autorizada – o outro nomeado ali é Jorge, que foi identificado como Jorge Garcia, advogado que defendeu o Sr. Bassotto... O senhor, então, diz que quem retirou os R\$850 mil foi o mesmo cidadão, o Sr. Paulo Antônio Bassotto, se não me falha a memória?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem retirou todos os recursos que estão aqui, que somam R\$1,2 milhão, foram o Sr. Marcelino, o Sr. Jorge e o Sr. Paulo Antônio Bassotto. Agora, quanto um tirou, quanto o outro tirou, eu não sei de cabeça, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o Sr. Marcelino pegou os cheques, o Sr. Bassotto pegou o dinheiro, dos quais R\$200 mil foram pegos. O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Marcos Valério, agradeço pelas respostas. Gostaria que o senhor pudesse dar sua colaboração – o senhor está tentando colaborar – para que esta CPMI esclarecesse tudo. Custa-me acreditar que não haja uma operação maior envolvendo o Banco Espírito Santo e a Portugal Telecom, no sentido de que, a partir deles, pudesse ter havido financiamento de campanha ou financiamento utilizado para o mensalão. É muito incrível, na cabeça de qualquer pessoa de negócios,

que o senhor vá quatro vezes a Portugal, gaste com o Ministro de Estado quinze minutos falando de coisas comuns, variedades, futilidades. O senhor é um homem de negócios, Sr. Marcos Valério. O senhor vai a Portugal para fazer *business*, o senhor foi buscar conta. Mas o senhor estava lá credenciado pelo PT, segundo palavras de Roberto Jefferson, juntamente com Emerson Palmieri, para resolver o problema de caixa do Partido dos Trabalhadores e do PTB.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo respeito e todo o entendimento das suas colocações, eu acabei de assinar para a Senadora Heloísa Helena autorização para S. Ex<sup>a</sup> pegar a Interpol, a Polícia Federal, rastrear minha conta no meu nome, tudo... Não tenho conta no exterior, não fui ao exterior para fazer nenhuma transferência de recursos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só quero encerrar, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se a cada resposta houver uma nova pergunta...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Agradeço, Sr. Presidente, só quero encerrar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Zulaiê Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Não vou pedir para passar na frente de ninguém. Só quero dar uma explicação para as pessoas que ouviram. Fui rapidamente ao meu Gabinete – aliás V. Ex<sup>as</sup> são testemunhas de que eu estava presente desde o início –, para buscar uma informação que iria subsidiar melhor meu questionamento e, quando eu já estava voltando, avisaram-me pelo telefone de que eu fui chamada.

Então, Sr. Presidente, vou ficar para depois; não estou pedindo para... há outras inscrições. Não há problema algum. Só estou dando uma satisfação, até porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que são normalmente 12 horas e é impossível que alguém fique por esse tempo todo; isso é normal. Aliás, às 18h30 tenho uma audiência com prefeitos do meu Estado, com a prefeita de Santarém e eu terei que ir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não, nobre Senadora, está justificada devidamente.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Volto a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Marcos Valério, ficamos aqui o tempo necessário. Para ouvir



o ex-Ministro José Dirceu, levamos nove horas e meia e eu não levantei nem para comer, porque precisamos ouvir e saber tudo.

Aliás, Sr. Marcos Valério, palavras o vento leva, infelizmente. O senhor está dizendo agora que foi para Portugal e conversou. Não sei como é que o senhor conseguiu falar com o Ministro, porque eu, como Deputada, junto com dois Senadores, fui a Lisboa e não consegui falar com nenhum Ministro. Porque lá, para falar com Ministro, precisa ter cabedal, justificativa, precisa ter alguma coisa por trás. Portanto, o senhor, para falar com o Ministro Mexia, tinha alguém por trás. Essa história de que o senhor foi e falou com ele sem ter por trás alguém poderoso... É crível se o senhor falar que teve alguém poderoso por trás.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A senhora quer ouvir a história?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quero, quero ouvir. Eu não consegui falar com nenhum Ministro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo respeito, Deputada. É o seguinte: quem me apresentou ao pessoal da Portugal Telecom – aí, é uma história um pouquinho longa, mas vou contar detalhes para que fiquem mais claros todos os episódios – foi o Dr. Ângelo Calmon de Sá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sim, isso o senhor já contou hoje.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eles tinham vindo para a Bahia, onde ficaram, depois daquela Revolução dos Cravos lá em Portugal. Então, eles ficaram muito amigos, e quem me credenciou a ir a Portugal junto ao Dr. Miguel Horta e Costa e fez a minha imagem junto ao pessoal da Portugal foi o Dr. Ângelo, a quem agradeço. E, por acaso, eu estava com o Miguel, nós estávamos conversando, e ele tinha que ir ao Ministro e fui com ele, acompanhando-o ao Ministro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas nas quatro vezes em que o senhor foi a Portugal...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fui ao Ministro uma vez só.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma vez só. Nas outras vezes...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na outra vez, não fui ao Ministro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Onde o senhor foi nas outras vezes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ao Dr. Miguel Horta e Costa...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só com Portugal Telecom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... e ao Dr. Ricardo Espírito Santo. O Dr. Miguel Horta e Costa é acionista do Banco Espírito Santo e trabalhou no Banco Espírito Santo. E o Dr. Miguel é presidente hoje da Portugal Telecom, e o Banco Espírito Santo é o maior acionista da Portugal Telecom.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou há pouco, e quero voltar ao assunto, do Roberto Marques. Há um jornal chamado **Correio Braziliense** e um jornalista chamado Josemar Mendes, que é um jornalista muito idôneo e que fez uma reportagem, em que o senhor teria falado para ele, no **Correio Braziliense**, em uma entrevista, que o Roberto Marques a que o senhor se referia era o Roberto Marques do ex-Ministro José Dirceu. Aí, quando o senhor foi à Procuradoria, o senhor negou que esse Bob Marques seria o Bob Marques do ex-Ministro José Dirceu. O senhor confirma o quê? Aquela entrevista não foi verdadeira, então?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não afirmei ao senhor...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A entrevista existe.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não li a entrevista, desculpe-me, Deputada. Mas eu não afirmei, com certeza absoluta, ao Sr. Josemar que é o mesmo Roberto Marques. Eu acho muita coincidência, vou deixar claro, mas não posso afirmar incisivamente que é o mesmo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A partir do momento em que houve toda essa troca de nome, troca de situações, dá-se bem clareza de que é o mesmo Bob Marques.

O senhor fala muito do nosso ex-Ministro José Dirceu. O senhor disse hoje que ele é arrogante. Como o senhor o via lá atrás, quando começou essas negociações, esses empréstimos do PT? Ele era um super-poderoso? Como ele era como Ministro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era um Ministro poderoso e arrogante.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Poderoso e arrogante. O senhor falou que tinha um pouco de receio. Aliás, eu o estou achando hoje bem descontraído; o senhor tem ficado descontraído. O senhor tinha um pouco de medo de alguma coisa que poderia acontecer a V. Sa. O senhor não tem que ter medo de nada. O senhor é o intermediário, foi usado; se é que posso dizer isto, o senhor foi usado. Então, o senhor não tem de temer nada, porque o usaram muito e agora o jogaram fora, essa é a verdade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A história mostra que eu tenho que ter medo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, V. Sª pode ficar tranquilo e falar o que quiser, porque a grande verdade é que o senhor foi usado. O senhor sabia fazer os negócios, e veio o Sr. Delúbio. E quem mandava no Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, a história mostra que tenho que ter medo, e eu tenho medo. Segundo...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Medo de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Medo de tudo. A história mostra isso. Não devemos também nos iludir aqui, não, e ficar tampando o sol com a peneira, que a história mostra muito bem o que acontece às coisas.

O Sr. Delúbio Soares, na minha opinião – deixo claro, minha, pessoal, nunca assisti, nunca vi –, tomava as decisões, mas ele mantinha a cúpula do PT informada. Cúpula do PT, entenda-se o seguinte: acho que ele nunca falou com o Presidente. É a minha opinião, a minha, mas acho que o Sr. Sílvio Pereira sabia; acho que o Sr. Marcelo Sereno sabia; e acho que o Sr. Ministro José Dirceu sabia, sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Sr. Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse, eu tenho dúvidas.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quem presidia o PT, o Sr. Genoíno ou o Sr. José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sabia falar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não?

Continuando, o senhor falou que pagou os honorários do Dr. Aristides Junqueira, mas disse que não sabia para que era. É muito importante esse seu esclarecimento. O senhor depositou dinheiro na conta do advogado. O senhor sabia que ele era advogado de um Ministro do Governo Lula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Do Ministro Olívio Dutra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não sabia. Para falar a verdade, só recebi autorização...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, o Delúbio falava, e o senhor cumpria as ordens, sem saber?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O dinheiro era dele. Para mim, o dinheiro era dele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Dele quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dele, Delúbio, PT. Está lançado na minha contabilidade assim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o senhor pagava sem saber...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sabia para que era o Aristides Junqueira.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou que deu os nomes de 1998; de 2002 não fez a campanha. Mas em 2003 o senhor pagou muito dinheiro para campanha. O senhor tem esses nomes também de 2003, das campanhas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A lista que paguei é essa aqui.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Essa aqui, de 2003 e 2004?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso. É essa a lista que paguei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E, por falar nessa lista, se o senhor for observá-la, vai ver que há quantias de datas muito próximas. No caso específico do Jacinto Lamas, por exemplo, 16 de setembro, 23 de setembro, 7 de outubro, 15 de outubro, e isso aqui caracteriza muitíssimo bem o mensalão. O senhor acha que não existiu o mensalão, mas, se esse dinheiro foi dado para presidentes de partidos ou tesoureiros de partidos, com datas próximas, no mesmo mês – no caso, por exemplo, do PT nacional, o senhor tem vários depósitos –, então, esse dinheiro todo foi distribuído.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria à senhora que foi distribuído, sim, mas vou reportar à Srª Deputada o que veio a mim.

Para mim, o seguinte: acaba-se a eleição de 2002, e vem um estoque de dívida muito grande dos partidos, do PT e de certos partidos de que o PT tinha interesse em ser aliado. Esse estoque de dívida muito grande é distribuído, no decorrer do ano, para pagamentos. Aí, entra o ano de 2004 – estou falando o que eu sei, pode não ser verdade, mas estou falando o que eu sei e não vou inventar –, Deputada, e começam as pré-campanhas, os interesses de fazer coligações, e aí, para sair um candidato tem que pagar... Vou dar um exemplo de uma rádio: ela tem que pagar o programa desse cara na rádio para ele não ser candidato. E aí foi. Foi a eleição de 2004. E termina a eleição de 2004 com mais dívida ainda. Para mim, é isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E de 2004, aqui também há vários depósitos. Agora, eu queria saber o seguinte: o senhor falou uma hora que “os bancos” – palavras suas – “os bancos sabiam para onde iam os empréstimos”. O senhor afirmou aqui, ficou

uma frase meio jogada no final da sua fala. Eu queria que o senhor confirmasse isso. Quando alguém perguntou para o senhor porque eram renovados os empréstimos, o senhor falou: “Mas é claro que os bancos sabiam para onde iam os empréstimos”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputada, eles poderiam até não saber, num primeiro momento, mas, depois, num segundo momento, com toda a franqueza, eles sabiam, porque é só você acompanhar os DOCs, é só você acompanhar para onde foram os DOCs, é só você acompanhar... e, depois, na renovação, banqueiro não ia renovar, com os juros e tudo, à-toa porque é o Marcos Valério, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que eles sabiam que esse dinheiro era para o PT, que era o Partido do Governo e que, por trás, havia a figura do Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tenho quase certeza absoluta, Deputada, até porque... da figura do Zé Dirceu. Agora, que era para o PT, eu tenho certeza absoluta.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu me perdi aqui.

Em 2004, a campanha de 2004, o senhor tem algumas questões para serem esclarecidas: campanha de 2004, São Paulo, campanha de São Paulo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não... A campanha de São Paulo... Vou passar aqui, Sr. Presidente, as campanhas de que fizemos estudos, daquela empresa chamada Estratégia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esses documentos o que são?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São os estudos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – São todas as campanhas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É o estudo de todas as campanhas, mas nós não fizemos todas, só fizemos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A de São Paulo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em vários lugares do Brasil. Para a Marta Suplicy, nós não fizemos campanha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas deram para o Duda Mendonça, deu na mesma. Vou completar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem o tempo. Até vou devolver o tempo porque são várias indicações que temos aqui. Depois passaremos aos membros para consultarem e, se tiverem interesse, tiraremos cópia.

Mais um minuto a V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu me perdi aqui no raciocínio, mas gostaria de saber: o senhor teve muitos encontros com o Ministro José Dirceu? O senhor falou que o conhecia. Como é que o senhor conhecia o ex-Ministro? Como é que eram esses encontros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A senhora quer que eu coloque todos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nós precisamos saber... A nossa preocupação, Sr. Marcos Valério...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quer que eu coloque todos? Eu coloco todos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – ... porque precisamos saber de onde surgiram esses esquemas? Alguém bolou isso, alguém arquitetou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, com o Ministro José Dirceu, eu não tratei sobre esse assunto. Eu vou colocar os meus encontros com o Ministro José Dirceu. Seria leviano da minha parte falar que eu tratei esses assuntos com o Ministro José Dirceu, porque eu não tratei, mas eu vou colocar para você todos os meus encontros.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Senhora.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senhora, desculpe. Deputada, desculpe. Primeiro, tive um encontro com o banco BMG e a diretoria do banco BMG para convidá-lo para a inauguração de uma fábrica em Luziânia, Goiás. Tive um encontro com a Diretoria do Banco Rural, que estava começando um investimento de mineração no Amazonas. Tive um encontro com o Presidente da Usiminas, Dr. Rinaldo Soares, que foi discutir siderurgia nacional e internacional, discutir preços do aço, dólar, a situação, discutir a conjuntura econômica da siderurgia. E tive um encontro com o Banco do Espírito Santo, Dr. Ricardo Espírito Santo. Esses foram os meus encontros.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nesses encontros todos o senhor esteve junto com o Sr. José Dirceu. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nesses bancos todos? Isso foi em que ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses empresários todos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Em que ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tudo no decorrer de 2003 e 2004.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Onde?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na Casa Civil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Todos os encontros na Casa Civil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos os encontros na Casa Civil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, quer dizer, em todas essas oportunidades, o senhor foi à Casa Civil e fez esses encontros com todos esses homens de bancos na presença do ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Não é banco. A Usiminas é uma siderurgia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, desculpe-me. Até a siderurgia e os bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E os bancos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sempre na presença do ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sempre na presença.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Depois, o senhor nunca mais teve contato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não tive.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor só falava com o Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só com o Delúbio. Falava com o Silvinho, falava com o Marcelo. Só.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, quem mandava mesmo no Partido era o Sr. Delúbio, na Executiva do Partido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que o Delúbio era a pessoa que cumpria as ordens.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele cumpria as ordens? Era isso o que eu queria ouvir.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Na minha opinião.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele cumpria as ordens de alguém superior a ele.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estou falando a minha opinião, pessoal. Não estou falando...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Ministro Gushiken?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nunca viu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca vi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Presidente Lula, já viu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca vi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Também nunca viu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca, nunca, nunca.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nunca?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já vi no jornal, não é? Na televisão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah, puxa. Que progresso! Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Queremos agradecer a pontualidade de V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sou uma mulher e mulher sempre obedece em tudo aos homens. É claro que não todas as mulheres, mas algumas mulheres.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Deputada.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Parece haver um rubor machista aqui na reunião.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Agnaldo Muniz, pelo prazo regimental.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eminente Relator, nobre depoente, colegas...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio a todos os presentes, se não, o nobre orador não poderá se manifestar. Vou conceder-lhe um minuto por conta desse atraso.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Obrigado pela paciência de V. Exª.

Srªs e Srs. Parlamentares, população brasileira, quero iniciar já de forma direta, nobre depoente, fazendo as perguntas sem rodeios.

Quando e como foi a primeira vez que V. Sª ou suas empresas se envolveram com órgãos ou entidades dos três poderes, seja a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, o Judiciário ou o Legislativo, com a máquina pública?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A empresa, a SMP&B tem 25 anos e a outra tem 23 anos. Há uns quinze ou vinte anos.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – V. Sª tem ou teve relacionamento pessoal ou comercial com o

Sr. Duda Mendonça ou com a sua sócia, Srª Zilmar Fernandes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum relacionamento comercial, além desses pagamentos e pagamentos na campanha do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – V. Sª tem negócio no exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum negócio.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Já teve?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Só mesmo viagens?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só mesmo viagens ao exterior.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Famílias?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como eu falei, eu assinei um documento agora, passei para a Senadora, ela pode pesquisar tudo. Dei toda a autorização para ela.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – O Sr. Cristiano Melo Paz e Ramon Hollerbach, seus sócios, estão a par de todos os negócios e acordo feitos entre V. Sª, partidos, bancos, empresas e vice-versa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Assinaturas, sempre com duas assinaturas os cheques. É evidente que todos têm que estar a par de tudo o que aconteceu e estar a par de tudo o que vinha acontecendo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – V. Sª tem ou teve qualquer relacionamento pessoal ou comercial com o Sr. Daniel Dantas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Daniel Dantas é dono da Telemig Celular. Uma conta que a DNA Propaganda tem desde 1998. É verdade.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Esse relacionamento seu com ele, V. Sª pode nos detalhar melhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu o conheci em duas ocasiões: uma, no Rio de Janeiro; e outra, em São Paulo, no prédio do Banco Opportunity, junto com o Sr. Carlos Rodemburgo, a quem me apresentou o Daniel Dantas.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – O total ou parte dos repasses referentes a empréstimos concedidos pelas empresas de V. Sª ou entregues na forma de pagamentos de caixa dois de campanhas foi enviado a alguma conta no exterior? Em caso afirmativo, quero que V. Sª nos detalhes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu nunca mandei dinheiro para nenhum paraíso fiscal, para nenhuma conta no exterior. Eu não tenho conta lá fora em nenhum lugar.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Ilhas Cayman?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu dei autorização para a Senadora. Podem vasculhar à vontade; nenhum problema.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Há empréstimos vencidos, feitos pelas empresas de V. Sª ainda não quitados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Há o do Rural, em que estou começando uma discussão judicial. Eles entraram com uma notificação; eu entrei, agora, com uma contranotificação – o advogado lhe explica isso –, e estou me preparando para discutir judicialmente com a BMG, agora, e com o PT também.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – V. Sª pode nos dizer os valores, os prazos e os bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É o Banco BMG, e vou ler para o senhor os valores originais: Banco BMG, no dia 25-2, R\$12 milhões; Banco BMG, dia 14-7, R\$3.516.080,56; Banco BMG, 28-4, Graffiti, R\$15.728.300,00; Banco BMG, 26-4-04, Rogério Lanza Tolentino, R\$10 milhões; Banco Rural, 26/05/2003, SMP&B, R\$18.929.111,00; e Banco Rural, 19-9-2003, Graffiti, R\$9.975.400,00. Sendo que foi feito um empréstimo, no dia 28-1-2004, em nome da Graffiti, no valor de R\$14.931.620,00, que matou uma parte dos empréstimos de cima para renovar. Ele fez um outro empréstimo para renovar o outro, dando um total de R\$55.217.271,02.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Nos depósitos anteriores, constatou-se que V. Sª abre e encerra empresas, assim, com certa facilidade. Até maio deste ano, existiam pendências de V. Sª ou de suas empresas com a Secretaria da Receita Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existe, ainda, uma ação na Receita Federal contra a DNA, e, se não me engano, contra a SMP&B.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – V. Sª pode nos detalhar quais são essas pendências?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma discussão sobre o bruto. Vou dar um exemplo. Eu recebo o total, por exemplo: R\$80,00 são para a comunicação, para pagar a televisão; a minha comissão é de R\$10,00. Então, eu recebo R\$90,00, pego meus R\$10,00 da minha comissão e repasso R\$80,00, e a Receita tributa sobre os R\$90,00, nunca sobre a minha comissão. Então, estamos numa disputa

sobre isso, porque ela tem que tributar sobre a comissão e não sobre o dinheiro que não é meu, o dinheiro é do veículo, não é da empresa.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Considerando que a empresa tem noticiado que a nova direção partidária do PT não reconhece certos empréstimos feitos pelo ex-tesoureiro do Partido e avalizado por suas empresas, de que documentos ou instrumentos dispõe V. Sª para reaver esses valores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Delúbio Soares era o tesoureiro oficial eleito do PT, e ele vai em público e reconhece as dívidas. Isso, para mim, é uma forma que eu posso usar, meus advogados entendem que essa é uma forma que eu posso entrar judicialmente, cobrando.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – No Paraná, a Polícia Federal entende que já ficou caracterizado o caixa dois de campanha. Inclusive, o delegado que estava acompanhando essas questões no Paraná foi exonerado do cargo após ter dado essa declaração na imprensa.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Eu pediria ao Presidente que pedisse aos nobres colegas que nos ajudassem neste momento em que estamos fazendo as inquirições.

Então, o delegado que declarou isso na imprensa, inclusive, foi exonerado do cargo. Assim, pergunto: houve saques em Curitiba autorizados por V. Sª?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, os saques foram sempre feitos em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Então, no Paraná, não houve?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não houve.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O senhor depositou recursos para ajudar candidatos que perderam a eleição no primeiro turno de 2002 e que, no segundo turno – a pessoa participou da campanha no primeiro turno e perdeu a eleição – apoiaram o candidato do PT, lá no Estado do Paraná? Foi feito algum repasse para essas pessoas, para candidatos que perderam e, no segundo turno, apoiaram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, me 2002, não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Ou depósito ou repasse pessoal ou em outras agências bancárias, em outros Estados, alguma coisa nesse sentido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em 2002, Deputado?

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Em 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Em 2002, não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O PTB afirmou, através de seu tesoureiro – é até amigo de V. Sª – e até pelo próprio Roberto Jefferson, que declarou aqui que recebeu quatro milhões. Ocorre que esse recurso não consta da relação de V. Sª. Eu gostaria que V. Sª falasse sobre esse assunto. Parece que há uma certa divergência com relação a essa questão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O único recurso que eu passei para o PTB foi através do Sr. José Carlos Martinez e, depois, através do Sr. Emerson Palmieri. E o único recurso que passei são esses que estão aqui.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Esse que V. Sª coloca aqui na...?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São R\$2.468.600,00 ao Emerson Palmieri. Nº 15.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – É o nº 15, não é? São R\$2.468.600,00?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Então, V. Sª entende que o Roberto Jefferson, o Deputado Roberto Jefferson mentiu, quando falou desses quatro milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não quero ser...

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Ele inventou uma história bonita para apresentar aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não quero ser levado pelo fígado e nem quero destilar meu ódio ao Sr. Deputado Roberto Jefferson, mas uma pessoa que inibe as pessoas, chantageia as pessoas com documentos, joga documentos na mesa para que as pessoas não façam as devidas perguntas que devem ser feitas a ela, eu acho que não merece nenhuma credibilidade. É uma pessoa que vive intimidando as pessoas. E volto a falar: ele intimidava o Sr. Emerson Palmieri, sim.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – O Palmieri, como V. Sª mesmo colocou, é um amigo pessoal da sua pessoa. Por várias vezes, vocês viajaram juntos, tinham um relacionamento estreito de amizade. Inclusive, V. Sª, no início deste depoimento, até declarou bens e gostos dele declarados no **Correio Braziliense** de hoje. Em uma dessas viagens, ele teria ido a Belo Horizonte e recebido dinheiro – lá, no seu Estado, lá, em Belo Horizonte – para o PTB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Belo Horizonte, eu não lembro de ele

ter ido lá, não, Deputado. Com toda sinceridade, eu não me lembro.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Algum outro Líder, Líder de Partido, teria ido a Belo Horizonte receber alguma quantia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Jacinto Lamas foi a Belo Horizonte, o motorista do Martinez foi a Belo Horizonte, o Sr. João Magno é de Belo Horizonte, o pessoal do Rio Grande do Sul foi a Belo Horizonte, José Adelar Nunes também foi a Belo Horizonte e o Sr. Edson Pereira de Almeida também foi a Belo Horizonte – que eu lembre de antemão, tá!

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Houve transferência ou depósitos ou repasses de qualquer forma, através de mala ou pasta ou alguma coisa nesse sentido, de recursos para o PTB no período de outubro de 2004 a abril de 2005?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, que não eram feitos em malas; eram dentro das agências bancárias. E para o PTB, não. Em outubro não teve nem em 2005. Eu acho que foi por isso que o Roberto Jefferson ficou nervoso.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – O senhor confirma as anotações constantes da agenda de sua secretária Karina?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não vi a agenda. Se eu tivesse essa aqui agora, eu confirmaria ou não para vocês.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Mas teve alguma coisa, assim, que foi divulgada na imprensa que o senhor contesta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muita coisa, Deputado. Muita coisa eu acho que foi ficção. Muita coisa, Deputado, eu acho que foi enchendo o balão; uma série de coisas que vão ser provadas agora. Primeiro, os movimentos milionários. Eu estou aqui com o faturamento das minhas empresas que vão aparecer na contabilidade. Se os senhores quiserem um xerox, está disponível.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Seria importante.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vai estar na contabilidade do disquete de amanhã. Porque aí vocês vão ter toda a conciliação bancária, os Sr. Deputados, e poderão verificar os cheques para onde foram, que contas foram. Eu vou pedir para tirar um xerox para os senhores, por favor.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Na semana passada, foi manchete nos principais jornais que V.S<sup>a</sup> estava sumindo com alguns documentos. Eu pergunto: é verdade isso? E, se for verdade, quais são esses documentos que estariam sendo sumidos ou queima-

dos ou jogados? Foi até uma pessoa de um prédio que descobriu isso e passou para a imprensa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Burro eu não sou. Eu poderia, Deputado, com toda a sinceridade, com todo o respeito, com toda... O senhor entende muito mais de lei do que eu. Burro eu não sou. Seria a única coisa que eu seria preso literalmente, a destruição de provas. Eu nunca, em momento algum, fiz isso. Acho uma coisa interessantíssima, ou seja, todas as vezes em que eu venho depor, pegaram o lixo da minha casa, pegaram cheques meus, rasgaram e deixaram na porta de um condomínio. O próprio jornal noticia o seguinte: deixaram aqui para servir de prova contra o fulano. O próprio jornal noticiou isso lá em Belo Horizonte.

Então, com toda a sinceridade, eu acho que há interesses no sentido de que eu não venha depor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero alertar o nobre Deputado para o fato de que o tempo já acabou.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero fazer uma última pergunta.

Todos os valores recebidos pela 2S Participações decorrem de sua atividade comercial?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Há um empréstimo que eu fiz para um amigo e que ele me devolveu. Também tem um contrato de mútuo e o senhor vai poder verificar isso no Imposto de Renda dela que está sendo entregue amanhã aqui.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Da mesma forma a DNA?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da mesma forma a DNA.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – SMP&B?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também SMP&B.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eu me reinscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> será reinscrito.

Concedo agora a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Romeu Tuma, que cede a palavra à Senadora Ana Júlia.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, agradecer ao Senador Romeu Tuma pela gentileza. Eu já disse que fui ao meu gabinete pegar algumas informações. Eu sou Relatora de uma medida provisória que trata de crédito para o Ministério da Integração Nacional. Eu estava vendo isso.

Quero ser direta e tentar esclarecer algumas coisas que a sociedade quer saber.

Eu tenho em mãos um processo do STF que faz referência à situação de 1998, que, pelo tamanho, não é um protótipo. Aqui a ação do STF que o Ministério Público faz, inclusive contra o ex-Governador de Minas, o Sr. Clésio Andrade e várias outras pessoas, inclusive V. S<sup>a</sup> e seu sócio: Marcos Valério, Cristiano Paz, Eduardo Azeredo. Ele tem inclusive como advogado Aristides Junqueira. Aristides Junqueira é advogado aqui do...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Senador.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Do Senador. Esse é um processo que está correndo. Nesse processo se fala que são R\$18 milhões, ou seja, R\$9 milhões do empréstimo, naquela época, mais R\$9 milhões que seriam de outros repasses. Quer dizer, na época os R\$9 milhões de empréstimo mais os R\$9 milhões somam R\$18 milhões. Quem procurou V. S<sup>a</sup> para fazer essa operação que na verdade não é um protótipo, mas é o início? Isso porque foi em 1998. Essa é a primeira vez que ouvimos falar em algo dessa forma, ou seja, um empréstimo para um partido político que tem como base contratos com o Governo do Estado, no caso o Governo do Estado de Minas, Governo do PSDB. Eu queria saber quem foi que lhe procurou para que fizesse esse empréstimo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só para me situar. Esse processo é...?

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Do STF, processo do Ministério Público Federal contra Eduardo Brandão de Azeredo e outros réus. Os outros réus são: Clésio, Leonardo Mendonça, Eduardo Pereira Guedes Neto, várias outras pessoas. Entre elas estão Cristiano de Melo Paz e Marcos Valério Fernandes Souza.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora me situei. Desculpe-me, Senadora. Quem me procurou na época foi o meu ex-sócio, o Dr. Clésio Andrade Soares, num telefonema que ele me deu à noite, na minha casa. Ele era o então presidente do PFL na época, candidato na chapa do Sr. Eduardo Azeredo, do PSDB.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Quero ressaltar isso até porque o Sr. Clésio Andrade, inclusive... Mas quem o procurou, com quem o Senhor conversou foi o Sr. Cláudio Roberto Silva Mourão...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No dia seguinte apareceu o Sr. Cláudio.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – ...que era o tesoureiro. V. S<sup>a</sup> costuma ter relações com os tesoureiros.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não o conhecia.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – O senhor não o conhecia. O contato foi o Sr. Clésio Andrade, seu ex-sócio, aquele ex-sócio que entrou numa sociedade de uma empresa que o senhor alterou, em uma empresa que estava falindo e que conseguiu recuperação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Quero deixar até claro isso porque aqui estamos tratando...É importante a sociedade saber a origem, porque senão daqui a pouco estaremos agindo sobre as consequências e não vamos agir sobre as causas. Não estamos falando de algo que é novo. Essa situação pode ter sido alterada um pouco, os repasses foram feitos àquela época através de docs bancários, mas tem uma cabeça que pensou esse processo e a cabeça que, parece-me, para todos, pensou esse processo, que fez essa proposta de fazer esse empréstimo, foi o Sr. Clésio Andrade. O senhor agora confirmou que foi ele que lhe pediu para receber e fazer esse empréstimo. Se formos ver pelos valores que constam da ação do Ministério Público Federal, de 18 milhões, 9 milhões de um empréstimo e 9 milhões que seriam de outros repasses, inclusive de outros contratos que o Ministério Público aqui questiona, vamos ver que é uma operação gigantesca, considerando que se trata de um único Estado brasileiro, mesmo sendo um Estado tão grande quanto Minas Gerais. Então, acho que é bom que a sociedade perceba que essa história absurda, essa história que para nós, do PT, constrange, porque fomos surpreendidos por isso, por essa situação que foi feita por um grupo de pessoas do PT que, com certeza, pagarão, serão punidas pelas suas responsabilidades, todas, mas, como não estamos num tribunal de exceção, vivemos numa democracia, ainda bem, todas as pessoas terão seu direito de defesa, o que é absolutamente natural, porque acho que terão responsabilidades diferenciadas, com certeza. Com certeza, tem gente aí que foi envolvida de forma até, pessoas que talvez tenham ido pegar recursos para a campanha sem saber as origens desse recurso, do que se tratava, enfim, na confiança, mas a gente percebe que esse esquema já funcionava. Ele foi alterado em alguma coisa, mas ele já funcionou em 98, num único Estado. Foi copiado. Por isso, digo que é uma Operação Paraguai, porque acho que é uma cópia ruim. Mas queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço para retirar esses termos, com referência ao Paraguai. É um país amigo.



**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Peço desculpas, Sr. Presidente, retiro imediatamente. Nem é meu estilo fazer esse tipo de questão. Está retirado. Quero até pedir desculpas, inclusive ao embaixador. Quis dizer que foi uma cópia de um esquema que nasceu em 1998. Foi aí. Quer dizer, o Sr. Marcos Valério diz que essa é uma situação que acontece. O Deputado Roberto Jefferson, que também já veio aqui, diz que ele sempre trabalhou com caixa 2. Até o Deputado Pimenta o questionou por que só agora ele reclamou. Ele disse que isso era normal, ele disse que recebeu quatro milhões, distribuiu para as campanhas do PTB, com certeza algumas vitoriosas e que são recursos que ele não está escondendo e disse que são situações que já existiram.

Isso no meu entendimento não justifica absolutamente nada do que foi feito, porque um erro não justifica outro, um erro não justifica outro. Agora, também não podemos esquecer a história. Quando a gente quer passar o Brasil a limpo, não podemos deixar uma sujeira só porque ela está mais antiga – aliás está mais incrustada a sujeira sem ser limpa. Para passarmos o Brasil a limpo, temos de limpar tudo. E temos que atuar inclusive nas causas. Hoje acho que temos que discutir com a sociedade, com as entidades democráticas da sociedade, a reforma política em nosso País. Se não o fizermos, estaremos frustrando a sociedade. Se só punirmos, e podemos cassar 100 deputados, prender quantos quisermos, mas, se não dermos como consequência que essa situação não aconteça mais, ela vai continuar acontecendo. E ela vem acontecendo há tanto tempo. Está aí: a cabeça do processo é o Clésio Andrade na campanha de 98 do PSDB. Essa é a verdade. Devemos isso à sociedade brasileira. Devemos a punição exemplar, mas devemos também a alteração desse processo.

Acho que é uma grande responsabilidade. Temos que fazer a limonada do limão. Sei que isso já foi até colocado, Sr. Marcos Valério, mas o senhor fez um empréstimo naquela época para o PSDB e o senhor já falou aqui: levei calote. Não sei se foi esse o termo que o senhor usou, mas foi mais ou menos isso. Mas o senhor não cobrou. E senhor respondeu que era porque o PSDB era Governo Federal e o senhor já tinha contratos em vários órgãos Federais: com o Ministério dos Transportes, com a Eletronorte.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Transportes não.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Do trabalho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ministério do Trabalho.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Do trabalho, Eletronorte.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco do Brasil.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Banco do Brasil que o senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esportes.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – E Ministério dos Esportes. Quer dizer, então, aí o senhor ficou no prejuízo. Nada lhe garantiu isso. Nada lhe garantiu. Sua empresa continuou no prejuízo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, Senadora, eu quero dizer a alguns petistas e tudo que, apesar de ter feito isso a pedido do Sr. Delúbio, do Sr. Silvío, quero dizer que eu não me considero uma pessoa feliz, mas me considero uma pessoa muito arrependida de ter feito o que eu fiz.

Então, eu me dirijo agora aos petistas – e eu não sou petista, quero deixar claro que não sou, não sou hipócrita a esse ponto de falar isso para vocês, porque eu não sou mesmo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Quem o senhor apoiou em 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi o Ciro Gomes. Então, com toda a sinceridade, se essa minha atitude envergonhou o seu Partido, envergonhou as pessoas do seu Partido, é importante saber que não é a minha empresa a primeira a ajudar ninguém, a minha empresa não é a primeira a ajudar os políticos. E também eu não sou a palmatória do mundo aqui para falar que... Olha, a única coisa que eu posso falar para vocês é o seguinte: desculpa, eu não faria mais, mas fiz.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Não. Nós sabemos, o senhor já disse aqui que o senhor não é o único, não é o primeiro. Por isso é importante a sociedade entender. Eu acho que é a primeira vez que vem às claras à sociedade. Acho que essa é a importância desse processo, porque às vezes temos que expor tudo para que daí possa nascer algo novo e melhor, com esperança para o Brasil.

Mas é importante dizer e é importante mostrar a situação. Apesar de o senhor se dizer arrependido, o senhor fez de novo – já tinha feito em 98. O senhor já tinha feito em 98, já tinha tomado o calote em 98. Mas fez. E o senhor explicou por que. Mas eu não vou aqui... São questões subjetivas, acho que não interessam. Interessam fatos concretos. Foi feito em 1998. Aí foi a origem da situação. Foi feita de uma forma um pouco diferente, mas foi feito para o Brasil.

Gostaria também de lhe perguntar, Sr. Marcos Valério, se o senhor conhece o Ricardo Sérgio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço o Ricardo Sérgio, mas já o vi pela imprensa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – A empresa SMP&B e a Grafitti funcionam em prédio alugado. O senhor sabe a quem pertence esse prédio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse prédio, que eu saiba, eu vi pela imprensa, pertence a uma empresa que tem a ver com essa pessoa que a senhora citou o nome. E, na época, quando nós estávamos lá, pertencia à Petrus.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Certo, mas o senhor sabe que pertence ao Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele comprou o prédio e eu pago aluguel para ele.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Ah, então, o senhor conhece ele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, estou falando, pela imprensa. Eu pago aluguel para ele.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Está certo.

Eu, na verdade, não teria outras perguntas neste momento. Vou ter que depois ir ao plenário, porque sou relatora – já falei – de uma medida provisória. Mas quero dizer que nós vamos aqui, Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, quando tivermos uma reunião administrativa, se não me engano na quinta-feira, aprovar os próximos requerimentos, que acredito sejam na direção de ouvir as pessoas que estão listadas nas diversas listas. Inclusive, vejo pessoas da outra situação também de compra de votos, porque é para isso que estamos aqui e para mostrar que precisamos fazer algo diferente neste País. E esse algo diferente, com certeza, vai ser a reforma política.

Desde 98 é o que estamos conhecendo, mas, com certeza, devem ter outros **modus operandi** que não nós não conhecemos, como V. Sª falou aqui que outras empresas fazem e como é que fazem.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Senadora, obrigado.

Próximo orador a usar da palavra, Senador Sibá Machado, pelo tempo de 15 minutos. Vou tentar ser bastante rigoroso com o controle do tempo, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Sr. Marcos Valério, a segunda vez que V. Sª vem a esta Casa, segunda comissão. Sou titular das duas, sendo a segunda oportunidade que temos de inquirir V. Sª.

E quero pegar exatamente pelo final dessa fala, quando afirma que está arrependido do que fez. Mas deixou muito claro, em outros momentos, que esta relação das empresas de V. Sª, a relação de V. Sª com políticos, é uma coisa corriqueira, normal até. Isso não é uma contradição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Temos que ser muito francos um com o outro, Senador. Toda grande empresa de propaganda tem relacionamento com políticos. Toda grande empresa de propaganda tem alguma ligação com política ou já fez campanha de político.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Ou seja, em 98, V. Sª trabalhou ajudando a políticos, conforme essa relação de 79 nomes. Em seguida, passou a trabalhar também com o pessoal do PT. Então, o método é o mesmo, igual?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria que o método é o mesmo. Se o senhor pegar o Sr. Duda Mendonça, ele fez a campanha do Paulo Maluf e depois foi fazer do Senhor Lula.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Não, mas quero falar se existe uma diferença da forma que eu quero perguntar. A diferença que eu quero perguntar é a seguinte: uma coisa em relação à empresa, que presta um serviço e não importa quem seja o cliente, não dá para pegar pelo rótulo do cliente. Isso aí, para mim, não é o que eu quero saber. Quero saber daquilo que V. Sª está sendo acusado: ser operador de dinheiro, de facilitar essas coisas todas por que estamos aqui. Estamos aqui investigando ilicitudes. É a isso que estou me reportando. Portanto, de 98 até o presente momento, V. Sª admite que o método o mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, preste a atenção. A primeira coisa que eu quero dizer: não sou operador de dinheiro.

O primeiro empréstimo de 98 foi pedido por um ex-sócio meu, que era candidato numa chapa junto com o Sr. Eduardo Azeredo. Ele me pediu ali.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Certo. Empréstimos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está. E ele que me pediu o empréstimo...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – ...da forma que o Delúbio pediu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da forma que o Delúbio pediu.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E V. Sª admitiu as mesmas garantias, as mesmas condições?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o Delúbio deu uma assinatura, que está ali a carta.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Ele não teria dado essa assinatura?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele não deu e não garantiu e foi palco de uma discussão judicial que todo mundo...Em Belo Horizonte foi, foi noticiado.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Está até agora.

Outra coisa é o seguinte: a sua esposa, a Srª Renilda, antes de vir a esta Comissão, aliás à Comissão dos Correios, a imprensa inteira noticiava que ela não teria muita coisa a acrescentar. Que era uma pessoa tida como uma senhora apenas do lar, que não tinha nenhuma referência quanto à administração dos negócios e que, portanto teria passado uma procuração a V. Sª. Quando ela veio à Comissão, seu depoimento deve ter durado, parece-me, mais de dez horas – não me lembro aqui direito, metade desse tempo de fato. E ela deixou para mim, para todo mundo, a impressão de que era isso mesmo, que era uma pessoa que não participava do gerenciamento de nenhum dos seus negócios.

Porém, de um determinado momento em diante, ela deixou parecer para todos nós que ela sabia exatamente o que estava fazendo ali e começou a levantar algumas hipóteses. Alguns momentos ficaram claros para a gente. Alguns até disseram que ela estava fazendo recados.

Diante disso, eu quero comparar agora com a fala de V. Sª hoje. Quando V. Sª diz que não teve nenhum tipo de conversa com José Dirceu nos moldes que teve com o Delúbio, que em nenhum momento ouviu do Deputado José Dirceu, enquanto era Ministro, qualquer tipo de orientação, determinação sobre os negócios que o Delúbio executava em nome do PT com V. Sª.

E aí eu fico pensando, porque o senhor acabou de dizer que não morre de amores pelo Deputado José Dirceu. Então, somando a fala de sua esposa, D. Renilda, com essa observação que V. Sª faz, que tipo de ligação tem? É recado contra o Deputado José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós temos que separar duas coisas Deputado. Quando você é casado... Senador. Perdão, Senador. Desculpa. Quando você é casado e a sua mulher vê você sofrendo e vê que as pessoas que estiveram do seu lado te viraram as costas, ela se revolta e você tem que se submeter e ouvir o que ela está falando. A minha mulher tem todo o rancor do mundo e eu dou todo o direito do mundo para ela. Um, pelo idiota do marido dela ter feito o que fez. Outra, por ser traído.  
(Pausa)

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Eu queria ainda que o senhor pudesse comentar o seguinte para nós. V. Sª disse que, além dessa lista de 98, de 1998, que tem aqui setenta e nove nomes, há outros grandes nomes envolvidos fora dessa lista e que não poderia citar porque não tem o comprovante. Certo? Mas lembrou que o Sr. Cláudio Mourão poderia esclarecer melhor sobre esses nomes. Aí eu gostaria de saber por que V. Sª faz essa afirmação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque que ele era o Tesoureiro com procuração do Sr. Eduardo Azeredo e era a pessoa que administrava todas as campanhas do Eduardo Azeredo desde o tempo de prefeitura. Eu acho que, muito melhor do que eu para explicar a campanha de 98, é ele...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Será então...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ...que fez, se não me engano, três, quatro campanhas do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, já faço até esta observação ao Relator: parece que se trata de uma pessoa importante. Devemos conversar com ele para saber se há mais nomes além desse que o Sr. Marcos Valério está informando.

Sobre o Sr. Emerson Palmieri, eu queria que o senhor pudesse falar um pouco mais. No momento em que o Relator fazia inquirição, V. Sª lembrou um nome aqui que eu gostaria de ouvir melhor: Nescau. Eu ouvi, se não estou enganado, que V. Sª se refere a uma pessoa chamada Nescau. E eu gostaria que você pudesse falar melhor quem é esse Nescau.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou me reter ao que o Dr. Emerson me falou e à expressão que ele me usou: que o Nescau é o genro do Sr. Roberto Jefferson, e ele me falou que ele estava operando por conta própria, no IRB e ele queria que o Emerson fosse buscar um recurso lá, e o Emerson se recusou a ir. E ele usou o seguinte termo comigo: que esse Nescau é “chave de porta de cadeia”.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, foi Emerson Palmieri que se reportou sobre essa pessoa chamada Nescau.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E que acha que Nescau é “porta de cadeia”?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Mas o senhor, então, não conhece essa pessoa com o nome de Nescau?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu nunca o vi. Eu estou reportando ao que ele me falou.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Quem poderá esclarecer melhor, então, só se for o Emerson Palmieri.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E se ele confirmar porque, agora, está o seguinte: ninguém confirma nada.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O senhor acha que o Sr. Emerson Palmieri estava cumprindo ordens expressas de Roberto Jefferson, o tempo inteiro ou se, em algum momento, ele desobedeceu essas ordens?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que o Sr. Emerson Palmieri tem pavor do Sr. Roberto Jefferson. Eu vou usar o termo correto...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Pavor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pavor.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Portanto, foi com V. S<sup>a</sup> até Portugal, fugindo. Fugindo de Roberto Jefferson. Eu quero saber o seguinte: V. S<sup>a</sup> citou, aqui, muito claramente, uma opinião sobre José Dirceu. Qual é a sua opinião sobre Roberto Jefferson – o Deputado Roberto Jefferson? Só para lembrar, V. S<sup>a</sup> foi muito claro aqui – sobre José Dirceu não morrer de amores.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu sei. Eu estou medindo a palavra para não ser chulo e não ser uma pessoa grosseira. Mas vou plagiar o Presidente: eu não daria um cheque em preto para o Roberto Jefferson.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não daria um cheque em preto para Roberto Jefferson. Se V. S<sup>a</sup> nunca recebeu orientação do Deputado José Dirceu, por que faz um juízo de valor de que ele tem o comando de todas essas operações?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vivi, por dois anos, com o senhor... Eu fui elegante: eu não daria um cheque enlameado para ele. Eu vivi, por dois anos, acompanhando o Sr. Delúbio Soares e vi toda as atitudes do Sr. José Dirceu. Todas em termos de....

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ouviu como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ouvi dele – ouvi os telefonemas, ouvi....

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Nas conversas que tinham, é isto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu ouvi o Delúbio comentando comigo, ouvi... Eu vou te dizer a minha opinião sobre o Ministro José

Dirceu – e não muda em nada do que eu falei: arrogante e não é amigo de ninguém.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E sobre o Deputado Roberto Jefferson, é o cheque enlameado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, vamos fazer, aqui, uma observação sobre isto. V. S<sup>a</sup> está sentado nesta cadeira, acusado de ser um operador, desde – vamos dizer – 1998 e que operou em Minas Gerais, para o Governo de Eduardo Azeredo, operou para o Eduardo Azeredo e, depois, se tornou amigo de Delúbio e passou a operar para o PT nos mesmos moldes. Tem essa referência do José Dirceu, tem essa referência do Deputado Roberto Jefferson. A minha pergunta é que, no meio de gente tão antipática, assim, é apenas pelo medo de perder negócios ou tem, de fato, uma outra coisa que V. S<sup>a</sup> poderia esclarecer aqui para gente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós podemos dizer o seguinte – e eu volto a falar e vou medir muito as palavras, mas os Deputados, aqui, vão entender: toda a empresa de propaganda está relacionada a algum tipo de político ou Partido político. Eu te daria um exemplo, mas eu daria, assim, com o maior respeito: 1 – vou dar do passado e do futuro. No passado, a DM-9 fez a campanha do Sr. Fernando Henrique Cardoso e atendeu às melhores contas do Governo. Hoje, o Duda fez a campanha do Lula e atende às melhores contas do Governo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E fica de fora...

Sr. Presidente, ainda eu precisava remeter a V. Ex<sup>a</sup> um requerimento a respeito do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, por quê? Embora o depoente tenha sido pouco enfático a respeito dessa pessoa, acho que o que acerca sobre ele é muito forte e que eu acho que essa Comissão poderia convidar, no meu entendimento, as duas pessoas: o Sr. – desculpe, aqui só vem o sobrenome – Mourão... Cláudio Mourão e o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, que eu gostaria de fazer chegar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> este requerimento. (Pausa.)

Eu ainda tenho dois minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – ...Pedi licença... como V. Ex<sup>a</sup> começou a encaminhar o requerimento, eu achei que já tinha...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, não encerrei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Tem dois minutos ainda.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Enquanto ele volta, deixe-me só dizer a justificativa desse requerimento.

O economista Ricardo Sérgio de Oliveira, 56 anos, atuou durante cerca de trinta anos no mercado financeiro antes de entrar no Governo. Por dezesseis anos trabalhou no Crefisul, quando este banco era associado ao Citibank. Foi vice-presidente do Citibank em Nova York durante dois anos. Em 95 ingressou no governo, no cargo de diretor na área internacional do Banco do Brasil e lá ficando até 1998. Na sua declaração de renda de 95, Ricardo Sérgio apontou um patrimônio de 1,4 milhão. Possuía apartamento em São Paulo, era proprietário de duas companhias, sendo a empresa de consultoria Planefin e a corretora de valores RMC. Em 95, ao ingressar no governo, o economista passou a administração de suas empresas a sua esposa, Elisabeth, e a seus dois sócios Henrique Molinari e José Sthephan Gril. Em 96 sua declaração de renda apontava um patrimônio maior de 1,5 milhão. Em 97 havia crescido em mais 1,1 milhão e totalizava 2,6. Em 98 no ano em que foi demitido do governo, seu patrimônio já era mais que o dobro do registrado no ano em que atuou no Banco do Brasil, o resultado de 3,3 milhões e, em 2000, atingiu a cifra de 4 milhões e por aí vai.

Então, Sr. Presidente, eu queria que V. Exª pudesse analisar junto com o Relator com carinho o requerimento porque acho que essas duas pessoas poderiam elucidar bastante e aguardo o retorno do Sr. Marcos Valério para concluir o pensamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Exª dispõe ainda de...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Dois minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Dois minutos cravados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exato.

Sr. Marcos Valério, esta Comissão tem a missão de analisar compra de votos e o tal do mensalão, palavra agora nacionalizada pelo Deputado Roberto Jefferson. Quanto à compra de votos tratada aí no período da emenda à Constituição alguma vez V. Sª participou de algum tipo de reunião para tratar de dinheiro para compra de Parlamentares para votarem nesta emenda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Nunca. Absolutamente, nunca.

E agora, no atual momento, toda essa onda de recursos que V. Sª reiteradas vezes tem dito que foram empréstimos oficiais, embora com dúvida de por que

um gerente tenha feito empréstimo dessa natureza, porém fala que é recursos oficiais para partidos políticos e parlamentares principalmente. A pergunta que essa Comissão insiste em reiterar é: estes recursos, ao seu olhar, **era** para pagamento de parlamentares para **votar** com o Governo ou o chamado mensalão, que o Deputado Roberto Jefferson tanto insiste em dizer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou ter que ser muito pessoal nessa resposta e tentar transcrever o que eu vivi. Para mim não existe mensalão, pra mim existem, sim, acordos políticos que foram gerados compromissos financeiros e esses compromissos financeiros foram pagos, não para votação – deixar claro – não para votar emenda, não para votar... e volto a te falar: os Deputados que aparecem na ponta pegando os recursos como o Deputado Borba, outros Deputados, era para pagar as despesas inerentes da base do Partido que estava endividada. Eu não acredito em momento nenhum...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Consonante a campanhas eleitorais...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... a campanhas eleitorais...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – ... ou passadas ou futuras.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como eu não acredito que era “mensalão”. Eu acredito que era para pagar despesas dos colegas deles, que estavam endividados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deixa eu só, por conta do meu tempo... Só por conta do meu tempo. E alguma vez o Deputado...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estou dando a minha opinião pessoal.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Uma única vez, para encerrar, porque o meu tempo está esgotado. V. Sª, alguma vez, se sentiu extorquido ou pressionado pelo Deputado Roberto Jefferson ou por qualquer outra pessoa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo Deputado Roberto Jefferson, não, até porque eu não tive contato com ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ele pressionava Emerson Palmieri, mas nunca diretamente a V. Sª.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Seu tempo está concluído, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu concluo. Obrigado, Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, na condição de Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Com a palavra, o ilustre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, parece-me necessário lembrar que o Sr. Marcos Valério aqui se encontra para prestar esclarecimentos, esclarecer dúvidas, defender-se de acusações. Contudo, determinadas perguntas lhe têm sido dirigidas, permitindo-lhe emitir julgamento sobre o caráter das pessoas, sobre a conduta de terceiros, sobre a honra de outras pessoas.

Desejo advertir que vou pedir a exclusão das notas taquigráficas de todas essas referências pessoais, porque o Sr. Marcos Valério não está aqui para julgar ninguém. O Sr. Marcos Valério está aqui para ser julgado pela Comissão.

De sorte que eu pediria – e isso não se refere, absolutamente, ao ilustre Senador Sibá, por quem tenho o maior respeito, cuja inteligência admiro –, mas para prevenir que as nossas perguntas têm que ser orientadas no sentido de acumular fatos, esclarecimentos, que permitam um relatório conciso, mas concludente.

Eu vou solicitar ao Sr. Relator, se o Sr. Presidente me permitir, que não emita mais juízos sobre o caráter de terceiros, sobre a honra, sobre a conduta de quem quer que seja, porque o Sr. Marcos Valério não está aqui para julgar pessoa alguma. O Sr. Marcos Valério está aqui para ser julgado pela Comissão, segundo atos que porventura tenha cometido.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS)

– Muito obrigado ao Sr. Relator. Eu quero solicitar aos ilustres Deputados e Senadores, que, no caminho sugerido pelo ilustre Relator, abstenham-se desse tipo de pergunta, porque, na medida em que elas são feitas, cria-se um constrangimento para a pessoa que está aqui, sendo inquirida. Da mesma forma que a gente acolhe a solicitação do Relator, vamos também solicitar que os ilustres Senadores e Deputados evitem este tipo de colocação.

Pela ordem, com a palavra, Senador Almeida Lima. Tempo de 15 minutos. A palavra está à sua disposição.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE) – Sr. Marcos Valério, é fato que V. S<sup>a</sup> esteve, salvo engano, por duas vezes, na Procuradoria da República, objetivando uma transação jurídica, visando o benefício da delação premiada.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estive à Procuradoria, fazendo depoimento de livre e espontânea vontade.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Não é esta a pergunta. Eu quero saber se é fato, como a imprensa noticiou, e ouvimos e vimos, inclusive, o Procurador-

Geral se pronunciar que V. S<sup>a</sup> lá esteve, além de outros objetivos, com o objetivo específico de, numa transação jurídica, serem beneficiada a delação premiada.

O Procurador-Geral mentiu ao prestar essa declaração à televisão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não mentiu.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Então, é fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É fato.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Ok.

S. Ex<sup>a</sup>, o Procurador-Geral disse que não era oportuno, não era o momento e, quem sabe, mais na frente pudesse tratar da questão. V. S<sup>a</sup> pretende retornar à Procuradoria para renovar essa proposta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu pretendo voltar à Procuradoria, sim, Senador, inclusive para entregar o Imposto de Renda e todo o movimento das minhas empresas.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Pediria a V. S<sup>a</sup> que respondesse exatamente aquilo que eu pergunto.

Com este objetivo, com o objetivo de renovar a proposta de benefício da delação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não saberia te explicar. Eu teria que consultar o meu advogado, se o senhor me permitir, Senador.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Pode consultá-lo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com licença.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – Com a permissão da Mesa. A minha é total.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Desculpe-me, Senador.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – O que significa dizer que V. S<sup>a</sup> retornando à Procuradoria Geral da República para tal proposta, transação jurídica no sentido do benefício da delação, existem mais fatos que V. S<sup>a</sup> omitiu ou mentiu. Há ainda alguma contribuição a prestar que ainda não foi prestada? Conclui dessa forma? Caso não conclua, não seria contraditória a afirmativa com a resposta anterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não porque, com todo respeito, Senador, eu já tinha dado um monte de informações que vieram a público serem comprovadas. E, dentro do entender do meu advogado e do meu, eu acho que já merecia esse benefício, com todo respeito.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PFL – SE)** – A pretensão, então, é enganar ou amolar esta Comissão, o Congresso Nacional ou a Procuradoria-Geral da República?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Estou aqui para falar estritamente a verdade e o que perguntarem.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Mas se percebe, pela conclusão, que se está pretendendo enganar a um ou a outro. Ser beneficiado pela delação premiada, sem fato novo.

V. S<sup>a</sup> conhece o patrimônio do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não conheço.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Procurou conhecer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Não procurou conhecer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A garantia por ele oferecida foi a V. S<sup>a</sup> ou aos bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aos bancos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Esta garantia foi aval ou fiança?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é aval.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Aval. Ele assinou pessoa física ou representando a pessoa jurídica Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na minha opinião – e aí vamos ter que... Está ali o documento –, o tesoureiro do Partido.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A questão não é de opinião.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O documento está ali.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A Presidência, por gentileza, ou o Relator têm essa informação que poderia me auxiliar neste instante?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Qual é o documento, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que o Dr. Delúbio assinou.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A garantia bancária.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – A carta, ilustre Relator, assinada por Delúbio.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. (Orador não identificado)** – Foi de manhã. De manhã ele passou. Foi o primeiro documento

passado. O senhor estava aqui no início dos trabalhos pela manhã?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Estava no Congresso Nacional, com a presença registrada, e acompanhando todo o depoimento do meu gabinete.

**O SR. (Orador não identificado)** – Senador, não foi com essa intenção. Perguntei pelo seguinte: porque ele repassou a carta, o Relator já juntou à sua documentação. Se for possível, vamos localizá-la.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Na hipótese de o tesoureiro do Partido ter assinado, V. S<sup>a</sup> conhece os estatutos do Partido? Sabe afirmar se ele tinha representação legal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não sei.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Teve acesso a alguma ata da diretoria da Comissão Executiva Nacional outorgando a ele o direito a essa representação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não tive.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Assumiu ônus pelo Partido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – A garantia foi oferecida ao senhor ou ao banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ao banco.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – O banco tem conhecimento do patrimônio do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Depois reclamam deste País. Um País tão bom em que se consegue chegar a uma instituição financeira, tomar um financiamento de R\$55 milhões, ou principal, mais juros e correção, sem o tomador principal conhecer o patrimônio do avalista ou do fiador, sem saber se assinou como fiador pessoa física ou representante da pessoa jurídica, a pessoa jurídica não sabe se o estatuto assim orienta, um empresário de escol, com referências, não conhece os mínimos trâmites bancários, de uma operação bancária, financiamentos neste montante sem qualquer cadastro, onde ali vai a relação de bens patrimoniais, este é que é o País. Na hierarquia estatutária, partidária, quem é o superior do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Presidente?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – V. S<sup>a</sup> se referiu aqui algumas vezes a que ele apenas lhe pas-

sava as ordens superiores, as ordens que ele recebia de seus superiores.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – O Presidente...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Genoino? Ou então o Sr. Ministro José Dirceu. Não sei. Para falar a verdade, não sei.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E na hierarquia política, quem era o superior de Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ora, Senador, eu creio que seja o Ministro José Dirceu, não?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Na hierarquia política?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – V. Sª não conhecia o patrimônio dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Conhecia o patrimônio do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Essa garantia foi posterior aos primeiros contratos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi posterior aos primeiros contratos. Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Quem se preocupou, então, posteriormente à assinatura dos contratos, sem qualquer garantia, sem qualquer cadastro, sem conhecer a história patrimonial nem de um nem do outro, da pessoa jurídica ou física?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que o empréstimo ao Partido num dado momento se tornou político, não é?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Eu não sabia que havia essa natureza jurídica no sistema jurídico pátrio: “empréstimo político”. Daqui a pouco, devemos criar também a “nota promissória política”.

De quem foi a preocupação, então, de, mesmo após ter realizado os contratos, sem qualquer garantia, buscar a fiança ou o aval do Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dos bancos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Aquele empréstimo da campanha de 98 para o Estado de Minas Gerais foi com o Banco Rural ou o BMG?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco Rural.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Que não foi honrado e foi executado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Não foi honrado e foi executado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Executado, V. Sª fez uma composição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Fiz uma composição.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – O montante, salvo engano, chegou a 12, 13 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que foi 13, né, Senador?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E V. Sª pagou apenas dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E em serviços o restante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Isso foi em 1998?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em 1998, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E esse mesmo Banco Rural continuou a emprestar a V. Sª?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu continuei a trabalhar para o Banco Rural, a prestar serviços, tive empréstimos normais e paguei normalmente, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Estes também já estão pagos, os de 55 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Esses não.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E o Banco Rural ainda emprestou a V. Sª?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Nessas mesmas condições?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Empréstou no passado. Não nessa condição agora. De 2003 para cá, não.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Não, não, não, não, não. V. Sª em 1998 tomou um financiamento ao Banco Rural para a campanha em Minas Gerais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Não pagou ao banco executor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.



**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Na execução, V. S<sup>a</sup> fez uma composição, pagou dois milhões e o restante em serviços.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Algo em torno de nove a dez milhões em serviços para o Banco Rural. Confesso até que eu nunca vi propaganda do Banco Rural.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas tem, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Eu sei. Bom, posteriormente o Banco Rural, em 2003 – na história 2003, 2004, porque V. S<sup>a</sup> já disse hoje aqui, embora eu não estivesse fisicamente aqui, mas estava lhe acompanhando, que em 2002 não houve financiamento. Houve, sim, empréstimo em 2003, salvo engano 2004, para cobrir campanha de 2002. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Débitos de 2002 que invadiram 2003. Sim, senhor. Verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Depois do episódio de Minas Gerais, em que o Banco esteve obrigado a contratar uma empresa de *marketing*, de comunicação, para não ficar com o furo, o rombo de 10 milhões, este mesmo banco ainda financiou, emprestou a V. S<sup>a</sup>. Ele sabia que era para Partido, porque foi ele quem buscou o aval, e o avalista foi o tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores. Esse mesmo banco ainda financiou V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Repito: este que é o grande País. Isso não acontece nem com o microcrédito que o Governo Federal, este mesmo governo do Presidente Lula, espalhou para o País. Isto não é feito nem com o pipoqueiro da esquina, aquele cidadão que tem um carrinho que vende algodão-doce. Acho que ainda estamos brincando de CPMI.

V. S<sup>a</sup> disse que citou, salvo me engano, umas três, entre órgãos e entidades da administração federal, três ou quatro onde a sua empresa não venceu as licitações.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Acha isso uma prova suficiente, um indício, um elemento que argumento a seu favor para que possa atribuir às licitações que V. S<sup>a</sup> ganhou, que suas empresas ganharam correção, seriedade, legitimidade o fato de não ter ganho duas, três ou quatro licitações?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Primeiramente, eu gostaria de deixar

claro que não precisamos ficar também se baseando na forma jurídica. Esse foi um financiamento político. O resto é bobagem.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Eu não estou falando em financiamento agora.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu quero voltar lá atrás para chegar lá na frente. Com todo respeito, Senador, não estou querendo faltar com respeito nenhum.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Por gentileza, para que haja um esclarecimento perfeito. V. S<sup>a</sup> disse aqui pela manhã – embora eu não estivesse aqui fisicamente, mas o ouvi muito bem – que perdeu licitação, justificando a seriedade daquelas nas quais o senhor ganhou. Disse que não ganhou em três ou quatro. Não é fato? O senhor não disse isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É fato.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – E acha que esse fato depõe favoravelmente ao ponto de as pessoas, no seu livre convencimento, daí deduzirem que as outras obedeceram ao processo legal nesse sentido, com esse objetivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, com esse objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Senador. Seu tempo está esgotado. Para concluir.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – V. S<sup>a</sup> desejava ganhar todas? Se assim fosse, o escândalo não seria maior e as próprias concorrentes já não teriam denunciado há mais tempo? Ou, talvez, essas licitações sejam feitas pactuadas, inclusive com os demais concorrentes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso responder, Senador, com todo respeito? Eu queria ter ganhado a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, como uma agência já ganhou dentro deste Governo. Eu queria ter atendido as contas que a DM9 atendeu no Governo passado. Eu trocaria todas as minhas contas pelas contas que o Duda Mendonça tem hoje. Então, Senador, com todo respeito, com toda tranquilidade, não fui beneficiado em nada neste Governo, não.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PFL – SE) – Sr. Presidente, para concluir, por gentileza. Eu gostaria que V. S<sup>a</sup> – farei aqui as três últimas perguntas – possa responder rapidamente. Quais os diretórios estaduais e municipais do PT e de outros Partidos que receberam por seu intermédio recursos desses autorizados pelo tesoureiro nacional do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Senador, por gentileza, essa pergunta que o se-

nhor fez inclusive já foi respondida. As outras duas, por gentileza, rapidamente.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – V. S<sup>a</sup> disse que tem medo, que o senhor tem medo pela história, que a história mostra que o senhor deve ter medo. Salvo engano, V. S<sup>a</sup> estava respondendo aqui à Deputada Zulaiê Cobra. Gostaria de saber que tipo de história é essa de que V. S<sup>a</sup> tem medo. Tem medo de quem, e de que tipo de fato? Que história faz o senhor ter medo?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Senador, por gentileza, está havendo mal-estar de todos Deputados e Senadores.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Eu não fiz aqui nenhuma questão de ordem. Estou sendo muito objetivo e muito prático. Se me permitir fazer a última pergunta, eu a farei. Se não me permitir, tome a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – O seu tempo está esgotado.

O Sr. Marcos Valério está com a palavra para responder.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, com todo o respeito, eu sou de carne e osso e tenho medo. Quando fico sozinho, também tenho medo. Acho que o tamanho que as coisas tomaram é muito para mim. Com toda sinceridade, quando vejo o passado do Brasil e vejo o passado das pessoas, tenho medo, sim, e morro de medo. E te falo com toda sinceridade: eu morro de medo.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Qual é a questão, Senador?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Eu tenho uma questão que decorre de uma dúvida deixada pelo depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Senador, todos os parlamentares gostariam de fazer mais perguntas. Quero consultar o Plenário.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Solicito de V. Ex<sup>a</sup> apenas 15 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Ilustre Senador, não quero ser deselegante com o senhor, já lhe concedi três minutos a mais. A opinião do Sr. Relator é de que deve ser cumprido o horário e a minha também.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Há necessidade de um esclarecimento, em 10 segundos eu faço a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> pode se reinscrever e usar mais 15 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Devanir.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a minha inscrição, diante da falta de generosidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Eu não estou aqui para ser generoso. Estou aqui para cumprir o Regimento.

Concedo a palavra ao Deputado Devanir.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, na reinscrição, fala-se por três minutos e não 15.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Devanir, seu tempo está assegurado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, depoente Marcos Valério, ouvindo aqui o depoimento de V. S<sup>a</sup>, cheguei a uma conclusão: política é política; negócio é negócio. E não dá certo. Parece que não está dando certo.

Antes de entrar propriamente dito nas perguntas, tentarei conferir uma lista. Tenho aqui uma lista que nos foi fornecida pelo senhor. Há aqui, nas páginas 1, 2, 3: campanha de São Bernardo e Osasco. Aqui há duas datas que coincidem. Eu queria saber se são as mesmas pessoas ou se são diferentes. A data de 05/07/2004 aparece duas vezes, uma de R\$300 mil e outra de R\$556.940,00. Depois, há uma outra, de 05/08/2004, R\$500 mil; e, depois, embaixo, 03/08/2004, mais R\$400 mil. São as mesmas pessoas, São Bernardo e Osasco? Como sou da região, queria saber se foi para Osasco ou para São Bernardo, embora eu seja da capital.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo respeito, essa lista não quer dizer que está nessa ordem que foi para São Bernardo e Osasco, não. Do lado de cá, eu só coloquei o nome para onde eram os destinatários que poderiam ser. Mas os valores não correspondem exatamente ao que foi para São Bernardo, R\$500 mil, R\$1 milhão. Isso não corresponde. Esse recurso era passado ao diretório nacional, e eles o distribuíam de acordo com a necessidade. E uma das necessidades foi Osasco e São Bernardo. Eu não sei o valor que foi para São Bernardo e Osasco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Obrigado. Primeira pergunta: V. S<sup>a</sup> responde a algum processo de improbidade administrativa em São Paulo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor poderia, se for possível...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o maior prazer. É um processo em que discuto com a antiga Fundacentro uma cobrança

de serviço. Ela fala que não entreguei e eu falo que entreguei. É isso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – O senhor também poderia relacionar, se for possível, os contratos firmados pela DNA Propaganda com o Banco do Brasil, desde 1994 – os contratos existentes entre o Banco do Brasil e a DNA desde 1994? Ainda persistem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor. O contrato foi cancelado, e a DNA atendia o Banco do Brasil desde 1994. O contrato foi rescindido.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Em 1994, se não me engano, o Governo era Fernando Henrique Cardoso. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Acho que era do Sr. Itamar Franco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Itamar Franco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Itamar Franco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – No Governo Itamar Franco também, os contratos de produção e de veiculação de matéria publicitária firmados anteriormente com o Governo de Minas Gerais foram mantidos ou rescindidos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Como apoiamos a candidatura do Sr. Eduardo Azeredo com o Sr. Clésio Andrade, no Governo Itamar Franco não atendemos nenhuma conta do Governo dele.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Então, isso prova que V. S<sup>a</sup> tem certa razão no que fala: dependendo de quem os empresários de comunicação apoiarem, eles podem perder as contas, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza. É verdade.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – A DM9 ganhou, então, as contas do Governo passado porque apoiou o Governo? O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu afirmaria isso, até porque ela não atende neste Governo nenhuma conta, mas, no Governo passado, atendeu todas.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Pergunto isso, até para os Pares, porque há uma conversa na mídia – infelizmente, na mídia também – de que Duda Mendonça ganhou as contas porque apoiou, porque foi o marqueteiro, vamos dizer assim, da campanha do Presidente Lula. Então, isso não é novidade. Se todos que apóiam ganham as contas, isso não é novidade. Não inventamos a roda, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, os senhores não inventaram a roda.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – O Sr. Sérgio Esser foi publicitário da SMP&B?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi, foi, com certeza.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Ele foi diretor de *marketing* do Banco Rural, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi, foi, foi.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – E qual é a participação dele no Governo Aécio Neves? O senhor sabe me dizer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele ocupa um cargo de assessoria junto ao Governo Aécio Neves. Agora, o cargo eu não saberia dizer-lhe, não, mas que ele trabalha com o Governo Aécio Neves, trabalha, Sr. Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Ele é publicitário, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele é publicitário, Sr. Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Quais os contratos que a SMP&B têm em vigor com o Governo Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Nenhum?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Mas existem os contratos com empresas, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Correios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, todos foram cancelados.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Não existem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Eu pensava que havia essas contas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Havia, mas o Governo cancelou as contas.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Cancelou agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cancelou agora.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Está feio o negócio.

Desde quando o senhor tem contas com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, se é que a Câmara não cortou também as contas de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No segundo semestre do primeiro ano do Deputado João Paulo Cunha.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não. Falo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, do Distrito Federal. Perdão. Desculpa. Três anos.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Ainda está em vigor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ainda está em vigor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Está em vigor. Obtive também algumas informações do seu sócio, Sr. Cristiano Paz. O senhor disse que havia encontrado uma vez o Aécio Neves – hoje Governador Aécio Neves –, mas depois o senhor o encontrou em Brumadinho, na inauguração de um centro artístico – Centro Artístico Bernardo Paz –, que é um patrocínio, que recebe apoio cultural do Governo do Estado de Minas Gerais? Lá o senhor encontrou-se também com o Governador?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não fui convidado para essa inauguração.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que não sou pessoa muito bem grata ultimamente, não.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O Cristiano Paz, que é seu sócio, não o convidou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não me convidou.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Outra pergunta: por que a SMP&B fez transferências recentes de recursos para a conta titular do Sr. João Heraldo Lima, Diretor do Banco Rural? Fez uma transferência das suas contas para as contas do Sr. João Heraldo de Lima, que é Diretor do Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – João Heraldo de Lima. Realmente, é verdade. Procede. Foi um empréstimo feito a ele.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor fez por meio de um TED?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Foi a compra de um lote. Era um empréstimo que, depois, virou a compra de um lote no

Morro do Chapéu, porque a família dele detém o loteamento do Morro do Chapéu. Quem conhece Belo Horizonte conhece esse loteamento, que é da família do João Heraldo de Lima há muitos anos. Procede e é verdade.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – E qual é a motivação das transferências dos TEDs para o Sr. Ulisses Nascimento, da conta da SMP&B? Houve transferências e movimentações da conta de V. S<sup>a</sup> para a do Sr. Ulisses Nascimento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ulisses Nascimento?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Ulisses Nascimento, cuja esposa é Maria Olívia, Deputada Estadual do PSDB de Minas Gerais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está na lista de 1998.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – A outra CPMI também identificou um saque de R\$203 mil em favor de Paulo Menicucci contra a sua empresa e tomou conhecimento desse membro, que é do PSDB de Minas Gerais, ex-Secretário Executivo do Ministério das Comunicações no Governo anterior. Ele continuou nesse Governo e, depois, foi demitido ou foi responsável pela publicidade da empresa dos Correios. O Senhor se recorda desse fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, ele não foi responsável pela publicidade da empresa, mas eu me recordo da doação feita para a campanha do Deputado João Leite. Era o coordenador, se não me engano.

Esse saque procede sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – E qual a finalidade também dos saques efetuados do Sr. Nilton Vieira Filho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nilton Vieira Filho?

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – De Nova Lima.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se não me engano, deve ter sido uma doação que fizemos para candidato a prefeito em Nova Lima, que é uma cidade do lado de Belo Horizonte.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – É um candidato do PSDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que é. Não me recordo, mas procede também.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Cristiano Paiva Neves também, de R\$300 mil, de Contagem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O nome é Valquíria.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Aqui, consta Cristiano Paiva Neves. Foi um depoimento...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. É Valquíria. Em contagem, foi Valquíria.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Aloísio Espírito Santo, do PSDB também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Valquíria é a irmã da candidata Vanessa Lucas. É Valquíria. Desculpe-me, Sr. Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Tudo bem.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Procede também.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Como o senhor explica também – o senhor já havia falado, mas vai vir para a nossa CPMI – esses repasses da Telemig Celular e da Amazônia Celular para a DNA, que ultrapassa um nível grande? Há várias contas e até valores mensais. Entre 2001 e 2005, há cerca de R\$800 mil mensais. Existe da Telemig para o Banco Rural, existe para as contas do senhor e há também da Amazônia Celular. O senhor tem conhecimento disso? Foi um depoimento também do senhor na outra CPMI.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Telemig Celular é uma das maiores contas de publicidade do Estado de Minas Gerais. Todo depósito que ela fez nas contas da SMP&B e da DNA Propaganda, empresas de que participo, foi por propaganda, nada mais do que propaganda, até porque ela é auditada. Se não me engano, foram cerca de R\$100 mil durante cinco anos, mas a Brasil Telecom, a que o Sr. Duda Mendonça começou a atender em 2003, atinge mais de R\$200 milhões.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – V. S<sup>a</sup> confirma que a sua empresa também atendia ao Governo de Minas Gerais desde a gestão de Hélio Garcia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo, sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – E que o senhor também vem ganhando licitações normais do Governo de Minas Gerais desde o Governo Eduardo Azeredo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo, sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Muito bem. Eu queria dizer o seguinte: confesso – o senhor está aqui depondo, já depôs na outra CPMI, já esteve em outros departamentos, seja no Ministério Público ou na Procuradoria Geral da República – que não ouvi novidades. Acho que o senhor confirmou tudo aquilo que vem falando.

Hoje, eu até aguardava uma Adin, uma boataria. Desde domingo que ouvi essa conversa, desde o meu Estado, que o senhor ia trazer uma fita, que ia ter fatos novos, que ia ter uma grande revelação. Pensei assim: “Bom, então, agora, vamos resolver o problema de vez”.

Confesso que não fiquei decepcionado porque eu já sabia algumas coisas que não sabíamos, mas coisas mínimas. Por exemplo – não quero entrar em detalhes: “Eu não gosto de fulano. Eu gosto de sicrano”. Negócio é negócio. Gostar de pessoas não importa. Na política, a gente junta pessoas para fazer política. Não é porque a gente gosta das pessoas. E, aqui, somos políticos. Às vezes, os maiores inimigos, os nossos adversários estão dentro do nosso Partido, porque concorremos com nós mesmos.

Então, vejo que não houve grandes novidades.

Eu gostaria, se fosse possível e se houvesse alguma novidade – para a gente não ser pego de sobressalto. Hoje, há uma novidade; amanhã, há outra; depois, outra –, que V. S<sup>a</sup> nos esclarecesse, porque, pelo menos, teríamos que tomar o nosso rumo.

O senhor repete aqui; depois, volta outra vez na outra CPMI; depois, volta não sei onde, e fica esse vaivém, com o qual não chegamos a lugar nenhum. Depois, a mídia anuncia: “Olha, estão tentando transformar numa grande pizza”. É esse que é o problema nosso. Estamos entre a cruz e a espada. Se não explorarmos o máximo do senhor, acham que estamos fraquejando; se exploramos demais, estamos sendo chatos. E, aí, temos uma conta a pagar para a sociedade, porque quem faz a mídia são os grandes jornais, a televisão, o rádio. Eles têm que ficar investigando e nos investigam também.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta. PT – RS)** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela participação.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Há novidades ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, há uma coisa que tem de ficar clara: posso até não receber os empréstimos que fiz, posso até ter que arcar com isso, ter execução e ter tudo. Amanhã, estou entregando toda a minha contabilidade ao Relator e ao Presidente. E, lá, na minha contabilidade, todos os mistérios, todas as insinuações que foram colocadas vão estar reveladas.

Em momento nenhum, vou aceitar o rótulo de chantagista; em momento nenhum, vou aceitar o rótulo de operador do mensalão. Não sou chantagista, não vim aqui chantagear ninguém, não quero nada do Governo, não quero nada das pessoas. Se eu conseguir resolver o problema com o PT na justiça, vou resolver.

Não vai ser na bravata, não ser na ameaça. O senhor não vai me ver ameaçando ninguém.

Deputado, com toda a sinceridade: não espere de mim: “Vou falar que o fulano de tal estava ali”, porque não é verdade. Não vou fazer isso nunca.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Muito obrigado.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Um momento, Senadora.

Deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sr. Presidente, recebi em mão uma nota de esclarecimento do Sebastião Navarro Vieira Filho, Prefeito Municipal da cidade de Poços de Caldas, contestando esse relatório que o Sr. Marcos Valério passou para a Comissão de um recebimento de R\$9 mil.

Vou passar o documento ao Relator para que ele tome conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Perfeito. Como é o nome?

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sebastião Navarro Vieira Filho, Prefeito Municipal da cidade de Poços de Caldas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Vamos receber na Mesa.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Senador, estou me inscrevendo para...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Um momento, Deputado Devanir.

Senadora, qual é a questão?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu queria solicitar um minuto, até para que não haja mal-entendido. Registro o respeito que tenho pelo Senador Azeredo e creio que, assim como ele foi à CPMI e disse que não conhecia essa situação, o Presidente Lula também, eu creio que não conhecia essa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Senadora!

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Então quero só aqui fazer o registro do respeito que eu tenho ao Senador Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado!

Ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, a palavra está com o senhor, por 15 minutos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, no depoimento da Simone, ela disse que o Davi não tinha relação com a SMPB nem com a DNA, que o Davi seria alguém a serviço do Duda Mendonça e da Zilmar. No dia seguinte, no depoimento do Davi, o Davi disse que

estava a serviço da SMPB. E a impressão que dá é que um dos dois mentiu: ou a Simone ou o Davi. Como o Marcos Valério é a pessoa que conhece a coisa profundamente, eu queria saber de Marcos Valério quem mentiu? O Davi ou a Simone? O Davi estava a serviço do Duda e da Zilmar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Davi estava a serviço do Duda e da Zilmar. Quem mentiu foi o Davi. O Davi nunca esteve no meu prédio.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O que leva Marcos Valério a afirmar que quem mentiu foi o Davi? Qual é a afirmação que pode servir a nós outros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque os cheques que foram feitos foram repassados a Zilmar. E foi dada autorização ao Banco Rural, via email, quem iria sacar em nome dela. E quem iria sacar em nome era o Davi. E não sei para onde levaram os recursos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então eu queria reafirmar uma informação que foi dada agora. Os cheques foram emitidos e entregues a Zilmar. A Zilmar que repassou ao Davi para descontar. Não foi a SMPB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não foi a SMPB que passou ao Davi para descontar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu queria chamar a atenção da Comissão, porque é uma coisa extremamente grave o que o Marcos Valério está falando e que coloca em dúvida as afirmações que foram colocadas até agora.

Dessa lista de 98 que foi entregue à Comissão, tem uma pessoa, através do blog do Noblat que está me cobrando: o nº72, Roberto Abdenur. Quem é essa pessoa? É embaixador brasileiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Abdenur.... De 98?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É. O nº72 da lista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para falar a verdade, eu não conheço, viu, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Está nessa lista do senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, eu sei, mas....

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Roberto Arabe Abdanur. R\$50 mil reais. Nº72 da lista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda essa lista tem um recibo aqui.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É o 72. Roberto Árabe Abdanur.

Eu pediria para o senhor pedir para o seu advogado olhar, porque, enquanto isso, eu vou continuar, porque o tempo está correndo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpa, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Os contratos que foram apresentados à Comissão, os seis contratos, eu estive vendo agora há pouco na mesa, nenhum deles tem o aval do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Por que esses contratos que estão na mesa têm o aval de Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque foi feito numa carta à parte, **a posteriori**.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então, no documento oficial, não tem aval do Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Como também o Rural também foi feito uma carta à parte, que foi guardada no cofre do banco.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Os documentos que estão em poder da Comissão, em nenhum deles o Delúbio Soares é avalista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, no contrato, não! Só numa carta à parte que está com o Sr. Relator.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Na Comissão de CPMI dos Correios, V. S<sup>a</sup> entregou as procurações que tinha da sua esposa, D<sup>a</sup> Renilda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor não entregou procuração pessoal, de pessoa física da Renilda ao Marcos Valério. Não tem essa preocupação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não tem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu tenho a procuração dela me dando poderes.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Mas procuração pessoal ou procuração da ....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da empresa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Da empresa. Procuração da pessoa física Renilda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não tem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, então eu acredito que tem alguma coisa errada aí. Porque ele assina, pela Renilda, como procurador pessoa física. E ele está dizendo que ele não tem procuração da Renilda. Está aí. Está na sua mão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deixa eu explicar, porque eu também não sou advogado. Eu tenho procuração para assinar contratos dela, dentro da empresa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – São procurações de pessoa física? Não, as procurações entregues são de pessoa jurídica. E os contratos estão com o Sr. Relator. Pode dar uma olhada. A Renilda como pessoa física, e a assinatura é de Marcos Valério, como procurador, e ele não tem procuração dela.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu assino como avalista Marcos Valério.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, assina como Renilda.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – As cópias dos contratos de penhor, de mútuo, estão no meu poder, vou levar ao depoente para que ele possa explicar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem, só um minutinho, enquanto eles estão olhando ali.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Renilda não assinou como avalista.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Não podemos interromper. (Pausa.)

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, então o segundo empréstimo, celebrado pelo BMG, quem assina, como avalista solidária, é Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza. Na verdade, a assinatura é do Marcos Valério. E ele diz que não tem procuração para essa assinatura.

Quero chamar a atenção da relatoria para essa finalidade.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Marcos Valério...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, o Sr. Abner o senhor quer saber?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero. Obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O nome da pessoa é Roberto Árabe Abner. O DOC que foi emitido para ele é o 58883. O número da conta é 06...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu só queria saber se ele é o embaixador. Se o senhor não sabe, não adianta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor disse aqui anteriormente que esteve quatro vezes em Portugal.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Das quatro vezes em que o senhor esteve em Portugal, nenhuma delas teve resultado concreto, todas foram infrutíferas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque acabou e a Telemig Celular não foi vendida para a Portugal Telecom nem para a Vivo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E a única coisa de que o senhor estava tratando em Portugal era a Telemig Celular e a Portugal Telecom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era a única coisa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor intermediou o encontro do pessoal do BES e da Portugal Telecom com a Casa Civil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Intermediei o encontro do Banco do Espírito Santo com a Casa Civil.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Do BES.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E da Portugal Telecom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O Delúbio Soares, na minha opinião, é a segunda pessoa mais importante em todo esse imbróglio. Eu não acho que o senhor seja a pessoa mais importante.

Na sua opinião, quem é a pessoa mais importante depois do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já não posso emitir parecer pessoal. O Sr. Relator e o Sr. Presidente pediram para não... Mas, com certeza, não é ele.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu também tenho certeza disso. Que, sem dúvida nenhuma, vai acabar havendo complicações para o seu lado. E como vai ficar a sua situação depois que esses 55 milhões, de valor original, não forem resgatados e a execução recair sobre o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou entregar para os advogados, para executarem o PT também. E cada um paga pela sua burrada. Infelizmente, foi isso o que eu fiz.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Por que o senhor acha que fez uma burrada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Receio, falta de coragem na hora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor está sendo chantageado por alguém?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não tenho dúvida de que o senhor também, contrariamente, não tenha procurado chantagear ninguém. Mas por que há pessoas que poderiam ter parte da responsabilidade nesse imbróglio todo e só a Marcos Valério está sobrando a confusão toda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não quero nada de ninguém. Se o PT resolver pagar o empréstimo, ótimo; se não resolver, vou entrar na Justiça. Não quero favor de ninguém, de ninguém do Governo. Sou ex-empresário e vou começar minha vida de outra forma. Não quero nada de ninguém, não quero chantagear ninguém e não quero mandar recado para ninguém.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – De que outra forma você pode recomeçar sua vida, em que atividade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou ser muito franco com o senhor, de uma forma muito simples, muito tranqüila: Deus me deu dois braços. Se ninguém me der emprego, e se eu tiver que vender banana na porta da esquina, vou vender e vou criar meus filhos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Parabéns pela sua determinação de buscar a forma mais simples de recomeçar.

Você disse que não está sendo chantageado, mas está sendo pressionado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que, depois dessa cagada toda, desculpem o termo...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – À vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT– RS) – Sr. Marcos Valério!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, perdão, perdão!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – À vontade, à vontade. Não me ofendi com a resposta. Pode continuar.



Sr. Marcos Valério, não me ofendi com a resposta. Pode continuar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Peço desculpa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero saber se o senhor está sendo pressionado por alguém.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Não estou, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A resposta anterior que o senhor me deu leva ao entendimento de que o senhor está sofrendo alguma pressão. Não estou pressionando o senhor a responder, mas eu gostaria de saber se o senhor está sofrendo alguma pressão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o senhor não está me pressionando. O senhor até tem sido uma pessoa muito educada. Desculpa, mas não estou sendo, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O que quero saber é se alguém está pressionando o senhor ou à sua família, se há algum problema nesse sentido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A partir da expressão usada pelo senhor, o senhor não está utilizando da mesma serenidade que o senhor vinha utilizando. Alguém está lhe pressionando, e o senhor sentiu isso, quando fiz a pergunta. E o senhor agora está querendo falsear. Eu gostaria que o senhor tivesse a mesma postura de antes: “alguém está me pressionando”. Quem está lhe pressionando, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que, até agora, fui muito verdadeiro com os Deputados; acho que, até agora, procurei ser transparente, o que não fui na outra CPMI. E pedi desculpa a todo o Brasil aqui.

Agora, com toda sinceridade, também sou de carne e osso, também tenho sentimento, a minha filha também vê as coisas, a minha filha também assiste ao pai na televisão. O peso é muito grande.

Eu queria pedir ao Presidente um minutinho, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Suspendo os trabalhos por cinco minutos. O senhor tem ainda dois minutos, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

*(Suspende-se a reunião às 17 horas e 51 minutos.)*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Marcos Valério, insisto na pergunta que houvera sido feita antes da interrupção: quero saber quem o está pressionando, ou o senhor ou a sua família, por meio de telefonema, de carta, de intimidação, qualquer tipo de pressão, porque tenho convicção de que alguém o está pressionando, e quero que o senhor tenha o apoio da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que o senhor não teve da Procuradoria, que o senhor não teve da Polícia Federal. Aqui, o senhor vai encontrar esse apoio para dizer quem o está pressionando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém está me pressionando, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Alguma pressão o senhor deve estar sentindo. O senhor acabou de dizer aqui para nós que o senhor tem medo de morrer. Por que, então, se ninguém o está pressionando, o senhor tem medo de morrer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém está me pressionado, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Já entendi que o senhor não está sendo pressionado. Por que o senhor está com medo de morrer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém está me pressionado, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não estou afirmando isso, já aceitei a sua afirmação. Por que o senhor está com medo de morrer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Normal. O tamanho das coisas, depois de tudo o que aconteceu, do histórico do Brasil, do histórico da vida, é normal.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor leu os jornais de hoje? Há uma matéria que disse que o senhor levou dinheiro para o exterior por meio de *trades* ou por meio de paraísos fiscais. Isso é verdade, Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ainda não sou!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Torço para ser.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passei para a Senadora Heloísa Helena um documento. Nesse documento, autorizo a Senadora a utilizar todos os meios, no meu nome, para localizar

qualquer conta no meu nome. Não tenho conta no exterior e nunca mandei dinheiro para o exterior.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Acho que a sua atitude é prudente, mas ela deve ser feita à CPMI, não a um Parlamentar da CPMI. O senhor deve autorizar a CPMI a ser tornar credora de todos os recursos no exterior que eventualmente estejam em seu nome ou em nome de terceiros que lhe beneficiem.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está aqui a minha identidade. Pode fazer isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª tomasse a termo essa manifestação do Sr. Marcos Valério, que disse que qualquer dinheiro dele que esteja no exterior, das empresas dele, de terceiros, sejam transferidas a favor desta CPMI.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Tem que ser devolvido aos cofres públicos. Aí é que o povo vai matar os membros da CPMI. Aí é o mensalão, o mensalão geral.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu talvez não tenha me explicado. Na verdade, à disposição da CPMI para ser revertido aos cofres da União. Essa é...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – A Presidência já tinha compreendido que essa era a intenção de V. Exª.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer a generosidade do Presidente e dizer ao Sr. Marcos Valério que nós, da CPMI, estaremos à disposição para atender qualquer reivindicação, qualquer solicitação da sua parte se a qualquer momento houver uma pressão pessoal contra Marcos Valério, contra a Dª Renilda, contra a sua família, porque, na verdade, queremos esclarecer todos esse problemas.

Reafirmo que não entendo que Marcos Valério tenha sido o maior culpado de tudo isso. Ele foi o operador. O maior culpado vai aparecer, e é obrigação nossa achá-lo.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Só um momento, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero dar oportunidade final, 30 segundos, ao Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, vou falar do coração para o se-

nhor. Quando minha esposa esteve aqui, eu fiquei com uma impressão até um pouco ruim do senhor. Estou falando de coração. Hoje falo com sinceridade que o senhor é um homem de bom caráter. É só isso.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Sr. Deputado, qual é a questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é pela ordem, Sr. Presidente. O nobre Deputado Chico Sardelli leu uma notificação do Sr. Sebastião Navarro Vieira, dizendo que ele não tem nada, que não recebeu dinheiro. Gostaria de contestar, porque estou com documento do banco, página sete, que acusa recebido de DOC, débito em conta corrente da agência 107/588.308-4, destino: Sebastião Navarro Vieira, compensação 018, banco 001, da agência 0309, conta 23.038, no dia 22/10/98, no valor de R\$9 mil. Gostaria de questionar esse detalhe. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Obrigado. Sua questão foi muito esclarecedora. Com a chegada do ilustre Presidente, devolvo a ele a condução dos trabalhos.

O próximo inscrito é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra por 15 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhor depoente, senhores advogados, na realidade, estamos diante de uma situação grave, uma situação difícil para o Congresso Nacional, difícil para o Governo, difícil para a sociedade brasileira, e temos que fazer todo o esforço no sentido de apurar da melhor forma possível, punindo os culpados e evidentemente absolvendo os inocentes.

Vou fazer algumas perguntas ao Sr. Marcos Valério e peço desculpas aos Senadores e Senadoras e ao depoente se alguma já foi bastante discutida, mas, na realidade, vou tentar levantar três ou quatro aspectos que considero não foram suficientemente discutidos.

Em primeiro lugar, em relação à questão das agências de publicidade. Na verdade, com toda essa estrutura que o depoente falou, de que sempre a agência que faz a campanha do vitorioso pega as melhores contas, com essa dificuldade, com toda essa dificuldade que a agência SMP&B e a DNA entraram por conta desses favores prestados aos poderosos do dia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero pedir aos Srs. Parlamentares o silêncio, porque está um orador com a palavra, e vamos garantir a plenitude dela.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de perguntar em relação a outras agências, porque V. Sª é um importante agente do mercado

e, portanto, conhece todos os meandros que ocorreram neste Governo em relação aos serviços de outras agências. Pergunto a V. Sª se essas outras agências agiram dessa mesma forma no sentido de conceder empréstimo, de dividir serviços em relação às empresas de V. Sª ou em relação mesmo à empresa do Sr. Duda Mendonça, porque foram as duas que se tornaram as principais durante esse processo. Por exemplo, a Agência Giacometti tem uma conta do Sebrae. O Sebrae é dirigido pelo Sr. Paulo Okamoto, que era uma espécie de tesoureiro antigo do PT. O que V. Sª diz sobre isso?

Em segundo lugar, há uma agência chamada Casablanca, uma agência que tem diversas contas do Governo. Depois uma chamada Ogilvy, que tem a conta do Banco do Brasil e que dividiu com sua agência, se não me engano, a conta do Banco Popular. Há outra chamada Fischer. São agências que, na verdade, trabalham mais para o Governo do que para o setor privado. Quando verificamos o *ranking*, verificamos que as agências do setor privado são outras.

V. Sª tem conhecimento de que essas agências também agiam do ponto de vista de captação de recursos, distribuição de recursos com políticos a partir dos serviços que realizava? O que V. Sª sabe dessas quatro agências? Poderia dizer para nos ajudar a resolver a questão aqui, que está ficando muito ruim para as agências.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É um problema que tenho de saber conversar e saber me explicar muito bem, porque, senão, cometo aqui um ato criminal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª tem o tempo que desejar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Volto a falar, repito: não vou citar nomes. O mercado de publicidade, as agências sempre estão, de uma forma direta ou indireta, ligados a partidos ou a políticos. Não de uma forma ilícita, não de uma forma escusa e não em forma de empréstimo.

Eu não sei de nenhuma outra agência que tenha emprestado dinheiro, mas digo que elas convivem com o poder político, sim. Agora, sobre empréstimo ilícito, não sei e não sou a pessoa que poderá dar a V. Exª esse tipo de informação, Sr. Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em relação a questão das agências neste Governo, porque, a partir deste Governo, houve uma centralização muito grande, maior do que nos governos anteriores, em nível da Secom, com o Ministro Gushiken e alguns auxiliares dele.

Quem eram os contatos, quem fazia a divisão do bolo dentro do Governo? Era o Ministro Gushiken?

Quem fazia isso? O Sr. Delúbio? O Sr. José Dirceu? Quem era a pessoa que era o contato das agências dentro do Governo?

Há agências, por exemplo, como essa agência QUE, que trabalha para a Petrobrás. Eu, pelo menos, nunca tinha ouvido falar dela. No entanto, trabalha para a Petrobras, uma das maiores contas, a maior empresa brasileira.

Quem fazia essa divisão era o Sr. Gushiken ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio que obedeceu o mesmo sistema do Governo passado. Creio, porque era dividido. Na época, era o Sr. Andrea Matarazzo e o Sr. Luiz Aurélio. Acho que, neste Governo, era o Sr. Guishiken e o Sr. Marcos Frota.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É isso o que V. Sª diria sobre esse caso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra questão é a seguinte: V. Sª teve algum contato ou teve algum trabalho com a Shain, aquela empresa construtora e operadora de sistema de linhas de transmissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim, o dono da Shain, porque um amigo meu trabalha lá dentro, o Dr. Sandro Todin(?). Ele é o Vice-Presidente da Shain. Eu o conheço. Ele era antigo bemgiário também; trabalhou no Bemge, e eu trabalhei no Benge.

Eu o conheço, sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E a Alusa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Sª sabe que essa Shain é uma das grandes operadoras de linhas de transmissão no Brasil. Ela ganhou diversas concorrências de construção de linhas, inclusive uma grande linha que se chama Tucuruí-Vila do Conde, que é exatamente a segunda linha de Belém.

A notícia que se tem, inclusive o Deputado Roberto Jefferson, em um dos seus depoimentos, falou que havia uma idéia de que essa linha fosse reestatizada e que V. Sª teria, em uma das viagens a Portugal ou em um dos contatos com o Banco Espírito Santo, negociado para que o Banco Espírito Santo financiasse as estatais, a própria Eletronorte ou a Chesf, para que comprasse essa linha da Shain e da Alusa. A partir daí, então, poder-se-ia resolver os problemas financeiros pendentes do PTB e do PT, a partir da negociação da compra de uma linha. Uma linha dessa é cara, representa um investimento de 500 milhões, 600 milhões.

Então, eu gostaria de saber se V. Sª tem conhecimento desse tema e se V. Sª manteve algum contato com o Banco Espírito Santo ou com a Shain, ou na Eletronorte.

V. Sª conhece o Sr. Valter Luiz Cardeal de Souza, que é Diretor de engenharia da Eletrobrás?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E é Presidente do Conselho da Eletronorte?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço. O fato é o seguinte: uma das minhas empresas detinha a conta da Eletronorte, a DNA Propaganda.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Exatamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ali, o meu contato foi com o Sr. Lourival, que era o Diretor que a gente reportava, e com o Presidente também, o Dr. Salmeron, na época. Não conversamos nada sobre venda de linha, reestatização de linha. Nada sobre esse assunto. E, em relação ao Banco do Espírito Santo, também nunca conversei sobre esse assunto com ele. Até sei que o Banco do Espírito Santo, no Brasil, é um banco de investimento, não é um banco de comprar ativos, de fazer operações bancárias, não.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – É, na realidade, ele não ia comprar o ativo. Ele ia financiar para que a estatal comprasse. Por isso que ele está no processo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que ele não financia no Brasil. A idéia que eu tenho é que o banco não tem esse tipo de carteira no Brasil, até porque os investimentos dele no Brasil se restringem a UOL. Eu estou te falando, porque eu conversei isso com o Dr. Ricardo Espírito Santo. A UOL, onde eles aumentaram a participação, em sociedade com a **Folha**, 2% do Bradesco e rede hoteleira. É a única coisa que eu sei.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Vamos ver se tem algum documento sobre isso. Aparentemente, tem um documento da Eletronorte para a Eletrobrás, discutindo essa questão dessa reestatização. É uma coisa que, na realidade, surgiu, porque, na época,.....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não é através de mim, Senador!

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Está bom! Obrigado!

Outra pergunta em relação à lista que V. Sª entregou aqui, essa lista dos 55 milhões que foram depositados. O item nº10. Esse item nº10 diz o seguinte: Mauro Santos, Recife, Pernambuco. CI, Carteira de Identidade. Secretaria de Segurança de Pernambuco.

Telefone. Bandeirantes Outdoor. E Eristela, telefone. Está aqui citado, não vou dar o número. Dois telefones da Srª Eristela. E há uma liberação de R\$300 mil reais, três prestações. Em 17/07, 25/08 e 22/09. Três prestações mensais. Uma espécie de “mensalinho” trimestral. Então, na realidade, esse dinheiro foi para a Bandeirantes Outdoor, a empresa mais importante de *outdoor* de Recife, Pernambuco. E, na verdade, a Srª Eristela, e isto saiu na mídia no dia 3, até ontem, ela não tinha falado nada. Ontem, ela falou que, na realidade, não recebeu esse dinheiro, não tem conhecimento dele, e o Sr. Mauro Santos também disse que não recebeu esse dinheiro, não sabe por que é que esse dinheiro foi pago, e que, na verdade, ela acha que deve ter sido para uma campanha de filiação que o PT estaria fazendo ou iria fazer.

Ora, eu moro em Recife e não me lembro de ter havido nenhuma campanha de filiação do PT, logo depois da eleição, 6 meses depois da eleição. Via *outdoor*. Pode ter havido via boca-a-boca, mas, via *outdoor*, na realidade, não houve. Esses R\$300 mil reais foram pagos, está dizendo aqui, à Bandeirantes Outdoor. Então eu queria perguntar a V. Srª se V. Sª tem mais informação sobre isso. Se o Sr. Delúbio....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tem o recibo ali.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Tem o recibo, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tem, está lá no meio do que eu passei para o Relator.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – O recibo é assinado por quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mauro Santos.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mauro Santos.

E essa Srª Eristela era o contato.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era o contato.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – V. Sª conhece ela, porque ela disse lá que conhecia o senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, por telefone.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Conversou com ela por telefone.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Por telefone.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Ela disse que, uma vez, foi apresentada ao senhor, numa reunião, pelo Sr. Delúbio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pode ser, Senador. Eu posso....

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Às vezes, era uma reunião grande, aparentemente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pode ser. Mas se eu vê-la na rua, realmente, eu não conheço. Pode ser, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – “Secretária do PT em Recife diz que indicou empresa a pedido de Delúbio.” Aí, diz aqui: “É uma decepção muito grande saber que Delúbio.....”. “Feitosa”, que é ela, porque o nome dela é Eristela Feitosa, “diz que viu Marcos Valério, apenas uma vez, na sede nacional do PT, em 2003. Publicitário afirmou que foi apresentado a ela por Delúbio. Naquele dia, lembra, acontecia no local uma reunião de secretários regionais de finanças e de organização.” Mas V. S<sup>a</sup> lembra-se de que falou com ela por telefone.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu lembro que eu falei por telefone, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sim, por conta desse recurso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Por conta desse recurso, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E V. S<sup>a</sup> se lembra pra que era esse recurso de R\$300 mil de *outdoor*? Porque tudo parece crer que era dívida da campanha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Porque realmente ele diz aqui, o candidato, que é o Ministro Humberto Costa, que ele gastou R\$44 mil reais de *outdoor* na campanha. Olha, todos os nossos participantes de campanha sabem que R\$44 mil reais de *outdoor* para uma campanha de governador, no Estado de Pernambuco, é muito pouco. Então R\$44 mil reais eu não sei se vocês acham muito, mas eu acho pouco. Sabe V. S<sup>a</sup> melhor do que eu, pois trabalha com esse material. Esses 300 mil, aparentemente, pela época de junho, foram para pagamento de dívida da campanha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que é sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Acha que é isso mesmo. Não houve nenhuma campanha de filiação do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei, senhor. Não posso fazer essa afirmação.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – A última pergunta, Sr. Presidente, pois o meu tempo já está terminando, é sobre a questão do Banco do Brasil e do contrato da DNA. Na verdade, o contrato de 2002 com o Banco do Brasil foi de R\$65 milhões, o custo

total – não é o faturamento da empresa. Em 2004, um ano depois, subiu para R\$110 milhões. O que foi que mudou tanto no Banco do Brasil? Não notamos que o Banco do Brasil tenha tido uma campanha maior do que a anterior. Por que o gasto de uma empresa como Banco do Brasil, de um ano para outro, aumentou de R\$65 para R\$110 milhões? Teve alguma campanha, alguma novidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses R\$110 milhões em que ano, senhor?

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Foi em 2004.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Houve uma campanha, porque o Banco do Brasil faz parte de um grupo, de um *pool* de bancos chamado Visanet, Visa. Nesse ano, houve o lançamento desse cartão Visa e houve uma concorrência; nessa concorrência, a DNA ganhou. É por isso que aumentou. Essa verba é desse *pool* desse chamado Visa. Não sou *expert* nisso, mas trata-se desse *pool* de venda de cartão de crédito.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Está bom. Sabemos também que, no caso do Banco Popular, se gastou mais em publicidade do que fazendo empréstimos. Já foi levantado antes que o Banco Popular emprestou menos do que gastou em publicidade.

Portanto, Sr. Presidente, nesta CPMI, além dessa descoberta dos problemas que ocorreram, vamos ter que encontrar uma legislação para essa questão das agências de publicidade. Penso numa legislação que permita tornar isso mais claro, que não deixe as agências sob o poder do poderoso do dia, para que se possam melhorar os custos, para fazer com que as agências líderes no setor privado possam ser líderes também no setor público. Essa é uma obrigação nossa na CPMI.

Agradeço a todos.

**O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE)** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, não estava aqui presente há bem pouco tempo. Mas, para nós, que estávamos acompanhando, sendo dirigidos o Deputado Paulo Pimenta, é claro que fica evidente que o depoimento do Sr. Marcos Valério fica extremamente prejudicado. O depoente afirmou aqui ter medo e, pelas razões que expôs na ante-sala, realmente ele deve ter cuidado. Sabemos o que ocorreu no caso de Santo André.

Acredito que, para que haja um maior êxito por parte da apuração da CPMI, seria importante que a direção dos comandos do trabalho, V. Ex<sup>a</sup>, o Vice-Presidente e o próprio Relator, pudesse, em reunião secreta, agora ou depois, inquirir o depoente, para po-

der saber se ele, em reunião secreta, não teria mais liberdade, ao final, para poder esclarecer e enriquecer todo o detalhamento das apurações. Haja vista que, no meu entendimento, de quem estava presente e de quem pode acompanhar o depoente, ficou evidente que ele tem medo.

Ficamos extremamente preocupados com essas informações. É claro e evidente que ele deve ter lá as suas razões.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, para um esclarecimento importante.

Eu acompanhei o Sr. Marcos Valério, na sala ao lado, quando ele solicitou alguns minutos para poder se recompor. O Sr. Marcos Valério não acrescentou nenhum fato, não acrescentou nenhuma informação aos parlamentares que estavam na sala ao lado, diferente ou novidade com relação àquilo que foi dito aqui. Eu, inclusive, tive a preocupação de perguntar a ele se gostaria de falar de maneira reservada, se tinha algum fato específico que ele pudesse salientar, e não foi falado nenhum fato diferente daquele que foi dito aqui para todos os Srs. Deputados e Senadores.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Pode ser, Deputado Paulo Pimenta, que ele tenha até medo de V. Ex<sup>a</sup>, então nós precisamos...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, o Deputado João Fontes é um provocador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouvi com atenção o Parlamentar quando falou que era uma questão de ordem. De certa forma, ela tem um sentido porque visa ordenar os trabalhos. Eu ouvi, e ouvi a contradição.

Para decidir, eu faria publicamente uma pergunta ao Sr. Marcos Valério, se ele está se sentindo inseguro, se ele faz algum requerimento de garantia de vida ou de garantia de qualquer natureza. Poderemos, em nome do Congresso Nacional, oferecê-lo. Mas isso fica a exclusivo critério de S. S<sup>a</sup>.

Pergunto a V. S<sup>a</sup> se está se sentindo constrangido ou se deseja que haja uma reunião secreta. Nós a faremos, como já dissemos no início.

Pergunto a V. S<sup>a</sup> se necessita desses procedimentos de qualquer providência por parte desta CPMI?

Estamos à sua disposição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Estou aqui para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Assunto encerrado, então.

Ouvi a palavra, todos os senhores a ouviram, e não vamos mais discutir essa matéria. Na hora que ele quiser deverá solicitar.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Sr. Presidente, o Sr. Marcos Valério apresentou a esta comissão uma relação de nomes que teriam recebido recursos, com a relação de DOCs em anexo, e uma outra relação que não está acompanhada dos DOCs, que, segundo informação, estaria com o Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estão com a Mesa.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA** (PL – RO) – Solitaria a V. Ex<sup>a</sup> que fossem providenciadas cópias para todos ainda nesta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Farei providenciar e chegar aos membros da CPMI, ainda nesta reunião.

Vou continuar. Haverá agora uma permuta da Senadora Ana Júlia com o Senador Romeu Tuma. Penso que S. Ex<sup>a</sup> deve estar presidindo a reunião do Senado. Fica prejudicada essa troca.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, gostaria primeiramente de fazer a seguinte pergunta ao Sr. Marcos Valério: o senhor afirmou que prestava serviços ao Governo de Minas há muitos anos, desde o Governo Hélio Garcia, e que, a partir de 1998, quando houve a derrota política do candidato que o senhor apoiou naquele momento, o senhor teria interrompido os seus serviços. Correto até agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Corretíssimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor já disse que, a pedido do Sr. Clésio Andrade e do Sr. Cláudio Roberto Silveira Mourão, fez um empréstimo de R\$9 milhões, empréstimo esse que não foi pago. Pergunto ao senhor: a partir de quando o senhor começa a prestar serviços também ao Governo Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi no primeiro mandato do então Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Primeiro mandato. A partir de 1995?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora, a conta do Banco do Brasil não era da minha época – eu entrei em 96 –, a conta do Banco do Brasil começou em 94, e era o Governo Itamar Franco também.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Pois não. A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: a partir de 1998 aumentaram as contas que o senhor passou a ter com o Governo Federal? O senhor perdeu as contas de Minas. Eu pergunto: aumentaram as contas do Governo Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi renovada a conta de uma outra licitação, a do Banco do Brasil, e a DNA veio a ganhar novamente, e também a Eletronorte. Aumentaram sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Vou lembrar: o senhor, na Procuradoria, disse que, a partir de 1998, as empresas DNA e SMP&B ganharam um terço da conta de publicidade do Banco do Brasil...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E já atendia... Quantos o senhor atendia antes?

**O SR. MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)** – Sr. Presidente, por favor. O Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Há um orador com a palavra.

**O SR. MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)** – O Sr. Relator não quer dar a relação dos DOCs.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não, não há nada disso. Nós já determinamos...

**O SR. MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)** – Eu que tenho que ir lá procurar?

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não, nós já determinamos a reprodução.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Eu gostaria que compensasse o meu tempo, Sr. Presidente.

Então, o senhor disse aqui que, a partir de 1998, o senhor ganhou um terço da conta de publicidade do Banco do Brasil...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E já atendia desde 1994. Qual era o percentual anterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é porque são três agências que atendem o Banco do Brasil...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fica mais ou menos um terço para cada um.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim, mas antes o senhor atendia um terço também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Atendia um terço também. Sempre três agências.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas por que o senhor colocou “ganharam um terço”? Porque, se o senhor já atendia, o senhor não ganhou, foi renovado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, teve uma nova licitação no Governo e...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Aí o senhor ganhou também metade da conta do Ministério do Trabalho, uma parte da conta do Ministério dos Esportes e uma parte da conta da Eletronorte. O senhor detinha essas contas anteriormente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor, não detinha.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então, o senhor disse que não pagou o empréstimo. Está certo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não foi pago o empréstimo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor teve que assumir e, depois, pagou com serviços.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor disse que não tinha interesse em romper com ninguém naquele momento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Evidentemente que não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Um dos motivos de não ter interesse de romper era exatamente por obter essas contas, já que o Partido era o mesmo do Governador que o senhor apoiou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado Fleury, eu te diria que não houve um benefício, não houve um malefício. Eu participei de uma licitação pública normal, com todos os concorrentes, tudo, mas eu não fui carimbado de inimigo, como fui carimbado de inimigo pelo Governador Itamar Franco.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Perfeito.

Outra coisa. No ano de 2000, o senhor constituiu a empresa MG5 Participações, voltada para a organização de eventos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – ... que atua por meio da empresa MultiAction, em

sociedade com Renato Villamarin. Entre os eventos organizados pela MultiAction está o Agrishow, que é realizado na cidade paulista de Ribeirão Preto. Quero saber a partir de quando a MultiAction passou a produzir o Agrishow.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era uma concorrência interna do Banco do Brasil. Essa MG5 foi criada para participar dessa MultiAction, e nós ganhamos, se eu não me engano, duas vezes. Como também a Ogilvy tem uma empresa de eventos que é presidida pelo filho do Presidente da Ogilvy, que também atende o Banco do Brasil, que também já fez o Agrishow.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas, então, o senhor fez o Agrishow pelo Banco do Brasil e não ligado à Prefeitura de Ribeirão Preto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não ligado à Prefeitura de Ribeirão Preto.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Por coincidência, temos, na Prefeitura de Ribeirão, os dois Partidos, até 2000, o PSDB, a partir de 2000, o PT. Por isso, fiz essa pergunta ao senhor.

Vou adiante. O senhor afirmou que os bancos BMG e Rural passaram a ter conhecimento oficial da natureza e finalidade dos empréstimos a partir de 2004, julho de 2004, mas disse que é fato que, a partir da movimentação bancária ocorrida em 2003, em março de 2003, os bancos já tinham conhecimento da destinação dos recursos emprestados às empresas do declarante. O senhor afirma, portanto, que o Banco Rural... O senhor afirmou na Procuradoria que o Banco Rural e o BMG tinham conhecimento de que eram empréstimos feitos para sua agência, mas destinados ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Afirmo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Afirma.

O senhor disse também que eles foram renovando esses empréstimos, sem cobrar os juros, inclusive, incorporando os juros, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Quando normalmente se cobra o juro para se fazer. Está certo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então, isso ocorreu em razão de terem conhecimento da natureza dos empréstimos, sabendo que não eram para o senhor e para suas empresas, e, sim, para terceiros, que o senhor estaria intermediando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estaria repassando *in cash* e na minha contabilidade está contabilizado os juros que o PT teria que pagar. Está tudo legalmente contabilizado. A partir de amanhã, estará disponível ao Sr. Relator.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sr. Marcos Valério, o Banco Rural e o BMG autorizaram saques em dinheiro, que, como todos sabemos, devem necessariamente ser comunicados ao Banco Central. Em algum momento, o senhor teve oportunidade de discutir esse aspecto e de dizer que não deveria sacar em dinheiro porque apareceria a qualquer hora? O Banco Rural, sabendo disso, fez os saques e deixou de comunicar ao Coaf e ao Banco Central?

Gostaria que o senhor dissesse algo a esse respeito, uma vez que nos chama a atenção o fato de haver movimentações em dinheiro por dois anos e o Coaf não funcionou, o Banco Central não fez nada. O senhor trocou idéia sobre isso com o Banco Rural ou com o Sr. Delúbio Soares.

**SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não troquei idéia sobre isso com o Banco Rural, nem com o Delúbio Soares.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas o senhor sabe que, para qualquer saque em dinheiro acima de determinado valor, tem que haver comunicação a esses órgãos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sabia. Mas também sabia quem eram os tomadores. Para mim, com toda a sinceridade, era um empréstimo que estava fazendo para o Partido dos Trabalhadores. Como tal, segui a orientação do contador e contabilizei como empréstimo ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não é isso que estou querendo saber, Sr. Marcos Valério. Acho importante chamar a atenção para o que o senhor disse: “No que se refere aos empréstimos contraídos em benefício do PT, as informações que lhe foram detalhadamente repassadas por Delúbio Soares eram no sentido de que esse dinheiro não entraria na contabilidade oficial do partido e, portanto, ele, Delúbio Soares, indicaria ao declarante os destinatários de parcelas do montante total”. O senhor confirma essa declaração?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo plenamente.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então o senhor sabia que era ilegal a transferência que o PT mandou o senhor fazer?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria que eu sabia não, Deputado.



**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Como não sabia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu achava...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Se não vai constar na contabilidade oficial, se o senhor sabia que eram destinados a pessoas, que não vai entrar na contabilidade oficial, isso é caixa dois. O senhor sabia que era caixa dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sabia. Eu achava que o Sr. Delúbio Soares ia regularizar isso, como eu regularizei na minha contabilidade e vai estar aqui. Na verdade, vou ser muito franco com o senhor: pensei que o Delúbio ia gerar o caixa dentro do PT por meio de arrecadação. E ele estava fazendo uma campanha de arrecadação e tinha até declarado que ia comprar uma nova sede – disso todo mundo estava sabendo. Pensei então que ele ia legalizar lá dentro e me dar oficialmente. Porque, para pagar, tinha que ser oficial. Eu não podia receber se não fosse oficialmente porque contabilizei esse empréstimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas é isso que queria de saber do senhor. Não seria o contrário? Entraram recursos na sua conta e o senhor fez os empréstimos para “legalizar” esse dinheiro e repassar para o partido, esquentando o dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Nunca. E pode ser verificado em todas as faturas que foram emitidas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor conhece o Sr. Ricardo Bispo Monteiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. De nome, não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Conhece a empresa Probank Ltda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É uma empresa que presta serviços, por coincidência, só a bancos oficiais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não conheço.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor disse que essas listas são aquelas em relação às quais o senhor tem comprovantes. Mas que existem pessoas – e o senhor até disse gente importante, gente alta – a quem o senhor fez pagamentos, mas que não tem comprovantes desses pagamentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu falei da lista de 98.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim. A de 98. É isso que eu quero saber.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que tenho de comprovante de 98 – e até o Sr. Sebastião Navarro viu o comprovante dele ali, pois eu não seria leviano de colocar pessoas que não tenho como comprovar – , o que posso comprovar está ali comprovado. O que eu não posso comprovar, o Sr. Cláudio Mourão é que poderia comprovar de 1998, eu mesmo...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas o senhor afirma que, além dessas pessoas de 1998, outras pessoas receberam. O senhor não tem recibo, não tem comprovante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu afirmo o que ouvi do Sr. Cláudio Mourão.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim. Mas o que ele disse para o senhor? Que outras pessoas receberam e não tem recibo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas eu não tenho comprovante.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não. Mas eu quero que o senhor me responda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ele me falou de outras pessoas...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – De outras pessoas que não estão contabilizadas aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É isso que estou querendo saber. É simples.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Outra afirmação que o senhor fez no início de seu depoimento é que, quando foi procurado pelo Sr. Delúbio Soares, o senhor confiou plenamente porque ele lhe mostrou a arrecadação do Partido dos Trabalhadores, que era de 50 milhões, e disse que o Partido ia dobrar a arrecadação a partir dali. O senhor confirma essa afirmação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo essa afirmação.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então, ele disse que ia dobrar. Como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque o pessoal que estava no Governo do PT pagaria o dízimo para o partido.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Ah, era através do dízimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era. Dízimo, o nome que fala, né? É isso, né?

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Contribuição partidária, por favor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, desculpe-me. É contribuição partidária, Deputado. Não é dízimo, não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor, numa entrevista ao jornalista Expedito Filho, do Jornal **O Estado de S.Paulo**, algum tempo atrás, afirmou que os pagamentos foram feitos para cobrir despesas de campanha. Vejo aqui que as datas são variadas e não constantes. Disse também que, além disso, tinha um tal de picadinho. O senhor se lembra dessa afirmação que fez nesta entrevista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lembro.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E o que é o picadinho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eram despesas do dia-a-dia. Se o senhor pegar aqui o PT nacional, eu passei muito recurso em espécie direto para o PT nacional.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Que era para o picadinho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que era pagamento de despesas para o PT nacional. Era isso que eu queria falar.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor disse nessa mesma entrevista que houve reuniões com Deputados para tratar de cartões de créditos vencidos. O senhor se lembra disso? Está na mesma entrevista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não diria. Não é cartão de crédito vencido, Deputado. Aí vou voltar à minha primeira fala do porquê acho que não existe o mensalão, e aí poderei explicar melhor. Que os Deputados tinham saído das eleições com cheque especial estourado. Na verdade era isso.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Era isso. Mas o senhor teve contato pessoal com esses Deputados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tive.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor afirmou na entrevista que sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Tive contato com o Delúbio, e o Delúbio me contou essas histórias todas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Estou apressando porque o meu tempo está se esgotando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ok, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Só tenho duas questões mais. Na outra CPMI, apareceram pagamentos feitos a uma empresa chamada Fatos, Textos e Idéias. O senhor conhece essa empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não conheço, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Não conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não conheço.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E houve pagamentos feitos através do Banco do Brasil? Nós estávamos falando do BMG e Banco Rural, e não apareceu nada do Banco do Brasil até agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. O Banco do Brasil... foi um ou outro pagamento, mas foi empréstimo que a DNA fez a SMP&B, e está na contabilidade e vai ser verificado. E a SMP&B é que fez os pagamentos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – A última pergunta que farei: o senhor participou de um encontro com o Sr. Carlos Rodenburg, na cidade de São Paulo, juntamente com o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, participei.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Quem propôs esse encontro foi o Dr. Carlos Rodenburg? Qual o motivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, foi ele que propôs o encontro, já que o Grupo Opportunity tinha um relacionamento muito difícil com o PT e com o Governo. E o Delúbio atendeu o Sr. Carlos Rodenburg; conversaram longamente, mas parece que não deu nenhum efeito...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor não sabe se ele abriu algum canal de comunicação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não abriu não, porque o Governo, ao contrário, endureceu muito mais o jogo com eles.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Essas foram as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na seqüência, concedo a palavra, pelo tempo regimental, ao Senador Wellington Salgado. V. Exª tem a palavra.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Marcos Valério, eu tinha conversado anteriormente com V. Exª, na hora do cafezinho, e, realmente, eu já tinha decidido que eu não ia fazer pergunta. Acredito também que não há o mensalão, mas aí tive

acesso à lista da campanha de 98, né? E o que eu fiz? Fui lá para o Senado, onde estava sendo votada lá uma medida provisória. Comecei a fazer umas ligações citando o nome das pessoas que estão aqui. Eu fiquei muito... Só tem gente importante aqui, muita gente importante aqui, Sr. Marcos Valério. Realmente, o senhor escolhe bem aqui pessoas para investir, não sei. Eu fiquei numa situação difícil para analisar essa lista com o momento que estamos vivendo agora. Digamos assim, o modelo é o mesmo. O modelo é o mesmo. Sobre a dívida de 1,805 milhão, eu conversava com V. S<sup>a</sup>, que disse que foi paga essa dívida.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Essa dívida faz parte do pacote de 9 milhões. Isso aqui foi por meio de um doc. E não fui eu que escolhi essa lista não. Quem escolheu essa lista e quem passou essa lista foi o Sr. Cláudio Mourão, que então era o tesoureiro da campanha do Sr. Eduardo e do Sr. Clésio Andrade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas eu quero dizer o seguinte: o modelo é o mesmo, aplicado em momentos diferentes? A idéia era a mesma, aplicada em momentos diferentes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria, porque é importante a gente saber a história. O Dr. Clésio Andrade já era sócio da SMP&B e ele saiu em 98. Quando ele sai em 98, eu recebo um telefonema dele, no qual ele diz que a campanha estava passando por momentos difíceis, Senador. E me manda o Sr. Cláudio Mourão no dia seguinte. O Sr. Cláudio Mourão vem junto com ele... vem sozinho e me pede um empréstimo para a campanha. Eu vou ao Banco Rural e falo com o então Dr. José Augusto Dumont, que autoriza o empréstimo. Mas é importante saber que havia um relacionamento de amizade entre o Sr. Clésio Andrade e os sócios da empresa.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sei. Veja bem, Sr. Marcos Valério. O que quero dizer é o seguinte: a essência da operação é a mesma. Ou seja, V. S<sup>a</sup> pega um dinheiro no banco e repassa os valores. A essência não é a mesma? Sendo que, nesse empréstimo aqui, até acredito que, pelos valores, V. S<sup>a</sup> teria crédito para pegá-lo, sem aval, com as suas próprias garantias.

Já a operação que estamos vivendo neste momento é uma operação muito maior, que, como V. S<sup>a</sup> falou, o banco foi pegando o principal mais juros e mais alguma coisa e foi rolando a dívida. E V. S<sup>a</sup> sempre sustenta que alguém dava esse aval, de tal forma que V. S<sup>a</sup> pudesse continuar faturando e distribuindo esse dinheiro, digamos assim.

Agora o que quero dizer é o seguinte: a essência da operação, embora os valores sejam diferentes, a essência é a mesma. V. S<sup>a</sup> pega o empréstimo e distribui para atender pessoas citadas por alguém, pessoas indicadas por alguém. É isso que aconteceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, ou seja, quando a gente volta a 98, V. S<sup>a</sup>, naquele momento, eu acho que ainda era aprendiz de feiteiro, então, o valor era menor. Aí, quando chega agora, foi algo que deu certo. Eu pensei que V. S<sup>a</sup> tinha pago essa dívida de 1,800 milhão. V. S<sup>a</sup> disse que não. E aí começa a correr o mesmo modelo, faz-se agora junto ao PT, digamos assim, e antes foi junto ao PSDB, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Essa dívida de 9 milhões eu paguei com um depósito de 2 milhões, um acordo judicial de 2 e, depois, fizemos as propagandas do Banco Rural para acabar de liquidar o resto. Essa de 55 milhões do PT ainda está em aberto.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Veja bem, olha só. Eu quero dizer o seguinte: eu acho que V. S<sup>a</sup> já tem passado por muita pressão, mas quero analisar as duas operações. Para mim, a essência das duas operações é igual, ou seja, um empréstimo que alguém manda pegar, distribui; que alguém mandou distribuir: Dr. Marcos Valério, mande agora para essas pessoas aqui, tais, tais, tais. Pegou o empréstimo, esse primeiro empréstimo nem sei em que banco foi, mas alguém pegou, quer dizer, V. S<sup>a</sup> pegou e distribuiu e conseguiu pagar. E já nessa agora é um valor muito maior. Mas a essência da operação é muito maior. O senhor concorda comigo ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Concorro plenamente, Senador.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Bom, aí eu não sei mais o que eu faço. É tudo a mesma coisa, só que os valores são diferentes, os partidos são diferentes. E nós vamos julgar pessoas agora e não podemos julgar pessoas no passado. É isso que nós estamos vivendo aqui. A operação para mim é a mesma. Os valores são diferentes. Porém, a operação é a mesma. E agora estamos aqui e vamos julgar algo chamado mensalão, que, naquela época, não tinham batizado – a imprensa gostava de chamar de “mensalão”. Mas estamos agora julgando pessoas, políticos da nossa classe, sendo que aconteceu o mesmo no passado com outro partido. É isso que está acontecendo aqui, agora. É isso que está acontecendo aqui, agora.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que simplicidade!

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não é simplicidade, não.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que partido era o outro, Senador?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não é simplicidade, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra. Vamos garanti-la.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não estou defendendo o PT e acusando o PSDB. Estou dizendo que o senhor já foi usado no passado, sendo que no passado foi diferente. Por quê? Porque o candidato que o senhor apoiou perdeu a eleição. Então, V. Sª perdeu as contas do Governo de Minas, que o Itamar assumiu. Está certo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Agora o candidato ganhou as eleições. O senhor se sentiu desprotegido naquele momento, ou seja, o mesmo dinheiro que liberta é o mesmo que exorciza, digamos assim. V. Sª disse: “Eu não posso perder as contas. Então, vou pegar o empréstimo, para dar para o PT. Com isso, eu não perco as contas do Banco do Brasil e vou entrar no jogo, porque, no passado, eu já resolvi com outro Governo...”

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço silêncio.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – “...Eu acho que, nesse, vou conseguir resolver”. A essência é essa, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, mas não dessa maneira.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Clésio era o dono....?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Clésio foi sócio da empresa. Não em 98. Ele já tinha saído, já

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço aos Srs. Parlamentares que façam silêncio e deixe o depoente responder como ele bem entender. Não vamos auxiliá-lo. Ele não precisa de auxílio.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu, com os telefonemas, Marcos Valério, olhei aqui e realmente até parei. Acho que até a imprensa vai levantar isto, ou seja o que as pessoas que estão nessa lista de 1998 são hoje. Consta Tribunal de Contas, há prefeito, há deputado, há irmão de pessoas da Caixa Econômica. Isso foi só nos telefonemas que eu dei sentado no café, perguntando.

Então, Sr. Presidente, eu fico realmente preocupado, porque, na verdade, para mim, Sr. Marcos Valério, o modelo é o mesmo. A única coisa que aconteceu é que, no mercado, o Sr. Clésio Andrade é um homem inteligente. Só que se ele pular de um penhasco, o senhor pode pular atrás. Mas cuidado, pois, às vezes, ele pode vir correndo, parar na beira e o senhor pular. Eu acho que o que aconteceu foi isso. O Sr. Clésio viu, usou essa operação à época da operação de 1998; depois deu certo. O senhor aprendeu a operação, utilizou a mesma operação agora. Só que não teve controle sobre ela e chegou a 55 milhões a 100 milhões, e está nas mãos do senhor para o senhor pagar essa conta. A verdade é essa. O senhor vai acionar o PT. Os bancos vão acioná-lo para cobrar, porque não tem outra solução. Agora, para mim, a operação é a mesma. Uma operação feita antes por um partido e feita hoje com outro partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Senador, não tinha votação por trás, Senador. Agora tem votações no plenário.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Espere aí. Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço a todos que se abstenham. Quem quiser falar, se inscreva ou se reinscreva. Nós temos de garantir ao depoente a resposta e ao inquiridor que faça as perguntas. As perguntas guardam pertinência. Elas não são ofensivas. Elas têm relação...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, não são. E eu não estou acusando ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Portanto, eu lhe garanto a palavra.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Vejam bem. Eu não estou acusando ninguém. O que precisamos saber é que é o mesmo modelo anterior aplicado agora. Não venham me dizer...Eu acho até, Sr. Presidente, que estamos falando aqui em remuneração com dinheiro. Agora, você pode remunerar, para conseguir o voto, de várias outras maneiras, não só com dinheiro. Já que estamos falando de dinheiro, e o Sr. Marcos Valério apareceu com essa relação de 1998, para mim, Sr. Marcos Valério, o modelo é o mesmo. V. Sª foi usado da primeira vez. Porém, deu certo e conseguiu sair da confusão. Não sei como o senhor resolveu, se pagou e a quem pagou. Não há como se ver isso, a Comissão é que poderia ver.

Hoje, temos a mesma operação; e, hoje, estamos chamando essa operação de mensalão, que, para mim, é um tapa-buraco. É o que o senhor falou: gente com cheque especial, depois de uma campanha, e,

aí, montou-se uma operação para tampar o buraco. E o senhor fez um empréstimo no qual eu não acreditava. Passei a acreditar depois de ouvi-lo. Achei que era uma grande armação, para poder pegar um crime menor, mas, realmente, estou começando a acreditar que foi realmente um empréstimo ao PT para se pagar dívida.

A operação é a mesma de 1998, que é a mesma de agora. Podem falar que não há voto por trás ou que não há, mas a operação é a mesma. É isso o que eu quero dizer.

O senhor acha que é a mesma operação? Era a única pergunta que eu queria fazer para o senhor. Não ia nem fazer pergunta, porque já tinha falado para V. S<sup>a</sup> lá dentro, conversei com V. S<sup>a</sup>.

A única coisa que aprendi, em Minas, é que nunca vi mineiro distribuir dinheiro. O senhor é o primeiro que eu estou vendo. Mineiro sempre foi muito seguro. Estou lá há nove anos e nunca vi mineiro distribuir. O senhor foi o primeiro que distribuiu dinheiro.

Realmente, eu queria dizer o seguinte, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Presidente: precisamos ter muito cuidado com o que está acontecendo aqui. Não estou aqui para defender PT, nem quero acusar o PSDB, nem quero acusar quem foi o Governador. Só estou dizendo o seguinte: o que temos aqui é a mesma situação de anos atrás, entendeu, Sr. Marcos Valério? Para mim, o senhor foi usado da vez passada.

Eu só queria perguntar para o senhor: é a mesma operação ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que, em moldes diferente, em situações diferentes, em colocações diferentes, elas são similares, sim, senhor. Eu não sou hipócrita de mentir isso para o senhor.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, Sr. Presidente, realmente, não sei a que ponto nós chegamos. Não sei o que vai acontecer daqui para frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos começando.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Estamos começando, mas esse não é um problema de agora.

Quero deixar bem claro o seguinte: não estou defendendo os Deputados José Dirceu, Roberto Jefferson, não estou defendendo ninguém. Estou dizendo o seguinte: essa operação já vem sendo usada e culminou nesse escândalo do qual estamos todos participando.

Então, quando julgarmos os nossos companheiros, digamos assim – não companheiros, porque todo mundo vai falar: “Não, mas não estou no mensalão que

estão criando aí” –, de dentro do Parlamento, teremos de ter cuidado, porque senão vamos ter de voltar em 1998 e pegar todo mundo.

Para mim, a operação é a mesma, Sr. Marcos Valério, e o senhor foi usado de alguma maneira. Conseguiu resolver da primeira vez; desta vez, agora, o senhor não conseguiu resolver, entendeu?

A primeira vez que ouvi falar do senhor, achei que V. S<sup>a</sup> era um gênio. Pensei: “mandou muita grana pra fora, liberou, alguém vai pagar essa conta”. E, realmente, estou vendo agora que o que o senhor tinha era: aprendeu um sistema e foi jogar um jogo que era grande demais para o senhor. A verdade é essa. O senhor estava acostumado a jogar campeonato de bairro e foi jogar na liga nacional.

Não sei se é o José Dirceu. Estou dizendo o seguinte: a essência da operação é a mesma, Deputada. A essência é a mesma. Se alguém é corrompido com um milhão e oitocentos ou com cinquenta e cinco milhões, ou se foi em 1998, ou se está sendo agora, precisamos só ter cuidado na hora de julgar. Só isso que eu estou falando.

Foi um prazer conhecê-lo, Sr. Marcos Valério. Quero ver o senhor pagar essa conta agora, que já deve estar em cem milhões.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao nobre Senador Suplicy, pela ordem.

Eu queria pedir para os presentes que não adianta nenhum juízo sobre uma inquirição. Vamos deixar cada um inquirir com liberdade, desde que as perguntas sejam feitas de maneira correta, que não sejam ofensivas e que tenham pertinência. Não vamos emitir juízo, senão, em vez de inquirir, vamos fazer o julgamento de um ou de outro inquiridor.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Venho transmitir uma solicitação urgente do Ministério de Relações Exteriores a respeito de uma importante retificação. O nome Roberto Arabe Abdanur, constante da lista dos sacadores, apresentada pelo Sr. Marcos Valério, não é a do Embaixador do Brasil em Washington, cujo nome é Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur. Considero da maior importância, Sr. Presidente, que seja feita essa retificação para que não paire dúvida alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR)

– A retificação foi feita e afastada assim qualquer ilação com relação ao Embaixador do Brasil em Washington.

Concedo a palavra, na seqüência, ao próximo inscrito, Deputado Fernando Coruja.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR)

– Vou conceder a palavra antes ao nosso Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Antes que o Deputado Fernando Coruja formule suas questões, queria pedir ao ilustre companheiro, que está com a lista de pagamentos de 1998, por obséquio, queira devolvê-la à Mesa, porque ela foi confiada a um Parlamentar para fazer perguntas e não retornou à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RR)

– Portanto, a pergunta está colocada, aliás, a solicitação está feita. Peço que, com diligência, seja devolvida a lista daqueles que tiveram benefícios na campanha eleitoral de 1998.

Concedo a palavra agora ao nobre Deputado Fernando Coruja e começo a contar o tempo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Depoente, essa é a CPMI do Mensalão. Ela está procurando averiguar as fontes desses recursos e seu destino, para ver se realmente os Parlamentares receberam recursos em função de votação no Congresso Nacional.

Há toda uma argumentação de que a fonte fundamental desses recursos é desses empréstimos. E aqui está se levantando muito que é uma operação que já começou em 1998 e agora teria se sofisticado. Evidentemente que essa operação se sofisticou. Em 1998, o dinheiro era passado por DOC. Agora, é em dinheiro vivo. Então, alguém percebeu que passar por DOC deixava um rastro muito forte e agora a tecnologia mudou e passou a se passar dinheiro vivo.

Continuo achando que a fonte não era só essa. Aqui quer se negar muito que haja dinheiro público e que haja dinheiro de outras empresas. Acho que, por exemplo, esses recursos claros que vêm dos próprios bancos, pois nessa operação se colocam recursos dos bancos. Quando se vê, por exemplo, o lucro do BMG que em 2003 lucrou R\$90 milhões; em 2004, R\$275 milhões. Esse lucro foi produzido pelos empréstimos consignados, que foram dados de mão beijada pelo Governo Lula e por um tempo grande ao BMG. É claro que ninguém está colocando dinheiro de graça. Alguém me perguntou aqui: mas, os bancos fizeram isso? Os Bancos fizeram isso sabendo que poderiam perder, porque o lucro já veio por outro lado. Há também recursos que me parece que vieram de outras empresas.

E estamos diante de um grande esquema, sem dúvida nenhuma. Hoje mesmo, na capa dos jornais, diz que o Bradesco lucrou mais de R\$2 bilhões e 600 milhões. Esses são os que mais desviavam dinheiro público, na verdade, porque ganham aparentemente e honestamente, mas, por uma política econômica. Assaltaram o Banco Central, em Fortaleza, e foram R\$150 milhões. Esse, acho que está abaixo do esquema – não é o maior do Brasil, porque evidentemente está abaixo de outros como esse mesmo que estamos discutindo aqui. E tem um coitado que foi preso porque roubou não sei o quê, alguma coisa qualquer, um desodorante ou coisa parecida.

Gostaria de perguntar o seguinte: o senhor falou que levou várias pessoas à Casa Civil. Como o senhor conseguia essas audiências se aqui ninguém do Congresso Nacional conseguia audiência com o Deputado José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele é que marcava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, Senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, evidentemente que ele conversava com o Deputado José Dirceu que iria levar o senhor lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Creio que sim, porque a agenda estava marcada. Creio que sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor falou que não simpatiza muito com o Deputado José Dirceu. Entretanto, o senhor ajudou a ex-mulher dele a vender um apartamento e a conseguir um empréstimo. A troca de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas, sem mais nem menos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Na época, o Dr. Sílvio Pereira me pediu que ajudasse a ex-mulher dele a arranjar um financiamento de um apartamento e, paralelamente, arranjar um emprego para ela. Tanto o emprego foi no BMG como o apartamento foi financiado no Banco Rural.

E é verdade, sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É muita coincidência, o valor do dinheiro que o senhor coloca aqui destinado às pessoas é igualzinho ao dos empréstimos, R\$55 milhões, e eles ainda guardam sintonia com...A sua diretora financeira disse que não sabia quem fazia esse controle. Era o senhor que controlava

o saldo para saber se havia saldo desse empréstimo que, em tese, era do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O saldo era controlado por mim e pelo Sr. Delúbio Soares, Sr. Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele tinha o extrato da conta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Existe uma afirmação de alguns Deputados de que receberam dinheiro que foi da Usiminas ou de outras empresas, que passariam pela conta. Era R\$150 mil e eles receberam para a campanha R\$100 mil e alguma coisa. Como é que o senhor explica isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Usiminas é cliente da SMP&B há 21 anos. É importante e eu vou ser muito franco na minha resposta, sem rodeios, tá? É mais fácil falar que é da Usiminas do que da SMP&B se não o Deputado acha que vai ser cassado. Mas o depósito foi feito pela SMP&B, sim, o cheque é da SMP&B e a doação é da SMP&B, sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não era da Usiminas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não era da Usiminas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas nesse dinheiro que foi destinado a parlamentares, assessores e outros, há uma compatibilidade entre os empréstimos e o dinheiro que foi destinado. V. S<sup>a</sup> tirava muitos cheques, como foi mostrado pela CPMI, que eram sacados por V. S<sup>a</sup>. Segundo a Simone disse, ela entregava na mão esse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passava para o PT na mão do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas está nesses R\$55 aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está, sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas não é apenas o dinheiro que as pessoas foram pegar nos bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, esse do PT Nacional mesmo foi passado direto.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Foi passado diretamente.

Esse empréstimo relativo ao PSDB foi para a Justiça. Quando é que foi feito esse acerto na Justiça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu não me engano – e é fácil a Comissão apurar, é só pedir a cópia do processo –, foi no ano de 2000, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – No ano 2000?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se não me engano.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, é evidente que esse empréstimo, se foi no ano 2000, valia muito mais do que...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A execução ficou por muito tempo e discutimos na Justiça por muito tempo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Veja bem, Sr. Marcos Valério, o senhor disse que R\$10 ou R\$12 milhões, com essa pequena correção...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São 9, o original é 9.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O original, mas, depois, pelo menos, foi para 13 ou até mais; 13 é o que falam por aí, mas em dois anos poderia ter ido para mais. Dois teriam sido pagos e o resto teria sido na troca de serviços. Mas o serviço pressupõe também o pagamento da veiculação na mídia. Então, tinha que ser uma veiculação de mídia, já que V. S<sup>a</sup> diz que ganha 15%, de uns R\$60 milhões, é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Além desse serviço, nós fizemos uma reestruturação – se as pessoas vão lembrar – da marca do Banco Rural mudou todinha. Fizemos um reestudo da marca do Banco Rural todo, fizemos um reestudo completo da reestilização do Banco Rural e fizemos tudo isso de graça, sem cobrar serviço interno, sem cobrar serviços da Agência e, por muito tempo, eles pagaram só os fornecedores e nunca a comissão da Agência.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só pagavam os fornecedores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Muito bem.

Outra pergunta: há um pagamento feito ao repórter que teria feito a entrevista com a Fernanda Karina. O que o senhor diz desse pagamento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não é o repórter que fez a entrevista de Fernanda Karina, mas o Sr. Gilberto Lipi Mansur, que é um assessor de imprensa que presta serviço para a SMP&B e para a DNA. Isso está na contabilidade, em

um contrato devidamente registrado do Sr. Gilberto Mansur com a DNA e com a SMP&B. No disquete, V. Ex<sup>as</sup> poderão observar isso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É verdade que, quando lhe foi perguntado aqui sobre o Sr. Glênio, V. S<sup>a</sup> já falou que há contratos. Para tudo há contratos, e é evidente que os contratos podem ser feitos a qualquer hora. Eles não precisam ser feitos, necessariamente, **a priori**. Eles podem ter sido feitos depois.

Inclusive, esses contratos de empréstimo feitos com o Banco Rural e com o BMG, a CPMI vai ter que verificar, porque, com as facilidades que existem hoje, com a relação que existe entre os bancos – vimos aí o Coaf, o próprio Banco Central, e eles não tomaram nenhuma medida contra a movimentação desses milhões todos –, é possível – eu estive verificando – que isso pode ter sido montado depois, quando estourou. Com as facilidades que se têm de relacionamento com o Banco Rural, com o BMG, creio que isso tudo também é preciso inclusive verificar.

Há várias acusações, Sr. Marcos Valério, de que, na verdade, V. S<sup>a</sup> funcionou em muitas campanhas políticas como lobista. E é desta forma que fazia: captava recursos – houve aqui, inclusive, depoimentos – de alguém que os pudesse repassar, esses recursos eram repassados – e aí a afirmação dos Deputados que receberam recursos pela Usiminas –, passavam pela sua agência, o senhor ainda dava um recibo, montava lá um esquema, tirava recursos da prestação dos impostos e repassava os recursos que sobravam, porque senão não é possível, não é crível que a agência repasse recursos de cem mil e quatro reais, como foram repassados.

O que o senhor diz disso, das acusações que lhe fazem de ser lobista de campanhas políticas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, acho uma fantasia; segundo, a agência de propaganda ajuda, sim, político. Nós já ajudamos vários em Minas Gerais. Vários. Não vou citar os nomes aqui para não comprometer esses políticos. Mas, em Minas Gerais, eles sabem que nós já ajudamos sim.

Lobista, não. Acho que sou uma pessoa que defende os interesses – defendia – das empresas. Nunca lobista. Defendi, sim, os interesses das empresas numa concorrência feroz. Quem é de Brasília sabe: as empresas paulistas sempre dominaram a propaganda no Governo Federal. Uma ou outra empresa de outro Estado é que tem influência e consegue prosperar aqui, tanto que vou dar alguns exemplos a V. Ex<sup>a</sup>: a Giovanni, que começou no Rio de Janeiro, teve que sair do Rio de Janeiro e se mudar para São Paulo, porque senão

não conseguiria espaço; o Duda Mendonça teve que sair da Bahia e ir para São Paulo; o Nizan Guanaes teve que sair da Bahia e ir para São Paulo. O bairrismo é muito grande.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas isso não é a mesma coisa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estou querendo explicar a V. Ex<sup>a</sup> que eu defenderia os interesses das minhas empresas numa guerra feroz. E não é uma guerra de gente pequena, não; é uma guerra de gente grande.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Bom, nessa lista de sacadores, para mim fica clara uma questão: aqui se discute muito se o dinheiro era para campanha política ou para mensalão. Há um perfil claro mesmo nisso que V. S<sup>a</sup> mostra: no começo, há recursos que aparentemente vão para pagamento de campanha política. O próprio PL, que é o Partido do vice-Presidente da República, pega recursos no início do ano de 2003. Há vários recursos que, aparentemente, são para campanha política. Mas chega em setembro, outubro de 2003 e começa a haver repasses sistemáticos para o PP e para o PL, às vezes, coincidentes: R\$1 milhão para um e R\$1 milhão para o outro. Ao que me parece, não era o José Dirceu nem o Delúbio que diziam para pagar aquele Deputado, ou aquele outro. Quem fazia isso eram os presidentes de Partidos, que recebiam recursos. Esses recursos serviam, claramente, para votações no Congresso Nacional. Não era, necessariamente, um mensalão, pago mês a mês, com carteira assinada, mas algo mais ou menos sistemático: pagavam para votar ou para trazerem os Partidos para a Base de Apóio, o que é a mesma coisa. Ou seja, dava-se o dinheiro, o qual servia para algumas coisas.

Voltemos à questão inicial, Sr. Presidente. Há duas situações: estamos investigando o mensalão; mas isso não quer dizer que outros recursos também não tenham sido repassados para outras coisas de forma ilícita, e que outras Comissões não possam enviar isso para o Conselho de Ética; elas podem, sim!

Sr. Presidente, concluindo o meu questionamento, fica evidente – para mim, porque, realmente, não me satisfaço com as explicações dadas pelo Marcos Valério em seu depoimento – que a idéia desse dinheiro vir apenas dos empréstimos – e agora, parece-me, há um pacto entre o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio para que, quem sabe lá na frente, possam receber esses recursos como se fosse mesmo um empréstimo, porque muitos do PT, que agora estão na direção, até acreditam que esse dinheiro era do empréstimo –, fica evidente, que não veio. Ninguém faria um empréstimo dessa natureza, acreditando que receberia depois. Já



passava pela cabeça dos bancos que não receberiam. Esses recursos vinham de outras fontes: de dinheiro público, no meu entendimento. Mas, agora, parece-me que há um pacto entre V. S<sup>a</sup> e o Delúbio, que estão juntos a partir de agora, e com a idéia – eu acho – de, quem sabe, lá na frente receberem o dinheiro do PT, seja na Justiça ou não. Eu não me satisfaço, sinceramente, com o que V. S<sup>a</sup> disse aqui. Não acredito. Não posso acreditar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito – e o senhor foi muito gentil –, mas, com todo o respeito, eu não fiz pacto nenhum com o Sr. Delúbio, não tenho motivo nenhum para fazer um pacto com ele. Eu devo ter feito um pacto com ele para ele destruir a minha vida. Eu não fiz pacto com ele em momento nenhum. Porque já mandei todos os funcionários irem embora, isso está claro, já está sendo noticiado em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Eu já estou com um processo de execução no Banco Rural. Pacto com o Sr. Delúbio, de espécie alguma!

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Foi tudo coincidência a ida ao Procurador, a montagem da história, agora em sua segunda parte, foi tudo foi coincidência?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu segui a orientação dos meus advogados; se o advogado dele deu orientação para ele, com todo o respeito, Deputado, é o advogado dele. Agora, eu teria que ser uma pessoa muito insana em mandar mais de 200 pessoas embora, pais de famílias, famílias na rua, para que a minha filha me veja no jornal como o ladrão número um do Brasil – porque é assim que a imprensa me colocou. Eu deveria ser um idiota em achar que a minha filha de 13 anos, 14 anos, tivesse orgulho do pai que está tendo ali. Esse pacto com o Sr. Delúbio, eu não faria nunca!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Marcos Valério. Hoje, o senhor está tendo a oportunidade ímpar de mostrar ao Brasil que o senhor veio aqui para abrir o coração e falar toda a verdade que o senhor sabe. Tenho, aqui, o depoimento dado por V. S<sup>a</sup>, no dia 02 de agosto de 2005, na Procuradoria-Geral da República, em que V. S<sup>a</sup> disse que, na campanha de 1988, por solicitação do Sr. Clésio Andrade, seu ex-sócio, o senhor solicitou ao vice-presidente do Banco Rural um empréstimo de R\$9 milhões, que era para a campanha, que iria parar, do então candidato a Governador de Minas Gerais. E o senhor passou esses R\$9 milhões, perdeu a campanha e não lhe pagaram esses R\$9 milhões. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Verdade. Então, não lhe pagaram esses R\$9 milhões e passaram o cano no senhor. Depois, o senhor fez um acordo com o banco, pagou R\$2 milhões – essa dívida montava a R\$12 ou R\$13 milhões, e o resto o senhor pagou em serviços da própria empresa DNA ou da...É, da DNA.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, DNA Propaganda e SMP&B Comunicação.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor diz também, no seu depoimento, que não possuía contato algum com a direção do Partido dos Trabalhadores, cuja campanha estava sendo administrada de forma centralizada pelo Sr. Duda Mendonça e que, em razão do conhecimento pessoal com o Deputado Virgílio Guimarães, conterrâneo do declarante, o mesmo apresentou a Delúbio Soares e a Silvio Pereira pessoa ligada à cúpula do PT; que o declarante passou a acompanhar, juntamente com os mesmos, o andamento do segundo turno da campanha presidencial; ou seja, nós estávamos aí de outubro para novembro de 2002. Bom, e aqui o senhor diz, mais adiante, que, em janeiro de 2003, o Sr. Delúbio Soares iria permanecer como tesoureiro do PT e que, em conversas com o senhor, disse que o Diretório Regional do PT referia à necessidade de deputados federais, estaduais e governadores necessitavam saldar algumas dívidas. Aí, procurou o senhor, e o senhor tomou empréstimos para o PT.

O senhor não acha que, de novembro a janeiro, não se faz uma amizade tão sólida, em apenas dois ou três meses, para o senhor tomar os empréstimos e passar ao Sr. Delúbio Soares para passar para o PT? Em tão pouco tempo, não se faz uma relação de amizade e de confiança, porque a confiança não se impõe. Adquire-se com o tempo. E dois ou três meses não seria muito pouco tempo para que essa confiança pudesse estabelecer-se e o senhor tomasse os empréstimos que tomou para repassar ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É...Deputado... Perdão, esqueci o seu nome.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – José Carlos Araújo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado José Carlos, é muito subjetivo e também depende muito da condição em que foi feito o pedido.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Amizade à primeira vista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não diria amizade à primeira vista. Eu não seria tão hipócrita a esse ponto de falar amizade à primeira vista, mas a condição que você...te pede e o que você teria a perder. Estou sendo muito claro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Ou a ganhar.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ganhar, não, porque ganhar eu não ganhei.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Bom, eu, ouvindo o seu relato, cheguei à conclusão de que o senhor, realmente, é um homem muito inteligente, a ponto de ver claramente V. Sª criou, no ramo da propaganda, várias empresas, e isso tem um endereço certo, claro – quatro ou cinco empresas que V. Sª tem ou que criou, o endereço é muito certo: entrar nas concorrências com várias empresas para ganhar um mercado maior. Isso é claro. É evidente, e ninguém aqui é menino para não ver que foi isso o que aconteceu. V. Sª entra em determinado órgão com quatro, cinco empresas, e tem muito mais condição de ganhar a concorrência do que um cidadão que entra com apenas uma empresa. Isso está óbvio, é claro. É esperteza e sabedoria que V. Sª soube colocar muito bem as coisas, como fizeram.

Então, eu tive o cuidado de somar aqui o montante dos recursos das listas apresentadas por todos os sacadores do suposto mensalão, e isso dá exatamente R\$55.841.227,81, e V. Sª fala que tomou em prestado cinquenta e cinco mil, seiscentos e alguma coisa... Veja se não é isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Só um minuto, que vou dar o valor ...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Cinquenta e cinco milhões, cinquenta e cinco milhões. É mais ou menos isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso dar o valor...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** É mais ou menos isso. Há diferença a menor dos empréstimos em duzentos e poucos mil reais...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso mesmo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Com a diferença única que o Deputado Roberto Jefferson fala que recebeu quatro milhões da mão de V. Sª, e V. Sª diz que repassou para ele apenas – ao Sr. Emerson Palmieri – a importância de R\$2.468.600,00. Ou seja, eu prefiro ficar com a versão do Deputado Roberto Jefferson dos quatro milhões, porque ele não ia dizer que recebeu a maior se recebeu a menor. Então, isso, somado aos 55,8 milhões, vai dar 57 milhões, ou seja,

o senhor recebeu de empréstimos 55,6 milhões e deu, pagou, aos sacados 57 milhões. Isso quer dizer que o senhor está no prejuízo de dois milhões, sem contar esses empréstimos que o senhor não vai receber nunca – está claro que não vai receber. Eu queria saber que mágica é essa que o senhor faz para sobreviver com as suas empresas. Eu vejo que o faturamento é muito alto, é realmente um faturamento descomunal, é uma empresa que vive muito bem, que fatura muito bem. Agora, ninguém pode perder dinheiro da forma como aqui nos papéis está claramente mostrado, não é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respeito o raciocínio do senhor...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Não, é matemática, é só somar, são números. Vamos somar e ver.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respeito e só vou discordar no caso do Sr. Roberto Jefferson. Vou passar ao Relator a minha semana em que o Roberto Jefferson disse que encontrou comigo. Eu estava nos Estados Unidos, ele não se encontrou comigo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** O senhor conhece o Sr. Ricardo Bispo Monteiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** O senhor respondeu ao Deputado que fez perguntas anteriormente, o Deputado por São Paulo, Fleury, que não o conhecia. E eu quero dizer que eu esperava que o senhor viesse aqui abrir o coração e falar a verdade, mas o senhor está mentindo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso estar, eu não...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Está mentindo deliberadamente: o senhor se hospedou no Hotel Gran Bittar, nos dias 13 e 14 de 2003, junto com o Sr. Ricardo Bispo Monteiro. O senhor se hospedou junto com ele no mesmo hotel. Ninguém se hospeda junto com alguém num mesmo hotel – foi numa suíte – e esquece, os senhores ficaram juntos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor me...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Ninguém se hospeda junto com alguém que não conhece, Sr. Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor me falar quem é Ricardo Bispo Monteiro, eu falo se conheço ou não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) –** Mas o senhor não sabe pelo nome? O senhor se hospeda no mesmo hotel com alguém que não conhece? Fa-

zem ficha juntos, chegam juntos, se hospedam juntos e não conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ricardo Bispo Monteiro eu não conheço.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Pois é. Vamos adiante que nós vamos chegar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Vamos esclarecer esse ponto. Vamos ver quais são as diferenças de nome que existem entre a pergunta e quem o senhor fala só para esclarecermos.

V. Ex<sup>a</sup> pergunta, nobre Deputado José Carlos Araújo, se ele conhece quem? O nome inteiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, é...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estou com o depoimento do Ricardo aqui. Há confusão de nome mesmo. Se me permitirem...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Não, vamos esclarecer porque estamos conduzindo... Evidentemente é importante firmar a verdade.

**O SR. (Orador não identificado)** – É Ricardo Machado...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, aí, sim, Deputado, eu já estive hospedado no Gran Bittar, é verdade, é fato. Estive com o Sr. Rogério Tolentino no Gran Bittar, é fato e é verdade. O Ricardo Machado foi meu sócio na MultiAction ...

**O SR. (Orador não identificado)** – É Monteiro...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É Bispo Machado?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É Pena Machado. A informação que recebi do Deputado Fleury – alguém deu a informação ao Deputado Fleury e ele passou para mim – era Ricardo Bispo Monteiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós tivemos um término de sociedade não muito amigável. É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Portanto, trata-se de pessoas distintas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – A pessoa que me deu a informação vai me dar a confirmação se há confusão de nomes ou se realmente é isso mesmo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** (PL – BA) – Por favor, Deputado, eu estava querendo ser plenamente...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Vamos deixar... Vamos deixar em suspenso a resposta...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quero deixar claro que quero ser verdadeiro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Na dúvida, eu prefiro acreditar no senhor. Na dúvida, tá bom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpe.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – A DNA tem um terço do contrato do Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Verdade. Ela gastou, no ano de 2004, R\$769.606,95 de brindes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quanto Deputado, perdão?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – R\$769.606,95 em brindes.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Banco do Brasil ou dela pessoalmente?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Do Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Para o Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Banco do Brasil compra brindes. É verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Exatamente. Neste ano, já temos oito meses, o Banco do Brasil gastou apenas R\$28.035,00 em brindes. Por que essa diferença tão grande? Por que o ano passado era ano de eleição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Vou explicar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Aliás, o ano de 2004 foi ano de eleição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já não tenho mais a conta do Banco, mas vou explicar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas em 2004 tinha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas vou explicar. É porque o Banco do Brasil deixa para comprar os brindes sempre no final do ano ou no início do ano. E aí é o valor maior das compras. Com certeza o senhor vai ver que o faturamento é maior no final do ano. Com certeza.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – E há também um valor muito grande na área de produção. Mas aí não posso discutir com o senhor porque o senhor é *expert* realmente no ramo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sou *expert* em propaganda...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas foi perguntado também ao senhor. O senhor conhece a Athenas Trading, que é do banco... o senhor fez a exportação de R\$1.967.403.000 por meio da Athenas Trading?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fiz um empréstimo que está contabilizado dentro da empresa com o contrato de mútuo e que vai ser verificado a partir de amanhã. Esta CPMI vai ser a primeira a ter a contabilidade. A CPMI dos Correios ainda não tem e a Receita tem a partir de hoje. Amanhã, esta CPMI será a primeira a ter a minha contabilidade; depois, levarei à PGR.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Então, entendo, já que esses empréstimos que V. Sª fez foram empréstimos oficiais, o senhor deu entrada no banco da contabilidade... o dinheiro entrou na empresa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Certeza absoluta.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Absoluta. Está na contabilidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está e o senhor vai verificar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Então não é caixa dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Claro que não. Ela deu entrada oficialmente; não é caixa dois.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Ela deu saída através...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da conta PT.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Através do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conta PT. Eu lancei como Conta PT

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas não tem um documento legal... o senhor não tem um documento legal de saída desse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho os sacadores que... através de uma conta que intitulei Conta PT.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas o senhor como empresa sabe que para dar saída desse dinheiro teria que ser por meio de um documento

contábil e esse documento contábil seria uma nota fiscal contra a prestação de serviço.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu acho que também poderia ser em nome do PT, um cheque que eu... lancei como PT. Até porque...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Nominal ao PT e o PT daria entrada lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Até porque a origem toda... o destino todo está sendo comprovado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não entendo de contabilidade...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas as pessoas, mas as pessoas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Por isso que estou... Acho que estou discutindo com o senhor um assunto que não entendo bem.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas as pessoas que receberam esse dinheiro, muitas receberam e não foram as próprias pessoas, mas outras. Então, não teria, de forma nenhuma, como dar entrada da saída desse dinheiro oficialmente. Então o senhor sabia, fez parte, está mancomunado com o Sr. Delúbio Soares para a saída desse dinheiro. Claro! Evidente! Porque não tem como dar saída oficial desse dinheiro da forma como foi dado. Porque foi mandado sacar, as pessoas sacaram sem dar recibo; outros deixaram apenas os nomes; tem Carlos, tem Rodrigo, tem fulano, tem beltrano. Ou seja, oficialmente não tem como dar saída desse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sou *expert*, mas vou tentar falar o que o meu contador falou para mim: isso está lançado em uma conta chamada Conta Empréstimo PT, então tudo o que saiu relacionado a isso foi lançado nessa Conta Empréstimo PT.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas se fosse empréstimo ao PT, alguém do PT teria que assinar o documento legal, pessoas que tivessem autoridade para assinar, e não ser da forma que foi, picado, retalhado, como V. Sª fez, mandando o Banco Rural pagar “a”, “b” ou “c”.

Outra pergunta que lhe faço: só o Banco Rural e o BMG fizeram esse tipo de pagamento ou outros bancos também fizeram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, só o Banco Rural...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – O senhor só usou o Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só o Banco Rural.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Exatamente o mesmo Banco que, lá atrás, tomou prejuízo – não tomou prejuízo porque o senhor pagou depois –, mas que teve uma pendenga judicial com V. S<sup>a</sup> de R\$9 milhões e que V. S<sup>a</sup> teve dificuldade de pagar. E o Banco incorreu no mesmo erro: emprestou R\$9 milhões e, agora, R\$55 milhões, como diz V. S<sup>a</sup>, sem garantia real, sem nenhuma garantia, a não ser os contratos de serviço que o senhor tinha com o Governo Federal e que teve, no passado, com o Governo do Estado. O senhor acha isto justo: um banco qualquer poderia emprestar esse dinheiro ao Sr. Marcos Valério sem ter nenhuma garantia real? Ou teria alguém maior que estava avalizando e falou diretamente com o Banco sobre isso? Porque Marcos Valério não teria crédito sozinho para tomar tão vultosa quantia de dinheiro, a não ser que alguém estivesse realmente por trás disso tudo para autorizar esses empréstimos.

E outra coisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> acabou e já tive uma tolerância de um minuto.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Só para concluir. E outra coisa, Sr. Presidente, o Sr. Marcos Valério sabe que o PT não tinha condições de pagar esse dinheiro, que só poderia ser pago de alguma forma que não fosse diretamente pelo PT ou se fosse dinheiro de faturamento de outras empresas que o senhor, por acaso, viesse a fazer.

Era isso, Sr. Presidente, e aproveito para me reinscrever, caso tenhamos outra rodada de perguntas.

Só para concluir, o dinheiro que a Telemig Celular passou para V. S<sup>a</sup> que destino teve?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> já falou muito além do tempo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Telemig Celular é cliente desde 1998 e, se pegarmos todos os lançamentos – é importante isso, acho que a Comissão tem que fazer isso – não tem nenhuma nota calçada ou nota fria que chama, não sei, de que eu fiz na Telemig Celular. Primeiro, porque é uma empresa muito auditada. Então, a Telemig Celular, desde 1998, um Deputado apresentou o faturamento de mais de R\$100 milhões. Comigo, desde 1998, ela faturou um pouco mais de R\$100 milhões e é a maior anunciante de Minas Gerais. Se pegar o *ranking* do Ibope, a maior anunciante de Minas Gerais é a Telemig. Agora, eu atendendo a Telemig estou levantando essa suspeita. Mas se você pegar o Sr. Duda Mendonça, ele atendeu a Brasil Telecom a partir de

2003 e faturou um pouco mais de R\$200 milhões. É só pegar esse levantamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado...

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG) – É só para fazer um reparo, Sr. Presidente. Eu gostaria de chamar atenção do Plenário. Estamos fazendo uma série de questionamentos e tratando de biografias importantes, sem ter o cuidado de, muitas vezes, fazer referência. Agora há pouco, o Deputado Devanir Ribeiro fez uma referência sobre a presença do publicitário Sérgio Esser, no Governo de Minas Gerais. Quem conhece a biografia, o currículo de Sérgio Esser sabe que ele foi vítima aqui de uma grande injustiça. Ele foi Secretário-Adjunto de Comunicação do Governo Hélio Garcia, foi redator e editor do jornal **O Estado de Minas**, do **Diário do Comércio**, trabalhou na Vale do Rio Doce, na Fundação Dom Cabral, foi Superintendente do BDMG e hoje é funcionário contratado da Cemig. A sua biografia fala por ele. Ele foi tratado aqui como se fosse mais um bandido nisso que está virando a prática preferida hoje no Brasil, o esporte preferido, que é falar mal dos mineiros. Então, eu queria fazer um reparo e chamar a atenção do Plenário, porque estamos sendo ouvidos pelo Brasil inteiro. Então, precisamos ter muito critério ao falar de pessoas que estão em atividade profissional e que merecem de nós, no mínimo, o critério de saber de quem efetivamente estamos falando. O Dr. Sérgio Esser é um dos orgulhos que Minas tem na área de comunicação. Não posso deixar de fazer esse registro para o Plenário. Ele está contratado pelo Governo hoje por critérios de absoluta competência, e tenho a obrigação de chamar a atenção do Plenário para que usemos esse exemplo e evitemos, no futuro, começar a rasgar biografias que foram construídas com muita dedicação, denodo, competência, respeito e profissionalismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero registrar, para conhecimento de todos os presentes, que tenham esses cuidados. O fato de um Deputado perguntar ao depoente se ele conhece determinada pessoa não é nenhuma agressão, quer dizer, entendo que, se ele fez essa pergunta, tinha uma razão lógica para fazê-la. Evidentemente, é lamentável se procedeu de maneira a simplesmente fazer uma menção, a lançar sob suspeita o nome de pessoas honradas.

Quanto a essa relação que foi lida, referente a 1998, não é necessária a leitura. Eu apenas a coloquei e o Plenário, unanimemente, se manifestou pela leitura, e eu diria que essa questão está no Supremo Tribunal Federal. Há uma ação correndo no Supremo Tribunal Federal, em que esses nomes ou grande parte deles e outros nomes estão sendo mencionados. É uma ação pública que está já em curso perante o Supremo Tribunal Federal. É por isso que a segunda lista que está aí e de que todos estão falando surgiu aqui, mas nada mais é do que cópia de algumas folhas, inclusive pode ser uma montagem, mas veio como sendo uma ação, menos a capa, e noticia uma ação em curso perante o Supremo Tribunal Federal, que, pelo que vi, foi acessada no *site* do Supremo. Em situações dessa natureza, evidentemente, precisamos ter cuidado, porque, senão, colocam-se sob suspeita nomes importantes, nomes honrados. Mas, infelizmente, depende da consciência de cada um. Procuro conduzir isso com absoluta isenção, como um magistrado. Não tenho, talvez, esse título, mas procuro fazê-lo como magistrado, para não tomar partido de nenhum lado, a não ser o partido da verdade, do Regimento e da legislação que rege essa matéria.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, no prazo regimental.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, antes de entrar nas minhas arguições, tenho uma arguição do Deputado Onyx Lorenzoni acerca dos R\$1,2 milhão que foram para o Diretório do PT do Rio Grande do Sul. Dizem que identificaram lá os dois cheques de R\$75 mil, uma para a Impresul e outro para a Impress, e R\$200 mil, que o mensageiro Paulo Bassotto teria pego. Eles não estão identificando os outros R\$850 mil. Quero saber se V. Ex<sup>a</sup> sabe como foram entregues os R\$850 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em dinheiro vivo, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – E a quem? O senhor lembra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, a um desses três. Era sempre um deles que pegava o dinheiro em Belo Horizonte, em Belo Horizonte.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Em Belo Horizonte, em dinheiro, a um desses três.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Por uma questão de consciência, quero saber se para o PT do Ceará teve alguma coisa mais do que aqueles R\$250 mil para o Deputado Guimarães.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Só o Deputado Guimarães.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Porque teria saído uma outra notícia de que haveria mais R\$250 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não. Da minha parte, só. Agora, não posso garantir o que foi para o PT Nacional, se houve outros repasses...

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Que podem ter...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que podem ter ido. Aí não posso garantir.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – É só uma questão de esclarecimento de dados, acho muito tranquilo.

Em primeiro lugar, quero dizer que da última vez fiz um apelo para o senhor dizer a verdade, e esse apelo foi reiterado. Acho que o senhor está no caminho. Penso que, desta vez, o senhor está dizendo muito mais do que disse da primeira vez na CPMI dos Correios. Mas ainda há algumas coisas que não batem, e vou tentar colocar para o senhor onde estão as minhas dúvidas nesse sentido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu tentarei tirá-las, Deputado. E peço desculpas ao senhor pela CPMI passada.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Pois não. Pode ficar tranquilo. Antes, uma pergunta. O senhor teve alguma coisa a ver com o Banco de Crédito português num contrato com a Caixa aqui, não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei dessa operação. Não sei.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Outra coisa, teve um funcionário da Secom, que saiu da Secom e foi trabalhar para o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Teve uma senhora que trabalhava para mim, a D. Telma, que era esposa do Marco Antônio Silva, que trabalhava na Secom. Mas a Telma já tinha experiência na área de propaganda e tudo e foi trabalhar numa empresa de eventos. Essa empresa chamava-se Multiaction, que acabou fechando as portas, porque perdeu os clientes.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, o marido é que era Assessor do Ministro Gushiken?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era subalterno. O Assessor principal era o Dr. Marcus Flora, e ele estava no terceiro escalão. É verdade.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Eu tenho algumas dúvidas. A coisa que mais me preocupa é a origem do dinheiro que sai. Por exemplo, o caso

de 1998, na minha opinião, é diferente do atual, porque havia um ex-sócio da empresa, que estava candidatando-se, e ele mesmo pediu à empresa: faça um empréstimo para a minha campanha. E ficou muito nítido que era só para a campanha. Ou eu estou pensando errado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É verdade. E aí não havia empréstimo com aval de partido político ou coisa nenhuma disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o garantidor eram os créditos da Secretaria de Comunicação do Estado de Minas Gerais. No contrato, aparece esse garantidor.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Esse garantidor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aparece.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, isso encerrou-se com a campanha, e não houve mais continuidade. Só ficou a dívida que o senhor disse que pagou posteriormente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E houve uma disputa judicial com o antigo sócio, inerente a essa dívida.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Dessa dívida que, no fim, foi para ajudar a campanha dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso, justamente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É uma coisa diferente pegar dinheiro depois da campanha – foi depois de 2002 esse esquema de empréstimo – e durante as atividades do Congresso esse dinheiro ser distribuído. Pode ter sido para pagar conta de campanha, o que seria um erro menor, mas pode ter sido para direcionar votações no Congresso, o que seria um erro muito maior: corrupção explícita.

O dinheiro de 1998 não dava para esse fim, só para o primeiro fim. Já o dinheiro de 2003 e 2004 já pode ser encarado para esse outro fim, o de direcionar votações no Congresso, de acordo com o dinheiro que for pago ao Parlamentar. Aliás, esta CPMI existe justamente para analisar isso, para termos a certeza de que isso aconteceu ou não.

Há uma coisa que fica difícil de entender: o senhor foi para Portugal com o Palmieri, para ele passear com o senhor e dizer para o Roberto Jefferson... dar uma expectativa de receber dinheiro pelo Roberto Jefferson e o senhor ter passado em Portugal. Deixou lá um portfólio da sua empresa na mesa do Presidente...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ... e isso foi tudo que aconteceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Dessa última vez, não fui atendido. E, na verdade, o Sr. Roberto Jefferson, o Sr. Emerson Palmieri – vou usar o português claro – foi de intrometido, porque não tinha nada que estar lá. Ele foi simplesmente para dar uma fugida da pressão do Sr. Roberto Jefferson, que o estava pressionando aqui.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É isso que fica meio... Quer dizer, vou-me mandar para Portugal, para fugir de uma pressão. Por quantos dias vocês viajaram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Três dias.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pois é...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dias 24, 25 e 26.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...vai fugir de uma pressão por três dias? Quer dizer, dois dias em avião e um dia lá? Diga-me: como ele vai fugir de pressão em três dias? Não...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que essa pergunta...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Isso é coisa que não bate.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com toda a sinceridade, Deputado, e neste momento quero...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Porque aí bate mais aquela informação de direcionar verba do IRB, de o Banco Espírito Santo querer as verbas do IRB, essas coisas. Quer dizer, aí dá para entender.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mas essa posição...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Agora, ir só para o senhor botar o portfólio lá... nem conseguiu a audiência e volta... Pelo telefone, não era mais fácil isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, essa posição que o senhor colocou do IRB foi muito importante. Se analisarmos um editorial do Sr. Luís Nassif sobre o Banco do Espírito Santo e sobre as comissões – o Dr. Roberto Jefferson vem aqui e fala que são 100 milhões de comissões –, vamos ver que tudo é fantasia. Se você analisar e ler, desculpe-me, Deputado...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quer dizer, o IRB não tem... tanto faz. O IRB não tem US\$600 milhões, para investir, tirar de um banco e botar em outro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E mesmo que tivesse, não poderia nunca aplicar em um único banco. E nunca um banco de primeira linha, europeu ou mundial, iria pagar um nível desse de comissão. O próprio Luís Nassif escreve isso com o maior brilhantismo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Agora, deixa eu entender uma coisa: o senhor trabalhou vinte anos em banco, inclusive no Bemge?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, o senhor tem noção desse trabalho bancário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Burocrático, sim; não com...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vamos no burocrático. Aqui houve uma linha investigatória que eu gostaria de trocar em miúdos com o senhor: a questão do investimento dos fundos de pensão. Esse investimento dos fundos de pensão, quando é feito num banco... Estou muito mais preocupado de onde o dinheiro pode vir e por que os bancos, de repente, têm uma boa-vontade tão grande em dar dinheiro assim para partido. Então, a aplicação dos fundos de pensão pode determinar um lucro bom para um banco?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei, Deputado, até porque...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Dentro da sua experiência bancária.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dentro da minha experiência – e eu também não sou hipócrita –, vou responder a essa pergunta, mas primeiro quero deixar claro uma coisa: eu não visitei nenhum presidente de fundo de pensão, eu não estive em nenhum fundo de pensão, não falei com nenhum fundo de pensão e eu não intermediei nenhum negócio de fundo de pensão com nenhum dos bancos aí citados.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Certo, eu não perguntei isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vamos deixar isso à parte, isso claro: que eu não fiz isso, e vamos agora responder o português claro dessa pergunta. É evidente que bancos pagam comissão. Se ficarmos enganando um ao outro nisso, vão achar que nós dois estamos contando um conto da carochinha um para o outro. Evidente que banco paga, mas, para mim, nunca, porque eu nunca estive com nenhum fundo de pensão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, basta o movimento do dinheiro de fundo de pensão para aparecer esse tipo de comissão, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós dois não podemos ser hipócritas de achar que não, senão nós dois vamos estar aqui mentindo um para o outro.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É isso o que eu estava pensando, porque outra coisa que pegou mal para mim foi o seguinte: eu não sei se eu tive só experiência ruim com banco, mas, toda vez que eu fiquei devendo com banco, é juro, é não sei o quê, é tudo o mais. Só no cartão, se a gente ficar devendo, estoura, quase que duplica o negócio que está devendo ali com o banco, e não abre um centavo. E, de repente, vi o Banco Rural assim muito bonzinho, uma benevolência incrível que eu nunca vi na vida, e com milhões e milhões de reais. Quer dizer, eu até gostaria que os micro e pequenos empresários tivessem esse mesmo tratamento. Quando não se paga a dívida, aí rola, não precisa pagar nem os juros, embute mais tarde lá e deixa rolando a dívida. Quer dizer, é um pensamento muito benevolente dos bancos para a gente acreditar que esse tipo de empréstimo não teve a direção dos bancos concordando também. E eu acredito que sim, porque inclusive V. Sª intermediou reuniões das direções do Banco Rural e do BMG com gente do Governo, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Procede, mas não nessas reuniões, necessariamente, nós nunca tocamos nesse assunto. Volto a falar – e não vou ser também, como eu estou aqui para falar estritamente a verdade...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Nas reuniões com gente do Governo, nunca disseram que iam dar um empréstimo para o PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Agora, eu vou contar, eu vou falar para o senhor o que o Sr. Delúbio me falou, e o que eu acho, e o que aconteceu. Eu acho que teve um aval de uma pessoa de alto nível, e eu citei o nome de quem eu acho, que o Delúbio tinha-me falado, que é o ex-Ministro José Dirceu, e acho que os bancos...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas isso o senhor não precisava nem achar, porque o senhor se dava com os diretores dos dois bancos, inclusive o falecido vice-presidente do Banco Rural era seu amigo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, mas...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, o senhor devia ter perguntado: “Olha, eu estou fazendo este negócio aqui, mas vocês sabem o que que é, não é?” Porque a outra coisa que eu vejo é que a sua esposa estava muito mais desesperada com isso do que o senhor, porque imagine dever R\$50 milhões.



Se vender tudo o que o senhor tem, dá mais ou menos quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela não está tão desesperada quanto eu não, que eu perdi dez quilos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Perdeu dez quilos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdi dez quilos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É que eu estou vendo aqui o senhor mais tranqüilo nesse negócio de uma dívida, para quem está devendo R\$50 milhões. Essa tranqüilidade só pode ser porque essa dívida já está mais ou menos equacionada com os bancos e tudo o mais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A idéia que passa para a gente – estou dizendo que essa é a idéia que passa para a gente – é que os bancos já estão mais ou menos tranqüilos de botar aquilo como despesa de uma dívida não paga, porque eles já ganharam em outro lado. “Foi inadimplente o devedor, e eu vou ganhar do outro lado, ou já ganhei do outro lado.”

O senhor não acha que é mais ou menos isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Se fosse isso, eu acharia até bom; sabe por quê? Eles não estariam me cobrando judicialmente. Eu estou falando sério. Se fosse isso, eu acharia bom.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eles estão lhe cobrando judicialmente desde quando?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desde a semana passada.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Ah, semana passada, depois do rolo. Até o rolo estourar, nunca houve essa cobrança?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é porque venceu o do Rural, e o do BMG vence agora em setembro.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vai ver venceu da outra vez, e eles só rolaram.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, mas, desta vez, agora, não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quer dizer, agora já não estão rolando?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não estão rolando. Já estão cobrando.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Porque agora eles estão sentindo que vão botar na inadimplência e vão descontar no Imposto de Renda...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas o meu nome vai ficar sujo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu só vi banqueiro perder dinheiro quando ele bota no bolso. O banco...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O meu nome vai ficar sujo, e, um dos exemplos, os meus cartões de crédito todos foram cortados.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É verdade.

Para encerrar, eu gostaria de dizer algo: o senhor passou para a Comissão uma idéia de que está temendo alguma coisa, não sei se chantagem ou pressão. Vejo que, só de falar isso, o seu semblante mudou. Então, eu posso até ser meio duro – muitas vezes o pessoal me acha meio duro –, mas eu acho que a família temos de preservar, e sempre da melhor maneira. Eu tenho o maior respeito sempre pelas pessoas. Eu só quero dizer ao senhor que arquivo que as pessoas querem apagar é arquivo vivo, ou seja, aquele que não contou. O que não contou é que sofre todo tipo de risco. O que conta deixou de sofrer o risco, porque já contou. Se contou, não tem mais razão de sofrer o risco, a não ser que estejam com algum refém seu em algum lugar. Aí eu até entendo.

Se não for assim, eu lhe dou um conselho, que eu daria para o meu irmão, para o meu pai, para qualquer um: conte tudo o que tem que contar aqui na CPML. Nós podemos chamar o Ministério Público, podemos chamar o Judiciário e dar-lhe todas as garantias para que o senhor possa contar tudo o que tem que contar. Enquanto o senhor guardar um segredo na sua cabeça, tanto o senhor quanto a sua família correrão risco. No momento em que o senhor botar esse segredo para fora, deixou de haver risco. Podem ficar com raiva, com isso ou com aquilo, mas deixou de ter razão de ser o risco, porque o senhor deixou de ser um arquivo vivo.

Então, este é o apelo que lhe faço neste momento, em respeito a tudo, até mesmo em respeito aos padrões que temos. E vejo que o senhor tem um amor especial pela família, e respeito isso. Respeito todos os que defendem e cuidam da sua família. Em respeito a isso, eu gostaria de dizer: peça uma reunião reservada para o Presidente ao final - não precisa ser agora, mas ao final - e coloque tudo na mesa. Vamos colocar tudo na mesa para a sua garantia, muito mais por isso, porque talvez isso que o senhor não esteja contando agora descobriremos com o passar das investigações. Talvez descubramos. Enquanto não descobrirmos, o risco é seu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, tudo o que ocorreu dentro das minhas empresas, tudo, tudo o que ocorreu de saques,

de depósitos, que têm origem, não tiveram nunca origem de dinheiro público; foram empréstimos. Tudo o que ocorreu dentro das empresas, a CPMI já vai ter acesso total.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas eu quero o que ocorreu dentro da sua mente. Desse arquivo é que tem gente que vai ter medo. É esse arquivo que coloca o senhor e os seus familiares em risco. Isso que está ocorrendo e que ocorreu na sua mente é o que a CPMI quer receber.

Eu lhe dou um conselho: peça uma reunião reservada ao término, e vamos conversar abertamente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, obrigado, Deputado. Eu prefiro reunião aberta. Obrigado. Agradeço as suas palavras. Agradeço mesmo, com todo o respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito. Antes, porém, concedo a palavra ao Vice-Presidente Paulo Pimenta; em seguida, ao Senador Romeu Tuma, em substituição à Senadora Fátima Cleide.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs., Sr. Marcos Valério, vou procurar aproveitar bem os meus quinze minutos para tentar equacionar o conjunto de dúvidas que tenho. Vou tentar percorrer esse caminho desde o seu início para chegar até hoje.

Sou daqueles que fiquei com a firme convicção de que, de fato, o episódio da eleição de 1998 é muito semelhante. Trata-se de um empréstimo no mesmo Banco Rural, que foi repassado integralmente para campanhas eleitorais, as pessoas que receberam não contabilizaram, e a garantia apresentada aos bancos foram contratos que o senhor possuía com o Governo do Estado de Minas Gerais. Está correto esse meu raciocínio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto, Deputado.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Quem era o avalista do empréstimo que o senhor fez para a campanha do então candidato a Governador Eduardo Azeredo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tinha um penhor de crédito, direitos creditórios. É uma operação bancária com a Secretaria de Comunicação do Estado de Minas Gerais.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Quem assinou como avalista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os sócios. E o Governo assinou como cedente de direitos creditórios.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O Governo do Estado assinou como avalista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não diria avalista. É uma operação de direitos creditórios.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Anuente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São direitos creditórios. É uma operação corriqueira dentro do mercado financeiro.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Tinha conhecimento sobre a destinação do recurso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, tinha conhecimento. Creio que sim.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Perfeito. Esse dinheiro não foi pago; o banco não executou o fiador?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, entenda bem: acabou-se o Governo Eduardo Azeredo, o Governador Itamar Franco decretou uma moratória. Então, não recebemos esses direitos creditórios, e tive que fazer um acordo com o banco para pagar o banco. Houve uma moratória no Estado de Minas Gerais. Isso foi público e notório.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O empréstimo foi da ordem de R\$9 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Em valores corrigidos para hoje, a título de esclarecimento a quem possa interessar, segundo cálculos que recebi aqui, daria alguma coisa em torno de R\$58 milhões. Coincidentemente, um valor muito semelhante ao que chega o cálculo de hoje. No entanto, observando aqui esta lista, dá R\$1,805 milhão, considerando os 79 nomes. Mais R\$4,5 milhões que, segundo entendi, o senhor pagou à agência de publicidade que fez a campanha do Sr. Eduardo Azeredo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu repassei para o Sr. Cláudio Mourão, e ele pagou à agência, de acordo com nota que está aí, assinada pela Sr<sup>a</sup> Zilmar.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Na época, a empresa Duda Mendonça fazia a campanha do Sr. Eduardo Azeredo, e foram pagos R\$4,5 milhões com o dinheiro desse empréstimo, não contabilizado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Dinheiro do caixa 2; é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Mas R\$4,5 milhões mais R\$1,8 milhão dá R\$6,3 milhões. Faltam ainda R\$3 milhões e pouco. Onde estão os R\$3 milhões e pouco que faltam? Quem recebeu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Dr. Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha na época.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O Dr. Cláudio Mourão. Esses R\$3 milhões também foram repassados para a campanha?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Mas não consta na lista dos 79 e não consta também nos R\$4,5 milhões. Então, são R\$3 milhões que nós não sabemos aonde foram parar. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Eu recebi este documento, que diz o seguinte: “Autorizamos o Banco Rural debitar, em nossa conta-corrente número [...], o valor de R\$95 mil [na época], transferindo para as contas abaixo-relacionadas”. Aí há cinco pessoas que receberam. Tem o número das contas, os valores. São cinco pessoas, que não constam na lista dos 79. Este documento confere? Foi feita, de fato, essa transferência? Essas pessoas receberam?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu teria que conferir. Este documento aqui, com folha e tudo, eu não conheço. Mas eu teria que conferir.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Eu vou lhe dar esta cópia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está ok.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O senhor pode ficar com esta cópia até para...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu lhe darei resposta, Deputado.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Aí, passa a eleição, o Eduardo Azeredo não vence a eleição, surge o Itamar, o senhor começa a melhorar os seus contratos também com o Governo Federal. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Fernando Henrique é reeleito, e o senhor passa a trabalhar mais na esfera federal - o Itamar tinha dado a moratória lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade. Quem atendeu o Governo Itamar Franco, além de outras empresas, foi a empresa que fez a campanha dele.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Aí, veio a eleição de 2000, e o senhor não participa. Esse processo criativo de financiamento não contabilizado não funcionou em 2000?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; não trabalhamos na campanha eleitoral de 2002.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – E, na eleição de 2002, também não funcionou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – As empresas não repassaram recursos para candidatos durante o processo da eleição de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nós fizemos algumas pequenas doações, Deputado.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Contabilizadas ou não contabilizadas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Contabilizadas, que estarão no disquete. Com certeza, algumas pequenas doações nós fizemos.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Contabilizadas, pelo menos pelo senhor. Não se sabe se os candidatos contabilizaram.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É; aí eu não sei, até porque nós éramos uma agência muito conhecida em Belo Horizonte e em Minas Gerais.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Então, a lista das pessoas que receberam recurso na eleição de 2002 vai estar no disquete, que o senhor entregará à Procuradoria e também a nós?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Mas é pouca coisa.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Perfeito. Pouca coisa é quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É R\$300 mil.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Trezentos mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para vários Deputados.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Perfeito. A doação, pelo menos na sua contabilidade, está contabilizada. Não se sabe...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei nas outras.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Aí vem a eleição de 2002, primeiro, para o segundo turno; o senhor conhece o Delúbio nesse processo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – E de onde é que surge a idéia? Quer dizer, como é que o Delúbio sabia dessa possibilidade de obtenção de empréstimo

no Banco Rural? Quem é que teve essa idéia de recuperar o esquema lá de 1998?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É importante salientar que o Banco Rural já trabalhava com a Prefeitura do Estado de São Paulo. E o BMG também.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Perfeito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí, o Dr. Delúbio Soares... Vou voltar lá atrás para explicar. O Dr. Delúbio Soares, no início de 2003, me contou que tinha alguns companheiros, algumas pessoas com dificuldades, e me perguntou qual a solução que achava que eu poderia dar. Aí, falei: “Olha, Delúbio, a única solução que eu vejo, já que você não quer se comprometer com ninguém, é um empréstimo”.

Aí, sugeriu... Aí, eu mesmo contei para ele – quero deixar claro isso –, eu mesmo contei para ele que, em 1998, eu tinha financiado a campanha do então Governador Eduardo Azeredo e Clésio e eu tinha levado o cano, literalmente. Eu falei isso com ele. E eu disse: “Olha, daqui para a frente, eu prefiro o seu aval”. E foi o que procedeu. Ele deu o aval no decorrer do processo dele.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Então, seria correto eu afirmar que o senhor sugeriu, que o senhor propôs ao Delúbio que utilizasse do procedimento semelhante àquele que o senhor tinha aplicado na eleição de 1998, com a ressalva de que, naquela outra oportunidade, o senhor tinha levado cano e agora queria uma segurança de que não iria, de novo, ficar no prejuízo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, seria correto falar que nós dois sentamos e discutimos que a melhor forma de viabilizar um recurso seria através de um empréstimo.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Através de um empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A verdade foi essa. Isso foi discutido dentro do PT.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Perfeito.

Há uma informação de que o volume de recursos que circula por dentro das contas das suas empresas é muito superior à soma dos contratos que o senhor possui e também dos empréstimos realizados. Essa é uma informação que procede? (Pausa.)

Vou fazer a pergunta de outra forma.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu entendi a pergunta.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – O faturamento, receita. O volume de recurso que circula dentro das contas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fora o volume de recursos que circulou de faturamento, o único volume extra que circulou – V. Ex<sup>a</sup> vai verificar isso pela contabilidade – foi o relativo aos empréstimos e mais nada.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Os empréstimos. Nenhum outro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum outro.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Alguns Deputados, alguns Parlamentares têm justificado na imprensa o recebimento de recursos das suas empresas com o seguinte argumento: “Eu pedi um apoio [vamos pegar um exemplo] para a Usiminas e não sei por que razão recebi um dinheiro da empresa do Sr. Marcos Valério, porque, na realidade, quem colaborou com a minha campanha foi a Usiminas”.

Eles estão dando a entender que ocorreria uma operação triangular, em que a Usiminas depositaria recursos na sua empresa e o senhor faria repasses a candidatos. O senhor já deve ter escutado publicamente essa tese. Essa tese é razoável?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Bom, aí eu vou ter que explicar o que é a minha empresa dentro de Belo Horizonte. Nós já tivemos relacionamento – vou citar um exemplo – com o Sr. Roberto Brant. Nós já tivemos um relacionamento com ele, na nossa empresa SMP&B e na empresa DNA, muito grande. E não é só de uma campanha não.

Então, quando estourou o processo de escândalo que envolveu todas as empresas e a minha pessoa, fica muito mais fácil hoje falar que recebeu de outro do que de mim. Mas, na verdade, Deputado, o cheque que entrou na conta dele é da SMP&B. Não é da Usiminas.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Não foi um repasse que o senhor fez?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não foi um repasse.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Foi uma contribuição da empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi uma contribuição da empresa.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Para a campanha dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para a campanha dele.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Não foi então uma operação triangular, digamos assim, para lavar dinheiro de um terceiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor alguma vez tratou esse assunto com alguém do Partido dos Trabalhadores que não fosse com o Sr. Delúbio, com o Sr. Silvio Pereira ou com o ex-Presidente José Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Marcelo Sereno. Ele sabia.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Com o Marcelo Sereno.

O senhor teve várias oportunidades de ter contato direto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Em alguma oportunidade, o senhor tratou desse assunto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele não dá espaço para você conversar esse tipo de assunto com ele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Repito a pergunta: em alguma oportunidade o senhor tratou esse assunto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque ele não dá espaço para você conversar com ele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor nunca tratou esse assunto com o Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – O senhor supõe que ele poderia ter conhecimento - segundo foi informado ao senhor -, mas nunca tratou esse assunto com ele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca tratei e suponho – e acho que a minha suposição é a verdadeira –, porque os bancos renovaram os empréstimos.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Mas, à medida que o senhor diz aqui que tem hoje o Ministro José Dirceu como seu inimigo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tenho o Ministro José Dirceu nem como amigo nem como inimigo. E também não tenho motivo para gostar dele.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – Perfeito. Estou me reportando a uma afirmação que o senhor fez. Faça a seguinte ponderação, para concluir, e me socorro, inclusive, das transcrições coletadas. Quando lhe foi perguntado: “Que tipo de relação o senhor estabelece? É seu amigo?”, o senhor respondeu: “Não, era conhecido; agora é inimigo”. O senhor disse isso hoje mais cedo. Isso não descredencia qualquer afirmação

que o senhor faça a respeito da participação dele nesse episódio, na medida em que o senhor, publicamente, declara que não nutre por ele nenhuma relação de amizade, de afeto, muito pelo contrário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, não vou ser hipócrita de falar com o senhor que não me descredencia. Realmente, vou falar com toda a sinceridade, e falo mesmo, não vou ficar mentindo para o senhor, Deputado: não nutro nenhum sentimento de afeto e nenhum sentimento de amizade pelo Ministro José Dirceu. Não vou mentir não.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS)** – É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, acho que pouco terei a perguntar, porque, a esta hora, com tantos... Estou me fazendo ouvir? (Pausa.)

Acredito que, com o número de perguntadores, esgotaram-se todos os assuntos que poderiam esclarecer mais um pouco esta CPMI do Mensalão sobre a participação do senhor nesse esquema que está sendo levantado.

Perguntaria ao senhor, com todo o respeito: os primeiros negócios de empréstimo foram feitos com o Sr. José Augusto Drummond, funcionário do Banco Rural que veio a falecer por acidente; é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Depois da morte dele, o senhor teve mais alguns empréstimos, além dos que ele provocou e cooptou com a diretoria do banco, por confiança no senhor e com a certeza - falo isso com tranquilidade, pela informação que recebi - dos indicativos de que o Governo, através do José Dirceu, respaldava a sua pessoa na conquista dos empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com o Ministro José Dirceu eu nunca tratei, mas...

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Psicologicamente, dando a entender claramente...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, sim.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – ... que o Governo responderia pela garantia dos contratos? A diretoria do banco sentiria isso ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria o Governo, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Governo que eu digo é dentro do esquema do Partido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que, dentro do esquema do Partido, o Ministro José Dirceu seria o garantidor moral da operação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Seria o avalista indireto. Moralmente, psicologicamente, o banco provavelmente se sentiu garantido pelo Governo, através do José Dirceu. Então, não se assustou quando os primeiros pagamentos não foram feitos. É isso mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eles renovaram, não é?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não foi feito, porque, para renovar, tem que... Não pagaram.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, parece-me que houve seis contratos, e, com as renovações, chegou a 27. É isso mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São várias renovações. Na verdade, não contei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não é importante. Nenhuma vez foi feito pagamento, doutor? Nenhum deles foi pago?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só um, do BMG, que ele transferiu o... Está explicado na folha que passei...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpe-me se eu perguntar novamente o que o senhor já respondeu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Não tem problema nenhum, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que, como estão levando duas coisas diferentes, na situação do empréstimo de 1988 e no de agora, no que tange ao aspecto da garantia - como o vice-presidente questionou bem o senhor sobre o de 1988 -, estou querendo buscar a atual operação que foi feita.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tem problema; eu explico. Houve um empréstimo de R\$14 milhões, que foi feito para matar um pedaço do outro, no BMG. Fora isso, tudo foi renovado automaticamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sem pagamento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sem pagamento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nem os juros? Nada foi pago até?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nada, nada, nada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Digo isso, porque a porque a sua senhora, com todo o respeito, ela foi, aqui, admirada por todos pelo amor que ela demonstrou pela família e sua preocupação com o senhor, em razão do montante das dívidas, pois não teria como pagá-las se caso forem executadas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela se baseou na sua certeza, segundo informação do Delúbio, de que o José Dirceu garantiu os pagamentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Foi o que entendi, conforme as colocações feitas por ela, que o fez com muita tranquilidade aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela disse que nunca ouviu ou participou de conversas entre o senhor e o José Dirceu sobre isso. Eu soube – nesse ponto não tenho a certeza fundamentada – que o José Augusto telefonava para o José Dirceu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí eu não sei.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Algumas vezes conversava com ele e tranquilizava à diretoria de que os empréstimos seriam pagos oportunamente. O senhor disse que o Delúbio disse-lhe que a arrecadação era de R\$50 mil ou de R\$50 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cinquenta milhões.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Cinquenta milhões. Então, dava para pagar R\$20 milhões do empréstimo.

Essa arrecadação era por ano ou por mês?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que é por ano.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só de contribuições?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só de contribuições.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Fora qualquer outra...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fora qualquer outra...Foi o que ele me falou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os contratos do Banco do Brasil, que serviam de garantias, tinham como praça de pagamento Belo Horizonte e o receptor

o Banco Rural. Eram pagos ao Banco Rural os trabalhos que o senhor fazia para o Banco do Brasil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Alguns contratos dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Certeza absoluta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Absoluta, senhor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Se chegasse a informação...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não eram pagos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não estou afirmando; mas a informação que tenho, e ficaram de comprová-la...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu a estou afirmando.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ficaram de me comprovar que os contratos do Banco do Brasil estavam no Banco Rural e os pagamentos eram feitos na praça de Belo Horizonte, no Banco Rural.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Os pagamentos do Banco do Brasil eram feitos no Banco do Brasil, na agência de Belo Horizonte.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E quem sacava era o senhor mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Quem sacava era a agência, para pagar os fornecedores.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para pagar os fornecedores. Só ficava com o senhor as comissões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só ficavam, nas agências, as comissões.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quando o senhor fazia algum contrato com órgãos públicos, o senhor era obrigado a ceder alguma comissão ao PT ou a quem quer que fosse; a alguns Parlamentares ou a alguns dirigentes do Partido?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Nunca.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Nunca pagou nenhuma comissão pelos contratos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Nunca paguei nada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem fixava os tetos que o senhor deveria dar a determinadas pessoas indicadas nessas listas que o senhor apresentou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, essa lista...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Quem fixava esses valores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele mesmo os fixava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele mesmo os fixava.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Provavelmente tendo em vista acordo anterior com as pessoas que eram responsáveis pelo acordo partidário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justamente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso ele relatou ao senhor, ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não me relatou.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não lhe deu satisfação nenhuma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. A gente discutia muita coisa, mas os valores, ele que os passava, com o nome das pessoas. E quando não, por exemplo, no caso do PL, foi o Jacinto que trouxe à empresa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Os contratos feitos com os bancos são repassados, tanto o valor quanto o nome do tomador, para o Banco Central. Alguns bancos deixou de repassá-los para o Banco Central – o Banco Rural ou o BMG?

Além desses dois bancos, há algum outro banco que o senhor fez contratos de empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não fiz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Só os dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só os dois bancos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E era comunicado ao Banco Central.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza está registrado, como está registrado no meu extrato da época também.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Dá para fazer o cruzamento sem nenhum...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sem nenhum problema. É isso aí.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado.

O Deputado que estava a meu lado pediu-me que lhe perguntasse se os pagamentos que o senhor fez à pessoa física houve desconto de Imposto de Renda na fonte – que é uma obrigação legal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu acho que eu vou ter um problema com o Imposto de Renda. Eu não ...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não fazia o desconto na fonte, nem comunicava...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não. Eu lancei em uma conta chamada Conta Empréstimo PT. Então, ...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Essa conta, a qualquer hora, a Receita vai fazer o levantamento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Receita já está fazendo, e eu vou ver o que eles vão apurar: se me cabe defesa na área administrativa ou se vou ter que caminhar para outro tipo de ... e rezar para ver se aparece um refis também.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A informação que chegou a esta CPMI, e a que tenho, é a de que a movimentação financeira do senhor é de cerca de R\$1,6 bilhão. Refiro-me à movimentação financeira e não à operação de faturamento. Faturamento, tenho aqui, ...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso. Vamos fazer uma soma para que a gente fique sabendo mais.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pela SMP&B, de 2001 a 2004: R\$286,549 milhões, e receita de R\$100,460 milhões. Na DNA Propaganda, de 2001 a 2004: R\$588,99 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É bom somar os R\$286...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Por que essa enorme diferença entre faturamento e receita de uma agência para outra? A DNA Propaganda tinha empresas mais fortes, conforme dito em depoimento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, era menor o valor do lucro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque a SMP&B era uma empresa mais enxuta, não tinha tantos funcionários. Ela tinha uma negociação, que agora tem que ficar claro, eu já não sou publicitário, chamada BV: bonificação de volume. E a negociação da SMP&B era melhor do que a negociação da DNA Propaganda. Isso vai estar claro dentro do balanço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Teve um lucro razoável, mais de 20%.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas é o lucro sem descontar os impostos; é o lucro bruto.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É o lucro bruto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então, se você somar uma com a outra, vamos ter mais ou menos R\$1 bilhão.

Se você entrar, perdão, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não se preocupe. O respeito está sendo mantido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor entrar com os empréstimos, aí vai ver que o movimento aumenta realmente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A movimentação financeira nada tem a ver com o movimento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Realmente, não. E aí vai...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Vejo que a circulação de dinheiro é bem superior à fase de negociação das suas empresas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E aí nós vamos desmistificar tudo via conciliação bancária. Vou entregar tudo e vai-se chegar à conclusão das saídas e das entradas. Como renovavam os empréstimos, entravam e saíam da conta. Entravam e saíam, cobrava CPMF.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – A circulação do dinheiro pode ...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Cobrava CPMF na entrada, na saída.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sai do BMG, vai para o Rural. Do Rural vai para o Banco do Brasil. Então, essa é a soma.

O senhor conhece Alarico Assunção?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço. Foi o meu funcionário de mídia. Mas eu não o conheço pessoalmente não, porque não era a minha área.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Porque o senhor disse que nunca pegou nenhum funcionário exonerado da Secom. A informação é que ele saiu da Secom e foi trabalhar na SMP&B.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como não é a minha área, eu posso ter feito esse...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não mentiu, apenas desconhecia o fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, foi um lapso. Realmente, eu não mentiria nunca. O senhor citou o nome aí, agora, e eu estou confirmando. Foi meu funcionário, sim.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tenho aqui, não sei se falaram ao senhor sobre o depoimento prestado ontem, à Polícia, pelo Sr. Ricardo Pena Machado, que era seu sócio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, é verdade.



**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele faz, aqui, alusão aos alugueis do Hotel Gran Bittar, para festas, com contratação de mulheres. Mas diz ele – aí é só para evitar que se confunda Deputados com outros tipos de atividades. Disse – desculpe-me a expressão, sem nenhuma ofensa – que “está todo mundo com medo do surubão, muito menos do mensalão”. Então, o surubão está assustando mais. Para esclarecer, o senhor teria pedido para ele preparar uma festa para um grupo de pessoas importantes de São Paulo. Não se fala em Parlamentares. Fala-se de “um grupo importante de São Paulo”, e que queria uma festa muito bem montada, com mulheres, vinhos, champanhes, garçons... Está descrito aqui, depois os outros receberão cópias. Eu vi, em um depoimento, que o senhor desmentiu isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou ser muito franco com o senhor a respeito desse depoimento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já fiquei no Hotel Gran Bittar, não nego. O Sr. Rogério...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Isso eu já vi: que o senhor esteve.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Rogério também ficou. Agora, no meu nome, eu nunca fiz festa para ninguém em momento algum. O Sr. Ricardo Machado era sócio de uma empresa chamada MultiAction, que promovia eventos. Agora, os eventos que ele promovia, não tenho, a todos, acessos, até porque eu não administrava essa empresa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Por que, primeiramente, ele contactou a Tuca Baruli? O senhor a conhece? Uma assessora, chamada Tuca Baruli...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...para preparar a festa; aí ela indicou a nossa Jeany, lá (Risos.) Nossa, não, de vocês. Desculpe-me.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpe-me, Senador, eu não conheço nem a Jeany, para o senhor ter uma idéia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ela é famosa. Daqui a pouco ela está faturando alto aí, não é Presidente? A Cassandra da nossa CPMI. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa área eu desconheço totalmente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O meu amor pela Zilda é permanente.

Então, foram duas festas que ele teria programado. Uma outra foi para o Sílvio Pereira, que não compareceu por saber que era uma festa de aniversário.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estou terminando, Presidente.

Então, ele não compareceu, mas dá os valores que recebeu para pagar essas festas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, com toda a sinceridade, eu nunca fiz festa para o Sílvio Pereira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não? Aqui ele diz: “Foi programada, a pedido...”

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca! Em hipótese alguma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O senhor não participou, mas ele diz que foram o Marcos Valério, o Rogério Tolentino, o Ivan Guimarães...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza não participei, até porque a minha estada em Brasília era de um dia para o outro. E, realmente, em português claro, eu e o Ricardo tivemos um problema na saída dele da MultiAction.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Ivan Guimarães, do Banco Popular, tinha muita ligação com o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tinha sim, senhor; é verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele fez muita publicidade com o senhor dos R\$25 milhões que ele gastou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Teve uma licitação interna das três agências e a SMP&B ganhou uma vez a licitação. E não foram os R\$25 milhões. Foi um pedaço dessa verba de R\$25 milhões. E, depois, outras agências fizeram também. E é verdade, o Ivan Guimarães teve uma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O Banco do Brasil é que garantia a publicidade do Banco Popular?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Porque o Banco Popular não é um Banco; é um apêndice do Banco do Brasil. E as agências do Banco é que atendia esse apêndice do Banco.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – O que foi dito no depoimento que ele fez aqui, em um outro segmento, quando da aprovação da medida provisória, é que ele gastou, segundo ele, R\$25 milhões em publicidade e emprestou R\$20.

Qual era o fundamento na sociedade que o senhor tinha com o Dr. Clésio? Houve um rompimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a V. Ex<sup>a</sup> um minuto a mais para encerrar. Peço silêncio por parte dos demais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só para eu entender a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pode formular a pergunta.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qual era o papel do Clésio, primeiro, na sociedade com o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele era um investidor, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ele participou da sociedade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele participou efetivamente da sociedade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Durante a campanha de 88, ele teve alguma participação na arrecadação, ou já havia saído da sociedade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não. Ele já tinha saído da sociedade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já havia saído.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A única coisa que ele...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Retifico, de 98 não de 88.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A única coisa que ele fez foi me dar um telefonema à noite, na minha casa, e...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas tiveram uma amizade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Num dado momento sim, depois, não. Depois houve uma discussão judicial, que foi noticiada na imprensa...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...que ele pediu R\$6 milhões...? O senhor já disse isso aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

É verdade.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, está bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero dizer a V. Exª que ainda lhe sobraram vinte segundos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente; Sr. Relator; Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. Fazendo soar a campainha) – Peço silêncio para que o próximo orador possa fazer as suas perguntas.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Sr. Marcos Valério, quero que o senhor me confirme o seguinte: não houve nenhum depósito, nas contas

das empresas mencionadas de propriedade de V. Sª, que não fosse os de empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não houve nenhum depósito nas minhas contas que não fossem os empréstimos da SMP&B e da DNA. Houve, todos de clientes.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Estamos aqui porque o Deputado Federal Roberto Jefferson denunciou ao País que ele estava cansado de levar ao conhecimento de Ministros de Estado, inclusive do Presidente da República, que não ia dar certo esse pagamento de mensalão. Depois, alguns Ministros confirmaram, outros disseram que não era bem assim. Mas, o certo é que estamos aqui, hoje, em razão de uma denúncia que Parlamentares recebiam recursos para poder votar nos projetos de interesse do Governo. Nós estamos aqui por isso. E a coisa está mudando. Agora, a gente está com a idéia de que esses recursos eram para tapar buracos, eram para pagar dívidas de campanha.

O senhor concorda com isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo que eu vivi e assisti – eu agora vou falar o que vi e assisti –, eu não acredito no mensalão; pelo que eu vivi e assisti.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Eu também acho que não. Eu cheguei a dizer que eu imagino que um grupo de pessoas foram para dentro do Governo para se apoderarem de recursos públicos, enriquecerem e, na hora de arrecadar esses recursos, esse grupo dizia que era, naturalmente, para pagar o voto de Parlamentares. Eu também acredito no que o senhor está falando. Inclusive o Deputado Roberto Jefferson, aqui, respondendo a uma pergunta minha, afirma a mesma coisa: ou foi para ganhar dinheiro, ou foi para um determinado Partido continuar no Governo. Ele confirmou isso aqui. O senhor concorda que não foi simplesmente para pagar o mensalão. Esse dinheiro foi, também, com outras finalidades, até o enriquecimento ilícito de determinadas pessoas. O senhor concorda comigo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da minha empresa, eu não ajudei a enriquecer ninguém. É a primeira coisa que tem que ficar bem claro, porque, por mais que se comente, as minhas empresas, e eu, pessoa física, nunca fizemos nenhum negócio no Governo; nenhum. Agora, o dinheiro dos empréstimos foram repassados para essas pessoas que estão aqui. O que elas fizeram com o dinheiro, por exemplo, as pessoas citadas aqui, eu não sei.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – RO) – Veja bem: o dinheiro não saiu apenas para Parlamentares. Segundo consta hoje, saiu para uma empresa

chamada Athenas Trading, que, por sinal, é uma empresa do meu Estado, saiu para ela, que é uma empresa, aproximadamente, R\$2 milhões. Saiu também, para uma outra empresa de nome Garanhuns, que o senhor já confirmou; saiu para a empresa do Duda Mendonça. Então, esse dinheiro, que o senhor falou aí, que saiu para diversas pessoas, inclusive para pessoas jurídicas, como acabei de mencionar, não se tratou apenas de dinheiro de recursos para tapar buraco de campanhas, porque são empresas. O Duda Mendonça é um número volumoso: são R\$15 milhões. Qual seria a finalidade desse dinheiro? E essa firma Atenas Trading, lá do meu Estado, o senhor não sabe por que motivos foi ordenado essa remessa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Atenas foi um contrato mútuo que nós fizemos com ela, de empréstimo. Isso está devidamente contabilizado. Agora, Garanhuns, foi para o PL – a Garanhuns. E o Sr. Duda Mendonça, nós temos que perguntar a ele de onde...?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – RO)** – Mas, como o senhor ia pagar o empréstimo da Atenas com o dinheiro que era do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Atenas não está lançada na minha lista. Foi direto da minha empresa. Não está aqui.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – RO)** – Sr. Marcos Valério, eu queria que o senhor me confirmasse o seguinte: o Deputado Roberto Jefferson, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, afirmou que o senhor lhe confidenciou que a proposta de reestatização das vias de transmissão da Eletronorte envolvia a empreiteira Schaim, que detém a concessão do circuito, ligando as estações de Tucuruí e Vila do Conde, no Pará, uma das mais lucrativas do setor. De acordo com o Deputado Roberto Jefferson, o senhor chegou a dizer que o Banco Espírito Santo – o Banco Espírito Santo de Portugal e não o do meu Estado; o do meu Estado é saneado e é uma beleza – o Banco do Espírito Santo iria comprar, à vista, a concessão da linha da Schaim num negócio já fechado e à vista, e que daria uma comissão entre R\$90 e R\$120 milhões, que seria repartido com o PT e o PTB. O Deputado Roberto Jefferson falou isso. Eu perguntaria ao senhor: é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, se eu fosse confessar, eu confessaria com um padre e não com o Deputado Roberto Jefferson. A última pessoa com quem eu iria falar seria o Deputado Roberto Jefferson. Segundo, eu conheço, *an passant*, o Banco do Espírito Santo, e ele não investe nesse tipo de negócio no Brasil, pelo que eu ouvi ele falando com o Ministro José Dirceu. Terceiro, eu nunca tratei isso, nunca, dentro da Eletronorte.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Outra coisa, Sr. Marcos: a Probank, aquela empresa que presta serviço para o TSE, também recebeu um repasse. Foi a título de quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Probank não consta na minha listagem, Deputado. Eu não conheço...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Essa foi uma publicação do Cláudio Humberto...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço. Ela faz o quê, a Probank?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Ela presta serviço para o TSE, inclusive, uma delas, no fornecimento de urnas eletrônicas, “teria recebido recursos de suas empresas”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, não, na minha lista ela não consta, Deputado. Desculpe.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Essa nota saiu na coluna do Cláudio Humberto, por isso que eu queria que, se fosse verdade, o senhor pudesse me confirmar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas eu gostaria de anotar esses dados e, no disquete, talvez o senhor localize alguma coisa. Mas eu também tenho o material físico que vai estar disponível. Eu vou passar o endereço, e qualquer um da Comissão pode ir lá.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Então, está bom. Dou-me por satisfeito.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De nada.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Sr. Presidente; Srs. Deputados; Sr. Marcos Valério, o senhor disse que, em 2002, o senhor ajudou alguns amigos, que o senhor tem ajudado sempre, e o senhor disse que não iria revelar esses amigos. Em 2002, o senhor fez uma doação em nome da SMP&B para o Sr. Aécio Neves. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não me lembro. Se foi, foi pouca coisa.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se foi... Não sei.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Também foi contratada a SMP&B para fazer campanhas publicitárias no Estado de Minas Gerais nessa época, em 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nós atendemos a conta do Governo do

Estado até a presente data. Não sei se vamos atender para frente.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.**

O senhor tem a informação, porque o jornal **Hoje em Dia** diz que a Fiat Automóveis, cliente da DNA – ela é cliente da DNA?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não é mais não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...DNA Propaganda**, de Marcos Valério, destinou 280 carros Pálio para a campanha de Aécio em 2002. O senhor tem essa informação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. E a Fiat deixou de ser cliente da MultiAction e da DNA.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem uma relação** que foi entregue, em que aparecem diversas pessoas que teriam recebido repasse – e aí tem diversos Partidos, todos os Partidos receberam: PPS, PSB, PDT, PL, PST, PSC, enfim, PSDB, todos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Qual a relação, Deputado?

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, é uma relação** que tenho, aqui. Eu queria saber se nessa relação, que o senhor diz que tem alguns nomes, que o senhor tem os dados, mas tem outras que o seu Cláudio teria. Esse dinheiro foi repassado apenas para o PSDB ou tinha outros Partidos que também o senhor repassava ajuda para campanhas políticas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que eu tenho, comprovantes, e posso declarar, está aqui. O restante, de 98, o Sr. Cláudio Mourão é que poderia dar essa explicação.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com certeza.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho condições de, de uma maneira aqui leviana, falar que dei para fulano, para cicrano e tudo.

O que eu posso comprovar literalmente está aqui.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece** um cidadão chamado Miguel Skin?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Miguel Skin? Skin?

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Skin.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a empresa** Oscar Skin e Cia Ltda, que atua em São Paulo e no Rio de Janeiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Oscar Skin?

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. S – K – I – N.**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o seguinte:** o senhor viajou com o Sr. Miguel Skin para o Japão no dia 20/11/2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu nunca fui ao Japão. O meu passaporte comprova isso, que está na PGR. É só pedir o requerimento.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor não** viajou para o Japão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nunca fui ao Japão.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nem para os** Açores? Nem Açores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nem Açores.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.**

O senhor tem informação de que o Sr. Roberto Jefferson, na sua presença, fez uma ameaça ao Sr. Delúbio na sede do PT? O senhor presenciou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não é bem dessa maneira. Eu vou contar o que eu presenciei e o que eu vi. Ouvi; eu não vi. Então, é o seguinte: quem conhece o PT do Edifício Varig, tem uma porta; você entra na porta, tem a recepção, depois tem uma porta de vidro, você adentra a porta de vidro, dá uma volta assim e sai num café, que tem uma porta de vidro. E, do lado, tem várias salas de reuniões e uma sala grande de reunião. Em toda a sala tem uma estrela do PT.

Quando eu cheguei, ela me colocou na última sala. Não na sala do canto, porque existe uma sala no canto e duas salas assim. Ela me colocou numa sala do lado de cá, a pessoa; e, na outra sala, estava em altos tons – como a divisória é de madeira, aquela divisória fina de madeira, eu estava escutando os brandos do Roberto Jefferson com o Sr. Delúbio Soares.

Em respeito ao pessoal, eu não vou citar os nomes de que ele estava chamando o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eram ameaças?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza absoluta.

E, depois, ele saiu da sala; o Deputado Roberto Jefferson foi embora; ele não me viu – eu estava na outra sala –, o Delúbio entrou, mais branco do que essa folha de papel aqui, virou para mim e falou: “Nós vamos ter problema com o Roberto Jefferson”.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em que data** aproximadamente isso aconteceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi no início desse ano, março...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Desse ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desse ano.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Muito bem. O senhor conhece o Sr. Cristiano Paz, né? É seu sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Como é que ele... Como é que o senhor se transformou em sócio do Sr. Cristiano Paz nas empresas? Ou foi o contrário? O senhor é quem... Foi ele que foi seu sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, ele era fundador das empresas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Das empresas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu é que me tornei sócio dele.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque havia uma grande dificuldade na SMPB Publicidade e, depois, eu fui... Nós fomos procurar um novo sócio e se criou a SMPB Comunicação, junto com o Clésio Andrade, o Cristiano, o Ramon e eu.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Qual a função dele nas empresas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele é o presidente da empresa.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Presidente.

E qual a responsabilidade do Sr. Cristiano Paz nos contratos de empréstimos, os quais o senhor alega terem sido contraído a pedido do Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele é avalista.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Avalista.

Mas ele tinha conhecimento de tudo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza. Todos os sócios tinham conhecimento de tudo. A assinatura sempre em conjunto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – As decisões na empresa eram colegiadas, ou era o presidente que decidia e os outros executavam?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, como todo mundo tem um terço, todo mundo tem de concordar com tudo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Em algum momento, o Sr. Cristiano Paz ou outro diretor se contrapôs à operação de empréstimo a pedido do Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ninguém?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ninguém. Tanto que todo mundo assinou.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É, ao que parece, há departamento nas empresas que tratam dos clientes privados, dos clientes públicos e das campanhas políticas. Há essa divisão na empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, existe um setor de atendimento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – De atendimento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que atende todos os clientes.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, quem era o responsável na empresa para tratar dos clientes privados, que fazia atendimentos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existia um diretor de atendimento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quem era?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui em Brasília é a Eliana Sederola e, em Belo Horizonte, se não me engano, uma parte foi o Sr. Marcos Vinícius e depois foi o Dr. Ramon Cardoso e William Veloso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E os clientes públicos eram recebidos por quem? As tratativas eram feitas com quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – **No próprio atendimento, que atendia tanto público como privado.**

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E também as campanhas políticas, ou campanhas políticas tinham uma atenção especial?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quando a empresa fez campanha política no passado, ela fez com uma atenção especial, diferenciada da estrutura da agência.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor disse que sempre ajudou amigos, mas que não iria dizer o nome dos amigos para não prejudicar. Ou seja, essa doação não foi uma doação legal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que sim, mas não sei se a pessoa contabilizou.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas o senhor contabilizou.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nós também temos de ser muito francos, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Hoje, envolver qualquer pessoa e qualquer deputado que tem mandato com o meu nome é ruim para esse deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas o senhor contabilizou a doação, ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Alguma coisa, sim, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Outras não? (Pausa.)

O senhor afirma que os empréstimos contraídos para o PSDB, por intermédio do Sr. Cláudio Mourão, não foram pagos; que o senhor levou um cano, em outra linguagem, um calote. Correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Afirma também que, quando o senhor foi cobrar os valores do Sr. Clésio Andrade e do Sr. Eduardo Azeredo, houve negativa, e o Sr. Clésio Andrade teria brigado com o senhor. É verdade isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade. Foi noticiado em toda a imprensa mineira.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ainda que queria cobrar do senhor, que o senhor pagasse para ele...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$6 milhões.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Além de dar o calote, queria que o senhor pagasse...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$6 milhões.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pelo não pagamento daquilo. E qual é a justificativa dele para que o senhor pagasse R\$6 milhões quando eles não pagaram o empréstimo que o senhor fez?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que a empresa estava com contas e tudo, e que eu já tinha negociado a dívida com o Banco Rural, e que agora eu deveria pagar pela parte que ficou faltando dele, R\$6 milhões. Em compensação, eu já tinha liquidado a parte com a fundação que ele tinha lá, Andrade sei lá das quantas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o Sr. Azeredo sabia desse empréstimo? Tinha conhecimento dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Com certeza.

O senhor já disse que conhece o Sr. Cláudio Roberto Mourão; que o conheceu quando ele foi solicitar um empréstimo para o PSDB e PFL. É verdade? Foi neste momento que o senhor o conheceu ou o senhor já conhecia o Sr. Cláudio anteriormente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu conheci o Sr. Cláudio Mourão depois de um telefonema do Sr. Clésio Andrade para

mim, à noite. No dia seguinte, quem apareceu foi o Dr. Cláudio Mourão.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ele foi e, nesse momento, o senhor o conheceu pessoalmente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi neste momento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Muito bem. O senhor e seus sócios realizavam outras tratativas com o Sr. Cláudio Mourão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não entendi, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pergunto se, além desse empréstimo, aconteceram outras tratativas com o Sr. Cláudio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conversamos muito com o Sr. Cláudio Mourão, sim, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas sobre outros empréstimos também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Sobre outros empréstimos, não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sobre o quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sobre campanhas políticas, sobre pesquisa. É isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Foi o senhor quem procurou o Sr. Cláudio Mourão para cobrar a dívida do PSDB e do PFL? Qual foi a reação dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Cláudio Mourão até teve um problema. Ele entrou na Justiça contra o Sr. Eduardo Azeredo em um dado momento, e isso foi parar no Supremo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, não foi cobrado dele. O senhor cobrou do...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Clésio Andrade. Também já cheguei a cobrar do Sr. Eduardo também.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Sr. Cristiano Paz conhece também o Cláudio Mourão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Como se deu a entrega dos recursos para o Sr. Cláudio Mourão? Como foi feita a entrega? Em dinheiro vivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma parte foi em dinheiro vivo e outra parte, em DOCs, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quanto foi em dinheiro vivo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uns sete..., quatro milhões, cinco milhões.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Mais da metade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mais da metade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mais da metade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o senhor tem conhecimento de quais foram as pessoas beneficiadas por esse empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho. As únicas pessoas... Como é 98, eu consegui resgatar isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É claro que o senhor já disse que conhece o Sr. Eduardo Azeredo, Aécio Neves... Conhece o Danilo de Castro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Danilo de Castro, conheço o Eduardo...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ademir Lucas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Sr. Ademir Lucas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Vanessa Lucas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço a Deputada Vanessa Lucas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Roberto Brant?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Deputado Roberto Brant.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Paulo Menicucci.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço o Sr. Paulo Menicucci, sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Custódio de Matos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não o conheço pessoalmente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Elias Murad?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não o conheço, mas admiro o trabalho dele com drogas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pimenta da Veiga?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim; é meu amigo pessoal.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Luiz Carlos de Miranda Faria?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Romel Anizio Jorge?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço pessoalmente, sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sebastião Navarro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não o conheço pessoalmente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Elmo Braz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço de vista, mas não tenho nenhuma intimidade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Lula conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E eu pergunto: qual a relação que o senhor tem com essas pessoas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu apenas conheço, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

O senhor conhece o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não senhor, não o conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não conhece, não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor é... O prédio onde funcionou a SMPB, o senhor não sabia que era de propriedade do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu poderia responder com toda a sinceridade esse assunto?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pode.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse prédio era da Petros, mas aí, desculpa o termo, quando a pessoa está meio, assim... o pão cai para baixo, e depois quem comprou o prédio foi uma das empresas do Dr. Ricardo Sérgio. Eu acho que ele comprou legalmente e, por acaso, eu estava dentro do prédio. É aquele cara que vai morrer e infelizmente está dentro do avião.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor não sabia que ele era o diretor da área internacional do Brasil no Governo FHC?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tinha. Eu não conheço ele. Eu não tenho intimidade nenhuma com ele.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nem que era o arrecadador dos fundos da campanha do Sr. José Serra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nem sabia disso! Olha, se eu vir o Dr. Ricardo Sérgio na rua eu não sei quem é.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Finalmente, o senhor, nesses repasses, repassou alguma coisa para órgãos de comunicação? Que órgãos receberam repasse da empresa ou das empresas em que o senhor é um dos sócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Legalmente, que o senhor está falando, assim, de propaganda, e tudo?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Repasse, etc.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passei para a Globo, SBT, todos os veículos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Também para a *Veja*?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também para a *Veja*, com certeza, todos os veículos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Todos os veículos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, acabou, nós estamos num...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Faço novamente a inscrição, porque tenho outras questões por fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ao final de todos, V. Exª terá novamente a palavra.

Faço um apelo, pois nem a metade dos inscritos tiveram oportunidade de falar, e já são praticamente 21h. Vamos fazer uma pequena parada para jantar...

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero consultar o Plenário. Se o Plenário se dispõe a jejuar...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há ordem, estou fazendo antes uma colocação...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não há necessidade. Nós estamos em plenas condições físicas e mentais. Vamos trabalhar até quando der. Acho que vão ser mais duas horas, e acaba.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, possivelmente iremos ainda trabalhar seis a sete horas, no mínimo, ou até nove horas, se continuarmos nesse ritmo. Metade ainda não falou. E nós estamos desde as 11h30min, com um pequeno intervalo de vinte minutos.

**O SR.** (Orador não identificado) – Todo o mundo está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São 21h. Vamos admitir que meia hora, trinta minutos. Então, estamos exatamente com nove horas de trabalho. Possivelmente, continuaremos por mais nove horas. Não há problema.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu apenas queria fazer essa colocação. Faço uma consulta: se V. Exªs entenderem que não devamos fazer nenhuma interrupção...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vamos continuar. Vamos revezando.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vamos tocar direto. De minha parte,...

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não serei eu que proporei essa parada, porque consultei o Plenário, e a maioria assim decidiu.

Prossigo com a lista de oradores, sem incidente algum.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só aceitarei questão de ordem que realmente seja fundamentada.

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem não é questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Falei em questão de ordem. Só aceitarei questão de ordem realmente fundamentada e, pela ordem, se for algo que realmente se enquadre aqui no Regimento, que também deve dizer respeito a alguma infringência do Regimento.

Por que V. Exª quer falar pela ordem?

**O SR.** (Orador não identificado) – Não é que infrinja o Regimento; é em relação ao Regimento e à própria conduta de V. Exª, que tem conduzido bem esses trabalhos. A questão que eu fiz foi no momento em que V. Exª propôs a suspensão. V. Exª tem sabedoria o suficiente e tem Vice-Presidente e Relator. Para nós, que não fazemos parte da Comissão, estamos inscritos e ansiosos por poder participar, atrasaria muito se tivéssemos a suspensão.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O assunto já está decidido.

**O SR.** (Orador não identificado) – Isso que estou justificando, porque eu quis fazer a questão anteriormente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Seria um encaminhamento. Não seria uma questão de ordem, nem pela ordem.

V. Exª quer falar pela ordem, nobre Deputado Márcio?

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero falar pela ordem, apenas para fazer um reparo nas colocações feitas pelo Deputado Luiz Couto e esclarecer o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª falará e terá oportunidade de até contraditar as perguntas feitas. Não há infringência alguma ao Regimento e nem à ordem, porque o nobre Deputado fez perguntas ao seu estilo. Dizem que o estilo é o próprio homem; cada um tem o seu próprio estilo. Ele fez perguntas lógicas, que não foram ofensivas e que tinham pertinência.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Fez ilações que merecem ser esclarecidas, Sr. Presidente.

Quero apenas comunicar ao Plenário que, em relação à doação que a SMPB fez à campanha de Aécio Neves...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª terá oportunidade.

**O SR. MÁRCIO FORTES** (PSDB – RJ) – Essa doação está na prestação de contas da campanha Aécio Neves feita pelo PSDB. Foram R\$4 mil apenas.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu acho que ele não deve falar quando tiver oportunidade de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O nobre depoente está pedindo alguns minutos para atender a algumas necessidades dele próprio.

Suspendo a reunião por alguns minutos até a volta dele. Até cinco minutos, no máximo.

*(Suspende-se a reunião às 20 horas e 58 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A reunião está reaberta. E peço que cada um dos Srs. Parlamentares tome seu assento e se reinstale o silêncio, porque vamos ouvir agora o próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, acho que há um engano. O próximo orador é Leonel Pavan. Eu sou titular.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É que o Senador Eduardo Suplicy está constando aqui como titular.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu sou titular também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Um minutinho que já vou dirimir a dúvida.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Eu sou titular, mas não há problema algum. Se o Senador Leonel Pavan está na minha frente, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu vou verificar: Deputado Luiz Couto; em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Eduardo Suplicy é titular? (Pausa.) Então, como titular, vai falar o Senador Eduardo Suplicy; em seguida, o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Seguindo o OK de V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O OK eu já tinha dado. Estava concedendo a palavra, mas tivemos de suspender a reunião a pedido do depoente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Está bem. Não tem problema, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Todos viram que o Senador Eduardo Suplicy não falou. Eu exatamente estava conferindo a palavra a S. Exª no momento em que tivemos de fazer uma suspensão em razão de um pedido do depoente, que tem esse direito.

Vamos retomar. Esses incidentes constantes desnecessários é que vão levando a reunião para a madrugada.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Marcos Valério, as movimentações de suas empresas, cujas cópias dos cheques estão no âmbito desta CPMI e na CPMI dos Correios, demonstram a existência de inúmeros cheques com valores superiores a R\$100 mil, atingindo uma soma superior a R\$10 milhões, sem que, entretanto, estejam identificados os beneficiários. V. Sª poderia nos dizer quem são essas pessoas? Quais são os beneficiários?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, sim, Senador. Essas pessoas estão relacionadas nesta lista aqui, Senador.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Que V. Sª já nos entregou. É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Então, agora, não há qualquer falta no que diz respeito à identificação da soma superior a R\$10 milhões. Agora estão todos identificados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estão todos identificados aqui. Devidamente identificados.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Muito obrigado.

V. S<sup>a</sup> poderia nos confirmar se jamais enviou recursos para uma conta da agência do Banco Rural na Ilha da Madeira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu até assinei um para a Senadora Heloísa Helena e pedi ao Senador para redigir um para esta CPMI. Nunca mandei para lugar nenhum do mundo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se não tem em seu nome, porventura seja no de sua senhora ou de alguma empresa relacionada a V. S<sup>a</sup>? Por acaso há, mesmo que indiretamente, mas relacionado a V. S<sup>a</sup>, depósitos no exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Eu daria por escrito também da minha esposa e o meu pessoal. Não tenho, não, senhor. O Presidente pode fazer a carta que eu assinarei. Já passei a minha identidade para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Chame o secretário para providenciar a redação do documento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Recebi informações, e a imprensa nos últimos dias tem mencionado que V. S<sup>a</sup> teria se encontrado com emissários do Sr. Daniel Dantas, visando como que uma aproximação com o atual Governo. Poderia nos esclarecer qual o real interesse do Sr. Daniel Dantas com respeito a esta aproximação com o atual Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso foi logo no início do Governo, numa reunião em que se apresentou o Sr. Carlos Rodenburg ao Dr. Delúbio Soares. Eles queriam ter um relacionamento mais amistoso com a Previ, e isso não aconteceu, porque o relacionamento se deteriorou cada vez mais, até culminar com a saída deles agora da empresa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Agradeceria a sua colaboração, porque V. S<sup>a</sup> acompanhou de perto isso que parece ser um grande quebra-cabeça.

Há algumas reportagens na imprensa brasileira, seja nas revistas **Carta Capital**, **Veja**, **ISTOÉ** e em quase todos os jornais, que têm procurado dar destaque a esse assunto, que, entretanto, para o público em geral, parece ser muito complicado. Haveria, inclusive no Governo, a interpretação, segundo a análise de alguns órgãos de imprensa, de que alguns setores do Governo teriam algum tipo de visão a respeito de como deveria haver a relação do Governo com as empresas do Sr. Daniel Dantas, e outro segmento poderia ter outra visão. É possível, pelo que é noticiado

nas reportagens, que V. S<sup>a</sup>, por ter interagido inclusive com o Sr. Daniel Dantas e com outras pessoas que com ele interagiram, teria condição de aqui apresentar uma verdadeira radiografia desse imbróglio ou dessa disputa empresarial. Uma disputa pode ser normal. É natural que haja a vontade de grupos empresariais no setor de telecomunicações que queiram aproximar-se, por exemplo, dos fundos de pensão, de tal forma a atrair o interesse dos fundos de pensão para serem sócios. Desde o tempo em que houve a privatização das empresas de telecomunicações, essa disputa tem sido renhida.

Quem sabe possa V. S<sup>a</sup>, conhecendo bem esses fatos, nos dar o seu testemunho e nos explicar como se deu esse processo todo. Se puder, mesmo sinteticamente, trazer-nos o seu ponto de vista, a sua radiografia sobre o problema...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou dar o meu ponto de vista. Apesar de o Sr. Roberto Jefferson falar que sou embaixador das telecomunicações e tudo, vou dar o meu ponto de vista pessoal. Não vou fugir da resposta, porque não vim aqui para isso. Vim para dar todas as respostas, mesmo que não satisfaçam. É a minha verdade. É o que eu presenciei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Serei muito franco e muito direto com o senhor sobre esse episódio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – O objetivo desta CPMI e de todos é ouvir V. S<sup>a</sup> com a sua sinceridade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Daniel Dantas me procurou, por meio do Sr. Carlos Rodenburg, para que eu apresentasse o Dr. Delúbio Soares. Por quê? Porque ele queria ter um relacionamento melhor com os fundos. Ele achava que o Dr. Sérgio Rosa o perseguia pessoalmente. Estou repetindo o que foi manifestado na reunião com o Sr. Delúbio Soares.

Não estando satisfeito e vendo que o Delúbio não resolveria, tenho certeza... Logo em seguida, o Sr. Duda Mendonça foi contratado com uma agência dele na Brasil Telecom. Daí para frente, eu não sei. Estou contando os fatos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não estou inventando fatos. Estou contando o que é real.

Sei também que ele contratou um advogado para defendê-lo aqui em Brasília, o Sr. Antônio Carlos, que

eu não conheço. Estou reportando os fatos que vieram ao meu conhecimento.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sei também que, logo em seguida, foi noticiado que ele fez um acordo com os italianos. É a única coisa que sei, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Quando ele teria realizado um contrato com Duda Mendonça, isso teria sido uma forma de aproximar-se um pouco melhor do Governo na sua avaliação? É isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na minha avaliação – estou sendo muito franco, é minha opinião pessoal, sem nenhum compromisso –, e não vou julgar se é bom ou não, se é válido ou não, ele procurou outro caminho com uma empresa competente, que é a Duda Mendonça. Ele, então, uniu o útil ao agradável. É a minha opinião pessoal, deixo claro. Não é a opinião de quem viu ou assistiu algo. É pessoal.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Com as empresas do Sr. Daniel Dantas, V. S<sup>a</sup> teve um relacionamento de negócios também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, tive. Uma das empresas de que eu participo atendeu a conta da Telemig Celular desde 1998.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Anualmente, nos últimos cinco anos, esse negócio era de que valor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$10 milhões por ano.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Sim.

O Sr. Ângelo Calmon de Sá, V. S<sup>a</sup> conheceu? Que tipo de relacionamento teve com ele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, conheci o Dr. Ângelo Calmon de Sá.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – E teve relacionamento de negócios também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, de negócios. O Dr. José Augusto Dumont era Vice-Presidente do Banco Rural, que participa de um banco chamado Banco Mercantil de Pernambuco – detém 22% desse banco. O Dr. Ângelo Calmon de Sá era o dono da massa falida – não é massa falida, é do Banco Econômico – e o Dr. José Augusto queria fazer o levantamento da intervenção no Banco Mercantil de Pernambuco e no Banco Econômico.

Foi nesse meio tempo que conheci o Dr. Ângelo. Levou-se a proposta para o Banco Central, que, de acordo com os próprios anúncios de jornal que tenho aqui, recusou a proposta.

Estou passando.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Está bem.

Se V. S<sup>a</sup> já tiver respondido as perguntas que formularei, apenas me informe, que me darei por satisfeito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Responderei todas.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Como o senhor conheceu a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos e como se deu a decisão de admiti-la? Como ela se tornou a Diretora Financeira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estava procurando uma Diretora Financeira, já que estava deixando o papel de Diretor Financeiro – era muito mais comercial do que financeiro na empresa. Comentei esse assunto com o Dr. Cláudio Roberto Mourão, que disse que tinha a pessoa ideal para o cargo que eu estava pretendendo. Foi então que ele me apresentou a Dona Simone na minha sala da SMP&B. Fiz uma entrevista com ela de quase duas horas e depois a contratei.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Quais eram as competências da Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos? Quem dava as ordens diretamente a ela com relação, por exemplo, à distribuição de recursos das suas empresas a partir dos políticos ou a políticos diretamente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Muitas vezes, eu mesmo, pessoalmente. Outras, os meus sócios – poucas vezes eles. Mas, no relacionamento com o PT, que o senhor quer saber especificamente, muitas vezes, eu mesmo.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Se puder nos descrever, quais são as competências da Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela é uma pessoa que sabe organizar muito bem o quadro de RH, o quadro de pessoal, e a agência. É uma pessoa competente, Sr. Senador.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – O senhor conhece pessoalmente o Sr. David Rodrigues Alves?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Nunca vi.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – O senhor teria conhecimento de que ele entregava dinheiro sacado ao Sr. Cristiano Paz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ele não entregava dinheiro ao Sr. Cristiano Paz. Os cheques que correspondem aos saques do Sr. David Rodrigues foram repassados a Duda Mendonça por meio da Sr<sup>a</sup> Zilmar Fernandes.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Além dos contratos que V. S<sup>a</sup> mencionou que as empresas

têm – ou tiveram até há pouco – com o Governo Federal e também com o Governo de Minas Gerais, com governos de que outros Estados as suas empresas tiveram contratos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, eu vou responder: Distrito Federal e tive alguma coisa no Estado de Goiás, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – A partir de quando no Estado de Goiás e no Distrito Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No Distrito Federal, ainda está em vigor. Com o Estado de Goiás, eu calculo que tenha sido há uns dois, três anos atrás.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – E com que valor aproximadamente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O valor é pequeno. Se eu não me engano, seis, sete milhões, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Certo. Ao longo das suas respostas, eu percebi que mencionou, a certa altura, que havia votado em Ciro Gomes para a Presidência em 2002, que era do PTB, que havia feito aproximações, por exemplo, com o Governo do PSDB, em coligação com o PFL, que se aproximou do Governo do Partido dos Trabalhadores nos últimos dois anos, mas que não tem afinidade com o Partido dos Trabalhadores.

Fiquei pensando como poderia sintetizar a sua visão e o que deseja para o Brasil. Qual é a sua aspiração? O que deseja para os seus filhos? Que partido ou que idéia, que objetivo tem V. S<sup>a</sup> para o Brasil dos seus sonhos, para V. S<sup>a</sup>, para os seus filhos e para os brasileiros? É minha última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu gostaria de sintetizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só um minutinho, Sr. Depoente. O art. 213 do Código de Processo Penal diz o seguinte: “O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato”. Não há nenhuma relação, mas, por tolerância, vamos ouvir a resposta. Peço, porém, a compreensão de todos para que perguntas desse jaez não se repitam.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senão, vamos à eternidade. Vou conceder, por deferência...

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Eu agradeço ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...dada a excelência de Parlamentar que V. Ex<sup>a</sup> é.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Ele pode ser breve, mas eu acredito ser importante essa resposta, até para que compreendamos melhor a maneira como ele se relacionou com tantos partidos políticos, Sr. Presidente. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já lhe conferi. Pode responder, Sr. Depoente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu quero sintetizar, com todo o respeito e a admiração que eu tenho pelo Senador.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu estou vendo aí o Senador na frente do senhor, o Pedro Simon, a quem eu não conheço, mas a quem eu acompanho pessoalmente. Eu só vou sintetizar com uma coisa... E volto a falar: a minha empresa não é a primeira empresa que ajudou, não será a última, mas a minha pessoa física... Eu só tenho uma coisa a pedir a você e ao Senador... Vou chamar de você...

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Não tem problema. Pode me chamar assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tratamento respeitoso é V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou simplesmente pedir desculpas pelo seu partido pelo que aconteceu, pelo que eu fiz. O Senador, um dia sentado ali, na última CPMI, olhando nos meus olhos, me falou uma coisa: “Por que é que você não fala o que aconteceu?” – refiro-me ao Senador Pedro Simon. Eu peço desculpas ao Pedro Simon por não ter falado naquela ocasião, Senador Pedro Simon, e Senador Eduardo Supply, também a mesma coisa.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, na verdade, estamos aqui ouvindo o Sr. Marcos Valério responder – já o fez diversas vezes – as mesmas perguntas.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Mas não falou tudo ainda.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E agora o Senador Eduardo Supply adianta: “Mas não falou tudo ainda”. Certamente, tem algumas coisas a falar e, como mais da metade dos inscritos ainda vai questionar o Marcos Valério, algumas novidades irão surgir.

Mas eu queria, primeiro, dizer o seguinte: infelizmente, alguns parlamentares – e me perdoe essa

minorias – tentam confundir a opinião pública desviando o foco das investigações. Quando instalamos a CPMI, seu objetivo era investigar a compra da consciência de determinados parlamentares, alguns já conhecidos pela opinião pública, alguns injustamente – certamente isso será reconhecido futuramente –, e outros já declarados culpados – um já renunciou ao mandato e outros estão prestes a fazer isso. Alguns vão ser cassados, afastados da vida pública.

Mas tentam confundir a opinião pública. Esta CPMI surgiu porque há a notícia do famoso mensalão, de dinheiro de empresa e de dinheiro público destinados a partidos políticos para pagar mesada a alguns parlamentares no período 2003/2004. Esta CPMI surgiu para investigar o atual Governo, que compra votos, que comprou a consciência de alguns deputados – é bom dizer, de alguns deputados, uma minoria, da Base do Governo.

Foram citados aqui pelo Sr. Marcos Valério – depois vou pedir que o faça novamente – os partidos que se beneficiaram dos seus empréstimos. Só que há pessoas que tentam desviar o foco. Estão tentando buscar coisas de 1998, como se fosse o seguinte: “Bom, nós estamos na lama, estamos numa “m” tremenda...Vamos tentar jogar alguém lá do passado para confundir a opinião pública”.

Só que essas pessoas, quando tentam levantar alguns casos de Minas Gerais, como o Senador Eduardo Azeredo, esquecem-se de que Eduardo Azeredo, em 1998, prestou contas ao TRE de gastos de campanha no valor R\$8,5, tendo Minas Gerais 12 milhões de eleitores. E o Lula, em 98 – pasmem –, prestou contas ao TSE de apenas R\$3 milhões para mais de R\$100 milhões de eleitores. Parece que gastou pouco menos de R\$500,00 por município.

O Senador Eduardo Azeredo prestou contas ao TRE de R\$8,5 milhões, e o Lula prestou contas, da campanha pelo Brasil, de apenas R\$3 milhões. Se nós tivéssemos que fazer uma investigação do passado, teríamos que levantar tudo e verificar a campanha do Presidente da República principalmente, porque é impossível, com R\$3 milhões, pagar *outdoor*, santinho, carro de som, combustível, trio elétrico, avião, helicóptero, militância, caminhões, *shows* milionários, restaurantes, hotéis. É impossível pagar isso com R\$3 milhões.

Então, vamos, vamos colocar os pingos nos is. Vamos falar do que está acontecendo hoje no País, no presente. Buscar o passado é levantar a má prestação de contas do candidato a Presidente na época, o Lula, porque ele disse que gastou somente R\$3 milhões. Aliás, candidato do PT em 2002, o Sr. Nilmário Miranda prestou contas de apenas R\$550 mil. Quatro anos

depois da campanha de Eduardo Azeredo, Nilmário Miranda prestou contas de apenas R\$550 mil! Por favor, não desviem o foco. O foco é saber de agora. O atual Governo é comandado pelo PT, ao qual Marcos Valério destinou recursos para bancar alguns parlamentares. O Banco Rural já mandou uma lista de pessoas que sacaram dinheiro pessoalmente ou por meio de esposa, secretária, motorista e assim por diante.

Sabem de quantos milhões prestou contas o Sr. Fernando Henrique Cardoso em 1998? De R\$46 milhões. E o Lula, de apenas R\$3 milhões. É vergonhosa essa comparação.

Mas eu queria perguntar o seguinte, Sr. Marcos Valério: V. S<sup>a</sup> entregou para Eduardo Azeredo ou para alguém de sua família alguma quantia em dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele, pessoalmente, pediu-lhe alguma vez recursos para sua campanha? Ele chegou e falou para o senhor “O senhor me dá recursos”?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, o Sr. Cláudio Mourão tinha uma procuração assinada pelo Senador Eduardo Azeredo. E o Sr. Cláudio Mourão, através do Sr. Clésio Andrade, é que me pediu o recurso. E Senador Eduardo Azeredo, com todo o respeito e admiração que lhe tenho – é meu amigo pessoal –, sabia do empréstimo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele perguntou lhe pediu dinheiro pessoalmente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Foi o Sr. Cláudio Mourão.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele nunca lhe telefonou ou manteve contato com a sua pessoa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, nunca.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Algum dirigente do PSDB –esse Mourão não era dirigente do PSDB, isso está de acordo com a sua declaração, e sabemos que ele buscou dinheiro – de Minas Gerais foi buscar recurso com V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O tesoureiro era o Sr. Cláudio Mourão, mais ninguém.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Só o Mourão, que não era o tesoureiro do PSDB.

Há pouco, o Deputado Luiz Couto perguntou se V. S<sup>a</sup> conhecia uma série de pessoas. V. S<sup>a</sup> conhece o Sr. José Alencar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, mas não tenho nenhuma intimidade com ele.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Virgílio Guimarães?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, muito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Fernando Pimentel?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De vista.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Maria do Carmo Lama.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lara.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Lara. Essa questão de lama confunde um monte.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, conheço também.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Desculpe, a pergunta é a seguinte, escrevi errado.

Foram feitas perguntas sobre quem V. Sª conhecia em Minas Gerais, algumas pessoas do PSDB. É comum quem mora em Minas Gerais conhecer dirigentes, até porque V. Sª participava indiretamente, contribuindo com campanhas políticas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quais os partidos que se beneficiaram, em 2003 e 2004, de seus empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – PL, PP, PTB e PT.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O PSDB, em 2003 e 2004, lhe pediu algum recurso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quando conversava com o Delúbio, ele lhe falava como uma pessoa comum, simples, apenas como dirigente do PT, tesoureiro do PT, ou ele usava outros termos? Dizia que era ligado ao José Dirceu, que ele tinha um certo convívio com o Governo, que ele tinha alguma influência no Governo? Como ele se comportava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como dirigente do PT.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Apenas como tesoureiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Apenas como tesoureiro.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E V. Sª lhe confiou todos esses recursos apenas por ser ele tesoureiro do PT, não pensou em garantias para V. Sª?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, quem frequenta Brasília, quem está em Brasília – e não estou falando em Deputado,

estou falando como empresário –, sabe que o Dr. Delúbio Soares era um tesoureiro forte, um tesoureiro poderoso.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quando V. Sª emprestava dinheiro a ele, fazia-o apenas porque era dirigente do PT, porque era tesoureiro do partido, ou achava que, emprestando a ele, teria alguma influência no Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, ao contrário.

**O SR. (Orador não identificado)** – O senhor já respondeu para mim, na minha pergunta, que quem mandava no Delúbio era o José Dirceu. Já me respondeu às quatro horas da tarde.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu ia chegar agora... Ouvimos hoje V. Sª dizer, o tempo inteiro...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu ia chegar lá.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ah, bom. Vamos lá então. Continue com a resposta, pode continuar com a resposta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdi a pergunta do Senador, perdão.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quero saber se o Delúbio tinha influência dentro do Governo, se ele comentava alguma coisa, se alguém o comandava, se alguém estava bem próximo dele e trabalhava com ele a questão da busca de recursos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, a questão de busca de recursos eu tratava exclusivamente com ele como tesoureiro do partido. Agora, ele sempre se reportava ao Ministro da Casa civil.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Reportava-se a José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – A José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele me falava.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – João Paulo, ex-Presidente da Câmara Federal, teve algum contato com a sua empresa? Fez algum contato com a sua empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, nós ajudamos na campanha dele para Presidente da Câmara e uma das empresas de que participo, uma das empresas de que sou sócio, atende a Câmara Federal – acho que ainda atende, não sei.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para colaborar com V. Exª, não vamos mais

perguntar nada ao Sr. Marcos Valério, até porque vamos acompanhar o restante dos depoimentos para fazermos algumas comparações entre o que foi respondido e as novas perguntas.

Gostaria, porém, de deixar registrado que, lamentavelmente, em vez de aqui se trabalhar o objetivo atual, de perseguir o principal motivo da existência desta CPMI, que é justamente a questão atual das confusões criadas pelo atual Governo em relação a todo esse dinheiro distribuído a alguns parlamentares, a pessoas ligadas ao Governo, tenta-se buscar coisas do passado. Se for preciso, vamos abrir investigações para levantar fatos sobre o passado, mas não podemos, em hipótese alguma, perder o foco. Assim fazer é tentar tumultuar, confundir a opinião pública. O povo, o Brasil inteiro está atento às questões relativas a 2003 e 2004 e aos votos dados a projetos do Governo que, infelizmente, coincidentemente, aconteciam – os votos para alguns projetos e as retiradas de recursos no Banco Rural coincidiam.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>. Qual é o artigo da questão de ordem?

**O SR.** (Orador não identificado) – Só para lembrar aos demais membros desta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então não é questão de ordem.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não, Sr. Presidente, é questão de ordem sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é a fundamentação?

**O SR.** (Orador não identificado) – Esta CPMI foi criada com o objetivo de investigar todas as denúncias de 96 para cá, não é só de 2003 não. A CPMI é da compra de votos, não é de...

*(Interrupção no som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem a ser respondida portanto. Eu agora...

Vamos manter a ordem, vamos manter a ordem.

Estamos aqui há praticamente dez horas, e começamos essa fase final...

Eu pediria silêncio aos Srs. Parlamentares.

Estamos aqui há dez horas e temos de ser rígidos. Quando começa a parte final, há a repetição de perguntas. Vou intervir. Evidentemente não gosto de ser censor, procuro deixar sempre que o bom senso dirija esta reunião e as reuniões anteriores, mas terei que usar aqui o disposto no art. 212 do Código de Proce-

so Penal: “O juiz não poderá recusar as perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem em repetição de outra já respondida”.

Vou ficar atento, quando for feita pergunta já respondida, eu procurarei pedir que o inquiridor faça outra, porque senão não terminamos nunca.

Quem não quiser fazer perguntas não faça, use seu tempo não para um libelo político, que não é o caso, mas para uma consideração. Não vou censurar ninguém, mas daqui para frente vou usar o Código, que se aplica subsidiariamente aqui.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, tanto faz a pergunta ser repetida ou não, o tempo é o mesmo, são quinze minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É que nós não podemos simplesmente perder o nosso tempo com repetições. Que cada um invente novas perguntas para ajudar a elucidar os fatos. Se querem elucidar, tem que haver perguntas realmente elucidativas.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, entendo que o senhor está cansado, como nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não estou cansado, estou aplicando a norma.

**O SR.** (Orador não identificado) – O senhor é um homem sábio, mas o senhor não pode intervir nos quinze minutos. Se não for o assunto, o senhor pode, sim, intervir usando o Código Processual, mas a questão da pergunta repetida é diferente. Algum colega pode ter ido votar no plenário da Câmara ou no plenário do Senado e não ter ouvido uma pergunta. O senhor estará sendo extremamente injusto, o que o senhor não é, e o senhor não pode levar isso para o seu currículo. E tenho certeza de que o senhor não vai fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não serei injusto aplicando a lei, a norma e o Regimento.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o senhor está coberto de razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, vou conceder minha vez e o meu tempo ao nobre Senador Pedro Simon, que é reserva moral desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon em substituição ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho a gentileza e agradeço a tolerância da Comissão de concordar com a cessão.

Estamos avançando em uma questão realmente importante e dramática da vida brasileira. O depoimento do Sr. Valério, junto com as provas que as CPMIs têm, estão deixando tudo muito claro.

Não há dúvida, Sr. Presidente, quanto a certos fatos. São fatos o Sr. Valério, a sua empresa e, a sua secretária; de fato entregaram e receberam o dinheiro via Banco Rural ou num apartamento de hotel aqui de Brasília ou as pessoas foram à sede de sua empresa na cidade de Belo Horizonte. Quanto a isso, está tudo muito claro.

É muito importante a reunião desta Comissão com a Comissão dos Correios para que as duas troquem informações e as duas trabalhem em conjunto para não serem repetitivas, para uma colaborar com a outra.

A questão das pessoas que receberam está esclarecida, mas creio que estamos aqui vivendo um momento que esta Casa já viveu muitas vezes e não conseguiu sair dele.

Com uma atuação brilhante, V. Ex<sup>a</sup> presidiu a CPI do *Impeachment*. Participamos da CPI dos Anões do Orçamento, cassamos muitos parlamentares e até um Presidente da República, mas nós nunca conseguimos chegar ao corruptor. Não me parece que o Sr. Valério seja a figura do corruptor, mas o intermediário entre uma ponta e outra. De onde vem o dinheiro? Qual é a empresa pública que tem ligação com esse dinheiro? Qual foi a empresa particular que teve interesse nesse dinheiro? Até aqui não entramos nisso.

Na CPI dos Anões do Orçamento, quando quisemos entrar nesse âmbito, não nos deram o prazo para prorrogar os trabalhos. Pura e simplesmente, Câmara e Senado encerraram os trabalhos da Comissão. Nós cassamos os parlamentares, cassamos o Presidente da República, tínhamos todas as provas. Tínhamos todas as provas relativas às empresas, às entidades que compraram parlamentares, que participaram da corrupção, mas não nos deixaram investigar. Morreram aqui os arquivos. Não sei onde foram parar.

Há pouco tempo tivemos CPI do Banestado. Nunca na história do Congresso brasileiro nós chegamos tão perto! Inclusive, a justiça americana mandou para cá. E nos porões do Senado estão as pastas dos dossiês das CC-5 e das remessas de dólares para o exterior.

Mas uma briga criminosa entre PSDB e PT, onde o Relator, o Sr. Deputado Mentor, fazia questão de esconder a matéria, de não fazer as perguntas para as testemunhas.

Inclusive, em seu parecer final, não foi votado o relatório dele, não colocou o Banco Rural, deixou de fora o Banco Rural, porque havia uma disputa. O PT

querendo atingir o Presidente do Banco Central do Governo Fernando Henrique; e o PSDB querendo atingir o atual Presidente do Banco Central. Resultado, dois pareceres e não deu em nada.

Acho até, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup>, reunindo-se com os outros Presidentes de CPI, faria um trabalho muito importante se trouxesse, para uma dessas três, os baús que estão aqui, com as contas CC-5 e com os nomes das pessoas que realmente fizeram remessas ilegais de dinheiro para o exterior.

A CPI dos Correios, o tempo está passando e resolveram decidir não abrir as contas dos fundos de pensão. O argumento é o de que enviaram solicitação e vão aguardar as respostas.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que as respostas vão vir na última hora e sabemos que as respostas vão vir de forma irregular. E sabemos que se não estivermos lá, nada vai acontecer.

É por isso que eu acho que estamos vivendo uma hora muito importante. Em nível de opinião pública, acho que a coisa está satisfeita. Já saiu o nome dos parlamentares, o nome dos partidos, quem pegou dinheiro, onde pegou. Tudo que podia acontecer já aconteceu. Mas não podemos deixar de fazer a segunda parte, que é botar a mão nos corruptores. É ver de onde saiu esse dinheiro, de onde veio esse dinheiro, quem botou esse dinheiro e quais os interesses que estão envolvidos nessa questão.

Seria muito ridículo imaginar que o Sr. Valério, ainda que com a licença do Sr. Delúbio, os bancos estariam dando esse dinheiro, movimentando essa montanha de dinheiro se não tivesse alguém atrás. Se não tivesse alguma coisa atrás disso.

O Sr. José Dirceu disse que não sabia de nada. Petrobras e companhia não sabem de nada. No entanto, o próprio Deputado Roberto Jefferson fez questão de salientar que na hora de escolher os cargos para o Governo, eles eram escolhidos de diretores das empresas estatais em torno dos quais giravam empresas que trabalhavam naquela estatal e com as quais ele tinha afinidade para buscar dinheiro para o Partido.

Isso foi dito com todas as letras com a maior frieza. Essa era a forma pela qual... ele, inclusive, não tinha tanto interesse em pegar Ministério, mas tinha mais interesse em pegar diretores de estatais, com as quais tinha vinculação para pegar dinheiro do seu Partido.

E a afirmativa final, Sr. Presidente, de que V. Ex<sup>a</sup> teria ido a Portugal e de que a empresa portuguesa teria sido consultada no sentido de aportar dinheiro para a tesouraria do PT e para a tesouraria do PTB é algo que vem caminhando.

Por isso, penso que seria muita ingenuidade da nossa parte se ficassemos apenas na primeira parte.



Estaríamos repetindo o que já fizemos várias vezes. Várias CPIs tiveram, várias CPIs – e uma coisa é interessante, parece ser difícil cortar na carne do Congresso. Não é. Temos cortado várias vezes. Mas o que é difícil é cortar no setor financeiro do Governo. O que é difícil é cortar no corruptor, no setor realmente de onde é a origem da corrupção. A rigor, se formos olhar, desde a primeira campanha, antes do Collor, são as mesmas fontes e que permanece em silêncio.

Eu perguntaria, e acho que é um assunto para se discutir, inclusive pode ser tratado à margem desta Comissão: como vamos fazer a campanha do ano que vem? Eu pretendo ser candidato ao Senado, no Rio Grande do Sul. Não tenho coragem de sair de casa, a não ser usar o programa de televisão gratuita, sem nenhuma propaganda, sem nenhuma empresa falar por trás do PMDB e dizer que “eu sou candidato do Senado, quem quiser votar em mim, vote em mim!”. Porque qualquer dinheiro que eu pegar, todo mundo vai falar “de onde veio o dinheiro?”. Se não fizermos a regulamentação, se não fizermos um esquema para mostrar como é que vai ser no futuro, com que cara vamos sair e fazer a campanha no ano que vem?

Por isso esta Comissão é importante, Sr. Presidente. Por isso nosso trabalho é fundamental. Por isso acho que V. Ex<sup>a</sup>, de todos os Presidentes de comissão, é o que tem mais história, é o que tem mais responsabilidade, é o que tem mais tarimba. E o seu Relator, que é um homem de uma experiência extraordinária, deve fazer reunião com as diretorias das outras reuniões. As três CPIMs devem-se reunir e, em vez de fazerem um trabalho igual, se repetir, distribuir tarefas: vocês vão ficar agora para levar até o fim o problema do mensalão; vocês vão entrar na causa e na origem de como isso veio, de onde veio o dinheiro, onde estão os corruptores; e vocês vão olhar, em termos de legislação, como é que temos que fazer no futuro. Porque, caso contrário, vamos nos repetir e não vamos chegar à conclusão nenhuma.

Era isso, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Alvaro Dias, pelo prazo de 10 minutos, porque os suplentes falam por 10 minutos. É o primeiro suplente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, o Sr. Marcos Valério adota uma linha de defesa calculada, organizada, que é consequência de uma concatenação que envolve o Poder Executivo e as Lideranças do Partido dos Trabalhadores envolvidas nessa rede sistêmica e organizada de corrupção que se instalou no Governo Federal e que tem, no Sr. Marcos Valério, pelo menos

é o que se identificou até aqui, o operacionalizador mais eficiente.

E, nessa linha de defesa, a tentativa é iludir com a fantasiosa versão de que esse esquema de corrupção foi arquitetado para sustentar campanhas eleitorais. E só isso! Na verdade, essa é uma vertente; a outra vertente é aquela que esta CPMI explora, a do pagamento de propina para o convencimento de parlamentares no Congresso Nacional nas votações importantes para o Governo.

A arquitetura dessa versão fantasiosa anunciou-se quando de uma entrevista sua à Rede Globo combinada com uma entrevista do Sr. Delúbio Soares na mesma emissora e com uma patética entrevista concedida pelo Presidente Lula em Paris, também veiculada pela Rede Globo de Televisão.

É evidente que houve uma arrumação, uma orquestração. Eu indago do Sr. Marcos Valério: essa arrumação, essa combinação, o senhor tratou diretamente com o Presidente Lula ou usou como porta-voz, intermediário, o Sr. Delúbio Soares ou o Sr. José Dirceu?

Eu faço essa pergunta, porque o Presidente Lula gravou essa entrevista antes que o senhor concedesse a sua à Rede Globo. Certamente, o Presidente da República não tem o poder de premonição. Ele não tinha como imaginar o que o senhor diria em sua entrevista, porque uma entrevista gravada antes da veiculação da sua já anunciava a mesma versão. Da mesma forma, o Sr. Delúbio Soares concedeu a sua entrevista **a posteriori**; a entrevista do Presidente Lula foi gravada antes, na sexta-feira. É por isso que eu indago do senhor. Esta combinação, o senhor fez com o Presidente Lula, diretamente, ou usou os intermediários já citados.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, com todo o respeito, seria uma combinação meio estranha, seria uma combinação mais ou menos assim: olha, vocês vão acabar com a minha vida, eu vou seguir a sua cartilha, vocês vão destruir as minhas empresas, eu vou aceitar vocês destruírem as minhas empresas, eu vou aceitar vocês mandarem todos os meus funcionários embora, eu vou aceitar os bancos me executarem e vou dizer amém a tudo que vocês vão fazer. É isso o que está acontecendo. Eu vou aceitar que a minha filha me veja na televisão, o pai, como ladrão número um do País, vou bater palmas para o Presidente Lula, vou bater palmas para o Sr. José Dirceu...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas isso tudo independe dessa combinação que o senhor é, aos olhos da população brasileira...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então o senhor está me chamando de um homem sem honra, que eu tenho que...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas o senhor gostaria que eu o chamasse como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Então o senhor está me chamando... O senhor está me desculpendo... Não vou responder mais porque o senhor está me ofendendo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não. Não estou ofendendo. Estou fazendo uma indagação e o senhor não responde. Sobre essa questão se o senhor tem honra ou não, fica ao meu critério concluir. E tenho a minha conclusão. Ainda não a expus. Não o ofendi por isso. Eu estou indagando: esta arrumação, esta orquestração, o senhor combinou diretamente com o Presidente da República ou o fez por intermediários? O senhor não vai responder?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que o senhor não pode responder. O senhor não tem resposta para isso. Esta é a realidade visível dos fatos. O senhor combinou essa fantasiosa versão na esperança de iludir a opinião pública e na esperança de orientar os trabalhos das CPIs no Congresso. O que o senhor deseja é que as CPIs esqueçam a essência da investigação. E o senhor, nessa combinação, procura proteger pessoas e blindar setores do Governo. O senhor, nessa troca de favores, pretende isentar o Presidente da República, procura colocá-lo distante dessa arquitetura que tinha por objetivo um projeto de poder de longo prazo no País.

E se não responde a essa pergunta, indago se está disposto a responder outras.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu sou um homem de honra, só vou te dizer isto, Senador, com todo o respeito, com toda a dignidade, com todo o coração – e sei que tem muitos votos: peço perdão se faltei com respeito ao senhor, V. Ex<sup>a</sup>. Desculpe, Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor não falta com o respeito ao Parlamentar; o senhor falta com o respeito ao povo brasileiro, com o cinismo e com essa incrível disposição para mentira. O senhor usa a mentira como arma de defesa. Creio que é uma estratégia equivocada. A mentira é muito arma de acusação para esta CPMI do que arma de defesa.

Eu vou formular a outra pergunta.

Nessa operacionalização desonesta, o senhor usa um instrumento eficiente que é o Banco Rural, entre outros. Mas com o Banco Rural há uma associação de muita intimidade, de muita informalidade: simples bilhetes autorizam o provisionamento de valores significativos; bilhetes singelos autorizam a liberação de recursos significativos na boca do caixa para pessoas

que, muitas vezes, sequer se identificam. Tanto é que em uma oportunidade pelo menos houve a entrega do dinheiro para a pessoa errada. E foi o tesoureiro que confessou esse fato. A intimidade é tal que o domínio na Internet da SMP&B foi requerido pelo Banco Rural. As operações estranhas de empréstimos, sem garantias reais, levam-me a supor e até indagar se V. S<sup>a</sup> não seria uma espécie de sócio oculto do Banco Rural com tanta intimidade e com tantas facilidades para operações estranhas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo respeito, eu não sou sócio oculto do Banco Rural.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A pergunta tem muito a ver até porque a movimentação financeira do senhor e das suas empresas, em um País como o nosso, é compatível apenas para banqueiros, e grandes banqueiros.

Indago do senhor: O senhor afirmou à Polícia Federal que firmou um contrato com a empresa Garanhuns para justificar saídas de recursos. Essa afirmativa, o senhor fez à Polícia Federal ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que foi a PGR.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É, mas fez um depoimento à Procuradoria, então?

Quem intermediou esse entendimento que culminou com essa assinatura de contrato com a Garanhuns?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Jacinto Lamas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Jacinto Lamas. O PT participou dessa orientação ou não? Ou foi só o Jacinto Lamas, em nome do PL?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O PT indicou o Jacinto Lamas, que indicou a empresa Garanhuns, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então o PT participou dessa operação também, indicando o Sr. Jacinto Lamas?

E qual o representante da Garanhuns que assinou esse contrato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não me lembro, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É José Carlos Batista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é José Carlos Batista, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado, Senador. Seu tempo para concluir.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu quero solicitar ao depoente que encaminhe esse contrato, se possível, a esta Comissão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, Excelência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É evidente que tenho outras indagações, mas concluo, Sr. Presidente, apenas afirmando que a realidade dos fatos impõe uma constatação inquestionável: estamos diante de um gigantesco escândalo de corrupção. Há, sim, uma rede sistêmica e organizada de corrupção instalada no Governo, e é isso que estamos investigando. Não simplesmente caixa dois de campanha eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o ilustre Deputado Gastão Vieira, por dez minutos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares e Sr. Marcos Valério, desde que cheguei nesta Casa, em 1995, que me defronto com situações que nunca ficam bem esclarecidas: o caso Sivam, desvalorização do real, privatizações, precatórios, pasta rosa, enfim, tem sido uma seqüência de fatos que eu acho que a maioria desta Casa gostaria que fossem esclarecidos.

Gostaria de saber inicialmente, Sr. Marcos Valério, qual é a sua lógica empresarial? V. S<sup>a</sup> é um empresário, tira um empréstimo para uma campanha política de R\$7 milhões, não lhe pagam o empréstimo, V. S<sup>a</sup> paga R\$2 milhões desse empréstimo e ainda faz trabalhos publicitários gratuitos para o seu credor. Trabalhos que são caros, onde a inflação comparece sempre.

São trabalhos de criação, de gráfica, enfim, há uma série de trabalhos. E V. S<sup>a</sup> abriu mão de tudo isso, pagou o empréstimo e ficou em três anos pagando sucessivamente esses outros débitos. Não consigo entender, V. S<sup>a</sup> nega a essência do capitalismo. V. S<sup>a</sup> não quer lucro, quer prejuízo. Terá sido esse fator de V. S<sup>a</sup>, essa figura tão aberta, que o levou a aproximar-se do Partido dos Trabalhadores? Talvez tenha sido essa a causa que levou V. S<sup>a</sup>, já durante a campanha do Presidente Lula, a financiar alguns gastos de campanha, na certeza da vitória, e ser recompensado em contratos futuros, quando o Presidente assumisse.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que em 2003...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A eleição foi 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, em 2002 foi um relacionamento de conhecimento. Como eu falei, toda empresa de propaganda procura se relacionar com políticos, ainda mais numa campanha eleitoral. E foi isso que eu fiz.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Esses R\$15 milhões que foram pagos para o publicitário que fez a campanha presidencial do Presidente Lula, que V. S<sup>a</sup> pagou e que aparece agora, não têm nada a ver com a campanha eleitoral de 2002?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei, Excelência, eu não sei se tem a ver, eu simplesmente recebi a autorização, Excelência, para pagar.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup>, como publicitário, não teve a curiosidade de saber que campanha foi essa que custou R\$15 milhões, nenhuma curiosidade, nem curiosidade de mercado, curiosidade de companheiro da mesma área de atuação? V. S<sup>a</sup> não teve a curiosidade de saber o que esses R\$15 milhões pagavam?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Português claro?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tive curiosidade sim, Excelência.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Pagou que campanha, então?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E não tive a resposta, Excelência.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup> não teve a resposta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não minto para o senhor que eu não tive a curiosidade. Tive sim, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu quero ir mais longe: no depoimento que V. S<sup>a</sup> prestou no Ministério Público Federal, o senhor afirmou que a área de publicidade tem uma atuação que envolve a submissão a interesses políticos. V. S<sup>a</sup> confirma essa frase?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que envolve interesses... Como eu sou um ex-publicitário, eu já larguei e já quebrei o suficiente, eu diria que envolve interesses de relacionamento político.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – É, não é bem o que está dito aqui, mas eu me satisfaço.

Mas V. S<sup>a</sup> disse para nós, hoje, aqui, que nunca pagou comissão para nenhum político. Não há uma certa contradição entre você ter uma atuação num setor que está muito envolvido com interesses políticos e nunca ter pago nenhuma comissão para ninguém que intermediou esses negócios ou que escolheu a agência? O senhor não acha meio...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Eu vou tentar explicar o que acontecia no passado. Na verdade, nunca paguei, mas também já fiz campanhas de graça, já fiz **layouts**, já

fiz **outdoor**, já fiz santinhos, já fiz bandeirolas. Você está sempre ajudando o que pode numa campanha política.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Sª fez uma afirmação de que...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E não vou fugir das respostas, Excelência, eu vou responder com toda franqueza.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou me dando por satisfeito, V. Sª não está fugindo das respostas.

V. Sª também afirmou que, por uma coincidência do destino, toda empresa que faz a campanha do Presidente acaba ganhando os melhores contratos quando este assume. V. Sª citou, no Governo FHC foi a empresa tal, etc. e etc. V. Sª confirma isso, que disse isso aqui, durante seu depoimento? Eu estou aqui desde onze e meia da manhã, não me ausentei nem um minuto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não só citei do outro Governo como citei deste Governo também. Eu acho que é válido pelo trabalho que eles tiveram, mas foi uma licitação pública, normal, em todos os dois Governos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas V. Sª disse também que nunca dizia “não” ao Delúbio e outro dirigente do PT porque tinha medo de perder o seu contrato. V. Sª confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Muito bem.

Que mercado é este que quem ganha uma licitação limpa tem medo de perder o contrato? Que mercado é este em que há uma coincidência de quem faz a campanha do futuro Executivo acabar tendo os melhores contratos? Eu pergunto a V. Sª: tem realmente licitação para valer ou há um acordo de todas as agências em que mesmo os perdedores que compõem aquela licitação acabam sendo beneficiados com um pedaço de outro contrato? Fale um pouco desse mercado para mim. Estou curioso de saber, porque eu já vi com outros setores, em outros tempos, isso acontecer, com empreiteira, com não sei quê. Mas esse mercado publicitário me chama a atenção. Eu gostaria que V. Sª, já que não responde outras perguntas, mas pelo menos me dissesse: como é que funciona esse mercado? É um mercado de carta marcada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, eu não diria um mercado de carta marcada, mas as empresas que estão fora de São Paulo sofrem muito para conseguir conta dentro do Governo Federal. Se você contar as empresas

que estão fora de São Paulo e que estão atendendo à máquina do Governo Federal, direta ou indiretamente, você conta na mão...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas a Bahia parece que tem várias empresas que dominaram durante...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Bahia, hoje, só tem uma nos Correios, que é a Bagg, a própria Propeg, que foi uma grande empresa baiana que estava um pouco afastada do Governo Federal. E os baianos tiveram que sair da Bahia para ir a São Paulo para fazer sucesso e ganhar contas no Governo: citamos o Nizan, que é um homem muito competente; o Duda, que também é um homem muito competente. Eles tiveram que sair de seus Estados.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Sª então não concorda que esse seja um mercado loteado, em que há um acerto prévio em cada licitação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não concordaria com isso, mas concordo que é um mercado disputado no tapa.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas se é um mercado disputado no tapa, por que um simples empurrão tira um contrato do mercado de quem o ganhou no tapa, ou seja, na luta? É essa lógica que não consigo entender. Se ganha no pau, por que perde no sopro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou dar um exemplo. Perdi todas as minhas contas com o Governo Federal. Com toda a sinceridade, os meus concorrentes estão batendo palmas porque saí do Banco do Brasil.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quería fazer uma outra pergunta. V. Sª disse que aditivou vários contratos já neste Governo, como Banco do Brasil, Eletronorte, Correios, enfim, na minha cabeça funciona assim: eu tenho um contrato e ele é aditivado por prazo, por dinheiro ou por mais recursos, é isso? Essa expressão aditivado significa o quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele vence e você pode renovar por mais cinco anos consecutivos. A lei permite isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Isso é prazo. Eu quero saber o valor do contrato.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O contrato pode ser aditivado em até 25% do valor, de acordo com a lei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Se só aditar o contrato em 25%, obra 25% e esse setor que V. Sª trabalha também 25%. Só aditivou prazo e 25% do contrato, como justifica esse crescimento enorme nos contratos de V. Sª? Ou será que esse contrato veio

inchado na origem, ele estava superfaturado quando foi assinado? Eu queria que V. S<sup>a</sup> explicasse isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, com todo o respeito, o contrato com o Banco do Brasil é desde 1994; não foi superfaturado e não houve um crescimento. A única conta nova que se agregou no Governo do Presidente Lula foi a conta dos Correios. O resto veio de governos passados, desde o Governo Itamar Franco... Tínhamos uma história dentro dos Governos e hoje não temos mais.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Vou lhe agradecer e permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode fazer mais uma pergunta para concluir.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estamos aqui desde às 8h45 da manhã e o tempo ainda é reduzido. Quando V. S<sup>a</sup> lista as empresas que ganhou o contrato, também citou dois órgãos governamentais que, na verdade, aqui ninguém está falando de iniciativa privada pura, mas, sim, de empresas estatais e outros órgãos governamentais. O senhor disse: eu perdi em duas. Perdi no Sebrae e na Anatel. Foi isso que V. S<sup>a</sup>...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdi também na Secom e entrei na Petrobras e saí.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Um Banco do Brasil não vale Sebrae e Anatel juntas, em termos de verbas publicitárias?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu diria que as melhores contas, com todo o respeito, seriam Secom, Ministério da Saúde e Petrobras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Secom, porque centraliza toda a verba de publicidade do Governo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Publicidade do Governo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas, fora isso, o grande filé ainda é o Banco do Brasil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É um dos filés, mas eu trocaria por uma Petrobras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu lhe agradeço. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é verdade que esse longo depoimento de V. S<sup>a</sup>, Sr. Marcos Valério, demonstra... e o tema em si fica bastante exaurido. Agora há ainda algumas dúvidas. Queria

clarear alguns pontos. Como V. S<sup>a</sup> se apresentava? No dia-a-dia, no seu trabalho, V. S<sup>a</sup> se apresentava como? Como publicitário?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – **Como publicitário, Excelência.**

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor poderia nos explicar melhor o que fazia antes de ter as participações nas empresas SPM&B e DNA?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Trabalhei em banco durante muito tempo, depois saí e fui ser consultor financeiro, depois fui trabalhar nessas empresas por onze anos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor se referiu aqui ao fato de o Deputado José Dirceu ter sido como que avalista nos contratos feitos por V. S<sup>a</sup>. No caso do empréstimo feito por V. S<sup>a</sup> em 1998, quem seria o avalista?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Direito creditório do Estado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas a pessoa que estaria avalizando a ação do senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. O volume... a minha empresa comportava tomar o volume, e eu tinha direitos creditórios no Estado a receber. Isso pode ser comprovado na planilha do Estado de Minas Gerais. E que por acaso não recebi, porque houve uma moratória dentro de Minas Gerais, e esse direito foi prorrogado por dois anos, não sei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disse mais cedo que ficava mais por conta dos negócios com o PT. Desse fato podemos depreender que outros sócios do senhor ficavam por conta de outros negócios. Quais seriam esses negócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Iniciativa privada, Governo do DF, Governo do Estado de Minas Gerais. Era isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E precisamente quem eram esses sócios que cuidavam desses negócios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na SMP&B, era o Sr. Cristiano Mello Paes e Ramon Cardoso. Na DNA Propaganda era o Sr. Francisco Castilho, Margaret Queiroz.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor sabe nos informar o que fazia a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos antes de ser contratada pela empresa de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela trabalhava no Governo do Estado de Minas Gerais, na Secretaria de Administração.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Saiu de lá em que ano?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, acho que foi me 1999, não é?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não sei.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que é 1999, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Precisa-mente, no ano de 1997, o senhor realizava que tipo de atividade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – 1997?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – 1997.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já estava trabalhando nas empresas, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E o senhor tinha que contas de publicidade precisamente no ano de 1997?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – BH Shopping, Excelência. Era...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – No Gover-no.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Governo do Estado de Minas Gerais também, Excelência.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – No Governo, o senhor tinha, em 1997, somente as contas do Go-verno de Minas Gerais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor não tinha contas outras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que Presidente que era, Excelência, só para me lembrar, que eu me situo. Em 1997 era...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Fernando Henrique.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do mi-crofone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, desculpe.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do mi-crofone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não neces-sariamente. Nós vamos chegar ao Governo do Presi-dente Lula. Aliás, eu comecei lá.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do mi-crofone. Inaudível.)*

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Vamos lá, Presidente. O senhor tinha que contas em 1997?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na SMP&B, exclusivamente o Governo do Estado de Minas Gerais. Na DNA Propaganda, a conta do Banco do Brasil e, se não me engano, a conta do Ministério do Trabalho. E era só.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor, naquela época, ou no ano de 1997, alguém chegou a lhe fazer algum tipo de pedido de captação de recurso para partido, no ano de 1997?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nem no Es-tado de Minas Gerais, nem aqui em Brasília?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Perfeito. O senhor conhece a Srª Elza Guimarães?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, que eu lembre, não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Paulo Menicucci?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço sim, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – De onde?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele trabalhou com o Ministro Pimenta da Veiga, meu amigo. Ele trabalhou com ele no Ministério das Comunicações.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nesse pro-cesso todo, Sr. Marcos Valério, o senhor julga que o seu papel foi qual nesse processo todo de captação de recursos feito no ano de 1998 e repetido agora, com a participação do Sr. Delúbio Soares? Qual o papel do senhor nesse processo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu queria deixar...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Como o se-nhor vê o seu papel nisso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu queria deixar uma coisa muito bem cla-ra, independente de partido, independente de dispu-tas políticas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu queria deixar a posição do Marcos Va-lério.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Qual o papel que o senhor fez?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Um, não me sinto e estou extremamente arrependido de ter financiado o PT e tomado dinheiro emprestado...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Essa é uma pergunta...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou chegar lá.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor se julga financiador?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, eu vou chegar... com todo o respeito.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim, claro. Estou só perguntando.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No caso de 98, ali eu tenho um amigo. Eu tenho que deixar claro, eu não vou atacar as pessoas. No caso de 98, o Sr. Eduardo Azeredo é meu amigo. Eu considero ele meu amigo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu o ajudei através de um sócio, Sr. Clésio Andrade, e ali eu tomei um recurso e repassei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No caso de 2003, eu tive uma convivência com o Sr. Delúbio Soares e eu não desgosto do Sr. Delúbio Soares. Eu tenho que deixar isso claro. Eu não tenho... Eu te diria que ele é meu amigo sim. Eu não nego isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim, mas o senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu me arrependo de ter financiado o PT e me arrependo também de ter financiado o PSDB.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então, o senhor se julga financiador. É isso que eu gostaria...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu julgo que eu tomei um dinheiro emprestado na iniciativa privada e emprestei ao PT e tomei um dinheiro na iniciativa privada e emprestei ao PSDB. Agora, eu não gostaria de estar numa guerra com pessoas que eu respeito.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respeito o Sr. Eduardo Azeredo profundamente – deixar claro –, como respeito também o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas é importante nós percebermos nisso, Sr. Marcos Valério, qual é, realmente, a compreensão que o senhor tem do processo e qual foi a intenção do senhor quando participou desses processos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora, Excelência, com todo o respeito, não poupo as pessoas que destruíram a minha vida.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não estou aqui dando uma de mártir nem nada. A minha vida foi destruída. A prova disso é: quem quiser ir à minha empresa vai ver que eu demiti mais de 200 pessoas. Eu perdi todas as contas do Governo Federal. Muitas pessoas me viraram as costas definitivamente. O meu nome não pode ser ventilado a nenhuma pessoa que ela está correndo. O exemplo está aqui. O Sr. Ângelo Calmon de Sá desmente o que falou comigo. E ele viajou comigo para Portugal. É só pegar o meu passaporte e o dele. Eu não estou aqui para mentir. Eu estou querendo te mostrar o que é o nome Marcos Valério hoje.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, julgo-me satisfeito, por hora, com essas informações. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. membros da Comissão, esta está sendo uma reunião importantíssima. Muitas dúvidas estão sendo aclaradas. Muita luz está sendo atirada sobre desvãos dos quais não tínhamos conhecimento exato, mas devo lembrar que, apesar da importância das revelações aqui feitas, não caminhamos no sentido de apurar os fatos que motivaram a constituição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ela tem por finalidade apurar o pagamento regular ou mensal a Deputados Federais para avocar votos favoráveis ao Governo e, em segundo lugar, apurar compra de votos para reeleição do Presidente Fernando Henrique. Desejo lembrar aos ilustres colegas que, infelizmente, a nossa colheita nesses dois aspectos é muito pobre, dado que, em virtude da importância das outras questões, essas finalidades essenciais têm sido praticamente ocultadas em todas as perguntas feitas. Eu rogo que colaborem com o Relator, que se sente cada vez mais preocupado, em virtude da ausência de elementos de convicção e referências de provas, de indicações, e de indícios que possam justificar o seu futuro relatório.

Da forma em que vamos, creio que não atingiremos as finalidades da nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Perondi, eu quero fazer breves comunicações.

Amanhã, haverá uma reunião conjunta com a CPMI dos Correios, a partir das 11 horas e 30 minutos, na sala da Comissão Mista de Orçamento, na Câmara dos Deputados.

Os critérios serão os mesmos. Inscrição a partir das 11 horas, lá mesmo – peço que a Secretaria já esteja presente – até às 12 horas e 30 minutos. Quer dizer, a inscrição iniciará trinta minutos antes da reunião e terminará uma hora depois de iniciada a reunião. Então, esse é o tempo que teremos amanhã para as inscrições.

Amanhã, vamos ouvir o depoimento do Sr. Cristiano Paz.

A reunião conjunta será presidida alternadamente: uma hora para o Presidente desta Comissão e uma hora para o outro Presidente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Como são chamados os Deputados?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – As chamadas serão alternadas também. A ordem de inscrição desta Comissão será o primeiro a ser chamado e segundo a ser chamado é o primeiro inscrito da outra Comissão.

Eu creio que está claro.

**O SR.** (Orador não identificado) – Peço a palavra por uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra para um esclarecimento.

**O SR.** (Orador não identificado) – Se amanhã for obedecida a ordem de que primeiro falariam os titulares, os suplentes e os demais Deputados não irão falar. Ou talvez irão falar somente na sexta-feira, pois vai entrar a quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Haverá redução do tempo amanhã. Esse é outro detalhe.

**O SR.** (Orador não identificado) – Ótimo. Mas a minha proposta é a seguinte. Que falassem dois titulares e depois falassem um suplente. Voltasse a falar dois titulares e um suplente, em que haja um pouco igualdade e justiça que brota no seu coração.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não posso alterar uma ordem que foi decidida pelo Plenário. Nós podemos oportunamente discutir o assunto, mas não para amanhã, pois não há mais reunião do Plenário, para que possamos alterar essa regra. Nós podemos rediscutir esse assunto. Nada é definitivo. Só a morte é definitiva. O resto não.

**O SR.** ( ) – Somente para discutir essa questão da semana. Além do Cristiano Paz, o que está programado para esta semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Até agora só isso. Nós temos de trabalhar. Pode ser que amanhã decidamos alguma coisa diferente, em razão de algumas indicações do Plenário ou do Relator ou de qualquer membro. Então, vamos dar sequência os trabalhos.

Eu concedo a palavra pelo prazo de dez minutos...

**O SR.** ( ) – Sr. Presidente, é só para uma informação. Está mantida a nossa reunião administrativa de quinta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na quinta-feira, teremos ao menos uma reunião administrativa. Essa é outra questão.

Agora, concedo a palavra, pelo prazo de dez minutos, ao Deputado Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Marcos Valério, Srªs e Srs. Deputados, indignação, revolta, desesperança, desconfiança. Isso tudo brota nos corações dos brasileiros a cada dia, a cada hora e a cada minuto. Brasileiros que votaram no Lula não admitem que possa o Brasil ter sido lançado num mar de lamas como está. Quem não votou no Lula também está surpreso. Eu estou. E quanto mais vou ao meu Estado, mais volto indignado e revoltado.

Sr. Marcos Valério, com todo respeito ao senhor e à sua família, o senhor está se esforçando para dizer a verdade e ser sincero. O senhor está escondendo muitas coisas. Espero que o senhor possa dizer, não hoje, em outra oportunidade, tudo o que o senhor sabe, porque o senhor, o Delúbio e o Silvinho foram usados nessa arquitetura fraudulenta que atingiu o Brasil, nesses dois anos e meio.

Vamos às perguntas. Vou começar pelo meu Estado. O senhor confirma o repasse de um milhão e duzentos ao PT gaúcho?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo.

Existe recibo de todos os repasses?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Todos, não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Por quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque só alguns assinaram. O resto foi em dinheiro vivo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo, certo.

O senhor conhece quem lá foi buscar os cheques ou o dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não conheço.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor intermediou a soltura de um assessor do PT gaúcho, em Belo Horizonte, quando foi preso com R\$250 mil?



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não foi em Belo Horizonte, foi em Guarulhos, se não me... Guarulhos ou Santos... ou Congonhas, não sei.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Isto. O senhor ou um advogado seu intermediou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Eu, simplesmente... O advogado dele perguntou se poderia falar que era da SMP&B o recurso, e ele falou que era da SMP&B.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor fazia repasses a outros diretórios regionais do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses que estão listados, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo. O senhor emprestou diretamente a assessores de Tarso Genro recursos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, eu não conheço os assessores do Tarso Genro. Eu repassei a essas pessoas que estão aqui. Se eles trabalham com o ex-Ministro Tarso Genro eu não sei, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O medo que o senhor tem e manifestou é perfeitamente compreensível. O senhor não é de ferro como o José Dirceu. O senhor tem coração. O senhor tem alma. O senhor tem... Esse medo não se relaciona com a morte dos Prefeitos Toninho e Daniel, da Prefeitura de Campinas e de Santo André?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não?

Os recursos destinados às empresas de Duda Mendonça, cerca de R\$15 milhões, foram usados para o pagamento dos gastos da campanha do Senhor Presidente da República?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei, Excelência, eu não sei.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo.

Quem pediu para pagar o Sr. Duda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Delúbio Soares, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O Sr. Delúbio. Sempre o Delúbio, o operador do Palácio do Planalto. Essa é a conclusão minha.

O Sr. Duda Mendonça prestou serviços à sua empresa? E em que datas? Aliás, se prestou serviços à sua empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Ele nunca prestou serviços à minha empresa, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – No-tem, Brasil inteiro, notem, nunca prestou serviços e recebeu R\$15 milhões.

Em que datas ele recebeu os R\$15 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – No ano de 2003: 24/2; 23/4; 29/4; 11/6; 18/9.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu acho, Sr. Relator, que nós estamos chegando próximos.

O Sr. Duda Mendonça não prestou serviço ao Sr. Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ainda tem outras datas, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim, sim. Sou todo ouvidos, meu caro Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – 16-4-2003; 28-5-2003; 15-5-2003; 18-8-2003 e 13-11-2003.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim. O Sr. Duda Mendonça, com certeza, apresentou as contas do serviço que ele prestou ao Presidente Lula. Nós temos que entrar nesse trabalho, meu caro Relator, porque V. Ex<sup>a</sup> é um homem muito experimentado.

Esquema Gushiken. O Gushiken mudou as regras de licitação, de carta-consulta, quando assumiu ser um dos super-ministros do Presidente Lula, ao lado da sala do Presidente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei se ele fica ao lado, com todo respeito, Excelência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não é isso que estou dizendo. Estou dizendo se ele mudou as regras; se ele pediu, por meio de um decreto, para o Presidente mudar as regras de carta-consulta, para ter mais domínio de todo o processo de propaganda. E o senhor é um veterano da propaganda; o senhor não é neófito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu vou responder, Excelência. Não vou fugir à resposta. Ouvi dizer que mudou, Excelência, e que passaram a ter três participantes da Secom, Excelência. Não tenho certeza.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Mudou de fato. Levou para o Presidente Lula, e o Presidente Lula fez a mudança, sim. E o senhor está dizendo a absoluta verdade.

O senhor tem informações, por exemplo, do Diretor de Marketing do Banco do Brasil, que disse que o comitê do Banco do Brasil, o comitê dos Correios,

fazia uma seleção inicial e a decisão final era na sala do Gushiken, a cada 15 dias, quando lá se encontravam Petrobras, Caixa Econômica, Banco do Brasil, que são empresas dos brasileiros que estão me ouvindo e não do PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, em que sentido essa reunião?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Para tomar a decisão final. O Diretor disse numa entrevista domingo retrasado, na **Folha de S.Paulo**. O senhor desconhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu desconheço, Excelência. Mas as autorizações vinham da Secom mesmo. Mas, desconheço esse tipo de reunião.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Precisamos investigar o Sr. Gushiken, meu caro Relator Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O Sr. Delúbio se encontrava com frequência – com o José Dirceu nem se fala, não precisa responder, ele era operador do super-ministro, do primeiro super-ministro do Sr. Lula, o operador era José Dirceu, encontravam-se muitas vezes – com o super-ministro número dois, por sinal amigo quase de infância do Presidente Lula, sem força de expressão? O Delúbio se encontrava com frequência com o Sr. Gushiken?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não lhe falar, Excelência. Não sei mesmo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Então, está bem. O senhor não quer dizer.

Às vezes, acredito no senhor; às vezes, não acredito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Excelência, não estou querendo fugir de nenhuma das perguntas. Mas, uma coisa que não assisti, fica meio leviano da minha parte.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu o respeito, é evidente. É que o senhor é um homem agoniado, acossado, chantageado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – V. Exª vai descontar o tempo. Deu um minuto e meio da sua interferência, mais ou menos.

Para o Brasil, o PT veio aqui para jogar que o problema da propaganda começou em 1998. É evidente que começou há muito tempo. E o Sr. Delfim me disse, no mês passado, quando estourou o escândalo: “Perondi, pegaram o Governo, o esquema mais importante, mais subjetivo de tirar dinheiro do aposentado, do desempregado, do empresário, do doente é a propaganda”.

Aí, o PT veio hoje dizer que tudo foi em 1998, lá em Minas Gerais. Se o PSDB tem que dar explicação, que dê explicação, mas há diferenças substanciais. Vai me desculpar o Deputado que representa o Senador Hélio Costa aqui no Senado; existe diferença temporal. Naquela época, era uma época de eleição. O senhor entrou pesadamente no esquema do Delúbio, do Dirceu e do Gushiken, pós-eleição. Era um ex-sócio que estava pedindo emprestado. Houve garantia, sim, de um contrato frágil, porque de repente perdeu a eleição e não foi assegurado.

E outra garantia substancial, meus caríssimos Deputados e o Brasil inteiro que está nos vendo, é que esse esquema foi montado para, sim, assaltar o Estado brasileiro, na minha convicção; foi montado para ter um projeto de poder de 10, 15, 20 anos, sim. Mas, o projeto de corrupção arquitetado pelo Sr. Gushiken, Lula e Dirceu, com os operadores Delúbio e Marcos, inovou, usou dinheiro para comprar partidos e Deputados – Senador não apareceu ainda. Isso que é nojento, isso que é revoltante. Que o PT faça a sua revisão, que o PT... O senhor não precisa pedir desculpas; o PT tem que pedir desculpas aos seus 53 milhões de eleitores e a todos os brasileiros que talvez ainda acreditem no Lula.

Vamos trabalhar numa agenda nesta Casa, mas vamos investigar meu caso. Eu deposito grandes confianças ao Senador Amir Lando, homem experimentado, e ao Sr. Abi-Ackel, também homem experimentado, que foi ofendido e agredido em outras épocas por essa turma, não desistiu, não recuou, levantou a cabeça, e volta a esta Casa, e volta como Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Suspendo a reunião por dez minutos para fazermos um lanche que está aqui; é decisão monocrática do Presidente. (Pausa.)

Estão reabertos os trabalhos.

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem os seus assentos.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nobres Pares, eu confesso, Sr. Marcos Valério, que eu vejo hoje depondo nesta CPMI um Marcos Valério muito mais sofrido, muito mais triste, muito mais sentido com tudo isso que está acontecendo. E eu diria ao senhor: se preocupe mesmo.

Eu também ouvi o senhor dizer algumas vezes aqui que o mensalão não existe. Eu acho que ninguém tem mais dúvidas de que o mensalão existe de verdade. Houve repasses de dinheiro, Deputados sacaram

dinheiro, e vão pagar com isso com certeza, tantos os corruptos como os corruptores.

Nesta rápida introdução, eu gostaria de dizer algumas palavras ao senhor e, em seguida, fazer as perguntas. Hoje, eu senti um Marcos Valério com medo, com a voz embargada, emocionalmente abalado, quando foi perguntado ao senhor se o senhor estava sendo ameaçado. E eu repito a pergunta: o senhor está sendo ameaçado? Estão apertando-o, estão jogando-o no canto para que o senhor não revele o que eventualmente o senhor possa revelar ou poder dizer de verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Esse “não” não me convenceu aquela hora e não me convenceu agora. De qualquer forma, é um “não” seu. Acho que o senhor deveria pensar na verdade, pensar no Brasil, pensar no nosso povo. Vou dizer muito rapidamente: é o caso do PC Farias, é o caso de Santo André, é o caso de Campinas. Se o senhor tem uma família, tem uma história, o senhor tem uma continuidade. E, logicamente, os laços que o unem a esse grupo são meramente financeiros, do capitalismo que impera hoje na nossa Nação. Eles têm um grupo fechado, político-partidário. Por isso, vou dizer ao senhor: pense no senhor, pense na sua família, pense nos seus filhos. E, se isso o assustar, coloque a boca no trombone, diga o que sabe, porque eu acho que não tem nada de mais dizer “eu errei”, você vai pagar por isso. E a história mostra que todos eles pagaram indistintamente.

Segundo a revista eletrônica **Primeira Leitura**, de agosto de 2005, a corretora Bônus Banval, localizada em São Paulo, aliás, um escritório-fantasma, era o ramo do mensalão que abastecia o PT de São Paulo. Isso vem ocorrendo, segundo a revista eletrônica, desde 2003, com grandes repasses realizados durante o ano de 2004, coincidentemente, ano eleitoral para os Municípios. Gostaria de saber, Sr. Marcos Valério, quem são os demais beneficiados pelo episódio Bônus Banval, de que o senhor tem conhecimento e que ainda não relatou à CPMI?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Bônus Banval transferia basicamente para o PT e para o PP.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Para o PT e para o PP paulista ou nacional?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nacional.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Nacional. O diretor da empresa Bônus Banval é Enivaldo Quadrado. O senhor o conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Prestou depoimento, na semana passada ou retrasada, à Polícia Federal em São Paulo e disse que o senhor usou, de forma indevida, o nome da empresa Bônus Banval, para fazer transferências de valores para Deputados Federais do PT de São Paulo. Sr. Marcos Valério, quem diz a verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu não conhecia...

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... a corretora Bônus Banval. Ela foi-me apresentada. Eu não a trouxe do nada, Sr. Deputado. Ela foi-me apresentada e me autorizaram a passar recursos para ela. Foi isso, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Então... Esses recursos que eram passados para ela abasteciam o esquema de mensalão, que o senhor insiste em dizer que não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu, na minha visão e pelo que vivi – tenho que ser muito fiel aos fatos, independente ou não de eu me sentir abandonado, independente ou não de eu me sentir ameaçado, como o senhor mesmo falou, tenho de ser fiel aos fatos –, na minha visão, não existia mensalão. Na minha visão, existia um grupo que saía das eleições extremamente endividado, e essas dívidas eram escalonadas para pagamento. Agora...

**O SR. (Orador não identificado)** – Esse é o mensalão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ... o Sr. Duda Mendonça, quem tem de explicar é ele. O resto... E alimentava alguns diretórios do PT que também estavam endividados de campanha.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Qual era o relacionamento com o Sr. Enivaldo Quadrado, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu conheço o Sr. Enivaldo Quadrado, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Amigos ainda? Não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria amigos.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Relacionamento abalado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Relacionamento normal.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Esta pergunta, Sr. Presidente, será um tanto quanto repe-

titiva, mas preciso concluir o raciocínio que iniciei em outros depoimentos: o senhor conhece o Sr. Marco Antônio da Silva?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Ex-assessor da Secom, Secretaria de Governo de Gestões Estratégicas, chefiada pelo Ministro Gushiken, não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, sim, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – O senhor conhece a Srª Telma dos Reis Menezes Silva?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Conheço, sim. Foi minha funcionária, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Ela foi sua funcionária?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Hoje não está mais lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, porque a MultiAction perdeu todos os clientes depois desse episódio. Ela foi demitida, e a empresa praticamente fechou.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – O senhor conhece a empresa Astral?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É dela. Eu ouvi falar que é dela, não é, senhor...

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – O que essa empresa faz?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ela foi contratada. É prestadora de serviço. É dela mesmo. É como a maioria dos funcionários de propaganda. É tipo jornalista. Eles abrem as empresas e são contratados pelas empresas. Pessoa jurídica. É isso aí. Obrigado, Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – A MultiAction é a empresa do senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – MultiAction.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – MultiAction?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Ela foi subcontratada dessa empresa do senhor. O senhor subcontratou essa empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Contratei ela como pessoa jurídica, é verdade.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Para trabalhar em contratos de suas empresas para os Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não para os Correios, mas para todos os clientes, Sr. Deputado.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Inclusive os Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Inclusive os Correios, mas outros clientes também, o Banco do Brasil...

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Mas por que sua empresa precisaria subcontratar uma microempresa, para auxiliá-los nesse contrato, já que o senhor profissionalmente mostrou que opera muito bem, Sr. Marcos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mas ela não é microempresa; era uma diretora da empresa que usava o... Ela foi contratada como pessoa jurídica. Isso é normal dentro do ramo de comunicação.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – O senhor sabe que a Srª Telma dos Reis Menezes Silva é mulher do Sr. Marco Antônio da Silva?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Sei sim, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Assessor da Secom?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sei sim, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – O senhor acha que essa subordinação foi pedida ao senhor, foi dita, solicitada ao senhor pelo Sr. Marco Antônio da Silva, para fazer caixa para alguma campanha política?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não foi, não.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Certeza?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Certeza, senhor.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Gostaria, no meu encerramento... Vou pedir um minuto a mais, porque ele usou um minuto a mais para responder, Presidente.

O senhor aqui usou a expressão, em um momento, “você está achando que sou burro; não sou burro, não”. O senhor se referia ao senhor. Eu também acho que não é. Também existe uma fita gravada entre o seu irmão e o senhor ou entre o seu irmão e o contador da sua empresa, em que seu irmão diz a importância de sumir com documentos, queimar arquivos. O senhor reconhece isso? O senhor ouviu isso? Sabe disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, meu irmão, não. Eu ouvi uma fita do irmão do meu contador com o meu contador. É um contador que presta serviço fora da empresa, não é um contador contratado da empresa.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Essas fitas são verdadeiras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo que assisti, parece que sim, mas, em momento nenhum, cita meu nome; em momento nenhum, cita, mandando queimar documentos.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Mas, de fato, é verdadeiro que os documentos do senhor, da sua empresa, foram queimados? O senhor reconhece isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas esses documentos já estavam na minha contabilidade, como vai ser provado via esses disquetes. Já estavam lançados, não tinha motivo nenhum. Olha, o meu próprio advogado, Sr. Deputado, virou para mim e falou: Marcos, a única coisa que te dá cadeia é um negócio desse. Eu não ia nunca, pela felicidade dos meus filhos, fazer um negócio desse.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Mas fizeram?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com algum interesse, não é, Sr. Deputado?

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Ou para queimar um arquivo que possivelmente podia incriminar alguém ou para tentar resguardar o senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ou, então, Sr. Deputado, para me tentar tirar da frente.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Para encerrar, vou insistir. Hoje senti o senhor verdadeiro aqui; senti o senhor falando e com vontade de poder revelar. Preste esse serviço à nação. O povo latino é um povo quente, que vai saber que o senhor errou; o senhor vai ter que pagar por isso, mas eles não vão te mandar para o calabouço. Do jeito que está caminhando – e a história mostra – o senhor vai pagar essa fatura sozinho, o senhor vai pagar essa conta sozinho.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Deputado, esse episódio da queima foi um dia antes de eu vir depor a primeira vez. Agora, quando estava vindo depor, pegaram um monte de documentos, talão de cheque meu rasgado e tudo – não sei se o Deputado conhece o Miguelão – e deixaram na porta do Miguelão, em frente à guarita. O próprio jornalista do **Diário da Tarde** escreveu: parece que deixaram de propósito para incriminar o Sr. Marcos Valério.

**O SR. CHICO SARDELLI** (PFL – SP) – Sinto-me satisfeito. O senhor acabou de admitir que está com medo, de fato, que está existindo essa pressão, que essas coisas estão aparecendo. Torço para que o senhor possa, efetivamente, prestar esse serviço à Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Nezinho Alencar. Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado José Divino.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas de trabalho, Sr. Marcos Valério, até então, na CPMI, temos acompanhado a necessidade de esta Casa, de o Parlamento ter uma legislação que possa corrigir o desvio de conduta dos governantes.

Veja que o Governo atual está gastando mais de R\$1 bilhão só em publicidade. O Governo do meu Estado, o Rio de Janeiro, um Estado que é refém da violência, tem no orçamento, para gastar em publicidade – e o gasta 100% –, R\$100 milhões. Falta remédio, educação, segurança, mas Governo nenhum tem deixado faltar dinheiro para a publicidade. V. Ex<sup>a</sup> é um Parlamentar brilhante. Acho que o Congresso tem que somar; tem que haver uma legislação que possa acabar com essa farra de gasto com o dinheiro público. Quando o Governo faz alguma coisa, é dever dele fazer. Mas ele faz mais propaganda. Gastou muito mais na propaganda do Banco Popular, do que no implemento do recurso direto para chegar às pessoas. Isso é um absurdo! Isso é um crime contra a cidadania, contra quem paga os impostos e deposita a esperança nas urnas!

Mas tenho uma pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Marcos Valério, que está aguçando a minha curiosidade. Como ele pôde emprestar uma quantia vultosa – está aqui o relatório que ele forneceu à Comissão; são R\$55 milhões, muito dinheiro –, sabendo que o PT apresentava dívidas, que diretórios estavam devendo. Não conheço nenhum banco, nenhuma instituição que empreste dinheiro para quem esteja devendo e não tenha uma fonte, uma origem da qual pagar.

Então, gostaria de saber de V. S<sup>a</sup> de que forma o PT pensava em pagar esses empréstimos. Qual a previsão, a origem? De onde ia sair esse dinheiro? Como emprestar um valor tão alto? Até agora não posso acreditar que alguém emprestaria dinheiro a uma pessoa que não tem como dar garantias de pagamento. Ou será que esse dinheiro é sobra de caixa dois de campanhas e essa foi uma forma de lavá-lo, passando pela agência? Ou emprestou, sabendo que iria levar um calote? É um valor vultoso: mais de R\$55 milhões. Qual é a garantia? Ainda que todos os militantes do PT que ocupam cargos de confiança do Go-

verno contribuíssem com o salário integral, isso seria insuficiente para pagar um empréstimo desses. É um valor absurdo! Como emprestou esse dinheiro? Como foi avalista desse montante todo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, Excelência, a informação que me veio – os números me foram apresentados – é que o PT teria condições de honrar com recursos próprios, inclusive com campanhas internas, inclusive com os novos petistas que estariam dentro do Governo e contribuiriam para o Partido. Essa é a colocação que me foi dada pelo Sr. Delúbio Soares.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – V. S<sup>a</sup> é uma pessoa inteligente, um homem que trabalha no mercado publicitário, que sabe fazer conta muito bem. Cinquenta e cinco milhões de reais? Haja militante, haja contribuição! Fora os juro, a correção. V. S<sup>a</sup> falou que o montante hoje suplanta R\$100 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Teria que praticamente cada brasileiro dar R\$1,00 de contribuição. Nós temos um País de 170 milhões de brasileiros; o País todo teria que ser filiado ao PT e contribuir com R\$1,00 praticamente – seriam R\$0,50, R\$0,70 para cada habitante do País –, para que pudesse ser quitado esse empréstimo que o PT deve a V. S<sup>a</sup>. Eu estranho. O Sr. Delúbio deve ter apresentado a fonte: se ia sair de algum fundo de pensão, de algum órgão público. Qual a garantia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, ele falava que tinha em torno de 16 mil filiados; fez as contas para mim e mostrou que dava para pagar.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Com 16 mil filiados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Só se for em muitos anos, não é? Porque é complicado.

A minha segunda pergunta é com respeito à conta da Câmara. V. S<sup>a</sup>, a agência ganhou a conta da Câmara dos Deputados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Qual foi o valor do contrato? E quem atestava essas notas, essas exhibições da conta da Câmara?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu não me engano, foi um faturamento, em 2004, de R\$8,2 milhões. Esse ano, ainda, não faturou muita coisa. Mas, em 2004, foi em torno de R\$8,8 milhões – perdão, se não me engano.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Esse gasto foi em quê? O desses R\$8 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Propaganda, pesquisa. Eu não vivo o dia-a-dia da conta, mas imagino que seja isso.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Gostaria de pedir ao nobre Relator que solicitasse o envio de todas as peças publicitárias comprovantes desse pagamento, a origem de cada centavo, de cada real. Pagou o quê? Cobriu o quê? Foi exibição em imprensa escrita, falada, televisiva? Nós temos a TV Câmara, a Rádio Câmara. Não entendo por que a Câmara tem que gastar quase R\$11 milhões... Sou Parlamentar fluminense e não me recordo, não me lembro de nenhuma publicidade da TV Câmara ou da Câmara dos Deputados em *outdoor* e nos demais meios de comunicação, televisivo, radiofônico, até porque a Câmara dispõe de concessão do Governo de rádio e televisão. Fiquei muito surpreso, quando foi revelado, na CPMI, que a Câmara teve um gasto tão exorbitante, perto de R\$10 milhões.

É importante, fundamental, que essas peças nos sejam enviadas, para que possamos conhecê-las realmente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, a Câmara já tinha outra agência antes da minha e já faturava com essa outra agência.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Nesse vulto também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Espero que sim, porque o contrato foi simplesmente uma continuação, uma nova licitação com o mesmo valor. A outra agência chamava-se Denison.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Essa é uma revelação importante. Como Parlamentar, acho um absurdo, absurdo, absurdo!

O senhor conhece o jornalista Luís Costa Pinto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, conheço.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Ele tem alguma relação de trabalho com V. S<sup>a</sup>, com a empresa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Teve com a empresa, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Nessa relação com a Câmara, ele teve alguma ligação, alguma participação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não, com a Câmara. Mas ele teve um relacionamento de trabalho, sim, com a empresa.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – O senhor sabe se ele é ligado ao ex-Presidente João Paulo Cunha?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Sei que ele é ligado ao ex-Presidente João Paulo Cunha. Sim, senhor, sei.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Só gostaria de ratificar a importância de termos as peças que comprovam esses gastos da Câmara. Tenho a curiosidade de examinar isso de forma minuciosa, porque é muito importante para o País e para a democracia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Pimenta. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado José Divino. V. Exª foi bastante objetivo. Vamos fazer um apelo para que os demais Parlamentares também atuem dessa forma.

O próximo Parlamentar a usar a palavra é Raul Jungmann.

V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sr. Marcos Valério, boa noite.

A minha primeira pergunta é a seguinte: através desse relacionamento com o PT, as suas empresas chegaram a um grau de exposição, de certa vulnerabilidade ou de endividamento, como queira, bastante elevado. O senhor tem conhecimento da existência de outro caso semelhante, no mercado de publicidade, ou seja, com esse grau de vulnerabilidade ou de endividamento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A minha não é a primeira e não será a última. Eu não gostaria de citar nomes. Mas não no ramo de publicidade; não é a primeira e não será a última, Excelência, Sr. Ministro.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. Mas, com esse grau de exposição, Sr. Marcos Valério...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu deixei uma reportagem com o Relator, com o Presidente, que mostra as eleições no Brasil, publicada pela **Folha de S. Paulo**, em 1993. Ali tem todos os volumes, grandes volumes e grandes contribuições.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado.

Falando com operadores de mercado, fala-se na possibilidade de que um empréstimo como esse pudesse representar o que se chama de operações estruturadas, ou seja, que ele aqui, internamente, no Brasil, teria garantias frágeis, mas que poderia estar ancorado ou garantido com garantias reais no exterior, em sucursal do banco onde se fez a operação ou em outro banco vinculado especificamente àquele banco.

Outra modalidade dessa operação estruturada seria, por exemplo, o contrato fundado numa garantia de fluxo futuro de recursos, que não teria aparecido e que poderia aparecer. Então, seriam duas modalidades da chamada operação estruturada. Nesse sentido, tenho três perguntas a fazer ao senhor. Primeiro, V. Sª é parte ou tem conhecimento da existência, ainda que somente por ouvir dizer, de algum contrato, depósito ou garantia de qualquer espécie, no Brasil ou no exterior, em nome do PT ou de qualquer um dos seus operadores, que poderia, eventualmente, ser usada para compensar as possíveis perdas dos bancos nesses empréstimos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, nunca tive.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. V. Sª sabe ou tem informações, ainda que sem provas, ouviu dizer ou de alguma forma concluiu que existem de fato recursos do PT ou de membros ou operadores do PT no exterior ou de alguma conta não pública no Brasil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Hoje, mais cedo, em seu depoimento, se bem entendi, V. Sª afirmou que poderia haver, nesses contratos de empréstimo, algum aval ou garantia dada por fora. A que V. Sª se refere, precisamente, e, além disso, mesmo que V. Sª não tenha provas, será que V. Sª poderia informar a esta Comissão o que o leva a pensar assim, que elementos de convicção V. Sª tem a esse respeito?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma, a carta que foi assinada pelo Sr. Delúbio para o BMG e para o Banco Rural; outra, o Sr. Delúbio me falou que o Ministro José Dirceu tinha ciência e os bancos renovavam, **a posteriori**, com juro e tudo.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Parece-me relativamente bem exposto como funcionava o esquema, tendo o Banco Rural como operador. Entretanto, a relação com o BMG e como ele funcionava não é tão clara. Eu lhe perguntaria: o esquema de saques contra o BMG funcionava com base numa lista? Funcionava da mesma maneira que o Banco Rural ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. O Banco BMG emprestava, e eu transferia para a conta do Banco Rural o valor do Banco BMG. Era isso, Sr. Deputado.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. Uma outra questão diz respeito ao seguinte: publicamente e através de listas, o senhor tem registrado a transferência de recursos da ordem de 15,5 milhões ao Sr. Duda Mendonça. O senhor tem como

comprovar essa transferência? Existe algum comprovante dessa transferência de recursos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ministro, não tem comprovante disso, tem a minha palavra. E, hoje, parece que os jornais já publicam o caminho que seguiu esse recurso.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Ainda sobre o mesmo tema, perguntaria ao senhor o seguinte: o Sr. Davi Rodrigues, policial militar de Minas Gerais, que fazia saques no Banco Rural, disse que entregava o dinheiro à Srª Simone Vasconcelos e ao seu sócio, o Sr. Cristiano Paz. Esses valores aparecem na relação de repasse que V. Sª entregou à Procuradoria da República, com repasses para a Srª Zilmar Fernandes. V. Sª poderia explicar como se dava a entrega do dinheiro à sócia do publicitário Duda Mendonça? Como se dava essa entrega de dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ministro, para falar a verdade, não sei. Passei os cheques e dava autorização ao Banco para pagar as provisões que eram feitas baseadas nesses cheques. Sei que o dinheiro era sacado pelo Sr. Davi. Agora, para onde ele levava eu não sei, não sei mesmo.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Mas as provisões, no caso, era... ou esses recursos eram destinados a pagamento ao publicitário Duda Mendonça? Isso é claro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza absoluta.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Então, devem existir, evidentemente, Sr. Relator, comprovantes. Eu pediria que eles fossem solicitados ao Banco Rural.

Concluindo, as minhas últimas questões são as seguintes: tem V. Sª conhecimento de visitas feitas pelo Sr. Antônio Moura Santos, cunhado do ex-ministro português Antonio Guterres, a gabinetes do Governo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não conheço, Sr. Ministro, o Sr. Antônio Moura Santos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. Ele é objeto de várias reportagens na imprensa de Portugal. Vou passar ao Sr. Relator o teor dessas questões. Por fim, as seguintes e últimas questões. Alguma vez o senhor viajou em avião particular, portanto, não de carreira, com o Sr. José Mentor, para Curitiba?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Sr. Ministro, nunca viajei.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O senhor poderia nos dar uma relação, aliás, antes, permita-me, o senhor chegou a realizar transferências de recursos ou pagamentos a Estados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para diretórios do PT em outros Estados?

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – E outros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – E a outros Partidos da Base aliada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O senhor teria a relação desses Estados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho. Eu falaria...

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – É essa que aqui se encontra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É essa que está aí.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – E a última das questões, Sr. Relator, é a seguinte: considerando o grau de relação que existia entre empréstimos e transferências, que grau de envolvimento os Srs. Presidente do Banco Rural e do BMG têm com todo esse caso, com toda essa questão? Esse tipo de operação, esse montante, esse volume, transferido, emprestado e assim por diante, não envolveria a direção e a presidência desses dois bancos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Creio que sim, Sr. Ministro.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Relator e Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Próximo orador inscrito, Deputado Renato Casa Grande, pelo tempo de dez minutos.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Marcos Valério, Deputados e Deputadas, tentarei ser mais sucinto, para que não tenha que gastar os dez minutos que me são concedidos.

Gostaria, primeiramente, de dizer da importância desta CPMI, que tem a função de fazer uma avaliação e uma investigação de Parlamentares. Aqui Parlamentares investigam Parlamentares, o que é uma responsabilidade muito grande. Já estamos presenciando dois tipos de delito: o delito do recurso de caixa dois para campanha eleitoral, que me parece que se transformou em delito de enriquecimento ilícito, com acúmulo



de patrimônio. Então, há situações diferenciadas, e, naturalmente, teremos que fazer averiguação e julgamento caso a caso, para que não sejamos injustos no processo de avaliação e de definição do nosso parecer nesta Comissão.

É fundamental que reconheçamos, Sr. Presidente, a importância desta Comissão.

A vinda do Sr. Marcos Valério hoje, apesar de repetitiva – as perguntas são repetitivas, e é impossível fugir dessa repetição numa CPI –, acrescentou. O Sr. Marcos Valério acrescentou questões fundamentais, especialmente com relação à campanha de 98, porque detalhou a operação feita, em 1998, com o PSDB de Minas Gerais. Detalhou de uma forma importante e também acrescentou dados importantes com relação à operação feita em 2003 e 2004. Apesar da repetição, que é praticamente inevitável num processo como esse, acredito que a vinda do Sr. Marcos Valério está elucidando e consolidando todo o processo como foi feito. Porque nós não o vivemos, temos que ter todos os detalhes. Acho que os detalhes são fundamentais para isso.

A primeira questão que coloco é a de que o senhor tem contrato com o Governo Federal...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tinha, não tenho mais.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Tinha contrato, tem contrato com a Câmara dos Deputados ainda.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Federal? Acho que sim.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Tem contrato em quais órgãos públicos ou em quais governos a mais? Tem contrato com o Governo de Minas Gerais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho, mas está encerrando. E tenho com o Governo do Distrito Federal e Câmara Federal. Só esses.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Câmara Federal. O senhor sabe o valor do contrato do Distrito Federal?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O do Distrito Federal, se não me engano, são 12 milhões, o da Câmara, no ano passado, foi de 8.800, e, com o Governo do Estado de Minas Gerais, se não me engano, é em torno de 10 milhões ou até menos.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – O senhor presta, naturalmente, serviços já há algum tempo à Administração Pública Federal; já disse aqui no início e depois repetiu, por diversas vezes, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desde o Governo Itamar Franco.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Desde o Governo Itamar Franco.

Então tem experiência, conhece, sabe como funciona a Administração Pública. O processo feito em 1998 é um processo que, podemos dizer, é semelhante, igual, é o mesmo processo, a tomada de empréstimo num banco e o repasse a um Partido, e o Partido financiar a campanha eleitoral. É o mesmo processo feito agora em 2003 e 2004, sendo que agora mais a argumentação do senhor para pagamento de dívida de campanha do PT, de alguns Partidos aliados, algumas lideranças e alguns diretórios estaduais. Então um fato acontecido em 98, um fato repetido em 2003, em 2004, com uma pessoa experiente como o senhor. Acho que o senhor está dando uma contribuição ao nosso processo, mas também posso concluir, pela experiência do senhor e pelo o que o senhor já tinha vivido em 98, e está vivendo agora com um volume de recurso captado, que podemos avaliar que é quase impossível que o senhor tenha admitido contrair empréstimos junto a duas instituições financeiras, se não tivesse a garantia, não vou dizer, mas se não tivesse um ganho com isso, como empresário. Expor as suas empresas nessa relação de tomada de empréstimos. O que me parece é que o senhor prestou um serviço em 98 e prestou um serviço em 2003 e 2004. E, por conseguinte, recebeu ou estaria implícita uma participação percentual desses empréstimos.

É essa a avaliação a que posso chegar porque é muito difícil nós estarmos aqui acreditando nisso. É lógico, isso é da cabeça de cada um, porque é a palavra, é a testemunha, é a interpretação de cada um, mas, no mundo dos negócios – e o senhor é um homem de negócios – raramente vemos alguém assumir uma posição como essa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com licença, Sr. Deputado, com todo respeito.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu fosse ganhar uma comissão dos empréstimos, eu era português, no bom sentido, desculpe.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES) – Alguma coisa...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Porque, no final, Deputado, eu teria que pagar. No primeiro momento eu tirei daqui, pus no bolso, mas depois vou ter que pagar o copo inteiro.

Com todo respeito, Deputado, com toda a.... Só para explicar para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – O senhor emprestou as empresas do senhor para captar os recursos, confiando que as pessoas fossem pagar o empréstimo, e o senhor recebeu um percentual pelo serviço prestado. O problema é que não pagaram o empréstimo, e o esquema foi descoberto, tanto em 98 – não pagaram o empréstimo –, como em 2003 e 2004. Então, pelo menos na minha avaliação, o senhor foi reincidente nessa prática.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, aí eu concordo com o senhor que eu realmente fui...

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Realmente, não dá para acreditar que por inocência em 98 e por inocência em 2003 e 2004.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor, não foi inocência, até não quero passar isso. Em 2003 foi simplesmente para manter o que eu já tinha. Entenda, com todo o respeito, Excelência. Em 2003 foi para manter o que eu já tinha. Em 2004 foi um pedido de um ex-sócio; e depois não valia a pena brigar. Brigar para quê? O Governo Federal já era de outro Partido. É isso que eu quero deixar claro. Em 2003 foi para não perder o que eu já tinha. O que eu já tinha para mim estava de bom tamanho. Eu só queria continuar com o que eu tinha.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Bem, Sr. Presidente, essa questão do embasamento para a tomada dos empréstimos ainda nos deixa dúvidas, para nós aqui da CPMI.

Por que o senhor acha que o Deputado Roberto Jefferson mentiu? O senhor talvez tenha o conhecimento da personalidade dele. Com relação à Portugal Telecom, quando ele fez a afirmativa de que era um contato para fazer pagamento do PTB e do PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho intimidade com o Roberto Jefferson; eu tenho visto o Deputado Roberto Jefferson pela televisão. O Deputado quer criar tumulto e caos; quanto maior o caos dentro da Câmara, para o Deputado Roberto Jefferson melhor. Quanto mais caos tiver aqui dentro melhor. Ele quer o caos com algum intuito... Talvez agora ele pense em ser candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, já que ele está sendo tão...

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – O Deputado Roberto Jefferson disse que o interesse dele na indicação de pessoas para alguns cargos públicos é para poder receber parte dos recursos para financiar o Partido dele, o PTB. O senhor disse que o Palmieri estava sendo pressionado pelo Roberto Jefferson

para poder receber dinheiro no IRB. O senhor sabe se o Palmieri em algum momento recebeu dinheiro em nome do PTB em algum órgão público?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que eu saiba, não. Mas eu estou lhe dando, Excelência, estou lhe dando a minha impressão e o que ele me falou. Como o Dr. Ângelo, que viajou comigo aqui para Portugal – é só pegar os passaportes e vamos ver. Não sei se o Dr. Emerson Palmieri confirmará isso. Até porque ele tem pavor do Sr. Roberto Jefferson.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Só para concluir, Sr. Presidente.

Já foi feita essa pergunta. Para esclarecer, o senhor fez uma transferência para uma empresa Athenas Trading, com sede no Estado do Espírito Santo. Essa operação, o senhor disse que não fez parte desse montante de empréstimos contraídos de cinquenta e cinco milhões de reais, confirma essa informação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo sim, senhor.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Foi uma transação particular, sem...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo sim, senhor.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Tem alguma explicação, foi um negócio particular ou tem algum detalhe dessa operação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não. Foi...

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Até para excluir a empresa de qualquer dúvida.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não. Não. Foi um contrato de mútuo que eu apresentarei amanhã junto com... Vou pedir para alguém mandar. Não tem nada a ver com o processo.

**O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Obrigado, Sr. Marcos Valério.

Obrigado Sr. Presidente, Sr. Relator.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Obrigado, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Depoente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, o Depoente Marcos Valério fez dos mais disciplinados depoimentos aqui de proteção ao Governo.

Tentou reduzir todo esse grande esquema que nós estamos assistindo, esse esquema sistêmico, verdadeiro assalto aos cofres públicos que ocorre no IRB, nos Correios, aparentemente nos Fundos de Pensão, Furnas, o Banco Popular, do Banco do Brasil, que gastou

mais em propaganda do que em empréstimos populares... Tentou reduzir tudo isso em centenas de milhões de reais passados numa triangulação pelas contas das suas empresas a um mero conjunto de empréstimos totalizando, na sua versão, cinquenta e cinco milhões para campanha. É claro que essa sua versão não se sustenta, e no seu depoimento há algumas contradições. A primeira, ela está nas suas próprias palavras de que o Sr. Palmieri estava sendo escalado por Roberto Jefferson para ir buscar dinheiro no IRB. Portanto, o que nós estamos assistindo hoje não é apenas um conjunto de seis ou sete empréstimos. É muito mais do que isso. A segunda contradição: a imprensa noticia que a sua empresa ou as suas empresas foram multadas no final do ano passado pela Receita Federal em mais de sessenta milhões de reais por depósitos sem origem; depósitos de origens não esclarecidas. Gostaria que o senhor anotasse. Isso seria uma primeira pergunta para, se possível, responder.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Mas depois o senhor responde.

Há uma segunda contradição. No dia 14 de julho o senhor esteve na Procuradoria-Geral da República. Eu tenho em mãos o seu depoimento. O senhor declara que foram efetuados empréstimos, dá o nome, no total, perfazendo um total originário de 39 milhões, que é o total dos empréstimos feitos ao longo de 2003 até o início deste ano, valor repassado ao PT por intermédio ou por indicação do Sr. Delúbio Soares. Depois, no dia 2 de agosto, o senhor entrega lá na Procuradoria uma relação em que a soma dos recursos a pessoas autorizadas a sacar atinge 55,8 milhões. Portanto, bem mais do que os 39 milhões. E, de acordo com o que relata, os empréstimos que foram anunciados, na soma realizada aqui pela assessoria dos Partidos nas CPMIs, o senhor fez um empréstimo de 12, um de 18, um de 9,9, um de 15 – que não conta porque foi para pagar o de 12 – e um de 10, perfazendo na soma 50. Portanto, já há uma discrepância de valores. O máximo que conseguiu justificar em empréstimos, até agora, foi de 50 milhões, e o senhor já excedeu 55, já repassou 55. Por outro lado, a sua afirmação lá na Procuradoria-Geral da República era de apenas 39. Portanto....

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu posso....

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Deixe-me terminar a nota. Depois o senhor explique, por gentileza, na seqüência. Mas há um fato que, na minha opinião é o mais sério de todos e que desmonta completamente toda a sua versão. Em resposta ao Senador Almeida Lima, o senhor decla-

rou que esteve na Procuradoria-Geral da República e lá tentou a negociação para o beneplácito da delação premiada. Consultou antes o seu advogado, que confirmou que o senhor esteve lá tentando. Mas não deu certo. O Procurador-Geral da República jogou para depois; não fez as tratativas para que ocorresse a tal delação premiada. Foi isso que o senhor afirmou hoje aqui e deve estar gravado. Pois bem. Eu queria que o senhor anotasse para depois responder, aí, na seqüência, se o Procurador mostrou algum interesse em transacionar e no final não saiu a tal delação premiada. Não saindo o acordo, o senhor deixou de contar aquilo que poderia ter contado. Esse é o ponto chave do seu depoimento.

Certamente o senhor tem idéia do que é a delação premiada ou, então, o senhor foi lá confiando no seu advogado, certo de que a delação premiada iria contar alguma coisa que ajude e, com isso, o senhor teria redução da pena. Não é isso. A delação premiada é um instituto usado nas democracias consolidadas para combater a criminalidade de alta periculosidade, que coloque em risco questões de Estado, as que são altamente deletérias à sociedade como um todo, as que esgarçam o tecido social. Um dos instrumentos poderosos para combater essa criminalidade que ameaça o Estado é a delação premiada. Como é que ela funciona? Dá-se o perdão que pode chegar à extinção da punibilidade ou uma redução de pena a quem ajudar a dismantelar um esquema, uma organização criminosa, uma associação criminosa, um bando ou uma quadrilha. Não é o caso de duas pessoas que entram em um supermercado para um roubar uma lata de óleo. Os dois saem correndo, e um é preso. Aí, para que se prenda o outro, se dá o beneplácito da delação premiada para um para pegar o outro. Não é esse caso. É o crime organizado. A delação premiada é um instituto para desmontar organizações criminosas, um instituto mal compreendido. Há um trecho que diz assim em um dos artigos: “Do ponto de vista sócio-psicológico, a delação premiada é imoral e anti-ética porque estimula a traição, que nós não devemos incentivar nem nos mais vis criminosos”.

Quem escreveu isso, logicamente, não entendeu que na relação de custo benefício às vezes se dá a delação premiada, se dá o beneplácito da redução da pena para alguém para se desmontar uma organização que causa muito mais prejuízos pra sociedade como um todo. O Direito brasileiro tem a delação premiada. Um simulacro, muito fraquinho, inspirado no Direito americano e no italiano. Mas, nesses países, a delação premiada é um direito da pessoa que ajuda a dismantelar. E o que ela negocia com o promotor é quanto ela vai ganhar de redução de pena ou se ela

vai ter extinção de punibilidade. Aqui, não; aqui é preciso que haja essa negociação, e aí é que começam as nossas perguntas.

Primeiro, se o senhor tentou... Outra coisa: pra que haja realmente essa configuração de o senhor merecer a delação premiada, o senhor precisa não entregar alguns peixinhos subordinados, o senhor precisa entregar ou co-autores do mesmo nível, ou a *inteligencia* do crime organizado. O senhor não é uma pessoa de última escalão nessa estrutura; o senhor ocupa uma posição-chave; o senhor é quem arrecada os recursos; portanto, há uma convergência para suas empresas e, a partir daí, uma dispersão dos recursos. O senhor precisaria, para receber delação premiada, ajudar ou informando que empresas contribuíram, ou quem é o cabeça, ou pessoas do mesmo nível. Portanto, no momento em que o senhor foi lá e pediu o beneplácito da delação, é sinal que o senhor está pedindo um privilégio previsto no Brasil para quatro crimes. Quatro. Só para quatro crimes no Brasil: para crimes hediondos – o senhor não está se sentindo como autor de um crime hediondo –, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crime organizado.

Há também a lei de proteção a testemunhas, a Lei 9.807. Mas se o senhor pediu esse instituto, eu gostaria de saber – e já vou encerrar, Sr. Presidente – como é que o senhor está se sentindo, qual é a tipificação que o senhor mesmo atribui ao seu caso. E rapidamente só para encerrar, são as últimas perguntas, nós queríamos saber: o senhor obteve o passaporte azul, concedido pelo Itamaraty? Essa é mais uma pergunta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Oi?

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – O senhor recebeu o passaporte azul concedido pelo Itamaraty? E em que circunstâncias o senhor esteve recentemente lá na Granja do Torto? São essas as perguntas.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem. A regra aqui foi determinada, e todos nós respeitamos, de quinze minutos para pergunta e resposta, depois dez minutos para pergunta e resposta.

O nobre Deputado Mendes Thame, respeitando, claro, o seu saber, ele usou os dez minutos para fazer perguntas, e nós não vamos esperar dez minutos para responder agora. O tempo se esgotou. Eu queria pedir esse esclarecimento à Mesa. Nós vamos perguntar dez minutos e aguardar dez minutos para resposta depois também?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu entendo que essas duas perguntas são pertinentes e são interessantes: se há algum fato a

esclarecer, se ele pode esclarecer as duas perguntas de maneira muito rápida.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso. Posso esclarecer, sim. O depósito não foi sem origem. A multa da Receita – e eu estou com a cópia aqui e posso encaminhar à Mesa – é sobre o cálculo do PIS. Ele quer calcular sobre o total do faturamento, e, na verdade, é só uma parte que é minha receita. Eu estou com ela aqui e vou passar, Sr. Relator, para o senhor. Então não foi sem origem. Todos os depósitos dentro das minhas empresas têm origem, têm origem mesmo, e vai ser comprovado pelo disquete.

A discrepância no depoimento, na verdade, depois foi feita uma petição, se V. Exª confirmar comigo, todos os empréstimos vão estar listados aí, mas, na hora de somar, nós somamos errado, junto com o Procurador. Eu vou ditar os empréstimos, e o senhor vai ver que todos estão no meu depoimento. Então foi um erro aritmético que depois foi corrigido porque o meu advogado entrou com outra petição.

Os valores: eu tenho um de 12 milhões; outro de 3.516.080; um de 15.728.300; um de 10, um de 18.929.111; um de 9.975.400, e depois foi feito um grande que matou um outro de 14.931. Então, tem que diminuir esses 14...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa parte o senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E aí dará os 55.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa parte o senhor já respondeu por diversas vezes...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, as últimas duas perguntas que eu vejo que são novas

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Esses passaportes, se teve lá...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tenho passaporte azul. Meu passaporte está na Procuradoria, grampeado e lacrado; eu deixei com o Procurador. E nunca estive na Granja do Torto, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria, Sr. Marcos Valério, o senhor começou o seu depoimento hoje aqui, dizendo que...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Presidente Almir... (Pausa.)

Desculpe.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Marcos Valério, o senhor começou o seu depoimento hoje aqui pedindo desculpas ao Brasil, pedindo desculpas porque considerou que teria omitido informações anteriormente. O senhor usou a seguinte expressão: “Me desculpem por não ter aberto tudo”.

Amanhã, quando o senhor acordar, o senhor vai acordar com essa mesma sensação, essa necessidade de pedir desculpas ao Brasil por ter omitido informações hoje aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, Deputada, não; vou acordar mais leve, com os mesmos receios, mais leve por ter falado, com os mesmos receios, mais tranqüilo para entregar definitivamente todo o meu movimento contábil ao nobre Relator e ao Presidente, mas com os mesmos receios que eu tinha uma semana atrás, duas semanas atrás.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – O senhor considera que pode, mais na frente, falar mais alguma coisa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não considero que eu possa falar mais nada. Eu considero que eu tenho os mesmos receios de vida, os mesmos receios com a minha família...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Ah, entendi.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os mesmos receios com o meu trabalho e o meu futuro.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Me diga uma coisa: o senhor tem filhos. Eu vi isso pelo depoimento da sua esposa. Com certeza, estão sofrendo nesse momento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhora.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – O que o senhor tem dito para eles quando eles lhe perguntam? Como o senhor tem abordado esse assunto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A verdade. O pai dela e o ... Como a minha filha tem 14 anos, ela é a única que pode entender. O de 4 não entende. A verdade. O pai dela errou e isso tudo é um erro que foi feito e que, se eu pudesse voltar atrás, eu voltaria.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Está certo. Eu passei o dia inteiro aqui hoje e, para mim, ficou muito claro – eu acho que só não percebeu quem não quis – que esse esquema de que o senhor participou, na minha opinião, ficou claro isso, no princípio, foi um financiamento ao PSDB, por intermédio do seu Presidente Eduardo Azeredo. Num segundo momento, o senhor financiou o PT por intermédio do Sr. Delúbio Soares. Ficou claro que o método utilizado foi

o mesmo. O senhor relatou aqui. Foram empréstimos bancários, repassados ao PSDB, a partir de uma prévia lista que, na época, o tesoureiro da campanha do Senador Eduardo Azeredo lhe passou. Agora, também o senhor fez empréstimos bancários, repassados aos Partidos ou aos Parlamentares, sob uma prévia lista que o Sr. Delúbio lhe passou. Não é isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso mesmo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Claro. Então, no princípio, foi o PSDB, depois foi para o PT. Mudaram apenas os personagens, os Partidos, do PSDB para o PT. É isso? E os valores, claro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Certo. Acho que também vai ser igual o calote. O senhor disse que o PSDB não o pagou e, pelo visto, a atual direção do PT não reconhece. O senhor vai para o segundo calote.

É verdade que o senhor responde a processo na Justiça Federal junto com o Sr. Clésio Andrade, atual vice-Governador de Minas, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, atual Presidente do PSDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, senhora.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – É verdade. Fale rapidamente que processo é esse. O senhor responde a um processo na Justiça junto com o atual Presidente do PSDB e com o atual vice-Governador de Minas Gerais. Como é isso? Que processo é esse?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi um evento patrocinado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, um mundial de motocross realizado por um de minhas empresas em Belo Horizonte. Esse patrocínio veio do Governo do Estado, e o Ministério Público Estadual ou Federal – como ele é Senador, teve que vir para Brasília – entrou na Justiça questionando.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Qual é o valor dessa ação que o Ministério acha que o senhor, o Presidente do PSDB e o vice-Governador de Minas teriam surrupiado dos recursos públicos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não diria, com todo o respeito, Deputada, surrupiado porque esse evento já havia sido patrocinado pelo Governo Hélio Garcia,

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Qual era o valor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – ...pelo Governo Newton Cardoso e pelo

Governo Eduardo Azeredo. Era um milhão e meio, se não me engano.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Está certo. O senhor disse aqui também que, quando fez esse montante de empréstimos a pedido do Sr. Delúbio Soares, fez porque era o Partido do Governo e, como o senhor era empresário, ficou com medo de, ao não fazer, ser perseguido. Esse sentimento do medo da perseguição por ser empresário em negar algo ao Partido do Governo foi o mesmo quando o senhor também fez os empréstimos, à época, a pedido do Tesoureiro do Presidente do PSDB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Ali foi um sócio que foi da minha empresa, o Dr. Clésio Andrade, que entrou em 1996. Ele me deu um telefonema à noite me solicitando que recebesse o Sr. Cláudio Mourão porque a campanha dele estava parando e ele era então candidato na chapa do Dr. Eduardo Azeredo. Ali foi mais um relacionamento do que um pedido de perdas e ganhos.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Dr. Marcos Valério, vou apressar um pouquinho por causa do tempo. Faça-nos rapidamente uma descrição de como é sede do PTB aqui em Brasília.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do PTB?

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estive lá uma única vez. É um prédio...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor confirma que foi lá. O que o senhor foi fazer lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu confirmei que estive lá uma vez, sim.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Certo. O que o senhor foi fazer lá?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu fui me encontrar com o Sr. Emerson Palmieri, e ali ele me apresentou o Roberto Jefferson.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Foi nesse dia que o senhor levou as malas de dinheiro para o Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu nunca levei mala de dinheiro para o Sr. Deputado Roberto Jefferson.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor tem certeza de que quer manter essa posição?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho certeza, e está ali a prova: que eu estava viajando no período que o Deputado...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Marcos Valério, o Deputado Roberto Jefferson, por três vezes – no Conselho de Ética da Câmara, na CPMI dos Correios e aqui na CPMI do Mensalão – disse que, por duas vezes, em um espaço de sete dias, recebeu malas de dinheiro do senhor, a mando do PT, para ajudar nas campanhas do PTB. Isso aconteceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não aconteceu, e eu provo com os documentos que entreguei para o nobre Relator.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor acha que ele estaria faltando com a verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu acho que o Deputado Roberto Jefferson quer o caos.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Estaria mentindo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E quanto mais o caos... Um Deputado que chega, senta nesta tribuna, com um monte de prestação de contas para ameaçar o colega, acho que, no mínimo, está mentindo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor toparia uma acareação com o Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Na hora em que a senhora marcar.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Está certo. O senhor acha então que o Deputado Roberto Jefferson inventou essa história, já que ele teria denominado a história do mensalão, para passar a idéia para a opinião pública e para os Deputados de que o PTB estaria fora do mensalão e que aquele dinheiro ele teria recebido para financiar as campanhas do PTB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que sim. Além disso, nós também temos que ser muito francos, não adianta a gente também tampar o sol com peneira, o Deputado Roberto Jefferson, quando fez a denúncia e envolveu meu nome, envolveu e expôs o esquema do financiamento que foi feito pelos bancos. Não adianta ficar aqui mentindo e falando com a senhora: “Não, o Deputado Roberto Jefferson não acertou em nada”. Acertou sim. Acertou nos financiamentos que foram feitos nos bancos privados para o PT.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Já sabia. Claro. O senhor demonstrou aqui hoje ser amigo do Sr. Palmieri, que é o tesoureiro do PTB do Sr. Roberto Jefferson. Mas o senhor falou aqui que, como estava sempre com ele, pela relação de amizade, ele dizia para o senhor que estava sempre pressionado pelo Deputado Roberto Jefferson para que arranjasse

grana para o Partido. Como é que ele ia arranjar grana para o Partido? Como é que era isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei te explicar, mas eu não sei nem se o Dr. Emerson Palmieri vai confirmar, porque ele é um homem que vive constantemente apavorado pelo Deputado Roberto Jefferson. Não sei se ele vai ter coragem de confirmar, te falo com toda a sinceridade. Um exemplo é o Dr. Ângelo Calmon, que viajou comigo para Portugal. É só pegar meu passaporte e o dele, vocês vão ver que nós fomos juntos a Portugal.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, só tenho mais uma pergunta: Sr. Marcos Valério, o senhor tem dito que não era “mensalão”, essa palavra que o Deputado Roberto Jefferson criou. O senhor tem dito que era dinheiro para financiar os Partidos, a pedido já, claro aqui, do Delúbio Soares. Seja lá o que fosse, ou “mensalão”, ou dinheiro para financiar os Partidos, o método, a origem, foi o mesmo utilizado para o PP (Partido Progressista), para o PT, para o PMDB, para o PL e para o PTB do Sr. Roberto Jefferson, através do Palmieri? O método foi o mesmo para todo o mundo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que foi comigo...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que eu repassei...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sim, o que o senhor repassou.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi só de empréstimo...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Porque o senhor é acusado de ser o pagador do “mensalão”. Pelo que está escrito, pelos seus depoimentos, o senhor passou para o PMDB, para o PP, para o PT, para o PL e para o PTB.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiro, eu não sou esse rótulo de “operador do mensalão”, não. Eu simplesmente passava o dinheiro que eu tomei emprestado na iniciativa privada a pedido do Sr. Delúbio Soares.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Mas o método e a origem eram os mesmos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem determinava os pagamentos, Deputada, era o Sr. Delúbio, e o método de pagamento, tudo...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – A origem do recurso...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A origem do recurso está clara: foram os

empréstimos bancários. E quem determinava os métodos de pagamento e quem pagar era o Sr. Delúbio Soares.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Mas a fonte, a forma de repassar para os Partidos, de acordo com o que o Sr. Delúbio o orientava, foi a mesma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi a mesma, sim senhora.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Está certo, muito obrigada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o Sr. Marcos Valério hoje, por diversas vezes, recolocou aqui a história da participação do Sr. Clésio Andrade no convencimento do financiamento da campanha do então candidato Eduardo Azeredo e da maneira como esse Sr. Clésio Andrade veio a fazer parte, como sócio, da DNA e, posteriormente, da SMP&B.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é o contrário: primeiro, SMP&B e depois DNA.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Sim, a ordem pode estar inversa, mas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Certo. Desculpe, Deputada.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – O senhor e o Sr. Clésio Andrade estão sendo réus em uma ação civil proposta pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais, juntamente com o Sr. Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, da SMP&B. Essa ação é uma ação de reparação de danos ao patrimônio público. Confere?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confere. Essa ação é movida pelo Ministério Público, uma ação envolvida é uma dação de pagamento ao Banco de Credoreal, onde foi avaliada uma jazida de mineração e as terras. Confere, sim senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Fazenda Santa Rosa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei o nome, mas deve ser, sim senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Essa instituição foi privatizada um ano depois desta operação...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – ...que monta a 1 milhão, 854 mil reais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais alega que a agência DNA se associou à empresa CS Andrade Participações S. A. O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Atualmente, a empresa CSA tem a denominação de Holding Brasil S. A. e é presidida pelo Sr. Clésio Andrade. O senhor confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. A DNA é uma empresa independente. A CSA, que virou Holding Brasil, é uma empresa do Dr. Clésio, que, num dado momento, participou do controle acionário da DNA e depois saiu. Ficou uma empresa minha, do Sr. Cristiano, que depois saiu também, e do Sr. Ramon Cardoso. A Holding Brasil é uma empresa do Dr. Clésio, que não tem nada a ver com a DNA hoje.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Ela não substituiu ao longo do tempo a CS Andrade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa empresa é do Dr. Clésio desde...

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Mas são empresas diferentes?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, são empresas dele. Uma é sucessora da outra. Disso sei sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Então, o senhor confirma que uma sucedeu a outra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo sim, senhora.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – A Deputada Perpétua acabou de lembrar aqui outra ação que o senhor responde perante o Supremo Tribunal Federal junto com o Sr. Clésio Andrade e com o Presidente do PSDB, Senador Eduardo Azeredo, que, à época, era Governador do Estado de Minas Gerais. Essa ação se deve a uma transferência de recursos para a empresa dos senhores para a promoção do Enduro Nacional da Independência. É isso? Essa é a origem da ação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa é a origem da ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A pergunta já foi formulada.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Essa é outra ação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É a mesma ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quanto a essa ação, já foi devidamente esclarecido

aqui o teor dela. Se V. Exª quiser fazer outra pergunta. Faça a pergunta subsequente.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Essa resposta tem seqüência para a pergunta posterior que eu quero fazer, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu respondo, Sr. Presidente. Essa ação, o Governo Hélio Garcia patrocinou a primeira vez, depois o Governo Hélio Garcia patrocinou de novo, foi duas vezes no Governo Hélio Garcia, depois o Governo Newton Cardoso patrocinou e depois o Governo Eduardo Azeredo patrocinou. Aí, numa briga política entre o Governador e a Promotoria, houve essa ação. Eu considero briga política.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – A briga é política, mas ela justificaria uma ação? O senhor estaria sendo processado só por uma ação, não há nenhuma irregularidade na transferência?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhuma irregularidade, Srª Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou requerer cópia dessa ação, e essas perguntas ficarão prejudicadas. Hoje essas perguntas foram feitas mais de dez vezes. Eu respeito, não posso ser juiz de cada inquiridor.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Seria importante, Sr. Presidente, de fato, que essa ação fosse de nosso conhecimento, porque ela tem importância na compreensão de todo o processo. Não há nenhuma ação que seja feita só por ser feita, até porque o Ministério Público, o Judiciário, todo mundo tem muita coisa para fazer, não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto a V. Exª se exatamente essa ação tem pertinência com o objeto da nossa investigação. Vamos trazê-la para analisar.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Eu acho importante, Sr. Presidente, para que a gente tenha conhecimento do inteiro teor da ação e para que a gente possa estudá-la detidamente.

Hoje já foi perguntado também, diversas vezes, mas eu queria fazer uma pergunta diferente ao senhor sobre o mesmo tema, que é a questão da Athenas Trading. Já foi aqui perguntado por vários Deputados e Senadores. Eu queria saber qual é a relação da SMP&B com a Athenas Trading, que recebeu R\$1.900.000,00 e também a By Brasil, que foi beneficiada, no mesmo dia, com mais R\$970.000,00. Eu queria saber a relação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É uma relação de empréstimo que fiz e não tem nada a ver com essa lista, não tem nada a ver com nenhuma operação financeira do PT. Foi uma operação



de empréstimo contabilizado dentro da empresa, com contratos de mútuos firmados entre empresas.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – O senhor vai enviar este contrato também?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Amanhã o disquete está... E os documentos fisicamente... Vou dar o endereço em Belo Horizonte onde vão estar, porque a Receita vai ter que ir lá de vez em quando examinar e se a Comissão quiser ir lá também pegar fisicamente os documentos poderão pegar.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Essa Athenas Trading tem alguma relação com a Holding Brasil, Sr. Marcos Valério?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tem.

**A SRª IRINY LOPES** (PT – ES) – Muito obrigada. Estou satisfeita.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é o fundamento da questão de ordem?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu vou formular, depois o senhor analisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu quero, inicialmente, como manda o Regimento, saber em que artigo é baseada.

**O SR. (Orador não identificado)** – O senhor analisa o artigo. Eu vou fazer a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então eu não analiso o artigo, nem aceito a questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então o que eu vou dizer ao senhor é que o senhor não está sendo enérgico na condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso não é questão de ordem. É uma idéia sua, individual, e a V. Exª...

**O SR. (Orador não identificado)** – Os Deputados estão aqui argüindo assunto de Governo, de Estado, toda hora...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª não pode falar.

*(Interrupção do som do microfone do orador.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então fala sem microfone.

**O SR. (Orador não identificado)** – Os Deputados ficam argüindo o Governo do Estado de Minas Gerais, o Senador Eduardo Azeredo... Nada tem nada a ver...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª não é censor de ninguém. Peço...

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Exª é.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas não estou aqui para ser censor de ninguém.

**O SR. (Orador não identificado)** – Está me censurando.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou-lhe censurando porque V. Exª é impertinente. V. Exª está com absoluta impertinência. Estamos aqui indagando, cada um faz as perguntas que bem entende.

**O SR. (Orador não identificado)** – A CPMI não vai chegar a lugar nenhum, se continuar dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª, com essa intervenção, realmente não contribui.

**O SR. (Orador não identificado)** – O próprio Relator já disse aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que se comporte. Vou cassar a palavra de V. Exª. Aqui o juiz tem esse poder por uso do que se estabelece no Código de Processo Penal.

Peço a V. Exª que aguarde a sua vez para falar. Vamos ouvir o orador subsequente, Deputado Neucimar Fraga, que tem a palavra.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Marcos Valério, queria cumprimentar os Parlamentares desta Comissão, parabenizar aqueles que resistiram ao sono e estão aqui já no dia seguinte participando desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Com certeza, querem contribuir neste momento crítico que vive o nosso país.

Tenho certeza de que todos que estão aqui estão porque querem colaborar com os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero também dizer ao depoente, Sr. Marcos Valério, das informações que estão sendo prestadas aqui. Percebemos desde o início que V. Sª chegou aqui com o desejo de colaborar. Eu queria fazer a seguinte pergunta: o senhor respondeu com a pura verdade a todas as perguntas que aqui foram feitas pelos Srs. Parlamentares?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dentro dos meus conhecimentos, dentro do que sei, foi com a pura verdade. Posso ter falhado, que eu também não sou perfeito, por não saber. E talvez por não representar a expectativa de muitas pessoas. Mas, dentro do que vi, do que soube, eu procurei responder.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – A tudo que lhe foi perguntado, então, o senhor respondeu com a pura verdade. Existe alguma pergunta que ainda não foi feita e que o senhor gostaria de responder? Existe algo ainda a ser explicado que não lhe foi perguntado, talvez por falta de conhecimento dos Parlamentares,

talvez por falta de informações, que o senhor gostaria de acrescentar ao seu depoimento? O senhor acha que é uma informação que pode vazar no dia seguinte e ser motivo de uma nova convocação de V. Sª a esta Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu queria fazer uma declaração.

Primeiro, o PT pagando ou não, não quero nada do Governo, não quero nada de ninguém do Governo, não quero nada de ninguém do PT, não sou chantagista, não quero chantagear ninguém. Se eu tiver que trabalhar para pagar as dívidas que vão ficar nas minhas costas, eu vou trabalhar. Não pensem que vou mandar recado para ninguém, porque não vou. Não quero um centavo que não seja meu. Não quero aqui ameaçar ninguém. Não conte comigo para isso. Se eu tiver que pagar à Receita e tiver que enfrentar a Receita pelas dívidas que ficarem e ninguém me ajudar, eu vou pagar, eu vou lutar para isso.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – OK.**

Sr. Marcos Valério, segundo informações que chegaram à sociedade brasileira por meio dos órgãos de comunicação, comunicações, logo após a realização do segundo turno, o senhor foi procurado pelo Sr. Delúbio, foi apresentado ao Sr. Delúbio, que apresentou dificuldades do fim de campanha, despesas contraídas pelo Partido, quem sabe algumas despesas que ainda surgiriam naquele período de transição.

Queria saber o seguinte: entre o encerramento da eleição e a posse do Presidente Lula, o senhor fez alguma doação ou contribuição ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Começaram em 2003, Deputado.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O primeiro depósito, então, que o senhor fez foi em fevereiro de 2003. Confirma essa informação prestada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Além de dois outros empréstimos que assinei diretamente para o PT como avalista, para ser exatamente verdadeiro.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor confirma que essas datas do primeiro e do último depósito, registradas por meio desse extrato entregue à Comissão, são as datas reais do primeiro e do último depósito ou da transferência eletrônica feita, seja por doação da empresa, seja pelo empréstimo contraído em nome do PT por V. Sª e por suas empresas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmando que esses foram os dias dos saques. Em muitos desses cheques que estão aqui, havia um ou dois dias de diferença, mas as datas con-

ferem exatamente com a contabilidade que vai estar na empresa.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Quero chamar a atenção do Sr. Relator, nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, porque, segundo o Deputado Roberto Jefferson – veja só –, não estamos aqui para formar juízo, mas esta é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e não se faz inquérito sem investigação. Não podemos fazer também investigação sem levar em conta a veracidade de todos os fatos e buscar a contundência das informações prestadas e as contradições das denúncias feitas.

Segundo o Deputado Roberto Jefferson, a partir do momento que começou a surgir um zunzunzum sobre o “mensalão”, as malas de dinheiro deixaram de entrar no Congresso Nacional. Foi isso? Que a partir desse momento, as operações financeiras começaram a ser feitas na agência do Banco Rural, no Brasília Shopping, no Distrito Federal. Foram essas as informações prestadas pelo principal depoente até agora e acusador desse esquema. É isso, Sr. Relator?

Percebemos que, na verdade, desde o primeiro empréstimo, desde a primeira transferência, essas operações financeiras já estavam ocorrendo na agência do Banco Rural de Brasília e não apenas, supostamente, como disse o Deputado Roberto Jefferson, depois de surgirem os boates do “mensalão”, quando alguns, com medo – quem sabe? – de serem flagrados, transferiram as operações para a agência do Banco Rural em Brasília.

Portanto, aqui temos a data do primeiro depósito e a do último depósito. A última transferência feita por meio da agência do Banco Rural, Sr. Relator, foi no dia 25 de setembro de 2004. Do dia 25 de setembro em diante, não foi registrada mais nenhuma transferência para a conta de nenhum Partido, nenhuma pessoa mais fez sequer um saque na agência e, segundo o Deputado Roberto Jefferson, o suposto “mensalão” teria encerrado a partir de fevereiro de 2005.

Então, pergunto: se o Deputado Roberto Jefferson estivesse falando totalmente a verdade, durante o período de outubro, novembro e dezembro, quando, supostamente, teria ocorrido o “mensalão”, quem bancou esse “mensalão”? Porque não foi mais o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, de acordo com os documentos apresentados aqui?

Então, ou apareceu outro operador do “mensalão” de outubro a janeiro ou, então, podemos entender, Sr. Relator, que podem ter supostamente ocorrido algumas doações para Parlamentares individualmente. Mas a classificação de mensalão que entendo da forma como foi apresentada, que era a compra de consciência de voto dos Parlamentares desta Casa para votar com o

Governo Lula, não ocorreu da forma como foi denunciada pelo Deputado Roberto Jefferson, porque há uma lacuna de cinco meses sem transferências registradas, sem saques realizados – ou então as transferências, ou o “mensalão”, acabaram em setembro de 2004 e não em janeiro de 2005, como disse o Deputado Roberto Jefferson. Após ele falar com o Presidente Lula em janeiro, de fevereiro em diante, o “mensalão” foi encerrado. Portanto, Sr. Relator, peço que fique bastante atento a essas informações.

Sr. Marcos Valério, como o senhor é um operador do sistema de publicidade e ganhou várias concorrências no Governo Lula, no Governo Fernando Henrique Cardoso e no Governo Itamar Franco e já disse que presta serviço publicitário ao Governo do Distrito Federal, ao Governador de Estado e à Câmara Federal – não sei se à Assembléia Legislativa de Minas Gerais prestou serviço também – V. S<sup>a</sup> prestou serviço para mais algum Estado, Governo ou Prefeitura?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Goiânia já prestei serviço, ao Estado de Goiás.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Quem era o Governador na época?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se não me engano, era o Sr. Marconi Perillo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O Sr. Marconi Perillo. Então, o Senhor trabalhou, com a sua agência de publicidade, no Estado de Goiás para o Governador Marconi? O Senhor chegou a fazer alguma doação da sua empresa para o Governador Marconi Perillo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nunca.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Não. Nunca.

Para encerrar, Sr. Presidente, como especialista no assunto, farei duas perguntas rápidas. Diga, pelo menos, uma peça publicitária que o Senhor produziu para o Governo Lula.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para o Governo Lula?

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – É, para as empresas, Banco do Brasil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sedex.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Foi produzida pelo Senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. É uma campanha do Banco do Brasil de cartão de crédito.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ok. E qual a possibilidade real de uma agência que faz a campanha de um candidato, coincidentemente, trabalhar para esse candidato durante o exercício do seu mandato ou do seu trabalho como conhecedor da área de publicidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – V. Ex<sup>a</sup> tem um exemplo no passado e um no futuro.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então, é 100%.

Ok, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra ao novo Deputado inscrito, farei algumas considerações, que, para mim, são importantes.

Procuró levar a Presidência conforme o Regimento Interno e a ordem. Evidentemente, não posso ser um censor de Deputados que querem fazer as perguntas de um jeito ou de outro. Chamei a atenção, várias vezes, da depoente, porque senti que ela estava saindo do foco das investigações. Mas esse procedimento não dá autoridade a ninguém para adotar uma atitude contrária, de maneira agressiva, à Mesa. Há medidas disciplinares que vou colocar em execução.

O art. 22 do Regimento Interno do Senado Federal, que se aplica subsidiariamente, é explícito:

O Presidente advertirá o Parlamentar – chamei assim –, usando da expressão ‘atenção’. Se essa observação não for suficiente, o Presidente dirá mais uma vez ‘atenção’, Sr. Deputado ou Parlamentar. Não obstante o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra. Insistindo o Parlamentar em desatender à advertência, o Presidente determinará a sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente.

Esse é o Regimento. Não quero aplicá-lo na extremidade dessas disposições, mas não vou admitir que fatos como os ocorridos anteriormente voltem a acontecer. Vamos disciplinar! Tenho tido respeito até essa hora – estou aqui desde nove e meia – procurando conduzir. É difícil orientar a liberdade de cada um, a autonomia e a independência de cada um. Cada um fala da forma que lhe é própria. Cada um tem o seu estilo. Diz-se que o homem ou a mulher é o próprio estilo. Então, não posso aqui aceitar as ponderações agressivas e injuriosas que foram feitas.

Ademais, não admito também que, sobretudo, os membros que estejam aqui não façam tudo para que a CPMI alcance seus objetivos. Façam perguntas inteligentes. Ajudem o Relator. Estou conduzindo e dirigindo apenas a reunião. E é por isso que vou aplicar com rigor o Regimento. Está aqui. Está escrito e assim será.

Na seqüência, concedo a palavra ao Deputado Carlos Dunga. (Pausa.) Ausente.

Chamo agora o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG)**

– Sr. Presidente, Sr. Relator, publicitário Marcos Valério, gostaria inicialmente de colocar a limpo a questão suscitada aqui anteriormente e que apenas pontuei a respeito da participação da SMP&B na campanha do Governador Aécio Neves, em 2002. Foram feitas aqui ilações que dão a entender, inclusive, que essas doações tivessem qualquer natureza irregular. Em primeiro lugar, é preciso dizer com destaque que a SMP&B e a DNA formam historicamente no cenário da publicidade brasileira a fila de empresas que consagraram espaço graças à sua competência e que disputam mercado com condições privilegiadas pela qualidade profissional dos serviços que prestaram, e são mineiras. Na campanha de 2002, foi feito um jantar de adesão em que a SMP&B contribuiu com R\$4 mil para a campanha do então Deputado Aécio Neves ao Palácio da Liberdade, com a compra de quatro convites para esse jantar de adesão, organizado por um grupo de jovens empresários mineiros. Cada convite custava R\$1.000,00. Aqui há uma relação em anexo, inclusive que eu vou entregar ao Sr. Relator. O jantar aconteceu no dia 29 de agosto de 2002, na Avenida Raja Gabaglia, e contou com a presença do jornalista Márcio Moreira Alves. Inclusive, o empresário Marcos Valério, proprietário da SMP&B, nem esteve nesse jantar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, não estive.

**O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG)**

– Passar a limpo. Mais importante do que isso, sabe Presidente - e fiz este alerta aqui –, é que, se nós não tivermos o cuidado na abordagem, vamos fazer, como há pouco a Deputada Perpétua Almeida e outra colega fizeram, uma grande mistura sobre fatos, de forma que se generalize e passe a entender como o próprio depoente disse aí, ou seja, que qualquer ligação com o Dr. Marcos Valério hoje leva suspeita a todas as pessoas. E eu queria dizer que essa doação da SMP&B, como a doação do Banco Rural, à campanha do Governador Aécio Neves está na nossa declaração do PSDB, na nossa prestação de contas disponibilizada na **Internet** desde que passou a eleição. Não há nenhum segredo nisso. É público e notório e está à disposição de quem quiser conferir na **Internet** esses dados. Na semana passada, a imprensa tentou criar esse tipo de novidade, que é artificializar fatos. Fizemos questão de dizer isso, exatamente isso.

Com relação ao depoimento dado aqui hoje e a ênfase com que o PT tenta criar uma similaridade entre o episódio de 98 e o de 2002, eu queria fazer um

destaque. É pena que a Deputada Perpétua não esteja. Eu só vejo uma similaridade entre o que aconteceu em 98 e o que aconteceu a partir da posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: o fato de se ter buscado empréstimo em banco. De resto, não há nenhuma outra similaridade.

Primeiro, o cenário era eleitoral em 1998. Era segundo turno, havíamos perdido a eleição, em Minas Gerais, no primeiro turno, para o Presidente Itamar Franco. Houve, de parte do comando da campanha, o desejo de turbinar a campanha no segundo turno, de fazer levantamento de recursos e de tentar reverter o quadro eleitoral. Isso foi feito sem o conhecimento do hoje Presidente do PSDB nacional, que era o Governador Eduardo Azeredo, e ele já tornou isso público, com muita clareza, e sem o conhecimento também do comando, dos dirigentes do PSDB estadual.

Não há um dirigente do PSDB de então que tenha participado dessa operação, como avalista ou como qualquer ator, da definição dessa estratégia que foi conduzida. E é importante dizer isso, porque é o contrário do que aconteceu a partir do levantamento de recursos feito no Governo Lula. O comando do PT, o Presidente Genoino, o Delúbio, o Silvinho, estão atolados até a cabeça no aval que se ofereceu, seja por assinatura, seja por pressão, seja por promessa, facilitando o levantamento desses recursos.

A meu ver – e aí eu quero ouvir o publicitário Marcos Valério –, estamos aqui com quatro situações, que, naturalmente, vão exigir desta Comissão um trabalho de averiguação muito profundo. Temos, em 1998, o que poderia ser, se configurar um crime eleitoral prescrito, engendrado pelo comando de campanha, que não era do Partido, que era um comando de campanha suprapartidário, e que fez um esforço para reverter o quadro, sem o conhecimento do candidato e do partido chefe da coligação; temos, em 2003 e 2004, o levantamento de recursos que serviram para, aí sim, numa atitude ousada, atos de corrupção na relação do Governo Lula com o Congresso Nacional, estabelecendo uma relação promíscua extremamente nociva aos interesses do País. E esse, talvez, seja o foco central no qual devemos nos concentrar, até porque envolve membros desta Casa, companheiros nossos, parceiros que formam conosco no dia-a-dia, e, enquanto não passarmos isso a limpo, o próprio Presidente da República e esta Casa não terão condição de retomar a normalidade e devolver ao País as respostas que a sociedade está esperando; e, em um terceiro tempo, Dr. Marcos Valério, há também o levantamento de recursos para o financiamento das campanhas de 2004, que foram feitas da forma que foi divulgada.

Se formos olhar a questão do crime eleitoral, vamos ver aí o João Magno com problemas, o Pimentel com problema, o Tarso Genro com problema, o João Bittar com problema, o Paulo Rocha com problema, o PT do Ceará. E por aí afora vamos encontrar o problema do financiamento eleitoral, que se tem que resolver mudando e aperfeiçoando a legislação. Mas eu vejo com muita clareza distinção entre as operações de 1998 e as de 2003 em diante.

Por quê? Porque em 98 nós financiamos uma campanha eleitoral. E, a partir de 2003, estávamos em pleno processo administrativo, comprando votos num balcão que se estabeleceu, no qual se compraram partidos e parlamentares para votar com o Governo. E isso, sim, é, talvez, aquilo que mais traga perplexidade à sociedade brasileira hoje, porque jamais se imaginou tanta ousadia, a ponto de tentar se institucionalizar uma relação com os partidos políticos que formavam a base aliada do Governo Lula.

Então, eu queria colocar essa questão para refutar, para repelir essa tentativa de trazer a cena de 1998 como uma cena similar ao que aconteceu em 2003. Quem recebeu recurso em 1998 estava eleito, trabalhando pela eleição em segundo turno do Governador Eduardo Azeredo, num quadro adverso, que sabíamos que era. O volume de recursos mostra com clareza que não se conseguiu fazer muito nesse campo, nós perdemos a eleição.

Meu caro contrerrâneo, com quem tenho hoje a oportunidade de estar pela primeira vez, quero dizer que a minha visão é de que há uma diferença brutal entre o que aconteceu em 1998, em que seu sócio e nosso vice-Governador, certamente movido pelo esforço que era necessário fazer para tentarmos reverter o quadro, somou-se a esse esforço que fizemos, e aconteceram esses episódios.

Deixo aí para V. S<sup>a</sup> a oportunidade de se colocar sobre isso e V. S<sup>a</sup> ver que há uma distinção completa entre o que foi feito naquela época e o que foi feito hoje, uma vez que quem avalizou, naquela oportunidade, foi o seu sócio e, hoje, quem avalizou foi o comando partidário do PT, que este sim era o operador do “mensalão”. E eu não tenho dúvidas sobre o comando do Gabinete Civil, com o Deputado José Dirceu e com o Ministro Gushiken, envolvidos até a cabeça nesse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito, as suas últimas palavras EU endosso todas: que o Ministro José Dirceu sabia, que o Gushiken... Mas não tenho provas, não vi, não conversei. Isso são intuições e conversas que eu tive com o Sr. Delúbio. Agora, que o Sr. Eduar-

do Azeredo não sabia, essa eu não endosso não. Ele sabia sim, senhor.

**O SR. (Orador não identificado)** – Questão de ordem, Sr. Presidente. Observei que os recibos dos depósitos que o Sr. Marcos Valério encaminhou, a maioria deles, são de agosto e setembro. Portanto, não são do período entre o primeiro e segundo turno. São, sim, do período do primeiro turno das eleições.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado André Figueiredo.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. vice-Presidente, Sr. Marcos Valério, estou aqui há catorze horas ouvindo atentamente suas palavras, Sr. Marcos Valério, justamente para não ser repetitivo e tentar trazer alguns fatos novos que possam colaborar com o Relatório do nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Antes de mais nada, eu queria fazer algumas considerações pontuais que são bastante importantes. O Sr. Marcos Valério falou que os repasses, através da Bonus-Banval Participações, seriam apenas para o PT e para o PP, quando na verdade, na sua própria relação de pessoas, o senhor indica também o PL. Na primeira das páginas, o PL também tem dois asteriscos na relação, o senhor pode verificar aí. De 26 a 30/04, o senhor transferiu R\$900 mil através da Bônus-Banval.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah! Sim, senhor. Desculpa, foi erro meu.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – A segunda questão, que para nós seria importante, inclusive está sendo objeto de verificação no Estado do Ceará, refere-se ao Deputado Guimarães: o senhor tem noção de como ele recebeu esses R\$250 mil que estão no seu relatório?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em dinheiro vivo, senhor.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – E sabe quem recebeu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O nome da pessoa está aqui embaixo do nome dele.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Não, não está. Está o telefone da Assembléia e o celular. Seria ele mesmo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deve ter sido na agência do Banco Rural.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Aqui em Brasília?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui em Brasília.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Perfeito. O senhor disse que não tem conhecimento de ministros terem recebido qualquer tipo de repasse. Mas o mesmo pode-se dizer de secretário executivos, chefes de gabinetes e assessores especiais de ministros?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não tenho conhecimento de nenhum ministro recebendo nenhum tipo de repasse.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Estou falando desses outros. Ministro o senhor já disse. Desses outros.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não conheço os assessores. As pessoas que receberam, então,...

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – O senhor não descarta essa possibilidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não descarto, como também não posso afirmar.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Perfeito. Eu vou fazer algumas considerações, até por conta de que vai refletir bem no parecer que temos que tirar aqui. Não adianta mais reforçar a idéia de que qualquer neófito em contabilidade, certamente, questionaria as suas colocações em relação a lançamentos de mais de R\$55 milhões em depósitos. Para mim, esses depósitos e esses lançamentos serão fictícios. O que eu gostaria de colocar aqui, basicamente, em cima dos valores que foram considerados como empréstimos do BMG e do Banco Rural, coincidentemente dois bancos que cresceram bastante, bancos considerados de segunda linha, mas que cresceram bastante por conta do volume de empréstimos consignados. Nós sabemos, e o senhor trabalhou no sistema financeiro, conforme disse, e foi recentemente consultor financeiro antes de ser publicitário. Verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade, Sr. Deputado.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Então, o senhor sabe que empréstimos consignados são uma grande fonte de renda para bancos, principalmente os de segunda linha.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, mas na época em que eu trabalhava, há uns séculos, não existia...

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Perfeito. Sr. Marcos Valério, peço até desculpas, eu estou correndo porque só tenho cinco minutos. Mas eu queria dar prosseguimento ao meu raciocínio. O Banco Rural, no início de 2003, foi ao Governo do Estado do Ceará, sabendo de que se trata de um Governo sério, e propôs oficialmente que dividissem os empréstimos consignados na sua folha de pagamentos, tanto ser-

vidores ativos como inativos, um valor de aproximadamente R\$1 milhão/ano, a ser investido em obras sociais. Isso existe, uma proposta oficial do Banco Rural, ou seja, uma coisa que não é extraoficial, algo extremamente importante – para um horizonte aproximado de cem, 110 mil servidores, ativos e inativos. Sabemos que, no Governo Federal, existem aproximadamente vinte milhões, entre servidores ativos e inativos, que são objeto também de empréstimos consignados. E sabemos que Rural e BMG cresceram absurdamente nesses dois anos.

Eu pergunto inicialmente: o senhor tem idéia de que o Banco Rural ou o banco BMG fizeram alguma proposta para o Governo Federal de investimentos em obras sociais em troca da possibilidade de oferecer empréstimos consignados aos servidores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Primeiramente, eu queria só explicar que os lançamentos de depósito dentro das minhas contas e dentro da minha contabilidade todos serão reais e dos meus clientes. Segundo, não tenho conhecimento das carteiras do Banco Rural e nem do BMG.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE) – Perfeito, isto evidentemente está nas páginas de economia, como os dois bancos têm tido um crescimento bastante profícuo nesses dois primeiros anos do Governo Lula. E eu quero fazer justamente essa analogia, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque se R\$1 milhão era concedido pelo Banco Rural, por exemplo, apenas para dividir com o então banco oficial, imagina para cento e poucas mil vidas, imagina o que não seria para vinte milhões de vidas. Esses R\$56 milhões mais ou menos que aparecem aqui, proporcionalmente, são bem menos do que o R\$1 milhão que foi oferecido pelo Banco Rural.

Então pediria aqui, inclusive ao Sr. Relator, que se verificasse, talvez até solicitasse o depoimento. E V. S<sup>a</sup>, Sr. Marcos Valério, até mesmo disse, em uma indagação anterior, que não acreditava que o Presidente do BMG e o Presidente do Rural estivessem totalmente alheios a toda essa negociação. Conseqüentemente, eles devem saber bastante em relação a esse processo que fez com que os dois bancos, as duas instituições financeiras crescessem absurdamente nesses dois primeiros anos do Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, não-membro, Deputado Eduardo Paes.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, eu gostaria de começar fazendo uma pergunta que o Sr. Marcos Valério deve ter respondido várias vezes.

Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> tem afirmado, em diversas oportunidades, o objetivo dos recursos dessa caixinha que o senhor montou com o seu amigo Delúbio, segundo V. Ex<sup>a</sup> mesmo afirma, a pedido e por comando do ex-Ministro José Dirceu.

Eu gostaria de lhe indagar: esses recursos eram para o quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito, primeiro, volto a agradecer o tratamento respeitoso...

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Pode ter certeza de que todas as pessoas que vierem aqui, inclusive V. S<sup>a</sup>, terá de mim todo o tratamento respeitoso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agradeço.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – De nada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Segundo, os recursos foram para pagar essas pessoas dessas listas que eu passei, a pedido do Sr. Delúbio, e que eram para liquidar dívidas **a posteriori**.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Dívidas **a posteriori** e não dívidas de campanha?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É a informação que me passaram. E eu também não posso... Eu tenho que falar o que eu vivi, não vou inventar. A informação que me passaram é que eram dívidas de campanha...

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Por exemplo, o senhor sabe que um dos pagamentos que o senhor fez foi para o advogado Aristides Junqueira?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, fiquei sabendo no levantamento, foi R\$185 mil, Deputado.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – V. S<sup>a</sup> só soube disso no levantamento ou já sabia anteriormente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu sabia, mas não sabia para o que era.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – V. S<sup>a</sup> sabe que o advogado Aristides Junqueira nunca foi candidato e que, na verdade, advogava? Recebeu esses honorários pelos trabalhos que fez, advogando para o Partido dos Trabalhadores em mais um dos seus escândalos no caso de Santo André.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sabia, Deputado. Eu fiquei sabendo pela imprensa.

**O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu vou usar o tempo que me resta para fazer algumas afirmações. Primeiro, cumprimentar o Sr. Mar-

cos Valério pela fidelidade dele e correção para com os amigos. É impressionante como ele veio hoje a esta CPMI pronto, mais uma vez, para consolidar uma tese que o Partido dos Trabalhadores e todo esse esquema de corrupção montado – porque esse é um esquema de corrupção – tentam fazer a sociedade brasileira engolir, de que os recursos utilizados nesse caixinha dos amigos Marcos Valério e Delúbio eram limitados aos empréstimos feitos. Em breve, Sr. Marcos Valério, vai ficar muito claro que os recursos disponibilizados foram muito maiores do que esses recursos dos empréstimos feitos.

Segundo, o Sr. Marcos Valério vir aqui tentar confirmar o tempo inteiro a tese de que esses recursos também se destinavam a pagamento de dívida de campanha – seria a campanha mais longa da história, 2003, 2004 e 2005 –, o que seria inaceitável, Deputado Relator. Portanto, temos que chamar a atenção para essa questão. De alguma forma, confundir com essa mistura que se faz entre o que aconteceu nesse período de dois anos e meio com o episódio da eleição de 1998.

Eu quero dizer que, ao contrário até, Sr. Marcos Valério, do Deputado Inácio, essa discussão é uma estratégia antiga do Partido dos Trabalhadores. É uma estratégia de sempre tentar confundir as investigações. Eles fizeram isso ao longo de sua história nas investigações internas do Partido. Foi assim no caso de Santo André, foi assim nas denúncias do Sr. Paulo de Tarso.

O Deputado José Eduardo Cardoso, outro dia, contava do relatório dele acerca daquelas denúncias e que, na verdade, defendiam aqueles que denunciavam e apontavam e confirmavam aquelas irregularidades, Ministro Abi-Ackel. De forma incrível, como esta Comissão não deu o resultado satisfatório, eles mudaram e fizeram uma outra Comissão para tentar mudar aquele parecer.

Portanto, essa é uma discussão absolutamente estéril. Eu vi aqui o dia inteiro, Presidente, Senador Amir Lando, não obviamente por parte da Mesa desta Comissão – V. Ex<sup>a</sup> certamente têm se esforçado para prosseguir nas investigações – um grande esquema armado para se dizer: olha é tudo assim mesmo, todo mundo toma dinheiro de campanha em caixa dois, o que tivemos aqui foi um caixa dois.

Não é verdade. O que tivemos foi um esquema montado em que há recursos, sim, de empresas públicas, recursos do Erário, e que há, Ministro Abi-Ackel, recursos de empresas privadas. E basta identificar, Ministro Abi-Ackel, todas as operações que envolveram esse relacionamento de dois anos e meio durante o Governo Lula.

Portanto, trata-se, sim, de um dos casos mais bem montados de assalto ao Erário, de um dos mais bem montados casos de corrupção. Eu nem acho que o Sr Marcos Valério seja o principal culpado. E não faço isso esperando mais um agradecimento de V. S<sup>a</sup>, porque V. S<sup>a</sup> cometeu muitos crimes e, como tem dito a Deputada Denise Frossard, tem meio Código Penal, se não for mais do que isso, esperando-o aí fora.

Mas o fato é que nós aqui temos uma obrigação não só de encontrar aqueles que serviram de instrumento para esse esquema de corrupção, mas temos aqui obrigação de, interpretando os destinatários desses recursos, entender que isso não foi um esquema para pagar dívidas de campanha. Isso era um caixa permanente para agradar a aliados. Infelizmente, existiam aliados deste Governo que se dispunham a cumprir esse papel.

E nós não podemos, sob pena de desmoralizarmos o Parlamento brasileiro, aceitar que se monte assim uma farsa, tentando igualar desiguais, tentando colocar como se todas as pessoas, todos os atores políticos, como tentou o Presidente Lula, como participou dessa tese o Sr Marcos Valério – hoje é um pouco diferente a tese dele, depois daquela entrevista ao Jornal Nacional – e como tentou o Sr Delúbio Soares, fazer crer à Nação de que isso era um esquema para pagar dívida de campanha.

Não. Isso é corrupção, é corrupção da pesada, Ministro Abi-Ackel. E nós temos aqui que apurar os fatos, que são fatos relevantes para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi um espetáculo triste de alguns Parlamentares aqui, tentando desviar o foco das investigações numa estratégia tipicamente petista, mas que desta vez, certamente, não vai colar, porque as evidências são muito fortes e os fatos traçam a verdade.

Eu agradeço a paciência do Sr Presidente e dos demais Parlamentares desta Comissão.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu gostaria de falar.

**O SR RELATOR** (Ibrahin Abi-Ackel) – Sr. Presidente, por favor. Sr Deputado Eduardo Paes. V. Ex<sup>a</sup> fez referência a um fato **en passant** que constou de uma notícia da imprensa, mas que eu gostaria de fixar melhor em nossos Anais.

V. Ex<sup>a</sup> faz referência a um pagamento feito ao advogado Aristides Junqueira no valor de...

**O SR EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – No valor de 185 mil. O próprio Advogado Aristides Junqueira confirma, numa entrevista ao jornal **O Estado de São Paulo**, que teria recebido esses recursos, Ministro Abi-Ackel, pelos serviços prestados advogando para o Partido dos Trabalhadores naquela “bonita” história

de Santo André, que inclusive envolve o assassinato de um dos membros mais importantes do Partido.

Portanto, ele advogando, nada a ver com campanha. Recebeu os honorários desse esquema, justamente para fazer essa advocacia para o Partido dos Trabalhadores naquele momento.

Hoje, na CPMI dos Correios – e penso que essas CPMIs têm de estar conversando constantemente, eu queria pregar isso aqui –, foi aprovado um requerimento para que, até por escrito, acho que não haveria necessidade de o Dr. Aristides Junqueira vir aqui, ele pudesse prestar alguns desses esclarecimentos, comprovando que esse esquema não funcionou só para comprar apoio de Parlamentares aqui, nessa expressão cunhada como “mensalão”. O que me parece é que não era um pagamento mensal, mas uma espécie, como disse aqui, Ministro Abi-Ackel, de uma caixinha disponível para “primeiros socorros”, para atender essas e aquelas urgências.

Portanto, isso é uma questão muito mais grave do que boa parte dos Parlamentares aqui fizeram crer hoje aqui, ao comparar com o episódios passados que não têm e que não guardam relação alguma com isso, que alimentou esse esquema, que é corrupção.

E essas coisas, Ministro Abi-Ackel, com todo respeito, serão e já estão sendo apontadas e comprovadas pela Comissão de Inquérito dos Correios, podemos ter certeza disso.

**O SR RELATOR** (Ibrahin Abi-Ackel) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelos esclarecimentos.

**O SR EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Obrigado.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu gostaria de falar, Sr Presidente.

**O SR EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Eu não fiz qualquer indagação ao depoente, mas se deseja fazer comentários...

**O SR PRESIDENTE** (Amir Lando) – V. S<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Interessante, Sr Deputado, com todo respeito, a afirmação que o senhor faz de que eu estraguei a vida da minha família, que eu estraguei a minha vida, que fiz um conluio com o Sr Delúbio para “f...” a minha... – perdão, perdão, perdão, perdão, perdão, perdão mesmo! –, para estragar a minha vida, para admitir que a minha filha visse o pai dela na televisão como ladrão, eu fiz isso tudo porque eu sou petista de coração e porque eu roubei de coração, eu cheguei lá. Olha, eu não vou entrar no jogo político de ninguém, eu sei que eu errei, e, se eu estiver errado, eu vou pagar, mas eu nunca, em momento nenhum, fiz conluio com o Sr. Delúbio, em momento nenhum eu fiz conluio com



ninguém. Com todo o respeito, Deputado, que o senhor me merece, com o respeito que o senhor tratou a minha esposa, eu te falo, com toda sinceridade: eu não fiz conluio com ninguém. Eu errei, sim, ao emprestar esse dinheiro para o PT, e, nas minhas contas, não tem nenhum depósito não identificado, que não seja dos meus clientes. Isso vai ficar provado. E, com todo o respeito, Deputado, a honra da minha família, o que minha filha está passando hoje não vale nada de conluio com nenhum deputado, com nenhum partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu determino à Secretaria, sobretudo à direção dos serviços taquigráficos, que retirem a expressão injuriosa do assentado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Desculpe, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, entendo. Evidentemente, é uma expressão imprópria, mas acontece. Ninguém pode aqui prever o que vai sair exatamente da fala de cada um.

Dando seqüência, concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado. Bati meu recorde hoje: treze horas e trinta minutos. Infelizmente, o Relator não está aqui, e eu tenho coisas importantes para falar. Seria bom que alguém anotasse para o Relator. Segura o tempo ali, Sr. Presidente. Segura meu tempo, porque é pequenininho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Posso nomear aqui o Vice-Presidente como Relator *ad-hoc*, para que tome as anotações relevantes.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Olha o meu tempo, hein, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Exª será aumentado de um minuto pelo incidente inicial.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Gostaria de começar falando para o Sr. Marcos Valério que V. Exª não sabe o quanto o senhor contribuiu – para mim, foi num fator só –, que foi na cassação do ex-Ministro José Dirceu. Porque ele chegou lá na Comissão de Ética, todo empinado, que não era Ministro, não tinha quebrado o decoro parlamentar, está certo, que não podia ser cassado. Então, quando ele assinou o documento que ia falar a verdade e não falou, porque o senhor está provando que ele sabia, ele já quebrou o decoro e “vai para o sal”. Foi o maior serviço que o senhor fez.

Quero dizer para o senhor que errar é humano, persistir no erro é burrice. Agora, tem uma coisa mais longe: não aprender com o erro é idiotice.

Sr. Presidente, vou fazer a primeira pergunta. O senhor tem mais participação na DNA ou na SMPB?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Praticamente a mesma coisa: um terço, um terço.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO** (PDT – ES) – Eu vou mostrar um fato aqui que eu gostaria de chamar a atenção do Relator. A agência SMPB, aqui está MPB, ela teve um faturamento de R\$286 milhões e teve uma receita de R\$100 milhões. Como uma outra agência do mesmo dono, com o mesmo capital acionário, tem um faturamento de R\$588 milhões, quase o dobro, e tem a mesma receita? Então, isso aí eu gostaria muito de saber – não precisa explicar agora, depois o senhor explica, senão vai acabar o meu tempo – como é que pode acontecer faturar o dobro e ter a receita pela metade? Então, tem um fato que tem que ser explicado. O que é que houve para ter essa receita tão alta, mesma receita, com um faturamento à metade? Isso aí é uma coisa que eu não consegui entender. Estou estudando esses números. Eu sou bom de matemática, mas eu não consegui entender isso aqui.

E vou em outra coisa aqui para o senhor. Eu, na CPMI dos Correios, da qual também não faço parte, porque o meu partido é pequenininho, é o PDT – fiquei nove horas esperando para argüir o senhor –, eu questioneei V. Exª sobre notas frias, e o senhor foi claro comigo: “A Receita Federal vai falar. A Receita Federal está nas minhas empresas, começa segunda-feira, vai investigar!”. E eu, assistindo, saí rápido daqui, fui assistir ao Jornal Nacional, para ver se tinha alguma notícia de lá, e tinha uma nota fiscal de R\$12 milhões. O presidente daquela gráfica dizia que aquela nota fiscal não era daquela gráfica.

Então, aí já começa a aparecer muito mais dinheiro; aí já começa a desmontar um esquema que se arrumou, de R\$55 milhões, R\$57 milhões, R\$58 milhões para pagar não sei o que, não sei a quem, que pode ser advogado, que pode ser publicitário, que pode ser... Começa a aparecer um monte de dinheiro e vai aparecer, Sr. Presidente, um monte de nota fiscal fria que nós vamos ter que saber, porque nota fiscal fria é para cobrir, para acobertar dinheiro que está saindo da empresa. Não é esse que está contabilizado; não é esse que está dando para esse monte de pessoa aqui não, Sr. Presidente. Isso aqui está escrito. E ou outros que não estão escritos? Eu quero saber é isso: cadê os outros que estão recebendo esses dinheiros das notas fiscais frias. Nós temos que, agora que vai chegar amanhã aí com a Receita Federal, avaliar quanto tem de nota fiscal fria para saber o quanto saiu de coisa e para onde foi esse dinheiro, porque aí pode explicar

o que o meu colega questionou: a partir de setembro pararam esses repasses oficiais, mas podem ter sido emitidas notas fiscais frias, podem ter sacado o dinheiro, e mudou o esquema de pagamento. Aí pode ter sido dinheiro para lá e dinheiro para cá, na boca do caixa, sem ninguém saber.

Então, eu gostaria de que o Relator nomeado agora levantasse essas duas questões de ordem. Uma é que o faturamento da agência é o dobro e a receita é a mesma, então nós temos que investigar; a outra é que chamo a atenção para as notas fiscais frias.

Agora, o senhor disse uma coisa interessante para o nobre Senador Siba. Falou o seguinte: ninguém confirma nada. Pergunto: o senhor também não confirma nada?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo o que o senhor quiser, pode perguntar.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO (PDT – ES)** – Vamos deixar para depois.

E o senhor falou aqui que associar o nome de Marcos Valério com qualquer pessoa é ruim. Não convidaram o senhor para um evento aí. Não estão querendo falar que está perto do senhor. “Mas eu sou uma pessoa boa; eu sou uma pessoa que tem Deus no coração.” Eu gosto de cozinhar e vou fazer um convite ao senhor. O senhor pode escolher as pessoas que quiser que terei o maior prazer de cozinhar para V. S<sup>a</sup>. Vou fazer uma moqueca capixaba, com uma condição: lá o senhor vai realmente falar tudo o que sabe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O faturamento...

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO (PDT – ES)** – Sr. Presidente, o faturamento, se ele puder explicar. Era isso que ia falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele pode explicar. Ele pode usar do tempo para explicar de maneira muito sucinta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De maneira sucinta, quem é de publicidade – eu vi um rapaz que mexe com propaganda – sabe que há um negócio chamado bonificação de volume. A bonificação de volume (BV) da SMPB&B, como tem muita iniciativa privada, é maior do que a bonificação de volume da DNA.

**O SR. CARLOS HUMBERTO MANATO (PDT – ES)** – O dobro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É por aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é Givaldo Carimbão. (Pausa)

Ausente.

O próximo inscrito é o Deputado Paulo Marinho. (Pausa)

Ausente.

O próximo inscrito é o Deputado Edison Andrino.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Sr. Presidente, primeiro gostaria de cumprimentá-lo pela maneira como vem dirigindo os trabalhos nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> que já teve um papel importante no *impeachment* do Presidente Collor, e espero que não cheguemos lá.

Mas eu gostaria de trazer aqui a minha preocupação. No primeiro depoimento de Marcos Valério, ele trouxe aqui a versão... A primeira declaração que ele deu sobre isso foi a questão da compra de gado, depois veio a versão, no depoimento da CPMI dos Correios, de que esses recursos eram para pagar dívidas de empresas, e hoje tem uma versão completamente diferente, desviando o foco daquilo que eu considero que era o quadro real com esta desculpa de que tudo era pagamento e financiamento de campanha.

Eu gostaria muito de acreditar que V. S<sup>a</sup> estivesse falando a verdade aqui. Mas tenho algumas preocupações a respeito disso, e todos nós temos, em função de várias versões que todas as vezes são trazidas ao conhecimento da população brasileira.

V. S<sup>a</sup> falou, há pouco, o seguinte.

V. S<sup>a</sup> acredita que o PT vai pagar essas dívidas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Honestamente? Não.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – E se o PT não pagar, V. S<sup>a</sup> disse que vai pagar. Como?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou executar o PT e vou trabalhar. Agora, vou tentar pagar.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Mas há como pagar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Cem milhões de reais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tenho.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – Mas V. S<sup>a</sup> disse que vai pagar se o PT não pagar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou tentar pagar.

**O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC)** – V. S<sup>a</sup> não acreditava que isso ia estourar uma hora, não? Toda essa tralha que estava acontecendo, nunca houve uma preocupação de que isso uma hora viria à tona, como veio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com toda a transparência, para falar a verdade, foi inconseqüência. Estou sendo muito franco.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Há outras empresas que têm contratos muito mais volumosos do que as empresas de V. S<sup>a</sup>, não só no setor de publicidade, mas também em outros setores de prestação de serviços. Por que só V. S<sup>a</sup> se prestou a esse tipo de papel? Não existem outros Marcos Valérios por aí fazendo esse tipo de papel?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí eu não sei, Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Não sabe? Tem certeza?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho certeza, Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – V. S<sup>a</sup> tem certeza de que não mandou recursos para o exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já assinei um documento com a Senadora Heloísa Helena e um outro para o Senador Amir Lando.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Que não...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – V. S<sup>a</sup> acredita na sua secretária Simone, no que ela disse lá na Polícia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Minha diretora, Simone? Sim.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Que falou no depoimento que ela deu à Polícia Federal e depois aqui na CPMI dos Correios?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não li o depoimento, Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Ela deu uma declaração na Polícia Federal, que depois foi distribuída à imprensa e publicada pela imprensa, de que haviam sido entregues recursos para os diretórios regionais do PT no Brasil inteiro. V. S<sup>a</sup> confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo; nesses diretórios que estão aqui.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – O de Santa Catarina está aí?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está sim, senhor.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – V. S<sup>a</sup> confirma? Porque o PT de Santa Catarina tem desmentido veementemente que não foi...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu confirmo sim, senhor.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – ...que foi R\$550 mil.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Agora, ninguém confirma; mas eu confirmo se...

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – E sabe quem pegou esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi José Adelar Nunes. E ele, sim senhor, até faleceu.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Era funcionário de uma Deputada de Santa...

V. S<sup>a</sup> confirma que o PT de Santa Catarina recebeu esses recursos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – V. S<sup>a</sup> pegou a conta do Banco Popular, a DNA. Foi isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o Banco Popular faz parte da carteira do Banco do Brasil. Houve uma licitação entre as três agências e eu fiz o lançamento. Logo em seguida outras agências fizeram outras campanhas publicitárias para eles.

Só o lançamento que eu fiz.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Se eu não me engano, o Banco Popular tinha uma previsão orçamentária de R\$45 milhões, e foram gastos com a empresa de V. S<sup>a</sup> R\$20 milhões de propaganda. Eu queria saber se V. S<sup>a</sup> terceirizou esse serviço que era para a DNA prestar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, a empresa DNA é que fez o serviço.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Porque hoje, se não me engano, o Jornal Nacional trazia uma matéria de que parte dos serviços que a DNA tinha que fazer foram terceirizados. Não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Devo ter contratado uma outra empresa para um outro evento e tudo, mas como não é minha área não posso ser preciso e verdadeiro com essa resposta para o senhor.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Presidente, a última pergunta.

A **Folha de S. Paulo** hoje traz uma matéria de que o Banco Espírito Santo, português, ficou desde 2003 para tentar uma audiência com o Ministro José Dirceu e que, em 2005, V. S<sup>a</sup> prontamente conseguiu essa audiência com o Banco Espírito Santo e com o Ministro José Dirceu. Eu gostaria de saber se isso é verdade e se V. S<sup>a</sup> participou dessa audiência junto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade e eu participei dessa audiência junto, Sr. Deputado.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – E trataram de?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele explicou os investimentos do banco, explicou a compra da Uol, explicou que ele era dono de 2% do Bradesco, do setor hoteleiro que ele estava investindo na Bahia...

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – A que V. Sª atribui esse prestígio junto ao Ministro José Dirceu se o banco tentou dois anos conseguir essa audiência e não conseguiu, e V. Exª prontamente conseguiu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com toda sinceridade?

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC) – Claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O prestígio não é meu, é do Sr. Delúbio. Eu pedi ao Sr. Delúbio, e ele é que marcou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu convido o próximo orador inscrito, que é o Deputado Júlio Delgado. (Pausa)

Ausente.

O Deputado Babá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, eu queria pedir em caráter de Líder do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui, neste momento, os não-membros não tem... As Lideranças devem estar devidamente institucionalizadas e só nessas circunstâncias nós vamos conceder privilégios aos Líderes. Hoje foi definido que nós daríamos aos não-membros cinco minutos, independente de qualquer coisa.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Obrigado.

Sr. Marcos Valério, o Presidente de la Rúa está sendo responsabilizado hoje, criminalmente, pela compra de Parlamentares para votar a reforma trabalhista na Argentina.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Presidente da?

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Argentina.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Da Argentina?

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – É, a reforma trabalhista.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah, tá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – E aí se percebe aqui o seguinte: o Sr. Jacinto Lamas, e através da empresa Garanhos – olha as coincidências porque isso é importante ressaltar –, do dia 04/08 de 2003 a

14/08 de 2003, foram retirados R\$2.537.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil). A Reforma da Previdência foi votada dia 5 de agosto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Brasil?

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aqui. Tá.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Está certo? O que claramente demonstra que esse dinheiro não foi apenas para pagar campanhas atrasadas, mas sim para a compra de Parlamentares aqui, não é verdade? V. Sª pode até alegar que não sabia, mas evidentemente são coincidências muito grandes. E depois há coincidências também quando João Cláudio Genu retira, no período ali de 17, 05/07 de 2004 a 16/08 de 2004, quando começam as mudanças, o vendaval aqui, verdadeiro vendaval de compra de Parlamentares de um partido a outro, está certo? Foi no dia 05/07 R\$1 milhão, no dia 16/08 R\$2,7 milhões, está certo? E aí foi o Deputado Vadão, e mais em cima o Genu, de 17/09 a 15/10, R\$1 milhão. Então, nesse curto período, na verdade já bem depois do processo eleitoral e também já num período pós pré-eleitoral, nessa situação começa a haver mudanças. Quando se aproximam processos eleitorais, geralmente esse processo se dá.

Agora, eu queria fazer a... Porque para mim nisso aqui está clara não apenas a responsabilidade de José Dirceu, mas principalmente de Lula, apesar de V. Sª não colocar isso, mas eu afirmo aqui e reafirmo. Se há um culpado de toda essa história... Não foi você... V. Sª não falou isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, eu também não vou afirmar que o senhor está errado como também não posso afirmar que é isso.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Correto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu só estou reportando o que me foi colocado. Eu não vou lhe afirmar que está errado nem vou...

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Agora eu queria fazer uma pergunta para o senhor: o senhor afirma que todo dinheiro que foi repassado foi dos empréstimos, que saiu da sua conta e que foi através do Banco Rural para poder remeter para qualquer coisa que seja, seja para Duda Mendonça, seja para a compra de Parlamentares, seja para o que seja, porque isso é um dos maiores crimes que se cometeu, não é um crime eleitoral simples. Mas eu queria fazer essa pergunta para o senhor: o senhor confirma que todo o dinheiro que foi retirado foi justamente quando você tirou o empréstimo, veio para o Banco Rural e come-

çou a pagar, a partir desses empréstimos, o que o Sr. Delúbio Soares pedia, não era isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era sim, senhor.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Exato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Exato, senhor.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Pois bem. Do dia 5/07 a 12/07 de 2004, houve uma retirada de R\$6.556.000,00 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil). Manoel Severino, do PT; Emerson Palmiere, do PTB; PT Nacional, R\$800 mil, João Cláudio Genu, Vadão Gomes, Paulo Rocha e José Borba. Isso dá o total.

A CPMI dos Correios não tem nenhuma comprovação, neste período, do Banco Rural ou do Coaf, de que esse dinheiro tenha sido retirado. De onde veio esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse dinheiro foi retirado das contas e muitas vezes esse dinheiro ficava em reservas, e com certeza esse dinheiro...

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Reserva de R\$6 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Reserva dentro do próprio banco...

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Veja bem, o banco, ao informar à CPMI dos Correios... E gostaria que inclusive o Relator investigasse isso através da CPMI dos Correios, porque contradiz o que V. S<sup>a</sup> está colocando aqui. Na verdade, esse dinheiro não consta nem de Coaf. O que significa isso? Significa que esse dinheiro veio de outro ponto.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Com certeza absoluta esse dinheiro saiu das minhas contas, Deputado, com certeza absoluta.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sim, mas V. S<sup>a</sup> afirmou que veio de conta do empréstimo tomado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, do empréstimo.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Mas não consta do Coaf retirar R\$6 milhões, o que não é pouco. Se fossem R\$200 mil, R\$300 mil, V. S<sup>a</sup> poderia dizer: tenho uma caixinha aqui. Mas caixa de R\$6 milhões, quase R\$7 milhões? Gostaria que fosse investigado.

Quero encerrar afirmando, mais uma vez, que o principal culpado de tudo isso se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Esta Nação vai ter que cobrar desse senhor. Não adianta ele querer tirar o corpo fora, empurrar nas costas de Delúbio Soares, que está recebendo toda a carga. Espero que tanto o senhor como o Delúbio Soares desmontem o que fizeram. Na verdade, foram a Minas Gerais e montaram uma articulação,

dizendo que era empréstimo. O Presidente Lula foi à França e, antes, gravou um programa colocando a mesma versão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> já afirmou isso e estão registradas nos autos declarações desta natureza. Fica mais uma vez registrado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é João Fontes. (Pausa)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, mais uma vez na madrugada juntos, não é, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Talvez tantas outras. Mas, desde que possamos buscar a luz da verdade, acho que vale a pena.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Na Comissão de Orçamento tantas vezes juntos e nas madrugadas mais uma vez juntos.

Sr. Presidente, este é um momento, evidentemente, para o País muito triste. Um partido como o PT, vitorioso nas últimas eleições, um partido que se colocou como paradigma da ética, que elegeu o Presidente da República, ser obrigado, em uma reunião dessas, a colocar todos os seus membros repetindo a mesma formulação, procurando justificar a imensa corrupção, o imenso mar de lama em que se envolveu, com uma justificativa, indo buscar lá, sete anos atrás, um episódio eleitoral, em Minas Gerais, para poder dizer, como repetiu aqui a noite toda: é a mesma coisa. Aquilo que foi feito em Minas Gerais e agora aqui é a mesma coisa do que foi feito em Minas Gerais.

Não há nenhum cego – nem cego! – que seja capaz de ver isso que foi visto pelo PT, até porque todos os elementos, todos os detalhes, todo o fluxo de recursos – recursos de onde vieram, certamente de empresas, certamente das operações as mais diversas e não apenas o empréstimo – vão aparecer, virão à luz do dia. Portanto, tudo isso que foi colocado aqui hoje é tão ridículo, e a comparação é tão de baixo nível, tentando alcançar uma eleição neste País, uma delas, há sete anos no Estado de Minas Gerais, porque lá ocorreu a coincidência de que o empresário Marcos Valério, suas empresas estavam lá, são de lá e estão aqui também. Não ocorreu ao PT lembrar que há pouco tempo mesmo, em Belo Horizonte, o comandante-chefe da campanha vitoriosa do PT acabou sendo indiciado porque recebeu dinheiro das contas expostas aqui.

Portanto, queria deixar bem clara essa diferenciação: em que momento, lá em 1998, tivemos, como temos aqui, agora, uma direção partidária totalmente

envolvida, o Chefe da Casa Civil absolutamente envolvido, o chefe organizador do Partido, comandante da campanha de Lula absolutamente envolvido. Aqui temos uma direção partidária, temos um tesoureiro, um secretário, um presidente do Partido envolvidos nessa operação imensa que ocorreu neste País. Tanto é verdade que o próprio Presidente da República já demitiu metade desses membros, dos membros das empresas estatais, vários deles afetados exatamente por essas denúncias todas.

No episódio que estamos vivendo agora temos o aval do tesoureiro do PT, temos o aval, pelo menos moral, dito aqui pelo Dr. Marcos Valério, do ex-Ministro José Dirceu. Em algum momento, o PSDB, em 1998, deu algum tipo de aval, como partido político? Afirmando que os saques em dinheiro que foram feitos agora, pelo menos nas transferências bancárias feitas em 1998, não sei se há alguma que não tenha sido transferência bancária, mas todas de forma aberta, enquanto quantos e quantos saques foram feitos aqui em dinheiro absolutamente sem nenhuma transferência. Lá um caso absolutamente pontual, um caso eleitoral, e aqui neste momento com objetivo muito claro, objetivo de uma construção de uma operação de comando de toda a estrutura deste País para que se pudesse reproduzir e manter simplesmente o poder pelo poder, nada mais do que isso. Não é uma disputa eleitoral. Disputas eleitorais em que existem transferências de recursos, existem até irregularidades que já vimos em Estados e Municípios, e provavelmente disputas também da União, nada comparável com este grau de operação que tivemos aqui em nosso País, comandados por uma direção partidária, comandados por uma parcela do Governo, envolvendo uma grande parcela do Governo, de compra de partidos políticos, de compra de Deputados ou de Parlamentares em geral para formação de uma maioria. A concepção dos trezentos picaretas, que precisavam ser comprados porque se são picaretas o único jeito de trazê-los para sua base de apoio é a sua compra. Isso é o que estamos vendo hoje em nosso País. Não há como aceitar esse tipo de comparação. Imaginava que o PT viria para cá ao menos para fazer um ato de constrição, um ato de perdão, pedir perdão à população brasileira, não todo o PT evidentemente. Sabemos que não é toda a totalidade do Partido, sabemos que é uma parcela que se autodenominou salvadora deste País. Quem sabe a construção de um mundo novo, de uma nova sociedade através de um conceito, um conceito que já foi ultrapassado por uma velha esquerda, um conceito ultrapassado por ela mesma, aquele conceito de que, para conquistar o poder, é preciso usar os mesmos métodos que o **status quo** utiliza. O próprio método do

capitalismo, o próprio método que a burguesia utiliza deve ser utilizado por aqueles que querem conquistar o poder para reformar a sociedade. Não se reforma a sociedade utilizando os mesmos métodos. Ao contrário, as pessoas se deterioram como têm se deteriorado aqui, tentando utilizar esses métodos para poder imaginar que possam construir uma nova sociedade. Portanto, acho que estamos vivendo um momento delicado para o Congresso Nacional, um momento muito triste para o Congresso Nacional. Temos que superar rapidamente esse momento. Aqueles que são responsáveis têm que pagar. Não há perdão para isso. Não há acordo possível para isso. Não aceitaremos nenhum tipo de acordo a não ser aquele que leve os culpados a pagarem por aquilo que cometeram. Obrigado, Sr. Presidente. Se o Sr. Marcos Valério quiser fazer algum comentário, evidentemente estou à sua disposição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Carlos Willian.

**O SR.** (Orador não identificado) – Eu estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Falo evidentemente em inscrito. Depois...

**O SR. CARLOS WILLIAN** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de começar as minhas palavras me retratando com V. Ex<sup>a</sup> pela forma indelicada que eu tive aqui e, fazendo isso, peço desculpas a toda a Mesa. Mas é que o Estado de Minas Gerais tem sofrido muito com essas acusações. Primeiro, vemos o nome da Usiminas, o maior complexo siderúrgico da América Latina, que é o orgulho do povo ipatinguense, do povo mineiro e também do povo brasileiro, enfim, ser tratado como se fosse financiador de campanha de políticos e, acima de tudo, através de caixa dois, não sendo escriturado. E de uma vez por todas, Sr. Presidente, solicito, no final das minhas palavras, que o ilustre senhor empresário Marcos Valério coloque claro que realmente a Usiminas não tem participação em financiamento de campanha de nenhum político através das empresas dele. Ou, se tem, ele que explique, porque o meu pai – que trabalhou na Usiminas, onde fui criado e praticamente alimentado – e toda uma população hoje sofrem com essas denúncias, e denúncias vazias.

Em segundo lugar, até as minhas perguntas... Não vou ter tempo de questioná-lo. O que ocorre, Sr. Presidente, é que está acontecendo aqui, não por todos os políticos, mas pela maioria, estão usando a CPML para fazer palanques políticos. Os Deputados vêm aqui, inscrevem-se, vão para casa, almoçam, vão ao plenário,

depois chegam aqui, começam a perguntar coisas que já foram perguntadas. Como se diz lá em Minas Gerais, quer pegar o bonde andando e ainda viajar na janela. E aí, Sr. Presidente, temos o caso do Deputado José Divino, que várias vezes vem aqui apenas para falar do seu desafeto político, o ex-Governador do Rio, Anthony Garotinho. Agora aqui ele acabou de dizer que o Estado do Rio de Janeiro gasta R\$100 milhões de campanha. Não, é mentira. É mentira! Estamos acompanhando, divulgado pela imprensa, que o orçamento do Rio de Janeiro é de R\$48 milhões. Ele fala sobre os problemas de segurança pública no Rio de Janeiro, desemprego. Isso é problema nacional. Não é só problema do Rio de Janeiro. E agora nós vimos os Deputados trazerem a esta CPMI assuntos do Governo do Estado de Minas Gerais, tentando envolver o Governador Aécio Neves, que é um homem de mãos limpas, que administrou esta Casa, tentando trazer no bojo desses conflitos assuntos do Senador Eduardo Azeredo, que já está prescrito e, acima de tudo, não é assunto desta CPMI. Não é a nível federal. Isso é problema a nível estadual, bem como também algumas matérias que estão **sub judice** no Estado de Minas Gerais. E ainda, com o pouco tempo que me resta, vou dizer ao ilustríssimo Sr. Marcos Valério que a DNA e a SMP&B foram por muito tempo motivo de orgulho para o povo de Minas Gerais. A gente que milita nas comunicações tinha um grande prazer em saber que a publicidade saiu do eixo de São Paulo e Minas Gerais, de São Paulo e Rio de Janeiro; e que Minas Gerais cresceu e muito com essas duas agências. Agências que davam emprego, onde tinha as pessoas intelectuais, tanto de criação, como de redação e de trabalho. E hoje, lamentavelmente, vemos essas pessoas capacitadas no mercado sem serem aproveitadas, mas de duzentas pessoas, e eu conheço no mínimo umas duas dezenas dessas pessoas. Aí eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, que é mineiro, não é de perder luta deitado, se os seus contratos com o Governo Federal são lícitos, amparados pela lei, como é que não usa esse corpo de advogados também de Minas Gerais, competentes, para poder defender na justiça a manutenção dos seus contratos? Essa é uma pergunta, depois, a outra. O senhor sempre disse que ganha dez por cento dos contratos, dez por cento, dez por cento. Nas ordens de serviço nas ordens de veiculações, nas mídias externas, quando manda a ordem já vai descontado vinte por cento, que é o custo da agência. Isso já vai descontado. Já é descontado na fonte, quando efetua o pagamento. Como explicar que o senhor ganha vinte por cento, dez por cento, se aí está dez por cento? Será que esses dez por cento é outro condicionamento? Não. Ainda não esgotou o meu tempo. Então, essas são as minhas duas perguntas.

O senhor vai ingressar na justiça para manter esses contratos? E a Usiminas, por gentileza?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A Usiminas não repassou dinheiro via minha empresa para nenhum candidato. Segundo, o Governo Federal é uma posição dele, e vou usar um termo, eu me senti usado pelo PT, puxou todos os contratos que tinha com as minhas empresas, cancelou todos. É lógico que eu vou entrar na justiça. Mas só que ou eu me defendo ou eu entro na justiça. Por enquanto, estou me defendendo. Mas vou entrar na justiça, sim, como vou entrar na justiça contra o PT. Todo mundo um dia queria ouvir o que eu pensava. Tá bom. O que eu penso: eu fui usado. Português claro, bem claro, para todo mundo ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra aos dois Deputados reinscritos, estão presentes aqui apenas o Deputado José Rocha e o Deputado Júlio Redecker, e Paulo Pimenta. V. Ex<sup>a</sup> estava inscrito e vou conceder-lhe a palavra por último. V. Ex<sup>a</sup> será o último. Antes disso, eu quero dizer que não há qualquer veleidade pessoal. Entendo que cabe à Presidência conduzir os trabalhos de maneira impessoal, na forma do Regimento. Mas eu sou obrigado a dizer que, se fôssemos aplicar o Código de Processo Civil ou de Processo Penal, pois eles podem ser invocados subsidiariamente, conforme manda o Regimento, nós teríamos poucos depoimentos, porque a maioria quer contar a sua história; aliás, uma parte quer contar a sua história. Não vou chamar a maioria, pois seria injusto. Outros querem fazer um libelo político da situação. Eu diria assim que uma parte até significativa faz perguntas objetivas e inteligentes, que visam esclarecer os fatos, conforme manda a lei. Se eu aqui fizesse uma censura eu estaria talvez impedindo uma parte expressiva de todas as intervenções. Então, tolerância é uma forma de conduzir a bom tempo. Outra coisa que quero deixar claro é que há um abuso do “pela ordem” e da “questão de ordem”. A questão de ordem é técnica. O Regimento manda que o seu autor, inicialmente, liminarmente, cite o artigo que está sendo violado, para que se tomem as providências do acerto legal. E o pela ordem, de qualquer maneira, é uma forma de chamar os trabalhos à própria ordem, como se diz, mas quero dizer no sentido de o correto caminho legal. A primeira é uma afronta específica, uma questão de ordem. Quando não, é pela ordem, no caso de uma situação genérica, para que os trabalhos sejam desenvolvidos de maneira eficiente e correta. Em outras palavras, irregular, segundo o Regimento.

Então, eu recebo, não em meu nome mas da Mesa, esse pedido de desculpas. Não há nenhuma necessidade pessoal. Não tenho essa veleidade. Mas

quero deixar registrado que incidentes ocorrem e vão ocorrer. Não será esse que irá prejudicar o nosso trabalho.

Então, eu quero também agradecer a compreensão de todos. Estamos a um ponto de exaustão; até o meu discurso se torna enfadonho nesse momento. Mas eu tinha que fazer esses esclarecimentos que eu julguei oportunos.

Concedo a palavra ao primeiro Parlamentar que se reinscreveu, o Deputado José Rocha. Agora, o prazo é de três minutos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Cinco minutos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A rigor, aqui seria o menor tempo que se usa. Seriam três minutos. Mas vamos conceder um consenso de cinco minutos. Mas somente cinco minutos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então, vamos zerar ali. Peça para zerar o cronômetro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, é 1h40min da manhã, sinal que nós trabalhamos muito hoje e com certeza nesta Comissão vamos ter muito trabalho pela frente.

Eu pergunto ao Sr. Marcos Valério, que acaba de afirmar que foi usado pelo PT: Foi usado por quem? Por que pessoas do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que está claro, a partir do ponto em que eu usei e o Deputado Carlos Wilson colocou com toda clareza que era as duas maiores empresas de Minas Gerais. E essas empresas tomaram um empréstimo. E logo em seguida, quando esse tsunami todo aparece, a primeira coisa que aconteceu foi puxar o tapete, puxar todas as contas que tinha dentro da empresa. E contrato lícito, contrato ganho da maneira lícita não tem nenhum superfaturamento, está claro que o PT me usou durante um período só.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A que pessoas do PT V. S<sup>a</sup> credita?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A cúpula toda.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Toda a cúpula? Poderia nominar, para ficar gravado aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda a cúpula.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual a cúpula?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda a cúpula.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> poderia nominar, para que ficasse gravado nesta Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Toda a cúpula do PT.

**O SR. (Orador não identificado)** – V. S<sup>a</sup> pode dizer os nomes, que facilita.

**O SR. (Orador não identificado)** – ... anota logo. Pode dizer os nomes que isso fica gravado na...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Fica gravado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O Sr. Delúbio Soares, o Sr. Sílvio Pereira, o Sr. Marcelo Sereno e o Sr. José Genoíno.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – José Genoíno?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E o senhor José Dirceu.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Sr. José Dirceu.

Acho que valeu por todo esse tempo de hoje, Sr. Presidente, essa última afirmação do seu Marcos Valério.

Mas eu pergunto ao seu Marcos Valério. Entre os empréstimos que as suas empresas fizeram com os Bancos BMG e o Banco Rural, o somatório não bate com a relação em anexo de distribuição desses recursos. O somatório dos empréstimos dá 54.321.591,56. A relação de distribuição dá 55.841.227,81. Se descontarmos aqui os 150, porque o Deputado João Paulo Cunha teria recebido só cinquenta, menos 150, mesmo assim a conta não fecha. Fica uma diferença, ainda, de mais de um milhão de reais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, Sr. Deputado. A diferença é mínima, mas bate.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Estou aqui com a relação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa é a relação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É a mesma. Se somar não dá.

O Senhor tem aqui – o Senhor está com a relação na mão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. É essa aí.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O primeiro empréstimo de R\$12 milhões do BNG, com mais R\$3.516.080,56; com mais R\$10 milhões; com mais...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com mais 15...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, 15 milhões o Senhor tomou para pagar os 12. Então, esse não foi para a conta do PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, são 12...



**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O PT recebeu R\$12 milhões, R\$3.516.080,56; R\$10 milhões...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mais 15...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não recebeu 15 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, Senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como recebeu se V. S<sup>a</sup> tomou esse empréstimo para pagar os 12? Como o PT recebeu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, aqui embaixo tem 14 que o Senhor tem que subtrair.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, Senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O empréstimo que o Senhor tomou no BMG...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O empréstimo que tomei no BMG são: R\$12 milhões; R\$3.516.080,00; R\$15 milhões...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Os R\$15 milhões são os R\$12 milhões. O Senhor tomou para pagar os R\$12 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu tomei lá embaixo da Graffite: R\$14.931.620,54.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O que o Senhor informou aqui na Comissão para todos nós é que os R\$15 milhões que o Senhor tomou foi para pagar os R\$12 milhões com os juros já acrescidos. Foi a informação que o Senhor prestou a esta Comissão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu prestei essa informação, ela está errada. A informação correta é a seguinte: tem que somar todos esses empréstimos e diminuir R\$14 milhões. Diminuindo R\$14 milhões, que é o empréstimo que foi feito para matar um – desculpa Sr. Deputado – o Senhor vai achar R\$55.217.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Senhor tomou os 14 milhões de quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Banco BMG.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Onde estão esses 14 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estão em contratos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Onde? Nessa relação não estão.

**O SR. (Orador não identificado)** – Queria propor que essa discussão fosse feita devidamente nessa

maquininha das 4 operações fundamentais, pois talvez seja muito mais eficiente do que fazer...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Foi feito. Não foi feito na maquininha...

**O SR. (Orador não identificado)** – Vamos fazer essa verificação com absoluta certeza, vamos fazer essa verificação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, é bom que fique claro isso, Sr. Presidente, porque está dando uma diferença de mais de 1 milhão de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer essa verificação e entendo que não será elucidado agora.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, não seis...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza absoluta, Deputado, com todo respeito, o financiamento bate com o valor que eu liberei.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, na apresentação que V. Ex<sup>a</sup> dispõe a esta Comissão...

**O SR. (Orador não identificado)** – ...pelo Deputado Baba... O Deputado Baba registrou também essa diferença.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não bate.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que não consta do Banco Rural a retirada naquele período.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, acho que vários deputados registraram...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é diferente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Outros deputados registraram...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é diferente. A minha colocação é totalmente diferente. Ele apresenta uma planilha de distribuição para o partidos e parlamentares e apresenta uma planilha de empréstimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os 5 minutos já se foram. Não tenho mais como dilatar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas é uma questão relevante, Sr. Presidente. Permita-me, para que ele possa explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer o seguinte: vamos dar ao final, a assessoria do depoente poderá explicar, porque senão não vamos ouvir os demais oradores inscritos e não vamos terminar a reunião.

**O SR. (Orador não identificado)** – Imagine V. Ex<sup>a</sup> que isso não se dirima logo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, isso é relevante, porque faltam 1 milhão e 400 mil. Onde é que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos dar a palavra ao depoente e vamos ver o que ele tem a falar, para a conclusão dessa matéria.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já passei os contratos. Se o Sr. Deputado quiser os contratos?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Senhor me passou agora, e devolvi ao Senhor porque tenho uma cópia, a relação dos seus contratos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR.** – Estou com a mesma relação que V. Sª tem nas mãos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E os contratos originais estão aqui. E esse de R\$14 milhões tem que subtrair...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, não existe esse empréstimo de R\$14 milhões do Banco.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existe, sim Senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Na relação que o Senhor apresentou ele não existe.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Apenas o empréstimo do item 1 foi quitado, dia 28/01, pela Grafite com recursos do empréstimo do item 3. Total: 14 milhões e 900.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Do item 3. Os 15 milhões. Não, do item 3 são 15 milhões.

O item 1 foi quitado pelo item 3, no valor de 15 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está bem. E ficou um empréstimo de R\$3.516. Se você somar tudo, vai dar 55...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não dá, não dá; dá 54. Já somei, dá 54. Pode somar aí que dá 54.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Depois, então, nós dois ficamos depois da aula aqui, e a gente...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Vamos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vamos ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer o seguinte: V. Exªs depois vão dirimir exatamente essa questão que é uma mera adição.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A outra pergunta que eu faria a V. Sª...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas já terminou o tempo, já terminou o tempo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, pera aí, eu tenho ainda um minuto e cinquenta e três.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O seu tempo já terminou há muito tempo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Me permita, Presidente, eu tenho uma pergunta relevante.

Eu queria que V. Sª confirmasse para esta Comissão e para todos aqueles que ainda estão a nos assistir se a reunião que existiu entre o Sr. José Dirceu, ex-Ministro, e o Banco Rural, em Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas, e com os diretores do BMG, em Brasília, se nesta reunião o ex-Ministro José Dirceu avalizou os empréstimos realizados por essas agências com as empresas de V. Sª?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com toda objetividade, a informação do que o Dr. Delúbio quando me confirmou que haveria um jantar no Ouro Minas com a direção do Banco Rural iria ali ser tratada a garantia de empréstimo com a direção do Rural e idem com a direção do BMG. Eu não participei de nenhum jantar e nem do encontro com o BMG.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor soube pelo Sr. Delúbio Soares antes do encontro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Antes do encontro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E, depois do encontro, o senhor teve essa confirmação pelo Sr. Delúbio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor, eu tive essa confirmação pelo senhor...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele voltou a confirmar que ali foram avalizados todos os empréstimos pelo ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço V. Exª.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu é que agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, pela tolerância e as informações prestadas pelo Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Sr. Marcos Valério...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora cinco minutos apenas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu ia te mostrar, Sr. Deputado, os lançamentos que vão vir, só para ter uma noção realmente, aí o senhor vai ter uma noção do... Eu gostaria de te mostrar o...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos voltar o tempo atrás.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Corrige

o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Será corrigido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pronto, começou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Sr.

Marcos Valério, eu fui muito duro com a sua esposa naquele dia aqui. Não era membro da Comissão dos Correios, mas eu estava profundamente indignado. Eu fiz do senhor o pior dos julgamentos, não é porque eu seja gaúcho, mas eu fiz o pior dos julgamentos. Eu continuo não acreditando que nós possamos comparar toda a corrupção para a qual, na minha opinião, o senhor foi vítima com o financiamento de campanha de Minas Gerais. O Tribunal Regional Eleitoral pode punir os repasses que algum homem ou mulher tenha feito, no caso o seu ex-sócio Clésio de Andrade, mas fico muito indignado quando incluem o nome de Eduardo Azeredo, que eu conheço, que eu sei. O senhor disse hoje aqui pela manhã, na hora do almoço, que ele não tinha nada a ver com isso, ele não havia lhe pedido isso, que foi Clésio de Andrade, que depois um outro senhor veio falar com o senhor para fazer os repasses.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo o respeito, eu vou endossar suas palavras da dignidade e da honradez do Sr. Eduardo Azeredo, mas só que, no final do processo da campanha, eu, pessoalmente, conversei com o Sr. Eduardo Azeredo sobre a dívida, no final do processo, e eu reafirmo que houve um telefonema à noite na minha casa pelo Sr. Clésio Andrade, e, no dia seguinte, o Sr. Cláudio Mourão, que era Secretário de Administração do Governo do Estado de Minas Gerais, que tinha virado tesoureiro, apareceu lá, na agência. No final da campanha, eu tive pessoalmente com o Sr. Eduardo Azeredo e nem por isso eu acho S. S<sup>a</sup> uma pessoa desonesta, uma pessoa mau caráter, nem por isso. Ele é meu amigo – deixar claro –, gosto dele profundamente independente de partido, independente de cor, independente de qualquer estrutura partidária.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PPB – RS) – Eu ouço o senhor e digo com toda a sinceridade: com o Clésio Andrade, seu ex-sócio – o Senhor tinha intimidade com ele – lhe pediu isso, porque tinha interesse pessoal em ser vice-Governador. Pediu para alguém ir lá fazer com que o senhor distribuísse dinheiro, mas não houve a participação do Sr. Eduardo Azeredo, homem sério e correto. A família dele está sofrendo neste

momento, como a sua família está sofrendo também. O que eu não posso aceitar é que haja ilações dentro desta Comissão e da Comissão dos Correios, querendo fazer com que Eduardo Azeredo seja comparado à chantagem que foi feita com V. S<sup>a</sup> por parte do PT para financiar as maiores barbaridades a que esta República já assistiu.

Sr. Marcos Valério, eu sei do seu sofrimento pessoal. A minha mulher chamou a minha atenção aquele dia em que eu entrevistei, que eu inquiri aqui a sua mulher. Eu cheguei em casa e pensei se eu tinha sido justo, porque eu sou um homem temente a Deus. Eu lhe digo, sinceramente, que fiquei com as minhas convicções abaladas. Não deveria ter tratado uma pessoa daquela maneira tão forte e tão veemente.

Eu lhe digo com o coração: o senhor hoje é o homem da República, o senhor hoje é o homem do Brasil. O senhor é o homem que pode acabar com todas essas coisas com a sua palavra, com a direção daquilo com que o senhor conviveu. Digo com sinceridade: há tantas pessoas justas apontadas e tantas pessoas corruptas esquecidas. O senhor sabe delas.

O senhor destruiu a sua vida patrimonial, a sua vida empresarial, o senhor é um homem de sucesso. O senhor pegou a DNA e a SMP&B e colocou-as entre as melhores empresas do Brasil. O senhor construiu uma história de sucesso. O senhor está sendo pressionado. Não me diga que não. Eu vi hoje os seus sentimentos. Eu entrei no seu coração e eu vi que o senhor não está falando toda a verdade. Não quero aqui que o senhor diga quem é esse e quem é aquele. Eu quero que o senhor diga apenas uma coisa, porque o Brasil precisa da verdade. O povo brasileiro, que está nos olhando por aquela câmera, quer somente uma coisa: a verdade, Sr. Marcos Valério. Ele quer que o senhor diga por que o senhor foi obrigado a fazer esses empréstimos para o PT para que pudesse comprar convicções dentro deste plenário, para que pudesse fazer eleições fortes, para que pudesse ser vitorioso, para que pudesse dar ao Presidente Lula condições para que ele pudesse ter a maioria aqui dentro desta Casa. Eu lhe digo isso de coração.

Eu fui garçom, com oito anos de idade, do bar da rodoviária em Taquari. O meu pai, motorista de táxi, caminhão e ônibus, que se aposentou aos 80. Com 85 anos, hoje, está fora do ar pela doença.

Eu quero lhe pedir uma coisa, Sr. Marcos Valério: ajude-nos a passar a limpo este Brasil para que o senhor entregue para os seus filhos um Brasil melhor, um Brasil mais digno. Para encerrar, Sr. Presidente, peço, por favor, que o senhor entregue a este País a verdade. Que o senhor entregue... Eu não tenho nada contra o senhor. Eu tenho a favor deste País, da espe-

rança, da democracia econômica, da inclusão social e não da falsidade daqueles que vivem na opulência em detrimento da pobreza, do esquecimento, do analfabetismo, da falta de saúde, da falta de educação, da falta de luzes. O senhor é o homem para dar fim a isso. Eu espero do senhor, Sr. Marcos Valério, sinceramente... Digo-lhe isso de coração, não estou aqui para fazer proselitismo, o meu PSDB. Eu era do PP, saí do PP e vim para o PSDB – talvez seja o único Deputado que saiu de um Partido que ia para o Governo para vir para a Oposição para lhe dizer isso: ajude-nos a acertar as contas deste País, Sr. Marcos Valério.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sr. Deputado...

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Pela sua mulher, a Dona Renilda, que eu vi aqui contra a parede. O senhor não gostou de ver a mãe de seus filhos contra a parede.

Eu não queria ver a mãe dos seus filhos pressionada, a sua filha, da idade da minha de 14 anos; eu beijo a Vitória em casa, a Vitória me pergunta, ela quer saber da verdade e eu digo “minha filha, acredita neste país”.

Diga para nós, Sr. Marcos Valério, quem são os pais da República que roubam a esperança do povo brasileiro? Quem são os homens e as mulheres que não respeitam aqueles que precisam do Estado para lhes dar dignidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Por favor, encerre o seu discurso.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Sr. Presidente, quero encerrar dizendo ao Sr. Marcos Valério que abra o seu coração, meu amigo. Não estou dizendo isso para lhe fazer nenhum tipo de pressão. Eu lhe digo isso porque talvez o senhor, lá das Minas Gerais, possa vir a ser o novo Tiradentes. O senhor já perdeu o pescoço, porque os seus amigos o traíram. Mas não traia a sua pátria, porque a sua pátria espera do senhor apenas uma coisa: a verdade, a verdade para saber o que foi montado aqui. É isso o que lhe peço, Senhor Marcos Valério. Faça um encontro de contas com esta Nação. O senhor hoje pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado, V. Exª não vai parar nunca de falar?

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – ...as expectativas de todos. Encerro com minhas palavras com dignidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª não encerra como quem termina, mas prende, sempre tem um microfone.

Quero que todos entendam, o discurso de V. Exª pode ser belo e pode ser até verdadeiro, não entro nesse mérito. Mas temos um tempo que precisa ser respeitado.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Preciso de um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, V. Exª dobrou o tempo.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Preciso de quatro minutos, eu não falei nada, eu falei dois minutos e acho que o Brasil merece todo tempo possível para que o Sr. Marcos Valério...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo o apelo e concedo quatro minutos, se ele quiser acrescentar alguma coisa. Se não quiser, passo a palavra ao orador seguinte, que é o Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. JULIO REDECKER** (PPB – RS) – Quero ouvir O SR. Marcos Valério se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, lhe concedo a palavra.

Pode soltar o microfone.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo respeito e com a dignidade que o Senhor teve em falar da minha esposa e os pensamentos que teve, acho que vou resumir com uma palavra para o Senhor e acho que o futuro... mas vou resumir com uma palavra: eu fui usado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao último orador, que é o Deputado Paulo Pimenta, pelo prazo de cinco minutos, com a tolerância que tive que dar para todos os três que se reinscreveram.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado, confesso a V. Exª que não era o meu objetivo voltar a fazer uso da palavra, mas, diante de manifestações tão comovidas de parlamentares sensibilizados, me vejo obrigado a voltar aqui a uma questão que inclusive mobilizou boa parte da bancada do PSDB para estar aqui presente às 2 horas da manhã, no sentido de justificar que é um fato qualquer, que é um fato sem relevância que, sendo governo no Estado de Minas Gerais, sendo Governo, tenha, quando concorria à reeleição o atual Presidente Nacional do PSDB, encaminhado o Sr. Mourão que tinha procuração firmada do Sr. Azeredo para solicitar ao Sr. Marcos Valério que buscasse um empréstimo que tem oferecido como empréstimo contratos do Governo do Estado, que tenha repassado integralmente esses recursos para a campanha eleitoral, que esses recursos não tenham sido contabilizados e que seja uma questão qualquer. Na época, segundo a documentação que nos apresenta hoje o Sr. Marcos Valério, R\$4,5 milhões foram pagos à empresa de

publicidade que fez a campanha, no caixa 2, valores corrigidos que hoje chegam a R\$25 milhões. É um fato qualquer? É um fato sem relevância? Não é um fato significativo? Não revela que esta prática, pelo menos no que diz respeito ao financiamento irregular, é uma prática antiga? Então, não vejo, Sr. Presidente, razão para tanta, digamos assim, que tenha sido atingida de forma tão profunda a sensibilidade diante de um fato que lhe é real, objetivo. Um esquema de financiamento irregular foi proporcionado a partir da obtenção de um empréstimo. E todo esse recurso...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço respeito porque há orador na tribuna. E, depois, poderão continuar esse diálogo.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Volto a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, aumentando um minuto no seu tempo.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Retomando, então, Sr. Presidente, eu quero dizer que, do meu ponto de vista, no decorrer do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós podemos concluir que o destino do recurso foi, ou não, semelhante. Mas a forma de obtenção do recurso é idêntica com todas as características: a agência de publicidade obtém empréstimo no sistema financeiro e oferece como garantia contratos, repassa esse recurso integralmente para a campanha e ele não é contabilizado. Usa-se esse dinheiro não apenas para repassar a candidato, mas também para pagar despesas, como é o caso da agência de publicidade.

Sr. Presidente, do meu ponto de vista, seria uma hipocrisia o não-reconhecimento desse fato. Se esse recurso repassado à Liderança dos partidos – Partido dos Trabalhadores, PL, PP, PTB – que teria como destino o pagamento de dívidas de campanha, segundo imaginava o Sr. Marcos Valério, foi utilizado com outra finalidade é o objeto da investigação que esta CPMI precisa observar, precisa desenvolver e precisa concluir.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de me inscrever para afirmar aqui que a lógica do esquema montado em 98, na reeleição do atual Presidente Nacional do PSDB a Governador, tem as mesmas características e semelhanças deste esquema que veio a público agora e que, evidentemente, constrange a todos nós e exige de todos nós o mais absoluto compromisso com a busca da verdade e a responsabilização dos envolvidos.

Sr. Presidente, não vamos fazer de conta que há grande diferença entre os dois fatos, pela razão de um ter acontecido em 98 e o outro, em 2003; de um ter

recebido o dinheiro antes da eleição e o outro, depois, para pagar a despesa.

Se nós comprovarmos que Partidos e Parlamentares receberam recursos com outra finalidade, aí sim, teremos um fato novo. Mas o volume de informações que tem surgido, as características dos repasses feitos são muito claras, no sentido de que os dois episódios constituíram-se na viabilização de recursos para campanhas eleitorais, inclusive os valores corrigidos de 98, cerca de R\$9,5 milhões, coincidentemente chegam a R\$58 milhões, valor muito semelhante à conta dos empréstimos que o Sr. Marcos Valério repassou ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, um minuto. Dê-me apenas um minuto como reinscrição, para eu poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O instituto da reinscrição deve ser usado imediatamente após a fala. No caso específico, não há mais reinscrição. Mas qual é o fundamento da intervenção de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Apenas ter o direito de...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, eu ouvi, pacientemente, dezenas de intervenções em que citaram o Partido dos Trabalhadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> não foi citado nominalmente.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Não houve citação nominal. Houve citação nominal ao Partido. O Deputado Paulo Pimenta teve o direito de falar duas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, S. Ex<sup>a</sup> usou das possibilidades regimentais de maneira absolutamente correta.

V. Ex<sup>a</sup> poderia ter solicitado a reinscrição anteriormente.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não há nenhum dispositivo regimental que me impeça de fazer a reinscrição agora, cinco ou dez minutos depois de eu ter falado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, a reinscrição deve ser feita imediatamente após a intervenção.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Não, não existe isso no Regimento, Sr. Presidente.

Dê-me um minuto apenas para que eu possa dizer simplesmente que...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, por gentileza, para uma questão de ordem.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Paulo Pimenta, não quer que eu res-

ponda, não responderei. Se V. Exª não quer ouvir, não vai ouvir. Isso não tem importância nenhuma.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado. Muito obrigado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP) – Ok. Parabéns pelo espírito democrático que V. Exª tem demonstrado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu agradeço...

**O SR. (Orador não identificado)** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há mais questões de ordem.

A reunião está encerrada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª, como Relator, para registrar, como é do meu dever, que a respeito das finalidades essenciais desta Comissão, muito pouco se fez e quase nada se produziu.

Acho que a assistência já está satisfeita.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 2 horas e 15 minutos do dia 10 de agosto de 2005.)*

#### ATA DA 6ª REUNIÃO – REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2005

6ª Reunião da CPMI “Compra de Votos” e a 1ª Reunião Conjunta com a CPMI “Correios” Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta minutos, na sala 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos membros da CPMI da Compra Votos, Senadores Romeu Tuma, João Batista Motta, Ney Suassuna, Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Valmir Amaral, Álvaro Dias; dos Deputados Luiz Couto, Devanir Ribeiro, João Correia, Mauro Lopes, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antônio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Odair Cunha, José Divino, Chico Sardelli, Antonio Carlos Mendes Thame, Nécio Rodrigues, Pedro Canedo, Carlos Dunga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Renato Casagrande, Perpétua Almeida; e com a presença dos membros da CPMI dos Correios, Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Siba Machado, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Fátima Clei-

de e Ana Júlia Carepa; dos deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Ônix Lorenzoni; Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Sílvio Torres, Feu Rosa, Humberto Michiles e Geraldo Thadeu, Luiz Antonio Fleury e Feu Rosa; dos parlamentares não membros da Comissão: Dr. Ribamar Alves, João Fontes, Nazareno Fonteles, Maria do Carmo Lopes, Assis Miguel do Couto, Eduardo Valverde, Laura Carneiro, Júlio Lopes e Luiz Bassuma, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS e a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 6ª reunião da CPMI “COMPRA DE VOTOS” e a 24ª reunião da CPMI “CORREIOS”, e a 1ª Reunião Conjunta, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O presidente informa que esta 1ª Reunião Conjunta se destina a oitiva do senhor Cristiano de Mello Paz, e convida-o para compor a mesa. O Presidente passa a palavra ao senhor Cristiano de Mello Paz para que inicie seu depoimento. Em seguida, fazem uso da palavra para inquirir o depoente o Relator Osmar Serraglio, da CPMI dos “Correios”, o Relator Ibrahim Abi-Ackel, da CPMI da “Compra de Votos” seguidos pelos seguintes parlamentares: José Rocha, Heloísa Helena, Júlio Redecker, Senador Álvaro Dias, Zulaiê Cobra, Antônio Carlos Magalhães Neto, Fernando Coruja, Ideli Salvatti, Osmar Serraglio, Jorge Bittar, João Correia, Maurício Rands, Daniel Almeida, Pompeu de Mattos, Luiz Couto, Paulo Baltazar, Arnaldo Faria de Sá, Geraldo Thadeu, Moroni Torgan, Wellington Fagundes, Agnaldo Muniz, José Eduardo Cardozo, As-

drubal Bentes, César Borges, Carlos Abicalil, Antônio Carlos Mendes Thame, Odair Cunha, Murilo Zauith, Jamil Murad, Eduardo Suplicy, Luiz Couto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia onze de agosto deste ano, às dez horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

SESSÃO REALIZADA NA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS AGUARDANDO ÁUDIO PARA  
FEITURA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**ATA DA 7ª REUNIÃO – REALIZADA EM 11 DE  
SETEMBRO DE 2005**

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e quatro minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Almeida Lima, João Batista Motta, Amir Lando, Wellington Salgado de Oliveira, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Serys Shessarenko; e dos Deputados Luiz Couto, Devanir Ribeiro, João Correia, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Odair Cunha, José Divino, Darcísio Perondi, Chico Sardelli, Antônio Carlos Mendes Thame, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 7ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à organização dos trabalhos da CPMI e a oitiva do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza. Em seguida o Relator Deputado Ibrahim

Abi-Ackel discorre sobre os Requerimentos a serem apreciados. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 1**, apresentado pelo Dep. José Rocha; **Requerimento nº 18**, apresentado pelo Deputado Fernando Coruja; **Requerimento nº 202**, apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, que requer a convocação do Sr. Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores – PT; o **Requerimento nº 114**, apresentado pelo Deputado Raul Jungmann, que requer a convocação do Sr. Jacinto Lamas; o **Requerimento nº 177**, apresentado pelo Senador José Jorge, e o **Requerimento nº 204**, do Senador Sérgio Guerra que requerem a convocação do Sr. Emerson Palmieri, Ex-Diretor de Administração e Finanças da EMBRATUR; e o **Requerimento nº 296**, apresentado pelo Dep. Antônio Carlos Mendes Thame, que requer a contratação, em caráter emergencial, de uma empresa de rastreamento de depósitos internacionais, para prestar consultoria à esta CPMI na localização de recursos que tenham sido levados para o exterior, por qualquer pessoa que esteja sob investigação desta Comissão. Usam da palavra os Deputados Daniel Almeida, Fernando Coruja, Júlio Redecker, Raul Jungmann e Odair Cunha. O Deputado Luiz Antônio Fleury requer que sejam solicitadas cópias dos depoimentos dos Senhores Delúbio Soares, Emerson Palmieri e Jacinto Lamas no Conselho de Ética da Câmara, Polícia Federal, CPMI dos Correios, Corregedoria e Ministério Público. A proposta é aprovada. É aprovada a redução do tempo reservado para as intervenções de cada parlamentar membro de 15 para 10 minutos. Foi definido também que o critério para a inscrição dos inquiridores corresponderá à ordem cronológica de chegada para inscrição independentemente de o mesmo ser titular ou suplente. Concluída a fase administrativa, às quatorze horas, o Presidente suspende a sessão, marcando o reinício para as dezesseis horas e trinta minutos do mesmo dia. O Presidente reinicia os trabalhos no horário marcado com a oitiva do Senhor Marcos Valério. O Presidente esclarece que o motivo desta reunião foi a de receber os disquetes do depoente na presença de todos. Este procede a entrega de material sigiloso (disquete) à CPMI. Procedem a inquirição do depoente os seguintes parlamentares: Agnaldo Muniz, Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Augusto Botelho, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Batista da Motta, João Correia, José Rocha, Júlio Redecker, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Ney Suassuna, Odair Cunha, Romeu Tuma, Sibá Machado, Wellington Salgado de Oliveira, Zulaiê Cobra, Paulo Pimenta, Antonio Carlos Mendes Thame, Arthur Virgílio, Darcísio Perondi, Neucimar Fraga, Perpétua Almeida, Raul Jungmann e Devanir Ribeiro. O

Presidente definiu a Pauta para próxima semana: dia dezesseis (terça-feira), às onze horas e trinta minutos, será feita a eleição do Vice-Presidente e se procederá à oitiva dos senhores Emerson Palmieri e Jacinto Lamas. No dia dezessete (quarta-feira), às onze horas e trinta minutos, haverá reunião administrativa e oitiva do Senhor Delúbio Soares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e sete minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia dezesseis de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia*, *Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que trata da compra de votos.

Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se à apreciação e votação de vários requerimentos, que serão agora apresentados.

Inicialmente, quero fazer uma proposta, para que esta reunião seja reservada. Mas, antes disso, faço logo uma ponderação que para mim é fundamental: temos de ter acesso aos documentos sigilosos disponíveis na CPMI dos Correios e, para tanto, precisamos quebrar o sigilo de todas aquelas pessoas físicas ou jurídicas, o que já foi devidamente autorizado pelo Plenário.

Então, vou fazer uma relação, buscando exatamente a relação da anterior, e aí será preciso quórum qualificado para submeter à votação. Vejo que há unanimidade.

Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Nobre Sr. Presidente, ontem, vi que esta Comissão, em conjunto com a outra, teve maus momentos. Eu queria, antes de mais nada, parabenizar o Relator e o Presidente pela condução da reunião no meio daquela tempestade toda. No meio da tempestade, V. Exªs tiveram muita ponderação, e terminamos chegando a uma navegação mais ou menos tranqüila.

Hoje, já houve, aí ao lado, um entrevero sério entre a própria Oposição, que se desentendeu, o que, com toda certeza, freqüentará hoje o noticiário das TVs, lamentavelmente.

Tenho a certeza de que todos nós queremos saber dos resultados; não estamos aqui em busca de espetáculo, de gritaria, de nada disso. Então, a nossa sugestão é a de que, a exemplo de quando a situação estava tumultuada na CPMI dos Correios, da qual também faço parte – e hoje temos de votar muitos requeri-

mentos –, acompanhemos o Relator no que é tranqüilo e indicado por S. Exª. Os mais complexos nós votaríamos numa outra reunião na próxima semana.

Quanto à lista daqueles cujo sigilo será quebrado, faço uma pergunta do ponto de vista técnico: se já foi quebrado o sigilo lá por votação nominal, é necessário que também façamos votação nominal aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É necessária a votação nominal, infelizmente. Eu até entenderia que isso seria dispensável, porque ela poderia oferecer, sob reserva, todos os elementos já disponíveis lá. Mas, infelizmente, assim não está sendo procedido, porque se alega uma disposição regimental. Então, vamos fazer uma mera repetição do que está lá, para que a gente tenha acesso.

Ao final desta reunião, quero designar logo uma comissão para se dirigir à Secretaria da outra Comissão, para vermos se esse acesso vai funcionar a partir de agora, porque não podemos mais esperar, temos urgência.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Perdão, Sr. Presidente. Não estou querendo ser impertinente, mas faço outra pergunta: se lá já foi quebrado o sigilo e se aqui a votação será nominal, não poderíamos fazer a votação do bloco de todas em vez de fazê-la uma a uma? Eles já foram quebrados lá, já estão à disposição. Eu sei que tem de ser individual, mas lá já houve essa votação, e a Secretaria é a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos fazer uma votação nominal e uma confirmação oral. Podemos fazer uma confirmação, pois o Regimento assim permite. Dessa forma, facilitaremos os nossos trabalhos e daremos celeridade a essa decisão. Perfeito?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me fazer uma consulta?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nesta fase, não há ordem de inscrição. São esclarecimentos. Os esclarecimentos poderão ser pedidos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Por isso, concedo-lhe a palavra, nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, recebi a relação dos requerimentos, mas a Secretaria disse que havia uma dúvida. Eu gostaria de saber se a relação que tenho em minhas mãos é a que V. Exª tem e se todos estão com esta relação, porque precisamos acompanhar o Relator, com a relação na mão.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pergunto à Secretaria se foi distribuída a todos essa relação da quebra de sigilo. (Pausa.)

A relação referente à quebra de sigilo não foi distribuída. V. Exª deve ter a relação dos requerimentos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim, é a dos requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dos requerimentos já existentes, sim. É a Mesa que instala.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É exatamente esta aqui, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Apenas há alguns erros, alguns lançamentos equivocados, que já estão sendo corrigidos. Por exemplo: alguns requerimentos de minha autoria quando eu não havia feito requerimento algum.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Algo mais, nobre Senador Siba Machado? (Pausa.)

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. Exª, nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado o meu apreço e reconhecimento pela condução dos trabalhos por V. Exª, ontem, na reunião conjunta das duas CPMLs, registrando o orgulho de ser membro desta Comissão e dizendo que, com certeza, teremos muitos desdobramentos positivos, que a Nação reconhecerá, desse trabalho fundamental para o interesse de todos nós. Também estendo meus cumprimentos ao Sr. Relator e a todos os companheiros e companheiras que se orgulharam ontem de sua determinação em momentos de muita crise e de muita tensão. V. Exª se houve muito bem.

Este é o registro que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço as palavras de V. Exª e quero dizer que o êxito desta Comissão depende do esforço de cada um de seus membros, bem como de nossas assessorias, que também são peças fundamentais nesse processo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra V. Exª, nobre Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão, a mais banal possível: chegamos aqui por volta das 10h, 10h15 e estamos pedindo água desde as 10h30. Ocorre que a água, às

vezes, só chega até nós quando começa a reunião. Se a reunião não começa, passamos sede. Assim, eu queria que V. Exª, com a autoridade de Presidente desta CPML, mandasse providenciar água na hora em que nós a pedíssemos. Nós já pedimos água às 10h30, às 10h45...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas não no sentido figurado?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, Presidente; no sentido mesmo da palavra água. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– **Stricto sensu.**

Sem dúvida, penso que temos de ter um suporte maior aos nossos trabalhos. Inclusive, deveremos hoje ter um encontro com o Presidente do Senado para buscarmos a implementação desta Comissão de maneira integral, seja com apoio de pessoal, seja com esses apoios outros que são fundamentais para que os trabalhos sigam satisfatoriamente.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, pelo que nós analisamos, já há praticamente um consenso em torno de se ouvir a proposta do Relator em termos dos requerimentos e dos próximos depoimentos a serem colhidos.

Assim, se já houver número regimental, nós poderíamos dar início à apreciação da proposta do Relator, opinando sobre a mesma e, então, já estabelecer o foco dos trabalhos para as próximas semanas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu pergunto ao Relator se nós... Antes, porém, vou suspender a reunião para que se busque o consenso. O importante é o entendimento. Vamos ver se chegamos a um entendimento.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Seria melhor que S. Exª expusesse antes a sua proposta, para que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não. Então, vou pedir a S. Exª que exponha a sua proposta, e, em seguida, paralisamos os trabalhos para que se estabeleça um consenso quanto às convocações.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. membros desta Comissão, os que estão acompanhando mais de perto os trabalhos da Comissão são testemunhas da preocupação deste Relator com a objetividade dos trabalhos. Estou convencido de que temos a obrigação de apresentar ao Congresso, ao País, no prazo mais breve possível, anda que não possamos sacrificar a convocação à pressa, os resultados do nosso trabalho.

A Secretária da Comissão fez um excelente trabalho de separação dos requerimentos apresentados à Mesa até agora. Esses requerimentos são em grande número. Em vista disso, a Secretaria separou todos os requerimentos segundo a sua natureza. Vamos, pois, fazer um breve exposição, tão objetiva quanto possível, para que tenhamos um quadro bem claro daquilo que se pede à Comissão e daquilo que temos condições de atender.

Em primeiro lugar, há cinco pedidos de acareação entre Deputados que prestaram depoimentos em outra CPMI e em outras instâncias de administração e apuração dos fatos.

Quero ponderar perante nossos companheiros que não podemos acarear pessoas para apurar contradições havidas em seus depoimentos porque não tomamos seus depoimentos. Não nos cabe, portanto, proceder a acareações entre depoimentos que nós não tomamos. Mas não vou dar parecer pelo indeferimento, porque pode ser que, no futuro, algumas dessas pessoas venham a ser ouvidas e, então, verificadas as contradições, possamos estabelecer essas acareações. Proponho que elas fiquem, por enquanto, suspensas.

Há uma relação enorme de pedidos de convocação. Atingem pessoas de todo o País, como, por exemplo, a convocação da Deputada Raquel Teixeira, do Sr. Luiz Gushiken, do Sr. Narciso Mendes, do Sr. Bispo Rodrigues, do ex-Governador Garotinho, de Geraldo Magela, do Procurador Glênio Sabbad Guedes, são cerca de cem pessoas, algumas longínquas do objeto da nossa CPMI, outras mais ou menos próximas, outras próximas e outras realmente vinculadas ao nosso problema.

Cheguei, então, à conclusão de que devemos estabelecer um critério. E o critério que eu proponho é o seguinte: a fim de agirmos com a precisão necessária, poderíamos ouvir – proponho ao Sr. Presidente que ponha a matéria em discussão e votação –, em primeiro lugar, os tesoureiros. Nós somos uma CPMI estabelecida para apurar transferências de recursos financeiros com o objetivo de angariar votos para o Governo. Portanto, temos que saber quem pegou o dinheiro e a quem entregou – se é que pegou e se é que entregou.

O primeiro critério seria, então, as pessoas que movimentaram recursos. Esse mesmo critério nos conduz, num segundo plano, àqueles que supostamente receberam. Finalmente, chegaríamos a uma terceira etapa, que seriam os Deputados que estão incluídos nessa lista, justa ou injustamente, porque não podemos apontar nome de ninguém senão depois de ouvi-los proferir perante nós a sua defesa.

Venho notando que as pessoas vêm sendo colocadas em lista, citadas, mas ninguém lhes dá oportunidade de falar a respeito, e a nossa Constituição tem, por princípio básico, o direito de defesa. Mas essa seria uma terceira etapa.

Então, numa visão rápida – se os senhores quisessem, lerei todos os nomes –, conversando com alguns Deputados, chegamos à conclusão de que deveríamos ouvir, na próxima semana, algumas das seguintes pessoas: o tesoureiro geral do PTB, Sr. Emerson Palmieri – acredito que ele deve ser ouvido, é minha opinião –; o Sr. Marcelo Sereno, que manipulou recursos, segundo a imprensa; o Sr. Delúbio Soares; o Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O Marcelo não é tesoureiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Um momento, estou fazendo sugestões.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Só quero dizer a V. Exª que esta CPMI trata não apenas da questão do mensalão, mas da compra de votos. Então, temos que convocar pessoas...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª me perdoe, mas chegaremos lá.

Estamos falando sobre o Sr. João Carlos Genu, sobre Jacinto Lamas. Temos um problema, vamos falar com toda a franqueza. Temos o pedido para ouvir o ex-Deputado Valdemar Costa Neto. Na relação do Sr. Marcos Valério, ele consta como tendo recebido cerca de R\$10 milhões. Exonerou-se das responsabilidades parlamentares, renunciou ao mandato, mas acho necessário ouvi-lo para sabermos onde foram empregados esses R\$10 milhões, se é que foram mesmo R\$10 milhões, porque consta em determinados círculos que esses valores estão superfaturados. Então, há o problema de superfaturamento, de subfaturamento, que deveremos apurar. Esse é o primeiro critério.

O segundo critério, como já disse, será o de ouvir as pessoas que forem apontadas e a respeito das quais obtivermos informações nessa primeira fase de requerimentos. Encerrada essa fase, nós temos, perfeitamente, Deputado, que nos voltar para o problema da reeleição. Mas o problema da reeleição – embora isso não constitua absolutamente nenhum prejulgamento da minha parte – é remoto. Eu não sei as pessoas que vamos ouvir. Não podemos desprezar os fatos recentes que, por serem frescos, oferecem-nos oportunidade de serem apurados, para colocar no lugar deles fatos mais ou menos remotos, dos quais não temos ainda indicações precisas, porque, se ficarmos presos a esse passado, o que hoje é recente se torna velho e, daqui a pouco, perderemos também as pistas desse caso.

Se essas observações parecerem próprias aos Srs. membros da Comissão, ao Sr. Presidente da Comissão, poderíamos prosseguir. Agora, quero afirmar aos senhores...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só uma informação: o senhor leu todos os nomes?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os nomes que eu destaquei foram esses. Agora, como os senhores todos têm a relação, depois nós discutiremos outros nomes. Mas, por exemplo, aqui está: ouvir o Sr. José Nobre Guimarães Vieira da Silva, Deputado Estadual do Estado do Ceará; ouvir novamente a Srª Kátia Rabelo; ouvir o Sr. Lídio Duarte, ex-presidente do IRB; ouvir os diretores de várias empresas que, não sei porque razão, nunca foram citadas durante as investigações feitas e que aqui se encontram....

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Estou falando dessa lista aí. O senhor leu todos da lista?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Silvio Pereira, Delúbio Soares, Valdemar Costa Neto, Jacinto Lamas, João Cláudio Genu, Marcelo Sereno e Emerson Palmieri. Um colega nosso quis incluir Luiz Gushiken, não sei se seria o caso, porque a imprensa nunca me deu notícia de que ele tivesse manipulado recursos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Era ele que operava as licitações das empresas de comunicação. Acho que é uma pessoa fundamental.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu não faço nenhuma objeção que ele seja ouvido. Agora, quanto ao resto, vou pedir a V. Exªs que...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Relator, permita-me. Nós temos que ouvir os presidentes dos bancos envolvidos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Os presidentes dos bancos envolvidos: do BMG, do Banco Rural, do Banco do Brasil. A imprensa hoje noticia fraude, inclusive...

**O SR. (Orador não identificado)** – Vamos esperar o Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos manter a ordem na Comissão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nós não temos ainda o depoimento de quem sacou. Como é que vamos ouvir o depoimento de quem possivelmente pagou? Tenha paciência. Nós temos que ter um critério...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – De quem sacou nós tivemos, sim. Como é que não tivemos? Nós

não ouvimos quem sacou? O Valério não sacou os recursos? Como é que não tivemos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos pela ordem. Tenho agora, pela ordem, a nobre Deputada Perpétua.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Presidente, acho que o Relator tem razão em parte, quando diz que precisamos ouvir primeiro quem sacou. É verdade! Esta é a CPMI do Mensalão, é exatamente para investigar quem recebeu, antes ou agora, vantagens financeiras. Nós sequer ouvimos ainda os parlamentares que começaram a receber e que estão aparecendo na lista. E essa é a nossa função.

A segunda questão, já que vamos apurar exatamente vantagens financeiras... E há uma preocupação aqui de começar ouvindo logo a notícia que está quente, isso é fato, é bom, é real, é bom ouvirmos mesmo enquanto a notícia está quente, enquanto temos as informações. Mas esta CPMI tem duas responsabilidades: ouvir também quem vendeu votos na época da reeleição. Por mais que esteja distante, há fitas gravadas da época. Existem dois Deputados Federais do Acre, do meu Estado, que renunciaram os seus mandatos, porque estavam em processo de cassação, que declararam em fita que receberam R\$200 mil. Há matérias jornalísticas da época. As pessoas existem. Então, vamos ter que ouvi-las também.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou de acordo.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Agora, a nossa maior responsabilidade aqui eu acho que é ouvir parlamentares tanto daquela época quanto deste momento, bem como os tesoureiros de Partidos. Acho que tem razão o Relator. Começarmos a ouvir presidentes de bancos se nem ouvimos as pessoas que estão na corda bamba?!

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, inscreva-me também.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, considero que as opiniões manifestadas pelo Relator, o cronograma que S. Exª procurou apresentar tem toda razão, tem todo sentido. Temos aqui um número expressivo de requerimentos, todos pertinentes, todos com uma razão, uma justificativa, nada contra esses requerimentos, mas temos que estabelecer uma ordem, um cronograma para que a CPMI cumpra o seu objetivo de levantar os elementos, ouvindo inicialmente as pessoas que podem trazer o maior volume de

informação, que permita, no momento seguinte, evoluirmos, detalharmos, compreendermos melhor qual foi o processo que se deu. Portanto, concordo fundamentalmente com a proposição apresentada pelo Relator no sentido de estabelecer um cronograma, priorizar matérias no funcionamento da CPMI.

No entanto, Sr. Presidente, quero fazer também uma ponderação a respeito de como faremos a apuração, levando em conta toda a dimensão que a CPMI tem. Devemos apurar informações de 1997 e informações de agora, para não ficar a idéia de que estamos nos centrado apenas na conjuntura, naqueles elementos que estão mais visíveis. E todos têm importância, todos têm significado.

Na primeira reunião que realizamos aqui, Sr. Presidente, foi informado que a CPMI requisitaria documentos da sindicância interna feita nesta Casa a respeito dos acontecimentos de 1997 e requisitaria também documentos do Ministério Público, que tem processos a esse respeito. Uma indagação que faço é nesse sentido: se esses documentos já chegaram e, se não chegaram, que providência adotaríamos para que eles pudessem chegar à CPMI.

Além disso, entre os tesoureiros, há uma ampla divulgação a respeito do tesoureiro do PSDB de Minas Gerais, Cláudio Mourão, que teria também movimentado, operado esquema semelhante ou teria produzido a tecnologia que depois foi absorvida pelo tesoureiro do PT. Portanto, o que faríamos? Nós não convocaríamos também esse tesoureiro? Ele não teria contribuição a dar?

São essas as indagações que faço.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Estou na ordem aqui, Sr. Presidente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Art. 131, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há uma sequência de inscrição.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, inscreva-me, Sr. Presidente. Pedi a palavra pela ordem, senão, inscreva-me.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, por favor, V. Ex<sup>a</sup> me inscreveu? Sou o Deputado Odair.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já o inscrevi.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, o próximo inscrito.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, penso que tem muita razão o Deputado Ibrahim Abi-Ackel quando quer organizar uma sequência lógica de audiências para que possamos ter um objetivo e chegar ao final do trabalho. Se nos dispersarmos não chegaremos a local algum, e esta Comissão acabará naufragando, embora seja possível que muitos tenham interesse em que isso aconteça. Mas precisamos dar uma sequência lógica. Considero boa essa sequência que S. Ex<sup>a</sup> propõe: ouvir primeiro os tesoureiros – com as devidas nuances que temos que acertar – e, depois, os Parlamentares.

Alega o Deputado José Rocha que é preciso ouvir os bancos. Também defendemos isso, Sr. Deputado – o Deputado Raul Jungmann, inclusive, apresentou requerimentos –, porque as pessoas que receberam podem não ser só essas, podem ser outras, já que aquilo que as pessoas que receberam efetivamente está muito no testemunho do Marcos Valério. Ele é que disse que essas pessoas receberam.

Há várias notícias nos jornais – e eu sou da tese de que essas notícias possivelmente são corretas –, e tenho até já me manifestado, nos meus questionamentos aqui, de que possivelmente há fraude nesses extratos bancários. E eu falei, inclusive, que acho que há fraude na montagem desses contratos que foram feitos **a posteriori**. Hoje se você domina, a cúpula do banco, o Coaf, tem muita possibilidade de fraudar. Acho que vamos ter que ouvir também esses banqueiros e outros e, provavelmente, nós vamos ter que fazer requerimentos e diligências a esses bancos e a vários locais para averiguar se há fraudes ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Primeiro essa providência. Antes dos banqueiros, as informações bancárias.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O sigilo, que já está colocado, evidentemente...E com algumas diligências. Nós temos essa lista, mas a lista das pessoas não consta os cheques deles. É uma lista testemunhal do Marcos Valério: fulano, beltrano, um pegou vinte, outro pegou quarenta, outro pegou sessenta, outro pegou oitenta. E nós, claro, não podemos culpar gente inocente. E pode ser que existam pessoas não incluídas nessa lista em função de determinados acordos que foram feitos.

Então uma boa providência é acertar a agenda da próxima semana, quem sabem, ou dos próximos quinze dias, mas não precisamos acertar ...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...ad aeternum

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E dentro dessa primeira lista que o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, com muita ponderação, coloca. E depois vamos

encaminhando com outras reuniões administrativas e vamos em busca dos documentos e diligências, Sr. Presidente, porque, se houver uma fraude, realmente, conforme se está insinuando que houve – e eu acredito muito nisso – é realmente muito grave e nós temos que ir, sim, aos bancos e aos banqueiros, essas coisas todas que temos que averiguar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço V. Ex<sup>a</sup>.

Se formos ouvir todo mundo, vamos ficar de novo até a madrugada, porque todos têm direito à palavra. Eu queria fazer uma proposta. Eu vou conceder a palavra a mais um Deputado e dois Senadores e depois vou fazer a proposta de um entendimento, um acordo entre nós. Senão, nós vamos discutir até a madrugada de novo. Eu acho que todos têm direito, mas vamos ter bom senso, se todos concordarem e, ao final, alguns dos que não se manifestaram poderão usar da palavra. O grande problema é que uma reunião aberta com a televisão tem um estímulo maior. Se fizermos, talvez, uma reunião fechada, poderemos ser muito mais eficientes.

Por isso, vou agora, nesta seqüência, ouvir a Deputada Zulaiê, o Senador João Motta e o Senador Botelho, que são os primeiros inscritos. Tem quase vinte inscritos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Se a gente se sentir contemplado, não vejo problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Realmente, para discutir uma matéria, o Regimento manda que se ouçam quatro Parlamentares.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É para encaminhar. O Deputado Abi-Ackel falou do Sr. Emerson Palmieri. Ele está convocado para terça-feira na CPMI dos Correios. Então, ou fazemos reunião conjunta, ou... É só a respeito desse nome. Com relação ao resto, eu concordo em tudo com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. O encaminhamento aqui é uma questão de ordem. É uma questão de ordem, não, é pela ordem, porque V. Ex<sup>a</sup> quer corrigir o andamento dos trabalhos, em razão de uma decisão feita.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria aqui confirmar uma teoria que temos que ter nesta CPMI. Temos que, primeiro, provar os saques. Temos que primeiro provar quem são as pessoas que pagaram, se pagaram e onde pagaram, para depois nós chamarmos os Deputados. Eu acho que Deputado vir a uma CPI já é uma humilhação, Sr.

Presidente, Sr. Relator. Pode ser Deputado do passado ou Deputado do presente. No caso de Deputado do presente é até pior.

Então acho que estamos aqui – e o Relator tem toda uma cabeça privilegiada nesse sentido – tentando fazer algo que seja o início, o começo de tudo. Daí porque precisam vir os homens que são hoje acusados de terem feito os pagamentos. Quem foram eles? Quem são eles? Tem que vir o Delúbio, tem que vir o Sílvio Pereira. Tem que vir todos esses que trabalharam... E, é claro, a Deputada quer ter muita razão de ouvir também lá atrás os outros Deputados, mas, como estamos numa fase agora, poderíamos até buscar provas daquela compra de votos de 97. Provas! Para, num segundo momento, ouvirmos também aqueles Deputados. Estamos numa fase de provas. Depois saberemos quem é quem. Se não vamos chamar os Deputados primeiro e é muita humilhação! Sou a favor de Deputado. Morro favorável a Deputado. Deputado, até prova em contrário, é inocente. Não dá para ficar acreditando em tudo que falam aí fora.

Portanto, Sr. Presidente, acho que há coerência nessa lista do Relator. Deveríamos votá-la e marcar, de preferência, uns quatro depoimentos para a semana que vem. Deveríamos também trabalhar na terça, quarta e quinta-feira. Quinta é um dia também bom para ouvir. Até sexta, se for o caso.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, vamos investigar o objeto do presente e do passado. Evidentemente, não podemos iludir o povo brasileiro quanto ao passado. As ações penais já foram propostas pelo Ministério Público. Estão em curso. Não sei no que isso vai acrescentar, mas vamos analisar. Não há **parti pris**.

Na verdade, houve uma sindicância, houve punições, houve ações penais as quais estão respondendo. Então, temos que pegar esse acervo e analisar, trazer para cá, como já foi requerido. Creio que o Deputado José Carlos que sugeriu que viessem todos esses documentos para cá. Tudo será feito. Agora, não vamos fazer em vão, de maneira atabalhoada, porque não haverá nenhum progresso.

Concedo a palavra ao Senador João Motta. Já disse que o concederia a quatro Srs. Parlamentares.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de me congratular com a proposta do Relator, que deseja ra-

cionalizar o trabalho para que realmente obtenhamos resultados o mais rápido possível e com eficiência.

Com base nessa proposta, acredito que com o que vou falar os demais Parlamentares aqui presentes não de concordar. Eu gostaria de sugerir que, como já há pessoas que disseram que entregaram dinheiro, como também já há pessoas que disseram que receberam dinheiro, podíamos fazer as próximas convocações da seguinte forma: em vez de só, por exemplo, o Delúbio, junto com ele que viessem, por exemplo, alguns Parlamentares, mas não como Parlamentares, e sim como presidentes de partidos, que reconhecidamente já receberam dinheiro, já até renunciaram a seu mandato.

Enfim, a minha proposta é no sentido de que ouvíssemos o Delúbio acompanhado de Presidentes de Partidos ou Deputados já consagrados como receptores de recursos para que fizéssemos uma acareação: ouvir um lado e outro neste recinto, já queimando etapas para o futuro.

Em Segundo lugar, Sr. Presidente, fiz uma proposta, um requerimento para abrir o sigilo bancário de todos os Parlamentares, Senadores ou Deputados, e dos funcionários dos seus gabinetes. O que estou prevendo com isso? Que, amanhã, quando alguém disser: “O Senador Motta recebeu R\$50 mil sei lá de quem”, o senhor já tenha, em suas mãos, um relatório feito pela Polícia Federal em que conste: “Não, na conta deste Senador ou deste Deputado, nunca entrou dinheiro proveniente do Delúbio, do Valdemar Costa Neto nem de qualquer outra pessoa”.

Com essas duas propostas, poderíamos alcançar um resultado o mais rápido possível.

Essa é a minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero só fazer um pequeno comentário. Nós mesmos poderemos solicitar a quebra do nosso próprio sigilo bancário, mas dos nossos servidores, sem envolvimento algum, sem suspeição alguma... Outra coisa: se eles tiverem qualquer vínculo com a quebra de sigilo de toda essa massa de informações dos bancos, seus nomes aparecerão e serão identificados perfeitamente. Podemos até colocá-los no programa para ver ser esses nomes serão identificados.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– V. Exª concordaria, então, em quebrar o sigilo dos Parlamentares?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tenho que submeter um requerimento dessa natureza à votação de todos. Não vejo nenhum problema em renunciar ao meu sigilo, mas não posso exigir isso dos demais. Isso teria que partir de uma decisão coletiva.

Não devemos nos preocupar com a condição de cada um. Todos gozamos uma presunção de inocência. Então, vamos seguir adiante. Submeteremos esse requerimento oportunamente.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Em seguida, vou suspender esta reunião, para ver se chegamos a um entendimento quanto à lista, que será submetida à votação.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Vou ser rápido. Penso que a direção do raciocínio do Relator é a que devemos seguir. Algumas pessoas pegaram o dinheiro. Onde pegaram esse dinheiro? Quem entregou o dinheiro? O Marcos Valério já deu uma relação de alguns Parlamentares, de mais ou menos 10 ou 11. Quanto mais demormos para chegar a esses Parlamentares, mais sofrerão e se desgastarão os que porventura sejam inocentes e cujo nome consta da lista. Estaremos fazendo uma injustiça com essas pessoas. Por isso, temos que andar rápido para chegar aos Parlamentares, porque o nosso objetivo é saber qual Parlamentar recebeu dinheiro para votar. Então, temos que andar depressa nesse sentido.

Depois, também, devemos ir à fonte da corrupção. Quem foi o corruptor que deu o dinheiro para isso? Temos, primeiro, que analisar quem são os Deputados envolvidos, para dar chance ao Deputado inocente. Depois, devemos ir à fonte também. Essa é a minha sugestão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou suspender a reunião, para ver se chegamos a um entendimento.

Peço que a reunião seja reservada de agora em diante. Infelizmente, se não o fizermos, vamos continuar o dia inteiro discutindo algo que pode ser simples de ser resolvido.

Peço que a sala seja evacuada. Peço desculpas. Peço licença à imprensa e aos demais.

Está suspensa a reunião.

*(Suspende-se a reunião às 12 horas e 9 minutos.)*

*(Reabre-se a reunião às 13 horas e 21 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, quero ser bastante objetivo, para rapidamente dizer aqui aos senhores e às senhoras...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço silêncio. O telefone celular pode ser usado, mas com alguns decibéis a menos. Este é um momento importante.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presi-

dente, Sr. Relator, quero pedir licença para comunicar a todos os senhores e a todas as senhoras a minha decisão de pedir o afastamento da Vice-Presidência desta CPMI, função para a qual fui eleito de forma honrada, com o voto de todos aqueles que confiaram no meu trabalho.

No episódio ocorrido no final da reunião em que prestou depoimento o Sr. Marcos Valério, em nenhum momento, agi de má-fé. Minha disposição, quando acompanhei o Sr. Marcos Valério e seus advogados, foi a de buscar mais informação a respeito do trabalho que está sendo desenvolvido por esta CPMI. No entanto, Sr. Presidente, a atitude que adotei foi imprevidente, equivocada.

Quando cheguei à garagem do Senado, na companhia do Deputado Júlio Redecker, num primeiro momento, talvez pelo cansaço, talvez pela exaustão, entendi que aqueles dois carros que estavam ali parados – os seguranças do Senado nos acompanharam – tratavam-se de carros de apoio ao trabalho da Casa, tanto é que, em nenhum momento, procurei fazer algo de forma reservada para que o Deputado Júlio Redecker não percebesse. Eu me despedi do Deputado Júlio Redecker e, quando o Sr. Marcos Valério entrou no carro, entrei junto, tentando buscar as informações que pretendia para o trabalho de investigação.

Somente depois, Sr. Presidente, tive a informação de que não se tratava de um carro da Casa. E, por isso, inclusive, eu pretendia ontem – e só não o fiz em função do tumulto – justificar, quando foi levantada a idéia de uma carona, que eu não lia assim, porque entendi e pensei tratar-se de um carro oficial. Mesmo assim, Sr. Presidente, mesmo que fosse um carro oficial, não seria correto que eu pudesse, como Vice-Presidente desta Comissão, ter feito aquele contato.

Quero, portanto, pedir desculpas a todos os senhores e a todas as senhoras. Não divulguei a lista, não expus o nome de ninguém. Em nenhum momento, tive o objetivo de expor esta Casa ou esta Comissão, mas creio que, para o bom andamento dos trabalhos, a atitude mais correta de minha parte é pedir o afastamento desta Vice-Presidência.

Quero dizer, por fim, que não tenho nenhum ressentimento. Respeito todos aqueles colegas, em especial o Deputado Júlio Redecker, pela atitude que teve, uma atitude firme, mas correta.

Quero, portanto, pedir desculpas e agradecer a confiança e as manifestações que recebi de todos vocês.

Era isso o que tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem. Em seguida, eu a concederei ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Queria cumprimentar o Deputado Paulo Pimenta por essa atitude, mostrando que realmente, além de reconhecer o erro, tem a humildade de vir aqui pedir desculpas aos companheiros desta Comissão. Logicamente, com a mesma maneira com que S. Ex<sup>a</sup> se dirige a nós outros, entendemos e reconhecemos a sua posição e lamentamos que deixe de ser o nosso Vice-Presidente. Mas S. Ex<sup>a</sup> deve continuar, como membro desta Comissão, participando da apuração dos fatos. O trabalho e o empenho do Deputado Paulo Pimenta será fundamental para a nossa Comissão.

Receba a nossa solidariedade.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Meu caro Deputado Paulo Pimenta, lamento muito que isso tenha acontecido, em primeiro lugar, porque sou testemunha, em outros episódios – alguns de que participei, outros de que tive conhecimento –, do comportamento de V. Ex<sup>a</sup>, que, inclusive, até aqui, tem sido motivo de referência e tem sido também um padrão de conduta aqui nesta Casa. Nessa mesma linha, o ato que V. Ex<sup>a</sup> resolve, de foro próprio, um ato subjetivo, assumir de público vem exatamente ao encontro de toda a sua história e o seu histórico anterior. Assim, evidentemente, lamento o fato de V. Ex<sup>a</sup> se afastar desta Vice-Presidência, mas entendo que V. Ex<sup>a</sup> permanecerá contribuindo com os trabalhos desta Comissão.

Concluo fazendo um observação política: lá atrás nós dizíamos que esta era a mais difícil das comissões, porque seria a comissão que teria de investigar o Congresso, no presente e no passado, e que, obviamente, teria também que investigar atos do atual governo e do governo passado. Por isso tudo, Sr. Presidente, reitero, nesta oportunidade, a importância da participação da Oposição na condução dos nossos trabalhos, não no sentido de tirar proveito deste episódio em particular, mas no sentido de co-responsabilizar a todos política-

mente pela condução dos trabalhos e pelos resultados desta Comissão.

Essa, a reflexão que faço.

Mais uma vez gostaria, Deputado Paulo Pimenta, de reconhecer a grandeza e a justeza do seu gesto, entendê-lo na sua dimensão e lamentar o seu afastamento da Vice-Presidência, contando com a sua permanência aqui conosco para levar adiante essa tarefa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tenho uma série de inscrições, mas tem precedência a do Sr. Relator, a quem concedo a palavra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares membros da Comissão, é do meu dever declarar que, desde o momento em que se instalou esta Comissão, o Deputado Paulo Pimenta e eu tivemos um relacionamento intenso, examinando documentos, trocando informações, trocando também documentos. E é do meu dever declarar que S. Exª foi sempre irrepreensível na lealdade ao seu dever, na fidelidade aos compromissos assumidos, na extraordinária limpidez do seu comportamento durante todo esse tempo. Faço questão de declarar isso porque foram muitas horas em que convivemos juntos, examinando documentos, trocando informações. É para mim uma oportunidade da maior importância poder registrar que, entre nós, existe um homem da postura, da lealdade e da conduta do Deputado Paulo Pimenta. V. Exª, Deputado, continue ou não nesta Comissão, é titular da minha maior admiração pela maneira pela qual se comportou com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou seguir uma lista de inscrição, da qual não temos como fugir. É de três minutos o tempo de intervenção de cada Deputado e Senador, membros desta CPMI. Concedo a palavra ao Senador Wellington.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, gostaria apenas de fazer uma colocação. Trata-se de atitude correta que V. Exª tomou. Agora, o importante é notarmos que, nesta Comissão, muitas vezes, no afã de querer ter a informação e saber um pouco mais e querer ter uma informação só para nós – que foi como V. Exª explicou, ou seja, que queria ter uma informação – podemos ser levados a uma situação dessas. Querer sempre um pouco mais de informação levou a isso. E tenho certeza de que V. Exª queria a informação para ajudar no trabalho que estamos fazendo aqui. Então, deixo bem claro que isso serve para todos. Muitas vezes vamos tentar encontrar uma informação primeiro e deter essa informação para trazê-la à Comissão, e assim vamos expor o nosso mandato e a nossa posição na Comissão.

Acho que a atitude de V. Exª é correta, como homem e como Parlamentar. Espero que quem for votado para o lugar de V. Exª saiba também que, ao andar, ao caminhar, não só alguns componentes desta Comissão estarão atrás, mas também toda a imprensa. Tem que ter, então, muito cuidado, porque, às vezes, uma atitude simples como a de V. Exª que, às duas e meia da manhã, tenho certeza, não tinha transporte também, pode levar a essa situação.

Foi perfeita sua colocação. Boa sorte.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr.

Presidente, Srs. Relator, Srs. e Srs. Deputados, quero aqui dizer ao Deputado Paulo Pimenta, meu conterrâneo, que a minha atitude não teve nenhum sentido, em nenhum momento, nenhum caráter de atingi-lo. O Deputado Paulo Pimenta me conhece, eu o conheço, no Rio Grande temos discussões frontais, mas um profundo respeito um pelo outro.

Quero dizer, Deputado Paulo Pimenta – nós já nos conhecemos há longo tempo – que, intimamente, conhecendo V. Exª e colocando-me no seu lugar, a sua atitude foi grande, de vir aqui e reconhecer. Ontem, como já disse antes, minha esposa me ligou e perguntou como estava se sentindo o Deputado Paulo Pimenta. Às vezes, a gente se coloca no lugar do outro: em um momento apenas, as coisas se complicam. Mas certamente as suas palavras aqui, Paulo, estabelecem essa situação e te engrandecem. Sempre digo: vamos pra frente, vamos lutar pelo Brasil, cada um no seu apostolado, na defesa dos seus interesses, das suas idéias. Quero aqui também fazer uma conclamação aos meus colegas. Ninguém desejava essa oportunidade, mas acho que é hora de, nesta Comissão, permearmos um pouco mais a participação da Oposição também na mesa diretora. É hora de darmos oportunidade para que membros dos partidos de Oposição possam participar da mesa diretora e demonstrar claramente aquilo que temos visto aqui: fazer com que esse processo que não agrada a nenhum dos Parlamentares, mas que é um dever de ofício que desempenhamos, possa ser desempenhado cada vez com mais independência e no rumo certo da verdade. A verdade é infinita, e a mentira, um beco sem saída. E nós queremos caminhar na verdade. Por isso, conclamo os nossos colegas para que, no momento oportuno, possamos avaliar a oportunidade de democratizarmos a Mesa Diretora dos trabalhos da CPMI.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) –

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odair Cunha.



**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, manifesto a nossa solidariedade ao Deputado Paulo Pimenta, registrando que seu gesto, além de nos fazer refletir muito sobre os nossos gestos, sobre as nossas ações, com certeza, engrandece a todos nós membros desta Comissão e, especialmente, ao Partido dos Trabalhadores, que V. Exª defende, a que é filiado, e que tão bem representa no Congresso Nacional. Nós, do Partido dos Trabalhadores, sentimo-nos honrados de tê-lo em nossas fileiras. Tenho certeza de que todos do seu Estado, o Rio Grande do Sul, reconhecem o gesto que V. Exª tomou aqui. A vida continua e, com certeza, vamos tê-lo aqui entre nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, tendo em vista que a nossa reunião trata de um assunto que envolveu, nesses dois dias, grande tensão, eu não poderia furtar-me de prestar a minha solidariedade ao Deputado Paulo Pimenta. Ontem, ao final da sessão do Senado, que já passava das 20h, parece-me, foi lida a nota do PSDB, e houve bastante emoção nos pronunciamentos.

Tentarei reproduzir o que eu disse ontem. Primeiro, que a instalação das CPMLs já foram muito “tensionadas”: assina, não assina, deixa de assinar. Depois, a eleição da presidência, da vice-presidência, a indicação da relatoria das duas comissões, quando para o Brasil inteiro era colocada a possibilidade de CPML chapa-branca, que não ia apurar absolutamente nada. Além disso, a tensão sobre os documentos – documentos “a”, documentos “b” –, que, segundo observávamos, estavam chegando de maneira truncada, vazamento, documentos que sumiram da CPML e o não-aparecimento dos responsáveis por esse desaparecimento. Depois, a tentativa de envolver o nome do Relator daquela maneira – e nem é preciso comentar, pois são águas passadas; só estou lembrando. Por fim, o Líder do PFL teve um momento em que foi bastante esticada a corda, ao ter citado alguns nomes de pessoas que se sentiram bastante prejudicadas, e assim por diante.

Portanto, admito que esta CPML está causando um certo tipo de tensão que, em determinadas coisas, até foge à razão. Vai-se esticando tanto essa tensão que não temos tempo de usar a razão e analisar os fatos com maior tranquilidade. Então, aceito de bom grado as explicações que ouvi do Deputado Paulo Pimenta, como as que ouvi de V. Exª, porque as julgo muito verdadeiras. Nesse caso, nada melhor do que esta escola, Deputado Paulo Pimenta, em que devemos aprender sempre: a escola do reconhecimento de um erro, do

pedido de desculpas públicas e do reconhecimento de que se exagerou em algum momento.

Eu tentei explicar o que compreendi: que V. Exª, no afã de apresentar uma continuidade de um investigação, pode ter-se exaltado. O erro que eu compreendo não foi V. Exª ter ou não apresentado um documento; esse é um erro, sim, mas tão... comparado aos demais que aconteceram. As pessoas queriam prestar informações. O fato de V. Exª entrar em um carro, conversar com uma testemunha, com uma pessoa que não é nem mais testemunha, é um réu mesmo, isso é muito ruim para a condução da investigação. Portanto, resta-me deixar muito claro que o pedido de desculpas pode encerrar aqui um aprendizado para todos nós: que, tensionados, não vamos julgar absolutamente nada, não vamos contribuir para o sucesso desta Comissão, que é o que todos aguardamos.

Parabenizo V. Exª pela decisão de ter vindo aqui e de ter tomado a atitude que tomou perante todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, alerta a Comissão que ainda hoje vamos decidir sobre vários requerimentos de quebra de sigilo. Não estou vendo quórum. O quórum está vacilando. Vou propor...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Permita-me prestar um esclarecimento, Sr. Presidente. Muitas pessoas estão nas duas comissões, e Duda Mendonça está na Comissão aqui ao lado prestando um esclarecimento. Ele não estava convocado, mas aquela Comissão resolveu desistir da pessoa que estava convocada, que era a Srª Zilmar, para ouvi-lo. Tudo indica que esta Comissão não terá mais, no meu entendimento, quórum para votações de mérito, nominais, a não ser que V. Exª consiga convencer os membros a voltarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Farei um esforço, inclusive suspendendo esta reunião às 16 horas e 30 minutos, quando serão entregues aqui pelo Sr. Marcos Valério os disquetes da contabilidade das suas empresas. Ele virá aqui, e todos estão convidados para receber os disquetes da contabilidade. Então, às 16 horas e 30 minutos, encerradas essas inscrições, suspenderemos e daremos continuidade à nossa reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar se estou inscrito, porque eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está inscrito, mas há uma seqüência. Estabelecerei logo a seqüência: Deputados Darcísio Perondi, João

Correia, José Rocha, Luiz Antonio Fleury e Agnaldo Muniz.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O Deputado Paulo Pimenta é um homem probo, sério, com dois mandatos parlamentares no Rio Grande do Sul, com excelente trabalho; está há dois anos e meio conosco aqui, no seu primeiro mandato, trabalho também pautado por sobriedade, capacidade negocial, ponderação, seriedade e correção. Isso V. Exª demonstrou agora, renunciando neste momento difícil, o que mostra, de fato, a sua estatura e que V. Exª é um homem inteiro, vertical e que vai continuar trabalhando conosco.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Convido o nobre Deputado João Correia para fazer uso da palavra por três minutos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Serei bem mais breve, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Pimenta, eu, particularmente não estou muito feliz de ter vivido este momento, mas não posso negar que estou orgulhoso de tê-lo presenciado. O erro que V. Exª pode ter cometido é o erro dos devotos das causas, como a que V. Exª abraçou. No entanto, a correção de seu erro foi de uma dignidade de homem honrado. A atitude que V. Exª demonstrou inclusive para o seu colega do Rio Grande do Sul – que fez, então, o trabalho – demonstra que V. Exª é um homem honrado. Quero só dizer isso, como adversário.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente, ilustres parlamentares, ilustre Deputado Paulo Pimenta, quero cumprimentá-lo pelo ato que acaba de tomar e dizer que acredito plenamente que a sua ação foi no sentido de buscar mais informações, como V. Exª colocou, para o seu conhecimento e para poder produzir nesta Comissão. Portanto, cumprimento V. Exª pelo seu ato e digo que isso só faz engrandecê-lo perante todos os seus pares desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, eu queria até cometer uma pequena inconfidência. Ontem, encontrei o Deputado Paulo Pimenta nos corredores, quando S. Exª havia acabado de sair da reunião da CPMI, e eu também me havia retirado. S. Exª, naquele momento, disse: “Cometi um erro grave”.

Quero trazer isso à consideração – faço questão de fazê-lo –, porque isso mostra a retidão de caráter

do Deputado, ao admitir o seu erro e, principalmente, pela coragem que teve de vir a público pedir desculpas e, mais do que isso, reconhecer o erro com humildade, eu diria que com uma humildade invejável. Nem todos conseguem ter essa dignidade. V. Exª é um homem que, hoje, se engrandece pelo seu gesto, porque tenho certeza absoluta de que V. Exª, em momento algum, pensou em tomar alguma atitude mesquinha. Agiu motivado, apenas e tão-somente, com o objetivo de obter maiores informações que pudessem interessar a toda esta Comissão. Mas o seu gesto o dignifica e o coloca no rol dos homens que merecem respeito. É um homem que assume o seu erro publicamente e, mais do que isso, dá uma demonstração de que, se errar é humano, reconhecer o erro é uma virtude que poucos possuem. V. Exª merece o meu respeito, a minha admiração, e a mesma cobrança que faz dos seus adversários, vejo que V. Exª usa o mesmo critério em relação à sua própria pessoa. Isso só mostra que o senhor é um homem reto e digno. Parabéns pela atitude.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, entendo que a atitude do nosso companheiro Paulo Pimenta não foi uma atitude que ensejasse a renúncia do cargo, porque S. Exª estava atuando no sentido investigativo. Em momento algum, S. Exª sonhou passar o documento que estava em sua posse para a Comissão. Por outro lado, Sr. Presidente, o documento foi considerado apócrifo, imprestável para a Comissão. Farta maioria dos companheiros tinham conhecimento daquela lista, mesmo porque as pessoas poderiam ter acesso a ela junto ao Judiciário.

Por outro lado, quero aqui dizer que é uma grande perda, neste momento, pela importância do trabalho que o companheiro Paulo Pimenta vinha desempenhando aqui. Um parlamentar membro desta CPMI tem total liberdade no processo investigativo; tem a tranquilidade de conversar com pessoas, de discutir assuntos, sem que isso traga prejuízo no trabalho de apurar os fatos e punir os culpados.

Também quero ressaltar aqui, companheiro Paulo Pimenta, o engrandecimento da sua pessoa por essa atitude. Quando houve qualquer suspeita, qualquer questionamento com relação a sua pessoa, V. Exª preferiu abrir mão. Isso demonstra que V. Exª é uma pessoa totalmente despojada do cargo e estava fazendo isso como um encargo. Porque não é uma coisa boa investigar companheiros. É um fardo pesado. Em momento algum, demonstrou vontade em estar fazendo isso.

Encerro estas palavras dizendo do seu engrandecimento e me congratulando com V. Exª por essa atitude. É importante a sua permanência como membro desta Comissão para nos ajudar neste trabalho árduo. E é importante que também na Câmara continuemos lutando pelo engrandecimento do Congresso, que neste momento estamos passando a limpo.

Falar-se em eleição? Não é o momento. Vamos discutir isso posteriormente, com muita tranqüilidade, com muita lisura, sem nos deixar influenciar. Muitas vezes, as pessoas querem ganhar as coisas no grito. E não é por aí. Esta Comissão será pautada – desde o início está sendo –... e aqui quero parabenizar o Presidente e o Relator, que não se estão deixando levar por grito. Estão acompanhando os fatos, depoimentos e documentos, e, em cima disso, vamos decidir.

Sr. Presidente, meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Nobre Deputado Paulo Pimenta, eu respeito a decisão de V. Exª, uma decisão pessoal, e V. Exª deve ter suas razões íntimas para tê-la tomado, mas eu lamento que V. Exª tenha tomado essa decisão. Precisamos entender que aqui se trava uma luta política, e é absolutamente necessário que cada um de nós que representamos os nossos partidos, os interesses dos nossos partidos, busquemos aqui dentro fortalecer a nossa posição. É uma comissão de investigação, com todas as prerrogativas, mas lembro que, se o nosso eminente Relator tivesse tomado a atitude de V. Exª, teríamos perdido um ponto de equilíbrio extremamente importante para os trabalhos desta Comissão. Ainda bem que S. Exª não o fez. E o silêncio que baixou sobre esse assunto é em função da sua contribuição e da competência que o Relator deu.

Quando o Presidente, Senador Amir Lando, tomou a decisão de colocar ordem numa reunião que estava extremamente tumultuada, coube a V. Exª o pior momento da reunião, que foi quando o Deputado Roberto Jefferson rasgou um documento que lhe foi entregue pelo Senador Eduardo Suplicy. E V. Exª o fez de uma forma tão firme, que não havia, naquele momento, diferença alguma entre a condução do Presidente Amir Lando e a condução de V. Exª. Lamento que V. Exª saia. Eu, talvez, discorde da maioria; talvez não queira nem parabenizá-lo, porque acho que V. Exª vai fazer muita falta na condução dos trabalhos, substituindo, nesses momentos, cruciais o Senador Amir Lando.

E fico me perguntando... Isso, no fundo, não passa de uma guerra suja. Quem acessou a conta do PT para saber os pagamentos feitos pelo Presidente

Lula? Gostaria que essa pessoa, flagrada, tivesse a mesma dignidade de V. Exª, assumisse o seu erro e renunciasse, caso tenha uma posição importante em qualquer CPI, no Senado, na Câmara ou em qualquer lugar. Infelizmente, não posso parabenizá-lo pela atitude que V. Exª tomou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Deputado Paulo Pimenta, faço uso da palavra e raciocino no mesmo sentido do Deputado que me antecedeu. V. Exª, nas vezes que assumiu a Presidência, conduziu os trabalhos com bom senso, firmeza e sabedoria. Eu lhe disse isso e manifestei a V. Exª o meu sentimento.

Esse ato de renunciar por um erro que foi induzido pelo cansaço físico das nossas audiências que vão até duas, três horas da manhã... V. Exª errou porque estava cansado; confundiu os cargos, errou, assume o erro e toma uma atitude que qualquer homem digno tomaria.

Parabenizo-o, sei que V. Exª está crescendo no seu Estado e no Brasil. Para nós, Parlamentares, que estamos neste momento sendo pichados, xingados pela população, seu ato nos engrandece. Lamento que V. Exª saia dessa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Não posso deixar de externar a minha opinião em relação ao Deputado Paulo Pimenta. Quando eu o vi hoje, fui numa atitude de cobrar dele o que aconteceu, mas não numa atitude de quem o faz já acusando, como muitas vezes vemos neste País: basta alguém ser citado para ser considerado culpado. Depois, vão atrás das culpas, das provas. E não foi essa a minha postura.

V. Exª reconheceu aqui que cometeu um erro, mas também demonstrou que é um homem de caráter, uma pessoa digna, porque teve o gesto mais nobre que uma pessoa tem, até porque errar todos nós erramos, mas V. Exª entendeu que o seu erro poderia comprometer a imagem da CPMI, o que quero aqui resgatar e repudiar, se é seu termo. Foi proposto que democratizássemos mais a CPMI, a direção da CPMI. Ora, vamos entender, Deputado da Oposição: V. Exªs foram eleitos democraticamente. Então, não vamos querer aproveitar este momento para alterar, como se o Senador Amir Lando não tivesse sido democraticamente eleito.

Parabenizo-o, Deputado Paulo Pimenta. Foi negativa, sim, a sua atitude – é claro. Todos aqui, inde-

pendentemente de partido, se pronunciaram, enobrecendo-o, porque essa sua atitude foi digna. Tenho certeza de que o povo do Rio Grande do Sul vai ter a bondade de perdoá-lo, porque está vendo que errar é humano; que V. Exª soube reconhecer o erro a tempo e que, com certeza, vai continuar dando a sua contribuição como membro desta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de encerrar e passar à palavra final ao Deputado Paulo Pimenta, gostaria de dar o meu testemunho.

Em primeiro lugar, agradeço a colaboração que recebi, leal, eficiente, e sobretudo competente, do Deputado Paulo Pimenta. O nosso convívio foi amistoso. Não nos conhecíamos, mas foi fácil nos unirmos, porque é fácil unir pessoas que têm o mesmo objetivo.

Aqui, não há dúvidas do objetivo comum, dos propósitos que nos uniam, de buscar a verdade, de dirigir esta Comissão com absoluta isenção, porque nós, que estamos na Mesa, não somos mais do que braços ativos do Regimento e das leis. Ninguém impõe vontades. Às vezes, é preciso exigir disciplina, que é fundamental para a eficiência, e temos de ser rígidos no cumprimento da ordem. Do contrário, estabelecesse a desordem. É comum, na CPMI, dada a emoção de que ela é possuída, a desordem instaurar-se com muita facilidade.

Ontem, foi um tumulto difícil de controlar. Devo dizer a V. Exª que o assunto causou um estrépito brutal muito maior do que o seu conteúdo, mas é essa a situação a que me refiro, de emoção, que toma conta das investigações no Congresso Nacional. Trata-se de investigação política, não técnica, mas não pode fugir do arcabouço jurídico. É isso que nós da Mesa procuramos conduzir. V. Exª me substituiu com muita vantagem sempre que o fez, na condição de assumir o exercício da Presidência.

Lamento o que ocorreu. Só posso lamentar, primeiro, a perda da contribuição de V. Exª; segundo, a forma como isso ocorreu, que, como V. Exª disse, foi um equívoco.

Infelizmente, no momento que estamos vivendo, qualquer deslize passa para a execração pública. O que houve foi um fato pequeno, uma lista que foi apresentada à Mesa, conforme devidamente registrado nos Anais. Quando compulsei, vi exatamente a capa de uma folha, de um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal. Nem fiz leitura, porque na Mesa não era possível. Registrei o fato de que havia um dossiê sem origem, sem assinatura, que dava notícia da existência de uma ação no Supremo Tribunal Federal, que poderia ter relação com o objeto das investigações. Disse que solicitaria ao Supremo Tribunal Federal inteiro teor dos autos, para verificar se ali se

encontravam alguns elementos que esclareceriam as investigações, mas fizemos essa diligência às pressas, e ali não consta nada com relação ao fato imediato. E isso não quer dizer que não contenha elementos importantes. No entanto, não havia nenhuma lista nova, nenhuma informação nova, como também não havia, sequer, a lista entregue aqui pelo Sr. Marcos Valério. Desse modo, não houve, como se quis dizer, a invenção de uma lista, porque a lista circulava por aí, em outras comissões, segundo notícias que tive. Não ouvi anteriormente, mas já há algum tempo. De modo que há esse clima tomado, sobretudo de uma comoção pública, de um desejo exagerado de denúncia. É importante denunciar todo ato ilícito, mas é difícil vermos envolvidos nomes honrados e inocentes serem colocados no rol dos condenados.

Na verdade, aqui se inverteu todo o devido processo legal. Primeiro, a acusação, a condenação; depois, as provas, a execração pública. E o que resta da honra, da dignidade de cada um? Muito pouco. Infelizmente, vivemos um tempo desse.

A atitude de V. Exª se insere no foro íntimo, mas mostra, sobretudo, a dignidade, a personalidade, o caráter de quem não quer ver o seu nome envolvido numa especulação – não num processo que poderíamos dizer da prática de um ato ilícito. Não há ilicitude alguma em conversar com o depoente, sobretudo para esclarecimento. Tenho absoluta certeza de que, se V. Exª tivesse obtido dados novos, teria trazido para a Comissão. Desse modo, temos de encerrar esse tema, lamentando perdê-lo nesse convívio, nessa parceria tão importante para a CPMI. São questões da vida. É o momento em que vivemos, um momento excepcional, em que precisamos ter muito cuidado e equilíbrio para não cometermos injustiças. O pior é a injustiça irreparável. E a injustiça, quando lançada no contexto da mídia nacional, difícil é a reparação. Talvez V. Exª vá pagar por esse fato tão pequeno um preço muito maior do que seria o equilíbrio entre a pena e o castigo, entre a proporcionalidade da pena e o delito, se é que houve delito, porque eu não o visualizo, mas quero dizer em termos da repercussão do fato.

Portanto, tenha aqui o meu respeito, a minha admiração, o meu lamento, mas, sobretudo, deixo a V. Exª a minha sinceridade.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já concedi a palavra...

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT – RS) – Sr. Presidente, agradeço a todos os senhores e senhoras que se manifestaram.

Quero dizer a V. Exª que me sinto em paz com o meu espírito, com a consciência muito mais tranqüila, e precisava fazer essa manifestação. Pretendo continuar ajudando, trabalhando, para que possamos, de fato, esclarecer todo esse episódio.

Muito obrigado pela confiança, pelas manifestações e palavras de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, é apenas para um esclarecimento. Na próxima semana, a ordem dos depoimentos será...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda não estabelecemos. Vamos fazê-lo ainda hoje, à tarde.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Suspendo a presente reunião, estabelecendo para as 16 horas e 30 minutos o reinício dela, inclusive com a presença do Sr. Marcos Valério, que vai entregar aqui, pessoalmente, os disquetes da contabilidade de suas empresas.

*(Suspende-se a reunião às 14 horas e 3 minutos.)*

*(Reabre-se a reunião às 16 horas e 42 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Declaro reabertos os trabalhos da sétima reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Temos uma agenda grande a retomar, referente à quebra de sigilo dos documentos que já estão disponibilizados na CPMI dos Correios. Ficamos de receber hoje os disquetes da contabilidade das empresas do Sr. Marcos Valério. É evidente que falo de empresas dele, de empresas em que ele é sócio, em que ele tem participação.

Ele se encontra presente aqui. Eu queria consultar o Plenário, pois ele se dispôs ainda a prestar alguns esclarecimentos. Então, consulto os presentes, que neste momento representam o todo – porque temos presença no livro –, se acham isso possível, pertinente.

O Relator se manifestará em primeiro lugar.

V. Exª concorda? (Pausa.)

Então, vou chamá-lo logo.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, precisamos urgentemente pedir para a assessoria convidar os membros, porque senão depois vão dizer que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos foram convocados. Fui claro. Suspendi – está na Ata – os trabalhos, para serem reiniciados exatamente às 16h30min.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. V. Exª os convocou.

Sr. Presidente, solicito minha inscrição para fazer as perguntas ao Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O depoente – e aqui é uma colaboração – ficará, em princípio, apenas duas horas aqui, na Comissão.

Vou começar a lista nova. Peço à Secretaria que inscreva – e está muito fácil de inscrever –, em primeiro lugar, o Deputado Júlio Redecker.

Vamos diminuir o prazo, vamos reduzir o tempo de inscrição, para que o máximo de pessoas fale. Serão cinco minutos, em princípio.

Peço à Secretaria que faça entrar o depoente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele estava na sala dos oradores. Nós três estávamos na sala. Peço que V. Exª garanta para nós três...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está garantida a assinatura de V. Exªs. (Pausa.)

Conforme esclareci inicialmente a todos os membros da CPMI, a presença aqui do Sr. Marcos Valério tinha por objetivo a entrega dos disquetes da contabilidade de suas empresas ou das empresas em que ele tem participação.

Portanto, vamos atender o primeiro objetivo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Presidente, aqui estão todos os movimentos da SMP&B, o meu, pessoa física, o da minha esposa. Tudo é auto-explicativo: para onde foram os saques, como é que foram os saques, os depósitos nas contas, a origem dos depósitos, as notas fiscais da SMP&B. Este aqui eu entreguei para a Receita Federal. Segunda-feira já marquei com o assessor de entregar o da DNA Propaganda e o da Graffiti. Aqui também tem o da 2S. Tem tudo aqui, auto-explicativo, todos os cheques, batendo exclusivamente com todos os extratos bancários, todos os depósitos, como é que foram feitos e de onde vieram, e as notas fiscais emitidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Temos aqui, então, o diário da contabilidade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está. Só um diário, só um, são 40 mil páginas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Perfeito.

Passo ao Relator, para que, depois, determine o arquivamento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu só queria o protocolo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – O protocolo, o termo de recebimento.

Sr. Marcos Valério, o senhor comparece aqui... Tivemos uma conversa preliminar – que já anunciei; nós a tivemos em conjunto, eu e alguns parlamentares – no sentido de que V. Sª poderia prestar esclarecimentos adicionais. Entendo que não havia marcado

nenhuma audiência, bem como nenhum convite lhe fora feito nesse sentido. Todavia, de qualquer maneira, aproveitando a oportunidade, V. S<sup>a</sup> se dispôs, pelo menos por um tempo determinado, a responder algumas perguntas.

Assim, primeiramente, passo a palavra a V. S<sup>a</sup> para, se desejar, fazer uma breve exposição.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu iria à Polícia Federal hoje prestar novos esclarecimentos e iria também à Procuradoria da República. Todavia, era recesso e eu não consegui falar com o Procurador. Quanto à Polícia federal, onde eu iria também prestar novos esclarecimentos, pedirei ao Delegado encarregado para que ele me ouça amanhã em Belo Horizonte.

Independente disso, estou à disposição de V. Ex<sup>as</sup>. Posso ficar o tempo que for necessário. O que quero é esclarecer os fatos para a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao Exm<sup>o</sup> Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> já se identificou perante esta Comissão, não sendo necessário, portanto, obter dados esclarecedores sobre a sua identidade. Também não há dúvida sobre a condição em que V. S<sup>a</sup> comparece a esta Comissão. Como indiciado, o seu ilustre advogado já lhe deve ter dado conhecimento das circunstâncias que cercam esta sua condição perante os membros desta Comissão.

Esta Comissão foi instaurada especificamente para apurar dois fatos: primeiro, a aquisição de votos de parlamentares, por meios escusos, a fim de votarem com o Governo, fato este que o Deputado Roberto Jefferson, com singular malícia, apelidou de “mensalão”. O outro fato é a compra de votos para a reeleição do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Comissão tem se dedicado não só ao exame da documentação disponível como à tomada de depoimentos, que têm avançado madrugada adentro. V. S<sup>a</sup> mesmo prestou aqui um depoimento de 14 horas seguidas, durante o qual foi inquirido por nada menos que 35 Parlamentares.

Acontece, porém, que os fatos ganharam uma dinâmica extraordinária. A CPMI não está conseguindo acompanhar as revelações que aparecem a cada dia. Agora nós estávamos certos de que, com o oferecimento dos documentos que V. S<sup>a</sup> se propôs a fazer a esta Comissão, nós teríamos condições de avançar na apuração do objetivo principal da nossa Comissão, que é o da compra de votos para aprovação de matérias de interesse do Governo.

No momento, porém, em que V. S<sup>a</sup> oferece esses documentos, que esperamos completos, já na sala ao lado, abre-se um novo capítulo desse drama, com revelações inteiramente novas que envolvem também o nome de V. S<sup>a</sup>.

Daí por que desejo, em nome da Comissão, fazer as seguintes perguntas: Sr. Marcos Valério, os documentos que V. S<sup>a</sup> acaba de entregar são mesmo todos os documentos referentes à movimentação de suas contas no que diz respeito a pagamentos feitos a parlamentares, seja diretamente ou por intermédio de outras pessoas? São todos os documentos de que V. S<sup>a</sup> dispõe?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São todos os documentos de que disponho, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. S<sup>a</sup> assume, então, perante esta Comissão, o compromisso de que realmente não tem mais nenhuma revelação a fazer no que diz respeito ao seu relacionamento com deputados diretamente e com intermediários de deputados, com chefes de partidos ou com intermediários de chefes de partidos? Tudo o que havia em seu poder em matéria de documentos V. S<sup>a</sup> acaba de entregar à Comissão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acabo de entregar todos os documentos. Já sobre aquilo que não foi documentado, eu presto os devidos esclarecimentos, uma vez que muito foi entregue em dinheiro, mas muitas vezes não se obteve recibo, como já foi aqui colocado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sim, isso ficou claro. Deixo patente perante todos que nos ouvem que eventualmente podemos voltar a pedir esclarecimentos ao senhor a respeito de fatos que venham a ser comunicados a esta Comissão e que não dizem respeito a essa documentação.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estarei disponível.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, o Sr. Duda Mendonça acaba de declarar na CPMI dos Correios que abriu uma conta no exterior, através da qual se fazia pagar pelos serviços que prestava à campanha do Presidente Lula, por determinação e orientação do senhor. As declarações do Sr. Duda Mendonça são verdadeiras?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – As declarações do Sr. Duda Mendonça são, em parte, verdadeiras. Primeiro: quem autorizou o pagamento do Sr. Duda Mendonça foi o Sr. Delúbio Soares. Foi a primeira vez que ouvi o nome Duda Mendonça. Era para eu pagar ao Sr. Duda Mendonça R\$15,5 milhões – estou sem a lista aqui –, e esse contato foi feito

com a D. Zilmar. O primeiro contato aconteceu no hotel em São Paulo, com a presença do Sr. Delúbio. Depois, ela foi a Belo Horizonte, esteve na minha agência, eu a encontrei em Brasília algumas vezes, fui à agência Duda Mendonça, que fica no prédio atrás do hotel. O pagamento foi autorizado pelo Dr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É verdade que o pacote de publicidade fechado com o Sr. Duda Mendonça atingia a cifra de R\$25 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Essa informação eu não sei. A única informação que tive foi: “Pagar o Sr. Duda Mendonça”. Foi a única coisa que soube que era para fazer, o pagamento do Duda Mendonça, nesse valor estabelecido pela direção do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor foi procurado, por sugestão da sócia do Sr. Duda Mendonça, D. Zilmar, e do Sr. Delúbio, a fim de resolver o problema do pagamento do Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, fui procurado pelo Sr. Delúbio Soares, que me deu a incumbência de pagar o Sr. Duda Mendonça, e o contato foi feito via Zilmar numa reunião no hotel, com a presença do Sr. Delúbio Soares. E, aí, começaram a ocorrer vários outros encontros para pagamentos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nas declarações do Sr. Duda Mendonça consta que muitos desses pagamentos foram feitos em espécie, em volume de dinheiro em espécie. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade. Alguns foram feitos em São Paulo, sim, alguns.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E esses recursos, Sr. Marcos Valério, eles derivavam exclusivamente das possibilidades financeiras da SMP&B?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eles derivavam exclusivamente, de acordo com a documentação que estou passando, de financiamentos que foram tomados nos bancos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora peço ao senhor que seja bem claro.

Estava estabelecido para nós, segundo as declarações que o senhor prestou no primeiro depoimento, que o empréstimo feito pelo senhor para servir ao PT no Banco Rural era para pagamento de dívidas de campanha de parlamentares e não do PT como um todo. O senhor acrescenta agora que esse dinheiro que o senhor sacou no Banco Rural, tendo como garantia as assinaturas do Sr. Delúbio Soares e do Sr. José Genoíno, se destinavam a pagar parlamentares, seja

diretamente ou através de intermediários, e para pagar também as contas do Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, é importante que a gente deixe bem claro: o financiamento do partido, onde consta a minha assinatura e as do Dr. José Genoíno e do Dr. Delúbio, é um financiamento oficial, foi tomado pelo partido. Eu não sei o que o partido fez com o dinheiro. O financiamento que eu tomei no Banco Rural e no Banco BMG, na listagem primeira que eu apresentei, aparece o Sr. Duda Mendonça. E ali eu deixei claro que esses 15,5, se não me engano, foram passados à D. Zilmar através do consultor financeiro que ela indicou.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas a Srª Zilmar afirma que quem deu orientação para abertura da conta no exterior foi o senhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo respeito, Sr. Relator, estou tentando ser muito político na minha resposta para não ferir nenhum...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, o senhor deve... Vou lhe fazer um apelo: o senhor pode abrir as suas declarações...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com todo o respeito, o Sr. Duda Mendonça tem 61 anos de idade, é empresário há muitos anos. Eu não obrigaria ninguém a abrir uma conta no exterior e eu também... Se eu saquei tanto dinheiro da minha conta, como está provado pela CPMI, para que eu iria obrigá-lo a abrir uma conta no exterior e remeter dinheiro para o exterior? Não tem sentido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

O senhor, então, não tem qualquer ligação com a conta aberta no valor de R\$10 milhões nas Bahamas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Relator, se a conta for minha – dou por escrito novamente aqui –, trago o dinheiro de volta.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estou perguntando apenas se o senhor tem conhecimento, se o senhor não tem conhecimento, se o senhor está envolvido ou não envolvido.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, nenhum. A conta não é minha. Eu não tenho nenhum dado dessa conta. Eu sabia realmente que a conta era dele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Segundo o Sr. Duda Mendonça, essa conta teria sido aberta nas Bahamas por orientação do Banco de Boston, e D. Zilmar Fernandes diz que a conta no Banco de Boston foi sugerida, ou orientada, ou dirigida pelo senhor. Eu não posso usar o termo preciso, porque essas informações são recentes, colhidas ainda quentes, e ainda vão ser objeto de análise por parte

das comissões – provavelmente, teremos que pedir ao Sr. Presidente o seu retorno a esta Comissão. A minha inquirição é defeituosa, porque ela é feita sobre pontos culminantes do depoimento, mas não houve tempo material para descer às diversas minudências que ele contém.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Bom, Banco de Boston, né?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Banco de Boston.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tenho conta no Banco de Boston, a minha esposa também tem conta no Banco de Boston – está claro aí –, no Brasil. Eu não tenho nenhum conhecimento e, com toda a sinceridade, estou sendo muito franco aqui...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E deve ser.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho poderes para abrir uma conta no Banco de Boston e indicar alguém para abrir uma conta no Banco de Boston.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu vou fazer uma nova pergunta ao senhor, extraída do depoimento do Sr. Duda Mendonça, até onde pude ouvir no rádio, com a maior atenção. Tanto Duda como D. Zilmar indicam não só a conta mas também o nome da pessoa por meio de quem o dinheiro deveria ser transferido. Agora peço-lhe atenção. “A pessoa, segundo Valério, se chamaria Jader”. O senhor tem conhecimento desse fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho, e até foi indicado por ela. A pessoa, o consultor financeiro foi indicado por ela. Os cheques foram passados – se não me engano, são vinte cheques –, e foram passados por orientação dela para esse consultor. Vocês vão encontrar um fax... Todas as vezes que esse consultor sacava nas minhas contas, ele mandava um documento confirmando as transferências para a conta do Sr. Duda Mendonça. O consultor era dela. Era o recibo que eu tinha para provar para o PT que o dinheiro não tinha ficado comigo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o Sr. Duda Mendonça afirma que ele recebia, através da conta aberta nas Bahamas, o dinheiro que era remetido pelo senhor. Peço-lhe o obséquio de apreciar essa pergunta e respondê-la.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem apresentou o número da conta das Bahamas foi o Sr. Duda Mendonça, para o consultor dele, e eu tive acesso a essa conta porque eu precisava de comprovantes para mostrar que o dinheiro não

ficou na minha mão. Eu não mandei remeter dinheiro para o Sr. Duda Mendonça.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor não remeteu dinheiro para essa conta, para o Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não remeti. Quem remeteu esse dinheiro foi o consultor que a D. Zilmar indicou.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como é que o senhor tomou conhecimento dessa operação se o senhor não fazia parte dela?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu tomei conhecimento porque o pedido para remeter para fora foi dele, foi da D. Zilmar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não fazia as remessas diretamente para a conta nas Bahamas, mas fornecia o dinheiro para a D. Zilmar fazer a remessa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor era um remetente indireto. O senhor tinha conhecimento do que estava acontecendo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tinha conhecimento. Eu passei para um assessor dela, que ela chamou, um consultor financeiro, e eu tinha conhecimento de que o dinheiro ia para a conta dele lá fora sim. Não minto não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A D. Zilmar podia fazer a remessa com o conhecimento do senhor, mas o dinheiro era parte daquele que o senhor sacou no Banco Rural em Minas Gerais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Era parte dos cheques que eu passei para ela, do Banco Rural, vinte cheques. E esses cheques foram passados para esse consultor. Esse consultor é que sacava o dinheiro e remetia para fora.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, o senhor é um homem com vasta experiência no mercado, um homem de altos negócios. O senhor poderia esclarecer à Comissão o motivo pelo qual, sendo legítima a origem do dinheiro, posto que este derivava de empréstimo que o senhor fez no Banco Rural, por que motivo se traçou esse complicado caminho pelo qual o resgate da dívida ia ser feito lá nas Bahamas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É uma das perguntas também que eu gostaria... Nós temos que ser muito francos. Um: eu já saquei tanto dinheiro nas minhas contas, que sacar mais esse recurso, de acordo com o que estava lá, não ia fazer diferença. Lógico que eu não sei o motivo por



que ele remeteu o dinheiro dele lá para fora. O dinheiro era dele, era do trabalho dele. Eu não sei por que ele remeteu lá para fora. Realmente não sei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso significa que o senhor deseja estabelecer a sua responsabilidade dentro dos seguintes limites: o dinheiro era seu, fruto de empréstimos que o senhor fez...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Havia necessidade de pagar ao Sr. Duda Mendonça despesas de campanha que ele fazia para o PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu creio que sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor pegava esse dinheiro e entregava à D. Zilmar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Entreguei cheques.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Cheques, 22 cheques.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, 22.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Numerados?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, é.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tomei conhecimento disso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está lançado na contabilidade...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E esse dinheiro era remetido pela D. Zilmar para uma conta nas Bahamas, conta essa que abastecia o Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Ela usou um consultor financeiro chamado Jader.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Na campanha... na propaganda da campanha eleitoral?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, para remeter esse recurso dela.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não. Esse dinheiro era gasto na campanha eleitoral?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei se era campanha eleitoral. A ordem que eu recebi foi para pagar o Sr. Duda Mendonça, e assim eu procedi.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não lhe causou temor o fato de estar se envolvendo em um crime de extravio de divisas, posto que é claro

que essa remessa de dinheiro para as Bahamas configura esse tipo de ação delituosa?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim... Mas o dinheiro não era meu. O dinheiro, volto a falar, o empréstimo era do PT. O dinheiro não era meu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, desculpe. Eu não devo estabelecer controvérsia.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu entendi. Eu entendi.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor deve ter toda a liberdade para prestar declarações.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu entendi a sua colocação, e o senhor está certo. É mais uma que a gente tem que pôr no currículo, mais uma... E eu recebi a autorização para pagar. O dinheiro, para mim, era do PT, e eu paguei, como eu paguei as coisas do PT que, se eu tivesse que fazer aqui agora, eu não teria pago.

Aí, a D. Zilmar apresentou esse consultor financeiro. Foi feito através dele. A única coisa que eu não queria é que parecesse que eu tinha pego dinheiro do PT e colocado no bolso. Aí, eu pedi os comprovantes. E os comprovantes eu apresentei para o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Segundo o Sr. Duda Mendonça, há também transações, circulação de parte desses recursos no Banco Rural, Europa e Banco de Israel. Ele diz que a SMP&B enviou fax confirmando depósitos e repassou documentos aos parlamentares da Comissão. O senhor repassou esses documentos neste pacote que nos entregou agora?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, mas posso passar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor acabou de dizer que passou todos os documentos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos, mas esse eu não passei. Mas posso passar, porque tenho cópia desse documento. Eu dou autenticidade ao documento que ele passou, é verdade. Não estou aqui negando o documento do Sr. Duda Mendonça não. Agora Banco Rural, Europa, eu não tenho conta; Banco de Israel, eu não tenho conta. Isso tem de ser perguntado ao consultor dela.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, eu devo ter pelo senhor o maior respeito. O senhor não só é um indiciado, mas também, depondo perante esta Comissão, o senhor se transforma em um colaborador, um oficial colaborador para a

apuração da verdade. Mas permita-me lhe dizer uma coisa: os seus arquivos parecem inesgotáveis. A cada situação nova que se cria, o senhor tem um novo pacote de documentos para esclarecer aquilo que veio à tona. Quanto a essa questão da conta das Bahamas, nem o Sr. Duda Mendonça até agora explicou satisfatoriamente isso à CPMI dos Correios nem acredito que o senhor tenha explicado isso satisfatoriamente a esta Comissão.

O que desejamos saber é o seguinte. Queremos saber: se era lícito o objeto – pagamento de contas de publicidade –, se o dinheiro tinha origem legal – empréstimo feito pelo senhor ao SMP&B –, por que razão esse dinheiro percorreu esse circuito, que envolve evasão de divisas, para ir concretizar-se num pagamento nas Bahamas? Essa é a questão que desejamos esclarecer.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ok. À contabilidade eu lancei todos os cheques. Os documentos vão estar disponíveis. Como é um lançamento contábil, aparecem os cheques que dei para a D. Zilmar. Os documentos vão estar disponíveis para a CPMI à hora que ela quiser lá dentro das minhas empresas. O porquê de ela ter lançado o dinheiro para fora? Com toda sinceridade, eu não sei. O dinheiro era dela, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Agora eu vou fazer uma pergunta para o senhor que eu reputo da maior importância.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Todas as investigações até agora feitas levavam à conclusão de que as despesas todas ocorreram a partir da posse do Presidente da República. Perguntei diretamente ao Sr. Delúbio Soares, na audiência anterior, se ele havia utilizado recursos para empréstimos ao Sr. Delúbio Soares para custear a festa da posse ou para custear despesas da Comissão de Transição. S. Sª disse que não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Eu repito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Todos os seus negócios, sejam com quem for, no que digam respeito a publicidade com agências do Governo Federal ou com partido político, o senhor confirma que foram feitos para custear despesas pós 1º de janeiro de 2003, data da posse do Presidente da República?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza é de 2003.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Acontece que, segundo apuração feita por mim nas

declarações do Sr. Duda Mendonça ouvidas pelo rádio, 11 milhões dessas contas eram débitos da campanha eleitoral para a Presidência da República. E o dinheiro enviado para as Bahamas, segundo as notas tomadas, mas ainda sujeitas à averiguação –, quero deixar bem claro que nada há de definitivo nesta pergunta, mas apenas há uma tentativa de esclarecimento –, segundo essas notas tomadas do próprio Sr. Duda Mendonça, parte do dinheiro que o senhor entregou à Srª Zilmar, para que ela remetesse às Bahamas, se destinava a pagar R\$11 milhões, que era débito da campanha eleitoral para a presidência da República. O senhor confirma ou nega essa informação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não posso nem confirmar, nem negar e vou explicar por quê. A única coisa que recebi do Sr. Delúbio foi a autorização para pagar o Sr. Duda Mendonça. E foi a isso que procedi. Agora, se for de 2002 ou de 2003, é o próprio Sr. Duda Mendonça que vai ter que explicar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer, o senhor, ao efetuar o pagamento dos débitos contraídos com o Sr. Duda Mendonça, não sabia, nem pode agora afirmar se eles eram decorrentes de débitos anteriores ou posteriores a 2003. É essa a sua resposta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não posso. É essa, sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tem condições de precisar isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não tenho.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, é possível que o Sr. Marcos Valério seja objeto de novas inquirições nesta Comissão, porque, como afirmei, esta é uma inquirição parcialíssima. Foi-me impossível descer às minudências, às comparações dos dados oferecidos pelo Sr. Duda Mendonça, por mais que eu procurasse ouvi-las.

Suspendo aqui a minha inquirição, ressaltando a necessidade de voltar a ela e, não desejando tomar mais tempo do indiciado e dos senhores membros da Comissão, agradeço a atenção com que o senhor respondeu as perguntas e a paciência dos membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há 26 inscritos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Qual será o tempo, Sr. Presidente? Cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou agora estabelecer isso com V. Exªs.

Esta reunião foi ocasional. Foi uma situação atípica, realmente incidental. Como já expliquei e vou

explicar aos demais parlamentares que aqui estão, tínhamos combinado que era para ser feita, pela parte da manhã, a entrega dos disquetes de parte da contabilidade – ainda será enviada parte dela – das empresas do Sr. Marcos Valério. Marquei porque tivemos aqueles problemas pela manhã, de não chegarmos, a tempo, à solução tempestiva que queríamos. Foi casual a suspensão e o reinício dos trabalhos. E aí marquei que, no início, viesse aqui. Não quis recebê-lo sozinho para dar a toda a Comissão o conhecimento. Como chegaram alguns membros, por que não ouvir alguns esclarecimentos? Submeti ao Plenário, e isso foi acordado unanimemente. Ele, então, está aqui numa situação, como disse, atípica, prestando informações. É claro que isso não muda sua condição de acusado e, é óbvio, ele tem os direitos inerentes a essa posição processual.

De qualquer maneira, teríamos que ouvir uns poucos... porque ele também se dispôs a ficar um certo tempo; depois dilatou, agora no início, e poderia ficar mais tempo. Mas, inicialmente, seriam duas horas apenas.

**O SR.** (Orador não identificado) – Quando vencem as duas horas, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda falta um tempo.

**O SR.** (Orador não identificado) – Acho que cinco minutos está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou fazer uma proposta um pouco diferente. A rigor, o Regimento, nessas circunstâncias, nos daria um tempo de três minutos, mas vou estabelecer cinco minutos e pedir que comecemos a contar o tempo a partir da inquirição, se o Sr. Marcos Valério concordar. São 17 horas e 20 minutos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não tem problema. Podem perguntar à vontade. Estou aqui para responder a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vamos até as 19 horas e 30 minutos.

Há uma lista de inscrição. Vou logo conceder pelo prazo de cinco minutos. Peço que sejam objetivos, evitem os discursos e façam perguntas objetivas. E, certamente, faço um apelo também ao depoente que responda da maneira mais objetiva possível. Não é preciso contar histórias, porque as histórias já sabemos – muitas delas.

Concedo a palavra ao primeiro Parlamentar inscrito, Deputado Júlio Redecker, por cinco minutos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Agradeço ao Presidente que acatou a nossa sugestão de perguntar ao Sr. Marcos Valério se ele se disporia a

fazer uma participação com respostas, em função do depoimento do publicitário Duda Mendonça.

Em primeiro lugar, estou com um “cabo”, ou seja, uma transferência de dinheiro que foi realizada para uma conta nas Ilhas Cayman, que é Düsseldorf Company Ltda.

Em cima, com letra escrita à mão, está escrito “de Jader à atenção da Geiza”. Esse Jader, o senhor disse que é consultor financeiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Justo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Lá no Rio Grande do Sul, a gente chama de doleiro. O Sr. Davi, o Sr. Lara, o Sr. Francisco Novaes trabalhavam como “mula”, ou seja, eles eram os intermediários para buscar e levar o dinheiro para esse Sr. Jader?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eles eram as pessoas que sacavam dinheiro nas contas para o Sr. Jader.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não para o senhor, para o Sr. Jader.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para o Sr. Jader.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, eles atuavam para o doleiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para o Sr. Jader.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É uma coisa que me estranha. Duda Mendonça – aqui há algumas considerações rápidas – e sua sócia afirmaram que foram publicitários do Presidente Lula e que Delúbio e o PT não pagaram diversas dívidas de publicidade da campanha presidencial de 2002. Para acertar as contas com os publicitários, Delúbio e o PT...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos pouco tempo. Vou pedir a todos os presentes que façam silêncio; senão, haverá um prejuízo considerável no depoimento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Para acertar as contas com os publicitários, Delúbio e o PT lhe determinaram, segundo Duda Mendonça, que abrissem... Diz aqui “Delúbio, o PT e Marcos Valério determinaram que os dois publicitários deveriam abrir uma conta no exterior”. Verdade ou mentira do Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Mentira.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Cabe-me dificilmente acreditar que o senhor seria...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Posso olhar o documento?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu lhe passo o documento. Acho que há uma cópia aí.

Mas cabe-me acreditar que é impossível alguém obrigar outro a abrir uma conta no exterior, se “o senhor repassou o dinheiro para a Srª Zilmar, que pegou os “mulas” desse doleiro para repassar o dinheiro para o exterior”. Quer dizer, se o dinheiro já estava na mão dela, jamais teria ela que fazer essa transferência para o exterior. Se alguém tinha vontade de receber esse dinheiro no exterior, era o Sr. Duda Mendonça. O senhor concorda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Concordo plenamente e confirmo o documento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, nessa conta no exterior, foram recebidos valores em moeda estrangeira que podem chegar – há que se mensurar isso – ou em muito ultrapassar os R\$20 milhões, o que sepulta a tese ou mesmo dá noção de que haja outros que depositaram valores superiores para o PT acima dos R\$55 milhões a que o senhor se refere. Não estou dizendo que o senhor depositou. Mas pode haver outros depositantes. Não pode?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza, pode ter.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Nesse caso do Sr. Duda Mendonça, há confissão de diversos crimes em co-autoria, Sr. Marcos Valério – o seu advogado está ao lado –, envolvendo Duda Mendonça, Zilmar, o PT, Delúbio, Marcos Valério e o beneficiário principal, que é o Presidente Lula. O pagamento feito, segundo Duda Mendonça, era para sua campanha, para dívida de campanha presidencial do Presidente Lula. Aí, há crime contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a ordem tributária e de lavagem de dinheiro. O senhor está ciente disso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estou tomando ciência disso, sim, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Confirmou ainda o Sr. Duda que não havia utilizado esse procedimento antes da campanha vitoriosa do por enquanto Presidente Lula. Segundo ele, por exemplo, não utilizou na campanha mineira de 1998 e nunca havia possuído conta no exterior. Quero dizer que duvido que uma pessoa que tenha possibilidade de receber o dinheiro aqui, exigir recibo, faça com que se proceda a um “cabo”, por intermédio de doleiro, para mandar dinheiro para o exterior. Nesse ponto, concordo com o Sr. Marcos Valério nas suas assertivas.

Outra coisa que me chama atenção, Sr. Marcos Valério... Farei algumas perguntas. Agradeço ao seu advogado, Paulo Sérgio, pelo fato ocorrido ontem, quando saímos daqui, pela madrugada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não deu lista nenhuma ao Deputado Paulo Pimenta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor deu carona para o Deputado Paulo Pimenta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Uma pergunta que vieram me fazer e para a qual não tenho a resposta, porque não segui o seu carro, não acompanhei, só (?) partida. Não foram para a casa de José Dirceu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Eu peguei um carro depois do depoimento. Aluguei um carro na Localiza; depois, troquei, peguei um carro da Localiza e fui de carro para Belo Horizonte.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor diz que pagou “n” coisas do PT. O senhor pagou também contas de pessoas do PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não, senhor. Tudo o que paguei do PT está ali. Também não posso garantir ao senhor o que foi feito com o dinheiro destinado ao PT nacional.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Se o senhor tivesse que sair daqui neste momento para fazer uma acareação com o Sr. Duda Mendonça, o senhor toparia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu faria.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, quero recomendar ou solicitar à Mesa que entre em contato com a Presidência, com a Mesa da outra CPMI a fim de aproveitarmos essa oportunidade única e fazermos uma acareação neste momento, por economia processual e a bem dos serviços e dos esclarecimentos de ambas as CPMIs. Essa a sugestão que trago à Mesa, uma vez que há concordância do Sr. Marcos Valério.

Quero parabenizar o Sr. Marcos Valério pela coragem de enfrentar os fatos.

Pediria ao nosso Presidente que procedesse dessa maneira.

Muito obrigado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou conceder pela ordem. Não vou porque nós o fizemos numa situação excepcional. Todos estão aqui inscritos. Eu chamo o segundo Parlamentar inscrito, o Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Darcísio Perondi tem um compromisso e me pediu para falar antes de mim se for possível. Então, ele poderia agora e eu falaria depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

Então, passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Marcos Valério, qual a sua versão sobre os pagamentos efetuados pela sua empresa ao Sr. Duda, nas Bahamas? O senhor sabia...?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, sabia, a partir do ponto em que pedi os comprovantes das remessas para fazer prestação de contas ao PT.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor tem conhecimento de que o Sr. Henrique Meirelles deu orientação para abertura de contas no Banco de Boston para Duda receber?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não tenho esse tipo de conhecimento.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Está bom.

Qual a sua relação com as empresas nos paraísos fiscais?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhuma.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor já respondeu.

Vou repetir o que lhe perguntei há dois dias. Duda Mendonça lhe prestou serviços?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Nenhum serviço.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Nenhum serviço.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor pagou ao Duda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Paguei ao Duda.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Quem lhe mandou pagar pelos serviços não prestados

ao Sr. Duda? Quem mandou o senhor pagar serviços não prestados ao Sr. Duda?

Atenção, Sr. Relator!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Delúbio Soares.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Delúbio Soares. Sempre o Delúbio.

O senhor passou o dinheiro ao Sr. Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, no primeiro semestre de 2003, para pagar empréstimo do Presidente Lula ao PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Nunca.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Nunca.

Sr. Presidente, nós precisamos convocar o Presidente Lula; precisamos convocar o Sr. José Dirceu; precisamos convocar Delúbio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há competência para convocar o Presidente.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – A minha tese continua a mesma: é o triângulo da corrupção, montada para assaltar o Estado brasileiro. Lula, numa ponta; Valério e Delúbio, na outra ponta, como operadores. José Dirceu, Gushiken e Genoíno precisam vir aqui para nos explicar.

E quero, para encerrar, não vou usar o meu tempo porque estou enojado, indignado e revoltado com o que ouvi aqui de novo e com o que ouvi na outra CPMI dos Correios, quando o Duda Mendonça aqui veio. É triste a situação pela qual o Brasil está passando e o que está vendo depois dos depoimentos desses dois senhores Marcos Valério e Duda Mendonça. O PT deve pedir para se extinguir, para o Tribunal Superior Eleitoral não extinguir-lo. E o Presidente Lula deve pedir perdão aos brasileiros com a máxima urgência.

Muito obrigado pela oportunidade.

Cedo o meu tempo para o Deputado Devanir, se assim o desejar, para defender o seu Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria de esclarecer o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> falou, inclusive, em requerer a presença do Presidente. Esta Comissão não tem competência para tanto, não pode. Quero desde logo deixar claro para nem precisar arquivar, caso seja formulado requerimento dessa natureza.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, regimentalmente, o Deputado Perondi era suplente. Se o Deputado Devanir cedeu o tempo dele...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nós adotamos hoje, excepcionalmente, a ordem de inscrição. Hoje foi assim porque era uma situação excepcional e foi no início assim definido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ver a questão de ordem de V. Exª. V. Exª quer corrigir o andamento dos trabalhos; há algo em que estamos ofendendo o Regimento. Se V. Exª quiser levantar nessa linha, eu aceito.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O art. 403, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O art. 403 é uma questão de ordem e V. Exª, então, cite exatamente qual o artigo que estamos infringindo em termos de questão de ordem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem no sentido da fala do Deputado Júlio Redecker, que fez uma colocação para ...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há questão de ordem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª decidisse sobre isso, para uma questão de economia processual, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há questão de ordem, não estamos requerendo nada. S. Exª fez um requerimento verbal, não veio à Mesa, de modo que eu não vou agora tomar nenhuma decisão a respeito de eventual encontro entre os dois depoentes. Não vou fazer acareação, a não ser que haja um requerimento escrito. Nesse caso, vou submetê-lo posteriormente à apreciação. Perfeito?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É porque quero dar a chance a V. Exª de também falar. Se eu não agir assim, V. Exª não poderá fazer as suas perguntas.

Concedo a palavra, então, ao Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Depoente Marcos Valério, tenho poucas perguntas a fazer. Soube, após o depoimento do Duda Mendonça aqui na sala ao lado, que o senhor tinha soltado uma nota à imprensa. É verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Procede.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Uma ou duas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Uma nota à imprensa.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor poderia nos dizer o teor, porque não tive tempo, no meu celular não veio.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou sintetizar a nota: nego peremptoriamente que eu tenha remetido dinheiro para a conta do Sr. Duda Mendonça para o exterior.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Estou fazendo essa pergunta porque como tem muito disse-que-disse nessa história toda, falaram-me que na segunda nota o senhor teria dito que estaria disposto a falar tudo. Assim como naquela pergunta, diga tudo e não negue nada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Porque essa agonia... Sou do Partido dos Trabalhadores, não sou dirigente do Partido, sou um simples Deputado Federal, mas essa agonia me mata também. O próprio Presidente da República pediu que apurem tudo. Sua Excelência pode mandar a Polícia Federal, os órgãos do Executivo, a Justiça por meio do Ministério da Justiça. Não pode mandar no Ministério Público, não pode mandar na Justiça, não pode mandar na CPMI. Mas o que queremos é apurar mesmo. Não temos problema. Há aqui um salto assim, isso pode ser até problema do passado, o nosso Partido pode ter falado demais e agora paga o troco, tem o troco. Mas vejo aqui, muitas vezes, o despreparo e até a forma de fazer as perguntas e de fazer essa investigação, embora eu não tenha queda para ser investigador.

Mas vejo da seguinte maneira: até agora, o senhor respondeu que não enviou dinheiro para ilha nenhuma. E, quando se falou em ilha, eu me lembrei da pasta rosa e pensei: pronto, já surgiu outra vez a pasta rosa, que vem à baila. Mas não é isso, ainda bem, pois é um escândalo a menos. Pensei: deve haver alguma novidade. Mas, pelo que estou vendo, não há novidade alguma. O senhor entregou os disquetes, e só falta o de uma empresa, a DNA, que está lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor não abriu conta e nem mandou ninguém abrir conta em lugar nenhum. O senhor já falou que só pagou com ordem do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Ninguém mandou...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor verificar, nós estamos discutindo a lista que eu apresentei.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – É a lista que nos foi apresentada.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estamos simplesmente discutindo o seguinte: para onde foi o dinheiro que apresentei na lista. Nós não estamos saindo daquela lista. Não existe nada...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Então, não temos novidade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não temos. E outra coisa: não existem grandes novidades, não. É aquilo ali. A contabilidade... Eu confirmei o documento e peço... Eu não trouxe documentos contábeis. Trouxe todos os lançamentos contábeis, que vão caracterizar o seguinte: cheque foi para cá, cheque foi para lá, de onde vieram os depósitos da minha conta, os clientes que depositaram, os fornecedores. Está tudo ali. Nós simplesmente estamos discutindo a lista do que foi pago. Não existe nada mais do que isso. O resto... A gente está discutindo aqui lista de 170 Deputados. Não existe nada disso. O que estamos discutindo, gente, é a lista que eu apresentei.

O Duda, num dado momento, negou que tinha recebido o dinheiro. Foi à imprensa, tudo, negou e tal. Agora, ele está confirmando que recebeu, porque a Polícia Federal apurou o nome de uma empresa. O **Correio Brasileiro** deu esse nome, a **Folha de S. Paulo** também deu esse nome. Aí ele vem a público e fala: não, agora eu recebi.

Gente, estamos simplesmente na lista que eu apresentei. Desculpa, Deputado.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Estou falando isso, porque, como me falaram, nada melhor do que confirmar com quem é o dono da nota, não é?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Entendi.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Digo o seguinte: já passei por vários problemas na minha vida também. Como já fui preso político, também fui interrogado. Fiquei de 40 a 50 dias sendo interrogado para ver se caía na contradição. Penso que V. S<sup>a</sup> não está caindo na contradição. Desde o primeiro discurso que fez aqui, está havendo uma seqüência.

Então, falo francamente: se não temos nada, Sr. Presidente... Acho que vamos aqui fazer mais discursos. Até aviso que parece que esta reunião não está sendo transmitida diretamente. Então, não adianta fazer muita pose. Não se está transmitindo a reunião diretamente não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Deputado, eu erreí...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Então, vamos gastar menos tempo, fazer menos discursos e ser mais objetivos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Deputado, eu só erreí no meu primeiro depoimento, em que eu menti.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> esgotou.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O resto – este depoimento e o outro anterior – é a pura expressão do que aconteceu.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Agradeço-lhe. Desculpe-me por ultrapassar dois segundos do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É que temos de ser rápidos.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, em troca com a Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, antes de mais nada...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Ideli está aqui?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Fiz uma permuta com S. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Mas a Senadora não está aqui.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Fiz permuta!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – S. Ex<sup>a</sup> não está aqui e não pode permutar, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ai meu Deus do céu!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ele está usurpando esse direito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, é V. Ex<sup>a</sup> que decide.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Se S. Ex<sup>a</sup> estivesse aqui e tivesse permitido a permuta, eu concordaria.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A Senadora sentou-se do meu lado, aqui, ainda há pouco, e se retirou da sala, porque fizemos uma...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, não aceito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> não tem o direito de mandar na Senadora!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quem manda é V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> se colocasse no seu lugar!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não posso chegar e dizer...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> não manda...

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª tem de suspender...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A Senadora Ideli não está aqui para dar o lugar para ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Isso é implicância comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou com a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então, decida.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou decidir, de acordo com os precedentes anteriores. A Senadora me falou que trocava. Eu quero só dizer isso a V. Exª. Assim eu procedi em outras oportunidades.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Se a Senadora falou, eu aceito, mas ele vir aqui usurpar não!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a palavra a V. Exª, Senador Sibá Machado. Este assunto está encerrado. Não vamos retomá-lo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só não aceito essa última palavra. Peço a V. Exª que a retire das notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Essa palavra é pesada, e eu gostaria que V. Exª a retirasse das notas taquigráficas. É só isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O que é pesado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Essa última palavra, não vou...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Que pesado nada!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Usurpador eu não aceito! Eu não estou usurpando nada! Estou no meu direito! V. Exª me respeite!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você que me respeite!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Exª me respeite! Você está querendo aparecer!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou suspender a reunião.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, é preciso suspender os dois e não a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A reunião está suspensa.

*(Suspende-se a reunião.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está reaberta a reunião.

Vou pedir calma. O que houve foi um incidente. Vou mandar retirar das notas taquigráficas a palavra “usurpador”, ainda que ela não seja agressiva ou anti-regimental, mas para que V. Exª não se sinta ofendido.

Está, pois, retirado.

Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, estamos trabalhando. Está todo mundo muito tenso aqui, e eu queria me centrar no meu trabalho.

Sr. Marcos Valério, farei uma única pergunta a V. Sª sobre um detalhe que me chamou muito a atenção ao confrontar o seu depoimento e o do Sr. Duda Mendonça, tanto ontem quanto agora. Ele deixou muito claro que V. Sª depositou o dinheiro na conta dele no exterior. A pergunta que faço, então, é: V. Sª depositou o dinheiro na conta dele no exterior ou V. Sª entregou o dinheiro na mão de alguém da empresa de Duda Mendonça, que depois efetuou esse pagamento?

Por favor, responda esta pergunta.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Respondo. Eu recebi autorização para pagar o Sr. Duda Mendonça. Foram feitos, se não me engano, 22 cheques, que foram entregues a um consultor que a Dª. Zilmar indicou, o Sr. Jader. E a conta onde foi depositado o dinheiro não fui eu que mandei o Sr. Duda Mendonça abrir.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então ele, o emissário do Sr. Duda Mendonça, pegou os cheques de V. Sª e efetuou o depósito. Não foi V. Sª que efetuou o depósito para ele. É isso que eu quero que fique claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É isso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É exatamente isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. E os comprovantes desses depósitos eu pedi que o consultor me remetesse.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, o que nos chega são os comprovantes do depósito efetuado?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O que garante, então, que V. Sª passou os cheques para ele.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passei os cheques para ele, e o comprovante eu pedi que passasse para a minha empresa a fim de eu prestar contas ao detentor do empréstimo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Na contabilidade que V. Sª traz a esta Comissão consta isso?



**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Constan os cheques que eu passei para os...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Já nesses disquetes de agosto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, com todos os cheques que eu passei, que estão no CD.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, não vou mais reproduzir o que o nosso Relator já fez. Faço, contudo, uma última consideração ainda dentro do meu tempo.

Quanto à acareação, eu gostaria que pudéssemos submeter um requerimento a quem interessar; porém, só vamos tratar disso em momento oportuno, quando houver uma reunião específica para tratar deste caso.

Encerro aqui. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, Dr. Marcelo Leonardo, advogado do depoente, quero indagar do Sr. Marcos Valério se ele se disporia a fazer uma acareação com o Sr. Duda Mendonça.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Já disse que sim. Na hora que for marcada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – No seu primeiro depoimento, V. S<sup>a</sup> já admitiu que faltou com a verdade. A partir do segundo depoimento, trouxe algumas informações positivas, inclusive um dos relatórios em que aponta que o Sr. Duda Mendonça teria recebido R\$15,5 milhões. Este documento, no primeiro momento, foi questionado, mas, posteriormente, foi confirmado. Então, esse dado lhe é favorável.

Agora, eu queria chamar a sua atenção para um detalhe: esses documentos que o Sr. Duda Mendonça entregou hoje aqui no Congresso Nacional – os fax do conjunto de pagamentos – foram enviados pelo fax da SMP&B, em 13 de junho de 2003. O outro fax é da SMP&B, divulgação em 04-8-03, da Standard Chartered. O outro fax também é da SMP&B, divulgação em 04/08/03, do Banco de Boston. O outro fax é de SMP&B, de 04 de agosto de 2003, e vários outros fax são da SMP&B.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então, se foi ele que fez a remessa para o exterior, por que o fax da remessa exterior sai da SMP&B para a empresa da Bahia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor vir aí, tem de Jader para Geisa. Primeiro, o seguinte: eu pedi os comprovantes e também remeti para ele para ver que havia o saque feito na minha conta dos cheques. Cada cheque que eles sacavam, eu mandava para o Sr. Delúbio e também para o Sr. Duda Mendonça.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, a pergunta é a seguinte, Marcos Valério: se quem fez o cabo para o exterior foi a mando do Duda e já estava na conta do Duda, por que a SMP&B tinha que mandar o comprovante do cabo para o Duda no fax da SMP&B?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quem mandou o fax foi o Sr. Jader para a SMP&B, a SMP&B repassou todos os .... Preste atenção, são 22 cheques. A hora em que eram sacados os 22 cheques, eu informava o saque dos cheques. Além de informar o saque dos cheques, eu mandava também essas...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Espera um pouquinho. O Relator já entendeu o que eu estou dizendo. Se você entregou o cheque para o Jader...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Hum, hum! É verdade!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – ... o Jader tinha que fazer o cabo para o exterior, para a conta do Duda...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – ... a SMP&B não tinha que mandar comprovante do cabo para Duda Mendonça.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Concordo com você, mas eu mandei. E mandei também para o Sr. Delúbio.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Bom, mandar para o Delúbio eu até entendo, porque você precisava provar que o dinheiro foi passado para o Duda, mas mandar da SMP&B para o Duda não tem lógica!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como também você vai ver, se quebrar o sigilo telefônico da SMP&B, a D. Zilmar ligando “n” vezes lá para confirmar os saques na minha conta.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não estou duvidando, eu não estou duvidando... Eu só não estou entendendo a lógica de o fax do cabo ter sido enviado da SMP&B para Duda Mendonça...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – ... Se você já tinha entregue o cheque para o consultor financeiro, Jader, indicado pela Zilmar, e ele tinha que fazer a operação, ele tinha que mandar para o Duda Mendonça, não você mandar para o Duda isso daqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu concordo com o senhor, Deputado. Mas o senhor também tem que entender que o Sr. Duda Mendonça e o Sr. Delúbio Soares tinham um acerto de contas. E eu tinha que tanto provar para o Sr. Duda Mendonça como para o Sr. Delúbio Soares que eu me livre do dinheiro. Estou sendo muito franco; estou sendo muito transparente com o senhor. O dinheiro saiu da minha conta.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O que me parece é o seguinte: quem mandou o dinheiro foi Marcos Valério, mas, para não ficar envolvido no crime de evasão de divisas, você está dizendo que não fez isso. Só que esse documento vai contra você, Marcos Valério. Esse documento é SMP&B mandando para DM9 Duda Mendonça & Associados LTDA, que foi feita a remessa para o exterior dos R\$15,5 milhões. Você quer ver isso aqui?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu já vi. Eu já comprovei a autenticidade do documento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então, esse fax é da SMP&B mandando para o Duda Mendonça.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu já comprovei a autenticidade; é verdade. Agora, quem remeteu o dinheiro para fora – vou deixar claro para o senhor –, quem escolheu o consultor financeiro não fui eu, porque, vamos ao português claro, muito tranquilo, eu saquei um volume muito grande de recursos na minha conta em dinheiro vivo, o.k.?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O.k.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como eu entreguei para ela em São Paulo e ela me pediu algum dinheiro...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Esse não é de São Paulo, esse é o outro, é o Banco de Boston...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu preciso contar a história para o senhor entender a lógica da coisa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Vamos lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Como eu entreguei algumas coisas em São Paulo em dinheiro, pois ela precisava de recur-

sos, ela me solicitou cheques para que ela remetesse também para a conta dela lá fora. Então, para mim, era independente se eu entregasse aqui em dinheiro vivo, porque eu não precisava remeter, eu não tenho motivo para remeter dinheiro para ela lá fora. O senhor está entendendo o que eu quero lhe falar? Porque quem já sacou o volume de dinheiro que eu já saquei na minha conta...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Algum crédito nessa confusão toda eu lhe dei. Eu só não entendo é porque a SMP&B passa o fax para Duda Mendonça do cabo que terceiro teria feito com o dinheiro que você deu. É só isso que eu não entendo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso é só comprovante... Para falar a verdade é o seguinte: existia uma contabilidade, e essa contabilidade era checada tanto com o Delúbio quanto por ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pelo prazo de cinco minutos apenas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, pergunto ao Dr. Marcos Valério: que outros documentos V. S<sup>a</sup> tem para repassar para esta CPMI, além dos que V. S<sup>a</sup> colocou? É importante que V. S<sup>a</sup> possa repassar o que tiver, porque é um elemento fundamental. Pergunto que outros documentos o senhor tem para repassar?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os documentos da DNA, e eu também tenho documentos contábeis, que estarão disponíveis, a partir de segunda-feira, o que a CPMI quiser olhar, tudo, nota fiscal...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nesse documento está também aquela relação que o senhor disse que repassou recursos e que o senhor tem, mas não teria o recibo também? Esse documento o senhor também está repassando?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Essa relação eu não posso nunca passar, porque eu não tenho comprovantes. E eu seria levião, se eu acusasse uma pessoa sem documento. Como eu tenho DOCs...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas o senhor tem certeza de que o senhor repassou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu passei... O senhor está falando da eleição de 98, é isso?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, é.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu passei para o Sr. Cláudio Mourão, que era Secretário de Administração, saiu da Secretaria de

Administração do Governo do Estado de Minas Gerais para ser o tesoureiro da...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. O senhor tem os comprovantes daquilo que o senhor repassou de remessas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tenho...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Todos eles?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De qual remessa o senhor está falando?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Das remessas que foram feitas...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para Deputados em 98?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Passei tudo para o Sr. Relator.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Está bem.

Pergunto o seguinte: o senhor confirmou que todo o dinheiro que o senhor repassou para diversas pessoas indicadas pelo Delúbio Soares foi fruto do empréstimo que a SMP&B fez junto aos bancos. É verdade isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É a pura verdade.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não houve nenhum outro recurso que foi de uma outra conta que o senhor conseguiu? Tudo isso foi em consequência daquele empréstimo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está comprovado no CD.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Uma outra coisa que eu queria perguntar: o Sr. Duda Mendonça, como foi dito, e a D<sup>a</sup> Zilmar negaram que tinham recebido dinheiro do senhor – no primeiro momento, negaram...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Hoje vieram aqui e disseram que foram o senhor e o Delúbio que pressionaram para que ele abrisse uma conta nas Bahamas. Por que o senhor acha que o Sr. Duda Mendonça está mudando essa posição? Por quê? É porque o senhor está nessa situação e, agora, todo mundo joga lama no senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Olha, eu vou ser muito franco com V. Ex<sup>a</sup>. Todos os repasses que eu fiz estão sendo comprovados. Todos os repasses, as pessoas, em um primeiro momento, negaram, e agora, em um segundo momento, as pessoas estão... Porque eu tinha alguns recibos. Não digo que eu tenha cem por cento dos recibos. E, segundo, eu fui usado – aí eu vou concordar com o

Sr. Roberto Jefferson – e cuspi do para fora. Então, é muito mais fácil acusar um empresário do que acusar um marketeiro igual ao Duda; acusar um mineiro lá de Belo Horizonte do que um marketeiro que tenha a competência que ele tem e a fama que ele tem. É mais fácil.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ontem o Sr. Cristiano Paz, que prestou depoimento...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E como é mais fácil também falar em “valerioduto” do que em “dirceuduto”, em “ptduto”. É muito mais fácil falar “valerioduto”.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. O senhor afirmou que tudo foi a pedido do Sr. Delúbio Soares. Então, o senhor não poderia usar isso aqui, como a imprensa está usando. Então, nós não usamos esse termo, mas foi uma denominação que a imprensa tomou com relação a esses recursos que o senhor encaminhou por meio do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. Com certeza.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Eu queria perguntar ao senhor. O Sr. Cristiano Paz diz o seguinte: que só sabia dos empréstimos que foram combinados, mas as outras coisas, ele era um homem que não tinha conhecimento, e o senhor é que sabia de tudo. O Sr. Cristiano está dizendo a verdade, quando diz que não sabia das coisas e que era um homem ausente da administração, e que administração e finanças eram só com o senhor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse episódio eu prefiro não comentar.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não precisa comentar. É porque pareceu, Sr. Marcos Valério, que ele, como disse, pensou: – Marcos Valério já está na rua, já está todo...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Emerdeado. Cheio de merda.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não é? Então vamos salvar a nossa empresa e vamos jogar tudo para ele. A impressão que ficou foi essa.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que efetivamente nós precisamos, a partir do depoimento do Sr. Duda Mendonça e de outros, fazer a acareação com o Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, nós talvez estejamos chegando, especialmente no dia de hoje, no ápice desta crise. Muita informação se produziu, pelo menos naquela fase que envolve informações, dados, contradições – muita informação.

Neste momento, Sr. Presidente, nós temos que ter serenidade, firmeza e velocidade na apuração dos fatos. No dia de hoje, estamos alcançando alguns desses objetivos. Está nesta Comissão o Sr. Marcos Valério e, do outro lado da sala, o Sr. Duda Mendonça. Alguns estão comemorando a crise. Acho que não há o que comemorar. A Nação brasileira está perplexa. Os nossos interesses pessoais e partidários estão subordinados aos interesses da Nação, do País, que quer que se apure tudo, e nós temos a responsabilidade de apurar tudo, ir à verdade. É uma tarefa difícil, mas estamos evoluindo nessa direção. Com essa firmeza, serenidade e velocidade, podemos escapar do que foi a CPMI do Banestado, que fez muito barulho, estabeleceu um clima de conflito e os resultados não apareceram. Temos que evitar isso. A Nação não aceitará que sejamos conduzidos nessa direção.

Por isso, Sr. Presidente, uma acareação entre o Sr. Duda Mendonça e o Sr. Marcos Valério é algo que temos que fazer no momento apropriado, cumprindo o Regimento da Comissão e da Casa e com as informações que pudermos obter, com as contradições que forem apresentadas a partir dos depoimentos que forem sendo colhidos, para que possamos efetivamente produzir os resultados que cheguem à verdade e os quais a Nação exige.

Feitas essas ponderações, Sr. Presidente, gostaria de fazer duas indagações ao Sr. Marcos Valério. Uma delas: quem é o Sr. Jader? V. Sª sabe de detalhes? Qual é o nome completo dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O nome completo, eu não sei. Mas o Sr. Jader é conhecido em Belo Horizonte como consultor financeiro. Mas o nome completo, eu não sei.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – A sua relação com ele dá-se apenas nesse episódio, ou já havia relação anterior, havia outros acertos, outros contatos anteriores a esse?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não. Só nesse episódio. A minha, pessoal, só nesse episódio.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Uma segunda indagação seria sobre a conta onde teriam sido depositados os recursos a favor do Sr. Duda Mendonça. V. Sª tem essa conta? Tem o número da conta? Acompanhava a movimentação dessa conta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Não acompanhava a movimentação dessa conta. Acompanhava as remessas que eram feitas para essa conta.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, considero necessário um aprofundamento sobre essa conta. Talvez requerermos as informações

a respeito desta conta. Se nesta conta existiu apenas a movimentação dos recursos que foram repassados pelo Sr. Marcos Valério ou se nesta conta existiram outras movimentações. Penso que seria necessário, se o Relator não adotar essa providência, no sentido de solicitar, que providenciássemos posteriormente requerimento a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já solicitamos, já quebramos o sigilo, estamos esperando que hoje tenhamos o acesso. Até vou designar no final uma comissão para ter acesso a todos esses dados das movimentações financeiras que estão sob sigilo bancário.

Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaia Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Valério, meu caro advogado, Sr. Leonardo, parabéns pelo dia de hoje.

Sr. Marcos Valério, o senhor é um homem difícil, é um homem perigoso. O senhor sabe que a última vez que esteve aqui o senhor derrubou o vice-presidente.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Qual?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O vice-presidente Paulo Pimenta acabou saindo porque andou com o senhor de carro.

O senhor é um homem sedutor. É um perigo! Mas o senhor é mineiro e, como todo mineiro, o senhor não fala muito, como fez o seu sócio ontem. Falam, mas não falam. O depoente de ontem foi um horror, não falou nada! Mas o senhor até que falou um pouco mais e hoje o senhor veio mais disposto. Estou achando que o senhor está mais vigoroso. O senhor falou em “peteoduto”.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Estou sempre disposto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – “Peteoduto”, gostei. “Dirceuoduto”... Essa coisa está ficando boa, porque a grande verdade que o senhor vai sentir um dia que o senhor poderia ser, mais ou menos o que o Roberto Jefferson fez, um homem para ajudar a deslindar Roberto Jefferson...O Duda Mendonça também. Mas o senhor tem todas as qualidades para um dia poder dizer tudo. Está em tempo ainda. O senhor já voltou hoje, já prestou mais esclarecimentos. Está ficando bom.

Na última vez em que esteve aqui, na terça-feira, o senhor falou algo um pouco baixo, e eu fui para casa pensando no que o senhor falou. Quando perguntei para V. Sª sobre a campanha de 2004, o senhor disse: “Não, eu não fiz, mas ajudei alguns candidatos a não serem candidatos. A gente colaborou com alguns can-

didatos em algumas cidades dos Estados brasileiros.” Eu queria que o senhor me explicasse mais um pouco isso. O senhor se lembra dessa sua frase?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Lembro e eu a confirmo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, explique-me um pouco. Tem algum exemplo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Osasco, São Bernardo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas aí o senhor ajudou o candidato do PT.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do PT.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E lugar que o senhor ajudou para que o candidato não fosse candidato? Como é que é essa história?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas aí não sou eu. Essa foi uma história que ouvi durante os repasses dos recursos. Mas também não sei especificar a cidade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor mandou dinheiro para alguns lugares, para algumas pessoas deixarem de ser candidatos.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É a história que ouvi. Agora, se a senhora me perguntar o local...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor não sabe nem o local?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não sei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou aqui que são 22 cheques. Aqui contei 1,2,3,4,5. Nessa relação só tem cinco cheques, que totalizam R\$15,5 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Na verdade, aqui globalizei tudo. Então, é do dia 24 de fevereiro ao dia 16 de abril. São vários cheques percorrendo esse período.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora, ouvi há pouco, lá no depoimento da Dª Zilmar, ela falando que foi buscar no banco R\$300 mil em dinheiro. Ainda perguntaram para ela: “Mas a senhora foi buscar em dinheiro? A senhora não ficou com medo?” Ela falou: “Não. Até que, na hora, levei um susto, mas me deram em dinheiro, eu precisava do dinheiro, corri o risco e levei o dinheiro para a rua, para casa.” Diz que, na outra vez que foi buscar o dinheiro, ela levou um segurança com ela. Então, que história é essa de ela buscar em dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu... eu vou falar o que sei. Vou falar o que combinei com ela. Ela me pediu um pouco de

dinheiro vivo em São Paulo, porque ela tinha de fazer alguns pagamentos. E isso eu procedi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que esse dinheiro, os R\$300 mil, não contam junto com os outros cheques?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não contam com esses cheques de R\$6 milhões.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso é outra coisa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É outra coisa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esse dinheiro foi extra?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não. Está aqui dentro dessa relação de R\$15,5 milhões.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Estão dentro dessa relação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor não prestou conta desse dinheiro aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Prestei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor põe assim: “em dinheiro vivo”?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Está na contabilidade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah! Está na contabilidade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Está no disquete tudo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É que isso aqui não está valendo mais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, está sim. Em termos globais, o dinheiro repassado para o Sr. Duda Mendonça foi R\$15,5 milhões. Esse foi o dinheiro repassado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Total?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esse é o dinheiro total que foi repassado para ele, uma parte aqui e a outra parte ele remeteu para o exterior.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esses cheques eram do Bank Boston ou do Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Banco Rural.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Banco Rural.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu vi algo sobre Bank Boston. Não é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não é verdade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – No Bank Boston está a sua conta particular.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A minha conta e a da minha esposa são no Bank Boston também, como são no Banco do Brasil e no Banco Alfa. Está tudo declarado ali.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está certo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Vou retomar, Sr. Marcos Valério, a questão levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que me parece importante até para entendermos o mecanismo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ok.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor disse que efetuou os pagamentos em cheque e que esses cheques foram entregues à Dona Zilmar ou a pessoas indicadas por ela.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – A pessoa indicada por ela seria o tal de Jader?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Então, o senhor entregava os cheques ao Jader, que, seguindo o senhor, era quem providenciava os saques.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os saques. Sim.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – A primeira pergunta: os saques eram feitos na boca do cofre ou eram descontados os cheques? O senhor tem condições de informar isso ou não?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deixa eu entender. O senhor quer saber...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Se ele retirava os cheques...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele retirava em espécie.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Ele ia, então, ao banco...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E retirava em espécie.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E retirava em espécie.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em espécie. Está registrado dentro do banco o nome das pessoas que tiraram os saques.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Muito bem. Quando isso era feito, a empresa do senhor, a SMPB, entrava em contato com o banco para que disponibilizasse os recursos? Porque o banco não tem todo esse dinheiro à disposição toda hora.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, com certeza. Eu também comuniquei ao banco os 22 cheques que eu dei.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Como era feita essa comunicação ao banco? Era uma comunicação verbal ou era uma comunicação por escrito?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Algumas comunicações eram via *e-mail* – já foi mandada para cá a documentação do Banco Rural – e outras comunicações eram verbais.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Insisto numa pergunta que fiz anteriormente ao senhor, quando depôs. Em momento algum, o senhor teve receio de que toda essa movimentação em dinheiro levasse a uma ação por parte do Coaf ou do Banco Central?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Para falar a verdade, eu também desconhecia um pouco...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Mas o senhor não sabia, como empresário, que, se o senhor desse um cheque acima de determinado valor, isso tinha que ser comunicado ao Banco Central e ao Coaf?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vou ser muito franco, Deputado. Para mim, era um empréstimo que eu estava fazendo para o PT.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Tudo bem. Por ser um empréstimo que fez ao PT, o senhor achava que o Coaf e o Banco Central não iam tomar providência?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se me perguntassem, eu ia falar do empréstimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Durante todo esse período, 2003 e 2004, o senhor nunca foi incomodado pelo Coaf ou pelo Banco Central? O senhor sabe se o Banco Rural foi incomodado? Alguém tomou essa providência?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei. Se eu falasse para o senhor que fui incomodado, eu estava mentindo para o senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Perfeito. Operou-se sacando na boca do cofre, no caixa

do banco quantias imensas em dinheiro, e o Coaf, pelo jeito, estava adormecido e não sabia que isso acontecia. Vamos deixar bem claro isso. Vamos ter que chamar aqui o responsável pelo Coaf e saber por que ele não tomou providências, bem como o Banco Central.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdade, Sr. Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Finalmente, quero voltar à questão dos faxes. O senhor disse que o Sr. Jader comunicava ao senhor...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor. É verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – ...que havia feito o saque e conseqüentemente a remessa. Aqui ele não fala de saque, mas de remessa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Vamos ser bem fiel aos fatos. Ele comunicava a remessa.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Ele comunicava a remessa.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E eu comunicava essa remessa ao Sr. Delúbio e, algumas vezes, a Dª Zilmar transmitia ao Delúbio que as remessas foram feitas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Então o senhor tinha plena consciência de que o Sr. Jader enviava o dinheiro para o exterior. Dinheiro que saía das suas contas e que ele enviava para o exterior.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza. Está aí o fax – não sei se é e-mail ou se é fax.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Quero deixar claro que isso o torna co-autor do crime de evasão de divisas.

Eu encerro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Infelizmente, eu sou responsável nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o momento que vivemos é de muita preocupação, de muita seriedade e de muita determinação de nossa parte. Nós estamos envolvidos no papel de investigadores, numa situação que deixa, com certeza, muito de nós perplexos. Ninguém imaginava que as coisas eram de tamanho vulto. No entanto, eu penso, Sr. Marcos Valério, que V. S<sup>a</sup> tem prestado uma contribuição importante para a elucidação dos fatos. Indago de V. S<sup>a</sup>: quando repassava os recursos para as pessoas, o senhor tinha conhecimento dos acordos que o Sr. Delúbio Soares fazia?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – De alguns acordos, eu tinha sim, senhor. Por exemplo, tive conhecimento de acordos para pagamento de dívidas de campanhas políticas de 2004; dívidas de campanha que viraram o ano de 2003 e foram escalonadas. Tive conhecimento dessas dívidas sim, senhor. Conversamos abertamente sobre isso.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Mas ele se referia sempre a dívidas de campanhas eleitorais.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sempre a dívidas de campanhas eleitorais e a dívidas dos diretórios que tinham saído de campanhas e estavam endividados.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – O senhor sabe dizer...

Sr. Presidente, pediria a ajuda de V. Ex<sup>a</sup> e a colaboração dos colegas.

Obrigado.

O senhor repassou em 2002 recursos para o Partido dos Trabalhadores?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Em 2002, não, Sr. Deputado.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Nem em algum tipo de esquema de caixa dois?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Não, senhor. Isso pode ser comprovado por meio dos disquetes.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – O que V. S<sup>a</sup> nos entrega hoje como documento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos os movimentos financeiros da SMP&B. Posso ler?

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Pode, por favor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e notas explicativas, dos exercícios de 2001 a 2004, da SMP&B Comunicação.

Informações sobre faturamento: receita operacional e lucro líquido das empresas SMP&B Comunicação, Grafitti Participações, 2S Participações e Solimões Ltda.

Extratos relativos às contas de empréstimo para o PT, Partido dos Trabalhadores: ficha Razão da SMP&B de 2003 a 2005; demonstração dos empréstimos bancários da SMP&B Comunicação; demonstrativo do movimento bancário de Marcos Valério Fernandes de Souza e Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza; um CD-ROM com os seguintes dados: Balancetes diários em razão da SMP&B Comunicação – 2001 a 2004.

- Balancetes diários em razão da 2S Participações – 2002 a 2004.
- Declarações anuais de ajustes à Receita Federal de Pessoas Físicas de Marcos Valério, do ano 2000 a 2005.
- Declarações anuais de ajustes à Receita Federal de Pessoas Físicas de Renilda Maria Santiago de 2000 a 2005.
- Movimentação bancária de Marcos Valério.
- Movimentação bancária de Renilda Maria Santiago.
- Informações sobre as empresas.
- Informações sobre os empréstimos bancários.
- Empréstimos ao PT – 2003 a 2005.
- Declarações anuais de ajustes à Receita Federal das Pessoas Jurídicas.

E fica faltando só da DNA que vai ser entregue na segunda-feira.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Por último aqui. Qual o volume de recursos que o senhor passou para as empresas do Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$15,5 milhões.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor já nos disse.

Quando o Sr. Delúbio informou ao senhor do volume de recursos que deveriam ser repassados às empresas do Sr. Duda Mendonça, ele lhe informou ou lhe disse qual era a dívida, qual era o tipo de acordo que ele teria firmado com o Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então o senhor disse aqui que sabia de alguns acordos, mas o acordo que o Delúbio tinha com o Sr. Duda Mendonça o senhor não sabe informar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não; sei que eram dívidas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor sabe que eram dívidas, mas oriundas de que campanha eleitoral, ou de que tipo de serviço prestado, o senhor não sabe informar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não sei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> apresentou uma planilha que repassou para a Sr<sup>a</sup> Zilmar R\$15,5 milhões, correto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Correto.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Desses R\$15,5 milhões que V. S<sup>a</sup> repassou para a Sr<sup>a</sup> Zilmar, ela afirmou na CPMI dos Correios que R\$10 milhões ela recebeu na conta lá fora e que recebeu uma parte do Sr. Delúbio e outra parte do Banco Rural pela sua empresa a SMP&B. Qual o valor real que a sua empresa repassou a Sr<sup>a</sup> Zilmar pelo Banco Rural e em quantas parcelas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que eu passei para Duda Mendonça e a Zilmar foram R\$15,5 milhões.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pelo Banco Rural em São Paulo, agência do Banco Rural em São Paulo, quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí tenho que verificar, senão eu fujo à realidade. Estou sem os documentos aqui. Mas vou dar por alto: uns três cheques, R\$900 mil, R\$1 milhão.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Justamente, ela confirma realmente esses valores, três cheques de R\$300 mil. Foram os únicos recursos que ela recebeu pela SMP&B, sendo esses recursos pago pelo Banco Rural, em dinheiro. E que os R\$10 milhões foram recebidos na conta aberta no exterior, nas Bahamas. Como V. S<sup>a</sup> repassou esses recursos para as Bahamas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu não passei recursos para as Bahamas, eu passei 22 cheques, se não me engano, de R\$300 mil. Recursos para as Bahamas eu não repassei não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas V. S<sup>a</sup> confirmou esse documento que foi apresentado a V. S<sup>a</sup> das transferências e que V. S<sup>a</sup> também confirmou que tinha conhecimento.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, é verdade, mas não fui eu que autorizei, não fui eu que...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas V. S<sup>a</sup> omitiu aqui esse dado, anteontem, quando lhe foi perguntado. V. S<sup>a</sup> afirmou a esta Comissão que não tinha conhecimento de nenhum recurso colocado no exterior.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Meu, pessoa física, não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Justamente. Nem de V. S<sup>a</sup> nem de outro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Tanto que assinei um documento para a Senadora Heloísa Helena, para o Presidente Amir Lando e para o Relator. Meu, pessoa física, não. Agora, eu declarei aqui que tinha pago ao Sr. Duda Mendonça,



e, para mim, consta pagamento ao Sr. Duda Mendonça de R\$15,5 milhões. Num primeiro momento, ele negou; depois, ele admitiu os pagamentos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, olha, Marcos Valério, o Sr. Roberto Jefferson resolveu falar a verdade, e vem-se comprovando tudo o que ele falou.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu também.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Sr. Duda Mendonça também decidiu falar a verdade e, hoje, disse a verdade na CPMI dos Correios. O que queríamos aqui era dar-lhe mais esta oportunidade, que V. S<sup>a</sup> está tendo, para dizer a verdade e contar tudo o que sabe. V. S<sup>a</sup>, ontem, omitiu o conhecimento dessa conta nas Bahamas. Hoje, V. S<sup>a</sup> confirma que conhecia essa conta. Mas, no último depoimento de V. S<sup>a</sup> aqui, V. S<sup>a</sup> omitiu esse dado importante para esta Comissão.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Deputado, com todo respeito, a conta não é minha. Eu declarei aqui, a esta CPMI, que paguei ao Sr. Duda Mendonça. Na primeira vez, ele deu uma entrevista e negou que eu tinha pago a ele. Quem falou a verdade fui eu. Eu falei a verdade, não faltei com a verdade. Depois, ele vem agora e fala que recebeu, confirmou o recebimento. Então, tudo que venho falando vem sendo confirmado. As pessoas vêm admitindo que receberam. Então, com todo respeito, Sr. Deputado, eu não faltei com a verdade. A conta não é minha. A conta é do Sr. Duda Mendonça.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quem orientou a abertura dessa conta nas Bahamas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não fui, eu não orientei ninguém, eu não tenho esse poder para orientar ninguém. O Duda Mendonça é um senhor que tem muito mais experiência empresarial do que eu, com 61 anos de idade. Eu não ia orientar ninguém a abrir uma conta no exterior.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quando V. S<sup>a</sup> tomou conhecimento da existência dessa conta?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A partir do ponto em que passei os 22 cheques para o consultor financeiro que a D. Zilmar indicou.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Esses 22 cheques totalizaram quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Os 22 cheques de R\$300 mil totalizam R\$6,6 milhões, se não me engano. São R\$6,6 milhões.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele confirmou que recebeu lá R\$10 milhões.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí tem que ver de onde ele recebeu o resto.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Os R\$3,4 milhões vieram de onde?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei. Aí tem que ver a conta dele.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> confirma, nesta Comissão, que só repassou R\$6,4 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Seis milhões e seiscentos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Seis milhões e seiscentos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É, é isso que eu passei; são os cheques que deixei lá.

Deixe-me falar: do total de R\$15 milhões, porque eu passei para ele R\$15,5 milhões. Está aqui na lista: R\$15,5 milhões. Do total de R\$15 milhões, o que foi remetido via esse consultor dela foram R\$6,6 milhões, mas passei para o Sr. Duda Mendonça e para a D. Zilmar R\$15,5 milhões. Está aqui na lista.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E, no Brasil, o senhor repassou quanto para Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O restante, o restante.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não. O senhor ou o Duda Mendonça está mentindo, está faltando com a verdade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu passei...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A Zilmar confirmou na Comissão que recebeu R\$3,8 milhões das mãos do Sr. Delúbio e três cheques de R\$300 mil no Banco Rural mais dois cheques de R\$150 mil no Banco Rural, vindos da SMP&B.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tenho de ser muito franco com o senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pois não.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu passei para o Sr. Duda Mendonça R\$15,5 milhões. É o que passei para o Sr. Duda Mendonça.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente, queria perguntar: quanto o senhor pagou ao Sr. Duda Mendonça pelo Banco Rural? Essa é a minha pergunta, e queria que V. S<sup>a</sup> fosse claro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quinze milhões e quinhentos mil reais.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pelo Banco Rural?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Pelo Banco Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – De São Paulo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, o Banco Rural em Belo Horizonte e São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No Banco Rural de São Paulo, o senhor pagou quanto?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se eu não me engano, são três cheques que ela sacou lá.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mais dois de R\$150 mil?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tenho que verificar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O que dá R\$1,2 milhão?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Um milhão e duzentos mil. Do total, em São Paulo, foi pouco o que foi pago. Foi também em Brasília...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Eu queria a compreensão...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O total que eu passei para o Sr. Duda Mendonça, para deixar claro aqui nesta Comissão: R\$15,5 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Não; eu não vou mais admitir.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente, e me reinscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Aqui não há “reinscrição”.

Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, vou dispensar o tratamento regimental ao Sr. Marcos Valério.

Queria perguntar a ele se esses R\$15,5 milhões, que ele entregou ao Sr. Duda Mendonça, referem-se a despesas feitas ou a serviços prestados na campanha do Presidente Lula, do PT, em 2002.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não sei precisar, Sr. Deputado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não sabe precisar, mas entregou ao Sr. Duda Mendonça R\$15 milhões...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – R\$15,5 milhões.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Ele recebeu esse dinheiro fora do País, segundo ele mesmo disse ainda há pouco, ali fora.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O que foi remetido tem os comprovantes.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Muito bem.

O senhor entregava o dinheiro para a sócia do Sr. Duda Mendonça. Confere?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confere. Entreguei sim, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Ela mandava para as Bahamas esse dinheiro.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; no caso do Sr. Jader, os cheques foram passados, a pedido dela, para esse seu consultor financeiro, e ele é que mandava sacar nas minhas contas. Ela é que...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Transferia para o exterior...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Isso, isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E, no exterior, pagava-se o Sr. Duda Mendonça?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei. A conta já era dele.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Será que esse dinheiro já não estava no exterior, antes de o senhor pagar ao Sr. Duda? Para que esse passeio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Também não entendo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Se quem recebia esse dinheiro, na origem, era a sócia do Sr. Duda, por que essa volta toda até esse dinheiro ser pago fora do País?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa pergunta. Também não sei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim, mas me responda!

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A única coisa que posso responder é que saíram efetivamente da minha R\$6,6 milhões – a única coisa, objetivamente, com sinceridade. São esses comprovantes aí.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor não sabe se o dinheiro foi para pagar a campanha do PT em 2002, nem sabe por que esse dinheiro chegava ao seu beneficiário final só no exterior?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; eu sei que o dinheiro tinha como beneficiário final o Sr. Duda Mendonça. Isso eu sei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – No exterior, segundo ele mesmo declarou?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim; segundo ele mesmo. E o que eu sei...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – R\$15 milhões?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não; eu mandei, por intermédio desse consultor, R\$6,6 milhões...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim, mas para D. Zilmar o senhor entregou o restante?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O restante.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor sabe, mais ou menos, a data em que...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu tenho todas as datas.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor tem todas as datas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. O senhor quer que eu...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não; eu quero apenas dizer, Sr. Marcos Valério, que fiquei até a meia-noite para ouvir o senhor mentir para mim. Isso é muito chato. Eu lhe perguntei se o senhor tinha pago ao Sr. Duda Mendonça algum valor correspondente à campanha, e o senhor, talvez pelo cansaço, ou pelo meu cansaço, respondeu candidamente “não”. Eu perguntei: “o senhor não pagou?” O senhor disse: “Não!”

Hoje, o Sr. Duda diz aqui, na sala ao lado, que recebeu, e o senhor acaba de me confirmar aquilo que o senhor me negou há poucos dias.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Perdão, Deputado, mas para o senhor eu não menti.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Ah, não mentiu?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E vou deixar, com todo respeito...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu posso estar tendo uma recaída de burrice aqui.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, senhor. Tanto que, na minha lista, aparece o pagamento ao Sr. Duda Mendonça – está escrito aqui: Zilmar (Duda Mendonça). Esse pagamento foi feito. Inclusive, está datada a lista aqui, com o dia em que emiti essa lista. Agora, declarar ao senhor que era referente à campanha 2002/2003 e tudo, Deputado, eu não poderia fazê-lo, porque eu não tinha esse conhecimento. Só isso. Eu não tinha esse conhecimento.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E por que esse dinheiro dava essa volta toda, chegava às Bahamas também não. O senhor não consegue me responder se esse dinheiro já estava lá, quando o Sr. Duda Mendonça resolveu cobrar o seu crédito com o PT?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A única coisa que posso lhe responder, com toda sinceridade – e é a pura verdade –, é que esse dinheiro saiu efetivamente das minhas contas – e isso pode ser comprovado pelo meu movimento bancário ali, com o extrato bancário. Saiu, com toda verdade, das minhas contas, e esse dinheiro, de acordo com os próprios comprovantes que me foram mandados e mandados também para a D. Zilmar e para o Sr. Delúbio Soares, foram para a conta deles lá fora. E quem mandou o consultor financeiro foi a D. Zilmar.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Olha, eu vou encerrar. A D. Zilmar e o Duda parecem ser pessoas que se dão muito bem, do ponto de vista profissional, até porque ele assumiu espontaneamente uma parte do depoimento dela. Então, eu continuo sem entender por que ela recebe o dinheiro no Brasil, faz essa volta até o exterior para ele ser pago no exterior se ela era uma pessoa da confiança dele.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Marcos Valério, perguntado no depoimento anterior sobre a operação do senhor com a empresa Antena 3, o senhor disse que fez uma operação de contrato mútuo e transferiu para ela R\$1,976 milhão. Confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo, e está declarado no CD que passei.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O Sr. Cristiano é seu sócio?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ele diz que não conhece essa empresa, nunca ouviu falar nessa empresa. Como pode uma empresa do grupo e dois sócios autorizarem o empréstimo e o Sr. Cristiano dizer aqui, ontem, em depoimento, que não conhece essa empresa? Como ele autorizou o empréstimo para uma empresa que ele não conhece?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, eu vou falar a pura verdade.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Nós só queremos a pura verdade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu estou aqui falando a pura verdade, e tudo pode ser comprovado via contabilidade. Agora, eu também não vou entrar em depoimentos individuais. Eu não gostaria de opinar sobre esse assunto do meu sócio.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Estou perguntando porque é uma operação conjunta, são dois sócios.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – E, com certeza, o senhor pode verificar a contabilidade, documentalmente, está lá o contrato e pode verificar nos lançamentos contábeis, e também está o lançamento.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor disse aqui na noite anterior ao depoimento que, além de prestar serviços para o Governo Federal, para o Governo de Minas, para a Assembléia Legislativa de Minas, Câmara Federal, também prestava serviços para o Governador do Estado de Goiás. Confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo, sim, senhor. Prestei serviços para o Estado de Goiás, sim, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Durante quanto tempo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ah! Foi pouco tempo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo, sim, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O Sr. Duda Mendonça disse que recebeu R\$3,8 do Sr. Delúbio Soares. O senhor afirma que todo o recurso repassado para o Duda Mendonça o senhor repassou uma parte em cheque para ser sacado no Banco Rural de São Paulo, outra parte em dinheiro e 22 cheques de R\$300 mil ao consultor, o Jader, que fez a remessa desse dinheiro para a conta autorizada pelo Sr. Duda. Confirma?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Em algum desses momentos em que foi repassado o dinheiro para o Sr. Duda Mendonça, o Sr. Delúbio estava presente?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Não? Então, essa versão do Sr. Duda que recebeu esses R\$3,8 do Delúbio e não do senhor não é verdade?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei... Eu...

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Ou podem ser outros recursos?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Podem ser outros recursos. Podem ter outros financiadores.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor acredita que, além do senhor, possa ter outros financiadores dessas dívidas de campanha, de eleições passadas ou de custeio da máquina partidária?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu não tenho conhecimento. Eu sei o que eu fiz. Das outras pessoas, não sei.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor, alguma vez, durante esse período, nas eleições passadas, de 2004, financiou alguma campanha eleitoral no Estado do Espírito Santo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, no Estado do Espírito Santo não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Passou algum dinheiro para alguma agência de lá e essa agência prestou serviço a algum candidato no Estado do Espírito Santo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí eu teria que verificar.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Existe a possibilidade então?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Existe, pode existir.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Então, pode existir uma possibilidade. O senhor não se lembra, é claro, são muitos movimentos...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, não é por isso não. É porque eu tinha um ex-sócio que era especialista, como o Duda, em campanha política.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Qual era o nome dele?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Daniel de Freitas.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Daniel de Freitas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ele veio a falecer e ele, pessoa física, ajudava muito em campanha. Quem conhece a campanha de Belo Horizonte sabe que ele fazia muitas campanhas políticas...

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Especificamente nas eleições de 2004, o senhor não recorda se repassou algum dinheiro para financiar campanha no Estado do Espírito Santo?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – A minha empresa, não. Agora, eu não sei se o Dr. Daniel prestou serviço ao Estado lá na campanha política.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Está bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Marcos Valério, na verdade, quero entender uma movimentação e pedir ao Presidente que, se eu estiver repetindo a questão, por favor, Sr. Presidente, me avise, para que eu não tome tempo. Sei que regimentalmente é um dever do depoente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não o tenho feito.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Na verdade, é como V. Ex<sup>a</sup> tem feito, mas, se for para não ser repetitivo...

Na verdade, quero entender, Sr. Marcos Valério, porque a seu favor fala a circunstância de que os R\$15,5 milhões que V. S<sup>a</sup> disse que pagou ao Sr. Duda Mendonça, através de D. Zilmar Fernandes da Silveira e de outras pessoas indicadas por ela, inicialmente realmente foi negada essa versão pelo publicitário Duda Mendonça, e depois, um dia depois, essa versão foi admitida em parte. E para que não façamos uma gincana das meias-verdades, há um fato, no depoimento do Sr. Duda Mendonça, que me deixa um pouco em dúvida. Ele diz que a SMP&B como que cancelou, através de um fax, o envio de vários depósitos para as ilhas do Caribe, as Bahamas, se não me falha a memória. A SMP&B fez isso, de fato?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. A SMP&B não é que cancelou as transferências. Vou explicar, mais uma vez, o que expliquei ao Deputado. O Sr. Duda Mendonça, através da Zilmar, indicou o consultor financeiro. Os cheques foram passados a essa pessoa; e essa pessoa contratou algumas pessoas, que sacaram nas minhas contas. Todas as vezes em que eram feitas remessas, essa pessoa me mandava os comprovantes, para que eu comprovasse, via Zilmar, e via... Porque a Zilmar também comprovaria junto ao Sr. Delúbio. Por quê? Porque o dinheiro... Para falar português claro é o seguinte: eu não queria saber que o dinheiro estivesse no meu bolso. Só isso. Para o PT... O dinheiro era do PT. O meu empréstimo que eu fiz era do PT, e eu repassei para o PT o empréstimo que eu tomei na iniciativa privada. Foi isso.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, veja: esse fax, então, escrito aqui “por SMP&B”...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É verdadeiro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Em 13 de junho de 2003, às 12h53. Há a descrição de catorze depósitos e, depois, no quadro dois, de mais quatro. Então, é um fax verdadeiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Se o senhor me deixar só dar uma olhada, eu te confirmo, como confirmei o outro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Procede.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Marcos Valério, só uma questão final, para não tomar mais tempo. Veja: as pessoas estão dizendo que o depoimento do Sr. Duda Mendonça é um depoimento verdadeiro. Se eles cotejam, significa dizer que o depoimento de V. S<sup>a</sup> não é tão verdadeiro quanto o dele. Mas o fato é que o depoimento de Duda Mendonça fez com que V. S<sup>a</sup> aduzisse informações que foram sonegadas a esta Comissão – essa, por exemplo, da movimentação para as ilhas... para os paraísos fiscais, por exemplo.

Pergunto, ao final, com toda a sinceridade: vamos ter surpresas como essa, ainda, ao longo da semana que vem, ou seja, quando esta Comissão começar a fazer a inquirição de novas testemunhas que receberam dinheiro de V. S<sup>a</sup>. Poderão surgir novos lances de novidades, que, inclusive, estão prostrando Deputados conscienciosos. Essas novidades já tiveram repercussão no plenário lá da Câmara dos Deputados. Houve até chororô. Vinte e dois Deputados se colocaram e estão assustados. Porque, na verdade, ao que parece, todo povo brasileiro está esperando o Sr. Duda Mendonça aduzir alguma coisa. E o senhor pode fazer uma gincana para o bem, contando tudo de uma vez por todas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Preste atenção, Deputado, tudo o que eu falei... Nós estamos discutindo a lista que eu passei. Agora, a conta não era minha. O que declarei aqui, que paguei os R\$15,5 milhões, eles foram efetivamente pagos. Então, eu não estou fugindo à realidade daqui. O que vamos discutir aqui... e aí por si próprio... Vou dar um exemplo: Guaranhuns. A própria quebra do sigilo bancário vai revelar para onde foi. Eu também não tenho esse tipo de informação. Eu simplesmente paguei. O que eles fizeram, eu não sei. Agora, a Polícia Federal vai investigar... a Procuradoria. Eu fui à Procuradoria, mas hoje estava em recesso. Vou protocolar amanhã, com certeza. Aí eu não tenho esse controle. Não tenho como... Mas tudo que nós vamos discutir vai estar aqui dentro deste papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGMAN** (PPS – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, vou procurar ser breve. Boa noite. Boa noite, Sr. Marcos Valério.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Boa noite, Ministro.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Quando o senhor esteve aqui e prestou seu último depoimento, eu lhe fiz aproximadamente nove perguntas. Entretanto, eu vou voltar a duas delas.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – A primeira delas foi o seguinte: eu pedi esclarecimentos a respeito da forma pela qual o senhor tinha quitado os pagamentos junto ao Sr. Duda Mendonça...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – ... de que forma teria feito. O senhor, então, me deu uma resposta – e eu peço até as notas taquigráficas, Sr. Presidente, para que possamos confrontar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos paralisar. Eu peço à Secretaria se é possível trazer as notas taquigráficas da última...

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Ou, pelo menos, uma cópia de áudio ou alguma coisa assim. Eu pedi ao senhor que esclarecesse isso.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Ahã.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Infelizmente – vou descontar o tempo –, elas não estão disponibilizadas. E o áudio também é complicado. Infelizmente, as coisas demoram.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Obrigado, Sr. Presidente, vamos ter que fazer **ex post**. O senhor me permite concluir?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se o senhor quiser continuar o raciocínio baseado na resposta que dei no passado, tudo bem.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sim, gostaria. Muito obrigado. O que perguntei foi exatamente o seguinte: como era feito esse pagamento? O senhor me disse, então, que eram realizados, ou eram efetuados, saques. Agora nós ficamos sabendo que esses saques, ou esses cheques, geravam uma conta, ou geravam uma operação financeira, que um doleiro enviava para o Sr. Duda Mendonça. O senhor confirma isso?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Confirmo. E isso merece uma explicação. Como também foram feitos efetivamente saques na minha conta, tanto que o Sr. Davi veio aqui depor e efetivamente confirmou esses saques e como apareceram outras pessoas fazendo esses saques. E como também eu não tenho controle, e não teria controle, dos saldos

das contas do Sr. Duda. Para mim, foram saques. E ele transferiu esse dinheiro para a conta dele.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Volto a esse ponto mais no fim. Passo, então, à segunda das questões que lhe fiz e à resposta que o senhor me deu então. Eu fiz um arrazoado – não sei se o senhor se recorda – em que falo de operações estruturadas: que algumas pessoas no mercado, levando em conta o montante dos empréstimos de financiamento que o senhor fizera, para atender aos Partidos dos Trabalhadores e levando em conta que inexistiam garantias reais, alguns operadores de mercado com os quais conversei falavam na hipótese da chamada operação estruturada, que seria exatamente garantia real lastreando o empréstimo aqui, porém no exterior, vinculado a uma agência do mesmo banco onde se dera a operação de empréstimo ou a outro banco a ele relacionado.

Em seguida, e agora passo à pergunta que lhe fiz, vou repeti-la, pergunto o seguinte: o senhor sabe ou tem informações, ainda que sem provas, ou ouviu dizer, ou, de alguma forma, concluiu, que existem de fato recursos ou operadores no exterior em alguma conta pública? Em alguma conta não-pública? O senhor respondeu-me, então, que tinha total desconhecimento disso. Hoje, o senhor me diz que tinha conhecimento, sim, de que existia uma conta no exterior, embora o senhor não seja o operador.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – O senhor também me perguntou do PT, conta do PT...

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Foram três perguntas. Se o senhor quiser, eu refaço as outras, sem o menor problema.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não. Então, eu me confundi, porque a pessoa também me perguntou se eu sabia a conta do PT, do Silvio... Volto a essa pergunta. Essa operação, para mim, não é operação estruturada, porque tomei, efetivamente, esses empréstimos e efetivamente paguei ao Sr. Duda Mendonça e com saques na minha conta. Até aí encerra a minha participação. Daí para frente, foi um interesse pessoal deles e um consultor pessoal deles de como fazer essas remessas.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Marcos Valério, eu gostaria de deixar bem claro, então, o seguinte: a minha conclusão é a de que o senhor omitiu fatos a esta CPMI. Não posso dizer – não vou fazê-lo – que o senhor mentiu, porque eu não diria sem total comprovação. Agora, não resta dúvida de que – para mim está absolutamente cristalino – o senhor omitiu fatos, porque fui muito preciso, muito objetivo nas questões que lhe fiz. O senhor me permite? Por favor. Vou encerrar, uma vez que nada tenho a perguntar-lhe.

O senhor abriu este depoimento, pedindo desculpas ao Brasil. O Brasil não tem como lhe desculpar. E eu, que aqui, no depoimento anterior, ouvi o senhor com toda boa vontade, com toda isenção, não tenho mais isenção nem boa vontade com o senhor, porque o senhor omitiu, eu lhe perguntei de boa-fé, e o senhor, sem agora se auto-atribuir qualquer lapso de memória, deu-me uma outra versão. Portanto, o senhor se utilizou da minha vontade, desta CPMI. Não existe desculpas a dar ao senhor. Quanto à questão de ser mentira ou não, só fatos ulteriores vão comprová-lo. Mas, da minha parte, o senhor já não terá o benefício da dúvida. O senhor se omitiu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Só quero esclarecer para o senhor que, quando declarei que paguei ao Sr. Duda Mendonça R\$15,5 milhões, o Sr. Duda Mendonça falou que não tinha recebido. Eu, perante esta CPMI, confirmei esse pagamento, Sr. Ministro, dos R\$15,5 milhões.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – O senhor me permite?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Permito, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)** – No seu primeiro depoimento, o senhor disse que as suas pequenas quantias, que o senhor sacava, era para fornecedores. Em seguida, o senhor adotou uma segunda versão: o que vale para o Sr. Duda Mendonça, Sr. Marcos Valério, está valendo para o senhor. O senhor já não tem o benefício da dúvida. Pode passar para o próximo, que tem interesse. Vamos poupar o nosso tempo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Só para esclarecer a todos aqui que, na condição de acusado, ele pode omitir fatos e pode silenciar. Esse é o risco de ouvir uma pessoa que está nessa condição. No caso específico, ele veio na condição de acusado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre depoente, as informações dadas pelo empresário Duda Mendonça realmente chocaram a sociedade, porque são revelações que desconhecíamos. Causa-me espanto e não consigo entender por que o Delúbio Soares, dito pelo Duda Mendonça, diz o seguinte... O Delúbio Soares disse que a Zilmar Silveira, sócia de Duda, que a dívida seria quitada por meio de um empresário publicitário de Minas Gerais, Marcos Valério. Duda – essa foi a informação publicada hoje nos jornais – disse que a dívida seria quitada por meio de um empresário, e, depois dos primeiros pagamentos, em pacotes em dinheiro, Valério exigiu a

abertura de uma conta bancária no exterior. A conta foi aberta nas Bahamas, no nome de uma empresa *off-shore*, batizada com o nome Düsseldorf. Aí, vem aqui vários bancos, de Israel, de vários locais, e ele levou *fax* da SMP&B, que teria feito esses repasses.

Fico preocupado, porque qual seria o motivo que levaria Duda Mendonça a pegar dinheiros que ele recebeu aqui no Brasil, de conta oficial, e transferir com ônus – é oneroso transferir dinheiro – para bancos no exterior? Com toda aquela dificuldade para movimentação bancária no exterior, por que ele fazia essa transferência para o exterior? Isso aqui me causa uma dúvida, porque, até agora, não conseguimos um esclarecimento a respeito disso. Qual seriam os motivos que ele teria, como empresário, para fazer isso, se não tivesse uma pessoa ordenado a ele que fizesse esse tipo de coisa? Esse é um ponto.

O segundo ponto: um dos dois está mentindo. Ou o senhor está mentindo ou Duda Mendonça está mentindo. Pelas informações que o senhor tem trazido, estou querendo acreditar que o Duda Mendonça mentiu. Não vou dizer aqui que o senhor mentiu. Inclusive, entrei com um requerimento, pedindo a acareação de vocês dois. Ele já informou para os jornais que topa fazer essa acareação, que seria fundamental para o esclarecimento dessa questão.

Pergunto mais um vez: será que V.ª não esqueceu algo nesse sentido e mandou abrir essas contas no exterior, para repassar esse dinheiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, temos que ser muito claros. Eu já tinha sacado um volume grande nas minhas contas, já tinha feito transferência para outras, já tinha também sacado para a Dona Zilmar, não fazia diferença nenhuma eu sacar esse recurso, R\$6,6 milhões, que não fazia diferença nenhuma, e entregar em dinheiro vivo para ela. Para que eu iria pedir a ela para transferir um dinheiro para uma conta dela no exterior, a não ser a pedido deles, que queriam que esse dinheiro fosse lá para fora? É meio ilógico eu fazer um pedido desses. Com toda sinceridade, estou sendo muito franco.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Por parte dele também vemos essa dificuldade. Então, não dá para conceber que esse dinheiro tenha saído daqui e ido para fora do País. É um processo mais oneroso, com mais dificuldade. Então, é uma história que não estamos conseguindo entender, essa complexidade.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Outra coisa que tínhamos que pedir também seria o documento da abertura da conta, para ver a data, para ver tudo e quem assinou na abertura dessa conta.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Isso será alvo de requerimento da própria Relatoria, provavelmente. Vamos levantar isso.

Entrei com um requerimento, solicitando acareação. V. Sª aceitaria fazer uma acareação?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim. Já falei que sim.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sem mais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, está tudo aí, só falta de uma empresa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, dispõe sobre os crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores. Interessante que, quando tive oportunidade de perquiri-lo, na vez em que estive aqui, perguntei em qual lei V. Sª estava se alicerçando, para requerer junto ao Promotor o beneplácito da delação premiada. Essa é uma das lei que permite a redução da pena e até a extinção da punibilidade se o seu depoimento contribuir para desmontar essa organização sistêmica de que estamos, cada vez mais, conhecendo fragmentos que vão nos permitir conhecer a realidade como um todo.

Qual é o detalhe relevante? Nessa questão, o detalhe relevante é saber – e isso é possível – quem enviou os recursos para o exterior. Se o senhor entregou esses recursos para alguém designado pelo PT, e a busca de um doleiro ou de um banco para remeter esse dinheiro foi feita por outrem, ou se o senhor participou com sua empresa da remessa desses recursos.

O depoente Duda Mendonça diz mais: que a abertura da empresa **offshore** no exterior foi por sugestão do senhor e **ad hoc**. Ou seja, especificamente para receber esses recursos. Esta é a única pergunta que faço: o senhor procedeu à remessa dos milhões para o exterior? O senhor participou dessa remessa, ou o senhor simplesmente entregou os recursos e ficou completamente alheio ao envio desses recursos? São três possibilidades, e eu queria que o senhor, com toda simplicidade, nos indicasse qual das três hipóteses foi o que efetivamente ocorreu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sr. Deputado, primeiramente, não autorizei o Sr. Duda, não apresentei ninguém ao Sr. Duda para que fosse aberta conta no exterior.

Em segundo lugar, eu passei os cheques, sim. Passei, admito isso aqui, para o consultor financeiro dele, o Sr. Jader. O Sr. Jader pediu às pessoas para

sacarem da minha conta, sim. E eu tinha conhecimento, sim, das remessas feitas depois para ele. Eu não estou mentindo em nenhum desses episódios.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Ou seja, o senhor fica naquela hipótese intermediária. Não foi o senhor quem enviou, mas o senhor teve conhecimento desse envio para o exterior.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Com certeza.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, tomo a liberdade de submeter à sua elevada análise e consideração requerimento, nos termos regimentais, para que seja solicitado ao Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, a análise da possibilidade de contração em caráter emergencial de uma empresa de rastreamento de depósitos internacionais para prestar consultoria a esta CPMI na localização de recursos que tenham sido levados para o exterior por qualquer pessoa que esteja sob investigação desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Recebo o requerimento, vou submetê-lo ao Relator e, se for o caso, vamos apreciá-lo ainda hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, que foi excluído da lista de inscritos no momento do incidente aqui.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Marcos Valério, estamos discutindo aqui – como diria o velho Mao – o aspecto secundário da contradição principal. Quem transferiu ou não transferiu deve ser esclarecido pela Polícia Federal.

O mais delicado hoje é saber que dinheiro foi para o exterior para pagamento, claramente, da campanha de 2002. É sobre isso que está falando, na outra sala, o publicitário Duda Mendonça. Embora ele diga que era um pacote envolvendo a campanha de Genoino, em São Paulo, de Benedita, no Rio de Janeiro, e do Presidente da República, fica claro que esse dinheiro de alguma forma foi para a campanha do PT. Então o aspecto mais grave está aí.

Há uma discussão sobre se esse dinheiro envolve o Partido dos Trabalhadores. A Constituição diz que um Partido não pode receber recursos do exterior, de outros países, de outras entidades. Aqui não compreendi bem ainda se esse recurso foi passado do Brasil para lá ou se eram recursos que já estavam no exterior e foram apenas transferidos alguns – isso tem que ser bem esclarecido – para a conta do Sr. Duda Mendonça lá. Se os recursos eram brasileiros, também não vai afetar o Partido dos Trabalhadores



porque não é essa a vedação da Constituição. Então o caso mais grave é esse: de repente tem dinheiro do caixa dois para a campanha do Presidente Lula. Esse é que é o problema; não é quem passou o dinheiro. Esse é um entendimento que a Polícia Federal é que vai ver quem é o responsável pelo crime ou não-crime de remessa de recursos ao exterior. Aqui não dá para compreender bem, porque a tese do Sr. Marcos Valério é a de que ele que entregava para o Jader. Até aqui, com todo o respeito aos tucanos que estão aqui, mas imitando o Macaco Simão: tucanaram o doleiro; é consultor financeiro, consultor financeiro. Entregavam lá para o consultor financeiro e ele ... Agora não sabemos bem quem entregou o dinheiro para o consultor financeiro. Então lhe pergunto, esses cheques saíram em nome de quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Esses cheques podem ser microfilmados e vão ter lá duas assinaturas da SMP&B endossado nas costas em nome SMP&B, Sr. Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas aí como a pessoa sacava lá, o doleiro?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Sim, sacava nas minhas contas, sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas como ele sacava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em dinheiro vivo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas aí ele tinha que colocar o nome dele lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Tanto que apareceu o nome do Sr. David, que era ligado ao Sr. Jader, o Sr. Luís Carlos que era também ligado ao Sr. Jader ...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Todos eles eram ligados ao doleiro lá.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Todos, é verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Eram eles que sacavam. É uma coisa um pouco incomprensível, esse negócio que foi levantado aí pelo Arnaldo. Como V. Sª recebia os papéis se V. Sª não tinha nada a ver com isso. Como é que o banco lá no exterior mandava para o Jader e o Jader lhe entregava o papel.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu tinha a ver, a partir do ponto que eu tinha que prestar conta do outro lado, e também...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o banco lhe mandava?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, do banco não me mandava, quem me

mandava era o Sr. Jader, tanto que o senhor vai ver que no...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas tem umas que não são do Jader, são da Cristina.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Que trabalha com ele também, porque o senhor vai ver o fax símile aí de Jader para

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tem recurso que passa aqui pelo Banco Rural europeu.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, aí eu não tenho conhecimento. Eu só tenho conhecimento a partir do ponto em que eu emiti os cheques.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Banco de Israel, eles fazem um périplo. Não sabemos bem se os recursos ... Não consigo compreender; claro, tem que ter um consultor para saber se esse aqui era um recurso brasileiro mandado para o exterior. E aí não tem lógica nenhuma, porque foge à lógica de qualquer um aqui. Agora, teria lógica se fosse um recurso do exterior. Não dá para receber no Brasil, então o sujeito abre uma conta no exterior, porque lá tem recurso. O Partido dos Trabalhadores vai pagar com o recurso que ele tem no exterior e ele não pode internalizar, ainda com a tese daquilo que disse aqui o Roberto Jefferson, que o José Dirceu dizia: “Olha, não temos como internalizar o dinheiro. A Polícia Federal, que é meio tucana, está tentando prender os doleiros, então temos que pagar no exterior.” Aí então começa a ter algum nexos o fato de que o dinheiro não estava aqui; estava no exterior uma parte desses recursos.

É evidente que aqui todos andam mentindo com força total, e só dizem quando estão com a faca no pescoço, quando os fatos se tornam evidentes, quando sai no jornal lá, aí claro que o Sr. Duda Mendonça está dizendo que tem a conta, todo mundo á sabe. Depois que as coisas aparecem todo mundo responde. Aqui ninguém respondeu nada antecipadamente. Estão dizendo aqui que vão colaborar com o Brasil; ninguém está colaborando. Depois que as coisas aparecem as pessoas vêm aqui dizer: realmente vou colaborar com o Brasil, estou aqui para depor, quero dizer... o que já foi dito. Acho que vamos ter que avançar na investigação, realmente, se quisermos compreender melhor.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Deputado, com todo o respeito, eu informei os pagamentos no dia 1º de agosto de 2005, que eu tinha pago ao Sr. Duda Mendonça, de acordo com a lista que eu apresentei e aí o Sr. Duda Mendonça

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas isso porque havia dois cheques, inclusive ...

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí o Sr. Duda Mendonça, nessa época ...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – ...de 250 mil para

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não, eu informei 15.500, aí ...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Eu sei mas havia dois cheques para a própria Zilmar.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Aí ele negou e depois **a posteriori** com o trabalho da Polícia Federal, ele aceitou o pagamento

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não estou dizendo que todo mundo aqui, na hora em que está com a faca no pescoço, diz que era isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De qualquer maneira eu quero dizer o seguinte: é compreensível que quem depõe na condição de acusado vai sempre negar até os fatos mais óbvios, mas, na medida em que a verdade vem à tona, não há como negar, e aí cada um vai assumindo alguma culpabilidade. Não há dúvidas de que isso vai acontecer. E isso é investigação; não há outra forma. Se isso viesse de pronto, se viesse aqui uma confissão plena de todos os eventuais crimes cometidos, tudo seria elucidado imediatamente, **a priori**.

Ainda há uma última inscrição de membro. Hoje, eram só os membros. Peço desculpas aos que não são membros da Comissão porque esta reunião de hoje é especial.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Mas só para ilustrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Sª.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Quero falar, para deixar claro, que tenho a minha culpa de ter tomado esse recurso em banco, realmente, e tenho a minha culpa de ter pagado às pessoas que estão nessa lista que eu passei ao Procurador desde o dia 1º de agosto. Tenho essa culpa, sim, e agora as pessoas estão começando a admitir os recebimentos. Agora, os empréstimos todos, Deputado, estão contabilizados. O Razão da empresa também está ali. Tudo está no CD-ROM a que os senhores terão acesso. E só fica faltando o da DNA e o da Graffiti, que serão entregues na Receita na segunda e também protocolados aqui, como protocolei nas duas CPMIs, Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pedi, naquela vez passada, Sr. Presidente, sobre esses empréstimos... Eu queria só que ficasse a análise do que eu pedi na reunião anterior sobre aqueles empréstimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Sª terá, depois, as informações que vamos retirar

da contabilidade da empresa, em que constam esses empréstimos.

Concedo a palavra à última oradora inscrita, a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na verdade, inicialmente, quero fazer uma justificativa: naquele momento em que fui chamada, eu estava em plenário, estava inscrita. Nesta semana, completam-se seis meses do assassinato da Irmã Dorothy Stang. Como todos sabem, a Irmã Dorothy era ligada a nós e a mim, particularmente, no Pará. Era ligada ao Senador Sibá e a várias pessoas do nosso Estado. Era uma lutadora. Eu não tinha como deixar de me pronunciar sobre essa situação.

Não tenho o que perguntar, para ser bem honesta. O senhor agora trouxe mais informações. Várias coisas que o senhor falou realmente estão se confirmando, mas agora isso depende menos da nossa presença aqui horas a fio, em depoimentos muito longos; depende sim da análise dos documentos. É isto o que temos de fazer: ouvir agora as pessoas que receberam, que estão na lista. Esse é o nosso papel. Esta CPMI trata do recebimento de vantagens por membros do Congresso Nacional que possam tê-las percebido para beneficiar ou para votar a favor de governos executivos, tanto neste momento como, por exemplo, quando da emenda da reeleição. É bom deixar claro isso, Presidente. Sei que V. Exª não tem dúvida nenhuma, mas muitas pessoas, a sociedade acha que esta CPMI, como todo mundo a apelidou de CPMI do Mensalão, só cuida dessa situação. Mas esta CPMI, legalmente, tem a obrigação de investigar essa situação e também aquela situação de 1997, da compra de votos, ou outras situações que possam surgir que digam respeito a este objeto, que alguém do Legislativo, do Congresso Nacional, tenha recebido qualquer tipo de vantagem.

Hoje não é um dia feliz não só pela questão da Irmã Dorothy, mas também pela situação de surpresa para nós do PT, para a nossa Bancada, para vários Deputados e para milhares de militantes, com novas revelações que, a cada momento, nos deixam indignados, porque não sabíamos absolutamente de nada. Isso é muito chato, muito constrangedor. Mas, por isso, temos de ter coragem de mudar: Raul Pont, Presidente Nacional do PT.

Obrigada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Se me permite a Senadora Ana Júlia, devido a uma emergência, quero apenas fazer uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É o seguinte, Sr. Marcos Valério: o que eu ainda não compreendi bem é por que precisaria haver uma conta no exterior. Por que é que, podendo pagar aqui, precisavam realizar um pagamento via uma conta no Banco de Boston nas Bahamas? Afinal, por quê?

E, como V. S<sup>a</sup> dialogou inúmeras vezes a respeito dessa questão toda com o Diretor Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Sr. Delúbio Soares, seja da maneira como o Sr. Duda Mendonça relatou, ou melhor, que havia sido dado a ele instruções para que abrisse uma conta no exterior a fim de receber os recursos, seja da maneira como V. S<sup>a</sup> aqui está relatando, isto é, por meio dessa outra pessoa, por que precisaria ser feito um pagamento no exterior? Obviamente isso veio como um complicador extraordinário agora. V. S<sup>a</sup> poderia nos explicar, por favor?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Honestamente, Senador, eu não sei. Foi uma exigência dele. Para mim não faria nenhuma diferença. Eu já havia sacado R\$6,6 milhões das minhas contas. Como eu já havia feito vários saques em espécie, não me faria nenhuma diferença.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Seria uma exigência dele quem?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Dele, Duda Mendonça ou Zilmar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas por quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei, sinceramente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas por que o Duda Mendonça... Mais fácil seria ele receber ali, em Salvador, pertinho, ou em São Paulo. Seria tão mais fácil. Para que ir até as Bahamas?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Se me permitirem uma suposição... Eu também não vou aqui... Essa pergunta tinha que ser feita a ele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Estão fazendo.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou fazer uma suposição: talvez o dinheiro não seja contabilizado por ele.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não; mas se foi reportado que a sua empresa fez pagamentos não contabilizados a ele... A Sr<sup>a</sup> Zilmar, por exemplo, relatou que foi instruída a buscar, no Banco Rural,

pagamentos de R\$300 mil. Foi lá, pegou e observou, como eu a ouvi explicar hoje pela manhã, que era um pacote de dinheiro em espécie. Estranhou um pouco e relatou o fato a Duda Mendonça. Ambos perceberam que era a maneira de eles conseguirem o pagamento: aceitar assim. A partir daí, em vez de receber o pacote de dinheiro não contabilizado no Brasil, por caixa dois, começou-se a pagar no exterior. Por que isso? Ainda não entendi.

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Senador, ela pediu para receber o dinheiro em São Paulo e recebeu. O restante ela pediu para receber daquela forma, naquela conta dele e dela. A opção, segundo penso, é deles. Eles é que abriram essa opção.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – E aí foi feito um pagamento em que moeda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu emiti vinte e dois cheques do Banco Rural.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em que moeda? Euro, dólar ou outra moeda?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Não sei. Não tenho...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Os seus cheques foram emitidos em quê?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Em real. Eu emiti vinte e dois cheques do Banco Rural.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Para ser feito pagamento no exterior, no Banco de Boston?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – É. Entregou-se para essa pessoa, o Sr. Jader, que é consultor deles, e remeteram para a conta deles.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Houve algum outro intermediário? Por acaso o Sr. Luiz Antonio Pereira Dias? Um nome como este surgiu em algum momento?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Eu vou ler os nomes para o senhor: Zilmar, Duda Mendonça, Antônio Kalil Cury, David Rodrigues Alves, Luiz Carlos Costa Lara.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Só esses?

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – São os que constam nos meus registros, colocados no dia 1º de agosto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Relator, há um requerimento submetido a V. Ex<sup>a</sup>, que é sobre a contratação de consultoria especial

para rastrear contas no exterior. Eu perguntaria a V. Exª se deseja opinar agora ou deixar para a próxima reunião.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Os recursos que teriam sido remetidos para o exterior já foram objeto de esclarecimento nesta Comissão, contudo, o Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame requerer, em caráter de emergência, a contratação de uma empresa de rastreamento para localização de recursos que tenham sido levados para o exterior por quaisquer pessoas envolvidas nessas averiguações.

Eu sou compelido a dar parecer favorável ao requerimento, mesmo porque o indeferimento poderia parecer uma espécie de impedimento à amplitude das investigações. Estamos certos de que a Comissão terá o bom senso necessário para avaliar a dimensão desse rastreamento. Mas o parecer, por essas razões, é favorável ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só concordando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Os Srs. Parlamentares que concordarem com o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Nós decidimos aqui, na reunião anterior, que deveríamos ouvir, na próxima semana, três pessoas: o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Emerson Palmieri e o Sr. Jacinto Lamas. Acabamos de receber uma convocação que substitui a oitiva do Sr. Delúbio Soares por uma reunião administrativa. Entretanto, o que ficou acordado foi a oitiva do Sr. Delúbio Soares. Queria uma informação de V. Exª a respeito do porquê essa convocação substitui a oitiva do Sr. Delúbio Soares por uma reunião administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra... Ainda não é uma decisão, vamos discutir. Foi uma sugestão do Relator que fizéssemos uma reunião administrativa para que pudéssemos avançar mais na parte operacional da Comissão. Agora, se V. Exª quiser, poderemos ouvir, no mesmo dia, dois.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu estou fazendo uma contraproposta, se V. Exªs assim entenderem. Agora, senão, vamos ouvir...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O que eu me recordo também, não contrariando, é que, além de aprovarmos três nomes, nós tínhamos falado aqui *en passant* que, nas quintas-feiras, deveríamos fazer

uma reunião administrativa; pelo menos nessa primeira semana. Foi o que entendi, porque estava todo mundo cansado, e uma série de problemas – aconteceu de ir até meia-noite. Então, para não estressar ninguém. Duas oitivas no mesmo dia vai ser pesado, principalmente para nós. Agora, eu acho que o nosso Deputado José Rocha deveria... Acho que não há problema ouvirmos esses dois primeiros agora, vamos ter que ouvir todo mundo. Mas temos que acertar... Nós não temos o vice-presidente – que renunciou – e vamos ter que fazer uma eleição para vice-presidente e uma série de encaminhamentos que, aparentemente são burocráticos, mas que são de interesse do Relator, do Presidente, da Mesa. Então, deveríamos aproveitar... Eu concordo com essa proposta do Relator. Na quinta-feira, poderíamos fazer uma reunião administrativa mais prolongada para acertarmos esses detalhezinhos. Eu gostaria que, na quinta-feira, não tivesse nada aqui. Terça, quarta e quinta-feira e, como foi dito aqui, visitaríamos as nossas para explicar os problemas que estamos vivendo aqui para não se misturar o joio com o trigo – vamos separá-los.

E eu gostaria de pedir a V. Exª que nós pudéssemos entrar em um acordo sobre essa proposta para que nós possamos caminhar.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, Deputado Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, o que me surpreende, com todo o respeito, é que interrompemos uma reunião para tentar um acordo sobre nomes, e agora o que foi conversado não está colocado. Esse é um precedente que me parece...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não há precedente, nobre Deputado Fleury. Nós temos uma proposta; não há decisão alguma.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sim, mas o que estou dizendo é que chegamos a discutir isso aí, e chegou-se a uma posição. Eu, pessoalmente, até teria uma posição diferente diante dos fatos que aconteceram hoje. Eu entendo que deveríamos – e me parece fundamental – marcar imediatamente uma acareação entre o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio, porque me parece que, a esta altura, temos fatos novos. Agora, caso não seja o momento – mesmo porque não estão aqui vários dos companheiros de Comissão que decidiram –, que se mantenha a posição anterior.

Eu mesmo digo a V. Exª que não vejo grande utilidade no depoimento do Sr. Delúbio, porque ele virá aqui na qualidade de indiciado, portanto, não obrigado a falar a verdade, e o que vai acontecer é que... Mas eu cedi aos argumentos dos que queriam ouvi-lo por-

que, segundo tudo indica, ele mandou pagar de acordo com o Sr. Marcos Valério. Então, ele teria que ser o primeiro a ser ouvido, nessas condições, para haver uma lógica, um encadeamento lógico de tudo. Senão, começaremos a quebrar o encadeamento lógico.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– De qualquer maneira, o que foi delegado à Mesa e que nós fizemos foram as convocações. Nada havia sido definido quanto a quem e ao horário em que cada um seria ouvido.

Mas quero voltar a fazer a seguinte proposta: na terça-feira ouviríamos o Sr. Emerson Palmieri e o Sr. Jacinto Lamas; e, na quarta-feira, o Sr. Delúbio.

**O SR.** (Orador não identificado) – Aí, tudo bem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se V. Ex<sup>as</sup> estão de acordo, vamos à votação.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Uma última colocação, Sr. Presidente, também pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo primeiro a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quero ponderar aos senhores membros da Comissão a impossibilidade de qualquer reunião na quinta-feira, dado o acúmulo de dados a serem processados. Há um enorme procedimento administrativo de comparação de dados, exame de dados contábeis, vinda de peritos, e há mesmo um quadro em elaboração em que as declarações das diversas pessoas são confrontadas umas com as outras. O dia que temos para fazer isso é só quinta-feira. Não temos outro dia. E eu peço aos membros da Comissão que compreendam esse extraordinário volume de trabalho da secretaria e também do Relator, que procura estar acompanhando.

Então, se nós fizermos mais uma audiência na quinta-feira, chegaremos à terça-feira sem termos – desculpem-me pelo termo – mastigado os depoimentos anteriores. Aí, pedirão uma informação à Relatoria ou à secretaria e não teremos como fornecê-la. Então, eu pediria que, por enquanto, fizéssemos todas as inquirições às terças e às quartas-feiras, e deixássemos

as quintas-feiras para organizar a produção de terça e de quarta-feira.

Acredito até que, com o tempo, adquiramos técnica, desenvolvamos técnicas mais adequadas. Ainda estamos xucros na matéria. Então, poderemos até acrescentar. Mas nesta quinta-feira não temos condição de absorver o material que vem do depoimento de Duda Mendonça, o depoimento prestado hoje, prestado ontem, prestado antes de ontem, tudo isso vai ser corporificado na quinta numa condensação. Além da condensação, um quadro comparativo. Por isso eu pediria que, por enquanto, as quinta-feiras ficassem reservadas para esse trabalho interno.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se nós não tivermos a reunião administrativa na quinta-feira, nós vamos ter a próxima semana sem oitiva. Quais serão as oitivas da outra semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós teremos a reunião administrativa.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Na terça-feira, na quarta-feira.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pode ser decidido como uma preliminar da reunião.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Tem que ter uma reunião administrativa para decidir, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Haverá. Haverá reunião.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Hoje decidimos aqui ao menos as três oitivas, que serão segunda-feira, terça-feira e quarta-feira.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem. Duas colocações, muito rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado...

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Primeiro, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que marque, ou para terça ou para quarta-feira ou para quinta-feira, a eleição do Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já está marcada para terça-feira.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP)

– Terça-feira. Segundo ponto, Sr. Presidente: os três que serão ouvidos, ao que sei, já tiveram seu sigilo bancário e fiscal quebrado na CPMI dos Correios. Não houve a quebra nesta CPMI.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Houve requerimento. Houve um pedido de requisição do Sr. Presidente dos dados da quebra...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quero designar...

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP)

– Mas, Sr. Relator, me preocupa...Desculpe-me insistir em ser formal, mas quando se quebra o sigilo, nós sabemos – e o Sr. Relator sabe melhor do que todos nós como grande advogado criminalista que é – ...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) –

– ...que o sigilo se transfere para aquele que passa a ser o seu detentor. O detentor do sigilo é a CPMI dos Correios. Sem querer ser extremamente formalista, mas sendo, para que não digam amanhã que nós tivemos indevidamente o acesso ao sigilo dessas pessoas, me parece que não há nenhum prejuízo em que esta Comissão, V. Exª submeta agora à votação a quebra do sigilo. Aí nós poderemos ter legalmente...

**O SR.** (Orador não identificado) – Tem que ser nominal.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY** (PTB – SP) – Eu

fiz essa colocação de manhã, porque me preocupa que amanhã se questione, porque eu tenho visto – ninguém desta Comissão, felizmente – vários Parlamentares exibindo, até, na televisão documentos sigilosos, praticando crime, porque isso é violação de sigilo profissional – está capitulado no Código Penal Brasileiro. E não quero que amanhã nós sejamos inquinados de termos acesso a um sigilo que não poderíamos ter. É só essa a minha preocupação.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Pre-

sidente, só um detalhe, concordando com o Deputado Fleury. Aqui na nossa CPMI, alguns têm mais vantagens do que outros. Alguns companheiros nossos, nossos Pares aqui pertencem à CPMI de lá. Então, eles já vêm com outras informações que nós, que só pertencemos a esta, não temos. E incluo a Mesa: nem o Relator pertence a outra CPMI. Então, de repente, ele é atropelado por um outro Parlamentar membro da nossa CPMI que já detém algumas informações. E aí começa a criar o problema. Eu, sem ser advogado, tenho a mesma preocupação. Prova emprestada, neste caso, é complicado, porque sigilo é sigilo, por isso é que chama sigilo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quero antes dispensar o nobre depoente. Agradeço a sua presença, a sua disposição de vir prestar esclarecimentos que entendo sempre serem importantes. Agradeço a V. Sª. E, se necessário, tenho absoluta certeza de que voltará, seja para acareação,

seja para prestar novos dados, novos elementos para esclarecer os fatos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente. É bom nenhum Deputado acompanhar, porque pode ter problema. Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, como não temos **quorum** para a quebra do sigilo, solicito que os dados dos disquetes entregues pelo Sr. Marcos Valério, no que diz respeito a repasses ao Sr. Emerson Palmieri, ao Sr. Jacinto Lamas e ao Sr. Delúbio Soares, que eles sejam repassados para os membros da Comissão. Nesse caso, seria prioridade a fim de que pudéssemos, na terça-feira, fazer as indagações também em cima desses dados que já constam desse relatório entregue.

**O SR.** (Orador não identificado) – Precisava amanhã, não é, Sr. Presidente?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes vou conceder a palavra...Em seguida, a V. Exª... O Relator me pede a palavra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou propondo ao Sr. Presidente, a seguinte escala de trabalho: na terça-feira, às 11 horas e 30 minutos, eleição do vice-Presidente da Comissão e, em seguida, a oitiva do Sr. Emerson Palmieri e Jacinto Lamas; na quarta-feira, às 11 horas e 30 minutos, reunião administrativa para discutir a quebra do sigilo bancário e para escolha dos depoentes da semana subsequente; em seguida, a oitiva do Sr. Delúbio Soares. Para a quinta-feira, foi objeto de um pedido meu, faríamos reunião administrativa. Não há como acumular dados na quinta-feira porque a reunião administrativa não dá conta. Não temos como.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E com relação aos dados repassados?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou repetir a minha proposta que estou encaminhando ao Sr. Presidente. Às 11 horas e 30 minutos de terça-feira que vem, eleição do vice-Presidente e oitivas dos Srs. Emerson Palmieri e Jacinto Lamas; na quarta-feira, a partir de 11 horas e 30 minutos, reunião administrativa para discussão e votação da quebra do sigilo bancário e para oitiva do Sr. Delúbio Soares. Nesta terça-feira, às 11 horas e 30 minutos, na reunião administrativa, além da decisão sobre quebra do sigilo bancário, escolha dos depoentes da semana subsequente. Com isso cumprimos a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já havia decisão sobre esse tema. Apenas se ordenou:

incluíram-se horários e detalhes importantes. Então, não vamos mais voltar à discussão dessa matéria.

Só há uma questão de ordem, um esclarecimento, melhor dito, feito pelo Deputado Luiz Couto. Já vamos determinar à secretaria que faça o desdobramento, o cruzamento desse elemento e retire deles tudo que diga respeito ao Sr. Palmieri, Delúbio e Lamas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, só uma questão. Na terça-feira, vamos ouvir dois depoimentos. A experiência tem demonstrado que dois depoimentos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos reduzir, vamos ser práticos. Vou começar a exigir...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ... um procedimento diferente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Um procedimento. Poderíamos, de repente, porque isso não atrapalha nada, envolver os dois depoentes, ouviríamos os dois primeiros, e as pessoas fazem as perguntas para quem quiserem dentro daquele tempo para adiantar. Colocamos os dois na mesa, os dois falam...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos tomar uma providência para agilizar. Tenha certeza disso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só lembrando que há a questão do tempo, Sr. Presidente. Votamos aqui a redução do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos agilizar. Vamos ficar com depoimento inútil, torturante. Vou cortar as perguntas repetidas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Colocamos os dois na mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De uma maneira ou outra vamos fazer.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, que me pediu pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, deve ter chegado a V. Ex<sup>a</sup> a comunicação de que passo a ser membro suplente desta Comissão. E hoje comecei apanhando na inscrição. Eu não sabia da...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já recebi essa notificação e quero dizer da satisfação de tê-lo entre nós.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A honra é minha de ser presidido por V. Ex<sup>a</sup> e estar diante de um Relator desse calibre e colegas do porte dos que aqui estão.

Vamos falar agora de algo não tão agradável. Eu soube que o Deputado Pimenta renunciou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Renunciou. Renunciou ao cargo de vice-Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o meu Partido representou contra ele, com base no capítulo da quebra de decoro, junto ao Conselho de Ética da Casa. Ele se mantém na Comissão? Ele se mantém como membro da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Até agora, sim,

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Isso, para nós, será algo problemático, visto que passamos a questionar a isenção dele quanto ao voto, a isenção dele quanto aos documentos da CPMI, a isenção dele quanto aos fatos e aos sigilos dos fatos aqui postos.

O Sr. Valério assumiu claramente o que era. Veio aqui para entregar às claras o Sr. José Dirceu, veio aqui para reafirmar sua solidariedade ao Governo que aí está e veio aqui para repassar um documento a alguém que foi recebido dentro de um carro, com tudo o que estamos constatando de lamentável e de despudoroso.

Portanto, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que muito do que vai acontecer no plenário da Casa, do ponto de vista da ação, da atitude do PSDB, numa hora grave – o PSDB não quer faltar ao País numa hora grave como a que estamos vivendo, é muito grave –, vai depender de atitudes completas, de atitudes inteiras. Não sei se é atitude inteira sair da vice-Presidência e vir para cá para votar no Relator. Não sei. Continuará com acesso a todos os documentos. Continuará podendo fazer as mesmas coisas, se porventura for um reincidente.

Tive com ele uma experiência terrível. V. Ex<sup>a</sup> estava aqui, e ele achou que eu tinha passado do tempo e queria me cortar a palavra, fazer algo que o General Médici não fez: cortar minha palavra. Era V. Ex<sup>a</sup> que poderia ter cortado minha palavra ou não. Naquele momento, eu disse: “Pode ser uma pessoa muito bem intencionada, porém claramente facciosa. Não estava gostando do que eu estava dizendo”. Eu não me elegi para que ele gostasse do que eu estava dizendo. Eu me elegi para dizer o que eu quiser dizer. Sempre foi assim e sempre vai ser assim. Vai ser assim no leito da morte, vai ser assim durante a vida, era assim quando eu era mais jovem. Mas eu achei aquilo estranho. Disse: “Muito bem, é partidário”. Depois, vi aquela cena que foi deplorável, deprimente realmente, algo que não faz jus a um moço jovem, que tinha tudo para trilhar um caminho diferente aqui na Casa. E nesta Casa se trilham bons caminhos com credibilidade. Não importa. Já acabou essa história de o PT se dizer o dono da verdade. Não tem mais nada disso. Baixados esse facho todos, agora podemos tranquilamente dizer que o que vale aqui é credibilidade, o que vale é palavra

empenhada, palavra cumprida, o que vale é pudor, é compostura.

Eu era Deputado Federal, vigia ainda o regime de força e, pela própria luta encarniçada entre ditadura e democracia, eu dizia: “todo mundo que está do lado de lá não presta. Prestamos nós que estamos do lado de cá”. Um dia estou na Comissão de Justiça da Casa e vi um Deputado do PDS do Rio de Janeiro, jurista como V. Ex<sup>as</sup>, que falou com tanta justeza sobre determinado tema, que falou com tanta certeza, com tanta cultura, com tanta proficiência, com tanta eficácia, com tanto brilhantismo sobre o tema, que eu me belisquei e falei: “Puxa, essa ditadura me adoeceu e me fez crer que só servia quem estava ao meu lado, e estou vendo agora alguém do outro lado” – cito outros exemplos, o Senador Jarbas Passarinho, o Ministro Abi-Ackel –, “alguém que está do outro lado e que está me dando uma aula de compromisso com o País”. Vi que ele extrapolava no entusiasmo pelo seu Partido, no dever de lealdade para com o seu Governo. Aprecio muito isto: quem é leal, quem é capaz de, na alta e na baixa, estar ao lado dos seus compromissos. Eu faço isso. Não sou diferente disso.

Mas o que houve foi extremamente grave. Não sei se se resolve com a satisfação que convenientemente ele não deu, a meu ver. Não sei se se resolve com três dias fora. Depois, volta e continua como estava antes, para o mesmo esquema.

Não está em hora de tropa de choque, Sr. Presidente. Não está em hora disso. Está em hora de se pensar numa saída para o País. Não está em hora de se pensar em atitudes maniqueístas porque isso vai levar a fins funestos para quem imaginar que vai poder manter o poder dessa forma. Não é assim.

Portanto, Sr. Presidente, quero falar da posição do meu Partido, que pode ser entendida ou não. Já comuniquei isso ao Líder do Governo no Senado. Entendemos que é preciso uma mudança mais profunda. Vamos procurar, com toda a reverência e com todo o respeito, a Liderança do PT na Câmara, para dizer que entendemos que o que houve foi grave.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tão grave que estamos nós contestando a validade desse mandato. E vamos nisso até o fim.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, eu havia pedido também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É apenas uma informação. Como bem disse o nobre Líder Arthur Virgílio ao final, que a definição da com-

posição de cada Partido depende das suas próprias Lideranças. V. Ex<sup>a</sup> disse que vai fazer esse apelo ao Líder do PT na Câmara. Então, é uma providência...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria antes de tudo...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Eu gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não vou abrir essa questão.

Parece-me que alguém quer contraditar essa posição.

Concedo a palavra ao Senador Sibá.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Eu só queria depois explicar ao nobre Senador como se passou isso aqui. A notícia chega de uma forma, mas podemos chegar a um acordo para o bem da Comissão e para o bem da Nação. Não tem problema, não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, só queria rapidamente me manifestar, pelo respeito que temos ao Senador Arthur Virgílio e principalmente pelo que ocorreu na primeira fase da nossa reunião. Acho que devo apenas esse esclarecimento: não estamos aqui julgando absolutamente nada após o que aconteceu. O que acontecerá será fruto do entendimento de cada um.

O Deputado Paulo Pimenta usou a palavra hoje para deixar claro que cometeu um erro grotesco. Assumi isso aqui e deixou muito claro para todos nós o erro dele. No nosso entendimento, todas as pessoas que se pronunciaram em seguida elogiaram a postura do Deputado. Naquele momento, embora alguns achassem que era algo a ser relevado, deixado pra lá, ele disse que não ficaria mais na vice-Presidência e pediu a renúncia. Daí pra frente, quero deixar claro que a nossa Bancada terá todo o interesse em conversar com o Líder do PSDB no Senado e na Câmara, para ver o procedimento a ser adotado, após ouvidas as explicações do Deputado, se elas são convincentes ou não. Se o PSDB entender que não convencem, e insistirá em seguir outro caminho. Nesse caso, eu pediria que conversássemos em outro momento sobre o que aconteceu aqui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nós não vamos admitir veto aqui.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida, estou às ordens para o diálogo. Sempre.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 37 minutos.)



## ATA DA 8ª REUNIÃO – REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2005

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Leonel Pavan, Luiz Soares, João Batista Motta, Siba Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Pedro Simon e Valdir Raupp; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Gastão Vieira, José Divino, Darcísio Perondi, Chico Sardelli, Antônio Carlos Mendes Thame, Neucimar Fraga, Raul Jungmann e Perpétua Almeida; e dos parlamentares não membros João Fontes, André Figueiredo, Jutahy Júnior e Humberto Michiles, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 8ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Eleição do Vice-Presidente da Comissão e à oitava dos senhores Emerson Palmieri e Jacinto Lamas. O Deputado Paulo Pimenta apresenta documento renunciando ao cargo de vice-presidente. Pela ordem, a Deputada Zulaiê Cobra sugere um acordo para o preenchimento do cargo vago, contemplando um dos partidos da oposição. Para discussão a presidência passa a palavra aos Deputados José Rocha, Luiz Antônio Fleury e Moroni Torgan, todos concordando com a necessidade de acordo para eleição e solicitando o adiamento da eleição. O Presidente Amir Lando acolhe as sugestões e determina que a eleição seja postergada para quarta ou quinta-feira. O Presidente convida o senhor Emerson Palmieri, para prestar seus esclarecimentos. Em seguida, O Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquirir o depoente,

seguido dos seguintes parlamentares: Paulo Baltazar, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Fernando Coruja, Sérgio Zambiasi, Júlio Redecker, José Jorge, Augusto Botelho, Agnaldo Muniz, Gastão Vieira, Ana Júlia Carepa, João Baptista Motta, Sibá Machado, Odair Cunha, Fátima Cleide, José Carlos Araújo, Zulaiê Cobra, Luiz Antônio Fleury, Luiz Couto, Moroni Torgan, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Raul Jungmann, Darcísio Perondi, Mendes Thame e Neucimar Fraga. O depoente declara que entregará documento transferindo, por livre e espontânea vontade, seus sigilos bancário, fiscal e telefônico a esta Comissão. Ato contínuo, a Presidência convida o senhor Jacinto Lamas, para prestar seus esclarecimentos. Em seguida, passam a inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Ana Julia Carepa, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Batista da Motta, João Correia, José Carlos Araújo, José Jorge, José Rocha, Júlio Redecker, Leonel Pavan, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Wladimir Costa, Zulaiê Cobra, João Fontes, Antonio Carlos M. Thame, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Neucimar Fraga, Raul Jungmann, Arthur Virgílio, Perpétua Almeida. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento 306**, apresentado pelo Dep. José Carlos Araújo, **Requerimento 315**, apresentado pelo Dep. Raul Jungmann, **Requerimento 325**, apresentado pelo Dep. José Divino, **Requerimento 411**, apresentado pelo Dep. Devanir Ribeiro: todos requerem a convocação do Sr. Antônio Oliveira Claramunt (Toninho de Barcelona). A Presidência propõe alteração da pauta da 9ª reunião, a pedido do depoente, e submete a votação nova agenda para a semana: 9ª reunião prevista para 17/08/05, às 11h30, assuntos administrativos; 10ª reunião, prevista para 18/08/05, às 9h: oitava do senhor Delúbio Soares. A proposta foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e dezessete minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia dezessete de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS

## O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 07, de 2005, destinada a apurar denúncias sobre a compra de votos.

Esclareço que a pauta destina-se, em primeiro lugar, à eleição do Vice-Presidente.

Eu queria, já de início, ver se há um consenso sobre esse tema e, então, nós faríamos logo a eleição.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acho que nós temos mais uma outra oportunidade de fazermos aquele discurso lá atrás, do começo. Deus nos deu de novo uma outra chance, e essa chance agora nós temos que colocar hoje em discussão aos membros da CPI Mista para podermos escolher um Vice-Presidente que não fosse da Base de Governo, que fosse um Vice-Presidente que representasse também a Oposição.

Nós já tivemos essa discussão lá atrás, no passado; tivemos as duas chapas, a nossa chapa perdeu e, agora, temos, de novo, essa possibilidade de escolhermos um Vice mais independente, que representasse um pouco mais o PFL ou o PSDB; enfim, esses Partidos que estão na Oposição.

Essa é uma consideração minha, Sr. Presidente, porque Deus deu o fato, o fato aconteceu, agora nós temos mais uma chance de votarmos ou fazermos um acordo aqui para termos um Vice que representasse uma ala da Oposição.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, agora, o Deputado José Rocha, em seguida, o Deputado Luiz Antônio Fleury.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, nós temos hoje...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é pela ordem, aqui nós estamos discutindo a matéria pela ordem de inscrição.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Nós temos hoje dois depoimentos, que deverão ser longos. Nós vamos começar um pouco adiantados na hora, até em função de a sala estar ocupada por outra Comissão do Senado. Eu sugeriria a V. Exª que, consultado o plenário, pudéssemos adiar a votação do Vice para quinta-feira, que não fosse hoje, até para termos mais tempo para conversas a que alude aqui a ilustre Deputada paulista Zulaiê Cobra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já concedi a palavra ao Deputado Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, a sugestão é a mesma do Deputado José Rocha. Hoje nós temos dois depoimentos e podemos fazer na reunião administrativa, como primeiro ato da reunião administrativa, a escolha do vice-Presidente

para não haver prejuízo para os trabalhos. Somo-me à sugestão do Deputado José Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço o Deputado Moroni Torgan, o último, porque, em discussão de matéria, quatro Parlamentares são ouvidos. Então, sobre esse tema, ouço o nobre Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Presidente, eu acho que, em primeiro lugar, nós não devíamos nem fazer eleição para Vice, acho que tinha que ser um acordo com consenso. Eu acho que o Governo já indicou os dois cargos principais da Mesa. Quer dizer, acho que daria um equilíbrio melhor se tivesse alguém da Oposição. Poderíamos conversar e, nesse sentido, eu acho que conversar seria o melhor para nós fazermos. Conseqüentemente, eu vou aderir ao Deputado José Rocha também e deixar esse assunto para quinta-feira, mas que Governo e Oposição cheguem a um consenso e não precise haver disputa para esse cargo de Vice.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sobre essa matéria, já temos aqui quatro intervenções. É o suficiente. Vou decidir. Vou suspender para amanhã ou para quinta-feira. Vamos buscar um entendimento, um diálogo, buscar consensuar a respeito da matéria. Então a matéria fica em suspenso, e o traremos à pauta no momento oportuno.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, é só para garantir também que nossa parte há interesse de dialogar sempre sobre qualquer matéria, então nos interessa também dialogar sobre essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dizer que a ata da última reunião se encontra à disposição de todos os membros da CPMI aqui, na Mesa. Se dispensarmos a leitura, submeto logo à aprovação.

Em discussão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Peço a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão.

Já pedi a dispensa da leitura.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – So-

bre o andamento dos trabalhos. Na sexta-feira, eu estive na Secretaria para ver o que tínhamos de papéis.

Só temos lá quatro mixurucas papéis até agora. Hoje entrou aquela contabilidade do Sr. Marcos Valério. Não estamos recebendo nada daquilo que era dos Correios e isso, evidentemente, vai prejudicar o andamento dos trabalhos, Sr. Presidente.

Então essa é uma decisão que tínhamos que tomar sobre o que fazer sobre isso, porque senão vamos ficar aqui ouvindo as pessoas; evidentemente que as pessoas vão ficar aí dizendo que não sabem de nada, e não vamos conseguir avançar. Há uma preocupação geral no País com essa questão.

Então, V. Exª veja que não temos nada praticamente e, segundo informação da própria Secretaria, não temos ainda definido quem são os assessores.

Então essa é minha preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Queria em primeiro lugar – sobre essa matéria já passo a considerar –, não é uma questão de ordem, é pela ordem, porque sobre a ordenação dos nossos trabalhos.

Quero dizer, em primeiro lugar, que, quando se volta para o passado, o presente é uma colocação pela ordem.

Em primeiro lugar, queria que cada Partido fizesse ainda hoje a indicação de um assessor pela Câmara e pelo Senado. Então cada Partido que participa da CPMI fizesse a indicação dos seus assessores: um da Câmara e outro do Senado, urgentemente para podermos nomeá-los.

Por outro lado, deveremos quebrar o sigilo bancário e já estou com os requerimentos para passar de toda matéria. Já pedimos de uma.

Está uma relação difícil, V. Exªs estão vendo, é uma relação difícil com a outra Comissão. Não faço nem questão de trazer todo esse material, pode ficar num cartório só, apenas assegurar a esta CPMI o acesso de todo aquele material sigiloso que tem pertinência com a nossa Comissão.

Devo dizer que quero ainda hoje, não sei se no intervalo, se aprovamos uma votação nominal e depois a confirmação de todos os demais requerimentos devem passar pelo Relator. Já mandei aprontar e espero daqui a pouco ter o rol desses requerimentos.

E vamos estabelecer um prazo. Se não houver, quero designar duas coisas mais. Devo dizer que acho que a idéia apresentada pelo Deputado José Rocha de a Comissão acompanhar o depoimento do doleiro é

importante. Então cada Partido faça a indicação de um membro, porque é um critério que temos à disposição. Poderia eu escolher, mas esse critério é um critério objetivo e eu aceito perfeitamente que cada Partido indique um representante.

Então me tragam os nomes para que isso aconteça.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, para um esclarecimento. Gostaria de saber qual será a cronologia para as oitivas dos depoentes, se tratando de dois depoentes, se o tempo vai aumentar? Como é que será? Como vai funcionar essa cronologia?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos estabelecer, depois se V. Exª me permitir antes decidirmos as questões já colocadas, porque se não um atropela o outro. Mas vamos estabelecer uma cronologia, posso responder logo. Mas não era necessário essa pergunta, nós iríamos chamar aqui o depoente.

Vou chamar o Sr. Emerson Palmieri.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Até abro mão, não tenho problema nesse sentido, mas V. Exª não acha que é muita gente se cada Partido indicar um. Não seria melhor estipular dois da Oposição, dois do Governo ou uma coisa nesse sentido? Porque acho que seria muita gente para ir a São Paulo.

É uma questão que levanto aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Apenas digo o seguinte, nesse momento eu aceitei porque não tínhamos outro critério, e o critério de buscar um representante em cada Partido, como se ele estivesse vindo aqui... Fiz um raciocínio lógico dessa forma, mas poderemos discutir. De qualquer maneira, os Partidos me dêem os nomes ou, então, entraremos em acordo, fazendo com que haja representantes da Oposição e do Governo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, tenho uma informação relevante, mas tem de ser dada agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouça V. Exª.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O Deputado Onyx Lorenzoni cruzou comigo no corredor e justificou a ausência em um evento que haverá à tarde, na Câmara, sobre a Frente Parlamentar do Carvão, dizendo que estaria viajando ao meio-dia para São Paulo, porque o Sr. Barcelona seria ouvido pela Comissão nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma informação importante. Então, teremos certa

difficuldade agora para encaminharmos seja um, sejam dois, sejam três representantes.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Sr. Presidente, há também uma informação relevante. Já estão no aeroporto, seguindo ao meio-dia e meia para lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há mais condições.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Pre-

sidente, isso não nos impede agora de convocá-los. Se eles vão lá, podemos requerer a convocação do Toninho Barcelona nesta Comissão diretamente. A Polícia Federal... não pode vir? Tem algum problema?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não,

mas eu acho que trazer um preso do nível dele para dentro do Congresso...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sim,

mas o Fernandinho Beira-Mar já esteve aqui e não houve problema algum.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Isso

mesmo.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – E é

de muito maior periculosidade.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Por isso

mesmo, porque não foi bem a sua...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou garantir a palavra ao Deputado José Rocha. Pode concluir, Deputado José Rocha.

Os senhores vejam a dificuldade que temos de que o bom senso impere na Comissão. Se falam uma coisa, são cem. Cada cabeça uma sentença. E eu respeito a liberdade de cada um, a manifestação do pensamento de cada um. Não tenho como fazer qualquer censura, mas é difícil.

Agradeço as informações trazidas, mas, neste momento, não dá mais para acompanhar. Está prejudicada essa ação conjunta. Nada impede que façamos aqui, amanhã ou depois, talvez, uma embaixada para ir lá. Não sei a oportunidade. Vamos esperar os dados. Podemos trabalhar com esses dados de maneira satisfatória ou, então, faremos uma embaixada desta Comissão para ir ouvi-lo.

Fica em suspenso, porque há um prejuízo absoluto de toda tentativa que queríamos agora de fazer um trabalho conjunto. Não vou mais tratar desse assunto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só quero dizer a V. Exª, que, quando chegamos aqui, eram 10 horas ou 10h30min...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Era 11h30min a convocação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas nós chegamos às 10 horas. Teve gente que chegou antes

de mim. Já sabíamos do deslocamento desses Deputados. Então, o que faltou por parte da CPMI foi termos uma tratativa anterior. Aí, sim, designaríamos um ou dois para irem juntos. Agora não tem mais jeito, acabou. Eles já estão indo, vão tomar todas as iniciativas, têm autoridade para isso e nós vamos ficar em segunda mão, pegando os documentos deles.

**O SR.** (Orador não identificado) – Como estamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É que o nome desse doleiro surgiu aqui na última quinta-feira, no depoimento do Sr. Duda Mendonça. Eu não conhecia esse doleiro, nunca ouvi falar, aliás, não conheço doleiro nenhum.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas tem muito a declarar, Sr. Presidente. Tem muito a declarar. É muito importante a vinda desse rapaz aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É evidente que tem, nobre Deputado. Mas esse é um assunto superado.

Vou chamar o depoente. Aliás, havia uma informação, uma proposta do Deputado Fernando Coruja para ouvir os dois. Mas, regimentalmente, e do ponto de vista processual, não poderemos fazê-lo. Então, em primeiro lugar, chamo o Sr. Emerson Palmieri para que adentre a sala.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente Amir Lando, só uma breve indagação. Como a CPMI dos Correios enviou uma delegação para ouvir uma pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O assunto já foi discutido, nobre Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Portanto, há representação desta Comissão também naquela oitiva? Essa é a minha indagação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Até tentamos fazer uma participação, mas, infelizmente, às 14h30min, não há mais como agora conseguirmos. Ainda coloco uma última questão. Se alguém se dispõe a sair agora e chegar lá, faremos uma delegação. Agora sim, um do Governo e outro da Oposição. Mas ficará por conta dos Parlamentares que desejarem participar deste evento.

Há condição, alguém se dispõe? (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – É 12h30min no aeroporto?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, já foi discutido, vamos retomar, vamos ouvir a oitiva. Quem quiser ir, vá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero apenas dizer o seguinte: se alguém quiser ir por conta própria, não tem outra forma. Se alguém quiser, pode se retirar e estará automaticamente delegado.

Um do Governo e outro da Oposição.

É para mostrar que temos boa vontade, absoluta boa vontade para esclarecer os fatos.

Inicialmente, devo dizer ao depoente, Sr. Emerson Palmieri, que ele aqui comparece na condição de testemunha. Inicialmente, gostaria que V. S<sup>a</sup> se qualificasse, dizendo nome, estado civil, carteira de identidade, residência e domicílio.

O senhor já está assinando o termo de compromisso, mas pode ler. Depois, o nome dos advogados, sei que todos os conhecem, mas só para...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Emerson Elói Palmieri, carteira de identidade nº 893.893, CPF 059472359-00, nascido em Abatiá, interior do Paraná, moro em Curitiba há 30 anos, casado, pai de duas filhas e duas filhas casadas. Profissão, aposentado do Bamerindus e pecuarista.

Os advogados são o Dr. Itapoã e o Dr. Henrique.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. O Sr. Jacinto Lamas será ouvido em seguida. De acordo com o Código de Processo Penal, ele tem que ser mantido isolado para que não ouça o depoimento do Sr. Emerson Palmieri.

Solicito que sejam tomadas as devidas providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foram tomadas as devidas providências, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de iniciar, quero alertar a V. S<sup>a</sup> do compromisso de dizer a verdade. Não haverá aqui nenhuma agressão, queremos um tratamento civilizado de ambas as partes, tanto de V. S<sup>a</sup> com relação aos parlamentares e vice-versa, dos parlamentares com V. S<sup>a</sup>.

Portanto, faria um apelo no sentido de que V. S<sup>a</sup> dissesse a verdade. Quero fazer um alerta, ninguém pode esconder a verdade sobre as provas que não pôde destruir. Isso é um alerta processual importante. Alguém já falou isso, mas a autoria é dispensável agora.

Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup> para uma breve exposição, por 20 a 30 minutos.

Antes, concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, se o Sr. Emerson Palmieri vai depor como testemunha, não será o caso de tomar o juramento de dizer a verdade?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele já assinou o termo de compromisso por escrito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Seria bom que a Comissão tomasse conhecimento

de que ele assinou o termo de dizer a verdade e tudo que souber e lhe for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está assinado, mas V. Ex<sup>a</sup> ressalta o aspecto específico na sua condição de testemunha.

Então, concedo-lhe a palavra pelo tempo de 20 a 30 minutos; 20 prorrogáveis por mais 10.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Queria cumprimentar os Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Senadores, membros da Mesa.

Estou no PTB há mais de 30 anos, faço a parte administrativa do PTB, sou o 1º Secretário do PTB, trabalho na organização do PTB há muitos anos.

E coloco-me à disposição dos senhores para relatar tudo que sei. Espero que seja capaz de contribuir com esse trabalho e com V. Ex<sup>as</sup>.

Estou à sua disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Primeiramente, concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer as indagações que julgar necessárias.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Emerson Palmieri, o Sr. Alexandre Chaves consta da lista de doze nomes entregues por Simone Vasconcelos como autor de saques no Banco do Brasil. O Sr. Alexandre Chaves, segundo informações trazidas a esta Comissão, é tido como pessoa ligada ao senhor. Quais são as relações existentes entre o senhor e o Sr. Alexandre Chaves?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Sr. Alexandre Chaves foi motorista do então candidato a Presidente da República Ciro Gomes, na época que o PTB apoiou o candidato Ciro Gomes. A partir daí, o Sr. Alexandre Chaves trabalha numa empresa que faz os programas de televisão do PTB. Então, ele não tem ligação conosco, não tem ligação com o PTB, ele é conhecido nosso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No entanto, fez um saque, segundo a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos. O senhor não tem conhecimento para quem fez o saque o Sr. Sinval Vasconcelos nem qual foi o destino dado a esses recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tenho, sim, senhor. Tenho conhecimento, sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por favor, queira explicar.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nessa relação que os senhores devem ter do Sr. Marcos Valério existe um saque no dia 7-1-2004 de R\$100 mil feito pelo Sr. Alexandre. Esse saque, nessa relação, está repetido. Na relação da D. Simone, tem um outro saque no mesmo dia, de 7-1-04 e 14-1-04. O Sr. Alexandre fez esses dois saques. Se o senhor me permitir, eu posso explicar o que que aconteceu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Gostaria que o senhor o fizesse.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Depois da morte do Martinez, o Dr. Delúbio ligou para o Dr. Roberto Jefferson e disse que tinha um recurso para repassar para o PTB e o Roberto, na época, não aceitou, não queria. E, coincidentemente, nesse meio tempo, tinha uma pessoa muito ligada ao Deputado Martinez – uma moça – e que o Roberto Jefferson estava fazendo uma “vaquinha” com a Executiva do Partido para poder ajudar essa moça. Foi aí que o Deputado pediu que eu falasse com o Delúbio e perguntasse onde poderíamos sacar esse dinheiro. O Delúbio me passou as informações e eu repassei para o Sr. Alexandre e ele sacou esse dinheiro duas vezes – que não é uma só não – dia 7 e dia 14, entregou para sua filha. Era filha dele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Alexandre Chaves é o mesmo Alexandre Castro que sacou no mesmo banco R\$350 mi?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Alexandre Castro?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Alexandre V. Castro, personagem sobre o qual não temos obtido informações pertinentes à sua identidade.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Supõe-se que talvez fosse uma confusão com o Sr. Alexandre Chaves.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não conheço.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Segundo o Sr. Roberto Jefferson – declarações que prestou no dia 4 de agosto – o senhor fez dois saques de R\$100 mil cada um na conta da SMP&B, em janeiro de 2001?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em janeiro, eu? Em janeiro de 2001?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, na relação do Sr. Marcos Valério, tem aqui saque: dia 16/12/2003, que não aconteceu; dia 19/12/2003, que não aconteceu; 14/01/2003, que não aconteceu; esse do 07/01/04, que eu acabei de dizer que foi o Alexandre – foi esse mais o dia 14; dia 07/05/2001, não aconteceu; dias 12/07 e 12/08/2004, não aconteceu.

Até gostaria de informar aos senhores que esse Luís Carlos Miranda Faria desconhecemos, não sei quem é essa pessoa, que está aqui, que sacou um milhão dia 12/07 e 68,6 mil dia 18/08. Desconheço essa pessoa. Desconheço.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor contesta então a veracidade da lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério neste particular?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nesse particular.

Quero ainda complementar que o Alexandre sacou no dia 18/12/2003, em Belo Horizonte, R\$145 mil, que foram pago à televisão ao Sr. Cacá Moreno, foi entregue lá em Belo Horizonte ao Sr. Cacá Moreno. O Sr. Cacá já recebeu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um momento, mas R\$145 mil não se confunde com o saque feito pelo Sr. Alexandre Chaves?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É outra coisa.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dos cem mil, isso é um saque novo que ele fez, é um outro saque, inclusive nem consta na lista. Estou dando um dado novo aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso significa que o senhor contesta a veracidade da lista de pagamentos apresentada a esta Comissão pelo Sr. Marcos Valério naquilo que lhe diz respeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Inclusive o valor, porque o valor que está aqui...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, estou perguntando se o senhor contesta a veracidade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Contesto.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Porque o senhor aqui figura como tendo sacado cerca de R\$2.488.000,00, seja através do senhor mesmo, seja através de Alexandre Chaves e Luís Carlos de Miranda Faria.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor, contesto. Foram levados R\$4 milhões no PTB para o Deputado Roberto Jefferson, por Roberto Jefferson. No início de julho, na primeira semana de julho, R\$2,2 milhões e, depois, R\$1,8 milhão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esta é a questão que eu pretendo esclarecer com o senhor, se tanto nos for possível.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estou à disposição.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esses R\$4 milhões, pagos em duas parcelas, são do conhecimento geral. O Deputado Roberto Jefferson já o afirmou repetidas vezes.

Mas, confrontando as declarações do Deputado Roberto Jefferson com a lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério, lista esta datada e assinada, não é uma lista que possa ser chamada de apócrifa ou tenha surgido do nada, ele entregou a esta Comissão, o senhor surge como responsável por saques no valor de R\$2.488.600,00, ou seja, dois saques no valor de R\$1

milhão cada um, e um, dois, três, quatro saques no valor de R\$100 mil e o último no valor de R\$88.800,00.

A pergunta: esses R\$2.488.800,00 tem alguma coisa a ver com as duas parcelas que o Deputado Roberto Jefferson recebeu e que totalizam R\$4 milhões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o senhor contesta?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, eu gostaria, só para esclarecer, nobre Relator, então, se esses valores foram realmente recebidos, nós temos então um valor a maior do que aquele?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É onde estou tentando chegar, mas ele contesta a lista dizendo que não recebeu.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não recebemos.

O que nós recebemos, eu disse para o senhor, R\$145 mil, que não constam aqui, no dia 18/12, que foram entregues ao Sr. Cacá Moreno para pagamento de televisão e os R\$200 mil do Sr. Alexandre, que ele entregou a sua filha.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, nós estamos diante da seguinte realidade: o senhor subscreve as declarações do Deputado Roberto Jefferson, de que ele realmente, em duas parcelas, recebeu um total de R\$4 milhões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quatro milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Em espécie?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em espécie.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o senhor contesta a veracidade desta declaração assinada pelo Sr. Marcos Valério de que há também R\$2.488.800,00 pagos ao senhor na condição de tesoureiro do PTB? Aqui está, PTB. O senhor contesta?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Contesto.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Desses valores todos, o senhor admite que, fora dos R\$4 milhões, o senhor recebeu apenas R\$100 mil, que foi...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não, R\$200 mil do Sr. Alexandre; R\$145 mil o Sr. Alexandre pagou ao Sr. Cacá Moreno e temos mais R\$200 mil que veio do Deputado Romeu Queiroz, a pedido do Deputado Roberto Jefferson, que pediu ao Romeu Queiroz que o ajudasse a pagar também a televisão em 2003. O Romeu Queiroz falou com o Carlos Cota, se não me engano. Eu recebi isto no partido – R\$200 mil – e entreguei ao Deputado Roberto Jefferson, que também repassou para a televisão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª estava presente quando foram entregues ao

Deputado Roberto Jefferson as duas parcelas que totalizam R\$4 milhões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estava.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Foi V. Sª quem as guardou no cofre?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim. Eu separei o dinheiro em R\$150mil e R\$200 mil. Enrolei-as em elástico, tirei as fitas, porque elas estavam todas meio soltas, enrolei o elástico e as coloquei todas no cofre, junto com o Deputado. Não coube tudo. Coloquei-as no armário ao lado. Entreguei a chave ao Deputado, e ele me pediu sigilo. Dois ou três dias depois, se não me falha a memória, veio novamente R\$1,8 milhão. Da mesma forma fizemos a separação: entre R\$150 mil e R\$200 mil. Coloquei no armário e entreguei a chave ao Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª, como tesoureiro, depois utilizou esse dinheiro para pagar paulatinamente contas do PTB, contas de campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Depois que entreguei a chave para o Deputado, eu não tive mais nenhuma informação sobre isso. Inclusive, eu gostaria de esclarecer que, dois ou três dias depois, eu procurei o Deputado Roberto Jefferson e lhe disse: Roberto, essa dinheirama toda aqui no Partido! A gente precisa pôr um segurança aqui. Ele falou: “esse dinheiro já não está mais aqui”. Foi o que ele me respondeu: “o dinheiro já não está mais aqui”.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª pode precisar mais ou menos em que data se deu esse diálogo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi na última entrega, três ou quatro dias depois, cinco dias depois.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isto é que é importante: três ou quatro dias depois de recolhidas no cofre as duas parcelas.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu estava preocupado, porque nós não tínhamos muita segurança lá na sede e fui solicitar a segurança e ele me disse: “o dinheiro já não está mais aqui”.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª era tesoureiro do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Eu sou 1º Secretário.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É 1º Secretário.

V. Sª acompanhou o Sr. Marcos Valério em uma viagem a Portugal nos dias 24 e 26 de janeiro de 2003?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Acompanhei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª fazia companhia ao Marcos Valério nessa viagem

em que ele esteve pessoalmente com o presidente do Banco Espírito Santo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É sabido que o Sr. Marcos Valério fez repetidas viagens a Portugal. Essa viagem que V. Sª o acompanhou não foi a viagem em que ele se encontrou com o presidente do Banco Espírito Santo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Se V. Exª me permitir...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com o maior prazer. O senhor tenha bondade.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Roberto Jefferson me avisou, no início de janeiro, que tinha tido uma conversa com o Ministro José Dirceu e que provavelmente eu teria que ir a Portugal, ir à Portugal Telecom. Não me deu detalhes. Uma semana depois, ele me disse: vocês vão no dia 24. Vão como emissário do PT. Eu saí de São Paulo no dia 24, viajei e cheguei lá no dia 25, às 11 horas. Fomos para o hotel. No hotel, troquei de roupa, atravessei a rua, fiz um lanche, e fomos a pé à Portugal Telecom.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Sª disse “fomos”, no plural, porque foi junto com o Sr. Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Marcos Valério e o Sr. Rogério Tolentino – sempre o advogado junto. Fomos nós três. Chegando à Portugal Telecom, na entrada, o Sr. Marcos Valério se identificou, e já subimos para o último andar. Chegando ao último andar, nos atendeu uma secretária, e o Sr. Marcos Valério pediu que eu e o Dr. Rogério aguardássemos numa sala ao lado. Ele foi falar com o Sr. Miguel Horta. Ficou lá durante trinta ou quarenta minutos. Quando ele saiu, perguntei-lhe: agora vamos fazer a reunião? Ele falou: não, já está tudo conversado. Eu fiquei muito irritado, porque saí daqui para participar de uma reunião, fui participar dessa reunião como testemunha, porque Roberto Jefferson já não acreditava mais no que estava acontecendo, nas promessas do PT, eu fui como testemunha para ver se realmente aconteceria essa reunião e não consegui entrar na reunião porque o Sr. Marcos Valério não permitiu que eu entrasse. Eu perguntei por quê. Ele falou: “porque o senhor não o conhece, e ele ia ficar constrangido”.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Sª, a despeito de ser uma companhia permanente do Sr. Marcos Valério durante toda essa viagem, não obteve nenhuma informação dele a respeito do que fizera, do que contratara, que compromisso assumira com a Portugal Telecom?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Sr. Marcos Valério disse que a Portugal Telecom tinha interesse nas

“teles” aqui no Brasil, em especial na Telemig, e que ele poderia intermediar o negócio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não especificou para o Senhor que tipo de negócio, se era publicidade, se era de compra e venda, obtenção de percentagens?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não insistiu com ele nisso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele não dizia.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que a razão da viagem do senhor a Portugal foi por ordem do Sr. Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Acompanhar o Sr. Marcos Valério numa reunião com os diretores da Portugal Telecom?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Portugal Telecom.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Lá o Sr. Marcos Valério foi sozinho?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deixou a mim e a seu advogado, Rogério Tolentino, e foi sozinho.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Excluiu o senhor da reunião?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu até achei que ele estava fazendo alguma coisa prévia e me chamaria. Trinta ou quarenta minutos depois, ele saiu, dizendo que a reunião já tinha terminado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E depois as únicas informações que lhe deu foi de que havia...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que o problema, provavelmente, do PT e do PTB seria solucionado em 20 dias, aqui no Brasil.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas que problemas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Problema de recursos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Através de que expedientes?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor me desculpe, mas ele não me adiantou isso, não me falou isso. Sei que ele foi intermediar alguma coisa, mas não me disse.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A princípio, o senhor deu-me a entender que se tratava de negócios entre a Portugal Telecom e a Telemig Celular, mas o senhor agora já deixa a informação de que o móvel real era a busca de recursos com que resolver problemas de pagamento.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi o que ele me respondeu: “o problema será resolvido, do PT e do PTB,



em 20 dias. Vou falar com o Roberto Jefferson assim que chegar ao Brasil”.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Emerson Palmieri, o senhor é uma pessoa bem articulada, um homem que expõe com franqueza, com facilidade as suas coisas. O senhor foi a Portugal, hospedou-se em Lisboa, voltou de Portugal dentro dessa nebulosa de informações, sem saber exatamente o que o senhor estava fazendo como parceiro. Porque o senhor foi um parceiro na viagem.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esteve lá, foi, viu e voltou e, no entanto, não nos pode trazer nenhuma informação precisa a respeito, exatamente, do que, primeiro, desejava o Sr. Marcos Valério; segundo, do que obteve o Sr. Marcos Valério.

Gostaria que o senhor explicasse melhor à Comissão.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi exatamente assim, Sr. Relator. Ele não me permitiu, não me deu detalhes, foi recebido na Portugal Telecom tranquilamente, pareceu-me que já estava pronta essa audiência, porque, quando ele chegou em baixo e se identificou, já subimos para o último andar, e não tive condição de entrar. Achei que entraria numa reunião, fui para testemunhar uma reunião, para ver se realmente... Porque o Deputado Roberto Jefferson já estava cansado de tantas promessas e não...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso significa que o objetivo do Deputado Roberto Jefferson ao enviar o senhor com o Sr. Marcos Valério foi frustrado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Frustrado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não conseguiu cumprir os desígnios do Deputado Roberto Jefferson, que eram de saber exatamente o que ele ia fazer lá e possivelmente participar do que ele estava fazendo lá.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor voltou, então, sem essas informações.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Voltei sem essas informações.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. Marcos Valério, então, conseguiu iludi-lo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mais uma vez.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. Marcos Valério declarou nesta Comissão que o senhor foi a Portugal, o acompanhou a Portugal porque o senhor estava muito estressado e necessitava de repouso. Um membro da Comissão lembrou que o senhor, indo a Portugal no dia 24 e voltando no dia 26, o máximo que poderia obter seria mais cansaço.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E foi o que aconteceu, realmente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que o senhor tem a declarar a respeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi o que... Não é verdade. Eu fui lá exatamente para participar da reunião, e não consegui participar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E lá o Sr. Marcos Valério conseguiu que o senhor não participasse?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não participei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. Marcos Valério, Sr. Emerson, declarou que o senhor tinha pavor do Roberto Jefferson. Necessito que o senhor explique à Comissão qual é o motivo desse seu temor ao Sr. Roberto Jefferson.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu nunca tive pavor. Convivi com Roberto Jefferson há muito tempo, desde a época de Presidente do PTB o Sr. Andrade Vieira. Já conhecia o Deputado Roberto Jefferson, a gente tem gosto parecido – ele gosta de andar de jipe, eu gosto de andar de moto –, somos muito amigos, foi no casamento da minha filha, fui visitá-lo duas ou três vezes na sua cirurgia, freqüento a casa dele... Não existe favor; existe uma grande amizade entre nós. Não tenho motivo de ter pavor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sou obrigado a concluir, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, de que a única parte do depoimento da testemunha que me surpreende é o fato de ter sido tão ilaqueado na sua boa-fé na viagem a Portugal.

Eu não creio que uma pessoa como o senhor vá daqui até Lisboa para participar de uma reunião a fim de obter resultados concretos de natureza financeira e volte de lá sem ter participado da reunião, sem obter quaisquer informações a respeito.

Entrego o senhor aos membros da Comissão, que talvez possam ser mais hábeis do que eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao primeiro Parlamentar inscrito, Deputado Paulo Baltazar, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quinze minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nós já estabelecemos anteriormente que seriam dez minutos..

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito bem.

Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, quero acompanhar aqui o nosso Relator na condução das perguntas, na mesma direção.

O senhor não é tesoureiro. O que é tesoureiro informal? O que significa tesoureiro informal? Tem outro tesoureiro formal o PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, posso até explicar por que o Deputado Roberto Jefferson deve ter me chamado assim. Eu sou o primeiro secretário do Partido, e há muitos anos eu administro o Partido, eu faço as planilhas de custo do Partido, pago aluguel, pago funcionários, pago despesas de reuniões executivas e todo o final de mês levo ao Deputado Roberto, ao Presidente, uma planilha de quanto gasta o Partido, e ele...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Por isso tesoureiro informal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E ele decide o que paga e o que não paga.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E tem tesoureiro formal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Temos, temos o tesoureiro formal.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E acompanhou também as reuniões, ou o tesoureiro formal é só uma formalidade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não acompanhou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor é quem resolve?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui eu quem acompanhou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito bem.

Em relação à Portugal Telecom, parece muito frágil a afirmação do senhor em relação à ida lá. O senhor não conversou com o Deputado Roberto Jefferson, o senhor era representante do PTB. Tinha o PTB e tinha o PT. O senhor era representante do PTB. O senhor não conversou antes com o Deputado Roberto Jefferson para saber em que nível, o senhor representava um Partido que ia buscar recursos e recursos vultosos. O senhor não conversou a estratégia, detalhes dessa conversa? Como o senhor foi lá só para acompanhar uma conversa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu fui como testemunha se ia realmente acontecer essa reunião ou não, porque o Deputado Roberto Jefferson já estava desacreditado disso tudo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não, o Deputado Roberto Jefferson disse aqui, nesta Comissão, que, conversando com a Casa Civil, mandou um representante do PTB, que era o senhor, e o representante do PT. O senhor não foi lá como testemunha; o senhor era o representante do PTB para fazer a parte

do negócio. Ou não é isso? Ou o que o Deputado Roberto Jefferson disse aqui não é verdade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, Deputado Paulo Baltazar, eu realmente não tinha detalhes da operação.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas quem representava o PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu fui lá exatamente para participar da reunião e ver o que ia acontecer na reunião, eu não tinha detalhes da operação.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor não era o representante do PTB na negociação?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu fui lá como testemunha.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só testemunha e não sabia de nada?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sabia, fiquei sabendo, durante o caminho, de que tinha alguma coisa com Telemig e “teles” aqui no Brasil, que foi o que o Sr. Marcos Valério me disse.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o senhor é tesoureiro, então, o senhor sabia o valor que estava engendrado para o PTB, no mínimo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não foi discutido o valor. O Marcos Valério nos disse que, se saísse alguma coisa, seria em torno de 20 a 24 milhões, que seriam divididos entre o PT e o PTB.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, o senhor sabia o valor?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, o Marcos Valério me passou essa informação.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas a estratégia o PTB encaminhou o senhor sem nenhuma estratégia de conversa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Desconhecia.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Desconhecia.

E o senhor chegou lá a Portugal, o Sr. Marcos Valério era quem chefiava essa equipe ou era de igual para igual? Quem era o representante do PT nessa equipe?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Marcos Valério.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Representava o PT.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Marcos Valério.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o comando da reunião era com ele.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Era com ele. Tanto era verdade que, quando nós chegamos à Portugal Telecom, que ele se identificou na portaria, nós subimos de imediato. O sentimento que eu tinha é que já estava essa reunião agendada lá.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas não parece razoável que o senhor vá representando o PTB, vá para uma reunião, que vai propiciar R\$12 milhões para resolver o problema de caixa, o senhor vá lá, chega na ante-sala, o Sr. Marcos Valério o proíbe de entrar, o senhor aceita. E foi feito assim mesmo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi feito dessa forma que eu estou-lhe falando. Não é que eu aceitei, eu achei que ele...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só baixou a cabeça e ficou lá.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu achei que ele entraria e depois me chamaria para a reunião.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E ele, não o fazendo..

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quando ele saiu, 40 minutos, eu o argüi, irritado, ele falou: olha, está tudo conversado, vamos acertar no Brasil. Eu vou falar com Roberto Jefferson no Brasil.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deputado, me permite uma interrupção?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É que a testemunha fez referência a uma operação. O senhor me permita que ele explique de operação se tratava?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Segundo Marcos Valério, a Portugal Telecom tinha interesse nas “teles” no Brasil. E uma delas seria a Telemig. Foi só isso que ele me disse: interesse da Portugal Telecom. Foi só isso que ele me disse. Não disse absolutamente mais nada a esse respeito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Essa não é uma operação?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que a Portugal tinha interesse na Telemig.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Interesse em que da Telemig?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Provavelmente, comprar a Telemig ou participar da Telemig. Aí eu não posso, não tenho essa informação, Deputado. Se eu tivesse, eualaria.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o senhor representava o PTB. Parece-me uma incoerência muito grande, o PTB com necessidade de recursos, encaminhar o senhor lá e o senhor não saber nada **a priori**. Chegar lá, não ser atendido, se acomodar e voltar sem nada na mão.

Agora, quando o Sr. Marcos Valério chegou ao Brasil o que ele falou com o Deputado Roberto Jefferson? Que relatório ele deu, efetivamente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele disse para o Deputado Roberto Jefferson que estava tentando uma negociação com a Portugal Telecom, e que assim que tivesse a resposta ele passaria a resposta para o deputado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E aí ficou desse jeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ficou desse jeito.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito bem. O PTB, o senhor assumindo a posição de tesoureiro informal, tinha outras fontes de recursos da campanha que possam ser consideradas republicanas ou, de fato, não republicanas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Era só via Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só via PT.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Por acaso, o PTB recebeu recursos de alguma conta no exterior?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem convicção disso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Convicção.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E nem mandou dinheiro para o exterior?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Convicção disso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não mandou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não mandou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O dinheiro que recebeu o PTB, e o senhor já afirmou ao relator, porque o que o senhor afirma aqui, se é verdade, a gente acaba tendo dificuldade de acreditar no restante da lista, porque essa lista passada pela Srª Simone coloca o nome do senhor, o PTB. Se o PTB se exclui e tiver provas para se excluir, ou se o Sr. Marcos Valério não tiver prova para incluir, a gente coloca a lista toda com dificuldades, se é verdade o que o senhor afirma.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E é verdade.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Se é verdade o que o senhor afirma, toda a lista pode ser mentira?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu, inclusive, estou dando números novos que aqui nessa lista não tem.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, mas os que são dados aqui não são verdadeiros?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não são, não chegou ao partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, a gente não pode acreditar, claramente, nas outras pessoas que estão na lista?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nessa especificamente do PTB eu posso lhe garantir que não é esse o valor. Das outras, eu não posso lhe afirmar. Mas essa do PTB eu posso lhe garantir.

E quero chamar a atenção por um detalhe, o senhor pode ver que no meu nome e no nome do Alexandre tem telefone. Esse Luís Carlos Miranda Faria, que ninguém conhece, nem telefone tem.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas do senhor tem telefone.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso que eu estou dizendo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o senhor não recebeu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não recebi. Estou dizendo que eu não recebi.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Alguém deu o telefone do senhor?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Um esclarecimento para auxiliá-lo. Luís Carlos de Miranda Faria é Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, em Minas Gerais.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tem nada a ver com o PTB. Não tem ligação conosco.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Candidato a Deputado em 2002, pelo PTB, de Minas Gerais, vereador do Município de Ipatinga, em Minas Gerais, em 2004. Portanto...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas eu desconhecia.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas é do PTB.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas eu desconhecia.

Esse saque está no meu nome, mas eu desconhecia. O senhor está vendo?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Pois é, o senhor desconhece o projeto de ir a Portugal, desconhece o que foi discutido lá, desconhece muitos conhecimentos em relação a dinheiro.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E conheço os quatro milhões que chegaram no partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, o senhor conhece os quatro milhões, o senhor era tesoureiro. Para quem foi mandado esse dinheiro? O senhor também desconhece?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso quem sabe é só o Roberto Jefferson.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o senhor não é tesoureiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas ele ficou com a chave do cofre, a chave do armário ficou com ele.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas ele relatou aqui que foi encaminhado recurso para alguns políticos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Desconheço.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor desconhece. O senhor só pegava o dinheiro, trazia o dinheiro, colocava no cofre, nada mais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nada mais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nada mais. O senhor participou de alguma reunião em que o PTB participou em relação à campanha de um modo geral e tivessem outros partidos envolvidos nessa campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não houve nenhuma reunião conjunta de partidos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não senhor. Só tive a participação na sede do PT nacional, duas reuniões com o Sr. Delúbio, com o Sr. Genoíno, com o Marcelo Sereno e Sílvio Pereira. Duas ou três reuniões.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quando foi essa reunião?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deixa eu ver se me lembro a data aqui. Foi em maio a primeira reunião e depois em junho fizemos a segunda.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Para tratar de quê?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De ajudas aos candidatos a prefeito do PTB.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o que foi combinado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi combinado que o PT passaria uma ajuda de vinte milhões em cinco parcelas de quatro milhões. Aí nesse momento o Roberto Jefferson perguntou: – De que forma vai ser feito esse repasse? O Genoíno respondeu: “Vamos fazer através de partido a partido ou ajuda contribuição ao fundo partidário de empresas”. Foi assim que foi combinado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nessa reunião estava o Ministro José Dirceu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em nenhuma reunião eu participei com o Ministro José Dirceu, mas

posso lhe afirmar que depois de conversado isso o Sr. Genoíno levantou e disse que ia ligar para o Ministro José Dirceu.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E ligou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E ligou. Saiu, foi para uma sala e ligou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Ele disse que ligou, não é?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Disse que ligou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, penso que ... Também quero passar adiante a oportunidade de outros Deputados perguntarem, porque o depoente sabe muito pouco. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só queria registrar que lhe devolvi dois minutos, até um tempo maior do que foi a intervenção do nobre Relator, para ser correto e justo.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado João Correia, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Emerson Palmieri, tenho certeza que o senhor deve conhecer de cor um belo de um fado, porque Portugal vai hoje ocupar muito o debate aqui. E gostaria, inicialmente, o senhor já esclareceu, o relator fez as indicações básicas, mas têm algumas dúvidas ainda que gostaria de tirar, na questão da viagem a Portugal, que obviamente o senhor não teve tempo de descansar no avião. Mesmo que fosse um jatinho que tivesse autonomia de vôo teria dificuldade de em dois dias, passando praticamente quase trinta horas entre aeroportos e viagens o senhor não teria como realmente descansar. Mas o senhor já explicou isso. O que queria saber do senhor é o seguinte, inicialmente: O senhor disse que chegou em Portugal com o Sr. Marcos Valério, juntamente com o advogado Rogério Tolentino, foram para o hotel e foram a pé...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Trocamos de roupa, tomamos banho...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Isso, e em seguida foram a pé para a Portugal Telecom. Pois muito bem. E o senhor disse, com ênfase, que o Sr. Marcos Valério se identificou rapidamente e rapidamente todos subiram ao último andar. O Sr. Marcos Valério, nesse episódio, se identificou como representante do governo brasileiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, se identificou como Marcos Valério, do PT do Brasil.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Do PT do Brasil. Então ele não se identificou como representante do governo brasileiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, é o Marcos Valério do PT.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor também disse, na sua apresentação, que o senhor está no PTB há 30 anos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Que conhece, por conseguinte, toda a história do partido, toda a sua evolução e que estabelece com o Deputado Roberto Jefferson uma relação estreita de amizade, inclusive se visitam, fazem desportos parecidos. O senhor chegou a presenciar algumas conversas, alguns telefonemas do Deputado Roberto Jefferson com o ex-Ministro José Dirceu, com o ex-Presidente do PT, José Genoíno, no sentido da viabilização dos vinte milhões prometidos para o PTB na campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Da viabilização não, porque saiu da sede do PT...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – No estabelecimento, melhor dizendo, no comprometimento?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Já saiu da sede do PT com isto equacionado, acertado, inclusive com cronograma. Na primeira quinzena de julho, quatro milhões; na segunda quinzena de agosto, quatro milhões; no final de agosto, mais quatro milhões; na primeira quinzena de setembro, quatro milhões; e no final de setembro, quatro milhões. Esse cronograma ficou já acertado quando saímos da sede do PT. Ouvi diversas ligações do Deputado Roberto Jefferson ao Ministro José Dirceu, não ouvi o assunto, mas ele estava conversando com o Ministro José Dirceu, como também com o Genoíno e com o Delúbio. Presenciei isso diversas vezes.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. Para encerrar minha fase lusitana, quando o senhor voltou, nessa viagem muito rápida, o senhor naturalmente informou ao Deputado Roberto Jefferson, ainda no mês de janeiro, 26 de janeiro, se não me falha a memória. Qual foi o comportamento que o Deputado expressou para o senhor, haja vista o fato de que o senhor sequer foi admitido na sala em que seria feita a negociação em Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mais uma vez, fomos enganados.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Certamente ele não deve ter ficado muito feliz dentro desse processo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nem um pouco.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Gostaria de desdobrar a pergunta. O Deputado falou, em várias ocasiões, que ele havia feito um contato com o IRB, Instituto de Resseguros do Brasil, no sentido de que alguns empresários pudessem, por intermédio do ti-

tular do IRB, fazer por dentro, ou seja, legalmente, o financiamento de valores. Gostaria que o senhor explicasse, se puder, as empresas, os empresários e os valores em que foram discutidas essas questões, que ele chamou de questões republicanas. No caso, eram republicanas porque o aporte de recursos seria feito por dentro, não seria um caixa 2, não seria por fora.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado João Correia, desconheço esse assunto do IRB, esse pedido do Deputado Roberto Jefferson, não tive participação nenhuma nesse assunto do IRB.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não teve nenhuma participação. Nem conhecia?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu tratava os assuntos diretamente com o Dr. Delúbio e com o Marcos Valério. IRB não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. É óbvio que o senhor não é um carregador de malas contendo dinheiro, ou um sacador de cheques do Banco Rural, ou sequer um guardador de dinheiro em sacolas, mas o Deputado Roberto Jefferson insistiu, várias vezes, que, quando houve o recebimento das duas parcelas que totalizaram os quatro milhões, existia um percentual maior, pelo menos das fitas que capeavam os maços de notas, e, por conseguinte, um percentual maior de cédulas, oriundas do Banco do Brasil e não do Banco Rural, que tornou-se a grande Meca, digamos assim, dos saques. O senhor confirma essa informação?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Confirmo. Havia fitas do Banco Rural e fitas do Banco do Brasil. Não posso lhe dizer o percentual exato, porque não separamos para saber quanto havia do Banco do Brasil e quanto havia do Banco Rural. Sei que destruí as fitas e coloquei elástico, porque fica mais seguro guardar assim. Agora, eu queria esclarecer o seguinte: eu fui de banco há muitos anos, e a gente sabe que o Banco do Brasil distribui dinheiro para os outros bancos, né? Eu não sei se...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ele é, oficialmente, pelo Banco Central, quem dá o numerário para os outros bancos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Obrigado, Senadora.

Só que tinha, sim, tinha fitas do Banco Rural e tinha fitas do Banco do Brasil. Isso, sem sombra de dúvida, tinha.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Uma dúvida atroz, ainda que ele seja o Banco da eleição do Banco Central para distribuir para os outros, mas ele é o Banco, no Brasil, que tem a maior movimentação de todas, de todas. Então, isso não exclui, isso não exime

o Banco do Brasil de ter sido diretamente o elemento de passagem desses recursos ...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não, eu não estou lhe dizendo que exime. Eu só estou lhe dizendo que...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, é porque a Senadora ajudou um pouquinho aqui e eu gostaria que isso ficasse bastante claro.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas tinha mais... visualmente tinha mais fita do Banco do Brasil do que do Banco Rural. Visualmente tinha.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Só para ajudar o Deputado pra gente corrigir a informação técnica: não é eleito pelo Banco Central, ele é, na verdade, determinado pelo Banco Central como provedor de numerário.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos deixar o depoente responder como entende, e o inquiridor fazer as perguntas que bem quiser dentro do seu padrão.

Eu vou lhe dar agora mais um minuto por esse incidente.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Está certo.

É que a Senadora, desde cedo, Sr. Presidente, queria me tirar daqui. S. Exª queria abrir espaço para o Senador Botelho. Mas o Senador Botelho percebeu que eu era o segundo inscrito – eu cheguei bem cedo –, aí, o Senador Botelho, gentilmente, reconheceu o direito que eu teria de, então, sentar-me aqui, neste lugar, ao lado da Senadora Carepa, do meu Estado do Pará, do glorioso Estado do Pará.

A questão, Sr. Emerson, é a seguinte: o Deputado Roberto Jefferson passou uma tese, defendeu uma tese, e foi, até certo ponto, convincente, até certo ponto convincente, de que no PTB não havia mensalão. Ele cunhou a expressão “mensalão”. Ele a cunhou e a tornou-a “mensalão”, tanto é que a CPMI do Mensalão – não adianta –, é a CPMI da Compra de Voto, mas todo mundo vai conhecer como CPMI do Mensalão, porque o mensalão é que se tornou a grife amaldiçoada da nossa situação.

Então, eu pergunto ao senhor o seguinte: o senhor, experiente como é dentro do PTB – desde a fundação o senhor acompanha todos os movimentos do Partido –, o senhor, amigo do presidente Roberto Jefferson, certamente também amigo do que o antecedeu, e que faleceu, havia ou não havia, para Deputados do PTB, nessa movimentação de dinheiro, que não foi pequena, recursos que configurassem o mensalão? Isso eu queria perguntar com franqueza, porque se

o senhor dissesse, em algum caso – Sr. Presidente, essa é a minha única questão –, o senhor teria realmente prestado uma colaboração inestimável para este País. Nós vamos chegar ao momento, nesta Comissão e na outra, em que alguém vai chegar e dizer o seguinte: “Eu peguei R\$1 milhão, R\$2 milhões, R\$10 milhões e os distribuí tais e tais dias, para Deputados tais e tais”, aí, nós teremos cumprido o nosso papel. Sinceramente, o PTB tinha ou não tinha mensaleiros nos seus quadros?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De coração, Deputado, eu nunca vi distribuição mensal de dinheiro no PTB. Nunca. Nunca, nunca, nunca, nunca. Nunca houve isso. Nunca. Houve conversa de mensalão, que todo mundo sabe, foi colocado na Liderança, que eu nem participei dessas reuniões, sobre o mensalão, que o Partido não aceitou. Mas não tinha distribuição.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a presteza com que se houve em seus 10 minutos, e um a mais que eu lhe concedi.

Quero dizer que, às vezes, aciono a campanha quando há excesso de vozes no plenário. Por outro lado, um minuto antes do final de cada tempo, a campanha, automaticamente, sinaliza para o orador que S. Ex<sup>a</sup> só tem um minuto. Faço esses esclarecimentos para que todos saibam o porquê de, às vezes, a campanha tocar um minuto antes.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Raul Jugmann (Pausa.)

Eu concedo a palavra ao Deputado Wladimir...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – ...Costa, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Costa. Aqui estava ilegível.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado. É que eu tenho muito orgulho desse sobrenome, que é da minha mãe.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu teria prazer em pronunciá-lo se a grafia estivesse legível.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo. Muito obrigado, Presidente.

Congratulações às Deputadas e aos Deputados.

Serei bastante incisivo nas minhas perguntas. Parece-me que, hoje, as coisas estão bem mais dinâmicas, bem mais velozes nesta CPMI. Isso é bom, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É a lógica. Espero que V. Ex<sup>a</sup> dê consequência a ela.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Está certo.

O senhor tem falado, tem conversado, por telefone ou pessoalmente, com o Deputado Roberto Jefferson? Ele tem tentado orientá-lo sobre os seus depoimentos na CPMI? O senhor tem tido algum contato com ele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Eu estive, a maioria desse meu tempo, no Estado do Paraná, porque eu estou com o meu pai e a minha mãe adoentados, inclusive, hospitalizados, e eu estive acompanhando meus pais. Então, até as pessoas tiveram dificuldade em me encontrar, porque estava no interior do Paraná. Eu não... Conversei muito pouco nesse período com o Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Torço pelo pronto restabelecimento dos seus pais lá no Paraná, no meu querido Estado do Paraná.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu gostaria de saber quem pagou as despesas aéreas de V. S<sup>a</sup> e a sua estada. Foi o Marcos Valério, ou o senhor desembolsou, ou foi o próprio Partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O próprio Partido. As passagens estão lá na contabilidade.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Ah, já. O senhor já apresentou a documentação. Então, o Sr. Marcos Valério não gastou nada com o senhor, lá em Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Qual foi o funcionário do Itamaraty que foi recebê-los lá no aeroporto, lá em Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nenhum funcionário do Itamaraty.

Nós chegamos, nós três, fomos direto para o hotel, como eu já disse anteriormente. Chegamos às 11 horas, às 11h30 min no hotel, tomamos um banho, trocamos de roupa, atravessamos a rua, fizemos um lanche, e fomos à Portugal Telecom, a pé. Não teve nenhum funcionário do Itamaraty.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor já conhecia a Europa antes? Já conhecia Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca tinha ido.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Nunca tinha pisado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E não conheci, infelizmente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Só sei que mais bonito do que o Brasil, Portugal não é!

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor se considera um inocente, ou o senhor se considera usado pelo Deputado Roberto Jefferson e pela cúpula do PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não me considero nem inocente, nem usado pelo Roberto Jefferson; eu me considero uma vítima do PT.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Uma vítima do PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor poderia aprofundar quais os motivos que levam V. Sª a ter a concepção de que o senhor foi usado pelo PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque foi feita toda uma negociação com o Partido e não foi cumprido absolutamente nada.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor disse que não conhece o mensalão do PTB. E nos outros Partidos, o senhor tem informações?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor não tem?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só pela imprensa que a gente está vendo hoje.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo.

Mas o senhor nunca tinha ouvido falar em mensalão antes?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Essa palavra “mensalão”, portanto, é nova?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – “Mensalão” a gente já ouviu falar, mas de outros Partidos, eu desconhecia.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor, em seu retorno ao Brasil, da frustrada missão a Portugal Telecom, quando V. Sª foi defenestrado por Marcos Valério, que não permitiu que o senhor entrasse para participar da reunião, quando o senhor trouxe a satisfação para quem encomendou essa missão ao senhor, ou seja, ao Deputado Roberto Jefferson, qual foi a reação do Deputado Roberto Jefferson? Demonstrou-se revoltado, aborrecido, questionou o fato de o senhor ter sido bastante dócil e não ter questionado no sentido de querer participar e dizer: “Não, Marcos Valério, eu quero participar sim! Eu vou entrar aí, porque eu vim com esta missão e vou honrar essa missão que o meu Partido me deu”; qual foi a reação do Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Roberto disse o seguinte: “Mais uma vez, fomos enganados”. Foi a

resposta que ele deu. “Esqueça isso. Vamos, vamos... Esqueça esse pessoal!”

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Então, a gente observa que o Deputado Roberto Jefferson já era, vamos dizer assim, um useiro e vezeiro das situações adversas do PT, ou seja, costumeiramente vinha sendo usado como uma grande peça dessa situação política aí do PT. Essa era a sensação dele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo.

Nesse íterim, em que o dinheiro estava depositado no pequeno ou no grandioso cofre lá do PTB, o senhor notou um ritmo diferente dentro das dependências do Partido, um ritmo de entra e sai de Deputados do PTB e de outros Partidos? Porque o dinheiro estava lá, aí o senhor não sabe para onde o dinheiro foi: se o Deputado Roberto Jefferson carregou o dinheiro sozinho para botar no carro, se o levou para casa, ou se o enterrou no quintal, ou se o distribuiu e não veio ninguém. Qual a informação que o senhor tem sobre isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Vou lhe esclarecer: a partir do momento que foi guardado o dinheiro, eu entreguei a chave para o Roberto Jefferson e, daquele momento em diante, ele me pediu sigilo. Eu não comentei absolutamente com ninguém, com ninguém...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Então, o senhor está seguindo a risca agora. Por esse motivo que o senhor não quer declarar para nós para onde foi o dinheiro? Por causa dessa determinação do sigilo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu não sei. Ele me pediu: “Não comente que o dinheiro está aqui”. Não sei se é por segurança, até. “Não comente que o dinheiro está aqui.” Dois ou três dias, depois que chegou todo o dinheiro – já repeti isso aqui –, fui a ele, e disse: “Deputado, eu estou preocupado. Nós não temos segurança”. Ele falou: “O dinheiro já não está mais aqui”.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem informação de quem o ajudou a tirá-lo de lá, a quem o ajudou a carregar as malas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho, não tenho.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não sabe para onde foi?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho, não senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Agora, Deputado, na minha opinião, na minha opinião pessoal, eu acho que ele não distribuiu esse dinheiro.



**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Para nenhum Deputado? Nem para o PTB ou para outro Partido qualquer?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Absolutamente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Se eu não estiver enganado, creio ter ouvido na imprensa falada e lido na imprensa escrita que o senhor, ao sair com o empresário Marcos Valério do encontro com a direção da Portugal Telecom, teria tido uma sensação – não sei se o senhor passou por um processo de premonição ou um espírito de um adivinho –, o senhor presumiu e teria comentado com Marcos Valério, no processo de premonição o senhor sentiu que iria sair dinheiro da Portugal Telecom. O senhor teria comentado isso. Eu li isso na imprensa. “Olha, Marcos Valério, eu senti que nesta mata tem coelho, tem muito dinheiro aí.”

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em absoluto. O que aconteceu, inclusive, foi o seguinte: a partir do momento em que saímos da Portugal Telecom, o senhor Marcos Valério falou: “Eu vou ao hotel”. E eu com o Sr. Rogério Tolentino fomos num magazine chamado, se não me engano, Corte Inglês. Passei praticamente a tarde lá, andando dentro deste magazine, olhando, e quando eu voltei, o Sr. Marcos Valério já estava no hotel. Eu me separei dele e fiquei com o Sr. Rogério Tolentino.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Antes de toda essa atabalhoada situação o senhor já era amigo pessoal de Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Conheci o Marcos Valério...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Vocês mantinham relações de amizade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não, não. Não, Senhor. Conheci o Sr. Marcos Valério, Sr. Deputado, em maio, aqui no PT de Brasília, na sede nacional, apresentado pelo Delúbio.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – A título de esclarecimento, o senhor é a favor da cassação do Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acho que isso fica a critério dos senhores. Os senhores é que devem julgá-lo.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – A questão desses R\$4 milhões que adentraram aos cofres do Partido PTB, pergunto-lhe se sabe a origem deles, de onde vieram, onde Marcos Valério e o Delúbio Soares foram buscar esse dinheiro, se foi dos fundos de pensão, se foi das Farcs, lá na Colômbia, dos narcoguerrilheiros, se é dinheiro sujo? O senhor tem alguma informação a esse respeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho nenhuma informação. A informação que eu posso lhe passar é que ficou combinado com o Deputado Roberto Jefferson que seriam recibos ou do PT, porque naquele momento existia uma conversa de que o PT tinha R\$150 milhões ou R\$120 milhões em caixa, e o Genoino disse o seguinte: “Nós passaremos para vocês recibo do PT ou contribuições de empresários para o PTB”. Eu acho que até por isso o Roberto não distribuiu esse dinheiro, de medo. Esse dinheiro não entrou no Partido, não foi contabilizado no Partido.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Esse dinheiro, portanto, os R\$4 milhões, quando passaram os três dias de cura, aí esse dinheiro desapareceu, aí o senhor tem informações de que não chegou na mão de nenhum Parlamentar do Congresso Nacional. E o Deputado Roberto Jefferson, por reiteradas vezes, tem colocado para nós e para imprensa que, no momento oportuno, ou seja, quando o PT apresentar a documentação referente à origem do dinheiro, ele vai, com certeza, apresentar o dinheiro ao Partido. O senhor não sabe quais são os motivos que levam o PT a não querer mostrar a origem do dinheiro? É isso que nos deixa estáticos, atônitos, porque queremos saber, o povo brasileiro quer saber, a imprensa quer saber, todos nós queremos saber a origem desse dinheiro, de onde veio esse dinheiro: se foi do crime organizado, se foi das Farcs, fundos de pensão, ou se é um dinheiro limpo? Se é limpo, que apresente a documentação. Agora, se não é limpo, cassação neles!

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Até nós queremos saber, Deputado, também, a origem do dinheiro, e nós não sabemos.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Presidente, questão de ordem. Só para registrar o encerramento das inscrições, porque senão ficaremos aqui por muito tempo até a lista dos inscritos fechar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está fechada.

**O SR.** (Orador não identificado) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está fechada.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, está fechada para os dois depoentes? (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao próximo orador, Deputado José Rocha.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a lista, que foi fechada, é para o depoente Palmieri. A lista para o depoente Valério não foi ainda fechada?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, a lista é a mesma.

**O SR.** (Orador não identificado) – A mesma lista?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É a mesma, é a mesma.

**O SR.** (Orador não identificado) – Ela continua sendo repetida na mesma ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Exatamente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, questão de ordem, para esclarecimento. Quer dizer que depois que todos membros titulares desta CPMI, seguidos pelos Suplentes, fizerem suas inquirições ao depoente, aí é que nós vamos passar para o senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Exatamente, é isso.

**O SR. (Orador não identificado)** – Então, vamos nos preparar para as três horas da manhã.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª zerasse o cronômetro, que está marcando, porque ainda não comecei.

Sr. Presidente, dirijo-me ao Sr. Emerson Palmieri para fazer a seguinte indagação: de quando data sua amizade com o Sr. Marcos Valério, em que situação se deu o encontro entre os senhores e qual a razão para que esse relacionamento tenha alcançado um nível tão elevado, já que, segundo as declarações que circulam na mídia, nada foi tratado no âmbito político-partidário entre os senhores?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor podia iniciar a pergunta, porque eu não ouvi a primeira.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – De quando data a sua amizade com o Sr. Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu conheci o Sr. Marcos Valério em maio, no Edifício da Varig, apresentado pelo Sr. Delúbio.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Delúbio?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Delúbio Soares. E o meu relacionamento com ele foi...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Que ano?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nesse ano de 2004.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele diz aqui ter com o senhor uma relação de amizade bem estreita. Isso é verdade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, em absoluto. Primeira e última viagem que eu fiz com o Sr. Marcos Valério foi essa fatídica viagem para Portugal, nunca viajei, me encontrava com o Sr. Marcos Valério no PT de São Paulo e no PT aqui de Brasília. Ele nunca foi em minha casa. Eu desconheço a casa dele. Agora, nós conversamos: falei da minha família, falei das mi-

nhas filhas quando a gente se encontrava. Eu sou muito família, falei do meu pai, da minha mãe. Quer dizer, e ele falou também dele, da filha, que a filha saltava a cavalo, essas conversas que a gente tinha, mas era uma conversa não de amizade profunda. Nós nunca tivemos contato de ir um na casa do outro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Disse que sabia muito das suas preferências pessoais, dada a amizade que ele teria com V. Sª.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O PTB inteiro sabe que eu gosto de andar de motocicleta. Eu, com o antigo Presidente Martinez, nós viajavamos de motocicleta. E o PTB inteiro sabe, todo mundo sabe, e ele ficou sabendo também. É um *hobby*.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não ficou bem esclarecida essa viagem de V. Sª a Portugal. V. Sª foi cumprindo uma missão. Correto?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Que missão lhe foi dada pelo Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Deputado Roberto Jefferson estava indignado já com as negativas do PT. Ele não conseguia pôr o acordo em prática. E, quando ele conversou com o Ministro José Dirceu, ele me disse para ir a Portugal testemunhar uma reunião que, provavelmente, equacione os nossos problemas. Testemunhar. Não me deu detalhes. Quem me deu detalhes de que a Portugal tinha interesse na teles e, em especial, na Telemig, foi o Sr. Marcos Valério. Fora disso, Deputado, estou falando de coração, eu não sei de nenhuma informação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor foi para testemunhar um encontro...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim. Um encontro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ...do Sr. Marcos Valério com o presidente da Portugal Telecom.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Sr. Horta, se não me engano. Sr. Miguel Horta.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Miguel Horta e Costa.

Chegando lá, V. Sª afirma que não testemunhou esse encontro.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual foi a sua reação por não ter cumprido a missão determinada pelo presidente Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quando o Sr. Marcos Valério saiu da reunião, eu fui ao encontro dele e perguntei: “Agora nós vamos conversar”. Ele disse: “Não. Já está tudo conversado”. Eu disse: “Mas você me fez de palhaço. Eu fiquei irritado. Eu vim de lá até aqui, e você me fez de palhaço”. Ele disse: “Não. Está

tudo ok. Daqui a 20 dias, eu converso com o Roberto Jefferson no Brasil”.

Foi exatamente assim, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E V. Sª concordou plenamente com esse argumento do Sr. Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não tinha o que fazer. Eu ia forçar a entrada? Eu não tinha o que fazer.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Aí passou um dia em Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Passei o resto da tarde. No outro dia, viemos embora de madrugada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O dia todo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Passei.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Passou lá o dia 25?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E veio dia 25, à noite?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Vinte e cinco, à noite.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ou 26 de manhã?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Vinte e seis, de manhã. De madrugada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, passou um dia e uma noite?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É. Eu cheguei dia 25, de manhã, passei a tarde do dia 25, e dia 26, embarquei de volta, de manhã.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E qual foi a agenda de V. Sª com os acompanhantes em Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Já expliquei, mas torno a explicar. O Marcos Valério disse que ia para o hotel. Saiu, pegou um táxi e foi para o hotel. O Sr. Rogério Tolentino e eu fomos a um magazine chamado Corte Inglês, que ele já conhecia. Eu não comprei nada porque não dava, Deputado. Fiquei andando pelo magazine porque eu não conhecia, nunca tinha ido à Europa. Fiquei olhando.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E à noite? Jantaram juntos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Daí jantamos juntos à noite, num restaurante bem perto do próprio hotel.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não houve retorno da conversa sobre...?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Absolutamente. Indaguei ele algumas vezes. Ele me disse: “Vou falar com Roberto Jefferson lá no Brasil”.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Em que hotel vocês se hospedaram?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Hotel Tívoli.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pagas essas contas por quem, essas despesas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A minha, pelo PTB. Já deixamos à disposição.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª tem como declarar durante sua gestão à frente das finanças do PTB o total de recursos repassados pelo PT ao PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Os quatro milhões só, que não foram ao PTB. Esse recurso foi passado para o Deputado Roberto Jefferson. Ficou combinado entre ele e o Genoino que isso ficava entre pessoas físicas até que chegasse o recibo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor participou de alguma reunião de Roberto Jefferson com o Genoino, ou com Delúbio, ou com José Dirceu a respeito desses acertos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Com o José Dirceu não. Mas com o Delúbio, Genoino, Sílvio Pereira e Marcelo Sereno, sim, senhor, na sede do PT aqui.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sobre essas questões dos repasses dos recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dos repasses, das candidaturas a prefeituras, onde ia fazer coligação, onde podia fazer coligação. Porque, na verdade, o meu trabalho no PTB é exatamente esse. Eu faço a parte operacional do Partido; tenho os dados de todos os Estados, dos Municípios, quem é Prefeito, quem é Vereador, quantidade, etc.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quantas reuniões houve entre as cúpulas do PT e do PTB nessas tratativas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que eu participei, no PT aqui de Brasília, duas ou três, se não me falhe a memória, e na casa do Roberto Jefferson, duas ou três também.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Na casa do Roberto Jefferson, com quem?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Com o Delúbio, Genoino, Múcio, e eu estava presente. E teve outras reuniões em que eu não estava presente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Tinha mais alguém? O senhor se lembra de mais alguém?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Numa delas, Marcelo Sereno.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª saberia afirmar se o Deputado José Dirceu tinha conhecimento dessa prática de repasse de recursos e qual era a origem desses recursos repassados?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, o que a gente sempre sentiu é que depois de todas as conversas sempre havia uma ligação ou do Delúbio ou do Genoino para o Deputado José Dirceu. É o que eles diziam: “Vou ligar para o Ministro José Dirceu”.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Nessas reuniões, o senhor presenciou alguma ligação desse tipo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, daqui de Brasília mesmo, algumas para o Ministro José Dirceu.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E qual seria o retorno dessa ligação, o senhor sabe qual era?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – “Está tudo ok, Roberto. Está tudo ok”. Era a resposta que vinha ou do Genoino ou do Delúbio. “Está tudo ok. Fique tranquilo”.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sempre tratando dos repasses de recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Do que foi conversado ali naquele momento.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Sílvio Pereira também participava dessas reuniões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Participava. Não de todas, Deputado. Vamos ser justos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª sacou, pessoalmente ou por meio de emissários, algum valor das contas de Marcos Valério no Banco Rural ou em qualquer outra instituição financeira?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca entrei em Banco Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual era a origem da maioria das captações realizadas por V. Sª?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só o Fundo Partidário, que chega para o PTB, e a captação de conta contribuição, que os Deputados ajudam mensalmente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É verdade que foi Marcos Valério quem lhe apresentou os diretores dos Bancos BMG e Rural?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não conheço os diretores dos Bancos BMG e Rural.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não os conhece?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Foi também Marcos Valério quem fez aproximação entre o PTB e o PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Isso aí é o Deputado Roberto Jefferson, a Liderança... o Partido, não foi o Marcos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quando V. Sª soube da existência do esquema designado de mensalão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu soube em conversas dentro do Partido, que estava existindo, que houve um oferecimento e que o Roberto falou com o Ministro Walfrido, falou com o Múcio e falou com uma série de pessoas que fizeram uma reunião na Liderança, eu não estava presente, e não aceitaram.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª poderia nomear as pessoas que sabe terem recebido do PT o mensalão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A última pergunta, Sr. Presidente.

V. Sª disse que não conhece o Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria. V. Sª ainda confirma que não o conhece?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não o conheço. Pessoalmente não o conheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sendo candidato a Deputado Estadual pelo PTB de Minas Gerais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não o conheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E sendo Vereador pelo PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não o conheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente; Srs. Parlamentares; Sr. Depoente.

Qual é a situação de finanças do PTB, Sr. Palmieri? Ele está devendo muita coisa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Esses recursos, que eram para serem recebidos em janeiro de 2005, eram para pagar o quê?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Do PT?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – As campanhas para candidatos a Prefeitos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, V. Sª sabe que alguém ligava para o senhor querendo cobrar esses recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, a maioria dos Municípios ligava pedindo, para ver se tinham recursos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Esse acordo era para pagar... Com o que foram pagos esses recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não foram pagos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não foram pagos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. O Deputado Roberto Jefferson autorizou diversos candidatos a fazerem inclusive papagaio em banco, para a campanha, e esse recurso não chegou.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não foi pago.

Entre o primeiro e o segundo turno da eleição presidencial, houve um acordo financeiro entre o PTB e o PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que eu saiba não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Como foram pagas as contas do PTB na campanha entre o primeiro e o segundo turno para apoiar no segundo turno?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Desconheço isso, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor desconhece.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu trabalhei na campanha do Ciro Gomes; fui coordenador da campanha operacional de Ciro Gomes, trabalhei muito, mas não participei dessa parte financeira.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. Sª tem uma larga experiência em campanha política. Desde 1986, ao que parece, participou de campanha de Deputado; depois, participou da campanha do Senador Andrade Vieira; posteriormente, segundo relato, participou da própria campanha de Taniguchi, quando houve inclusive acusações naquele...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O ex-Senador Andrade Vieira – vou lhe fazer uma pergunta mais pessoal –, disse que estranha a evolução do seu patrimônio, porque o senhor era funcionário do banco. Disse ele que V. Sª era um funcionário modesto e teria, ao longo do tempo, acumulado um patrimônio. Ele se manifestou nos jornais, dizendo que estranha esse acúmulo de patrimônio.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quero agradecer a sua pergunta, porque é um momento em que posso esclarecer uma série de fatos.

Em primeiro lugar, não quero acreditar que o Sr. Senador José Eduardo – Sr. Zé Eduardo como eu o chamava – disse uma coisa dessa. Eu entrei no Bamerindus como ascensorista há 30 anos; trabalhei 30 anos no Bamerindus. Entrei como ascensorista e aposentei-me como diretor. Eu devo quase tudo da minha vida ao Sr. José Eduardo e à família Vieira. Foi o Bamerindus que me deu condição de estudar. Eu era do interior do Paraná, e meu pai era bóia-fria. O Ba-

merindus que me deu condição de estudar, de fazer duas faculdades, de fazer curso de pós-graduação. Eu tenho um agradecimento ao Senador José Eduardo, que ele não tem idéia. Eu o respeito muito. Não quero acreditar que ele tenha dito isso. Eu tenho cartas dele me elogiando, me dando gratificações semestrais no banco pela minha *performance* no Banco. Eu trabalhei durante 30 anos com o Senador José Eduardo. Morei com o Senador José Eduardo, aqui em Brasília, na casa dele, no Lago Sul. Não era funcionário do Senado; era funcionário do Bamerindus. Morei com ele, ajudei. Eu sempre montei os planejamentos de campanha; sempre gostei de fazer isso. Eu montava esse planejamento para o Senador. Não quero acreditar que ele fez isso. Acho que ele foi um homem injustiçado. Se ele estiver me ouvindo agora, se eu fiz alguma que eu o desagradei, eu peço desculpas. Mas eu devo a ele. O meu pai trabalhou no banco de motorista, carregando malote, quando eu trouxe o meu pai do interior para Curitiba. Tudo no Bamerindus. Então, tudo o que eu tenho no Bamerindus, tudo o que eu tenho na minha vida, eu agradeço ao Bamerindus.

Eu trouxe, Deputado, se o senhor me permitir, os últimos cinco anos da evolução do meu Imposto de Renda. Posso entregar à Mesa.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Apenas ouvi essa declaração dele na imprensa.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está aqui com a Mesa.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor fez uma afirmação que considero relevante, e, se fosse possível, eu gostaria de que a repetisse: “que o Sr. Delúbio não tomava decisões por ele. Ele consultava o Ministro José Dirceu para tomar decisões relativas a acordos financeiros.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Algumas vezes, sim. Outras vezes, ele tomava decisão...pode fazer.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor afirma que ele consultava...?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Consultava.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – ...o Ministro José Dirceu.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Consultava.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor não sabe de fatos relativos ao PTB como, por exemplo, onde esses R\$4 milhões foram colocados?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O que é estranho, porque evidentemente, como uma alta personalidade no Partido, V. Sª deveria saber. Como o senhor tem tanta segurança para afirmar, por exemplo, que o PTB nunca recebeu recursos do exterior, nem repassou recursos para o exterior?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque eu desconheço isso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor desconhece?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Desconheço totalmente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Desconhece.

O Deputado Roberto Jefferson falou para várias pessoas, inclusive ministros, sobre o mensalão. Como o senhor tem intimidade com ele, ele deve ter-lhe falado do mensalão. Ele lhe falou do mensalão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim. Ele falou, em jantares na casa dele, que estava havendo esse mensalão. E não aceitou.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O Deputado Roberto Jefferson inclusive citou pessoas que receberiam o mensalão. Ele disse explicitamente para o ex-Deputado Valdemar Costa Neto: “O senhor recebe”. Então, evidentemente, ele lhe disse também pessoas que recebiam o mensalão. E a finalidade básica desta Comissão é verificar se alguém recebia o mensalão.

O senhor ouviu algum nome do Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Nunca ouviu nenhum nome?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A respeito de quem recebia o mensalão, nunca ouviu nenhum nome?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Em algum instante, o senhor ouviu falar que o Presidente Lula soubesse de algum desses fatos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Nunca o Deputado Roberto Jefferson... falou de nenhuma...?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Sei que o Presidente Lula esteve na casa do Roberto Jefferson e jantou – a gente não teve acesso ao jantar –, mas nunca, nunca.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, o escritor francês François Mauriac dizia que a verdade só aparecia na ficção, quando o escritor mostra o que tem na alma. Nós, aqui nesta Comissão, vivemos uma situação na qual não sabemos o que é ficção e o que é realidade. Uns estão dizendo que isso é uma novela, até mexicana – há muito apelo para a pessoa dizer a verdade.

Talvez o motivo que atraia tanta gente a essa nossa novela é o fato de envolver vários aspectos: poder, dinheiro, traição, mentira. Agora, fala-se que envolve sexo, conforme a lista da Jeany. É uma tragédia da vida real. Nem Dias Gomes conseguiria escrever uma tragédia com tantos conteúdos.

Estamos procurando culpados e inocentes e ainda não sabemos quem é o quê. Mas, sem dúvida, ingênuos não há. Há culpados e inocentes, não ingênuos. O que impressiona em todos que sentam no lugar do depoente – não fazendo referência ao Sr. Palmieri, mas a todos – é a demonstração de ingenuidade e a disparidade de informação. Uma pessoa faz uma declaração que parece ser a maior verdade do mundo. Em seguida, outra a contradiz. E as pessoas só contam mesmo quando estão com a faca no pescoço, ou seja, depois que já existem as provas. Mesmo o Duda Mendonça, na CPMI dos Correios, chorou quatro ou cinco vezes. E, agora, já se mostram outras evidências. Ele só veio demonstrar uma conta, porque já havia aparecido anteriormente.

Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, nós devemos avançar nos papéis, porque estou cada vez mais convicto de que, com os depoimentos, não receberemos nada. Os tesoureiros de campanhas políticas são pessoas altamente qualificadas e treinadas para serem, evidentemente, discretas – senão, não seriam tesoureiros de campanhas. Eles são discretos por natureza. E essa discrição, aqui, aumenta ainda mais.

É claro que o nosso Presidente, Senador Amir Lando, jurista de estirpe, sempre fala aqui, fundamentado na Constituição e juntamente com o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. É a presunção da inocência que a Constituição Federal previne.

A pessoa, aqui, está como testemunha, mas pode, evidentemente, transformar-se em acusada. Então, realmente, precisaremos avançar no sentido de obter provas mais substanciais, razão pela qual insisto na tese segundo a qual devemos ter documentos lá, Senador Amir Lando, sob pena de não cumprirmos o nosso papel, que é encontrar os verdadeiros culpados.

Obrigado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me dizer que, se V. Ex<sup>a</sup> verificar, estávamos, até agora, pautando-nos pela lista de distribuição de recursos apresentada pelo Sr. Marcos Valério, data e assinada por ele e entregue oficialmente a esta Comissão. O Sr. Emerson Palmieri acaba de contestar, várias vezes seguidas, aquilo que lhe diz respeito nessa lista. Mas os membros da Comissão podem verificar o seguinte: segundo depoimento do Sr. Duda Mendonça, subscrito por sua sócia, Dona Zilmar, ele

teria recebido R\$11,5 milhões do Sr. Marcos Valério em uma conta nas Bahamas; R\$1,4 milhão em 22 cheques – pagamento de R\$1,4 milhão parcelados; e, pessoalmente entregue pelo Sr. Delúbio à Dona Zilmar, R\$3,6 milhões, que somados, perfazem R\$15,5 milhões, exatamente o total da dívida que o Sr. Duda Mendonça afirmou que o PT tinha com ele. O senhor pega a lista do Sr. Marcos Valério e verifica que não tem absolutamente nada de nenhum desses dados. Ele põe a Dona Zilmar como tendo recebido: R\$1 milhão; R\$100 mil; R\$100 mil; R\$100 mil, R\$100 mil, até totalizar os R\$15,5 milhões.

Creio que V. Exª tem realmente razão: nós temos de partir para recursos de investigação que nos possam permitir uma visão mais real do que realmente se esconde atrás desses documentos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só 30 segundos, Sr. Presidente. Veja: essa afirmação do Relator é absolutamente importante, porque, se os R\$10 milhões, lá do Duda Mendonça, foram repassados em dinheiro no exterior e não estavam aqui, numa operação que eles chamam *back to back*... – estou aprendendo essas coisas aí. Evidentemente, quando ele coloca esses R\$10 milhões para o Duda Mendonça, esses R\$10 milhões foram para outros, talvez, que ele omite, que ele esconde.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – R\$10, não. R\$11,5 milhões

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – 11 milhões?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E meio, transferidos para o exterior.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Fico até preocupado. Na CPMI dos Correios, diz-se que o Duda Mendonça é o primeiro que disse a verdade. Nós temos que realmente ir para os papéis; senão, nós e o Brasil como um todo vamos ficar numa situação de muita dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já que fizemos um parêntese, vou agregar um juízo meu pessoal e da minha experiência. Isso é verdade. V. Exª acaba de citar o autor francês, eu poderia citar Dostoiévski, autor russo, não sei se anterior ou não ao seu, quando ele, em **Crime e Castigo** diz: “O criminoso mentirá com superioridade a todo mundo e, quando acredita que todo o mundo foi vítima dessa mentira, ele cai”. Exatamente! Quer dizer, as provas estão aí. Há uma contabilidade, há uma conta bancária. É só confrontar essas declarações com a conta bancária, e vamos ver as retiradas. Quer dizer, não há muito a inventar. Por isso, eu dou um conselho, porque senão é mais um crime, o perjúrio. É evidente que não vamos prender ninguém aqui. Fiquem tranquilos os

depoentes. Vamos encaminhar ao Ministério Público, para que o faça.

Quero deixar muito claro que não estou aqui fazendo qualquer insinuação a V. Sª, mas alertei exatamente por isso. O que é óbvio – e foi o próprio Dostoiévski que disse – é que não se pode esconder as provas que não foi possível destruir. Então, fale, dê uma versão diferente. Mas fale, que é o óbvio, porque as provas virão e vão bater na face de cada um. Quer dizer, uma investigação, para ser séria... Quero até elogiar hoje o nível das inquirições, que foram muito objetivas. Parabéns a todos membros! É evidente que o depoente não sabe nada e, por isso, não fala. Não há referência alguma; o senhor fique tranquilo. E, quando eu disse “criminoso”, não me referi ao senhor. Evidentemente, o senhor não está aqui na condição de acusado.

Então, realmente, isso acontece, eminente Deputado e o ilustre Relator também está surpreso com tudo isso. Mas as pessoas saberão que as provas estão aí. Infelizmente, não tivemos acesso. Não há uma cooperação. De hoje para amanhã, vamos quebrar todos os sigilos dos dados e elementos constantes da outra CPMI, por questão de economia processual. Então, poderemos confrontar. Mas, de qualquer maneira, esperávamos que cada um dissesse o que sabe. Espero que o estejam fazendo; do contrário, vão incorrer em outro delito – sem ameaça, sem posição alguma de hostilidade, nenhuma postura hostil, mas isso vai acontecendo necessariamente.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sr. Presidente, gostaria só de responder ao Deputado Coruja e de dizer ao senhor o seguinte: eu não requeri **habeas corpus**; eu vim aqui para dizer a verdade, eu vim aqui para dizer o que sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E seria desnecessário.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu sou administrativo do Partido. Tem uma série de reuniões políticas de que eu não participo, que eu desconheço. Eu recebo uma missão: faça isso, faça aquilo. Eu vou fazer.

Esse dinheiro que se discute, da lista, não entrou no Partido; esse dinheiro não entrou no PTB. Eu posso garantir aos senhores, não entrou. Não estou aqui para fazer... Não entrou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – As minhas observações são gerais. Não há qualquer... Peço ao senhor que diga a verdade.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não entrou, Deputado Coruja. Não é. Essa lista está furada. Eu inclusive dei alguns dados que não estavam aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está bem. Então está respondido.

Concedo, então, a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Obrigado, Presidente Amir Lando.

Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Dr. Emerson Palmieri, estou exatamente com essa relação de pessoas indicadas. Diz aqui o documento: “Relação de pessoas indicadas pelo PT que receberam recursos emprestados ao PT por Marcos Valério através das empresas”. E consta, obviamente, o seu nome.

A que o senhor atribui, então, a inclusão do seu nome na lista de sacadores ou de recebimento do Sr. Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Primeiro, Senador Zambiasi, posso lhe garantir que não entrei em nenhum banco, não tem absolutamente nada meu, não saquei absolutamente nada de ninguém. Eu era o contato. Quero crer que essa lista – isso agora é opinião minha – era uma provisão que eles estavam fazendo. E iam colocando lá, iam colocando. Fizeram uma provisão para depois repassar, porque eu era o contato.

Então, acho que isso era uma provisão. Eu não saquei absolutamente nada disso. O que foi sacado eu esclareci aqui.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor nunca esteve em agências do Banco Rural, seja em Brasília, seja em São Paulo? O senhor foi a Belo Horizonte?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Não, senhor. O próprio Marcos Valério disse, no depoimento, que eu nunca estive em Belo Horizonte. Estive em Belo Horizonte, mas em ocasiões diferentes, não para isso.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor nunca visitou as empresas do Marcos Valério em Belo Horizonte?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Falando em Marcos Valério e nas viagens, o Valério alegou que V. S<sup>a</sup> viajou com ele a Portugal para se desestressar e que, na viagem, V. S<sup>a</sup> fez inúmeros comentários sobre a sua vida pessoal e sua relação com o Deputado Roberto Jefferson.

Bom, é uma viagem longa e, obviamente, uma viagem que sugere conversas, conversações. Eu gostaria de saber se, no avião, vocês viajaram em poltronas próximas, que pudessem aproximar uma conversa tão íntima, a ponto de ele saber tantos detalhes a respeito de sua vida. Viajaram próximos um ao outro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Ele viajou na janela, o Sr. Tolentino viajou ao lado dele e eu viajei do outro lado do corredor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Quer dizer que não havia...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não havia como...

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – ...aproximação suficiente, contato suficiente, sob pena de...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Não. Não.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – A viagem foi à noite, foi noturna? Foi uma viagem à noite?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Poderia acordar os demais passageiros.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi. Chegamos às 11 e meia da manhã em Lisboa.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – E a volta?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A volta foi de manhã, foi de dia, mas também foi exatamente assim. Em lugares diferentes.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – As mesmas poltronas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – As mesmas poltronas.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Bom, chegando a Portugal, hospedaram-se nesse hotel e, de lá, atravessaram a rua, pelo que o senhor explicou, e foram à Portugal Telecom. Lá, o senhor estava designado para ser testemunha desse encontro.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O Valério, depois, lhe deu algum tipo de justificativa para não permitir o seu ingresso na reunião?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele disse que eu não entrei porque o senhor não me conhecia e poderia ter constrangimento, e que ele tinha tratado do assunto com ele lá e que, aqui no Brasil, ele esclareceria isso para o Roberto Jefferson.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor quer dizer com isso, então, que o Valério conhecia o seu interlocutor em Portugal.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não tenho dúvida. Eu não tenho dúvida de que ele conhecia.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Já devia ter conversado outras vezes com ele.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho dúvida. Eu não tenho dúvida.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Ele comentou se esse tipo de conversa foi em Portugal ou foi no Brasil?



**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Ele disse que Portugal Telecom tinha interesse em algumas telas no Brasil, em especial a Telemig.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Bom, encerrada a reunião que o senhor alega ter durado de trinta a quarenta minutos, vocês saíram do prédio?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Saímos do prédio. Aliás, ainda tentei e falei: nós não vamos conversar com o senhor? Ele falou: “Não, já terminou a reunião”. Falei: mas, e aí, eu vim para quê? Ele: “Não, lá no Brasil, eu esclareço para você e para o Roberto Jefferson”.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Essa reunião foi no início da tarde?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi a uma e meia, duas horas da tarde. A gente fez um lanche e saiu. Duas horas.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Significa que, por volta de 15 horas, a missão acabou.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Acabou.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor foi dispensado por ele.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui dispensado por ele e fui... Até acho que ele levou o Sr. Rogério Tolentino exatamente para isso, porque daí ele colocou o Tolentino comigo, para me levar ao Corte Inglês, para que eu conhecesse o Corte Inglês, e ele disse que ia para o hotel. De lá, não sei para onde ele foi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Então, ao saírem do prédio da Portugal Telecom, saíram juntos; porém, já fora do prédio, ele não mais os acompanhou.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Ele alegou que iria para o hotel.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ia para o hotel.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – E sugeriu ao senhor e ao Dr. Tolentino um passeio.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fomos ao Corte Inglês, um *shopping* que tem, uma coisa assim.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor e o Dr. Tolentino passaram a tarde...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Passamos lá a tarde. Chegamos eram seis horas, seis e pouco, no hotel.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O Dr. Tolentino passou o tempo todo com o senhor?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Comigo, o tempo todo comigo.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Visitando as lojas desse magazine?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Exatamente assim que aconteceu.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Chegando ao hotel, foi organizada essa janta?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Foi numa casa de fado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fomos. Mas eu não bebo. Ele disse que eu bebi vinho, eu não bebo. Não bebo bebida alcoólica.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – (fora do microfone)... nem as paredes confessam?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não ouvi, Presidente.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Então, a impressão que deu é que o Sr. Marcos Valério quis permanecer sozinho após esse encontro na Portugal Telecom.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho dúvida disso.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – É evidente. Ele realmente dispensou o senhor e o Dr. Tolentino?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dr. Tolentino.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Voltando agora, então, para o Brasil. O senhor participou dessas reuniões iniciais para tratar da campanha de 2004 com a direção do PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Participei no PT nacional. Fomos duas ou três vezes lá com o líder Múcio, onde foi discutido. Foram discutidas as prefeituras, onde se poderiam fazer as coligações, e foi discutido o valor de repasse de ajuda de campanha.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Essa planilha de valores foi o senhor que organizou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, nós colocamos os nomes dos Municípios, e aí chegar à conclusão de que, para fazer as coligações, precisava mais ou menos desses valores.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Quer dizer, o senhor levou uma planilha de candidaturas...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De candidaturas.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – De todo o Brasil?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De todo o Brasil.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor fez um mapa...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De Estado por Estado.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Fez um mapa de candidaturas onde havia coligações do PTB com o PT, ou todas as candidaturas do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Todas as candidaturas do PTB. O PTB teria, naquele ano, mais ou menos, se não me falha a memória, 2.930 candidatos a prefeito, mil e poucos vice-prefeitos, e uma infinidade de vereadores. Isso é o que eu construo dentro do PTB. Esse é o meu trabalho dentro do PTB.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Foi colocada alguma objeção no caso desse financiamento acertado, ou prometido pelo menos...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quando acertaram o valor, o Sr. Genoíno e o Sr. Delúbio imediatamente deram o ok.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Não, o que eu queria saber é se houve algum tipo de exigência: não, vamos ajudar, porém...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – ...a preferência para candidatura tal...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não. Se houve essa conversa, eu não estava presente.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – A responsabilidade seria, portanto, do Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Do Roberto Jefferson, nas tratativas com a cúpula do PT.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Não se estabeleceu nenhuma exigência: financiamos, porém esse apoio tem que ser para os candidatos que estão...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não. Não, senhor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – ...coligados com a, com b...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Nenhum tipo de prioridade.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, na minha presença não.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Na sua presença, não foi; não houve nenhum tipo de exigência.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – E o senhor alega que assistiu, esteve presente na entrega desse valor à pessoa física do Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor, à pessoa física do Roberto Jefferson. Foi o que ele combinou com o Deputado Genoíno e com o Delúbio, até que chegassem os recibos. Quero deixar claro que o Deputado Roberto Jefferson sempre frisou e sempre se preocupou com esses recibos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Ele cobrou alguma vez do senhor esses recibos para esse acordo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui no PT diversas vezes atrás do recibo, fui diversas vezes no PT atrás desse recibo.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Alguma vez... O senhor conversava com quem? Com o Delúbio ou o com Sílvio Pereira?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Delúbio. Depois de esperar cinco horas, quatro horas, ir e voltar sem poder conversar. Fui. A gente se irritava, mas tinha que ir.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Esses chás de banco que o senhor alega...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Chás de cadeira.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – ...foram aqui em Brasília?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Aqui, em São Paulo, no PT de São Paulo.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – O senhor esteve em reuniões também no PT em São Paulo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estive, estive, sim, senhor.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Cobrando esse acerto?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Cobrando recibo e cobrando o recurso, a pedido do Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, estou satisfeito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço-lhe e passo a palavra...

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup>, nobre...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, apenas para tentar melhorar a situação e o ordenamento dos trabalhos.

É evidente que nenhuma pergunta nova está sendo feita. Estamos sendo repetitivos. Não vou de forma alguma sugerir que encerremos o depoimento neste instante, porque os olhares fulminantes de alguns aqui já se cruzaram e estou quase para ser fulminado. Não é bem isso. Mas podíamos fazer um acordo e diminuir o tempo para cinco minutos.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Por favor, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ouvir S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Pelo cálculos que fizemos, otimistas, eu e o Relator, vamos ouvir o segundo depoente lá para as 22 horas e 30 minutos, o que deverá acabar por volta das quatro, cinco horas da manhã. Será humanamente impossível fazermos isso. Ou, então, teremos de deixar o outro

depoente para o outro dia, porque no dia de amanhã o Sr. Delúbio virá depor.

A minha proposta é – e inclusive estou fazendo para mim mesmo: vamos diminuir o tempo para cinco minutos; se, por acaso, alguém achar aí o fio da meada, uma pergunta que realmente venha a trazer, a elucidar... Mas V. Ex<sup>a</sup>, logicamente, como Presidente e como juiz maior desta reunião vai dar o maior tempo ao deputado ou senador que estiver perguntando.

Portanto, faço essa sugestão aos meus Colegas como forma de podermos equacionar, para que todos possam perguntar. Há, pelo menos, mais de 20 ou 25 pessoas ainda a perguntar. Vamos acabar o depoimento do Sr. Emerson Palmieri, pelos cálculos otimistas, às 22 horas e 30 minutos, e vamos começar o outro lá para 23 horas, terminando às cinco da manhã. Isso é humanamente..., para nós, para o Relator, para o Presidente e, principalmente, para os depoentes.

Então, faço um apelo. Poderíamos tentar equacionar o problema dessa forma.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não agüento mais querer, nós mesmos nos cortarmos. Nós estamos aqui para ouvi-lo. Temos 10 minutos – já houve uma redução de 15 para 10 minutos. Já concordamos com isso. Em vez de ficarmos aqui discutindo até que hora vamos trabalhar, vamos fazer disso aqui uma maneira mais rápida da inteligência de cada um. Agora, não podemos ter uma decisão da Mesa que nos corte. Não temos nada; já estamos relegados a terceiro plano. Essa situação está difícil. Saindo aí fora não tem nem televisão, porque a outra foi embora para São Paulo e acabou com tudo. Nós estamos aqui ouvindo o Sr. Emerson e vamos ouvi-lo. Não adianta ficarmos aqui fazendo poesia; vamos ouvi-lo. É o que temos, Sr. Presidente. E, se terminar tarde, termina tarde. Estamos aqui na CPMI para isso, para trabalhar. Vamos até de madrugada, então vamos até de madrugada. Vamos trabalhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito bem. Eu vou já passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, mas devo antes dizer que vou, então, usar da prerrogativa da Mesa: vou indeferir as perguntas repetidas. É o que posso fazer na forma da lei. Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, espero que V. Ex<sup>a</sup> não me interrompa na minha linha de raciocínio, porque, talvez, algumas perguntas pareçam repetitivas e não sejam.

Em primeiro lugar, Sr. Emerson Palmieri, pergunto-lhe o seguinte: Marcos Valério veio aqui e disse que ficou 15 minutos falando amenidades. O senhor disse que ele ficou lá com o Sr. Miguel Horta, em Portugal, de 30 a 40 minutos e que, quando saiu, disse que em 20 dias, no máximo, teria uma solução para o problema para o qual o senhor foi lá acompanhando-o. E não foi para turismo. Ele disse aqui que o senhor estava muito esgotado, querendo escapar do Sr. Roberto Jefferson, estava estressado. E eu perguntei a ele se é possível desestressar-se viajando para Portugal, na Europa, e voltando no outro dia, praticamente. O senhor confirma isso? Ele ficou quase 40 minutos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ficou, sim, senhor. De 30 a 40 minutos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Vocês passaram ou tiveram algum contato com o Embaixador Paes de Andrade ou alguém da Embaixada durante o tempo lá?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas, quando ele foi recebido, o senhor disse aqui que ele foi recebido como Marcos Valério, do PT.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Marcos Valério, do PT.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – A lista que Marcos Valério deixou aqui – nós temos em mão, e o senhor deve tê-la em mão também – fala em um repasse que o senhor... E aqui também consta o nome de Alexandre Chaves e Luiz Carlos de Miranda Faria. Que houve repasses do Sr. Marcos Valério de R\$2,468 milhões. Isso aqui confere? O senhor admite que recebeu esse dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não admite.

O senhor não se assusta quando o senhor vê alguém entregar para o senhor... O senhor já trabalhou em banco, mas o senhor não se assusta quando vê alguém entregar ao senhor dois milhões e pouco, mais um milhão e pouco, botar aquilo que dá no cofre, o resto no armário? O senhor está acostumado a lidar com dinheiro vivo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em absoluto. E nós, inclusive, com o Deputado Roberto Jefferson, achávamos que ia, em cheque, alguma coisa do PT.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o senhor não está acostumado a lidar com dinheiro vivo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De jeito nenhum. Já fui tesoureiro de banco e contei dinheiro dos outros.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Por que o senhor separou em montinhos o dinheiro – acho que o senhor falou aqui, se não me falha a memória – de R\$150 e 200 mil?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Deputado Roberto Jefferson pediu que eu separasse assim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer que separou em bolinhos. Em quantos bolos de R\$200 e de R\$150? O senhor se lembra?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não lembro aqui agora. Precisava fazer a conta, né?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está bem. Mas o senhor se assustou com tanto dinheiro vivo na mão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, não tenha dúvida. Tanto é que três dias depois,...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o senhor nega – e eu vou repetir novamente a pergunta – que o senhor tenha recebido do Sr. Marcos Valério, nessas datas, os valores de R\$2,468 milhões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor nega?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nego.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor sabe que eu estive dando uma olhada aqui nos deputados que vieram para o PTB do dia 23 de dezembro até o dia 1º de fevereiro de 2003. Vinte e quatro Parlamentares aderiram ao PTB. O senhor acompanhou esse movimento?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Esse é um trabalho da Liderança, da presidência do Partido. Eu não...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não tem nada, não participou de nada?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Houve denúncias de que Deputados... Como foi o caso da Deputada Raquel Teixeira, que disse que o Deputado Sandro Mabel havia oferecido dinheiro para trocar de partido. O senhor nunca viu isso no PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, o PTB fez uma fusão com o PS... PSD. Parece-me que vieram dois senadores, mais quatro deputados. Isso, sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu vi lá: são 24 parlamentares nesse mês e pouco.

Deixe-me fazer uma pergunta. O senhor...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas eu queria lhe explicar o seguinte: na comissão executiva do Partido, ficou definido que todo deputado que entra no Partido já imediatamente faz parte da executiva e, de preferência, o deputado federal é presidente do Partido no Estado. Isso, quero crer, trouxe muitos deputados para

o Partido nesse sentido, porque a maioria dos presidentes estaduais são deputados federais.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quero fazer uma outra pergunta. O senhor disse aqui, e louvo a sua atitude, que o ex-presidente do Bamerindus é um pai para o senhor. O senhor trabalhou com ele até 1997, quando houve a intervenção no banco.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Deste período até o período em que o senhor assumiu a diretoria da Embratur, o senhor trabalhou onde?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Trabalhei no meu sítio.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – No sítio. O que o senhor fazia lá?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Pecuária.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pecuária...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Trabalhei também no Governo do Estado do Paraná.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o senhor tem uma aposentadoria?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tenho uma aposentadoria. Sou aposentado pelo INSS e aposentadoria pelo Caixa do Banco.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Segundo o que disse aqui o Deputado Fernando Coruja, o ex-dono do banco falou que o senhor tinha uma evolução patrimonial... Essa declaração ele deu no jornal **O Globo**. "Ex-dono do banco, José Eduardo, declarou que o Sr. Emerson era funcionário com salário mediano".

O senhor chegou a diretor do banco, não é?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Cheguei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E um diretor do banco ganha quanto?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ganha quinze, dezoito mil e...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Gratificações.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Gratificações semestrais.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quanto dá por ano isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Varia. Dá 200, 150. Depende do ano.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tá bom. Na sua atividade...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está tudo na minha declaração.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu sei. Na sua atividade do agronegócio, ganhava bem? Pegou esse **boom** da agropecuária? Ganhou bastante?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A gente ganha razoavelmente. Meu sítio é pequeno.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas qual é a rentabilidade anual em um sítio desses?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dá 40, 50 mil reais... 60 mil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não é fácil ser agricultor neste País.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não é não. É muito difícil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu concordo com o senhor. E na diretoria da Embratur, quanto o senhor ganhava lá?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ganhava cinco mil e duzentos reais por mês.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Deixe-me fazer uma pergunta. O senhor diz que esses 2 milhões 406 não foram para o PTB.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor comprou no final do ano passado um automóvel Mercedes-Benz, ano 2005, na Divesa Automóveis em Curitiba e pagou, em dinheiro, 250 mil reais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Está financiado no banco.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer que o senhor não pagou em dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Está financiado no banco.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o valor é 250 mil reais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não também: são 160 mil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Cento e sessenta mil reais.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está aqui na declaração.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está declarado. O senhor comprou um apartamento de 300m²... Porque o Marcos Valério veio aqui e disse naquela intimidade toda que o senhor tinha moto, tinha isso, tinha aquilo...

O senhor comprou um apartamento de 300m² na Praia de Piçarras, em Santa Catarina, da construtora do atual prefeito, no valor de 500 mil reais e pagou em dinheiro vivo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Esse apartamento custou 86 mil reais. E não é de 300m², era um apartamento de dois quartos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quantos metros quadrados?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De dois quartos. Um apartamento de 90 a 100 m².

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Custou quanto?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Oitenta e seis mil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está contabilizado tudo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está tudo aqui na minha receita.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor comprou também, este ano, uma moto na Piva Import, em São Paulo, no valor de 150 mil e pagou em dinheiro vivo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Sessenta e oito mil reais.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Que máquina era essa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Uma Honda.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Uma Honda?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom. Eu faço essas perguntas, porque, a partir dos dados que foram levantados, pela sua amizade com o Marcos Valério, vimos aqui que, mesmo tendo o senhor sido diretor do Bamerindus, agricultor com dificuldade, ganhando cinco mil reais, já é uma boa compra. Somados todos os valores, quanto dá? O senhor tem idéia?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É só somar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor disse... Eu não me lembro. Eu tenho outros valores. O senhor disse outros valores. Qual é o valor, valores totais? O Mercedes, 160...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Cento e sessenta...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O apartamento...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Oitenta e seis mil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então quanto é? Quem é bom de matemática... Duzentos e quarenta e seis mil. E a moto? Quanto?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sessenta mil... Sessenta e oito mil

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Trezentos e seis mil reais. Não são coisas de primeira necessidade.

Eu não tenho mais perguntas objetivas, mas quero dizer o seguinte. O Duda Mendonça veio aqui e todo mundo jogou confete nele. Eu fui duro com ele. Eu não quero ser duro com o senhor. Eu quero a verdade.

Se o senhor tem alguma verdade quanto à mudança de parlamentares, mediante vantagens ou menção, para outros partidos... Nós temos que buscar, e

o senhor é um homem bem informado, porque gozou da privacidade e da amizade do senhor Marcos Valério, que não é o leão – o leão é o PT, o Delúbio, essa gente toda.

Eu queria dizer ao senhor o seguinte. O senhor é um homem inteligente, foi diretor de banco, começou lá de baixo, sofreu – eu também tenho uma história bonita dessas –, e, por isso, sabe que, se forem provadas informações contrárias, que as empresas irão fornecer, o senhor pode pagar por isso.

Eu vou pedir à CPMI que nós façamos, e seria de interesse nosso... Peço ao Presidente e ao Relator diligências junto a essas três empresas, Piva Import, Divesa e a construtora do atual prefeito de Piçarras, para sabermos se esses valores foram realmente pagos conforme nos foi aqui falado, com dinheiro vivo, porque, na minha mente... O senhor tem que compreender o que nós estamos... O PTB não recebeu aquele dinheiro. Quem sabe... A gente não quer pensar mal do senhor, me desculpe, mas quem sabe se o senhor não resolveu ficar com o dinheiro? A gente aqui fica pensando no que houve. Será que o senhor não pode ter enganado até o próprio Roberto Jefferson, que pode estar aqui de marido traído ou de esposa traída nesse jogo?

Então é por isso que, para esclarecer e preservar essa sua vida de trabalhos prestados, que nós precisamos fazer o encontro dessas compras com a sua renda e também a verificação aprofundada dos repasses desses valores. Precisamos fazer isso para que possamos começar a desvendar toda essa verdade que ainda não está completa.

Obrigado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Por isso é que eu já trouxe aqui o Imposto de Renda: para deixá-lo à disposição da Comissão.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu só quero aqui, Presidente... A informação que eu tenho – e é por isso que eu estou querendo fazer o encontro dessas informações – é que isso foi pago em dinheiro. Então é por isso que nós queremos ver...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, o senhor me permite... A troca de carro: eu não cheguei lá e comprei o carro, estou evoluindo, vou trocando de dois em dois anos. Vou financiando.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Qual é o carro que o senhor tinha antes?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu tinha um Honda.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, antes, o que trocou por esse.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tinha um Honda, depois troquei por um Mercedes antigo...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas era um Honda bom? Quanto valia esse Honda?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Um Honda zero. Depois, troquei por um Mercedes antigo. Depois fui trocando, fui mudando de ano, fui financiando.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu não estou fazendo juízo de valor. Eu só quero dizer, antes de encerrar, Sr. Presidente, que essas coisas foram suscitadas aqui, as informações vieram... O Marcos Valério aqui disse que privava de uma grande amizade com o senhor.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca tive uma grande amizade com o Sr. Marcos Valério; conheci o Sr. Marcos Valério em maio, em maio deste ano de 2004.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – De minha parte, estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu passo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exª que os requerimentos do Deputado Júlio Redecker sejam feitos por escrito a fim de que possam ser objeto de despacho de V. Exª.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Será feito por escrito, Sr. Presidente. Não tenha dúvida de que cumprirei o ordenamento jurídico desta Comissão para que o senhor possa proceder às investigações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, temos que anunciar aqui que vamos apresentar um requerimento. Terminada a reunião, nós vamos fazer um requerimento para que seja quebrado o sigilo fiscal, telefônico e bancário do Sr. Palmieri, tendo em vista as informações que foram citadas e tendo em vista também que, até agora, a meu ver pelo menos, ele não contou tudo o que sabe.

A pergunta mais importante ao Sr. Palmieri é em relação àquele recurso que o PT recebeu, aliás, que o PTB recebeu do PT. O Deputado Roberto Jefferson já cansou de dizer que teve um planejamento de 20 milhões, que ele ia receber do PT e que, desses 20 milhões, só recebeu 4 milhões. O Deputado Roberto Jefferson disse, inclusive, que recebeu dinheiro das mãos do Sr. Marcos Valério, em duas parcelas, na sede do PTB em Brasília, uma de 2 milhões e 200 e outra de 1 milhão e 800. V. Sª confirma que foi das mãos do Sr. Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pessoalmente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele foi acompanhado de mais alguma pessoa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ele foi só, carregando a mala....

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E entregou a vocês lá.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Devia ter alguém lá embaixo com ele, mas eu não vi.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Devia ter alguém, mas ele subiu sozinho.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sozinho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> também disse que gostava muito de fazer planejamento de campanha eleitoral...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E que fez muitas campanhas desde o tempo do Senador José Eduardo. Se esses 20 milhões iriam para a mão do PTB, V. S<sup>a</sup> e o Deputado Roberto Jefferson certamente planejaram o que fazer com esse dinheiro. V. S<sup>a</sup> mesmo disse que levantou todas as candidaturas do PTB, inclusive em nível municipal, para prefeito, vice-prefeito, levou para o Deputado Roberto Jefferson. Como ia ser distribuído esse dinheiro? A quem ele seria entregue? Como é que ele seria entregue? Se o PTB tivesse recebido os 20 milhões, segundo o planejamento feito, como seria a sua distribuição? Ou vocês fariam isso sem nenhum planejamento?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O critério era do Presidente Roberto Jefferson.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. S<sup>a</sup> disse que era V. S<sup>a</sup> quem preparava o planejamento.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu levantei as candidaturas, Senador, mas...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas V. S<sup>a</sup> não tinha um critério? Não defendeu uma forma para organizar a distribuição desse dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não. A parte política não, não....

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas isso não é política, isso é planejamento de campanha.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu levantei os municípios e entreguei para o Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> me desculpe, mas isso não é política. Se eu vou fazer um planejamento – todos nós aqui somos políticos, todos nós fazemos campanha –, um dos elementos importantes é saber quanto vai custar aquela campanha e quanto cada um vai entregar. V. S<sup>a</sup> quer nos convencer de uma coisa muito difícil. V. S<sup>a</sup> fez o planejamento, levantou a

lista dos candidatos, fez um acordo com o PT, com o Sr. Genoíno, com o Sr. José Dirceu e outros para receber R\$20 milhões, e V. S<sup>a</sup> não sabe para onde iam esses R\$20 milhões? Isso não é possível!

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Uma, que o dinheiro não veio e, outra, que o critério era do Deputado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas antes de ele vir, tinha que se saber o que fazer com ele. Isso é o mínimo de organização que um partido como o PTB tinha que ter. V. S<sup>a</sup> me desculpe, mas V. S<sup>a</sup> é tido como um homem competente nesse tipo de trabalho, pelo menos é essa a fama que V. S<sup>a</sup> tem.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Havia um projeto que ficou nas mãos do Roberto, ele é que deveria distribuir da forma que achasse melhor. Eu não tinha ingerência nisso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nem planejou a distribuição de nenhum tostão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu construí isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Desculpe-me, mas, infelizmente, não dá para acreditar nisso.

Em relação aos R\$4 milhões que o Deputado Roberto Jefferson recebeu juntamente com V. S<sup>a</sup>: V. S<sup>a</sup> sabe para quem ele enviou esse dinheiro? V. S<sup>a</sup> disse que havia pressão dos candidatos pedindo dinheiro. Todo candidato pede dinheiro...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei, Senador. Isso ficou com ele. Isso ficou na guarda dele. Ficou somente com ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Infelizmente, também não acredito nisso.

Vamos para outra pergunta: quem ligava? Quais eram os candidatos que mais ligavam para V. S<sup>a</sup> pedindo dinheiro? V. S<sup>a</sup> mesmo confessou que alguns candidatos lhe ligavam com frequência.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não me recordo. Ligavam e pediam: “Fala com o Roberto. Não chegou o recurso”. Diversos candidatos ligavam.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Cite pelo menos um, dois, três, dez, para que a gente saiba pelo menos...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Joaquim Francisco. Ele foi um que ligou algumas vezes. O Roberto já citou isso aqui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E quem mais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Diversos. Eu não me lembro, Senador, o Brasil inteiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Todos ligavam e ligavam cobrando promessa, não era isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, promessa.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Havia uma promessa de mandar dinheiro para essas pessoas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Havia.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Eles ligavam cobrando aquela promessa e era isso que irritava o Deputado Roberto Jefferson. Eu acho que V. S<sup>a</sup>, para colaborar com esta Comissão, tem que dizer quem recebia esse dinheiro. Se V. S<sup>a</sup> não disser, infelizmente, o seu depoimento ficará muito prejudicado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ninguém recebeu, Senador. Eu tenho certeza absoluta disso.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Ninguém recebeu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acho que está com o Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Até hoje?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acredito, porque a reclamação é tanta, que acho que ele não distribuiu.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não distribuiu? Ficou com os R\$4 milhões nas mãos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso é ele que tem que responder. É a minha opinião.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Especificamente sobre a campanha do candidato Ciro Gomes: V. S<sup>a</sup>, na época, já era do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Acompanhou a candidatura junto com o Sr. Martinez?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Acompanhei.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Que era seu amigo, mais que Roberto Jefferson imagino, porque era do Paraná etc.

V. S<sup>a</sup> conhece o Sr. Márcio Lacerda?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Ele participou da campanha também?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Participou.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – V. S<sup>a</sup> sabe que ele, aqui no item 5, recebeu um total de R\$457 mil?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Vi agora. Tomei conhecimento pela imprensa.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Agora não, porque isso já está...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tomei conhecimento pela imprensa.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – V. S<sup>a</sup> sabe para que ele usou esse dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho a mínima idéia.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não tem a mínima idéia. V. S<sup>a</sup> acompanhou a parte financeira da campanha do Sr. Ciro Gomes?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Quer dizer que não sabe se ele ficou devendo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Quer dizer que o partido participava da campanha...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu participei da parte operacional da campanha.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Da parte financeira V. S<sup>a</sup> não participou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Da parte financeira, se não me engano, foi o irmão do Ciro que tomou conta.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – V. S<sup>a</sup> nunca ouviu falar que eles ficaram devendo dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Quanto à viagem a Portugal: o Deputado Roberto Jefferson falou aqui que uma das possibilidades de obtenção de recursos era o que ele chamou de reestatização das linhas de transmissão. Basicamente, havia a idéia – eu já estou inclusive investigando, há pistas com relação a isso – de que o Governo pretendia recomprar essas linhas de transmissão, que são privadas... Tentariam conseguir um financiamento com o Banco Espírito Santo para que ele financiasse as estatais e para que elas comprassem essas linhas. Assim, eles receberiam um percentual para pagar essas famosas dívidas do PT e do PTB.

Na viagem, em algum momento, V. S<sup>a</sup> ouviu o Sr. Marcos Valério ou o advogado dele ou alguém falar sobre essa questão das linhas de transmissão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Nem o Deputado Roberto Jefferson, em nenhum momento, lhe disse que essa questão estava sendo tratada?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Ele disse na Comissão...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas para mim, não.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – V. S<sup>a</sup> também disse que nunca foi ao Banco Rural.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Outra pergunta. V. S<sup>a</sup> disse que o Sr. Marcos Valério, quando chegou à Portugal Telecom – foi à pé do hotel –, se apresentou como Marcos Valério do PT.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E V. Ex<sup>a</sup> se apresentou como? Palmieri do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Junto com ele. Nem precisei me apresentar, nem eu nem o Rogério.



Assim que ele se apresentou, a moça pediu que su-bíssemos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não pediu nem carteira de identidade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor, nada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que é diferente daqui do Brasil? Porque aqui, para você subir em qualquer lugar, tem que dizer quem é. Até no Banco Rural, o cara tinha que se apresentar.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não foi pedido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na Portugal Telecom, infelizmente...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não foi pedido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Outra questão: lá na reunião, quando ele terminou, a única coisa que ele disse é que estava resolvido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, que dentro de vinte dias poderia estar resolvido o problema.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Poderia ou estaria resolvido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Poderia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Poderia, não é?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer, quando V. S<sup>a</sup> voltou, depois de ter gasto ainda mais o dinheiro do PTB... Quem pagou a viagem de V. S<sup>a</sup>? Foi o PTB ou foi o Sr. Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O PTB.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O PTB pagou. Onze mil reais por uma passagem aérea?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o Deputado Roberto Jefferson, que já estava sem dinheiro, gastou onze mil reais para mandar V. S<sup>a</sup> comer um bacalhau em Portugal? Sim, porque, na realidade, o que V. S<sup>a</sup> fez de mais importante foi comer um bacalhau e visitar a loja Corte Inglês...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Exatamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E ele, então, ficou muito irritado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Muito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele ficou irritado com V. S<sup>a</sup>, com o Sr. Marcos Valério ou com o PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Com o PT, porque mais uma vez foi enganado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi o PT.

Por último: V. S<sup>a</sup> disse que todos esses acertos eram feitos com o Sr. Delúbio Soares, com o Sr. José Genoíno, com o Sr. Marcelo Sereno algumas vezes, e, na realidade, a partir...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E Silvio Pereira.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o Sr. Silvio Pereira?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Todas as vezes eram essas pessoas que falavam em nome do PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nem sempre todas as vezes. Algumas vezes um deles estava presente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Um ou outro estava fora?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E na maioria das vezes o Sr. José Dirceu era consultado por telefone?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, V. S<sup>a</sup> acredita que o Sr. José Dirceu era o líder de todo esse movimento?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eles falavam com ele todas as vezes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, Sr. Presidente, eram essas as minhas perguntas.

Eu só lamento que V. S<sup>a</sup> não diga tudo aquilo que sabe para colaborar com esta CPMI. Muito obrigado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu tenho dito tudo o que sei. Tenho uma posição limitada dentro do partido, não é tão grande assim. Tenho procurado dizer aqui tudo o que sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira, hoje na condição de titular.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Relator, dirijo-me inicialmente a V. Ex<sup>a</sup>, porque a minha linha de trabalho nesta CPMI é a de que uma parte considerável desses recursos estava no exterior. Nesse sentido é que vou tentar interrogar o Sr. Palmieri.

V. S<sup>a</sup> não desconhecia as dificuldades do PTB de receber do PT aquilo que lhe era devido. Há até uma frase, publicada nos jornais, em que o Presidente pergunta para o Dr. Roberto Jefferson: “Roberto, como vai o PTB?”. Resposta: “Mal, o Dirceu não cumpre nada”.

V. S<sup>a</sup> foi escolhido a dedo, como se diz na minha terra, para ir a Portugal, representando o PTB. V. S<sup>a</sup> também diz que o Deputado Roberto Jefferson já estava extremamente irritado e já não acreditava em nada. V. S<sup>a</sup> foi escolhido pelo Deputado Roberto Jefferson como o homem mais indicado para ir a Portugal assistir ou participar do negócio com a Portugal Telecom, que, segundo ele, era de oito milhões de euros ou 24 bilhões de reais.

O PT nem mandou o seu tesoureiro, não foi o Delúbio, mandou o operador, o Marcos Valério.

V. S<sup>a</sup> chega em Portugal, passa na porta da Portugal Telecom, pega o elevador, sobe e, ali, descobre que a sua importância tinha ficado no andar de baixo. Lá em cima, o senhor não tinha importância nenhuma.

Sabendo da importância de sua missão, que a sua escolha foi feita, provavelmente, de uma forma extremamente criteriosa pelo Deputado Roberto Jefferson, não lhe passou em nenhum momento pela cabeça qual seria a reação do Deputado Roberto Jefferson? O senhor não chegou a dizer ao Sr. Marcos Valério algo como: “Eu vou entrar, eu estou aqui nas mesmas condições que você – você nem do PT é –, ou então eu vou ligar para o Deputado Roberto Jefferson dizendo que eu estou aqui fazendo papel de besta porque fui excluído daquilo que é mais importante na nossa viagem, que é estar aí dentro, sabendo o que aconteceu”? Nada disso passou pela cabeça de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu tentei. Quando ele saiu, depois de 30, 40 minutos, eu tentei: “Vamos fazer a reunião?” Ele falou: “Não, já está terminada, vamos embora”.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim, mas sabendo a missão que o senhor tinha...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu fui como testemunha, para ver se ia acontecer a reunião mesmo ou não. O Roberto estava...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas para mandar testemunha, manda-se qualquer um, testemunha...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Roberto... Quem estava fazendo as tratativas com o Delúbio e com o Valério... Eu é que fazia os contatos quando o Deputado pedia, então, exatamente por isso, ele me mandou.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. S<sup>a</sup> sabia que aquela era uma das últimas caravelas que o PTB tinha para tentar receber o que lhe era devido. Ou não tinha essa consciência?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não tinha essa consciência porque eu não sei o que o Roberto conversava quando eu não participava.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O Deputado Roberto Jefferson não lhe disse?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas ele disse aqui que eram €8 milhões, R\$24 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Disse que conversou com o José Dirceu e que tinha alguma coisa na Portugal Telecom, mas não me disse detalhes, Deputado Gastão.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – À noite, vocês vão jantar, vai ao El Corte Ingles, que é um

grande *shopping* etc., vão jantar, e o Marcos Valério diz para V. S<sup>a</sup>: “Olha, é um negócio aí da Portugal Telecom com a Telemig”.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – É isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A irritação do Roberto, Deputado Roberto Jefferson... Esperaria que esse negócio se concretizasse? É um negócio complicado, a Portugal Telecom tem ações na bolsa do mundo inteiro, tem muitos acionistas, não seria fácil nem rápido se fazer um negócio, e esse negócio era rápido, senão vocês não teriam embarcado em janeiro para ir a Portugal atrás desse negócio. Então, era rápido, não deu nem para o senhor conhecer Portugal, que é uma belíssima... Lisboa é uma belíssima cidade, tem outros *shoppings* melhores até do que El Corte Ingles, mas o senhor não se importou, foi e voltou, vapt-vupt, para esperar um negócio futuro que poderia ser feito entre a Portugal Telecom e a Telemig?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A indignação do Roberto Jefferson foi muito grande quando nós chegamos aqui. Ele falou: “Olha, esqueça esse pessoal, não vai ser cumprido absolutamente nada, esqueça”.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu não sei se V. S<sup>a</sup> é ansioso. Eu sou. Será que um negócio dessa importância, para resolver um problema grandioso, todo mundo ligando, todo dia cobrando, podia esperar o seu retorno para ser relatado ou o senhor relataria antes de chegar ao hotel, e já relataria para quem lhe deu essa missão tão importante o que houve lá em Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Podem até quebrar o sigilo do meu telefone que vocês vão ver que eu não falei com o Deputado Roberto Jefferson, Deputado. Não falei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas eu estou estranhando é exatamente você não ter falado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não falei. Não falei porque não podia entrar na marra, ele não deixou, disse que já estava feita a negociação, que já tinha conversado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer que era um negócio entre o PT e o PTB, não vai o Sr. Delúbio nem o Sr. Genoíno nem o Sr. Silvinho Pereira, vai o Sr. Marcos Valério, que sai da reunião e diz para V. S<sup>a</sup>: “Eu vim tratar de um negócio entre a Portugal Telecom e a Telemig, coisa de futuro...”.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E a pressa estava aqui, no presente, e V. S<sup>a</sup>, com missão

tão importante, não diz absolutamente nada, não reclama...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Reclamei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – ... espera chegar no Brasil, faz um vôo de onze horas de Lisboa a São Paulo, chega cansado, descansa e aí é que vai comunicar ao Deputado Roberto Jefferson que o senhor sequer participou daquilo que era a coisa mais primária da sua missão, que era pelo menos ouvir, cumprimentar o homem lá dentro, essa pessoa tão importante? Nada disso aconteceu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, foi exatamente dessa forma que eu lhe disse que aconteceu. Exatamente assim.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O Sr. Marcos Valério disse aqui para nós que o senhor estava estressado, estressado de medo do Sr. Roberto Jefferson, e que, por isso, ele lhe convidou para acompanhá-lo em Portugal. Eu não acredito nisso, até porque ninguém se “desestressa” em dois dias. Ao contrário: se estressa com tantas horas de vôo, e não dá nem para a conhecer o mínimo de Lisboa, Torre de Belém etc., nesse tempo que o senhor passou lá.

Eu concordo plenamente com o Senador José Jorge: o senhor não quer colaborar, não quer falar o que pode falar, mas há uma coisa que eu gostaria de lhe perguntar. Não sou do PTB, mas há representações envolvendo quatro colegas da Casa – um deles é pessoa por quem tenho apreço e consideração – na Comissão de Ética: são os Deputados Sandro Matos, Neuton Lima, Alex Canziani e Joaquim Francisco.

V. S<sup>a</sup> disse aqui que abriu o dinheiro, empacotou o dinheiro, separou em blocos de R\$150mil, guardou uma parte no cofre, não cabia, guardou no armário, pegou a chave e entregou. V. S<sup>a</sup> tem intimidade, porque quem vai numa missão dessa a Portugal, missão de salve-se quem puder, missão de última caravela antes de tocar fogo, tem intimidade, mas V. S<sup>a</sup> diz que não sabe o que foi feito do dinheiro. Sabe o que foi feito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não sabe se foi distribuído?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso está a cargo do Presidente do partido, do Roberto Jefferson.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O seu silêncio não ajuda ou destrói esses quatro parlamentares que, na Comissão de Ética... Não tem nada que comprove que eles receberam o mensalão, mas o senhor pode ajudar a esclarecer a situação que os envolve. O senhor conferiu o dinheiro...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conferi.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor sabe, provavelmente, qual o destino desse dinheiro...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer, a intimidade que o senhor tinha com o Deputado Roberto Jefferson era relativa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei, Deputado, isso ficou com o Roberto.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer que esses quatro Deputados não poderão contar com o seu testemunho, nem contra nem a favor, para o julgamento ao qual estão sendo submetidos na Comissão de Ética?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Na minha opinião, não foi distribuído esse dinheiro.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Principalmente para esses quatro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não é principalmente, é que não foi distribuído na minha opinião.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Então, V. S<sup>a</sup> nega a existência de mensalão, pelo menos dentro do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenha dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Chamo agora a Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Ausente.

Os próximos inscritos, os Senadores João Batista e Eduardo Suplicy também estão ausentes.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Palmieri, Sr. Presidente, Sr. Relator, preciso relembrar o fato que gerou a criação desta CPMI. Foi a partir de uma denúncia do Deputado Roberto Jefferson afirmando a existência de pagamento de recursos ilícitos a parlamentares, o que ele chamou de mensalão. Antes desse evento, surgiram contra o Deputado Roberto Jefferson acusações de que estaria se encastelando em empresas estatais para fazer um caixa extra, não se sabe bem para quem, no valor de R\$400mil, caixa mensal. Foram essas duas acusações fortíssimas que justificaram a criação desta CPMI.

O Relator, até o presente momento, tem procurado canalizar as investigações para o que envolve a participação de parlamentares. No caso dos nomes citados, como Roberto Jefferson, que é Deputado Federal, como José Dirceu, que ele com tanta veemência acusa, e outros nomes que começam a surgir, ficou evidente a necessidade de se ouvir os tesoureiros desses partidos envolvidos, o tesoureiro do PT, e o tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, e o tesoureiro do PTB, e é por isso que V. S<sup>a</sup> está aqui, embora acabe de dizer que não é tesoureiro.

Querida inicialmente saber, com todas as letras, se V. S<sup>a</sup> é ou não o tesoureiro do PTB.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor, eu sou o 1º Secretário.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E quem é o tesoureiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O tesoureiro é o Deputado Eduardo Seabra e o Wanderley Valim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Esses são os tesoureiros oficiais do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – São os tesoureiros.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Sª é o Secretário-Geral?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Primeiro Secretário. O Secretário-Geral é o Deputado Fleury.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Olha o que acontece: V. Sª recebe missões que não são pequenas em nome do Deputado Roberto Jefferson: fazer uma viagem a Portugal, receber Marcos Valério para os R\$4 milhões e outras atividades desse quilate não são missões pequenas, ou seja, o Deputado Roberto Jefferson não gosta, então, do tesoureiro do partido de V. Sª? Há problemas entre eles?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso o senhor tem que perguntar a ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, V. Sª é de lá, é membro da direção do partido, recebe uma missão dessa natureza.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei se ele gosta ou não gosta.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eles não se gostam ou não tem absoluta confiança no tesoureiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Pode ser. Eu não sei isso. Tem que perguntar ao Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A justificativa de V. Sª de ter a confiança do Deputado Roberto Jefferson se encerra em quê?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Como?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sempre cumpriu as missões destinadas a partir do Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, toda vez que ele me pediu...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – E ele disse textualmente à Comissão, textualmente à Comissão, que é hipocrisia afirmar que partidos políticos no Brasil não praticam caixa dois. V. Sª concorda com essa afirmação?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não concordo, não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não concorda? Então, V. Sª não é hipócrita?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Acho que caixa...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Sª desconhece caixa dois?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Caixa dois acho que... desconheço.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ele disse: “tenho 23 anos de mandato”, desde o Presidente João Baptista Figueiredo, ele é parlamentar e sempre viu prática de caixa dois em todos os partidos, só livrou o P-SOL porque é recém-criado, os demais acha que tem. Então, a minha pergunta é se V. Sª concorda com isso.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não sou parlamentar. Nunca participei...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sei disso, quero saber se V. Sª concorda com a afirmação daquele que é o seu chefe, no meu entendimento. É isso.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não posso concordar ou discordar. Desconheço. Como vou concordar ou discordar se ...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ou seja não tem caixa dois?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Desconheço.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Desconhece o caixa dois? Como V. Sª explicaria a sua participação na campanha de Curitiba, na Prefeitura de Curitiba em 2000?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu participei na parte operacional.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só na parte operacional?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Operacional.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não teria recebido R\$560 mil para a campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Eu trouxe aqui inclusive, quero até lhe agradecer também...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mas não tome muito o meu tempo, não, porque eu tenho pouco tempo, responda mais rápido.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei se o Presidente permite.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Bem rapidamente, se não vou perder o meu tempo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Na campanha do Sr. Cássio Taniguchi, eu participei na parte operacional do PTB atendendo os vereadores, atendendo os vereadores. Busquei na coordenação da campanha camisetas, combustíveis, placas, adesivos, impressos, que foi o combinado com a campanha do Cássio Taniguchi. Houve um processo na campanha do Cássio Taniguchi que existia caixa dois. Saiu um jornal apócrifo do Paraná com os nomes de pessoas que pegaram re-

curso do caixa dois, inclusive Deputados, Vereadores, Deputados que estão nesta Casa, que não quero citar nomes para não constranger, lá no Paraná. E politicamente só pegaram o meu nome. Está aqui o processo, que foi transitado em julgado. Eu nem fui citado como testemunha no processo, nem fui citado. Como saiu num jornal apócrifo, eles puxaram o meu nome, porque eu trabalhava com o Deputado Martinez.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Já entendi, porque meu tempo está indo embora.

Quero saber de V. S<sup>a</sup>: quantas campanhas eleitorais V. S<sup>a</sup> teve o mesmo tipo de papel que este que estamos investigando agora?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu sempre fiz planejamento de campanha. Não financeira, planejamento operacional.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E nunca tinha recebido nenhuma missão financeira como recebeu agora com Marcos Valério?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não senhor.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – receber R\$4 milhões não é pouca coisa.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu sei, mas foi a primeira vez.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Foi a primeira vez?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi Roberto que me deu essa missão.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E nunca tinha praticado isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, rapidamente. V. S<sup>a</sup>, assim como o Deputado Roberto Jefferson, afirmou que houve dois saques em nome de Alexandre Chaves.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E que foram para ajudar uma moça, nem sei o nome, e que estava sendo amparada pelo PTB. Valor dos saques: R\$200 mil em duas parcelas. Pergunto: V. S<sup>a</sup> poderia dizer a esta Comissão o nome dessa pessoa que foi auxiliada, onde mora, profissão que exerce e por que esse tipo de auxílio?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Senador, era uma pessoa ligada ao falecido Martinez. Eu gostaria, se o senhor permitir, eu posso passar essas informações por escrito depois, mas gostaria que o senhor me respeitasse...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Eu gostaria.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor entendeu, né?

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Vou aceitar. Só pediria que depois o Presidente pudesse... V. S<sup>a</sup>, quando recebeu dinheiro, recebeu dentro da sede do PTB ou buscou em algum outro lugar, os R\$4 milhões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Sr. Marcos Valério levou lá no PTB.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – V. S<sup>a</sup> afirma que jamais passou dos 4 milhões, que nunca recebeu nada mais do que isso.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Absolutamente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Nenhum centavo a mais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Mas conhece-se o PTB, em nome de outra pessoa, teria recebido? Um tesoureiro oficial, por exemplo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Um momentinho. Nós recebemos no... O Roberto recebeu, no PTB, R\$4 milhões. Nós recebemos juntos. Recebemos, além disso, uma informação nova que eu trouxe, R\$145 mil, que foi pago ao Cacá Moreno, lá em Belo Horizonte, recebeu do Sr. Marcos Valério; R\$200 mil, que veio do Deputado Romeu Queiroz; e esses R\$200 mil que foi para o Sr. Alexandre, para essa moça que o senhor me perguntou. Então, além dos R\$4 milhões, foram R\$545 mil, que não entrou no PTB esse dinheiro. Foram pagos para outras pessoas.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Correto. Só queria que o senhor pudesse me falar, já está encerrando o tempo, um nome que foi muito bem frisado aqui por Marcos Valério, muito bem frisado. Ele citou uma pessoa por nome, um apelido deve ser, de Nescau. Eu queria que V. S<sup>a</sup> pudesse falar sobre essa pessoa, se o conhece, o nome dela verdadeiro, de quem que se trata, coisa parecida.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu conheço ele das reuniões executivas do Partido.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Quem é Nescau?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu sei que ele é genro do Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – E o nome dele? Olha, a afirmação de Marcos Valério sobre essa pessoa.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Marcos Vinícius.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Marcos Vinícius. Olha o que ele chama aqui Marcos Vinícius: chave de cadeia. Ele diz que Marcos Vinícius é comparado à

chave de cadeia. V. Sª concorda que está trabalhando ao lado de uma pessoa dessa estirpe?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tinha intimidade com o...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não o conhece pessoalmente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conheço, mas não tinha intimidade com ele para fazer esse juízo de valor dele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – OK. Aceitaria uma acareação, numa reunião fechada, entre o Deputado Roberto Jefferson, porque tem muita contradição entre o que V. Sª está dizendo...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A hora que quiser.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Tem medo dele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De forma nenhuma.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O que poderia ser considerado espírito primitivo? Uma ameaça?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Nunca recebeu nenhum tipo de ameaça?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca, nunca.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Inscrito para falar o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Inicialmente, Sr. Presidente, queria me dirigir a V. Exª e ao nosso caro Relator, porque há poucos instantes foi aqui, quase por unanimidade, que tivemos uma conclusão de que não estaria adiantando muito o depoimento do nosso entrevistado, Sr. Emerson, porque ele não estava dizendo nada daquilo que nós ou que os Senadores e Deputados estavam querendo extrair dele.

Agora, eu tenho uma discordância, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque acho que o seu Palmieri foi muito útil nesta tarde, está sendo muito útil. Primeiro, ele confirmou aqui, se eu tiver falando alguma coisa, o senhor, por gentileza, corrija-me, mas o senhor disse, Sr. Emerson, que foi a Portugal.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Diz que foi atrás de dinheiro para que o PT pudesse honrar um compromisso feito com o Sr. Roberto Jefferson, portanto, com o PTB.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não é atrás de dinheiro. Fomos atrás de uma negociação que poderia redundar em dinheiro aqui no Brasil.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Ótimo. Disse que foi por determinação do Deputado Roberto Jefferson...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – ...para assistir a uma negociação, negociação esta que renderia um resultado.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Disse que foi ver essa negociação e que era a venda da Telemig.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não é bem isso. A Portugal Telecom tinha interesse em Teles, no Brasil, e uma delas seria a Telemig. Não posso garantir se era a venda da Telemig.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Se tivesse existido essa venda, naturalmente teria havido uma comissão que seria um faturamento que o PT iria usar para saldar dívidas. E já foi dito pelos jornais que esta comissão ficaria entre R\$80 e R\$120 milhões, se fosse apenas uma comissão de 3%.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Senador, a informação que o Marcos me passou é que seria – essa comissão – se o negócio se concretizasse, paga no Brasil em torno de R\$20 a R\$24 milhões. Foi o que ele falou.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – E, por fim, o senhor disse, finalizando, atrás de uma propina, porque não era um dinheiro legal. O que os emissários estavam tentando era fazer uma negociação, para que houvesse uma propina que seria arrecadada por um partido político.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acredito que era uma comissão que o empresário receberia por intermediar uma negociação dessa.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Mas essa negociação não foi feita de empresário para empresário. Foi o Sr. Valério com o Sr. José Dirceu que os encaminharam para Portugal.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Valério é empresário...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – E o José Dirceu é Ministro da Casa Civil.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E a Portugal com a Telecom, que são empresários.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Isso aí, Sr. Relator, já é um esclarecimento muito grande para todos nós. Acho que foi um desempenho, até certo ponto, bom para esta Comissão, porque os fatos se evidenciaram. Eu até estranho, porque, quando o senhor se refere à dívida do PT, o senhor demonstra muita indignação. O senhor sente quase uma revolta. Temos a impressão, quase uma certeza, de que o

senhor tinha empenhado também sua palavra nessa negociação. Havia alguém querendo receber alguma coisa, por isso o senhor sente uma revolta, ou seja, pela falta de palavra do PT com o PTB. O estranho é que, quando esse dinheiro bate no cofre, no caixa, o senhor é o tesoureiro, e o senhor não sabe para onde foi.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, o empenho era do Deputado Roberto Jefferson. Não era meu. Simplesmente, eu estava lá para ajudá-lo no que ele pedia. Não empenhei palavra com ninguém, em absoluto. Não tenho essa autoridade dentro do Partido.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Mas no início destes depoimentos o senhor ficou vermelho e demonstrou muita indignação com a atuação do PT, com a falta de palavra do PT, que fez um compromisso de pagar cinco parcelas de quatro milhões, e não havia pagado. Quer dizer, o senhor estava empenhado nesse recebimento. O senhor é um homem de confiança. Será que quando chega uma parcela desse dinheiro, o senhor não sabe o que foi feito dele, a ponto de incriminar o Deputado Roberto Jefferson, pois muitas pessoas estão pensando que ele ficou com o dinheiro para ele; que ele roubou esse dinheiro; que ele furtou esse dinheiro no cofre do PTB. É o que muitas pessoas estão pensando, quando às vezes não é verdade. Às vezes, ele destinou a algum Deputado, a algum Senador, e o senhor podia nos esclarecer.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Senador, esse dinheiro ficou à guarda do Roberto Jefferson. E eu não sei o destino desse dinheiro. Eu não tive acesso a esse destino. Ele não me passou. Se tivesse me passado “Oh, passa para alguém”, eu teria dito, sem medo nenhum. Mas eu não sei. Ficou exatamente com ele. Exatamente com ele.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Então, o Brasil pode ter uma desconfiança de que o Sr. Roberto Jefferson embolsou esse dinheiro e não o repassou para aquilo para o que lhe foi remetido...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A única pessoa que...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Veja o senhor, digamos que ele tivesse dado R\$200 mil para a campanha de um Prefeito, ou R\$300 mil para Deputado Federal, ou R\$500 mil para Senador, para fazerem as suas campanhas. Não havia motivo nenhum para deixar de fazer a prestação de contas; de dizer: recebi, mas não digo a quem dei. Aí vêm os seus amigos, que estavam juntos na mesma canoa, e dizem: eu não sei para quem ele deu. E foi a mesma pessoa que disse: Presidente Lula, cuidado! Esse “mensalão” vai levá-lo ao abismo. Ministro José Dir-

ceu, cuidado que essa história de “mensalão” não faz bem a ninguém.

Quer dizer, agora o PTB não participou do “mensalão”. Ninguém sabe para onde o dinheiro foi: nem ele, o responsável, o Presidente do Partido, nem o senhor, tesoureiro do Partido. É uma coisa muito estranha, realmente.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acredito que ele não distribuiu porque não tinha os recibos para legalizar isso. Agora, isso é só ele que pode responder. Realmente, eu não tenho... não tenho... não tive nenhuma informação nesse sentido, para onde foi esse dinheiro.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)** – Presidente, conforme lhe prometi, acabando o meu tempo, dou por encerrado. Estou satisfeito. Muito obrigado pela concessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, primeiro eu quero lembrar ao Sr. Emerson Palmieri, e adverti-lo, de que ele tem um compromisso aqui de dizer a verdade. E ele sabe disso. Segundo, dizer que teremos acesso a outros depoimentos que ele deu na Casa e na Polícia Federal.

Lembro que feitas essas observações, na matéria que saiu na **Folha de S.Paulo**, em 15 de julho, V. S<sup>a</sup> disse que o então Ministro José Dirceu “nunca ouviu isso”. O senhor teria dito, naquela oportunidade, que o Ministro José Dirceu não teria conhecimento dos acordos; ou que o senhor teria conhecimento de que ele não ratificava esses acordos político-eleitorais. Agora, V. S<sup>a</sup> vem a esta Comissão e diz diferente.

Não vou fazer julgamento de valor sobre o depoimento de V. S<sup>a</sup> nem àquilo que a imprensa está dizendo, ou nem àquilo que vamos, aí sim, testificar efetivamente nos documentos a que nós teremos acesso **a posteriori**. Mas queria alertar a V. S<sup>a</sup> que existe aí, então, uma contradição.

O que me parece, com isso, – eu indago a V. S<sup>a</sup> – que estaria havendo, então, uma montagem do seu depoimento e o senhor estaria sendo bem preparado para dizer aqui uma coisa e lá outra coisa, ou com o evoluir dos seus depoimentos V. S<sup>a</sup> seria mais bem preparado e diria aquilo – ou lembraria aquilo – que V. S<sup>a</sup> entende como necessário.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor poderia me repetir essa entrevista na **Folha de S.Paulo**? Quando?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A **Folha** de 15 de julho de 2005.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu nunca dei entrevista para a **Folha**.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas é a matéria em que ela...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – ...retrata um depoimento que V. Sª disse. Mas V. Sª pode discordar do que a **Folha** disse e eu não preciso acreditar nem no que o senhor disse no passado, nem no que o senhor está dizendo agora. Eu quero dizer que os fatos virão à tona e a verdade vai aparecer.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É o que nós esperamos.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Outra coisa que eu queria indagar de V. Sª é o seguinte: o senhor disse que foi a Portugal fazer uma missão. Que missão era essa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui testemunhar uma intermediação de negócio do PT, a pedido do Sr. José Dirceu e do Delúbio, segundo o Deputado Roberto Jefferson, para...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sim.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – ...no interesse de Portugal Telecom nas teles do Brasil, em especial a Telemig.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor foi testemunhar isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Testemunhar.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E que resposta o senhor deu a quem o enviou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que não consegui entrar na reunião e que não tive acesso à reunião.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então, o senhor não sabe, efetivamente, dizer o conteúdo da reunião?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas o senhor sabia do assunto que seria tratado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O que aqui acabei de dizer. E na saída do Sr. Marcos Valério ele disse o seguinte: “que em 20 dias esse problema possivelmente será resolvido no Brasil. Eu vou falar com o Deputado Roberto Jefferson”. Foi exatamente isso que aconteceu.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E seria resolvido de que forma?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei. Deve ser a venda da Telemig, intermediação de venda, alguma coisa nesse sentido.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Se o senhor disse que era a hipótese de venda de Telemig, era porque o senhor sabe que havia essa hipótese, correto?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele me disse que a Telemig tinha interesse, a BrasilTelecom tinha interesse na Telemig e em Teles do Brasil. Só isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E ele explicou como seria o repasse dos recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor não teve condições de aferir isso dele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Queria dizer aos presentes que existe um lanche sendo servido e se alguém tiver necessidade pode fazer uso da mesa.

Quero convidar agora a Senadora Fátima Cleide.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, até vou abrir mão dos questionamentos que inicialmente tinha me proposto a fazer nesta pré-disposição que todos estamos aqui para tornarmos mais rápidos os nossos trabalhos. Independente se há televisão transmitindo ao vivo ou não, acho, que a nossa obrigação aqui é investigar. Mas, existem algumas coisas, Sr. Presidente, que eu, como dirigente partidária, estou com algumas questões que precisam ser melhor esclarecidas pelo Sr. Emerson Palmieri.

O senhor é tesoureiro do PTB, foi tesoureiro de campanha. Como se dá essa relação do senhor com a tesouraria do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, nunca fui tesoureiro de campanha e não sou tesoureiro do PTB. Sou 1º Secretário do PTB.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – O senhor é o 1º Secretário. E a quem foi atribuída uma situação de gerenciar recursos do Partido.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Algumas missões pelo Presidente.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Algumas missões. Entre elas a de gerenciar recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Não. O senhor assina cheques?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – E como se dava essa relação do senhor com esses recursos do PTB que o senhor administrava através de missões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A senhora está falando do Marcos Valério?

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Não, estou falando que o senhor me disse que ao senhor, como Secretário-Geral, foram atribuídas algumas missões.



Essas missões têm a ver com o gerenciamento de recursos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, eu era 1º Secretário. Então, veja bem...

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – E quem era o tesoureiro do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Deputado Eduardo Seabra, o Wanderley Valim.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – E eles participam dessa discussão? Como se dá isso no PTB? Por que participo de um Partido que hoje está sendo bastante achincalhado, mas, a nossa organização partidária respeita a Lei Eleitoral. Em primeiro lugar, quem gerencia recursos é toda a direção do Partido. Apenas, o tesoureiro assina o cheque junto com o Presidente. E isso hoje tem espantado muita militância. (Pausa.)

O PT, minha senhora, não é apenas os três ou quatro nomes de dirigentes nacionais que estão envolvidos hoje com essa questão. O PT tem 800 mil filiados; eu sou Presidente do Diretório Regional de Rondônia. E todo esse povo aqui... (Pausa.)

O PT de São Paulo também, minha senhora. O PT de São Paulo, de todos os Estados desse país, nossa organização partidária se dá dessa forma, de forma participativa, inclusive nas decisões.

**O SR. PRESIDENTE** – Peço ao nobre Deputado que garanta a palavra, Senador.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Se algumas pessoas dentro do meu Partido tiveram decisões errôneas, elas responderão por isso, no Partido e na sociedade. E é isso que estou fazendo aqui nesse momento.

E gostaria de saber do senhor: esse recurso de Caixa 2 do PTB, qual o valor dele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Esse recurso não existe, esse recurso não entrou no PTB, minha senhora.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Não entrou no PTB. Esse recurso de R\$4 milhões, que foi tanto badalado, não entrou no caixa do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele está com o Sr. Roberto Jefferson.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Está com o Sr. Roberto Jefferson R\$4 milhões de reais destinados ao Caixa 2 do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhora. Não foi destinado ao Caixa 2. Isso foi um dinheiro que foi combinado entre o Sr. Roberto Jefferson e o Deputado José Genoino, que teria recibo. E esse dinheiro não chegou no PTB; está com Roberto Jefferson.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Está certo. Então, esse dinheiro está com o Deputado Roberto Jefferson e ele precisa nos dizer o que foi feito com ele.

O senhor diz, então, que o senhor é o tesoureiro informal, já que o senhor foi em missão para poder discutir recursos que teriam sido acordados entre o PT e o PTB, em Portugal. O senhor foi como testemunha, mas, a relação que o senhor diz que aconteceria lá era uma relação de um acordo que viriam recursos.

Eu, sinceramente, gostaria de colocar aqui, Sr. Presidente – não vou usar todo o tempo que disponho –, para dizer simplesmente da minha estranheza com toda essa relação. Tenho pelo Partido, que o senhor aqui representa, o PTB, uma grande admiração pela sua história, na participação histórica na democracia brasileira, mas me estranha muito essa relação de informalidade.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A senhora também não estranha o PT ter mandado Marcos Valério?

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – O senhor aqui... Aqui o depoente é o senhor. Certo? Quem está aqui para responder é o senhor, e não eu ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria que o depoente se abstivesse de qualquer pergunta; pode dar qualquer resposta, mas nenhuma pergunta. A pergunta quem faz é o Parlamentar; V. Exª tem razão.

Nobre Senadora Fátima Cleide, encerrou?

Eu então chamo o próximo orador inscrito, que é o Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Edson Palmieri, senhor advogado, vou direto ao assunto. Sr. Edson Palmieri, o senhor falou aí no seu depoimento que uma pessoa muito íntima do ex-Presidente falecido do PTB queria... O senhor falou que Delúbio queria ajudar, tal, alguma coisa, e o senhor falou alguma coisa de um dinheiro – não é isso? – para ajudar uma pessoa íntima – e o Roberto Jefferson também falou sobre isso –, mas o senhor falou de uma maneira interessante: “Nós queríamos saber dele, já que podia ajudar, onde nós poderíamos sacar”, não foi isso? O senhor falou disso? No seu depoimento, o senhor falou: “... onde poderíamos sacar”.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, quando o Delúbio comunicou ao Deputado Roberto Jefferson que tinha um dinheiro para pagar, se não me engano, televisão, o Roberto não quis, e, nesse momento, nós estávamos num momento de dificuldade dentro do Partido para fazer uma chamada de “vaquinha” para atender a uma moça que era íntima, e aí o Deputado Roberto Jefferson falou para mim: “Ligue para o Delúbio e pergunte aonde ele possa pegar esse recurso...”

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas o senhor falou, talvez num ato falho: “... onde é que

podemos sacar”, sacar, a palavra sacar. No seu depoimento, está sacar. Eu quero pegar...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu modifico.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Como o senhor falou espontaneamente e tal, eu queria pegar exatamente esse ato falho. O senhor estava acostumado a sacar dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, nunca fui em banco.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas eu estranhei porque o senhor usou essa palavra sacar.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É porque eu sou bancário, fui bancário muitos anos, e isso aí é um caçoete da gente, era para onde poderia buscar esse recurso.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Pois é, buscar, receber, agora sacar é quem vai buscar em algum lugar. Nessa época de “mensalão”, quando fala em sacar, eu fico preocupado. Está bom?

O senhor falou que gosta muito de planejar campanha. O senhor participou do planejamento da campanha de 2002?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Do Presidente da República?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Sim.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, participei.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Participou. Em quanto foi orçada essa campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não participei do orçamento, eu fiz a parte operacional de estados.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Mas o senhor não acha estranho que o senhor, homem bancário, banqueiro, e homem que de planejamento... Quem planeja, planeja a parte operacional, mas planeja também a parte financeira; não se faz a parte operacional se não fizer a parte financeira. O operacional apenas o senhor vai cumprir o que alguém já planejou e está pronto, agora o senhor é de planejamento.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A minha parte é de quantos candidatos vão coligar, quantos são...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Então o senhor vai ter que retificar o seu depoimento que o senhor é de planejamento.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – ... quanto vai de propaganda.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – O senhor não é de planejamento, o senhor é de execução, o senhor é da parte operacional, mas o senhor colocou como era de planejamento. O senhor não sabe... O senhor sabe quanto era o débito do PTB depois da campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Porque, presta atenção: houve um acordo financeiro entre o PT e o PTB, não é isso? Houve um acordo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – No segundo turno, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Então houve acordo financeiro. Era isso que queria saber.

O Deputado Roberto Jefferson afirmou em seu depoimento na CPMI dos Correios que recebeu R\$4 milhões por parte do acordo de R\$20 milhões para o PTB. Segundo ele, o dinheiro foi entregue pessoalmente pelo Sr. Marcos Valério. O senhor confirma isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Muito bem. Recebeu diretamente do Sr. Marcos Valério, mas o senhor diz que nunca sacou. Mas na lista de sacado – perguntei isso ao Deputado Roberto Jefferson, e ele não soube explicar, não entendi bem – aparece o nome do senhor com um pouco mais de R\$2,6 milhões – está lá Emerson Palmieri -, então ficou faltando um pouco mais de R\$1 milhão. Esses R\$2,648 milhões, se não me engano, acresce aos R\$4 milhões ou tira dos R\$4 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Primeiro, quero esclarecer o seguinte: esses R\$4 milhões são de campanha de prefeitos, o acordo é para campanha de prefeitos, não tem nada a ver com campanha anterior; e quanto a esses R\$4,468 milhões que aparecem aqui, não entrou no PTB esse dinheiro. O que entrou foram R\$4 milhões para o Roberto Jefferson, não foi nem no PTB, foram entregues ao Deputado Roberto Jefferson, pessoa física.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – O senhor faz a separação do Deputado Roberto Jefferson e do Deputado Roberto Jefferson Presidente do PTB. Há essa separação, há como fazer?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, claro que há, porque ele combinou isso com o Genoíno.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Combinou o quê? A separação?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que enquanto não viesse o recibo, ele iria receber como pessoa física.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Receber por fora, sem comprovante.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso. Como pessoa física.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)** – Muito bem. As notas oficiais do PTB quem as redige? O senhor faz parte também, o senhor é um pensador?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Notas oficiais?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Notas oficiais do PTB. O PTB que dar uma nota oficial qualquer, o senhor não participa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Na nota oficial do PTB de 20 de setembro de 2004, o Presidente do Partido, Roberto Jefferson, nega qualquer acordo financeiro entre o PTB e o PT, para as eleições de 2004. Como o senhor explica isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Segundo vi pela imprensa, era para proteger a Marta Suplicy na candidatura em São Paulo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Então, o Deputado Roberto Jefferson, ou mentiu na nota oficial, ou mentiu no Conselho de Ética. O senhor concorda comigo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu vi pela imprensa.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não, a pergunta é outra. Não é se o senhor viu pela imprensa, porque nós também vimos. Estou perguntando o seguinte: o Deputado Roberto Jefferson afirma na nota oficial, assinada, que não há acordo financeiro. O senhor afirmou aí que houve acordo financeiro. No Conselho de Ética, o Deputado Roberto Jefferson disse que não houve acordo financeiro. Onde é que está se falando a verdade: no Conselho de Ética, na nota oficial, ou no depoimento?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que houve acordo financeiro para candidatos a prefeitos houve.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Houve. Então diz aqui: diante da matéria divulgada pela imprensa, noticiando que havia acordo financeiro envolvendo o PT e o PTB, esclarecemos que: não houve qualquer acordo financeiro entre o PT e o PTB, especialmente envolvendo o apoio às candidaturas de um outro partido. O acordo feito foi político. Então, em algum lugar, alguém mentiu. Concorde comigo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Concorde.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Palmieri, V. Sª foi a uma viagem de turismo a Portugal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não foi de turismo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Como não foi de turismo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui num dia e voltei no outro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas é turismo. Quando a gente vai numa viagem com alguém pagando a passagem... Ninguém dá almoço de graça. Quando o senhor vai a Portugal, com a passa-

gem paga pelo Partido, para fazer um lanche do outro lado da rua do hotel, participar de uma reunião que não o deixaram entrar, barraram-no. Na verdade, foi um falta de consideração muito grande com V. Sª. Eu acho que realmente ... Levar V. Sª daqui para Portugal, deixar do lado de fora de uma reunião, realmente é uma tremenda falta de consideração que fizeram com V. Sª. Se eu fosse o senhor, de lá para cá, não falaria mais com o Marcos Valério. Eu não o cumprimentaria, nem falaria com ele, porque o que ele fez foi uma grande desconsideração com V. Sª. Eu não falaria nunca mais com ele. Estranho o senhor ter falado com ele de lá para cá, terem voado no mesmo avião, com o advogado. Ficou por isso mesmo. Ninguém tomou providência. Ninguém disse nada. O senhor não acha estranhas essas coisas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele conversou com o Deputado Roberto Jefferson depois. Eu coloquei a minha indignação.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas fez o senhor de ingênuo, de menino. E o senhor não é nem ingênuo, nem menino.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mais uma vez, diversas vezes, a gente...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não foi a primeira vez.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Diversas vezes a gente perdeu viagens em São Paulo e aqui mesmo, no PT nacional, para conversas e tomamos chá-de-cadeira. Não fomos atendidos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Então, é por essas coisas todas, que vieram acontecendo ao longo do tempo, que o Deputado Roberto Jefferson tomou a iniciativa de fazer essas denúncias que terminaram na criação dessas duas CPMIs.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Certo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, está acabando o meu tempo. Não quero mais fazer perguntas, quero apenas avisar a V. Exª que fiz alguns requerimentos, inclusive um para que esta Comissão convide o Deputado Valdemar da Costa Neto para vir a esta CPMI. O que estou vendo é invasão de competência. A CPMI dos Correios está tomando a frente. Toda vez que se fala, que se pensa em ouvir alguém, a CPMI dos Correios sai na frente. Temos de ser mais ágeis, Sr. Presidente. Então, faço um apelo a V. Exª para que possamos votar esse requerimento, assim que possível, para trazer o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto a esta CPMI, porque estamos tratando da compra de votos e é aqui que isso tem de ser apurado. Temos de ter discernimento e mostrar aos colegas e amigos da outra CPMI que a competência deles termina onde começa a nossa. A coisa não está

acontecendo. A CPMI dos Correios já invadiu esta nossa CPMI. Se continuar desse jeito, não há porque continuar. Vamos fundir ou entregar, para que a CPMI dos Correios apure tudo. Não estamos podendo apurar nada, porque não temos documentos, não nos deram documentos. Não se age dessa forma. Estamos na mesma Casa, queremos fazer a investigação e trazer a verdade para o povo brasileiro. Portanto, Sr. Presidente, devemos fazer um apelo e tomar providências enérgicas para que a nossa CPMI possa apurar o que é de nossa competência.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo informar a V. Ex<sup>a</sup> que apelos foram feitos, requerimentos foram realizados. O que falta é bom senso, entendimento e, sobretudo, evitar a disputa e a divisão para somar e, não, como estamos, realmente, numa situação...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Hoje, como não tem televisão, a sala está vazia. Vamos aproveitar e andar mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer andar mais. Vamos tomar todas as decisões. Vamos ver se conseguimos tomar todas as decisões necessárias para estarmos em condições de receber todas as informações da outra CPMI.

Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaie Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Emerson Palmieri, seu depoimento foi muito importante. O senhor desmentiu o Marcos Valério. O Marcos Valério veio com uma história horrível aqui, dizendo que o senhor é uma figura maravilhosa, elogiou muito o senhor, mas fez o senhor de bobo. É da personalidade dele fazer assim com as pessoas mesmo. Mente, mente e mente, mas o senhor conseguiu mostrar o seguinte: o senhor foi a Portugal, com o dinheiro do PTB, ficou lá plantado, não entrou, não ouviu as conversas e ele saiu dizendo que lá no Brasil iriam resolver tudo em vinte dias.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhora.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, continuou mentindo. Ele mente. Ele mente para o senhor. O senhor tem um arzinho de homem bonzinho; ele não tem esse arzinho. Então, ele mente. Agora, quero saber o seguinte: o senhor falou uma coisa muito importante aqui. O senhor foi bancário, trabalhou em banco, mexeu com dinheiro, trabalha em Partido, fez muita coisa de partido, o senhor nunca viu tanto dinheiro na sua vida. É ou não é verdade?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É verdade.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Dinheiro vivo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dinheiro vivo. Nunca vi.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nunca viu isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca vi.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É prática de quem?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Do PT.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Do PT. Então, o PT iniciou uma prática neste País de dinheiro ao vivo. Cansaram de perguntar para o senhor sobre os R\$4 milhões, e o Deputado Roberto Jefferson cansou de dizer que ele chamou para si, chamou no peito – ele falava assim no dia 14 de junho. Ele veio aqui e repetiu de novo que os R\$4 milhões estão com ele. Podem pô-lo na cadeia, se for o caso, ele falou isso, mas ele não vai dar o nome dos Deputados, se é que passou para algum Deputado. E o senhor está junto com ele. O senhor é o homem de confiança dele, então o senhor não pode dizer para quem ele passou porque, se ele não falar, o senhor não vai falar também. Todos insistem em perguntar para o senhor para quem ele passou. Não passou. Se passou, não vai falar; ele morre, mas não vai falar. Claro que ele não pode falar. O dinheiro é ilegal, não tem fonte, é dinheiro que o PT trouxe não sei de onde, com esse tal de Marcos Valério.

Esse Marcos Valério é um homem tão indigno que, não só mentiu para nós – como tem mentido consistentemente, e voltou aqui e mentiu de novo –, como levou o senhor para lá, enganou o Deputado Roberto Jefferson, porque levou o senhor. Agora, o senhor não é o bobo, o senhor não é um homem para chegar lá e ficar plantado: “fica aí bobinho, fica quietinho aí”. O senhor ficou porque ele falou “vou entrar, conversar e, depois, nós voltamos para falar”, não é assim?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi exatamente.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Houve uma conversa, quer dizer, houve uma tratativa.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De 30 a 40 minutos.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E ele ficou lá 30, 40 minutos. Quando ele saiu, o senhor quis fazer. Aqui, agora, a Comissão queria que o senhor esganasse o Marcos Valério. Mas o Marcos Valério, como diz muito bem o Deputado Roberto Jefferson, é um carequinha que gosta muito de dinheiro, só fala em dinheiro. E é sobre essa união entre o PT e o Marcos Valério que quero que o senhor fale, porque é essa união que nos deixa preocupados.

Delúbio. O senhor conhece bem o Delúbio?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conheço das reuniões que nós fizemos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Participou das reuniões? E o que se discutiu nas reuniões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O apoio financeiro ao PTB de R\$20 milhões e que esse dinheiro saíria do PT, provavelmente, de um caixa do PT ou de ajuda de empresários.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que eles sempre falavam que tinha dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tinha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o PP e o PL? O senhor soube se eles ajudaram?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhora. Nunca participei e nem ouvi falar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não participou de reuniões a respeito do PP e do PL? Não ouviu falar? O senhor está falando só do PTB? Não pode falar de outros porque não ouviu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não ouvi. Se tivesse ouvido, eu falaria aqui.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor conheceu Marcos Valério em maio de 2004. Antes, o senhor nunca tinha ouvido falar nele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em 2004. Antes, nunca tinha ouvido falar nele. Era uma figura completamente desconhecida.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Roberto Jefferson já o conhecia antes?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Acredito que não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Conheceu nessa época também?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nessa época também.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E, a partir daí, as conversas eram com ele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – As conversas se iniciaram com o Delúbio – um bom período com o Delúbio – e com o Genoíno. Depois, o Delúbio nos apresentou o Sr. Marcos Valério na sede do PT aqui, na Varig, e nos disse o seguinte: “A partir de agora, ele vai entrar em contato com vocês”.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o Genoíno estava sempre presente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Presente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que a cúpula do Partido dos Trabalhadores participava dessas reuniões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Genoíno, o Silvinho e, em algumas reuniões, o Sr. Marcelo Sereno.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O que eles falavam a respeito de tanto dinheiro? Não davam nenhuma notícia, o Marcos Valério arrumava esse dinheiro...Quando chegou a Portugal, uma coisa muito

importante é esta, ele falou: “Eu sou o Marcos Valério do PT”. As portas todas se abriram. Por quê?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque acho que já estava até agendado isso. Foi tão simples, fomos a pé, ele entrou no edifício, apresentou-se como Marcos Valério do PT e, imediatamente, fomos conduzidos para o último andar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Porque Marcos Valério do PT significava Marcos Valério do Governo Federal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Provavelmente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ninguém recebe ninguém. Se chegar lá e falar que é do PT...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que não tivemos nenhuma dificuldade para entrar lá. Nenhuma.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso na Portugal Telecom? Lá na Diretoria?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Na Presidência, no último andar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o que ele fez em Portugal o senhor não ficou sabendo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não porque aconteceu o que já expliquei aqui. Na saída, fiquei irritado com ele e disse: “Eu não vou conversar com o pessoal, a gente precisa dar uma notícia para o Roberto”. Ele falou: “Daqui a 20 dias, eu acerto esse problema de vocês no Brasil, vou falar com o Roberto. Agora, vou para o hotel e você sai com o Tolentino e vão passear”. Eu fui ao El Corte Ingles. Foi exatamente isso que aconteceu.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, ele mandou o senhor passear.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o senhor foi passear.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui com o Tolentino, que era advogado dele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quando o senhor chegou aqui, o Deputado Roberto Jefferson não gostou nem um pouco.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Absolutamente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E aí tiveram a discussão.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E me disse o seguinte: “Fomos enganados mais uma vez. Esse pessoal está nos fazendo de idiotas.”

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É isso que é importante. O importante para nós é isso. A partir de que momento Marcos Valério começou a enganar o Deputado Roberto Jefferson. É esse o ponto importante. (Pausa.)

Não precisa rir, Deputada. A senhora vai rir ao final. A senhora não vai rir agora, terá um tempo para rir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu peço que a oradora não seja interpretada...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não vai rir não. Não vai rir, não. O PT vai ter tempo para rir.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Abaixo o tom.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não abaixo o tom, não senhora. Nasci com esse tom. Assim como o José Dirceu nasceu arrogante, eu nasci assim. Nasci para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço à nobre Deputada que não interrompa a oradora que está com a palavra garantida. Concedo-lhe mais um minuto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É muito difícil, Sr. Presidente, lidar com o PT. O PT é prepotente, é arrogante, eles não admitem nenhuma crítica.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu peço que V.Exª continue com a palavra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah, pelo amor de Deus! Ainda está no banco dos réus. Imagine se não estivesse no banco dos réus.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não tem nada que falar, minha senhora, fique quieta. Fique quieta que o negócio está feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PSDB – RO)

– Eu peço a V. Exª que respeite...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, eu não atrapalhei...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não atrapalhou, não. Você riu.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Não atrapalhei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Pior do que atrapalhar, você riu.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Ela está nervosa, não sei o porquê. Mas não atrapalhei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É a mania do PT querer atrapalhar as pessoas.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Não sou do PT.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não é do PT? Não sabia.

Então, vamos lá. Depoimento do Roberto Jefferson...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª com a palavra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Para terminar, Sr. Presidente.

Ele fez um depoimento em que consta constantemente essa questão: PT e relação dele. Ele chamou para si os R\$4 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele não fez nenhum acordo, não falou do acordo PTB/PT, por causa da candidatura da Marta, em São Paulo, sim?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso é verdade, porque ele falou aqui?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É verdade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, não houve nenhum acordo. Ele falou sobre isso, porque ele não queria prejudicar a candidatura da Marta. Então, é essa parte do seu depoimento que é importante, Sr. Palmieri. Esse depoimento seu é importante para dizer isto: que o Marcos Valério mentiu, o Marcos Valério enganou o senhor, o senhor foi até lá para um negócio, para algo que existia já entre Deputado Roberto Jefferson e Marcos Valério, chegaram lá não houve nada, veio para cá e nada foi feito.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele não só enganou a mim, ele enganou todo o PTB. Ele enganou o Presidente, não é? Porque as promessas eram inúmeras que iam cumprir, cumprir. Eu quero deixar claro que eu fui, a pedido do Roberto Jefferson, diversas vezes no PT, aqui, na Nacional, em São Paulo, em busca de recurso, em busca de recibo, sempre voltei de mão vazia e, às vezes, sem conseguir falar com o Sr. Delúbio.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quando o senhor ia a São Paulo, o senhor falava só com o Marcos Valério ou com outras pessoas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Com o Delúbio.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Com o Delúbio.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Delúbio sempre estava lá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sempre em São Paulo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Lá ou aqui em Brasília.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nunca ele falava que não tinha o dinheiro, ia protelando.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que estavam arrumando, que iam dar um jeito, mas nunca apareceu.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr<sup>as</sup> Parlamentares, antes de mais nada, volto à viagem a Portugal. Chamou-me atenção o seguinte: ao chegarem à Portugal Telecom – por coincidência, em Portugal, a Portugal Telecom é conhecida como PT –, o senhor disse que o Marcos Valério anunciou e foram imediatamente recebidos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Recebido por quem?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Primeiramente, por uma secretária e, depois, foi levado ao Sr. Horta, se não me engano, Miguel Horta, que é o Presidente.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Sr. Miguel Horta. O senhor chegou a conversar com Miguel Horta?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só o cumprimentei na saída: até logo, até logo, nada mais. Não tive nenhuma palavra.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Ou seja, o Sr. Miguel Horta acompanhou o Sr. Marcos Valério até a saída...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Até à porta, até a saída.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – ... e aí o Sr. Marcos Valério os apresentou ou o Miguel Horta...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, “este aqui é o Emerson, este aqui é o meu advogado, muito prazer, muito prazer”, e descemos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Foi só esse o contato que o senhor tem com o Sr. Miguel Horta?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só isso. Nada mais.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O Sr. Marcos Valério fez aqui, no seu depoimento, inúmeras referências à sua vida pessoal, dizendo da sua predileção por motocicletas, abordando aspectos, querendo mostrar uma intimidade com o senhor. A que o senhor atribui o fato de ele conhecer detalhes da sua vida pessoal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele disse muita coisa errada, por exemplo. Mas tantas conversas que tivemos com o Marcos Valério, tantos momentos de espera, falamos de família, quantos filhos, mulher, pai, mãe, isso eu falei com ele.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Então, o senhor teve essas conversas não durante a viagem, antes?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, antes.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Em outros contatos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em outros contatos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Não, isso para ficar bem claro, porque o senhor disse que, na viagem, o senhor ficou afastado dele e, de repente, ele vem aqui e fala dos seus gostos pessoais. Então, eu queria deixar claro isso.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor mesmo sabe, Deputado, que eu gosto de viajar de motocicleta...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Sim, isso nós sabemos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso eu comentei com ele, comentei do meu sítio, comentei da minha filha, comentei das minhas duas filhas, da minha mãe. Eu sou muito ligado à minha família. E eu estou aqui agora falando com vocês e estou pensando nas minhas filhas, no meu pai, na minha mãe me vendo lá.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Uma outra questão, além da visita à Portugal Telecom, os senhores fizeram visitas a outras autoridades?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor, eu fiquei junto com o Rogério...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Não, isso já foi esclarecido.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – ...e ele saiu. Se ele foi fazer a vista eu não sei.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Eu quero deixar bem claro, porque houve menções aqui ao Ministro Antônio Mexia e uma ida a um estabelecimento bancário de Portugal. O senhor não compareceu a nenhum desses eventos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não o acompanhei não, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Perfeito.

Sr. Presidente, só para deixar muito claro, vou repetir uma pergunta que todo mundo já fez, mas acho que é bom deixar claro: Sr. Emerson Palmieri, há uma relação de saques que teriam sido feitos pelo senhor. O senhor esteve alguma vez no Banco Rural fazendo saques?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nem uma vez, Deputado. Nem uma vez.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Os recursos que o senhor recebeu, o senhor os recebeu das mãos do Sr. Marcos Valério no PTB...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Juntamente com Roberto Jefferson.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– ...juntamente com Roberto Jefferson, atingindo um total de R\$4 milhões?

Fora isso, só aqueles que o senhor já se referiu, não houve mais nada além?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Então, eu estou procurando deixar claro. Portanto, o senhor nunca teve contato com esse Luís Carlos de Miranda Faria?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Fiquei sabendo agora que ele foi candidato pelo PTB de Minas agora, não tive contato com ele nenhuma vez.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** –

Embora a CPMI dos Correios não esteja colaborando conosco, agora eu vou dar uma pequena colaboração, dentro do meu tempo, com a CPMI dos Correios.

O senhor conhece o Sr. Antônio Osório?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conheço há quinze anos, ele foi presidente do PTB da Bahia, meu grande amigo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Alguma vez o senhor recebeu do Sr. Antônio Osório qualquer recurso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Para o PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca. Nunca!

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O

senhor tomou conhecimento de que ele destinou algum recurso ao PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O

senhor sabia que ele era diretor de administração dos Correios?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sabia, sim, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Já

que a CPMI dos Correios não investiga os Correios, eu vou dar uma colaboração a ela.

Quantas vezes o senhor foi aos Correios?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui aos Correios uma vez, com o Presidente da Embratur, levar a marca Brasil, quando o Antônio Osório chamou o diretor de *marketing* para ver se conseguíamos colocar a marca Brasil naquelas caixas sedex que vão para o exterior.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O

senhor conhecia o Sr. Maurício Marinho?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conheci pela televisão e pela revista.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Nunca pessoalmente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Nunca esteve com o Sr. Maurício Marinho?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca, não senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** –

Soube se ele trouxe algum recurso para o PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca trouxe.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O

senhor conhecia o Sr. Fernando Godoy?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – De reuniões de Executiva do Partido.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** –

Qual era a função dele na Executiva do Partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele é membro do PTB de Brasília e ele participava das reuniões da Executiva.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O

Sr. Fernando Godoy alguma vez trouxe algum recurso para o PTB ou fez alguma doação, alguma contribuição, alguma empresa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sr.

Presidente, eu estou satisfeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente,

Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar, a linha do depoimento do Sr. Palmieri é a mesma do Roberto Jefferson, o advogado é o mesmo, quer dizer, a lição foi bem decorada. Efetivamente, as próprias expressões “ouvi dizer”, “acho que”, “tenho a impressão de”, enfim, fala das coisas que ouviu dizer, mas não teve contato. Além do mais, é importante dizer que, antes dos R\$4 milhões que o PTB recebeu em espécie e que a Deputada ficou, lá em Minas Gerais, foram mais de R\$10 milhões que o Sr. Cláudio Mourão recebeu do Sr. Marcos Valério. É preciso lembrar isto aqui: mais de R\$10 milhões, em Minas Gerais, que o Sr. Cláudio Mourão recebeu do Sr. Valério, para a campanha do PSDB naquele Estado.

Eu queria perguntar ao Sr. Palmieri – primeiro, V. S<sup>a</sup> diz que foram pagos R\$4 milhões e que os guardou no cofre, na sede do PTB – onde funciona a sede do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Na 303 Norte, comercial.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Sr. Roberto

Jefferson disse que depois que receberam, V. S<sup>a</sup> e ele fizeram a distribuição de recursos com candidatos do PTB às prefeituras.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu dividi, conforme ele pediu.



**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas ele disse “dividiu e distribuiu”.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu dividi e coloquei no cofre. Esta foi a parte que eu fiz: eu dividi em R\$150 mil e R\$200 mil.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, em razão das diversas contradições que existem entre o depoimento do Sr. Palmieri e do Sr. Roberto Jefferson, eu vou solicitar uma acareação entre os dois. Vou fazer o requerimento de acareação do Sr. Roberto Jefferson com o Sr. Palmieri, para sabermos quem está dizendo a verdade. Isso porque alguém não está dizendo a verdade.

V. S<sup>a</sup> tem alguma relação com empresa de publicidade que presta serviço ao Governo Federal?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nenhuma?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nenhuma.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – A imprensa tem dito que V. S<sup>a</sup> tem tido relação com essas empresas.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. **V. Ex<sup>a</sup> pode dizer?**

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não, eu só perguntei, e V. S<sup>a</sup> disse que não.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, nenhuma.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – V. S<sup>a</sup> disse que conheceu o Sr. Valério em 2004.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Em maio.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pelo que nós verificamos, V. S<sup>a</sup> o trata como “o carequinha”. Parece haver uma relação muito íntima. Quer dizer, eu não posso tratar uma pessoa por um apelido ou por alguma coisa se... Disse que tratavam de assuntos.... Disse V. S<sup>a</sup>: Ele admite que conhece o publicitário Marcos Valério, a quem chama de “carequinha”. “É lógico que conheço Marcos Valério, o carequinha, mas tratávamos apenas de assuntos de interesse partidário”.

O Sr. Marcos Valério era alguém ligado ao PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, eu nunca chamei o Sr. Marcos Valério de “carequinha”.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Está aqui. V. S<sup>a</sup> não desmentiu isso na imprensa...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, nunca o chamei de “carequinha”.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Além do mais, o Sr. Marcos Valério diz que esteve na sua fazenda.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É mentira.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, também vou solicitar a acareação do Sr. Marcos Valério com o Sr. Palmieri, para vermos quem é que está dizendo a verdade. Um deles diz que todos têm informações sobre a vida do Sr. Palmieri, que conhecem

características. Eu não contaria para uma pessoa que eu conheci em 2004, com quem não tinha uma relação de amizade, coisas da minha vida pessoal, onde morava, do que gostava. Ou seja, é preciso ter muita intimidade para falar sobre isso.

V. S<sup>a</sup> participou das campanhas de Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nas duas?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nas duas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Qual era a sua tarefa lá?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu representava o PTB.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas também era o responsável pela arrecadação de dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor, nunca fui.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não era, o senhor era apenas representante?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Como representante.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não teve nenhuma atribuição de planejamento operacional?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Atendia os Estados; pessoas ligadas ao PTB que colaboravam com a campanha eu atendia. Material que elas necessitavam a gente remetia...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Também de recursos que viriam?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Recursos, não. Material.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor fez algum acerto financeiro com o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Porque, em três depoimentos, no primeiro, o senhor diz que quem levou o dinheiro para o PTB, para o Sr. Roberto Jefferson – o senhor estava lá – foi o Presidente Genoíno.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Está aqui na afirmação.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Na segunda, o senhor disse que foi o Delúbio e, na terceira, que foi o Marcos Valério.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quem foi que levou o dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca disse isso, que foi o Delúbio, nunca disse que foi o Sr. Genoíno.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, o senhor tem que desmentir o que a imprensa publicou.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quem levou o dinheiro no PTB foi o Sr. Marcos Valério, duas vezes.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, é preciso também identificar isso aqui.

O senhor poderia dizer para nós quais as fontes de renda que possui?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Já disse.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. E quais os principais ativos que compõem o seu patrimônio?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estão aqui na declaração do Imposto de Renda que estou entregando.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, diga. Mas eu quero que o senhor diga.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tenho um sítio, tenho um carro...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Um sítio ou uma fazenda? Qual o tamanho?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Um sítio, 100 alqueires. Desses 100 alqueires, 40 herdei do meu sogro. Esse sítio comprei em 1988, quando era funcionário do banco. Faz 20 anos que estou mexendo com esse sítio.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Além do sítio, o senhor possui o que mais?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Um apartamento em Curitiba, onde moro, um apartamento na praia e uma motocicleta 98, ano de 98.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Automóveis também?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Automóvel também, como foi dito aqui, financiado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Sr. Roberto Jefferson afirmou que é prática que os partidos ocupem cargos nas estatais e que os fornecedores contribuam com os partidos. O PTB teve as diretorias da URB, Correios, Embratur, Furnas, Eletronorte. O senhor teve conhecimento de recursos que eram repassados?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca o Deputado me pediu recursos nesse sentido.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Há a acusação de que o senhor forneceu para pessoas que eram... que o senhor forneceu passagens, quando estava à frente de uma das diretorias. O senhor confirma ou nega?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Confirmo. Gostaria até de explicar ao senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, explique.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dei três passagens para três pessoas da Embratur por problema de saúde e dei do meu bolso. Agora, o mais importante não foi levantado aí. O PTB deu passagem para um funcionário da Embratur, para o irmão dele, para a es-

posa, chamado Maurício, que tinha câncer de fígado e fez um transplante de intervivos. Nós pagamos essas passagens, e hoje, graças a Deus, ele está salvo. Isso foi feito para a família dele. Conversei com o Deputado Roberto Jefferson sobre a situação, e isso não foi divulgado. Ele fez o transplante, o irmão cedeu um pedaço do fígado, e hoje ele está vivo, trabalhando lá. Graças a Deus, ele está vivo. Isso, nós fizemos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, é necessário também que nós, porque o Sr. Palmieri nega que tenha recebido aqueles saques que estão na relação do Sr. Marcos Valério e que também foram confirmados pela Simone Vasconcelos. Então, também vou solicitar uma acareação da Simone Vasconcelos com o Sr. Palmieri para saber, porque alguém recebeu. O Sr. Marcos Valério diz que todos têm recibos. Então, é preciso verificar quem recebeu esses recursos, que, segundo ele, seriam colocados para o PTB.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr. depoente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, pelo que vi e ouvi até agora, o depoente não tem muita idéia da origem desse dinheiro que tem recebido e sequer comentou isso com Marcos Valério.

Estou dando entrada à Mesa agora a um requerimento e gostaria da atenção de V. Ex<sup>a</sup>. Estou dando entrada, porque acho fundamental a origem do dinheiro. Já estamos trabalhando bem no destino dele dinheiro, há vários nomes suspeitos e tudo mais. Na origem, estamos pecando e muito. Então, estou enviando esse requerimento, que talvez pudesse ser votado hoje ainda. Quero pedir todos os laudos periciais das contas do Toninho da Barcelona, todos os laudos periciais. Ele tem alguns processos em que há os laudos periciais prontos, que já dizem a origem do dinheiro, qual o caminho que esse dinheiro correu, quem foi beneficiado com esse dinheiro no fim, o que acho fundamental.

Enquanto a outra CPMI está ouvindo, estamos pedindo documentos que vão corroborar, junto com a oitiva que eles fizeram. Nós poderemos, então, chegar a uma decisão sobre qual o papel desse senhor nesse fato. Gostaria também, e vou enviar à Mesa, de receber os do Sr. Davi, que lidava com doleiro. Temos que quebrar o sigilo desses doleiros, se porventura não existem processo e laudo pericial, para que possamos chegar à origem do dinheiro.

É a solicitação que faço preliminarmente, porque vejo que, quando se fala na origem de dinheiro, parece que o negócio se tranca.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Submeteremos imediatamente à votação o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, que foi devidamente formalizado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Já estou enviando à Mesa.

Quero falar com V. S<sup>a</sup> sobre as grandes diferenças entre o seu depoimento e o de Marcos Valério. Seu depoimento está em sintonia com o do Deputado Roberto Jefferson e contraria várias coisas do depoimento do Marcos Valério. Por isso, mais tarde, talvez aquela acareação sugerida seja necessária; são duas versões diferentes.

Primeiro, a versão de Marcos Valério sobre a sua ida a Portugal é muito pouco crível, porque dizer que o senhor foi a Portugal para fugir de pressão... Se o senhor fosse a Portugal para gerar expectativa e fugir de pressão, dali a dois dias, a pressão seria muito maior, porque o senhor geraria expectativa, indo a Portugal. Ao ir a Portugal e dizer “não, vocês esperem aí, essa pressão toda vou ver se em Portugal eu resolvo”, o senhor geraria uma expectativa muito maior, se fosse para isso. A sua versão de que foi a Portugal justamente para tentar, junto à Portugal Telecom, uma solução para as dívidas do Partido, sem dúvida, é mais verossímil. No momento em que Marcos Valério se identificou como Marcos Valério e publicitário – ele diz isso – e o senhor diz “não, ele se identificou como Marcos Valério do PT”, que é o Partido do Governo, fica muito mais verossímil a sua versão do que a dele também. Um Marcos Valério qualquer ficaria muito mais difícil de ser atendido. No momento em que ele diz que foi a Portugal e se contentou em deixar o *folder*, um portfólio da empresa dele lá na mesa do cara, com quem nem falou, é uma coisa que fica... A sua versão é mais consistente: ele foi lá e ficou meia hora, quarenta minutos...

A única coisa que peca um pouquinho, Sr. Palmieri, é a sua indignação. Acho que a sua indignação deveria ser... ou não entendi direito. Mas tinha que ser uma indignação muito grande, porque afinal o senhor gastou dinheiro do Partido e tudo, para ir lá e não testemunhar o que foi falado com o cara. O que ele falou do que foi falado com o cara? Ele deu a entender que os problemas iam ser resolvidos depois com Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele disse que, em vinte dias, provavelmente os problemas estariam resolvidos no Brasil. Ele ia falar com Roberto Jefferson. Eu insisti com ele, quando nos despedimos. Falei: vamos conversar, vamos ver como ficou o assunto. Ele falou: já está conversado, em 20 dias nós acertamos isso no Brasil.

Sei que é difícil para os senhores entenderem isso, mas eu não tinha como forçar, para entrar ou conversar com o Presidente. Quero...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Forçar para entrar, não, mas depois eu dava um esculacho no cara, do tamanho de um trem.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu falei com ele, mostrei a minha irritação. Mostrei a minha irritação.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Está de palhaçada comigo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Você me fez de palhaço, falei isso para ele, inclusive. Você me fez de palhaço. Vim aqui, fiquei até em situação difícil com o próprio Roberto, porque não consegui entrar. Mas não deixou entrar.

No primeiro momento, Deputado, achei que ele ia fazer uma reunião prévia e me chamar. Quando ele saiu, que eu levantei para entrar, ele estava indo embora, depois de 30, 40 minutos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A sua impressão – vamos voltar agora para outro fato – sobre Marcos Valério e o PT. Qual era o relacionamento de Marcos Valério com o PT? Realmente, ele era respeitado lá dentro? Realmente, o pessoal sabia que palavra dada era palavra empenhada, que podia resolver? Quer dizer, ele podia apresentar-se como representante do PT, porque, na verdade, na prática era alguma coisa assim?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Podia. Ele era muito respeitado pelo Delúbio, pelo Genoíno, pelo Silvinho. Ele falava muito no nome dessas pessoas, telefonava muito para essas pessoas. Isso eu cansei de ver. E recebia também ligações deles. Ele tinha um respeito muito grande dentro do PT, sim.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Agora, diga-me outra coisa: o senhor, no segundo turno, agregou-se à campanha do Lula, estou certo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Nesse segundo turno da campanha, houve alguma vez problema de dinheiro ou sobrou dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Eu só usei a parte operacional. Trabalhei no Estado, inclusive, do Paraná, em favor do Lula, como aqui.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sim, mas digo assim: sobrava dinheiro, faltava dinheiro? Como é que estava lá?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não cheguei a ter acesso a esse problema de dinheiro. O que chegava ao Paraná eram propagandas do Lula, cartazes etc, que a gente estava fazendo o trabalho lá. Isso chegou à vontade. Mas, o problema de dinheiro, eu não participava da comissão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Nas diversas campanhas em que o senhor esteve, os candidatos nunca se preocuparam com a questão de dinheiro, sempre ficaram alheios a isso? Porque vou-lhe confessar: cada vez em que fui candidato, a questão mais desgraçada minha era a de dinheiro, que sempre falta feito louco.

Então, quero saber se, para esses candidatos políticos – não estou referindo-me a um só –, principalmente aqueles para cargos majoritários, dinheiro não é a principal preocupação, para poder fazer a campanha.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, está tendo uma impressão aqui de que eu só mexia com dinheiro: em absoluto.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, quero tirar isso. Quero agora como coordenador, não estou falando aqui em Secretário Financeiro.

Como coordenador de campanha, o candidato se preocupa ou não com as condições financeiras?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Todos se preocupam. É evidente que se preocupam, mas a minha função era ajudar a montar comício, ver se estavam chegando as propagandas, se estava pronto o material que foi encomendado, se tinha que remeter para tal lugar. Essa era a minha função.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quero dizer que, de repente, parece que os candidatos de que falamos não estão nem aí para o problema de dinheiro. Não, esse problema não é meu; fala com fulano e beltrano, porque esse problema não é meu. Quer dizer, eles não se preocupam com o dinheiro para fazer o comício, para dar as camisetas, para fazer o programa; parece que não têm essa preocupação. E acho meio mentiroso isso, porque, pelo que sei, os candidatos estão sempre preocupados com a evolução, com o que está faltando, em como conseguir recursos para cobrir o roteiro. Estou certo ou estou errado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está certo.

Mas eu tratava dessa parte operacional; de chegar o material na hora certa, de estarem montados os palanques na hora certa.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu não estou falando especificamente. O que quero deixar bem claro para o povo brasileiro é que todo candidato, quando entra na campanha, está por dentro da sua campanha, a não ser que seja um candidato débil mental. Porque senão ele está por dentro, sabe qual é o recurso que tem, qual é a programação que vai fazer. Ele pode ter um coordenador de campanha, mas sabe tudo isso. Ou eu estou falando besteira?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Tem que saber.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Tem que saber de tudo isso. Se ficou dívida de campanha, o candidato sabe que ficou devendo lá 20, 30, 40 milhões e vai-se escabelar para pagar essas dívidas. É verdade ou não é?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não tenho dúvida, é evidente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É porque de repente parece que o candidato se abstraiu do negócio. Ficou o candidato lá e o esquema de campanha aqui, e o candidato só de “frozô”, não é? “Não, estou numa boa aqui, não cuido...” Ah, ficou devendo 40 milhões, esse não é meu problema”. E não é bem assim, sabemos. Quero deixar bem claro isso, por isso a lei eleitoral diz que não faz diferença se o candidato diz que sabe ou não, pois vai ser punido igualmente, se houver alguma coisa errada nesse sentido.

Nunca vi um candidato a presidente, a governador, a senador ou o que seja que fique alheio a todos os problemas da sua campanha, por isso não dá para acreditar. Estou certo, Palmieri?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está certo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, Sr. Palmieri, devido a essas informações contraditórias, vamos ter que mais tarde fazer uma acareação, para tirarmos a dúvida sobre quem está com a verdade. Mas acho que os seus detalhes estão mais bem esboçados do que os de Marcos Valério.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

Evidentemente respeito o tempo de cada um, mas estamos no segundo depoente ainda; se pudermos dar celeridade... Vejo a liberdade de cada um. Vi o esforço do Deputado Moroni Torgan, que, embora especialista na área, não conseguiu extrair nada. Vejo o esforço de cada um, e ninguém extrai nada. Penso que a testemunha já tem uma versão dos fatos e está muito presa a ela; não sei se vamos conseguir trazer elemento novo, mas, de qualquer maneira, a palavra é livre e não tenho nada que fazer.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pois não, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, pelo visto temos dificuldades, já nos últimos depoimentos, de trazer elementos novos. Aqui se falou de mentiras, e estamos percebendo que há uma certa competição nesse campo. E me parece que hoje essa regra não deixou de ser apresentada.

Mas queria fazer algumas indagações. Sr. Palmieri, V. S<sup>a</sup> informou que já, há mais de trinta anos, lida com política e já há algum tempo... Há quanto tempo, o senhor é Secretário Geral?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Trinta anos fui funcionário do banco.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Há quanto tempo, no PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estou no PTB há uns dezoito anos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Dezoito anos na função de secretário?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não senhor. Entrei no PTB, ajudando o PTB, não tinha nenhuma função, ajudava o Senador.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Há quanto tempo, está na função que exerce hoje?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quatro anos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Quatro anos como secretário?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quatro anos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Mas sempre fez parte da direção do Partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – No início não, só ajudava; depois entrei como vogal e depois fui eleito Primeiro Secretário.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor é um homem, portanto, experiente, vivido, que lida no meio político já há bastante tempo.

Nesse período, especialmente mais recente, o senhor afirmou para todos nós que lidou particularmente com a área de planejamento, mas participou de reuniões com Genoíno, Delúbio. V. S<sup>a</sup> afirmou isso aqui.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Três ou quatro reuniões, sim, senhor; não mais do que isso.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Participou de outras reuniões com outros líderes partidários ou presidente de partidos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor, só com o Sr. Genoíno, Delúbio, Marcelo Sereno, Sílvio, duas ou três vezes, no PT, aqui, e duas ou três vezes, na casa do Deputado Roberto Jefferson, num jantar.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Mas o senhor, ainda há pouco, quando perguntado sobre se Marcos Valério gozava de respeito dentro do PT, afirmou que com certeza, porque cansou de ver os contatos dele com o PT. Afirmação de V. S<sup>a</sup> ainda há pouco.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, sim.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Então, se V. S<sup>a</sup> participou tão pouco e conheceu tão pouco Marcos Valério, como poderia afirmar que cansou de ver os contatos dele com o PT? Esse cansou é o quê? Uma vez, duas, três, dez?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, o senhor perguntou sobre reuniões com a cúpula, agora, com o Delúbio, eu o encontrei algumas vezes, junto com o Marcos Valério. Fui ao PT de São Paulo, fui ao

PT de Brasília, sempre com o Delúbio, sempre com o Delúbio e o Marcos Valério, então vi intimidade com o Sílvio Pereira, algumas vezes aqui. Então, vi essa intimidade.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. S<sup>a</sup> tinha afirmado, no início deste depoimento, que teve poucos contatos com Marcos Valério e que esse contato foi mais próximo, agora, na viagem a Portugal.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Não?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Então, já tinha contatos anteriores, amiúde?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu conheci o Sr. Marcos Valério em maio, e quem o apresentou para nós foi o Delúbio. O Delúbio disse o seguinte: “A partir de agora o senhor vai fazer tratativas com o Sr. Marcos Valério”. E, a todas as reuniões a que fui no PT sempre estavam presentes o Sr. Delúbio e o Sr. Marcos Valério. Sempre. Sempre, sempre, sempre. E fui algumas vezes em São Paulo, como já disse aqui, e algumas vezes aqui em Brasília.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. S<sup>a</sup> afirma que tratava das questões de planejamento, que a questão financeira era algo mais informal e que pouca coisa sabia a esse respeito. Por que V. S<sup>a</sup> foi convidado para assistir à entrega dos R\$4 milhões que o Marcos Valério teria passado para o Sr. Roberto Jefferson e por que recebeu a atribuição de se dirigir a Portugal, para acompanhar ou, segundo V. S<sup>a</sup> mesmo afirma, para saber que, por trás dessa viagem, havia um negócio que envolvia R\$24 milhões? Por que V. S<sup>a</sup>, que nunca participou dessas transações financeiras, nesses dois momentos foi chamado a ocupar esse papel? A que V. S<sup>a</sup> atribui isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Atribuo à confiança que o Deputado Roberto Jefferson tem em mim – confiança.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Mas, mesmo gozando dessa confiança, V. S<sup>a</sup> não foi informado, em nenhum momento, do que o Roberto Jefferson fez desse dinheiro? V. S<sup>a</sup> tem toda a confiança, goza de toda a confiança, tem intimidade, foi chamado para assistir à entrega desse recurso...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – mas jamais ele lhe disse para quem e como fez a distribuição desse dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Jamais.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – E a que V. Ex<sup>a</sup> atribui isso? Por que ele não fez isso? Por desconfiança ou alguma outra coisa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, ele é quem poderia responder. Eu não tenho a mínima idéia de por que ele fez isso. Volto a frisar, Sr. Deputado: na minha opinião, eu, pessoalmente, posso até estar colocando o Deputado Roberto Jefferson, aqui, numa situação difícil, mas, pessoalmente, acredito que ele não distribuiu esse dinheiro – eu, pessoalmente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª tem alguma informação sobre movimentações do Sr. Roberto Jefferson, orientando diretores do Instituto de Resseguros do Brasil, para arrecadar dinheiros para o PTB – segundo informação do Sr. Roberto Jefferson, ele orientava dirigentes das empresas e citou especificamente, o Instituto de Resseguros do Brasil para arrecadar dinheiro para o PTB. V. Sª tem informações a esse respeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Fiquei sabendo isso pela imprensa.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª informou, aqui, que sabe que esses R\$4 milhões eram acertos para a campanha de 2004, não é isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Para apoio à campanha de 2004 para Prefeitos e Vereadores de todo o Brasil.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª tem informação ou participou, em algum momento da sua vida partidária, de acertos semelhantes com outros Partidos, com outras forças, na campanha de 2004 ou em outras campanhas anteriores?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca, nunca.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª só teve informações a respeito desses R\$4 milhões que chegaram em julho de 2004?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Em nenhum outro momento, V. Sª tem informações, tem notícia ou participou de qualquer acerto político?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Vamos corrigir. Não são quatro; foram acertados 20. É bom deixar claro. Mas chegaram quatro.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª assistiu à entrega de quatro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É, de quatro.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Em outro momento, V. Sª teve informações a esse respeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª não concorda que há muita contradição nesse depoimento – no depoimento de V. Sª e no de Roberto Jefferson? Vejam bem: na primeira vez que Roberto Jefferson esteve aqui, no Conselho de Ética, informou que recebeu os 4 milhões e guardou na gaveta. De-

pois, nesta Comissão, ele informou que dos 4 milhões parte teria sido depositada em nome de prepostos do PTB. Ele afirmou numa pergunta que fiz a ele que R\$2.468.600,00 fazia parte desses 4 milhões. V. Sª diz que não, que esses 2 milhões não fazem parte desses 4 milhões. O Sr. Roberto Jefferson afirmou aqui que distribuiu para pessoas que ele não queria dizer o nome desses 4 milhões. V. Sª afirma aqui que acha que ele não distribuiu esses 4 milhões. Por que V. Sª acha que ele não distribuiu? Ele lhe disse alguma coisa? Deu algum sinal? Que é que faz V. Sª afirmar que esses 4 milhões não foram distribuídos e onde V. Sª supõe que estariam hoje?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele não disse que distribuiu. Eu acho porque a crise continuou no Partido, a reclamação era muito grande. A reclamação foi muito grande. Então, eu acho que se ele tivesse distribuído pelo menos a pressão tinha diminuído e não diminuiu.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, eu considero que a acareação entre o Sr. Palmieri e o Roberto Jefferson é uma necessidade. A opinião pública precisa conhecer melhor esses detalhes. Esses 4 milhões já circularam, já foram pro armário, pro cofre, pra mão de pessoas que ninguém conhece, enfim, e cada um que vem aqui depor apresenta uma versão. Nós precisamos fazer o esclarecimento sobre esse e outros recursos, tanto do ponto de vista do origem quanto do ponto de vista da intermediação e do destino desses recursos.

Portanto, eu quero me associar ao Deputado que sugeriu aqui a convocação para uma acareação do Sr. Palmieri e do Sr. Roberto Jefferson.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, volto mais uma vez a esclarecer pro senhor esses 4.468.600,00 milhões.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – 2.468 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – 2.468 milhões. Esse recurso não entrou no PTB. De pura verdade, não entrou no PTB. Eu dei duas informações novas aqui.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Então Roberto Jefferson está mentindo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Ele disse que entrou e que faz parte dos 4 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não entrou. Não entrou. Entrou...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Quem está mentindo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Esse dinheiro não entrou no PTB.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Quem está mentindo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Esse dinheiro não entrou no PTB. Não existe esse dinheiro.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Quem está mentindo? Roberto Jefferson diz que faz parte dos 4 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Aí eu não posso lhe dizer...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Os 2.400. Eu perguntei a Roberto Jefferson sobre os 2.400. Ele disse que os 2.400 faziam parte dos 4 milhões.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acho que... provavelmente foi um provisionamento. O que entrou pro Roberto Jefferson, nem no PTB – isso que eu quero deixar claro – entrou como pessoa física pro Deputado Roberto Jefferson, que ele assumiu isso, esses 4 milhões, porque não estava legalizado e eu estou dando informações novas aqui: dos 4,545 milhões também não entraram no PTB mas foi distribuído: 200 pro seu Alexandre, 145 pro seu Cacá Moreno e 200 pro seu Cacá Moreno, que foi pego do seu Marcos Valério.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Foi caixa dois?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi pego do seu Marcos Valério?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Caixa dois? Não foi contabilizado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – PT. PT que mandou. PT que mandou.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Caixa dois?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – PT que mandou. Agora, a origem desse dinheiro nós não sabíamos. Eu estou dando a informação nova.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Devanir Ribeiro. Nós queríamos reduzir para cinco minutos, vamos reduzir agora pelo menos para dez minutos.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – É o que está, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas é que cada um fala mais um pouco do que está...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, eu acho, Presidente, que nós devíamos instituir aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou pedir uma breve interrupção, a pedido do depoente...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Talvez quando ele voltar vai estar com a memória melhor e ele responde.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É, vamos deixar... (Pausa.)

Eu tenho aqui um pedido de parte do Sr. Delúbio Soares de Castro em que ele declara que hoje está prestando um depoimento na Comissão de Ética do Partido dos Trabalhadores e que, possivelmente, isso se prolongue por muitas horas. Então, ele pede desculpas, porque não tem condições de se deslocar a Brasília hoje e pede para que se marque nova data para o depoimento.

Consulto o Relator sobre essa matéria, e, em seguida, vamos, se for o caso, marcar nova data.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, tratando-se de impossibilidade física, sugiro a V. Exª que designe a terça-feira próxima para a audiência do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vejo que, na terça-feira, vamos perder esta semana. Queria fazer uma proposta, para que pudéssemos ouvi-lo na quinta-feira, nobre Relator. Amanhã à tarde, não digo, porque, amanhã, já estamos...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, se V. Exª quer tratar do assunto, não é questão de ordem.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – É do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode falar.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu acho que devíamos manter o convite ao Sr. Delúbio. Ele mostrou um fôlego extraordinário para cuidar das finanças do PT e do Presidente Lula e não é pela Comissão de Ética do seu Partido, entre companheiros e associados de busca de dinheiro no Brasil e no exterior, que não poderá, amanhã cedo, pegar um vô. Nós, Deputados, somos acostumados a fazer, sete dias, sete noites, esse pinga-fogo. O senhor é um que mora lá numa ponta do Brasil, e eu moro na outra ponta, no meu Rio Grande.

Eu acho que é uma manobra postergatória, e não devemos admiti-la, só se ele apresentar um atestado médico, no mínimo de três médicos.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É o que vai acontecer, se V. Exª insistir em ouvir amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Devanir.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Olha, Sr. Presidente, aceito tudo de qualquer companheiro e companheira parlamentar, mas não provocação. Provocação é outra coisa. Nós estamos discutindo que o que aconteceu com o Delúbio – ele está pedindo – pode acontecer com qualquer um outro, com qualquer outra pessoa. Não é que ele está... Ele está prestando... Nós temos uma organização, à qual ele está prestando... porque os nossos militantes, os nossos dirigentes solicitam e pedem. Talvez lá seja um pouco mais sério do que aqui, porque naquilo lá não há holofote. Aqui, às vezes, fazemos muito circo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Protesto. V. Exª está dizendo que isto é menos sério do que...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Pois é. Então, gostaria que V. Exª... Eu ouvi V. Exª com calma. Gostaria que V. Exª se mantivesse no seu lugar.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – É lamentável o que V. Exª disse. Que seja retirado da Ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou retirar da Ata, porque entendo que essa declaração é ofensiva à Comissão.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – É ofensiva à Comissão, mas, às vezes, infelizmente, a carapuça cabe em algumas pessoas.

Então, concordo com o Relator: se a pessoa alega que não pode, não é obrigada a vir.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, referi-me a uma impossibilidade física. Se o Sr. Presidente me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para não tomar tempo dos Srs. Deputados, não descia aos detalhes. Na quinta-feira é impossível comparecer, porque ele está intimado. Está aqui o mandato de citação para ele depor no dia 18, quinta-feira, em outra instância de apuração. Se ele amanhã não tem condições físicas de vir e, na quinta-feira, já deverá depor em outra instância, opinei pela terça-feira. Agora, se a Comissão entender de ouvi-lo amanhã, ele vai acabar mandando um atestado médico, e vamos ter que mandar registrar depois mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De qualquer maneira, vamos prosseguir. Teremos o prazo até o final da reunião, para discutir essa matéria.

Vamos prosseguir com o próximo inscrito, que é o Deputado Devanir Ribeiro, para inquirir o depoente.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. depoente, ao depor, logo no início, quando estava preenchendo os seus dados – não sei se entendi mal; agora me confirme –, o senhor disse que está há 30 anos no PTB. Foi isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Vinte anos. Vinte anos.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Aqui, o senhor falou 30, depois falou 18...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Trinta no Bamerindus.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – E agora o senhor falou 20.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, trinta eu trabalhei no banco.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Por falar no banco, pergunto: o senhor era amigo íntimo do ex-Senador e ex-coordenador da campanha, pelo menos no Estado no Paraná, da campanha do Sr. Fernando Henrique na primeira eleição, não foi?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – O senhor colaborou muito, viajando por vários Estados, inclusive no jatinho do Bamerindus?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Os municípios do Paraná, fui...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – E outros. Quero que o senhor confirme, porque tenho recebido várias pessoas, de vários Estados, dizendo que o senhor esteve junto com o ex-Senador, em vários Estados brasileiros, fazendo a campanha, levando o dinheiro.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Levando o dinheiro não senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – É o que eles falam e talvez venham aqui provar. Vamos fazer a acareação, vamos chamá-los aqui para dizer se é sim ou não.

Muito bem, com relação a essa questão da viagem, fico me perguntando se, como o senhor nunca tinha ido à Europa, principalmente a Portugal, o senhor de fato foi a Lisboa.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Porque aqui tem uma história da Ilha da Madeira. O senhor não foi a Ilha da Madeira pensando que foi a Lisboa?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca fui à Ilha da Madeira, não conheço.



**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Engraçado, o senhor esteve um dia e uma noite, um dia e pouco...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Se o senhor me permitir, saí daqui dia 24 e cheguei dia 25, às 11h. Às 2h, estava na Portugal Telecom; às 3h, mais ou menos, saímos, fui a um shopping; às 7h, voltei ao hotel, jantei, dormi, levantei de madrugada, peguei o avião e vim para o Brasil de volta.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Isso o senhor já nos falou aqui, prestei atenção. Engraçado, o senhor não se lembra de várias coisas, mas o senhor se lembra – está certo que é um magazine grande, que tem em toda a Europa – do Corte Inglês.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não conhecia, o senhor Rogério Tolentino me levou.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – É. Às vezes nos lembramos de umas coisas e não nos lembramos de outras.

Não entra na minha cabeça que alguém do seu porte bancário, banqueiro, foi diretor do banco, então, para mim, é o banqueiro, conhece ações, bolsa de valores...O senhor sabe que não poderia sair daqui simplesmente para ir com o Valério a um país de fora e dizer que foi sem saber o que estava fazendo. Tem uma Telemig no jogo, que o senhor sabe que tem uma pendenga com o Daniel Dantas, com os fundos de pensão e mais um outro banco americano. Como que sai assim o Valério? O que é o Valério, não é? Ele disse que era publicitário lá da Telemig. Mas como o senhor saiu daqui, a pedido do Presidente do seu partido, sem saber que tem um litígio? Ou o senhor tem conhecimento de que foi a pedido do Daniel Dantas, porque ele está com problemas difíceis na Telemig, junto com outros parceiros dele? O senhor não tinha clareza disso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não conheço o Daniel Dantas e a informação que tive é que o Deputado Roberto Jefferson teve uma reunião com o ex-Ministro José Dirceu, combinou isso com ele, que foi quem marcou para irmos até lá. Essa é a conversa. Tinha que ir um representante do PT e um representante do PTB. Como eu já estava conversando com o Dr. Delúbio ou com o Genoino, o Deputado Roberto Jefferson pediu que eu fosse até lá. Fui até lá, junto com o Marcos Valério, que foi o representante do PT.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Perguntei para o Roberto Jefferson se, caso tivesse dado certo esse negócio que vocês foram fazer lá, ele não teria denunciado ninguém, não teria problema nenhum. Ele disse que não, é lógico. Teria acertado o caixa do PTB, o partido dele. Ele respondeu aqui. Portanto, o senhor

e o Roberto Jefferson sabiam que era um negócio escuso. Ou não sabiam?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sabia não. Em absoluto. Fui lá como testemunha para ver se...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Se tivesse dado, como ele falou aqui, parece, três milhões de euros, não sei quantos milhões de euros...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Oito, parece-me.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sei que dava dinheiro que não acabava mais, em real aqui. Não é possível uma pessoa que vai negociar uma fortuna dessa, para aliviar o seu caixa, seja de dívida de campanha, seja de futuras campanhas, sei lá, não consigo entender.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Nem o Roberto Jefferson conseguiu explicar.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, não foi o PTB que foi negociar. Quem foi negociar foi o PT ...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não, senhor, o senhor foi junto. O senhor foi junto.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu fui junto como testemunha.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não, não.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Como testemunha.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Testemunha também faz parte do crime. Também.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui como testemunha.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Responde também pelo crime. Não tem esse negócio: “Ah, eu fui junto, eu não sabia, o cara estava lá, fez um negócio escuso”. Agora, se dividisse comigo, tudo bem, não é? Se rachou aqui, legal. Aí era legal. Se não rachou, então foi ilegal.

Agora outra pergunta que eu vejo é a seguinte – é uma curiosidade, não sei se pode ser também cacoete de bancário, não é? O senhor fala assim: quando o senhor recebeu os quatro milhões, eu fiquei encucado aqui, o senhor fez uns pacotinhos de 150 e de 200. Por quê? Não podia ser de 500? Não podia ser de 300? Não podia ser de um milhão? Por que é que foi de 150 e 200? Porque tinha um “mensalão” maior, um “mensalão” menor? Como é que era isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque o Presidente pediu que fizesse de 150 e 200, e eu segui a orientação dele.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Aqui até o Deputado Daniel Almeida havia perguntado o seguinte – eu também reforço esta pergunta...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Mas eu queria frisar para o senhor que isso é recurso de campanha, não foi recurso de “mensalão”.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Não, não é...

Olha, eu falei para o Roberto Jefferson assim: “Aqui tem duas coisas. Eu pergunto: o que é “mensalão” para V. Ex<sup>a</sup>?” – para ele. Porque “mensalão” é aquela cara que recebe por mês. Mas ele recebeu a vista. Ele recebeu quatro milhões a vista. Depois ele distribuiu; de fato, ele distribuiu. Só que ele agora não quer dizer para quem, as pessoas a quem ele deu. Então, V. Ex<sup>a</sup> sabe também que ele distribuiu. Quatro milhões não iriam sumir. Uma pessoa de responsabilidade como é o senhor, que ajudou a guardar, foi testemunha do ato, recebeu o dinheiro, depois dizer assim: “Ó, o dinheiro sumiu, eu não vi mais o dinheiro, eu não vi mais o Jefferson, eu não vi mais ninguém”. “Eu separei de 150 e 200”. Alguma coisa já estava programada. Na minha cabeça passa isso. Qualquer pessoa de bom senso pensa isso.

Outra coisa que também não deu para eu perguntar aqui. O Jefferson falou assim na primeira vez que ele depôs no Conselho de Ética: “Eu conferi que, do dinheiro que veio dos quatro milhões, 70% tinha a cinto do Banco do Brasil e 30%, do Banco Rural”. Quando eu perguntei para ele aqui como eram essas retiradas, ele falou assim: “Não, talvez eles juntassem tudo, iam retirando, iam retirando, depois entregou para nós”. Eu falei assim: “Não dá. Porque R\$2.458.000,00 é muito maior; se veio do Banco Rural porque o operador, o tal do Valério, só opera com o Banco Rural, ele não poderia ter esse dinheiro”. Quer dizer, ele conferiu as cintas, era do Banco do Brasil, e ele queria dizer o seguinte: que tinha dinheiro do Banco do Brasil e dinheiro do Banco Rural. Então, não batia também. E é nas pequenas coisas que nós vamos nos pegando.

Eu acho que não contribui muito, mas eu acho que para essas CPIs funcionarem – aí não é com o senhor, com todo o respeito –, nós deveríamos ter aqui um detector de mentiras. Só. Porque senão nós ficamos aqui, ficamos, ficamos... O discurso do senhor, salvo alguns hábitos, é diferente do depoimento do Jefferson. Porque, é lógico, até na ênfase que o senhor dá: “Ah, esse dinheiro foi do PT. Esse foi sobra de campanha. Não, esse foi não sei o quê”. Até a ênfase que o senhor dá precisa disfarçar um pouco, não é? Não pode dar essa ênfase. Porque o senhor também estava comprometido. O senhor viajou a um país fora para buscar dinheiro lá fora. O senhor foi mandatário de um Partido político. E se disser que o Valério foi... O Valério não é membro de nosso Partido, não. V. Ex<sup>a</sup> é secretário do Partido. É secretário de um Partido que tem responsabilidade.

Então, se houve negócio escuso lá fora, o PT, não foi o PT, foi o Sr. Valério, e o senhor como Secretário. O único dirigente partidário que estava lá era o senhor, que era o Secretário do PTB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Soares. (Pausa.)

Ausente.

Vamos iniciar agora a chamada dos suplentes. Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, demais membros da Mesa...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Cinco minutos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Boa tarde, Sr. Emerson Palmieri.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Boa tarde.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – A primeira pergunta que eu lhe faço é a seguinte: durante o período em que o PT não conseguia cumprir o acordado, o acordo eleitoral, quais eram as propostas, ou que condições eram apresentadas no sentido de manter o Partido, o PTB, na Base governista, destacando, complementarmente, três outros aspectos. Caso não existisse, ou não existindo, essas propostas, por que razão o partido permanece na base, qual a reação do Deputado Roberto Jefferson diante de um cumprimento do acordo e se o senhor participou de alguma reunião em que se discutiu o **modus operandi** para o pagamento dessa dívida.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Nunca discuti cargos. Isso era com a Bancada, na Liderança. Nunca participei disso, não sou parlamentar.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Mas a pergunta que lhe fiz é um pouco mais abrangente. Quando o acordo não foi cumprido – parece-me que, durante algum tempo, ele não chegou a ser cumprido – gostaria de saber se alguma outra proposta alternativa foi feita, de que sorte, por intermédio de que estratégia, de que maneira se manteve o partido dentro da base.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, desconheço, porque isso era feito, como disse ao senhor, na Liderança do partido. Eu não participava disso, desconheço.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Obrigado.

A segunda questão é a seguinte: o senhor ou alguém da sua família ou das suas relações, como parentes, tem alguma conta no exterior?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Quais pessoas tinham acesso às contas do partido e aos recursos do partido, do PTB? O senhor poderia nominá-las?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim. O presidente, os tesoureiros e a nossa contadora.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – E, além desses, mais absolutamente ninguém?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Quem é que operava os recursos, os valores do partido? Quem tinha a função formal, legal, de operar os valores, o caixa do partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor está falando do fundo partidário?

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Do fundo partidário e outros recursos do partido, *lato sensu*.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O fundo partidário era o Presidente.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Exclusivamente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Exclusivamente.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Ninguém solidariamente a ele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, só ele. Ele é o tesoureiro. Fazíamos, todo mês, a planilha de despesas do partido, passávamos ao Presidente, que decidia como pagar, de que forma pagar e a quem pagaria. Ele é o tesoureiro. Eles que assinavam os cheques.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Quem é o tesoureiro do partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O Deputado Eduardo Seabra e o Wanderley Vallim.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – A pergunta seguinte tem a ver exatamente com essa questão anterior. Por que o Deputado Roberto Jefferson, na primeira entrevista que deu à **Folha de S.Paulo**, atribuiu ser o senhor o tesoureiro informal do PTB? O que é isto? O que é ser o tesoureiro informal do PTB?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque faço essa administração do partido. Sou 1º Secretário, cuido de aluguel, de funcionários, de pagamentos e faço essa planilha todo mês e entrego a ele. Apresento-lhe as despesas mensais do partido e ele decide para quais Estados deve remeter os recursos e o fundo partidário. Ele decide isso. Eu discrimino as despesas para ele e entrego. Sempre fiz esse trabalho.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O tesoureiro formal participa ou participava desse processo decisório?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Participa, assina cheques.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Apenas uma curiosidade, senhor Emerson. Por que ele não era o responsável, na medida que co-solidário na assinatura de todos os cheques e nos pagamentos com o Presidente, por que essa não era uma atribuição dele, mas sim do senhor, como 1º Secretário?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque eu tinha mais tempo para doar para o partido.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito bem. O senhor Marcos Valério, no depoimento a CPMI dos Correios, diz o seguinte: “Pude acompanhar a entrevista do senhor Emerson Palmieri, que fala que pegou o dinheiro, que só o pôs no cofre e entregou a chave do cofre.”

A pergunta é a seguinte: O senhor tem conhecimento de que valores eram esses, onde está esse cofre, quem detém e a quem o senhor entregou a chave do cofre? O senhor a recebeu de quem e a entregou a quem?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Juntamente com o Presidente Roberto Jefferson, recebemos em duas vezes. Primeiro, dois milhões e duzentos mil, e, dois ou três dias depois, um milhão e oitocentos mil. Esse dinheiro foi colocado no cofre do partido, na sala do Presidente. Como não coube tudo no cofre, colocamos num armário ao lado e essa chave foi entregue ao Presidente, que me pediu sigilo. Daí para frente, não sei o que aconteceu. Quero só lhe dizer que, três ou quatro dias depois, fui ao Roberto e disse: Roberto, precisamos pôr um segurança, essa dinheirama, nunca tinha visto tanto dinheiro na minha vida, essa dinheirama aqui dentro é perigoso, não temos segurança. Ele falou: esse dinheiro já não está mais aqui.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, de acordo com as leis, de acordo com a tramitação, pergunto se seria possível se realizar uma diligência na sede do PTB para que possamos verificar aquilo que o depoente está nos informando. Se for possível e obviamente ouvindo o Sr. Relator, considero conveniente que essa diligência possa vir a ser feita. Não estou desacreditando do senhor, apenas para que possamos verificar a autenticidade do que ele acaba de nos informar.

Uma pergunta a mais, quando o senhor recebia esse dinheiro, Sr. Emerson Palmieri, o tesoureiro estava presente?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Só eu e o Presidente.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O senhor há de convir que o papel desempenhado pelo tesoureiro, me permita dizer, nesse episódio todo é um tanto quanto estranha. Se o senhor me permite, não estou fazendo nenhuma ilação, mas é um tesoureiro

muito, digamos assim, pouco presente nas questões de negócios da tesouraria do Partido.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deputado, o dinheiro não era para o Partido inicialmente. O dinheiro, ficou combinado entre o Deputado Roberto Jefferson e o Genoíno, seria um dinheiro de pessoa física, assim que viessem os recibos legalizando é que a gente ia registrar esse dinheiro no Partido. Então, quem recebeu o dinheiro não foi o Partido, foi o Deputado Roberto Jefferson, foi o Roberto Jefferson, pessoa física. Isso eu quero deixar bem claro, porque eu ouvi essa combinação do Roberto Jefferson com o Genoíno.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Como os recibos e a legalização não se deram até agora, devo então entender que permanece à conta das pessoas físicas Roberto Jefferson e do senhor, especificamente esse montante. Não há nenhuma suposição. Se não foi legalizado, se não foi algo que ficou à conta do Partido, então duas pessoas apenas efetivamente é o que temos até aqui no presente momento.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Passo à pergunta seguinte: o Sr. Marcos Valério nos colocou que o senhor se queixava muito, por isso foi descansar – eu peço perdão se já foi perguntado anteriormente aqui – e foi a Portugal exatamente porque precisava descansar e estava sofrendo muita pressão do Sr. Roberto Jefferson. Essas pressões dizem respeito a que especificamente? Qual razão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nunca recebi pressão de Roberto Jefferson. É uma mentira isso.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Durante a sua passagem pela Fundação Getúlio Vargas, existe algum processo ou algum inquérito responsabilizando-o por qualquer desvio da ordem de R\$500 mil da Fundação? Existe algum processo nesse sentido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado. O senhor poderia nos dizer como o senhor foi alçado à Diretora da Embratur, quem o indicou? Por que o Ministro Walfrido Mares Guia o demitiu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui indicado pelo Ministro, e durante a crise eu pedi a exoneração; não fui demitido.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Então eu devo crer que a reportagem publicada no **Estado de Minas** no dia 7/8/2005 que atribui, pela reportagem, a sua demissão a denúncias referentes a corrupção, ela não procede, nem existe nenhum procedimento nem nenhuma sindicância dentro do Ministério a esse respeito?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado.

O senhor possui uma fazenda, uma casa de praia no Paraná e onde elas se localizam?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não é casa, é um apartamento. E possuo um sítio, não é fazenda. Esse sítio é de 100 alqueires, sendo que 40 alqueires foi herança do meu sogro.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O senhor costumava receber o Sr. Marcos Valério frequentemente nesse sítio?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele nunca foi lá. Nunca.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado.

Uma última questão que eu gostaria de fazer ao senhor. O senhor tem conhecimento do mensalão, da distribuição de recursos de saldo de campanha, ou seja, de caixa 2, ou da quitação de débitos que foram feitos através seja do Sr. Marcos Valério seja através do Partido dos Trabalhadores ou outro operador?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só pela imprensa.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O senhor, portanto, não sabe nem tem como nominar qualquer Parlamentar, seja Deputado seja Senador que tenha recebido qualquer dessas importâncias.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Emerson Palmieri.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcísio Perondi, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sr. Presidente, só um esclarecimento? Desculpe, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – O tempo nosso é aquele?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sim.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – A campanha era para chamar a minha atenção? Então, perdoe-me. Agradeço a generosidade.

A minha pergunta a V. Ex<sup>a</sup> é a seguinte: como ficamos com relação ao depoimento do Sr. Delúbio?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda não tomamos nenhuma decisão. Esse requerimento foi lido, e a sua síntese feita.

Verificaremos a possibilidade porque, para a próxima semana, já estamos fora do tempo. Se pror-

rogarmos mais e mais, chegaremos ao final sem nenhum efeito.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Eu sugeriria, máxima vênica, que adotássemos, como aqui foi sugerido, a quinta-feira, o que seria muito bom.

Eu também gostaria de informar, indo ao encontro dos pedidos e das solicitações do egrégio Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que um grupo de Deputados fizemos um levantamento de todos aqueles Parlamentares citados nas listas, direta ou indiretamente, para os quais ainda não havia requerimento, Sr. Relator, e que estamos em conjunto fazendo um requerimento para que eles sejam ouvidos, para que a oitiva deles seja realizada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Iniciaremos, possivelmente, na próxima.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Se pudéssemos fazê-lo o quanto antes, seria muito bom. Obrigado, mais uma vez, pela atenção e generosidade de V. Exª, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado.

Começo a contar o tempo de V. Exª, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o senhor Palmieri é preparadíssimo. Se ele está dizendo a verdade ou não, não sei, mas ele passou informações interessantes. Primeiro: que o Valério foi a Portugal e se apresentou como representante do Partido do Presidente Lula. Ele ressaltou que Valério participava de todas as reuniões do PT para acertar com outros Partidos e desenvolver o “mensalão”. Valério sempre presente. Ele disse, com clareza, que o acordo do PTB com o PT foi de R\$20 milhões em cinco prestações. O País precisa ficar realmente estarecido, e o PT deve pedir perdão ao Brasil.

Será que, se o PT tivesse pago ao Roberto Jefferson, nós Parlamentares e todos os brasileiros saberíamos do esquema de corrupção montado pelo PT no Palácio do Planalto para assaltar o Estado brasileiro? Certamente não.

Vamos às perguntas, rapidamente.

A sua indicação para a Embratur foi de Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não. A Embratur fez algum negócio com as empresas do Sr. Marcos Valério durante esse período?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor já respondeu à próxima pergunta, mas é interessante fixar. O que foi feito com os R\$4 milhões entregues ao senhor que eram destinados ao PT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foram entregues ao Roberto Jefferson, juntamente comigo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nós separamos em pacotes de R\$150 mil, R\$200 mil; tiramos as fitas. Enrolei em elástico, e colocamos no cofre e parte no armário.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – É interessante. O senhor já repetiu, muitas vezes, que separou em pacotes de R\$150 mil, R\$200 mil. Quem lhe pediu isso foi Roberto Jefferson?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Roberto Jefferson pediu.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Ele não lhe disse por que R\$150 mil, R\$200 mil?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor esteve alguma vez na sede do Instituto de Resseguros do Brasil?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Nem conheço. Nunca fui.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não teve nenhum encontro com algum representante?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não. O senhor tem algum relacionamento com o corretor de seguros Henrique Brandão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não o conheço também. Conheço pelas revistas.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Pelas revistas. O senhor acha que devemos acreditar que R\$4 milhões seriam guardados num armário e num cofre?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Está guardado, está...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor que foi banqueiro, o senhor recomendaria isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi guardado no cofre do Partido.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim, mas numa sala? Num armário?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não recomendaria.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não recomendaria?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Tanto é que fui ao Presidente e disse: “Olha, precisamos pôr um segurança para cuidar disso”. Ele falou: “Não, esse dinheiro já não está mais aqui”.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O PT deu os recibos dos R\$4 milhões?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Nós corremos atrás.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – E ele não deu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Ele não deu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Por que ele não teria dado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi... Foi...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor não é criança. O senhor é um homem experiente.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Foi a minha procura. Foi o pedido do Deputado Roberto Jefferson, a vida toda procurando esses recibos, atrás dos recibos.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Ajude-me a entender. Por que o PT não deu? O que o senhor imagina? Por que ele não teria dado?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Deve ter sido caixa 2, algum problema interno deles. Inicialmente, teria sido combinado que seria do Partido, PT, para o PTB ou de conta-contribuição de empresários que eles arranjariam. Decerto não conseguiram.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – É um problema deles muito grande que o País ficou sabendo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ficou sabendo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Ficou sabendo, e nós vamos atrás porque é responsabilidade desta Comissão, dessas duas Comissões.

O senhor falou que organizou a planilha dos recursos vindos do Valério, “Luladuto”, para irrigar a campanha do PTB dos Estados: Prefeitos, Vereadores etc.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sr. Deputado, não foi planilha, foram nomes dos candidatos em cada Estado e Município.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Muito bem. O senhor é preparado, tem dois cursos superiores, foi treinado pelo Bamerindus. Com certeza, foi um trabalho bem feito.

Foi recurso para a campanha do PTB e do PPS no Rio Grande do Sul?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Que eu saiba, não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Que o senhor saiba, não.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado André Figueiredo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, farei três rápidas perguntas. A primeira é a seguinte: muitas vezes, ouvimos aqui os depoimentos e fazemos as perguntas em razão dos depoimentos do dia. E somos, nos dias seguintes, atropelados por fatos novos, por uma realidade às vezes muito mais tenebrosa do que aquela que havíamos ouvido.

Ouvíamos, nos primeiros momentos desta crise, o Deputado Roberto Jefferson dizer que acertou com o PT um apoio de R\$20 milhões, que recebeu apenas R\$4 milhões e que não recebera a diferença porque o PT estava tendo dificuldade para internalizar o dinheiro, alegando que a Polícia Federal estava sendo muito independente e havia prendido doleiros. Assim, o PT estava tendo dificuldade para internalizar o dinheiro e, portanto, não tinha como pagar o prometido. São afirmações que constam dos depoimentos do Deputado Roberto Jefferson.

O senhor afirmou que participou de diversas reuniões com Líderes do PT em São Paulo, com Delúbio, Sílvio e outros. O senhor participou, em alguma dessas oportunidades, de reuniões em que eles justificaram a demora em repassar os outros R\$16 milhões dessa forma, pela prisão de doleiros ou por outro argumento?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor. Sempre dizendo que tinham dificuldade, mas não dessa forma. Ficamos sabendo, pela imprensa, que José Dirceu disse isso para o Deputado Roberto Jefferson porque tinham prendido 60, 52 doleiros na época – não me lembro – e Roberto divulgou isso. Mas em reunião nenhuma surgiu essa conversa.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Hoje, os jornais afirmam que o Sr. Marcos Valério deve ingressar com uma ação judicial cobrando os empréstimos que fez, pela sua empresa, tendo repassado recursos para o PT, e os empréstimos de que foi avalista e que não foram pagos pelo PT. Estão nos jornais de hoje.

Além disso, o Sr. Marcos Valério – foi confirmado pelo seu sócio quando aqui prestou depoimento – alegou que a lista de R\$2.468.000,00, repassados para o PTB, esses recursos fazem parte de uma lista maior, de uma lista que chega a 55 milhões, e, unindo os depoimentos, chegamos à conclusão de que essa listagem que ele lhe passa é aquela da qual ele tem comprovante dos recebimentos. Em diversas oportunidades, perguntado se havia mais algum nome, mais algum Deputado que poderia ter recebido recursos, disseram: “Pode até haver, mas nós não temos comprovantes”. Desta lista nós temos comprovantes, um

a um, de que esses Deputados ou esses sacadores, pessoas autorizadas a sacar os recursos, efetivamente retiraram o dinheiro. Pois bem, se ele vai cobrar esses recursos, vai entrar com essa ação – é o que está hoje nos jornais – é sinal que, ao cobrar os R\$55 milhões, ele estará cobrando os R\$2,468 milhões que alega ter repassado ao seu Partido. No entanto, o senhor alega que, dos R\$2,468 milhões, só receberam R\$545 mil...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Entrou para o Partido esse valor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – ...200 mil para uma ajuda de caridade pessoal, uma caridade muito generosa; 200 mil para o Deputado Romeu Queiroz e Carlos Cota, que foi para a TV, e um outro diretamente para a TV, de 145.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Os outros não foram repassados?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Nós podemos concluir que o Sr. Marcos Valério vai acionar o PT para receber um dinheiro que, de fato, ele não lhes repassou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Evidentemente que sim, e ele vai ter prejuízo se ele acionar só com esse valor, porque ele repassou mais. Ele repassou quatro. Se ele entrar na Justiça para dois, ele vai ter prejuízo, porque ele repassou quatro para o PTB.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Uma última rapidíssima pergunta – permita-me, Sr. Relator. O senhor alega hoje aqui, com muita segurança, que o Sr. Roberto Jefferson recebeu os quatro milhões e não os repassou a ninguém. Um Presidente de um Partido, numa época de eleição, preocupado com o resultado eleitoral, um Deputado que veio aqui e disse que o único sonho dele era formar um Partido forte, um PTB forte, e, para formar um PTB forte, tem que ganhar as eleições. Ele, tendo 20% dos 20 milhões, 4 milhões, vendo os colegas, os companheiros nas diversas cidades, capitais, passando dificuldades, enfrentando eleições difíceis, não repassou esses recursos?!

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Isso é uma opinião minha, Deputado, que eu acho que ele não repassou. É opinião minha que eu acho que ele não repassou. Porque esse dinheiro não entrou no PTB, entrou como pessoa física, entrou para o Deputado Roberto, entrou para pessoa física Roberto Jefferson.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – É meio difícil acreditar. Eu vou encerrar só com uma observação.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E a crise não diminuiu, Deputado. A crise continuou.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – O senhor sabe que a Constituição Federal, no Capítulo dos Partidos Políticos, proíbe que um Partido receba recursos financeiros de entidade estrangeira ou Governo estrangeiro ou entidades subordinadas a estes, e, mesmo assim, o senhor, que é um dirigente partidário há tanto tempo, viajou para o exterior para ir buscar dinheiro de uma entidade estrangeira?!

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A informação que eu tive do Sr. Marcos Valério: que esse dinheiro entraria no Brasil, através de uma tele no Brasil, não foi buscar lá. O negócio seria feito lá e entraria através de uma tele aqui no Brasil. Não é dinheiro de lá para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só queria registrar, então, que agora V. S<sup>a</sup> reconhece que realmente um dos objetivos da viagem era obter vantagens para o Partido, coisa que V. S<sup>a</sup>, até agora, negou insistentemente. É o que eu disse: nega-se com solenidade, mas, de repente, a verdade transparece.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, com suas observações, reforço: esses depoimentos são importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É claro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Eles complementam a coleta dos dados. Temos que ter paciência, mas eles ajudam. Dão-nos fragmentos que nos permitem, unindo os fragmentos, enxergar e perceber a realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos passar ao próximo orador inscrito. Quero dizer que, na ausência do Senador Arthur Virgílio, passo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sr. Presidente, eu queria fazer um esclarecimento nessa sua colocação. Eu posso até ter me expressado mal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é preciso nenhum esclarecimento. Está nos autos. O que está gravado, está gravado. O que não está, a minha palavra não vale nada, o que importa é o que o senhor disse.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Emerson Palmieri, o senhor chegou a ser tesoureiro do PTB por quanto tempo?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu nunca fui tesoureiro do PTB.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Mas foi tesoureiro informal, segundo falou o próprio Roberto Jefferson.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, eu sou secretário do Partido.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O que é um tesoureiro informal, é um tesoureiro do caixa informal, o caixa 2?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não. Eu coloco isso para o senhor da seguinte forma: ele me chamou de tesoureiro informal, acho eu, pelo motivo de que faço a parte administrativa do Partido, e todo final de mês eu levo para o Deputado uma planilha de gastos.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Porque nós podemos entender que um tesoureiro informal é um tesoureiro responsável por um dinheiro que entra informalmente na conta do Partido.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Ou seja, seria um tesoureiro formal do caixa 2, ou tesoureiro informal, como denominado pelo Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson.

Segunda pergunta: o senhor disse que recebeu os 4 milhões do Marcos Valério. O senhor recebeu o dinheiro e conferiu?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Conferimos não nota a nota, conferimos as cabeças.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – E guardou no cofre?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor já tinha a chave do cofre?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – A chave estava com o Presidente.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Ele entregou a chave para o senhor?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, estava na sala dele.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – A chave do cofre sempre ficava com o Presidente, ou o senhor também tinha acesso ao cofre e de vez em quando ficava com a chave?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sempre com o Presidente.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Nunca ficou com o senhor a chave?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – E depois que o Presidente entregou a chave para o senhor guardar o dinheiro... Ele estava presente na hora que guardou o dinheiro no cofre?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estava.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Estava?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Estava junto. O Presidente estava junto.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Quem fechou o cofre, ele ou o senhor?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu fechei e entreguei para ele.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Por que ele não fechou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque ele estava sentado na mesa dele.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Ele ficou só olhando o senhor contar o dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ele ajudou inclusive a mexer também no dinheiro, a contar.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Então ele estava no momento contando, guardando o dinheiro.

Ele disse que distribuiu recursos, o senhor disse que ele não distribuiu. Quem está mentindo, ele ou o senhor?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu acho, é a minha opinião, que ele não distribuiu.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Por que o senhor acha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque o dinheiro não entrou no Partido, eu já disse isso. O dinheiro entrou para a pessoa física.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Mas se não entrou para o Partido, por que colocou no cofre do Partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E teve crise dentro do Partido, teve reclamações dentro do Partido. Se ele tivesse distribuído isso tinha diminuído. E não diminuiu.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Não diminuiu a crise?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Mas ele disse aqui na Comissão que ele distribuiu, só não ia falar para quem distribuiu. Foram as palavras do Deputado Roberto Jefferson.

O Deputado Roberto Jefferson chegou, em alguns momentos, a confidenciar para o senhor algumas angústias que ele estivesse vivendo pelo não cumprimento do acordo por parte do PT para com o Partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não só comigo, inclusive com a Bancada. Ele reclamava.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor participou de alguma reunião da Bancada do PTB em que foi discutido se o PTB aceitaria ou não o chamado mensalão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.



**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O senhor não participou?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor?

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O senhor ouviu falar dessa reunião?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Ouvi sim, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Na época?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor. Essa reunião foi feita na Liderança. Foi uma reunião informal na Liderança.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O Sr. Roberto Jefferson disse que um dos problemas que o estavam inquietando é que os Parlamentares estavam procurando os Líderes querendo o aumento do mensalão de R\$30 mil para R\$50 mil ou para R\$60 mil.

Quais Parlamentares procuraram o Deputado Roberto Jefferson? Porque eu entendo que seriam os Parlamentares do PTB que o procurariam e fariam essa reclamação, porque os de outros partidos, com certeza, não o procurariam para fazer essa reclamação.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei, Deputado. Eu não participo das reuniões de deputados. Não sei.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Mas o senhor é secretário do Partido?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então o senhor não participou dessa reunião em que foi discutida essa proposta?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Por que o PTB tenta fazer a sociedade entender que os recursos que ele recebeu são recursos de campanha, são recursos de caixa 2, eram para pagar campanha dos deputados, ou despesas do PTB, e os demais recursos, recebidos pelos outros Parlamentares, eram de mensalão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Porque é para recurso de campanha para prefeitos.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – E por que só o do PTB é de campanha e dos outros partidos... O dinheiro, quando vinha, vinha com o carimbo mensalão e para campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei, Deputado.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Quem fazia essa diferença?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Só sei do PTB, que era para candidatos a prefeito.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – E por que, para os outros partidos, o PTB sempre insistiu que era para mensalão?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sei, não posso lhe responder. Não sei.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O senhor ouviu essa palavra “mensalão” só depois da denúncia pela imprensa também?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu já havia ouvido antes.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – De quem?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Dentro do partido. Foi feita reunião na Liderança para discutir isso.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – O senhor falou que não participou da reunião e nem sabia.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não participei, mas fiquei sabendo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Só para terminar, Sr. Presidente, algum diretório do PTB do Espírito Santo recebeu recurso do PTB na campanha de 2004?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ok.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Convido o último orador inscrito, Deputado João Fontes. (Pausa.)

Portanto, vou suspender agora a presente reunião. Agradeço ao depoente e a todos Parlamentares. Anuncio, desde logo, que vamos chamar, ao tempo da suspensão, o próximo depoente, que é o Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sr. Presidente, permita-me, dois minutinhos. Eu queria deixar já à disposição dos senhores minha quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico. Tudo o que for necessário está à disposição dos senhores. Quero já deixar, pode fazer o documento que eu já assino aqui, não tem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Sª quiser fazê-lo, peça à Secretaria que providencie.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Inclusive o sigilo do Imposto de Renda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tudo que o senhor quiser encaminhar, vamos receber.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – O senhor quer que encaminhe depois tudo, eu trouxe...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode encaminhar tudo depois. A preferência é de V. Sª.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, o Sr. Senador Eduardo Suplicy preferiu não se inscrever porque só tem uma pergunta a fazer. E passou-me a redação dela, pergunta essa que transmito ao ilustre depoente: se o Sr. Palmieri sabe em que medida havia um relacionamento de amizade, de confiança entre o Deputado Roberto Jefferson e o Sr. Maurício Marinho, dos Correios.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Desconhecia, desconheço.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor não tem conhecimento de nenhum laço de interesse e amizade, afeição entre os dois?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu nem conheci o Maurício Marinho.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, o senhor não precisava conhecê-lo.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – E nunca ouvi, de coração, o Deputado Roberto Jefferson falar em Maurício Marinho, dentro do partido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Espero que o Sr. Relator e o Senador Suplicy estejam satisfeitos com a resposta, talvez não a desejada, mas foi a resposta dada.

Então, fica o senhor autorizado a, se quiser, lavar os atos na Secretaria aqui na sala ao lado.

E vamos convocar, pedimos à Secretaria que já providencie a entrada do Sr. Jacinto Lamas. (Pausa.)

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, só para esclarecimento. Vamos continuar com o tempo de cinco minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Os titulares dez, os suplentes cinco, e os não membros eram três e não cinco.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Quer dizer, mas suplente já fala por último, tem que falar menos?

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, na Comissão dos ...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Tem que deixar o suplente falar na frente, que fala menos, acaba rápido.

**O SR. (Orador não identificado)** – Na CPMI dos Correios decidiram que tanto os suplentes como os titulares têm direito ao mesmo tempo com base no Regimento. A única diferença é na hora de votação em que eles só votam se o titular não estiver. Foi uma decisão já tomada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa é uma decisão corrente aqui, uma decisão também tomada aqui e corrente desde o primeiro dia.

**O SR. (Orador não identificado)** – Lá também tinham tomado essa decisão de cinco a menos. Depois... Gostaríamos de que reconsiderassem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Poderemos revê-la se for vontade da maioria.

**O SR. (Orador não identificado)** – Estamos tentando dar nosso esforço tanto quanto os titulares.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Reconheço que nesse particular há até uma igualdade. Apenas é que foi uma decisão anterior e eu não podia fazer uma mudança monocraticamente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Se o suplente sair, cai o **quorum**. Se o suplente sair, não fica ninguém aqui. Se o suplente sair do recinto neste momento, Sr. Presidente, não haverá nem **quorum** para fazer perguntas, fica vazio aqui. Os suplentes estão presentes aqui dando **quorum**, aí tem que falar cinco minutos ainda e no final.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela lista de presença temos um **quorum** mais do que suficiente.

Vamos chamar para entrar o Sr. Jacinto Lamas.

(*Suspende-se a reunião às 16 horas e 45 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes de tomar o termo do depoente que aqui comparece na condição de testemunha, devo dizer que recebi cópia de despacho do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau, Relator da matéria em que denegou um **habeas corpus** ao depoente porque ele aqui comparece na condição de testemunha, conforme informações que prestei nas minhas breves ausências da Presidência da Comissão pela manhã. Assim, oficieei ao Exmº Sr. Ministro e ele denegou o **habeas corpus** sob esse argumento que, na condição de testemunha, é um **munus publico**, o qual deve ser prestado por toda a cidadania.

Inicialmente vamos tomar o termo de compromisso de V. Sª e vou apenas ressaltar que o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LVIII, da Constituição Federal.

V. Sª dirá a verdade, tenho absoluta certeza, e peço que a colaboração que puder oferecer para as investigações seja feita em nome, sobretudo, do dever cívico que a testemunha encarna.

Peço a qualificação de V. Sª – depois fará por escrito –, mas vou dizer.

Nome completo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Jacinto de Souza Lamas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Identidade é órgão que expediu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – 662.523, SSP, DF.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Idade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – 47 anos. Nasci em 1957, vou fazer 48 no final do ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– CPF?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – 143.661.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Estado civil?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Há uma dúvida, Presidente. No depoimento da Polícia Federal, houve protesto da minha mulher porque a tabelião escreveu que eu era solteiro e eu tenho uma união estável de 10 anos. Alguém protestou e disse que eu era unido. Não sei se existe. Isso é adjetivado assim agora? Unido?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– O importante é que V. Sª diga. Na verdade, seria unido ou solteiro. Como quiser. Profissão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Servidor público.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Endereço?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – SHIS QI 1 conj. 1 casa 26.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Local onde exerce atividade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Liderança do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– V. Sª é parente, amigo, inimigo de qualquer uma das partes envolvidas na investigação?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Ao que me consta, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Então, V. Sª depois passará por escrito e o termo de compromisso é esse que fizemos. Depois poderá fazê-lo. Não há necessidade agora.

Passo a palavra imediatamente ao Relator para que faça as inquirições. Mas antes para dizer que vamos seguir a mesma lista de inscrições. Peço que os membros ausentes não retornem depois para tentar ocupar um espaço que... enfim, perdeu a vez. Só para ressaltar mais uma vez.

Para agilizarmos um pouco – eu deixei correr anteriormente, mas dessa vez quero ver... –, as perguntas meramente repetitivas, vou agir na forma do Código de Processo Penal e pedir ao inquiridor que faça outra pergunta durante o seu tempo, mas, no caso daquela já respondida, apenas farei a referência.

Portanto, a palavra está com o Relator, nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Jacinto Souza Lamas, o senhor comparece a esta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Antes, eu não sei se V. Sª tem interesse em fazer uma breve exposição.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Então, eu vou conceder a palavra a V. Sª. Desculpe, a pressa é inimiga da perfeição. Vou conceder a V. Sª o tempo necessário para fazer uma breve exposição.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sou servidor público há vinte e nove anos, funcionário de carreira. Estive esse tempo, na maior parte, atendendo ao Partido Liberal, porque comecei praticamente a minha carreira, depois de poucos anos comecei a trabalhar com o Deputado Álvaro Vale, que, como é do conhecimento da maioria dos senhores, - especialmente dos cariocas, como o Deputado Jair –, era o fundador do Partido Liberal. E ali praticamente trabalhei o tempo todo prestando serviços à Presidência do Partido.

O Deputado Álvaro Vale era um professor, diplomata de carreira, que primava por tentar transmitir ensinamentos e conhecimentos o tempo todo. Sempre fez isso com todos os seus funcionários e com todos aqueles que se aproximavam dele. Eu tinha o privilégio desse convívio e muito me orgulhava dele.

Talvez o maior legado que o Deputado Álvaro Vale tenha me deixado exatamente tenha sido a predileção pelos estudos, pela educação que ele transformou na bandeira do Partido Liberal. Hoje eu gostaria de render-lhe aqui a minha homenagem pessoal e dizer que é uma personalidade a quem o País ainda não reconheceu esse valor, essa bandeira, essa luta, com que os senhores devem ter convivido, especialmente os senhores da Mesa.

Eu me lembro muito bem do Deputado Abi-Ackel, que o Deputado Álvaro Vale lamentou ter perdido como companheiro de grande oratória aqui na tribuna da Câmara.

Enfim, esse foi o início da minha vida aqui, e que durou mais de 23 anos com a presença do deputado Álvaro Vale, que faleceu em 2000, em janeiro de 2000, tendo me deixado algumas coisas que estão em mi-

nhas declarações de renda anualmente prestada à Câmara dos Deputados e que estão à disposição dos senhores sem a menor restrição.

Entre os valores que ele me deixou, eu até trouxe dois volumes para exemplificar. Ele me deixou 80 volumes de sua vasta biblioteca de Ciência Política e de Literatura. Os dois prediletos dele, que ele gostava de recitar muito freqüentemente para a gente, “Os Lusíadas” e Fernando Pessoa. Foram dois dos oitenta que eu escolhi de sua biblioteca e acho que das coisas mais valiosas que ele me transmitiu.

Quanto a essa questão patrimonial, eu quero falar para os senhores que depois do vazamento do meu depoimento na Polícia Federal, eu sofri ameaças várias, freqüentes. Não sei por que, como conseguiram, o jornalista que conseguiu publicar isso foi de uma eficiência enorme, sobretudo no desassossego que gerou em minha casa e em minha família.

Eu tenho três filhos. Uma menina de dez anos, um menino de seis e uma de quatro com os quais eu, como os senhores todos que são pais, evidentemente me preocupo profundamente. E os vi ameaçados. Essa questão do sigilo, Presidente, eu quero releva para V. Exª, é fundamental. Eu até me afastei. No início de julho, alguns jornalistas me procuravam, foram à minha casa fazer imagens e tal. Eu não estava escondido, não estava afastado por nada; eu tinha apenas marcado férias antecipadamente com os meus filhos e as cumpri, e as quis cumprir, como todos nós que somos pais e queremos atender nossos filhos. Mas o fato desse vazamento é que me constrangeu enormemente, porque eu já tinha voltado a Brasília, para aquele depoimento, e isso foi um massacre enorme no meu e-mail, nos meus telefones residenciais, no meu telefone celular, onde eu tenho ainda algumas gravações anotadas de mensagens ameaçadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu pergunto se essas ameaças têm origem definida.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Senador, elas me pareceram mais dessas ameaças que vêm sendo detectadas em São Paulo, Rio de Janeiro, nos grandes centros. Parecia mais coisa criminal, no sentido vulgar da palavra, embora se referissem a patrimônio específico que só poderia ter sido captado, anotado, no meu depoimento. O senhor entende? Tinha nome e endereço.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Teria origem em algum dos envolvidos nesse processo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não. Sinceramente, eu não posso fazer esse juízo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor, no seu juízo, requer alguma proteção por parte desta CPMI?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu acho, Presidente, que, se voltarem a acontecer após este meu depoimento aqui, eu posso voltar a manter contato com V. Exªs e aí certamente requisitarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Indago a V. Sª se prefere um depoimento reservado, embora infelizmente eu deva dizer que tudo o que se fala numa CPMI, de um jeito ou de outro, infelizmente, porque deveria ser reservado, ou se V. Sª se sente tranqüilo, à vontade, para fazer esse depoimento.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Certamente, certamente, Presidente, porque eu tenho certeza que o que eu encaminharei, se os senhores me pedirem de documentação, o senhor, o Relator e todos os membros aqui presentes, eu posso contar com isso, tenho certeza, manterão. Não tem nada de mais, nada, nenhum volume, apenas que, dada a repercussão do caso, aconteceu isso, e eu quis registrar para exatamente me resguardar de ações futuras. Certo? Se alguma coisa posterior aconteceu, eu prometo comunicar aos senhores imediatamente. Certo, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então poderemos continuar com a reunião pública?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu acho que não haverá problema, Presidente, na medida em que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Sª, então, no curso da exposição dos depoimentos, entender que há assuntos que precisam ser preservados, nós podemos, naquele momento, “fechar” a reunião, numa linguagem coloquial.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Está bem, está bem, Sr. Presidente. Apenas essa preocupação. Não tem nada de mais! É apenas uma situação que eu já vivi e não gostaria de viver novamente. Por isso, eu quis anotar e prometo que, se aconteceu ou se houver alguma coisa... Está certo?

Mas, enfim, o Partido Liberal foi fundado em 1985, e eu já trabalhava com o Deputado Álvaro Vale, desde 1977. Ali, os senhores que forem do PFL ou cariocas devem ter anotado essa história de surgimento do PL, que surgiu no Rio de Janeiro, num afastamento do Deputado Álvaro Vale para a fundação, primeiramente para o PFL, que durou 15 dias, e depois a fundação do PL. E o PL surgiu pequenininho, durou pequenininho, até 2002, quando da aliança com o Presidente Lula, onde conseguiu maior número e deputados. O PL sempre foi um partido artesanal. Nós ali cumpríamos todas as funções que nos eram pedidas. Eu, como funcionário, mais ainda. Assinamos o manifesto, vários

colegas assinaram o manifesto de fundação do partido e, inclusive, pedimos a familiares que assinassem também porque precisávamos completar, segundo a legislação da época, os 111 fundadores exigidos até então. Recentemente a legislação eleitoral parece que alterou o critério para fundação de partidos, parece que o número de assinaturas tem que ser maior. Eu não tenho mais esse conhecimento.

Eu, nesse início de partido, fazia tudo e sempre fiz tudo. Até há pouco tempo, não nos negávamos a fazer nada. Eu produzi, quando começamos a ter direito a programas de televisão – não havia inserções na época –, eu participava das produções e participava carregando fitas, carregando gravadores, carregando e produzia assim...

Eu acabei me formando nessa área praticamente como operador – de câmeras não, porque não cheguei a ter conhecimento de fotografia como tal – de fita, entregador de fita, responsável por levar as fitas às emissoras de televisão. Fazíamos tudo, carregar móveis, puxar cadeira, enfim era o funcionário interno do partido. A par disso, como o número de pessoas era sempre pequeno e precisava uma disponibilidade, eu também fui colocado na posição de tesoureiro, quando faleceu o primeiro tesoureiro, em 1989, o Sr. ??, num acidente de automóvel, quando ia de Curitiba para São Paulo.

O Deputado Álvaro Vale faleceu em 2000, e eu permaneci apesar de instado por familiares para me afastar do partido, que seria outra fase. O outro grupo de fundadores correligionários, um colega meu, que estava conosco desde o Rio de Janeiro, se afastou. E eu fui desse grupo inicial e permaneci lá, porque funcionário aqui eu não tinha outra opção de ir. Eu não me preocupei, achei que o Partido até poderia permanecer o mesmo. E preocupado, sobretudo, em zelar pelo patrimônio partidário, cultural, pela memória de Álvaro Vale, que deixou comigo inclusive os capítulos iniciais de suas memórias. Os cinco capítulos estão comigo para publicação. Eu tinha uma grande esperança que um dia a fundação, que um dia se chamava Libertas, passasse a se chamar Álvaro Vale e viesse a publicar as memórias do Sr. Álvaro Vale, Embaixador e Professor, sob a minha coordenação, uma pretensão talvez muito forte minha para um funcionário burocrata que estava ali porque foi, digamos, herdado pelo Partido.

Tentei fazer o melhor de mim. Nessa época, administrava a sede do Partido, fazia a documentação, atas, fazia os trâmites internos do Partido que me eram exigidos. Restringia-me à administração interna do Partido. Com a morte do Deputado Álvaro Vale, assumiu o Deputado Valdemar Costa Neto que era seu vice-Presidente e era o seu Líder também. O Deputado Valdemar

Costa Neto acumulou durante 2000, 2003 até fevereiro de 2004, a Presidência com a Liderança do partido. E pouco contato tínhamos no dia-a-dia, exceto para os despachos de tesouraria, de despesas do Partido que ele autorizava diretamente, só ele autorizava. Vinha, vez ou outra, despachar conosco na Presidência.

Como eu disse anteriormente, eu cuidava, entre outras coisas, de encaminhar a produção, fazer a geração dos programas de televisão e das inserções que passamos a ter em certo momento. E viajava vez por outra com equipes de TV, com o pessoal de programa de televisão, pessoal que nós contratávamos diretamente, sem empresas. Até que, tendo crescido o partido em 2002, começaram a aparecer certas empresas tentando conquistar as contas do Partido Liberal porque viram que, tendo crescido o partido, passariam a receber recursos maiores e tal.

Uma dessas empresas que apareceu foi uma empresa que tinha um conceito no mercado e procurou diretamente o Deputado Valdemar Costa Neto, que me disse que a SMPB o tinha procurado e que queria fazer essas propagandas. Desde 2000, com o falecimento do Deputado Álvaro Vale, ele quis alterar a programação visual do Partido, e a propaganda em geral, a princípio, ele não queria passar para ninguém.

Pesquisamos algumas empresas, sempre seguindo as ordens dele, procuramos algumas empresas no mercado que nos pudesse apresentar propostas nesse sentido. A SMPB era uma empresa conceituada no mercado e apresentou sua proposta, que foi sendo analisada, e finalmente o manual de programação visual... o Partido Liberal foi o primeiro partido que teve programação visual, logo no início de 85, encomendada pelo Deputado Álvaro Vale. Então, o Deputado Valdemar não concordava com aquela forma, que ele achava arcaica, velha, e queria reformular toda essa parte.

A proposta da SMPB não foi aceita e eles insistiram e continuaram procurando o Deputado Valdemar Costa Neto. Acredito que ele tenha tomado a decisão que tomou, no final, por um outro manual de programação, uma outra proposta de programação visual, e não aceitou a proposta deles de assumirem a total propaganda do Partido, inclusive fazer programas e tal.

Assim, no início de 2004, maio de 2004, foi terminado esse processo de reformulação da programação visual do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Eu peço a V. S<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na parte política, a relação do Partido Liberal com outros partidos, eu não tinha, como funcionário, conhecimento das decisões do Partido, das reuniões. Eu não participava de nenhuma articulação política. Eu não tinha

**status**, não tinha mandato, e o Deputado Valdemar Costa Neto se incumbia dessa parte sozinho o tempo todo. Eu era um funcionário apenas.

Presidente, não querendo mais retardá-los, encerro por aqui. Sei que está ficando longo o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se V. Sª já o tem por escrito, nós podemos apensá-lo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Está um pouco rasurado. Eu acho que só se eu passar a limpo depois, Presidente. Eu passo, sim, sem dúvida, todas as anotações aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, eu passo a palavra ao Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para fazer as suas inquiries.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Jacinto Souza Lamas, o senhor comparece a esta Comissão na qualidade de testemunha, portanto como colaborador dos senhores membros desta Comissão na busca da verdade. O que se exige do senhor é que diga a verdade de tudo quanto saiba e lhe for perguntado, na definição legal. O senhor não será obrigado a fazer juízos a respeito de pessoas nem de acontecimentos. Creio que ninguém lhe perguntará o que o senhor acha disso ou daquilo.

Nós vamos inquiri-lo, segundo o que exige a lei, sobre aquilo que o senhor viu, aquilo que o senhor ouviu, aquilo que o senhor presenciou, aquilo que o senhor praticou. Essas são as obrigações da testemunha.

De sorte que eu quero que o senhor se sinta inteiramente à vontade porque se, porventura, de seu depoimento nesta Comissão resultar qualquer ameaça ou constrangimento, dado o fato de que o senhor é testemunha, portanto colaborador da Justiça, o Sr. Presidente da Comissão, advogado eminente, Senador da República, lhe dispensará, em nome da Comissão, a proteção que o senhor julgar necessária a sua incolumidade física e ao seu livre trânsito.

Sr. Jacinto Souza Lamas, o senhor sabe em quanto montou, em reais, a colaboração do PL ao PT para pagamento de despesas da campanha eleitoral?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Presidente... Perdão, o senhor disse do PL ao PT?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estou perguntando se o senhor sabe em quanto montou, qual foi a importância que o PT transferiu ao PL a título de colaboração para despesas de campanha.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe, eu só queria confirmar. Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quanto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não tenho conhecimento, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor não tem conhecimento?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor foi incumbido pelo Presidente, Valdemar Costa Neto, de receber parte do dinheiro destinado pelo PT ou pelo Sr. Delúbio Soares ao PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, senhor, posteriormente. Esse montante que o senhor me perguntou eu só tive noção agora, com a divulgação na Imprensa, conforme é do conhecimento dos senhores também. Eu não tinha conhecimento à época das transferências.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Eu estou perguntando se o senhor foi incumbido pelo Presidente Valdemar Costa Neto de receber, de apanhar parte dos recursos destinados pelo Sr. Marcos Valério ao PL.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Fui, na medida... Ele me transmitiu o seguinte comunicado: “Há compromisso do Dr. Delúbio em me transferir recursos que me deve da campanha de 2002 e você... Há uma pessoa que vai te telefonar e que deve te pedir para apanhar uma encomenda com eles sobre o assunto”.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– E o senhor apanhou algumas encomendas?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. Sim, apanhei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor esteve em Brasília, na agência da SMPB, e da DNA, em Belo Horizonte, e lá recebeu uma incumbência, a que o senhor se refere...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– ... no valor de R\$800 mil, destinados pelo Sr. Marcos Valério ao Presidente Valdemar Costa Neto.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado Ibrahim Abi-Ackel, quando estive em Belo Horizonte, estava em Belo Horizonte no momento, o Deputado Valdemar pediu-me que voltasse, porque eu já tinha ido para tratativas dessa questão da programação visual, pediu-me que voltasse uma vez. Eu estava por conta de visitar a sede regional do Partido, que tinha trocado recentemente o Presidente e tinha aberto uma sede nova, ele pediu-me que voltasse uma vez a essa empresa e apanhasse para ele documentos que estavam por ser repassados pela empresa. Eu, lá chegando, recebi um envelope e liguei para ele e disse: “olha, está aqui a encomenda, estou indo”. Ele falou:

“não, não sai daí ainda, só um minuto”. E me liguei em seguida e falou: “olha, traga-me o envelope para São Paulo”. Eu me deslocuei para São Paulo e entreguei para ele. Eu não tinha noção de que ali se encontravam cheques. Foi envelope... foram envelopes fechados que eu transferi para o Deputado Valdemar Costa Neto. Em outras vezes, eu voltei lá com a mesma incumbência de apanhar essas encomendas que hoje informam ter sido cheques. Valores... eu não tive noção, eu não tinha informação de ter valores.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou tentar simplificar a sua resposta. O senhor esteve uma vez em Belo Horizonte, foi à agência da SMPB e da DNA e recebeu um envelope destinado ao Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não sabe o que continha esse envelope?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Naquele momento eu não tinha essa informação e não me foi dito por ninguém.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Agora o senhor tem essa informação?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Hoje, o que se lê é que haviam valores ali.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Qual é o valor?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sinceramente, parece que eram R\$800mil.

**O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL** (PP – MG) – Vou tentar ajudar o senhor. O próprio Valdemar Costa Neto...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso, na entrevista dele, o senhor tem razão, ele disse que seriam oitocentos...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ...na entrevista à revista **Época**, disse que o senhor recebeu lá R\$800mil.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso, isso. Na entrevista dele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Trouxe e entregou diretamente ao Sr. Valdemar?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Entreguei diretamente a ele, então.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E isso o senhor apanhou em envelope, em cheques?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Apanhei em envelopes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em envelopes. O senhor não sabia o que tinha dentro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sabia se eram cheques que estavam ali.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui, na agência da DNA em Brasília, o senhor esteve repetidas vezes, não é verdade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Na agência do Banco Real?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Desculpe.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui, em Brasília, na agência do Banco Real, o senhor esteve repetidas vezes, não é verdade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu estive, que eu me recorde.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Banco Rural. Desculpe-me, é o cansaço.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Certamente, certamente, eu estive lá sim, Sr. Relator. Estive algumas vezes no Banco Rural e estive uma ou duas vezes na agência da SMPB aqui em Brasília.

**O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL** (PP – MG) – Consta num determinado documento, numa determinada relação de saques feitos no Banco Rural, em Brasília, que o senhor recebeu R\$10.837.500,00 em várias parcelas: R\$2 milhões, R\$1,5 milhão, R\$2.537.000,00, muitas delas através da firma Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda. Por outro lado – estou tentando facilitar a resposta para o senhor –, há uma outra lista, fornecida pelo Sr. Marcos Valério, essa mais precisa, afirmando que o senhor recebeu, em Brasília, a importância de R\$1.350.000,00 nas contas da SMPB e DNA, destinada ao Deputado Valdemar Costa Neto ou ao Partido Liberal. Qual das duas versões é a verdadeira?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sr. Relator, acredito que seja mais plausível essa segunda versão, porque o senhor há de convir que... estão anotadas as minhas entradas e ali estive, sem a menor preocupação, os senhores poderão verificar, porque eu achava que fosse um compromisso pessoal do Presidente com o Dr. Delúbio e não me cabia questionar e fui atendendo determinação firme dele. E o Presidente Valdemar não é exatamente... eu acho que, na condição de funcionário, não me cabia questionar uma determinação dele.

O volume dos pacotes que me entregaram, por mais que coubesse em envelopes grandes como esse, talvez um pouco maiores, não caberia um volume desses. Então, eu acho mais plausível, Sr. Relator, que tenha sido esse R\$1.350.000,00 porque eu não daria conta. Até fisicamente eu não daria conta. Eu ia lá rapidamente, como os senhores podem ver nas minhas entradas e saídas, e não conferia, não tinha tempo de

conferir, saía e entregava ao Deputado Valdemar. O volume não caberia ali naquilo, sinceramente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Apenas para esclarecer um detalhe: o senhor esteve várias vezes no Banco Rural, aqui em Brasília?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. Algumas vezes anotadas na portaria. Também eu estive em consultas particulares minhas, estive em produtora de televisão para pegar fitas reproduzidas, estive no dentista, mas estive várias vezes no Banco Rural, sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nas vezes em que o senhor foi para receber número, não nas outras em que foi fazer consultas, nas vezes em que o senhor subiu ao Banco Rural para receber recursos, o senhor foi até lá instigado, instruído pelo senhor Delúbio Soares?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Relator. Eu não tinha, não tive, em momento algum, contato com o Sr. Delúbio. O Sr. Delúbio telefonava para o Deputado Valdemar Costa Neto e este, por sua vez, me ligava e me dizia que ia alguém da parte do Delúbio me ligar para fazer, para ir lá para apanhar essas encomendas do Deputado Valdemar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um momento: alguém do parte do Delúbio ia entregar o dinheiro ou apanhar?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ia me entregar. Ia me chamar e me entregar. E era o que eu cumpria. Desculpe, relator, o Sr. Delúbio jamais manteve contato comigo diretamente, eu não o conheço, mal o vi publicamente uma vez aqui na Câmara.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o senhor Valdemar Costa Neto é que determinava ao senhor: “está na hora, hoje.”?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso. O tempo todo. É, o tempo todo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor foi lá algumas vezes para apanhar dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu fui lá algumas vezes para atender essa determinação.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu não vou perguntar ao senhor quantas vezes porque foram ao todo dezenove vezes. Eu suponho que o senhor não tenha de memória a capacidade de reproduzir todas ou quantas vezes foi lá.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o senhor foi mais de uma vez em Belo Horizonte para receber envelopes, não foi?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Fui, relator, fui a Belo Horizonte, sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Além daquela primeira vez que o senhor recebeu aquele envelope, que, segundo o ex-Deputado Valdemar Costa Neto, continha R\$800 mil, o senhor voltou lá?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Voltei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mais de uma vez?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Voltei outras vezes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E recebeu outras encomendas para o Deputado Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. Levei sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Recebeu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Recebi.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sabia que eram recursos financeiros em cheques ou em espécies?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Naquela época não, senhor Relator. Naquela época, não sabia. Como havia tratativas a respeito de programação visual e estudos de programação visual do Partido, naquela época eu não tinha conhecimento se estavam transferindo recursos por via de cheques para o Deputado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Jacinto, são detalhes esclarecedores pelos quais eu ficaria particularmente grato.

O senhor, em Belo Horizonte, recebia esse envelopes da mão de quem?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Olha, de funcionários da SMPB, que vinham entregar na portaria muitas vezes, onde eu esperava, na sala de espera.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor não sabe o nome de nenhum funcionário que lhe entregou esses envelopes?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sei precisar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas sabe que é da SMPB?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, porque era lá no endereço deles.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor chegava como representante do Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A quem o senhor se apresentava como tal?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tinham duas secretárias na entrada.



**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor não passava da portaria?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na portaria... embaixo, sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Passava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quer dizer que o senhor entrava nos domínios da SMPB, nos escritórios da SMPB para receber o envelope?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Entrava sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E, lá, o senhor não se lembra de pessoa alguma pelo nome que lhe tenha feito entrega de dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu não tenho segurança se na primeira vez foi a própria Simone Vasconcelos. Eu não tenho segurança para dizer ao senhor o nome.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o senhor também recebeu dinheiro em um restaurante em São Paulo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Essa informação, Sr. Relator, eu nego veementemente. Eu acho que o Deputado Valdemar Costa Neto fez alguma confusão. Eu não recebi nenhum recurso em nenhum restaurante em São Paulo. Com segurança, não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, muito bem.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Provavelmente, ele vai poder esclarecer a hora em que estiver aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor tem conhecimento de alguma outra pessoa a quem o Deputado Valdemar Costa Neto incumbia de ir receber recursos seja em Belo Horizonte, seja em Brasília, no Banco Rural? Era o senhor só quem detinha a confiança dele para fazer esse recurso? Ou havia outras pessoas igualmente colocadas como o senhor no relacionamento com ele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Relator, não houve outras pessoas. Houve uma visita em que eu estava produzindo um programa, eu estava fazendo um programa de televisão, me parece que em São Paulo, e estava ausente em Brasília. E ele, uma vez, pediu a um funcionário outro da Liderança para que fosse ao Banco Rural receber uma dessas parcelas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como se chama essa pessoa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Essa pessoa era o meu irmão, que trabalhava na assessoria.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É o Sr. Antônio Lamas?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso, foi.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Recebeu R\$350 mil?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu confesso que eu só tive conhecimento desse valor depois do depoimento dele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Era o seu irmão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Era o meu irmão, que trabalhava com...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas foi lá como se fosse o senhor?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Foi, foi. Na verdade, ele nem sabia onde estava indo. Ele foi mandado ir ao *shopping*, ao nono andar do *shopping*. Ele nem sabia que funcionava lá o banco, segundo ele disse, e se apresentou lá à pessoa que tinha pedido ao Deputado para ele ir lá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aqui no banco. Lá, em Belo Horizonte, o senhor já nos informou que recebeu envelopes mais de uma vez.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas aqui, no Banco Rural, o dinheiro era entregue em espécie. A dona Simone Vasconcelos pegava o dinheiro e entregava o pacote de dinheiro à pessoa. O senhor também recebeu dessa forma?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eram pacotes também fechados, praticamente, Deputado. A gente não tinha tempo e eu não me preocupava em... Eu queria resolver a situação e entregar aquilo para o Deputado Valdemar. Eu não... eram pacotes grandes também que...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eram pacotes, mas, me perdoe, o senhor sabia que era dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – No banco, supostamente... (Risos.) supostamente, no banco, eu não podia apanhar outra... eu não podia apanhar pão. Mas, realmente... não podia ser carne, não podia ser pão. Agora...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Deputado Valdemar Costa Neto sustentou, com muita clareza, com muita coragem, que recebeu os R\$10 milhões, praticamente todos, através do senhor, que é a única pessoa que ele cita, e a Garanhuns Empreendimentos Companhia etc. Aliás, os cheques que o senhor trouxe de Belo Horizonte eram todos também para a Garanhuns. A quem o Deputado Valdemar Costa Neto pagou com esse dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sei. Eu não tenho essa informação, Sr. Relator. No momento em que eu transferia para ele as encomendas, os envelopes recebidos, eu me desincumbia da minha única determinação, que era pegar e entregar para ele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas, com todo o relacionamento que o senhor tem com o Valdemar Costa Neto, quer dizer, um homem incumbido de buscar recursos financeiros de grande monta, sem nenhuma garantia, sem uma segurança próxima, apenas baseado na confiança, o senhor nunca foi incumbido pelo Deputado Valdemar Costa Neto de fazer um só pagamento do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Relator. Eu só queria fazer uma observação para o senhor: parece que uma das últimas entrevistas do Deputado Valdemar, com quem eu não tinha essa relação pessoal forte como o senhor diz, eu tinha uma relação funcional, mas parece que, numa das últimas entrevistas, acho que na *Época*, ele negou que tivesse recebido esse montante. Parece-me que ele só reconheceu – não foi, Deputado? – que teria recebido apenas seis milhões e meio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu aceito a redução, não tem problema. Fica registrado. Não tem problema. Não é matéria controversa. O que eu desejo saber do senhor é que o senhor se apresentou como homem da intimidade do Deputado Valdemar Costa Neto. O senhor se apresentou como um homem que detinha em si a iniciativa dos programas de televisão do Partido, o senhor é que manobrava os mecanismos de publicidade televisiva do Partido.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Nossa! Não, o senhor está me atribuindo um valor que eu não tinha no Partido, Deputado. Eu era um operário. E não só eu. Vários dos funcionários do Partido, que era um Partido pequeno, nós fazíamos desde carregar móveis até carregar, junto com a equipe que a gente contratava – *freelance*, não sei o termo, quer dizer, não-empresariais –, a gente carregava baterias, carregava gravadores, carregava tripés, carregava câmeras. Quer dizer, o Partido era assim, Deputado. Essa questão da intimidade, eu não tinha essa intimidade. Talvez ele tivesse a segurança de eu estar ali, como originário do Partido, e a tranquilidade de honestidade em minha pessoa de, sobretudo a disciplina de não questioná-lo da origem disso, de como estava se dando isso. Isso eu asseguro para o senhor: eu agia com absoluta isenção e despreocupação, porque era determinação. Eu era funcionário e queria cumprir o que o Presidente me determinava.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou repetir a pergunta, Sr. Jacinto. O senhor, sendo

pessoa da extrema confiança do Deputado Valdemar Costa Neto, a ponto de ele confiar-lhe valores de grande monta, nunca foi incumbido pelo Deputado Valdemar da Costa Neto de realizar um pagamento para o PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu disse para o senhor no início: eu nunca fui incumbido de realizar nenhum pagamento nesse sentido. Eu acho que eu neguei no início. Eu disse para o senhor que não, não é? Está certo? Não, nunca realizei nenhum pagamento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor sabe, pode informar, se as despesas a que se referiam esses recursos tinham sido feitas na campanha eleitoral de 2002, embora o pagamento delas só se iniciasse a partir de fevereiro de 2003?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Era a informação que o Deputado Valdemar Costa Neto me passou depois sobre o assunto. Ele me disse que era um compromisso do Dr. Delúbio com ele, de despesas avançadas por ele, e o PT não tinha produzido materiais para campanha dele, do Partido. Enfim, era o que ele estava recebendo naquele momento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem. As despesas foram feitas no segundo semestre de 2002 – na campanha, suponho – e começaram a ser pagas em fevereiro de 2003, depois que o senhor começou a retirar os recursos da SMPB e DNA. Nesse ínterim, nesse período de tempo, o senhor, que era próximo do Deputado Valdemar Costa Neto, viu muitos fornecedores reclamando pagamento?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Eu ouvia freqüentemente, nobre Relator, o Deputado Valdemar falar, comentar, às vezes, com colegas dele, Deputados, e às vezes ao telefone, nervoso, de cobranças que ele recebia. Mas nunca vi nenhum fornecedor, até porque eu não freqüentava São Paulo, eu não sabia se os fornecedores estavam cobrando dele lá. Mas o vi várias vezes nervoso com o Sr. Delúbio, inclusive ao telefone, passando fax e tal, reclamando do atraso das questões de acerto dele da campanha.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor se referiu, se não me engano, proferiu a palavra “Deputados”.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – “Deputados” reclamando pagamento.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não. Nunca vi nenhum Deputado. Eu disse que ele, ao telefone com o Dr. Delúbio, passava freqüentemente reclamações, eu falei fax, inclusive fax que ele passava para o Dr. Delúbio, reclamando do atraso do acerto dele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que eu desejo saber do senhor é se o Sr. Valdemar

Costa Neto reclamava por não poder atender à exigências de pagamento que lhe eram feitas por fornecedores e por Deputados. O senhor ouviu ele reclamar a respeito de Deputados que exigiam pagamentos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, eu não ouvi. Nunca me falou de Deputados que exigiam pagamento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não ouviu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nenhum credor do PL, o senhor não teve conhecimento, estando sempre próximo do Deputado, o senhor nunca viu credor nenhum reclamar pagamento?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O Deputado Valdemar, geralmente, pelo menos na parte do Partido, na parte que a gente cuidava aqui, nós nunca atrasamos pagamento. Nós nunca tivemos nenhum fornecedor aqui incomodando na sede do Partido. Agora, se lá em São Paulo, onde ele produzia a maior parte do seu material, produziu o material que foi feito para a campanha do Presidente Lula, reclamavam, eu não sei, porque eu não freqüentava a sede do Partido em São Paulo, eu não freqüentava São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor não tem conhecimento de nenhuma nota fiscal, nenhum borrador, nenhum recibo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor, a respeito disso...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tem conhecimento de nenhuma correspondência, por exemplo, de uma gráfica, de uma firma de propaganda que tivesse escrito para o PL reclamando o pagamento?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, não. Para o PL não. As contas do Partido estavam regulares, em dia. As contas nacionais do Partido estavam regulares, Deputado. Agora, se ele produziu... O que pode ter ocorrido é ele ter produzido esse material em São Paulo e o protesto estivesse lá no PL de São Paulo, ou... o protesto que eu quero dizer são as reclamações a que o senhor se refere.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Qual era a sua função dentro do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Múltiplas, Deputado. Múltiplas. Eu fazia... Como disse para o senhor no início, eu fazia de tudo um pouco, como era normal fazer dentro do Partido, porque o Partido era...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Fazia escrituração também?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A escrituração era feita pelo contador. Eu despachava os pagamentos internos, porque...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor acabou de afirmar que as contas do PL estavam em dia!

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não havia reclamações. Das contas nacionais do Partido nunca houve reclamações.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu sou obrigado a lhe fazer pergunta. O senhor foi, então, buscar recursos para o PL, da ordem de R\$6 milhões, como o senhor sustenta, no momento em que as contas do PL estavam em ordem? Estavam pagas?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, eu não fui buscar recursos para o PL. Desculpe. Eu lhe peço que... Eu volto ao ponto que eu lhe disse. Eu fui lá buscar recursos que o Deputado Valdemar disse ter acertado com o Dr. Delúbio para ressarcimento de despesas feitas em 2002. Não eram recursos para o PL, Deputado.

Em momento algum eu jamais ouvi do Deputado Valdemar que esses recursos fossem para o PL. Foram compromissos do Dr. Delúbio feitos pessoalmente com ele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Jacinto, as datas aí são muito importantes, porque elas têm implicações jurídicas. O senhor vem insistindo que esse dinheiro se destinava a cobrir despesas feitas no ano de 2002. O senhor mantém essa afirmativa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu mantenho a afirmativa, Deputado Abi-Ackel, de que o Deputado Valdemar me dizia, cada vez que eu ia lá, que eram compromissos que estavam sendo cumpridos pelo Sr. Delúbio com ele, da campanha de 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É muito difícil fazer perguntas baseado em cifras, porque as contas não fecham. Os dados, as cifras são divagantes. Tenho aqui, por exemplo, uma... o próprio Sr. Valdemar Costa Neto, Ex-Deputado Valdemar Costa Neto, ao responder uma pergunta do repórter e falando nas atividades do senhor, termina a resposta dizendo assim: totalizou R\$3,2 milhões, sempre em nome da Garanhuns. Qualquer análise psicológica desse texto leva à conclusão de que ele está certo de que o senhor recebeu R\$3,2 milhões.

Há um outro levantamento segundo o qual o senhor teria recebido R\$1,357 milhão. E há outro em que, se a interpretação for um pouco maliciosa, o senhor figuraria como transportador de R\$10,837 milhões.

Eu não vou insistir nessas perguntas, porque eu devo à Comissão uma explicação rápida a respeito

desse problema de contas. O Sr. Duda Mendonça, por exemplo, ao lado da sua sócia, Dona Zilmar, tornou claro para o Brasil inteiro que recebeu R\$15,5 milhões do Sr. Delúbio Soares para prestar serviços à campanha eleitoral do PT. Desses, R\$11,5 milhões teriam sido remetidos para as Bahamas. R\$1,4 milhão teriam sido pagos ao Sr. Duda Mendonça em 22 cheques – quer dizer, um pagamento parcelado em 22 vezes – e R\$3,6 milhões entregues pessoalmente pelo Sr. Delúbio à Dona Zilmar, sócia do Sr. Duda. Essas quantias totalizam realmente R\$15,5 milhões.

Mas vejam bem a lista do Sr. Valério. Não tem R\$11,5 milhões. Não tem R\$3,5 milhões. Não tem R\$1,4 milhão. Existem apenas parcelas de cem, cem, cem, duzentos, duzentos, duzentos, duzentos, duzentos e R\$1,5 milhão no final. Quer dizer, é uma dificuldade enorme para prosseguir nas investigações, em virtude da confusão feita com as contas.

Hoje, o Sr. Delúbio Soares já contestou veementemente este item das contas que lhe atribuem saque de R\$2,488 milhões, que ele reduziu a apenas a 250.

Estou dando conta à Comissão, porque estamos buscando na contabilidade da SMP&B algum esclarecimento para esses fatos. O problema é que quanto mais se adentra no exame, maior a confusão, maior o contraste entre as cifras.

Bom, pouco importa, Sr. Jacinto Lamas, que o senhor tenha recebido R\$1,350 milhão, R\$3 milhões e pouco, R\$6 milhões. O certo é o seguinte: o senhor foi o transportador de recursos do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio Soares para o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto. Não é verdade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tem notícia nenhuma de que parte desse dinheiro chegou às mãos de um deputado qualquer para pagar dívida?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tem notícia do que foi pago com esse dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tenho notícia agora, depois do depoimento do Deputado Valdemar, de que ele pagou fornecedores da campanha, conforme ele tinha me dito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Da campanha? Só da campanha?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É, só da campanha.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, é porque há outros pagamentos também, de

outra natureza, nos quais não quero me meter. Mas, há outros pagamentos. (Pausa.)

Pois não.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não quero interromper V. Ex<sup>a</sup> agora, vou aguardar minha vez.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado. Quer dizer que o senhor no PL fazia de tudo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Fazia de tudo, Deputado. Era o tamanho do Partido, a falta de estrutura.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor, segundo eu soube, tem curso superior?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tenho também.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Senhor é...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sou formado em Direito; sou bacharel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Bacharel em Direito. O senhor fez um concurso público para a Câmara dos Deputados?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi aprovado?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Concurso difícil?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E é funcionário público Federal da Câmara dos Deputados?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Jacinto, não é possível que o senhor, com esses títulos, com a utilidade que o senhor tinha para o PL e para o Deputado Valdemar da Costa Neto... Teremos que admitir, à contragosto, que o senhor aceitou o papel de simples carregador de pacotes para o Deputado Valdemar da Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Infelizmente sim, Deputado Abi-Ackel. Eu estava ali como funcionário e...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado ao senhor.

Estou cessando o interrogatório. Se o senhor quiser esclarecer mais alguma coisa, pois não.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, como estava dizendo no início, eu tinha uma história dentro do Partido e não queria sair dali por nenhum motivo, muito menos por alegar que não carregaria um pacote ou não apanharia uma encomenda que o Presidente estava determinando. Não me sentia hu-

milhado por isso. E na minha formação, mineiro como o senhor – sou da Zona da Mata –, meu pai e minha mãe me formaram assim e sou disciplinado. Atendia às ordens do Deputado Valdemar e não me sentia humilhado por isso, porque queria estar ali junto da memória do que era o Partido. E era isso o que tinha que fazer e cumpri. Infelizmente, pode parecer humilhante para o senhor, talvez eu tenha até um currículo melhor do que o senhor mencionou, mas, é fato, eu me submeti. E, naquele momento, não havia essa repercussão que tem hoje.

De modo que eu achava que isso não me ofenderia em nenhum momento.

Acho que o senhor pode me compreender assim. Não me ofendia por isso, sinceramente não me ofendia.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Obrigado.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Obrigada ao senhor.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Encerradas, então, as perguntas do nosso digno Relator, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Paulo Baltazar, por 10 minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Srª Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, parece que estamos diante da síndrome dos tesoureiros, porque os tesoureiros hoje não podem responder a respeito de finanças dos partidos. O senhor disse que, desde 89, o senhor evocou a memória do Deputado fundador do PL, Álvaro Vale, e falou que, desde 89, o senhor está no Partido fazendo de tudo, inclusive a tesouraria, há 16 anos. Portanto, o senhor é uma pessoa de extrema confiança do Partido.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Se não fosse assim, o senhor não teria sido encarregado e, segundo o senhor, o único encarregado de buscar os recursos do Sr. Marcos Valério. E o senhor argumenta – e aproveitando aqui, o Relator levantou – que o senhor cumpria ordem. Essa explicação é velha, à medida que as pessoas não podem cumprir ordem para cometer crime; na Ditadura, no regime nazista, também essa explicação era muito comum: estava cumprindo ordens. O senhor era o tesoureiro, portanto era co-responsável, ou, no PL, o Sr. Valdemar Costa Neto era tão autoritário que só ele respondia por tudo, e o senhor obedecia cegamente às ordens, porque o senhor foi pegar dinheiro; podia ser, com todo respeito, outra coisa. O senhor não procurou saber nem se era dinheiro, nem quanto era, e o senhor era tesoureiro do Partido.

Essa explicação é muito frágil, difícil de ser entendida e aceita. O senhor era tesoureiro há 16 anos, conhecia o Partido por dentro e por fora, prezava a memória do Partido e foi pegar dinheiro, foi pegar recursos que não eram contabilizados, o senhor não sabia se seriam contabilizados, não perguntou nada, não disse nada e levou o dinheiro que o senhor não sabe nem quanto era esse dinheiro. É assim mesmo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado era assim. Agora, naquele momento, como eu disse ao Relator, não havia esse clima. Evidentemente, num banco, como dissemos no início e até foi motivo de riso, não havia por que questionar que não fosse dinheiro, agora eram valores que estavam lá.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É a função do senhor de tesoureiro que não encaixa. Essa explicação é muito frágil, de que o senhor, como tesoureiro há 16 anos, não procurasse saber, cumprisse ordem cegamente. Se fosse qualquer coisa, o senhor buscava, entregava e colocava na mão do Sr. Valdemar Costa Neto e não fez nenhum questionamento – o senhor é o tesoureiro, é co-responsável.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, o senhor é de que partido, por favor?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Do PSB.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Do PSDB.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Do PSB.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Do PSB. Deputado, ele me dizia, como o senhor vai-se recordar, que eram compromissos dele com o Dr. Delúbio diante da campanha, então eram supostamente recursos que a mim não cabia questionar. Eu não questionava, realmente não questionava e transferia para ele imediatamente, Deputado. Está bem? Sinceramente, naquele momento, eu não via... Primeiro, a ordem de um Deputado, para mim, é a ordem de um Deputado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor me perdoe aqui a insistência a minha questão, porque não consigo aceitar a explicação porque a função do senhor, tesoureiro, não era a função, com todo respeito ao *office boy*, o senhor não era *office boy* de buscar o recurso e trazer, e o senhor está dizendo que fazia exatamente isso, só isso, e quer-nos convencer de que a função de tesoureiro era exatamente essa, e o senhor não questionava em absoluto coisa nenhuma.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe. Não sei se o Deputado Valdemar achava que era também a minha função.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o senhor aceitava essa função.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu aceitava, como disse ao Relator.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor conheceu as empresas Garanhauns Empreendimento Intermediação e Participação, Esfort Trading S.A., a Bônus Banval, a Athenas Trading?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Como eu disse ao Sr. Relator no início, eu praticamente me restringia a Brasília, a minha atuação, exceto quanto saía para a produção de programas e visitas a regionais do Partido; enfim, não conhecia essas empresas, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o dinheiro passava por elas, movimentava-se por elas, e o senhor, tesoureiro, também não sabia?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Absolutamente não; não tenho nenhum conhecimento dessas empresas, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Valdemar Costa Neto é que fazia tudo, ocupava a função de V. Sª como tesoureiro, fazia tudo e V. Sª não sabia?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Nessa parte provavelmente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o senhor assinava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Onde eu assinava aí?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Estou perguntando só. Não assinava nada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Não assinava nada.

Desculpe, Deputado, V. Exª poderia precisar? Assinava o quê?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor era tesoureiro do Partido.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O que entrava, o que era dinheiro do fundo partidário, recursos próprios do Partido – como V. Exª deve conhecer – era contabilizado, e as prestações de contas estão no Tribunal de Contas, no Tribunal Superior Eleitoral, assinadas direitinho. Isso não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só o caixa dois... Caixa dois não assina?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sei...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A Garanhauns era caixa dois?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sei precisar a V. Exª.

Como eu disse, são recursos que o Deputado Valdemar pedia que eu entregasse a ele, e assim eu fazia.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Religiosamente?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Religiosamente, disciplinadamente, como um militar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem informação – já que o senhor não sabe o valor – de que parte desses recursos trazidos ao PL, que o senhor levava ao Sr. Valdemar de Costa Neto, eram usados pelo mesmo para comprar alguns utensílios de casa, algumas coisas pessoais, como disse a sua ex-esposa.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, esses recursos aí eu entregava ao Deputado Valdemar, e os recursos – segundo li alguma coisa do depoimento da Srª Maria Cristina – que foram utilizados para compra desses mobiliários foram recursos próprios do Partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Isso o senhor sabia? Usava mesmo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso eu sabia. Ele determinava que comprasse com os recursos próprios do Partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Do fundo partidário?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Desculpe, eu interrompi?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não, pode falar.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Porque, às vezes, na ânsia de responder, a gente interrompe.

Há uma distinção entre duas contas do Partido: o fundo partidário e a conta de contribuições, venda de brindes e de recursos próprios, que se chama conta movimento. Essa conta movimento é que se usava para também mobiliar o que ele chamava de sede do Partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sede do Partido, ou casa dele pessoal?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Casa do Partido, sede do Partido, enfim.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então usava mesmo. Era do Partido, mas usava.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, do Partido, recursos próprios.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Em depoimento na Polícia Federal, no dia dois, o senhor afirma receber provimentos exclusivamente como servidor da Liderança do PL e que nunca recebeu qualquer remuneração do Partido na Presidência do Sr. Valdemar Costa Neto. É verdade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Confirmado. Nunca. Exceto despesas de papelaria, um reembolso, coisas pequenas assim, normais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Qual o cargo que o senhor assumiu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na Liderança? De chefe de gabinete da liderança.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem salário de R\$20 mil mensais?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Esse salário, como V. Exª sabe, é variável. Esse foi um dos motivos que relatei aqui no início. Esse salário é variável, mas tenho tudo declarado. Essa média está declarada no meu Imposto de Renda.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem um patrimônio de aproximadamente de R\$1 milhão? É isso o patrimônio de V. Sª?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tenho, Deputado, mas muito em consequência... Tem aqui a sentença judicial do legado que recebi junto com 14. O meu olhar, Deputado, foi por causa daquelas referências que fiz. E aí nesse ponto é que fiquei preocupado. Tenho, evidentemente, um patrimônio que foi alterado. V. Exª entendeu meu olhar, porque olhei...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor tem todo o direito de olhar.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Porque essas perguntas... A mídia está toda aqui. Amanhã volta todo clima da semana passada. V. Exª me entendeu?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Entendi.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Mas está tudo declarado dentro do meu patrimônio, tudo declarado, porque como servidor tenho que declarar anualmente – V. Exª sabe disso – e apresentar a declaração à Secretaria Geral de Controle Interno, que comunica ao TCU.

Esse meu patrimônio, que teve uma evolução maior em 2001, foi em consequência do legado que recebi e que eu já declarei.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o senhor tem ainda um Land Rover no valor de R\$130 mil, coincidentemente?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A minha renda é absolutamente comprada com o meu dinheiro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas é um Land Rover?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – (Risos.) É um Freelander, Deputado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Está bom. Obrigado.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A senhora entendeu, Deputada?

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Não entendi nada.

Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Srª Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Jacinto Souza Lamas, gostaria de dar uma sugestão. Srª Presidente, gostaria de dar uma sugestão à Mesa. Eu gostaria, sinceramente, sem fazer chiste, de que esta cadeira fosse trocada. O Presidente e o Relator vão para essa cadeira, porque o depoente não pode mais ir, pois é a cadeira do esquecimento. Essa aqui é a cadeira do esquecimento. O Sr. Jacinto Souza Lamas realmente não lembra de quanto recebeu, para quem distribuiu, se pagou com o enorme dinheiro que recebeu, se foram fornecedores ou Deputados, enfim, ele não lembra de absolutamente nada, exceto de que é fundador do PL, foi auxiliar do Sr. Álvaro Vale, enfim, confunde a história de seu Partido, de certa forma, com a sua própria, tanto que deixa, inclusive, uma carreira na Câmara para atender ao PL. Na verdade, há certo desdém – não direi cinismo –, mas uma certa zombaria de V. Sª quando, sinceramente, não responde questões absolutamente fundamentais, lógicas, serenas. Quando o Relator lhe perguntou o seguinte: o PL estava com as suas contas em dia? O senhor disse: estava. Então, para que o senhor foi buscar esse dinheiro? Para entregar a quem? Sinceramente, tenha um pouco mais de respeito com o povo brasileiro. Não vou lhe dar lição de moral, esse moralismo, não tem nada a ver, mas tenha um pouco mais de respeito com o povo brasileiro.

Coloco algumas questões, Sr. Jacinto Souza Lamas, sou o Deputado João Correia.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, em momento algum, faltei com o respeito com os senhores, por favor. O que eu disse, das contas do Partido, realmente as contas do Partido sempre estiveram em dia e estão em dia até a aprovação delas em 2001. Parece que as outras estão em exame. Não pretendi... O clima descontraído que se colocou aqui... Em momento algum, eu quis passar falta de respeito ou cinismo. Eu respondi na objetividade que o Relator me pediu.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Jacinto Souza Lamas, nessa lista do Sr. Marcos Valério, que é uma lista contestada, uma lista confusa, mas que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço um minuto ao Deputado João Correia. Estamos recebendo uma comissão de Parlamentares, não é uma comissão parlamentar de investigação, da África do Sul. Eles vão se acomodar para assistir a parte da nossa reunião. Agradecemos a presença de todos. Dando continuidade à nossa reunião, devolvo a palavra a V. Exª. Descontarei um minuto da inquirição de V. Exª.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Jacinto Souza Lamas, o senhor é o faz-tudo, inclusive, o dirigente, o tesoureiro de um partido extremamente relevante, que é o Partido do Vice-Presidente da República, o PL. É o Partido mais próximo do PT. Juntamente com o PT, ganharam as eleições. Por conseguinte, a responsabilidade é bastante grande de um tesoureiro de um partido que é o segundo na hierarquia do poder. O senhor é brindado, nessa famosa lista do Sr. Marcos Valério, como o número 1. O senhor é o 01, está aqui, Jacinto Lamas. Embaixo é que vem o Valdemar Costa Neto, com cifra total de R\$10,837 milhões.

Então, acho que é importante que o senhor responda um pouco, coloque um pouco mais a sua memória, refresque mais a sua memória, pelo menos para dar, plausivelmente, algumas explicações para o povo brasileiro.

O senhor diz que o PL cresceu muito. Passou a ter muitos Deputados que buscaram o PL desde o início de 2003. A imprensa andou divulgando a história de uma luva de R\$1 milhão e mais a taxa de manutenção, que era do mensalão – Raquel Teixeira, inclusive. O PL, na verdade, é um dos mais beneficiados dentro desse processo. De resto, há um segundo ponto que eu gostaria, sinceramente, que o senhor tentasse nos explicar. É o seguinte: o Presidente do seu Partido, Sr. Valdemar da Costa Neto, foi, até agora, o primeiro presidente e o primeiro deputado a renunciar. Quando ele renuncia, ele abdica, ele não será mais investigado pelo Conselho de Ética e pode manter os seus direitos políticos. Então, pergunto a V. Sª: na sua intimidade, na sua experiência de PL, por que o Deputado Valdemar da Costa Neto renunciou e não fez como outros, ou seja, não enfrentou o Conselho de Ética?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, em primeiro lugar, como o próprio Relator ressaltou no início, essas listas de saques estão extremamente controversas e variam de momento para momento. Então, não tenho segurança de que essa... Acho que o próprio relator ressaltou muito que não se tem hoje segurança de que informação está valendo nisso aí.

Em segundo lugar, eu não tinha essa protagonização política que V. Exª supõe. Realmente, apesar de todo o meu tempo, era apenas um funcionário dentro do Partido que exercia, por estar ali, a função de tesoureiro. A questão que o senhor me coloca é: por que o Deputado Valdemar renunciou? Realmente, não sei explicar, mas posso supor que ele tenha preferido renunciar por questão processual, técnica. Isso é uma mera suposição, não posso lhe afirmar.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então o senhor não pode dizer nada, logicamente, talvez não possa mesmo. Quando o Deputado renuncia, é para

não entregar os deputados que receberam com ele o “mensalão”. Assumiu, inclusive, para si toda a responsabilidade. V. Sª deve ter visto o discurso dele na tribuna da Câmara, em que ele assume exclusivamente para si para exatamente não entregar quem ele supostamente – supostamente, não –, a quem ele de fato pagava, a quem ele, mensalmente ou não, mas numa periodicidade x, passava a história do “mensalão”.

O seu Partido tem mais dois problemas. Um é o problema do Deputado Bispo Rodrigues, que também visita essa lista, com muito peso do alto clero, naturalmente, do altíssimo clero, afinal de contas é bispo, cardeal. E o líder é o Deputado Sandro Mabel, que foi inclusive acusado diretamente, pelo Deputado Roberto Jefferson, de recebedor do “mensalão”, de um dos operadores do “mensalão”. Então o PL teria, além do senhor, recebendo do próprio Valdemar, o Bispo Rodrigues e, supostamente, o Deputado Sandro Mabel.

A revista **Veja**, semana passada, dá uma informação que gostaria de saber se o senhor tem conhecimento dela. Quando o Deputado Sandro Mabel, supostamente, sugerida a sua permuta, a sua troca do PL, o próprio Presidente da Câmara teria feito esse apelo em nome do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva...Então, no encontro na casa do Deputado Janeane, com o Deputado Arlindo Chinaglia, Sandro Mabel, ele ameaçou, ele teria ameaçado o Presidente Lula de contar tudo que sabia, de levar junto com ele a República. O senhor tem conhecimento dessa...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não senhor.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor não leu isso na revista **Veja**?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Eu não assino essa revista.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ah, o senhor não assina essa revista?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Esta, não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Esta não.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não, não soube e ninguém comentou comigo isso. Realmente, não vejo por que esse tipo de comentário.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, eu gostaria de saber do senhor se o Deputado Sandro Mabel em algum momento confidenciou, ou o senhor passou a ter algum conhecimento de que ele pagava não os fornecedores e, sim, pagava alguns Deputados do PT, recém-chegados ou antigos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Nunca, nunca. Não, senhor.



Deputado, voltando um pouquinho na sua questão anterior, na questão da lista, parece que na lista do Marcos Valério ele disse: Jacinto Lamas para Valdemar Costa Neto. Muitas vezes, os jornais impressos me colocam como sacador para mim. Eu nunca tive nenhuma participação nisso, não saquei. Eu fui lá, atendendo ordem do Deputado Valdemar Costa Neto. Então, parece que eu vi uma dessas listas que está: Jacinto Lamas para Valdemar Costa Neto. Só uma observação.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Como o Presidente vai me dar um minutinho porque houve a interrupção aqui. Ah, já me concedeu.

Só uma pergunta para o senhor, que está muito sorridente, eu não sei se um dia esse sorriso das suas face vão poder ser punidos com a ira dos justos. O senhor diz aqui, no seu depoimento à Polícia Federal, que de tanto ir ao Banco Rural, após certo tempo, ficou conhecido dos empregados da agência que sequer lhe exigiam a apresentação de documento de identidade. O senhor realmente tornou-se muito íntimo de todos os funcionários da agência do Banco Rural?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor, não senhor. Apenas não me exigiam mais. Me tornei muito íntimo, não tinha intimidade com... Apenas...

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Então, só para concluir. Quantas vezes o senhor foi na agência do Banco Rural?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não sei precisar, Deputado. Há momentos, o Relator me falou um número e eu tenho outro número de entrada. Eu me pauto pelas entradas na portaria embaixo. E pelas entradas minhas, registradas ali, destinadas ao Banco Rural, eu fui oito vezes, é o que consta.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Ok, Presidente.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Está bem?

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Obrigado, Presidente, congratulações aos colegas Parlamentares da África, aos Deputados e Deputadas, eu gostaria de, na minha inicial, fazer uma pergunta ao depoente Sr. Jacinto Lamas.

Sr. Jacinto, em todos os depoimentos que têm ocorrido, tanto aqui na CPMI dos Correios, como aqui na CPMI do Mensalão, a gente tem observado que os depoentes geralmente choram ao lembrar dos filhos, da mãe, dos pais, dos amigos, da infância, começam a se debulhar em lágrimas. E alguns corações moles

aqui acabam decaindo um pouquinho, até, talvez, se desviando um pouco de determinadas perguntas consideradas, assim, mais fortes. Mas, sinceramente, hoje, nós temos aqui um depoimento, na minha concepção, assim, atípico, diferente de todos, com uma sessão de risos eufóricos. Isso é muito bom, até para descontraír. Agora, eu acho que os jornalistas têm tudo para comemorar. Os Parlamentares estão aqui porque eles estão, assim, bem isentos de qualquer participação na indústria do mensalão. Com esse seu comportamento, com essas sessões de risos, ou o senhor é cem por cento honesto nas suas declarações, ou o senhor é um homem extremamente frio e calculista. Porque num esdrúxulo escândalo desses, onde estamos diante de um dos maiores escândalos da política depois da era Collor, a gente vê o depoente rindo, observando. Não sei se prevalece aquela frase de que rico ri à-toa, não sei se é isso que está prevalecendo, senhor.

Então, enquanto o senhor ri, o povo chora diante desse escândalo horripilante, dessa situação vergonhosa, dessa tristeza horrível.

E, portanto, eu começo sinceramente com a minha primeira pergunta.

Nós estamos atônitos com os depoimentos denunciando testemunhas. Agora, o que gostaríamos de saber, o povo brasileiro quer saber e nós devemos satisfação ao povo brasileiro, é de onde vem o dinheiro? O senhor convivia, o senhor participava, o senhor estava presente, o senhor é um homem de confiança, eu não acredito que nenhuma das testemunhas ou nenhum dos inquiridos, de todos aqueles que figuram como acusados não saibam da origem do dinheiro. Os senhores estão nos fazendo de palhaços. O povo brasileiro está sendo feito de palhaço, o senhor rindo aí e o povo chorando do outro lado. E o dinheiro ninguém sabe. De onde veio o dinheiro? De um multimilionário apaixonado pelas causas petistas? Veio dos narcotraficantes das Farc e da Colômbia, que estão doidos para invadir o Brasil? Temos que aplaudir as Forças Armadas que estão segurando a barra lá na nossa fronteira, certo? E quero saber de onde vem o dinheiro. O senhor sabe ou não de onde vem esse dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado...

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Wladimir Costa, do Pará.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Wladimir Costa. Em primeiro lugar, eu quero me penitenciar ao Deputado João essa observação. Realmente, houve um certo ponto de descontração, eu me deixei contagiar....

**O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)** – Não, se o senhor estiver sendo 100% honesto, o senhor tem

motivo para sorrir. Agora, se o senhor está mentindo aqui, o senhor é um homem doente.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O senhor então há de considerar essa hipótese também de eu estar sendo honesto.

Agora, realmente, não há motivo para riso, apenas há situações em que a gente é encaminhado para esse clima. Desculpe-me, seja qual for o motivo, tá?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Peço desculpas por ter me deixado levar por isso, porque não é o meu papel.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Agora, a sua pergunta: não sei.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O dinheiro, Sr. Jacinto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tenho conhecimento, senhor, eu apenas fiz isso...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Dos fundos de pensão da Previ? Dê-nos esse presente.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado Vladimir, acho que o senhor chegou um pouquinho depois da minha explanação. Eu não tenho esse mundo de protagonização que o senhor está imaginando, eu não freqüentava as articulações políticas, eu era uma pessoa de dentro do partido.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Ganhando vinte mil reais por mês, meu senhor? Vou lhe falar uma coisa, um salário privilegiadíssimo, viu. Todo mundo baixa o pau nos deputados porque ganhamos doze, líquido ganhamos oito mil e pouco, e ninguém fala que o senhor ganha vinte mil para não saber quase nada dentro do partido.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, eu trabalhava.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo. O senhor sabe qual a minha preocupação, Sr. Jacinto? Sr. Jacinto, a minha preocupação real nesses depoimentos é porque dentro do seu partido existem denunciados supostamente comprovados de que se envolveram nesse lamaçal de corrupção. Mas sei que dentro do seu partido também existem pessoas inocentes. Dentro do PT existem culpados, mas também existem inocentes. Enquanto nós não tivermos aqui as provas cabais nós poderemos ser conduzidos a cometer atos de injustiça contra colegas nossos. Estamos passando momentos de angústia e de tristeza, porque ninguém gosta de cortar a própria carne e nós vamos ter que cortar a própria carne, mesmo daqueles que são culpados, vamos cortar a própria carne por causa de nossa idoneidade moral, por causa do respeito com o povo brasileiro e por que estamos sob juramento perante a Constituição Federal.

Então, eu peço a sua colaboração, que abra o seu coração, que declare de onde veio esse dinheiro, para onde foi esse dinheiro, para quem foi entregue esse dinheiro e principalmente, Sr. Jacinto, a origem do dinheiro.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, eu...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor insiste em dizer que não sabe?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Asseguro ao senhor que não tenho isso. Eu sou um funcionário público concursado, com 29 anos de carreira, com todos os benefícios que são inerentes à minha carreira....

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Respeito, mas isso para mim não é mérito, que o Juiz Nicolau está preso e também era um juiz federal, um desembargador. Então, isso, para mim, não é mérito. Eu respeito, mas isso não é mérito.

Para onde foram os dez milhões? O senhor já disse que não sabe para onde foram os dez milhões. Não foi entregue para parlamentar.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tudo o que eu recebi eu transferei imediatamente para o Deputado Valdemar Costa Neto, que poderá talvez dizer ao senhor para onde foram os recursos.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Tenho respeito por vários colegas parlamentares do seu partido, mas fico com o coração partido em vê-los supostamente envolvidos e sei que são inocentes. E talvez uma pessoa como o senhor será mais tarde, talvez a sua consciência vá pesar, porque o senhor sabe alguma coisa que não quer nos contar. O senhor sabe que nós poderemos cometer injustiças com colegas inocentes dentro desta Casa.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sei além do que expus aqui.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O Vice-Presidente José de Alencar, Sr. Jacinto Lamas, tinha conhecimento de todas essas operações escandalosas.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Que eu saiba, não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. S<sup>a</sup> acha que o ex-Deputado e Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, participava ao vice-Presidente José de Alencar todas essas situações do suposto mensalão? Estamos tratando do vice-Presidente que estava na reunião, na casa do Deputado Paulo Rocha, com a presença do ex-Ministro José Dirceu, com a presença do hoje Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ele estava presente e V. S<sup>a</sup>, sinceramente, não acredita que ele conhecia ou era informado de todas as maracutaia?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, eu me limitava a entregar ao Deputado Valdemar. Eu não sei dessa informação. Eu não dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o vice-Presidente conhecesse isso. Eu imagino que não conhecesse.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Em nenhuma dessas missões em que foi buscar dinheiro V. S<sup>a</sup> não tinha conhecimento de que estava carregando dinheiro e sim somente papéis, cheques?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso já foi...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. S<sup>a</sup> pode repetir aqui. Os Deputado vão fazer inúmeras vezes outras perguntas.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Houve momentos em que havia dinheiro e houve momentos em que eram envelopes que eu não abri, anteriores.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. S<sup>a</sup> tinha alguma comissão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, absolutamente não, Deputado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O seu salário líquido era R\$20 mil?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não chegava a isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Oscilava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Oscilava de acordo como oscila os de V. Ex<sup>as</sup>, de acordo com as sessões?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Seu Imposto de Renda era descontado na fonte?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Absolutamente. Minhas declarações são feitas anualmente e eu tenho que apresentá-la, da mesma forma que V. Ex<sup>as</sup>, Deputados e Senadores, têm que apresentar à Câmara e ao Senado, anualmente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. S<sup>a</sup>, por ter sido ex-tesoureiro nacional do PL é sem dúvida alguma ligado ao presidente do PL, o ex-Deputado Valdemar Costa Neto. V. S<sup>a</sup> tem conversado com o Deputado? Ele está deprimido, está angustiado? O Deputado Valdemar Costa Neto resolveu desabafar, resolveu dizer alguma coisa que ele não colocou no dia em que renunciou, naquela triste tarde, onde vários petistas sérios, a maioria deles sérios.... Eu tenho seriíssimas divergências com o PT, mas não posso deixar de negar que dentro do PT, deste PT que está aí destruído, existem Parlamentares extremamente sérios. Houve aquela triste tarde, em que vários Parlamentares do PT choravam tristemente. Depois disso, o Deputado Costa Neto não falou mais com V. S<sup>a</sup>?

Ele não lhe disse: Sr. Jacinto, vou abrir meu coração, e resolveu abrir-lhe o coração?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Em uma de suas idas ao Banco Rural, lá na fila – ou V. S<sup>a</sup> já era um privilegiado, porque não precisava apresentar mais carteira de identidade, muito íntimo do caixa, do segurança, do gerente -, não encontrou por lá, nesse mesmo lugar, o João Cláudio de Carvalho Geno, ex-chefe de gabinete do Deputado José Janeine, PT, do Paraná, Líder do Partido na Câmara? V. S<sup>a</sup> encontrou por lá o Roberto da Costa Pinho, ex-assessor do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e que também trabalhou em 2002 como coordenador de **marketing** da campanha do Senador Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso, Presidente da CPMI dos Correios? V. S<sup>a</sup> encontrou por lá José Luiz Alves, assessor do ex-Ministro dos Transportes, hoje prefeito de Uberaba, Anderson Adauto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não conheço esses...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas V. S<sup>as</sup> operavam no mesmo banco?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não os encontrei.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não tomavam cafezinho, lá pelos corredores?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Não tinha essa intimidade, como disse, no início, com os funcionários do banco. Não permanecia mais que o necessário lá. Não encontrei nenhum desses personagens lá.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Para encerrar, meu Presidente, eu queria saber quantas vezes e quando V. S<sup>a</sup> foi ao exterior buscar dinheiro. V. S<sup>a</sup> fez alguma viagem?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. S<sup>a</sup> nunca foi à Colômbia?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não foi a Portugal dar uma voltinha?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. S<sup>a</sup> não conhece nenhum dos membros das Farc?

**O SR. JACINTO LAMA** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Perguntar não ofende.

Dou por encerradas as minhas perguntas ao depoente.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, por dez minutos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre tesoureiro do Partido Liberal, pergunto a V. S<sup>a</sup> se é tesoureiro funcionário ou tesoureiro dirigente.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tesoureiro funcionário. Acho que diante da minha explanação, eu era um tesoureiro funcionário e sempre me portei assim. Eu não participei de nenhuma articulação política. Não tinha esse **status**.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V.S<sup>a</sup> não é da executiva do partido?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu era da executiva do partido como tesoureiro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então V. S<sup>a</sup> é tesoureiro dirigente e tesoureiro...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na prática, tesoureiro dirigente. Correto, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V.S<sup>a</sup> fazia parte da cúpula do partido?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. No sentido formal, sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Nesse sentido quero me dirigir, na indagação seguinte: V. S<sup>a</sup> participou, certamente, daquele encontro na casa do Deputado Paulo Rocha.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para o Senhor ver, é por isso que eu estava batendo nesse ponto. Eu não era convidado para essas reuniões. Digamos assim, eu não tinha status político e não era convidado pelo Deputado Valdemar para participar dessas reuniões que trataram da coligação. Eu preparava a festa da Convenção, eu até redigia atas, fazia alterações em Regimento Interno do Partido, no Estatuto do Partido. Agora, eu não participava politicamente no sentido de dirigente, que o Senhor disse que tem o meu cargo. Realmente, não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como os recursos obtidos junto ao PT chegaram ao caixa do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Recursos obtidos... Como? Recursos do PT que chegaram ao caixa do PL? Não, não recebemos recursos do PT para o caixa do PL.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Senhor nunca recebeu recursos do Sr. Delúbio Soares?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Absolutamente não. Não para o PL.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Recebeu para quê?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para entregar ao Deputado Valdemar Costa Neto, do Dr. Delúbio Soares.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, fica claro aqui, Sr. Relator, que V. S<sup>a</sup> recebeu recursos tanto do Delúbio Soares quanto do Marcos Valério.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Então, vamos...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Olha o que o Senhor está dizendo, está voltando atrás.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu não tinha contato. Desculpe-me. Vamos retificar. Eu não tinha contato com o Sr. Delúbio Soares, que ligava para o Sr. Deputado Valdemar Costa Neto, que me mandava apanhar os recursos lá, mas eu não tinha contato com o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quanto o PL recebeu de fato, somando os cheques e dinheiro vivo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não consigo precisar essa soma, Deputado, porque, como eu lhe disse hoje, cheques eram envelopes fechados que eu levava a São Paulo e o volume de dinheiro, parece-me que foi o Deputado João que mencionou essa cifra, o Relator também perguntou, se chegasse àqueles volumes, seria difícil que eu transportasse isso. Não sei lhe precisar os números.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Foi usado até carro-forte para transportar isso.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sei se para chegar lá eles usaram carro-forte. Eu não usei carro-forte para sair, saía com volumes pequenos que me entregavam.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Era, em média, quanto em cada ida?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não contava, não tinha tempo de contar, Deputado. Se o Senhor vir as minhas entradas e saídas do edifício, o Senhor vai ver que tem 10 minutos, 15 minutos, 20 minutos, no máximo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas o V.S<sup>a</sup> já ia sabendo quanto ia receber.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sabia mesmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Senhor recebia esse pacote, sabendo que era dinheiro, porque era no caixa, e não sabia quanto dinheiro tinha ali?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sabia.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Se o Senhor fosse assaltado, por exemplo, não saberia depois prestar conta da quantia.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Aí o risco era do presidente, que me mandou lá e, o pior...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Senhor não saberia quanto.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Senhor, mesmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como era o seu relacionamento com o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não tinha relacionamento com o Marcos Valério. Ele esteve algumas vezes na sede do Partido procurando o Deputado Valdemar, mas não tinha relacionamento. Tive um relacionamento comercial no início, na programação visual do Partido, mas não tratava frequentemente com ele.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, nas suas idas a Belo Horizonte, V. S<sup>a</sup> se encontrou com ele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, uma vez ou outra. Ele me recebeu e me apresentou à agência, mas eu não tinha um relacionamento regular com ele, não tinha maior conhecimento.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> tem conhecimento se aconteceram repasses também a partidos da Base Aliada? Outros partidos da Base Aliada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Senhor, não sei. Só a partir dos noticiários, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como V. S<sup>a</sup> avalia a sua relação com o PL, o Partido? Só como funcionário.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como funcionário. Hoje, como funcionário, depois da morte do Deputado Álvaro Vale, eu fui, cada vez mais, me tornando mais um funcionário e menos envolvido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No dia a dia, o que se comentava no PL sobre a origem desse dinheiro de campanha oferecido pelo PT ao PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O dia-a-dia do Partido era muito mais funcional. Eu não ficava no ambiente político do Partido, eu ficava mais isolado, na Presidência do Partido, onde pouco se freqüentava, poucos freqüentavam, os Deputados, Parlamentares do Partido, eu não ouvia comentários, não tinha como ouvir comentários.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas o senhor foi ao banco buscar recursos, foi a Belo Horizonte buscar recursos, foi a São Paulo levar recursos e qual era o comentário, no dia a dia, sobre esses recursos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu me limitava a entregar ao Deputado Valdemar e não...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas esses recursos se destinavam a quê?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Destinavam a acertos da campanha feitos com o Dr. Delúbio. Era isso que eu recebia, como informação do Depu-

tado Valdemar, que era o único que comentava comigo sobre o assunto e ninguém mais.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Acertos da campanha passada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Acertos da campanha de 2002, que começaram a acontecer em fevereiro de 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E a de 2004?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu nunca tive notícia de campanha de 2004.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor não lembra dos recursos para a campanha de 2004?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não senhor, eu nunca ouvi falar de recursos á campanha de 2004.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só 2002?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor acompanhava as votações em plenário, como chefe de gabinete?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O Deputado, os afazeres internos não me permitiam acompanhar, pouca coisa acompanhei.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E essa pouca coisa que o senhor acompanhou se referia a quê?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu não saberia precisar, eu não acompanhava com dedicação, eu não saberia precisar o que eu posso ter...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor já ouviu falar na palavra mensalão na Câmara?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ouvi agora no noticiário.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só agora no noticiário? Antes?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu entrava, ficava no meu ambiente de trabalho, eu não circulava no plenário, não circulava na Câmara, nunca ouvi essa palavra, só vim conhecer essa palavra realmente agora no noticiário, depois desses fatos relatados.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, não se tira leite de pedra. Dou-me por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Infelizmente, mas eu quero ... como Presidente tenho o privilégio de fazer, eu não fiz nenhuma pergunta, mas agora eu gostaria de fazer três ou quatro perguntas.

Se me permitem os Srs. Membros. O senhor recebia uma incumbência de ir ao Banco Rural para buscar, não se via ao Banco buscar documento, se vai ao Banco buscar cheque, dinheiro, alguma coisa que se refira a valores. É verdade ou não? Qual era a ordem

que o senhor recebia? Por exemplo, um dia, um belo dia o Deputado Valdemar dizia: vai ao banco.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Olha, o Dr. Delúbio me ligou e o pessoal dele está em Brasília e deve te procurar para apanhar com ele a encomenda que ele tem para mim, transferir, para me entregar. Isso era a comunicação do Deputado Valdemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas essa encomenda, por certo, não era bolachinha.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, certamente no banco, Senador, desculpe, evidentemente eram recursos, ele me expôs que eram recursos acertados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E o senhor ia no caixa pegava o dinheiro e ninguém lhe dizia: olha, aqui tem dois mil reais, cinco mil reais, cem mil reais, ninguém lhe dizia nada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pegava assim um pacote e tchau.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não me diziam os valores que tinha ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor não via dinheiro, não via ninguém contar dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, contar dinheiro não, mostrava, eventualmente mostrava que tinha dinheiro ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas ele puxava de onde esse dinheiro do caixa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não era no caixa, era numa sala atrás dos caixas. Eu acho que de tesouraria, onde ...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor nunca foi ao caixa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não. No caixa não, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor ia então a uma sala onde eu o senhor era recebido, mas ao menos eles diziam alguma coisa: olha, aqui tem cheques nesse envelope.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, ali no Banco Rural não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quando o senhor recebia cheques, o que diziam no envelope?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, lá me entregavam o envelope para entregar ao Deputado Valdemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas não diziam: olha, aqui tem cheque, o senhor não vai perder esse cheque.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não me disseram. Na época eu não tive preocupação porque me disseram que eram documentos para entregar ao Deputado Valdemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O que é difícil todos acreditarmos aqui, tenho dito, ninguém pode divergir de provas materiais, porque não é possível destruir. O senhor vai num banco recebe dinheiro, não sabe quanto dinheiro. O senhor não sabe qual é o valor dos cheques que recebe. É difícil um portador, quem foi que entregou. Olha, eu tenho uma encomenda para entregar, e nada mais do que isso.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Presidente, o Deputado Valdemar dizia que eu apanhasse os recursos lá no Banco Rural e entregasse para ele. E assim eu cumpria. Eu não tinha tempo, volto à questão das minhas entradas e saídas do banco, de conferir ali, até por que eu queria me desincumbir daquela função, que os senhores hão de convir, pelo volume, que não é o que a gente manuseia todo dia na nossa vida pessoal. Eu queria transferir logo para o Deputado Valdemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas veja bem, uma tarefa dessa natureza, de extrema confiança e é confiança recíproca, seja de quem entrega os recursos, seja de quem manda buscar. E o senhor então nem queria saber que valores estava levando, que valores estava portando. Se o senhor fosse assaltado, quer dizer, poderia acontecer uma série de incidentes e o senhor não tinha preocupação?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tinha preocupação, sim, Presidente. Agora, eu não questionava. O Deputado Valdemar determinava, o presidente do partido determinava que eu fosse lá pegar. E eu ia lá pegar. Agora, é evidente que eu tinha preocupação, tanto que eu procurava me desincumbir da tarefa o mais rápido possível. Eu não ficava ali por mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria dar uma oportunidade de ao menos o senhor dizer ou saber o que estava fazendo. Pelo o que o senhor fala...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu sabia que estava levando os recursos para o Deputado Valdemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas aí que vem uma questão. Se o senhor é portador, o senhor leva R\$10,00, o senhor tem um tipo de preocupação. Se leva R\$10 mil uma preocupação que é proporcional ao valor que o senhor está portando ou conduzindo. E se fosse R\$100 mil ou R\$1 milhão esse valor se multiplicaria. Ao menos, qualquer pessoa humana, de mediano entendimento, tem uma preocupa-

ção exatamente em relação ao que ele está fazendo, ao tamanho, à dimensão do que está fazendo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sr. Presidente, eu tinha a preocupação, como eu disse ao senhor, com segurança, como me desvencilhar daquele assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não estou lhe perguntando isso. Estou exatamente lhe perguntando se o senhor, efetivamente, não tinha conhecimento do que estava conduzindo. Estava conduzindo um cheque de R\$100,00, de \$100 mil ou de R\$1 milhão. É só para lhe mostrar que não há alguém que seja medianamente consciente que faça alguma coisa que não tenha absolutamente conhecimento do que está fazendo.

Apenas quero lamentar, porque podemos dar versão, os fatos estão aí. Que o senhor conduziu esses recursos, conduziu. De que maneira conduziu? O senhor poderia dar uma versão palatável, razoável, verossímil, que adjetivo se quisesse. Mas da maneira que o senhor está a nos dizer, realmente, o senhor está fugindo a um mínimo de realismo, de verdade, nesse processo.

O que me deixa a impressão: não, fui buscar, me mandaram buscar R\$10 mil, fui buscar R\$10 mil. Me mandaram buscar R\$100 mil, eu fui buscar R\$100 mil. Mandaram buscar R\$1 milhão, eu fui buscar R\$1 milhão. E sabia, tive um cuidado maior. Era só para lhe dizer o seguinte: a verdade, o mínimo de verdade é exatamente uma forma do depoente se expressar e sair com um certo conforto de consciência. O senhor deve sair daqui muito preocupado, porque sabe que nós todos e o povo brasileiro, todos que estão ouvindo nesse momento, a gente não percebe uma conduta verdadeira.

Mas, de qualquer maneira, o senhor, evidentemente, tem até o direito naquilo que lhe incrimina de dar uma versão diferente da realidade. Mas eu não quero nenhuma resposta. Já tenho todas as.... Não, vou conceder aparte.

Concedo a palavra ao próximo orador.

É que a gente está aqui numa situação muito difícil, porque vê que aquilo que é verdade transparente ela assume...

**O SR. (Orador não identificado)** – Quem ia com ele?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, se ele não sabe não adianta quem foi com ele.

**O SR. (Orador não identificado)** – Talvez o motorista saiba.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, o problema é o seguinte: o senhor poderia contar a versão de que parecia não ter nada. Mas

conduzir recursos de um local para outro sem saber o que estava levando, realmente, é algo de difícil assimilação racional.

Mas me dou por satisfeito. Desculpem-me todos os Srs. Parlamentares. Há momentos em que não dá para agüentar ficar aqui ouvindo, horas e horas, uma versão – embora as perguntas tenham sido feitas de qualquer maneira. Mas eu queria ouvir, diretamente, a resposta dele.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fernando Coruja. E peço, mais uma vez, desculpas a V. Ex<sup>as</sup> por ter querido ouvi-lo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Srs. Parlamentares, Sr. Presidente Amir Lando, Sr. Depoente, o senhor falou que quando foi a Belo Horizonte não sabia o que foi fazer lá, quando foi à SMP&B não sabia que tinha ido pegar dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, eu estava lá em Belo Horizonte para visita partidária e, algumas vezes, para...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor não sabia que tinha ido pegar dinheiro?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não sabia.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Porque o Deputado Valdemar Costa Neto fala que o senhor ligou para ele e disse assim, ele disse que mandou o senhor para pegar dinheiro em Belo Horizonte, ele diz na entrevista.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É, ele diz isso na entrevista dele.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele disse que o senhor chegou lá, ligou para ele e disse: “Não é dinheiro, me deram um envelope”.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – É, ele, quando me ligou, eu estava já dentro da agência, ele me perguntou o que eu tinha em mãos, Deputado Fernando Coruja. E eu disse para ele: “Me entregaram um envelope”. Ele falou: “Não é dinheiro?” Eu falei: “Não. Era dinheiro que eu tinha que pegar aqui?” Ele falou: “Não”. Então...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Muito bem. O PL não conseguiu atingir a cláusula de 5% e aí negociou com o PGT e o PST, e a denúncia foi de que comprou literalmente os dois Partidos. Como o senhor pagou isso?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não tenho conhecimento de pagamento, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor sabe que houve uma negociação? Com o PGT?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sei que houve incorporação; negociação pecuniária, não senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor falou que foi ao Banco Rural e se referiu a parcelas: “Um dia que fui pegar uma dessas parcelas”. O senhor falou, literalmente, isso. Então, o senhor sabia que o pagamento era em parcela, que de vez em quando vinha uma parcela?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Fui lá várias vezes, não é Deputado? Então, tornam-se parcelas.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Todo mês o senhor visitava o Banco Rural?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não tinha essa regularidade, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor sabe que a Bancada do PL aumentou de vinte e dois para quarenta e nove.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor conhece os Deputados que entraram para o PL?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Alguns, não todos. Todos não.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas sabe o nome dos Deputados do PL?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não sei todos, não, Deputado. Hoje não sei dizer para o senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Qual eram os Deputados que freqüentavam mais a presidência do PL? Algum que o senhor lembra que ia lá com freqüência?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Com freqüência? O Deputado Sandro Mabel freqüentava, ia lá com o Deputado Valdemar com mais freqüência, porque era o líder.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mais alguns Deputados freqüentavam?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não; com regularidade, muitos poucos.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Não freqüentavam?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Com pouca regularidade.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor falou que o Delúbio é que ligava para o Deputado Valdemar Costa Neto.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Correto.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor sabia que o Delúbio é que repassava os recursos?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Sabia.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Sabia que repassava. O senhor não sabe é o destino dos recursos; o senhor alega que não sabe o destino dos recursos.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não sabia.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor é o tesoureiro do partido, mas não...

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Quer dizer, o que o Deputado Valdemar me dizia é que eram para acertar os compromissos dele da campanha de 2002.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Os compromissos pessoais dele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Os compromissos pessoais dele, suponho, com fornecedores, porque ele tinha...

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Da campanha dele? Qual campanha?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Eu não saberia precisar se era campanha dele.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas era campanha de outros Deputados nos Estados?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, ele não dizia isso. Ele dizia que eram acertos da campanha de 2002.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Da campanha dele então?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Talvez da campanha dele, com fornecedores...

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Então ele gastou R\$10 milhões na campanha dele?

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Não, não posso afirmar isso para o senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Ou era na campanha do Vice-Presidente da República? Se era na campanha, tinha que ser em alguma campanha.

**O SR. EMERSON PALMIERI** – Pois é, acredito que tenha sido na campanha do Presidente da República. Quer dizer que nós gastamos com a campanha; ele gastou com a campanha do Presidente da República.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Então, esses R\$10 milhões era para a campanha do Presidente Lula?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Da parte do Deputado Valdemar Costa Neto.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas a campanha é uma só. Não há prestação de contas do Vice e do Presidente.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Pois é. É um comitê só – do Presidente da República.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O Deputado Valdemar lhe disse que esse dinheiro era para pagar a campanha da Presidência da República de 2002?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Dos gastos da campanha de 2002.



**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Da Presidência da República?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Ele dizia, simplesmente, os gastos da campanha de 2002. Não precisava ser a campanha do Presidente da República, mas suponho que fosse.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor supõe que fosse?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu suponho que fosse para a campanha do Presidente, porque houve gastos lá em São Paulo com a campanha do Presidente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Esses 27 Deputados que entraram no Partido o fizeram por algum motivo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. S<sup>a</sup> é tesoureiro do Partido. E o senhor salientou aqui que, desde o começo, desde 1989, era muito ligado ao Partido e que queria fazê-lo crescer. Mostrou, assim, um amor pelo Partido. Então, evidentemente, o senhor é obrigado a conhecer e saber da entrada desses Parlamentares no Partido, que o Partido era pequeno e que ficou maior. Disse, inclusive, que viajava aos Estados para ver como estavam os diretórios. Então, por que motivo esses Deputados entravam no Partido?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado Fernando Coruja, primeiro, o Partido teve um crescimento; não conseguiu os 5% em 2003, mas, logo no início, desculpe... Ele não conseguiu os 5% nas eleições de 2002, mas, logo no início de 2003, ele fez a incorporação dos dois pequenos Partidos. Eu acredito que a atração maior para os Srs. Parlamentares num Partido é a possibilidade de acesso mais freqüente a uma televisão, e isso o Partido passou a facultar aos Deputados que entravam na legenda.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Uma televisão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Porque nós passamos, o Partido passou a ter mais 80 inserções por cada Estado e mais um programa de 20 minutos....

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Em função dos Deputados que entraram?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Em função da incorporação e do atingimento, com a incorporação, dos 5% dos votos nacionais.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Os Deputados entraram, então, para aparecer mais na televisão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para ter acesso – acho que isso era uma das atrações. Eu acho que o maior motivo seria este, que o Partido passou

a facultar: dar esse atrativo para os Parlamentares que vieram.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC) – O senhor, segundo o Sr. Valdemar Costa Neto, recebia dinheiro também em hotéis. Quais foram os hotéis em que o senhor recebeu dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso está no meu depoimento. Eu estive duas ou três vezes. Eu estive no Kubitschek Plaza uma vez e parece-me – não tenho segurança – ter estado duas vezes no Mercury.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor conhecia a Sr<sup>a</sup> Maria Cristina?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Conhecia.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ela tinha boa saúde mental?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, isso eu não posso....

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A sua impressão. Qualquer pessoa sabe quando o outro não “pindoca” bem.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe, Deputado Fernando Coruja, mas eu não posso fazer esse julgamento.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas a sua impressão é de que ela tinha boa saúde mental?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Era; para mim, era uma pessoa normal. Eu não saberia avaliar essa questão.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Muito bem. Está ficando evidente que o que se quer, agora, é tirar o foco de cima da possível divisão desses recursos com outros Parlamentares. O Deputado Valdemar Costa Neto renuncia, permanece na Presidência do Partido e assume sozinho a sua culpa. É evidente que, com parcerias, é impossível. Já disse o Presidente Amir Lando – experiente, que chegou a estudar na minha cidade, Lages, em Santa Catarina, no Colégio Diocesano, onde aprendeu com os franciscanos a perceber bem o que vem na alma das pessoas – que essa sua ingenuidade é demais. Aliás, Sr. Presidente Amir Lando, eu estava falando ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que muitos que vieram aqui não usam loção pós-barba, mas óleo de peroba. Porque não é possível; é uma negativa sistemática: não, não, não, não.

Como é que nós vamos acreditar que, sendo tesoureiro do Partido, V. S<sup>a</sup> não tem informação? É evidente que essa história não pode ser verdadeira, não pode ser verdadeira. Não passa, assim, pela razão de ninguém que isso possa ser verdadeiro, essa ingenuidade, essa falta de conhecimento. Mas nós vamos apurar. Nós temos que apurar a verdade. Eu

estou convencido, cada vez mais convencido de que houve o pagamento do mensalão, sim. Houve rateio de recurso, não era sistemático, não era mês a mês, ninguém tinha carteira assinada para receber até o quinto dia de cada mês, mas de uma forma ou de outra recursos eram passados para o Parlamento. O seu depoimento não acrescenta nada porque V. Sª está no mesmo pacto do Deputado Valdemar, todo mundo aqui esconde a verdade para criar uma história. Quer dizer, quando a história aparece cria-se outra mentira e vai até onde ela dá. Vamos ver até onde essa vai. Vamos aguardar a outra.

Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redeker. Mas, antes disso, eu vou conceder um pequeno espaço para que o depoente se retire do plenário.

Aproveitando a ausência do depoente, nós teríamos que deferir uma questão e eu peço atenção de todos. Nós estamos aqui com esse pedido do Sr. Delúbio para depor noutro dia, semana que vem. A minha proposta de conciliação, entendendo que ele hoje está depondo até altas horas e amanhã seria um pouco apertado, deslocamento etc., seria para quinta-feira e começaríamos às 9 horas. Amanhã faríamos uma reunião administrativa para definir uma série de questões.

**(Conversas paralelas no plenário da Comissão.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há um consenso. Nós não podemos nunca esticar a corda em demasia. Às vezes hoje ele está depondo até de madrugada, certamente. Então, como amanhã nós iremos começar às 11 horas, o deslocamento para cá etc., provavelmente ele estará se preparando para fazer novas declarações, nós poderíamos, talvez, dar essa oportunidade para quinta-feira. Agora, de qualquer maneira, eu vou submeter ao Plenário. Eu estou propondo, inclusive com anuência do Relator – e já estou autorizado –, para quinta-feira.

Os Srs. Parlamentares que concordam com essa proposta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. (Orador não identificado)** – Presidente, refaça. Eu não entendi. Desculpe, Presidente. Não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estou propondo que ao invés de amanhã então ele venha na quinta-feira às 9 horas. O Sr. Relator concorda com a nova data. Eu vejo que há um motivo, me parece, justo. Então, isso é comum: dilação de um dia. Fica...

**O SR. (Orador não identificado) – Ad referendum**, porque chegou uma informação de que o Sr. Delúbio Soares está intimado dia 18, quinta-feira, para um outro depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Mas ele abre mão do outro.

**O SR. (Orador não identificou)** – Ele ligou para nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Ele está livre amanhã. 9 horas de quinta-feira.

Os senhores que concordarem permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos fazer uma reunião administrativa. Nós temos que quebrar sigilos. Há muitos requerimentos e é fundamental que amanhã seja às 11 horas e 30 minutos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, o Deputado José Carlos Araújo protocolou um requerimento para que esta Comissão ouvisse o ex-Deputado Valdemar Costa Neto. Tendo em vista que ele deu um depoimento na revista **Época**, na sexta-feira, e eu queria consultar a Mesa sobre a possibilidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Amanhã vamos decidir essa matéria.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Já que o Delúbio não vem, se o Sr. Valdemar pode vir amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– É impossível convocá-lo agora, com menos de 24 horas...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Mas ele está disposto a vir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– É evidente que, regimentalmente, nós temos um prazo. Agora, se ele se dispõe a vir espontaneamente, teria, então, que se fazer uma consulta.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor me dá dez minutos então?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Nós temos que fazer uma reunião administrativa. Nós temos aqui decisões importantes.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Pela ordem, Deputado Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, acompanhando as últimas reuniões, os depoimentos – o Sr. Relator fala isso de maneira bastante transparente – têm sido quase improdutivos do ponto de vista da investigação.

Neste momento, estou protocolando um requerimento, que eu gostaria que pudesse ser votado ama-

nhã, solicitando a criação de um grupo de trabalho, formado por consultor de orçamento e fiscalização do Congresso, auditor da Receita Federal, perito contador da Polícia Federal e um perito contador do Ministério Público Federal, para realizar a perícia contábil, ou seja, se há contrato de publicidade e propaganda da empresa do Sr. Marcos Valério aos quais não corresponda a efetiva prestação de serviço, qual o volume de recursos sacados em bancos e que não tenham destinação especificada na contabilidade ou cuja destinação seja estranha à atividade operacional das empresas citadas; se há contratos superfaturados firmados entre as empresas do Sr. Marcos Valério e as estatais e órgãos da Administração Pública e outros pontos considerados relevantes a critério do grupo de trabalho, desde que pertinente ao esquema investigado por esta CPMI, sem o que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente, nós vamos analisar esse e tantos outros requerimentos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Talvez amanhã na reunião que vamos fazer. Está bom?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço. Amanhã a reunião será às 11 horas e 30 minutos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

A lista agora sumiu daqui.

Está aqui a lista.

Vamos agora ao Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, depoente, eu quero dizer que o juízo que eu faço a respeito de V. S<sup>a</sup> não é o juízo que eu faço da esmagadora maioria dos funcionários desta Casa.

O seu ponto aqui, nesta Casa, se não me falha a memória, é 2 mil... Qual é o número do seu ponto aqui?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – 2580.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Fale ao microfone, por favor, quando eu lhe perguntar algo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – 2580. Desculpe. Desculpe. 2580.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor entrou em um dos “trens da alegria” nesta Casa. O senhor sabe disso. O senhor não prestou concurso aqui. Foi por indicação. Estou errado?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu fiz um concurso interno, sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, senhor. O senhor entrou nesta Casa sem concurso interno. Não houve concurso quando o senhor entrou aqui. O senhor entrou sem concurso. É só verificar no ponto da Casa, porque o ponto 2 mil não foi por concurso. E o senhor é um funcionário experiente da Casa, já está há anos aqui. Então, peço que o senhor fale a verdade aqui.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Estou falando.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Porque nós já estamos cansados das suas palavras que não levam a nada. O senhor não é nenhum santo. O senhor conhece a realidade. O senhor priva da intimidade do PL há muitos anos. O senhor era íntimo amigo do ex-Presidente Álvaro Vale. Falo a verdade ou não?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Era, era amigo, sim. Era familiar, tanto...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tanto que ele lhe considerou no seu legado pós-morte.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Perfeitamente, Deputado. Isso eu não nego.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor é um homem que aprofunda relações. O senhor tem uma capacidade de relacionamento excelente, porque eu não conheço ninguém, além do senhor, que tenha trabalhado com alguém e que acabou herdeiro dele.

E o senhor goza dessa mesma confiança com o Deputado Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor o serve com fidelidade.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como um funcionário que devo servir.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, como um funcionário, não.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Como? O senhor leva e traz dinheiro para tudo que é lado. Acha que isso é correto? Noventa e nove vírgula nove por cento dos funcionários desta Casa se recusariam a essa tarefa de mula que o senhor assumiu para o PL. Estou errado?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É um conceito que o senhor... Eu realmente não saberia dizer para o senhor se 99,9%...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só espero que o senhor não ria, porque o senhor já riu desta Casa e do povo brasileiro.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, às vezes... Deputado Júlio Redecker, às vezes, a minha expressão facial parece riso, e é efeito da secura...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – V. S<sup>a</sup> deveria se desculpar.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu me desculpei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está rindo aqui...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu me desculpei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – ... como se fosse uma maravilha a sua presença aqui depondo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu me desculpei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Milhares de brasileiros estão hoje olhando isso aqui e vendo que o senhor está debochando de nós. É um juízo de valor meu.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado Júlio Redecker, por duas vezes – e os seus Pares são testemunhas –, eu me desculpei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Muito obrigado. Já ouvi as suas desculpas.

Quero lhe perguntar mais: o senhor buscava dinheiro. Quais os valores que o senhor estava acostumado a pegar, em quantidade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como eu disse ao senhor, eu não tinha noção dos valores.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, o senhor não sabia. O senhor pegava um pacotinho fechado, entregava-o e não sabia de nada? É isso que o senhor está afirmando?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não tinha tempo de conferir, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não conferia, mas o senhor sabia que era dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sabia.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, bom. O senhor sabia que era dinheiro. Já é um avanço.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sabia porque eu não ia ao banco para outra coisa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Já é um avanço.

Se o Deputado Valdemar Costa Neto lhe desse um outro montante para o senhor entregar para um Deputado desta Casa, o senhor entregaria?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estou lhe perguntado: se o Deputado Valdemar Costa Neto

lhe entregasse um montinho de dinheiro e lhe dissesse: “Jacinto, entregue isso aqui para o Deputado Júlio Redecker”, o senhor entregaria?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Essa proposta não me foi feita, e eu não entregaria.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Vem cá, que exame de consciência o senhor faz aqui? Para buscar dinheiro mal-havido em São Paulo, em Minas Gerais, no banco, o senhor ia, mas, se fosse para entregar um pacotinho, o senhor diz “não, eu não iria”. Que história é essa, Sr. Jacinto? Fale a verdade!

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Deputado. Eu fui, atendendo à determinação do Presidente, apanhar esses recursos que ele dizia que era trato dele com o Dr. Delúbio e para trazer para ele. Ele já ...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele já me expôs. Perdão, eu o interrompi.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer que, se o senhor recebesse um envelope para entregar para um Deputado, não o entregaria. O senhor desobedeceria o seu chefe, a quem o senhor disse ser fiel?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Eu não recebi essa proposta, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas, vem cá. Se ele manda entregar alguma coisa, o senhor iria avaliar a proposta dele ou o senhor iria entregar? O senhor é funcionário ou o senhor é chefe?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu iria avaliar, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, o senhor iria avaliar como avaliou em todos esses momentos em que buscou dinheiro Brasil afora para entregar para o Deputado. Qual foi a sua avaliação?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu só estive em Belo Horizonte e Brasília, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não esteve no Banco Rural, naquela passarela lá?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. Eu não neguei isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o senhor esteve em vários lugares. O senhor está muito ingênuo para as nossas perguntas. O senhor está escolhendo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Deputado. O senhor disse no Brasil todo. Eu não estive em outro lugar.

Desculpe-me, a pergunta se perdeu... O senhor quer repetir?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O que estou dizendo é que o senhor tem dois procedimentos: não há critério, não há pergunta, não há nenhuma contestação quando é para buscar dinheiro, mas, se fosse para entregar um envelope, V. S<sup>a</sup> não o faria.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. O Deputado disse que eram recursos dele, eu só fiz para entregar a ele.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas se ele é seu chefe e lhe manda entregar um envelope, o senhor não vai entregar? Que história é essa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Se eu souber o que tem dentro do envelope...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, mas o senhor não sabia que tinha dinheiro no outro e lá o senhor foi buscar?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, mas ele disse que era para ele, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E se ele dissesse que era para o senhor entregar para mim, o senhor não entregaria?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A princípio não...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, não?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – ... porque não era uma relação pessoal com ele.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, não. Então, é uma relação pessoal. Quer dizer que o seu chefe lhe pede para entregar um envelope para determinado Deputado, e o senhor não faria isso.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A princípio, não, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer que o senhor trabalha com o Deputado, e ele lhe diz: “Jacinto, quero que vá lá, leve esse pacotinho aqui e, por favor, é uma coisa extremamente confidencial. Eu confio em você como confiou Álvaro Vale, a ponto de lhe legar herança. Entregue isso para mim”. O senhor diria: “Não, não. Pacotinho, eu não entrego. Agora, se for para buscar um dinheirinho lá no Banco Rural, eu vou.” É assim?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não ria aqui porque eu lhe vou advertir.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não. Eu estou refletindo sobre a sua pergunta. Desculpe, não estou ...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor já se embaraçou. Se não quer responder, não precisa.

No dia 18 de fevereiro de 2004...

Por favor, Sr. Jacinto Lamas, preste atenção.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Pois, não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – No dia 18 de fevereiro de 2004, o senhor estava lotado onde nesta Casa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Fevereiro de 2004?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Isso.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na Liderança.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O que o senhor era na Liderança?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Chefe de Gabinete.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quais são as atribuições do Chefe de Gabinete da Liderança?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Apesar de Chefe de Gabinete, eu estava atribuído à Presidência do Partido. Eu não ficava lá.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não tinha nenhum relacionamento lá com o Presidente e com o Partido, com o chefe?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não porque ali, naquele momento, o Deputado Valdemar já tinha deixado a Liderança, e eu permaneci na Presidência.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor vem aqui contar esta história da Carochinha para mim: que, se o Valdemar Costa Neto, ex-Deputado desta Casa, pedisse-lhe para entregar dinheiro para um Deputado, o senhor não faria, não importa se fosse R\$1 milhão ou R\$30 mil. Nessa hora, o senhor teria pudores. É isso que o senhor diz aqui. O senhor não aceita a hipótese de ter entregue – não estou falando que o senhor entregou; eu estou perguntando se o senhor cumpriria a sua obrigação de empregado, de prestador de serviço que tinha uma alta remuneração para cumprir ordens do seu chefe. Quais as ordens do seu chefe que o senhor não cumpriria?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ordens que não fossem razoáveis, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E buscar dinheiro é razoável na sua opinião?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele me deu uma explicação satisfatória.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Qual era a explicação?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A explicação era de que era o Dr. Delúbio tinha um compromisso com ele de transferir esses recursos, Deputado Júlio.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Para transferir os recursos para que e para quem?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para ele, Deputado Valdemar, comprometidos em 2002. Essa foi...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Com a campanha presidencial?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Com a campanha presidencial.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o senhor disse também, afirmou com certeza que o senhor conhecia a contabilidade do Partido, que os valores usados para mobiliar a casa do Deputado Valdemar Costa Neto não eram do fundo partidário.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – São de fundos constitucionais. Vocês têm uma contabilidade dupla: primeiro, aquela que vem do fundo partidário; e a outra, do dinheiro que é arrecadado dos Deputados, das contribuições, vocês têm isso para mostrar aqui para a CPMI?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Certamente, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E lá está tudo arrolado: móveis, tudo...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Está lá.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor acha correto Partido político comprar móvel para a residência do seu Presidente? Levar dinheiro para entregar lá, o pacote, não é correto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu não julgava a atitude do Deputado de comprar móveis pelo Partido...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, como é que o senhor julga entregar alguma coisa a um outro Deputado?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, ele não me propôs isso. Ele não me propôs entregar nada para outro Deputado. De modo que eu não posso...é subjetiva essa avaliação.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor disse que conhece a vida do PL. O senhor talvez seja o homem mais íntimo da história desse Partido. No primeiro semestre de 2003, a Bancada do seu Partido – porque é seu Partido; o senhor foi tesoureiro desse Partido, participou da Executiva, estou enganado ou não?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – ...aumentou em 38,7% o número de Deputados. Foi para 49 o número de Deputados do seu Partido, com 19 novos Deputados.

O Sr. Marcos Valério pode ter aqui prestado até falso testemunho, mas sobre a lista que ele apresentou, eu custo a crer que esses R\$10,837 milhões não pas-

saram pelas suas mãos. E não sei se eu cometi algum engano, mas o senhor disse que não leu a **Época**.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, eu disse que não li a **Veja**.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – A **Época** o senhor leu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Li, li. Tenho cópia dela.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, o senhor tem cópia dela?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Tenho.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer, o senhor recebeu R\$10,837 milhões, segundo o Sr. Marcos Valério, e o Sr. Valdemar Costa Neto disse que o senhor era o homem da ligação financeira. Quer dizer, o senhor era o homem da extrema confiança do Sr. Valdemar Costa Neto. Ninguém ia mandar trazer e levar essa grana toda se não fosse da sua extrema confiança. O seu Partido inclui 19 Deputados no primeiro trimestre a um valor de R\$3,7 milhões. O senhor não sabe nada disso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Nem que aumentou a Bancada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Que aumentou a Bancada eu sei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Os 19 Deputados o senhor conhece, os que aumentaram a Bancada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como eu expliquei a um Deputado – acho que foi o Sr. Deputado que me perguntou; eu não me lembro qual dos Deputados me perguntou – houve uma incorporação – foi agora a última pessoa que me interrogou –, houve uma incorporação e havia um atrativo novo no PL: um espaço televisivo, um espaço de crescimento e nós tínhamos a Vice-Presidência da República, o Governo. Nós estávamos no Governo. Isso era um atrativo maior para os Deputados virem para o Partido, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Os R\$13,7 milhões eram um atrativo velho? O novo é o espaço na televisão? Porque entraram R\$13,7 milhões aqui, segundo os dados que nós temos.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na minha visão, Deputado, na minha visão, era o atrativo à questão de o Partido ter crescido e ter feito 5% que lhe facultava usar melhor e mais espaço na televisão e na propaganda eleitoral.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu fico imaginando – não quero fazer acusação; eu faço exercício de memória, Presidente. A Deputada Raquel Teixeira falou que foi convidada, que foi oferecido a

ela R\$1 milhão. Pelos recursos que passaram pela sua mão, se o senhor fosse mandado entregar R\$1 milhão, o senhor tinha como. Porque esses recursos passaram pela mão do senhor. Mais do que R\$1 milhão passou pela sua mão. Ou não passou mais de R\$1 milhão pela sua mão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Segundo uma das cifras aí, R\$1,35 milhão. É que as cifras variam muito.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor nem contava o dinheiro!

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Pois é, eu...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Que história é essa? Quer dizer que passou R\$1,3 milhão. O senhor contava o dinheiro ou não contava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não contava, absolutamente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor está falando em R\$1,3 milhão.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Porque o próprio relator aqui, Deputado, citou que houve cifras diferenciadas.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor teve R\$10.837.500,00, segundo o senhor Marcos Valério. Na minha opinião, o senhor contava o dinheiro, o senhor está diminuindo os valores.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não contava, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não contava o dinheiro. Na minha opinião, o senhor contava. Se passou mais de um milhão, se o senhor fazia a entrega de um milhão para algum Deputado ou de trinta mil mensais, o senhor era o homem do dinheiro, o senhor era o homem da mala. O senhor é um homem discreto e chegou ao ponto – e quero que o Brasil preste atenção nisso, porque isso aqui é um tribunal político – de ter tanta intimidade com o PL, que pergunto quantos brasileiros que trabalharam em empresas, para homens e mulheres, gozaram do benefício de chegar a receber herança de um Líder partidário, por mais amizade que tivesse, como aconteceu com o senhor. O senhor deve ter a alma desse partido aqui. Quero lhe dizer, com toda sinceridade, senhor Jacinto Lamas, que o senhor sabe de muita coisa que não está dizendo, mas quero dizer ao senhor que a lei vai lhe encontrar, porque nós aqui não vamos permitir – demore um dia, dois, um mês ou um ano – vamos atrás daqueles que chegaram aqui, cometeram perjúrio, não falaram a verdade e protegeram interesses maiores. O senhor, na minha opinião – não estou prejudgando, estou dando uma opinião – está entre esses.

Lamento que o senhor tenha vindo aqui para fazer esse tipo de depoimento, protegendo quais interesses não sei, inclusive contradizendo-se com o seu chefe, Valdemar da Costa Neto. Lamento pelo senhor, por suas palavras e também pelo escárnio que o senhor praticou aqui, tratando-nos com sorrisos, com deboche. Tenha a certeza de que ainda o alcançaremos.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sr. Presidente, poso falar um minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode falar.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sr. Presidente, quero renovar aqui que houve um momento de descontração em que me deixei envolver, os Deputados e Senadores que estão aqui são testemunhas. Mais uma vez, penitencio-me por ter me deixado contaminar por isso. Mas não houve essa maldade, esse escárnio. Sinceramente não tive intenção e peço desculpas por isso.

O Deputado Álvaro Vale realmente me deixou um legado, muito razoavelmente, porque durante oito anos cuidamos, eu e minha família, de um câncer que ele tinha, do qual veio a falecer. Ele tinha um câncer no intestino e, aqui em Brasília e no Rio de Janeiro, nós o acompanhamos por mais de dez anos. Ele teve esse câncer e conseguiu resistir a isso tudo. Era padrinho da minha filha, por isso a intimidade. Realmente o senhor tem razão, é muito interessante que ele tenha deixado isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o senhor poderia me conceder a palavra por cinco minutos?

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos suspender a reunião por dez minutos, depois retornaremos.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não precisa.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora não, porque não podemos, qualquer votação implica numa longa e larga discussão e nem há quorum para deliberação. Sabemos que seria inútil agora tentar, vamos fazer amanhã. Só tomei uma deliberação sobre o depoimento, porque era uma questão emergencial.

Então, haverá reunião amanhã, às 11h30min, e, quinta-feira, o Sr. Delúbio, às 9h.

Tenho que aguardar a presença do depoente. Portanto, está suspensa a reunião por alguns minutos, até o retorno do depoente.

*(Suspensa às 19 horas e 14 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Reiniciados os trabalhos, concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

Mas, antes, eu gostaria de fazer uma pequena colocação. Entendo que as inquirições do Deputado Júlio Redecker não foram injuriosas, mas realmente alcançaram um tom um pouco diferente daquilo que estaria nas regras de civilidade. Então, peço que esse tom seja mantido em alguns decibéis abaixo, para evitar constrangimentos, sobretudo qualquer sentido formal de agressão, embora não tenha ocorrido nenhuma questão injuriosa que eu pudesse aqui fazer imputação ao Deputado Júlio Redecker. Ele se conduziu dentro do que é estabelecido.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr.

Presidente, sei que não cometi nenhuma injúria. Talvez pela emoção, pela raiva, tenha sido um pouco enfático. Se isso magoou o depoente, peço desculpas. Mas a minha indignação permanece a mesma, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu respeito.

Faço essa solicitação para evitarmos novas paralisações.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presiden-

te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Senadores, inicio fazendo observações em relação à questão funcional do Sr. Lamas.

V. S<sup>a</sup>, Sr. Jacinto Lamas, é um funcionário de carreira da Câmara, com 29 anos de serviço; ocupa uma função de chefe de gabinete e deve ter um salário bastante diferenciado em relação à população brasileira. A meu ver, V. S<sup>a</sup> comete duas irregularidades graves na sua ficha funcional.

Em primeiro lugar, V. S<sup>a</sup> concordou em transportar dinheiro e, de acordo com a lista do Sr. Marcos Valério, mais de R\$10 milhões. Dinheiro sujo, vamos dizer assim, porque era um dinheiro que vinha de caixa 2 ou de operações nebulosas. E V. S<sup>a</sup> se propôs ou realizou todo esse transporte que, a meu ver, é uma irregularidade grave para um servidor público.

V. S<sup>a</sup>, como servidor público, inclusive um servidor público qualificado, não devia ter realizado esse serviço. Portanto, V. S<sup>a</sup> cometeu um pecado muito grave.

Em segundo lugar, não dá para acreditar que o que V. S<sup>a</sup> está dizendo é verdadeiro. Este é um princípio básico: quem é bom para ir buscar o dinheiro é bom para entregá-lo. Se V. S<sup>a</sup> era de confiança do Deputado Costa Neto para ir buscar toda essa dinheirama com o Sr. Marcos Valério, no Banco Real ou em outros locais, para entregar a ele, V. S<sup>a</sup>, certamente, era bom também para fazer essa distribuição. E V. S<sup>a</sup> nega que

tenha entregado qualquer dinheiro a qualquer pessoa. Infelizmente, vejo que essa é outra irregularidade grave na sua ficha funcional, porque nós estamos aqui, um grupo de Senadores e Deputados que está aqui, o dia inteiro, ouvindo-o, mas V. S<sup>a</sup>, infelizmente, não está dizendo tudo que sabe.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, proponho, como a CPMI dos Correios fez ou está fazendo com Deputados, encaminhando-os à Comissão de Ética, que façamos com o Dr. Lamas o mesmo. Quer dizer, sugiro que o Relator proponha que a Câmara abra um inquérito administrativo para investigar a atuação, como funcionário público, do Sr. Lamas.

Alguns vêm a esta Comissão e não dizem a verdade, mas, na realidade, não podemos fazer nada contra eles, apenas, por exemplo, mandá-los depois ao Ministério Público ou o que seja. Porém, o Sr. Lamas, por sorte nossa, é um funcionário público da Casa, da Câmara dos Deputados. Então, devemos encaminhar, imediatamente, um pedido de abertura de um inquérito administrativo para que se investigue a atuação funcional do Sr. Lamas. Essa é a primeira consideração que faço. Não é uma pergunta a ele, pois acho que ele não é parte. Essa é uma solicitação que faço ao Presidente e ao Relator. Espero que isso seja feito sempre que ocorrer com outro funcionário público situação semelhante.

Em segundo lugar, há um senhor que também recebeu recursos chamado Dr. Antônio de Pádua de Souza Lamas. Pelos dados da SMP&B e do Banco Rural, ele recebeu R\$350 mil com o cheque nº 403828, com a data de 7 de novembro de 2004. O que o Sr. Antônio Lamas é de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Senador, Antônio de Pádua Lamas é meu irmão e já respondi. Era da assessoria da Liderança do PL. Ele não recebeu em cheque; ele recebeu recursos no Banco Rural uma vez.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em dinheiro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tenho aqui dados do Banco Rural – dois recibos – que dizem o seguinte: remetente: Renata; empresa: Banco Rural; setor: agência Assembléia; cidade: Belo Horizonte etc; destinatário: Renato. Coincidência! Renata mandou para Renato. Empresa: Banco Rural, Brasília etc; assunto: saque, autorizando o Sr. Jacinto Lamas, carteira de identidade tal, a receber a quantia de R\$100 mil referente ao cheque nº 403911 da empresa SMP&B Comunicações Ltda. que se encontra em nosso poder.



Favor colher assinatura. Atenciosamente. Constatam a assinatura dos funcionários e a rubrica de V. S<sup>a</sup>.

Eu pediria que mostrasse a ele esse documento para confirmar que essa rubrica de baixo é de V. S<sup>a</sup>.

Há outro recibo do dia 18 de novembro de 2003: remetente: Sr. Marco Antônio; o nome é o Sr. José Francisco; empresa: Banco Rural etc. É a mesma coisa: autorizamos o Sr. Jacinto Lamas, carteira de identidade tal, a receber a quantia de R\$100 mil referente ao cheque nº 141368 da SMP&B Propaganda Ltda que se encontra em nosso poder. Favor colher assinatura. Há a mesma rubrica aqui que deve ser de V. S<sup>a</sup>. Pediria que V. S<sup>a</sup>... e a identidade também. Não sei se é de V. S<sup>a</sup>.

Há também um xerox da carteira de motorista de V. S<sup>a</sup> que foi entregue na recepção desses documentos.

V. S<sup>a</sup> disse que, na realidade, sempre recebia pacotes de dinheiro que não contava e não sabia especificamente qual era o valor daquele dinheiro. Porém, há dois recibos que V. S<sup>a</sup> assinou e que estão especificando o valor de R\$100 mil, se for verdade que essa é a rubrica de V. S<sup>a</sup>. Primeiro, quero que V. S<sup>a</sup> confirme se, nesses dois papéis que estão em seu nome, é a sua carteira de identidade e, segundo, a sua rubrica.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Senador, esses recibos foram apresentados a mim no depoimento à Polícia Federal e foram reconhecidos. Apenas, como já disse anteriormente, minhas entradas no banco para apanhar eram rápidas, e eu realmente não conferia; mal fazia... O senhor vê que é apenas uma inicial; eu mal fazia a minha rubrica aqui e saía. Eu realmente não conferia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Farei primeiramente as perguntas mais objetivas. A rubrica de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, eu disse para o senhor. Eu reconheci minha rubrica.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Reconheceu a rubrica.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A inicial de minha rubrica, tanto que eu fazia só a inicial. Eu saía rápido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, quanto à inicial e à rubrica, na realidade, V. S<sup>a</sup> assinou esse papel.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, além de V. S<sup>a</sup> não abrir os pacotes para saber o dinheiro que havia dentro – o que é possível, mas um pouco difícil de acreditar –, V. S<sup>a</sup> também assinava recibo sem ler o que constava nele.

O recibo está dizendo claramente que foram R\$100 mil que V. S<sup>a</sup> recebeu. Então, não é possível que V. S<sup>a</sup> também fosse assinar recibo sem saber o que era, porque a maior letra que há aí é R\$100 mil. Quando esse recibo chegou a minha mão, antes de tudo, olhei logo para o dinheiro, que é muito mais importante do que o nome ou do que qualquer outra coisa. Então, estava escrito aí R\$100 mil. Certamente, para assinar, numa olhada de um segundo, V. S<sup>a</sup> viu que assinou um recibo de R\$100 mil.

Se V. S<sup>a</sup> não concordar com esse pensamento, é difícil até perguntar.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Veja, Senador, eu realmente assinava rápido e saía. Mas, quanto a conferir valores, eu não conferia, porque eram recursos já definidos pelo presidente e que eram para ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> não conferiu o dinheiro que lhe foi entregue.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. S<sup>a</sup> sabia que o banco estava querendo entregar-lhe R\$100 mil. Entretanto, V. S<sup>a</sup> não viu. Poderia ser que ali dentro só houvesse revista velha – tudo bem –, mas V. S<sup>a</sup> sabia que receberia R\$100 mil e assinou que receberia R\$100 mil. V. S<sup>a</sup> tem que concordar pelo menos com esse fato, porque, senão, ficará uma questão irracional.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria que V. S<sup>a</sup> respondesse objetivamente à pergunta feita. V. S<sup>a</sup> sabia ou não o que estava recebendo? Assinou ou não?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, eu olhava lá, Sr. Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> sabia que recebera R\$100 mil, mas não sabia se dentro do pacote estavam os R\$100 mil.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Se estava correto. É.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Poderia haver, por exemplo, R\$90 mil, não é? Tudo bem.

Há uma questão, já que tenho pouco tempo, que gostaria de levantar para V. S<sup>a</sup>. Insisto novamente na possibilidade de V. S<sup>a</sup> ter entregado dinheiro a alguém, porque, em verdade, é impossível, como disse, que V. S<sup>a</sup> fosse usado só para um lado da questão, ou seja, para buscar o dinheiro e que se usasse uma terceira pessoa para distribuir o dinheiro.

Então, não sei o que foi feito desse dinheiro. O Deputado Valdemar Costa Neto disse que foi pago por serviços prestados. V. S<sup>a</sup> disse que o partido estava com tudo em dia, ou seja, não devia a ninguém. Era dívida antiga que ele afirmou que pagou. A maioria

das pessoas entende que esse dinheiro foi para pagar mensalão de Deputado.

O que V. S<sup>a</sup> diz desse assunto? Nunca entregou dinheiro a ninguém? V. S<sup>a</sup> nunca mais viu esse dinheiro e sabe que um contra-exemplo pode desmentir-lhe. Se V. S<sup>a</sup> afirma que nunca entregou a ninguém, sabe que um contra-exemplo só pode tirar a sua afirmativa da verdade.

Então, pergunto: V. S<sup>a</sup> nunca entregou nem R\$1,00 que passou para o Presidente Valdemar da Costa Neto a nenhuma pessoa – fornecedor, Deputado, Senador, Vereador –, a ninguém?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Senador. Somente ao ex-Deputado Valdemar da Costa Neto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O ilustre Sr. Senador José Jorge requereu expressamente a abertura de inquérito administrativo pela Corregedoria da Câmara dos Deputados a fim de apurar a conduta funcional do Sr. Jacinto de Souza Lamas.

O parecer é favorável.

Sugiro ao Sr. Presidente desta Comissão que mande extrair cópia do depoimento do Sr. Jacinto de Souza Lamas e o remeta à Corregedoria da Câmara dos Deputados, tendo, no texto implícito, o requerimento do Senador José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito e presente, que é o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, caro Relator, primeiramente, Senador José Jorge, creio que é certa imprudência daqueles que estão aqui inquirindo o depoente, insistir que ele sabe o valor das quantias recebidas. É como se a gente quisesse que aqueles que entraram no Banco Central de Fortaleza tivessem o trabalho de ter contado aqueles 160 e poucos milhões. Claro que quem vai buscar um dinheiro com essa origem, desse jeito e para esse fim não vai perder o tempo de contar esse dinheiro. Isso não foi contabilizado em lugar nenhum. Não vai ser contabilizado. Ninguém vai tomar conhecimento.

Eu só lamento que ninguém aqui esteja respondendo os questionamentos, assim como lamento não termos quebrado o sigilo bancário de todos os Parlamentares e de todos os funcionários, porque se isso já tivéssemos feito, meu caro Relator, por certo, a conta do Sr. Jacinto Lamas já estaria sendo aberta e bastava que encontrássemos um valor na conta de alguém

para a gente puxar a ponta da linha. Mas, infelizmente, fui voto vencido. Quer dizer, não entendi por que não quebramos esses sigilos.

Agora, Sr. Jacinto, o senhor era um homem forte para tudo. Isso fazia chover no PL. Só não merecia a confiança dos homens quando se tratava de entrega desses recursos. Se tivesse que entregar um centavo a alguém, o senhor não merecia confiança. É isso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O senhor quer que eu responda?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Eu queria.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não recebi essa ordem, Sr. Senador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Eu queria saber do senhor também o seguinte: a relação profissional e afetiva que o senhor tem com o Deputado Valdemar Costa Neto é a mesma que o senhor tinha com o Deputado Álvaro Valle?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Senador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Dessa aí pode até rir.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Senador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Jacinto, a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos, funcionária da SMP&B, disse que todo o dinheiro recebido pela empresa Guaranhuns das contas de Marcos Valério era repassado ao PL. A Polícia Federal, por sua vez, afirmou que há indícios que a Guaranhuns tenha enviado dinheiro para o exterior. O PL ou alguma de suas lideranças tem conta no exterior?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, que eu saiba, senhor. Não, senhor.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor não pode dizer nem que sim, nem que não? O senhor não sabe?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Que eu saiba, não.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – A ex-mulher do Deputado Valdemar Costa Neto, Maria Cristina Mendes Caldeira, afirmou que o Governo de Taiwan mandou US\$2 milhões para a campanha do Presidente Lula e disse também que esses recursos chegaram através do PL. O senhor, como homem forte do PL, tem conhecimento dessa transação? É verdade que o senhor participou desse esquema?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O senhor quer repetir, por favor, qual esquema.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – A ex-mulher do Deputado Valdemar Costa Neto, Maria Cristina Mendes Caldeira, afirmou que o Governo de

Taiwan mandou US\$2 milhões para a campanha do Presidente Lula através do PL. Esse é o depoimento dela, certo? O senhor tem conhecimento dessa transação?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Não, Sr. Senador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)  
– De forma alguma?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tenho, não tenho, não tenho nenhum conhecimento disso.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)  
– Pelo conhecimento que tinha em todo o esquema, o senhor acredita que o ex-Ministro José Dirceu tinha conhecimento de tudo que estava acontecendo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Senador, eu vou insistir: eu não tenho essa “protagonização”, não tive essa “protagonização” política. Eu não tinha esse porte de homem forte que o senhor está dizendo, eu não conhecia o Ministro José Dirceu. Eu não tenho nenhuma informação que possa dizer isso. Realmente eu não tinha contato com o PT, eu era uma pessoa interna.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)  
– Mas alguma vez o Deputado Valdemar Costa Neto não lhe disse que José Dirceu era articulador de tudo isso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Eu não tinha... Volto a frisar para o senhor, eu não tinha conversas sobre esse tema com o Deputado Valdemar Costa Neto, apenas ele me pediu para apagar os recursos para ele.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – É, Sr. Presidente, infelizmente eu só tenho a lamentar que não tenhamos aberto o sigilo fiscal de todos esses funcionários, para que pudéssemos, hoje, estar um pouco na frente nessas apurações, para que já estivéssemos constatando que alguém depositou, afinal de contas, algum dinheiro na conta de outro alguém.

E a nossa finalidade, a nossa Comissão foi exatamente criada para isso, saber onde aquele dinheiro todo, que já sabemos que vazou pelo “valerioduto”, foi parar. Quer dizer, infelizmente, não vamos conseguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Amanhã vamos quebrar mais de uma centena de sigilos, aí poderemos avançar nesse sentido.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)  
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Com absoluta certeza.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, é importante percebermos que o nobre depoente

não traz fato novo, limita-se a dizer que o seu papel era simplesmente buscar o recurso e levá-lo, entregá-lo ao Deputado Valdemar Costa Neto.

Todas as perguntas, julgo eu, que precisavam ser feitas, já foram feitas, de diversos pontos, de diversas formas, por isso abro mão da minha inscrição. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Entendo que o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> foi correto, lógico, e de extremo bom senso. E de economia processual.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, nobre depoente, ouvi atentamente as perguntas feitas hoje aqui, mas li também o depoimento feito por V. S<sup>a</sup> na Polícia Federal. Nada de novo foi acrescentado.

Todas as perguntas que lhe foram feitas e as que foram respondidas não acrescentaram absolutamente nada. O senhor colocou claramente que cumpria ordem do Deputado Valdemar Costa Neto, Presidente do PL, que mandava o senhor buscar encomendas no banco. Logicamente, indo ao banco, sabia que era dinheiro, porque não se vai buscar nem banana nem laranja num banco, vai-se buscar dinheiro mesmo.

Na verdade, pelo que entendi, os envelopes que V. S<sup>a</sup> recebia estavam fechados, lacrados, e o senhor estava indo buscar aqueles envelopes e não lhe cabia abrir nem contar, porque lhe mandaram buscar envelopes, que vieram lacrados, para que entregasse ao Valdemar Costa Neto.

Se eu entendi bem, foi isso que o senhor colocou?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Foi.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Que o senhor ia buscar as encomendas e, do jeito que as recebia, trazia de volta?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Perfeitamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Agora, o que me causou espécie foi que o Senador José Jorge apresentou aí, em dois casos, recibos onde está firmado o valor. O senhor colocou a sua assinatura ou qualquer sinal de que estava recebendo um valor.

É uma coisa que eu entendo, posso até entender, mas que, realmente, fica difícil. O senhor, um homem experiente, não poderia fazer uma assinatura em um recibo, de um dinheiro que estava recebendo, assinar e não saber o que estava pegando.

Essas coisas é que as pessoas contestaram, os Deputados aqui, nas perguntas, contestaram, porque é uma coisa que é óbvia. E V. S<sup>a</sup> realmente assinou que recebeu R\$100 mil. Então, pelo menos em dois

casos, o senhor sabia que estava recebendo R\$100 mil, fechado ou não, o senhor recebeu R\$100 mil e trouxe e entregou. Agora, se o senhor abriu, contou ou não contou, é o de menos. O fato é que o senhor recebeu. Esse que é o caso. Fora isso, o senhor, embora seja funcionário da Câmara, estava à disposição, pelo o que entendi, da Liderança ou da Presidência do PL e estava cumprindo as ordens, e tinha que cumprir.

Um outra coisa que foi perguntada pelo Deputado Redecker, lógico, entendo que o senhor deve ter ficado nervoso: se o Valdemar mandasse entregar um dinheiro a quem quer que fosse, o senhor tinha que entregar, lógico. É seu chefe, estava mandando entregar. Não tem que avaliar se é pouco dinheiro ou muito dinheiro que vai entregar ou não vai entregar. Talvez o senhor tenha ficado intimidado pela forma da pergunta, também entendo. Mas, na verdade, a essa pergunta o senhor tinha que responder claramente. Da mesma forma que o senhor foi buscar o dinheiro que o Deputado Valdemar da Costa mandou buscar, se mandasse entregar a quem quer que seja, o senhor teria que entregar. O senhor estava sob ordens do Presidente pelo qual o senhor tinha obrigação de ter lealdade e a obrigação de fazer o que lhe mandavam fazer.

Então, essas coisas se são certas ou erradas, juízo de valor não estamos aqui para fazer. Agora, são fatos óbvios que não se pode tapar o céu com a peneira. Mas, fora isso, o Deputado Valdemar Costa Neto claramente assumiu essa posição da mesma forma que o Deputado Roberto Jefferson também assumiu que fez, para preservar o seu partido, que receberam o dinheiro, tanto o Deputado Valdemar quanto o Roberto Jefferson, como pessoas físicas e que não deram entrada nas suas contabilidades porque não receberam o devido comprovante daquele dinheiro. Então, são essas coisas. O senhor teve muito pouco a acrescentar.

Na verdade, perdemos hoje a tarde, uma tarde que não foi produtiva, uma tarde que não nos engrandeceu em nada, absolutamente nada, porque o senhor não acrescentou nada ao que queríamos saber.

Portanto, Sr. Presidente, era isso que eu queria colocar e espero que na próxima semana, com a vinda do Deputado Valdemar Costa Neto, possamos esclarecer todos esses pontos obscuros que tentamos elucidar neste instante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E a propósito disso, nobre Deputado José Carlos Araújo, devemos fazer possivelmente na terça-feira a oitiva do Sr. Valdemar Costa Neto. Há uma proposta e vamos apreciá-la para a próxima terça-feira. Já coloco para todos, para irmos amadurecendo essa idéia.

Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srªs Deputadas e Srªs Senadoras, Sr. Jacinto de Souza Lamas, o senhor aqui hoje falou, num discurso muito bonito, da sua formação e da sua vinda a esse trabalho que faz hoje na Câmara Federal. O senhor nos comoveu até com a sua ligação a um grande Deputado, que morreu em 2000, que foi um símbolo para o senhor e que também foi um símbolo nesta Casa, que foi o Álvaro Valle. Agora, quando o senhor ia fazer essas buscas de dinheiro em nome do seu Presidente, agora é outro, Valdemar Costa Neto, o senhor não pensava na figura do Deputado Álvaro Valle? O senhor não pensava na sua família, nos seus filhos? O senhor sabia que estava fazendo uma coisa errada. O senhor ia lá no Banco Rural, pegava esse dinheiro, até com má vontade, não queria nem ver, não queria nem, assinava mal e mal, isso porque tinha um motivo. E qual é esse motivo? O que levava o senhor a tratar isso assim, com um pouco de má vontade? Pode responder.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputada, não é exatamente, eu saía apressado para me desincumbir do assunto, porque realmente me preocupava o fato de estar transportando valor.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tinha medo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso. Perfeitamente compreensível. Agora,...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E sabia que era uma coisa errada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não sabia, porque naquele momento, dada a explicação do Deputado Valdemar Costa Neto, fiquei tranqüilo porque pra mim estavam vindo valores do PT para o Deputado Valdemar Costa Neto e se tratava disso apenas.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E para onde que era esse dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para as mãos dele, Deputado Valdemar Costa Neto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E era para pagar o quê?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para pagar compromissos de campanha que ele havia assumido em 2002.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Campanha presidencial?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Acho que sim. Campanha presidencial, a parte do PL, digamos assim, o que ele fez para o PT, ou dele individualmente, ele não se estendia sobre o assunto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora me diga uma coisa, o senhor conhecia bem o Sr. Delúbio?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O viu algumas vezes?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora. Eu vi evidentemente na imprensa e o vi uma vez ou outra em ambientes públicos aqui. Não o conhecia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Naquele oportunidade, lá no PL, lá na Liderança do PL, ele nunca foi lá?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, não, até porque eu não ficava na Liderança, ficava na Presidência, mas nunca soube que ele estivesse estado no PL...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nem na Presidência?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, Dr. Delúbio não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nem Delúbio, nem Sílvio Pereira, nenhum deles?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Sílvio Pereira, que me recordo, esteve uma vez, mas não posso dizer que o conheço, mas esteve uma vez com o Deputado Valdemar, mas não...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esteve lá na Presidência?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na Presidência, mas não... Ele não me reconheceria, quero dizer isso para a senhora, porque o vi uma vez.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, mas o senhor viu lá ele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu o vi uma vez.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Genóio?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, só no tapete verde que se diz, só no plenário.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor freqüentava o tapete verde?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Bom, eventualmente, quando passei... porque ele era um Deputado de plenário, o Deputado Genóio, e quando cruzava por ali às vezes eu o via.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso lá atrás.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É, lá atrás.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Em 2003, em 2004, o senhor via ele também no tapete verde?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, não, não o via.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Na época em que o senhor ia buscar o dinheiro do Banco Rural, o senhor freqüentava o tapete verde?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não, não, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor conheceu o Deputado João Leão?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Conheci o Deputado João Leão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Lá na Presidência, na Liderança do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Às vezes, mais na Liderança do PL.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor conheceu o Deputado Sandro Mabel?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, claro, claro, o Deputado Sandro Mabel mais freqüentemente, quando ele foi para lá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele ia lá com mais freqüência.

E Simone Vasconcelos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como disse, no meu depoimento, estive com ela umas duas ou três vezes.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Onde?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Estive com ela na SMP&B, quando me foi apresentada, estive com ela duas vezes aqui na SMP&B de Brasília, o que me parece, duas vezes, e estive com ela, duas ou três vezes, num hotel aqui, que já relatei no meu depoimento.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E quando o senhor ia ao hotel encontrar com a Simone Vasconcelos, o senhor não tinha um pouco de receio, um homem casado, bem casado, encontrar com uma mulher num hotel?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora, não tinha essa preocupação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não tinha importância.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tinha essa preocupação porque eu ia com um motivo determinado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah, o motivo determinado era buscar dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Buscar o que ela me dizia que era para entregar ao Deputado Valdemar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Bom, mas era dinheiro? Ela falava que era dinheiro? Ou ela não falava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ela dizia que era encomenda do Dr. Delúbio para o Deputado Valdemar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ela sempre falava: encomenda do Dr. Delúbio para o ..

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Para o Deputado Valdemar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, todas as vezes que o senhor foi ao Banco Rural, todas as vezes que o senhor foi buscar dinheiro sempre era o Dr. Delúbio para o Deputado Valdemar Costa Neto.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado Valdemar. É isso aí. Era essa a afirmação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E ele nunca falou com o senhor o que ele fazia com esse dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor ficou sabendo que era pagar para campanha?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele falou uma vez que tinha esses compromissos com o Dr. Delúbio para saldar compromissos de campanha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tinha medo do Deputado Valdemar Costa Neto? Pode ser sincero.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Certo. Tinha respeito por ele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, respeito é uma coisa, medo é outra.

Porque conheço muito o Deputado Valdemar Costa Neto. É da minha terra, é de São Paulo, pode falar a verdade.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, medo propriamente não, tinha um profundo respeito por ele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E a mulher dele? A Srª Maria Cristina Mendes Caldeira, o senhor conheceu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Conheci, conheci.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor ia lá na casa?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Fui algumas vezes à casa dela, à casa dele e....

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E levou dinheiro também lá?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Era lá que eu entregava o que apanhei no Banco Rural.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que do Banco Rural o senhor levava na casa dele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na casa dele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E alguma vez o senhor levou em São Paulo, para ele, o dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Exceto aqueles envelopes que foram apanhados na SMP&B, que hoje se sabe que eram cheques.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas esses envelopes foram para São Paulo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Foram para São Paulo no apartamento deles.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Porque alegou uma vez que viajou com uma mala de dinheiro que o senhor deu para ela.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. (risos) Não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não foi o senhor que deu aquela mala de dinheiro para ela?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora. Não, senhora. Não, senhora. Jamais.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – As suas visitas ao Banco Rural coincidiu com as votações aqui, no Congresso Nacional?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, nunca fiz...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor nunca percebeu isso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Nunca percebi isso. Nunca fiz esse tipo de ligação. Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E nunca ninguém lhe falou?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E os seus colegas de trabalho, como era o seu relacionamento? Falava algumas coisas para o senhor? “O senhor vai buscar dinheiro”?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ninguém sabia? Só o senhor que sabia?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Só eu sabia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nenhum colega seu de trabalho sabia?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que ele tinha confiança total no senhor?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele determinava a mim, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas ele determinava ao senhor porque ele tinha confiança no senhor, que era buscar dinheiro, e não é qualquer pessoa que vai buscar dinheiro para a gente.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. Não cabia a mim discutir com outras pessoas esse tipo de assunto. Eu não discutia. Não comentava.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ninguém perguntava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. As pessoas não sabiam.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor jogou fora a sua carreira funcional em função de atender pedidos de um presidente do seu partido?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputada, naquele momento ali, para mim, eram, absolutamente, recursos normais prometidos pelo PT ou pelo Dr. Delúbio Soares ao Deputado Waldemar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor acha normal buscar uma quantia de dinheiro em pacote ou em mala e levar na casa de alguém?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele dizia que era do PT para ele, do Dr. Delúbio para ele. Agora, compromisso de campanha é muito comum que se faça.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas, em dinheiro! O senhor já fez isso antes na sua vida? Buscar dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora. Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Deputado Álvaro Vale mandava o senhor buscar dinheiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor nunca buscou dinheiro na sua vida?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Para ninguém?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só para o Deputado Waldemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Foi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está certo, Sr. Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB - RO) – Agradeço a V. Exª e chamo o próximo inscrito, que é o Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Jacinto de Souza Lamas.

Quantas vezes o senhor esteve com a Srª Simone Vasconcelos em hotéis?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Duas ou três vezes.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Duas ou três vezes.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tenho segurança... Acho que três vezes. Não tenho essa segurança.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Em todas as vezes ela lhe entregou algum pacote que o senhor repassou para o Deputado Waldemar Costa Neto. É isso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, senhor. Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Também eu gostaria de saber do senhor... Parece que a Lei de Murphy faz tocar o telefone logo quando a gente está falando. Eu gostaria de saber do senhor também se o senhor esteve com a Srª Simone Vasconcelos também na sede da SMP&B.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Onde?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Em Belo Horizonte.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Estive, quando lá estive pela primeira vez e ela me foi apresentada como os outros funcionários foram apresentados.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Quando o senhor esteve com ela nos hotéis, foi antes ou depois dessa primeira vez que esteve com ela em Belo Horizonte?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Foi depois.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E não lhe chamou atenção uma pessoa que cuidava de publicidade, de repente, estar entregando dinheiro para o senhor dentro de hotel?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Chamou... Tanto que perguntei ao Deputado Waldemar e ele reafirmou que eram os recursos do Dr. Delúbio que estavam vindo através deles.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Através deles. O senhor conhecia o senhor Marcos Valério?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Conheci.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Quando?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele esteve no Gabinete da Presidência algumas vezes procurando o Deputado Waldemar Costa Neto?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Na sede da SMP&B o senhor recebeu algum recurso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Recebi os envelopes que mencionei no início do meu depoimento.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sim. Os envelopes...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Que eram cheques, afinal.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Cheques?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não os abri lá. Levei envelopes contendo documentos para o Deputado Waldemar.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O senhor era o tesoureiro do PL. O senhor disse que recebia os recursos – eu gostaria que o senhor prestasse atenção nesta pergunta -, o senhor recebia os recursos em pacotes, e esses recursos não foram lançados na contabilidade do PL pelo senhor.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Porque o Presidente...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Por quê?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe eu interrompi.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Então, por quê?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Por que o Presidente dizia que eram recursos destinados a ele para saldar compromissos da campanha passada dele, lá da...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Dele. Então, o senhor tinha plena consciência de que eram recursos ilegais? Porque o senhor é tesoureiro; o senhor não lança na campanha; o senhor encaminha ao Sr. Valdemar; o senhor tinha plena consciência de que o dinheiro não era lícito, porque senão...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Eu gostaria que o senhor esclarecesse isso, porque é uma contradição. Se o senhor tinha a obrigação de fazer a contabilidade do Partido, o senhor recebe e entrega nas mãos do Deputado Valdemar e não sabe que esse dinheiro é ilícito?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Posso falar?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Claro.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, se esses recursos vinham, segundo informação do Presidente Nacional, do PT ou do Dr. Delúbio, a obrigação de lançar os recursos – isso me tranqüilizou; por isso, alguns dos senhores se surpreendem –, isso me tranqüilizava muito, porque, se eram recursos da campanha do Presidente Lula, eles deviam ser lançados no Comitê, na despesa do Presidente Lula.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E qual serviço o Deputado Valdemar prestou para receber esses recursos? Se tinham de ser lançados na contabilidade da campanha, seria por algum serviço prestado.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu acredito que seja produção de material de campanha lá...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Alguma vez o Deputado Valdemar apresentou ao senhor algum recibo de material de campanha?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – E mesmo assim o senhor achava natural pegar o dinheiro, entregar para ele, e estava tudo em ordem?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu cumpria as ordens dele, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Tudo bem. Por isso eu não estou entendendo. O senhor cumpria ordens. Veja bem, há uma relação hierárquica. Isso está previsto no Código Penal brasileiro a seu favor.

Eu só não vejo por que o senhor não admite que sabia que os recursos eram ilegais, ao receber dinheiro... Que eu saiba, hotel não é banco. O senhor vai a um hotel, dentro de um apartamento e recebe recursos. Havia todo um esquema de telefonemas, de avisos, etc. Se fosse aberto, primeiro, não seria em dinheiro, seria em cheque; segundo, não haveria toda a necessidade de se montar uma série de esquemas para receber o dinheiro; o senhor concorda comigo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Concorde, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu não vou prosseguir, porque a concordância dele já mostra...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe. Deputado,...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – A concordância, para mim, está suficiente. Muito obrigado. Passemos à próxima.

O senhor acabou de concordar que sabia que o dinheiro era ilegal.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sr. Presidente, desculpe, eu talvez tenha sido...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor quer responder? Mas já está gravado.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu queria esclarecer, Deputado. Como eu disse anteriormente, eu partia do princípio de que eram recursos do PT, e, como tais, eles deviam ser lançados no Comitê de Campanha do PT, no Comitê do Presidente Lula. Por isso, a tranquilidade com que eu os apanhava.

Agora, se o Deputado Valdemar só me dava essa explicação, como eu podia satisfazer de outra forma, Deputado?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – A pergunta que eu fiz ao senhor, o senhor já me respondeu, e eu não voltar a ela.

Muito obrigado. Já está gravado, o senhor já admitiu que concordou comigo...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não concordei, Deputado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Concordou, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. A resposta já foi dada e está na fita.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero passar a palavra ao próximo orador, Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Depoente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O Deputado Luiz Couto figura aqui como titular.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sou titular.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, vamos recomeçar o tempo de dez minutos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Obrigado.

Sr. Jacinto, o Deputado Valdemar Costa Neto diz, na entrevista, que os recursos que eram recebidos eram para pagamento de contas da campanha do PL, porque o PL deveria ter o percentual de 5%, e foi feito um acordo para ajudar na campanha do PL.

V. Ex<sup>a</sup>, de vez em quando, fica em dúvida se foi para pagamento da campanha majoritária ou se foi... Então, o Deputado está dizendo aqui, na revista **Época**, que o dinheiro era para...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe, eu não estou ouvindo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Deputado Valdemar Costa Neto diz que os recursos recebidos, de que V. Ex<sup>a</sup> era o emissário, eram para pagar dívida

de campanha do PL. V. Ex<sup>a</sup> tenta, a cada momento, dizer que teria sido para a campanha majoritária da Presidência. Então, ele diz aqui, na campanha. É importante isso aqui.

V. Ex<sup>a</sup> diz o seguinte: que recebeu recursos da SMP&B lá em Belo Horizonte; foi várias vezes lá e recebeu pacotes, que V. Ex<sup>a</sup> entregava para o Deputado Valdemar Costa Neto. Também V. Ex<sup>a</sup> recebeu em hotel, e recebeu da Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos. Foi sempre nos hotéis? Foi a Simone que repassou para o senhor?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, quando eu fui ao hotel, foi.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Lá em Belo Horizonte, também foi a Simone que repassou esse dinheiro para o senhor?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não sempre. Eram funcionários, eram outras pessoas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Algum momento, Valério chegou a repassar para o senhor pessoalmente?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não me lembro de ele ter-me entregado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não se lembra.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não me lembro de ele ter-me entregado o envelope propriamente. Acho que ele mandava sempre outro funcionário.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – No escritório da SMP&B aqui de Brasília, o senhor também esteve?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Estive.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quem é que repassou para o senhor no escritório aqui?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A D. Simone.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Além disso, o senhor disse que recebia pacotes, mas também o senhor recebia autorização da Sr<sup>a</sup> Simone para realizar saques. É isso mesmo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim. Deputado Luiz, eu só queria fazer uma correção.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pois não!

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu vou pedir perdão ao senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Na situação anterior, o Deputado Fleury afirmou que eu tinha admitido ter recebido recursos ilegais. Eu não disse isso. Eu quero que se registre: eu não disse que eram recursos ilegais como tais, porque eu partia do princípio de que eram recursos da campanha do Presidente Lula. Então, eu não podia dizer isso. Eu queria deixar registrado isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Então, o senhor também recebia autorização da Srª Simone para fazer saques no Banco Rural?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ela, ela, ela... Eu a encontrei uma ou duas vezes no Banco Rural, e ela me ligava e dizia para ir lá.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

O senhor tem alguma relação com a Empresa Garanhuns?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O Sr. Marcos Valério mencionou o nome da empresa, que o senhor teria mencionado o nome da empresa Garanhuns. O que o senhor diz sobre isso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, deve ter sido um equívoco dele, Deputado. Eu não tenho relação, não conheço a empresa Garanhuns.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, como o Sr. Valério afirma isso no depoimento, eu também vou solicitar acareação do Sr. Jacinto Lamas com o Sr. Valério, para que essa divergência ou essa contradição seja revelada.

Além do senhor, também seu irmão foi ao Banco Rural pegar dinheiro e repassou para o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Foi uma vez, sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Uma vez.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Só que com a diferença de que o senhor trazia em pacote; na dele, a afirmação é que ele vinha numa caixa, não é?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Numa caixa. Já vinha o dinheiro numa caixa.

O senhor estaria disposto a fazer essa acareação com o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Olha, eu não vejo problema, Deputado, porque eu imagino que ele tenha-se confundido numa situação lá.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Com certeza.

Mais uma questão que eu gostaria de fazer ao senhor. O senhor disse que não conheceu, que não teve nenhuma relação com o Delúbio Soares, que não teve nenhuma tratativa com ele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Não, senhor! Nunca tive!

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – A informação que o senhor tem é que o Sr. Delúbio autorizava? Porque, em algum momento, o senhor disse que era Delúbio que repassava os recursos.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É, mas isso aí...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quem repassava era a empresa do Sr. Marcos Valério, por meio de diversas pessoas.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O senhor está me perguntando?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O que eu disse foi que o Dr. Delúbio Soares ligava para o Deputado Waldemar ...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas é porque foi perguntado ao senhor: “Era o Sr. Delúbio Soares que repassava? E o senhor disse: “Sim”. Então...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Era a informação que eu tinha.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ele autorizava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele autorizava, nesse sentido...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas não era que... Ele não repassava: ele é quem autorizava.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ele nunca fez um repasse pessoal para o senhor, entregando dinheiro, ou entregando cheque, ou pacote, ou envelope?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não. Muito bem!

O senhor conhece o Sr. Emerson Palmieri?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não conhece. E conhece o Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não. Só de imprensa, só de vê-lo na tevê.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não mantém nenhum relacionamento com ele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O PL, em 1994/98, apoiou o Governo do PSDB, não foi? Em 1994 e 1998, na eleição?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. O PL, ao que me consta, foi Oposição, ao que me lembro. Ele foi Oposição ao Governo PSDB.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Na eleição, ele votou em quem? O senhor não sabe, não é?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em 1994/98, o PL não apoiou o PSDB, na minha memória, salvo engano.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

O senhor conhece o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Absolutamente, não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – A informação era de que o senhor recebia esses recursos e os repassava para o Sr. Waldemar, que era para pagamento do que alguns chamam de “mensalão”. O senhor alguma vez viu o Sr. Waldemar Costa Neto pagar mesada para os deputados do PL com esses recursos que o senhor repassava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, eu estou satisfeito, embora não possamos ter mais informações, e teremos posteriormente uma acareação, para que algumas dúvidas possam ser retiradas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos aguardar um minutinho só a retirada do depoente, mas, em seguida, vou passar a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu estou com receio de que, no fim de toda essa investigação, os tesoureiros acabem presos, e o resto parece que vai passar ao largo. Espero que não.

E eu estou, para dizer a verdade, até com pena do senhor, porque, ao contrário do que outros falaram, o senhor hoje confessou vários delitos que infringem a lei. Vários delitos.

Só para se ter uma idéia, veja o que diz a lei do colarinho branco, do sistema financeiro: “Manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação. Pena: de um a cinco anos de cadeia”.

E diz a legislação dos crimes contra a ordem tributária: “Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias. Pena: reclusão de dois a cinco anos.”

Isso sem falar que, tendo uma organização com mais de dois, entra na formação de quadrilha.

Isso sem falar, ainda, no outro do artigo que possibilita também “efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas. Reclusão de dois a seis anos”.

Todos esses artigos, pelo que ouvi aqui hoje. E eu não preciso explicar muito ao senhor, porque o senhor é bacharel em Direito, não é?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Todos esses são delitos que, se eu dissesse que era no narcotráfico, eu diria que o senhor foi a “mula” na história, porque foi o transportador. Só que aí o senhor não fez tráfico de drogas; o senhor fez tráfico de dinheiro; e tráfico irregular de dinheiro, ilegal de dinheiro. E não

adianta o senhor ver essas pessoas que colocam as drogas em redor do corpo. Elas vão dizer: “Eu nem sei quem é que vendeu, nem sei para onde vão chegar; só sei que vou levar de doze a vinte anos de cadeia. É isso que leva o transportador.

E o senhor hoje assumiu, com a maior tranquilidade do mundo, a figura do transportador. Com a maior tranquilidade do mundo. Eu ficaria nervosíssimo. Eu ficaria preocupadíssimo. Eu estaria falando com a CPML: “O que vocês querem saber, desde que eu possa entrar na delação premiada, desde que eu possa entrar nessas coisas?” Porque o senhor assumiu para o seu colo delitos que, somados, dão vinte anos de cadeia! E o senhor botou no seu colo isso. Acho até que aquilo que foi pedido, o processo administrativo, é o de menos.

E quero dizer mais: o senhor assumiu mais. O senhor assumiu que o senhor, como tesoureiro do PL, e o Delúbio, como tesoureiro do PT, fizeram um conchavo para botar dinheiro por fora da legislação! E o senhor assumiu isso com a maior tranquilidade aqui hoje. Isso só já era ruim, mas, se pensarmos que PL e PT são o Governo hoje, fica pior.

Então, essas leis aqui não foram feitas para partido de Governo cumprir? Essas leis aqui são para enfeite, para botar na prateleira e para dizer para esquecermos?

Quantas vezes o senhor foi ao Banco Rural e assinou esses recibos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – O senhor está perguntando?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Todas as vezes em que o senhor foi ao Banco Rural, o senhor assinou esses recibos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tenho segurança de ter assinado todas as vezes que fui lá, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Muitas vezes recebeu numa sala, segundo o senhor disse; não foi no caixa; recebeu de alguém, possivelmente o gerente do banco ou alguém indicado por ele. O senhor recebeu da mesma forma que traficante recebe, por baixo do pano, sem cumprir nenhuma dessas legislações aqui! O banco que deu isso para o senhor! Já era para ter uma ação no Ministério Público para fechar essa instituição, se isso aqui vale alguma coisa! Se essa lei vale alguma coisa, essa instituição bancária era para estar sendo fechada, porque não é possível! A legislação principal do sistema financeiro, pelo que o senhor disse aqui hoje, foi burlada, e com a maior tranquilidade do mundo!

O que quero dizer é que disseram que esse dinheiro que deram para o senhor foi de empréstimo. Como

é que eles lançaram R\$10 milhões desse empréstimo? Como é que eles lançaram? Onde foram parar R\$10 milhões desse empréstimo que foi parar na sua mão? Porque tinham que lançar. Se veio de um empréstimo legal, isso tinha que ser lançado legalmente para onde foi. Mas, se o senhor nem assinou recibo, se o senhor nem assinou coisa nenhuma, como é que eles iam provar que foi? Ou eles botaram lá no empréstimo que foi para o Sr. Valdemar? Não botaram não, porque essa lista surgiu agora com as CPMLs.

Estou impressionado! O que fico impressionado é que, se um coitado rouba um xampu lá adiante, ele passa na cadeia no mesmo momento. Aqui estamos falando de R\$10 milhões que não cumprem legislação nenhuma. Nenhuma! E de R\$10 milhões que não cumprem legislação nenhuma dos dois partidos que estão na Presidência da República! Será que estamos aqui tapando o sol com a peneira? Ou estamos querendo dizer: “Não, o senhor é só, é só...” Quer dizer, se lhe mandassem matar alguém, o senhor iria matar, porque estaria cumprindo ordem. Se lhe mandassem roubar alguém, o senhor iria roubar.

Mas o senhor roubou. No momento em que o senhor pegou dinheiro sem estar registrado, o senhor roubou os cofres públicos do imposto que deveria ir para os cofres públicos e que não foi. E nem vai!

Então, é isso que eu quero. Eu acho que o senhor está assumindo muita coisa, com a possibilidade de perder o emprego, com a possibilidade de responder a vinte anos de cadeia, e o senhor achar que isso é brincadeira de criança.

Eu queria fazer um apelo ao senhor. Eu queria que o senhor, agora, fizesse um compromisso com a CPML - se quiser, fazemos reunião reservada -, e o senhor conte tudo o que sabe, porque aí dá para acreditarmos na boa-fé. Aí dá. Porque o senhor já assumiu coisas terríveis. Se o senhor só dissesse aqui: “Não, só mandaram eu ir num banco pegar um pacote, e eu trouxe”; mas o senhor já disse que sabia que era dinheiro; o senhor já assinou até recibo umas vezes, outras vezes não. Quer dizer, o senhor já confessou aqui todos esses delitos de que estou falando, que configurei, e delitos que, se o povo brasileiro quiser seriedade, têm que ser levados a sério. Porque, ora, para ladrãozinho pequeno, a lei; para ladrão graúdo: “Não, aí foi um desvio de conduta, aí foi um problema de um acerto, aí...”

Nós estamos falando de coisas muito graves, Sr. Lamas! Muito! E o senhor hoje simplesmente puxou tudo isso e botou no seu colo.

Eu quero fazer este apelo ao senhor: vamos fazer uma reunião reservada, o senhor vai contar com a boa vontade da CPML, tanto no processo disciplinar

quanto nos processos penais que o senhor vai responder. Como eu disse, o que transporta a droga não está eximido, não ficou extinta a punibilidade dele não; pelo contrário, ele participa. O que transporta dinheiro sujo também participa. E eu acho que está na hora de o senhor, que é o menor, que não é o que nós procuramos não.... O meu medo é que tudo vá acabar no seu colo; esse é que é o meu medo. Nós não estamos procurando o senhor não. Nós estamos procurando de onde veio o dinheiro que abasteceu isso – isso nós estamos procurando – e para onde foi o dinheiro que foi dado nessas contas, para quem foi, indevidamente. Isso nós estamos procurando.

Por isso, eu queria saber de V. Sª se não gostaria de fazer uma reunião reservada conosco, de abrir tudo o que sabe, abrir seu coração, abrir: “Olha, recebi aqui; vi; quando recebia, vinha isso, vinha aquilo; sem mais detalhes aqui, eu quero contar para vocês os detalhes”. Aí o senhor vai se beneficiar pela presunção de boa-fé sua. Pela presunção de boa-fé. Agora, se o senhor continuar restrito, da forma que nós vimos... Como eu disse: o senhor já praticamente disse tudo o que configura esses delitos. Veja que eu li os delitos da Lei do Colarinho Branco, dos crimes contra a ordem tributária e do Código Penal, que o senhor conhece bem.

Então, se nós não tivermos uma atenuante para o senhor, é capaz de os outros ficarem rindo, e o senhor ficar com o rojão no seu colo. E é isso que eu não quero. Eu não quero o rojão no colo do menor. Eu quero o rojão naqueles maiores, que articularam tudo e que hoje estão querendo jogar vocês na fogueira.

Então, isto que eu queria saber e faço um apelo ao senhor: vamos fazer uma reunião reservada, que o senhor se resguarnea na parte cível e penal, o senhor mostra boa vontade aqui para a CPML, e vamos contar tudo o que o senhor sabe e abrir seu coração?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** - Deputado, eu, infelizmente, é o que eu sei... Eu não tive má-vontade, eu não fui além disso. O problema é que parece que um tesoureiro é sempre um supertesoureiro, um articulador...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, aí não parece nada, perdoe-me; não parece nada, porque o senhor já disse tudo o que fez. Então, não tem parece, não tem... Nós não estamos supondo. O senhor já disse o que fez, e eu estou lhe ouvindo aqui atentamente há umas quatro horas mais ou menos. Eu estou ouvindo, e o senhor já disse isso.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** - Para mim, Deputado, naquele momento, eram recursos normais, legais que o Deputado Valdemar estava recebendo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não existe recurso normal! O senhor é bacharel, o senhor

é assessor legislativo! Quando é que o senhor foi num banco, pegou dinheiro e nunca assinou recibo nem coisa nenhuma? Quando? Quando o senhor fez isso na vida? Foi num banco, foi para uma salinha pegar dinheiro, para me dizer que isso é coisa normal? Agora, se o senhor quer abraçar sozinho, é seu problema. É seu problema.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, é que eu não sei além do que estou lhe dizendo. Realmente eu não tenho essas informações que o senhor procura.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu dispenso a oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, chamo agora os ausentes. Não vou nem declarar a ausência deles... E eu vou...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a palavra, ainda, ao presente Deputado Daniel Almeida.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Apenas, se existe alguém mais inscrito... V. Ex<sup>a</sup> está achando que aqueles que não foram chamados não estavam presentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, é que fechamos as inscrições às 13 horas, e agora não há mais como inscrever.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Estou inscrito e vou até dispensar a fala. Mas devo estar inscrito aí, como titular. E, se não estou inscrito...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não encontrei o nome de V. Ex<sup>a</sup>, mas, de qualquer forma...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu fiz a inscrição bem antes das 13 horas, quando estava presidindo aqui o Senador João Batista Motta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. V. Ex<sup>a</sup> está, mas vai declinar.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, permita-me então.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas ainda não chegou o seu momento. Quero consultar a Mesa. (Pausa.)

Tem toda a razão. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito aqui até o horário marcado. V. Ex<sup>a</sup> declina da palavra ou vai fazer uso dela?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, na verdade, quis apenas saber se estava inscrito, até porque fizemos a inscrição antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É que me passaram a lista, mas o nome de V. Ex<sup>a</sup> não estava nela.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Consultando os nossos Deputados e Senadores, fui alertado de que muitas das perguntas até agora realizadas foram as mesmas. Apenas para cumprir o meu papel de Senador e por ter acompanhado parte desta oitiva, queria tirar uma dúvida aqui referente ao depoente. Gostaria de saber se ele recebe por mês do PL; o PL lhe paga por mês?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vive com quê? Trabalha com advogado, empresário...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Meu salário de servidor.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Como?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu sou servidor público.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Trabalha gratuitamente para o PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, no PL eu não tenho... Eu só tinha cargo...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Buscou todos esses recursos apenas por paixão? Serviu de cegonha no transporte desse dinheiro apenas por paixão ao PL ou por alguém, sei lá?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Senador. Eu estava lotado no PL, trabalhando no PL quando fiz isso.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Como tesoureiro?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E não era pago?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, o tesoureiro não é remunerado. A tesouraria não é remunerada.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Prestava serviço gratuitamente? Buscava dinheiro sujo sem nenhum custo?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, Sr. Senador... Eu...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Nunca...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu era do partido, eu era cedido ao partido para trabalhar na tesouraria.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Nunca depositou nada na sua conta desses recursos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pergunto porque o Delúbio, do PT, recebia por mês.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Era pago para roubar o dinheiro público. E V. Sª levava o dinheiro público. Não roubava, porque apenas transportava...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu tinha o meu salário e vivo do meu salário.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quanto ganha por mês?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Está no meu depoimento na Polícia Federal.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Só para eu saber, porque cheguei tarde.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em torno de R\$19mil, Senador. Sou funcionário concursado de carreira. Isso já foi respondido.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para encerrar, o senhor se considera um “laranja” do PL e do ex-Deputado Valdemar?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Então, o senhor fez com convicção?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Também não, Deputado. Eu cumpri uma ordem do Presidente. Eu quero deixar claro que...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Você não merece o troféu laranja? Não pegou recurso, não depositou na sua conta, sabia que o dinheiro era sujo, sabia que era irregular, não pegava recibo...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não sabia que o dinheiro era sujo, Deputado! Em momento algum, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É Senador.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Desculpe-me, V. Exª é Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Não tem problema, fui Deputado também.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Mas não sabia que dinheiro, que houvesse algum recurso ilegal. Eu, realmente, em momento algum admiti isso na minha consciência, que fosse algum recurso ilegal. Para mim, eram recursos do PT.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eram do PT. Achava que era legal. V. Sª diz que fez um trabalho legal, um trabalho limpo, achava que fosse limpo, não se considera um “laranja”, que foi usado. Não te usaram?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não me considero um laranja.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Não te usaram?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Não te usaram? Então fez com convicção? Com conhecimento?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Estava cumprindo ordens do meu Presidente, Sr. Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Podia dizer o seguinte: mereço um troféu laranja do PL, do Valdemar, seja o que for. Seria melhor para sua defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a palavra ao Deputado Daniel Almeida, que é o último dos presentes titulares. Terminou a lista dos titulares.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, nobre Relator, há algumas questões que me parecem merecedoras de indagação, mesmo que as indagações, em muitos casos, não tiveram uma resposta satisfatória, e creio que poderiam ajudar a esclarecer.

Quando e qual a razão que levou V. Sª a se afastar da Tesouraria do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu me afastei em 28 de fevereiro. Depois de uma situação... eu cuidava no Partido da parte de entregar fitas e produção de programas de televisão, e como o senhor estava aqui no início me ouviu aqui dizer, e uma das funções era exatamente as comunicações às redes de televisão, quando eram concedidos os programas e inserções, eu tinha que comunicar se o Partido ia usar as inserções. Em fevereiro, em função de vários motivos, me esqueci de fazer essa comunicação a uma rede de televisão importante, e perdemos quatro dias de inserções. E isso gerou um desgaste enorme com o presidente. Eu diante daquilo pedi o afastamento...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Suas relações com o Presidente então ficaram abaladas, diferentes a partir de então?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Pedi afastamento por esse motivo.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª, durante o depoimento, fez algumas afirmações a respeito dos recursos que V. Sª pegou, transportou, recebeu de Marcos Valério, Simone etc. Às vezes, V. Sª afirma que foi para saldar, que Valdemar teria informado a V. Sª que foi para saldar dívidas da campanha de 2002. Às vezes, V. Sª afirma que foi para saldar dívida da campanha de presidente, ou para saldar dívidas do PL. Eu queria que V. Sª fosse mais preciso a esse respeito. O que o ex-Deputado Valdemar Costa

Neto informou a V. Sª a respeito da destinação desse dinheiro? Foi para saldar dívidas do PL, referente à campanha de 2002?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele disse que eram para saldar dívidas com fornecedores, que ele tinha se comprometido com eles durante a campanha de 2002.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Campanha do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Campanha de 2002. Não fez referência do PL.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. Sª diz que teve contatos com o Sr. Marcos Valério e que esses contatos foram feitos na sede do PL, por vezes teve contato com Marcos Valério na sede do PL. Foram muitas essas vezes? Uma, duas, três? Era freqüente a presença do Sr. Marcos Valério na sede do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Não era freqüente. Ele passou duas ou três vezes à procura do Deputado Valdemar Costa Neto para conversas que queria ter com ele.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Essas conversas aconteciam? Ele passou e não encontrou Valdemar? Valdemar recebeu ele na sede do PL? Como essa coisa se deu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ele não encontrou nenhuma vez o Deputado Valdemar Costa Neto na sede do PL. Ele foi procurá-lo no seu gabinete parlamentar.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Não seria um pouco estranho uma pessoa, com tantas atribuições, com uma assessoria de funcionários, técnicos, com tantas possibilidades de agendar contatos, ele procurar, bater na porta, procurando alguém, sem saber que o procurado estaria para o receber? Ele foi lá, bateu na porta, não encontrou o Valdemar. Não seria estranho isso?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Aconteceu, Deputado. Aconteceu de ele aparecer lá. Eu realmente não sei fazer juízo disso.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Ainda uma questão que me parece duvidosa ou que precisaria de um esclarecimento: V. Sª esteve com a Simone Vasconcelos para receber envelope, segundo V. Sª afirmou, em princípios de junho de 2003, num hotel em Brasília, no Kubitschek Plaza. Essa foi a primeira vez que V. Sª recebeu alguma encomenda para Valdemar Costa Neto com essa origem ou essa não foi a primeira vez?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Essa foi a primeira vez, em Brasília, acredito. Não me lembro de outras...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Essa foi a primeira vez?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não me lembro de outra situação.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – E a que V. Sª atribui a informação que Valdemar Costa Neto dá na entrevista da *Época*, dizendo que V. Sª foi designado, em fevereiro de 2003, para ir a Belo Horizonte receber uma encomenda, e nessa encomenda havia cheques que correspondiam a R\$800 mil e que esse cheque foi entregue a Valdemar, em São Paulo? V. Sª afirma que teve o primeiro contato...

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em Brasília.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – ...recebeu as primeiras encomendas, em junho, da Simone num hotel em Brasília. E o Valdemar informa, na entrevista que deu à *Época*, que V. Sª foi portador de uma encomenda e levou essa encomenda a São Paulo, entregou pessoalmente, e isso correspondia a R\$800 mil. Qual é, então, a primeira vez: foi essa de fevereiro ou a de Brasília, com a Simone?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Anteriormente eu me havia referido ao assunto. Em Brasília, a primeira vez que eu estive com a Simone foi aquela mesma. Agora, quando estávamos tratando ainda de programação visual do Partido com a SMP&B, houve essa ocasião a que o Deputado Valdemar se refere de ter estado lá e recebido esses envelopes que eu levei para ele, mas não foram abertos. Eu não sabia o conteúdo deles, que hoje na entrevista parece... Ele disse que eram cheques...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Essa contradição não está clara, pelo menos para mim, porque o Valdemar, na entrevista, afirma que esses eram recursos decorrentes do acerto que teria feito para a eleição de 2002. E no depoimento que V. Sª faz na Polícia Federal, afirma que o primeiro contato que teve para tratar de relações entre a SMP&B e Marcos Valério teria sido em junho de 2003. Portanto, a contradição permanece.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Ali, desculpe, Deputado, ali, quando perguntado, eu entendi como uma pergunta no Banco Rural ou em Brasília. Isso realmente parece contraditório por isso. Entendi como uma pergunta: em Brasília, a primeira vez que o senhor esteve... Eu entendi assim a questão. Por isso, respondi dessa forma. E lá, em Belo Horizonte, eu não sabia que se tratavam de recursos, porque para mim era um envelope que tinha que ser entregue para o Deputado. E ele, posteriormente, concedeu essa entrevista, após o meu depoimento, dizendo que era isso.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Aí tem que ajustar as datas agora.

Sr. Presidente, eu encerro por aqui, com a convicção de que nós precisamos levar adiante a quebra do sigilo bancário, fiscal, de todos esses que estão prestando depoimento, das empresas, como já está anunciado, que devemos montar uma equipe técnica para fazer a análise desses documentos, porque os depoimentos que temos feito, os depoimentos que são prestados aqui nesses últimos dias têm contribuído muito pouco. Nós temos que continuar fazendo os depoimentos, mas nos debruçarmos principalmente sobre a análise dos documentos que possam revelar as contradições, os dados, os elementos. São muitos os números, as informações, e o Brasil quer a verdade. Nós temos o desafio de produzir a verdade e de fazer os esclarecimentos sobre os fatos. E o que se verifica aqui é que há pouca vontade de contribuir no sentido de encontramos essa verdade.

Portanto, fico por aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE.** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o 1º suplente inscrito, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tenho apenas uma pergunta e uma rápida consideração ao depoente.

A primeira pergunta é: em que época o depoente, o Sr. Lamas, deixou de ser tesoureiro, e foi transferido para o gabinete da Liderança do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em 28 de fevereiro deste ano, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Deste ano. E aí o senhor passou a fazer parte do gabinete da Liderança do PL, Sandro Mabel?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Durante o período em que o senhor recebeu todos esses recursos, durante todo o período, o senhor foi o tesoureiro, ou depois que o senhor passou para o gabinete da Liderança, o senhor continuou recebendo alguns desses pagamentos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Após a minha saída da tesouraria, e mesmo bem antes, não tinha mais recebimento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Há uma outra controvérsia aqui que o senhor poderá nos esclarecer. Nessa relação apresentada pelo Sr. Marcos Valério, ele apresenta inicialmente alguns pagamentos, num total de seis milhões, que foram encaminhados ao Deputado Valdemar Costa

Neto por intermédio da Garanhuns. Depois, há um interregno, um curto interregno, acho que de um mês, e aí recomeçam os pagamentos de cem mil, duzentos mil; cem mil, duzentos mil; um de 350 mil, e pagamentos maiores no meio de 2004. As datas não coincidem porque, segundo as suas informações, o senhor teria recebido o primeiro pagamento, em um hotel, da Sr. Simone. Em que mês?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Olha, eu acabei de explicar ao outro parlamentar que me perguntou, Deputado, que realmente em Brasília é esse período aí. Começa em junho de 2003?

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Na relação do Sr. Marcos Valério começa em setembro, em 16 de setembro seria o primeiro.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – De 2003?

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – De 2003.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em Brasília?

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Não diz o local.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – É que o Marcos Valério quis dizer...o que eu quis dizer aí, no depoimento que fiz, é que as remessas de dinheiro em Brasília começaram nessa época.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Em que época?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em setembro de 2003.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Mas não foi isso que o senhor disse em depoimento na Polícia Federal.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu não estou entendendo. Deixe-me só ver aqui as entradas, porque eu me perco com essa...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Pois não. O senhor fique à vontade. Pode até consultar o seu advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor tem um tempo para consultar as suas anotações.

Deputado Mendes, V. Ex<sup>a</sup> que é um especialista na delação premiada, não fez nenhum apelo para que o depoente, ou esse quadro não se enquadra na delação premiada, *stricto sensu*?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Estou ficando cansado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode consultar as suas anotações. Já consultou? Pode responder.



**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, no meu depoimento, eu disse que os primeiros pagamentos feitos em Brasília realmente eu recebi da D. Simone nesse período, em dinheiro. Em dinheiro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Qual o período?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Por volta de setembro... junho de 2003. Segundo o meu depoimento, junho de 2003. Foram num hotel. Duas ou três vezes que fui ao hotel.

Agora, houve, anteriormente, a questão dos envelopes em Belo Horizonte, que foram no início de 2003. Fevereiro de 2003, por aí.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Não está esclarecido, mas eu imagino que o senhor não consiga realmente esclarecer, porque o senhor faz um depoimento detalhado que em junho de 2003 o senhor esteve no hotel. Diz o hotel, diz o quarto da Srª Simone. O senhor foi ao quarto, recebeu o envelope pardo grande contendo no seu interior uma quantia em dinheiro. É uma descrição muito detalhada, que não coincide com as suas informações de hoje e nem com a relação do Sr. Marcos Valério.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, essa foi a... Eu disse, no meu depoimento, que essa foi a primeira vez que eu recebi dinheiro, aqui em Brasília, no hotel, com a D. Simone. Realmente foi isso que eu disse.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Eu queria uma consideração e uma rápida pergunta. No mundo todo, hoje, é considerado que o grande problema por que passa a civilização, um dos grandes problemas está ligado ao tráfico de drogas e armas. E é preciso um esforço mundial para combater o tráfico de drogas e de armas. As drogas são usadas pelos viciados e isso estimula novos crimes para ter o dinheiro para comprar as drogas. As armas são usadas em assaltos, também na delinquência. Por isso, é preciso combater o tráfico de drogas e de armas de uma forma prioritária. Por outro lado, o recurso advindo vai ficando de uma forma tão concentrada nas mãos desse crime organizado, que eles começam a criar um estado paralelo, enfrentando a polícia, enfrentando o Exército e criando situações como as que estamos vendo na Colômbia e em outras regiões do mundo.

Por isso a legislação do mundo inteiro tipifica alguns crimes como os mais graves – tráfico de drogas e de armas, crime organizado, lavagem de dinheiro –, para combater justamente o tráfico de drogas e armas e dificultar a lavagem do dinheiro. A sonegação fiscal, a evasão de divisas, crimes contra o sistema financeiro e os crimes hediondos.

Esse conjunto de crimes recebe um instituto chamado de delação premiada que só existe para esses crimes gravíssimos, que é a possibilidade de a pessoa que colabora para desmontar o esquema receber até a comutação da pena, até a extinção da punibilidade ou uma redução da pena.

O caso a que nós estamos assistindo se encaixa perfeitamente em tudo isso. Lá atrás, nós não imaginávamos, quando o Deputado Roberto Jefferson disse que o PT alegara que não podia pagar os dezesseis milhões que estava devendo porque doleiros tinham sido presos, nós não imaginávamos que havia sido montado um esquema internacional com recursos nas Bahamas para financiar esse caixa dois. Hoje nós estamos conhecendo uma parte dessa realidade tenebrosa.

Eu queria perguntar se o seu advogado não lhe sugeriu, em nenhum momento, justamente tentar se encaixar e usufruir o beneplácito da delação premiada? Porque se encaixa perfeitamente nesses crimes.

O Deputado Moroni falou de uma forma, até exaltada, mas com toda calma o senhor vai poder analisar com o seu advogado. O senhor está incurso nesses crimes tipificados para os quais são cominadas penas, prisão! São penas altas! O senhor já pensou nisso? O seu advogado nunca lhe sugeriu a delação premiada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando – PMDB – RO) – É um apelo que V. Exª faz, não é? Certamente o depoente irá refletir sobre esse apelo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Só um detalhe, Senador Amir Lando. Tentei estudar um pouco a jurisprudência brasileira sobre essa questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Até sugeriria a V. Exª, aqui da Mesa, que entendo que, neste caso mais do que nunca, se verifica a hipótese – e V. Exª como especialista expôs a tese, e o apelo foi feito. Certamente...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Mas é um detalhe de dois segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ouvi-lo.

**ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – É o seguinte: como no Brasil a delação premiada não é automática, precisa uma negociação com o Procurador, com o Promotor, com o Ministério Público, há já decisões que dizem que, de uma forma subsidiária, essa negociação, no caso das CPIs, podem ser feitas com o Relator ou com o Presidente da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Era exatamente isso que eu ia dizer. Podemos intermediar esse fato. Agradeço a V. Exª e entendo que o depoente irá refletir profundamente sobre a hipótese aventada por V. Exª, muito bem edificada, em termos teóricos e em termos concretos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Jacinto Lamas, o senhor recebeu, diversas vezes, o dinheiro do acordo entre Valdemar Costa Neto e Delúbio Soares. Sabia da origem?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – A origem, como expliquei aqui, Senador, que o Deputado Valdemar me disse, era das mãos do Sr. Delúbio para ele. Essa era a origem que recebi como informação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Questionou, em algum momento, a origem? Era muito dinheiro. Questionou?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor, não questionei, porque determinou que eu apanhasse...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Nunca se sentiu intimidado, constrangido, por não saber a origem do dinheiro que estava recebendo, que estava chegando nas suas mãos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Eu considerava que essa origem era supostamente legítima, porque o Deputado Valdemar dizia que eram recursos da campanha do Presidente Lula.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É grave o que V. Sª acaba de dizer agora.

Teria informações de que parte desse dinheiro poderia ter vindo de contas no exterior? A Srª Simone Vasconcelos, da SMP&B, afirmou que o dinheiro entregue à Garanhuns era posteriormente repassado ao Sr. Valdemar Costa Neto. V. Sª sabia que o dinheiro poderia ter vindo do exterior?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Participou, em algum outro momento da sua vida, antes disso, de algo parecido?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tem idéia do volume total que recebeu?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – As cifras são conflitantes, Senador. Não tenho idéia do volume total...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Por exemplo, o Sr. Marcos Valério declara que teria sido 10,8 milhões; Costa Neto, que teria sido apenas 6,5

milhões. Confia em alguma das versões; optaria por alguma delas nesse FLA x FLU?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tenho condições, porque realmente não tenho essa informação, eu não contava os valores.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Costa Neto, em entrevista à revista **Época**, afirmou que o dinheiro começou a ser negociado nas conversações que visavam fechar o apoio ao Presidente Lula, em 2002. Mais adiante, na mesma entrevista, ele disse que na campanha o PL não teria recebido nenhum centavo e que, portanto, teria recebido depois, em 2003, via Sr. Marcos Valério, para pagar fornecedores. Eu lhe pergunto, com muita sinceridade, sei que estou diante de um homem de responsabilidade, funcionário da Câmara, com muito a perder – e espero que não perca nada: V. Sª acredita nessa versão ou acreditaria, a esta altura, como brasileiro, com dever para com a Pátria, de que seria mais recurso para mensalão de deputados do PL?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Senador Arthur Virgílio, em momento algum, ouvi essa menção a mensalidades ou regularidades de pagamentos. Para mim, vale a versão do Presidente Valdemar de que... valia ali a informação que eu tinha. E ele reclamava freqüentemente do não-cumprimento desse compromisso do Dr. Delúbio com ele.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Para V. Sª tudo que o Sr. Valdemar dissera naquela entrevista tende a ser verdade?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tenho outra informação que me leve...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

As informações disponíveis dão conta de que as entrevistas ao Banco Rural coincidem com as datas de votações importantes na Câmara dos Deputados. Isso, para sua análise, de novo como brasileiro, lhe cheiraria a idéia do mensalão, da compra de consciências, de votas aqui e vais receber acolá?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Como eu disse anteriormente, Senador, naquele momento, eu não fazia ligação nenhuma de votação com o recebimento de recursos. Por quê? Ele informou firmemente que era esse compromisso e eu não estabelecia nenhuma ligação entre um fato e outro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Sª participa de um momento que é de extrema gravidade para o País e tenho certeza de que hoje está consciente disso. V. Sª está consciente de que isso tudo é algo que precisa ser fundamentalmente analisado, revisto, com punições muito claramente expostas. Isso lhe afigura hoje como uma prática anormal que teria que

ser extirpada como um tumor verdadeiro? Está consciente disso V. S<sup>a</sup>?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Valora-ção... Isso o quê, Senador?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tanto dinheiro. Seis milhões de reais, dez milhões de reais. A gente está falando para as pessoas que estão nos ouvindo e as pessoas ainda acham que R\$6 milhões e R\$10 milhões são a mesma coisa porque elas ganham trezentos, duzentos e sessenta.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Hum, hum.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, é muito dinheiro isso, ou seja, alguém recebe um dinheiro e diz assim “mas de onde veio esse dinheiro? Por que estou sendo mandado lá?”

Eu não sou bucha de canhão, eu não quero que V. S<sup>a</sup> vire bucha de canhão. Por isso, lhe recomendaria abrir o coração e falar tudo, falar tudo. Não proteja ninguém porque está em jogo seu futuro, sua estabilidade funcional. Que não lhe deixem como bucha de canhão.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Certo, Senador.

As informações que tive, as informações que tenho são essas. Eu não tenho mais. Eu realmente não conhecia além disso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Chegamos a um ponto – concluo, Sr. Presidente – em que passou a ser natural alguém receber R\$6 milhões ou R\$10 milhões. Um diz que é R\$10, o outro R\$6. Passou a ser natural isso, ou seja, o antinatural virou natural. O natural deixa de ser natural e passa a ser antinatural.

Pensei que o Gabriel García Márquez tinha talento e acho que tem, continuo mantendo essa idéia, mas ele deve estar humilhado porque o surrealismo que se pratica no Brasil hoje coloca Gabriel García Márquez lá no chinelo, ele hoje, coitado, ele, o Steven Spielberg e o pessoal todo da Nasa, a equipe da Nasa toda, porque não é crível que isso possa estar acontecendo em tantas frentes, em tantos flancos.

Mas me dou por satisfeito e agradeço a gentileza e a presteza das suas respostas, Sr. Depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a todos e convoco a todos para que investiguemos, indo a fundo e trazendo a verdade a lume. Nada mais temos que fazer. A Mesa Diretora dos trabalhos está imbuída desse propósito.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do Partido Liberal, V. S<sup>a</sup> confirma o que

disse na Polícia Federal, em depoimento prestado no dia 2 de agosto, que, algumas vezes, se dirigiu a uma agência da SMP&B, tanto em Belo Horizonte, quanto nas agências do Banco Rural, no Brasília Shopping, a mando do Presidente do partido Valdemar Costa Neto para receber encomenda de Delúbio para assumir compromissos de campanha de 2002?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – V. S<sup>a</sup> confirma também que em alguns momentos se encontrou com a Sr<sup>a</sup> Simone Vasconcelos, Secretaria da SMP&B no Hotel Mercure?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – V. Ex<sup>a</sup> também confirma o que disse na Polícia Federal, que, em algum momento, se encontrou com a Sr<sup>a</sup> Simone no Hotel Kubitscheck?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim, encontrei.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – V. S<sup>a</sup> confirma o que disse à Polícia Federal, que não tinha conhecimento dos valores transportados visto que os valores normalmente lhe eram entregues dentro de envelopes e que esses envelopes eram entregues diretamente ao Presidente do Partido, Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – V. S<sup>a</sup> confirma também o que disse na Polícia Federal, que não tem conhecimento do destino dado aos recursos recebidos e repassados ao Presidente do PL, Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – V. S<sup>a</sup> confirma o que disse também na Polícia Federal que o Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, havia lhe confidenciado, quando perguntado por V. S<sup>a</sup> do porquê do recebimento desses recursos, que a origem desses recursos era um acordo não cumprido pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na campanha de 2002?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, confesso que semana passada fui surpreendido com as informações de que o PL havia recebido R\$10,837 milhões, conforme declarado aqui pelo Sr. Marcos Valério: quando o Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, renunciou seu mandato, disse que realmente ele havia recebido esses recursos; que esses recursos eram fruto de acordos não cumpridos em 2002, numa aliança entre o PT e o PL, que no mo-

mento da composição da aliança foi discutido como seria a divisão dos recursos arrecadados na campanha; e que ficou acordado em uma reunião partidária que parte dos recursos arrecadados, cerca de R\$10 milhões ficariam para o PL.

Não entendo muito aquelas palavras, mas a revista **Carta Capital**, dessa semana, traz uma matéria interessante: A típica fraude exemplar. A revista **Carta Capital** acusa a revista **Época** de estar fraudando um exemplar e uma matéria da revista **Carta Capital**, publicada no dia 30 de outubro de 2002. E a matéria da **Carta Capital** do dia 30 de outubro de 2002 traz o relato de toda confissão feita por Valdemar Costa Neto à revista **Época**, na sexta- feira.

Então no dia 30 de outubro de 2002, a matéria da **Carta Capital** já publicada diz o seguinte: que os números do acordo do PL e o PT giravam em torno de R\$10 milhões. Narrou a matéria que realmente aconteceu uma reunião na casa do Deputado Paulo Rocha, com a presença de Delúbio, José Dirceu, do Deputado, que o Presidente Lula veio de São Paulo até Brasília, que o vice-Presidente também acompanhou, porque existiam impasses nas negociações, entre o PT e o PL.

Então quero encerrar dizendo que fiquei surpreso quando na semana passada recebi essa notícia, mas hoje estou aqui com esse exemplar da revista – não justifica nada. Não estou dizendo que os R\$10 milhões que foram recebidos realmente são verbas regulares. Estou dizendo o seguinte, que o acordo realmente existiu e foi publicado em outubro de 2002. Não foi nada inventado agora para dar o destino dos R\$10 milhões que o PL arrecadou.

Encerro assim minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Queria aqui realçar o espírito investigativo de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que realmente é um fato interessante, alguma coisa de 2002, que hoje volta a cena.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Queria passar às mãos desta Comissão o exemplar dessa revista para que fosse providenciada cópia para os Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço.

Peço à Secretaria que o faça tirando cópias, sobretudo que seja arquivado uma via do texto, aqui no arquivo da CPMI.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado João Fontes.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Jacinto de Souza Lamas, eu já sinto realmente que o senhor se encontrar na lama, mesmo.

Queria perguntar – conheço V. S<sup>a</sup> de longas datas e sei que V. S<sup>a</sup> tinha uma intimidade muito grande dentro do PL, já do tempo de Álvaro Vale. Aliás, V. S<sup>a</sup> foi até beneficiário do espólio do ex-Deputado Álvaro Vale. Parece que é uma coincidência na compra de Land Rover, o senhor tem aqui também uma Land Rover, ao estilo do Silvinho Pereira. Parece que essa quadrilha montada tinha uma predileção especial pelo carro Land Rover.

V.S., como tesoureiro, era responsável pela compra dos utensílios domésticos, cama, mesa, banho, da casa do Valdemar Costa Neto, Presidente do PL. Como é que era feita essa compra? Era V.S. que pagava isso diretamente?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Em primeiro lugar, Deputado João Fontes, meus bens estão declarados e foram pagos sob meus recursos. É uma coincidência, o senhor tem razão. Isso está nas minhas declarações de bens, não tenho por que esconder, está à disposição da Comissão. Esses bens o Deputado Valdemar Costa Neto comprava e mandava receber no partido, pelos recursos próprios do partido. Eu mesmo não os comprava.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sim, mas o senhor pagava, era responsável pelos pagamentos? Porque assinava também, era o tesoureiro.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Juntamente com o Deputado Valdemar, assinava com ele. Desculpe-me, mas me perdi na sua pergunta.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Queria saber como eram feitos os pagamentos. V.S. assinava todos os documentos. V.S. participava de todas as reuniões com o Valdemar? Porque V.S. era influente dentro do PL. Não fazia nada sem que o Valdemar soubesse, não fazia nada sem que o Álvaro Valle antes soubesse. V.S. era o homem de confiança do PL. Como eram realizadas essas reuniões para o acerto com o PT, Delúbio, José Dirceu... Conte aqui agora como funcionavam esses acordos.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado João Fontes, o senhor me conhece bem do início da vida do PL, porque o senhor pertenceu ao PL, como eu, lá atrás. Continuei naquele nível que o senhor me conheceu, fazendo os programinhas de televisão do PL, praticando as coisas internas do partido, fazendo os pagamentos, faturas, administrando o partido, mas jamais tive esse status que o senhor está dizendo, o status político, jamais fui convidado... O senhor está com o Deputado que foi do PT ao seu lado e certamente participou de muitas reuniões do PT, na época em que estava lá. Certamente, ele nem poderá confirmar ao senhor ter me conhecido em alguma reunião com

o PT, pois jamais participei de uma reunião com o PT, Deputado João Fontes.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sim, mas o senhor pegava todo esse dinheiro, mais de dez milhões de reais, entregava ao Valdemar e não sabia a destinação, para onde iam esses recursos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Cada hora aparece uma cifra...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – É o que está declarado por Marcos Valério, que foi sacado. Aqui diz dez milhões de reais.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Isso é a declaração dele. Não tinha noção do que acontecia depois. Transferia os recursos para o Deputado Valdemar e...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – E não sabiam os Deputados do PL que eram beneficiários desses dez milhões? O Valdemar ficava com tudo sozinho para ele?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Sim.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Só para ele? Os outros Deputados do PL não receberam dinheiro desses recursos de Marcos Valério?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Que eu saiba não. Parece que tem uma visita de um outro Deputado aí. Mas dos recursos que transferi para o Deputado Valdemar, eu os transferia e não sei o que ele dizia.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – E de onde vinham as luvas que o Sandro Mabel propôs à Deputada Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, para vir para o PL? Um milhão de luvas e mais o mensalão de trinta mil reais por mês, podendo aumentar. Quem pagava, de onde vinham esses recursos? V.S. era o tesoureiro do PL, de onde vinham esses recursos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Cuidava dos recursos oficiais do partido, recursos de fundo partidário. Sobre recursos próprios, não tenho essa informação.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O senhor não sabe como eram pagos esses recursos? Nunca ouviu nem falar nada?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, senhor. Ouvi falar aqui no noticiário, depois do acontecido.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – É, Sr. Presidente, fica muito difícil colhermos algumas informações, porque me parece que todo mundo que senta aí, senta com uma cara de bom moço. Semana passada, vimos aqui o Duda Mendonça ser aqui festejado pela Comissão, com a cara de inocente, chorando e falando da família e, no outro dia, aparecem novas contas

em paraísos fiscais. Parece-me que há... Quem está pagando seu advogado?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Quem está pagando seu advogado? O partido ou V.S?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor quer declarar?

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O advogado não pode falar, estou perguntando ao depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor quer falar quem está pagando? Não vejo nenhuma ofensa.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Não é ofensa, quero saber para poder ver os recursos.

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado João Fontes, afastei-me da Executiva Nacional do Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É o senhor que está pagando?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, não sou eu que estou pagando. O próprio Partido ofereceu-me o advogado, porque, nesse momento em que...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O senhor está afastado da tesouraria e o partido continua pagando seus advogados?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Continuo no Diretório Nacional do Partido.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – E o senhor continua a se encontrar com o Valdemar Costa Neto?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, frequentemente não.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Os senhores não se encontraram para acertar nada do seu depoimento aqui?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não, para isso não.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Fica difícil, Sr. Presidente, porque sabemos que há uma instrução toda antecipada daquilo que vai ser dito aqui e se tem pouco a acrescentar. Ficaremos perdendo tempo aqui. V.S. poderia aproveitar a oportunidade, porque V.S. está incriminado em vários crimes. Formação de quadrilha e bando, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, ninguém sabe a origem desses recursos. Com quem V.S. ia pegar esse dinheiro, no Banco Rural, com a senhora Simone?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Geralmente ia sozinho.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O senhor ia sozinho pegar todo esse dinheiro? Não tinha um motorista, ninguém que lhe acompanhasse?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Deputado, como já disse anteriormente, eram volumes pequenos, não tinha ninguém que precisasse ir.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O Deputado Roberto Jefferson chegou a afirmar que os quatro milhões pesavam 50 quilos, ele comparou com um saco de cimento. V. S. pegou mais de dez milhões de reais e não sabe do peso. Ia sozinho pegar esses recursos?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não peguei dez milhões, Deputado. Não é isso que dizem de mim.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Mas o senhor ia sozinho, não tinha ninguém que lhe acompanhava?

**O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS** – Não tinha.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Está bom.

**O SR.** (Orador não identificado) – Queria fazer uma observação. Achei um caso clássico de conflito de interesses, porque a legislação brasileira é muito clara, o réu está indefeso, é um advogado pago pelo Partido que, evidentemente, vai orientá-lo para defender o Partido. Ele só se incriminou. Penso que é o caso do relator, do Deputado Abi-Ackel, e dos nobres Senadores estudarem a possibilidade de nomear um advogado dativo para o réu.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Até porque, do ponto de vista jurídico, ele está impedido. Um partido que está sob suspeição patrocinar o pagamento de um réu aqui presente é algo que precisa ser apurado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero distinguir que ele veio, nesse momento, na condição de testemunha. Ele não sentou aqui na condição de acusado.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Mesmo na condição de testemunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidente que, se houver incriminações, a titularidade da ação penal caberá ao Ministério Público e o Ministério Público (*Inaudível.*) Aí veria a necessidade de um advogado dativo. Nesse momento não. Nesse momento, realmente ele está aqui na condição de testemunha.

Mas, de qualquer sorte, quero agradecer a presença do depoente, a presença de todos. O último inscrito era o Deputado João Fontes, que já usou da palavra.

**O SR. ADVOGADO** – Sr. Presidente, foi feita referência ao advogado, o senhor me permitiria a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, o advogado não pode...

**O SR. ADVOGADO** – Ele disse que o advogado teria impedimento, porque está sendo pago pelo partido. Só gostaria de registrar que dinheiro nenhum viola a minha consciência e a minha obrigação de bem defendê-lo.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Isso é outra coisa, ninguém está falando com relação a isso. Está se falando com relação ao depoente, não tem nada a ver com V. S. Estamos nos referindo aqui ao depoente, é ele que tem que responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se eu abrir uma exceção agora, outras exceções terei que abrir. Quero que entenda, até porque, nobre Senadora Ana Júlia, ficamos a tarde inteira ouvindo respostas repetidas. Não, não, não sabe... Não houve nada que esclarecesse. Entendo o esforço de V. Exª e lhe ouço por uma questão de ordem.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não ia nem fazer perguntas, ia pedir dois minutos, Senador, pela ordem. É importante falarmos das justificativas, às vezes, das nossas ausências nesses momentos. Pedi, porque estava em outro compromisso. Temos, como Senadores de um Estado, como representantes de um Estado, uma imensidão de atividades, a vida continua. O Estado do Pará precisa de muitas coisas, assim como todos os Estados brasileiros, como também as prefeituras, e atuamos nesse sentido. Queria apenas fazer o registro, Senador Amir Lando, que hoje, por três vezes, tive que ir ao meu gabinete receber pessoas, reitores da Universidade do meu Estado, da Universidade Federal Rural da Amazônia, várias pessoas que tenho que atender, pois precisamos atender essas necessidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dar o meu testemunho de que V. Exª permaneceu a grande maioria do tempo e se retirou parece que minutos antes de ser chamada.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada. Hoje nem queria fazer perguntas a nossa testemunha, o Dr. Lamas, mas muito mais ao Emerson Palmieri, que entrou em muitas contradições com o Deputado Roberto Jefferson, apesar de ter o mesmo advogado do Deputado Roberto Jefferson, não é? Então, ele não precisaria, inclusive o Emerson Palmieri diz que não fala com o Roberto Jefferson, mas tem o mesmo advogado do Roberto Jefferson, então isso é suficiente para que eles se comuniquem.

Agradeço, então, ao Presidente e ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero agradecer a presença de todos e, inclusive, fazer uma breve explicação ao Dr. Bruno Rodrigues, que não houve aqui qualquer menção a V. Sª no sentido de expressão ou referência injuriosa. O que houve

apenas foi uma referência de circunstância, até eu diria assim uma figura um pouco de retórica, no sentido de que o nobre depoente estaria sem defesa quanto a eventual prática de delitos. É evidente que ele não veio aqui na condição de acusado. Ele não veio na condição de acusado.

É claro que alguma idéia ou juízo emitido a esse respeito da prática de eventuais crimes, a conduta que ele teve no passado, isso será matéria para o Ministério Público apreciar. Essa Comissão não julga, não incrimina e, é importante, nem sequer inicia. Fique tranqüilo que a referência foi meramente retórica.

Entendo o comportamento de V. Ex<sup>a</sup>, é irrepreensível, nada tenho a acrescentar; pelo contrário, V. Ex<sup>a</sup> se comportou de maneira profissional.

Queria, por fim, agradecer a todos e convocá-los para amanhã, às 11h30min, para um reunião administrativas, e, na quinta-feira, às 9h, para o depoimento do Sr. Delúbio Soares.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 21 horas e 16 minutos.)*

#### ATA DA 9ª REUNIÃO – REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2005

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e vinte e oito minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, João Batista Motta, Wellington Salgado de Oliveira, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Augusto Botelho e Álvaro Dias; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Gastão Vieira, Darcísio Perondi, Antônio Carlos Mendes Thame, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo

número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 9ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação dos requerimentos apresentados. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento 20**, apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa, que requer à Presidência da Câmara dos Deputados cópia de todos os documentos e demais provas materiais obtidas pela Comissão de Sindicância que apurou as denúncias de compra de voto para a aprovação da emenda da reeleição ocorrida em 1997, bem como relatório final decorrente da apuração realizada; **Requerimento 21**, apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa, que requer à Procuradoria Geral da República cópia de todos os documentos e demais provas materiais obtidas no processo de investigação das denúncias de compra de voto para a aprovação da emenda da reeleição ocorrida em 1997, bem como relatório final decorrente da apuração realizada; apresentados pelo Dep. Júlio Redecker: **Requerimento 33**, que requer cópia do depoimento do Deputado Roberto Jefferson prestado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados – CD; **Requerimento 34**, que requer cópia do depoimento da Sra. Maria Christina Mendes Caldeira prestado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da CD; **Requerimento 35**, que requer cópia do depoimento da Deputada Raquel Teixeira prestado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da CD; **Requerimento 36**, que requer cópia do depoimento do Dep. Sandro Mabel prestado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da CD; **Requerimento 37**, que requer cópia do depoimento do Dep. José Múcio prestado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da CD; **Requerimento 38**, que requer cópia do depoimento da Sra. Simone Vasconcelos prestado na Polícia Federal; **Requerimento 39**, que requer cópia do depoimento do Sr. Davi Rodrigues Alves prestado na Polícia Civil de Minas Gerais; **Requerimento 40**, que requer cópia do depoimento do Sr. Delúbio Soares prestado na CPMI dos Correios; **Requerimento 41**, que requer cópia do depoimento do Sr. Delúbio Soares prestado na Procuradoria Geral da República; **Requerimento 42**, que requer cópia do depoimento do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza prestado na CPMI dos Correios; **Requerimento 43**, que requer cópia do depoimento do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza prestado na Procuradoria Geral da República; **Requerimento 44**, que requer cópia do depoimento do Sr. José Francisco de Almeida Rego prestado na Polícia Federal; **Requerimento 45**, que requer cópia do depoimento do Sr. Antônio Osório Me-

nezes Batista prestado na CPMI dos Correios; **Requerimento 46**, que requer cópia do depoimento da Sra. Fernanda Karina Somaggio prestado na CPMI dos Correios; **Requerimento 47**, que requer cópia do depoimento do Sr. Davi Rodrigues Alves prestado na Polícia Civil de Minas Gerais; apresentado pelo Deputado Raul Jungmann: **Requerimento 116**, que requer a convocação do Deputado Valdemar Costa Neto, para prestar depoimento nesta CPMI; apresentado pelo Dep. Daniel Almeida: **Requerimento 117**, que requer informações à Procuradoria Geral da República acerca das denúncias de “compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda constitucional da reeleição”; **Requerimento 118**, que requer informações à Polícia Federal sobre quaisquer investigações desenvolvidas no período de 1995 a 2005 acerca da compra de votos de parlamentares; **Requerimento 119**, que requer informações ao Ministério Público Federal, sobre quaisquer investigações desenvolvidas no período de 1995 a 2005 acerca da suposta compra de votos de parlamentares, em particular sobre os elementos de convicção que levaram o Ministério Público Federal no Acre a requerer à Polícia Federal a abertura de Inquérito sobre a compra de votos para a aprovação da emenda constitucional da reeleição, em 2001; apresentados pelo Senador José Jorge: **Requerimento 136**, que requer informações e documentos à Casa Civil, em papel e meio magnético, referentes às atividades da Senhora Sandra Cabral, assessora na Casa Civil; **Requerimento 143**, que requer informações ao Ministério dos Esporte, acerca de todos os pagamentos efetuados à SMP&B Comunicação, acompanhado do contrato, da justificativa, da data do pagamento ou crédito, ordenador de despesas, especificação do documento do pagamento ou crédito, conta bancária de crédito e qualquer outra informação pertinente a pagamentos efetuados; **Requerimento 162**, que requer informações (pesquisa) ao Ibope Monitor, referentes ao ano de 2004, que demonstram os investimentos em mídia realizados pelo BB, ECT e Petrobrás; **Requerimento 163**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão da Petrobrás; **Requerimento 164**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão Banco do Brasil; **Requerimento 165**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão de Furnas – REAL GRANDEZA; **Requerimento 166**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pré-fixados

pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão dos Correios – POSTALIS; **Requerimento 187**, que requer informações do Banco do Brasil e suas subsidiárias, acerca de todos os pagamentos efetuados à DNA Propaganda; apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, **Requerimento 203**, que requer a convocação do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto; apresentado pela Senadora Fátima Cleide: **Requerimento 216**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário e fiscal da SF Assessoria Empresarial Ltda; **Requerimento 217**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário e fiscal da Pouso Alegre Editoração Ltda; **Requerimento 224**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário e fiscal da Tolentino e Melo Assessoria Empresarial Ltda; apresentado pelo Deputado Odair Cunha: **Requerimento 226**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário e fiscal da Star Alliance Participações Ltda; apresentado pelo Senador João Batista Motta: **Requerimento 234**, que requer a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto; apresentado pelo Deputado Fernando Coruja: **Requerimento 237**, que requer informações e cópias às empresas Varig, Polícia Federal – DAC e TAP – Air Portugal, dos documentos referentes ao controle de embarque de vôos internacionais dos senhores Marcos Valério, Roberto Tolentino e Emerson Palmieri, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data; apresentados pela Deputada Zulaiê Cobra: **Requerimento 272**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão dos CORREIOS – POSTALIS, **Requerimento 273**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão de Furnas – Real Grandeza; **Requerimento 274**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão do Banco do Brasil; **Requerimento 275**, que requer informações ao Ministro da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão da PETROBRÁS; apresentado pelo Deputado José Carlos Araújo: **Requerimento 305**, que requer a convocação do ex-deputado Federal Valdemar Costa Neto, Presidente do Partido Liberal (PL); apresentado pelo Deputado Paulo Baltazar: **Requerimento 324**, que requer seja designado um grupo de trabalho, formado por Consultor de Orçamentos e Fiscalização do Congresso, 2 auditores da Receita Federal, um perito contador da Polícia Federal e um Perito contador do Ministério Público Federal, para proceder à perícia contábil nos docu-



mentos em poder da CPMI; apresentados pelo Dep. Ibrahim Abi-Ackel: **Requerimento 328**, que requer transferência – quebra de sigilo de todas as ligações telefônicas realizadas desde janeiro de 2003 pelos terminais dos Srs. Maurício Marinho, Antônio Osório Batista e Eduardo Medeiros de Moraes; **Requerimento 329**, que requer transferência – quebra de sigilo ao Banco Rural para que identifique, no prazo de 15 dias, todos os saques realizados em dinheiro nas agências de BH, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil; **Requerimento 330**, que requer a transferência – quebra de sigilo ao Banco Rural para que identifique, no prazo de 15 dias, todos os saques realizados em dinheiro nas agências de BH, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil, a partir das contas da SMP&B Comunicação, suas coligadas e sócios; **Requerimento 331**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancários, fiscais e telefônicos da empresa Skymaster Airlines Ltda; **Requerimento 332**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Hugo César Gonçalves, desde janeiro de 2003; **Requerimento 333**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, desde janeiro de 2003; **Requerimento 334**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Marcos Pozzetti, desde janeiro de 2003; **Requerimento 335**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Cristiano de Mello Paz; **Requerimento 336**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sra. Geiza Dias dos Santos e do Sr. Alexandre Vasconcelos Castro; **Requerimento 337**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa 2S Participações Ltda, bem como do Sr. Orlando Martins e da Sra. Adriana Fantini Martins; **Requerimento 338**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sra. Renilda Fernandes de Souza; **Requerimento 339**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Washeck Neto; **Requerimento 340**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sra. Fernanda Karina Ramos Sommaggio; **Requerimento 341**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Dep. Roberto Jefferson; **Requerimento 342**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Maurício Marinho; **Requerimento 343**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sr. Antônio Velasco; **Requerimento 344**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancários, fiscais e telefônicos da Empresa JVN Participações Ltda; **Requerimento 345**, que

requer a transferência – quebra de sigilo bancários, fiscais e telefônicos da Empresa MG 5 Participações Ltda; **Requerimento 346**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Mundo Participações Ltda; **Requerimento 347**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Feeling Propaganda Ltda; **Requerimento 348**, que requer ao Banco Central a transferência – quebra de sigilo ao Banco Rural para que seja enviada a esta CPMI relação de todos os saques acima de R\$30 mil, realizados na boca do caixa, no período de 1º de janeiro de 2003 até a presente data, na ag. Brasília do Banco Rural; **Requerimento 349**, que requer ao BACEN a transferência – quebra de sigilo que envie cópias de todos os contratos nos quais consta o nome do Sr. Marcos V. F. de Souza, na qualidade de avalista, fiador ou devedor solidário, nos últimos 05 anos; **Requerimento 350**, que requer a transferência – quebra de sigilo relativo aos créditos e débitos do contrato de empréstimo firmado entre o BMG S.A – CNPJ 61.186.680 0001-74 e o PT, no valor de R\$2,4 milhões; **Requerimento 351**, que requer a transferência – quebra de sigilo dos dados referentes à movimentação da CPMF do Sr. Delúbio Soares; **Requerimento 352**, que requer a transferência – quebra de sigilo ao Banco do Brasil, Banco Rural e Banco de Minas Gerais, contratos firmados com o PT; **Requerimento 353**, que requer a transferência – quebra de sigilo relativo aos relatórios remetidos pelo Bank Boston ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Fazenda acerca de movimentações financeiras as contas bancárias da SMP&B e DNA; **Requerimento 354**, que requer a transferência – quebra de sigilo dos registros bancários referentes aos saques efetuados nas contas das empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA Propaganda Ltda, na agência do Banco Rural sediada no 9º andar do Edifício Brasília Shopping; **Requerimento 355**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancários, fiscais e telefônicos da empresa Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, nos últimos 5 anos; **Requerimento 356**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C LTDA, e do Sr. José Carlos Batista (sócio no Brasil); **Requerimento 357**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo informações, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Funcep; **Requerimento 358**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados

pelo Fundo de Pensão GEAP; **Requerimento 359**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Sistel; **Requerimento 360**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo informações sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Centrus; **Requerimento 361**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo informações, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Serpros; **Requerimento 362**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo, informações, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Portus; **Requerimento 363**, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a transferência – quebra de sigilo, informações, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Eletros; **Requerimento 364**, que requer a transferência – quebra de sigilo que demonstre os gastos em publicidade do “Banco Popular” e a demonstração de todas as aplicações financeiras em todas as Instituições de Crédito e todos os balanços semestrais da referida Instituição; **Requerimento 365**, que requer a transferência – quebra de sigilo ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) encaminhe a esta CPMI todas as informações financeiras, assim como o cadastro, referentes à empresa ESFORT TRADING, que possui conta nesse banco na Agência das Ilhas Cayman; **Requerimento 366**, que requer a transferência – quebra de sigilo ao Governo do Estado de Minas Gerais que apresente a esta CPMI, em 48 horas, relação de todos os pagamentos feitos às empresas SMP&B e DNA, entre 01 de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1998; **Requerimento 367**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal os sócios da empresa Skymaster Airlines Ltda; apresentado pela Deputada Zulaia Cobra; **Requerimento 375**, que requer ao STF cópias de inteiro teor de inquéritos e/ou outros procedimentos instaurados neste Tribunal em que sejam parte o Sr. Marcos Valério Souza e outros e suas empresas; apresentado pelo Deputado Moroni Torgan; **Requerimento 408**, que requer a transferência de todas as perícias que estão inclusas nos processos judiciais em que é parte o preso Antônio Oliveira Claramunt, Vulgo “Toninho da Barcelona”. Os requerimentos de quebra de sigilo foram aprovados mediante votação nominal, tendo recebido 23 votos favoráveis. Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Fernando Coruja, Gastão Vieira, José Carlos Araújo, José Rocha, Júlio Redecker, Luiz Antonio Fleury, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Sibá Machado, Wladimir Costa, Zulaia Cobra, Antonio Carlos M. Thame, Devanir Ribeiro, Eduardo Valverde e Darcísio Perondi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia dezoito de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia*, *Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

#### O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental declarado aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 07, destinada a apurar as denúncias de compra de votos. Esclareço a todos os Srs. Parlamentares que a pauta hoje destina-se à apreciação e à votação de requerimentos e também à eleição do vice-presidente.

Queria, inicialmente, prestar alguns esclarecimentos. Estive reunido agora com o Presidente e o Relator da CPMI dos Correios, e a nossa conversa foi extremamente produtiva: estabelecemos um **modus operandi**. Entendo que chegou o momento da cooperação para somar e alcançar a eficiência. Para tanto, hoje vamos iniciar a nossa reunião quebrando sigilos já quebrados por aquela Comissão para que tenhamos acesso a todos esses dados. Será feito da seguinte forma: uma hora pela manhã, das 9h às 10h, e uma hora pela tarde, das 17h às 18h, assim como está lá disponibilizado. Isso implica também o acesso das assessorias. Cada Partido deve indicar oficialmente um assessor da respectiva Bancada na Câmara e outro da respectiva Bancada no Senado. Isso é importante para que possamos, desde logo, agir com eficiência. Então, aguardo essas informações.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Pela ordem, Sr. Presidente; é sobre a questão. A votação não seria de cada sigilo, a votação seria do sigilo dos documentos da CPMI dos Correios.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Não, não. Nós teríamos que fazer a votação individual. A primeira será nominal e as subseqüentes serão uma ratificação.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Por quê? Se forem solicitados os documentos da CPMI dos Cor-

reios e for quebrado o sigilo dos mesmos, quebra-se o sigilo de todos os documentos que estão lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu passo a palavra ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Relator para dar as informações jurídicas necessárias.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Desejo explicar ao Deputado Moroni Torgan que este foi o objeto do meu requerimento: que se pedisse à CPMI dos Correios o traslado. Mas o Deputado Luiz Antonio Fleury ponderou que quebra de sigilo não pode ser transferida para terceiros, uma vez que ela foi feita exclusivamente em função de um pedido particular. Rendi-me a esse argumento e dei, então, parecer no sentido...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Certo, deixe-me só explicar. Não seria para terceiros, porque, a partir do momento em que a CPMI dos Correios quebrou o sigilo, todo aquele sigilo está à mercê de qualquer Deputado ou Senador. Qualquer Deputado ou Senador tem acesso a qualquer documento nesta Câmara e neste Senado. Isso está no Regimento Interno da Câmara.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Acredito que seja conveniente, então, estabelecermos um debate para o esclarecimento do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós estaríamos perdendo tempo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas eu

acho que votar um por um leva mais tempo ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas, se nós não fizermos assim, estaremos indo contra o Regimento.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Só para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Claro que existe. Sr. Presidente, é muito claro. Não podemos quebrar o sigilo da CPMI dos Correios. Penso que é muito mais simples, ganhamos tempo e não nos expomos juridicamente. Isso é que me parece importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu gostaria de atender, por uma questão de economia processual, à proposta do Deputado Moroni Torgan. As assessorias entenderam que isso não seria legal...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não existe censura a Deputado e Senador a qualquer documento, mesmo que secreto, da Câmara ou do Senado. Qualquer Deputado ou Senador tem acesso a todo tipo de documento da Câmara e do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Desde que se mantenha o sigilo, desde que se preserve o sigilo.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Sim, mas isso nós temos que preservar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Como vamos trabalhar com esses dados, vamos usar esses dados, neste momento, o entendimento pacífico da área jurídica, sobretudo da Consultoria Jurídica da Câmara e do Senado, é no sentido de que temos que assim agir para proceder corretamente.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – A pauta de hoje versa sobre essa questão dos requerimentos e sobre a eleição do vice-presidente da Comissão. Tivemos uma conversa com os representantes de vários Partidos e estamos chegando a um consenso. Parece-me que havia um pensamento de se indicar um nome de consenso, mas não conseguimos chegar a esse consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quanto ao vice?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Com relação ao vice.

Então, pediríamos a V. Ex.<sup>a</sup>, se possível, que adiassemos essa questão da votação para a próxima reunião da Comissão. Assim, haveria um tempo para discutirmos, Situação e Oposição, e encontrarmos um nome de consenso, um nome pelo qual todos entrem em um acordo para o bom andamento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– De qualquer maneira, o primeiro item versa sobre apreciação e votação de requerimentos. O segundo item da pauta versaria sobre a eleição do vice-presidente. Se até lá houver consenso, vamos seguir o consenso; se não houver, podemos adiar a votação, de acordo com a vontade da maioria.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, se possível, faço a proposta de colocarmos como segundo item da pauta a estruturação técnica dos trabalhos da nossa CPMI e de deixarmos como terceiro – até sobra mais tempo para se buscar consenso – e último item, talvez, a eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estamos de acordo. Parece-me que esse é o entendimento quase que consensual desta Comissão.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, Deputado Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, na direção do que disse o Deputado, apresentei ontem um requerimento que não está contemplado nessa lista de votação nominal de hoje. Tendo em vista aquilo que o Relator argumentou e que nós já entendemos, que falta uma estruturação, protocolei um requerimento – e gostaria de saber se poderia ser inserido nessa listagem – que visa justamente buscar estruturar uma perícia contábil, sobretudo porque é algo absolutamente discrepante aquela listagem que apresenta o Sr. Marcos Valério e a declaração do Deputado Roberto Jefferson, que nega ter recebido recursos. Só para comparar rapidamente, o Deputado Roberto Jefferson e o PTB alegam que receberam 4,345 milhões no total; e a lista do Sr. Marcos Valério dá conta de algo mais que 2,6 milhões. Portanto, sem uma perícia contábil, vamos ouvir palavras e palavras e não chegaremos a lugar algum.

Assim, eu gostaria que pudéssemos avaliar esse requerimento, que monta uma estrutura que inclui a Polícia Federal, auditor da Receita Federal, consultor de orçamento e fiscalização do Congresso, para que minimamente pudéssemos começar a fazer a perícia contábil. Eu gostaria que esse requerimento constasse dessa votação nominal de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa matéria prescinde de votação nominal. É uma votação que exige maioria simples dos presentes – é claro que estando a maioria absoluta presente aqui. Essa matéria é simples. Eu queria iniciar logo pela questão da quebra do sigilo. Senão, não vamos conseguir...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, já que V. Ex<sup>a</sup> considera esta matéria simples, por que não a coloca logo em votação e acaba a apreciação deste item?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há problema algum. Vamos dar uma prioridade àquilo que já está na pauta. Senão, cada um virá com um requerimento, e eu terei que abrir exceções...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, se esse é de consenso, é por aclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou seguir agora a pauta. É óbvio que nem precisa de votação. É até uma providência da Mesa buscar uma assessoria técnica para analisar os documentos. É o tipo da coisa que começa a desvirtuar o objetivo. Vamos ao objetivo central e, em seguida, analisaremos isso.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há problema algum. Se não for votado, providenciaremos aqui um equipe técnica para analisar.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, constam desta lista nominal de requerimentos que foi apresentada: Fátima Cleide, Odair Cunha, Zulaide Cobra, José Jorge, Fernando Coruja, Daniel Almeida. Esses requerimentos que se encontram aqui foram levantados pela Mesa como sendo os prioritários neste momento. Faço um encaminhamento à Mesa, porque me parece que não há restrição por parte dos membros da CPMI com relação ao acordo de votar esse material. Há um consenso. Então, eu pediria que se fizesse uma votação em bloco de todos esses requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu volto a dizer: vamos começar pela quebra de sigilo, que exige votação nominal e uma confirmação. Em seguida, aproveitamos como técnica todos os requerimentos de Parlamentares desta Comissão que se referem a quebra de sigilo, já aproveitamos um requerimento feito até para valorizar o requerimento formulado. Agora, em seguida, tentaremos aqui deglutir toda esta pauta, que é intensa.

Vou iniciar. Concedo a palavra ao Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para formular requerimento de sua autoria que começaria por essa listagem, que são os dados já disponíveis. Vamos começar porque, assim, ganharemos tempo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O primeiro dos requerimentos solicita a relação das ligações telefônicas realizadas, desde janeiro de 2003, pelos terminais dos Srs. Maurício Marinho, Antonio Osório Batista e Eduardo Medeiros de Moraes. Este é o Requerimento nº 328.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão esta matéria.

São os dados que foram quebrados lá. Não temos muito o que discutir. Vamos logo à votação, que será nominal.

Na falta do vice, vou proceder à chamada:

Deputado Luiz Couto; Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Gastão Oliveira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Meu nome é Gastão Vieira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vieira. Desculpe-me. Não estou acostumado a fazer chamada.

Deputado Wladimir Costa. (Pausa.)

Chamarei, então, o suplente.

Chamarei, primeiro, os titulares. Depois farei a chamada dos suplentes.

Agora, chamarei os Deputados do Bloco PFL/ Prona: Deputado José Rocha; Deputado Moroni Torgan; Deputado Júlio Redecker; Deputada Zulaiê Cobra. (Pausa.)

Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Luiz Antônio Fleury; Deputado José Carlos Araújo; Deputado Fernando Coruja. (Pausa.)

Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Daniel Almeida. (Pausa.)

Do PMDB, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; Deputada Perpétua Almeida. (Pausa.)

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É bom falar no som.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos votaram.

Vamos ao Senado: Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Rodolpho Tourinho; Senador Almeida Lima; Senador Leonel Pavan; Senador Luiz Soares; Senador Maguito Vilela; Senador João Batista Motta; Senador Wellington Salgado; Senador Ney Suassuna; Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Sérgio Zambiasi; Senador Valmir Amaral. (Pausa.)

Chamarei os suplentes: Senador José Agripino; Senador Heráclito Fortes; Senador Paulo Octávio; Senador Alvaro Dias; Senador Arthur Virgílio; Senador Sérgio Guerra; Senador Valdir Raupp; Senador Antônio Leite; Senador Alberto Silva; Senador Pedro Simon; Senadora Serys Slhessarenko; Senador Nezinho Alencar; Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Então, não há mais nenhum Senador a ser chamado. Vamos fazer a soma.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, cheguei agora, mas também quero votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não. Vamos fazer ainda a votação porque não está encerrada totalmente, porque é manual. Seu voto é “sim”?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Seu suplente votou. Infelizmente, apenas registraremos em ata seu voto, porque ele ficou prejudicado.

Temos 25 votos “sim”, portanto, a maioria absoluta presente.

Aprovado o primeiro requerimento, que trata da quebra do sigilo telefônico das pessoas já enunciadas no requerimento.

Passo ao segundo requerimento.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Srs. Membros da Comissão, devo esclarecer que esses requerimentos se referem às pessoas cujos sigilos bancários a Comissão decidiu quebrar, que não se encontram ainda com o sigilo quebrado nem mesmo pela CPMI dos Correios. Fizemos uma coleta, a Srª Secretária fez uma coleta de todos os pedidos feitos no curso das reuniões. Dessa coleta, resultou essa série de solicitações por parte do Relator.

O segundo é o Requerimento nº 329, que solicita seja requisitado ao Banco Rural que identifique, no prazo de 15 dias, todos os saques realizados em dinheiro nas agências de Belo Horizonte, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil. Este é um dos requerimentos que foram feitos no curso das nossas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Se as Srªs e os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente no requerimento anterior concordam...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – V. Exª não pode fazer isso, Sr. Presidente. V. Exª tem que repetir a operação. Os requerimentos que tratam de quebra de sigilo devem ser votados um a um.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Adotamos este mesmo critério nos requerimentos de quebra de sigilo anteriores: apenas uma confirmação de todos os votos. Se todos confirmarem seus votos, não é necessário o chamamento de cada um.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Em se tratando de quebra de sigilo, há que se tomar cuidado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em verdade, vou repetir os votos de todos. Estou fazendo uma pergunta: se todos confirmam seus votos. Se todos confirmaram, é evidente que teremos este requerimento aprovado.

Todos confirmam seus votos da mesma forma como foram proferidos na votação do Requerimento nº 329? (Pausa.)

Então, repetem-se os votos e o mesmo *score*.

Aprovado.

Passa-se ao próximo requerimento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 330, que solicita que seja requisitado ao Banco Rural que identifique, no prazo de 15 dias, os saques realizados em dinheiro nas agências de Belo Horizonte, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil, a partir das contas da SMP&B Comunicação, suas coligadas e sócios.

São essas as expressões do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Solicito às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Parlamentares que votaram nominalmente e que o fazem agora por confirmação dos seus votos neste respectivo requerimento que permaneçam sentados.

Todos concordam? (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 331, que requer sejam transferidos os sigilos bancário, fiscal e telefônicos da empresa Skymaster Airlines Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Quero agora modificar esse *score*. Vou fazer a votação nominal, pois chegou a Deputada Zulaiê.

Quem mais chegou dos titulares?

Então, vou tomar o voto da Deputada Zulaiê.

Como vota, Deputada?

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Deputado José Carlos Araújo, como vota?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Os demais que votaram e foram chamados nominalmente, exceto os seus respectivos suplentes, confirmam os seus votos, no mesmo sentido? (Pausa.)

Sim. Aprovado, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 332, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Hugo César Gonçalves, desde janeiro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se todos os Srs. Parlamentares...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, quem é essa pessoa?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essa pessoa surgiu nos debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O sigilo já está quebrado na outra Comissão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essa pessoa foi objeto de referência dos Srs. Deputados ao longo dos debates como responsável por parte das negociações do Sr. Marcos Valério. É claro que a relatoria não tem condições de afirmar o grau de envolvimento ou de responsabilidade, mas, uma vez citados, somos obrigados a colocá-los no rol. É um rol longo. Sugiro ao Presidente que, após a leitura de todos, haja uma votação só. Seria possível, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Infelizmente, nessas circunstâncias, não pode ser feito. Tem que ser feito individualmente. Não é pelo tipo do requerimento, mas pelas pessoas a que se referem.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, com as alterações feitas agora, com a inclusão dos votos da Deputada Zulaiê Cobra e do Deputado José Carlos Araújo, todos confirmam os seus votos anteriores? (Pausa.)

Sim.

Aprovado.

O Sr. Relator pode fazer a leitura do requerimento seguinte.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 333, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, desde de janeiro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Se todos os Srs. Parlamentares confirmarem o voto anterior, dou por aprovado. (Pausa.)

Confirmados os votos, está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 334, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Marcos Pozetti, desde de janeiro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Se todos os Srs. Parlamentares confirmarem o voto anterior, dou por aprovado. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 336, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Cristiano de Mello Paz. Ele é sócio da SMP&B e da DNA.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, na minha lista, este é o Requerimento nº 335.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– É o Requerimento nº 335.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> falou 336.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É o Requerimento nº 335. Está retificado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Se todos os Srs. Parlamentares confirmarem o voto anterior, dou por aprovado. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 336, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sr<sup>a</sup> Geisa Dias dos Santos e do Sr. Alexandre Vasconcelos Castro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Se todos os Srs. Parlamentares confirmarem o voto anterior, dou por aprovado. (Pausa.)

Sim.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 337, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa 2S Participações Ltda., bem como do Sr. Orlando Martins e da Sr<sup>a</sup> Adriana Fantini Martins.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há uma alteração agora, Srs. Parlamentares, que é a presença do Deputado Wladimir Costa, em substituição ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Relator, penso que deveríamos fazer separadamente o requerimento da pessoa jurídica e o das suas pessoas físicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esse requerimento foi feito da mesma maneira...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O requerimento será feito separadamente. A autorização pode ser em comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O requerimento foi feito da mesma forma na CPMI

dos Correios. Por isso, adotamos o mesmo critério. De qualquer sorte, ficam as duas: a física e a jurídica.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Na verdade, o erro do outro não justifica o nosso erro. Não podemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quais são as razões de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) –

Pessoa jurídica e pessoa física no mesmo requerimento. Tem que ser feito em requerimentos separados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A minha prática, nas CPMIs antigas, mostrou não haver necessidade dessa separação entre pessoa física e pessoa jurídica. O que interessa é a quebra, a votação por maioria absoluta.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, os ofícios foram feitos separadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– De qualquer maneira, pergunto ao Deputado Wladimir Costa como vota.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, com a alteração agora na listagem pelo voto do Deputado Wladimir Costa em substituição ao Deputado Darcísio Perondi, pergunto aos demais Parlamentares se confirmam o voto. (Pausa.)

Sim.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 338, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sr<sup>a</sup> Renilda Fernandes de Souza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Todos confirmam o voto? (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 339, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Arthur Wascheck Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 340, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sr<sup>a</sup> Fernanda Karina Ramos Somaggio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 341, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 342, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Maurício Marinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

Requerimento nº 343, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Velasco.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 344, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa JVN Participações Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 345, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MG5 Participações Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 346, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Mundo Participações Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes de submeter a votos, quero indagar à Secretaria

se fez a distribuição dessas listas a todos os membros da Comissão. (Pausa.)

A distribuição foi feita; então, se algum Parlamentar não a tiver, que solicite à Secretaria.

Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 347, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Feeling Propaganda Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se confirmam os votos nominais. (Pausa.)

Está aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 348, solicita a transferência ...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Com relação ao requerimento nº 348, tenho uma observação a fazer, Sr. Presidente. Está sendo pedido somente da agência Brasília do Banco Rural. Como houve movimentações, também, e a Simone pode ter tirado dinheiro tanto da agência de Belo Horizonte quanto de São Paulo, acho que seria...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sobre essa questão, eu teria que fazer uma votação nominal, porque vamos inovar. E no encaminhamento para o Banco Central, se tivermos acréscimo do objeto, teremos que encaminhar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, de Belo Horizonte nós já votamos, foi o 329, votada já a relação dos saques do Banco Rural.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas é de 100 mil. Essa outra é de 30 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos, então, votar como está aqui e, em seguida, nós poderemos fazer um acréscimo, senão nós vamos mudar toda a nossa metodologia de novo. Depois faremos um requerimento específico. Não há problema.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sempre haverá algum resíduo. É impossível apreender tudo. Em seguida, na medida que forem feitos requerimentos destinados a preencher o quadro...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos continuar na nossa dinâmica que vamos buscar eficiência. Em seguida, quem quiser acrescentar alguns requerimentos, eles serão submetidos à votação, sem nenhum problema.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 348, solicita que o Banco Central oficie ao Banco Rural para que seja enviada a esta



CPMI a relação de todos os saques acima de R\$30 mil, realizados na boca do caixa, no período de 1º de janeiro de 2003 até a presente data, na agência Brasília do Banco Rural.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmam seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

Solicita-se ao Banco Central que envie cópias de todos os contratos nos quais consta o nome do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza na qualidade de avalista, fiador ou devedor solidário nos últimos cinco anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordam com a proposta digam “sim”, todos na forma do voto nominal. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente,

sei que já foi votado o requerimento, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Este aqui foi aprovado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Esta CPMI volta ao tempo, a 1997, a 1998, e, segundo a declaração do Sr. Valério, ele também fez o mesmo empréstimo lá atrás, em 1997. E aqui é só a partir de 2003. Por que não a partir de 1997 ou de 1998?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos fazer esse requerimento separado, nobre Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Separado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Tudo bem.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estamos fazendo as coisas em duas etapas, porque, depois de avançarmos significativamente nessa questão do ano de 2003...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos disponibilizar o que existe. Depois, vamos para o novo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Já temos conversações com Deputados que têm pessoas a indicar para serem ouvidas com referência à reeleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Passemos ao próximo requerimento, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É o de nº 349, em que se solicita ao Banco Central...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já foi feito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É

o de nº 350, em que se solicitam os dados de créditos e débitos do contrato de empréstimo firmado entre o Banco de Minas Gerais S.A., CNPJ 611866800001-74, e o PT, no valor de R\$2,4 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmam os seus votos digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 361. Solicita a transferência dos dados referentes à movimentação da CPMF do Sr. Delúbio Soares.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria discutir esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Também devem ser quebrados os sigilos fiscal, telefônico e bancário. Esse requerimento apenas se refere à movimentação da CPMF.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há outros requerimentos residuais. Assim, formule o V. Ex<sup>a</sup>, e faremos a votação nominal em seguida. No final, voltaremos, então, àqueles requerimentos que estão pendentes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Complementares.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Terei de colocá-lo em votação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordam com seus votos nominais, anteriormente já pronunciados, digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 352. Solicita que se requisitem, junto ao Banco do Brasil, ao Banco Rural e ao Banco de Minas Gerais, contratos firmados com o PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmam seus votos digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 353. Solicita que a CPMI requirite os relatórios remetidos pelo Bank Boston ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras, Coaf, do Ministério da Fazenda, acerca de movimentações financeiras nas contas bancárias da SMP&B e da DNA.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmam seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 354. Solicita os registros bancários referentes aos saques efetuados nas contas das empresas SMP&B Comunicação Ltda. e DNA Propaganda Ltda. na agência do Banco Rural sediada no nono andar do Edifício Brasília Shopping.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmam seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 355. Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Guaranhuns Empreendimentos e Participações Ltda. nos últimos cinco anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmam seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 356, de 2005. Solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e

Participações Ltda. e do Sr. José Carlos Batista, sócio no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 357, de 2005...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, no particular, tenho uma observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – O Requerimento nº 357 trata de um pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo fundo de pensão tal. Isso dá início a uma sequência de requerimentos sobre os fundos de pensão.

A minha observação é: por que restringir aos investimentos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM? Por que não se deixar “solicito informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre investimentos praticados pelo fundo de pensão tal”?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A solicitação foi aqui posta tal como requerida. V. Ex<sup>a</sup> pode, perfeitamente...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Para que essa restrição? É porque eles investem em outras coisas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Ex<sup>a</sup> pode inovar o requerimento, ao final da leitura, e nós apreciaremos como uma nova solicitação.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Faço a ponderação porque esse vai ser o primeiro de uma sequência. Há uma sequência de não sei quantos requerimentos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Penso que a observação do Deputado Moroni é procedente, Sr. Relator. Poderíamos acoplar a idéia de S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o Relator não pode alterar o requerimento. Alguém, um dos membros da Comissão pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, neste momento, estamos disponibilizando esses dados já existentes. Poderemos, depois, apreciar um requerimento mais amplo que tenha outro objeto.

Em discussão o Requerimento nº 357. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordarem com seus votos anteriormente pronunciados digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 358, de 2005. Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo Fundo de Pensão Geap.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 359, de 2005. Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo Fundo de Pensão Sistel.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 360, de 2005. Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo Fundo de Pensão Centrus.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 361, de 2005. Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Serpros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 362, de 2005. Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Portus.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 363, de 2005. Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão Eletros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 364, de 2005. Solicita demonstração dos gastos em publicidade pelo Banco Popular e a demonstração de todas as aplicações financeiras nas instituições de crédito e todos os balanços semestrais da referida instituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 365, de 2005. Requer que seja solicitado ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul que encaminhe a esta CPMI todas as informações financeiras, assim como cadastro, referentes à empresa Export Trading, que possui conta nesse banco, na agência das Ilhas Cayman. É o Requerimento nº 365.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, quando chamados, digam “sim”.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 366. Solicita que seja requerida ao Governo do Estado de Minas Gerais que apresente a esta CPMI relação de todos os pagamentos feitos às empresas SMP&B e DNA entre 01-01-1995 e 31-12-1998. Aqui está dado um prazo de 48 horas, que me parece muito restrito. Qual o prazo que a Comissão acha aconselhável?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Como já está disponibilizado, não há necessidade do prazo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, vamos excluir o prazo de 48 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, quando chamados, digam “sim”.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 367.

Transferência de sigilo inclui, nas transferências dos sigilos bancário, telefônico e fiscal, os sócios da empresa Skymaster Airlines Ltda. São esses, Sr. Presidentes, os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, quando chamados, digam “sim”.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu gostaria de esclarecer aos Srs. membros desta Comissão que essas solicitações resultaram de análises dos textos gravados durante nossas sucessivas reuniões. É claro que qualquer outro requerimento receberá do Relator o parecer favorável para que se amplie...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Temos, ainda, nobre Relator, uma lista de requerimentos sobre esses dados, feitos por membros desta CPMI. Então, peço a V. Exª que pronuncie seu parecer a respeito desses requerimentos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 216, da Senador Fátima Cleide,

que pede a transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da SF Assessoria Empresarial Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, quando chamados, digam “sim”.

Aprovado.

São dados já disponíveis na outra CPMI. É que aproveitamos os relatórios dos respectivos titulares ou membros desta Comissão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 217, da Senadora Fátima Cleide, que pede a transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da Pouso Alegre Editoração Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, quando chamados, digam “sim”.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 224, da Senadora Fátima Cleide, que pede a transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal de Tolentino e Melo Assessoria Empresarial Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O parecer de V. Exª é favorável?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O meu parecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 226, do Deputado Odair Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou colocar em votação o requerimento anterior. Entendi que V. Exª ia falar sobre o parecer favorável. É importante que V. Exª fale do parecer, mas como não é de sua autoria, deu o parecer como favorável.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento do nobre Deputado Odair Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tenho que votar o anterior, nobre Relator. Peço a V. Exª que repita, por favor, o requerimento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Trata-se do requerimento da Srª Senadora Fátima Cleide, nº 224, a despeito de ter sido lido, não foi vota-

do. Estou sendo informado disso pela Srª Secretária e peço licença ao Presidente para repetir a leitura.

Requerimento nº 224, da Senadora Fátima Cleide, que pede a transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da Tolentino e Melo Assessoria Empresarial Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão o Requerimento nº 224. Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, quando chamados, digam “sim”.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)

– Requerimento nº 226, do Sr. Deputado Odair Cunha, que pede a quebra de sigilo bancário e fiscal de Star Alliance Participações Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)

– Requerimento nº 227, do Sr. Senador Sibá Machado. Transferência, quebra de sigilo bancário e fiscal da Pró-Espécie Centro Preparação Equestre Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)

– Número 272, requerimento da Srª Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, eu peço aqui uma emenda supressiva: que se acrescente só, se a Deputada puder fazer, “ao Ministro da Fazenda, sobre investimentos pelo Fundo de Pensão do Correio, o Postalís”. Se a autora do requerimento aceitar a emenda supressiva, sai toda aquela partezinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Acontece que esses dados, nobre Deputado, não estarão disponibilizados. Então, teríamos que fazer um requerimento... Não sou nada contra, apenas vamos disponibilizar os dados que têm lá. Se nós ampliarmos o objeto, os dados não constarão; então, teremos que fazer um requerimento especial. Nós estamos aqui usando esses dados que já estão prontos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sim, mas já poderíamos usar aqueles e pedir os outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Aí nós faríamos depois, em separado, sem nenhum problema.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Já poderíamos fazer agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Senão, teremos que acrescentar tudo o que for necessário. Nós adotamos uma metodologia e queremos pedir o que já está disponível. Então, em seguida faremos. Porque, senão, teremos que fazer em cada um e é capaz de não chegarmos no final.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Vamos fazer como está.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Perfeito. Em seguida nós faremos. Mais um requerimento.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)  
– Requerimento nº 275, da Srª Deputada Zulaiê Cobra. Requer informações ao Ministro da Fazenda sobre investimentos em títulos pós-fixados por IPCA e IGPM praticados pelos fundos de pensão da Petrobras.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em votação.

**O SR.** – Sr. Presidente, sugiro que seja apreciado com o Requerimento nº 163, que trata do mesmo assunto, de autoria do Senador José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Com o Relator a palavra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)  
– É o mesmo requerimento. Podemos juntá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Prejudica um ou o subsequente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está julgando primeiro o meu, depois, quando chegar no dele, está prejudicado o dele. Por que vai juntar o meu ao dele?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)  
– Por que não podemos apensar?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Apensar não. Deixa chegar no dele. Primeiro o meu. Calma!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)  
– Até porque, se tiver precedência, o outro é precedente sobre o dela.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Akel. PP – MG)  
– Mas aí me parece que nós vamos ter analisar qual foi apresentado primeiro: o 163 ou o 275. Então, temos que votar primeiro o do Senador, depois julgar prejudicado, se ela não quiser apensar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, não, primeiro o meu, porque eu juntei primeiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Não, senhora, como é que o número é posterior?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)  
– Olha o número ordinal aí.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, mas eu apresentei primeiro que ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– São diferentes os objetos: um é pré-fixado e o outro pós-fixado. Os dois serão submetidos à votação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, junta os dois; acabou, fim. Junta os dois, mas, depois do meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, a discussão é pós ou pré?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Agora é pós.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 273, da Srª Deputado Zulaiê Cobra. Requer informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre os investimentos em títulos fixados pelo IPCA e IGPM praticado pelo Fundo de Pensão de Furnas, Real Grandeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”.

Aprovado.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 274, da Srª Deputada Zulaiê Cobra. Requer informações ao Ministro da Fazenda sobre investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e IGPM praticados pelo Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 164, do Sr. Senador José Jorge: requer informações ao Ministro da Fazenda sobre os investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo Fundo de Pensão do Banco do Brasil. Redação idêntica ao Requerimento nº 274, da Srª Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não é idêntica, não. Em um é “pré”, no outro é “pós”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Nobre Relator, um refere-se a títulos pré-fixados; o outro, a pós-fixados.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Em um o termo é “pré-fixados”, no outro, “pós-fixados”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Na forma da leitura feita pelo Exmº Sr. Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais anteriormente chamados digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 163, do Sr. Senador José Jorge, que requer informações ao Ministro da Fazenda sobre os investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo fundo de pensão da Petrobras.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 165, do Sr. Senador José Jorge: requer informações ao Ministro da Fazenda sobre investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo fundo de pensão de Furnas, Real Grandeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 166, do Senador José Jorge: requer informações ao Ministro da Fazenda sobre investimentos em títulos pré-fixados pelo IPCA e pelo IGPM praticados pelo fundo de pensão dos Correios, Postalis.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 237, do Deputado Fernando Coruja: requer informações e cópias às empresas Varig, Polícia Federal, DAC e TAP Air Portugal, dos documentos

referentes ao controle de embarque de vôos internacionais dos Srs. Marcos Valério, Roberto Tolentino e Emerson Palmieri, no período de 1º de Janeiro de 2002 até a presente data.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, só uma questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não. V. Exª tem a palavra para discutir.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Houve uma informação **a posteriori** pelos jornais de que o Sr. Delúbio Soares teria ido dez vezes a Portugal. Eu perguntaria se eu poderia acrescentar o nome do Sr. Delúbio, sendo meu o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos deixar para depois, para seguir o mesmo critério.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Agora não temos mais a quebra de sigilo bancário. Agora podemos fazer uma votação simbólica em bloco. Por isso, peço ao Sr. Relator que leia todos os requerimentos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só peço uma ressalva aos Requerimentos nºs 118 e 117, do Deputado Daniel Almeida, que falam em informações e não especificam.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos deixar o Relator fazer a leitura de todos os requerimentos. Se houver algo, depois colocarei em discussão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Este bloco está constituído dos seguintes requerimentos:

Requerimento nº 237, do Deputado Fernando Coruja, que já foi lido;

Requerimento nº 136, do Senador José Jorge, que requer informações e documentos à Casa Civil em papel e meio magnético referentes às atividades da Srª Sandra Cabral, assessora da Casa Civil;

Requerimento nº 162, do Senador José Jorge, que requer informações, pesquisa ao Ibope Monitor referentes ao ano de 2004, que demonstram os investimentos em mídia realizados pelo Banco do Brasil, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e pela Petrobras;

Requerimento nº 160, do Senador José Jorge, que requer informações à Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) acerca de todos os pagamentos efetuados à DNA Propaganda, acompanhados do contrato, da justificativa, da data do pagamento ou crédito, ordenador de despesas, especificação do documento do pagamento ou crédito, conta bancária

de crédito e qualquer outra informação pertinente a pagamentos efetuados.

Requerimento nº 118, do Sr. Daniel de Almeida. Requer informações à Polícia Federal, na condição de membro desta Comissão, acerca da compra de votos de Parlamentares. A descrição está omissa.

Requerimento nº 117, do Deputado Daniel de Almeida. Pede informações à Procuradoria-Geral da República sobre as medidas adotadas em face do relatório encaminhado àquela Procuradoria pela Comissão de Sindicância da Câmara sobre as denúncias contidas em matéria do jornal **Folha de S. Paulo** no dia 13 de maio de 1997, envolvendo membros da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O parecer de V. Exª?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – O parecer é favorável a todos esses requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu quero discutir um requerimento. É uma dúvida, na verdade. Posso lhe perguntar, Relator?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pode.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Na questão da Eletronorte, independentemente de valor, seja 500 reais, seja 200 reais, seja qualquer pagamento – só estou dando um exemplo – em relação à Eletronorte está aqui “acerca de todos os pagamentos efetuados à DNA Propaganda, acompanhado do contrato de justificativa da data do pagamento ou crédito ordenador de despesa, especificação do documento do pagamento ou crédito, conta bancária de crédito e qualquer outra informação pertinente a pagamentos efetuados”.

A minha pergunta a V. Exª é se é a partir de qualquer valor porque vários documentos desse jeito, nós os votamos a partir de um valor x.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Um valor mínimo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim, eu sei. Por isso estou perguntando. Pode ter, por exemplo, pagamento de 500 reais, 600 reais, 1000 reais. Senador, eu só estou perguntando para o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os requerimentos foram feitos pelos Srs. Deputados. Se eles contêm omissões, não compete ao Relator supri-las. Nós os estamos lendo, colocando-os em debate e votação exatamente para isso. Para facilitar o trabalho, por economia processual, sugeri ao Sr. Presidente, e ele aceitou, que, uma vez aprovada a matéria toda em globo, cada qual que tivesse dúvidas a desvendar

ou omissões a preencher ou ampliações a fazer, que façam os requerimentos hoje ao final da aprovação e nós, então, completaremos o quadro, sempre a requerimento dos membros da Comissão.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Então, eu ia propor que suspendesse esse...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É só terminarmos a votação do bloco e entraremos, então, se o Presidente permitir, nessa fase. Mas eu peço que compreenda que ao Relator não cabe, nesse caso, ...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Com certeza, Relator. Com certeza. V. Exª tem razão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ...alterar o requerimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª para um esclarecimento. Vamos ver se votamos em seguida.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O que sucede? A idéia está entendida e nós concordamos com ela. Porém, como o autor não está presente, acho complicado a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos retirar este requerimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Retira e nós o analisamos depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ficam, então, apreciados em bloco todos os requerimentos, exceto o de nº 160, com o voto favorável do Sr. Relator.

Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem com o voto queiram permanecer sentados.

Aprovados.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 143, de autoria do Sr. Senador José Jorge. Requer informações ao Ministério dos Esportes acerca de todos os pagamentos efetuados à SMP&B Comunicação, acompanhados do contrato, a justificativa, a data do pagamento ou crédito ordenador de despesas, especificação do documento do pagamento ou crédito, conta bancária de crédito e qualquer outra informação pertinente a pagamentos efetuados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Parecer favorável. Discussão do Parecer.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem queiram permanecer sentados.

**O SR. (Orador não identificado)** – O mesmo problema, Sr. Presidente, com relação ao valor e também à data.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, V. Exª poderia, no final, quando acabarmos de votar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está em processo de votação. Eu o coloquei em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem com o teor do requerimento queiram permanecer sentados. Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel) – Penúltimo Requerimento.

Requerimento nº 119, do senhor Daniel Almeida. Informações ao Ministério Público Federal sobre quaisquer investigações desenvolvidas no período de 1995 a 2005, acerca de suposta compra de votos parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão.

Em votação.

Os senhores parlamentares que concordarem com o parecer favorável queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 187, do senhor Senador José Jorge. Requer informações ao Banco do Brasil e suas subsidiárias acerca de todos os pagamentos efetuados a DNA Propaganda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em discussão.

Em votação.

Os senhores parlamentares que concordarem com o parecer favorável do senhor relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pergunto se existem requerimentos complementares, pois agora é o momento.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Existem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero recebê-los aqui. Peço à Secretaria que me passe alguns requerimentos complementares dos termos que aqui foram objeto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu está sendo feito pela Liderança do PSDB. Fui ao Ministro Nelson Jobim, estive com ele até agora há pouco, e ele quer nos passar todas as informações que tem, mas pede que a CPMI mande-lhe um ofício. O requerimento está sendo feito, irei passar para que



possa ser aprovado e será encaminhado ao Ministro Nelson Jobim em nome da CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se esse requerimento não for feito, poderemos tomar como uma diligência da própria Mesa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Podemos fazer também, seria até mais rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É mais rápido.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

Já temos requerimento na Casa solicitando a convocação do Toninho de Barcelona. Considero de extrema importância. Penso que os colegas que foram...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estamos discutindo agora os documentos complementares aqueles que foram feitos aqui, porque alguns envolvem, inclusive, quebra de sigilo. Portanto, se há algum nesse sentido, que nesse momento possa ser apreciado. Em seguida, vamos aos requerimentos dos próximos depoentes. (Pausa.)

Peço agora os complementares aos temas aqui já tratados. Matéria nova será apreciada posteriormente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu foi uma diligência minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O de V. Exª irei submeter. Até seria desnecessário, mas para dar maior pompa e circunstância, quero submeter o requerimento da nobre Deputada Zulaiê para que sejam solicitadas ao Supremo Tribunal Federal todas as informações disponíveis que tenham relação ao objeto das investigações dessa CPMI.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Já está sendo levado, em mãos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim. É complementar aos anteriores?

**O SR. (Orador não identificado)** – Sobre a Trade Link Bank, citada pelo senhor Duda Mendonça, uma **offshore** do Banco Rural, peço que possa ser também votado agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Isso é quebra de sigilo?

**O SR. (Orador não identificado)** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que todas as quebras de sigilo novas serão estudadas pelo relator, que dará parecer no tempo regimental. Esse não. Esse é uma diligência que a Mesa poderia encampar perfeitamente aqui, com o da nobre Deputada Zulaiê. Portanto, submeto inicialmente ao relator para que dê o seu parecer, favorável, certamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O requerimento é da senhora Deputada Zulaiê, que requer ao Supremo Tribunal Federal cópia de inteiro teor de inquéritos e outros procedimentos instaurados naquele tribunal e que sejam partes o senhor Marcos Valério de Souza e outros e suas empresas, SMP&B, DNA e outras.

O parecer, obviamente, é pelo deferimento do requerimento.

Sr. Presidente, há um requerimento do Sr. Deputado José Rocha sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas trata-se de quebra de sigilo. Nesse caso, teremos que apreciá-lo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O parecer é pelo deferimento da petição da Srª Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com o teor do parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tínhamos aqui alguns requerimentos complementares àqueles feitos anteriormente. Aqueles que implicam novas quebras de sigilo, teremos que os submeter ao Relator, discuti-los e votá-los.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, analisando a relação de requerimentos que nos foi entregue semana passada, verifico que os Requerimentos nºs 20 e 21 tratam de solicitação de cópias. Os Requerimentos nºs 33 a 47 também se referem a cópias de depoimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esses já aprovamos aqui há muito tempo, nas primeiras reuniões.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Na minha relação, não constam como aprovados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós os submetemos à votação exatamente quando fixamos as primeiras convocações, mas acredito que nem a secretaria o registrou. Mas o faço agora. Temos um parecer favorável do Relator.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Se já foi aprovado, tudo bem. Mas estão como pendentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu os submeto novamente à votação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – São os Requerimentos nºs 20 e 21 e nºs 33 a 47. Todos tratam de cópias de depoimentos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O parecer foi favorável.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Então, retiro a minha observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou submetê-los novamente à votação, para não deixar dúvida na secretaria.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essas observações estão sendo registradas em tempo real para conhecimento posterior, para redação em Ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordam com o parecer favorável queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Teríamos aqui uma pauta que seria a convocação de novos depoentes. Pergunto ao Relator se houve algum consenso nesse sentido. (Pausa.)

Não houve? Então, peço que, até amanhã, antes da reunião, tenhamos uma lista consensual, para que votemos a convocação dos próximos depoentes.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, desejo simplesmente apoiá-lo. Penso que o encaminhamento de V. Ex<sup>a</sup> é o melhor, porque vai nos dar condições de amadurecer as propostas de hoje para amanhã. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, quero lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que há um consenso – já foi conversado com o Relator – sobre a convocação do ex-Deputado e atual Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para vir depor na próxima terça-feira. Gostaria de ver esse requerimento votado, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já foi feita a votação, inclusive. Mas vamos votar, para deixar isso claro.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, a coleta de informações por meio de depoimentos não tem sido pródiga em informações; pelo contrário, tem sido escassa. Até este momento, por intermédio de interrogatório, esta Comissão não conseguiu penetrar nesse terreno muito bem protegido, que

foi o da possível distribuição de recursos a Parlamentares. Não é demais afirmar que o Sr. Valdemar Costa Neto, quando renunciou e assumiu a responsabilidade pela recepção e pelo gasto dos recursos entregues ao Partido de que ele era Presidente, estabeleceu uma cortina de proteção aos Deputados da sua legenda. O mesmo aconteceu com o Deputado Roberto Jefferson no que diz respeito aos membros do Partido Trabalhista Brasileiro. Ao fazer essas declarações, estou constatando fatos, estou apontando os impedimentos contra os quais estamos lutando; não estou fazendo afirmativas. Então os que estão expostos são aqueles que foram ter, pessoal ou por interposta pessoa, ao Banco Rural em Brasília. Nós, agora, vamos ter, a partir do deferimento desses requerimentos, uma massa documental de grande porte. Uma massa crítica, volumosa, que talvez nos permita entrar em alguns detalhes dessa natureza. Talvez nos permita.

Quanto aos depoimentos, sinto necessidade de dizer que eles têm que obedecer a um critério. Não podemos ficar chamando a esmo pessoas que cada qual acha necessário ouvir. Ou nós continuamos a ouvir os tesoureiros e passamos em seguida àqueles que receberam volumes grandes para entrega às chefias partidárias... Temos que seguir um critério, porque, se começarmos a ouvir segundo os nossos caprichos, lembranças ou até mesmo pelo desejo de colaborar, vamos provocar uma ausência de conexão entre os depoimentos, o que vai tornar muito difícil a coleta de elementos. Digo isso em proveito da eficácia da apuração. Mas não posso deixar de concordar com a tomada de depoimento do ex-Deputado Valdemar Costa Neto porque já foi objeto de quase decisão na reunião passada, muito embora não acredite que o Sr. Valdemar Costa Neto vá acrescentar alguma coisa àquilo que já é do nosso conhecimento. Mas foi requerido, não me compete indeferir. Todavia, daqui para frente, quero estabelecer, de acordo com a Comissão e sob as ordens do Sr. Presidente, sempre sábio nas suas decisões, uma progressão de depoimentos que se conectem entre si, a fim de possibilitar um raciocínio concatenado a respeito.

O parecer é pelo deferimento, Sr. Presidente.

Aproveito para indagar de V. Ex<sup>a</sup> se está mantido o depoimento do Sr. Delúbio Soares para amanhã, às 9 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está mantido. Não tenho nenhuma informação em contrário.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Devanir.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Peço também a inscrição pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O Deputado Devanir em primeiro lugar.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, concordando com o Relator, Deputado Abi-Ackel, no aspecto processual, porque ele é advogado, e em termos de sensibilidade, por ser ele mineiro. Acontece que numa CPI, por mais que possamos aqui determinar uma linha de conduta das oitivas e seu conseqüente desdobramento, pode ser que, no meio do caminho, surja algo importante. Quero ver se há abertura quando isso acontecer, porque em CPIs surgem coisas repentinas, importantes. Caso ocorra algo imprevisto, que possamos rever, com o Presidente, o Relator e todos os membros da Comissão, nosso entendimento, para que não fiquemos presos simplesmente a esse calendário que estamos aqui produzindo, embora eu concorde com ele. Tudo bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Acho que a observação de V. Exª é extremamente procedente. Quer dizer, a lógica das investigações é que vão determinar os passos subseqüentes. Não podemos estabelecer um roteiro prévio, até porque não queremos um resultado prévio. Queremos um resultado real. Então é evidente que, quando temos um roteiro rígido, é porque se quer um resultado já previsto. Isso está eliminado. É óbvio que a lógica das investigações é que vão determinar quem realmente tem uma contribuição importante a dar à CPMI.

Procede integralmente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr.

Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Valverde.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Depois me inscreva, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr.

Presidente, obrigado pela consideração.

Eu ouvia atentamente o Relator. É óbvio que esta CPMI tem um amplo campo de abrangência, talvez seja a CPMI que tem maior abrangência, porque ela envolve a compra de votos que se deu ao longo da história recente do País, do passado recente. E é óbvio que, ao longo da discussão, vamos ter que disciplinar um pouco, porque podem ser chamados empresários que, em certo momento, contribuíram para alterar a votação aqui no Congresso Nacional, podem ter influído na aprovação de matérias de interesse lo-

calizado, autoridades que, muitas vezes, se utilizaram desse procedimento para manter maiorias, garantir votações favoráveis. Então, nós vamos ter que ter um limite na apresentação de requerimentos, porque, como a Comissão é muito abrangente, se nós deixarmos o espectro muito amplo, vamos ficar só discutindo aqui a aprovação de requerimento. O trabalho de investigação, de análise documental, nesse caso, acho que tem que ser co-participativo – não podemos deixar essa incumbência tão-somente às Assessorias – vai exigir um bom tempo de cruzamento de dados, de informações, de depoimentos que vão ser prestados e que podem trazer informações para elucidar algumas situações.

Então, perguntaria ao Relator até quando estará aberta a seção de apresentação de requerimento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso não podemos prever, até o Sr. Presidente decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que não podemos fechar essa hipótese, porque, de repente há uma necessidade, exatamente respondendo à questão formulada pelo nobre Deputado Devanir. As circunstâncias é que vão determinar. Teremos que dar celeridade e terminar com os trabalhos desta Comissão. A CPMI não é eterna, é uma comissão temporária por excelência. Então, antes de abrir nova discussão, quero colocar em votação a proposta feita aqui da convocação para a próxima terça-feira do nobre ex-Deputado, no caso, Valdemar da Costa Neto. Entendo que é um depoimento lógico, até porque agora vamos abrir o espectro em cima daquelas pessoas apontadas como eventuais titulares de vantagens. Então, quero submeter esse requerimento à discussão e votação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tenho aqui duas questões que não são propriamente pela ordem, são pedidos de uso da palavra que vamos conceder para alguns esclarecimentos.

Concedo agora ao nobre Senador Sibá Machado, em seguida a V. Exª, Deputado Baltazar e depois Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – SC) – Sr. Presidente, são três as observações que gostaria de fazer: a primeira delas, na verdade, é para parabenizar todos os colegas de Comissão pelo espírito coletivo; imbuídos todos que estamos de levar a cabo os seus propósitos aqui dentro, as suas obrigações. O clima de debate aqui é completamente diferente da outra CPMI, sou membro das duas. Esse é um agradecimento que quero fazer aqui de público. Temos primado por conversar bastante antes de tomar qualquer encaminhamento. Portanto, nessa direção, quero dizer que a votação do Vice-Presidente desta Comissão eu pediria que não fizéssemos hoje. Por quê? Porque eu gostaria que nós conversássemos e amadurecêssemos melhor a idéia, pois não tivemos tempo para fazer isso. Nós nem exercitamos essa possibilidade ainda. Então, vou conversar com outras pessoas, tentar encontrar um momento em que possamos conversar, trocar idéias e fechar essa posição coletivamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essa discussão está em suspenso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – SC) – Segundo, Sr. Presidente, uma outra questão que me chama bastante a atenção. Há um fato que acho que inquieta muita gente, tanto é que o Deputado Sandro Mabel, de uma forma que considero bastante lúcida, adentrou a CPMI dos Correios para fazer uma reclamação muito procedente. Naquela lista, Sr. Presidente, em que foram citados – por mais que se justifique que é uma lista que não diz absolutamente muita coisa – incomoda demais. Acho que não pode ficar sem uma decisão tomada entre esta e a outra CPMI. Quero solicitar a V. Exª, não sei se serei convencido do contrário ou se já foi feito, que esta CPMI exija que tudo que for relativo a parlamentares do Congresso Nacional ou qualquer parlamentar, esta Comissão vai, sim, se debruçar sobre o assunto e caberá a ela a responsabilidade de estudá-lo e de proceder aos encaminhamentos que forem necessários aos Srs. Parlamentares.

Passo ao terceiro procedimento, Sr. Presidente. Como estou nas duas Comissões, estou angustiado com outro problema. O problema é que acho que aquela CPMI tem comandos em todas as direções, e algumas coisas são de extrema irresponsabilidade pública. Uma delas é o sumiço de documentos dali de dentro. Temos de dar uma resposta pública sobre o que está acontecendo, sob pena de esta CPMI não ter nenhuma moral...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há a quebra de decoro para quem assim procede.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Esta CPMI não terá moral de investigar mais ninguém. Isso é algo complicado.

Quanto ao doleiro que foi ouvido ontem, creio que, por força até da circunstância, foi muito bom não termos ido lá, foi muito melhor não termos ido lá, porque, como a oitiva foi feita, até parecia que era o contrário: uma pessoa presa, com 25 anos de cadeia, em sistema fechado – acho que até em sistema isolado –, só faltou colocar a roupa de juiz ali e julgar os Srs. Parlamentares que lá foram.

Eu só queria encerrar este pensamento. Os nervos estão à flor da pele, o que não está ajudando, o que está, no meu entendimento, atrapalhando.

Conclamo, peço encarecidamente, à razão de todos os que são membros desta CPMI, que trilhemos o caminho correto, com retidão, cumprindo as nossas obrigações.

Portanto, fecho, em total e absoluto acordo, com os encaminhamentos sugeridos aqui pelo nosso Relator e com a forma com que V. Exª tem conduzido sabiamente esta Comissão.

Encerro dizendo que a Deputada Zulaiê Cobra traz a novidade de hoje, para nos dirigirmos ao Presidente do Supremo, Ministro Nelson Jobim, para termos das mãos dele esse documento. É isso que constrói aquilo que o Brasil e todos temos de fazer, que é encerrar, de fato, uma investigação real, da forma como todos estão querendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Devo dizer a V. Exª que teremos de receber os dados existentes na outra CPMI, a dos Correios.

Estou dando uma informação.

Vamos analisar todos os nomes e chamá-los. Temos de ouvi-los, dar-lhes o direito de defesa e, se for o caso, emitir daqui um parecer encaminhando a quem de direito ou sugerindo as punições na forma da lei. Não vamos fazer nada que viole o princípio da legítima defesa e, sobretudo – quero dizer –, da ampla defesa.

Eu só tinha de dar essa informação.

Eu havia dado a palavra a dois Parlamentares. Eu não gostaria de quebrar esta ordem: o Deputado Baltazar e, em seguida, o Deputado Perondi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Depois, Sr. Presidente, inscreva-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou ter de encerrar esta reunião.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, quanto àquele requerimento que dei entrada ontem sobre as contas do Toninho da Barcelona, acho que a gente poderia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já o aprovamos, ontem ainda.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Foi aprovado ontem?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi aprovado ontem.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, está ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela maneira tranqüila e serena com que V. Exª conduz esta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E queria voltar ao que falei ontem. Peço a atenção das Srªs Deputados e dos Srs. Deputados, das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores. O nosso Relator falou sobre isso também. Trata-se do fato de que há muitos depoimentos e de que precisamos juntar os fatos e descer aos dados, às provas.

Sugeri o Requerimento nº 324. Sei que a Mesa tem o poder de fazê-lo também. É só uma proposta estruturante desta CPMI, montando uma perícia contábil, para que possamos realmente ter esse amparo estrutural para fazer o trabalho. Gostaria de ver aprovada essa proposta, porque estaríamos aqui com justificativas e poderíamos andar com mais celeridade, como quer o nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, a ponderação de V. Exª é muito oportuna. O Sr. Presidente já estava tratando, juntamente comigo, da busca de técnicos em contabilidade que possam merecer plena confiança a fim de examinarem esse trabalho contábil. Depositamos nessas perícias técnicas uma grande esperança de encontrarmos elementos de convicção.

V. Exª pode estar certo de que isso está sendo providenciado com o maior empenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Coloco em discussão esse requerimento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O requerimento trata de contratação de perícia técnica para a realização...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos já haviam, de certa forma, concordado. Apenas não pude colocar em votação naquele momento.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com o parecer favorável queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi e, em seguida, ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, os trabalhos têm ido bem. V. Exª tem uma enorme experiência. Sr. Presidente, quero lembrar que a Ordem do Dia, conforme acertado no início, seria: item 1 – votação dos requerimentos; item 2 – discussão das sub-relatorias; item 3 – eleição para a vice-presidência, o que já foi descartado. Então, lembro que é fundamental discutirmos essa questão e pretendo fazê-lo.

Todavia, antes de entrar nessa questão, quero voltar um pouco atrás, a um trabalho que V. Exª fez hoje pela manhã junto com o Presidente da outra Comissão, Senador Delcídio Amaral, sobre o acesso de nós, Parlamentares, e da assessoria credenciada aos documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Espero que credenciem urgentemente.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu queria fazer uma observação no intuito de que V. Exª abrace essa tese, se, evidentemente, os colegas também a abraçarem. Não podemos nos limitar a um horário para consultar os documentos. Uma hora pela manhã e uma hora à tarde para consultar, com toda a agenda que temos, intensa, não pode ser. Se a outra Comissão tem horário, acho que não devemos tê-lo. Quero que V. Exª submeta esta questão ao grupo. Se, de manhã, se pode ter acesso, vamos ter acesso, e não vamos depender de horário. É evidente que não será às três da madrugada. Até que poderia, porque sou madrugador e porque há pessoas que dormem às 2 ou 3 da madrugada e poderiam ter acesso. Mas há questões de ordem funcional.

Mas não se pode estabelecer uma hora pela manhã e outra hora à tarde. Até imagino que possa haver uma manobra do Presidente Delcídio, mas não imagino, porque ele é um homem acima de qualquer suspeita e não deve ser manobra para cercear, de maneira nenhuma. Retiro essa possibilidade.

Outra questão que quero que V. Exª ponha sob apreciação é a da sub-relatoria. Ouvimos muitos, vamos ouvir mais e estamos com dificuldades de ordem operacional, é óbvio. Começamos a funcionar trinta dias depois da outra Comissão, é uma avalanche de papéis, e precisamos nos organizar.

Foi votado esse requerimento, mas queremos discutir hoje, agora. São duas horas da tarde, ainda há possibilidade de discutirmos, seriam mais trinta minutos. Trata-se de sub-relatoria. Existe uma proposta

que o Deputado Júlio Redecker apresentou e que iríamos discutir, para que, já hoje, começássemos com uma estrutura mais ágil, mais rápida. Dessa forma nós, Deputados e Senadores, poderíamos avançar e não ficar apenas ficar no interrogatório, que é importante – óbvio –, mas temos que dar respostas à população. A nossa CPMI é a CPMI do Mensalão, e a população está pedindo respostas.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar uma explicação inicial, porque me vejo na obrigação de fazê-lo.

Inicialmente, devo dizer que o mais importante não é o acesso, mas o cruzamento desses dados. Trabalhando com as fitas magnéticas, existem já programas – o Ministério Público Federal os pôs à disposição da CPMI – que podem fazer um batimento desses dados, para facilitar sobretudo as consultas. São os chamados relatórios técnicos. Vamos ter acesso a esses relatórios, que são mais importantes. Os dados, teríamos que conferi-los.

Trata-se de uma metodologia adotada para possibilitar que os técnicos tenham tempo para trabalhar e compulsar os dados. Então, é uma discussão que podemos fazer mais tarde, mas essa foi uma metodologia é racional e foi adotada na outra Comissão.

Num primeiro momento, não quero entrar em choque, quero pedir um certo tempo. Se nos derem os relatórios técnicos em que esses dados todos estejam devidamente racionalizados e disponibilizados, tornando o acesso muito mais fácil, teremos condições de trabalhar com eficiência.

Faço, então, uma ponderação ao Deputado Perondi, porque conseguimos hoje esse acesso e não devemos, logo de cara, entrar novamente em conflito. Essa era uma explicação inicial que eu devia prestar.

Tenho que encerrar esta reunião. Quanto à questão da sub-relatoria, estamos discutindo com o Relator e vamos trazer essa matéria amanhã e talvez chegar a um consenso, a um entendimento com o Relator, para trabalharmos em conjunto.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, acho importante fazer uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame, que está inscrito anteriormente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª quer fazer uma questão de ordem. Qual é o fundamento da sua questão de ordem?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor falou em acabar com a reunião de hoje, encerrar esta reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu falei que vou tratar das matérias e terminar a reunião na hora em que devo terminar.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A minha preocupação – por isso que propus a questão de ordem – são as oitivas ou não da semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós já falamos sobre essa matéria. Vamos discutir até amanhã para ver se haverá um consenso. Já teremos uma primeira oitiva na semana que vem. Em seguida, até amanhã, vamos ter uma relação consensual, se possível. Senão, vamos a voto.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Gostaria de fazer um encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar a palavra ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a respeito do requerimento que foi aprovado na semana passada, para ser encaminhado ao Presidente do Senado, autorizando ou solicitando a contratação de uma empresa de rastreamento internacional, gostaria de saber se já foi despachado pelo Sr. Presidente do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo lhe informar que hoje tivemos um contato com o Ministério da Justiça, que trata exatamente desta matéria, e nos disponibilizaram já uma série de diligências nesse sentido. Entendo que talvez possamos dar um voto de confiança a essa instituição, que me parece séria e que já está adiantada no trabalho.

Tenho uma frustração quanto a um aspecto, assim como V. Exª. A Kroll, por exemplo, contratamos naquela vez, na CPI do PC, e não deu resultado algum. Vamos apostar nesse trabalho que está sendo realizado. Se ele não mostrar eficiência nos próximos dias – espero que sim –, teremos, então, a satisfação.

De qualquer maneira, o requerimento foi votado e aprovado, e vamos verificar o seu andamento.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Desculpe, Sr. Presidente, eu não entendi a resposta de V. Exª. Significa que não foi nem despachado...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, ele foi encaminhado ao Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Já foi encaminhado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi encaminhado ao Presidente. Mas, de qualquer

sorte, estamos informando que existe já um serviço, parece-me, altamente confiável, que está sendo provido por uma equipe de mais de 40 técnicos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É da Secretaria Nacional de Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Da Secretaria Nacional de Justiça.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É um pessoal sério.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, pode ser que eu não tenha ouvido bem quando o Deputado falou sobre o acesso aos documentos. Essa é a primeira questão que eu quero que V. Exª me esclareça, se os Deputados ao lado deixarem.

Quero fazer uma proposta diferente, porque, já que vai ser discutido com o Relator, num outro momento, e já vai se trazer uma proposta de sub-relatoria, quero fazer uma proposta diferente de sub-relatoria. Acho que temos que ter grupos de trabalho. A experiência de sub-relatoria da CPMI dos Correios não é positiva. Estou sendo sincera. Também sou suplente. Lá, praticamente, há alguns sub-relatores que atropelam o Relator. Não acho que isso seja bom. Acho que grupo de trabalho é mais eficiente. Escolhe-se um grupo, e esse grupo vai cuidar de determinado aspecto. É mais democrático, porque está acontecendo isso. Esta CPMI não é uma CPMI onde as pessoas estão querendo fazer *shows* midiáticos. É um pouco diferente a nossa CPMI. Parece-me, nesse aspecto, bastante diferenciada neste ponto: ninguém aqui quer *show* midiático. Não vejo isso no Presidente, não vejo isso no Relator nem na grande maioria dos membros desta CPMI.

Queria fazer esta proposta: que, em vez de ser sub-relatoria, fosse grupo de trabalho.

Sr. Presidente, eu queria que V. Exª me esclarecesse melhor como é que ficou essa questão do acesso. Vou lhe explicar por que essa preocupação com os documentos. Há documento que não é um documento, mas uma caixa de documentos. Se a assessoria credenciada só tiver uma hora por turno, fica difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A assessoria terá sempre à disposição todo o tempo em que quiser trabalhar.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Vai ter acesso o dia todo?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O problema é que exatamente os Deputados, Senadores, membros, Parlamentares terão um acesso mais restrito, para poder deixar as assessorias traba-

lharem, analisarem, dissecarem todo aquele manancial de informações.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Mas só uma hora é pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Uma hora pela manhã, uma hora pela tarde. Nós podemos discutir essa matéria.

**ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, só saber se eu estou inscrito.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Estou com a palavra.

**O SR. (Orador não identificado)** – Quero fazer um encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Estou com a palavra.

Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento à Comissão, até para corrigir uma injustiça.

No depoimento do Sr. Marcos Valério, fiz um questionamento envolvendo uma empresa, a Probank, porque eu tinha a informação de que, nos dias 14 e 15 de julho, o Sr. Marcos Valério havia se hospedado em um hotel por conta dessa empresa, em companhia do Sr. Ricardo Luiz Bispo Monteiro.

Sr. Presidente, houve uma questão de homônima. Realmente se hospedou, no dia 14, juntamente com o Sr. Ricardo Luiz Bispo Monteiro, um cidadão chamado Marcos Valério Fernandes – vejam a coincidência –, enquanto tínhamos o Marcos Valério Fernandes de Souza.

Essa empresa estava, na época, prestando serviços ao Tribunal Superior Eleitoral e foi citada indevidamente por mim. Faço a correção. Estão aqui os documentos, que vou encaminhar a V. Exª, Sr. Relator, mostrando que se trata de outro Marcos Valério Fernandes, que não aquele que estava depondo aqui.

Então, faço este esclarecimento, até para ressaltar a empresa e as pessoas citadas, e o encaminhamento a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a informação e passo a palavra ao nobre Deputado Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, com relação às sub-relatorias, considero esta uma discussão que precisamos aprimorar mais. Nesse

intervalo, então, para a próxima reunião – eu até estava falando a respeito com o Deputado Moroni Torgan –, vamos nos reunir com o grupo também para discutir melhor sobre esse assunto.

Com relação à escolha do Vice-Presidente, já ficou discutido que vai ser suspensão.

Sr. Presidente, penso que, nesta reunião de hoje, podemos colocar um ponto final, enquanto discutimos outras questões, até porque é importante, nesta Comissão, alguns aspectos referentes a ordem de trabalho. Na última reunião, ficou definido o seguinte: que faríamos um trabalho, uma linha de chamar as pessoas para virem prestar esclarecimentos perante esta CPMI.

Qual seria a linha? Primeiro, os tesoureiros de todos os Partidos. Devíamos caminhar no sentido de ter aqui aquelas pessoas que fizeram saques, que tiveram seus nomes ligados ali. Posteriormente, viriam aqui todos os Deputados que estivessem ligados a essa situação, que foram citados, que estejam na suposta lista. Podemos caminhar nesse sentido.

A terceira questão, que surgiu agora, esta semana, foi justamente a de que a CPMI dos Correios já tem uma lista. Aquela CPMI formulou uma lista fora de sua competência. Eu queria ver com V. Ex<sup>a</sup> a possibilidade de avocarmos essa lista, de discutirmos o assunto – de repente, na próxima reunião –, para que o nome dessas pessoas fossem discutidos aqui na CPMI da Compra de Votos, que é o local específico para discussão referente a qualquer pessoa citada em compra de votos. É um pensamento que deveríamos discutir junto com os companheiros, porque depende de um acordo entre nós caminharmos nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, devo dizer que estive hoje reunido com o nobre Relator e com o nobre Presidente da CPMI dos Correios, estabelecendo um **modus operandi**. Eles vão encaminhar não uma lista e todos aqueles elementos, inclusive nomes de pessoas, que ninguém inventou, que surgiram nos jornais, que surgiram em documentos etc. Então, vamos recebê-los, sem que recaia sobre eles qualquer imputação criminosa, até porque nem é competência da CPMI fazê-lo. Vamos receber, sim, todos os dados, ainda esta semana, mais tardar semana que vem, para nos debruçarmos sobre a matéria.

Creio que tivemos um ganho: temos acesso a esses documentos. Isso é um ganho importante. Poderemos trabalhar esses dados. Quer dizer, menos espetáculo, mais trabalho, mais escrivania, como disse aqui um jornalista hoje. É importante nos debruçarmos sobre essa massa de informações e extrairmos dela todos os elementos necessários às investigações às

investigações a que estamos procedendo. Isso é um fato. Vamos ter que trabalhar.

E quero aproveitar este também para agradecer a diligência que a Deputada Zulaiê realizou junto ao Supremo Tribunal Federal e também o recebimento de tratamento diferenciado que obteve do Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. E quero dizer que desejamos estabelecer essa cooperação, essa troca de informações.

Entendo que a matéria da lista da próxima semana será...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Presidente, eu pedi a palavra, mas gostaria que o senhor interviesse antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...adotada pela manhã. Amanhã vamos estabelecer essa lista consensuada. Quanto à questão das relatorias, temos que ouvir o Relator. O Relator é que tem a palavra. Eu entendo. Eu tenho uma concepção de que, dividindo, a gente multiplica. Então, vamos multiplicar a nossa capacidade de trabalho. Se será através de grupo de trabalho – ou qualquer outro nome que derem – não sei. Eu entendo que o Relator terá que racionalizar. Não teve tempo ainda sequer – agora começa a análise dessas informações – de verificar o que é que precisa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quanto à questão do Vice, fica também transferida.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar. O senhor me prometeu a palavra, eu me inscrevi e esperei pacientemente. Espero que o senhor não me faça a desfeita de encerrar a reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Não se trata de desfeita, não. Eu vou lhe conceder a palavra, mas não me venha com “desfeita” ou “não desfeita”. Eu dou a palavra a quem se inscreve.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não há nenhuma impropriedade nesse termo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Mas “desfeita”, “desfeita”.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – ...quando é gaúcho. O senhor entendeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está com a palavra o Deputado Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Obrigado pela feita. (Risos)

Bom, Sr. Presidente, eu tomei a liberdade de fazer alguns contatos. Nós estamos preocupados com algumas coisas, Presidente, sobre as quais nós temos conversado aqui na CPMI. A primeira delas já foi dis-



cutida aqui e o Relator vai sobre ela se manifestar: é a questão das subrelatorias. Uma questão importante é a vinculação de recursos advindos do exterior, para que possamos saber de onde vieram os recursos, também internamente, para fazer a prática da compra de votos, que é o objetivo específico desta CPMI. Até o momento não ouvimos nenhum Deputado aqui. A CPMI dos Correios, por intermédio de seu Relator, nominou uma série de Parlamentares e deu um prazo de cinco dias para manifestação. Pelo que sei, salvo melhor juízo ou informação que o senhor traga da reunião que teve pela manhã...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu já coloquei isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu sei.

A informação é que, se os Parlamentares confirmarem que receberam aquele dinheiro, o qual foi nominado amplamente com conhecimento da imprensa, serão automaticamente encaminhados para o Conselho de Ética. Os outros cujo recebimento não for confirmado serão encaminhados para cá. Essa é uma pergunta.

A outra pergunta, Sr. Presidente. Eu tomei a liberdade de ligar para o Embaixador brasileiro em Montevideu, Embaixador Eduardo Santos, para ver se teríamos oportunidade de conversar com o Ministro Danilo Astoria, com quem mantivemos relações pelo período em que fui Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – e o senhor participou de alguns eventos e sempre nas reuniões – para solicitarmos a quebra de sigilo bancário da Export, empresa que participou da questão da Guaranhuns. Ele me disse que se, houver a boa vontade do Governo – está mandando a legislação, que vou passar ao conhecimento do Relator e da Presidência –, poderá ser possível a visita ao Ministro, que será agendada pela Embaixada, para ver da possibilidade de nos dar os dados referentes a essa conta que tem no Uruguai. Por outro lado, a legislação uruguaia decidiu recentemente que, somente mediante decisão judicial, é possível a quebra de sigilo bancário. Mas há casos de exceção, como acredito que seja o nosso. E caberia, sim, uma conversa por parte de membros – não seria uma delegação muito grande, mas dois, três ou quatro Parlamentares, a critério de V. Exª. Nós nos dirigiríamos ao Uruguai para sabermos da existência do comprometimento e da possibilidade de termos as relações dos operadores e dos valores destinados e também dos valores oriundos para essa destinação chegarem até o nosso País e irrigar essa rede de corrupção.

Era isso que eu queria aduzir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que as diligências que V. Exª sugere são bastante razoáveis. É evidente que entendo também

que, com acesso a todos esses elementos, esse espectro começa a se ampliar e talvez o objeto seja mais bem definido e assim poderemos realizar. Não quero cercear de maneira alguma qualquer diligência que venha a esclarecer os fatos. Quanto a isso, pode ficar tranqüilo. Vou submeter à apreciação oportunamente nos próximos dias.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vou conceder-lhe a palavra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Hoje, pelo menos, em homenagem a mim, V. Exªs poderiam aceitar, porque fui o primeiro a me inscrever para discutir. Pode pegar a lista...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– V. Exª está com a palavra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Fui o primeiro a me inscrever. Ganhei do Baltazar hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– V. Exª está com a palavra. Nas reuniões administrativas, nunca tivemos uma inscrição rígida. Concedemos a palavra a quem quer contribuir.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vou ser breve.

Primeiro, os assessores do PFL já foram indicados. Então, V. Exª já pode autorizá-los nesse sentido.

Segundo, Sr. Presidente, vejo ainda nas nossas oitivas uma falta de consistência para oitiva. Devemos, então, pensar bem como devemos realizá-las na sequência. Por que a falta de consistência? Porque não temos os documentos. Precisamos ter os documentos mais à nossa mão, para, então, realizar... Estamos realizando, muitas vezes, oitivas infrutíferas, porque não temos a contraposição dos documentos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Quanto a isso, V. Exª me perdoe, já foi enunciado por mim repetidas vezes...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu sei. Estou concordando com V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Os pedidos de oitiva continuam chegando.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Estou corroborando o que V. Exª tem dito reiteradamente aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– V. Exª e todos os demais terão acesso hoje à tarde e amanhã pela manhã aos dados.

Amanhã pela manhã, às 9 horas, deve começar a oitiva do Sr. Delúbio. Então, não haverá muito tempo. Mas, hoje à tarde, aproveite o tempo para ter acesso a esses dados. Os sigilos foram quebrados já.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A coisa é importante, Sr. Presidente. Sempre vamos para um

lado da linha da corrupção. Em todas as CPIs que realizamos aqui, pegamos o lado da corrupção no Congresso, na CPI do PC, dos Anões. Acho certo, e tem que ser pego, mas temos que pensar em nos dedicar a pegar o outro lado da corrupção, que é o dos corruptores, que continuam, muitas vezes, os mesmos, durante anos e anos, rindo da sociedade brasileira. Nesse sentido, talvez fosse interessante a origem do dinheiro da corrupção. Talvez fosse interessante, a critério do Relator e de V. Exª, fazer uma subcomissão, uma sub-relatoria nesse sentido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª me permite? V. Exª tem acompanhado todos os interrogatórios e há de ter notado que a primeira preocupação do Relator, nos seus interrogatórios, é exatamente frisar este ponto: de onde veio o dinheiro? Quem está financiando? Não conseguimos avançar ainda. Agora começam a chegar os documentos, começa a se produzir análise técnica. Naturalmente, daqui para frente, vamos ter elementos novos de investigação, não sei se suficientes. De qualquer maneira, poderemos rasgar caminhos novos.

V. Exª, o Deputado Perondi, podem ficar tranquilos quanto a essa questão da colaboração dos grupos de trabalho, como deseja a Senadora, ou sub-relatores.

Até agora, isso não era necessário. Há um velho adágio inglês, segundo o qual a gente deve atravessar a ponte quando chega até ela. Essa questão foi proposta hoje, do sub-relator. Vamos examiná-la, ver a melhor maneira de fazê-lo por uma razão muito simples: a matéria se divide em várias especializações. Temos quebra de sigilo, temos questões de impostos, questões da origem do dinheiro, questões bancárias, uma porção de origem técnica. Talvez fosse conveniente obtermos a colaboração de membros da Comissão que sejam mais ou menos especializados nessa área. Agora, acumular pessoas para fazer perguntas, não é preciso. Nós todos sabemos fazer perguntas. Então, vamos agir racionalmente, para chegarmos a um bom resultado. A matéria está sob exame.

Agora, quero dizer a V. Exª o seguinte: essa questão das oitivas, termo próprio da carreira de V. Exª, a questão dos depoimentos tem sido objeto de grande preocupação. Há pouco mesmo eu me referi a isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu sei disso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A questão da origem dos dinheiros acho fundamental. Tem sido objeto de perguntas. Mas ainda não avançamos nessa questão. Vamos ver se, com os documentos, conseguimos abrir caminhos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Deixe-me explicar por que falei isso. Temos um tempo na CPMI.

Uma CPMI desse caráter não pode ter uma continuidade até o fim do mandato, porque é complicado. Se dedicarmos um tempo para ver a ponta de cá, quando formos nos preocupar com a ponta de lá, já estará terminando a CPMI. Compreendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou encerrar a reunião, mas, antes, vou dizer duas palavras.

Em primeiro lugar, somos um tribunal não de exceção, mas de instrução. Cada um é um juiz de instrução, porque não julgamos, não indicamos. Realmente, o que fazemos é coletar as provas e encaminhar a quem pode apreciá-las e tomar as providências punitivas, se necessário. Agora, é importante que cada um empenhe toda a sua criatividade. Não a temos cerceado. Entendo também que a formulação de perguntas deve ser adrede preparadas. Há que se ter astúcia, inteligência, sabedoria. É claro que, agora, temos acesso a um manancial de informações que vai facilitar muito e que até hoje não tínhamos.

Cada um não deve contar a sua biografia, os seus problemas pessoais. É realmente ser objetivo, se dirigir ao objeto das indagações. Não há que haver libelo político. Se estamos aqui, representamos o Congresso. Não há mais partidos. Eu entendo assim. Temos um compromisso com a verdade. Se fizermos assim, seremos muitos mais eficientes.

Para concluir, a partir de agora, penso que muda muito, porque teremos acesso. É claro que temos que ouvir as pessoas implicadas, que estão ao menos anunciadas e sobre quem pesam algumas suspeitas. As elas deve-se dar oportunidade de defesa, para se realizar um justo processo. Enfim, devemos apurar com responsabilidade, com equilíbrio, com justiça, evidentemente sem qualquer outra idéia que não seja a verdade.

Muito obrigado.

Até a próxima reunião, amanhã, às nove horas, com a oitiva do Sr. Delúbio.

**A SRª ZULAIÉ COBRA** (PSDB – SP) – A lista de inscrição abre uma hora antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os critérios são sempre os mesmos.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 25 minutos.)*

ATA DA 10ª REUNIÃO – REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2005

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e vinte e cinco minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos

Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Almeida Lima, Leonel Pavan, Luiz Soares, João Batista Motta, Amir Lando, Wellington Salgado de Oliveira, Ney Suassuna, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Valdir Raupp e Alberto Silva; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Iriny Lopes, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Gastão Vieira, José Divino, Darcísio Perondi, Antonio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Raul Jungmann, Renato Casagrande e Perpétua Almeida; e como parlamentares não-membros os Deputados Jair Bolsonaro e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 10ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à Eleição do Vice-Presidente da Comissão e à oitiva do senhor Delúbio Soares. Como ainda não há acordo, o Presidente esclarece que fará a eleição em outro momento. A Presidência convida o Senhor Delúbio Soares para prestar seus esclarecimentos. Este faz uma breve exposição sobre sua atuação como tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Agnaldo Muniz, Almeida Lima, Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Augusto Botelho, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Batista da Motta, João Correia, José Carlos Araújo, José Jorge, José Rocha, Júlio Redecker, Leonel Pavan, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Rodolpho Tourinho, Wellington Salgado de Oliveira, Wladimir Costa, Zulaiê Cobra, Babá, Jair Bolsonaro, João Fontes, Laura Carneiro, Álvaro Dias, Antonio Carlos M. Thame, Darcísio Perondi, Eduardo Valverde, José

Divino, Raul Jungmann, Devanir Ribeiro e Perpétua Almeida. O depoente encaminha cópia de seu passaporte à Presidência da mesa e informa que só viajou para Portugal uma vez, em 1992. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e quatro minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e dois de agosto deste ano, às dezenove horas. E, para constar, eu, Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

##### **O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

A pauta da presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Delúbio Soares.

Inicialmente, quero dizer a todos que a Ata da última reunião encontra-se sobre a mesa.

Se os Srs. Parlamentares dispensarem a sua leitura...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então a leitura é dispensada e coloco-a em votação.

Srs. Parlamentares que concordarem com o seu texto queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Antes, teríamos uma pequena informação: a definição da eleição do vice e outras deliberações.

Não houve consenso; esperava-se que houvesse um consenso, para a harmonia da Comissão. Infelizmente, isso não houve, então nós vamos proceder a eleição. Só que não houve os preparativos de urna, então, faremos no próximo intervalo.

Então, por sugestão, nomearei aqui um Presidente **ad hoc** porque realmente, às vezes, tenho que me retirar, até para tratar de outros assuntos, não de interesse pessoal, mas assuntos da própria Comissão.

Convido, então, desde logo, o Sr. Delúbio Soares para tomar assento à mesa.

Esclareço ao depoente que ele comparece na condição de acusado e, na forma da legislação penal, no conceito até da ampla defesa consubstanciado na

Carta Magna, V. Sª responderá a todas as perguntas. Faço um apelo para que responda a todas e que diga a verdade, mas, quando isso e a juízo de V. Sª entender possa auto-incriminá-lo, poderá manter o silêncio, na forma que a legislação lhe garante – o silêncio e até omitir algumas respostas.

É importante dizer que, se responder a todas as perguntas e esclarecer o máximo, talvez seja uma conduta também que pode-lhe auxiliar na análise de eventual prática delituosa. De qualquer maneira, quero dizer que tem esse direito, e nós não queremos aqui forçar algo além da lei. A lei deve ser mantida, o império da lei é que conduz esta Comissão.

Por outro lado, também afirmo a V. Sª que, tanto de parte dos inquiridores como de parte de V. Sª, deveremos manter uma linguagem civilizada, vou chamar assim, não injuriosa, não agressiva, sobretudo ofensiva, quero dizer. Então peço que haja um tratamento respeitoso recíproco dos Srs. Parlamentares e de V. Sª para com os mesmos.

Era o que eu tinha a alertar inicialmente.

V. Sª, por fim, na forma também do Código, é acusado de ser operador de repasses de recursos para partidos políticos e Parlamentares, e outras entidades. Então os fatos que estão já de conhecimento público são esses... Alerto exatamente essa condição que V. Sª comparece de acusado.

Na sequência, pergunto se V. Sª pretende fazer uma palestra ou dar algumas explicações iniciais.

Faremos a qualificação, V. Sª diria o nome completo, carteira de identidade, profissão, estado civil, como de praxe.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Srs. parlamentares, atendo a essa convocação de vir aqui prestar os esclarecimentos necessários e agradeço esta oportunidade. Agradeço as palavras iniciais do nosso Presidente. Venho aqui para dizer aquilo que acompanhei, aquilo que sei, pois o que não sei não tenho condições de dizer.

Tenho 49 anos; nasci na cidade chamada Buriti Alegre, no interior do Estado de Goiás; meu nome completo é Delúbio Soares de Castro; estudei o ginásio em Buriti Alegre, o segundo grau e a universidade em Goiânia e fiz curso de Licenciatura em Matemática. Sou solteiro, embora viva com uma companheira há 14 anos. Meu endereço residencial – já falei várias vezes – tenho duas casas, uma em Goiânia, onde é minha base política, pois sempre militei lá, mas pelo fato de ser em São Paulo a sede do PT e a sede da CUT – fui dirigente da CUT por muitos anos –, moro num apartamento alugado em São Paulo há 16 anos, na Alameda Jaú nº 66, ap. 64. Sou Professor, e até o

mês passado era dirigente do Partido dos Trabalhadores, quando pedi licença. Para facilitar as investigações do PT, pedi suspensão dos meus direitos partidários no Partido dos Trabalhadores, na última reunião do diretório nacional, que foi aceita pelo diretório.

Estou aqui na condição de investigado e quero responder às perguntas.

Na abertura, só queria ser bastante rápido, porque prestei um longo depoimento na Polícia Federal, um longo depoimento na Procuradoria Geral da República, dos quais todos os Srs. têm conhecimento, tanto da Polícia Federal como do Ministério Público. Fiz um depoimento de 15 horas à CPMI dos Correios, onde tive a oportunidade de explicar as coisas que aconteceram.

Queria reafirmar o que falei lá: primeiro, houve acusação de que o Partido dos Trabalhadores, através de minha pessoa, tinha implantado um sistema de compra de voto e compra de Deputado no Congresso nacional. Quero repetir, reafirmar, que isso não corresponde à verdade. O Partido dos Trabalhadores nunca comprou Deputado, nunca comprou voto e nunca forneceu recurso para alguém votar de maneira “a” ou de maneira “b”. Quero deixar isso muito claro.

Outra questão que ficou bastante consignada foi que não há dinheiro público nos recursos não-contabilizados, o que eu assumi perante o Procurador Geral da República e o Partido dos Trabalhadores, para quitar despesas dos diretórios regionais de vários candidatos, preparar as eleições de 2004, o início das eleições de 2004. Usamos recursos não contabilizados, conforme já expliquei longamente na CPMI dos Correios. Mas estou à disposição para explicar esses fatos. Esse dinheiro não-contabilizado não tem vínculo nenhum com recursos públicos. Quero deixar isso claro para que a CPMI possa esclarecer os fatos.

Sobre todos os fatos que relatei, as investigações estão caminhando nessa direção. Todos os dirigentes partidários, as pessoas investigadas têm mostrado essa realidade. Como eu acredito na Justiça brasileira, acredito na seriedade das investigações que estão sendo feitas por esta Casa, não só por esta CPMI, mas pela CPMI dos Correios também, que estão apontando nessa direção, a Polícia Federal e o Ministério Público estão acompanhando, todos esses fatos serão esclarecidos.

Sr. Presidente, e Sr. Relator, queria somente apresentar essas questões e reafirmar que me coloco à disposição do Relator e dos membros desta CPMI para prestar os esclarecimentos que forem necessários. A cada um dos Srs. Parlamentares, se tiverem necessidade de perguntar, estou à disposição, com

a maior franqueza, para esse questionamento, essa investigação, esse depoimento.

Agradeço a oportunidade. Estou à disposição dos senhores e das senhoras para que possamos debater esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço um pouco mais de silêncio para que nós possamos ouvir e os senhores possam prestar atenção às declarações e informações aqui ocorrentes.

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Delúbio Soares, esta CPMI tem dois objetivos claramente expostos no documento de sua constituição: em primeiro lugar, apurar o recebimento, por Parlamentares, de quantias que lhes foram passadas pelo PT e, em segundo lugar, a corrupção porventura havida quando da votação da emenda à Constituição que permitiu a reeleição do Presidente da República.

Ontem, a requerimento dos senhores membros da Comissão, foram deferidos 60 requerimentos de diversas naturezas. Suponho que todos eles objetivem atingir os fins expostos no documento de constituição desta Comissão. A relatoria tem tido a preocupação de não permitir a extensão no sentido horizontal das investigações, porque, se isso acontecer, nos transformaremos em órgão de oposição ou de apoio ao Governo, em órgão de investigação de outras atividades de órgãos públicos, mas perderemos o foco da CPMI que é esse constituído exatamente do duplo sentido que acabei de expor.

Sr. Delúbio Soares, não é necessário avisá-lo de que o fim do seu interrogatório é este mesmo: obter informações sobre a distribuição de recursos financeiros a Deputados da Base aliada. Seria inútil escamotear esse desígnio, porque o senhor já está suficientemente informado de que esse é o objetivo do interrogatório que, a partir de agora, será feito a V.S<sup>a</sup>. Se algumas das minhas perguntas não se referirem diretamente ao objetivo da Comissão, é porque elas têm caráter auxiliar, visam à construção de uma pergunta final e todas estarão sempre centradas nesse sentido.

Era o senhor, Sr. Delúbio Soares, quem determinava a Marcos Valério a quem pagar e quanto pagar, só o senhor, em nome do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, mantenho a minha afirmação ao Procurador Geral da República, que é exatamente esta: eu solicitei empréstimo via empresas do Marcos Valério e orientava ele a fazer o pagamento das despesas que foram feitas nesse período.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ninguém mais no PT autorizava esses pagamen-

tos? O resgate das dívidas do PT estavam centrados exclusivamente na pessoa do senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As dívidas foram levantadas e a direção do Partido dos Trabalhadores à época designou-me que resolvesse o problema e determinou a mim a forma de resolver. Tomei essa iniciativa, ninguém mais do Partido dos Trabalhadores participou da forma do empréstimo e da destinação dos recursos, embora os recursos foram destinados às pessoas do PT e várias de Partidos aliados.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Está suficientemente provado que grande parte desses pagamentos foi feita através da agência do Banco Rural em Brasília. O senhor não utilizou ou os seus agentes não utilizaram nenhuma agência bancária em outro local para pagar essas dívidas do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quem orientava o Sr. Marcos Valério a fazer o pagamento e qual agência e como fazia eu não tinha conhecimento. Era uma relação de confiança, como declarei no Ministério Público: determinava a pessoa a procurar o Sr. Marcos Valério, depois ele me comunicava que resolveu aquele montante e, depois, a pessoa que foi designada também confirmava. Foi dessa maneira que aconteceu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor admite a possibilidade, então, de que, além do Banco Rural, tenha havido outras agências bancárias onde os resgates podem ter sido feitos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esse “pode ter sido feito”, eu não... eu fiquei sabendo da agência do Banco Rural na mesma época em que os demais membros da CPMI e o Brasil ficaram sabendo, pela imprensa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Uma vez feito o pagamento, o Sr. Marcos Valério dava conta ao senhor de que pagou através desta ou daquela agência?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Perguntar eu não perguntava. Olha, resolveu tal assunto? Resolveu. Então, aí as pessoas indicadas confirmavam que receberam e a forma como fazia...o que fiz de minha responsabilidade foi autorizar a fazer os empréstimos naquele montante. Na hora que acabou o dinheiro, acabou o dinheiro e não tinha mais.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o senhor não autorizou o Sr. Jacinto Lamas a receber no Banco de Brasília as importâncias sucessivas que recebeu em nome do Deputado Valdemar Costa Neto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Era um compromisso que tínhamos com o PL; era o PL

que designava as pessoas para fazer o recebimento e não...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Era um entendimento que o senhor tinha com o PL?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Com o PL.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor teve conhecimento ou levou pessoalmente ou mandou levar pessoalmente duas remessas de importâncias volumosas para o Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Essa é uma acusação que o Deputado Roberto Jefferson faz, de duas malas de dinheiro. É uma das acusações que ele faz a mim e eu também já declarei no Ministério Público que teve participação com o Deputado Roberto Jefferson, com o PTB – não com o Deputado Roberto Jefferson, era com o PTB, não daquela forma, não naquele numerário.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Qual a forma e qual o numerário?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As investigações estão em curso e vão deixar muito claro, como falei na CPMI dos Correios.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas se o senhor sabe não precisa esperar as investigações, o senhor pode adiantá-las para a Comissão.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É que não quero, tanto na CPMI dos Correios quanto no Ministério Público, e não posso cometer mais injustiça do que está acontecendo, porque várias pessoas que estavam na lista, depois, não era bem assim – estão questionando os valores. É uma questão que temos que ter muita clareza, muita investigação, conferir os dados. Não conferi depois das denúncias, e mesmo antes das denúncias. Operações realizadas em 2003 e 2004, não conferi esses números, estou aguardando e até pedi ao Deputado Carlos Abicalil, da CPMI dos Correios, para que todas as informações que a CPMI atingiu que eu possa analisar, verificar, porque pode ter alguma operação dentro das empresas que não foi clara, destinada aos nossos compromissos políticos partidários, que têm que ser separadas.

Então, temos que verificar tudo. A Polícia Federal está de posse de todos esses documentos, a CPMI dos Correios também, o Ministério Público está acompanhando de perto, e eu quero ter oportunidade de observar, a partir deste depoimento, na semana que vem, essa lista, detalhá-la e verificar os números, as correções.

Mas as apurações, Sr. Relator, estão indo bem. À medida que tem uma lista, estão verificando, o montante é este, não é este, inclusive a do PTB, temos que

analisar com todo cuidado para não cometer nenhuma injustiça com um Partido da importância do PTB.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De tudo quanto o senhor acaba de expor, as suas dúvidas dizem respeito exatamente à exatidão das quantias.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só um minuto, eu queria pedir à sonorização que elevasse um pouco o volume porque as partes, aqui, os Parlamentares não estão ouvindo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Do que o senhor acaba de expor, os seus temores são de fazer injustiça quanto às quantias transferidas, mas o senhor não tem dúvida quanto às pessoas que trataram com o senhor e que receberam quantias, que o senhor não pode precisar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No caso do PTB, o próprio Deputado Roberto Jefferson assumiu no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados esse recebimento. Então, não fui eu que apontei o nome do Deputado Roberto Jefferson, foi ele que disse que tinha recebido e, no Ministério Público, eu disse que ele recebeu, para o PTB, através do compromisso que tínhamos com o PTB, para quitar as dívidas do Partido ou preparar as eleições de 2004 com o PTB e não naquele volume, não naquela forma e não naquele numerário, como ele expressou na Comissão de Ética do Congresso Nacional.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Delúbio, lamento dizer-lhe que nós fazemos a pergunta, e o senhor invoca terceiros para responder pelo senhor. Nós sabemos o que o Deputado Roberto Jefferson tem declarado, o que nós sabemos é o que o senhor sabe, o que o senhor viu, o que o senhor fez. Estou-lhe perguntando: o senhor manteve relações de comércio no sentido de apoio partidário com o Sr. Roberto Jefferson e com o Deputado Valdemar Costa Neto, além deles, com Deputados pessoalmente? Mas peço-lhe que não invoque o testemunho de terceiros. Estou perguntando ao senhor o que o senhor fez, o que o senhor viu, o que o senhor ouviu.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, com todo respeito, não houve relação de comércio, o que houve foram acordos políticos de preparação das campanhas 2004...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...com os Partidos que eu já nomeiei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os Partidos são constituídos de pessoas, Sr. Delúbio. Os Partidos são constituídos de pessoas. Estamos perguntando com quem.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A relação que o Partido dos Trabalhadores, à época, estabeleceu era com ou os presidentes de Partidos ou os líderes dos Partidos. A discussão que nós fizemos foi para discutir a campanha de 2002, porque vários diretórios regionais do Partido dos Trabalhadores e dos Partidos da Base aliada ficaram com muitos débitos e a preparação em 2003 e 2004 para organizar os Partidos para a disputa eleitoral de 2004. Foi isso o que aconteceu. Normalmente quem fazia a discussão era ou o presidente do Partido, ou os líderes da Base aliada, que tem Partidos, como o caso do PMDB, que apenas parte apoiava o Governo. Uma parte do Partido apoiava o Governo. No caso do PMDB, nós fizemos uma discussão com o Líder, na época, o Deputado Borba. No caso do PL, com o Valdemar Costa Neto. No caso do PTB, primeiramente, com o Deputado Martinez e, depois, o Deputado Roberto Jefferson. Foi isso que aconteceu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi Ackel. PP – MG) – Líderes ou chefes de Partidos de outras agremiações.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós discutimos com todos os Partidos a preparação da campanha de 2004. Nós discutimos isso em 2003. Porque as eleições...é importante esclarecer. O Partido dos Trabalhadores e a coligação que elegeu o Presidente Lula era uma coligação que elegeu o conjunto de e Deputados: o PTB elegeu 91; os demais Partidos que apoiaram o Lula no primeiro turno, atingimos 130 Deputados. Depois, com a vinda do PP e do PTB, no segundo turno, chegaram a 180 a 190 Deputados, na época.

Nós, no Brasil inteiro, Sr. Relator, o Partido dos Trabalhadores e o Partidos da Base aliada governaram muito poucas cidades, muito poucos Vereadores. A Base aliada governava seis ou sete Estados, tanto do PT, do PSB, poucos Estados. Era necessário criar uma Base política de sustentação do Governo Federal, preparando os Partidos para que, em cada Município, a idéia que os Partidos da Base aliada todos tinham: o PCdoB, o PSB, na época, em 2003, o PTB fazia parte da base aliada. O Ministro Miro era Ministro do PTB. A idéia era que, pelo menos, em cada Município do Brasil, tivesse, pelo menos, um Vereador, um Diretório...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – PDT.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – PDT. O Miro era do PDT, na época em que era Ministro.

Foi feita a discussão de ampliar a Base aliada de ter, pelo menos, um Vereador, um Diretório Municipal em cada cidade, para que as políticas do Governo Federal...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi Ackel. PP – MG) – Isso para a eleição?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Preparando, porque houve uma mudança de política com a entrada do novo Governo, houve uma mudança de expectativa e de política no Brasil. Alguns podem concordar, outros, discordar. Mas esse era o nosso plano de Governo em que o Presidente Lula foi eleito. Então, para que isso acontecesse, em cada cidade era importante ter um Diretório Municipal ou do PT, ou de um Partido da base aliada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi Ackel. PP – MG) – Perfeito.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – E que essa, nas eleições municipais do ano seguinte, houvesse representação desses Partidos que pudesse sustentar as políticas que o Governo apresentava, como as políticas de combate à fome, a política de Bolsa-Família – na época não era política do Bolsa-Família, era política de combate à fome – e várias outras políticas que estavam sendo desenvolvidas e que estão sendo desenvolvidas no Brasil inteiro, as políticas sociais chegando em cada Município. Então, foi por isso que nós fizemos essa discussão, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi Ackel. PP – MG) – Sr. Delúbio, eu queria esclarecer o seguinte: é uma questão temporal. Os senhores organizaram o Partido, organizaram a Base aliada, usando recursos fornecidos pelo Sr. Marcos Valério para as eleições de 2002. É uma pergunta. No entanto, os pagamentos começaram a ser feitos somente em 2003. Em 2002, afinal de contas, os senhores não se prepararam para a campanha, providenciando combustível necessário para a campanha, que era exatamente os recursos necessários? Os senhores fizeram uma campanha inteira nacional endividando-se em todo o País para virem pagar depois de apuradas as urnas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, o empresário Marcos Valério não teve nenhuma participação na campanha de 2002, como já expliquei, mas posso explicar de novo. Conheci o Marcos Valério no meio da campanha de 2002, apresentado por um amigo em comum, o Deputado Virgílio Guimarães, e outros companheiros de Minas Gerais.

Em 2002, a campanha eleitoral, que apoiava o Lula, fazia uma campanha nacional e uma campanha nos Estados. O Brasil inteiro sabe que a campanha nos surpreendeu muito, a campanha de 2002. Ela teve um impulso eleitoral em vários Estados, até dei um exemplo que gostaria de repetir aqui: os candidatos de vários Estados que apoiavam o Lula, naqueles Estados – ou do PT ou de Partidos aliados –, eram considerados com menores chances eleitorais. Vou dar um exemplo muito

claro, o exemplo do Ceará. Inclusive, internamente, no PT, várias pessoas não quiseram sair candidatas.

O nosso companheiro José Airtton fez uma campanha heróica e histórica, foi candidato e foi ao segundo turno.

No caso também do Pará, havia vários companheiros em melhores condições – havia Deputados Federais, Prefeito –, mas indicamos uma companheira, Maria do Carmo, para ser candidata a Governadora, e as chances eleitorais dela também eram muito pequenas, mas foi ao segundo turno.

Foram campanhas ocorridas no Brasil inteiro. Em cada Estado, isso se repetiu. Havia uma bancada de 60 Deputados – elegemos uma bancada de 91 –, uma bancada de Senadores e ampliou-se essa bancada significativamente. Vários Senadoras e Senadores que estão eleitos, quando do início da campanha, essas pessoas eram consideradas com menores chances eleitorais, inclusive no Estado de São Paulo, onde o PT disputou as eleições e nunca tinha tido oportunidade de ir ao segundo turno. Nessa eleição de 2004, o PT foi ao segundo turno. Isso causou ao Partido dos Trabalhadores e aos partidos aliados do primeiro turno e do segundo turno condições difíceis. Como não foi possível saldar isso naquele período, nós nos comprometemos a saldar depois. A forma que nós encontramos pode ter sido... Hoje está claro que não foi a mais correta, pelas dificuldades que trouxe ao partido e aos partidos da base aliada e trouxe também o motivo desta CPMI. A CPMI dos Correios tem outra motivação...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, perdoe-me, mas o Depoente está-se alongando exageradamente na resposta, fugindo do objetivo dela. Isso não só toma o tempo da Comissão como também caminha no sentido de impedir a resposta subsequente.

O que eu perguntei a ele foi o seguinte: as despesas foram feitas em 2002 e não havendo recursos foram feitas depois, em 2003. Foi só isso. As despesas nós sabemos. O Brasil é muito grande, tem muitos Estados, houve vários candidatos, etc. Mas eu gostaria de dizer à testemunha que nós temos hoje uma verdadeira maratona pela frente. Por isso, gostaria que ele fosse tão conciso quanto têm sido as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou fazer uma intervenção no seguinte sentido: concedi a palavra inicialmente ao Depoente para que essa exposição geral fosse feita. Houve essa oportunidade. Agora peço a V. Sª que responda objetivamente o que sabe, o que pode esclarecer. Tudo de forma muito objetiva. Quer dizer, a pergunta é: houve gastos com relação à campanha de 2002, gastos pagos agora nesse esquema? A resposta deve ser “sim” ou “não” e

os detalhes devem ser fornecidos conforme a pergunta feita pelo Relator. Peço a V. Sª que esse depoimento seja bem objetivo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, peço desculpas não só a V. Exª mas também a toda a Comissão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu compreendo perfeitamente.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Precisamos ser objetivos, porque eu fiquei quinze horas na outra CPMI. Se for preciso fico quinze, dezoito, vinte. Mas gostaria de ficar menos e também de poupar o tempo dos Srs. Parlamentares.

A resposta sobre a pergunta é que nós tivemos várias despesas dos diretórios regionais e dos partidos aliados que só puderam ser quitadas em 2003, na forma que eu já falei. Não teve dinheiro público e não teve achaque de empresário para resolver o assunto.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então V. S reconhece que havia dívidas da campanha de 2002?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Dos Estados e dos partidos da base aliada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Havia dívidas de campanha da base aliada em 2002?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E que essas dívidas foram pagas em 2003? A pergunta final é a seguinte: Por que razão V. Sª não mandou pagar aos verdadeiros credores – fornecedores, publicitários, empresas gráficas, outras empresas e pessoas que prestaram serviços ao partido e preferiu transferir os recursos a Deputados, sob a alegação de que estava pagando despesas? Não eram eles os credores. Eles eram também devedores. Essa é a pergunta que desejo fazer a V. Sª.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós, á época, quando terminou a campanha não saímos procurando dívidas. Todo mundo que já fez uma campanha...Pelo menos no PT é assim. Nos partidos da base aliada, as pessoas apresentam um mapa de dívida e procuram resolver dessa maneira. Vários pagamentos devem ter sido feitos diretamente aos fornecedores indicados por aquelas pessoas que discutiram o assunto, tanto dos diretórios regionais quanto dos partidos da base aliada.

Quero deixar muito claro que parte desses recursos foi para preparar os partidos para 2004 e para a preparação da campanha de 2004. Foi isso que aconteceu.



**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Continua de pé a pergunta, Sr. Delúbio Soares: Por que é que V. S<sup>a</sup>, tesoureiro-geral do maior Partido do País, não efetuou o pagamento das dívidas diretamente aos credores e preferiu repassar o dinheiro a Deputados Federais, que, segundo o senhor mesmo conta, tendo participado da campanha, não eram credores, eram devedores de despesas feitas nesta campanha da base aliada?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, discutimos com as instâncias partidárias indicadas pelos Partidos e nos diretórios regionais do Partido dos Trabalhadores, em reuniões que fizemos com todos os tesoueiros que apresentaram o mapa de problemas. No caso do PT, vários Deputados são presidentes de diretórios regionais.

O PT eu conheço bem. Não conheço como funciona a estrutura do PL, como funciona a do PTB, dos demais Partidos da base aliada. Então, discutimos com as pessoas indicadas pelos Partidos para tratar desse assunto.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor, no que dizia respeito à base aliada, passava os recursos para os presidentes regionais ou presidentes nacionais, a fim de que eles realizassem os pagamentos.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Com os presidentes nacionais. Nunca discuti com nenhum Partido regionalmente os problemas de cada Partido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou lhe fazer uma pergunta sobre uma questão que me intriga: o senhor repassou recursos para o Deputado Valdemar Costa Neto, a fim de que ele quitasse as dívidas do PL. É verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor repassou recursos ao Deputado Roberto Jefferson para que ele quitasse dívidas do PTB?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós repassamos recursos ao Deputado Martinez e, depois, discutimos a preparação da campanha de 2004 com o Deputado Roberto Jefferson. Só vim a falar com o Deputado Roberto Jefferson no final do ano de 2003, início de 2004. Das datas eu não me lembro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas, antes, o senhor passava, então, ao presidente, que, infelizmente, faleceu, que era o José Carlos Martinez. Continuou a configuração. O senhor repassava o dinheiro para os presidentes dos Partidos.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Os recursos eram destinados e orientados a passar... Como

cada Partido fazia uso dos recursos, isso não era da minha competência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso resultou, Sr. Delúbio Soares, numa extraordinária exposição dos Deputados do PT, porque, na medida em que o Deputado Valdemar Costa Neto diz: “Recebi e tudo quanto recebi usei para pagar as dívidas do Partido”, ele protege os Deputados do PL. Quando o Deputado Roberto Jefferson diz: “Recebi, recolhi ao cofre e, depois, paguei ou não paguei”, ele protege inteiramente os Deputados do PTB.

No entanto, o senhor, Secretário-Geral do maior Partido brasileiro, não adotou a mesma técnica dos demais Partidos. O senhor expôs os Deputados do PT, permitindo, estimulando ou determinando que eles fossem pessoalmente a uma agência bancária receber dinheiro ou permitindo que, por terceiros a eles vinculados, fossem lá fazê-los, mas, de qualquer maneira, comprometendo-os. O senhor preferiu essa fórmula, no que diz respeito ao PT, não se preocupando com a proteção dos membros do seu Partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr.

Relator, no caso do PT, é a prova de que a idéia que existia, de que havia compra de Deputados com esses recursos, não corresponde, porque, normalmente, as pessoas do PT que estão envolvidas são presidentes. Nós discutimos com os diretórios regionais, e as pessoas são presidentes de diretórios regionais. Vários deles são presidentes de diretórios regionais para resolver o problema do diretório regional.

Vários outros companheiros e companheiras, caso haja, foi na preparação da campanha de 2004. Foi isso o que aconteceu. Então, foi um processo no PT transparente do ponto de vista de que as pessoas andaram falando em nome próprio. Um caso muito grave foi o do Deputado Paulo Rocha, que era Presidente do Partido do Pará, que centralizou a discussão, fez a discussão e trabalhamos com o Deputado Paulo Rocha para resolver o assunto. O Deputado Josias Gomes, da Bahia, Presidente do Partido da Bahia, e vários outros presidentes de partidos que são deputados, ou deputados que eram responsáveis por uma macro região ou cidades importantes na recuperação da campanha de 2004. Foi isso o que aconteceu com os deputados do PT, os deputados, a maioria dos deputados citados na lista. Os deputados todos citados na lista, do PT, foram nessas condições e estão tendo essa dificuldade todo, que espero que a gente possa resolver. Se terá punição ou não terá é a Casa e a Justiça brasileira que vai determinar. Foi assim que aconteceu. Estou colocando aqui com toda a transparência os fatos como aconteceram.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas a Comissão há de notar que Delúbio Soares, em primeiro lugar, declarou que as dívidas foram feitas em 2002 e pagas em 2003. Declarou que não teve tratativas com diretórios regionais, apenas com os nacionais. Nessa última pergunta o senhor já declara que financiou campanhas para 2004. E que tratou não só com diretórios regionais, mas também, com deputados responsáveis por região composta por vários municípios. Afinal de contas, os recursos que o senhor levantou com Marcos Valério destinaram-se a pagar as dívidas da campanha eleitoral de 2002 ou depois de pagas as dívidas de 2002, também ajudou a deputados para fazer a campanha de 2004. O senhor está em contradição, se me permite.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, eu quero, com todo se o senhor entendeu assim, não era minha intenção...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Desculpe a interrupção. O senhor pode contestar o Relator.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não quero contestar o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O nosso objetivo é o de esclarecer, procurando esclarecer.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Procuro esclarecer, os recursos que nós solicitamos que fossem emprestados às empresas de Marcos Valério tiveram três objetivos, deixar claro aqui para não ter, como não falei na introdução, foi parte deles para resolver débitos de campanha de 2002, esses débitos de campanha se deram através dos partidos, que apoiaram o Lula no primeiro turno ou que vieram a apoiar o Lula no segundo turno, nos estados.

Preparação dos partidos da base aliada, conforme já expliquei e não vou explicar de novo, para encurtar. Preparar a campanha eleitoral de 2003 e também preparando a campanha eleitoral, propriamente dita, em 2004, foi esse, está consignado, está claro, foi isso o que aconteceu. Dou essa explicação ao senhor e aos demais membros da CPMI, para que não tenham dúvida.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Delúbio, em determinado momento de 2002, em virtude do vulto inesperado alcançado pela campanha, como o senhor mesmo acaba de declarar, o senhor se viu sem recursos necessários para tocar a campanha ou para resgatar os débitos feitos em função da campanha. Não é verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2002, nós, a realidade dos fatos foi a seguinte: a campanha nacional não teve problemas, o problema aconteceu

nos estados, nas campanhas estaduais e normalmente, o Partido dos Trabalhadores ele pela primeira vez fez uma campanha que teve sucesso eleitoral nacional. Nós nos preocupamos com a campanha nacional e em cada estado, cada campanha eleitoral tinha a sua campanha e depois esses débitos foram apresentados, é isso o que aconteceu e aí começamos a saldar e...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Está bem. O senhor então assumiu as dívidas dos diretórios regionais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores, foi colocado o problema de todos os estados...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor assumiu o pagamento das dívidas regionais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Mas não tinha recursos para satisfazer.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – E nós tivemos que solicitar dessa forma que nós...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Não tinha recurso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tivemos que solicitar dessa forma, porque não tínhamos recursos para saldar esses débitos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Aí, surgiu na sua vida um anjo chamado Marcos Valério, que, sem garantia alguma, sem patrimônio que resguardasse o resgate da dívida, lhe repassou a formidável importância de R\$58 milhões para que o senhor satisfizesse esses pagamentos. É verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A relação que construí ao longo desse período com o Sr. Marcos Valério, eu já expliquei. Se precisar, explico de novo. Com todo o respeito, não foi nessa natureza que o senhor coloca. Nós fizemos uma relação de confiança, adquirida entre mim e ele. Ele concordou em fazer os empréstimos, ao longo de quase dois anos – um ano e pouco –, mas foi em fevereiro ou março, fevereiro para frente. O outro empréstimo parece-me que foi maio de 2004. Não tenho as datas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Estou perguntando apenas se o Sr. Marcos Valério lhe emprestou R\$58 milhões.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele emprestou uma quantidade de recursos que tem de verificar, se são R\$55 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Empréstou cerca de R\$158 milhões, uma quantia mais ou menos próxima.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em torno de R\$50 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – R\$50 milhões.

O senhor era um dos avalistas da dívida?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu assinei, não sei se foi um ou dois. Lembro de ter assinado um documento particular garantindo esses empréstimos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. José Genoíno era outro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, o Genoíno não tem nenhuma assinatura.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas ele confessou que o senhor lhe passava os documentos, e ele assinava, através da imprensa nacional.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, então, precisamos explicar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, essa questão ficou pior ainda.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – São dois empréstimos formais ao PT; Genoíno um empréstimo de R\$3 milhões. Na CPMI dos Correios, eu tinha...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É uma questão até irrelevante.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Está bom.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu quero demonstrar que o senhor, Professor de Matemática, que dizem que é competente, e com outros títulos, com um apartamento e com escassos bens, foi aceito como responsável pelo resgate de uma dívida de R\$50 milhões. O senhor há de concordar que isso é inusual. Os bancos não emprestam nem R\$5 mil se não estiverem muito certos do patrimônio do emitente e do patrimônio dos dois avalistas. As garantias bancárias são sempre situadas muito além da importância a ser recebida. E o senhor, no entanto, conseguiu esses recursos apenas com a sua garantia. O senhor não tinha nem rendas, nem patrimônio que pudessem honrar uma dívida tão volumosa.

Aí vem a pergunta: o que o Sr. Marcos Valério recebeu em troca para arriscar esses R\$50 milhões? Recebeu em troca publicidade, contratos de publicidade, aditivos aos contratos de publicidades já existentes? Qual a razão que motiva o indivíduo a levar R\$50 milhões ao risco de não recebê-lo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu discuti isso. O Marcos Valério, quando eu o conheci, se o senhor me permite, eu podia explicar, porque não quero me alongar na resposta, parte dela já é de

conhecimento público, tanto falado por mim quanto por Marcos Valério nas duas CPMLs que ele foi. Eu o conheci no final de 2002. Discutimos. Ele se colocou à disposição para ajudar e que as empresas dele podiam ajudar.

Eu nunca, respondendo à pergunta do senhor, pedi a ninguém do Governo que editasse algum contrato do Marcos Valério, das suas empresas. Nunca pedi. Ele já explicou em todas as CPMLs a trajetória das empresas dele. Ele se colocou à disposição. Os bancos resolveram emprestar.

Eu não sou avalista dos contratos bancários. A minha renda, na minha declaração de renda, é de R\$163 mil, realizada em 2004. Não tenho propriedade, nem apartamento, nem outro tipo de propriedade em meu nome, nem em nome da minha família, adquirido por mim. O que a minha família tem é adquirido por cada membro da família. Então, as minhas posses são o que está na declaração de renda, R\$163 mil, em três agências bancárias na época, que, hoje, se reduzem a duas agências, porque uma conta eu fechei no começo deste ano.

É isso o que tenho. Não sou avalista dos contratos. Procurei discutir com o Marco Valério, e o Marcos Valério...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Retiro da minha pergunta essa parte que diz respeito ao seu aval. O que desejo saber é qual a razão pela qual o Sr. Marcos Valério lhe confiou a importância de R\$50 milhões para que o senhor dela se dispusesse na conformidade da sua vontade. Milagres não existem, não é Professor Delúbio?! Papai Noel também não. É claro que, um homem do comércio como ele, tinha que ter a perspectiva de uma vantagem ou a segurança de um recebimento para assumir uma dívida de tal importância.

Chegou a hora de se esclarecer a origem desse dinheiro. De graça, ele não saiu. Aqui, somos todos maiores e capazes e sabemos que não há presente de R\$50 milhões. Acho que nem o armador Onassis deu à Jacqueline Kennedy presentes dessa ordem. Por que razão o senhor os recebeu?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, primeiro, não é presente, é um empréstimo. Está claro como as coisas aconteceram. Um empréstimo que solicitamos e foi feito. Tínhamos e temos a intenção de devolver o dinheiro corrigido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tirado de onde?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estamos trabalhando em 2004 numa campanha de finanças para resolver isso. Não foi possível em 2004. Todo mundo viu as denúncias que foram feitas, inclusive

aqui, em Brasília, uma denúncia totalmente infundada, mas aconteceu.

Agora, em 2005, tínhamos aprovado uma campanha para eles. Com essas dificuldades, o Partido dos Trabalhadores fez uma alta intervenção, e nós nos afastamos. Esse é um problema colocado, e vamos enfrentar um problema jurídico e contábil para resolver esse assunto, de um dinheiro não contabilizado, perante a Justiça Eleitoral. Nós reconhecemos essa dívida.

Enquanto Tesoureiro do PT e enquanto cidadão brasileiro, essa era uma dívida que autorizamos fazer. Foi feita. O dinheiro saiu da conta do Rural e do BMG, via empresa Marco Valério, e teve um destino. As pessoas receberam o dinheiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou perguntando com que dinheiro o senhor ia pagar os R\$50 milhões.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós vamos trabalhar. Essa é uma solução que tem que ser trabalhada agora com a nova direção do PT. A nova direção do PT vai encontrar a solução ou vai negar, e aí vai ser um processo jurídico...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor declarou antes que o senhor pretendia fazer uma coleta de recursos dentro do PT para pagar esse dinheiro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa era uma intenção, inclusive aprovamos a campanha...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor quer nos fazer convencer que o Sr. Marcos Valério lhe entregou R\$50 milhões na esperança de que uma lista de doação, uma coleta, fosse capaz de juntar R\$100 milhões para pagá-lo? Porque ele alega que a esses R\$50 milhões, obviamente, sobre eles recaem os juros, correção monetária. Hoje, a dívida está em R\$100 milhões.

O senhor me perdoe, mas me recuso a acreditar que um homem em estado de sanidade mental arisque R\$50 milhões na esperança de que o senhor, um homem só, ainda que na condição de Tesoureiro, vai correr uma lista de adesão entre as pessoas para juntar essa quantia.

Insisto com o senhor, Sr. Delúbio Soares: o que é que foi prometido ao Sr. Marcos Valério? Quais foram as garantias que realmente lhe foram dadas? O que é que estimulou concretamente o Sr. Marcos Valério a despendar essa enorme quantia de dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Uma das coisas públicas, anunciada por ele e por vários depoentes que já falaram ou em entrevista, ou nas próprias comissões, o Marcos Valério tinha a intenção de ser

um publicitário de **marketing** eleitoral, de transformar as suas empresas, que são empresas de prestação de serviço na iniciativa privada e/ou de fornecimento de contratos com governos estaduais, assembleias legislativas, Congresso Nacional e no Governo Federal, também entrassem no **marketing** político.

Nós fizemos muitas e muitas reuniões com vários diretórios municipais. Ele apresentou as suas propostas, apresentou-as aos Partidos aliados. Essa era uma intenção que ele tinha de também ampliar para o *marketing* político. Não foi possível, porque na preparação da eleição de 2004, as pessoas já tinham vínculo com várias outras agências locais ou nacionais e preferiu fazer com os outros.

Essa era uma intenção do Marcos Valério e de suas empresas: ampliar o **marketing** político, conforme já foi trabalhado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu gostaria...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mais do que isto, Sr. Relator – pode ser estranho –, eu não participei de nenhum outro debate, de favorecimento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – É estranhíssimo. Eu gostaria de continuar ainda por várias horas com o senhor. Tenho certeza de que eu poderia arrancar alguma coisa do senhor.

Agora, quero avisar aos membros da Comissão que o depoente adota a técnica da resposta longa. Ele vai respondendo, respondendo, respondendo até... Sabe que isso vai durar longas horas e, com isso, ele se furta às respostas quando elas seriam satisfeitas apenas com uma negativa ou uma afirmativa.

Eu não posso continuar por muito tempo mais, porque são numerosos inscritos, mas há algumas perguntas que quero fazer ao senhor.

O senhor pagou pessoalmente, com as suas mãos, R\$3,6 milhões à Srª Zilmar, sócia do Duda Mendonça?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vários pagamentos foram feitos diretamente ou via empresas do Marcos Valério ou Duda Mendonça. O volume, a quantidade, tenho que verificar. Mas fizemos algum pagamento a Zilmar, sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ninguém esquece um pagamento de R\$3,6 milhões reais, a não ser o senhor, que está acostumado com grandes volumes de recursos.

Mas há na questão, nas contas do Sr. Duda Mendonça, enganos que têm que ser desfeitos. O total bate: quinze milhões e meio. Mas as quantias que foram transferidas para o exterior e as que foram pagas aqui não correspondem à relação dos pagamentos feitos pelo Sr. Marcos Valério ao Sr. Duda Mendonça.

Há uma discrepância enorme entre elas. E uma das parcelas que o Sr. Marcos Valério afirma que foram dadas pessoalmente pelo senhor à Dona Zilmar é essa de R\$3,6 milhões reais.

Os senhores tinham um contrato de quinze milhões e meio – se é que essas informações são verdadeiras. O senhor, então, não se lembra de ter pago uma importância tão grande como essa de R\$3,6 milhões para quitar uma dívida do seu Partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não quero me alongar na resposta, atendendo ao senhor. Eu não...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É só responder objetivamente.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não me lembro dos números. Se é esse valor, se é menos, se é mais. Então, tem que verificar...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não. A minha pergunta é...

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, acho que tem de haver respeito ao depoente. Acho que está havendo escárnio da platéia, dos Deputados. Que mantenhamos o respeito com o depoente. Aqui não é uma delegacia de polícia.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Valverde, V. Ex<sup>a</sup> não teve a palavra. V. Ex<sup>a</sup> se comporte, porque, neste momento, eu não lhe dei a palavra, V. Ex<sup>a</sup> não pediu a palavra sob qualquer pretexto.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Parabéns, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, é o seguinte: vou manter a ordem. Eu iria reprimir, pedir silêncio, como tenho feito sempre...

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O PT deve pedir perdão ao Brasil. Peça perdão ao Brasil, Deputado!

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Peça perdão ao Brasil, peça perdão ao Brasil. É a própria moral de cueca. É a própria moral de cueca! Olha o batom na cueca do PT!

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está suspensa a reunião.

*(Suspende-se a reunião às 10 horas e 28 minutos.)*

*(Reabre-se a reunião às 10 horas e 31 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou reabrir a reunião e, antes de dar a palavra

pela ordem, eu vou estabelecer aqui algumas normas que estão previstas no Regimento.

O art. 22 estabelece quais são as infrações e as punições com relação àqueles parlamentares que resistem à manutenção da ordem e do bom andamento dos trabalhos.

Em primeiro lugar, chamarei a atenção advertindo e em seguida, se isso não for atendido, eu posso suspender a reunião, como eu fiz. Mas se algum parlamentar recalcitrante continuar a perturbar a reunião, eu mandarei retirá-lo da sala. É o que dispõe aqui o disposto no art. 22, inciso IV, do Regimento Interno do Senado. Então, vou usar o Regimento.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, primeiro, concedo a palavra ao nobre Senador Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que recomeçasse a reunião porque acho que estamos perdendo tempo e estamos, nesse aspecto, entrando no jogo do que estamos assistindo aqui, de não ter resposta nenhuma...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas não haveria condição nenhuma...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não, eu entendo. Entendi perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...porque houve uma gritaria geral.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Entendi perfeitamente a suspensão por V. Ex<sup>a</sup>. Entendi perfeitamente, só que acho que agora está na hora de recomeçar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, agora, vou conceder ao nobre Deputado José Rocha, que tinha me solicitado. Em seguida, Valverde.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Presidente, devido à importância do depoimento e do que o Sr. Delúbio possa fornecer de informações a essa Comissão, eu apelaria a V. Ex<sup>a</sup> e à Mesa para que restabelecesse o tempo de quinze minutos nesta reunião, excepcionalmente, especialmente, tempo esse que nós utilizamos no início dos depoimentos nessa Comissão e há de convir V. Ex<sup>a</sup> que pela importância e muita coisa a ser perguntada, os dez minutos seriam insuficientes. O próprio Relator anunciou que ele poderia, com mais tempo de pergunta, tirar mais do Sr. Depoente. Portanto, eu solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que reconsiderasse e nos desse mais cinco minutos para as inquirições.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Houve uma decisão, aqui, de Plenário, de que nós iríamos exatamente estabelecer dez minutos. Discutimos isto numa reunião administrativa. Foi, inclusive, solicitada a inversão das intervenções de suplentes e titulares, foram, enfim, colocadas outras questões e ficou decidido que seriam dez minutos. Eu não inventei. Foi uma decisão da absoluta maioria aqui. Então, essa é uma matéria que, agora, reabri-la é desnecessário.

Portanto, é improcedente essa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo agora a palavra ao nobre Deputado Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr.

Presidente, eu peço desculpa a V. Exª e ao Relator pela minha conduta ao destempo, agora pediria aqui aos colegas que tenhamos respeito com as pessoas que vão depor, porque não dá para tomar depoimento de quem quer seja com brincadeiras aqui. Acho que é uma pessoa humana que está ali sentada. O processo de investigação está em curso, não há réu, não há condenação, então, não dá para fazer julgamento preconcebido, antes do tempo. Então, eu pediria, por parte dos colegas, que tivessem a cautela, o bom-senso e o respeito à pessoa humana.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tenho conduzido aqui e reprimido toda manifestação intempestiva e toda manifestação imprópria por parte do Plenário, sempre mantendo a ordem. No fato, aconteceu uma manifestação e que não deu para coibir, a não ser... Mas instalou-se o caos e eu tive que suspender a reunião.

Concedo a palavra a V. Exª, nobre Deputada Zulaiê Cobra e em seguida vou chamar o depoente para prosseguir.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Pre-

sidente, eu já ia pedir a palavra pela ordem quando das perguntas do Relator. Se alguém aqui está faltando com respeito é o depoente, não os Deputados nem os Senadores.

Nós estamos notando aqui uma falta de respeito à CPMI. Eu queria lembrar a V. Exª que eu estive ontem com o Ministro Nelson Jobim e ele não está mais com o **habeas corpus**. Esta CPMI é séria. Nós não estamos aqui para brincar, Sr. Presidente. Ele não responde absolutamente nada que foi perguntado pelo nosso ilustre Relator e de uma maneira muito pouco respeitável. Ele faz uma resposta absolutamente improvável de ser respondida, até com pouco caso.

Se surgiu aqui uma discussão e o senhor pegou aí o Regimento Interno para chamar a atenção nossa, porque o senhor pode pôr para fora qualquer Deputado e qualquer Senador desta CPMI, o senhor, em nenhum momento, falou que pode pôr para fora também o depoente. O depoente pode ser preso, Sr. Presidente.

O depoente tem que se comportar à altura de uma CPMI séria do Congresso Nacional. Eu estou sentindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não terminei ainda, Sr. Presidente. Deixa eu terminar.

Este Congresso está sendo desrespeitado. Está aqui a imprensa toda. Ele vai ficar assim o dia todo. Ele vai responder o que quiser, porque ele não responde as perguntas objetivas do nosso Relator, que é um homem objetivo e que não faz nenhuma pergunta que não seja objetiva. Ele vai para um lado e vai para outro e não responde.

Então, nós temos que ter aqui a rua de duas mãos. Nós vamos respeitá-lo e ele vai-nos respeitar também.

Portanto, nós temos aqui uma exigência, Sr. Presidente: nós não estamos aqui brincando, nem V. Exª, que é um homem digno, que é um Sr. Senador da República, um homem que preside a CPI Mista do mensalão e de compra de voto.

O que surgiu hoje, aqui, foi por causa dele, exclusivamente do depoente, que está nos tratando muitíssimo mal. Eu preciso que V. Exª também faça algo do Regimento para com ele.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputada Zulaiê Cobra, eu me admiro muito que V. Exª queira que eu force respostas que ele não queira dar.

O comportamento, aqui, não foi desrespeitoso e ao menos a linguagem foi adequada. O que eu posso exigir é aquilo que o Código estabelece: que a linguagem seja respeitosa, que não haja resposta nem perguntas injuriosas. Isso não houve. Até agora não houve.

Ele se recusa a responder e o faz na condição de acusado. Ele está aqui na condição de acusado. Agora, se ele não quiser responder, eu não posso forçar. Aqui não é um Tribunal de Seção, aqui é, sobretudo, um devido processo legal, e V. Exª exatamente concorda comigo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas ele pode dizer: “Eu não vou responder”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele pode dizer.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas não está falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou intervir, como já fiz algumas vezes, para que ele responda, objetivamente, sim ou não, e ponto final. Não é necessária uma história a cada pergunta e isso nós vamos tentar conduzir.

Deixei a palavra ao Relator porque ele tem, evidentemente, discernimento e conhecimento jurídico para fazer as perguntas e até exigir as respostas. Eu poderia intervir e vou fazer uma intervenção, mas não posso extrair nenhuma confissão, não posso extrair nenhuma auto-incriminação.

Isso é o que eu queria dizer e chamo, agora, o depoente para acabar com essa delonga.

**O SR. (Orador não identificado)** – Presidente, só para registrar o fim das inscrições. Para registrar o fim das inscrições.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Um esclarecimento, Sr. Presidente. Ele está sob **habeas corpus**?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não está sob **habeas corpus**.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Ele pode ser preso?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não pode ser preso. Aqui ninguém vai prender porque alguém depõe de uma maneira ou de outra. Nós temos que ser muito objetivos. Ele poderá ser preso em razão de um flagrante delito e por um delito que ele cometesse aqui, nós poderíamos, como qualquer cidadão, prendê-lo. Vamos parar com essa história de prender. Aqui, nós não somos...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não, eu só perguntei. V. Exª, Sr. Presidente, muito obrigado pelo esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, porque eu tenho falado, assim serão todos tratados.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não, muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Independentemente de quem vier aqui, nós vamos cumprir a lei.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra, agora, ao nobre Relator para continuar e peço ao depoente, mais uma vez, que responda objetivamente sim ou não. Não é preciso contar nenhuma história a respeito da pergunta.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, o incidente quebrou a seqüência das perguntas e, obviamente, impediu que eu tentasse chegar a um ponto objetivo que eu estava preparando, mas os Srs. Membros da Comissão retomarão esses depoimentos e, talvez, avancem sem interrupções, que prejudicaram, no meu caso, muito o fio da investigação que eu vinha fazendo. Lamento muito, mas também não posso tomar muito mais tempo do depoente porque são dezenas de deputados inscritos.

Quero insistir em que o Presidente advirta o depoente da sua prosa evasiva. Ele não responde, realmente, às perguntas que lhe foram feitas e está adotando a técnica de ganhar tempo, porque ele sabe que esta reunião da CPMI vai entra pela madrugada a fora.

Sr. Delúbio Soares, segundo o Deputado Roberto Jefferson, o senhor estava presente em reunião no gabinete do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, quando – nas palavras do Deputado Roberto Jefferson, que se disse presente – foi aberta uma mala e começou a distribuição do dinheiro. Está claro nas declarações do Deputado Roberto Jefferson que estavam presentes o Ministro, o senhor, o Deputado Roberto Jefferson e mais dois Deputados. Quais eram esses dois Deputados presentes no gabinete do Ministro dos Transportes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Atendendo ao pedido do Presidente, a resposta é não. Não estava presente, não participei dessa reunião.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG) – Muito bem. A dívida do PT para com o Sr. Duda Mendonça está inteiramente paga?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A dívida de 2000, que o Partido dos Trabalhadores nacional tem responsabilidade, foi quitada, parte dela, com recursos não contabilizados de 2002. A de 2004, se tem dívida, é com as campanhas. O PT não fez campanha, em 2004, com o Duda Mendonça. O PT nacional. Foram campanhas locais. Se tem alguma dívida, tenho que verificar. Eu não me lembro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG) – Então, as dívidas que o senhor assumiu com o Sr. Duda Mendonça dizem respeito apenas à campanha de 2002?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2002 fizemos a campanha com o Duda Mendonça em três Estados e ele colaborou com vários outros Estados.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG) – Dizem respeito às campanhas de 2002?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – De 2002.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG)

– As de 2004, que o Sr. Duda Mendonça, porventura, tenha feito, não são...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eles foram feitas por cada diretório municipal e o Diretório nacional...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG)

– Não são da sua responsabilidade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não são da nossa responsabilidade, embora tudo o que acontece com o PT em cada Município cai no diretório regional, e tudo o que acontece nos diretórios regionais cai no diretório nacional também. O Partido é um partido nacional e assumo essa responsabilidade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG)

– Foi o senhor quem ordenou ao Sr. Marcos Valério o pagamento das diversas quantias ao Sr. Duda Mendonça, até perfazer o total de R\$15,5 milhões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Dos números eu não me lembro. Estou dizendo isso aqui com muita sinceridade. Não sei se os números são 15, 12, 16 ou 17, mas orientei o Sr. Marcos Valério a quitar a dívida com o Duda Mendonça. Como foi feito, da forma como foi feito, aí foi entre o Marcos Valério e o Duda Mendonça. Não tenho responsabilidade nenhuma com a forma de quitação.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackiel. PP – MG)

– Já que o senhor não tem responsabilidade nenhuma, não vou lhe perguntar a respeito do Sr. David Rodrigues Alves, um policial que, em Minas Gerais, foi buscar a quantia de R\$2 milhões, segundo o Sr. Marcos Valério, destinados ao pagamento do Sr. Duda Mendonça.

Fora dos nomes e quantias registrados nesta lista, o senhor autorizou outro qualquer pagamento a Deputados Federais ou a fornecedores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sobre a lista, vou verificar a lista e quero me reservar o direito de não cometer injustiça com ninguém. Essa lista que está em posse da CPMI estou recebendo agora. Eu quero verificá-la direitinho, porque não posso aqui dizer que foi tanto para um, tanto para outro. Eu não tenho essa condição para fazê-lo. O que eu orientei ao Marcos Valério foi solicitar os empréstimos, fazer os pagamentos orientados sob minha direção e as pessoas que foram orientadas a receber não reclamaram. Então, espero que tenham recebido e que tenha dado certo porque eram recursos não contabilizados. Não tem contabilidade formal dessas questões, uma vez que nós temos compromisso de devolver o dinheiro às empresas do Sr. Marcos Valério, para que ele possa pagar os dois bancos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor autorizou o pagamento das quantias mas

não sabe de que forma o Sr. Marcos Valério pagou, nem de que pessoas ele se utilizou para pagar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Correto. Correta a sua pergunta.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o senhor concorda em que a Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda., por intermédio do Sr. Jacinto Lamas, recolheu 10.837.500 – não vou lhe pedir a quantia precisa, seria demais –, cerca de 10 milhões para pagamento aos ex-Deputado Valdemar Costa Neto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A Guaranhuns, eu fiquei sabendo da Guaranhuns como qualquer cidadão brasileiro. Eu não sabia que existia a Guaranhuns, não fazia parte. Eu orientei fazer o pagamento das questões pendentes com o PL via o Deputado Valdemar Costa Neto e ele orientava as pessoas para onde buscar os recursos. Ele e o Marcos Valério se acertaram e trabalharam nessa direção. Então, foi isso o que aconteceu.

Os valores tenho que verificar, porque o Deputado Valdemar Costa Neto deu uma entrevista para a revista **Época** contestando os valores. Tenho que verificar os valores para que não cometa injustiça com ninguém.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, talvez o senhor possa deixar estabelecido perante esta Comissão o seguinte: o Sr. Marcos Valério lhe emprestou, sem garantias, a importância de cerca de R\$50 milhões. O senhor determinou a ele que efetuasse os pagamentos às pessoas que o senhor indicava, certo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Correto.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Os locais de pagamento ficavam por conta do Sr. Marcos Valério.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – E a pessoa que recebia. Acertavam –se e combinavam entre eles. Era uma relação de confiança.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esses pagamentos iniciaram-se depois que o Sr. Marcos Valério contraiu o empréstimo e colocou os recursos a sua disposição.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Contraiu o primeiro empréstimo, tem a data dos empréstimos, acho que fevereiro ou março de 2003, e foram vários empréstimos realizados nos dois bancos, cessando em meados de 2004, por aí. Foi isso que aconteceu. Esta é a verdade dos fatos, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O exame da contabilidade do Sr. Marcos Valério, em confronto com as datas dos empréstimos que o senhor



tomou, indica que, antes de celebrado o empréstimo, o senhor já havia tomado R\$6 milhões do Sr. Marcos Valério, em quantias, todas elas, exatamente de R\$300 mil cada uma.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, primeiro... depois, nós precisamos verificar todas as listas, o que eu quero fazer a partir da semana que vem, para que possamos trabalhar. Não teve Marcos Valério antes dos empréstimos. Eu solicitei a ele que fizesse e não tem nenhuma doação, nenhum pagamento autorizado por mim sobre isso. Então, foi tudo a partir do primeiro empréstimo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Qual é a data, por favor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não lembro, do primeiro empréstimo. Ele apresentou toda a documentação à CPMI, eu não tenho tido acesso a essa documentação, e à Polícia Federal, que, inclusive...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi 28 de fevereiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não sei a data, mas foi no início de fevereiro, no início de 2003.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os dados constantes da contabilidade do Sr. Marcos Valério indicam a data de 28 de fevereiro como a do empréstimo. No entanto, antes disso, consta que ele já lhe havia passado R\$6 milhões.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Não corresponde...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Questão a ser verificada, a exame da documentação.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exª e passo a palavra aos ilustres membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Chamo o próximo orador inscrito, o primeiro no caso, fora o Relator, que é o Deputado Paulo Baltazar, pelo tempo de 10 minutos, que começa a contar. Peço, mais uma vez, ao depoente que responda objetivamente e que responda verdadeiramente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, o senhor prestou termo de declaração na Superintendência Regional de São Paulo da Polícia Federal. É verdade? Correto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Correto.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Essa declaração prestada...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço que repita, porque ele me pediu informação da lista que vou passar, a lista desses pagamentos, então vou deduzir o tempo e V. Exª...

Vou passar a lista, em seguida a V. Sª, para que, assim que puder fazer qualquer paralisação, possa olhar, verificar e prestar esclarecimentos a respeito dela.

A lista V. Exª tem. É aquela do Marcos Valério. Vou passar porque ele diz que não conhece. Tem coisas com que a gente tem que ser objetivo.

Os senhores não conhecem a lista do Marcos Valério? Já foi distribuída aqui várias vezes.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Posso começar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode começar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Um minuto, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo está zerado e começa agora.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Obrigado.

Sr. depoente, Sr. Delúbio Soares, a declaração feita na Polícia Federal tem valor? É isso mesmo, ela corresponde à verdade? Continua sendo a declaração verdadeira?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu fiz uma retificação da declaração à Polícia Federal ao Ministério Público, ao Procurador-Geral, onde assumo os valores do empréstimo não contabilizado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O restante corresponde à verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O restante corresponde à verdade.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não tenho nenhuma alteração a fazer.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor diz aqui que conheceu o Sr. Marcos Valério no final de 2002. Corresponde à verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Correto.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor nunca havia visto o Sr. Marcos Valério, não conhecia Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Conhecia só de nome as empresas dele. Ele, pessoalmente, eu não conhecia.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Conhecia as empresas dele?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ouvia falar no nome das empresas.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Ouvia falar o quê?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As empresas dele eram empresas de mercado, sempre fui muito a Minas Gerais, conhecia as empresas, que são as maiores empresas de Minas Gerais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor, por acaso, não leu a **Folha de S. Paulo**, que publicou, em 2002, que documento secreto revela doações não registradas para a campanha de Fernando Henrique Cardoso, que coloca 10,4 milhões não declarados ao TSE, entre eles de Andrea Matarazzo, 3 milhões, que era o Ministro da Secretaria de Comunicação do Governo FHC, que tem o Bank Boston também com caixa 2, que tem também a SMP&B? O senhor não teve conhecimento do caixa 2 publicado na **Folha de S. Paulo** para conhecer essa empresa SMP&B?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Com toda sinceridade, na época, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não conhecia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Marcos Valério já trabalhava, inclusive, com essa denúncia da **Folha de S. Paulo**, com caixa 2. O senhor não conhecia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sabia.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Na Polícia Federal, o senhor disse exatamente isto: que conheceu o publicitário Marcos Valério no final de 2002. E disse, também, que nunca solicitou ou determinou que Marcos Valério fizesse pagamentos a qualquer pessoa. Isso é uma contradição? É verdade o que o senhor disse aqui ou é verdade o que o senhor disse na Polícia Federal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu já expliquei que essa declaração da Polícia Federal foi feita num contexto e, depois que resolvi discutir com setores do meu Partido, assumiu o dinheiro não contabilizado, eu ratifiquei...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, o dinheiro o senhor ratificou, mas isso aqui também está mudado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Está ratificado porque foi via empresas do Marcos Valério não contabilizado. Por isso que eu fiz questão de ir ao Procurador-Geral e assumi a responsabilidade e a responsabilidade do Partido sobre isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor era tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. O senhor assumiu que, sozinho, fez os empréstimos. O senhor não tinha que prestar contas ao Partido de como era feito esse empréstimo não contabilizado de 50 milhões, 55 milhões? Isso está contabilizado no Partido? O senhor pode disponibilizar essa contabilidade? O senhor falou que não sabe os valores, exatamente, de cabeça, mas certamente tem uma memória de cálculo disso aí. O senhor poderia disponibilizar a contabilidade ou com quem esteja a contabilidade do Partido, com essa memória de cálculo desse empréstimo? Ou isso ficava absolutamente, exclusivamente com o senhor e ninguém mais no Partido sabia ou sabe?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, o dinheiro é não contabilizado. Então não tem contabilidade desses recursos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Formal não tem. Nem informal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nem informal. O que temos são o dinheiro que saiu da conta do Rural e foi para as empresas do Marcos Valério e as pessoas recebedoras.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não, isso nós já sabemos. Eu quero saber dentro do Partido.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É isso. Não, não tem.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor é o único responsável, o único que sabia lá dentro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Da forma das despesas, não só eu sabia como as pessoas que me procuravam para as despesas. Não fui eu que fiz as despesas nos Estados, nem...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não, estou falando da direção do Partido, se, formalmente, sabia desse valor de R\$55 milhões.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós discutimos isso com a direção do Partido, e a direção do Partido pediu para resolver o assunto. A forma como resolver foi da minha responsabilidade. É essa a minha responsabilidade. Não fui responsável pela dívida, que não foi dívida minha e nem...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É do Partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A dívida é de membros do Partido ou dos diretórios regionais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, eu sei. Mas a direção do Partido sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Que tinha dívida e que foi resolvido o problema.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o valor, sabia também?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Os valores, os montantes, como foram durante dois anos...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não sabiam?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O montante...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o senhor tem de ter, porque o senhor passou para alguém e vai ter de pagar. O Partido vai ter de pagar, porque o senhor não pode pagar. Se não tem, se o Partido não sabe o valor, não tem isso contabilizado e não sabe, ele não tem de pagar nada. Como é que terá de pagar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, existiam dívidas do nosso Partido, de membros do nosso Partido nos Estados...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Isso eu sei.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Então, alguém vai ter de pagar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas se não está contabilizado, se não tem memória de cálculo, como é que o senhor vai fazer isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que as pessoas que receberam e as instituições têm responsabilidade e vão encontrar uma forma de solucionar o problema.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Claro. Mas a nova direção do Partido não tem nenhuma responsabilidade se não tem em lugar nenhum. Não está anotado em lugar nenhum.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Fica difícil, quero entender a tese do empréstimo, mas esse é um ponto absolutamente frágil. Se foi pego o empréstimo e foi o senhor quem deu garantia – ninguém mais sabia, ninguém assinou, era o senhor quem sabia –, como o Partido vai pagar? Poderia ser para o senhor, eventualmente. O senhor que assumiu, ninguém mais sabia. Está difícil compreender como isso aconteceria.

Agora, outra pergunta. O senhor já disse que foi o senhor mesmo quem resolveu e ninguém mais sabia. Acho muito frágil essa posição. Não foi o Sr. Marcos Valério que ofereceu empréstimo ao PT, ao senhor? Não ao PT, mas ao senhor? Não foi ele? Porque ele já tinha uma experiência. O senhor sabe que, em 1998, ele fez a mesma operação de empréstimo. Ofereceu ao PSDB, ao Senador Eduardo Azeredo, candidato, da mesma forma: pega, não paga, não contabiliza, entrega para vários políticos, não recebe, o Banco Rural faz uma maquiagem dizendo que é para fazer outros serviços e ficou até agora. O senhor não sabia? Não

seria o Dr. Marcos Valério quem ofereceu ao senhor empréstimo? Ou o PT, o senhor que foi procurar empréstimo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ao longo da... eu conheci o Marcos Valério... ao longo do processo... quero ser bem rápido para aproveitar o tempo do senhor. A história, já falei como aconteceu. Solicitei... ele foi convivendo comigo, vendo os problemas e eu perguntei a ele se tínhamos uma solução. Perguntei a várias pessoas e ele foi um dos que se dispôs a ajudar, junto com os dois bancos, e os dois bancos fizeram os empréstimos.

Eu não sabia, Deputado, com muita sinceridade. A única informação que eu tinha era de que ele tinha feito campanha, tinha experiência em campanhas anteriores – inclusive a do Azeredo está no meu depoimento na Procuradoria-Geral da República -, que ele tinha experiência. Só isso. Eu não perguntei quem fez, como era feito anteriormente. Não perguntei. Pode ter sido uma falha minha e assumo aqui. Não perguntei e não sabia.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas ele já fez empréstimos da mesma forma com outro Partido.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, estou sabendo agora como o senhor está sabendo, como todos estão sabendo. Não sabia se alguém aqui sabia antes.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Em todas as declarações, o senhor é apontado como a pessoa que sabia do dinheiro, que dizia onde seria colocado o dinheiro. O Sr. Duda Mendonça veio e disse que o Sr. Marcos Valério o obrigou a abrir uma conta, parece que a contragosto, porque preferiria receber aqui. O senhor, como era íntimo do Sr. Marcos Valério, pela dedução que se faz do seu depoimento, e também do Sr. Duda Mendonça, não foi informado ou o senhor orientou que se colocasse o dinheiro na Dusseldorf do Sr. Duda Mendonça? O senhor não sabia disso ou sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não orientei.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu sabia que foi feito o pagamento. A forma do pagamento fiquei sabendo no depoimento do Duda aqui.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E nem colocada no exterior o senhor não sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Duda Mendonça dizia que estava desesperado por

não receber e procurava o senhor, procurava e não conseguia. O Sr. Marcos Valério disse que só fazia aquilo que o senhor mandava. E mesmo assim o senhor não sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mandei pagar, porque uma das coisas que nos fez procurar os empréstimos foi a cobrança dos credores, entre eles o Duda Mendonça.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o Duda Mendonça disse que estão falando um absurdo, mandando colocar nas Bahamas.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não orientei.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas o Senhor não sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Por que vou tirar um recurso do Brasil e pagar um fornecedor fora? Esse foi um acerto entre eles, não comigo. Quero deixar muito claro isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Marcos Valério disse que o senhor, com orientação de Delúbio Soares, fez um repasse para a Bônus-Banval Participações de R\$3.515.000,00. O Sr. Marcos Valério, no depoimento que ele assina, disse que foi por orientação do senhor. Foi ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A forma, orientei Marcos Valério a passar para as pessoas indicadas pelos Partidos. Se usou essa empresa, ele e o...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas aqui há um asterisco, em que ele explica que foi por orientação – e ele coloca todas as pessoas.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Não por orientação minha.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Exatamente, orientação do senhor. Inclusive ao PT nacional.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa afirmação de que eu o orientei a passar para essa corretora não corresponde à verdade. Eu não o orientei a passar para nenhuma conta.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para concluir, quero saber se o senhor poderia, até informalmente, passar para a Presidência a contabilidade informal, já que é não contabilizado – mas o senhor deve ter, porque pegou dinheiro e terá que pagar dinheiro; senão, o Sr. Marcos Valério apresenta R\$70 milhões, R\$180 milhões – o senhor poderia passar, para cotejar, até para informação – o Sr. Marcos Valério –, como e para quem foram esses repasses que o senhor autorizou o Sr. Marcos Valério a fazer?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, os recursos eram não-contabilizados, e eu não tenho contabilidade, caderneta anotados sobre isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Mas o senhor falou que tem que verificar para poder avaliar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Verificar, inclusive, com as pessoas que receberam...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor poderia fazer isso para encaminhar à CPMI e cotejar isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não tenho anotado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas como o senhor toma um empréstimo de R\$55 milhões e não tem anotação, nada? Não era para pagar, então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Era para pagar, sim. Nós vamos pagar. Reconheço a dívida.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, obrigado.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, se possível.

Quero, oralmente, fazer um requerimento para que haja uma acareação entre Delúbio Soares e Marcos Valério, porque há dúvidas, e ele está negando.

**O PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa não uma questão de ordem e sim um requerimento.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Então, vou fazer um requerimento.

**O PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O requerimento, V. Exª pode fazê-lo por escrito e o submeter à Mesa.

**O SR. BABÁ** (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, farei um requerimento solicitando a acareação.

**O PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Sr. Depoente, compartilho inteiramente de sua indignação, Sr. Relator, em relação ao que está ocorrendo hoje aqui: a falta de resposta. Por isso mesmo, mudarei um pouco o que pretendia e direi o que penso.

Primeiramente, Sr. Delúbio, entendo que devemos logo chamar os recursos não-contabilizados de Caixa Dois. Vamos chamar logo de Caixa Dois, porque é a linguagem que o País entende corretamente. Isso

é Caixa Dois, é dinheiro não-contabilizado, não-permitido. Esse é um ponto importante.

Além disso, V. S<sup>a</sup> afirma que não há recurso público hoje envolvido nisso. Afirmando que há por meio de duas formas: ou mediante aqueles contratos de publicidade, mal-explicados até hoje, com o Banco Popular do Brasil, que será objeto de um requerimento meu, pedindo exatamente que se levante tudo aquilo. Afinal, se um banco é formado com aporte de capital de cerca de R\$90 milhões, gasta, no primeiro ano, R\$25 milhões em publicidade e pretende gastar, no ano seguinte, 2005, mais R\$20 milhões, tem um prejuízo de cerca de R\$26 milhões e uma carteira de R\$20 milhões, esses recursos foram parar em algum lugar. Então, afirmo que esses recursos devem estar, de alguma forma, no sistema de toda essa falta de explicação que existe.

Mas afirmo também que há recurso público já dentro do processo que V.S<sup>a</sup> nega, porque consta no Jornal **O Globo** de terça-feira, 16 de agosto: “O Banco do Brasil agora se prepara para o calote do PT”. E ele já fez uma provisão de 100% de uma outra operação, que não tem aparecido, de R\$3 milhões do Banco do Brasil com o PT, ele já fez a provisão de 100%. Ou seja, já jogou a prejuízo R\$3 milhões. Se jogou a prejuízo R\$3 milhões, o Banco do Brasil – o maior acionista é o Tesouro Nacional e a população deste País –, então, já tem dinheiro dentro. E tem mais: há também uma provisão de 30% para aquele *leasing* de R\$24 milhões, feito para computadores do PT. Então, se se adicionarem aí mais 30% de cerca de 20, já são R\$6, já têm cerca de R\$10 milhões imobilizados, Sr. Relator, a essa altura, dentro do processo de dinheiro público misturado com essas contas.

Esse é o ponto inicial. Penso também, já que não temos respostas, que essas operações feitas até agora e a comprovação de recursos enviados ao exterior me parece claro, segundo raciocínio próprio, que há recursos lá fora. É impossível. Para quem conhece um pouco do sistema bancário – e eu o conheço, pois convivi com o sistema há muito tempo – é impossível imaginar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio, porque há um orador com a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É muito difícil imaginar que não haja recursos lá fora envolvidos nisso. Trata-se daquelas operações chamadas *back to back*. O que eram? Recursos são dados lá fora, faz-se a operação aqui, aí o banco facilita e não toma garantias. Não é possível que tenham sido emprestados R\$55 milhões, por mais que eu respeite V. S<sup>a</sup>, com ou sem o aval de V. S<sup>a</sup>, ou com o aval de Marcos Valério, porque é muito dinheiro!

Sr. Relator, quando V. Ex<sup>a</sup> falava em R\$50 milhões, já não são mais R\$50 milhões. Hoje, já são R\$100 milhões. Sim, porque há juros em cima disso. Então, a valor presente de banco, são R\$100 milhões. Então, esse é dinheiro de caixa dois no exterior, que se legaliza aqui no mercado interno.

Quanto à própria transferência que foi feita – como já se falou aqui –, para o Duda Mendonça, parece-me também claro – não estou aqui defendendo “a” ou “b” – que os recursos já existiam lá fora na medida em que são recursos também pagos a Duda Mendonça do Banco Rural, de uma subsidiada do Banco Rural lá fora, caracterizando outra vez não só a existência de recursos lá fora, mas também essa ligação com o Banco Rural.

Por tudo isso, entendo que não adianta ficar fazendo muitas perguntas. Mas quero deixar claro o que eu penso neste momento. E mais: vou encaminhar, Sr. Presidente, tendo em vista as fragilidades dessas operações e de como elas foram feitas completamente diferentes daquilo do que se supõe que o Banco Central pudesse estar autorizando, acompanhando ou auditando.

Existem pontos que são fundamentais. Primeiro, é impossível que essa operação não tenha algum tipo de triangulação. E operações triangulares são formalmente proibidas pelo Banco Central. Então, o meu requerimento será nesse sentido de perguntar, de indagar ao Banco Central sobre isso.

Um outro ponto em relação ao Banco Central é a evidência de tratar-se de operações feitas com insuficiências de garantias. Qualquer leigo entende. Não haver garantias para um valor, hoje, de R\$100 milhões, como se diz na gíria bancária, “carecas”, sem garantia real, sem algum tipo de garantia ou de contrato?

Então, o Banco Rural - entendo -, e os demais bancos financiadores do Sr. Marcos Valério acabaram realizando essas operações, totalizando esses valores para operações que não apresentavam, nem as empresas, uma situação econômica e financeira capaz de assegurar a liquidez. Tanto não eram capazes que não têm liquidez. Esse é outro ponto a ser observado.

Um outro ponto também, que será objeto no Banco Central, é em relação a créditos em liquidação. Em relação a muitas dessas operações, eu não tenho a relação delas, se foram refeitas ou não, se estão vencidas ou não, mas tenho a mais absoluta convicção, Sr. Presidente, que deveriam estar lançadas em crédito e liquidação, ou seja, debitadas na conta de provisão, debitadas na conta de resultado do Banco.

Por último, e não menos importante, é que essas operações, a exemplo dessas do Banco do Brasil, também uma pergunta para o Banco do Brasil: na medida

em que lança em crédito e liquidação já tinha que ter executado o Partido dos Trabalhadores. O processo de execução, na Justiça, para ir buscar os seus direitos, que não são direitos não só do Banco, mas de todos os seus acionistas.

São questionamentos que faço, e se V. S<sup>a</sup> puder responder a algum deles, me sentiria muito honrado com essa atenção de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senador Rodolpho Tourinho, primeiro, o *leasing* do Banco do Brasil foi feito, foi avaliado e confirmado pelo TCU; o Partido dos Trabalhadores, na minha gestão, não atrasou nenhuma das prestações. Eu também fiquei estarelecido quando vi a matéria, na terça-feira, pelos jornais.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso.

Segundo, o empréstimo de R\$3.5 milhões que o Banco do Brasil tem ao Partido dos Trabalhadores. É um cheque especial que o nosso Partido tem, não é do nosso Governo, é de governos anteriores. Começou com R\$800 mil, passou para R\$900 mil, daí para R\$1.5 milhão, para R\$2 milhões, e hoje está em R\$3.5 milhões, que é um crédito especial, como se fosse um cheque especial que o Partido dos Trabalhadores tem, porque a conta do PT, 99% é destinada ao Banco do Brasil. Pelo sistema de arrecadação do PT, todo o dinheiro é canalizado ao Banco do Brasil. Então, não tem calote nenhum quando fui gestor das contas do Partido dos Trabalhadores ao Banco do Brasil.

Quero deixar isso claro que é a resposta. Quando o senhor fala que tem dinheiro público via Banco Popular, eu acho que é importante, se tem essa dúvida, fazer a investigação do que foi feito no Banco Popular, porque, enquanto o cidadão brasileiro, não quero e não posso permitir desvio de dinheiro público para os Partidos políticos no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex.<sup>a</sup> tem um resíduo de tempo.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) — Eu só queria acrescentar que, apesar de não ter sido dado o calote, o Banco do Brasil já lançou em crédito e liquidação. O que é o calote de fato, de direito, oficializado, dentro do Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex.<sup>a</sup> formulou uma série de requerimentos verbais. Peço que os faça formalmente e os submeteremos imediatamente à apreciação.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pois não, Sr. Presidente. Entendendo que talvez alguns desses já tenham sido feitos, por isso faço essa con-

ciliação com o que já foi aprovado para que não haja repetição e perda de tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Imediatamente os submeteremos à aprovação, por se tratar de esclarecimentos importantes.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) — Agradeço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, indago ao depoente, Sr. Delúbio Soares, se ele confirma a reunião na residência do Sr. Paulo Rocha com o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, com o Sr. ex-Ministro José Dirceu, com o Presidente da República e com o Vice-Presidente da República na época do apoio para a aliança PL/PT para eleição da chapa Lula/José de Alencar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Confirmo a minha presença na reunião.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Que acertos financeiros foram feitos nessa reunião?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Discutimos ali o fechamento da aliança. Tive a oportunidade de ler a entrevista do Deputado Valdemar Costa Neto, na *Época* desta semana, e nós fizemos uma reunião em separado, eu e o Deputado Valdemar...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Que acerto financeiro? O meu tempo é curto e gostaria que V. S<sup>a</sup> fosse objetivo na resposta.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele acrescenta aí o Presidente do Partido, José Dirceu, na época. Fomos eu e ele quem fizemos; acordamos que o volume arrecadado na campanha eleitoral, que 25% ficariam para a campanha do Vice-Presidente, destinar onde estivesse apoiando o Presidente, em comum acordo. Nós tivemos essas dificuldades, por isso que o PL ficou questão para a campanha nos Estados. Nós tratamos da campanha nacional e com a dificuldade da campanha, não conseguimos efetivar. Por isso ficou em 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Chegaram a que valor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A 25% do orçamento da campanha nacional. A campanha nacional ia ser orçada em torno de R\$40 milhões, ficou em R\$36 milhões, 25% disso aí. Na época, em números redondos, se falava em R\$9, R\$10 milhões.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Nove ou dez milhões. Confirma então o valor...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso, sem nenhum problema.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ...que o Sr. Valdemar Costa Neto...?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi um acordo eleitoral de estrutura para garantir...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Que acordo foi feito pelo Partido dos Trabalhadores com outros Partidos nesta Casa para formar a base de apoio ao Governo Lula nesta Casa?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nenhum acordo com os Partidos para formar base eleitoral. Eu não participei desses acordos. Não tenho conhecimento.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E o acordo que foi feito com o PMDB, com o PTB e com o PP?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O acordo com o PTB foi um acordo político de apoio ao segundo turno. Parte do PMDB, que a Vice-Presidente do Serra era do PMDB, então, foi feito um acordo; depois das eleições os Partidos apresentaram as dificuldades que ficaram, e nós tivemos que resolver. Foi isso que aconteceu. Por isso tem parte do PMDB, tem parte do PTB. Os problemas foram resolvidos depois. Porque a campanha eleitoral deixou resquícios, e as pessoas depois solicitaram a nós as dificuldades. Assim como o pessoal do PT dos Estados também. Foi isso o que aconteceu, Deputado.

Não teve nenhum acordo de ampliar ou diminuir a base. Não participei disso, não tenho notícia.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> representava o Partido. V. S<sup>a</sup> é que era ligado diretamente ao Presidente da República, segundo informações na cúpula do Partido. O Sr. Sílvio Pereira era ligado diretamente ao Sr. José Dirceu – é o que se tem conhecimento. O apoio do PMDB, do PP e de parte do PMDB, incorporando a base de apoio ao Governo no Congresso, passou por V. S<sup>a</sup>.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O apoio dos Partidos aliados passou pela discussão das propostas políticas, inclusive o senhor lembra, envolvendo todos os Governadores do Brasil nas questões de 2003: que foram a reforma da previdência e a reforma tributária. Foi um amplo debate feito. O debate que, na época, o Ministro Aldo, que era o articulador político, fez, eu não tenho nenhum conhecimento, nenhuma participação, sinceramente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu digo isso, Sr. Presidente, porque se vêem transferências vultosas para esses Partidos após a confirmação do apoio desses Partidos ao Governo. Portanto, certamente, aqui todos têm essa mesma impressão, são recursos drenados para esses Partidos apoiarem o Governo aqui na Casa. Ademais, tivemos coincidência de liberações de recursos com votações importantes, como, por exemplo, a da Previdência Social. E V. S<sup>a</sup> participava de todas essas reuniões. Confirma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sobre as reuniões de discussão de pauta do Congresso, nunca participei. O que pude resolver foram problemas apresentados pelos Partidos da base aliada e o meu Partido, nos Estados, e dificuldades financeiras que tinham ficado anteriormente, e de preparação dos partidos para a frente. Foi isso que aconteceu, Sr. Deputado. Não participei de nenhuma discussão de votação no Congresso Nacional.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> se considera um traidor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A minha vida política não condiz com isso. Hoje estou sendo muito bombardeado, estou tendo várias dificuldades, não só a minha pessoa como a minha família e as pessoas muito próximas a mim, nesse processo que está acontecendo. Agora, não me sinto traidor nem traído.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E como V. S<sup>a</sup> interpreta o que disse o Presidente Lula, que foi traído pela cúpula do Partido...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu respeito muito...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ...de que V. S<sup>a</sup> participava.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu respeito muito o Presidente Lula, e como fiel seguidor do Presidente Lula, não questiono as opiniões do Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele chama o senhor de traidor e o senhor não considera um traidor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu sou um admirador do Presidente Lula, sempre fui.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mesmo ele dizendo que o senhor traiu a confiança?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A vida vai nos ensinar isso, Deputado. Então, é um assunto que não posso tecer comentários. Sou uma pessoa fiel, e quero dizer uma coisa aqui à CPML: não costumo e faz parte da minha integridade não delatar ninguém e nem questionar a opinião das pessoas. As pessoas podem dizer o que quiserem, porque é a opinião das pessoas. Não posso questioná-las. As pessoas podem não concordar com o fato. Ele fez aquela frase, e eu acato a frase dele. Não me sinto traidor. Não me incorporo naquilo, eu. Mas aí é a opinião de cada um, vai analisar, e a vida vai nos ensinar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> contratou o jurista Aristides Junqueira como seu advogado pessoal para lhe defender contra as acusações que estão sendo feitas contra a sua pessoa. V. S<sup>a</sup> utilizou-se de

que recursos para contratar o Sr. Junqueira, recursos próprios ou do Partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Aristides Junqueira foi contratado pelo PT de Santo André e depois pelo PT...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não. Eu quero que V. Sª responda a sua entrevista para a **ISTOÉ Dinheiro**, que V. Sª teria contratado o Sr. Aristides Junqueira para lhe defender contra as acusações...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. São dois processos que fez: um do Chico de Oliveira, professor Francisco de Oliveira, que...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quem paga o Sr. Aristides Junqueira?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Na época, foi o Partido dos Trabalhadores, um contrato de R\$520 mil.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E agora, quem paga?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora ele não é mais meu advogado. Meu advogado...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele paga nas suas questões pessoais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. O Dr. Aristides Junqueira, fizemos um contrato com ele para defender os dirigentes do PT, e, na época, fui atacado, entendi assim, pelo Sr. Francisco Oliveira, pelo Sr. Leopoldo Collor, e vários outros, inclusive um Senador, que entramos com ações e já resolvemos a questão, o Tasso Jereissati, e as ações estão correndo. O caso do Tasso Jereissati já foi arquivado, e agora ele entrou, há uns 40 dias, com uma ação contra um Procurador que fez uma agressão ao meu pai. Então, tudo isso estava no contrato, que ele defendeu os dirigentes partidários, que o PT já pagou e (*Inaudível.*) a pagar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O tempo está correndo e as respostas são longas...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não é individual a minha questão.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor confirma o custo da campanha presidencial que o Sr. Duda Mendonça relatou nesta Comissão, na Comissão dos Correios?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não tive oportunidade...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Foi de R\$25 milhões? Foi esse o custo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Da campanha presidencial?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, a dele, Duda, o contrato feito com ele?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Duda fez três campanhas na época e várias campanhas nos Estados, tenho que verificar os valores certinhos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A presidencial. Ele disse textualmente, e V. Sª deve ter acompanhado o depoimento dele, acho que acompanhou...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele disse que o contrato dele com o Partido dos Trabalhadores, com V. Sª, foi de R\$25 milhões para a campanha presidencial, e com outros mais dois Estados, que seriam São Paulo e Rio de Janeiro. V. Sª confirma esses valores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deve ser em torno disso, as três campanhas. Deve ter acontecido em torno disso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor confirma os R\$25 milhões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em torno disso, não...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor confirma que delegou o Sr. Marcos Valério para pagar parte dessa campanha ao Sr. Duda Mendonça?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso confirmo, e foi feito na época.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor confirma que foram os R\$15 milhões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tem que verificar os números. Não sei se são R\$15 milhões, se é um pouquinho menos, um pouquinho mais. Mas em torno...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Duda Mendonça disse R\$15 milhões e o Marcos Valério disse R\$15 milhões. O senhor confirma os R\$15 milhões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tem que verificar. Vou verificar, como qualquer outra lista tenho que verificar, já falei aqui anteriormente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim. Mas o Marcos Valério confirma, e o Duda confirma o mesmo valor, e V. Sª não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vou verificar. Não tenho de cabeça os números da época. Tenho que verificar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor sempre foge. Como professor de matemática, o senhor sempre foge aos números, em afirmar os números...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, não é minha intenção fugir dos números. Estou procurando ser sincero aqui com o senhor, com todo o respeito.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Sr. Duda Mendonça foi orientado a abrir uma conta nas Bahamas, e lá recebeu ou R\$10,5 milhões, ou R\$11,5 mi-



lhões, e aí não se sabe realmente quanto. Ele disse que essa conta foi orientada pelo Sr. Marcos Valério. O senhor confirma isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A relação de pagamento entre o Marcos Valério e Duda Mendonça não foi orientada para mim a forma de fazer o pagamento entre eles.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas o senhor recebia do Sr. Marcos Valério a forma de pagamento, lógico!

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Como pagou, se é para a empresa “a” ou se é para a empresa “b”.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como era a prestação de contas do Sr. Marcos Valério com o PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós não fazíamos uma prestação de contas cotidiana. Pedia para pagar um determinado fornecedor ou um determinado credor. Ele fazia, o credor parava de reclamar, está resolvido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ah, parou de reclamar, está resolvido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não contabilizado, normalmente funciona assim; pelo menos quando trabalhei, nunca tinha trabalhado antes, foi assim que funcionou. Não tinha uma contabilidade de prestar contas.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não me refiro a uma contabilidade formal. Refiro-me à contabilidade de como se fazia um encontro de contas entre o Sr. Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado José Rocha, eu acho que já expliquei essa situação. Foi uma relação de confiança.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Desculpe-me.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Posso explicar?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Se há uma confiança tamanha que o senhor tem com o Sr. Marcos Valério, o senhor desconhece a confiança com ele em determinadas outras situações?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não. Ao que corresponde à realidade, eu confirmo. Ao que não corresponde à realidade, ao que eu não sei, não confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valério foi a Portugal, com o conhecimento de V. S<sup>a</sup>, para o encontro com a Portugal Telecom?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fiquei sabendo depois das notícias nos jornais.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele foi lá como representante do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quem representa o PT é a sua direção, designada pelo Presidente do Partido ou o Secretário de Relações Internacionais...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, o senhor desqualifica essa situação do Sr. Marcos Valério representando o PT em Portugal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não tem autorização para isso, não tinha o meu consentimento, porque hoje já não estou mais na direção do PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O carro que V. S<sup>a</sup> utilizou na reunião do PT recentemente, um ômega blindado, foi pago por quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Até agradecer a oportunidade de V. Ex<sup>a</sup> me perguntar, porque é um contrato que fiz em meu nome, vou pagar com meus recursos, que estão depositados no banco, à empresa que contratei, está assinado, do aluguel do carro por um mês.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O mesmo carro que o senhor utilizou quando era dirigente do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores, o senhor me permite?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, isso é importante. Penso que todo o Brasil quer um esclarecimento.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Para explicar isso, é uma questão que tem afetado inclusive a minha honra.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Oitocentos reais por dia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quando venceu, quando fui pedir afastamento para assumir uma nova direção, desde 2002, desde a morte do Celso Daniel, fui recomendado, pela Polícia Federal, a andar de carro blindado. Quando o Partido dos Trabalhadores requisitou meu carro, eu tinha entregue já o carro antes, depois veio a requisição. Então, ficou uma coisa, eu não quis rebater, não vou rebater; aí aluguei um carro por uma semana, com um contrato feito em nome da minha companheira, Mônica Valente, e pago com cheque dela. O contrato venceu, o de uma semana. Eu estou procurando comprar um carro blindado com os recursos que tenho, não consegui fazê-lo ainda, porque quero um carro blindado com um preço de R\$60 mil, R\$70 mil, porque vou vender o meu carro de Goiânia. Aí aluguei um carro na locadora, numas das locadoras que eles locavam carro para o

PT, durante um mês, a diária é de R\$360,00, está no contrato; R\$10.800,00 o contrato, e que...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Oitocentos reais por dia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, R\$800,00 é quando se aluga por um dia ou dois dias, Deputado; quando se aluga por um período longo, de um mês, é R\$360,00, está aqui o contrato na mão do Presidente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O motorista foi pago por quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O motorista é do PT, foi cedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho que cortar a palavra, porque já...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só para concluir, Presidente.

O motorista é do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas se todos quiserem fazer...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O motorista é do PT, que, como várias pessoas serão demitidas...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A Srª Mônica Valente, sua esposa, é funcionária do Partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É dirigente do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como funcionária, recebe salário?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Recebe.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Salário. E ela alugou o carro para o senhor com recurso dela?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Como o recurso dela, como ela tem. Nós somos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>. Entendo que as perguntas de V. Ex<sup>a</sup> são inteligentes, são próprias, como são as de outros Parlamentares, mas se eu permitir que V. Ex<sup>a</sup> ultrapasse o seu tempo, certamente prejudicarei a ordem, e abrirei um precedente aos aqueles que o sucederão, inclusive não podendo impedir a fala daqueles que se excederem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Por isso, a questão levantada por mim no início desta reunião, ou seja: que dez minutos são insuficientes para um caso tão especial e relevante como este.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas foi uma decisão de Plenário. Inclusive foi uma decisão de que V. Ex<sup>a</sup> participou e votou; a votação foi unânime.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado João Correia.

Tenho que fazer isso, lastimo.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Delúbio Soares, depoente, V. S<sup>a</sup> prestou um depoimento à Polícia Federal no dia 8 de julho e em seguida o senhor prestou um depoimento à Procuradoria da República. O senhor sabe a data?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de me reinscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Será reinscrito.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok. Foi posterior, dia 15.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quinze de julho.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. Nesse depoimento à Polícia Federal, o senhor nega qualquer relação com o Sr. Marcos Valério. Diz que nunca solicitou ou determinou que Marcos Valério fizesse pagamento a qualquer pessoa; diz que o declarante ou a direção do PT não possui qualquer transação comercial com Marco Valério, etc.

O senhor diz que, no depoimento do dia 15, na Procuradoria da República, o senhor, então, retificou esse depoimento da Polícia Federal. E aí, sinceramente, eu acho – e aí é achismo mesmo, Sr. Relator – eu gostaria de pegar um pouco a questão que foi desdobrada pelo Relator.

O senhor modifica completamente a tese e passa a trazer um neologismo cruel e monstruoso chamado “recursos não contabilizados”, que é lavagem de dinheiro, dinheiro oriundo da corrupção. O senhor constrói uma tese muito interessante, a qual é imediatamente articulada com o próprio Marcos Valério, com o Presidente da República em Paris. “Não, não, o PT fez o caixa dois, todo mundo faz o caixa dois. Enfim, já que todos nos locupletamos, restaure-se a moralidade” – disse o Presidente. E essa tese, V. S<sup>a</sup> continua insistindo nela com uma obstinação, realmente zombando da inteligência do povo brasileiro, zombando da inteligência dos Deputados e dos Senadores.

A primeira questão, Sr. Delúbio. Não seriam esses recursos de empréstimos muito bem tramados, talvez até por advogados criminalistas de excepcional cepa, não seriam meros adiantamentos que o senhor fazia para os negócios ilícitos do mensalão, sim, para os partidos políticos que o senhor passava, para o PL, para o PTB, para o PP, para tantos. Aqui entra até um pouco o PMDB. Eu gostaria que fosse respondido pelo Líder, aqui presente, na pergunta anterior – não vou poder perder tempo para explicar a questão do PMDB.

Então, ao invés de ser, digamos assim, empréstimos sem garantias – aliás, Sr. Presidente, temos de chamar os delinquentes desses diretores do banco. Banco algum empresta um tostão a alguém sem garantias reais. Então esses delinquentes têm que vir para cá também responder essa questão para a CPMI do mensalão.

O senhor fazia uma espécie de recursos não contabilizados, recursos do caixa dois – o crime é menor – é dinheiro de corrupção, mas o crime é menor, não podemos ser pegos. Então o senhor ia rolando juntamente com o seu comparsa Marcos Valério e sacando dinheiro nesses dois bancos especialmente até que houve a explosão e se conheceu a questão. O senhor negou na Polícia Federal, mas espontaneamente procurou a Procuradoria da República para construir esta grande pantomima, essa grande tese, dizendo que o seu roubo era menor, que o seu crime porque eram recursos desviados do caixa dois, está certo? Como se isso fizesse alguma diferença. E, obviamente, Senador, o senhor está coberto de razão, recursos públicos, sim. Mesmo porque ao fim e ao cabo, quando cair em CL, em crédito em liquidação, quem vai pagar isso é o contribuinte.

Sr. Delúbio, eu gostaria de saber se isso foi urdido, por que essa mudança tão drástica, tão radical e tocando como uma espécie de orquestra, incluindo o Presidente da República. Por favor, a primeira pergunta.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Com todo respeito, Deputado, não compartilho com as opiniões do senhor. Mas, considero relevante o pensamento do senhor e não vou debater sobre o assunto. Vou responder a questão.

A verdade dos fatos é que solicitamos um empréstimo. É o que eu já falei. Ao solicitarmos, os empréstimos foram feitos. Descrevi aqui com toda a paciência, até me alonguei muito – peço desculpas. Os fatos foram esses. Nós não usamos de recursos públicos. Fizemos esses empréstimos para resolver as pendências dos diretórios regionais e dos Partidos da base aliada, como já expliquei. Nunca orientamos, nunca participei de pagamento de Deputados, conforme a tese de que houve compra de voto, nunca participei, não tenho informação e sou contra isso enquanto cidadão brasileiro. A população brasileira toda é contra.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok, Sr. Delúbio.

O senhor confessa também, neste depoimento, que conheceu um representante do Banco Opportunity - está aqui neste depoimento. Tem o nome dele. O Opportunity está envolvido um pouco nessa questão também e vamos ter de abrir essa caixa preta dos fundos de pensão. O senhor sabia que o Banco Op-

portunity passou para o Sr. Marcos Valério mais de R\$100 milhões? O senhor tem conhecimento desse fato? R\$150 milhões.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já expliquei na outra CPMI, mas é outra CPMI...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Essa aqui é outra. Essa aqui é singular.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...as condições em que conheci o diretor, acho que um dos acionistas do Opportunity, que é o Sr. Carlos Rodenburg. Encontrei com ele uma vez. Depois, encontrei socialmente duas vezes com ele, só de cumprimentar. Nessa oportunidade, no início de 2003, ele veio me falar que o PT tinha restrição ao Grupo Opportunity. Eu disse a ele que o PT não tinha restrição a nenhum grupo econômico brasileiro, a nenhuma multinacional. Expliquei todos os fatos que tinham ocorrido. Agora, se ele tinha divergência e conflito de interesse com pessoas do PT, que representavam determinadas posições dentro do Governo, no caso dos fundos de pensão que ele falou, eu falei que isso tem de ser resolvido entre os grupos econômicos – na época, ele era representante do Citibank –, o Citibank, o Opportunity e a Previ. É um assunto que vocês têm de trabalhar. Vamos sempre proteger os interesses dos trabalhadores, pela Previ.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok, Sr. Delúbio.

O senhor fez um grande contrato, como tesoureiro nacional do PT, com o Ibope? Deixe-me, então, explicar melhor a pergunta. O Ibope foi muito utilizado em várias campanhas municipais, fraudando, antecipando pesquisas que normalmente não se realizaram, em todo o Brasil, inclusive na minha cidade Rio Branco, no Acre.

Aliás, falando em Rio Branco, no Acre, foi o senhor que pagou a ida de um Boeing com cem mil camisetas, na antevéspera da eleição? Foi o senhor que pagou, pelo PT nacional? Inclusive, numa relação também do KLB, que iria para Porto Velho, para Rio Branco, para Manaus, conforme há uma denúncia do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas?

Então, eu gostaria que o senhor falasse - o meu tempo está muito pouco – sobre a questão do Ibope, se o senhor teve uma relação contratual com o Ibope, e também sobre a questão do KLB, Zezé Di Camargo e Luciano, isso supranacionalmente, pagos pelos recursos do caixa dois.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fizemos um contrato de campanha com os dois institutos grandes do Brasil, o Ibope e o Vox. Cada Estado escolheu e discutia, cidade por cidade, o pagamento, tanto com o Ibope quanto com o Vox. Cada Estado escolhia,

nas capitais ou nas cidades importantes, fazer a pesquisa. Também tinha o instituto local.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, o senhor confirma esse fato?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Confirmo que tínhamos uma relação de intermediação. Algumas pesquisas, nós mesmos pagamos; outras, os diretórios municipais que pagaram. Quando tem a campanha eleitoral, o Ibope faz campanha para a televisão, não faz contrato com pessoas.

Quanto aos artistas que contratamos, contratamos uma gama de artistas, não me lembro se 28 bandas. Duzentos e oitenta e poucos shows...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O KLB estava junto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estavam o KLB, Zezé Di Camargo, Leonardo, Alceu Valença, vários artistas brasileiros que toparam fazer a campanha. Fizemos aproximadamente 280 shows no Brasil.

Camisetas, nós compramos da Coteminas e de mais três ou quatro fornecedores, um conjunto grande de camisetas e repassamos para as campanhas municipais.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – No caso, Rio Branco?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei se Rio Branco teve...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor não sabe.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Se teve, está na contabilidade, isso tudo são coisas formais que o Partido fez.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. Eu gostaria de encerrar, Presidente. O senhor já está com o olhar meio exigente.

Mas, eu gostaria de saber apenas o que o Brasil todo deseja saber. Há um conflito de compreensão entre o depoimento do Sr. Duda Mendonça e do Sr. Marcos Valério acerca dos recursos, da evasão de divisas nos paraísos fiscais.

O senhor já respondeu mais ou menos, um pouco essa questão anterior, mas é difícil, Sr. Delúbio, que consigamos compreender e aceitar que com a intimidade que V. S<sup>a</sup> tinha com Marcos Valério, com José Dirceu, com Duda Mendonça, por toda essa relação e pela importância exagerada. Eu não tenho nada a ver; o caso de V. S<sup>a</sup> com o seu Partido, vocês é que vão resolver, não temos nada a ver com isso, só no que nos afeta. Falo como cidadão e como representante popular.

Veja só, o senhor de fato confessa que não tinha nenhum conhecimento dessa lavagem de dinheiro nas

**offshores**, inclusive pegando o Sr. Duda Mendonça e outros. O PT, na verdade, desde 89, tem essa prática de lavagem de dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu nego. O PT nunca lavou dinheiro, nunca mandou dinheiro para fora e nunca recebeu dinheiro de fora, quando fui tesoureiro do PT, nos cinco anos em que fui tesoureiro do PT. E acredito que anteriormente também não.

Então nego essa boataria que aí está.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O próximo orador é o Sr. Deputado Júlio Redecker. Havia uma troca proposta, mas retomamos a ordem natural.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. deponente, nas conversas com os outros Partidos para a composição política nos Estados, em 2002, essas conversas era o senhor que fazia, Sr. Delúbio? Para acertos regionais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2003?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Em 2002.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Em 2002 não estávamos no Governo...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – As conversas.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As conversas para as alianças?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tinha um comitê do qual vários companheiros do Partido participavam. Eu também participava. Não participei de todas as reuniões. Mas de várias eu participei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Para 2004. Era o senhor que fazia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2004 tinha uma comissão do PT com vários outros companheiros. E eu fazia parte também.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – As conversas envolviam dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nem sempre. Estrutura de apoio às candidaturas locais.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Certo. Envolvia dinheiro, então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Apoio às candidaturas locais.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Apoio através de dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estrutura de campanha. Nem sempre através de dinheiro.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor tomava as decisões sozinho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As decisões de aliança, de apoio no Partido dos Trabalhadores, o senhor já deve ter ouvido falar de como são difíceis de fazer. Uma vez feita a viabilização, quando era de responsabilidade nacional, era de minha responsabilidade. Quando era de responsabilidade local, era das pessoas locais, nos municípios. Às vezes, pedia ajuda, que se dava ou não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, não era o senhor quem tomava a decisão?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Na local, não, na estrutura local, não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E nas nacionais também...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nas nacionais, quando tomavam a decisão, encarregava de eu resolver...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tudo bem, mas tomava decisão. Quem tomava decisão então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Das alianças?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sim.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Das alianças é a Executiva Nacional. Uma comissão apresenta...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A Executiva sabia que tinha de colocar dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A Executiva fazia a campanha, e toda campanha implica em recursos. Aí eles me designavam para resolver em caso de campanha nacional.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A executiva sabia que tinha de envolver dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A executiva de qualquer partido. No nosso caso, a executiva sabe que para fazer campanha eleitoral precisa de recursos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O que era responsável...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou devolver o tempo a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou pedir mais uma vez ao depoente que responda objetivamente. A pergunta foi muito clara: se a Executiva sabia que envolvia recursos.

Sabia. Então, não adianta percorrer um longo caminho. V. S<sup>a</sup> acaba de dizer que sim. Penso que ganharemos tempo e objetividade, respondendo diretamente.

O tempo de V. Ex<sup>a</sup> será descontado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr Delúbio, quem fazia negociação com o Congresso era o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Outras pessoas faziam negociação com o Congresso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Que eu conheça, não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Alguém fazia negociação com a base aliada para apoiar o Governo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Líder do Governo e o Ministro responsável pela articulação política.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas envolvia recursos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Da minha parte, não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor disse, em uma entrevista em 2004, quando lhe perguntaram: “O PT está muito bem de dinheiro. É verdade que o Partido está ajudando alguns aliados com recursos?”. O senhor respondeu: “Não. Somos aliados e amigos, mas cada um vai cuidar do seu pedaço”. Agora, o senhor confirma que repassou recursos para o PL, para o PTB, para o PP. Evidentemente, ninguém vai pagar a campanha do outro sem nenhum motivo, falo da campanha atrasada de 2002. Então, o pagamento tinha alguma finalidade, que era o apoio no Congresso, entre outras. Se não era o senhor que fazia outras pessoas o faziam. Quem fazia essa negociação com o Congresso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não participei dessa negociação que o senhor está colocando.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Quem dizia para o senhor repassar recursos para o PL?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Para o PL, já expliquei. Fizemos um acordo eleitoral.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas não era o senhor. O senhor disse que era outro que fazia o acordo. Quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O acordo eleitoral de 2002 que ficou pendente. Já expliquei. Nas demais campanhas, dos demais Partidos aliados, houve um pleito.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Fazia pleito para o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Feito o pleito...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas fazia para o senhor o pleito?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No caso, a mim. Tinham ficado várias questões pendentes.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor deliberava daí?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fui designado para deliberar...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Designado por quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pela direção do Partido.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Pela direção do Partido.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Os Partidos da base aliada ajudaram a formatar e a eleger o Presidente Lula. Ficaram com muitas despesas. Em função de o PT ser o maior Partido, tomei essas providências. Solicitei um empréstimo para resolver o assunto. Foi isso o que aconteceu.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Vamos ao empréstimo. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel já fez várias perguntas sobre essa questão.

Quanto o PT arrecadava de contribuição dos seus servidores em 2002?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2002, o PT não tinha contribuição nacional do...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E em 2003?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2003, foi o início do processo. Deve ter arrecadado... está na prestação de contas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mais ou menos. O senhor era o tesoureiro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deve ser em torno de R\$6 milhões ou R\$7 milhões. Pelo menos era o orçamento do...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, é evidente que com isso não dava para pagar o empréstimo. Era preciso vinte anos. O senhor pretendia pagar o empréstimo com o fundo partidário nacional?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Com dinheiro vindo de onde, então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores tem um processo crescente de receita.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas de onde vem a receita?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – De pessoas físicas, de pessoas jurídicas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – As pessoas podem doar, a qualquer instante, para que o senhor pudesse...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode. A lei partidária permite.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Um partido pode repassar dinheiro para o outro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Se estiver coligado, pode; se não estiver, não pode.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Se estiver coligado, pode; se não estiver, não pode. A Lei Eleitoral...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Na época da campanha eleitoral. O que nós fizemos foi o que não podia, que é dinheiro não contabilizado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, o senhor admite que não poderia passar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, claro.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E na campanha eleitoral pode passar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Na campanha eleitoral, um partido que está coligado pode repassar recursos para outro partido coligado. Como pode fazer atividades, mandar material. Isso pode ser feito.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor conhece Taiwan?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A Venezuela?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não conhece? E o Oriente Médio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Quais são os lugares no exterior que o senhor conhece? Portugal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Portugal? Fui a Portugal em 92. Quero entregar a cópia do meu passaporte ao nosso Presidente. Saiu uma matéria em um jornal português, repetida em **O Estadão**, dizendo que eu estive em Portugal dez vezes este ano. Não estive em Portugal. Vou passar o meu passaporte e a cópia para que possam verificar tudo certinho. Conheço vários países da Europa e cinco países da África que visitei – é público e notório. Cuba foi o primeiro país para o qual viajei, em 1985.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor conhece o Sr. Valdomiro Diniz?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Conheci Valdomiro Diniz quando era secretário do Governo Cristovam?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sim. Em 2003, o senhor telefonou quantas vezes para o Sr. Valdomiro Diniz? Ou ele telefonou para o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não me lembro. Devo ter falado poucas vezes com ele.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Menos de dez?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei. Durante o ano?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei se chegou a isso. Deve ser daí para menos. Nem tudo que se fala que fiz realmente fiz, Sr. Deputado. Sai cada matéria comigo no jornal, mas a informação...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Valdomiro Diniz ficava no plenário e articulava com os partidos políticos; envolvia recursos, porque ele articulava a base. Então, ele tinha que falar com alguém.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não era comigo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele ficava no telefone, num cantinho ali.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não era nada comigo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas como é que o senhor sabia? Ele dizia assim: tem que passar recurso para esse partido. Então, ele ligava para outro, e o outro dizia para o senhor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nunca tratei desse assunto com o Sr. Valdomiro Diniz.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É, mas ele tinha que ligar para outro.

Como o senhor ficava sabendo que o PP, de repente, precisava de recursos para pagar a campanha de 2002? Como o senhor ficava sabendo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso foi discutido. A direção do PP procurou a nossa direção, discutimos e procuramos resolver o assunto.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ah, então foi a direção do PP. Então não foi o senhor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Colocaram o problema para nós e designou-me para resolver, assim como no PT, do mesmo jeito.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Certo.

O jornal **O Valor**, sexta-feira, publica uma suspeita sobre lavagem de dinheiro, e tem alguns analistas que acham, e eu também acho isso, que esse dinheiro, que essa operação que foi feita do empréstimo evidentemente foi uma operação feita para não pagar – ninguém me convence que ia ser pago. E eles falam na possibilidade de ser feita uma operação *back to back*, quer dizer, o dinheiro do PT já está no exterior,

o dinheiro já está lá no exterior. Eles fazem um empréstimo aqui, há uma garantia de um certificado de depósito bancário, não se paga aqui, e essa garantia serve para que se transfira o recurso do exterior de uma conta para outra, com a possibilidade, então, de que recursos internacionais estejam, do Partido dos Trabalhadores, estejam no exterior e sirvam para acobertar essas contas. Porque é evidente que o dinheiro para o pagamento desse empréstimo, se não vai ser pago, tem que ter uma forma de compensação. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel já dissecou isso ali, não há Papai Noel, não há.

O senhor insiste em dizer que não há dinheiro público. Eu também duvido muito disso. Mas uma tese é de que esse dinheiro está no exterior, estava no exterior. Alguns já estão dizendo aí, esse Toninho da Barcelona, embora não possamos dar assim o crédito que possa ter outras pessoas, diz que o PP já tinha dinheiro no exterior.

O PT nunca teve dinheiro no exterior?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já afirmei anteriormente: não teve. Não conheço nenhum Barcelona, fiquei conhecendo quando foram publicadas algumas matérias a respeito do Toninho Barcelona, que já fez, através de outro, uma calúnia com dois dirigentes do PT da Cidade de São Paulo. Foi aí que eu tomei conhecimento do senhor, desse cidadão Toninho Barcelona. Nunca vi, não conheço; o PT não tem dinheiro no exterior. Quero afirmar mais uma vez: durante a minha gestão, nós nunca trabalhamos com dinheiro do exterior.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor autorizou o Sr. Antonio Ribeiro da Silva a retirar R\$500 mil do Banco Rural por meio do Sr. Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa é a lista que tem que ser verificada. Não identifico a pessoa Antonio Ribeiro da Silva como uma pessoa de meu conhecimento fácil. Não conheço essa pessoa.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não conhece.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Pode ter retirado, mas não sei quem é a pessoa Antonio Ribeiro da Silva.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E o senhor não conhece.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, eu não conheço. De nome, não. O que está na lista ali, as pessoas...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Esse foi um nome qualquer que eu disse aqui, agora, que me veio na cabeça. Porque o senhor disse que não conhece as pessoas que...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...constituições...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não sabe as pessoas que...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...o PL, o PT, diretório regional, foi assim que trabalhamos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor fala que não sabia as pessoas que recebiam numa ponta da linha e tal. Mas, depois, o senhor falou que as pessoas confirmavam que tinham sacado para o senhor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As pessoas designavam terceiro para buscar...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Um Deputado que sacava, ele confirmava para o senhor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, Deputado não sacava. Sr. Deputado, vamos...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não, o sacado por meio de um emissário. Mas ele confirmava que o dinheiro...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não era para Deputado, era para uma instituição. Ou era um partido ou era um diretório regional. É isso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tudo bem. Mas quem confirmava que tinha sido sacado? O senhor era obrigado a ter uma contabilidade. O senhor: “Eu tenho 55 milhões, eu...”

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, eu nunca tive 55 milhões.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ou 50.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As coisas foram feitas gradativamente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Cerca de.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Cerca de. Ao total, ao longo do período, é um valor, um montante,...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor confirmava. O senhor tinha um balanço. Se tem uma conta, vem um empréstimo de 50, tenho que saber quanto eu gosto.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim. Eu posso explicar?

O primeiro empréstimo, por exemplo. Foi feito um empréstimo de – sei lá – R\$12 ou 13 milhões. E esses R\$13 milhões, são cidadão A, B, C. Aí a pessoa discute, vê com o Marcos Valério como recebe, se foi recebida aquela quantidade e diz: “está correta”. Então, assunto estava encerrado ali.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor sabia quem recebia, evidentemente.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, eu orientei as pessoas e vou confirmar os valores e as datas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor não quer é contar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As investigações vão apontar.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A investigação é o que nós estamos fazendo, por isso nós estamos aqui. O senhor é que tem que contar. A investigação é esta que estamos fazendo. O senhor é um investigado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, e como investigado eu me reservo o direito de não cometer nenhuma injustiça com nomes ou com numerários.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor comete uma injustiça ao deixar todo mundo exposto.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não é essa a minha intenção.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não, mas é aí que o senhor comete uma injustiça, porque o senhor deixa todo mundo... O senhor tinha que dizer foi Fulano, Beltrano, Sicrano, porque aí o senhor iria liberar os outros.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Trabalhamos com instituições; com isso que nós trabalhamos. As pessoas são das instituições.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Está bom. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao próximo parlamentar inscrito, o Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, bom dia a todos, Deputados e Deputadas, senhores presentes.

Sr. Presidente Amir Lando, inicio fazendo um apelo para que não haja qualquer tipo de intervenção ou qualquer tipo de ação que porventura possa vir a fechar o Banco BMG e também o Banco Rural. Após todo esses escândalos, eles poderão prestar relevantes serviços ao Brasil, emprestando dinheiro para os nossos colonos, para os microempresários, e sem avalistas, sem disponibilidade de bens, assim como emprestaram R\$55 milhões sem qualquer garantia. E nós temos tantos colonos, tantos cidadãos brasileiros que querem vencer, querem...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. Fazendo soar a campanha) – Vou lhe descontar o tempo. Tenho às vezes que fazer essa intervenção para



que haja silêncio e seja o mais proveitosa possível a intervenção, no caso, a de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado.

Então, é um apelo que faço, para que não fechem o BMG ou o Banco Rural, porque eles vão prestar com certeza relevantes serviços ao nosso Brasil; temos muita gente querendo emprestar dinheiro, e gente honesta, porque eu prefiro fazer negócio com pobre a fazer com rico, vagabundo e ladrão.

Na última sexta-feira, Sr. Delúbio Soares, dia 12, milhões de brasileiros ficaram postados em frente às emissoras de rádio e televisão no aguardo para ouvir o tão esperado pedido de desculpas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De repente, o povo se depara com um Presidente visivelmente abalado emocionalmente e supostamente destruído moralmente, cabisbaixo, com um discurso aquém do que, no mínimo, os cidadãos brasileiros gostariam de ouvir. E foi enfático em dizer que foi traído. E o dedo do Presidente Lula, não o dedo que não tem, mas o dedo indicador do Presidente lhe apontou como também um traidor. O senhor traiu realmente o Presidente Lula. Um homem inteligente como o Presidente Lula, o que o levaria a taxá-lo como traidor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, com todo o respeito, eu já respondi esta questão. Essa pergunta está na questão anterior.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo! Então, tudo bem.

Ontem, em um programa de televisão, o Senador Aloizio Mercadante insinuou que o senhor não estava sozinho nesta operação, e enfaticamente também chegou a insinuar que o próprio Deputado José Dirceu também não estava sozinho. Quando ele coloca isso sobre a sua pessoa, ele anuncia que outros integrantes do PT ou fora do PT eram partícipes desse escândalo nacional.

O senhor teria a intenção de declarar ou fazer algum comentário sobre as insinuações, sobre as revelações do nobre Senador Aloizio Mercadante?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nem confirmo, nem desconfirmo; a declaração é dele e ele responde por ela.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Delúbio Soares, crime de colarinho branco, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção passiva, com o número bem menor, Sr. Delúbio Soares, bem menor, Toninho da Barcelona foi condenado a 25 anos de prisão. São muitos anos de cadeia, meu amigo. O senhor não teria intenção de, por intermédio do nobre Presidente e do nobre Relator, usufruir da delação premiada refugiando-se aqui

na nossa ante-sala e abrir esse jogo todo, abrir essa caixa preta? Toninho da Barcelona teve a oportunidade de usufruir da delação premiada e não usufruiu; agora que está preso e condenado a 25 anos, está querendo usufruir, inclusive tentando atingir a imagem de um homem que eu reputo como um dos mais sérios neste País, que é o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O senhor não teria interesse – claro, se tiver a consciência e a convicção de que o senhor errou – em que o nosso Presidente, o Relator e alguns integrantes desta Comissão agilizem uma reunião, uma negociação para que o senhor usufrua da delação premiada, Sr. Delúbio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu estou falando a verdade. Não tenho mais nada a transmitir aos senhores e à sociedade brasileira do que a verdade dos fatos como aconteceu. Essa é a verdade dos fatos. A Justiça vai julgar, e vou responder aos processos judiciais e às instituições também.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Pense bem, Sr. Delúbio, são muitos anos de cadeia.

Se o senhor for condenado, que Deus o livre, são muitos anos de cadeia. O senhor está tendo oportunidade de se salvar. O senhor está com 49 anos. Se o senhor pegar vinte anos – claro, se o senhor realmente cometeu esse crime –, o senhor vai sair com 69 anos e não terá nada mais para fazer e já sai na terceira idade.

O senhor declarou que repassou, Sr. Delúbio, ao Deputado Paulo Rocha, do PT, do Pará, R\$920 mil, correto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Declarei que o Diretório Regional do Pará foi um dos que apresentaram dívidas da campanha de 2002 e a preparação do Partido para 2004, o que foi feito.

Os valores estão em uma lista que eu também...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor passou para a campanha da ex-candidata Maria do Carmo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, foi para saldar dívidas que ficaram da campanha de 2002, uma parte, e outra parte para organizações... O senhor deve ser do Pará, não é?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sou do Pará, com muito orgulho.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Então, é um Estado que era vizinho do meu; sou de Goiás. Então, foi passado para estruturar o Partido no Estado, em 2003, e preparar a campanha de 2004.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – E existem provas documentais de que foi repassada também

uma vultosa quantia ao atual presidente da Companhia de Docas no Pará, ex-Senador Ademir Andrade. O senhor sabe qual o valor repassado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ademir Andrade?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – É do PSB, que pegou essa dinheirama toda. Já está lá declarado pelo Charles.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não me lembro, não. Posso verificar, mas não lembro.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem algum papel a que o senhor possa recorrer para lembrar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor declarou que foi dez vezes à Portugal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já respondi a questão anteriormente.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não só estou perguntando. Dez vezes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, já respondi, anteriormente, fui a Portugal em 92.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Uma vez só?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Uma vez só.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Uma vez só. Certo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Meu passaporte está aqui para...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo. Muito obrigado.

V. Sª conhece ou tem negócios com o Sr. Kalid, doleiro, o Sr. Bicalho, doleiro e o Sr. Toninho da Barcelona, também doleiro? Alguma relação de negócios?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. Sª sabe se o Sr. Silvio Pereira, o Sr. José Dirceu e o Sr. Genoíno fizeram alguma remessa bancária por meio de doleiros para as Ilhas Cayman, para a Suíça ou algum outro lugar, algum paraíso fiscal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – As contas do PT já receberam depósitos de doleiros, conhecida como Operação Cabal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – V. Sª tem conhecimento de que as contas da empresa Garanhuns foram abastecidas pelos principais dolei-

ros deste País nos últimos anos, Sr. Delúbio Soares? Sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Conhecia a Garanhuns como o Brasil conheceu. Não conhecia antes e não tenho informação nenhuma sobre esse assunto.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Houve uma reunião, em 2002, no apartamento do Deputado Paulo Rocha, onde estavam presentes o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Deputado José Dirceu, o Vice-Presidente José de Alencar, o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, e o senhor estava presente. Então, houve uma balbúrdia, uma discussão novamente, o Valdemar da Costa Neto estava bastante intransigente; parece-me que queria mais, queria vinte, e, de repente, o Presidente Lula conversa com o José Dirceu e diz: “Zé, vamos sair daqui que nós somos candidatos; isso aí é assunto de Partido”. Então, ele já tinha dado o caso como encerrado, tendo inclusive ligado para o nobre Patrus Ananias dizendo: “Patrus, se prepara que você vai ser o vice”.

Aí, você entrou em campo com essa intimidade que o senhor tem com as palavras, com essa sensibilidade matemática e conseguiu convencer, dentro do quarto do Deputado Paulo Rocha, o Valdemar Costa Neto a ceder. Aí o senhor cresceu bastante politicamente, ligou para o Presidente, disse: “olha, está resolvido, R\$10 milhões”. Aconteceu realmente essa reunião, não, Sr. Delúbio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já afirmei anteriormente. Só para reparar, a entrevista não só a fala que o senhor está... Li a entrevista do Sr. Valdemar Costa Neto no escritório porque...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não foi no apartamento do Deputado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No apartamento do Deputado Paulo Rocha, essa reunião se deu no escritório. Cada Deputado... Os apartamentos funcionais têm um escritório; foi num escritório, não foi em quarto. Primeiro, não foi...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não foi no quarto, não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não foi, não. Primeiro vamos resguardar isso para não ter dúvida, e eu...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas ninguém está duvidando aqui.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu e o Deputado Valdemar Costa Neto fizemos um acordo estrutural da campanha: 25% do orçamento da campanha nacional deveriam ser repassados, sob orientação da campanha do Vice-Presidente. Foi isso o que aconteceu. Já expliquei anteriormente sobre isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O dinheiro veio de onde, mesmo, os R\$10 milhões? Do fundo partidário?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, o dinheiro era o dinheiro da campanha, que nós íamos trabalhar.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não declarado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode ter fundo partidário; a campanha pode comportar gastos de fundo partidário sem nenhum problema, como todos os partidos fazem. Em toda prestação de contas de partido acontece isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Delúbio, hoje, o senhor está desempregado, isso? O senhor está desempregado? O senhor está sem emprego?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu fui pedir que o Partido dos Trabalhadores... Na medida em que eu me licenciiei, para que a nova direção pudesse tocar os trabalhos com tranqüilidade e isenção, eu pedi afastamento do PT, e o PT me concedeu afastamento...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Remunerada? Licença remunerada?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não remunerada.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor não está recebendo os R\$13 mil por mês?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Inclusive o pessoal do diretório do PL é privilegiado. Na sua mesma função, o Jacinto Lamas recebia R\$20 mil; o senhor recebia só R\$13 mil, hein? Vou lhe falar uma coisa! Complicado.

Então, o senhor hoje está sobrevivendo de quê? O seu salário de R\$1.800,00 lá do Governo de Goiás o senhor perdeu; perdeu os R\$13 mil agora. A sua nobre esposa deve estar sustentando-o hoje. É isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu sou uma pessoa de...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor tem as suas economias?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...humilde e tenho declarado no meu Imposto de Renda, nas minhas contas bancárias, R\$163 mil. Estou gastando esse dinheiro até resolver. Acho que, até dezembro, vou ficar debatendo e respondendo a todos esses processos com muita tranqüilidade. E, a partir de dezembro e janeiro, como sempre trabalhei na vida... Estou trabalhando, considero isso aqui um trabalho hoje.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Isso aqui não é trabalho, não. Esse aqui não. Esse aqui o senhor está na condição de acusado, depoente. O senhor não está trabalhando nada aqui.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso, mas estou trabalhando, se eu não vier aqui... Eu tenho responsabilidade de vir aqui; por isso, eu vim.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não, isso não é trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu vou trabalhar até o final do ano nessa questão e depois vou arrumar um emprego...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o senhor concedeu o prazo de tolerância para todos os colegas e eu ainda tenho direito a um minuto. Por favor, já estou terminando, Sr. Presidente.

Qual o salário da sua nobre esposa?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É o salário de dirigente do PT.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Dá em torno de R\$10 mil, R\$15 mil?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora, não sei.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Quanto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A nova direção estabeleceu um novo teto; eu não perguntei ainda.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu mandei checar lá onde residem os seus pais, para saber qual é a situação em que eles vivem lá: se moram bem. E, realmente, eles convivem dentro de uma humildade muito grande. Acho até que você foi um filho ingrato, é um filho ingrato. Poderia ter dado uma casinha melhor, melhor estabilidade lá, para o papai e para a mamãe. Mas realmente vivem dentro de uma humildade muito grande, viu, Sr. Delúbio? Eu mandei checar isso, porque eu gostaria de saber. Nós temos que nos cercar de informações. E lhe digo: sinceramente, o senhor tem coragem hoje de olhar nos olhos do seu pai e da sua mãezinha lá no seu Estado?

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, tempo aí. Não são pertinentes.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, irei encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está encerrada a intervenção.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Uma questão de ordem, com base no Regimento Interno. As palavras caluniosas não devem ser pronunciadas aqui. Com base no Regimento Interno, V. Exª leu o Regimento Interno.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Meter a família no meio não. Meter pai e mãe no meio não, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou pedir ao nobre Deputado Eduardo Valverde que me declare aqui se houve alguma expressão injuriosa de ambas as partes. Eu não vi.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu também sou contra meter pai e mãe no meio. Acho que isso daí não tem nada a ver.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Porque o que está sendo investigado é o Sr. Delúbio Soares; não é a família dele.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sou totalmente contra, Sr. Presidente. Só tem homem aqui.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Está chamando a família para fazer piadinhas; isso não é conduta de decoro.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Aí eu apóio ele também; esse negócio de meter pai e mãe, isso não está certo, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, vamos à frente, Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Tem que recompor os trabalhos. Vamos recompor os trabalhos.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Coloquei que são pessoas decentes. Coloquei muito bem colocado.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço aos presentes que relevem esse pequeno incidente. Vamos prosseguir.

Concedo a palavra o nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, desconte o meu tempo, porque não tem condições de eu perguntar.

Sr. Delúbio Soares, o senhor deu uma entrevista à revista **Época** no dia 15 de março. Vou ser objetivo: sim e não, para não perdermos tempo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A entrevista é de que período?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – De 15 de março deste ano. 2004. O senhor afirma ali, numa pergunta, que o PT está muito bem de dinheiro. É verdade que o Partido está ajudando alguns alia-

dos com recursos? O senhor responde: “Não, somos aliados e amigos, mas cada um vai cuidar do seu pedaço”. O senhor disse isso? Eu só quero sim ou não, Sr. Delúbio.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu confirmo a entrevista e já expliquei os termos da ratificação...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor disse. O senhor confirma também, na mesma entrevista: o senhor acha normal ficar levando o seu relacionamento com o Ministro... o senhor fala do José Dirceu.

“Falam que eu converso muito com o José Dirceu. Claro que converso. Eu e José Dirceu assinávamos juntos cheques de campanha e cheques do Partido. Durante anos e anos, a responsabilidade minha era do tamanho da dele nas finanças do Partido.”

O senhor confirma isso também? Sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso é verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O Marcos Valério só liberava dinheiro dos empréstimos com a sua autorização. É verdade? Para o PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Correto.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. O Sr. Márcio Lacerda o senhor sabe quem é? O secretário executivo do Sr. Ciro Gomes. Foram destinados a ele por Marcos Valério, com a sua autorização, R\$457mil. Diz ele que foi para o publicitário Einar da Paz, cunhado do Ciro. Ele disse que esse dinheiro foi para os restos de campanha de 2002 do Ciro. O senhor confirma que esse dinheiro foi enviado para o Ciro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi apresentado...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim. Não sei os valores.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – R\$457mil. Não vou adular as informações, Sr. Delúbio.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Não sei os valores...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O Ciro Gomes diz que não, que esse dinheiro é para o Lula. Só quero que o senhor diga se o dinheiro era para o Lula ou para a campanha do Ciro Gomes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Posso explicar?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só quero saber para qual dos dois era.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi para a campanha, o Ciro Gomes e para o Lula no segundo turno...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Para o Ciro Gomes ou para o Lula? Porque o Ciro diz que foi para o Lula...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Einar fez junto com o Duda Mendonça, prestou um serviço, fez a cobrança e depois...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas não é isso que eu perguntei. É para o Lula ou para o Ciro o dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A campanha foi feita no segundo turno...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas isso aqui foi um acerto dos restos a pagar da campanha do Ciro. Foi para o Ciro pagar as despesas de campanha que ele tinha tido no primeiro turno ou foi para as despesas de campanha do Lula? Só isso que quero saber.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi uma despesa que o Einar fez, e só tomei conhecimento depois.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor mandou pagar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Claro que mandei pagar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Para quem era o pagamento? Era para o Lula ou para o Ciro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Para o Einar, que trabalhou paralelamente com o Duda para fazer as imagens do Ciro no segundo turno.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, era para o Lula ou para o Ciro. Foi acerto para pagar campanha do Ciro do primeiro turno ou para o Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi acerto para pagar as despesas de imagens que o Ciro teve no segundo turno. Foi isso?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Que o Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Ciro teve no segundo...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o Ciro não concorreu no segundo turno.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas teve gravação de programa de televisão, toda a equipe, desmontar equipe...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, foi para a campanha do Lula, porque, se foi para pagar imagem da participação, foi para a campanha do Lula. Vamos adiante.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Como o senhor quiser analisar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, não é...

Sr. Presidente, tenho muitas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder o tempo a V. Ex<sup>a</sup>. O senhor quer dizer que foi para o Sr. Ciro pagar as despesas da campanha do Presidente Lula.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O segundo turno dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só para deixar isso registrado. E vou devolver o tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor goza de grande intimidade com o Presidente Lula? Sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sou militante do Partido dos Trabalhadores, e ele foi presidente do Partido durante muitos anos. Admiro-o muito.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor é amigo dele ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Admiro muito. Eu gosto muito do Presidente Lula.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor tem amizade por ele? É amigo ou não? O senhor tem intimidade com o Presidente?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já respondi essa questão, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Acho que não respondeu. O senhor já faltou com a verdade aqui quando disse que os partidos são aliados, que nunca tinha dinheiro... O senhor foi para a Namíbia com o Presidente da República, sentou-se à mesa oficial das negociações. É verdade ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Presidente, posso explicar?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só quero saber se o senhor foi. Tenho pressa.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fui à Namíbia...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Foi.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas não fui... era uma reunião em que os representantes dos partidos locais faziam parte, e eu representava o PT; sentei numa reunião...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem pagou as suas despesas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fui convidado da Presidência da República.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, a Presidência da República pagou para o senhor viajar com o Presidente para lá?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Convidou. Não só me convidou, como convidou o PL, convidou vários outros partidos para participar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É verdade que, numa ocasião, numa reunião do MST com o Presidente, o senhor, que não tem muita intimidade, acendeu uma cigarrilha, passou por baixo da mesa uma cigarrilha para o Presidente...?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso está fotografado na coluna...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É verdade. E que, quando o senhor foi a Goiás com o Presidente, e os Deputados foram à cabine presidencial, o senhor estava sentado ao lado do Presidente na cabine presidencial do avião presidencial, é verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não me recordo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, mas tem o Deputado Murilo Zauith diz que é verdade, assim como outros Deputados.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não conheço o Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer, o senhor tem grande intimidade com o Presidente da República. Custa-me crer que o senhor, o Presidente da República e o Ministro José Dirceu não saibam de todas essas operações.

Quando o senhor foi buscar o Sr. Marcos Valério para ser avalista do empréstimo do PT, de R\$2,4 milhões, é porque o senhor sabia que ele, Marcos Valério, tinha patrimônio para quitar a dívida principal caso o PT não pagasse. Correto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, eu solicitei um empréstimo ao banco; depois dos contratos assinados, o banco pediu que Marcos Valério avalizasse. Ele concordou e avalizou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor pediu para o Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pedi. O banco me pediu, eu pedi, porque ele tinha patrimônio para avalizar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ocorre que o então presidente Genoíno sucedeu o Sr. Marcos Valério na condição de avalista no empréstimo de R\$2,4 milhões, passando a ser avalista de fato desse empréstimo. Diante dessa constatação, só posso chegar a duas conclusões: ou o Sr. José Genoíno tem um patrimônio desse valor para quitar a dívida principal, caso o PT não pagasse, ou então o banco fez um favor ao PT, mesmo sabendo que o Sr. José Genoíno não tinha patrimônio para figurar como avalista. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O banco toma as providências; se quiser processar o Partido dos Trabalhadores para receber os recursos, é um direito do banco, como já anunciou que vai fazer.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ainda sobre o tema do avalista, pergunto: o senhor tem conhecimento de que o Sr. Marcos Valério apresentou à Procuradoria-Geral da República um documento assinado pelo senhor, no qual o senhor se colocava como devedor solidário de todos os empréstimos, BMG e Banco Rural, efetuados por empresas do Sr. Marcos Valério, Tolentino Associados, Graffiti, SMPB e DNA? E que esse documento foi feito à época dos empréstimos do PT ou foi feito agora com data retroativa para legitimar tal empréstimo – R\$55 milhões –, que o Sr. Marcos Valério diz que fez para pagar dívidas do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não vi o documento...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está aqui o documento; vou-lhe passar, por favor, com a sua assinatura.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sem nenhum problema. Não nego os meus atos. Assinei, inclusive falei na Procuradoria-Geral que tinha assinado um documento particular com Marcos Valério, afirmando essa dívida.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Justifico minha pergunta anterior pelo fato de que, para minha surpresa, esse documento não foi levado a registro no cartório e nem mesmo teve a sua firma reconhecida. Imagino que o banco não aceitaria um documento que não tivesse minimamente a firma reconhecida e, se isso não ocorreu e o documento também não foi levado a cartório, imagino que é por que foi feito em data recente. Portanto, o Sr. Marcos Valério não conseguiu que nenhum cartório registrasse ou reconhecesse firma com data retroativa. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso é um documento particular entre mim e o Marcos Valério, para que ele pudesse inclusive trabalhar com o sócio dele, que tinha conhecimento dos empréstimos, que os empréstimos eram da responsabilidade do Partido dos Trabalhadores à época. Foi isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor leu esse documento que está aí, que o senhor assinou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estou-me lembrando dele agora.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Nesse documento, o senhor quis colocar-se como devedor solidário dos empréstimos que o Sr. Marcos Valério fez ao PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esse documento, a intenção desse documento na época, reafirmo aqui perante..., é de que os empréstimos que o Marcos Valério fez eram empréstimos para que pudesse o Partido dos Trabalhadores saldar as despesas já anunciadas aqui.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Se foi essa sua intenção, por que o senhor não especificou exatamente a que empréstimo o senhor se referia naquele documento? Afinal, pela forma descrita no referido documento, o senhor se colocou na condição de devedor solidário para qualquer tipo de empréstimo para essas empresas que elas efetuassem, ou seja, o senhor se colocou como devedor solidário de qualquer tipo de empréstimo que, porventura, as empresas do Sr. Marcos Valério fizessem, fossem ou não para o PT. O senhor concorda que isso é estranho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tínhamos uma relação de confiança, e era dos empréstimos destinados ao PT. Foi isso que foi feito.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Qual a vantagem que o Sr. Marcos Valério ou os bancos tiveram para tomar uma atitude dessas? Primeiro, receber avais de quem não tinha garantia. Segundo, o que o Sr. Marcos Valério ganharia com essa atitude ao avalizar valores tão elevados para o PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu já expliquei aqui. A intenção do Marcos Valério era tornar um grande publicitário do PT e dos partidos aliados nas campanhas de *marketing* eleitoral, e nunca intermediei nenhuma vantagem ao Sr. Marcos Valério. Então, está declarado...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Acho que o senhor está faltando com a verdade. Vou-lhe dizer por quê.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É a opinião do senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Vou-lhe dizer por quê. No primeiro semestre de 2003, quando ele foi avalista do PT, em seguida, ele ganhou dois contratos com o Governo Federal, de mais de R\$150 milhões: Banco do Brasil e Correios. Quer dizer, teve vantagem.

Quando o BMG aceita troca de avalista de alguém que tem patrimônio como Marcos Valério por Genoíno, sem garantias, é muito estranho, porque o Genoíno não tem patrimônio. Em troca, a Previ e a Real Grandeza, que é o fundo de Furnas, comandados pelo Sr. Gushiken, aumentaram os seus investimentos nessa casa bancária em 300%. Será que isso não é vantagem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estou tomando conhecimento disso na CPMI anterior. Um

Parlamentar apresentou esse dado. Tomei conhecimento 20 dias atrás.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor sabe pouco, hein?

Outra coisa: o senhor disse aqui que foi só uma vez para Portugal, mas precisava ir mais se o Presidente da Portugal Telecom pega o jatinho, vem de manhã, almoça com o senhor e vai à tarde embora? O senhor confirma esse encontro em São Paulo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não participei desse almoço não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não? O senhor não teve esse encontro? O senhor não intermediou nenhum encontro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Com o Presidente da Telecom, não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Telecom?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem veio de jatinho de Portugal para falar com o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Comigo não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O Presidente do Banco do Espírito Santo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Comigo não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Veio de jatinho falar comigo?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está bom. Vamos averiguar isso aí e vamos trazer aqui.

O senhor disse que tudo é despesa de campanha. Eu fiz um levantamento aqui, Sr. Delúbio, e acho que é importante. Eu peguei as votações e os nomes dos Deputados que votaram. Na reforma da Previdência, o resultado da votação foi: SIM, 326; NÃO, 163; uma abstenção; orientação do seu Partido naquela oportunidade: SIM. O PL teve 33 Deputados que votaram a favor, e NÃO quatro. O PP, 31 e NÃO, 14. O PT, 89 e NÃO 3.

Vou-lhe dizer as coincidências. Na Câmara, teve aprovação, em primeiro turno, em 05 de agosto de 2003. Aprovado, em segundo turno, pela Câmara, em 27 de agosto de 2003, com saques entre os dias 19, R\$150 mil; 21, R\$200 mil; 25 e 26 de agosto, R\$200 mil. No Senado, a matéria foi aprovada em 26 de novembro de 2003 e há, pelo menos, um saque no valor de R\$150 mil, em 21 de novembro. Aprovado, em segundo turno, no Senado, em 11 de dezembro de 2003.

Se o senhor era quem autorizava o Sr. Marcos Valério a pagar ou a sacar, o senhor não acha estranho essa votação de interesse do Governo na reforma da Previdência com essas liberações?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu já falei sobre esse assunto. A votação da Previdência envolveu não só os partidos da base aliada como vários outros partidos da Oposição também.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E por que o senhor liberou esses valores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não tem coincidência nenhuma.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor disse que o Marcos Valério só liberava com a sua autorização. Por que o senhor liberou esses valores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas não tem nada a ver com as votações.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas como? Desfilaram pela passarela do Banco Rural.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O senhor está... É afirmação do senhor. Eu não confirmo...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O quê? É a minha afirmação pelos dados que nós temos.

Na MP dos Bingos, vou refrescar a sua memória: SIM, 295; NÃO, 73; abstenções, três; orientação: SIM. No PL, votaram 28 Deputados, 1 NÃO; no PP, 35 Deputados, 9 NÃO; no PT, 78, e ninguém votou NÃO. Coincidência: aprovado pela Câmara em 30 de março de 2004, há saques no valor de R\$300 mil no dia 24 e de R\$150 mil no dia 26. A MP foi rejeitada depois no Senado.

Na do salário mínimo, aquela dos 260: SIM, 172; abstenções, 4; NÃO, 272; orientação: NÃO. O PL teve dois votos SIM; NÃO, 40...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero alertar a V. Exª que são cinco minutos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente. Eu tenho tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São cinco minutos que já se passaram, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Os Deputados do PP: SIM, 13; NÃO, 32. Do PT: nove SIM; NÃO, 74. Aprovado pela primeira vez, na Câmara, em 2 de junho de 2004, saques de R\$500 mil no dia 4 de junho. A matéria é votada novamente na Câmara em 23 de junho, depois de ter sido modificada no Senado. Saque no valor de R\$200 mil no dia 21 de junho.

Sr. Marcos Valério, o senhor não acha que o senhor como operador...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É a mesma coisa. Os dois tem sintonia fina...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São cinco minutos de tolerância.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não é verdade, Presidente. Estou aqui acompanhando o meu cronômetro, e só tem dois minutos a mais. Eu encerro.

O senhor não acha que, nesses três episódios, é muita coincidência – o senhor disse aqui, no começo, que Marcos Valério só liberava dinheiro com a sua autorização – que todos esses saques tenham sido realizados com a sua autorização, durante essas votações, imediatamente após? O que o senhor tem a dizer sobre isso, Sr. Delúbio?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Olha, eu quero lhe dizer que a sua palavra está encerrada. Eu não vou lhe dar mais nenhum minuto.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Reinscreva-me, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois, não. V. Exª tem o direito a reinscrever-se.

Com a resposta o depoente.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, com todo o respeito, estou aqui para responder às questões que os senhores acharem necessário me fazer, me indagar. Eu tenho a obrigação de responder. Estou aqui como investigado. Gostaria de ser respeitado enquanto pessoa física. Não gosto de me confundir com outras pessoas, em primeiro lugar. Segundo, já expliquei sobre a situação: eu não participei de nenhum debate sobre as votações no Congresso Nacional. Isso foi feito pela articulação política do Governo, o ministro da articulação política na época, acordo feito para as votações das matérias que interessavam à Nação, naquele momento – reforma da Previdência, reforma tributária – acordo feito, do Presidente da República, com o Governo Federal, com os prefeitos e com os governadores de Estado. Uns puxavam mais para um lado; outros puxavam para outro. Votação de salário mínimo, não tenho nenhuma interferência sobre isso. E o meu Partido debateu muito para votar essas questões. Também na Previdência, nós sofremos muito na votação da Previdência, que vários companheiros tinham outras opiniões. Inclusive, alguns votaram contra. Foi isso o que aconteceu. Não tive participação nenhuma. São coincidências com as votações. São meras coincidências. Não tenho nenhuma influência sobre isso, Sr. Deputado. Com todo o respeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria, para o conhecimento da Comissão, pois entendo que é importante, que V. Ex<sup>a</sup> registrasse que saques foram feitos nessas datas.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vou passar ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode passar, mas se quiser dizer agora. É importante que esclareça mesmo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, e identificar também a votação, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Que seja feito publicamente, porque aí saberemos quem. Do contrário, fica uma suspeita geral.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, posso aditar a sua pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, entendo que a informação que queremos é essa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E identificar também as votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Que ele diga os saques, com as respectivas datas de votação.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, estou com a lista aqui, fornecida pelo Sr. Marcos Valério. Foi essa a lista que eu utilizei aqui. Por critérios de economia processual, do tempo que é muito curto, eu coloquei os valores e não fiz a vinculação. Só fiz a soma. Mas eu posso fazer isso aqui, rapidamente. Não tem problema. Os valores todos estão aqui. Eu passo toda essa documentação, que está tudo aqui, o gráfico, e passo para V. Ex<sup>a</sup>, sem problema algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aí ficou uma situação, quer dizer... Na votação da Previdência, por exemplo. Na Câmara, houve três saques, se não me engano, V. Ex<sup>a</sup> falou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tem aqui os saques do dia 19, R\$150 mil; dia 21, R\$200 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De quem? Para quem?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu vou fazer a comparação com a lista aqui. Eu peguei só o montante; tenho de pegar a lista. Farei isso, sem problema algum, e passo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É importante perceber também, Sr. Presidente, que Deputados da Oposição votaram também. Então, se há suspeição com os Deputados da Situação, há suspeição também para os Deputados da Oposição que votaram a favor naquelas datas, porque, se o critério é voto a favor do

Governo, da Situação e da Oposição. Critério tem de ser igual.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A minha pergunta e a resposta dele preencherá todas as dúvidas. Entendo que satisfará todas as dúvidas. Assim, saberemos quem recebeu naquelas datas. É só isso. Ponto final.

Vamos prosseguir. Passo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Zulaia Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio Soares, nós vivemos um momento muito importante para a Nação. O senhor foi à Polícia Federal e prestou declarações. Eu queria perguntar a V. S<sup>a</sup> quem mandou o senhor ir à Polícia. O senhor não foi indiciado na Polícia Federal até hoje, e eu não sei por que o senhor não foi indiciado.

No primeiro momento, o senhor foi acompanhado por seu advogado, Dr. Arnaldo Malheiros. Aí, o senhor prestou uma declaração. Quem pediu para que o senhor fosse à Polícia nesse dia 8 de julho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputada Zulaia, em função de toda movimentação que houve, a Polícia Federal passou a ouvir várias pessoas e me convocou. Eu não fui lá por espontânea vontade. Eu fui convocado. Tentei adiar o depoimento...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor foi convocado à Polícia Federal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Convocado à Polícia Federal no dia 8 de junho.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, então, que a situação piorou. Para mim piorou.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Várias pessoas já foram à Polícia Federal e foram indiciadas. A Schincariol foi lá, algemaram-na e a levaram pelos mesmos crimes pelos quais o senhor está sendo agora investigado: sonegação e lavagem de dinheiro. Aliás, o senhor tem mais crime do que eles, porque lavagem de dinheiro eles não têm. Apesar disso, o senhor não foi indiciado por esses crimes e continua não sendo indiciado. É isso que me espanta, Sr. Delúbio. O senhor é um homem muito importante.

Eu acho que o Presidente Lula gosta muito do senhor, mas gosta demais do senhor, porque ele falou que todos os membros da Executiva do PT seriam punidos – não foram punidos –, e o senhor não foi punido. O senhor foi agora afastado por obra do ex-Ministro e Deputado José Dirceu, somente afastado, por dois meses e olhe lá, dois mesezinhos só. Não foi punido pelo PT nem pela Polícia Federal.

O senhor foi à Procuradoria. Também foi intimado à Procuradoria, ou foi espontaneamente?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – À Procuradoria? Eu solicitei ao Dr. Arnaldo que... Como eu queria ratificar o meu pronunciamento na Polícia Federal, o Dr. Arnaldo solicitou ao Procurador-Geral que me recebesse. Ele nos atendeu, e eu fiz o depoimento à Procuradoria Geral.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Acho que foi um erro o Procurador Geral da República receber o senhor. Eu já falei isso para ele. Por que ele recebeu V. Sª? O senhor vai lá, conversa com ele, tem um particular, sem testemunhas, ninguém além do senhor e do advogado, e ele põe a termo o seu depoimento. Isso é gravíssimo para o Ministério Público Federal. Como ele não tem testemunha? Eu não sei o que o senhor falou para ele, o que ele falou para o senhor e o que resolveram que seria posto no papel.

Nós temos agora a cópia do que foi posto no papel, mas eu não sei o que o senhor falou com ele.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O que eu falei com ele está declarado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, o senhor fala o que está no papel...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso. Isso. Eu não falei...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor acha que nós vamos acreditar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não conhecia o Procurador Geral da República.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não o conhecia pessoalmente, nunca tinha visto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não conhecia e ele não deveria ter recebido o senhor, até porque não conhecia o senhor. Então, ele obedeceu a ordens superiores, que não deveria obedecer, para ouvir o senhor a portas fechadas na Procuradoria Geral da República, a chefia do Ministério Público Federal. Isso me deixa arrasada.

Eu sou advogada criminal há mais de quarenta anos, Sr. Delúbio. Eu entendo de crimes. O senhor cometeu muitos crimes e está até hoje isento desses crimes.

Eu queria, Sr. Presidente, que nós requerêssemos a contabilidade do PT, que até hoje não veio para nós. Até hoje nós não temos a contabilidade do PT.

O senhor falou que o senhor é tesoureiro do PT há cinco anos. É isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Correto, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E nesses cinco anos o senhor prestou conta?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Regularmente, como todos os partidos prestam.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Somente agora o senhor não está prestando mais conta?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora eu não sou mais tesoureiro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, mas quando foi, agora? Em 2003 o senhor era tesoureiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Era.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E em 2004?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Também.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E prestou contas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Prestei conta...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Do que podia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Toda contabilidade do PT está... Já se abriu o sigilo bancário. Tudo está na CPMI dos Correios. Podem solicitar e toda CPMI terá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nós queremos para nós também.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode solicitar. O que estiver faltando, é só solicitar ao partido que ele manda.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A sua origem qual é, Sr. Delúbio? O senhor veio de onde? Qual é a sua origem dentro do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Origem, como?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – De onde o senhor veio? O senhor veio de algum lugar, alguém levou o senhor? Eu queria saber quem levou o senhor para tesouraria do PT e de onde o senhor veio, qual a sua origem dentro do partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vim por minhas próprias pernas. Sou militante do PT e nunca fui vinculado a nenhuma corrente antes da campanha da anistia, em 1977. Foi a primeira participação política que tive além do movimento estudantil, com participação apagada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor não veio pelas mãos do Presidente Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Conheci o Presidente Lula na Fundação do PT pessoalmente, e conhecia a maioria dos militantes do PT. Fui de ônibus daqui para lá, de Goiânia, para fundar o PT...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tudo bem, está tudo explicado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Militei na CUT anos e anos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** – CUT, era isso que queria saber.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** (PSDB – SP) – Por minha conta e risco, e todas as brigas que tive na CUT e no movimento sindical...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Exatamente. Agora o senhor respondeu a minha pergunta. A sua origem é CUT. E o senhor veio pelas próprias pernas em termos, porque o Lula tem uma participação na sua vida. Sei porque ele me contou.

Bom, vamos lá. O senhor falou aqui ao Relator que o senhor dava dinheiro aos partidos. Agora, o senhor sabe que temos uma legislação que veda isso. É vedado – art. 24 – a partido e candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade, de qualquer espécie. Está aqui, é um artigo da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O senhor sabia que era proibido passar dinheiro para partidos também?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É principalmente dinheiro não-contabilizado, o que foi feito.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O que é pior ainda.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É, eu sei, Deputada. Por isso, o nosso partido... Tive muita dificuldade em assumir isso. Sei da responsabilidade que assumi e das dificuldades que vamos encontrar para resolver a situação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – As dificuldades que o senhor vai encontrar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, a situação levou a isso. Não fiz as dívidas...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor não foi o responsável por tudo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pelas dívidas, não. As dívidas vieram e tive a orientação para resolver isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Junto com quem mais? Quem são os outros responsáveis?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Os devedores? Tem uma lista enorme de devedores.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, estou falando do Partido dos Trabalhadores. Além do senhor, quem são os responsáveis por essa dívida, por esse erro, por esse crime, por essa situação?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As dificuldades, que aconteceram na campanha de 2002, de recursos. Por que os recursos não foram não-contabilizados? Porque as dívidas eram não-contabilizadas. Não sei se isso acontece nos outros partidos,

mas aconteceu em 2002 e foi apresentada. Então, não podia legalizar a dívida. Já tinha sido feita a prestação de contas.

Então, a forma que... Pode ser incorreta, e hoje julgo...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Incorreta e criminosa.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A senhora é que está falando.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Estou falando não, está na lei.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vamos responder judicialmente sobre isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tem que responder criminalmente. Não sei como o senhor não foi ainda indiciado. Não entendi essa ainda.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputada, a Justiça brasileira tem prazo e vou responder a todos os processos que vierem.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Se Deus quiser.

Agora quero saber se, junto com o senhor, há mais alguém responsável. O senhor acabou de falar que o senhor não fez sozinho esses empréstimos, essas dívidas, em nome do PT. Quem mais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputada, vou afirmar mais uma vez: as dívidas aconteceram e foram trazidas ao Diretório do partido, e foram trazidas também dos partidos aliados ao Diretório.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, todos os membros do Diretório participaram?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sabiam que existiam dívidas. Designou a arrumar...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** – Inclusive o Presidente Genoíno?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Presidente Genoíno sabia que existiam dívidas, as pessoas falam com ele, todos reclamam. Quando tem dívida, todo mundo reclama.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O ex-Ministro José Dirceu sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – José Dirceu já era ministro e não participava da vida partidária.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, mas ele sabia das dívidas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que algumas das dívidas, algumas pessoas, até ele virar ministro, na transição, tenham informado a ele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, depois de ministro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Depois de ministro nunca conversei...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor nunca foi fazer conversa no Palácio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sobre esse assunto, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor já foi ao Palácio algumas vezes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já, algumas vezes.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E se reunia onde lá no Palácio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fui visitar várias pessoas no Palácio e conversei com várias pessoas do Palácio.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Com todo mundo, inclusive com os deputados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, com todo mundo não. Não conheço todo mundo no Palácio. Várias pessoas do Palácio.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quem são as pessoas? O Presidente Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – José Dirceu, Ministro Dulce, que foi Secretário-Geral do Partido e atuou no Palácio; Vicente Trevas; Sandra Cabral, que é minha conterrânea e amiga – desde 1975 damos aula juntos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tudo bem. E o Presidente Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Visitei o Presidente Lula várias vezes...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora queria mudar um pouco de assunto. Tenho pouco tempo, todo mundo tem pouco tempo. Só o senhor tem tempo.

O senhor fez campanha em vários outros municípios, por exemplo, no Estado de São Paulo. O senhor lembra de alguns municípios para os quais foram feitos também empréstimos para essas campanhas do PT, como Campinas, Osasco?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Repete a pergunta, por favor, que eu não entendi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Campinas, Osasco.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O PT fez campanha nessas...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Fez campanha?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O PT fez campanha nessas cidades...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E houve recursos para pagamento dessas campanhas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não me lembro, tenho que verificar se teve. Recursos para

as campanhas teve, porque não se faz campanha sem recursos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, mas os senhores assumiram também outras campanhas, como, por exemplo, do Município de São Paulo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Diretório Nacional colaborou com uma parte da campanha de São Paulo, são recursos participativos...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Com esses empréstimos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não, não, recursos formais do PT para São Paulo, para outras cidades, e outros com *shows*, material...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que esses recursos não eram para a campanha do PT em outros Estados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Era só para pagar Deputado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não, Deputada, eu não falei isso, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou que era para pagar presidentes, líderes.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Preparar as campanhas, preparar os partidos para enfrentar a campanha de 2004, e muito foi feito também em 2004.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu sei, mas esse dinheiro, esses montantes, esses empréstimos, esse grande dinheiro que tem aqui não foi usado para as campanhas de 2004?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que uma parte dele foi usado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma parte foi usada.

Outro dia o Senador Mercadante veio aqui muito bravo e disse que não participou de nada, mas São Paulo ficou forrada de cartazes dele. Há pouco tempo, no início da campanha...

*(Interrupção no som.)*

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Já me cortaram a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só queria avisar que seu tempo terminou, mas vou lhe dar uma tolerância.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma tolerância, porque estou no ritmo de Brasil grande, Sr. Presidente.

Ele colocou cartazes lá, vários *outdoors*. Esses *outdoors* também foram pagos pela campanha do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quando foram esses *outdoors*?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Na campanha, na campanha dele de 2002, e, depois de 2002, já agora na campanha de 2004 tinha **outdoors** também.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A campanha de 2004 é de responsabilidade dos comitês municipais; os comitês municipais é que tomam providência.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o PT nacional ajudou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O PT nacional ajudou várias campanhas com vários tipos de ajuda, algumas vezes com recursos, outras com camisetas, outras com *shows*, outras preparando uma campanha. O PT é um partido nacional e é ajudado também por todo mundo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Como tenho pouco tempo, a última pergunta, Sr. Delúbio: respondendo a pergunta do Relator, o senhor falou do PL, o senhor falou do PTB, mas o senhor não falou do PP, o senhor pulou o PP. O senhor citou o Valdemar Costa Neto, do PL; o Roberto Jefferson e o Martinez, antes dele, do PTB. E do PP, quem era a pessoa com a qual o senhor tratou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A pessoa designada pela direção, que era o Deputado José Janene.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – José Janene. Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu recebi aqui um requerimento do depoente, que precisaria de uma pequena pausa pessoal. Suspendemos por cinco minutos e retomamos em seguida, sem direito para pausa para lanche. Nós vamos andar.

*(Suspende-se a reunião às 12 horas e 42 minutos.)*

*(Reabre-se a reunião às 13 horas e 11 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando) – Declaro reaberto os trabalhos.

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos.

Próximo orador inscrito é o Deputado Odair Cunha.

Peço a Secretaria da Mesa que convide o depoente a adentrar a sala

Na seqüência concedo a palavra ao Deputado Odair Cunha, pelo prazo regimental.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, primeiro quero afirmar aqui que precisamos tomar cuidado ao relacionarmos as votações com os saques havidos na conta do empresário Marcos Valério, porque podemos incorrer em erros graves, que podem prejudicar a vida de pessoas, tanto dá Oposição como da Situação. Também não po-

demos entender e compreender que os parlamentares votaram, o que votaram, como votaram simplesmente por uma questão política, ou por uma questão política, ou por uma questão financeira, e não tinha nenhuma convicção quando fez o seu voto. Porque aí vamos colocar todo o sistema político nosso e as nossas votações sob suspeição. E acho que temos que tomar cuidado com esse tipo de afirmação.

Gostaria de perguntar ao depoente, algumas questões que fiquem evidenciadas melhor ainda.

Sr. Delúbio, qual a origem das dívidas que motivaram os empréstimos? Quais dívidas eram essas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eram dívidas dos diretórios regionais, de vários diretórios regionais que ao terminarem as campanhas de Governadores e Senadores a dívida passa para o Diretório Regional, conforme manda a legislação eleitoral, as contabilizadas e as não contabilizadas também; porque não há um indivíduo que fica devendo, a instituição que ele representou – Isso no Partido dos Trabalhadores aconteceu – e também dívidas de candidatos dos partidos aliados e que apresentaram a nós uma solução, porque somos o maior partido, e como é que poderia ajudar a sanar as dívidas. Começou aí, fizemos o primeiro empréstimo, depois... para preparar a campanha de 2004. Foi isso que aconteceu Deputado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Com relação à campanha presidencial, V. Sª pode nos informar se houve pagamento não contabilizado – como V. Sª afirma – para a campanha presidencial. Se houve pagamento não contabilizado para a empresa do publicitário Duda Medonça?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Informei ao Ministério Público que essa questão da campanha presidencial, foi a campanha que foi resolvida dentro da oficialidade. Então os recursos de Duda Medonça foi para as campanhas estaduais, principalmente o segundo turno de São Paulo, que foi o maior montante, e também a preparação do partido em 2004. Fizemos um contrato grande com Duda Medonça em 2003, para preparar em imagem, um grande programa de vários seminários, de vários que ele fez. Pagamos tudo com dinheiro não contabilizado. A parte dele, uma parte pequena, foi contabilizada, mas a parte maior foi não contabilizada. Foi essa dívida com Duda Medonça.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – No que diz respeito à campanha presidencial, houve um contrato específico e esse contrato foi pago e declarado. Porque isso é importante para dar uma segurança jurídica a qualquer outro procedimento que as oposições queiram tomar. Esse modelo de pagamento não-contabilizado ou financiamento, a fonte de recursos que V. Sª

encontrou para responder a essas dívidas oriundas dos diretórios regionais e de acordos que foram feitos com partidos, como V.Sª teve ciência desse modelo ou como chegou a ele? Foi o Sr. Marcos Valério que lhe informou, lhe sugeriu? Havia praticado esse modelo em outro lugar, de outra forma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já respondi anteriormente, mas faço questão de responder de novo, Deputado Odair. Eu não conhecia esse modelo, vim a saber desse modelo agora. Tinha usado na campanha de 1998. Quando fui apresentado, pelo Deputado Virgílio Guimarães, ao Marcos Valério, ele falou: “Olha, o Marcos Valério tem experiência. Já fez, em Minas Gerais, a campanha do Aécio, ajudou na campanha do Aécio quando candidato a Deputado. Ajudou na campanha do Azeredo e em várias outras campanhas”. Ele tem experiência e é uma pessoa de muita respeitabilidade e credibilidade, tanto que outras pessoas do próprio PT, que disputam internamente entre si, fizeram a mesma afirmação. Passamos a ter uma relação e tomamos esses encaminhamentos. Nós tivemos outra oportunidade, Deputado Odair, poderíamos ter feito na época: ou a gente fazia uma campanha com os filiados internos e com empresas privadas para obter recursos para pagar, na época... Mas nós achamos que, naquela época, não era adequado. Poderia parecer às empresas que doassem, no começo de 2003, e às pessoas físicas que contribuíssem, poderiam todos estar pensando na obtenção de cargos, e nós resolvemos não fazer. Fizemos pela via mais difícil: empréstimos bancários. E agora nós temos de honrar esses empréstimos bancários. É isso que vai acontecer..

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quando o Marcos Valério lhe foi apresentado, em meados de 2002, como foi feita a apresentação dele? Ele se apresentou como o quê?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Virgílio Guimarães me apresentou a ele e aí passamos a ter uma relação... O Marcos Valério é uma pessoa que...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Como empresário? Como lobista? Como...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Como empresário de comunicação.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – À época, ele fazia campanhas eleitorais para quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não lembro. Em 2002? Não lembro.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor não sabe informar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nunca perguntei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então o senhor está nos dizendo que a fonte do recurso que foi repassado a esses partidos foi empréstimos e que o destino foi campanhas eleitorais, mesmo que não sejam contabilizados.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não contabilizados, porque os contabilizados cada partido resolveu o seu, de acordo com as coligações locais, tanto em 2002 quanto em 2004.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Podemos afirmar que V.Sª confiava de tal forma no empresário Marcos Valério que transferiu a ele a responsabilidade de catalogar, de registrar os pagamentos que o senhor foi autorizando que ele fizesse?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não é uma relação de confiança. O próprio Relator, com toda condição que tem de colocar uma dúvida, perguntou: por que a pessoa emprestou, tomou empréstimo? A situação do Marcos Valério é uma situação difícil hoje, tanto a das suas empresas quanto a sua situação pessoal, assim como a minha também está muito difícil. Ao resolvermos os problemas que tivemos de resolver, ficamos numa situação bastante delicada, tanto o Marcos Valério, como pessoa física, e sua família, quanto as suas empresas. Tivemos dificuldades. Nós tínhamos uma relação de confiança. Nós discutíamos, já expliquei anteriormente... Tinha uma determinada dívida, de uma pessoa que representava instituição, a gente conseguia o empréstimo, pedíamos para saldar aquela dívida, a pessoa dizia que foi saldada: “Aquele assunto foi resolvido”. Então, era assim a nossa relação. Não tinha uma relação... Como era dinheiro não-contabilizado... Dinheiro não-contabilizado não se bota na contabilidade. Normalmente... Isso eu nunca tinha feito, foi a primeira vez que eu fiz. Se outras pessoas fizeram... Eu também não sei se fizeram, não estou acusando ninguém, acredito que seja assim.

As doações são assim, as que não são contabilizadas. Quando uma pessoa, fazendo campanha, bota um tanque de gasolina para um candidato fazer uma viagem, ninguém pergunta isso; dá bandeira, dá meia dúzia de camisetas para as pessoas, é assim que as pessoas fazem. Não se contabiliza isso. Dinheiro não-contabilizado é assim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, estamos chegando a uma conclusão. É lógico que vamos evoluir progressivamente nas investigações e, ao final, tenho certeza de que o nobre Relator terá um bom parecer para oferecer ao conjunto do Congresso Nacional e à sociedade brasileira, mas diante de todas as afirmações fica cada vez mais evidenciado que há um esquema montado no sentido de caixa dois, de dinheiro não-contabilizado em várias campanhas eleito-

rais. Penso que precisaríamos chamar a atenção para este fato: não se limita simplesmente ao Partido dos Trabalhadores, há outros partidos também, da oposição e da situação.

Penso que deveríamos fazer uma séria reflexão ao final deste nosso trabalho se ficar evidenciado que as campanhas recebem – diversas campanhas, tanto nos municípios, como nos estados, como na União, no Governo Federal, no nosso País como um todo. Se ficar cada vez mais evidenciado que há essa prática, deveríamos fazer uma investigação mais séria em todas as campanhas eleitorais, porque há evidência de caixa dois em todas as campanhas eleitorais. Esse é um problema que precisamos investigar e responsabilizar aqueles que estão envolvidos nesses casos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio, vou continuar na linha que possa permitir ao nosso Relator condições de cumprir o objetivo desta CPMI, que é a questão do mensalão. Teria muitas perguntas a fazer a V. S<sup>a</sup>, mas vou ficar restrito a esse campo.

Inicialmente, queria lhe perguntar como foram feitos os pagamentos para o PP? V. S<sup>a</sup> disse aqui que repassava ajuda, recursos financeiros para instituições. Gostaria de saber como foram feitos os pagamentos para o PP?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O PP apresentou uma série de dificuldades que estava vivendo naquele momento, foi discutido com o Deputado Janene e ele orientou as pessoas com quem se devia trabalhar... Trabalhamos assim com o PP. Houve a discussão com o Janene, que foi encarregado pela Executiva... Pedro Corrêa, que na época era o presidente – ainda é até hoje –, determinou que essas questões deveriam ser tratadas com o Deputado José Janene.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quanto foi repassado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tenho que verificar os números. Há muitos números que...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Tenho um número aqui de 3,7 milhões. Você confirma isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não confirmo os numerários. Sei que passamos...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quem recebia? Era o Genu ou era o Vadão Gomes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quem o Janene designava.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Você não lembra?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não lembro se era o...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quem fez o acerto com o PP?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esse acerto de dificuldade que o PP estava vivendo? Ele apresentou e eu discuti com o Janene – o Janene estava autorizado para fazer pelo PP e eu...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer foi entre V. S<sup>a</sup> e o Janene que foi feito o acerto? No final, você também não sabe quanto o PP recebeu?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tem que verificar tudo, porque foram várias as dificuldades apresentadas pelo PP. Em 2004 nós batalhamos muito para ampliar as coligações entre nós e eles, tivemos muitas dificuldades pelas dificuldades locais, do PT local e do PP local.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E o PL? Quanto recebeu o Valdemar Costa Neto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O PL nós... Fizemos com o PL o acordo de 2002, que já relatei.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Aquele da Vice-Presidência, da entrevista na *Época*?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós começamos a trabalhar em 2003, efetivar em 2003. Tivemos várias alianças em 2004 e várias questões foram feitas conjuntamente – não significa que o PT nacional passou para o PL nacional... Na campanha de 2004, isso não era possível. Era possível, onde tinha uma coligação, o PT passar para aquela coligação ou o PL passar para aquela coligação – nós estávamos coligados.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Para 2002, segundo o ex-Deputado Valdemar, dez milhões, dos quais ele só recebeu seis.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vamos verificar esses números.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, esses números são conhecidos. Por favor, gostaria de ter uma resposta mais efetiva, pelo menos nesse setor, nessas perguntas até tão ingênuas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Faço um apelo. Esses números estão na praça. V. S<sup>a</sup> pode confirmá-los ou não, mas são dados de conhecimento público. Peço uma colaboração.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, é porque, do PL, tem duas informações, uma de 10 e outra de 6,5. Tem que verificar, porque eu não posso aqui falar que o ex-Deputado Valdemar Costa Neto está correto ou se a lista está correta. Temos que verificar isso, tem que sentar agora e debruçar sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Deputado Gastão Vieira, se V. Exª permitir, descontarei o tempo e farei uma pergunta.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Pois não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Dentro dessa proposta, havia um empréstimo, quer dizer, havia recursos no valor de 50, 55, não importa, alguma coisa parecida, que, hoje, tem uma representação maior. Pergunto a V. Sª se recebia uma prestação de contas do tipo: “Olha, fiz um empréstimo de 20 milhões, de 10 milhões. Onde é que foram?” Alguém lhe apresentou um papel dizendo assim: “Olha, dei 10 para A; 5 para B; 6 para José etc., e, de repente, terminou, o dinheiro acabou”. Ao menos isso, o senhor não tinha nem esse tipo de preocupação?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vou lhe descontar o tempo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Pois não, Presidente, espero.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Presidente, o seguinte: aconteceu muito próximo do que o senhor está falando, só que nós não fizemos... Na hora que estourou o escândalo, eu não tive oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não, mas o que tinha antes...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...de sentar com o Marcos Valério, fazer essa questão... As informações que eu tenho são as informações... Como eu não tinha uma contabilidade minha para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Sim, mas tinha um controle?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aí, eu tenho que sentar e verificar um por um e conferir inclusive com as pessoas, porque podem ter falado: “Não, foi dois para um, foi um e quinhentos” “E para onde foram os outros 500?”

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Então, vou lhe fazer uma outra pergunta. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Eu quis apenas fazer uma intervenção...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Infelizmente, eu não consigo colaborar nessa...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– ...porque seria o óbvio, essas questões são óbvias, quer dizer, há que haver um controle.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós vamos chegar a isso, até o Ministério Público...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Como retirei o tempo de dois minutos de V. Exª, retorno-lhe a palavra com esse acréscimo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quero, então, fazer outra pergunta.

V. Sª afirmou que dizia ao Marcos Valério “Vai lá e paga tanto para fulano”, e que esse dinheiro era proveniente de empréstimo. Muito bem. O Valdemar recebeu pelo Banco Rural ou foi pela empresa Guaranhuns?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A forma como o Valdemar recebeu, se foi pela Guaranhuns ou pelo Rural, o Marcos Valério e o Valdemar que acertaram.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Qual a diferença da origem dos recursos do Rural – ali era empréstimo – e da Guaranhuns?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, a Guaranhuns eu não conheci. Já afirmei que conheci nesse processo agora de denúncia.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer que, antes, você não tinha nenhum conhecimento?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A origem do dinheiro está nas empresas de que o Marcos Valério era sócio, que tomaram empréstimos no BMG e no Rural.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Certo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – E pode verificar as datas dos empréstimos, a transferência do dinheiro do BMG para as empresas de Marcos Valério, e também do Rural para as empresas do Marcos Valério. A partir daí, teve um processo de desembolso desses recursos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas há uma informação de que ele recebeu na Guaranhuns, e ali não tinha empréstimo. O senhor acertava tudo com Marcos Valério, é impossível...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não conheço ninguém da Guaranhuns, Sr. Deputado, já afirmei e reafirmo novamente.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Está bom.

O senhor conheceu o Marcos Valério, segundo o senhor disse, em dezembro...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, meados de 2002.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Meados de 2002. Não foi dezembro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Antes do primeiro turno, inclusive, mas ele não participou da campanha do Presidente Lula na época.



**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Final de 2002.

Vocês tinham intimidade, eram muito amigos, enfim, tinham algum grau de intimidade anterior? Ou o Marcos Valério chegou e falou “Olha, Delúbio, tem um esquema legal, eu fiz em Minas Gerais, lá funcionou muito bem”, e o senhor – já que está assumindo sozinho a responsabilidade – abriu a porta para ele no Partido dos Trabalhadores? Enfim, que tipo de relação vocês tinham em janeiro de 2003?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em janeiro de 2003... Dezembro, janeiro de 2003, começam a circular os credores cobrando de todo mundo. Campanha é assim, quando fica devendo, pelo menos no nosso caso...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas qual era a relação de vocês?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aí, todo mundo ficou sabendo, e começamos a conversar várias alternativas para resolver o assunto. E numa conversa que eu tive com ele, ele falou: “Olha, eu talvez possa pagar via minhas empresas, eu vou conversar com meus sócios”. Ele conversou e falou: “Eles topam fazer”. Então, fizemos o primeiro empréstimo, depois, fizemos o segundo e foi até pegar essa quantidade. Foi isso que aconteceu.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Tudo bem, isso eu sei.

Eu queria que você me respondesse...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Respondo sim.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Qual o grau de intimidade, de confiança, que tipo de relação vocês tiveram a partir do final de 2002?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Nós começamos a discutir os assuntos de política. O Marcos Valério era uma pessoa muito interessada em política, em imagem. Discutimos, discutimos, e começamos a trabalhar juntos. Ele topou fazer os empréstimos. Era uma pessoa com quem eu – não nego para ninguém – falava uma vez por semana, duas vezes por semana, pessoalmente, por telefone.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas havia uma relação de confiança?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Havia uma relação de confiança, como afirmei no Ministério Público Federal.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Porque o primeiro empréstimo é de 24 de fevereiro de 2003. Então, havia uma confiança tão grande entre vocês dois que houve uma antecipação de crédito.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Eu já falei que essa antecipação de crédito

não procede. Mas vou verificar direitinho. Já falei na resposta, já anotou.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu tenho as datas, aqui...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Sim. Essa é uma informação que tem que ser verificada, checada e que não teve antes.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Delúbio, alguém ia ao banco, tirava um empréstimo, repassava para vocês. Esse empréstimo não era pago, ou era paga uma quantia ínfima, pequena, era renegociado juro por dentro, não por fora, como normalmente é. No banco, isso é escrito como crédito em liquidação, se tiver lucro, ele é abatido; se não tiver lucro, ele não é abatido. Será que o lucro do Banco Rural para pagamento desses créditos em liquidação, contabilmente, dentro do balanço, não foi feito em função de lucro obtido porque empresas do Governo, fundos de pensão do Governo aplicaram recursos nesses bancos, anulando o crédito em liquidação, e, como se diz na minha terra, zero mata zero, ninguém deve ninguém e está tudo terminado? Era mais ou menos esse o esquema que ocorria?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Não é essa a situação que os bancos estão me cobrando desde fevereiro essa dívida, tanto o BMG, quanto o Rural, cobrando do Marcos Valério, Marcos Valério me cobrando. De vez em quando, o Banco... Até que essa carta foi feita ao BMG para dar tranquilidade que nós estamos cientes da dívida e que nós vamos pagar e estávamos encontrando a forma de pagar.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Foi V. S<sup>a</sup> que sugeriu a edição da medida provisória que permitiu ao BMG fazer empréstimos absolutamente seguros para funcionários públicos com desconto em folha?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não foi.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Não participei dessa discussão.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Por que o Duda Mendonça foi pago no exterior? Primeiro, ele disse que recebeu por despesas da campanha de 2002. E era um esquema que nos surpreendeu, eu perguntei para o Marcos Valério aqui. Porque o Marcos Valério entregava para a Dona Zilmar, pessoa da mais absoluta confiança do Sr. Duda Mendonça, tanto que ele veio apoiá-la no depoimento que ela fez aqui na CPMI dos Correios. A Dona Zilmar arranjava um doleiro, que colocava o dinheiro no exterior. Aí, o Sr. Duda Mendonça ia receber esse dinheiro. É muito passeio que podia ser feito, dada a pessoa de confiança que era a

primeira personagem no recebimento do dinheiro. Por que esse dinheiro foi pago no exterior? Quer dizer, V. Sª autorizou ao Marcos Valério o pagamento do dinheiro do Duda Mendonça. Sabia que esse recurso ia para o exterior? Foi o Duda que exigiu que esse dinheiro fosse para o exterior? Enfim, eu queria que o senhor explicasse um pouco essa operação tão complicada para um pagamento tão simples.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Também acho que foi muito simples, porque nós autorizamos do empréstimo que nós pegamos. A transação financeira de onde, a transação que fala, a transação financeira entre as contas, o Duda e o Marcos Valério que têm que explicar. Eu não tenho a menor condição de explicar. Porque fiquei sabendo também, agora, sobre isso. Como foi feita? Sei que foi debitada do nosso empréstimo o volume de recurso que o Duda Mendonça recebeu. Ele não reclamou, eu achei que estava tudo certo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Na entrevista à revista *Época* há a seguinte pergunta a V. Sª: “O PT está muito bem de dinheiro. É verdade que o Partido está ajudando alguns aliados com recursos?” Resposta sua: “Não, somos aliados e amigos, mas cada um vai cuidar do seu pedaço”.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Por que houve essa mudança?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Nós estávamos trabalhando os recursos contabilizados do Partido.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não, o senhor estava dizendo que não ia ajudar ninguém.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Sim.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – De repente, ajuda o Partido via o líder e quantias altas. Quero saber que mudanças foi essa.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Nós estamos ajudando. Tivemos que ajudar os partidos, porque eles nos procuraram, e o PT era o maior Partido da aliança. Solicitamos esse empréstimo e, via esse empréstimo, fomos resolvendo as pendências dos partidos da campanha de 2002, preparação dos partidos para poderem disputar 2004 e a preparação de 2004, inclusive ajudando com material, pesquisa e uma série de questões que nós colaboramos, dinheiro não contabilizado.

Quando eu falo na entrevista, são recursos contabilizados que cada partido tem que cuidar da sua vida.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Como homem de campanha, na entrevista, V. Sª diz que fez campanha sempre, planejamento. Houve algum orçamento ou V. Sª, de alguma forma, examinou os números apresentados, por exemplo, pelo PTB, que pediu R\$20 milhões para a campanha? Havia custos mínimos que, multiplicados pelo número de candidatos, permitissem a V. Sª chegar à conclusão de que R\$20 milhões era muito ou pouco? Enfim, não havia isso? O líder dizia “eu quero tanto” e vocês respondiam “Ok, vamos passar tanto”, ou havia algum tipo de planejamento, alguma orientação? “Isso aqui está demais, isso aqui não é gasto de campanha, é dinheiro demais. O PL vai gastar dez e vocês vão gastar vinte, não é por aí”. Havia esse tipo de diálogo quando os acertos eram feitos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Primeiro, não existia esse volume de recursos. Acho que nenhum partido faz isso com o outro. No nosso caso, nós não fizemos. Nós discutíamos uma política de aliança. Todo mundo sabe quanto custa um vereador numa cidade de cinco mil eleitores, de dez mil, cem mil, dois milhões de eleitores, quanto custa uma campanha de prefeito, de vice, que tipo de campanha que tem que ser feita, cuidados de imagem. Isso todos os partidos sabe e discutem nessas condições. É isso que é discutido com todos os partidos que preparam as alianças eleitorais. Não tem assim, vinte para um...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou falando de números que eu li, que eu ouvi aqui em depoimentos.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É, mas nem tudo o que as pessoas falam correspondem à 100% da realidade. Pelo que eu já vi, vinte para o PL, vinte para o PTB, vinte não sei para quem, vinte não sei para quem... Dá uma infinidade de números que ninguém... Isso é impossível.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Deixe-me fazer uma pergunta paroquial. Acho que vários diretórios do PT, no Brasil inteiro – V. Sª falou nisso aqui –, receberam recursos, fez uma defesa do Deputado José Rocha, aquilo não foi para ele, foi para o Diretório, etc. Vocês repassaram algum recurso para o Diretório do PT no Estado do Maranhão?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Passamos um recurso formal ao Diretório do Maranhão e tem um precatório, na semana que vem, para eu responder à Polícia Federal, em São Paulo...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Em São Luís?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, a Delegacia de São Luís mandou, fui informado ontem, e amanhã eu tenho que marcar o dia que eu vou

responder. Tem uma denúncia, acho, de R\$300 mil ou um pouco mais...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – US\$150 mil, segundo o próprio pessoal do PT. Chegou uma mala com verdinha...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não corresponde à verdade.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Sª não remeteu esse dinheiro para o PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O PT tinha um outro esquema para que os diretórios estaduais pagassem as suas dívidas? Lá devem ter tido dívidas. Eles concorreram ao Governo, à prefeitura, campanhas majoritárias. Se não foi o senhor que mandou, existia um outro esquema que pudesse ter mandado esse recurso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado Vieira, eu vou dizer uma coisa para o senhor, com muita tranqüilidade. O nosso Partido, em cada Estado, tem uma capacidade de arrecadação: em alguns Estados mais, em outros menos. No caso do Maranhão, deve ser um Estado em que o PT tem maior dificuldade. V. Exª é do Maranhão, não é?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – São Luís do Maranhão, Estado do Maranhão.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Então, é um dos Estados, V. Exª sabe, em que o nosso Partido tem poucas prefeituras, poucos Deputados Federais, só uma Deputada Federal, embora muito dinâmica, mas é uma só. Então, nós temos dificuldades no Maranhão. Ajudamos o PT do Maranhão a estruturar o Partido em todo o Estado, computadores em todo o Estado – V. Exª sabe disso –, mas mala de recursos, assim, isso não foi. Discutimos duramente a candidatura, para não ter candidatos em São Luís, mas fomos derrotados, tivemos candidatos em São Luís. A Procuradora Helena foi candidata contra a nossa orientação.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Relator, eu tentei ajudá-lo, mas eu acho que o Sr. Delúbio não quer, de nenhuma forma, que esclareçamos esse esquema do mensalão, que é o objetivo principal desta CPML.

Devo dizer, Sr. Delúbio, que blindagem agora é um péssimo negócio. Setenta e seis por cento dos brasileiros já conhecem essa crise política que nós estamos vivendo, e blindando nós não vamos sair da crise. Nós vamos sair, provando ao País que quem errou pede desculpas porque errou. Agora, não é justo que vários companheiros e esta Casa não tenham a chance de rapidamente dar uma resposta para o povo brasileiro do que aconteceu aqui. V. Sª está assumindo

um papel...Acredito que V. Sª não fez isso sozinho, não armou esse esquema sozinho, mas poderia individualmente mostrar o que aconteceu, quem recebeu, por que recebeu, com que objetivo, para permitir que esta Casa possa dar uma resposta a todo o País e a todo o povo brasileiro. Não é blindando que vamos sair desta crise. Aparentemente, pode até ser assim, mas a política, Sr. Delúbio, não é necessariamente suja. Não é uma luta entre o bem e o mau, entre homens honestos e homens desonestos. A política tem de permitir que eticamente se construa instituições sérias, sólidas, para que a população possa acreditar no seu regime político, nos seus partidos e nos homens públicos.

V. Sª poderia aproveitar esta oportunidade e ajudar esta Comissão, o mais rapidamente possível, a desmontar esse esquema do mensalão. Eu lamento muito que essa colaboração não tenha vindo.

Lamento também, meu Relator, não poder ajudá-lo. Não tenho conseguido ajudá-lo com as minhas intervenções aqui.

Muito obrigado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Presidente, eu só quero dizer ao Deputado, que eu só posso falar o que sei. Estou falando a verdade do que sei. Mais que isso...Eu também concordo com todas as considerações de V. Exª. O que eu estou falando aqui é aquilo de que participei, é a verdade que tenho. A responsabilidade que estamos assumindo foi dinheiro não contabilizado e vamos ter uma responsabilidade muito grande judicialmente sobre isso, o nosso Partido, inclusive as pessoas que foram responsáveis por isso. Eu me considero um dos mais responsáveis por isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, meu Partido, eu gostaria de fazer um preâmbulo, mas na vou fazê-lo. Até porque esta CPML remonta ao passado e até para buscarmos algumas experiências do passado e que poderiam nos servir de guia neste momento. Eu gostaria que essas coisas não tivessem acontecido, principalmente com o meu Partido, principalmente com o Delúbio, um companheiro de Partido. Não quero fazer comparação, porque um erro não justifica outro, mas fico preocupado quando começamos a fazer aqui algumas ilações. Eu vi uma comparação, na Comissão de Ética, de votação com saque. Às vezes, podem ser incluídos alguns Deputados que não são do meu Partido, mas que reputo como pessoas sérias, honestas,

comprometidas. Isso pode levar essas pessoas a uma situação de desconforto político e até moral.

Sr. Delúbio, eu fico imaginando o seguinte... Eu queria ter a certeza de que o senhor chegaria aqui ou em algum outro lugar ou no partido e diria: nós emprestamos tanto e pagamos tanto, e demos para Fulano, Beltrano e Sicrano. Nós falamos aqui que há muitos números e há também muitos nomes à baila. Nesta Casa, correm nomes e números de todos os tipos. Quem tem a oportunidade de dizer isso é só V. S<sup>a</sup> e Marcos Valério. Só os dois. Ao que me consta, V. S<sup>a</sup> autorizava o pagamento e ele conformava o pagamento. Só os senhores podem desmentir todas essas listas. Senão, vai haver nomes de inocentes, vai haver gente recebendo a mais, gente recebendo a menos.

Eu estou vendo aqui que Maurício Marinho foi à Justiça, não sei se estadual e federal, e já contou outra história. Ele defendia Roberto Jefferson e agora já o está acusando.

Confesso que, como membro do Partido – não sou dirigente do Partido, sou só um Deputado e amigo de todos os companheiros do Partido –, gostaria que V. S<sup>a</sup> dissesse: nós recebemos R\$55 milhões e não sei se é este o número, mas se for R\$50 milhões ou R\$55 milhões ou R\$45 milhões, e foi tanto para o PP, tanto o PL, tanto para o PT, tanto para o Rio Grande do Sul, tanto para o Mato Grosso, tanto para o Maranhão. Pronto, fim de papo, acabou. Aí cada um responde por si, porque não adianta, Sr. Delúbio, dar uma de herói. Se o senhor chama para si a responsabilidade – e sei que trabalhamos coletivamente –, não concordo que uma pessoa assuma sozinha a responsabilidade que é dos outros. Então, nisso, o senhor está nos devendo. V. S<sup>a</sup> tem condições de nos dizer qual o prazo em que o senhor poderia nos apresentar esse numerário? Olha, tivemos tantos empréstimos... Aí não importa se é declarado ou não declarado, não contabilizado, mas assim: enviamos tanto, tanto e tanto para... Bateu a conta, fechou a conta. É isso que queremos. Eu, pelo menos, gostaria que isso fosse feito. V. S<sup>a</sup> ia dormir tranqüilo, e eu ia dormir uns três dias sem parar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado Devanir, quando falo em recursos não contabilizados, os não eleitos e os que não receberam, os eleitos têm medo de receber e perder o mandato. É disso que se trata. Então, é necessário ter muita tranqüilidade para trabalhar. As pessoas vão acostumando. Estamos vendo várias pessoas que estão na lista, que dizem que não receberam e depois se verifica que receberam. Não era aquela quantidade, era só x, e depois vê-se que tinha x, y e z. Então, essas coisas... Há um fato, estamos revelando à Nação, acho que essa é a grande contribuição que o PT está fazendo. Nós, enquanto

Partido, um dos partidos grandes do Brasil, trabalhamos e tivemos de usar do artifício de solicitar empréstimo para quitar dívidas não contabilizadas, um partido que, ouvi na outra CPMI, várias questões... Como que um partido de Governo faz isso? Um Partido de Governo que não usa o Estado, não usa dinheiro público, buscando dinheiro emprestado para isso, isso vai aparecer. Falei na Comissão de Ética do PT sobre isso também. É a mesma coisa que estou falando aqui.

**O SR. DENANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Delúbio, sabe por que estou lhe fazendo essa pergunta? Pelo seguinte: essa CPMI, não a nossa, mas a outra ali do lado – de repente, nós mesmos –, na ânsia de aprovar algumas coisas, terminam jogando o Congresso e todo mundo num lamaçal tremendo. Estamos agora mexendo com um doleiro com 25 anos de cadeia. O cara está louco para ser solto. Se você perguntar a ele: você matou a sua mãe? Ele fala: matei a mãe, a avó, a bisavó, todo mundo, desde que diminua a minha pena. Veja onde fomos parar. Estamos, como se diz no interior, num mato sem cachorro. Está complicado. Tem gente se valendo de “geleinhão”, de prostituta, de não sei mais o quê. Rapaz, eu me sinto envergonhado se ser Deputado, juro. Eu entro no avião e tiro esse broche. Como não sou muito conhecido, ainda passo sem ser reconhecido, mas muitos companheiros, que estão muito na mídia, já passaram alguns dissabores. Então, vejam a que ponto chegamos com este Congresso. Eu queria saber se o senhor pode falar, ajudar-nos, até para nós, do PT, como o senhor soube que o Valério tinha esse tipo de operação que daria certo? Ele usou isso em Minas, está provado que ele usou em Minas. Isso vai dar certo, não vai dar certo? É uma coisa grande. Como que foi isso? Alguém, o senhor, o Valério, mais alguém do Partido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, eu compreendo as dificuldades. Eu já não me preocupo mais com o que vai sair nas revistas. Outro dia, saí na revista **ISTOÉ** que eu tinha negociado um Proer de R\$1,4 bilhão para os bancos. Nunca visitei a sede da Febraban, depois que deixei de ser presidente do FAT, há sete ou oito anos. Então, entendo a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>. Estou também sofrendo isso na pele, eu e várias pessoas da minha família. Como conheci o Marcos Valério já expliquei. Não houve, V. Ex<sup>a</sup> me conhece desde 80...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Nós nos conhecemos há muitos anos.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O senhor visitou a minha casa, sabe como é, a minha casa era naquela época. Eu nunca perguntei às pessoas, quando eu converso com as pessoas, se a proposta é boa e tem um objetivo comum, se dá para trabalhar.

Eu não pergunto, no passado, eu nunca perguntei, pode ter sido no meu caso, como as pessoas que me apresentaram, eu confiava nas pessoas na época, eu achei que... e como tinha necessidade... Eu peguei esse empréstimo? Porque eram “n” pessoas agonizadas, sendo cobradas, ameaça de processo e a gente, posso ter errado nisso de atender.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Mas foi só você?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, as pessoas iam ao diretório nacional e choravam a todos mundo e aí todo mundo falava quem resolve isso é Delúbio Soares.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Tudo bem, tinha que saldar a dívida.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Mas a saída quem encontrou foi você como tesoureiro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A forma que eu encontrei foi essa, se correta ou não foi isso que conseguimos fazer.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Eu estou angustiado também, quando você falou até, eu não gosto de apelar com esse negócio de família, é um negócio chato, piegas, não é o caso, o caso é mais sério do que isso, mas eu fui vítima disso. Esse negócio de listas, por isso que eu tenho medo de listas, fui vítima de uma lista dizendo que uma funcionária minha tinha ido retirar dinheiro nesse shopping Brasília, e depois descobriu-se que não era nada, mas o pior é que o meu nome foi a um veículo de comunicação nacional e hoje a minha filha, que faz Direito em São Bernardo do Campo volta para casa chorando quase todos os dias porque os colegas dela dizem: seu pai está lá no mensalão, ainda uma jornalista foi ao programa do **Jô Soares** e ainda falou que nós fomos a uma reunião não sei aonde, na casa não sei de quem e que eu estava lá, estavam tramando para que os nossos três deputados renunciassem. Você vê a complicação, além daquilo por que nós estamos passando, termina trazendo, ainda bem que somos uma família de militantes, termina agüentando a barra, não é? Mas isso não é bom. Eu acho que se é possível, se fosse possível eu gostaria de que tivesse assim: nós temos tanto, gastamos tanto, foi tanto para tal estado, tanto para tal estado, não precisa nem nominar, mas dizer: olha, o diretório do Pará, do Maranhão, do Piauí, o diretório de São Paulo, recebeu tanto. Depois o diretório lá que se explique, quem quiser explicar explique e aquele que recebeu e disse que não recebeu ele vai dormir com a sua consciência pesada. Se perder o mandato ninguém nasceu deputado, ninguém nasceu prefeito, ninguém nasceu vereador e não vai morrer assim. Eu

acho que começamos do zero e podemos voltar ao zero, começar outra vez mas com a cabeça erguida. Não ficar envergonhado atrás dos postes.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Obrigado, Deputado.

**A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ)** – Sr. Presidente, questão de ordem.

Um segundo, juro que não vou. Esta Comissão tem um prazo determinado para as inscrições. Infelizmente o nome do meu Partido, eu fazia o trabalho da LDO, enfim, não conseguimos votar, ficou adiado para quarta-feira, mas fiquei toda a manhã por conta de dar parecer a um crédito nº 38, enfim, por isso não pude aqui me inscrever. Queria, não neste momento, mas depois que os Srs. Deputados presentes já tiverem feito uso da palavra, pedir a V. Exª que eu possa requerer ao Sr. Relator que possa proceder as minhas perguntas em meu nome, já que eu não terei essa oportunidade. Era a questão de ordem que eu levantaria, apenas dizendo a V. Exª, Sr. Presidente, que ouvi as palavras do meu companheiro, Deputado Devair, queria dizer o seguinte, é um erro imaginar que o tal doleiro não pode prestar esclarecimentos a qualquer Comissão. Não tem nada a ver com pergunta, não. É uma contribuição a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – GO)** – Mas se V. Exª, peço a V. Exª, que tem várias perguntas, que as faça por escrito ao Relator. Certamente esse procedimento pode ser feito por qualquer Parlamentar que não quiser fazer uso da palavra e ele fará uma análise das perguntas, as que forem úteis certamente ele as fará e inclusive declinar a autoria..

**A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ)** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – GO)** – Neste momento, queria fazer aqui um pedido ao Sr. Delúbio Soares, de qualquer maneira há um controle, se não há uma contabilidade formal, há um controle dessas despesas. Havia débitos, havia compromissos e por isso houve recursos a eventuais empréstimos. V. Sª prestaria um serviço, não digo inestimável, mas muito importante, para esta CPMI, se pudesse, num prazo de 48 horas ou 72 horas, até terça-feira, quando teremos, certamente, o próximo depoimento, uma relação de créditos e débitos, em duas colunas, nada mais do que isso, e a quem pagou. Porque essa história de proteger os nomes de quem pagou, a esta altura dos acontecimentos... Se quiser podemos até manter sob reserva. Podemos fazer tudo que for necessário para não avançar no sentido de delações ou de qualquer coisa, nas palavras de V. Sª.

Com isso, iríamos ao menos ter um roteiro e um esclarecimento de qual é a versão dada a esses fatos,

porque, senão, vamos descobrir. E cada vez que se esconde o óbvio, o que dá a entender à população? Que há por trás dele um delito maior do que ele realmente é. Porque é evidente, é uma prática que não é convencional. Eu não vou aqui adjetivar, mas diria uma prática ilícita – poderíamos assim definir.

Mas, na medida em que se esconde, se protege, parece que há algo por trás disso. Parece que há um pavor das pessoas mencionadas, que já estão mencionadas, ninguém vai inventar a roda, talvez tenha nomes novos, não sei.

Fiz essas pequenas ponderações, para que V. Sª pudesse, até segunda-feira à noite ou terça-feira às 9 horas, oferecer-nos o que eu chamaria uma contabilidade informal. Seria algo muito simples, constando os débitos, as origens, os credores e os pagamentos. Porque isso, ao final, com a quebra do sigilo, vamos descobrir muita coisa. Mas isso auxiliaria desde logo os trabalhos.

Se V. Sª estivesse em condições de oferecer isso, realmente, justificaria uma contribuição importante.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Relator, eu entendo, temos esta CPML...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Porque é esta CPML que trata, regimentalmente, de punir eventualmente aqueles que receberam. Então, entenda que nós teríamos essa legitimidade.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu tenho a preocupação também com Justiça, que quando as instâncias solicitam, tem que prestar à Justiça também. Então, até os meus advogados estavam me orientando.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor pode consultar o seu advogado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele já me orientou. Nós estamos procurando trabalhar. Até esse depoimento, eu não sentei com calma com o Sr. Marcos Valério para discutir, verificar, fazer um perfil, consultar as pessoas que receberam, porque temos que fazer uma... Não dá para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor tem um controle, à vista de algumas anotações?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O que eu não posso, Sr. Presidente, com todo respeito, não tenho condições de fixar prazo. Mas eu quero fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não estou falando agora, até terça-feira.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, é quase que impossível até terça-feira, mas vou trabalhar. Comprometo-me com a Comissão, assim que tiver, passar em primeira mão. Sei da agonia de vários Deputados de colocarem na Comissão de Ética

colegas que não gostariam de colocar. Se não tiver uma explicação correta, uma justificativa, pode ter relevância ou não.

Eu entendo, quero trabalhar isso o mais rápido. Assim que tiver condição, eu passo ao Presidente e ao Relator dados sobre essa questão. Hoje, eu não tenho condições, nem tenho nenhuma prática. Tenho que pegar um tributarista, acertar, ver, para não ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Hoje tem uma relação que é do Sr. Marcos Valério. Então, o senhor disse que não pode ratificar essa lista.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não posso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não pode ratificar, já declarou por várias vezes.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu estou agora com a palavra.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Após.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, se V. Sª pudesse dizer: não, a lista é esta mesma – é uma informação – ou a lista é diferente. E nos desse pequenas explicações, exatamente a origem da dívida, o pagamento e o evidente beneficiário. Mas não poderia esperar **ad eternum**. Se o senhor pudesse se não na terça-feira, mas na semana que vem, fazer um esforço, uma colaboração...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vou prometer me esforçar o mais que puder para prestar essas informações em primeira mão ao Presidente e ao Relator da Comissão, acatando ao apelo de várias pessoas, do Deputado Devanir e de vários outros Deputados. Essa informação pode dar uma tranquilidade ao trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, o senhor se compromete, no curso dos próximos...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu vou trabalhar, e vou consultando V. Exª, se me permitir, informando que estamos trabalhando nisso... Estou à disposição de V. Exª para fazer esse trabalho.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, seria dado prazo a ele, porque a Comissão tem prazo para concluir os trabalhos. Teria um prazo dado pela Comissão para que fornecesse essa relação, desde quando ele já anunciou aqui que tem as pessoas, nominou as pessoas que recebessem os recursos. Já que ele passou para o Sr. Marcos Valério essa relação, que ele tenha um prazo para dar a esta comissão a relação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tinha estabelecido terça-feira. Ele fez uma ponderação de que até terça-feira seria impossível. Vamos dar oito dias a contar desta data. É evidente que, por motivo de força maior ou caso fortuito, vamos relevar, mas vamos fazer esse esforço, porque, como eu disse, precisamos trabalhar, produzir e inclusive punir os eventuais culpados. E se formos nessa demora, nesses passos vagarosos, não vamos chegar a lugar algum.

Vou prosseguir para conceder a palavra ao próximo orador inscrito.

**O SR.** (Orador identificado) – Oito dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Assino o prazo de oito dias. E peço a colaboração de todos os advogados, da estrutura partidária, daqueles Parlamentares que estão aqui do PT e que têm interesse nisso para que se esforcem para que o senhor possa realizar essa tarefa. Vejo que não é tão difícil, há uma relação, há um esqueleto, pode ser mentiroso, pode não ser verdadeiro, mas V. Sª poderá, a partir dele ou com outros elementos, outras anotações, fazê-lo. Acho que oito dias é um prazo razoável.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida. Está ausente.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado. Depois ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Começa a correr o tempo.

Peço ao Deputado José Rocha que assuma por uns momentos a Presidência, já que não temos vice. Vamos alternando.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Delúbio, política e dinheiro são duas coisas que precisam caminhar juntas mas muitas vezes não se misturam. É impressionante. Se nós olharmos um pouco para a história, sem querer comparar, falando de situações de política e dinheiro, veremos o caso do PC Farias com o Collor, do falecido e bem querido Sérgio Mota com FHC, e agora Delúbio com o Presidente Lula. E o que é interessante, Delúbio, vou chamá-lo assim, é que, há tempos atrás – sou suplente, assumi há um mês e pouco –, eu via que era o maior prestígio para todo mundo conversar com V. Sª. Quem conversava com V. Sª nesta Casa – claro que alguns não porque eram Oposição – sentia-se prestigiado. Lembro-me bem disso. Conversar com o Sr. Delúbio, com o Silvinho era sinal de prestígio, era sinal de encaminhar soluções para problemas que se queria. No entanto, hoje, V. Sª está sentado aqui, sendo atacado, pagando a conta, segurando tudo no peito, achando que a Justiça não vai vir, Delúbio, e vai vir, vai caminhar, e você vai achar que vai segurar tudo sozinho. Agora, o importante é que, aqui nesta CPMI, Sr. Delúbio, o

que está acontecendo é um julgamento político. Os levantamentos vão ser feitos e encaminhados – se eu estiver errado, o Relator me oriente – para o Ministério Público, a quem caberá uma ação. É isso, Sr. Relator? Acho que é isso que acontece.

Então, veja bem, como é um julgamento político, acho que o que tem que ser visto aqui é se tudo isso que aconteceu era um modelo antigo, que você pegou pelo meio e tentou adaptar. Modelo esse que eu vi que foi... Ele cresceu, porque, se o Marcos Valério tivesse mandado sacar em boca de caixa, assinando o cheque, endossando e sacando o dinheiro ele mesmo, distribuindo de outra maneira, nós não teríamos chegado aqui. Acho que o negócio ficou tão grande, que o Sr. Marcos Valério teve uma pressão dos sócios e mandou tirar aquela xerox da carteira de identidade de quem ia pegar o dinheiro, e foi aí que todo mundo foi pego. Foi aí que foram identificados. Aconteceu que algumas retiradas vieram sem xerox, não é isso? Na outra CPMI, estavam reclamando que arrancaram a xerox.

Então, Sr. Delúbio, o que se tem de saber é se esse modelo é antigo. Já foi dito pelo Sr. Marcos Valério, numa outra reunião, que isso já foi usado numa outra eleição. Não estou aqui querendo atacar partido nenhum. Quero dizer que o Marcos Valério falou aqui que já tinha sido usado esse modelo numa outra eleição. Então, você ainda não entendeu que, se mostrar que isso já vinha acontecendo, acho que as coisas iam melhorar para você e para o seu Partido. Mas você entende que... Não sei, talvez com as origens de guerrilheiro do seu Partido, de que se tem de segurar tudo – eu não vivi essa fase –, de que se tem de segurar tudo no peito... Então, vou-lhe fazer a pergunta que fiz para o Marcos Valério, que falou que já era um modelo antigo.

É antigo esse modelo que lhe foi apresentado e que V. Sª resolveu aplicar para o nível nacional ou não? (Pausa.)

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ah, está funcionando! Obrigado.

Senador Wellington, eu não sabia que esse modelo existia.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas confessa que soube que ele existia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Agora, através do que estou falando?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Na CPMI?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nesse processo da CPMI...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – No depoimento do Sr. Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Antes já começou a ter várias matérias de jornais sobre isso. Quando o Deputado Virgílio me apresentou, falou que Marcos Valério tinha experiência em campanhas anteriores, inclusive na campanha do... do Eduardo Azeredo, do Senador Eduardo Azeredo, como candidato a Governador, em 1998. Normalmente...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Espere aí. Desculpe-me importuná-lo, mas estou falando da campanha de 1998. Quer dizer que foi apresentado para o senhor que o Marcos Valério...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tinha experiência...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – ...tinha experiência em outra...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ... em campanhas eleitorais.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Experiência era saber fazer o que ele apresentou ao senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não. Ele não me apresentou. Nós discutimos, trabalhamos essa questão junto com os dois bancos e chegamos a essa conclusão. Eu não sabia que tinha esse modelo anterior. Eu não sabia. Pode ser uma inocência minha...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas o que é experiência, Delúbio? Só quero saber o que era experiência?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ao falar de experiência, eu... pessoa que sabe trabalhar com recurso, correta, que não faz mutreta. É isso que eu entendi.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Enganaram o senhor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode ser. Na minha... E também não quero trazer tudo para mim ou tudo para o meu Partido. Nós sabemos que isso é um processo político, o senhor bem colocou. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: fiquei sabendo das experiências que Marcos Valério teve com os Governos anteriores nessa crise agora, como foi. Quando conversei com as pessoas, eu sou daquela idéia, e tenho falado com todo mundo: quem julga os governantes, quem julga os políticos é o povo. Uma vez teve a elei-

ção, você deve começar dali para cá, dali para frente e corrigir os fatos. Eu acho que esse modelo eleitoral, no caso do PT, que é um Partido bastante sólido no Brasil inteiro, é um modelo muito difícil para o PT continuar disputando eleições. É um modelo que não é compatível com o PT. Acredito que o modelo eleitoral para os demais partidos também não é da melhor maneira, e é aqui que as senhoras e os senhores estão discutindo e que deverão encontrar uma forma para resolver isso. Se não aconteceu, agora, com o Partido que está no Governo, com o próximo partido que será o Governo vai acontecer coisa parecida, porque é muito difícil... Os partidos que apóiam... Tem que buscar recursos com quem tem mais. Infelizmente é assim.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu sei. O que acontece é essa relação política e dinheiro. Essa relação é complicada. Vocês têm que caminhar no fio da navalha, a verdade é essa. E, às vezes, você acaba se adequando às regras e esquecendo a lei, mas a lei vem lentamente e acaba pegando. Por isso estou falando. Eu vi a apresentação do senhor em que fala a todo o momento: “Não, é comigo. É tudo comigo. Fui eu que fiz tudo”. Não vou usar aqui... porque, inclusive, vim para um mandato de Senador não para ser juiz, nem delegado, nem nada. Eu quero simplesmente... Também não quero aqui... A nossa CPMI é para levantar se alguém levou dinheiro para votar com o Governo, é esse o objetivo. E nós já passamos por várias coisas, e até o Presidente procurou direcionar.

Então, o que quero saber é se esse modelo foi apresentado ao senhor por alguém como sendo um modelo que daria resultado – alguém manda, distribui o dinheiro, alguém pega em nome de uma empresa e distribui. Esse modelo foi colocado assim: “Ah, não vai dar nada, porque, na verdade, sou eu que estou distribuindo e depois me pagam o empréstimo”? Ele foi apresentado assim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não foi?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi construído da maneira que expliquei anteriormente. Se o senhor quiser, explico novamente. Não foi assim. Foi um processo: nós discutimos com os bancos a necessidade e a agonia em que os nossos companheiros estavam, principalmente os que perderam a eleição, muitas dívidas. E se foi criando aquela dificuldade. Aí eu encontrei essa fórmula. Pode ter sido errada, mas...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas fica difícil para nós, da CPMI. No momento em que aconteceu, no passado, com o Mar-



cos Valério, de haver uma dívida, de essa dívida ter sido negociada por um preço inferior e de ter sido paga por um preço bem inferior do que seria o valor corrigido, fica difícil para nós achar que não ia acontecer a mesma coisa nesse modelo, tendo em vista que o senhor está relacionado com a mesma pessoa e com os mesmos bancos, entendeu? Fica difícil. Não há como. Eu não quero pressionar V. S<sup>a</sup>, porque não estou a fim disso, mas a lógica leva a crer que esse empréstimo não seria pago. Ele seria, mais tarde, negociado por um valor menor, e se acertaria, e sairia todo mundo feliz. É isso que nos está sendo colocado. E esse dinheiro teria sido distribuído. O nosso objetivo, aqui, é descobrir se foi ou não distribuído, para comprar voto de apoio ao Governo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senador Wellington, não foi para comprar apoio de Deputado, para comprar voto de Deputado, não foi. Isso eu afirmo para o senhor. O modelo anterior que existia – eu fiquei sabendo nesse processo, e nós... Eu não sabia...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O meu tempo está acabando...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É isso que estou falando para o senhor.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O meu tempo está acabando.

Agora, outra coisa, falando rapidinho...

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Tempo encerrado, ilustre Senador.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ok. Dois minutinhos... É possível?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Não. Está encerrado.

Com a palavra, o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu quero que o depoente informe os nomes dos seus advogados.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Dr. Celso Vilardi e Dr<sup>a</sup> Flávia Arrau.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – No depoimento anterior, V. S<sup>a</sup> informou que quem estava pagando os advogados era o Partido dos Trabalhadores. Posteriormente, houve um desmentido. Quem está pagando os seus advogados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Há um contrato assinado, enquanto o Genoíno e eu éramos – eu era tesoureiro do PT, e o Genoíno era o Presidente. E nós assinamos um contrato com o escritório do Dr. Arnaldo e do Dr. Celso Villarde, e esse contrato será honrado. O contrato está assinado, está registrado e será honrado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O PT vai pagar os honorários dos advogados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Está na dívida do PT – dívida contabilizada do PT.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O senhor já ouviu dizer que várias dívidas do tempo de vocês o PT disse que não vai assumir. Será que essa ele vai assumir?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aí é um debate que nós vamos ter que fazer com o PT. O PT vai ter que fazer. Como estou distante da direção – mas tem vários companheiros... Acredito que vão pagar sim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Mas espere um pouco: se o PT não pagar, você vai perder os advogados. Se perder os advogados, como fica você?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós vamos ter que esperar acontecer, para ver como é que fica. Sem advogado eu não vou ficar, garanto ao senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você disse que tomou essas atitudes, porque naquela época tinha algumas dívidas e estava sendo ameaçado de processo. Foi isso que você falou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, as dívidas... as pessoas que tinham as dívidas estavam ameaçadas de processo. Não eu, enquanto pessoa física.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você fez aquilo porque as pessoas o estavam ameaçando de processo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, ameaçando a mim, não. As pessoas do PT...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E, agora, será que não há muito mais processo de risco?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que o Partido dos Trabalhadores terá bastante processo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E você?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Também. E vamos ter que responder por todos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você disse que fez muito isso em relação aos diretórios estaduais, porque os companheiros, segundo suas palavras, estavam em agonia. E quem está em agonia agora?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A começar por mim, não é, Sr. Deputado? E nosso Partido está numa situação delicada, a Base aliada. Nós

estamos passando um momento difícil, o senhor sabe disso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Você soube o que aconteceu com Buratti?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Bu-

ratti?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– É.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aconteceu com ele o quê?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Ontem...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ah, isso eu sei. Vi no jornal hoje: foi prestar um depoimento e saiu preso da... Isso faz parte do processo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Você acha que isso é normal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não acho que isso é correto, não é o juiz... O Brasil tem uma legislação, tem juiz, o juiz mandou prender, cabe à polícia prendê-lo. Corre esse risco qualquer pessoa, em qualquer época da vida. Quem tem imunidade, não, mas quem não tem imunidade corre esse risco... esse processo em qualquer local.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Eu já lhe fiz essa pergunta, quando você esteve na outra CPMI e vou repetir agora: você tem tomado algum medicamento?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu tomo medicamento todo dia, para pressão: Zestril, um comprimido de 5mg; mais do que isso, não. Reafirmo ao senhor que não, inclusive saíram várias colunas, dizendo o remédio que eu estava tomando e coisa e tal, mas... Agradeço a pergunta do senhor, que motivou várias colunas... fazerem várias interpretações do remédio que eu estava tomando.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

s– O Wilmar Lacerda e o Raimundo Silva, que são do PT do DF, disseram que foram ao Rural por orientação sua, para pegar o dinheiro. Retiraram o dinheiro e o entregaram para o Delúbio. É verdade isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso vai no momento certo, nessa lista que nós vamos trabalhar, nós vamos explicar isso direitinho.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Não. O momento certo é agora. Você não está depondo com HC aqui. HC é na outra CPMI. Nessa, você não está com HC, não. Aqui você tem que dizer e responder. Você não pode mentir, nem transferir a responsabilidade. Eu quero saber o seguinte: Wilmar Lacerda e Raimundo Silva deram declarações de que tiraram o dinheiro do Rural e entregaram na sua mão. Entregaram ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, na minha mão, não. Entregou ao PT. E o PT fez uso do dinheiro conforme...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Não foi na sua mão? Foi para o PT. Que PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A sede do Partido. No caso do Raimundo Júnior. Na casa do Wilmar Lacerda, foi para despesa do PT local.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Quem do PT lá recebeu esse dinheiro, se não foi você?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não conto dinheiro no PT. Nunca fiz isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Ele não disse que você contou. Eles disseram, e está gravado em entrevista que entregaram o dinheiro para você. Não disse que você contou. Quem ficou com o dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, eu estou informando o seguinte: o PT fez vários pagamentos para companheiros do diretório. Foi buscar um recurso em determinado momento um companheiro do diretório estadual, ou outro companheiro que tinha uma dificuldade, uma dívida, foi lá e pegou o dinheiro, e o dinheiro ficou depositado em algum local no PT estadual, no PT nacional. Porque se se fala “entregou ao Delúbio, é isso?”, estou tendo a oportunidade de explicar ao senhor sem... aqui vamos trabalhar... eu não estou... eu estou aqui tentando mostrar com transparência e sinceridade. Quando o Procurador-Geral me perguntou a lista de nomes: a Solange...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Delúbio, eu não estou pedindo uma lista; só estou perguntando sobre um caso: Wilmar Lacerda e Raimundo Silva tiraram o dinheiro e disseram que entregaram na sua mão. Só esse caso que quero saber.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No caso do Wilmar Lacerda, foi para pagar despesa do PT, autorizada por alguém do PT do DF. Do Wilmar Lacerda. E do Júnior, foi para pagar outras despesas.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E quem? Que outras despesas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ah, não lembro agora. Vou verificar e...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E quem do PT nacional pediu para você dar o dinheiro para o PT do DF?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quem do PT nacional? O PT-DF, o próprio Wilmar. As despesas da campanha de... despesa aqui, no DF.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Sim, mas quem do PT nacional autorizou você a dar o dinheiro para o PT-DF?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós tínhamos dívida, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Quem do PT nacional deu ordem para você dar o dinheiro para o PT-DF?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Delúbio Soares, que era do diretório nacional...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Você assume a responsabilidade de tudo que está na...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, já assumi e continuo assumindo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Não há mais ninguém do Partido que autorizava? Você era o único responsável ou irresponsável por tudo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A opinião de responsável ou irresponsável é do senhor, mas a responsabilidade era minha, designada minha; era minha, e não vou fugir dessa responsabilidade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quanto aos contratos que o Marcos Valério deve através da SMP&B e DNA e de que juridicamente você não é o avalista, ele diz que você é, porque há uma carta avalizando. Você assume e mantém essa carta ou diz que ela foi faz-de-conta?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A carta é o menos importante. O importante é que eu assumo que autorizei o Marcos Valério a pedir os empréstimos, que sou co-responsável por esses empréstimos e que vou lutar para que esses... que nós devolvamos o dinheiro às empresas do Marcos Aurélio, para poder pagar aos bancos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Você é o avalista de todos esses contratos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Avalista... Não avalista formal, avalista político, de grau de confiança. Assim como Marcos Valério teve a confiança de pegar as empresas dele e fazer os empréstimos, eu sou o responsável... Tenho a confiança...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Esse aval é do Delúbio Soares, pessoa física, ou do Delúbio Soares, tesoureiro do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Até o dia em que eu fui tesoureiro do PT, Delúbio Soares enquanto tesoureiro do PT. Hoje não sou mais tesoureiro do PT, e agora a única coisa que tenho é minha honra e minha palavra. Não sou mais dirigente do PT.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Sua palavra e sua honra valem tanto quanto antes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei, o tempo vai dizer, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O que você sabe a respeito da reforma do apartamento do Presidente Lula? Quem pagou? Você acompanhou isso? Sabe dar alguma informação?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Nunca participei de nenhuma discussão sobre isso, nem participei com recursos financeiros para reforma no apartamento do Lula.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Não disse que você participou. Pergunto se você sabe quem bancou as reformas.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Mas você sabe que foi reformado o apartamento do Presidente Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estou sabendo agora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quem você acha que foi o culpado de todo esse problema que o PT está vivendo hoje?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não gostaria de dizer um culpado. É uma situação que nós estamos vivendo de muita dificuldade do PT e do País como um todo. Não teria um culpado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Além de você, quem mais é responsável por todo esse programa no qual está metido o PT e o Governo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O envolvimento do PT se deu e dos Partidos da Base aliada, das dificuldades encontradas em 2002. Foi isso que aconteceu. Eu não peguei o dinheiro e falei: Gasta! Eu fui resolvendo os problemas que foram trazidos até o Diretório do PT, e teve uma decisão de resolver os assuntos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Se você tinha tantos problemas para arcar relativamente à sobra de campanha de 2002, por que se envolveu em mais despesa na campanha de 2004, municipal, de várias cidades, em que o PT e Base aliada estavam envolvidos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Política é um processo. Você vai... É um processo que tem início, e você vai trabalhando. Eu considero que...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O processo tem início, e se vai trabalhando. E quando é o fim, então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Para mim, estou bastante... enquanto pessoa física, agora vou ter que responder. Saí da vida partidária e agora vou responder a todos esses processos, certo ou errado, culpado ou não, vou responder em todas as instâncias jurídicas e vou ter que provar dentro do PT,

para recuperar, talvez, algum tempo – ou não, depende da minha vontade política de continuar na política brasileira.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Quais os amigos do PT que ainda lhe são solidários?

**O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)**

– Deputado Arnaldo Faria de Sá...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Posso ficar sem responder A essa, Deputado?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Não, não pode. Eu quero a resposta.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tem vários amigos, e não vou citar o nome, porque não é relevante para a CPMI, acho eu. Não é relevante nem para mim. Vão ficar alguns amigos fora, e não gostaria de deixá-los.

**O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)**

– Com a palavra, o nobre Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, nobre depoente, vou fazer algumas perguntas de forma objetiva e bastante direta. A sociedade brasileira, neste momento, está-nos assistindo, querendo o esclarecimento da verdade, e para isso estamos aqui neste momento.

Sr. Delúbio, em qualquer organização do mundo, sabe-se bem qual é o papel de um tesoureiro. Em geral, ele se subordina e cumpre determinações de um presidente, de um diretor financeiro ou administrativo ou de uma diretoria colegiada. Entretanto, no caso do PT, até hoje não ficou bem clara a sua organização e estrutura funcional. V. S<sup>a</sup> pode me explicar qual era de fato o seu papel na direção do PT? A quem estava, na prática, subordinado? De quem recebia orientação e determinação? Quem V. S<sup>a</sup> comandava? Como se dava o processo decisório dentro do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado Agnaldo, o PT tem uma direção, um diretório que é eleito – vai ter uma eleição agora, o PED. Votam todos os seus filiados. Depois, constitui-se um diretório de 84 companheiros. Esses 84 companheiros escolhem uma Executiva de 21. Entre esses companheiros, tem um que é eleito diretamente, que é o Presidente. Os demais membros da Executiva, o Presidente e os dois líderes – os líderes da Bancada no Senado e no Congresso – são eleitos separadamente. Os 18 membros indicados pelo diretório ocupam função da Executiva, e cada um tem a sua função. Eu era o Diretor de Finanças e Planejamento do PT. O planejamento do Partido e as finanças do Partido eram de minha responsabilidade. As decisões gerais são coletivas, e os encaminhamentos eram feitos por mim. Assim como ao Presidente do Partido cabe a representação pública do Partido, cabe

ao tesoureiro de finanças do PT executar política definida pelo diretório ou pela sua Executiva.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Quando foi mesmo que V. S<sup>a</sup> começou a atuar como tesoureiro do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em março de 2000. Fui eleito no encontro de dezembro, mas só tomei posse em março de 2000.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> realizou alguma viagem internacional na comitiva do Presidente Lula ou em missão precursora dessa viagem? Em caso afirmativo, para o qual país ou países e com qual objetivo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fui convidado pela comitiva presidencial para visitar cinco países na África, para discutir, durante a viagem, parceria dos partidos brasileiros com os partidos africanos. Não estava somente eu. Estávamos eu e representantes de vários outros partidos. Inclusive, nessa viagem aprofundei relação com o Senador Crivella, que morou na África muito tempo. E trabalhamos e conversamos com todos os Partidos. Enquanto a Comitiva Presidencial discutia em jantares, em várias reuniões conjuntas, em reuniões protocolares, participavam os partidos locais e todos os deputados, os representantes dos partidos e das instituições que estavam acompanhando a viagem presidencial. Inclusive, tinha representante do movimento social, do movimento negro, do movimento da CUT, do movimento feminino. Foi assim, nessa condição, que fui indicado pelo PT para essa representação.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – V. S<sup>a</sup> deve ter tido conhecimento dos depoimentos dos Srs. Marcos Valério e Emerson Palmieri. Em caso afirmativo, qual dos dois falou a verdade quanto à viagem e à reunião na Telecom Portugal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Presidente, foram várias as questões que eles falaram. Para economizar tempo e aproveitar melhor o tempo do senhor, qual é a questão que eles falaram, para eu dizer o que aconteceu ou não?

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Houve a afirmação de que houve uma negociação junto à Telecom Portugal, de que o senhor teria viajado e de que teria havido uma negociação de contrato em Portugal. Isso é verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não é verdade. Inclusive, já deixei meu passaporte à disposição da CPMI. Não viajei, não indiquei – nem o PT – o Marcos Valério para representar o PT. Ele não representa o PT. Ele representa as empresas dele, e aí faz o negócio que quiser. Eu nunca conversei com

o Emerson Palmieri para ir para Portugal, nem com o Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Houve acordo para ajuda às direções partidárias das eleições de 2003. Pergunto a V. S<sup>a</sup>: esse tratamento foi realizado com os presidentes de Partido ou foi com os líderes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu expliquei: a eleição em 2004, não é, Deputado? Porque em 2003 não houve eleições.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2004, nós fizemos, o Partido dos Trabalhadores com vários Partidos da Base aliada, vários acordos – de cidades, acordos nacionais para ajudar nos Estados e também, em vários lugares, com Partidos que não fazem parte da Base e a que o PT aliou. Esses acordos foram feitos. E acordo também implica estrutura de campanha. Essa estrutura de campanha foi compartilhada em umas cidades, umas mais, outras menos, pelos Partidos nacionais também. Isso aconteceu.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – É porque esses acordos naturalmente aconteceram no ano de 2003 para as eleições de 2004.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – (*Inaudível.*) a trabalhar no processo de 2003, preparação dos Partidos para disputar as eleições. Isso foi feito também, e muitos se concretizaram em 2004, outros não. Várias alianças quisemos fazer e não conseguimos. É o exemplo de Fortaleza: queríamos apoiar o PCdoB, o PT não aceitou e acabou elegendo a Luizianne, Prefeita de... A vontade majoritária do PT na regional era a de, naquele Município, apoiar o Inácio Arruda, assim como queríamos também que o PCdoB nos apoiasse no Rio de Janeiro, com Bittar. Em vários lugares, nós perdemos a política de alianças, discutimos; nem todos os Partidos nacionais que querem conseguem nos Estados. E o PT é um partido muito rebelde, quando diz na Base, que sempre tem a palavra final no PT.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Houve ajuda, por parte, então, do Partido dos Trabalhadores, para as direções partidárias com relação a contas não-contabilizadas de campanha?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós tivemos, fizemos isso e assumimos em 2003, e a preparação da campanha de 2004. A campanha propriamente dita foi tocada pelos partidos, pelas coligações locais e com ajuda mais... de acordo com cada partido, com ajuda das direções nacionais e estaduais a seus candidatos. Isso aconteceu também.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Inspiração na pergunta dos nossos companheiros, principalmente do companheiro Gastão, sobre vários partidos

ligados a V. S<sup>a</sup>, que receberam ajuda do Partido dos Trabalhadores, como o PMDB, que está na Base do Governo, para quem foram transferidos valores para representantes do PMDB?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esses valores foram discutidos com o Líder José Borba, e eu, em particular, discuti muito a campanha de Tocantins. Nós disputamos a eleição. O candidato de Tocantins era apoiado pelo PT, mas o PT tinha candidato próprio, o ex-Deputado José Freire. Discutimos muito, ajudamos de várias formas, e ele não podia ser trabalhado nessa direção. Então, os recursos não-contabilizados foram discutidos, mas tinha a necessidade, e fomos trabalhando com essa orientação. O PMDB é um partido que participou, apresentou algumas dificuldades; algumas foram resolvidas, outras não. Em política, nem tudo que é apresentado é resolvido, o senhor sabe disso, não?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sem mais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Deputado José Rocha, que dirige os trabalhos neste momento, nobre Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Deputadas. Sr. Delúbio Soares, vejo que o senhor é um homem de finos hábitos, que, pelo que já vi, gosta de bons vinhos, bons charutos, pratica esportes relativamente caros. V. S<sup>a</sup> o carnaval de 2003 passou na Bahia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O carnaval de 2003?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> me restituísse o tempo, porque perdi meu tempo fazendo uma pergunta ao Sr. Delúbio, ele não estava prestando atenção, então perdi um minuto do meu tempo. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> restituísse o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Será restituído.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Vou voltar à pergunta. O Sr. Delúbio é um homem de finos hábitos. Gosta de bons vinhos, de esportes finos, pescaria, esportes radicais, bons charutos. Eu pergunto se V. S<sup>a</sup> passou o carnaval de 2003 na Bahia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que sim. O carnaval na Bahia, passei em 2003, dois dias em Salvador, ou três dias em Salvador e três dias em uma casa que o Duda Mendonça tinha alugado na Bahia de Camamu.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor estava acompanhado de quem? Quais as autoridades que o acompanhavam?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As pessoas que lá estavam na casa...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Além de alguns pescadores do late do Rio de Janeiro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, o senhor fez uma afirmação. Vou responder a pergunta. Quanto às afirmações, não concordo com os hábitos nem com os esportes radicais. Não vou polemizar porque não é o fórum. Quem estava presente na casa que o Duda Mendonça me convidou, convidou também o Ministro Anderson Adalto e o Ministro José Dirceu, com as respectivas famílias. Eu com a minha mulher, o José Dirceu com a mulher dele e o Anderson com a filha dele.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Foi aí que eu conheci o senhor. Eu estava na praia. Não tinha aproximação até porque eu não tinha aproximação, vi de longe, eu não podia chegar perto, mas vi que o senhor estava na praia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas, não foi excesso de segurança. A gente estava lá como qualquer pessoa normal.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Eu não conhecia, não sabia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No próximo carnaval a gente pode ter a oportunidade de estar juntos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não é bem assim. Mas eu não conhecia, até porque eu não freqüentava a corte. Sou deputado de oposição, conhecia o Ministro José Dirceu todo poderoso, mas não fazia parte disso. No caso, foi só para desconstrair.

Mas vejo também que o senhor é um professor de matemática e tem boa memória. Porque as perguntas que foram feitas o senhor corrigiu alguns deputados sobre a eleição de 2002, 2003, sobre no Maranhão as pessoas que foram candidatas, então reparei, prestei atenção que o senhor tem boa memória, e deve ter boa memória para números, porque o senhor é professor de matemática.

Agora, eu fiz as contas e vejo que na quantidade de empréstimos ou recursos que foram tomados emprestados, e os recursos que foram pagos, por exemplo, a Duda Mendonça dos 15 milhões talvez 10 tenham saído da SMP&B, mas uns quatro ou cinco não saíram dessa conta, não batem. De onde saiu esse dinheiro? E foram para o exterior esses 10, 11, como Duda diz. Mas Duda chegou na conta 15 e pouco, mas só saíram 10. Como essa diferença chegou na conta dele, de onde saiu?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa questão dos numerários, das pessoas que receberam, inclusive o presidente pediu e vou fazer o maior esforço

possível para ver se dá para cumprir o prazo que ele pediu, para dizer os numerários, onde recebeu, quanto foi, no momento que eu conseguir analisar todas as listas e conferir com as pessoas vou apresentar aquilo que foi dentro da realidade que conheço. Agora, se foram dez, se foram quinze, se foram dezoito, se foram treze, qualquer número que eu falasse aqui seria em cima de uma lista já preestabelecida que tenho de trabalhar melhor para não cometer nenhuma injustiça com nenhuma das pessoas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não estamos falando de injustiça, mas de números.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, é isso que estou dizendo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O número é claro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não conferi os números.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Duda Mendonça recebeu R\$15 milhões e pouco. Isso está certo. Duda recebeu e disse que foi pago, só que foi lá fora. Fazemos a conta pelo dinheiro que saiu da SMP&B, mas só chega a R\$10 milhões e pouco, quase R\$11 milhões. Então, fica um hiato. Está faltando.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Precisamos verificar esses extratos todos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O dinheiro não saiu daqui, mas chegou lá. Então, ele saiu de algum outro lugar. O senhor usava outra fonte para pagar?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Outra fonte que não fosse a da empresa de Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Aliás, nas empresas de Marcos Valério, o senhor dá uma carta... O senhor deve ter um patrimônio muito alto, porque, como garantia, o senhor é avalista dos empréstimos e devedor solidário. Qualquer banco que vai tomar um empréstimo, Sr. Relator, exige pelo menos 150% de garantia do valor que é pedido em empréstimo. Então, se o senhor tomou R\$55 milhões de empréstimo, o senhor deveria dar em garantia R\$165 milhões, R\$170 milhões, pelo menos os devedores – somando o senhor mais o Sr. Marcos Valério – deveriam dar isso como garantia. É o que normalmente qualquer banco faz quando alguém toma empréstimo, não é verdade? Não tenho lastro para tomar esse empréstimo.

Farei outra pergunta, porque o meu tempo está-se esgotando. Alguns Deputados que já foram apon-

tados por terem recebido recursos por meio do Banco Rural – na lista sai um valor – dizem, porque ouvimos pelos corredores, que, na verdade, eles também não receberam esse valor, mais ou menos como o caso do Duda. Constatou-se que o saque foi de R\$920 mil, mas o Deputado disse que não recebeu esse valor; recebeu apenas R\$620 mil. A que o senhor atribui isso e onde ficou esse dinheiro, essa diferença, já que o senhor disse que só mandou pagar? O senhor mandou pagar a quantia de R\$920 mil, mas o Deputado só recebeu R\$620 mil. Aconteceu algo com esses R\$300 mil. O senhor se sente traído por isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso tem de ser verificado. Por isso, é preciso acertar as listas, conferir com as pessoas, porque é o que está na informação. Há uma lista em que o Valdemar Costa Neto recebeu R\$10 milhões, mas ele afirma que recebeu R\$6,5 milhões, o que é uma discrepância.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Também é outro caso que eu iria citar.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estamos aqui elucidando.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O Presidente Lula, em seu discurso, há poucos dias, pediu desculpas ao povo brasileiro, atitude digna do Presidente Lula – cumprimento Sua Excelência –, mas disse também que se sentiu traído. O senhor veste a carapuça por ter sido um desses traidores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu falei anteriormente que não me considero nem traidor nem traído. Há um processo político em curso no qual estou bastante envolvido e empenhado, procurando aqui esclarecer os fatos. Agora, a opinião do Presidente eu não discuto, porque a opinião do Presidente nós respeitamos. Eu normalmente respeito a opinião do Presidente. Sempre respeitei o Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Creio que o Presidente Lula tem razão, porque ele realmente confiou no Partido dele, mas as pessoas que estavam à frente do Partido realmente não corresponderam à confiança dele, pelo que está publicado nos jornais. A única pergunta que me fiz foi a seguinte: onde o senhor se coloca? Como fiel ao Presidente Lula ou infiel ao Presidente Lula? Ou uma coisa ou outra; não pode ficar no meio-termo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Como dirigente do Partido, eu cumpro as minhas funções. Estamos envolvidos nesse processo que quero procurar esclarecer. Como pessoa física, acredito, respeito o Presidente Lula. O que ele falou eu não comento. Se ele falou está falado. A interpretação vem de cada pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – A Mesa agradece ao ilustre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Convido a Senadora Ana Júlia Carepa para fazer uso da palavra.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, confesso que é difícil, até para nós, fazer perguntas, principalmente para os membros do PT. Não tenho vergonha nem medo de dizer isso e de sentir-me também constrangida com a imagem, hoje, de um Partido que tem um histórico tão importante. É um dos poucos Partidos neste País que surgiu da luta dos trabalhadores. Sabemos tão bem que milhares de pessoas também se encontram tristes neste momento. Esse fato não é agradável para absolutamente ninguém.

Mas, como também temos responsabilidades, em vez de ficar apenas chorando, precisamos olhar para frente. Sei que o que está aparecendo hoje, de forma explícita para o País, infelizmente, não foi – mesmo que outros não soubessem – inventado agora. Na verdade, isso é praticado e, aliás, o Deputado Roberto Jefferson falou, no Roda Viva e no Congresso Nacional, que essa prática era comum, normal, todos faziam e ninguém prestava contas ou, pelo menos, a grande maioria – vamos dizer assim, porque todas as generalizações são injustas – fazia campanha e nem tudo seria contabilizado.

A sociedade criminalizou a política, Senador Augusto Botelho. Então, há muita gente séria, que acredita em políticos sérios, mas tem medo de contribuir e de aparecer por diversas razões – ou em virtude de retaliação ou por temer ver-se envolvido em alguma situação ou pelo fato de trabalhar para um governo ao qual determinado político faz oposição. Então, num Estado, ele não quer ficar mal com o Governo e, portanto, ser retaliado. Esse fato acontece tanto. No meu Estado, inclusive, é muito comum. Ninguém consegue fazer oposição a quem trabalha. Quem trabalha para o Governo do Estado jamais contribuirá para quem faz oposição, porque, senão, com certeza, será colocado no freezer.

Mas gostaria de fazer algumas perguntas, Delúbio. Deputado Júlio Redecker, queria fazer uma pergunta a V. Exª. Tenho o cuidado, às vezes, ao fazer algumas afirmações sobre tal situação ou um jatinho, de saber, pelo menos a fonte da informação. O Deputado Júlio Redecker perguntou sobre um jatinho que veio aqui. Qual é a fonte dessa informação? É importante

que as pessoas, também, quando fazem perguntas, digam a fonte.

Então, já que o Sr. Deputado Júlio Redecker está aqui, darei 30 segundos, pois tenho-lhe muito respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Será utilizado o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr<sup>a</sup> Senadora, busco as prerrogativas dos jornalistas. Se eu começar a entregar as minhas fontes aqui, não acabo chegando a lugar nenhum. Faço pesquisa e recebo informações. Se ouço uma informação dessa natureza, a minha possibilidade, como inquiridor, é de perguntar ao depoente se o fato é verdadeiro ou não. Não há nenhuma ofensa em perguntar. Questionei se o fato era verdadeiro.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu só queria saber a fonte.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu o fiz a bem da verdade, porque o que temos que fazer aqui não é emitir opiniões de valor sobre o comportamento do depoente, mas perguntar o que ele tem a acrescentar aos fatos já conhecidos e principalmente aos desconhecidos. Vou continuar a investigação e, se tiver dados concretos, trarei aqui.

Perguntei a ele como gostaria de perguntar – e vou fazê-lo na minha reinscrição – outros fatos que julgo extremamente importantes.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada, Sr. Deputado. Seria importante a sociedade saber a fonte. A imprensa – é verdade – é uma fonte, porque, a todo momento, saem várias notícias. É bom que sejam esclarecidas.

Mas gostaria de fazer uma pergunta, Delúbio. Há dois tipos de empréstimo: o empréstimo formal do Partido dos Trabalhadores que foi assinado pelo PT, que o Presidente assinou, que foi decidido. Agora, esse outro empréstimo que foi feito pelo Marcos Valério, mas que você deu o aval. Eu queria fazer uma pergunta: esse recurso, esse empréstimo, essa ação foi discutida em algum momento e foi avalizada, foi autorizada pela Executiva, pela instância partidária?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senadora Ana Júlia, os fatos ocorreram da seguinte maneira: primeiro, eu não avalizei os empréstimos do Marcos Valério. Eu solicitei a ele, às empresas dele, aos bancos que emprestassem para que a gente pudesse saldar dívidas não contabilizadas de companheiros. Nós fizemos inclusive na Comissão de Ética do PT...

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu sei. Eu só estou perguntando o seguinte: se essa sua solicitação foi avalizada, o senhor comunicou à Executiva,

foi discutida na Executiva formalmente, a Executiva sabia, autorizou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vou explicar para a senhora.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Pois não.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Que a senhora foi membro do Diretório do PT.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não, eu não sou do Diretório. Não sou, não.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas sempre acompanha.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Mas posso ser, ser o Raul Ponte vencer a eleição e achar que eu posso fazer parte.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós fizemos uma reunião de todos os tesoureiros do PT. Inclusive, isso foi relatado à Comissão de Ética por várias testemunhas, para a Comissão de Ética do PT. E todos levantaram os problemas. E os problemas foram informados ao Diretório. Como as dívidas eram não contabilizadas, o que é não contabilizado é não registrado, e as pessoas que já tiveram esse processo sabem: não contabilizado faz da maneira mais reservada, não secreta, mais reservada possível, e passaram... Todo o mundo me procurava: “Olha, o Delúbio resolve esses assuntos”. E fui procurando resolver. Tanto é que chegou ao final de 2003, as dívidas de 2002 de quase todos os Diretórios tinham sido resolvidas. Todos os membros do PT, a maioria sabe disso. E estamos com dívidas agora da campanha de 2004 em várias cidades, vários diretórios regionais. E os Diretórios Regionais normalmente ajudam os Diretórios Municipais e o Diretório Nacional normalmente é solidário também. Isso aconteceu em 2004 e fomos resolvendo da maneira que nós encontramos as soluções. Foi a solução que nós encontramos. Podíamos ter encontrado outra solução. Mas na época estava delegada a mim e eu encontrei essa e foi essa que eu consegui fazer.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Então, foi numa reunião dos tesoureiros que colocaram... Mas, como estava delegado, o senhor resolveu, o senhor decidiu resolver. Mas a Executiva Nacional não sabia? É só essa resposta que eu queria.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Como é não contabilizado, nós não temos o menor espaço para discutir isso.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ah, bom! Então, quer dizer, não foi discutido? Ótimo!

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não tem espaço para discutir isso.



**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não, tudo bem. Eu não estou discutindo essa questão. Eu só estou querendo saber...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Entendi. Agradeço a pergunta da senhora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – A instância partidária nem sequer discutiu esse assunto. Então, é óbvio que nem todos os membros da Executiva Nacional sabiam dessa questão, assim como a grande maioria, com certeza, não sabia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora, todos os credores sabiam.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Oi?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Todo o mundo que estava com...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Certo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...pendurado, com dívida.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Ok! O que a gente também considera estranho – creio que o Deputado Devanir já falou – e eu confesso que não acredito também que só você, Delúbio, permita-me chamá-lo assim, só você e o Sílvio tenham responsabilidade nisso. Eu não creio nisso. Acho que há outras pessoas, mas eu vou respeitar a sua decisão.

Agora, existe uma questão que eu queria que pudéssemos – falta um minuto só, porque também excedi o tempo – esclarecer, Delúbio, primeiro o fato de que, se não passou pela Executiva, então, é natural que muitos não soubessem. Eu não acredito, como já disse, que só o senhor, só o Sílvio Pereira foram responsáveis por toda essa situação. Mas eu pergunto: quando o senhor foi apresentado – o senhor já disse isso várias vezes – pelo Deputado Virgílio ao Marcos Valério, o senhor conhecia – não só dele –, mas qual o conhecimento que o senhor tem de práticas como essas de recursos não contabilizados para a campanha, de outras campanhas, de outros partidos que foram tão publicadas na imprensa, mas parece que só agora se está percebendo isso.

É natural que um povo reaja até porque o PT foi eleito, o povo decidiu tirar quem estava no poder para poder fazer diferente. Não era para fazer a mesma coisa. Então, queria saber se V. Sª conhecia esse tipo de prática nos outros partidos políticos, de recursos não contabilizados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Normalmente, eu não gosto de interferir na vida dos outros partidos. Nunca levantei isso dos outros partidos. Sempre procurei cuidar do meu partido quando eu tinha a responsabilidade e assumi essa responsabilidade discutindo com pessoas do partido para assumir os recursos não contabilizados como os pegamos.

Os demais partidos, cada um se organiza e vê como é que fica.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Com a palavra o nobre Deputado Luiz Fleury.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, eu poderia fazer só uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Infelizmente, esgotou o tempo da ilustre Senadora.

A palavra está com o Deputado Luiz Fleury.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Queria apenas perguntar: já que era mensalão, por que o PT também tinha recebido para votar a favor, uma vez que os Deputados já são tão fiéis?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu peço que sejam descontados meus dez segundos, por favor.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Delúbio Soares, antes de fazer qualquer pergunta ao senhor, queria cumprimentar o Presidente em exercício, Deputado José Rocha.

Peço a atenção do Deputado José Rocha uma vez que V. Exª faz aniversário no dia de hoje e quero cumprimentá-lo e, como homenagem, está presidindo a reunião no dia de hoje e ganhou o seu presente.

Sr. Delúbio, gostaria de saber: o senhor disse que houve um acordo com os partidos referentes a dívidas contraídas em campanhas que não tinham sido saldadas. Esses acordos com os partidos eram feitos exclusivamente com o senhor ou participavam outras pessoas da negociação desses acordos para saldar as dívidas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Normalmente com os partidos aliados, Deputado Fleury.

As pessoas iam conversando. Primeiro, a gente não gosta de contar que deve, mas a hora em que o calo aperta vai-se procurando e chegou até a mim, porque o Sílvio e o Genoíno participavam de muita discussão, e chegou até a mim pelos presidentes de partido, alguns foram apresentados e buscamos encontrar a solução. Como encontramos a solução do empréstimo fomos saldando algumas dívidas e foi isso que aconteceu.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Quer dizer que essa negociação era feita só com o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – E o representante do partido indicado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Não, eu digo, por parte do Partido dos Trabalhadores era só o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pediam para eu resolver, eu encontrei essa forma. Não era uma forma simples e demorei muito tempo para

achá-la e era difícil, mas consegui. Foi resolvido e era uma forma porque não existia recurso público, a situação do empresário, nem nada e fui resolvendo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não havia a participação de outras pessoas do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, só eu.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Era só o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Quem é que elaborava a lista de pagamentos porque os partidos chegavam e diziam ao senhor que deviam e quem é que elaborava a lista dos pagamentos a serem feitos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vamos dar um exemplo. Havia um partido A, então ele elaborava os seus problemas, discutia entre eles e apresentava.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Eles apresentavam a lista dos...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eles discutiam. Estou devendo dez. Olha, não tem condição de arrumar dez, vamos arrumar sete. Eles falavam “sete não dá”. Então, pensa um pouquinho, vamos ver. Não tem condições de arrumar nada, vamos conseguir sete. Era pegar ou largar e como ele fazia aquele sete, não sei como ele fazia porque havia uma confiança das pessoas e dos partidos. É assim que funciona na política.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E eles apresentavam a lista das dívidas, dos fornecedores, ou simplesmente davam o valor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Apresentavam o problema geral que existia, e também não cabia a mim ficar discutindo lista por lista, problema por problema.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Agora, era o senhor que autorizava o saque?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Autorizava a fazer o Marcos... Não é o saque. Autorizava o Marcos Valério, no caso, quando a gente conseguia um empréstimo: Olha, paga “x” para o partido A, ou para o diretório B, e coisa e tal, e aí eles faziam. Então ele fazia e quem foi pegar não reclamava mais. Entendido que está resolvido, não é assim?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Havia uma comunicação ao senhor pelo Sr. Marcos Valério de que ele tinha efetuado o pagamento?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Olha, aquelas demandas que você pediu estão realizadas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Ele comunicava ao senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Comunicava que estavam realizadas. Eu não perguntava como, onde, que dia?

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor não sabia o modo como ele operava?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O *modus operandi*.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Não sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– O senhor não sabia se ele pagava em dinheiro, em cheque,...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ... em cheque, via outras empresas, se pagava o fornecedor direto. Negociava e resolvia.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Sr. Delúbio, nos empréstimos que foram feitos, o que chama a atenção é o seguinte: é legal um partido político tomar empréstimo, está certo? Tanto que agora o Banco do Brasil disse que não vai emprestar para nenhum partido político mais. Saiu esta semana uma decisão da diretoria do Banco do Brasil, porque o risco é muito grande. É legal, o partido político, como pessoa jurídica, pode tirar o empréstimo.

Por que os empréstimos foram feitos pelo Sr. Marcos Valério, com o aval do senhor, e não pelo próprio Partido dos Trabalhadores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Porque os empréstimos, Deputado Fleury, eram... As dívidas eram não contabilizadas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – As dívidas eram não contabilizadas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não contabilizadas. Então só podia usar de um dinheiro... O dinheiro tem origem, não é escusa a origem do dinheiro, houve um empréstimo, e esses recursos eram passados para pagar essas dívidas não contabilizadas. Foi por isso que foi assim. E se fossem as dívidas contabilizadas de todos os partidos e do nosso partido, poderia fazer o empréstimo ou uma doação legal do partido, para o partido poder quitar essas dívidas. Mas não foi esse o procedimento.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**  
– Houve algum empréstimo feito diretamente ao senhor, como tomador, o Marcos Valério como avalista, ou eram todos do sistema Marcos Valério tomador e o senhor como avalista?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu sou avalista solidário e avalista de confiança, não sou nem avalista formal dos empréstimos. Eu solicitei a ele que fizesse, ele topou fazer, e foi assim que foi feito.

A minha pessoa não tem nenhum empréstimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E nem o Partido dos Trabalhadores?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores, nós fizemos dois empréstimos no Banco Rural, um de 3 milhões e um empréstimo no BMG de 2.400. Então, um empréstimo no Rural e um no...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Por que há empréstimos feitos pelo Partido dos Trabalhadores, legalmente, contabilizados, e há empréstimos que foram feitos não com o Partido dos Trabalhadores, e sim através de terceira pessoa? Porque é isso que chama a atenção, vamos dizer assim.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Rapidamente. Os empréstimos contabilizados são para pagar dívidas que o PT fez, contabilizadas, entre a transição, a despesa da festa popular que fizemos e as despesas do PT. Esses recursos dos empréstimos já detalhei para a nova direção onde foram pagos, tudo certinho, com os cheques e as notas fiscais. E os empréstimos não contabilizados, porque as despesas não eram contabilizadas, não tinha como pegar empréstimos contabilizados e pagar essas despesas, porque os candidatos já tinham todos registrado no TRE e muita gente tinha medo de impugnar – mesmo não eleito o governador, o senador –, impugnar a chapa de deputado, essa coisa toda.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas o senhor sabe que, a qualquer momento, se pode fazer a correção da prestação de contas no Tribunal Eleitoral, na Justiça Eleitoral...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Todos os nossos partidos vão ter que fazer isso agora.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – ...e não há nenhuma consequência da ordem da perda de mandato, ou coisa semelhante. Então, não seria muito mais fácil fazer legalmente e os partidos, e mesmo os candidatos, regularizarem sua situação junto ao Tribunal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Se fosse hoje, eu faria essa sugestão do senhor, mas, na época, nós não tivemos a oportunidade de fazê-lo. Pode ter sido um erro do PT e dos partidos da base aliada também.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É, porque seria muito mais fácil tomar essa providência e não haveria...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Hoje está muito mais claro que seria muito mais fácil. Não encontramos essa forma na época.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Insisto no seguinte: pelo que eu soube e li da organiza-

ção do Partido dos Trabalhadores, para que qualquer empréstimo fosse tomado, havia a necessidade de concordância da Executiva. Confere isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A Executiva reuniu e viu o problema e, no caso dos empréstimos que estão contabilizados, teve a decisão da Executiva de pegar o empréstimo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Há a decisão da Executiva?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quanto aos demais, como se discutiu empréstimo não-contabilizado, dinheiro não-contabilizado, mandou resolver e fazer dessa forma, e resolveu.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Uma última questão: quando o senhor fala de despesas com a festa popular, o senhor se refere à posse do Presidente Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É. *Shows.* Ajudamos os cantores a vir. *Passagem...*

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Mas é, especificamente, da posse do Presidente?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Da posse do Presidente Lula.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – E isso foi pago com qual dos empréstimos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi pago com o empréstimo contabilizado. Toda a posse do Lula nós contabilizamos. Foi aquela grande festa, muita gente que veio, os palcos, arrumação da Praça dos Três Poderes. Gastou muito dinheiro naquilo ali, e a gente...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Isso está contabilizado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Está contabilizado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Se houver necessidade, o PT pode disponibilizar esses dados, inclusive as notas fiscais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode, sem nenhum problema. As notas fiscais... Está tudo regular no PT, está na prestação de contas de 2003. Está à disposição. Já abrimos o sigilo bancário do PT, não nesta CPMI, porque a CPMI não pediu. Não precisa nem pedir ao PT, é só pedir cópia dos documentos que estão na CPMI dos Correios, de todos os documentos do sigilo bancário. O sigilo bancário de todos os dirigentes do PT está à disposição. Sigilo bancário, nota fiscal, telefone, está tudo lá disponível para a CPMI poder analisar e ter clareza dos fatos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)** – A Presidência agradece a intervenção do Deputado Luiz

Antonio Fleury e convida o Senador Eduardo Suplicy para fazer uso da palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Sr. Presidente, Deputado José Rocha; Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Delúbio Soares, primeiro, quero aqui dizer que me sinto responsável por muito daquilo que está ocorrendo e que está sendo divulgado, uma vez que fui um dos eleitores da chapa do campo majoritário, presidida pelo Deputado José Dirceu, Presidente do Partido quando essa direção assumiu. Portanto, fui eleitor do Presidente José Dirceu, que foi sucedido pelo Presidente José Genoíno e por aqueles que compuseram a direção da qual V. Sª fez parte.

Portanto, sou seu eleitor para a Executiva Nacional do Partido e me sinto com grande responsabilidade por aquilo que também ocorreu. Não fui membro da Executiva do ano de 2003 até hoje, mas, por exemplo, em 2002, eu era Líder do PT no Senado e, como tal, fazia parte da Executiva. E, como V. Sª sabe, mesmo não sendo membro da Executiva de 2003 até hoje, com frequência, freqüento as reuniões da Executiva, porque, como Senador, tenho direito de acesso às reuniões.

Lembro-me de, em algumas ocasiões, V. Sª, como diretor-tesoureiro, ter dito alguma coisa sobre as finanças do Partido, mas normalmente as comunicações sobre as finanças eram feitas em momentos de não maior atenção da Executiva. Por vezes, ao final, V. Sª distribuía como que um relatório, para que as pessoas pudessem conhecer, e poucas vezes eu sinceramente me lembro de ter havido uma discussão aprofundada sobre o estado das finanças do Partido dos Trabalhadores, seja na Executiva, seja no Diretório Nacional.

Digo isso porque tenho responsabilidade sobre a eleição da Executiva desses últimos anos e da Direção Nacional. E quero afirmar o que, há pouco, quando houve aquele intervalo, eu lhe disse, ou seja, que considero importante, caro Delúbio Soares, que V. Sª, o Deputado José Dirceu, Sílvio Pereira, qualquer dos membros da Direção Nacional e outros que ainda poderão vir aqui possam transmitir as coisas tais como elas ocorreram.

Inclusive, quero dizer-lhe que, há poucos dias, enviei uma carta ao Presidente Lula sugerindo que Sua Excelência pudesse até fazer uma visita ao Congresso Nacional, para aqui ter um diálogo conosco. Ainda que não seja previsto na Constituição que qualquer Senador ou Deputado possa fazer a convocação do Presidente, é previsto que o Presidente possa estar aqui quando o desejar. Sua Excelência veio aqui no dia da posse, já esteve aqui no primeiro ano, em 15 de fevereiro, para transmitir a sua mensagem.

Sua Excelência poderá resolver, por exemplo, ter um diálogo com os Deputados Federais e com os Senadores, sobretudo a partir dessa situação que merece um esclarecimento, a partir, inclusive, de suas palavras, visto que Sua Excelência disse que estava indignado e se sentia traído e pediu desculpas, querendo que o Congresso Nacional apurasse inteiramente todos os fatos, o que foi reiterado outra vez, ontem, em Vitória da Conquista.

Obviamente, como Presidente da República, Sua Excelência está dizendo isso a todos, e eu me sinto, inclusive, como seu companheiro de Partido, como companheiro do Presidente, como seu companheiro, na responsabilidade de lhe dizer o quão importante é, para toda a nossa trajetória de 25 anos de defesa da democracia, da ética na política e da realização da justiça, contribuírmos para o desvendar completo dos fatos, por mais difíceis que possam ser as consequências para nós, como Partido político.

Vou fazer algumas poucas perguntas, algumas das quais já foram aqui feitas. Mas, à luz dessa introdução, eu lhe agradeceria se pudesse responder.

Em relação ao financiamento da campanha do PT em 2002, quando inclusive eu era membro da Executiva como Líder do PT no Senado, quem, da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, sabia da procedência dos recursos utilizados? Toda a Executiva sabia, todo o Diretório Nacional sabia, ou apenas algumas pessoas a conheciam? Essa é a primeira pergunta.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Da campanha de 2002, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Sim.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Na campanha de 2002, tinha um comitê financeiro que era integrado por mim, pelo Presidente José Dirceu, e cada Partido tinha dois indicados. Eram cinco Partidos que participavam da coligação no primeiro turno. No segundo turno, incorporaram a mesma prática, mas, no segundo turno, foi uma campanha muito rápida, e acabou não dando muita condição. A arrecadação foi feita na prestação de contas do Diretório no Hotel Hilton, onde teve toda a prestação de contas, que entregamos ao Tribunal em seguida. O senhor deve ter acompanhado aquela reunião que substituiu o José Dirceu pelo Presidente José Genoíno. A partir desse momento, não conversei mais sobre o assunto com o Deputado José Dirceu, que depois virou Ministro José Dirceu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Portanto, são esses os membros do Comitê Financeiro citados que...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...que acompanharam a campanha.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Propriamente decidiam mais de perto sobre a fonte de recursos e como seriam gastos os recursos, sobretudo os de responsabilidade do PT.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Em relação ao financiamento das campanhas municipais de 2004 do PT, quem é da Direção Nacional do Partido que sabia da procedência dos recursos? Houve também um comitê financeiro tal como aquele de 2002? Quais eram as pessoas com as quais o diretor-tesoureiro dialogava para tomar decisões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nas eleições de 2004, o PT realizou, depois das conferências e dos seminários... Realizamos, com o Presidente, com o Secretário-Geral, com o Tesoureiro do PT e com o Secretário de Organização Nacional, com os respectivos Estados, reunião de todos os Estados do Brasil, onde elencamos as prioridades. Cada Estado tinha um responsável para discutir as prioridades dos Estados. Tudo que o Diretório Nacional fez em 2004 foi dialogado com o respectivo Diretor do PT, com a Secretária de Finanças, com a Secretária de Organização, com os responsáveis pela campanha de cada cidade. Cada cidade tinha um responsável de fazer esse diálogo. Onde seria um *show*, se não ia, se ia fazer camiseta, se ia recurso, se ia artista, se ia Ministro e militantes que estavam no Governo, que iam visitar as cidades, se arrumava jatinho, se ia de avião de carreira, se ia de ônibus, se ia de carro, tudo isso foi discutido. Tinha um amplo comitê para isso. O senhor viajou várias vezes nessas condições.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Minha última pergunta, para cumprir o tempo, Sr. Presidente, é de natureza mais política.

Na sua explanação, respondendo às diversas perguntas, observou que o PT tinha 91 Parlamentares na Câmara dos Deputados – aqui éramos 14, depois nos tornamos 13, e era necessário ampliar a base de apoio aliada. Então, mencionou os números de diversos Partidos que se tornaram aliados. Houve muita ênfase no que diz respeito a aspectos de recursos que, por exemplo, foram debatidos com o PTB, com o PL, com o PP, com parte do PMDB, por exemplo.

O que pergunto é se, no âmbito da Executiva, da Direção Nacional, ou no diálogo que teve com os membros do Governo, com os membros da coordenação política, com o Ministro José Dirceu e também com o próprio Presidente Lula, houve algum dia uma reflexão de natureza “precisamos persuadir os Deputados ou os Senadores a votarem nas proposições

do Governo, sejam projetos de lei, sejam projetos de emenda à Constituição”?

Aqui, no Senado, por exemplo, votamos para a Aneel, para a ANP – Agência Nacional do Petróleo, para o Banco Central, para o Cade, para Missões Diplomáticas, e precisamos persuadir os Parlamentares à luz da defesa de nossos programas, à luz daquilo que o Presidente Lula tem como compromisso perante o povo. Cada um deve votar de acordo com o interesse público.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Formule a pergunta, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Não houve uma ponderação dessa natureza sobre qual tipo de relação que deveria ter o Poder Executivo com o Congresso Nacional, que não fosse tanto essa consideração de recursos para esses Partidos? É minha última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Pois não.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senador, como prometi e estou procurando fazer, estou contando aquilo que eu sei. O que eu não sei eu não posso contar. Estou contando o que é verdade. Eu não participei de nenhuma discussão com o Governo sobre recursos de Parlamentares e nem participei disso com Parlamentares. Já afirmei isso aqui e quero afirmar novamente. O que eu fiz foi discutir com as direções dos Partidos algumas dificuldades que foram transmitidas de 2002, a estruturação, em 2003, de todos os Partidos da base aliada e também a preparação da campanha eleitoral de 2004. Foi isso que aconteceu. Das discussões filosóficas dos projetos aqui, eu nunca participei. O senhor sabe disso. Eu nunca discuti isso nem com o Ministro José Dirceu nem com o Ministro Aldo e muito menos agora com o Ministro Jaques Wagner.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – A Mesa agradece a intervenção do Senador Eduardo Suplicy e suspende os trabalhos por três minutos, para que o nosso depoente possa se ausentar.

*(Suspende-se a reunião às 15 horas e 22 minutos.)*

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já que o depoente não está falando.

Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um registro. Naquele momento, eu não podia fazê-lo. O Deputado Devanir Ribeiro está ali. É um erro imaginar que é ruim ouvir o doleiro. Ele deve ser ouvido de forma reservada, cumprindo o Regimento da Casa, Sr. Presidente. O Regimento é absolutamente claro. A reunião reservada

não pode ser divulgada à imprensa. Fizemos isso na CPMI do Narcotráfico milhares de vezes, e foi o que fez o sucesso daquela CPMI.

Mais que isso: a delação premiada, Sr. Presidente, só se constituirá na prática se as provas facilitarem o andamento dos trabalhos. Do contrário, nem o promotor vai pedir a diminuição de pena, nem o juiz vai conceder a diminuição de pena. Isso somente acontecerá se as provas que ele der funcionarem; do contrário, isso não ocorrerá.

Então, não há motivo para ter medo de não haver delação premiada. O que é preciso fazer é ouvir o doleiro, sim, de forma reservada, para que ele não possa falar qualquer besteira que queira. A delação é verificada pela CPMI. Sendo verdade o que ele diz, a CPMI informa ao Ministério Público que, efetivamente, ele colaborou. Do contrário, não há colaboração. Isso acontece em qualquer país do mundo.

Não há por que não ouvir o doleiro. Nós, da CPMI do Narcotráfico, Sr. Presidente, ouvimos milhares de presos. Na CPI das Armas, continuamos ouvindo presos. Aliás, a maioria dos presos, muitas vezes, ajudam-nos mais que um indiciado. O cara já está condenado mesmo, ele só pode melhorar a vida dele; piorar não tem jeito. Já o indiciado tem o direito de mentir, porque esse é um direito constitucional. Então, é um erro imaginar que um preso não pode ser testemunha. Pode, sim, e deve!

Mas é preciso saber como perguntar. Depois, é preciso checar se a informação é verdadeira ou não, antes de divulgá-la. O erro é divulgar informação de reunião reservada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – O.k., ilustre Deputada Laura Carneiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Enquanto o depoimento está parado, eu e a Deputada Laura Carneiro vamos fazer um debate aqui. A Deputada é a favor e eu sou contra. Sabe por que sou contra, Deputada Laura Carneiro? Sabe por que não tenho a confiabilidade no reservado?

Veja só: ontem, no Rio de Janeiro – acho que foi no Rio de Janeiro –, uma Procuradora ou uma Promotora ouviu o Maurício Marinho. Se ela ouviu, era sigiloso. De repente, ela passou para uma Senadora aqui, da Casa, todo o depoimento. Então, não há sigilo. Não há nada de sigiloso neste País. É esse o problema.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Nobre Deputado, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Está com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – De repente, vira verdade aquilo que é mentira, ou o que é mentira vira verdade, uma coisa ou outra. Por isso, não podemos depender desse pessoal, porque eles vendem a alma para poderem sair.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – V. Exª me concede novamente a palavra? É só para terminar...

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, para concluir.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Quero só concluir dizendo ao Deputado Devanir Ribeiro que não tenho dúvida nenhuma de que o erro está na publicidade dada a uma matéria reservada seja pelo Ministério Público, seja por esta Casa.

O Deputado Luiz Couto e eu trabalhamos juntos na CPMI da Exploração Sexual Contra a Criança e o Adolescente e fizemos isso de forma contumaz. Em nenhum momento, houve abertura do que era reservado. Esse é um compromisso dos membros de qualquer CPI. Na hora em que isso vaza, é até falta de decoro, se V. Exª sabe.

Mas nem o Ministério Público tem o direito de revelar, se assim decidir a Justiça, nem o Parlamento, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Se estão suspensos os trabalhos, Sr. Presidente, não deve haver atividade durante a suspensão. V. Exª disse que os trabalhos estavam suspensos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Justamente.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, durante esse período, não há qualquer atividade, até para que o pessoal que está na televisão possa...

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Qual é o problema de debatermos?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – A Mesa atende a sua questão de ordem. Vamos aguardar o retorno do depoente.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Trata-se de uma questão de ordem. V. Exª tem de reabrir a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é a questão de ordem apresentada por V. Exª?

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – É simples. Eu imaginava que, como sempre V. Exª fez, a reunião continuaria, que debateríamos, enquanto o depoente estava fazendo a sua missão. Mas o Deputado Luiz Couto entende que não podemos discutir enquanto o depoente não estiver presente. E não era sobre ele, por acaso. O Deputado suspendeu a reu-

não. Então, V. Exª tem de reabri-la. Caso contrário, não irá valer nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Acabo de receber essa informação.

Reabro os trabalhos imediatamente.

*(Reabre-se a reunião às 15 horas e 28 minutos.)*

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Agora sim, a Deputada poderá falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A Deputada Laura pede-me para falar que, quando há o instituto da delação premiada, podemos fazer, inclusive, diligência com dois ou três Deputados para ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeitamente. Certamente, vamos multiplicar nossa capacidade de trabalho com grupos de trabalho, como foi aqui mencionado, ou com subcomissões.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pode-se fazer isso reservadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos fazê-lo. Já há alguma proposta concreta nesse sentido?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O Presidente está perguntando se já há alguma proposta concreta nesse sentido. Caso contrário, entrem com requerimento para uma diligência sobre a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Se a Deputada Laura quiser, depois faço um requerimento nesse sentido, sem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Queremos esclarecer os fatos da melhor maneira possível, da forma mais eficiente imaginável.

Começo a contar o tempo de V. Exª, nobre Deputado Moroni Torgan, a quem concedo mais uma vez a palavra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Delúbio, vão mudar o ditado: a culpa não é mais do mordomo, mas é do tesoureiro. Parece que tudo agora recai sobre o tesoureiro. Cada um que veio prestar depoimentos nesta CPMI citou o seu nome como sendo o grande articulador. Do jeito que está, creio que V. Sª está mandando mais do que o Lula no PT.

Deixe-me falar algumas coisas. O Deputado Fleury usou uma linha que achei muito interessante. Quero, talvez, pegar outra parte da linha.

V. Sª disse que parte dos empréstimos era para pagar o caixa dois. Falo do caixa dois de campanha, que era tanto do seu Partido quanto de outros. Está certo isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Os recursos não contabilizados foram para pagar despesas não contabilizadas do PT e dos Partidos aliados.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Certo. Queria saber como é que iriam fazer a justificativa do gasto do dinheiro legalmente. O dinheiro, se veio por um empréstimo, veio ilegalmente. Como é que a gente da baixa nele?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esse é um problema que tem de ser resolvido. Não o resolvemos ainda.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Esse é um problema grave.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sei disso, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Ser ilegal para o caixa de campanha é uma coisa, mas ser ilegal na lei tributária gera de três a seis anos de cadeia.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – E multa.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A multa é o de menos. O pior é a pena de dois a seis anos de cadeia. Se é ilegal, conforme a lei do colarinho branco, a pena é de um a cinco anos de cadeia. Muitas vezes, podem passar ao senhor que estamos falando do problema do caixa dois de campanha. Não. Estamos falando que o senhor esteve junto com Marcos Valério praticando um crime contra o sistema financeiro, o que gera de um a cinco anos de cadeia, e praticando um crime contra a legislação tributária, cuja pena é de dois a seis anos de cadeia. Quer dizer, não é um simples... Porque, no momento em que o senhor pegou o caixa dois, tudo bem! Mas, no momento em que a justificativa do empréstimo legal se tornou ilegal, aí se tornou um crime contra o sistema financeiro e contra a legislação tributária. O senhor tem consciência disso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A necessidade levou a gente a tomar esses fatos. Aí temos que responder juridicamente todas essas ações que vão ser, que vão acontecer, e vão ter que ser respondidas no momento certo. Depois, a CPMI acaba, a CPMI acaba, o problema fica, e nós vamos conviver com esse problema um longo tempo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas é um problema muito sério. Quer dizer, o senhor comentou um problema seriíssimo.

Quando o Senador Suplicy perguntou sobre o conselho, aquele de contas, como é que era, comitê financeiro, quem eram os membros do comitê financeiro, que sabiam tudo que o senhor sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, o comitê financeiro que o Senador apresentou foi na campanha de 2002. Eles tinham um comitê financeiro que extinguiu assim que prestou conta da campanha. Em 2004, não tinha um comitê financeiro, tinha...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – E o senhor não me disse quem era o comitê financeiro de 2002.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – De 2002?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O comitê financeiro de 2002 era o presidente do partido, o tesoureiro, de cada partido da base aliada. No caso do PT, era eu e o José Dirceu; no caso do PL, era o Valdemar, não sei se era o Lamas ou outra pessoa responsável pelo PL; o Pcdob era o Renato e o Batista. E cada partido tinha o seu tesoureiro.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, no fim da campanha, todos chegaram à conclusão de que tinha uma dívida.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, a campanha nacional encerrou sem dívida; ao prestar conta, primeiro, eu chamei o comitê financeiro da campanha, prestei conta...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – O senhor não ia pedir um empréstimo de R\$40 milhões aí, não sei se foi isso, foi R\$29...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aí, nós encerramos aquele comitê financeiro, que entregamos a prestação de conta. E, no caso da campanha do Presidente Lula, tinha que ser aprovada para que pudesse ser diplomado. Aí foi a primeira a julgar.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E, no caso, foi furada a prestação de contas, porque, se tinha caixa dois...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, foi correta. O caixa dois... o dinheiro não contabilizado, Deputado Moroni Torgan, foi para quitar dívidas das campanhas estaduais do Partido dos Trabalhadores e de partidos da base aliada, como eu já expliquei várias vezes, mas tenho a maior honra em explicar para o senhor novamente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Como é que o senhor distribuía o dinheiro do caixa dois? O senhor dizia para eles: “Ó, isso é dinheiro do caixa dois mesmo, não vai me arrumar complicação”. Era isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As despesas eram não contabilizadas, e o dinheiro saía

do empréstimo, via empresas do Marcos Valério, e ele retirava os pagamentos.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – E como é que foi esse pagamento do caixa dois para o Duda?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós debatemos bastante isso, hoje, mas explico novamente para o senhor. Eu pedi ao...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, mas na hora, assim, eu não quero saber o detalhe. O detalhe, o Duda até falou e tudo o mais. Eu quero saber o seguinte: quando foi decidido, o Duda cobrou quanto pela campanha?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu tenho que verificar essas contas, porque, como eu não estou mais na direção.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – O senhor era o tesoureiro.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, eu tenho minha memória.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não se lembra quanto pagou para o Duda?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em torno, acho que de R\$25 milhões a parte formal e a parte informal do Duda e das suas campanhas. Nós fizemos três campanhas em 2002 e a campanha de 2004.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sim. Aí você discutiu com quem esse negócio? Você tinha um comitê de campanha, não é? E todo mundo tinha que participar desse comitê. “Olha, nós vamos pagar para o Duda, formalmente, tanto, e, informalmente, tanto”, é isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. No que refere à campanha que ficou pendente do Duda foi: uma parte da campanha do Rio de Janeiro, uma parte da campanha de São Paulo de 2004.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Isso já está bem explicado, o senhor tem razão. Isso já foi falado.

Eu quero saber quando sentaram assim e disseram: “Olha, nós estamos devendo, vamos dizer, R\$40 milhões para o Duda. Vinte e cinco milhões vão ser no formal, vamos chamar de formal, e R\$15 milhões vão ser no informal”. Quando é que vocês decidiram isso aí?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, esse comitê financeiro não discutiu esse assunto.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Ué! Mas não era o Duda que fazia toda a campanha do Presidente? Quem é que discutia isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, fazia a campanha do Presidente e as outras campanhas.



**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Sim. Mas quem é que discutia isso? Está difícil de o senhor me convencer que o senhor, sozinho, olhava no espelho e dizia: Aí, eu quero dizer, Delúbio, viu, Delúbio? ou viu, Delúbio? – e o Delúbio pergunta para o Delúbio –, nós estamos devendo R\$40 milhões, e R\$15 milhões nós vamos botar por fora, mas eu e o Delúbio aqui – o Delúbio e o Delúbio ficam falando... Não dá para acreditar!

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, com todo o respeito, não foi assim.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Sim, então, me conta como é que foi.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A campanha eleitoral de 2002, ela foi uma campanha que teve não abundância de recursos, mas recursos suficientes para resolver a campanha de 2002, a campanha do Presidente Lula. O que ficou faltando foi nas campanhas estaduais...

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Me desculpe, Sr. Delúbio, o senhor está dando toda a volta de novo. Vamos direto no negócio. Eu quero saber com quem que o senhor sentou para saber, porque eu lhe explico por quê. Porque alguém tinha que sair feito doido para pegar esse dinheiro, porque faltou. E nós estamos falando de milhões, nós não estamos falando de trocadinho, que o cara coloca o dinheiro no bolso e diz... Nós estamos falando de milhões. Quer dizer, sozinho, o senhor não ia abraçar essa de jeito nenhum, nem agarrado com o Marcos Valério.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, primeiro, eu não procurei dívidas, elas chegaram até o Diretório do PT através dos tesoureiros de campanha, dos coordenadores. Apresentaram as dívidas, e também foi... (*Inaudível.*) Aí que eu fui atrás de uma solução.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Veja bem, deixa eu lhe explicar melhor. Mais uma vez, o senhor está dando volta. Eu acho que o errado sou eu.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não quero dar volta. Vamos resolver então sendo direto.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Eu acho que o errado sou eu. Eu acho que eu é que não estou conseguindo lhe falar. Eu estou lhe falando de uma única conta: Duda Mendonça. Quem é que decidiu dar o dinheiro regular para ele, e quem é que decidiu sobre o irregular?

Eu não estou falando das contas do PT das cidades, eu estou falando só de Duda Mendonça, uma coisa bem simples para o senhor me falar: “Olha, eu sentei com fulano, sicrano e beltrano e nós decidimos que íamos pagar o Duda. O Duda cobrou R\$40

milhões, e nós decidimos que R\$25 milhões a gente tira oficialmente aqui, e R\$15 milhões nós vamos tirar por fora, lá”. O senhor tinha que sentar com alguém para fazer isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – As despesas do Duda Mendonça que ficaram pendentes foram despesas da campanha de São Paulo, principalmente do segundo turno...

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Eu só estou dizendo que isso o senhor já falou, o senhor não precisa falar de novo.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, mas aí, então, eu não posso acrescentar. É isso, Deputado. Eu não estou aqui inventando, eu não posso inventar.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – É que, cada vez que eu pergunto uma coisa, o senhor responde outra.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, eu não quero fazer isso.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – O senhor vai de novo para a despesa de São Paulo, para a despesa não sei de onde. Eu não quero saber isso. Eu quero saber quem é que sentou com o senhor para pagar por dentro tanto e por fora tanto para o Duda.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, a primeira campanha nacional não teve pagamento por fora. Já falei isso, já afirmei e está na Procuradoria.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Eu também não perguntei isso. É isto que eu estou dizendo, o senhor não me responde uma pergunta simples.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – O tempo já terminou, mas eu vou tentar objetivar novamente, se me permite, nobre...

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Eu vou intervir como Presidente para ver se consigo exatamente que o depoente se desenrole. Não importa a origem. Já explicou V. S<sup>a</sup> o que se referia à campanha nacional e às outras, isso não importa.

Mas, enfim, tinha uma dívida de R\$40 milhões, pelos dados. Vamos admitir que fosse hipotética essa dívida: R\$25 milhões foram pagos com os recursos regulares ou formais, e os outros R\$15 milhões, quem decidiu, quem ordenou para o senhor, ou o senhor é que determinou que fossem pagos com recursos de origem informal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em fevereiro, por aí, janeiro ou fevereiro, eu fui procurado pelos tesoureiros dessas campanhas, apresentaram o débito do Duda Mendonça. O que está em jogo é Duda, não é? Foram apresentados esses débitos e nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim, a soma de tudo isso chegava a quanto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O débito era de R\$15 milhões em 2004. Aí o Duda apresentou também... Em 2003, até 2003. Ele apresentou um projeto...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Da campanha de 2002, das campanhas estaduais.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...o que tinha ficado em 2003, 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quanto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aproximadamente R\$9 milhões, mais ou menos. Aí ele falou assim: “Ó, eu quero para 2003 fazer um projeto com o PT, mas do grande”. Tem “n” coisas que nós fizemos. “Então, isso vai dar quase R\$15 ou R\$16 milhões, R\$17 milhões. Eu quero, mais ou menos, um formal e vocês me pagam mais R\$15 milhões”. E aí ele ficou me cobrando. E aí eu encontrei outra solução.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, ele teria lhe feito essa proposta, segundo o senhor quer... Não, só para nós entendermos: dos R\$16, R\$17...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele teve uma parte formal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele queria uma parte formal e a outra... Ele mesmo que solicitou a V. S<sup>a</sup>?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, como já tinha uma parte bastante informal, encontramos essa solução. Vamos pagar, vamos fazer, vamos pagar, vamos fazer. Encontramos a solução, e fizemos a opção por não pagar informal.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, deixem-me entender. Estou entendendo uma outra coisa agora. Ainda não ouvi a resposta. Por mais que o Presidente tenha tentado ajudar, eu ainda não consegui saber quem é que sentou com o senhor para decidir isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora eu iria responder isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas eu quero lhe dizer que nesse...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Sr. Presidente, olhe o tempo!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu estou assumindo essa questão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Só um pouquinho. É uma questão só e o negócio não sai, não anda.

O que eu quero dizer é o seguinte, quando o senhor falou, o senhor falou para o Presidente: “Olha,

Duda Mendonça...” Para o candidato: “Duda Mendonça, vai sair R\$40 milhões”. O senhor falou isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

Quando o Duda Mendonça apresentou a proposta de campanha dele, nacional, um valor que eu não lembro, mas está na contabilidade. Depois, Duda resolveu fazer campanha nos Estados; depois, cobrou a campanha nos Estados. Isso em 2002. Em 2003, veio o buraco que eu não sabia. Fiquei sabendo...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E o senhor falou uma coisa que eu achei interessante.

Tinha muitos recursos não contabilizados. Por isso que foram pagos então os R\$15 milhões por fora?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É que tinha essa...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Chegaram muitos recursos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não é que chegaram muitos recursos, chegaram muitas dívidas; ao contrário.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas o senhor deu a entender que chegaram...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, chegaram muitas dívidas.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, para terminar, só uma coisa. Objetivamente, quem sentou com o senhor para decidir o que era pago por dentro, para o Duda, e o que era pago por fora?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O que era pago dentro da contabilidade normal da campanha e do Partido dos Trabalhadores, a Executiva Nacional do PT; e, da campanha, o comitê financeiro. As dívidas não contabilizadas apareceram, vieram, foram realizadas em 2002; uma parte significativa delas apareceram ao Diretório Nacional em janeiro e fevereiro, aquela cobrança toda, que eu já expliquei essa pendência “n” vezes, e nós encontramos essa forma de solução.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós quem?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É, eu encontrei essa forma de solução. Fui designado para resolver o problema.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O senhor acabou de dizer “nós” e agora já voltou para o “eu”?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Sr. Presidente, acabou o tempo.

Ele se reinscreve, novamente.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É um erro de linguagem, então.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É um erro com a verdade. Eu acho que é muito mais um erro com a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou resumir a resposta. Entendo o seguinte, segundo ele, a parte informal foi “nós”, esse “nós”...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – “Nós” que virou “eu”, que virou “nós” de novo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, é evidente que não ficou explícito. Quando o senhor diz “nós”, é o senhor ou um grupo de pessoas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quando eu disse “nós”, é o seguinte: há um conjunto de pessoas que trouxe o problema, porque são “n” pessoas que estão por trás disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso é importante o senhor esclarecer.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Aí chegou um problema para todo o Partido. Ninguém sabia do problema como um todo. Aí o Diretório, as pessoas falaram: Delúbio, resolve o assunto. Eu fui resolver, porque não era um assunto debatido publicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. E quem é que decidiu, enfim, quem iria pagar esses recursos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Que iria buscar os recursos, fui eu.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu intervi. Como Presidente, posso intervir a qualquer momento, e como Relator. Tenho inclusive a obrigação de esclarecer algumas perguntas. Nesse caso, eu vi que se fazia necessário um esclarecimento.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. É o seguinte: é que o Regimento diz que nenhum depoente está obrigado a dar opinião, a emitir opinião, porque muitas perguntas são: Qual é a sua opinião sobre isso aqui? Que V. Ex<sup>a</sup> determine na hora que isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito! Eu o farei. Sei que, aí, vou intervir bastante aqui no nosso depoimento.

Mas vamos prosseguir. Eu intervi porque entendi que era uma pergunta muito simples e que poderia ser esclarecida. Infelizmente, ficou...

Concedo a palavra agora ao próximo orador inscrito, que é o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio Soares, o jornal português disse que o senhor teria ido a Lisboa dez vezes. O senhor já falou aí, naturalmente, que foi apenas uma. Essa uma vez o senhor foi acompanhado do Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quando eu fui a Portugal, foi vindo de uma viagem que fiz à Europa. Naquela época, eu era dirigente exclusivamente da Central Única dos Trabalhadores. Visitei Holanda, França, Alemanha e depois passei em Portugal, porque um dos componentes da nossa ligação era português e fomos visitar a mãe dele. A única vez que eu fui a Portugal foi em 1992, nessa viagem.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Não tem nada a ver com...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nada, nada, nada.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Outra pergunta, Sr. Delúbio: em declarações à imprensa, o Marcos Valério disse ter presenciado o Roberto Jefferson ameaçá-lo para receber dinheiro. O episódio teria ocorrido na sede do escritório do PT em Brasília. O senhor confirma essa informação?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não tenho... Não participei, não conheço.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Quer dizer que, então, o Sr. Roberto Jefferson...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, eu não sei dessa informação. É conversa entre o Roberto Jefferson e o Marcos Valério, não tem nada a ver comigo isso aí.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Não, mas o Marcos Valério disse que o senhor presenciou...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – ...uma discussão...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – ...onde o Roberto Jefferson...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não participei de nenhuma reunião com o Roberto Jefferson...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – ...ameaçou...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não participei dessa reunião.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Não participou.

Em depoimento a esta CPMI, o empresário Marcos Valério também disse que o Ministro José Dirceu tinha conhecimento de todo o esquema montado para financiamento da campanha do PT. Segundo ele, o senhor garantiu que agia com o aval de José Dirceu. Qual o verdadeiro envolvimento do Ministro José Dirceu com esse esquema?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já... O Ministro José Dir... O Deputado José Dirceu, quando era Presidente do Partido até ser convidado a ser Ministro, ele participou de todas as atividades financeiras do Partido, na campanha eleitoral até o alto acho que do final de dezembro. Depois disso, não discuti mais o assunto com o Ministro José Dirceu.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Circulam também em Brasília informações de que esse esquema de pagamento de campanhas com o caixa dois teria sido idéia do ex-Presidente nacional José Genoíno e do ex-Ministro José Dirceu. É verdade?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Ministro José Dirceu já afirmou ao senhor que não, e o Presidente Genoíno participou, sabia das preocupações todas não só do nosso Partido mas dos outros partidos, e determinou a mim que resolvesse o problema, e procurei resolver. Ele não sabia o banco, como foi feito, as empresas. Ele sabia que existia o problema, que o problema estava sendo resolvido, e sempre teve um grau de confiança muito grande, e eu informava para ele que estavam resolvidos os assuntos ou não, que os problemas continuavam. Foi assim que foi minha relação com o Presidente Genoíno.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Quer dizer que a idéia de fazer títulos para colocar dinheiro no caixa foi idéia do senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi uma conversa que eu e o Marcos Valério tivemos, encontramos essa solução e achamos dois bancos dispostos a financiar, e assim foi feito.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Quer dizer que o senhor tinha poder para decidir sozinho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Decidir pagar a dívida dos outros, não dívida minha.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Não, contrair uma dívida alta, não é?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É, a dívida pulverizada, que nós concentramos numa dívida em duas instituições. Foi isso que aconteceu. Aí eu tinha poder para isso.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Outra coisa: que critérios foram utilizados pelo senhor para definir quem receberia dinheiro desse es-

quema montado? Era o senhor que decidia ou era o Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu decidia e ele executava, vamos falar assim. Em português correto é assim. Eu sabia dos problemas, de todos que estavam acontecendo, dentro do PT, fora do PT, para poder tomar essas medidas, e discutia um por um, cada um dos problemas, e encontrava uma solução, conforme eu já expliquei aqui.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor não recebia ordens de ninguém?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Recebia os problemas para resolver.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Também em entrevista à revista *Época*, o Deputado Valdemar Costa Neto disse que o PT comprou o apoio do PL por R\$10 milhões e garantiu, inclusive, que o senhor não participou diretamente dessa negociação, que teria acontecido na residência do Deputado Paulo Rocha, o que nos leva a crer que esse esquema começou há muito tempo, e não foi o senhor quem criou, como vem dizendo que foi. Quer dizer, o senhor está dizendo, está chamando para si a responsabilidade, mas o Deputado Roberto Jefferson disse que não, que foi uma combinação feita na casa do Deputado Paulo Rocha, onde o senhor não estava participando.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já... Senador João Batista Motta, eu expliquei esse fato, como ele ocorreu, aqui, e a entrevista do Deputado Valdemar Costa Neto retrata um pouco a realidade. Ele exagera um pouco, porque... Eu expliquei aqui: nós fizemos uma reunião, onde tinha várias pessoas presentes, e o acerto final da estrutura da campanha já revelei aqui. Em torno de 25% do gasto da campanha ficaria sob a responsabilidade da candidatura do Vice, e o Vice apontava onde gastava. Foi isso que deu a idéia em torno de R\$10 milhões. (*Inaudível*)...um orçamento entre R\$35 milhões e R\$40 milhões; fizemos um orçamento de R\$36 milhões da campanha, então daria R\$9 milhões que o Vice... que nós arrecadaríamos e que a campanha do Vice destinaria onde gastaria.

Esse foi o acordo feito que já falei aqui demais de manhã. O senhor não estava.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor confirma as informações de que parte dos recursos desse caixa dois foi utilizado para pagamento de dívidas da festa do Presidente Lula e da equipe de transição?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já informei aqui que as despesas da transição e as despesas da festa popular foram custeadas com recursos próprios do PT, e, depois, para saldar as dívidas, nós

solicitamos dois empréstimos formais: um no BMG e outro no Rural, um de R\$2,4 e outro de R\$5 milhões. Isso já foi informado aqui e como vai requisitar as despesas do PT estará facilmente comprovada essas despesas onde foram gastas.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O publicitário Duda Mendonça afirmou, em depoimento à CPMI dos Correios, que recebeu R\$10,5 milhões que o PT lhe devia, em conta aberta, por orientação de Marcos Valério, nas Bahamas. O doleiro Toninho da Barcelona, que está preso na penitenciária de segurança máxima de Avaré, disse que o PT remete recursos para o exterior desde 1988, por ocasião da preparação da primeira campanha do Presidente Lula. O que o senhor tem a dizer sobre isso, especialmente sobre as transações do Trade Link Bank, instituição ligada ao Banco Rural?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Primeiro, essa informação do Toninho Barcelona não confere. O PT... Sou filiado ao PT desde o início, mas tenho responsabilidade da gestão administrativa do PT de 2000 para cá, e, na minha gestão, nós nunca remetemos um dólar para fora. Então, não corresponde à realidade a informação do cidadão Toninho Barcelona.

No que se refere às contas do Duda Mendonça paga no exterior, é de responsabilidade do Duda Mendonça e do Marcos Valério. Nós pegamos um empréstimo no Brasil, com um banco no Brasil, via as empresas do Marcos Valério, e aí Marcos Valério e Duda Mendonça encontraram essa forma que eles acharam melhor. Eu não tenho nada a ver com isso.

Remeter dinheiro para fora. Nunca remeti dinheiro para fora.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor poderia informar quanto, por determinação do senhor, foi mandado para o Espírito Santo, o meu Estado, tanto para aquela empresa Athenas Trading, assim como para a campanha do PT. O senhor sabe de números que o senhor tenha mandado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Athenas Trading, que empresa é essa?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – É uma empresa que recebeu do Marcos Valério uma importância de R\$2 milhões. Se o dinheiro saía por determinação do senhor...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tenho que verificar, porque não tenho essa informação. Não conhecia essa empresa. Na campanha de 2002, nós tínhamos só um candidato a Senador, que era o João Carlos Coser. Elegemos uma Senadora e tinha uma coligação lá.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – E a de 2004?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A de 2004, nós apoiamos em várias estruturas materiais, camisetas, *shows*, várias estruturas, e, acredito, também com um pouco de recurso...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Com recurso do Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, acho que... Na campanha propriamente dita, não, mas para a preparação do diretório estadual em 2003, com certeza, sim. Eu discuti com o hoje Prefeito João Carlos Coser, que era o Presidente do Partido à época. Nós apoiamos ele várias vezes para organizar o Partido lá no Espírito Santo.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Obrigado, estou satisfeito.

Sr. Presidente, gostaria de insistir num ponto que todos estão reclamando. Precisávamos trazer aqui os dirigentes do Banco Rural. Acho que era necessário. Se V. Ex<sup>a</sup> pudesse atender o meu apelo, eu agradeceria.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer uma reunião administrativa na segunda-feira, às 18 horas. Se o Relator não tiver nada contra, aí poderíamos decidir essa matéria. Há vários requerimentos. Hoje foram formalizados mais alguns, e, na segunda-feira, faremos outra rodada para ver se aprovamos todos os requerimentos pendentes para nos livrarmos deles.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Formule esse requerimento, se ainda não tiver formulado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan e, após, ao Senador José Jorge.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Delúbio, estamos recebendo inúmeros *e-mails* de diversos lugares do Brasil, até porque a Band News está passando ao vivo, acho que também a Globo News, e os *e-mails* que nos mandam dizem que as respostas são muito evasivas, sem muita vontade em responder. Na verdade, respondi que dá a impressão de que é um carro afogado, não fala, acabando a bateria. Acredito que o Sr. Delúbio deve ter recebido orientação dos advogados para não falar muito: “Fale o menos possível, fale devagar, enrole, mostre cansaço, quanto mais falar é pior”. Até porque há um ditado que diz: a língua é o chicote do traseiro; se falar muito, apanhará com o próprio chicote.

O que gostaríamos? Primeiro, estava ouvindo e perguntaram o seguinte: você é amigo do Lula? E você não quis dizer: sou, não sou. A pergunta é: você é amigo do Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Senador...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pode ser sim ou não.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fui coordenador da campanha do Lula, três campanhas presidenciais. Essa é a minha relação política com o Presidente Lula. Amigo, cada um escolhe o seu.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas você se considera amigo dele?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Gosto muito do Presidente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Você não se considera amigo, só gosta?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele... Quem tem que dizer que é amigo meu é ele, não sou eu.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ele disse o seguinte aqui: que o esquema de caixa dois só tem um responsável, Delúbio Soares. Ele disse. Ele colocou bem claro. Mostra que não é seu amigo. Há fotos que você está passando a cigarrilha para ele; outras, conversando com ele, em reuniões do PT, ao lado dele. Ele, pelo que mostrou aqui, jogou a responsabilidade toda em cima de você. Se ele é seu amigo, é amigo da onça. Agora, você o considerava amigo ou o considera amigo ainda, em força dessa declaração?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Considero um respeito muito grande ao Presidente Lula...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu também tenho respeito pelo Lula.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...e à pessoa do Lula enquanto pessoa, independente de ser Presidente. Admiro muito a figura humana do Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto Presidente, com todo o respeito que o cargo exige, eu mantenho. E se deu essa intenção de que ele me jogou...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – É declaração dele.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não há nenhum problema, assumo a minha responsabilidade, como estou assumindo. Não vou fugir dela e não vou transferir para quem não tem nada a ver com ela essa responsabilidade. Essa responsabilidade não contabilizada é minha, vou assumi-la, porque é assim que fui criado e é assim que acho que deve ser feito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Acho que você não foi criado dessa forma assim. Seus pais com certeza lhe deram uma educação melhor, com toda a certeza.

V. S<sup>a</sup> acredita que tudo isso pode ser feito por apenas uma pessoa? Todo esse esquema? Tudo isso que

está sendo divulgado no Brasil inteiro e no mundo poderia ser construído por uma única pessoa do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não acredito... Eu estou contando aqui a realidade – não é que acredito. Trabalhamos assim. Foi assim que foi feito. Então...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Você fez tudo sozinho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Talvez, Senador, o senhor tenha dificuldade de compreender, como algumas pessoas possam ter também. Estou... A transparência, a verdade, a realidade dos fatos para que a Nação se convença. Quando nós assumimos, lá atrás, há um mês atrás, que era dinheiro não-contabilizado, explicamos, todo mundo dizia que a gente estava com a farsa. Hoje, já não é bem assim. Quer dizer, quem é que mandou fazer? Quem é que fez? Quem autorizou a fazer?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Fez sozinho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu estou explicando como foi há 20 dias atrás, na CPML, na Procuradoria-Geral da República. Foi assim que aconteceu. As pessoas podem até não acreditar, mas foi assim que aconteceu isso.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Está bom. Fizestes sozinho então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não as dívidas, tudo isso. Não foi sozinho.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Meu amigo Genoino, a quem sempre admirei, nunca lhe orientou nada sobre isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele sabia dos problemas e pediu para que resolvesse os problemas. Assim eu encontrei essa forma de resolver e que não deu muito certo e deu essa confusão toda.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E, quando você resolvia, você dizia a ele: “olha, eu resolvi assim”.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Está resolvido assunto a, b, c.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – “Eu resolvi dessa forma”.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Informei como estava resolvido. Não perguntava... Quando você resolve um assunto não-contabilizado, pelo menos foi essa a prática que fizemos no PT, não sei como é que acontece em outras instituições, ninguém pergunta como foi resolvido. Existia uma dívida, que foi paga, foi resolvida, e o assunto encerra, porque assunto não-contabilizado é assim. É assim que funcionou conosco. Com os outros eu não sei.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O Geonoino sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sabia que existia o problema, que estava resolvendo o problema e que foi resolvido.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Poderia enumerar, para mim, para não ficar explicando muito, quais os Estados que receberam dinheiro do PT. Quais os diretórios estaduais que receberam? Só o Estado, sem enrolação, sem nhenhém. O tempo já acabou. Quais Estados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Senador, eu não...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quais Estados? Só quero os Estados.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sem enrolação. Eu não estou enrolando o senhor, pelo amor de Deus.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Fala o Estado, por favor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vários Estados. Rio grande do Sul foi, Santa Catarina...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Santa Catarina, Rio Grande do Sul...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...sim; Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, DF. A lista...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Estados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agora, valor, quantidade, como foi, tudo... E tem vários Estados...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E esses recursos foram repassados pelo Marcos Valério?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pedi ao Marcos Valério para acertar com esses Estados, com o representante dos Estados...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E o Marcos Valério recebeu de quem, do Governo, esse dinheiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, um empréstimo que nós...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas, segundo o Marcos Valério, só de empréstimo, é 60 milhões. Foi 60 milhões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. O numerário não chega a 60. Em torno de 50, 50 e poucos milhões. Tem que acertar isso.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Com juros, mais de 100 milhões.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim, em dinheiro da época, até o último desembolso, que acho que foi em maio ou junho do ano passado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Hoje, pela manhã, o Marcos Valério, em uma entrevista à Rádio Rural de Concórdia, em Santa Catarina, ele confirmou que chega a quase R\$100 milhões a dívida.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Corrigido. É, pode ser.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E ele disse que todos os empréstimos tinham a concordância da direção do PT, e V. S<sup>a</sup> é que...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu representava a direção do PT.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – ...intermediava todos esses empréstimos.

Por que você não está sendo expulso do PT?

A Luciana Genro, uma Deputada honrada, filha do atual Presidente, que é uma pessoa séria, íntegra, pelo menos é o que temos conhecimento, e a Heloísa Helena foram expulsas apenas porque votaram contra a reforma da Previdência. Foram expulsas do PT. Com tudo isso que você criou no Brasil, que denegriu a imagem do PT, que está colocando em risco o próprio mandato do Presidente Lula, de quem V. Ex<sup>a</sup> gosta tanto – e ele pode perder o mandato por usa causa –, você que manchou a bandeira, a história do PT – porque foi tudo você que fez sozinho e não os outros –, por que eles não lhe punem? Eles têm medo de quê? Que você tenha alguém para denunciar? “Olha, se me expulsarem, eu vou dedurar tais nomes”. É por isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Senador Leonel Pavan, em primeiro lugar, pedi ao meu Partido o afastamento do meu cargo. Sou fundador do PT como vários outros militantes. Pedi afastamento do meu cargo, assim que as coisas... Para o Partido ficar mais tranquilo, vou pedir a suspensão do meu direito partidário. E, no ato em que eu pedi o meu afastamento do cargo, pedi à Comissão de Ética do PT para analisar o caso. Já depus na Comissão de Ética terça-feira. Ela tem vinte dias para apresentar um relatório ao Diretório Nacional, que vai julgar. E cabe ao Diretório Nacional, quando se refere a um dirigente nacional, tomar a decisão de expulsão ou não. O PT está totalmente liberado para tomar as medidas necessárias. Não estou... Esse quadro não foi criado por mim; ele foi criado pelas dívidas de campanha e pelas necessidades dos companheiros nos Estados, pelos Partidos aliados e...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O senhor se considera injustiçado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O senhor se considera culpado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Há um processo que, ao longo do tempo, vai esclarecer. Se fosse fazer hoje, não faria da maneira que foi feito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O senhor está envergonhado porque fez?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Não está envergonhado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não roubei; não enriqueci.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O povo brasileiro está envergonhado, e o senhor não está envergonhado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu fiz na política. Isso foi para a política, para os problemas apresentados. Não aumentei o meu patrimônio.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O senhor faria tudo de novo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não; eu já falei, anteriormente, que, se tivesse oportunidade de fazer, de resolver esse problema...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Faria tudo de novo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – De outra maneira.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Então, está envergonhado do que fez?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Da forma que se fez, não deu certo. Tem alguma coisa errada. Temos que corrigir.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Apenas para encerrar, quero dizer que não tenho nada contra ninguém do PT. A nossa obrigação é fazer as devidas perguntas – e é o que a sociedade espera. Lamentamos, porque, certamente, você está cansado de tudo isso, esse vai e volta. É CPMI; é Comissão de Ética. Deve ser uma correria enorme. Contudo, fico imaginando o cansaço do povo brasileiro. Há pouco, há algumas horas, houve a ameaça de uma bomba aqui no Congresso. Veja a revolta do povo brasileiro. Eu não sei se é para impedir que continuemos a investigação ou é revolta.

Mas, para encerrar mesmo, digo que, se tudo isso fosse falado no começo, sem mentiras no começo, com aquela enrolação, talvez já tivéssemos conseguido chegar ao objetivo final, àquilo que pretendemos. Infelizmente com toda essa enrolação, em que se consulta advogado e se combina, antes de vir para cá, o que se vai dizer, ainda não conseguimos. Infelizmente, isso está complicando o nosso trabalho e prejudicando o trabalho das Comissões, bem como a política em geral. Por causa disso, o seu Presidente

é capaz de perder o mandato. Por sua causa, já que você diz que é o culpado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, como já havia anunciado, ao Senador José Jorge.

A seguir, falará o Senador Augusto Botelho.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço a V. Ex<sup>as</sup> e gostaria de fazer a seguinte pergunta. Antes de a CPMI iniciar, quando lutávamos – a Oposição lutava, para instalar esta CPMI –, o Deputado José Dirceu deu uma declaração à revista **Veja**, dizendo o seguinte, textualmente: “Qualquer CPI minimamente competente pega o Delúbio e o Silvinho”. Eu sei que, depois, ele até desmentiu essa declaração. Mas, na verdade, foi uma declaração que circulou aqui na Casa durante bastante tempo.

O que V. S<sup>a</sup> acha dessa declaração? Por que ele disse isso? Por que ele achava que uma CPI pegava tão fácil V. S<sup>a</sup> e o Silvinho?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele desmentiu a declaração. E uma declaração como essa, não tem nem como comentar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> acha que ele não pensa isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele desmentiu formalmente no Diretório do PT. E acredito no desmentido do Deputado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, essa declaração se revelou verdadeira, porque, com relação ao Silvinho, antes de terminar o depoimento dele, já apareceu um Land Rover que ele tinha recebido de uma empreiteira. E V. S<sup>a</sup> tem muitos outros problemas.

V. S<sup>a</sup> diz que não roubou, que, na realidade, fez isso para fazer política, mas, na verdade, são coisas que estão fora da legislação, como caixa dois, arrecadação, empréstimo sem ter recursos para pagar com bancos suspeitos.

Então, V. S<sup>a</sup> acha que os fins justificam os meios? Fazer coisas erradas se justifica para obter um objetivo maior: assumir o Poder; talvez, quem sabe, fazer um programa social; melhorar o Brasil. Quer dizer, a filosofia que justificou todo esse trabalho que V. S<sup>a</sup> fez foi essa: os fins justificam os meios? Não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senador José Jorge, eu agradeço a pergunta do senhor para poder esclarecer essa questão da...

Eu abri meu sigilo fiscal e bancário, minhas contas telefônicas e tem toda segurança da minha vida privada. Nada de envergonhar e nada que não é compatível com uma pessoa que trabalha desde os quatorze anos de idade.

Segundo. Tudo que nós fizemos nesse processo e que nós estamos aqui explicando, nesta CPMI, e pro-



curando explicar em todos os fóruns... E quero explicar para solucionar esse problema que causou ao PT e aos partidos da Base aliada. Estou procurando fazê-lo, para que a gente possa sair desse processo com a transparência dos fatos como eles ocorreram.

Em nenhum momento nós fizemos isso para enganar a sociedade brasileira. O sistema de dívidas não contabilizadas foi a solução que nós encontramos na época.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – V. Sª tinha uma contabilidade separada?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Já afirmei aqui que não.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não anotava nada?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Era tudo de cabeça?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Se é tudo não contabilizado, então não contabilizei.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sim, mas não contabilizado não é não anotado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É. Eu não fiz a famosa caderneta paralela ou oculta.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não fez nada?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Não fiz.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Então era V. Sª pegando o dinheiro e distribuindo...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós vamos trabalhar. O Presidente da Comissão já me deu um prazo em que eu vou procurar trabalhar, checar as listas de quantas pessoas receberam, os montantes e procurar atualizar as listas que existem.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Na campanha eleitoral, o PT fez acordo com o PL. Isso é conhecido. O PL tinha o Vice. É aí onde surgem aqueles famosos dez milhões do Deputado Valdemar, na reunião que já foi citada.

O PT fez acordo com algum outro partido? Quer dizer, da mesma forma do Deputado Valdemar em relação às campanhas...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quando faz uma aliança eleitoral – no caso do PT é tradicional isso – há o compromisso de uma campanha conjunta e, em tendo resultado positivo, as pessoas participarem do Governo. Isso aconteceu com o PCdoB...

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não, isso nós sabemos.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Com o PMN e com o PCB.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mas em relação ao dinheiro, já que V. Sª é que tomava conta do dinheiro, esses partidos...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Houve participação em campanhas, em menor monta; mas tudo dentro... Inclusive, houve transferência do comitê financeiro para o PCB, pequena; para o PMN. Eram partidos que tinham poucos candidatos a deputados e participavam muito mais simbolicamente da aliança que todo mundo conhece: O PCB e o PMN.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Agora, V. Sª tem ouvido declaração de muitos dirigentes do PT, inclusive da linha de frente, como o Senador Mercadante e outros, que não acreditam, como nós não acreditamos – e eu acho nenhum brasileiro acredita –, que V. Sª fez isso tudo sozinho.

V. Sª, por mais competente que fosse, por maior poder de decisão que tivesse, sempre consultaria outras pessoas. Eu acredito que V. Sª não quer dizer quem consultou. Nós vamos investigar. V. Sª não é obrigado a dizer. Tudo bem, não diz. Mas o que V. Sª acha de dirigentes, como, por exemplo, o próprio Líder Mercadante, que disse hoje, no Bom Dia Brasil, que V. Sª não fez isso sozinho, fez junto com os outros?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A declaração já... Senador José Jorge, com todo respeito ao Líder do Partido em que continuo militando, embora suspenso, mas é o Partido do meu coração, do PT, a declaração é do nosso Líder e ele que responda por ela. Eu não vou comentá-la.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Está bom. Agora, no Estatuto do PT existe isso de pedir licença do Partido? Porque, no do PFL, por exemplo, não existe licença. O cara é ou não é do Partido.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Existe suspensão do direito partidário. É isso que existe.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Suspensão! Mas V. Sª não pediu suspensão.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Art.228. Não; pedi licença do cargo.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Licença do cargo de tesoureiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Do cargo de tesoureiro. Depois...

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E suspensão?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu pedi suspensão. É o art.228 do Estatuto do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E V. Sª, evidentemente, pensa em voltar ao PT. Voltar, não, porque nem saiu, está só suspenso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estou na Comissão de Ética. A Comissão de Ética vai apresentar um relatório e o Diretório vai julgar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. Sª pretende ser tesoureiro novamente?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não; eu já tinha avisado ao Partido que em setembro encerrava o meu tempo na Executiva do PT, onde já estou há 10 anos, e quero voltar para o meu Estado – e vou voltar para o meu Estado, filiado ou não ao Partido dos Trabalhadores. A decisão de expulsão, de exclusão dos quadros do Partido é do Partido. Não vou pedir desfiliação. Quero discutir com o PT. Se o Partido quiser me suspender ou me expulsar, vou continuar defendendo as bandeiras nas quais acredito. Mas, não vou me desfiliar do PT.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não acredito que V. Sª vá ser expulso, porque... Não acredito. Tem muita gente de rabo preso. Toda vez que teve uma votação V. Sª ganhou até agora.

Agora, vou lhe fazer uma pergunta sobre Pernambuco, especificamente. Na lista do Sr. Marcos Valério, não sei se o senhor a tem aí – o senhor já deve ter visto essa lista –, no item 10 (Sr. Mauro Santos, Recife –Pernambuco, e Eristela), eles receberam R\$300 mil enviados nos dias 17/07, 25/08, 22/09, em três parcelas. V. Sª confirma isso? Tem recibo, tem tudo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa lista vou verificar. Mas, provavelmente teve uma doação ao Estado de Pernambuco. Não sei se são esses valores e para essas pessoas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, V. Sª conhece o Sr. Mauro Santos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Conhece a Srª Eristela?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É dirigente do PT Municipal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E esse dinheiro foi para quê?

Por que o Marcos Valério aqui...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei o valor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi de R\$300 mil.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim; é o que está anotado aí – e li o relatório também. Mas, vou verificar. Deve ter sido para pagar alguma despesa pendente de 2002 ou de 2003 das atividades que o PT fez.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, porque foi em julho, agosto e setembro de 2003. Na verda-

de, esse Sr. Mauro Santos é dono de uma empresa de *outdoors* chamada “Bandeirante *Outdoors*”. Então, provavelmente era uma conta de *Outdoors* da campanha de 2002.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode ser; ou das campanhas que o PT fez. Fizemos várias campanhas publicitárias em 2003, inclusive uma grande campanha de filiação com *outdoor* para todos os Estados do Brasil.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, no primeiro semestre?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No primeiro e no segundo semestre.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Logo que o Presidente Lula assumiu? Mas, tiveram que colocar porteira de tanta gente que queria entrar no PT.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas, a porteira é política, não é porteira física.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, vou encerrar minha participação lamentando que não possamos conhecer a verdade, saber quem foi que comandou esse esquema, conjuntamente com o Sr. Delúbio, para que a população brasileira conheça isso e que isso não venha a se repetir no futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nessa semana, falou-se que o PDT estava envolvido nesse mar de lama que está acontecendo por aí. Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Delúbio Soares: se algum diretor, dirigente ou algum Parlamentar do PDT teve contato com o senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Para discutir esse assunto, não.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Então, nenhum Parlamentar do PDT teve contato com V. Sª?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não teve, Senador. Teve, teve; não teve, não teve. Não teve.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Era essa a pergunta que queria fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª.

Chamarei o próximo inscrito, já na condição de suplente, que é o Deputado Darcísio Perondi.

Na sequência, V. Exª seria o terceiro, nobre Senador Alvaro Dias. É que, em certo momento, não es-

tavam presentes os demais, o que o fez alimentar uma perspectiva de ser o primeiro.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Delúbio Soares, o Partido dos Trabalhadores possui dois CNPJs? Sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tem que ver na contabilidade. Mas, normalmente, é para ter um só. Se tem, é por modificação na Legislação.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Já estou satisfeito.

Qual o real valor dos empréstimos feitos pelo PT junto à Rede Bancária Mineira?

E qual é o valor real da dívida do PT? Em números.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, acredito que seja em torno de R\$50 milhões, como já falei aqui. Pode ser um pouco mais, um pouco menos. Tem que verificar esses números, porque foram vários empréstimos, em vários períodos, porque era a dívida do PT. O PT registrou no TRE uma dívida contabilizada de R\$20 milhões, no dia 31 de dezembro de 2004.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Estou satisfeito.

O Luiz Favre foi ou é empregado do Partido dos Trabalhadores? Qual o período?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Luiz Favre é um colaborador do Partido dos Trabalhadores; ele nunca foi funcionário do Partido dos Trabalhadores. É um colaborador.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Ele não recebeu?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Se recebeu, foi algum reembolso de despesa de viagem que ele fez.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Então ele pode ter recebido?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pode.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não era o assessor internacional do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele era colaborador internacional do PT.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Muito bem. O senhor aceita fazer uma acareação com o Deputado Roberto Jefferson? Sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim. Muito bem.

O senhor intermediou empréstimo da rede mineira com os candidatos petistas no Rio Grande do Sul?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não.

Na reunião que o Lula acertou com José Alencar e toda a cúpula do PL, o senhor estava presente?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Corresponde à realidade.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Como?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É verdade.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor estava presente?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sim.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Foram discutidos valores.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu e o Deputado Valdemar Costa Neto – eu, em nome do PT; o Valdemar, em nome do PL – fizemos uma discussão sobre uma estrutura financeira, de apoio, de estrutural para a campanha...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – E os senhores estavam no mesmo ambiente, e o Lula e o Alencar não sabiam?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós avisamos. Eles não discutiram, delegaram para eu e o Valdemar discutirmos. Discutimos, acertamos e fechamos a aliança, depois nas respectivas convenções: na do PL e na do PT, processo transparente.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo.

Marcos Valério afirmou que o PT pagaria os empréstimos com o crescimento da participação no Governo. O crescimento da participação dos funcionários no Governo era o lastro que permitia honrar os empréstimos feitos.

Pergunto: o crescimento de participação a que ele se refere é pela contribuição dos filiados ou pelos contratos de propaganda?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – No que refere ao que nós trabalhamos, que era um lastro que o PT tinha – e tem –, é o número de filiados, que, na época, eram 400 mil filiados, e nós ampliamos para 800 mil filiados hoje. Naquele início de janeiro e fevereiro de 2003, não tinha ninguém no Governo Federal que contribuía com o PT porque não dava tempo – começou em março, abril, por aí. Esse que era o lastro.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Estou contente.

O senhor é amigo do Lula? Sim ou não? Só sim ou não.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu já respondi essa questão anteriormente.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Tudo bem.

O senhor jogava bola na Granja do Torto? Quantas vezes jogou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esse esporte eu gosto de ver pela televisão, no estádio; eu não gosto de jogar bola.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor assistiu ao jogo Peru *versus* Brasil no dia 27 de março, lá em Goiânia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Assisti, a convite da CBF.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor confirma que convidou um amigo seu para jogar bola na Granja do Torto?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não; nunca convidei ninguém para jogar bola, porque eu não...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor ia ser candidato a Deputado Federal por Goiás?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2002, iria ser candidato e pretenderia ser candidato em 2006, mas, com esse quadro político, abandonei essa idéia.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor confirma que o Lula o convenceu a não ser candidato e ser coordenador financeiro da campanha?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Em 2001, eu era tesoureiro do PT. Eu queria sair em janeiro de 2001. Quando anunciei isso num congresso, houve um apelo de várias lideranças do PT para que eu ficasse na coordenação de campanha. Tinha uma prévia eleitoral entre o Senador Suplicy e o Presidente Lula. Este, assim que ganhou a prévia, me convidou e insistiu, e eu tive que abandonar o projeto de ser candidato e ficar na coordenação de campanha.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Certo. O Presidente Lula insistiu que o senhor fosse coordenador financeiro?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele e vários outros. Isso.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Muito bem.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pedi que eu fosse e eu aceitei. Insistiu assim: pediu que eu fosse.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor sabia do empréstimo que o Lula tinha feito em 2003, já Presidente, ao Partido dos Trabalhadores? Sim ou não? Apenas sim ou não?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Sr. Deputado, esse empréstimo não é de 2003, esse em-

préstimo é anterior e que deu uma confusão. Fiquei sabendo desse empréstimo agora, nessa dificuldade.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor veio aqui para mentir e o senhor está preso. Não sou eu que vou libertá-lo. Quem vai libertá-lo para o senhor falar quem é dono do seu silêncio. O senhor participou como operador, junto com o Valério, de um grande esquema de corrupção. O dono do seu silêncio se chama seu amigo Presidente Lula.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há nenhuma prisão. S. Ex<sup>a</sup> falou no sentido figurado.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUGMANN** (PPS – PE) – Obrigado, Sr. Presidente. Em seu nome quero saudar e dar boa tarde a toda Mesa. Boa tarde, Delúbio Soares.

Passo, então, a nossa oitiva.

Primeiramente gostaria que alguém passasse essas informações até às mãos do Sr. Delúbio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que o faça.

**O SR. RAUL JUGMANN** (PPS – PE) – Sr. Delúbio, quando o senhor foi aqui inquirido pela Deputada Zulaê Cobra, o senhor afirmou que a Direção Nacional do PT tinha conhecimento das dívidas contraídas. Passei-lhe uma cópia da Executiva Nacional e do Diretório Nacional para que o senhor nos diga se alguns desses membros não tinha conhecimento das dívidas contraídas pelo senhor?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Só para entender as duas listas que o senhor me passou: uma é da Executiva Nacional e a outra é do Diretório Nacional. É isso?

**O SR. RAUL JUGMANN** (PPS – PE) – Isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ao responder à Deputada Zulaê e a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Raul Jugmann, informei o seguinte:

As dívidas dos Estados foram apresentadas ao Diretório Nacional através ou dos coordenadores de campanha de 2002 ou através dos tesoueiros do PT, que apresentou os problemas que tinham ficado em 2002 e que eram dívidas não contabilizadas. Isso dava em torno de R\$20 milhões aproximadamente há época. Depois os partidos da base aliada também, não sei se pelas direções nacionais, direções locais, todos da base aliada vieram apresentar e pedir ajuda para resolver os problemas que tinham ficado para trás. Então, foi esse o problema.

A Direção Nacional – eu, o Genoíno, o Sílvio Pereira e vários outros dirigentes do Partido dos Trabalhadores – sabíamos dos problemas mais ligados

àqueles dirigentes: o pessoal do PT do Rio Grande do Sul com os problemas do Rio Grande do Sul; de Santa Catarina, de Santa Catarina. E colocando os problemas, foi delegado a mim encontrar uma solução, e a solução que encontrei foi esta, certa ou errada, foi a que encontramos: resolvemos quitar os débitos de 2002 e os débitos dos partidos aliados. Logo em seguida veio a preparação dos partidos para 2004: organização, ampliação, número de diretórios, modernização dos partidos e a própria eleição de 2004.

Foi isso que aconteceu com esses empréstimos não contabilizados.

**O SR. RAUL JUGMANN (PPS – PE)** – Queria só retomar sua resposta.

Na resposta à Deputada Zulaiê o que o senhor disse é que a Direção Nacional tinha conhecimento. O senhor especificou que tinha conhecimento, ou seja, o Diretório, a direção do partido tinha conhecimento de algumas dívidas e de outras não.

Por uma questão de tempo, não vou poder aprofundar, apenas pediria que o Relator anotasse isso e pediria que o Sr. Presidente enviasse uma carta a todos os membros do Diretório Nacional e da Executiva do PT solicitando deles, ou da direção que responda de forma colegiada, se eles tinham conhecimento ou não, conforme dito aqui pelo Sr. Delúbio, dessas dívidas, e, no caso específico, de que dívidas eles tinham conhecimento ou não, conforme disse o Sr. Delúbio. Isso é importante que saibamos.

Peço uma vez mais a compreensão da Secretaria, porque vou fazer minhas perguntas de uma vez só e peço ao Delúbio que as responda. Por uma questão de tempo, vou fazer uma pergunta atrás da outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um requerimento de V.Exª nesse sentido?

**O SR. RAUL JUNGMAN (PPS – PE)** – Não. Farei as perguntas de uma vez só, e ele as responderá em bloco, porque não terei tempo, Sr. Presidente, de fazer uma a uma e ouvi-lo responder. Por favor. Ficam facilitadas as suas respostas e eu pergunto de uma só vez, por uma questão de tempo, Sr. Relator, por brevidade.

Sr. Delúbio, a imprensa publicou ontem cópia do contrato com a empresa do Sr. Duda Mendonça, assinado por V. Sª e pelo então Presidente do PT, José Dirceu, para a campanha de 2002, no valor de R\$5 milhões – exclusivamente para a campanha presidencial. A prestação oficial de contas da campanha do Presidente Lula informa um pagamento de cerca de R\$7 milhões ao mesmo Duda. Tanto V. Sª quanto o Sr. Duda informaram anteriormente que o que ocorreu em 2002 foi um pacote fechado de cerca de R\$25 milhões que englobava as campanhas para Presidente e para

candidatos majoritários (Governador e Senador) de alguns Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul etc.

V. Sª afirmou que todas as campanhas, excetuada a de Presidente da República, foram irrigadas de recursos não contabilizados.

Assim, pergunto: primeiro, quais as rotinas e procedimentos que V. Sª utilizava para apropriação de doações de custos de cada campanha que permitam a V. Sª afirmar que não houve recursos não contabilizados na campanha presidencial?

Se não existiam procedimentos de apropriação nem procedimentos de registro individualizado das doações não contabilizadas, como V. Sª pode afirmar que a campanha presidencial não foi alimentada por recursos desse caixa dois?

Segundo: quanto de recursos não contabilizados foi alocado a cada uma das campanhas estaduais? As campanhas estaduais registraram essas doações?

Terceiro: no tal contrato “pacote fechado”, foram apropriados os orçamentos de custo de cada campanha?

Quarto: o procedimento usual de apropriação de custos em contratos e serviços diversos para departamentos ou projetos de uma mesma organização se faz de duas maneiras. O senhor diria que foi feita a apropriação de todos os recursos necessários à execução dos serviços da campanha principal ou a apropriação de outras campanhas apenas com os custos marginais acrescidos à campanha principal? Ou fizeram a divisão proporcionalmente à utilização de cada um dos recursos dessa utilização? Por exemplo: ilha de edição, produtora, *outdoor*. Ou seja: a gente faz tudo fechado, em um pacote só – e ali faz a consignação – ou então vamos apropriando marginalmente.

Quinta questão: o senhor e o Sr. Marcos Valério se conheceram no final de 2002, pelo menos é isso que sabemos. V. Sª tem um histórico de militância no Partido dos Trabalhadores nos últimos 25 anos, quando se tratava como corrupta qualquer negociação entre agentes públicos e empresários, onde sempre se viu com extrema desconfiança a ligação de qualquer empresário com o Governo. Assim pergunto: quais os fatos, quais as experiências comuns, quais as informações recebidas mutuamente por V. Sª e por ele que permitiram a construção de tal confiança que o fizesse colocar em risco suas empresas e o patrimônio dos seus filhos e a V. Sª colocar em risco todo o patrimônio moral, que não é pequeno, do Partido dos Trabalhadores?

Ultima questão – vou desprezar as demais para ficar dentro do tempo, Sr. Presidente.

V. S<sup>a</sup> afirmou que os empréstimos se destinavam a pagar dívidas de campanhas estaduais de 2002. Quais os Estados, quais as campanhas e os candidatos que deixaram dívidas? A quanto montava, no final de 2002, a dívida de cada um deles?

Era isso, Sr. Presidente, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup> por encerrar, pois o tempo já havia esgotado. Os demais ficarão nessa pressão do tempo. De qualquer maneira, terá a oportunidade de responder.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Quanto à última questão, Deputado Raul Jungsmann, já afirmei que, nos Estados, a dívida era em torno de R\$20 milhões. Ao passar a lista com que vamos trabalhar, conferir direitinho, virão os recursos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Que lista?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando PMDB – RO) – Hoje de manhã o depoente ficou de prestar informações até quinta-feira.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vamos procurar fazer isso da maneira mais rápida possível para ver se a gente consegue trabalhar nessas condições. Isso será discriminado, portanto.

A relação de confiança que foi adquirida entre mim e o Marcos Valério foi uma relação comercial. Ele resolveu ajudar, ele pretendia ser o marqueteiro do partido e dos partidos aliados, foi fazendo os empréstimos. Tivemos uma relação comercial, eu acho que não fizemos nada irregular do ponto de vista da legislação.

Foi colocado a nós do Partidos dos Trabalhadores pela nossa base e também pelos partidos aliados uma despesa não contabilizada. Resolvemos fazer esse processo que está dando essa dificuldade toda que estamos vendo.

Quanto à campanha nacional, trabalhamos no contrato do Duda com um pacote fechado que se refere até ir à televisão, *outdoor*, demais materiais, tudo separado. Na campanha presidencial foi assim, foi assim que fizemos o contrato com o Duda Mendonça do ponto de vista dos projetos, que é a pergunta nº 4. Quanto à pergunta nº 3...

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – É a forma pela qual foram apropriados os orçamentos e os diversos custos, porque quero chamar a atenção...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O que discutimos, Deputado Jungsmann, depois, fora da campanha presidencial, foi o que ficou nas campanhas estaduais. Só viemos a trabalhar – isso foi assunto amplamente discutido aqui – e só vimos o tamanho

do pepino que ficou para trás em 2003. E Duda foi um dos principais cobrantes – ele já falou isso – querendo receber.

A pergunta nº 2, sobre os recursos não contabilizados, foi alocado a cada um nas campanhas estaduais. As campanhas estaduais registraram essas doações? Não. O que fomos demandados a fazer no início de 2003 foram os problemas que ficaram das campanhas de 2002, que eram dívidas não contabilizadas. Tivemos que encontrar uma solução em função do quadro político que estávamos vivendo. E assim foi tomada essa medida de pegar um empréstimo, podia haver outras alternativas, mas preferimos o empréstimo.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Um esclarecimento. Quero saber a forma pela qual se apropriavam esses custos porque, no **caput** da minha pergunta – e é o meu interesse principal – há uma discrepância de R\$2 milhões de reais. Se o pacote era R\$25 milhões e aquilo que foi efetivamente pago, pelo que foi dito, foram R\$7 milhões, mas inicialmente se refere a R\$5 milhões, então, há uma discrepância de R\$2 milhões. Se o restante era não contabilizado, qual a origem desses R\$2 milhões?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Tenho que verificar, mas nessa resposta que vamos mandar na lista, posso mandar por escrito. De cor, os contratos, os pagamentos, não tenho.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Entenda, há uma discrepância entre o contrato e aquilo que foi efetivamente pago. Se o restante não foi, precisamos esclarecer isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Entendi e comprometo-me a encaminhar sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, o tempo que é previsto para cada parlamentar é o tempo para que eles façam as indagações e também as respostas. Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> que não aceite mais alguns procedimentos, porque o que é determinado não é isso. Não quero reclamar do Deputado que fez isso aqui, mas o tempo para nós é a questão da isonomia: se vale para uns, tem que valer para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já falamos aqui que a metodologia de inquirição quem determina é o titular.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo, mas o tempo é o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, as perguntas, quando feitas... e não é a primeira vez que assim é feito, não é necessário.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não, porque há momento...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não é necessário, não é a primeira vez que assim se procede. Quem quiser fazer todas as perguntas até corre o risco de não vê-las todas respondidas; agora, quem quer pergunta e resposta, pergunta e resposta, o tempo é dez minutos. Infelizmente, temos que dar sempre a palavra para o depoente esclarecer as perguntas.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, um segundinho só. Estou lendo aqui na CPMI dos Correios algo que nos ofende a todos, inclusive, V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente desta CPMI. Alguns Deputados do lado de lá, devido àqueles requerimentos que estavam naquela CPMI, que pedimos e acharam por bem enviar para nós, estão dizendo assim: CPMI do abafão. O Sr. Deputado Onyx diz que isso aqui é o mensalão do buraco negro, e o ACM Neto diz que mandaram os nomes para a CPMI do abafão. Tanto o Onyx quanto o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto deveriam retratar-se perante pelo menos V. Ex<sup>a</sup>, porque eles falam na CPMI, sai na imprensa e, de repente, estamos sendo desmoralizados por dois Deputados, que, reputo, têm responsabilidade. Então, não sei como V. Ex<sup>a</sup> vê isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estou tomando conhecimento agora. Quero repelir de pronto, veementemente, e vamos proceder na forma do decoro parlamentar. Não há outro remédio, cada um é responsável pelo que fala. Esse adjetivo realmente é injurioso para esta CPMI. Não vou mais discutir, é o Conselho de Ética que vai examinar se essa é uma conduta indecorosa ou não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Só uma questão de ordem que julgo necessária: ontem, o senhor informou que aquele requerimento para buscar os laudos periciais das contas do Toninho da Barcelona havia sido aprovado. Procurei na Secretaria da CPMI, e ela não encontra essa aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi aprovado aqui no curso, é só buscar a memória de ontem, exatamente nos Anais e vamos encontrar lá com absoluta certeza. Foi aprovado e peço que sejam redigidos imediatamente esses ofícios para requerer o que foi decidido ontem.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, vamos começar a contar o tempo e concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, deixo as escusas antecipadas se eventualmente eu fizer perguntas já feitas, uma vez que estou dividindo o tempo entre duas ou três CPIs no dia de hoje.

A primeira pergunta ao depoente: o Presidente Lula disse que foi traído. O senhor traiu o Presidente Lula?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senador Alvaro Dias, já respondi essa questão sobre o Presidente Lula na outra CPMI e ele tinha dito outra frase. Então, eu não discuto o que o Presidente Lula fala. A interpretação é de cada um, eu não traí ninguém, não me considero traído, considero-me um militante e um cidadão brasileiro que procurei fazer as coisas que estavam ao meu alcance.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Existem duas alternativas: ou o senhor traiu o Presidente Lula ou o Presidente Lula sabia das suas ações?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É a interpretação que o senhor está dando, eu não tenho condição de...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu fiz a pergunta. Qual das duas opções é verdadeira?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, eu não considero que traí o Presidente Lula e nem que ele sabia.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – E considera que ele sabia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já afirmei ele não sabia, nunca discuti esse assunto com ele, eu nunca discuti esse assunto com ele.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor afirmou que, depois que o Ministro José Dirceu assumiu as funções no Governo, o senhor não tratou mais com ele de assuntos do partido.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Assuntos financeiros do partido.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Como?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Assuntos financeiros do partido.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Assuntos financeiros do partido. Mas, no dia 15 de março de 2004, à Revista *Época*, o senhor afirmou: a responsabilidade minha era do tamanho da dele nas finanças do partido. Essa entrevista...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO DE CASTRO** – Até enquanto que ele era Presidente do Partido.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Se o Ministro não tratava de assuntos do Partido e o senhor

não tratava dos assuntos do Governo, por que razão o senhor esteve, segundo a agenda do Ministro José Dirceu, quatorze vezes no Palácio do Planalto em reunião com ele?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Senador Alvaro Dias, eu sou um dirigente do Partido dos Trabalhadores. E o Partido dos Trabalhadores tratava e trata e continua tratando com todos os dirigentes do PT que ocupam cargos no Governo Federal, sejam Ministros, seja Presidente de estatais. É obrigação do Partido. O Partido apresentou um plano de Governo, e essas pessoas têm executar o plano de Governo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ora, o senhor diz que o Ministro não tratava de assuntos do Partido, ora diz que tratava.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Mas são planos de Governo que a população elegeu. Por isso, foi nessa direção que discutimos, várias vezes discutimos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – **O Ministro José Dirceu assinou com o senhor o contrato com Duda Mendonça. Evidentemente, ele tomou conhecimento da forma com que o senhor determinou fosse realizado o pagamento dessa conta com o publicitário Duda Mendonça.**

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa conta, quando foi paga da maneira que está expressa nos jornais hoje, ela foi paga em 2003. O companheiro José Dirceu já não era mais Presidente do Partido, era Ministro e nós tratamos desse assunto com ele. Nunca falei isso com ele.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Essa modalidade de pagamento foi orientação sua. Pagamento no exterior das contas.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, já expliquei anteriormente que não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor sabia dessa operação o pagamento no exterior.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Orientei que o Marcos Valério pagasse o Duda Mendonça. A forma e como foi feito é de responsabilidade do Marcos Valério e do Duda Mendonça.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor operou com a Bônus Banval?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O doleiro Toninho da Barcelona diz ter as informações de que o senhor e o Ministro José Dirceu operaram com a Bônus Banval. Ele diz que pretende trazer essas informações à CPMI dos Correios.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu disse essa informação antes. Não, mais uma vez, não conheço Toninho da Barcelona.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor orientava o Sr. Marcos Valério a quem destinar os recursos, compromissos de campanha, conforme afirmou. Ainda não está devidamente esclarecido o pagamento da parte devida ao PL. Falou-se em dez milhões. O Sr. Marcos Valério falou em dez milhões. Valdemar diz que recebe seis e meio. Divulgou-se que o pagamento teria se realizado, aqui, em espécie. Nós verificamos que há pagamentos em cheque também, o próprio Valdemar declarou isso. Mas o que quero indagar é quem através da Guaranhuns, é que se pagaria a conta PL. No entanto, nós verificamos que, através da Guaranhuns, se pagou outras contas. Não só no Brasil como no exterior, especialmente, através de uma conta aberta no paraíso fiscal, na agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, coincidentemente, no período em que o PT governava aquele Estado. Há alguma relação entre causa e efeito. Há alguma relação na abertura dessa conta no Banrisul, na ilha de Gran Cayman. E, nesse repasse, via Garanhuns, Export Trading, de Montevideo para o paraíso fiscal?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu não tenho conhecimento. Estou tomando conhecimento dessas informações pelo senhor.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor não tinha conhecimento disso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** Não, a Garanhuns utilizada para fazer determinados pagamentos pelo Marcos Valério é de exclusiva responsabilidade do Marcos Valério e das pessoas que relacionaram com o Marcos Valério nesse recebimento. Eu não tenho nada a ver com isso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Certamente, já indagaram do senhor, hoje, quais os destinatários dos montantes liberados pelo Sr. Marcos Valério. Porque, segundo ele informou, caberia ao senhor designar as pessoas que deveriam receber esses valores. Isso já foi indago hoje aqui?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Várias vezes.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não. Os empréstimos, Sr. Delúbio Soares, é evidente que o senhor não tem patrimônio para avalizar empréstimos vultosos como aqueles conferidos supostamente pelo Sr. Marcos Valério ao PT. O senhor nega que a garantia desses empréstimos eram os recursos públicos.

É evidente que essa negativa não nos convence. Não há como não fazer uma relação entre esses empréstimos e os contratos generosos que o Governo



concedeu às agências do Sr. Marcos Valério, inclusive com sucessivos aditivos para culminar com um superfaturamento visível. De outro lado, há as instituições responsáveis por esses empréstimos, especialmente o Banco Rural. O Banco Rural não possui *funding* necessário para empréstimos desse volume de recursos, não é? Eu sei que talvez é perder tempo indagar do senhor, mas quem sabe o senhor possa nos orientar.

O Governo oferecia *funding* ao Banco Rural, através dos recursos oriundos dos Fundos de Pensão, depositados de forma privilegiada nessa instituição, exatamente para que este *funding* fosse alcançado, a fim de permitir esses empréstimos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Do meu conhecimento não, não conheço essas operações.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É constrangedor ter que indagar, mas é evidente que nós temos que cumprir tabela, como se diz na gíria esportiva, e fazer as indagações, até para que se registre, não é? Se não há essa possibilidade, através desses recursos oriundos do Poder Público, para auferir à instituição financeira o *funding* necessário para a concessão do empréstimo, esses empréstimos seriam fictícios, não é? Simples operações contábeis para lavagem do dinheiro público, tendo o Sr. Marcos Valério como repassador desses recursos nesse esquema interno e externo de repasses. No esquema interno, através da Guaranhuns ou através do saque na boca do caixa, e o descaminho através da evasão de divisas com esses recursos sendo remetidos, de forma ilegal, para contas em paraísos fiscais.

Eu imagino que o senhor poderia escolher a opção, quem sabe buscando até uma atenuante, porque o senhor chama para si toda a responsabilidade. Esses empréstimos estão certamente pesando muito no terreno da responsabilização civil e criminal sobre os ombros do senhor.

O senhor podia aproveitar essa oportunidade para escolher a alternativa que pudesse significar a atenuante no momento da decisão desta CPMI e da CPMI dos Correios.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Qual a pergunta, Senador? Eu não consegui entender a pergunta.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu coloquei várias alternativas para a concretização desses empréstimos: ou eles são fictícios, meras operações contábeis para a lavagem do dinheiro público ou eles são realmente garantidos por privilégios concedidos pelo Governo ou através do superfaturamento dos contratos, com aditivos sucessos, ou através de determinados depósitos de somas vultosas, como dos

fundos de pensão, para garantir à instituição financeira a oferta desse empréstimo generoso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pelo que eu tenho conhecimento, nenhuma dessas alternativas foram usadas para o empréstimo. Foram solicitados através das empresas do Marcos Valério, nós devemos às empresas, vamos pagar, e as empresas vão pagar aos bancos. Essa é a realidade. Qualquer outra suposição não pode analisar e fazer da maneira como tiver na sua memória. Mas a realidade é essa que eu tenho falado. Essa é a verdade. No mais, são análises que eu respeito, mas não posso concordar. As verdades dos fatos são essas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Para concluir, Sr. Presidente, as lições desse capitalismo moderníssimo e inusitado não vamos encontrar em nenhum livro de Economia nem no Brasil e nem qualquer lugar do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Devo confessar que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós estamos aqui com os suplentes. O nobre Senador Almeida Lima está inscrito, já no processo de reinscrição.

Se houver alguém que queira lhe conceder a vaga...

Continua com a palavra V. Exª, por cinco minutos.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Devo admitir que é desanimador para mim, e acho que também para quem está aqui, passar o dia inteiro ouvindo este depoimento e não termos conseguido arrancar uma única frase que seja nova nesse processo. Estamos aqui desde as 9 horas.

Ou vamos repensar a nossa forma de investigar a existência ou não do mensalão ou vamos demorar muito para chegar a uma conclusão acerca desses fatos. Até porque temos ainda muita coisa para investigar, ainda há a história dos R\$200 mil pagos aos Deputados, pagos na época da venda da reeleição. Nós nem entramos nessa investigação ainda.

Pela lista que está sendo divulgada dos Deputados que possivelmente serão cassados, podemos perceber que mais da metade desses Deputados são do PT. Eu fico me perguntando se era possível mesmo o mensalão ser pago para os Deputados do PT – a grande maioria Lideranças do Partido nos Estados – para votar com o Governo Lula. É difícil acreditar nessa fórmula que foi denunciada.

Se o mensalão existe, vai ser difícil pegar alguns Parlamentares, porque o Deputado Roberto Jefferson veio aqui, bateu o pé e disse que não conta para quais Deputado ele entregou o dinheiro. Portanto, nunca vamos saber quais os Deputados do PTB que precisam ser punidos.

O Deputado Valdemar da Costa Neto fez a mesma coisa. Já repetiu várias vezes que não dirá para quais Deputados passou dinheiro. Nós também nunca vamos poder punir os Deputados do PL, a não ser que encontremos uma outra fórmula de fazermos essa investigação, chegar ao final dela e dizermos: investigamos, punimos, fizemos o que precisava ser feito, como a sociedade gostaria, sob pena de passarmos aqui o dia inteiro, todo mundo fazendo discurso, falando e fazendo perguntas sem ter respostas com novidades, como aconteceu hoje.

Eu queria, Sr. Delúbio, fazer-lhe, rapidamente, a seguinte pergunta: uma das minhas perguntas para o Sr. Marcos Valério foi no sentido de que ele detalhasse aqui para nós a semelhança ou as diferenças do modo como ele operou esse esquema de empréstimo para o PT e aquele empréstimo para o PSDB, para o Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB. Eu queria entender isso. Ele explicou que a forma foi a mesma, que o esquema montado foi o mesmo. O que houve de diferente aí foram os valores entre o esquema que ele montou para o PSDB naquela época e o esquema que ele montou agora para o PT. Pergunto: V. S<sup>a</sup> tinha conhecimento daquele esquema e pediu para que ele fizesse exatamente da mesma forma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Reafirmei aqui, Deputada, que não tinha conhecimento desse processo.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Foi ele quem criou essa forma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Foi ele quem propôs essa forma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós discutimos, em determinado momento, a necessidade, e ele ofereceu as suas empresas. Eu perguntei-lhe se podíamos fazer, os bancos toparam, os sócios dele toparam, e fizemos assim. Ele não tinha conhecimento...

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Então ele lembrou a fórmula e a reaplicou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu estou dizendo o que eu sei, Deputada.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – A outra pergunta é a seguinte: V. S<sup>a</sup> se lembra como é que foram os repasses que fez para o PTB de Rober-

to Jefferson? Isso foi de uma vez só? Foram várias parcelas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós fizemos repasse ao PTB, mas não na forma como o Roberto Jefferson denunciou.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Então não foi daquela forma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não foi daquela forma. Vou procurar esclarecer não só o do PTB, mas também o de todos os partidos, acatando a sugestão do nosso Presidente e do Relator.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Marcos Valério disse aqui que V. S<sup>a</sup> vinha sendo ameaçado pelo Deputado Roberto Jefferson. É verdade isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. O Deputado Roberto Jefferson nunca me ameaçou. Só tive ameaças em outras áreas e não de nenhum Parlamentar, de nenhuma Liderança de partido. Muito pelo contrário, sempre fui tratado com todo respeito por todos...

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O fato de o senhor andar hoje num carro blindado não tem nada a ver com isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu ando de carro blindado desde o assassinato do Celso Daniel, por recomendação da Polícia Federal. Eu, o José Dirceu e o, na época não candidato formal, Lula. Estávamos correndo risco de segurança. Refiz essa avaliação no ano passado, ela continua. Por isso é que ando de carro blindado e sempre andava também com batedores.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Delúbio, o PP fez parte das alianças com o PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O PP apoiou, na maioria dos Estados, o Lula no segundo turno, na maneira do PP, não na maneira que os Partidos de esquerda apóiam. Na maioria dos Estados, apoiaram o Lula no segundo turno.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O repasse ao PP teria sido, então, pelas despesas do segundo turno?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – A discussão com o PP foi feita em 2003 em função de várias questões pendentes do PP e sua preparação para aproximar as campanhas de 2004. Esse esforço foi muito... O resultado foi muito pequeno, porque em poucos lugares o PP coligou com o PT ou com os partidos da ala da esquerda, o PCdoB, o PSB. Essa foi a realidade.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Delúbio, por que parte do pagamento para o Sr. Duda Mendonça foi feita em bancos no exterior?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Determinei ao Marcos Valério que pagasse um numerário ao Duda Mendonça. Uma parte disso foi feita no exterior, de responsabilidade exclusiva do Duda Mendonça, do Marcos Valério. O dinheiro estava no banco, mas as empresas dele viam o Banco Rural, e ele pagou lá fora, a responsabilidade é dele e do Duda Mendonça. Não tenho responsabilidade nenhuma sobre esse pagamento.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor conseguiu, dessa forma, fazer a distinção do que foi a campanha do Presidente Lula e do que foram as outras campanhas?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já informei isso inclusive ao Ministério Público Federal.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Ficou alguma dívida do Presidente Lula, da campanha, para ser paga depois?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ficaram 700 mil reais, que foram pagos até junho de 2003, dívida formal.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Foi pago com caixa 2?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, foi dívida formal, registrada. O PT pagou em 2003.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Está certo. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigada, Deputada. Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, o objeto desta CPMI é apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais ou pecuniárias devidas por membro do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias do interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da PEC 0195, a PEC da reeleição. Então, evidentemente, o convite ao Delúbio Soares para participar desta CPMI é inócuo, porque o objeto é diferente. A maioria das perguntas versa sobre financiamento de campanha, e a existência de caixa 2 não é fato novo aqui. Acho que muito do depoimento, das perguntas, têm uma marca de hipocrisia.

Vamos tentar rememorar algumas questões, alguns fatos recentes. Vamos pegar aqui a Pasta Rosa, um documento que apareceu no Congresso Nacional, que apontava na época, em 90, o financiamento de bancos a Deputados desta Casa. Entre os bancos, a Febraban. E um dos bancos que foi o interlocutor para financiar a campanha não contabilizada foi o Banco Econômico, que perdurou a sua insolvência durante mais de 5 anos, que causou um rombo de mais de 3 bilhões de reais aos cofres públicos brasileiros em função desse

apoio que foi dado a alguns Deputados e Senadores aqui no Congresso Nacional. Vou até apontar, porque isso não é segredo. A revista **ISTOÉ** publicou isso na época. Aí há o nome de Antonio Carlos Magalhães, Joaquim Francisco, Agripino Maia, João Alves, José Serra, que aparece também como recebedor de recursos dessa tal de Pasta Rosa, que era uma forma que havia naquele momento. A legislação era omissa com relação à doação de campanha, mas quero registrar que isso não apareceu na prestação de contas.

Esse mesmo esquema também voltou a surgir em 94. Não satisfeito em 90, em 94, o Banco Econômico volta a financiar a campanha de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Souto, João Durval, parece que Mário Covas, Antonio Carlos Magalhães, Luis Eduardo Magalhães, enfim, a nata do nosso tucanato, do tucanato e do PFL. Isso é financiamento de campanha de forma não usual, por fora da escrituração. Qual a consequência disso? Por que houve esse financiamento sem contabilização?

Todos sabemos que em 1995 houve uma quebraadeira, em função do Plano Real, da não-alteração da inflação para fazer o giro, e vários bancos tiveram prejuízo, até porque muitos deles já estavam trabalhando com uma série de irregularidades não aferidas pelo Banco Central, entre esses bancos, o Banco Nacional – e a filha do então Presidente Fernando Henrique Cardoso era casada com um dos donos. A parte boa do Banco Nacional foi entregue ao Unibanco, que foi também um grande financiador da campanha do governo passado; e a parte ruim ficou com o Banco Central. Então, vejam bem a relação íntima. Um banco estava com as suas operação há muito tempo devendo ser fiscalizadas pelo Banco Central, isso não foi feito no devido momento e se arrumou um jeitinho para salvar a parte boa, que foi entregue ao Unibanco, que era um financiador histórico de campanha.

Também o fato de não ter havido contabilização, vamos pegar agora aqui um depoimento do próprio Luiz Carlos Bresser Pereira, que foi um dos arrecadadores da campanha do Governo Fernando Henrique Cardoso. S. Exª, em depoimento, em entrevista feita, fala que R\$10 milhões da campanha passada não foram contabilizados. S. Exª alegou que foi um erro de programa, de excel, que só contabilizou a doação de apenas 16 empresas. Foram R\$10 milhões não contabilizados. Segundo consta, essa sobra foi utilizada na compra de uma fazenda, uma propriedade para onde foi levada a sobra de campanha do governo passado.

Também, como doação de campanha, vamos pegar o rumoroso caso das privatizações. Ricardo Sérgio, na época também arrecadador da campanha de Fernando Henrique Cardoso, procurou um dos possíveis com-

pradores da Vale do Rio Doce, Benjamin Steinbruch, para lhe pedir uma doação em torno de R\$15 milhões. Esses R\$15 milhões não chegaram à contabilidade da campanha do Sr. Fernando Henrique Cardoso, se chegou foi em valor menor, mas parte dela, segundo investigação do Procurador Luiz Francisco...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Estou usando o tempo da melhor forma possível. Estou levantando aqui...

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Exª não está usando com responsabilidade. V. Exª é um irresponsável.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – A Comissão está investigando a emenda da reeleição sim. A palavra está com...

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que V. Exª conclua.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Vou concluir, Sr. Presidente, mas preciso...

João Maia e Ronivon Santiago...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não podemos ficar aqui ouvindo irresponsabilidade de Deputado.

*(Tumulto no plenário da Comissão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Conclua, por favor.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – ...mil reais do ex-Governador do Amazonas, Amazonino Mendes, e do Governador Orleir Cameli do Acre, que na época também era do PFL. Esse foi um rumoroso caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª já esgotou o tempo.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Para concluir, Sr. Presidente.

Finalmente, vamos falar do nome de Alexandre Paes dos Santos, um lobista muito conhecido que, em função da tentativa de extorsão para favorecimento de uma compra no Ministério da Saúde, a Polícia Federal apreendeu uma caderneta com ele. Nessa caderneta, aparecem vários Deputados, inclusive o nome do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que está nesta Casa aqui. E essa interferência do Sr. Alexandre Paes dos Santos...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – ...que diversas votações dessas matérias fossem influenciadas pela sua intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria que V. Exª encerrasse.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Para concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas não conclui.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Ele foi atrapalhado no tempo dele, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Eu quero que todos aqui saibam e vejam que não é necessário agora ter a hipocrisia de esconder e botar por baixo do tapete o que foi feito em véspera de campanha. Isso de que está sendo acusado o PT, nesse momento, não é fato novo. É fato que já existia nesta Casa. Então, se queremos fazer uma CPI para investigar a utilização de caixa dois, a compra de votos, temos que aprofundar a nossa investigação.

Eu falei no início que o depoimento do Delúbio Soares nada iria acrescentar a essa investigação. E trago fatos contundentes. Li vários requerimentos, e já os fiz, para convocar aqui Luiz Carlos Bresser-Pereira, Alexandre Paes dos Santos, Ricardo Santos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos os requerimentos V. Exª os fará e a Comissão vai apreciar, mas eu não posso mais lhe conceder a palavra.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Eu posso... Sr. Presidente, só um minutinho, eu tive a paciência de ouvir todos outros, inclusive vários deles...

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas já se passaram mais de cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu tenho aqui uma tolerância de um, dois minutos, mas eu já estou com a tolerância com V. Exª de quatro minutos.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – ...Paes dos Santos, que é um lobista...

*(Interrupção do som.)*

...que envolvia Deputados e votações importantes desta Casa foram influenciadas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra...

Qualquer requerimento será feito.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu solicitei algumas informações, então, se V. Exª tem as informações, antes de passar para o próximo orador, vou conceder a palavra a V. Exª.

Espero que qualquer requerimento seja feito de maneira formal e a Comissão vai apreciar.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, é só para lembrar o objetivo da nossa CPMI.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, quando a palavra está passada para alguém, as pessoas têm que respeitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O objetivo está claro.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sim, então, vamos repetir, porque ninguém pode falar na emenda da reeleição que o PSDB pula.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não se trata de emenda de reeleição ou outra coisa. Trata-se de esgotamento do tempo, só isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, V. Exª me fez uma pergunta, atendendo a sua demanda, quando falei das coincidências com a reforma da Previdência, da MP dos Bingos e também do salário mínimo, quero lhe dizer que quando se referiu à votação do Senado, dia 21-11-2003, foram repassados, com autorização do Sr. Marcos Valério recebida do Sr. Delúbio Soares, ao Sr. José Borba, segundo os documentos que temos, R\$200 mil no dia 20-11 e mais R\$200 mil no dia 27-11. Mas eu não vou lhe passar só isso.

Quero lhe passar aqui um estudo, para que sirva de base para esta CPMI na relação da compra de votos, valores que teriam sido recebidos pelos Partidos em principais eventos políticos. Separados assim, Sr. Presidente: pagamento de despesas de campanha, segundo Delúbio Soares, período em que teria ocorrido maior número de mudanças de Partido por Deputados. Depois, no período da PEC da Previdência, Tributária, Falências, a MP 164, a MP 177, 144, a Lei da Biossegurança, a Lei das PPPs, a Medida Provisória 171 e 168, a dos Bingos, e também das campanhas municipais, observando o comportamento do PL, PMDB, PP, PTB e PT.

Eu lhe passo esses documentos, juntamente com a relação dos recursos que teriam sido recebidos pelos Partidos, também com o quadro de mudanças de Partidos dos Srs. Deputados, que estão aqui também todos eles, em duas relações por ordem de data, por Partido e por Estado, Sr. Presidente. A estatística do trabalho da Câmara e também todas as matérias apreciadas.

Quero informar também, Sr. Presidente, que como aqui não deve haver segredo, vou repassar esse mesmo material para a imprensa ali fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a colaboração de V. Exª.

Vamos levar esses documentos à CPMI para análise, nada mais do que análise. Nesse momento são dados, são referências, são números. Não tem nenhuma matiz pessoal. É uma matiz objetiva.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito. Tenho uma substituição, chamo a Deputada Iriny Lopes. (Pausa.) Não está presente. Então chamo o Deputado Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o depoente, em resposta a uma pergunta do Senador Alvaro Dias, afirmou taxativamente que o Presidente Lula não tinha conhecimento dos recursos não-contabilizados, não tinha conhecimento do caixa dois.

Pois bem, no dia 08 de julho, uma sexta-feira, o Sr. Delúbio depôs na Polícia Federal, em São Paulo, e declarou que toda a arrecadação e despesa feitas pelo PT eram legais; não havia nada ilegal, nada que violasse a Lei Orgânica dos Partidos, nada que não tivesse sido declarado à Justiça Federal, nada irregular. Uma semana depois, o Sr. Delúbio foi desmentido por uma entrevista concedida às 10h45min, dia 15 de julho, sexta-feira, na França, à jornalista Melissa Monteiro, pelo Senhor Presidente Lula, que foi o primeiro a afirmar que o PT mantinha uma contabilidade sub-reptícia, à margem da contabilidade oficial; ou seja, manuseava recursos não-contabilizados, aquilo que nós, em português popular, chamamos de caixa dois.

No dia seguinte, 16 de julho, sábado, em entrevista ao “Jornal Nacional”, o Sr. Delúbio desdisse o que afirmara oito dias antes à Polícia Federal de São Paulo e confirmou o que o Presidente da República dissera à entrevistadora Melissa Monteiro um dia antes, dizendo que recebeu R\$39 milhões do Sr. Marcos Valério, e que usou para pagar dívidas de campanha de 2002 e 2004 e não foram recursos contabilizados. Repetiu a versão revelada em primeira mão pelo Presidente da República em audiência concedida um dia antes. Portanto, a propriedade intelectual dessa versão não é sua, é do Presidente da República, a ele pertence os direitos autorais. Foi o primeiro a registrar numa gravação essa versão do empréstimo do caixa dois.

A pergunta é a seguinte: o senhor participou com o Presidente Lula de alguma reunião preparatória para combinar o **script**? Quem participou dessa reunião?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não participei.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Houve alguma reunião com o Presidente para combinar o **script**?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Não houve reunião?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não participei, não tenho conhecimento, Deputado Mendes Thame. Não participei de nenhuma reunião, então...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Não houve reunião?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não participei de nenhuma reunião com esse caráter com o Presidente ou com qualquer Ministro de Estado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Se o senhor era o responsável, não havia ninguém acima do senhor no PT, o senhor assumiu toda essa responsabilidade de ser a pessoa que determinava ao Marcos Valério a quem entregar o dinheiro, quanto emprestar? Se era o senhor que assumia essa responsabilidade, quem poderia ter contado ao Presidente da República um dia antes da sua revelação que o PT tinha caixa dois?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, o senhor pode, pelo argumento, não entender a seguinte coincidência, mas, na verdade, o fato é que eu prestei depoimento na Polícia Federal como o senhor anunciou, depois o transtorno que estava causando o conjunto de Deputados, Deputadas, Senadores, na sociedade sobre o que estava acontecendo...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Descontar o tempo, ele está divagando...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Resumindo, não falei com o Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Seja objetivo na resposta, por favor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Bom, se ninguém contou, é sinal que o Presidente da República já sabia.

Segunda pergunta: quanto custaram para o PT os quatrocentos **outdoors** colocados em São Paulo, 60 dias atrás, para comemorar o aniversário do Senador Aloizio Mercadante?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não participei desse... dessa... desse **outdoor**. Eu não tenho... O Diretório Nacional do PT não tem nada a ver com o aniversário do Aloizio Mercadante.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – O senhor confirmou uma resposta de que participou de uma reunião aqui revelada pelo Deputado Valdemar Costa Neto, no apartamento do Deputado Paulo Rocha, em junho de 2002, quando foi acertada a aliança PL – PT e da qual participaram o Senhor Presidente da República, hoje Presidente, o Vice-Presidente, o Deputado José Dirceu, o Deputado Valdemar Costa Neto e contou com a sua presença. Naquela oportunidade, diz o Deputado Valdemar

Costa Neto: “Foi acertada a aliança, o pagamento de dez milhões ao PL”. Mas veja que interessante, que sugestivo: para salvar a “pele” do Vice-Presidente da República, José Alencar, o Sr. Valdemar afirmou que o Sr. Alencar recomendou – olha que sugestivo! – que os dez milhões fossem pagos tudo por dentro. “Peça tudo por dentro”.

O senhor confirma essa declaração? Na ocasião o Presidente Lula falou alguma coisa ou o senhor não se lembra de nada?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, eu já pronunciei sobre isso umas quatro vezes, mas posso... Participei da reunião eu e o Deputado Valdemar Costa Neto no escritório da casa do Deputado, do apartamento funcional do Deputado Paulo Rocha. Acertamos um acordo estrutural da campanha, em que 25% da arrecadação da campanha deveria ficar à disposição da campanha do Vice-Presidente para ajudar aos candidatos do PL onde apoiava o Presidente Lula. Foi isso que aconteceu. E não foi possível honrar esse compromisso no período, tivemos que honrar, depois, com dinheiro não-contabilizado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Ou seja: o senhor confirma a participação do Presidente Lula e do Sr. José Alencar nessa reunião.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O candidato Lula e o candidato José Alencar...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Isso.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...que não era candidato ainda...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Perfeito.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...para fechar alianças. Eles participaram, mas não se envolveram no acordo, no acordo estrutural.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Deputado, o prazo de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Está esgotando.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – ...já se encontra esgotado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Permita-me uma rápida observação, só para encerrar?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Pois não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – É o seguinte: um dos poucos fatos novos que o senhor revelou hoje aqui, Sr. Delúbio, é de

que o senhor não fazia nenhuma contabilidade desse dinheiro que ia sendo autorizado aos sacadores. É interessante porque também o senhor não tem uma conta exata de quanto foram emprestados: se vinte e cinco, depois trinta e nove, depois cinqüenta e quatro, cinqüenta e nove milhões. E também o senhor ia determinando que sacasse e não ia registrando. Isso mostra um certo desdém, é uma displicência em tratar tamanho dinheiro. Esse é um dado importantíssimo. O seu advogado deve alertá-lo. Na hora das decisões monocráticas, os juízes, pessoas que tratam grande volume de dinheiro com desdém, com displicência isso dá uma idéia muito clara, objetiva de que é dinheiro fácil, dinheiro conseguido de uma forma ilegal, dinheiro sem origem, dinheiro que não teve nenhum esforço para conseguir.

Eu queria, para encerrar, dizer que isso tudo reforça a idéia de que esses empréstimos nunca existiram. São apenas uma versão para justificar recursos que foram destinados, denunciados pela imprensa e que se tentou uma versão para justificar um recurso que estava sendo distribuído com finalidade...

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA)

– Tempo encerrado, ilustre Deputado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra o próximo orador inscrito que é o Deputado Zico Bronzeado. (Pausa.)

Passo a palavra ao Senador Nezinho Alencar. (Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Divino.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, preciso formular perguntas ao Sr. Delúbio Soares referente a este valor que afirma o Sr. Marcos Valério, de mais de R\$55 milhões, que soma já, aí, R\$100 milhões. Por que da necessidade dele ser avalista? Por que o PT não deu como garantia, como aval – já que recebe anualmente o Fundo Partidário –, o Fundo Partidário como garantia?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado José Divino, eram empréstimos não-contabilizados. Então, o PT não tinha como contabilizar esses empréstimos. Por isso que não fizemos os empréstimos formais. O que nós resolvemos fazer formais, as necessidades formais do Partido, nós fizemos dois empréstimos. Foi isso o que aconteceu.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Quanto o PT recebe anualmente do Fundo Partidário?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Era, aproximadamente... O orçamento do Partido dos Trabalhadores Nacional... O Fundo Partidário é mais ou menos a metade do orçamento nacional: R\$24 milhões. E, no ano passado, realizou uma arrecadação de R\$48 milhões e teve um gasto de R\$68 milhões. Portanto, tem uma dívida de R\$20 milhões para pagar.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sabemos que o PT recebe contribuição dos militantes, dos membros do Executivo e do Legislativo. O montante dessa dívida – como é que o PT poderia pagar uma dívida tão vultosa –, se nós dividirmos R\$100 milhões pela população do Brasil, pelos 180 milhões de brasileiros, se todos fossem filiados e militantes do PT (o que não é realidade), daria, aí, em torno de R\$0,70 por habitante do País. Então, como é que os militantes do PT – que sejam militantes, quer sejam membros do Executivo ou do Legislativo –, como é que o PT pagaria essa dívida tão vultosa?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi um processo que foi se arrastando, e o Partido dos Trabalhadores hoje tem a sua estrutura e tem que se discutir... Agora não posso mais falar como o PT vai fazer, porque eu não estou mais na executiva, não estou mais na direção, estou, a meu pedido, com os direitos partidários suspensos. É um problema que a direção do PT vai ter que enfrentar e encontrar uma solução. E qualquer opinião que eu emitir vai inclusive prejudicar as posições do Partido a partir de agora.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Mas se não tivesse acontecido esse escândalo todo, como é que o senhor pagaria?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nós tínhamos elaborado uma campanha entre os filiados e as pessoas físicas e pessoas jurídicas – uma campanha de arrecadação – para poder pagar essa despesa; o que é possível fazer, não de uma vez só toda, mas parcelado. Nisso aí se começa a trabalhar... É possível fazer.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – O senhor acha justo um militante do PT passar a contribuição para outros Partidos – o PL, o PP –, como está denunciado até então?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores construiu um projeto nacional que não é só dele, embora ele tenha muita responsabilidade. Então, a eleição do Presidente Lula... As 52 milhões de pessoas que votaram no Lula no segundo turno e as 39 que votaram no primeiro não eram só filiadas ao PT; eram de vários outros. Então, não tem... Eu acho que o Partido dos Trabalhadores sabe ser solidário e também sabe cobrar as políticas de aliança na hora certa. Ninguém ganha sozinho.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – O Sr. Toninho da Barcelona disse aos Parlamentares da CPMI dos Correios que tem conhecimento de operações de remessa de dinheiro do PT ao exterior feitas pelo senhor e pelo Deputado José Dirceu. Foi o que ele disse. O senhor confirma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não confirmo.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Ele mentiu, então, aos Deputados?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ele mentiu aos Deputados da CPMI.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Era o que tinha a perguntar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Pois não.

Encerrada a lista dos suplentes, passaremos aos não-membros da Comissão.

Antes de chamar o Deputado Babá, eu dou permissão para que o depoente possa se ausentar, ir ao banheiro.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, poderia me inscrever ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Os não-membros terão o tempo de três minutos para cada um. Nós temos só dois não-membros inscritos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente?

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente. –

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Levando-se em consideração que sou titular desta Comissão e na oportunidade em que fui chamado encontrava-me na CPMI dos Correios e não pude fazer uso, posteriormente eu me inscrevi. Poderia fazer uso da palavra nesse instante?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Olha, ilustre Senador, nós temos aqui a reinscrição.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Eu já me inscrevi.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Então V. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade de falar, na reinscrição.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, a reinscrição é daqueles que se inscreveram no tempo hábil, que era até... Então, quem não se inscreveu até àquela hora e não falou... foi o meu caso, eu estive numa outra CPMI e não pude falar porque... Então, eu poderia ter solicitado reinscrição? Foi dito que não podia se inscrever porque eu não falei. Então, agora, somente aqueles que se inscreveram e falaram e que pediram a reinscrição...

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> está reinscrito?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Estou inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Reinscrito.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Com o retorno do depoente, Sr. Delúbio Soares, eu convido o Deputado não-membro inscrito nesta Comissão Deputado Babá. Três minutos. (Pausa.)

Convido o Deputado João Fontes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – jornal **Tribuna da Imprensa** do dia 13 de setembro de 2004, coluna Sebastião Néri, que diz:

“O PT tem poderosas bases bacterianas. Atacam em silêncio, por baixo. Agora, irritados na maioria dos Estados, porque governo, a direção nacional do Partido e, principalmente, a poderosa tesouraria delubiana só estão financiando fartamente as seis campanhas de reeleição: Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Goiânia e Aracaju. Vingam-se chamando José Dirceu e José Genoino de Zezé de Dirceu e Zezé de Genoino”.

A direção nacional e a poderosa tesouraria delubiana financiaram essas campanhas em 2004 para prefeito?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – O Partido dos Trabalhadores, Senador Almeida Lima, fez um plano.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Eu gostaria de saber se financiou? Eu tenho só três minutos, o tempo é meu. Por gentileza, sim ou não. Ou financiou, ou não financiou?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Ajudamos. Não financiou integralmente, ajudou as campanhas, todas essas campanhas nós ajudamos, sim, senhor.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – A campanha de Aracaju ajudou de que forma?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que foi feito um *show* lá. Acho que com Zezé di Camargo, na reta final da campanha.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Foi pago?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Foi pago. Contabilizado pelo Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Nacional?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nacional, e o Diretório Municipal deve ter feito uma parte.



Se não fez, devia fazer, porque tem chance de fazer, tem possibilidade de fazer.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – O Partido dos Trabalhadores, a Direção Nacional, na campanha de 2004, fez algum pacote, algum contrato com o grande pianista Arthur Moreira Lima?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Fez. O contrato está no PT, é só pegar, sem nenhum problema. Ainda devemos uma parte... O PT ainda deve uma parte para ele. Ele fez sessenta *shows* pelo Brasil inteiro de responsabilidade do Diretório Nacional, compartilhado com as campanhas municipais.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – O Sr. Marcos Valério disse a esta Comissão que dos empréstimos tomados em 2003 e 2004, desses parte serviu para custear despesas da pré-campanha de 2004. Pré-campanha, antes das convenções. Afirmando ele que com o objetivo de eliminar, tirar do páreo, convencer com recursos algumas candidaturas em algumas cidades que prejudicavam o PT. Aonde isso foi feito?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não corresponde a verdade isso, não. Nós nunca fizemos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Senador, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está se esgotando.

Esgotada a lista dos membros titulares, suplentes e não-membros, passaremos aos que solicitaram reinscrição.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Eu dou a palavra ao ilustre Relator para usar da palavra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tenho aguardado um instante próprio, Sr. Presidente, para fazer dois registros. Primeiro, é de que o Sr. Delúbio Soares passou-me cópia de todas as folhas do seu passaporte, para que eu as autenticasse em conferência com original. Não pude fazê-lo, porque algumas das páginas tinham dados borrados pela xerox e o Sr. Advogado, então, do depoente prometeu-me trazer novamente esse material, para ser autenticado. Quero deixar claro na ata que o material foi devolvido porque não possuía a clareza necessária para autenticação.

Segundo, quero passar à Mesa, para a Secretaria, o documento assinado pelo Sr. Delúbio Soares de Castro, que é uma cópia da comunicação que fiz, Banco BMG S.A., assumindo a responsabilidade das dívidas do PT. Passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para devidamente ser arquivado na Secretaria.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Rocha. PFL – BA) – Eu convido a Deputada Zulaiê Cobra para presidir

os trabalhos, porque eu serei o primeiro a falar na lista da reinscrição.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Vou dar a palavra, então, ao Deputado José Rocha, que é o primeiro reinscrito, por três minutos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Deputada Presidente, Zulaiê Cobra, mais uma vez cumprimento o depoente, Delúbio Soares. Quero aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, repelir tudo aquilo que aqui foi dito pelo destemperado Deputado Valverde, que, num ato de tamanha irresponsabilidade, usou da palavra para sacar contra pessoas honradas da política brasileira, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, o saudoso Deputado Luís Eduardo Magalhães, o saudoso Governador Mário Covas, o ilustre Prefeito de São Paulo, José Serra, e diversas outras personalidades que sempre honraram e honram a política brasileira, o que talvez, não seria o caso do Deputado Valverde, que não tem demonstrado isso nesta Casa, senão, de maneira atabalhoada, tentar defender o indefensável: que é defender o atual Governo do Presidente Lula, tamanho o descalabro desta administração com comprovados atos de corrupção sendo demonstrados. Fruto de tudo isso são três CPMIs instaladas, funcionando ao mesmo tempo: a dos Bingos, a dos Correios e a do Mensalão. Se existe mensalão, se existem corruptos, existem corruptores. E os corruptores vamos pegar todos porque eles estão, sem dúvida nenhuma, no Executivo, promovendo tudo aquilo que temos lido pela imprensa, que estamos identificando nos depoimentos e nas documentações que têm chegado a esta Casa. Com certeza, aí sim, estaremos praticando um ato de responsabilidade para com o povo brasileiro e um ato de responsabilidade para aquilo por que fomos eleitos, para cumprir com o nosso dever nesta Casa. Portanto, essa é a parte inicial, Deputada Zulaiê Cobra, que queria falar nesta reinscrição.

Retorno a minha primeira pergunta ao depoente, Sr. Delúbio Soares, para indagar se V. S<sup>a</sup> esteve com o ex-Ministro José Dirceu, acompanhado do empresário Gontijo. Se esteve, qual o assunto tratado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Gontijo é o José Celso Gontijo? Não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não esteve.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Seu tempo, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Esgotado?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Esgotado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Vou dar a palavra ao Deputado, por um minuto, para rebater um palavrado de que eu não gostei também. Com resto, concordo com o conteúdo dos homens.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – O palavrado foi o corrente.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Falo do termo usado contra o senhor.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Perfeito.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Um minuto.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – O

que falei consta de uma publicação na época, de 1995, publicada na **ISTOÉ**, “Dossiê Pasta Rosa”. Consta o nome de todos aqueles que eu citei naquele momento. Não fui leviano porque consta de uma publicação que está na mão da população. É público isso aqui. Outra: temos hoje quatro, cinco CPMIs. Ainda bem, porque, na época passada, o Governo Federal não permitiu que se instalassem as CPIs das Privatizações e da Corrupção, o que poderia ter desvendado, talvez, vários fatos que hoje já não estariam mais ocorrendo. Se naquele momento tivesse sido combatida a corrupção e avaliadas as privatizações que levaram ao financiamento irregular de várias campanhas, certamente hoje não estaríamos hoje fazendo esta CPMI.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Muito obrigado, Deputado.

Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Srª

Presidente dos trabalhos, volto aqui porque há perguntas que não consegui fazer.

Sr. Delúbio, o senhor conhece o Sr. Marco Antonio Vaz Capute, Diretor da BR Distribuidora?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não tem nenhum relacionamento com ele?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Não o conheço.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É verdade que a BR Distribuidora comprou a Jeep, empresa que detém 1% do mercado nacional de distribuição de combustíveis?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Li no jornal sobre isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor leu no jornal. O senhor sabe que antes da venda a Jeep admitiu em seus quadros vários integrantes do PT com bons salários?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor teve influência nisso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor sabe que neste pacote foi criada uma empresa de apoio à Petrobras chamada Brasil Supply?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor indicou alguém para trabalhar nessa empresa?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, Sr. Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não é juízo de valor deste Deputado, mas eu tenho que perguntar: recebemos uma informação de que os transportadores de combustíveis para a BR estão obrigados a devolver parte do frete para os dirigentes da BR. Suspeitam que esses recursos também sirvam para alimentar o que o senhor chama de recursos não contabilizados do PT. O senhor sabe algo sobre tais recursos?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Estou sendo informado pelo senhor agora.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Muito obrigado. No dia 30 de dezembro de 2003, o senhor inseriu no balanço anual do PT a informação de que o Presidente Lula devia 29,4 mil reais ao Partido, por empréstimo contraído em data não revelada. No mesmo dia 30, uma parte desse empréstimo foi paga por meio de um depósito *on-line* de 12 mil, de origem não especificada, conforme extrato da conta bancária do PT no balanço. Outros dois depósitos, de seis mil cada, foram feitos em fevereiro de 2004. Além disso, faltam as informações a respeito de um quarto depósito, de 5.436 reais, no Banco do Brasil, conta 13000-1. Qual a origem desses recursos e quem efetuou o depósito, já que há três versões para essa dívida?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Agradeço essa pergunta para poder explicar o que eu sei desse... O dirigente Luiz Inácio Lula da Silva, na época, desde, acho que 1987, fez várias viagens e vários adiantamentos e não prestou contas. Teve uma viagem à China em que a passagem da Marisa foi incluída nesse pacote de dívida, que deu vinte e poucos mil reais. E ao fazer, o Lula nomeou um procurador para fazer a demissão dele. E na época eu não acompanhei porque eu estava fazendo a prestação do PT e ele fez a demissão do dirigente Lula logo em seguida e não contabilizou, não acertou essas dívidas e jogou isso para frente.

O procurador do Lula era o Sr. Paulo Okamoto. Depois a direção do PT, por orientação da contabilidade, porque esse é um problema contábil, cobrou do Presidente Lula, através do procurador Paulo Okamoto, e ele fez um plano de pagamento. Ele mesmo pagou e assumiu – vi na entrevista outro dia – as responsabilidades. Então, Paulo Okamoto é o responsável pelos pagamentos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Delúbio, a documentação fornecida pelo Banco do Brasil à CPMI dos Correios atesta que foram realizados três depósitos na boca do caixa em dinheiro na conta do fundo partidário do PT. Isso ocorreu porque o empréstimo ao Presidente Lula foi feito via fundo partidário do PT?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso pode ter acontecido. O primeiro empréstimo eu não era nem...

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Sr. Presidente, Sr. Relator... Não tem Presidência.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não aceito interrupção, Sr. Presidente. Ele está socorrendo aqui a resposta do Sr. Delúbio. Por favor.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, não, não. Eu não estou pedindo auxílio não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Eu sei que o senhor não pediu, mas ele se ofereceu. Por favor, é grave.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – O tempo do depoente também está esgotado...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Esse empréstimo foi realizado uma parte dele...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – O que aconteceu, nobre Deputado? Agora eu quero retomar, porque eu tenho que resolver esse incidente e lhe considerei... devolverei o tempo. O que é que houve... fui à secretaria pedir... O que aconteceu?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Só concluindo aqui, para não ter dúvida... O início do empréstimo foi feito em outra gestão, Deputado. Então eu não acompanhei isso. Só a viagem à China foi realizada na gestão que eu estava dirigindo. Foi antes, antes de 2000.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Presidente, eu vou repetir a pergunta, porque ele foi interrompido na resposta e me perturbou aqui também para fazer a elaboração: a documentação fornecida pelo Banco do Brasil à CPMI dos Correios atesta que foram realizados três depósitos na boca de caixa, em dinheiro, na conta do fundo partidário do PT. Isso ocorreu porque o empréstimo ao Presidente Lula foi feito via fundo partidário do PT? É essa a pergunta.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deve ter sido. É que eu não... Como eu não acompanhei o primeiro empréstimo, o segundo empréstimo, só as despesas da Marisa, e quem fez o depósito foi o Paulo Okamoto...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – ...do pagamento...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...do pagamento na boca do caixa.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Bom, eu quero dizer, então, Sr. Presidente, que isso é um fato gravíssimo, já que, se foi feito o empréstimo com pagamento via fundo partidário, que são fundos constitucionais, verbas constadas do Orçamento e votadas aqui nesta Casa, que os Partidos políticos não têm a função de banco, não podem emprestar dinheiro, muito menos do fundo partidário. Estou satisfeito e espero as providências da Mesa.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não era empréstimo. Era adiantamento e pagamento de passagem... Foi isso que foi feito. Não era empréstimo pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Certamente o Relator levará em conta os fatos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> restabelecesse meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Vou restabelecer o tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, durante o depoimento, o Sr. Delúbio fez algumas referências a pagamentos. Em um certo momento falou da campanha do Ciro; em outro momento, da de Márcio Lacerda. E há informações de que teriam sido pagamentos à empresa New Trade, que fez a campanha do Ciro no primeiro turno e se incorporou à campanha do Lula no segundo turno. Eu queria que V. S<sup>a</sup> pudesse precisar melhor. Houve pagamento a quem em relação a esse episódio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado Daniel, o Márcio Lacerda era um dos responsáveis pelas finanças da campanha do Ciro. Por isso ele aparece. Ele nunca participou de nada. Ele me procurou, tinha essa dívida com Imar, que era o publicitário que fez a campanha do Ciro e trabalhou na imagem do Ciro perante o Duda Mendonça, tinha essa despesa. Mandamos pagar.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – À New Trade ou ao Márcio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não sei como chama a empresa do Imar, que eu nem conheço pessoalmente. Ele fez a campanha junto com o Duda Mendonça. Acho que é Imar que chama, que o Deputado falou que é cunhado do Ciro, mas que fez a campanha do Ciro e trabalhou no segundo turno. Foi isso que aconteceu.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sr. Delúbio, no depoimento que o Sr. Marcos Valério prestou ao Ministério Público no dia 2 de agosto, ele faz a seguinte afirmação: “esclareço que a atuação da minha agência não difere em nada dos outros grandes contratos do Governo Federal, atual ou do passado, como por exemplo...” E aí cita alguns contratos que teriam sido feitos com agências. Entre elas, a Bag, da Bahia; e a Propeg, também agência da Bahia. Também há informação corrente na praça que a SMP&B fez contratos com o candidato a Governo de Minas Gerais em 1998, Eduardo Azeredo, usando mecanismo, tecnologia semelhante à que está sendo investigada, relacionada ao PT.

Em algum momento, em conversas com o Marcos Valério, ele se referiu a outras agências que procediam igualmente à SMP&B, como a Propeg, a Bag, essas que são da Bahia. Em algum momento ele fez referências a isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Comigo não.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Nunca lhe falou sobre esse episódio?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sr. Presidente, eu queria dizer que considero que o depoimento do Sr. Delúbio não trouxe fatos novos. Precisamos debruçar sobre documentos, fatos para que possamos comparar todos os depoimentos que já foram feitos e sobre os dados que estão disponíveis na CPMI, para chegarmos à verdade.

Mas considere, Sr. Presidente, muito grave a informação que chegou a esta CPMI que teria vindo do Sr. ACM Neto a formulação de que esta CPMI é a CPMI do abafão. Acho que isso é muito grave. Devemos investigar esse episódio, porque é uma injúria inaceitável. Acredito que o Deputado ACM Neto tem suas razões para falar de CPIs de abafão, porque faz parte de uma oligarquia tradicional e se essa informação se confirmar, Sr. Presidente...

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Exª tem certeza de que ele disse isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria evitar a polêmica. Essa polêmica não ajuda.

Conclua.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu queria que V. Exª checasse essa informação. Requisitasse o depoimento ou a intervenção que foi feita na CPMI dos Correios, atribuída ao Deputado ACM Neto, para que possamos comparar se realmente aconteceu esta formulação ou não. Se aconteceu, nós não podemos deixar passar em branco. Temos que tomar providência, sob pena de esta CPMI ficar maculada perante a opinião pública brasileira.

**O SR. (Orador não identificado)** – A picuinha baiana está sendo trazida para esta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou pronunciar-me sobre o tema e informo a todos os Srs. Parlamentares que, em seguida, farei algumas considerações.

Eu li a matéria. A matéria trata de uma disputa política de posições que ocorreu na CPMI dos Correios. Não traço aqui nenhum juízo sobre nenhuma CPI. Acredito que ninguém tem esse direito, sobretudo como instituição. Se algum Parlamentar quiser emitir um juízo pessoal, uma opinião ou seus votos, ele tem essa liberdade. Isso é evidente, desde que sua atitude não seja injuriosa. A maneira como surgiu a matéria foi realmente desagradável, mas é uma notícia de jornal. É uma mera notícia, cuja autoria não foi confirmada. Causa-me estranheza, porque a remessa desses documentos para esta Comissão foi defendida inclusive pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. S. Exª defendeu nos jornais que essa matéria viesse para cá. Li essa consideração feita em um jornal que me parece que circulou na data de ontem – não sei em que jornal –, mas li essa matéria.

Portanto, há aqui uma contradição. Por isso, eu realmente não aceito – e dou razão a V. Exª – qualquer adjetivação injuriosa com relação a esta Comissão. Esta Comissão está trabalhando. Estamos, evidentemente, no início. Tivemos acesso, a partir de ontem, aos dados sigilosos de que dispõe a CPMI dos Correios. Trabalhamos com humildade. Não quisemos aqui repetir os depoimentos, a não ser aqueles que eram, eu diria assim, o arcabouço lógico necessário, porque havia um acusador, os eventuais operadores e os tesoureiros que manusearam os recursos.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, a matéria pode ser de jornal ou de outra fonte, mas, muitas vezes, não só esta CPMI como outras CPIs se baseiam em notícias de jornais para incriminar alguém. Então, a denúncia deve ser apurada. Eu fiz o primeiro questionamento, e o Deputado Daniel também

está fazendo. Não é uma questão da Bahia. Eu não sou da Bahia. Não foi só ele que falou. O Deputado Onyx Lorenzoni, que é do Rio Grande do Sul, também está na matéria.

Para mim, todos nós fomos ofendidos, mas muito mais V. Ex<sup>a</sup>, que é o Presidente da nossa CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pessoalmente, não me sinto ofendido. Pessoalmente, sinto-me acima de juízos individuais que eventualmente tenham sido emitidos da minha pessoa. Tenho uma história, tenho uma vida parlamentar, e isso não me ofende.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente,...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero concluir. Estou com a palavra.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas só para dizer o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Assim, eu não vou conseguir concluir.

Quero apenas dizer o seguinte: é uma notícia que tem um caráter injurioso. Concorro com o que foi aqui falado. Precisamos de algumas explicações a respeito. Ponto final neste momento. Se for o caso, eu volto a dizer: se aqui vier esse tipo de injúria, teremos de encaminhar, para a defesa da instituição, que é a nossa CPMI...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Requisite as notas taquigráficas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos requisitar as notas taquigráficas, mas o mais importante, já que agora recebemos uma versão do jornal, é esperarmos que esse assunto seja esclarecido. Realmente, essa competição me parece absolutamente desnecessária; não constrói nada. Imaginem se passássemos aqui... Nós tivemos toda a humildade possível. Nós tivemos a grandeza da humildade de não contestar. Quando houve, inclusive, invasão de competência manifesta, o que falamos? – Vamos aproveitar o que já existe. Vamos usar os dados disponíveis. Não vamos querer ter a autoridade de nada. O que nos interessa é a eficiência do resultado.

Para mim, é isso que importa. Quer dizer, temos os dados, os elementos, que foram já conquistados por quebras de sigilo etc na outra Comissão. Não tenho nada aqui, nenhuma veleidade pessoal em dizer: – Não. Eles estão fazendo, e nós não.

Vamos usar o que está disponível e que seja útil. Essa é a grandeza da humildade, sobretudo de quem pensa na eficiência, de quem pensa em buscar a ver-

dade. Neste momento, precisamos debruçar-nos na análise desses documentos, que são importantes.

Até agora, os Partidos que indicaram os assessores foram: o PP, no Senado, Sr. Eudo Luís Leite – quero dar ao Relator essas informações que S. Ex<sup>a</sup> me pediu anteriormente –; o PMDB, Cibele Martins Soares, apenas o PMDB da Câmara; o PFL, Senado e Câmara, Ana Beatriz Ferreira Groba e Manuel Ricardo Holanda; PSDB da Câmara, Maria Celeste Guimarães; PPS da Câmara, Alessandra Miranda.

Então, os outros Partidos coloquem os seus assessores à disposição. Estamos solicitando equipes do Tribunal de Contas da área bancária da Caixa para dar uma assessoria compatível com a complexidade da matéria. Inclusive, precisamos dar esse reforço para que a Secretaria possa, de maneira pronta e eficiente, também atender a todas as demandas e requerimentos.

Houve um pequeno incidente, Deputado Moroni Torgan, porque o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, embora aprovado, ainda não foi encontrado. V. Ex<sup>a</sup> está repetindo o requerimento e, para nós, é uma satisfação que possamos agora deferir-lo. Não é necessário aprová-lo, uma vez que o aprovei ontem imediatamente. Vamos já assinar as diligências.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, pretendo apenas comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que, no PT, discutimos ontem – e, talvez, o nosso coordenador na CPMI, o Sr. Odair, não tenha encaminhado – os dois nomes, tanto do Senado quanto da Câmara. No mais tardar, segunda-feira, nós os apresentaremos para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É importante. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – O mesmo acontece com o PTB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O PTB também.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – O PCdoB também já encaminhou, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O Deputado Luiz Couto havia solicitado a palavra.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, humildade é diferente de caráter. Se os dois Parlamentares que fizeram essa afirmação desta CPMI não desmentirem o que disseram, eu ingressarei com representação por quebra de decoro parlamentar. Não podemos ficar calados diante dessa situação. Eles devem desmentir publicamente essa afirmação. Se eles disseram, têm que responder. Não podemos aceitar. Humildade não significa acomodação. Humildade é reconhecimento dos erros, mas é também firmeza naqui-

lo em que acreditamos. Não ficaremos calados diante daquilo que aqueles Parlamentares disseram.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, mas temos que buscar. Entretanto, se eles não desmentirem, nós os levaremos para o Conselho de Ética.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São termos injuriosos e inaceitáveis. Absolutamente, concordo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sr. Presidente, esta CPMI tem tratado a situação com muito cuidado e critério, sem buscar espaço para estrelismos e, apesar de todas as dificuldades que temos encontrado, estamos no caminho correto.

Na CPMI dos Correios, houve um momento em que saiu uma notícia no jornal, uma nota semelhante a essa, em que a Comissão foi ofendida. Alguém que era Diretor da Abin referiu-se aos Deputados e Senadores da CPMI dos Correios, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Desculpe-me, mas tive um pequeno incidente na Mesa.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sr. Presidente, num certo momento, um Diretor da Abin dirigiu-se aos Deputados e Senadores da CPMI dos Correios como “bestas-feras no picadeiro” – um termo injurioso. E foi prontamente rechaçada essa afirmação, tendo sido realizada uma ação da CPMI exigindo o afastamento daquele funcionário público – e o Executivo tomou essa providência. Então, a CPMI preservou a sua dignidade de forma muito ativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa nós preservaremos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – A expectativa – e o que eu quero cobrar de V. Ex<sup>a</sup>, que certamente adotará providências – é no sentido e proteger esta Comissão a fim de que a situação fique clara. Se não foi formulado esse termo injurioso pelos dois Deputados, será ótimo. Ficará esclarecido. Se foi, precisamos preservar a nossa integridade.

Por isso, volto a requisitar as notas taquigráficas para que possamos analisar esse episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou requerer agora, imediatamente, após a reunião, fazendo um ofício nesse sentido.

Concedo a palavra ao último Orador inscrito, o Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Sou Líder do PDT e estou representando o Partido.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, é coisa rápida aqui.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, quando...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao último orador. Depois discutiremos a questão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio Soares, eu estou no quarto mandato desta Casa e sei perfeitamente o que os governos buscam aqui. Eles buscam votos. Eles não buscam tirar um deputado de um partido para outro. Isso não é o principal. O principal... Não interessa em que partido esteja esse parlamentar, mas que ele esteja votando com o Governo. É isso que interessa. É essa contabilidade que interessa para o Governo.

Inclusive, a nossa Câmara aqui está num clima de velório. Na verdade, a nossa Câmara dos Deputados está num clima de velório. Na verdade. Não se tem motivação para nada mais na Câmara, no Plenário, em comissões, etc.

Até a sua fisionomia aqui, Delúbio, desculpa. Eu o vi numa fotografia na revista **Época** e está bastante feliz. Até a sua fisionomia aqui também está de velório.

Mas o seguinte: no Governo anterior... diretamente agora o questionamento. No Governo anterior, a prática para se conseguir votos nesta Casa era a liberação de emendas parlamentares. No Governo Lula começou assim e depois se mudou a diretriz. Acabou-se contingenciando muito mais do que no Governo anterior. Eu pergunto a V. S<sup>a</sup> que mágica é essa, se não foi por meio disso que está denunciado pela mídia? Se não foi por intermédio disso, já que as emendas eram contingenciadas, como o Governo conseguiu votar e aprovar tanta coisa nesta Casa?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado Bolsonaro, eu não tenho condições de afirmar. O senhor tem que perguntar aos Líderes dos Partidos, aos Partidos da Base aliada e muitas questões...

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP – RJ) – Tudo bem.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...foram votadas também com o Partido de Oposição. E o Governo perdeu aqui – e o senhor foi candidato – na Presidência da Câmara...

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP – RJ) – Eu fui para derrotar o seu candidato.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Perdeu.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP – RJ) – Eu fui exatamente para derrotar o seu candidato, porque ele é muito ruim. Ele é péssimo. Não dá para falarmos tudo aqui. Ele é péssimo, por isso perdeu. E eu vim candidato não era para chegar, não. Não tinha pretensões não. Foi somente para derrubá-lo.

Então, até com o clima de velório, criou-se aqui uma bancada dos chorões. Tem vinte petistas chorões.

Toda hora vão para o plenário chorar, dizendo que foram traídos pela Executiva do Partido da qual consta o seu nome. Agora, esses Parlamentares, grande parte deles, quando traíram os servidores civis votando a reforma previdenciária, jogaram até papéis picados para cima no plenário, comemorando aquele evento, ignorando as lágrimas dos servidores que foram traídos.

Mas concluindo, Sr. Presidente, eu vejo algo muito importante nisso tudo. Eu dou graças a Deus pelo que está acontecendo, porque entendo que o PT que eu conheço, não o PT em especial, mas muitos dos seus integrantes – durante o regime militar, inclusive – não fazem nada sem “milimetricamente” calcular suas intenções.

Então, o que acontece? Eu acho que isso é muito importante aqui. Com liberação de emendas um parlamentar, se quiser, – se ele for o maior parlamentar – pode acertar uma comissão com uma empreiteira ou com o prefeito com quem vai ser feita aquela obra, seja qual for. Mas fica o respaldo do público, da comunidade, dos eleitores. E ele teria a chance de obter muitos votos e perpetuar-se nesta Casa.

Com a tática, no meu entender, ou melhor, a estratégia do PT via repasse de recursos, atualmente chamado de “mensalão”, o parlamentar fica apenas com o recurso, não tem voto. Assim sendo, o PT, com toda certeza, colocaria, nas eleições do ano que vem, uns 250 parlamentares nesta Casa. E daí, sim, teria instalado a ditadura pelo voto. É essa a estratégia do PT, meus nobres colegas, que estava em execução. E eu dou graças a Deus pelo que está acontecendo, porque nós colocamos um ponto final nessa ditadura pelo voto que o PT iria implementar em nosso País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quer responder?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. É a opinião do Deputado. Eu não concordo, mas é a opinião dele. Não vou responder, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tive a informação do Presidente em exercício que há duas inscrições; uma do Deputado Luiz Couto, a quem concedo a palavra por três minutos.

Eu lastimo. Não sei se eu até peço para não tomar nenhuma decisão individual. Temos aqui um pedido de inquirição do nobre Deputado Líder do PDT. E eu vejo o seguinte: a Liderança não tem, regimentalmente, acesso às falas. A reinscrição deve ser feita, mas eu, no final, então, poderei dar, em consideração. Entenda que V. Ex.<sup>a</sup> perdeu a vez. Se cada um que perder a vez vier e quiser falar, vou ficar desmoralizado.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Deputado Valverde pediu a inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, quanto ao Deputado Valverde, eu lhe tinha concedido a reinscrição e não anotei. Eu realmente tinha concedido. Ele me pediu a reinscrição.

É evidente que vou pedir que V. Ex.<sup>a</sup> exponha suas idéias para não criarmos de novo um conflito, porque cada vez que isso ocorre, fica ruim para o País inteiro, um exemplo assim de extremo. Só três minutos. Vou dar três minutos para o nobre Deputado. Depois disso, encerradas as inquirições.

Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, interessante é que denúncia contra o PT parece como prova, mas denúncia contra o PFL e o PSDB é irresponsabilidade, é mesquinhez. Não se pode ter dois pesos e duas medidas. Aqueles que também tem denúncias vão ter que responder porque efetivamente vem aqui o senhor Ricardo Sérgio, que era o responsável por arrecadar na campanha de Serra e FHC, ou seja, teria recebido parte da propina de quinze milhões cobrada por ele durante o processo de privatização da Vale. Então, isso não vale?

Também o rolo de trinta e dois milhões do PSDB, com prestação de R\$6,2 milhões declarada, e a empresária Arlete Siaretta reclama uma dívida do PSDB que não declarou ao TSE no valor de R\$32 milhões. Isso também deve ser explicado com certeza.

Sr. Delúbio, o Roberto Jefferson aqui disse, de forma bem incisiva e arrogante, o seguinte: “Delúbio repassava recursos para Valdemar, Bispo Rodrigues, Pedro Henri e Janene e era para ser distribuído a Parlamentares do PP e do PL”.

V. Ex.<sup>a</sup> confirma ou nega essa afirmação?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nego e já informei como eram feitos os acordos com os partidos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, V. Ex.<sup>a</sup> confirma que nunca existiu...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Nunca conversei com Pedro Henri sobre o assunto. Conheço Pedro Henri socialmente e também conheço o Bispo Rodrigues, participei de várias reuniões com ele, mas nunca discuti.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Da parte de V. Ex.<sup>a</sup> nunca teve esse negócio de conversar ou de repassar dinheiro para...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – ...esse ou aquele Deputado. Discutíamos com as instituições e só definíamos como realizar as operações financeiras.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

É importante destacar, Sr. Presidente, primeiro a afirmação de que não houve dinheiro público durante

a questão não contabilizada. O dinheiro que não foi contabilizado V. S<sup>a</sup> já explicou que foi em decorrência de dois empréstimos realizados pelo Sr. Marcos Valério...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Vários empréstimos feitos no Banco Rural e no banco BMG.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E que não foram contabilizados.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não foram contabilizados.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. Esses empréstimos foram para débitos de campanha 2000, para preparação...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – 2002. Preparação dos partidos em 2003 e preparação da campanha de 2004.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Para a preparação de campanha em 2003 e 2004. Era isso mesmo?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, era só para dizer o seguinte: é muito importante que tenhamos a convocação na próxima semana para que possamos fazer esse debate acerca da compra de votos que aconteceu, é importante que possamos também investigar a questão de financiamento de campanha efetivamente com caixa 2, com recursos não contabilizados, porque isso é fundamental para que tenhamos, efetivamente, uma nova cultura política em nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Valverde pelo prazo de três minutos.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, quanto a prestação de contas, todos os partidos encontram problemas, até porque a legislação é muito rígida. Esse problema não é só no PT, o PFL também na Bahia teve suas contas reprovadas em 2005. E o texto pela recusa, pela reprovação das contas do PFL na Bahia, na campanha de 2004, é: “a não apresentação de documentos que possibilitem à Justiça Eleitoral atestar a real movimentação financeira do Partido importará em desaprovação de suas contas”. Falta de documentação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Isso não é verdade, Sr. Presidente. Mais uma vez vem esse Deputado para aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos deixar. Ele está com os documentos...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Irresponsabilidade.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Estou com uma cópia aqui da resolução do TRE da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> poderá até representar, se isso for injurioso.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Prosseguindo aqui, no meu tempo, Sr. Presidente, o Deputado Roberto Jefferson, numa entrevista no programa Roda Viva, falara, na época, que o falecido ex-Presidente do PTB, José Eduardo Andrade Vieira,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, ele não é falecido.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – José Carlos Vieira. Desculpem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Martinez.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Do falecido Bamerindus, tinha contribuído para o caixa dois da campanha do FHC em 94. Isso dito no programa Roda Viva. Evidentemente, naquele momento, o foco não era a campanha de 94, era atingir o PT.

E no Proer, o Bamerindus foi um dos bancos agraciados com uma bolada de quase 20 bilhões que foram aportados para salvar o Banco Econômico, o Banorte, o Bamerindus, o Pontual e o Crefisul. Fiz esta ilação para, no processo de discussão e de investigação, podermos aprofundar esse debate.

Apresentei um requerimento solicitando ao Ministério das Comunicações todas as autorizações de concessão de rádio e de televisão de 1994 a 2004. E vamos poder, nessa persecução, concluir que as principais votações ocorridas naquele período coincidiram com liberações de concessões de rádio e televisão.

Por que fiz esse requerimento? Para demonstrar que estava muito condicionada a aprovação dessas matérias à liberação de uma concessão de rádio.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Assaca, mais uma vez, contra um aliado do Presidente Lula, que é o ex-Presidente José Sarney. Veja V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Também fiz um requerimento ao Ministério da Educação...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um linguajar civilizado. A matéria é baseada, temos que ouvi-lo, como ouvimos todo mundo. Aqui há libelos contra políticos. Aqui o nobre Deputado...

Vou lhe devolver o tempo.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – ...solicitando a mesma informação sobre as autorizações para funcionamento de faculdades e cursos superiores no período, para também podermos chegar à conclusão de que a liberação, a autorização de cursos e faculdades também coincidiu com as principais votações ocorridas no período nesta Casa.



Como falei, o objetivo desta CPMI é investigar a compra de votos, é investigar a compra de votos para a reeleição em 95 e também a compra de votos para influenciar nas principais decisões de interesse do Poder Executivo.

Então, vamos ser isentos. Tanto que todos os requerimentos foram de 1994 a 2004. Se nós também praticávamos, também praticamos esse tipo de conduta, deveremos ser avaliados, ser investigados, até que na discussão da reforma política possamos ter mecanismos que inibam esse tipo de conduta no futuro.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª, e, para concluir, mesmo, vamos conceder a palavra por três minutos ao Deputado João Fontes.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, Sr. Delúbio, V. Sª disse que mandou recursos para todos os diretórios dos Estados.

Quanto V. Sª mandou para o diretório do Estado de Sergipe?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Essa lista que eu vou trabalhar e comunico com o Presidente da CPMI, talvez daqui a uns oito dias eu tenha essa lista e...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Mas V. Sª confirma que mandou recursos...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Para vários Estados.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – E para Sergipe também.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Acredito que Sergipe teve participação, o PT sempre apoiou o PT de Sergipe, o senhor sabe disso. O PT nacional...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sei. Mas na conta de 2002, na campanha de 2002, V. Sª...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Eu tenho que verificar, eu não sei de cor.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O dinheiro era desse caixa não contabilizado?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Se o dinheiro foi não contabilizado, era desse caixa. Era o único que tinha. Pode ter sido também dinheiro formal do Partido dos Trabalhadores, que podemos ter ajudado a campanha...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Mas V. Sª confirma que mandou também dinheiro não contabilizado.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Eu vou verificar se o Estado de Sergipe... É Sergipe, não é?

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – É Sergipe. Marcelo Déda, José Eduardo Dutra, V. Sª conhece bem.

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Conheço.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Pagou o cachê de Zezé de Camargo e Luciano na campanha do ano passado, do Prefeito Déda, porque ele disse em um debate na campanha que recebeu do Diretório Nacional o *show* de Zezé de Camargo e Luciano. V. Sª também confirma isso?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Confirmo. Já confirmei com o Senador Almeida.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Confirmou com o Senador Almeida.

V. Sª conhece Pedro Lopes?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – De nome... De onde?

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Quem é que vinha receber do diretório de Sergipe esses recursos aqui em Brasília ou em Minas Gerais?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Pedro Lopes, não sei quem é.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Não sabe?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, acho que não.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Não sabe quem é Pedro Lopes, lá de Sergipe?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não. Identificar o nome, o nome não.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Nem sabe qual é a quantia que foi destinada para o Estado de Sergipe?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Deputado, vou fazer a lista e essa lista estará disponível, e o senhor verifica.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Tem uma declaração do Senador Mercadante dizendo que o PDT também foi beneficiário desse “valerioduto”, desse curso chamado por V. Sª de caixa 2. O PDT recebeu recurso de caixa 2?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Já informei ao Senador que anteriormente estava aqui na CPMI, que perguntou, nunca discuti esse assunto com nenhuma liderança do PDT. O que tem do PDT são questões anteriores da situação de 1998, 1999, que tem pessoas do PDT, naquela relação...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – A pessoa do PDT é o Deputado Miro Teixeira?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não, nunca discuti isso, eu, nunca discuti com ninguém do PDT e nunca autorizei o Marcos Valério a ninguém com

o PDT, nessa 2003 e 2004. O que tem de membros do PDT publicado em lista são de 1998, a Senadora Júnia e outros companheiros do PDT, e na época. Mas eu não tenho nada a ver com isso e nunca discuti...

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Então, o partido PDT nunca...

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – Não discuti isso com ninguém, Deputado.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Pronto, estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo antes a palavra...

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, só para um esclarecimento. Essa lista que ele vai mandar é de 2002 e 2004?

**O SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO** – É de 2003 e 2004, porque 2002 não teve...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São esses recursos ditos informais.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel – PP – MG) – Apenas, Sr. Presidente, para comunicar aos membros da Comissão que já foram expedidos hoje 60 ofícios requisitando as informações que foram objeto dos requerimentos feitos pelos Srs. Deputados. São dados sigilosos bancários, fiscais, telefônicos, contabilidades, e para anunciar também que já estamos adiantados no exame da contabilidade apresentada em disquetes pelo Sr. Marcos Valério de Souza, finda a qual, obviamente vai ser feita uma perícia no local para conferência da identidade dos documentos com suas referidas cópias. Os partidos já indicaram os assessores aptos para nos auxiliarem e posso afirmar que esta CPMI está buscando, sob a direção sábia do Senador Amir Lando, o máximo de eficiência possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de encerrar, tenho apenas um comunicado. Havíamos proposto que a reunião na segunda-feira fosse às 18 horas. Consultando a média aqui dos presentes e algumas sugestões, que, em vez de 18 horas em ponto, trocássemos para às 19 horas. Não sei se...

Dezenove horas, na segunda-feira, em vez de 18 horas. Colhi essa média de intenções aqui por parte dos presentes. Então, fica para segunda-feira, às 19 horas, quando vamos apreciar mais um número considerável de requerimentos e discussão de algumas estratégias para a condução dos trabalhos.

E quanto a esse incidente, vamos verificar as notas taquigráficas, e volto a dizer: não aceito esse tipo de ilação subjetiva e, ademais, temos que ter um respeito institucional. Isso é fundamental para o convívio pacífico e o profícuo resultado. Temos que somar; não temos que competir, não temos que nos preocupar

com nenhuma veleidade pessoal. Vamos estar acima disso, vamos ter a grandeza da eficiência.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, é só sobre aquele requerimento que já foi esclarecido. Peço a urgência de ser enviado aos organismos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Penso que posso assiná-lo hoje ainda.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...porque a diligência, aquela com o Toninho da Barcelona, vai depender de analisarmos esses documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

Então, quero agradecer a presença de todos os senhores, dos depoentes, seus advogados, e espero que nos tragam aquelas informações que entendo serão de extrema utilidade para a análise e apreciação por parte desta CPMI.

Muito obrigado.

A reunião está encerrada.

*(Levanta-se a reunião às 18 horas e 24 minutos.)*

#### ATA DA 11ª REUNIÃO – REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2005

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dezenove horas e quarenta e dois minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista da Motta, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Zico Bronzeado, José Divino e Darcísio Perondi, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 11ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (apro-

vada). Presidente informa que a presente reunião se destina à análise e aprovação dos requerimentos apresentados. O Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, o qual apresenta proposta de aprovação de requerimentos. Foram apresentados os **Requerimentos nº 5 e 321**, que tratam, respectivamente, da convocação dos Senhores José Genoíno e Pedro Correa, presidentes do PT e do PP. Não houve consenso sobre a aprovação desses requerimentos. Em seguida, procedeu-se a votação nominal dos seguintes requerimentos, os quais foram aprovados: Da Deputada Perpétua Almeida, o **Requerimento nº 55**, e do Senador Sibá Machado, o **Requerimento nº 61**, que tratam da convocação do Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; **Requerimento 120**, apresentado pelo Senador José Jorge, que requer a convocação do Sr. Manoel Severino dos Santos, Presidente da Casa da Moeda, com o propósito de prestar esclarecimentos nesta CPMI; **Requerimento nº 133**, do Senador José Jorge e **Requerimento nº 270**, da Deputada Zulaiê Cobra que requerem a quebra do sigilo bancário do Fundo de Pensão da FUNCEF nos bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 382**, dos Deputados Moroni Torgan, Dep. Júlio Redecker e Dep. Darcísio Perondi, que requisita ao Ministro da Fazenda informações sobre todas as aplicações financeiras do Fundo de Pensão da Funcef, a partir de janeiro de 2003; **Requerimento nº 385**, do Deputado Moroni Torgan, que requer a quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da FUNCEF. Também foi aprovado o **Requerimento nº 416**, apresentado pelo Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que requer a convocação de um representante legal da empresa Guaranhuns, beneficiária de recursos financeiros oriundos das empresas do Sr. Marcos Valério. **Requerimento 417**, apresentado pelo Senador José Rocha, Senador Rodolpho Tourinho e Deputado Darcísio Perondi, que requer sejam encaminhados a diversos beneficiários de recebimento de recursos do Sr. Marcos Valério, pedidos de explicações sobre os motivos de terem sido efetuados saques desses valores em espécie. Deliberou-se por não convocar, neste momento, os presidentes da FUNCEF, PREVI e PETROS, fundos de pensão da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobrás, respectivamente, tendo em vista que os mesmos se dispuseram a comparecer voluntariamente para prestar esclarecimentos aos membros desta CPI, em sessão reservada prevista para a próxima quarta-feira, às onze horas e trinta minutos. Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Agnaldo Muniz, Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Fernando Coruja, José Rocha, Júlio Redecker, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Odair Cunha, Romeu

Tuma, Sibá Machado, Zulaiê Cobra, Eduardo Valverde, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro e José Divino. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e três de agosto deste ano, às onze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 7/2005, destinada a apurar a compra de votos.

Esclareço que a pauta desta reunião se dedica à apreciação e votação de vários requerimentos.

Concedo, de imediato, a palavra ao nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator.

Devo ainda esclarecer, enquanto o Relator prepara sua fala, que esta Comissão recebeu 410 requerimentos; 52 deles foram retirados pelos seus respectivos autores; 1 foi prejudicado, porque era absolutamente inadequado; e 99 foram aprovados. É claro que muitos desses requerimentos são repetidos, alguns nem poderão ser apreciados, os 258 que faltam. Mas, de qualquer maneira, para não perdermos mais tempo, eu passo logo a relação dos requerimentos, que estão nas mãos dos Senhores.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, não tem ata a ser lida?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Indago se V. Exª poderia pedir ao Relator que fizesse uma análise do que já está em condições de ser aprovado ou não, para ganharmos tempo, pois assim seria mais rápido do que cada um discutir uma parcela dos requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, quero acatar a observação feita pelo nobre Deputado José Rocha, porque hoje estamos tendo um pequeno problema com a ata, por isso não a submeti à apreciação e votação, porque o sistema esteve fora do ar até há poucos minutos, e ela não foi impressa. Assim que for impressa, estará à disposição e a submeterei à apreciação e votação. Mas agradeço o “pela ordem” de V. Exª.

Atendendo à formulação feita pelo Senador Romeu Tuma, transfiro logo a angústia formulada aqui a V. Exª para que na análise, na intervenção que fará, poderá dizer exatamente aqueles requerimentos analisados por V. Exª e que, segundo o seu critério, estarão em condições de serem apreciadas de maneira consensual. Nós temos que buscar o consenso, sobretudo no que diz respeito aos requerimentos formulados por parlamentares, para dar maior celeridade ao andamento dos trabalhos.

Concedo a palavra a V. Exª, nobre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srªs. E Srs. Membros da Comissão, antes de entrar propriamente na matéria relativa à convocação de novas pessoas para prestarem depoimento, desejo esclarecer à Comissão que a partir desta data vamos dar ênfase, toda a ênfase possível, ao exame da documentação que já possuímos.

A contabilidade do Sr. Marcos Valério, que nos foi por ele oferecida, já está sendo objeto de análise, já tem progredido bastante.

Na semana passada, enviamos 60 ofícios decorrentes de requerimentos dos Srs. Membros da Comissão, e esperamos que as respostas comecem a chegar imediatamente.

Esse conjunto de documentos constituirá massa crítica volumosa. Por isso mesmo, estamos dominados pela preocupação de dotarmos a Comissão de técnicos, especialistas nessas análises. Uma das coisas que pretendo submeter ao Sr. Presidente, por intermédio de S. Exª a V. Exªs, é a escolha de dois sub-relatores, um especializado no ramo de fiscalização, e outro em outra, a fim de subsidiar os trabalhos da relatoria, uma vez que já temos à nossa disposição assessores dos diversos partidos que precisam, contudo, ser adjudicados a determinada chefia, a fim de organizarmos a produção das análises.

Essas informações são dadas para tranquilizar a Comissão quanto ao outro aspecto da apuração, aquele que não se faz em público, que é a coleta de documentos, a sua análise, o seu exame comparativo entre uns e outros e a extração dos elementos que interessarem aos fins a que nos propomos em virtude do ato de constituição da nossa CPI.

Nós tínhamos estabelecido, desde a semana atrasada, que ouviríamos, em primeiro lugar, aquelas pessoas que se envolveram diretamente com os recursos financeiros; isto é, as pessoas que manipularam recursos, receberam recursos, seja diretamente, seja por intermédio de pessoas de sua confiança. Tanto isso é verdade que ouvimos aqui o Sr. Jacinto Lamas, a cujo deplorável depoimento todos os senhores assistiram e dos quais pouco se extraiu. Nossa proposta era con-

tinuarmos ouvindo essas pessoas que intermediaram a busca e a entrega de recursos. E estava na minha mente prosseguir com a figura do representante legal da firma Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, porque foi ela que recebeu, depois de D. Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do Sr. Duda Mendonça, e intermediou a maior quantia em dinheiro. Diz o Sr. Marcos Valério que foram R\$10,837 milhões. Afirmou, contudo, o Sr. Valdemar Costa Neto e o Sr. Jacinto Lamas que a importância chegou a R\$6,6 milhões.

Em seguida, nós teríamos que convocar as pessoas que não podem deixar de ser ouvidas, porque foram as que buscaram recursos para entregar a outros, como o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, que seria imediatamente após o representante legal da Garanhuns.

Há aqui requerimentos no sentido de que sejam ouvidos o Sr. Luiz Gushiken e o Deputado José Dirceu. Essa é uma questão a ser decidida pela Comissão.

Agora, quero chamar a atenção para o fato de que temos um in-fólio de requerimentos; são muitos requerimentos e, evidentemente, se seguirmos a sua ordem de convocação, a Comissão não terá tempo de concluir seus trabalhos. Então, temos mesmo que fazer escolhas dentre as sugestões oferecidas. Mas essas escolhas têm que ser obtidas por consenso. Nem o Sr. Presidente, como me disse, pretende impor decisões, nem cabe ao Relator decidir pela maioria. Ou obtemos por consenso ou por maioria de votos.

Proponho, Sr. Presidente, que prossigamos no caminho de ouvir aquelas pessoas que se envolveram na transmissão dos recursos em espécie, colocando, em primeiro lugar, o representante legal da Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda. e, em segundo lugar, o Sr. Genu.

Daí para frente, nós vamos escolhendo à medida que as coisas forem se desdobrando.

São essas as considerações iniciais, Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, que me cabia fazer.

**O SR.** (Orador não identificado) – Pela ordem aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já tenho aqui três inscrições – e é bom anotar –, porque as duas ou três primeiras conseguirei assegurar.

Inicialmente, concedo a palavra ao Deputado Odair. Depois, aos Deputados Agnaldo Muniz e Eduardo Valverde, ao Senador Sibá Machado, ao Deputado Devanir Ribeiro, ao Deputado Darcísio Perondi, ao Deputado José Rocha...

Não será produtivo o nosso trabalho se continuarmos assim. Proponho que nós vejamos se há consenso nesse sentido.

Há consenso na convocação dos que foram mencionados?

**O SR.** (Orador não identificado) – Não.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos votar os nomes para os quais já há consenso, depois suspenderei esta reunião para realizarmos uma outra, fechada.

Vamos ver quanto ao primeiro nome. Pode repetir, Sr. Relator?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sugerir que fosse ouvido, em primeiro lugar, o representante legal da Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há consenso? (Pausa.)

Em votação o parecer do Sr. Relator.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Em segundo lugar, o Sr. João de Carvalho Genu.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não, não há

consenso.

**O SR.** (Orador não identificado) – Antes, Sr. Presidente, deixe-me fazer uma proposta...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há consenso quanto ao Genu? (Pausa.)

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR.** (Orador não identificado) – Não há.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Aqui, vamos apenas aprovar a convocação, não estamos ainda aprovando a data e nem a hora em que ele virá.

Não há consenso? Então, vamos ouvi-lo. Aí todos vão querer ouvir...

**O SR.** (Orador não identificado) – Não, é porque se for a questão do consenso, sem definir a ordem, aí pode haver consenso, porque temos, nesta semana...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas nós não estamos definindo a ordem; estamos apenas definindo a convocação.

**O SR.** (Orador não identificado) – Porque há outras pessoas sobre as quais, acho, haverá consenso. Só para os nobres Pares...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sem ordem então? Sem ordem cronológica, bem entendido.

**O SR.** (Orador não identificado) – Presidente, deixe-me refletir aqui, por favor! Deixe-me refletir aqui com os meus nobres Pares no que diz respeito ao se-

guinte: se ouvimos, naquela lógica, os tesoureiros, nós deveríamos ouvir, daqui para frente, os presidentes para que eles também digam se houve algum tipo... Já foi ouvido o do PTB, e amanhã é o do PL. Podemos ouvir o Pedro Corrêa, do PP; o José Genoino, do PT; e poderíamos ouvir, também, sem determinar data, aqueles que teriam sido “os beneficiários” dos recursos vindos das mãos do Sr. Marcos Valério: os parlamentares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E a Diretoria do Banco Rural.

**O SR.** (Orador não identificado) – Porque, se houver consenso quanto aos presidentes, nós encerramos esta semana. Temos Valdemar Costa Neto, Pedro Corrêa e José Genoino. E discutimos depois as aprovações para as outras semanas.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR.** (Orador não identificado) – Mas aí nós podemos aprovar outras pessoas.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, desejo fazer uma ressalva.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero conduzir aqui...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> poderia acompanhar a ordem de inscrição?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O problema é o seguinte: se eu tiver que submeter agora à discussão, eu vou suspender a reunião para ver se chegamos... Estou vendo que há consenso quanto à convocação, em primeiro lugar, dos presidentes dos partidos. Há consenso quanto ao Genoino... Ninguém está dizendo que ele virá amanhã, mas vamos buscar o momento adequado, evidente, o momento adequado. Inclusive nós temos que seguir uma lógica própria das investigações, porque não é atrapalhar. Se formos aprovar todos os requerimentos, como bem disse o Relator, vamos ouvir algo que não tem nada a ver agora... Não tem uma relação imediata.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, a complementação que faço vai ajudar essa decisão de V. Ex<sup>a</sup>.

Só um instante, Deputado.

Aprovamos os três presidentes; V. Ex<sup>a</sup> suspende a reunião um pouquinho; tentamos trabalhar, além do Genu, outros nomes que é importante serem aprovados, juntamente com ele, para um calendário posterior. Aí, voltamos aqui e aprovamos tudo.

**O SR.** (Orador não identificado) – O Presidente do PSDB também!

**O SR.** (Orador não identificado) – Há vários nomes.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Presidente, tem um outro nome importante, que é o Presidente do Banco Rural.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, com relação ao Genu, é importante sua vinda, mas dentro de um contexto de vários nomes. Por exemplo, não chamamos todos os tesoureiros? Agora não houve o consenso com relação aos presidentes? Então, temos que trabalhar também não somente uma ou outra pessoa, mas vamos trabalhar todas as pessoas envolvidas nessa questão da lista de sacadores. Quais seriam eles? Porque há muitos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Bem, se cada um começar aqui a inovar, não dá. Quero saber o seguinte – vou fazer uma pergunta: O Relator já fez a proposta? A proposta do Relator.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não houve consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não há consenso quanto a todos os nomes?

**O SR.** (Orador não identificado) – Não há.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vou agora... E quanto ao consenso dos presidentes dos partidos? E aí...

**O SR.** (Orador não identificado) – Mas acrescentando...

**O SR.** (Orador não identificado) – Inclusive o do PSDB.

**O SR.** (Orador não identificado) – E os bancos fornecedores dos recursos...

**O SR.** (Orador não identificado) – Inclusive do PSDB.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Eu gostaria de fazer uma observação. Peço a compreensão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Concedo a palavra a V Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Optei por ouvir, em primeiro lugar, aqueles que estão diretamente envolvidos, ou seja, aqueles que foram lá, pegaram o dinheiro e alegam que o entregaram a uma terceira pessoa.

Há uma lógica nisso porque, se ouvirmos em primeiro lugar as pessoas que dizem que receberam, elas podem negar o recebimento e, depois, vamos ter que voltar a ouvi-las novamente, fazer acareações. Então, inicialmente, devemos estabelecer quem foi receber

e a quem entregou. Depois a pessoa que recebeu vai ser objeto das nossas investigações. É preciso evitar o tiroteio a esmo.

**O SR.** (Orador não identificado) – Lógico. Temos que prestigiar o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Se me perguntarem se isso é perfeito, não tenho certeza. Mas acontece que nós temos que adotar uma lógica de ação progressiva, buscando um determinado objetivo. Pode ser que no curso do caminho tenhamos que fazer algumas exceções, mas me parece que, agora, precisamos saber o seguinte: quem apanhou, onde, quanto, de quem e entregou a quem. Portanto, esses “quems” serão ouvidos depois. Se invertermos a ordem, podemos nos defrontar com negativas que exigirão novos depoimentos e, conseqüentemente, acareações sucessivas. Esta é a razão pela qual optei por esse caminho. No entanto, se a Comissão entende que há outra lógica mais conveniente, não há dúvida nenhuma...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, estou concordando com o Relator, mas gostaria de fazer uma pergunta de ordem cronológica a S. Ex<sup>a</sup>.

Se ouvirmos os presidentes – e o acordo que houve aqui foi entre os presidentes de Partidos –, eles vão dizer quem foi que pegou o dinheiro. Eles fizeram os acordos, então vão dizer quem pegou o dinheiro. Dizer quem foi lá sacar, todo mundo já sabe. Se sou funcionário de um deputado ou de um partido e se o presidente do partido mandar eu ir a tal lugar e receber um dinheiro, que culpa tenho eu se o meu presidente mandou eu ir lá? Então o presidente tem que dizer que fez um determinado acordo, recebeu tanto e mandou tanto. Essa é a lógica. Ouvir somente quem foi lá buscar e depois perguntar quem foi que mandou você ir lá buscar...

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Acontece, Deputado, que quem falou que a pessoa foi lá buscar foi o Sr. Marcos Valério. Nós estamos operando cassações de mandatos baseados em quem? Baseados no Sr. Marcos Valério, na lista do Sr. Marcos Valério. Ninguém, até hoje, levantou suspeita ou fez tentativa de prova a favor ou contra essa lista. Os nomes dos deputados envolvidos são aqueles que constam da lista do Sr. Marcos Valério. Se a Comissão acha que a palavra do Sr. Marcos Valério está cercada de tal sacralidade que não deve ser examinada sob um possível engano ou equívoco, então vamos dá-la como certa. Mas eu não acredito nele, porque já temos diferenças de quantias do Sr. Duda Mendonça e do Sr. Jacinto Lamas. Estou querendo apurar se isso aqui é verdadeiro. Se for verdadeiro, temos que ouvir aqueles

que, em virtude da verdade estabelecida, se tornaram réus. É a crença norteada pelo Relator.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder, mas já começou a conversa, e tenho uma inscrição que é do Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Apenas sobre esse problema, Sr. Presidente, para dar razão ao Sr. Relator. O Deputado Luiz Antônio Fleury está aqui, talvez possa ou não endossar o que eu falo. Devemos partir do crime para o criminoso, pois partir do criminoso para o crime é muito mais difícil. Não se pode subverter a ordem da investigação. Se já há suspeitos concretos, creio que o Relator está certo. Ele vem aqui para confirmar ou não.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A observação de V. Exª é lógica, sobretudo coerente com as investigações. Mas concedo a palavra ao Deputado Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, entendo a preocupação do Relator de propor uma lógica na investigação. Discordo apenas, meu ilustre Abi-Ackel, com relação ao objeto. Acho que estamos fugindo, nesta CPI, do objeto pela qual ela foi criada. Não estamos investigando financiador de campanha, estamos investigando compra de votos. Investigar as pessoas que estão sendo citadas pouco vai elucidar o objeto da nossa investigação, que é a compra de votos.

**O SR.** (Orador não identificado) – E “mensalão”.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Compra de votos. Para “mensalão”, há uma CPI exclusiva para isso. Dos Correios...

**O SR.** (Orador não identificado) – A nossa. Foi a nossa, companheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Valverde. Vamos ouvi-lo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...até o juízo final.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A do Bingo é outra.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Então, Sr. Presidente, há uma série de pessoas constantes nos requerimentos apresentados que vão alargar o âmbito desta investigação, porque nossa preocupação, restritivamente, é restringir esta investigação a fatos já conhecidos e deixar ao largo situações que devemos conhecer e não devemos colocar debaixo

do tapete, sob pena de gastarmos esforços políticos, de não resolvermos, na sua essência, os problemas que geraram essa situação.

Então, faço esse apelo ao Relator, pois S. Exª é quem tem mais condições, à luz de todos os requerimentos apresentados, de fazer uma síntese daquilo que pode, efetivamente, elucidar o objeto de nossa investigação, e não restringi-la.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deputado, essa foi a síntese a que chegamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero conceder a palavra ao Relator. É evidente que não estamos fugindo do objeto. É evidente que não. Há um equívoco nessa afirmação. Estamos exatamente... É nessas pessoas...

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – E o nosso objeto não é “mensalão”, mas compra de votos. Está aqui no objeto da investigação da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pois é.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Então, quem está aqui pensando que está na CPI do Mensalão entrou na sala errada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não. Já foi respondido. Já respondi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O nome é Mensalão e Compra de Votos. E ninguém está aqui para esconder nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não. Entendo que há um equívoco na afirmação do Deputado Valverde. Não estamos fugindo do objeto por investigar essas pessoas, exatamente pessoas que estão no foco, estão no olho do furacão.

De qualquer maneira, vou conceder agora a palavra, novamente, ao Relator, para que, na última tentativa, ele possa oferecer um requerimento consensual. Se não houver consenso, vou suspender a reunião, até acertarmos.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, há possibilidade de suspendermos a reunião por cinco minutos, para que tentemos fazer um acordo?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, vamos ver se o acordo dele é possível.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Era preciso traçar uma linha de conduta. A linha de conduta que me pareceu mais próxima às possibilidades de apuração foi essa de ouvir os que realmente estiveram dentro do chamado esquema do “valerioduto”: os que foram lá pegaram dinheiro, e o entregaram a terceiras pessoas. Isso absolutamente não exclui a necessidade de ouvirmos outras pessoas, mas, se

começarmos a ouvir pessoas ligadas indiretamente a esse problema, vamos fragmentar de tal maneira a prova que talvez venhamos a criar um quebra-cabeça. É preciso ter uma linha de conduta. É preciso partir para um objetivo.

Eu já disse que, se porventura essa linha não produzir resultados, ou demandar correções no curso do caminho, nós as faremos, em comum acordo com os membros da Comissão. Se não houver consenso a respeito de outra linha que pareça mais indicada, mais frutífera aos olhos dos membros da Comissão, insisto para que nos dêem a oportunidade de pelo menos tentar a coleta desses dados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, peço a V. Exª que reformule o que seriam os presidentes dos partidos e aqueles que receberam recursos, na lógica apresentada por V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, Sr. Presidente. Estou propondo que se ouçam as pessoas que buscaram dinheiro. Jacinto Lamas, por exemplo, já foi ouvido. Acontece que todos os recursos que passaram pela mão do Sr. Antônio Lamas foram propiciados pela Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações Sociedade Limitada. Esse está aprovado, não é?

Está relacionada aqui a Srª Zilmar Fernandes da Silveira, que é a questão do Sr. Duda Mendonça. Parece-me que a oitiva da Srª Zilmar não é mais necessária, pois as informações existentes, proferidas pelo próprio Sr. Duda Mendonça, já significam prova, porque não foram contestadas.

Em seguida, existem aqui algumas frações de recursos, mas há alguém que pegou uma importância... Já ouvimos o Sr. Emerson Palmieri, e, agora, quem está na lista de sucessão como responsável pelo maior volume de dinheiro é o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu.

Então, creio que deveríamos aprovar essas duas pessoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pergunto se há consenso, sem estabelecer uma ordem aqui.

**O SR.** (Orador não identificado) – Só se discutirmos também outros...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, vamos um por um.

**O SR.** (Orador não identificado) – Então, não há consenso, se não for no conjunto de outras pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou colocar em votação.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposta, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com os votos contrários...

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Exª disse que, se não houvesse consenso, V. Exª pararia para conversarmos. Desse jeito não dá. Não dá! Não dá, Sr. Presidente!

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi aprovada. Foi aprovada. Não vou voltar. Agora, suspendo a reunião.

*(A reunião é suspensa às 20h08min e reaberta às 20h23min.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro reabertos os trabalhos.

Informo a V. Exªs que, na quarta-feira, às 11h30min, recebi proposta de uma reunião fechada. Entendo que a matéria é delicada e precisa ser acatada por esta Comissão. Os Presidentes dos Fundos de Pensão se dispuseram a vir aqui: o Presidente da Petros, Funcep e do Banco do Brasil. Os três principais fundos estarão aqui.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estão sendo convocados ou estão se dispondo a vir aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eles se dispuseram. Vamos ouvi-los, evidentemente, da mesma forma que ouvimos todos os demais.

Como envolve matéria delicada e muito sensível que pode afetar o mercado, entendo ser prudente realizarmos uma reunião secreta. Comunico a todos, se concordarem, que farei essa convocação.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, concordamos plenamente com a decisão de V. Exª. Há aqui requerimentos de autoria do Senador José Jorge que solicita a quebra dos sigilos bancários dessas pessoas. Talvez seja melhor, primeiro, quebrarmos o sigilo para os ouvirmos já com os sigilos quebrados.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não concordo, não.

**O SR.** (Orador não identificado) – Por qual razão?

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, essas pessoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O que estou comunicando agora em nada prejudica a eventual quebra do sigilo, que será votada opor-



tunamente. É evidente que encaminharemos com o Relator.

Convoco todos os membros da Comissão para reunião na próxima quarta-feira, às 11h30min.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouvirei o Deputado Fernando Coruja e, depois, o Deputado Fleury.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, ficou deliberado que vamos ouvir os presidentes dos fundos de pensão em reunião secreta?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou fazendo essa proposta porque entendo que a matéria, de certa forma...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Su-giro que discutamos isso porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois, se for o caso, poderemos convocá-los para falar em reunião aberta, mas entendo que, nessa primeira oitiva, temos de pensar que estamos envolvendo, num primeiro momento, valores e, sobretudo, ativos importantes em que pode uma convocação dessa natureza, neste momento, gerar certa instabilidade.

Minha proposta é de bom senso e é comum. Entendo que, quando se envolverem entidades bancárias, a não ser que haja um delito visível – no caso, não há nenhum delito visível –, estamos ouvindo-os no sentido de esclarecer todas as dúvidas. Se for o caso, serão convocados em outras circunstâncias já como acusados ou como testemunhas e, nesse momento, faremos a reunião. Parece-me útil.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A CPMI dos Correios criou inclusive uma sub-relatoria para os fundos de pensão porque se trata de uma questão muito delicada. V. Exª tem razão. Mas, ao mesmo tempo, a reunião secreta também terá uma repercussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Espero que cada um tenha responsabilidade de guardar o sigilo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Digo que haverá repercussão ao contrário. É muito claro também que há muito problema nos fundos de pensão. Não podemos fazer uma reunião secreta...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Todas as indagações serão feitas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Acho que temos de discutir e votar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois, é evidente que poderemos, se for o caso,

convocá-los para reuniões abertas para esclarecer e elucidar a prática criminosa. Diante da Nação, não há segredos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª, nobre Deputado Antonio Fleury.

**O SR.** (Orador não identificado) – Eu também quero falar pela ordem depois, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, já que haverá essa reunião, porque V. Exª já deliberou, com os presidentes de fundos de pensão, eu solicito a V. Exª que verifique na CPMI dos Correios se apareceu alguma referência, na quebra de sigilo feita, a esses fundos de pensão, para que tenhamos elementos para formular as perguntas.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Nós ainda não pedimos quebra de sigilo, Zulaiê.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) De quebra de sigilo também.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Não estou falando de quebrar o sigilo.

Desculpem. Deixem que eu termine.

**O SR.** (Orador não identificado) – Mas não foi deliberado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Não está sendo entendido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Estão perguntando se houve alguma referência...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Estou perguntando se nas quebras de sigilo, que foram feitas, das movimentações do Sr. Marcos Valério e de outros que tiveram seus sigilos quebrados, aparece alguma referência a algum fundo de pensão, porque senão vão sentar aqui os presidentes dos fundos de pensão e não teremos o que lhes perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou prestar o esclarecimento: nós quebramos os sigilos de todos os dados que estão na CPMI dos Correios. Os senhores parlamentares têm acesso a eles, assim como os assessores dos partidos.

Vou pedir essa cooperação, mas ainda não sei de que forma. A Assessoria do Congresso, ou melhor, do Senado, poderá ajudá-los. Eu pediria que, de qualquer maneira, desde amanhã os Srs. Deputados tivessem acesso a esses documentos.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, talvez seja prematura essa reunião na quarta-feira. Vamos jogá-la um pouco mais para fren-

te para que possamos reunir elementos para saber o que vamos perguntar, senão eles virão aqui, dirão o que quiserem e teremos de engolir tudo porque não temos elementos para rebatê-los.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço o nobre Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, foi definida, em acordo, anteriormente a ordem dos depoimentos. Esse acordo foi celebrado entre todos os partidos. Após um diálogo, ficou definido que haveria uma sequência na questão dos depoimentos. Inicialmente, foi estabelecido e foi acompanhado. Primeiro, seriam os tesoureiros, os sacadores, os presidentes dos partidos, os líderes. Haveria, mais ou menos, uma sequência. Ocorre que hoje houve uma mudança sensível quanto a isso. Eu faço essa observação... Quando se votava a matéria, eu pedi verificação, porque discordava, naquele momento, dos nomes que estavam sendo colocados, mas não porque não deviam vir. Acho que todos têm de vir aqui prestar depoimento, mas acho que, quando forem aprovados, os requerimentos têm de ser aprovados dentro de sequência de vários. Outro ponto que quero destacar é o seguinte: a democracia dentro da CPI, principalmente dos companheiros, porque aqui todos aqui pensam em acompanhar a investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª quer pedir verificação da votação?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Verificação de **quorum**? O que V. Exª quer? Votação nominal?

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Na votação, eu pedi verificação, porque não houve consenso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Matéria vencida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A matéria foi aprovada. Houve consenso.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Não, não houve, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Houve consenso quanto ao Sr. Genu. Não foi votada a ordem de convocação. Se formos voltar a essa questão... Vamos em frente. Há outros requerimentos. Não vejo por que voltarmos a essa matéria.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Eu quero, mais uma vez, ponderar que, quando forem aprovados os requerimentos, desde que... quando foi feita a verificação, não houve consenso. Nós levantamos a mão aqui... Várias pessoas... Não houve consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, apenas houve 3 votos contrários. Por maioria, foi aprovado. Votaram contra: V. Exª, o Deputado Eduardo Valverde também e o Deputado Luiz Couto.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Houve mais gente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, Presidente, teve mais gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, de qualquer maneira, foi visivelmente minoria.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Mas foi pedido... A questão da verificação, Sr. Presidente, tem que ser observada. Eu concordo com essa situação em caso seguinte: de só vir no momento em que forem aprovados todos os outros.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. É matéria vencida. Que é isso, Presidente?

**O SR.** (Orador não identificado) – Ele pediu verificação, sim.

**O SR.** (Orador não identificado) – Quem está manobrando é o Deputado que quer proteger o Genu!

**O SR.** (Orador não identificado) – Ninguém quer proteger ninguém aqui dentro desta Casa. Aqui nós queremos investigar dentro de uma sequência lógica.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu suspendi a reunião. De qualquer maneira, a reunião está suspensa... E foi aprovado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi aprovado. Agora...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, por favor!

**O SR.** (Orador não identificado) – Presidente, é matéria vencida.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não. Na hora em que ele levantou, foi pedida a verificação em tempo hábil.

**O SR.** (Orador não identificado) – É matéria vencida, Sr. Presidente. Vamos para a frente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não, ele pediu, e V. Exª encerrou a reunião.

**O SR.** (Orador não identificado) – Ele pediu.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos fazer o seguinte: qual é o problema de se fazer uma votação nesses termos? Nenhuma. Vamos votar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É retrocesso.

**O SR.** (Orador não identificado) – Retrocesso por quê? Retrocesso não. É cumprir o Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu suspendi a reunião. Eu não encerrei a reunião.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, se V. Exª quer a verificação, eu farei aqui a chamada nominal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Então, tem que analisar o recurso. Ele está com o recurso, tem que decidir pelo recurso.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Há um congestionamento de Excelências.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, me permita, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou fazer a chamada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas nós estamos votando o quê? Quais são os requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu posso fazer. Foi suspensa a reunião. Vou fazer a verificação de votos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu só quero saber quais são os requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só tem o requerimento do Sr. Genu. Requerimento nº 55.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Só o do Genu é que está sendo votado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, votado, ele já foi. Ele quer uma verificação.

Deputado Luiz do Couto; Deputado Odair Cunha; Deputado Devanir Ribeiro; Deputado João Correia; Deputado Gastão Vieira; Deputado Wladimir Costa...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não. Mas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou fazendo a verificação de votos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É “sim” ou “não”.

**O SR. (Orador não identificado)** – Mas ninguém está votando, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não dou a palavra para ninguém, estou procedendo à votação.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. *Fazendo soar a campainha*. PMDB – RO) – Estou fazendo apenas a verificação.

**O SR.** (Orador não identificado) – Mas o senhor tem que perguntar “como vota”, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É “sim” ou “não”, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, tem acordo, desde que...

**O SR.** (Orador não identificado) – Mas é verificação de votação.

**O SR.** (Orador não identificado) – Tem que ser “sim” ou “não”.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, tem acordo, desde que nós possamos...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, me permita, por favor, fazer uma fala. Quero pedir encarecidamente a V. Exª. É a quinta vez que estou pedindo a vez para falar nesta reunião e não estou conseguindo. Por favor. Eu queria pedir a atenção de V. Exª para o seguinte: há um consenso absoluto nesta reunião para a votação de Genu, certo? Nós já dissemos isso verbalmente. A única dúvida era sobre a data da vinda dele.

Segundo ponto: na dúvida dessa data ficou dito... Por favor, eu estou fazendo um esclarecimento! Não têm paciência? Por favor!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. *Fazendo soar a campainha*. PMDB – RO) – Com a palavra o Senador Siba Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, Sr. Presidente, indagamos se era possível, antes de votar, analisar-se mais nomes além do Genu, nas mesmas condições em que o relator apresentou. Isso foi colocado pela nossa Bancada. No afã da discussão, V. Exª achou importante, já que foi consenso verbal, com o que nós concordamos, votar logo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. *Fazendo soar a campainha*. PMDB – RO) – Já ouvi V. Exª

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Aí V. Exª achou importante, já que foi consenso verbal, com o que concordamos, votar logo o Genu, sem prejuízo da discussão da data. Portanto...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu exatamente coloquei em votação, sem ordem...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Cronológicamente da vinda deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. *Fazendo soar a campanha*. PMDB – RO) – ...cronológica.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Correto. Perfeito. E na seqüência...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deixe-me concluir, estou com a palavra e inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está com a palavra o nobre Senador Sibá Machado para concluir.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Estou concluindo. No meu ponto de vista, dispensa qualquer votação, porque essa votação foi feita. O que vamos discutir agora, na seqüência, porque senão coloca V. Exª até numa dúvida de encaminhamento, são os novos nomes, porque ainda não fechamos essa conversa, mais a discussão dos Presidentes dos Partidos. Foi isso que ficou, no meu entendimento...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Questão de ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu gostaria, de forma tranqüila, serena, que avaliássemos aqui com o Relator que novos nomes votaremos ainda hoje.

A última sugestão feita, eu gostaria de um tempinho para poder avaliar, porque estamos aqui para nos convenceremos. Ouvimos algumas...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR.** (Orador não identificado) – Uma questão de ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deixe eu terminar o meu ponto de vista. Já concederei a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – S. Exª ainda está com o tempo de cinco minutos, ainda não terminou.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Então, ouvindo aqui principalmente o Senador Romeu Tuma, não seria melhor votar todas as convocações que há e depois fazer o calendário?

Eu só gostaria de V. Exª que esses pontos em que há dúvida avaliássemos numa suspensão de reunião e, naquilo que concordamos, que colocasse em votação, tranqüilamente, sem nenhum problema.

Quanto a essa votação, ela foi realizada. Se a votarmos para trás, colocam-se em dúvida outras votações lá na frente, porque alguém pode se sentir prejudicado e pedir para votar. Então eu gostaria, neste momento, de ter a palavra de V. Exª sobre isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou conceder uma questão de ordem ao Deputado Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, com todo o respeito, temos o Regimento que foi invocado para ser cumprido. Antes da reunião, o Deputado Arnaldo Muniz solicitou a verificação. Aí deu aquele burburinho todo, e ele alegou que tinha solicitado. A Comissão foi testemunha de que ele solicitou a verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E eu o farei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. Exª concedeu a verificação. É uma verificação de votação que S. Exª solicitou. Então, tem que se pedir ao Parlamentar que vote “sim” ou “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Eu entendi que ele quis uma verificação de quórum.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não, de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu fiz a pergunta, e ele disse: quórum. Então, vamos agora...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Agora, nós não podemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se for uma verificação de votação, a votação terá que ser nominal.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Deixe-me terminar a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

Nós não podemos agora... Primeiro, houve uma votação que, em tese, tinha sido encerrada. Nós voltamos para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi suspensa.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tudo bem. Agora, estando em verificação, não podemos suspender a verificação, porque aí vamos ficar em um...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não suspendi.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, eu sugiro que terminemos a verificação.

**O SR.** (Orador não identificado) – Se o autor tiver um acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou, agora, sem maiores delongas, proceder à verificação de votação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu já consultei o Deputado Agnaldo, e S. Ex<sup>a</sup> concorda em abrir mão da verificação, desde que a convocação do Genu seja apazada posteriormente. Isso resolve uma questão, não precisa de verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas eu não falei... Eu submeti essa votação sem ordem, sem data de convocação, apenas a convocação dele.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – S. Ex<sup>a</sup> concorda.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, darei a palavra ao Deputado Muniz para saber se ele quer manter a verificação de votação, e aí procederei à votação nominal.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP)

– Está certo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PPS – RO) – Sr. Presidente, veja bem, quando levantamos a questão de ordem, até dá a entender que não queremos que o Genu venha aqui. Nós queremos que o Genu venha. Acharmos importante a vinda do Genu aqui para prestar esclarecimento. O único questionamento feito foi no seguinte sentido: que concordamos, desde que naquela lista venham outras pessoas citadas não-parlamentares, não a aprovação isoladamente. Foi nesse sentido, porque as aprovações aqui estão sendo de forma democrática, em consenso, porque todos nós queremos a apuração, e acho importante a vinda do Genu. Agora, só queremos que sejam aprovadas as demais listas. Mesmo se ficar aprovada a questão do Genu, mas que ele venha no período de convocação que ficar estabelecido para as demais pessoas citadas como sacadores não-parlamentares. É só nesse sentido o nosso questionamento, Sr. Presidente. Se houver um consenso nesse sentido, até retiro a questão de ordem, até retiro a questão da verificação.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, só para contribuir...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu vou ter que decidir, nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sinceramente, acho que vai ajudar a sua decisão.

A proposta na qual acho que há consenso e que o próprio Deputado Agnaldo retira o seu pedido de verificação, se for aprovada por consenso, é que todas as pessoas mencionadas na lista do Sr. Marcos Valério, não parlamentares... Sr. Presidente, a proposta é a seguinte: que todas as pessoas não parlamenta-

res que foram mencionadas pelo Sr. Marcos Valério, ou seja, todas aquelas pessoas, inclusive o Sr. Genu, que constam dessa relação, nós possamos submeter à convocação de todas elas, e deixamos ao Sr. Relator a possibilidade de apazar a data, de acordo com a conveniência. Acho que para isso há consenso...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, Deputado Fleury...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu só quero esclarecer a todos que há um requerimento. Ou ele é retirado pelo nobre autor... Eu não posso aqui aprovar, como foi aprovada uma convocação...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, agora eu estou falando...

**O SR.** (Orador não identificado) – Está retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Não posso submeter um requerimento condicionado à aprovação de outro; isso não existe no Parlamento. Há uma ordem autônoma. A única questão, que foi uma confusão entre “verificação” e “votação” e “verificação de quorum”. Eu havia entendido que era uma “verificação”; fiz a pergunta “verificação de quorum”. Então, quanto a quorum, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que é diferente. Quanto à verificação da votação, torna-se a votação nominal.

Eu iria fazê-la agora, já que houve essa intenção de ser... Não posso interpretar as palavras, infelizmente. Fiz uma pergunta, se era votação ou quorum. “Peço verificação de quorum”. Quem consultar as gravações, verá que é verificação de quorum. Mas não tem problema.

Está retirado, então fica prejudicado.

Passo agora a palavra ao Relator, porque S. Ex<sup>a</sup> tem uma proposta de convocação de todos os demais nomes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sobre a mesa, Sr. Presidente, um requerimento nos seguintes termos:

Requer a convocação de todos os nomes que compõem a lista do Sr. Marcos Valério.

Requeremos a convocação de todos os nomes da lista entregue a esta Comissão pelo Sr. Marcos Valério, quando aqui foi inquirido.

Assinam os Srs. Deputados Perondi e José Rocha, e Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR.** (Orador não identificado) – Para falar sobre o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Queremos saber o número do requerimento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É o nº 417.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, acho que essa sugestão é boa. Agora, só não entendo que sejam apenas os nomes de não parlamentares.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não, aí estão todos...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço ao Sr. Relator que preste uma informação, se tem aí parlamentares ou não.

**O RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O requerimento está claramente redigido nos seguintes termos...

O requerimento faz referência expressa a todos os nomes da lista entregue a esta Comissão, pelo Sr. Marcos Valério, na ocasião em que foi aqui inquerido. Parlamentares ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. E Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu entendo que esse requerimento acaba sendo o mais lógico para a nossa Comissão, porque iremos partir daquela lista oferecida pelo Sr. Marcos Valério, em que transitaram todos os recursos e que acabaram sendo destinados posteriormente a fins duvidosos que teremos a oportunidade de esclarecer. Acho que, apesar da turbulência inicial, chega-se à melhor situação, que é permitir que o Sr. Relator defina junto com o Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço silêncio, pois há um Deputado com a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – ...que o Sr. Relator, juntamente com o Sr. Presidente, que representam a Mesa desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, façam o organograma do calendário para que as pessoas possam vir a esta Comissão. Vamos dar racionalidade aos trabalhos. Na verdade, nós temos um relator, o relator é o que dá o norte à Comissão, e o relator entende que esta é a possibilidade de caminharmos melhor. Se entendermos que o Relator não está agindo corretamente, vamos solicitar a troca do Relator. Agora, se confiamos no Relator – e eu confio no Relator –, temos que aceitar o norte que está nos propondo. Portanto, eu queria cumprimentar o Presidente Amir Lando e o Relator Ibrahim Abi-Ackel por terem encontrado uma solução, que coloca nos trilhos a discussão do objetivo da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Para uma questão de ordem, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Art. 41 do Regimento Comum.

“Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter a sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.”

Portanto, Sr. Presidente, não há discussão de requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há encaminhamento exatamente de dois parlamentares, como disse V. Ex<sup>a</sup>, de cada Casa.

Então, falou agora o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Pela Câmara, temos a inscrição do Deputado Odair Cunha, e, pelo Senado, não tenho nenhuma inscrição...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Romeu Tuma e Senador Sibá Machado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Infelizmente, Deputado Júlio Redecker, foram os dois primeiros. Não tenho nenhuma restrição a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só que a Oposição não fala aqui, Sr. Presidente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, não há distinção entre Deputado e Senador. O Regimento Comum fala de um favorável e um contrário; é um Deputado ou um Senador. Não se trata de um Deputado e de um Senador. Era apenas para isso que queria chamar a atenção. Aqui não há diferença entre Deputado e Senador; é tudo igual.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sou o próximo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O art. 41 versa “um de cada Casa”. Casa é Senado e Câmara.

Srs. Parlamentares, leiam o art. 41, que já foi lido para todos aqui.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, é importante...

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, já há consenso. V. Ex<sup>a</sup> poderia colocar em votação.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Senador Romeu Tuma, é apenas uma questão de cautela...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos ouvir o Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Pode haver acordo, mas eu gostaria de deixar uma questão clara aqui. Algumas pessoas que sacaram o fizeram pelo estrito cumprimento do dever, pela obrigação de ser funcionário, de ser assessor. Nós podemos correr o risco de expor a vida e a família dessas pessoas que foram apenas cumprir ordens.

Gostaria de ponderar com os membros desta Comissão no sentido de aprovarmos a convocação dessas pessoas após elas terem o direito de se manifestarem sobre o fato, ou seja, para que foram lá, se realmente foram buscar dinheiro e por que foram. Com esses esclarecimentos, nós poderemos ratificar ou não a convocação de cada uma delas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O parecer é favorável. As ponderações do Deputado Odair Cunha são de boa cautela, de boa prudência, e acho que devemos ter esse cuidado. O parecer é favorável.

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – O Relator se encarrega disso. Fica a critério de S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, creio que a ponderação é correta; deveria ficar a critério do Relator a oitiva reservada e confirmar ou não o pedido do Deputado.

Esse será o acordo se votarmos imediatamente, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A decisão sobre a questão de ordem foi nesse sentido, se houver recurso, pode fazê-lo, que irá para o plenário.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu apenas queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, Deputada Zulaiê. Tem a palavra o Senador Sibá Machado, pois eu já havia concedido a S. Ex<sup>a</sup> anteriormente.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Senador Sibá já falou, e eu não falei nenhuma vez. S. Ex<sup>a</sup> espera.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> concordou, Senador Sibá? (Pausa.)

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu quero dizer apenas, Sr. Presidente, que o Deputado Odair teve...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem. De acordo com o art. 41, já falaram dois Deputados; não poderá falar mais nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A Deputada não está falando sobre o tema. S. Ex<sup>a</sup> quer falar pela ordem.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não, Sr. Presidente, agora é a votação.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu quero fazer um elogio ao Deputado Odair.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, eu levantei uma questão de ordem, art. 41.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deferi a questão de ordem apresentada por V. Ex<sup>a</sup>, e já falaram dois Deputados e dois Senadores. Vou colocar a matéria em votação.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Queria apenas fazer um elogio ao Deputado Odair, que teve uma idéia brilhante de percebermos a medida dessas convocações. Nós precisamos ter muito cuidado. Nós estamos aqui nas mãos do nosso Relator. E o Relator tem bom senso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Deputada.

Entendo que a evocação de V. Ex<sup>a</sup> é pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É pela ordem e pelo bom senso do nosso Relator.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Obrigado, Deputada Zulaiê.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já recebemos todas as ponderações? Há consenso.

Colocarei em votação, neste momento, o requerimento do Exm<sup>o</sup> Sr. Relator, com as observações feitas pelo Deputado Odair e aceitas pelo Relator.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

(Palmas.)

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Relator, que leia a lista dos nomes, para deixarmos claro aqui. Pode haver impugnação se não houver a leitura da lista. Os demais podem

questionar a lista. Então, vamos fazer a leitura. Vamos fazer regularmente.

V. Ex<sup>as</sup> têm a lista?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Todos têm a lista nas mãos, Sr. Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sim, todos têm a lista e já a leram.

**O SR.** (Orador não identificado) – A lista já é conhecida no Brasil inteiro.

**O SR.** (Orador não identificado) – Todos conhecem a lista.

**O SR.** (Orador não identificado) – Até as crianças de escola já têm essa lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Bem, se todos têm a lista em mãos, então está dispensada a leitura, nobre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O próximo requerimento. (Pausa.)

Peço que haja consenso para a próxima reunião...

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, estou pedindo para votar a convocação do Sr. Cláudio Roberto Mourão da Silveira. Há diversos requerimentos do Deputado Daniel, meu e de outros Deputados.

**O SR.** (Orador não identificado) – Dos Presidentes de partidos?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O nome não consta da lista.

**O SR.** (Orador não identificado) – É outro requerimento. Está aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esse nome não consta da lista.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É verdade. É uma outra opção.

Acho que nós poderemos discutir esta matéria sobre os demais requerimentos na próxima semana, se V. Ex<sup>as</sup> concordarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, entendendo que a coordenação, inclusive a da Base do Governo, assim se pronuncia; a Oposição também estando de acordo, vou encerrar a presente reunião, ficando convocada...

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes, concedo a palavra ao Deputado Devanir; depois de V. Ex<sup>a</sup>, o Deputado Perondi.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, antes de encerrar os trabalhos, quero esclarecer o seguinte: na reunião anterior desta CPML...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Parlamentares, há um orador com a palavra e peço silêncio por parte do Plenário.

Peço aos nobres Parlamentares que tomem os seus assentos, porque há um orador com a palavra.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, o que eu queria esclarecer é que, na reunião anterior da nossa CPML, eu e a Deputada Laura Carneiro debatemos sobre se deveríamos convocar ou não o tal do Barcelona. Eu achava que não deveríamos, porque ele não teria o que falar. Ele é um homem que está preso, condenado há 25 anos de cadeia, torturado não fisicamente, mas psicologicamente, então, não teria condições de prestar nenhum esclarecimento a nós. Porém, ele – e quero deixar registrado aqui – deu uma entrevista por escrito – eu nunca vi esse negócio, mas agora é uma inovação – à revista **Veja**, colocando-me como um dos coordenadores de dólares, de campanha e de outras coisas mais.

Então, quero deixar claro que dei entrada hoje num requerimento para que o convoquemos, se a Justiça autorizar. Tomarei todas as medidas cabíveis tanto contra ele, que já está preso, mas, principalmente, contra o jornalista e o veículo de comunicação, a revista **Veja**, que fizeram a reportagem sem consultar as partes.

Era o que desejava comunicar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a comunicação de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo, pela ordem, a palavra ao Deputado Perondi e, depois, ao Deputado Fleury.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir do Relator quais são as duas sub-relatorias que ele pretende e como elas serão montadas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Deputado, pretendemos tratar deste assunto a partir de amanhã. Se V. Ex<sup>a</sup> tiver sugestões, fico-lhe muito agradecido.

Temos um problema ligado à contabilidade; temos problemas ligados à quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico; temos o problema dos depoimentos. Todas essas fontes concorrem ou deveriam concorrer para o mesmo fim, que é o estabelecimento de provas concretas do tal mensalão. É preciso que tenhamos algumas sugestões de pessoas que possam se incumbir dessas funções. A primeira condição é tempo. O Deputado que viaja no fim de semana não tem condições de ter a incumbência dessas funções porque



elas são extremamente absorventes; elas exigem, várias vezes ao dia, conferência de dados à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo. Se forem necessários mais sub-relatores, submeterei a questão ao Sr. Presidente. Mas, a partir de amanhã preciso conversar com o Sr. Presidente, porque, afinal de contas, é S. Ex<sup>a</sup> quem decide sobre todas as questões. Espero que os nomes venham a satisfazer os cuidados e as cautelas da Comissão.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já concedi a palavra ao Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero saber como fica a audiência dos presidentes de fundos de pensão. Sugerir que fosse adiada, pois não temos elementos para inquiri-los. Acho prematuro fazer essa audiência na quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há decisão ainda a respeito; fiz uma consulta.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O Deputado Devanir levantou a questão sobre um requerimento a respeito da convocação do Sr. Toninho da Barcelona. Queria informar que a Secretaria já distribuiu uma relação e que o requerimento já está aprovado. Em 16/08 foi aprovado um requerimento do Deputado José Divino de convocação do Sr. Toninho da Barcelona.

**O SR. (Orador não identificado)** – Há equívoco.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Há equívoco.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não foi aprovado, alguma coisa está errada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Está distribuído.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Está distribuído, mas está errado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, não. Eu estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pois se trata de um ponto que deve ser esclarecido.

**(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)**

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Está aqui, foi distribuído pela Secretaria da Comissão. Está aprovado em 16/08...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Qual é o requerimento, Deputado?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Requerimento nº 325, do Deputado José Divino.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Há orador com a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero complementar que o Deputado Devanir disse que a Comissão poderia aprovar – estou mostrando que já está aprovado –, desde que a Justiça concordasse. Quero dizer que não precisamos da concordância da Justiça para convocar. Só queria discordar dessa colocação do Deputado Devanir. Podemos convocar independente da Justiça querer ou não. Temos independência total.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Para uma questão de ordem.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Estou com a palavra.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Continue com ela.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então fique quieto.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Respeite-me, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Então fique quieto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Não, não, não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor manda ficar quieto os seus filhos, não a mim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você me interrompeu. Você me interrompeu, e eu estou com a palavra.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu vou calar-me.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você me interrompeu.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Peço-lhe desculpas por ter interrompido, mas o senhor não venha me tratar aqui dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Está com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá. Depois concederei a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Júlio.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor me respeite e não venha querer vir aqui passar pito em ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O fato para o qual eu queria chamar a atenção, Sr.

Presidente, é que, distribuído pela Secretaria da Comissão, já há convocação aprovada do Sr. Toninho da Barcelona.

A segunda coisa, que já mencionei anteriormente, é que podemos convocar qualquer pessoa, independentemente de a Justiça querer ou não querer. Essa é a informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. O que entendo é o seguinte: não vamos discutir uma tese de direito...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou responder à questão de ordem e, em seguida, concedo a V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, é evidente que é uma tese. O juiz da Vara de Execuções tem que autorizar a saída dele ou a forma. A convocação pode acontecer, mas o que eu entendo é que se trata de firula jurídica. Não vamos entrar nessa tese.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só para esclarecer, Sr. Presidente. Quando houve aquelas votações sobre se havia consenso ou não, o nome do Sr. Toninho da Barcelona constava entre os que foram aprovados. Se consultarmos os funcionários da Mesa,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os Anais...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Com licença, Sr. Presidente, estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos consultar os Anais também.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Se forem consultados os funcionários da Mesa, eles vão dizer que foi aprovado, porque estávamos aqui naquela reunião, e esse foi um dos nomes que estava junto e que foi aprovado.

Eu gostaria que isso ficasse claro, porque senão parece que as coisas passam despercebidas e que nós não prestamos atenção. Muitas vezes estamos conversando aqui, e passam matérias que não observamos, mas essa matéria – eu me lembro – foi aprovada, e peço o testemunho dos funcionários da Casa que servem à Mesa, porque eles estavam aqui e ouviram isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou decidir. O que está aprovado está aprovado.

As notas taquigráficas vão elucidar a questão. Não vou entrar agora nessa matéria.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, sou autor desse requerimento e gostaria de ter a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sobre o Requerimento nº 306, que convoca o Sr. Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, o primeiro requerimento nesse sentido foi meu, e eu estava aqui na reunião, e esse requerimento não foi aprovado. É um requerimento de minha autoria!

**O SR.** (orador não identificado) – Não foi votado. Quero ouvir a gravação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos consultar as notas taquigráficas, e não temos mais nada a discutir.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 21 horas.)*

#### ATA DA 12ª REUNIÃO – REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2005

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Amir Lando, Sibá Machado, Fátima Cleide, Valmir Amaral e Valdir Raupp; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Gastão Vieira, Darcísio Perondi, Chico Sardelli, Antonio Carlos Mendes Thame, Narcio Rodrigues, Pedro Canedo, Marcus Vicente Neucimar Fraga e Perpétua Almeida; e o parlamentar não-membro, Deputado Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da

12ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a presente reunião se destina à oitiva do Senhor Valdemar da Costa Neto. A Presidência convida o depoente para prestar seus esclarecimentos. Em seguida, O Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Agnaldo Muniz, Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Augusto Botelho, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Correia, José Carlos Araújo, José Jorge, José Rocha, Júlio Redecker, Leonel Pavan, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Sibá Machado, Wladimir Costa, Zulaê Cobra, João Fontes, Pauderney Avelino, Pompeo de Mattos, Zico Bronzeado, Antonio Carlos M. Thame, Darcísio Perondi, Eduardo Valverde, Marcus Vicente, Mauro Lopes, Neucimar Fraga, Raul Jungmann, Devanir Ribeiro e Perpétua Almeida. É aprovada a convocação dos representantes dos fundos de Pensão FUNCEF, PETROS e PREVI para deporem perante esta CPMI no dia 24/08/05, quarta-feira, às onze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e sete minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e quatro de agosto deste ano, às onze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

#### O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a décima segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Preliminarmente, eu queria mais uma vez fazer uma consulta, não é nem deliberação sobre a proposta que fizemos ontem para ouvir os Presidentes dos três maiores fundos de pensão.

Concedo a palavra a V. Exª, nobre Senador Tourinho, para encaminhar a matéria.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Sr. Presidente, eu gostaria também de encaminhar a matéria.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Sr. Presidente, V. Exª colocou ontem, apesar de não ter havido uma deliberação, a questão da vinda dos fundos de pensão, o que eu considero que é muito importante. Mesmo numa reunião fechada, considero extremamente importante a vinda deles aqui, mesmo porque nós só vamos poder chegar ao objetivo nosso de verificar efetivamente o que aconteceu em relação a tudo aquilo que neste momento nós investigamos se nós tivermos um quadro muito claro de entradas e saídas, de débitos e créditos, enfim do que se queira chamar, e essa ponta me parece que pode conter, essa ponta dos fundos de pensão, informações que sejam valiosas para que possamos efetivamente fazer uma avaliação mais cautelosa nessa questão.

De forma que eu gostaria de manifestar a V. Exª que encaminharia pela aprovação disso.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Agradeço a V. Exª.

Tenho que ouvir dois Parlamentares da Câmara, que são os Deputados Moroni Torgan e Júlio Redecker, e dois do Senado. Então já ouvimos o Senador Tourinho e vamos ouvir o Senador Sibá, mas, em primeiro, o Moroni Torgan; em seguida, o nobre Deputado Júlio Redecker; e depois o Senador Sibá.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que comungo da idéia do Senador Tourinho e da idéia desta Presidência, acho bom. Faço uma ressalva que não seja secreta, seja reservada a reunião. Acho que a reunião reservada já dá toda a cobertura necessária para que aconteça com todas as cautelas – eu acho importantes as cautelas e tudo – e seria uma audiência de iniciativa deles, preliminar, não vindo a obstruir futuras diligências que poderiam ser feitas. Então somos de acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Presidente, acredito que é importante ouvir os fundos de pensão, agora eu queria fazer a solicitação que, no prazo oportuno, nós pudéssemos criar as sub-relatorias que permitiriam aos Parlamentares dentro daquelas que foram colocadas aqui, se não me falha a memória: fonte de recursos internacional, quebra de sigilo bancário e também do sigilo telefônico e fiscal e que a vinda dos fundos de pensão, que vieram ontem graciosamente aqui se oferecer a nós, que ela fosse, como disse o Deputado Moroni Torgan, preliminar para que pudéssemos estabelecer uma questão fundamental à elucidação do objetivo desta CPMI que é a compra de votos, que é estabelecer o caminho do dinheiro; nós

temos essa preocupação. Então queríamos deixar claro que apoiamos a solicitação aqui na presença deles, reunião reservada, sem prejuízo de nova convocação, e das providências necessárias a que possamos elucidar todos os fatos. Ressalto unicamente essa questão da sub-relatoria, que acredito que é uma oportunidade de dar apoio ao Sr. Relator e que os Deputados possam estar aqui mais envolvidos e ajudando com mais presteza o trabalho de investigação e fomentação de dados também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando PMDB – RO)

– Não tenho dúvidas de que a conjugação de esforços de todos os membros poderá propiciar um resultado justo, correto e verdadeiro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, queria contraditar, porque não sou favorável, acho que sou a única aqui. Sou PSDB, mas sou contra.

Acho muito suspeito que os representantes dos Fundos de Pensão venham até aqui, se coloquem à disposição de uma CPI séria como nossa e nós não tenhamos ainda nenhum elemento para poder questioná-los; que eles venham aqui, a portas fechadas, falarem o quê? De que maneira? Aí vai para a imprensa. Dá a impressão que eles estão vindo na toada, no caminho do Palocci.

O Palocci saiu muitíssimo bem e agora vêm os Fundos de Pensão.

Acho que a questão é grave, é séria e nós não podemos entrar na deles. Temos que fazer, nós, a nossa agenda e o nosso estabelecimento que vamos ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero dizer a V. Exª, que não há contradita nessas questões, há apenas encaminhamento, mas entendo que não posso lançar uma suspeição sobre todos os membros. Ou é séria a Comissão, ou então não tem sentido a investigação.

Por isso passo agora a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exª e parabenizá-lo por ter aceito conversar com os representantes dos três maiores Fundos de Pensão, de ter entendido a necessidade de trazer a esta comissão para avaliar essa possibilidade. Depois lembrar que nestas e nas outras comissões, principalmente na dos Correios, já tivemos momento em que pessoas de livre e espontânea vontade se adentraram à comissão para prestar esclarecimento.

Tivemos um momento com Duda Mendonça que não estava convocado. Foi lá, prestou esclarecimento, o que ajudou muito. Depois, tivemos aqui um momento com o Marcos Valério, que não estava convocado e ele

veio aqui e ajudou a esclarecer mais coisas. Teve um momento também com a presença do Senador Eduardo Azeredo que foi de livre e espontânea vontade. Então, nesse caso, dos Fundos de Pensão, já paira sobre esta comissão e a dos Correios a necessidade de se ouvir essas pessoas; inclusive, alguns requerimentos no sentido de que se possa convocá-los, até mesmo de se quebrar sigilo.

Portanto, nada mais salutar do que possamos ouvi-los, que possam vir aqui, explicar o que consideram importante. Se esta comissão entender que acrescentam novidades, teremos toda a liberdade para avançarmos em convocatórias ou quebras de sigilo, ou o que se fizer necessário.

Assim sendo, Sr. Presidente, neste momento, quero encaminhar favoravelmente a que possamos ouvir os três Presidentes dos Fundos de Pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O Regimento permite a intervenção de quatro parlamentares, um de cada Casa, foram ouvidos os quatro.

Vou ouvir, antes, o relator; somente o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. membros da Comissão, como relator, nesta oportunidade, cabe-me o dever de manifestar-me sobre as duas questões colocadas.

A primeira é a do depoimento espontâneo em caráter reservado dos presidentes dos Fundos de Pensão. O fato de virem aqui para prestarem depoimento em caráter reservado, não ilide a possibilidade de ouvi-los publicamente se, porventura, em decorrência do depoimento ou das informações que nos derem, somados a outros indícios ou provas que venham a ser apuradas, aconselhem o depoimento.

Portanto, o parecer é favorável, sem que, contudo, fique esgotada a possibilidade de ouvi-los publicamente.

Quanto à questão da sub-relatoria, já desde a reunião de ontem, tornei público o meu desejo de submeter ao Sr. Presidente da Comissão os nomes dos sub-relatores, na conformidade das técnicas, ou da matéria específica que tenha que ser investigada. Então, logo se conclua o depoimento do Sr. Valdemar Costa Neto, se tempo ainda houver, cuidaremos do assunto; se a reunião se estender pela noite adentro, somente amanhã poderemos fazê-lo.

Quero declarar que, como afirmei ontem, esse é um assunto com o qual estamos nos preocupando.

O parecer, Sr. Presidente, é pela audiência, por enquanto reservada, dos Srs. Presidentes de Fundos de Pensão, sem que isso afaste a possibilidade de ouvi-los publicamente posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fica marcada reunião para 11h30. Ouviremos aqui, em caráter reservado, os Presidentes dos três Fundos de Pensão: Petros, Banco do Brasil – Previ e Funcef.

Ouvi a Oposição e a Situação. Houve manifestação unânime, com exceção da Deputada Zulaiê Cobra. Respeito, mas vou convocar. Quem não quiser comparecer ou quem achar que não deva, poderá adotar essa atitude.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está convocada. Desse assunto não vou tratar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estou dizendo que está convocada a reunião. Cada um está convocado. Não vou entrar nessa questão. Desculpem-me, mas algumas decisões podem ficar aqui exatamente sob responsabilidade da Mesa. Ouvimos, nesses dias, outros depoentes e assim será feito sempre que houver necessidade. Consultei exatamente para tirar uma média da Oposição e da Situação. Esse assunto está encerrado. Agora vou convocar...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS). – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para tratar do andamento legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr.

Presidente, ontem foi aprovado um requerimento em que constam os nomes das 62 pessoas da lista do Valério. Foi aprovada também a convocação do Sr. Genu. Quando será? Já há determinação? Vamos entrevistá-lo na quinta ou na sexta-feira? Qual é a decisão, para avançarmos na prática?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não houve ainda decisão. Não houve decisão. Foi delegada à Mesa e vamos tempestivamente tomar essa decisão. Não houve condição. Vamos decidir hoje, até o final deste dia.

Vou conceder a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, eu tenho uma explicação a dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou conceder a palavra ao Relator e, em seguida a V.Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Se V.Exa já tomou a decisão, comunique.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Não há decisão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Na reunião de ontem, ficou estabelecido que nós ouviríamos o representante legal da firma Guaranhuns,

que foi a intermediária dos recursos entre o Sr. Marcos Valério e o Deputado Valdemar Costa Neto. Queríamos aprovar a questão do depoimento das pessoas que constavam da lista.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não. O do Genu foi aprovado. Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Um momento. Inclusive o Sr. Genu, tanto quanto os outros, deveria ser ouvido, mas houve uma intervenção do Deputado no sentido de que eles deveriam ser ouvidos por escrito.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não. Isoladamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Que eles deveriam ser ouvidos por escrito e a Comissão aprovou. Na hipótese de a explicação escrita não ser satisfatória é que nós o ouviríamos para conhecimento público. Agora, a aprovação do Sr. Genu ficou prejudicada pelo...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Não, senhor. O senhor está equivocado. Sr. Relator, o senhor está equivocado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, proponho algo a V.Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Se o Sr. Genu vai depor, vai ser o único a depor, estendo o meu requerimento para que todas as pessoas mencionadas na lista, na igualdade de depoimento do Sr. Genu, venham também depor. Por que especificar somente ele?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, essa matéria já foi discutida.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Queriria que o Sr. Presidente alertasse o Sr. Relator. S. Ex<sup>a</sup> não fixou a nossa decisão de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu vou dar a explicação. Eu tenho de ter a palavra. Se V. Ex<sup>a</sup> quer dar a explicação, evidentemente eu não tenho mais de dar a minha explicação. O que houve ontem, nobre Relator – a confusão é tão grande que ninguém consegue acompanhar –, o que houve ontem foi um pedido de verificação de quórum, depois transformado em pedido de verificação de votação, por fim, retirado. Só não se estabeleceu ordem ainda, nem dia marcado para o depoimento do Sr. Genu, como todos conhecem. Ele está convocado. Vamos fixar o dia oportunamente.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup> para encerrar, senão não consigo ouvir o depoente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Vamos deixar essa matéria para...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas acho que a cautela, do meu ponto

de vista, recomenda, no caso dos fundos de pensão, que nós adiemos essa oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa questão já está resolvida pela Presidência.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Se

não, será inócua nesta Comissão. Será inócua.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já está resolvido. Eu não volto atrás. Não posso, a toda hora, reabrir questões decididas. Essa foi uma questão decidida, decidida. Ponto final.

Agora, quero solicitar à Secretaria para que possibilite a entrada do Sr. depoente, cuja pauta da reunião é a oitiva do Sr. Valdemar Costa Neto. Solicito à Secretaria que o introduza no recinto. (Pausa.)

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, antes do início da tomada do depoimento do Sr. Valdemar da Costa Neto, requeiro a V. Exª que sejam ouvidos nesta Comissão Zilmar Fernandes da Silveira, Duda Mendonça, Paulão do PT, Deputado Paulo Rocha, Charles Santos Dias, Márcio Lacerda, Francisco Borges Cavalcanti, Marcelino Pires, Paulo Antonio Bassotto, João Ferreira dos Santos, Mauro dos Santos, Deputado Romeu Ferreira Queiroz, Charles dos Santos Nobre, José Hertez, Deputado João Magno, Professor Luizinho, José Nilton dos Santos, Manoel Severino, Henrique Pizzolato – o Sr. Emerson Palmieri já foi ouvido –, Raimundo Ferreira da Silva Jr. – o Sr. Delúbio Soares já prestou depoimento –, Silvio Pereira, Marcelo Sereno, Edilene, Solange Pereira Oliveira, Lucas Bizato, Aristides Junqueira, Pedro Fonseca, João Cláudio de Carvalho Genu, já aprovado, Deputado Vadão, José Adelar Nunes, Carlos Magno, Rodrigo Barroso Fernandes, Deputado José Borba, Maria Sebastiana, Vilmar Lacerda, Sinval Monteiro de Melo, Deputado Josias Gomes da Silva, José Luiz Alves, Carlos Cortegoso, Carlão, da Pontifocal, Roberto Costa Pinho, Assessor do Ministério da Cultura, Deputado Bispo Rodrigues, Armando Costa, Carlos, de Goiânia e Deputado João Paulo Cunha.

Este requerimento é feito no sentido de igualar o Sr. Genu a todos os demais que figuram na lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério. Não se pode aceitar a idéia de que um deles apenas seja submetido a interrogatório e aos outros sejam solicitadas apenas informações por escrito. Todos deverão estar na mesma situação. Ou informam por escrito ou venham depor na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Queria dizer que a decisão ontem determina a convocação de todos. Apenas se deu a oportunidade de previamente, se quisessem prestar informações, isso não ilidiria – a convocação está feita.

Entendo que Exª quer, mas vejo que essa medida que seria uma espécie de defesa prévia preliminar não prejudica a convocação. Mas, se V. Exª entender assim não vamos reabrir a questão. Se não, submeterei o requerimento de V. Exª pura e simples extinguindo-se aqui a decisão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O nosso intuito ontem, segundo ficou deliberado foi exatamente isso: que todos seriam ouvidos para prestar informações.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Essa é a razão da decisão de ontem.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Todos. Na hipótese de as informações não serem satisfatórias seriam então convocados para depor.

O que não posso permitir é que se destaque apenas uma pessoa. Deve-se ouvir todos; todos têm que ter o mesmo tratamento.

Aqui o que se diverge é a importância recebida, mas a situação legal é a mesma de todos. Se a Comissão, segundo orientação sábia do Sr. Presidente, concorda com isso, estou de pleno acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi a decisão de todos.

Então, não vou submeter novamente à decisão, em outras palavras, se dará a oportunidade de fazer uma espécie de defesa prévia, se eu chamasse isso em termos processuais. Isso não ilide a convocação, não prejudica, todos estão convocados. Não vou mais discutir essa matéria, passo logo ao objetivo. Essa matéria, passo logo ao objetivo. Essa matéria já está decidida, foi decidida ontem. Haveria um requerimento novo do Exmº Sr. Relator, que, em razão das informações, ele se satisfaz e dispensou, retirou esse requerimento. Então, vamos passar logo à oitiva do depoente.

Eu, inicialmente, quero esclarecer ao depoente que ele aqui comparece na condição de acusado, conforme prevê o artigo próprio do Código de Processo Penal e a própria Constituição Federal, quando se refere ao direito à ampla defesa e, sobretudo, à faculdade de não auto-incriminação.

Então, quero dizer, antes de buscar a qualificação e declarar aqui o nome do advogado que esta Comissão segue a lei e a Constituição, não há necessidade de **habeas corpus**, a não ser que haja aqui um crime de flagrante delito, desrespeito, desacato, por isso, quero pedir a todos que mantenham essa linguagem civilizada como aconteceu até agora. É evidente, cada um pode ser enérgico nas perguntas, pode fazer as perguntas, o depoente, vou chamar assim o acusado, para ser mais explícito, é um depoimento, de qualquer maneira, poderá reservar seu direito ao silêncio ou, evidente, à negativa de responder. Nessas circuns-

tâncias, é o que quero deixar muito claro, conforme manda a lei, a lei, que deve ser o nosso guia, fora da lei não há salvação, disse Rui, quer dizer, temos que seguir a lei, nada mais do que isso.

Por isso, para iniciar, quero aqui pedir inicialmente para declarar o nome do advogado, pode usar o microfone para dizer seu nome, o advogado.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** – José Roberto Batochio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Pessoa conhecida de todos, mas faço questão. E...

**O SR. MARCELO BESSA** – Marcelo Bessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Marcelo Bessa.

Quero dizer que, na condição de acusado, V. S<sup>a</sup> – o título anterior, como Deputado, era V. Ex<sup>a</sup>, mas como houve renúncia –, então V. S<sup>a</sup> está sendo acusado de ser um dos beneficiários de recursos na lista formulada pelo Sr. Marcos Valério. A acusação concreta é essa e outras que saíram nos jornais, mas que V. S<sup>a</sup> terá oportunidade para esclarecer a todos aqui.

Inicialmente, preciso da sua qualificação, seria desnecessária, mas como é regimental, é formal.

Nome?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Valdemar Costa Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Estado civil?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Divorciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Profissão?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Administrador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Residência?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Rua Coronel Souza Franco, 907, Mogi das Cruzes, São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Sua carteira de identidade?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – 4130396.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Portanto, está devidamente qualificado.

Passo a palavra a V. S<sup>a</sup>, que, se quiser fazer uma exposição de 20 a 30 minutos, os microfones estão a sua disposição.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, Senadoras, Deputadas, Deputados Federais, quero cumprimentar nossos ad-

vogados, José Roberto Batochio, Marcelo Bessa e Ana Daniela Aguiar.

Para a eleição de 2002, involuntariamente, recebi dinheiro não oficializado do PT. Meu nome acabou em uma lista de acusados pela história do mensalão que foi invenção do Roberto Jefferson. Eu não podia fazer parte de uma lista, onde fazia parte o próprio Roberto Jefferson. Renunciei ao meu mandato para defender o meu partido. Se permanecesse na lista, eu não poderia defender o meu partido. Então, era uma escolha entre a Presidência do PL e o meu mandato. Resolvi, consultei nossos advogados, nossos Deputados. Se eu deixasse a Presidência do PL, era como se estivesse admitindo uma culpa que não tivemos e que vou provar aqui. Qualquer coisa que eu fizesse para defender o meu Partido iria parecer que eu estaria fazendo para defender o meu mandato. São processos incompatíveis. Então, decidi abrir mão ao meu mandato e para não sofrer mais as chantagens do Roberto Jefferson.

Por quê? No dia 6 de junho deste ano, foi publicada na **Folha de S. Paulo** a matéria com as acusações do Roberto Jefferson. Começamos a avaliar com o nosso Líder, com a nossa Bancada, qual era a providência que nós tínhamos que fazer. Pedimos para a nossa advogada, do PL, Ana Daniela Aguiar, que ela fizesse um levantamento e que visse o tipo de processo que o Deputado não poderia usar da renúncia. Ela fez um estudo. Nunca foi feito isso na Câmara. E nós descobrimos o Estatuto do Conselho de Ética que o Partido poderia entrar com a representação contra o Deputado. Então, no dia seguinte, eu entrei com a representação contra o Deputado Roberto Jefferson.

Naquele mesmo dia, por volta de meia-noite, me liga o Deputado Sandro Mabel: “Valdemar, precisava falar com você”. Falei: “Estou à disposição.” Fui para minha casa, conversando na minha casa, ele me levou uma notícia, logo no dia em que eu entrei com o processo – no dia 7 de junho. Valdemar, eu fui procurado por um Deputado, por um interlocutor do PTB, e o Roberto Jefferson mandou falar para você que fez muito mal de ter colocado o PL naquela lista. E que nós não merecíamos estar naquela lista do mensalão. E que ele pede para você – e com essa o Roberto Jefferson não contava – que era a entrada do processo no conselho de Ética e que ele não teria mais oportunidade de renunciar depois da instauração do processo. E, aí, ele me pediu, o Sandro conversando comigo, falou: “Ele dá esse documento para nós, hoje, para o PL e nós tiramos o processo dele do Conselho de Ética e passamos esse processo ou para a Corregedoria ou para uma CPI que venha a ser formada.” “Virei para o Sandro, e falei: “Sandro, que validade tem um documento, hoje, do Roberto Jefferson?” Nenhuma. Não

vão acreditar na gente. Vão pensar que nós fizemos um negócio. O Sandro falou para mim: “Você tem toda a razão. Vou dizer que nós não vamos tirar o processo”. Falei: “Pode dizer.”

Aí, começou o meu inferno austral, ele acusando o nosso partido. Ele voltou a fazer uma proposta que propunha um acordão indecente: de eu retirar o processo. Vários Deputados – que eu não quero aqui citar, do PTB – me pediam para que eu jogasse uma bóia, que eu jogasse um salva-vida para o Roberto Jefferson, para que ele pudesse ter oportunidade de renunciar. Porque eles tinham feito um levantamento, na Câmara, e só eu, como Presidente do Partido, que tinha entrada com o processo contra o Roberto Jefferson, poderia retirá-lo.

O Presidente Severino Cavalcanti, num recesso branco, agora, no mês de julho, promoveu três reuniões na casa dele, porque nós estávamos aqui num recesso branco. Eu participei dessas reuniões. E os Deputados, insistindo comigo – quero deixar bem claro que o Severino não me pediu nada. O Presidente Severino não me pediu nada. Só promoveu a reunião por insistência deles, na casa dele – para que eu tirasse o processo do Roberto Jefferson.

A minha resposta foi a seguinte: eu não vou retirar o processo do Roberto Jefferson. Vou manter o processo do Roberto Jefferson. E o que nós deveríamos fazer aqui era acelerar o processo de cassação do Roberto Jefferson, porque enquanto ele tivesse imunidades, ele ia continuar com mentiras e com injúrias contra o Congresso Nacional.

Eu quero dar, agora, esse recado, agora, para o Roberto Jefferson como ele deu recado para o José Dirceu: não retiro o teu processo de jeito nenhum; não vou retirá-lo. V.Exª vai ficar oito anos sem mandatos, porque vai ser cassado e banido da vida partidária brasileira. E não pense, Roberto Jefferson, que você vai ficar descansando em Cabo Frio não! Vai pagar pelos seus crimes. Hoje, já há o depoimento do Maurício Marinho, e nós já temos conhecimento de que – não tivemos acesso a ele ainda – ele conta toda a verdade sobre os Correios.

Ele fazia ameaças de expor a minha vida pública e particular se eu não retirasse a representação contra ele. A minha denúncia provocou pânico no Roberto Jefferson. Com medo de perder os direitos políticos – porque com isso ele não contava, com esse tipo de processo – e de ser banido da vida pública, ele perdeu a cabeça, perdeu totalmente a cabeça.

Foi desmentido pelo seu Líder, Deputado José Múcio. Comprometeu Emerson Palmieri, do PTB. Deixou as acusações chegarem a Martinez, ex-Presi-

dente do seu Partido. E o pior: acusou Deputados do próprio PTB.

A renúncia libertou-me das ameaças de Roberto Jefferson. Não tenho mais imunidades parlamentares. Preferi a liberdade a enfrentar a chantagem.

Vou falar agora sobre a aliança PT/PL.

Essa história havia sido contada pela revista **Carta Capital**, que me vou permitir distribuir agora para os Srs. Congressistas, em 30 de outubro de 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que faça a distribuição. (Pausa.)

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nessa reportagem da **Carta Capital**, que foi uma reportagem com uma informação precisa... Vou esperar os senhores receberem esse documento – é pequeno o trecho –, para que V. Exªs possam acompanhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que o distribua aos Srs. Parlamentares.

Enquanto fazem a distribuição, quero fazer um apelo ao Diretor-Geral do Senado – que, certamente, nos estará ouvindo – para que providencie ao menos dez cadeiras para abrigar os Srs. Parlamentares. É um momento excepcional. Entendo que o Senado tem cadeiras de sobra em alguma seção, em algum local que não está sendo usado. Peço que ele movimente a sua estrutura de apoio e propicie logo, o mais breve possível, dez cadeiras aqui na Comissão.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Os senhores poderão encontrar, no final da página 25, a publicação de 30 de outubro de 2002, que foi a história mais correta e mais perfeita que eu vi sobre a nossa aliança, sobre o trabalho do jornalista Bob Fernandes na revista **Carta Capital**.

No final da página 25, há uma indicação, em que está escrito o seguinte:

“Apartamento do Deputado Paulo Rocha (PT –PA) [atual Líder da Bancada da Câmara; ele não era Líder, o Líder era o João Paulo].

Lá estão Lula, José Dirceu, José Alencar, Gilberto Carvalho e o Presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Na conversa, uma presença significativa: Delúbio Soares, tesoureiro nacional do PT. Motivo: para fazer a aliança com o PT, o PL quer uma ajuda.

Valdemar argumenta que, longe dos partidos e fontes tradicionais de arrecadação, sem o auxílio financeiro habitual, o partido não teria como bancar a campanha de seus candidatos nos Estados.

Os números giram em torno de R\$10 milhões.

O acordo emperra. Lula se irrita, pede a José Alencar: ‘Essa é uma conversa entre partidos, se eles pedirem para você, não dê nada’.



Por duas vezes, o retorno a São Paulo, em vôo da TAM, é adiado. Lula pede uma ligação para Patrus Ananias, que está em Belo Horizonte, e manda o aviso: ‘Minas, o segundo colégio eleitoral, é decisivo no projeto’.

Lula: ‘Olha, Patrus, estamos em Brasília, e a coisa com o PL hoje ou vai ou racha. Você se prepare, porque, se não der certo, o seu nome vai ser anunciado como vice hoje mesmo’.

Resposta de Patrus Ananias: ‘Cês tão doido’.

Essa foi a resposta daquele que, se José Dirceu tiver outro destino – inclua-se aí a Fazenda e não o Congresso –, pode ser o candidato do PT à Presidência da Câmara.

O acordo, parecia, não seria fechado.

Dirceu chegou a deixar o quarto onde se dava a reunião para comentar: ‘Acabou, não tem jeito’.

Quando se marcava com a TAM o retorno imediato para São Paulo, Valdemar Costa Neto chama Dirceu de volta ao quarto, onde continuava o tesoureiro Delúbio. José Alencar foi junto. José Dirceu e Delúbio voltaram com as notícias que, sabe-se hoje, mudariam os rumos da sucessão presidencial. Eles saem do quarto e dizem:

– ‘Tudo bem, toparam’ – informou Dirceu.

– ‘Fechou’ – desabafou Delúbio.”

Essa publicação foi feita três dias após a eleição. Mas tenho um documento muito mais importante do que esse e peço seja distribuído para os Srs. Deputados. Olhem essa manchete da **Folha de S. Paulo**, um dos jornais mais conceituados do Brasil. Preciso que V. Ex<sup>as</sup> acompanhem essa matéria. Essa matéria foi feita no dia 21 de junho de 2002, uma semana antes da nossa convenção nacional. Olhem a manchete escrita pelo jornalista Lúcio Vaz, um dos mais conceituados jornalistas brasileiros e que hoje trabalha no **Correio Braziliense**.

Vou aguardar que V. Ex<sup>as</sup> recebam a matéria, porque isso é importante para o nosso Partido e para mim.

“PL diz que vai participar de caixa de campanha do PT.” Essa matéria foi feita uma semana antes da nossa convenção. Vou ler parte da matéria, escrita pelo Lúcio Vaz:

“A Direção Nacional do PL anunciou ter acertado com a cúpula do PT uma participação do Partido no caixa de campanha petista. Os candidatos liberais teriam direito a parte do dinheiro arrecadado na campanha do presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, na proporção da sua Bancada na Câmara. O acordo foi fechado pelo Presidente Nacional do PL com a cúpula do PT, nas reuniões que resultaram num acordo entre

os dois Partidos e na indicação do Senador José Alencar para o cargo de vice na chapa de Lula.

A aliança depende de confirmação da convenção do PL de domingo.”

Ouçam bem! A matéria é de 21 de junho de 2002!

“Segundo o acordo, será formado um caixa único de campanha. Deputados do PL tentaram, nas semanas que antecederam o acordo, conseguir uma ajuda financeira do Senador José Alencar para suas campanhas, para compensar a perda nas coligações dos Estados, desfeitas nos Estados.”

Por quê? Eu nunca tive conversa de recursos com o PT. Eu nunca conversei esse assunto quando começamos a discutir a aliança. Mas, quando veio a verticalização, em 18 de abril, eu falei para o José Dirceu: “Zé, mudou tudo”. Isso porque nós já tínhamos, junto à nossa Bancada e junto ao nosso Partido, o entendimento de que iríamos com o Lula e o José Alencar de Vice. Mas o que aconteceu? Veio a verticalização. Para quem não sabe e está nos assistindo, a verticalização obrigava o PL, os Partidos, a fazer mesma coligação nacional e a mesma nos Estados, a não ser que houvesse Partidos que não tivessem candidatos à Presidência.

Eu me preparei. Durante quatro anos, nós preparamos o Partido para fazer os 5%. Por quê? Para atingir tempo de televisão e para conseguir recursos da verba partidária. Nós nos preparamos para fazer os 5%. Se eu não liberasse... O acordo com a nossa Bancada era apoiar o Lula e o José Alencar, mas todos ficariam liberados nos Estados para fazerem as coligações que melhor conviessem para o PL, porque nós tínhamos que atingir os 5%. Mas o que aconteceu? Eu falei: “Não tenho mais condições de fazer essas coligações. Eu tenho de participar dos recursos da campanha”.

Ia ser constituído um caixa de campanha, um acordo eminentemente político, que ia ter a contribuição até do PL.

Então, estabelecemos... Eles tinham 59 Deputados, e nós, 23. Eles tinham 75% dos Deputados, e o PL tinha 25% dos Deputados. Ficou estabelecido que o fundo de campanha seria de R\$40 milhões e que R\$10 milhões viriam para o PL.

Nunca essas matérias foram desmentidas por nenhuma das pessoas citadas. Nunca foram desmentidas. Isso é um acordo político, eminentemente político. É evidente que isso é normal em qualquer aliança que você faça, quando você tem um casamento com um partido. O PL tinha o Vice-Presidente da República; nós tínhamos um comitê em conjunto.

Não houve negociação de pagamento em dinheiro. Foi acertada uma participação na gestão de recursos,

que o Delúbio iria passar dinheiro para os Estados, para a campanha dos nossos Deputados, inicialmente. Entretanto, quando começou a eleição, eu fazia parte do conselho político do Lula, estava na sede nacional do PT toda sexta-feira para reunião e comecei a discutir, em julho, como é que o Delúbio iria me repassar esses recursos. Cada vez que eu ia discutir com o Delúbio isso aí, eu me deparava com cinco, seis, sete, oito candidatos ao governo do Estado, todos querendo contribuições para suas campanhas. Vi que, naquele momento, o PT estava agindo errado, porque, quando temos um partido como o PFL e como o PSDB, o cidadão faz a campanha nacional, e o governo do Estado faz a campanha separada. E eu vi que eu não ia... Ele falou: “Valdemar, não consigo fazer uma programação de desembolso para os seus Estados”.

Aí, quando chegou o dia 21 de agosto de 2002, em que as empresas do José Alencar fizeram a primeira contribuição, de R\$1 milhão, fui atrás do Delúbio e disse: “Delúbio, pelo menos a do José Alencar passa para os nossos Estados”. O que aconteceu? O Delúbio falou para mim que já tinha gastado o dinheiro por conta, porque ele não estava dando conta da campanha, a campanha estava um caos por falta de recursos.

Naquele momento, comuniquei-me com os nossos Deputados, falei que não íamos ter recursos para a campanha e, naquele momento, já sabia que não íamos atingir os 5%. Atingimos 4,3%, perdemos vários Deputados. O Juquinha é um exemplo. O Juquinha, que era Deputado por Goiás, teve de desistir, porque, apesar da boa vontade do PT de fazer as coligações nos Estados, havia Estados em que o nosso pessoal não tinha liga. Então, o Juquinha ou tinha um grande recurso de volume para o Estado de Goiás, ou ele não conseguiria atingir o cociente eleitoral. Teve de desistir da campanha. O Deputado Eujácio Simões, da Bahia, fez 90 mil votos e não foi eleito. Então, não conseguimos atingir os 5%, com a desistência de vários candidatos nossos em todo o País por falta de recursos que tínhamos prometido.

Quando terminou o primeiro turno e que eu vi, no dia 4, que nós não atingimos 5%, atingimos 4,3%, eu pedi uma reunião com o Delúbio urgente e falei: “Delúbio...” O pior de tudo isso é que, na campanha, eu não conseguia material do Lula para mandar para os nossos correligionários, para os nossos companheiros do PL. Eu não conseguia retirar uma camiseta – e eu fazia parte do conselho político – na sede nacional do PT. Nós estávamos sem material nenhum para trabalhar.

Quando chegou o segundo turno, no dia 4, eu falei: “Delúbio, a única salvação que tenho é entrar na campanha [quer dizer, nós já estávamos na campa-

nha], é o Lula ganhar a eleição, porque senão vou ter de ficar mais oito anos na Oposição, e o meu Partido não vai crescer. Fomos oito anos Oposição ao Fernando Henrique e pagamos por isso”. Aí o Delúbio falou: “Mas o que você quer fazer?” “Quero, basicamente, na capital de São Paulo, onde temos mais estrutura, e na região metropolitana, rodar material para esse pessoal”. E ele disse: “Faz, toca para a frente, e a gente vê como é que faz depois”. Toquei, encomendei material para toda a capital de São Paulo, porque São Paulo era o maior problema que o Lula tinha. De oito milhões de eleitores, o Lula ganhou por apenas 100 mil votos a eleição. Em vários bairros, ele perdeu. Nós já tínhamos visto que o desempenho no primeiro turno não havia sido bom.

Concentramos todos esses recursos em São Paulo e na região metropolitana, no segundo turno. Mandeí rodar material com o pessoal do PT, com fornecedores do PT. Mandamos rodar material direto e abastecemos todo o nosso pessoal na Capital e na região metropolitana. Foi onde investi esse dinheiro todo.

É muito dinheiro? É muito dinheiro. Seis milhões e meio de reais é muito dinheiro, mas não para uma campanha presidencial. Se imaginarmos que gastamos na nossa R\$450 mil, R\$500 mil, R\$300 mil, para uma eleição presidencial isso não é nada. Um Senador gasta de R\$2 milhões a R\$2,5 milhões; numa eleição presidencial, isso não é nada.

E a única chance que me restava era o Lula ganhar a eleição. Entrei para valer na campanha no segundo turno, com o nosso pessoal em São Paulo e na região metropolitana, porque a situação estava muito difícil.

O PL não conseguiu atingir os 5%, e só me restava essa opinião.

Quanto a recebimento de recursos do PT, só há recibos de R\$1,7 milhão dos R\$6,5 milhões. Se eu quisesse omitir o que eu recebi, eu não declararia os R\$6,5 milhões. Nós só tínhamos recibo de R\$1,7 milhão. Quatro milhões e oitocentos mil reais foram entregues sem nenhuma comprovação. O total recebido foi de R\$6,5 milhões.

Os pagamentos começaram em 26 de fevereiro de 2003. Delúbio me chama e fala: “Valdemar, vamos começar a pagar, para você começar a pagar os credores”. Ele me pediu que eu fosse ou que eu mandasse um interlocutor meu para Belo Horizonte, na SMP&B, falar com a D. Simone. Ele foi falar com a D. Simone e me ligou de lá: “Valdemar, já peguei o documento”. Eu falei: “Como? Que documento?” Porque eu não sabia o que ela pretendia fazer, se ela ia me mandar o dinheiro para São Paulo ou se ela ia me mandar o dinheiro para Brasília, o que ela iria fazer. “Não, eu estou com

um envelope na mão lacrado.” Eu falei: “Não mexe nisso, traz para São Paulo, deixa em São Paulo para mim no meu apartamento”. Isso porque eu não queria conversar esse assunto com o Delúbio por telefone. Fui para São Paulo, peguei, vi que era um cheque de R\$500 mil em favor da empresa Garanhuns. Fui para São Paulo, fui à sede do PT e falei: “Delúbio, o que é isso, um cheque?” Eu vi que ele também não entendeu e foi a um telefone numa sala ao lado e veio com a solução. Falou: “Valdemar, você vai estar em São Paulo amanhã?” Eu falei: “Vou, no meu apartamento”. “Que horas?” “Tal hora.” “Eu mando resgatar esse cheque lá com você.” Eu falei: “Delúbio, me tira dessa história de cheque”.

Fomos mais duas vezes a essa SMP&B, o Jacinto Lamas foi lá, sob determinação minha, pegar um envelope, não abriu o envelope, não sabia o que era e trazia o envelope para mim. Eu troquei mais um cheque de R\$500 mil, avisei o Delúbio, ele mandou resgatar comigo e mais um cheque R\$200 mil.

Nós só recebemos da empresa Guaranhuns... Cheques para a empresa Guaranhuns foram só de R\$1,7 milhão e não de R\$6 milhões, como está nessa conta. Esse dinheiro não veio para o PL.

Toda vez em que eu recebia o dinheiro... E nunca me preocupei em retirar esse dinheiro lá, porque eu nunca tive preocupação e nem motivo para desconfiar da origem do dinheiro do PT, que sempre trabalhou seriamente. Eu só tratava com gente de bem.

Aí nós fomos recebendo outras parcelas que vou explicar aqui a seguir. Todas as vezes, eu pedia o recibo legal, e o Delúbio: “Não. Vamos legalizar isso aí”. Primeiro, ele me disse que iria fazer um empréstimo para pagar essas dívidas depois da eleição: “Vou ter de fazer um empréstimo, porque eu não vou ter dinheiro para pagar. Eu vou legalizar tudo isso aí.”

Depois da reclamação dos pagamentos com cheques, eu passei a receber em São Paulo, no meu apartamento. Recebi quatro parcelas de R\$500 mil. Eles mandavam me entregar lá. Combinava com Delúbio: “Você vai receber mais tanto”.

O total de R\$3,2 milhões foi entregue de fevereiro a abril de 2003. A partir do segundo semestre de 2003, voltei a receber contribuições do PT. Em 16 de setembro de 2003 e em janeiro de 2004, que foi o último pagamento – demoraram 18 meses para eu receber os R\$6,5 milhões –, foram autorizados saques no Banco Rural no total de R\$1,7 milhão. Mais ou menos nesse período, foram feitas entregas, por portador, de R\$1,7 milhão. Três desses pagamentos foram feitos em Brasília, em hotel, e um foi feito em São Paulo para mim, diretamente, no total de R\$6,5 milhões.

Quanto a pagamentos de campanha, quando percebi que não havia recebido o dinheiro até o final do primeiro turno, decidi investir no segundo turno. Fui ao Delúbio pedir para ele. Falei: “Delúbio, preciso de material para campanha”. “Valdemar, estou devendo para todo mundo, não tenho condições de ver material. Faz você a despesa, depois nós acertamos.” Foi o que eu fiz. Fechei com o Delúbio depois, no final, o total dos débitos que eu estava devendo, e aí ele começou a me pagar em janeiro.

Na medida em que os repasses eram liberados, eu chamava os credores. O meu pessoal avisava, mandava chamar os credores para recebimento, sempre seguindo a relação que estava em meu poder. Os credores avisados pelo meu pessoal passaram a receber em Brasília e em São Paulo. Os nomes de cada fornecedor, que somam algumas dezenas, e os respectivos valores pagos serão identificados a partir do cruzamento de dados com a contabilidade do PT, que eu não tenho ainda.

Encaminho à CPMI, neste momento, uma lista de fornecedores, em que consta parte dos fornecedores citados, ainda à espera de cruzamento de dados.

O PT pede que a distribuição de material seja concentrada em São Paulo, pois ali a disputa com Serra era mais dura, era tudo ou nada.

As últimas parcelas dos meus recebimentos foram feitas 18 meses após a campanha. Estou tentando recuperar algumas notas – e ainda falta eu manter esse entendimento com o PT – que comprovem os pagamentos. Não quero criar laranjas e nem jogar a culpa sobre qualquer pessoa. Não posso cometer injustiças e criar problemas para pessoas que foram vítimas da desorganização na encomenda e no pagamento do material de campanha. Sou o único responsável pelas encomendas de material...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Queria apenas alertar ao depoente que o seu tempo esgotou. Se puder concluir com alguma brevidade, nós ficaremos gratos.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sou o único responsável pelas encomendas de material e pelos pagamentos efetuados. Breve poderei apresentar à Justiça a correta prestação de contas.

Sobre o mensalão, a imagem de Maurício Marinho... Quanto tempo tenho mais, Sr. Presidente? Cinco minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Cinco minutos, atendendo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Muito obrigado.

A imagem de Maurício Marinho recebendo uma propina de R\$3mil e as denúncias de mesada de R\$400

mil nos Correios e no IRB destruíram a vida de Roberto Jefferson. Para desviar o foco das denúncias, ele criou a história do mensalão. Roberto Jefferson sabia do caixa dois, mas isso não era o suficiente para distrair a atenção dos seus crimes.

O envolvimento do PL no mensalão é uma fantasia de Roberto Jefferson. Um Partido que tem o Vice-Presidente da República não precisa de dinheiro para votar com o Governo. O PL sempre votou com o Governo. Mas isso não impedia que nós, por exemplo, discordássemos da política econômica do Ministro Palocci. Cheguei a pedir a demissão dele, não por esses motivos que estão aí hoje, porque o Ministro Palocci é um homem de bem, um homem de respeito. Mas nós mantínhamos a nossa independência.

Ele inventou o mensalão como chantagem sobre todos os que usaram o caixa dois e não foi desmentido por ninguém na época, porque o Roberto Jefferson virou uma estrela nacional. Hoje, já não o é mais. O povo brasileiro já sabe quem é Roberto Jefferson. Maurício Marinho fez novas declarações à Justiça. Ninguém tem mais dúvida de quem seja Roberto Jefferson.

Não podemos acusar o João Paulo, o Luizinho, o Paulo Rocha, o Borba de estarem envolvidos com o mensalão. Ninguém pegou esse dinheiro para pôr no bolso não! É gente de bem, é gente séria! Foi tudo recurso de campanha, porque não tem periodicidade até no caso de pessoas que não são aliadas. O PL nunca se aliou, como o PSDB, que tem um Presidente sério, o Eduardo Azeredo. Fazendo campanha em oitocentos e tantos Municípios, como é que o cidadão vai dar conta de fechar a tesouraria?

Todos nós aqui temos problemas para declarar as nossas contas, porque, quando chegamos a uma cidade do interior, está lá o cidadão com o impresso que ele fez: “Olha, fiz um impresso aqui e estou distribuindo na cidade para te apoiar”. Isso tem de ser contabilizado. Não importa se é um milhão ou se são dez exemplares. Tem de ser contabilizado, e temos dificuldade, porque tem gente que faz material para Deputados e Senadores sem a gente saber.

Quem não teve problemas na prestação de contas da eleição? Para a gente fechar a prestação de contas, é um inferno. Teríamos que flexibilizar isso na minha opinião e fazer uma reforma política, para que a gente pudesse gastar menos.

Então, o Roberto Jefferson colocou todos como farinha do mesmo saco. O Roberto Brant, por exemplo – não sou aliado dele também, nunca fomos alinhados –, é uma pessoa de bem e teve problema de caixa dois em campanha. Roberto Jefferson colocou todos no mesmo saco, para confundir a opinião públi-

ca e criar uma cortina de fumaça, porque foi pego na prática da corrupção.

Era o que tinha a dizer, Sr. presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo, de imediato, a palavra ao Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Valdemar Costa Neto, o senhor prestou há tempos uma minuciosa entrevista à revista **Época** sobre os acontecimentos que o senhor acaba de pormenorizar diante da Comissão.

Vou me valer, em primeiro lugar, de uma citação que o senhor fez à revista **Época** e que não me parece suficientemente clara.

Num determinado momento, o senhor disse, referindo-se ao pessoal do PT, que “eles receberam R\$40 milhões – foram R\$20 milhões de Lula e R\$20 milhões do PT –, mas misturaram as contas dos Estados com a nacional, fizeram uma bagunça”.

Peço explicações ao senhor a respeito desse tópico, porque ele contradiz as suas declarações agora prestadas e também as declarações prestadas na revista a respeito do verdadeiro quantitativo que lhe tocou na questão da campanha municipal.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, honra-me ser argüido pelo senhor.

Quando fiz parte do conselho político do PT na campanha do Lula, nunca vi, nunca tinha assistido a tanta organização num partido. Mas, quando começou a campanha, Sr. Relator, nunca vi uma desorganização tão grande: todos os candidatos ao Governo iam solicitar recursos para o Delúbio. Eu nunca assisti a nada... Eu tinha alguma experiência. Tenho alguma experiência de política e nunca assisti a nada disso em nenhum partido. E, naquele momento, eu vi que eles não iam poder cumprir os compromissos com o PL, porque eles tinham que atender aos Estados. Eu via que o Delúbio não estava conseguindo nem atender aos Estados.

A reunião do conselho político do Lula era realizada toda sexta-feira. Eu participava dessa reunião e sempre tive facilidade de contatos com eles durante a eleição. Mas esse caso desses gastos das campanhas estaduais serem concentradas no PT, nunca vi uma barbaridade dessa. Não era possível alguém bancar aquilo tudo. Isso levou a que o Delúbio não pudesse honrar os compromissos com o PL, e, depois, ele me comunicou que faria um empréstimo para honrar os compromissos que ele tinha assumido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A pergunta que lhe fiz é se o senhor confirma a declaração de que eles receberam R\$40 milhões, R\$20

milhões do Lula e R\$20 milhões do PT. Essa é a pergunta.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A prestação da campanha do Lula foi de R\$21 milhões pelo Comitê Financeiro e R\$19 milhões pelo Comitê do Lula – eles tinham dois comitês –, que dá um total de R\$40 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – R\$20 milhões reservados para a campanha do Sr. Presidente da República e R\$20 milhões para o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Eles fizeram dois comitês: um de R\$19 milhões, que eles arrecadaram, e outro de R\$21 milhões, segundo a prestação de contas do PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Na lista oferecida a esta Comissão pelo Sr. Marcos Valério e que tem sido a fonte de informações a respeito do assunto, consta que o senhor recebeu através do Sr. Jacinto Lamas uma primeira parcela de R\$800 mil em cheques da SMP&B emitidos para uma empresa chamada Garanhuns. Peço ao senhor o obséquio de explicar à Comissão o motivo pelo qual a empresa Garanhuns se coloca entre a SMP&B e o PL.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A SMP&B... Eu recebi uma orientação do tesoureiro Delúbio para que fôssemos fazer o nosso acerto na SPM&B, em Belo Horizonte. Falei para o Jacinto Lamas: “Dá um pulo em Belo Horizonte, procura a Dona Simone e vê o que ela tem para falar.” Porque eu não sabia se os recursos viriam para cá ou para onde iriam. Eles tinham que falar alguma coisa. Era até para eu ir para lá. Quando, para minha surpresa, ele me telefona e diz: “Me deram um envelope.” Eu falei: “Mas não é dinheiro?” Ele falou: “Não, não é dinheiro.” Falei: “Traz o envelope.” Para minha surpresa, vi que a SMP&B tinha emitido um cheque para Garanhuns. Foi uma surpresa para mim, tanto é que fui falar com o Delúbio, porque o cheque, eu pensava que podia até ter sido... eu estava entendendo que, se fosse cheque, seria uma doação para o PL, o que não foi. Veio para a empresa Garanhuns. Procurei o Delúbio em São Paulo, percebi que o Delúbio não tinha entendido aquilo. Ele falou: “Aguarda um pouco.” E foi para uma sala telefonar. Voltou depois de 10 min e falou: “Olha, eles vão resgatar esse cheque com você amanhã.” Foram três cheques: dois de R\$500 mil e um de R\$200 mil.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o próprio Sr. Delúbio não tinha conhecimento, naquele primeiro momento, do motivo pelo qual essa firma Garanhuns participações entrou na negociação como intermediária do pagamento?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sr. Relator, eu nunca tinha ouvido falar no nome da Garanhuns. E percebi...

Quanto ao Jacinto Lamas, ele não tinha conhecimento de nada, nem sabia. Nunca tinha ouvido falar nesse nome e nunca tinha manuseado nenhum cheque.

Percebi que isso não tinha partido do Delúbio, e tinha certeza que não tinha partido de mim. Na Polícia Federal, tive oportunidade de ler o depoimento que o Marcos Valério fez. Ele esclarece o seguinte: “...que na época foi firmado um contrato entre SMP&B e a empresa Garanhuns para justificar a saída de recursos.” Esse é o depoimento do Sr. Marcos Valério, que passo a V. Ex<sup>a</sup>, com respeito à empresa Garanhuns. Ele tinha um contrato com a Garanhuns e declarou isso na Polícia Federal.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para justificar a transferência dos recursos.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ele disse isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Logo depois o senhor recebeu a visita de uma pessoa, rodando uma malinha, uma mala dessas de aeroporto, que lhe disse: “Vim resgatar.” Extraí o dinheiro da mala e pagou o cheque que estava em seu poder.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A pessoa que o resgatou era da SMP&B, era do Sr. Delúbio Soares ou era da Garanhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conhecia. Me parecia serem seguranças.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não se identificou?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não se identificou.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A troca de cheques da SMP&B por dinheiro repetiu-se duas ou três vezes?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Três vezes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A pessoa chegava colocava o dinheiro na mesa e pedia que o senhor conferisse?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Ele chegava e falava: “O senhor está com o cheque da SMP&B?”

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Da SMP&B ou da Garanhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, não. O cheque era da SMP&B.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para a Garanhuns.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Contra a Guaranhuns.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeito.

Mesmo dinheiro que o senhor já...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A favor. Desculpe. Desculpe, Sr. Relator. A favor da empresa Guaranhuns. Desculpe.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A favor da empresa Guaranhuns. É, o local da...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – No meu apartamento, em São Paulo, sempre eu fazia essas transações.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o Sr. Delúbio, quando emitia a ordem para o Sr. Marcos Valério em Belo Horizonte, também estava em São Paulo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu estava em São Paulo. Esses três cheques foram resgatados em São Paulo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não. Eu estou perguntando que o Sr. Delúbio... Quando o senhor procurava o Sr. Delúbio, o Sr. Delúbio emitia ordem para o Marcos Valério, a ordem partia também de São Paulo? O Sr. Delúbio ficava em São Paulo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sempre tratei tudo com Delúbio ou aqui no... Sempre tratei tudo com o Delúbio ou em Brasília ou em São Paulo, na sede do PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – São Paulo.

Mesmo o dinheiro que o Sr. Jacinto Lamas apanhou em Belo Horizonte duas ou três vezes eram traduzidos em cheques para a Guaranhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Cheques. Cheques para a Guaranhuns.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui, na relação do Sr. Marcos Valério, há uma contradição quanto ao valor que o senhor acaba de declarar. O senhor declara que recebeu seis milhões e pouco e aqui se encontram estabelecidas, relatadas, todas as parcelas no valor de R\$10.837.500,00. Para facilitar os seus esclarecimentos, eu fiz a conta. Através da Guaranhuns Empreendimentos Intermediações e Participações Sociedade Limitada, segundo consta na relação do Sr. Marcos Valério, o senhor teria recebido R\$6.037.000,00; depois, recebeu: oito parcelas de R\$100 mil, três de R\$200 mil, uma de R\$150 mil, outra de R\$350 mil, uma de R\$500 mil, uma de R\$900 mil e outra de R\$1,5 milhão. Isso entre 26 de fevereiro de 2003 e 3 de agosto de 2004. Gostaria que o senhor esclarecesse essa questão. São verdadeiras essas parcelas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não são verdadeiras. Não são verdadeiras.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor, quando recebeu os cheques da Guaranhuns, o senhor, que recebia os recursos, pôde separar o que vinha diretamente da SMP&B daquilo que vinha da Guaranhuns? Porque há na lista do Sr. Valério uma distinção. É atribuído pelo Sr. Marcos Valério a cheques para a Guaranhuns Limitada a importância de R\$6.037.000,00; as outras parcelas ele atribui o recebimento ao Sr. Antônio Lamas.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Então, não é verdadeira essa afirmação.

Eu só tinha recibo, inclusive, Sr. Relator, de R\$1,7 milhão que nós tínhamos assinado. Se eu quisesse fazer uma declaração que eu gastei R\$1,7 milhão, eles não poderiam provar nada contra mim. E eu... nós fizemos esse trabalho todo com a SMP&B. Esses valores que eles atribuem a nós não são verdadeiros. Nós não recebemos R\$10.800.000,00; recebemos R\$6.500.000,00.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os pagamentos então eram feitos ora em Belo Horizonte, ora em São Paulo, ora em Brasília?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foram só três pagamentos em Belo Horizonte, o restante dos pagamentos foi em Brasília e um desses pagamentos foi feito em São Paulo. Os finais. Os primeiros quinhentos mil foram feitos em São Paulo, quatro parcelas para mim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor recebeu a informação do Sr. Marcos Valério ou do Delúbio que o dinheiro destinado, ou nomeado, para a Guaranhuns era suspeito, porque essa Guaranhuns poderia ter dado outro destino ao dinheiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não recebi essa informação. Eu fiquei surpreso quando abri o cheque em São Paulo, que eu abri o envelope, e era um cheque contra a Guaranhuns, que eu nunca tinha ouvido falar. Então, fui à sede do PT, conversei com o nosso, com o nosso... com o Delúbio, com o Tesoureiro responsável e pude me entender com ele. Ele também ficou surpreso. Porque não tinha sentido eu mandar uma pessoa pegar o dinheiro em Belo Horizonte, para pegar um cheque em Belo Horizonte para vir receber em São Paulo. Eles podiam me pagar em São Paulo direto. Então, eu pedi para o Delúbio que não me pagasse mais em cheque, que não desse esse transtorno para nós de ter que mandar uma pessoa ir lá.

Agora, em Belo Horizonte só foi... não foi recebido dinheiro, só cheque, esses três cheques.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor, na entrevista da **Época**, o senhor tem

uma expressão referente às suas dúvidas e suspeitas quanto à Guaranhuns. O senhor disse que eles poderiam ter dado destino diferente ao dinheiro.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sr. Relator, eu quis dizer que, como eu recebi R\$1,2 milhão da Guaranhuns, eu não sei o destino que eles deram para os outros... para esse total de R\$6 milhões que eles alegam que deram para nós.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, eles alegam terem dado R\$10,5 milhões.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Dez e oito centos, mas R\$6 milhões pela Guaranhuns.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sempre pela Guaranhuns.

O senhor declarou, também, que os Deputados do PL contribuem para o Partido com uma quantia de R\$700 mil por ano – os Deputados do PL.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade. Os Deputados do PL, os nossos Senadores e o Vice-Presidente José Alencar. São contribuições espontâneas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que, em vez da acusação de que o senhor distribuiu dinheiro para os Deputados, os Deputados é que recolhiam dinheiro para as despesas da Presidência do Partido?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eles descontam... Nós descontamos 10% – quer dizer, isso não é imposição do Partido –, nós descontamos 10% de cada Deputado Federal. Isso dá um total de R\$1.200,00 por Deputado. Nós temos 50, o que daria R\$60 mil por mês, e isso chega em R\$700 mil por ano.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Setecentos mil reais por ano.

O senhor já recolheu documentos dos pagamentos que o senhor fez com esse dinheiro que lhe era posto na mesa em São Paulo, ou que lhe era entregue pelo Sr. Jacinto Lamas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Terminei todos os pagamentos em janeiro de 2004, final de janeiro de 2004.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor pode exibir a esta Comissão os recibos ou os documentos de quitação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu estou levantando junto ao PT. Eu não tenho o controle disso. Eu passei a relação dos fornecedores de material, alguns desses fornecedores devem ter fornecido para nós. Foi o nosso pessoal em São Paulo que controlou essas encomendas e eles só mandavam o cidadão da empresa, ou o funcionário, vir receber comigo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor declarou à revista **Época**....

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB-RO) – Eu apenas quero registrar que o tempo de inscrição se esgotou, quer dizer, as inscrições estão encerradas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor declarou que, no momento exato em que recebia o dinheiro – que ele lhe chegava em espécie –, o senhor chamava os credores e eles se apossavam dos recursos. O senhor realizou esses pagamentos, Sr. Presidente do PL, sem recibo, sem documento de quitação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, porque eles tinham encomendado esse material. Todo esse material foi encomendado junto aos fornecedores, e o meu pessoal é que tinha a responsabilidade de mandar. Eu fechei a conta para o Delúbio em R\$6 milhões. Apresentei para ele a nossa despesa toda e ele ficou de me repassar esse dinheiro num curto espaço de tempo, e me repassou em 18 meses.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desculpe, mas não é bem essa a pergunta que lhe fiz. Gostaria que o senhor esclarecesse o seguinte: o senhor estava sendo pressionado para pagar as dívidas. Por mais de uma vez, o senhor declarou na sua entrevista que estava sendo pressionado pelos Deputados. Finalmente, o dinheiro começou a chegar. Estou extraindo as coisas que o senhor disse na entrevista. Na medida em que o dinheiro chegava, o senhor chamava os credores do PL e realizava o pagamento em espécie. Eu desejo saber se o senhor, no momento de fazer o pagamento, não recebia documento de quitação – nenhum recibo, nenhuma declaração de que a dívida estava saldada?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sr. Relator, eu quero fazer uma correção. Eu não era cobrado pelos Deputados. Eu era cobrado pelos fornecedores que cobravam o meu pessoal em São Paulo. Nunca me preocupei em pegar recibo de ninguém, porque todos eles aceitaram as encomendas nossas também sem compromisso nenhum – com o compromisso de pagar, só na palavra. Porque todos eles esperavam pegar mais serviços nossos nas próximas eleições.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Longe de mim o propósito de tentar incriminar os Deputados, mas a expressão: “...os deputados me pressionavam” consta expressamente da entrevista que o senhor deu à revista **Época**. Mas não é esse, contudo, o motivo da pergunta. O motivo da pergunta é este: um homem da sua experiência, Presidente do Partido, ex-Parlamentar, realizava pagamentos de importâncias tão altas sem os documentos de quitação? Quer dizer, eu estou querendo saber se o senhor pode exibir para a Comissão os recibos que o senhor teria que ter recebido no momento em que fez o paga-

mento em espécie, porque, se fosse pelo menos em cheque nominal, já seria um documento de quitação que, talvez, dispensasse o recibo. Mas o senhor fez o pagamento em espécie, em moeda corrente. Portanto, eu quero crer que não se faria um pagamento dessa ordem sem a correspondente entrega do recibo. É isso que eu estou perguntando ao senhor.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sr. Relator, não pedi recibo nunca para ninguém. Nunca fiz isso. E eu estava pressionado... quando eu falei que estava pressionado, na revista *Época*, foi num momento da campanha que eu tinha prometido de passar recursos para os Estados, e não passei; e eu fui muito pressionado por isso, porque eu tinha assumido o compromisso com todo os nossos Estados dos recursos que viriam do caixa único de campanha, um acordo eminentemente político, e que eu deveria repassar os fundos de campanha para os nossos candidatos, e não repassei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor, então, não cobrou os recibos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca cobrei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não recebeu. Como é que o senhor vai prestar contas à Justiça, como há pouco revelou, se o senhor não tem documento de quitação das importâncias pagas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – As notas fiscais vão ser levantadas junto ao PT, porque muitos dos fornecedores eram fornecedores do PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas, desculpe-me, Sr. Valdemar Costa Neto, mas acontece o seguinte: o senhor pagava no *flat* onde o senhor vivia. Pagava em espécie. Portanto, o senhor sabia quem eram os credores. Por que é que agora o PT é que tem que emitir nota fiscal ou obter notas fiscais se o senhor tinha o credor diante do senhor e lhe era perfeitamente fácil, numa folha de papel, colher o recibo do dinheiro que as pessoas recebiam?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu não guardei essas anotações, mas essas notas fiscais foram entregues no PT. Eu estou fazendo levantamento junto ao meu pessoal, porque eu vou ter que prestar conta disso na Justiça. Agora, isso não vai ser um levantamento fácil, porque foi feito na desorganização da campanha...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor recebeu ao todo, em espécie, em dinheiro vivo, R\$6,6 milhões.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – R\$6,5 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor pagou, em espécie, R\$6,5 milhões...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Paguei R\$6,5 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E não tem um recibo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tenho recibo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem. A aliança PT – PL esteve para ser rompida em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, na casa do Ministro José Dirceu, o senhor colocou as dificuldades, naturais dificuldades, que eu compreendo, do PL. Mas o senhor pedia R\$20 milhões, não conseguiu um acordo, e o Ministro José Dirceu chegou a dizer que estava tudo acabado. Então, o senhor comunicou ao Vice José Alencar, e o Vice José Alencar aconselhou-o a não assinar a nota conjunta de desistência da coligação. E, a esse pedido do Sr. José Alencar, seguiu-se uma nova reunião, agora na casa do Deputado Líder do PT na Câmara, reunião essa em que estavam presentes o Presidente Lula, o Vice Alencar, o Sr. Delúbio Soares, o Líder do Governo, o Sr. João Paulo Cunha, e o senhor. Nesse momento também, a aliança esteve para romper-se, porque o senhor tinha diminuído a participação do PL para R\$15 milhões e, ainda assim, o Ministro José Dirceu resistia à idéia de lhe dar essa contribuição.

É verdadeiro esse resumo que estou lhe fazendo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdadeiro. Eu insisti nesses recursos sempre com o Delúbio; o Zé Dirceu nunca discutiu comigo valores. O Zé Dirceu queria que nós fizéssemos um acordo em cima de um compromisso de participar, de administrar o País junto com eles. Eu sempre disse pro Zé Dirceu que, com a verticalização, não iam sobrar Deputados para a gente administrar o País junto com eles.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu só atribuí ao Ministro José Dirceu a declaração de que estava tudo acabado, não fora possível um acordo com o Sr. Delúbio Soares.

Nessa segunda vez, então, o senhor reduziu de 15 para R\$10 milhões a pretensão do PL em participar dos recursos da campanha, e, finalmente, fizeram o acordo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Fizemos o acordo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dez milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Vinte e cinco por cento para o PL do caixa de campanha, que nós contribuímos, e 75% para o PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o PT não cumpriu?



**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não cumpriu nenhum centavo antes da eleição.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ao contrário do que diz o Sr. Marcos Valério, que alega ter-lhe repassado R\$10,8 milhões, o senhor só recebeu do PT R\$6,5 milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Isso, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Na tratativa do PL com o PT, não houve absolutamente nenhum esforço no que diz respeito a programas de governo, idéias de governo, compromissos de natureza programática? Foi só um acordo de financiamento de campanha?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quando começamos a discussão com o Deputado José Dirceu, nós começamos essa discussão só falando em programas de governo. Nunca passou pela cabeça do PL, pela cabeça de nenhum Deputado do PL, pedir alguma coisa para o PT; mas, quando veio a verticalização, aquilo... Quando eu falei que não podia fazer mais a coligação, não é que eu desejava fazer a coligação com outro candidato a Presidente, eu queria liberar os nossos Deputados nos Estados para que eles pudessem fazer as melhores coligações.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me voltar a uma questão que eu desejo ver melhor esclarecida. O senhor declara que não repassou dinheiro para os Deputados, mas, em certo ponto do seu depoimento, falando exatamente das dificuldades para receber o dinheiro do PT, o senhor declarou: “os Deputados me pressionavam”. Convém que o senhor explique essa questão.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Os Deputados... Eu tinha feito um acordo com os Deputados, quando fechamos essa participação no comitê da campanha, no comitê financeiro, eu tinha combinado com os Deputados, tinha acertado que nós passaríamos recursos para os Deputados e para os Estados para que pudessemos fazer uma campanha mais forte, porque tinha Estados que nós não poderíamos nos coligar com ninguém, por causa da verticalização, e que nós não poderíamos abandonar a campanha. Nós tínhamos que ter uma escolha. Então, nós faríamos um investimento, e eu prometi esse investimento antes de fechar a coligação, prometi esse investimento para todos os Estados que estavam participando da campanha, e não pude cumprir. Essa foi a reclamação dos nossos Deputados, porque eles estavam contando com esses recursos dos Estados para poder bancar as coligações, principalmente nos lugares onde nós não tínhamos coligações com o PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Afinal, o senhor fez sozinho, como Presidente do Partido, pagamentos de dívidas no valor de R\$6,5 milhões e, dessa dívida de R\$6,5 milhões, nenhuma importância foi destinada a pagar dívidas pessoais dos Deputados?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Toda a responsabilidade sobre a operação foi minha. Como o dinheiro não veio regularmente na campanha, tive que assumir esse compromisso de fazer todo esse material de campanha para São Paulo e distribuí-lo na capital e na região metropolitana. Nunca repassei um centavo para nenhum Estado, para nenhum Deputado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Num certo momento, quando o dinheiro estava demorando a chegar, o senhor chegou a despertar suspeitas na Bancada do PL, porque alguns dos seus companheiros supunham que o senhor já tivesse acertado, já tivesse recebido o dinheiro. Esse boato o incomodou tanto que o senhor declarou ter enquadrado dois Deputados. O senhor usou até a expressão “botar no pau” dois Deputados. O senhor poderia explicar esse período em que o senhor foi objeto de suspeitas de Deputados do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não foram dois Deputados. Posso não ter sido bem entendido. Foram oito Deputados. Porque, após as eleições, eles duvidavam do atendimento que o PT passou a me dar. Após a eleição do segundo turno, o Zé Dirceu e o PT não me convocaram para mais nenhuma reunião, e ninguém acreditava naquilo. Como era possível ter participado de uma campanha nacional – não faltei a uma reunião; eu era candidato também a Deputado e me atrapalhava a campanha ir toda sexta-feira no PT, passava o dia no PT – e que eu não tivesse informação do que estava acontecendo? É difícil de acreditar nisso, mas foi o que aconteceu. O nosso entendimento com o PT após as eleições cessou. Eles não me chamaram para fazer mais nenhuma reunião, para me consultar sobre a formação do Governo, para pedir minha opinião, como eles tinham me pedido durante toda a campanha no Conselho Político. Então, fui obrigado a reconhecer, depois, que eles tinham razão de pensar isso de mim, porque era inacreditável que eles pudessem não estar me dando atenção. Não me deram um centavo na eleição do que eles prometeram, e aí eles não me convidaram para participar das reuniões para definir o Governo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Realizadas as eleições, a partir de fevereiro de 2003, quando o dinheiro começou a entrar, as suspeitas cessaram?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não cessaram, nunca eles desconfiaram de mim, depois que eles viram a formação do Governo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas foi o senhor que declarou.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim, mas... Não, depois cessaram. Nunca tive mais problema, porque nós recebemos o Ministério dos Transportes e começou a nossa participação no Governo, o atendimento dos nossos Partidos nos Estados. Atendemos nossos Deputados nos Estados, e nunca mais tive esse problema, porque eu não tinha o que acertar para ele o que eu não tinha recebido, para eles o que eu não tinha recebido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor acaba de entregar ao Sr. Presidente da Comissão, que me transmitiu, documentos relativos à prestação de contas eleitorais, despesas do Comitê PT, Comitê Financeiro Nacional para Presidente. O senhor apresentou a lista com os respectivos valores, mas o senhor também identifica a origem das despesas, empréstimos, serviços prestados por terceiros. Mas o senhor não tem recibos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Essa prestação de contas é do PT. Alguns fornecedores nossos estão aí, estão sendo identificados.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não acha que a sua renúncia pode ser considerada um ato de proteção, uma rede de proteção, aos Deputados do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sr. Relator, eu tinha duas opções: ou continuava defendendo meu mandato, numa lista junto com Roberto Jefferson, ou defenderia o meu Partido. Se eu renunciasse à Presidência do meu Partido, eu estaria admitindo que nós cometemos uma irregularidade no Partido, e o Partido nunca teve nada, não teve participação nenhuma no recebimento dos recursos não oficializados do PT.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Muito obrigado ao senhor.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu é que agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup>, a qualquer tempo, sabe que pode intervir para esclarecer ou fazer novas inquirições.

Eu chamo logo o primeiro inscrito, que é o Deputado Paulo Baltazar. Depois, o Deputado João Correia e, em seguida, o Deputado Fernando Coruja. É para que os três possam se preparar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, o senhor relatou na revista **Época**, fez um depoimento, e eu queria, para

economia processual, perguntar a V. S<sup>a</sup> se aquilo que está declarado na revista **Época** pode ser constado como um depoimento aqui, as palavras que o senhor disse. É verdadeiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado, pode ser considerado, porque foi gravação. Mas a revista **Época** não pôde pôr todas as minhas declarações, porque foi uma entrevista muito longa. Mas são todas verdadeiras.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor acaba de dizer que o Vice-Presidente colocou R\$1 milhão, o senhor relatou aqui. Na revista, são R\$2 milhões. O senhor disse que as malas que chegaram tinham os cheques abertos em São Paulo, eram R\$500 mil. O senhor relata R\$800 mil aqui na revista. O senhor disse que os cheques da Guaranhuns davam um milhão e alguma coisa. Na revista, o senhor afirma que são R\$3,2 milhões. Como é que o senhor justifica essa contradição?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu falei R\$1 milhão, porque foi o primeiro pagamento que as empresas do Zé Alencar, do nosso Vice-Presidente, fizeram a doação para o PT. O total de doação das empresas do Vice-Presidente José Alencar para a campanha foi em torno de R\$2,4 milhões. É que o primeiro foi em 21 de agosto. E, quando eu tentei receber esse dinheiro, pelo menos esse dinheiro que era do José Alencar, e eu não consegui, é que eu comecei a me reunir com os Deputados e dizer que não haveria recurso nenhum. Os recursos que nós recebemos, a sua segunda pergunta, nós recebemos os recursos...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quando foi a Belo Horizonte, trouxe...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só cheques, três cheques.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – ...os cheques. E o senhor falou que eram R\$500 mil, mas aqui o senhor disse que são 800 mil.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Disse. Quando chegou para trocar o dinheiro, trocaram um cheque por R\$800 mil, está escrito aqui na...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pode ter sido algum engano. Foram três cheques, dois de R\$500 mil e um de R\$200 mil.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O primeiro cheque não era de R\$800 mil, eram R\$500 mil?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quinhetos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só que lá está de R\$800 mil.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Posso ter me enganado, mas R\$500 mil.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – E a Guaranhuns, quanto dinheiro passou pela Guaranhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu recebi três cheques da Guaranhuns: dois cheques de R\$500 mil e um cheque de R\$200 mil. Agora, Deputado Baltazar, eu recebi, na época, quando reclamei para o Delúbio que eu não queria mais receber em cheque, eu já tinha recebido R\$1,2 milhão. Aí eles me pagaram em São Paulo, no mesmo período, mais R\$2 milhões, em quatro remessas de R\$500 mil...

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Mas não eram da Guaranhuns.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não eram... Eu não sabia de quem que eram.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Aqui está: “Totalizou R\$3,2 milhões, sempre em nome da Guaranhuns”.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, R\$1,2 milhão em nome da Guaranhuns.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Então, está errado o que está escrito na revista?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Está errado. Fizeram quatro pagamentos de R\$500 mil para mim em São Paulo, na época, dos cheques da Guaranhuns. Depois é que cessaram os cheques da Guaranhuns.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Então, isto aqui não confere. A lista do Sr. Marcos Valério também não confere.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Do Marcos Valério, com certeza, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O senhor já disse ao nosso Relator.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Com certeza, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O período também que ele depositou não confere?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Nós só temos registros dos depósitos no Banco Rural, de R\$1,7 milhão, os saques.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Em relação à Guaranhuns, o senhor recebeu os recursos, o senhor não conhecia a Guaranhuns, porque a Guaranhuns, se fosse o senhor que tivesse investigado, é controlada por duas uruguaias. A empresa que recebeu R\$6 milhões e tem 99% do capital da Guaranhuns é a Esfort Trading, que é ligada ao traficante de drogas mexicano Senhor dos Céus, que usava aviões de pequeno porte, transportando cocaína para os Estados Unidos, e tinha, entre 80 e 90, US\$2 bilhões. O senhor não se preocupou em levantar quem é essa Guaranhuns que estava envolvendo o PL e o senhor?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conheço a Guaranhuns, nunca tinha ouvido falar e não me pre-

ocupe também. Eu só não queria receber em cheque, porque o cheque era da SMP&B, que é uma empresa conhecida nacionalmente. Agora, vou fazer chegar às mãos de V. Exª a declaração do Marcos Valério na Polícia Federal que ele tinha um contrato entre a SMP&B e a empresa Guaranhuns.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Mas o senhor não teve nenhuma preocupação em saber que empresa era essa?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca me preocupei com a origem do dinheiro do PT.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Por quê?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca me preocupei, porque sempre foi um pessoal que trabalhou decentemente e honestamente.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Muito bem. O dinheiro que o senhor disse ter recebido foi todo colocado na campanha dos Deputados Federais do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhum centavo.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Nenhum centavo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhum centavo. Eu não recebi dinheiro na campanha.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O caixa único era para fazer material para a campanha dos Deputados?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. No início... o caixa único, sim, os R\$10 milhões que iam ser repassados. Mas, como os recursos não vieram, eu rodei material em São Paulo porque eu não tinha atingido os 5%. E a única chance que tínhamos era o Lula ganhar a eleição, porque tínhamos arrebetado com o Partido com a coligação. Arrebetamos o Partido com a coligação. Ficamos quatro anos nos preparando para fazer os 5%, e fizemos 4,3% por falta desses recursos.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Como o senhor resolveu o problema dos Deputados em outros Estados que não receberam recursos que tinham sido prometidos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eles resolveram como resolveram sempre a vida deles.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – E ficaram calmos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Me reuni aqui em Brasília com todo mundo para avisar que eles não iriam cumprir o compromisso. Tive que falar. Ninguém fica calmo numa situação dessa, o senhor sabe o que é uma campanha.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E os R\$6,5 milhões o senhor gastou apenas em São Paulo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – São Paulo e região metropolitana. Gastei em material.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Tudo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não é muito para uma campanha presidencial. A região metropolitana de São Paulo e a cidade de São Paulo têm 20 milhões de eleitores.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o senhor não mandou para nenhum outro Estado?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhum material, nenhum... Nada. Só trabalhei no segundo turno.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E trabalhou com material só para Presidente?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só do Lula. Mandava fazer *bottons*, mandava fazer praguinha, mandei fazer adesivo, mandei fazer camiseta, mandei fazer *banner*. Rodei tudo em São Paulo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E os Deputados ficaram tranqüilos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tranqüilos, mas eu tinha avisado a eles, em agosto, que eu não poderia cumprir o que combinei com eles.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor fez um acordo – se a revista *Época* está correta, como o senhor disse que está – que me parece conter três partes. A primeira parte, dar o Vice; a segunda, em ganhando, ocupar um espaço no Governo, que foi o Ministério dos Transportes; e terceira, garantir a governabilidade, por meio do apoio dos Deputados ao Governo. É correta essa avaliação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Paulo Baltazar, nós fizemos a coligação com o PT, começamos a discussão, mas nunca se discutiu dinheiro e nunca se discutiu... Nós tínhamos certeza de que iríamos participar do Governo.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, participar do Governo era...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Natural, sim; porque tínhamos o Vice-Presidente da República.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E dar apoio ao Governo no Congresso.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Todos os nossos Deputados, com exceção de um ou dois, entraram na campanha do Lula. E, no Congresso, isso nem se discutia; o Partido do Vice-Presidente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O PL tinha 23 Deputados. Em razão dessa dificuldade imensa de receber e não atendendo os Deputados e os Estados – há o relatório, a informação de que eles ficaram

chateados –, como o PL conseguiu, sem nenhuma condição, sem atender os Deputados, passar de 23 para quase 50 Deputados? Qual é o mecanismo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós, Deputado Paulo Baltazar, elegemos 26 Deputados Federais; tínhamos 23 na campanha. Nós elegemos 26 Deputados Federais. No mês de fevereiro de 2003, nós incorporamos o PST e o PGT.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E passou para quanto?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Passamos para 5,1%. Assim, passamos a ter direito ao tempo de televisão de um Partido grande, como o PMDB, o PFL e o PSDB; passamos para 80 inserções semestrais nos Estados e um programa de vinte minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E isso atraiu o restante?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim, sim; porque tínhamos tempo de televisão, tínhamos a verba partidária, podíamos ter uma estrutura nos Estados. Hoje, o PL paga aluguel nos Estados, paga despesas; despesas que não tínhamos antes para pagar antes. De que o Deputado precisa? De televisão. Nós não tínhamos televisão.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É só esse o motivo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só esse; não pode haver outro. Todos os Partidos crescem nos Governos, Deputado Paulo Baltazar – todos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quero fazer mais uma pergunta ao senhor: o PL tem algum dinheiro no exterior? Em Taiwan?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tive um centavo no exterior.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não tem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tive; nunca tive conta no exterior.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nem o PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nem o PL. Nunca remetemos um centavo para o exterior.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quanto ao episódio Taiwan a que sua ex-esposa se referiu: há alguma verdade nessa afirmação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Bobagem. Eu fui convidado pelo Governo... Há uma colônia de taiwaneses em Mogi das Cruzes, minha cidade, que produz cogumelos. Eu sempre atendi a colônia, porque eles empregavam mais de dois mil trabalhadores em Mogi das Cruzes. Em certo momento, há uns seis anos, fomos surpreendidos com uma importação de cogumelo da China. Eu trabalhei durante três anos,

apesar de não fazer parte do Governo, mas fui atendido por ele, para sobretaxar o cogumelo da China. Então, fiz uma amizade muito grande com eles. Na mudança de Governo lá, quando saiu o Partido Nacionalista, entrou um Presidente – o Presidente Chen – que era ligado a esse pessoal de Mogi das Cruzes. Então, eles quiseram me levar lá para uma visita oficial, porque eles sabiam que eu jamais teria algo com o PT. O PT adora a China. O Genoino foi à China fazer um convênio com o Partido Comunista chinês. Então, eles saberiam. E a China não aceita Taiwan; a China não aceita Taiwan. Os Partidos que têm relações diplomáticas com a China não podem ter relações com Taiwan. Então, eles jamais investiriam em nenhum partido, quanto mais no PT, porque este tinha suas posições definidas a favor da China.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – A viagem do senhor foi por causa do cogumelo? Para ver o cogumelo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Fui como convidado oficial do Governo de Taiwan.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Senadores e Senadoras, fiz uma consulta ao cerimonial da Casa que me sugeriu referir-me ao depoente como V. Ex<sup>a</sup>. Então, com a permissão da Presidência, gostaria de me dirigir ao Depoente como Excelência, pelo fato de os ex-deputados terem permissão para ir ao plenário etc.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – V. Ex<sup>a</sup> tem toda a liberdade.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Mui to obrigado, Sr. Presidente.

De certa forma o Deputado Costa Neto deu publicidade a todo esse escândalo quando fez a representação contra o Deputado Roberto Jefferson junto ao Conselho de Ética. Deu-lhe, por conseguinte, a oportunidade, no dia do seu aniversário, de fazer todas as acusações, todas as ilações. E isso redundou na sua renúncia. Assim, V. Ex<sup>a</sup> tem revelado aos poucos ao Brasil, saindo um pouco do casulo, ilustrando-os, uma série de problemas. Por exemplo: no dia 4 de julho, ocasião em que ofereceu a quebra dos seus sigilo, V. Ex<sup>a</sup> disse o seguinte: “faremos com que as investigações sigam para além do ponto em que as denúncias conhecidas serviriam aos interesses do Deputado Roberto Jefferson”. Isso dava a impressão de que V. Ex<sup>a</sup>

sabia um pouco mais e que as investigações poderiam chegar um pouco mais longe.

No discurso de renúncia, no dia 1º de agosto, V. Ex<sup>a</sup> disse aos jornalistas: “nesta semana trarei novidades para vocês”. A entrevista da **Época** foi realmente uma novidade importante, ainda que ela se refira muito à matéria da **Carta Capital**.

A primeira pergunta é a seguinte: Deputado, há algo novo, há algo mais que V. Ex<sup>a</sup> pode colocar para o Brasil?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado João Correia, o que eu penso sobre isso é que as investigações sobre o Deputado Roberto Jefferson avançaram – e estão avançando agora. Estão chamando os parentes dele. Eu nunca quis envolver um parente deles nessas denúncias. Ele está sendo convocado pela CPMI dos Correios.

O que eu penso é que o Roberto Jefferson vai ser investigado, e muitas novidades virão a respeito do procedimento e do comportamento dele. Essa era minha idéia inicial, porque eu não tenho nada para falar deste Governo. Quando eu falei à revista **Época** que o Presidente Lula sabia do acordo, eu me referi a um acordo eminentemente político e que não teria nada de mais, porque foi anunciado em todos os jornais do Brasil. Está aqui na **Folha de S.Paulo**, edição de véspera da nossa convenção. Quer dizer, é evidente que o Lula tinha conhecimento disso, mas ele jamais negociou comigo.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que essas investigações da CPMI dos Correios, quando se começar a investigar o Roberto Jefferson, que era o seu objetivo inicial, elas vão dar uma grande contribuição para o País, para que se possa ver como é que o Deputado Roberto Jefferson atuava.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Deputado Costa Neto, eu quero insistir um pouco na tese do Relator, no que concerne aos recursos recebidos pelo PL. V. Ex<sup>a</sup> tem a honra ou desonra de encabeçar a lista do Sr. Marcos Valério.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Certo.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – “Jacinto Lamas para Valdemar Consta Neto – 01”.

E V. Ex<sup>a</sup> insiste – e talvez isso tenha lhe custado o mandato –, daí a minha ilação, na proteção aos seus companheiros, no sentido de que não passou dinheiro algum para os Deputados. V. Ex<sup>a</sup> disse: “E a Bancada me pressionava, pensando que eu tinha embolsado algum. Tive de colocar os dois Deputados no pau, como já foi referido pelo Relator”.

Depois V. Ex<sup>a</sup> também comentou que o Delúbio dizia: “Valdemar, eu vou pagar. Você pode assumir com

os Deputados. Eu vou atrasar, mas pago. Assumi com os Deputados. Eu vou atrasar, mas pago”.

No seu depoimento, o Sr. Lamas, ele diz – e isso me chamou a atenção – afirmou que nunca viu qualquer credor ou fornecedor cobrar o PL. Ele chegou, inclusive, a dizer que as contas estavam em dia.

Então, eu queria que o senhor explicasse essa contradição entre o posicionamento de V. Exª e o posicionamento de seu Tesoureiro, o homem de sua mais absoluta confiança; aliás, não apenas de sua confiança, mas também de todos os Líderes e Presidentes do PL até então.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Faço uma interrupção e vou lhe conceder um minuto a mais.

Tenho compromissos externos e havia já designado, como Presidente **ad hoc**, o Senador Romeu Tuma. Todavia, enquanto S. Exª não retorna, vou convidar o eminente Senador Augusto Botelho para que assuma a direção dos trabalhos. Evidentemente, o tempo é de dez minutos. Cada um que procure exaurir a inquirição nos dez minutos. Por outro lado, peço também ao depoente que produza suas respostas da maneira mais objetiva possível.

Vou conceder dois minutos extras a V. Exª.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB - AC) – Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT - SP) – Presidente, agradeceria se pudesse dar o aviso.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB - AC) – Então, mais um terceiro minuto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, mais um minuto, mais um minuto.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB - AC) – Três minutos é bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como eu disse, convoquei para amanhã uma reunião para ouvir, na condição de autoconvidados, os Exmºs Srs. Presidentes dos Fundos Petrus, Previ e Funcep.

Tem V. Exª mais um minuto.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB - AC) – Então, entre as duas afirmações, a de V. Exª e a do Tesoureiro de confiança, na eleição, há contradição.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado João Correia, o PL não repassa, nunca repassou dinheiro para seus Deputados. O Jacinto Lamas, que é uma pessoa que sempre teve a nossa confiança, a confiança do Partido, ele não participou da eleição em São Paulo. Ele não participou da campanha. Ele só se dedicava ao Partido. Nunca cuidou de material de campanha. Eu concentrei todos esses materiais em São Paulo. Por isso, o Jacinto não participou, e é verdadeira essa afirmação dele.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB - AC) – Muito bem. Deputado, o senhor disse que o ex-ministro José Dirceu não tinha informações muito precisas sobre os quantitativos dos recursos, mas ele sabia da articulação, da negociação política, inclusive no apartamento do Deputado Paulo Rocha.

O senhor diz, aqui na revista **Época**, o seguinte: “Reclamei com o Zé Dirceu que o meu dinheiro vinha pingado, a conta-gotas. Ele disse: ‘Fica calmo que o Delúbio está arranjando dinheiro e vai resolver tudo’.” Isso quer dizer que ele, além da questão política, também se envolvia na questão financeira.

Por que V. Exª procurou o ex-ministro José Dirceu para reclamar do conta-gotas, do pinga-pinga que estava acontecendo em relação aos recursos do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado João Correia, porque ele, ou melhor, eles demoraram 18 meses para me pagar, e os fornecedores ficaram cobrando o meu pessoal em São Paulo. E quero dizer ainda mais uma coisa ao senhor: eu fui reclamar com o José Dirceu. O José Dirceu nunca entrou em detalhe de dinheiro comigo. Mas eu lhe disse: “Ministro, o Delúbio não está conseguindo honrar os compromissos de campanha comigo” - isso depois. Ele falou: “Ele está viabilizando o dinheiro. Ele vai assumir. Todos os compromissos que o PT assumiu nós vamos honrar”. Ele me disse isso.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB - AC) – Mas veja só: também na **Época**, o senhor diz o seguinte: “Delúbio, José Dirceu e Lula são a mesma família. Por que, agora, na hora da desgraça, só um vai pagar?” O senhor está se referindo ao Presidente Lula e ao ex-ministro José Dirceu como co-partícipes, que estão apenas empurrando o Delúbio para tirarem o corpo fora, como se diz no popular, desta responsabilidade?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado João Correia, quando eu passei a acompanhar a vida do PT, sempre percebi, sempre notei que a cabeça do PT era o Presidente José Dirceu.

Em todas as reuniões que fizemos, quando participava o Lula, lá estava o José Dirceu, lá estava o Delúbio, o Genoino algumas vezes e o nosso Líder na época, o João Paulo. Esses cidadãos é que construíram o PT, construíram juntos. Agora, a responsabilidade do dinheiro ficou para o Delúbio, porque nunca o Presidente Lula tocou nesse assunto comigo. Nunca. Nunca discuti recursos com o Presidente Lula; sempre com o Delúbio. Eu via que o Delúbio tinha autonomia. Foi esse o grande erro do PT, Deputado João Correia: foi o Delúbio não ter contabilizado as dívidas. Se tivesse contabilizado, não teria problema.

Eu acabei uma campanha em São Paulo, agora, devendo, mas está contabilizado.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Eles podiam ter feito uma arrecadação limpa também.

Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> assumiu, perante a Comissão, que o PL não declarou os valores recebidos. Há um duelo explícito entre V. Ex.<sup>a</sup> e o Deputado Roberto Jefferson.

Quem é que está, digamos, clonando alguém? O senhor ou o Roberto Jefferson? Pergunto isso porque ele também disse que recebeu os recursos, assumindo para si a responsabilidade. A única diferença é que ele não renunciou ao mandato. V. Ex.<sup>a</sup> está usando a mesma estratégia?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado João Correia, o PL não assumiu nada. Tudo foi feito por mim em São Paulo, pela minha pessoa física. Eu nunca passei com um centavo nem nunca recebi quaisquer recursos no escritório do PL em São Paulo; nunca fiz isso.

O grande problema é que, quando o Deputado Roberto Jefferson fez a denúncia do mensalão – essa invenção dele –, ele falou que os quatro milhões dele eram para a campanha e os nossos eram para o mensalão. Ele sabia da existência do caixa 2, mas, se ele fizesse a denúncia em cima do caixa 2, ele não ia conseguir ter a opinião pública a seu favor e inventou a história do mensalão, que nunca existiu aqui.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas, Deputado, com suspeita de recursos vindos até do narcotráfico, com esse caixa 2...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – ...nas *off-shores*, tudo isso. Com o senhor do céu, o Sr. A Guaranhuns? V. Ex.<sup>a</sup> acha que não é muito grave essa questão?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, para mim, não. Nunca duvidei da origem dos recursos do PT e quero lhe dizer que nunca recebi um centavo da Guaranhuns. O cheque era da SMP&B dirigida à Guaranhuns.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – A favor dela, que está envolvida nesse processo de narcotráfico.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas eu não conheço a Guaranhuns, nunca tinha ouvido falar.

A minha preocupação era com a origem do cheque e nunca me passou pela cabeça, Deputado, que a SMP&B, que é uma grande empresa nacional e tinha servido a todos os governos, pudesse fazer algo errado. Eu tinha certeza de que eles iam contabilizar o dinheiro depois.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Certo, Deputado. Deixe eu aproveitar o meu tempinho que está acabando.

Acho que a questão da sua ex-esposa é pessoal e só podemos mencioná-la quando isso disser respeito ao conjunto da população. Todavia, ela se refere à questão de Taiwan com uma certa firmeza, como a questão do Deputado Bispo Rodrigues, que é um dos poucos Deputados que também estão na lista do Sr. Marcos Valério e é tido como o formulador, o demiurgo do mensalão, o criador do mensalão. Então, queria que o senhor reservasse essa questão da relação com o Bispo Rodrigues e a questão de Taiwan.

Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> mesmo disse que o PT tem muita simpatia pela China, aliás como tem por Cuba, por todos os países, todas as ditaduras de socialismo realmente policial – China, Cuba etc.

Então, V. Ex.<sup>a</sup> vai a Taiwan; há uma acusação de que V. Ex.<sup>a</sup> teria recebido dinheiro para a campanha do Presidente Lula; V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o PL é um partido orgânico junto com o PT – não é o PMDB, que vem depois. O PT e o PL ganharam as eleições. V. Ex.<sup>a</sup>, por conseguinte, tem uma intimidade muito grande. Então, V. Ex.<sup>a</sup> viaja a Taiwan e retorna. Aí eu pergunto o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup>, para correr um risco desse tamanho, ou seja, de contrariar o comissariado do socialismo realmente policial, é lobista de Taiwan?

São as duas para o senhor me responder.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado João Correia, antes de Taiwan eu fui a Cuba, para ver se eu entendia melhor o PT. No final de 2002, logo depois das eleições, eu fui a Cuba.

Eu fui a Taiwan como convidado do governo daquela província. Não tive a menor preocupação. Tudo o que a colônia taiwanesa de Mogi das Cruzes me pede eu faço. São meus amigos; é gente de bem, gente séria, gente que luta.

Então eu nunca tive preocupação, e sabe por que, Deputado João Correia? Porque eu nunca me envolvi com gente desleal, desonesta; nunca me envolvi. Nunca me envolvi. Nem na política e em lugar nenhum.

Jamais pegaria um cheque, por exemplo, de uma pessoa que eu... Jamais mandaria o Jacinto ir receber dinheiro num lugar suspeito. Ele foi à SMP&B e foi ao Banco Rural, aqui em Brasília. Eu nunca faria se não conhecesse a empresa. Jamais faria isso, Deputado João Correia.

Quanto ao Bispo Rodrigues, o que posso afirmar é que o Bispo Rodrigues perdeu o comando da Igreja Universal. O Bispo Rodrigues nunca tocou nesse assunto...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Do mensalão?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do mensalão. E quero dizer mais ao senhor: renunciei ao meu mandato por causa dessas acusações do Roberto Je-

fferson, que estava envolvendo toda a minha bancada. Ele foi tão baixo comigo que ele colocou a minha ex-mulher como testemunha dele.

Eu não mexi com parente dele. Foi baixo comigo. Porque essas brigas que eu tive... Tive momentos felizes com a Maria Cristina, mas todo casamento acaba com mágoa. Sempre tem mágoas.

Se o senhor pegar as publicações de um ano atrás, poderá ver o que a Maria Cristina disse de mim: coisas piores, mas nada de dinheiro, porque nunca mexi com dinheiro, nunca fiz nada errado. Tudo o que eu fiz, fiz com dinheiro de origem, porque o dinheiro do PT, para mim, tinha origem.

E o dinheiro da SMP&B... Não era uma empresa de doleiros, ou seja lá o que for; era uma empresa séria até então.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja, por 10 minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero aproveitar a oportunidade para saudar os advogados na pessoa do nosso ex-companheiro, Deputado Battochio, que é advogado. O senhor está bem, Sr. Valdemar? (Pausa.)

Ex-deputado Valdemar, o PL não recebeu dinheiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Partido, não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Há uma diferença de dinheiro entre os 10 milhões e os 6 e meio. Os 6 e meio foram para a campanha do Presidente Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Totalmente gastos na campanha do Presidente Lula no segundo turno.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então foram recursos não contabilizados na campanha do Presidente Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade, porque eles me pagaram depois. Eu pensei que eles fossem me doar o dinheiro oficialmente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então o Presidente Lula fez uma campanha com recursos que não estavam contabilizados? Esses 6 milhões e meio não estavam contabilizados.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado, o Delúbio já declarou que fez um empréstimo de 35 milhões para pagar as dívidas de campanha. Isso não é novidade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas ele alega que não havia dinheiro para pagamento da

campanha do Presidente Lula, apenas dos Estados. Ele insistiu sempre que não havia dinheiro do Presidente Lula. Que o dinheiro era para os diretórios estaduais.

Então, nesse caso, nós temos, pela sua afirmação, a comprovação de que o dinheiro foi para a campanha do Presidente Lula.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Fernando Coruja, depois do depoimento do Duda Mendonça não restou dúvida para ninguém de que ele fez o trabalho na campanha do Lula e foi receber depois.

Isso não é o único... O PL não é... Aliás, não é o PL. Eu, a minha pessoa, não é a única que está envolvida nisso com os pagamentos não oficializados.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Era só o senhor que falava com o Delúbio ou outros parlamentares também o faziam?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só eu. Sempre conversei com o Delúbio.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E como é que era o contato, ou melhor, como houve um contato do ex-ministro Adalton e do Bispo Rodrigues, que receberam recursos? Eles faziam contato direto com o...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O ex-ministro Adalton foi candidato a prefeito de Uberaba. Ele deve ter feito contato direto com o Delúbio. Eu nunca tive conhecimento desses recursos do Anderson Adalton; nunca tive conhecimento.

Quanto ao Bispo Rodrigues, posso afirmar que este apoiou o Governador Garotinho, no primeiro turno, no Rio de Janeiro. No segundo turno, o Zé Dirceu estava insistindo muito para que ele entrasse na campanha para valer do Lula. E o Bispo Rodrigues entrou na campanha, no segundo turno, no Rio de Janeiro e me perguntou: “Valdemar, pelo menos material tem?” Falei: Não tenho. O senhor vai passar um carão, porque o senhor não vai ter nem material para trabalhar na campanha do Lula. E ele mandou rodar material lá.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Bom, ex-deputado Valdemar, o senhor disse que, ao pagar esses materiais em São Paulo, o seu pessoal é que trazia. O senhor teria o nome desse “seu pessoal”, para eles pudessem vir aqui depor, para dizerem quais são as empresas que...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não vou dar nome de meus funcionários, que não têm responsabilidade nessa história. Dou um nome para o senhor, se o senhor quiser.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas ele é que pagavam?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eles é que contratavam e pagavam. Eu estava, no segundo turno



da campanha do Lula, viajando com o José Alencar pelo Brasil inteiro.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o nome deles o senhor não pode...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – São funcionários que trabalhavam sob o meu comando.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sei.

Há uma denúncia de que o senhor teria pago ao PST e ao PGT para que eles fossem incorporados ao PL. O que senhor nos diz?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Fiz uma incorporação do PST ao PL. Ao Presidente do PST, Dr. Marcílio, dei a presidência do PL no Estado de São Paulo para fazer essa incorporação. Ao PGT dei duas vice-presidências nacionais, para o Canindé Pegado e para o Egeferson Craveiro. São dois vice-presidentes nacionais do PL hoje. E o Marcílio foi para a presidência do PL de São Paulo, do Estado de São Paulo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ex-deputado Valdemar, no depoimento de sua ex-mulher à CPMI dos Correios, que escutou uma conversa de V. Sª com o Deputado Bispo Rodrigues; que este tinha a intenção de transformar o PL no maior partido político do País; que este aumento do partido seria mediante uma operação fina. V. Sª poderia explicar o que significa essa “operação fina”?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não existe essa operação. Todos os Deputados do Bispo Rodrigues já estavam no PL a partir de 2002, já nas eleições. Não houve entrada de Deputados do Bispo Rodrigues em 2003 nem em 2004, nenhum, nenhum, dos 18 que eles tinham aqui na Casa.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o PL teve um aumento da sua bancada expressivo. V. Sª argumento que foi por causa do tempo de televisão...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – E verba partidária.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – ...e verba partidária, da mesma forma que argumentou aqui o tesoureiro Jacinto Lamas, que refuta sempre a tese do “mensalão”, que é aquela de que estamos atrás aqui. Mas há muitas evidências de que alguma forma de pagamento houve.

Por que esses Deputados, por exemplo, não foram para o PFL, PSDB, que têm muito mais tempo de televisão. Se fosse uma justificativa...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Têm tempo igual.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – ...eles iriam para onde tem mais fundo partidário.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – E divide por muito mais gente.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico. Deixa eu explicar para o senhor: Num Estado, há três Deputados do PFL, e eles têm que dividir o tempo de televisão; em outros Estados, quatro Deputados do PFL, cinco Deputados do PSDB, cinco do PMDB. O cidadão está no PL com mais um Deputado, com mais dois, e ele divide aquele tempo de televisão. O tempo de televisão partidário do PL hoje é idêntico ao do PSDB, ao do PFL, ao dos grandes partidos brasileiros.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O tempo sim, mas o fundo não.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O fundo não, mas o nosso fundo rende mais do que os outros, posso garantir. Se o senhor fizer um levantamento no TSE.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Bom, é... esse acordo que foi feito na casa do Deputado do Paulo Rocha previa repasses de recursos ao PL.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Participação no fundo de campanha.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas repasse para os Deputados dos Estados?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Dos Estados. Lógico!

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. Sª sabe que é vedado, pela Lei 9.504, o repasse de recursos de Partido a Partido.

“Art. 24. É vedado, a Partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

(...)

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;”

Então, quem recebe fundo partidário, que é o caso dos Partidos políticos, pelo art. 17 da Constituição, compulsório não pode repassar recursos a outro. E a Lei é sábia porque, senão, poderia pegar um Partido pequeno, eu sou um Partido grande e vou lá e destino dinheiro para um Partido pequeno para que ele faça o contraponto na eleição. Um Partido não pode passar recursos a outro e as penalidades são graves.

A sua história é muito parecida com a história do Roberto Jefferson. É verdade que V. Sª sempre contesta, porque as duas histórias são assemelhadas, os dois presidentes do Partido assumem que foi como pessoa física, para evitar que os Partidos e os Parlamentares sofram esse constrangimentos. Mas isso é uma coisa que tem que ser apurada, porque o próprio Vice-Presidente José Alencar diz, na revista, que o acordo era esse mesmo, que dizer, é um acordo contrário à Lei,

porque evidentemente a Lei diz que não se pode fazer isso. Mesmo que o acordo não tenha sido consolidado, parece-me que esse acordo não pode ser feito.

Se o eminente ex-Deputado Valdemar me permitisse, eu faria uma pergunta. Saiu uma nota no **Globo** de ontem que disse que V. Exª vinha aqui e estava se preparando para chorar na CPMI, porque aqui disse que só sai bem quem chora.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pelo contrário, eu não choro. Não aqui na CPMI.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Por que o que vimos aqui... E, esses dias, quase pedi ao Presidente para fazer um exame antidoping, porque muitas pessoas vêm aqui e evidentemente que tomam um Diazepan de longa ação, porque ficam aqui 15 horas e continuam sob efeito...

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, questão de ordem.

Pediria ao Deputado Fernando Coruja que fizesse as perguntas dele sem ilações ao depoente. As coisas não podem ser dessa forma, estamos mantendo um clima nesta Comissão, um clima, e que deve ser mantido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Encerrou o tempo do Deputado Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não, não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...quinze segundos, 30 segundos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, não é aparte, inclusive eu. Eu não estou aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele pediu como questão de ordem, pela ordem.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não estou aqui, é evidente que não... Aqui as sugestões, talvez a gente tivesse... Muito gente sugeriu que tinha que colocar, de repente, um detector de mentira para verificar os depoentes, muitos aqui vieram e sistematicamente.. Como ficou evidente, como ficou claro para a percepção de muita gente, não foi só minha, veio gente aqui que estava claramente sob os efeitos de tranquilizantes.

Então o Deputado... E saiu essa nota saiu sobre o Deputado Valdemar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Saiu a nota, está no **Globo**, é publica, que ele estava lá no Piantella, tomando um uísque e disse que treinava para chorar, para chegar aqui e chorar, porque aqui todo mundo que chorava saía bem, quem não chorava saía mal.

E coloco isso porque é claro que cada um aqui, e vou encerrando, Sr. Presidente, traz a sua história. As histórias, inclusive têm dificuldades, porque como a história é comum a várias pessoas, as histórias acabam sendo diferentes aqui, e é claro que muita gente não está dizendo a verdade, porque as histórias não fecham, compete à CPMI buscar a verdade. Está difícil, está difícil porque aqui todo mundo nega. Nosso propósito é o mensalão. Houve uma decisão quase uniforme no País de querer transformar isso no caixa dois de campanha, como se isso fosse uma coisa normal, assim: todo mundo faz caixa dois, o dinheiro vem de onde vem. Não é verdade isso.

Pode ser, evidentemente, que o País não seja um país de puristas, mas também daí dizer que tudo é caixa dois acho que é um pouco de exagero. Por isso que temos visto aqui uma série de depoimentos que não têm acrescentado quase nada. Hoje o Deputado Valdemar Costa Neto confirma a história que já vinha dizendo, evidentemente, elabora um pouco mais porque tira o PL da jogada. Agora, é apenas o dinheiro para a campanha do Presidente Lula. Isso precisa ser apurado, porque todos passam dinheiro e é o tesoureiro da sua campanha que faz isso, e a responsabilidade, diz a lei, é do candidato. Então as coisas se agravam termos denúncia.

Sinceramente eu não queria justificar essa pergunta. Penso que o Deputado José Divino... Ninguém está aqui fazendo nenhum tipo de coisa que não sejam pertinentes ao assunto. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar um minuto para o depoente responder.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – V. Exª disse que a minha história era parecida com a do Roberto Jefferson. Não é verdadeiro, porque o meu dinheiro tem origem. Meu dinheiro tem origem. Está aqui, no jornal, **Folha de S.Paulo**, antes das eleições, uma semana antes da nossa convenção. Em segundo lugar, não é verba partidária; é um fundo de campanha que nós constituímos para a eleição do Lula. Não tem nada a ver com verba partidária. Nós não gastamos a verba partidária do PL em eleições. É só isso que eu queria deixar claro para o senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só que a lei diz que o Partido, mesmo que o recurso seja recebido de outra forma, não pode ser repassado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, por 10 minutos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente, ilustre Relator, Sr. Depoente, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, Srªs e Srs. Parlamentares, dentre vários trechos que V. Exª, ex-Deputado Valdemar Costa

Neto, concedeu à revista **ISTOÉ**, eu indagaria a V. Sª em relação a sua reunião no apartamento do Deputado Paulo Rocha, quando V. Sª diz na confissão, à época: “Lula sabia do acordo de R\$10 milhões com o PL.”

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado José Rocha, tanto é que sabia que isso foi publicado em jornais de grande circulação no Brasil.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sabia. Lula sabia.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ele nunca negociou comigo nenhum centavo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas ele sabia dos R\$10 milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico! E ele... Está aqui nos jornais...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, eu quero saber se V. Sª afirma que ele sabia dos R\$10 milhões.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca discuti. O Lula veio naquele dia para Brasília para tentar me convencer a fazer aliança sem repassar nenhum recurso para o PL. Ele veio aqui para Brasília por esse motivo. Nós estávamos na casa do Deputado Paulo Rocha e o Delúbio me chamou para uma conversa no quarto. Nós nem conversamos esse assunto na frente do Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas ele soube do acordo dos R\$10 milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico!

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Lógico...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Natural.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Natural... V. Sª considera que o PT lhe deu um calote de R\$3,5 milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, de R\$10 milhões.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Deu-lhe o calote de R\$10 milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – R\$10 milhões, que era o nosso acordo para a campanha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E os R\$6,5 milhões que V. Sª recebeu?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Recebi parceladamente, depois, em 18 meses.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Recebeu R\$6,5 milhões; tomou um calote de R\$3,5 milhões?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Como eu não recebi o dinheiro, Deputado José Rocha, eu apresentei para o Delúbio, depois das eleições, o que eu tinha gasto na campanha. E eu nem me preocupei e nem queria gastar mais do que eu pudesse gastar, porque eu já tinha, eu estava preocupado com o recebimento. Então, nossas contas, em São Paulo, de todo material

que nós compramos, chegou a R\$6,5 milhões. Ele pagou esse dinheiro em 18 meses e acabou de me pagar em janeiro de 2004.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, V. Sª considera que o prejuízo foi bem maior, o calote foi maior?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O prejuízo para mim foi muito grande, Deputado José Rocha, porque nós não atingimos os 5%.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, eu digo em relação ao dinheiro, ao acerto financeiro em relação ao apoio.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O compromisso que foi feito na campanha eles não cumpriram, não puderam cumprir.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então eles estão devendo ainda. O senhor se considera ainda credor de quanto em relação ao Governo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nada, nada. Na eleição de 2004, eu sentei com Delúbio, com Silvio Pereira, com o mapa do Brasil na frente dos lugares que nós podíamos fazer as coligações. O Delúbio ainda falou para mim, “Valdemar, o que nós vamos precisar para isso”. Eu falei: “Nada, Delúbio. Eu não quero mais negócio de recursos com vocês, porque vocês querem assumir o Brasil inteiro e, depois, não têm como honrar.”

A única coisa que eu pedi para o Delúbio... Eu tinha um candidato a Prefeito na minha cidade, Mogi das Cruzes, e “enterrei” o meu candidato lá, em dez dias de campanha. Fizemos uma campanha mal feita na televisão. Eu precisava fazer alguns *shows*. Pedi para o Delúbio...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Muito bem. Isso aí já...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Já sabe?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Já.

A revista **Época** tem uma declaração de V. Sª num diálogo com o Delúbio Soares, onde o Delúbio diz o seguinte: “‘Fica tranquilo que eu vou mandar buscar os cheques aí.’ Passa uma hora, vem um segurança desse pessoal que mexe com dinheiro e falou assim: ‘Vim resgatar’. E me deixou o dinheiro”.

Esse pessoal que mexe com dinheiro. V. Sª se refere a doleiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A seguranças. Eram seguranças.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não a doleiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tinha conhecimento de onde eles vieram. Não a doleiro.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas V. Sª disse “desse pessoal que mexe com dinheiro”.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu quis dizer segurança.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, segurança, V. S<sup>a</sup> disse antes: “Passa aí uma hora, vem um segurança desse pessoal que mexe com dinheiro.” Era o segurança do pessoal que mexe com dinheiro. V. S<sup>a</sup> se referia a doleiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, não, nunca soube que a Guaranhuns mexesse com isso. Não conhecia a empresa. Nunca tinha ouvido falar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> comentou com o Presidente Lula ou com o Vice-Presidente José Alencar que o acordo vinha sendo cumprido. V. S<sup>a</sup> já confirmou isso. Não é isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Posso fazer uma consideração, Deputado?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pode.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quando eu fechei o acordo com o PT, o Vice-Presidente José Alencar me chamou atenção: “Valdemar, cuidado com campanha. Tudo por dentro. Fora da lei, não há salvação.” Falou isso para mim diversas vezes. Eu nunca comentei com o Vice-Presidente José Alencar que eu estaria recebendo esse dinheiro depois das eleições e estaria pagando o material que foi rodado em São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como foram pagas as campanhas do PL, Deputado?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Como?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como foram pagas as campanhas do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não entendi.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como foram pagas as campanhas do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Cada Deputado assumiu a sua campanha, como sempre.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor não ajudou nenhum candidato?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu gostaria de ter ajudado, se eu tivesse recebido os recursos durante a eleição. Depois, acabou. Avisei ao pessoal que não tinha chance.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor se considera abandonado pelo PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não me considero abandonado pelo PT. Nós temos aí... Nós nos entendemos. Por exemplo, não apoiamos a política econômica do Governo, do nosso Governo. Somos contra. Vimos que eles tinham de acabar dessa maneira desastrosa, que isso ninguém deseja para o País. Fazemos de tudo para o Presidente Lula acertar. O nosso Partido é mais fiel, proporcionalmente – pode

ver em todas as votações –, ao Presidente Lula que o próprio PT. Então, houve um desentendimento muito grande. Não é que eu me sinto abandonado, mas, por exemplo, eu não posso concordar com o País possa nove bilhões, em média, por mês, de juros. Este dinheiro, nove bilhões, daria para deixar todas as estradas do País em ordem, que estão um caos, apesar do esforço do nosso Ministro Alfredo Nascimento e apesar do esforço do Lula, mas o Lula não consegue resolver na Fazenda e no Planejamento.

Eu pensava que íamos ter outros investimentos no País, outro direcionamento. O que lamento hoje é que algumas pessoas, poucas pessoas, acham que a política econômica do Brasil vai bem. Ela vai bem para quem tem banco, para quem tem estrutura, para quem tem negócio. Eu não posso apoiar a política econômica do Governo. Não podemos apoiar uma taxa de juros dessa. Então, não é que eu me senti abandonado pelo PT. Eu vi, de cara, nas eleições, que eles iam ter dificuldade para acertar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas, no momento, V. S<sup>a</sup> se considera abandonado pelo PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, não. O PT agora... Eu não consigo... Nosso pessoal está tentando levantar as notas fiscais em São Paulo. Eles estão desorganizados, estão tentando se organizar novamente para poder tocar a vida para a frente, porque eles estão completamente à deriva. Esses acontecimentos marcaram muito a vida deles e ninguém esperava que acontecesse tanta coisa, tantos fatos que viessem a denegrir a imagem do PT. E nem eu esperava, porque tem muita gente boa no PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quando V. S<sup>a</sup> era cobrado pelos fornecedores em função do acordo feito pelo PT e esses recursos não chegavam, como disse V. S<sup>a</sup>, chegavam aos pingos, pingando, V. S<sup>a</sup>, em alguma oportunidade, levou esse assunto para o Ministro José Dirceu para que ele tomasse providências?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Falei com o Ministro José Dirceu uma vez.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quantas vezes?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Uma vez nesse assunto.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Uma vez.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu falei: “Ministro, o Delúbio não está honrando os compromissos de campanha comigo.” “Vai honrar.” E honrou, só que em 18 meses.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E aí quando V. S<sup>a</sup> levou esse assunto ao Ministro José Dirceu? Em que ano e em que mês?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foi talvez final...em meados de 2003 – julho, agosto de 2003 –, porque o meu pessoal, que tinha trabalhado na campanha de São Paulo estava me cobrando demais e eu estava passando muito constrangimento com isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> tem conhecimento do encontro que teve o Ministro José Dirceu com os Presidentes do Banco BMG e do Banco Rural para tratar de empréstimos para o PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tive conhecimento, Deputado. Nunca soube disso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas V. S<sup>a</sup> teve conhecimento de que parte desses recursos que foram pagos ao PL vieram de empréstimos bancários junto a essas duas entidades financeiras?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado, depois dos depoimentos do Delúbio, ele não me deixou dúvida. O Delúbio admitiu o caixa dois e admitiu que tinha ido aos bancos pegar dinheiro emprestado através da SMP&B. Ele falou, ele declarou, ele teve de assumir isso para poder honrar os compromissos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele teve de assumir. V. S<sup>a</sup> acha que ele assumiu isso de modo próprio.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A responsabilidade era dele. O Delúbio sempre teve autonomia dentro do PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não. O Marcos Valério assumiu isso de modo próprio esses empréstimos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não sei. Não tenho como te responder. Eu tive contato com Marcos Valério na eleição, mas foram... Nas eleições, não. No ano de 2003, mas foi muito pouco. Eu nunca tive relação mais próxima com ele. Então, quer dizer, eu não sabia da relação dos dois. Apesar de que foi o Delúbio que me apresentou o Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O Jacinto Lamas esteve quantas vezes no Banco Rural para receber recursos provenientes desse acordo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Em torno de dez vezes. Em torno de dez vezes.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Em que agência do Banco Rural?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só no Banco Rural de Brasília. Só no Banco Rural de Brasília.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de que ele assinou os recibos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Assinava o recibo e não conferia o que tinha no pacote. A função dele era só buscar, cumprir uma ordem minha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas V. S<sup>a</sup> dizia a ele o quanto ele iria receber?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não falava porque não sabia. Às vezes estava lá, a Simone falava: “Tem um pacote para você. Leva isso aqui para o Valdemar.”

Quando chegava é que eu conferia.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu já ultrapassei o meu prazo. Agradeço a tolerância por parte da Mesa e peço a reinscrição para o final.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o próximo orador inscrito. O quinto titular, Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, a sua relação com Jacinto Lamas era de extrema confiança?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Jacinto...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só me responda, eu não quero história.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim, ele era tesoureiro do PL até fevereiro deste ano.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Por isso ele buscava os recursos para V. S<sup>a</sup> nos mais diferentes lugares?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim, porque era um cidadão de confiança, de absoluta confiança.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Se o senhor mandasse o Sr. Jacinto Lamas fazer uma entrega para qualquer pessoa a seu pedido ele faria?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Nunca pedi para o Jacinto Lamas fazer isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estou perguntando a V. S<sup>a</sup> se ele serve para buscar dinheiro. Não tem problema, ele ouve. Mas se o senhor pedisse para ele levar uma caixa de fósforos para alguma pessoa ele não faria?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca terminei isso a ele.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor alega que dos valores recebidos pelo PL a contabilidade está errada. O senhor declarou na época que foi 6,5 milhões.

Fiz um levantamento. Não faço a divisão do PL entre a pessoa de V. S<sup>a</sup>, mas também do Sr. José Luiz Alves, que é do PL – era assessor do Ministro Anderson Adauto – e também do Bispo Rodrigues. Se somarmos esses valores vão bater na ordem de R\$12.237.500. É isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Recebemos R\$6.500 milhões.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Receberam R\$6.500 milhões. O senhor disse também que o PL elegeu vinte e seis, tomaram posse trinta e

um. No dia 31/12/03 tinha quarenta e três Deputados. Hoje, tem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Cinquenta Deputados.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Cinquenta Deputados.

O senhor disse que as únicas fontes de atração foram o programa e o Partido estar no Governo, pelo Vice-Presidente. Correto?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quero perguntar ao senhor se esses recursos que foram utilizados – os R\$6 milhões que o senhor declara ter recebido – foram utilizados unicamente sob o comando de V. Sª.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Unicamente sob o meu comando.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor confirma que não recebeu os outros valores.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não recebi.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Na sua campanha pessoal o senhor fez uma declaração ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Qual foi o valor de seus gastos pessoais?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quatrocentos e quarenta e um mil reais.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor usou caixa dois em sua campanha pessoal?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não usei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer, o senhor usou caixa dois para pagar as despesas do Partido em nível nacional e não usou dinheiro do caixa dois para pagar sua campanha pessoal.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não usei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E quando terminou sua campanha estava com dívidas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Gostaria de dizer ao senhor que foi dito por Lamas que parte do mobiliário de sua casa aqui em Brasília foi comprado com valores do Partido que V. Sª preside. É verdadeiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós temos uma sede do PL, onde moro e fazemos reuniões. É totalmente paga com recursos próprios. Vou entregar à CPMI....

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não tem dinheiro do Partido?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tem verba partidária.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não tem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só recursos próprios.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o Sr. Jacinto Lamas não falou a verdade?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deve ter-se enganado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Próprio do PL, não Presidente? Recursos próprios com fundo partidário.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Gostaria que não houvesse interferência de nenhum Parlamentar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Estou fazendo uma lembrança.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não aceito.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT –RR) – Deputado, vamos respeitar o tempo do orador falar. Espero que todos respeitem o tempo de quem estiver falando. Interrupção só pela ordem e justificada.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Desejo valor que V. Sª disse que manejou pessoalmente, poderia elencar três empresas, as que mais valores receberam de V. Sª, para o custeio da campanha?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não posso elencar porque correria o risco de ser injusto.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Deputado, aqui ninguém é ingênuo. O senhor pega R\$6,5 milhões larga esse dinheiro para pagar despesas de campanha e me diz que não pode nominar três empresas para as quais pagou.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não vou nominá-las.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Por quê?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque não vou fazer injustiça com ninguém.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas que injustiça? São fornecedores. O senhor os pagou. Quer dizer que não sabe para quem pagou e não pode nominar os assessores que fizeram o trabalho e vem dizer que R\$6,5 milhões foram aplicados na campanha presidencial?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foram.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não acredito. Quero dizer mais, Sr. Presidente. Quando o senhor recebeu R\$6 milhões tinha consciência de que a única fonte eram os empréstimos praticados por De-

lúbio Soares, sob seu comando, com Marcos Valério. O senhor tinha essa consciência?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tinha.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer que o senhor não tem certeza de que todos os recursos repassados a V. S<sup>a</sup> foram das contas de Marcos Valério.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Parte dos nossos recursos foram da SMP&B. Oitenta por cento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – De onde vieram os outros recursos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Entregaram-me em São Paulo, no meu apartamento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem os entregou?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Seguranças.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem representavam?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Falavam com Delúbio.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o senhor está aqui concordando, afirmando, que parte do dinheiro repassado a V. S<sup>a</sup> veio das contas de Marcos Valério. E a recursos de outras fontes que não Marcos Valério. E que o PT, certamente, o Sr. Delúbio, virá prestar contas para dizer quais são as outras fontes. Até este momento só foi afirmada nesta CPML uma única versão: que os recursos vieram do Sr. Marcos Valério para pagar as contas de campanha. O senhor acaba de derrubar essa vertente afirmada por todos. Há recursos de outras fontes que não só de Marcos Valério. Foi isso que o senhor disse.

Eu quero-lhe dizer aqui mais algumas coisas. Por exemplo: quando o senhor disse que esse dinheiro só foi usado para pagar campanha, eu fiz um gráfico aqui para medir a utilização dos recursos de Marcos Valério para os R\$12 milhões que foram repassados para o funcionário do Ministro Anderson Aduato, para o Bispo Rodrigues e para V. S<sup>a</sup>. E as maiores liberações para o PL estão justamente no início da Legislatura, quando houve um incremento na sua Bancada. O senhor teria como me explicar por quê?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O senhor me dá tempo para responder?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu lhe dou tempo, sim. Se o seu tempo for um minuto!

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quero-lhe responder com uma pergunta: como é que o PSDB, que tinha 62 deputados, em 1995, passou para 97 deputados, em 1997? O senhor me responde isso?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu lhe respondo, sim, senhor!

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Como? Como? Com mensalão?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não. Muitas pessoas, naquela oportunidade, não sou o inquirido aqui, queriam participar do PSDB e foram participar. É diferente do seu caso, completamente diferente! E vou-lhe dizer por quê?

*(Tumulto no recinto.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu peço que a claque não se manifeste aqui! Eu peço que não se manifeste, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu peço aos Deputados que não interrompam o orador! Que não interrompam o orador!

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não estou me dirigindo a Deputados. Certamente Deputados não vão fazer isso aqui dentro!

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Ele está com o direito de falar. Eu sugiro que ninguém interrompa o orador que está com a palavra.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Num segundo momento, a maior quantidade de valores foi liberada em 2003, de julho a novembro, justamente na votação das matérias mais importantes: a PEC da Previdência, a PEC Tributária e a Lei das Falências. Por que houve um interregno, e, depois, voltou com força a liberação dos recursos do Sr. Marcos Valério e de outras fontes, como o senhor disse, para o PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O PL não paga Deputados para votar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu não estou afirmando isso. Eu estou perguntando para o senhor.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu recebi R\$6,5 milhões. O senhor está-me apresentando uma conta de R\$12 milhões.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu estou-lhe apresentando a conta para a qual o Marcos Valério apresentou aqui nesta Casa, que está assinada por ele. A palavra do Sr. Marcos Valério vale aqui para nós tanto quanto a sua, Sr. Deputado, ex-Deputado Valdemar Costa Neto. Vou-lhe dizer por simples razão: se o senhor tem condições de dizer aqui que recebeu R\$6 milhões, não tem como dizer nenhuma pessoa que fez pagamento, não tem como apresentar nenhuma firma que recebeu, isso soa muito estranho! E sobram R\$6 milhões! E nós podemos aduzir aqui que certamente esses valores podem ter sido usados para o mensalão. Porque, aqui, quase tudo está sendo confrontado com provas testemunhais, alertados pelo

Deputado Roberto Jefferson, que eu não faço juízo de valor, e também por uma companheira de Partido, nossa Deputada Raquel Teixeira, que, na ocasião, afirmou aqui que foi suscitada a sua transferência para o PL, pelo Líder Sandro Mabel, mediante pagamento de R\$1 milhão e pagamento periódico de R\$30 mil mensais. Isso foi aduzido.

Nós aqui não estamos fazendo juízo de valor, nós estamos investigando. E o senhor não tem respostas para isso! O senhor não sabe para quem pagou e não quer dizer. Quer dizer, pagamentos secretos. Se é uma campanha política, por que o senhor não declara aqui para quem o senhor pagou e quais foram aqueles que receberam? Diga para nós aqui, a bem da verdade, para salvaguardar a sua posição aqui como Presidente do PL, que é um Partido que tem um Vice-Presidente que nós respeitamos. Traga para nós as evidências! O senhor vem aqui e nega, diz que não tem, que não sabe para quem pagou. Eu acho que é hora de o senhor começar, com todo respeito, Sr. Valdemar Costa Neto, trazer para nós essas realidades, porque, senão, a gente não consegue acreditar que o senhor não recebeu R\$6 milhões, que essa diferença não foi usada para outros propósitos, porque o senhor não consegue saber nem para quem pagou, nem quem levou o pagamento. Só sabe que o Jacinto Lamas foi buscar o dinheiro, mas ele, se pedisse para ele para levar o dinheiro para alguém, ele não levaria, porque é esse prejulamento do senhor ou essa afirmação sua!

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu posso responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pode responder! Um minuto para responder.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado, eu não quero criar “laranjas”. O senhor quer um nome? Eu te dou um nome: Valdemar Costa Neto. E quero dizer para o senhor, Deputado, que eu sempre admirei muito o trabalho do senhor e estou surpreso da maneira que o senhor me inquiriu aqui, dessa maneira violenta. O senhor, que foi presidente da Juventude do PDS do Paulo Maluf no Brasil, não podia me inquirir dessa maneira. Eu sempre que fui educado com todos os Deputados aqui dentro desta Casa. Era só isso que eu queria responder.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui só um esclarecimento. Não fiz juízo de valor. Peço respeito ao plenário aqui, estou com a palavra. Fui citado e peço respeito. Acho que aqui não é lugar para torcida organizada e gostaria que o Presidente do PL pedisse que os seus torcedores aqui se acalmassem.

Não fiz nenhuma ofensa a V. S<sup>a</sup>. Talvez tenha sido incisivo nas perguntas, porque é o meu estilo. Não levo

nenhuma ofensa nas suas palavras. Tudo o que fiz é um livro aberto, não tenho nada que esconder. Estou no partido que estou porque acredito naquilo que faço. Estou cumprindo o meu dever para com o Brasil, que quer a verdade. Se o senhor colaborar com o exercício da verdade, certamente o Brasil o respeitará muito mais do que quando o senhor vem aqui e não revela os fatos, o que nos deixa perplexos. Essa é a verdade. Eu esperava do senhor, hoje, aqui, que o senhor fosse revelar a verdade, dizer para onde foi o seu dinheiro, como foi feito, o que foi feito; e o senhor, certamente, teria deixado este Deputado muito feliz, porque a sua biografia teria sido preservada.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, a Deputada Zulaiê Cobra, por dez minutos.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Deputado Valdemar Costa Neto, ilustres Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, eu também esperava mais, até porque conheço sua biografia, conheço sua vida, sei que não faria nada errado, como não fez no seu passado. Então, para mim, deixou-me muito perplexa ouvir uma frase que o senhor falou, que o senhor errou, fez algo errado em nome do Partido. Isso já é uma coisa gravíssima, porque o senhor confessa que realmente fez algo errado.

E V. S<sup>a</sup> confessa também que aceitou essa prepotência, essa onipresença do nosso homem chamado Delúbio. Eu nunca vi, e até gostaria que o senhor me explicasse, como é que esse Delúbio tinha tantas costas quentes. A impressão que tenho, Deputado Valdemar Costa Neto, é de que ele falava diretamente com o Lula, com o Presidente Lula. Ele não falava com mais ninguém, porque ele tinha uma autorização nata; ele lidava com todos, com tudo, com o dinheiro de todo mundo, ele, Delúbio. É essa a primeira pergunta. O Delúbio tinha essa capacidade de mandar, de fazer, de resolver todos os problemas de todo mundo – não é só o seu caso –, de todos os Partidos, de todos que aqui vieram. Qual era essa participação do Delúbio, no meio de Genoino, no meio de outros que compõem aí toda essa... Zé Dirceu, Zé Dirceu, também vou perguntar sobre o Zé Dirceu. Mas vamos ficar primeiro com o Delúbio. O que o senhor tem para nos dizer sobre o Delúbio?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputada Zulaiê, o Delúbio tinha autonomia total para comandar as finanças do PT, antes da eleição e depois da eleição. Ele comandava... Ele era absoluto. Quando a senhora tocou no nome, por exemplo, do ex-Presidente José Genoino, eu nunca soube que o Genoino, por exemplo, participou de nenhuma negociação para discutir



recursos com alguém. E queria corrigir uma pergunta, não sei se a senhora...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Uma fala.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Uma fala. O erro foi meu, não foi do meu Partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, mas foi seu. Fez algo errado em nome do Partido, por causa do Partido.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Explico para a senhora. Eu não quis envolver o Partido nisso, no segundo turno do Lula, porque eu tinha preocupação sobre o recebimento desses recursos. Eu tinha que entrar...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Esta parte é importante: o senhor tinha preocupação.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu tinha preocupação, quando não fiz os 5%. Porque nós tínhamos feito um acordo, com todo o PL nacional, de repassar recursos para os Estados, que seria o recurso direto do caixa de campanha do Lula, e isso não aconteceu. Isso foi uma grande desmoralização para mim. Quer dizer, negocie mal, negocie mal, deixei meu pessoal na mão, durante a campanha de 2002.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora, o senhor, com a sua experiência de negócios de campanha, o senhor é um homem experiente, o senhor não acha que o PT realmente não se comportou nada bem com o senhor?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não se comportou. Não tenha dúvida disso. Não se comportou, porque compromissos a gente não assume se não puder honrar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora como é que o senhor explica isso? E essa bagunça dessa campanha que o senhor falou no começo? O senhor nunca viu uma campanha tão bagunçada como essa?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca vi. Eu explico. Todos os candidatos aos Governos do PT iam buscar recursos no PT nacional. Eu nunca vi uma situação dessa. Eu achava que aquilo... Quando eu vi isso, já no mês de julho, antes de iniciar a campanha, eu vi que isso não poderia dar certo, porque eu nunca assisti isso em nenhum partido no Brasil. Seria a mesma coisa que o Serra, candidato a Presidente da República, ter que bancar a campanha do Alckmin em São Paulo e mesmo de gente que estava no Governo. Era uma luta.

Então eu achava que aquilo não podia dar certo, mas eu esperava que, pelo menos as contribuições, por exemplo, das indústrias do José Alencar, pudes-

sem vir, que eles separassem para nós, mandassem essas contribuições. E não vieram.

E, quando o nosso vice-Presidente fez o primeiro depósito das suas empresas, eu vi que ali já estava tudo perdido e que não atingiríamos os 5%, e nós trabalhamos quatro anos para atingir esses 5%. Nossa vida estava programada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora, quando o senhor recebeu esse dinheiro, 18 meses depois, e o senhor o recebeu em parcelas, tudo em dinheiro vivo, o senhor não achava estranho o senhor receber tanto dinheiro sem comprovante, sem nada, mesmo sendo o PT, o famoso PT, o ético PT, que tinha essas bandeiras todas? Mesmo assim, o senhor, com o seu *feeling*, de homem esperto... Porque o senhor é esperto. Eu o reputo um homem esperto. Eu tenho para com o senhor esse raciocínio. O senhor não é bobo, não entra em campanha para perder, nem para levar na cabeça.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputada, eu fiquei preocupado quando recebi o primeiro pagamento, porque veio o cheque em nome da Guaranhuns, e não tinha nada que ver essa situação de incluir uma empresa de fora nisso aí. Eu não tinha entendido o motivo de eles terem feito isso, e fiquei discutindo, nos três primeiros pagamentos, que eu não queria mais receber em cheques, só se fossem cheques oficiais para o PL.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E esse cheque que o senhor recebeu tinha data?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Da época.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Da época?

E eles eram datados lá de Belo Horizonte, de Minas Gerais, de onde eles eram?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Isso é que eu quero dizer. Esqueci de falar isso aqui, já poderia ter colocado isso aqui. A CPMI dos Correios já pediu a abertura das contas da Guaranhuns, e nós vamos saber para onde foram esses cheques, porque o Marcos Valério alega que me deu seis milhões pela Guaranhuns, e não deu; deu 1,2 milhão de reais.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Marcos Valério mandou aqui uma lista, que já foi lida pelo meu colega de partido, em que consta, em 2003, 8.437.500; em 2004, 3,8 milhões para o PL. Está aqui.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – E não é verdadeira.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E totaliza o que ele falou de 12 milhões. Não é verdadeiro.

Bom, tudo o que o Marcos Valério fala sabemos que não é verdadeiro.

Agora, uma coisa também que me constrange é o senhor não falar o nome – que eu tinha escrito aqui – dos fornecedores. Porque, veja bem, Deputado Costa Neto, o senhor pagou, o senhor não tem comprovante, o senhor não tem como dizer o que recebeu, quer dizer, o senhor fala que recebeu, eles pagaram, eles podem até mentir, dizer que o senhor recebeu muito mais do que recebeu...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – ... porque o senhor não tem comprovante. Agora, se o senhor tivesse, para a CPI Mista do Mensalão, da Compra de Votos, o pagamento de algum... Não é laranja, não é fazer laranja, não, é dizer: Olha, paguei tais fornecedores.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputada, essas notas foram encaminhadas ao PT. Não estou conseguindo fazer esse levantamento agora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Foram encaminhadas ao PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foram, foram.

A maioria era de fornecedores do PT. A maioria.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor pagava com o dinheiro que vinha do PT...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, não. Eles deviam também. O Delúbio me pediu: “Não mistura com as nossas contas que eu já estou devendo”.

Então, o meu pessoal, que trabalha para mim, foi contatar essas empresas, e encomendaram material, e eles mandavam esse pessoal vir receber comigo.

Eu posso estar cometendo uma injustiça, porque eu vou ter esses dados na mão, eu tenho certeza que eu vou ter, mas eu vou demorar, porque eu não consigo...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, o senhor não vai dar hoje, mas vai conseguir?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu vou conseguir. Não tenha dúvida disso, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Essa resposta fica melhor.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É lógico.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Essa resposta fica melhor do que o senhor dizer: Não vou dar, não quero dar... Aí, fica mal! O senhor sabe que a televisão do Brasil todo está ligada no senhor. O senhor hoje tem um compromisso com o povo brasileiro, e o povo brasileiro não quer saber mais dessa história de não prestar contas. Nós temos que prestar contas de tudo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, fica melhor o senhor falar: “eu vou prestar contas”.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu vou prestar conta de tudo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – “Não é hoje, mas daqui a uns dias eu vou”.

Bom, então, para resumir, o senhor diz que o PT enganou o senhor em dinheiro e enganou também em falsidade, porque, no fundo, no fundo, depois de o PT eleito o senhor também ficou meio fora do Governo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós recebemos o Ministério dos Transportes, mas nós não fomos consultados... No dia seguinte do segundo turno, Deputada, eu não fui convidado para mais nenhuma reunião. E isso que gerou uma grande discussão. Nós tivemos esses desentendimentos com os nossos Deputados não foi por causa de dinheiro, não foi por causa de recurso de campanha, foi por causa da nossa participação no Governo, que eu não tinha informação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora me explica uma coisa: essa casa sua de Brasília já foi motivo de muita fala e de muitas outras versões. Quem pagava essa sede do PL aqui em Brasília?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu trouxe, Deputada, todas as contas que eu paguei da casa em Brasília, os cheques que eu usei, os cheques, que é de uma conta... Nós temos três contas no PL: fundo partidário, Instituto Álvaro Valle e os recursos próprios. Eu vou deixar aqui, à sua disposição, na CPMI, para a senhora poder conferir...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor não pagava nada por fora, seu.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nada, nenhum centavo, porque é a sede do PL. Nessas duas semanas...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É, porque a sua mulher, quando veio aqui, falou que o senhor pagava uma parte pelo PL e uma parte o senhor pagava por fora.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não pagava nada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor pagou de uma vez só?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu tenho todo o aluguel aqui, tudo contabilizado na verba de recursos próprios.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E aí tem a imobiliária, tem tudo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tudo, tudo perfeito.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor passou algum fax para a Marta Suplicy alguma vez?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Passei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o que era esse fax?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eles tinham desclassificado um conhecido meu para uma concorrência de lixo em São Paulo, e ela tomou providência. Mas o cidadão não presta mais nenhum serviço lá. Não conseguiu, depois, continuar com o contrato. Eles tinham sido injustos com esse cidadão nessa concorrência, eu passei o fax, ela tomou providência e teve sucesso, só que o cidadão não trabalha mais lá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está certo.

Acabou o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Seu tempo está encerrado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, eu tenho um esclarecimento a prestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não. Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor depoente Valdemar da Costa Neto passa os extratos das contas bancárias do PL, mas esse in-fólio todo não faz nenhuma referência a verbas de campanha. Aqui estão apenas as contas bancárias do fundo partidário, conta de recursos próprios e do Instituto Álvaro Valle, bancados, portanto, através do fundo partidário. Não são contas de campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O seguinte inscrito é o Deputado Luiz Couto.

Faço uma consulta: o Deputado está perguntando se podemos suspender um pouco a reunião para comermos um lanche ou se continuamos. (Pausa.)

Então, está suspensa a reunião por vinte minutos.

*(Suspende-se a reunião às 14 horas e 37 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares e localizem o nosso depoente. Gostaria que o depoente assumisse o seu lugar à minha esquerda. (Pausa.)

*(Reabre-se a reunião às 15 horas e 07 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Srªs e Srs. Parlamentares, dou por reaberta a reunião.

Informo a V. Exªs que ainda há 30 inscritos. Gostaria que os Srs. Parlamentares que se derem por satisfeitos com os questionamentos e as respostas cancelassem sua inscrição. Não é desrespeito, é apenas para que a reunião não chegue até às duas horas da manhã.

Concedo a palavra ao próximo inscrito Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, Sr. Valdemar Costa Neto, há duas acusações que o Sr. Roberto Jefferson faz contra V. Exª: uma é de que V. Exª teria recebido dinheiro para que Deputados do PL votassem nas matérias do Governo...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria aos senhores da imprensa, com todo o respeito, que, por favor, fizessem silêncio, porque o depoente não está ouvindo o questionamento do Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, solicito a V. Exª que recomece o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Será descontado em tempo hábil.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – A primeira é de que o PL receberia dinheiro, e o senhor repassaria aos Parlamentares para que votassem matérias. V. Exª já negou isso. E a outra é de que o PL teria pago a Parlamentares dinheiro para que eles mudassem de legenda para o PL.

V. Exª, na sua fala inicial, diz que recebeu dinheiro não contabilizado, que recebeu chantagens da parte do Sr. Roberto Jefferson, diz também que um emissário o procurou para que o senhor retirasse a representação contra o Sr. Roberto Jefferson. Eu perguntaria a V. Exª: alguém mais o procurou para que o senhor retirasse a representação contra o Sr. Roberto Jefferson?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Eu fui procurado no dia 7, no dia em que entrei com o processo, Deputado Luiz Couto. Entrei com o processo no dia 7 e, naquele mesmo dia, à noite, fui procurado pelo nosso Líder, o Sandro Mabel, que foi procurado por um preposto do Roberto Jefferson, Deputado Federal – e eu não gostaria de dar o nome, porque ele vai negar. E ele disse o seguinte: “Fala para o Valdemar que eu fiz mal de incluir o PL nessa lista. Eu dou um documento para ele, dizendo que eu fui injusto, que o PL não tem nada a ver com isso, e ele retira o processo no Conselho de Ética”. Porque, como o senhor sabe, Deputado Luiz Couto, no Conselho de Ética, ele não teria mais condições de renunciar.

Eu disse ao Sandro: Sandro, isso é uma bobagem, porque um documento do Roberto Jefferson hoje, depois da denúncia que ele fez ontem contra o PL, não tem validade nenhuma, não tem valor nenhum mais. O Sandro concordou comigo, e não retiramos o processo contra ele. E após isso, no recesso branco, há três semanas, antes da minha renúncia, fui pressionado por vários Deputados, e o Presidente Severino, porque não tinha Congresso, promoveu uma reunião na casa dele,

da qual não participou, não fez um comentário comigo, não fez um pedido para mim. Esses Deputados me pediram que eu jogasse uma bóia, um salva-vidas para o Roberto Jefferson, passando o processo para CPMI da Compra de Votos ou para a Corregedoria.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Que bóia seria essa?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Para ele poder renunciar.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Para ele poder renunciar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Para ele poder renunciar. Aí eu neguei. Ele já tinha sido desleal comigo, já tinha sido desleal comigo quando colocou entre as suas testemunhas a minha ex-mulher. Foi desleal comigo. Quer dizer, quis atingir a minha vida íntima. Eu nunca, viu Deputado Luiz Couto, tive preocupação em perder o mandato porque sabia que não perderia o meu mandato, porque tenho origem do dinheiro, que ele não tem, que ele diz que tem o dinheiro, ele não tem origem do dinheiro dele. Nós temos a origem do nosso dinheiro. É uma origem legal, uma origem honesta. Fizemos um acordo eminentemente político, uma situação normal e que nós participamos do comitê financeiro da campanha do Lula. Nada ilegal. E ele me ameaçava de me colocar no Conselho de Ética só com as suas denúncias. Como é que é que eu, Presidente Nacional do meu partido, ia poder defender o meu partido, porque parecia que eu estaria defendendo o meu mandato. Então, a minha opção foi renunciar ao meu mandato. Nunca tive preocupação em ser cassado. Eu tinha certeza de que, no Conselho de Ética, conseguiria provar que eu tinha origem por dinheiro e que o crime que eu cometi, volto a repetir, o caso do João Paulo, o caso de Luizinho, do Paulo Rocha, do Roberto Brandt, quer dizer, não foi um crime, foi um erro fiscal.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu ia provar isso aí.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Uma outra coisa que gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> declarou que os recursos recebidos pelo Delúbio Soares por intermédio das empresas do Sr. Marcos Valério foram em decorrência de um acordo político para composição da chapa para a Presidência da República, que repasses foram em decorrência das dívidas contraídas no período da campanha eleitoral, que não foram saldadas na época. Pergunto: o senhor considera que acordo político com dimensões financeiras entre partidos políticos têm base legal e moral? Tem algum problema de ilegalidade, de imoralidade?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca teve, nunca teve. Mesmo porque, Deputado Luiz Couto, nós participamos do caixa de campanha. O vice-Presidente, José Alencar, deu das suas empresas R\$2,5 milhões para a campanha. Quer dizer, saberíamos que, com a candidatura do vice-Presidente José Alencar, as contribuições da campanha viriam. Por isso é a situação mais natural, acordo eminentemente político que não tinha nada que ver. Fazíamos parte do comitê de campanha, nós fizemos uma aliança nacional. E é justo, esses acordos são honestos, são eminentemente políticos.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo. O PL já participou de outros acordos dessa natureza?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Em outros momentos, com outros partidos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós nunca tivemos a oportunidade de participar de uma campanha presidencial como a do Lula. E aquilo empolgou o nosso pessoal, Deputado Luiz Couto. Por isso, eu mandar fazer um material no segundo turno, porque eu estava sendo cobrado em São Paulo, principalmente na capital, que não tínhamos o material e não estávamos participando da campanha do Lula.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo. O senhor tem conhecimento da existência de acordos financeiros, políticos com questão financeira também de outros partidos? O senhor tem algum conhecimento?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhum conhecimento.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Nenhum conhecimento.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhum conhecimento.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Quando o senhor prestou aquela entrevista à revista **Época**, o senhor deu conhecimento a ela de que a matéria que o senhor estava falando já havia sido veiculada em outra oportunidade? O senhor deu conhecimento à repórter ou ao repórter nesse momento ou não?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não dei conhecimento. Eu já estava com os documentos da **Carta Capital** e eu ia apresentar na CPMI, assim como não dei conhecimento da matéria da **Folha de S. Paulo**, que foi anterior à matéria da **Carta Capital**.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo. Quando o senhor dá a entrevista, vem a repercussão na imprensa, né? E aí, naquele dia, o **Jornal do Brasil** diz que a situação do Presidente Lula Inácio da Silva, até então poupada por muitos Parlamentares, sobre a existência do mensalão e do caixa 2 para financiamento de campanha se agravou ontem. Primeiro, alguma vez, o

senhor tomou conhecimento e ouviu falar da questão de mensalão, de pagamento de Parlamentares para que eles votassem em matérias do Governo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca ouvi isso. Esse termo foi inventado pelo Roberto Jefferson.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. E quando o senhor diz que Lula sabia de tudo, também essas informações sobre mensalão...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca, nunca. O Lula nunca participou de nenhuma conversa...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – ...com o PL ou com qualquer Partido, que eu saiba, sobre assuntos financeiros.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Uma outra questão: o senhor afirmou que o PT pagou – aí quero que o senhor confirme ou não –, com malas de dinheiro, o apoio do seu Partido ao então candidato petista à Presidência da República, **Folha de S. Paulo**. O senhor confirma essa informação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não foi verdade, não é verdade essa informação.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não é verdade.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós fizemos um comitê financeiro, que nós íamos participar do comitê financeiro, que nós íamos contribuir, um acordo eminentemente político. Nunca foi comprado apoio. O PL nunca esteve à venda. Nunca fizemos uma negociação dessa e não faríamos com o PT.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E alguma vez o senhor falou de recebimento através de malas?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com licença. Deputado Luiz Couto, vou dar mais dois minutos pela interrupção, porque o tempo de V. Exª se esgotou, mas em respeito...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Muito obrigado. Porque a matéria diz o seguinte: que o senhor teria afirmado que teria recebido dinheiro, através de malas, para esse acordo. O senhor afirmou isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não foi por acordo. Só foi o acordo que nós fizemos na eleição, um acordo eminentemente político.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, não é verdadeira essa informação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não é verdadeira a informação.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. A terceira questão: o senhor, antes de receber o cheque, que tinha um cheque que era para pagamento de dívidas e que seria encaminhado para a Garanhuns, o senhor já tinha tomado conhecimento da existência dessa empresa anteriormente?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca ouvi falar, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nunca teve contato com nenhum...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tive contato. E quando eu levei o cheque para o Delúbio para ele ver, eu vi que ele ficou surpreso também.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Surpreso também?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Também.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Uma outra coisa que eu queria verificar: o senhor conheceu o Marcos Valério quando?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Em fevereiro de 2003, após nós fazermos as incorporações do PST e do PGT, que teríamos direito à verba partidária, ele veio me propor fazer todos os programas do PL e fazer um contrato anual com o PL para produzir nossos programas, para dar assessoria de marketing para nós. Fiz um contrato com ele. Nós pagamos, no mês de junho, um contrato de R\$47 mil, que eu paguei com cheque do Banco do Brasil, na época, para ele fazer a nova marca do PL, que não é essa que está aqui. Nós não aprovamos o serviço dele. Paguei e nunca mais tive contrato com ele.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o senhor, alguma vez, teve contato com a Srª Simone Vasconcelos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não conheço a Srª Simone Vasconcelos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não conhece?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A Srª Simone eu não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Alguma vez o senhor, pessoalmente, esteve no Banco Rural para receber...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca estive no Banco Rural, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, normalmente era o tesoureiro do PL que...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Delúbio me avisava...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tempo esgotado. Só responda e termina o seu tempo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Delúbio me avisava e mandava que eu me entendesse com a Simone – não eu, pessoalmente; eu pedia para o Jacinto se entender com ela – ela marcava no Banco Rural com ele.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Muito obrigado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Deputado Abi-Ackel, Sr. Valdemar Costa Neto, Sr. Presidente, vou fugir um pouco da inquirição direta, talvez para ser um pouco didático até para esclarecer um pouco mais o público sobre o que ocorre hoje aqui.

Eu concordo, Sr. Valdemar, que não há nenhuma ilegalidade, é absolutamente normal essa questão que está na **Folha de S. Paulo**. O PL diz que vai participar do caixa da campanha do PT. É um acordo político. Eu não tenho a menor dúvida de que é um acordo político. Da mesma forma retratado também, trazido isso por V. S<sup>a</sup>, na **Revista Carta Capital**, sobre o título Lula da Silva. Isso é inteiramente normal. O que não foi normal foi a operacionalização do acordo. É isso – acho – que é preciso deixar claro nesse ponto. Quer dizer, foi operacionalizado com aquilo que tem se conveniado chamar de recursos não contabilizados, que é o popular caixa dois; é o popular dinheiro por fora. Esse é que eu vejo que é o grande problema. Eu já apontei, na última reunião que tivemos aqui, e acho que ainda é mais grave, porque esse caixa dois tem envolvido recursos públicos, ainda que o PT negue e diga que não. São recursos públicos, na medida em que houve já o lançamento de operações em crédito e liquidação com o Banco do Brasil. Então, o Tesouro Nacional é que banca isso. No fundo, isso é recurso público. Então, agrava essa operacionalização mesmo com o Partido de V. S<sup>a</sup>. É uma agravante essa questão do Banco Popular do Brasil que, no meu entendimento, deve haver, é possível que haja, algum tipo de superfaturamento publicitário que no fundo venha a cobrir, através dessas empresas de Marcos Valério. Porque ainda não conseguimos verificar exatamente o que aconteceu com entradas e saídas de recursos. Eu até, Sr. Presidente, estou deixando neste momento um novo requerimento que trata especificamente dessa questão do Banco Popular do Brasil. Para mim ela é extremamente grave, porque se trata aqui de um prejuízo semestral de 38 milhões, equivalentes a um terço do capital integralizado no primeiro ano de operação. São 55% das despesas. Esse é que o grande indicador, Sr. Relator. É que foram despesas de promoção e publicidade, por uma carteira pífia de R\$20 milhões que foi feito. Quer dizer, tudo encaminha para que não tenha a menor condição, no meu entendimento, de que esse recurso não tenha de alguma forma sido alocado ao Sr. Marcos Valério, ou a uma de suas empresas, em que participasse desse esquema de ilegalidade, no meu entendimento, total. Eu suponho também que existem operações triangulares, lá fora.

Quando entra essa questão da Garanhuns, empresa que está sendo investigada pela Interpol, e acusada de transferir recursos para paraísos fiscais, outra vez volta à suposição de operações triangulares. E eu não posso, em hipótese nenhuma, de levar em consideração, na medida em que é quase impossível que se tenha uma movimentação tão grande de recursos, dentro deste País, de caixa dois. Isso é muito difícil. Só de operações feitas a valores de hoje foram mais de R\$100 milhões pelo Partido dos Trabalhadores. Aliás, neste momento, é noticiado hoje nos jornais que está sendo executado tanto pelo BMG quanto pelo Banco Rural. Se não me engano são, no total, R\$105 milhões. E isso evidentemente não pago. Vão à execução bens do PT, o que é lastimável, até para a democracia brasileira, talvez um Partido com o porte do PT ter os seus bens executados. Acho que isso é de uma extrema gravidade, e que só vai piorar. E BMG e Banco Rural vão perder 105 milhões. E dificilmente – entendo – o Partido tenha recursos para bancar essa posição. Então, em algum momento – e aí eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Valdemar, pois o senhor dizia que o Delúbio disse que iria fazer empréstimos. E efetivamente os fez. Mas, a exemplo daquilo que foi feito com o publicitário Duda Mendonça, em nenhum momento, foi oferecido ao senhor nenhum pagamento, lá fora, que viesse a facilitar isso? Estou muito na pista de que as coisas aconteceram lá fora. Em momento nenhum, isso aconteceu.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador Rodolpho Tourinho, nunca aconteceu isso, nunca me fizeram uma proposta desse tipo, nunca soube que o PT tivesse contas lá fora.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Aquela afirmação de que ele dizia “vou atrasar, mas pago” dava muito a impressão do que estaria sendo montado pelo Partido dos Trabalhadores para isso.

Não posso deixar também, dentro disso que me propus a fazer com os telespectadores, de tentar esclarecer de alguma forma, já que acho que esse sistema de perguntas não nos leva mais a muita coisa hoje, mas, é um pouco esquisito aquilo que o senhor afirma, quando estaria fazendo o levantamento das despesas que foram pagas, parte dos 6 milhões e meio...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, posso ser indelicado com V. Ex<sup>a</sup>, só por um segundo?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Claro, não é indelicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O lanche que faltou aos Srs. Parlamentares que não tiveram tempo já chegou e será para os Parlamentares

e assessores da Comissão. O tempo de V. Exª será contado por mais um minuto e meio.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado.

Enfim, que o senhor estaria levantando onde esses pagamentos teriam sido feitos nos recibos do PT, com aquilo que era a conta do PT. Que, aliás, o senhor encaminhou uma relação ao Sr. Relator de elementos do PT, e não do PL.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O que me parece esquisito isso, da mesma forma que me parece esquisito aquilo que o senhor colocou que o Sr. Delúbio não podia contabilizar a dívida e que ele deveria ter feito isso. Mas ele não podia ter feito isso, Deputado, por uma razão: porque, se ele contabilizasse a despesa, ele assinaria o atestado de crime dele, porque ele tinha a despesa e não iria ter a receita, porque era tudo por fora – era outra vez tudo por fora essa parte toda. Claro que houve uma parte por dentro.

Mas, dentro disso e dentro desse ponto que quero esclarecer aos telespectadores do Brasil inteiro, é que ele não poderia jamais ter feito isso. Ele possivelmente não fez por que não quis, ou fez até por esperteza, porque, se contabilizasse, ele estaria assinando definitivamente o crime cometido.

Então, nesse ponto, entendo – e com a negativa de V. Sª em relação a qualquer aceno de pagamento lá fora – imagino que aquilo que poderia ser feito era se buscar uma regularização. E penso muito em outra afirmação de V. Sª quando negou o recebimento do cheque. O cheque seria a possibilidade de o senhor contabilizar por dentro tudo isso. Mas, a negativa, a devolução do cheque aí é que não sei se o senhor já sabia da fama da Garanhuns ou não. E essa é uma pergunta que lhe faria. Por que negar o cheque? O cheque era a possibilidade de o senhor fazer tudo por dentro.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, quando recebi o cheque e abri o envelope vi que estava lá “Garanhuns”. Nem entendi porque mandaram, que eu tivesse um emissário ou que fosse eu mesmo na SMP&B pegar o pagamento. Na primeira vez em que ele esteve lá, mandamos para acertar a forma do pagamento, porque eles iriam pagar ao PL. Eu perguntei ao Delúbio, quando levei o cheque para ele: olha, me deram esse cheque nominal. Vi que o Delúbio não entendeu. Aí, o Delúbio foi ao telefone e falou que iria mandar resgatar o cheque comigo. E se o cheque fosse nominal para o PL, sempre tive a esperança de poder oficializar esses recursos. E não tive condições de oficializá-lo e depois ainda quis sair desse tipo de pagamento, porque eu achava que não tinha sentido de ir à Belo Horizonte buscar um cheque para receber

em dinheiro em São Paulo. Não tinha sentido aquilo. Por isso que, no terceiro pagamento, eles encerraram o pagamento com cheque e começaram a me pagar em dinheiro.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito e espero ter, de alguma forma, contribuído...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, o senhor permitiria aqui, como V. Exª está sendo didático, V. Exª falou de uma lista. É aquela que foi aprovada ontem para a convocação de vários Parlamentares e não-Parlamentares fornecida pelo Sr. Marcos Valério? Ou quando o senhor disse que só tem a lista do PT...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não, eu me referi não foi a essa lista, isso é um assunto que havia sido tratado antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor desculpa, mas é só para esclarecer, porque...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não, a lista do que o Valdemar Costa Neto encaminhou, as despesas, era a lista do PT, não do PL. Não é nada do Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – É que o Dr. Valdemar à época, o Parlamentar, disse que recebeu uma e não entregaria os colegas. Então não pode existir uma lista...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É lista de despesas, não é lista de Parlamentar, não, de forma nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Despesa operacional de campanha. É só para esclarecer.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não, é claro. Espero que eu tenha sido didático aí não só com os telespectadores, mas também o que a gente tem visto neste Brasil inteiro, com todos os ouvintes de várias rádios neste País.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpa as perguntas.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – De forma nenhuma. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Presidente, Sr. Deputado Romeu Tuma, nobre Relator Ibrahim Abi-Ackel, senhor depoente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor está me chamando muito jovem; Deputado, se eu fosse...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Desculpe. Senador. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria de ser e não ter idade para ser Senador.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Mas é. Muito obrigado.

Senhor depoente, em todos os segmentos profissionais, segmentos sociais existem os desvios de conduta. Eu seria hipócrita e qualquer cidadão seria hipócrita em não achar isso, não concordar que existem o desvio de condutas de magistrados, de membros do Ministério Público, na imprensa falada e escrita e televisada – nós temos casos de jornalistas, radialistas que já foram presos flagrados cometendo crimes de extorsão – e Parlamentares do Congresso Nacional; somos seres humanos e não estamos acima do bem e do mal, só que aquele ser humano que exerce o desvio de conduta ou que resolve viver à margem da lei, quando for flagrado, tem que responder pelo crime; é o que manda a Constituição Federal.

E sinceramente, para nós, é muito doloroso termos que inquirir e ouvir depoimento de colegas. Quero dizer que tenho amigos dentro de todos os partidos: eu sou muito bem relacionado com os colegas do PSDB, onde apóio o Governador Jatene no Estado do Pará; aqui dentro também o PPS; o Prona; o meu Partido, o PMDB; e o seu Partido, o PL. Eu tenho vários amigos dentro do seu Partido, dentre os quais posso citar Parlamentares que tenho como idôneos, como o Deputado Coronel Alves; temos também o Deputado Badu, do Amapá; temos o Deputado João Caldas; e tantos e tantos outros Parlamentares.

E começo com a seguinte inquirição: me intriga muito, Deputado Valdemar Costa Neto, que todos os depoentes falam em milhões, milhões, R\$6 milhões, R\$55 milhões, R\$30 milhões; é um festival de milhões, mas ninguém consegue explicar a origem desse dinheiro. E eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que declarasse a informação: onde era a fonte do Sr. Delúbio Soares? Onde era a fonte do dinheiro do PT? Era o Tio Patinhas que mandava esse dinheiro? Era uma Casa da Moeda clandestina? Era um Muammar Kadafi? Era... Quem é que mandava esse dinheiro? Hugo Chávez?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O que se chama de guitarra.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Certo. As Farcs? Os narco-guerrilheiros da Colômbia? Eu queria saber a origem do dinheiro, Deputado Valdemar. Da onde vem todo esse dinheiro? O povo brasileiro, todos nós queremos saber da onde vem esse dinheiro. De onde vem essa fonte desse dinheiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – As campanhas, Deputado Wladimir Costa, são muito caras no

Brasil, muito caras, são caríssimas, e o Senado e a Câmara agora estão estudando uma maneira de diminuir esses gastos. Quando um cidadão que tem uma campanha presidencial ou ao governo de um Estado ou talvez até ao Senado, que eles tenham esses gastos, eles têm que acompanhar os gastos dos seus adversários, porque os próprios correligionários nos cobram: “Oh, estão fazendo *show*, você não está fazendo, tem que levar um *show* para o meu pai e tudo o mais”. Então sempre houve um grande gasto e um grande custo nas campanhas no Brasil. E eu disse isso aqui no começo, Deputado Wladimir Costa, que todos nós temos problemas com as nossas prestações de conta, porque o senhor tem um fã numa cidade lá de Santarém...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu concordo: complexidade para prestar conta, concordo plenamente.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É difícil.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Concordo plenamente.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O cidadão, o senhor chega lá: “Está aqui, olha, Wladimir, olha, fiz aqui para você esse empréstimo. Eu estou-te apoiando e tal” e distribui. É obrigado a declarar. Isso não importa se é um papel ou se é um milhão de reais, ou milhões de estrelas, ou de *botons*, ou seja lá do que for. Então é de difícil controle. Então, quando vi a campanha, eu via o sacrifício que eles estavam passando no comitê nacional, porque fiz parte, como já disse, do conselho político e eu via como eles ficavam aflitos para tocar campanha nos governos do Estado. Quer dizer, dava para perceber que isso não podia dar certo, porque era um fluxo muito grande de gente em São Paulo, querendo recursos para as campanhas.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O PT declarou em sua campanha presidencial somente R\$21 milhões, o senhor concorda com isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – R\$21 milhões no comitê do Lula, mas tem mais R\$19 milhões que eles gastaram...R\$ 40 milhões.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – R\$40 milhões.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas não é muito.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Deve R\$14 milhões a Duda.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas aí é que está, você não consegue fechar conta, você não consegue fechar conta; e é por isso, tive dando exemplo aqui do Eduardo Azeredo que é um homem de bem, de respeito, Presidente do PSDB, um homem conceituado. Tem oitocentos e tantos municípios no



Estado dele; como é que ele vai controlar o serviço da tesouraria?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Deputado, gostaria que V. Exª fosse um pouco mais objetivo, só temos dez minutos. Vou contar com a complacência do nobre Senador, com os dois minutos.

Pergunto a V. Exª, como senhor explica as atitudes da sua ex-esposa Srª Maria Cristina Mendes Caldeira contra V. Exª., inclusive comparecendo como testemunha do Roberto Jefferson.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tive momentos felizes com a Maria Crisitina, mas as separações, na maioria das vezes, deixam mágoas dos dois lados. Ela se dispôs a ser testemunha do Roberto Jefferson contra mim. Não posso falar mal e não devo falar mal de mulher, principalmente de mulheres e de quem viveu comigo...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Vai ver, então, Deputado, que V. Exª é um divorciado ainda apaixonado. Quem sabe tem um amorzinho para Dnª Maria Cristina no coração. Dizem que o verdadeiro amor nunca morre, apenas adormece.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Wladimir, é evidente que gostei dela, porque era casado com ela, mas isso acabou e ficaram mágoas. Pensei que esses mágoas tivessem passado, mas não passaram ainda.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Está certo.

Por que o Deputado Roberto Jefferson denunciou o mensalão, se este, segundo os depoentes nunca existiu? Da onde vem, por que veio e por que o Deputado Roberto Jefferson insiste em dizer que houve mensalão? Não no PTB, mas dentro do PL.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O dele não é mensalão, só o do PL é que é mensalão. O dinheiro dele não era para mensalão.

Acontece que o Roberto Jefferson é um cidadão extremamente inteligente, ninguém pode negar isso, se ele usasse a inteligência dele para o bem ele já era governador do Rio de Janeiro, podia disputar uma Presidência da República, acontece que ele usa a inteligência dele para o mal; e é um artista, ele sabia do caixa-2 das campanhas, mas ele sabia que isso não ia dar repercussão que ele precisava. Ele inventou esse termo mensalão, inventou o termo e conseguiu emplacar o caixa-2 de campanha, que não é só do PT, são de todos os partidos aí, praticamente, que estão envolvidos; todos os partidos têm denúncia de caixa-2.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Deputado Valdemar, o seu partido, PL, através do Líder Sandro Mabel foi acusado, pela Deputada Raquel Teixeira, de que foi acedida pelo Líder Sandro Mabel – não

apresentou prova alguma, não temos documentos, fitas, filmagens, não temos exatamente nada; tenho muitos amigos dentro do PSDB -, mas as provas apresentadas foram um tanto quanto muito frágeis. Não sei o que a levou, também não vou dizer se são sérias, se são verídicas ou inverídicas as tais acusações. V. Exª teve informação se realmente o Deputado Sandro Mabel ofereceu R\$1 milhão, aqui dentro desta Casa, para alguns Deputados que estão em dificuldades financeiras, mas R\$1 milhão e R\$30 mil por mês, tem fundamento, V. Exª ouviu falar? V. Exª autorizou o partido a repassar esse dinheiro ao Deputado Sandro Mabel para pagar aí a compra da Deputada?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Wladimir Costa, o PL nunca pagou a Deputados, nunca houve essa proposta do Sandro Mabel para Deputada. Ele propôs para Deputada tempo de televisão, espaço na TV; nunca houve essa proposta. Porque a imagem da Deputada Raquel é muito boa. Não entendo por que ela levou isso adiante, porque quando se tem uma acusação contra uma pessoa, nós temos que ter prova.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – É claro. Se isso virasse moda aqui dentro; alguém apontasse para qualquer parlamentar: – Te ofereci dinheiro. E não provasse. Fôssemos cassados. Não ia sobrar ninguém aqui dentro da Casa.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Wladimir Costa, qualquer um de nós aqui que somos da vida pública, conhecemos as dificuldades por que passa o povo brasileiro e o que é dinheiro, R\$1 milhão?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Quer dizer, para mudar de partido recentemente...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Sandro Mabel está sendo injustiçado pela denúncia do Roberto Jefferson, porque foi incluído na lista por ele.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Como o senhor define atualmente a conduta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva? O senhor continua com a sua mente fixa de que o Presidente não tem nada a ver com a indústria do mensalão, com a compra de votos, é um homem íntegro, um homem sério e, acima de tudo, honesto e digno do anseio do povo brasileiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Continuo. O Lula é um homem honesto, um homem de bem, um homem de respeito. Tudo isso foi feito sem... O caixa dois... Nunca existiu o mensalão. O problema do dinheiro não contabilizado, não oficializado, seja lá o que for, aconteceu sem o conhecimento dele. Tenho certeza disso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Houve algum relacionamento promíscuo de V.Sª com rela-

ção a dinheiro, a lavagem de dinheiro e dólares com o Deputado José Dirceu?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca. Nunca houve isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Algum tipo de diálogo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca, nunca conversei com o José Dirceu esse assunto.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Deputado, o senhor ou o seu Partido têm algum relacionamento com o Toninho da Barcelona?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca. Nunca tinha ouvido falar.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Em Toninho da Barcelona?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – E a questão desses bilhões de dólares depositados em paraísos fiscais – parte deles foram para pagar Duda Mendonça, como ele declarou –, o senhor tinha informações sobre esses milhões de dólares depositados em paraísos fiscais por parte do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado, eu pediria a V.Exª para encerrar que o tempo já se esgotou.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Irei concluir, Sr. Presidente.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tive essa informação. Nunca tive essa informação. Achei que o Duda... Achei que eles não deviam um centavo para o Duda. Foi uma surpresa para mim quando soube dessa dívida.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Eu que agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Gastão Vieira por dez minutos, por favor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, o senhor afirma que não tocou nesse dinheiro. Quem recebeu foi V.Exª. V.Exª recebeu o dinheiro, não distribuiu. Pagou faturas correspondentes à campanha. O Deputado Roberto Jefferson, a quem V.Exª atribui toda essa crise que estamos vivendo por acusações contra a Liderança desta Casa, sem base, falsas, também afirma que ele recebeu o dinheiro e não distribuiu. Gostaria de fazer uma pergunta a V.Exª: é uma coincidência, é uma estratégia jurídica ou é a maior comprovação de que não existia mensalão nesta Casa?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Gastão Vieira, o PL nunca pagou nenhum Deputado. O PL – eu principalmente, quero dizer, porque a responsabilidade de pagar essas contas de São Paulo foi minha –, o PL tem origem para o seu dinheiro, conforme pude comprovar aqui. O Roberto Jefferson, não. O Roberto Jefferson declarou, chegou a declarar que queria cobrar de cada empresa R\$400 mil por mês para o PTB. Fiz um levantamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Nesse período em que ele foi Presidente do PTB, ele teve R\$200 mil de doação para o PTB. Quer dizer, esse dinheiro que ele dizia que era para o Partido não era verdadeiro, não era verdade. Criou essa história do mensalão e envolveu mesmo os que não estão sendo denunciados. Quer dizer, desprestigiou o Congresso. A nossa situação já não era boa. Quando as coisas não vão bem no País, o Congresso sempre paga caro por isso. Com isso, ele envolveu o Congresso Nacional inteiro. Quando um inimigo nosso – não é o meu caso, porque ele me envolveu diretamente – quer acusar um Deputado, pode ser de qualquer Partido, a primeira coisa que ele fala é o mensalão, mas isso está sendo descaracterizado. O Roberto Jefferson, que era um artista há trinta dias, virou um ídolo nacional, mas já temos pesquisas, já temos informações de que ele está caindo vertiginosamente e vai pagar caro pelo que fez.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu queria perguntar a V.Exª – o meu objetivo aqui na CPMI é o mensalão, eu não fujo desse objetivo, meu papel aqui é descobrir se o mensalão existiu, quem o recebeu o use ele não existiu...

O Sr. fez uma afirmação de que houve um tempo enorme de 18 meses para que o PT cumprisse o acordo feito com o PL, não sei se fez com outros partidos. Isso foi pago fora do período da eleição, anos subsequentes.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foi.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Exª afirma que isso é que deu origem a questão do mensalão porque apareciam recursos na mão dos partidos se referiam a despesas de campanha e que o partido não cumpria. Como exemplo disso, o Sr. informou que o PT era um partido desorganizado, a campanha era de uma desorganização absoluta, os recursos não eram contabilizados e queria lhe perguntar a quem o sr. atribui essa desorganização na campanha do PT que acaba gerando essa consequência que estamos vivendo. Se era um partido que já tinha disputado 2 eleições presidenciais por ser um partido de trabalhador, provavelmente, os seus financiadores de campanha seriam objeto de uma curiosidade geral.

Gostaria de lhe perguntar, nobre ex-deputado Valdemar da Costa Neto, a quem o sr. atribui essa confusão, essa desorganização, essa centralização toda na mão do Delúbio, enfim, que acaba gerando essa história do mensalão – paga depois, fora do prazo, as pessoas ficam sem entender por que aquele dinheiro estava chegando no partido tanto tempo depois das eleições.

Queria que V. Sª me respondesse.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Gastão Vieira, o PT sempre foi o partido mais organizado que conheci. Composto de gente da mais alta qualidade e da mais alta qualificação, por isso, chegaram à Presidência da República.

Como pude ter a oportunidade de fazer parte do Conselho Político do Lula, da Campanha Presidencial do Lula, tive a oportunidade de observar a campanha. Nunca vi nada parecido na minha vida. Quando digo nada parecido era dos candidatos ao governo do estado que iam no PT para conseguir recursos. Isso não pode dar certo, o sr. é um homem experiente, o sr. sabe que o sr. tem a sua campanha para governador no estado do Maranhão, mas que não tem nada a ver com a campanha presidencial, pois são comitês separados. Eles tinham comitês separados mas com a empolgação da aliança que foi feita, de eles terem o vice como José Alencar – não estou dizendo que foi por causa do José Alencar que eles ganharam a eleição, mas o José Alencar ajudou demais. Eles viram a possibilidade do Lula ganhar a campanha e aquilo cresceu, cresceu e eles perderam o controle total dos gastos e foi por isso que aconteceu esse episódio todo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não vou cansá-lo, o objetivo como já lhe disse é a questão do mensalão e só para terminar a minha intervenção, eu quero lhe perguntar: houve mensalão? Por que o sr. afirma que não houve? E, acima de tudo, o que se pode tirar de toda essa confusão, na sua experiência de líder de um partido, para que esses fatos não venham a ocorrer novamente?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Gastão Vieira, posso garantir para O SR. que não houve mensalão. Que na experiência que posso tirar e que muita gente diz hoje, é que o PT pudesse não estar preparado para assumir o governo porque todos nós sabemos que o PT tem quadros da mais alta qualificação. Foram se desentendendo entre eles e acho que tudo começou, a parte política, com a eleição do Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara.

Não sei se respondi sua pergunta.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Sª levanta uma questão também que muitos aqui têm curiosidade. Por que a eleição do Severino causou,

do Deputado Severino, desculpe, nosso Presidente, causou esse desentendimento na base do Governo aqui na Câmara?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foi uma divisão muito grande. O Severino ganhou, Deputado Gastão Vieira, no primeiro turno por apenas 13 votos do Virgílio Guimarães. Então, foi um desentendimento, foi uma má condução, o Genoíno, em certo momento, chegou a me ligar, eu como Presidente do partido: “Precisamos discutir, vou me reunir com os Líderes na Câmara, para a gente discutir qual é o nome que tem mais possibilidade de ganhar a eleição, e isso não foi tocado para a frente. Eu acho que isso prejudicou demais o PT, acho que começou aí o racha dentro do partido, o racha dentro do Governo, essa mudança, por exemplo, o José Dirceu, por exemplo, na minha opinião, que tinha o comando da Casa Civil, a gente sabia que ele tinha o comando sobre a área do Palocci, isso já era um estrago no Governo, ele acertava de passar um recurso para um Estado, uma bobagem para uma Santa Casa, e eles não mandavam o recurso. Uma bobagem para uma prefeitura, isso faz falta para a gente, o senhor sabe disso, para ajudar um prefeito que não tem dinheiro, e a saída do José Dirceu foi pior ainda, foi pior ainda para nós, que somos da base do Governo, foi muito pior, porque, agora, até eles conseguirem engrenar o Governo novamente, isso não se faz em um, dois, três meses.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Só pegando o gancho, vou terminar mesmo.

O Deputado Roberto Jefferson declarou que uma das razões da vitória do Presidente Severino e da paralisação da Casa, da não votação, da pauta não andar era exatamente porque o mensalão tinha secado a partir da denúncia que ele fez ao Senhor Presidente da República.

Eu queria ouvir a sua opinião, Valdemar, ex-Deputado, ex-Líder de um partido que tem 50 Deputados nesta Casa, é um partido importante.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado, com as denúncias, o mensalão teve tanta repercussão, teve uma repercussão que não era esperada por ninguém. Eu, quando li a matéria na segunda-feira, no dia 6 de junho, eu fiquei chateado, mas não fiquei preocupado porque eu não sabia que ia ter esse desdobramento. E aquilo mexeu com o País, o caso do mensalão, mexeu com o País e desmotivou os Deputados Federais, desmotivou as Bancadas. Se o senhor verificar, o número de frequência aqui em Brasília diminuiu, o número de telefonemas aqui para Brasília, para os gabinetes diminuiu, porque isso, enquanto estivermos nessas apurações que precisam ser feitas, o Congresso fica parado, e tudo começou no dia seguinte

à denúncia dele, ele não pode dizer, por exemplo, que o mensalão acabou com a denúncia dele, porque, por exemplo, o último recurso que nós recebemos da campanha de 2002 foi janeiro de 2004. Em 2004, o ano todo, não recebemos mais nada, nem no ano de 2005, não sei se os primeiros meses que ele fez a denúncia dele. Então, nós tínhamos a origem. Ele teve o problema do Maurício Marinho, todo nós sabemos disso, os políticos, que ele foi, quando apareceu o problema do Maurício Marinho, dos R\$3 mil, o Roberto Jefferson foi para o Rio de Janeiro, encontrou com um amigo meu de São Paulo, foi vaiado no aeroporto, entrou numa **bombonière** onde tinham 5 pessoas, as 5 pessoas saíram da **bombonière**, ele veio no José Dirceu e falou: vou ser cassado e vou perder a Presidência do PTB. O que você pode fazer para mim? O que o Roberto Jefferson podia fazer para ele? Nada. Aí, ele chegou fez a denúncia no domingo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Muito obrigado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia. Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Uma permuta com o Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas V. Exª deu para ele?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Eu continuo inscrito em 15º lugar no lugar dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deixe-me verificar aqui.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Está inscrito Daniel Almeida, que, por permuta, José Carlos Araújo.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quem fala agora?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – José Carlos Araújo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, José Carlos Araújo fala, e V. Exª vai para 15º. Perfeito.

Então, José Carlos Araújo por permuta com Daniel Almeida.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente dos trabalhos, Senador Romeu Tuma, nobre Relator, Deputado Valdemar Costa Neto, ex-Presidente do PL, Srs. Advogados, muita coisa ouvi aqui, Deputado Valdemar, algumas me estarreceram, lógico, e vou começar com uma pergunta que um Parlamen-

tar falou sobre a Deputada Rachel Teixeira e Sandro Mabel. Quem é do PL, conhece Sandro Mabel, sabe que isso não é possível. Aliás, até fiz um comentário neste instante. Saímos todos para fazer um lanche e o Sandro Mabel não tinha dinheiro para pagar o lanche e nós tivemos que pagar. Então, realmente o Sandro Mabel é um cara difícil de dispor desse dinheiro. E o senhor afirmou que o PL não deu um tostão para isso. Não é verdade? Então, eu para mim estou convencido exatamente que eles estão fazendo uma grande injustiça com o Sandro Mabel.

Mas, Deputado Valdemar, V.Exª colocou, aí, claro que o dinheiro usado foi para pagar os trabalhos que mandou fazer do segundo turno e que essa coisa foi entregue exatamente no Estado de São Paulo e na região metropolitana de São Paulo.

Aí, o Relator colocou algumas perguntas e as coisas não ficaram claras. Depois, com o desenrolar das conversas eu entendi perfeitamente que V.Exª pagou, encomendou propagandas, camisetas, livretos, essas coisas todas e, no fim, pagou. Porque, claro, para mim ficou claro isso. Ninguém vai entregar mercadorias e ao entregar mercadorias, a nota fiscal acompanha a mercadoria que entregue aonde tem que ser entregue a mercadoria, que é – que foi pelo que eu entendi – nos comitês do PT, nos diversos Municípios e no Estado de São Paulo.

Agora, a fatura é outra coisa. Então, as pessoas vieram cobrar as faturas e o senhor pagou essas faturas.

Pergunta que lhe faço: não há demérito. V. Exª não pediu nenhum recibo? E não lhe deram nenhum recibo de dinheiro que recebeu. Então, não podia passar recibo de um dinheiro que não pagando. Logo que as notas fiscais foram entregues ao Partido dos Trabalhadores. E pelo que eu entendi, o senhor está procurando essas notas para bater com os recursos, os seis milhões e meio que desembolsou. É isso? É verdadeiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdadeiro, Deputado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Deputado Valdemar Costa Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado, só permite só. desculpa, mas as notas existiram, Deputado?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eles entregavam as notas pelas informações que nós temos no pessoal no PT...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foram registrar as notas.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque nos fornecedores do PT, nós procuramos...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A mercadoria seguia o destino sem nota, então?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Alguma coisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpa, Deputado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas é verdade. É verdade. Isso que nós estamos levantando...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O importante é a parte fiscal.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – ...porque nós temos quase certeza que essas notas foram entregues no PT. Isso eu vou conseguir levantar. Eu tenho que conseguir levantar porque eu vou ter que explicar na Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Mas a empresa que forneceu o senhor não pode pedir segunda via para ver se existe ou não?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu estou atrás disso. Eu não tenho segurança nas empresas. Que eu tenho que levantar junto ao PT as empresas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Senador Romeu Tuma, V. Exª só faz engrandecer as perguntas que faz. Logicamente que, com isso, eu sei que V. Exª vai me compensar no tempo.

Mas, Deputado Valdemar, o senhor falou também na tentativa de uma acordão. Quem estava envolvido nessa tentativa? Quais os termos da proposta do acordão? De quem partiu a iniciativa de fazer este acordo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A iniciativa partiu do Roberto Jefferson com Deputados do PTB que vieram me propor para que eu jogasse um salva-vidas para ele. Salva-vida se eu retirasse o processo do Conselho de ética e mandar o processo para a CPMI, ou mandar para o Presidente, ou iria para a Corregedoria ou para a CPMI que estava sendo criada da Compra de Votos. Esta CPMI. E houve uma insistência nesse período. Eu vi que comecei a ficar mal também com esse pessoal, com essa gente, todos esses Deputados que estavam com um problema.

Hoje, o PTB tem um problema muito grande com o Roberto Jefferson. Porque o Roberto Jefferson tem demonstrado reações estranhas. Basta dizer de um Deputado, hoje, como Roberto Jefferson, de fazer uma palestra, na USP, não pode está bem da cabeça. Porque não pode estar bem da cabeça. É um lugar que nem um...Não precisava ser Roberto Jefferson, não. É muito difícil receberem alguém, lá, hoje. Por quê? Porque essa rapaziada está revoltada com tudo que está acontecendo aqui. E é natural. Então, o Roberto Jefferson ficou furioso quando viu que eu não ia retirar o processo contra ele no Conselho de ética. E aí

começou a me ameaçar, que ia mandar uma lista de Deputados para o Conselho de Ética, que o Martinez, Presidente do PTB, assinaria o que ele quisesse. E eu não tinha mais como defender o meu mandato e defender o Partido. Eu tinha certeza do que estava falando. Eu estava seguro, porque eu tinha a origem do dinheiro, mas tudo que eu falava parecia que eu estava fazendo para defender o meu mandato.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Entendi, Deputado.

Parece que tanto o PTB quanto o PP alegam que grande parte do dinheiro recebido de Marcos Valério era destinado à campanha de 2002 ou 2004. E o PL quanto recebeu? De quanto foi o acordo? Se não recebeu ajuda do PT, explique os motivos.

Eu já ouvi as explicações diversas que o senhor deu, mas eu queria ver nessa seqüência, exatamente nessa seqüência.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Campanha de 2002.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Isso. 2002, isso.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós fizemos um comitê financeiro e se imaginava que iriam entrar quarenta milhões. Nós dividimos proporcionalmente ao número de Deputados. Eles tinham 60 Deputados, 59, e nós 23. Então, ficariam 25% dos recursos arrecadados para a campanha para o PL.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Pelo número de Deputados?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pelo número de Deputados, foi assim que nós fechamos.

Eu tentei, eu tentaria conseguir um recurso maior para os nossos Deputados, porque a verticalização, no nosso caso, foi um desastre, porque já tínhamos acertado, com todos os Estados, que íamos apoiar o Lula, mas que nós liberaríamos as coligações nos Estados. E aí, com a verticalização, aquilo acabou com a campanha dos nossos Deputados. E aí nós vimos que não íamos conseguir atingir os 5%, que isso era muito importante para todos nós.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Aliás, a verticalização pode ser um desastre, mais uma vez, para todos os partidos.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Agora, o PL, prometido dez milhões, recebeu seis milhões e meio?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Seis e meio.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Veja bem, tem alguns Deputados, que foram citados, que receberam, saiu uma lista aí que um recebeu tanto,

um recebeu logo cento e vinte... Na verdade, esses Deputados alegam que esse dinheiro também não chegou a eles. Tem Deputado que diz: bom, eu recebi o dinheiro, mas não foi tanto, está acusado aí. Na lista do Valério aparece uma quantia a maior.

O senhor não acha que usaram o nome dos Deputados e de outras pessoas e parte desse dinheiro desapareceu exatamente para essas pessoas que estavam distribuindo o dinheiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tudo é possível, Deputado José Carlos Araújo, tudo é possível. O grande problema é saber que grau de confiança que tinham os sócios de Marcos Valério e que grau de confiança que tinha o Delúbio no Marcos Valério, porque dos seis milhões e meio que nós recebemos nós só assinamos um milhão e setecentos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Porque o próprio Roberto Jefferson diz que recebeu um dinheiro e aparece outra quantia. Aí a menor. Aí a menor.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade. É lógico.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Por que tem no sacado aí dois milhões, seiscentos e quarenta e oito e alguma coisa, se não me engano, não sei os números precisos, mas ele diz que recebeu quatro. Bom, favorece a ele ter recebido a ele ter recebido quatro, não é verdade? Dos outros Deputados, de outros partidos, é o inverso. Aparecem o nome dos partidos e dos Deputados com uma quantia maior, quando, na verdade, o recebido foi a menor. Alguém ficou com parte desse dinheiro aí não contabilizado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não é verdade?

Qual a participação do ex-Presidente José Genoino nestas negociações?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – José Genoino nunca discutiu recursos com ninguém, que eu tenha conhecimento. Sempre cuidou somente da parte política. Eu tive muito contato com o Genoino, não na eleição de 2002, mas na eleição de 2004, em que ele era o Presidente do PT. E era um Presidente aplicado, dedicado, um exemplo como um trabalhador.

Não sei explicar como foi acontecer esse desastre na vida do Genoino, das questões do irmão dele e tudo o mais. Mas o Genoino nunca tratou de dinheiro dentro do PT. Isso, Deputado José Carlos Araújo, o senhor pode perguntar para qualquer dirigente, para qualquer Deputado do PT, que vai confirmar o que eu estou falando.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Deputado, só para concluir no minuto que o Senador

Romeu Tuma vai me dar. Entendo, pelo que V. Exª disse, que logicamente ficou com mágoas da Srª Maria Cristina. Mas a mágoa não foi agora, por ocasião do depoimento dela ao Conselho de Ética. Há um ano, na ocasião da separação, ela falou de V. Exª, mas não tocou em assunto de dinheiro, que viu dinheiro. Quando ela procurou dividir as coisas com o Sr. Valdemar Costa Neto, ela não falou em dividir o dinheiro que viu no cofrão ou que diz ter visto no cofrão, o que era justo. Já que ela estava reivindicando metade do que Valdemar Costa Neto tinha, ela deveria, se havia dinheiro, ter pedido parte desse dinheiro que viu. Ela não tocou, pelo que vi e ouvi, em recursos, em hipótese nenhum, hora nenhuma. Só se falou agora em dinheiro agora, quando estourou essa história.

Não se deu muito crédito a isso porque....

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma-PFL-SP) – Gostaria que concluísse, nobre Deputado, por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Vou concluir, nobre Senador. Com relação a uma pessoa que foi casada com outra e que se oferece para depor contra o ex-marido, não podemos dar crédito a ela. V. Exª tem toda razão: de mulher não se fala. Se não pode falar bem, não deve falar mal.

Está de parabéns por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, por dez minutos.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Deputado Costa Neto, eu queria saber o que V. Exª pagou com os R\$6,5 milhões que alega que recebeu.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Material de campanha.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – De quem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do Lula, no segundo turno.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Quer dizer, todo esse dinheiro foi gasto com campanha do Presidente Lula, com o PT.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, a eleição em São Paulo estava difícil. Nós lá oito milhões de eleitores e o Lula ganhou por cem mil votos do José Serra. Durante toda a eleição, eu recebi cobrança dos nossos diretórios, dos nossos correligionários, dos nossos companheiros. Eu não conseguia retirar uma camiseta, eu não conseguia retirar um papel, um adesivo, no Diretório do PT, para o pessoal do PL.

V. Exª sabe como é interior e mesmo a capital, ou seja, você tem lá o Diretório do PL e o Diretório do

PT. O PT tem material e nós não temos. Quando eu vi que nós não íamos fazer os 5% e não fizemos, fizemos 4.3%, a minha esperança era que o Lula não perdesse a eleição. Eu fui falar com o Delúbio: Delúbio, eu preciso fazer um movimento grande em São Paulo. Ele me disse: Valdemar, faz tudo separado porque eu não tenho condições de pagar nada. Eu falei: Mas como é que eu assumo isso aí? Assume e depois nós acertamos isso aí.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Então foi entre V. S<sup>a</sup> e o Delúbio? Não teve PL no meio disso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ninguém.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – O PL não estava no meio disso.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Acordo pessoal meu e mandei rodar o material.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – V. S<sup>a</sup> se recusou a dizer a que empresas fez os pagamentos. Não pegou nenhum recibo dessas pessoas. Não teve nenhum controle dos pagamentos. Eu acho estranho por que o PT, que tinha um serviço prestado a V. S<sup>a</sup> para pagar, tinha que lhe entregar o dinheiro para V. S<sup>a</sup> mandar pagar aos fornecedores. Acho estranho isso. O PT não, o Delúbio.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, deixe-me fazer uma consideração. Delúbio já não tinha mais condições de encomendar material em lugar nenhum. Eles estavam devendo muito dinheiro, tanto é que esse foi o motivo dos empréstimos que ele fez para pagar essas dívidas. Senador Augusto Botelho, ele falou: Valdemar, assume você, porque eu não consigo assumir mais nada com o nosso pessoal, porque eles não estão acreditando em mim, porque eu não estou pagando ninguém. Pagava, mas pagava pouco. Então eu tive que assumir. Eu dei a relação dos fornecedores do PT. Eu não quis assumir, Senador, porque eu posso cometer um erro aqui de dar uma informação e ela não ser correta. Eu não tinha contado com o pessoal. Era o meu pessoal de São Paulo que fazia isso diretamente.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – V. S<sup>a</sup> tem direito de omitir a informação.

Outra pergunta. O que nós todos estranhamos – seus eleitores também estão ouvindo e estão estranhando – e por que o PT não pagava diretamente aos fornecedores?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque não tinha dinheiro.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Mas, quando ele tinha dinheiro, por que não mandava... ele pagava os fornecedores? Ele tinha de tirar o dinheiro e lhe dar? O Senhor não desconfiava que esse dinhei-

ro pudesse ter uma origem duvidosa, que fosse um dinheiro ilegal?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, nunca duvidei.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Mas, então, por que o PT não pagava direto os fornecedores?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque não sei se eles estão devendo até hoje. Tem relações hoje, que apareceram no jornal recentemente. Não tem? Garanto ao Senhor que tem.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> não convence as pessoas de bom senso, que querem chegar à verdade, com esse argumento. Outra coisa: se o Senhor sabe que está dando toda essa confusão, por que o Senhor não providenciou logo essas notas que o PT fez? Ou vão fabricar notas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, no Brasil, o Senhor há de convir comigo, não é difícil arrumar nota fiscal. O Senhor concorda?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Então, se o Senhor tivesse as notas logo de imediato, com esse prazo, a gente começa a pensar que o Senhor está fabricando nota. Infelizmente, é isso o que estamos entendendo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, não erro mais. Senador, para eu arrumar 6,5 milhões de notas em São Paulo não é difícil, mas acontece que não adianta eu trazer as coisas erradas para cá. Depois, os senhores vão me convocar de novo para dizer que eu menti aqui na CPMI. Esse cuidado é que tenho de tomar porque não é difícil arrumar nota, o senhor sabe disso. Mesmo porque essas grandes empresas que rodam material de campanha, em sua maioria, rodam sem nota. Então, é fácil você tirar. Acontece que eu não podia...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A denúncia dele é grave, Senador. Vai ficar registrado aqui.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade, não é difícil. A gente conhece o país. Acontece que eu não poderia trazer uma nota para cá que não fosse correta e eu estou atrás dessas... Eu vou me reunir com o PT...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Acho que V. Ex<sup>a</sup> já deveria ter procurado essas notas. Já tem quase 90 dias que estamos nessa história.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Aí é que está, Senador. Sessenta dias pegando fogo lá no PT. Não estou conseguindo nada. O meu pessoal está trabalhando nisso e eu vou conseguir isso, porque vou ter de prestar contas à Justiça desses 6,5 milhões que

gastei. Ou de maneira fiscal... Vou ter de prestar contas disso e vou prestar, Senador.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Infelizmente, as atitudes de V. Ex<sup>a</sup> e de outros sujam esta Casa, enlameiam esta Casa. Pessoas honestas, que sei que tem aqui dentro, sofrem em consequência disso. Por isso que acho que V. Ex<sup>a</sup> teria de ser um pouco mais claro nas suas afirmativas, procurar esclarecer as coisas. Já que V. Ex<sup>a</sup> diz que não tem culpa nenhuma no cartório, que é isento de tudo, poderia ajudar para que houvesse a verdade, porque o que vai acontecer é que alguns deputados vão perder os seus mandatos mas, daqui a quatro anos, oito anos, os corruptores que estão fazendo isso e os membros da Casa que são mais fracos, que cedem à corrupção, vão ceder novamente e vamos estar novamente em outra coisa parecida com essa. Então, fico triste porque eu quero, o povo brasileiro quer que cheguemos à verdade, mas V. Ex<sup>a</sup>, que é um Parlamentar, que poderia ajudar, contribuir, que é um homem que representa o povo nesta Casa... O povo quer a verdade. Esse dinheiro todo que está sendo desviado é dinheiro dos hospitais, das escolas, dos pobres que estão passando fome. Não vamos tirar dinheiro de rico. Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> não está contribuindo para trazer a verdade. Lamento, também, que V. Ex<sup>a</sup> esteja jogando tudo nas costas do PT, esteja tirando tudo do seu Partido e jogando tudo em cima do PT e do Presidente Lula, dizendo que esse dinheiro, os 6,5 milhões, foram gastos para pagar a campanha do Presidente Lula, um dinheiro que o Senhor alega que não sabia que era ilegal, mas, por que não tinha recibo, por que não tinha nada? A gente começa a achar que V. Ex<sup>a</sup> já desconfiava que era ilegal.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, posso responder?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Pode responder.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador, nunca tive a intenção de jogar nada nas costas do PT. Quando estourou esse problema todo, quando implodiu, no dia 6 de junho, eu nunca declarei nada antes do Delúbio assumir que tinha gasto dinheiro do caixa 2 nas eleições de 2002. Isso não ia partir de mim. Só fui declarar depois que ele declarou que pegou os empréstimos e que gastou o dinheiro do caixa 2. Não quero ser problema para o Lula. Tem gente pensando, Senador, que eu quero dizer que gastei na campanha do Lula para complicar o Lula. Não precisa disso, só basta o Duda Mendonça, que já disse que recebeu por fora. O Delúbio declarou que pegou dois empréstimos para poder pagar dívida de campanha.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Eu gostaria de fazer outra observação também aqui nesta

Casa. A Deputada Raquel, por exemplo, que é uma Deputada respeitada por todos os Parlamentares, não iria inventar uma mentira, dizer que foi convidada para receber mensalão só para ofender as pessoas. Fico em dúvida, aumenta a minha dúvida de que a verdade esteja sendo dita nesta Casa, quando botam isso sobre a Deputada Raquel Teixeira, dizendo que ela mentiu. Aqui, dizem que ela mentiu, quando a realidade, provavelmente, é outra, porque ela não iria dizer uma coisa dessas só para agradar ao Governador Pirillo ou atingir o Presidente Lula.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Augusto Botelho, nas notas fiscais, porque 2002 já faz três anos, 2004 já faz um ano. Então, as notas são voadoras, por isso cautela, porque elas são voadoras. É um problema sério, não se pode brincar no aspecto de que a nota fiscal está desaparecida. Elas voaram. Por isso chamei a atenção, eu acho que o Relator tem alguma coisa a acrescentar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – As notas fiscais são produzidas em séries, são emitidas e numeradas em série. Se elas não foram tiradas na época não há como providenciá-las de forma autêntica.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra Deputado José Carlos Araújo, no lugar de Daniel Almeida, desculpe a troca. Deputado Almeida, por favor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Presidente do PL Valdemar da Costa Neto, eu acho que seria conveniente explicar melhor essa possibilidade que V. S<sup>a</sup> aventou de haver notas falsas ou obtenção de notas não de forma legal, para justificar, notas com facilidade como foi citado, para justificar esses gastos, esses pagamentos. Gostaria de indagar a V. S<sup>a</sup> a respeito desse assunto para que ficasse mais claro a esta Comissão.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Daniel Almeida, o que eu quis dizer, o que eu disse é que eu não poderia ter trazido notas fiscais falsas para cá. Notas frias, para cá. Eu não vou mentir à CPMI. Eu não quero ser convocado novamente porque eu falei uma mentira aqui hoje e ser convocado novamente. Eu estou preparando todos esses documentos, eu vou ter que apresentar esses documentos no Poder Judiciário, o senhor sabe disso. Então, no Brasil para se produzir nota não é coisa do outro mundo. Não estou dizendo que eu consiga, mas não é coisa de outro mundo não. Acontece que eu não queria, eu poderia vir aqui com um monte de notas, gastei aqui. Não adianta, já sabemos que não adianta mentir. Que a verdade vem à tona.



**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. S<sup>a</sup> está dizendo que não utilizou esse expediente, apesar de que esse expediente poderia ser utilizado...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim, pode me atender aqui.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sim, estou satisfeito.

Considero que o depoimento de V. S<sup>a</sup> poderia oferecer mais elementos. Nós todos, o País inteiro está cobrando que essa investigação apresente resultados, que a verdade apareça, que aqueles que cometem atos ilícitos sejam identificados e punidos, essa é a expectativa do País inteiro. O País precisa tocar para a frente, não queremos que essa CPMI fique **ad eternum**, mais quatro, seis meses em funcionamento enquanto o País, angustiado, espera que os resultados apareçam.

Por isso, as informações são muito importantes. Cada um que vem aqui depor deve levar em conta a necessidade de evoluirmos nas investigações e produzirmos todas as informações que possam contribuir no sentido do esclarecimento. Tenho a impressão de que V. S<sup>a</sup> não evoluiu no sentido de prestar todas as informações que pode fazer, pela experiência, pela vivência que tem no mundo político, pelas relações que construiu ao longo da sua vida parlamentar, da sua vida política, como dirigente partidário.

Por exemplo, em relação às fontes de financiamento. Esse é um elemento fundamental, pouco tem-se falado nesta CPMI a respeito disso. Não há corruptos sem corruptores. Se queremos fazer, realmente, uma varredura, queremos fazer uma limpeza, temos que identificar os corruptores, os intermediadores e os beneficiários da corrupção. Portanto, é atuar em toda a rede.

V. S<sup>a</sup> não tem nenhum outro elemento que pudesse ajudar, por exemplo, na identificação dos financiadores? Estamos falando muito do Valério, do “valerioduto”, etc. Mas já apareceram alguns nomes de empresas que poderiam estar financiando, que o Valério poderia ser um articulador, um captador desses recursos. V. S<sup>a</sup> não tem nenhuma informação que pudesse apresentar a esta Comissão a respeito de financiadores de campanhas ou de projetos políticos do PT e de outros partidos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Daniel Almeida, não tenho essas informações. Esse episódio do Marcos Valério foi uma surpresa para mim. Eu não imaginava que nós pudéssemos chegar aonde chegamos. Nunca me passou pela cabeça que, dos recursos da campanha do Presidente Lula, em que nós participamos do comitê financeiro, que nós fôssemos ficar de fora, até dinheiro que nós contribuímos. E eu

não esperava que acontecesse isso. Foi uma surpresa para todos nós. Por isso que o País está estarecido e que nós chegamos no ponto a que chegamos.

A minha preocupação maior, Deputado Daniel Almeida, era mostrar que eu tenho prova da minha origem do dinheiro. Foi mal gasto? Teve problema, teve um erro fiscal? Teve. Mas eu tenho justificativa para origem do meu dinheiro, para origem e de como eu gastei o meu dinheiro. Isso é o que eu precisava provar aqui. Eu não trouxe novos elementos, porque não tenho.

Não participei do Governo como V. Ex<sup>a</sup> possa pensar que eu participei. E mesmo que eu tivesse participado, talvez não tivesse esses elementos para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pois não. Fica a impressão de que, para alguns, ou alguns tentam passar a impressão de que as coisas começaram no PT e em Marcos Valério; que esses episódios fazem parte de uma conjuntura que estamos vivendo e que começou ontem e que pode se encerrar amanhã. Para que nós possamos identificar todos os elementos que compõem esse cenário, temos que, efetivamente, ver quando esse processo começou ou pelo menos apurar as denúncias que já vieram a público, dando informação a respeito da origem desse processo, a intermediação que foi feita e chegar, naturalmente, às pessoas que se beneficiaram disso.

Por exemplo, esta Comissão precisa apurar, na minha avaliação, a lista que foi apresentada por Marcos Valério, na última vez que esteve aqui, dando informação que 79 pessoas tiveram acesso a recursos na campanha de 98, do Estado de Minas Gerais. Entre essas pessoas consta o nome do Deputado Custódio de Matos e tantas outras lideranças, Júnia Marise, etc.

Considero fundamental que esta CPMI também convoque todas essas pessoas para depor. Já que se convocou pessoas que fazem parte da lista apresentada por Marcos Valério, que seria a lista que recebeu recursos a partir da orientação do Delúbio, nós teríamos também que convidar as pessoas dessa outra lista, que teria sido uma lista orientada pela campanha de 98, do Governo de Minas Gerais.

Mas eu queria ainda fazer uma outra indagação. V. S<sup>a</sup> conhece Nilton Antonio Monteiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conheço.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O Nilton Antônio Monteiro tem freqüentado o noticiário nos últimos dias. Há uma matéria na revista **Carta Capital**, de 21/08/05, uma longa entrevista, na qual faz denúncias muitas graves. Acho que devemos convidá-lo, convocá-lo para depor também nesta CPMI.

Faz comentários, por exemplo: “Monteiro cobra suposta dívida dos tucanos de Minas Gerais”. Que essas dívidas seriam decorrentes da campanha eleitoral de 98, e que os recursos eram repassados pelo mesmo esquema que tem sido anunciado no chamado de valerioduto. As intermediadoras disso seriam as empresas DNA e SMP&B.

No decorrer da entrevista, há um questionamento sobre se a informação de que teria tido um encontro com o Sr. Eduardo Azeredo, sobre o que Azeredo teria pedido em troca nesse encontro. Ele afirma: “Que eu fizesse um serviço, queria que eu fosse fazer um trabalho na SMP&B ou na Tolentino e Melo”. “Era espionagem?” – pergunta a revista. “Sim. Que eu descobrisse o que estava acontecendo na DNA e SMP&B. Azeredo estava muito preocupado com o fato de Marcos Valério ter se aproximado do PT”.

Ora, aqui denuncia-se, para concluir, Sr. Presidente, que o valerioduto é muito extenso, vem de longe. O mecanismo que essa matéria informa, através dos dados levantados pelo Nilton Monteiro, é exatamente o mesmo que tem sido informado, que tem sido objeto dos depoimentos prestados nesta CPMI. Ou seja, a tecnologia apresentada, colocada em prática por Delúbio, é a mesma tecnologia utilizada na campanha de Minas, em 1998.

Por isso, Sr. Presidente, acho que é necessário que convoquemos o Sr. Nilton Monteiro, bem como o tesoureiro da campanha de 98, em Minas Gerais, o Sr. Cláudio Mourão, que seria o operador desse esquema.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O próximo orador inscrito, Devanir Ribeiro, por permuta com Arnaldo Sá. Seria o Senador Salgado, mas S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, para nós, parlamentares, é difícil interrogar companheiros nossos, seja do mesmo partido ou um colega parlamentar. Como dizem que a CPI é um instrumento do Parlamento, e segundo dizem é um instrumento da minoria, não sei onde leram isso, mas é um instrumento do Parlamento – acho que entenderam errado, porque é do Parlamento e não é da maioria e nem da minoria.

Senador, não pedi nenhum esclarecimento.

Quero dizer, até acompanhando a pergunta, o raciocínio do Deputado Daniel – não é combinado, tinha anotado aqui – mas vou fazer de forma diferente. Como o senhor tem conversado muito com o Delúbio, era o Tesoureiro do Partido, segundo exposição do senhor, em algum momento, o Delúbio falou desses empré-

stimos, desses acordos, de onde viria esse dinheiro repassado para PTB, PL e para o próprio PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Devanir Ribeiro, o Delúbio me disse, logo em janeiro, que ele não tinha saída e tinha que providenciar um empréstimo para poder pagar as contas de campanha e me falou sobre o empréstimo.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Eu queria saber se algum dia ele falou no nome de Marcos Valério.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca. Nunca. Ele me apresentou o Marcos Valério por outra situação. O Marcos queria ser apresentado para mim para fazer um contrato com o PL, fazer os programas de televisão do PL, dar assessoria de **marketing** para nós. Mas ele nunca tinha tocado nesse nome comigo. Nunca vi Marcos Valério na campanha e em lugar nenhum.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Então, o senhor também nunca ouviu falar, como o Deputado Daniel Almeida disse aqui, no nome do Sr. Nilton Antônio Monteiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conheço.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Nem do Sr. Cláudio Mourão?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conheço.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – E o Delúbio algum dia falou para o senhor também, nas conversas que tiveram, se ele tinha descoberto uma forma de conseguir esses empréstimos, a busca desse dinheiro. Ele falou de onde veio, como surgiu?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca falou. Quando o Delúbio me pediu que fosse na SMP&B, ou mandasse alguém lá, eu não sabia que forma de pagamento ia ser. Até estava pensando que era doação oficial para o PL. E nunca ele me disse isso. Via a preocupação, o desespero dele em acertar as contas que ele devia, porque devia para nós, mas nunca ele me falou... Tinha me falado que ia fazer o empréstimo, mas eu não sabia onde.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Estou perguntando isso porque a nossa CPMI retoma ao passado, porque é compra de votos tanto para a reeleição quanto, segundo o que o Jefferson tem tido aqui, para o tal do mensalão, que é atual. Estou dizendo isso porque, segundo consta em vários depoimentos que temos lido, na Justiça, na Polícia Federal, em vários órgãos, o Sr. Nilton tem dito, sem nenhuma restrição, sem nenhuma reserva, que esse esquema feito com o Delúbio foi usado, ele só foi ampliado, mas ele foi usado

em Minas Gerais, é um produto de Minas. Queria saber se o senhor tem esse conhecimento ou não?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, Deputado, não tenho. Não acompanhei. Sei que teve uma declaração que li no jornal algum dia, não me lembro quando, de que eles teriam feito um empréstimo também em Minas Gerais. Mas não tenho conhecimento disso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Aqui se busca e está se buscando, alguns Parlamentares, levar essa discussão sobre se veio dinheiro de fora para a campanha do Presidente Lula e do José Alencar. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tenho certeza que não. Isso não existe, nunca existiu. Certa vez, cheguei para o Renato Rabelo, Presidente do PCdoB... Fui num encontro deles em São Paulo a pedido do Aldo Rebelo. Lá estava o cônsul, o Embaixador da China nesse encontro, e perguntei para ele se eles tinham alguma ajuda – o Renato Rabelo é um homem muito decente, de bem, um homem de respeito, Presidente do PCdoB – do governo chinês para o partido, alguma coisa. Nunca houve nada disso.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Está bom.

Estou perguntando isso porque há tantas ilações. Hoje, ouvi ilações de um Senador da República sobre o financiamento que o BNDES a algumas empresas aqui fora, na América Latina, querendo dizer que era uma das formas de repassar o dinheiro via Andrade Gutierrez, que ganhou uma concorrência não sei aonde, ali perto. Era por aí foi o dinheiro do Duda Mendonça.

O Duda Mendonça, quando esteve aqui, há de se recordar, que ele não fez só campanha no Brasil, ele fez campanha fora do Brasil – é um publicitário de nome, não sei se tem a eficácia, mas às vezes ele dá sorte, às vezes dá azar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É bom. É competente.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – É bom. Deu sorte e além da sua competência. Mas temos que lembrar... Como eu não sou membro da outra CPMI, não estive lá, mas acompanhei a discussão, ele dizia que, a mando do Marcos Valério, para ele abrir uma conta fora do Brasil. O senhor ouviu falar nisso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca. Nunca.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Bom, então, Sr. Valdemar, eu vejo o seguinte.

Eu fiz uma pergunta ao Sr. Roberto Jefferson quando ele esteve aqui nesta CPMI. Eu perguntei para ele assim: Deputado, eu quero saber de V. Exª com relação à Portugal Telecom; se desse certo o intento

que o seu secretário foi fazer em Portugal o senhor teria rompido e denunciado toda essa bandalheira? Ele falou assim: “Não. De jeito nenhum. Ia acertar o meu caixa para que eu ia...” Então eu falei assim: então o senhor participou do espúrio; que era uma jogada espúria. Ele falou assim: “É. Não sei se é espúria, mas é, eu não tinha mexido”. E me estranha porque ele diz o seguinte, para ele, que recebeu quatro milhões, segundo ele, uns dizem mais, outros menos, mas ele confirmou aqui quatro milhões. Primeiro, ele mentiu porque ele falou que tinha guardado o dinheiro; depois, quando um Deputado aqui pediu para ele trazer, se a gente poderia ver o dinheiro, ele falou que não, porque já tinha distribuído o dinheiro. Aí ele não tinha o dinheiro mais. Não dava para verificar onde estava o dinheiro. Por quê? Ele falou: “Eu distribui, mas não vou entregar o nome de para quem distribui”. Eu ainda falei para ele assim: “Então o senhor não é um mensalão, o senhor recebeu a vista”. Não é isso? Mensalão é aquela pessoa que recebe ou semanal, ou quinzenal e tem o mensal. Igual a nós Deputados que recebemos mensalmente. Antes era quinzenal; agora, é mensal. Então, ele falou: “Não. Mas tem diferença, o meu foi para pagar campanha. Dívida de campanha”. Eu falei: Bom,... Há?

**O SR. (Orador não identificado)** – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Não. Não. Salários. Salários.

**O SR. (Orador não identificado)** – Esclareça, Deputado. Poderia esclarecer bem isso aí.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Não. Não. O salário nosso é mensal agora. Antigamente era até uns meses atrás, quinzenal. Então nós recebíamos quinzenal. Agora recebemos mensal, mas é salário. Salário ou pró-labore, sei lá qual é o nome que V. Sª dá.

Estou encerrando. Só para encerrar.

Então eu perguntei, eu fiz essa pergunta ele. E eu quero perguntar para o senhor como Presidente de Partido – ele também um Presidente de Partido – como o senhor vê isso? Tem a pessoa que recebe a vista. Então aquele é legal. Aquele que recebe parcelado é ilegal. Como o senhor vê? Porque ele recebeu também. V. Exª recebeu, o PP recebeu, qual a diferença de um para o outro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Deputado Roberto Jefferson, Deputado Devanir Ribeiro, alega que o nosso é mensalão e o dele é de campanha. Então, ele inventou esse termo mensalão. Isso teve uma repercussão nacional muito grande e muito forte, e nós vamos ter um grande trabalho ainda pela frente para conseguir tomar um rumo melhor aí e conseguir disso. Eu provei a origem do meu dinheiro aqui, de campanha,

dos nossos recursos. Aqui, graças a Deus, eu precisava fazer isso e não via a hora de vir aqui. Agora, o Roberto Jefferson vai pagar caro, vai pagar caro porque ele não vai poder renunciar e ele vai pagar caro pelos processos a que ele vai responder. Porque enquanto ele estiver com imunidade, ele tem valentia. Quando ele perder a imunidade, ele perde a valentia.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)** – Sr. Presidente, eu agradeço. Terminou o meu tempo, agradeço as respostas do Presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

**O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)** – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador José Jorge por dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Deputado Costa Neto, a primeira pergunta que eu vou fazer é em relação à questão do dinheiro que V. Sª disse que gastou em material de campanha. V. Sª justificou que mandou fazer esse material de campanha para a campanha do Presidente Lula no segundo turno.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E aí era a única candidatura que existia, porque, na realidade, Deputados já não estavam mais candidatos porque todos nós sabemos que a eleição de Deputado se decide no primeiro turno. Então, V. Sª trabalhou com esse dinheiro – dinheiro não, porque o dinheiro chegou depois...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – ...com a decisão de fazer esse material. E V. Sª justificou pelo fato de que na realidade não entregou, que nos comitês do PT não se conseguia tirar material para o seu pessoal. Isso é crível porque realmente há uma dificuldade, sempre em comitê, de se tirar material. Mas V. Sª disse que mandou esse material com as notas para os comitês do PT. Foi isso que V. Sª disse. V. Sª mandou fazer o material, usou até os mesmos fornecedores.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Na maioria.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Na maioria. Porque é crível.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque foi o meu pessoal que encomendou.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não. É crível também porque eles já estão fazendo aquele material, já tem tudo para fazer.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É lógico! Na maioria.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Então isso está tudo bem. Aí pegou-se esse material, e V. Sª disse que mandou para os comitês do PT.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não. Não. Eu distribui para o nosso pessoal em São Paulo.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – E como é que o PT pode ter a nota? Porque a nota vai junto com o material.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu nunca me preocupei com isso porque o meu pessoal contratava, eu pagava....

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Pagava, não. O senhor ficava devendo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Quando eu pagava, eles já tinham entregue o material há muito tempo. Os últimos eu paguei 18 meses depois.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sim. Eu digo o seguinte: antes de o senhor pagar, o material veio e foi entregue nos seus comitês.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nos meus comitês. O meu pessoal retirava do fornecedor.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Do fornecedor e retirava sem a nota.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Podia ser com nota, podia ser sem nota. A maioria saía com nota porque é gente séria que tem interesse....

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sim, saía com nota. Eu não entendo – até agora eu não consegui entender – por que é que V. Sª disse que essa nota está com o pessoal do PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque eu mandava entregar no PT.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mandava entregar...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu não queria saber de nada disto.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mandava entregar a nota sem receber o dinheiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu mandava entregar quando entregavam o material. Eles queriam deixar com o meu pessoal e eu falei: “Não deixa.”

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Quer dizer que V. Sª acha que, na realidade, não foi compra sem nota. Foi nota perdida pelo PT.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Não é nota perdida. Eu estou apurando – é porque eu não consigo apurar isso no PT agora. Mas eu estou apurando porque....

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mas a empresa deve ter cópia.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deve ter. E eu vou ter que prestar contas na Justiça sobre esse volume de dinheiro movimentado e se foi ou não pago imposto. Mas eu não tenho segurança, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Na realidade, infelizmente, Deputado Costa Neto, fica difícil para nós acreditarmos que todo esse material andava e não se tem nenhuma nota – pelo menos que se tivesse uma para dar um exemplo, mas sem nenhuma nota...

Mas outra coisa que também quero dizer é que, esse dinheiro, na verdade, foi gasto na campanha de segundo turno do Presidente Lula, no segundo turno.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do segundo turno.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Então, já é a segunda vez que esse dinheiro sem fonte – o dinheiro do caixa 2 ou como o Dr. Delúbio chama de contabilidade... Como é mesmo? Não-contabilizado – participa da campanha do Presidente Lula porque já teve aquele primeiro que pagou os programas de Ciro Gomes – que foi do PTB – e agora, esses 6,5 milhões que não é o que Delúbio disse. O que o Delúbio disse é que se usou o caixa 2 para todo o mundo, menos para o Lula – não foi isso? Para o Lula, ele disse que tudo foi feito de acordo com as normas, o que nós já vimos, pela segunda vez, que não era verdade.

A segunda questão que eu quero colocar é em relação a essa empresa Guaranhuns. Eu tenho a tendência de dizer Guaranhuns porque é um município de Pernambuco onde, inclusive, o Presidente Lula nasceu. Nós temos, aqui, todos os cheques em que a Guaranhuns foi beneficiada. V. S<sup>a</sup> conhece essa empresa Engelim Engenharia Ltda?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, nunca ouvi falar.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Conhece a Sr<sup>a</sup> Edna Maria Rici?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca ouvi falar.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Conhece a empresa Temon, Tecno-montagem e Construções Ltda?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conheço.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Conhece o ex-Deputado Adhemar de Barros Filho?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico; foi Deputado Federal por São Paulo.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Ele é de que Partido?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Se não me engano ele é do PRP.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Porque ele também recebeu aqui uma série de recursos da SMP&B e da empresa Guaranhuns. E em relação a essa empresa Guaranhuns, qual é a relação que todo mundo disse que V. S<sup>a</sup> tinha com essa empresa e que eu já li em diversas matérias? Foi o Sr. Marcos Valério quem

apresentou o senhor à Guaranhuns – por meio dos cheques – ou foi o Sr. Delúbio ou o senhor já conhecia essa empresa? Qual a relação que existia antes do senhor e essa empresa? Alguns até dizem que o senhor era sócio dessa empresa e eu já li isso. Quero então esclarecer qual a relação que V. S<sup>a</sup> tinha com essa empresa?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca ouvi falar nessa empresa até pegar o cheque; nunca ouvi falar. Quando eu levei o cheque para o Delúbio – porque eu recebi o cheque em São Paulo...

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – O cheque era de 500 mil?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – De 500 mil, o primeiro.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Um cheque só?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós pegamos dois cheques de 500 e um de 200.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Certo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – E aí ele levou esse cheque para São Paulo; eu levei no Delúbio. Eu vi que o Delúbio ficou também surpreso e falou: “Espere um pouco”. Voltou, foi telefonar e voltou. Saiu da sala – eu vi que ele estava no telefone – voltou e falou: “Você vai estar em São Paulo amanhã?” E eu falei: “Vou.” E ele: “Vai estar onde?” Eu falei: “Em tal lugar, no meu apartamento.” Ele falou: “Pode deixar que eles vão resgatar o cheque para você amanhã.” Foram lá e me levaram os R\$500 mil e levaram o cheque embora. Eu quero dizer para o senhor que eu não tinha conhecimento e nunca tinha ouvido falar. Agora, no depoimento do Marcos Valério na Polícia Federal – é o único conhecimento que tenho a respeito desse assunto –, ele esclarece que na época foi firmado um contrato entre a SMP&B e a empresa Guaranhuns para justificar a saída de recursos. Ele tinha um contrato com a Guaranhuns, está escrito aqui. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Posso passar para o senhor?

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Pois não. Muito obrigado.

Outra pergunta é em relação à questão dos recursos que foram negociados naquela famosa reunião na casa do Deputado Paulo Rocha. V. S<sup>a</sup> diz que um dos principais argumentos que tinha para solicitar mais recursos ao PT era a questão da verticalização; que a verticalização faria com que o PL só pudesse fazer coligação com o PT. V. S<sup>a</sup> tem razão: a verticalização prejudicaria a eleição dos Deputados.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Muito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, V. S<sup>a</sup> pedia dinheiro para ajudar os Deputados.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, para ajudar os Deputados. Mas V. S<sup>a</sup> disse que, quando recebeu o dinheiro, aplicou na eleição do Presidente Lula. Quer dizer, não aplicou na eleição dos Deputados. Porque, da mesma maneira que V. S<sup>a</sup> se endividou para entrar, vamos supor, na eleição do Presidente Lula, V. S<sup>a</sup> podia também ter-se endividado na eleição dos Deputados. Poderia dizer ao Deputado “a”, “b” ou “c”: você compre o seu material que eu garanto o dinheiro depois. V. S<sup>a</sup> não fez isso. V. S<sup>a</sup>, durante a campanha inteira, como o dinheiro não chegou na sua mão, V. S<sup>a</sup> esqueceu os Deputados, cada um se virou por si, e eles, evidentemente, ficaram lhe cobrando, porque – a gente conhece Deputado –, se você promete alguma coisa a eles... Porque, quando V. S<sup>a</sup> ficou certo de receber dez milhões, certamente V. S<sup>a</sup> fez algumas promessas a alguns Deputados. V. S<sup>a</sup> fez alguma promessa a algum Deputado, tipo “vou ajudá-lo”?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quando fizemos aliança com o PT, nunca discutimos dinheiro, quando estávamos discutindo aliança.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. S<sup>a</sup> não disse que 25% do dinheiro ia...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Vou dizer, vou explicar a V. Ex<sup>a</sup>. Aí, aconteceu de vir a verticalização em 18 de abril. Eu falei: agora a coisa mudou, porque nós tínhamos combinado, no Partido, de apoiarmos o Lula, mas liberarmos os Estados para fazerem as coligações que fossem beneficiar mais nosso Partido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso era normal. Tudo bem.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Aí, o dinheiro do caixa... Teve um comitê financeiro na campanha, que nós participamos...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Arrecadando...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Então, ficou estabelecido que 25% eram do PL e 75% do PT.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Da despesa ou da receita?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Da receita.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Da receita.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eles me passariam esses recursos diretamente para os Estados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Que eles não passaram nada?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quando chegou no dia 21 de agosto, que a empresa do Zé Alencar fez o primeiro depósito no PT, e eles já não estavam

me passando nada, eu fui falar com Delúbio e ele não podia nem me passar esse dinheiro que o Zé Alencar doou, eu reuni, falei com os Estados, falei com os Deputados que não ia ter dinheiro para a campanha. E, aí, não fizemos os 5%.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Dia 21 de agosto do ano da eleição?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do ano da eleição. Foi o primeiro depósito que o Zé Alencar fez. Eu soube do depósito, fui atrás do Delúbio. Falei: Delúbio, me passe esse dinheiro, pelo menos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Zé Alencar depositou na conta do Presidente Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deu 2,5 milhões.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, quer dizer que V. S<sup>a</sup> prometeu aos Deputados, e depois eles ficaram cada um se virando com seus próprios recursos.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não receberam um centavo. Na campanha não tinha.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E nem V. S<sup>a</sup> se endividou. Mas V. S<sup>a</sup> teve a iniciativa de se endividar pra campanha do Presidente Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tive.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E por que não teve para seus companheiros também?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas não faria uma loucura dessa nunca!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por quê? Qual é a diferença?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Qual é a diferença?!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De V. S<sup>a</sup> ajudar um companheiro de seu próprio Partido, que não tem dinheiro, que V. S<sup>a</sup> prometeu, se endividando, em cima das promessas de Delúbio, ou pegar o dinheiro pra ir gastar na campanha do Presidente Lula, que era exatamente aquele que não estava cumprindo com as promessas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quer dizer que o senhor queria que eu assumisse com nossos Deputados um dinheiro que eu não recebi? Mandar o nosso Deputado contratar material com um dinheiro que ele não tinha também?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Da mesma maneira que o senhor fez com o Presidente Lula!

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu não faço isso! Eu não faço isso!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas o senhor não fez com o Presidente Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu estou respondendo para o senhor: eu não faço isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas fez com o Presidente Lula.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Fiz, porque era de meu interesse, porque nós não atingimos os 5%, Senador. Nós fizemos 4,3%.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas a eleição já tinha passado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas... E qual o problema? Mas não o segundo turno. O Lula precisava ganhar a eleição. Nós tínhamos que investir em São Paulo maciçamente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas acontece o seguinte: o fato... Eu vou encerrar, Sr. Presidente, não precisa nem dizer que eu já estou vendo que...

Na realidade, o fato de Lula ser eleito ou não ser eleito não aumentaria o seu percentual de votos. Não é isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas aumentaria! Como não?! Eu ia participar do Governo!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas o voto já estava na urna!

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Era esse o meu objetivo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O voto já estava na urna!

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas eu já estava morto; não tinha atingido os 4,3%. O que me interessava agora era a eleição do Lula, só. E em São Paulo ele estava muito mal. Caso o senhor não saiba, São Paulo tem oito milhões de eleitores, e o Lula ganhou só por cem mil votos, cem mil votos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bom, Presidente, vou colaborar. Ainda tinha algumas perguntas, mas acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, o Deputado Odair Cunha. (Pausa.)

Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por permuta com o Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Deputado Valdemar, o senhor já disse em respostas anteriores que há uma divergência entre o valor que consta da apresentação do Marcos Valério, de R\$10,8 milhões, para um total de R\$6,5 milhões. A que o senhor atribui essa diferença?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É muito difícil de ser explicada. Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós temos comprovantes de retirada só de R\$1,7 milhão. Se eu quisesse declarar que eu gastei R\$1,7 milhão na campanha, eu poderia porque o resto foi sem recibo, foi sem recibo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É uma diferença muito grande. São R\$4 milhões.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu já sabia disso porque os cheques da Guaranhuns também foram de R\$1,2 milhão, eles atribuem R\$6 milhões em cheques da Guaranhuns, e nós não temos conhecimento disso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Qual a sua ligação com a Guaranhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Como?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Qual a sua ligação com a Guaranhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhuma. Nunca tinha ouvido falar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E por que foi via Guaranhuns parte dessa movimentação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foi o primeiro pagamento que eles fizeram. O Delúbio pediu para o nosso pessoal – ou para mim ou para mandar alguém – falar com a Dona Simone lá em Belo Horizonte. Pedi para o Jacinto “vê lá o que eles têm para falar com você”. O Jacinto foi lá e me liga: “Me entregaram um envelope. Está fechado, está lacrado. Abro?” Falei “não”. Falei “não é dinheiro?” Ele falou “não”. Eu falei “então – ele ia para São Paulo – deixa em São Paulo”. Deixou no meu apartamento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – De quem foi essa crocodilagem? Foi do Delúbio, do Marcos Valério ou de quem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. O Delúbio mandou que eu fosse na SMP&B. O cheque era da SMP&B.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Alguém aí tentou armar. Quem tentou armar? O Delúbio? O Marcos Valério? Na sua opinião, quem tentou armar?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Olha, entreguei agora para o Senador José Jorge uma declaração recente do Marcos Valério na Polícia Federal em que ele diz para a Polícia Federal que ele tinha um contrato com a Guaranhuns. O senhor quer cópia? Eu tenho aqui.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quero. Alguém aqui está tentando armar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Então. Quando eu levei o cheque...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Como a vítima hoje é Valdemar, acho que tem tentou levar essa vantagem foi o Marcos Valério, alguém da Guaranhuns ou o próprio Delúbio. Alguém armou aí. Quem é o responsável por essa armação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Só pode ter sido a SMP&B, que fez o cheque em nome da Guaranhuns. Quando eu levei o cheque para o Delúbio ver,

na sede do PT, em São Paulo, o Delúbio ficou surpreso também.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor confia no Delúbio?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Confio no Delúbio. O que o Delúbio fez foi um desastre que, tenho certeza, ele não fez para por dinheiro no bolso. Se ele quisesse por dinheiro no bolso, ele não estava aqui. É uma barbaridade o que aconteceu na contabilidade da campanha do PT e da nossa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quando eu perguntei se o senhor confia no Delúbio, você falou meio “titubeático”.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Eu confio no Delúbio. Eu não o colocaria para olhar a Tesouraria do PL.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – É isso que eu ia perguntar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, mas eu explico por quê.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Você confia, mas ele não pode controlar a sua contabilidade.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim, mas o Delúbio sempre procurou atender a todos da aliança, sempre. Sempre foi decente com todo mundo. O que eu via é que ele não ia conseguir pagar, dado o fluxo que tinha de gente lá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O Delúbio de agora é o mesmo Delúbio daquela festa em Goiânia que você foi com o jatinho que deu naquele acidente em Congonhas?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Olha, fui a festa na casa do Delúbio no dia 4 de janeiro. Não me esqueço da data porque eu tive o acidente. Quando eu fui à fazenda do Delúbio, eu conheci o pai e a mãe dele porque era festa de um santo lá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Que santo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não me lembro o nome. Faz tempo. Não me lembro o nome.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Deve ser o santo desatador de nó.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não me lembro o nome, não me lembro o nome.

Eu fui à festa e fui apresentado para a mãe e para o pai do Delúbio, gente humilde, gente de bem, gente de respeito. E vi que o Delúbio vinha de uma família muito simples, gente muito séria. Ganhou uns pontos comigo naquele dia porque ele estava promovendo a festa na casa dele, e era tudo pago. Era para arrecadar para o santo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E continua com esses pontos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. O Delúbio cometeu um erro que ele não podia ter cometido.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Por que é que...

Existe uma clara tentativa sua, como Presidente do PL, de defender a questão do PT. Será que você está com medo de ser acusado de estar tentando atingir o Lula para o José de Alencar assumir o lugar?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Bom, eu nunca quis atingir o Lula. Nunca tive essa intenção.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Não, nem se quiser, se puder explicar essa preocupação de defender...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu preciso me preocupar muito com isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – ... para não passar a imagem que o José de Alencar quer tomar o lugar do Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – E não fica bem para o PL, para nós, ficarmos agora falando isso ou falando aquilo, e nós não costumamos acusar ninguém sem provas. O Delúbio já confessou o caixa 2. Ele fez o que tinha que fazer.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Não, não, não. Ele confessou dinheiro não contabilizado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É. O dinheiro não contabilizado. E com isso eu pude... quer dizer, eu tinha origem para o meu dinheiro. Não foi oficializado o meu. Deputado Arnaldo Faria de Sá, o meu não foi oficializado. Mas eu tinha origem do meu dinheiro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Qual era a origem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A SMP&B. A SMP&B era uma grande empresa nacional, prestou serviço para todos os Governos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Não, na verdade você tinha o trânsito do dinheiro pela SMP&B. A origem você não teve. Ninguém teve a origem.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Eles provaram que conseguiram um empréstimo para a SMP&B, que a SMP&B está cobrando do PT agora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O Valdemar de agora, sem mandato, é o mesmo Valdemar de antes, com mandato?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O mesmo. Deputado, eu nunca tive medo de ser cassado porque eu sabia que eu provava a origem do dinheiro do PL.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Então por que renunciou?



**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque eu estava atingindo o meu Partido. Porque quando eu defendi o meu mandato...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Se você não tinha medo de ser cassado, não precisava ter renunciado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tinha que sair do Partido. Porque estava atingindo todo o meu Partido por causa das denúncias que tinham contra mim. Todo o meu Partido estava sendo atingido injustamente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E hoje? Seu Partido não está sendo atingido?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Estou provando aqui. Estou provando aqui. Trouxe a **Folha de S. Paulo** de 2002. Está aqui: 21 de junho – para quem não estava aqui de manhã – de 2002. Está aqui a manchete: “PL diz que vai participar de caixa de campanha do PT”. Ninguém contestou essa matéria: nem o PSDB, nem o PFL, nem o PP, ninguém contestou. Está aqui a origem. O senhor estava aqui de manhã, Deputado?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Estava.

Eu só queria lembrar que dá impressão, falando de forma figurada, que você está parecendo a galinha chocadeira que quer proteger todos os pintinhos. Então não quer que ninguém do PL seja atingido e acaba chamando a responsabilidade toda para você. E acaba ficando sozinho nessa confusão. É essa sua tática?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, de jeito nenhum. Nunca tive essa intenção. O PL nunca pagou mesadas para Deputado. Nunca deu recursos para Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu não usei a expressão “mesada” em momento nenhum da minha pergunta.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sei, mas a minha... Eu queria que o senhor ficasse atento a minha resposta.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É o subconsciente seu que está falando.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu tive a responsabilidade, assumi um compromisso com o PT, que foi discutido só comigo, está aqui na reunião da **CartaCapital**, quem estava lá era eu, não era a Bancada do PL, em que eu assumi um compromisso que eu não pude cumprir com a nossa Bancada. E assumi outro compromisso na campanha do Lula. O senhor sabe da situação do Lula em São Paulo como era na eleição de 2002. O Serra ganhou a eleição do Lula em vários bairros na capital e por isso nós investimos na campanha em São Paulo, porque eu não tinha prestigiado nosso pessoal da capital, o senhor

conhece nossa estrutura na capital, e era importante para o PT também que a gente entrasse para valer na campanha porque a situação do Lula era difícil em São Paulo. Foi esse meu investimento em São Paulo e na região metropolitana.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Esses dados a que você está se referindo são da campanha de 2002 ou da campanha de 2004?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – De 2002. Em 2004 eu não fiz nada mais. Eu sentei com o PT, fizemos uns acordos em algumas cidades, “me apóia aqui que eu te apóio lá”, e nós não tivemos nenhum acordo financeiro. Nada de caixa de campanha.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O José de Alencar está preparado para assumir o lugar do Lula?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nem pensa nisso. Ele confia no Lula, acha que essa situação vai passar e que nós vamos tomar outro rumo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Por que é que hoje pela manhã, quando o Presidente do PL chegou aqui na sala, toda a Bancada do PL veio para cá?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque o nosso Partido, de todos os que estão em crise aqui no Congresso Nacional, é o único que permanece unido. A qualificação do nosso pessoal é de primeira. Nós temos Deputados hoje no PL que podem ser candidatos a Governo do Estado de São Paulo. Temos dois, três candidatos para São Paulo. Temos gente qualificada no Partido. E de todos os Partidos que estão com problema hoje, e não são poucos, o PL é o único que sempre esteve unido desde o primeiro dia desta crise.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Qual a sua preocupação a respeito da responsabilização criminal desses recursos que foram entregues ao Ademar?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Entendo, Deputado, que vamos ter uma responsabilização fiscal. Eu não cometi crime nenhum. Meu dinheiro tinha origem. Meu dinheiro tinha origem. O Delúbio já declarou que trabalhou com caixa 2, declarou na última reunião da CPMI que ele esteve aqui presente que fez um acordo de 10 milhões com o PL. E este acordo foi publicado em 2002 antes da eleição.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o próximo orador titular inscrito, Deputado Moroni Torgan, por dez minutos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Declarante, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que as dúvidas que restam do depoimento, Sr. Valdemar – eu quero me expressar tecnicamente para não entrar em juízo de valores e coisa desse tipo – mas a dúvida pode ser sanada pelo senhor. A dúvida que tem é que o senhor recebeu um recurso durante 18 meses; que o senhor aqui agora não tem a lista dos fornecedores que deram esses recursos durante esses 18 meses. Pelo que o senhor falou, o senhor ganhava os recursos e passava para os fornecedores, para pagar os fornecedores. Se esses fornecedores forem identificados, essa dúvida vai ficar de lado, porque no momento em que não são identificados pode ir para qualquer um, até para os Deputados. Tecnicamente seria isso. A partir do momento que você não tem o destino do dinheiro ele pode ser destinado para qualquer um. E a partir do momento em que ele foi recebido ao longo de 18 meses, pode dar vazão a que isso teria sido pago aos Deputados. Essa é a dúvida que fica no seu depoimento acerca disso, e que pode ser sanada no momento que forem identificados os fornecedores. Tenho algumas dúvidas e acho que há coisas graves no seu depoimento e vou procurar identificar nesse sentido.

Nessas reuniões de conselho político que faziam, o Presidente Lula era um marionete na mão do conselho ou ele se manifestava no conselho e tudo o mais?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Lula sempre foi o carro-chefe do PT. A coordenação sempre foi do José Dirceu, mas o carro-chefe sempre foi o Lula.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sempre foi o Lula. Então esses conselhos não funcionavam sem ter o conhecimento e a participação do Lula.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A função do conselho era propor soluções na campanha. Pegávamos os problemas que tinham acontecido na campanha e cada um dava a sua opinião. E aí eles levavam para o Lula para providências, para televisão e tudo o mais.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então isso sempre era abonado pelo Presidente?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sempre.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quem deu, por exemplo, os poderes para o Delúbio foi o próprio Presidente também nesse sentido, senão o Delúbio não teria poderes nesse sentido. E acredito da mesma forma que os conselhos fariam, Delúbio também deveria fazer, ele não ia tomar a atitude sozinho, sem comunicar.

Mas o que me preocupa em tudo isso, e vem diretamente... Tem uma dúvida sobre a Guaranhuns. Agora mesmo saiu uma nota do Valério dizendo que o senhor foi quem orientou para ele a Guaranhuns.

Isso vem em contrapartida ao que o senhor falou. Isso mais tarde vai se saber, pela investigação. O senhor está certo, foi repassado da SMP&B 6 milhões para a Guaranhuns, e a Guaranhuns passou a ter uma importância grande por quê? Porque a Guaranhuns é o carimbo da evasão de divisas. O mesmo tipo de evasão de divisas e lavanderia que traficantes usam. Tanto é que as donas da Guaranhuns, que são as donas da Esfort Trading, já foram, segundo a denúncia, donas de outras empresas de *factoring* e *offshores* que fizeram lavagem para narcotráfico, e que já foi dito aqui hoje. Agora, por que passa a ser importante isso? Porque podemos ter uma empresa cujas donas já operaram para o narcotráfico, pagando as contas de segundo turno do Presidente. Isso, para mim, é algo que assusta. O senhor sabe a minha história: estou lutando contra isso o tempo todo. Isso é algo que me assusta.

É fácil verificar o seguinte: por exemplo, qual era a razão de a SMP&B mandar o dinheiro pela Guaranhuns? Eu sei qual é a razão. É para poder ter a origem do dinheiro no empréstimo e o destino do dinheiro para a Guaranhuns. Essa é a razão. Então, todo o dinheiro que saiu da SMP&B e foi para a Guaranhuns deve estar na contabilidade da SMP&B. Se não estiver na contabilidade da SMP&B, é sinal de que parte do dinheiro que o senhor recebeu não foi da SMP&B; foi da Guaranhuns vindo sei lá de onde, de qualquer lugar de fora. Pode ser que a *Esfort Trading*, que é justamente a empresa de fora que tem 99% da Guaranhuns, seja aquela que colocou o dinheiro. Assim, vamos fazendo o rumo inverso da reportagem publicada no **Correio Braziliense**, que noticia que, na *Esfort Trading*, passa o dinheiro lavado pelo PT e chega à empresa. É isso que diz a reportagem. Fazendo o caminho inverso, vamos confirmando alguns fatos e se esse fato ocorreu.

Então, no cruzamento entre a contabilidade da SMP&B e a remessa de dinheiro da SMP&B para a Guaranhuns, já vamos saber se a Guaranhuns foi abastecida só pela SMP&B ou se foi abastecida por outros recursos que não sabemos de onde vêm. Dessa forma, cai por água abaixo toda a história de que o empréstimo da SMP&B pagou todas essas contas. Pode ter vindo dinheiro do exterior para pagar essas contas, não necessariamente de outros países, mas dinheiro que saiu daqui, fez a volta e retornou para a Guaranhuns.

Por tudo isso, é importante a sua declaração. O senhor recebeu esse cheque por meio do Lamas na SMP&B, e ninguém lhe falou sobre a Guaranhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O Delúbio lhe esclareceu que esse cheque depois seria trocado, é isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu levei o cheque para o Delúbio – eu mesmo – e falei: “Delúbio, me deram um cheque”. Ele olhou aquilo, e eu disse: “E essa empresa aqui, o que é”? Eu nunca tinha ouvido falar. Ele foi ao telefone, voltou depois de cinco minutos e falou: “Valdemar, vou mandar resgatar esse cheque com você; eles vão resgatar esse cheque com você”. Marquei no dia seguinte no meu apartamento.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Fica difícil entender por que eles, mais de duas vezes, fizeram a mesma coisa; sinal de que foi totalmente aceito o esquema.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós reclamávamos, mas eu precisava do dinheiro para pagar os nossos credores.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Estou dizendo que foi totalmente aceito pelo PT esse esquema, senão eles diriam: “Não! Hoje termina esse negócio”. Vocês estavam recebendo dinheiro. Tudo bem. O cheque era a garantia para receber.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas o que eu quero dizer é que a orientação dada prosperou por mais duas vezes.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Duas vezes.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foram três vezes, segundo a sua declaração.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – As três primeiras vezes; os três primeiros pagamentos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Outro fato que não sabemos... O senhor disse que R\$1,2 milhão veio das contas da Guaranhuns.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Certo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E esses R\$6 milhões que a SMP&B colocou lá...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Que atribuem a nós; não é verdadeiro.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ... foram para quem?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tenho conhecimento.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Esse é um fato estranho, e muito estranho, a partir do momento em que notamos ligações. A outra matéria, no outro lado da página, fala sobre a fábrica de *offshore* e fala que o escritório de Oliveira Neto, que seria esse advogado ligado a várias *offshores*, foi usado pelo empresário Marcos Valério, o que corrobora, em parte, a sua versão. Quer dizer, se o escritório de Marcos Valério usou já um esquema de *offshore*, poderia estar usando pela Guaranhuns também outro esquema de *offshore*.

Agora, o grave em tudo isso – e é grave mesmo – não é só o fato. O que seria certo? Pegar todas essas contas de fornecedores, colocar como dívida de campanha; e depois, oficialmente, pegar o empréstimo que foi feito no Banco Rural, ir lá e pagar a dívida de campanha, tudo registrado, tudo bonitinho, sem problema algum. Isso seria o certo. As voltas que deram, inclusive usando, por exemplo, gente que trabalhou... Isso porque se eu sou 99% dono de uma empresa, o 1% restante é desprezível, porque sou eu que mando, eu que faço, eu que aconteço na empresa. Se essas duas que são as donas da Esfort Trading, elas já trabalharam, segundo as informações, para outra empresa, já foram donas de outra empresa que trabalhou para traficantes, isso quer dizer – esta é a minha maior preocupação e é com isso que eu fico aterrorizado – que pessoas que trabalharam lavando dinheiro para o narcotráfico, lavaram dinheiro para pagar as contas do segundo turno do Presidente. Isso é uma preocupação muito forte e vai muito além do não-registro de um caixa 2 de campanha. Nós temos a obrigação de investigar até o fim isso e não deixar passar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando.PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado por dez minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Deputado Valdemar Costa Neto, eu também quero me reportar a V. Ex<sup>a</sup> com o título.

Eu queria fazer um comentário, ou seja, eu acho que V. Ex<sup>a</sup> conseguiu, na minha opinião, responder enfaticamente a uma série de perguntas, perguntas dos mais exaltados inquiridores, perguntas do próprio Relator. V. Ex<sup>a</sup> fez isso com desenvoltura, com eloquência, com muita firmeza.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Obrigado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> deixou uma dúvida e vou chegar a ela depois.

A primeira pergunta: Há quanto tempo V. Ex<sup>a</sup> é Parlamentar?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Há quatorze anos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Com relação a esse período, quando V. Ex<sup>a</sup> conheceu exatamente o Deputado Roberto Jefferson?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Há quatorze anos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exatamente há quatorze anos. Durante esse período, sentiu-se bem amigo dele durante esse tempo todo ou era uma amizade relativa, apenas para cumprimento de dever de casa, ou tinha algo mais que isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca fui amigo do Roberto Jefferson, nunca o vi com bons olhos. Convivia com ele porque ele era Líder do PTB e eu Líder do PL. Depois ele Presidente do PTB e eu Presidente do PL. Nesse período de quatorze anos, Senador Sibá Machado, eu estive duas vezes na casa do Roberto Jefferson – reunião de Presidentes – e ele duas vezes na minha, em quatorze anos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Isso mostra que era uma relação mais, digamos, profissional.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Profissional.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Nesse caso, em todo o seu relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson, em algum momento V. Exª testemunhou algum ato que desabonasse a conduta parlamentar na sua opinião?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do Roberto Jefferson?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Do Roberto Jefferson.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ele tinha um passado de defender o Collor, de ter posições, na Câmara, de votações em que esperávamos que ele votasse com a gente... Ele mudava a sua opinião. Teve uma votação, no Governo passado, e eu não me esqueço disso. Nós, da Oposição, pensávamos que íamos ganhar a votação, porque do Fernando Henrique nós não ganhamos uma em oito anos. Ele – eu não me esqueço disso – ele falou: é com o coração sangrando que eu vou votar – eu estava pensando que era contra o Fernando Henrique. Ele votou contra a gente, rompeu o acordo, e votou com o Governo. O Roberto Jefferson sempre foi um artista, sempre foi um cidadão inteligente, um Deputado inteligente, articulado. Mas nunca consegui ter relacionamento mais próximo com ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Quando V. Exª foi procurado pela revista para fazer essa entrevista que inclusive motivou uma correria, um corre-corre no Congresso, uma expectativa muito grande sobre o que poderia ser dito, neste momento em que foi conceder essa entrevista, pensou em se vingar de alguém? Estava muito decepcionado com alguém? Era uma mensagem? Era um recado?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Era uma entrevista. Eu estava sendo procurado há tempos para fazer uma entrevista, para contar como foi a história da campanha e da aliança do PT com o PL. Essa história já era para ter sido contada há muito tempo. Não tinha nada de errado aí. Nós constituímos um caixa de campanha em que íamos ter uma participação. No início da discussão, nós não tínhamos feito pleito nenhum,

Senador Sibá, porque não tínhamos ainda a verticalização. A verticalização veio em 18 de abril de 2002, se eu não me engano. E aí a nossa situação mudou. Nós tínhamos que nos preparar, estávamos preparados para fazer 5% e, com a verticalização, nós não conseguiríamos isso. Então, chegamos a pensar em abandonar a coligação para liberar o nosso pessoal nos Estados. Aí houve insistência do pessoal do PT. Nós discutimos durante muito tempo. Eu disse: “Olha, nós vamos constituir um caixa de campanha e nós queremos participação nesse caixa”, porque o caixa foi constituído por nós também. E foi eminentemente político, normal. Já provei aqui hoje. Há matérias da **Época**, da **Folha de S. Paulo**, da **Carta Capital** e todas contavam a verdade do que tinha acontecido na época: um acordo eminentemente político. O único problema é que o Delúbio não conseguiu cumprir esse acordo durante a campanha.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu queria saber ainda... O que gerou a criação desta CPMI foi a palavra chamada “mensalão”...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mensalão.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – ...atribuída diretamente ao Partido de V. Exª, diretamente. O Deputado Roberto Jefferson afirmou, nesta e na outra Comissão e onde ele andou, que havia o pagamento do mensalão. Disse que anunciou ao Presidente Lula, que parou por um período ou coisa parecida. Sobre esse ponto, ele diz textualmente que o PTB não participou. Ele se recusou. E foi duro com o Delúbio quando disse que estava fazendo o pagamento. Quanto a V. Exª, responde a um Parlamentar nesta Casa, dizendo que duvidava também de um Partido aqui ter saído de 40, 50 e poucos Parlamentares para mais de 90. Fazendo uma comparação. Eu gostaria que V. Exª explicasse melhor então o que é trocar de Partido nesta Casa.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Com exceção do PT, Senador Sibá Machado, todos os Partidos que passaram pelo Congresso Nacional cresceram durante o Governo, até do Governo Collor, que foi cassado e teve pouco tempo de Governo. O Collor chegou a ter 32 Deputados Federais. Muitos Deputados, para atuarem junto às suas bases, precisam estar próximos ao Governo. Isso é diferente em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas, nos lugares menores, como em Minas Gerais, é importante que o Deputado leve uma verba para o prefeito, para a Santa Casa, para melhorar as condições de vida da cidade dele e da região dele. Isso é natural, é normal. E eu, quando coloquei aqui hoje que o PSDB teve um crescimento, não foi para ofender ninguém, não, porque o PSDB, nesse período, foi presidido pelo Pimenta da Veiga, pelo Teotônio Vilela, depois pelo José Aníbal, tudo gente de bem,

gente decente, e teve um crescimento grande. O PT foi uma exceção. Mas o que aconteceu? O PT nós já sabíamos que não iria crescer. Mas o PT permaneceu com os 90 Deputados, mais os aliados. O PL e o PT foram os Partidos que cresceram, porque o PP já tinha esse número de Deputados antes da eleição. Então, é natural que aconteça isso. É natural! É a seqüência natural da política brasileira. Nós não temos tradição partidária no Brasil. Então, os Deputados são votados de acordo com o seu prestígio pessoal.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Eu vou ter que interromper por conta do tempo, porque eu ainda tenho mais duas perguntas a que eu gostaria que V. Exª respondesse. Um dos pontos que - parece - chamou a atenção desta Comissão hoje é que, quando o Deputado Roberto Jefferson esteve aqui para responder sobre os R\$4 milhões que ele teria recebido, e admite que recebeu, ele disse textualmente a todos nós que fez o repasse aos Parlamentares do PTB, porém não diria quem, não diria os nomes, sob hipótese nenhuma. No momento em que nós estamos tratando que V. Exª admite que recebeu R\$6,5 milhões de Delúbio e diz que usou no 2º turno da campanha do Presidente Lula no Entorno de São Paulo, na Grande São Paulo. Porém não tem um único recibo, nem uma nota fiscal, que ainda vai investigar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Vou apresentar.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – A dúvida que fica a esta Comissão é: será que V. Exª e também o Deputado Roberto Jefferson não teriam dado um final mais pessoal a esse recurso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, porque eu não recebi antes da eleição. Segundo lugar, eu vou, Senador Sibá Machado, apresentar essas notas no momento oportuno. Eu não consigo fazer nada agora no PT. Eu vou apresentar.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Então, está entendido. V. Exª precisa de um tempo para retificar a prestação de contas de R\$6,5 milhões.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas o senhor não tenha dúvida disso. O que eu não posso é apresentar dados aqui que não sejam verdadeiros para eu ser convocado novamente por ter passado algum dado incorreto.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Correto, só mais uma coisa, porque ainda tenho um pouco de tempo.

Quando V. Exª disse aqui, em algum momento, que estava se livrando do Deputado Roberto Jefferson e Roberto Jefferson em alguns momentos aqui disse frases muito fortes tipo, eu sempre me esqueço da frase, “meu Deus, um espírito primitivo”. Depois,

Marcos Valério que Palmieri disse morre de medo de Roberto Jefferson a ponto de ir com ele para Portugal para fugir pelo menos por dois dias.

V. Exª vem aqui e diz que está se livrando de Roberto Jefferson. Esse é o quê? Esse homem é um terror, é um perigo à solta? Poderia falar um pouco melhor sobre isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu nunca, Sibá Machado, nunca pensei, nunca me preocupei, nunca tive essa preocupação direta com o Roberto Jefferson.

Acontece que essa história do mensalão atingiu o nosso Partido. Eu tinha duas opções: ou saía da presidência do Partido para defender o meu mandato, porque tenho certeza de que, com a origem do dinheiro, defenderia o meu mandato, ou deixaria o meu Partido em má situação no País inteiro.

Tudo o que construímos esses anos todos ia por água abaixo. Hoje, trouxemos para cá a origem do dinheiro do PL, da eleição, onde foi parar o dinheiro, como entrou o dinheiro no PL, existia mensalão no PL? Então, estamos provando que isso não existiu no PL. Acontece que o Roberto Jefferson ele joga baixo. Ele é desleal, ele pôs de testemunha no Conselho de Ética a minha ex-mulher para falar da minha vida íntima, coisa que ela já tinha falado há um ano, mas nunca tocou em um assunto de dinheiro porque nunca aconteceu nada disso. Quando ela viu o mensalão, ele foi atrás dela e a induziu a vir falar contra mim na CPMI.

Qual é o motivo real por que ele tem ódio de mim a partir do dia 07 de junho? Foi a origem do meu processo contra ele no Conselho de Ética, porque ele não vai poder renunciar. Ele vai perder o mandato e ficar oito anos fora de partido e terá que se defender de todos esses processos que tem e vai acabar muito mal.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Sr. Presidente, eu estourei o tempo por causa da resposta. V. Exª me daria um minuto para concluir o pensamento? Se não, eu suspendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Todos vão pedir um minuto também e ficará difícil.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy por permuta com o Senador João Batista Motta, por dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPlicy (PT – SP)** – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator, Deputado Valdemar Costa Neto, V. Exª, hoje pela manhã, nos alertou sobre a entrevista, a matéria da **Carta Capital** de 03 de outubro de 2002

e ressaltou o diálogo havido no apartamento do Deputado Paulo Rocha.

Eu pediria – não fica claro aqui na matéria – a data precisa desse encontro, se puder, V. Exª recordar. Que data foi o encontro descrito na matéria, exatamente no ponto em que mencionou às páginas 25/26 em que descreve que lá estão Lula, José Dirceu, José Alencar, Gilberto Carvalho e o Presidente do PL, Deputado Valdemar Costa Neto.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deve ser no início de junho. Eu tenho isso registrado e posso ver, mas não tenho aqui no momento. Mas início de junho, com certeza.

**O SR. EDUARDO SUPLY** (PT – SP) – Eu agradeceria se depois puder informar o Sr. Relator a respeito.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLY** (PT – SP) – Na matéria, há um diálogo a respeito de recursos. Eu agradeceria se puder nos informar a respeito de qual o conteúdo de diálogo sobre idéias que o PL tinha em termos de contribuição, uma vez que estava ali sendo escolhido o Sr. José Alencar para ser o candidato a vice, com toda a sua história. Sou testemunha da admiração que o Presidente Lula tem pelo empresário José Alencar, das razões que o levaram a escolhê-lo como seu candidato a vice, mas, sendo V. Sª o Presidente do PL, viu José Alencar ser escolhido candidato a vice-Presidente, qual era o conteúdo, além da questão de recursos financeiros, do diálogo havido entre os dois partidos, entre seus principais dirigentes, entre o Presidente do PL e o candidato que está ali para ser escolhido vice-Presidente da República? V. Exª sabe, por exemplo, que tenho algumas idéias sobre projetos e outras coisas que eu gostaria de vê-las implementadas. Acredito que o PL tenha idéias, proposições, algumas delas são bastante conhecidas, por exemplo: o vice-Presidente José Alencar tem insistido muito a respeito da questão da política de juros definidas pelo Copom, e assim por diante. Como se estava travando um diálogo decisivo sobre o modo como o PL seria o companheiro do PT, como José Alencar seria o companheiro do Presidente Lula nessa campanha em termos de idéia para o Brasil, eu agradeceria muito se V. Exª pudesse nos dizer se houve diálogo sobre proposições, idéias, e quais eram.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador Suply, essas discussões ocorridas em junho foram as finais. Começamos a discussão em 2001. Quando o vice-Presidente José Alencar, em 2001, veio para o PL, tivemos longos períodos de discussão com o José Dirceu, com a cúpula do PT. Fizemos junto com o Lula uma viagem de três dias no Nordeste e sempre dis-

cutíamos a política econômica. Vi várias vezes o Lula conversar com o José Alencar e dizer assim: “Zé, você entende de economia, você entende disso”. Fomos ao Nordeste e visitamos as fábricas do José Alencar no Nordeste, no avião dele, durante os três dias de viagem. Fomos eu, o José Dirceu, o José Alencar, o secretário dele, Adriano, o Lula e o Delúbio. Ele sempre dizia ao José Alencar: “Zé Alencar, você entende de economia. Que bom que você entende de economia, porque você vai cuidar dessa área para mim”. Mas nunca ouvi o Zé responder, nunca ouvi. Vi o Zé falar em redução de carga tributária, vi o Zé discutir pesquisa e tecnologia, essas coisas. Mas vi o Lula dizer várias vezes ao José Alencar que queria que ele conduzisse a política econômica. Isso não quer dizer que ele fosse ser Ministro, porque o José Alencar nunca teve essa intenção. E isso não aconteceu depois da eleição.

Recentemente, eu estava conversando com o vice-Presidente, José Alencar, e saiu o assunto, um Deputado que estava junto, perguntou: “Como é que é, Presidente” – falando com o José Alencar –, “vamos ter a dobradinha de novo Lula e José Alencar”? O José Alencar disse assim a esse Deputado: “Com que discurso”? O que ele quis dizer? Que o discurso da eleição passada não cumprimos, não cumprimos.

Então, essa discussão na área econômica, que sempre fomos contra no PL e achamos que isso foi prejudicial ao País... Mantivemos nossas posições. O que esperávamos que acontecesse e não aconteceu: essa mudança na economia brasileira, mudança... O Lula falava muito em infra-estrutura. O Lula falava assim: “O Brasil precisa de infra-estrutura”. Eu pensava: puxa vida, o Lula vai ser o máximo! As estradas brasileiras, pelas quais respondemos... Temos o Alfredo Nascimento, que é um excelente Ministro e muito amigo do Lula. O Lula faz tudo para poder ajudá-lo. Eles não passam verba para as nossas estradas. Tem gente morrendo nas estradas, os transportes mais caros, e não investimos em infra-estrutura no Brasil. Tudo é mais caro no País para quem usa estrada federal. Não para nós, em São Paulo. Em São Paulo não temos esse problema. Mas no Brasil, onde as estradas são federais, é o caos, o caos total.

E o que nós pagamos de juros por mês? Nove bilhões, por mês, de juros, em média, desde a entrada do Lula. É muito dinheiro. Com nove bilhões nós colocaríamos 100% das estradas federais em ordem no Brasil. Então nós temos esse problema.

Nós discutimos muito de infra-estrutura, tecnologia e redução da carga tributária, e a orientação da política econômica, o que não aconteceu.

**O SR. EDUARDO SUPLY** (PT – SP) – Pois bem, nessa viagem de três dias, os personagens que

V. Exª mencionou foram o Presidente Lula, o hoje Vice-Presidente José Alencar, o Ministro José Dirceu – Deputado José Dirceu –, o Delúbio, o Adriano, V. Exª. São personagens que também estavam nesse encontro. Nesses três dias em que dialogaram a respeito de tantos problemas nacionais, empresariais, de trabalhadores, do Nordeste, e tal, tiveram também oportunidade de dialogar sobre essa questão referente aos recursos financeiros os seis personagens principais? Sobre esses recursos de que estamos tratando aqui nesta CPMI?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador Suplicy, nunca tratamos desse assunto. Nunca tratei desse assunto com o Lula e nem com o José Alencar. Quando eu disse que eles tinham conhecimento... Foi uma decisão pública, que saiu nos jornais da época. Sempre tratei de recursos com o Delúbio, sempre com o Delúbio. Ele nos acompanhou nessa viagem, mas não tocamos nesse assunto.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Deputado Valdemar Costa Neto, há uma passagem do depoimento do Deputado José Dirceu – vou concluir com esta questão, Sr. Presidente –, em que ele faz uma observação a respeito do propósito desta CPMI e vou pedir a sua avaliação a respeito das observações do Deputado José Dirceu perante o Comitê de Ética.

“Não organizei, não sou chefe, jamais permitiria a compra de votos e pagamento de parlamentares. Jamais permitiria. Não é verdade que seja o responsável pelo mensalão. E se existe o mensalão, existe uma CPI. Quero ir depor na CPI como o Deputado Roberto Jefferson vai depor, como os Deputados citados vão depor. E essa CPI vai investigar e vai provar que eu não tenho qualquer responsabilidade, não tive e jamais permitiria que se instituísse no País esse tipo de processo.”

Peço a sua avaliação relativamente a essas afirmações feitas perante o Conselho de Ética pelo Deputado José Dirceu.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu não posso, Senador Suplicy, ser juiz do Deputado José Dirceu. Mas nunca existiu mensalão. O que existia era o caixa dois de campanha, as verbas não contabilizadas. Nunca existiu isso. Nunca o José Dirceu tratou desse assunto, que eu saiba, com ninguém. E são verdadeiras essas declarações que ele deu para o Conselho de Ética.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Deputado Agnaldo Muniz, por 10 minutos.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Exmº Sr. Deputado Valdemar Costa Neto, Dr. Batochio, ex-companheiro nosso aqui na Câmara, colegas, o caixa dois de campanha vem acontecendo ao longo dos anos em nosso País. Essa prática não é nova. Ela vem acontecendo no decorrer de muitos anos. E nós podemos até afirmar que, na verdade, isso não é uma invenção do Governo do PT. Vêm do passado contas não contabilizadas de campanha.

E enquanto não acontecer a reforma partidária, vamos ficar reféns dessa situação, levantando dúvidas e questionamentos a respeito da nossa vida política e da nossa vida parlamentar.

Então, com o enfrentamento dessa reforma política, creio que vamos colocar um ponto final nessas situações, porque isso dá margem a que pessoas levanten questionamento sem veracidade nenhuma e trazer uma lama aqui para dentro da Câmara e nós aqui com CPIMs e tudo para investigar um negócio... Na verdade, sobre Mensalão não ficou provado nada. Está restando claro que até não existiu esse tipo de prática aqui na Câmara.

O que quero, Deputado Valdemar, perguntar é o seguinte, foi veiculado na imprensa, até V. Exª também disse que houve reuniões para tratar de assuntos relativos a apoio nas campanhas eleitorais. Isso aconteceu com os partidos da base aliada, com o Delúbio e com a presença de vários líderes partidários, para tratar de assuntos das eleições de 2002, na verdade isso aí aconteceu em 2003, para contas da campanha de 2002, então 2003, e 2004, aí já tratando da eleição de 2004.

Pergunto o seguinte: nessas reuniões das quais o senhor participou V. Exª lembra de alguns líderes políticos que participaram, líder de partido e presidente de partido?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Agnaldo Muniz, tivemos reuniões em 2003, de que participaram o Roberto Jefferson, pelo PTB, pela Presidência; o José Múcio, pela Liderança; Pedro Correa, pelo PP; Pedro Henry, pela Liderança do PP; eu, como Presidente do PL. Como eu estava acumulando as duas funções, de Líder e de Presidente, levava o Deputado Carlos Rodrigues, para a discussão da reforma política, porque num momento eles queriam muito firmemente aprovar a lista partidária e nós éramos contra isso. Essas reuniões foram só com esse objetivo, mas sempre com a presença, tivemos duas reuniões em minha casa, por isso que eles, o Roberto Jefferson citou uma reunião, porque foi uma das duas vezes que ele foi a minha casa. Então todas essas reuniões eram conduzidas dessas maneira, com o Pedro Henry, Pedro Correa, Roberto Jefferson, José Múcio e eu.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Agora só uma pergunta mais tranqüila: o PL pretende continuar trabalhando na reforma política, partir com veemência nessa questão?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Agnaldo Muniz, na minha opinião, acho que poderemos fazer alguma coisa para a próxima eleição, nada radical, mas alguma coisa tem que ser feita. Gasto de campanha, é uma idéia do Governador Fleury, gasto de campanha, acabar com comício, showmício, isso mata qualquer um, porque ninguém consegue controlar gasto de campanha mais. Porque há muitas opções, abre muito. Televisão, televisão, só fazer interna, acabar com externa. Então acho que poderíamos fazer.

E fidelidade partidária, que é o que o povo quer. Na realidade, o que o povo quer de mudança da reforma política é a fidelidade partidária. Então acho que poderíamos fazer isso para a próxima eleição. Acho que dá tempo ainda, acho que há tempo. Entendo que podemos aí fazer alguma coisa para dar uma resposta também a todas essas loucuras que andaram acontecendo e que vamos que ter pôr o Congresso novamente no seu rumo aí.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Uma última pergunta. Em alguma dessas reuniões, foi tratado assunto de apoio, pagamento de contas não contabilizadas de campanha?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca, nunca. Esse assunto se o Delúbio tratou com alguém não tratou na minha frente.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sem mais perguntas.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputado Fleury, último titular inscrito presente.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Valdemar Costa Neto, eu gostaria apenas de frisar alguns pontos do depoimento que o senhor fez. Na verdade não são perguntas que inovam, acredito eu, mas acho que alguns pontos precisam ser apontados. O senhor falou com muita clareza, mas alguns pontos me parecem importantes.

Primeiro, o senhor afirmou ter recebido recursos do Partido dos Trabalhadores acreditando que eles seriam legalizados, ou seriam legais. Isso é correto?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Lógico.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Quer dizer, portanto, que em momento algum, o senhor recebeu algum recurso sabendo que se tratava

de algum recurso que não pudesse ser legalizado pelo Partido dos Trabalhadores. Foi isso que o levou à decisão de não lançar esses recursos na contabilidade oficial do PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foi.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Foi? O senhor sabe que a qualquer momento pode ser feita a retificação das contas por parte do Partido.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor pretende fazer essa regularização, essa retificação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu fiquei mais à vontade, Governador, quando o Delúbio, no seu primeiro depoimento à CPI, assumiu caixa não oficializado, porque origem eu tinha...

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sim.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas eu não tinha como oficializar, porque eu nunca tive, em momento nenhum dos recebimentos dos recursos do PT, eu tive preocupação, porque eu sabia que não estava mandando nenhum funcionário meu ir buscar dinheiro num doleiro, ou num lugar que não fosse identificado. Sempre foi aberto. Vai na SMP&B, vou te pagar em São Paulo, nunca foi escondido; nunca tive preocupação com a origem do dinheiro do PT. Nunca tive essa preocupação.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Perfeito. Outra observação. O senhor disse que percebeu um total de R\$6,5 milhões, que R\$1,7 milhão o senhor teria até como justificar e o restante o senhor teria pago despesas da própria campanha do PT. É isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não. Eu tenho como justificar os R\$6,5 milhões. Eu não tenho como justificar hoje.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Não, tudo bem.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Agora, eu recebi apenas R\$1,7 milhão, que nós demos recibo, porque se eu não quisesse declarar os outros R\$4,8 milhões eu podia não ter declarado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Perfeito.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque está aparecendo R\$10,8 milhões na conta do Marcos Valério. E isso é complicado. Não para mim, não tenho a menor preocupação com isso. O problema é dele. O problema é dele porque ele está atribuindo um dinheiro para nós, que não veio. Se eu quisesse usar de má-fé, eu só justificaria R\$1,7 milhão, porque foi o que assinamos de recibo no Banco Rural. O resto foi tudo sem recibo.



**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)**

– Mas o senhor disse que pagou despesas de fornecedores do PT.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu mandei

rodar um material porque o pessoal estava preparado para isso no segundo turno. O senhor, como foi Governador de São Paulo, o senhor sabe disso. O Lula ia perder a eleição em São Paulo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É verdade.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ele ganhou por 100 mil votos em 8 milhões. Ele perdeu em vários bairros. E nós – o senhor deve ter assistido a isso, pois é um político e observador – não tínhamos o material do Lula para distribuir para o nosso pessoal. Era uma loucura. O senhor participou de segundo turno e sabe disso. Não tinha uma camiseta.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – É verdade.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tinha uma estrela, não tinha um *bottom*, não tinha um *banner*. Isso desmoralizava, de certa forma, o nosso pessoal. Então eu disse ao Delúbio: vou mandar rodar material. Ele disse: “Com fornecedor é mais fácil.” E é mais fácil. Por quê? O Senador José Jorge esteve aqui agora há pouco e disse: “Por que você não mandou, então, já que ia pegar dinheiro emprestado, os seus Deputados pegarem dinheiro emprestado?” Porque com o fornecedor é mais fácil eu resolver. Por quê? Porque daqui a dois anos eles precisam de mim, eu sou Presidente do Partido. Quando você pega um material mais barato, todos os Deputados perguntam onde você está fazendo esse material e você indica: “Estou fazendo em tal lugar”. Então eles têm interesse em agradar a gente, em estar bem com a gente e têm mais paciência. O senhor já imaginou, eu não recebo o dinheiro do PT e ainda digo “pode assumir a dívida”? Como eu podia fazer: Eu não faria isso jamais na minha vida.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor pagou compromissos do PL com dinheiro do PL no momento em que faltou esse dinheiro? Porque esse dinheiro veio a partir de 2003, os compromissos são de 2002. E esses compromissos, nesse período, o senhor teve que sacar dinheiro para pagar ou pendurou tudo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pendurei tudo.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Pendurou tudo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque eram todos fornecedores de material. A única maneira que achei que eu tinha condições de ajudar nosso pessoal em São Paulo, além de mostrar um pouco de força e

ajudar na campanha do Lula, era fazendo material de campanha, porque isso temos mais facilidades.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Perfeito.

Uma última questão.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pois não, Governador.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor renunciou ao mandato de Deputado e disse aqui que foi para preservar o seu Partido.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Verdade.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – O senhor considerou a hipótese contrária: renunciar à Presidência do Partido? O senhor afirmou que tinha certeza de que não seria cassado. Então, não seria mais fácil renunciar ao seu mandato na Presidência do PL, ao invés do que foi feito?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Governador, nós pensamos nisso. Se eu tivesse renunciado à Presidência do meu Partido, eu estava assumindo a culpa pelo que não aconteceu. Pior: toda vez que eu me defendia não era para defender o Partido, era para defender o meu mandato, porque eu estava na lista do “mensalão”. Então, eu tinha que assumir... Eu sabia que eu conseguia provar a origem do meu dinheiro. Eu sabia disso. Ia ter o momento certo de isso acontecer, mas eu não podia esperar, porque isso estava manchando a imagem, o nome do meu Partido em todo o País. Demoramos tanto tempo para chegar lá e, quando vem, vem uma onda e “bum”. Não vamos nos sair mal, não. Tem gente vindo para o PL ainda neste mês, agora, agora, e não é qualquer um, não. Tem gente boa vindo para o PL. Viram que tínhamos origem para o nosso dinheiro e vêm Deputados para o PL. Vamos crescer mais ainda, se Deus quiser.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Obrigado, Governador.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Deputado.

Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Valdemar Costa Neto, estamos vivendo um momento grave da política nacional, de denunciismo também, inclusive.

Pousou, agora há pouco, na minha mesa uma denúncia de uma empresa com presença no Panamá e em Luxemburgo, operada por um certo Felipe Belizário Wermus, cidadão de passaporte argentino. Esse Felipe Belizário, segundo Toninho Barcelona, é conhecido como Luís Favre, dirigente petista e marido da ex-Prefeita de São Paulo. É coisa de louco. É

uma denúncia gravíssima. Diz que tem um nome no exterior e outro aqui. Diz que as contas operadas por Belizário são as que se chamam de “contas-ônibus”: servem de transporte do dinheiro até um ponto seguro. Diz que Favre que não foi encontrado para comentar as acusações. Saiu no jornal.

O que queríamos também é dizer é o que comentava com meus pares aqui. Coisa triste: até há pouco tempo, o Deputado Valdemar Costa Neto estava aqui, intimando...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – ... e agora do outro lado. É ruim. Eu, que fui Deputado com V. S<sup>a</sup>, sei do seu trabalho.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas estamos cumprindo nossa missão.

Sr. Valdemar, às quatro horas da tarde, saiu uma nota do Valério, para a Globo: “Valério desmente Costa Neto. Em nota divulgada nesta terça-feira, o empresário Marcos Valério desmente o Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que, na CPMI do Mensalão, disse que não conhecia a Guaranhuns Empreendimentos. Na nota, Valério reafirma que foi apresentado à empresa pelo tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, que, por sua vez, lhe foi indicado pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. ‘A propósito das declarações do ex-Deputado e Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, feitas em seu depoimento hoje na CPMI do Mensalão, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza reafirma que a Guaranhuns foi apresentada a ele pelo tesoureiro do Partido Liberal, Jacinto Lamas, que, por sua vez, foi indicado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para receber os valores destinados ao PL. Marcos Valério destaca que os repasses feitos ao PL, sob a orientação do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, totalizaram R\$10.837.500,00, sendo que R\$6.037.500,00 destinados à Guaranhuns. Destes, R\$400.000,00 em TED, Transferência Eletrônica Direta, e R\$5.637.500,00 em cheques nominais do Banco Rural.”

Assim ele vai enumerando os cheques. Eu queria apenas passar essa nota ao ex-Deputado e Presidente do PL Valdemar Costa Neto para ver se algum... Eu queria passar aqui, por favor. Que V. S<sup>a</sup> tome conhecimento e que apresente alguma resposta sobre o que ele está colocando.

Valdemar, muitas perguntas aqui foram feitas. E hoje há uma dúvida muito grande no País: se Lula sabia ou não sabia. V. S<sup>a</sup> tem colocado aqui, com muita clareza, as lutas, os trabalhos pelo PL, por V. S<sup>a</sup> para ajudar a eleger o Lula, certamente, porque confiava no Lula, porque acreditava no seu programa, na sua pro-

posta e também acreditava na sua equipe. Realmente achava que o PT fosse revolucionar este País.

De repente, estamos envolvidos com notícias de toda ordem de que jamais foi vista tanta corrupção no País como agora, e é verdade. O número de CPIs que querem que sejam instaladas, o envolvimento de pessoas importantes do Brasil, do PT, de entidades, de Parlamentares é muito grande. Jamais foi visto, realmente.

Eu fui Deputado Federal e nunca vi tantas denúncias, como está ocorrendo agora. E também nunca vi quando fui Prefeito. Nunca vi. Realmente, estamos passando por um momento dos mais difíceis e que denigre a classe política, que denigre os poderes constituídos, às vezes porque tem pessoas do Judiciário envolvidas, como ocorreu com o Lalau, lamentavelmente.

Mas, Sr Valdemar, ouvi de V. S<sup>a</sup> que confia no Delúbio, que Delúbio é uma pessoa boa, que foi à casa dele, que tem familiares bons. É verdade: os cinco dedos não são iguais, imagine a família. Não quer dizer que, se ele não for bom, a família é ruim. Ao contrário, às vezes a família está sentida por tudo que está ocorrendo hoje.

Mas, V. S<sup>a</sup> demonstrou que tem uma certa amizade e confiabilidade no Delúbio, apesar de dizer que não entrega, de jeito nenhum, a tesouraria do PL para ele. Mas o Delúbio, que V. S<sup>a</sup> defende tanto, em todos os seus depoimentos, em todos, aqui na CPMI, em entrevistas, tem dito que o Lula não sabia, que ele fazia tudo sozinho. Ele puxou para si toda a responsabilidade. Ele não acusa praticamente ninguém. No caso, ele absolve o Governo totalmente.

A V. S<sup>a</sup>, que conhecia tanto o Delúbio, ele não falava que esse dinheiro vinha de terceiro, que era dinheiro sujo, do Marcos Valério. Ele não lhe falava isso... Ele disse que o Lula não está envolvido e V. S<sup>a</sup> disse que confia nele e disse para todos que Lula era o carro-chefe, falou há pouco.

Quer dizer que o Delúbio, em quem V. S<sup>a</sup> confia, lhe mentiu, escondeu, não lhe contou, e hoje assume para ele. O que V. S<sup>a</sup> acha disso tudo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senador Leonel Pavan, realmente é difícil. Sua pergunta é difícil de ser respondida. É evidente que todos nós estamos tristes com o que está acontecendo. O Delúbio tinha autonomia para tudo dentro do Partido, na área financeira.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Autonomia no PT?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tinha. No PT.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E no Governo também?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – No Governo, não. Estando isso. Mas o Delúbio tinha autonomia. Quando começou o Governo também senti isso. O Delúbio nunca comentou comigo. Comentou comigo, uma vez, que ia fazer empréstimo. Não levei nem a sério, porque achei que poderíamos ter contribuições de empresas que não dependem do Governo. Um cidadão faz um governo bom. O senhor foi Prefeito de Camboriú e sabe que tem gente que quer nos ajudar, gente séria, gente de bem, porque quer ver a cidade dele indo bem, quer ver o Estado dele indo bem, quer ver o País indo bem. Achei que ele conseguiria essas contribuições depois para poder legalizar. Jamais duvidei – quero dizer ao senhor – da origem do dinheiro do PT. Nunca duvidei. Nunca me preocupei quando mandei buscar, um funcionário meu, que não tinha nada a ver com isso, como essa nota do Marcos Valério que fala em Jacinto Lamas. Jacinto nunca tomou nesse assunto.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Valde-  
mar, quando V. S<sup>a</sup> diz que Lula era o “carro-chefe” e que José Dirceu era o coordenador, confirma que Lula sabia e que José Dirceu era mesmo o “carro-chefe”? Era ele quem comandava?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tratei de assunto de dinheiro com Lula.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E como era o “carro-chefe”?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Era o “carro-chefe” do Partido.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Comandava, então?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas não era discutido com ele. Nunca discutiram com ele.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Era “carro-chefe” do quê?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do Partido. Foi um homem que chegou à Presidência da República. Tenho certeza de que Delúbio jamais discutiu os empréstimos que fez com a SMP&B com Lula. Tenho certeza disso. Vi o relacionamento deles. Delúbio tinha autonomia. Não estou defendendo ninguém, mas não quero ser desleal com os outros. Hoje, é fácil atacar Delúbio e todos esses políticos que estão com dificuldades. Quando eu ia ao PT, havia milhares de pessoas na porta de Delúbio para pegar dinheiro para o Brasil inteiro. Foi aí que vi que não daria certo a campanha. Os candidatos ao Governo do Estado bancavam todo o mundo. Como é que poderia dar certo um negócio desse? O senhor entende de política. Como é que vai fazer uma campanha para o Governo de Santa Catarina amanhã e o seu candidato a Presidente não vai ajudá-lo? O senhor vai fazer a sua no Estado e ele vai

tocar o Brasil para a frente. O Delúbio, eles bancavam tudo. O pessoal queria que eles bancassem todas as campanhas. Vi que isso não iria dar certo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Torço para que V. S<sup>a</sup> saia dessa porque sempre, pelo tempo que o conheço, o respeitei muito.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Deputado Odair Cunha, o último titular inscrito. A partir de agora começarão os suplentes.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nobre depoente, é verdade que temos uma grande onda de denúncias. É verdade que há uma ação real de investigação para apurar-se todos os fatos e denúncias que recaem sobre a compra de votos e qualquer tipo de corrupção. Só neste corredor já funcionaram três CPMLs que buscam esclarecer fatos diversos e denúncias diversas acerca de desvio de conduta de parlamentares, de membros do Governo, aqui e acolá. Essa é uma verdade. Não é verdade que nunca se viu tanta denúncia e tanta corrupção na história do Brasil. Quero repelir essa afirmação, que foi feita por um Senador que me antecedeu. É verdade que há uma ação concreta de investigação.

Temos que ter muita tranquilidade, serenidade e determinação para investigarmos. A determinação e a serenidade são fundamentais para que nós, efetivamente, identifiquemos as pessoas responsáveis e para que possamos puni-las na medida de sua responsabilidade.

V. S<sup>a</sup> trouxe à luz diversas dúvidas que eu pessoalmente tinha. Vou apresentar-lhe algumas perguntas. V. S<sup>a</sup> tratou com o Vice-Presidente ou com o Presidente Lula sobre a dívida oriunda da campanha de 2002?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca tratei desse assunto com o Vice-Presidente nem com o Presidente Lula.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então, Presidente Valde-  
mar Costa Neto, quando o senhor apresentou a relação dessa dívida para o Delúbio Soares?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Apresentei para o Delúbio logo depois do segundo turno das eleições.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Logo depois da eleição. O Delúbio, em algum momento, informou-lhe como seria processado o pagamento dessa dívida?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ele me disse o seguinte: “Não devo só para você, estou devendo para fornecedores. Vou honrar todos os compromissos que nós assumimos na eleição. Em breve, já começo

a regularizar essa situação”. E começou em janeiro. No final de janeiro, se não me engano, depois das eleições.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Para finalizar, V. Sª foi Parlamentar nesta Casa e esta Comissão tem a obrigação de também investigar a compra de votos no caso da PEC da Reeleição, no ano de 1997. Indago a V. Sª se o senhor tem como colaborar conosco na busca da elucidação desses fatos, se podemos afirmar se houve ou não compra de votos no caso da reeleição.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Odair Cunha, isso foi um fato público na época. Acho muito difícil, depois de tantos anos, a gente conseguir apurar alguma coisa nesse sentido. Houve algumas renúncias naquela época, esses Deputados renunciaram e nunca houve uma investigação mais profunda. No meu entendimento, é muito difícil conseguirmos apurar alguma coisa. Mas, no que V. Exª achar que eu possa colaborar, porque eu estava aqui naquele período, estou a sua disposição para qualquer assunto, para qualquer assunto, para qualquer conversa, quando o senhor quiser.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito com as respostas do depoente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o primeiro suplente inscrito, Deputado Raul Jungmann, que fez permuta com o Deputado Zico Bronzeado. V. Exª dispõe de 10 minutos, Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Presidente do PL, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, o Deputado Roberto Jefferson acusou – o Brasil inteiro sabe – o PP e o PL de serem distribuidores do chamado “mensalão”. Eu queria saber de V. Exª qual é a diferenças dos acordos feitos com o PP e com o PL em relação ao acordo com o PTB. Qual foi o mote do Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O Roberto Jefferson foi pego com a mão na botija no caso do Maurício Marinho dos Correios, no caso dos R\$3 mil, da gravação.

Quando ele foi para o Rio de Janeiro naquele final de semana, após aquelas denúncias do Maurício Marinho nos Correios, aquela gravação na TV, ele foi vaiado no aeroporto quando lá chegou. Ele entrou numa *bomboniere* na volta, parece que cinco pessoas saíram de lá quando ele entrou. Ele veio ao José Dirceu e disse: “Olha, vou perder a Presidência do PTB e vou perder o meu mandato. Preciso que você me ajude na imprensa”. Isso foi no meio da semana. No sábado

– **O Globo** de domingo fica pronto no sábado, às 15h – saiu uma grande matéria falando de uma série de denúncias contra Roberto Jefferson, da família dele, não quero entrar em detalhes do que é. No domingo ele resolveu fazer aquela matéria que saiu na segunda, que explodiu no País. O que ele inventou? O Roberto Jefferson sabia do “caixa dois” de campanha, ele conhecia o “caixa dois” de campanha, mas ele inventou a história do mensalão, que nunca houve aqui na Câmara e nunca existiu esse nome também, nunca existiu isso aqui na Câmara. Então, ele inventou a história do mensalão, porque o Roberto Jefferson precisava fazer aquela história, colocar todo mundo como farinha do mesmo saco, para ver se ele conseguiria livrar seu mandato, porque ele viu que não ia poder contar com o PT após aquelas denúncias.

Então, o dinheiro dele é para campanha e o dinheiro dos outros partidos é para “mensalão”. Resumindo, foi isso o que ele falou.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Então V. Exª afirma que o “mensalão” a que o Deputado Roberto Jefferson se referiu, criou essa pecha que atinge todos nós, é o mesmo dinheiro que ele recebeu num acordo de campanha. Aí eu queria completar: V. Exª conhece os acordos que foram feitos com o PP e com o PTB? Quais seriam as cifras, os valores?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não conheço. Eu só sei pelas informações do Roberto Jefferson. O que eu posso pensar é que os outros partidos tiveram acordo na eleição de 2002 e estariam recebendo depois, quer dizer, estariam recebendo posteriormente. Porque dinheiro de campanha, Deputado Zico Bronzeado, é difícil a gente receber depois, quanto mais antes. Então, se V. Exª recebe um dinheiro de 2003, não é referente a 2004, é referente a 2002. Nunca se recebe dinheiro na frente.

Então, o que eu entendi, e que ele fez um acordo com o PT sobre aquele dinheiro que ele disse que recebeu dos 4 milhões e que disse que ajudou seus deputados e ajudou os prefeitos, depois falou que não ajudou. Ele criou uma confusão generalizada. Ele chegou, Deputado Zico Bronzeado, a denunciar deputados do Partido dele. O Roberto Jefferson chegou a denunciar deputados do partido dele. Quer dizer, é um camarada que saiu do eixo. O cidadão, agora, conseguiu... Ele é inteligente, ele é um artista. Se ele usasse essa inteligência para o bem, ele já era Governador do Rio de Janeiro.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Ex-Deputado Valdemar Costa Neto, muitos fizeram essa pergunta que eu fiz a V. Exª, mas é necessário que a gente consiga mostrar para a população brasileira qual a origem desse chamado “mensalão”. E eu queria aqui

contar um episódio de ontem. Eu entrei no supermercado onde dois amigos se encontraram, os dois fazendo compra: um com o carrinho de supermercado cheio e o outro com o carrinho vazio. V. Exª já sabe qual seria a pergunta do que estava com o carrinho vazio.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sem dúvida!

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – “O seu mensalão é grande, hein!”

Então essa praga que o Deputado Roberto Jefferson jogou sobre estas duas Casas é muito forte, está na boca do povo. Então, é necessário que a gente, que nós possamos esclarecer isso para a população. Ele, veementemente, nos tirou do Partido dos Trabalhadores, mas lá, na boca do povo, nós também somos acusados de receber o “mensalão”.

Agora, para concluir, alguns órgãos da imprensa tentam caracterizar esse acordo como que o PT tivesse comprado o apoio do PL para a Presidência da República. Para um partido como o PL, qual a importância de ter um candidato à Vice-Presidência e qual a relação disso com o acordo financeiro?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca teve acordo financeiro, e eu mostrei já, no decorrer do meu depoimento, a **Folha de S. Paulo**, de 2002, que já trazia esse acordo que nós fizemos. “O PL vai participar do caixa de campanha”, isso em 2002, junho de 2002. Então, isso são acordos eminentemente políticos. Nós constituímos um caixa de campanha, Deputado Zico Bronzeado, de que nós iríamos participar, porque o próprio Vice-Presidente da República contribuiu para esse caixa e que nós teríamos uma participação de acordo com o número dos nossos deputados. O PT tinha 60, nós tínhamos 23. Então ficou dividido a participação no caixa de campanha em 75% para o PT e 25% para nós.

Qual é a importância de participar com o Vice-Presidente da República? O senhor sabe que o objetivo de todo partido é chegar no poder. E o PL quer chegar no poder um dia. Tomara que a gente possa chegar com o José Alencar. Que não seja agora, que seja mais tarde, mas para que a gente possa mostrar que nós temos gente qualificada no nosso Partido e para poder mostrar o nosso programa, para poder melhorar a qualidade de vida da nossa gente aí.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, ontem, o Senador....

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Deputado, é que eu não estava sabendo, mas a assessoria informou que os suplentes falam cinco minutos. V. Exª ganhou dez assim por... Então, eu gostaria que V. Exª encerrasse com essa pergunta.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Como houve esse engano, Sr. Presidente, eu queria ler uma nota do Presidente do BNDES, porque ontem o Senador acusou o Governo de, através do BNDES, estar usando financiamentos a outros países, principalmente aqui na comunidade sul-americana, para fazer caixa dois.

Eu queria ser o porta-voz do Presidente do BNDES.

“1. O BNDES nega, com veemência, qualquer possível desvio de finalidade ou irregularidade nas operações feitas pela sua área de comércio exterior.

2. O Banco não financia obra no exterior; financia, sim, exportações de bens e serviços produzidos no Brasil que geram emprego, renda e divisas para o País.

3. É evidência que o Banco financia apenas bens e serviços produzidos no País e que as liberações de recursos são realizadas em reais, dentro do Brasil, para empresas exportadoras sediadas no Brasil.

4. O BNDES lamenta que o Senador tenha feito tais declarações em tom de denúncia e que faça insinuações em seus discursos para depois afirmar que não está aceitando essa conjectura como verdadeira.

Guido Mantega. Presidente do BNDES.”

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, são dezoito horas. Distribua isso para todos, que é muito mais fácil.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Perpétua, segunda suplente.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu tenho dito, na maioria das vezes, nesta CPML, o quanto é difícil para nós procedermos a esse processo de investigação. E é difícil porque a maioria das pessoas que têm vindo a esta CPML pelo menos tem demonstrado não estar disposta a nos ajudar num processo de investigação. Isso é verdade.

Ninguém aqui tem ficado satisfeito com nenhuma das falas, com nenhuma das oitivas que esta CPML fez até agora, porque, se imaginarmos, a própria Polícia Federal, após a quebra dos sigilos bancários da agência SMP&B, já ficou claro quem são os parlamentares que, direta ou indiretamente, através de assessor, receberam recursos. Portanto, esses Parlamentares já estão taxados de receberem o “mensalão”. Isto não significa, exatamente, que são somente aqueles parlamentares que estão naquela lista. Isso não significa exatamente isso.

Agora, o nosso compromisso aqui, e assim deveria ser, é buscar que outros Parlamentares estariam nesse processo de recebimento de recursos ilegais, seja

na atual denúncia, seja na denúncia atual da venda de votos da emenda da reeleição, que cada Deputado teria recebido R\$200 mil, sendo que nessa segunda parte nós sequer conseguimos chegar ainda e iniciar o processo de investigação.

A pergunta que faço ao Deputado Valdemar Costa Neto seria a seguinte, Deputado. O senhor diz sim ou não, se realmente faz sentido: o senhor tem disposição para dizer para que Parlamentares o senhor deu o dinheiro do possível “mensalão”?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O PL não paga mesadas para Deputados. Nunca o PL deu um recurso ilegal para nenhum Deputado.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Então, Deputado, vou refazer a pergunta.

O senhor teria disposição para dizer para que Deputados o senhor teria repassado a ajuda de campanha?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O PL não repassou, nessa eleição de 2002, ajuda para nenhum Deputado.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Nenhum Parlamentar federal do PL recebeu nenhum tipo de ajuda de campanha do PL. É isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Se o PT tivesse honrado o compromisso comigo, eu teria passado.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – E se o senhor tivesse passado, diria aqui agora?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas é evidente. Era oficial. Eu participava do caixa de campanha do Presidente da República. Não era nada escondido.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Está certo.

Eu vou reafirmar, mais uma vez, a dificuldade da nossa investigação, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Jefferson esteve aqui nesta CPMI. Embora ele crie um monte de situações, cada vez que ele vem ele cria uma situação diferente sobre aquele dinheiro que ele recebeu. Uma hora ele diz que recebeu e distribuiu mas não diz para quem, outra hora ele diz que pegou o dinheiro e guardou. Depois mandou um recadinho para nós aqui, a partir do Palmieri, de que o Palmieri passou a reunião inteira dizendo o seguinte: “eu acho, na minha opinião, que o Roberto Jefferson não distribuiu.” O Palmieri passou a reunião inteira dizendo isso aqui, acho que todo mundo lembra. Então, se o Deputado Roberto Jefferson aparecer aqui com uma história de querer devolver dinheiro, aí esta CPMI tem que se debruçar mais ainda sobre onde ele tirou esses outros quatro milhões, porque ele seria muito mais perigoso do que podemos imaginar.

Mas então, relembando a história do Deputado Roberto Jefferson, ele também disse aqui, nesta CPMI, que não diria para que Deputados ele entregou o recurso. O ex-Deputado Valdemar Costa Neto também tem dito aqui que não repassou para nenhum Parlamentar.

Deputado, vou ser rápida por causa do meu tempo, embora uns estejam com dez, outros com cinco. Vou tentar ser rápida.

Fica a suspeita, Deputado, sobre todo o PL – o senhor há de convir – porque se alguns recebem, e está na lista porque mandaram um assessor ou porque foram pessoalmente, outros não recebem, mas estão como se estivessem debaixo de um manto, que é a sua palavra em dizer que não repassou para ninguém.

Eu queria fazer a seguinte pergunta: corre aqui, nos corredores, uma fofoca, uma conversa de que o senhor, quando se sentiu ameaçado de perder a Presidência do PL, disse que, se a perdesse, entregaria para Deputados a quem o senhor repassou dinheiro. Isso é verdade?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca. Nunca repassei dinheiro para Deputados.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Mas houve essa reunião dessa ameaça?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca teve reunião desse tipo no PL.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – O senhor nunca se sentiu ameaçado depois que renunciou, de perder o PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca, nunca estive ameaçado porque eu não fiz nada errado. Meu dinheiro... Desculpe, Deputada, a senhora esteve aqui de manhã?

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Sim. Eu vim, eu vim.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A senhora viu a **Folha de S.Paulo**?

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Vi. Eu estou só relatando aqui um pouco...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A origem... Pois não.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – ...do que corre dentro da Casa, as histórias de que o PL queria retirá-lo da Presidência, o senhor disse: “olha, se mexerem comigo na Presidência do PL, eu vou entregar para quem eu dei recurso”. Isso não seria verdade?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca repassei dinheiro para ninguém no PL.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB – AC) – Está certo.

Então só me diga uma coisa, Deputado Valdemar, eu acho que isso pode ajudar o senhor, ajudar todos nós.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pois não.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – O senhor, depois que renunciou – e a renúncia parece hoje para alguns como se fosse a tentativa de alguém que não consegue se explicar, o senhor sabe que parece um pouco isso –, conta outra versão dos motivos da sua renúncia. Mas o senhor, como homem que renunciou, ou um homem que, o senhor sabe, tem consciência, poderia ser cassado, sim, como outros serão cassados, devem ser cassados, mesmo com toda essa situação criada – o senhor renunciou, se não tivesse renunciado talvez seria cassado –, o senhor continua presidindo o PL, um Partido que tem lá o Vice-Presidente da República. Como é que sustenta essa história, Deputado Valdemar? O Vice-Presidente da República continua participando de um Partido cujo Presidente renunciou para não ser cassado. Como é que é essa história? Como é que foi esse processo de negociação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não teve negociação. Eu não consultei o Vice-Presidente da República para renunciar ao meu mandato. Acontece que cada vez que eu ia defender o meu Partido, parecia que eu estava defendendo o meu mandato. Ninguém... O dia que os nossos Deputados entenderem que eu não deva mais ser Presidente do PL, eu não vou ser. É a situação mais natural do mundo. Acontece que nós temos trabalhado juntos para o crescimento do nosso Partido. E eu posso assegurar para a senhora que a senhora vai ter notícia, dentro de trinta dias, de que o PL continua a crescer. A nossa imagem vai ser preservada porque a verdade vem à tona. O Roberto Jefferson, que era uma estrela trinta dias atrás, já está indo para o buraco, já não pode sair mais na rua porque já começaram a descobrir todas as falcaturas que ele cometeu.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Deputado Valdemar...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Isso vem à tona.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Eu confesso para o senhor e confesso aqui, nesta Comissão – eu vou encerrar, Sr. Presidente, não vou fazer pergunta, é só um comentário final: eu tenho muita dificuldade de continuarmos esse processo de investigação e tenho mais dificuldade ainda de acreditar nessa versão que o Delúbio veio aqui e passou para nós, que o Marcos Valério veio aqui e passou para nós, que o Deputado Roberto Jefferson passou para nós, como tenho também dificuldade – o senhor me

desculpe – de acreditar nessa versão que o senhor também está nos passando.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Marcus Vicente por cinco minutos.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, acho que está claro, pela pesquisa que foi publicada neste final de semana sobre a credibilidade das instituições brasileiras, que nós, políticos, parlamentares do Congresso Nacional, temos a mais baixa credibilidade de todas as instituições. Vivemos, talvez, o momento mais difícil da história política do Brasil, pelo menos a história dos últimos quinze a vinte anos. Eu estava aqui pela manhã quando o ex-Deputado Valdemar Costa respondia a algumas perguntas do eminente Relator. Foi colocado por um dos primeiros Deputados que o inquiriram, a respeito do que Marcos Valério falou na Polícia Federal, que, na verdade, o recurso que ele passou para o PL foi em torno de R\$12,2 milhões. O ex-Deputado respondeu, dizendo que o recurso passado foi de R\$6,5 milhões, em 18 parcelas.

Falando ao Deputado que me antecedeu, eu queria dizer da necessidade que temos de esclarecer à Nação. Andamos muito no interior do meu Estado e as pessoas vêm nos inquirir, e esse carimbo de “mensalão” está pegando na Casa toda. Então, é preciso que os senhores nos ajudem a esclarecer para que possamos praticar justiça e a Casa passar a limpo essa questão e esclarecer tudo à Nação brasileira.

Gostaria de fazer uma pergunta a respeito do segundo turno das eleições do Presidente Lula, em 2002. V. S<sup>a</sup> disse que o acordo do repasse financeiro foi em cima do segundo turno, que os R\$6,5 milhões foram gastos nesse segundo turno com *bottons*, camisetas, bonés – e essas são palavras de V. S<sup>a</sup> que ouvi aqui. Nunca ocorreu o senhor ter mandado fazer todo esse material na campanha para São Paulo por um valor extremamente alto, R\$6,5 milhões, e até o senhor poderia levar prejuízo ou o “mico” no pagamento desse material? Seis milhões e meio para São Paulo, mesmo sendo o maior Estado da Federação, é muito dinheiro num segundo turno, quando a campanha está polarizada.

Nós tivemos os dois candidatos já no segundo turno. O senhor não acha que poderia levar prejuízo com relação a isso? Essa é a minha primeira pergunta.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Poderia achar. Deputado Marcus Vicente, poderia achar mas era a situação mais favorável para mim, primeiro porque não tinha abastecido o nosso pessoal de material no

primeiro turno, era zero de material; segundo, o Lula corria um sério risco de perder a eleição na Capital – o senhor deve ter ouvido isso também. De oito milhões de eleitores, ele ganhou a eleição por cem mil votos do José Serra. Então, a nossa opção era esta: era atender o nosso pessoal minimamente, trabalhar e torcer para o Lula ganhar o segundo turno, porque já havíamos sido prejudicados no primeiro turno por não atingirmos os 5%.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – O senhor poderia me responder: o senhor se considera amigo ainda do Delúbio Soares?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, eu nunca fui amigo do Delúbio Soares. Eu sempre tive uma relação próxima com ele, porque quando eu precisava de dinheiro para pagar as minhas contas que ele tinha acertado comigo, apesar que eles não cumpriram com o compromisso que tinham na campanha com a gente, com o PL, eu ia falar com ele e ele sempre me recebeu com deferência. Eu percebia que ele estava apertado com dinheiro. O Delúbio, hoje, talvez para qualquer político brasileiro fique bem falar mal dele, mas eu não tenho motivo nenhum para falar mal dele. Eles se desorganizaram na eleição, foi uma bagunça generalizada, eu nunca vi um negócio daqueles. Eu acompanhei porque fazia parte do Conselho e estava toda sexta-feira no PT, no Comitê Nacional e foram para o buraco. Ele teve que assumir todos esses compromissos sem recursos para pagar.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Gostaria de perguntar a V. S<sup>a</sup>: o senhor vai concorrer a algum cargo eletivo no ano que vem, em 2006?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tenho intenção, não tenho a menor intenção disso. Eu não renunciei por causa disso. Eu tinha certeza de que se eu – certeza a gente não pode ter de nada na vida –, mas eu tinha a convicção de que, quando apresentasse as provas e os documentos que tenho da época da aliança que fizemos com o PL e o acordo de participação no caixa de campanha, eu sairia livre do processo de cassação na Câmara.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Sr. Presidente, só mais um minuto para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pergunta para encerrar.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – O senhor já repetiu, várias vezes, que não mandou nenhum dinheiro para nenhum parlamentar e para nenhum Estado durante as eleições. Mas eu queria voltar a perguntar: o senhor não mandou nenhum recurso para algum Estado e também para o meu Estado, o Espírito Santo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nenhum centavo, nada que fosse.... nada por fora, nenhum centavo, nenhum material. Não mandei nada para o Espírito Santo.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – O que foi, foi declarado?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nós temos uma verba partidária, passamos uns recursos para os diretórios pagarem aluguel, só isso. Só. Rigorosamente dentro da lei.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Deputado Darcísio Perondi

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu estou convencido, cada vez mais, de que foi muito menos caixa dois e bem mais dinheiro lavado forte, uma grande lavanderia, depois de horas e horas ouvindo o Sr. Valdemar Costa Neto.

O senhor afirmou que o Presidente Lula era o carro-chefe da campanha. Sim ou não?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sim.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sim. E que Dirceu coordenava, ouvia e levava para o Lula bater o martelo?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor disse antes. Está registrado. O senhor confirma que foi cobrar de José Dirceu o atraso do pagamento ao PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Toquei uma vez nesse assunto com ele e falei que o Delúbio não estava honrando os compromissos comigo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – E o que ele lhe disse?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Disse que o Delúbio ia honrar.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Que o Delúbio ia honrar.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Do acordo de campanha que foi feito, do caixa de campanha.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor acha que o Brasil vai acreditar nessa sua versão de que recebeu 6,5 milhões no segundo turno? Os seus Deputados, angustiados com a campanha, que não receberam nenhuma ajuda, e o senhor colocou 6,5 milhões de propaganda de papel?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, material de campanha.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor acha que o Brasil não vai acreditar? O senhor acha que o Brasil vai acreditar ou não?



**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu quero que o Brasil acredite em mim, Deputado, que eu nunca dei dinheiro para Parlamentar nenhum e que nós temos origem do nosso dinheiro. E eu não poderia gastar um dinheiro com os nossos Deputados que eu não tinha. Eu só tinha uma saída, Deputado: era fazer material em São Paulo porque o Lula ia perder a eleição lá, no segundo turno.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Se o senhor recebesse a recomendação de um amigo – olha, estou recebendo um cheque da Guaranhuns – que recomendasse que a Guaranhuns é uma empresa boa, tem um acerto com o Valério, o senhor iria receber o cheque e não iria se assustar. O senhor pegou o cheque e viu “Guaranhuns”, aí o senhor foi ao Delúbio. O senhor confirma que o Delúbio saiu da sala e ligou para Belo Horizonte e voltou, dizendo que ia resolver?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – De fato resolveu, os três cheques?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Resolveu.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Os três cheques?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mas não sei se ele ligou para Belo Horizonte. Ele ficou surpreso quando mostrei o cheque para ele.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – O senhor não conhecia a Guaranhuns?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca ouvi falar.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Nunca ouvi falar?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Nunca ouvi falar.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Nunca ouvi falar. Pois é, meus caros companheiros de Comissão. Ouvindo Delúbio, ouvindo o Valdemar Costa Neto, chego a uma primeira conclusão. A primeira conclusão é a de que Lula e José Dirceu eram os grandes cérebros desse processo todo de corrupção montado para pagar a despesa da eleição do Lula, que disparou, e que foi paga e no primeiro e segundo ano do Governo Lula.

A segunda conclusão me dá um medo danado, estou assustado. A lavanderia que foi montada!... Guaranhuns, um empresa que tem 99% de capital de uma companhia doleira do Uruguai, a Esfort, que trabalha com traficantes ou não-trafficantes, e essa empresa estava no esquema Valério/Delúbio/PT. Nós já quebramos o sigilo da Guaranhuns ou não, Sr. Presidente? Quebramos, Sr. Relator? Nós já quebramos o sigilo bancário e fiscal da Guaranhuns? Nós precisamos

avancar fortemente nesse material. Se não chegou, vamos insistir para chegar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Faremos um ofício reiterando o pedido.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Nós estamos chegando, aos poucos, à origem: superfaturamento de contratos com empresas estatais, mais a lavanderia de dinheiro que o PT fez já a partir de 1998. Perderam-se na campanha e buscaram um esquema para pagar a campanha já no Governo do Presidente Lula e mais o esquema para envolver outros partidos para “mexicanizar” o País. É triste. Nós temos que focar, Sr. Relator, na lavanderia de dinheiro, principalmente, e precisamos buscar o apoio da Secretaria Nacional do Ministério da Justiça. Muito obrigado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Posso prestar uma informação ao Sr. Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Além daquilo que V. Exª se refere no que diz respeito à quebra do sigilo bancário, à solicitação dos dados do sigilo já quebrado, nós vamos ouvir, pessoalmente, aqui, em depoimento público, representante legal da firma Guaranhuns Empreendimentos e Participações Ltda. Creio que, a partir desse depoimento, nós poderemos desenvolver uma linha paralela de investigação a respeito da origem do dinheiro. Esse, pelo menos, é o propósito da Relatoria, que o Sr. Presidente da Comissão aprovou desde ontem.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Só para encerrar, vamos convocá-lo para quinta-feira ou para terça-feira. Há urgência na convocação. Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. Presidente da Comissão é que designa a data.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra Iriny Lopes. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga, por cinco minutos.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Presidente do PL, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, nobre Deputado, em seu pronunciamento feito no dia 01/08, aqui na Casa, quando V. Exª renunciou ao mandato de Deputado Federal, o senhor assumiu, realmente, que havia recebido recursos repassados sob a ordem do Sr. Delúbio Soares, através do Sr. Marcos Valério, para quitar parte de compromissos assumidos com o PT e o PL, que foi fruto de um acordo durante a construção da aliança, nas eleições de 2002. O senhor confirma o pronunciamento?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Confesso que, durante aquela semana, e também ouvindo a opinião da sociedade e como Presidente do Partido Liberal no Estado do Espírito Santo – nós, que somos representantes de Partidos, também somos muito cobrados em relação à postura do nosso Partido nessa crise – muitos nos questionaram: mas vocês acreditam, realmente, que o Presidente do PL recebeu recurso para assumir compromisso de campanha em 2002?

Muitos questionavam e faziam indagações, até maldosas, sobre essa possibilidade real de esses compromissos de 2002 terem realmente sido firmados entre o PT e o PL. Muitos entendiam que aquela afirmação e o reconhecimento do recebimento do recurso, e assumindo que o recebimento dos recursos era para quitar compromissos não-pagos no ano de 2002, foi apenas uma desculpa inventada pelo Presidente do PL para justificar o recebimento desses recursos. Na semana passada, ficou claro para esta Comissão – e hoje V. Exª confirma perante os demais Parlamentares – que o recebimento dos recursos que V. Exª justificou que faria parte de um compromisso da construção da aliança do PT e do PL, realmente existiu. Fato esse que foi publicado no dia 30 de outubro de 2002, pela Revista **Carta Capital**, que inclusive foi distribuída hoje nesta Comissão para todos os Parlamentares presentes aqui, pelo menos no início desta reunião.

Então, ficou claro para a Comissão que realmente existia uma justificativa para a origem do recebimento dos recursos. Agora, V. Exª tem afirmado nesta Comissão, e afirmou no discurso e na Revista **Carta Capital**, que nunca repassou recursos nem para fins de quitação de campanhas dos atuais Deputados do PL nas eleições de 2002. V. Sª confirma isso novamente isso nesta Comissão?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – V. Exª afirmou também nesta Comissão, bem como nas entrevistas concedidas à imprensa nacional, que esse acordo que foi feito entre o PT e o PL, em que parte dos recursos arrecadados na campanha de 2002 – o PL fazia parte da Chapa majoritária com o vice-Presidente da República – seriam repassados para as campanhas dos candidatos nos demais Estados. V. Exª confirma isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – E confirma que realmente não foi repassado, nem durante a campanha nem posteriormente, no ano de 2003, ou, no período, o recebimento de recurso. V. Exª confirma isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – V. Exª confirma também que os últimos repasses feitos ao Partido Liberal foram realizados no mês de janeiro de 2004?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O último?

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O último recurso.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Último? Janeiro de 2004.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Então, de janeiro de 2004 em diante, inclusive na lista do Marcos Valério, constam alguns depósitos. Então, V. Exª confirma que não recebeu os recursos integralmente, conforme dito pelo Sr. Marcos Valério?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não recebeu.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Não recebeu os recursos a partir de janeiro de 2004.

Sr. Presidente, somente para encerrar, o Deputado Roberto Jefferson, quando veio a esta Comissão, disse que, no ano de janeiro de 2005, esteve com o Presidente Lula e o avisou sobre o suposto “mensalão”; e que, a partir de janeiro de 2005, o “mensalão”, então, foi erradicado aqui do Congresso Nacional. Muito embora os últimos repasses feitos pelo Sr. Marcos Valério tenham sido realizados em setembro de 2004, ou seja, outubro de 2004, novembro de 2004, dezembro de 2004, e janeiro de 2004, não foi feito nenhum repasse pelo o Sr. Marcos Valério e até agora não foi identificado nenhum repasse, nenhum depósito, nenhuma transferência para qualquer um dos partidos apontados pelo Sr. Roberto Jefferson, partidos da base, como recebedores de recursos do Sr. Marcos Valério.

Fica uma indagação, Sr. Presidente e Sr. Relator, somente para concluir. Se realmente o “mensalão” acabou em fevereiro de 2005, de setembro a fevereiro, cinco meses, não houve nenhum repasse do Sr. Marcos Valério. Ou existiu um outro operador do suposto “mensalão” nesse período, ou realmente fica caracterizado que as movimentações financeiras do Sr. Marcos Valério para os partidos da base aliada, realmente ocorreram nos períodos pós-campanha, no início de 2003, e no período das eleições de 2004, que foi de julho a setembro de 2004. Portanto, aqui fica também descaracterizada a possibilidade desses recursos, que, embora identificados, teriam sido apontados para pagar o suposto “mensalão”.

Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)** – V. Exª se referiu diretamente ao Relator. E eu estou na obrigação de comunicar diretamente a V. Exª que essas datas de transferências de recursos constam de declarações do ex-Deputado, que ora presta de-

poimento nesta Comissão. Mas ela será checada com o exame da contabilidade que o Sr. Marcos Valério já deixou entregue a esta Comissão, e que está sendo objeto de uma perícia.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ok, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vou dar licença ao depoente por três a cinco minutos.

O próximo orador inscrito é o Deputado Eduardo Valverde. Depois, os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame; Raul Jungmann e, a seguir, o Deputado João Fontes.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, quero me reinscrever, se for possível e se estiver sendo concedida essa oportunidade aos Parlamentares que já falaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Há duas inscrições: a do Deputado José Rocha e a do Deputado Mauro Lopes.

O Deputado Pompeo de Mattos assinou a lista dos não-membros pela manhã, mas nesse papel à parte. Acho que ele tem direito de falar depois de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, só para esclarecimento aos demais membros da Comissão, a lista de inscrição encerrou-se a que horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encerrou na hora habitual. Essa aqui é de inscrição.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Só é permitida a inscrição. Não são permitidas novas inscrições. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Certo. Mas o Deputado Pompeo estava inscrito, só que não foi relatado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que houve aqui, além da lista de inscrição, é que tinha uma lista de presença dos Parlamentares não-membros, estava aqui a minha direita. O Deputado Pompeo de Mattos realmente a assinou na hora regulamentar, mas o nome não está inscrito na relação. (Pausa.)

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex<sup>a</sup> é o primeiro da inscrição, depois do Deputado Pompeo do Mattos.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, queria que V. Ex<sup>a</sup> elencasse os próximos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vou elencar novamente: Deputado Eduar-

do Valverde, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Raul Jugmann, Deputado João Fontes, Deputado Pompeo, Deputado José Rocha e Deputado Mauro Lopes.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, por cinco minutos.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, vou indagar ao ilustre depoente não sobre fatos que já foram exaustivamente questionados pelos ilustres Deputados, mas vou me ater a um objeto mais amplo dessa investigação, que é a compra de votos. Antes, queria fazer apenas uma observação ao Deputado Valdemar Costa, porque parece que V. S<sup>a</sup> não é muito bem quisto na revista **Veja**. E a razão dessa presença constante na revista **Veja** é porque o seu Diretor, Vice-Presidente de Finanças e Controle do Grupo Abril, foi indicado pelo PSDB à Presidência da Caixa Econômica Federal durante três anos.

Então, temos aí um tucano na revista **Veja**. Evidentemente que ele não vai utilizar essa revista para falar loas sobre V. S<sup>a</sup> e sobre nós também.

Mas a pergunta que faço é: o senhor foi Deputado por três mandatos e deve ter vivenciado aquela fase de 1994, 1995, 1996. Naquele momento, a imprensa divulgava uma fita em que o Deputado Ronivon Santiago e João Maia falaram que ele fora cooptado para votar a favor da reeleição de Fernando Henrique Cardoso; que essa cooptação custaria a bagatela de R\$200 mil reais; que uma lista de Deputados devedores do Banco do Brasil – Deputados que tinham empréstimos, que tinham CDCs – estavam também naquela barganha, ou de parcelamento de débitos, ou seja, uma facilitação a esses Deputados, visando o voto favorável à reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Isso era o que se comentava. E na época V. Ex<sup>a</sup>, como Deputado, na sua atividade parlamentar, certamente deve ter ouvido ou visto ou ouviu dizer dessa situação.

Queria ouvir, depois, o seu comentário com relação a essa passagem da História brasileira.

Mas há outra pergunta que lhe faço, porque história de conta em paraísos fiscais não é nova no Brasil. O dossiê Cayman apontava que, numa ilha, nas Ilhas Cayman, haveria uma conta movimentada por um tucano, possivelmente pelo ex-Ministro Sérgio Motta, que era uma conta que era destinada a financiar a campanha do Governo Fernando Henrique Cardoso. E o próprio Luiz Bresser Pereira, também tesoureiro, afirmara naquela época que R\$10 milhões de contribuições não foram contabilizadas. Tinham orçado em R\$43 milhões, gastaram R\$53 milhões, e R\$10 milhões não foram contabilizados. Então a não-contabilização de contribuição de campanha não é uma prática nova no Brasil, ela já vem de um bom tempo.

Gostaria de ouvir a sua opinião, porque o senhor é um ator desse período e certamente, enquanto Presidente ou Deputado do PL na época, enfrentou situação similar. Quero ouvir o seu comentário com relação a esse momento da história brasileira, quando houve aqui a compra de votos para aprovar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, com fita divulgada pela grande imprensa à época, em que há dois Deputados do PFL do Acre, que foram cooptados pelo Governador Amazonino Mendes, do PFL do Amazonas, e pelo Governador Orleir Cameli, do PFL, e que tinha o Deputado Pauderney Avelino, no Amazonas, como intermediador desse processo de compra de votos na Bancada da Amazônia. Queria ouvir a sua opinião sobre esse processo de compra de votos.

Eu pediria algo também ao Relator. Eu fiz um requerimento, porque o jornal **Folha de S. Paulo** e também a grande imprensa divulgaram a segunda lista de Marcos Valério, das doações de 98, e nós aprovamos aqui o requerimento de convocação dos que constavam na lista de 2004. Gostaria de saber depois do Relator se também vamos convocar aqui os recebedores da lista de 98 na qual se inclui também o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que recebeu R\$50 mil da SMP&B, conforme consta aqui nos jornais de circulação nacional.

Então essa SMP&B é uma agência de publicidade que financiou todas as campanhas, não foi só essa do Lula, de 2002; também foi lá, em Minas Gerais, financiar a campanha do Eduardo Azeredo, Aécio Neves, inclusive a campanha nacional do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Dificil, Deputado Valverde, faz quase dez anos a reeleição do Fernando Henrique. Mas foi um fato muito comentado na época, e não conseguimos instalar nenhuma CPI. Aliás, nós não conseguimos instalar nenhuma CPI contra o Fernando Henrique durante oito anos. Naquelas em que nós conseguíamos assinaturas, eles iam lá e conseguiam retirar as assinaturas depois. E foi um fato, foi um escândalo nacional e que não teve investigação nenhuma. Dois Deputados renunciaram por causa disso. E é difícil, depois de nove, dez anos, a gente poder acrescentar alguma coisa nessa história. No que for possível para a investigação, estou à disposição para prestar esclarecimento.

Quanto à contabilização de campanha, o que o senhor falou é verdade: a SMP&B, por exemplo, nunca me preocupei quando o Delúbio me falou para ir acertar a minha retirada de recursos na SMP&B, porque era uma empresa que já tinha prestado serviço em todos

os governos – eu estou aqui há quatro mandatos –, a que eu tive oportunidade aqui de assistir.

Quanto à contabilização de campanha, nós temos que mudar as nossas regras, diminuir os gastos nas campanhas, mudar essas regras e flexibilizar os nossos gastos também, porque, quando a gente chega a uma cidade, lá em Piracicaba, tem um cidadão que gosta de você e está com um impresso: Eu mandei rodar isso aqui para você; eu estou te apoiando. Você tem que declarar. Porque não importa se você tem cem impressos, como cem mil ou um milhão; é a mesma coisa. Então campanha é uma situação muito complicada. Eu acho muito complicada.

Eu tenho esperança de que o PT possa reverter essa situação. Eu não vejo problema partidário nenhum porque eles assumiram isso aí e podem fazer uma retificação. Foi um erro que o Delúbio cometeu, e ele já reconheceu. E eu acho que tem saída para tudo isso. E se houver, mais tarde, alguma contribuição que eu possa dar sobre a reeleição do Fernando Henrique, eu faço questão de aqui vir dar e estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado Deputado Valverde.

Concedo a palavra o Deputado Mendes Thame, por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, o art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal dá o direito de o depoente manter-se calado. O seu silêncio não importará confissão e nem poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

O direito ao silêncio é um corolário do direito de ninguém ser obrigado a acusar-se e também, indiretamente, do princípio da presunção da inocência. Mas, em nenhum país, mesmo naqueles onde não existe a tipificação do crime de perjúrio, como é o nosso caso – nós só temos o crime de falso testemunho –, em nenhum deles o direito ao silêncio é transmutado no direito de mentir, de não dizer a verdade.

Por outro lado, o direito do silêncio é uma prerrogativa do acusado para não se auto-incriminar, não pode ser utilizado para proteger terceiros. Não poderia ter sido utilizado, por exemplo, pelo tesoureiro Delúbio, que veio aqui e assumiu a culpa do mundo inteiro, assumiu os crimes, que, somando, vão dar mais de quarenta anos de prisão, para proteger terceiros. Porque na essência do direito ao silêncio está o fato de a pessoa não se auto-incriminar.

O ex-Deputado Valdemar Costa Neto aqui também não está tentando se proteger, ao contrário, ele assumiu a culpa inteira dessa falha contábil, desse recebimento não contabilizado, assumiu sozinho. Então ele não está se auto protegendo. Resultado: ele

também, a nosso ver, não pode se valer do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Não cabe, porque não é para se proteger. Não pode utilizar o direito ao silêncio para proteger terceiros. Acho que esta CPMI precisa levar isso em conta.

É neste sentido que faço algumas perguntas que não o incriminam, por isso não cabe o uso do direito ao silêncio.

Primeiro, no dia 26 de julho último, pela manhã, o Presidente Lula conversou com o Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e lhe disse: “É recomendável renovar as lideranças da base aliada”.

No mesmo dia, à tarde, fiel escudeiro, o Presidente Severino procurou o Deputado Janene e lhe sugeriu deixar a Liderança do Partido.

O Deputado Janene ficou muito revoltado e, como resultado, para resolver a questão, no dia 26 de julho, à noite, sete Deputados – Deputado Janene; Deputado Chinaglia, do PT; Deputado Sandro Mabel; Deputado José Borba; Deputado Nelson Meurer, Deputado João Pizzolatti e o então Deputado Valdemar Costa Neto – reuniram-se no apartamento do Deputado Janene para um jantar, por volta das nove horas da noite, e lá, segundo reportagem da **Veja**, do repórter Alexandre Oltramari, que alega ter isso em gravações, três Deputados alegaram que o Deputado Janene disse: “Se estão querendo fazer com que eu perca a liderança – não estou nem falando do meu mandato, estou falando da liderança –, vou abrir o jogo e contar tudo, todas as conversas que tive com o Presidente sobre o caso”. No que foi referendado, acompanhado pelo Deputado Sandro Mabel, que disse: “Também falei com o Presidente várias vezes sobre isso”, reforçando ameaça.

A pergunta é a seguinte: o senhor esteve nesse jantar; poderia nos dizer se esses fatos realmente ocorreram?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Perguntei isso para o Senador Mabel. Eu não estava presente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Não estava?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu não estava. Não estava presente. Fui só uma vez à casa do Janene, a uma reunião com o Pedro Correia. Eu perguntei para o Senador Mabel, e ele me disse que não é verdade. Ele falou para o jornalista que isso não era verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Está bem. Segunda pergunta: alguns Deputados do Prona que estavam sendo acusados de irregularidades, de mudança de domicílio na campanha eleitoral, se transferiram para o PL. E quando se transferiram, trocaram de advogados. Os novos advogados foram pagos pelo seu Partido, pelo PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tivemos somente um Deputado do Prona que veio para o PL. Ele sempre morou em São Paulo; sempre morou em São Paulo. É um médico radicado em São Paulo. O problema é com os Deputados do PP, que foram para o PP, que eram do Rio de Janeiro e não teriam domicílio eleitoral garantido na capital de São Paulo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Perfeito. Mas quanto a esse que foi para o PL, o novo advogado dele foi pago pelo PL?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não tenho conhecimento. Posso checar para o senhor e responder depois.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Perfeito. São essas as perguntas.

Faço ainda uma rápida citação, antes de encerrar o meu tempo. Vimos aqui rápidas menções ao Dossiê Cayman, à reportagem da **Carta Capital**, do Nilton Monteiro...

**O SR. (Orador não identificado)** – Deputado Thame, quero pedir a palavra para uma questão de ordem. Os advogados não podem orientar o depoente o tempo inteiro. Isso não é permitido.

*(Conversas paralelas fora do microfone.)*

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Mendes Thame, estou sendo informado pela Advogada Ana Daniela – o Marcelo Bessa é o nosso advogado de Brasília e a Ana Daniela é a advogada do PL – de que nós não cedemos advogado para o nosso Deputado do Prona Amauri Gasques.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Perfeito. Queria só registrar, Sr. Presidente, a nossa profunda discordância com a forma como alguns Deputados fazem menções levianas à reportagem da **Carta Capital**, do Nilton Monteiro, tentando incriminar Deputados de 1998, de governos passados. Nós não temos nenhum receio em investigar o passado, nenhum. Mas a forma leviana como fazem referência ao passado mostra que eles não querem apurar a realidade de hoje; querem achar um cúmplice para aqueles crimes que hoje estão sendo cometidos. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann, último suplente, por cinco minutos.

**O SR. RAUL JUNGMAN** (PPS – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a V.Ex<sup>a</sup>, ao Deputado Valdemar Costa Neto e aos demais membros da Mesa.

Deputado, eu estava assistindo a sua oitiva pela TV e alguns aspectos me chamaram a atenção. Peço o favor de buscar alguns esclarecimentos para eles. Em primeiro lugar, o senhor alegou, em resposta anterior,

que a dita soma de R\$6,5 milhões, a soma recebida, destinava-se, por sua decisão pessoal, a pagar fornecedores do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo, débitos esses contraídos pela campanha do Presidente Lula.

As perguntas que eu faço são as seguintes: por que o próprio Partido dos Trabalhadores não realizou isso diretamente? Parece-me que o senhor disse que havia um problema de crédito, mas por que a sua escolha de fazê-lo?

Outra questão: se o senhor toma uma decisão pessoal, então, o senhor teria o livre arbítrio de escolher fazer alguma outra coisa com esse dinheiro ou não? Veja bem...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Posso responder?

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Para ser claro, para ajudar na sua resposta, o senhor diz o seguinte: “Olha, eu recebi esse dinheiro e tomei a decisão”. O senhor toma a decisão ou o PT manda que o senhor pague, liquide os débitos com esses fornecedores?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Raul Jungsmann, nós fizemos uma aliança nacional de campanha. Tínhamos um comitê único de arrecadação, um comitê financeiro de campanha, que é um acordo eminentemente político. Eles ficaram de me repassar R\$10 milhões para os nossos Estados, para os nossos candidatos. Iam passar direto para os Deputados, no caso, do caixa de campanha. O que aconteceu? Eles não repassaram, não tiveram condições de repassar. E o pior, nem o dinheiro que o nosso próprio PL conseguiu de contribuição para o caixa único de campanha. Não me passaram um tostão. Eu tive que me reunir aqui em Brasília com os Deputados, porque tinha prometido uma ajuda para cada Estado, e tive que dizer que não teria mais ajuda para ninguém porque eles não iam me pagar nada até o final da eleição. Por quê? Porque quando as empresas do José Alencar fizeram o primeiro depósito, no dia 21 de agosto de 2002, no dia...

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Pediria um pouquinho de silêncio para que possamos ouvir o Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Peço silêncio aos Srs. Parlamentares.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – O primeiro depósito que a empresa do José Alencar fez foi de R\$1 milhão, e eu já estava com dificuldade porque vi que eles estavam com dificuldade de me pagar. Fui falar com o Delúbio, e ele nem esse dinheiro pôde me repassar. Então, ficamos a zero na eleição; não atingimos 5% por causa disso; fizemos 4.3%.

No dia 4 de outubro, procurei o Delúbio e falei: Delúbio, eu não tinha passado um material do PT em São Paulo para ninguém, todos reclamando para mim. Em São Paulo, o PL tem uma estrutura razoável. E o Lula corria sério risco de perder a eleição na capital. Em 8 milhões de votos, ele ganhou do Serra a eleição por 100 mil votos – em vários bairros o Serra ganhou. Então, resolvi o meu pessoal da capital e da região metropolitana com material. O que eu fiz? Falei: Delúbio, preciso encomendar material. Ele disse: Não tenho condição; já não te dei antes da eleição e não vou te dar agora; estou devendo para esse pessoal. Perguntei: Como é que vou fazer? Ele falou: assumo, assumo esses materiais, e a gente acerta depois da eleição.

Mande fazer R\$6,5 milhões de materiais e apresentei para ele depois da eleição. Distribuí o material basicamente nos fornecedores do PT. Não todos os fornecedores eram do PT. O meu pessoal encomendava e eu... Pois não, Deputado.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – (inaudível) A primeira delas é o seguinte: o senhor teria condições de trazer essa listagem para o Relator? E em que prazo poderia trazer? E já coloco a segunda questão: na medida em que eram débitos assumidos em função da campanha do PT, por que ele diretamente não saldou esses débitos e teria que ter a sua intermediação?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque ele não teria como assumir a encomenda de mais material. Ele falou: Valdemar, o PT está comprometido.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Permita-me um esclarecimento. Quando ocorreu a quitação do débito? Foram 18 meses depois?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Isso.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Então, por que ele não poderia fazer isso diretamente? Não se tratava da solicitação, mas sim da quitação. E por que fazê-lo através do senhor?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque quem contratou foi o nosso pessoal. Eles não tinham mais crédito no mercado para contratar. O Delúbio estava devendo muito dinheiro de material. Eu poderia fazer pelo PL – e o senhor sabe disso – porque esses fornecedores de materiais dão um prazo para nós. Eles têm interesse porque tem a próxima eleição, e por isso foi feita essa encomenda. E pelo risco também de o Lula perder a eleição na capital. Nós investimos maciçamente lá.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Ficaria o pedido para que essa relação fosse repassada ao nosso ilustre Relator.

A segunda questão que faço é a seguinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Exª está encerrando, não é, Deputado?

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Sim. Infelizmente, é a última questão que me será possível fazer, dado o tempo. E busco me reescrever para fazer uma a mais.

Voltando à questão da Garanhuns, o senhor aqui alegou ter recebido cheques da Garanhuns, que inclusive depois pediu que essa forma de pagamento não se fizesse. Como o senhor conseguiu receber os cheques que eram emitidos pela SMP&B a favor da Garanhuns? Quem os endossava? Se não endossava, como o senhor conseguiu levantar essas quantias para poder fazer frente aos débitos contraídos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Recebi o cheque da SMP&B em favor da Garanhuns, procurei o Delúbio em São Paulo e falei: olha o que me deram. Ele falou: Espere um momento. Foi até a sala, fez uma ligação e, depois de 5 minutos, voltou e perguntou-me: Você vai estar amanhã em São Paulo? Falei: Vou. Ele disse: Nós vamos mandar resgatar esse cheque com você. Chegaram dois seguros ao meu apartamento, no dia seguinte, com o valor do cheque de R\$500 mil, e levaram o cheque embora. Isso aconteceu por três vezes: dois cheques de R\$500 mil e um de R\$200 mil.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Só para concluir, quer dizer que o valor dos cheques foi devidamente resgatado através de numerário, ou seja...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Recursos.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – ...recursos à vista que foram entregues por segurança a mando do Sr. Delúbio. É isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – A mando do Delúbio.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Deputado João Fontes.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito ao Senador Presidente Tuma, que está assumindo a Presidência, que peça um pouquinho de silêncio para não perdermos o raciocínio. Peço inclusive que contabilize no meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por favor, cancele o tempo.

Solicito reiteradamente que façam silêncio, para que o interpelante possa realmente se fazer ouvir e, assim, o depoente responder com tranquilidade e sem confusão.

Já percebo o silêncio, portanto agradeço a compreensão das Srªs e dos Srs. Parlamentares.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Também agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Reponha o tempo, por favor.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Deputado Valdemar Costa Neto, V. Sª confessou o acordo dos R\$10 milhões e também ter comprado os móveis, utensílios domésticos para a casa de V. Sª, mas confessou depois que já estava configurado com provas que realmente esses dois crimes aconteceram. É claro que vocês passam, não só o senhor, como todos os presidentes de partidos, para a opinião pública, para a CPI, no Conselho de Ética, em todos os depoimentos, essa blindagem do partido ao qual pertencem. Não só o senhor, como o próprio Presidente do PP, Roberto Jefferson preserva o PTB, o José Borba preserva a parte do PMDB que recebeu dinheiro que vocês dizem de caixa 2. Na realidade, V. Sªs procuram minimizar essa questão, colocando-a como uma questão de campanha, de caixa 2, mas nem todos os partidos nem todos os Parlamentares, sejam Deputados ou Senadores, fizeram caixa 2 nem burlaram a legislação. V. Sª tem conhecimento, porque a imprensa tem publicado, de que o PL, ao longo de um tempo, tem nomeado o Ministro dos Transportes. E que, lá, no Ministério dos Transportes, existem, segundo a imprensa tem revelado, várias denúncias de corrupção, de intermediação, de contratos superfaturados. Isso já é velho, como também é velha a origem desses recursos que V. Sªs dizem que é de caixa de campanha, que se trata de caixa 2. Mas, na realidade, o que está configurado até agora é que houve intermediação de contratos superfaturados na administração pública. O Marcos Valério não iria emprestar esse volume de recursos hoje avaliado em R\$92 milhões simplesmente para poder receber depois do PT – um partido que não tinha financeiramente como pagar esses recursos.

V. Sª acha que dá para o povo brasileiro acreditar na versão do senhor, especificamente do PL, de que não repassou os recursos recebidos para os Deputados componentes do seu Partido?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado, eu não tinha recurso para passar para ninguém. Nunca repassei dinheiro para nenhum Deputado. Posso fazer mais um comentário, Deputado?

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Pode, claro.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Quanto ao Ministério dos Transportes, por favor, faça a denúncia, veja quais são essas obras superfaturadas porque o nosso Ministro nunca deixou de tomar providências sobre nenhuma denúncia que acontece no Ministério.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O Anderson Adauto, ex-Ministro, está relacionado como beneficiário do “mensalão”. Isso todo mundo sabe, está aí já provado.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Ele está em Uberaba.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Sim, mas foi Ministro nomeado pelo PL; foi Ministro do Presidente Lula até bem pouco tempo e está relacionado como beneficiário dos recursos do Marcos Valério. A imprensa tem divulgado há muito tempo várias denúncias a respeito de obras superfaturadas do Ministério dos transportes. Isso é velho, não é de agora. O que V. S<sup>a</sup> poderia dizer a respeito disso? Que não conhece?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Eu não conheço, não. Eu quero que o senhor me dê a obra para eu tomar providência. Mande para a Presidência do PL, que eu tomo providência na hora.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Não, mas fica difícil, Presidente Valdemar Costa Neto. Se eu tivesse que mandar alguma denúncia, eu faria ao Ministério Público, pois, não acredito muito na apuração de V. S<sup>a</sup>, que está relacionado como beneficiário desse processo todo. Aliás, V. S<sup>a</sup> já renunciou ao mandato para fugir da cassação, porque já sabia que existe aqui já encaminhado o processo de cassação contra V. S<sup>a</sup>, que não foi só o do Roberto Jefferson.

A própria CPMI dos Correios encaminhou uma lista de Deputados em que foi excluído o seu nome porque V.Ex<sup>a</sup> fugiu, renunciou ao mandato.

Agora, a coincidência, Deputado Valdemar, é que, na realidade, o Partido de V.Ex<sup>a</sup>, que foi eleito, me parece... Tinha quantos Deputados? Dezesesseis, era isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Vinte e seis.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Vinte e seis. Hoje, tem quantos?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Cinquenta.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Esse número aumentou assim somente por uma questão ideológica?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Como é que aumentou esse número de Deputados?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Tempo de televisão e verba partidária.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – E verba partidária. Foi só isso que fez com que...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Você acha pouco?

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – E as votações em plenário que eram todas fechadas.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Todas, rigorosamente. Mais fiéis do que o PT até.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Simplesmente por questão de tempo de televisão e por fundo partidário.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – E por que o senhor queria que fosse?

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Não, eu quero dizer... Quanto V.Ex<sup>a</sup> manda para cada Estado desse Fundo Partidário?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Depende do Estado.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – O Estado de Sergipe.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Sergipe, R\$3 mil por mês.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Três mil reais. Então, R\$3 mil por mês seriam para...

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Pagar aluguel.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Para pagar aluguel. E seria o suficiente? Um partido que recebeu R\$10 milhões, que manda só do Fundo Partidário, que é uma outra conta, a conta do Fundo Partidário... V.Ex<sup>a</sup> comprou esses móveis da sua casa com essa conta do fundo Partidário ou com as contas da contribuição de Deputados e Senadores?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Entreguei todas as notas fiscais aqui, hoje. Comprei todas com a contribuição dos Deputados e Senadores.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Eu sei que é briga de marido e mulher, não quero entrar nesse aspecto. Mas, como testemunha, a ex-esposa de V.Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado, peça a V.Ex<sup>a</sup> que encerre.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Eu vou encerrar. Disse claramente que V.Ex<sup>a</sup> recebia em casa malas cheias de dinheiro. É verdade isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mágoas. Não, isso é bobagem.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – São mágoas somente.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Mágoas.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que magoado, sabe, Deputado Valdemar Costa Neto, se encontra o povo brasileiro porque não consegue arrancar de V.Ex<sup>a</sup> os depoimentos que a gente acha que são verdadeiros. Porque não dá para acreditar nessa versão que é colocada não só pelo Partido de V.Ex<sup>a</sup>, como pelos demais Partidos que estão envolvidos nesse processo.



**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não. Para uma questão de ordem, pelo art. 14.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Sr. Presidente, ainda há pouco, estava no Plenário da Casa e fui chamado porque há um Parlamentar do PT que foi plantado nesta Comissão, o Deputado Valverde, para gerar tumulto e criar confusão. S. Ex<sup>a</sup> citou o meu nome – vou requerer as notas taquigráficas e lê-las – e não estará imune a um processo, a uma apresentação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não foi S. Ex<sup>a</sup>, não. O Senador Romeu Tuma assumiu agora.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Não, estou dizendo S. Ex<sup>a</sup> o Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> está requerendo as notas taquigráficas?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Sim, as notas taquigráficas sobre o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup> o Deputado Valverde.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então V. Ex<sup>a</sup> invoca o art. 14 por ter sido citado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Por ter sido citado.

E quero dizer, Sr. Presidente, que a essa questão ele vai responder no Conselho de Ética da Câmara.

Exijo respeito comigo, porque tenho uma atuação parlamentar de 15 anos nesta Casa, respeitada por todos. E o PT, na pessoa do Deputado, tem que explicar para o povo brasileiro. E estas CPMLs, tanto a CPML do Mensalão quanto a CPML dos Correios, a meu ver, Sr. Presidente, data vênua, estão patinando no foco principal. Não estão indo ao foco principal, que é a corrupção instalada neste Governo, o assalto ao Estado brasileiro patrocinado pelo Partido dos Trabalhadores. Nós estamos fazendo alguns ações na Comissão de Finanças e Tributação, como a convocação do Ministro Antonio Palocci – que convocamos e ainda não veio – para explicar como é que o Delúbio Soares, junto com outros membros do Governo e do PT, pagaram mais de R\$1,5 bilhão para os bancos brasileiros. Dívida antiga de serviços prestados pela Previdência que os bancos não estavam cobrando. Tem que dizer como é que o Partido dos Trabalhadores estava tomando dinheiro do povo brasileiro para financiar os Deputados que se venderam nesta Casa. É isso que o PT tem que explicar, o PT e o Deputado Eduardo Valverde. Têm que explicar o cartão de crédito corporativo, Sr. Presidente. Esse cartão de crédito corporativo, que é simplesmente uma aberração. Sacar dinheiro à vista para pagar para despesa pessoal!

Nós estamos já entrando com um pedido também para aditar o pedido que o Senado fez ao Tribunal de Contas da União, para que faça uma auditoria e não deixe pedra sobre pedra.

Queremos, Sr. Presidente, esclarecer por que o Governo do PT sacou quase R\$7 milhões, só este ano, para pagar despesas pessoais de membros do Governo.

Sr. Presidente, quem tem que explicar nesta Casa por que está roubando o povo brasileiro é o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado, eu queria apenas ressaltar...

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Deputado, se vale pela ordem, eu também vou pedir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dá licença, o Presidente está com a palavra agora. Vocês me permitem? Senão tomem o lugar aqui, venham sentar e ocupem o meu lugar. Estou pedindo licença para dar uma satisfação ao Deputado.

A maioria dos parlamentares está lutando para não patinar. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> não generalizasse. Bom, estou inteiramente, tenho um respeito enorme, sei da sua luta, da sua disposição de ver toda a verdade aparecer.

E, é claro, determino à Secretaria que imediatamente requeira as notas taquigráficas e que sejam fornecidas ao Deputado Pauderney, para que V. Ex<sup>a</sup> tome as medidas.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Fui citado, preciso...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, ele respondeu a uma saudação.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Não, ele me atacou.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Ele não respondeu, ele atacou.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – O Pauderney Avelino, não precisa lá não, eu tenho aqui um livro. Consta aqui nesse livro aqui o seu nome. Está aqui o seu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Relator vai falar um minutinho, sem seguida...

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Quem tem que ficar preocupado é o Ricardo Sérgio, que está sendo convocado também para dar o seu depoimento aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Inclusive, consta aqui como operador de... Está aqui no livro. Te dou de presente o livro na quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Um minuto, que eu vou passar a palavra ao Relator. Em seguida, o Relator.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Já requeri as notas taquigráficas, Deputado.

**O SR. (Orador não identificado)** – É só para dar uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. (Orador não identificado)** – É que está havendo votação nominal na Câmara e os Srs. Parlamentares devem quitar. O painel está aberto para votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito. Os Srs. Deputados que quiserem se retirar, estejam à vontade.

Não foi solicitada a suspensão da CPML.

Passo a palavra ao Sr. Relator; em seguida, ao Deputado Valverde.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Apenas para explicar que o requerimento do Deputado Pauderney Avelino já foi atendido pelo Sr. Presidente. Nada, portanto, que opinar a respeito.

Mas quero registrar que S. Ex<sup>a</sup> se engana ao dizer que esta Comissão está patinando no seu objetivo. O objetivo desta Comissão não é absolutamente apurar o comportamento do Governo do Presidente Lula. Os objetivos desta Comissão são dois, segundo o que foi estabelecido no documento de sua constituição, assinado e publicado pelo Sr. Presidente do Congresso Nacional: é para apurar possível compra de votos na reeleição do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso e para apurar compra de votos para votar a favor do Governo Lula, a partir da posse deste. São esses os dois objetivos que estamos perseguindo.

É claro que outra e qualquer ilicitude que venha a público é do nosso dever nos preocuparmos com ela. Mas temos feito todo o possível para orientar a linha de apuração no sentido desses dois objetivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senhores reinscritos. Eu queria informar que terão três minutos aqueles que se inscreveram.

Como titular, Deputado José Rocha, por três minutos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor conseguiu lançar direitinho, Deputado? Conseguiu lançar direitinho? Gostei da sua reclamação,

que foi importante para nós aqui, para não falharmos na próxima vez. O tempo pode ser marcado agora.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Está bom, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O lanche da tarde já está aqui, já estão me avisando. Se alguém quiser.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, teria aqui mais duas perguntas a fazer ao ex-Deputado Valdemar da Costa Neto.

A primeira, indagar de V. S<sup>a</sup>, Valdemar Costa Neto... V. S<sup>a</sup> insiste na tese de que nenhum parlamentar teria recebido qualquer recurso advindo do esquema de Delúbio/Marcos Valério, não é isso?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Afirmou mais, tudo foi gasto na campanha presidencial de 2002.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Em assim sendo, pode-se concluir que os únicos beneficiários de todo esse esquema foram os atuais Presidente e vice-Presidente da República?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Foi, foi para a campanha do Lula.

Só para complementar, Deputado José Rocha, eu não tenho o menor preocupação com essa afirmação, depois que o Delúbio assumiu o caixa 2 de campanha. Enquanto ele não tinha assumido o caixa 2 de campanha, eu não tinha me pronunciado. Ele assumiu o caixa 2 de campanha. Falou que pegou R\$35 milhões para pagar as dívidas não contabilizadas. Foi aí que eu pude fazer essa declaração. Eu não tinha feito isso porque não queria incriminar ninguém. Estava aguardando. Isso já está definido. Foi para a campanha. Eu entendi a sua pergunta. Foi para a campanha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> participaria de outra coligação partidária com o Partido dos Trabalhadores?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Participaria.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Por quê?

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Porque o PT tem quadros excelentes, tem gente altamente qualificada, gente do mais alto gabarito.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas V. S<sup>a</sup> tratou com pessoas que não eram desse nível.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, deu tudo errado. Eles não tinham experiência. A campanha nacional... Apesar de o Lula ter participado de outras campanhas nacionais, ele nunca teve a chance de ganhar uma eleição. Nessa campanha, estava escrito que ele ia ganhar a eleição. O povo do PT sentiu isso. Os candidatos ao governo do Estado, quer dizer, todos

iam buscar recursos em São Paulo. Não é possível que alguém pudesse resistir a isso. Eu vi que isso não ia dar certo. Mas não esperava que acabasse desse jeito. Há no PT gente da mais alta qualificação. É uma pena que eles não tenham acertado. Eu lamento esse erro que eles cometeram na campanha. Eu lamento.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu agradeço ao ilustre Presidente e me dou por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu é que agradeço a V. Exª por ter ...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, para um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agora é a Senadora Ana Júlia.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, para um requerimento.

Eu requeiro também as notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado Pauderney, porque ele disse que havia Deputados que se renderam. Nós queremos que ele diga quais são os Deputados que se venderam. Senão, nós iremos representar também no Conselho de Ética contra o Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma-PFL – SP) – Caro Deputado, assim que a Secretaria dispuser das notas taquigráficas, elas serão distribuídas a todos os Parlamentares desta Comissão, com o apoio do Sr. Relator, acredito.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar ser breve. Tive outras atividades em Ministérios e não pude estar aqui. Na verdade, esta seria a minha primeira reinscrição, mas, mesmo assim, vou respeitar o tempo.

Sr. Relator, Sr. Valdemar Costa Neto, quero só fazer um registro breve. O PL, principalmente na campanha que participei, me deu uma contribuição que para mim foi a mais importante. Ou seja, conhecer melhor a Drª Avelina Hesketh, que foi candidata a vice junto comigo.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – É verdade.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Trata-se de uma advogada, que foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Pará, uma mulher honrada, uma mulher correta, uma mulher lutadora e que, com certeza, honra o nosso povo e as mulheres do nosso Estado.

Deputado Valdemar, V. Sª já falou aqui tantas vezes, mas as pessoas insistem e até porque nós conhecemos também algumas táticas. Muitas vezes é repetir, repetir à exaustão algumas ilações elas acabam se transformando em verdades. Nós sabemos como as coisas funcionam. Tem gente que não quer que se diga que aqui se examina compra de votos ou recebi-

mento de vantagens não só de agora, mas de antes. Se acontecer qualquer outra, nós vamos examinar. Essa é a verdade, seja de quem for. Nós não estamos aqui para abafar absolutamente nada, de partido nenhum. Mas não me venham dizer, como dizem Deputados do PSDB: Mas quando é da **Carta Capital** sobre a compra de votos do Fernando Henrique... Aí é um absurdo, é ilação. Quer dizer, algumas agora se transformam em verdade absoluta. Pode ser bandido que fale, podem ser as maiores ilações que se transforma em verdade, mas, para alguns, a mesma imprensa que dizia outras coisas, aí já não é mais verdade, aí já vira tudo ilação. Mas, a gente não deve ter dois pesos e duas medidas. Um erro não justifica o outro erro. Por isso que sempre digo e repito: para passarmos o Brasil a limpo não basta varremos a sujeira de agora. Ou nós varremos a sujeira das últimas décadas deste país ou seremos cobrados pela sociedade. Então, eu queria lhe fazer e também, se não fizermos, uma reforma política. Pelo menos uma coisa que dê resposta, Senador Romeu Tuma, como estamos fazendo agora, para acabar com uma prática que se tornou comum, na verdade, na grande maioria das campanhas, na grande maioria dos Partidos. Não vamos aqui tentar ser hipócritas, que é a situação de muitas coisas que vêm na campanha e que não são contabilizadas, sabemos disso. Basta as pessoas irem ao Tribunal Regional Eleitoral. Está na Internet, vejam a prestação de contas das campanhas, lembrem no seu Estado e avaliem se isso é real, é só isso. Não estou aqui dizendo que seja de um ou de outro; estou dizendo que se transformou numa prática comum, o que não quer dizer que seja correto, como não é correto também se avaliar apenas a prática de alguns Partidos. Eu queria lhe perguntar, Deputado: falou-se muito nesse repasse de recursos, mas há duas coisas que não consigo entender. Uma é que, se o repasse de recursos era para que aquele parlamentar votasse de acordo com o Governo, primeiro, por que, então, teve parlamentar do Partido dos Trabalhadores que recebeu? Inclusive, parlamentares absolutamente fiéis ao Governo. E só alguns, nem eram aqueles que não votavam com o Governo. Esses que não votavam com o Governo, com certeza, nenhum deles recebeu. Mas, então, qual era a lógica, Deputado? Segundo, V. Exª tem conhecimento de algum recurso que tenha vindo do exterior? Então, de qualquer jeito, quero fazer essa pergunta. E, se isso é assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, eu pediria que a Senhora...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – A última pergunta. O PTB também recebeu, e o Deputado Roberto Jefferson fala que não, que o PTB não. Que o do PTB era para ajudar a filha de não sei quem, do

motorista... Por isso, está tudo bem, era para fazer campanha eleitoral, mas não vou dizer para quem vou dar, para quem dei. Dei, distribuí os 4 milhões, é só procurar nas campanhas do PTB, provavelmente nas vencedoras, mas quero entender essa divergência, Deputado, porque acho que precisamos, sim, dar uma resposta, mas não podemos ser, com certeza, incoerentes. E sou, com muito orgulho, do PT. Vamos ter eleição direta no Partido, no dia 18, pretendemos mudar a direção do Partido. O meu candidato a presidente do PT chama-se Raul Ponte.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senhor tem alguma coisa a esclarecer? Por favor.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Senadora Ana Júlia, quanto ao mensalão, isso nunca existiu no Congresso Nacional. Não tem sentido você dar mensalão para o João Paulo, para o Paulo Rocha, para o Luizinho. Não existe uma coisa dessas. A gente sabe que isso não é verdade, que isso nunca aconteceu. Quanto a recursos do exterior, nunca recebemos um tostão, nunca soube que o PT tenha recebido também.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado Mauro, queria apenas fazer um esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>, pedindo desculpas, mas aqui tem a lista do PMDB. Deputados titulares: João Correia, Gastão Vieira e Wladimir Costa. Suplentes: Mauro Lopes, José Divino e Darcísio Perondi. Então, o Senador, anotou corretamente. Eu queria saber se tem de alterar...

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Só para explicar a V. Ex<sup>a</sup>. Houve um pedido do Gastão para que ele fosse titular por um dia e isso foi ontem. Que ele fosse titular por um dia para que ele pudesse fazer intervenções. Que eu retornasse... Então, já foi assinado pelo Presidente, mas isso não é o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – É que não foi lido em plenário. Só queria que V. Ex<sup>a</sup> entendesse que não fiz nenhuma descortesia a V. Ex<sup>a</sup>. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, a partir de agora, por 3 minutos. Vamos corrigir isso assim que for lido no Plenário.

**O SR. MAURO LOPES** (PMDB – MG) – Sei da estima que o Senhor tem por mim, que é a mesma que tenho pelo senhor. Sr. Presidente, Sr. Relator, Valdemar, meu amigo Valdemar. Sou seu amigo, gosto de você, tenho muita estima por você e não quero fazer nenhuma pergunta. Quero dizer do momento por que estamos passando neste Congresso Nacional.

Nós, mineiros... tem aqui o nosso Relator Ibrahim Abi-Ackel, conduta ilibada, homem respeitado em Minas Gerais; José Santana já foi presidente da Assembléia Legislativa; Mário Assad Júnior. Temos 53 Deputados de Minas Gerais e eu, depois de cumprir 35 anos de serviço público, com muita honradez e seriedade,

achei que eu poderia continuar servindo ao País aqui no Parlamento. Trabalhamos juntos quando foi diretor-geral da Polícia, do DPF. Sempre me senti feliz nesta Casa, mas estou chocado, chocado pelo momento que estamos vivendo neste País, do chamado Mensalão. Inclusive a mídia, as empresas de publicidade já estão colocando outdoors em Belo Horizonte, fazendo propaganda de produtos, já utilizando o termo mensalão; já estão fazendo isso. Então, a nossa situação no Congresso Nacional está muito difícil, mas eu tenho certeza absoluta nos presidentes, o Augusto Botelho, Amir Lando, o Romeu Tuma, que são os presidentes e vice-presidentes, e o nosso Relator Ibrahim Abil-Ackel, eu tenho certeza. Mas a gota d'água, o sentimento pelo Parlamento, que está desacreditado perante o povo brasileiro, a gota d'água ocorreu na sexta-feira, quando eu fui à festa do dia da cidade de Cantagalo, depois de Guanhões, uma festa muito grande, em que o prefeito resolveu fazer um rodeio, já que está na moda por causa dessa novela América. Havia mais de dez mil pessoas lá. Ele convidou para que fossem até o picadeiro os vereadores, os prefeitos da região e os dois Deputados majoritários, eu e o Gustavo Valadares. Nós fomos lá e começou o animador do programa, desse rodeio, eles falam muito bem, começou a fazer aquela animação toda e começou o espetáculo pirotécnico. Nisso, vem uma andorinha de fogos de artifício, vai e desce ali um painel com a imagem de Cristo. Aquilo para sensibilizar o povo, eles começam assim. Depois começou a Nossa Senhora Aparecida, cantou-se exatamente a homenagem a Nossa Senhora Aparecida, o povo consternado com aquilo, feliz de ver aquela beleza de espetáculo pirotécnico. Quando vem aquela cascata de fogos, o povo todo, impressionado com aquilo, disse assim: olha, minha gente, enquanto o mensalão em Brasília está envergonhando todo o nosso povo brasileiro, este Prefeito está fazendo esta bela festa para o povo com esta cascata.

Eu ali, no meio do picadeiro, com dez mil pessoas, não sabia o que fazer. Não é usual alguém falar, esta hora apresenta, sai e ficam ali os peões. Pedi a palavra, tive a coragem de defender este parlamento. Pedi a palavra ao Prefeito e me inspirei em Cristo, que estava realmente, aquele painel que desceu naquela hora e eu disse: Cristo que ali está, foi crucificado para salvar a Humanidade; Tiradentes foi esquartejado em praça pública para salvar o nosso País; e nós, os Deputados, estamos trabalhando em Brasília, cortando na nossa própria carne, neste momento difícil, inclusive faço parte da Comissão, e vamos apurar tudo, queremos a verdade para mostrar ao povo o valor do Parlamento, porque esta cidade pequena que aqui está tomando água inservível, com coliforme fecal, este Deputado

que aqui está, conseguiu, com o Governo do Estado, recursos e estão colocando água tratada para o povo. O Deputado Valadares trouxe uma ambulância. Então, o Deputado é importante para os Municípios pequenos. Essa é a importância da presença do Deputado em Brasília, para, realmente, ajudar o povo que representa, o povo do interior, tão sofrido.

Por isso precisamos resgatar esse valor dos parlamentares. E lá eu estou trabalhando. Vamos, realmente, mostrar para o povo brasileiro a verdade dos fatos que ocorreram, de denúncias, e que até agora não tem nada apurado. Mas tenho certeza de que nós conseguiremos. Vamos continuar defendendo os brasileiros, principalmente os pequenos Municípios.

Então tenho certeza, acredito Valdemar, já fui coordenador de campanha de Governador de Estado e de Presidente da República, e sei que se gasta muito dinheiro. Não é fácil. Em uma campanha para Presidente da República é muito cara, gasta-se muito. E tenho certeza, desde o início do seu pronunciamento, você prometeu, inclusive, apresentar as despesas dos R\$6,5 milhões. Talvez, você não fez ainda antes por causa da denúncia do Delúbio, dizendo que eram recursos que estavam, realmente, não contabilizados. Mas tenho certeza de que V. Sª vai trazer essa comprovação.

Eu nunca ouvi falar em mensalão. Pelo contrário, eu pago mensalão ao meu partido, é descontado na minha conta. São R\$680,00 por mês. Todo mês eu pago e nunca ouvi falar em mensalão nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Deputado, por favor. Acho que tem nada a responder.

Deputado Mauro, o senhor falou em Cristo. Eu estava na Penha há três semanas atrás, é claro que choca a gente algumas coisas que se ouve na rua. Eu, graças a Deus, estou sendo tratado com muito respeito. Mas uma senhora, bem vestida, na igreja da Penha, disse assim: doutor, primeiro fuzila, depois pergunta o que eles fizeram. Este é o sentimento que tem hoje na população. Eu me choquei. Vamos com calma, vamos apurar e tal. Primeiro fuzila, depois pergunta o que eles fizeram.

Há uma amargura profunda na sociedade. Se nós não buscarmos o esclarecimento, eles vão nos fuzilar primeiro, desculpa.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. Depois eu pergunto se o Deputado Valverde está reinscrito e Jungmann não se encontra presente. V. Exª será o último, desculpa, porque já dei a palavra a Pompeo de Mattos.

Como penúltimo inscrito, tem V. Exª a palavra por três minutos – mas será descontado.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Está bem.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, peço escusa porque não componho aqui como membro esta CPMI da Compra e Votos, do Mensalão, os nomes aí estão complicados. Faço parte da CPMI dos Bingos.

Mas venho aqui para fazer um questionamento que entendo necessário e importante, não sem antes fazer um comentário. Vendo tudo que vejo aqui, que é um pouco reprise do que acontece lá na CPMI dos Bingos. Vendo o PFL se queixar do PT, enfim, a briga do Governo Fernando Henrique com o Governo Lula. Não, tu que é corrupto, o outro que é corrupto. Isso que passa para a opinião pública. As pessoas vão dizer assim: mas você merece. Os dois têm razão. Cada um deles é corrupto por conta da corrupção que conta.

O PDT apresentou, inclusive, uma CPI para investigar a compra de votos do Governo Fernando Henrique Cardoso. O PSDB e o PFL não deixaram investigar. Aí passou, o tempo arroudeou, o mundo deu volta e chegou a mesma CPI no Governo do PT. E o Governo do PT não deixou também investigar a compra de votos do Fernando Henrique, porque está lá a CPI ainda na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas agora nós estamos nesse episódio, onde dá para nós passarmos a limpo o País. E não podemos perder essa oportunidade. Queremos fazer a CPI não contra o PT, nem contra o PMDB, nem contra...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado, com licença. Peço silêncio, por favor. Insisto no silêncio, para que o parlamentar possa ser ouvido e compreendido pelo depoente. Será descontado o seu tempo.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Muito obrigado.

Nós não queremos fazer CPI nem contra PT, nem contra PMDB, PL, PSDB. Não é contra partido, é contra a corrupção. Esteja ela onde estiver. Onde ela estiver nós vamos bater. Não importa. Essa é a visão que o PDT tem trazido na CPMI dos Correios e traz aqui na CPMI, enfim, do mensalão. Não sei se há “mensalão”, não sei, mas com certeza houve recursos captados para pagar contas velhas de campanha. Recursos que foram disponibilizados no cotidiano, que Deputados sacaram, e, com certeza, estavam preparando um caixa três, não é mais caixa dois, para a próxima eleição, porque viria milhões em cima disso. Quero deixar aqui a pergunta, fazer só uma pergunta ao ex-Deputado Valdemar Costa Neto, dizendo que lá no meu Estado, Rio Grande do Sul, o PDT e o PL fizeram uma coligação em 14/07/04, candidato a Prefeito Deputado

Estadual Carlos Eduardo Vieira da Cunha. Foi firmado um documento assinado pelo Dr Mateus, Nereu Dávila, os representantes do PDT, Paulo Gouveia, Almerindo da Rosa Costa e Valdir Caetano, Deputado Paulo Gouveia, Presidente Estadual do PL. Acertaram, fecharam, documentaram, coligaram. Coligação feita, qual é a surpresa? Passados poucos dias, veio a notícia de que estiveram aqui em Brasília dirigentes do PL gaúcho e conversaram, após uma reunião entre o Presidente do PL Nacional Valdemar Costa Neto e o José Genoíno, se reuniram aqui, e em função disso que a coligação lá estaria melada, não sairia mais a coligação, houve uma pressão da cúpula nacional do PT em cima do PL, e que o Deputado Valdemar Costa Neto disse que não tinha como suportar as pressões e tiveram que voltar atrás. Dizem que tomaram a faca no peito. Essa é a notícia. E o Deputado Valdemar Costa Neto tinha uma notícia desagradável para dar aos integrantes do Partido do Rio Grande do Sul. Sei que será um tiro no peito mas não temos outra opção, argumentou o Presidente estadual, segundo Caetano, quando chegou a Porto Alegre. E ele se queixava porque tinha tido a liberdade de fazer a coligação e quando chegou aqui a coligação foi melada por decisão do Presidente do Partido Nacional Valdemar Costa Neto.

Queremos, na verdade, Sr. Valdemar Costa Neto, resgatar isso até a bem da verdade, porque o senhor disse que recebeu dinheiro do PT, teve promessas de receber dinheiro do PT, fizeram, na verdade, a coligação, mas também com um dinheiro de R\$10 milhões, que selava essa coligação, fizeram um negócio, e aqui me parece que é um outro negócio, foi feito um negócio em dinheiro para fazer a coligação, e a pergunta que quero fazer é se houve dinheiro para desfazer a coligação do PL do Rio Grande do Sul com o PDT e depois fechar essa coligação do PL do Rio Grande do Sul com o PT gaúcho.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Deputado Pompeo de Mattos, não foi um negócio que eu fiz com o PT, o senhor não viu isso aqui de manhã... isso foi publicado no dia 21 de junho de 2002.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Eu diria um negócio aberto.

**O SR. VALDEMAR COSTA NETO** – Não, fizemos um acordo político. O caixa de campanha, contribuímos com o caixa de campanha. Acontece que tinha solicitado a todos os presidentes dos diretórios regionais, e isso de certa forma o Paulo Gouveia não teve culpa, que não fizessem as coligações nas capitais antes de consultar a Nacional. O Genoíno veio para mim com uma proposta se eu podia acertar Porto Alegre, eu falei que não. Tínhamos mais dez coligações acertadas com o PT. Ele me falou que não iam poder fazer se

não fizessemos Porto Alegre, tive que sacrificar Porto Alegre em benefício de dez cidades. Paulo Gouveia não teve culpa.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Segundo Caetano, que é o Presidente do Diretório Municipal do PL em Porto Alegre disse assim: Costa Neto virá a Porto Alegre na próxima semana explicar os termos da conversa que teve com a Direção Nacional do PT. Até porque a confusão foi feita por ele que havia nos liberado para coligar com quem quisesse, só depois desse acordo, desse acerto, fechamos com o PDT, sustentou o dirigente, ou seja, que havia uma liberação, são palavras do dirigente do seu partido, havia uma liberação, fizeram a coligação, estava tudo acertado, depois eles vieram... aliás eles dizem coisas que não dá para publicar aqui, lá Rio Grande do Sul, tinha dinheiro, rolou dinheiro nesse acordo, melaram o acordo. Enfim quero saber a sua palavra, se teve dinheiro nesse acordo, porque para fechar o acordo com o PL e o PT nacional houve, além do acerto político, houve o acerto financeiro, não vou entrar no mérito se é legal, se é formal, moral, se é ilegal, se engorda, como diria o Roberto Carlos. Não vou entrar no mérito. Só que aqui houve uma manifestação, uma ação deliberada, afirmativa, positiva da Direção Nacional do Partido para desfazer um acordo firmado, legalizado, assinado, subscrito ou seja, eles tiveram que cuspir e lambem no que fizeram, porque ficou muito feio para os dirigentes do PL no Rio Grande do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputado, por favor, só para ter a resposta e encerrar.

**O SR.** – Não houve acordo financeiro, o PL não faz acordos financeiros com nenhum partido e com nenhum deputado.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Qual é o acordo que houve nesse caso? Só para eu concluir.

**O SR.** – Trocaram Porto Alegre para dez cidades para nós.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Quais foram as dez cidades?

**O SR.** – Ah! Não sei, preciso levantar isso aí, mas muitas, inclusive Mogi das Cruzes, a minha.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – O senhor apontaria na CPMI quais foram as que foram trocadas?

**O SR.** – Mogi das Cruzes, já estou dando a primeira, mas preciso levantar as outras. Fizemos coligações em vários lugares, fizemos inclusive coligações...

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – ...até para termos essa leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, como último inscrito.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Obrigado pelo Senador, e não sou Deputado ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Exª já é Deputado.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Pois é. Aumentou minha patente aqui. Agradeço aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É que a gente está tão acostumado a falar com os Senadores. Aliás, não é nenhuma desonra.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Não, para mim seria uma honra. Afinal quase fui Senador por uma hora, só não fui porque eu seria aquela décima, centésima assinatura em 2000. Cheguei no Senado para assumir o Senado e, em função de faltar uma assinatura para instalar a CPI da Corrupção, em meia hora o TSE baixou uma liminar suspendendo a posse e cassando a diplomação. Então esse foi o prêmio que recebi por declarar que ia assinar a CPI da Corrupção em 2000.

Mas a questão que levanto aqui agora, aqui não é uma casa de monge tibetano desmemorizados, aqui são políticos, Deputados e Senadores que têm memória. E a CPMI tem um objeto, investigar a compra de votos. E aquilo que falei no meu pronunciamento no começo, eu só tinha apenas cinco minutos, ele foi registrado nesse livro que foi editado aqui pela Fundação Perseu Abramo, na qual consta que o jornalista Fernando Rodrigues recebeu fitas, na época, onde transcrevia uma negociação com interlocutores do governo e com Deputados da Bancada do Acre. Estava na fita. E que nessa intermediação entrava o Governador do Amazonas, Amazonino Mendes, o Governador do Acre, Orley Cameli, na época, do PFL, e, no ápice do triângulo, o Sérgio Mota. E quem quisesse também entrar nessa panela era só procurar o Deputado Pauderney Avelino. Isso consta aqui, escrito nessa publicação. E consta nas fitas que a revista **Veja** divulgou na época. Então isso não é novidade. Não podemos esquecer, passar a borracha. Aquele sentimento que tem a população de impunidade é que favorece a conduta irregular. A população quer ver ação, quer ver punição, quer ver um resolver um problema que não é de agora, é um problema de década, em função de uma prática política.

Um outro fato também importante, porque se estamos hoje investigando o Valério, vamos também relembrar um pouco de Sérgio. O Ricardo Sérgio era operador dos fundos de pensão e vamos ter oportunidade amanhã, ao indagar os presidentes de fundos de pensão, de saber como é que funcionava isso na

época, porque os fundos de pensão foram utilizados para comprar a Vale do Rio Doce e as Teles, e essas empresas foram as principais financiadoras da campanha de 1998. Ricardo Sérgio deixou de ser um simples funcionário e passou a ter um patrimônio superior as suas posses. Isso tem que ser desvendado. Buscou-se instalar CPIs para investigar isso e não foi possível. Não nos foi possível investigar. Muita coisa ficou debaixo do tapete. E agora tem uma CPMI para investigar a compra de votos. Então vamos utilizar este momento por que o País passa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Deputado, pediria, por favor. O senhor não tem perguntas ao..

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Não

tenho, Sr. Presidente. Quero só concluir.

Não foi o Presidente Lula que deu um bilhão e seiscentos para o Banco Marka e FonteCindam para permitir que Cacciolla esteja hoje lá na Itália. Não somos favoráveis à relação não correta com o sistema financeiro. Quem teve essa relação espúria com o sistema financeiro não fomos nós. Os fatos da História estão aí para constar. E não podemos ser desmemorizados e esquecer o passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Deputado.

Eu pediria a Secretaria, por favor, o Secretário. Apenas como não há mais nenhum inscrito, eu queria ver se há algo a tratar. (Pausa.)

Então, não havendo mais nada a ser tratado, nenhum orador inscrito, comunico aos Srs. Parlamentares e as Srªs. Parlamentares que a reunião será amanhã às 11 horas e 30 minutos, com muita honra para esta Presidência.

Agradeço a compreensão e a confiança.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19 horas e 47 minutos.)*

#### ATA DA 13ª REUNIÃO – REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2005

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e quarenta e três minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, João Batista da Motta, Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Daniel Almeida, Iriny

Lopes, Gastão Vieira, Antonio Carlos Mendes Thame, Marcus Vicente, Neucimar Fraga e Perpétua Almeida; e como parlamentar não-membro o Deputado Babá, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 13ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a presente reunião se destina à oitiva dos representantes dos fundos de pensão PETROS, FUNCEF e PREVI. Os Senhores Wagner Pinheiro de Oliveira, Guilherme Narciso de Lacerda e Sergio Ricardo Silva Rosa, presidentes dos fundos respectivos, são convidados para compor a mesa. Como decidiram apresentar-se espontaneamente para depor, solicitam que essa reunião ocorra de forma reservada. O Presidente concorda com o pedido e solicita que permaneçam na sala de reuniões apenas os parlamentares membros. Encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e cinco de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

NÃO FORAM EDITADAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS PORQUE A REUNIÃO FOI RESERVADA.

#### ATA DA 14ª REUNIÃO – REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2005

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e quarenta e três minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Wellington Salgado de Oliveira, Ney Suassuna, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Sérgio Guerra, Valdir Raupp; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Ar-

naldo Faria de Sá, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, José Divino, Darcísio Perondi, Antonio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo e Carlos Dunga, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 14ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação dos requerimentos apresentados pelos membros desta CPMI. O Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, o qual apresenta ponderações a respeito dos requerimentos a serem apreciados. Foram colocados em votação e aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento 5**, apresentado pelo Dep. José Rocha, que requer a convocação do Sr. José Genoíno; apresentados pelo Sen. José Jorge: **Requerimento 121**, que requer a transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico das empresas Duda Mendonça & Associados Ltda e CEP – Comunicação e Estratégia Política e de seus sócios José Eduardo Cavalcanti de Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira; **Requerimento 161**, que requer a transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico do Deputado José Genoíno; **Requerimento 215**, apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário e fiscal da Bras Telecon Ltda; **Requerimento 228**, apresentado pelo Senador Sibá Machado, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário e fiscal da Brastev Ltda.; **Requerimento 248**, apresentado pelo Senador João Batista Motta, que requer a transferência – quebra de sigilo fiscal e bancário da Empresa Athenas Trading; **Requerimento 321**, apresentado pelo Deputado Raul Jungmann, Deputado Fernando Coruja, Deputado Júlio Redecker, Deputado Moroni Torgan, Deputado João Correia e Deputado Darcísio Perondi, que requer a convocação do Deputado Pedro Corrêa; apresentados pelo Dep. Júlio Redecker: **Requerimento 368**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor Valdemar da Costa Neto; **Requerimento 369**, que requer a transferência – que-



bra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Jacinto Lamas; **Requerimento 370**, apresentado pelo Deputado José Rocha, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos senhores José Dirceu, Sílvio Pereira, Delúbio Soares e José Genoíno; **Requerimento 381**, apresentados pelos Deputados Moroni Torgan, Júlio Redecker e Darcísio Perondi, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Delúbio Soares; apresentados pelo Deputado Moroni Torgan: **Requerimento 384**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Geap; **Requerimento 385**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Funcef; **Requerimento 386**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Eletros; **Requerimento 387**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Previ; **Requerimento 388**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Serpros; **Requerimento 389**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Sistel; **Requerimento 390**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Centrus; **Requerimento 391**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Postalís; **Requerimento 392**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Petros; **Requerimento 393**, que requer a transferência – quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Portus; **Requerimento 419**, apresentado pelo Sen. Eduardo Suplicy, Dep. Odair Cunha, Dep. Moroni Torgan, Dep. Luís Couto, Dep. Fernando Coruja, Sen. Sibá Machado, Dep. Devanir Ribeiro, Dep. Eduardo Valverde, Dep. Júlio Redecker, Dep. Luiz Antônio Fleury e Dep. Darcísio Perondi, que requer a convocação do Sr. Daniel Dantas – empresário – controlador das empresas Telemig Celular, Amazônia Celular e a Brasil Telecom – sobre os vultosos repasses de recursos que depositaram nas contas das empresas DNA e SMP&B; **Requerimento 433**, apresentado pela Deputada Iriny Lopes, que requer a convocação do Sr. Daniel Dantas – empresário – controlador das empresas Telemig Celular, Amazônia Celular e a Brasil Telecom – sobre os vultosos repasses de recursos que depositaram nas contas das empresas DNA e SMP&B; **Requerimento 434**, apresentado pelo Sen. Heráclito Fortes, Dep. José Carlos Araújo, Dep. Moroni Torgan, Sen. Rodolpho Tourinho Dep. Eduardo Valverde, Dep. Devanir Ribeiro, Sen. Augusto Botelho e outros, que convida o Sr. Gustavo Marin, presidente do City Group do Brasil; apresentados pelo Dep. Ibrahim Abi-Ackel: **Requerimento 438**, que requer informações ao Banco de Minas Gerais, BMG, da íntegra da petição

inicial e do requerimento que acompanham da ação de cobrança por ele movida contra o Sr. Marcos Valério; **Requerimento 439**, que requer a transferência – quebra de sigilo Banco Rural informações dos débitos do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, nelas incluídas os prazos de vencimento, valores atualizados, resgates eventuais e seus respectivos montantes, e, ainda, quais as providências tomadas para quitação dos mesmos; **Requerimento 440**, que requer ao Marcos Valério Fernandes de Souza a íntegra da petição e dos documentos que acompanham a ação de cobrança por ele movida contra o Partido dos Trabalhadores; **Requerimento 442**, que requer a convocação dos Srs. Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente do Fundo de pensão PETRUS, Guilherme Narciso de Lacerda, Presidente do Fundo de Pensão FUNCEF, e Sérgio Ricardo Silva Rosa Presidente do Fundo de Pensão PREVI; **Requerimento 444**, apresentado pelo Sen. Rodolpho Tourinho, que requer diversas informações ao Ministro da Previdência e Assistência social, Sr. Nelson Machado (obs.: requerimento lido integralmente no plenário); **Requerimento 445**, apresentado pelo Dep. Darcísio Perondi, que requer a transferência – quebra de sigilo ao BNDES para que remeta num prazo de 7 dias todos financiamentos feitos nos países da América Latina nos últimos 30 meses e respectivas empresas vencedoras de obras; **Requerimento 463**, apresentado pelo Dep. Marcus Vicente, que solicita informações aos Fundos de Pensão da PRETOS, FUNCEF e PREVI – várias informações sobre aplicações em renda fixa dos últimos 5 anos e aplicações em Renda Variável dos últimos 5 anos e aplicações no segmentos de Imóveis e Outras Participações dos últimos 5 anos; **Requerimento 482**, apresentado pelo Sen. Eduardo Suplicy, Dep. Odair Cunha, Dep. Devanir Ribeiro, Dep. Agnaldo Muniz e outros; que requer a convocação do Sr. Sérgio Spinelli Silva Jr., procurador legal do Citigroup Venture Capital International Brazil LLC, responsável pelo Fundo Estrangeiro que participa da cadeia de controle da Brasil Telecom. Os requerimentos de quebra de sigilo foram aprovados mediante votação nominal, obtendo vinte e dois votos favoráveis. Os demais foram aprovados mediante votação simbólica. Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Agnaldo Muñoz, Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Eduardo Suplicy, Fernando Coruja, João Correia, José Carlos Araújo, Júlio Redecker, Luiz Couto, Moroni Torgan, Ney Suassuna, Odair Cunha, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Wellington Salgado de Oliveira, Wladimir Costa, Zulaiê Cobra, Darcísio Perondi, Heráclito Fortes, José Divino, Sérgio Guerra e Zico Bronzeado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco mi-

nutos, convocando-se a próxima reunião para o dia trinta de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental para a abertura da reunião, embora sem quórum para votação, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 7, de 2005, que se destina à apuração de ilícitos sobre a compra de votos.

Constam na pauta vários requerimentos. Aguardaremos, então, a presença dos Srs. Parlamentares para podermos deliberar sobre eles.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, podemos discutir alguns assuntos internos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em primeiro lugar, vão conceder a palavra à Deputada... Não precisa haver nenhuma celeridade porque vamos dar a palavra praticamente a todos. São tão poucos os que aqui estão!

Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra e, em seguida, ao Deputado Moroni Torgan.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É só uma questão técnica, Sr. Presidente. O nosso assessor precisa digitar uma petição, que solicitei a ele que redigisse, mas ele está com dificuldade de acesso à Secretaria. Solicito permissão a V. Exª para que ele possa digitar a petição na Secretaria da Comissão, senão ele terá que se deslocar até o gabinete. Isso é possível? (Pausa.)

Então, está bom. Está liberado o nosso assessor para digitar a petição.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Presidente. Já existe requerimento formal para a convocação dos presidentes de fundos de pensão?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não existe até este momento... Não, não existe, sim. Vamos ver a relação. Há aqui o requerimento dos fundos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Existe um requerimento para a quebra de sigilo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A convocação é para a reunião de quarta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Existem aqui requerimentos diversos nesse sentido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Existe requerimento formal para a convocação dos presidentes dos três fundos de pensão?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou fazer uma verificação aqui e lhe direi. Para mim, existem. Seria feito hoje aqui esse requerimento pelo Relator.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Acho que essas coisas, Presidente, têm que ficar claras.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, V. Exª não queira agora fazer nada porque falamos que seria feito aqui formalmente... O Relator, ontem, já fez esse requerimento verbal; S. Exª vai formalizá-lo, não há nenhum problema.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim, mas tem que formalizar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas o Relator pode formalizar a qualquer tempo, nobre Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pois é, Sr. Presidente, se S. Exª tivesse formalizado o requerimento ontem, ele teria sido aprovado porque havia quórum. Hoje não temos quórum para aprovar. Então, veja, V. Exª, que a minha inquirição tem procedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não vou discutir. V. Exª fale o que quiser. Evidentemente, o requerimento será apreciado. O Relator, ontem, exatamente formulou esse requerimento em termos verbais e, como Relator, S. Exª pode fazê-lo e formalizar posteriormente, pois ele tem aqui certo privilégio na condução do processo. S. Exª pode, a qualquer momento, requerer e disse ontem... Por isso que, para mim, o requerimento já estava formulado... Mas ele ainda vai formalizá-lo... Vou pedir à Secretaria que digite logo o requerimento para que não se deixe... Mas não teria nenhum problema... Fazendo o pedido, votando, ele assina e ponto final.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu falei que o Deputado Moroni Torgan era o seguinte inscrito; em seguida, V. Exª.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Em primeiro lugar, eu sei que a Presidência e a Relatoria têm boa vontade para a formação da equipe.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estamos formando a equipe, Sr. Deputado. Não conseguimos ainda tempo para reuni-la. A Comissão ora se reúne às 09h, ora se reúne às 11h30min; a reunião se estende pela tarde afora e pela noite. Ontem, tínhamos marcado a reunião, mas saímos daqui às 09h da noite para atendermos à convocação de votação nominal no plenário. Não houve tempo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas seria apenas para auxiliar... Eu acho que, principalmente, aquela equipe proposta pelo Deputado Paulo Baltazar já está mais ou menos esboçada, inclusive, já tem a sugestão...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel (PP – MG) – Ocorre que já fizemos as escolhas de técnicos. Se pudermos aproveitar alguma sugestão do Deputado Baltazar, será com o maior prazer. Mas peço a V. Exª que compreenda que não tem havido tempo necessário para fazer porque não há interrupções no tempo da Comissão. E só agora, também, começamos receber a documentação necessária que vai ser objeto da investigação.

Se tivéssemos feito a composição de equipe de técnicos há uma semana, ela teria ficado absolutamente imóvel, sem nenhum trabalho, porque não havia massa crítica para poder fazer o trabalho.

V. Exª pode estar certo de que, se tivermos tempo hoje, nós o faremos.

Agora, se a reunião se estender pela tarde e pela noite, não vai ser possível fazer isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Acredito que não, Sr. Relator; acho que esta reunião termina logo no início da tarde, Sr. Presidente, com tranquilidade dará para fazer o trabalho.

Eu queria falar, justamente, sobre essa questão de documentação. Estive lá em baixo fazendo uma revisão na documentação. O Banco do Brasil, Sr. Presidente, até hoje não mandou os documentos na configuração que a Assessoria das Comissões pediu. Quer dizer, o Banco do Brasil não mandou ainda a documentação das contas de Marcos Valério. O Bradesco e o Itaú não mandaram também ainda os dados na configuração das contas do Marcos Valério. Quer dizer, temos que começar a pressionar.

Fiquei muito preocupado, Sr. Presidente, quando vi o Presidente da República dizendo que no dia 15 de outubro acaba a CPI. Compreendeu? E se nós não tivermos esses dados e acabar a CPI, vai ser muito difícil...

**O SR.** (Orador não identificado) – Isso resolve, Senador?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É, eu também acho que não. Mas a maioria é do Governo, que até hoje está devagar. A Base governista ainda não chegou aqui, parece que está meio arrastada para chegar aqui na Comissão hoje. Era bom que a Base do Governo chegasse logo, se não vai haver interpretação errada. Não acredito! Vai haver a interpretação de que querem empurrar com a barriga para não acontecer aquilo que já foi combinado ontem.

Só para se ter uma idéia, a documentação da Garanhuns foi pedida em 04 de agosto, e ainda não chegou nada! Quer dizer, não podemos ficar patinando nisso, enquanto o tempo está passando.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na verdade, antes vou fazer uma pequena observação quanto às preocupações do Deputado Moroni Torgan. Acho que elas são procedentes. Quebramos os sigilos daqueles dados que já estavam disponíveis. Evidentemente, alguns dados supostamente disponíveis, que ainda não estavam... Como também já quebramos os sigilos, poderemos fazer aqui... Vou pedir à Secretaria que faça um levantamento de tudo aquilo que ainda não está disponibilizado lá e que foi pedido para fazermos um requerimento aos respectivos órgãos solicitando, diretamente, também essas informações. Assim, haverá uma duplicidade de solicitação: uma da CPML dos Correios e outra desta CPML.

Agradeço a contribuição de V. Exª.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, estou, pacientemente aguardando...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, fui o primeiro a pedir, o primeiro a chegar aqui, e V. Exª sempre me relevando a segundo plano. Vou começar a comportar de maneira diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Registre os pedidos iniciais da Deputada Zulaiê; do Deputado Moroni Torgan, que foi o segundo; do terceiro, que era o Baltazar; e o quarto, V. Exª; e o quinto, agora, já vamos registrar. Não vou nem nominar porque senão a coisa se complica.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado Moroni Torgan tocou aqui no ponto que eu queria tocar. Sei que o nosso Relator está, diligentemente, com o asseio dos trabalhos, buscando resolver a questão. Mas eu queria sugerir ao Sr. Relator, Sr. Presidente, quanto ao requerimento aprovado que busca criar uma auditoria contábil em relação, principalmente, à questão do Sr. Marcos Valério, que S. Exª possa ter a agilidade – essa é a expectativa – de não só olhar os documentos que aqui estão, ou que possam chegar, mas também os que estão lá nas empresas do Sr. Marcos Valério. É muito provável que a papelada venha eventualmente bem, mas falem notas fiscais, por exemplo, do processo que ele está nos apresentando. Que possa haver uma auditoria... Falo isso, porque conversamos com auditores para mostrar que é possível que a papelada chegue aqui sem que tenha consistência, porque as notas fiscais eventualmente não existem ou, se existem, são fraudulentas.

Queria apenas que os companheiros entendessem que essa auditoria se deslocaria para o local, para as empresas do Sr. Marcos Valério, para conferir se aquela documentação encaminhada não é apenas a capa. Nas notas fiscais que comprovam ou comprovariam se é verdadeiro ou falso o que está sendo colocado, é possível que haja irregularidade.

Por isso, peço que aquela auditoria composta por quatro ou cinco pessoas se desloque para lá, contando inclusive com Deputados, porque isso faria com que esse processo avançasse, daria dinamismo à própria CPMI, que não ficará parada esperando os resultados, os documentos que chegam, mas poderá **in loco** verificar se são verdadeiras as informações, auditando as notas fiscais desse processo.

Dou essa contribuição, a fim de que haja agilidade e expansão no trabalho que esta CPMI se propõe a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Se recebêssemos passivamente as declarações que o Sr. Marcos Valério nos mandasse, isto é, a capa das suas declarações, não estaríamos fazendo pesquisa nenhuma, perícia nenhuma; estaríamos apenas aceitando aquilo que o Sr. Marcos Valério quisesse nos empurrar. Ele já nos enviou a contabilidade das suas firmas: SMP&B e DNA.

Sr. Presidente, há aqui alguns requerimentos que, se permitir, submeterei a V. Ex<sup>a</sup> para conhecimento da Comissão.

Requerimento nº 438: “Sr. Presidente, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> se digne submeter à Comissão o requerimento que ora subscrevo, de requisição ao Banco de Minas Gerais, BMG, da íntegra da petição e dos requerimentos que acompanham a ação de cobrança por ele movida contra o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza”.

Requerimento nº 439: “Sr. Presidente, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> se digne a submeter à Comissão o requerimento que subscrevo, de requisição ao Banco Rural das informações dos débitos do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, nelas incluídas os prazos de vencimento, valores atualizados, resgates eventuais e seus respectivos montantes e ainda as providências tomadas para a quitação dos mesmos”.

Requerimento nº 440: “Sr. Presidente, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> ouvir da Comissão que se digne a requisitar ao Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza a íntegra da petição e dos documentos que acompanham a ação de cobrança por ele movida contra o Partido dos Trabalhadores”.

Requerimento nº 441 – não é bem um requerimento, mas uma comunicação: “Sr. Presidente, submeto a

V. Ex<sup>a</sup> os nomes do Sr. Senador Rodolpho Tourinho e da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra para exercerem nesta Comissão as funções de Sub-Relatores”.

Formularei, daqui a pouco, o requerimento de convocação dos três Presidentes dos fundos de pensão cujos depoimentos já estão aprazados para quarta-feira. Para terça-feira, já está convocado o representante legal da firma Garanhuns. Não é isso, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Na quarta-feira, virão os Presidentes dos fundos de pensão, dependendo do requerimento manuscrito que apresentarei agora à Mesa.

Comunico aos ilustres companheiros de Comissão que não estavam aqui no início da reunião que estamos aguardando a possibilidade de uma reunião com os técnicos que já estão sendo selecionados – encontram-se à disposição –, com os funcionários da Secretaria da Comissão e com os dois sub-relatores, para que possamos iniciar os trabalhos de perícia técnica, incorporando nesse propósito as sugestões do Sr. Deputado Paulo Baltazar.

Era tudo o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Na sequência das inscrições, concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker, em seguida ao nobre Senador Rodolpho Tourinho. Depois, ao Sr. Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Gostaria de me inscrever.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora eu já conferi a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu estava olhando aqui os trabalhos da CPMI e nós temos já aprazado, se for aprovado o requerimento hoje, a oitiva dos fundos de pensão na quarta-feira 11h30min.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não foi aprovado, nobre Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Se for aprovado, nobre Deputado, eu estou botando na condicional.

Por outra razão também, o Relator falou que há dois sub-relatores. Eu gostaria depois de tomar conhecimento do nome dos sub-relatores, se é que já foram escolhidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Acabou de ser lido.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu não ouvi, Sr. Presidente, o senhor me perdoe. É que

estava baixo aqui e eu não consegui ouvir direito. É muito barulho. Desculpe-me, muito barulho e eu não ouvi. Se fizermos silêncio, conseguimos ouvir.

Sr. Presidente, nós tínhamos um planejamento anterior de ouvir as pessoas que mexeram com o dinheiro dos partidos e dos representantes dos partidos aqui dentro. Foram ouvidos o Sr. Jacinto Lamas, o Sr. Emerson Palmieri. Temos aqui aprovada a convocação do Sr. Delúbio Soares também. E faltou, aprovado por requerimento da Deputada Perpétua de Almeida e do Senador Sibá Machado, João Carlos Genu, que foi o terceiro que mais movimentou dinheiro nas contas de Marcos Valério.

Eu acho que falta a oitiva de João Cláudio de Carvalho Genu. Teria que ser marcado, e nós vamos insistir nesse sentido.

Sr. Presidente, nós temos três requerimentos, aprovados nesta Comissão, do Deputado José Carlos Araújo, do Deputado Raul Jungmann e, no mesmo sentido, do Deputado José Divino, de convocação do Sr. Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, que inclusive, em revista semanal, faz acusações contra pessoas que participam desta Comissão.

Eu acho que seria necessário que marcássemos um depoimento, que já está aprovado aqui, porque esse pode ser um testemunho fundamental. Eu sei que todo mundo vai dizer: é um criminoso. Mas, para explicar tamanha corrupção, só com o suporte de criminosos, porque gente de bem não patrocinaria a corrupção. E esse, sim, era um dos operadores, e sabemos no Brasil quantos deles existem por aí.

Eu acho que nós temos que fazer um trabalho no sentido de perscrutar e buscar as informações. E Genu, que deu nome de pessoas a quem entregava o dinheiro em mãos, que era o homem que buscava os valores para o PP, tem que ser ouvido aqui, como foi Jacinto Lamas, como foi Emerson Palmieri e o Delúbio, pelo PT. Está faltando uma conexão nos quatro partidos aqui sobre os quais tínhamos feito acordo para ser ouvido. E também tem o doleiro Toninho da Barcelona, convocação solicitada por três deputados, foi aprovado o requerimento. Acharmos que, para fazer o esclarecimento, nós temos que ouvi-lo aqui. Esse é o propósito da CPI.

Feito isso – claro que o trabalho administrativo é louvável, o Relator está fazendo todo o esforço –, nós temos que dar seqüência. Se nós temos já marcados, se aprovado for na quarta-feira, eu gostaria, Sr. Presidente, que nós tivéssemos já um calendário para a oitiva desses dois depoimentos que eu reputo importantíssimos para nós.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente Amir Lando, Sr. Relator Ibrahim Abi-Ackel, só para facilitar a questão que vem da convocação...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Com a palavra ao Sr. Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – dos fundos de pensão, a minha proposta ontem é que se considerasse suspensa a reunião. Eu não vejo impedimento nenhum, acho que torna mais fácil – ainda que tenha que ter, talvez, um requerimento do Senador – a suspensão e a continuação dela. Disse que seria na terça, mas como na terça já havia o depoimento da Garanhuns, poderia ficar para a quarta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De José Carlos Batista.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Acho que dessa forma ganharíamos tempo, se fosse em termos de uma suspensão, pois começaríamos diretamente no questionamento do Sr. Relator aos fundos de pensão.

Em segundo lugar, precisamos traçar – entendo que isso já vem sendo feito com a aprovação de quem deve vir depor – um plano para frente, sobretudo vindo das receitas. Acho que é por aí que vamos efetivamente obter informações.

Eram essas as duas sugestões que gostaria de dar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero, em primeiro lugar, esclarecer a todos aqui que temos que ter memória. Não vai nisso nenhuma repreensão quanto à afirmação de V. Ex<sup>a</sup>, mas é para toda a Comissão lembrar. Nós fizemos aqui uma proposta intermediária e que seria uma explicação à Mesa, ao Presidente – como a Mesa hoje só tem o Relator e o Presidente, ficariam duas pessoas; se a Mesa tivesse um vice seriam três pessoas – e que os fundos de pensão se dispuseram a fazer. Eu não quis ouvi-los em separado. Quis trazê-los para o plenário, até porque entendo que a participação de todos é mais democrática e significa exatamente uma divisão de responsabilidades.

Houve aqui uma discussão a respeito: eles devem vir, não devem vir. Depois, mais ou menos por unanimidade, ao menos dos interventores, foi aceita a proposta de que eles viessem aqui. Houve a questão da maioria, do Governo; ou seja, havia aqui um requerimento do Senador Suplicy colocando esses

depoentes como convidados. Então, poderíamos ter aproveitado essa oportunidade para esclarecer pontos, apenas para buscar um roteiro, inclusive para formular requerimentos. Vendo o quadro, poderíamos identificar pontos, vamos dizer assim, um pouco obscuros e que poderiam ser mais bem esclarecidos. Mas esse objetivo não me interessa agora.

Depois, quando abrimos a reunião, num primeiro momento, os próprios presidentes dos fundos colocaram para mim que não haveria problema e que eles poderiam falar publicamente e que só alguns pontos poderiam ter reserva, por exemplo, quando envolvessem sigilo bancário.

Coloquei essa questão para o Plenário e unanimemente foi dito: vamos continuar assim. Assim foi feito, mas depois, na hora em que começam as inquições, alguns querem mudanças. Nós temos que ter certa coerência. Por isso vou fazer um apelo público aqui. Quando definimos uma coisa, é preciso que cada um busque restaurar a sua memória, porque ela nos dá um critério para estabelecer a verdade. A verdade foi essa, exclusivamente essa. Quer dizer, o próprio Plenário entendeu, naquele momento, que era melhor continuar. Desde o primeiro momento, falamos que nada impediria uma convocação – agora é que eu vou chegar no ponto, Senador Rodolpho Tourinho – formal para um depoimento, evidentemente sob juramento, enfim, com todas as formalidades. Agora, eu teria que convocá-los, porque essa foi a proposta, formalmente, para ouvi-los, com todas as consequências de lei. Daí, teríamos que continuar na mesma condição anterior, de colaboração. Agora não, agora é um vínculo mais imperativo que se estabelece. Essa matéria será votada.

Eu tenho aqui algumas inscrições, mas eu tenho que adotar o mesmo critério.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Presidente, o Deputado Odair está inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando-PMDB – RO) – V. Exª está inscrito e também está inscrito o Senador Suplicy e o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, o Sibá Machado também pediu inscrição.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PMDB – RJ) – Senador Amir Lando, o Senador Sérgio Guerra se inscreve.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o nobre Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha palavra vai ser bastante curta.

Em primeiro lugar, quero elogiar a decisão do Relator, por ter designado dois sub-relatores, duas

belas escolhas: a Deputada Zulaiê Cobra e o Senador Rodolpho Tourinho.

Na realidade, o grande problema, não só desta CPI como de todas as demais CPIs, é exatamente a questão do foco. Nesta CPI, o mensalão tem dois lados: o lado da receita e o lado da despesa. Quanto ao lado da despesa, vamos dizer quem o recebeu. Já temos uma grande quantidade de nomes que o receberam por conta da questão do Marcos Valério. E só deveríamos ouvir aqui formalmente aqueles Deputados ou tesoureiros que fossem o que se chama de “recedor caixa forte”, ou seja, aquele que recebeu para redistribuir para terceiros, e não aqueles que receberam e disseram para que serviu o dinheiro. Foi o que aconteceu no caso do Professor Luizinho e de outros Deputados de outros Partidos, em que eles, pessoalmente, ou seus assessores receberam e já justificaram. Mas, por exemplo, o Sr. Genu e o próprio Deputado José Janene, na realidade, receberam grande quantidade de recursos. Assim, deveríamos priorizar essas indicações.

Do lado da receita, deveria ser designado um desses sub-relatores para examinar todos os depósitos na conta das empresas do Sr. Marcos Valério, porque, a partir daí, saberíamos a origem do dinheiro.

Essas são as minhas sugestões, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos recolhê-las e discuti-las com o Sr. Relator. São lógicas as suas sugestões.

Está aqui a inscrição dos Senadores Sibá Machado, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy. Vou chamar a outra lista, vou intercalar a lista. Há inscrições feitas anteriormente.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, a primeira coisa de que quero tratar é a reunião de quarta-feira. Como estamos na Comissão Externa do Senado sobre a questão de Rondônia e como esta Comissão não tem poder de convocação – apenas pode convidar, solicitar –, solicitamos uma data ao Governador, para concluirmos o nosso trabalho, e a data que S. Exª confirmou foi exatamente a próxima quarta-feira. Eu me sentiria bastante prejudicado se ocorresse qualquer oitiva na quarta-feira, porque, na quarta-feira, estarei em Rondônia. É a primeira ressalva que faço a V. Exª: poderíamos negociar a quarta-feira para outro tipo de trabalho que não uma oitiva, que está dentro da expectativa.

Quanto à segunda questão, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Vamos respeitar a palavra do orador, que tem o direito de falar. É um direito inerente à sua condição de Parlamentar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A segunda questão, Sr. Presidente, é que confesso que para mim foi uma surpresa a criação das duas sub-relatorias. Nada tenho contra a criação das sub-relatorias, mas, como isso consta em requerimento, eu queria saber, Sr. Presidente, se vamos apreciar o requerimento. Sobre a matéria, eu queria me pronunciar em momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A sub-relatoria não será submetida à votação. Apenas haverá sugestão que o Sr. Relator já formalizou. Depois, vamos, por ato interno aqui, decidir isso. Não há nada de plenário.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Quero só saber qual o momento em que eu poderia expor uma preocupação sobre o assunto? Só quero tirar uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª pode se manifestar a hora em que quiser, mas é desnecessário, se V. Exª assim entender, porque a matéria não será submetida à discussão nem à votação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mesmo assim, quero fazer uma ressalva, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É claro que não tenho nenhuma censura. Apenas entendo que trazermos essa matéria à discussão não será produtivo, mas V. Exª tem o direito absoluto de falar o que quer.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não há nenhum problema. Nesta Comissão, tudo é o mais tranquilo possível. Ninguém está aqui para fazer cavalo de batalha. Quero dizer que, quanto aos nomes apresentados, claramente, uma pessoa do PSDB e uma pessoa do PFL – não estou aqui discutindo, absolutamente, o perfil de nenhum dos Parlamentares...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Os do PSDB e do PFL não são gente, não?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Pelo amor de Deus, Senador!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque é do PSDB ou do PFL não pode servir ao Relator? A CPI é toda do Governo, o Presidente, o Vice-Presidente...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Aceito qualquer tipo de provocação, mas quero externar minha opinião sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu gostaria de deixar muito claro que poderíamos mesclar, sem nenhum problema. Se não houver, paciência, será feito como V. Exª está dizendo. Estou pedindo ao relator e ao Presidente a possibilidade de haver pelo menos

uma pessoa de um dos dois partidos e uma outra de outro partido aqui. Se for possível.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah! não. O que é que é isso?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Se for possível. Se não for, eu remeterei um requerimento para ser apreciado noutra direção. Se vai ser apreciado ou não, cabe à Comissão e V. Exª conduzir.

Queria deixar muito claro que me pauto aqui pelo maior respeito por todos, pelo absoluto respeito às pessoas. Estamos aqui para dirimir as dúvidas. Portanto, jamais quero me expor nesta Comissão da forma que já fomos expostos na outra Comissão. Tanto é que faço questão de estar aqui num outro perfil de pessoa. Não me conduzo mais pela prática, pelo comportamento da anterior. Acho que os excessos cometidos ali já têm limites e não precisam mais ser transportados para cá.

E vejo mais ainda, Sr. Presidente. Quero parabenizar esta Comissão por ter tido, até o presente momento, vontade expressa de resolver problemas e não fazer mídia, produzir informações, para toda semana a imprensa ter o que vender nas páginas dos jornais e das revistas. Eu gostaria de que nos pautássemos pelo propósito desta Comissão.

Quero dizer a V. Exª que pode contar comigo nesse propósito, que n's da Bancada estamos aqui para isso. Portanto, faço esta a ressalva: é pensável a possibilidade de um dos dois colegas ser substituídos por algum de nosso Partidos, se for para bem. Se não, quero submeter um outro requerimento, fazendo uma contraproposta ao relator e a V. Exª.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para uma questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa matéria não está em discussão.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, art. 10.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para uma questão de ordem, art. 10 do Regimento Comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem sobre essa matéria. Essa matéria é diferente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, art. 10.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vamos ouvi-lo, art. 10.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Art. 10 do Regimento Comum, § 3º, Sr. Presidente:

“Ao Presidente da Comissão Mista compete designar o relator da matéria sujeito ao seu exame.”

Portanto, não cabe requerimento por nenhum desses membros nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já havia falado sobre isso, que essa matéria...

Olha, eu vou pedir agora que esta reunião seja reservada, ou não vamos andar a lugar nenhum. Temos que definir muitas matérias, senão a coisa aqui não vai funcionar.

Eu já havia dito com todas as letras que não era matéria submetida à deliberação. É uma questão de ordem desnecessária, porque eu já disse que essa matéria estava fora, já havia decidido. E não haverá questão de ordem sobre matéria decidida. Todos os senhores também conhecem a disposição regimental. Mas vamos ser tolerantes e eficientes.

Agradeço a V. Exª, tem razão, como eu já havia explicado à Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem de inscrição, Sr. Presidente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu discordo do “desnecessário”.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder... Há algumas inscrições para essa fase preliminar de discussão geral. Então, temos aqui agora o Deputado Heráclito Fortes. Depois, o Deputado Odair Cunha, o Deputado Eduardo Suplicy. Há outra lista, depois vou retomá-la.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Heráclito Fortes. Eu disse deputado? (Pausa.) Desculpe-me.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. membros da Comissão, Sr. Relator, embora tenha se transferido a oitiva dos representantes dos fundos de pensão para quarta-feira, fiquei muito preocupado, Sr. Relator, quando V. Exª fez três perguntas completamente fundamentadas aos representantes de fundos de pensão, e eles, de uma maneira esperta, desviaram o foco das perguntas e responderam aquilo que interessava.

Para que se evite repetição desses fatos, eu quero sugerir a V. Exª que tome duas iniciativas. Primeiro, pedir que eles remetam a esta CPI da Compra de Votos as doações de campanha feitas pelas doações de campanha feitas pelas empresas nas quais Previ, Funcef e Petros têm participação.

Sr. Presidente, Sr. Relator, vamos ver como se usou o poder desses fundos de pensão nesse meca-

nismo. É muito simples, é solicitar que seja enviada –para que na quarta-feira tenhamos esses dados aqui – a relação das empresas nas quais as três têm participação – Vale do Rio Doce, Bombril, Belgo Mineira –, qual foi a colaboração em campanhas eleitorais e para quem de cada uma dessas empresas.

A segunda pergunta, Sr. Presidente, é sobre as indicações feitas pelos três fundos para representantes nesses conselhos. Faço essa indagação, Sr. Presidente, porque há uma matéria de jornal de dez ou quinze dias atrás que mostra que, das 350 indicações feitas pela Previ, 80% dos indicados são de origem de militância sindicalista, nenhum desses 385 com experiência nos conselhos aos quais foram indicados.

E aí, Sr. Presidente, tivemos na outra Comissão o depoimento do Sr. Ivan Guimarães e ficamos, Senador Amir Lando, assustados. O Sr. Ivan Guimarães foi demitido do Banco Popular, onde ganhava R\$20 mil por mês, e foi nomeado para três desses conselhos numa forma de consolo, de cala-boca, e recebe, Senador, R\$42 mil por mês como representante de conselho. Em um conselho, jetom de R\$18 mil, em outro, de R\$9 mil.

Portanto, Sr. Relator, eu queria fazer essas duas sugestões a V. Exª. Acho que é de suma importância para que possamos chegar ao local seguro com relação já não digo à compra de votos, mas ao envolvimento do poder dos fundos de pensão nas eleições recentes que tivemos no País. Podem marcar a data que quiserem. Se quiserem colocar a de Cabral para o dia atual, tudo bem, mas acho importante que pelo menos o pleito de 2002 e 2004 seja...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Senador Heráclito Fortes, a decisão tomada por esta Comissão no que diz respeito a sugestões para audiências ou para busca de documentos é que o requerimento seja escrito a fim de receber um número e poder ser submetido à Comissão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sei disso, Sr. Presidente. Mas, Sr. Relator, ocorre que, se eu tomar essa iniciativa hoje, essa documentação não chegará a tempo para ajudar na oitiva de quarta-feira. De forma que V. Exª, como Relator, tem poder para fazer isso. E se o fizer, tenho certeza de que trará uma grande contribuição para esta Comissão. Estou tentando otimizar a burocracia, tirar um pouco a formalidade que temos e chegar a um objetivo que é o que todos nós queremos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sinto muito, Sr. Senador, mas a deliberação vigente nesta Comissão é que os requerimentos sejam feitos por escrito a fim de receberem número e poderem ser objeto de controle.



**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Encaminharei.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, desejo encaminhar neste momento um requerimento que cobre quase todos esses aspectos e era para ter sido encaminhado ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que recolha o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria apenas de sugerir, uma vez que o Deputado Ibrahim Abi-Ackel já deu o seu parecer favorável, que possa ser apreciado hoje o Requerimento nº 419, que onze Parlamentares desta CPI apresentaram e que já foi objeto de reflexão ontem. [O Senador Heráclito Fortes mencionou que estaria também de acordo, mas sugeriu que também se ouça o Presidente do Citigroup. Avalio que ambas as presenças poderão contribuir para melhor esclarecimento, tanto a presença do Sr. Daniel Dantas quanto do Presidente do Citigroup, de aspectos que esta CPMI está examinando. Acredito que se trata de um requerimento de iniciativa de inúmeros Parlamentares. Acredito que consensualmente poderá ser apreciado.

Apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, o próximo sou eu, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, na seqüência, ao Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero chamar a atenção dos nobres pares, do nobre Relator e do nobre Presidente para uma questão importante. Temos tido o foco em linha de investigação. Os presidentes dos fundos compareceram a nossa Comissão para prestar uma informação. Não vejo que promover investigação nos fundos... Se quisermos investigar os fundos, podemos fazer a opção de investigar os fundos. Entendo que, se fizermos essa opção, estaremos fugindo do nosso foco, que é identificar a compra de votos, se houve o dito mensalão ou não. Não devemos nos dedicar a investigar algo que não está no objeto desta Comissão. Não entendo que investigar os fundos seja investigar a fonte. Se quisermos identificar, vamos ver quais as aplicações que foram feitas no BMG e no Banco Rural, o que é uma coisa. Agora, ao abrirmos um flanco de investigação sobre os fundos, creio que estamos desviando o foco.

Proponho, se houver acordo, sustarmos a discussão dos fundos para a próxima semana...

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Os senhores podem me deixar falar?

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Aqui não pode ser chapa branca.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está suspensa reunião...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PDDB – PB) – Sr. Presidente, quando a Oposição for falar, os outros podem gritar também. Deixem o rapaz falar. A gente não vai seguir, mas o deixem falar. Vota-se.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O que está acontecendo aqui é uma questão de educação.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Primeiro, não estou quebrando a palavra, Moroni.

Não vou concorrer nos berros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está suspensa reunião...

*(A reunião é suspensa e reaberta em seguida.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Acalmou? Vou reabrir e pedir dos Srs. Parlamentares o procedimento regimental. Quando se concede a palavra... Não posso continuar, se alguém fala e é essa gritaria. Isso aqui não é um bando, isso aqui é uma comissão que tem regimento, tem conduta, tem decoro. Cada um tem o direito de falar o que quer e poderá ser submetida a voto qualquer proposta. E a decisão será tirada pela maioria de votos.

O Deputado Odair Cunha está com a palavra, devolvo a palavra ao mesmo. E espero que cada um cumpra as suas obrigações, evidentemente na forma do Regimento, e se mantenha calado. Enquanto um fala, os outros ouvem.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, caso seja submetido a voto, não temos posição com relação a discutirmos na quarta-feira os fundos. Podemos, inclusive, apoiar a vinda dos fundos. Eu estou chamando a atenção porque nós estamos desviando o foco. Por isso, eu proponho que nós ouçamos, além do representante da Garanhuns, na próxima semana, os Presidentes dos Partidos. Porque se houve ou não acordo eleitoral, esses Presidentes têm que se manifestar – o Deputado Pedro Correia e o ex-Deputado José Genoino.

Nós vamos voltar esta Comissão ao seu curso e ao seu leito natural. Se for consenso sustarmos a discussão dos fundos para a próxima semana, tudo bem. Agora, se houver uma insistência de colocarmos a voto,

vamos discutir o que nós vamos fazer. É isso. Obrigado aos que tiveram a paciência de me ouvir.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho uma ordem de inscrição e vou segui-la. Aliás, tenho duas ordens de inscrição.

Agora, nessa seqüência em que abri uma inscrição própria, eu tenho o Senador Ney Suassuna.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, não. Sr. Presidente, dou a minha inscrição para o Senador Ney Suassuna, mas S. Exª recém chegou, e eu estou há uma hora e meia aqui. Então, o senhor faça o equilíbrio, por favor. O senhor é um homem justo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não vou admitir. Eu fiz uma ordem de inscrição. Eu abri uma inscrição. Todos aqui se inscreveram. Havia uma outra inscrição, mas aí vem uma questão: eu abri uma ordem especial e, a partir daí, dei a palavra a todos que se inscreveram. Agora se inscreveu o Senador Ney Suassuna. Primeiro, o Senador Sérgio Guerra, depois, o Senador Ney Suassuna. Em seguida, adotarei outra lista. Eu precisava ter um critério e o que adotei foi este.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, por gentileza, quando chegar a minha vez, o senhor pode ceder-lhe, e eu falarei depois de S. Exª. Não temos pressa; não estamos açodados; não somos tão jovens.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, agora eu vou suspender esta lista e conceder a palavra ao primeiro inscrito da outra lista. Peço à Secretaria que me passe...

Estão na lista o Senador Rodolpho Tourinho; o Deputado Júlio Redecker, que já falou; e a Deputada Zulaiê Cobra, que é a primeira e também já falou.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu não falei, Sr. Presidente, apenas fiz uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então V. Exª está com a palavra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu só queria dizer que, ontem, nós tomamos uma atitude diante de toda a Comissão: nós chegamos à conclusão de que deixamos para quarta-feira os fundos de pensão. Aliás, já começamos ontem. Não ouvimos os fundos de pensão agora, aí sim, é retroagir, é voltar atrás nos planos que nós já tínhamos feito nesta Comissão. A Comissão chegou a esta conclusão,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A nobre Deputada está com a palavra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – ...portanto temos que ouvir na quarta-feira os fundos de pensão.

Eu acho que o Deputado Odair Cunha deve ter feito alguma análise, em algum momento, e agora acha que não deva mais ouvir os fundos de pensão. Mas nós não podemos ficar à mercê dessas análises e desses outros conflitos porque nós temos aqui uma trajetória. Esta CPI tem responsabilidade. Ontem nós suspendemos até porque houve um conflito entre público e fechado, só isso. Mas nós temos a obrigação de ouvi-los como já está determinado, e ontem foi assunto encerrado. Então, abrir essa discussão, a meu ver, com todo o respeito ao Deputado Odair Cunha, é um absurdo. Não podemos voltar atrás nesse aspecto dos fundos de pensão. Nós vamos ouvir e acabou.

E outra coisa, Sr. Presidente: há um requerimento meu de quebra de sigilo dos fundos que ainda não analisamos, e já faz duas semanas, mas podemos analisá-lo para quebrar. Já quebraram na CPI dos Correios, mas aqui não quebramos. E precisávamos também analisar os nossos requerimentos independentemente dos requerimentos dos outros. Então, eu acho que nós temos que caminhar dentro de uma unidade. Se cada um dos membros desta Comissão, por um motivo qualquer, resolver vir aqui com uma nova idéia, a nossa CPI não vai andar. Ou nós fazemos em conjunto, ou não vamos fazer uma CPI decente, que chegue a uma conclusão o mais rápido possível.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo agora a palavra ao Senador Ney Suassuna. Estou alternando as listas.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas eu quero ceder a palavra ao nobre Deputado e depois falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, por cedência de V. Exª, diante do critério adotado, eu concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Aceito a sua orientação. V. Exª pode dá-la como preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, V. Exª tem a palavra. V. Exª tem a palavra. Comecei a alternar, porque havia uma lista que fiz e outra lista separada.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, tenho a certeza de que humildemente eu lhe ajudei, para que atentasse para a outra lista. É que há muitos documentos sobre a Mesa, e isso atrapalha.

Primeiro, dou meus cumprimentos ao Deputado Abi-Ackel, que, regimentalmente, indicou os dois sub-

Relatores. Essa delegação regimental cabe ao Sr. Relator; digo isso, com todo o respeito ao Senador Sibá Machado. Não podemos aqui colocar em dúvida as indicações do Sr. Relator e também os indicados. Tenho a certeza de que isso, de forma alguma, passou pela inteligência do Senador Sibá Machado.

Primeiro, temos de focar aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Banco Rural, e, por isso, aprovamos toda a lista, um requerimento que apresentei, que teve o apoio do Senador Rodolpho Tourinho e que foi aprovado na semana passada.

Foram dados cinco dias pelo Deputado Abi-Ackel para que as pessoas se manifestassem. Possivelmente, a partir de hoje, as pessoas já o receberão e, segundo as informações de ontem do Sr. Relator, terão cinco dias. Passados cinco dias, vamos começar a chamar.

Em segundo lugar, o foco é a lavagem de dinheiro. Na terça-feira, vem aqui a Garanhuns. É a lavagem de dinheiro. Há muito cheiro aí, muito cheiro. São os anos de 2002, de 2004. Que pegue candidato A, B ou C à Presidência da República! Não importa! Temos de focar nisso.

Existe o compromisso de ontem – por isso, a reunião foi suspensa – de ouvir os três Presidentes de Fundo na quarta-feira, e temos de manter isso, senão todos nós ficaremos desmoralizados entre nós e perante a opinião pública. Ouvindo-os, de pronto, nós avançaremos.

Quanto à lavagem de dinheiro, vou repetir o que o Deputado Júlio Redecker disse: os Requerimentos nºs 306 e 315, do Deputado José e do Deputado Raul Jungmann, foram aprovados em 16/08, chamando o doleiro Barcelona. Esse requerimento está aprovado. Então, podemos hoje marcar a data para vir aqui o Genu em primeiro lugar, passados os cinco dias – e estes terão passado na semana que vem. Então, na outra semana, ouviremos o Genu. E, nessa outra semana, focalizaremos a lavagem de dinheiro, o requerimento do doleiro Barcelona.

Aqui não há competição das duas CPIs. Não quero desenvolver esse tipo de argumento e não faço comparação. Há Deputados e Senadores de lá e daqui. Também não faço juízo de julgamento de Deputados aqui, como não gostaria de ouvir juízo de julgamento de Senadores e Deputados da outra CPI, como foi feito aqui há pouco. Mas não podemos deixar que a outra Comissão, que não aprovou o requerimento da vinda do doleiro Barcelona, aprove-o hoje ou amanhã e o chame na semana que vem ou na outra semana. Nós começamos tarde, porque a nossa CPI teve início realmente 30 dias depois, mas aprovamos o requerimento. Aprovamos dos dois; aprovamos o requerimento.

Então, ouviremos o Genu, passados os cinco dias. Quanto ao doleiro Barcelona, precisamos tomar a decisão hoje. Sei lá quando faremos a nova reunião administrativa desta CPI, pelo volume de movimento!

Então, o Genu e o Barcelona ouviremos depois de quarta-feira, depois de ouvirmos os Presidentes.

Parabéns pela condução dos trabalhos, Sr. Presidente Amir Lando!

Muito obrigado, nobre Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. Peço, por parte dos presentes, silêncio, porque é impossível ouvir essas sugestões tão importantes e brilhantes a que estamos aqui assistindo.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, tenho participado das CPIs e tenho visto as dificuldades que os Presidentes e os Relatores têm de comandar as CPIs, em que alguns Deputados acreditam que ser masculino ou ser Parlamentar é gritar. Cada um tem direito de usar a voz como queira. Ouve-se e, depois, decide-se no voto. Isso é o Congresso.

Outra coisa que me preocupa muito é que algumas personalidades instantâneas foram feitas nas CPIs e essas personalidades estão criando uma espécie de modelo: quanto mais se grita, mais importante é. Outros – aqui não há isso, mas na de lá há o pauzinho para colocar o nome – pegam o pauzinho e ficam batendo na mesa. O ruim é que toda a Nação está vendo isso e está achando que todos nós somos vândalos, e não somos. Pode ser que alguns não estejam dentro dos parâmetros normais, mas a maioria não é assim. A maioria quer resolver no voto, sem grito. É assim que se joga nesta Casa.

Há algumas questões de ordem que eu gostaria de fazer. A primeira delas é a seguinte: está se programando, está se definindo uma política de que a CPMI dos Correios enviaria para aqui, para que analisássemos e mandássemos para a Comissão de Ética. Eu queria deixar com o Presidente a seguinte indagação: se algum Deputado ou algum Parlamentar for direto e se apresentar à Comissão de Ética, a passagem dele pela CPMI fica anulada, ou será como no caso do Valdemar Costa Neto, que, embora pedindo para sair, foi chamado pela CPMI do mesmo jeito? Eu queria que essa dúvida fosse dirimida porque ouvimos que o fulano vai se apresentar direto à Comissão de Ética. Isso é possível? Isso vai isentá-lo de estar nesta Comissão ou na outra CPI? Essa é uma pergunta que faço à Mesa e gostaria que o Presidente a respondesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como essa é uma questão de ordem complexa, vou submetê-la à assessoria. Em princípio, não, mas

o Relator quer usar da palavra, e concederei a palavra a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Senador Ney Suassuna, a notícia de que a CPMI dos Correios vai fazer uma nominata de Deputados, cercada pelo noticiário de que ora vai enviá-la à Comissão de Ética, ora vai enviá-la à Presidência da Câmara, já data de um mês, de quatro semanas, e ainda não ocorreu. Entendo que, se o Deputado incriminado comparecer espontaneamente à Comissão de Ética, lá será aberto o processo, salvo se esses nomes forem indicados para outra instância de apuração prévia, antes de serem enviados à Comissão de Ética. Suponhamos que algum nome de Deputado seja indicado a esta Comissão para apurar a sua possível quebra de decoro parlamentar. Se ele, por ventura, se apresentar à Comissão de Ética, ele estará se apresentando à jurisdição ainda sem competência para examinar o caso porque se pressupõe que as provas ou indícios irão daqui para lá.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – A última questão, Sr. Presidente, é a seguinte: eu queria ponderar com os meus pares, Deputados e Senadores, o perigo que estamos correndo quando não separamos bem quem pode acrescentar coisas produtivas ou quem pura e simplesmente pode fazer delações. Por exemplo: ontem, votamos a chamada do doleiro Messer, mas votamos pela não prioridade do Barcelona. Por quê? Um tem coisas a acrescentar, o outro até pode ter, mas está em condição de tanta vulnerabilidade e passa a ser uma pessoa tão perigosa que, se olhar para a cara do Deputado Perondi, que ele não conhece provavelmente – e não conhece mesmo, eu sei – e lhe disser “você está incriminado”, vai criar um problema sério.

A preocupação é se essa confusão do cidadão que já tem pena a cumprir e que pode vender informações para diminuí-la não é uma vulnerabilidade? Estou fazendo uma ponderação aos pares ou a qualquer um. Se o cara não gostou de alguém, inclui. Acho isso perigoso e acho que ele já foi ouvido pela outra Comissão, que chegou à conclusão de que não tinha nada considerável, nada ponderável, nada substancial, aliás. Foi ouvido lá e chegou-se à conclusão de que não deveria ser ouvido como prioridade. Agora, o que me causou mais espécie...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero fazer uma intervenção, pedindo desculpas ao nobre Senador Ney Suassuna. Quando alguém estiver falando e algum Parlamentar não concordar, pode usar da palavra e expor suas idéias de forma diferente, mas não pode...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pode até pedir um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas o que não pode acontecer é, a toda hora em que alguém falar, haver uma interrupção: “Não, não concordo”. Vamos seguir o Regimento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pode me pedir aparte, que eu darei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há aparte nessas circunstâncias.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concluindo: devemos ter muito cuidado no convite às pessoas. Parece até que as CPMIs não estão fazendo parte das regras do Congresso. Está acontecendo tanta coisa estranha!

O PMDB, que lidero no Senado, quer a apuração completa e a punição, assim como a população, que está ficando cansada. Aviso até às estrelas instantâneas – que não existem nesta Comissão – que o público caiu. A audiência da TV Senado despencou. Cansaram! O público está cansado. Está na hora de sermos produtivos e de haver os indicados à punição.

Minha última ponderação é esta: devemos ter o cuidado de ver quem vamos chamar não para criar problemas, mas para que possam nos elucidar e trazer coisas que nos acrescentem.

Essa é a ponderação que gostaria de fazer aos meus Pares.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, como autor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como foram feitas algumas colocações, o Relator tem o interesse de falar.

Concedo a palavra, por prioridade, ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Senador Ney Suassuna, agradeço as ponderações de V. Ex<sup>a</sup>, porque são as mesmas que traduzem as preocupações do Sr. Presidente e do Sr. Relator.

Os Presidentes dos fundos de pensão foram admitidos a prestar depoimento nesta Comissão porque o Sr. Deputado Moroni Torgan me transmitiu informações sobre relacionamentos de determinados fundos de pensão com a firma Garanhuns Participações e Empreendimentos Ltda. Como a firma Garanhuns foi uma das intermediárias dos pagamentos feitos pelo Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza ao Sr. Jacinto Lamas, que representava o Presidente do PL, achei que havia aí uma conexão dos fundos de pensão com as finalidades estatuídas no ato de constituição da nossa Comissão. Foi só por isso que dei parecer favorável à audiência dos Presidentes dos fundos de pensão, deixando-os, desde logo, advertidos de que é possí-

vel que, em função dos esclarecimentos que venham a prestar, tenhamos de ouvir outros presidentes de fundos, até esclarecermos se há realmente relações de algum fundo de pensão com a firma Garanhuns Participações e Empreendimentos Ltda.

Quanto ao foco, manifesto minha profunda preocupação. Há requerimentos aqui que horizontalizam, ampliam a margem, fazendo-nos fugir do foco principal. O ato de constituição da nossa Comissão é específico. Os fatos determinados pelo ato de constituição são dois. Eles determinam a apuração da existência de remuneração de Deputados para votar com o Governo do Presidente Lula. Não são de governos passados, mas do atual Governo, que começou em 2003. O segundo foco é apurar a existência ou não de corrupção na aprovação da emenda de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses são os dois pontos.

Chamo a atenção de V. Ex<sup>as</sup> e quero que compreendam o seguinte: quem assinará o relatório é o Relator. A responsabilidade pesará sobre os seus ombros. Não adianta buscarmos informações a respeito de fatos que não dizem respeito a esses dois pontos, porque não posso sequer mencioná-los no relatório, e estaremos perdendo um tempo precioso. Ao invés de horizontalizarmos as investigações, vamos aprofundá-las nesse sentido.

Estou de acordo com todos os requerimentos. Alguns Deputados e Senadores não estavam presentes quando foram lidos três requerimentos de minha autoria, que, provavelmente, incidirão luz sobre essa questão: um requisita ao Banco de Minas Gerais a íntegra da petição inicial e dos requerimentos que acompanham a ação de cobrança por ele movida contra o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza. Essa inicial e esses documentos vão esclarecer o tipo de empréstimo feito pelo Sr. Marcos Valério. É importante. Outro requerimento é pedindo a íntegra da petição da ação judicial movida pelo próprio Sr. Marcos Valério Fernandes contra o Partido dos Trabalhadores. É outro foco de luz que nós vamos ter para esclarecer quais são realmente as relações de empréstimos e de negócios feitos com o financiador e o Partido beneficiado. O terceiro é requisitando ao Banco Rural informações dos débitos do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, nelas incluídas os prazos de vencimento, valores atualizados, resgates eventuais e seus respectivos montantes e ainda quais as providências tomadas para quitação dos mesmos. Para a satisfação do Deputado que inquiriu de inexistente o requerimento à CPI dos Presidentes dos Fundos de Pensão, aqui se encontra ele: é o nº 442.

Finalmente, se o Sr. Presidente tiver um pouco de paciência, juntamente com os Srs. membros da Comissão, eu quero afirmar ao Senador Sibá Machado que, ao fazer a indicação dos dois Sub-Relatores, eu nem sequer me lembrei de que o Senador Rodolpho Tourinho era do PFL. Porque aqui nós não temos partido. Nós estamos investidos numa função judiciária. Não creio que haja entre nós qualquer *parti pris* partidário. Pelo menos no Relator é absolutamente inexistente. E eu solicitei ao Sr. Senador a honra que nos dá de ser Sub-Relator porque foi um presidente de banco, diretor de banco, conhece essa matéria, pode nos prestar serviços imensos, já que nós estamos envolvidos exatamente com empréstimos de grande vulto. E a Deputada Zulaiê Cobra... Não necessito citar a razão pela qual eu... É dedicadíssima. Foi a Relatora-Geral da Reforma do Judiciário, tem uma experiência parlamentar admirável. Eu acho que ela e ambos poderão prestar serviços técnicos específicos de grande ajuda para a Comissão. Não quer dizer que está afastada a possibilidade da indicação de um outro Sub-Relator, e eu quero adiantar isso desde logo para permitir ao senhor, Senador Sibá Machado, a compreensão de que não houve propósito de “prestigiamento” partidário nessa indicação.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Sr. Presidente, me permita só pedir desculpas a um Parlamentar. Só pedir desculpas. Eu citei o Perondi há pouco, mas citei até fazendo uma ressalva, dizendo: imagina... Sei que ele nem me conhece, mas, mesmo assim, eu não devia ter citado o nome. Porque não tem nada, foi apenas para enfatizar, para dar mais força ao meu raciocínio. Então, minhas desculpas aqui públicas ao Deputado Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)** – Além disso, eu sou pobre, não conheço esse pessoal. Mas o senhor está desculpado.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Eu queria passar agora, se V. Ex<sup>as</sup> permitirem, às decisões. Nós temos vários requerimentos...

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE)** – Mas eu estou inscrito, eu espero.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Mas eu não dei a palavra já a V. Ex<sup>a</sup>? Eu já tinha concedido, citei o nome de V. Ex<sup>a</sup>, que acabou, então, não falando, porque houve aqui um momento de interrupção. V. Ex<sup>a</sup> tem razão e já, subsequente...

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE)** – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve. Parcelas das minhas ponderações já foram esclarecidas pela palavra do Sr. Relator. Penso apenas que não fomos nós, dos Partidos de Oposição ao Governo, que aprovamos essa multiplicação de Comissões. Nós julgávamos que elas

deveriam ser uma só, com planejamento, projeto e capacidade de trabalho. Essa pulverização de Comissões é da responsabilidade do Partido dos Trabalhadores. Ele é que é responsável por isso, para exatamente obter alguns resultados que tenho na minha cabeça: o de impedir o funcionamento de certo processo de investigação, produzindo situações de tumulto, que nós temos que evitar. Então, eu quero dizer que é preciso ter muita clareza sobre o que estamos fazendo aqui, sobre o que está sendo feito na Comissão dos Correios, por várias razões: primeiro, porque é impensável que Comissões cheguem a conclusões que não sejam absolutamente simétricas. Porque se relatórios não forem simétricos, de Comissões Parlamentares de Inquérito, imagine a confusão que vamos produzir. Segundo: que a Mesa – o Sr. Presidente, o Sr. Relator –, com a responsabilidade que sei... eu conheço o Presidente, gosto dele, admiro-o, e o Relator é uma pessoa admirável também. Então que V. Ex<sup>as</sup> tenham essa consciência – porque eu estou vendo lá as coisas também tumultuadas – de estabelecer um padrão, áreas de atuação, que haja o máximo de simetria para que cheguemos, no final, a um resultado lógico no relatório das duas Comissões. Apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero agradecer a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que realmente essa deve ser a conduta desta Comissão.

É evidente que houve algum conflito de jurisdição até este momento e procuramos minimizá-lo e estabelecer um **modus faciendi** capaz de levar adiante os objetos das duas Comissões.

É claro que alguns fatos se interligam, se imbricam logicamente. Se já foi procedido lá, não há necessidade de repetir aqui. Alguém poderia dizer: mas por que os primeiros depoimentos? Eles eram necessários, porque formavam o arcabouço: o denunciante, os operadores. E, nessa linha que trabalhamos, repetimos alguns depoimentos. Foi nessa lógica, nobre Senador, que tivemos que repetir alguns atos, porque senão ficaríamos aqui com um objeto sem uma formatação essencial e necessária.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, para reforçar essa posição. Quero dizer que já aconteceu esse fato em outras CPIs. Por exemplo, a CPI do Roubo de Cargas e a CPI do Narcotráfico muitas vezes se conjugaram. E tinham investigações conjuntas e funcionaram perfeitamente. Só para reforçar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho duas inscrições ainda, que é a do Deputado Devanir, a do Deputado Luiz Couto e a do Deputado João Correia, que é o próximo agora que vai falar.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, então, como autor do requerimento do Toninho Barcelona.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois vamos discutir essa matéria. Na hora da votação, V. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade de encaminhar e poderá discutir. Essa questão já foi decidida. Matéria decidida é matéria vencida. O Toninho Barcelona já está decidido. Não vamos voltar a esse tema. Agora, como vamos fazer, aí vamos discutir, exatamente o **modus faciendi**, quando e como vamos fazer.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia, que eu já havia anunciado.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Eu gostaria apenas de fazer uma sugestão ao Relator e marcar um pouco a minha posição como membro da CPI no sentido de que falta concluir a oitiva dos tesoureiros com o Sr. Genu. Acho que devemos limpar esse caminho, ouvindo o Sr. Genu, e, a partir daí, nós poderemos desdobrar em relação aos fundos de pensão.

O Relator usou um argumento que, por si só, já é suficiente. Até entendo um pouco os receios que as pessoas têm em expor mais de US\$100 bilhões, que correspondem a quase 20% do PIB brasileiro. Mas, pelo posicionamento que ontem tiveram aqui os três presidentes dos principais fundos de pensão das estatais – a Deputada Zulaiê, nossa Sub-Relatora, inclusive usou o termo encantamento, ficou encantada –, que não obstaram em fazer os seus depoimentos de público, acho que temos que realmente mergulhar nessa questão também com começo meio e fim.

Aí quero sugerir, além da oitiva deles, que seja colocado como prioridade – não sei se regimentalmente isso é possível – o requerimento do Senador Eduardo Suplicy e de vários outros Parlamentares que dá conta da convocação do Sr. Daniel Dantas, que está envolvido também nesse processo, e que, na imprensa, inclusive, chegou a dizer que fez doações às empresas nas quais a Previ... por sugestão do próprio Sr. Rosa, que esteve aqui ontem.

Finalmente, para concluir essa questão do fundo de pensão, Sr. Relator, acho que poderíamos chegar – e quero dar como sugestão – ao Sr. Luiz Gushiken, para acabar com esse esqueleto no armário. Quer dizer, o Sr. Gushiken tem importância e deve ser ouvido para explicar a relação que ele tem com as empresas de publicidade, que foram as principais operadoras – Senador Sibá Machado, só um minutinho; eu não o atrapalho, meu amigo velho –, com as empresas de publicidade que têm um peso muito grande nessa questão das empresas de publicidade e também na própria relação com os fundos de pensão. Nesse caso, a CPI

dá serenidade ao mercado, à população brasileira, enfim. É começar e terminar; começar e terminar.

Sinceramente, acredito que a convocação imediata do Sr. Genu seria o final de uma fase. Nós liquidaríamos uma fase que é a dos tesoureiros que teriam distribuído recursos aos Parlamentares, aos mensalóides – como se chamam os que recebem? Não sei; vamos arranjar um nome –, aos mensalistas. Está certo?

Portanto, creio que deveria haver começo, meio e fim. Terminaríamos de ouvir os tesoureiros, começaríamos a discutir a questão do fundo de pensão, ouviríamos o Sr. Daniel Dantas, terminaríamos os depoimentos com o Sr. Gushiken e, assim, viraríamos essa página. O restante do tempo seria dedicado ao trabalho das investigações, dos sigilos etc.

Era só isso que eu queria sugerir, Sr. Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Também. Eu até sugeriria que, antes dos Presidentes, ouvíssemos os Líderes dos Partidos, os ex-Líderes. No caso do meu glorioso PMDB, eu queria ouvir o Borba; eu queria ouvir o Paulo Rocha, do PT. Eu quero ouvir o Janene. Penso que poderíamos dar prioridade a essas pessoas e farei um requerimento nesse sentido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que eles já estão convidados – não é necessário requerimento – na condição de acusados.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Refiro-me à questão da prioridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Bom, vamos fixar agora a prioridade. Terminando essa rodada preliminar – vou chamar assim – do grande arcabouço lógico das nossas investigações, vamos chamar as partes que já estão convocadas.

Quero dizer, para concluirmos, que recebi a inscrição do Deputado Devanir Ribeiro, a quem concedo a palavra e, depois, darei a palavra ao Deputado Luiz Couto. Assim, encerra-se essa rodada de explicações.

V. Ex<sup>a</sup> quer debater um tema que será discutido posteriormente.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de que o Relator me ouvisse, porque tenho algumas... Gostaria de que o nosso Relator me ouvisse, porque tenho algumas dúvidas.

Mesmo que tenhamos falado que não estamos numa competição com a outra CPMI nem eles conosco, fico com uma dúvida com relação aos Parlamentares que serão convocados para virem a esta Comissão.

Se convoca aqui, convoca lá. Digamos que daqui saia um relatório reconhecendo que houve o mensalão, e de lá saia outro relatório – ou vice-versa – dizendo que não se trata de mensalão, mas de dinheiro de campanha – ou para lá ou para cá. Como vamos chegar ao bom termo? Fico com essa dúvida sempre. Por quê? Queiram ou não, somos todos políticos. Evidentemente, esta é uma CPMI. Estamos emanados de poderes e tal, mas somos políticos, filiados a Partidos, temos ideologias, temos uma série de coisas. Somos todos amigos, mas, na política, pensamos diferentemente e agimos, às vezes, de maneira diferente e, às vezes, até pelo próprio Partido, que nos induz a fazer isso ou aquilo em determinado lugar: ou no Congresso ou no plenário da Câmara ou no plenário do Senado.

A minha dúvida é essa. Não estou fazendo objeção alguma. Havendo um cronograma, deve ser ouvido todo mundo, desde que o Relator, pessoa-chave nessa questão, demonstre o que realmente esclareça os fatos, para que possamos mostrar à sociedade que foi uma CPMI justa, correta, não foi dirigida para ninguém, mas para apurar aquilo que estamos tentando investigar.

Não tenho objeção alguma a nenhum nome, porém só tenho essa dúvida, Relator. V. Ex<sup>a</sup> já pensou nisso? Poderemos entrar numa contradição, porque a CPMI envia isso à Mesa da Câmara quando se trata de Deputados; se fosse relativo aos Senadores, seria encaminhado à Mesa do Senado. A outra CPMI fará o mesmo, e a CPI dos Bingos poderá tomar a mesma atitude – as pessoas se cruzam. Imagine se chegarmos com três relatórios diferentes e distintos um do outro! Qual o julgamento que se fará? Pode ser que termine na Comissão de Ética, se assim entender o Presidente da Casa.

Eu gostaria de ouvir o que V. Ex<sup>a</sup> está pensando disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado Devanir Ribeiro, assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que não haver contrariedade entre as três Comissões é impossível a este Relator. São CPMIs autônomas, atuando dentro de um universo de transferência de recursos para finalidades escusas e que podem perfeitamente captar elementos que pertençam à outra Comissão e fazê-las constar no seu relatório. Esta é a realidade! Uma realidade que o Relator desta CPI não tem condições de mudar, de alterar.

Tenho tomado todas as cautelas possíveis para estabelecer com o Relator da CPMI dos Correios o melhor relacionamento possível, e o tenho conseguido, porque se trata do Deputado Osmar Serraglio, que

é um homem da melhor qualidade, um homem que está profundamente empenhado no cumprimento do seu dever. Espero que esse bom trânsito entre os dois Relatores venha a eliminar a possibilidade desses paradoxos, dessas contrariedades, mas não posso assegurá-los. Poderão existir, por mais que se esforce no sentido de impedi-las ou de eliminá-las.

A minha preocupação, como a do Sr. Presidente e a dos Srs. Membros da Comissão, é de aprofundar as investigações naquilo que nos diz respeito. Já expliquei e vou reiterar a explicação de que os fundos de pensão se encontram aqui porque há relacionamento de alguns fundos de pensão, não necessariamente dos três fundos de pensão aqui representados na última reunião, com a firma Garanhuns, que é uma repassadora de recursos do Sr. Marcos Valério para o PL, do Sr. Valdemar Costa Neto. Nós estamos perseguindo essa pista para ver se chegamos a algum lugar. Se, porventura, no depoimento dos Presidentes dos fundos de pensão, houver referências que envolvam o dono do Banco Opportunity, o Sr. Daniel Dantas, sem dúvida alguma, ouviremos o Sr. Daniel Dantas, sem perdermos de vista o fato de que não temos nenhum interesse nos negócios do Sr. Daniel Dantas em privatização. Nós queremos apenas saber apenas se ele financiou, mediante a Telemig Celular, mediante outras empresas, mediante fundos, pagamentos de Deputados no atual Governo.

Quanto ao mais, nós estamos buscando informações. Essas informações sobre as ações judiciais, eu reputo importantíssimas, porque aqui está a verdade dos negócios que fizeram. Eles não iriam à Justiça senão expondo minuciosamente as razões que têm para receber de alguém. Nós estamos requisitando. Está aqui na mão do Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que o nobre Deputado está satisfeito com a resposta.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sim, Presidente. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Outra questão. S. Ex<sup>a</sup> olhou por um ângulo, e eu poderia dizer o seguinte: a competência específica de apreciar essa prática delituosa é da nossa Comissão. Mas, infelizmente, como foi bem ressaltado pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Relator, a outra Comissão poderá fazê-lo. Por outro lado, eu entendo que, se alguém for – porque essa foi mais ou menos a ponderação do Senador Ney Suassuna – diretamente agora ao Conselho de Ética – esta é a minha opinião – e se apresentar lá, nada impede que as investigações continuem aqui. Nada! Não há nenhum impedimento. Só por que é uma questão complexa – até quero mandar fazer um estudo mais

estudo mais profundo, um parecer jurídico para poder oferecer e disponibilizar para todos os membros desta Comissão.

Antes de passarmos à votação de alguns requerimentos, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, chamo a atenção de todos para dizer que a arrogância é inimiga da investigação. Ela é aliada ao narcisismo, à vontade de aparecer, e isso não contribui com a investigação. Então, chamo a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para que nós nos desarmemos e possamos investigar, porque, muitas vezes, quando falamos, há uma barreira de uma reação quando se diz algo que contraria o interesse pessoal de alguém. Que sejamos pelo menos um exemplo para a sociedade na questão da investigação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, temos uma dúvida, que vai ser tirada com a entrega das notas taquigráficas da reunião do dia 16 de agosto. Nós já pedimos isso, mas ainda não nos foi entregue ainda. Queremos a cópia do apanhado taquigráfico da reunião administrativa do dia 16, que teria decidido a aprovação do Sr. Toninho Barcelona. Então, queremos isso.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, é importante que possamos, de acordo com a orientação do Relator, da quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de várias pessoas... O que podemos fazer também com relação a alguns requerimentos de convocação? Fariamos a quebra do sigilo para verificar se existem elementos ou não para que a convocação seja feita. Sugeriria ao Sr. Relator que todos os pedidos de quebra de sigilo fossem votados, porque os elementos serão trazidos, e vamos analisar se há necessidade ou não da convocação, porque não vamos perder tempo. Era o que gostaríamos, que na próxima semana pudéssemos votar a quebra de sigilo – não sei se há requerimentos hoje – para que possamos verificar se há necessidade ou não da convocação dessas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Alguma informação do Excelentíssimo Sr. Relator?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Eu

gostaria de uma, Sr. Relator, pela ordem, rapidamente. Que o Sr. Relator ou a Assessoria nos encaminhassem os ofícios que S. Ex<sup>a</sup> está produzindo. Não precisa ser hoje, mas na próxima reunião, os Ofícios nºs 1, 2 e 3, a fim de que pudéssemos acompanhar todo o processo administrativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estão sempre à disposição na Secretaria. Qualquer um tem acesso, mas, se quiser, vamos verificar.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Todos os senhores – acabo de receber a informação – estão recebendo por **e-mail**, e estarão disponibilizados em seu portal.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ressaltar sobre o andamento que não vai entrar na votação e explicar por que considero importante começar pela votação da convocação dos três fundos de ontem. Porque ontem ficou muito tácito um acordo, inclusive, todo mundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> já falou desse assunto. Vamos depois voltar...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vamos começar por ele.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – RJ) – Deixe-me só esclarecer ao Deputado Moroni Torgan.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. Não vamos reabrir essa questão. Eu vou conduzir agora a votação.

Quero conduzir a votação. Vou começar agora... Formulamos, no dia 16, virou um tumulto e não foi mais possível...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

Peço aos Srs. Membros da Comissão que façam silêncio, senão não é possível continuar. Vou suspender... vou encerrar a reunião. Se continuar assim, não tem condição.

Naquele famoso dia 16, havia uma lista de consenso; entre os nomes, os presidentes de partido. E faço uma consulta. Tenho os requerimentos do Dr. José Rocha sobre o ex-Deputado José Genoino, o ex-Presidente do PT.

Há consenso, e eu o submeteria à votação.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou dando continuidade, Sr. Relator, àqueles requerimentos anteriores que paralisamos no dia 16.

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – RJ) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nada de quarta-feira... A matéria é polêmica. Se entrar nesta, tenha certeza que não vamos acabar hoje a reunião.

Estou perguntando se aqui há consenso. Quero começar pelo mais fácil, e chegaremos ao mais difícil. Temos todos esses requerimentos do Sr. Relator que, em seguida, colocarei em votação em bloco, porque são uma série de providências. Pergunto se há consenso. *(Pausa.)*

Então, vou colocar o Requerimento nº 5 de convocação do Sr. José Genoino, de autoria do Deputado José Rocha.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na seqüência, teria ainda o Requerimento nº 321, de autoria dos Deputados Raul Jungmann, Fernando Coruja, Júlio Redecker, Moroni Torgan, João Correia e Darcísio Perondi, que é a convocação de outro presidente, Pedro Correia.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Era o que eu ia perguntar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Número 321.

**O SR. DEVANIR RIBEIRO** (PT – SP) – Vai também convocar o PP, o Pedro Correia?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então há unanimidade?

Em discussão e votação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, ouvi um comentário agora aqui, uma discussão de que se convocariam todos os Presidentes de partidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nós vamos convocar esses dois. Agora, esses dois.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Está bom.

**O SR. (Orador não identificado)** – Só se o PFL quiser vir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então há consenso? Vamos votar logo.

Em discussão. *(Pausa.)*

A discussão já foi procedida.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* A não ser que o PFL queira ser convidado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não queira botar o PFL na lama em que o seu Partido se encontra. Deixe o PFL quieto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou pedir agora que...

Sr. Relator, há uma série de requerimentos... peço que S. Ex<sup>a</sup> faça a leitura.

Em seguida, vamos para os fundos também.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Requerimento nº 438 é aquele de cujo teor já dei conhecimento à Comissão. Requer ao Banco de Minas Gerais a íntegra da petição inicial, documentos

que acompanham, da ação judicial movida contra o Sr. Marcos Valério.

É o Requerimento nº 438.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está na Mesa só. Não há cópia.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 439. Requisição ao Banco Rural das informações dos débitos do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, nelas incluídos prazos de vencimentos, valores atualizados e demais especificações, inclusive sobre eventuais pagamentos de parcelas.

Requerimento nº 440, requisitando ao Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza a íntegra da petição e dos documentos que acompanham da ação de cobrança por ele movida contra o Partido dos Trabalhadores.

Requerimento nº 441. Não está aqui.

Não, não é requerimento, é uma comunicação da escolha do Sr. Senador Rodolpho Tourinho e da Srª da Deputada Zulaiê Cobra para exercerem, nesta Subcomissão, a função de sub-relatores.

Requerimento nº 440. Já foi lido.

Requerimento nº 442. Requeremos sejam convocados a depor, nesta CPML, na próxima quarta-feira, 31 de agosto de 2004, os Srs. Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente do Fundo de Pensão Petros, Guilherme Narciso de Lacerda, Presidente do Fundo de Pensão Funcef, e Sérgio Ricardo da Silva Rosa, Presidente do Fundo de Pensão da Previ.

Requerimento nº 445.

Faltam os Requerimentos nºs 443 e 444.

Vou ler o 445, mas avisando que faltam os requerimentos nºs 443 e 444, que a Secretaria está providenciando.

Requerimento nº 445. Requeiro à CPI da Compra de Votos que o BNDES remeta a esta Comissão, num prazo de 7 dias, todos os investimentos feitos nos países da América Latina nos últimos trinta meses e respectivas empresas vencedoras das obras. Do Sr. Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Só uma explicação. Aqui, envolvendo empresas privadas ou só empresas públicas?

Todas?

Então essa envolveria uma quebra de sigilo, perfeito? Teríamos que ter votação nominal. Porque as empresas privadas têm o direito de preservar o sigilo dos seus negócios.

Vamos analisar isso. É só para não haver nenhuma violência. Eu não tenho **parti pris**.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, quando se concluir essa parte, eu gostaria que V. Exª me concedesse a palavra, que eu gostaria de tirar umas dúvidas ainda, com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em seguida.

Eu só fiz a pergunta para esclarecimento.

Prossiga, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 443. Requeiro, nos termos regimentais, a convocação, para depoimento, dos Presidentes dos fundos de pensão.

Já foi objeto de outro requerimento.

E o Requerimento nº 444, do Sr. Senador Rodolpho Tourinho, que vou resumir, por ser longo, trata do seguinte: se na avaliação das Carteiras do Fundo de Pensão foram observadas as diretrizes relacionadas às normas de seletividade estabelecidas pela regulamentação em vigor; se foram detectadas distorções quanto aos valores de compra e venda de lotes de ações capazes de sugerir repasses de ganhos às corretoras que interagiram com esses fundos; se nas fiscalizações de rotina ou especiais foram apurados o volume e o direcionamento de doações para campanhas eleitorais; se, da mesma forma, foi detectada concentração em instituições financeiras de aplicações de papéis de renda fixa, capazes de sugerir realização de operações triangulares, vedadas pelos Normativos do Banco Central, ou seja, aquelas que impliquem em aceitação de depósitos à vista ou a prazo, mediante compromisso de efetuar empréstimos à pessoas físicas ou jurídicas, ligadas a um instituição financeira; e, finalmente, se, na nomeação de membros da diretoria executiva desses fundos, foram observados os requisitos estipulados pela legislação em vigor para ocupação de tais cargos.

Tentei abordar essa matéria até de maneira superficial; V. Exª é técnico no assunto...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Relator.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, Presidente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quanto ao Requerimento nº 443, que V. Exª disse que já foi apreciado por haver requerimento semelhante, quero esclarecer que acrescentei alguns outros fundos e pensão, entre os quais o Real Grandeza de Furnas, que foi um dos fundos que triplicaram os seus investimentos no BMG após a troca que foi feita da garantia dos avalistas.

Então, peço a V. Exª que...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Peço desculpas a V. Exª. Ao ler “fundos de pensão”, supus que V. Exª se referisse aos fundos de pensão já mencionados, mas não: V. Exª especifica que deseja o depoimento dos Presidentes dos fundos de pensão

Centrus, Eletros, Funcef, Geap, Petros, Postalís, Serpros, Portus, Previ e Real.

Quanto aos nomes dos presidentes de Petros, Previ e Funcef, os requerimentos já estão atendidos, portanto, excluídos estes, V. Exª pede a convocação dos demais.

Peço desculpas a V. Exª pela precipitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É convocação dos Presidentes?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É convocação para prestar depoimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, sobre o requerimento do Senador Rodolpho Tourinho. Esse penúltimo, que V. Exª se...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O do Senador Rodolpho Tourinho não está pedindo a convocação, é uma série de informações.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Ah, trata-se de informações. Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Informações.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Presidente, vamos discutir o todo?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, eu queria antes...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Porque aí não tem acordo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, eu queria ver, por uma questão de eficiência, vamos votar logo todos os consensos. Quanto aos que não tiver consenso, vamos votá-los individualmente.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, entendo que quanto à convocação dos três, existe acordo; dos outros, realmente, aí temos que ponderar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, quero ver os requerimentos que têm acordo. Não vamos começar pela parte conflitiva.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, só quero deixar registrado que a minha fala inicial era no sentido de sustar a discussão. Não temos oposição à vinda dos fundos na quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, não vamos começar pelos fundos; vamos começar então pelo que há consenso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Há acordo, então vamos votar.

**O SR.** (Orador não identificado) – Os três têm consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou submeter um a um.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, de informação quanto à questão de data. É para já ser na próxima semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Quarta-feira.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – E quando vamos ouvir as pessoas sobre o nosso objetivo desta CPMI, que é a compra de voto? Quero saber. Pergunto ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Nobre Senadora, há uma lógica...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Senadora, isso já foi discutido; há duas horas, estamos discutindo isso. V. Exª chegou agora, já explicamos isso tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Dê-me os requerimentos aqui que vou começar.

Requerimento nº 438, da lavra do Sr. Relator, que requer informações relativas ao Banco BMG;

Requerimento nº 439, exatamente os mesmos tipos de informações com relação ao Banco Rural – o que foi lido, não vou repetir a leitura, só para refazer a referência;

Requerimento nº 440, no sentido de se requisitar ao Sr. Marcos Valério a íntegra da petição de cobrança dos respectivos...

**O SR.** (Orador não identificado) – Há acordo aí?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Há acordo.

Requerimento nº 441 – este não é requerimento, portanto, está prejudicado; é uma comunicação.

Requerimento nº 442 – quanto a este estamos em conflito porque foi inclusive agregado o requerimento do nobre Deputado Júlio...

**A SRª** (Oradora não identificada) – Esse não, esse...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Retirou?

**O SR.** (Orador não identificado) – Retirei.

**O SR.** (Orador não identificado) – O 42...

**O SR.** (Orador não identificado) – Ele quer ampliar o número de..

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Amplia aqui ou não amplia?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Amplia aqui ou não amplia?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não. Aí, nesse caso, não tem consenso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Tem um do Relator que pede os três.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Os três, isso, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Então, este aqui vou votar em separado.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dá licença. Eu vou ler, então, o nº 442, nos termos em que se encontra.

“Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal que sejam convocados a depor nesta CPI, na próxima quarta-feira, 31, os Srs. Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente do Fundo de Pensão Petros; Guilherme Narciso de Lacerda, Presidente do Fundo de Pensão Funcef; e Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente do Fundo de Pensão da Previ.”

Há consenso?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O.k.!

O Requerimento nº 444, pedido de informações do Senador Rodolpho Tourinho, que foi lido, é longo. Há acordo?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Há acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– E, finalmente, o Requerimento nº 445, que requer para que o BNDES – este foi o tema que vou deixar para depois – remeta a esta Comissão num prazo... Aí nós vamos discutir se há necessidade de votação nominal para eventual quebra de sigilo, porque são investimentos privados. Eles têm direito até ao segredo do comércio, ao sigilo. Então, vou verificar e daí tomarei...

Nenhum problema quanto à votação, só que eu tomarei previamente o cuidado de fazê-lo pelo procedimento nominal. Então, submeto o Requerimentos nºs 442, que acabei de ler, 444, 440, 439 e 438 em discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que aprovarem os requerimentos queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, eu tenho aqui estes requerimentos dessas informações do BNDES. Por cautela, vou fazer por votação nominal. Tem que ter maioria absoluta.

Vou fazer a leitura do Requerimento nº 445:

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** – Ele não está aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não está, porque foi feito e foi aprovado pelo Exmº Sr. Relator.

“Requeiro à CPMI da Compra de Votos para que o BNDES remeta a esta Comissão num prazo de sete dias todos os investimentos feitos nos países da América Latina nos últimos 30 meses e respectivas empresas vencedoras de obras.”

Os termos são esses. Evidentemente, podemos depois...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Quem é o autor, Presidente?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não tem acordo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso é um documento público. Isso existe na Internet.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há acordo?

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Não há acordo. Então, pegue-se na Internet.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Vamos votar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu pediria que o autor explicasse o requerimento.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, ou abre a discussão para votar ou retira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu abro a discussão e vou submeter... Eu perguntei se havia acordo. Como não há acordo, a matéria está em discussão.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O autor pode ser ao final. Normalmente, o autor sempre é chamado ao final.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos ouvir o Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, eu posso falar sobre o assunto, porque eu fiz um pedido de informações, via Câmara dos Deputados, com o mesmo teor. Não me parece que esses dados sejam sigilosos. Os dados dos investimentos feitos pelo BNDES não me parecem que sejam sigilosos, tanto que eu fiz esse requerimento há uns dez dias na Câmara dos Deputados, porque há essas denúncias de envio de dinheiro no exterior e de que o BNDES poderia estar emprestando para empresas na Venezuela, e em outras localidades – denúncias, fofocas, não estou dizendo que seja verdade –, eventuais recursos que viriam para o Partido dos Trabalhadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Seria o dinheiro dos empréstimos?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Dos empréstimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Porque aqui, quando foi feito, nobre Deputado Coruja – por isso que me preocupei – seriam todos os investimentos das empresas...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É financiamento, é financiamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está bom. É porque falaram em investimento.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas essa discussão... A terminologia está mal colocada. Quer se saber quais recursos foram emprestados pelo BNDES para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, acho que isso aí... Com todo respeito, vou defender o requerimento, porque ele não tem nada de mais.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, eu tinha falado que, se os outros Senadores e Deputados deixarem, eu queria ouvir realmente o autor. Era o queríamos para saber qual era a relação com a CPI. Não tenho nada contra o requerimento e as informações. Eu só queria ver qual é a conexão com esta CPI da compra de votos que estamos investigando: a atual e a compra de votos na época da emenda constitucional da reeleição do Fernando Henrique Cardoso. É esta apenas a questão. Não tenho nada contra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo que, em razão do teor... e aqui tivemos já intervenções que mostram que há certa desconformidade talvez entre o objetivo e os termos em que foi vazado o respectivo requerimento.

Concedo, didaticamente até, a palavra ao nobre autor do requerimento.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, se for necessário trocar a palavra “investimento” por “financiamento”, eu o autorizo. Faço a observação no meu requerimento.

Em segundo lugar, as razões desse requerimento são as seguintes: nesta semana, apareceram na imprensa brasileira os investimentos que o Brasil fez na América Latina, e surgiu a desconfiança de que esses recursos podem estar alimentando um esquema de dinheiro para as campanhas brasileiras, as últimas campanhas, naquela preocupação, que demonstrei

no início, de que: ponto um, Banco Rural; ponto dois, lavagem de dinheiro, dinheiro internacional.

Tenho quase certeza de que não existe nada, mas é importante sabermos. E o Deputado Coruja foi claro. Isso talvez possa ser informação pública, mas é importante a Comissão ter essa informação à mão. Isso simplesmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Eu só quero lhe dizer...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu só quero dizer, então, em razão do que foi esclarecido, que a idéia do sigilo se afasta, porque, da forma como foi colocado, seriam todos os investimentos... até perguntei a V. Exª se eram públicos e privados. V. Exª falou privados. Aí, as empresas teriam resguardados os seus direitos de fazer os investimentos, até pelos seus segredos comerciais, etc, que são direitos inerentes.

Agora, como são financiamentos públicos, do BNDES, evidentemente...

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Do BNDES. São públicos. Nesse sentido, porque é uma entidade pública que o faz.

Agora, é evidente que sobre este ponto está elidida qualquer dúvida.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, acho que, no meio de tudo, dessa ciranda por que o Brasil está passando... respeito todas as desconfiças. O meu partido... pessoas do meu partido se enveredaram por um caminho que, inevitavelmente, colocou a todos nós sob suspeita. Então, se há suspeita, ela tem que ser elucidada. Como se trata de recurso público, de banco público que investe dinheiro em acordos bilaterais entre o Brasil e os países do cone, acho normal que possamos trazer os documentos para análise de todos. Eu só quero deixar claro que, em termos de desconfiças, nós poderíamos aqui ir a diversas direções, mas isso não nos interessa.

O requerimento, em nosso entendimento, está claro, notório. E não vejo nenhuma dificuldade de o BNDES elucidar as dúvidas que os membros desta Comissão possam ter.

Nesse caso, o encaminhamento é favorável ao requerimento e, no momento oportuno, eu gostaria que V. Exª me concedesse a palavra para aqueles esclarecimentos que eu pedi.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quanto a essa matéria, eu troco “investimentos” por

“financiamentos” com autorização do autor. Aqui fiz uma rasura e assinei meu nome.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordarem com o teor do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Peço agora que o Sr. Relator... Temos alguns outros...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – RJ) – Eu tenho um requerimento de quebra de sigilos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O 443? Passou o 443?

**O SR. ZULAIÊ COBRA** (PSDB – RJ) – É meu. Já faz tempo. É o dos fundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Os três dos fundos já foram aprovados...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, Sr. Presidente. Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi aprovado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu coloquei se há consenso. Há consenso. Ele foi no rol...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É o 443, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ah! O seu. Desculpe. Quando falamos nos fundos, aquele que foi aprovado... Aí é outra questão.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra só pela ordem. Quando V. Ex<sup>a</sup> disse que já foi aprovado, encareço a V. Ex<sup>a</sup> que temos a vinculação do fundo Real, do Centrus, que não está entre os três fundos aprovados. Não quer dizer que vamos convocá-los imediatamente para serem ouvidos imediatamente. Mas já deixamos a convocação pronta. Quando se fizer necessário, já está aprovado aqui, porque o Real Grandeza tem vinculação direta; ele já foi, inclusive, citado aqui na CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Então, submeto ao Sr. Relator que esse requerimento para oferecer...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu pediria para encaminhar contrariamente ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como não há acordo, vamos fazer a votação nominal. Não há outra forma.

Peço à Mesa que nos dê o teor para que o Relator...

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O requerimento já foi lido e pensei que ele já tivesse entrado na aceitação geral.

O Sr. Deputado Júlio Redecker, com mais dois subscritores, dentre eles o Deputado Darcísio Perondi, requer a convocação para prestar depoimento dos Presidentes dos Fundos de Pensão: Centrus, Eletros, Funcef – já consta de outro requerimento –, Geap, Petros – que consta de outro requerimento –, Postalís, Serpros, Portus, Previ – que já consta de outro requerimento –, e Real.

O parecer é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como não há consenso, em vez de partirmos para a discussão, poderíamos passar logo para votação nominal?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu só quero ver se consigo convencer o autor do requerimento. Se eu conseguir...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deputado Júlio Redecker, gostaria apenas que V. Ex<sup>a</sup> compreendesse o seguinte: ouviremos os três que já estão postos na pauta e, a partir disso... Eu não vejo nenhuma dificuldade, se necessário for, em avançar ainda mais, e avaliarmos todos os demais, até indistintamente.

Mais do que isso, eu me comprometo também em conversar com cada um desses fundos para se adiantarem a fatos e, quem sabe, de livre e espontânea vontade, já também remeterem suas cartas a esta CPMI no sentido de colaborar com a investigação.

Eu só pediria que não votássemos esse requerimento agora. Não há nenhuma discordância de fundo, mas porque tenho receio de que se aprove logo esse negócio... Até parece que queremos agora abraçar o mundo com as pernas sem apresentar um resultado mais prático.

Se V. Ex<sup>a</sup> concordar comigo, na próxima reunião administrativa, o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>... Nós nos comprometemos a ter uma resposta clara e objetiva para V. Ex<sup>a</sup> e esta Comissão, e podermos naquele momento apreciar.

Eu pediria até no máximo uma semana de prazo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem ou para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente. É pela ordem mesmo.

Sr. Presidente, pergunto a V. Exª como vai ser a oitiva dos Presidentes dos Fundos. Serão os três ao mesmo tempo ou será individualizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu acho que ainda não estamos nessa matéria agora. Essa matéria, neste momento, não está em discussão.

V. Exª quer me chamar a atenção, pela ordem. V. Exª quer que eu coloque nos trilhos ou nos parâmetros regimentais a condução ou esclarecer algum fato com relação à matéria em discussão.

Agora, essa seria uma questão de ordem para nós decidirmos como será procedido. Como agora estamos nesta matéria, depois poderemos discutir oportunamente essa questão. Perfeito? Gostaria de discutir essa matéria que está em pauta.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, ainda em relação ao Requerimento nº 443 e a proposta do Senador Sibá Machado, concordo em adiar a votação do requerimento para a próxima sessão administrativa. Solicito que isso fique sobre a mesa para a próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Até porque queria alertar que não temos quórum para votação da matéria. Temos que ter maioria absoluta. Não estou vendo. Temos no livro, mas não temos presença aqui.

Existem outros pedidos, outros requerimentos em discussão. Pergunto ao Sr. Relator se há outros requerimentos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Temos onze requerimentos meus, Sr. Presidente, de transferência de sigilo. Já são antigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não teremos quórum para esse tipo de votação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso aqui é acordo. É transferência de sigilo já quebrado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Tem que ser nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem que ser nominal.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tem que ser nominal? Quando vamos votar, Sr. Presidente. Já faz três semanas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Imediatamente. Se houver quorum, submeterei agora à votação. Não tem nenhum problema.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, só um instante. O requerimento da Senadora Zulaê trata dos fundos, não é?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Poderei ser Senadora. No dia em que o Senador Eduardo Suplicy sair poderei entrar no lugar dele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Temos aqui o Senador José Jorge, com os Requerimentos nºs 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130, 131, 132, 133 e 134. Todos são sobre a questão dos fundos de pensão, especificamente. Sobre todos, há concordância.

Minha questão, neste caso, é: se o requerimento da nobre Deputada for na mesma direção, não vejo problema em entrar como...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vejo nenhum problema, só o de quórum. Vamos fazer uma chamada, vamos contar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Questão de ordem tem precedência, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é o artigo?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quero citar o Regimento Comum, art. 14, com relação à matéria que V. Exª falou. Para apreciar a matéria há pouco mencionada, “a Comissão Mista deliberará, por maioria de votos, presentes a maioria dos membros, tendo o Presidente somente o voto de desempate”. Esse é o caso. Quando for quebra de sigilo, sim, mas quando for...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas terei que ter, quando for votação nominal, necessariamente... É como uma verificação.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Maioria simples, Sr. Presidente, pelo art. 14 do Regimento Comum. Solicito que a assessoria confirme.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem que ter quórum, tem que ter quórum. Se não tiver maioria...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas, tendo mais do que a metade dos membros presentes aqui, poderemos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É o que não temos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Temos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se houver a maioria... No momento, fizemos uma contagem. Não havia.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Faça a chamada nominal, para ver se tem ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já vou votando a matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Exª para que insistamos nos requerimentos consensuais. Quero pedir a atenção do Senador Sibá Machado, que representa e coordena o PT. Temos dois requerimentos: o de nº 434, de minha autoria e dos companheiros José Carlos

Araújo, Moroni Torgan, Rodolpho Tourinho e outros; e temos, ainda, o Requerimento nº 419. O Requerimento nº 419 convoca para esta Comissão – de autoria do sempre nobre e isento Senador Eduardo Suplicy – o empresário Daniel Dantas. O Requerimento nº 434 convoca o Presidente do Citibank no Brasil, Sr. Gustavo Marim. Minha proposta, Senador, é que, por consenso, votemos os dois requerimentos e seja feita a convocação do Sr. Daniel Dantas e do Sr. Gustavo Marim, para acabarmos, de uma vez por todas, com a história de que se está querendo proteger fulano ou sicrano.

Erradamente, ontem, atribuíram a mim a tentativa de adiamento, em outra Comissão – ou aqui nesta Comissão, já nem me lembro – da convocação de um dos citados. Pelo contrário, quero que essa convocação seja feita de maneira lógica e coordenada. Um está sendo acusado de ter participado de uma ajuda. O outro – no caso, o Presidente do Citibank – de ter feito uma negociação considerada ilegal, irregular, envolvendo um patrimônio brasileiro, cuja venda está sob suspeita. Como envolve o mesmo tema, Sr. Presidente, minha sugestão é a de que votemos os dois requerimentos, por consenso.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Com certeza!

E aí nós faremos ainda mais o seguinte: eu proporia, em seguida, uma acareação entre os dois.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, para esclarecer, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Eu concedo a palavra a V. Exª para... Não um aparte!

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, nós temos... Acredito que possamos chegar a um consenso. Queria apenas sugerir, Sr. Presidente, que fique a critério do Relator, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, o momento mais adequado da presença dos dois, e não temos objeção. Acreditamos que o Relator...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas, Senador Suplicy, V. Exª estava com tanta pressa! Vamos convocar os dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Senador Heráclito Fortes!

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Vamos fazê-lo e...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – São dois momentos. Um é convocação, aqui, a aprovação da convocação. Depois. Agora...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas vamos aprovar logo isso!

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Estou de acordo! Estou dizendo que estou de acordo!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só a oitiva é que será marcada oportunamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS** – Para discutir, Sr. Presidente!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, só para encaminhar, para ficar bem claro que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou perguntar se há consenso.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Há consenso?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Eu quero discutir, eu quero discutir.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sem discussão. Só um instantinho, Sr. Presidente. É só porque, pela fala do nobre Senador, que é uma pessoa bastante...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Então, como eu pedi, há consenso e querem discutir.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, há consenso, mas eu quero esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Perfeito.

Então, para que não se afaste do consenso, V. Exª poderá discuti-lo também.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, eu apenas quero fazer uma ressalva. Quando fala aqui em convocação do Sr. Daniel Dantas, empresário controlador das empresas Telemig Celular, Amazonas Celular e Brasil Telecom. Bom, quem é controlador dessas empresas não é o Sr. Daniel Dantas, é o Banco Opportunity, embora o Sr. Daniel Dantas seja o Presidente do Banco Econômico. Então, legalmente, salvo melhor juízo, o Relator pode falar, o requerimento não está prescrito, porque, na verdade, nós devemos, se é para esclarecer o dinheiro da Telemig Celular da Amazônia, quem deve vir aqui são os presidentes dessas empresas, porque o Sr. Daniel Dantas pode chegar aqui claramente e dizer: “Eu apenas vejo os resultados das minhas empresas. E quem faz aporte de dinheiro, quem transfere, quem faz o pagamento são os Presidentes das empresas. Se as empresas dão resultado, eu só quero saber de resultado”. Ele pode até não saber como esse dinheiro foi parar na DNA e tudo. Na verdade, quem tem que vir aqui explicar são os Presidentes dessas empresas de telefonia, no meu entender, salvo melhor juízo.

Agora, se a coisa é política e querem trazer o Daniel Dantas, é outra conversa. Então, eu quero es-



clarecer e deixar isso bem claro. O requerimento não está feito na linha correta, Sr. Relator. E aí eu peço a palavra do Sr. Relator, que corrobora comigo, ou então, me corrija se eu estiver errado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero ponderar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só vamos deixar o Relator falar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os requerimentos de quebra e de transferência de sigilo – como todos os senhores sabem, têm a cópia dos requerimentos em mão – são: transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da Brastelecom Ltda; quebra de sigilo bancário e fiscal da Brastev Ltda, do Sr. Sibá Machado; do Deputado Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Geap; também do Deputado Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Centrus; também do Deputado Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Eletros; também do Sr. Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Funcef; também do Deputado Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Petros; ainda do Sr. Deputado Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Portus; do mesmo Deputado, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Postalís; ainda do mesmo Deputado, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Previ; ainda do mesmo Deputado, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Serpros; finalmente, também do Deputado Moroni Torgan, transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Sistel; do Senador José Jorge, transferência e quebra de sigilo bancário do Postalís, Instituto de Seguridade Social da Empresa de Correios e Telégrafos desde 2002; transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da DNA Propaganda Ltda; transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da Estratégia Marketing e Promoção Ltda, da Srª Senadora Ana Júlia Carepa. O anterior, da DNA Propaganda, é da Srª Fátima Cleide.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, só para dizer aos Pares que não se preocupem em quebrar. Podemos votar tranquilamente (*inaudível*) porque acabaram ser votados na outra...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, é só uma transferência.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não, acabaram de fazê-lo agora. Então, podemos votar aqui porque será simultâneo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu quero discutir, porque tem outro detalhe diferente também da outra CPI.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – RJ) – Os meu também. Iguais. As mesmas transferências...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos falando em transferências.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu sei. Eu queria fazer então uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não... vamos fazer... Mas eu não vou agora colocar essa matéria. Nós estamos com a matéria anterior para discutir, e vamos ver se conseguimos antes aprovar a convocação dos Srs. Daniel Dantas e...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, quero discutir esta matéria também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Do Sr. Daniel Dantas e do outro...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Como é o nome do outro, Senador Heráclito Fortes?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Gustavo Marinho, Presidente do Citibank do Brasil, figura da maior importância da economia nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Os dois. Eu estava nessa discussão, Sr. Relator, senão depois nós vamos para o sigilo. Eu gostaria de esgotar essa matéria anterior para depois entrarmos na próxima.

Vamos ser breves. Perguntei se havia consenso. Disseram que havia consenso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, não há ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há consenso. Então, teremos que fazer a votação nominal.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Sibá Machado. Em seguida, ao nobre Deputado Odair. Já falou...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Quero ponderar é na linha do Deputado José Carlos Araújo. Porque eu fui um dos que subscreveu um requerimento convidando, juntamente com outros Parlamentares, o Sr. Daniel Dantas para vir a esta CPMI.

Mas quero ponderar com os Pares que se nós votamos isso agora, nós estamos abrindo um precedente que julgo perigoso, porque não estamos chamando, convocando, os Presidentes das empresas. Porque são eles que têm responsabilidade. Nós estamos chamando acionistas, mesmo que tenham o controle das agências, das empresas.

Então, nós vamos chamar o pessoal do Citigroup, e vamos chamar o Presidente da Opportunity. Eles são acionistas das empresas! Olha onde nós estamos indo.

Agora, eu acho que nós estamos fazendo uma reflexão aqui pouco madura.

Proponho que adiemos a discussão e conversemos mais entre nós. Se os senhores quiserem insistir nisso, não há problema, vamos aprovar. Agora, eu estou chamando a atenção para o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A matéria está em discussão. Depois, ela será submetida à votação.

Se os membros da Comissão resolverem suspender a matéria... Mas ela está em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sibá Machado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aliás, José Rocha, que vai falar pela Câmara, e V. Exª, pelo Senado.

**O SR. (Orador não identificado)** – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado eu estava com a matéria em encaminhamento. Haverá o sigilo, em seguida.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, penso que os próprios subscritores dos dois requerimentos acordaram na votação do requerimento, e na vinda aqui tanto do Sr. Daniel Dantas quanto do Sr. Marinho. Portanto, acredito que não tem mais que retrocedermos a essa questão. É aprovar os dois, e vamos ouvi-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Siba Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, já analisamos bastante a matéria. A única ressalva que faço é que estamos chamando algumas pessoas na linha daqueles que pensam que devemos quebrar alguns sigilos para depois haver elementos até para argüir sobre a pessoa. Porém,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós vamos quebrar o sigilo em seguida.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu sei.

Porém, quero encaminhar favoravelmente aos dois requerimentos, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Eduardo Suplicy, fazendo a ressalva das pessoas que acham que devemos ouvir também as empresas, que possamos também, de imediato, requerer a presença dessas empresas, que poderão vir em datas que o Relator achar conveniente. Que faça o elo de ligação. Na data “x” poderemos ouvir os Presidentes das empresas, e na data “y” ouviremos os acionistas.

Agora, é importante que possamos votar os requerimentos, porque fica chato para a Comissão, por-

que há pessoas com medo disso, com medo daquilo, e penso que não é preciso.

Portanto, é importante que o Deputado, desculpe, esqueci o nome, José Carlos Araújo, encaminhe o requerimento solicitando os Presidentes das empresas, e o Relator analisa qual é o cronograma mais importante sobre o qual a Comissão deve se debruçar. E votamos por unanimidade isso aqui.

Era isso, Sr. Presidente.

Encaminho favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou pedindo à Mesa o teor, porque vou submeter, para não deixar dúvida.

Um minutinho.

O de nº 419...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, também há o de nº 433, da Deputada Iriny Lopes, que é o mesmo teor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O de nº 419, exatamente, convoca para depoimento o Sr. Daniel Dantas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o de nº 433, Sr. Presidente. Também da Deputada Iriny Lopes, referente à convocação do Sr. Daniel Dantas empresário, controlador.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. O de nº 433 também é o mesmo teor.

O subsequente é o de nº 438. É isso?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Portanto, está aprovado Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Ainda não.

Vamos à votação dos Requerimentos de nºs 419 e 433, convocando o Sr. Daniel Dantas.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com os requerimentos permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora, de imediato, ao de V. Exª, nobre Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Exª insiste em me retornar para a Câmara dos Deputados, nobre colega.

Eu fico muito feliz, gosto muito daquela Casa, mas não abro mão de ser colega de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Senador, eu quero mais uma vez pedir desculpas...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Depois do sucesso de V. Exª no Jô Soares, levando a Constituição brasileira, eu quero ser seu par.

Não me tire esse direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Peço mil desculpas, Senador. É que isto aqui é um stress. É difícil. Se V. Ex<sup>a</sup> estivesse sentado aqui, como eu estou, ouvindo oito, nove horas, e esse tumulto permanente, devo dizer que estou no limite da estafa...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O que V. Ex<sup>a</sup> deseja?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– O número do requerimento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É 434.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– É o nº 434, convocando para depor o Sr. Gustavo Marinho, Presidente do Citigroup.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Presidente do Citigroup do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– A matéria está em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, dentro da mesma linha de coerência, queria fazer um apelo, e rogo ao Governo que concorde. Há uma convocação aqui de autoria do sempre ilustre e sereno Deputado Eduardo Valverde, que, evidentemente, tem convicção do que está fazendo, para trazer a esta Casa o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário-Geral da Presidência da República. Tenho certeza absoluta que sobre essa matéria de fundos de pensão ele tem muito a falar.

Eduardo Jorge Caldas Pereira, requerimento de autoria do Sr. Valverde, como também a convocação do Sr. Benjamin Steinbruck. Não sei por que ele convoca, mas penso que deve estar com a lucidez suficiente para fazer essas convocações. Penso que é um serviço prestado ao Brasil atender a convocação desse ilustre parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Pergunto se há consenso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não há consenso, Sr. Presidente, de jeito nenhum.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas por que não há consenso? Convocar Eduardo Jorge aqui...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não há consenso, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eduardo Jorge pode esclarecer muita coisa, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, não há consenso sobre o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, a Oposição é favorável.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria entender por quê.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Eu peço a V. Ex<sup>a</sup>, como não há consenso, vamos deixar para outra ocasião.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Então, o Sr. Benjamin Steinbruck, há consenso?

**A SR<sup>a</sup>** (Oradora não identificada) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não há consenso?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, não há consenso, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, a Oposição é favorável...

**A SR<sup>a</sup>** (Oradora não identificada) – Se é para fazer algum que preste, é o do Ricardo Sérgio, não é Eduardo Jorge?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, infelizmente terei que me retirar para outras comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, teremos as votações nominais para a transferência e quebra desse sigilo. Eu precisaria da...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu quero apenas dizer o seguinte. Entendi tudo: no PT ninguém se entende!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Não, não, mas eu gostaria...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – A próxima convocação que eu vou fazer aqui é do atual esposo da Prefeita de São Paulo, D. Marta Suplicy, por transferência ilegal de dinheiro do País, conforme denúncia feita na imprensa esta semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Bem, quanto aos requerimentos, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer o que entender, tem liberdade para tanto.

Eu queria partir logo para a apreciação dos requerimentos feitos pelo Sr. Relator, da autoria de vários Parlamentares.

Votação nominal.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, a votação nominal é sobre quebra de sigilo agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Quebra de sigilo.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu pedi para falar sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Perfeito. É transferência de sigilo.

Com a palavra, a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Peço ao Plenário silêncio.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É difícil, assim fica difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Com a palavra, V. Exª.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação ao Presidente e ao Relator, de que não é uma simples transferência, e eu vou explicar por quê. Esta CPI tem uma diferença daquela outra CPI. Esta é uma CPI que está analisando possível compra de votos, inclusive de 1997. Então, o que eu acho que seria equivocado é nós estarmos avaliando só uma parte do objeto desta CPI, porque, quando nós quebramos sigilo de várias empresas e vários fundos de pensão, que já atuaram, inclusive, nas privatizações, e que também foram acusados de...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio por parte do Plenário. A nobre Senadora está com a palavra, vamos respeitá-la.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – ... e que também foram acusados de dar recursos para a provável compra de votos que aconteceu naquela época, Relator, nós não podemos só quebrar o sigilo deste momento, senão nós não vamos estar fazendo o nosso trabalho. Afinal, o objeto desta CPI é a compra de votos dos dois períodos. Então, nós vamos ter que quebrar o sigilo desde 1997. É essa a diferença que existe desta CPI para a outra, porque a outra CPI não está avaliando a questão de 1997. Ela deveria apreciar a questão dos Correios.

Por exemplo, tem um requerimento que nós acabamos de entregar...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Para contestar, Sr. Presidente.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – ... que pede que seja convocado para depor o Procurador da República Dr. Marcos Penha para que ele exponha nesta CPI as conclusões do processo de investigação sobre a compra de votos destinada à aprovação da emenda de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso; e que também ele remeta à CPI a cópia integral do referido processo.

Nós estamos avaliando e analisando e temos a obrigação constitucional de analisar os dois objetos, nós podemos esquecer.

Então, quando a gente quebra sigilo – por isso que eu digo que é diferente –, nós temos que quebrar de 1997 também. Nós precisamos quebrar a partir de 1997...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nós estamos quebrando de dez anos.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – ... senão fica difícil ter dados para avaliar se houve também, como é que foram feitos os negócios, de onde vinham os recursos para compra de votos da emenda da reeleição. Como nós dissemos, nós queremos passar o Brasil a limpo em tudo, não é só o recente, mas inclusive o passado bem recente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, para contestar.

Eu inclusive sugiro a V. Exª...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu quero explicar, Sr. Presidente, eu sou autora também.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sugiro a V. Exª a convocação do ex-Ministro Sérgio Motta, porque ele é o principal acusado...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sessão espírita, Senador. Sessão espírita.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quem sabe fazer uma sessão espírita para convocá-lo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa é uma manobra diversionista. Na realidade, o que a sociedade quer saber é o que aconteceu durante esses últimos anos.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso é uma manobra diversionista para esconder...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ... toda essa lama.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – O Senador está acusando de manobra diversionista o objeto desta CPI.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É uma manobra diversionista, Sr. Presidente.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Tem uma lama acumulada.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É objeto desta CPI, ele desconhece, eu não tenho culpa se ele desconhece, ele não leu...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O que a sociedade quer é conhecer a lama atual que está aí.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Eu quero ver é a lama acumulada.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É toda a lama para limpar, não é só a lama atual...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – A lama de 1997.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É a atual e a outra também.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu pediria calma, paciência, tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero pedir aos Srs. Parlamentares, cada um tem o direito de se manifestar...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu pediria calma, paciência, tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é necessário gritar. Devo dizer que, às vezes, até como Presidente eu me altero, mas é exatamente esse clima...

Eu vou agora conceder a palavra à Deputada Zulaiê, que é autora de vários requerimentos, para que possa explicar a todos aqui.

Depois, vamos discutir mais e colocar em votação, se for o caso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero explicar à própria Senadora Ana Júlia que estamos quebrando a transferência de sigilo dos últimos anos, pode ser de cinco, seis, sete ou oito anos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Do que está na outra Comissão já?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Exatamente. Não temos interesse tão-somente em relação a agora. Estávamos fazendo também do passado, até para provar como era antes e como é hoje. Nós sabemos que a Petros mudou muito. A Petros no Governo Fernando Henrique Cardoso era uma coisa e agora no Governo Lula é outra coisa. Eu sei porque conheço a Petros.

Então, para nós, é importante que venham à tona os últimos cinco anos – três do Governo Lula e dois do Governo Fernando Henrique –, ou até antes, os últimos seis anos. Aqui estamos fazendo algo para saber o que foi feito e o que é feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Senadora, não adianta fazer... Vamos aguardar. Depois vamos à votação.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nós não temos nenhum temor. Acho que S. Exª tem razão. S. Exª está preocupada, até porque quer defender o seu Governo. Cada um defende o seu. Não somos contra a defesa ardorosa da Senadora Ana Júlia. O que queremos dizer a S. Exª é que estamos quebrando a transferência e sigilo de anos passados. Ninguém quer só agora, até para que haja uma maneira de sabermos o que era antes e o que é hoje, uma comparação entre

o passado e o presente. É essa a minha explicação, Sr. Presidente.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª já usou da palavra.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – É só para esclarecer à Deputada, que não sabe... É uma questão importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. Concedo a palavra ao Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, gostaria de ratificar aqui que a transferência de sigilo... gostaria de pedir ao Relator que estenda essa transferência de sigilo de 1997 para cá. Acho razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, quero esclarecer a V. Exª que, como lá foi pedido de cinco anos, se V. Exª fizer uma proposta nesse sentido, nós temos que fazer uma quebra de sigilo pelo menos desse interregno de dois anos que faltam lá.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Isso. Então, é a proposta que faço agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, faríamos o seguinte, para sermos práticos: vamos usar os dados que há lá, dos últimos cinco anos, e um requerimento adicional, complementar, em relação a esse outro espaço temporal a que V. Exª se refere.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Requeiro de V. Exª que submetamos a voto e a discussão o Requerimento nº 57, que convoca o Sr. Ricardo Sérgio, ex-Diretor do Banco do Brasil, e também o Requerimento nº 446, que está sobre a mesa de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos começar pela transferência de sigilo. Apenas isso, apenas aquele sigilo que está lá. E, em seguida, apreciaremos os outros requerimentos.

Há consenso quanto a esse procedimento?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Há consenso, claro!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Apenas alegando que são mais ou menos 30 requerimentos sobre essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer o seguinte: o Sr. Relator colocará em votação o primeiro requerimento de quebra de sigilo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, vamos votar individualmente cada transferência de votação nominal?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos começar pelo primeiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, voltemos ao primeiro.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, deixa eu fazer uma sugestão aqui para ver se ganhamos tempo. Como acabamos de votar isso na outra Comissão, nós não poderíamos pedir só a transferência para cá? E, os que nós não pedimos, votamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Senador, infelizmente, vou ter que seguir o rito, que é rígido a esse respeito. Nós até inventamos aqui. Em seguida, V. Exª vai ver com o procedimento.

Vamos, então, ao primeiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pela ordem, na relação que me foi oferecida, o primeiro requerimento é o de nº 215, da Srª Senadora Ana Júlia Carepa, que pede a transferência e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Bras Telecom Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vou começar o processo de votação nominal. Faço a chamada.

Deputado Luiz Couto, como vota.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Devanir Ribeiro. (Pausa.) Como este saiu, depois chamarei o suplente.

Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Wladimir Costa.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Júlio Redecker. (Pausa.)

Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL** (PP – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª deu parecer favorável.

Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.) – Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Voto “sim”. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Paulo Baltazar; Deputado Daniel Almeida. (Pausa.)

Então, chamo um dos suplentes do PT.

Deputado Iriny Lopes; Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.)

Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Voto “sim”. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – PMDB. Deputado Mauro Lopes. (Pausa.)

Deputado José Divino.

**O SR. JOSÉ DIVINO** (PMDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Carlos Dunga, pelo PTB. (Pausa.) Está ausente.

Deputado Marcus Vicente; Deputado Renato Casagrande, ausente; Deputada Perpétua Almeida. (Pausa.)

Vamos ao Senado.

Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Rodolpho Tourinho; Senador Almeida Lima; Senador Leonel Pavan; Senador Luiz Soares. (Pausa.)

Vamos logo chamar os suplentes aqui. Senador José Agripino; Heráclito Fortes; Paulo Octávio; Alvaro Dias; Arthur Virgílio e Sérgio Guerra. (Pausa.) Não há nenhum presente.

Senador Maguito Vilela; Senador João Batista Motta. (Pausa.)

Senador Wellington Salgado de Oliveira.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Senador Ney Suassuna; Valdir Raupp; Alberto Silva;  
Pedro Simon; Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Ana Julia Carepa.

**A SRª ANA JULIA CAREPA** (PT – PA) – Voto  
“sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO.)  
– Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Voto  
“sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Senadora Fátima Cleide; Senadora Serys Slhessa-  
renko; Senador Nezinho Alencar, ausente. (Pausa.)

Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Voto  
“sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Senador Sérgio Zambiasi; Senador Fernando Bezerra,  
ausente; Senador Valmir Amaral, ausente. (Pausa.)

Então, vamos à soma dos votos. Queria fazer um  
apelo aos presentes, porque estamos no limite. Tive-  
mos 22 votos favoráveis.

Aprovado.

Com 22 votos, aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 228, do Senador Sibá Machado,  
transferência, quebra de sigilo bancário e fiscal da  
BrasTV Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Adotaremos o antigo procedimento com um ajuste.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus  
votos digam “sim”, na forma do requerimento anterior.  
(Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 384, de autoria do Sr. Deputado  
Moroni Torgan. Transferência, quebra de sigilo bancá-  
rio do Fundo de Pensão da Geap.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos à votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus  
votos, na forma do requerimento anterior, digam “sim”.  
(Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 390. Autor: Sr. Deputado Moroni  
Torgan. Transferência de quebra de sigilo bancário do  
Fundo de Pensão da Eletros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos à votação.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Pre-  
sidente, no caso aqui, é quebra de sigilo?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– É transferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– É transferência.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Trans-  
ferência. Então está tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– É apenas transferência, nobre Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Se é  
transferência é a partir de 2000. Então, vamos fazer  
outros requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos à votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus  
votos na forma da votação que fizemos no chamamen-  
to digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 386, também de autoria do Sr.  
Deputado Moroni Torgan. Quebra de sigilo bancário  
do Fundo de Pensão da Funcef.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos à votação nominal. Os Srs. Parlamentares  
que confirmarem os seus votos nominais...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presiden-  
te, é o 386 ou o 38...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos esclarecer a dúvida. Nobre Relator com a  
palavra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 386, do Deputado Moroni Torgan,  
transferência, quebra de sigilo bancário do Fundo de  
Pensão da Eletros.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eletros, não  
é Funcef.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos à votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus  
votos na forma do chamado que fizemos no Requeri-  
mento nº 215 digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 392, do Sr. Deputado Moroni Torgan.  
Transferência da quebra de sigilo bancário do Fundo  
de Pensão Petros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos à votação nominal na forma do chamamento  
que fizemos no Requerimento nº 215.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus  
votos digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Requerimento nº 393, Deputado Moroni Torgan.

Transferência, quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Portus.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos à votação nominal. Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos na forma do chamamento feito no Requerimento nº 215 digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 391, do Sr. Deputado Moroni Torgan. Transferência da quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Postalís.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos à votação nominal na forma do chamamento que fizemos no Requerimento nº 215.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 387, Sr. Deputado Moroni Torgan. Transferência, quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Previ.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos à votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos na forma do chamamento feito no Requerimento nº 215...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Relator quero apenas fazer uma ressalva, se esses requerimentos que estão aí sem a configuração se reproduzem conforme os requerimentos da outra Comissão, que cita um ponto...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Agora somente os cinco anos. Depois poderão fazer o requerimento de mais três, de mais cinco...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exato, porque senão fugiria da regra. Exato. Só o que concerne ao que foi feito na outra Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito. Agora é somente o que está lá. Vamos novamente fazer a votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos na forma do chamamento feito no Requerimento nº 215 digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 388, também do Sr. Deputado Moroni Torgan. Transferência, quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Serpros.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos à votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos chamados pessoalmente no Requerimento nº 215 digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 389. Deputado Moroni Torgan, Transferência e quebra de sigilo bancário do Fundo de Pensão da Sistel.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos à votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem os seus votos, na forma do chamamento feito no Requerimento nº 215, digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 167, do Sr. Senador José Jorge. Transferência e quebra de sigilo da Postalís. Entendo Prejudicado, porque já foi objeto de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito, Sr. Relator. Passemos ao subsequente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 225, da Srª Senadora Fátima Cleide. Transferência da quebra de sigilo bancário e fiscal da DNA Propaganda Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) –

Está prejudicado, pois já votamos. Já foi transferido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 218, da Srª Senadora Ana Júlia Carrepa. Quebra de sigilo bancário e fiscal da Estratégia Marketing e Promoção S/A.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está prejudicado também, Sr. Relator, pois já votamos a quebra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A Secretaria entende que está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está prejudicado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 229, do Senador Sibá Machado. Quebra de sigilo bancário e fiscal da Graffiti Participações Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Também está prejudicado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Está prejudicado.

Requerimento nº 230, do Senador Sibá Machado. Quebra de sigilo bancário e fiscal da Holding do Brasil S/A.

Está prejudicado.

Requerimento nº 222, do Deputado Odair Cunha. Transferência e quebra do sigilo bancário e fiscal da MultiAction Ltda.

Está prejudicado.



Requerimento nº 219, do Sr. Deputado Odair Cunha. Transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal da SMP&B Comunicação.

Está prejudicado.

Requerimento nº 51, da Srª Deputada Perpétua de Almeida. Transferência e quebra de sigilo bancário e fiscal de todos os Parlamentares Federais que mudaram de Partido no período de janeiro de 2003 a julho de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse não foi objeto de acordo. Está prejudicado agora. Fica suspenso para um outro momento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 221, da Senadora Ana Júlia Carepa. Quebra de sigilo bancário e fiscal do 2S Participações Ltda.

Está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foi transferido o sigilo. Está prejudicado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 220, da Senadora Ana Júlia Carepa. Quebra de sigilo, por transferência, do Centro de Preparação Equestre da Lagoa, Cepel.

Está prejudicado.

Requerimento nº 223, da Senadora Ana Júlia Carepa. Transferência de quebra de sigilo bancário e fiscal do Solimões Publicidade Ltda.

Está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse também está prejudicado.

Sr. Relator, entendo que V. Exª deseja esgotar toda a pauta, mas temos aqui alguns prioritários. Acho que foram votados todos. O que mais temos aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deveríamos votar um por um e acabar com isso. Vamos limpar a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sim; pois não.

Então, vamos lá. Não. Fica prejudicado porque já foi aprovado anteriormente. Já foi aprovado. Prejudicado agora.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 302. Deputado José Jorge. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa Bandeirantes Outdoor, situada em Recife.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, isso aí, não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A própria empresa deu autorização para a quebra de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**O SR.** (Orador não identificado) – Qual é o número?

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Que empresa é essa?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Bandeirantes Outdoor, situada em Recife.

**O SR. (Orador não identificado)** – Presidente, o que isso tem a ver?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fica prejudicado. É, fica prejudicado. Ou então fica em suspenso.

**O SR.** (Orador não identificado) – Em suspenso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 309, do Senador José Jorge. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Emerson Palmieri.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aqui há um prejuízo, porque o próprio autor deixou a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal à disposição desta Comissão. Não é necessário repetir essa quebra.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Senador José Jorge. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Srª Eristela Feitosa, Secretária Municipal de Finanças de Recife, no Estado de Pernambuco.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sou contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. Nessa matéria não houve consenso. Então, nós vamos suspender a apreciação.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Temos que votar contra, Sr. Presidente. Não tem nem nexos com a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Aí eu teria que fazer outra votação nominal. Vamos ver se chegamos a um consenso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Exatamente, exatamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Por uma questão apenas de ordem prática.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi aprovado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Suspenso.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Não, não. Não há consenso nenhum; a maioria é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há consenso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 374. Deputado Paulo Baltazar. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Trade Link, empresa citada por Duda Mendonça como intermediária das transferências de recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Isso seria uma quebra nova. Não é uma transferência? (Pausa.)

É transferência?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É transferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) –

Então, essa colocaremos em votação. Transferência.

Em votação.

Este caso é uma quebra de sigilo e de transferência. Transferência aqui quer dizer apelo. Mas ainda não foi quebrado na outra Comissão.

Então, eu pergunto aos Srs....

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Então, nós...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu tenho a informação de que sim, Sr. Presidente. Que a CPMI dos Correios quebrou, sim. É essa a empresa. Está aqui no meu relatório.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, acho melhor nós pegarmos a informação, até para não cometermos nenhum ato ilegal. Não é por nada; eu sou a favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não. Aí eu terei que fazer uma chamada nominal mesmo, para não deixar...

Faço o chamamento nominal, ou nós temos ainda alguns consensuais aqui? Vamos continuar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 369. Do Sr. Deputado Júlio Redecker. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele já deixou aqui. Está prejudicado porque ele deixou e ofereceu a quebra de todos esses sigilos. Não há necessidade de quebrá-los.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Prejudicado.

Deputado Júlio Redecker. Requerimento nº 368. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos expedir o requerimento. Peço à Secretaria que já expeça o requerimento com base na autorização dele. É que ele autorizou. Vamos já pedir, se não foi feito. Entendeu, V. Exª? Apenas uma explicação. Volte V. Exª com o requerimento, porque eu acabei me enrolando.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 381. Deputados Moroni Torgan, Júlio Redecker e Darcísio Perondi. Transferência, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Delúbio Soares.

**O SR.** (autor não identificado) – Já foi feito e já entregou.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Só um detalhe: eu quero uma informação precisa. Já está nos Correios. Então, vamos fazer.

Vamos colocar em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmaram os seus votos nominais – aqui é nominal também – na forma do Requerimento nº 215 digam “sim”. (Pausa.)

Todos disseram sim.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 368, repito, do Deputado Júlio Redecker. Transferência do sigilo bancário do Sr. Valdemar Costa Neto – sigilos bancário, fiscal e telefônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, na forma do Requerimento nº 215, digam “sim”. (Pausa.)

Confirmado. Então, aprovado.

Como há uma dúvida quanto ao Lamas, então vamos votar. Eu vou fazer uma nova... Assim, fica segura a questão.

Eu peço ao Sr. Relator que, como houve uma certa dúvida aqui da secretaria...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A dúvida é a respeito do Sr. Jacinto Lamas que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim; Jacinto Lamas.

Então, vamos fazer...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 369, do Sr. Julio Redecker, pedindo a transferência da quebra de sigilo do Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos pôr em votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos, na forma do Requerimento nº 215, digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 303, do Senador José Jorge. Ainda transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Mauro Santos, dono da empresa Bandeirantes Outdoors.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa matéria...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – A minha dúvida só, Sr. Senador, para que a gente não faça aqui coisas depois... O Senador José Jorge não está para explicar, diz que a empresa...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sr. Relator, V. Exª tem alguma informação a dar?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não tenho esclarecimento nenhum sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fica suspenso. Suspenda.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 370, do Deputado José Rocha. Transferência de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dos Srs. José Dirceu, Sílvio Pereira, Delúbio Soares e José Genoino. Quanto ao Sr. Delúbio Soares, prejudicado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Só transferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais, na forma do Requerimento nº 215, digam “sim”. (Pausa.)

Confirmado.

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 248, do Senador João Batista Motta. Transferência de quebra de sigilos fiscal e bancário da empresa Athenas Trading. Não há nenhuma informação a respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se nós não temos nenhuma informação, acho que seria temerário... Então, fica também suspenso...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Só para avisar que isso também já está disponível na outra CPI. Se for importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Bem...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – (...) é só transferir...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não. Transferência quer dizer transferir do Banco para a Comissão; não de uma Comissão para outra apenas. O tempo aqui é mais amplo. Agora, de qualquer maneira, o que já foi quebrado lá...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Já foi quebrado na outra lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, eu coloco em votação também, Sr. Relator...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu acho que não tem prejuízo não. Pode colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos, na forma do chamamento do Requerimento nº 215, digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 247, do Senador João Batista Motta, pedindo a quebra do sigilo das empresas do Sr. Marcos Valério.

Prejudicado.

O Requerimento de nº 235, do Senador João Batista Motta, refere-se à quebra de sigilos fiscal e bancário de todos os Parlamentares do Congresso Nacional e seus respectivos funcionários, bem como o cruzamento de todos os valores pagos pelas empresas SMPB e DNA.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós já discutimos aqui que este requerimento tem eiva de inconstitucionalidade; portanto, fica prejudicada até a apreciação.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, pela ordem. O requerimento da Athenas Trading foi tirado?

**O SR. (Orador não identificado)** – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Foi votado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foi votado já? Se foi votado, ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não. Vamos ver aqui.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Todos os requerimentos subscritos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu peço silêncio; do contrário, dá um tumulto. Srs. Parlamentares, prestem atenção na hora do voto. Alguns são suspensos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O problema é que caiu café na minha roupa e eu tive que ir lá limpar o café que caiu na minha roupa...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Exatamente no momento em que a roupa de V. Exª. não estava em condições foi que se deu a votação do requerimento.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E ainda não está. Mas a gente quebrou o galho. Mas, votou a Athenas Trading, então?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª quer que eu repita?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi votado favoravelmente. Foi votada e foi aprovada a transferência do sigilo.

Vamos aos subseqüentes, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Temos que submeter a votos, se assim entender o Presidente, a quebra de sigilo fiscal de todos os membros do Congresso Nacional, de todos os seus funcionários e cruzamento de todos os dados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fica prejudicado porque refoge à competência, e eu indefiro liminarmente esse requerimento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Prejudicado.

Requerimento nº 280, do Deputado Agnaldo Muniz: transferência, quebra de sigilo fiscal e bancário dos Srs. Senadores que mudaram de partido político, no período compreendido de 1º janeiro de 98 até 15 de fevereiro de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sr. Relator, vamos retirá-lo do...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Suspenso.

**O SR.** (Orador não identificado) – Qual é o número do requerimento, Sr. Presidente, desse último?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– De quem é o requerimento? Quem é o autor?

Deputado Agnaldo Muniz, quer manter o requerimento ou quer retirar?

**O SR.** (Orador não identificado) – Quero que ele explique as razões, Presidente, desse requerimento.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, as razões foram as seguintes, porque o Senador...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Senador Romeu Tuma, requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então é o seguinte: nobre Relator, está em suspenso, depois V. Exª vai apreciá-lo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Nós retiramos, pode votar ou retirar. Retiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O autor retira.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 407, do Sr. Romeu Tuma, requisita ao Departamento de Polícia Federal a relação com a identificação dos titulares dos cartões de crédito corporativos do Poder Executivo Federal em poder daquele Departamento, com o objetivo de agregar informações que contribuam para as apurações, objeto dos trabalhos desta CPMI, e ainda transferência de quebra de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pergunto se esses dados já estão na outra CPMI.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não me consta que esteja na outra; quem está fazendo é o Tribunal de Contas da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Como não há consenso, fica suspenso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não está. Suspende, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há consenso. Não temos mais nem número.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, não tem sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fica suspenso. O subsequente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Suspenso?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esse está suspenso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 410, do Senador Pedro Simon. Transferência de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do Banestado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Olha, é uma sala cheia toda. Se nós formos analisar, com certeza, vamos passar mais de um ano, mas tudo bem, o meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Passo à votação nominal. Há consenso ou não há consenso?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, não vai haver consenso, e eu não posso concordar com esse requerimento. Não, não há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há consenso.

**O SR.** (Orador não identificado) – Acho que o Senador Sibá Machado deveria justificar por que não há consenso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu não sei se precisa; eu não estou conformado com o requerimento e preciso estudá-lo melhor. Suspenso não quer dizer derrotado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fica suspenso. Vamos apreciar outro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu quero conversar isso depois; hoje, não. Mas, hoje, eu gostaria que não fosse votado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos adiante, porque estamos produzindo muito, senão vamos abrir uma querela e aí tudo pára. Infelizmente, o que não há consenso nós já falamos que não iríamos apreciar.

Fica suspenso.

**O SR.** (Orador não identificado) – De qualquer jeito, o efeito não é tanto porque, como a CPI terminou, qualquer Parlamentar tem acesso aos documentos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 123, do Sr. Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário de Duda Mendonça e suas empresas e ainda a sua convocação posterior, caso os dados bancários e fiscais de suas contas pessoais e de suas empresas justificarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós estamos...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Relator, nós estamos tratando apenas aqui da quebra de sigilo; a convocação fica prejudicada, mas para a outra parte já há disponibilidade lá, então, eu vou colocar em votação. Vou submeter o requerimento à votação, exceto a convocação.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

Nós estamos no artigo pertinente à quebra de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós estamos votando agora...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Os requerimentos não podem ser cumulativos, porque eles não comportam discussão em separado. Não tem como.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos fazer um aditivo suprimindo agora.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aqui é quebra de sigilo; depois, se V. Ex<sup>a</sup> requerer, voltaremos a questão da convocação. Senão vamos misturar os dados todos, as anotações ficam difíceis para a Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, há um aditivo do Relator extraindo a parte que se refere a convocação.

Em votação apenas a transferência e a quebra de sigilos bancários.

Vamos voltar ao nosso método da votação nominal.

Srs. Parlamentares que confirmarem os votos – o chamamento foi feito no Requerimento nº 215 – digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado, Sr. Relator.

Passamos ao subsequente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 121, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico das Empresas Duda Mendonça e Associados Ltda., Comunicação e Estratégia Política e de seus sócios José Eduardo Cavalcanti de Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos colocar em votação, pois pode haver aqui uma

nuança, e assim não ficamos prejudicados. E como há unanimidade, vamos à votação.

Votação nominal.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos na forma do chamamento feito no Requerimento nº 215, digam “sim”. (Pausa.)

Confirmado e aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 161, do Senador José Jorge, transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Deputado José Genoino.

Se o Relator fosse consultado, opinaria contra.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Acontece que a transferência dos dados da outra CPMI para cá, nobres Parlamentares... Precisamos quebrar, senão não teremos acesso. Trata-se de uma questão regimental.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos na forma do chamamento feito no Requerimento nº 215 digam “sim”. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 186, do Senador José Jorge, pedindo a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Deputado José Mentor.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, aí há uma ressalva, e eu queria uma orientação do nobre Relator.

Tudo que diz respeito a parlamentar, em condições idênticas, pediria que fosse suspenso para que seja dado um remédio único. Não adianta votar aqui picado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então V. Ex<sup>a</sup> teria que pedir à Comissão, por intermédio do Sr. Presidente, para anular a autorização anterior, que diz respeito ao Sr. José Genoino.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Pois é. Mas eu queria dizer o seguinte: eu poderia, neste caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há acordo.

Suspenso. Vamos ao subsequente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Perfeito, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Suspende-se também o do Sr. José Genoino? Trata-se de uma questão de equidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Já foi quebrado lá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quer dizer que o do Sr. Deputado José Mentor fica suspenso?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Suspenso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perfeitamente, a maioria manda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É que não se estabeleceu nenhuma relação direta com esse fato.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 168, do Senador José Jorge, transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico de José Adalberto Vieira da Silva, assessor do Deputado Estadual cearense José Nobre Guimarães.

Sabe-se qual é o episódio.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sem acordo, Sr. Presidente. Não há acordo.

Não é pertinente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Como não há acordo, vamos ao subsequente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Em discussão, Sr. Presidente. Quero discutir a matéria.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, não há nenhum problema. Não é pertinente.

Se a Comissão acha que a questão é pertinente, vamos votá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não se trata de pertinência ou não pertinência. Não vamos abrir discussão.

Como não há acordo, vamos estabelecer o consenso.

Passemos ao subsequente.

Este fica suspenso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Suspenso então.

Requerimento nº 130, do Senador José Jorge, transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Centrus, nos Bancos BMG e Rural.

Entendo prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Prejudicado, porque já foi votado amplamente no requerimento anterior.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 128, do Senador José Jorge, transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Eletros nos Bancos BMG e Rural.

Entendo prejudicado.

Requerimento nº 133, do Senador José Jorge, transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Funcef nos Bancos BMG e Rural.

Prejudicado.

Requerimento nº 132, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário dos Fundos de Pensão da Geap do banco BMG.

Prejudicado.

Requerimento nº 131, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário dos Fundos de Pensão da Petros.

Prejudicado.

Requerimento nº 126, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Postalís.

Prejudicado.

Requerimento nº 125, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Portus – nome novo – nos bancos BMG e Rural. Já foi votado? (Pausa.)

Prejudicado.

Requerimento nº 124, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Previ nos dois bancos citados.

Prejudicado.

Requerimento nº 129, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Real Grandeza no banco BMG e no Banco Rural.

Prejudicado.

Requerimento nº 127, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Serpros.

Prejudicado.

Requerimento nº 134, do Senador José Jorge. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Sistel.

Prejudicado.

Requerimento nº 267, da Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Centrus.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Quería apenas saber se a Sistel...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Foi prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Foi? Está bem. Tenho de fazer essa pergunta, porque, senão, poderia passar...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, quero apenas enfatizar que os requerimentos do Senador José Jorge são específicos e redigidos de uma forma que compreendemos. Centraliza a questão nos bancos BMG e Rural. Nos requerimentos da Deputada Zulaiê, há uma brecha. Então, pergunto é se o requerimento de S. Ex<sup>a</sup> combina com os requerimentos do Senador José Jorge. Se combinar, está resolvido o problema. Se não, queremos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ficou claro aqui. Fica prejudicada a votação. Se fica prejudicada, é claro que constarão depois, tecnicamente, como aprovados, atendidos na mesma forma. Fica prejudicada tecnicamente a votação, pois não vamos votar novamente o que já foi votado.

Vamos aos subseqüentes.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 267, da Deputada Zulaiê Cobra. Transferência de sigilo do Fundo de Pensão da Cetrus nos bancos BMG e Rural.

Prejudicado.

Requerimento nº 266, da Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo do Fundo de Pensão Eletros nos mesmos bancos.

Prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É atendido, nobre Deputada, mas está prejudicada a votação. Apenas para esclarecer a V.Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 270, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Solicita a transferência do sigilo do Fundo de Pensão da Funcef nos bancos BMG e Rural.

Prejudicado.

Requerimento nº 269, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo dos Fundos de Pensão da GEAP, nos bancos BMG e Rural.

Prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi atendido na votação anterior.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 268, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo do Fundo de Pensão da Petros, nos mesmos bancos.

Prejudicado.

Requerimento nº 263, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo do Fundo de Pensão da Postalís nos mesmos bancos.

Prejudicado.

Requerimento nº 261, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo do Fundo de Pensão da Previ nos mesmos bancos citados.

Prejudicado.

Requerimento nº 262, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo do fundo de pensão da Portus nos bancos BMG e Rural.

Está prejudicado?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Também. Já foi atendido. Na Ata constará como atendido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 266, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra.

Transferência do sigilo do Fundo de Pensão da Real Grandeza nos mesmos bancos.

Prejudicado.

Requerimento nº 271, da Sr<sup>a</sup> Deputada Zulaiê Cobra. Transferência do sigilo do Fundo de Pensão da Sistel nos bancos BMG e Rural.

Prejudicado.

Requerimento nº 294, dos Srs. Deputados Luiz Couto e Odair Cunha. Transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, no período que vai de 1º de janeiro de 1995 até a presente data. Não há explicações a respeito da importância dessa quebra de sigilo. Mas o Sr. Deputado está presente e pode justificá-lo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Estou aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos às informações.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Há um requerimento de convocação e, pela argumentação que nós apresentamos, é importante que nós tenhamos a quebra do sigilo para verificarmos a importância ou não da sua convocação.

Então, a quebra do sigilo é importante para que os dados possam ser analisados e, a partir daí, nós possamos ter a convocação ou não do Sr. Ricardo Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Inicialmente, quero dizer o seguinte: como grande parte destes requerimentos, quase todos, tratam de transferência dos sigilos da outra Comissão, todos os pedidos de quebra de sigilo têm que ser justificados, tem que haver uma razão legal, nós não podemos fazer isso aqui sem uma motivação jurídica.

Então, entendo que devemos apreciar os detalhes deste requerimento e, se for o caso, submetê-lo posteriormente ou até devolvê-lo ao autor, a fim de que faça a justificação de estilo.

Nobre Deputado, nós teríamos que discuti-lo, pois se trata de matéria nova. Nós estamos evitando todas as matérias novas, como teremos também os novos requerimentos dilatando o prazo de cinco para sete anos. Mas, para isso, terá que se fazer um novo requerimento.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu já fiz o requerimento, Sr. Presidente, e o apresentei à Mesa.

Como eles já foram discutidos em relação aos Fundos de Pensão, nós poderíamos votá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós temos que fazer uma justificativa legal, senão o Supremo derruba. Há jurisprudência em relação a isso; nós temos que fazer a coisa com o maior critério.

Entendo que nós produzimos hoje...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Faltam dois requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Penúltimo requerimento.

Requerimento nº 409, do Sr. Deputado Paulo Baltazar.

Transferência de quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Dínamo Distribuidora de Petróleo Ltda e seu proprietário Leandro Ferreira Dias, com filiais em oito Municípios brasileiros, que, segundo reportagem publicada na edição nº 376, de 1º de agosto, da revista **Época**, depositou R\$1,7 milhão na conta da empresa 2S Participações, de propriedade do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há consenso? Devo ver todas as partes; não tenho nenhum *parti pris*.

Consulto o Plenário se há consenso.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esta aqui é transferência de quebra de sigilo?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para lembrar que, na outra Comissão, não houve esta quebra, então aqui é quebra mesmo. Para ficar bem claro para todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, teremos que fazer uma votação nominal.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Último requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, Sr. Relator. Nós devemos fazer uma votação neste.

Então, vamos ao próximo e depois fica este para examinarmos depois.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Há mais dois pedidos aqui.

Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, este é o último requerimento de transferência de quebra de sigilo. Há um requerimento de nº 446, da Srª Senadora Ana Júlia Carepa, sobre outro assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas eu terei que fazer um chamamento aqui nominal.

Fá-lo-ei, mas vejo que não temos mais número aqui.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Mas é importante apenas dizer o que é.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Prefiro que não o façamos.

Não há **quorum** para deliberarmos mais nada.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Apenas para esclarecer os Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há **quorum** para deliberarmos mais nada. Não há **quorum** de presença, e eu não vou fazer chamamento porque é óbvio que não há número.

Neste momento, não há mais **quorum**. Até o último requerimento, houve, mas agora não há mais.

Então, comunico aos Srs. Parlamentares que ficam aqui suspensos alguns requerimentos, que iremos apreciar numa próxima reunião administrativa.

Na próxima terça-feira, teremos a oitiva do Sr. José Carlos Batista representante legal da Garanhuns.

Na quarta-feira, os três Presidentes dos Fundos de Pensão, Funcef, Petros e Previ...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Podemos fazer uma administrativa na quinta-feira, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Faremos uma reunião administrativa na próxima semana; não na segunda-feira, agora só às terças.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me concedesse aquele encaminhamento que eu queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Encaminhamento de quê?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Primeiro, da reunião administrativa, e, o segundo, a respeito de um outro ponto que eu queria requerer a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há matéria a serem discutidas, portanto, vou encerrar a presente reunião.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fica convocada uma reunião para terça-feira.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, é sobre o Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião 12h55min.)*

ATA DA 15ª REUNIÃO – REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2005

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quarenta minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Se-



nadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes, Paulo Octávio, Álvaro Dias e Valdir Raupp; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Gastão Vieira, Darcísio Perondi, Chico Sardelli, Antônio Carlos Mendes Thame, Narcio Rodrigues, Neucimar Fraga e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 15ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do Senhor José Carlos Batista, representante legal da empresa Guaranhuns. O Presidente convida o depoente a fazer parte da mesa e concede-lhe a palavra para suas explanações iniciais. Este faz breves considerações e entrega documentos e extratos à CPMI. Em seguida o Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, o qual passa a inquirir o depoente. O Presidente solicita que seja entregue cópia do ofício-resposta enviado pelo Sr. Delúbio Soares para todos os membros da CPMI. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares para suas considerações e perguntas ao depoente: Arnaldo Faria de Sá, Augusto Botelho, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Batista da Motta, João Correia, José Carlos Araújo, José Jorge, José Rocha, Júlio Redecker, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Zulaiê Cobra, Álvaro Dias, Antonio Carlos M. Thame, Carlos Dunga, Laura Carneiro, Neucimar Fraga e Perpétua Almeida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e três minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia trinta e um de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata

que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

#### O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 7/2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Inicialmente, quero dizer a todos os senhores membros presentes que a ata da reunião anterior... já foi distribuída? Ainda não, mas será distribuída. Então apreciaremos a ata no decurso da reunião.

A pauta da presente reunião se destina à oitiva do representante legal da empresa Garanhuns, o Sr. José Carlos Batista.

Peço a Secretaria que providencie a sua entrada ao recinto.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente, nós tínhamos conhecimento – e a imprensa noticiou –, e houve essa convocação do Presidente do Senado e do Congresso para uma reunião com os Presidentes e Relatores da três CPs, que estão funcionando na Casa, que tratam das questões dos bingos, dos correios e da compra de votos.

Eu queria saber se V. Exª e o nosso Relator estiveram presentes e se podem nos relatar o que ocorreu.

#### O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Poderíamos fazê-lo, mas vejo que a presença agora são de tão poucos Parlamentares, e teríamos que repetir constantemente. Vamos, num momento oportuno, fazendo uma pequena pausa no depoimento, dar todas as informações, mas, fundamentalmente, foram aquelas já feitas pelo Presidente Renan Calheiros, claro sempre **ad referendum** do Plenário. De qualquer maneira, nós o faremos no decurso da reunião, no momento mais oportuno, porque senão teremos que repetir uma, duas, três vezes. Eu pediria aos senhores a compreensão para que se pudesse fazer nesse momento.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Presidente, eu tinha um outro pedido de esclarecimento à Mesa desta Comissão. É que eu estive ontem lá na sala chamada cofre, onde ficam armazenados os documentos, procurando informações a respeito de documentos relativos

às pessoas, tanto as que já prestaram depoimento nesta Comissão quanto as que estão convocadas e marcados os seus depoimentos. E, para minha surpresa, Sr. Presidente, lá não existe nenhum documento que possa ser consultado, a não ser um CD-ROM apresentado pelo Sr. Marcos Valério e numa versão que a Comissão não conseguiu ainda fazer a leitura, solicitou que fosse devolvido ou solicitado em uma outra versão que pudesse ser aberta para leitura; são 660 mil páginas o CD-ROM. E eu, pelo menos, sinto-me prejudicado nesta Comissão por falta de apoio para que possamos trabalhar. É uma Comissão que não tem ainda um corpo técnico definido, não existe o corpo técnico na Comissão; nós não temos funcionários aqui da área fiscal, da área fazendária, da área de...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa matéria nós vamos tratar em reunião administrativa, porque vejo que agora nós temos um depoimento e vamos prosseguir a pauta. Devo dizer a V. Exª que uma das questões que foi definida pelo Sr. Presidente é dar maior apoio técnico, instrumental, inclusive contratação de empresas privadas de consultoria e de auditoria que possam oferecer um trabalho de qualidade para as CPIs. É o que posso dizer a V. Exª. Os técnicos disponibilizados são esses que estão disponíveis hoje para as três CPIs, não há um número maior. Nós fizemos requisições de vários... inclusive indicações de V. Sª de alguém e vamos fazer e vamos disponibilizar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Uma outra questão é que acho que o Banco do Brasil está desrespeitando esta Comissão, V. Exª fez uma requisição e até hoje o Banco do Brasil não se pronunciou a respeito do funcionário requerido. Acho que o Banco do Brasil está desrespeitando esta Comissão, tem que se tomar uma providência séria contra o Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já reiteremos esse pedido, ainda hoje.

Gostaria de, neste momento, conceder a palavra ao depoente e dizer a S. Sª que ele aqui comparece na condição de acusado, e como tal, na forma da lei, terá o direito a responder ou não, conforme dispõe especificamente o Código de Processo Penal.

É importante dizer que é preciso ter um tratamento respeitoso com os parlamentares, só tomarei a qualificação de V. Sª, nada mais do que isso, nenhum compromisso, porque, no caso, não compete.

Peço que V. Sª diga seu nome completo, profissão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – José Carlos Batista, operador de mercado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Carteira de identidade e CPF.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Identidade nº 7.550.620/8 SSP-SP; CPF nº 911.098.338-49.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Residência.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Santo André, Rua Silva Jardim nº 210, apartamento 102.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Estado civil.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Divorciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Relator, para que possa fazer as inquirições de estilo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. José Carlos Batista, qual o cargo que o senhor exerce na firma Guaranhus Empreendimentos, Intermediações e Participações?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu sou o dono da empresa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O dono da empresa, portanto responsável por todas as atividades dela?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor não tem sócio?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Sr. Relator, quero também que sejam declinados os nomes dos advogados. O senhor pode fazê-lo se souber o nome certo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Meus advogados são Dr. Ricardo Saieg e Dr. Celso D'Ávila.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, gostaria de saber se vai dar oportunidade para que o depoente faça a sua exposição, ou se já vai entrar na inquirição com o relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Agradeço V. Exª, já entendi que já poderíamos dar a palavra ao Relator, mas se o depoente pretende fazer uma exposição preliminar, às ordens; de vinte a trinta minutos no máximo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tenho dificuldades, porque sou míope, então, vou me aproximar um pouco mais.

Moro em Santo André há mais de quarenta anos, tinha profunda admiração por Celso Daniel, sempre votei no PT, inclusive no sucessor de Celso Daniel, Sr. João Avamileno.

Sou operador de mercado há mais de trinta anos. Comprei a Guaranhus e a *off-shore*, constituída no escritório da escritã pública Carmem Garcia Durval, o que provo com documentação que exhibo e passo às mãos de V. Exªs, porque estava atolado em dívidas e não queria que a conta bancária da empresa fosse

penhorada, assim como o meu apartamento, que está em nome de um amigo – a cópia do contrato apresento neste ato, passando também às mãos de V. Ex<sup>as</sup>.

Disseram muitas coisas sobre a Garanhuns, inclusive numa tentativa de envolver a *off-shore* com o Cartel de Juarez. Lá no Uruguai, empresas de contabilidade como essas vêm de milhares de *off-shores* constituídas no nome da mesma pessoa. E o uso indevido de uma delas não me vincula a nada disso.

No ano de 2002, para colaborar com a campanha do PT e com a sua coligação com o PL, operei conforme a lei no mercado financeiro, na Bônus-Banval e em outras. A partir desse ano, quase toda semana, eu levava, em espécie, dinheiro para os representantes da coligação com o PL. Tanto que, no dia 7 de outubro de 2004, muito antes do início desta crise, em depoimento formal à CVM, fiz referência a um Parlamentar do PL, o Deputado Moisés Lipnik. A cópia do depoimento à CVM apresento neste ato. Passo igualmente às mãos de V. Ex<sup>as</sup>.

Em novembro de 2002, fui procurado para operar para o Sr. Marcos Valério, a fim de intermediar a aquisição de certificados de participação em reflorestamento, até o montante de R\$10 milhões. A prova disso é um contrato firmado entre nós dois, cuja xerox exibo neste ato, para que, vendo a minha assinatura ao lado da dele, todos possam ter certeza disso. Naquela oportunidade, em razão do valor do objeto da intermediação, indaguei do que realmente se tratava e me foi assegurado que estaria intermediando a aquisição dos certificados para poder fazer pagamentos das dívidas de campanha do PT e de sua coligação com o PL.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– De 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – De 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor pode repetir a informação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Naquela oportunidade - vou ler de novo -, o valor do objeto da intermediação, indaguei do que realmente se tratava e me foi assegurado que estaria intermediando a aquisição dos certificados para fazer os pagamentos das dívidas de campanha do PT e de sua coligação com o PL.

Não vi nada de errado nisso e aceitei novamente, tal como aceitei operar no mercado, inclusive na Bônus-Banval, em 2002; por quê? Estando prestando os meus serviços de operador de mercado, não vi nada de mais. Tinha a crença de que, de alguma forma, estava colaborando com o País. Todos acreditavam, então, na promessa de uma profunda redistribuição da renda, de erradicação da pobreza e de retomada de desenvolvimento. Todos nós tínhamos a convicção de que o País

estava mudando para melhor e de que nada poderia modificar isso. E quis dar a minha colaboração.

Não nego que recebi para prestar meus serviços, mas como qualquer trabalhador recebe salário. Estava sendo remunerado de alguma forma por colaborar com a transformação do País. Tinha plena convicção de que o dinheiro que me foi depositado nas contas de minha empresa era totalmente lícito, fruto, talvez, de doação de brasileiros anônimos, do dízimo que os Parlamentares e servidores públicos pagam ao Partido e de ajuda de entidades internacionais que sempre apoiaram o movimento trabalhador, como dizem haver ocorrido historicamente com o PT.

Jamais tive intenção de operar dinheiro sujo. Se algum erro cometi, foi de acreditar na hipnose coletiva que colocava o PT como o Partido da honestidade, da ética e da transparência.

Não achei que estaria cometendo qualquer crime, pois imaginei que repassando valores para o PL estava exercendo, como representante desses grupos de apoio ao movimento do trabalhador, o meu direito cívico de doação de campanha.

Repito: não passou disto – doações de campanha –, pois acreditava ser representante desses grupos de cidadãos e entidades. Faço questão de entregar agora os extratos de movimentação bancária da minha empresa, entretanto, quero esclarecer que a movimentação não foi nos estratosféricos valores anunciados, razão pela qual, aliás, tenho seriíssimas suspeitas que o nome de minha empresa foi usado sem minha autorização em diversas oportunidades. Se houver minha assinatura ou o meu endosso, pode ter havido falsificação.

Quero dizer mais uma coisa, desde dezembro de 2003, quando cessaram as operações com o Sr. Marcos Valério, a Garanhuns encerrou suas atividades, não foi feita mais nenhuma operação. Em dezembro de 2003. Por conta disso, munido de **habeas corpus** e podendo recusar-me, fiz questão e deixar material de meu próprio punho para exame pericial e grafotécnico na Polícia Federal.

Existem também movimentações na minha pessoa física relativa aquelas operações. Desde já, formalmente, peço a quebra do meu sigilo bancário, pessoal, para que o País possa conferir a veracidade das minhas declarações.

Não sou político, mas sinto-me réu político por ter sido usado pelo PT em coligação com o PL, motivo pelo qual estou com medo de acabar num cárcere infecto em regime de solitária. Ou pior, acabar como o querido Prefeito Celso Daniel torturado e cruelmente assassinado.

Confirmando o meu medo, pelo que sei, no inquérito policial instaurado para apurar, fui o único até agora a ser indiciado pela Polícia Federal, como provo neste ato, passando o auto de indiciamento às mãos de V. Ex<sup>as</sup>. Os Srs. não de concordar comigo, existem pessoas muito mais envolvidas, inclusive, muito próximas do poder. Logo eu fui usado e até agora sou o único indiciado. As penas dos crimes que podem a mim ser atribuídas, somadas, podem chegar até 24 anos de prisão, sem contar que estou correndo o risco de desgraçar a minha vida, sendo obrigado a me afastar da minha família. Aliás, a minha vida já não é a mesma desde que caí no meio dessa crise.

Por causa desse medo de desgraçar a minha vida, principalmente porque posso colocar em risco a minha família, é que pedi a meu advogado que impetrasse um **habeas corpus** que me preservasse o direito constitucional de permanecer calado para não me auto-incriminar. Por isso faço questão de pedir desculpas a V. Ex<sup>as</sup> e peço perdão ao povo brasileiro.

Tenho convicção de que qualquer um agiria da mesma forma na minha situação, uma vez que fui induzido a participar de um projeto político no qual acreditei. Estava certo que serviria à prosperidade do País e à felicidade, pela distribuição de renda, pela erradicação da pobreza e pela retomada do desenvolvimento nacional.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Pela preliminar do depoente, tem-se a impressão de que este poderá ser um grande depoimento ou, como ele disse, se tiver que lançar mão do **habeas corpus**, pode também não falar quase nada.

Quero perguntar para o depoente se, numa reunião fechada, ele colocaria muito mais coisa para nós ou para ele isso não faz diferença?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDM – RO) – Faço a pergunta e V. Ex<sup>a</sup> pode responder preliminarmente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu vou, aqui, me preservar no meu direito constitucional, dependendo da pergunta que me fizerem, eu vou exercer meu direito de permanecer calado, como eu acabei de relatar para vocês.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, também quero...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E numa reservada? E numa reunião reservada?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMD – RO) – A pergunta é esta: se o senhor se sentiria melhor numa sessão sigilosa, reservada, como queira, de falar algumas coisas que o senhor não falaria em público.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, só para terminar, então...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMD – RO) – Estou fazendo a pergunta.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Só para ajudar na pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMD – RO) – Ele vai responder a perguntar.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Só para ajudar: se ele, de repente, poderia falar em aberto e se sente que precisa falar mais alguma coisa fechado. Então, depois, continuaríamos assim, na fechada.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não entendi a colocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDM – RO) – O senhor não entendeu? A pergunta é a seguinte, deixe-me fazê-la novamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor veio na condição de indiciado, de acusado, para ser mais exato.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor tem o direito ao silêncio, é evidente, a Constituição lhe garante, não precisa nem me apresentar **habeas corpus**, aqui não preciso, dispenso-o. Pergunto ao senhor se sentiria melhor num depoimento, poderia falar mais coisas do que falaria numa reunião aberta.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sem imprensa, sem funcionário, só com os Deputados e Senadores.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, é lógico que falar assim é difícil, mas eu vou exercer meu direito de qualquer forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMD – RO) – Em qualquer circunstância...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Em qualquer circunstância.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...o senhor não falará mais nem menos do que fala em público numa reunião reservada.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa questão está respondida, não vou mais sobre essa questão falar mais nada.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Não vai fazer diferença, ele deixou claro.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Tenho outra questão que eu só gostaria de deixar bem claro que o **habeas corpus** é no sentido dele calar aqui, Sr. José.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpa.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É no sentido dele calar naquilo que lhe auto-incrimina. Se julgar que a resposta não irá lhe auto-incriminar, então, o senhor poderá responder com tranquilidade. Compreendeu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Com certeza. Se eu entender dessa forma, eu responderei.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Se entender que lhe auto-incrimina, então o senhor cala; mas, se entender que é uma resposta que o senhor vai colaborar com a nação, com o País sem se auto-incriminar, então, o senhor colabora. É nesse sentido.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente Amir Lando.

**O SR. (Orador não identificado)** – Só para tirar uma dúvida, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa matéria já está devidamente esclarecida.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É sobre essa questão?

**O SR. (Orador não identificado)** – Não. Último esclarecimento só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele disse que vai usar o direito de ficar calado e só vai falar em juízo. Eu pergunto: existem alguns inquéritos que estão sendo realizados com sigilo de justiça, o senhor já prestou as informações...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer o seguinte: esse tipo de pergunta, V. Exª o fará no momento oportuno.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O interrogatório já se iniciou, antes que o Relator fizesse qualquer pergunta.

Vou procurar atender à ansiedade da Comissão fazendo essas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, quero saber exatamente... Pela ordem ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. José Carlos Batista...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele quer uma questão de ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Eu gostaria de solicitar ao Sr. Presidente que, neste início, antes, perquirisse o depoente se ele teria já solicitado o instituto da delação premiada e se ele não gostaria, como permite claramente por jurisprudência já expressa, tentar o instituto da delação premiada junto ao Relator desta CPMI, ouvindo os seus advogados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa pergunta já foi formulada de maneira indireta quando se colocou aqui se ele queria fazer uma reunião secreta onde ele pudesse avançar mais no depoimento. O senhor sabe, evidentemente, o que é o instituto da delação premiada?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Interessa ao senhor usar desse privilégio para avançar nas suas declarações.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, isso os meus advogados vão poder me...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMD – RO) – Eu pergunto, então, se os advogados têm alguma coisa a esclarecer ao depoente. (Pausa.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, mas a CPMI não tem a delação premiada. Não pode ser aqui porque não temos essa prerrogativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós temos jurisprudência nesse particular...

**O SR. (Orador não identificado)** – Pode chamar o Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...em que a CPMI pode fazer esse tipo de transação, ao menos as informações. Não vamos agora trazer o texto e, sobretudo, as lições didáticas do Deputado Mendes Thame, mas ele já, por várias vezes, aqui declinou desse entendimento jurisprudencial e que, se fosse o caso, poderíamos usar.

Pergunto o seguinte: há algum interesse do senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou responder, Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não sei ainda a extensão do que pesa sobre mim. À medida do que eu tomar conhecimento do que pesar sobre a minha....

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito, o senhor poderá opinar e decidir sobre a questão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – ...aí, sim, eu poderia utilizar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– De modo que não há mais questões de ordem, não há mais nada a esclarecer.

Concedo a palavra agora ao nobre Relator, para iniciarmos as inquireições.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. José Carlos Batista, o senhor respondeu que é o único proprietário da Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, que não tem sócios.

De fato verifico, pelo contrato particular de promessa de intermediação de aquisição de títulos, que o senhor é o único signatário do contrato celebrado com o Sr. Marcos Valério.

O senhor celebrou um contrato com o Sr. Marcos Valério, em que lhe foi atribuído o encargo de produzir R\$10 milhões, através de ativos financeiros e outras agências. Mas o objeto principal do contrato é a aquisição de certificados de participação em reflorestamentos.

Eu queria que o senhor explicasse à Comissão em que realmente consistia essa negociação, de forma a já se estabelecer no contrato o montante de R\$10 milhões. Quanto foi que o senhor investiu? Quais os lucros que obteve? A finalidade do contrato de produzir R\$10 milhões foi realmente alcançada?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não produzi R\$10 milhões. Como vou explicar isso? Repete para mim, por favor, a pergunta. O senhor pode repetir? Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª poderia repetir, que ele não entendeu bem a pergunta, nobre Relator?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor assinou um contrato com o Sr. Marcos Valério intitulado: Contrato Particular de Promessa de Intermediação de Aquisição de Ativos Financeiros e Outras Avenças.

Neste contrato, o senhor, na cláusula 1ª do objeto, subscreve o seguinte:

O presente instrumento tem por objeto a intermediação na aquisição de certificados de participação e reflorestamento.

§ 1º – O crédito a ser adquirido será até o montante de R\$10 milhões, cujo valor de face, devidamente avaliado por corretor independente, de reconhecida idoneidade, seja superior a 35% ao valor efetivamente pago na data da efetiva transferência dos direitos.

Quer dizer, o senhor obrigou-se, perante o Sr. Marcos Valério, a adquirir certificados de participação de reflorestamentos superior a 35% do valor efetivamente pago e fixou o valor no contrato de R\$10 milhões como o montante a ser produzido nessas negociações.

Isso está no contrato. É verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É verdade, Exª. Agora, posso continuar?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor pode explicar. Nós desejamos explicações minuciosas do senhor. O senhor fique inteiramente à vontade. O que a Comissão deseja são esclarecimentos, pormenores e particularidades que o contrato não revela, porque é uma fórmula normal.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...recebemos uma cópia...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se continuar dessa forma, eu vou desistir do interrogatório, porque eu tenho uma linha de interrogação. À medida em que isso vai sendo interrompido, vai sendo fracionado e perde inteiramente a eficácia.

Já com o Sr. Delúbio, eu fui interrompido no momento em que eu tinha a pergunta-chave, produzida pelas outras respostas.

Assim, Sr. Presidente, é melhor passar a palavra para os srs. membros da Comissão, porque, como não consigo fazer a pergunta, não adianta ficarmos aqui submetendo os membros da Comissão à perda de tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero fazer um apelo para o Plenário, no sentido de que não interrompa o Relator, como ninguém é interrompido nas suas perguntas. Não há apartes exatamente por isso.

Ele está pedindo para que sejam produzidas cópias. Não havia condições materiais de se produzir um documento geral. Mas agora ele está sendo providenciado. Só que isso vai demorar um certo tempo.

Assim, peço a V. Exªs que não interrompam mais o Relator. Deixem que ele faça as perguntas e obtenha as respostas necessárias.

Eu fiz uma interrupção apenas para repetir a pergunta, porque o depoente disse que não a tinha entendido.

Obrigado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpas à Comissão.

Gostaria que V. Sª explicasse essa cláusula 1ª e o seu parágrafo único, mediante os quais V. Sª obrigou-se a negociar, como interveniente de negociações, títulos de certificado de participação em reflorestamento de forma a produzir R\$10 milhões.

Tenha a bondade de explicar as particularidades do negócio.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, eu sou obrigado a explicar isso? Eu não gostaria de explicar esse contrato. Vou exercer o meu direito de me calar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– No depoimento à Polícia Federal, lhe foram feitas 16 perguntas e a todas elas V. Sª se esquivou, preferindo manter-se em silêncio. É este o seu objetivo nesta Comissão?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, esse não é bem o meu objetivo, mas eu vou exercer o meu direito, porque eu posso me auto-incriminar. Como eu já fui indiciado... Só eu fui indiciado até agora. Então eu pretendo exercer o meu direito de ficar calado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Permita-me dizer-lhe que à medida que se recusa a esclarecer uma cláusula contratual escrita e assinada por V. Sª, registrada, o senhor está passando a impressão de que o objetivo do seu negócio com o Sr. Marcos Valério estava oculto, estava apenas sublinhado neste contrato. O contrato, então, não é verdadeiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou permanecer calado, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor declarou, em suas primeiras palavras, que foi usado pela coligação PT – PL. Em um dos depoimentos que o senhor prestou e cuja cópia temos aqui, o senhor admitiu que descontou cheques para o Sr. Marcos Valério ou para a SPM&B, destinado ao PL ou ao Sr. Valdemar Costa Neto. Isso é verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Todos os recursos que eu recebia através da empresa foram repassados ao PL, ao Sr. Valdemar. Ele, inclusive, declarou que recebeu os recursos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sim. Na documentação de posse desta Comissão, três cheques emitidos pelo Sr. Marcos Valério, ou pelo Banco Rural, ou pela SMP&B, coisa a esclarecer, foram direcionados ao senhor. O senhor descontou os cheques para o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu nunca descontei cheque. Eu nunca descontei cheque da SMP&B.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Como é que esse dinheiro chegou às suas mãos e das suas mãos foi parar no Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, eu vou me auto-incriminar. Eu vou ficar em silêncio. Eu não vou responder.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Eu acho até o contrário, ou seja, o senhor está diante de uma situação pública que pode defendê-lo, se explicar direitinho coisas lógicas e lícitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Vamos manter a palavra com o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor confessou no princípio que operou no mercado financeiro.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Como foi que operou no mercado financeiro: comprou títulos de que espécie? O vendendo títulos de que espécie?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já operei em todas as modalidades do mercado financeiro. Operei ações, opções, tudo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Inclusive certificado de participação de reflorestamento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– De quem o senhor comprou certificados de reflorestamento? Pelo menos duas pessoas, duas empresas, duas fazendas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou permanecer em silêncio, Excelência. Vou me auto-incriminar, pelo que entendo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Com que fim, para que finalidade o senhor foi contratado pelo Sr. Marcos Valério para levantar a quantia de R\$10 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Continuo... eu acho que eu me incrimino, desculpa, eu estou entendendo a mesma pergunta. Então, eu vou permanecer em silêncio, vou exercer o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Mas o senhor declarou nas suas palavras iniciais que o senhor foi, de certa forma, ludibriado, porque teve que produzir recursos para a aliança PT/PL em 2002. Isso o senhor declarou e está gravado. O senhor trouxe, inclusive, um texto escrito que eu peço licença para requisitar ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A palavra está conferida ao Sr. Relator.

Eu vou fazer uma pequena intervenção. Infelizmente tive que interromper. Estou vendo que o depoente está muito tenso, ele não está distinguindo as perguntas mais elementares e acha que tudo é auto-incriminação. Nem tudo. O fato que o senhor já falou, que está escrito não é auto-incriminação. Perguntaria mais uma vez: não seria importante, eu estou vendo que o senhor pudesse nos dar informações preciosas numa reunião reservada talvez pudéssemos ser mais úteis. O senhor se sentirá melhor? Ou, então, eu lhe peço que faça uma consulta aos seus advogados para que eles o tranquilizem, porque do jeito que vai o senhor, não vai responder mais nada com medo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, um momento por favor. Eu requisitei, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, mas V. Ex<sup>a</sup> foi interrompido por um Deputado, que se debruçou aqui na Mesa, eu requisitei o texto escrito que o Sr. José Batista leu e que vai servir de roteiro para as próximas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor poderia nos passar esse texto que acabou de ler?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É que estão todos, só um momentinho, vou dar uma corrigida aqui, direitinho.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor declarou que no ano de 2002 – o senhor leu aqui e está gravado –, para colaborar com a campanha do PT e a sua ligação do PL “operei, conforme a lei, no mercado financeiro, a Bônus-Banval.” Explique, por favor, quais as suas negociações com a Bônus-Banval?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu operei lá normalmente. Operei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O que significa operar? O senhor vendeu títulos, o senhor comprou títulos, o senhor vendeu com lucro, o senhor tinha títulos que lhe deram prejuízos? Como foi que o senhor chegou, através dessas operações, à quantia de R\$10 milhões.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, estou dizendo que eu operei, mas não cheguei à quantia de R\$10 milhões. Eu estou dizendo aí que operei com a Bônus-Banval, fui cliente, eu obtive lucros.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor poderia dizer quanto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso eu tenho que verificar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu lhe digo qual a razão da minha insistência na quantia. O Sr. Marcos Valério diz, por escrito, que re-

passou ao Sr. Valdemar da Costa Neto a soma de R\$10 milhões, que singularmente combina com o contrato que V. Ex<sup>a</sup> tinha com o Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu afirmo a V. Ex<sup>a</sup> que eu não recebi R\$10 milhões, a minha empresa...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Recebeu R\$6,5 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A minha empresa, se o senhor... estão aí os extratos aí, ela recebeu aproximadamente R\$4 milhões. Estão nos extratos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito bem.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Estão aí.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito bem, aceito. O senhor recolheu R\$4 milhões. O que o senhor fez?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, absolutamente, o senhor fique à vontade, aqui não há nenhuma coação psicológica, nós desejamos que o senhor se sinta à vontade. Esclareça à Comissão a nossa finalidade aqui é esclarecermos a verdade.

O senhor apurou R\$4 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – R\$4 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O que o senhor fez dos R\$4 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como já foi declarado aqui, acho que os senhores já sabem para onde foi esse dinheiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Diga, então, por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi repassado ao PL.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem é o PL? O PL são duas letras, passa-se a uma pessoa.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O Sr. Valdemar que declarou que recebeu o dinheiro.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Valdemar da Costa Neto. Quer dizer que o senhor foi intermediário de uma soma que o senhor mesmo levantou em operações no mercado, no valor de...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, eu não disse isso, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, explique por favor. O senhor pode explicar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu disse que recebi recursos que foram repassados através da conta – que, inclusive, os documentos vão provar isso –, que chega a esse montante.



**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perfeitamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que esse montante foi repassado não nesses números estratosféricos, conforme eu disse aí, que chegam a R\$4 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, esses R\$4 milhões não provêm de suas operações financeiras no mercado. Alguém lhe entregou R\$4,5 milhões para entregar ao Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Os valores que estão na conta da minha empresa; são esses valores que foram depositados pela SMP&B.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o senhor podia, por favor, revelar quem lhe confiou os R\$4,5 milhões para entregar ao Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ex<sup>a</sup>, é como estou falando: eu recebi os R\$4 milhões, e foram repassados ao PL.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o senhor recebeu de quem, por favor, qual foi a origem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Recebi da SMP&B, como os documentos vão provar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perfeitamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Todos os documentos vão provar. É só pegar as TEDs que foram emitidas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora, uma coisa que eu gostaria que o senhor esclarecesse, que, absolutamente, não o compromete: por que razão a SMP&B não fez essa entrega diretamente ao Sr. Valdemar Costa Neto? Por que o senhor foi intermediário na entrega desse dinheiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ex<sup>a</sup>, aí eu não vou poder explicar para o senhor. Eu vou me calar, eu vou exercer o meu direito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Talvez porque a Garanhuns seja o mesmo Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não posso... Não vou me auto-incriminar e nem incriminar outra pessoa. Vou ficar calado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o contrato que o senhor assinou com o Sr. Marcos Valério não resultou em recurso algum, porque o dinheiro que o senhor repassou para o Valdemar Costa Neto proveio da SMP&B?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E esse contrato de compra de certificados de participação em reflorestamento, o senhor o executou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ex<sup>a</sup>, eu vou permanecer... Vou usar o meu direito, vou ficar em silêncio. Desculpa, me perdoe.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor não quer dizer qual a razão pela qual o senhor foi transformado em intermediário do pagamento da SMP&B para o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Vou exercer o meu direito e vou permanecer em silêncio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A Garanhuns Participações e Empreendimentos, na verdade, é o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. O Sr. Valdemar recebeu dinheiro através da empresa Garanhuns. Isso eu afirmo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quanto o senhor apurou na compra e venda desses certificados de participação em reflorestamento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ex<sup>a</sup>, vou ficar em silêncio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O resultado afirmativo da execução desse contrato, quer dizer o dinheiro que você apurou, foi repassado ao Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi. Coloca a pergunta de novo, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aquilo que o senhor lucrou na execução desse contrato, através da aquisição de certificados de participação em reflorestamento, o lucro...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O lucro?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ...o senhor repassou ao Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só: não estou entendendo que lucro. Eu comprava para ele, não era isso?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor comprava para ele.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso. E, para isso, eu recebia alguma coisa. Eu recebia.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É claro, está aqui, evidente. O senhor era um corretor. Perfeitamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu recebia uma comissão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Atitude perfeitamente lícita. Eu vou repetir a pergun-

ta: quanto foi que o senhor conseguiu levantar através da execução desse contrato?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A minha comissão?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Não, a dele, a do Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Aí eu não entendo que comissão o senhor... Ele tem o título. No caso, quem ganhou a comissão, quem receberia a comissão sou eu, não ele. Agora o que vai fazer com esses títulos, eu não sei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor comprou os títulos para ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– No montante de quanto, por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho... foram vários títulos. Deve ter o total aí, Excelência. Deve ter um relatório aí atrás que diz a quantidade de títulos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Mas o certo é que o dinheiro que o senhor repassou para o Valdemar da Costa Neto não proveio desses títulos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, o dinheiro que repassei para o Sr. Valdemar da Costa Neto foi dinheiro depositado pelo SMP&B na conta da empresa Garanhuns.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor prefere não explicar por que razão o senhor foi transformado em intermediário desse depósito?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, porque acho que vou me auto-incriminar, como disse para vocês, já fui indiciado, vou ficar em silêncio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– No documento que o senhor acabou de ler, o senhor disse que: em novembro de 2002, fui procurado para operar com o Sr. Marcos Valério, a fim de intermediar a aquisição de certificado de participação de reflowrestamento até o momento de R\$10 milhões. A prova disso é o contrato firmado entre nós dois que estou exibindo neste ato.

Se esse contrato não tem a nada a ver com os recursos repassados ao Sr. Valdemar da Costa Neto, por que razão o senhor está esclarecendo a existência desse contrato?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, veja só, acho que isso – desculpa – entendo da seguinte forma: ninguém conhece ninguém; então isso é uma ligação que existia entre nós.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Vou simplificar grande parte do texto que o senhor leu, fazendo a seguinte pergunta: o dinheiro a ser apu-

rado na execução desse contrato não se destinava a pagar a campanha do PL e do PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Os recursos levantados por esse certificado, esse certificado que o senhor comprou para o Sr. Marcos Valério, não se destinavam a resgatar dívidas do PL e do PT na campanha de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, o que ele ia fazer com esse certificado, acho que só ele pode explicar. Desculpe, Excelência. Eu intermediei, recebi uma comissão para isso. É só isso que posso declarar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– No entanto, o senhor leu, no princípio dessa audiência, o seguinte: naquela oportunidade, oportunidade do contrato – não faria aqui afirmativa alguma que não fosse absolutamente real – em razão do valor e do objeto da intermediação, indaguei sobre o que realmente se tratava. E me foi assegurado que estaria intermediando a aquisição do certificados, para poder fazer os pagamentos das dívidas da campanha com o PT e sua coligação com o PL. Não vi nada de errado nisso e aceitei novamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, Excelência. Talvez pela minha – como o próprio Presidente disse – pelo meu nervo, estou nervoso, não tenha entendido; e como o senhor mesmo queria me dar licença para... eu não tenha entendido, por isso caí nessa contradição. Os senhores me perdoem, mas

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Mas não ficou claro. O senhor reafirma isso então? O senhor quer que eu releia.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, eu gostaria, porque estou nervoso. Não estou entendendo o que o senhor está querendo me dizer. Vou acabar me auto-incriminando e não vou deixar ninguém aqui...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Nós estamos tendo o respeito com o senhor, mas o senhor está entendendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Quero exatamente, acho que todo o Plenário entende, vamos dar uma oportunidade para ele falar com os advogados; vamos ver se ele se conforta mais e possa esclarecer as coisas óbvias que já disse. Ele está negando aquilo que já falou. Aí parece que o senhor está realmente entrando por um caminho que não é interessante para o senhor – já foi ressaltado por vários parlamentares. Quer dizer, ao invés de o senhor esclarecer os fatos, o senhor se enreda mais. E aí o senhor não vai preparar a sua defesa; pelo contrário, vai complicar cada vez mais a sua defesa. Então peço

uma interrupção de cinco minutos, para deixar que ele esteja com os advogados.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me só uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>. O depoente chegou aqui visivelmente com os nervos em frangalho. Então, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que reproduzisse, como fez das vezes passadas; isso para deixá-lo muito seguro de si, porque esta Comissão não tem interesse algum em cometer qualquer ato de pedido de prisão ou coisa parecida, para ele ficar muito à vontade, se tranquilizar, porque senão, pelo jeito, a nossa reunião de hoje estará, digamos assim, inútil. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que conversasse seriamente com ele, calmamente, para que ele se tranquilize.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos suspender por cinco minutos. Aí vamos tirando as xerox que forem necessárias.

*(Suspende-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.)*

*(Reabre-se a reunião às 15 horas e 8 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reaberta a presente reunião para inicialmente prestar alguns esclarecimentos do que foi tratado com o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

Inicialmente, o propósito do encontro foi o de maximizar os resultados e emprestar eficiência às comissões, estabelecer – o que o Presidente chamou – um nível de entendimento, para que não precisássemos repetir e, enfim, simplesmente conduzir os trabalhos de maneira paralela, pudéssemos somar, pudéssemos buscar a eficiência com o entendimento, com a cooperação. Este foi o propósito inicial. Nesse particular, os presidentes presentes, da CPI dos Bingos, dos Correios e desta, mais os respectivos relatores, discutiram como poderíamos buscar esse procedimento. Até se criou o que se chamou um colégio de presidentes e relatores que se reunirá toda segunda-feira para buscar, como eu disse, essa cooperação, essa parceria e prestar um serviço relevante ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, que exige, celeridade, segurança e, sobretudo, eficiência. Então, nessa linha, nos reuniremos.

Por outro lado, sabemos de um fato – parece-me que esse é o mais importante – o de que a CPMI dos Correios estaria, como está, encaminhando uma lista de Parlamentares – envolvidos, eu não vou chamar – apontados, ao menos, como passíveis de práticas delituosas.

É evidente que nós aqui tínhamos o intento de, antes, ouvir todos, quebrar sigilos, se necessário, enfim, buscar a possibilidade de se instaurar o devido

processo legal, com ampla chance à defesa. Mas, infelizmente, ficamos numa situação: como havia uma lista da outra comissão, a ser encaminhada, uma lista em caráter preliminar, ou seja, um relatório parcial, houve uma proposta de que esse relatório parcial fosse elaborado por ambos os relatores e apreciado por ambas as comissões. Isso seria na próxima quinta-feira. Caso contrário – vejam como ficaria a situação –, seria encaminhado um relatório para que, de qualquer maneira, ao final, ao cabo, chegará sempre lá na Comissão de Ética, por meio da Presidência da Casa.

O que entendemos – isso será, depois, objeto de deliberação – é que vamos também participar da elaboração desse relatório preliminar que será encaminhado por ambas as CPIs. Assim começaremos os trabalhos. Nada impede a continuidade dos trabalhos, a investigação e até sobre os mesmos nomes, outros nomes, a origem dos recursos, enfim, a outra parte do objeto da investigação, que é a aprovação da Emenda Complementar nº 01, de 1995, que trata da reeleição para cargos executivos. Quer dizer, teremos a nossa ampla competência em aberto. Apenas vamos encaminhar essa primeira leva daqueles nomes sobre os quais já existem indícios e já existem informações que possibilitem a apreciação do Conselho de Ética. Lá, se instaura, então, o Contraditório, conforme manda o Conselho de Ética. Há uma chance à defesa e uma oportunidade de, evidentemente, promoverem todas as punições que se fizerem necessárias.

Então, é o que há de novo e de importante. O resto são procedimentos – a abertura, a cooperação. Vamos fazer uma reunião conjunta para ouvirmos o Sr. Daniel Dantas, no dia 14. Serão alguns procedimentos conjuntos. Vamos tentar ouvir, conjuntamente, se for o caso, as três Comissões; o doleiro Toninho da Barcelona.

Vamos, então, buscar o entendimento, o consenso, a soma; e não a divisão, não a competição, mas, ao contrário. É exatamente essa a capacidade de multiplicar a nossa capacidade de investigação. Então, fundamentalmente, é o que há de novo – não sei se me esqueço de algum detalhe, Sr. Relator, se V. Ex<sup>a</sup> quiser acrescentar...

O que é importante é que, embora vamos encaminhar em conjunto esse relatório preliminar, ele tem esse caráter parcial e pontual e não retira a nossa competência, porque senão, ficaríamos numa situação um pouco complicada: se aqueles que seriam punidos fossem encaminhados para outra Comissão, quer dizer, até a nossa competência ficaria, se não houvesse um entendimento conjunto, solta no ar.

Entendo que essa é uma providência inteligente, uma providência que, realmente, nos permite a conti-

nuidade, inclusive sobre essas mesmas pessoas. Se, depois, conseguirmos novas provas ou outros elementos, eles serão encaminhados, em caráter complementar, ao Conselho de Ética.

Então, o que tinha de falar era isso. Se os Srs. Parlamentares quiserem discutir, aqui, esta matéria, eu darei a oportunidade. Conforme for, falam quatro...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Depois, depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ou depois.

Então, essas informações já vieram à lume...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Acho que está tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...pela palavra do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. S. Ex<sup>a</sup>, aqui, funciona como Presidente do Congresso Nacional. Como se trata de uma CPI Mista, estamos diante do Presidente do Poder, que é o Presidente do Congresso Nacional.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a votação desse relatório é na quinta-feira, às 15 horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Às 15 horas.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas será votado lá, na CPMI dos Correios.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Nós vamos votar também.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E nós? Ah, votamos juntos?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos votar em conjunto.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Explique, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Uma votação, evidentemente, será feita em uma Comissão e, depois, na outra e vice-versa. Mas as duas vão se manifestar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, posso dar uma sugestão?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim, pode.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como Relator, só posso assinar o relatório autorizado pela Comissão. Se a Comissão não estiver de acordo, eu não tenho condições de assinar o relatório.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, só uma questão, já que as CPIs vão trabalhar juntas. Parece que alguns assessores indicados pelos partidos a nós estão sendo proibidos de entrar na sala.

Pelo outro Presidente, porque parece que não conhecem. Então, talvez só fazer uma lista de assessores nesse sentido, o que seria interessante. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se isso está havendo, dê-me por escrito para providenciarmos imediatamente que a situação seja corrigida. Não pode assim proceder.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Sr. Presidente,

poder-se-ia fazer um acerto com a outra Comissão, para que esses assessores, de vários órgãos, que estão assessorando a CPMI dos Correios, passem automaticamente a ser assessores desta Comissão também.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estamos exatamente nos atendo a um outro detalhe – e foi importante esta pergunta, porque ela envolve um assunto que foi tratado lá. Haverá um só cartório. E esse cartório, com todos os seus assessores, vai servir às duas Comissões.

Agora, peço que as iniciativas sejam tomadas pelos Parlamentares, porque não será o Presidente. O Relator já tem, evidentemente, um grupo que vai assessorar no sentido de também chegar a esses elementos. Mas é importante que cada parlamentar atue dentro do prazo que quiser. Não digo que tenha as vinte e quatro horas, mas dispõe ao menos de um número considerável de horas do dia, certamente bem mais que doze, e que poderá ter acesso, evidentemente com a presença dos assessores gerais. Todos vão trabalhar para as CPI's. Não há mais exclusividade de nenhuma CPI. Esse também foi um ganho dessa reunião com o senhor Presidente, Senador Renan Calheiros.

Portanto, quero aqui deixar muito claro que alguns detalhes passaram despercebidos, mas que são muito importantes. Sempre que houver dificuldades dessa natureza, quero lembrar que, a partir da última quebra de sigilo, na última quinta-feira, não há mais nada que nos diferencie, teremos acesso a todos os elementos.

Por fim, houve uma notícia veiculada nos meios de comunicação, em alguns telejornais, no sentido de que a CPMI teria passado batida com relação àquele pedido formal, àquele compromisso assumido formalmente pelo Sr. Delúbio, nesta Comissão, onde conferimos o prazo até a última quinta-feira, dia 24, para que prestasse as informações, sobretudo quanto a dois pontos que restaram: alguns documentos pessoais e as informações sobre o destino que ele havia dado aos recursos, como os 50 ou 55 milhões, não importa. São aqueles valores movimentados nas contas do senhor Marcos Valério. Sobre esse item, infelizmente houve uma resposta lacônica e, inclusive, esta Comissão poderá, posteriormente, decidir o que fazer. Ele disse que,

infelizmente, quanto às informações assim referidas, não poderia prestar qualquer esclarecimento, porque não detinha os detalhes, não detinha os elementos. Houve um compromisso formal e não sei se poderemos aqui, se for o caso, repetir esse requerimento. Como foi na quinta-feira à noite e na sexta-feira tivemos uma paralisação, apenas hoje tivemos como nos reunir. Depois passarei o texto a todos os senhores parlamentares e, por esse motivo, solicito à secretaria, mais uma vez, que providencie a cópia do ofício, para passar aos senhores parlamentares e poderemos, até amanhã, se for caso, pensar em alguma saída para o tema, se é que existe.

Quero convocar novamente os depoentes para que venham à sala de sessões e vamos continuar com mais perguntas. Espero não ter que interrompê-lo, senhor relator, mas, infelizmente, as condições psicológicas do depoente estavam inúteis, imprestáveis, porque não conseguia – e acredito na boa-fé das pessoas – sequer entender as perguntas, embora houvesse lucidez, clareza e singeleza nelas. Foram feitas de forma muito clara e poderiam ser respondidas.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, peço que adentrem a sala e confiro a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. José Carlos Batista, quando ocorreu a interrupção da nossa reunião, estava perguntando ao senhor exatamente o seguinte: O senhor foi autorizado pelo senhor Marcos Valério a fazer aquisições desses títulos de reflorestamento até o valor de dez milhões de reais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor não chegou a adquirir dez milhões de reais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Em seguida, o senhor aceitou essa transação, assinou esse contrato, porque o senhor acreditou no objeto dessa intermediação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor achava que estava servindo ao País?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Na diminuição das diferenças sociais e, por isso mesmo, o senhor usou o dinheiro dessas transações, em 2002, para auxiliar a campanha do PT e do PL?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Está correto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Está correto. Reafirmo o que escrevi. Não entendi a pergunta e

acabei saindo daqui não respondendo. Mas reafirmo: não atingi o objetivo de 10 milhões, tanto que recebi, através da conta – recebi da Garanhuns –, o montante de R\$4 milhões, que é o dinheiro que recebi do Sr. Marcos Valério.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A única coisa que não ficou bem clara e que eu gostaria que o senhor, agora que está mais calmo, respondesse é o seguinte: qual a relação que há entre esse títulos de reflorestamento e os quatro milhões que o senhor recebeu do Sr. Marcos Valério para entregar ao Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só: eu, como está escrito aí, estava comprando esses títulos porque recebi uma ordem para comprar esses títulos. Com isso, ele me pagou, certo? Colocou o dinheiro na minha conta, na Garanhuns, e esse dinheiro era repassado para o PL para pagamento de campanha, alguma coisa nesse sentido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quer dizer que o senhor, então, repassou para o Sr. Valdemar Costa Neto dinheiro que era seu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não? Era do Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É o dinheiro

que eu recebia por isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas não era o dinheiro da sua comissão?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. O dinheiro da minha comissão foi pequeno.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É. Difícil!

O senhor poderia nos explicar o seu relacionamento com a firma Bônus-Banval?

Essa Bônus-Banval, de vez em quando, flutua no meio da nossa investigação, mas não foi possível ainda captar o verdadeiro papel desta Bônus-Banval. O senhor faz referência expressa à Bônus-Banval nas suas primeiras declarações.

Explique, por favor, como é que a Bônus-Banval participava desse negócio?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Estou fazendo uma declaração que operei na Bônus-Banval. Fui cliente, operei na Bônus-Banval. Tem até o inquérito que estou apresentando para V. Ex<sup>as</sup>, na CVM, de que participei de operações.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Da Bônus-Banval?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – ... da Bônus-Banval.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Também para o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Veja só: intermediei essas operações, participei inclusive na pessoa física. Por isso, estou colocando até o meu sigilo à disposição, porque obtive lucros.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O senhor não operava na Bônus-Banval também para o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, não. Não operava para o Sr. Marcos Valério.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Operava para quem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, Excelência, vou permanecer no meu direito agora de ficar em silêncio.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. Presidente, desisto e passo o depoente aos cuidados da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Farei apenas uma pergunta. O senhor não respondeu à última pergunta do Relator. Por quê? É por causa do sigilo profissional, porque não quer confessar para quem operava, ou por que V. Exª pensa em auto-incriminar-se?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acho que existe um sigilo, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Em todas as operações, que você não tem de revelar o nome de ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– O senhor tinha clientes que prefere não revelar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Mas não há auto-incriminação nesse caso.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, mas acho que a gente não... Não vou revelar nome de pessoas, né? Não posso revelar nomes. É questão de...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Como corretor?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Sim, como corretor, não vou revelar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, seria mais um sigilo profissional, nesse caso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, eu queria, inicialmente, dizer ao senhor que o senhor tem uma oportunidade única. O senhor disse que foi o único indiciado nesse processo todo. Portanto, o senhor não tem que temer aqui o ambiente.

O senhor fez declarações na Polícia Federal, no Ministério Público. Agora, o senhor está diante, inclusive, da televisão, para que, ao sair daqui, a população tenha uma outra visão, porque o senhor está preocupado com os outros, mas me parece que não está preocupado consigo mesmo.

Este momento é o momento de o senhor se defender, se tranquilizar porque, pior do que responder o interrogatório, eventualmente, é depois o senhor sair na rua, porque a sua imagem está sendo transmitida, e o senhor não conseguir sair, porque parece que o senhor tem algo sempre oculto. Agora é o momento que o senhor tem para se livrar disso tudo, colocar com tranquilidade, sair de cabeça erguida, fazendo o que tinha de fazer, o correto. Eu apenas gostaria de colocar para o senhor essa possibilidade.

Ao contrário, acho que este é o momento importante. Acho que o depoimento do senhor pode jogar luz sobre a questão maior que estamos investigando: o “valerioduto”, que escoou em 1998 e escoou, agora, em 2002. E a gente percebe que a Garanhuns pode ser esse ponto de encontro em todo esse processo.

O senhor entrou na Garanhuns em 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A Garanhuns...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Garanhuns.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu a adquirir em 2001.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – 2001?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – 2001.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito bem! O senhor tem, na Garanhuns, apenas 1%. Noventa e nove por cento é da Esfort Trading?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor adquiriu a Garanhuns de quem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É público isso. Há no contrato que o senhor deve ter: do Sr. Lúcio Funaro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Lúcio Bolonha Funaro e José Roberto Funaro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. Isso está no contrato, não está?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Eles ainda são os donos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu compreí deles.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Agora, eles não são donos da Esfort Trading?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eles não são donos da Esfort Trading?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não? O senhor tem certeza de que não são?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Inclusive, há na documentação que apresentei a vocês, não é?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor não gosta de falar de algumas coisas, como o sócio oculto. As investigações têm mostrado que a Esfort tem sócios ocultos que apontam para o Sr. Fumaro e para o Sr. Ricardo Sérgio. O senhor conhece o Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca ouviu falar do Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Ricardo Sérgio, segundo a revista **ISTOÉ**, foi caixa de campanha, em 1998, do Sr. Fernando Henrique Cardoso para a Presidência e do Sr. José Serra para o Senado. Ele foi responsabilizado pelo Banco Central por um caminho de irregularidades que favorecem a entrada do Banco Opportunity num consórcio para disputar leilão da Telebrás. O senhor nunca ouviu falar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não conheço.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito bem! Muito bem! O senhor conhece a empresa Focal?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca ouviu falar na Focal?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nunca ouvi falar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A sua empresa, a Garanhuns, junto com outras empresas, já esteve sob investigação no relatório da CVN por ter causado prejuízo à Centrus, fundo de pensão dos funcionários do Banco Central, em compra e venda de papéis combinados, que davam sempre prejuízo ao fundo de pensão e, de outro lado, era sempre ganhadora a empresa, uma delas era a Garanhuns, que deu cerca de 18 milhões de prejuízo aos cofres do fundo. O senhor confirma isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não confirmo. Eu desconheço isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Operações de 1999 a 2000?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu respondo de 2001, quando adquirei a Garanhuns. Há no contrato

inclusive. Os senhores devem ter a cópia. Respondo de 2001 para frente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quando o senhor comprou, o senhor não sabia disso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desconheço.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor disse ao nosso Relator que pegou os 4 milhões que foram passados para a SMP&B para a Garanhuns e passou para o Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor está falando ao contrário, pelo que entendi. Como é que é? Eu peguei? Não entendi. Por favor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A SMP&B passou para a Garanhuns, e a Garanhuns passou para o Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. Foi repassado para o Sr. Valdemar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, o senhor não comprou nada daquilo que estava lá. Nada, nenhum tostão?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Comprei. Comprei os títulos para ele. Era para comprar até 10 milhões. Isso é que foi aquela confusão, que não entendi.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas se ele deu 4 bilhões, o senhor passou 4 bilhões para o Sr. Valdemar, o senhor não comprou nada! Ou passou títulos para o Sr. Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só: o título foi para eles, e eu repassei o dinheiro para o Sr. Valdemar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Ah, sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Entendeu?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Comprou o título...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso. Os títulos foram para a SMP&B, né? Que pagou, e o dinheiro foi para o senhor...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E o título estava com o senhor, lá?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – ...Valdemar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor é o corretor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu sou o corretor.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quantos cheques... Aliás, a SMP&B pagou em cheque ou em dinheiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Os pagamentos da SMP&B para a conta da Garanhuns, acho que 99, tudo foi em TED; TED ou Doc. Isso os extratos...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não foram em cheque?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Valdemar Costa Neto esteve aqui e disse que recebia o cheque em nome da Garanhuns, para a Garanhuns, e o cheque não chegava à Garanhuns? Não havia cheque, então?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Bom, conforme eu até declarei aqui, tem vários cheques aí que estão falando que eu endosseï ou qualquer coisa assim. Tenho o que foi pago para a Garanhuns, que está... Vocês vão ter a cópia dos extratos. O que está ali é o que entrou na Garanhuns. Passando daí, eu não vou assumir.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, mas o senhor está dizendo que não recebeu o cheque.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não recebi cheque.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A Garanhuns não recebeu cheque da SMP&B.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não recebi. Não, não. Recebi conforme tenho os extratos que eu trouxe aqui para provar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu recebi TEDs e pode ser Doc; 99 eram TEDs. Os extratos vão mostrar isso para os senhores.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Então, o Sr. Valdemar Costa Neto mentiu aqui, provavelmente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu...

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor conhece o Sr. Jacinto Lamas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço. Conheço de nome, né? Mas não conheço, não é, meu irmão?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só de nome. Ele nunca esteve na Garanhuns, nunca esteve com o senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor conhece o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acho que o Brasil conhece. De ouvir falar, assim, eu conheço. Mas não conheço.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor nunca esteve com ele pessoalmente?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nunca estive com ele.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca tratou de nada com ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nada.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor conhece o Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não conheço.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A Garanhuns apoiou ou deu apoio a Partido ou para algum político em alguma outra campanha?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A Garanhuns?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É, sim, senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não. Como apoio?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não sei.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca ajudou, nunca apoiou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nem nunca fez essa mesma transação que fez com o Sr. Valdemar Costa Neto, nunca fez com outro Partido político?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não; a Garanhuns, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A Garanhuns mandou dinheiro para fora do Brasil?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Em 2002, não colocou, não?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A Garanhuns nunca mandou dinheiro.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Os dados da CPI do Banestado indicam que a empresa enviou US\$2 milhões em março e novembro de 2002 para o exterior por meio da Esfort Trading. O senhor nega?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu nego. A Garanhuns, eu nego.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nega. Muito bem!

Os cheques que eventualmente... O senhor não recebeu nenhum cheque, né?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não recebi cheque. Eu recebi... Meus extratos estão aqui. Eu recebi via DOC, TED. A maioria é tudo TED.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor esteve com o Sr. Valdemar Costa Neto pessoalmente?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca se reuniu com ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.



**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Com quem é que o senhor fazia contato para essa aliança PL–PT, que o senhor falou que recebeu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu vou me reservar o direito de ficar em silêncio nessa pergunta.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – É? Mas o senhor esteve... Então, espera aí. Sem falar nomes, porque o senhor não quer incriminar os outros, embora já esteja incriminado. Mas o senhor se reunia com alguém para discutir o negócio? É um negócio.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, porque o dinheiro, conforme é declarado, foi recebido. Eu o recebi e paguei.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Como é que o senhor pagava ao PL, ao Sr. Valdemar Costa Neto? Dava em dinheiro na mala? Como é que era?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou ficar em silêncio. Vou me reservar ao meu direito. Estou confirmando que eu paguei.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, eu só queria saber como.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpa!

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quantas vezes o senhor levou dinheiro para o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Esses pagamentos foram efetuados durante o ano de 2003, esse repasse que foi feito para o Sr. Valdemar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muitas vezes?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Muitas vezes.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor trazia para Brasília ou levava para São Paulo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas como está na sua contabilidade? Como está a saída? Aí não tem como o senhor negar. Está na contabilidade que o senhor ofereceu, quebrando o sigilo de todas as contas. Como saía esse dinheiro? Saía em cheque ou era sacado? Está na conta. Era retirado em cheque?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na sua conta, o senhor recebeu esse dinheiro. Entrou na sua conta ou na da empresa. Como esses recursos saíam da conta?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, isso daí...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor não tem que se reservar. Era óbvio! Está lá na conta.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já declarei, Sr. Presidente, que eu paguei ao Sr. Valdemar, que assume que recebeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pagou ao Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Paguei, e o Sr. Valdemar assume que recebeu o dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, o senhor nunca tinha visto o Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Então ele conhece o Valdemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como pagava? Tinha intermediários?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou ficar calado. Tinha, mas vou ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tinha, o senhor não tem por que se calar. Se o senhor não pagou para ele e pagou, alguém foi lá receber. Ou o senhor pagava para um fantasma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Como Presidente, posso fazer perguntas também. Está no Regimento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado João Correia.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Se V. Exª fizesse chegar cópia do contrato para nós?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou fazendo isso. Já mandei fazê-lo; já mandei tirar cópia de todos os documentos entregues. É um pouco demorado, porque não temos estrutura aqui. Temos de ir à Secretaria, onde há copiadoras automáticas, para que sejam feitas com maior rapidez. Infelizmente, são as deficiências estruturais que esperamos superar.

Concedo a palavra, pelo prazo de 10 minutos, ao nobre Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Depoente, é visível que o senhor está realmente muito nervoso e em pânico. Agora está melhor? Está mais compensado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpem-me.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Inclusive, o seu depoimento na Polícia Federal talvez explique o fato de o senhor ter sido indiciado – como disse o

senhor: o único a ser indiciado. Eles fizeram 20 perguntas, e o senhor se reservou ao silêncio em todas elas. E as perguntas que a Polícia Federal fez foram muito elementares, muito simples. Não foram perguntas capciosas, maliciosas para lhe incriminar. O senhor não respondeu nenhuma, e é possível que, por conta disso, a Polícia Federal tenha indiciado V. S<sup>a</sup>.

Tudo bem! O Relator tentou, o nosso Colega Baltazar também tentou. Em algumas coisas, o senhor está avançando um pouquinho, conversou com seus advogados ali, na sala – eu vi. Parece-me que é da própria natureza dos advogados, porque, em várias das questões, o senhor pode realmente avançar um pouco. Quer dizer, não há uma incriminação, **a priori**, aqui; ninguém está armado para fazer arapuca. Até porque, nesse texto que o senhor subscreve, que o senhor trouxe, o senhor faz afirmações extremamente graves. Gravíssimas. O senhor, por exemplo, está dizendo aqui que o ex-Prefeito Celso Daniel, que foi assassinado, foi torturado. O senhor está afirmando que ele foi torturado.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É o que está escrito nos jornais.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, não. O senhor está afirmando aqui que ele foi torturado, que foi assassinado e que o senhor não quer acabar como ele. O senhor diz também que se sentirá uma espécie de preso político.

Essas coisas são bastante graves, muito mais graves do que as perguntas quase elementares que tanto o Relator quanto o Deputado Baltazar e os Deputados que me seguirão vão tentar fazer.

Aos pouquinhos, o senhor vai realmente findar, atendendo mais ou menos os interesses da CPMI.

Eu queria lhe fazer uma pergunta, para ficar claro. Vou repisar: como o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não disse que conhecia o Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ah, o senhor não conheceu o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu afirmei, aqui, que conhecia o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas o senhor disse que tudo que fez foi orientado por ele. Quando o senhor fala que vai colaborar com a CPMI, o senhor diz que, na conversa com o seu procurador, disse que todas as suas operações eram feitas sob a orientação do empresário Marcos Valério Fernandes, apontado como o operador do mensalão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Aí, está escrito que fui procurado, certo?

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Certo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas eu não disse para o senhor que eu conhecia o Marcos Valério. Eu não afirmei que eu conhecia o Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sim, tudo bem. O senhor não afirmou que conhecia.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas o senhor conhecia o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não conhecia o Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ah, está certo. Então o senhor fez uma operação, fez um contrato de serviços com uma empresa dele, para captação de títulos de reflorestamento, e o senhor não conhecia, então, o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, o senhor tratou com quem sobre a questão do contrato desses serviços?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Para se operar, não há necessidade de você conhecer nenhuma pessoa. Não há necessidade, você não precisa conhecer a pessoa para operar para ele.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas para assinar um contrato de serviços?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não há a necessidade.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não há necessidade de conhecer?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, de conhecer a pessoa, não. Você pode assinar um contrato com a pessoa.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, quem o senhor conheceu da SMP&B ou das empresas do Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Aí, eu vou ficar em silêncio, não vou revelar, mas o contrato está aí, está assinado por mim e por ele, para provar para os senhores. A assinatura é dele.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – As assinaturas são dele e minha.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Aí, foram por espírito as assinaturas, não é?

Uma outra questão que fica: explique, então, isso, como se chegou à assinatura desse contrato.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, esse contrato chegou até mim através de um advogado do Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor sabe o nome?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nem sei o nome da pessoa, não me lembro, mas chegou através de um advogado dele. É só isso que posso dizer para o senhor.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. Aí, o senhor aceitou fazer esse contrato com ele, depois operar para ele, sem maiores detalhes, sem absolutamente nenhum detalhe de saber qual era a reputação, qual era a capacidade financeira, enfim, quais eram as condições que o Sr. Marcos Valério tinha no mercado naquele momento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Até aí, acho que as condições dele eram ótimas, eram boas.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, tudo bem. Há uma outra questão que não quer calar, que eu gostaria que o senhor, se pudesse, nos explicasse sem grandes problemas.

O senhor é dono da Garanhuns – não sei porque esse “u”, porque Garanhuns é uma cidade de Pernambuco, onde, inclusive, nasceu o Presidente Lula, mas aqui, como o senhor gostou de dizer, é Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Garanhuns.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não é Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Como o senhor é dono da Garanhuns, essa empresa que tem uma relação com o Uruguai, é uma *offshore*, com apenas 1% de seu capital?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só: isso daí é a lei. Você tem que ter um sócio para montar uma empresa. Pelo que entendo, é dessa forma que se monta empresa.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Um sócio estrangeiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não obrigatoriamente estrangeiro, mas eu explico ali, inclusive, que tenho um sócio e que, para a empresa não ser penhorada, foi constituído esse sócio estrangeiro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Esse sócio estrangeiro tem 99% do capital da empresa. O senhor tem apenas 1%, mas exercia completamente a titularidade da Garanhuns. O senhor tem procuração dos seus sócios autorizando que o senhor fizesse todas essas operações com o Sr. Marcos Valério e com outros?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho uma procuração, eu apresentei toda a documentação aí.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. Deixe-me colocar, Sr. José Carlos Batista, uma coisa que fica também muito na dúvida para esta CPMI e para quem está acompanhando este debate.

O Sr. Valdemar Costa Neto falou, aqui, que não conhecia o senhor, nem tampouco nada que se relacionasse à Garanhuns. Ele disse que recebeu, através do Sr. Jacinto Lamas, um envelope fechado que continha cheques da Garanhuns. O senhor confirma esse fato?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não vou confirmar. Agora, eu não posso confirmar isso.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas também não nega?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu vou... eu não... eu não... eu não... Como eu falei, eu não vi os cheques.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas eles teriam que ter sido emitidos por V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Emitidos pela Garanhuns?

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sim, sim, foi isso que ele falou aqui.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não emiti cheque.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, é falso. O senhor nega esse fato?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que a Garanhuns emitiu o cheque eu nego.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Esses cheques teriam, depois, sido resgatados através de seguranças, de pessoas que trabalhavam em empresas de valores, de movimentação de valores, lá em São Paulo. O senhor também não conhece nada sobre isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço, como eu até disse que tem vários cheques que eu vi aí, que estão falando nesses números estratosféricos, como eu me refiro, que está vindo tudo parar na conta da Garanhuns e eu desconheço. O que tem está aqui.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então, Sr. Presidente, para encerrar: esses cheques, o senhor também diz aqui no seu texto que, inclusive, já deixou na Polícia Federal material para exame grafológico e grafotécnico. Se isso acontecer, esses cheques serão, digamos assim, falsificados. É isso que o senhor quer dizer mesmo, que é possível que a Garanhuns tenha cheques falsificados nessa movimentação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, é... Coloca de novo, por favor. Eu estou dizendo o seguinte: que existem indícios de que há cheques, e eu deixei, inclusive, as minhas letras lá, para a Polícia Federal, para serem verificados, porque estão falando em valores que não condizem, 10,8 milhões, valores que real-

mente não condizem. Não é verdade isso. Eu posso... Não é verdade. Eu afirmo: não é verdade.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Só para concluir. Ok, então não é verdade que o valor que lhe foi atribuído de 10 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dez milhões e oitocentos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Apenas de 4 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Quatro milhões.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Que o senhor não sabe como é que fez esse dinheiro chegar até o Sr. Valdemar Costa Neto, o senhor não lembra se foi através de mala, se foi em espécie, se foi através de cheques, enfim, o senhor não quer dizer isso.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, senhor.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor quer dizer, então, que tudo que ultrapassar quatro milhões é falsificado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acredito que sim.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Cheques são falsificados?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Cheques são falsificados. Cheques emitidos pela Garanhuns são falsificados. Eu não emiti cheques nesses montantes.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas emitiu cheque, sim...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu posso ter emitido o cheque da empresa.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Para o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não emiti.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ok, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – A pedido do depoente, três minutos. Ele voltará logo em seguida.

*(Suspende-se a reunião às 15 horas e 45 minutos.)*

*(Reabre-se a reunião.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – O próximo orador inscrito é o Deputado Fernando Coruja.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Relator, esse tabelião de notas da Comarca de Santo André, o que é? Comprador: Renato Luciano Galli; vendedores... O que é isso aqui? O senhor viu isso aqui?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, não foi passado ao Relator.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, distribuíam para ele.

Apartamento de quem, isso?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Uma escritura de compra e venda em que figura como outorgante-vendedor Joaquim Farinos Navarro e outorgado-comprador Renato Luciano Galli, vendendo o apartamento nº 102, localizado no 10º andar do Edifício Renata, situado na Silva Jardim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o que é esse documento?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu preciso saber do depoente qual é a relação que esse documento possui com o depoimento dele, porque ele não é outorgante-vendedor e nem outorgado-comprador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, próximo inscrito.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, o senhor alega que recebeu cerca de quatro milhões da SMP&B nas contas da Garanhuns, certo? Alega que repassou esses recursos para o Deputado Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Os quatro milhões. Alega, também, que a SMP&B teria comprado títulos decorrentes de reflorestamento.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, a pergunta que tem que se fazer é a seguinte: se a SMP&B passou quatro milhões para o senhor e o senhor repassou esses quatro milhões para Valdemar Costa Neto, como é que entram esses títulos na questão?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, eu recebi uma ordem para comprar esses títulos para eles.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor comprou ou repassou para o Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu comprei os títulos e repassei...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas como é que o senhor pode comprar os títulos com dinheiro e repassar para o Valdemar ao mesmo tempo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, veja só...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O dinheiro chegou, tem quatro milhões, chegou da SMP&B. Se o senhor para Valdemar não pode comprar os títulos.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu comprei os títulos. Está escrito no contrato, aí.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor comprou os títulos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas como é que passou o dinheiro para o Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A SMP&B me pagou.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Pois é, mas o senhor recebeu quatro milhões para pagar os títulos. O senhor pagou os títulos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não paguei, como é que fala, eu não paguei uma operação...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ah, os títulos eram frios?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, não há árvores. O senhor repassa os títulos, que são frios, e não há títulos, não há árvores?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Bom, o senhor é quem está falando. Eu vou ficar calmo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Veja bem, porque não é lógico. Se o senhor recebeu os quatro milhões e os repassou para o Valdemar, não pode comprar os títulos. Se compra os títulos...

O senhor tem muitos bens?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não tenho muitos bens.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não dá para o senhor repetir o nome dos seus advogados?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dr. Ricardo Sayeg e Dr. Celso Dávila.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O Dr. Ricardo Sayeg é advogado do Sr. Carlos Cachoeira, do Toninho da Barcelona, do Juiz Nicolau dos Santos Neto.

É evidente que são advogados que defendem casos de muito vulto no Brasil e que devem cobrar um bom dinheiro. Quem é que paga os advogados para o senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sou eu mesmo. Eu os paguei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor já pagou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, estou pagando.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Está pagando os seus advogados. Muito bem.

O senhor fala, na sua declaração, o seguinte: “Que tinha plena convicção de que o dinheiro que foi

depositado nas compras da minha empresa era totalmente lícito, fruto talvez da doação de brasileiros anônimos, do dízimo que os parlamentares e servidores públicos pagavam ao Partido e da ajuda de entidades internacionais que sempre apoiaram o movimento trabalhador”.

Então, o senhor tem informação de que entidades internacionais apóiam o Partido dos Trabalhadores?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É coisa que a gente lê, né? A gente lê. Eu leio um pouco, jornais.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor leu onde?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tantas vezes já. Eu tenho... Eu já li.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não, em absoluto. Nunca se soube que entidades internacionais... Porque é vedado. A Constituição veda. Essa é uma discussão que estamos travando aqui.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que eu li em algum lugar, eu li.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Bom. O senhor afirma que tem medo. Aliás, muitos que sentaram aí, acho que todos os que se sentaram aí disseram que têm medo de morrer, pelo jeito. Acho que essa cadeira aí dá um...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – As pessoas falam que têm medo de morrer e o senhor disse que tem medo de morrer como o Prefeito Celso Daniel. Quem é que poderia ser responsável por esse medo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu disse o seguinte: que tenho medo porque, até agora, eu fui o único cara indiciado, por...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor falou que tem pessoas mais altas que não o foram. Quem é que o senhor disse que são os mais altos que não o foram?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acho que todo o Brasil pode ver aí, eu não vou repetir aqui. Eu? Quem sou eu? Desculpe.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor cometeu algum crime agora, nessa...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Crime? Como crime?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor cometeu algum crime nesse processo todo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não estou entendendo. Como crime? Eu não sou criminoso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor está alegando sempre que não pode responder porque pode-se auto-incriminar. Se o senhor não cometeu nenhum crime, não pode-se auto-incriminar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A lei tem “n” coisas. Eu acho que posso me auto-incriminar, sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sem ter cometido nenhum crime o senhor acha que pode-se auto-incriminar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, senhor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor tem sócios que são uruguaios na sua empresa Garanhuns?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tem sócios que são uruguaios. O senhor conhece os sócios?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Conforme eu... Desculpe-me, como é o nome do senhor?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Fernando Coruja.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, eu declarei ali essas *offshores*. Está explicando, aí, o que eu declarei, como é que são feitas, né?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor não conhece os sócios?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não conheço.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor nos apresentou um extrato bancário. Nesse extrato bancário, há muitos valores. A entrada de dinheiro foi através de DOCs.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – De DOCs, de TEDs...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Há números que se repetem muito, como se fossem uma prestação mensal: 49.953. Por que vinha todo mês esse valor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, isso eu não explico. Não explico.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor repassou 4 milhões ao Sr. Valdemar Costa Neto. Aqui, entretanto, as saídas são cheques de 10 mil, cheques de mil e duzentos, cheques de mil cento e cinquenta e cinco, dois mil e duzentos, quatro mil e duzentos. Não tem nenhum cheque de 300 mil aqui, ou transferência de 300 mil. Tudo assim: doze, vinte e cinco.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Se o senhor procurar, tem.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas não tem. Tem lá: R\$642, 378, muitos valores, 12 mil, mil, cinco mil, quatro mil, valores pequenos. O que é interessante é que dá a entender, então, que o senhor repassava esses recursos, se for só esse... É só esse extrato?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Só esse extrato.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não tem outro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não tem outro extrato.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tem aqui, inclusive, cheque depositado devolvido, vários aqui, cheques que foram devolvidos, ou seja, não tinham fundo, e cheques pequenos, a maioria. Então, eram retirados recursos pequenos, que estão na forma de cheques. O senhor falou que não eram cheques, mas está aqui no extrato, são cheques, dois mil, dezessete mil.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tudo bem.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor disse que não passava cheque para o Sr. Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, alguém retirava esses cheques.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, há cheques pequenininhos que podem ser algum pagamento que fiz.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas mesmo a movimentação produzida aqui por esse extrato, assim – claro recebemos agora –, num olhar superficial, estão longe de envolver R\$4 milhões.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Se o senhor somar aí, pode ter certeza que o senhor vai chegar nos quatro milhões.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – De entrada?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Porque aqui tem entrada de cheque, assim, de crédito, depósito bancário de cinco mil, cheque de três mil, cheque... É estranha uma movimentação dessa ordem, pulverizada em milhares de pequenos cheques.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Se o senhor somar, vai chegar no valor.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Dezenas de pequenos cheques, para dizer que veio da SMP&B, porque o dinheiro, em tese, é esse. Ou o senhor movimentava essa conta para outros negócios seus?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tem coisas também.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então, envolve mais de quatro milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, mas a diferença pode ser mínima. Mas se o senhor somar

as entradas, o senhor vai chegar nos valores que o estou falando.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor encontrou o Sr. Valdemar Costa Neto nos últimos seis meses?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Telefonou para ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não telefonou para ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não falou com ele.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não falei com ele, não o conheço.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor não conhece o Sr. Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, conheço só da televisão.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Conhece só da televisão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É muito estranho. É evidente que V. S<sup>a</sup>, claramente... não vejo essa tese que foi levantada, que está nervoso, ou que está...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Acho que o senhor não está nervoso, o senhor está muito tranquilo nas suas respostas, colocando nas respostas, muito claramente, aquilo que quer colocar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpe, agora, estou mais tranquilo, porque a princípio eu não estava, até expliquei ao Sr. Presidente lá fora.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Fica claro, Sr. José Batista...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – José Carlos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – José Carlos Batista. Não é Batista?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – José Carlos Batista.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o senhor é Batista?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – José Batista, José Carlos Batista.

O senhor é um “laranja” nessa intermediação toda, um “laranja” que repassa recursos. A sua operação não é de investimento, é apenas de ser “laranja” num processo de transferência de recursos, provavelmente ilícitos, de pessoa a pessoa. É claro que tem, aí, inves-

timentos, inclusive internacionais, e precisamos clarear isso, porque não houve nenhuma resposta que fosse esclarecedora, além daquilo que está colocado aqui. Aliás, os documentos que o senhor traz são mais confusos ainda. Traz documento, inclusive, como levanta o Relator aqui, de um registro do 3º Tabelião de Notas, de pessoas que não têm nada a ver com a questão, que o senhor nos entrega aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Para concluir, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Concluí.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Com a palavra, o nobre Deputado José Rocha, próximo orador inscrito.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Deputado José Carlos Araújo, Sr. Relator, senhor depoente, José Carlos Batista, eu começaria indagando de V. S<sup>a</sup>: quem mais assinava cheques da Garanhuns, além de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Só eu.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Só o senhor. Bem, como o senhor explica... o senhor conhece o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como o senhor explica os cheques da SMP&B para a Garanhuns que foram descontados pelo Sr. Delúbio Soares e entregues ao Sr. Valdemar Costa Neto, conforme afirmou aqui o ex-Deputado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não explico. Como vou explicar se não tenho conhecimento disso?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor não tem conhecimento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu não posso explicar uma coisa ....

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – De quem assinou esse cheques?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E os cheques que eram destinados da SMP&B para a Garanhuns? Eram depositados na conta da Garanhuns ou eram endossados?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Todos esses recursos que foram depositados na conta foram feitos diretamente por eles.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Por TED?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Por TED ou ..

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não teve cheque?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. É TED ou DOC, não é?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E como o senhor explica 35 cheques da SMP&B para a Garanhuns em diversos valores?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como assim? Não estou entendendo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A SMP&B declarou aqui, por meio do Sr. Marcos Valério, nesta Comissão, e nos entregou documentos com os números dos cheques – todos eles, 35 cheques -, todos eles destinados à Garanhuns, com valores os mais variados possíveis. Como V. S<sup>a</sup> explica isso, já que disse que eram só DOCs ou TEDs? Aqui existem cheques, com os números, destinados à Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Primeiro, eu teria que ver os cheques.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Vou dizer a V. S<sup>a</sup>: o cheque, por exemplo, de nº 755209, da SMP&B, de R\$70 mil, está como tendo sido depositado à Engelin Engenharia Ltda. O senhor conhece essa empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> conhece Edna Maria Ricci?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E como V. S<sup>a</sup> explica esses cheques todos remetidos para a Garanhuns? Estou aqui com todos os números dos cheques.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, nós teríamos que ver os cheques.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Estão aqui os números.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Passando para V. S<sup>a</sup>, V. S<sup>a</sup> pode identificar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Posso até ver, mas...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – São 35 cheques, mais 28 DOCs, no valor de R\$6.035.742,00, quando V. S<sup>a</sup> disse que foram R\$4 milhões em TEDs. Aqui temos, em valores de DOC e cheques, R\$6.035.742,00.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Posso até dar uma olhada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Passo as mãos de V. S<sup>a</sup>. Pediria a alguém da Comissão que pudesse...

Sr. Presidente, eu pediria que descontasse o tempo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso aqui é tudo cheque?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Todos cheques, com os respectivos números.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou permanecer calado, não posso dizer. Eu tenho que ver os cheques na mão. Tenho que ver. Isso aqui é uma relação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É uma relação.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É impossível identificar isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu solicitaria à Secretaria da Comissão que providenciasse a cópia desses cheques, se for possível, para que pudéssemos mostrá-los ao Sr. José Carlos.

V. S<sup>a</sup> encerrou a conta com o Marcos Valério, como declarou, no dia 12 de março de 2004?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Doze de março? Não, eu disse que a empresa ..

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Cessou as atividades da empresa com o Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No dia 12 de março. Confirma isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acho que dezembro de 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É, desculpe.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não teve mais nenhuma operação. Não.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E tem vários cheques e vários DOCs após essa data, até o dia 28.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vinte e oito de...?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Vinte e oito de dezembro.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – De que ano?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Dezembro.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – De 2004?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – De 2004.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu desconheço, eu desconheço.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> não sabe?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não reconheço nada de 2004.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> encerrou a conta no Banco Sudameris em que data?



**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não posso dar uma data precisa, mas eu digo que foi em... Pode falar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Vinte e dois de outubro de 2003.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dois mil e três.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Aí transfere para nova conta. Que nova conta foi essa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não tive outra conta com movimentação de Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A conta da sua empresa do Banco Sudameris é encerrada no dia 22 de outubro de 2003. Confirma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo. Não sei a data exata mas foi em 2003.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Está aqui no extrato que o senhor apresentou!

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpe.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Está aqui. Então, existe uma transferência do saldo remanescente para uma nova conta.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Qual o saldo?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – R\$0,35.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Trinta e cinco centavos?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para uma nova conta. Que nova conta?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não me lembro de ter transferido R\$0,35.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas está aqui; foi transferido para nova conta.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Então, não sei. Penso que a nova conta, pode ser que o banco. Posso explicar?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não são os R\$0,35 que movem a pergunta.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu entendi.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas que nova conta foi essa? O senhor teria uma outra conta?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu posso explicar?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pode.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acho que esses R\$0,35 deve ser alguma coisa que mudou no banco.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não são os R\$0,35. Eu quero saber, porque aqui o senhor transfere para uma nova conta. Que nova conta é essa que V. S<sup>a</sup> tinha no Sudameris?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho nova conta no Sudameris.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas está escrito aqui no extrato e V. S<sup>a</sup>, nova conta.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Posso ver. Como vou ter outra conta. Não tenho outra conta. Desculpa, Excelência.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Está aqui escrito.

**A SR<sup>a</sup> (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não tem. Infelizmente esta Comissão, Deputada, está abandonada. Não tem o apoio que precisamos ter para trabalharmos. Já disse isso aqui hoje. Foi questão até de um certo mal-estar com determinado funcionário desta Casa.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu acho que quem tem que explicar isso aqui não sou eu. Pode ser o banco. Ele zerou a conta corrente. Ele transferiu R\$0,35...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ...para uma nova conta.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu... Eu não me lembro de ter feito nada para transferir R\$0,35. Me perdoe.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Tudo bem.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Talvez porque o saldo estava lá e eles queria zerar a conta.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. José Carlos, o senhor disse, na leitura desse seu depoimento, que existem pessoas muito mais envolvidas, inclusive muito próximas do poder. “Logo eu que fui usado. Até agora fui o único indiciado.” A que pessoas muito próximas do poder V. S<sup>a</sup> se refere?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou... Eu acho que eu não... Muitas pessoas importantes. Eu acho que não sou tão importante assim, mas eu não vou dizer nome de ninguém.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas que pessoas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não quero me... Aí eu vou me comprometer ou me auto-incriminar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> aqui afirma que existem pessoas... É afirmação de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Existem pessoas muito mais envolvidas, muito próximas do poder. V. S<sup>a</sup> se refere a que pessoas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tantas pessoas que o Brasil todo, a gente lê...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Enumere uma, duas, quais, por exemplo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não vou enumerar. Isso me...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Seria quem, por exemplo? No Palácio do Planalto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou me reservar no meu direito de ficar em silêncio, me perdoe.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E V. Sª se considera ter sido usado por quem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pô, isso que está acontecendo comigo, eu estar aqui já é uma....

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Usado por quem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Usado pelo partido, pela política.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual partido?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pelo PL, pelo PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pelo PL e pelo PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª se sente usado. V. Sª diz que fez doação de campanha. Confirma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo. Estou dizendo, na minha declaração, que eu entendi isso, dessa forma.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª fez doação em 2002.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A quem? Para campanha de quem? Ou de que partido?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Do PL.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Campanha para o PL?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, PL e PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E as doações foram entregues a quem do PL e a quem do PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, aqui a gente volta a mesma pergunta que estão me fazendo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Você entregou a alguém, não é isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sempre, né?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sempre. E o senhor entregou a candidatos, ou a representantes de candidatos ou a representantes de partido? Pelo menos isso, V. Sª pode...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vamos dizer, representantes de partido. E me reservo no direito de ficar calado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Representantes de Partido? Ou de candidatos? De um ou de outro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Para concluir, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Para concluir.

O senhor repassou quanto ao PL e quanto ao PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu não vou poder confirmar isso para o senhor...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor tem uma estimativa...?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O que eu repassei está aí. Eu não vou dar números.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Peço a minha reinscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Pois não.

Eu vou fazer uma inversão. O próximo orador seria eu, seria o Deputado José Carlos Araújo. Eu inverteo com o Deputado Daniel Almeida.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida pelo tempo de dez minutos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – O tempo, por favor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Relator.

Eu queria perguntar ao Sr. José Carlos Batista por que V. Sª foi o único, como V. Sª afirmou aqui, que, até agora, foi indiciado? Qual a razão? O senhor poderia justificar, falar melhor sobre isso? V. Sª está sendo discriminado? Há alguma razão que V. Sª pudesse atribuir ao fato de ter sido, até então, o único a ser indiciado no inquérito da Polícia Federal?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É que eu não vejo ninguém que estou acompanhando... Ninguém foi indiciado até agora. Eu cheguei e logo de cara...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Por que V. Sª foi indiciado? Não tem nem uma idéia de por que foi?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, porque talvez eu exerci o meu direito de permanecer em silêncio, que é um direito que me é permitido. A lei me dá esse direito e simplesmente me indiciaram.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Então, V. Sª deve concluir que a tática de permanecer em silêncio não lhe beneficia, porque todos os que falaram, tendo falado a verdade ou não, não foram indiciados. O silêncio, longe de lhe absolver, pode estar lhe incriminando.

minando. V. S<sup>a</sup> não poderia concluir isso e chegar à conclusão de que hoje aqui deveria falar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Até agora, eu não menti para ninguém.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Omitiu.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu prefiro não mentir.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Prefere omitir.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu prefiro ficar em silêncio.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. S<sup>a</sup> diz, no depoimento por escrito, o seguinte: “Quero dizer mais uma coisa aos senhores: desde dezembro de 2003, quando cessaram as operações com o Sr. Marcos Valério, a Garanhuns encerrou suas atividades, não foi feita mais nenhuma operação”. Encerraram todas as atividades ou só encerraram com o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Encerraram todas as atividades.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – E V. S<sup>a</sup>...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não fechou a firma. A empresa existe, não foi fechada contabilmente, mas não teve mais nada, não teve nenhuma operação, não teve mais nada.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Por que ela encerrou? Ela existia só para operar com o Marcos Valério? Qual a razão, então, de ela ter fechado as atividades? Como explica isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Praticamente parou. Não teve mais nenhuma operação. Não fez mais nada.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Alguém lhe pediu isso? Qual foi a razão que levou a isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, parei com isso. Parei de movimentar a empresa e continuei trabalhando - trabalhando, eu sozinho.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Parou a empresa, mas continuou trabalhando, fazendo outras operações, com outras empresas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, continuei trabalhando, dentro do meu ramo.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. S<sup>a</sup> tem até o aspecto de uma pessoa simples, mas aparece aqui com dois advogados de renome, qualificados, advogados que, naturalmente, custam muito caro. Eles não vêm aqui lhe defender, sem receber pelos serviços que prestam. V. S<sup>a</sup> fica em silêncio. Tem uma empresa que operava com volumes razoáveis e deixa de operar com esses volumes. Foi o único que foi indiciado

até agora e permanece calado. V. S<sup>a</sup> não acha que o povo brasileiro e que nós, Parlamentares, temos razões para acreditar que V. S<sup>a</sup> está escondendo alguma coisa, quer proteger alguém, está a serviço de algum outro interesse? Dá para acreditar nessa versão que V. S<sup>a</sup> está apresentando?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Olha, eu estou falando aqui tudo que... V. Ex<sup>a</sup> está falando que eu estou em silêncio, eu estou falando com o senhor, o que é possível falar, eu estou falando. Eu não minto, eu não estou mentindo, estou dizendo para o senhor tudo o que V. Ex<sup>a</sup> está perguntando.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Qual ou quais os bancos em que V. S<sup>a</sup> tem conta.

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Excelência, pessoa física ou...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pessoa física.

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Bradesco.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Só Bradesco?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Tenho no Bradesco e acho que no HSBC – tive.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PC – BA) – V. S<sup>a</sup> já abriu mão do seu sigilo bancário?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Já.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – A empresa Guaranhus pertenceu ao Sr. Lúcio Funaro e seu irmão. V. S<sup>a</sup> conheceu o Lúcio, quando? Mantém essa amizade? Como é a relação com o Sr. Lúcio Funaro?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Eu conheci o Sr. Lúcio Funaro. Conheci o Lúcio, acho que em 2000 e pouco. Não tenho exato, mas conheci. Foi inclusive dele, que está no contrato que a Guaranhus era dele. Foi dele que eu adquiri a empresa. Nós trabalhamos...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Depois de adquirir, a relação se manteve?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Relação de mercado. No mercado, todo mundo se conhece, todo mundo se fala. A empresa, nós trabalhamos junto no período, dentro de uma corretora. Éramos, vamos falar, de mesa.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor encerrou as atividades na Guaranhus, mas continuou operando no mercado, continuou tendo clientes.

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – V. S<sup>a</sup> não poderia nos falar sobre alguns desses clientes, os clientes principais. Relacione três clientes principais com quem V. S<sup>a</sup> continuou operando.

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Eu pediria a compreensão de V. Exª porque, na situação em que eu me encontro hoje, se eu disser o nome de qualquer pessoa eu vou ser... Eu não posso revelar isso.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Mas se são clientes legais, clientes que estão no mercado, clientes que operam á luz da lei por que omitir?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Sim, com certeza. Mas hoje corretoras ou qualquer coisa... Eu vou acabar prejudicando as pessoas. Então, vou me reservar no direito... É uma ética, é uma coisa...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor operava com pessoas que...

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Pessoas normais, pessoas físicas, pessoas que eu não vou revelar nome. Pessoas jurídicas...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Ainda, Sr José Carlos Batista, sobre a CPMI do Banestado, há uma informação confirmada, apresentada com elementos na CPMI do Banestado, dando conta de que V. Sª teria transferido 02 milhões, em março de 2002, para o exterior, por intermédio da Esfort Trading. Eu gostaria que V. Sª falasse melhor sobre isso. Estão lá os dados. Esses dados são mentirosos, são informações falsas?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Eu não transferi. Eu não fiz essa operação.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor conheceu Lúcio Funaro e afirmou aqui que não conheceu Ricardo Sérgio. Nunca foi apresentado, nunca teve contato com o Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Nunca. Afirmando, reafirmo que nunca tive contato com o Sr. Ricardo Sérgio?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor conhece o Sr. Ronaldo de Souza?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Também não.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor já trabalhou alguma vez para a corretora Laeta?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Não. Nunca trabalhei para a corretora Laeta.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Conhece?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Conheço.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Nunca trabalhou?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Eu já fui cliente na Laeta, mas não trabalhei para a Laeta.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Antar Venture Investments?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Nunca trabalhou, não conhece, nunca teve...?

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Repete o nome, por favor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Antar Venture Investments.

**O SR. JOÃO CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Esses pagamentos feitos ao PL, V. Sª confirma que recebeu recursos da SMP&B. Fez a intermediação desses recursos, repassando-os para o PL. Recebeu em TEDs.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Essa informação não corresponde ao que Valdemar da Costa Neto informou a esta CPMI. V. Sª teria algum receio de fazer uma acareação com o Sr. Valdemar da Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não conheço o Sr. Valdemar da Costa Neto. Não teria receio nenhum.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O senhor aceitaria fazer uma acareação com o Sr. Valdemar sem nenhum problema a esse respeito?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não o conheço.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Com o Sr. Jacinto Lamas também? Há uma informação de que Jacinto Lamas teria sugerido a Garanhuns intermediar essas operações entre a CPM&B e o PL.

V. Sª também não conhece Jacinto Lamas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não o conheço.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Não teria nenhum receio de fazer uma acareação com S. Sª?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não teria.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Creio que o depoente tem procurado dificultar os esclarecimentos. A impressão que ficou, para todos nós, é a de que sabe muito mais do que pode expressar até então.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª está com a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado José Carlos Araújo.

Sr. José Carlos, precisaria, inicialmente, entender até por que V. Sª comprou a Garanhuns. O senhor alega que estava atolado em dívidas e que não queria que a conta bancária da empresa ficasse piorada. Isso não me parece necessariamente um motivo para V. Sª comprar a empresa. Queria entender. Estou que-

rendo entender a mecânica de tudo o que está acontecendo aqui.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O que o senhor não entendeu? Repita, por favor.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Repetirei, não há problema algum.

V. S<sup>a</sup> diz, aqui na primeira página, no primeiro parágrafo, o seguinte: “Comprei a Garanhuns no escritório da escritã pública Carmen Garcia Doval, o que provo com a documentação que exibo.” E V. S<sup>a</sup> a entregou. “Porque estava atolado em dúvidas e não queria que a conta bancária da empresa fosse piorada.”

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. No caso, quem estava atolado em dúvidas era eu. De repente, poderiam tomar recursos que não me pertenciam.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> comprou a empresa por isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. Eu não tinha como operar...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O que a empresa tinha com isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não tinha como operar, não tinha crédito. Não tinha nada. Não podia fazer nada.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Estou querendo entender por que V. S<sup>a</sup> comprou a empresa.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Comprei para poder operar no mercado. Eu não tinha nome, estava com problemas, com ene problemas.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, V. S<sup>a</sup> queria repassar os seus problemas para a empresa, em bom português. Não é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi uma forma de livrar-me de meus problemas, de resolver os meus problemas.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, a empresa já nasceu para isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É, V. Ex<sup>a</sup> que está dizendo. Como a empresa já nasceu para isso? Não entendi a sua colocação.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Creio que todos entenderam, sim.

V. S<sup>a</sup> refere-se ao contrato que foi feito. Foi um contrato para compra e venda de certificados de participação em reflorestamento. É um contrato operado no mercado? Era a primeira vez que o senhor operava isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Já operei tudo no mercado, Senador. Estou nesse ramo já faz muito tempo.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – A sua empresa, então, operava em todas as áreas do mercado de capitais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Conheço toda a sistemática de mercado, como funciona. Bolsa, BM&F. Cresci dentro disso aí. Trabalho nisso ai desde que me conheço por gente.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, esse contrato...

Quero explorar um pouco isso. No fundo, quando V. S<sup>a</sup> afirma, sobre esse contrato, que recebeu uma comissão pela venda do número, que V. S<sup>a</sup> não sabe qual foi, quero chegar a uma outra posição de incoerência de V. S<sup>a</sup>, se me permite, que já foi apontada pelo Relator, muito propriamente, pelo Relator Abi-Ackel. Se V. S<sup>a</sup> recebeu uma comissão pela venda dos certificados de participação de reflorestamento e se repassou esses recursos... Porque os recursos, no fundo, que foram repassados foram esses recursos que o senhor recebeu da sua comissão, que foram repassados, então quem fez a doação foi o senhor, não foi mais ninguém do que o senhor. Porque se, na sua conta, esses recursos que foram repassados foram aqueles que vieram da comissão, então quem fez a doação foi o senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não estou entendendo a sua colocação.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – A minha colocação é muito clara! Porque estou apenas repetindo o que o senhor disse. O senhor disse que recebeu da SMP&B e que eram recursos referentes à sua comissão de venda dos certificados. Isso o senhor repassou para o PL. O senhor que disse; eu não estou criando nada!

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não!

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O senhor disse isso exatamente. Não disse?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor está-me confundindo!

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então o senhor responda como o senhor achar melhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não! Lógico que eu, para intermediar isso, eu recebi uma comissão. Claro! Mas os recursos que eu recebi da SMP&B, devido à compra desses certificados, foram repassados lá para o...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, foi aquilo que seria o equivalente à sua comissão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não!

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não é isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não é isso!

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Eu acho que é difícil chegar realmente a uma posição. Não consigo entender. Só fiz a questão, não porque eu achasse que o Relator, Deputado Abi-Ackel, a tivesse feito má. Ele a fez muito bem. Eu não tinha entendido o que o senhor tinha respondido. Mas eu queria ter certeza, outra vez, de que eu não entendi nada e cheguei a essa conclusão com isso.

Eu queria fazer uma outra pergunta ao senhor. No registro da empresa de V. S<sup>a</sup> consta que o senhor é sócio minoritário, não é? Isso parece que não casa muito com o que o senhor afirma aqui de seu único sócio.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Está o contrato aí da empresa, certo? Sou sócio. Tenho quanto? Tenho um por cento da empresa.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sei. E o resto quem tem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É uma empresa, uma empresa estrangeira.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – E quem é sócio dessa empresa estrangeira? O senhor não pode dizer quem é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou permanecer calado.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É essa empresa aqui que é essa.... Eu acho que não adianta perguntar, porque o senhor não vai responder mesmo. É uma empresa no Uruguai?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – No Uruguai.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Quer dizer, ninguém sabe exatamente. O senhor tem um por cento. E o senhor não sabe, mesmo tendo sido indiciado, tudo isso, por causa dessa empresa, o senhor não sabe quem é. O senhor sabe quem é? Mas o senhor sabe quem é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O senhor sabe quem são os acionistas dessa empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou ficar calado, excelência.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Mas nem para dizer que sabe ou não sabe?

Esses recursos que o senhor recebeu da SMP&B, isso foi em TED, foi em dinheiro, foi em quê?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como já expliquei, foi via TED e DOC. Isso, já falei.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – E cheque também?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – TED e DOC.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O Marcos Valério não diz isso, diz que foram cheques que foram depositados. O senhor contesta isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, o meu extrato está aí. Tudo o que eu recebi da SMP&B estão aí na conta.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O senhor também não vai confirmar qual foi o valor passado para o PL, não é? Eu tenho várias versões, é só para tentar esclarecer. Tenho uma versão de 4, uma versão de 10.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Todos os valores possíveis. Já falaram 10, 10.800, seis.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O senhor apostaria, assim, num, mais ou menos, qual seria o mais próximo, ou não?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já disse, né, está o extrato: 4 milhões.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu não vou utilizar meu tempo todo, porque acho que não adianta. Vou poupar meus companheiros de ficar nisso. Aliás, eu peço também para não me reinscrever, porque não adianta nada.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Nobre Deputada Zulaiê Cobra, V. Ex<sup>a</sup> é a próxima a perguntar.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Carlos Batista, o senhor sabe que tem uma frase do Lula que diz que “a desgraça da mentira é que, ao contar a primeira, você passa a vida inteira contando mentira para justificar a primeira que contou”. O Lula falou isso em uma entrevista em Paris, agora, em 17 de julho de 2005. O senhor é o primeiro que vem aqui e não mente, omite. O senhor sabe que a omissão é crime. E o senhor está com medo de ser processado. O senhor já foi indiciado. O Delúbio mentiu à beça e não foi indiciado; Silvinho Pereira mentiu à beca, e não foi indiciado. O senhor diz que não mentiu, mas foi indiciado. Porque talvez a sua omissão é pior do que a mentira; o senhor só omite. O senhor falou que jamais teve a intenção de operar dinheiro sujo. Quer dizer que o senhor operou dinheiro sujo. O senhor não tinha intenção, mas operou. Operou ou não operou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso é uma pergunta que ...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está aqui, o senhor falou: “Jamais tive a intenção de operar dinheiro sujo. Se algum erro cometi, foi de acreditar na hipótese coletiva que colocava o PT como o Par-

tido da honestidade, da ética e da transparência.” O senhor é do PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor é do PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não sou.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Senhor ajudou o PT, acreditando no PT?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu sempre votei no PT e acreditei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sempre votou no PT.

Mas, então, o senhor falou: “Jamais tive a intenção de operar dinheiro sujo”. Quer dizer que o senhor operou dinheiro sujo. O senhor falou aqui. Mas agora o senhor omite.

O senhor disse que foi vítima do Sr. Marcos Valério. O senhor foi vítima do Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu digo que fui vítima de um todo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E além do Marcos Valério, do Deputado José Dirceu e do Presidente Lula também.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não disse isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor se sente vítima de todos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu me sinto vítima do que está acontecendo comigo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas a culpa é de todos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não estou afirmando que é de fulano. Não estou afirmando isso que a senhora está dizendo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor não é vítima de ninguém?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, a senhora está colocando nomes...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Estou perguntando: O senhor é vítima do Marcos Valério? Ele usou o senhor? O senhor foi laranja dele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer que o senhor fez negócio com ele, sujo e ilegal, sem ser laranja, sem ser usado. O senhor fez porque quis?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Espera aí! Eu fui usado por partidos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Por partidos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Por partidos. O senhor movimentou pela Garanhuns, através do Banco Rural 07 milhões e 100 entre 2000 e 2004. Qual que era a origem deste dinheiro? O senhor está acostumado a fazer essas transações milionárias sem perguntar a origem dos recursos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Bom, primeiro que a senhora disse que eu movimenteí pelo Banco Rural. Eu não movimenteí nada pelo Banco Rural.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não é verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não movimenteí nada pelo Banco Rural. Não tenho conta no Banco Rural, como que eu movimenteí pelo Banco Rural, dos recursos que eu recebi, eu já esclareci que foi o Sudameris, conforme eu já apresentei os extratos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E aqueles cheques?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não reconheço esses cheques.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Até agora, não chegaram as cópias, não é, Sr. Presidente? Queríamos as cópias dos cheques, porque ele diz que não reconhece os cheques, mas o ex-Deputado Valdemar Costa Neto veio até aqui e confirmou que recebeu três cheques da Garanhuns, R\$500 mil, R\$500 mil e R\$200 mil. E quem trocou os cheques da Garanhuns foi o Sr. Delúbio Soares.

O senhor é uma nova versão da Operação Uruguai montada pelo esquema PC Farias do Fernando Collor? O senhor é mais ou menos igual a isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – De jeito nenhum.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor tem aí uma transação com uma empresa que tem como sócios uruguaios. O senhor fala espanhol?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Entendo um pouquinho, não é?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor entende um pouquinho de tudo, não é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acho que a vida ensina a gente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tem 30 anos de experiência...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho 49 anos, eu acho que já dá para...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E quantos anos que o senhor tem aí desse tipo de atividade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que atividades?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – De fazer esse tipo de operações, essa questão de operar dinheiros. Há quanto tempo o senhor faz isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu sempre trabalhei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sempre trabalhou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sempre trabalhei.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Trinta anos, mais ou menos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, já faz muito tempo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É que li em algum lugar que tinha 30 anos. Como o senhor conheceu o PL?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – PL a gente conhece aí, o partido...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, não. O senhor trabalhou com o Deputado Moisés Lipnik?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele era PL?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, o senhor conheceu o PL por intermédio dele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quanto tempo o senhor trabalhou com ele.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso foi uma coisa rápida, no ano de...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor sabia que ele tinha transações com outros países, que ele tinha negócios com outros países?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não sabia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não sabia. Trabalhou com ele quanto tempo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, foi em 2002, 2001, uma coisa rápida. (Pausa.)

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – “O rastreamento do Banco Central já apontou esses 7,1 milhões que foram movimentados pela Garanhuns, entre 2003 e 2004, por meio de uma conta do Banco Rural em Brasília, mesmo endereço onde políticos e assessores fizeram saques nas contas de agência de Valério. Os valores chegaram à Garanhuns a partir de cheques emitidos por empresas do publicitário. O Sr. José Carlos Batista admite que operou para Valério.” Isso é verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu admito que recebi esses recursos que estão aí no extrato, que chegam a um valor de R\$4 milhões.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Por onde?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pelo Banco Sudameris.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou que conheceu muito o Celso Daniel em Santo André. O senhor é de Santo André?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sou de Santo André. Eu não nasci em Santo André, mas moro em Santo André já faz quase 40 anos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o senhor sabe que a situação dele é uma situação difícil que até hoje não foi ainda explicada?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o senhor tem medo de morrer igual a ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Quem não tem?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não sei. Eu não tenho.

É, o senhor nos deixa muito preocupados, porque a sua atitude é diferente: o senhor vem, o senhor omite, o senhor não esclarece, o senhor vai à Polícia e é indiciado, embora ninguém tenha sido indiciado – o Delúbio não foi indiciado por incrível que pareça; Silvinho Pereira não foi indiciado por incrível que pareça. Ninguém foi, mas o senhor foi.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Fui

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, tem alguma coisa no seu depoimento que o senhor está escondendo. Aqui, inúmeros deputados já fizeram várias colocações para que o senhor esclarecesse. É o seu direito esclarecer; está com dois bons advogados, o senhor pode esclarecer. Que aconteceu, aconteceu, as provas estão aqui. O senhor não precisa ter medo algum de dizer o que aconteceu. O senhor mesmo falou que não podia imaginar que ia fazer esse tipo de transação e que seria enganado pelo PT e pelo PL. O senhor foi enganado. Então, agora é a hora de o senhor contar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, Excelência, estou tentando responder tudo o que vocês estão me perguntando, dentro daquilo que eu acho que não vai me prejudicar. É isso o que estou fazendo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor fala aqui: “As penas dos crimes que podem a mim ser atribuídos somadas podem chegar a até 24 anos de prisão, sem contar que estou correndo um risco desgraçado com a minha vida, sendo obrigado a me afastar da minha família. Aliás, minha vida já não é a mesma desde que caí no meio dessa crise”. Então, o senhor concorda que entrou numa crise? O senhor entrou numa situação de corrupção, o senhor entrou em uma situação em que o dinheiro não era legal; era ilegal, um dinheiro sujo. Daí, o seu medo. Mas o senhor concorda que está numa situação difícil?



**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Estou numa situação... Por isso, não vou me auto...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E que esse dinheiro ia para o PT e para o PL.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não disse isso. Eu disse que o dinheiro foi repassado para o PL através do que vocês todos já me perguntaram...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Através?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Do Sr. Valdemar Costa Neto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Do Sr. Valdemar, embora o senhor não tenha dado nada na mão dele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O dinheiro foi do senhor para o Sr. Valdemar Costa Neto sem o senhor saber como.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou, como disse, eu vou exercer meu direito de me calar.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, vai calando, calando, calando, e aí um dia o senhor acaba na cadeia, não é?

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Eu vou fazer uma pequena interrupção, a pedido do depoente, por 2 minutos.

Deputado José Rocha, Deputada Zulaiê Cobra, a Secretaria informa que os originais dos cheques e as cópias dos cheques estão na secretaria junto com todos os outros documentos, que podem ser manuseados pelos Srs. Deputados. Mesmo assim, o pedido foi feito ao Presidente Amir Lando, que ficou de examinar e responder. Oportunamente, esta Presidência vai informar aos Srs. Deputados que providência foi tomada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Pela ordem, o Deputado José Rocha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas a oportunidade é agora.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, nós, como diz a Deputada Zulaiê Cobra, precisamos desses cheques agora, quando temos a presença do depoente. Eu acho que V. Exª, como Presidente, neste instante, desta reunião poderia autorizar a diretora das comissões a, sob a sua guarda, trazer até esta Comissão a cópia desses cheques, que nós examinaríamos, juntamente com o senhor depoente, e a diretora das comissões retornaria com as cópias dos cheques de volta à sua guarda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Deputado José Rocha, se esse assunto tivesse sido trazido a esta Comissão para deliberação neste momento, eu saberia como agir. Mas ela foi antes trazida ao Presidente Amir Lando, que ficou de resolver. Então, V. Exª sabe que está sob instância superior do Presidente Amir Lando, que está por resolver. V. Exª há de convir que eu não tomarei nenhuma posição antes da chegada do Presidente Amir Lando a esta Comissão.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então apelamos ao Senador Presidente Amir Lando que providencie isso enquanto estamos ouvindo o depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Tenho certeza de que o Presidente Amir Lando, ao chegar, tomará as devidas providências, e V. Exª será atendido, juntamente com a Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas não somos só nós; é toda a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Com a volta do Sr. José Carlos Batista, eu vou chamar o próximo inscrito, Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Com a palavra o Deputado Gastão Vieira pelo tempo de dez minutos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Carlos, na sua qualificação na Polícia Federal, o senhor disse que tem nível superior incompleto. Eu gostaria de saber qual foi o curso que o senhor não completou.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu... Inclusive, eu estava fazendo uma faculdade agora.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim. Qual?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Um curso de Gestão Financeira, gestão de pequenas empresas.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Pelo que eu li, o senhor atua nesse mercado complicado há mais de 30 anos sem nenhuma formação superior.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu posso explicar?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Claro. Pelo menos para mim, o senhor está explicando.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, vou explicar, isso é fácil de explicar para V. Exª.

Eu comecei a trabalhar no mercado financeiro como *office-boy* em 1970. Eu fui *boy* dentro de corretora, aprendi a trabalhar dentro de corretora – como funciona uma corretora de valores – e permaneci nesse mercado até hoje. E, dentro de... É lógico que não

há necessidade de se ter uma formação universitária para exercer essa função. Hoje, está um pouco mais exigente, mas a minha prática, o que eu conheço de mercado, o meu *feeling* supera isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer que o senhor fez um treinamento em serviços 30 anos.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu tenho um...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A Deputada Zulaê Cobra perguntou se o senhor falava espanhol, o senhor disse que entendia. O senhor fala inglês?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Como é que essa empresa uruguaia o escolhe como seu sócio no Brasil, como procurador – diz um dos dois Funaros que o senhor os procurou para comprar a empresa deles – de dois investidores uruguaios? Como se explica? O senhor não é tipicamente um homem de mercado. Tudo aquilo que a gente conhece, da sofisticação, de homem de mercado, que é um lugar altamente especializado – não estou falando em Lupicínio Rodrigues, que precisa ter “nervos de aço” para jogar na bolsa etc. O senhor não parece ter nada disso.

O senhor trabalhava com a Banval? O senhor falou isso algumas vezes.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Falei que operei lá.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Operou com a Banval. O senhor sabe o que é operação esquentar/esfria?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou me reservar no direito de ficar em silêncio.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou lhe perguntando no mercado que o senhor está há 30 anos, que aprendeu desde *office boy* e foi crescendo e fazendo treinamento em serviço...O senhor quer me dizer que não sabe o que é uma operação esquentar/esfria?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu sei o que é uma operação esquentar/esfria.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Então, me diga. Isso não tem nada demais.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, estou tentando responder tudo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim, mas isso é tão simples; é um jargão de mercado, como tem jargão de jogo de futebol. É um jargão de mercado: operação esquentar/esfria.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Deputado Gastão, permita-me a intromissão, mas acho que ele

deu uma olhada tão forte para o advogado, talvez no sentido de fazer uma consulta. Não seria importante ouvir?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A Banval é apontada como uma das corretoras que mais pratica no mercado a operação esquentar/esfria. O senhor opera com a Banval, é um homem experiente, aprendeu na prática. Não há problema algum em se aprender no dia-a-dia. O senhor não sabe ou não quer me dizer o que é uma operação esquentar/esfria?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu vou exercer o meu direito de me calar. Não vou dizer para o senhor e vou exercer o meu direito.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Tudo bem. Vou recordá-lo – não sou nenhum especialista de mercado –, mas operação esquentar/esfria é aquela quando um fundo de pensão, por intermédio de uma corretora, compra um ativo de baixa liquidez, que tem um preço muito baixo, depois combina o preço desse ativo posteriormente. Nessa operação, o fundo de pensão compra uma ação no dia; no outro dia, faz opção de venda e assume tanto o lucro quanto o prejuízo, só que o prejuízo vai para o fundo, e o lucro provavelmente vai para essas pessoas que o senhor serviu tão bem.

O senhor nunca operou com a BM&F?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Já operei com a BM&F.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E com a Bovespa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Também.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Se eu pedir para o Relator quebrar o sigilo das operações feitas pela sua corretora, o senhor tem alguma objeção a fazer, na Bovespa e na BM&F?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como assim? Não entendi. Sigilo...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não é sigilo bancário. Vou solicitar ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que quebre o sigilo das operações que o senhor, como corretor, ou que a sua corretora fez a partir de recursos de um fundo de pensão, pode ser do Bacen – não estou especificando – na BM&F e na Bovespa. O senhor faria alguma objeção ou eu posso fazer. Posso quebrar o sigilo dessas operações?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pode, agora...Eu não estou afirmando que fiz essas operações. O senhor está falando que a minha corretora...eu não tenho corretora.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não estou falando isso. Por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpe. É o que estou querendo entender.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou lhe perguntando: como esses fundos de pensão operam por meio de corretora e como o senhor é proprietário de uma corretora... Tem 1% das quotas... não é 1%?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – 1%.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou perguntando se é possível solicitar ao nosso Relator que quebre o sigilo das operações feitas pela sua corretora com dinheiro de fundos de pensão na Bolsa de Mercadorias & Futuro e na Bovespa em São Paulo. É simples, ou não entendeu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Entendi, mas o senhor está afirmando que eu fiz operação...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não estou afirmando.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor está afirmando.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Eu não estou afirmando.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Me perdoe.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Estou dizendo simplesmente que, talvez, quebrando o sigilo dessas operações o senhor volte aqui sem essa capacidade enorme de omitir. É só isso que estou afirmando. O senhor nos traz a seguinte questão: ou o senhor é um laranja que vai virar suco, um inocente que foi utilizado, que ganha sempre por baixo, único iniciado, ganha só 1%, não conhece ninguém, não viu ninguém, é um homem pobre, que começou como *office boy*, que entrou no mercado, ou o senhor é isso, ou o senhor está muito bem instruído, o que lamento. O senhor é o homem que está mais próximo de nós cumprirmos o destino desta CPMI, que é descobrir se algum parlamentar recebeu o mensalão. Se há esse mensalão, o senhor foi um instrumento que entregou dinheiro para que ele fosse praticado. O Sr. Lamas disse que lhe apresentou ao Sr. Marcos Valério. O Sr. Lamas disse que pegava um envelope fininho e não sabia que dentro era um cheque e nem tinha curiosidade de abrir o envelope para saber o que continha nele. E ia trocar o cheque por exigência do Deputado Valdemar e recebia em espécie, e o senhor estava presente em todas essas etapas. Se o senhor quer omitir-se, tudo bem. Vou insistir com o Relator, vou apresentar um requerimento, vamos quebrar o sigilo das operações que a sua corretora fez a partir de um fundo de pensão ou com a Bolsa de Mercadorias & Futuro ou com a Bovespa, e aí espero que o senhor não vire uma laranja mecânica aqui neste plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Deputado, V. Ex<sup>a</sup> encerrou? (Pausa.)

Tenho um esclarecimento a dar a Comissão: o Senador Amir Lando me telefonou, dizendo que está providenciando os cheques para o Deputado José Rocha. Embora sejam documentos sigilosos, dos quais não poderá tirar cópia, está providenciando todos os cheques, procurando os que interessam ao Deputado José Rocha, que S. Ex<sup>a</sup> pediu e os trará a esta Comissão, para que o Deputado José Rocha possa vê-los, manuseá-los e fazer as perguntas que sejam necessárias. Não se poderão tirar cópias.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Agradeço a informação, Deputado José Carlos Araújo. Desejo que chegue antes do final desse depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Tenho certeza de que chegará, Sr. Deputado, porque, há de convir, são muitos documentos, muitos cheques. Estão tendo trabalho para manuseá-los e encontrá-los.

Por outro lado, informo ao Sr. José Carlos Batista que ele tem o direito de ficar calado em tudo aquilo que possa incriminá-lo, mas que ele não pode deliberadamente negar-se a responder perguntas óbvias e que em nada vão incriminá-lo. Os seus advogados aqui se encontram, e o senhor pode perguntar a eles. O senhor tem o **habeas corpus** que lhe permite ficar calado, não responder tudo aquilo que possa incriminá-lo. Não precisa auto-incriminar-se. O senhor tem o direito de ficar calado. Agora, deliberadamente, ao não responder perguntas óbvias que nada têm a ver com a incriminação ao senhor, vamos entender como má-vontade com esta Comissão e tomaremos as medidas cabíveis ao caso.

Portanto, peço ao senhor que responda às perguntas. Aquelas que realmente forem passíveis de incriminá-lo, o senhor tem o direito de ficar calado e não respondê-las. Agora, perguntas óbvias, tais como: as operações na bolsa que são públicas e notórias, o senhor há de convir que não pode deixar de responder. Entendo que o senhor está nervoso. Pare e pense com calma, responda a tudo aquilo que for possível. Estamos aqui com toda a boa-vontade querendo ouvir o senhor, o seu relato; nada vai admoestá-lo, não queremos de maneira alguma criar constrangimento ao senhor. Portanto, estamos aqui querendo ouvir a verdade. Toda a verdade que o senhor possa dizer e que não o incrimine coloque à mesa, para todos os Parlamentares. Agora, não podemos entender e não vamos aceitar que o senhor deliberadamente não responda às perguntas que são óbvias. O Brasil inteiro está ouvindo, está presenciando e, se isso não ocorrer, pode parecer um achincalhe a esta Comissão, o que não permitiremos.

Peço, assim, que o senhor entenda e responda às perguntas da forma que forem feitas e as que podem incriminá-lo, os seus advogados estão aí e poderão orientá-lo para que não responda. Agora, as perguntas óbvias, os advogados sabem que o senhor tem a obrigação de responder.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A orientação, inclusive, é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Portanto, dados os esclarecimentos, espero que, daqui para frente, as coisas transcorram de outra forma, e tenho certeza de que o senhor fique, agora, mais calmo, mais à vontade. Os Deputados querem, realmente, ouvir as coisas. Ninguém está querendo lhe criar constrangimentos. Tenho certeza de que o senhor vai entender perfeitamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Posso falar, Excelência?

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Pois não. Pode falar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu entendo, Excelência, que estou respondendo as perguntas que estão me fazendo dentro daquilo que consigo discernir. Eu não estou...

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Mas aquilo que o senhor não entender peça para responder, peça para que o Deputado faça a pergunta de uma forma que o senhor entenda, mas o senhor há de convir que a pergunta feita pelo Deputado Gastão Vieira foi uma pergunta óbvia. É uma operação que é feita corriqueiramente no mercado financeiro. O senhor não podia dizer que ia ficar calado. Respondeu depois que o senhor...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Antes de o senhor responder, pense e responda aquilo que for possível.

Pois não, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – É só para... Eu acho que ele é muito mais inteligente do que o que está tentando nos fazer acreditar. Portanto, sabe muito bem que determinada pergunta, dependendo da resposta, abre um canal enorme para outros tipos de respostas embaraçosas. Então, neste caso, vamos contemplar a inteligência dele, e ele saberá exatamente o momento de falar. Então, para não ficarmos aqui sofrendo porque ele não está falando. Eu acho que ele sabe exatamente o que está fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (José Carlos Araújo. PL – BA) – Senador Sibá Machado, entendo que ele possa ser inteligente, mas tem de entender que nós também

estamos aqui; se chegamos aqui, é porque somos dotados também de inteligência.

O próximo orador inscrito é o Deputado Júlio Re-decker. V. Exª tem dez minutos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, o Sr. José Carlos Batista, mineiro de Cambuquira, das águas termais, tem muita coisa a explicar. Nesse dia em que o senhor assinou o contrato particular de promessa de intermediação de aquisição de ativos financeiros e outras avenças com o Sr. Marcos Valério, quando os senhores assinaram esse contrato, estava o senhor, o Sr. Marcos Valério e Ramon Hollerbach Cardoso. É correto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só. Esse contrato me foi trazido. Na época, trouxeram para mim, eu assinei. Eu não conheço o Sr. Marcos Valério nem o sócio dele. Eu já declarei isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor teve esse contrato... Ele chegou por meio postal para o senhor ou ele chegou em mãos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ele chegou em mãos. Ele chegou através...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem trouxe esse contrato para o senhor foi o Sr. Roberto Tolentino, sócio e advogado do Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não conheço. Foi um advogado, mas eu não...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor tem a data em que o senhor recebeu esse contrato na sua empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, está aí. Foi em 2002, mas eu não tenho a data precisa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não tem a data. E, nesse mesmo dia, o senhor assinou esse documento na sua empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o contrato já veio com a assinatura do Sr. Marcos Valério e do Sr. Ramon Hollerbach?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu assinei e devolvi. Depois, eu recebi...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não havia a assinatura, quando o senhor assinou, do Sr. Marcos Valério e do Sr. Ramon Hollerbach?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não havia?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estava em branco o contrato. Só ele assinou, foi isso que o senhor disse aqui?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu recebi as minhas vias assinadas.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E aí o senhor enviou esse contrato para quem, depois que o senhor assinou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só. É como eu disse: tudo isso chegou às minhas mãos e foi devolvido para as mãos de outra pessoa.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Por quem? Mas aí o senhor pegou o contrato, assinou. O senhor mandou para quem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu assinei... Um advogado me trouxe...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E aí deixou na sua mesa e ele andou sozinho?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Então, como é que foi que esse contrato andou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu assinei o contrato.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Tá. É daí?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – E devolvi para uma pessoa.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas para quem o senhor devolveu? O senhor tem secretária no seu escritório?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor trabalha sozinho?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sozinho.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não tem secretária? Não tem funcionário nenhum?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Então, o senhor assinou e, pessoalmente, entregou para alguém que o senhor não quer dizer o nome?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor não quer dizer o nome da pessoa para a qual o senhor entregou esse contrato em branco, assinado somente pelo senhor, para prestar serviços na intermediação de certificado de participação em reflorestamentos, no valor de dez milhões.

O senhor disse aqui que, quando o Sr. Marcos Valério passou o dinheiro... Eu fiz uma conta aqui nos cheques que a SMPB passou para as suas mãos. Descontados os valores para a Engelin Engenharia Ltda... O senhor conhece a Engelin Engenharia Ltda?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor conhece a Dona Edna Maria Ricci, de Itu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não conheço.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor conhece Temon – Técnicas de Montagem e Construções Ltda?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Também não conheço.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E Ademir de Barros Filho?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Esses cheques passados para essas pessoas, endossados para essas pessoas, somam R\$1 milhão, 166 mil. Descontados dos valores que o Sr. Marcos Valério nos passou, sobraram R\$4 milhões 869 mil, 742, que ficaram com o senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, que é o que está...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Esse é o valor que o senhor afirma que o senhor recebeu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que eu recebi.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – R\$4 milhões, 869 mil, 742.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tem alguns extratos aí.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Eu estou com os extratos, mas eles não estavam na ordem correta. Então, não pude conferi-los. O senhor colocou aleatoriamente os extratos e não pude conferir.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpe. Não é essa a intenção.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Agora, eu já fiz, mas vou conferir depois. Fruto disso aqui, diz o Sr. Marcos Valério que o senhor foi apresentado ao Sr. Marcos Valério, à sua empresa, pelo Sr. Jacinto Lamas. O senhor teve contato telefônico com o Sr. Jacinto Lamas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Quem tratava diretamente com o senhor era o Sr. Valdemar da Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como eu disse para o senhor, eu vou permanecer calado.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas, nessa pergunta, o senhor não pode calar-se. Estou perguntando quem tratava com o senhor. Não foi o Sr. Jacinto que declarou aqui. Foi o Sr. Valdemar da Costa Neto que tratava? Porque o senhor disse que dava o dinheiro para ele. Então, o senhor disse que tratava e dava o dinheiro para ele; automaticamente, o senhor tinha contato com ele ou com alguém dele que nós

acreditávamos aqui que fosse o Sr. Jacinto Lamas. O senhor dava o dinheiro para o Jacinto Lamas ou para o Sr. Valdemar da Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu posso...?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor pode e deve.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só: os recursos foram repassados para o Sr. Valdemar da Costa Neto, através de outra pessoa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Que não é o Jacinto Lamas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não vou revelar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor tem certeza de que os recursos foram para o Sr. Valdemar da Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Absoluta.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – De que maneira?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Em espécie.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Em espécie, para o Sr. Valdemar da Costa Neto.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas como o senhor tem certeza de que chegou ao Sr. Valdemar da Costa Neto se o senhor disse que não entregava para ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ah, ele confirma que recebeu.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, eu quero saber do senhor. Não quero saber dele.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu confirmo que entreguei o dinheiro.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – A ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A esta pessoa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – À pessoa que intermediou o negócio para o Sr. Valdemar da Costa Neto, cujo nome o senhor não deseja dizer aqui?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pode ser.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pode ser, não. Ou é ou não é.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É. Então, o senhor não quer dizer o nome da pessoa que fazia essa intermediação?

O senhor confirma – entregou contrato – que o senhor tem uma empresa **off-shore** no Uruguai, que é a Esfort Trading, que, no dia 7 de dezembro de 2001, em uma assembléia geral, o senhor tomou posse como presidente dessa empresa no Uruguai. O senhor esteve no Uruguai?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor assinou algum documento de posse dessa empresa, onde....

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi. Repita a pergunta.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não esteve no Uruguai, mas aqui tem uma ata da Carmen Garcia Doval, escritã pública, que certifica que Esfort Trading... E vem aqui dizendo quando foi criada, protocolizada,

*(Segue leitura em espanhol.)*

Quem fez para o senhor a abertura dessa empresa no Uruguai?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, isso foi um advogado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Foi um dos dois que está ao seu lado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não... (Risos.)

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estou-lhe perguntando!

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Qual era o nome do advogado que patrocinou a abertura dessa empresa no Uruguai?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho o nome desse advogado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não tem ou não quer dizer? É diferente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho o nome desse advogado.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Então, quer dizer que o advogado que fez isso aqui o senhor não sabe quem é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Então, vou-me reservar o direito...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor se reserva, pois o senhor não quer declarar qual advogado fez essa empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor conhece os antecedentes dessa empresa, que era controlada por duas mulheres, a Srª Marta Otero Bergonzoni Dovat, Judith Vieira Garola, que são pessoas que dirigem outras empresas, entre as quais a Tamilur S/A, a Idafal S/A, Saltur S/A e Financeira Estarey, que compraram fazendas e casas de praia no Chile, na Argentina e no Uruguai, e a cidade de Mar Del Plata era um dos locais preferidos dessas pessoas que compravam esses imóveis.

O senhor tem algum imóvel no Uruguai ou ajudou a comprar algum?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, de jeito nenhum. Não tenho nem conhecimento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas, o senhor tem conhecimento de que essas pessoas são sócias dessa empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O conhecimento que eu tive disso aí foi através dos jornais.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor teve conhecimento pelos jornais, quer dizer, o senhor comprou uma empresa como se compra lote no escuro. O senhor não sabia quem seriam seus sócios, mas, o senhor tem pleno poder sobre essa empresa, porque empresas desse tipo são títulos ao portador, são ações. E aqui, pelo documento que o senhor nos passou, o senhor tem plena responsabilidade pela empresa, porque o senhor é o presidente da empresa. O senhor sabe disso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, o documento está aí, o documento está nas mãos do senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o senhor é o dono dessa empresa e o seu presidente?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, estão me dando procuração para isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o senhor é o responsável por todos os atos pretéritos e presentes dessa empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – De jeito nenhum. Vou ser responsável, me comparar...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas, o senhor comprou a empresa, o senhor comprou o passivo dela.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não concordo com isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – A Interpol já está investigando a empresa neste momento, e o senhor sabe disso. O senhor diz aqui, na sua carta, que: “Se algum erro cometi foi o de acreditar na hipnose coletiva que colocava o PT como o partido da honestidade, da ética e da transparência”. Por que o senhor faz essa afirmação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Devido a tudo isso que está acontecendo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O que está acontecendo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Está acontecendo essa crise toda no País.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor confirma que colaborou na intermediação de recursos para financiamento da campanha de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Para quais partidos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Está escrito aí: o PL.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O PL e quem mais? Não é o só o PL que o senhor falou.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O PL e o PT, acho que é uma coligação.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E o senhor se sente traído, nesse momento, por esses dois partidos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, sinto-me uma vítima.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Delúbio Soares. Qual o relacionamento que o senhor tem com ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nenhum.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – José Dirceu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nenhum.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Silvío Pereira?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nenhum.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Valdemar Costa Neto foi quem recebeu o repasse do dinheiro.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estou perguntando se o senhor teve relacionamento com ele.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não tenho relacionamento com nenhum.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quer dizer que com o Sr. Valdemar Costa Neto o senhor teve relacionamento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Pessoal?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não estou dizendo que tive relacionamento pessoal. Não tive.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Com o Sr. Jacinto Lamas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nenhum relacionamento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Por que o senhor diz que tem medo? O senhor sofreu alguma ameaça para ter medo de chegar ao mesmo desfecho do caso do Prefeito Celso Daniel, que o senhor afirma que foi torturado cruelmente e, em seguida, assassinado? O senhor teme ser um arquivo vivo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É lógico que fico preocupado diante das cifras que movimenteí. Eu temo.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor concorda que o senhor sabe de muitas coisas que incriminam terceiros, e que, para se preservar, o senhor não quer fazer declarações a essa CPI?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou me preservar, vou ficar em silêncio.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Não, estou fazendo uma pergunta simples. Se o senhor está dizendo que vai se preservar, o senhor se considera um arquivo vivo. O senhor declara aqui para nós que o senhor tem medo de ser morto. Por suas palavras percebemos que o senhor se considera um arquivo vivo e teme pela sua vida e da sua família.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu temo pela minha segurança, é claro.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Pelo conhecimento dos fatos que o senhor tem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu conheço os fatos. Estão aí.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas, o senhor não declara nomes, não declara datas, não declara pessoas que fizeram a intermediação. O senhor tem consciência de que não está dizendo nada a respeito dos nomes?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – **Veja só, desculpe...**

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, acho que se eu começar a citar nomes e tudo mais, vou ser enquadrado em outra coisa. Então, vou me reservar o direito constitucional de ficar calado.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor vai ser enquadrado, não tenha dúvida. O senhor tem como clientes, além desses aqui, outros clientes que atuam em outras áreas na sua área de atuação, no seu ofício?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi. Como assim?

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Marcos Valério se tornou um cliente para o senhor, segundo o contrato aqui, ele deu o dinheiro para comprar certificados de participação em reflorestamentos. Mas ele não era o seu único cliente. O senhor tem outros clientes?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor comprou certificados para o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – De quais empresas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Certificado de reflorestamento. Eu tenho uma relação que eu nem...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor poderia trazer a relação ao conhecimento da CPI?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acho que eu já apresentei alguma coisa...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Já? Eu não vi. Não recebi.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Se não me engano, já apresentei.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Tem? Outra coisa: o senhor diz aqui, que ficou confuso para todo mundo que o Marcos Valério, os R\$4 milhões que o senhor repassou – já vou terminar, Sr. Presidente – ao Deputado...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Valdemar.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor está bem. Está com a cabeça boa. Passou para o Deputado Valdemar Costa Neto, o senhor repassou esses valores para o Valdemar em troca dos títulos que o senhor emitiu a favor do Sr. Marcos Valério em certificados de reflorestamento. O senhor confere isso? Confirma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Está escrito...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Agora, como é que se explica, na cabeça de alguém que não conhece o mercado, que o senhor recebe um dinheiro para comprar títulos e esses títulos o senhor pagou para alguém, não pagou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Se o senhor pagou para alguém esses títulos com o dinheiro que o Marcos Valério lhe mandou, como é que o senhor tinha caixa para pagar ao senhor Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, é lógico que eu não paguei o valor todo. Foi o valor menor, o senhor concorda?

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Quer dizer que o senhor comprou por um valor tão pequeno, tão desprezível que o senhor pôde receber R\$4 milhões, repassar os títulos para o Sr. Marcos Valério e dar o dinheiro para o senhor Valdemar Costa Neto. Lastreados em que estão esses títulos que tem valores de faces inexistentes, mas que o senhor consegue transferir para um cliente no valor de R\$4 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Bom, os títulos podem ser apresentados. Tem a relação dos títulos. Agora, os lastros deles eu não vou explicar.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Como é que o senhor me explica... Se o senhor vai me vender um produto, eu quero saber o valor do produto. Eu não vou comprar R\$4 milhões em títulos que não têm valor



de mercado. E, pelo que o senhor está dizendo aqui, esses títulos não tinham valor de mercado.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Existem vários títulos no mercado que tem o valor de faces “x”...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Qual era o valor de face desses títulos...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ah...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – ...que o senhor vendeu para o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Agora, desculpa, mas eu não tenho condições de responder isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E ele tinha um valor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Com certeza tinha valor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E ele tinha um valor desprezível ou um valor considerável?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acredito que um valor considerável.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, se o senhor tinha um título de valor considerável que o senhor deu em troca de R\$4 milhões, como é que o senhor passou esses R\$4 milhões para o Sr. Valdemar Costa Neto, se esses títulos consumiram parte do capital do Sr. Marcos Valério, pago ao senhor por estes títulos? Então, tem que ter outra fonte e é isso que eu estou querendo esclarecer. O senhor foi bonzinho, repassou o seu próprio dinheiro ou o senhor tinha outras fontes para repassar recursos para o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não tinha outras fontes e eu acho que o senhor está me confundindo, está...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, não. Eu não estou te confundindo. O senhor é um operador de mercado...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não vou, eu não vou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor vem aqui afirmar que deu títulos em troca de valores para o Sr. Marcos Valério, que tinha um valor considerável e ao mesmo tempo repassou esses valores ao Sr. Valdemar Costa Neto. Vamos entender, então. Quem pagou os valores dos títulos que o senhor repassou para o senhor Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu recebi recursos...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Do Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. E, com esses recursos, eu paguei os títulos e os títulos ficaram com o Sr. Marcos Valério e ele...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então está bom. Então, vamos concluir assim, Sr. Presidente. Eu compro um carro do senhor. Eu lhe pago. O senhor me dá o carro e o senhor pega o dinheiro do carro e dá para um terceiro. Quer dizer, qual é a justificativa? Como é que o senhor pagou esses títulos se o valor integral recebido pelo Sr. Marcos Valério o senhor diz que repassou para o Sr. Valdemar Costa Neto? Porque tinha que ter um valor considerável. Eu quero saber, aqui, de onde saiu o dinheiro para pagar esses títulos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está claro, né?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu vou ficar em silêncio. Eu não vou responder isso para o senhor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não vou me confundir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra... Eu queria, mais uma vez, fazer um apelo – já ouvi o apelo feito aqui pelo Deputado José Carlos Araújo – e dizer que o senhor não pode, evidentemente, receber quatro e pagar quatro e gastar mais por causa dos quatro. Eu não sei como o senhor conseguiu multiplicar esse recurso. O senhor não pode esclarecer esse fato? Se o senhor não recebeu quatro, recebeu três, mais três, mais um, mais quinhentos... O senhor não pode esclarecer isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, o que eu entendo é que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor recebeu R\$4 milhões, não foi isso? Repassou para o Sr. Valdemar Costa Neto, mas, além disso, fez uma operação que envolveu mais recursos. De onde é que o senhor obteve esses recursos? Foi de novo do Sr. Marcos Valério? Então foi mais de quatro que ele lhe passou. Ou não foi?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, sim, foi um pouco mais. Veja só: os valores eram pequenos, os valores dos títulos são pequenos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou tentando complementar. Foi quanto isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, não dá para ter uma idéia, mas foram pequenos os valores, está aqui, compramos esses títulos e foi repassado para o Sr. Marcos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quer dizer, além dos R\$4 milhões, o senhor recebeu mais recursos, e esse valor o senhor não tem aqui de cabeça?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas o senhor não pode avaliar em ordem de grandeza? Mais R\$1 milhão, mais R\$500 mil, mais R\$100 mil?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pode ser R\$500 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pode ser.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, uma questão pela ordem aqui. Se o depoente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É para concluir mesmo?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Se o depoente alega que houve um valor – ele agora acabou reconhecendo que havia um valor desses títulos e que a história que ele contou não é correta quanto ao repasse dos recursos de Marcos Valério para Valdemar Costa Neto. Acredito que ele deve ter um registro na sua corretora do valor de compra e venda desses títulos; isso aí é regulado pelo mercado, ele vai ter que demonstrar esses valores. Solicito ao senhor que faça esses documentos chegarem até aqui para termos a real quantia despendida nesses títulos, porque ficou claro, Presidente, que há outros valores envolvidos e não apenas aqueles citados pelo depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor pode nos informar esses dados? Parece-me que são importantes para a elucidação dos fatos. Eu lhe daria um prazo maior para mandar. Quer dizer, não é um prazo de araque, é um prazo realmente razoável para que V. S<sup>a</sup> esclareça esta Comissão. Se for dado sigiloso, nós vamos mantê-lo assim. Já que V. S<sup>a</sup> ofereceu aqui quebra voluntária do sigilo bancário...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor daria um prazo para...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– ... para que o senhor pudesse nos mandar essas informações, já que o senhor disse: “Aqui, olha, comprei tantos títulos, no valor de tanto...”. E esse é um valor a maior do que aqueles R\$4 milhões que recebeu para repassar apenas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Se o senhor me desse esse prazo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quantos dias o senhor precisa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, o senhor não poderia me dar aí uns quinze dias, um mês?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos dar quinze dias, vamos dar quinze dias. Então fica aqui anotado: a partir desta data, quinze dias.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Presidente, acho que é importante uma coisa: o senhor daria uma autorização expressa para esta CPI ir ao Uruguai e fazer o levantamento de movimentações financeiras da Esfort Trading, se houve contas neste nome no Uruguai?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, por mim, eu não tenho nada a opor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor faria isso? Então, a CPI redigirá o documento, e nós o encaminharemos ao senhor para dar uma autorização para que nós averiguemos junto às autoridades uruguaias, para que possamos ver a movimentação de sua empresa e também a sucessão de proprietários da empresa no passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor se dispõe a dar essa autorização? Pode consultar seus advogados. (Pausa.)

Vai colaborar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente. Então nós vamos depois, junto com os advogados, redigir o termo de autorização. Perfeito? Além disso, fica estabelecido o prazo de quinze dias para o senhor oferecer esses esclarecimentos complementares na forma do que aqui foi falado.

Na seqüência, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo, que, estando na Mesa, não falou, foi automaticamente salteado o seu nome.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. José Carlos Batista, eu vou ao assunto. V. S<sup>a</sup> falou que não recebeu cheque, todo dinheiro de movimentação que entrou na Garanhuns foi através de TED e DOC. Não é isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Tanto o Deputado Valdemar Costa Neto como o Marcos Valério e como o Delúbio disseram aqui que o Deputado Valdemar foi o mais enfático quando disse que, ao mandar o Jacinto Lamas a Belo Horizonte, ele recebeu um envelope lacrado, que ele mandou que fosse para São Paulo e que, em São Paulo, ele procurou o Delúbio e disse: “Delúbio, mandaram um cheque, um cheque da SMP&B nominal a Garanhuns, e eu não quero cheque”, mais ou menos isso. O Delúbio mandou que ele aguardasse e, um dia depois ou no mesmo dia, algumas pessoas que ele acha que foram seguranças o procuraram para resgatar esse cheque. Essas pessoas foram mandadas pelo senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor nunca recebeu cheque?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço o Sr. Delúbio, não conheço essas pessoas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor nunca recebeu cheque?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não recebi cheque.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Tenho aqui em mãos o cheque nº 725585, Que é do Banco Rural, emitido pela SMP&B Comunicações Ltda., nominal à Garanhus Empreendimentos Ltda. Este posso passar às suas mãos e V. Sª vai ver que o senhor recebeu o cheque.

Se esse cheque chegou às suas mãos, isso é uma coisa muito grave: o senhor está mentindo, deliberadamente, nesta Comissão. E, aí, as coisas terão que mudar aqui e agora.

Por favor, alguém da Comissão para levar o cheque ao depoente.

Este cheque foi publicado na revista **ISTOÉ**, e eu tenho mais cheques para mostrar que a Garanhus recebeu cheques e que aquilo que o Sr. Valdemar Costa Neto disse aqui é verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Este cheque que o senhor está me apresentando aqui... Acredito que a empresa deve ter emitido um cheque para mandar um TED para a conta da Garanhus. Agora eu receber os cheques... Como isso aqui prova que eu recebi esses cheques?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Tudo bem, o senhor vai ver os cheques que estão aqui – vamos pegar os cheques – e que os cheques foram compensados na conta da Garanhus. Aí, o senhor vai ver que, realmente...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Os cheques foram compensados na conta da Garanhus?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Na conta da Garanhus.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Então tem que ver os extratos. Quero ver.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Outra coisa que fica clara é que o Marcos Valério disse que pagou ao Valdemar R\$10 milhões.

Valdemar Costa Neto disse que só recebeu R\$6,5 milhões. Se esse cheque era de R\$10 milhões, e as pessoas foram buscar na mão dele – de R\$10,8 milhões para R\$6,5 milhões –, esse dinheiro desapareceu nesse interregno, nesse intervalo de tempo. O senhor nunca esteve com esse cheque de R\$10,8 milhões na mão nem fez nenhuma transação e nem ouviu falar disso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. R\$10,8 milhões! Estou sendo honesto.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Esses cheques outros, menores: será que esses cheques não foram usados para comprar outras moedas, passado para outras pessoas, comprando outro tipo de moeda que não fosse a brasileira?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que seja do meu conhecimento, não. Não tenho idéia disso.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor também não transacionava com dólar? Nunca comprou dólar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Nunca comprou dólar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor conhece o Deputado Valdemar Costa Neto? Esteve com ele? Falou com ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Nunca teve nenhum negócio com ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Nunca falei com ele.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – A pessoa que foi buscar o dinheiro na sua mão era pessoa de Valdemar Costa Neto ou era pessoa do senhor que mandou entregar a Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi, repita por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Quanto ao dinheiro que o senhor disse que mandou a Valdemar, que tem certeza que foi para Valdemar Costa Neto: foi Valdemar que mandou um portador? Veja que não estou perguntando nome de portador. Logicamente entendo que V. Sª não queira falar nomes, com medo de que isso possa caracterizar formação de quadrilha – duas, três pessoas com o senhor, vai, lógico, caracterizar formação de quadrilha. O senhor está se precavendo, até entendo, para não ficar caracterizada a formação de quadrilha. Mas o que estou lhe perguntando – não estou perguntando nomes – é se a pessoa que pegou os R\$4 milhões para entregar a Valdemar Costa Neto era pessoa de sua confiança.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor está perguntando a pessoa que recebeu para entregar...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É, a pessoa que foi entregar para Valdemar. Porque o senhor disse que ele recebeu e, se ele recebeu... O senhor está dizendo que ele recebeu porque ele disse aqui que recebeu ou porque o senhor tinha, antes de ele dizer aqui que recebeu, certeza de que tinha recebido?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tinha certeza.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Por quê? Porque a pessoa era de sua confiança ou da confiança de Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dos dois.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Então os senhores eram íntimos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Veja só, não vou revelar, como estou falando, não vou citar nome de pessoas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Então o senhor não conhecia Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conhecia Valdemar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Então, a pessoa não pode ser da confiança dos dois. Se o senhor não conhecia Valdemar, não conhece Valdemar, então, a pessoa...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor está me perguntando se a pessoa que recebeu... Eu conhecia a pessoa, eu conheço. Eu conhecia a pessoa que recebeu.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Era da sua confiança?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Então, não era da confiança do Valdemar, porque o Valdemar recebeu esse dinheiro no seu apartamento.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi. Recebeu o dinheiro...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O Valdemar recebeu, inclusive...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Recebeu o dinheiro, dinheiro vivo. Dinheiro vivo que foi levado ao seu apartamento por uma pessoa que o senhor mandou.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – No meu apartamento?

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – No apartamento dele. No apartamento dele, Valdemar. Ele tinha um cheque. Esse cheque não foi resgatado. Ele não resgatou. O Delúbio disse que alguém iria buscar esse cheque. Esse cheque foi pego na mão dele e foi transformado em dinheiro. E agora nós chegamos à conclusão de que esse cheque foi transformado em dinheiro por V.S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Claro que foi.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. De jeito nenhum. O senhor está me falando de cheques. Eu

estou falando de outra coisa. Eu estou falando que o Sr. Valdemar recebeu os recursos...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor iria dar R\$4 milhões, o senhor iria passar R\$4 milhões em troca de nada, sem ter um recibo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, o que aconteceu foi o seguinte: esse dinheiro não foi pago de uma só vez. Esse dinheiro foi pago...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – De quinhentos, quinhentos, tal.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi pago durante o ano...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Quinhentos, oitocentos, como o Valdemar disse aqui...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Durante o ano, durante o ano de 2003.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Isso. Foi quando perfizeram o total...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi pago parceladamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Perfizeram o total de R\$6,5 milhões. O senhor acha que foram R\$4 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso, parceladamente. Foi pago dessa forma. Não dessa forma que o senhor está dizendo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas o Valdemar disse isso também.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi pago picado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor está dizendo exatamente o que o Valdemar disse aqui. O Valdemar não recebeu de uma vez. O Valdemar recebeu 500, 500 de outra vez e 800, no total de 1.200 ou dois e alguma coisa. Foi aos pedaços realmente. Agora, quem levou esses cheques que estavam no envelope, que Lamas recebeu em Belo Horizonte, transportou para São Paulo, entregou a Valdemar – o Valdemar ligou para o Delúbio –, que devolveu os cheques, e esses cheques foram transformados em dinheiro.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, eu não estou envolvido com esses cheques. O senhor me perdoe. Eu não estou envolvido com esses cheques, eu não estou envolvido. Eu não peguei esses cheques, não entreguei para ninguém. Eu não fiz isso.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – E esse dinheiro, e esse dinheiro...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Qualquer um pode fazer cheque nominal a qualquer empresa.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – E esse dinheiro que o senhor mandou a Valdemar? O senhor mandou a Valdemar sem nenhuma garantia

de que ia para o Valdemar? E como chegou às suas contas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O Sr. Valdemar confirma o recebimento. E ele recebeu o dinheiro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não estou discutindo isso. Que ele confirma, confirma. Quero saber como é que esse dinheiro chegou à sua conta e saiu para as mãos de Valdemar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Chegou à minha conta e foi pago para o Sr. Valdemar. Isso aí, uma pessoa entregou para o Sr. Valdemar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas chegou à sua conta como?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Via o Sr. Marcos Valério, que fazia os depósitos na conta.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Ah, o Marcos Valério fazia os depósitos!

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Era isso que eu estava querendo dizer. Desculpa. Me perdoe.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Ah, agora eu entendi. Então, o Valdemar falou a verdade: o dinheiro que ele recebeu foi todo a mando do Delúbio e do Marcos Valério. Era isso que nós queríamos saber. A origem do dinheiro está clara: Marcos Valério. Isso está claro. Então, o Marcos Valério lhe telefonava ou alguém dizia: “Olha, vai tanto. Você pode passar para o Valdemar”. É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acho que sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – **Agora o senhor está falando claramente. Recebia uma ordem...**

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, o senhor me perdoe. É que eu não consegui entender. É que o senhor me mostrou uns cheques. Eu vi esses cheques aqui na revista.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Eu mostrei o cheque para mostrar que o senhor tinha recebido cheques.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor está me mostrando cheques como se eu tivesse pego esses cheques aqui e fosse lá e entregasse a uma pessoa.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Não, não estou dizendo isso. O que eu queria saber, o senhor colocou. O que o Valdemar disse aqui e que as pessoas não estavam entendendo – até propuseram uma acareação com V.S<sup>a</sup> – é que as coisas não estavam batendo. Hoje estão batendo. Agora, depois que o senhor respondeu, bateu claramente. O dinheiro foi mandado por Marcos Valério. O Delúbio mandava para o Marcos

Valério pagar. O Marcos Valério pagava e mandava o dinheiro para o Valdemar, que recebia esse dinheiro no seu apartamento, transportado por uma pessoa da sua confiança. Agora comecei a entender. Eu comecei a entender, Sr. Presidente. As coisas ficaram claras. E ficou claro que o Valdemar Costa Neto nunca teve negócios com o senhor. Nunca teve negócios com o senhor, não é verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É verdade.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – O senhor não conhece o Marcos Valério, tampouco o Jacinto Lamas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço o senhor...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Os negócios de Valdemar Costa Neto eram com Delúbio e Marcos Valério. Essa era a origem do dinheiro, e o dinheiro foi transportado exatamente para que ele recebesse.

O senhor sabe para que era esse dinheiro? Esse dinheiro, esse recurso que foi dado a Valdemar, pago ao Valdemar, sabe qual era a utilização que Valdemar ia fazer desse dinheiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que eu saiba, era para a campanha política, para pagar campanha política.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – De que campanha, por favor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Campanha deles, do PL.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas do PL como? O PL estava numa campanha para Presidente da República, tinha um Vice-Presidente na chapa, e o Valdemar disse aqui claramente que esse dinheiro foi gasto para material de campanha do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não posso dizer para o senhor a utilização que eles fizeram do dinheiro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Mas o senhor sabe que era para a campanha?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, tem sentido.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na realidade, a esta altura, há muito pouca coisa a perguntar.

Sr. José Carlos Batista, V. S<sup>a</sup> já foi bastante solicitado a responder, se recusou a responder uma série de perguntas importantes, mas respondeu algumas.

Na verdade, confirmou que a empresa pertence unicamente a V. S<sup>a</sup>, não tem nenhuma sociedade com terceiros, não é verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas não entendi bem como foi essa questão desse contrato particular de promessa de intermediação de aquisição de ativo financeiro e de outras avenças.

Quanto a esse contrato que V. S<sup>a</sup> fez entre a compradora SMP&B Comunicação Ltda, que é a empresa do Sr. Marcos Valério, e a Garanhuns Empreendimentos Intermediações e Participações, que é a empresa de V. S<sup>a</sup>: foi exatamente para comprar certificado de participação em reflorestamento nominativo endossável, devidamente endossado.

O crédito a ser adquirido até o montante de dez milhões, cujo valor de face, devidamente avaliado pelo corretor independente e de reconhecida idoneidade, seria superior a 35% do valor efetivamente pago na data da efetiva transferência de direito.

Gostaria que V. S<sup>a</sup> me explicasse, primeiro, que contrato é esse, como isso funciona.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já expliquei aqui, inclusive, o Relator já me concedeu um prazo para eu trazer todos os certificados, como foi feito tudo isso. Me foram concedidos quinze dias e gostaria que....

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, esse investimento de dez milhões ... Dez milhões é o valor de face ou o valor de face seria 35% de dez milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Existe um valor de face, e isso, é lógico, é negociado por um valor bem menor, há um deságio.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas dez milhões era o valor aplicado? O valor de face seria bem mais do que dez milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Esses recursos que V. S<sup>a</sup> negociou com a SMP&B para comprar esses certificados de participação de reflorestamento são os mesmos recursos que V. S<sup>a</sup> repassou para o Deputado Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, estão todos ligados um ao outro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Essa era a maneira pela qual V. S<sup>a</sup> recebia o dinheiro? Quer dizer, V. S<sup>a</sup> recebia o dinheiro como se efetivamente estivesse comprando esses certificados de participação em reflorestamento, ele lhe pagava e, na prática, o senhor pegava esse dinheiro e passava para o Valdemar. O esquema, na realidade, era esse.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Vou apresentar direitinho aqui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quanto V. S<sup>a</sup> transferiu para o Sr. Valdemar? Quatro milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Quatro milhões.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Só foi isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Só isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. S<sup>a</sup> transferiu recursos para algum outro? Pergunto porque, na realidade, o Sr. Marcos Valério transferiu cerca de 55 milhões de reais – é o que se sabe até agora. V. S<sup>a</sup> transferiu apenas esses R\$4 milhões?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ou V. Ex<sup>a</sup> trabalhou com outros partidos, com outros Parlamentares?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu transferi exatamente esses valores que estão no extrato bancário, que foram para o Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nada mais do que isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi a única experiência que V. S<sup>a</sup> teve em relação a esse tipo de atividade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E nessa negociação do certificado de participação em reflorestamento, V. S<sup>a</sup> teria que pagar algum tipo de imposto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como eu já disse, eu vou explicar isso detalhado, eu gostaria de ter esse prazo que já me foi concedido, se o senhor me permitir me dar esse prazo, o Relator já me permitiu, vou explicar isso detalhado e entregar tudo aqui na documentação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas você pagou ou não imposto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Paguei imposto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pagou imposto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Paguei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sobre o lucro? E é isso que V. S<sup>a</sup> vai explicar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, creio que já não temos mais nada a saber do que ele tem para informar. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Chamo, agora, o próximo orador inscrito presente, que é o Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Apenas vou perguntar a V. S<sup>a</sup> se a sua pessoa ou alguém da sua família ou algum amigo muito próximo está sendo ameaçado de alguma coisa para o senhor estar sendo tão omissivo assim? Existe alguma chantagem? Alguma ameaça de acontecer alguma coisa tipo a que aconteceu com o Prefeito em relação ao que o senhor vai falar aqui, poderia falar aqui ou na Justiça?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É lógico que eu estou vivendo um momento na minha vida muito difícil. Tenho filhos, tem muita gente, por exemplo, tipo no bairro onde eu moro que pensa que eu sou um milionário, filhos na escola, esse tipo de coisa assim. É lógico que isso me deixa apreensivo, de repente, pode acontecer qualquer coisa, e a gente vê o que está acontecendo. Eu fico muito preocupado com esse assunto.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Não, eu estou lhe perguntando se o senhor já está sofrendo alguma ameaça, alguma coisa que o está impedindo de falar aqui porque o senhor está sempre...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olhe, Excelência, eu estou falando aquilo que eu entendo que eu possa falar, sem me auto-incriminar.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Estou lhe perguntando se o senhor está sofrendo alguma ameaça, alguma chantagem, alguma coisa em relação a sua pessoa ou a sua família.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não estou sofrendo nenhuma chantagem nem ameaça.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – É só isso que tenho para perguntar, não tem mais nada a acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sigo a lista, e o próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Couto, ficando prejudicados os demais Parlamentares ausentes.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante ressaltar que esse documento, que foi a peça inicial, está rasurado, e documento rasurado não vale. Depois, tem que ser datado e assinado, não apenas a rubrica. Porque ele faz uma série de acusações e esse documento vai ter que provar também essas acusações aqui feitas, porque ele assume como suas, não é qualquer coisa, não é ouvir dizer, ele está assumindo.

Então, eu gostaria, primeiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode falar. Eu queria lhe dar uma resposta inicialmente sobre essa questão.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Pois não, V. Ex<sup>a</sup> pode dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tudo o que ele falou está gravado aqui.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas esse documento não vale como documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não vale como documento...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Porque foi entregue para nós como documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – ...ele fez uma leitura. Não. Foi para facilitar os Srs. Parlamentares...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo, então, que não se considere como documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não é como documento, o que ele falou está devidamente gravado e poderemos recuperar isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Também documento estrangeiro tem que ser traduzido também para ter valor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Faremos a tradução na forma da lei.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O próprio devia ter traduzido, porque o documento que foi à Embaixada diz que não foi feita a apreciação do mérito do mesmo.

O senhor conhece a Sr<sup>a</sup> Carmen Garcia Doval?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Como é que o senhor não conhece, se ela diz que o senhor participou de uma assembléia da **Air Fort Trading** e nessa assembléia o senhor tomou posse – está assinado no livro da ata.

Como é que é isso aqui? Como é que o senhor explica isso aqui? O senhor diz que não foi para o Uruguai, mas aqui está dizendo que o senhor participou de uma assembléia e que, ao mesmo tempo, o senhor tomou posse e assinou lá o livro de ata. O que o senhor me diz disso aqui?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já expliquei que toda a documentação...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Botem ele falando no microfone.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpe-me. Excelência, eu já expliquei que essa documentação, foi tudo isso através de um advogado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Que advogado foi esse?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho o nome desse advogado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas o senhor, Sr. José Carlos, está, ou seja, essa pessoa aqui pode estar usando o seu nome e fazendo negócios que o senhor não está... Agora, o senhor é quem vai responder por tudo, porque o senhor é o presidente. Está

aqui, o senhor é o presidente. Então, ou o senhor vai em busca disso aqui ou daqui a pouco vai dizer que o senhor está... Este documento é verdadeiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Como é que o senhor recebeu esse documento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tenho...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas quem que mandou para o senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, eu recebi todo, eu tenho o original dele todo direitinho.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas quem que mandou para o senhor este documento?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como eu falei para o senhor, Excelência...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Foi esse advogado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi esse advogado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o senhor não sabe o nome do advogado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas, Sr. José Carlos, o senhor está precisando cuidar um pouco da memória, porque, de fato, está com preocupação.

O senhor confirma as declarações que o senhor deu no Inquérito Administrativo 1204 na Comissão de Valores Mobiliários. O senhor confirma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Todo o teor dele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Lá diz o seguinte: o senhor diz que no final de 2001 conheceu o Sr. Moisés Lipnik, Deputado Federal, do PL, pelo Estado de São Paulo, de quem passou a ser assessor financeiro, realizando operações no mercado tanto com recursos próprios como com recursos do Sr. Moisés, embora todas as operações sejam registradas em seu nome. É isso mesmo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É isso mesmo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Aí o senhor diz o seguinte: acrescentou que, em 2002, era agente autônomo, com registro no RGA, mas não estava cadastrado por nenhuma corretora.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas disse ainda que atualmente continua – e isso foi em 7 de outubro de 2004...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – ...atualmente continua desempenhando a atividade de assessor financeiro do Sr. Moisés.

O senhor disse, numa fala, que apenas tinha tido, em 2002, por pouco tempo. Como é que o senhor explica agora que até em 2004 o senhor ainda era assessor financeiro do Sr. Moisés?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, em 2004, eu acho que não está.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Está aqui, está escrito aqui.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Então...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor assinou, está assinado aqui neste documento. Então, precisa explicar muito bem, Sr. José Carlos.

Diz o senhor que depois o senhor começou a operar em mercados de opções flexíveis de dólar, com intermediação das corretoras São Paulo Corretora de Valores Ltda e Laeta S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Eram essas duas operadoras que o senhor...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, operei nessas corretoras.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – ...que o senhora operava, não é?

Diz o seguinte: que da operadora, da Corretora São Paulo o senhor conhece dois nomes, os Srs. Cassius e Roberto. É verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, é que para operar você não precisa conhecer, você liga e...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas o senhor disse que conhece aqui.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não disse, eu disse que eu falava com essas pessoas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas a pergunta foi se o senhor conhecia os nomes do Sr. Cassius e na Laeta era atendido sempre pelo Sr. Habacuque.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Isso mesmo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nessa operação, o senhor disse que, através da São Paulo Corretora, foi lançado em contratos que totalizavam US\$259 milhões. É isso mesmo? O senhor recebeu um prêmio de US\$4.409.530,00. É isso mesmo?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou fazer uma pequena interrupção para dizer que temos uma votação no Senado. Vou convidar o Deputado Daniel para presidir os trabalhos a fim de que eu possa me retirar.

Vou lhe conceder um minuto a mais.



**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor lançava em dólar e recebia o prêmio em real. Era isso mesmo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mais adiante o senhor disse, quando perguntado sobre a questão da operação, na página 2, o seguinte: “Respondeu que o Sr. Moisés Lipnik possuía um programa de computador que calculava todos os parâmetros das operações e transmitia a ordem para o declarante, com a orientação de que procurasse a Corretora São Paulo ou a Laeta DTVM. Acrescentou que se lembra de ter identificado nas notas de corretagem que a contraparte era a São Paulo Corretora. Perguntado sobre quem fez a estruturação de cada uma das citadas operações, o declarante respondeu que recebia do Sr. Moisés a operação totalmente estruturada, com todos os seus parâmetros definidos”.

Pelo que nós verificamos aqui, Sr. José Carlos, durante muito tempo as pessoas chegavam, mandavam, o senhor fazia as coisas e nem queria saber quem eram. O senhor e o Deputado Moisés, que hoje não está mais vivo e não pode testemunhar... Aliás, tem sido muito freqüente essa história de testemunhas que já morreram e não podem falar. O senhor usava dinheiro dele e do senhor para as operações e tudo ficava registrado em seu nome. Por que isso? O Sr. Moisés tinha medo que o nome dele aparecesse?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acredito que sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Ou o senhor tem vocação para ser intermediário ou laranja de muita gente? O senhor não conhece a Carmem Garcia Doval e aceita ser o presidente da instituição que ela...

Mas eu queria ainda perguntar o seguinte. O senhor conhece Renato Luciano Galli?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Conheço.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Foi ele que vendeu o apartamento para o senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Ele não me vendeu o apartamento. Eu declaro que o meu apartamento está no nome do Sr. Renato Luciano Galli.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Por que o Renato tem como procuradora a sua esposa, Maria Teresa da Silva Batista?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Esse apartamento me pertence. Eu não podia colocar o apartamento no meu nome, eu estava com um monte de problemas.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quer dizer, é como o senhor diz: “Fica no seu nome, mas o senhor não pode fazer nada porque a procuradora é minha

mulher. Para fazer alguma coisa depende dela”. É isso mesmo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu estava num processo ruim, separação...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Por que a sua esposa é a procuradora do Sr. Renato Luciano Galli?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Porque, na realidade, o apartamento é meu.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E ela é procuradora do Sr. Galli...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Na realidade, o Sr. Galli não podia fazer nada, porque ele tinha uma procuradora, que é a sua esposa.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já declarei que o apartamento...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Antes de se transformar em sócio minoritário da Garanhuns, o senhor era operador do mercado financeiro, não era?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Em que empresas o senhor trabalhou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu trabalhei em várias corretoras, várias, muitas corretoras de valores, não sei nem se devo dizer o nome delas, mas eu tenho um histórico profissional.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Há informações, Sr. José Carlos, de que o senhor operou em dez empresas do mercado financeiro e que, dessas, quatro estão em liquidação pelo Banco Central.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu operei em várias corretoras. Não sei quais estão em liquidação, mas eu trabalhei como funcionário em várias corretoras.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Como é que o senhor ...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Foi me dado mais um minuto porque eu....

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Já foi descontado o minuto, mas V. Exª conclui com esta pergunta.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – A Garanhuns foi registrada na Receita Federal com endereço na rua Nelson Picinini Miguel, em Santana do Parnaíba, nº 38. Agora, pelo que foi indicado, esse local é um terreno baldio. Onde é que fica mesmo a sede da Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A Garanhuns, esse registro, essa... não fui eu que fiz, eu transferei a empresa. Quando foi transferida para o meu nome, a empresa foi transferida para a Av. Paulista. Na época

ca... Você para ter uma empresa hoje precisa só ter um endereço para correspondência ou qualquer coisa assim. Esse endereço na Av. Paulista é um conjunto que pertencia à minha irmã. E ela emprestou esse endereço para mim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, quer dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Quer dizer, esse endereço aqui, que está na Receita Federal é falso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não é que seja falso, talvez... teve uma alteração.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas o senhor tem uma empresa ...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado Luiz Couto. V. Exª pode ser reinscrito porque se tivermos tolerância...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Só para entender, porque na realidade foi a partir desse momento que o Sr. José Carlos começou a falar algumas coisas. Então é importante aproveitar esse momento em que ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Mas outros estão inscritos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Só vou perguntar isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Para concluir.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor registrou uma empresa junto à Receita Federal com um endereço que não existe, quando o senhor falou agora que, quando o senhor comprou, foi colocado na Av. Paulista, que era propriedade de sua irmã. Então, esse endereço aqui é falso.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Qual endereço é falso?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Rua Nelson Picinini.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado, não dá para... V. Exª pode...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Eu me reinscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – V. Exª pode se reinscrever, porque se tivermos tolerância com um, outros terão o direito também de solicitar tolerância.

Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – José Carlos, quem é o seu advogado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Onde está o Deputado, por favor? Pois não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu queria que o depoente informasse quem são os seus advogados.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dr. Ricardo Sayeg e Dr. Celso D'Ávila.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Onde é a sede da Garanhuns?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, o endereço da Av. Paulista é o último endereço, depois eu não mexi na empresa, não cuidei de mais nada, não fiz nenhuma atualização de endereço.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E aquele endereço de Santana do Parnaíba, o que é aquilo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Aquele endereço de Santana do Parnaíba é onde foi, acho que foi quem constituiu a empresa colocou nesse endereço, está entendendo? Por que em Santana do Parnaíba, eu explico até.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quem constituiu a empresa, não foi você quem constituiu a empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A Garanhuns?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu já comprei a empresa, ela já existia, correto?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quando você comprou onde era?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ela estava com esse endereço aí que o senhor está falando.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Que endereço?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dessa rua aí Picinini, Nelson Picinini Rodrigues, não é? E depois eu fiz a atualização e passei para a Av. Paulista.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Que cidade era?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Santana do Parnaíba. Porque em razão eu acho que de impostos, essas coisas, que são mais baratos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Em 2004, quando você prestou depoimento na CVM, você disse que era funcionário do Deputado Moisés Lipnik.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu disse que eu prestava uma assessoria a ele.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Que tipo de assessoria o senhor prestava ao Deputado Moisés Lipnik?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, é que teve, nesse ano, conforme eu declarei e está sendo

investigado isso aí, houve bastantes operações em mercado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – O Moisés Lipnik era Deputado por onde?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Do PL.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – De que Estado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acredito... não sei se era São Paulo, acho que por São Paulo, Roraima, uma coisa assim. Eu não me lembro, não tenho certeza.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ele tinha sido Deputado Estadual em São Paulo e se elegeu Deputado Estadual por Roraima, não é isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acredito que sim. Não tenho essa...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E por que você fez grandes operações para o Deputado Moisés Lipnik?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – E por que a gente faz operações? Primeiro, porque eu fui remunerado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E foi ele que o trouxe para essa vida política e financeira?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – No seu depoimento, em outubro de 2004, você declara que era assessor do Moisés Lipnik. Aí você comete um equívoco dizendo que ele era Deputado Federal pelo PL, de São Paulo. Você não sabia que ele tinha mudado de Estado. E você dá contornos de que continuava trabalhando com Moisés Lipnik, mas, nesta data, outubro de 2004, ele já tinha falecido.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não é bem assim, doutor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ele tinha falecido em junho de 2003. O seu depoimento na CVM foi em outubro de 2004.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, e eu declarei que ele já tinha falecido.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não, na parte final você declara que ele tinha falecido. Na parte inicial, você dá entender que ele era uma pessoa viva, aliás bastante “viva”. E aí, só no final, você disse que ele tinha falecido. Por que você deu essa declaração dúbia na CVM?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, vou me reservar o meu direito de permanecer calado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quando você começou a operar para o PL do Valdemar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dezembro de 2002.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Dezembro de 2002.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Nessa época Moisés Lipnik ainda era vivo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ele era Deputado do PL. Foi ele que conduziu você para essa operação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, eu... Sim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Por que você titubeou para responder?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É que eu estou... Lógico, preciso ter calma para responder às perguntas para não me prejudicar. O senhor me perdoe.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A sua tranquilidade ou sua in tranquilidade, você avalia que ela decorre de quê?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – A sua tranquilidade ou sua in tranquilidade, você avalia que ela decorre de quê? Decorre de qual razão?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – A minha in tranquilidade?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Ou tranquilidade, você que define.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acho que eu não estou acostumado com isso. Eu não estou acostumado com tantas pessoas me fazendo tantas perguntas, me inquirindo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Mas você sabia que esse mercado com que você estava mexendo era um mercado que era sujeito a futuros questionamentos.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É um mercado complicado, vamos dizer.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Por que você acha que é um mercado complicado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu digo, o mercado, em si, o mercado de bolsas, esses mercados são agitados. Eu sei que são.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Nessa confusão toda, Garanhuns, Mensalão, Marcos Valério, Delúbio, você morar em Santo André você acha que tem alguma conotação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, no caso, eu morar em Santo André? Eu sempre morei em Santo André. Meus pais, quando vieram de Minas para cá, me levaram para Santo André. E aí eu comecei a tra-

balhar. Eu adoro o ABC, sempre morei lá. Então, não vejo nenhuma...Não sei onde o senhor....Desculpe, não estou entendendo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – É que você gosta do ABC, hoje quem está no comando do País é alguém do ABC, há aqueles problemas de Santo André. Você acha que tem alguma ligação aí ou não tem nenhuma ligação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas como assim, ligação com que, Excelência? Eu não estou entendendo...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O caso Santo André, os primeiros problemas que aconteceram, a administração do PT em Santo André, você ser de lá, questão dólar, essa história toda, você tem...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É lógico que, eu sendo do ABC – eu adoro o ABC –, a gente vê os problemas da cidade e tantas coisas mais, e esse acontecimento que todo mundo comenta, para a gente foi triste, agora não vejo nenhuma... não consigo ver outra coisa. Por que eu moro em Santo André? Moro em Santo André porque sempre morei em Santo André...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Você nunca operou com dólar em Santo André?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor nunca operou com dólar em Santo André?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, nunca operei com dólar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Nem com operações financeiras em Santo André?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Por que você foi buscar um HC para vir aqui hoje, estava com medo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, Excelência, eu tinha que vir com um HC, porque isso me dá o direito de permanecer calado. Posso ser incriminado, conforme já declarei. Fui o único indiciado. De repente, podia sair daqui preso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Ninguém quer te prender aqui.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Porque essa é a imagem que eu tinha daqui.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor fez alguma coisa errada?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, mas acho que tem tantas perguntas, tantas coisas que podem me levar a ser incriminado. Sei lá, tantas perguntas

que vocês fazem que podem me auto... Pelo menos o que li, o que entendi no meu direito é de permanecer calado quando achar que...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Todas as vezes que você disse que queria permanecer calado, ninguém te pressionou.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas, talvez, não é porque tenho o meu **habeas corpus**?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O direito de permanecer calado para evitar auto-incriminação, independentemente de ter **habeas corpus** ou não, a Comissão tem respeitado.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, estou vendo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quem continuou fazendo as operações do Moisés Lipnik depois que ele faleceu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não tenho conhecimento. Não posso responder isso para o senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Alguém da família dele pediu para você continuar a fazer alguma operação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não senhor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – A partir do falecimento dele, rompeu-se totalmente a relação entre você e os negócios que fazia para ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Qual foi a última vez que conversou com Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Já declarei que eu nunca conversei com Valdemar Costa Neto.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quem era a ponte entre você e ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pode repetir, Excelência.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quem era a ponte entre José Carlos Batista e Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, eu já declarei que tinha uma outra pessoa, mas me reservei no direito de permanecer calado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quem levava o dinheiro para ele? Essa outra pessoa ou tinha uma pessoa dele que ia buscar o dinheiro com você?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu já informei isso que existia uma pessoa nesse intermédio.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor pode declinar quem é essa pessoa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não posso. Vou ficar calado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Você vai ficar responsável, porque está escondendo o nome de alguém que é o responsável. A partir do momento que você não quer dizer, fica sob suas costas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só. Vou permanecer no meu direito de ficar calado. Acho que, oportunamente, tudo isso pode vir a ser esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR.** (Orador não identificado) – Posso... alguns minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não, o depoente vai ter que se retirar por alguns minutos, e o próximo inscrito é o Deputado Moroni Torgan. (Pausa.)

Retomando então com a presença do depoente, passo a palavra para o Deputado Moroni Torga.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. José Carlos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, olha, já vi que o senhor fez... Peço que retome o tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – V. Ex<sup>a</sup> com a palavra, e o tempo será retomado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Já vimos algumas coisas aqui, pelo que o senhor falou, por exemplo, o senhor falou que o contrato com a SMP&B foi um contrato mais para justificar os repasses e coisas assim. Então, tudo isso já vi. Estou mais interessado no outro lado. O advogado que lhe fez essa **off-shore** foi o Oliveira Neves?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, estou sendo honesto, eu não sei o nome do advogado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não foi o Oliveira Neves? Porque ele é conhecido como o rei das **off-shore**. O senhor sabe disso, quem trabalha no mercado sabe disso.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Porque essas **off-shores**, é fácil de se constituir isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas vê que é complicado. O senhor não saiu aqui do Brasil e foi eleito, o senhor disse que esse documento é verdadeiro, o senhor tem as originais. O senhor depois pode pegar a cópia autenticada das originais para trazer para a CPMI, por favor? Porque seria importante.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Posso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pelo seguinte: Eu estou muito mais interessado na estrutura que foi feita para esse dinheiro do que no dinheiro propriamente dito. O dinheiro, eu já vi, tem na verdade três milhões, oitocentos e pouco, mais ou menos os

quatro milhões que o senhor falou. As entradas diferenciam das saídas, em torno de cem mil, quer dizer que seria, mais ou menos, talvez, a gratificação que o senhor levou. Mas o que me impressiona é que em 2001 o senhor fez a Esfort trading, o senhor pediu para o advogado fazer para o senhor isso, não é? Porque a Esfort Trading tem essas duas sócias, porque até o senhor entrou pelo cano aqui porque pegou duas sócias que estavam envolvidas em lavagem de dinheiro de traficante.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É o que eu li, que a **Folha de S. Paulo**...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E que o senhor nem conhece essas sócias, não é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E, veja, isso é um fato para a gente lamentar, porque se faz uma **off-shore** no Uruguai, a **off-shore** é dele, não é de mais ninguém não. A **off-shore** é dele, tanto é que ele foi eleito. Olha o que diz o Uruguai aqui: “Que em 13 de agosto, que esse (...) surge o presidente do diretório... representará a sociedade”. Que José Carlos Batista foi designado como presidente do diretório na Assembléia Geral de Acionistas celebrada em 7 de dezembro”. Quer dizer, em 7 de dezembro de 2001, o senhor foi eleito pela Assembléia Geral de Acionistas. Isso é ridículo, é a coisa mais ridícula que existe. Esse esquema é usado por várias pessoas. O que eu quero mostrar é isso. Nós estamos falando da Garanhuns – de 3.800.000 – mas o senhor fez um **off-shore** e deve ter sido o Oliveira – não tenho certeza, o senhor não confirmou mas nós vamos investigar para ver quem foi o Advogado que fez. Como o Oliveira Neves é o rei das **off-shores**, então talvez tenha sido ele. E como ele mora, também, na Parnaíba – Parnaíba que é...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O endereço da Garanhuns é Santana do Parnaíba.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Pois é. E ele, coincidentemente, é de lá também. Então, dá a idéia para nós de que tenha sido ele que fez.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como eu disse, Excelência, eu não estou afirmando. Eu desconheço.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas é fácil nós sabermos aonde vai.

Então, essa história de que é a Garanhuns, quer dizer, é essa estrutura que nós temos que saber. O senhor montou uma **off-shore** no Uruguai, por meio desse Advogado. O senhor nunca esteve no Uruguai, no entanto, o pessoal diz que o senhor foi eleito pelos acionistas e tudo o mais. Isso é grave demais. Quer dizer, o nosso país vizinho está se prestando a uma coisa dessa. Isto aqui que o senhor fez, qualquer pessoa ligada a tráfico de droga, a roubo de cargo, seqüestro

ou coisa parecida faz também, e acaba mandando para outro país. E houve a coincidência de o senhor pegar essas duas sócias na Esfort, que foi a mancada do negócio. Porque a Marta Otero Bergonzoni Dovai e a Judite Vieira Garolla provavelmente são nomes comuns de serem usados em sociedade de *off-shore* lá.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pois é. Mas parece que a televisão falou com elas, e elas disseram que se prestam a esse tipo de serviço.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quer dizer, fazem sem sequer conhecer o senhor. Quer dizer, a lavanderia uruguaia é um negócio de louco, porque qualquer um, no Brasil, pede ao advogado... Quanto é que o senhor pagou para ele abrir a *off-shore* lá? É uma coisa normal.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acho que deve custar uns 5 mil reais.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Uns R\$15 mil. Qualquer pessoa do crime organizado – não estou dizendo que é o senhor –, por R\$15.000,00, abre uma *off-shore* no Uruguai. Está aqui a prova. E ele está dizendo a verdade – estou sentido isso – porque ele nunca esteve no Uruguai para participar de reuniões de acionistas ou coisa parecida. E está tudo autenticado, cheio de autenticidade, inclusive pela Embaixada. Acho que temos que entrar imediatamente na Embaixada do Uruguai para saber que história é esta: aqui tem uma fraude comprovada do que aconteceu. Agora, vejam que a Assembléia foi em dezembro de 2001. Então, provavelmente, já estavam planejando terem essa empresa para 2002, é isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpe-me, Excelência. Não entendi. Qual a pergunta que o senhor me fez?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vocês terminaram de fazer...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso foi em 2001.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – .Em dezembro de 2001.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, provavelmente, vocês estavam “armando” – armando no bom sentido, não estou dizendo que seja armando para fazer coisa errada – a estrutura para começar a atuar em 2002, não é isso? Porque, além das vantagens fiscais que podem advir disso...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Impostos e tudo...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...daria mais legalidade a qualquer remessa de dinheiro. A Esfort Trading, que é sua, movimentou que dinheiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olhe, eu não movimentei dinheiro na Esfort Trading. Eu posso declarar que eu não movimentei dinheiro nessa empresa.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, ela serviu só para dar cobertura para a Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Serviu só como sócia da Garanhuns.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Só para dar cobertura para a Garanhuns. Agora, me diga uma coisa: o senhor conhece o Sr. Toninho da Barcelona?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não conheço.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Ele vem depor aqui. Por isso eu quero saber a sua opinião.

O esquema que ele mostrou no jornal – e saiu, inclusive, no **Correio Braziliense** – acaba na Esfort Trading, na Garanhuns e na Bônus-Banval. Coincidentemente, o senhor é o elo entre essas três. O senhor é o dono da Esfort Trading...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ele mostrou isso?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O senhor é também Presidente e dono da Garanhuns, conseqüentemente, e o senhor disse aqui que opera com a Bônus-Banval. Então, o senhor é um elo entre as três que estavam na denúncia do Toninho da Barcelona. Não sei se ele denunciou isso para tentar tirar de algum outro alvo, e aí denunciou o senhor. É disso que eu quero que o senhor dê a sua versão porque a denúncia que vi no jornal **Correio Braziliense**, se não me engano no domingo passado ou no anterior, foi justamente ele mostrando toda uma estrutura que desaguava na Esfort Trading, na Garanhuns e na Bônus-Banval. No jornal, isso está bem grande; da outra vez, nós mostramos...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu não tenho nada para falar sobre isso. Eu, sinceramente, estou aqui tentando, dentro dos meus limites, dizer a verdade. Da Esfort Trading e desses que o Toninho falou, eu não tenho conhecimento. Eu não tenho conhecimento disso que desaguava... Isso aí é uma palavra, para mim, muito... O senhor me perdoe. O que eu posso falar sobre isso?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O senhor trabalhou com a Bônus-Banval algumas vezes,...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Trabalhei.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...inclusive eu acho que, no início, o senhor até teve um trabalho com a Bônus-Banval representando a Laeta Corretora, é isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu fui cliente da Bônus-Banval.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E o que o senhor sabe sobre essa conta Natimar, da Bônus-Banval?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Bônus-Banval?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço. Natimar?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Há uma conta Natimar que é investimento em ouro futuro.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não conheço, senhor. Não conheço. Honestamente, eu não conheço Natimar.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E parece que o Marcos Valério tinha interesse nesse investimento em ouro, porque o senhor, que teve um contrato com ele...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu posso até ter lido alguma coisa aí sobre... mas eu não conheço... não participei disso aí, não...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E o senhor não sabe qual é a vantagem que isso traz, o investimento em ouro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como assim? O investimento em ouro? Ora, isso existe uma... na bolsa, na BM&F, existe uma oscilação disso, não é? A compra e venda de ouro, não é? É uma **commodity**, uma mercadoria que se negocia...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Depois dessa da Laeta, o senhor teve aí... quando a Garanhuns desistiu, o senhor disse que teve negócios com a Bônus-Banval...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu tive negócios com a Bônus-Banval no ano de 2002.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Em 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Em 2002.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Isso já era uma estrutura para financiamento de campanhas. Era isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Já era uma estrutura para financiamento de campanha.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tive alguns lucros. Eu tive lucro lá na Bônus-Banval.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, eu posso dizer que a estrutura da Esfort, da Garanhuns e da Bônus-Banval foi feita justamente para trazer dinheiro para campanhas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não estou afirmando isso. Eu estou me...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, o senhor acabou de dizer que foi uma estrutura feita para suprir o acordo que existia para campanhas...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, o senhor está falando que Esfort Trading, uma empresa de lá, mais Garanhuns, mais...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Uma empresa de lá, conversa mole, nós sabemos disso, que o senhor a fez aqui. Como é uma empresa de lá?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Certo, mas... eu não... a empresa não operou na Bônus-Banval...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A empresa Esfort Trading, que é sua... o senhor pagou em torno de 15 mil para fazer a Esfort Trading...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Quem operou na Bônus-Banval, Excelência, fui eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. Pcdob – BA) – Deputado Moroni Torgan...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foi o senhor que operou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu, pessoa física.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O senhor operou na Bônus-Banval também. Não, mas aqui já diz que, inclusive, o Marcos Valério botou muito dinheiro na Bônus-Banval também...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Agora, nós temos que saber – e eu gostaria que o senhor trouxesse...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. Pcdob – BA) – Deputado Moroni, V. Exª pode se reinscrever.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. Pcdob – BA) – Pois não. Para concluir.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Para concluir, eu só quero dizer o seguinte: a única coisa que ficou no ar foram esses recursos do exterior, que estão, inclusive, no depoimento que o senhor deu hoje. Eu, gostaria, inclusive, que o senhor pensasse nisso e, depois, mandasse para a CPI dizendo de onde vieram esses recursos do exterior.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. Pcdob – BA) – Pela ordem dos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, fizemos um questionamento, no início, ao Presidente da Comissão para...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, o senhor concedeu a palavra pela ordem ao Deputado José Rocha?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu estou com a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Se V. Exª tem alguma questão pela ordem, nós vamos verificar... Se for alguma...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Pela ordem dos trabalhos. Eu solicitei do Sr. Amir Lando que nos fossem fornecidos dados da quebra do sigilo da SMP&B e da Garanhuns. E fomos, eu e o Deputado João Correia, aos porões onde ficam os documentos. As informações que conseguimos adquirir são que os recursos que a SMP&B transferiu para a Garanhuns confirmam o valor de R\$6.035.742,00, pelos cheques, DOCs e TEDs. Também conseguimos identificar que a Garanhuns dispõe de uma conta no Bradesco, em São Paulo.

Eu queria que o depoente confirmasse isso, pois ele nega que a Garanhuns tivesse conta em qualquer outro banco. E tem o número da conta, o número da agência e o número do valor do cheque que a Garanhuns depositou nesta conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado José Rocha, V. Exª não levantou uma questão de ordem ou que interfira...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas é de relevância para os outros Deputados que vão inquirir o senhor depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Nobre Deputado José Rocha, todas as indagações são de relevância. V. Exª traz realmente um elemento importante para o processo de investigação, já que V. Exª apresenta dados que confirmam aquilo que o Marcos Valério teria informado anteriormente. Os valores que o Valdemar Costa Neto afirma ter recebido correspondem a cheques desembolsados a favor da Garanhuns.

Isso pode ainda ser questionado ao longo deste interrogatório, outros Parlamentares podem fazer a complementação dessas perguntas ou V. Exª pode pedir reinscrição para voltar a inquirir o depoente. Se concedêssemos mais tempo para V. Exª, outros teriam o direito de fazê-lo. V. Exª pode passar esses dados para algum outro colega Senador ou Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Estou reinscrito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Então, na reinscrição V. Exª terá oportunidade de fazer os questionamentos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu e o Deputado João Correia estamos inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Passo a palavra imediatamente ao Senador Eduardo Suplicy, que não se encontra entre nós.

O próximo inscrito é o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. José Batista, inicialmente eu queria saber qual a relação que a Garanhuns tem com a Athenas Trading, do Espírito Santo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nenhuma.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Nenhuma, mas a Garanhuns repassou para Athenas R\$1,9 milhão, quase R\$2 milhões. O senhor não sabe por que repassou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu queria até ver isso.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – É incrível, mas é verdade porque houve esse repasse, o advogado hoje da Athenas disse que recebeu esse dinheiro para fazer uma operação comercial, mas, como não deu certo, passou para uma terceira. Isso foi publicado em manchete de jornal.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, quando aconteceu isso?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Agora, isso aconteceu em semana passada.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas quando foi repassado esse dinheiro, Excelência?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Esse dinheiro veio do “valerioduto”. Entrou na Garanhuns e saiu...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Entrou na conta da Garanhuns e saiu para essa pessoa?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Exatamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É. Eu acho...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. José Batista, é um troço gozado. A gente entende que o senhor realmente está falando a verdade, que o senhor não sabe mesmo das coisas. Estou convicto disso, como estou convicto de que o senhor é um laranja. O senhor está representando alguém aí. Aqui ninguém é criança, e estamos sabendo disso. Agora, o senhor não podia dizer se é representante do Delúbio ou do Valério?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não sou representante. Estou representante a minha pessoa aqui mesmo, que estou...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sim. Mas com qual finalidade? O senhor não sabe das operações e não sabe que é sócio de uma ou de duas **tradings** registradas no país vizinho? Acho que



o senhor vai se prejudicar querendo proteger esse figurão que está por trás do senhor. Eu acredito que o senhor não deveria entrar nessa. O senhor mesmo já confessou que já foi prejudicado, já foi indiciado pela Polícia Federal e o senhor vai se prejudicar mais ainda caminhando nesse sentido. Agora mesmo, tentarei pedir a quebra do sigilo bancário dessa empresa que recebeu, no meu Estado, para saber para onde esse dinheiro foi. É muito dinheiro envolvido nisso tudo. É um escândalo! Como o senhor sabe, jamais ocorreu coisa parecida na história do País.

Também gostaria de saber do senhor o seguinte: o senhor falou muito de uma amizade, do voto que o senhor deu para o falecido Prefeito, assassinado, Celso Daniel. De acordo com o que o senhor disse, o senhor entrou nessa por amor ao PT, por confiar nas promessas e nas políticas do PT e, por isso, está hoje prejudicado. Elogiou o Prefeito Celso Daniel. E o senhor, pelo que sabemos, tem convicção de que ele foi assassinado também por um esquema de corrupção que o levou à morte. O senhor não tem nada a falar sobre isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É muito difícil falar sobre esse assunto, não é? Como eu moro no ABC e gostava muito... A melhor, na minha opinião, a administração que houve no ABC, uma boa cidade – adoro Santo André, meus filhos também, sempre moramos lá, fomos de Minas para lá, um longa história. Eu votava sempre no Celso Daniel. Votei em todas as vezes porque eu achava ele uma pessoa que sempre fez uma coisa boa para a cidade, uma pessoa amada. Mas é difícil falar sobre isso. É lógico que isso me chocou como chocou todo mundo, chocou todos os brasileiros. Fiquei realmente chocado com tudo isso que aconteceu. Hoje, vemos o caso sendo reaberto e...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor sabe que ele foi torturado e assassinado?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Torturado e, depois, assassinado. Existem coisas que os jornais dizem que arrebiam.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Mas o senhor só sabe pelos jornais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Só sei pelos jornais.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Outra perguntinha que gostaria de fazer ao senhor: o senhor foi o canal para conduzir dinheiro do Valério para o PL, como o senhor disse. Mas alguém disse que outras fontes também receberam recursos das suas mãos, como, por exemplo, o Deputado federal Ademar de Barros Filho. É verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não conheço o Ademar de Barros Filho. Não conheço. Não

posso, não é? É uma afirmação que não é verdade. Quem afirma que recebeu das minhas mãos?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor também não pode afirmar nem negar porque, pelo seu depoimento, há muitos cheques que o senhor desconhece. Dá a impressão de que o senhor assinou os cheques em branco para alguém.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Há muitos cheques que eu realmente desconheço.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – O senhor deixava cheque assinado em branco para alguém?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não acredito nesses cheques, nesses valores. Assinei cheques nesses valores, mas o que posso deduzir que aconteceu é o seguinte, na minha opinião – é uma coisa que precisa ser vista: foram emitidos vários cheques. Acredito. Por exemplo, mostrou uma relação que foi emitida em nome da Garanhuns. Agora, se esses cheques vieram para minhas mãos? Não sei se estão afirmando isso. Vieram para minhas mãos esses cheques?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Alguns, sim.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – E, quando saíram das mãos do senhor, saíram os cheques de que o senhor também não tem conhecimento, que o senhor também não reconhece?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – A Garanhuns efetuou pagamentos de que o senhor não tem conhecimento, pelo depoimento do senhor até aqui. É o que estou perguntando: o senhor assinou algum cheque em branco para alguém que pode ter repassado sem o conhecimento do senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Que eu me lembre, não. Não podem ter falsificado minha assinatura?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Quem era a pessoa responsável pelos talonários, que poderia ter falsificado essa assinatura?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, eu estou pensando da seguinte forma, Excelência: esses cheques, pelo que eu estou vendo, não foram cheques emitidos pela empresa, mas sim nominais à empresa. Uma coisa que eu quero deixar... O senhor entende?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – E que a empresa naturalmente abonou ou alguém abonou pela empresa.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, isso qualquer um pode fazer.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Aí o senhor acha que pode ter sido o Valério.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu jamais vou acusar alguém de fazer isso. Eu não posso

provar, como é que eu posso falar que foi o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Sim, mas o Valério ou o Delúbio.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não posso afirmar. Desculpe-me, Excelência.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– É, Sr. Presidente, o problema é mais, eu acho, com a Polícia Federal mesmo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu estou melhorando.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Muito obrigado. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Muito obrigado, Senador. Eu passo a palavra para o Senador Sibá Machado. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não se encontra entre nós.

Tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, o senhor pode apresentar o contrato social da empresa Garanhuns para esta Comissão?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O contrato social...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor tem o contrato social dela aí?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tenho. O contrato social acho que já está aqui.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Já o entregou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Já entreguei o contrato social.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Requeiro cópia ao Sr. Presidente. O senhor disse aqui que comprou a empresa Garanhuns. É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – De quem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – No próprio contrato, quando o senhor examiná-lo, vai observar de quem é que eu comprei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas quem é a pessoa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O Sr. Lúcio Funaro.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor comprou qual percentual da empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Conforme no contrato, nobre...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Deputado Odair.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Excelência, no próprio contrato, tem tudo por escrito, as porcentagens: “xis” é 1% mais 99%, está certo?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor tem que participação societária na empresa Garanhuns?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – 1%.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor tem 1%.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – 1%.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor é representante legal da empresa Garanhuns?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Esses outros 99% são de que pessoa, de que empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É de uma empresa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Mas qual é essa empresa? Eu quero que o senhor diga.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É de uma empresa. Isto está no contrato: Esfort Trading.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Exato. Então, qual é o motivo que levou a Esfort Trading a dar ao senhor a gerência dessa empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi. Como a gerência? Gerência de que empresa?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Da empresa Garanhuns. O senhor tem 1%, eles têm 99%. Algum motivo levou a Esfort Trading a dar ao senhor a administração da empresa Garanhuns. Qual foi o motivo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu não vejo... o que é que eu vou responder? Esse 1% da empresa eu posso... eu a represento no Brasil, eu faço o que... eu tenho poderes para fazer o que eu quiser.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então, o senhor não sabe dizer qual o motivo pelo qual o senhor tem a administração da empresa Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor sabe dizer mais? Quem são os sócios da empresa Esfort Trading?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, tem aí o nome das pessoas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Não, não tenho aqui. Estou perguntando a V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu... eu...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor não tem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então, o senhor não conhece os sócios da Esfort Trading?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nunca os viu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Nunca teve contato com eles?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – E mesmo assim eles deram a administração da empresa ao senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. É porque essas *off-shores*...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor nunca teve contato com eles?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Deputado, eu falei com ele agora há pouco, dei essa resposta como é que foi constituída a empresa.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disse mais aqui. O senhor disse assim: “Foram emitidos cheques da Garanhuns”. Foram emitidos por quem? Por quê?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Onde estou declarando isso, Excelência?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disse aqui há pouco.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. Os cheques, os cheques.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O senhor disse assim, olha: “foram emitidos cheques da Garanhuns”...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, eu estava explicando...

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Então “foram”, alguém que foi. Quem foi?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O que acontece é o seguinte: a Garanhuns recebia esses valores da SMP&B – certo? -, que entrou na conta corrente, no Banco Sudameris. Estão me colocando vários cheques aqui dos quais não tenho conhecimento. Cheques que seriam nominais à empresa Garanhuns. Estão dizendo que esses cheques vieram para mim e não estou reconhecendo os cheques. Então, o que sugeri? Não estou afirmando, mas sugeri que emitir um cheque nominal à empresa, pode-se emitir. Posso emitir um cheque nominal. Agora, para depositar o cheque... É isso.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro. V. S<sup>a</sup> não endossou nenhum desses cheques?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu quero ver.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Como V. S<sup>a</sup> repassou o dinheiro ao ex-Deputado Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu recebi o dinheiro, conforme já expliquei a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Aí, o senhor foi lá e sacou no banco?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O dinheiro foi repassado ao Sr. Valdemar, conforme já declarei.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Claro. Ele já disse que recebeu.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ele já disse que recebeu, já confirmou que recebeu.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Estou perguntando como o senhor fez isso, se foi através de cheque, se o senhor foi lá, pegou o dinheiro e levou.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Foi dinheiro que ele recebeu. Eu me reservei no direito de não revelar nomes de outras pessoas envolvidas.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – A empresa Garanhuns já repassou valores financeiros em repasses a outros políticos, em outras eleições, em outros momentos?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Foi a primeira vez que V. S<sup>a</sup> participou desse tipo de transação?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Garanhuns... Sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – V. S<sup>a</sup> representa. Então, foi V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, sim.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, vamos apresentar aqui, porque o depoente se lembra bem da sua cidade, Santo André, mas se lembra muito pouco da empresa da qual ele é representante legal. Lembra aquilo que politicamente lhe interessa, menos o que, do ponto de vista legal, deveria saber. Nós vamos apresentar aqui um requerimento nestes termos:

“Requeiro, nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Sr. Antenor Pereira Madruga Filho, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e à Sr<sup>a</sup> Cláudia Maria de Freitas Chagas, Secretária Nacional de Justiça, solicitando que este departamento colabore com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, atuando junto às autoridades nacionais do Uruguai no sentido de identificar o histórico societário da empresa uruguaia Esfort Trading e de proceder ao quebraimento do sigilo financeiro da mesma desde 1º de janeiro de 1995.

A referida Esfort Trading é proprietária de 99% das quotas societárias da empresa Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações, citada nos principais depoimentos e documentos presentes nesta CPMI.

Não é possível compreender toda a extensão das operações nas quais a Garanhuns está envolvida, sem ter acesso às informações ora solicitadas ao Ministério da Justiça”.

Assino aqui.

Muito obrigado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Só para esclarecer, o depoente informou que entregou à Comissão o contrato social da Garanhuns. Parece que isso não foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Peço a V. Exª para fazer cópia para os membros da Comissão. O Relator está sinalizando que não foi entregue.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não foi entregue. Então, se V. Sª informa que foi entregue, deveria ter pelo menos um prazo definido aqui para encaminhar à Comissão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu entrego.

**O SR.** (Orador não identificado) – Em que prazo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Posso entregar daqui a quatro ou cinco dias. Em uma semana está aqui.

**O SR.** (Orador não identificado) – Em oito dias, então, esse contrato seria entregue.

Um outro esclarecimento que acho necessário, no depoimento inicial, V. Sª informou que autorizaria a quebra do sigilo bancário. Há um requerimento, porque temos que formalizar essa providência, para que os advogados, naturalmente, apreciem, e é necessária a assinatura de V. Sª nesse requerimento, não podemos quebrar o sigilo bancário apenas com informação verbal.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu assino.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Concluímos então os titulares.

Passaremos para os suplentes, que terão cinco minutos. O primeiro suplente, o Senador Alvaro Dias não se encontra entre nós; a Deputada Perpétua Almeida também não se encontra entre nós. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, cinco minutos.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, nós designamos uma diligência pelos dois Deputados que foram consultar os documentos sigilosos, os Deputados José Rocha e João Correia. Foi um serviço que delegamos e entendo que seria muito importante que se concedesse aqui a palavra aos dois antes do Deputado Mendes Thame, para que eles fizessem uma explanação. Didaticamente, primeiro fala um, depois o outro, de acordo com a disposição dos membros. Eu pediria a V. Exª que concedesse essa oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não. Passo, então, a palavra ao Deputado

José Rocha, atendendo a requerimento do nobre Presidente Amir Lando, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, segundo a diligência que fizemos, eu e o Deputado João Correia, aos arquivos e aos documentos da CPMI, da quebra de sigilo da SMP&B, consta que a Garanhuns tem uma conta no Bradesco, Agência nº 093, Santa Cecília – São Paulo, conta nº 92.161-0, onde foram depositados R\$50 mil de um cheque administrativo da SMP&B para a Garanhuns.

V. Sª confirma a existência desta conta da Garanhuns na agência Bradesco?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então V. Sª mentiu dizendo que só tinha na Sudameris.

Só para continuar. V. Sª confirma uma outra conta da Garanhuns no antigo BCN, Bradesco hoje, conta nº 001938347-4, Agência 001?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas é da minha gestão?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sim. O senhor confirma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo, se é da minha gestão.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor confirma a existência dessa conta?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Que foram depositados R\$200 mil, um cheque administrativo da SMP&B para a Garanhuns. V. Sª conhece a Srª Maria Tereza da Silva Batista?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sua esposa. V. Sª tem uma conta conjunta com ela?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tenho.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Movimentou R\$9,317 milhões no período de fevereiro a dezembro de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Movimentei.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual a relação da sua empresa com a empresa Hoechst Serviços S/A e TM Distribuidora de Petróleo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nenhuma.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O procurador da empresa Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, figurando também como sacador em retirada em espécie realizada nas contas das empresas Hoechst Serviços S/A e TM Distribuidora de Petróleo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não reconheço isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Bem, Sr. Presidente, nós constatamos ainda em nossa diligência que realmente a empresa SMP&B transferiu para a

Garanhuns não os R\$4 milhões, conforme disse aqui o depoente, mas sim R\$6.035.742,00. Esses recursos foram através de cheques administrativos da SMP&B para a Garanhus, para que a própria Garanhus fosse a favorecida. E esses cheques tiveram diversas destinações. Uma destinação foi para uma senhora com quem o Deputado João Correia falou por telefone, Sr<sup>a</sup> Edna Maria Ricci Borini Artero, que tem endereço residencial em São Paulo e o endereço comercial em Salvador, com os telefones, em um dos quais o Deputado João Correia falou com ela.

Também a empresa AngerFin Assessoria & Fomento Mercantil, que também recebeu recursos da mesma maneira, com cheque administrativo da Garanhus; Temon Montagem Ltda, pela mesma forma, e diversas outras empresas que receberam recursos da Garanhus através de cheques administrativos.

Agora, eu queria concluir dizendo que há uma dificuldade por parte dos técnicos da Comissão de receber através do Bradesco as informações solicitadas, para que possa dar continuidade a essas informações, ou seja, a esse rastreamento. Parou no Bradesco, porque o Bradesco ainda não ofereceu as informações solicitadas pelos técnicos da Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, são as informações que eu queria prestar à Comissão através desta nossa diligência lá ao banco de dados da Comissão e agora o Deputado João Correia pode enriquecer com mais informações e detalhes.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não. Com a palavra, o Deputado João Correia. Também mais cinco minutos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não preciso nem de tanto, Sr. Presidente. Em verdade, estamos diante de uma falsificação. Infelizmente, o depoente está faltando com a verdade. Está faltando com a verdade, porque os cheques, os documentos que vimos lá embaixo e que nós manipulamos não mentem. A principal forma – digamos assim – do repasse cujo papel da Garanhus é o de dificultar o rastreamento. Essa é a grande tragédia. Quer dizer, a SMP&B faz um cheque nominal a Garanhus, assinado pelo Sr. Marcos Valério. No verso do cheque, diz que o portador pode fazer a compra do cheque administrativo. Então, ele torna-se o chamado endosso em branco, torna-se cheque ao portador.

Então, assim, o depoente, a Garanhus fez saques de duas terças partes do valor de R\$6,035 milhões. E, noutros, a Garanhus fez utilizando os mecanismos dos laranjas, fazia depósitos em que depois havia o ressarcimento. É o caso dessa D. Edna Maria Ricci, que mora, de fato, em Piatã – falei com ela -, mas cujo endereço comercial é lá em São Paulo, na

Via Anchieta. Ou seja, todos os cheques estão lá, e o depoente não está dizendo a verdade quando diz, talvez pelo medo, pelo receio que tenha tido de se auto-incriminar fosse o de dizer, pura e simplesmente, a verdade, que é tão fácil.

Creio que os Deputados devem ter mais cuidado, Presidente e Relator. Num caso desses, tínhamos que ter feito uma investigação um pouco anterior para não perdermos tempo e para mostrarmos exatamente que o nosso depoente está faltando com a verdade. Está mentindo, na verdade, está mentindo, está dificultando as investigações, quando os números, os cheques, as cópias não mentem e, de fato, apenas para não rastrear, para dificultar o rastreamento. Só endossando, José, o que você disse, a CPMI dos Correios pediu no dia 4 de agosto a quebra, a requisição do Bradesco e, até hoje, final do mês, ainda não chegou. Enfim, há uma certa dificuldade, mas lamento profundamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas não sou eu.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor está faltando com a verdade. O senhor está manipulando. O senhor foi um elemento importantíssimo nesse processo, inclusive gente com sobrenomes famosos e hispânicos.

O Sr. Ademar de Barros está, sim, com a cópia dos cheques a ele. Está lá, não adianta. Estamos aqui afiançando sob pena de cassação. Nós não podemos mentir. O Deputado e eu não estamos mentindo, mas verificamos e estamos trazendo elementos que, infelizmente, não podemos trazer aqui para mostrar para a imprensa e para o Brasil que o senhor está mentindo.

Por fim, quero dizer que há uns nomes famosos e tem alguns nomes também em língua hispânica, em língua espanhola, uns Soteris, uns Arteris, sei lá, alguns que não sei se essa conexão uruguaia não se coloca com todo vigor.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para confirmar que a razão, a justificação por que o Sr. José Batista veio com HC: ele sabia que ia mentir.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria de só fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Eu gostaria de agradecer a diligência com que os Deputados José Rocha e João Correia se houveram nessa missão que foi delegada pela Mesa e que estamos abertos a

esse tipo de colaboração. É importante que os fatos sejam esclarecidos.

Agradecemos a V. Ex<sup>as</sup> e tenho certeza de que toda Comissão o faz em meu nome.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero, em meu nome e no do Deputado João Correia, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a atenção que nos deu para que pudéssemos realmente identificar esses dados e trazer ainda nesta reunião para contestar o depoente que aqui está a prestar esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – São elementos, dados importantes que seguramente contribuirão para essa investigação.

Não sei se o depoente quer fazer alguma observação a respeito dos dados levantados.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu posso falar? Eu estou falando a verdade. Esses cheques que vocês estão falando, que existem os cheques, que estão aí, eu gostaria de ver. Fui eu quem endossei os cheques? Eu que passei para essas pessoas? Fui eu que repassei?

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Vamos então passar a palavra ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Sr. Presidente, antes de fazer a minha pergunta, faria uma solicitação à Mesa. Por favor, não conte meu tempo.

Solicito uma informação ao Senador Amir Lando e ao Relator. É o seguinte: estamos sabendo pela imprensa que já tem os números das contas numeradas no Trade Link Bank, contas no BankBoston, Citibank, no Banet, no First Union, no Commerce, no Republic, todas elas contas que teriam, em princípio, irrigado a conta do Sr. Duda Mendonça.

No dia 11 de agosto, aprovamos nesta Comissão a contratação, em caráter emergencial, de uma empresa de rastreamento de depósitos internacionais. Hoje vimos essa *off-shore* no Uruguai. O Uruguai é um dos lugares mais difíceis de se conseguir informações, é o paraíso dos paraísos fiscais.

Gostaria de solicitar uma informação: se o Senador Renan Calheiros já despachou favoravelmente, porque já faz vinte dias, quase um mês que aprovamos aqui a contratação dessa empresa de rastreamento de depósitos internacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – O Relator tem uma informação a esse respeito.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Somente hoje, Sr. Deputado Mendes Thame, o Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, de-

cidiu contratar uma empresa especializada nesse tipo de rastreamento e de análises contábeis e quebra.

Está em pleno andamento neste momento a tentativa de contratação dessa grande empresa com o necessário renome e experiência para fazer.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Muito obrigado. Se eu puder ter o meu tempo, queria perquirir. São rápidas as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Será considerado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Muito obrigado.

Primeiro, Sr. Depoente, concordo com a afirmação de que realmente os cheques, esses 35 cheques, não deveriam ser cheques da Garanhuns, mas sim cheques da empresa SMP&B, endossados para a sua empresa, e que, possivelmente uma parte deles nem tenha chegado às suas mãos; que tenham sido, depois, endossados por terceiros, e com isso destinados a quem eles realmente queriam destinar.

Portanto, eu acho que pode ocorrer, o senhor observando esses cheques, que o senhor realmente comprove que o senhor só recebeu R\$4 milhões e não R\$10 milhões.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu agradeço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Eu queria, por isso, me concentrar na questão dos certificados de participação e reflorestamento, contrato que o senhor, por sua livre e espontânea vontade, trouxe, agregando ao conhecimento desta CPMI.

Eu queria perguntar inicialmente: o senhor mostrou ter uma memória excepcional naquele depoimento da CVM. Inclusive um caso excepcional. O senhor recebeu, só em dois negócios que fez, R\$7 milhões. É uma pessoa dotada realmente de um QI muito especial.

O senhor se recorda qual o prazo desses certificados de participação e reflorestamento? Se eram títulos para 10 anos, 20 anos? Aproximadamente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não me recordo, inclusive já me foi concedido um prazo para apresentar tudo isso aqui, tudo direitinho, por escrito, os certificados e tudo mais.

O Presidente me concedeu esse prazo, eu estou reiterando, para explicar tudo isso aí.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Com relação a essas duas páginas que o senhor apresentou de certificados?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Certo. Agora uma pergunta. Aqui diz que o senhor poderia comprar até R\$10 milhões desde que houvesse um deságio no mínimo de 35% em

relação ao valor de face. O senhor costuma operar, o senhor faz isso a vida toda operando nessas bolsas? Esses títulos aí normalmente são operados com que deságio? Em regra.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – São vários deságios. Nesse caso aí, veja, são títulos, vamos dizer, que eles usam para pagar contas, tipo títulos podres. Qualquer coisa assim.

Mas eu gostaria de dar uma explicação – de estudar direitinho – detalhada para vocês, dentro desse prazo que me concederam.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Eu gostaria realmente que o senhor encaminhasse, porque o conhecimento... O senhor usou a palavra certa, títulos podres. São títulos que valem valores ínfimos, e, aqui, o senhor veja, está sendo feita a referência de apenas um deságio de 35%, o que nos leva a uma conclusão. Que os compradores desses títulos poderiam ser fundos de pensão, que comprariam esses títulos por um valor muito maior do que aquele que eles realmente valem, aí consumando um lucro excepcional, um sobrelucro.

Na relação que o senhor vai apresentar, o senhor vai apresentar também de quem o senhor comprou e para quem o senhor vendeu esses títulos. É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Perfeito.

Na sequência, o que eu queria lhe perguntar era o seguinte: o senhor deu a entender que uma parte desses títulos o senhor comprou do Sr. Valdemar Costa Neto. Ele era proprietário de títulos, de certificados?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não afirmei isso. Eu acho que o senhor está equivocado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Continuando. O senhor está com advogados muito conhecidos, advogados – pelo que foi afirmado aí, e eles não negaram – do Juiz Nicolau, que está preso, do Toninho da Barcelona, que está preso, do Carlinhos Cachoeira, que pode vir a ser preso. Eles não negaram.

Não vamos dizer que estão presos pela inépcia dos advogados. Não. É porque são pessoas que cometeram delitos muito graves e eles não conseguiram liberá-los da prisão, mas devem ter feito, certamente, o máximo.

O senhor depois nos afirma... Esteve lá na Polícia Federal, negou-se a responder a totalidade das perguntas, dizendo que se recusava a responder e que só responderia em juízo. Alguém que vai a um depoimento na fase policial e se nega e diz que só vai responder em juízo é porque quer responder em juízo. Para responder em juízo, tem que ser indiciado, senão não se

inicia a parte judicial. Praticamente o senhor induziu ao seu indiciamento não respondendo nenhuma das perguntas. O senhor tem certeza de que o senhor está se defendendo realmente? Porque, pelo que estamos vendo hoje, mesmo ao trazer esse documento que mostra pela primeira vez como opera essa compra de títulos podres, como o senhor falou, uma compra de dez milhões de títulos podres, possivelmente esteja aí realmente o caminho para a caracterização desse prejuízo sistemático causado aos fundos de pensão. O senhor julga que o senhor está sendo corretamente defendido?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Ah, eu creio que sim. Estou exercendo meu direito, estou sendo orientado. Acredito.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PFL – BA) – Ok, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – O Senador Paulo Octávio não se encontra.

Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Carlos Batista, a informação prestada ao nobre Deputado José Rocha sobre os R\$9 milhões movimentados na conta não-declarada de V. S<sup>a</sup> foi declarado pelo senhor que movimentou R\$9 milhões de fevereiro a dezembro de 2002, correto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Correto.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Parte desse dinheiro, dos R\$9 milhões, foi utilizada também para operações entre o Sr. Marcos Valério ou algum outro partido político?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, foi utilizada nesse mesmo processo, mas vou me...

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então, o processo se iniciou em fevereiro de 2002, e não em novembro de 2002. Correto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Correto. O Sr. Marcos Valério afirmou aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que foi apresentado ao senhor pelo Sr. Jacinto Lamas. O senhor diz que não conhece o Sr. Jacinto Lamas. E o Sr. Jacinto Lamas, em depoimento nesta Comissão, também afirmou que não conhece o senhor e que não foi ele que apresentou o senhor ao Sr. Marcos Valério. Quem está falando a verdade, o senhor ou o Sr. Marcos Valério, ou o Jacinto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu afirmo, não conheço o Sr. Jacinto Lamas...

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então, o senhor não conhece o Sr. Jacinto Lamas.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor não foi apresentado ao Sr. Marcos Valério pelo Sr. Jacinto Lamas, o senhor afirma isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Afirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor afirmou nesta Comissão que não conhece também o Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Afirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Nunca esteve com ele pessoalmente?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, senhor.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O Sr. Valdemar Costa Neto confirmou em depoimento nesta Comissão que, em algumas oportunidades, recebeu um envelope contendo cheques da empresa SMP&B nominal a Garanhuns e que ele questionou o Sr. Delúbio, que era o responsável pelo contato entre ele e a SMP&B, e o mesmo o afirmou que faria a troca do cheque por dinheiro. Possivelmente, o Delúbio deve ter feito um outro contato e esse contato acionou o senhor, que fez a troca do cheque que estava com o Sr. Valdemar Costa Neto por dinheiro vivo. Pergunto: quantas vezes o senhor enviou emissários para fazer troca dos cheques que estavam nominais a Garanhuns com o Sr. Valdemar Costa Neto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Como eu disse aqui desde o princípio, o dinheiro que repassei entrou na conta no Banco Sudameris, foi repassado, foi durante o ano de 2003, para o Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Então, o senhor afirma que realmente enviou emissários ao Sr. Valdemar Costa Neto e nunca esteve com ele?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nunca estive com o Sr. Valdemar Costa Neto.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Nunca esteve com o Sr. Valdemar Costa Neto.

O senhor, como operador de mercado, como o senhor afirmou aqui em depoimento – é comum os operadores de mercado fazerem comunicações, terem um diálogo entre si, trocar informações, até sobre a segurança das operações –, por acaso se lembra, durante esse tempo que o senhor operou no mercado, principalmente no período de 2002 a 2004, de ter ouvido algum comentário sobre operação financeira entre a SMP&B e a empresa Antenas Trade, sediada no Espírito Santo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não ouvi nada sobre isso.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor nunca ouviu falar.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nunca ouvi nem... nessa empresa aí nunca ouvi falar.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor não conhece?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não conheço.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Então, o senhor, como operador representante da Esfort Trading e também da Garanhuns, nunca fez nenhuma operação entre o Sr. Marcos Valério, SMP&B, e a Garanhuns ou a EthosTrade

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não entendi a colocação. Repete, por favor; o senhor deu três nomes?

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – O senhor nunca fez operação, o senhor nunca foi intermediário em operação entre o Sr. Marcos Valério, proprietário da agência SMP&B, e a empresa Antenas Trade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)** – Não.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Sr. Presidente, poucas perguntas, em função das circunstâncias e da postura adotada, certamente com orientação dos seus advogados, pelo depoente.

Sinceramente, quero ajudá-lo. Vejo que o senhor foi usado, inadvertidamente, pelo que disse na sua exposição inicial. E, até prova em contrário, sou obrigado a aceitar a sua versão inicial, que tive oportunidade de ouvir; não ouvi as suas respostas a indagações, porque estava na Ordem do Dia do Senado Federal, participando de votações.

Então, o meu objetivo é colaborar com a sua defesa. Vejo que o senhor é um homem simples, modesto. Não sei se é real, mas vi pela televisão que o senhor mora numa casa modesta, no ABC. É real?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu moro num apartamento em Santo André.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Em Santo André. A imprensa, a televisão, aliás, mostrou imagens. Parece-me que é um apartamento simples.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Então, não me parece que o senhor movimenta, no interesse próprio, somas significativas. Indago se o senhor pode confirmar que o Sr. Marcos Valério usou indevidamente o seu nome, o nome da sua empresa, para emissão de cheques administrativos que foram repassados a terceiros sem o seu conhecimento.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, pelo que estou vendo aqui, pelo que estou escutando, que estão me apresentando, pode ter acontecido isso. Não



posso afirmar cem por cento, mas pode ter acontecido isso, porque são muitos cheques.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pode ter acontecido?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pode ter acontecido isso. São muitos cheques, muitos cheques.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Porque o Sr. Marcos Valério não disse a verdade, quando informou à Comissão, à CPMI dos Correios, que todos os recursos destinados à Garanhuns tinham como finalidade saldar uma conta com o PL, do Presidente Valdemar Costa Neto. O senhor já informou que R\$10 milhões não repassou ao Valdemar, e o próprio Valdemar afirmou, nesta CPMI também, que não recebeu os R\$10 milhões. E encontramos cheques para outras pessoas, através da Garanhuns, cheques nominais da empresa Garanhuns. V. S<sup>a</sup> não tem conhecimento disso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não tenho, porque, pela quantidade de cheques que estão me apresentando, acho que são muito cheques, porque faz tempo...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, está respondida a questão. Realmente, o senhor foi usado, a sua empresa foi usada por Marcos Valério, que usou seu nome e o da sua empresa, para emitir cheques do Banco Rural e repassar a terceiros. Esse repasse, portanto, não se deu única ou exclusivamente ao PL ou ao Sr. Valdemar Costa Neto.

Essa versão, portanto, está desmontada, e o senhor a corrobora, já que afirma taxativamente que não tinha conhecimento da emissão desses cheques.

A segunda pergunta: o senhor confirma que comprou a Esfort Trading de um contador em Montevideu e que não sabia que as fundadoras da empresa estavam com problemas nos Estados Unidos, que havia problema de fiscalização?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu desconheço qualquer coisa referente a tudo isso que foi publicado: associação com cartel de tudo quanto é lugar, associação a narcotráfico. Eu desconheço isso. Acho que não sou essa pessoa. Desconheço.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mas depois que adquiriu essa *off-shore*, o senhor teve esses problemas?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não entendi.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor teve alguma dificuldade para operar essa empresa *off-shore*, depois que a adquiriu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, porque essa *off-shore*, para mim, só serviu para entrar na sociedade e mais nada. Eu não operei.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor não operou?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Eu não operei.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, quero indagar, e esse é um documento: no dia 4 de junho de 2003, houve uma remessa de US\$100 mil, que passou pela Esfort Trading em Montevideu, através da conta Cielo, foi para Hudson United Bank, em Nova Iorque, e de lá para o Banrisul, numa conta na agência do Banrisul, nas Ilhas Cayman. Não foi o senhor que fez isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O senhor é o único proprietário da Esfort Trading. O senhor é o único proprietário, não é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Portanto, só o senhor poderia operar recursos através da Esfort Trading.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Outra pessoa não poderia ter feito isso?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – A menos que o senhor desse uma procuração. O senhor não forneceu nenhuma procuração para ninguém operar em seu nome e em nome da sua empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, há um mistério aqui que precisa ser desvendado. Há uma outra remessa, essa mais robusta, US\$1 milhão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Na Polícia Federal, me perguntaram sobre essa operação.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – US\$1 milhão. Exatamente, nós trouxemos essa documentação da CPMI dos Correios. No dia 25-3-2002, também o mesmo caminho, através da conta Cielo, também a Esfort Trading, e dessa feita, para o CitiBank e de lá, com o mesmo destino, o Banrisul nas Ilhas Cayman. US\$1 milhão. E, depois, o retorno de US\$1 milhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Senador, o tempo...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Só para completar essa, peço a V. Ex<sup>a</sup> essa concessão. No dia 1º de novembro de 2002, portanto, logo em seguida da campanha eleitoral do segundo turno, US\$1 milhão retornaram através do mesmo caminho, ou seja, fez o caminho inverso. Saindo das Ilhas Cayman, passando por Nova Iorque e chegando a sua empresa, Esfort Trading. O senhor é o único proprietário da empresa e não sabe que a sua empresa recebeu US\$1 milhão no dia 1º de novembro de 2002?

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Obrigado, Senador.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desconheço e não vou reconhecer isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não, Relator.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Apenas para concluir, é evidente que, se ele está sendo sincero – eu até admito que esteja sendo –, foi utilizado. É o que se chama popularmente de “laranja”, sem ofendê-lo, mas é o que nós consideramos – essa é a linguagem popular –, é a figura do laranja que está aí à frente. Foi utilizado pelo Sr. Marcos Valério.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Obrigado, Senador. Só para informar, a próxima oradora inscrita seria a Deputada Iriny Lopes, que não se encontra presente. Encerram-se as inscrições dos Suplentes, e temos ainda dois não-membros e duas reinscrições.

Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, eu terei que me ausentar rapidamente, para atender a interesse da Comissão, mas gostaria que o Sr. Depoente nos esclarecesse a respeito de umas questões que sobram da inquirição anterior e que talvez não tenham maior importância.

Eu queria que o senhor declarasse quem é o proprietário do terreno onde está sediada sua firma Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – O senhor diz é... Na Nelson, aquele endereço que foi constituído...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, eu quero saber o proprietário do terreno onde está sediada, onde a Garanhuns tem a sua sede.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não sei, honestamente, quem é o proprietário do terreno, porque quando adquiri a empresa, certo, ela estava nesse endereço. Eu mudei a empresa. Agora, quem é o proprietário do terreno, eu acho que tem de ser perguntado não para mim: ao dono anterior.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu acho que é para o senhor. O senhor é que opera a firma, o senhor deve pagar o aluguel do terreno. O senhor tem um imóvel nesse terreno e não sabe de quem é o terreno?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu não tenho um imóvel nesse terreno.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aluga?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Nessa rua, nesse endereço?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, na rua, não. O proprietário do terreno onde a Garanhuns está localizada. O senhor não sabe?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, não sei. Não sei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor deve saber qual foi o contador que serviu ao senhor na alteração contratual que permitiu o ingresso da sua própria firma, da Esfort. Houve um contador que fez a contabilidade para admitir como sócio a Esfort, que era do senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Qual era o nome desse contador?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não tenho o nome, mas eu me comprometo a informar o nome para o senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, nesses oito dias que lhe foram acenados para mandar o documento do contrato, o senhor poderia mandar o nome do contador, não é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Certo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor naturalmente participou de negociações entre a Esfort, que era do senhor, e os antigos sócios da Garanhuns, os sócios que foram substituídos pela Esfort. O senhor sabe quais são os sócios que foram substituídos na firma Garanhuns pela Esfort?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Espera aí, por favor. Coloque... Eu não entendi, Excelência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A Garanhuns era uma firma constituída de vários sócios, não é verdade? Anteriormente ao senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Anteriormente, eram outros proprietários.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Outros sócios.

Aí o senhor entrou para a firma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com a sua firma chamada Esfort?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não é isso?

Quais eram os sócios que a Esfort substituiu dentro dessa firma? O senhor teve negociações com eles, pois comprou a parte deles.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu comprei... Foi transferido a mim, eu comprei a porcentagem de 1%, que era...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor comprou parte das ações ou das cotas limitadas dos antigos sócios...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas isso tem no contrato.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor não mandou o contrato ainda. Eu estou perguntando ao senhor.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas eu vou apresentar o contrato para o senhor daqui a uma semana. Eu estou pedindo... Eu apresento o contrato para todo o mundo. Isso é público.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não pode adiantar qual era o nome dos sócios?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Os sócios anteriores da Garanhuns? Sim. Eram Lúcio Funaro e...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso é o que eu queria saber. Quer dizer que a Esfort, no fundo, comprou a participação de Lúcio Bolonha Funaro na Garanhuns?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Era...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso é verdade?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É, sim. Tem no contrato. Isso é público.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – OK. Os não-membros.

O Senador César Borges não se encontra entre nós.

Deputada Laura Carneiro.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria pedir desculpas, porque hoje não foi um dia em que pude acompanhar diretamente a reunião. Foi um dia complicado.

Pelo que me informei com os colegas, o depoente não ajudou muito. Não sei se a tese de que é laranja me assusta ou me confunde.

Antes de fazer a pergunta principal, já que meu tempo é sempre muito reduzido, queria fazer uma primeira pergunta. O seu carro, em Santo André, é um Gol verde. É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho um Gol.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Mas é esse carro que o senhor usa normalmente?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Desculpa.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – É esse carro?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É. É um carro... Sim...

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – O senhor leva uma vida de classe média. Diria assim? O

senhor mora num apartamento de classe média em Santo André. É assim?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim, tenho um apartamento bom e um carro razoável. Um carro bom.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Sim. Um Gol verde.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Um Gol que é verde. Não sei...

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Carro razoável.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Verde. É um Gol.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Não, não. É só porque o Gol é um carro razoável...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É porque a...

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Então, o senhor leva uma vida de classe média. É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu não sei o que pode ser classe média. Eu acho que é uma vida normal.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – De classe média.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Uma vida normal.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Uma pessoa que tem um Gol e um apartamento.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Que vive no seu apartamento, não paga aluguel.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – É uma vida de classe média.

Eu posso estar errada, mas nosso companheiro, Presidente da CPI dos Órgãos, meu chefe, Deputado Neucimar Fraga, chegou a constatar a existência de uma conta em que o senhor e a sua mulher movimentaram nove milhões. É isso, Deputado Fraga? Eu queria entender como uma pessoa que movimenta R\$9 milhões na conta precisa de um Gol. V. Sª não gosta de carros. É isso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho um carro normal. Para mim, é um carro normal.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Gol?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É um Gol. Muito bom carro.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – É aquele 1.6 ou 1.0?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É um Gol. Normal. Um carro.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – 1.0?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – 1.0?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É 1.0.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – O senhor não gosta de dirigir?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Dirijo.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Ah, sim. Está certo. Deixe-me perguntar: o senhor sabe informar a esta CPMI se existe um relatório encaminhado pelo Banco Central ao Coaf, que diria respeito a um esquema de lavagem de dinheiro identificado pela... semelhante ao identificado pela CVM, envolvendo três corretoras e 400 empresas de fachada no Estado do Maranhão? O senhor nunca ouviu falar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Em 1999, a Garanhuns teria se prestado, junto com outras sete empresas, a um prejuízo de um milhão à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão. O senhor nunca ouviu falar nisso?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Veja só, eu nunca... Eu li alguma coisa recentemente sobre isso.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – O senhor leu?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Mas acho que... Como...

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Então, vou ler mais, para o senhor me explicar melhor.

O esquema teria envolvido quase 20 fundos de pensão, que foram lesados em 180 milhões, em 16 meses rastreados. Duas das quatro corretoras intermediárias são da minha cidade. A Turfa e CQJR. No ano passado, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro entendeu que esse envolvimento da Garanhuns e esses fundos de pensão causaram um rombo de 31 milhões para o Rio Previdência, que é o fundo de pensão dos servidores do Estado do Rio de Janeiro – isso em 2002, quando a gestão era da nobre ex-Governadora Benedita da Silva.

O senhor sabe responder alguma coisa? Só para ajudá-lo na sua resposta, essa empresa Turfa, uma das corretoras, por acaso era do filho do dono, minto, do Presidente do Rio Previdência.

O senhor poderia me informar? Porque esse relatório existe.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Pode ser que exista. Eu desconheço.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – O senhor não sabe também?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Está me dando dados de 1999...

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Não, depois de 2002.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu nem era... Eu desconheço.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Quer dizer que o senhor comprou uma empresa sem nunca... sem se preocupar com o histórico dela? A história do mexicano, do traficante mexicano, também não lhe importou muito? Só tinha essa empresa para o senhor comprar?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu já expliquei para a senhora. Eu não tenho conhecimento.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Mas não estava aqui. O senhor não explicou para mim, porque não respondeu nada.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – V. Exª me perdoe. Estou falando que eu não tenho conhecimento desse tipo de operação que a senhora está me falando.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Eu estou perguntando o seguinte: quando o senhor foi comprar a empresa, pelo menos teve a capacidade de verificar que empresa era essa, o histórico da empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu comprei, porque estava acreditando que a empresa era uma empresa boa.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Está certo.

Sr. Presidente, V. Exª me perdoe, sei que não posso perguntar mais, mas fico muito triste em imaginar que um homem que movimenta R\$9 milhões na conta usa um Gol 1.0 e se diz de classe média.

Sr. Presidente, se a classe média brasileira fosse essa, não estaríamos no problema em que estamos. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Muito obrigado, Deputada.

Há duas inscrições.

Pois não, o depoente quer dois minutos. Há ainda duas inscrições: do Deputado Luiz Couto e do Deputado Neucimar Fraga. (Pausa.)

Reiniciando os trabalhos, passamos a palavra ao Deputado Luiz Couto. No caso da inscrição, são três minutos, não é, Deputado?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, eram três minutos. Como para os não-membros são três e V. Exª concedeu cinco, seria justo conceder também cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Haverá tolerância, Sr. Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É a isonomia. Quero só uma informação. O Tribunal de Contas identificou uma operação desastrosa do IRB no Governo Fernando Henrique Cardoso. Só em uma operação, R\$240 milhões. Foi um prejuízo de R\$5,4 milhões, correspondendo a R\$21,3 milhões à época. V. Sª recebeu,

Sr. José Carlos, da SMPB o valor R\$138 mil para a aquisição de certificados de participação em reflorestamento nominal endossável. É isso mesmo?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – V. Exª diz 138 mil o quê?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Reais.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. Recebi.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Além disso, o que o senhor recebeu? Há dois recibos que o senhor assina? Há mais algum dinheiro que o senhor...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Tem. Tem esses dois recibos, um de R\$60 mil...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E outro de R\$78 mil?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – É. Só esse.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Não há nenhum outro, para completar os R\$10 milhões do contrato que foi celebrado entre o senhor e a SMPB?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, Excelência, eu assinei... Eu vou ter que conferir isso aí. Gostaria de conferir.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, o senhor mande isso. Se houver mais, o senhor também o encaminhe.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Por favor, eu pediria que o senhor me...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – No termo de declaração que prestou, o senhor fala que foi um advogado que apareceu lá na Garanhuns. O senhor disse que não sabia. O senhor disse que era um advogado do Sr. Marcos Valério. Será que foi o Sr. Rogério Lanza Tolentino que esteve lá com o senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Veja só, Excelência: não posso afirmar o nome de pessoas que não conheço. Foi um advogado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas um advogado vai conversar com o senhor, a pessoa chega, e o senhor nem procura saber quem é?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Perdoe-me, Excelência.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – No depoimento que o senhor prestou à Comissão de Valores Mobiliários, disse o seguinte: “atualmente continua desempenhando a atividade de assessor financeiro do Sr. Moisés, bem como ajuda parentes seus em Minas Gerais”. O senhor tem vinculação com parentes em Minas Gerais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, eu tinha... Eu tenho. Sou, como fala, de Minas, não é?

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – E eu tinha família...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E o senhor ajudava em campanhas políticas em Minas Gerais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Campanhas políticas... Eu ajudava meus parentes em Minas Gerais.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas o senhor disse: “ajudava os parentes em campanha política, cujos nomes o declarante não quis declinar”.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Acho que isso aí está mal interpretado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas o senhor ajudava campanhas políticas em Minas Gerais?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não, isso aí eu acho que é um texto que não está...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas está aqui. O senhor assinou; disse que concordava, que confirmava todo o teor.

Já concluo, Sr. Presidente.

Só queria que o senhor confirmasse, porque aparece mais uma conta. O senhor disse que tinha só na Sudameris; apareceu no Bradesco e em outro banco. Queria que o senhor confirmasse a conta 20000 – X, na Agência 1821, do Banco do Brasil.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É mais uma conta que o senhor tem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Essa conta, veja só, é conta... é... não é a conta da empresa. É uma conta de pessoa física.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim. Mas é uma conta que o senhor tem?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim. É uma conta que eu tenho.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Estou perguntando ao senhor...

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Aí o senhor está... Perdoe-me, Excelência, o senhor está me perguntando da empresa ou está me perguntando da...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas foi perguntado sobre as contas que o senhor tinha.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Não foi assim que foi colocado; pelo menos não foi assim que entendi.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Então, pergunto – o senhor tem agora a oportunidade de dizer – que outras contas o senhor tem, além das contas da empresa?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu tenho a minha conta no Bradesco.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E essa também?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Essa conta... Essa conta acredito que deve estar encerrada

ou... ela deve ter algum saldinho, alguma coisa nesse sentido.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor disse que era uma conta para colocar o resultado da especulação que era feita.

O senhor disse que comprou do Sr. Lúcio Bolonha...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Para concluir, Deputado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Só concluir. Foi dele mesmo que o senhor comprou a Garanhuns.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Qual foi o valor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, Excelência, eu prefiro não manifestar, não revelar isso.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Mas no contrato tem lá?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Eu acredito que...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – No contrato tem. Então, o senhor vai dizer.

Sr. Presidente, vou fazer o requerimento, convocando o Sr. Lúcio Bolonha Funaro, que é um especulador, segundo a matéria aqui, profissional, muito conhecido em São Paulo. Aos 32 anos, Funaro tem patrimônio declarado de R\$12 milhões, circula em carros de luxo e aluga helicópteros, nos fins de semana, para visitar fazendas de amigos. Uma das suas especialidades é ganhar dinheiro nos fundos de pensão. Então, vou pedir a convocação, para que ele possa vir a esta CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, naturalmente, vai encaminhar o requerimento por escrito.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não, Senador Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Sr. Presidente Daniel, gostaria de fazer um esclarecimento importante sobre o Sr. Lúcio Bolonha Funaro, que, diferentemente do que foi exposto em alguns órgãos de imprensa, não tem relação de parentesco próxima do ex-Ministro Dilson Domingos Funaro. Houve uma matéria, salvo engano meu, publicada no jornal **Correio Braziliense**, que mencionava os Srs. Funaro – eram dois – como sendo filhos de Dilson Domingos Funaro. Quero aqui dizer que conheço muito bem os meus sobrinhos, o Dilson Funaro, que foi Ministro da Fazenda e que sempre foi reconhecido como uma pessoa de extraordinária seriedade e patriotismo.

Nenhum dos seus filhos tem o nome aqui mencionado. Então, queria esclarecer esse ponto para qualquer pessoa interessada.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Só para dizer, Senador, que o próprio jornal já reconheceu que houve uma falha e reparou isso.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Portanto, o esclarecimento.

Passo, então, a palavra ao Deputado Neucimar Fraga. Três minutos.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Sr. Presidente, nobre Deputado Daniel Almeida, Sr. José Carlos Batista, só para esclarecer uma pergunta feita anteriormente a V. S<sup>a</sup>. O senhor confirmou, em depoimento a esta Comissão, numa pergunta feita por este Parlamentar, que, quanto à conta em que movimentou R\$9 milhões, uma conta conjunta com sua esposa, o senhor iniciou a operação no período de fevereiro de 2002 a novembro de 2002. O senhor movimentou essa conta no valor de R\$9 milhões. Confirma?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Confirmo.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Podemos afirmar que essa operação, esse envolvimento do senhor com esse episódio que hoje é objetivo de investigação iniciou, então, em fevereiro de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então, não foi em novembro de 2002. Foi antes das eleições, em fevereiro de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então, em fevereiro de 2002, V. S<sup>a</sup> já movimentava recurso financeiro na conta conjunta com sua esposa, para abastecer campanha política ou pagar dívida de campanha?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ok.

O senhor fez isso, na época, em fevereiro de 2002, a pedido de quem? Posteriormente, sabemos que o Marcos Valério entrou. Quer dizer, o Sr. Marcos Valério, em fevereiro de 2002, já tinha contato com o senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Não. Marcos Valério só entrou em novembro de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não. Novembro de 2002.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Então, antes de novembro de 2002, o Sr. Marcos Valério não chegou a operar com o senhor?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Não.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Mas o senhor já operava essa conta com R\$9 milhões, para pagar dívidas de campanhas ou financiar campanhas de 2002, correto?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Sim.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ok. Obrigado, Sr. Presidente!

Só para esclarecer: o senhor pode declarar a esta Comissão quais foram as pessoas beneficiadas com essa movimentação do senhor, entre fevereiro e novembro de 2002?

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Olha, eu vou me reservar, vou-me calar.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PL – ES) – Ok. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Obrigado, Deputado.

Bom, assim, encerramos a lista dos inscritos para esta reunião que teve como objetivo ouvir o Sr. José Carlos Batista.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira, pela ordem.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quero me referir a uma indagação feita pelo Exmª Deputada Laura Carneiro dentro deste texto de relatório do Banco Central para que as coisas fiquem muito bem esclarecidas, muito claras.

Eu vou ler o texto:

O Banco Central identificou centenas de operações de compra e venda de títulos públicos federais montadas em verdadeiras cadeias da felicidade. Em 1999, a Garanhuns se prestou junto com outras sete empresas a causar um prejuízo de um milhão à Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Estado do Maranhão.

Não tem nada a ver com o fundo de previdência dos servidores do Estado do Maranhão nem com o Banco do Estado do Maranhão. Essa caixa de previdência chama-se Capof, tem diretoria, tem autonomia e deve ser responsabilizada pelos atos aqui descritos.

Faço este esclarecimento para que interpretações hoje não sejam dadas às palavras da Deputada Laura Carneiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Concedo a palavra à nobre Deputada Laura Carneiro.

**A SRª LAURA CARNEIRO** (PFL – RJ) – Apenas para registrar, Sr. Presidente, que de maneira nenhuma eu pensaria ou teria insinuado qualquer coisa que não fosse o que faz parte do relatório. Como muito bem disse o Deputado Gastão, isso não tem nada a ver com o Governo do Estado do Maranhão e sim com a caixa de previdência específica, assim como especificamente no nosso Estado, o Estado do Rio de Janeiro. Os indícios são, e é o que está no Tribunal de Contas do Estado, contra o Governo Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Feitos os esclarecimentos...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me apenas, Sr. Presidente, fazer uma pergunta. O Sr. José Carlos Batista iniciou o seu depoimento dizendo que é de Santo André, que tinha profunda admiração pelo Prefeito Celso Daniel e o seu sucessor, João Avamileno. E sabe V. Sª que trata-se de um assunto ainda pendente, de enorme interesse da opinião pública, do povo de sua cidade de Santo André, mas também de todos nós que admirávamos tanto Celso Daniel. Se, por ventura, tiver V. Sª conhecimento de algo que possa ajudar no reconhecimento do seqüestro e assassinato do Prefeito Celso Daniel, se V. Sª tiver qualquer elemento que possa contribuir para o desvendar dos fatos agradecerá se pudesse transmitir a esta Comissão.

**O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA** – Infelizmente, Senador, eu não tenho nenhum esclarecimento com relação a isso.

A minha manifestação foi a seguinte: que eu morava em Santo André e que tinha verdadeira admiração pelo trabalho que o Prefeito Celso Daniel fez em Santo André, que foi uma coisa maravilhosa que toda a minha família mora lá e acha. Eu estava com receio porque eu estava vendo as coisas que estavam acontecendo, movimentando comigo, movimenteí cifras.... Então eu tinha um pouco de receio. Então eu coloquei dessa forma. Mas eu não tenho nada; só, lógico, como um andreense que mora em Santo André me preocupo e fiquei muito triste com esse episódio. Mas não tenho nada para esclarecer.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, gostaria de saber se amanhã nós vamos ter a oitiva dos fundos de pensão e se vamos ter inscrições novas.

Eu só vou perguntar isso aqui para que nós tenhamos as informações para que, a partir das oito horas, possamos fazer as nossas inscrições para os questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Está prevista a reunião de amanhã com esta pauta: ouvir os três fundos de pensão que estiveram aqui na semana passada – a Funcef, a Previ e a Petros. Então, nós... (Pausa.)

O Presidente Amir Lando teria sugerido a manutenção das inscrições. Talvez isso seja um complicador. Quem não participou dessa informação pode se sentir prejudicado. Talvez não fosse algo recomendável, pode gerar problemas na ordem dos trabalhos amanhã.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Para não criar um precedente, Sr. Presidente, acho que o mais correto...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Eu não quero contrariar a orientação do Presidente Amir Lando. Nós podemos consultá-lo se houver tempo ainda, se for possível entrar em contato com os gabinetes, mas acho que deveríamos manter o critério anterior de fazer a pré-lista – normalmente se abre aqui a partir de 7h30min ou 8h – e obedecer a ordem de inscrição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 15ª reunião da CPMI, convocando outra para amanhã às 11h30min.

*(Levanta-se a reunião às 19 horas e 53 minutos.)*

#### ATA DA 16ª REUNIÃO – REALIZADA EM 31 DE SETEMBRO DE 2005

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Sibá Machado, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Álvaro Dias; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Zico Bronzeado, Darcísio Perondi, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Perpétua Almeida, e do parlamentar não-membro, Deputado Babá, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRI-

TO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 16ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva dos presidentes dos fundos de pensão do Banco do Brasil, da Petrobrás e da Caixa Econômica Federal, Senhores Sérgio Ricardo Silva Rosa, Wagner Pinheiro de Oliveira e Guilherme Narciso de Lacerda, respectivamente. O presidente submete ao plenário, através de votação simbólica, sugestão do relator, que declara que os depoentes não se encontram nem na posição de testemunha nem de investigados, podendo, portanto, ser ouvidos simultaneamente. Essa proposta é aprovada por ampla maioria, tendo como votos contrários os deputados Arnaldo Faria de Sá, Zulaiê Cobra, Moroni Torgan, José Rocha e Júlio Redecker. Nestes termos, a Presidência convida os senhores Guilherme Narciso de Lacerda, Sérgio Ricardo Silva Rosa e Wagner Pinheiro de Oliveira para prestar seus esclarecimentos. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquirir os depoentes, seguido dos seguintes parlamentares: Ana Julia Carepa, Arnaldo Faria de Sá, Daniel Almeida, Eduardo Suplicy, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Batista da Motta, João Correia, José Carlos Araújo, José Rocha

Júlio Redecker, Luiz Couto, Moroni Torgan, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Wladimir Costa, Zulaiê Cobra, Juíza Denise Frossard, Rodrigo Maia, Antonio Carlos M. Thame, Heráclito Fortes, Perpétua Almeida e Zico Bronzeado. Houve um período de interrupção da reunião entre as dezessete horas e vinte minutos e às dezenove horas. Após o reinício da reunião os parlamentares seguem inquirindo o depoente até as vinte e três horas e trinta e nove minutos, quando, não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião, convocando-se a próxima para o dia primeiro de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação jun-



tamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para apurar a compra de votos.

Esclareço que a pauta de hoje se destina a uma reunião com os Presidentes dos seguintes Fundos de Pensão: Previ, Funcef e Petros.

Convido para tomarem assento à mesa os Srs. Sérgio Ricardo Silva Rosa, da Previ; Wagner Pinheiro de Oliveira, da Petros; e Guilherme Narciso de Lacerda, da Funcef.

Quero pedir à Secretaria que providencie mais uma cadeira.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem preliminar enquanto eles estão... Eles estão sendo ouvidos em que qualidade aqui? Como testemunhas?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos definir preliminarmente essa questão. Eles não estão sendo acusados de nada. Nesse momento, não pesa nenhuma acusação sobre os mesmos. É evidente que eles vêm para prestar esclarecimentos à Comissão; essa função é tipicamente de testemunha.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então eles poderiam fazer o compromisso legal, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós vamos verificar agora aqui porque houve também uma... Eles vieram aqui na condição de... para prestarem os esclarecimentos. Nesse momento, eu entendo que eles vão prestar informações nem sob um título de acusados nem propriamente de testemunhas; eles vão prestar as informações a esta Comissão na forma daquilo que foi inicialmente indicado aqui. Eles se ofereceram para prestar essas informações. Eles foram convidados, não foi uma convocação formal.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas acredito que seja na qualidade de testemunha; consequentemente, o compromisso de dizer a verdade deve ser tomado naturalmente. Não entra aqui nenhum mérito, nada, nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A condição foi esta: foram convidados. Nesse primeiro momento, foram convidados para prestar esclarecimentos sobre alguns fatos, algumas irregularidades. Então, propriamente não são testemunhas também, porque eles não estão testemunhando nada, não estão testemunhando um fato de terceiros, eles vão dar informações sobre o exercício de suas respectivas funções. E aqui a única questão que pode derivar é, se

houver a identificação de alguma irregularidade, eles passarão até à condição de acusado.

**O SR.** (Orador não identificado) – Só a título de esclarecimento, Sr. Presidente: depois, não foi votada uma convocação deles depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não foi votada uma convocação propriamente; foi votada a transformação, até para suspender, aquela reunião que estávamos fazendo fechada em reunião aberta, em audiência pública.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma questão de ordem.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O art. 413 do Código de Processo Civil fala que se ouvirão as testemunhas separadamente. Seria importante a qualificação por parte de V. Exª porque, se seguirmos o rito do Código de Processo Civil, poderá não ser válido o depoimento se forem tomados como testemunha, segundo o Código que solicito a interpretação de V. Exª nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A minha interpretação nesse momento exatamente não é nem de testemunhas, porque eles não estão testemunhando fato de terceiros, eles estão aqui prestando informações sobre as ações, as gestões deles mesmos. Nesse particular, não posso dizer que eles estão testemunhando, porque, se alguém dá uma explicação da sua própria gestão, seria um convite, foi feito um convite para que eles prestassem esclarecimentos a respeito da gestão dos Fundos. Eles se dispuseram a fazê-lo. Inicialmente não tínhamos um vínculo aqui direto. Então, quer dizer, não houve convocação sob um título seja de testemunha, seja de acusado.

Eu vejo que eles estarão na condição de serem inquiridos por esta Comissão sob a sua prática administrativa. Nesse momento, podem surgir até alguns casos direto até de imputação delituosa.

Então defino a questão de ordem de V. Exª de que não há aqui um depoimento de testemunha...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas há um outro tipo de depoimento. E todo compromisso tem que ser prestado; eles vêm aqui como dirigentes de empresas, eles têm que prestar compromisso. Claro, porque eles não podem chegar aqui e dizer o que eles querem; eles vão dizer aquilo que é verdade, segundo a lei. Todo Secretário de Estado, todo Ministro de Estado que comparece...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então só vejo o seguinte. Só vejo alguma condição, testemunha, não; então, serão na condição de acusado. Agora ninguém falou que não dissesse a verdade.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, quero complementar a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há testemunha. Então respondo logo...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não, mas eu quero fazer a complementação.

Na semana anterior, quando vieram aqui, vieram espontaneamente; posteriormente, se não estou equivocado, esta Comissão aprovou um requerimento de convocação dos três presidentes dos Fundos aqui presentes. Quando há uma aprovação de um requerimento que foi feito por consenso, muda a qualificação dos depoentes. É nesse sentido que quero complementar a questão de ordem. Peço o Código de Processo Civil aqui. (Pausa.)

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de contribuir com V. Ex<sup>a</sup>, apenas para lembrar os fatos que nos trouxe a esta reunião de hoje.

Naquele dia, os três diretores dos Fundos vieram, conversaram com V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> conversou com a Comissão no sentido de ouvi-los. Eles estavam vindo aqui apenas de própria vontade, para prestarem informações sobre qualquer hipótese que envolva os Fundos de Pensão. Naquele momento, seria a reunião reservada, porque se tratava de algumas informações mais diretamente para elucidar algumas preocupações aqui. Acharmos que a reunião poderia ser aberta. Se era naquele momento, ou hoje.

Então estou entendendo que V. Ex<sup>a</sup> tem razão, que estamos apenas transpondo aquela reunião, daquele dia, para hoje, de maneira aberta.

Não se trata aqui de acusados, não se trata aqui de testemunhas, aqui se trata de tirar esclarecimentos. Tanto que é que não foi votado nenhum requerimento de convocação, apenas fizemos um entendimento que transporíamos aquela reunião para hoje.

Portanto, pediria o entendimento aqui da Deputada Zulaiê, do Deputado Júlio Redecker, que pudéssemos ouvir da maneira que começamos naquele dia e de maneira aberta, porque foi isso que ficou entendido naquele dia e foi um consenso de todos nós. Não vejo nenhuma preocupação porque os três Presidentes estão aqui e com certeza vão falar aquilo que eles conhecem em cima das perguntas que lhe forem feitas.

A qualquer momento em que esta Comissão entender que isto aqui não está correspondendo a esta realidade, analisaremos no decorrer da reunião.

Acho que poderíamos seguir a orientação que o Presidente Amir Lando está dando para o entendimento desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero apenas, agora, decidir esta questão. Entendo que a intervenção do nobre Senador Sibá foi para contraditar a questão de ordem.

Vou lembrar os fatos aqui. Tínhamos uma audiência reservada para ouvir os Presidentes dos Fundos de Pensão, que vieram prestar esclarecimento à Mesa. Não aceitei. Transferi esse esclarecimento a todo o Plenário. Esse é o ponto de partida.

Naquele momento – até lembro aqui –, o Senador Romeu Tuma estava presente e sugeriu a mera suspensão daquela reunião. Não vejo que eles estão na condição de testemunho, porque eles não estão aqui testemunhando nenhum fato do conhecimento deles que não diga respeito à ação direta deles. Se algum fato for inquinado de ilegal, irregular, estará recaindo sobre aquela concepção que temos de acusado.

Então, quero dizer o seguinte, nesse momento eles estão aqui para prestar todos os esclarecimentos e dizer a verdade. É evidente que sempre a verdade é um pressuposto de qualquer esclarecimento que se faça a Comissões Parlamentares, de qualquer natureza; seja numa Comissão Permanente, seja numa comissão de investigação. Vejo que seria temerário qualificá-los como testemunhas, porque eles não são testemunhas de ninguém.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Há algum problema em fazerem o compromisso de dizer a verdade? Acho que até podíamos consultá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, quanto a esse aspecto, de dizerem a verdade... Acontece que só posso qualificar o depoimento – é intrínseca a verdade –, ou como testemunha ou como acusado. Em qualquer condição, eles teriam o compromisso de dizer a verdade. A verdade eles teriam de dizer. Na condição em que estarão aqui, como Presidentes de instituições privadas – não são instituições de direito público, mas de direito privado –, ou seriam acusados, já que vão prestar contas da instituição...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Para a CPMI não faz diferença se é pública ou privada. A CPMI investiga qualquer uma e eles têm a mesma obrigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Investiga qualquer um? É diferente. São situações absolutamente diferentes.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não interessa. Para a investigação da CPMI, tanto faz, de acordo com o objeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou falando dos órgãos.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas, para nós, tanto faz, Sr. Presidente. A questão não é

ser Petros, Previ ou Funcef; a questão é que estão respondendo. Vieram hoje a convite, mas eles têm a obrigação de dizer a esta Comissão a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A verdade sempre terão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas, se não houver o compromisso, como saberemos? Se mentirem, o que vamos fazer, se não houve compromisso com a verdade? Tem de haver compromisso com a verdade. Isto aqui é uma CPMI; isto é exceção à regra. Eles não estão numa Comissão qualquer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada, já ouvi V. Exª. Depois decidirei. Vamos ouvir agora a contradita. Ouço o Deputado Odair. V. Exª entende que virão depor na condição de testemunha?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª entende que é um depoimento em que eles vêm na condição de testemunha?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, estão presentes hoje os Presidentes dos Fundos para prestarem esclarecimentos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Negativo.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – O objeto desta CPMI não é investigar os Fundos. Eles prestarão esclarecimentos. Podem, inclusive, voltar a esta CPMI na condição de testemunhas.

Entendo ainda que, para investigarmos os Fundos propriamente ditos, deveríamos ter uma CPMI dos Fundos. Eles vêm aqui prestar esclarecimentos. Então, não há qualquer base jurídica ou legal para que eles estejam aqui na condição de acusados ou de testemunhas. Eles vêm a uma audiência pública prestar esclarecimentos e nós vamos debater com eles as dúvidas e fazer questionamentos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu vou pedir...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já ouvi a todos. Tem a palavra o Relator.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O que o Deputado Odair falou não pode ser verdade. O que é isso? Isto aqui é uma CPMI.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª falou e ninguém lhe tolheu a palavra. Ele tem o direito de falar o que bem quiser.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele terminou de falar. Quero falar sobre o que ele disse. A CPMI investiga tudo. Não estamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. Não há o que falar. Nobre Deputada, é evidente que sei disso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Questão de ordem, Presidente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Peço a palavra pela ordem com base no art. 40, item VI.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quando V. Exª dá a palavra ao Deputado Odair, o faz com muito mais distinção do que para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu dei a palavra a V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A impressão que dá é que V. Exª está contra nós. Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Exª pensa assim...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Ele falou algo que não é verdade. A CPMI não é para isso; é para investigar tudo. Não é para investigar uma coisa...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero chamar à ordem. Desse jeito é impossível.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, é só para informar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com licença. Estou com a palavra. Entendo o seguinte: quando um deputado fala, pode dizer o que bem entende. Não pode falar de maneira agressiva, nem injuriosa. Ele falou, deu sua opinião. É evidente. Se quiserem a minha opinião, eu não concordo com o que ele disse, mas tem o direito de falar.

E V. Exª não tem o direito de censurá-lo, senão terei de censurar todos aqueles que falarem contrariamente ao objeto, que tiverem um estilo diferente. V. Exª há de respeitar a manifestação do Deputado, como respeitei a sua. V. Exª usou três ou quatro vezes a palavra. Quatro vezes lhe dei a palavra e ouvi todo o tempo a sua fala. V. Exª abriu essa discussão. Então, peço a cada um que se mantenha na devida posição regimental.

Passo a palavra ao Relator.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já lhe concedi a palavra e V. Exª já falou.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quero apenas dizer que o requerimento aprovado é o requerimento de convocação feito pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Por isso, passo a palavra ao Relator.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Está aqui. Requerimento de convocação feito pelo Relator, conseqüentemente, tendo sido convocado, vem na qualidade de testemunha ou de investigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos ouvir o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, a presença dos três membros, Presidentes dos Fundos de Pensão, acontece nesta Comissão de maneira inteiramente anômala. Não foi iniciativa de qualquer de nós convocá-los, seja como testemunha, seja como depoente. Foram eles que se apresentaram espontaneamente para prestar esclarecimentos a respeito das suas respectivas administrações dos Fundos que lhes foram confiados.

Dessa forma, proponho que eles sejam ouvidos, por enquanto, sem prestarem juramento de dizer a verdade, porque, se porventura, no curso da investigação, chegarmos à conclusão de que eles têm contas a prestar, nós poderemos... Sr. Deputado, tenha bondade de ouvir.

**O SR. (Orador não identificado)** – Estou ouvindo V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou recomençar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Aqui, temos que respeitar. Há um orador com a palavra. Peço a V. Exª que, agora...

**O SR. (Orador não identificado)** – V. Exª está nervoso!

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– No momento em que V. Exª ergue a mão, as atenções...

**O SR. (Orador não identificado)** – Estou proibido de erguer a mão? Vou ficar com a mão agora erguida o tempo todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pode ficar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Bom, se o senhor vai ficar o tempo todo, eu falo, mas V. Exª vai ter de se manter imóvel, porque, se V. Exª abaixar o braço, V. Exª desvia novamente a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A presença dos três Srs. Presidentes dos Fundos de Pensão nesta Comissão é uma presença anômala. Nós não os convocamos, nós não os convidamos. Foram S. Sªs que se apresentaram espontaneamente para prestarem esses esclarecimentos a respeito de suas respectivas gestões à frente dos Fundos que lhes foram confiados. Aceitamos a condição e os ouvimos em uma reunião reservada.

Em seguida, tornou-se pública a necessidade de ouvi-los não mais em reunião reservada, porque os assuntos tratados demonstraram, desde logo, a importância para o País dos assuntos que foram aqui discutidos.

De sorte que eles aqui não se apresentam, neste momento, ainda, nem como testemunhas e nem como indiciados. E por uma razão muito simples: se porventura prestarem juramento como testemunhas, na hipótese de se configurar a necessidade de indiciá-los por atos praticados contra o interesse público, já não poderemos fazê-lo, porque já estaríamos caracterizando-os como testemunhas.

O melhor é uma dose de prudência que nos reserve a liberdade de qualificá-los, num meio, num terço, no terço final do depoimento, na devida condição em que eles se apresentaram. Se, porventura, através do interrogatório, se chegar à conclusão de que eles cometeram atos danosos à administração dos Fundos, seria então o caso de lhes comunicar que eles passam a ser indiciados e, daí por diante, prestarão depoimentos nessa condição.

É a minha proposta conciliatória, porque, na verdade, eles seriam testemunhas de quê? Não estamos investigando ato específico de nenhum dos Fundos de Pensão. São indiciados de quê? Não são acusados de nenhum ato específico de lesão dos interesses dos Fundos de Pensão. Aguardemos um pouco a evolução das declarações que vão prestar, para, então, fixarmos a condição em que eles se apresentam aos senhores membros da Comissão.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – V. Exª me permite uma questão de ordem, Sr. Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A questão de ordem será feita à Presidência.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, faço-a à Presidência para dirigi-la ao Relator. Posso fazê-la?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pode fazer uma questão de ordem, se V. Exª der o fundamento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, solicito ao Relator... Isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Houve uma convo-

cação, aprovada pela unanimidade dos membros desta Comissão. Não é uma audiência pública a que as pessoas comparecem para se expressar e manifestar as suas opiniões.

Passei ao Sr. Presidente da Comissão, e passo também ao ilustre jurista Ibrahim Abi-Ackel, os artigos 344 e 413... Não, vou ler, Sr. Relator.

“A parte será interrogada na forma prescrita para inquirição de testemunhas.

Parágrafo único. É defeso a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.”

O artigo 413 dispõe que:

“O juiz inquirirá as testemunhas separadas e sucessivamente; primeiro as do autor e depois as do réu, procedendo de modo que uma não ouça o depoimento das outras.”

Estamos aqui reunidos com os presidentes dos três Fundos de Pensão.

Eu faço essa questão de ordem ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Todos os dispositivos regimentais que V. Exª leu dizem respeito àqueles que foram convocados para depor.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, mas a convocação aqui feita... está aqui, Presidente! Não há como desconhecer...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ...espontaneamente. V. Exª não devia tê-los aceitado na primeira vez quando eles se apresentaram aqui espontaneamente. Agora, permita-me fazer uma pergunta a V. Exª no sentido de esclarecer: V. Exª os quer como testemunhas ou indiciados?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Falando a verdade, Sr. Presidente, é o que me basta. Mas eu gostaria que estivessem aqui como testemunhas, na condição de...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como testemunhas de quê? Assassinatos?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – De fato, Sr. Presidente, dos atos procedidos pelos Fundos de Pensão.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, (*inaudível*) jurídica, convém-nos dizer aqui que eles são testemunhas de todos os atos jurídicos pautados na sua administração e no relacionamento da sociedade civil com os Fundos de Pensão. Quer dizer, Sr. Relator, acredito que, aqui, eles estão na condição... não de audiência pública, aonde se comparece para prestar esclarecimentos; eles estão aqui convocados. E aí tem que ser visto que há uma convocação aprovada por unanimidade. Não há como desconhecer isso. A Secretaria da Mesa tem aqui – eu não me lembro o número – o requerimento mostrando que foi aprovado...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É 442. 4-4-2.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, aqui consta claramente “convocação”. Não estão aqui mais como convidados. Se não, não há necessidade de termos aqui uma convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou responder à questão de ordem.

Em primeiro lugar, eles só podem, nessas circunstâncias, serem aqui chamados de “indiciados”. Não há...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eles são responsáveis...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ninguém é testemunha dos próprios atos. Isso é óbvio. É ululante. Isso é acaciano. Ninguém vem aqui para testemunhar os próprios atos. Então, eles vêm aqui para se defenderem dos atos por eles praticados.

Agora, se eles prestariam esclarecimentos, seriam esclarecimentos. E eu entendi que essa era uma fórmula intermediária. E, na medida em que houvesse, evidentemente, a comprovação de fatos irregulares, ilícitos, eles assumiriam a condição de acusados.

Porém, já que V. Exª solicita que os classifiquemos, vejo que não há outra classificação: eles vêm prestar contas das respectivas gestões. Nessa prestação de contas, eles não são testemunhas de si mesmos. Ninguém é testemunha de si mesmo. Isso não existe. Testemunha-se sobre fato de terceiro, que alguém presenciou, um fato de que alguém tem conhecimento, sendo praticado por terceiro; não por si mesmo.

Então, é evidente: não há testemunha de si mesmo, nobre Deputado. V. Exª há de convir que não há. V. Exª é delegado há tanto tempo. Ninguém vai testemunhar de si mesmo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas os ilícitos não necessariamente foram cometidos por eles. Os ilícitos podem ter sido cometidos pelas camadas inferiores... E eles seriam testemunhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eles serão sempre responsáveis...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eles seriam testemunhas, por exemplo, das sindicâncias que fizeram para apurar... de todos os atos apurados. Necessariamente, eles não estão aqui sendo testemunhas deles; eles estão sendo testemunhas de como os Fundos de Pensão atuaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eles, na condição de presidentes, são os responsáveis; ou não são responsáveis?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – São.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– São ou não são?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– São.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, não vamos querer fazer...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Então o Presidente Lula é responsável *(inaudível)* julgamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eles estão aqui na condição de acusados. Ponto final. Vamos às inquirições.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – O senhor acabou de condenar o Lula.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, diante da decisão de V. Exª de que eles estão aqui como acusados,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – ...eu queria aditar a questão de ordem: eles não poderão ser ouvidos em conjunto. Tem que ser um de cada vez, até porque um poderá fazer conluio com o outro se tiver... Então temos que separar os três.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não vejo, nessa condição, que eles sejam testemunhas. Eu não vejo outra forma a não ser essa qualificação. Eu quero dizer aos nobres Presidentes que V. Exªs. não são acusados de nada, apenas o seguinte: é que eu não tenho aqui outra fórmula. Eu entendi que os senhores foram convocados para prestar esclarecimentos. Então, há, aqui, um rigor formal, e eu não tenho como dizer que V. Exªs. sejam testemunhas – testemunhas dos atos praticados na própria administração?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu levanto essa questão de ordem, e vou mandar essa questão de ordem para o Plenário decidir.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra a nobre Deputada Perpétua Almeida, pela ordem.

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, com toda essa confusão, não se chegou, exatamente, a uma alternativa: se eles vão ser ouvidos como acusados ou como alguém que vai prestar

opiniões. O fato é que se nós os ouvirmos como acusados, vamos ouvi-los pela segunda vez, sem que tenhamos quebrado sequer o sigilo bancário deles ou das empresas que dirigem. Portanto, não temos nenhuma informação aqui.

**O SR.** (Orador não identificado) – *(Fora do microfone.)* Já foram quebrados os sigilos...

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Foram quebrados os sigilos, mas não temos as informações. Como é que vamos ouvir pessoas como acusadas se não vamos saber nem fazer as perguntas se não temos as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu vou submeter a questão de ordem ao Plenário. Temos uma primeira proposta, já que há uma divergência. É uma divergência doutrinária, uma divergência de opiniões. Vamos, então, submeter a questão de ordem ao Plenário: se o Plenário concorda com que o depoimento seja como testemunhas... Vou submeter à votação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª tem a palavra e, sem seguida, vou submeter a questão de ordem ao Plenário.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, temos, aí, uma questão delicada que se criou: sendo testemunhas ou sendo acusados, vão ter que ser ouvidos individualmente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É lógico, individualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esta é outra questão, é consequência. Vamos à preliminar.

**O SR.** (Orador não identificado) – Eu, então, quero dizer que o encaminhamento dado pelo Relator, neste instante, é o mais adequado – e que V. Exª deu, também, no início. Vamos ouvi-los e, depois, se houver necessidade... até porque esta preocupação se vão dizer alguma coisa que vá incriminá-los... acho que não é o caso aqui. Para melhor condução dos nossos trabalhos – porque já há uma coisa muito diversionista aí –, sugiro que ouçamos os três – como foi aprovado naquele dia –, sem qualificá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi a nossa proposta, mas aqui há sempre divergências.

**O SR.** (Orador não identificado) – Senão vai criar um problema maior.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, isso já ocorreu, inclusive, na CPI dos Correios, quando o Senador compareceu e foi ouvido sem prestar o testemunho de dizer a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É evidente. Há “n” precedentes em CPIs, há precedentes de toda ordem, mas, aqui, se estabelece uma querela um pouco purista. Entendi que iríamos ouvi-los nessa condição, que não está definida. Não há nenhuma acusação sobre eles. Também, eles vêm prestar contas da própria administração e não podem ser testemunha da própria administração. Eles estão aqui para esclarecer os pontos e responder a todas as perguntas, evidentemente, dentro de uma idéia que seja a verdade.

Então, eu vejo, aqui, que todos respondem que se comprometem a dizer a verdade no sentido daquilo que eles conhecem e puderem dizer. Eu acho que esse é um meio termo satisfatório.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só para concordar? Eu acho que estamos chegando a uma conclusão para que os três possam ser ouvidos juntos. Se formos fazer outros métodos, vamos ter que separá-los e, aí, complica. Então, estamos adotando esse método de não qualificá-los ou não prestar compromissos, porque vamos ouvi-los juntos, porque, se for para fazer aquele tipo de qualificação que uma CPI exige – que é a oitiva – aí vamos ter que separar. Aí, complica. Nesse caso, vamos ter que ouvir cada um de per si. Então, para que possamos adiantar os nossos trabalhos e que possamos ouvir os três juntos, vamos abrir mão, então, do compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – AC)

– Proponho essa solução, que eu já havia proposto inicialmente; é a solução proposta pelo Relator. Vamos fazer o seguinte, para quem não concordar: eu vou submeter essa decisão à apreciação do Plenário.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem... Inclusive agora houve, aqui, um compromisso não formal, mas um compromisso oral, público, de eles falarem a verdade do que lhes for perguntado sobre os fatos.

Eu quero perguntar ao Plenário se concorda com essa metodologia.

Quem concorda permaneça sentado. (Pausa.)

Apenas com os votos contrários.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só uma pergunta, inclusive para contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – GO)

– Não, mas já foi votado. Os votos contrários...

**O SR.** (Orador não identificado) – Só quero saber se V. Exª vai...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – GO)

– Vão permanecer os três.

**O SR.** (Orador não identificado) – Eles entram como indiciados?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – GO)

– Não, não.

**O SR.** (Orador não identificado) – Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – GO)

– Só tínhamos duas hipóteses. Eu coloquei isso. Eu não posso conceber que eles sejam testemunhas de si mesmos. Eles vão aqui prestar esclarecimentos sobre as próprias gestões.

Então, o conceito de testemunha está um pouco... A outra condição seria de indiciado, acusado, mas não há nenhuma acusação formal contra V. Sªs.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – RJ) – Quatro votos contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – GO)

– Bom, por maioria, já registrei os votos contrários.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Solicito o registro nominal dos votos contrários, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – GO)

– Registre o de V. Exª, Deputado Júlio Redecker. No momento, não existiam esses votos contrários, apenas o do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Não vou tomar mais nenhum voto contrário, porque, na hora, ninguém levantou...

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora é tarde. Já declarei aprovado, mas, tudo bem, já que V. Exªs querem: Senador Heráclito Fortes, Deputada Zulaiê, Deputado Moroni Torgan, Deputado José Rocha. Pronto. Todos de acordo. Mas, na hora, quem levantou foram exatamente o Deputado Júlio Redecker e o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Entendo o seguinte: temos de ouvir, temos muito tempo. Esses incidentes processuais são um trauma e, no fim, não resultam em muita coisa.

Buscando o procedimento anterior, vou fazer uma pergunta aos Presidentes, porque eles falaram na última inquirição, quando tiveram a oportunidade da palavra. Pretendem ainda usar da palavra, agora, publicamente? Agora vou estabelecer de dez a quinze minutos para cada um.

Começemos à minha esquerda, pela Petros.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Bem, quero cumprimentar o Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da compra de Votos, Senador Amir Lando; o Relator, Exmº Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Srªs e Srs. Deputados; Srªs e Srs. Senadores.

Agradecemos a vinda a esta CPMI na condição de prestadores de contas, no meu caso específico, da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social – e na condição de gestor responsável por essa entidade, que é uma entidade de direito privado, no entanto pa-

trocinada por uma empresa pública, que é a Petrobras, a nossa maior patrocinadora.

Quero registrar publicamente aos senhores que venho aqui para falar a verdade. Não venho aqui para mentir. Não há o menor sentido. Não sou acusado de nada, e não há qualquer acusação à nossa gestão à frente da Petros.

Se eu viesse aqui, publicamente, a esta CPMI, para mentir e me transformar em acusado, eu estaria cometendo um equívoco comigo mesmo. Então, eu quero dizer aos senhores que venho aqui para dizer a verdade; a verdade de tudo, o que é o papel do gestor de uma entidade como a Petros, como qualquer entidade que tem algum nível de comprometimento com recursos públicos, com a probidade administrativa, com a seriedade e com a moralidade. Portanto, venho aqui para dizer a verdade.

Como eu disse na outra oportunidade, na outra reunião, que seria mais técnica, mais debatida livremente e sobre a qual, agora, volto a falar, os Fundos de Pensão possuem hoje em dia uma governança, uma forma de gestão muito mais moderna do que possuía antes de 2001, fruto de duas leis complementares aprovadas aqui, no Congresso Nacional; muito debatidas aqui, no Congresso Nacional, que são as Leis Complementares nºs 108 e 109, de maio de 2001. A partir dali, todos os Fundos de Pensão, todo o sistema de previdência complementar se viu obrigada a ter uma gestão, uma governança muito mais compacta, muito mais inteirada e fiscalizada por diversos órgãos.

Mais à frente, foi editado um decreto, o Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, que define penas rígidas aos gestores de fundo de pensão e penas importantes, caso este ou aquele gestor cometa equívocos ou erros na administração dos recursos da entidade fechada de previdência complementar.

Tenho uma história de 10 anos no sistema – já vai para 12 anos: quatro anos como membro do Comitê de Investimentos do Fundo de Pensão do Banespa, o antigo Banespa – na época, era estatal, hoje, Santander Banespa, o Banesprev; depois, quatro anos como Diretor Financeiro de investimentos do mesmo fundo e, nos últimos dois anos e meio, como Presidente da Petros.

Sou economista de formação. Trabalhei como funcionário concursado no Banespa de 85 até 2002 e, nesse período, desempenhei, além das funções do Banesprev, a que já me referi, fui economista analista de investimentos do departamento econômico. Prestei serviços na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na assessoria de orçamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na legislatura equivalente ao Governo Fleury, e, durante esse período, contribuí

com diversos programas de Governo estadual do Partido dos Trabalhadores.

Agora, recentemente, participei da transição governamental para o Governo do Presidente Lula. Depois de conhecer por muito tempo o ex-Ministro Gushiken e conhecendo outras pessoas que participaram da transição governamental, entre essas pessoas a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Gushiken recomendou a Ministra Dilma, já nomeada Ministra das Minas e Energia. E a direção da Petrobras recomendou o meu nome para participar da direção da Petros. O meu nome, então, em virtude da minha experiência profissional anterior e da minha qualificação como economista e também pela minha especialização em finanças pela USP e pela FGV de São Paulo, foi aprovado no Conselho Deliberativo da Petros. O Conselho Deliberativo da Petros ou de qualquer fundo patrocinado por estatais tem três membros indicados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes. Nesse caso, tive a honra de receber o voto dos seis integrantes do Conselho Deliberativo da Petros.

Temos também Conselho Fiscal com dois membros eleitos pelos participantes e dois indicados pelos patrocinadores, que fazem a fiscalização e o controle das ações que a Diretoria Executiva exerce.

A Petros possui 35 anos, e temos quase R\$25 bilhões aplicados e investidos no mercado financeiro. Nesses quase R\$25 bilhões, temos mais de 200 ativos, investimos em mais de 200 ativos.

Temos 93.500 participantes, de 25 patrocinadoras e 11 instituidores, que são associações de classe ou sindicatos; temos um custeio administrativo para que a estrutura administrativa atenda esses 93.500 participantes e os 36 patrocinadores, que, durante os 30 meses da nossa gestão, significaram um gasto total de R\$176 milhões, sendo que pessoal e encargo foi um pouco mais da metade, R\$86,8 milhões, e o restante, R\$89 milhões.

Nos últimos três anos, a Petros utilizou o serviço de 437 fornecedores. Temos um patrimônio – creio que tenho entregue a mesma apresentação que fiz na outra oportunidade, estou procurando segui-la – investido, como eu disse antes, de R\$24,7 milhões em 203 ativos.

Temos, nas operações de renda variável, nesses 30 meses, 31 corretoras de valores fizeram operações de renda variável para a Petros nesse período total. Temos hoje 12 gestores de renda fixa para Fundos de renda fixa, por sugestão, terceirizada. E, nesses Fundos de renda fixa de gestão terceirizada, temos também investimentos em títulos públicos e em CDBs.

Tivemos, nos trinta meses acumulados, uma rentabilidade acima da mínima exigida pela legislação de



previdência complementar de 13 pontos percentuais, e a mínima exigida era de 43%. Demos uma rentabilidade total de 58,5%, treze e meio pontos percentuais acima da mínima exigida. Temos tido uma rentabilidade dos nossos investimentos, que cumpre a exigência atuarial, a exigência técnica, para que os investimentos sejam suficientes para pagar os benefícios aos nossos assistidos, sempre acima da meta atuarial. Na média dos últimos dois anos, foram 6,5 pontos percentuais acima da meta atuarial.

A Petros, nos últimos dez anos, tem o histórico de acumulado de cumprir a meta atuarial no acumulado nos últimos dez anos. Um ou outro ano deu um pouco abaixo da meta atuarial, mas investimentos do fundo de pensão devem ser olhados do ponto de vista de longo prazo e ainda que tenha dado um ponto e meio abaixo um ano ou outro, isso não significou comprometimento dos investimentos globais da fundação.

De maneira geral, era isso o que queria falar aos senhores.

Na reunião passada, detalhei mais os investimentos em debêntures diretos que a Petros faz, e agente só compra. A Petros só faz investimentos em debêntures, que é um papel emitido por uma empresa como a Petrobras, a Vale do Rio Doce, a CSN. Ela capta recursos no mercado e capta juros mensais ou anuais, e nós só compramos, só investimos em debêntures no mercado primário. O que significa isso? Compramos diretamente na hora em que é emitida essa debênture, esse papel, essa dívida de uma empresa, e levando até o vencimento. Essa é a política da Petros.

Os investimentos em CDBs, desde 2000, da Petros são feitos todos integralmente em gestores terceirizados, ou seja, em Fundos de renda fixa, que são gerenciados por bancos, por instituições financeiras com gestão discricionária, explicando, com uma gestão que é absolutamente decidida, se vai comprar CDBs deste ou daquele banco absolutamente feita pelo gestor. A Petros simplesmente fala qual é o limite máximo que podemos ter em CDB, disposição em CDB nos diversos bancos, para que os doze gestores não comprem juntos. Por exemplo, para o banco “a”, falamos que é 50 milhões o máximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Mais dois minutos, encerro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Tenho um limite de 50 milhões no banco “a”. Os meus gestores, o gestor um, dois, três, doze, compram, fazem investimentos nos Fundos de renda fixa nesses bancos diversos, nos bancos “a”, “b”, “x”. Se dois deles chegarem a 50 milhões, a gente avisa aos outros:

“Vocês não podem mais fazer investimento em CDB do banco ‘x’”. Essa é a única ingerência, vamos dizer assim, que a Petros hoje em dia possui na compra de certificado de depósito bancários.

De maneira geral, creio que são essas as principais informações e, certamente, ao longo das perguntas, como eu disse antes, na sessão anterior detalhamos um pouco mais sobre fundo de investimento de direito creditório, explicamos um pouco mais os investimentos que a Petros possui em investimento de direito creditório, que é um tipo de fundo de renda fixa.

Todas as senhores e senhores já estavam aqui. Não vou repetir. Acho que é suficiente essa apresentação inicial. Obviamente, estou à disposição das senhoras e dos senhores para quaisquer questões que possam ter, sempre no maior compromisso da verdade para prestar esclarecimentos a respeito de nossa gestão. De outra forma, não viríamos aqui, Sr. Presidente, para ocupar o tempo das senhoras e dos senhores. Afinal de contas, isso não seria ético e muito menos não teria compromisso público e cívico nenhum.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senhores Parlamentares.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, ele explicou a questão da compra dos títulos de debêntures, ele podia ter explicado também se os títulos públicos são comprados apenas em emissão primária.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Haverá tempo nas indagações, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer as perguntas.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, tenho tempo. Se o senhor quiser, falo.

**O SR.** (Orador não identificado) – Depois, na hora da pergunta, o Deputado Rodrigo Maia fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, o problema é o seguinte: cada um faz uma exposição preliminar e, depois, teremos todas as inquições a serem feitas pelos Srs. Parlamentares. Teremos o tempo necessário. Vamos ver se acabamos um pouco com os incidentes.

Então, passo a palavra ao Presidente da Previ, Sérgio Rosa.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que marquei o tempo – até atrapalhei um pouco o depoente anterior – em quinze minutos, e V. Ex<sup>a</sup> poderá controlá-lo à vontade. O tempo do Presidente da Petros não foi esgotado. Vamos esgotá-lo agora.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a nossa intenção, ao termos enviado um ofício para a Presidência da CPI dos Correios e para esta CPI, foi no intuito de nos colocarmos à disposi-

ção para prestar esclarecimentos acerca dos fatos da nossa administração nos Fundos de Pensão. E por que fizemos isso? Porque evidentemente estamos acompanhando as notícias na imprensa, acompanhando os debates nessas CPIs, acompanhando alguns posicionamentos de alguns Parlamentares, que, em alguns momentos, levantaram as possibilidades, a suspeita, digamos assim, de que alguns atos praticados na política de investimento dos Fundos de Pensão pudessem estar, de alguma maneira, relacionados com os fatos que estão sendo investigados nessas CPIs. Durante algum tempo, pareceu que os Fundos de Pensão, então, seriam uma parte relevante do processo investigatório que está em curso.

Somos gestores de três grandes Fundos de Pensão. A Previ é o maior fundo de pensão do País, tem 158 mil participantes, tem parcerias com as maiores empresas privadas do País, com os maiores grupos privados do País; temos parcerias internacionais, do ponto de vista de troca de experiências; fomos convidados recentemente pela ONU para integrar um fórum em que se discute a criação de regras para investimento socialmente responsável no mundo inteiro, e nos sentimos profundamente incomodados com a situação de que se apontasse de maneira genérica – ou, às vezes, até de maneira específica, mas, enfim, que nos parecia imprópria – qualquer relação dos atos de gestão, qualquer relação das políticas de investimento das nossas realizações com esses fatos investigados.

Então, a nossa intenção, de nos colocarmos à disposição para prestar esclarecimentos, foi dentro da preocupação de preservar a tranqüilidade dos nossos participantes; preservar a imagem pública que a gente tem construído da Previ e dos demais Fundos de Pensão; preservar o sistema de previdência complementar, que, acredito, é um sistema fundamental para a alocação de poupança no País, e realmente poder demonstrar que não temos nada a ver com isso. Não há nenhum ato praticado que possa se relacionar com os fatos que estão sendo investigados nas CPIs desta Casa. Temos tranqüilidade para estar aqui, inteiramente comprometidos com a verdade, com o esclarecimento dos fatos.

Evidentemente, as operações que envolvem a Previ são inúmeras – pode ser que não tenhamos aqui os dados trazidos ou a memória para esclarecer de pronto algumas questões – e nos comprometemos em procurar esclarecer isso o tempo todo.

Posso dizer claramente que a gestão da Previ, acho que, como a da maior parte dos Fundos de Pensão, vem seguindo um processo de profissionalização muito grande. É verdade que ainda pesa sobre a imagem dos Fundos de Pensão um passado em que inú-

meras operações foram realizadas e deixaram um rastro de suspeita sobre a possibilidade de que tenham sido realizadas por influência política ou por interesse de terceiros, ou operadas por interesses particulares.

Lembrei-me, da última vez que aqui estive, que esta própria Casa foi palco de uma CPI, se não me engano em 1996, que investigou esses casos. Não chegou a conclusões objetivas, mas apontou inclusive à necessidade de se aprimorar a gestão dos Fundos de Pensão, sobretudo integrando mais os participantes, democratizando mais a gestão, aumentando a transparência da gestão dos Fundos de Pensão, como instrumento inclusive preventivo, para que as coisas não viessem a acontecer e se repetir, como parecia que a CPI tinha identificado que estava ocorrendo nos Fundos de Pensão.

E esse processo modernizador, profissionalizante, realmente aconteceu no sistema de Fundos de Pensão, com as Leis nºs 108 e 109, que criaram a obrigatoriedade de participantes serem eleitos para se sentarem no Conselho Fiscal e nos Conselhos Deliberativos das entidades, criando uma gestão compartilhada, criando regras mínimas de funcionamento que obrigam uma decisão colegiada nas diretorias e nos conselhos dos Fundos de Pensão. Depois, essa legislação é aperfeiçoada por resoluções que obrigaram a instituir mecanismos de controle mais sofisticados, como existem nas grandes instituições financeiras. Depois, com Decretos, como o de nº 4.292, que passou a responsabilizar pessoalmente os gestores dos Fundos porque, até então, até a edição desse decreto, quando havia uma irregularidade detectada no fundo de pensão, quem era penalizado era o próprio fundo – multado – e a multa, agora, passou a ser da pessoa física, que pode também sofrer a inabilitação fora todo o processo de condenação.

Então, todo o processo de aprimoramento da gestão do fundo de pensão foi um processo muito intenso, e o nosso compromisso com esse processo também é muito intenso. Nós temos a plena consciência de que, como gestores dos maiores Fundos de Pensão – e eu como gestor da Previ –, somos o tempo todo vistos, olhados, analisados não só pelos nossos participantes, não só pela nossa patrocinadora, mas pela sociedade. É evidente que, às vezes, gostamos e, às vezes, não gostamos, mas é um fato. Tudo o que fazemos na Previ é debatido e tratado na imprensa como em nenhum outro negócio privado é tratado no País. Mas temos o senso dessa responsabilidade.

Dentro dessa política de transparência, nós, inclusive, demos passos sempre voluntários. Por exemplo: fizemos a primeira apresentação para a Associação Brasileira de Mercado de Capitais sobre os resultados

dos Fundos de Pensão. Não há nenhuma obrigatoriedade para isso. A nossa obrigatoriedade legal é enviar o nosso balanço, as nossas demonstrações financeiras para a Secretaria de Previdência Complementar e divulgá-la amplamente junto aos participantes, mas nos dispusemos inclusive a um julgamento mais rigoroso dos analistas de mercado de capitais em apresentações públicas na Abamec. Passamos a divulgar no *site* da Previ informações que vão além daquelas que são exigidas legalmente, para que pudéssemos mostrar os atos que praticamos.

Respondemos, tempestivamente, todas as solicitações de informações que não têm sido feitas pelos participantes e, muitas vezes, inclusive, pelos Srs. Deputados, independentemente de CPI. Recebemos, recentemente, vários requerimentos, que temos também, obviamente, dentro de certos limites que não podem expor certas informações de caráter mais sigiloso, de caráter mais reservado. Mas, naquilo que entendemos que não ofende esse interesse de sigilo ou o interesse de terceiros, temos apresentado e respondido a todos os requerimentos e a todas as indagações que temos sofrido.

Também, dentro de uma política de coerência, definimos – e eu tive várias oportunidades de comunicar isto, especialmente na gestão da Previ, dadas as particularidades da Previ, que foge bastante do perfil de aplicações da maioria dos Fundos de Pensão no Brasil, a Previ tem cerca de 60% de suas aplicações em renda variável, ou seja, em ações, e isso foi uma herança que a Previ trouxe dos anos de 1996, 1997, 1998 e, particularmente, no processo de privatização do País, em que a Previ participou de um conjunto de consórcios que adquiriu empresas privatizada e, hoje, num momento de maturidade, a Previ tenta buscar e tem de buscar o enquadramento e a redução dessas aplicações – um compromisso da nossa gestão absolutamente no sentido de reestruturar e de recuperar o valor de um conjunto de investimentos na Previ que não vinham tendo um desempenho adequado.

Então, isso não é uma questão específica da minha gestão. Acho que já era um compromisso da gestão anterior, mas nós aprofundamos e transformamos isso numa diretriz de gestão e procuramos nos desempenhar de uma maneira muito enérgica e muito forte neste sentido, um compromisso assumido publicamente com os nossos participantes e, muitas vezes, dito inclusive à imprensa. O nosso compromisso, então, era buscarmos a recuperação dessas empresas. E acredito que tivemos sucesso em muitos casos. Acho que, felizmente, na grande maioria dos casos, em que empresas que estavam sofrendo com o desequilíbrio de capital, com o desequilíbrio de gestão, pudemos

aplicar energia, pudemos aplicar determinação. Trouxemos consultorias profissionais para nos auxiliar.

Tivemos entendimentos bastante profundos com outros sócios. Procuramos realmente, e como única meta, recuperar o valor desses empreendimentos, alinhar os interesses, procurar criar liquidez para isso e atender as obrigações dos nossos participantes como o pagamento de aposentadoria.

Já me referi aqui, na última oportunidade, a que a Previ é muito vista como uma entidade que gera um patrimônio de R\$71 bilhões. Pouco se diz dos 4,5 bilhões que pagamos anualmente de benefícios aos nossos associados. Esta é a folha de pagamento da Previ com seus aposentados: 4,5 bilhões ao ano, pagos. Uma entidade centenária, a Previ, sem um único dia de atraso, sem uma única oportunidade em que tenha sido inadimplida essa obrigação da Previ.

No curso desse processo de reestruturação – talvez, se for do interesse dos senhores, poderão ser feitas questões pontuais –, como já disse, tivemos que tomar atitudes, na maioria das vezes, de negociação e, algumas vezes, inclusive, de ação jurídica. Seguramente, hoje há um caso em questão que ganhou também as páginas da imprensa, que tem aparentemente sido objeto também de preocupação de alguns parlamentares: o caso que envolve os investimentos realizados em 1998, junto com o fundo CVC Opportunity, que tem como empresa maior desse investimento a Brasil Telecom, além da Telemig Celular, a Amazônia Celular, o Porto de Santos, a Saneapar e o Metrô do Rio de Janeiro. Caso que ficou conhecido como a maior disputa societária do País. Esse caso, posso dizer aos senhores, tem uma relevância enorme para os Fundos de Pensão. Em termos de valores corrigidos, os investidores brasileiros, quase todos Fundos de Pensão, apenas não considerando fundo de pensão o próprio BNDES, investiram recursos que, hoje atualizados, seriam da ordem de R\$3 bilhões. Portanto, investimento extremamente significativo para esse conjunto de investidores que estava numa situação de risco muito grande. Quem identificou essa situação, quem identificou a fragilidade dessa estrutura de investimentos não foi a gestão do Sérgio Rosa, não foi a gestão que se iniciou em 2003 na Previ, nem o Wagner Pinheiro, nem o Guilherme Lacerda na Petros. Os questionamentos acerca da fragilidade desses investimentos se iniciaram aproximadamente no ano de 1999 e 2000, quando os dirigentes desses três Fundos tomaram providências jurídicas, contrataram advogados, começaram a fazer questionamentos e procuraram paulatinamente corrigir as distorções que estavam localizadas na origem desses investimentos.

Acredito que estamos agora apontando para a possibilidade real de recuperar esses investimentos e a capacidade de vender essas empresas da maneira correta, apropriando o prêmio de controle que pagamos no momento da privatização por essas empresas. É importante registrar isto, quando o Governo definiu o modelo de privatização das empresas brasileiras, definiu a venda de um pequeno bloco de ações ordinárias que representavam o controle das empresas e definiu como preço mínimo um prêmio bastante elevado – um prêmio bastante elevado como preço mínimo – em relação ao valor de mercado das ações dessas empresas. E obviamente pagamos isso. Não só pagamos como os outros sócios que constituíram os consórcios junto conosco pagaram esse prêmio de controle. É absolutamente necessário, para recuperar o valor do investimento realizado, que a gente possa vender essas empresas com o prêmio de controle. É a única maneira de recuperar. Se alguém pretende que a gente venda a nossa participação societária adquirida com o prêmio de controle a valor de ações do mercado isto significa realmente destruir um patrimônio de R\$3 bilhões investidos dos trabalhadores.

E o nosso compromisso com o patrimônio dos trabalhadores nos dá a tranquilidade e a segurança de poder enfrentar essa disputa societária, que é considerada a maior do Brasil, em torno da qual muitas vezes somos intimidados, em torno da qual muitas vezes temos nossas atitudes distorcidas, mas que a gente tem absoluta tranquilidade e determinação. Por quê? Porque sabemos que é o nosso compromisso inarredável de defender o compromisso dos trabalhadores.

E estamos aqui. Confesso para os senhores que não acredito que este fosse o fórum mais adequado de tratar questões dessa natureza: contratos privados, cláusulas complexas. Mas, infelizmente, muitas vezes, esse debate foi trazido pra esse terreno. Eu diria que não me é confortável travá-lo aqui, porque seria muito melhor se isso fosse resolvido numa mesa de negociação entre as pessoas. Mas também quero dizer aos senhores que estamos totalmente tranqüilo para, se for o desejo dos senhores, esclarecer todos os fatos relativos a isso e demonstrar que todos os atos praticados, todos os contratos assinados, todas as ações tomadas foram no único interesse de defender este patrimônio do investimento dos trabalhadores.

Fico por aqui. Sei que, evidentemente, há questões específicas que os Srs. Deputados poderão perguntar, e nós estaremos aqui, disponíveis, para poder prestar esses esclarecimentos da melhor maneira possível.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Presidente da Funcef, o Sr. Guilherme de Almeida.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Lacerda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Lacerda. Perdão, daqui não deu para ver, porque eu fiz uma leitura equivocada.

Guilherme Lacerda.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Exmº Sr. Presidente da CPMI, Senador Amir Lando, Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Srs. e Srªs Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados, profissionais da Casa, profissionais da imprensa, senhores e senhoras que estão acompanhando este evento, esta audiência, a nossa exposição, dentro do prazo estabelecido, vai ser feita até mesmo para avivar um pouco os pontos dos temas. Tenho a preocupação de não me tornar enfadonho porque, na semana passada, já estivemos aqui fazendo apresentação e a maioria dos senhores estava presente.

O nosso intuito, então, é fazer uma apresentação para aqueles que porventura não estiveram aqui e também, a partir daí, nos colocarmos à disposição para as questões que deverão ser feitas.

Gostaria de ressaltar e dizer o seguinte: em primeiro lugar, vou fazer uma apresentação minha. Já tinha sido feita, mas vou fazê-la novamente.

Eu sou professor universitário, economista, com Mestrado em Economia pela USP, Doutorado em Economia pela Unicamp, e, antes de estar na presidência do Fundo de Pensão da Funcef, exerci alguns cargos públicos. Fui Secretário Adjunto de Indústria e Comércio do Prefeito Patrus Ananias, em Belo Horizonte; fui Diretor do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, e, ao final do Governo de Vitor Buaiz, fui Secretário de Planejamento; estou, atualmente, vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo, antes estava vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais, em Juiz de Fora, e trabalhei por mais de dois anos como Secretário de Finanças da Prefeitura de Vila Velha, na gestão do atual Prefeito, que se reelegeu.

Eu queria, a partir daí, ressaltar para os senhores e senhoras que a motivação que nos levou, o motivo central, o *leitmotiv*, vamos dizer assim, que nos levou a essa iniciativa de nos colocarmos à disposição para prestar por escrito ou para falar pessoalmente, como vocês julgarem melhor, esclarecimentos sobre fundo de pensão, foi exatamente por causa do seguinte: nós temos uma convicção de que, para além da disputa política, para além da divergência partidária, que é da natureza da democracia, que é da natureza de um País em construção como o Brasil, as instituições brasileiras

podem e precisam-se fortalecer. As instituições podem e precisam-se fortalecer.

Então, dentro desse ambiente que nós estamos vivendo neste ano, eu penso que um dos frutos efetivos desse ambiente é exatamente o fortalecimento das instituições. Os Fundos de Pensão, como o Presidente Sérgio e o Presidente Vagner já colocaram, por várias vezes, estiveram nas páginas policiais e nas páginas políticas em outros momentos, e foi por isso mesmo que, no passado, no Governo passado, houve grandes avanços.

A legislação que foi construída é uma legislação muito forte, muito importante para o fortalecimento de um segmento que tem uma importância central para o desenvolvimento econômico do País, que são os investidores institucionais.

Então, a partir daí, quando nós temos uma outra situação como essa e vivemos uma situação de exceção, como a Deputada Zulaiê colocou, nós nos colocamos à disposição e eu acho que se pode tirar um proveito desse espaço, mesmo que se crie uma situação, que não é o nosso desejo, de constrangimento processual, uma dificuldade processual. Vamos reiterar aqui, deixar afirmado de público, e não poderia ser diferente, olhando nos olhos de cada um, que nós estamos aqui para dar informações corretas, para dar informações exatas. E o que não tivermos aqui – não temos condições de saber tudo, não sabemos o que os senhores e as senhoras vão-nos perguntar –, vamo-nos comprometer, e isso está sendo gravado, a preparar e a mandar por escrito.

Preparamos 10 ofícios para entregar ao Presidente da Comissão, Senador Amir Lando, que julgamos possam atender às necessidades. Pode ser que surjam outras questões a respeito de algum outro ponto. Na reunião da semana passada, ouvimos alguns comentários sobre um ponto ou outro, mas pode ser que não tenhamos todas as informações. Então, é nosso desejo, é nossa obrigação dar informações. Estamos aqui, há diretores nossos aqui. O Presidente da Federação Nacional dos Aposentados da Caixa está aqui acompanhando, presente também.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, acho que V. Ex<sup>as</sup> têm uma oportunidade grande de colaborar com o País, de dar um passo adiante, elucidar e mostrar que grandes instituições podem ser geridas por pessoas que têm identidades partidárias – têm identidades partidárias, está certo? –, cargos técnicos e currículos técnicos. Pode-se fazer uma boa gestão, como foi feito em outros momentos, também. Em outros momentos, também, houve pessoas com identidades partidárias em cargos técnicos, assim como em outros momentos existiram

grandes problemas também. Acho que precisamos tirar proveito deste momento e fazer isso. Esse é o nosso objetivo.

Eu queria ressaltar que não é um fato isolado estarmos aqui. Desde 2003, e fui o último a tomar posse, os nossos colegas estavam organizando um seminário internacional. Fizemos um seminário internacional em 2003 e outro em 2004. Fizemos visitas internacionais, visitamos grandes Fundos em vários países para mostrar a importância de se fazer essa integração com o Brasil, até porque havia uma rejeição muito grande em se voltar a fazer Fundos de investimentos, de se voltar a fazer Fundos de *private equity*, no Brasil, por problemas que vivemos em determinadas circunstâncias, em determinados setores, como o Sérgio já colocou.

Participamos ativamente da discussão sobre as PPPs. Participamos, na Câmara Federal, de uma audiência pública; participamos de debates na Abdi; fizemos viagens internacionais sobre isso também. Então, penso que o processo que estamos tendo, de construção de melhoria da gestão e da institucionalidade, está dando passos largos. Infelizmente, neste ano, tentou-se, mas foi vetada, a questão da Previc, da Superintendência, mas penso que o debate, que foi rico, pode ser aproveitado para ir aprimorando, inclusive, a Secretaria de Previdência Complementar.

A Funcef é uma entidade vinculada à Caixa Econômica Federal que tem 73 mil participantes – 20 mil aposentados e 53 mil na ativa. Mais de 10 mil funcionários estão fora da Funcef mas, desde que chegamos, em 2003, já conseguimos ampliar em 3.600 o número de participantes. Tem um patrimônio de aproximadamente R\$19 bilhões e, no ano passado, pagou em torno de R\$650 milhões em aposentadorias. Temos convênios com o INSS para fazer todo esse atendimento aos aposentados e aos assistidos. Temos problemas muito grandes, especialmente com aposentados de antes de 1977, pois a maioria está localizada no Rio de Janeiro. Estamos fazendo um empenho muito grande para tentar resolver uma pendência antiga que há entre eles e o INSS. Acho que é importante dizer esses pontos para dar um painel de qual é a nossa entidade.

Quando chegamos, em 2003, havia um estoque de problemas. Alguns vinham sendo enfrentados, especialmente nos dois últimos anos – 2001 e 2002 –, e problemas surgiram fundamentalmente no período de 1996, 1997 e 1998, nesse triênio. Procuramos melhorar, fazer melhorias de controle e procuramos diagnosticar bem a situação. Fizemos o diagnóstico da situação. O diagnóstico está aqui, e podemos passar para os senhores e para as senhoras. A partir daí, tomamos a decisão de fazer o nosso trabalho. Não somos polícia, não temos poder de ficar apenas buscando formas de

apurar o passado. Fizemos visitas às entidades em que as ações da Funcef estavam sendo tratadas. Há ações espalhadas em várias instâncias.

Fomos à SPC – Secretaria de Previdência Complementar –, à CVM, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. A partir de meados de 2004, esse trabalho que o Ministério Público Federal vinha fazendo foi ampliado com pessoas que estão dentro da Funcef – eram quatro e, agora, são 12 pessoas –, para as quais cedemos todas as condições, inclusive senha para entrarem em nosso sistema, a fim de realmente fazerem um apanhado, uma análise do estoque de casos que temos para serem resolvidos.

Essa visita que fizemos foi para dizer quem somos, qual o nosso papel em termos de colaboração para que se façam todas as apurações necessárias.

Nossas ações, então, foram feitas nessa perspectiva.

Procuramos fazer um esforço de conter prejuízos. Darei um exemplo: temos um parque temático no Rio de Janeiro, o Wet'n Wild, e quando chegamos, em 2003, já havia uma discussão sobre a suspensão ou não de suas atividades. Tomamos a iniciativa, depois de avaliar, de suspender as atividades do parque, que dava um prejuízo de mais de cinco milhões por ano, e estamos empenhados – empenhados – em resolver a situação daquele terreno, dar-lhe uma destinação adequada, com novo plano, com o novo PDU que está sendo discutido na Prefeitura do Rio de Janeiro, para fazermos um projeto adequado, que atenda às necessidades da população daquela região.

Entendo que fundo de pensão não pode ficar com terrenos, especulando em áreas públicas. Está certo? Temos um prazo para vender e essa venda está sendo feita com oferta pública, por meio da Internet. Esse é um exemplo do que eu gostaria que colocar para vocês.

Procuramos melhorar a redução da vacância dos nossos prédios. Temos mais de quatro mil imóveis espalhados pelo Brasil; temos participação em 18 shoppings e procuramos fazer uma gestão mais próxima deles. Temos cinco hotéis; procuramos colocar prepostos em nossos hotéis, para melhorar essa gestão, e obtivemos bons resultados. Depois, podemos passar as informações para os senhores.

Nossas perspectivas, então, são as seguintes: estamos empenhados em resolver o problema do novo plano. Isso está caminhando, de uma forma quase definitiva, para ser resolvida agora em setembro. Será uma grande contribuição que nós deixaremos. Quando falo “nós”, não falo do Presidente, da Diretoria, mas das lideranças, do pessoal da Caixa, discussão com o Tesouro, com o Dest. Estamos dando grandes passos

para resolver. E como será resolvido? Com o nosso fundo de mais de cinco bilhões, fruto, em grande parte, do superávit que tivemos, ou, dizendo melhor, do resultado positivo, acima da meta atuarial, que tivemos em 2003 e 2004. Somando-se os dois anos, são 14 pontos acima de INPC mais seis, que é um montante de recursos muito grande, que está nesse fundo junto com o acordo da dívida, para que possamos somar ao nosso patrimônio e fazer um novo plano.

Enfim, nós fizemos muitos avanços nesse período: criamos uma empresa locadora de equipamentos petrolíferos – esses três Fundos que aqui estão e outros –; participamos ativamente da reestruturação da Brasil Ferrovias – para isso, tivemos apoio efetivo dos Governos do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de São Paulo. Estivemos com os três Governadores, conversamos e mostramos, embora as muitas críticas injustas da imprensa, que não conhece adequadamente o que foi feito para reestruturar a Brasil Ferrovias, o esforço muito grande que fizemos.

Estamos, na telefonia, fazendo uma análise rigorosa. Não é porque um fundo decidiu fazer que vamos acompanhá-lo, pura e simplesmente. Fizemos uma discussão técnica efetiva e passamos por todas as nossas instâncias em termos de decisão. Criamos projetos de Fundos de investimento. Estamos criando um fundo com o BID de mais de um bilhão e meio. É preciso que isso seja valorizado por todos nós, pela sociedade brasileira. Criamos o fundo Brasil Energia, que está no relatório que apresentamos e lançamos no Palácio do Planalto, para haver recursos para a energia. Ele foi organizado e liderado pela Petros.

Então, esse é o painel que eu queria colocar, dizendo que estamos nos preparando para uma fase da economia brasileira em que a taxa de juros esteja mais baixa. Essa taxa de juros inibe investimentos, restringe opções que possamos fazer, mas temos de pensar em termos de médio e longo prazos.

Estamos aqui para dar esclarecimentos. Peço desculpas aos senhores se repeti alguma coisa que, na quarta-feira, já havia falado, mas eu achava que era importante, e tentarei, dentro do meu conhecimento, dar todas as informações. Aquilo que eu não tiver condições, eu me comprometo a passar para vocês.

É nesse sentido que nós estamos aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para sua inquirição de estilo.

“Estilo”. É evidente que todos conhecem a expressão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Srs. presidentes dos Fundos de Pensão, na última

reunião que tivemos, reservada, tive oportunidade de fazer algumas perguntas a V. S<sup>as</sup> a respeito de um instrumento que é, ao mesmo tempo, de contrato e de seguro, denominado PUT.

O PUT é um instrumento contratual que assegura preços futuros estabelecidos com antecedência. Não é essa a finalidade do PUT?

Não é essa a finalidade do PUT?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– A finalidade do PUT é...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Há notícia de que a Previ, a Petros e o Fundef, conjuntamente, celebraram um instrumento dessa natureza com o Citigroup, assumindo a obrigação de comprar ações que o Citi possui na BrasilTelecom. É verdade?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Sim, Excelência. É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sr. Relator, eu diria o seguinte: os depoentes darão a resposta de acordo com o tema. Se V. Ex<sup>a</sup> não nomina ninguém, então qualquer um que sentir que a pergunta lhe é endereçada dará a resposta.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É porque o contrato foi assinado pelos três.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, qualquer deles pode ser o representante do grupo.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Sim, senhor.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Bom, esse contrato denominado PUT não foi aceito pelo Tribunal de Contas da União, porque, ali examinado, levou o Ministro Benjamin Zimler a considerá-lo potencialmente prejudicial à população, negando registro ao contrato. É bem verdade que os senhores, em nome dos Fundos de Pensão, entraram com um agravo, que ainda está pendente.

É verdadeira a informação?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – É, houve uma decisão liminar em relação ao contrato de PUT, a qual agravamos, como o senhor já mencionou.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O agravo está pendente?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O agravo está pendente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Além dessa decisão do Tribunal de Contas, também um juiz se opôs a essa negociação, considerando-a prejudicial, e determinou por sentença a sua anulação.

É também verdadeira essa notícia?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não tenho conhecimento, Sr. Relator, de decisão proferida no âmbito da Justiça anulando esse contrato.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Chegarei logo ao nome do juiz, mas eu não quero quebrar a série de perguntas.

A informação que se tem é de que o Tribunal de Contas negou registro a esse contrato porque o sobrepreço estabelecido para a ação que o Citi possui nessa companhia, na BrasilTelecom, está altamente valorizado. Ele teria sido fixado com subpreço de 240% sobre o valor dos papéis.

Um dos senhores poderia explicar essa questão?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Poderia ter um tempo para explicar, Sr. Relator?

Bom, como eu já coloquei, inclusive, em minhas considerações iniciais, o modelo de privatização das companhias brasileiras separou um pequeno bloco de ações ordinárias, representativas de uma parte diminuta, vamos dizer assim, do capital total das empresas, e colocou esse bloco, chamado “bloco de controle”, à venda nas privatizações. No caso específico da BrasilTelecom, foi separada uma proporção das ações ordinárias acho que representativa de cerca de 20% do capital total da BrasilTelecom à época, e os consórcios que disputariam, ou que pretendiam adquirir o controle da BrasilTelecom, então, tinham que fazer ofertas para adquirir o total dessas ações, que representavam 20% do capital total da BrasilTelecom. E foi estabelecido um preço mínimo. O preço mínimo estabelecido à época representava um valor de 4,6 vezes o valor por que se poderia comprar uma ação da então Tele Centro Sul na Bolsa de Valores, naquele período. Ou seja, estava claramente caracterizada, naquela situação, uma coisa que é comum não só em processo de privatização – nem era comum, porque as privatizações não eram uma coisa freqüente no Brasil, mas em várias das privatizações isso aconteceu dessa maneira. Uma coisa que era comum na aquisição do controle de empresas era o pagamento do chamado prêmio de controle, ou seja, paga-se um valor maior por aquelas ações que, vinculadas a um acordo de acionistas, caracterizam e atribuem ao comprador daquelas ações o controle sobre os órgãos da administração de empresas. O que é o controle? É a capacidade de indicar a maioria dos administradores dos conselhos de administração e fiscal, e, portanto, gerir, estrategicamente, os rumos da empresa.

O consórcio Solpart, que se formou pelos Fundos CVC Nacional, CVC Internacional e Opportunity Fund, mas com investimentos dos Fundos de Pensão brasileiros, mais a Telecom Itália, fez um lance no leilão

e adquiriu essa companhia. Esse lance representava um valor implícito de 4,9 vezes um valor maior do que as ações de mercado naquela época.

Muito bem. Essa, então, é uma primeira demonstração de que as ações de controle de que tratam o PUT firmado entre os Fundos e o Citibank são ações oriundas daquele mesmo processo, da mesma qualidade e da mesma categoria, portanto sobre as quais recai o chamado prêmio de controle.

Para testar ainda mais a existência de um preço justo nessa negociação, temos uma carta, que já foi divulgada publicamente pelo Citibank, de que recebeu, em fevereiro de 2005, uma oferta do Opportunity, pela mesma participação, de US\$374 milhões, um valor muito próximo do valor firmado por nós, sendo que o nosso valor é um valor, digamos, assim, a prazo. A possibilidade de que o Citi venha dessa participação e de que sejamos obrigados a comprar essa participação ocorrerá só em 2007, ou entre novembro de 2007 e novembro de 2008. Portanto, se formos trazer a valor presente, como se diz no jargão do mercado financeiro, ou seja, descontando pelas taxas de juros desse período, provavelmente esse valor, inclusive, se equilibra ou é menor ainda do que o valor oferecido pelo Opportunity ao próprio Citigroup, pela mesma proporção de ações, pela mesma participação acionária que vinculamos ao contrato de PUT.

Então, Sr. Relator, teríamos inúmeras outras maneiras de demonstrar que não se pode comparar o valor dessas ações ao valor das ações de mercado. É um equívoco. Nós teríamos dezenas de operações realizadas com empresas no Brasil em que foram adquiridas as ações de controle dessas empresas por um valor muito superior às ações disponíveis no mercado. Há inúmeros exemplos, envolvendo tanto empresas privatizadas quanto empresas do mercado. É uma característica do mercado acionário brasileiro, que permite a proporção de um terço de ações ordinárias e dois terços de ações preferenciais. Portanto, comprando uma pequena parte do capital total da empresa, determinado grupo econômico pode, efetivamente, gerir e por isso existe, então, no mercado acionário brasileiro, essa coisa que se chama prêmio de controle, que é a atribuição de um valor maior, a partir de metodologias de cálculo do valor da empresa – que poderiam ser descritas, aqui, também – diferentes das ações de mercado.

Portanto, entendemos que o preço da PUT é um preço justo, está dentro do conceito em que essa empresa foi adquirida e que deve ser vendida, é equivalente a outras ofertas já existentes pela mesma participação acionária do Citibank e corresponde a uma avaliação tecnicamente feita.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Sr. Relator, posso complementar em um segundo?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Pois não.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– É só para dizer, também, o seguinte: esse nosso compromisso que se inicia em novembro de 2007 e vai até novembro de 2008, durante um ano, caso ocorra, terá que ser público – está certo? –, na Bolsa de Valores, ou terá que ser autorizado, caso seja decidido entre as partes, pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. S<sup>as</sup> me perdoem, mas eu sou obrigado a colocar para a Comissão o seguinte: a ação da Telecom custava, em março, R\$23,00. V. S<sup>as</sup>, em julho, compraram-nas por R\$32,00 e, com o compromisso que assumiram com a Telecom, os senhores estarão obrigados a pagar R\$90,00 por lote. Isso significa que os três Fundos de Pensão vão pagar R\$1,045 bilhão por papéis que valem, hoje, R\$340 milhões.

O senhor já explicou que o valor de mercado não tem maior significação, uma vez que essa venda é feita com vistas à fixação de um preço futuro. O que garante a esses Fundos de Pensão a certeza de que essas ações, valendo hoje R\$32,00, possam a vir valer tanto dinheiro em 2007, a ponto de os senhores terem subscrito uma PUT que os obriga a cobrir esse valor, seja qual for a oscilação do preço dessa ação no mercado? Qual é a certeza?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Senador, além de a gente trabalhar com projeções de mercado feitas por instituições financeiras, o valor da empresa, inclusive calculado por diversas instituições de mercado que publicam essas avaliações de mercado, é feito com base num método chamado fluxo de caixa descontado. É justamente a projeção de todos os fluxos de caixa futuros que a empresa pode gerar, obviamente a partir de uma série de premissas que essas instituições financeiras definem, não na matemática, mas nessa questão técnica que foi perguntada. Baseamos nossas discussões em decisões absolutamente técnicas.

Eu falei, no começo, que, realmente, debater um tema desse num ambiente desse não é fácil, mas acho que só posso debatê-lo dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu queria que V. S<sup>a</sup> respondesse ao Relator, depois os nobres membros desta Comissão terão oportunidade de fazer as perguntas que quiserem.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Seguirei, certamente, a recomendação.



Como eu disse, primeiro o cálculo total do valor da empresa é apurado segundo uma metodologia utilizada no mercado, que é o fluxo de caixa descontado. Apura-se o valor total da empresa, calcula-se qual o valor de mercado das ações preferenciais, atribui-se algum diferencial que elas possam adquirir e o valor restante da empresa é atribuído às ações de controle.

Senador, pelos dados de que disponho, a ação da BrasilTelecom, na época Tele Centro Sul, se compararmos coisas iguais, foi adquirida por R\$32,00, quando se adquiriu o controle dessa empresa, e no mercado valia R\$6,60 – comparando a mesma data para os valores das ações. Então, em 1998, o valor pago pelo consórcio Solpart para as ações de controle da BrasilTelecom foi de R\$32,00 e as ações de mercado, na mesma época, eram 6,60. Hoje, em março deste ano, é que elas valem 23, e temos que comparar com o preço implícito da PUT, que calculamos, que dá uma relação de 3,6 vezes – menor, portanto, que as 4,9 vezes que se pagaram de prêmio de controle em 1998. Então, temos que comparar valor de ações na mesma época, senão, vamos estar fazendo comparações que não...

Além disso, nobre Senador, eu só queria esclarecer, também, que esse negócio, esse PUT, se insere num conjunto de outros contratos que recuperou todo valor dos outros R\$3 bilhões que os Fundos de Pensão já tinham investidos. Esse é um outro aspecto fundamental. Não se pode tratar o contrato da PUT de uma maneira isolada. Fizemos contratos que devolveram a toda a outra parcela investida no fundo nacional e nos com investimentos dessas empresas o direito de *tag along*, que é o direito de vender essas ações ao mesmo preço que os demais sócios, que tem um valor enorme no mercado e permitiu compartilhar a gestão da empresa, portanto, trazendo direitos políticos de controle dessa empresa, direitos políticos que têm valor econômico. Detivemos o risco de que essa participação do Citibank, se fosse adquirida por terceiros, formando a maior parte do capital, formando mais de 50% do capital da BrasilTelecom ou do capital de controle da BrasilTelecom, faria com que todo o investimento realizado pelos Fundos de Pensão, por falta de contratos adequados no passado, virassem investimentos minoritários, sem direitos econômicos contratados, e virassem literalmente pó, perdendo todo o seu valor, toda a sua liquidez.

Então, Senador, além de o valor do PUT ter sido firmado num preço justo, ele foi firmado dentro de um contexto de recuperação de valor daquela outra parcela investida pelos Fundos brasileiros, que teria, historicamente, um valor de R\$1 bilhão – corrigidos e atualizados, R\$3 bilhões –, e que poderia, não tendo

*tag along*, não tendo direito de controle da empresa, valer, aí, sim um preço de mercado, ou menos do que isso, porque não teria liquidez. Essa é uma longa história que discutimos na justiça, na CVM e em vários momentos desse processo de recuperação do valor dos investimentos da Previ e dos demais Fundos de Pensão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Presidente, sem desejar ofender, gostaria que V. S<sup>a</sup> fosse mais breve, mais conciso nas suas respostas, porque essas respostas acabam levando a outros temas. Pelo que o senhor acabou de expor, quer dizer que esse contrato com a Citi é a parte negativa de um conjunto de outros contratos destinados a recuperar um conjunto de prejuízos dos Fundos?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu não diria a parte negativa, diria que é a parte de obrigação dos Fundos contra outras conquistas que tivemos, e normalmente uma negociação exige esse tipo de equilíbrio. Então, é a parte de obrigação nossa frente a conquistas importantes econômicas, que recuperaram o valor das demais participações, que já tínhamos, nessa cadeia societária, Senador.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A verdade é que o lucro da Citi é de 100% nesse momento, e os Fundos não têm nenhuma certeza de lucros. Eles têm apenas o risco, que só se vai estabelecer em 2007, ou através de lucros ou através de prejuízos. Não é verdade?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu diria que a gente sempre compara riscos. Toda operação de mercado tem risco. O risco que tínhamos numa situação anterior era infinitamente maior do que o risco que passamos a adquirir com esses novos contratos. Tínhamos operações concretas em curso, como já disse havia uma oferta do Opportunity para adquirir a participação do Citibank. Se essa operação tivesse sido realizada, o Opportunity adquiriria mais de 50% das ações de controle, justamente o Opportunity que negou, durante o prazo em que foi gestor do nosso fundo, os acordos que garantiam os direitos econômicos nossos. E, portanto, se deixássemos isso acontecer, teríamos perdido todo o valor. Então, diria que os riscos que tínhamos antes desses acordos eram infinitamente maiores do que os riscos administráveis que passamos a assumir com esses contratos firmados com o Citibank.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O lucro do Citi é de 100%. O dos senhores é um risco, que poderia ser maior ou menor, mas constitui um risco de negócio.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Diria que o nosso lucro é maior que o do Citi. As nossas

ações, sem prêmio de controle, que podem ser avaliadas no conjunto dos Fundos, em torno de R\$200 milhões, R\$250 milhões. Eu faria uma comparação: a T&W, era uma empresa canadense que investiu numa outra cadeia societária da Telemig, e, por também ter ficado sem proteção num acordo de acionistas, vendeu uma participação, pela qual ela pagou US\$380 milhões, por US\$65 milhões. E poderíamos tomar o mesmo destino.

Então, se compararmos que tínhamos uma participação acionária, que poderia não ter liquidez nenhuma, não ter valor de venda ou ser vendida a um preço muito baixo, em torno de R\$200 ou R\$250 milhões, e que isso passou a ter um valor possível de R\$3 bilhões, que é o valor histórico corrigido nesses investimentos, o valor equivalente, se pudermos vender essa empresa pelo mesmo valor firmado com o Citi, diria que o nosso lucro nessa operação é bem maior do que do Citibank.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o senhor está falando de um negócio de outro grupo que deu certo. Estou falando de um negócio que constitui um risco para os Fundos. Os senhores compraram ações com o preço muito mais alto do que ele possuía no mercado; comprometeram-se a pagar três vezes mais a partir de 2007 por esses mesmos títulos. Estou querendo fixar perante a Comissão que o Citigroup, vendeu muito bem as suas ações, vendeu por um preço muito mais alto do que o do mercado. E os Fundos assumiram um risco. O fato de V. S<sup>as</sup> terem confiança de que o risco não existe, não significa que nós outros não possamos considerá-lo como tal.

Na Cláusula 3ª do contrato, há uma disposição segundo a qual “as disposições nele estatuídas continuarão valendo, mesmo que o contrato não seja registrado, não seja admitido o registro na Comissão de Valores Mobiliários, no Tribunal de Contas e em outros órgãos nos quais esses contratos são obrigatoriamente registrados como a Agência Nacional de Telecomunicações”.

Essa cláusula foi assinada pelos senhores, não é verdade?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Todos os contratos foram assinados por nós, com assessoria jurídica competente, que nos deu os pareceres adequados para assinarmos os contratos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas essa cláusula terceira existe no contrato?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Existe no contrato, conforme está publicado na CVM. Os contratos estão todos publicados já.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Em maio deste ano, de 2005, a Brasil Telecom vinha sendo disputada pelo Grupo Opportunity e pela multinacional Telecom Itália.

Em maio, o Opportunity decidiu vender suas ações para os italianos. Essa operação poderia pôr fim à disputa existente entre os dois. Mas, com o negócio feito entre os Fundos de Pensão brasileiros e o Opportunity, os italianos decidiram desistir da transação, e o Presidente da Internacional Italiana considerou-a, **ipsis verbis**: “Contrato imoral e escandaloso”.

O que V. S<sup>a</sup> tem a dizer a esse respeito?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Foi bom

o senhor trazer à tona esse contrato. Primeiramente, ele foi feito por uma participação minoritária de apenas 9% da cadeia societária – um preço superior àquele que contratamos com o Citibank. Então, é uma operação que, de um lado, justifica totalmente o preço contratado para adquirir uma posição minoritária – sendo a nossa participação prometida de 45% e a deles, 9% – por um preço equivalente àquele nosso firmado.

Além disso, também envolveu a aquisição de ações diretas, ordinárias, de mercado – essas, sim, são de bolsas de valores – por um preço três vezes superior ao seu preço em bolsas de valores. Então, esse contrato, de um lado, tem outras características e, de certa maneira, justifica totalmente o preço contratado pelo Citi.

Quando esse acordo foi firmado, já existiam decisões, na Justiça de Nova Iorque, onde o Citibank ingressou com diversas ações por fraude, falsidade ideológica e perdas e danos, contra o Opportunity. A Justiça de Nova Iorque já havia determinado e proibido que o Opportunity pudesse tomar ou fazer qualquer transação nas companhias que ele ainda dirigia, porque já tinha sido destituído da gestão do fundo, que é o verdadeiro acionista da empresa.

Então, esse contrato já foi feito numa condição de absoluta impossibilidade jurídica, pois fora realizado por alguém que ainda dirigia a empresa, apenas porque não haviam sido convocadas as assembleias para mudança dos administradores. Mas o verdadeiro acionista da empresa, Citibank de um lado e Fundos de Pensão do outro, que estavam em processo de convocar as assembleias e, portanto, fazer a mudança dos administradores, já haviam obtido decisões judiciais proibindo essas transações.

Essas transações, além de venda de ações do Opportunity – na qual não tínhamos nada a interferir –, interferiam também na companhia, porque traziam a obrigação do Opportunity de aprovar a fusão da Tim com a Brasil Telecom Celular. E essa é uma operação com partes relacionadas, que, pelo estatuto da maioria

das empresas e no caso específico da Brasil Telecom, exige decisão nos órgãos de administração da empresa, que não foram convocados para essa finalidade.

Então, esse acordo atentava contra decisões judiciais de cortes brasileiras e de Nova Iorque, contra o estatuto da empresa e contra o interesse dos verdadeiros acionistas da empresa, feito por um administrador que já estava em processo de demissão e de afastamento da gestão da empresa. Portanto, não envolvia apenas o interesse das duas partes que contrataram, mas o interesse de terceiras partes, que deveriam ser necessariamente ouvidas e não foram.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, corre no setor da telefonia que, na verdade, realizada essa operação com o Citigroup, a Brasil Telecom estará estatizada nas mãos dos Fundos de Pensão, porque esses Fundos passarão a dispor de mais de 65% do capital da Brasil Telecom. Foi exatamente por isso que um Juiz de Florianópolis negou ganho de causa aos Fundos de Pensão ao declarar que “a vir ser controlada pelos Fundos de Pensão” – desse modo, a Brasil Telecom, com esse negócio, corre o risco de vir a ser controlada pelos Fundos de Pensão – “o que será obstado pela fumaça do bom direito.” Assina Juiz Hildo Peron.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sr.

Deputado, primeiramente, a única proibição legal que existe é que um fundo de pensão individualmente detenha mais de 20% do capital total ou de classe de ações de alguma empresa. Em conjunto, os Fundos podem deter o controle de uma empresa como detêm, no Brasil, por exemplo, de uma empresa, a Perdigão, que é inteiramente controlada pelos Fundos de Pensão.

Vou usar esse exemplo para mostrar que isso não representa, de maneira alguma, uma estatização da empresa. A Perdigão foi citada, inclusive, na revista **Exame**, como uma empresa campeã, que cresce, por 10 anos seguidos, a taxas superiores a 10% ao ano. Portanto, uma empresa com o padrão de mercado impecável, reconhecido internacionalmente.

Vou citar outro exemplo: os Fundos de Pensão Previ, Petros e Funcef são acionistas da Litel, que têm mais de 50% das ações da Valepar, que é a controladora da Companhia Vale do Rio Doce, maior empresa privada do Brasil e primeira a ganhar o título de **investment grade**, ou seja, o baixo grau de risco de investimento de uma agência internacional de risco, a Moody's. Quando uma agência dessas classifica o risco de uma empresa, ela apura tanto a sua solidez financeira, seu plano de negócios, quanto a sua governança, quais são seus acionistas, que vão conferir estabilidade a esse negócio.

Portanto, eu poderia mostrar que, em situações em que os Fundos de Pensão detêm parte relevante do capital de uma empresa, em hipótese alguma, isso representa uma gestão estatizante. Muito pelo contrário. Tenho provas concretas que demonstram avanços em governança corporativa na profissionalização e no desempenho dessas empresas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se as respostas de V. Sª fossem mais concisas, elas me teriam facilitado muito a compreensão. Eu terei que lê-las e relê-las, porque elas são um tanto quanto – desculpe-me – evasivas. Agora, dizer-me que participar de uma empresa de 65%, por meio de uma operação que se considera ruínosa, não significa estatizá-la, perdoo-me, mas constitui um evidente exagero.

Por certo, para finalizar a minha inquirição, que está sendo longa, tendo em vistas as respostas, e não pelas perguntas, chego à conclusão inevitável de que os senhores assumiram o compromisso de pagar um preço futuro enorme, enquanto que o vendedor, o grupo Citibank, encontra-se em uma situação muito confortável.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS)

– Obrigado, Sr. Relator.

Passaremos à inquirição por parte dos Srs. Deputados.

Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Relator, Srs. Deputados, vê-se que o assunto é extenso, de conhecimento difícil, às vezes, mas importante salientar que os Fundos de Pensão, que, para nós todos, pode parecer uma “caixa-preta”, precisam ser desmistificados publicamente. Existem vários ângulos para avaliá-los. No entanto, me aterei ao ângulo das questões que me parecem complicadas.

Em primeiro lugar, quero relembrar, que esta CPMI trata da compra de votos, da compra de votos. Tem a ver com aqueles que financiaram a compra de votos e que, eventualmente, se beneficiaram, recebendo dinheiro. E há duas datas importantes: a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1997/1998, e reeleição, em 2002. Por isso, quero ater-me à questão da BM&F, Bolsa de Mercadorias e Futuros, cujo presidente é o Sr. Manoel Cintra. Os episódios envolvendo a BM&F, com escândalos, não são incomuns. Para relembrar, temos os precatórios, o caso do Sr. Cacciola. A BM&F é dirigida pelo Sr. Manoel Cintra, que é sócio – só para constatar, sem nenhum juízo de valor – do Sr. Alexandre Bourgeois, genro do Prefeito de São Paulo, Dr. José

Serra, no Fundo de Investimento Orbix, que tem como Superintendente o Sr. Edmir Pinto.

Os dados relativos à BM&F são estarrecedores, porque, só para se ter idéia de um inquérito da CVM – 0301 –, os termos de acusação do Processo SP 2002/029, 2002/030, mostram que o inquérito que analisa a questão do processo de beneficiamento de laranjas, na BM&F, diz o seguinte: “Que não foi possível analisar a distribuição dos negócios; não havia explicação técnica para as operações, que seria difícil caracterizá-las com o *hedge*”. Diz também que “as contrapartes estavam sempre do lado ganhador das operações, apesar de alguns não serem investidores tradicionais”. E a CVM continua: “Que à Comissão de Inquérito restou claro haver fortes indícios de irregularidades nas operações encontradas nos futuros da Ibovespa realizados pela Previ, Banco do Brasil, e pela Funcef, na BM&F. No ano de 1988, constatou-se que, na contraparte dos institucionais, figuram comitentes e pessoas interpostas – “laranjas” –, realizando repetidamente *day trades* lucrativos, cabendo às fundações arcarem sistematicamente com ajustes negativos, o que costuma ser um sinal da existência de favorecimento.

Conclui-se que esse quadro de indício decorreu da postura omissiva da BM&F, o que dificultou a caracterização precisa por parte da CVM de eventuais práticas não-equitativas ou fraudes. E mais: um dos principais argumentos para a inexistência de qualquer controle de registro de ordem por parte dos associados da Bolsa está demonstrado em correspondência da BM&F para as corretoras, com o entendimento de que deveria ficar a critério de cada associada, estabelecimento e manutenção de procedimento para o controle e registro de ordens, apesar do regulamento de operações da Bolsa dispor em contrário.

Ao concordar com o descontrole das ordens, comprovado nas inspeções realizadas em todas as corretoras envolvendo a BM&F, a BM&F suprimiu dela própria e da CVM instrumentos fundamentais para a detecção de irregularidades no processamento das ordens e operações.

Para sentir o tamanho do rombo que a BM&F, que, em minha avaliação, se transformou em uma lavanderia, porque ao retirar toda a capacidade de controle para saber quem são os laranjas e colocar os Fundos sistematicamente perdendo, ela, tirando os controles, autorizou a fraude; e parece que um desses caminhos, senão agora, mais um dos caminhos em que os Fundos de pensões e outras empresas corretoras faziam o desvio do dinheiro.

Se quisermos saber qual é a fonte dos recursos desviados, temos que investigar profundamente. Há

um relatório do Banco Central, encaminhado ao Coaf, à Receita Federal, ao Ministério Público, em que diz, claramente, que o documento descreve um esquema de lavar dinheiro semelhante ao identificado pela CVM, envolvendo três corretoras e quase quatrocentas empresas de fachada, igualmente dedicadas a desviarem o patrimônio dos Fundos, entre elas está a Garanhuns. O Banco Central identificou centenas de operações de compra e venda de títulos públicos federais, montados em verdadeiras cadeias de felicidade, aos moldes identificados na CPI que investigou o escândalo precatório. Mais: duas outras corretoras: a Turfa e a CQJR foram acusadas, pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, de envolvimento no esquema, que causou um rombo de R\$31 milhões no RioPrevidência, Fundo Único de Previdência Social dos servidores do Estado.

A BM&F, pelo menos nesses dois, em vários processos que estão apensados aqui – queria pedir à Comissão, Sr. Presidente, pois fiz alguns requerimentos, para que nos sejam encaminhados, pelo Banco central, pela CVM, esses processos para que possamos analisar, se, naquela época, senão agora, não sei, vou perguntar aos senhores se os Fundos ainda trabalham na BM&F, por que trabalhavam, se, não naquele momento, é especificamente uma oportunidade a investigar a origem do dinheiro que, eventualmente, pode ter financiado a compra de votos em algum momento, o que é objeto dessa CPMI.

Queria perguntar se os senhores operam na BM&F. Se operam, que produtos operam na BM&F? Se os senhores têm conhecimento desse inquérito, de como a BM&F opera sem nenhum controle em relação a BM&F?

Eu gostaria que os senhores pudessem responder se conheciam, se sabiam disso e se conheciam esses processos na BM&F.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Deputado, só um esclarecimento. De quando é o inquérito? Eu perdi, desculpe.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O inquérito começou em 1998. Tem inquérito de 2002, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Quem dos senhores quer usar da palavra? Qualquer um.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Só rapidamente informando, a Previ não opera com nenhum produto da BM&F, não tem nenhuma aplicação na BM&F, no mercado de derivativos. Eu até vi a matéria de uma revista, nesse fim de semana, levantando essa questão, até fui checar novamente nos nossos registros, se operávamos com algum produto da BM&F, e não temos nenhuma operação na BM&F.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas já tiveram?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Recentemente, não. Inclusive hoje a legislação é restritiva nesse sentido, porque para operar com o mercado de derivativos a gente tem certas restrições. Então, eu acho que no período mais recente da Previ não me ocorre. Confesso que não olhei para um período mais longo. Mas, desde a minha gestão, não tem operações nossas ocorridas na BM&F.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB - RJ) – Só para complementar. O senhor não poderia levantar, no período de 97, 98, até agora, se houve isso que está relatado em relação a essa questão do fundo de pensão?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Posso levantar, Deputado, sempre com alguma dificuldade, porque são operações muito antigas, em cujos registros precisa ser feito um trabalho, para recuperar. Mas posso levantar.

No período da minha gestão, não houve operações na BM&F, e não tinha conhecimento desses inquéritos que o senhor citou.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, do ponto de vista da Petros, primeiro, uma introdução. A BM&F é uma instituição autorizada a funcionar no mercado financeiro brasileiro. A Resolução do Conselho Monetário Nacional – 3.121 – estabelece os limites... Explicando, desculpe, essa Resolução do Conselho Monetário Nacional é a que determina limites de aplicação dos Fundos de Pensão. E também em relação a operações do mercado futuro, na BM&F, existem certos limitadores. Tudo isso aprovado pelo Conselho Monetário Nacional. E a BM&F tem autorização legal para funcionar.

Então, a forma de atuação da BM&F é uma coisa difícil de fazer comentário, mas que, efetivamente, o órgão fiscalizador dessa instituição deve ter posição a respeito disso. Não há como um fundo de pensão, vamos chamar assim, o usuário, porque é o investidor, um possível usuário, possa dizer claramente, objetivamente, que há desvio de conduta em relação ao regramento previsto.

A Petros, em seus normativos, em seus comitês, autoriza a realização de operações na BM&F, sim, senhor; eventualmente se faz e, nesta nossa gestão, em algum período, a gente chegou a fazer um percentual de operações na BM&F, de proteção de carteira de renda variável, em que se usa talvez um dos mais líquidos ativos da BM&F, que é o Ibovespa futuro, um índice de Ibovespa futuro, negociado na Bolsa. E levantamentos feitos por nós, na média das operações que a Petros fez, ela sempre ficou em torno de 3,4% do total das operações feitas naquele dia.

Então, existiram, na nossa gestão, já me antecipando, podemos procurar levantar todas as operações nos últimos anos. Com certeza, nos últimos 5 anos, sempre fica mais fácil. Vamos atrás até 1997, e já me comprometo, antecipadamente a mandar todas as operações na BM&F que a Petros fez no período de 1997 para cá.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB - RJ) – Sr. Presidente, só para concluir...

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Só para termos o acerto com os demais, para não haver problema com mais ninguém.

O tempo de V. Exª se encerrou, já o ultrapassou em dois minutos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB - RJ) – Vou concluir, mas ele ultrapassou para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Mas, infelizmente, talvez seja porque V. Exª fez um extenso pronunciamento.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB - RJ) – Sr. Presidente, requeiro a quebra do sigilo das operações realizadas na BM&F, no período de 1998 a 2005, pelos Fundos de Pensão Portus, Postalis, Serpros, Eletros, Real Grandeza, Funcef, Centrus, Petros, Previ, Geap, e Sistel.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – É um requerimento que V. Exª está submetendo à Mesa?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – A Mesa o acata.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Por favor, peço a V. Exªs que levantem a mão.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Tem a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Quero apenas colaborar com o requerimento de S. Exª, porque, se de fato o Deputado Baltazar quer alguma informação relevante, deve pedir o preço da compra do dia e o fechamento do mercado no mesmo dia. Porque, se tiver irregularidade, é essa irregularidade: compra-se de manhã, caiu o mercado, vai para a fundação; subiu, a corretora faz o **day trading**. Então, se V. Exª de fato quer alguma informação relevante, deve pedir o preço da compra e o fechamento do índice Bovespa no final do dia, porque senão V. Exª não vai descobrir nenhuma informação relevante.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Obrigado, Deputado. Está feito o adendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Quem pediu a palavra, por favor, levante a mão. Desde que seja pela ordem, porque vou passar a palavra para o próximo inscrito. Por favor, sobre esse assunto...

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Quem está falando?

**O SR. (Orador não identificado)** – Posso dar a informação para ele?

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. PT – AC) – Desculpe-me.

Vou fazer o seguinte, já que o tempo se encerrou: veremos se dentro da fala do próximo orador V. Sª possa obter a resposta.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

V. Exª dispõe de 10 minutos.

Só para correção: 15 minutos foram dados a ele; os Parlamentares dispõem de 10 minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, no dia em que houve uma reunião fechada, fui o único Parlamentar que fez algumas perguntas. Vou repetir algumas inclusive, e enquadrá-la naquilo que estamos investigando aqui. Porque há muito diversionismo na nossa investigação, e acabamos fugindo do nosso assunto.

Eu gostaria de fazer perguntas objetivas e, se fosse possível, obter respostas objetivas também.

V. Sªs são filiados a algum partido político?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores. Eu já havia dito, e digo novamente.

**O SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. Sªs foram indicados por alguém para a presidência dos Fundos?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Conforme a minha apresentação, e na semana passada, Deputado, participei da transição governamental...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas foi indicado por alguém?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – ...e fui recomendado pelo ex-Ministro Luiz Gushiken à direção da Petrobras.

**O SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Fui indicado pela direção do Banco do Brasil.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Fui convidado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Algum dos Fundos contratou a empresa do Sr. Gushiken, Global Previ, para consultoria?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Só um esclarecimento: a Global Previ é uma sucessora de uma empresa da qual o ex-Ministro Gushiken era sócio, a Gushiken Associados. A Petros contratou a Global Previ Associados para prestação de serviço de consultoria e serviços atuariais em geral.

**O SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A Global Previ prestou serviços de treinamento aos novos funcionários da Previ, no ano de 2004, 2003 e 2005, recebendo no total R\$44 mil, em cada um desses anos, de remuneração pelos serviços prestados.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – A informação que posso lhe dar e que apurei é que, com a Global Previ, temos um contrato de R\$4,5 mil, que foi feito no primeiro semestre de 2004, para treinamento.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Os três Fundos contrataram.

Alguma das empresas que o Fundo controla, ou que tem ações, tinha carteira, propaganda na DNA ou na SMP&B?

**O SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A única que tenho conhecimento, cuja situação de relação de controle já é conhecida, a Telemig, a Tele Amazônia Celular, que tive conhecimento pela imprensa dentro desse processo, e que os Fundos de Pensão estão afastados do Conselho de Administração da empresa operadora, portanto não tem ingerência nas suas decisões operacionais, portanto não participaram dessa decisão. É a única que tenho conhecimento que teve contratos com essas duas empresas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Usiminas?

**O SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não tenho conhecimento. Na Usiminas, nossas participações são fora do bloco de controle, não somos sócios controladores da Usiminas.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – O mesmo se aplica a Petros, em que ficamos sabendo que Telemig Celular e Tele Amazônia tinha contratos com a DNA, as outras empresas, nós não temos conhecimento.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Rigorosamente igual.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Nem sabia que existiam essas empresas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Houve nos anos de 2003 e 2004, por parte de alguns dos Fundos, aumento de aplicação nos Fundos de investimentos dos Bancos Rural e BMG? Já tive oportunidade de perguntar naquele dia.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Na apresentação da semana passada, Deputado, tive oportunidade de mostrar aos senhores em *power point* o nível de investimentos que a Petros possuía e possui em BMG e Rural. A Petros aplica em certificados de depósitos bancários, os famosos CDBs, no BMG e Rural desde, pelo menos, no levantamento que efetuamos, com certeza, 1995.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não; mas, houve um incremento em 2003 e 2004? Essa é a pergunta.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Do ponto de vista, em relação...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V. S<sup>as</sup> ficaram de remeter à Comissão o gráfico dos investimentos. Queremos saber se houve um incremento, conforme há essa suspeita no ar de que poderia ter havido um incremento de aplicação nos Bancos Rural e BMG, para favorecer os chamados empréstimos consignados.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Em relação ao histórico da Petros, não; em relação a 2002, sim. E aí vou dar o número...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Em relação a 2002 houve um incremento. E esses dados V. S<sup>as</sup> trouxeram?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Esse dado, como foi quebrado o sigilo sobre essas operações, já estamos encaminhando à CPMI dos Correios, mas posso dizer alguns dados para V. Ex<sup>a</sup> – geral, não é específico. Durante a nossa gestão, o saldo médio em CDBs foi de R\$184 milhões, em todos os bancos; no BMG, R\$14,5 milhões e no Rural R\$2,6 milhões.

A Petros não compra direto o CDB, quem compra são os 12, hoje em dia os 12, terceirizados, que são instituições financeiras.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Isso já entendi. Só quero saber houve um aumento. Precisamos saber se houve, como se fala por aí, um incremento. Isso ainda não ficou claro; naquele dia não houve resposta e hoje... Só se houve um incremento.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – E houve investimento em Fundos de investimentos de direitos creditórios, que é um nova categoria de investimentos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não é se houve em outros, o quanto representa; se houve incremento.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É que nesse caso, o fundo de direito creditório é gerido, a gestão é feita pelo Banco, mas não se está dando dinheiro para banco. Dei o número naquela época e dou novamente. Hoje a Petros possui R\$80 milhões no BMG em Fundos de direitos creditórios.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Quanto tinha em 2002?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não existia fundo de direito creditório em 2002.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então houve um incremento importante?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Houve um investimento.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Bom, houve um incremento importante de aplicação no BMG.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – No Rural, a Petros tem um fundo de direito creditório que hoje o total aplicado é de R\$5,5 milhões; CDB, a Petros não tem no Rural e tem R\$10,4 milhões no BMG.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Eu poderia responder sobre isso? Com relação ao BMG, nós não temos nenhuma aplicação em 2003 e 2004; então, houve um decréscimo. E trouxe um gráfico para mostrar para V. Ex<sup>as</sup> o que era em 98 e 99, no BMG e no Banco Rural e o que é agora, ou seja, houve uma redução. No Banco Rural, em 2004, houve duas aplicações de CDB feitas por terceirizados que já foram concluídos, de R\$5 milhões, e R\$12 milhões no Banco Rural.

Agora, resumo, isso aqui é o que era em 98, 99, 2000 e o que houve no nosso período – carteira própria: nada. Em BMG e Banco Rural, houve aplicação em CDB em dois momentos, Banco Safra e Caixa Econômica Federal. Não é a Funcef que aplica – e já foi retirado em novembro de 2004.

Quero passar à mão do Sr. Presidente da CPMI o Ofício (*inaudível*) nº 119/05 que dá toda a explicação sobre investimento no Banco BMG e Rural, com todos os dados que estou colocando para V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Deputado, inclusive com o regulamento do fundo.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, quanto aos CDBs da Petros, tenho uma planilha com as informações das aplicações: o valor aplicado, quanto foi pago e quem foi. Vou deixar aqui com a Secretária.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Essas informações, precisamos ter para clarear se é verdade, ou se não é. Então, há suspeição de que...

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – É uma suspeição. Essa é uma das fontes do chamado dinheiro do valerioduto, que se fala. É isso que precisamos saber.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Foi quebrado o sigilo de 1995 até 2004.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Posso esclarecer a situação da Previ? Primeiro, é importante só para contribuir com a linha de raciocínio e de investigação.

Na Previ, todas as nossas aplicações em CDBs de banco são feitas através de um sistema chamado Cetip Net, que é um sistema de leilão eletrônico. São cotadas diversas instituições sem conhecimento das contrapartes. Depois que instituímos esse procedimento é que passamos a fazer cotações dos bancos BMG e Rural. Também temos uma política que define os limites de aplicação com instituições financeiras, e só a partir de 2004 o BMG e o Rural foram incluídos.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Isso já ficou compreendido. Como eu tenho mais duas perguntas, gostaria de fazê-las antes que o meu tempo se encerre.

Uma, ao Presidente da Funcef. O Ministro Palocci tem alguma influência na Funcef?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Na Funcef? Relação comigo, nunca teve; mas, tem influência, porque a Caixa Econômica está vinculada ao Ministério da Fazenda.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O Sr. Ralf Barquete, que era o Secretário de Governo, responsável pela questão do lixo e que foi acusado pelo Sr. Buratti de ser quem pegava os R\$50 mil por mês e passava ao Diretório Nacional do PT era do Conselho Fiscal da Funcef?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Ele foi antes – está escrito aí; depois, saiu, evidentemente, ele faleceu. Foi em 2003. Foi indicado pela Caixa Econômica.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Foi indicado pela Caixa Econômica.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – O Conselho Fiscal, Excelência, é dividido por duas pessoas, duas pessoas da patrocinadora e duas participantes. O Presidente é um representante dos participantes, e o Sr. Ralf Barquete, em 2003, era um. Agora, não me lembro de quantas reuniões ele participou porque logo ficou doente, teve um problema de câncer. Ele era representante, está até citado aí.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – A última pergunta: as aplicações em títulos públicos, hoje, é o pior negócio dos Fundos?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, Deputado, não. São um excelente negócio. Eu não diria que são os melhores, mas temos taxas de juros, que muitos consideram elevadas, e se refletem nos títulos públicos. Então, a carteira de títulos públicos, a carteira de renda fixa dos Fundos de Pensão, tem sido bastante rentável, longe de ser o pior negócio.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Poderia nos encaminhar os últimos cinco anos? Há denúncias graves de que a aplicação dos títulos públicos...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu gostaria que tivéssemos oportunidade, ainda nesta reunião, de esclarecer bastante isso, porque creio que temos elementos suficientes...

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Queremos ver a evolução nos últimos cinco anos e poderíamos perceber facilmente, comparado a outros...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Creio que temos elementos suficientes para contribuir com a avaliação dos senhores em relação às aplicações em títulos públicos, que é uma carteira bastante rentável dos Fundos, da Previ, particularmente.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Penso que a resposta dele, Sr. Deputado, compreende que eu falaria na mesma direção. Mas eu gostaria de passar às mãos do senhor, se me permitir, a rentabilidade dos títulos públicos nesse período. Tem sido muito elevada, evidentemente. Somos grandes investidores em títulos públicos. Então, a rentabilidade é muito elevada.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, sobre a Petros, reforçar que também em relação às aplicações em títulos públicos federais, todos os Fundos de Pensão, creio eu, mas a Petros, certamente, está com um pedido sendo encaminhado durante esta semana à Secretaria de Previdência Complementar todas as negociações naquela câmara que chamamos Selic, que é aquela que negocia títulos públicos em geral, de 2002 para cá. Foi esse o pedido da Secretaria de Previdência Complementar, certamente para remeter para as CPMIs.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Só esclarecendo, solicitaram que fornecêssemos esses dados desde um prazo longo que estamos levantando, inclusive em meio eletrônico para facilitar depois cruzamento. Então, essa solicitação já foi feita pela Secretaria de Previdência Complementar.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Para que possamos compreender se essas denúncias são verdadeiras.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sem dúvida.



**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Indago aos Srs. Presidentes dos Fundos, qual seria o tempo – porque o tempo urge – em que poderiam oferecer esses dados para a Comissão?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– A Secretaria nos deu um prazo que vai até o dia 6 de setembro, mas estamos fazendo todos os esforços para fazer o levantamento dos anos mais antigos, e talvez essa semana já estejamos repassando esses dados para a Secretaria de Previdência Complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então vamos dar esse mesmo período, assim que estiverem prontos dados para a Secretaria de Previdência Complementar, que sejam encaminhados para à CPMI.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Wladimir Costa, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Congratulações a todas as Deputadas e a todos os Deputados aqui presentes na nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Sr. Presidente, em minha inicial, eu gostaria de declarar aos senhores depoentes que eu não tenho intenção alguma de fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre a idoneidade moral dos senhores.

Ao fazer uma profunda pesquisa sobre os currículos dos senhores, verifica-se que os senhores possuem currículo profissional invejável. São executivos do mais alto gabarito e competência, cidadãos da mais alta formação, independentemente de serem petistas, exercem cargos extremamente importantes. Sr. Wagner Oliveira, Sr. Sérgio Rosa, Sr. Guilherme Lacerda, depois de toda essa trajetória, de posse de toda essa formação profissional, intelectual e cultural e depois de tudo de bom que aconteceu na vida dos senhores, eu me recuso a acreditar – por isso, disse que não quero, em hipótese nenhuma, fazer qualquer tipo de juízo de valores dos senhores, enquanto não existirem provas cabais, as provas com que tanto sonhamos. Por isso, recuso-me, custa-me acreditar que, com tanta formação profissional, os senhores, ao ocuparem cadeiras nos respectivos Fundos de Pensão, sentaram para servir a uma quadrilha criminosa, um “valerioduto” ou “delúbios” da vida. Não posso acreditar que os senhores, com tamanha competência, depois de tantas décadas passadas em que os senhores se dedicaram, obviamente, a estudos aprofundados para chegarem ao estágio profissional em que os senhores se encontram, depois de todo esse tempo, fossem usados supostamente por Gushiken, supostamente por Delúbio Soares, quando sabemos que esses Fundos de Pen-

são representam a garantia da estabilidade econômica de milhares e milhares de servidores públicos probos, honestos, lutadores, familiares do pessoal da P-36, Sr. Wagner, aqueles obstinados que morreram quando explodiu a P-36. Aquelas pessoas ali perderam suas vidas e seus familiares, chorando desesperadamente, assistiram pela televisão, sabendo que seus familiares estavam ali. Eu não acredito que os senhores tenham coração de monstro. O pessoal da Caixa Econômica Federal, em todo o Brasil, que trabalha com muita responsabilidade, aplica mensalmente seu dinheirinho ali, sabendo que, ao final, ao chegar sua aposentadoria, vai poder usufruir uma vida melhor e oferecer uma boa educação para seus filhos. Sabem os senhores que os aposentados no Brasil sofrem e são bastante penalizados pelas autoridades que deveriam ter maior respeito com nossos idosos.

Então, eu gostaria de perguntar aos senhores, começando pelo Sr. Sérgio Rosa.

Sr. Sérgio Rosa, o Sr. Valmir Camilo, um dos conselheiros da Previ, disse que o senhor é um indicado do ex-Ministro Gushiken e que chegou a receber determinações que definiriam o destino de uma grande soma de recursos do fundo, em aplicações, muitas vezes, prejudiciais a esses sonhadores contribuintes, agindo unilateralmente em favor dos interesses do PT. O seu coração petista falou mais alto ou o seu espírito público em favor de todos que pertencem a esse fundo de pensão?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sr. Deputado, primeiro, fui eleito para a Previ em 2000 pelos participantes. Tenho, desde então, administrado a Previ, em defesa dos participantes da Previ, em conjunto colegiado com os meus diretores da Previ, com os técnicos da Previ. Todas as decisões que tomei na Previ foram no melhor interesse do patrimônio do fundo. Não recebi determinações de ninguém de fora da Previ para fazer qualquer operação. Também não aceitaria se tivesse recebido. Portanto, posso atestar ao senhor que me conduzi, como diretor da Previ e Presidente da Previ, dentro do estrito interesse do fundo de pensão. Posso dar demonstrações e esclarecimentos sobre cada operação concreta que a Previ realizou nesse período.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor garante que o senhor é um homem de conduta ilibada, de idoneidade ilibada e que, em hipótese alguma, o senhor cometeu qualquer tipo de desvio de conduta na função de Presidente da Previ?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Tenho essa convicção, Sr. Deputado. Tenho essa convicção.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Convicção.

Lamentavelmente, provas não existem, mas indícios fortíssimos existem de que, lamentavelmente, aconteceu malversação do dinheiro público dentro da Previ.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Vou localizar aqui, Deputado, o Conselho Deliberativo da Previ apurou as denúncias do Sr. Valmir Camilo publicadas na imprensa. Vou localizar aqui a ata do Conselho Deliberativo em que foi solicitado que o Sr. Valmir Camilo apresentasse as informações, os documentos, os elementos que permitissem ao próprio Conselho Deliberativo chegar às mesmas conclusões a que ele chegou na imprensa. O Sr. Valmir Camilo declarou, naquela oportunidade, que não tinha nenhum elemento novo, nenhum documento, nenhum dossiê e que aceitava e acatava, inclusive, um voto de censura do Conselho Deliberativo por ter levado aquelas matérias à imprensa sem ter nenhum elemento de prova ou ter discutido essas questões no Conselho Deliberativo da Previ.

Também declarou que a imprensa não publicou adequadamente as declarações que ele prestou à imprensa.

Então são os documentos internos da Previ tratando dessa matéria que o senhor citou em relação às declarações do Sr. Valmir Camilo.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Sérgio Rosa, o senhor tem se encontrado com o ex-Ministro Gushiken para tratar de alguns assuntos, Fundos de Pensão, alguma coisa parecida ou mesmo assuntos particulares?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Tenho me encontrado, sim, com o Ministro Gushiken, tratando dessa situação geral em que ele está sendo citado como a pessoa que tomaria...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – E a finalidade seria orientar o seu depoimento ou...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, de maneira alguma. Trocar idéias sobre o que está acontecendo, além das relações pessoais, que são conhecidas, com o Gushiken. São relações de amizade pessoal com ele, mas também, sem dúvida nenhuma, comentando os fatos, a situação existente sobre os Fundos e sobre a própria pessoa dele.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado.

Sr. Wagner Pinheiro, o Sr. Jacob Bittar consta dos quadros de conselheiros da Petros, não é isso?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sr. Deputado, inicialmente, registro que o objetivo da nossa vinda à CPML é justamente apresentar a nossa gestão para tranquilizar a todos, inclusive o senhor, da nossa probidade administrativa à frente da Petros.

O Sr. Jacob Bittar, advogado e aposentado da Petrobras, representa a Petros no Conselho de Administração da Solpart, empresa controladora, veículo de investimentos na Brasil Telecom.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Wagner, também os filhos dele, o Fernando Bittar e o Kalil Bittar também são sócios juntamente com o Sr. Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente Lula, não é isso?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Eu leio isso pelos jornais. Só sei disso pelos jornais.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – O senhor não tem essa informação de que eles também pertencem ao quadro?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – O quadro da Petros?

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sim.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Desculpe. Não, senhor.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Não pertencem? Mas o senhor tem informação de que fazem parte dessa sociedade com o filho do Presidente Lula?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Simplesmente pelos jornais.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Da empresa Gamecorp e da G4, que recebeu um aporte de R\$5 milhões da Telemar, os quais foram intermediados pela empresa BDO Televisão. Qual é a análise que o senhor faz disso? Como o senhor vê essa parceria, essa relação do filho do Presidente Lula com os filhos de um conselheiro da Petros? Isso não lhe causa...?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Desculpe, o representante da Petros...Ele não é conselheiro da Petros, Deputado. O representante da Petros no Conselho de Administração da empresa que controla a Brasil Telecom, uma concorrente da Telemar, cumpre o papel de representar a Petros neste conselho. Única e exclusivamente, é essa relação hoje profissional que temos com o Sr. Jacob Bittar, além do direito previdenciário que ele tem na Petros.

Quanto ao negócio que a Gamecorp fez com a Telemar, isso compete às empresas que se manifestaram publicamente, e do ponto de vista da Petros, que tem participação acionária na Telemar, no entanto, está afastada da gestão e do controle da Telemar desde 2000 pela Anatel, a única coisa que podemos fazer, enquanto acionistas, é pedir esclarecimentos à Telemar sobre ao negócio realizado e que, oportunamente, posso enviar ao senhor a proposta que recebemos, Deputado.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Wagner, todas essas denúncias, essas suposições

que são publicadas pela imprensa falada, escrita e televisada, tudo que está sendo colocado acerca da participação da Petros, da Previ, da Funcef, de alguns Fundos de Pensão, na indústria do “valerioduto” para alimentar a indústria do mensalão, isso tudo é história da carochinha. Isso não existe, é mentira, é papo furado. Não existe em hipótese alguma a participação dos Fundos de Pensão na indústria do “valerioduto”. Tudo que está sendo publicado, que foi publicado, tudo que tem sido mostrado é puramente mentira ou invenções da Oposição, é isso?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A respeito de possíveis ilações sobre a empresa que hoje eu administro, presido, é tudo absoluta mentira. Não temos relação alguma com qualquer empresa desses senhores que V. Exª citou. No entanto, as respostas que dei a V. Exª nada têm a ver com essa...

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – A sua opinião é a mesma?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não quero usar adjetivos. Posso atestar, com toda a convicção que todos os negócios foram feitos no interesse da Previ. De maneira alguma no interesse de terceiros, de maneira alguma servindo de *funding* ou qualquer outro tipo de facilitador de qualquer outra operação que envolva essa questão da valerioduto, de financiamento de campanhas. Tenho absoluta convicção. Estamos justamente aqui para, tanto no aspecto geral quanto em aspectos específicos que possam ser questionados, procurar demonstrar e esclarecer V. Exªs sobre isso.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Sr. Guilherme Lacerda.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Essa questão de V. Exª nos dá muito conforto porque foi o que nos motivou a vir aqui. Para apresentar esclarecimentos e levantar as informações, caso não tenhamos todas no momento. Ou seja, de nossa parte, o que nós fizemos – e vamos fazer até o último dia em que ficarmos lá – é cumprir rigorosamente o que fomos mandados. Fomos mandados – e V. Exª fez um discurso muito correto – em termos da importância de preservar-se a poupança previdenciária de milhares de famílias. É o que tenho a dizer.

E não cabem adjetivações a respeito de mais nada. Cumprimos objetivamente o nosso mandato. Não se faz uma decisão exclusivamente por um Presidente ou, mesmo, por uma diretoria. Há uma série de instâncias para cumprir essas ações.

**O SR. WLADIMIR COSTA** (PMDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Srs. Depoentes ou expositores, representantes dos Fundos de Pensão, Srªs e Srs. Parlamentares, pergunto a V. Sªs qual a relação de contribuição entre o funcionário e as empresas.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Empresas estatais patrocinadoras?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Certo.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É de um para um, Deputado. Para cada real, de contribuição do participante, trabalhador, o sistema Petrobras coloca mais um real.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Todas são?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Desde a Emenda Constitucional nº 20, portanto, desde o início do ano 2001, é assim. Embora essa questão esteja sendo contestada por participantes, na Justiça, foi aplicada e, desde então, a contribuição é partidária, um por um.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Exatamente. É a mesma coisa.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Volto ao Sr. Sérgio Rosa na questão que foi levantada pelo Sr. Relator no início da sua inquirição. V. Sª confirma que em julho de 1998 a Previ pagou 32 por cada lote de mil ações da Brasil Telecom?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – É o levantamento de que disponho.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª confirma?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sim. É o levantamento de que disponho.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª confirma que esse lote de mil ações valia 23.50?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não. A informação de que disponho é a de que, na época, na Bolsa de Valores, valia R\$6,60. Vinte e três é a quotação atual das ações.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A atual é vinte e três.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Varia, obviamente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Exercitando o raciocínio. Em julho de 1998, a Previ comprou o lote por R\$32,00. Hoje, vale R\$23,50. Então, houve uma queda?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – São ações diferentes. Desculpe-me, Deputado. Como já falei, à época, as ações a que a pessoa se refere, no mercado, valiam R\$6,60. Se formos comparar o preço

das ações de mercado, hoje, teremos que comparar com os R\$6,60 da época.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Seria quanto?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Seis e sessenta, à época. Vinte e três, hoje. As ações que nos compramos são as de bloco de controle, como já disse, inclusive, com preço mínimo estabelecido pelo edital de leilão das empresas.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Como V. Sª pode afirmar que em 2007 estarão valendo R\$90?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Como já disse, por meio da metodologia de avaliação de empresas universalmente utilizada hoje em dia no mercado; chama-se Método de Fluxo de Caixa Descontado. Grandes Planilhas são feitas....

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas pode-rá cair!

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sem dúvida nenhuma. Qualquer operação de mercado embute o risco. Eu posso comprar uma ação, hoje, que eu compro na bolsa e pode cair amanhã.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Justamente! Então não é uma operação segura. V. Sª há de convir.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu não disse aqui que ela era 100% segura. Disse que ela embutia um risco menor do que a minha situação anterior.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ela é 100% segura para o Citibank e nada seguro para a Previ.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu não diria que ela é 100%. Mas o exercício da PUT está condicionado a algumas questões onde ele pode, inclusive, não ter o direito de exercer essa PUT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ainda mais com a correção, pelo IGPDI mais 5%.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Indexação de valores é normal em contratos de longo prazo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, há de convir V. Sª que pode dar prejuízo à Previ, ela pode obter prejuízo.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Na minha visão, não, Sr. Deputado, porque, como eu já disse, ainda que essas ações, que nós nos comprometemos a adquirir por um valor já fixado, hoje, e, em 2007, tenham um valor menor, a recuperação de valor da parcela que nós já detínhamos na empresa é tão grande que todos os exercícios que nós fizemos o negócio se torna bastante vantajoso para os Fundos de Pensão. É uma operação que não é apenas uma operação de compra das ações do Citibank em 2007, é uma opera-

ção que envolve outros contratos que recupera o valor dos investimentos. A questão fundamental a apreciar, porque senão analisamos um único contrato, e não o conjunto de seis contratos firmados e que atribuíram um valor importante às ações que estavam extremamente desvalorizadas na situação anterior.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Talvez seja uma maneira de explicar por que esse valor; é um juízo de valor meu.

Qual o critério de preferência de escolha para aplicação nos Bancos BMG e Rural? Coincidentemente, bancos estes escolhidos pelo Sr. Marcos Valério para financiar o PP e para financiar o suposto mensalão nesta Casa.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Os critérios que a Petros utiliza para a escolha de bancos, Sr. Deputado, existem alguns, face à avaliação do balanço das instituições financeiras. Utilizam-se as avaliações de risco que as....

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual o critério para o BMG e Banco Rural? A minha pergunta mesmo, eu queria uma resposta objetiva.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Para os 23 bancos em que a Petros aplica, indiretamente, porque a Petros não compra certificado de depósito bancário diretamente e sim por intermédio de seus gestores terceirizados, é através de limites de créditos especificados para todos eles, além das avaliações que os 12 gestores que a Petros terceiriza sua renda fixa faz, e eles tomam a decisão de comprar o CDB. O fundo de direito creditório que a Petros tem de um e de outro foi feita uma análise técnica, pela área técnica da Petros, depois discutido no comitê de investimentos da Petros, em que se avaliou o risco desse negócio: três as significa o menor risco de crédito existente no mercado financeiro; três as para o Fdic – Fundo de Direito Creditório, do BMG; e dois as para o Fundo de Direito Creditório do Rural. Em cima disso, em cima dessas avaliações e do princípio da diversificação dos investimentos, é que fizemos um pequeno investimento, é importante ressaltar, um pequeno investimento em Fundos de Direitos Creditórios desses dois bancos em relação ao conjunto dos investimentos da Petros, que são 24 bilhões e meio, e o total desses dois bancos, hoje, que a Petros tem é 95 milhões menos de 0,4% dos nossos investimentos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª não acha uma coincidência bem clara desses mesmos bancos serem os financiadores do Partido dos Trabalhadores, do qual V. Sª participou?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Olha, a Petros aplica em 203 ativos, possui relações com instituições financeiras que são além de 40 instituições

financeiras. Nós tomamos as decisões exclusivamente do ponto de vista técnico-operacional e no interesse do patrimônio da fundação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas não tinham outros bancos com um potencial maior de lucros no investimento?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Bancos maiores, com Fundos de Direito Creditório, Sr. Deputado, nessa categoria, os grandes bancos brasileiros não têm Fundos de Direitos Creditórios nessa categoria, Sr. Deputado. No entanto, os grandes bancos nacionais têm recursos administrados da Petros.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas não nesse montante.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Num montante superior.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Superior.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Eles administram Fundos de renda fixa da Petros. O Fundo de Direitos Creditórios da Petros é um fundo de renda fixa. E grandes bancos habitacionais administram Fundos de renda fixa da Pretos.

Portanto, em geral, eu poderia dizer a V. Exª que todos aqueles que sabemos que são os grandes bancos nacionais têm recursos administrados da Petros.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Posso esclarecer em relação à Previ?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu desejaria.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nós temos uma política que parte da classificação de todas as instituições financeiras do País – não temos porque discriminar nenhuma –, seguimento em varejo, financiamento atacado, depois classifica as instituições...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O meu tempo é curto. Não é para discriminar.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Desculpe-me, então vou encurtar. Nós temos uma política que classifica todos os bancos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quero saber a preferência...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não tem preferência nenhuma, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ... pelo BMG e pelo Banco Rural.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nenhuma preferência, Sr. Deputado. Todas as votações foram eletrônicas, foram cotadas todas as instituições do mesmo segmento e admitidas as operações que ofereceram a melhor taxa. Então, a preferência, nos dias em que foram feitas as operações com esses bancos, é porque dentre as instituições do mesmo segmento ele

ofereceu a melhor taxa. Nós temos todas as telas do leilão da Cetip Net para comprovar isso. Em 33 oportunidades que esses bancos foram cotados através desses sistemas, as taxas que eles ofereceram foram aceitas em três oportunidades.

Então, o máximo que nós já tivemos aplicados nesses bancos representa 3% do total de aplicações. Então, a distribuição não é nem proporcional à importância desses bancos no mercado. Nós temos aplicações hoje de R\$1 bilhão com outros bancos, quando na época tínhamos aplicações maiores ainda que R\$1 bilhão, chegou a R\$1,7 bilhão com CDBs. E esses bancos tinham, no máximo, 60 milhões de exposições da Previ. Então, não houve nenhuma preferência.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Eu consigo explicar em dez segundos?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Dez segundos.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Exmº Sr. Deputado José Rocha, quero mostrar a V. Exª esse gráfico, vou passar às mãos de V. Exª, que tinha me pedido isso na quarta-feira, um ofício. Há dois ofícios que estamos encaminhando à Presidência, mostrando que a concentração nesses dois bancos foi feita em 1998 e em 1999. O gráfico não mente. Estou à disposição para mostrar a V. Exª todas as operações que foram feitas em 1998, em 1999, em 2000, quando se reduziu...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Esse gráfico coincide com as operações da Previ e da Petros?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não. Cada um tem a sua atuação separada. E as aplicações nos outros Fundos também são diminutas, pequenas. Nós não fizemos no BMG. Eu vou dar um testemunho aqui. Nós não fizemos no BMG, o FIDC. Achamos que era um bom investimento, mas não o fizemos, porque houve uma participação muito grande de outros Fundos, Fundos privados de bancos.

Aqui nós estamos fazendo uma interlocução com três gestores de Fundos vinculados a estatais. Agora, o FIDC de um banco desse, do BMG, teve a participação de muitos bancos privados, porque foi um bom investimento, no caso de uma entidade que fez.

Então, no caso do Banco Rural, que, em 2004, foram feitas duas operações de CDBs, foram feitos por gestores terceirizados, o Banco Safra e a Caixa Econômica, que fez isso com valores muito, muito pequenos. E por que se faz? Tem-se a classificação de risco. Eu vou passar para V. Exª a classificação da metodologia de risco. Valores muito pequenos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – A última pergunta, Sr. Presidente. O TCU audita as contas dos Fundos?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Não, existe uma jurisprudência já razoavelmente estabelecida que está descrita no parecer do próprio Ministro Benjamin Zymler. O TCU não tem competência legal de fiscalizar, auditar ou intervir nas questões dos Fundos de Pensão, que são consideradas entidades de direito jurídico privado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Porque há uma resistência por parte dos Fundos para que isso não aconteça.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Deputado, uma última pergunta e encerro a sua participação.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Não, existe um ordenamento legal, a lei estabeleceu – e foi uma lei votada nesta Casa – que o órgão regulador e fiscalizador é a Secretária de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Previdência Social. Então, está é a lei votada nesta própria Casa.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas nada impede que o TCU faça a auditoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Encerro a participação do Deputado José Rocha e faço a reinscrição do mesmo. Vamos respeitar o tempo do outro, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª está muito rigoroso no tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Não, V. Exª já passou cinco minutos de seu tempo. Eu tenho que ser legalista.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Espero que V. Exª seja legalista também quando usar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Eu concordo, Sr. Deputado, cinco minutos é um bom tempo.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero parabenizar os três pela apresentação que fizeram do fundo e pelo trabalho que estão desenvolvendo no sentido de fazer uma gestão transparente e ética dos Fundos de Pensão.

A primeira pergunta é dirigida ao Dr. Wagner.

O prédio onde funciona a empresa SMP&B, em Belo Horizonte, pertence ao Sr. Sérgio Ricardo Oliveira, conhecido tesoureiro e arrecadador de recursos para as campanhas eleitorais do PSDB. O prédio foi vendido pela Petros ao Sr. Ricardo Sérgio, no segundo mandato do Governo FHC. Há indícios de que foi um negócio da China para o Sr. Ricardo Sérgio.

Sr. Wagner, pergunto: V. Sª pode nos dar mais informações sobre essa transação? Quem eram os dirigentes da Petros na época da venda do prédio? O

Sr. Ricardo Sérgio tinha influência junto a antiga diretoria da Petros? E como eram as relações da Petros com o Governo FHC?

Eram essas as primeiras questões que gostaria de fazer a V. Sª.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA –**

Deputado, efetivamente a Petros vendeu os imóveis em Belo Horizonte às empresas Consultato e Planefin, em 1999. Preciso levantar o nome de quem eram os administradores da Petros, à época. A respeito da operação, houve uma questão judicial em relação à forma de pagamento do crédito que a Petros ainda possui frente ao devedor, ao comprador daquele imóvel em Belo Horizonte, que foi solucionada recentemente na Justiça, e agora estamos recebendo corretamente, de acordo com o contrato.

Posso me oferecer, Deputado, a encaminhar posteriormente toda a documentação da venda, todas as apurações de avaliação do imóvel etc., que foi vendido em agosto de 1999 e que, como eu disse a V. Exª, houve um problema em relação à indexação e que está sendo pago corretamente, depois de resolvido na Justiça.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – É importante, Sr. Presidente, que tenhamos uma radiografia perfeita da atuação de Ricardo Sérgio de Oliveira, caixa das campanhas de José Serra, em 1994, e de FHC, em 1994 e 1998, nos Fundos de Pensão.

Uma vez que o empresário Benjamin, que está em Brooklin, acusou o ex-Diretor do BB de ter cobrado uma propina de R\$15 milhões para o PSDB no processo de privatização da Vale do Rio Doce, e também pelo fato de o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, tê-lo denunciado por exigir R\$90 milhões do empresário Carlos Jereissati para trazer os Fundos de Pensão para o Consórcio que comprou a Telemar.

O próprio Jereissati, diz a revista **Veja**, em 08 de maio de 2002, que faz uma doação de R\$2 milhões, em quatro ou cinco parcelas, para a campanha de José Serra ao Senado, através de Ricardo Sérgio.

Mas no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, a declaração oficial mostra três repasses. Um de R\$15 mil, em julho, outro de R\$30 mil, em agosto, e o último de R\$50 mil, em 27 de setembro, ou seja, foram R\$2 milhões de recursos não contabilizados para utilizar o termo da moda. E mais, em 1998, Ricardo Sérgio conseguiu a maior doação registrada por FHC no TSE, R\$2,6 milhões da Telemar, sendo que desse valor o grupo La Fonte, de Jereissati, e o Inepar contribuíram com R\$2,5 milhões.

Gostaríamos de saber se, e de que forma, foram drenados recursos do fundo que vocês representam

para as candidaturas de Serra ao Senado em 1994 e para a reeleição de FHC em 1998?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, efetivamente, do ponto de vista da Petros, seria necessário fazer uma investigação minuciosa nas aplicações da Fundação – obviamente, se aqui no Congresso entenderem importante, é possível e viável –, mas efetivamente tanto de 1994 quanto de 1998, eu não tenho aqui dados suficientes, Sr. Deputado, para fornecer a V. Ex<sup>as</sup> que pudessem ajudar a esclarecer suas dúvidas neste momento.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Os outros.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Olhe, Deputado, realmente não tenho... Conheço essas questões pela imprensa, não temos, na Previ... Na Previ, temos algumas questões que podem se relacionar indiretamente com isso. A participação da Previ, tanto na privatização da Brasil Telecom quanto da Telemar, foram objeto de auditoria interna, de procedimentos também da Secretaria de Previdência Complementar e, inclusive, desdobraram-se em inquéritos na Polícia Federal.

Então, são investigações que estão em curso, em torno das quais ex-dirigentes da Previ já prestaram depoimentos nesses inquéritos. Alguns desses depoimentos são refletidos nessas matérias que a imprensa publicou. Eu não estava presente na Previ nesse período, e temos colaborado com essas investigações ou procedimentos de auditoria, tanto da Secretaria de Previdência Complementar quanto da Polícia, apresentando os documentos que nós temos da época, mas foram operações realizadas, como o senhor próprio descreveu, nesse período anterior a nossa gestão, e o que temos feito é apoiar esses procedimentos de investigação que já estão em curso.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sr. Deputado, na mesma linha, como eu disse quando eu me apresentei e apresentei os problemas que nós encontramos, há uma série de operações que estão sendo examinadas no âmbito do Ministério Público. Como não somos polícia, não temos poder de polícia, cabe a nós darmos toda contribuição para que a coisa seja apurada. Nosso intuito é fazer as coisas certas no período em que estamos lá e dar contribuições para que sejam apuradas aquelas ações que já foram abertas no âmbito dessas instâncias, SPC, Ministério Público e Polícia Federal.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Outra questão que precisa ser esclarecida diz respeito à chamada Operação Anaconda, que envolve o desvio de recursos da Funcef, novamente no Governo FHC, compra de sentenças e outras negociatas, na construção do TRT de São Paulo, que teve superfaturamento de mais

de 160 milhões, com a participação dos Juízes Rocha Matos e Nicolau dos Santos Neto. Qual é o envolvimento da antiga gestão da Funcef nesse episódio e o que está sendo feito para punir os responsáveis? Pergunta feita ao Presidente da Funcef.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Exmº Sr. Deputado Luiz Couto, eu preparei aqui um relatório com as informações que saíram na imprensa no período de 07/11/2003 a 08/01/2004. No decorrer daquele processo, que foi cognominado “caso Anaconda”, nós nos surpreendemos quando, volta e meia, aparecia o “caso Funcef”.

Esse processo, nós tentamos obtê-lo na Justiça de São Paulo, e fui informado – à época nosso advogado tentou obter – que estava sob segredo de justiça. E esse processo diz respeito a uma operação que ocorreu no período de dezembro de 1995 a dezembro de 1998, operação com números índices, com operações de mercado de futuros, e que foi aberto um processo judicial, que está sendo tramitado.

E a surpresa nossa foi quando tomamos conhecimento na imprensa de que ele também era alvo de manuseios por parte do Juiz que foi investigado por outras razões, Juiz Rocha Matos, como o senhor disse.

Tenho aqui um relatório, e nós tentamos obter o processo e nós não temos.

Sabemos que esse assunto é alvo de uma ação no SPC e na CVM já teve o prazo prescrito.

Tenho um resumo aqui do problema que diz respeito a essas realizações no Ibovespa. Tenho um resumo, posso passar para o senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Muito obrigado.

Para concluir, Sr. Presidente, nas negociações de ações na bolsa de valores, a escolha das corretoras é discricionária ou existe algum critério de seleção? Quais foram os montantes pagos? No passado, havia um critério claro para seleção das corretoras e quanto se pagava em anos anteriores?

Essa é a última pergunta que faço para os três.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – No caso da Previ, sempre existiram critérios, que foram se aperfeiçoando ao longo do tempo. A Diretoria de Planejamento da Previ faz uma avaliação das corretoras, define critérios técnicos de avaliação dessas corretoras, faz um *ranking* disso e esse *ranking* procura ser utilizado pelos gestores, que fazem as operações de renda variável ou de compra e venda de ações da maneira mais distribuída possível. Inclusive, atualmente temos 7 corretoras com as quais trabalhamos, vinculadas a grandes bancos, são as maiores do mercado e têm uma produção de corretagem muito bem distribuída em todas elas. No ano de 2004, apenas para informar

um valor, o total de corretagem pago para as corretoras foi de R\$313 mil para o conjunto das corretoras que operaram, sendo que a maior recebeu R\$52 mil de corretagem neste ano, demonstrando que é bem distribuída as ordens de compra e venda de ações entre elas e, portanto, os valores de corretagem pagos.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – No caso da Petros, Deputado, há uma avaliação do patrimônio da corretora, da capacidade que ela tem de fazer avaliação ou não de empresas. Esse é um critério antigo. Certamente, pelo menos em 2002, já era feito assim. Posteriormente, posso passar a V. Ex<sup>as</sup> desde quanto é feito, de 1997 para cá, tendo em vista que esse é o período que V. Ex<sup>as</sup> estão analisando. Mas, de 2002 para cá, as corretoras com que a Petros trabalhou, sempre num critério de rodízio – a cada três meses pode trocar duas das oito ou três das oito –, sempre fica no *site* da Petros quem são as corretoras, a Petros operou em 2002 com 26 corretoras e gastou um total de R\$1,159 milhão; em 2003, ela gastou R\$903 mil para 19 corretoras; em 2004, novamente 19 corretoras, R\$2,023 milhões o gasto com corretagem e, até julho deste ano, foram 17 as corretoras, gastando R\$1,059 milhão de corretagem no período.

Na nossa gestão, fizemo-nos valer de 31 corretoras para fazer as operações de mercado de bolsa de valores ou BM&F.

Deixo aqui essa planilha à Comissão, com essas explicações resumidas. Depois, posso dar detalhes.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sr. Deputado, rapidamente, porque o tempo não permite, vou mostrar para V. Ex<sup>a</sup> um gráfico e um ofício que preparamos para encaminhar à Mesa, ao Sr. Presidente, o Ofício nº 115. Gostaria de mostrar para os Srs. Parlamentares que neste ano que passou, em 2004, gastamos R\$232 mil com 10 corretoras, sendo que, em 1998, foram gastos R\$2,159 milhões. Então, tivemos um gasto reduzido e, desde 2001, houve uma redução significativa dos gastos com corretoras. Essas corretoras operam exclusivamente com uma parcela, na nossa própria carteira, para renda variável. Há uma metodologia de rodízio que se iniciou em 2000.

Então, vou passar às mãos do Sr. Presidente, e está toda a explicação aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Vou pedir à Secretaria da Mesa que faça cópia xerográfica e distribua entre os membros da Comissão.

O próximo orador inscrito seria o Deputado Júlio Redecker que preside a sessão neste momento. Farei uso da palavra quando o Presidente retornar. Estão inscritos o Senador Rodolpho Tourinho, em seguida os Deputados João Correia, Gastão Vieira, Daniel Almeida e Deputada Zulaiê Cobra.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Presidentes das Fundações, é muito difícil que, em dez minutos ou no tempo em que dispomos aqui, possamos obter uma informação mais detalhada, sobretudo, explanações tão macros, tão amplas. De forma que quero adentrar em alguns pontos para tentar obter algumas informações.

Primeiro, informo que o nosso objetivo é explicar o que está acontecendo, o que aconteceu com os empréstimos feitos para Marcos Valério. Estamos sempre nessa linha, buscando informações. Estamos avaliando o mensalão, o caixa 2 do PT, a corrupção pequena de R\$3 mil, mas também outros esquemas de corrupção. Enfim, é tanta coisa que tentamos buscar alguma informação que, às vezes, pode estar fora do objetivo, como também pode não estar.

Começaria lembrando ao Sr. Wagner Oliveira que o senhor fez uma afirmação em relação à Petros e aos CDBs do BMG e do Banco Rural que não é verdadeira. Que desde 1995 eram aplicados, mas o senhor precisaria dizer que a partir de agosto de 1998 não tinha mais. Então, tem-se, no ano de 2000, em uma aplicação – é dado que o senhor mesmo forneceu e confirmei com a administração anterior também –, no ano de 2001, também não tinha. Então, eles voltaram a aplicar. E me refiro mais ao problema até do Banco Rural, porque se for utilizado o próprio critério, que foi colocado aqui pelo Dr. Sérgio Rosa, que é o critério das agências de **rating**, das agências que fazem avaliação e se busca governança e solidez nas suas palavras, se o senhor for verificar, por exemplo, o **rating** do Banco Rural, **fitch rating**, capacidade de pagamento muito incerta, crédito muito fraco, pagamento da parte financeira incerto. Isso é o **fitch rating**. Tirei por acaso, comparei com o Bradesco, ninguém tem dúvida nenhuma, com o Banco Rural. Preocupa-me também o fato de o senhor ter sempre alegado, e também os outros dois presidentes, que essas operações realizadas pelo fundo são terceirizadas hoje em dia, tem leilão eletrônico, com se desse a entender que essas operações podem ser feitas por terceiros e que as fundações não têm mais nenhum tipo de responsabilidade sobre isso. O que me parece grave, porque acho que a responsabilidade tem que ser da fundação de fixar esses valores e baseado em limites de crédito que sejam aceitáveis, como acho que é o caso aqui do **fitch rating**, usado por várias empresas, inclusive, acho, pelos senhores.

Este é o primeiro ponto, houve crescimento pelo menos na Petros. E há valores altos também nos FIDCs, na minha avaliação, que estão hoje servindo de lastro nessas empresas.



Outro ponto ainda em relação a Petros que gostaria de verificar é a questão colocada aqui de outra vez, que me parece não resolvida ou não bem explicada em relação ao novo ajuste que precisaria ser feito na Petros. Foi feito um grande ajuste, se não me engano, em 1999 ou em 2000. E precisaria ser feito um novo ajuste de cerca de R\$5 bilhões. O senhor confirma isso, Sr. Wagner?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Afirmei que houve uma reavaliação com base atuarial com base na revisão das tábuas biomédicas da Petros, para que elas fossem aderentes à massa de participantes...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Atualmente, a expectativa é de 76 anos?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Depende da idade que a pessoa tem. Vou antecipar a V. Exª, Senador, como foi o Relator quem pediu e eu sugeri que poderia trazer todo o estudo...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Gostaria que fosse muito rápido, porque tenho pouquíssimo tempo. Diga apenas sim ou não. A informação que eu tenho é que passa de 76 para 83 anos. Isso foi feito...

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A resposta é o seguinte...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Eu lamento. O senhor vai se estender na resposta e eu vou perder o meu tempo, entende?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Eu não vou me estender. A resposta é a seguinte, Senador...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, o senhor responde sim ou não.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não é possível responder sim ou não, porque depende da idade que a pessoa tem, Senador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É, porque no BNDES foi feita a mesma coisa.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – O estudo completo...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – No BNDES passou para 83. Sr. Presidente, estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Garanto a palavra ao Sr. Senador Rodolpho Tourinho. Por favor, os depoentes se contenham.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Foi feito para 83 anos no Bndes. A alegação que foi feita no Bndes é que não se queria que se reduzisse a contribuição. No caso da Petrobras, é estranho que passe para 83 anos, de uma forma geral, sem muito detalhe, mesmo porque acho que na Previ não tem o

mesmo problema, não deve ter, não está fazendo a mesma revisão.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – As tábuas já são mais atuais e existe uma indicação do atuário da Previ para também para fazer uma revisão, adotando a mesma tábua que a Petros está adotando...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Indicação de atuário é uma coisa, agora isso tem que ser feito pela exigência da Secretaria que cuida das fundações.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não. A primeira decisão tem que ser tomada no interior.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sim, no interior, mas a outra quem aprova é a Secretaria.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Como tudo nos Fundos de Pensão, mas quem tem que decidir isso é a...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Eu tenho a informação de que não tem nenhuma exigência da Secretaria em relação a Petrobras sobre isso. É até de estranhar porque...

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É de maio de 2001, Senador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não. Para 83 anos?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É de maio de 2001 para...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É para 83 anos?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É para revisar a tábua biométrica.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não, é porque está revisando para 83 anos.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É isso que eu estou tentando responder a V. Exª há algum tempo, mas V. Exª não está querendo me ouvir.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O senhor vai me tomar o tempo todo e não vai responder.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Está aqui toda a resposta. Eu encaminhei à CPMI, hoje conforme pedido pelo Relator.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, nós vamos verificar porque a informação que eu tenho é que isso aconteceu no BNDES e não aconteceu no Banco do Brasil nem na Funcef. Acho pior que isso seja feito na Petrobras, onde há a questão de periculosidade, a questão de insalubridade. Acho que dificilmente pode-se imaginar um valor desse. Isso é só para colocar em dúvida, da mesma forma que coloquei em relação ao **fitch rating**, do **rating** do Banco Rural, essa questão de usar terceiros e afirmar que os terceiros é que fazem.

São preocupações que trago e que, de forma nenhuma, eu poderia esgotar isso em dez minutos. Não quero tomar o tempo dos outros, mas apenas o que eu quero colocar é dúvida em todo esse processo aqui. A suposição que nós temos pode ser fundada ou não, mas, na verdade, ela não pode ser apresentada como um grande mar de rosas com relação aos Fundos de Pensão, aliás usando as palavras que os senhores usaram. Eu anotei duas aqui: pesam o passado, páginas policiais. Isso é um passado que realmente pesou e que entendo que temos que tomar esse cuidado. Neste momento, esse é o papel desta Comissão. Como disse e repito, não tem nenhuma suspeita confirmada em relação a nada, mas acho que devemos tratar o assunto, fornecendo todas as informações.

Há um aparelhamento, é evidentemente. Todos os diretores e presidentes hoje são do PT. Esse é o aparelhamento. Esse aparelhamento aconteceu em toda a administração atual do Governo Federal. Há uma mistura nisso tudo que é preciso separar. E eu acho que dessa mistura é que nasceu ou acabou nascendo boa parte dos problemas que estamos vivendo hoje, lamentavelmente, e grande parte disso vem desse aparelhamento do Estado. Entendo que, nesta hora, é preciso separar isso, é preciso analisar.

Fiz um requerimento sobre as doações feitas naqueles lugares onde existem dirigentes indicados pelas fundações, que são inúmeras, são centenas. É preciso indicar, é preciso olhar o que houve de doação de campanha legítima, no caso, ou legal. Não sei se legítima, mas legal e registrada. É isso que precisa ser feito e não uma coisa genérica, colocando uma grande apresentação feita aqui no macro e com a qual eu não concordo. Eu acho que tem que se olhar, tem que se verificar, tem que se analisar aquilo que precisa ser verificado.

Evidentemente, repito, não estou partindo de nenhum ponto, mas acho que esse próprio ponto, que foi levantado aqui pelo Sr. Relator, já é o bastante para que se pense. Acho difícil que se analise uma operação dessa aqui. É muito difícil. Acho quase impossível que isso seja feito. Mas deve ser colocado e solicitadas essas informações aos senhores.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a falar.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Tere-mos algum tempo para responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Sr. Senador Tourinho, darei um tempo aqui para respostas rápidas às perguntas de V. Ex<sup>a</sup>, o que foi solicitado pelo Sr. Sérgio e também pelo Wagner Oliveira. Rapidamente, por favor.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O Sr. Senador mesmo colocou a necessidade de tentarmos

focar em alguma questão para chegar a alguma conclusão. Das operações todas realizadas com o BMG e Rural, todas pagaram 105% da taxa Selic; todas já foram devolvidas aos cofres da Previ. Essas taxas foram cotadas no mercado e são consistentes com as taxas de mercado de bancos equivalentes no dia. Portanto, eu gostaria de esclarecer ao senhor que eu creio que isso não permitiria que esses recursos fossem utilizados para qualquer outra operação do Banco, porque eles pagaram aquilo que qualquer outro banco me pagaria em condições iguais.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Eu acho...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Então – com licença, Sr. Senador –, esses são os dados objetivos que demonstram que as operações foram feitas em condições de mercado, retornaram integralmente aos cofres da Previ; e, portanto, dificilmente poderiam gerar um **funding** para qualquer tipo de financiamento ou repasse a terceiros, porque, senão, teríamos de suspeitar de todas as operações realizadas com bancos em condições de taxas de mercado.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, a minha suspeita, aliás, de **funding**, não é por aí. A minha suspeita de **funding** é lá fora. É outro problema. Só para não ficar sem dizer nada, nessa questão, por exemplo, eu não daria crédito ao Banco Rural. Eu acho que vocês não deviam dar. É uma opinião pessoal.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Tem outras agências que classificam esses bancos como bons. Não são os bancos de primeira linha, mas são bancos de segunda linha que justamente por isso davam 105% da taxa Selic, enquanto os bancos de primeira linha pagam 101%.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O BMG, não, mas o Banco Rural, eu duvido que alguém dê algum crédito com esse tipo de...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eles tinham limite de crédito com praticamente todas as instituições financeiras do País, Senador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Eu não estou tratando das instituições privadas. O problema é delas. Estou tratando...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Mas elas utilizam de metodologia de mercado também.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Estou dizendo o seguinte: a esse banco, eu, banqueiro, não daria dinheiro.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Mas eles tinham limite de crédito com praticamente todas as instituições financeiras deste País.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Então, contraria o que o senhor diz em relação ao (*inaudível*), que é a questão de governança e solidez.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, não, não. Temos classificação de risco, os prazos eram mais curtos e os volumes, menores.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Lamento. O senhor não vai me convencer.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Percebo que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Dr. Sérgio Rosa, vamos passar à frente.

Consulto o Plenário. Foi iniciada a Ordem do Dia no Senado. Quanto aos Srs. Senadores inscritos, eu respeitarei a ordem de inscrição, se tiverem de se ausentar temporariamente. Continuaremos os trabalhos, pois há vários Deputados inscritos e, se não houver prejuízo dos trabalhos, e acredito que não haverá, e todos concordarem, continuaremos com os trabalhos.

Aqueles que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. (Orador não identificado)** – (*Inaudível. Fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – O Presidente Amir Lando tem adotado essa sistemática. Eu consulto o Plenário para dividir a responsabilidade. Se o Plenário achar que não deve, encerro a reunião e aguardo a oportunidade de reiniciarmos os trabalhos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, vamos continuar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, elogio a posição que V. Exª está adotando neste momento, ouvindo o Plenário nesse sentido, porque agiliza os trabalhos e temos uma deferência com relação aos nossos companheiros Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Com a palavra o Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ouvindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Peço desculpas ao Deputado João Correia, mas estávamos fazendo um acerto.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Pode continuar fazendo o acerto, desde que o tempo seja preservado.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – O seu tempo será preservado. Eu explico o porquê. Sempre que um Deputado ou Senador faz as perguntas aos depoentes, às vezes, ficam algumas respostas não dadas. Então, combinamos aqui que vamos dar um tempo aos depoentes, no final do tempo, para que eles

rapidamente possam concluir as indagações. Penso que isso é bom para os trabalhos e vamos adotar essa técnica para que não haja perguntas sem respostas e que isso seja feito brevemente.

Solicito que zere o tempo do Deputado João Correia, para que S. Exª possa começar a sua indagação.

Deputado João Correia, está V. Exª com a palavra.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O Relator, Deputado Abi-Ackel estava fazendo algumas inquirições aos depoentes. Vamos usar o termo “depoente” porque eu não conheço outro. E houve um certo momento em que o Sr. Sérgio Rosa ficou um pouco inquieto, impaciente. É óbvio que o grupo dos Deputados não é um grupo qualificado para os debates sobre capital financeiro. Então, cabe a V. Sª muita paciência, que, aliás, demonstrou em seguida, ficou tranqüilo, sereno. E eu vou fazer algumas perguntas e quero a mesma serenidade. Vou tentar tê-la ao fazê-las.

Bom, o senhor conhece a história do ornitorrinco, aquele animalzinho esquisito, misto de mamífero e de ovíparo, que habita a Tasmânia e tem sido notabilizado pelo eminente professor Chico de Oliveira para designar, de uma certa forma, essa nova casta que surgiu no Governo do PT, essa casta que nem é operária e nem é patrão; não é patrão nem operário, nem trabalhador e que se cinge muito aos Fundos de Pensão. Aliás, de uma certa forma, ele antecipou um pouco a realidade. Ele tinha como modelo o Delúbio Soares. E temos aqui três lídimos representantes dessa categoria, profissionais qualificadíssimos, filiados ao PT.

Aliás, hoje, o que o Senador levanta do aparelhamento é completo. O Governo do PT indica uma parte e o sindicato, potente, indica a outra parte. Ou seja, cem por cento. Por isso, sem demérito do brilho do Sr. Wagner, os seis votos dele realmente eram, não vou dizer difíceis, mas eram quase fáceis, não é? Parte do PT, parte do sindicato, cem por cento, seis votos.

Colocada essa questão do ornitorrinco, a primeira questão que eu queria que respondessem ao final, se vocês são trabalhadores ou se vocês são patrões, eu queria voltar ao tema que o Deputado Abi-Ackel sugeriu e que eu não estou satisfeito.

E quero, Presidente, também o seguinte: dizer que, na próxima vez, discutamos tudo isso com as quebras dos sigilos, porque senão não vamos mergulhar em profundidade em nenhum tipo de depoimento. Veja o caso de ontem. Ontem nós fomos lá – o Deputado José Rocha e eu – e pegamos alguns depoimentos e desmascaramos aqui um laranjão que estava mentindo sistematicamente.

Eu quero, então... Eu vou falar só em termos gerais, mas gerais porque não tenho como especificar, muito menos numa douda banca como estou vendo aqui. Mas V. S<sup>a</sup> disse, no contrato com o Citibank, que os Fundos de Pensão realizarão, nos termos deste contrato – esse contrato com o Citibank que o Brasil está cansado de começar a saber –, que as aquisições das ações objeto do exercício da opção de venda, não obstante tal aquisição possa importar em desenquadramento ou em qualquer outra irregularidade ou violação da regulamentação aplicável, ficando a cargo de cada fundo de pensão e sob sua exclusiva responsabilidade tomar quaisquer medidas necessárias para permitir o tempestivo cumprimento de suas obrigações sobre as opções de venda. Ou seja, o Citibank entra com a lâmina da guilhotina, e os Fundos de Pensão entram com o pescoço. É o acordo entre o pescoço e a guilhotina também com vários matizes mais populares.

Eu pergunto, então, ao senhor também, para anotar, por gentileza, se isso não significa uma confissão de ilegalidade, de irregularidade, ainda que tenha passado pela mais douda das bancas ou das assessorias jurídicas. Porque qualquer leigo vai perceber que isto aqui está ao arrepio da lei. Vocês não podem... Vocês não estão acima da lei, podendo fraudar regulamentos, podendo fraudar – digamos assim – normas já estabelecidas no mercado mais global.

Então, essa é a primeira questão que eu quero retomar do Relator, porque não fiquei satisfeito com a sua resposta. E eu estou me dirigindo um pouco mais a V. S<sup>a</sup> pelo fato de ser não o mais competente, mas pelo menos representa o maior fundo deste País; juntamente com os dois, representam uma parcela, quer dizer, os Fundos representam mais de US\$100 bilhões no global, um percentual extremamente importante do PIB e um percentual extremamente importante dos investimentos. E mais, fiquei extremamente admirado quando vi o senhor confessar, Sr. Sérgio Rosa, que já são 158 mil os colaboradores da Previ, quer dizer, na somatória aqui já temos mais de 250 mil trabalhadores, pais de família que devem ter as suas aposentadorias, os seus recursos absolutamente protegidos. Acho que essa seria a função dos Fundos.

Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão está-se vinculando a esta. É a questão do risco cambial. Os R\$1,045 bilhão que importou o acerto, o contrato, com o Citibank foram referidos a um câmbio à época, os R\$360 milhões foram internados com o dólar de R\$2,82. Ao dólar de hoje já teria havido um prejuízo de R\$115 milhões, se houvesse a conversão no momento de hoje.

Quero saber se houve uma previsão também tão otimista, tão bem articulada em relação aos riscos cambiais da operação.

A terceira questão, que tem que ser realmente de âmbito geral – não adianta varremos para debaixo do tapete o que o Brasil inteiro sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Deputado João Correia, por favor, interrompendo, quero dizer que o Presidente do Senado, Renan Calheiros, me ligou neste momento e, embora tivéssemos consultado o Plenário, S. Ex<sup>a</sup> pediu para que suspendêssemos a reunião porque a Ordem do Dia está em curso.

Em função disso, suspendo os trabalhos. Estão suspensos até o final da Ordem do Dia.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Deputado Júlio, é a Ordem do Dia do Senado? É só para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Redecker. PSDB – RS) – Deputado Odair, quero dizer, com toda sinceridade. Somos, aqui, sujeitos ao Regimento da Casa. Fiz uma consulta para que pudéssemos continuar o trabalho. Como o Presidente do Senado me ligou pessoalmente e pediu para que fosse cumprido o Regimento – eu me considero um legalista –, vamos cumprir o Regimento, suspendemos a reunião até o fim da Ordem do Dia, quando a recomencemos e cumpriremos a ordem pauta. Se todos concordarem, já está decidido, o reinício da reunião será assim que terminar a Ordem do Dia.

Peço desculpas pelo incômodo àqueles que terão que esperar aqui, principalmente aos depoentes, mas queremos fazer com que esta CPI trabalhe e realize seu trabalho e vamos cumprir também o Regimento.

Estão suspensos os trabalhos.

*(A reunião é suspensa às 17h41min e reaberta às 19h27min.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concluída a Ordem do Dia, reabro os trabalhos da presente reunião e concedo a palavra ao Deputado João Correia. Os depoentes devem chegar. Inscrição não tem mais.

Ressalto para a Comissão que, infelizmente, a Ordem do Dia é imperativa à suspensão dos trabalhos. Tivemos que fazê-lo, sei que isso atrapalha, tumultua, mas, em primeiro lugar, o Regimento; depois, o Regimento no que nos cabe. Então... Está faltando ainda um depoente. Eu vou reabrir... Já está reaberta a reunião. Eu queria, enquanto reabre, dizer o seguinte: amanhã, teremos uma reunião para apreciar e votar o relatório preliminar, às 15 horas. E quero fazer uma proposta para que, na sexta-feira, nós ouvíssemos mais dois dos convocados. Nós temos, aqui, a convocação de

três pessoas que estão na prioridade que, para concluir o ciclo dos presidentes e dos tesoureiros, seria o Presidente do PT, José Genoíno, o Presidente do PP, Pedro Correia e o Genu. O nome todo eu ia falar, mas, então, o Genu. Eu não sei... Na sexta-feira, poderíamos ouvir duas pessoas. Eu acho importante darmos um passo, porque, na semana que vem, a idéia é dar um tempo para que as assessorias, os Parlamentares – Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas –, possam se debruçar no exame de todo esse manancial de provas que está à disposição, inclusive uma parte significativa é sigilosa.

Inclusive, estamos recebendo aquelas demandas que ainda estavam pendentes de vários bancos, o Presidente Renan deu um reforço nesse ponto para que a instituição do Congresso, na pessoa do Presidente, reforçasse todos os requerimentos pendentes e que todas essas informações chegassem o mais breve possível. Então, a partir de segunda-feira, penso que estarão disponibilizados todos os dados, talvez, não sei se 100%, mas 80%, 90% com absoluta certeza.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – E a semana que vem será, então, de trabalhos internos, é isso?

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Trabalhos internos. Precisamos avançar nisso, porque eu tenho visto que, quando alguém se debruça nessas investigações, as inquirições são muito mais produtivas. Cito como exemplo a de ontem, em que designamos, aqui, uma diligência às pressas.

Podemos começar, então? Vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado João Correia.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> disse que seria bom, mas não ficou definido. Na sexta-feira, teremos as oitivas?

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Nós vamos definir daqui a pouquinho. Estou aguardando mais gente e vamos definir...

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Acho que poderia haver uma oitiva sexta-feira e depois, na volta...

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Eu tenho uma posição divergente, então... Nós vamos discutir daqui a pouco, não é, Sr. Presidente?

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Então, depois então... Discutimos amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Eu estou vendo que estamos com o **quorum** reduzido.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Amanhã discutimos, Sr. Presidente. Passemos à oitiva.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Estou fazendo uma proposta para que, na sexta-feira, trabalhem, ouvindo até, se possível, dois depoentes.

Mas vamos discutir em seguida. Na hora em que tiver melhor **quorum**, discutimos, discutimos.

A palavra com V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, senhores depoentes, eu queria apenas, no início da minha fala, lembrar um pouco duas questões que ficaram colocadas: é a questão do tal do ornitorrinco e a questão também do contrato, que eu fiz diretamente ao Sérgio Ricardo Silva Rosa, daqueles termos que foram acolhidos pela Previ e pelos demais Fundos que, de uma certa forma, estimulam, do meu ponto de vista, uma espécie de desobediência às leis e aos assentamentos normativos que nós temos no Brasil.

Então, quero continuar um pouco discutindo, colocando outros temas e quero também lembrar, Presidente, que nós temos aqui uma ação que foi movida pelo Deputado João Alberto Fraga. S. Ex<sup>a</sup> foi o autor dessa ação junto ao egrégio Tribunal de Contas da União, e o Deputado Fraga, parece-me que é um tanto tido como representante da bancada do Banco Opportunity, o que eu gostaria de questionar. Acho que o Deputado Fraga não é participante disso, fez a sua ação, e vou perguntar isso ao Sr. Daniel Dantas, quando ele estiver aqui presente, se ele, de fato, tem Deputados na sua bancada e se, de fato, ele tem especialmente o Deputado Alberto Fraga. Alguns o consideram carinhosamente como pelego, mas não como o pelego de uma pessoa como o Sr. Daniel Dantas, enfim, que é muito conhecido.

A terceira questão que eu queria colocar então para os presidentes aqui é a seguinte... Também novamente ela vai ao encontro da ação de liderança do Sr. Sérgio Rosa. Há todo um debate de que V. S<sup>a</sup> decidiu sozinho, ao arrepio do conselho deliberativo da instituição, o contrato com o Citibank no valor de R\$1,045 bilhão e que, em apenas um dia, a diretoria executiva da Previ aprovou os termos desse acordo, que hoje o Tribunal de Contas contesta, e teria teoricamente até 75 dias para apreciar – o conselho teria até 45 dias para apreciar, a executiva, melhor dizendo. Então, o que pergunto ao Sr. Sérgio é porque ele não consultou o conselho deliberativo, dando os tempos naturais, normais, normativos para tomar uma decisão que talvez tenha sido a decisão mais importante até hoje tomada pela Previ, porque aí há um detalhe que eu gostaria de colocar – a pergunta está feita – mas V. S<sup>as</sup> são titulares, são presidentes de Fundos de Pensão extremamente poderosos e, na verdade, há uma conexão por uma luta acionária, por uma luta sobre o controle de uma empresa. Há uma aliança – V. S<sup>as</sup> que são nacionalistas, por excelência ou por definição,

especialmente de seu partido –, digamos assim, com o satanás do capital internacional. O Presidente Bush deve ter ficado muito orgulhoso das relações que o Citibank tem com os Fundos de Pensão, porque houve uma clara e definida preferência pelo Citibank em relação ao controle dado, que é legítimo – quero dizer isso –, acho extremamente legítimo que os Fundos de Pensão, pelo pode e pela importância que têm, que eles busquem isso. No entanto, e aí vem a quarta questão que eu queria colocar para os três: o Sr. Rosa falou, em sua exposição, que o Banco Opportunity ofereceu algo em termos de valores similar ao que os Fundos de Pensão ofereceram, acordaram, acertaram com o Citibank.

Então, fica uma coisa meio esquisita. Por quê? Um erro ou mil erros justificam um? O fato de o Sr. Daniel Dantas, do Opportunity, ter feito uma proposta para o Citibank autoriza a que os Fundos de Pensão façam um acordo exatamente nos mesmos moldes ou em valores similares? Isso é lícito, do ponto de vista do mercado, da operação no mercado? Essa é uma outra pergunta que quero colocar. Porque, senão, dá a impressão de que o fato de o Sr. Daniel Dantas ter feito uma proposta que o Citibank colocou, publicou depois, conforme foi dito por V. S<sup>as</sup>, legítima um valor que é questionado no Brasil inteiro por razões aritméticas. As razões são aritméticas. V. S<sup>as</sup> estão falando, realmente, para uma platéia de leigos, mas são representantes dos leigos que existem no Brasil inteiro e sabem que a questão realmente é meramente aritmética.

Então, quero deixar mais esta questão: se legítima o fato de o Citibank ter dito que o Sr. Daniel Dantas fez uma proposta similar, se isso calça, dá, realmente, verossimilhança, se dá, digamos assim, decência à proposta que foi acordada entre o Citibank e os Fundos de Pensão?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Interrompo V. Ex<sup>a</sup> para dizer-lhe que não vai sobrar tempo para respostas, infelizmente.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Na verdade, Sr. Presidente, são questões mais gerais, não temos a especificação do sigilo. Então, quero colocar questões gerais.

Vou concluir com o seguinte: não adianta também varrermos para debaixo do tapete que existem os Fundos de Pensão que têm uma importância incomensurável na economia e na política brasileira. E todos nós sabemos que existe no alto comissariado do Governo do PT um confronto entre dois Ministros da mais alta relevância, por conta dos Fundos de Pensão: Ministro Gushiken e Ministro José Dirceu. Inclusive, essa disputa – a chamada disputa do ano – foi dita aqui. E todos sabem também que, se há um ornitorrinco, o Ministro

Gushiken é um dos exemplares mais acabados. Veio do movimento sindical, é do PT, está vinculado aos Fundos de Pensão e, segundo o Sr. Pizzolato, tem influência, especialmente nos Fundos de Pensão ligados às estatais. É poderosíssimo. Sob esse prisma, ele conseguiu uma façanha extraordinariamente grande: derrotar o Ministro José Dirceu. Isso é dito e redito na imprensa. Dizem que, inclusive, o Sr. Sérgio Rosa vem aqui só para falar com o Ministro. Enfim, houve esse confronto de titãs no altíssimo comissariado.

E há um envolvimento – essa é a minha pergunta final – do Sr. Pizzolato no mensalão. O que se diz é que os Fundos de Pensão, através de suas participações, podem manipular e definir recursos de doações de caixa dois, inclusive, para irrigar, sim, o mensalão. Poderá ser um dos instrumentos fundamentais de irrigação do mensalão, o que faz com que – assim encerro a minha participação – jornalistas da qualidade daquele que escreveu as ditaduras, a envergonhada etc, digam que a CPMI dos Fundos de Pensão é a grande questão diante da qual a CPMI do Mensalão, a CPMI dos Correios e a CPI dos Bingos são como trombadinhas. A grande questão que se coloca no Brasil inteiro é a perspectiva da CPMI do Mensalão. Li o que disse Elio Gaspari, quando saudou a quebra do sigilo bancário, ainda que parcial, dos Fundos de Pensão.

Sr. Presidente, assim encerro. Gostaria de que, se fosse possível...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Foram feitas oito questões, Sr. Presidente. Não sei se teremos condições de iniciar, respondendo. Eu gostaria muito de responder a todas.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Desculpe-me interromper, mas o Presidente anterior, o Deputado Júlio Redecker, decidiu que daria aos Presidentes tempo para que respondessem às questões que ficassem...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É evidente que, se cada um adotar essa técnica, vamos dobrar ou triplicar o tempo de cada intervenção. Peço aos Srs. Presidentes que respondam com certa objetividade, se as perguntas o permitirem, porque assim daremos celeridade. Vejo que, até agora, apenas dez inquiriram. O Deputado Júlio Redecker não fez as perguntas, porque estava presidindo. Teremos de devolver a palavra a S. Ex<sup>a</sup> oportunamente.

Já estou gastando muito tempo. Com a palavra, qualquer um dos Srs. Depoentes que quiserem usá-la.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nobre Deputado João Correia, parece-me que V. S<sup>a</sup> já tem uma conclusão sobre os acordos firmados, inclusive se fixou em um único acordo, embora tenham sido

seis os acordos. Insisto em dizer que outros acordos correlatos a esses trouxeram valor para as participações praticamente perdidas dos Fundos de Pensão. Parece-me que essa questão importante está sendo absolutamente esquecida por alguns Parlamentares que questionam a PUT. O senhor pergunta algumas coisas, vou tentar responder a todas, se possível.

Se a oferta que o Opportunity fez ao Citibank autoriza, legítima, obriga? Não. Ela é apenas uma referência para demonstrar aos senhores, que estão questionando o valor da PUT contratada com o Citibank, que essa mesma participação que nos dispusemos a comprar, em 2007, se até lá não vendermos conjuntamente a empresa, que essa mesma participação recebeu uma oferta de outro agente, o Opportunity, por um valor semelhante. É apenas uma demonstração de que há um valor igual àquele que contratamos. Parece-me que, se alguém oferece por um carro valor equivalente àquele a que me proponho a pagar, é um reforço da avaliação que fiz daquele veículo. Temos a carta aqui, concretamente, enviada pelo Opportunity ao Citibank, oferecendo a ele esse valor. Isso não é sinal de que há mais do que um agente, Fundos de Pensão, avaliando aquela participação do Citibank por um valor semelhante àquele que avaliei? Isso não funciona como uma demonstração? Parece-me que sim.

Segunda questão: se o Opportunity tivesse adquirido a participação do Citibank, somaria aos 9% que ele já detém do Opportunity Fund e teria a maioria, mais de 51% das ações de controle da empresa, e os nossos investimentos virariam pó, Deputado, porque não estavam garantidos por nenhum acordo de proteção, seja de direitos societários, seja de *tag along*.

Esta é a questão fundamental, Deputado. Esta é questão objetiva: nós tínhamos menos da metade de alguma coisa. Se não tivéssemos um contrato vinculando essa menos da metade de alguma coisa a um poder efetivo de gestão, a um direito de venda conjunta, a uma proteção do valor econômico, essa menos da metade de alguma coisa não valeria nada, porque quem comprasse um pouco mais da metade dessa mesma coisa dirigiria essa coisa, utilizaria essa coisa, controlaria essa coisa, e perderíamos os três bilhões – em valores de hoje corrigidos – que foram investidos em 1998, e que foram malcontratados, que não tiveram as garantias econômicas adequadas.

Esta é a questão que me parece que há uma resistência enorme em se observar, ou seja, em se observar o risco em que se colocou o investimento realizado em 1998 e que permitiu a um determinado gestor de recursos abusar do controle das empresas e criar uma situação de se apropriar dos recursos dos trabalhadores e dos Fundos de Pensão. E esta

é a situação que corrigimos com os acordos com o Citibank. São seis acordos, mas só se debate aqui o acordo de PUT. E quando eu demonstro aqui que há outro proponente disposto a pagar o mesmo preço a vista, hoje, por um valor que prometi pagar em 2007, parece que isso não tem significância. Eu realmente fico sem entender, às vezes.

Na questão da cláusula, nobre Deputado, parece-me que qualquer pessoa poderia ser razoável em avaliar que ninguém assinaria uma cláusula confessando que praticará uma ilegalidade. Ninguém, em sua consciência, assina uma cláusula no contrato dizendo: “Olha, eu executarei esse contrato apesar de ele ser ilegal.” Em primeiro lugar, porque seria uma grande burrice; em segundo, porque essa cláusula seria anulada e, sendo nula, não protegeria as partes que quiseram assegurar que aquele contrato fosse exequível.

Então, aquela cláusula, apenas o que ela quer dizer, nobre Deputado, é que hoje os contratos foram assinados dentro das condições da lei e que as partes que assinaram esses contratos, na data de hoje, teriam todas as condições de assiná-lo, e apenas se protegem para que não deixemos de tomar providências e possamos usar eventuais mudanças da lei ou atitudes que nos levem ao desenquadramento dos investimentos para chegar em 2007 e dizer que não temos condições de cumprir com a obrigação contratada. É isso o que a cláusula procura dizer. E se a cláusula for anulada, existe outra cláusula no contrato que diz que as demais cláusulas permanecem presentes.

Então, é evidente que ninguém tem a intenção de assinar e escrever em um contrato que executaria esse contrato mesmo que ele seja ilegal, porque isso seria uma burrice, a cláusula seria nula. Portanto, as partes que pretenderam se proteger, assinando em contrato que vão praticar algum ato ilegal, estariam, obviamente desprotegidas.

A terceira questão, que diz respeito especificamente à Previ – vou passar a palavra, em seguida, para o Wagner e para o Guilherme responderem às demais questões –, é sobre a decisão da Previ, que foi tomada, de acordo com o que define a lei, dentro do Estatuto. A Lei nº 108, votada nesta Casa, definiu que é competência da diretoria executiva aprovar investimentos até o valor de 5% dos recursos garantidores da entidade. E esses investimentos estão dentro disso. E o nosso Estatuto reproduz esses itens da lei. Os investimentos foram aprovados dentro daquilo que a legislação permite, dentro da nossa política de investimentos.

Esse é o entendimento da nossa diretoria, o que nos permitiu aprovar isso unanimemente na diretoria executiva da Previ, e só em seguida aprovamos os

contratos. Não foi nenhuma decisão monocrática minha, não tenho esses poderes. A decisão foi tomada na diretoria executiva por unanimidade dos votos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Ouvi atentamente o que disse o brilhante Sr. Sérgio Rosa. Não tenho nada do que me queixar. Agora, ele só não pode é abusar do seu brilhantismo para tentar desmoralizar esta Casa. Quem faz leis é o Congresso. No contrato aqui assinado não consta, em nenhum momento, “se”. O que diz o contrato diz respeito à lei – lei criada por esta Casa –, que cabe a eles cumpri-la, e não raciocinar sobre hipóteses de possíveis mudanças, a não ser que estivessem contando com essa modificação que estava sendo preparada na Secretaria de Comunicação, para permitir, lá adiante, a fusão de empresas.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Presidente, uma questão de ordem a essa matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Estou levantando a questão...

**O SR. (Orador não identificado)** – O Senador Heráclito Fortes nos desculpe, não é questão de ordem. V. Exª pode se inscrever.

**O SR. (Orador não identificado)** – Inscreva-se para falar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Estou levantando essa questão, porque é relevante...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não é questão de ordem, é questão de desordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – ... é uma questão relevante, Sr. Presidente. E está-se tentando dentro da Casa...

**O SR. (Orador não identificado)** – Inscreva-se, Senador, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Estou defendendo a Casa a que V. Exª pertence e não quer defender. Estou defendendo aqui exatamente este abuso declarado aqui por ele de que as leis não são feitas nesta Casa e que não temos obrigação de ser vigilantes da lei. Silenciar sobre um fato desse é concordar com o que está sendo dito. E o que foi dito, lendo-se o contrato que temos em mão e que a imprensa toda divulgou, é exatamente fechar o Congresso como casa de leis e, à medida de interesses como esse, deixar que cada um legisle como quiser, sem que esta Casa tenha necessidade de existência.

**A SRª (Oradora não identificada)** – Isso não é questão de ordem, na minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – V. Exª disse que levantaria uma questão de ordem. V. Exª evidentemente levanta uma questão...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Ele fez um contraditório, Sr. Presidente, fez um contraditório, apresentação...

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – ...de incongruência com relação ao que foi respondido e àquilo que está escrito nessa reportagem. Mas eu diria a V. Exª que essa resposta certamente será dada, quando das inquirições de V. Exª. O alerta foi feito. Prosseguiremos aqui nas respostas...

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Ainda bem que quem preside é um grande jurista.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Srs. Deputados, na seqüência e tentando colaborar e contribuir para o esclarecimento desse ponto, inclusive com a questão de ordem que foi levantada e acabou atingindo o mérito da questão, eu queria dizer – acho que posso dizer, na minha pessoa, mas é o que nos levou a estarmos aqui – que temos o maior respeito com esta Casa. Evidentemente que estamos aqui exatamente para fazer os esclarecimentos. E, quando se tem um contrato dessa magnitude, dessa dimensão, nós estamos num Estado de direito, e tem o Judiciário. Se tem uma questão controversa, o Judiciário vai esclarecer se têm pendências ou não, está certo? É preciso ficar bem claro isso. Então, acho que é preciso valorizar muito essa questão. A nossa interpretação foi apoiada em advogados, foi feita uma negociação bastante aberta, e tem o Judiciário para examinar se isso foi legal ou vai ser legal ou não.

Agora, eu queria dizer o seguinte, queria ressaltar o seguinte: a questão que está sendo inquirida é a respeito da PUT, que é uma promessa, porque, muitas vezes, o fundo de pensão está na posição contrária. Nós temos casos em que a posição é contrária. Nós é que temos o direito ao PUT. Então, isso é uma coisa muito corriqueira no mercado de negociações entre empresas, é importante ressaltar isso.

No caso da Funcef, assinamos o acordo. É preciso dizer para todos os Parlamentares: nós assinamos e examinamos a fundo. Em 2003, recebi as pessoas oportunas, que nos procuraram. A senhora, as duas senhoras lá, que nos procuraram. Recebi. É nossa obrigação receber as pessoas e ouvir. Já existiam ações que estavam tramitando. Então, um gestor que assume a direção de um fundo de pensão como esse precisa olhar todos os ângulos da questão. Então, a decisão que tomamos foi pautada exclusivamente no fato de que não tínhamos tantas opções assim. O problema surgiu em 98, quando o processo começou a ser malfeito. Então, estávamos numa situação em que tínhamos que tomar a decisão dentro dessas limitações; o problema surgiu lá atrás, em 98. Então, é preciso que



os Srs. Parlamentares compreendam – e compreendam o contexto como um todo.

O caso da Funcef foi examinado rigorosamente pela equipe técnica, foi aprovado pela diretoria, foi aprovado pelo conselho deliberativo. Eu disse aqui, na quarta-feira, e digo novamente: deixamos em aberto o conselho deliberativo, para discutir. Um membro do conselho deliberativo é, inclusive, uma pessoa do Tesouro Nacional, e, depois, na Caixa Econômica, fez um cálculo, para ver se os cálculos estavam corretos. Então, é preciso que as pessoas olhem este assunto na dimensão que ele tem e valorizem... Com todo o respeito, não é questão de ficar dando aula. É a questão de que estamos aqui para esclarecer sobre Fundos de Pensão, já que foram colocadas, por diversas vezes, diversas insinuações, em termos da imprensa, principalmente.

Então, está-se colocando uma questão sobre a qual estamos aqui à disposição para explicar, com a maior paciência e a maior disposição para explicar, com a maior paciência, a maior disposição. Se não explicarmos tudo hoje, se vocês quiserem marcar especificamente para explicar isso, se o senhor quiser que a gente vá ao gabinete do senhor para explicar, podemos ir. Está certo? Podemos levar um técnico para explicar. É nosso interesse explicar.

Eu queria terminar dizendo o seguinte: o senhor fez uma colocação que eu valorizo muito, porque aqui estamos falando com franqueza. Respeito o senhor profundamente. O senhor falou que nós temos 300 mil famílias que têm vinculações com a nossa gestão. Cento e cinquenta e oito, setenta e três e mais noventa e tantas. Então, em trezentas mil famílias, temos quantos brasileiros? Nós temos muito brasileiros que dependem dessa gestão.

O senhor esteja certo de que estamos objetivando sempre defender o interesse deles. Oportunamente, eu gostaria até de conversar, de explicar para o senhor mais coisas que estamos fazendo. Agora, não vamos sair dessa linha de defender o melhor para eles, e buscamos uma maneira de ter um controle sobre um ativo para que possamos vender, porque, quando se entra num fundo de investimento, em 98, tem que se pensar em sair. Não é para ficar eternamente nessa empresa, não. E nós não tínhamos como sair. Entramos num lugar e não tínhamos como sair. Então temos que encontrar uma saída para esse negócio que já vem se arrastando há muito tempo.

Vou repetir: esse problema não começou com o Sr. Sérgio Rosa, quando ele entrou na Previ, não, ou com o Sr. Wagner Pinheiro, ou como o Sr. Guilherme Lacerda. Já existiam processos. Eu posso passar para o senhor um compêndio de anotações, de registros em

jornais, de providências tomadas. Se não tomarmos uma providência, seremos punidos. Tem apontamentos de auditoria. Então, se o senhor estivesse no meu lugar, tenho certeza de que o senhor iria buscar uma maneira também de resolver por aí. Então, é preciso que as pessoas compreendam essa questão.

Era isso que eu queria colocar.

#### **O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA –**

Deputado, antes do intervalo, o senhor falou sobre eleitos da Petros. Dos eleitos da Petros, esclarecendo ao senhor, dois não são filiados ao PT, um é dirigente de uma associação de engenheiros da Petrobras, que é oposição ao Governo do Presidente Lula e oposição à direção da Petrobras e da Petros, reconhecidamente. Eles criticam a gestão. O outro é um senhor que acho que já tem mais de 70 anos, um aposentado, histórico da Petrobras, que não é filiado ao PT, que já foi diretor da Petrobras no passado. O terceiro, esse sim, é filiado ao PT.

Portanto, só para esclarecer ao senhor, há dois eleitos que não são filiados ao PT e fazem crítica ao Governo do Presidente Lula desde o início do seu Governo. Eu tive seis votos com essas pessoas também.

Quero esclarecer também que não menti. Talvez não tenha ficado claro quando eu falei sobre os investimentos da Petros em BMG e Rural, que vêm desde 95, sim. Eu apresentei, na quarta-feira passada, e pedi para a Comissão distribuir aos senhores como é o desenho dos investimentos da Petros no BMG e Rural – está aqui – e entreguei a planilha à Comissão antes do intervalo, pois o Senador Rodolpho Tourinho disse que eu teria mentido. Talvez eu não tenha me feito esclarecer bem quando eu fiz um debate mostrando que, ao longo da história da Petros, ela teve investimento sempre em CDB do BMG e Rural. Essa planilha eu entreguei na semana passada e mostrei aqui. Não tem o menor sentido.

Eu estava argumentado sobre isso. A escolha dos investimentos no BMG e Rural na nossa gestão – isso, efetivamente, os senhores querem saber – foram escolhas técnicas que comitês de crédito da Petros fazem análise, comitês... Essa planilha, que eu mostrei aos senhores, que está... Essa planilha, esse gráfico está em planilha mês a mês e cada operação já entregue formalmente aqui, para a Comissão.

Então, é só para esclarecer e dizer que esses investimentos foram tomados com base em comitê de análise de crédito, em um comitê de renda fixa e as decisões para escolher o risco de crédito, a responsabilidade, essa sim, é do fundo de pensão, quando a gestora terceirizada faz uma compra de CDB. Lógico, a responsabilidade é nossa.

O que eu quis mostrar aos senhores, talvez eu não tenha me feito claro, eu vou explicar melhor, é que não tem a decisão da Petros que dizer que é para comprar 50 milhões desse ou daquele banco, simplesmente direto. Tem que ter uma análise técnica, tanto da Petros, que tem um comitê de crédito com várias pessoas, técnicos da área de investimento, e também análise técnica do banco terceizado. E eles decidem comprar. Podemos negar a compra, mas, dentro da cesta de investimentos em CDB que a Petros possui hoje e mesmo nos últimos dois anos e meio, essas instituições não estão acima do normal para o tamanho delas. É isso que estamos defendendo e que procuro mostrar aos senhores. Entreguei hoje essas planilhas.

Por fim, sobre aparelhamento, é da gestão da máquina pública e da máquina pública nacional as pessoas trabalharem em Governos em que os governantes, as pessoas que decidem sobre os cargos, confiem nesses técnicos. É da natureza da gestão pública. Quando o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso se encerrou, vários de seus competentes quadros foram para o Governo do Estado de São Paulo, para o Governo do Estado de Minas Gerais e para o Governo do Município de São Paulo. Meu antecessor, de muita experiência e grande competência técnica, é hoje Presidente do Instituto de Previdência Municipal da cidade de São Paulo. É da natureza da confiança profissional e técnica.

A Diretora de Investimento da Petros na gestão passada, em que todo diretor da área de investimento sempre teve importância para o Ministério da Fazenda, é hoje executiva de uma grande empresa brasileira da qual o Presidente do Conselho de Administração é o ex-Ministro Pedro Malan. Isso é da natureza profissional e técnica de contratar técnicos e profissionais que, além de capacitados, sejam de confiança para desempenhar corretamente o trabalho.

Foi nesse sentido que eu queria responder à pergunta, Sr. Deputado. Muito obrigado pela atenção.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, fui citado e gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse um minuto só enquanto aquele quadro está ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Em momento algum eu disse que o senhor havia mentido. Não disse isso. Se eu achasse, eu teria dito. O que disse foi que o senhor simplesmente dizia que as operações vinham desde 1995, e o que estamos dizendo é que elas foram retomadas em 2003/2004 porque elas tinham sido acabadas em 2000 e 2001.

É isso que eu quis dizer.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Nós dois estamos dizendo isso, Senador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não. O senhor disse que eu teria dito que o senhor havia mentido. Eu não disse que o senhor mentiu. É a interpretação do que está ali.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Senador, respeito muito o senhor.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – O que estamos procurando aqui é exatamente o crescimento de aplicações a partir de um determinado momento, que foi o que aconteceu.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Senador, eu lhe afianço que eu não menti.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Eu não disse que o senhor mentiu, eu disse que o senhor se enganou.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Houve um equívoco. Desfeito o equívoco, nem o Senador Tourinho disse que o senhor havia mentido nem o senhor mentiu. Ponto final.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Gastão Vieira.

Na sequência, como o Deputado Gastão Vieira estava aqui, o Deputado Júlio Redecker estava na sua frente. Como ele estava presidindo, automaticamente, concederei a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, é uma questão de ordem. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que observe o tempo de cada um, porque a última intervenção durou praticamente uma hora. Assim não dá. É terrível.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Farei o seguinte: o depoente tem dez minutos entre perguntas e respostas. Se não deu, se gastou os dez minutos perguntando, vou ter que dizer que a resposta ficou prejudicada. Isso é ruim porque eles estão aqui para esclarecer.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pode ser dada uma tolerância de cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A não ser que a matéria seja complexa. Hoje é diferente porque é uma matéria complexa, complicada mesmo, e o tempo está se esgotando. Vamos fazer um esforço, então...

**O SR.** (Orador não identificado) – Presidente, mas há perguntas cujas respostas podem ser fornecidas posteriormente por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. O tempo é de dez minutos

entre perguntas e respostas. Mas para não perdemos mais tempo, vamos ver se conseguimos seguir o Regimento, com uma pequena tolerância.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vou me concentrar no Dr. Sérgio Rosa, que é Presidente da Previ, mas vou solicitar a listagem dos conselheiros indicados pelos três fundos de pensões às empresas das quais participo.

Quero solicitar também seja informada qual a remuneração auferida pelos indicados. Pergunto ao Dr. Sérgio Rosa quem decide as indicações dos conselheiros, no caso das empresas que tenham participação no seu fundo de previdência, a Previ. Vamos fazer um bate-bola, Dr. Sérgio.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Quem decide, em última instância, é o Conselho Deliberativo da Previ; é quem detém essa competência final de aprovar as indicações.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Qual a participação da patrocinadora dessas indicações?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Além dos três membros do Conselho Deliberativo, que são indicados pela patrocinadora, eventualmente há sugestões remetidas para o processo de escolha dos indicados.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Dr. Sérgio, qual a justificativa que a Previ tem para indicar o Sr. Ivan Guimarães para três empresas, como Conselheiro?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nos indicamos apenas para uma empresa, a Belgo Mineira. Nossa regra permite – e a gente procura observar essa regra – que se faça a indicação apenas para uma empresa de cada pessoa.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas ele falou que é conselheiro de outras empresas, se não me falha a memória.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, com o nosso apoio, com a nossa indicação, é a apenas uma conselheira.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – De outros fundos de pensões.

Não parece ao senhor que uma empresa como a Bombril, na situação em que se encontra, remunere seus conselheiros em R\$18 mil por mês?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nós temos um litígio com a Bombril, não temos participado da administração da Bombril, porque é antigo controlador. A Cirio Financeira havia prometido adquirir as ações da Bombril.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas tem conselheiro lá?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, não temos. Nós não temos nenhum conselheiro indicado pela Previ na Bombril.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Dr. Sérgio, na lista de conselheiros da Previ, os números são impressionantes. São... (*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*) A Previ possui um total de 373 representantes nos conselhos – eu fui à página ver. Nos conselhos de administração: titulares, 131; suplentes, 102; conselhos fiscais, 72; suplentes, 68, num total de 373. Confere?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Confere.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Constata-se que existem figuras estranhas nos quadros da Previ e do Banco do Brasil também. Isso também é uma realidade?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Temos, dentro do regramento, a possibilidade de indicar alguns conselheiros que chamamos externos, que não são dos quadros de associados da Previ e do Banco do Brasil.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E qual o critério dessa seleção, Dr. Sérgio?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – São indicações que a gente recebe, seleção de nomes; já tivemos, no passado, por exemplo, Clóvis Carvalho e Andréa Calabi indicados para conselhos de empresa da Previ.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Como o senhor explica que, coincidentemente, a maioria ou grande parte dessas pessoas está ligada ao PT? O senhor acredita que é uma fora indireta de o PT pagar seus quadros?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, não acredito que seja, não. São indicações... No nosso ponto de vista, são indicações úteis para fazer o acompanhamento da empresa na qual temos investimentos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor afirma que o Sr. Ivan Guimarães não ganha R\$36 mil por mês, na indicação dos conselhos de que ele faz parte?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu não tenho essa informação. As empresas deliberam os salários de conselheiros dentro das reuniões do conselho. Esse não é um dado que a Previ controle. As empresas costumam tratar esse dado como sigiloso. Então, a Previ não tem controle sobre as remunerações que são fornecidas no âmbito de cada empresa.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – O senhor acredita que, com uma remuneração dessas, a Previ não conseguiria contratar executivos de alto padrão, para atuarem como conselheiros, já que, mesmo no mercado corporativo, os executivos não chegam a esses salários, em média, no Brasil?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu acho que a questão não está colocada para a Previ, porque temos uns critérios de indicação e temos sido bem representados e alcançado sucesso com esses critérios.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Analisando a lista que a Previ publica no seu *site*, relativamente aos funcionários do próprio Banco, em exercício de atividades estatutárias, tenho alguns questionamentos, Dr. Sérgio. O primeiro é com relação à remuneração do Sr. Henrique Pizzolato como conselheiro da Embraer. Quanto era?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Como já informei, a gente não tem o controle das remunerações individualizadas, decididas nos conselhos de administração das empresas. Isso é... Existem certas restrições em que o acionista tem de manter distância das decisões da administração da empresa. Essas questões, não controlamos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Entendi.

Considerando que o Banco do Brasil elege a maioria dos colegiados da Previ, integrados por funcionários da ativa que ocupam posição de direção, essa remuneração, somada à dos conselhos que, direta ou indiretamente, o próprio Banco indica, não é uma forma de burlar o teto de remuneração dos funcionários da administração direta e indireta, porque muitos dos conselheiros acumulam remunerações que extrapolam o teto? O senhor concorda com isso?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu gostaria de prestar duas informações: primeiro, parece-me que o Banco do Brasil tem uma tabela salarial, que não está... não tenho certeza se está sujeita à regra de teto da administração pública, porque é uma entidade, sociedade de economia mista; segundo, o Banco recomendou a todas as pessoas que trabalham na ativa do Banco do Brasil e que ocupam cargos em empresas que autolimitem sua remuneração ao teto de R\$2 mil. E a Previ adotou essa recomendação também. Então, não temos o poder de impor essa questão, mas a maioria das pessoas indicadas pelo Banco e pela Previ adotam esse critério de autolimitar a sua remuneração.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto. Mas há salários estratosféricos: R\$36 mil equivalem a 120 salários mínimos, de R\$300,00.

Chama a atenção, Dr. Sérgio, que, além dos Srs. Ivan Guimarães e Henrique Pizzolato, há indicação da Previ para as empresas do grupo CPFL. O Vice-Presidente do Banco do Brasil, indicado pelo PT, coincidentemente para a área de crédito, responsável pela fixação de limites de créditos, entre os quais para o Partido dos Trabalhadores, já que outros partidos não foram aquinhoados com generosos limites de crédito do Banco do Brasil, ocupa quatro posições de conselho: CPFL Energia, Geração, Paulista e também Piratinin-ga. Quanto totaliza o jetom que esse cidadão recebe por sua participação nos conselhos?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Duas questões importantes...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Pediria, Sr. Presidente... Eu não ouço o depoente.

Obrigado.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Essa pessoa que o senhor citou é um funcionário de carreira do Banco do Brasil, já ocupava a diretoria do Banco do Brasil. E, nesses casos, há empresas, como a CPFL, que tem várias empresas coligadas, onde só há remuneração no conselho... de um dos conselhos. Nos demais conselhos, são replicados os mesmos conselheiros, para que haja uma lógica: a de quem decide uma coisa na *holding* e de quem decide nas subsidiárias. Mas há remuneração apenas em um conselho, essa é a regra geral nessas situações de empresas coligadas.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E vocês levam em conta, Dr. Sérgio, a experiência no setor de energia elétrica ou como executivo, que justificam essa escolha. Foi o Banco que mandou, foi o Partido, quem foi? Como se constituem essas indicações?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Olha, a responsabilidade final é do Conselho Deliberativo da Previ e, sem dúvida nenhuma, ouvindo sugestões do próprio Banco do Brasil, que disponibiliza executivos que entende que podem contribuir para as empresas. Então, a gente tenta combinar competências específicas, de caráter financeiro. Quer dizer, a participação numa empresa não tem só a ver com a sua atividade-fim, mas experiências em atividades financeiras, que são relevantes também para a participação em conselhos de empresas.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Correto.

O senhor falou aqui, numa parte do seu depoimento, que é amigo, que conversava com o Ministro Luiz Gushiken, que isso é uma coisa natural. O Ministro Luiz Gushiken tem uma grande influência no Governo, sempre teve, todo mundo sabe; é um dirigente partidário. Ele indicando – logicamente, num acordo partidário

ou de acionistas, sempre há a parte do Governo que está exercendo –, seria possível manter autonomia, se houvesse um pedido de um Ministro, como Gushiken, para o senhor?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Com certeza, até porque eu não tenho, individualmente, nenhuma capacidade de atender um pedido, nem de um ministro, nem de um deputado, nem de ninguém, porque todas as decisões são tomadas a partir de notas técnicas e de forma colegiada e ficam sujeitas à auditoria e fiscalização do Conselho Fiscal. Então, não teria nenhuma capacidade individual de atender a um pedido de quem quer que fosse.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Uma pergunta: qual é a participação dos três Fundos – nesse caso, eu queria saber se os outros têm – na Telemar? A Previ tem participação na Telemar?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Temos participação, que foi...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quantos por cento?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Ela ocorreu em 1998, e participamos através de um fundo, chamado FCF, que, por sua vez, controla uma empresa de participações chamada Fiago.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tem direito a voto no Conselho?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A Previ tem 52% da Fiago, e a Fiago está suspensa da administração da Telemar, desde 2000 ou 2001 – me desculpe, se eu não tenho... –, por um ato da Anatel, que considerou que, apesar de as duas participações, em Brasil Telecom e Telemar, terem sido adquiridas em 98, elas conflitavam. E suspendeu a nossa participação na administração da Telemar.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E os outros Fundos têm participação na Telemar?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Estamos na Fiago também, Deputado. Esse veículo de investimento...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. Funcef também?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – A participação de 11% na Fiago, só.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Está bom.

Para todos os Fundos, Sr. Presidente, encerrando a minha participação, vou solicitar a relação dos seus investimentos detalhados, na base de 31/12/2003 a 31/12/2004, de forma analítica, todos os papéis, contemplando a natureza do título, data de aquisição, valor, rentabilidade na data de aquisição; no caso de cotas de Fundos de investimento, fornecedor, relatório analítico

de cada fundo; em se tratando de Fundos que aplicam seus recursos em cotas de outros Fundos, o mesmo detalhamento de cada um desses Fundos.

Ainda com relação aos Fundos, cópia do regulamento dos mesmos em 31-12-2003 a 31-12-2004, bem como das demonstrações contábeis em ambas as datas – eu vou passar. Especificamente com relação aos Fundos administrados pelo Banco Rural e pelo Banco BDMG, vou solicitar o balancete analítico do fundo, mês a mês, de todo o ano de 2003 e 2004 – parece que isso vocês já se dispuseram a apresentar aqui. E o registro de todas as aplicações em CDB efetuadas nesses dois bancos.

Quais as corretoras – pergunto à Previ, por questão de tempo – que atuam como contraparte junto à Previ?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Na questão de títulos públicos, exclusivamente, não operamos com corretoras; operamos apenas com a Gerof – Gerência de Operações Financeiras do Banco do Brasil e com a BBDTV. Não operamos com corretoras.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E, nos outros papéis, operam?

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente – o senhor me desculpe, Deputado Júlio –, o Presidente da Previ insiste em entender que esta Casa é feita por Deputados e Senadores que não entendem nada do que estão ouvindo aqui.

O importante... não, ele não pode, Sr. Presidente... Eu não posso ser chamado de... não vou nem usar a palavra aqui. Ele não pode achar que somos analfabetos, porque insiste em dizer que só opera pela BBDTV e pela Gerof, mas a BBDTV e a Gerof compram títulos de terceiros, e essas corretoras que vendem os seus títulos para a BBDTV e a Gerof geram lucros. É isso que precisamos saber. Senão, se deixarmos sem resposta, Sr. Presidente, fica parecendo...

*(Tumulto no recinto. O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Eu perguntei isso a ele. Eles insistem...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não...

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Ele está fazendo você de bobo também, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Não, não é isso.

**O SR.** (Orador não identificado) – Está fazendo de bobo também.

**O SR.** (Orador não identificado) – Isso é um problema. *(Fora do microfone.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu pediria a V. Exª paciência.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Eu tenho paciência. Senador (*inaudível*). Se a BBDVTM estivesse comprando título no mercado primário, não haveria problema, mas, no secundário, há. (*Inaudível*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Queria pedir aos nobres Parlamentares... há uma lista enorme de inscrição. Queria respeitar a ordem.

**O SR.** (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Ex<sup>as</sup> quiserem estabelecer o aparte, e o inquiridor ceder seu tempo... Infelizmente... Gostaria de ouvir, inclusive, as inquirições...

**O SR.** (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Sabe o que acontece, nobre Deputado, V. Ex<sup>a</sup> poderia falar com ele pessoalmente, para que faça o requerimento adequado.

**O SR.** (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vou voltar à ordem dos trabalhos. Peço a compreensão. Estamos no início, apenas no décimo, que é o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, posso concluir? O (*inaudível*) me interrompeu (*inaudível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas seu tempo já se esgotou, nobre Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – (*Inaudível*) minutos para ele, sem inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> tem uma série de requerimentos. Os requerimentos terão de ser feitos por escrito. Devo dizer que vou encaminhá-los, assim que V. Ex<sup>a</sup> encaminhar à Mesa. Fique tranqüilo nesse ponto.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira. Peço a compreensão de todos, para darmos celeridade aos trabalhos e todos terem a mesma chance, o mesmo direito.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Presidentes dos Fundos de Pensão, louvo até o esforço dos senhores em tentar passar a idéia de que neste momento os Fundos têm uma administração competente e que os senhores estão, na verdade, acertando erros do passado.

Lamento muito em dizer que os Fundos sempre foram objeto de suspeição neste País. Ontem, sempre nas privatizações, aparecem o Opportunity, o Sr. Daniel Dantas, e hoje também, por uma série de operações que são feitas. São acordos de acionistas, empreendimentos em que a participação dos Fundos é maciça,

sempre em contratos de gaveta, como chamamos; nas telefonias, nas elétricas, nas siderurgias, na Embraer, de novo o Sr. Daniel Dantas e o Opportunity aparecem bem. São relacionamentos com bancos, como o Rural e o BMG, com empresas, com corretoras, com a compra direta de ativos de baixa liquidez, ou preços abaixo, acima do mercado, operação esquentada, esfria etc. Portanto, eu me reservo o direito de achar que esta oportunidade de perguntar aos senhores é extremamente importante, mas reservo-me o direito de continuar achando que os Fundos de Pensão precisam de uma regulamentação melhor neste País. São prejuízos que vão para os fundos.

O senhor mesmo declarou na nossa reunião anterior que o prejuízo da Petros foi em torno de R\$5 bilhões.

Quero pergunta pingue-pongue. Não sei qual dos três disse que vocês não adquirem RDB, CDB no mercado?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É que a gente tem CDB nos Fundos terceirizados, Deputado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E RDB, vocês têm?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A mesma coisa.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Na mesma quantidade?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não, todo investimento...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não, RDB é uma coisa e CDB é outra. E há uma diferença fundamental entre uma e outra. Uma é resgatada antes do prazo e outra, não, o que gera lucros extraordinariamente altos para determinados bancos. Essa operação foi feita. É por essa razão que estou perguntando. Há uma diferença fundamental, e quero saber se vocês adquirem RDBs e de que banco. Vocês são os únicos, talvez, que compram isso no mercado.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não estou com a minha listagem aqui, se é que a Petros tem algum investimento em RDB hoje em dia, não estou com essa listagem, Deputado. Posso encaminhar, sem dúvida, caso haja... Sei a listagem dos CDBs...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não, dos RDBs vocês não têm?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não estou com elas. Vou levantar e encaminho à Comissão imediatamente.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Está certo. Eu gostaria muito.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – O senhor quer ouvir dos outros ou...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Se for pingue-pongue, nesse assunto que estou levantando, RDB ou CDB.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – CDB não compramos, não adquirimos, só temos com gestores terceirizados, bancos de primeira linha, que foram solucionados e que têm um regulamento, que está na CVM, e que não temos como interferir nos regulamentos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – E RDBs?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – RDB vou levantar para o senhor. RDB não tenho informação; de CDB, tenho informação.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Muito bem. Queria perguntar se algum de vocês, se algum dos Fundos trabalha com a Corretora Banval.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É Bônus-Banval, Deputado?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Bônus-Banval, sim.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A Previ não opera?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Também não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A Funcef não opera? Nunca operou?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não, em levantamentos que fiz, do tempo que vi lá, não vi esse nome.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – A Banval é uma corretora pequena, de São Paulo; os senhores estão afirmando aqui que nenhum dos Fundos fez qualquer operação com a Bônus-Banval.

Eu gostaria – qualquer um dos três – muito de solicitar então que os senhores fizessem encaminhar a esta CPI a relação das corretoras com que os Fundos fazem negócio na Bovespa. Porque na Bolsa de Mercadorias & Futuros foi dito que não faz negócio, mas gostaria de ver na Bovespa, que de alguma forma também faz operações de mercado futuro, vamos dizer assim. Portanto, gostaria de receber a relação também das corretoras.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sr. Deputado Gastão Vieira, nobre Deputado, tenho aqui o documento, Ofício (*inaudível*) 11505. Vou pedir para tirar cópia. A listagem de todas as corretoras, desde 2000, desde 1998, está certo? Com todas as corretoras que foram operadas, os montantes que foram pagos a cada uma. Já mostrei o gráfico de quanto foi pago. Vou voltar a mostrar para o senhor e se o se-

nhor achar que não é suficiente, a gente providencia tudo. Certo? Por semestre.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Com certeza vou pedir.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Por semestre. E tem inclusive a forma de fazer a escolha das corretoras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quero reafirmar o meu interesse nas operações que foram feitas com a Bovespa.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Isso aqui é só com a Bovespa?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Só com a Bovespa. Se tiver alguma com o mercado de futuro, com a BMF, eu agradeceria.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não, não tem. Nisso tudo aqui só o que tem é com a Bovespa, tudo que está aqui...

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sr. Deputado, na mesma linha, já entreguei toda a listagem de corretoras com que a Petros operou, em 2002, 2003, 2004, em 2005 até julho, com o gasto feito com todas elas. Ainda não discriminada a Bovespa e a BMF, mas se o senhor achar importante, a gente faz uma nova...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB-MA) – Eu acho importante, sim.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Então eu envio depois uma lista separada, o que foi Bovespa e o que foi BMF.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB-MA) – Gostaria também de saber esse problema de acordo de acionista. Os Fundos sempre estiveram presentes em praticamente todas as privatizações importantes dos últimos anos, constituindo-se, inclusive, às vezes, garantia até de viabilidade do negócio na maioria dos casos, nas próprias operações de aquisição.

O que nos chama atenção é que, mais tarde, há sempre um grande número de acordos entre os acionistas, seja para vender parte do patrimônio que foi adquirido para sócios, para terceiros, seja para garantir maioria de votos nos conselhos, etc.

Eu gostaria que o Dr. Sérgio, da Previ, me explicasse por que esse acordo de acionistas é normalmente de gaveta, o que faz com que os acionistas, juntos, troquem informações, acertem voto, comprem outras participações, etc. Isso está na lógica de funcionamento dos Fundos? Ou é uma coisa que precisa ficar mais bem esclarecida, já que esses acordos normalmente não vêm a público? Dirijo a pergunta exatamente ao senhor.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Deputado, eu diria o contrário. Em geral, todos os acordos

são depositados na própria companhia. Aliás, isso é importante para que eles tenham validade e são, inclusive, depositados na CVM. Essa é a regra geral.

Eventualmente, os acionistas começam alguma negociação enquanto esses acordos não se transformam em acordos válidos para toda a empresa, eles podem ser mantidos em sigilo por um período determinado. Mas, regra geral, todos os acordos de acionistas de que participamos estão depositados nas próprias companhias e na CVM.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – O senhor não acha que esses acordos poderiam ser mais públicos? Porque ficarem depositados na empresa ou ficarem depositados na CVM... Nós estamos falando de dinheiro do Tesouro, em grande parte das vezes.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Deputado, nós temos que nos pautar pelas regras de mercado, pela legislação. É isso que acho ser o correto para fazermos, e o mercado definiu que a maneira de dar publicidade a esses acordos é depositá-lo na companhia, onde existe o interesse de todos que são sócios daquela companhia, e na CVM, que é a entidade que regula o mercado acionário brasileiro.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Essa é uma questão interessante. Inclusive, quero me referir à Funcef. Na Funcef – posso estar enganado, e o senhor vai me perdoar se eu estiver enganado –, a participação do Tesouro é de 100%; é isso?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não, na Funcef, não. Não, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Qual é a participação do Tesouro no Fundo da Caixa Econômica?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – A Caixa Econômica é vinculada totalmente ao Tesouro, é diferente da Petrobras e do Banco do Brasil.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Não tão diferente, mas de quanto é a participação?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – A Funcef é de 50% para cada um, 50% dos participantes e 50% da patrocinadora, desde 1977, quando foi fundada.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Que é o Governo? Que é o Tesouro? Portanto, somos todos nós?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Acaba chegando na Caixa Econômica e no Tesouro. O senhor tem razão, 50%.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Estou dizendo isso para desmistificarmos um pouco desse conceito de que é um negócio privado e que as regras são do mercado. É dinheiro do Governo! Quando a Petrobras tiver de cobrir o rombo que tem no fundo, quem

vai colocar dinheiro lá é o Tesouro! Poder-se-ia ali até descaracterizar que ali está um fundo de funcionários da Petrobras, porque está colocando dinheiro de todos nós lá, embora isso seja uma outra discussão, que não quero trazer aqui.

No caso da Funcef, a participação do Tesouro é alta, o senhor concorda comigo?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – É de 50%.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Então, o grau de influência do Ministério da Fazenda na Funcef também deve ser alto.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – É de 50%, e tem as regras todas definidas por uma lei que foi aprovada...

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Grau de influência política na decisão...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – ...na indicação...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não, senhor.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – ...na indicação de operações...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – ...na não-feitura de operações...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não. Ai...

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Mas como, se o fundo tem 50%? – e eu acho que é de 100%, mas não posso perder tempo e entrar num debate com o senhor, porque é inútil sua palavra contra a minha.

De qualquer forma, é dinheiro do Tesouro.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sim, dinheiro...

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – O Fundo da Caixa Econômica é dinheiro do Tesouro.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sim.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Então me explique, porque o senhor mesmo disse, por que a Funcef adora uma operação imobiliária, que é uma operação que normalmente dá prejuízo, são tradicionais focos de perda dos Fundos de Pensão. Era um número enorme de operações, que só diminuiu porque os funcionários gritaram, e a Susep também proibiu.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Susep não. Foi a SPC?



**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Acho que foi a Susep. Não é a superintendência que cuida disso?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – É o SPC.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – SPC? Está certo. Tudo bem.

Por que essa preferência por essas transações imobiliárias? Por que elas têm um peso relativamente alto nas ações e nos investimentos do fundo?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Eu só lamento não ter prazo para explicar melhor ao senhor. Em meio minuto, explicarei para o senhor o seguinte: o senhor tem razão: a Funcef é um fundo de pensão que tem uma participação muito grande em imóveis. Eu já disse isso. Fazendo uma análise – assim que fui convidado para atuar, para presidir a Funcef, de 2003 para cá –, dada a vinculação com a Caixa Econômica, em função do próprio desempenho da Caixa Econômica –, em vários momentos no passado, a Funcef acabou recebendo imóveis em dação de pagamento. Por exemplo, o caso Encol. No caso Encol, a Funcef acabou recebendo imóveis.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – PA) – Tudo bem.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Hoje nós temos na Funcef, para terminar, 1 bilhão e 600 milhões de imóveis, temos 4 mil unidades imobiliárias. Quando nós chegamos lá, Sr. Deputado, eu tenho que dizer, eu estou olhando para a frente, não estou aqui para ficar apenas denunciando, fazendo críticas vazias ao que era no passado. Teve muitas coisas positivas em 2000, em 2001, em 2002 especialmente, mas, no que tange à carteira imobiliária, era uma deficiência muito grande. Não tinha nenhum diretor. Então, nós estamos..

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – PA) – O senhor me permite pensar que essas operações perigosas...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Ruins, muitas ruins.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – PA) – ... essas operações ruins só eram feitas porque a metade do dinheiro, para o senhor, para mim, 100%, vinha do Tesouro. É diferente talvez da Petros e da Previ. Na Caixa, o dinheiro vinha do Tesouro.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não é. É 50% o que a Lei nº 108 determina.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – PA) – Não vamos discutir isso. Eu quero saber se não há uma relação entre operações extremamente perigosas e o fato da origem do recurso, 50%, ser do Tesouro.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Eu não tenho condições, Deputado, de fazer uma análise aqui, em meio minuto, de todo esse processo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – PA) – Eu não sei por que meus dez minutos foram embora tão rápido. Fiquei surpreso, porque todo mundo fala, estou correndo aqui e não consigo... Olha, eu quero dizer aos senhores o seguinte.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Se o senhor me permitir, depois eu posso fazer uma explicação para o senhor sobre isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – PA) – Tudo bem. Eu vou lhe permitir sempre, porque acho que aqui vamos tirar uma lição... Mesmo que não se descubra se existe mensalão saindo dos Fundos, vamos ter oportunidade, nesta Casa, de mudar a maneira com que esses Fundos estão operando, não de hoje, isso é uma coisa antiga, bem antiga, e este Congresso tem a obrigação de alterar a legislação dos Fundos, para que os senhores usem tudo aquilo que faz parte do mercado privado, mas tenham consciência que o dinheiro é do Tesouro, o dinheiro é de todos nós, o prejuízo é de todos nós e não apenas dos pensionistas de cada um dos Fundos de Pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O próximo orador inscrito é o Deputado Daniel Almeida, a quem concedo a palavra.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Sr. Presidente, Srs. depoentes, eu queria ainda explorar essa discussão a respeito da indicação dos conselheiros para o conselho de administração das empresas em que os Fundos têm participação. Falou-se aqui que há indicação de filiados a partidos políticos, gente do governo, sindicalistas. V. S<sup>as</sup> já falaram que há critérios para essas indicações. Eu queria indagar apenas se esses critérios foram elaborados agora ou seguem normas que já vinham sendo adotadas anteriormente; se são critérios novos ou se esses critérios já faziam parte do passado.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A Petros está elaborando, Deputado, um critério formal e objetivo para, junto com a avaliação da área de participações, ser aprovado no conselho deliberativo. Nossa escolha hoje é na Gerência de Participações, junto com o diretor-executivo e o conhecimento do conselho deliberativo. Sempre foi assim.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Mas no passado era assim também?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Desse mesmo jeito.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – No caso da Previ, a gente passou a adotar critérios a partir do ano de 2000, com a criação da Política de Gover-

nança Corporativa da Previ. Esses critérios foram sendo aperfeiçoados, e atualmente as pessoas entregam seus currículos através da Internet. Há todo um sistema de pontuação desses currículos, que geram um cadastro, com nota eliminatória. Dentro daquele cadastro classificatório há a seleção das pessoas, que são levadas para a diretoria e, finalmente, para o conselho deliberativo, que é quem faz a aprovação final.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Nobre Deputado, eu queria apresentar para o senhor esta revista, que foi o último número. Criamos um processo inédito de registro pela Internet dos funcionários da Caixa Econômica e associados da Funcef que queiram ser conselheiros e se candidatam. Há uma metodologia para ser pontuada. Isso aqui é o conjunto de pessoas, e há um reconhecimento muito grande da forma impessoal que foi feita. Nem todos foram aproveitados. Temos uma participação muito menor, muito pequena, em comparação com a Previ, mas já estamos implantando isso aqui, porque importante não é apenas gerir bem por um tempo. O importante...

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA)** – O tempo é curto.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– ... é deixar as coisas para que depois continue.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA)** – Vocês diriam que os critérios são mais democráticos, mais transparentes, menos democráticos? Há uma impressão de que hoje temos critérios menos transparentes, menos democráticos.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Os aspectos são iguaizinhos. Nós estamos trabalhando para deixar mais objetivo ainda... Mas ainda não aprovamos. É igual ao passado

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA)** – Eu ponderei a respeito dessa questão, porque ouvi, inclusive aqui, no dia de hoje, e a imprensa tem noticiado também, ponderações, informações, que falam que são indicados filiados a partidos políticos, sindicalistas e, hoje, inclusive, aqui, eu ouvi de Deputados e Senadores esse tipo de formulação. E parece-me que isso revela um preconceito, principalmente, porque são sindicalistas da área dos trabalhadores, das organizações de trabalhadores. Não se fala que tem intelectuais, empresários. Isso seria aceitável? Porque são de organização de trabalhadores, temos que questionar da mesma forma filiação partidária. Passa-se a impressão que ter filiação partidária é crime. É algo indesejado. É algo incorreto. Não podemos absorver esse tipo de informação. Eu acho que todo cidadão deve ter um posicionamento político, deve ter a sua opção. São várias as forças políticas, as organizações políticas dentro da sociedade, e elas existem legalmente.

Nós todos, Deputados e Senadores somos filiados a partido político. Por sermos filiados a partido político, não podemos aceitar a pecha de estarmos sob suspeição. O problema é quando misturam as coisas. Se os critérios são transparentes, são democráticos e têm o controle da sociedade, não há por que aceitar qualquer formulação de cunho pejorativo.

Infelizmente, ainda existe muito preconceito, especialmente quando se trata de organização de trabalhadores; e trabalhadores são sérios neste País. Há organizações com credibilidade e com seriedade nesse País.

Ouvi também aqui de um Senador a informação ou a suspeição de que o reajuste ou a adequação da tabela, que corresponde a uma evolução da expectativa de vida dos brasileiros, poderia ser algo também inadequado; na verdade, são mecanismos para proteger o direito do trabalhador. Ataca-se logo o direito do trabalhador. Tem muita coisa para falar e fala daquilo que seria proteção ao direito dos trabalhadores.

Como o tempo é muito curto, eu queria ainda fazer algumas indagações. As informações prestadas aqui pelos depoentes falam que os Fundos estão todos muito bem, estão numa situação boa. A imprensa fala o contrário, dá notícia de muitas falências, de muitos prejuízos que os Fundos estariam vivendo.

Eu pergunto: quando foram feitos esses investimentos que teriam resultado em prejuízo, quem decidiu sobre essas aplicações do passado, que são noticiadas por aí? Esses investimentos corresponderam a algum período histórico mais preciso? Houve irregularidade? A gestão dos Fundos atualmente detectou alguma irregularidade nesse período que a imprensa noticia que existiram prejuízos? Houve alguma responsabilização? Houve alguma investigação que resultou em elementos que comprovasse alguma irregularidade nesse processo de prejuízos que a imprensa tenha noticiado?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Deputado, realmente não é fácil responder questões dessa profundidade em curto tempo, mas tentando ser objetivo – hoje eu falo pela Previ. A Previ, realmente, está financeiramente, economicamente falando, numa situação bastante boa. Fechamos o ano de 2004 com um superávit de 9,7 bilhões, o que representa 22% a mais da necessidade de cobertura em relação ao nosso passivo. Temos atualizações permanentes para fazer. Uma coisa que a gente precisa ter clareza é que as premissas biométricas da população mudam o tempo todo. Isso é uma questão internacional. Não é à toa que o debate de previdência é uma questão que mexe com o mundo inteiro e com o Brasil também.

No passado... Temos lá um relatório de acompanhamento de investimentos em situação especial,

que são aqueles investimentos que não resultaram no retorno que era desejado, ou seja, fugiram muito da curva de retorno adequado. E, de fato, há uma concentração entre o ano de 96 e 98 desses investimentos: aquisições de empresas, de alguns imóveis, de algumas participações, de debêntures de algumas empresas que, realmente... E haveria, vamos dizer assim, uma perda grande se atualizássemos o valor daquele investimento. Pelo nosso índice atuarial, que é nossa obrigação mínima de alcançar a rentabilidade, até hoje, comparando com o que está contabilizado nos nossos livros, a diferença é bastante significativa, e há, de fato, uma concentração grande desses investimentos que sofreram prejuízo no período de 1997 a 1998 na Previ.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu gostaria de solicitar, se fosse possível, que os Fundos pudessem nos fornecer esses investimentos que não produziram os resultados esperados, que resultaram em prejuízos para os Fundos. Peço que os forneçam à CPMI por escrito, porque acho que é muito difícil fazê-lo agora.

Meu tempo é curto e eu queria ainda fazer uma pergunta dirigida à Funcef. A Funcef adquiriu muitos imóveis, fez investimentos em imóveis, *shopping centers*, hotéis, prédios que estão sendo utilizados pela Caixa Econômica Federal e assim por diante.

Pergunto: quando foram feitos esses investimentos e qual a sua rentabilidade? Gostaria de saber se realmente esses investimentos têm o retorno desejado e se houve uma orientação de política de Governo para adquirir esses imóveis em algum período da existência da Funcef.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Nobre Deputado, a respeito dos investimentos da Funcef – falando e olhando para o relógio ao mesmo tempo, tal como o senhor –, realmente o período que foi, digamos assim, mais incômodo para a Funcef foi o período de 1996, 1997 e 1998. Esse período realmente foi muito intenso em termos de projetos malfeitos. A Funcef tem vários problemas nesta área. Foi a época, inclusive, dos parques temáticos, com os quais tivemos grandes prejuízos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – O Wet'n Wild, em Salvador. Teve a participação...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – (*Inaudível*) no Rio de Janeiro, o Hopi Hari. Tivemos uma série de problemas.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Foram prejuízos?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Prejuízos grandes. Tenho a lista. Eu já posso passar para o senhor mandar providenciar...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu gostaria...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Eu já disse no início da minha apresentação que a grande parte deles, se não a totalidade, está sendo alvo de apuração de responsabilidades, por investigadores da Polícia Federal e do Ministério Público, dentro da Funcef.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu queria ainda fazer uma pergunta dirigida à Previ.

O complexo Costa do Sauípe, na Bahia, tem a participação da Previ. Foi um bom negócio? Está sendo um bom negócio? E ainda eu gostaria de saber, se puder responder, se os Fundos de Pensão têm participação na Veracel, na Bahia; na Aracruz Celulose, na Bahia Sul Celulose e na Caraíba de Metais. Gostaria de saber se algum Fundo de Pensão tem participação em alguma dessas empresas na Bahia.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Na Caraíba de Metais temos participação grande da Previ e também da Petros. No caso de Costa do Sauípe...

Quero só que os senhores entendam que hoje a gente luta para recuperar o valor dos investimentos. Criticá-los em público é uma coisa que, às vezes, vai contra o nosso espírito de querer valorizar as empresas e os empreendimentos que a gente tem.

Costa do Sauípe realmente foi um dos empreendimentos que mais ocasionou, vamos dizer assim, prejuízos em termos do valor investido e em termos do valor que hoje aquele empreendimento representa para a Previ, segundo avaliação independente contratada junto a uma das maiores empresas do mercado imobiliário brasileiro. Fizemos essa avaliação ano passado, e ela calculou o valor que Sauípe tem para o investidor Previ. A Previ tem 100% do Resort Costa do Sauípe e, comparando com os valores investidos, realmente, enfim, houve um prejuízo de valor significativo, embora esteja melhorando bastante o Resort e, para o público em geral, seja um excelente lugar para se passar as férias. A Previ detém 100% do Resort Costa do Sauípe.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Obrigado, Presidente.

Estou agradecendo, mas se houver tempo para a resposta da Petros.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Rapidamente, só para entregar...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só se for para entregar documentos.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É só para entregar as perdas da Petros que já foram provisionadas no seu balanço.

Estou entregando-as, então, à Comissão, conforme o Deputado pediu.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – O Dr. Guilherme falou também que há documentos a encaminhar. Peço que V. Sª os encaminhe à Mesa, que fará cópias e as repassará aos Parlamentares.

O próximo orador inscrito é o Senador Heráclito Fortes.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Sérgio Rosa, a corretora do Banco Espírito Santo trabalha para a Previ?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Trabalha.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Em que circunstâncias?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Ela é uma das corretoras selecionadas pelo nosso critério de seleção de corretoras para prestar serviços de compra e de venda de ações.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Qual é o volume?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O volume – deixe-me verificar aqui...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Já que o senhor está examinando e para ganharmos tempo, a partir de quando o Banco do Espírito Santo começou a trabalhar para a Previ?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Vou verificar. Temos aqui registro em 2005, 2004... Aparentemente, a partir de 2004, a partir de uma nova política de seleção e de critério de *ranking* dessas corretoras.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Quem apresentou o Banco do Espírito Santo à Previ?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Esse critério independe de apresentação. Ele é feito a partir de uma seleção. A Diretoria de Planejamento seleciona as instituições que podem fazer aquele tipo de serviço e estabelece uma metodologia para “ranqueá-las”. Inclusive, fizemos uma metodologia mais rigorosa. Atualmente, trabalhamos com corretoras vinculadas a grandes bancos e não mais com as corretoras independentes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Os senhores estavam programando investimento imobiliário com o Banco do Espírito Santo na cidade do Rio de Janeiro?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não. Não tenho conhecimento de nenhum investimento em curso que envolvesse o Banco do Espírito Santo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – As coisas, na Previ, são feitas sem o conhecimento de V. Sª?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Algumas propostas de investimento ingressam pelas áreas técnicas sem o meu conhecimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Dr. Guilherme, em sua exposição inicial, o senhor disse que era preciso fortalecer as instituições. Pergunto: como o senhor pretende fortalecer as instituições assinando um contrato em que o senhor se compromete a não cumprir a lei?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – O senhor está se referindo a qual contrato em que não cumpra a lei?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Ao contrato do PUT (*inaudível*) 3.2.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Já foi bastante explicado aqui qual é o nosso entendimento. Não poderíamos assinar um contrato em que faríamos uma coisa com essa. Está certo? Foi devidamente avaliado inclusive pelo nosso Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Estamos tratando da lei. Cumpre-se ou não a lei. Está bem claro aqui. Eu não queria perder tempo lendo, mas está bem claro. O senhor tem esse contrato em mãos. O senhor sabe que descumpriu a lei. A lei está descumprida.

Dr. Guilherme, no recurso que os senhores apresentaram ao Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça, os Fundos se definiram como entidades públicas. Entretanto, ao contestarem ação no TCU que suspendeu acordo com o SID (*inaudível*), os Fundos alegaram que o tribunal não teria competência para julgar a questão porque...

Vou esperar que o Dr. Sérgio Rosa lhe dê o conselho. Por isso, digo que é ruim a participação dos três. Numa questão como essa, um sopra para o outro, Sr. Presidente.

Continuando: não teria competência para julgar a questão porque eles seriam de interesse privado. Afinal, os Fundos são entidades de interesse público ou de interesse privado?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Nobre Senador, com todo o respeito, estamos fazendo o esforço de dar esclarecimentos. Está certo? Não há nenhum motivo para ficarmos tensos e não respondermos. O que não soubermos vamos dizer que não sabemos e vamos buscar informação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Claro!

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– No que tange ao que o senhor está colocando, temos de olhar com bastante tranquilidade. Todo esse processo que já vem de antes e que não começou no dia 1º de janeiro de 2003 – o senhor sabe muito bem – já esteve em diversas instâncias judiciais. Um fundo de pensão, no Brasil, regulado pelas Leis Complementares nºs 108 e 109 – creio que o senhor estava aqui colaborando para construí-las –, é uma fundação privada, sem fins lucrativos. Não me consta que, em algum lugar, tenhamos afirmado que eram entidades públicas. São fundações privadas, sem fins lucrativos. Isso tem de estar na lei, senão a inicial fica prejudicada.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Na petição feita ao TCU, os senhores se definem, juridicamente, como privado e, quando se dirigem ao Ministro Edson Vidigal, o fazem como entidade pública. Seria bom que houvesse uma definição sobre essa questão. (Pausa.)

O Presidente da Funcef mencionou que, no caso da telefonia, seu Fundo aprovou, segundo regimento aplicável, a operação PUT com o Citibank.

Peço que sejam encaminhadas a esta CPI, doutor, as aprovações prévias do seu conselho deliberativo e da sua diretoria e da mantenedora, conforme o previsto nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 2001, pois foi divulgado pela imprensa que o acordo foi firmado sem a devida aprovação do conselho.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Encaminharei com o maior prazer; no prazo de 24 horas, estará na mão do senhor, na mão do Presidente da Comissão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Dr. Sérgio, quais foram os critérios usados para reavaliar os ativos da Litel, controladora da Vale do Rio Doce, inflados em cerca de 7 bilhões e meio, ou seja, de R\$3,4 bilhões para R\$10,8 bilhões. Como chegaram à conclusão de que estava abaixo de um preço de mercado? V. Sª já deu os devidos esclarecimentos sobre o assunto nas várias instâncias, como no caso do TCU?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Totalmente. No caso do TCU, não, porque nunca foi solicitado. Como eu já disse, o órgão de supervisão dos Fundos de Pensão é a Secretaria de Previdência Complementar, conforme lei aprovada nesta Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Mas já prestou os devidos esclarecimentos?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Totais. E temos segurança absoluta do nosso critério de avaliação da Companhia Vale do Rio Doce, aliás, um ativo relevantíssimo na carteira da Previ, feito em 2002, por uma instituição financeira de primeira linha, refeito em 2004 por uma instituição financeira de primeira linha,

com laudo de avaliação divulgado publicamente no nosso balanço, inclusive de maneira conservadora. As ações, que detemos indiretamente, da Companhia Vale do Rio Doce, através da Litel, hoje já estão com um valor inferior ao valor de mercado dessas ações, fruto da valorização que a Companhia tem obtido, graças a nosso trabalho.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Quando o companheiro que me antecedeu se referiu a representantes de Conselho, de maneira sutil, mas irônica, citou o caso do Dr. Calabi e do Dr. Clóvis Carvalho, como tendo sido representantes de conselho na gestão passada. Eu quero lembrar a V. Sª que todos os dois são homens de empresa...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – ... sem dúvida nenhuma.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – ... testados e aprovados, diferentemente da relação que temos aqui em mãos, dos representantes dos conselhos hoje indicados pela Previ. V. Sª disse, inclusive, que tem critérios de pontuação, mas me parece que no critério de pontuação o que pesa é ser sindicalista e o segundo, filiado ao PT.

Eu queria só fazer esse registro...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, de maneira alguma. De maneira alguma, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – ... em respeito a dois brasileiros que, antes de entrarem no serviço público, já prestavam serviços da iniciativa privada. Eu reconheço esse ranço que existe entre o PT e o PSDB, é uma coisa que nunca vai ser resolvida...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, mas...

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – ...mas eu acho que não é questão para ser...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Senador, se o senhor permite, na época eu era diretor de participações e indiquei o nome dos dois. Sofri muitas críticas, inclusive dos sindicalistas também, por esse preconceito de a gente indicar pessoas que pertencem a outro Partido. Defendi publicamente a indicação e tenho o mesmo conceito que o senhor tem do Sr. Andrea Calabi e do Sr. Clóvis Carvalho, excelentes profissionais, que prestaram excelente serviço para a Previ na representação dos conselhos. Como os que estamos indicando hoje também têm feito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Os senhores falaram, mas têm experiência na área?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – E os critérios que o senhor colocou de maneira alguma existem...

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Mas têm experiência na área? Têm experiência administrativa? Trabalharam em indústria...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Foram avaliados os seus currículos e foi avaliado que têm condições suficientes para prestar esse serviço.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Os senhores falaram aí... O Dr. Guilherme falou aí sobre a questão do prejuízo que teriam em 2008 se não fizessem essa venda antecipada. Como se justifica hoje a venda das ações para o Citibank? Como V. Exª pode afirmar isso, se hoje a BrasilTelecom possui em caixa 3,5 bilhões, e a imprensa divulga constantemente que o grande desejo dos acionistas nessa briga é exatamente meter a mão nesse dinheiro?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Isso já foi falado bastantes vezes, nobre Senador, que, se não fizessemos uma operação que encontrasse uma maneira de ter uma saída tendo ações de controle, teríamos um prejuízo muito grande, está certo? Então, o prejuízo não seria em 2008, não. Seria no momento em que perdêssemos essa posição de controle. Então, isso é uma situação notória. Isso não é uma questão de opinião minha contra a de outra pessoa não, está certo? Então, é uma questão fática.

E por último... Eu queria só um segundo: eu queria dar um testemunho, eu participo do conselho da Brasil Ferrovias e o Clóvis Carvalho era membro da Brasil Ferrovias e deu uma grande contribuição. Quero fazer um elogio aqui, junto com o Sérgio Rosa, a respeito do Clóvis Carvalho, um membro da Previ.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Dr. Sérgio, no final do Governo passado – não sei precisar bem a data – houve uma intervenção na Previ e saiu da Previ V. Sª e o Dr. Pizzolato.

Fizeram denúncias contra o interventor. O interventor foi afastado e fizeram uma série de denúncias, inclusive, entraram com alguns processos na Justiça. Depois, a intervenção caiu e os senhores assumiram. Por que não deram curso a esses processos? Por que o interventor de então hoje funciona como assessor no Gabinete Civil da Presidência da República?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Na época da intervenção, todos diretores e todos conselheiros – não só eu e o Pizzolato – fomos afastados. Todos fomos afastados. Fizemos críticas à intervenção propriamente dita, acreditando que ela tinha sido um ato exagerado, porque o que estava em questão não era nenhuma acusação de fraude, nem de malversação do patrimônio, mas apenas uma divergência sobre a adaptação do Estatuto da Previ.

Portanto, conseguimos recuperar por meio das eleições o Conselho Deliberativo, fomos reconduzidos

por indicação dos membros eleitos e não tínhamos nenhuma denúncia específica contra a pessoa que foi nomeada naquele momento. Não tenho responsabilidade sobre o cargo que ele ocupa e nem vou usar do fato de ele ter sido interventor para persegui-lo e ficar sugerindo que ele não preste mais nenhum serviço à Administração Pública, não é meu papel fazer isso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Mas não deram curso às denúncias feitas.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não fizemos nenhuma denúncia ao interventor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Vou encerrar, Sr. Presidente. Por que esta reunião está mais ou menos focada no episódio Previ, Fundo de Pensão, e Opportunity? Porque o Dr. Sérgio, ao iniciar sua exposição, citou esse caso. E por quê?

Sr. Presidente, quero propor ao Dr. Sérgio uma coisa muito simples, para o Brasil todo para, de uma vez por todas, esclarecer isso: será convocado aqui o Sr. Daniel Dantas, já está convocado o Presidente do...

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Conclua, Senador, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Já está convocado aqui o Presidente do Citigroup. Eu queria propor uma acareação com os três, da mesma forma que os três estão sentados aqui. Seria uma maneira de o Brasil dirimir todas essas questões.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Essa proposta de V. Exª será analisada oportunamente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Não é oportunamente. Estou fazendo essa proposta, e o Dr. Sérgio está aqui e pode dizer se a aceita. Acho que será uma oportunidade ímpar para o Brasil analisar essas questões para, de uma vez por todas, dirimir essas questões.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Numa reunião administrativa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Portanto, fica aqui feita a proposta. Tenho certeza de que o Dr. Sérgio – que é o homem do debate, um homem dos esclarecimentos – não fugirá desse questionamento que, tenho certeza, é de interesse do País.

Peço reinscrição.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Senador, V. Exª pode fazer requerimento de depoimento conjunto ou de acareação, que analisaremos na reunião administrativa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Eu apenas gostara que ele remetesse, conforme foi pedido no início, o currículo de todos os conselheiros indicados por ele nesse critério de avaliação, uma série de qualidades são avaliadas aqui. Que mandassem

para cá os mais de 300 currículos, se possível, com filiação partidária.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, permita... Tenho uma notícia de última hora. Preciso que a Presidência encaminhe a minha questão. Acaba de sair a notícia no **Jornal Nacional** da Rede Globo que o relatório, que deverá ser lido amanhã por estas duas Comissões, analisado, discutido e votado, sai em chamada principal. Ou seja, a imprensa acaba de ter acesso a uma das coisas mais complexas de que vamos tratar amanhã.

Portanto, eu pediria que, de imediato, V. Exª tomasse providência, que não sei de que natureza será, para saber o que está... Diante disso, não vejo clima para que possamos reunir estas duas Comissões para tratar dessa questão. É muito grave, porque vazamento de informações sigilosas, vazamento de documento e agora, principalmente esse, colocará amanhã em polvorosa a realização dessas duas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Vamos tomar conhecimento com detalhes da informação que V. Exª traz e vamos retornar ao depoimento.

Em substituição ao Deputado Marcus Vicente, agora o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srª Deputada Zulaiê Cobra, substituindo o Relator, eu queria perguntar aos três presidentes de Fundos se eles estão acompanhados de advogados.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sim senhor, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Que advogado lhe acompanha?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A mesma que veio na quarta passada, Drª Rosaly Camelo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É da Petros mesmo?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É a gerente jurídica da Petros.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sérgio Ricardo?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Sr. José Luiz, consultor jurídico da Previ.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Guilherme?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Drª Lucimara Moraes Lima, gerente jurídica da Funcef.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Já foi apresentado à Mesa um requerimento do Deputado Marcus Vicente, solicitando às três entidades o balanço anual com a listagem completa de todos os FIFs, estatuto dos Fundos de FIF, relatório anual de rendimento

de cada FIF em que estão aplicados os recursos, com balanço anual, acompanhado de listagem completa, o estatuto de cada fundo, relatório anual de rendimento de cada fundo e a sinopse de cada aplicação. Esse requerimento já foi entregue à Mesa e oportunamente vou querer que sejam apresentadas a esta Comissão todas essas informações.

Eu queria fazer uma pergunta direta à Previ.

A Polícia Federal está investigando se os Fundos de Pensão bancários ou socioprivados da Telemar, numa operação de aporte de capital de cerca de R\$1 bilhão... Recentemente a Telemar empresa na qual os Fundos de Pensão detêm diretamente 20% do controle comprou por R\$5 milhões a empresa GameCop. Eu gostaria de saber o seguinte: o Presidente da Previ sabia que a GameCop seria comprada pela Telemar? E, se sabia, se concordou com a compra e se foi um bom negócio.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não. A Previ não tinha conhecimento disso. Como já informei, a participação da Previ está suspensa dos seus direitos de participar da administração da Telemar por ato da Anatel desde 2001. Portanto, não temos nenhum conhecimento das operações realizadas, a não ser obviamente as operações que se tornam públicas, não participamos dos órgãos de administração e de decisão da Telemar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Entendendo de mercado, entendendo de Fundos de Pensão, a compra da GameCop, envolvendo o filho do Presidente, presidente que nomeou alguém da Previ, V. Sª acha que isso é uma coisa normal?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Volto a dizer que não tive participação nenhuma nisso. Nem eu nem a Previ. E não conheço detalhes da operação, avaliação da empresa, o interesse para poder opinar sobre essa operação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quem está participando dessa operação então, se a Previ está suspensa?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Os demais sócios da Telemar. A Previ, por intermédio da Fiago, nós já esclarecemos isso, é de conhecimento público, a Fiago tem os seus direitos de gestão na Telemar suspensos. Não indicamos conselheiros, não participamos das decisões da Telemar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu queria saber do Sr. Guilherme. Esse livreto da Funcef que presta contas, se é normal esse livreto estar com foto do Presidente da República, foto do Ministro da Previdência.

Por que esse livreto da Funcef tem esse contexto?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Nobre Deputado, esse relatório foi feito com o intuito de prestar conta do que foi feito ao longo de 2004. Então, a área de publicidade separou os principais momentos. O registro que está aí com o Presidente da República foi que achamos importante comemorar e registrar a criação do Fundo Brasil e Energia, lançado no Palácio do Planalto para investimentos na área de energia. Foi por isso. Não tem nenhum intuito a não ser esse. Quando um fundo de pensão promoveu um evento como esse, a área de publicidade entendeu que deveria colocar isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E a foto do ex-Ministro da Previdência, Amir Lando, do Secretário de Previdência Complementar, Adacir, por que essas fotos?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Esse é um conjunto de fotos que foi definido pela empresa que contratamos para fazer de uma maneira inclusive bastante econômica. Agora, é um detalhe que não tem outro objetivo a não ser prestar contas do que fizemos ao longo do tempo. Não tem nenhum intuito que não seja esse, Sr. Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quais dos três presentes é ex-sindicalista?

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu sou, Deputado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu também, fui presidente da Confederação Nacional dos Bancários e Participei inclusive de órgãos internacionais de federações de trabalhadores.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu já apresentei o meu currículo, mas também há muito tempo já fui. Fui sindicalista como membro da Associação de Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Os três são ex-sindicalistas.

Vocês poderiam avaliar junto comigo a razão pela qual tivemos quatro Ministros da Previdência, Ricardo Berzoini, Amir Lando, Romero Jucá, Nelson Machado, e nunca foi mudado um outro sindicalista, Adacir Reis, que é o Secretário de Previdência Complementar. Por que essa coincidência?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, até onde consigo me lembrar, o Dr. Adacir Reis nunca foi sindicalista. Ele tem outro currículo, na área de Direito Previdenciário, tem, se não me engano, mestrado nesta área, Deputado, e experiência profissional na área, mas, se eu estou bem certo, eu estou...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – A experiência dele é ter trabalhado com o Luiz Gushiken.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Ele era assessor do Luiz Gushiken quando ele era presidente do sindicato e veio com o Gushiken para cá. Ele não era dirigente sindical, ele era assessor de dirigente sindical.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Eu acho que ele foi assessor do Deputado Luiz Gushiken.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Desde a época que o Gushiken era do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Eu creio que não, Deputado. Ele tem menos de 40 anos. O Deputado Gushiken, o ex-Deputado Gushiken foi sindicalista até 85, e o Odacir tinha menos de 20 anos naquela época, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – A reportagem da revista **ISTOÉ** denuncia contrato assinado no Citibank e os três Fundos. Nesse contrato, os Fundos obrigam-se a comprar ações do Citibank, da Brasil Telecom, pagando um sobrepreço de 240%. O que vocês têm a explicar sobre isso?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Foi bastante explicado, Deputado. Eu gostaria de, rapidamente, falar sobre isso. A nossa ação foi no sentido de recuperar o controle acionário de tais empresas que estávamos afastados do controle, Deputado. E esse acordo dos acionistas teve este objetivo: o de retomar para vender essas ações o quanto antes e, se não vendermos essas ações até 2007, é que então...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Algum dos Fundos teve aplicação no Banco Santos?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – **Nos últimos anos, não. Na Petros, não.**

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Nós tivemos. Nós tivemos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quanto?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Tinha R\$10 milhões.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Perdeu?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Dez milhões.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Perdeu?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Quando o Banco quebrou... Estamos acionando todas as medidas junto com a Abrape para recuperarmos...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Quantos milhões?



**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Dez milhões.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Perdidos...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Nobre Deputado, nós aplicamos num Banco, tal como mais de 40 Fundos de Pensão aplicaram, tiveram prejuízo de mais de R\$550 milhões e mais de 100 Fundos previdenciários estaduais e municipais. Certo?

Não foi a Funcef que aplicou. Eu quero deixar bem claro para o senhor. Deixar bem claro, deixar registrado. Foi um fundo exclusivo aplicado pela Caixa Econômica de R\$10 milhões. E essa aplicação, no final do período, rendeu 1.8 acima da Selic.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E** o Banco do Brasil e a Previ?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA –** Eu não me recordo agora. Eu vou verificar se tivemos, no período recente, aplicação no Banco Santos. De qualquer maneira, quando ele quebrou, não tínhamos nenhuma aplicação; portanto, não tivemos nenhuma perda no Banco Santos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Eu quero saber dos três Presidentes se têm conhecimento ou se sabem de algum investimento em qualquer setor que envolva qualquer parlamentar ou qualquer político.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA –** Que tenhamos atualmente, Deputado?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Que teve ou que tem ou que... Algum investimento, alguma aplicação, que tem alguma empresa de político...

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA –** Eu teria que, que, que consultar... Eu não tenho certeza. Isso é muito amplo, Deputado. Olha, eu não tenho como responder agora, mas a gente pode fazer uma pesquisa.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA –** Olha, pelo meu conhecimento, não. Pelo meu conhecimento das estruturas das empresas e das sociedades, não tenho nenhum registro, nenhuma participação direta de algum Deputado. Não tenho, não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E a Funcef?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Estou fazendo um esforço de lembrar. Veja bem. Como já disse ao senhor, nós temos muitos investimentos espalhados pelo Brasil – em 18 *shoppings*. Eu não tenho certeza, podemos confirmar. Mas eu conheci um Senador, aqui do Rio Grande do Norte – esqueci o nome – que parece que tem uma participação em um *shopping* que nós temos também, tá certo? Lá do

Rio Grande do Norte. Eu tenho de conferir isso aí, se tem mais alguma coisa que tenha algum Parlamentar. Entendeu? O que eu estou lembrando agora é esse *shopping* de Natal que nós temos uma participação pequena... Acho que é 8%, 10% ou 15%. Parece que o Senador... Estou com receio de, talvez, falar alguma coisa que não seja, certo? Eu preciso confirmar. Eu me comprometi aqui a falar rigorosamente a verdade das coisas. Então, se o senhor me der a oportunidade, eu confirmo para o senhor em um prazo curto, sobre isso, tá certo?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –** Então, eu queria que... Os três Fundos: Petros, Previ...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Ah, sim, desculpe, desculpe... Nós temos uma parceria com o Paulo Octávio, estava esquecendo aqui. Nós temos vários negócios juntos com Paulo Octávio, tá certo, que é Senador aqui.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA –** Sr. Deputado, às vezes, temos dificuldades, porque, quando fazemos negócios, figuram ali empresas, normalmente pessoas jurídicas. E geralmente não conhecemos toda a estrutura de sócios dessa empresa. Então, talvez, tenhamos dificuldades de, num primeiro momento, ter essa informação com facilidade.

Pelo que me recordo, não temos nenhum negócio em que haja um Parlamentar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Mas creio que, se qualquer dos Fundos tem feito algum tipo de investimento ou aplicação em que haja um Parlamentar ou político, esse fato não deve passar despercebido para V. S<sup>as</sup>.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA –** Não, se estivesse na frente da operação – com certeza, não. Mas, às vezes, existe uma participação, numa empresa, da pessoa física do Parlamentar numa estrutura que não conhecemos. Só queria comentar. Mas, nesse período, de 2003 até agora, tenho praticamente certeza de que nada disso foi feito, pois tivemos poucos investimentos em empresas novas.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Sr. Presidente, não farei mais perguntas em razão do tempo, mas solicito aos três presidentes de Fundos que informem a esta Comissão qualquer investimento ou aplicação em que haja algum Parlamentar direta ou indiretamente envolvido.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Feita a solicitação, concedo a palavra à próxima inscrita, a Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) –** Obrigada, Sr. Presidente.

Peço desculpas pela rouquidão e começo por aquilo que entendo também importante. V. S<sup>as</sup> já fa-

laram bastante e esclareceram muitas questões em relação a investimentos de bancos – BMG e Rural. A primeira pergunta que faço é a seguinte: em quantas instituições financeiras os Fundos investem?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A Petros atualmente tem Fundos de renda fixa em 18 instituições financeiras, Srª Senadora, e CDBs em 23 bancos – que não necessariamente são os mesmos das outras 18, mas pode coincidir um ou outro. Hoje em dia, trabalhamos sempre com oito de cada vez, mas, no ano todo, já trabalhamos com 17 corretoras de valores para fazer operações na Bovespa e na BMF. Portanto, instituições financeiras em geral são mais de 50.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Até dispensarei de responder sobre a Previ e a Funcef agora, porque trata-se apenas de uma amostra de que há uma amplitude muito grande de investimentos.

Minha próxima questão é a seguinte: a Previ, a Petros e a Funcef são sócias – já foi exposto aqui – do Opportunity e do Citibank em três empresas de telefonia: Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular. Essas três empresas fizeram depósitos em torno de R\$150 milhões nas contas das empresas do Sr. Marcos Valério – a DNA e a SMP&B.

O Sr. Marcos Valério alega que foi contratado para prestar serviços de **marketing** a essas empresas de telefonia, mas esse depósito pode ter sido fonte para o recurso daquilo que é um dos objetos desta CPMI – o outro é a provável compra de votos especificamente, inclusive em relação à reeleição, tanto agora quanto na época da emenda da reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele também afirma que foi para caixa dois de campanhas políticas.

Na qualidade de sócio das empresas de telefonia, qual a interferência dos Fundos para que esses depósitos fossem feitos? Os representantes dos Fundos, nas empresas de telefonia, interferiram na contratação da empresa do Sr. Marcos Valério? Foi comprovada a prestação de serviços pelas empresas de propaganda citadas aqui – DNA e SMP&B?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Até estava querendo ver se seria possível projetar um *slíde* sobre a estrutura societária dessas empresas para que pudesse haver uma identificação visual de onde ocorre a nossa participação.

Hoje, os investidores – tanto o Citibank quanto os brasileiros –, em que pese terem a maioria do capital dessas empresas, não têm participação nos órgãos de administração das empresas operacionais, nem da BrasilTelecom Operadora, nem da Telemig Celular, nem da TeleAmazônia. Nós só temos conselheiros nas empresas-veículos de uma estrutura societária que,

se fosse possível projetar, até facilitaria essa identificação visual.

Então, nós não tivemos conhecimento, até que viessem a público esses fatos, desses tipos de contrato. Não participamos – nossos representantes, em nenhum momento, nem a assembléia de acionistas, nem nos conselhos dessas empresas-veículos – de decisões dessa natureza. E tomamos conhecimento, tal como acho que a maioria da sociedade, desses contratos.

Está ali essa estrutura societária. Nós temos investimentos naquele segundo fundo ali, investidores institucionais FIA, que, por sua vez, têm ações. Então, nós temos aqui: este é fundo que antigamente era gerido por Opportunity e que nós destituímos e contratamos um novo gestor.

Como nós dissemos, se o Opportunity comprasse o fundo do Citi, ele teria mais de 51% e todos esses outros investidores ficariam aqui como minoritários. Então, nós temos participação em Opportunity Zain, que é uma empresa-veículo. Temos co-investimento, que nos permite participar da empresa Invitel Techold, Solpart, até BrT Participações. Mas, na BrT Operadora, empresa realmente que tem todos os contratos, que tem toda a parte operacional, nós não temos participação. A mesma árvore com algumas diferenças societárias é o que se reproduz na Telemig e na TeleAmazônia.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Obrigada. É importante isso porque a imprensa toda diz que foram os Fundos de Pensão que fizeram isso. Então é bom esclarecer essa sociedade.

Mas eu queria ainda dizer o seguinte: eu entrei com um requerimento em que estou pedindo que, nos termos regimentais, seja expedido um ofício ao juiz titular da 5ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal de São Paulo, solicitando o acesso desta CPMI, a fim de proceder à perícia necessária nos HDs dos computadores apreendidos pela Polícia Federal, na sede do Opportunity, por ocasião do Processo nº 2004.61.81009148-9, originário do PL nº 12.0352/04, ou seja, de 2004. Por quê? Porque o grupo Opportunity figura como uma chave em diversas transações, uma peça importante em diversas transações financeiras que envolvem os Fundos de Pensão.

Foi feita uma investigação e, estranhamente – inclusive já foi aprovado o requerimento para chamar o Sr. Daniel Dantas –, não temos instrumentos, até porque esse juiz, um juiz - perdão, não foi esse –, o juiz proibiu que a Polícia Federal examinasse os HDs dos computadores que foram apreendidos. Então, é complicado. Acho que o acesso a essas informações, a esses dados que estão contidos nos computadores do grupo é imprescindível para esta CPMI. Portanto, vai ser votado

no momento certo e eu espero que seja logo, para que possamos ter acesso aos HDs até antes.

Bem, V. S<sup>as</sup> sabem que a empresa canadense T&W abandonou os investimentos na Telemig e na TeleAmazônia Celular. Ela vendeu a sua participação por pouco mais de 10% do valor de compra. Por que a empresa assumiu um prejuízo tão grande? Quem teria sido beneficiado? Por que teria a T&W se desencantado com a telefonia brasileira? A razão disso tudo também foi um conflito societário que nós sabemos que aconteceu logo depois da privatização, dois anos depois?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Senadora, temos bastante conhecimento sobre isso, porque evidentemente participamos à época. A T&W adquiriu 49%. Novamente se pudesse projetar aqui, seria muito elucidativo, a estrutura societária da Telemig. A T&W tinha 49%, uma participação bastante relevante, da holding Telpart, que controla, por sua vez, a Telemig Participações e a TeleAmazônia Participações. E, apesar de ter uma participação tão relevante de 49%, não foi firmado, no âmbito da Telpart, um acordo de acionistas, prometido à época do investimento, que assegurasse esses direitos econômicos que nós também questionamos do nosso lado e que agora conseguimos conquistar com os acordos com o Citibank. Em função disso, a T&W tinha uma posição relevante de 49%, mas absolutamente minoritária, sem nenhum poder de controle e sem nenhuma liquidez de venda.

Em função dos diversos conflitos societários, das ações jurídicas ela acabou decidindo vender, fez investimentos em 1998 da ordem de 370 milhões de dólares para adquirir essa participação em TelPart e vendeu por 65 milhões de dólares, tendo, portanto, um prejuízo bastante significativo e decidiu não ficar na estrutura societária porque ela havia ingressado no espírito de ser uma sócia operadora, mas ficou minoritária e aliada de todas as decisões da empresa nesse período.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu vou fazer uma última pergunta, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Para concluir, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – A diretoria da Previ foi acusada de não cumprir a decisão do Conselho Deliberativo para vender a sua participação na TeleAmazônia Celular e na Telemig Celular. Por que a Previ não vendeu? Essa venda poderia favorecer oportunismo?

Antes da resposta, não posso deixar de comentar o absurdo do preconceito que tenho visto não só nesta CPMI, mas também em vários setores da Imprensa contra os trabalhadores, contra os bancários,

contra os petroleiros. Sempre é dito que sindicalista só vale quando é sindicalista patronal, quando é sindicalista empresário, quando é alguém de Federação de Indústria.

Quero dizer que sou associada, sou funcionária do Banco do Brasil há vinte e dois anos, vou fazer vinte e três anos de banco e acho um absurdo que se tenha esse tipo de preconceito contra os trabalhadores. Sempre que um trabalhador é indicado, é como se alguém estivesse no sindicato administrando um sindicato... Muitas vezes, o sindicato, até pelo pela quantidade de associados, é muito maior do que muitas empresas de muitos empresários que são representantes de sua classe.

Quero repudiar esse preconceito absurdo contra os trabalhadores porque parece que o trabalhador nesse País não pode ser político, não pode ser tecnicamente competente, não pode dirigir um fundo de pensão, que é também e principalmente nosso. Discordo que o fundo de pensão seja público porque somos nós que pagamos e também o patrão para o qual trabalhamos. Quero deixar claro o meu repúdio a esse tipo de preconceito que existe não só aqui, mas também em vários setores da sociedade, o que é lamentável.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Dr. Sérgio, tem a palavra o senhor, rapidamente, por favor.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não descumprimos nenhuma deliberação do Conselho, que apenas havia autorizado a diretoria a procurar os demais sócios para venderem a empresa.

Não temos possibilidade de vender a empresa sozinhos. O Conselho não determinou a venda da Telemig. Já houve nota da maioria dos membros do Conselho Deliberativo esclarecendo esse fato. Está no site da Previ também. Portanto a declaração do Valmir Camilo não corresponde à verdade da decisão da maioria do Conselho Deliberativo da Previ.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo inscrito é Senador Augusto Botelho. (Ausente.)

O próximo inscrito sou eu e estou permutando a minha vez com o Deputado Moroni Torgan, que tem a palavra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, a nossa preocupação é a de que os Fundos não fiquem sem fundos porque, na verdade, isso é que mais tememos acontecer exatamente quando os trabalhadores mais precisam. Acho que todos aqui estão trabalhando para garantir os trabalhadores.

Tenho a impressão de que um hipnotismo geral atingiu vocês quando assinaram esse contrato porque

vocês afirmam que não seriam doidos de assinar um contrato que dissesse que não era para cumprir a lei, mas ele diz que “este contrato pode ser exigido independente de qualquer regulamentação ou legislação que estabeleça limites”. O que que é isso? Isso é um contrato que diz que, se for o caso, ele não vai respeitar a lei. Aí vocês disseram logo em seguida “não, mas a Justiça vai definir”. Só que no mesmo contrato colocam a arbitragem na frente da Justiça. Veja que interessante.

Vocês dizem que a Justiça vai definir, mas no contrato está dito que arbitragem é que vai definir independentemente de decisão da Justiça. Então, veja que tem aí...Eu não sei. Ou eu estou lendo um contrato que vocês assinaram e vocês estão lendo outro, ou, então, vocês assinaram um contrato que diz que não vai respeitar a lei, mas que vai respeitar a Justiça porque vai respeitar o contrato e a arbitragem. Isso não dá para eu entender.

Vamos adiante que isso não é o pior dessa história. O pior dessa história é o seguinte: vocês disseram que a Telemar é concorrente da BrasilTelecom, não é isso? São concorrentes. Aí eu quero entender quem é que vocês vão enganar, se vão enganar o povo, ou se vão enganar os pensionistas. Porque se ela é concorrente e vocês vão pegar a administração da concorrente, mas vocês têm ações lá na Telemar...

A concorrência é uma balança. Quando um lado sobe, o outro desce. Se há concorrência, há uma balança: para uma pegar mercado, a outra tem que perder mercado.

Então, se vocês vão administrar a BrasilTelecom e vão fazer a Telemar cair, vocês vão sair perdendo nas ações. Agora, se vocês não saírem perdendo nas ações, e fizerem um acordo com a Telemar, aí quem sairá perdendo é o povo, porque não haverá a concorrência que deveria existir. Por isso é que eu tenho que entender. Porque, na verdade, no momento em que vocês fossem pegar a administração da BrasilTelecom, vocês deveriam vender todas as ações da Telemar, porque vocês vão concorrer com ela.

É como eu ter dois postos de gasolina, um como dono e do outro eu ser sócio. Ou eu sou meio idiota, porque eu vou concorrer comigo mesmo, ou eu já tenho um acordo de cartel. E, aí, quem perde não é o pensionista, quem perde é o povo.

No momento em que houver um acordo entre Telemar e BrasilTelecom não haverá mais concorrência de preço. Vocês aí chegam àqueles acordinhos: “Não, você bota hoje o preço um pouquinho mais baixo, no mês que vêm você bota um pouquinho mais baixo.” E aí fica aquela concorrência fajuta, que não ajuda a população. Isso aí é grave, porque significa um cartel

nas telecomunicações, e as empresas foram vendidas justamente para, na concorrência, baixar o preço e o consumidor ganhar.

Ou então vocês vão fazer os pensionistas perderem dinheiro, porque vocês vão entrar firme no mercado, vão entrar firme na administração da BrasilTelecom, e aí a Telemar vai cair e os pensionistas vão perder dinheiro; ou vocês vão fazer um acordo com a Telemar, do tipo: vamos fazer o seguinte, vamos sobreviver os dois aqui, juntinhos. E não vai haver mais esse problema de grande concorrência de preço. Um dia eu abaixo um pouquinho e, no outro dia, você abaixo um pouquinho.” E, aí, quem perde é justamente a população.

Então, nesse contrato, se vocês não vendem as ações da Telemar, vocês necessariamente vão fazer o pensionista perder ou o povo perder.

Outra coisa que nós precisamos saber: por que vocês não comprem as Notas do Tesouro Nacional no mercado primário, por que não comprem direto do Tesouro? A notícia que chega, que precisa ser investigada, é a de que vocês têm de pegar o índice, que seja o IGP-M, mais 6%, que é a base do cálculo atuarial. Só que há notas do Tesouro vendidas até a 11%, como estiveram sendo vendidas.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone.)* – Compramos.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – E se isso vai para o mercado secundário, como é o caso da BB DTVM, ou coisa parecida, que a Gerof faz, se vocês comprarem essas notas acima de 6%, vocês já vão estar dentro da base de cálculo atuarial. Mas vão estar dando um lucro danado para alguém se comprarem abaixo.

Se pegarem uma instituição financeira que comprou a 11% e vocês aceitam a 9, por exemplo, está acima dos 6% exigidos, mas vocês já deram 2% de lucro numa nota que é de longo prazo, sendo o lucro calculado tendo em vista o prazo de 20 anos. Imaginem 1% durante 20 anos o dinheiro que dá.

Então esse é um negócio que teremos... Não há como vocês dizerem se é assim ou assado, nós teremos de ver como foi feita essa compra no mercado secundário, se realmente as empresas que compraram venderam no mesmo preço para vocês ou venderam no preço de um juro inferior. Se for com um juro inferior, mesmo que seja acima dos 6%, essas instituições tiveram um lucro estupendo quando fizeram isso.

Outra coisa que me chamou a atenção foi que justamente durante a inquirição sobre a corretora do Banco do Espírito Santo, se não me engano, Sr. Sérgio Rosa falou que, de 2004 e 2005, foi quando entrou a corretora do Banco Espírito Santo. Em 2004, foi justamente quando eles vieram aqui para falar inclusive

com o Presidente ou coisa parecida e, de repente, eles estão como corretora do maior fundo de pensão do Brasil, o Banco Espírito Santo. Então, temos que tirar isso a claro. Não estou insinuando nada, só estou dizendo que houve uma coincidência. Em 2005, Marcos Valério foi a Portugal para falar com pessoas ligadas a esse banco, inclusive. Então, ficou estranho, já que antes ele não operava. Será que não temos banco aqui para operar isso, tinha que ser um banco lá de Portugal para operar? Ficou um negócio que não entendi direito o que aconteceu.

Então, veja, fiquei aqui meio sentido quando ouvi vocês repetindo várias vezes: nós não assinamos contrato porque não era para desrespeitar a lei e, quando me trouxeram o contrato, está aqui, esse contrato pode ser exigido independentemente de qualquer regulamentação ou legislação que estabeleça limites. Isso é o quê? É que o contrato pode ser exigido, se fizermos aqui no Congresso Nacional uma legislação dizendo que isso é ilegal, pelo contrato: ah, não, mas o Judiciário vai poder reformar. Só que tem outro item no contrato que diz que a arbitragem está acima do Judiciário. Tem outro item dizendo isso, que a arbitragem está acima do Judiciário. Então, o Judiciário não vai resolver coisa nenhuma. E a outra coisa é isso. Não consigo entender como vocês, numa concorrente, tem lá não sei quantos milhões de ações e na outra vocês querem dominar, querem administrar.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Podemos responder, Deputado?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Já vão poder responder, já vou terminar.

O que quero dizer é que é difícil a gente entender isso. Vamos ter que entender também por que as compras não são no mercado primário, se existe, o que existe, se existe alguma legislação que os obrigue.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – É a legislação.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Está na hora de mudar a legislação. Porque comprando no mercado secundário, na verdade pode dar lucros fenomenais a instituições financeiras, que comprem letras de longo prazo, essas notas do Tesouro Nacional de longo prazo. Se comprarem a um juro maior e venderem a um juro menor, olha, o lucro é muito grande.

Eu gostaria de deixar essas questões e agradecer ao Sr. Presidente, pela gentileza de trocar comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Vamos dar um tempo de dois minutos para vocês responderem. Um minuto para cada um, então.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Realmente um minuto para cada um não dá para responder. Foram feitas afirmações aqui importantes. Ficamos

constrangidos, porque o nosso objetivo é estar aqui para esclarecer. É impossível, um minuto, o poder de concisão...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Quero inclusive que me esclareçam.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Vamos respondendo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sugiro que, com a anuência de todos, dada a relevância das perguntas, possa haver pelo menos três minutos para cada um, e todos concordamos porque é de interesse de todos nós ouvirmos as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Se há consenso, vou marcar nove minutos.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – São quatro questões diferentes, vou tentar ser objetivo, para tentar responder.

Primeiro, a questão da arbitragem nos contratos privados é cada vez mais comum, e não supera a decisão da Justiça. Se houver decisão judicial...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Claro que supera, está lá escrito que supera.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não supera. Não supera, porque a lei...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Está no contrato.

**O SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** Deputado, estou afirmando, e pode consultar qualquer advogado, se a lei... Existe o Judiciário, e o Judiciário tem poder. Não é porque definimos uma instância arbitral para dirimir dúvidas entre os sócios – dúvidas entre os sócios, na interpretação dos contratos, serão levadas para o tribunal arbitral. O Bovespa está incentivando isso nos contratos, é uma prática cada vez mais comum.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E que prepondera...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não prepondera...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Está lá escrito.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não prepondera, Deputado, porque, se a Justiça anular o contrato inteiro ou uma cláusula dele, o que prevalece no Direito brasileiro é a decisão da Justiça. Isso é evidente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vai para Direito Internacional Privado.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O tribunal arbitral prepondera quando há divergência entre

os sócios sobre a interpretação do contrato. É esse o espírito do tribunal arbitral, volto a dizer.

A cláusula diz o seguinte: “Este contrato está bom na lei de hoje, se houver mudança da lei futura, essa lei não vai poder ser usada para dizer que esse contrato não vai executado. Esse também é um princípio constitucional brasileiro, que os contratos são atos jurídicos perfeitos e valem de acordo com a lei da data em que são assinados”.

Então não tem nenhuma ilegalidade.

Telemar e BrasilTelecom, essa concorrência, Deputado, não é problema ou culpa minha. Desculpe, é problema meu hoje sim, mas não é culpa minha. Isso foi feito em 1998, quando a Previ participou dos dois consórcios. O que estamos tentando é resolver, criando liquidez para uma participação sobre a qual não temos controle nem poder de venda, nem valor de venda.

Já anunciamos publicamente que a nossa intenção é vender conjuntamente, obviamente por um bom preço, não vou resolver um problema criado em 1998 liquidando o patrimônio dos trabalhadores a preço baixo, como alguns pretendem. Portanto, vamos tentar resolver um problema criado em 1998 com essa participação cruzada da Previ e de outros Fundos de Pensão e duas empresas. Agora, não vou liquidar patrimônio dos trabalhadores vendendo a preço baixo como muitos querem, porque querem comprar a preço baixo.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Por quê? A Telemar está barata hoje?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Por que não ...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Vamos deixar que responda.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A Telemar está barata hoje?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, mas querem que percamos nossos direitos societários na BrasilTelecom para adquirir, como fizeram com a T&W, Deputado. Isso é claríssimo. Essa operação é claríssima.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Estou dizendo o contrário. Estou dizendo para vender as da Telemar, não as da Telecom.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Vamos deixar os depoentes responderem, por favor.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A gente não consegue vender uma empresa quando quer, são condições de mercado e de oferta, se eu pudesse vender quando eu quisesse ...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – As ações estão lá.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – São ações de controle em estruturas complicadas como a gente já disse.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Ah, mas... não está respondendo.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP) – Está respondendo. Está, sim.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, estou respondendo com muita objetividade, Sr. Deputado, com muita objetividade. Queremos vender. Se o senhor me trazer um comprador, começaremos a negociar.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A Bolsa.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, não são ações de bolsa, Deputado. Temos ações de Opportunity Zain, que não é uma empresa que negocia suas ações em bolsa. Não tenho ações diretas de BrasilTelecom, não tenho.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, Opportunity Zain não tem. Se V. Ex<sup>a</sup> encontrar um comprador para ações de Opportunity Zain por um preço justo...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Da Telemar é.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A Telemar também é Telemar Participações. Não temos ações diretas da Telemar Operadora. Compramos no leilão de privatização ações das *holdings* que o Governo organizou para vender o controle.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, ....

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Participação lá, em mercado, não, Deputado, participação da Telemar, participações em mercado, não existe liquidez dessa ação, não existem operações cursadas no dia a dia dessas ações em bolsa; são ações de controle de empresas veículos da estrutura que foi criada para privatizar as teles no Brasil.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – A Telemar não pode ser de controle, porque senão seria ...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, elas são de controle só que estão suspensos os direitos.

Rapidamente, sobre títulos públicos, compramos muitos em leilão direto. Estamos aqui com o ofício que já foi respondido por solicitação do Deputado Rodrigo Maia, que, por intermédio da Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara, nos fez essa solicitação, já respondemos isso, já enviamos para o Ministério da Fazenda, para que possa atender, porque o ofício

veio pelo Ministério da Fazenda. Todos os preços de aquisição estão em linha com os preços praticados no mercado a cada dia de aquisição desses títulos. Não tenho nenhuma dúvida de que praticamos preços de mercado e não demos lucro a ninguém, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quero saber de mercado.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nenhuma dúvida.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Temos que fazer a diferença.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Exatamente, a diferença é feita...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – entre a que comprou e a que ...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Exatamente, a diferença é feita calculando o preço unitário de compra desses títulos que estão identificados aqui no nosso relatório com os preços médios do mercado daquele dia. Na maioria dos casos compramos melhor do que o preço médio do mercado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O preço que ela comprou.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Deputado Moroni, por favor.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não é o preço de negociação do título. É assim que tem que ser feito.

E última questão do Banco Espírito Santo, acho que não pesa nenhum problema a gente operar com um banco que é um dos maiores bancos da Europa e quando fizemos uma seleção de instituição passou em todos os critérios e pagamos cerca de 65 mil de reais de corretagem no ano pelos serviços prestados pela Corretora do Banco Espírito Santo. Não creio que possa haver qualquer suspeita dessa relação dentro de um critério de seleção de um dos maiores bancos europeus e para o qual pagamos 65 mil reais de corretagem durante o ano de 2004.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, sobre Petros, rapidamente.

A NTNs, a Secretaria de Previdência Complementar pediu que mandássemos toda a operação que se faz em Selic, que é uma câmara de liquidação de títulos público, de 2002 até hoje e vai enviar para as CPMIs. Creio que esse trabalho está coerente.

Da carteira própria, só para contar a V. Ex<sup>a</sup>, fizemos em nossa gestão dez operações na carteira própria, utilizamos dez corretoras, desculpe-me, quatro corretoras. Nessas dez operações, compramos três vezes em 2004 e vendemos sete vezes em 2005. Um ano de distância, e o valor de mercado tem que ser preservado. Na Selic, quando os assessores técnicos

dos senhores analisarem, vão poder ver perfeitamente, porque está marcado o valor do preço lá, sendo que nesse conjunto de operações diretas da Petros, três foram o leilão primário, ou venderam também para o leilão do Governo Federal.

Concorrência entre Telemar e Brasil Telecom, o Sérgio Rosa, acho que já especificou. Foi o modelo de privatização escolhido e os consórcios, os conjuntos de empresas que se uniram para disputar esse ou aquele leilão. Qual foi o erro da Petros na minha avaliação naquela época? Entrar em dois leilões. Foi um erro, porque todos nós sabíamos – quem não entende de telefonia e quem entende – que tinha uma regra que dizia que não pode ficar mais que uma operadora fixa. E a Petros entrou em duas, errou, em 2000, foi afastada da Telemar. Está afastada.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Por que não vendeu?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Então, Deputado, não sei por que não vendeu no passado. Mas o nosso intento – estamos trabalhando e esse é um acordo de acionistas – é com o objetivo de vender. É esse o nosso objetivo. Das duas, Deputado.

Por fim, Banco Espírito Santo, rapidamente. Em 2004, operamos com 19 corretoras. O Banco Espírito Santo recebeu R\$24 mil de corretagem, correspondendo a 1,2% do total de gastos de corretagem. E gastamos, em 2005, com o Banco R\$11,8 mil, 1,1% do total gasto com corretagem até agora.

Muito obrigado.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Sr. Deputado, ficamos ansiosos porque o tempo é muito curto. Sei que as colocações do senhor têm pertinência e precisamos explicar, está certo?

A respeito do contrato e da concessão da Telemar, já foi explicado, não vou ficar repetindo, porque acho que poderíamos, depois, tentar descrever melhor. Mas o nosso intuito é este: realizar o resultado e sairmos. Mas não podemos sair a qualquer preço, porque, senão, vamos realizar um prejuízo muito grande.

Agora, eu queria dizer para o senhor o seguinte: o Presidente Sérgio Ricardo já apresentou, e nós encaminhamos através de meio eletrônico, foi o pedido que chegou a nós através do Ministério da Fazenda, todas as operações com títulos públicos e, ao contrário do que se pode imaginar, infelizmente o Deputado Rodrigo Maia não está aqui, nós somos os maiores compradores do mercado primário. O diretor financeiro está aqui acompanhando. Na hora que o senhor que o chame para explicar, nós...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Por que não compra só no primário?

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Mas veja bem, São os *dealers* que têm que comprar, são os bancos que estão autorizados a comprar. A sua pergunta é pertinente, mas me deixe explicar o seguinte: há dois caminhos –esse que o senhor está falando e o caminho de comprar no mercado primário. É o que estamos fazendo. E não pagamos um tostão. Eu queria informar ao senhor que nesse de 2003 para cá – o ofício está aqui com todas as operações, o senhor vai poder olhar o PU da Andima e o PU do preço médio do Banco Central –, nós tivemos, nesse período, uma aquisição de compra e venda de R\$14,171 bilhões. Nós ganhamos a mais do que o PU da Andima, R\$6,741 milhões, está certo? E não são somas feitas, a metodologia e os dados estão aqui.

Por último, um segundo...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não dá mais.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Aqui estão os gráficos das corretagens. Nós gastamos, no ano passado, R\$232 mil, e esse banco que o senhor falou, atua, no nosso caso, desde 2001. Estou olhando 2001, mas estou inseguro, talvez seja 2000, há mais tempo. E é tida – procurei saber, me preparar para vir aqui, está certo? – como uma das melhores corretoras do mercado, desde 2001. E ela lá está sendo classificada. Era isso que eu queria dizer para o senhor.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Vamos adiante.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Em 1998, gastaram-se R\$2,159 milhões; gastamos R\$232 no ano passado. Duzentos e trinta e dois reais distribuídos entre 10 operadoras. A que ganhou mais deve ter ganho R\$30 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Peço aos nobres pares que tentem ficar nos 10 minutos para perguntas e respostas, porque isso já se prorrogou em mais 10 minutos, 20 minutos.

Próximo orador, Senador José Jorge. (Pausa.)

Próximo, Senador João Batista Motta.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Quero me dirigir, Sr. Presidente, ao Sr. Sérgio Rosa, da Previ. Primeiro, vou fazer uma pequena explanação, depois deixo as perguntas para que sejam ou respondidas no momento, ou segundo resposta a um requerimento que estou fazendo, o senhor poderia mandar por escrito.

A coisa é mais ou menos o seguinte: a Angra Partners é a mais forte aliada dos Fundos de Pensão na guerra pela BrasilTelecom. Ela é administradora, gestora do FIA, que reúne investimentos dos Fundos

e do Citigroup, em ações de empresas que atuam no setor de infra-estrutura. Como gestora, é a Angra que decide os nomes dos conselheiros das cinco empresas de que participa o FIA, ou seja, BrasilTelecom, Telemig, Amazônia Celular, Metrô Rio e Sanepar. Juntas, elas faturam 15 bilhões por ano.

Além de gerir esse fundo, a Angra também presta serviços de consultoria para companhias que precisam rever suas práticas de administração e avalia ativos para sócios interessados em aumentar ou diminuir seus empreendimentos. É o caso da Nova Brasil Ferrovias, empresa na qual a Angra participou da remodelação. Em maio, a ferrovia fechou contrato com o BNDES, teve dívidas perdoadas e fechou um aporte com o Governo, somando uma injeção de recursos da ordem de R\$1,1 bilhão.

A Angra foi registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários em janeiro de 2004. O segredo do bom desempenho, de acordo com os aliados, está no currículo dos sócios. Todos passaram por faculdades renomadas e ocuparam cargos de destaque em grandes corporações. Outro fator que pesa em favor da empresa é a parceria com o norte-americano Monitor Group, que administra US\$1,5 bilhão em recursos de terceiros.

A Previ, Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil e líder das entidades de previdência que participam do FIA, se diz satisfeita com os resultados obtidos pela Angra, diferentemente do que ocorria com o antigo gestor, o Opportunity. “Todos os benefícios negociados foram integralmente repassados para o fundo, ou seja, o FIA”, avaliou a Previ.

Nisso eu queria fazer, então, assim como já fiz no requerimento, as seguintes perguntas: Quantos contratos a Previ tem com a empresa Angra Partners? Das empresas em que a Previ tem participação, quais delas têm contratos com a Angra Partners? Nos dois últimos anos, quanto a Angra faturou contra a Previ e contra as empresas em que a Previ tem participação? Qual é o objetivo de cada um dos contratos em que a Previ tem com a Angra, como também com as empresas nas quais a Previ tem participação? Última: Quais foram os critérios adotados para contratação da Angra nesses contratos acima referidos?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Atualmente, estamos numa situação em que todo mundo que trabalha com a Previ parece que está sob suspeita. É meio complicado citar esses nomes aqui. Aqueles gestores que fizeram um monte de coisas negativas parecem que não estão em questão. É um pouco curioso... É uma curiosidade... É um estranhamento meu. Desculpe-me falar.



A Angra Partners foi contratada para gerir o fundo de investidores institucionais, através de um critério de seleção que envolveu os cotistas do fundo de investidores institucionais. Foram adotados critérios que são normalmente utilizados pelos Fundos de pontuação de vários itens, parceria internacional. Foi avaliada a parceria com o (*inaudível*), que o senhor já descreveu, ou Melon (*inaudível*) também, que foi trazido como administrador do fundo. Porte do administrador, currículo do seu gestor. E o senhor mesmo já descreveu que os gestores da Angra Partners são pessoas experientes, já passaram por diversas instituições, processos que os habilitaram a isso. Fora isso, concordaram com as condições contratuais estabelecidas, que eram as mesmas estabelecidas para o antigo gestor, o Opportunity. Foram mantidos exatamente os mesmo parâmetros de remuneração, que, se não me engano, são de 2% sobre o patrimônio administrado do fundo.

Além disso, ficou também a opção de contratarmos a Angra para ser o **adviser**, ou seja, o consultor financeiro dos co-investimentos. Naquela estrutura societária, não sei se o senhor percebeu, nós temos o fundo e os co-investimentos. Nós sempre pretendemos normalmente que os dois tenham a mesma remuneração no momento da venda. Então, nós integramos isso também contratando a Angra como *adviser*. E ela já havia sido contratada anteriormente pela empresa Brasil Ferrovias, para oferecer um parecer técnico sobre a possibilidade de reestruturação da Brasil Ferrovias, que prestou um serviço considerado... Inclusive, nesse momento ela foi apresentada por um outro sócio privado da Brasil Ferrovias, foi apresentada pelo JP Morgan, que é um dos sócios da Brasil Ferrovias, que sugeriu a Angra Partners para fazer esse trabalho de avaliação da possibilidade de reestruturação da Brasil Ferrovias. Tivemos nossa experiência primeira com a Angra Partners nesse trabalho em que ela foi sugerida por um sócio privado, que foi o JP Morgan. Não foi trazida por nós. E isso também favoreceu a nossa definição para ela ser a gestora do fundo.

Quanto aos outros itens, nós então procuraremos responder, embora alguns eu não tenha condições de responder. Se por acaso a Angra Partners tem contrato com outras empresas participadas da Previ, esse é um tipo de informação difícil de anotar. Vamos ter de perguntar para cada empresa a natureza de contratos que não são do nosso controle. Mas eu acredito que não tem. Pelo que eu tenho conhecimento, não tem, a não ser a Brasil Ferrovias.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)**

– Mas de qualquer forma, estou entrando com o requerimento e fica mais fácil o senhor, pela da assessoria, fazer uma resposta à Comissão no sentido de elencar

esses dados que estamos solicitando, que acredito não tenha nada de mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Muito obrigado, Senador João...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Ter-

minou? Eu poderia fazer um complemento pequeno? Senador, a respeito de Brasil Ferrovias, temos todas as informações aqui. Se o senhor quiser, sobre os aportes que foram feitos, toda a estrutura aqui, eu acho importante ser informado, porque nem sempre a empresa informa bem. Teríamos satisfação em informar para o senhor como foi feita a solução para a Brasil Ferrovias.

Eu tenho em mãos e gostaria de passar para o senhor. Inclusive, a decisão.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)**

– Eu lhe agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Eu gostaria de agradecer ao Senador João Batista. O próximo inscrito seria eu, vou oportunamente falar. O próximo seria o Deputado Agnaldo Muniz, que está ausente.

Senador Eduardo Suplicy, em permuta com o Senador Sibá Machado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Primeira-

mente, eu gostaria de fazer uma observação. Eu estava há pouco conversando com o Deputado Moroni Torgan, quando ele observou relativamente aos investimentos dos três Fundos na Telemar e na Telecom Itália porque, como V. S<sup>as</sup> conhecem muito bem – conhecem certamente melhor do que eu –, se examinarmos, vamos supor, Fundos, os mais diversos no mercado privado, nas instituições, seja o Bradesco, o Banco Itaú ou os Fundos que administram, ou Fundos internacionais, eu aqui vou citar o Alaska Permanent Fund, por exemplo, muito bem-sucedido, esses Fundos podem ter a realização de investimentos eventualmente em duas, três, quatro empresas do mesmo setor.

Então, o fato de, por exemplo, um desses Fundos privados estar investindo, ao mesmo tempo, digamos, na Fiat, na GM, na Samel e em duas ou três empresas de sapato, e assim por diante, não constitui necessariamente, no meu entender, algo que corresponda a uma irracionalidade, até mesmo se o Fundo puder ter um conselheiro designado naquela empresa.

Eu pediria que V. S<sup>as</sup> comentassem a questão. O Deputado Moroni Torgan a considerou inadequada, principalmente no setor de telefonia, que é regulado pela Anatel. Então, há certas regras que precisam ser cumpridas. Eu pediria que V. S<sup>as</sup> comentassem um pouco mais à luz do que S.Ex<sup>a</sup> observou.

A empresa canadense T&W abandonou seus investimentos na Telemig Celular e na Amazônia Celular;

vendeu sua participação nessas empresas por pouco mais de 10% do valor de compra. Por que a empresa assumiu tamanho prejuízo? Quem foi o beneficiado? Por que a T&W desencantou-se com a telefonia brasileira? Foi por causa de um conflito societário?

Vou fazer um conjunto de perguntas para que, depois, V. S<sup>as</sup> possam responder.

As empresas de telefonia foram privatizadas em 1998, e os compradores fizeram acordos de acionistas. Dois anos depois, começou uma verdadeira guerra judicial, ainda sem fim. Previ, Petros e Funsef sentiram-se prejudicados e recorreram à Justiça. Em que pontos específicos o acordo de acionistas tem prejudicado os Fundos e estaria beneficiando o Banco Opportunity?

Os Fundos já fecharam acordos semelhantes ao celebrado com o CitiBank, que foi aqui mencionado, entre outros, pelo Senador Heráclito Fortes, o chamado Acordo de PUT, envolvendo compromissos entre acionistas com o objetivo de exercer o controle de empresas? Poderiam citar algum exemplo? Em que isso beneficiou os Fundos?

O CitiBank recebeu outras ofertas, além da feita pelos Fundos. Qual o valor dessas ofertas? Os Fundos tinham conhecimento prévio de outras ofertas? Os Fundos receberam ofertas por sua participação na Brasil Telecom? A Telecom Itália fez alguma proposta aos Fundos? V. S<sup>as</sup> recusaram algum proposta dessas ou de outras empresas?

Eu gostaria de pedir que nos informassem a real participação dos Fundos de Pensão na gestão das empresas em que há participação acionária. Normalmente, quando a Funcef, a Previ e a Petros decidem investir em determinada empresa, quando exercem efetiva ação acionária no sentido de indicar diretores ou conselheiros para o seu conselho de administração? Eu agradeceria se puderem dar exemplos de uma e de outra situação.

Com respeito à questão da Telemar, peço que esclareçam um pouco melhor, além do que já foi perguntado. Observei, no *site* da Telemar, no “Conheça a Telemar” – aqui está –, Telemar Participações e Estrutura Acionária, em maio de 2005. Lá vejo: AG Telecom Participações, 10,275%; Asseca Participações S.A; 10,275%; LF TEL, acho que é La Fonte, 10,275%; Lexpart Participações S.A, 10,275%. Poderão os senhores informar-se se, de fato, essas quatro empresas pertencem ao grupo Andrade Gutierrez, uma parte, e a outra parte, ao grupo Carlos Jereissati. Ou, se há outros, mas principalmente esses, que, na soma, portanto, corresponderiam a 45% do controle acionário.

Depois, temos Brasilcap Capitalização, 5%; Brasil Veículos Companhia de Seguros, 5%. Gostaria que confirmassem, mas, salvo engano, ambas pertencem

ao Banco do Brasil. O Sérgio Rosa provavelmente saberá....

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Porque são empresas vinculadas ao Banco do Brasil, embora o Banco do Brasil não seja controlador majoritário dessas empresas, porque são empresas privadas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Mas são empresas sob controle do Banco do Brasil.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – São vinculadas ao Banco do Brasil.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Certo. Portanto temos aí 10%.

Depois, a Fundação Atlântico de Seguridade Social, 4%; o BNDES, 25%; e a Fiago, pediria que explicassem bem. A Fiago, pelo que entendi então, é um fundo onde participam os três Fundos, talvez mais, mas gostaria que explicassem bem, com 19,9%.

Bem, se levarmos em conta duas empresas do Banco do Brasil, somando 10%, BNDES 25%, Fundos de Pensão 19,9%, teríamos, peço que confirmem, quase 55%, ou 54,9%, com controle acionário de participação pública, ou de origem, ou relacionado, seja no caso do Banco do Brasil, seja no caso dos Fundos ligados a empresas públicas.

Tendo em conta isso, pergunto: vamos supor que, então, tenha a Fiago, correspondente aos três Fundos, uma participação numa empresa. Vamos supor que essa empresa, para concluir, Sr. Presidente, realize alguma operação, algo que considerem ótimo. Vou dar um exemplo. Eu assisti, acho que domingo último, em São Paulo, ao show do Milton Nascimento com os Meninos de Araçuaí e mais o grupo Ponto de Partida lá de Barbacena. Uma coisa da maior beleza! E um investimento, sobretudo, realizado pela Telemig. Então vamos supor que, por acaso, a Fiago tem participação na Telemig? Vamos supor que tivesse, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador, conclua, por favor!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Vamos supor que tivesse, e eu, então, se fosse diretor da Fiago, com participação ali, diria “parabéns, vamos fazer mais coisas dessa natureza”. Vamos supor, entretanto, que surja um investimento da tele qualquer coisa, que, mesmo sem ter conselheiros lá, V. S<sup>as</sup> dissessem “não, isso não seria tão bom”. Minha pergunta é apenas: teriam os presidentes das três empresas, dos três Fundos, a condição de dizer “olha, nós até nem temos aí conselheiros, mas não seria o caso de vocês sugerirem um outro procedimento nesse caso?” São essas as minhas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – V. Ex<sup>a</sup> usou todo o tempo. Por uma questão de isonomia,

nove minutos, no máximo, para V. Ex<sup>as</sup> responderem as colocações feitas pelo Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu gostaria de selecionar aqui, me desculpe, porque em três minutos é impossível responder todas.

A questão da T&W na Telemig, eu acho que a gente já teve oportunidade de colocar, de fato ela fez um investimento de cerca 370 milhões, em 1998, para adquirir 49% do capital social da Telpart, que é uma *holding*. Como não foi contratado no acordo de acionistas, ela ficou sem nenhum poder de influir na gestão, não tinha *tag along*, ou seja, não tinha o direito de vender a sua participação pelo mesmo preço dos outros 51% e, nessa situação, a participação acionária perde muito valor. É a mesma participação que nós estamos dizendo que os nossos investimentos estavam colocados nessa estrutura societária complexa. Ou seja, sem direito societário, sem direitos econômicos iguais aos outros sócios minoritários e portanto sem valor de venda. Isso levou a T&W a vender de fato sua participação por US\$65 milhões, realizando um prejuízo.

Empresas de telefonia, o senhor disse que a guerra começou com a Opportunity logo no ano 2000. É verdade, por algumas razões, primeiro pela recusa do Opportunity como gestor do fundo de investimentos brasileiros em contratar esses direitos econômicos que eram da lógica do investimento. Quando nós compramos, compramos pagando o mesmo preço, no mesmo momento e nas mesmas condições que todos os demais sócios.

O Citibank, no entanto, tinha acordos com o Opportunity como gestor do fundo que asseguravam a ele todos esses direitos econômicos de desinvestir sempre que os outros vendessem e de vender pelo mesmo preço que qualquer outro sócio vendesse, e o fundo brasileiro não tinha esses direitos. Além dessa falta de contratação dos nossos direitos, o Opportunity, exercendo a gestão do fundo e portanto a partir daí a gestão das empresas, abusou deste mandato que havia sido lhe dado, por exemplo, comprando aviões, utilizando aviões sem prestação de contas pelas empresas, pagando advogados para defendê-lo em causas próprias utilizando recursos das empresas; tudo isso formou um processo com mais de dez itens que foi o motivo da destruição da Opportunity, que foi o motivo da destruição na CVM, tudo isso como provas e enfim foi um processo todo formado.

E a última questão que poderia falar, um pouco sobre a Telemar e estrutura acionária, de fato é essa estrutura acionária existente, sendo que Lexpart, que é dos sócios privados, inicialmente era uma participação detida pela Inepar e foi posteriormente adquirida pelo Opportunity em conjunto com o Citibank. Não vou

entrar em detalhes aqui, embora a coisa seja mais complexa.

E a Fiago, que tem 19,9%, é composta pela Previ, que tem mais de 50% da Fiago, Petros, Funcef, a própria Fundação Atlântico e, se não me enganam mais um fundo de pensão a Telos, que atualmente é da Embratel. E tem os seus direitos suspensos na gestão da empresa.

Em tese essa questão que o senhor colocou de a gente poder colocar uma ato de gestão de uma empresa, apesar de não está participando, é possível para um cidadão, por um acionista que tem uma ação na empresa, em tese, é possível, mas não é uma prática comum que façamos, a não ser que tenhamos uma evidência muito forte da empresa ter praticado um ato completamente absurdo da sociedade ou que destrua valor dos acionistas. Não é uma prática comum que façamos isso, a gente procura seguir aqueles direitos que são estabelecidos pela lei.

Ainda só para completar. Sobre real participação nossa, algumas vezes, nós indicamos conselheiros como minoritários pela lei das V.S<sup>as</sup>. Vamos às Assembléias, citamos um determinado número de ações, votamos e elegemos um conselheiro e, em muitos outros casos, estamos vinculados a acordos de acionistas formados justamente para exercer em conjunto o controle da empresa. Temos vários casos para citar exemplo, como a Vale do Rio Doce na qual já contratamos uma PUT semelhante a esta, aqui já contratada com o Citibank, CPFL, Embraer, Neoenergia, Perdigão, e vários outros exemplos, com que temos acordos de acionistas.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Senador, dizendo de uma maneira bem rápida, eu acho que a colocação do senhor tem conteúdo importante no que diz respeito ao seguinte: Fundos de Pensão, a exemplo de outras economias, algumas com mais intensidade do que outras, é o caso da Holanda, dos EUA, do Chile na América Latina, têm uma participação muito grande em empresas. E essa participação dependendo da composição da participação da economia são participações às vezes atomizadas, muito pequenas, mas às vezes têm participações relevantes.

Então, eu gostaria de ressaltar que as participações relevantes precisam ser vistas dentro da dimensão da importância da composição dos sócios. Nós temos aqui no Brasil... e às vezes pessoas não sabem disso. Não sabem que uma livraria Saraiva, por exemplo, tem um fundo de investimento que tem fundo de pensão de fora que participa aqui, não sabem que várias empresas no Brasil têm fundo, como a Casa do Pão de Queijo. Podemos citar várias empresas que têm Fundos de Pensão de fora que participam aqui no Brasil, por

meio de Fundos de investimentos, que muitas vezes têm Fundos de Pensão. No caso da Brasil Ferrovia mesmo, há um fundo americano de professores universitários que participam aqui no Brasil.

Por isso, é importante buscarmos fortalecer a imagem dos Fundos de Pensão, para que não fiquemos em uma situação totalmente anômala, de atrairmos investimentos para cá e os nossos Fundos não participarem das empresas. Penso que precisamos fazer propostas e discutir isso. O Deputado Gastão fez uma proposta de melhorar a regulamentação inclusive nessa perspectiva.

Participações relevantes: o caso da Fiago. Se não atuássemos conjuntamente, Senador Eduardo Suplicy, veja bem a situação da Funcef: a Funcef tem 11% desse fundo chamado Fiago; 11% de 20% – vamos arredondar – são 2,2%. Então, a Funcef tem 2,2% da empresa.

Nós ficaremos eternamente vinculados, não teremos poder nenhum, se não tivermos uma capacidade de negociação e de atuarmos conjuntamente.

Por isso é que às vezes as pessoas não entendem: por que vocês estão atuando conjuntamente? Eu creio que isso é um fato novo. É para termos a capacidade de liquidez para sairmos desse processo. Infelizmente, o Deputado Moroni Torgan não está aqui. Nós precisamos criar essas condições para sairmos desses investimentos. Penso que há uma série de participações relevantes que precisam ser valorizadas – inclusive, eu fico falando até, a Funcef não participa de algumas. Na primeira metade dos anos 90, quando os Fundos participaram de Embraer, houve um turbilhão de críticas – as pessoas podem buscar aí. E, hoje em dia, o que é a Embraer, com recursos dos Fundos de Pensão, a Perdigão e muitos outros?

Nós temos algumas participações problemáticas, complexas. É o caso inclusive da Cataguá Leopoldina, em que nós participamos em separado, não participamos, estamos tentando uma solução. Então, há uma série de coisas que gostaríamos de trazer para a reflexão dos Srs. Parlamentares nessa linha. E não é por simpatia ou antipatia de um gestor, como às vezes tentam passar. Não é por isso. Não é por isso, e não podemos nos pautar por simpatias e antipatias pessoais com um gestor, mas sim por questões negociais e objetivas. É para isso que fomos mandatados.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Acordos de acionistas, Senador, a Petros tem em Acesita, Perdigão, CPFL, Vale do Rio Doce, para falar as mais relevantes.

Real participação de Fundos de Pensão, acho que o Sérgio já falou, mas, no caso hoje em dia de Telemar, como estamos afastados pela Anatel, o nosso poder é

exatamente o mesmo de um acionista minoritário. Se por acaso um de nós aqui tem ação da Telemar, qual é a ação que você pode fazer em relação a um *show* da Telemig que não gostou ou gostou? É um pedido de informações ao conselho de administração, na condição de acionista, para que ele explique.

Hoje, na Fiago, como a Fiago está afastada, esse é o poder que temos de questionar a gestão da Telemar: “Em relação a tal negócio, por que você está fazendo?”, como qualquer acionista da Telemar.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo orador inscrito....

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Permita-me fazer apenas uma observação, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Eduardo Suplicy, nós já duplicamos o tempo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – São dez segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Deputado...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Está bem, vou respeitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – V. Exª quer se reinscrever?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sim, para um breve esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Três minutos então. V. Exª está reinscrito.

O próximo inscrito é o Deputado José Carlos Araújo, que está ausente.

O Senador Sibá Machado pede para falar ao final.

O Deputado Darcísio Perondi está ausente.

**A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Tenho que registrar, nobre Deputada.

Senador Alvaro Dias, ausente.

Deputada Perpétua Almeida, ausente.

Deputada Iriny Lopes, ausente.

Deputado Zico Bronzeado, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, presidentes dos Fundos, eu pensava que não ia falar, porque hoje no plenário eu não consegui.

Eu queria ser mais direto, mas queria começar perguntando se a Funcef perdeu algo em torno de quarenta milhões na compra de títulos emitidos irregularmente pelo Governo...

**O SR. (Orador não identificado)** – Perdão, perdão. Pergunte para outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Ele foi ao toalete; o Guilherme foi ao toalete.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Mas tudo aqui é em relação à Funcef. Eu vou esperar.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Vamos...

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Vou fazer uma pergunta aqui antes. Com o resultado dessas investigações, esse depoimento de V. S<sup>as</sup> e os questionamentos feitos pelos nobres colegas Deputados, haveria margem para desvio de recursos desses Fundos para os Banco Rural e BMG ou outro meio para que os recursos chegassem até o Marcos Valério? Porque esse é o questionamento desta CPMI, principalmente dos Deputados que requereram a convocação de V. S<sup>as</sup>.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Como eu já informei, Deputado, as aplicações que nós tivemos de CDB nos Banco Rural e BMG foram feitas em taxas de mercado, que pagaram, em média 105% da taxa Selic, ou seja, acima da taxa básica de juros, o que é uma remuneração em linha com o tipo de banco médio, que é o segmento desses dois bancos, e já voltaram aos cofres da Previ.

Então, eu creio que a gente fazendo uma aplicação, ou seja, praticamente deixando o dinheiro lá 60 dias, 180 dias, ele sendo integralmente remunerado e voltando aos cofres da Previ, esse dinheiro não pode servir para ser utilizado para qualquer outra finalidade. Evidentemente, o banco tem um lucro com essas operações, todo banco tem lucro, a gente sabe disso no Brasil, mas não creio que ele poderia ser (*inaudível*) para qualquer tipo de financiamento de campanha ou repasses desse tipo. Então, o dinheiro foi, voltou totalmente remunerado, em condições de mercado e a gente já mostrou isso aqui.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – A pergunta é pertinente porque esta CPI é para investigar se houve compra de voto no Governo FHC e neste Governo atual. E esta é a CPI da Compra de Votos. Eu estranhei quando foram convidados os Fundos de Pensão para vir prestar esclarecimentos. E esse questionamento é para que a gente possa, realmente, isentar ou achar algum tipo de irregularidade nos Fundos.

Mas eu vou iniciar aqui por essa pergunta à Funcef, que eu comecei, mas o companheiro tinha saído: se a Funcef perdeu algo em torno de 40 milhões na compra de títulos emitidos irregularmente pelo Governo de Santa Catarina na gestão de José Fernando de Almeida, amigo de Ricardo Sérgio. Ricardo Sérgio é aquele acusado por um empresário de ter cobrado propina de um Partido em 1994 e 1998, ex-Diretor do Banco do Brasil, e foi arrecadador também do Governo

do Prefeito Serra e, segundo a imprensa, de Fernando Henrique Cardoso.

E eu queria saber o seguinte: se a Petros teria perdido outros 60 milhões, quem operou essas negociações?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Petros? Em qual operação, Deputado?

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Posso até fazer... Porque eu fiz uma relação aqui com o Ricardo Sérgio, mas é o seguinte: na compra... A Funcef perdeu algo em torno de 40 milhões na compra de títulos emitidos irregularmente pelo Governo de Santa Catarina na gestão de José Fernando de Almeida, amigo de Ricardo Sérgio. A Petros teria perdido outros 60 milhões. Quem operou essas negociações?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Ah, sim, entendi.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Está aqui. Eu posso responder?

Nobre Deputado Zico Bronzeado, eu tenho aqui em mãos o relatório desse processo. Esse é um dos casos que está sendo apurado pelo Ministério Público Federal – já expliquei isso algumas vezes, mas faço questão de ressaltar. A aplicação foi feita em 30/10/1996. O valor de aquisição das letras financeiras do Tesouro de Santa Catarina emitidas em 31-5-96, 20 milhões e 767 mil.

O valor contábil em 31-12 era de 56 milhões e o valor atuarial, ou seja, se nós tivéssemos esse dinheiro desde aquele dia rendendo o INPC mais 6, 63 milhões. Então, o prejuízo considerado num fundo de pensão é se não rende o atuarial.

Então, isso está na Justiça e estamos empenhados em tentar recuperar esses recursos, e confirma-se o nome do Presidente da Fundação de que o senhor falou.

A respeito das ligações de relacionamento, o que posso dizer é que não conheço essa pessoa, não era da Funcef, e li, no processo do Ministério Público, essa afirmação e também em matérias de jornal.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputado, a Petros realmente aplicou também em letras de Santa Catarina que têm a ver com a CPI dos Precatórios e hoje está contabilizado, em perdas da Petros, algo em torno de R\$150 milhões. Estamos com ação na Justiça tentando recuperar, mas o que aconteceu foi o seguinte: a Petros aplicou, originalmente, R\$37 milhões a preço de valor de face, preço do papel quando a letra de Santa Catarina tinha deságio, quando ela valia mais, tinha que dar mais rendimentos. Com isso, as pessoas foram, inclusive, punidas pela Secretaria de Previdência Complementar, num processo que teve início em maio de 2002 e teve sua

decisão em novembro de 2003. São vários os diretores da Petros à época da operação. Se o senhor me permitir, eu preferiria não citar o nome das pessoas, até porque elas estão em fase de recurso, mas passo o nome, informalmente, para a CPI. Estamos em fase de recurso e sou gestor sucessor.

Um repórter fez uma pergunta parecida com a do senhor: como se faria para aplicações de recursos poderem, em tese, ter alguma coisa com todo aquele processo de BMG e Rural e dos empréstimos, que parece que foram R\$55 milhões, pelo que lemos na imprensa. Fizemos uma conta simples: no ano de 2004, a taxa selic do Governo rendeu 17%, e esses bancos costumam pagar mais ou menos 5% acima disso, o que significa pagar 17,8% em 2004. Se eu tivesse feito um CDB nesses bancos um por cento abaixo disso, o que daria 16,8%, portanto abaixo da taxa selic, significaria que eu estava fazendo a operação a 98% da taxa selic, um escândalo facilmente constatado quando os senhores receberem as aplicações de CDB da Petros e de todos os outros.

Sabem quanto eu ou um conjunto de aplicadores teria que deixar aplicado um ano nesses dois bancos para render os 55 milhões? R\$5,5 bilhões. Juntos, os dois bancos a que estamos nos referindo publicaram balanço nesses dias e demonstraram que não tem captação, juntos, de R\$2 bilhões no mercado todo. A média da Petros, em toda a nossa gestão, foi de R\$16 milhões, média mensal.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a última pergunta e solicitar uma informação da Mesa.

Temos informações de que o Ministério Público do Distrito Federal fez uma devassa na Funcef e teria encontrado em trinta contratos de empreendimentos imobiliários, todos ocorridos no Governo FHC, irregularidades que, segundo os auditores da Caixa Econômica Federal, poderiam ter trazido um prejuízo da ordem de 1,2 bilhão. Isso é procedente? O que a Funcef tem feito para punir os envolvidos? Há dirigentes ou ex-dirigentes envolvidos? Quais são essas pessoas?

Eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, da Presidência desta CPMI que requeira às autoridades competentes o envio imediato das declarações de Imposto de Renda dessas pessoas, com a evolução de seus respectivos patrimônios e até a de seus cônjuges e parentes de segundo e terceiro graus, se for o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – V. Exª encaminhe por escrito o requerimento.

Com a palavra o Dr. Guilherme.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Nobre Deputado, é certo que o Ministério Público Federal está fazendo essa apuração sobre um con-

junto grande de operações, é certo que eles estão trabalhando dentro da Funcef, é certo que demos todas as condições para eles trabalharem, é certo que essas ações foram iniciadas em 2002, a partir de um ofício que foi mandado pelo Presidente anterior. Agora, eu não posso confirmar esse montante de valor. Quanto a essa devassa realizada na Funcef, foi feita uma matéria no jornal em que foram dadas as informações primeiro para o jornal antes de passar para nós. Inclusive, teremos uma audiência pública na Câmara, na Comissão de Tributação, no dia 20, onde faremos a exposição sobre esse tema. É certo que já foi apresentada uma ação judicial a respeito de um caso da 311 Norte, onde participamos com 20% junto com a empresa Paulo Octávio e outros.

E não tínhamos apuração nenhuma da auditoria e estamos agora providenciando para verificar o que aconteceu, já que eles divulgaram inicialmente e apresentaram depois essa denúncia.

Então, nesse caso da 311, não tínhamos nenhuma apuração da auditoria. Agora, de muitas outras, nós temos; elas estão na Justiça, estamos acionando e acompanhando as ações.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo orador seria o Deputado Marcos Vicente, na sua ausência o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, com a palavra.

Deputado Mendes Thame, se V. Exª se me permite, o Dr. Sérgio está ausente, se V. Exª tiver palavra a dirigir a ele...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Então, vamos suspender a reunião por um minuto, enquanto aguardamos o seu retorno.

*(A reunião é suspensa às 22h20min e reaberta às 22h21min.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, se me permite, gostaria de fazer um esclarecimento a respeito da preocupação que esbocei ainda há pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – A reunião está suspensa, mas V. Exª pode falar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Conversei com o nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, sobre como aconteceu o sumiço do documento da sala da Comissão e foi parar na mão de um repórter da Rede Globo.

Ele apresenta a seguinte versão: esteve, sim, com o Deputado Osmar Serraglio e mais três funcionários da Casa; estava lá o texto escrito pelo Deputado Osmar Serraglio. Ele leu o texto, fez as correções necessárias e saiu da sala. Ficaram lá o Deputado Osmar Serraglio,

os três funcionários e o Deputado Eduardo Paes. Então, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, da mesma forma que nós, recebeu de forma constrangida...

Amanhã quero fazer dois encaminhamentos de requerimento. O primeiro, sinto-me na obrigação, Sr. Presidente, de apresentar o pedido de nulidade do relatório; e, o segundo, vou ter que entrar com pedido de auditoria, ou sindicância, como queiram, para saber qual dos dois Parlamentares entregaram o documento e do qual pedir a punição imediata.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Muito bem, Senador Sibá Machado.

Declaro reaberta a reunião, devolvo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, inicialmente pergunto aos três depoentes de hoje se os respectivos Fundos de Pensão têm negociado certificados de participação em reflorestamento?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – A

Petros, não.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– No caso da Funcef, não, agora. E não conheço de antes também.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Também não tenho conhecimento de que tenhamos qualquer negociação nesses títulos em nossa carteira.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Gostaria de solicitar que nos encaminhassem, do período das gestões dos senhores, qual o movimento de compra e de venda de certificados de participação de reflorestamento e qual o valor de compra e de venda. Informar que solicitamos também mediante Requerimento nº 457, nos termos da Constituição Federal, que esta Comissão delibere sobre o envio a Bovespa e à BM&F solicitação de informações sobre aquisições e certificados de participação de reflorestamento pelo Sr. José Batista, da empresa Garanhuns, e também pelos Fundos de Pensão.

Passo à pergunta. Os senhores afirmaram que chegaram a pagar ágio de 300% para comprar ações da Citi, a fim de poder ter o poder de comando. Ou seja, ações de uma empresa da qual os Fundos têm o poder de comando valem mais, podem até evitar uma gestão perigosa, uma gestão fraudulenta, podem evitar até que as ações que os Fundos anteriormente tinham pudessem vir a ser reduzidas a pó, no dizer do próprio Presidente da Previ. Eu queria saber qual é a percentagem que têm a Petros e a Previ na Telemar. Telemar é uma operadora de telefonia fixa que atua nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte. A informação que nós temos é que o BNDESPar possui 50% do capital da Telemar e que Fundos como a Previ e a Petros

têm uma participação, ao lado do Banco do Brasil. Eu gostaria de saber exatamente a participação do Banco do Brasil, da Previ e da Petros na Telemar.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nós já informamos. O Banco do Brasil participa, indiretamente, através de duas empresas coligadas – Brasil Veículos e, se não me engano, Ourocap –, com 5% cada uma. A Previ, Petros e Funcef participam através da Fiago, que tem 19,9%. A Previ – até esqueci de citar em momentos anteriores – tem uma participação indireta também nas empresas La Fonte Participações e La Fonte Telecom, também adquiridas em 1998. Essas empresas têm participação na Telemar e nós temos participação nessas empresas. Portanto, uma participação indireta.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – A participação dos Fundos em empresas a partir de que percentagem lhes dá o direito de indicar conselheiros ou integrantes, representantes nos conselhos de administração e nos conselhos fiscais?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Depende do estatuto de cada empresa, Deputado. Normalmente, a partir de 5% de participação das ações com direito a voto, a ON aqui no Brasil, passa-se, no estatuto das empresas, a ter direito, pelo menos junto com mais um, fazendo 10%, de chegar a indicar um conselheiro, mas isso depende de empresa para empresa, Deputado.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – No caso da Telemar, tanto a Previ como a Petros têm conselheiros que participam da direção daquela empresa.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Se o senhor me permite, não temos atualmente... A Petros também tem participação em Fiago, tem um percentual que significa 8% de Fiago, mas esse veículo de investimento, Deputado, está afastado do controle das empresas da Telemar. E, por isso, não indicamos conselheiro deliberativo em Telemar. O diretor de investimentos...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Mas no Conselho Fiscal, sim?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – O

Diretor de Investimentos da Petros, Sr. Ricardo Malavazi, é conselheiro fiscal da Telemar na condição de minoritário em função do número de ações que nós temos por negociação em bolsa de valores. Como os Fundos de Pensão compram muitas ações em bolsa, e nós temos bastante, ele é conselheiro fiscal representando minoritários.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP) – Já a Previ tem cinco conselheiros na Telemar: Sr. Carlos Roberto Lopes, Orto Gomes Bento,

Adelaide Bonolo, Luciano Galvão Coutinho, Luciano Coutinho, Ricardo Ferraz Torres, Antônio Luiz... Não, este já é da Telemig. Eu queria só usar, ver se os senhores confirmam, só para mostrar que, pelo menos na Telemar, o fundo que V. S<sup>a</sup> preside tem peso, tem poder de decisão.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não. Nós já informamos, Deputado: a Anatel suspendeu os nossos direitos societários na Telemar. Isso é uma decisão, um ato administrativo da Anatel editado no ano de 2000. Nós estamos com os nossos direitos societários na Telemar suspensos. Nós vamos à assembléia, indicamos os conselheiros. Eles não tomam posse, eles não participam das reuniões. Isso pode ser verificado, facilmente, por qualquer ata da reunião do Conselho de Administração da Telemar. Seria uma ofensa à Anatel se estivéssemos fazendo isso, pois desde 2000, a Anatel nos afastou da gestão da Telemar. Ou seja, se ela tivesse detectado isso, ela já teria nos punido de alguma maneira.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – A partir de 2002, os senhores não indicaram mais nenhum Conselheiro?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A partir de 2000.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – De 2000.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Quando foi editado o ato da Anatel.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Esses cinco nomes que tomei a liberdade de lhe apresentar foram indicados no dia 13/04/2005; 13/04/2005; 16/04/2005; 16/04/2005 e 16/04/2005.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eles são apresentados à Assembléia no sentido de preservar o direito. Se a Anatel vier a suspender esse ato, então, eles poderiam assumir. Mas eles não tomam posse no Conselho, não freqüentam nenhuma reunião do Conselho, não praticam nenhum ato de gestão na Telemar. Posso lhe confirmar que, se isso ocorresse, a Anatel, com certeza, nos puniria, em função do desrespeito ao ato que ela tomou no ano 2000.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – A *Game Corp* é uma empresa cujos proprietários são o filho do Presidente Lula, Fábio Luiz Lula da Silva; os filhos do Sr. Jacob Bittar, Kalil e Fernando; o Sr. Jacob Bittar, ficamos sabendo hoje que ele é Conselheiro da Petros. E essa empresa produz *softwares*, para *games* – joguinhos de computador. Ela foi fundada em dezembro, com a fusão de duas empresas anteriores: a G4 e a Espaço Digital. Ela pretende produzir esse *software* de *games* para telefones.

Um mês depois de formada essa empresa, a Telemar comprou 35% das ações da *Game Corp* pagando 2,5 milhões pelas ações; e outros 2,5 milhões pela exclusividade, sobretudo aquilo que possa vir a ser produzido pela *Game Corp*, até o final do ano. Serão *games* que poderão ser colocados nos celulares da Oi, empresa de telefonia móvel da Telemar.

As perguntas que faço são as seguintes: a decisão da Telemar de adquirir essa percentagem da **Game Corp**, uma empresa formada 30 dias antes, pagando R\$5 milhões, partiu dos Fundos ou por sua influência?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – De maneira alguma. Como já informamos aqui diversas vezes, não temos participação nos atos de gestão de administração da Telemar. E tomamos conhecimento dessa operação apenas e tão-somente pela imprensa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Ou seja, o Conselho de Administração da Telemar não tomou conhecimento da participação da Telemar na *Game Corp*?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – O Conselho de Administração, pelo que eu tomei conhecimento pela imprensa, parece que sim. Mas não participamos de nenhuma reunião do Conselho de Administração da Telemar, desde o ano 2000.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – O Conselho Fiscal da Telemar tomou conhecimento já dessa operação?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – O Conselheiro Fiscal que eu citei ao senhor, o Sr. Ricardo Malavazi, solicitou informações à Telemar. Um pouco mais cedo, eu informei que, caso já esteja a resposta lá na Petros, enviarei à CPML a resposta dada. Se não, assim que chegar, enviarei a CPML a resposta na condição de Conselheiro Fiscal de minoritário. Mas ele solicitou informações, sim, senhor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Os senhores conhecem Luiz Eduardo Abreu, Conselheiro da Telemar e ex-vice-Presidente do Banco do Brasil?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu conheço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Ele influiu nesse ou em algum outro negócio, como esse de comprar por cinco milhões, 35% de uma empresa recém-formada?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não tenho conhecimento, Sr. Deputado.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não tenho conhecimento.



**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Somente para encerrar, os senhores tinham conhecimento antes do fechamento desse fantástico negócio com a *Game Corps* de que a empresa pertencia ao filho do Senhor Presidente da República?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Nós não tivemos nenhum conhecimento desse negócio, como já dissemos aqui. Tomamos conhecimento desse negócio pela imprensa. Não tivemos nenhum conhecimento, porque não participamos da administração da Telemar.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Certo. O Sr. Richard Dubois, sócio da Trevisan, que intermediou a participação da Telemar, afirmou que antes do negócio ser assinado, a Telemar teve acesso aos nomes dos sócios da *Game Corp*. Eram essas as observações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Deputado? Presidente? Mas nós...

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Estamos encerrando.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, é um segundo para dizer. Os três Fundos de Pensão estão afastados da gestão da Telemar desde 2000. É só para registrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo aqui é a reinscrição. Há a reinscrição do Deputado Luiz Couto, depois a do Senador Heráclito Fortes e a de V. Ex<sup>a</sup> também.

Senador Sibá, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, resolvi ficar para o final por uma questão de um respeito muito grande à presença dos três presidentes dos principais Fundos de Pensão do Brasil.

O cansaço é grande. São muitas CPIs funcionando e a Casa, como um todo: reunião do Congresso; reunião do Senado. E tenho procurado prestar atenção naquilo que o meu Partido e a minha Bancada me confiaram até aqui.

Em primeiro lugar, digo para os três colegas o que eu ouvi de um deles e que gostaria só de confirmar: são mais ou menos 360 Fundos de Pensão no Brasil. É isso? Com o movimento calculado aí em R\$320 bilhões. É isso? Mais ou menos. Passa de R\$300 bilhões. Isso significa 20% do PIB brasileiro.

É notório que, numa situação como essa, os olhares de muitas pessoas na direção desses institutos sejam muito grandes: seja com ambição, seja com o olhar da fiscalização.

A presença dos senhores aqui, de modo espontâneo, de terem procurado esta Comissão, adiantando-se

a uma série de ilações que se estavam fazendo e de preocupações justas e até não justas, é muito importante para o nosso trabalho. Vieram aqui, em caráter reservado, no primeiro momento. Achamos importante abrir a reunião. Ela está acontecendo hoje, e com tranquilidade os senhores apresentaram as respostas, embora, em alguns momentos, alguns as deram de maneira bastante nervosa.

Eu queria reprisar o que o primeiro inquiridor fez aqui – que foi o Deputado Paulo Baltazar –, ou seja, deixar muito claro o papel desta Comissão, a CPMI da Compra de Votos, seja no período da emenda constitucional, que deu direito à reeleição no Brasil, seja no atual momento. A desconfiança daquele período era de que os Fundos de Pensão atuaram significativamente de maneira fraudulenta no financiamento de Deputados, de Parlamentares, em geral, para votarem favoravelmente aquela emenda da reeleição. E, agora, essa mesma desconfiança é depositada principalmente na presença dos Fundos, representados por V. S<sup>as</sup>, no sentido de que estaria dando lastro financeiro para o dinheiro movimentado por Marcos Valério e Delúbio Soares.

No meio disso tudo, surgem as preocupações normais da vida desses institutos, que é a terceira questão da grande ambição de colocar sempre no débito das contas dos Fundos interesses particulares e escusos.

Eu gostaria que esta Comissão não insistisse nessa linha, porque não daremos um fim a esta Comissão no prazo em que ela se estabelece. É preciso que, mesmo com o desejo dos Parlamentares de insistirem nessa linha, nós nos prendamos no foco da investigação do financiamento de pagamento a Parlamentares.

Diante disso, eu queria fazer esta pergunta: se, na prestação de contas, nos balanços dos Fundos, há uma evasão de recursos financeiros dos Fundos no período da votação da emenda constitucional que deu garantia à reeleição? Qual é o resultado, pelo menos a grosso modo, em percentuais, se há uma evasão de divisas nesse período?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – (Fora do microfone. Inaudível.) Só lidando com números que temos à disposição e os quais já apresentamos aqui.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – O senhor pode fazer uma aproximação.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não, só estamos lidando com os números que temos à disposição e já os apresentamos aqui.

A Petros teve recursos, perdeu investimentos. Em valores de hoje, são 14 investimentos provisionados – falei isso antes. Em valores atualizados, são R\$385

milhões na história recente dela, investimentos feitos entre 1993 e junho de 2001.

Esse é um dado que temos provisionado. só estou contando dos investimentos que perdemos. Não tenho como afirmar, Senador, que isso possa ter alguma ligação com a evasão de recursos para outros fins.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Nesse caso, sei que não precisa descer a essa profundidade, até porque seria uma atitude irresponsável de V. S<sup>a</sup>. A única coisa que nos interessa, que me interessa procurar mais informação é se houve, neste momento, um fluxo financeiro que depredasse o patrimônio do instituto. Se houve isso, então, me interessa ir atrás dessa informação com maior clareza.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Além disso, apresentamos antes também que a rentabilidade da Petros teve dois momentos que não bateram a meta atuarial. Em 1998, foi de 7% negativo, abaixo da meta atuarial, e, em 2001, foi de 1,5%. Mas, em 1998, eu me lembro bem, foi um ano em que houve várias crises de países: na Rússia inclusive, e a Bolsa de Valores do Brasil caiu bastante naquele ano. Estou recordando. E essa pode ter sido a razão...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Houve uma queda, mas houve também uma interferência da situação do mercado internacional.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Do mercado brasileiro como um todo.

As questões em que a Petros tem prejuízo estão registradas e estão entregues já na CPMI. São essas 14.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Nesse caso, por conta da economia de tempo, nos demais casos, se houver um caso de fluxo desses, é possível nos passar, por escrito, essa informação, **a posteriori**?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Senador, só esclarecendo: podemos passar os balanços de cada época, como já dissemos também; podemos passar o registros dos investimentos que não tiveram rentabilidade adequada e o momento da sua realização, ou seja, quando foi feito o investimento e, de lá para cá, quanto houve de rentabilidade ou de prejuízo em relação ...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Isso já será importante.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Da mesma maneira que as operações Selic estão sendo pedidas até 2002, se a CPMI achar que deve – a Selic é toda operação com títulos públicos federais – retroagir mais tempo, vai demorar mais para entregar, porque demanda pesquisa, é possível de se fazer pesquisa do mesmo jeito que os demais Deputados estão pedindo para fazer a análise técnica dos inves-

timentos em NTNs, em títulos públicos federais, nos outros momentos.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Senador, bem rapidamente, quero dizer o seguinte: no período de 1998 a 2002, houve três momentos, três anos que ficou abaixo da meta atuarial, e dois anos que ficou acima. Quer dizer, ficou três a dois. Nos últimos dois anos, ficamos acima 14 pontos. Agora, isso gera uma série de fatores: fatores de dentro da gestão e fatores externos, como já foi dito.

O que podemos ressaltar para o senhor e para todos os demais é o seguinte: de todas as operações que estão sendo apuradas, há muitas que têm prejuízos muito grandes. Estão todos medidos, pelo menos calculados em cima da meta atuarial. E há outras perdas em função da conjuntura do que aconteceu naquele período.

Então, nem eu nem nenhum gestor hoje tem condições de fazer uma ilação de que isso foi derivado de uma outra razão, de uma razão política. O que tem que ser apurado são as operações daquele momento. Posso passar os balanços...

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Isso para nós basta. É só para vermos exatamente onde está a contradição ou não dessas mudanças do fluxo financeiro.

Quero – sei que meu tempo vai encerrar antes de fazer a pergunta – parabenizá-lo pela sua decisão de ter vindo aqui. Foi uma decisão muito salutar, acho que tanto para a gestão dos Fundos quanto para o andamento deste trabalho. Isso eu não poderia deixar de fazer.

Mas eu queria que os senhores me respondessem agora as mesmas perguntas que fiz a respeito do período de 98; que pudéssemos fazer no período atual. Por que digo isso? Porque, nessas duas CPIs, tanto nesta quanto na dos Correios, vota-se o requerimento de quebra dos sigilos dos Fundos naquelas aplicações concernentes ao Banco Rural e ao BMG, que são os dois bancos do fluxo financeiro de Marcos Valério.

Então, neste momento, como os senhores poderiam explicar a participação dos Fundos nesses dois bancos e se também poderiam apresentar para esta Comissão dados que sejam significativos para que possamos elucidar qualquer dúvida que paire sobre esta questão.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Rapidamente, posso dizer o seguinte – eu já mostrei isto no início –, como dever de ofício, tenho que mostrar isto ao senhor novamente: a concentração do Banco BMG e Banco Rural foi feita em 98/99. A partir de 2001, não houve. A partir de 2002, 2001, não houve. E, agora, também não houve. No caso da Funcef,

isso não tem nenhuma procedência, e os dados mostram isso, tanto em carteira própria quanto em carteira terceirizada.

O ofício está aqui. Se precisarem mais do que isso, é só chamar um especialista, um técnico para avaliar lá dentro. Estão nos balanços registrados e foram entregues na SPC.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – A próxima, agora, é a Deputada Zulaiê Cobra. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Obriçada.

Sou Sub-Relatora, mas eu estava inscrita e passei o meu lugar para vários outros. Só tenho duas perguntas para o Presidente da Petros.

O antigo plano de Previdência da Petrobras, o chamado Plano Petros, foi fechado em 2002 por ser fonte de constantes desequilíbrios pagos pela Petrobras e, portanto, com um reflexo no Tesouro nacional. Quero dizer, menos dividendos para os acionistas. Na época, foi criado um novo plano do tipo contribuição definida que não gera os efeitos citados. O plano, este plano que foi criado no final de 2002, foi suspenso pela Justiça. Depois de dois anos e meio, o que a nova gestão fez? Existe um outro plano? Vai ser reaberto o plano antigo ou o Tesouro nacional vai pagar a conta bilionária novamente?

Essa é a primeira pergunta.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Deputada, exatamente o PPV foi fechado, depois suspenso pela Justiça e já tramita em segundo grau, porque a Justiça em primeiro grau decidiu pela não existência do PPV, argumentando que ele não poderia transferir recursos, em decisão de primeira instância da Justiça.

O que fizemos nesses dois anos e meio foi um trabalho de negociação com as duas partes dos patrocinadores participantes. Elaboramos um plano que, em linhas gerais, é muito parecido com o PPV. Na lógica geral, é o quê? Um plano misto.

Aquele plano PPV não era só contribuição definida. Na hora do recebimento, ele se transformava também em um recebimento vitalício, e essa lógica também se mantém agora com um plano misto que se oferece aos trabalhadores – que se pretende oferecer às trabalhadoras e aos trabalhadores – para que a pessoa pare de contribuir no plano original, nesse Plano Petros, ao qual a senhora se referiu, BD, e passe a ter também um outro plano, que, na estrutura geral, seja parecido com o anterior, mas que não receba migração de recursos, porque para nós ficou claro que a Justiça não vai aceitar.

Nesse processo, negociaram Petrobras e funcionários, e nós o intermediamos como técnicos. Está no âmbito do Conselho de Administração da patrocinadora a decisão final para que eles passem a negociar com os trabalhadores e oferecer esse novo plano, Deputada.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Muito bem!

Temos aqui: os resultados do mercado financeiro nunca foram tão bons quanto no Governo Lula. Isso é uma realidade. Juros básicos elevadíssimos, bolsa de valores, que subiu de 10 mil pontos para 27 mil pontos etc. Então, os resultados da sua gestão não deveriam ser muito melhores?

O senhor citou aqui, no começo da sua fala, que a rentabilidade da Petros, na sua gestão, foi um pouco superior a que era obtida anteriormente, até 2002, mas, com esses resultados financeiros todos, os outros Fundos de Pensão, o BNDES e o Banco do Brasil, fizeram ajustes atuariais usando esses lucros.

Então, a minha pergunta: por que só a Petros não conseguiu fazer os ajustes com os lucros, gerando enorme déficit a ser pago pelo Tesouro?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Tanto nessa pergunta quanto na outra, Deputada, a pedido do Relator, entreguei todo o processo da mudança das (*inaudível*) de mortalidade que também vão ajudar a explicar um pouco. Quando a senhora puder pegar a cópia, peça à assessoria técnica para analisar profundamente, porque lá tem algumas explicações. Mas, sobre a rentabilidade, nós tivemos uma rentabilidade, como eu disse antes, de 58,5% no período todo. Isso significou, em relação ao CDI, ao selic, à taxa básica do Governo, três pontos percentuais acima, porque ela deu 55,9. Isso também significou, quando a gente olha a carteira de renda variável, a nossa carteira na gestão, nos trinta meses que estivemos à frente da Petros, a nossa carteira de renda variável, a carteira que chamamos de giro, deu 139% e a carteira de Fundos de ações e mercados, 173%. O IBX, que é um indexador parecido com o Ibovespa, deu 150%. Estou falando tudo isso, mas está no relatório inicial da minha apresentação e que depois, com tempo, a senhora poderá ver. O IBX-100 deu 133%, que são referenciais de mercado de renda variável. O que fez com que a gente não tivesse ainda maior rentabilidade é que 45% dos investimentos da Petros são em NTNBS, que a Petrobras pagou uma dívida com o Plano Petros, não com a Petros, de R\$5,5 bilhões, ao final de 2000 ou 2001 – não vou-me lembrar direito agora – ou é 2000 ou 2001, mas o dado formal está escrito, e que ela rende sempre IPC-A mais 6% ao ano. Então como isso significa R\$11 bilhões dos recursos da

Petros, esse sempre vai dar IPC-A mais 6% ao ano. Como nós tivemos taxas de juros muito acima do que a soma de IPC-A mais 6% nesses dois anos – a taxa Selic foi 56%; o IPCA mais 6% foi 41,7 –, ela acaba puxando para baixo a rentabilidade.

Sei que é complicado, porque eu falo muito, mas a senhora percebeu porque tem um pedaço que ela é indexada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Mas eu já entendi, eu já entendi que a Petros hoje não está com o lucro que devia ter diante de outros que têm um lucro diante dessa expansão aí do mercado financeiro.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Por que tem o papel que é...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Agora me diga uma coisa: o senhor falou investimento BMG e Rural. A Petros investiu nesses dois bancos?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sim. Eu expliquei anteriormente para os senhores e senhoras que a Petros teve CDBs no BMG e no Rural, nesses dois anos e meio, de valores da ordem de, no máximo, no BMG, R\$37,8 milhões, e, no máximo, no Banco Rural, de R\$9,8 milhões, e o valor médio de aplicação em CDB nos dois bancos foi de R\$14,5 milhões no BMG e de...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Mas por quê? A minha preocupação é essa. São dois bancos fracos, dois bancos, no mercado, que não têm muita projeção. Eu queria saber porque foram investir nesses bancos.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – São dois bancos médios. Eles eram considerados dois bancos médios. E, dentro da política de alocação de recursos e diversificação, nós damos, através de uma decisão técnica do Comitê de Renda Fixa da Petros, do qual eu não participo e talvez o Diretor de Investimentos participe, mas é um voto só, uma série de bancos que as instituições financeiras que cuidam de renda fixa de Petros podem aplicar em CDB. Então, a média da nossa gestão foi, em dois anos e meio, de R\$184 milhões em CDBs de mais de vinte bancos. Entre eles, tiveram esses dois, que tiveram aquela média que eu falei anteriormente: BMG, com R\$14,5 milhões e Rural, com R\$2,6 milhões.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – É uma média baixa?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Acredito que uma média dentro do tamanho deles, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Vamos lá. Esqueçamos.

Quem é Haroldo Pororoca?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não conheço, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Não conhece?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Não conhece?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não, senhora.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Ninguém conhece, dos três? Mandaram que eu fizesse essa pergunta.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Não conheço, Deputada.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Eu conheço a pororoca, Deputada. Se lhe ajudar...

**O SR. (Orador não identificado)** – Pessoalmente, não conheço. Conheço pela imprensa. Tornou-se um nome que figurou aí em alguma matérias na imprensa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – A Senadora falou alguma brincadeira que não ouvi, Senadora?

Estou falando sério, Senadora. V. Exª, por favor, me respeite.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – Deputada...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Estou perguntando aos três Presidentes, não à senhora, é claro, se conhece esse nome Haroldo Pororoca. O nome é meio feio, mas como há coisas muito mais feias acontecendo neste País... E os nomes nem são tão feios. Portanto, estamos num momento difícil do País.

**O SR. (Orador não identificado)** – Tem comentários na imprensa de ter uma pessoa com esse nome, que teria... Mas eu não conheço.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Nenhum dos três conhece?

**O SR. (Orador não identificado)** – Não conheço. Nunca...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP)** – Olha que a Senadora Ana Júlia mora lá perto da pororoca, que é um dos fenômenos mais lindos da natureza. Não é feio, não.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA)** – É um dos fenômenos mais lindos que existe na natureza na Amazônia, nobres Deputados. Não tem nada de feio.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Eu sei, mas do modo que ficou todo mundo rindo, achei que estava causando espécie. Pelo contrário, o pessoal

estava achando muito bonito. Então, desculpa. Vocês estão achando maravilhoso...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Quero avisar aqui aos meus Pares que temos reinscrição. A reinscrição é de três minutos. O próximo reinscrito é o Deputado Luiz Couto.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente,

há uma entrevista que foi publicada, na revista **Veja**, em que consta uma fala do Mendonça de Barros em que ele cita a ação do Sr. Ricardo Sérgio, que também é confirmado depois pelo Steinbrück; há também um outro depoimento do Paulo Renato, falando também dessa ação do Ricardo Sérgio, em que ele pedia dinheiro alegando estar agindo em nome dos tucanos.

Diante disso, eu gostaria de insistir em saber da influência de Ricardo Sérgio junto aos Fundos de Pensão e no esquema de arrecadação de dinheiro para campanhas políticas. Naquela época em que isso ocorreu, os controles internos das fundações e o arcabouço legal do setor eram suficientes para impedir que se manipulassem operações com o objetivo de conseguir recursos extras para as campanhas eleitorais?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Depu-

tado, acho que, seguramente, houve avanços. Se eram suficientes para impedir, é difícil ter uma resposta objetiva sobre isso. Acho que houve avanços institucionais, a legislação definiu a participação mais firme dos associados, o Conselho Fiscal, os controles internos. Acho que a legislação hoje é melhor. É difícil responder objetivamente, dizer se aqueles controles na época eram suficientes ou não para permitir mais ou menos operações desse tipo. Desculpe-me, mas é difícil dar uma resposta objetiva a isso.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Cer-

to. A Petros aprimorou muito os controles a partir de 2000 – isso é claramente visível, Deputado –, principalmente depois das Leis Complementares nºs 108 e 109, uma legislação muito moderna que V. Ex<sup>as</sup> aprovaram aqui.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Eu queria agora

pegar a questão do Sr. Daniel Dantas. O Daniel Dantas, nos anos 90, tinha fama de ser um economista brilhante. Depois, em 1994, ele criou um banco, constituiu um banco; em seguida, ele esteve envolvido indiretamente no grampo do BNDES, em 1998; depois, virou um sócio conflituoso e complicado; em seguida, virou caso de Justiça; posteriormente, caso de polícia; após isso, foi destituído pelo investidor estrangeiro e depois aparece no escândalo do chamado “mensalão”. Por fim, ele volta ao começo, com alguns Parlamentares do PFL, saindo em defesa do banco que ele criou, contra os Fundos de Pensão.

Pergunto: quais os problemas gerados com...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Conclua, por favor, Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Vou perguntar:

quais os problemas gerados na gestão do Sr. Daniel Dantas para os Fundos que vocês representam e quais os prejuízos também que foram... a partir da gestão do Sr. Daniel Dantas.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Responda rapidamente, por favor.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Sr. Deputado, a respeito dessa questão, já fiz algumas manifestações, mas acho importante ressaltar o seguinte: desde 2003, à frente da Funcef – e penso que os demais aqui também –, estamos fazendo de tudo para acertar alguns investimentos que se iniciaram com problemas. Então, fazemos de tudo para não misturar as coisas em termos de negócios com as pessoas, está certo? Há as personalidades das pessoas, aspectos pessoais, as quais acompanhamos pela imprensa, que nem as conhecemos... Isso é um elemento à parte que não levamos em conta, predominantemente para tomar nossas decisões.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Agora, isso que o senhor colocou é fato, está certo? Há um histórico em torno do currículo das pessoas. Mas as nossas decisões, no que tange ao relacionamento com o citado gestor, um dos principais citados gestor, pautou-se fundamentalmente por uma análise de negócios – está certo? –, não misturando com a questão pessoal, está certo? Acho que isso aí não podemos fazer nem por simpatia nem por antipatia. Essa é a nossa visão. Agora, isso são fatos que, posteriormente, em outras instâncias, vão ser examinados e julgados, ou seja, vai ser dito alguma coisa a respeito do currículo das pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– O próximo orador...

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Eu

gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– É com relação à questão?

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Sim, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Em 30 segundos, por favor.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Em 1997, além...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – ...dos problemas que a Petros tem em telefonia, muito

debatidos hoje aqui, com o Banco Opportunity, Deputado, em 1997, a Petros celebrou contrato com o Opportunity Ménager, maior administrador de recursos do Opportunity, para que ele fizesse a gestão de renda variável da Petros, coisa que a Petros fazia na época. Em 1997 e 1998, a Petros gastou 34 milhões com isso, em valores de hoje são R\$100 milhões, e, depois de uma auditoria da Petrobras, suspendeu esse negócio. E também por conta desse negócio e da auditoria da Petrobras, os mesmos gestores que foram responsáveis pelas letras de Santa Catarina foram punidos também pela Secretaria de Previdência Complementar agora em 2003. E isso foi fartamente visto por análise técnica da própria Petrobras e da SPC.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

Assustadoramente, do ponto de vista da nossa gestão, um contrato que foi rescindido em fevereiro de 1998, somente em abril de 2003, o Banco Opportunity, percebeu ou achou que tinha sido injustiçado e entrou com ação na Justiça, na qual estamos no defendendo atualmente... em abril de 2003, dois anos após estarmos à frente da gestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)  
– Senador Heráclito Fortes, V. Exª tem a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Dr. Guilherme disse que o afastamento ou a tentativa de afastamento dos negócios com o Grupo Opportunity era por causa do temperamento, por causa dos negócios difíceis.

No entanto, foi procurar um parceiro, no caso o Citigroup, que é acusado de lavagem de dinheiro no México, com o Sr. Raúl Salinas; da compra da Companhia Associated and British Capital CO., no ano de 2000; do envolvimento no caso Parmalat, no ano de 2004; da multa que recebeu do FED, no ano 2004, 70 milhões; do acordo que fez com a World CO. para pagar 2,600 milhões a investidores. O Citi é processado por fraude na compra de papéis da Amro; o Citi foi obrigado a fechar os escritórios e encerrar as operações Private Banking por violações de leis e regulamentos no Japão, em 2004; o Citi tem as contas do Sr. Augusto Pinochet, denunciado mundialmente; o Citi recebeu uma multa de US\$250 mil aplicados ao fundo por falta de explicação para os investidores de fundo mútuo; o caso Trim da troca de recomendações, que é de analista por vaga na escola, em dezembro de 2004; e o FED, para completar, em março de 2005, pediu que o Citibank evitasse fusões enquanto estivesse envolvido em processos pelo mundo afora.

Então, os senhores não podem fazer a alegação de que essa troca foi feita para se livrar de problemas. Aliás, o PT, enquanto era Oposição, o prato predileto do Partido dos Trabalhadores era atacar esse banco,

chamando-o, inclusive, de um dos dragões contra a economia brasileira.

Outro ponto: a Cláusula nº 502, de 98, garante a compra das ações. Por que os senhores não exerceram esse direito? Existe, inclusive, um recurso na Segunda Vara do Rio de Janeiro que recuperou o direito dos Fundos previstos nesse acordo operacional. Se o objetivo era a venda das ações pelo preço de mercado em conjunto com o Citigroup, por que aceitar o PUT de 2000?

Sr. Sérgio Rosa, o senhor disse que tem em mão uma carta em que o **Opportunity** faz uma proposta semelhante à do Citigroup pelas ações. Está em mão de V. Sª? Eu só gostaria que a remetesse, e aí vem a curiosidade: como essa correspondência chegou às suas mãos, se é um documento privado entre duas instituições? V. Sª poderá responder isso logo em seguida.

Eu gostaria que encaminhasse a esta Comissão os investimentos feitos – isso vale para os três, é uma solicitação para os três – pela corretora do Banco do Espírito Santo desde o início das operações até agora.

Eu queria também, se possível, que V. Sª remetesse o currículo dos gestores da Angra Partners e também os contratos que os senhores têm com advogados, afora o corpo de advogados que possuem. Todos os três Fundos têm um corpo de advogados razoável e competente. No entanto, gastam, todo ano, fortunas com advogados. Como também o nome dos advogados e os custos para o Angra Partners desse corpo de advogados contratado recentemente pelo Angra Partners.

Então, eu gostaria que o Sr. Presidente e a Srª Relatora encaminhassem essas informações para esta Comissão.

Infelizmente, Sr. Presidente, ficamos numa situação difícil. O tempo, realmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)  
– Nós já prorrogamos o tempo.

Vamos conceder a palavra...

Senador Heráclito Fortes, vamos encerrar agora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu agradeço a V. Exª. Eu terminaria as perguntas para ele....

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)  
– O tempo de V. Exª já encerrou.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Então, ficarei satisfeito em ouvir as respostas.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**  
– Senador, poder de síntese, em um minuto, é difícil, mas vamos lá!

Senador, não escolhemos esses parceiros. Esses parceiros foram definidos em 98. Na vida, assim

como nos negócios, a gente aprende até com os erros também, está certo? Esse processo de privatização, a forma que se deu, foi um processo muito defeituoso. Muito defeituoso. Inclusive, foi o fator que espantou do Brasil a indústria Private Action caiu em 2000, 2001, de 99 em diante, justamente por causa disso, por causa desses problemas. Então, estamos fazendo de tudo agora com um parceiro que o senhor citou para tentar encontrar uma solução.

Eu só queria corrigir, se o senhor me deixar concluir – sei que o senhor está ansioso para colocar mais alguns pontos –, talvez não fui...

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Não há ansiedade nenhuma da minha parte. V. Sª fique absolutamente tranqüilo.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – É porque V. Exª está querendo falar, e eu posso até parar para ouvi-lo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Não, não estou querendo falar. O senhor está...

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Ah, me desculpe, então!

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Responda, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – O nervosismo não é meu, hein?!

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Não, não estou nervoso, não. Talvez V. Exª tenha interpretado mal, quando falei antes com o nobre Deputado Luiz Couto. É o contrário do que V. Exª falou, é o contrário. As nossas decisões não se pautam por questões subjetivas, elas se pautam por questões objetivas. Olhando a história do problema... E, quando assumimos, se V. Exª estivesse no nosso lugar – está certo? –, V. Exª teria que tomar posições também, senão V. Exª seria questionado, porque já havia ações na Justiça. Então, nós estamos buscando o melhor caminho para defender... O senhor, inclusive, já ressaltou aqui hoje, pela imprensa, que eu já vi, preocupação com os participantes. Nós temos essa preocupação com os participantes. Nós entendemos, não só nós, não apenas uma pessoa, mas uma diretoria, um conselho deliberativo, um conselho fiscal está entendendo que essa solução é a que tínhamos, não a melhor, mas a que tínhamos para resolver, está certo?

Então, era isso que eu queria colocar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Procurar um banco com essa quantidade de denúncias no mundo inteiro? Esse foi o caminho que os senhores encontraram para ter tranqüilidade?

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Senador, eu peço que V. Exª...

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Eu quero só passar à Mesa o documento que tenho em mãos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Por favor, peço à assessoria para pegar.

Peço que os nobres, outros presentes aqui dos Fundos, se já se sentiram contemplados na primeira fala, que não precisam repetir, por favor.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Senador, a outra parte, também não escolhida por mim, a que o senhor se refere, ela responde a processos diversos do mundo inteiro e também no Brasil, e não me cabe aqui ficar relatando, porque não é problema meu.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Mas como V. Sª está fazendo acusação, deveria mostrar quais são os processos, até para que a Casa tome... Não temos aqui que esconder nada.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Senador, deixe-o responder.

Por favor, Dr. Wagner.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – É público. Certamente, o senhor sabe quem responde por formação de quadrilha, inclusive.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Mas onde? Por quê? Esclareça tudo.

**O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)** – Não, Senador, não, não dá.

Responda, por favor, Dr. Wagner.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Senador, o senhor não sabe sobre isso, eu não sei por quê, porque o senhor está bem informado sobre todos os acordos que temos com o Opportunity. Mas sobre esse possível direito de compra que teríamos, eu só vou contar para o senhor um episódio que aconteceu, porque o senhor não tem tempo para acompanhar tudo isso. É um imbróglio muito grande. A T&W, uma operadora de telefonia de fora do País, canadense, saiu do País porque ficou descontente com a forma como se criou uma empresa chamada Newtel, passou a ser minoritária em Telemig e TeleAmazônia. Ela, que era a operadora responsável por essas duas, estava dentro do desenho da privatização formatado em 97 e 98, depois de ter entrado com US\$380 milhões, vendeu a parte dela ao nosso parceiro Banco Opportunity por US\$65 milhões. Perdendo 83% do investimento, Senador, não iríamos fazer. Desde 2000, não é da minha gestão, a Petros tem ações na Justiça contra o Banco Opportunity por descumprimento do seu dever fiduciário como gestor dos recursos Brasil Telecom, Telemig e TeleAmazônia. Eu dei continuidade a esses processos, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu queria apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador, V. Exª pode falar depois.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Espere aí, eu queria o direito de réplica.

Ele está falando de um caso que é meia-verdade. A T&W canadense entrou em crise, em descrédito no mundo inteiro. Ela desfez negócio não foi só no Brasil. Vamos ser verdadeiros.

Agora, com relação à questão da formação de quadrilha, V. Sª está na obrigação de esclarecer. Se é a história da Kroll, não vale, porque não é verdadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Sr. Sérgio Rosa sabe: a Kroll...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – ...por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... não gravou telefone, a Kroll sabe é quem tem conta no exterior. E essa questão não se quer enfrentar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu desafio que se concordem que a Kroll faça ou venha aqui depor...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... e fazer os esclarecimentos das contas abertas no exterior...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Todos eles...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... e de pessoas envolvidas...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Os outros terão oportunidade de vir aqui.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Dr. Sérgio sabe muito bem do que estou falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Dr. Sérgio, por favor, um minuto para concluir.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Realmente, eu não tenho o menor conhecimento. Quem contratou a Kroll, segundo investigação da Polícia Federal, não minha, foi a Drª Carla Cicco, o Sr. Daniel Dantas. Esse inquérito foi apresentado à Polícia Federal...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Por ordem do Citibank.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu não sei...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – ... eu não tenho conhecimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O senhores têm a mania de dizer meias-verdades.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Se o senhor tem conhecimento, Senador, o senhor podia prestar depoimento à Polícia Federal, que está investigando o caso. Eu não tenho o conhecimento que o senhor tem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Sª não tem autoridade para me mandar prestar depoimento, não, senhor...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Desculpe-me. De maneira alguma.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Respeite-me. Eu sou Senador da República, não é V. Sª que vai dizer onde vou prestar depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não perca o equilíbrio, seja sóbrio.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não estou perdendo o equilíbrio, estou sendo sóbrio, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Abra as suas contas no exterior.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Eu não tenho conta nenhuma no exterior, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não tem, não?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Absolutamente nenhuma.

**O SR. (Orador não identificado)** – Assim não dá, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes, por favor...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O senhor está levantando uma suspeita, Senador, que eu gostaria de saber se o senhor tem algum indício para falar disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes, vou pedir...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Processe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O senhor tem imunidade parlamentar, Senador.



**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Processe-me!

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes...

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O senhor tem imunidade parlamentar, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – (*Fora do microfone.*) Abro mão dela. Processe-me!

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes...

**O SR. (Orador não identificado)** – Isso não pode acontecer desse jeito, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Não tem jeito!

**O SR. (Orador não identificado)** – Isso é um desrespeito, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Heráclito Fortes, por favor. Nós temos agora...

Não dá para fazer bate-boca. Senador Heráclito Fortes, por favor, ouça neste momento o que o Dr. Sérgio vai responder. Ele tem um minuto para responder. Em um minuto responderá, e vou dar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex<sup>a</sup> também, Deputado José Carlos Araújo, está inscrito.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Estou aqui para defender os interesses da Previ, e defendo posições que foram tomadas por dez diferentes Fundos de Pensão, mais o BNDES. Esses são os interesses que eu defendo, Senador. A carta do Citibank foi-nos apresentada pelo próprio Citibank, que entendeu que já tinha condições legais de apresentar isso a público e que ajudaria a esclarecer os fatos em relação aos preços fixados pela PUT. E os acordos que fizemos com o Citibank foram acordos que nos trouxeram vantagens econômicas importantes, independente do currículo que o Citibank possa ter apresentado. Existe legislação americana para investigar o Citibank. Não foi minha preocupação levantar isso. Como o Guilherme já colocou, não é em função dos currículos que a gente deixou de fazer negócio com qualquer parte. Foi em função dos nossos interesses. Os acordos com o Citibank nesse momento nos resgataram direitos econômicos importantes para preservar o patrimônio dos trabalhadores. E são só esses os interesses que eu defendo, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Eu queria fazer uma observação aqui sobre o Senador Heráclito Fortes, que aqui, há pouco, não estava tão calmo

como normalmente costuma ser, e até com muito bom humor trata seus colegas no Parlamento.

Quero aqui cumprimentar os Srs. Wagner Pinheiro de Oliveira, Sérgio Ricardo Silva Rosa e Guilherme Narciso de Lacerda, porque a disposição que tiveram de vir aqui, semana passada e hoje, da maneira mais aberta, expondo sobre como são administrados os Fundos de Pensão, é algo louvável, que eu não tinha ainda conhecido. Desde quando fui colega, de 1983 a 1987, como Deputado Federal, do então Deputado Heráclito Fortes, e desde 1990, como Senador, eu não tinha visto os três responsáveis pelos principais Fundos de Pensão debaterem aqui.

Se o Senador Heráclito Fortes tem diferenças com algumas ações que obviamente precisam ser analisadas, corrigidas, do Citigroup ou do Citicorp, cabe assinalar que se trata de uma instituição financeira que tem uma trajetória nos Estados Unidos e em outros lugares, que também é considerada uma das instituições mais fortes.

Eu até estava vendo aqui, para ilustrar o ponto que havia feito há pouco sobre a arguição do Deputado que falou há pouco, Moroni Torgan, quando ele estranhou que pudessem os Fundos de Pensão ter investimentos em duas empresas do mesmo setor. Vou citar aqui um dos mais bem sucedidos Fundos que conheço, internacional, que é o Alaska Permanent Fund, e tenho aqui a lista das cinquenta maiores ações no portfólio do Alaska Permanent Fund. Citando só as cinquenta maiores, por exemplo, no setor financeiro, estão aqui: em primeiro lugar, Citigroup, com 219 milhões; Wells Fargo; Bank of America Corporation; JPMorgan; e Morgan Stanley. E, se for para incluir empresas de telefonia, há pelos menos duas; empresas de informática há pelo menos seis, e assim por diante. Só para ilustrar com um exemplo.

Para finalizar, cito o Alaska Permanent Fund, porque eu gostaria de instar os diretores, presidentes desses Fundos, sobre a importância de caminharmos para ter a concepção de um fundo que não seja apenas, digamos, beneficiário de 300 mil pessoas, mas que seja um fundo beneficiário de 183,5 milhões de brasileiros, ou quando forem 200 milhões, e assim por diante. Eu avalio que a experiência de administração de Fundos, como a Previ, a Funcef, a Petros e outros, pode ser muito importante para um dia termos um fundo que vá garantir o direito de todos os brasileiros partilharem da riqueza da Nação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Não há consideração.

Próximo inscrito, Deputado Mendes Thame. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – É uma rápida inscrição, primeiro para reiterar a solicitação de que os três Fundos nos enviem a compra e a venda dos certificados de participação em reflorestamento, o valor pelo qual foram comprados e o valor pelo qual foram vendidos.

A pergunta é se porventura o Sr. Luís Eduardo Abreu e/ou o Sr. Edson Machado, diretamente ou por intermédio de algum conselheiro, solicitaram contribuições de campanha a algum dos três Fundos.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não. Não tenho nenhum conhecimento, nenhum fato nesse sentido.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, senhor. Eu não tive conhecimento desses fatos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Nem conheço.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo inscrito é o Deputado José Carlos Araújo.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu sou a última, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Depois é V. Exª.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – Sr. Presidente, vou direto ao assunto. O Banco do Brasil e a Previ detêm, juntos, 40,2% do capital da Telemar, que é a maior empresa de telefonia do País e opera em 16 Estados. Apesar disso, a Previ e o Banco do Brasil decidiram deixar o bloco de controle da Telemar para passarem a integrar o bloco de controle da BrasilTelecom, empresa que atua em apenas 8 Estados e é bem menor do que a Telemar.

Quais os fundamentos técnicos para essa decisão?

Houve algum tipo de pressão política para que essa decisão aparentemente estranha fosse adotada?

Vou fazer mais algumas perguntas, e aí o senhor responde de uma vez.

Entendo que o acordo firmado com o Citibank traz prejuízos aos cofres públicos. Por que os Fundos recorreram da decisão liminar do TCU que suspendeu a obrigação do pagamento de R\$1 bilhão, previsto no acordo PUT? Por que recorrer de uma decisão que favorece os Fundos? Quem deveria ter recorrido era o Citibank, principal interessado nisso. Essa é uma lógica que agride a nossa inteligência, porque os papéis estão invertidos. Em vez de defender os interesses dos associados, os Fundos estão defendendo o interesse do banco estrangeiro. O Citibank é o maior banco do mundo, fez um excelente negócio e vai embora com o

dinheiro dos aposentados, contribuintes dos Fundos, que, na realidade, estão sendo enganados.

Outra pergunta: os Fundos informaram que também possuem investimentos na Telemar. Eu pergunto ao presidente da Funcef: existe posseção dos direitos de acionistas? Existe liquidez nas ações? Existe direito de *tag along*? Existe acordo de acionista do qual os Fundos fazem parte? Os Fundos estão reivindicando essas garantias da Telemar, como fazem com a Telecom? O senhor poderia me informar qual o montante investido na BrasilTelecom e na Telemar, incluindo as participações indiretas?

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – O percentual que o senhor indicou aqui de participação na Telemar, somando o Previ BB, não corresponde às participações. O Banco do Brasil, através das Brasis, tem 10%, e a Previ tem 52% da Fiago, que tem 19,9% e mais 19% de La Fonte Participações e de La Fonte Telecom. Então, não chega a 40% do capital.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Com certeza, de maneira alguma. Nem próximo disso. A Previ Participação, através da Fiago, tem metade de 19%. Então, tem 10%, se fosse colocar diretamente; o Banco do Brasil tem 10%, a participação que temos lá daria, no máximo, 2%, se convertido em capital direto da Telemar Participações. Então, dariam, junto, 22% no total.

De qualquer maneira, só a Previ teve de decidir, em 2004, se permanecia com os seus direitos de participação no Conselho da Newtel, uma daquelas empresas da cadeia societária da Telemig, ou com seus conselheiros na La Fonte Participações. E sabendo nós que, em 2004, existia um processo em negociação da Telemig, preferimos, obviamente, para proteger o nosso direito de veto, de participação e de acompanhamento, manter os nossos conselheiros na Newtel. Essa não foi uma decisão de venda de uma empresa ou de outra, mas apenas e tão-somente de preservar os nossos direitos societários de uma das empresas, sendo que na Telemar já temos assegurados os direitos de *tag along*, o direito de preferência e o direito de venda conjunta pelo acordo de acionistas de Telemar.

Por último: por que recorremos do acordo do Citibank com o TCU? Porque, evidentemente, quando assinamos o contrato, assinamos nas plenas faculdades, convictos de que são os melhores acordos para nós. Como eu digo, aqui está sendo discutido só o acordo de PUT. Ninguém discute o acordo que nos deu o direito de *tag along*, o direito de gestão conjunta e de desinvestimento. É nossa obrigação proteger esses acordos que protegeram um patrimônio investido

de R\$3 bilhões. Esta é a razão que nos faz defender esses acordos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – A decisão é favorável ao Fundo.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – A decisão favorável, não, a decisão que anula o acordo que o fundo assinou é favorável ao fundo? Não é assim que eu entendo, Deputado. Acho que quando assinamos acordos...

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PL – BA) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Não, Senador, entendo que o conjunto dos acordos que firmamos com o Citibank foram extremamente vantajosos aos Fundos de pensões. São esses os acordos que defendemos, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Dr. Guilherme, uma pergunta. V. Exª tem trinta segundos, por favor.

**O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO** (PFL – BA) – Data vênia, eu tenho impressão de que a explicação não corresponde à verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Dr. Guilherme, rapidamente. Deputado José Carlos.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Sr. Deputado, a respeito desse assunto...

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Pode começar a responder.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA** – Posso colocar? O senhor fez uma questão, nobre Deputado, e eu vou respondê-la. É muito na linha do que o Presidente da Previ respondeu. Se o senhor não concordar, o que a gente pode fazer é expor e o senhor pode chamar um técnico da confiança do senhor e nós podemos trazer um técnico para explicar junto com o senhor, certo? Porque essa explicação é rigorosamente verdadeira. No caso da Fiago, nobre Deputado, nós da Funcef só temos 11% da Fiago, e 11% de 19,9% dá alguma coisa próximo de 2. Nunca teremos condições de sair da Telemar e Fiago se não fizermos um acordo aqui com a Previ para termos uma forma de saída. Entendeu? Então, o que estamos buscando para esses Fundos nossos na linha, não é discurso, não é discurso, mas é um esforço que estamos fazendo para ter formas de sair desses Fundos, porque esses Fundos foram feitos para entrar, ter um tempo de maturação e depois sair.

Fundo de (*inaudível*), foram criadas. Essas empresas de veículos, SPEs, foram feitas exatamente para viabilizar esses investimentos. Não podemos ficar lá eternamente, temos que encontrar uma forma de saída. Então, esse acordo com o Citibank foi para nós encontrarmos uma saída para esse investimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Último orador inscrito agora.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, essas dúvidas que ficaram conosco só há uma forma de tirarmos. Vou na linha do Senador Heráclito: os três Presidentes dos Fundos estão aqui e poderiam se comprometer, já que estão convocados aqui o Sr. Daniel Dantas e o Presidente do Citibank, estariam presentes os dois, mais os três, ou seja, cinco pessoas. Aí, sim, poderíamos tirar todas as dúvidas. Faríamos um requerimento conjunto. Basta que os presidentes, desde já, se comprometam a vir aqui nesse dia para, juntos, tirarmos todas as dúvidas da Nação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG) – Deputado José Carlos Araújo, isso vai ser analisado no tempo oportuno.

A última oradora inscrita, Senadora Ana Júlia, tem três minutos.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Primeiro, quero parabenizar os Presidentes, porque se ofereceram para vir aqui, estão aqui para esclarecer. Eu quero falar aqui não apenas como Senadora, mas quero falar aqui como uma associada, como beneficiária que sou, como a minha família o é, da Previ.

É difícil, sei que não é simples isso, mas, para mim, está muito claro, absolutamente claro que as condições em que os Fundos foram obrigados a participar e as condições em que eles foram colocados, sem direito à liquidez, por exemplo, para participar do mercado, para vender as suas ações no momento em que eles quisessem, não tinham esse direito. Ou eles faziam o que fizeram, ou eu, como outros milhares de associados, poderia processar, porque, na verdade, a roubada, no sentido de “o furo”, foi a forma como os Fundos participaram e da forma como o Opportunity agiu.

Posso citar aqui várias ações, como, por exemplo... Aí, pode-se tentar achar, porque Telemig, Amazônia são hoje controladas não pelos Fundos de Pensão, que sequer indicam conselho. Já esclareceram aqui isso. Estão proibidos inclusive de terem conselheiros. Não é nem dessa gestão, a Anatel fez isso desde 2000.

Por exemplo, quem pode estar investindo, dando dinheiro, que é dono da Telemar, da Telemig Celular, da Amazônia Celular... Por exemplo, a CVM manifestou, de maneira contundente, a favor dos Fundos, quando ajuizaram ação de ressarcimento contra o Opportunity por cobrança indevida de taxas: R\$10 milhões – vamos ver se não está nos bancos esse dinheiro que foi para Marcos Valério. Cobrança indevida de taxa de administração: R\$8 milhões. A CVM que determinou o estorno

desses valores. Há várias situações de irregularidades que aqui perguntaram.

Quero dizer que não tenho nada que defender, não tenho nenhuma vontade de defender banqueiro, seja qual for, Citigroup, Citibank ou Opportunity. Mas quero – e isto sim interessa – defender os interesses dos associados dos Fundos de Pensão; dos associados não só dos que já são aposentados, mas daqueles que vão se aposentar, como eu e milhares.

Então, acho que os Fundos agiram corretamente, ao contrário do que alguns tentam fazer a sociedade entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Encerre, por favor, Senadora.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Por último: mostrar, coincidentemente, essa matéria da **ISTOÉ**. Há seis páginas, nessa mesma revista, de acusação aos Fundos, seis páginas de propaganda da Amazônia Celular e da Telemig.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Senadora, vou passar a palavra agora, por favor, um minuto para cada um de V. S<sup>as</sup>, para encerrar e para que façam as suas considerações finais. Se quiserem se reportar à fala da Senadora, tudo bem; senão, é a sua última manifestação.

**O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** – Bem, quero agradecer demais a oportunidade que a CPMI de Compra de Votos nos deu de vir aqui esclarecer, falar um pouco da nossa gestão, falar um pouco de alguns investimentos feitos de 97 para cá.

Foi bom termos a oportunidade de debater com as senhoras e com os senhores a respeito de assuntos tão relevantes.

Mas quero registrar – todos os assuntos dos Fundos de Pensão são muito relevantes – que viemos em função de ilações infundadas contra a nossa gestão, em função, inclusive, de várias notícias de pretensos acordos para que a gente não viesse. A gente quis se oferecer para vir e esclarecer a nossa gestão aqui aos senhores e às senhoras, para mostrar que a nossa gestão é absolutamente séria e que não tem nada a ver com qualquer tipo de acordo, acordinho, acórdão ou qualquer tipo de acerto ou favorecimento que não seja o de garantir o benefício dos participantes dos nossos Fundos de Pensão, da Petros em especial. E, portanto, garantir o recurso público e também o recurso dos trabalhadores.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

**O SR. SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA** – Realmente, pretendemos vir aqui no sentido de colaborar, de esclarecer, apesar de algumas dificuldades por questão de tempo, e, às vezes, até pela complexidade dos assuntos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter feito isso aqui. Temos disposição para continuar esclarecendo aquilo que for necessário, sempre procurando dar todos os detalhes disso. E gostaria também de recomendar que fosse visto o filme “Aviador”, antes das próximas reuniões, porque há alguns eventos ali que talvez possam esclarecer alguns dos processos que estamos vivendo e que vivemos hoje nesta reunião.

Obrigado a todos.

**O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA**

– Não vou recomendar nenhum filme, mas quero registrar o seguinte: Srs. Senadores, que ainda estão aqui acompanhando os trabalhos; senhores profissionais, que estão aqui, eu queria dizer o seguinte: a vinda aqui não é um fato isolado. Viemos aqui porque, desde o primeiro dia em que assumimos a gestão desses Fundos, tivemos o compromisso de dar uma contribuição em termos de melhorar a imagem dos Fundos de Pensão. Penso que esta Casa tem uma oportunidade muito grande para que possamos contribuir para isso.

Ficamos profundamente indignados, profundamente insatisfeitos com as ilações que muitas vezes são feitas com relação aos Fundos de Pensão, porque são aparelhados, porque são administrados por pessoas que têm uma afinidade política. Acho que isso precisa ser melhor visto.

Temos o maior prazer e temos obrigação de prestar esclarecimentos. Se não demos todos os esclarecimentos, precisamos buscar alternativas para explicar para os senhores.

Podem ter certeza de que temos respeito pelo contraditório, temos respeito por todas as lideranças, independentemente de posições partidárias. Um fundo de pensão não pode se pautar por questões partidárias em nenhum momento: nem aqui nem em outro momento. Acho que isso tem de ser dito. Precisamos construir as raízes de instituições mais fortes. Foi com esse sentido que viemos aqui.

Agradeço e peço a compreensão dos senhores, porque nem sempre conseguimos mostrar em um minuto ou um minuto e meio a riqueza de detalhes, mas estamos à disposição, e todos os ofícios serão entregues a quem os requisitar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Quero agradecer a presença de todos e vou encerrar a reunião. Antes, porém, convoco a reunião conjunta desta CPMI e da CPMI dos Correios para amanhã, às 15 horas.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para sugerir aos convidados que assistam também ao filme “Onze Homens e Um Segredo”.

**O SR. PRESIDENTE** (Odair Cunha. PT – MG)

– Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 23h39min.)*

ATA DA 17ª REUNIÃO – REALIZADA EM 1 DE SETEMBRO DE 2005

17ª Reunião da CPMI da COMPRA DE VOTOS e 2ª Reunião Conjunta com a CPMI dos Correios

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Zulaê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Mauro Lopes, José Divino Darcio Perondi, Chico Sardelli, Abelardo Lupion, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS” e a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, “PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 17ª Reunião da CPMI DA COMPRA DE VOTOS e a 34ª Reunião da CPMI DOS CORREIOS e a 2ª Reunião Conjunta dessas CPMIs, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião conjunta destina-se à leitura e à apreciação do relatório parcial destas Comissões e passa a palavra ao Relator da CPMI dos Correios,

Deputado Osmar Serraglio, para que proceda à leitura do seu respectivo Relatório. Em seguida, o Relator da CPMI da Compra de Votos, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, auxilia na leitura do relatório. Os seguintes parlamentares fazer uso da palavra: Arnaldo Faria de Sá, Senador Álvaro Dias, Siba Machado, Heloísa Helena, Rodrigo Maia e Jefferson Peres. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, às dezoito horas e trinta e nove minutos, convocando-se a próxima para o dia treze de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro abertas a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar denúncias sobre compra de votos, e a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta da presente reunião conjunta destina-se à leitura e à apreciação do relatório parcial destas Comissões.

Passo a palavra, imediatamente, ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que proceda à leitura do seu respectivo Relatório.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, onde está o texto para distribuí-lo aos Srs. Membros?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O texto será distribuído neste momento a todos os Parlamentares.

O Relatório acabou de ser concluído e, consequentemente, será distribuído em questão de segundos.

Peço ao Relator que dê início à leitura do Relatório parcial, que, em seguida, será distribuído.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Relatório parcial conjunto das CPMIs criadas pelos Requerimentos nºs 3 e 7, de 2005-CN para investigar as causas e consequências das denúncias e atos delituosos, praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer

vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas, por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor, nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição de mandatos executivos.

### I – Preâmbulo

A pergunta [trata-se de uma citação de Hannah Arendt] endereçada àqueles que participavam e obedeceram a ordens nunca deveria ser: “Por que vocês obedeceram?”, mas: “Por que vocês apoiaram?”. Essa troca de palavras não é uma irrelevância semântica para aqueles que conhecem a estranha e poderosa influência que simples “palavras” têm sobre a mente dos homens que são, em primeiro lugar, animais falantes. Muito seria ganho se pudéssemos eliminar essa perniciosa palavra, “obediência”, de nosso vocabulário do pensamento moral e político. Se refletíssemos exaustivamente sobre essas questões, poderíamos recuperar um pouco de autoconfiança e até de orgulho, isto é, recuperar o que os tempos antigos chamavam de dignidade ou da honra do homem, não talvez da humanidade, mas do **status** de ser humano.” (Hannah Arendt, em **Responsabilidade e Julgamento**.)

O trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito vem sendo acompanhado diuturnamente pela população em todos os recônditos deste imenso País. Os meios de comunicação de massa vêm cumprindo sua função social de bem informar a população. Por isso, compreensível a grande expectativa quanto aos seus resultados.

Defrontamo-nos, ao investigar as possíveis irregularidades e ilícitos cometidos em uma empresa estatal, com o fio da meada de todo um complexo sistema de poder, em processo de consolidação, cujo desenho e forma ainda não se encontravam precisamente definidos.

E vimos, para nossa tristeza e desencantamento, agentes políticos, cuja atribuição legal e constitucional é cuidar com seriedade do interesse público, darem as costas à sociedade, apunhalarem a **res publica**, traírem seus eleitores e, em certos casos, seus passados e os princípios a que, supostamente, vinculavam sua vida política. A decepção é mais generalizada em face das expectativas criadas pelos próprios entes e pessoas que hoje se envolvem com o ilícito. Apenas faziam parte de uma engrenagem, dirão alguns; somente realizavam um projeto político, dirão acolá; simplesmente obedeciam a ordens, argüirão outros. A todos esses respondemos com Hannah Arendt:

A pergunta endereçada àqueles que participavam e obedeceram a ordens nunca deveria ser: “Por que vocês obedeceram?”, mas “Por que vocês apoiaram?”.

Tampouco nos parece aceitável o argumento de que, como ocorreu repetição sistemática de um ilícito – ainda que seja o mesmo ilícito, reiteradamente cometido por muitas pessoas –, esse comportamento se legitime pela só reiteração. Sobretudo, o manejo dos chamados “recursos não contabilizados” em campanhas eleitorais ou fora delas, corresponde à conduta vedada e, como tal, deve ser tratada. Banalizar o mal, também nessas circunstâncias, implica abrir as portas para toda a sorte de abusos, em flagrante desrespeito à ordem jurídica, ou seja, ao Estado de Direito Democrático, conquista mais fundamental da sociedade brasileira. Conquista esta que se construiu ao longo dos anos com a vitória do povo sobre os dogmas que o liberalismo impregnava na sociedade, o qual, após passar do Estado Social, culminou em uma forma de legitimar e limitar o Poder Político.

J.J. Gomes Canotilho demonstra com lucidez a evolução do Estado liberal ao Estado democrático de direito em sua prestigiada obra **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 4ª ed., p. 98-100:

O Estado de direito cumpria e cumpre bem as exigências que o constitucionalismo salientou relativamente à limitação do Poder Político. O Estado constitucional é, assim, e em primeiro lugar, um Estado com uma constituição limitadora do poder através do império do direito. As idéias do “governo de leis e não de homens”, de “Estado submetido ao direito”, de “constituição como vinculação jurídica do poder” foram, como vimos, tendencialmente realizadas por institutos como os de **Rule of Law**, **Due Process of Law**, **Rechtsstaat**, **principe de la légalité**.

No entanto, alguma coisa faltava ao Estado de direito constitucional – a legitimação democrática do poder. Acontece até que a conciliação entre Estado de direito e democracia merece sérias reticências a muitos autores e suscita verdadeiras perplexidades.

O Estado constitucional é “mais” do que Estado de Direito. O elemento democrático não foi apenas introduzido para “travar” o poder (*to check the power*); foi também reclamado pela necessidade de legitimação do mesmo poder (*to legitimize State power*). Se quisermos um Estado constitucional assente em fundamentos não metafísicos, temos de distinguir claramente duas coisas: uma é a legitimidade do direito, dos direitos fundamentais e do processo de legislação no sistema jurídico; a outra é a da legitimidade de uma ordem de domínio e da legitimação do exercício do poder político. O Estado “impolítico” do Estado de direito não dá resposta a este último problema: donde vem o poder?

Só o princípio da soberania popular, segundo o qual “todo o poder vem do povo” assegura e garante o direito à igual participação na formação democrática da vontade popular.

Assim, o princípio da soberania popular, concretizado segundo procedimentos juridicamente regulados, serve de “charneira” entre o “Estado de direito” e o “Estado democrático”, possibilitando a compreensão da moderna fórmula do Estado de direito democrático.”

Assim, se a legitimação do “poder” vem do povo, através de procedimentos juridicamente regulados, não há legitimidade em mandato financiado com “Caixa Dois”. Não se pode desvirtuar do sentido material da inclusão do termo “democrático” no novo Estado que surgiu em outubro de 1988.

O Estado democrático de direito é uma das inovações do Constituinte originário de 1986/1988 e marco de divisas após a conquista do Estado de direito. Mais do que uma mera alteração formal, representa a construção de uma nova visão do Estado e de seu ordenamento jurídico. E esta deve ser a orientação a ser seguida em todos os setores da República, a partir, sobretudo, do exercício legítimo do poder.

A configuração do Estado democrático de direito não significa apenas unir formalmente os conceitos de Estado democrático e Estado de direito. Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo que leva em conta os conceitos dos elementos componentes, mas os supera, na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do **status quo**. E aí se entremostra a extrema importância do art. 1º da Constituição de 1988, quando afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado democrático de direito, não como mera promessa de organizar tal Estado, pois a Constituição aí já o está proclamando e fundando.” Lição de José Afonso da Silva, **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 19ª ed. Malheiros, p. 123.

A utilização de meios ilícitos para ganhar eleições e o exercício do poder, não como instrumento do interesse público, mas particular ou partidário, são condutas que atentam contra o princípio do Estado democrático de direito.

Vemos os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, hoje em curso no Congresso Nacional, como parte essencial de um imenso esforço de toda a sociedade brasileira para alcançar um patamar elevado no que diz respeito à afirmação, no funcionamento concreto do Estado brasileiro, dos princípios éticos e morais básicos.

Essa afirmação é importantíssima, hoje todos vemos, não apenas por razões que dizem respeito à eficiência – ao correto funcionamento –, como também

por razões que dizem respeito à eficácia da ação estatal – ao resultado dessas ações.

As investigações vêm sendo procedidas tanto por meio das oitivas públicas, quanto, e principalmente, por intermédio do exame de incomensurável acervo documental. Nos próximos dias, os primeiros resultados passarão a ser divulgados.

A CPI Mista dos Correios é resultante de postulação aduzida quando sequer se cogitava do que veio a se denominar mensalão. Estava em trâmite sua criação quando adveio a entrevista do Deputado Federal Roberto Jefferson, em que, pela primeira vez, se noticiou a ocorrência daquele ajuste promíscuo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço ao Plenário silêncio, pois está impossível ouvirmos o Relator, que faz a leitura do Relatório parcial, que precisa ser lido e ouvido.

Portanto, peço a todos que, com o devido respeito, ouçamos o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sobreveio, então, debate sobre a possibilidade jurídica de a CPMI dos Correios proceder à investigação daquela nova matéria. Empurrada pelas circunstâncias e pelas exigências de um público surpreendido a cada passo com novas denúncias, a CPMI se viu compelida, **a latere**, a investigar os fatos relacionados ao *affaire* mensalão. Para que não se a questionasse sobre desbordar de seu âmbito de competência, justificou-se que era imperativo aquilatar os valores distribuídos, a fim de que se tivesse parâmetro de investigação do **quantum** que havia transitado pelos canais alimentadores das empresas fornecedoras dos Correios, mais especificamente aquelas do grupo empresarial centrado no Sr. Marcos Valério. Foi assim que providências foram tomadas, quer quanto a provas materiais, quer quanto a oitivas.

Assim, em relação a certos Parlamentares, desenha-se viável o desencadeamento, desde logo, de processo disciplinar. Até porque, pelo Código de Ética, não se exige prova pré-constituída para que se instaure aquele processo. Nele é que a lide se instaura, com as partes contendendo e a instrução se realizando.

Alega-se que não cabe neste momento antecipar juízo de valor. Tem-se insistido neste refrão. Mas, ainda que não se incursione em seara axiológica, não podem estas Comissões, pelas circunstâncias que as colocaram sob os olhos da Nação e, ao mesmo tempo, como instrumento de confiança, no qual a população passou a depositar suas esmaecidas esperanças, deixarem de expressar sua visão sobre o que testemunharam e, agora, repassam para outra instância.

Nesse sentido, tanto para encaminhamento de proposições que evitem a reincidência em semelhan-

tes mazelas – o que se fará quando da conclusão dos trabalhos – quanto para que se compreendam os enfoques que parece estar a merecer aprofundamento oportuno, calha antecipar-se o que se entende sustentável à meridiana inteligência:

**1)** Quem admite “Caixa Dois” confessa ilícito eleitoral, o que, só por si, é merecedor de severa reprimenda, porque aceita a burla à eleição. Nada mais compromete a democracia que uma eleição viciada. Daí a necessidade de punição de quem nisso incorreu.

**2)** “Caixa Dois”, enquanto não-contabilização de recursos advindos de empresa privada que tenha vínculo contratual com a administração pública é ainda muito mais grave do que “Caixa Dois” que tenha como fonte empresa privada.

**3)** “Caixa Dois”, segundo o que se prega como nacionalmente admitido e praticado, corresponde a um despropósito ético.

**4)** “Caixa Dois”, sobretudo, de várias dezenas de milhões de reais, bate contra outra vedação: o abuso do poder econômico. Com efeito, não se pode acolher, sob pena de ruptura com o princípio democrático, que atine com eleições submetidas a regras isonômicas, que algum grupo consagre-se vencedor a partir de gritante desigualdade de ordem financeira. Isso faz supor a possibilidade literal de compra de eleição. Quem dispuser de mais recursos poderá desbragadamente despende, sem que a população possa reagir, porque desconhece o abuso. A probabilidade de que isso suceda acentua-se em País com a dimensão do nosso, em que se pode, estrategicamente, mais incisivamente descarregar recursos em Municípios ou Estados cuja intercomunicação não seja expressiva. Assim, escolhem-se colégios eleitorais que tenham hegemonia circunscricional, gasta-se uma fortuna e assegura-se a repercussão dos eleitos para as eleições seguintes, já então de outro âmbito, como as nacionais. Desse modo, capitais ou municípios são escolhidos a dedo, sem restrições de gastos, porque, a qualquer custo, é preciso vencê-las, pois servirão para a construção do espectro que sustentará a eleição seguinte. Parece ter sido essa a engenharia eleitoral nas derradeiras eleições.

**5)** Por outro prisma, o compartilhamento de cargos públicos de alta significação é inerente às coalizões governamentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Na impossibilidade de continuar a leitura do relatório, vou suspender a reunião por cinco minutos, para que todos conversem à vontade.

**O SR.** (Orador não identificado) – É só para distribuir o relatório, Presidente.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. É apenas para distribuir cópias do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Como está sendo feita a distribuição, solicitamos que os funcionários passem pelas mesas, visando a não perturbar o funcionamento da Mesa. V. Exª tem razão.

**O SR.** (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Em vez de distribuir relatório ali atrás, distribua na mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Reabrindo os trabalhos, solicito a compreensão dos Srs e dos Srs. Parlamentares, pois, infelizmente, o relatório foi terminado em cima do laço e sua reprodução está sendo feita aos poucos. Daqui a pouco, talvez em poucos minutos, esteja à disposição de todos. Peço a compreensão dos senhores. De dois em dois, vamos fazer uma leitura coletiva.

Devolvo a palavra ao Sr. Relator e peço a todos silêncio, para que S. Exª continue com a sua leitura.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Srs. Parlamentares, página 7, item 5.

**5)** Por outro prisma, o compartilhamento de cargos públicos de alta significação é inerente às coalizões governamentais. No entanto, a evidente seleção de diretorias ou ministérios a que estão afetas decisões de ampla repercussão empresarial – parentes, licitações, obras, patrimônio, financeiro – corresponde a espúrios ajustes, porque não consubstanciados do interesse público, se não do mais reprochável desvio de poder.

**6)** Mais grave, ainda, é a utilização de diretorias como forma de indução de empresas contratadas pela administração pública a contribuir para Partido político, como se isso, inevitavelmente, não fosse adicionado ao custo dos serviços, obras ou produtos avençados com a administração pública, onerando, portanto, a população.

## II – Sobre as provas

Colho agora um ensinamento de Santo Agostinho, em **A Trindade**:

“Que o leitor, onde somos igualmente confiantes, progrida comigo; onde estamos igualmente perplexos,



pare para investigar comigo; onde se percebe em erro, venha para o meu lado; onde me percebe errando, chame-me para o seu lado.” (Santo Agostinho, *in A Trindade*, p. 12.)

Vale colacionar-se a assertiva do eminente Sub-relator, Deputado Gustavo Fruet: “Nenhuma quadrilha criminosa, no mundo, foi desmantelada, se não fosse por denúncia de um de seus membros e componentes. É quando se quebra o código do silêncio da máfia, a lei da *omertá*.”

Ninguém melhor do que quem, diuturnamente, compartilhava o exercício do poder, para destrinçar-lhe as entranhas. O Parlamentar, como Presidente de partido da Base do Governo, comandava, através de indicados por sua grei política, dentre outros, de cargos nos Correios, IRB, DNIT, Eletronorte, etc.

As tratativas para as nomeações, assim como o acompanhamento da atividade parlamentar, oportunizaram-lhe o testemunho dos fatos que gradativamente vem relatando. Abstraída qualquer consideração sobre sua figura política polêmica – aliás, hoje, tendo o mandato comprometido no Conselho de Ética, por votação unânime –, não se pode negar que, semanticamente, suas palavras têm encontrado correspondência nos fatos. Não se trata, assim, de mero exercício retórico de quem sublimou seu mandato parlamentar.

Nesse sentido, não se pode recolher de suas asserções tão só o que interessa para determinada evidência, desprezando outra fala, como se fora **a priori** insubsistente. Vige, aqui, o princípio da indivisibilidade da prova.

Por isso, empresta-se valia ao que aquele Parlamentar afirma, por duas inafastáveis razões:

1) O que já se conseguiu examinar, do que declarou, tem correspondido à verdade, inclusive naquilo que confessa;

2) O que depende de confronto entre sua palavra e a dos por ele mencionados, apresenta-se com elevado grau de verossimilhança. Aliás, todos os que, apressadamente, o contestaram viram ruir suas defesas, ante as sucessivas descobertas.

Por isso, esclarece-se que, por exemplo, quando o Deputado Roberto Jefferson expressamente nomina ou exclui parlamentar ou interlocutores, a conclusão é a de que o faz abalizadamente, na medida em que vivenciou os fatos a que se reporta. Assim, ao referir algum beneficiado pelo mensalão, quando também é confirmado por Marcos Valério, Simone ou eventuais sacadores, salta à vista ser mais convincente sua palavra do que as eventuais refutações dos nominados, de que estariam desacompanhadas de comprovação

de vínculo com os saques em espécie procedidos em instituições bancárias.

De igual sorte, quando exclui alguém do rol dos mercadores partidários, ainda que arrolado na lista de Marcos Valério, sem comprovação de saque, prevalece a assertiva de Roberto Jefferson, porque, ademais de reiteradamente ter-se comprovado o que referenciou o parlamentar, contrariamente, Marcos Valério repetidamente tem sido desmentido, até por si próprio, com as sucessivas versões que apresentou. Mesmo em relação às “listas”, desdisse a informação que inseriu em relação ao Deputado João Paulo Cunha, outro tanto ocorrendo em relação a Simone Vasconcelos, que, quando ouvida na CPI Mista dos Correios, afirmou sua lista quanto aos saques que teriam sido procedidos por Maria Sebastiana, por exemplo, como preposta do Deputado José Borba. Ainda, Marcos Valério, em relação ao nome de Márcio Lacerda, secretário-executivo do Ministro Ciro Gomes, ter aparecido na lista, afirmou que ele não recebeu dinheiro e que foi incluído porque fez um “contato telefônico”. Desse modo, parecem mais convincentes as asserções de Roberto Jefferson, relativamente a Marcos Valério e Simone Vasconcelos.

Dessarte, impende que seja remarcado que a grande movimentação financeira do Sr. Marcos Valério deu-se através de dinheiro em espécie. Daí que a quebra de sigilo bancário perde relevância – e aí me refiro aos Deputados –, uma vez que, certamente, os Parlamentares não iriam depositar os recursos recebidos em suas próprias contas. Por isso, é possível a seguinte graduação da prova segundo seja:

- a) documental;
- b) confissão do mencionado;
- c) provinda de Roberto Jefferson;
- d) provinda de outras testemunhas.

Entretanto, releva registrar que vige, em nosso sistema jurídico, o Princípio do Livre Convencimento Motivado do Juiz, ou Princípio da Persuasão Racional, que implica a inexistência de uma solução apriorística para dada situação, devendo o magistrado decidir caso a caso, conforme seu convencimento, sem limitações ou rígidos ditames legais. Como decorrência desse princípio, hoje, os magistrados ficam livres para valorar as provas segundo o seu convencimento, a sua impressão sobre o conjunto probatório e alegações das partes.

Evidentemente, ante o Princípio do Livre Convencimento Motivado, o magistrado não se submete a qualquer priorização de provas. Entre o sistema de provas legal e do julgamento **secundum conscientiam**, o juízo político ainda mais se harmoniza a este.

Por outro lado, é preciso que se avaliem os fatos segundo sua repercussão:

- a) no Estado Democrático de Direito;
- b) na Administração Pública;
- c) no Parlamento

### III – Recuperação histórica

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005-CN, nos termos constitucionais (art. 58, § 3º, CF), tem por objetivo investigar as causas e consequências de denúncias e de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

O fato determinado que suscitou a apresentação do requerimento foi veiculado pela revista **Veja**, em sua edição nº 1.905, de 18 de maio de 2005, que informa a ocorrência de gravações nas quais o Sr. Maurício Marinho, Chefe do Departamento de Administração da ECT, é flagrado recebendo propina de lobistas supostamente relacionados com empresas interessadas em participar de licitações promovidas pelos Correios.

As investigações, por essa razão, ficaram adstri-tas às irregularidades ocorridas naquela empresa estatal. Entretanto, as revelações do Deputado Federal Roberto Jefferson, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, a respeito de um esquema ilegal de financiamento, voltado ao aliciamento de Parlamentares e Partidos para a base do Governo no Congresso Nacional, o qual, eventualmente, comportaria o pagamento de subornos com alguma periodicidade (o chamado mensalão), levou à ampliação do âmbito das investigações.

Ocorre que essa denúncia deu ensejo à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 7, de 2005-CN, “para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição de mandatos executivos.”

Apontado pelo Presidente do PTB como o gestor da estrutura de corrupção que denunciava, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio de empresas do ramo da publicidade detentoras de contas de vários entes públicos, compareceu a ambas as Comissões e, ao depor, consolidou as impressões e indícios de que havia fundamento na denúncia inicial.

### IV – O Mensalão

Segundo relato do Deputado Roberto Jefferson, a existência do mensalão já havia sido por ele referida a diversos Ministros e, inclusive, ao Presidente da República. Zombou da sindicância que o então Presidente João Paulo Cunha levou a efeito, diante da notícia estampada no **Jornal do Brasil**, que diz ter sido aberta às 10 horas e concluída às 10 horas e 40 minutos. Referencia, ainda, que o Governador do Estado de Goiás já vinha denunciando o fato desde maio de 2004.

A primeira informação pública a esse respeito consta da entrevista que o Deputado Federal Roberto Jefferson concedeu ao diário paulistano **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 6 de junho de 2005. Conforme o Deputado Jefferson, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mediante a ação da Casa Civil da Presidência, e o Partido dos Trabalhadores, por intermédio de seus dirigentes, promoviam a cooptação da Base de apoio ao Governo no Congresso Nacional e, especificamente, na Câmara dos Deputados, mediante o pagamento de R\$30 mil (trinta mil reais), em média, a cada parlamentar que se dispusesse a participar do esquema.

Conforme essa exposição, os “operadores” desse esquema seriam os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza e Delúbio Soares, este último, integrante da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, na condição de Tesoureiro Nacional. Esse modelo de gerenciamento político da Base de apoio parlamentar ao Governo Federal seria do pleno conhecimento e mesmo contaria com a participação das lideranças do Partido Liberal (PL), e do Partido Popular (PP), nomeadamente, os Líderes desses Partidos na Câmara dos Deputados.

As empresas de propriedade do Sr. Marcos Valério Fernandes, sobretudo a SMP&B Comunicação e a DNA Propaganda, detentoras de contas publicitárias de diversos entes públicos, seriam as instituições intermediárias, por onde passariam os recursos que eram repassados a parlamentares. A primeira menção aos nomes de parlamentares foi feita pelo Deputado Roberto Jefferson, em depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e nesta CPMI dos Correios.

A respeito do mensalão, as investigações destas comissões envolveram, além do depoimento citado, as oitivas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza; da Srª Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária; da Srª Renilda Fernandes de Souza, sócia e esposa de Marcos Valério; do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, então Secretário-Geral da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores; da Srª Simone Vasconcelos, Diretora Financeira da SMP&B;

do Sr. Davi Rodrigues Alves, Policial Civil de Minas Gerais; da Srª Zilmar Fernandes da Silveira e do Sr. José Eduardo Cavalcanti de Mendonça (Duda Mendonça), publicitários; e do Sr. Cristiano Paz, também sócio da SMP&B. Acrescento também os nomes daqueles que depuseram na Comissão de compra de votos.

No plano documental, foram identificados e apreçados inúmeros documentos, como os que comprovam vultosos saques em espécie em agências do Banco Rural situadas no Brasília Shopping e em Belo Horizonte, contra contas bancárias das empresas SMP&B e DNA Propaganda. Esses documentos indicam que diversos beneficiários desses saques eram Deputados Federais, que recebiam as quantias diretamente ou por intermédio de parentes, assessores, ou de prepostos do Sr. Marcos Valério, como o Sr. Davi Alves e a Sr. Simone Vasconcelos.

O que menos interessa, a esse respeito, é a periodicidade dos pagamentos. Alguns podem ter sido feitos mês a mês, outros com maior ou com menor periodicidade. O fato importante, do qual não podemos afastar-nos, é o recebimento de vantagens indevidas.

Relevante é que não se pode admitir a obtenção de vantagem econômica ilícita, sendo desimportante a denominação que se dê.

#### **V – Advertência Necessária**

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos tem a competência de dar prosseguimento às investigações cujos primeiros resultados constam do presente Parecer. A envergadura dessa tarefa é significativa.

Para ilustrar, ressaltamos um fato inescusável: o empresário Marcos Valério de Souza reconheceu ter repassado recursos a partidos políticos, seus dirigentes e parlamentares, sob a orientação do Sr. Delúbio Soares e outros dirigentes do Partido dos Trabalhadores, quando menos, a importância de R\$55 milhões. Dessa quantia, as investigações da CMPI dos Correios permitiram identificar, até o presente momento, saques que somam R\$32 milhões. Cabe registrar que a quantia de R\$55 milhões não foi ainda contestada pela Direção do Partido dos Trabalhadores. Portanto, resta descobrir a destinação de cerca de R\$23 milhões.

#### **VI – Parlamentares Envolvidos**

A ninguém convence a versão de que Marcos Valério tenha garantido os empréstimos feitos pelo Banco Rural e pelo BMG ao Partido dos Trabalhadores, apenas em nome da amizade com o tesoureiro daquele partido político, Delúbio Soares. Mais difícil ainda de se acreditar é a alegação de que essa amizade justifica os empréstimos contraídos junto aos mesmos bancos por Marcos Valério, em nome de suas empresas, para

financiar partidos políticos, como PT, PL e PP. Para quem não se recusa a enxergar, surge claro como a luz do sol que essa singela justificativa não passa de uma desculpa esfarrapada, combinada entre Marcos Valério e Delúbio Soares.

Da mesma forma, não é crível que o Banco Rural e o BMG tenham feito esses empréstimos, com tão frágeis garantias, apenas em nome do relacionamento e da confiança que tinham em Marcos Valério. Toda instituição financeira se cerca de garantias que assegurem à saciedade o débito, no caso de inadimplência. Quanto maior o valor a ser financiado, mais sólidas são as garantias exigidas, como as reais, incidentes, na maioria das vezes, sobre imóveis de propriedade do mutuário. Isso é o que ocorre sempre.

No que tange aos recursos fornecidos aos partidos políticos, a alegação comum é no sentido de que se destinaram ao pagamento de despesas de campanhas eleitorais anteriores. Todavia, nem todos os tesoureiros e políticos que receberam esses recursos apresentaram provas das dívidas supostamente honradas com o dinheiro de Marcos Valério.

Os credores, que devem mesmo existir, certamente estão resignados com os calotes, ou se ressarciram por vias transversas. Vale notar que, fossem destinados ao pagamento de dívidas, os recursos certamente seriam expressos em valores não-inteiros, ou seja, seriam representados por milhares, centenas, dezenas e unidades, além de centavos de real.

Também não parece plausível explicarem-se pagamentos em 2003, relacionando-os a eleições municipais de 2004.

Ainda cabe constatar a migração exagerada em direção a determinados partidos e os métodos de cooptação utilizados. Para explicar esse nebuloso esquema, é perfeitamente plausível a tese de que os empréstimos foram simulados para dar aparência lícita a dinheiro de origem ilícita, que seria destinado ao bolso de políticos sob o falso argumento do pagamento de dívidas passadas.

O que resta incontestado, portanto, é o recebimento de dinheiro por parlamentares e dirigentes de partidos que integram a Base de sustentação do Governo na Câmara dos Deputados.

O Deputado Roberto Jefferson, tanto no depoimento prestado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, quanto no que prestou a estas CPMLs, citou os seguintes Parlamentares, além do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, que teriam recebido recursos provenientes das contas de Marcos Valério:

Dep. Bispo Rodrigues – PL

Dep. José Janene – PP

Dep. Pedro Corrêa – PP

Dep. Pedro Henry – PP

Dep. Sandro Mabel – PL

O próprio Deputado Roberto Jefferson confessou ter recebido de Marcos Valério R\$4 milhões, que supostamente seriam destinados ao pagamento de parceria em campanha, o que, como se disse, não foi demonstrado. Não obstante, o referido Parlamentar já responde perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, por quebra de decoro. E acrescento aqui a votação hoje ocorrida e encerrada a poucos instantes.

O rol dos Deputados envolvidos foi incrementado pelas listas fornecidas à Polícia Federal por Simone Vasconcelos e Marcos Valério. Apontado como um dos operadores do esquema de distribuição de dinheiro a políticos, ele declarou em depoimento à Polícia Federal, no dia 02 de agosto de 2005, ter destinado dinheiro, a pedido de Delúbio Soares, a diversas pessoas. Da combinação das duas listas constam os seguintes Parlamentares (além do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto):

Dep. Carlos Rodrigues – PL

Dep. João Magno – PT

Dep. João Paulo Cunha – PT

Dep. José Borba – PMDB

Dep. José Janene – PP

Dep. Josias Gomes da Silva – PT

Dep. Paulo Rocha – PT

Dep. Professor Luizinho – PT

Dep. Romeu Ferreira Queiroz – PTB

Dep. Vadão Gomes – PP

As informações bancárias da conta da agência de publicidade SMP&B no Banco Rural, combinadas com os depoimentos recolhidos, permitem identificar os seguintes Parlamentares como beneficiários, ainda que indiretos, de repasses de dinheiro promovido por Marcos Valério:

Dep. João Magno – PT, por intermédio de seu assessor Paulo Vieira Albrigó;

Dep. João Paulo Cunha – PT, por meio de sua mulher, Márcia Regina Cunha;

Dep. José Borba – PMDB, pelo Sr. Carlos e a Srª Maria Sebastiana;

Dep. José Janene e Dep. Pedro Correia, ambos do PP, mediante o assessor do partido, João Cláudio de Carvalho Genú;

Dep. Josias Gomes – PT;

Dep. Paulo Rocha – PT, por intermédio de Anita Leocádia Pereira Costa e Charles Santos Dias, assessores;

Dep. Professor Luizinho – PT, por meio de seu assessor José Nilson dos Santos;

Dep. Romeu Ferreira Queiroz – PTB, por intermédio de Paulo Leite Nunes;

Dep. Vanderval Santos – PL, por meio do assessor Célio Marques Siqueira.

Sobre o Dep. Sandro Mabel, Líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados, há a declaração da Deputada licenciada Raquel Teixeira no sentido de ter recebido daquele Parlamentar proposta de vantagens financeiras, para que ingressasse no Partido Liberal.

Os documentos em posse da CPI Mista dos Correios demonstram existir, também, um depósito de R\$60 mil em favor do escritório de advocacia do Dep. José Mentor (PT), efetuado pela empresa 2S Participações, pertencente ao Sr. Marcos Valério, mediante o cheque nº 830091 do Banco do Brasil, agência Tamoios, em Belo Horizonte.

A partir dos elementos acima mencionados, passamos a detalhar, caso a caso, a situação dos Parlamentares envolvidos.

#### **Dep. Roberto Jefferson**

O Deputado Roberto Jefferson declarou, em seu depoimento perante estas Comissões, que recebeu, juntamente com o Sr. Emerson Palmieri, a quantia de R\$4 milhões do Sr. Marcos Valério, quantia que fazia parte de um acordo com o PT, que previa o repasse total de R\$20 milhões, para o financiamento de candidaturas do PTB. O Parlamentar não explicou a destinação do dinheiro recebido.

Apontado como tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri, em depoimento perante a CPMI da Compra de Votos, confirmou ter recebido o dinheiro, em duas parcelas, de R\$2,2 milhões e R\$1,8 milhões, que teriam sido entregues a Roberto Jefferson.

Nas listas de Marcos Valério e Simone Vasconcelos não há referência ao pagamento desses R\$4 milhões, o que faz supor ser outra a origem dos recursos.

O Deputado Roberto Jefferson admite que fez acordo para que seu partido recebesse dinheiro do PT, para financiar campanhas. Ao depor, mencionou a participação do então Ministro José Dirceu nesse acordo:

“Tudo o que tratei, tratei com José Dirceu: tudo o que conversei, até de negócios, de política, de campanha eleitoral ... Tive uma reunião no PT, eu, José Múcio, Emerson Palmieri, Delúbio, José Genoino e Marcelo Sereno. Fechamos uma planilha de custos para financiamento das campanhas do PTB nacional... R\$20 milhões... Tudo isso era tratado com o José Dirceu.”

Não menos grave é a confissão de que procedera à negociação para restabelecer as finanças do Partido, segundo a qual, depósitos do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil seriam transferidos para

o Banco Espírito Santo, mediante a garantia de que várias dezenas de milhões seriam canalizadas para o PTB. Para a concretização da operação, o tesoureiro do Partido, Emerson Palmieri, acompanhou o Sr. Marcos Valério em viagem a Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero chamar a atenção para a forma como foi formatado o parecer. Eventualmente V. Ex<sup>as</sup> perceberão que algumas coisas não foram tratadas em relação a S. Ex<sup>as</sup> os Deputados Roberto Jefferson e José Dirceu; perceberão que nós, tendo em vista que ambos já respondem a processo disciplinar no Conselho de Ética, não adentramos nesse tipo de exame, para que não terminássemos por estabelecer um possível desencontro processual. De forma que estamos fazendo aqui referências mais abreviadas em relação aos dois Parlamentares.

Daí por que observarão estar pouco adensado o histórico relativo principalmente ao Deputado Roberto Jefferson. Até por que hoje já testemunhamos a quase conclusão do episódio de investigação, só faltando a manifestação do Plenário.

Quanto ao Deputado Valdemar da Costa Neto, também, quase que no mesmo sentido, tendo em vista a renúncia.

Ex-Deputado Valdemar da Costa Neto

Os repasses de recursos “não-contabilizados” ao Partido Liberal eram feitos, segundo informações do Sr. Marcos Valério à Polícia Federal, a prepostos do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, no caso, o tesoureiro Jacinto Lamas e seu irmão, o Sr. Antonio Lamas. Segundo Marcos Valério, o Sr. Jacinto Lamas indicou a empresa Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C como beneficiária de parte dos recursos repassados ao PL.

No período de 26/02/2003 a 03/08/2004, segundo o Sr. Marcos Valério, foi pago ao Partido Liberal o total de R\$10.837.500,00.

Ainda em relação ao Partido Liberal, há as quantias recebidas por José Luiz Alves, ex-chefe de Gabinete do então Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto. Segundo o Sr. Marcos Valério, em seu depoimento na Polícia Federal, o Sr. José Luiz Alves e o Sr. Edson Pereira de Almeida, irmão do ex-Ministro, receberam a quantia de R\$1.000.000,00, no período de 03/06/2003 a 28/01/2004.

O Sr. Valdemar da Costa Neto confirmou ter recebido, na condição de Presidente nacional do Partido Liberal, PL, R\$6,5 milhões (seis e meio milhões de reais), provenientes de “recursos não-contabilizados”, ou seja, do caixa dois do Partido dos Trabalhadores. Esses recursos teriam sido empregados integralmente, conforme seu depoimento, no pagamento de material de campanha da candidatura de Luiz Inácio Lula da

Silva à Presidência da República, em 2002, no segundo turno. Os recursos, entretanto, somente lhe foram repassados por Marcos Valério entre janeiro de 2003 e setembro de 2004.

Conforme Costa Neto:

“A situação em São Paulo era difícil. Lula tinha vencido José Serra no primeiro turno por apenas cem mil votos. Tínhamos que entrar com força. Encomendei o material e o dinheiro foi utilizado para pagar fornecedores”.

Costa Neto não revelou o nome dos fornecedores (supostos credores) e reconheceu não ter nenhum recibo ou outro documento comprobatório desses pagamentos que alega ter feito.

Revelou que recebeu R\$1,2 milhão em três cheques emitidos pela agência SMP&B, em favor da empresa Guaranhuns. Depois, teria trocado esses cheques por dinheiro. O restante dos recursos, segundo afirmou, foi entregue em espécie. Valdemar da Costa Neto afirmou que o recebimento de todos esses recursos decorreu de um acordo, fechado com o então Ministro José Dirceu, pelo qual o Partido Liberal deveria receber R\$10 milhões.

O tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, em depoimento à Polícia Federal, em 2 de agosto de 2005, declarou que os valores recebidos por Valdemar da Costa Neto não constaram da prestação de contas do partido à Justiça Eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O nobre Relator Osmar Serraglio passa a leitura ao Relator da CPMI da Compra de Votos, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Antes disso, vamos pedir um pouco de silêncio, não apenas dos Parlamentares, mas de todos os presentes. Vejo que todos querem trabalhar, é muito importante, mas eu pediria que alguém falasse ao menos alguns decibéis abaixo, para que possamos ouvir.

Com a palavra, o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Continuando.

**Dep. Carlos Rodrigues** (PL – RJ)

O Deputado Carlos Rodrigues foi citado pelo Deputado Roberto Jefferson, em depoimentos prestados no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e nestas comissões, como um dos parlamentares que recebiam recursos financeiros provenientes das contas de Marcos Valério. Este, aliás, também declarou à Polícia Federal que o Dep. Bispo Rodrigues era um dos integrantes do PL indicados pelo Sr. Delúbio Soares como habilitado para receber dinheiro em nome do partido.

Na lista fornecida pelo Sr. Marcos Valério à Polícia Federal, o Deputado aparece como recebedor da

quantia de R\$400 mil, sendo R\$150 mil por meio do Sr. Célio Marcos Siqueira, motorista do Deputado Vanderval Santos (PL/SP), em nome de quem recebeu a referida quantia. Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. Célio Siqueira declarou que estava efetivamente a serviço do Deputado Carlos Rodrigues.

Na CPMI dos Correios, Simone Vasconcelos confirmou ter sido ela que anotara o nome do Deputado Carlos Rodrigues no documento e, perguntada sobre se o dinheiro era para o Bispo Rodrigues, afirmou que sim e que deixara a autorização no Banco, para que o pagamento fosse efetuado a ele.

Em sua defesa, o Bispo Rodrigues asseverou:

“Não há nenhum indício de prova documental ou testemunhal que o vincule a qualquer ato incompatível com o decoro e a ética parlamentar”.

“Há muito tempo foi banida do cenário jurídico a responsabilidade objetiva que carece de um mínimo de substrato probatório”.

**Dep. João Magno (PT/MG)**

Nos documentos recebidos do Banco do Brasil, consta um pagamento da SMP&B para o Sr. Paulo Viera Albrigo, assessor do Deputado João Magno, em data de 27-4-04, no valor de R\$50 mil.

Nos documentos recebidos do Banco Rural, constam quatro pagamentos da SMP&B para:

**a)** o Sr. Charles Antonio Ribeiro, assessor do Deputado João Magno, em data de 18-8-03, no valor de R\$10 mil;

**b)** o Sr. Hermínio Moura de Araújo, irmão do Deputado João Magno, em data de 19-9-03, no valor de R\$25.915,00;

**c)** o Dep. João Magno, em data de 18-8-03, no valor de R\$29 mil; e,

**d)** o Dep. João Magno, em data de 23-6-03, no valor de R\$12 mil.

Portanto, conforme documentos do Banco do Brasil e Banco Rural, o total é de R\$126.915,00.

Na lista fornecida pelo Sr. Marcos Valério, o Deputado João Magno figura como beneficiário das quantias seguintes:

19-8-2003 – R\$50.000,00

5-12-2003 – R\$50.000,00

17 a 24/09/2004 – R\$250.000,00

O Parlamentar admitiu tratar-se de caixa dois de sua campanha eleitoral a Prefeito de Ipatinga. Em discurso no plenário da Câmara, justificou ser essa uma prática nacional.

Quanto a seu nome constar da agenda da secretária Fernanda Karina, o Parlamentar esclareceu que é por ser cliente da SMP&B.

Quanto a R\$200.000,00 serem providos da Usiminas, Marcos Valério negou o fato, e a empresa, até agora, nada esclareceu.

O Parlamentar alega que:

Nunca recebeu vantagens indevidas no exercício do cargo.

Durante campanhas eleitorais constatou, juntamente com partidos coligados, necessidade de recursos adicionais para cobrir as despesas, tendo recorrido à direção do Partido dos Trabalhadores. Todavia, a origem dos recursos e os ajustes feitos pela Direção Nacional do Partido eram completamente desconhecidos do Deputado.

Na campanha para Prefeito de Ipatinga, os oito partidos coligados escolheram como presidente do comitê financeiro o Sr. Paulo Vieira Albrigo.

Procurou pessoalmente o tesoureiro nacional do PT que determinou que procurasse a empresa SMP&B e informassem o nome de quem estivesse autorizado a sacar recursos. Todos os importes repassados destinaram-se à cobertura de despesas das campanhas de 2002 e 2004, conforme autorização do Sr. Delúbio Soares, mesmo os valores que transitaram em sua conta pessoal.

Sempre votou com a Oposição durante o Governo FHC, acompanhando invariavelmente o Governo desde a chegada do PT ao poder, conforme relatório de votações que anexa.

Juridicamente, as irregularidades eleitorais cometidas não se configuram, de forma alguma, como quebra de decoro parlamentar passível de cassação de mandato; mesmo que caracterizado algum procedimento não ortodoxo, como o desconhecimento da origem dos recursos, impossibilitando a prestação de contas perante a Justiça eleitoral, é preciso observar o princípio da proporcionalidade, jamais extirpando mandato eletivo de forma abrupta, injusta e calcada na irre realidade, puramente para o atendimento do clamor popular.

**Dep. João Paulo Cunha (PT – SP)**

O ex-Presidente da Câmara dos Deputados recebeu, por intermédio de sua esposa, Márcia Regina Cunha, R\$50 mil em espécie na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, conforme documento bancário em poder desta CPMI. Antes da descoberta do referido documento, o Deputado entregou correspondência à CPMI, informando que sua esposa havia ido ao Banco Rural para pagar uma fatura de serviços de TV a cabo. Sua assessora Silvana Japiassu e seu assessor Luiz da Costa Pinto também estiveram na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, em outras oportunidades.

Nas listas do Sr. Marcos Valério e da Srª Simone Vasconcelos, o Deputado figura como beneficiário de R\$200.000,00, no dia 4-9-03.

Posteriormente, em seu depoimento na Polícia Federal, Marcos Valério retificou a lista e disse que o ex-Presidente da Câmara tinha recebido apenas os R\$50.000,00 sacados por sua esposa.

O publicitário, contudo, não esclareceu onde teria realocado aquela importância que subtraiu do montante da lista, para que se completasse a soma do empréstimo apresentado.

Outrossim, no dia 03 de setembro de 2003, segundo a agenda da secretária Fernanda Karina, houve um café da manhã na residência oficial do Presidente da Câmara Federal, com o Sr. Marcos Valério; no dia seguinte, a esposa do Deputado recebeu a importância acima aludida; e, nove dias depois (15.09.2003), a Câmara lançou o edital oficial para escolher uma agência de publicidade, para fazer as campanhas da Casa, vencida pelo publicitário.

Na CPI Mista da Compra de Votos, o empresário Marcos Valério afirmou ter ajudado o Deputado através da empresa Multiaction, quando candidato à Presidência da Casa.

Na sua defesa, o Parlamentar alega:

Procurado pelo coordenador do PT da macro-região de Osasco, solicitando apoio para realização de pesquisas de opinião, em face das dificuldades financeiras partidárias, buscou auxílio perante a Tesouraria Nacional do Partido.

Tal ajuda consistiu da quantia de R\$50.000,00 que foi disponibilizada na agência do Banco Rural de Brasília, tendo o saque sido efetuado por sua mulher, Márcia. A indicação do local foi do Tesoureiro Nacional do PT. Esclarece que recorrer à tesouraria nacional para socorrer diretórios municipais e estaduais no pagamento de dívidas de eleições pretéritas ou na preparação de processos eleitorais é uma prática que norteia a vida partidária brasileira. Todo o recurso sacado foi investido na execução de quatro pesquisas anexadas. Diante da liberação dos recursos solicitados ao Partido e da orientação para o saque do dinheiro feita pelo seu Tesoureiro, seria crível a suposição de alguma irregularidade?

**Dep. José Borba** (PMDB – PR)

Na lista fornecida pela Srª Simone Vasconcelos, o Deputado José Borba aparece como beneficiário de R\$1,1 milhão, sacados nas seguintes datas:

16/09/2003 – R\$250.000,00

25/09/2003 – R\$250.000,00

20/11/2003 – R\$200.000,00

27/11/2003 – R\$200.000,00

04/12/2003 – R\$200.000,00

Na lista do Sr. Marcos Valério é acrescido um pagamento de um milhão em 05.07.2004.

Roberto Jefferson afirmou que jamais escutou que qualquer parlamentar do PMDB tivesse participado do Mensalão e que isso “não passa pelo PMDB”.

Anunciado seu nome como constante da lista dos que estiveram no Banco Rural, o Parlamentar informou que conhecia Marcos Valério, com quem tratou de assuntos relacionados a cargos públicos.

A Srª Simone Vasconcelos afirmou, em seu depoimento perante esta Comissão, que o Deputado José Borba se teria recusado a assinar o recibo, ocasião em que precisou ir ao banco. Não há referência sobre em qual dos pagamentos isso teria ocorrido. Afirmou também que nunca esteve com o Deputado e que os nomes indicados na lista haviam sido copiados das anotações de Marcos Valério. Declarou que não conhece Maria Sebastiana e nunca lhe procedeu qualquer pagamento, tratando-se somente de referência que constava da relação de Marcos Valério para contato.

Não foi localizado qualquer documento de pagamento.

O Parlamentar, em sua defesa, argumenta:

São absolutamente improcedentes e mentirosas as informações efetuadas nos depoimentos, uma vez que, definitivamente, jamais recebeu, pessoalmente ou por intermédio de outra pessoa, qualquer recurso financeiro do PT, do Sr. Marcos Valério ou da Srª Simone Vasconcelos, no Banco Rural ou em qualquer outro lugar.

Ressalta que a Srª Simone não tem qualquer prova, quando afirma que tinha autorização do Sr. Marcos Valério para repassar valores ao Deputado. Da mesma forma, as diferenças de valores entre as listas do Sr. Marcos Valério e da Srª Simone são também prova de que se trata de listas inventadas, sem consistência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço à cabine que aumente um pouco o volume do som, porque não estão ouvindo convenientemente.

Prossiga, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando do depoimento da Srª Simone na CPMI dos Correios, ela declarou que nunca falou com Maria Sebastiana, funcionária lotada no gabinete do requerente, nem por telefone nem pessoalmente, tampouco mandou-lhe fax ou lhe entregou qualquer dinheiro e não a conhece. Portanto, o nome constante da lista nada tem a ver com ela.

Entende que se trata de tentativa de envolver o PMDB na questão, embora, à época dos fatos, nem mesmo Líder do Partido fosse.

**Dep. José Janene** (PP – PR)

Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. João Cláudio Genu, assessor do Deputado José Janene, líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados, declarou que recebeu quantias em dinheiro a pedido da direção do PP. Conforme suas declarações, os Deputados José Janene e Pedro Correia e Pedro Henry lhe passavam a informação sobre a necessidade de receber o dinheiro. Somente após receber a expressa confirmação dos Deputados, o Sr. Genu ia à agência do Banco Rural no Brasília Shopping receber o dinheiro das mãos da Srª Simone Vasconcelos.

Na lista fornecida por Marcos Valério à Polícia Federal, o Deputado José Janene recebeu, por intermédio do Sr. Genu, a quantia de R\$4,1 milhões, nas seguintes datas:

17/09 a 15/10/2003 – R\$1.000.000,00

06/01/2004 – R\$200.000,00

13/01/2004 – R\$200.000,00

20/01/2004 – R\$200.000,00

25/03/2004 – R\$300.000,00

26/04/2004 – R\$1.200.000,00

05/07/2004 – R\$1.000.000,00

O Parlamentar sustenta que:

Ao longo do ano de 2003, um parlamentar integrante da bancada federal do PP fez intensos e exaustivos apelos à Direção Nacional do Partido para que o ajudasse a suportar os custos de advogado constituído, para defendê-lo em mais de duas dezenas de procedimentos, tais como inquéritos e ações de natureza penal e eleitoral;

À época, o PP enfrentava problemas financeiros, inclusive com a penhora judicial de seus ativos;

Considerando que o PP entabulava entendimentos com o PT sobre a formação de alianças políticas, e considerando que integrantes desta agremiação eram responsáveis pela maioria dos feitos mencionados contra o Deputado progressista, convencionou-se que o PT auxiliaria no enfrentamento das despesas de honorários advocatícios, finalidade para a qual realizaram-se as operações descritas pelo funcionário João Genú.

**Dep. José Mentor (PT/SP)**

O Deputado José Mentor recebeu, por intermédio de seu escritório de advocacia, a quantia de R\$120 mil da empresa 2S Participações, pertencente a Marcos Valério. O Parlamentar alega que o pagamento foi feito pelo Escritório Tolentino, Melo e Associados por conta da elaboração de pareceres jurídicos por parte da banca de advocacia da qual é sócio.

Nesta CPMI consta o cheque nº 830091, do Banco do Brasil, Agência nº 0643 – Tamoios, Belo Horizonte, de titularidade da 2S Participações Ltda., no valor de R\$60 mil, emitido no dia 27 de julho de 2004

e depositado na conta do escritório do Deputado José Mentor. Vale ressaltar que o Escritório Tolentino, Melo e Associados presta serviços ao Sr. Marcos Valério, a qual está ligada a empresa 2S Participações. Trata-se do mesmo escritório que efetuou o pagamento do procurador da Fazenda Nacional, Glênio Guedes.

Não foi esclarecido que matéria jurídica teria sido objeto de pareceres.

Na agenda da secretária Fernanda Karina consta reunião do Deputado com Marcos Valério em 03 de outubro de 2003. Ouvida na Polícia Federal, disse saber tratar-se do Deputado Relator da CPI do Banestado:

“que de fato, o Sr. Marcos Valério, por diversas vezes telefonava ao deputado José Mentor, relator da CPI do Banestado e, sempre que isso acontecia, logo em seguida, Marcos Valério ligava para o Sr. José Augusto Dummont, então, presidente do Banco Rural, acreditando com isto que Marcos Valério possa ter intercedido para que aquele banco não fosse incluído nas apurações do denominado caso Banestado; que por várias vezes o Sr. José Augusto Dummont compareceu à Empresa SMP&B Comunicação LTDA, para se encontrar com Marcos Valério, como também o Banco Rural foi sede de várias reuniões entre Marcos Valério com o Presidente do Banco Rural, com Dr. Rogério Tolentino, este advogado da Empresa SMP&B Comunicação LTDA”.

A secretária informou que os Deputados José Mentor e Delúbio Soares eram os principais contatos do dono do Banco Rural. Afirmou, ainda, a secretária que destruiu 25 pastas com documentos da empresa de publicidade SMP&B, depois que o Deputado José Mentor telefonou a Marcos Valério, no período em que corria a CPI do Banestado.

Na época em que o Deputado recebeu os valores e prestara serviços, ainda era o Relator da CPI do Banestado, que investigava evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Um dos bancos investigados era o Rural, um dos depositários do dinheiro usado nos pagamentos inoficiais a políticos. O Parlamentar não teria analisado os dados sobre os sigilos quebrados do Banco Rural, em seu relatório, nem os fortes indícios de relacionamento entre o doleiro Haroldo Bicalho, o Banco Rural e o empresário Marcos Valério.

Assim se defende o Parlamentar:

Em maio, junho e julho de 2004, o escritório da sociedade de advogados integrada pelo Deputado prestou serviços profissionais para o Dr. Rogério Lanza Tolentino, advogado com escritório em Belo Horizonte, recebendo no início dos trabalhos a primeira parcela de R\$60.000,00 e outra parcela igual ao final, conforme fora combinado.



A CPMI dos Correios localizou um cheque sacado contra o Banco do Brasil, de emissão da empresa 2S Participações Ltda., emitido nominalmente em favor de José Mentor, Pereira Mello e Souza Advogados Associados, que lhes foi repassado pelo Dr. Rogério e depositado na conta corrente do favorecido no Banco do Brasil, em São Paulo.

O primeiro pagamento foi também realizado em cheque, igualmente depositado na conta da pessoa jurídica no Banco do Brasil, emitido pelo Dr. Rogério contra o Banco Itaú – Ag. Rua Goiás – Belo Horizonte. Não houve, assim, qualquer saque na boca de caixa.

Foram emitidas e contabilizadas as notas fiscais relacionadas aos serviços prestados.

O Deputado conheceu o Sr. Marcos Valério, como publicitário, apresentado pelo PT para organizar algumas campanhas de 2004. Na mesma época, conheceu o Dr. Rogério.

Quanto ao favorecimento do Banco Rural, alega:

a) recebeu representantes do Banco a pedido do Deputado João Magno, da mesma forma como recebeu representantes de diversos outros bancos, assim como dezenas de outras pessoas físicas e jurídicas, na condição de Relator da CPI;

b) nunca viajou em avião do Banco Rural;

c) relaciona diversos requerimentos que apresentou pertinentes a pedido de informações, convocações e sigilos de cadastros e operações tanto do Banco Rural quanto a outras instituições bancárias;

d) o relatório que apresentou (anexo em meio magnético) não excluiu o Banco Rural, de que tratou na pág. 159, sobre a negativa de o Banco Central outorgar autorização especial para recebimento de depósitos em reais oriundos do Paraguai, e nas págs. 77/78, onde apreciou processo de investigação promovido pelo Banco Central com aplicação de multa;

e) o relatório da CPMI tratou cautelosamente de todas as instituições financeiras que estavam em atividade, em virtude da sensibilidade desse mercado. Excluídas as contas dos cinco estabelecimentos que atuavam em Foz do Iguaçu, não se analisaram contas CC5 de qualquer outro estabelecimento em atividade;

f) o Banco Rural não foi tratado como assunto prioritário pelos membros da CPMI.

Finaliza, relatando ter mantido alguns encontros com o Sr. Marcos Valério, nos quais tratou de campanhas eleitorais de cidades do interior de São Paulo, sem jamais ter tratado com o publicitário de assuntos da CPMI do Banestado.

**Dep. Josias Gomes (PT/BA)**

O Deputado Josias Gomes sacou R\$100 mil, conforme comprovado por documentos em poder desta Comissão, inclusive cópia de sua identidade parlamentar apresentada no caixa do Banco Rural, nas seguintes datas:

11/09/2004 – R\$50.000,00

18/09/2004 – R\$50.000,00

O Parlamentar alega que os recursos foram destinados a companheiros de partido, para que saldassem seus compromissos financeiros assumidos na última campanha eleitoral.

Historiando sua origem humilde, lutas e atividades políticas desde a fase estudantil, o Deputado afirma que jamais teve conhecimento ou qualquer vínculo com o mensalão, o que seria confirmado pelo modesto patrimônio de que desfrutava.

Em sua defesa, alega:

Como Presidente Estadual do PT, esteve por diversas vezes com o Tesoureiro Nacional do Partido, em Brasília, tratando da situação financeira e política do PT na Bahia, angustiado com os gastos da eleição de 2002. Finalmente, em setembro de 2003, o tesoureiro informou que viabilizara parte dos recursos, indicando o Banco Rural, em Brasília, para o recebimento.

Compareceu pessoalmente ao Banco e a maior prova da boa-fé de sua ação está em que lá apresentou e deixou cópia de sua identidade parlamentar, tendo agido abertamente supondo que praticava ato normal para ajudar o Partido e socorrer companheiros que encontravam dificuldade para saldar os compromissos da última campanha, para o que todos os recursos foram utilizados, sempre referindo-se a gastos com terceiros.

A única crítica que poderia ser feita diz respeito à informalidade da distribuição dos recursos, ressaltando-se o pressuposto da prestação de contas pelo Diretório Nacional.

Finaliza declarando que considerou a quantia de R\$100.000,00 como recebida do tesoureiro nacional e que jamais ouvira falar do Sr. Marcos Valério.

**Dep. Paulo Rocha (PT/PA)**

Em seu depoimento à Polícia Federal, o Sr. Marcos Valério informou que o Deputado Paulo Rocha recebeu, em espécie, das contas da SMP&B, na agência do Banco Rural em Brasília, a quantia de R\$920 mil, por intermédio de seus assessores Anita Leocádia Pereira da Costa e Charles Santos Dias. Segundo a lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério, os saques ocorrem nas seguintes datas:

07/04/2003 – R\$50.000,00

03/04/2003 – R\$50.000,00

04/04/2003 – R\$50.000,00

17/07/2003 – R\$50.000,00

06/05/2005 – R\$100.000,00

27/05/2003 – R\$300.000,00

16/12/2003 – R\$120.000,00

05/07/2004 – R\$200.000,00

Nos documentos bancários à disposição desta CPMI, localizamos os seguintes saques da Sra. Anita Leocádia, no valor total de R\$420 mil:

26/06/2003 – R\$100.000,00

03/07/2003 – R\$50.000,00

04/07/2003 – R\$50.000,00

17/07/2003 – R\$50.000,00

18/07/2003 – R\$50.000,00

19/12/2003 – R\$120.000,00

Abordado pela imprensa, não apresentou explicações, dizendo estar aguardando manifestação do Diretório Nacional.

O Deputado confirmou ter recebido dinheiro do esquema Delúbio/Marcos Valério, mas alegou que se destinava a pagamento de dívidas do PT no Estado do Pará. O tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares, ouvido na CPI mista da Compra de Votos, arrolou os diretórios regionais auxiliados pelo Diretório Nacional, não indicando o do Pará.

Anita Leocádia, em depoimento prestado à Polícia Federal, informa que o Deputado Paulo Rocha comentava que estava recebendo muitas cobranças de fornecedores que não haviam recebido os pagamentos devidos pelos materiais fornecidos na campanha eleitoral de 2002. Confessa os quatro saques realizados na agência Brasília do Banco Rural, afirmando que, de posse do dinheiro, dirigia-se a bancos para efetuar as remessas a fornecedores, o que fazia através de depósito em conta, entregando os recibos dos depósitos ao Deputado, que os repassava ao comitê do PT do Pará. Declarou ainda que, em julho de 2004, o Deputado lhe solicitou que fosse a São Paulo para receber R\$200 mil para a campanha eleitoral de 2004 do PT do Pará. Lá, recebeu telefonema de Marcos Valério solicitando que fosse a seu encontro em um hotel, onde recebeu dele os R\$200 mil, tendo, ainda em São Paulo, efetuado o pagamento de alguns fornecedores através de depósitos realizados em bancos, remetendo o restante do recurso, através de depósito bancário, ao diretório do PT do Pará, em nome de seu tesoureiro, Sr. Elias, ou o secretário-geral Marco Antonio.

Alguns comprovantes de pagamentos são recentes, não tendo sido registrada a receita junto à Justiça Eleitoral.

Defendendo-se, esclarece:

Ao final da campanha de 2002 restaram inúmeras dívidas com fornecedores, decorrentes da disputa do cargo de Governador do Estado do Pará, disputada pelo PT em aliança com diversos outros partidos.

Tais encargos foram reconhecidos pelo PT, tendo sido disponibilizada a quantia de R\$300.000,00 pelo Sr. Delúbio Soares, repassada para os devidos pagamentos em junho e julho de 2003, seguindo-se uma parcela de R\$120.000,00 em dezembro de 2003 e outra de R\$200.000,00 entregue em julho de 2004, totalizando os repasses para o PT do Pará o montante de R\$620.000,00.

Além disso, houve saque de R\$300.000,00 por emissário do PSB e entregue àquele Partido.

Descreve o Deputado, a seguir, os pagamentos feitos aos principais credores com os saques efetuados pela Sra. Anita Leocádia Pereira da Costa, comprovando que os recursos recebidos foram de imediato utilizados para pagamento das dívidas contraídas pelo Partido, não tendo o Deputado se beneficiado, em momento algum, dos valores mencionados.

Ademais, aponta indicadores patrimoniais e outros que atestam sua modesta condição de vida, após anos trabalhando como gráfico e quatro mandatos parlamentares.

#### **Dep. Pedro Corrêa (PP/PE)**

Os indícios da participação do Deputado Pedro Corrêa no esquema do mensalão estão relacionados ao depoimento prestado pelo Sr. João Cláudio Genu à Polícia Federal. O assessor PP declarou que recebeu quantias em dinheiro a pedido da direção do partido. Conforme suas declarações, o recebimento do dinheiro na agência do Banco Rural no Brasília Shopping somente se dava após a confirmação do Deputado Pedro Corrêa (“Que o Deputado Janene disse que somente o Deputado Pedro Corrêa poderia confirmar a necessidade de ir buscar o dinheiro”). Os valores eram recolhidos em pasta, tipo 007, que eram conduzidas à sala da Presidência do PP, localizada no edifício do Congresso Nacional, 17º andar do anexo I.

Tendo isso realizado tantas vezes que perdeu a conta:

“Que não se lembra quantas vezes recebeu quantias em dinheiro de Simone no interior da agência do Banco Rural em Brasília.”

O parlamentar alega que o dinheiro era proveniente do PT, que concordara em suportar as despesas de honorários advocatícios para defesa de um deputado progressista que estava enfrentando inúmeras ações na Justiça, a maioria promovida por integrantes do partido do governo.

Em sua defesa, o Deputado alega:

Que um deputado de sua legenda fez sucessivos apelos à Direção Nacional para que o ajudasse a suportar os custos da contratação de advogado para defendê-lo em 36 ações penais junto ao STF e Tribu-

nais Eleitorais, tendo sido o PT o principal responsável pelas demandas.

No início da atual legislatura o PP passou a compor a base de sustentação do Governo no Congresso e, enfrentando problemas financeiros à época, negociou com a direção do PT que este arcaria com o pagamento dos honorários advocatícios já referidos.

O PT repassou parte dos valores, que foram retirados na agência do Banco Rural em Brasília pelo funcionário João Genu e repassados integralmente ao advogado contratado.

Não foram os recursos contabilizados por ter o PT deixado de esclarecer quem era o doador.

**Dep. Pedro Henry (PP/MT)**

O nome do Deputado Pedro Henry foi mencionado pelo Deputado Roberto Jefferson como um dos parlamentares ligados ao esquema do mensalão.

Ainda segundo o Deputado Roberto Jefferson, o Deputado Henry teria pressionado o Líder do PTB na Câmara, Deputado José Múcio, a que ingressasse no esquema. Esse Parlamentar, no Conselho de Ética da Câmara, negou o fato.

Na defesa, alega:

Refuta ter pressionado o líder do PTB Deputado José Múcio, em conjunto com outros parlamentares, para aceitar o suposto mensalão.

Como prova disso cita depoimento do Deputado José Múcio no Conselho de Ética da Câmara, no qual negou ter sido pressionado pelos parlamentares a receber dinheiro para apoiar o Governo. Idêntica negativa foi feita pelo Deputado Carlos Rodrigues, que era o Coordenador do PL para a reforma política, no seu depoimento ao Conselho de Ética.

O próprio Deputado Pedro Henry, no depoimento prestado ao Conselho de Ética da Câmara, negou ter abordado o assunto em qualquer reunião com o PTB e PL e reafirmou: “nunca ofereci qualquer pagamento ou outro tipo de bem ou vantagem pecuniária a parlamentares que viessem a se filiar ao PP”.

Nesta legislatura, quatro deputados transferiram-se do PP para o PTB e dois vieram deste para o PP.

Observa que nas listagens anexas aos depoimentos nas CPMLs dos Correios e Compra de Votos, bem como na Procuradoria da República e Polícia Federal jamais foi citado o seu nome ou de qualquer familiar, assessores ou auxiliares, tanto de Brasília quanto de seu Estado, como beneficiário de recursos financeiros.

**Dep. Professor Luizinho (PT/SP)**

O Deputado Professor Luizinho aparece como beneficiário de um saque de R\$20 mil, realizado por seu assessor, José Nilson dos Santos, no dia 23/12/2003, na agência Avenida Paulista do Banco Rural.

Inicialmente, o Deputado negou o fato, aludindo a possível falsidade de documentos e homonímia, uma vez que supunha tratar-se de saque em agência de Brasília e não em São Paulo.

A lista encaminhada à Polícia Federal pelo Sr. Marcos Valério confirma o referido saque.

José Nilson dos Santos, assessor parlamentar do Deputado, declarou a Polícia Federal ter solicitado ao Professor Luizinho que obtivesse junto ao PT recursos para despesas pré-eleitorais para candidatos a vereador; que, meses depois, Delúbio informou-o poderia se dirigir ao Banco Rural, onde recebeu R\$20 mil em dinheiro vivo, o qual foi utilizado para pagar *designers* gráficos; que possui os comprovantes dos pagamentos, comprometendo-se a apresentá-los em duas semanas à polícia; que quando abordado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, foi questionado sobre saque no Banco Rural em Brasília, razão porque havia negado, uma vez que isso ocorreu em São Paulo.

Consta da defesa do Parlamentar:

Em julho de 2003 consultou o Sr. Delúbio Soares sobre a possibilidade de ajuda financeira para campanhas de vereadores em diversos Municípios, passando a informação ao militante José Nilson dos Santos, que é também seu assessor.

Em dezembro de 2003, o referido militante entrou em contato com Delúbio, por sua própria iniciativa, para tratar da ajuda financeira e, seguindo orientação recebida, retirou da agência do Banco Rural na Avenida Paulista a quantia de R\$20.000,00. É inadequado e injusto considerar, portanto, uma única ajuda financeira para preparação de candidaturas a vereadores, cuja origem presumiu-se regular, com o suposto esquema do mensalão.

O Deputado afirma que nunca recebeu aporte financeiro para a campanha de 2002, ou as demais, por meio das instâncias partidárias ou de seus dirigentes. Jamais teve conhecimento da existência do suposto mensalão, nem nunca soube da existência ou teve acesso aos “recursos não contabilizados” geridos por ex-dirigente do PT.

**Deputado Roberto Brandt (PFL/MG)**

Da documentação bancária enviada a esta CPML consta um saque no valor de R\$102.812,76, efetuado no dia 27/08/2004 pelo Sr. Nestor Francisco de Oliveira, na Agência Assembléia do Banco Rural, em Belo Horizonte.

O Sr. Nestor, ao prestar declarações na Polícia Federal, afirmou ter sido coordenador político da campanha do Deputado Roberto Brandt à Prefeitura de Belo Horizonte, em 2004. Informou ainda que, através de um contato direto entre o Presidente da Usiminas, Rinaldo Soares, e o Deputado, o primeiro comunicou

ao segundo uma doação para a campanha no valor de R\$150 mil. Destacou que, para o recebimento dessa importância, seria necessário um contato com o Sr. Cristiano Paz, Presidente da SMP&B, o qual já teria recebido instruções para o repasse do dinheiro ao candidato.

Declarou também que, após a dedução de tributos e dos honorários da SMP&B, o Parlamentar recebeu o valor líquido de R\$102.812,76.

Em sua defesa, o Parlamentar alega:

No mesmo dia em que os documentos relacionados ao saque efetuado pelo Sr. Nestor Francisco de Oliveira vieram a público...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço silêncio ao Plenário, porque está impossível ouvir a leitura do Relatório. Estendo a solicitação à Mesa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Deputado Roberto Brant apresenta a seguinte justificativa:

No mesmo dia em que os documentos relacionados ao saque efetuado pelo Sr. Nestor Francisco de Oliveira vieram a público, o Deputado tomou a iniciativa de ligar para alguns dos principais órgãos de imprensa do País e do Estado para afirmar que o sacador o assessoria e foi um dos coordenadores de sua campanha para Prefeito de Belo Horizonte. Disse também que os recursos não constituíam contribuição com recursos próprios da SMP&B, apenas intermediava a transferência de recursos que provinham da Usiminas, que lhe oferecera espontaneamente a contribuição.

A fonte dos recursos foi exclusivamente privada, não tendo qualquer ligação com recursos públicos; ademais, não escaparam da incidência tributária: a contribuição original da Usiminas era de R\$150.000,00, convertendo-se em R\$102.812,76 ao passar pela SMP&B, devido aos tributos de faturamento. Os demais concorrentes à Prefeitura de Belo Horizonte, igualmente receberam doações da mesma fonte e pelo mesmo caminho.

A importância recebida foi empregada no pagamento de serviços de comunicação audiovisual; a insuficiente arrecadação de recursos, todavia, levou o Deputado a submeter-se a uma doação não declarada de uma grande e tradicional empresa.

Se cometeu alguma infração, terá sido exclusivamente em relação a essa legislação eleitoral.

Como comprovante, anexou nota fiscal de prestação de serviços, emitida em 22 de setembro de 2004, pela empresa PMP Comunicação Ltda., com discriminação de serviços de produção de programas eleitorais de TV/rádio e de comerciais de TV, no exato valor da

quantia líquida recebida. Juntou também matérias publicadas no **Estado de S. Paulo** e no **O Globo**, em 11 de agosto de 2005, nas quais o publicitário Cristiano Paz confirma a origem e a aplicação do valor recebido pelo Deputado.

Admite, todavia, não ter declarado essa despesa ao Tribunal Regional Eleitoral por ocasião da prestação de contas.

**Dep. Romeu Queiroz** (PTB/MG)

Em seu depoimento na Polícia Federal, o Sr. Marcos Valério confirmou que o Deputado Romeu Queiroz recebeu, por meio de assessores, repasses das contas da SMP&B. Segundo o depoente: “o Deputado Romeu Queiroz é presidente do PTB em Minas Gerais e recebia através de Charles dos Santos Nobre e de José Hertens”.

Na lista de Simone Vasconcelos, o Deputado Romeu Queiroz aparece com dois saques, no valor total de R\$350 mil, a saber:

10/07/2003 – R\$50.000,00

05/01/2004 – R\$300.000,00

Na documentação bancária disponível nesta Comissão, há comprovação, no dia 31/08/2004, de um saque no valor de R\$102.812,76, feito pelo Sr. Paulo Leite Nunes, na agência do Banco Rural em Belo Horizonte. Segundo o Deputado, parte do dinheiro foi transferida, ainda no Banco Rural, para candidatos a Prefeitos no interior de Minas.

Em depoimento na Polícia Federal, Paulo Leite Nunes especifica as TEDs que efetuou em 31/08/2004, nominando sete beneficiários e seus respectivos montantes.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

Marcos Valério negou que os recursos tivessem advindo da Usiminas.

Eis a síntese da defesa do Dep. Romeu Queiroz:

No ano de 2003, o Presidente Nacional do PTB orientou o Deputado para que, na condição de 2º Secretário da Executiva Nacional e Presidente Regional do PTB em Minas Gerais, buscasse recursos para o Partido; posteriormente, em 10/07/2003, foi comunicado que estava disponível uma contribuição financeira através da SMP&B, a importância que foi entregue na Sede do PTB na Capital Federal pelo Sr. José Hertz Cardoso.

Ao final daquele ano foi solicitada pelo novo Presidente Nacional do PTB, Deputado Roberto Jefferson, a captação de recursos para o Partido. O Diretor do DNIT, Carlos Cotta, providenciou reunião com o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que, por sua vez, levou o pleito ao Tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares.

Em 05/01/2004, o Sr. Hertz foi orientado pelo 1º Secretário do PTB, Emerson Palmieri, a procurar a SMP&B em Belo Horizonte, o que fez, viajando em seguida para Brasília, onde entregou a quantia recebida ao Sr. Palmieri. Na ocasião, o Parlamentar estava em viagem de férias com a família, razão pela qual não soube informar o valor exato recebido e entregue ao PTB Nacional.

Em relação ao recebimento da importância de R\$102.812,76 na Agência Assembléia do Banco Rural em Belo Horizonte, esclarece que recebeu comunicação do Sr. Cristiano Paz, sócio da SMP&B, de que a Usiminas colocara à sua disposição em 2004 o valor de R\$150.000,00, sacada a quantia líquida (descontados impostos e taxas correspondentes) pelo Sr. Paulo Leite Nunes, que foi maior parte distribuída para financiamento de diversas campanhas municipais, sendo os remanescentes R\$50.000,00, transferidos via TED, por iniciativa não autorizada de Paulo Nunes, para conta do Deputado junto ao Bradesco.

Como não se trata de verba destinada à campanha própria, evidentemente, não cabia ao Deputado prestar contas à Justiça Eleitoral; inexistiam à época quaisquer comentários sobre irregularidades praticadas pela SMP&B. Enfim, as importâncias não foram para proveito do próprio Deputado, mas destinaram-se ao PTB Nacional e para as campanhas das eleições municipais de 2004.

**Dep. Sandro Mabel (PL/GO)**

O Deputado Sandro Mabel, Líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, foi acusado pelo Deputado Roberto Jefferson, em seu depoimento perante o Conselho de Ética daquela Casa, de ser um dos operadores do suposto esquema de compra de votos de Parlamentares. Perguntado sobre quem participava do esquema, o Deputado Roberto Jefferson citou explicitamente o nome do Deputado Sandro Mabel.

Em outro episódio, no Conselho de Ética, a Deputada licenciada Raquel Teixeira acusou o Deputado Sandro Mabel de oferecer vantagens financeiras em troca de sua mudança para o PL. Segundo a Deputada: “Mabel disse que eu receberia R\$30 mil por mês, que poderiam chegar a R\$50 mil. Em dezembro, eu receberia mais R\$1 milhão”. O Governador de Goiás reconhece ter ouvido o caso e feito referência ao Presidente da República.

Este fato já é objeto de processo disciplinar no Conselho de Ética.

O Deputado nega as acusações, sob as seguintes alegações:

Tramita no Conselho de Ética representação contra o Deputado, proposta pelo PTB, sob argumento de que teria praticado ato incompatível com o decoro par-

lamentar, quer por supostamente ter oferecido proposta financeira à Deputada Raquel Teixeira para mudança de Partido, quer por ter recebido valores indevidos em benefício próprio ou de terceiros, com o intuito de alterar as deliberações plenárias na Câmara dos Deputados. Contra esse representação, baseada exclusivamente em depoimento mentiroso e falacioso da Deputada Raquel Teixeira, já foi oferecida defesa.

Assim, se já há um procedimento com objetivo de apurar responsabilidade ético-disciplinar do Deputado, não é necessária sua citação ou indiciamento, pois estaria respondendo duplamente (*bis in idem*) pelo mesmo fato; não há, outrossim, “mínimo substrato fático jurídico” para seu indiciamento.

**Dep. Vadão Gomes (PP/SP)**

A lista elaborada pelo Sr. Marcos Valério indica que o Deputado Vadão Gomes aparece como beneficiário de dois repasses no valor total de R\$3,7 milhões, assim distribuídos:

05/07/2004	R	R\$1.000.000,00
16/08/2004	R	R\$ 2.700.000,00

Em seu depoimento na Polícia Federal, o Sr. Marcos Valério confirmou esses repasses.

O Deputado apresentou extratos de conta bancária do frigorífico de sua propriedade e autorizou a quebra de seu sigilo bancário.

Em sua defesa, o Deputado alega que nunca efetuou qualquer negócio político ou comercial com o Sr. Marcos Valério. Afirmou que nem ele, nem seus assessores efetuaram saques na Agência do Banco Rural em Brasília.

**Dep. Wanderval Santos (PL/SP)**

Na documentação entregue pelo Banco Rural a esta CPMI, o Sr. Célio Marcos Siqueira, assessor do Deputado Wanderval Santos, aparece como beneficiário da quantia de R\$150 mil, oriunda de um saque total de R\$350 mil realizado, em 17/12/2003, pela Srª. Simone Vasconcelos na Agência do Banco Rural, no Brasília Shopping.

No verso da autorização de pagamento, há anotações feitas pela sacadora, indicando que os recursos seriam, de fato, para o Deputado Wanderval Santos, mas, segundo a declaração do sacador, teria agido em nome do Deputado Carlos Rodrigues.

Sustenta o Parlamentar:

A única prova em que se fundamenta a CPMI é o fato de o motorista do requerente ter ido à agência do Banco Rural em Brasília, no ano de 2003, a pedido do Deputado Carlos Rodrigues, buscar uma “encomenda”. Em que pese a requisição de seu motorista pelo Deputado Carlos Rodrigues, o requerido não teve qualquer conhecimento do fato à época de sua

ocorrência. No depoimento do motorista à Polícia Federal, declarou ele, expressamente, que o Deputado não sabia de sua ida ao Banco, a pedido do Deputado Carlos Rodrigues. Com efeito, somente tomou conhecimento disto com a divulgação do fato pela imprensa, inexistindo qualquer prova, documental ou testemunhal que assegure que o Requerente tem vinculação com o recebimento de valores pecuniários, em benefício próprio ou de terceiros.

Do ex-Ministro José Dirceu

O Deputado José Dirceu, ex-Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, foi apontado pelo Deputado Roberto Jefferson, perante esta Comissão, assim como perante o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e em entrevistas a órgãos de imprensa, como criador do esquema a que se convencionou chamar de mensalão.

Segundo o Deputado Roberto Jefferson, na qualidade de coordenador político e principal Ministro do Governo Lula, o Deputado José Dirceu articulou o esquema de distribuição de pagamentos a Deputados em troca do apoio ao Governo em votações de seu interesse. Melhor que distribuir os projetos, seria domesticar os Parlamentares.

Em seu depoimento a esta CPMI, a Srª Renilda Souza, esposa do Sr. Marcos Valério, confirmou que seu marido participou de reuniões com o então Ministro José Dirceu e diretores do Banco BMG e que o mesmo sabia dos empréstimos realizados por ele, Marcos Valério, para repasse de dinheiro ao Partido dos Trabalhadores.

Marcos Valério confirmou, na CPMI, a ciência do ex-Ministro quanto aos empréstimos e sua liberação a parlamentares e Partidos.

O ex-tesoureiro do PTB, Sr. Emerson Palmieri, ouvido na CPI mista da Compra de Votos, informou que José Dirceu sempre era consultado após as reuniões com os dirigentes do PT. Depois de todas essas conversas, sempre havia uma ligação, ou do Delúbio ou do Genoíno, para o Deputado José Dirceu e, após esse contato, os dirigentes do PT asseguravam que tudo estava certo em relação ao repasse de recursos.

Roberto Jefferson, questionado sobre quais seriam os responsáveis finais pelas nomeações em atendimento aos Partidos da Base aliada, asseverou serem José Dirceu e Sílvio Pereira: “Toda estrutura era montada com o Sr. Sílvio Pereira e quem batia o martelo era o Ministro José Dirceu. Foi assim em todos os cargos que o PTB nomeou.”

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio, para dar continuidade à leitura do relatório.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Revela, também, como as empresas estatais são utilizadas para obter recursos destinados a Partidos políticos:

E eu disse ao Ministro José Dirceu, numa dessas conversas que não são republicanas, que isso era um oferecimento ao Partido feito pelo Presidente Lula. Ele disse: “Eu vou acionar o Delúbio, e o Dimas vai procurar você.” E me procurou. No dia 13, na madrugada do dia 14, à uma hora da manhã, ele chegou a minha casa e conversou comigo como funcionava o esquema de Furnas. Explicou-me o seguinte: que Furnas deixa, sem problema, R\$3 milhões por mês a Diretoria dele. E que ele fazia os seguintes repasses: R\$1 milhão para o Sr. Delúbio, PT Nacional; R\$1 milhão para o Dr. Rodrigo, PT de Minas Gerais; R\$500 mil para o Dr. Cury, para uma diretoria de um grupo de Deputados que havia constituído esse diretor no princípio do Governo com o Ministro José Dirceu; e R\$500 mil ficavam na diretoria. Voltei ao Ministro José Dirceu, relatei essa conversa, e ele falou: “Então, nós nos acertamos por cima, sem problema”. Eu falei: “Eu não sou problema para você. Preciso do financiamento para o PTB, o que a gente acertar está acertado.” Essa operação inteira de Furnas foi tratada com José Dirceu; até os números.

Ao responder a questionamento da Deputada Juíza Denise Frossard, a descrição feita pelo Deputado Roberto Jefferson acerca do esquema de financiamento de partidos políticos, por meio de empresas estatais, chocou-a, assim como ao eminente Senador Pedro Simon. Cabe transcrever o trecho que causou espanto aos mencionados parlamentares e ao Plenário da Comissão:

V. Exª quer me perguntar se esses cargos ajudam ao financiamento dos Partidos. É isso? Ajudam. E vou explicar a V. Exª como, a regra que eu tenho no PTB. Primeiro, a empresa pública. Disse isso sempre aos meus companheiros diretores. Segundo, o interesse da empresa privada que se relaciona; se é possível, na relação, a empresa privada ajudar por dentro, no caixa, o Partido, fazendo doações. É assim que funciona há anos, sempre foi assim.

Por que os Partidos buscam nomear os cargos de Governo? Para ter um homem numa área importante de decisão, que estabeleça uma relação com as empresas privadas que gravitam em torno dessa área para, na seleção de algumas – isso respeitando parâmetros éticos –, pedir àquele empresário que possa contribuir com o caixa do Partido que representa aquela pessoa. É assim que funciona.

Ou seja, as nomeações para os altos cargos da República eram realizadas com a interferência de quem não integrava o Governo Federal e com obje-

vos, como diz o Deputado, não republicanos. Acusa mais, aquele parlamentar:

Tudo o que eu tratei na Presidência do PT, lá no prédio da Varig, na W3 Norte, foi homologado por ele na Casa Civil, até dinheiro de campanha. O não-financeamento de campanha, essa história de Furnas, tudo isso foi tratado com ele lá. Então, eram conversas republicanas e não republicanas, incompatíveis com a função que ele ocupava.

Outra denúncia grave oriunda daquele parlamentar tem a ver com a troca de partido político por deputados federais. Registre-se o testemunho de presidente de Partido da base governista: “Há cooptação de Deputados. Há vários deputados que chegaram, inclusive, ao meu Partido, com nomeações feitas pelo José Dirceu, para poder compor a base de meu Partido.” Ou seja, Deputados ingressaram em seu Partido em razão de negociação com o Ministro José Dirceu de nomeações de cargos.

Perguntado, na CPI mista dos Correios, se teria certeza de que o Ministro José Dirceu tinha conhecimento do suposto esquema gigantesco de corrupção, Roberto Jefferson respondeu: “Tudo o que tratei, tratei com José Dirceu, tudo o que conversei, até de negócios, de política, de campanha eleitoral, R\$20 milhões.”

Mais adiante, questionado sobre se havia notícia do mensalão para o então Ministro José Dirceu, respondeu: “Várias vezes, várias vezes, várias vezes. Falei com o Zé Dirceu seis ou oito vezes sobre o mensalão”. Quando do não-cumprimento do acordo firmado com o PTB, em que este Partido reclamava a inadimplência, o Ministro se justificou com a dificuldade de internar recursos, uma vez que a Polícia Federal já havia prendido diversos doleiros – e esse fato efetivamente ocorreu. Trata-se de participação em delito. Veja-se:

Aí, fui ao Ministro José Dirceu. Falei: “Zé, está esgarçando ao ponto de eu não conseguir mais controlar o meu Partido. O que foi tratado não foi cumprido”. Ele falou: “Roberto, não está dando. Os doleiros foram presos. Não há como internar dinheiro. A turma que ajuda não está podendo ajudar.” Isso é que ele me disse e eu repito.

Outro episódio que liga o ex-Ministro ao Sr. Marcos Valério é a ajuda prestada pelo empresário para conseguir um emprego no Banco BMG para a Srª Maria Angela Saragoça, ex-mulher do Deputado José Dirceu. De fato, o advogado do BMG, Sr. Sérgio Bermudes, confirmou que Marcos Valério indicou o nome da Srª Maria Angela diretamente ao Presidente do Banco. Marcos Valério também ajudou a ex-mulher do então Ministro a obter, no Banco Rural, um empréstimo imobiliário no valor de R\$42 mil, que Maria Angela usou como parte do pagamento de um novo apartamento.

A outra parte foi oriunda da venda de seu antigo apartamento ao Sr. Rogério Tolentino, sócio e advogado de Marcos Valério.

Há também a coincidente referência a Roberto Marques, seu assessor, em remessa não comprovada de numerário a São Paulo, pela SMP&B.

Entendemos necessário o registro, à presente altura, da necessidade de se punir parlamentar por quebra de decoro, em razão de atos praticados ou fatos acontecidos ainda que fora do exercício do mandato. Há precedente neste Parlamento a respeito do tema. Cito, por todos, o que decidiu a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, mediante o Parecer nº 89, de 1995, de autoria do Senador Josaphat Marinho, quando se discutia Consulta formulada pela Mesa Diretora do Senado Federal, cujo objeto era questão relativa a fatos anteriores ao mandato parlamentar:

Ora, as que concernem ao decoro parlamentar e à previsão de perda de mandato devem ser, em tese, contemporâneas ao exercício da função (art. 55, II, e § 1º da CF). Não há negar, porém, que atos e fatos passados, sobretudo se recentes, a depender de sua natureza e circunstâncias, podem projetar-se no tempo e alcançar e perturbar o procedimento do parlamentar – e atingir a instituição.

No caso do ex-Ministro José Dirceu, trata-se de parlamentar que se licenciou para ser alçado a Ministro.

Estamos plenamente de acordo com o que afirmou o Presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, no momento em que se despedia do cargo de Ministro da Educação:

O juízo do Partido não se dá em cima de relações políticas ou de fraternidade. Ele se dá em cima da norma. Se o Partido não de acostumar a aplicar duramente a norma daqui para frente, seja para quem for, não vai dar uma contribuição para a democracia.

A defesa apresentada pelo Deputado José Dirceu traz, no que tange à matéria fática, os seguintes argumentos:

- O procedimento adotado pelo Relator, fruto de sua atitude isolada, é inusitado, sem parâmetros nos trabalhos da CPML.
- Os documentos que constam de sua pasta determinam ser improcedente qualquer ilação de conduta irregular do Deputado que se faça a partir deles.
- Os fatos relacionados a Srª Maria Angela Saragoça já foram por ela própria explicados em nota pública.
- As referências feitas pelo Deputado Roberto Jefferson são desprovidas de prova e seriedade, caracterizando mera tentativa de

desviar o rumo das investigações que devem ser realizadas por esta CPML.

Afirma também que as alegações da Srª Renilda quanto ao seu conhecimento dos empréstimos tomados pelo marido dela em favor do Partido dos Trabalhadores são incorretas. Junta cópia de defesa que apresentou à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, na qual destacam-se, sucintamente:

- a imputação de falta de decoro somente é aplicável a atos praticados “no exercício do mandato”;

- a representação é inepta porque não indica quais trabalhos legislativos teriam tido seu regular andamento fraudado; o denunciante apenas noticiou que Marcos Valério e sua esposa, Renilda, afirmaram em seus depoimentos que o representado, em conluio com Delúbio Soares, teria levantado fundos junto ao Banco Rural e Banco de Minas Gerais para pagar parlamentares para que votassem a favor do Governo;

- tais depoimentos mostram que nunca houve levantamento de fundos para pagar parlamentares, mas, sim, realização de empréstimos para fazer frente a obrigações de campanhas eleitorais;

- as pessoas referidas pela representação limitaram-se a dizer que tinham sido informadas por terceiros de que o Deputado tinha conhecimento dos empréstimos, do que resulta existirem apenas suposições;

- as pessoas relacionadas com os empréstimos obtidos foram unânimes em informar que os recursos obtidos com os empréstimos destinavam-se a saldar dívidas de agremiações políticas, essencialmente ligadas a campanhas eleitorais;

- o Deputado Roberto Jefferson, acusado de manter um esquema de arrecadação irregular de recursos em empresas públicas com o auxílio de pessoas indicadas por seu Partido político é voz isolada na acusação de que os recursos destinados à quitação de dívidas eleitorais estariam relacionados a suposto pagamento de propinas em troca de apoio em votações de projetos de interesse do Governo;

- não se ocupou da parte financeira da campanha eleitoral de 2002, tendo sido um dos coordenadores políticos da campanha presidencial e também candidato no pleito pro-

porcional; encerrada a campanha, participou ativamente da montagem do novo governo e, após a posse, assumiu importante cargo, cujas funções ocupavam todo o seu tempo, impossibilitando qualquer participação nas decisões executivas do PT;

- pelas mesmas razões, não teve nenhuma participação na administração financeira das campanhas municipais de 2004, o que seria incompatível com as funções de que se ocupava então, pelo que não é razoável supor que pudesse ter conhecimento das condições e dos detalhes dos empréstimos obtidos ou das dívidas existentes;

- conhecia este assunto apenas genericamente, sabendo que o PT estava com problemas financeiros e que buscava empréstimos junto a bancos, sem ter participado de qualquer negociação a eles relacionada nem ter prometido quaisquer favores aos bancos envolvidos;

- repele com toda a veemência e de modo categórico a prática dos atos sugeridos na representação, tendo plena convicção de que responde a um processo político.

#### Do Processo Político

O julgamento da Casa Legislativa é, exatamente, este: juízo político. O juízo político tem a característica de ser juízo de conveniência e oportunidade. Nem mesmo pode ser sindicado pelo Poder Judiciário.

Com efeito, na Justiça somente se pode questionar aspectos formais, procedimentais, se se observou ou não o devido processo legal. Não cabe ao Poder Judiciário decidir sobre se o Legislativo devia ou não ter cassado mandato.

Aliás, esse correto entendimento é o que vem sendo reasentado quando se trata do *impeachment* do Presidente. O que se afirma é que “não há clima para essa discussão”.

Já não se pode dizer o mesmo em relação à conduta de parlamentares. Há um clamor nacional por punição. A análise se foca na necessidade de depuração do Legislativo. Seus índices de confiança popular exibem-se reduzidos. Desdenhar dessas evidentes constatações será cavar fosso entre o povo e seus representantes de difícil superação desta Casa Legislativa. O próprio Presidente da República averbou dever-se cortar na própria carne, se necessário.

O juízo político corresponde à resposta a esta indagação: é hora de se cortar na própria carne?

O povo grita que sim. Resta ao Parlamento afirmar se pretende dele se divorciar.



Como ensina Josaphat Marinho, o inquérito parlamentar tem origem, caráter e fim essencialmente político. (*in* **Natureza e função política das Comissões Parlamentares de Inquérito – Revista da Faculdade de Direito da Bahia**, v. XXIX, p. 41).

Em 2003, com a posse do novo Governo, vivia-se o sonho de um Brasil diferente, com inclusão social, participação popular, boa escola, salário digno. Hoje, ao contrário, percebe-se um sentimento generalizado, misto de decepção e indignação, por conta da corrupção política praticada pelos dirigentes de alguns partidos políticos e pelas suspeitas que pairam sobre membros do Congresso Nacional e agentes do Governo. Pode-se dizer que a classe política é, ao mesmo tempo, causadora e vítima desse processo.

É precisamente em decorrência desse estado de desencanto da população brasileira que, neste momento, faz-se absolutamente necessária a punição de todos aqueles cujo envolvimento nos desvios e omissões apontados restar comprovado nas investigações pelas CPMLs ou pela Comissão de Ética. Trata-se de uma exigência de nosso estágio presente de amadurecimento político e democrático, uma demanda do povo que, estarrecido com as revelações e com a desfaçatez de alguns, acompanha os trabalhos destas Comissões. É uma encruzilhada na consolidação da cidadania e da igualdade perante a Lei em nosso País. O não-cumprimento dessa exigência trará como resultado inevitável a desmoralização, perante o cidadão e eleitor, do Congresso Nacional, da atividade política e da própria instituição democrática.

O que temos diante de nós, e diante da história, é uma decisão singela: por uma ética política autêntica, na qual as palavras têm o seu valor de face, ou pela farsa dos interesses individuais travestidos de função pública.

A reforma política é essencial para evitar os desvirtuamentos que foram observados nos últimos anos, mas não é suficiente. Urge punir os culpados para fazer germinar um sentimento que preenchia de efusiva alegria o coração dos brasileiros: a esperança. Somente assim pode-se resgatar a confiança do povo e fortalecer as instituições democráticas, que não podem ser abaladas pelo desvio de condutas dos maus políticos.

Sabemos todos que no estatuto ético-político dos congressistas não é necessário, para que se configure o delito de quebra de decoro parlamentar, que o parlamentar tenha cometido também um ilícito penal comum, embora possam os dois ilícitos decorrer de um mesmo fato.

Como afirmou o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, nos autos da Repre-

sentação nº 2, de 1999, que tinha como objeto o comportamento de um Senador da República:

“Para a caracterização da quebra de decoro parlamentar não é necessário que a prática atribuída ao Parlamentar seja tipificada como crime ou que tenha causado dano, basta que, segundo o juízo de seus pares, ofenda a imagem e a dignidade da Casa Legislativa de que faça parte.”

Esse é também o consensual entendimento doutrinário, de que é exemplo notável o prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

“Decoro parlamentar. (.....) Entende-se por atentatória ao decoro parlamentar a conduta que fira os padrões elevados de moralidade, necessários ao prestígio do mandato, à dignidade do Parlamento. Assim, não é preciso que o ato configure ilícito penal, basta que macule o respeito exigido por um **bonus pater familias** para dar ensejo à perda do mandato”. (**Comentários à Constituição de 1988**, Ferreira Filho, Manoel Gonçalves – São Paulo: Saraiva, 1997, pág. 330.

Disso não discrepa a jurisprudência. Veja-se:

“Escapa ao controle do Judiciário, no que concerne a seu mérito, juízo sobre fatos que se reserva, privativamente, à Casa do Congresso Nacional formulá-lo...” (MS nº 23.388-5, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ de 20/04/2001)

“Verificada e afirmada a observância do devido processo legal para cassação do mandato do Recorrente, bem como que ela se deu por motivo previsto em lei, não pode o Judiciário examinar se foi justo ou não o ato, porque a isto se contrapõe o princípio de independência e harmonia dos Poderes...” (RE n.113.314, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ de 21.10.88).

Aqui, farei algumas considerações para responder à imprensa sobre a evolução das informações que vinha prestando. Perceberão por que, eventualmente, mudei de opinião.

Assim, respondo à sociedade brasileira.

## VIII – Considerações Finais

O Relator da CPML dos Correios, inicialmente, se propunha a elaborar listagem em que se obviasse o grau de comprometimento dos parlamentares.

Sabidamente foi alertado pelo Senador Álvaro Dias e pelos Deputados Juíza Denise Frossard e Antônio Carlos Magalhães Neto, de que isso importaria em juízo de valor.

Também chegou a cogitar em eventual exclusão de alguns parlamentares, mas isso igualmente incidiria em seleção de critério, o de maior ou menor envolvimento e, portanto, novamente juízo de valor.

Quanto à ampla defesa, nesta quadra, é preciso atentar que se trata de inquérito parlamentar. Cabe,

portanto, o entendimento que reiteradamente têm manifestado a doutrina e a jurisprudência, e nomeadamente, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, cujo relator foi o Senador Osmar Dias:

“A condição de acusado do cidadão detentor de mandato senatorial a quem se imputa a prática de ato contrário à ética e ao decoro parlamentar somente se configura, tecnicamente, com o início do processo pertinente e este, por seu turno, somente principia com a propositura de representação pela Mesa Diretora do Senado Federal ou por partido político com representação no Congresso Nacional (§ 3º do art. 55, CF).”

“Desse modo, não há que falar em cerceamento de defesa na hipótese da consulta vertente, uma vez que não teve início, até o momento, o processo pertinente.” (Parecer da CCJ do Senado Federal publicado no Diário do Senado Federal de 10 de outubro de 2001.)

Em verdade, afirmar a consistência da prova é invadir seara de convencimento, que é do Conselho de Ética. Uma prova que pode ser irrelevante para o Relator, pode ser a definitiva para o Membro do Conselho de Ética, ou, diferentemente, a prova mais convincente para o Relator poderá ser relegada pelo julgador. Afinal, vale recordar, trata-se de juízo político e, ademais, da amplitude insita a tal julgamento, ainda tem aplicação o princípio do livre convencimento motivado, que importa em valoração da prova segundo critérios subjetivos de quem julga. No caso, o Conselho de Ética.

O presente Parecer destina-se, como já dito, a encaminhar à Presidência da Câmara dos Deputados o relato dos fatos, até o momento apurados, pelas duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito com a indicação dos parlamentares cujo comportamento possa ser tido como incompatível com o decoro parlamentar.

O Relatório Final da CPMI da Compra de Votos apontará outros ilícitos que possam ser imputados tanto aos congressistas aqui apontados, como a outros parlamentares e demais agentes públicos cujos nomes venham a ser eventualmente identificados durante os seus trabalhos como envolvidos nos fatos sob apuração.

Registre-se que o comportamento desses últimos não é objeto deste Relatório Parcial, o qual cinge-se às pessoas detentoras de mandato eletivo no Congresso Nacional.

Além das infrações à legislação eleitoral, podem ter ocorrido ofensas a dispositivos constitucionais e legais, que convém trazer à baila.

A Constituição Federal, ao dispor sobre as obrigações impostas aos congressistas, estabelece o de-

ver de respeitar todos os preceitos relativos ao decoro parlamentar (art. 55, inciso II e § 1º).

Na Câmara dos Deputados, a Resolução nº 25, de 2001, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, ao dispor sobre os Deveres Fundamentais dos Deputados, e os atos incompatíveis com o decoro parlamentar, reza o Código:

“Art. 3º. São deveres fundamentais do Deputado:

(...)

III – zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

(...)

IV – exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;

(...)

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, §1º).

II – perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º).”

A Lei nº 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, determina, em seu art. 1º, inciso IV, que “são crimes dessa natureza os atos de determinados agentes políticos (Presidente da República, Ministros de Estado) que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade da administração.”

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), ao tratar dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, define em seus arts. 9º, inciso I, e 11, incisos I e II:

“Art. 9º. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e nomeadamente:

I – receber para si ou para outrem dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado

por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

(...)

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;”

O Código Penal (instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940), no Título XI, contempla os crimes contra a Administração Pública, cabendo mencionar, nesta oportunidade, que as condutas mencionadas neste Parecer podem caracterizar corrupção passiva (art. 317), corrupção ativa (art. 333), prevaricação (art. 319) e advocacia administrativa (art. 321).

Por sua vez, a Lei nº 4.729, de 1965, estabelece, em seu art. 1º, que constitui crime de sonegação fiscal prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deve ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se total ou parcialmente do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei.

Mencionamos aqui os dispositivos pertinentes a delitos comuns por julgarmos necessário que o presente Parecer tenha, também, natureza informativa, e, sobretudo, para honrarmos nossas responsabilidades históricas.

Sentimo-nos, entretanto, na obrigação de afirmar, de maneira inequívoca, pois a gravidade do momento histórico o exige, que, independentemente da ocorrência de delito comum – para cujo julgamento a competência não é do Congresso Nacional, mas do Poder Judiciário –, existem elementos bastantes que podem demonstrar que os desvios de conduta por parte de Deputados Federais, aqui citados, indicam a quebra do decoro parlamentar, quando menos, pelo grave dano à imagem do Congresso Nacional, pelo comprometimento da atividade política, pela lesão à democracia representativa, pelo menoscabo ao estado de direito democrático, enfim, por um amplo conjunto de crimes políticos expressivos o bastante para justificar a abertura de processo de perda de mandato dos Congressistas que os praticaram.

Para tanto, encaminhamos o presente Parecer à Presidência da Câmara dos Deputados, nos termos da Constituição Federal (art. 55, II, e §§ 2º 3º) e do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos

Deputados (arts. 4º, I, IV e V, e 14, § 3º) e, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, ao Procurador-Geral da República.

Sala da Comissão, em 01 de setembro de 2005.

CPMI dos Correios:

Senador Delcídio Amaral, Presidente

Deputado Osmar Serraglio, Relator

CPMI da Compra de Votos:

Senador Amir Lando, Presidente

Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator.”

É esse, Sr. Presidente, o parecer dos Srs. Relatores!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradecemos aos Srs. Relatores a leitura que propiciaram à Comissão, e suspendo a presente reunião pelo tempo de 30 minutos, a fim de que o Sr. Relator possa fazer alguns ajustes de redação e alguns ajustes numéricos, pequenos.

Consulto o Plenário!

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, é melhor suspender.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Está aprovado, Sr. Presidente! Já houve um acordo nesse sentido!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sr. Presidente, encaminhe a votação!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não há encaminhamento de votação, não há encaminhamento de votação ainda, não há nenhum encaminhamento de votação.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL) – Suspender, não! Votar, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Simplesmente queria fazer uma colocação de que este espaço de 30 minutos é porque é para voltar em 30. Posso dar 10 minutos, mas, então, vamos voltar em 10, e não voltar em 30.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Dez minutos são suficientes!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pergunto aos Relatores qual o tempo necessário para fazer pequenos ajustes pelo que foi mencionado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem!

Por que não delegamos ao Relator os pequenos ajustes?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O Relator disse que tem condições de fazer em 10 minutos.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL) – Dez minutos! Excelente, Sr. Presidente! Excelente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então suspendo a reunião por 10 minutos, e retomaremos os trabalhos exatamente às dezoito horas e onze minutos.

**(A reunião é suspensa às 18h01min e reaberta às 18h11min.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos para podermos dar continuidade à presente reunião.

Mas vou estabelecer algumas normas e alguns procedimentos aqui. Em primeiro lugar, quanto à modalidade de votação. Combinando o art. 14, parágrafo único, do Regimento Comum, que passo a ler:

“Nas deliberações da Comissão Mista, tomar-se-ão, em separado, os votos dos membros do Senado e da Câmara dos Deputados, sempre que haja paridade de votação.”

O importante é o que o **caput** estabelece:

“A Comissão Mista deliberará pela maioria dos seus votos, maioria simples, presente a maioria dos seus membros.”

É evidente e sempre é importante também uma disposição do parágrafo único final, quando fala o seguinte, nós podemos deliberar com a presença da maioria e uma deliberação por maioria de votos, maioria simples, em outras palavras, sempre que não haja paridade numérica em sua composição.

Na verdade, também interpretando o Regimento Interno do Senado Federal, podemos verificar que, nas Comissões Mistas, as decisões poderão seguir esse rito. Em consequência, faremos, aqui, separadamente, as votações, em ambas as comissões, simbólicas. Isso fica óbvio, não foi levantada nenhuma questão de ordem, mas, interpretando o Regimento, é possível assim proceder.

Por outro lado, teríamos a possibilidade de abertura de vista. Há um entendimento, mais ou menos, da Casa no sentido de que isso seria dispensável, porque estamos votando um relatório parcial que será encaminhado, e essa vista e ajustes poderão ser feitos individualmente, cada caso, junto ao Conselho de Ética. Então não haveria a necessidade aqui de uma discussão, de querer qualquer destaque, qualquer coisa dessa natureza que poderia acontecer **a posteriori** do pedido de vista. Então há um consenso de que não será pedida a vista e, conseqüentemente, não será dada a vista, e declaro esse direito precluso. Automaticamente, declaro o direito de vista precluso, e fica prejudicada qualquer tentativa de vista.

**O SR. (Orador não identificado)** – Monocraticamente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há decisão monocrática alguma. Estou interpretando a vontade coletiva da Comissão.

Pergunto ao Relator, que está procedendo alguns pequenos ajustes, se ainda está... Em fase final.

Por outro lado, teríamos, segundo as normas, a possibilidade de uma ampla discussão que poderia levar a votação para o dia subseqüente. Então num entendimento, num esforço geral, haveria uma renúncia expressa de todos os Parlamentares no sentido de não encaminhar. O não-encaminhamento significa a votação imediata, após o Relator fazer os pequenos ajustes e ler aqui no plenário, para que todos tenham o conhecimento desta errata, deste ajuste que se está fazendo.

Então, se conceder a palavra a alguém, abre-se a discussão ampla e geral. Pediria, a não ser que fosse exclusivamente uma tentativa de corrigir aqui, mas sem o abuso da questão de ordem ou pela ordem; evidentemente seria uma questão de ordem porque seria um procedimento **ad futurum**, mas nem isso, ou o entendimento geral, e aí essa renúncia deveria ser coletiva. Na medida em que um não renunciar, todos vão querer falar. E aí abre-se a discussão.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, só uma informação: gostaríamos de saber o que está acontecendo neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Um momento.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, só para saber!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito! Perfeito!

Falei que o Relator tem pequenos ajustes: ajustes numéricos, ajustes de redação. Vou dar um exemplo concreto: ao mencionar a fala de um depoente, houve um equívoco, e esse equívoco deve ser corrigido porque não se pode transcrever no relatório uma expressão alterada daquela que foi dita, e que não foi voluntário porque acontecem, exatamente como disse, os erros de redação ou ajustes de natureza material.

**O SR. (Orador não identificado)** – É a redação final, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– É a redação final, apenas a redação final.

Não haverá, e os senhores verão que são duas referências, dois textos, dois pequenos ajustes que me parecem absolutamente corretos, porque um ajusta o depoimento ao texto, à transcrição, e o outro é coisa semelhante, é uma questão de soma, erros materiais, soma de valores, como já disse, ajustes numéricos. É uma questão meramente de soma de valores que pode acontecer.

Poderíamos fazer **a posteriori**, poderíamos delegar, mas exatamente para não haver prejuízo nem reclamação que pese exclusivamente sobre as costas dos Relatores. São essas as informações que gostaria de fazer.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente!

Informo que vou querer encaminhar a votação. Vou orientar pelo meu Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Bom, ocorrendo isso, ficam prejudicadas todas as normas e os acordos.

Vou fazer diferente. Vou submeter a nossa proposta ao Plenário. Se o Plenário concordar com a proposta, vamos seguir essa proposta, senão, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, o Regimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda não submeti.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Eu quero apenas dizer que posso orientar ou posso falar como Líder, da forma que V. Ex<sup>a</sup> achar melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não haverá intervenção nem de Liderança, segundo nosso entendimento. Porque, senão, vamos abrir....

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – O Líder fala a qualquer momento, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Recebi essa orientação da maioria absoluta de todos os membros. Vou submetê-las ao Plenário. Se o Plenário votar no sentido...

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL) – É um apelo! Não pode! Mas esse é que é o problema! Desculpe, Sr. Presidente, mas o apelo que faço ao Deputado Rodrigo Maia é porque sei que V. Ex<sup>a</sup> não poderá votar essa proposta no plenário; e que ninguém encaminhe a votação, porque encaminhar é regimental.

Então o apelo que estou fazendo a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Rodrigo, é de que ninguém fale porque, se alguém for encaminhar, por mais motivos que tenha, todos quererão fazer também. Então é um apelo! Não vamos nem poder votar a proposta que é acordada, que é consenso da maioria dos parlamentares... Porque nem poderia votar uma proposta que defendo. Defendo que ninguém vote, que se vote....

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perdão! Perdão! É que o papel....

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL) – Desculpe, Sr. Presidente! Só porque sou parte dessa proposta de que se vote. Os debates acontecerão na CPMI do Mensalão ainda, na CPMI dos Correios e na

Comissão de Ética. Agora, não poderei nem votar esta proposta se for apresentada por V. Ex<sup>a</sup>, porque não é regimental. Sei que ele tem direito! Só estou apelando a ele para não fazer.

**O SR. (Orador não identificado)** – Ou todos falam ou ninguém fala! (Pausa.)

Não, não, não! Ou todos falam ou ninguém fala!

**O SR. (Orador não identificado)** – Ninguém fala!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, quando há acordo unânime.... Como não há unanimidade, evidentemente, que fico sem condições. É evidente. Submeti, mas foi uma forma de pressão da Mesa para impor, mas tenho absoluta consciência de que o Regimento está acima da vontade da Mesa e até do Plenário.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL) – E nós todos faremos um esforço para garantir o que foi pactuado anteriormente, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas o Deputado Rodrigo Maia tem alguma observação a fazer neste momento preliminar? Poderá fazê-lo.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, posso fazer agora.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Fixe um tempo para ele, um tempo para ele falar!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. Inclusive se quiser encaminhar ou orientar a sua Bancada antes, pode fazê-lo pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em nome do meu Partido, venho deixar claro, nesta tarde, a nossa posição. Em nenhum momento, para que fique claro, o Partido da Frente Liberal, procurou qualquer um dos dois Relatores para propor algum tipo de acordo, para propor qualquer forma de atrapalhar e obstruir os trabalhos das duas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sr. Presidente, venho, como Líder do meu Partido, nesta tarde, declarar....

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, estou pedindo silêncio do Plenário.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ) – ....que o PFL da Câmara e do Senado está presente aqui e estará em todos os fóruns na defesa do Deputado Roberto Brant.

O Deputado Roberto Brant, que tem uma história em Minas, tem uma história como Deputado Federal, como Ministro da Previdência, indicado pelo meu partido na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que tem do seu partido total apoio.

O Deputado Brant apresentou a sua defesa mostrando aos dois relatores a origem dos recursos priva-

dos e o destino, quando apresentou a nota fiscal da produtora de televisão que fez sua campanha. Mostrou também, Sr. Presidente, de forma clara, que aquela foi uma doação que a Usiminas resolveu, por bem, fazer por meio da SMP&B e que foi no período eleitoral.

Nós, do PFL, Sr. Presidente, temos total confiança no Deputado Roberto Brant. Além de defendê-lo hoje, o defenderemos, como já disse, na Corregedoria, no Conselho de Ética e, se necessário for, no Plenário da Câmara dos Deputados, porque confiamos no Deputado Roberto Brant, sabemos da sua integridade e da sua conduta como homem público.

É por isso que insisti, Sr. Presidente, e não poderia, como líder da bancada, deixar de fazer o registro da nossa posição, que é a favor de toda investigação; aliás, investigação que começou com um processo conduzido pelo Partido da Frente Liberal e por outros partidos.

É por isso também, Sr. Presidente, que não estamos aqui para obstruir a votação, não estamos aqui para pedir nenhum tipo de vista, usar o regimento, e não estamos aqui para atrapalhar o relatório dos nobres relatores; estamos aqui para, de forma transparente e clara, defender o que acreditamos, e acreditamos na inocência e na boa conduta do Deputado Roberto Brant.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª. Passarei, imediatamente, a palavra ao relator, para que se pronuncie aqui e faça a leitura dos pequenos ajustes que fez no relatório, para que todos façam inclusive as correções nas respectivas cópias, porque não temos como acionar agora, todo o processo de reedição.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, recebemos algumas ponderações que entendemos cabíveis e que, de forma nenhuma, infirmam, mas esclarecem algumas das passagens; inclusive integram algumas das omissões que ocorreram na nossa manifestação, no nosso relatório, do eminente Deputado Ibrahim e deste Parlamentar.

Quando, na página 22, fiz referência ao caixa dois, eu me vali da semântica pela qual caixa dois e recursos não contabilizados expressam o mesmo conteúdo material. Mas fui alertado de que o João Magno, no documento dele, não se valeu dessa expressão. Portanto, por fidedignidade, subtraio a expressão e a substituo por “recursos não contabilizados”. Isso está na página 22.

Também reconheço, nessa sequência e, no final do João Magno consigno, por ser uma verdade, que ele juntou documentos pelos quais pretende comprovar a destinação dos recursos por ele retirados.

Na página 24, em relação ao Deputado João Paulo Cunha, existem dois cidadãos que se chamam Luiz, relacionados ao Deputado. Apenas nos equivocamos, escrevemos Luiz da Costa Pinto, quando na verdade se chama Luiz Carlos Gomes.

No primeiro está Luiz da Costa Pinto, é Luiz Carlos Gomes, embora exista Luiz da Costa Pinto, mas não com relação ao comparecimento ao Shopping.

No parágrafo seguinte, onde eu relato o episódio relacionado aos duzentos mil que o publicitário retificou, acatei uma redação que vou enunciar que corresponde absolutamente à verdade, são formas de se dizer o mesmo conteúdo.

Qual é o texto? Embora o recibo obtido junto ao Banco do Brasil registre a soma de R\$50 mil, e é efetivamente isso o que nós temos – estou consignando fatos; vou repetir para não confundirem o texto com o que eu falei – o texto: Embora o registro obtido junto ao Banco Rural, o registro é a soma de R\$50 mil, na lista do Sr. Marcos Valério, o Deputado figurou como beneficiário de R\$200 mil. Imediatamente após a entrega da lista, o próprio Marcos Valério a retificou dizendo que o valor era apenas de R\$50 mil. Esse é um fato verdadeiro que esta relatoria confirma.

Depois, continuando na página 24, com relação ao Deputado João Paulo Cunha, no parágrafo que começa com “outrossim”, este fato aqui, também reconheço e esclareço com o que menciono à frente, que na verdade não há instância de defesa no inquérito, mas eu dei essa oportunidade de defesa, isso eu reconheço. Quando dei essa oportunidade de defesa, esse parágrafo, esse fato ainda não estava registrado. Portanto, quando o Deputado João Paulo Cunha se defendeu, ele não se defendeu com relação a este fato. Por isso eu mantenho o fato, apenas consigno, ao final que, sobre esses fatos, e continuo na mesma linha para não parecer que são outros fatos, alegou ao relator que não foi questionado. Isso é verdadeiro.

E finalmente, ainda João Paulo Cunha, ao final...

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, alegou ao Deputado João Paulo Cunha.

E ainda ao final do Deputado João Paulo Cunha, vou acrescentar também. Confirmamos na defesa, nós fizemos uma síntese, evidentemente nós não traduzimos todas as defesas, ele afirmou na defesa e agora eu registro: “afirmou ainda que a sua esposa esteve na agência do Banco Rural para tratar de assuntos relativos à TVA”. Esse é o acréscimo da página 25.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)* – O Deputado Dimas está pedindo

para colocar o nome do Diretor de Furnas completo porque há dois Deputados Dimas na Casa.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quero esclarecer um fato muito importante, mas que não vou poder fazer a retificação, que está me solicitando aqui; que fique bem claro à imprensa e à população.

Temos dois parlamentares que se chamam Dimas. No texto, estou reproduzindo uma fala do Deputado Roberto Jefferson. Ele diz: Falei com fulano, fulano, Dimas, e não sei quem. Eu não posso inserir no texto dele o sobrenome do Deputado. Não tem nada a ver.

Portanto, para esclarecer, muito transparentemente, o Dimas a que o relatório se refere aqui...

**O SR. (Orador não identificado)** – Qual é a página?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A página? Já falo.

**O SR. (Orador não identificado)** – É na fala do Roberto Jefferson.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É só verificar onde há uma fala. (Pausa.) Na página 47.

“E eu disse ao Ministro José Dirceu, numa dessas conversas que não são republicanas, ... que isso era um oferecimento ao Partido feito pelo Presidente Lula. Ele disse: Eu vou acionar o Delúbio, e o Dimas vai procurar você”. Eu não posso inserir aqui na minha retificação, numa reprodução, o nome de ninguém. Que fique bem claro para todos: Dimas aqui não tem nada a ver com nenhum Parlamentar; é Diretor de Furnas, ou era Diretor – não sei.

Vamos prosseguir.

Na página 27 há também uma correção. No primeiro parágrafo do José Janene está escrito assim: “Conforme suas declarações” – e eu estou me reportando a João Cláudio Genu – está escrito assim: “Conforme suas declarações, os Deputados José Janene, Pedro Correia e Pedro Henry me passavam a informação sobre a necessidade de receber o dinheiro”.

Aqui realmente há um equívoco. O texto está aqui para todo o Plenário que queira ler as declarações. O teor é o seguinte: Que somente ia receber o dinheiro após a confirmação expressa de Pedro Correia ou José Janene; que também fazia parte da Direção do PP o Deputado Federal Pedro Henry.

Os senhores sabem que são frases separadas. Uma se reportando a quem ia ao banco e a outra dizendo que era um dos diretores. Então estou excluindo desse parágrafo a expressão “e Pedro Henry”.

Depois, estou acrescentando. Nesta página 27, fizemos referência às listas e estamos agora consignando, exatamente, quanto há de documento. Os se-

nhores lembram que nós dissemos que de cinquenta e poucos milhões nós só temos 32 milhões identificados. Portanto, ainda há um cruzamento pendente. Suponho que agora se proceda a essa informação ao Conselho de Ética, também se chegar lá, porque não quero adiantar juízo.

Estou acrescentando aqui fato. Na CPMI somente constam cheques recebidos por João Cláudio Genu no montante de R\$600.000,00. Esses são os cheques que nós temos lá identificados. Evidentemente que se trata de disceptação entre as listas e as provas até o presente momento.

Na página trinta e quatro, antes do “defendendo-se”, no parágrafo “Os comprovantes de pagamentos são recentes”, na verdade não são todos os comprovantes que são recentes; inclusive mandei buscar a pasta. Há recentes, mas não todos. Então fica assim: Alguns comprovantes de pagamento são recentes. Portanto, estou separando. Existem recentes e existem coevos.

Aqui, no Pedro Corrêa, há uma expressão, na página 35; preciso esclarecer: acolho porque acho simplesmente, até porque não estamos fazendo juízo nenhum e esse juízo sobre isso é um juízo que se vai estabelecer na seqüência do exame do documento.

Nós falamos aqui que temos isso realizado tantas vezes que se perdeu a conta. Essa expressão é minha. Não podia fazer juízo de valor. Tudo bem. Então, retirei essa parte e daí isso se esclarecerá à frente. Não me lembro se tem mais coisa. Tem mais uma, pelo menos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sr. Relator, foi concluída?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só tem mais uma. Aqui também há um aspecto jurídico, na última página. Como se trata de um relatório parcial, e aí vem aquela discussão toda como houve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre documentos – acho que foi até do Banestado –, sobre CPIs que não estivessem concluídas, a nossa não é inconcluída, é um relatório parcial.

Portanto, fica consignado aqui que, quando nós fizemos o relatório final, iremos encaminhar à Procuradoria-Geral da República.

É isso, Srs. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Qual o número da página, nobre Relator?

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Sessenta. É a última.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pergunto a todos os Srs. Parlamentares presentes se já estão satisfeitos com as informações prestadas.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim, Sr.

Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não.

Então, invocando o art. 14 do Regimento Comum, combinado com o art. 113 do Regimento do Senado, vou submeter à votação simbólica, em primeiro lugar, na CPMI dos Correios.

Antes de colocar em votação, peço que, em seguida à votação, todos os seus membros passem à assinatura – à minha esquerda estará uma lista –, porque é importante que todos assinem, sob pena de não podermos remeter o documento à Presidência da Câmara.

Em votação na CPMI dos Correios.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares da CPMI dos Correios que concordam com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado unanimemente.

Em seguida, submeto à votação na CPMI da Compra de Votos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares da CPMI da Compra de Votos que concordam com o Relator, com o parecer oferecido, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado unanimemente.

Fica, então, aprovado o Relatório Misto das duas Comissões.

Parabéns a todos. Muito obrigado pela presença e não se esqueçam da assinatura.

Declaro encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18h39min.)*

#### ATA DA 18ª REUNIÃO – REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2005

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Amir Lando, Wellington Salgado, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Paulo Octávio, Heráclito Fortes e Arthur Virgílio; dos Deputados Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Darcísio Perondi, Antônio Carlos Mendes Thame, Neucimar Fraga e Perpétua Almeida; e dos

parlamentares não membros Aloísio Mercadante, João Fontes, Ideli Salvatti, Jair Bolsonaro e Nelson Meurer, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 18ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente, Amir Lando, informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do senhor José Genoíno. Convida-o para compor a mesa e solicita que faça suas explanações iniciais. Em seguida o Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Fernando Coruja, Gastão Vieira, José Rocha, Zulaiê Cobra, Rodolpho Tourinho, Júlio Redecker, Augusto Botelho, Daniel Almeida, João Correia, Eduardo Suplicy, José Jorge, Arnaldo Faria de Sá, Ney Suassuna, Romeu Tuma, Moroni Torgan, José Carlos Araújo, João Batista Motta, Agnaldo Muniz, Aloísio Mercadante, Odair Cunha, Ana Julia Carepa, Darcísio Perondi, Álvaro Dias, Eduardo Valverde, Antônio Carlos Mendes Thame, Paulo Baltazar, Wladimir Costa, Luiz Couto, Marcus Vicente, Perpétua Almeida, Heráclito Fortes, Augusto Botelho, Iriny Lopes, Feu Rosa, Zico Bronzeado, Sibá Machado, Luiz Antônio Fleury, Neucimar Fraga. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezoito minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia quatorze de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar a compra de votos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. José Genoíno.



Peço à Secretaria que introduza o depoente à sala de reuniões. (Pausa.)

Esclareço que V. S<sup>a</sup> comparece não na condição de testemunha, mas na condição, eventualmente, de acusado por operar o esquema de compra de votos. É evidente que não há nenhum juízo prévio, nenhuma idéia preconcebida, mas é que isso lhe dá o direito de responder a tudo que V. S<sup>a</sup> assim o quiser e até de silenciar em alguns pontos que, eventualmente, impliquem auto-incriminação.

De qualquer maneira, faço-lhe esse apelo: que V. S<sup>a</sup> diga a verdade e possa esclarecer a esta Comissão todos os pontos eventualmente ainda não conhecidos. Por isso que faço, inicialmente, aqui um termo de compromisso. Não vou tomar o termo de compromisso, mas precisamos aqui que se declarem alguns nomes.

O nome completo? (Desnecessário, mas é de praxe.)

**O SR. JOSÉ GENOINO** – José Genoino Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A identidade e o órgão expedidor?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – 205.142, Secretaria de Segurança do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Idade?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – 59 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– CPF?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – 996.068.798-87.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estado Civil?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Solteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Endereço residencial?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Rua Maestro Carlos Cruz, 154.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A cidade é?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Profissão?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Professor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Local onde exerce a atividade atualmente?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Atualmente não exerço a atividade de professor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup> para, se quiser, fazer uma exposição por até trinta minutos ou por um tempo até dilatado, se julgar necessário.

O nome dos advogados? Eu não tinha visto. Pode declarar.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Dr<sup>a</sup> Sonia (*inaudível*) e Dr<sup>a</sup> Sandra Pires.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)  
– Obrigado.

Portanto, a palavra está com V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Abi-Ackel, minhas senhores e meus senhores integrantes desta Comissão, profissionais da imprensa, amigos e amigas, companheiros e companheiras, estou aqui cumprindo o meu dever constitucional de estar aqui na CPI para contribuir com a verdade, naquilo que é fundamental para o nosso partido, que é o esclarecimento de todas as denúncias.

Ao cumprir esse dever, como ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, quero informar que exerci a presidência do PT nos anos de 2003 e, de 2004, até 8 de julho de 2005, um mandato de transição. E eu pretendia disputar a eleição direta que se realizará agora no próximo fim de semana para a nova direção do partido.

Antes, fiquei licenciado da Executiva Nacional para disputar o Governo de São Paulo, em 2002. O Partido dos Trabalhadores travou uma batalha política durante três eleições derrotadas e, após treze anos, elegemos o Presidente Lula, sustentado basicamente pelo PT, PCdoB, no primeiro turno; pelo PL, PCB, PMN e no segundo turno; e por vários partidos, como o PDT, PSB, PMDB, parte do PMDB, PTB e PPS.

Essa foi uma vitória estratégica para os objetivos do partido, que considerava essa tarefa como o centro político que norteava as ações do partido. E essa tarefa foi bem conduzida pelo então presidente do partido, companheiro José Dirceu, que foi eleito pelo voto direto em 2001. Se afastou da Presidência da República, da presidência do partido para assumir a Casa Civil.

Assumi a Presidência do PT após um ano e meio licenciado da Executiva para disputar o Governo de São Paulo. Ao assumir a Presidência do PT tinha consciência dos grandes desafios ao cumprir essa missão. O primeiro desafio era governar o País e governar a crise para a crise não governar o Governo nem o PT. Todos acompanharam o esforço durante, principalmente, o ano de 2003, para colocar a casa em ordem e garantir que a economia brasileira continuasse com a estabilidade, recuperasse a credibilidade, o ajuste duro nas contas públicas, como condições para um ano depois iniciarmos o processo de crescimento.

Essa foi uma agenda dura, porque, em muitos momentos, ela gera tensionamentos, divergências e expectativas e até, para alguns comentaristas e para alguns petistas, negação de aspectos programáticos do partido. Nós vivemos uma contradição entre a realidade

de governar e as esperanças e os objetivos do partido traçados nos seus documentos programáticos.

Essa tarefa foi vitoriosa. O fato de o País estar passando por essa crise e a economia dar sinais de estabilidade, de crescimento, de credibilidade, não é produto de um piloto automático, nem de uma mera continuidade da situação econômica anterior. Foram decisões duras, escolhas, opções e, na maioria das vezes, polêmicas de que o partido teve participação. Gastou suas energias nessa divergência e equilibramos uma posição extremamente delicada, que era ter a autonomia na relação com o Governo e, ao mesmo tempo, ser um partido de Governo. Com a base social que o PT representava, com sua base política, iniciamos uma tarefa gigantesca de governar o País. Ao lado dessa tarefa era fundamental viabilizar programas sociais de inclusão. E o hoje o País já pode apresentar alguns programas importantes e estratégicos que deram certo nesses dois anos e meio de Governo. Citaria o Bolsa Família, o Fome Zero, citaria a Agricultura Familiar, citaria o Microcrédito; citaria vários programas tanto de inclusão na economia quanto de inclusão social e transferência de renda. Isso foi feito com muito esforço, com muito trabalho, com muita dedicação e com muita competência. Iniciamos a tarefa de sustentar o Governo e, ao mesmo tempo, dialogar com a nossa base social inquieta, às vezes, insatisfeita e sempre cobrando as posições do partido.

Uma tarefa também igualmente importante foi construir maioria no Congresso Nacional. Nós não saímos da eleição com uma maioria no Congresso Nacional. Elegemos apenas três governadores e não tínhamos maioria na Câmara nem no Senado. Saímos de uma eleição e, todos sabem, sistema eleitoral brasileiro não é concebido para organizar maiorias, se faz maioria após o processo eleitoral. E foi uma tarefa dura construir a maioria no âmbito do Congresso Nacional para garantir a governabilidade e como condição, na democracia, de construir políticas governamentais tendo maioria congressual. E a agenda que nós enfrentamos em 2005, 2004 e 2003 foi uma agenda complexa, polêmica e de difícil condição. Apenas para citar: a reforma da Previdência, parte da reforma tributária, parte das leis ordinárias, como o Estatuto do Desarmamento, como o Estatuto do Idoso, parte da Emenda Constitucional que tratou do Sistema Financeiro, a discussão da Lei dos Transgênicos, além das discussões que realizamos no debate que já vinha se processando no Congresso Nacional sobre a reforma do Judiciário foram matérias polêmicas e complexas. Em todas elas havia intenso debate no partido, freqüentemente com divergências e também a necessidade de costurar acordos programáticos com uma base aliada que tinha

diferenças, origens diferentes e posições diferentes da do PT. Essa tarefa foi cumprida.

E, nesse sentido, também tivemos que construir já a partir de 2003 as bases de recuperação do papel público de indução e articulação do Estado no sentido de promover um desenvolvimento com estabilidade, com sustentabilidade e que pudesse produzir renda e melhorar o emprego. Ainda não está no que desejamos, mas alcançamos vitórias importantes. Para citar o esforço que o partido na sustentação do Governo deu: a sua política internacional, que produz para nós não só prestígio político, como resultados importantes.

Nessa agenda, tivemos a preparação do processo eleitoral de 2004, em que o objetivo do partido – isso está expresso nas Resoluções do Diretório Nacional – era ampliar a influência do partido aonde já governava, aonde queria conquistar novas prefeituras, principalmente nas cidades capitais e nas cidades que tinha segundo turno e ampliar a nossa influência na maioria dos Municípios brasileiros. Por isso que nós saímos de uma disputa eleitoral em 2002, em 2000 de 2.200 Municípios para 4.800 Municípios em 2004. E, nessa preparação da eleição de 2004, tivemos que realizar uma tarefa difícil, que era promover as alianças políticas com base em dois critérios: o critério de apoio ao Governo e o perfil das candidaturas. Foi uma tarefa difícil, que exigiu muito da Presidência, porque todos sabem das diferenças e disputas que normalmente acontecem entre a base do PT nos Estados e a base de muitos partidos aliados.

O PT, ao estabelecer essas prioridades... E eu quero esclarecer isto aqui para a CPMI: é importante informar que, na condição de Presidente do partido, e no PT todos os dirigentes do partido são eleitos, o Presidente não nomeia dirigente do partido, todos os membros da Executiva são eleitos pelo Diretório Nacional após eleição direta. Eu fui eleito pelo Diretório Nacional e não pela eleição direta no final de dezembro e assumi a partir de janeiro de 2003. Portanto, todos os dirigentes do partido são eleitos com mandato e com autonomia nas suas funções e nas suas responsabilidades definidas pelo Estatuto do partido, que é a sua Constituição; o Presidente não indica, não nomeia. Ele é eleito, no meu caso, como transição, da mesma maneira que os demais membros da Executiva foram eleitos, sem estabelecer uma relação de hierarquia ou de indicação direta do Presidente do partido. E, além do PT ser um partido pluralista, as chapas elegem os membros da Direção Nacional e da Executiva de acordo com a proporcionalidade do número de votos que têm na base de filiados do partido. Esse é um processo de composição da direção do partido. E, nessa condição, a Executiva, na minha experiência de Presidente nes-

ses dois anos e meio, era muito mais um colegiado, porque a minha situação de Presidente do PT era de uma transição e buscava disputar a eleição pelo voto direto, objetivo que desisti quando deixei a presidência do partido no dia 8 de julho de 2005.

Quero esclarecer que, deixar a presidência do partido, no dia 8 de julho, foi uma decisão política de caráter pessoal, avaliando a falta de condições políticas diante da crise e também a necessidade de novos dirigentes assumirem a agenda do partido, a direção do partido e fazer todo um processo de condução da eleição direta e avaliação do que está acontecendo com o partido.

Considero que o PT, com a sua história de 25 anos, com os 830 mil filiados, com os seus dirigentes, com os seus militantes, com seus apoiadores tem força, tem substância, tem capacidade de tirar todas as lições dessa crise e fazer as reformulações necessárias que devem ser tomadas.

Adotei uma posição de me afastar da direção do partido, não vou disputar nenhum cargo da direção do partido, ficarei na condição de militante apenas e a decisão também de me afastar momentaneamente, temporariamente da vida pública. Diante da minha missão como Presidente do partido – e era assim que eu exercia a Presidência do PT –, considerar que a minha tarefa mais importante era essa no momento. Mas, ao tomar essa decisão como militante do partido, quero reafirmar aqui perante os meus colegas, as minhas colegas, os companheiros e companheiras a minha confiança, a minha convicção de que esse trabalho, mesmo com as dificuldades, mesmo com todos os problemas, nós já aprendemos ao longo da nossa vida saber tirar lições e dar a volta por cima. Não está sendo fácil. Os senhores e senhoras imaginam. Eu estou aqui e nesta mesma sala eu já estive aí onde os senhores e as senhoras estão. Eu estou aqui sem raiva, estou aqui com a humildade necessária, mas estou aqui com a cabeça erguida de que, na Presidência do PT, não cometi crime nem pratiquei ilegalidades. Erros devem ser avaliados e discutidos no nosso processo de prestação de contas ao partido e à sociedade. Aliás, na minha vida política eu aprendi fazer essas avaliações e essas autocríticas, porque é assim que a política não só fica encantadora como a gente tira as lições desse processo.

Quero também deixar claro que, ao dirigir o partido, explicitiei para a Executiva que três questões não tinham o meu acompanhamento executivo. Não cuidaria, como Presidente do partido, da responsabilidade das negociações com o Governo sobre cargos, da administração do PT, no sentido estrito da palavra de administração, e do planejamento, arrecadação e

obtenção e ordenação de despesa do partido. Eu me concentrei, como Presidente do PT, seguindo o art. 2º, §1º do Estatuto e o art. 195, § 1º, na condição de representar o partido na relação com os Diretórios Estaduais, na relação com a sociedade, na relação com as instâncias onde o partido tinha representação, como Congresso Nacional, e na relação com os partidos. E, na relação com o Governo, sempre tivemos uma relação intensa na discussão dos programas e da agenda política do Governo, com o Presidente Lula, com os Ministros do PT, com os quais fazíamos reuniões periodicamente, e em conversa com os Ministros de outros partidos sempre tratando da agenda política e dos objetivos políticos do partido.

Uma prova de que nós buscamos separar o partido do Governo foi exatamente quando os membros da Executiva se afastaram da Executiva quando assumiram o cargo de Ministro. Todos os companheiros, como José Dirceu, Luiz Dulce, Humberto Costa e Marco Aurélio Garcia, saíram da Executiva e não tinham participação nas decisões executivas do partido. Se houve erros e acertos nessa autonomia, nós estamos dispostos a avaliar nesse processo de debate, mas teve os acertos e os erros. Tivemos que, muitas vezes, fazer opções políticas e debates importantes no partido, buscando sempre tratar dessas questões, preservando o partido, mas, ao mesmo tempo, sabendo que o PT era a coluna vertebral de sustentação do Governo do Presidente Lula.

Quero expressar, para concluir, o meu respeito, a minha confiança e a minha admiração no Presidente Lula, pessoa que eu passei a ter uma convivência mais direta quando assumi a Presidência do PT na condição de uma missão e essa relação marcou a nossa trajetória política de debater as questões políticas, desde a agenda de reformas – algumas reformas ministeriais que aconteceram – até a relação política do PT com o próprio Governo. E na construção da maioria política e da agenda legislativa, todos aqui viram e me viram, aqui, no Congresso Nacional, numa intensa atividade. Participei de todas as negociações políticas das principais emendas e projetos de lei e, ao participar dessas discussões, sempre discutia os programas, o conteúdo, a agenda e as divergências. Nunca na discussão da agenda legislativa se discutiu troca de apoio por dinheiro e nem nunca se discutiu com todos os partidos da base de apoio do Governo, em diálogo que realizamos esporadicamente com a Oposição – e poderíamos ter realizado até mais – qualquer relação de voto por apoio material. Portanto, eu quero deixar claro que isto nunca existiu, portanto, por parte do PT: compra de apoio com dinheiro para aprovar a agenda legislativa do Governo no Congresso Nacional.

Quero, Sr. Presidente e Sr. Relator, concluir, me colocando, franca e sinceramente, à discussão dos Deputados e Deputadas para a nossa tarefa constitucional de responder as questões de maneira serena, de maneira tranqüila, buscando sempre cumprir o pressuposto desta convocação, que é dizer a verdade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. José Genoíno, ao declarar que impôs como condição, ao assumir a Presidência do Partido dos Trabalhadores, a sua completa separação de atos referentes à administração financeira do partido, o senhor limita o campo de investigação desta Comissão, uma vez que essa declaração fica desde logo tomada como isenção de responsabilidade sobre tudo que diga respeito à vida financeira da agremiação.

É observando essa limitação imposta pelo senhor que me permito lhe fazer as seguintes perguntas: o senhor era Presidente do Partido dos Trabalhadores – Presidente Nacional – quando se deram os empréstimos feitos pelo Sr. Delúbio Soares na condição de tesoureiro do partido, no Banco Rural de Minas Gerais? O senhor era o Presidente Nacional do partido na ocasião em que o Sr. Delúbio Soares realizou os empréstimos do Banco Real de Minas Gerais?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Nobre Relator, em primeiro lugar, para informar bem: eu não coloquei como condição, eu apenas comuniquei uma escolha na maneira de trabalhar, em relação a não tratar administrativamente no PT das questões financeiras e de cargos. Em segundo lugar, esses empréstimos foram feitos pelo tesoureiro. O tesoureiro tinha delegação da Executiva para buscar recursos no mercado financeiro para resolver problemas de dívidas do partido, das despesas contraídas pelo partido, naquele momento do início de 2003. Agora, quem emprestou, quem eram os avalistas, isso era da competência do tesoureiro do partido.

Em relação a assinar, pelo Estatuto do partido, o Presidente assina as contas e as movimentações financeiras do partido. Mas eu não decidia sobre quem emprestava e nem quem era avalista. Foram empréstimos feitos, estão na nossa prestação de contas, o PT honrará esses empréstimos e foram feitos em função daquela situação no início de 2003, em que o partido, com o seu fundo partidário e com a contribuição parlamentar, estava tendo com base 1998 e não a eleição de 2002. Só foi normatizada em maio – fim de abril e começo de maio. Essas foram as informações oferecidas à Executiva e à Presidência pelo então Se-

cretário de Finanças e Planejamento, o companheiro Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Chamou a atenção, logo no início do noticiário sobre as negociações com o Sr. Marcos Valério e Banco Rural, o fato de que o senhor, como Presidente do partido, teria avalizado, junto com o Sr. Delúbio Soares, os valores referentes a esse empréstimo, teria avalizado a dívida para com o Banco Rural. Isso é verdade, Sr. Presidente?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Avalizei, sim, em confiança que era necessária e não tinha nenhum elemento para não assinar ao ser apresentado pelo companheiro Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor se lembra e pode esclarecer à Comissão a respeito do valor do débito que mereceu a sua assinatura como avalista?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Isso eu tomei conhecimento – era em torno de R\$2,4 milhões, parece-me, do BMG e do Rural, R\$3 milhões.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O que daria uns R\$5,4 milhões?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Exatamente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Contudo, segundo consta, os empréstimos chegaram a totalizar perto de R\$60 milhões, R\$58 milhões. O senhor, como Presidente, não avalizou esses outros empréstimos e não teve deles conhecimento?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Desconheço movimentação financeira não-contabilizada pelo tesoureiro, Secretário de Finanças, Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor considera, então, apenas como contabilizado os R\$5,4 milhões que mereceram o aval de V. Sª?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – São contratos contabilizados, registrados e dados na prestação de contas do partido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O resto não lhe foi levado a conhecimento, ainda que como Presidente do partido?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Nunca tomei conhecimento de movimentação financeira não-contabilizada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando o senhor insistiu, deu ênfase ao fato de que todos os membros do Diretório são eleitos, o senhor, talvez, queira exprimir que, nessa condição, tem, cada qual, certa margem de liberdade no exercício da sua função?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Pela natureza do PT, nobre Relator, todos os dirigentes têm relativa auto-

nomia e liberdade por que são eleitos pelo Diretório Nacional.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor considera, então, que o Sr. Delúbio Soares tinha margem de liberdade para impor ao partido dívida desse montante?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Ele tinha a responsabilidade de planejar, de arrecadar e de pagar as despesas do partido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando foi que o senhor tomou conhecimento de que as dívidas haviam assumido um montante superior à possibilidade de resgate do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Vamos situar essa questão. Quando nós apresentamos a prestação de contas ao TSE, nós contabilizamos – isto eu tomei conhecimento – R\$20 milhões na dívida nacional do partido e dívida nos Estados onde o PT concorreu às eleições. Sobre a dívida não-contabilizada, eu tomei conhecimento com as denúncias que foram divulgadas na imprensa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando elas se tornaram públicas.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Quando elas se tornaram públicas.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, simultaneamente, com essa publicidade, foi que o senhor tomou conhecimento de que havia Deputados de vários partidos tendo as suas dívidas ou, em razão de qualquer outro relacionamento, sendo pagas pelo Sr. Marcos Valério? Foi simultâneo ao conhecimento?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Somente neste momento. Nunca tive conhecimento de relação financeira de Deputados, seja do PT ou seja de outros partidos, com relação à movimentação financeira não-contabilizada. Tinha a definição e a determinação do partido de buscar as alianças nas eleições municipais com os partidos e aqueles Parlamentares que apoiavam e eram a base de sustentação do Governo Lula.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso significa que o Sr. Delúbio Soares tomou, então, todas essas providências e onerou gravemente as finanças do partido sem o conhecimento do seu Presidente, que era o senhor, à época das negociações?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sem conhecimento da Executiva e da Presidência por uma competência estatutária da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento. O partido enfrentava dificuldades na campanha eleitoral e nós sabíamos dessas dificuldades – eleição em quase 5 mil Municípios e muitas alianças. O partido trabalhou para ganhar a eleição de 2004, porque

ela era estratégica para o projeto de ampliar o partido, aumentar a sua influência e consolidar uma aliança da esquerda ao centro, como nós chamávamos e definíamos no nosso documento, e a competência para arrecadar e para pagar as despesas era do Secretário Financeiro e de Planejamento.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. Delúbio Soares?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor fazia todas as negociações mas nunca teve conhecimento senão depois de vir a público o fato das *démarches*, das negociações, dos encontros, dos entendimentos celebrados pelo Sr. Delúbio Soares?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Participei das negociações e acordos políticos com os partidos, em todas as cidades que o PT era cabeça de chapa ou cidades que PT apoiava aliados. Foram negociações muito difíceis, dadas às divergências e as contradições. E, nessas negociações, em cada Município, o partido, no âmbito municipal com os aliados, iam dividir, na campanha eleitoral, as despesas como material de campanha, televisão, com tudo o que era necessário, *shows*, comícios etc.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Todos nós sabemos que não se faz uma pessoa que esta depondo, em qualquer condição, perguntas que se refiram aos seus sentimentos internos ou às suas suposições. As pessoas são convidadas a depor sobre o que sabem, sobre o que viram e sobre o que fizeram. Mas, dada a sua excepcional importância no processo político nacional e levando em conta que o senhor foi o Presidente Nacional do partido que, afinal de contas, elegeu o Presidente da República, o senhor não poderia nos fornecer nenhuma indicação a respeito do motivo pelo qual esse Sr. Marcos Valério colocou sobre as costas responsabilidades financeiras imensas para poder servir ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tenho essas condições porque não tinha relações diretas com o Marcos Valério. Encontrava com ele, eventualmente, na sede do partido, sempre quando ele estava com o Delúbio; não tinha relação direta com ele e nem com as suas empresas, o que pode ser verificado com a quebra do sigilo telefônico.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou lhe fazer uma pergunta que talvez, coubesse melhor a um advogado de defesa, mas nós estamos aqui em busca da verdade. O senhor se responsabilizou, então, como Presidente do partido, até o limite de R\$5,4 milhões?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Que foram os dois empréstimos realizados pelo PT junto ao Banco Rural e ao BMG.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sim. E eles totalizam R\$5,4 milhões?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – É, deve ser isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Quer dizer, até esse limite, o senhor avalizou, aceitou e admitiu como adequado à capacidade financeira do partido?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – E está na nossa prestação de contas, porque o PT tinha lastro para isso, estava equilibrando as suas finanças com a nova realidade das contribuições, com o aumento das filiações e com todo o processo que nós estávamos construindo para ampliar a influência do partido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Sr. José Genoino, o senhor não teve, então, conhecimento – nem direto e nem indireto – do restante da dívida de mais de R\$50 milhões feito pelo Sr. Delúbio Soares em nome do PT?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tive conhecimento. Tinha conhecimento, como Presidente do partido, de que existiam dívidas nas cidades e nos Estados em que nós disputamos eleição.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Mas não tinha idéia de quanto significava?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tinha idéia do volume, porque isso dependia da prestação de conta de cada cidade, de cada Diretório.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Isso significa que, em razão da margem de liberdade que possuía, por ter sido eleito, o Sr. Delúbio Soares não prestava contas ao Presidente do seu partido daquilo que fazia e, em consequência do que fazia, onerava o próprio partido?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O Tesoureiro, o Secretário de Finanças e Planejamento prepara anualmente a prestação de contas ao Diretório Nacional, depois de passar pelo Conselho Fiscal, e é apresentada, juntamente assinada pelo Presidente, à Justiça Eleitoral.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Isso significa que ele jamais prestou contas ao Diretório Nacional contendo esse volume de dívidas?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Nunca discutimos no Diretório Nacional nem tivemos informação no Diretório Nacional sobre movimentação financeira não contabilizada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Não, o que eu desejo saber é se esses fatos vieram a público antes da redação de qualquer relatório final.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Os fatos dos empréstimos a que V. Exª se referiu ao BMG e ao Banco Ru-

ral estavam na nossa prestação de contas. Os fatos que vieram a público para o partido da movimentação financeira não-contabilizada vieram a público com as denúncias e com as declarações do próprio Secretário de Finanças e do próprio Marcos Valério.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Desculpe-me a insistência, mas necessito de um esclarecimento. Quando Delúbio Soares prestou contas ao Diretório Nacional, ele se referiu e se responsabilizou apenas pela parte contabilizada?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – A nossa prestação de conta é a movimentação financeira do partido contabilizada.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Feita por ele?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Feita por ele e assinada pelo Presidente, aprovada pelo Diretório e encaminhada ao TSE.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Isso significa, salvo melhor juízo, que o Sr. Delúbio Soares omitiu do Diretório Nacional o conhecimento de outras dívidas muito superiores à parte contabilizada?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – As dívidas não-contabilizadas não eram de conhecimento do Diretório Nacional.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Estou pedindo a V. Exª, Sr. Presidente José Genoino, que nos esclareça a respeito disso.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Ex-presidente.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Quem foi Presidente é sempre Presidente.

Gostaria que V. Exª explicasse o seguinte: ele prestou contas que o Diretório Nacional reputou regulares, porque delas constava um montante de dívida – do qual o senhor tinha conhecimento, tanto que as avalizou –, mas deixou de dar conhecimento ao Presidente do seu partido e ao Diretório Nacional da outra parte maior de dívidas que ele havia assumido, mas que não confessava perante o Diretório Nacional.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Apresentamos, na nossa prestação de contas, uma dívida de R\$20 milhões ao TSE e a dívida de cada Diretório Estadual e das cidades em que o PT disputou eleição. Sobre a movimentação financeira não-contabilizada, nunca foi discutido nem na Executiva nem no Diretório Nacional.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– O que significa que ele omitiu essa informação.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Isso é um juízo... Não fui informado, mas esse é um juízo que eu não vou emitir aqui como...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)  
– Nem é obrigado, porque, como eu disse, não pode-

mos lhe fazer pergunta a respeito daquilo que o senhor pensa. Mas o certo é o seguinte: a prestação de contas feita pelo Sr. Delúbio Soares ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores se referia apenas à parte contabilizada e chegava ao total de R\$20 milhões.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Apresentada como dívida do Diretório Nacional, além da dívida contraída nos Estados, nos Diretórios Municipais, nos Diretórios Estaduais, que isso é a prestação de conta de cada cidade, de cada Diretório Municipal e Diretório Estadual.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que estou tentando obter, Sr. José Genoino, é o seguinte: o Sr. Delúbio Soares nunca apresentou ao PT essa conta de quase R\$50 milhões?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Isso nunca foi apresentado nem era de conhecimento do partido, nem da instância Executiva nem do Diretório Nacional.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado. Era só o que eu desejava.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que me forneça a lista dos inscritos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. José Genoino, Srs. Advogados, o nosso companheiro Genoino já disse bem que muitas vezes esteve aqui neste lado, e acho que deveria estar aqui ainda. O Genoino é um político que, inclusive, foi para mim referência aqui no Congresso. Quando cheguei aqui, já sem Ulysses e sem Tancredo, Genoino e Miro Teixeira foram referências para mim na maneira de atuar. Até cheguei cedo hoje aqui. O Genoino chegava cedo para se inscrever no Pequeno Expediente no começo.

Mas estamos numa situação aqui hoje em que é preciso encaminhar para se esclarecerem algumas coisas. É um momento difícil para o aluno questionar o mestre. Vou começar.

O Deputado João Correia me mostrava de manhã ali que o Genoino está lendo a biografia de Churchill, de Nietzsche – pelo menos está no jornal – e também de Fernando Pessoa. Aliás, Churchill foi um personagem político que passou sempre por altos e baixos. Elegeu-se Deputado, depois ficou numa baixa, foi Primeiro-Ministro. Ganhou uma guerra e depois acabou perdendo, em seguida, uma eleição.

E eu estava lembrando ali, quando ele me mostrou, daquela famosa frase que foi usada por Ulysses Guimarães quando enfrentou a ditadura: “Navegar é preciso, viver não o é”. Essa frase está no livro de

Fernando Pessoa, mas me parece que é do General Pompeu, lá em Roma.

Pergunto, então, Deputado José Genoino: navegar é preciso, viver não o é, no sentido de ter de assumir o risco para chegar ao objetivo. Será que governar não era preciso e valia a pena arriscar tudo para montar uma base de sustentação ao Governo? Será que não foi isso que levou o PT a... Governar era preciso.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Governar era preciso... so...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mesmo que os riscos... Está aí demonstrado que a forma de se formar base aqui levou a essa situação colocada.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Posso falar?

Governar é preciso, até porque tinha uma delegação do voto popular dado democraticamente, mas nós não fomos para o vale-tudo para governar. Nós não fizemos o vale-tudo para governar. Nós não fizemos o vale-tudo na economia –aí estão os resultados –, nas áreas sociais, na política externa, nos investimentos, nem fizemos o vale-tudo no Congresso Nacional para negociar uma agenda complexa, polêmica e difícil.

A democracia é uma democracia de partidos. A negociação política também implicava a participação desses partidos no Governo, em Ministérios, nas suas representações institucionais. Portanto, nós não fizemos... Corremos todo o risco para governar. Nós fizemos um governo com limitações, mas um governo que mudou a vida do País para melhor. Eu sei que temos divergências sobre isso, mas eu reafirmo a minha confiança neste Governo. E não corremos todo e qualquer risco para governar. Risco a gente corre: viver é um risco, fazer política é um risco, governar é um risco. A gente sempre está correndo risco, mas não no sentido do vale-tudo para qualquer risco.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – A questão colocada é sempre... Todo tempo, houve denúncias de que... Em qualquer governo, essa relação com o Congresso é por troca de emendas parlamentares, por troca de cargos, por composições de qualquer ordem. Qual é a situação atual? Que é que pesa neste instante? É que há uma denúncia de que, além dessas coisas tradicionais, se teria montado um esquema chamado esquema do mensalão e de que recursos teriam ido parar na mão de parlamentares ou para mudarem para partidos do Governo ou para votarem em projetos do Governo.

Nosso companheiro Genoino disse que o PT não pagou a Deputados, e eu estou começando a aceitar que isso é verdade. Mas houve claramente uma transferência de recursos – e há aí uma discussão se foi para pagar campanha política ou para pagar o mensalão –, que foram para os líderes partidários ou para

presidentes de partidos, e estes, de alguma forma, repassavam. Eu estou cada vez mais convicto de que, de uma forma ou de outra, esse dinheiro não ficava só com o Presidente do partido. Que eles pegavam o dinheiro está claro: iam lá no banco e o pegavam. Ele chegava à mão de outras pessoas.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito procura ver se pessoas receberam esse dinheiro. Esta é a finalidade básica: saber a fonte do dinheiro e se alguém o recebeu. Esses outros dezoito que, de uma forma ou de outra, foram lá receber o dinheiro no banco até saíram um pouco da responsabilidade da Comissão, porque isso foi para a Mesa e vai para o Conselho de Ética decidir se houve quebra de decoro parlamentar ou não. Que o dinheiro foi para os líderes está claro, porque foi no banco, não é?

Pergunto: ex-Deputado José Genoino, o senhor acredita que houve o mensalão?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu já afirmei, nobre Deputado e colega...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Independentemente de o PT ser responsável...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Agradeço as suas referências à minha pessoa e reafirmo aqui que participei de todas as negociações das principais polêmicas travadas no Congresso. Nunca ouvi, nunca conversei, nunca tratei com nenhum Parlamentar e nem ouvi tratar de troca de apoio por dinheiro. Portanto, não teve mensalão.

Sobre os acordos político-eleitorais, eu já afirmei aqui, respondendo ao Relator, que tínhamos uma aliança ampla – foi a eleição em que o PT fez o maior número de alianças e a mais ampla – e buscávamos cumprir os objetivos de fortalecer o partido e de consolidar a aliança com os partidos que apoiavam o Governo Lula. E os acordos políticos e eleitorais se desdobravam, nas cidades onde tínhamos candidatos comuns, em apoios materiais. Esse é o meu conhecimento.

Sobre a avaliação política, eu não vou fazer avaliação política, mesmo diante das colocações de V. Ex<sup>a</sup>, da nossa experiência política e da minha experiência quando estava sentado aí.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Há outra questão. Amanhã, possivelmente, haverá o processo de cassação do Deputado Roberto Jefferson, que alega muito que houve um acordo para receber R\$20 milhões. Ele diz frontalmente que esse acordo foi feito com V. S<sup>a</sup> e com o Delúbio. Ele diz claramente isso sobre esse acordo para repassar R\$20 milhões.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu reafirmo aqui o que eu tenho dito: fizemos um acordo com todos os partidos que apoiavam o Governo Lula, inclusive o PTB, mas esse acordo se concretizava nas cidades em que

nós tínhamos candidaturas recebendo o apoio do PTB. Nunca discuti valor de transferência de recurso para a direção do PTB nem muito menos mala de dinheiro para o PTB.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Só terminando, devo dizer que outra preocupação é relativa à fonte do dinheiro. Cada vez mais está ficando claro que esse empréstimo que teria sido feito não foi um empréstimo, porque, evidentemente, não poderia ser pago, e que esse dinheiro poderia ter vindo de outra fonte. O senhor nunca ficou sabendo que o PT tinha dinheiro no exterior?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O PT não tem conta nem dinheiro no exterior.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Muito bem. Eu estou satisfeito. Concluindo, agradeço ao Deputado Genoino pelas respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em substituição ao Deputado Wladimir Costa, chamo, então, o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre ex-Deputado Genoino, confesso aqui que, como Fernando Coruja, tenho certa dificuldade de não chamá-lo de V. Ex<sup>a</sup>, pela nossa convivência nesta Casa, mas quero seguir um pouco a linha do Deputado Fernando Coruja. Quero compreender o que entendeu.

Começo pegando uma frase que V. Ex<sup>a</sup> usou no início da sua explanação sobre governabilidade: o partido, o Governo precisava de governabilidade.

Tenho pensado muito sobre o rumo que esse conceito de governabilidade tem tomado e tenho chegado, infelizmente, à conclusão de que governabilidade é impor o que quer e transformar qualquer derrota numa grande crise. Fico pensando por que no Brasil se tem essa visão. O Presidente Bill Clinton teve o seu segundo mandato com minoria no Congresso americano e, nem por isso, deixou de aprovar aquilo que achava necessário.

O Presidente Lula se elege com uma margem de voto que, por si só, era a própria governabilidade. E me lembro de que, pouco tempo depois, dois meses depois, parte da população que não havia votado no Presidente Lula o apoiava. O seu índice de aceitação era enorme. Ele era detentor de um momento novo na vida brasileira, num momento em que estava todo mundo muito leve. Todos acreditavam que ele faria o governo que havia prometido ao longo das suas três candidaturas e tinham esperança de que isso ocorresse.

Deixei até, Genoino, de passar o *réveillon* na minha terra e fiquei aqui. Assisti, ali na Esplanada, a um dos maiores espetáculos cívicos que eu tive oportunidade de ver. A legitimidade do mandato e da eleição,



a governabilidade estava ali assegurada. O Presidente Lula poderia aprovar, naquele momento, as reformas que desejasse nesta Casa sem precisar dessa enorme preocupação com a governabilidade.

E mais: havia os partidos de Esquerda, que poderiam fazer uma grande aliança com o Governo. Havia cerca de 30 Deputados do meu partido, que, ideologicamente, identificados com o Governo, gostariam de apoiar o Governo nas suas iniciativas. Havia o PSDB. Executava-se a mesma política econômica do Governo anterior. Era impossível não acreditar que uma parte do PSDB deixasse de dar apoio ao Governo nas suas iniciativas no plenário.

**O SR. (Orador não identificado)** – Deputado, observe o seu tempo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Nem comecei a falar. Nem comecei. Não passou um minuto ainda. O tempo não foi contabilizado. Precisa contabilizar.

**O SR. (Orador não identificado)** – Esse complexo do baixo clero é terrível.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Posso continuar? (Pausa.)

Muito bem. Posso começar? Não vou abusar da vontade de ninguém.

Portanto, essa tese da governabilidade, da necessidade de haver uma maioria para ganhar todas as votações na Casa, esquecendo-se de que a governabilidade, muitas vezes, é uma negociação em que se perde, em que se ganha, em que se diz “sim ou “não”, em que se trocam projetos, opiniões e opções, essa governabilidade parece ter desaparecido.

E lhe digo mais, Genoino: eu me surpreendi, no final do Governo Fernando Henrique, embora fosse da base do Governo, porque era do PMDB, tendo votado mais com o PT do que com a base do Governo. Eu estava disposto a colaborar para o Governo e, muitas vezes, talvez, fosse considerado um chato por defender a tese de que a base podia ser formada com Parlamentares que se identificavam ideologicamente com o partido.

Nunca consegui sequer conversar. Lembro do Sr. Waldomiro sempre ali, no cantinho do plenário – ele ficava de resolver as questões dos Estados –, sempre com o celular ligado. Você se aproximava, e ele, sem desligar o celular, dizia: “Depois eu falo com você”.

E, de repente, a base cresce, de pequenos partidos, de partidos que nem ideologicamente tinham identificação com o Governo que estava chegando. E era um crescimento enorme: de 12 deputados para 20 ou 30 deputados. Aquilo parecia estranho para muita gente, nesta Casa. Parecia estranho para muita gente nesta Casa.

Volto a falar na governabilidade. O Presidente Collor, que chega aqui, num pequeno partido, consegue aprovar o seu plano nesta Casa, sem uma contestação no Supremo Tribunal Federal para o Plano Collor I. No Plano Collor II, encheu de contestação, mas, no Plano Collor I, não houve nenhuma contestação, porque o povo brasileiro entendeu que, naquele momento, era impossível viver com uma inflação tão alta e que todos seriam sacrificados. Por essa razão, esta Casa não teve nenhuma dificuldade de dar para um Presidente sem base parlamentar aquilo que ele desejava fazer dentro de seu plano de Governo.

Então, esta é a minha primeira pergunta: qual o risco que corria o Governo para ser obrigado a negociar não com quem ele tinha identificação ideológica? E eram muitos Parlamentares nesta Casa. O Governo parte para pequenos partidos, muitas vezes, com pequenas Bancadas, e faz essas Bancadas inflarem.

Eu gostaria de obter uma explicação de V. Ex<sup>a</sup> para essa tese da governabilidade, em que eu não acredito. Não foi a necessidade de formar uma base forte. O Governo, pela sua legitimidade, pela sua votação, pela expressão da opinião pública, tinha todas as condições de aprovar, aqui dentro, a maioria das suas matérias, como acabou aprovando.

Qual é a explicação para essas alianças, se não havia governabilidade nenhuma ameaçada com relação ao Governo? Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Gastão, em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> coloca algumas questões que devemos analisar ao longo dessa experiência do PT com a governabilidade, mas, assim como é necessário você ter uma governabilidade apoiada na sociedade, é necessário você ter uma governabilidade com maioria no Congresso, uma governabilidade com a democracia de partidos, assim como é necessário também ter uma governabilidade com base num sistema político-eleitoral que produza maiorias, que construa maiorias.

É claro que a governabilidade, do ponto de vista das mudanças, ela está num tripé, nas maiorias congressuais partidárias, na sociedade, e, talvez, a gente tenha desconsiderado a força da nossa relação com a sociedade. Podemos ter cometido esse erro, particularmente o meu partido, mas é necessária a relação congressional... Porque, veja bem, Deputado, no que diz respeito a um dos principais pontos da agenda do Governo, a reforma...

**(Tumulto no recinto. Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)**

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (PT – SC)** – É inadmissível, Sr. Presidente! É uma afronta! É uma afronta!

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exª pela firmeza, porque eu acho que o que aconteceu aqui, agora, diz respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero pedir só...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria só concluir. O que aconteceu agora diz respeito aos primeiros procedimentos que esta CPI teve: o rigor de que só entram funcionários credenciados e Parlamentares nas reuniões da CPI. Isso jamais poderia ter acontecido.

Em segundo lugar, quero expressar o mais veemente protesto pelo fato de o Parlamentar Bolsonaro ter direito de expressar as opiniões dele, a visão que ele tem sobre o quer que seja, mas trazer aqui ostensivamente o coronel...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu nem sabia do que se tratava.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – ...que teve participação na prisão do Genoino, em episódio que é de conhecimento do País. Acho que isso é uma forma de agressão, de prejuízo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – De humilhação. É desnecessário. Eu não imaginaria que isso tivesse acontecido.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, só quero concluir. Ao Genoino, não humilha, não, porque ele tem como explicar o seu passado, as atitudes que fez pela luta pela democracia deste País. E eu sustento tudo que ele fez. Portanto, a ele não humilha. Eu acho que desrespeita à CPI, ao Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma humilhação a nós, a nós todos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Por que ele não tem mandato parlamentar...

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – É uma afronta a nós, Sr. Presidente, a nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma humilhação à Comissão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Quero parabenizar V. Exª pela firmeza, que é exatamente o que eu esperava dessa Presidência, e registrar o meu mais veemente protesto pelo que aconteceu.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, quero dar uma explicação. Aqui entrou um Parlamentar como convidado, e eu não sabia, nem imaginava, nem poderia imaginar de quem se tratava. Mas, quando eu soube, tomei a providência: pedi que saísse imediatamente, sem criar tumulto. Infelizmente,

a ostensividade, aqui, na frente, obrigou-me a tomar uma decisão, que senão eu ia retirá-lo à força, porque não admito que isso aconteça.

Realmente, quero pedir a todos os senhores que entendam que esse fato era até para ser aqui passado despercebidamente. Infelizmente, aconteceu exatamente essa ostensão.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRª IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, assegure-me a palavra. Eu estava interrogando...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em seguida. Eu peço a V. Exª que...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Desconte o meu tempo. Eu acho que alguma coisa do tempo...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Devolva o tempo ao deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devolverei o tempo a V. Exª.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O relógio estava em sete minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, uma coisa são os fatos acerca dos quais deve prestar contas o ex-Deputado José Genoino; outra coisa é o episódio que V. Exª repeliu com a energia, com a presteza e com a firmeza que se espera de um Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Afinal de contas, se o objetivo de alguém é perguntar ao ex-Deputado José Genoino o que ele tem a esclarecer à Nação, esse é um objetivo que deve ser cumprido, até por dever, por um Deputado qualquer, seja ele do partido que for, seja ele o Deputado Jair Bolsonaro, que é adversário e até inimigo figadal do Deputado José Genoino. Outra coisa é se tentar fazer proselitismo de tortura. Isso não cabe.

Então, isso seria repudiado por todos nós e o foi por V. Exª antes até. De qualquer maneira, que se continue com os trabalhos de investigação da CPI, mas deixando bem claro que este é um País que pretende, pela democracia, resolver as suas pendências todas! Não cabe que se exalte, que se permita ou se legitime a forma mais covarde de diálogo que pode haver entre seres humanos, que é a da tortura.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. (Orador não identificado)** – O PDT também parabeniza V. Ex<sup>a</sup> pela atitude, porque não concorda, em hipótese nenhuma, com a atitude do Deputado Bolsonaro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Exatamente. Eu disse isso. É uma humilhação a nós todos.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu acho que é necessário, Sr. Presidente, alguma punição para esse comportamento do Deputado, de trazer essa figura aqui dentro. Isso é preciso, porque, de outras vezes, ele vai se comportar da mesma forma. Não adianta só falar.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Senadora Ideli Salvatti, vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, eu a concederei ao Senador Wellington.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu quero lhe lembrar que o meu interrogatório foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós vamos lhe devolver o tempo. Infelizmente...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não é devolver o tempo. Atrapalhou o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou lhe devolver os dez minutos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não, não quero dez minutos. Eu acho que a intervenção do Senador Aloizio Mercadante...

**O SR. (Orador não identificado)** – Vai ter de culpar o Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – ...foi bem-vinda. Mas, depois, todo mundo faz intervenção?! Por favor, Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A palavra está concedida aos dois nobres Senadores. Neste momento, há um incidente grave, e eu tenho de resolver os incidentes. Os incidentes ocorrem, e vou resolvendo dessa maneira. Portanto, peço que sejam breves os dois Parlamentares, a quem concedi a palavra.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Eu vou ser muito breve.

Quem me alertou sobre a presença desse Coronel foi nada mais nada menos que o Senador Arthur Virgílio. Eu não o conhecia.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nem eu.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (PT – SC) – O Senador Arthur Virgílio, de forma democrática e de forma respeitosa com o que esta CPI está fazendo, alertou-me. De forma muito tranqüila, fui à Mesa, conversei com o nosso Relator e com o Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – E eu saí para isso.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (PT – SC) – ...que buscaram tomar as medidas para que não tivesse tumulto.

O que aconteceu aqui foi uma ostensividade agressiva, afrontosa a esta CPI e à história política do Deputado Genoino, o que não podemos permitir. Por isso, eu queria aqui fazer o registro, em primeiro lugar, do comportamento absolutamente elogiável do Senador Arthur Virgílio, que, tendo tomado ciência, nos alertou, e do comportamento extremamente tranqüilo e ágil da Relatoria e da Presidência. Lamento o que ocorreu.

E quero dizer mais: providências têm de ser tomadas, sim, porque trazer essa pessoa aqui dessa forma, tendo sido alertado e tendo sido pedido para que se retirasse, e ter um comportamento afrontoso, para se exibir, para trazer constrangimento a esta CPI, é inadmissível!

Então, temos de tomar providências, sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A manifestação de V. Ex<sup>a</sup> é absolutamente procedente. Tentei resolver essa questão, como disse V. Ex<sup>a</sup>, sem nenhum tumulto. Infelizmente, no final, o tumulto foi criado por ele e não por mim.

Para concluir essa matéria, concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de parabenizá-lo, porque primeiro usou da educação, pedindo, depois, quando teve de fazer de outro jeito, conduziu de maneira que não deixasse em xeque esta CPMI.

Outra coisa importante que eu queria deixar bem claro é que eu estou de acordo com o que disse o Senador Aloizio Mercadante, mas não poderíamos também fazer parecer, Sr. Presidente, que essa fase escura da história pudesse também trazer que o Exército ou as Forças Armadas estariam por trás da presença desse senhor aqui. Foi uma história passada, que aconteceu, mas o Exército de hoje não é o Exército antigo. Então, eu queria também deixar bem claro que não acredito que essa agressão a esta CPMI possa ter o apoio do Exército de hoje ou das Forças Armadas de hoje, com todo respeito ao ex-Deputado José Genoino.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, quero pedir desculpas ao Deputado Gas-

tão Vieira, porque tive de interrompê-lo, pois o fato foi grave. Quero que V. Ex<sup>a</sup> entenda isso. Foi grave. Tentei resolver essa questão, como eu disse, sem tumulto, da maneira mais discreta possível. Infelizmente, isso não foi possível, porque, aqui na frente, foi feito o que vimos, uma exibição pública.

Quero pedir também ao depoente que entenda esse pequeno incidente. Não foi da nossa imaginação nem da nossa vontade. Se não tivesse sido alertado... Um Parlamentar chega aqui com um convidado, educadamente. Nós nunca impedimos que alguém entre na CPMI, como permitimos em outras ocasiões. Há outros precedentes.

Portanto, devolvo o tempo de até dez minutos a V. Ex<sup>a</sup>, para que apresente as questões.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Sr. Presidente, na verdade, V. Ex<sup>a</sup> me homenageia, pois permite que eu fale às 13 horas do dia 13. Esse é um grande negócio. V. Ex<sup>a</sup> me homenageia. Mas vou encerrar, Sr. Presidente.

É claro que eu tinha uma linha de raciocínio, que, infelizmente, foi interrompida.

Eu quero perguntar ao ex-Deputado Genoino: ao optarem por cooptar Parlamentares e partidos sem identificação ideológica, não estavam obrigados o Governo e o PT a dar a esses partidos compensações, que hoje claramente percebemos que foram compensações financeiras, se não a partido, pelo menos a Líderes? Não está aí a origem do mensalão, por um erro de estratégia política, porque poderia cooptar, repito, partidos capazes de ajudar o Governo?

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, precisa computar o tempo, que está parado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Eu vou encerrar.

Eu lhe pergunto: não está aí a origem do mensalão?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Gastão Vieira, dando continuidade a essa pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, quero antes pedir permissão apenas para fazer um registro. Primeiro, quero agradecer e registrar a palavra do Senador Wellington, com as quais concordo, e fazer um registro público de que o Senador Arthur Virgílio... Inclusive, quando eu estava na Oposição e o Arthur Virgílio era Líder do Governo... E agora eu estou aqui depondo, e o Senador Arthur Virgílio está nesta CPMI e certamente vai me perguntar. O Senador Arthur Virgílio, nessa matéria, tem tido, ao longo da minha experiência de vida, uma atitude, Senador Arthur Virgílio, que é de princípio. Eu queria fazer esse registro, porque não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> tem uma atitude com essa dignidade. Faço questão de registrar e de agradecer as manifestações, mas concordando com o Senador

Wellington: manifestações isoladas não podem atingir nem a instituição nem muito menos o que representam hoje as Forças Armadas.

Sobre a questão: o PT, Deputado Gastão Vieira, não cooptou Deputado para a sua Bancada. Nós estamos com a mesma Bancada que nós elegemos. Portanto, não houve cooptação de Deputado para a Bancada do PT. Nunca convidei, nunca conversei com Deputado para fazer troca de partido ou cooptar para o PT. Uma Deputada entrou no PT por uma iniciativa do PT do Estado da Paraíba; foi uma iniciativa do PT estadual. Portanto, em relação a essa questão, esse é o esclarecimento que eu quero dar a V. Ex<sup>a</sup>.

Em relação à questão de compra de votos ou mensalão, eu já respondi a essa questão diante de outras perguntas e do próprio Relator.

É claro que o problema do sistema político tem de ser analisado, porque eu convivi, eu vivi nesta Casa vários anos, e sempre tem esse problema de partidos ou de Governos que têm determinado número de Deputados e aumenta. Isso são adesões políticas, isso não tem uma ligação direta com apoio material para apoiar o Governo. Nunca tive conhecimento disso, nunca conversei sobre isso, e, nas sucessivas reuniões de que participei, nunca esse assunto foi tratado comigo. Portanto, eu reafirmo o que já falei aqui.

**O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)** – Ex-Deputado José Genoino, não estaria aí, talvez, um grande erro? “Eu não vou me contaminar, ninguém vem para o meu partido, mas eu vou inflar partidos, outros menores, para criar uma base”.

V. Ex<sup>a</sup> nega a questão do mensalão. Eu não tenho mais o que perguntar.

Não tenho nenhum receio de dizer que admiro V. Ex<sup>a</sup>. Cheguei nesta Casa em 1994. Vi, muitas vezes, V. Ex<sup>a</sup> comandar votações em que acabei votando com o partido de V. Ex<sup>a</sup>, embora seja do PMDB. Tenho respeito pela história de V. Ex<sup>a</sup> e tenho, acima de tudo, de lhe dar minha solidariedade por esse ato, porque esta Casa tem assistido continuamente à Câmara dos Deputados sem tomar nenhum tipo de providência. Acho que a convivência impõe respeito, e o respeito faz com que as regras democráticas sejam atendidas.

Não há mensalão, respondeu-me V. Ex<sup>a</sup>. A origem não é essa que eu suponho no meu raciocínio.

Eu agradeço e dou por encerrada minha participação.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra, por dez minutos, ao Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Ilustre Presidente; Sr. depoente, ex-Deputado José Genoino; Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, o PT chega ao Governo e inova,

construindo uma aliança das mais condenáveis, para não dizer um termo mais pesado, para construir uma base de apoio ao Governo. E isso já levou mais de 20 Parlamentares Deputados ao Conselho de Ética, isso levou à renúncia do Presidente de um dos partidos, levou ao afastamento do partido do Vice-Presidente da República, levou V. Sª a se desligar da Presidência do Partido dos Trabalhadores. Como V. Sª se colocaria nessa construção de uma base de apoio e de sustentação ao Governo nesta Casa, que já chegou à apuração de tantas denúncias? Essas pessoas estão sendo acusadas de ter se pautado de maneira antiética nessas alianças.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, Deputado José Rocha, a aliança política é um procedimento legítimo e normal da democracia. Todo partido realiza aliança política. Nós já tivemos governos aqui de minoria, mas nós já tivemos governos de ampla e amplíssima maioria de três quintos, de dois terços, no Congresso Nacional. Portanto, nós não podemos julgar a aliança como se fosse necessariamente produtora ou causadora desse tipo de denúncia.

Eu sempre fui um “aliancista”, sempre defendi alianças. Aliás, na democracia, para governar, é necessário alianças políticas e programáticas, alianças entre diferentes, alianças que o PT...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu queria que V. Sª fosse mais objetivo na resposta por causa do tempo. Mais de 20 Parlamentares estão no Conselho de Ética, há renúncia de Presidente de partido, de Vice-Presidente. V. Sª renunciou à Presidência do seu partido. Tudo isso é fruto das denúncias dessa base mal construída dentro do Congresso Nacional.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Bem, não vou entrar no juízo e no julgamento desse conceito valorativo de V. Exª. Eu estou apenas afirmando que alianças são um procedimento normal, democrático e legítimo da democracia.

Em segundo lugar, o PT foi criticado durante muito tempo porque não sabia fazer aliança, e diziam que ele não podia governar, porque não ia construir maioria. Terceiro, aliança não é que produz esse tipo de coisa. Certamente, nós temos de definir critérios, temos de tirar todas as lições desse processo, até porque, no caso dos Parlamentares que estão sendo investigados, ainda estão sendo investigados, inclusive, no próprio Conselho de Ética e vão ser objeto de julgamento no plenário da Câmara dos Deputados, e, sobre eles, eu não vou fazer nenhum julgamento aqui, na CPI.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre ex-Deputado José Genoino, V. Sª confirma o acordo feito com o PL de R\$10 milhões para o apoio à candidatura do Presidente Lula no segundo turno?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em 2002, Deputado José Rocha, eu não era membro da Executiva, eu estava licenciado, disputando o Governo de São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Disso realmente eu tenho conhecimento. Eu pergunto a V. Sª se confirma.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não tinha conhecimento. Eu nem era membro da Executiva, eu era candidato a Governador de São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª não tinha conhecimento, sendo que, nesse acordo, estaria também o apoio a diversas candidaturas do seu partido?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – No caso de São Paulo, o PL não apoiou a minha candidatura no primeiro turno.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu sei.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não apoiou. Portanto, eu não tinha conhecimento, eu estava licenciado da Executiva...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª não participou da campanha do segundo turno?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu participei, eu era candidato a Governador de São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No primeiro turno?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – No primeiro turno.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No segundo turno, V. Sª não participou da campanha do Presidente Lula?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu era candidato.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No segundo turno, V. Sª não era candidato.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Era, Deputado, eu fui para o segundo turno em São Paulo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – No segundo turno?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – É, fui para o segundo turno em São Paulo. Foi uma campanha em que perdi o segundo turno com 43%, 42,5% dos votos.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Sª avalizou os empréstimos contraídos pelo seu partido e negociados pelo Sr. Delúbio Soares. V. Sª confirma?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – É claro, está avalizado, e esses empréstimos estão contabilizados na nossa prestação de contas.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, V. Sª avalizou ofício que o Sr. Delúbio Soares enviou ao Banco de Minas Gerais, nos seguintes termos: “Pelo presente, assumo junto a esse Banco o compromisso irrevogável e irrevogável de garantir, como avalista e devedor solidário, todas as operações de empréstimo firmadas por V. Sªs com Rogério Lanza Tolentino e As-sociados Ltda., com Grafitti Participações, com SMP&B

Comunicação, com DNA Propaganda e Partido dos Trabalhadores, inscrita no CNPJ”. Aqui diz: CNPJ do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – A minha assinatura como avalista, Deputado, está nos dois empréstimos, no BMG e no Banco Rural, e não nessa declaração. E nem conhecia as empresas citadas nesse ofício.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas aqui é um compromisso que faz o Sr. Delúbio Soares em nome do Partido dos Trabalhadores, de que V. S<sup>a</sup> era o Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tinha conhecimento desse compromisso. Tinha conhecimento dos empréstimos que foram assinados, eu como avalista, e estão na nossa prestação de contas.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, V. S<sup>a</sup> considera o Sr. Delúbio Soares um irresponsável?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não vou fazer juízo de valor sobre as pessoas nem vou fazer julgamento aqui.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mas V. S<sup>a</sup>, como presidente do partido – o Sr. Delúbio Soares, como tesoureiro do partido, assume esse compromisso por escrito –, diz que, como presidente do partido, não tem essa mesma responsabilidade?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não vou, Deputado José Rocha, fazer julgamento de mérito ou de valor sobre companheiros do partido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Tudo bem. É um direito de V. S<sup>a</sup>.

V. S<sup>a</sup> deve ter acompanhado o discurso em que o Senhor Presidente da República disse que foi traído pela cúpula do partido, do qual V. S<sup>a</sup> era Presidente. V. S<sup>a</sup> se considera um traidor?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado José Rocha, eu tenho pelo Presidente Lula admiração, respeito e muita confiança. Continuo admirando o Presidente Lula. Muito!

E tive uma relação, nesse período da presidência do PT, muito correta e sincera. Enquanto estava na presidência do PT, nunca polemizei nem nunca comentei declarações do Presidente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, V. S<sup>a</sup> discorda da orientação do Presidente?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não comento declarações do Presidente nem quando eu estava na Presidência do PT.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Nem discorda nem concorda?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não estou entrando no mérito de declaração do Presidente.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não é mérito. V. S<sup>a</sup> discorda ou concorda com a declaração do Presidente de que ele foi traído pela cúpula do PT?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Vou reafirmar – mais uma vez –, José Rocha, que tenho com o Presidente Lula uma relação de respeito, admiração e confiança...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> já disse que tem essa relação de respeito. Minha pergunta é se V. S<sup>a</sup> concorda ou discorda da declaração do Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não vou, Deputado José Rocha, emitir para V. Ex<sup>a</sup> opinião política...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não é opinião. É se V. S<sup>a</sup> discorda ou concorda.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não estou entrando nesse mérito.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não é mérito.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não vou opinar sobre uma declaração dada pelo Lula.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não é opinar. V. S<sup>a</sup> foi acusado pelo Presidente de tê-lo traído. V. S<sup>a</sup> concorda ou discorda?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – No PT, Deputado, não há relações de traição, de delação premiada ou oferecida ao camicase; nem esse tipo de relação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Então, V. S<sup>a</sup> discorda da declaração do Presidente?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Portanto, minha resposta já foi dada, Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quem pagou o empréstimo contraído pelo Presidente Lula no valor de R\$29.436,26? O próprio Lula ou o Sr. Paulo Okamoto?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado José Rocha, nessa época, eu não estava na Presidência do PT nem era membro da Executiva. Isso se refere ao período de 2002. Eu não estava.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sei, mas V. S<sup>a</sup> foi Presidente do partido logo depois.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Mas, nessa época, eu não era Presidente nem membro da Executiva. É a Secretaria de Finanças, o partido, que deve prestar conta sobre adiantamento para viagens, esse tipo de coisa. Eu não tinha qualquer conhecimento desse empréstimo.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Vamos ver se V. S<sup>a</sup> tem conhecimento da notícia publicada no **O Estado de S. Paulo**, do dia 11 de setembro, que afirma que o PT pagou, novamente com dinheiro do fundo partidário, passagens aéreas para os filhos, as noras, um genro e uma neta do Presidente Lula na virada de

2002 para 2003 e também para a mulher e filha do Ministro da Fazenda, Sr. Palocci.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado José Rocha, esse fato, que está nos jornais, aconteceu. O PT pagou a nota da BBTur. O Presidente Lula não era Presidente da República nem o Ministro Palocci era Ministro de Estado. Quanto ao fato dele estar em Brasília trabalhando em uma transição que estava se concluindo e dos seus familiares se deslocarem para Brasília – porque eles não tinham condições de pagar, de arcar com essas despesas –, eu não vejo problema maior. Se houve erro administrativo, isso tem de ser resolvido pela nova direção do partido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de que, até agora, os Ministros do TSE não aprovaram as contas do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Do PT e de todos os partidos, de acordo com a última Resolução do TSE de 2001. Do PT e de todos os partidos, pela informação que tenho dos advogados do PT junto ao TSE.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Alerto ao nobre orador que seu tempo já se esgotou.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Última pergunta, Sr. Presidente.

Com relação aos empréstimos realizados pelo Sr. Delúbio Soares e V. S<sup>a</sup> no BMG e no Banco Rural em que constava como avalista o Sr. Marcos Valério, V. S<sup>a</sup> afirmou à imprensa, num primeiro momento, que não sabia da assinatura de tal contrato de empréstimo, mas, no dia seguinte, afirmou ter assinado sem saber o exato conteúdo do documento. Indago: é hábito de V. S<sup>a</sup> assinar documento sem a prévia leitura dos mesmos?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado José Rocha, vou responder a V. Ex<sup>a</sup> com toda sinceridade. Como Presidente do PT, nós assinamos os processos, os pagamentos, que vêm instruídos pelo Secretário de Finanças – seja assinatura de cheque, seja assinatura de contrato –, por uma relação de confiança. Em primeiro lugar, é isso. Em segundo lugar, em relação a esses empréstimos, eu não tinha conhecimento de quem emprestou nem de quem era o avalista. A dúvida – que esclareci na imprensa no dia seguinte – era de que não havia, no fac-símile do empréstimo, a assinatura do Marcos Valério. Portanto, naquela época, não conhecia o Marcos Valério. Fui conhecê-lo depois, de vista, porque não tinha relação direta com ele. Esses empréstimos estão registrados e pagaram as contas do PT naquele período de transição de 2002 para 2003 em relação às defasagens que nós tínhamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. S<sup>a</sup> tinha conhecimento do rombo que havia nas contas do PT? Só a última.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas a última...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu tinha conhecimento da dívida de 20 milhões do Diretório Nacional e das dívidas nos Estados e nos diretórios em que o PT disputou eleição.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Reinscrevo-me, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> será reinscrito.

Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaide Cobra.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Deputado José Genoino; meu Presidente; meu Relator; meus companheiros do Senado e da Câmara, sinto-me muito constrangida, Deputado, porque sempre achei que V. S<sup>a</sup> fosse um Deputado de muito porte e um homem de confiança, principalmente de confiança do Presidente Lula. Quando o senhor não foi eleito Ministro – achei que o senhor seria Ministro do Governo Lula –, considereei muito depreciativo à sua pessoa. Como admiradora sua, achava que o Presidente Lula podia ter chamado o senhor para ser Ministro e que errou ao não chamar. Chamou um montão de gente que não presta e não chamou o senhor. O senhor é muito melhor Ministro que muitos Ministros que há por aí. Aí o senhor foi presidir o PT. Pensei: “Bom, agora, ele está em um cargo que considero importante – presidir o Partido dos Trabalhadores”.

Agora, o senhor vem até aqui, humilde, como compete a um homem hoje em uma situação difícil, que teve de sair da presidência do partido contra a sua vontade. O senhor não queria sair muito, não, mas falou que saiu por divergências políticas, por questões políticas. Isso significa que o senhor não tinha nenhuma responsabilidade com o Partido dos Trabalhadores. O que denota, Deputado Genoino – para mim e para muitas pessoas do Brasil –, que o senhor não mandava nada, que o senhor não fazia nada, que o senhor era um mero assinador de papel que – o que é pior – nem lia porque havia um homem chamado Delúbio, que é uma desgraça total para o Brasil, porque ele manda no PT, manda no Marcos Valério, manda em todo mundo e fez o que quis com o partido.

Minha pergunta: o partido é responsável por tudo o que aconteceu neste País, por essa desgraça que hoje invade o Governo Lula, por essas acusações seriíssimas desse esquema de corrupção que atingiu principalmente a Câmara dos Deputados, pelos vários corrompidos que estão sendo cassados – e os cor-

ruptores não sabemos direito que os são? O senhor acha que tudo isso é culpa do Partido dos Trabalhadores ou não?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputada Zulaiê, em primeiro lugar, quero, respeitosamente mesmo – levando em conta as afirmações de V. Exª a meu respeito – dizer que discordo dos termos usados em relação ao Delúbio, em relação à desgraça promovida pelo PT...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor pode discordar, mas o Brasil todo concorda. Está bom!

**O SR. JOSÉ GENOINO** – E eu tenho o direito de discordar, não é, Deputada?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tudo bem! Mas eu não estou perguntando isso para o senhor. O senhor elogiar o Delúbio para mim é bater na mesma tecla. Quero que o senhor fale se o partido foi responsável. Esquece o Delúbio!

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputada, vou falar aquilo que V. Exª me pergunta.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu perguntei para o senhor. Eu fiz uma pergunta.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Vou falar nas condições constitucionais em que estou aqui. Portanto, Deputada Zulaiê, eu posso comentar, eu posso dar minhas opiniões...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas eu queria só a resposta objetiva.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em relação à pergunta, há uma resposta. Em relação – vou repetir – a constrangimento, Deputada, não saí da Presidência do PT por divergência política. Disse aqui e vou reafirmar: saí da Presidência do PT por falta de condições políticas para continuar na Presidência diante da crise...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Dá na mesma. Falta de condições políticas é por divergências políticas.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não é necessariamente, Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Para mim, é a mesma coisa.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Essa é uma questão de interpretação.

Em relação a nenhuma responsabilidade, minha responsabilidade com o PT – deixei muito clara aqui – era de representar o partido, relacionar-me com as instâncias partidárias com representação nas instituições do Estado, na relação com a sociedade, na relação com as bancadas, na relação com os partidos de Oposição...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, vamos chegar nesse ponto.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – E na relação política. Listamos aqui uma agenda grande, intensa e complexa que nós trabalhamos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor fala muito bonito, Deputado Genoino, mas, na hora do “vamos ver”, não ficou nada. O senhor fala que participou de acordos e alianças de apoios, inclusive, materiais a vários partidos que fizeram alianças em 2003. O senhor falou até de uma crise em 2003. Não sei que crise era essa. Crise é esta agora, em 2005. Enfim, o senhor participou desses acordos. Mas, na hora em que se falava em dinheiro, o senhor saía. É isso? O senhor não participava dessa parte?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputada Zulaiê, eu participava dos acordos políticos e eleitorais com os partidos e não tratava, na relação com os partidos, de acordos financeiros porque esses acordos políticos com os partidos estavam se concretizando nas alianças, nas candidaturas e no apoio mútuo nas cidades a que me referi aqui.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sei. Mas quem fazia essa parte?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Televisão, camiseta...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tudo bem! Apoios políticos e apoios materiais.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Dentro do partido, existe um sistema colegiado com secretarias que possuem funções de coordenar executivamente o partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, o senhor não participava desses acordos com relação a dinheiro?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu participava dos acordos políticos e eleitorais. Sobre relações financeiras com os partidos, eu não participava.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, quem participava?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Aquele que tinha responsabilidade do partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quem era?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputada...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O tesoureiro Delúbio?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – A Secretaria...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Silvio Pereira?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, Deputada. O Silvio Pereira era o responsável, por delegação do partido, de representar o PT nas negociações sobre cargos junto ao Governo – as indicações do PT junto ao Governo – e na relação com os partidos aliados.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ele fazia parte de cargos? Ele via essa questão de cargos dentro



do Governo? E o Delúbio via a questão do dinheiro? O Delúbio, junto com vários que aqui já confessaram... Há pessoas que já vieram até aqui e já confessaram, como é o caso do Valdemar Costa Neto, que já falou do dinheiro e dos acordos com o Delúbio; como é o caso do Roberto Jefferson. Portanto, temos provas materiais, provas testemunhais e confissões. Com relação a essa crise, já sabemos que quem destruiu o Parlamento brasileiro foi o Governo do PT.

Minha pergunta era: o partido é responsável ou houve interferência do Governo? Eu acho que houve interferência do Governo. O PT, sozinho, não faria essa desgraça total. Quero saber se o senhor sabe se houve interferência do Governo ou não.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Vou responder objetivamente. Em primeiro lugar, o Governo do PT não está produzindo essa desgraça. Não concordo com o que V. Ex<sup>a</sup> está colocando.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está produzindo sim, porque estamos vendo isso no dia-a-dia.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em segundo lugar, nenhum dirigente do PT tratava dessas questões do Governo. A nossa relação era política da agenda das políticas públicas e da relação do partido com o Governo. Terceiro, os cargos que o PT negociou, representando os interesses do Governo e dos partidos aliados... É bom deixar este número, quando, como coordenador, havia o Secretário de Organização e, depois, o Secretário-Geral Silvio Pereira: dos 19 mil cargos comissionados, o Governo do Presidente Lula trocou 5.314. No primeiro ano, nós mantivemos 76% dos cargos comissionados de livre contratação. Do Governo anterior, no último ano, foi 72,3%. Portanto, não houve esse aparelhamento.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – No primeiro ano. Depois, no segundo ano e no terceiro ano, houve.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, Deputada. Continua. Tenho esses elementos aqui. No segundo ano e no terceiro ano, tenho o levantamento da Secretaria de Recursos Humanos...

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Depois, o senhor passe o levantamento para a Comissão.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Manteve-se essa média geral.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quero saber o seguinte: qual o papel do Ministro José Dirceu com relação a Marcos Valério – que o senhor não conhecia, mas ele o conhecia –, com relação ao Delúbio, com relação ao Sérgio Pereira – que ganhou até um jipe com apelido de Silvio *Land Rover* Pereira? Quero saber:

o senhor não participava dessas negociações, mas o senhor tem conhecimento de quem participava?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tenho conhecimento de quem participava. A relação do Ministro José Dirceu com o partido era uma relação de membro do diretório nacional. Eu discutia com ele questões políticas, negociações políticas e resoluções do diretório nacional, quando ele participava – ele sempre participou das reuniões do diretório nacional.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O Delúbio também participava com ele de reuniões políticas.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Do diretório nacional. Porque é um dirigente político.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Essas discussões se passavam dentro do Palácio?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não! Essas reuniões se realizavam na sede do partido ou em locais que o partido alugava para fazer essas reuniões do diretório nacional e da executiva. Nunca fizemos reunião do partido em nenhuma instalação do Governo do Presidente Lula, do Governo Federal.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não! Que já fizeram reunião na sala do lado, do ex-Ministro José Dirceu, já está provado. Todo mundo já falou. As reuniões eram feitas na sala do lado.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O PT, Deputada Zulaiê, não tinha sala de reuniões no Palácio do Planalto.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, não tinha sala de reuniões, mas as reuniões eram feitas na sala do lado, do Ministro José Dirceu.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Os membros do PT, como membros de outros partidos, inclusive de governos anteriores, se reúnem em qualquer sala do Governo, com o Ministro ou com quem o Ministro indicar é legítimo. São reuniões normais de um partido que participa do Governo e que dirige o Governo.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor me desculpa, Deputado Genoino, o senhor me desculpa, mas eu nunca vi tantas reuniões feitas no Palácio em nenhum dos Governos anteriores como no Governo do PT. Portanto, se o senhor quer fazer uma defesa, o senhor faça. Mas que realmente agora extrapolou, extrapolou, e nós sabemos disso. Nós já estamos aqui há muito tempo investigando.

Agora, eu queria que o senhor me falasse uma coisa que me constrange muito: por que é que o senhor não reage? Por que é que o senhor não reage a essas situações, hoje, do Partido dos Trabalhadores, com essa briga interna que está havendo? O senhor era presidente, presidiu dentro daquilo que o senhor analisa como um bom presidente, agora o senhor foi afastado e vem o Tarso Genro; aí colocam o Tarso Genro, afastam o Tarso Genro, mas o Zé Dirceu continua

mandando no PT, e nós temos uma eleição e o senhor não se revolta com isso? O senhor não fica constrangido de não fazer: “Não, eu vou brigar pelo meu partido”? É isso que eu queria. Eu queria essa reação sua.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Minha cara Zulaiê, não fui afastado. Tomei a decisão pessoal de sair da presidência do partido. Em segundo lugar, não estou disputando a chapa para a direção do próximo período; não estou disputando.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E não está apoiando ninguém?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não estou disputando. Sou apenas um militante que vai votar no dia 18 de setembro. Eu tomei uma decisão unilateral: me afastei temporariamente da vida pública, diante de todos os fatos que eu relatei, inclusive em artigos assinados até então para o jornal **O Estado de S.Paulo**.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, o senhor concorda comigo que o senhor se afastou definitivamente da vida pública – definitivamente, não; por um tempo – diante daquilo que aconteceu com o seu partido?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não concordo, Deputada Zulaiê. Cada um tem sua avaliação sobre as razões, os motivos de tomar uma decisão...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, mas então não tem razão de ter se afastado, não tem razão de o senhor ficar fora!

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu discordo das razões apresentadas por V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Quer dizer, é uma coisa que não dá para entender, né? O senhor concorda comigo que não dá para entender. O senhor participou do partido, não presidiu o partido, porque mandaram no partido, o senhor sai do partido, fica fora do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando; Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Sr. Deputado José Genoino, as perguntas que eu faria o Relator já fez, digo até sem sucesso nas respostas. Porque o ex-Presidente do PT não negociava cargos, não administrava o PT, não participava da arrecadação ou ordenamento de despesas e só representava o partido. O tesoureiro é que tinha a delegação de todos os poderes nessa área financeira e os dirigentes do partido, como o tesoureiro, porque eleitos, dispunham de autonomia. Então, se a gente fechar isso, dentro daquilo que foi solicitado, as perguntas que foram feitas pelo Deputado Ibrahim Abi-Ackel, sem resposta, eu acho que nós vamos continuar nisso,

e eu vou evitar de fazer perguntas, mesmo porque eu acho que não seria necessária a vinda do senhor aqui, o senhor já depôs em outras Comissões... Em outras Comissões, sim. Não nessa, mas em outras já.

**O SR. (Orador não identificado)** – Na Polícia Federal. No Ministério Público.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, também não.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Em outras Comissões o senhor não depôs?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – É o primeiro depoimento, ele não depôs. Era um depoimento necessário dentro da nossa lógica estrutural.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Tudo bem, mas, dentro da nossa lógica, eu queria, neste momento de reflexão – eu não vou lhe fazer nenhuma pergunta, Deputado, acho que as minhas se esgotaram –, o que eu entendo é que nós, neste momento, temos que buscar muito mais através dos fundos... porque essas perguntas estão esgotadas já. Mesmo o senhor não tendo ido a nenhuma outra Comissão, nós já conhecíamos o seu pensamento, onde o senhor... por isso é que eu imaginava que o senhor já tinha vindo a uma outra Comissão. Então, acho que é um momento de reflexão para a nossa Comissão, Presidente, porque nós... Eu acho que o que todo o País, que nos acompanha, espera são conclusões mais rápidas, mais objetivas, e não acredito que vamos ter essas conclusões a partir de agora, buscando essas respostas, a não ser pelos fundos. Fora disso, acho que vai ser muito difícil. E as próprias medidas, as próprias perguntas que ficaram sem resposta, outras ficarão, eu tenho a sensação de que o senhor vai ficar respondendo o mesmo tipo de pergunta hoje aqui – isso eu acho que faz parte dentro desse desenrolar da CPI, que eu não acho que é o mais objetivo.

Então, eu queria aproveitar, Senador Amir Lando, ao não fazer a pergunta, não utilizar o meu tempo até, deixar esta reflexão para V. Exª: acho que nós temos que mudar, nós temos que rever exatamente tudo aquilo que nós precisamos fazer, porque o que esperamos de nós é uma apuração muito mais rápida. O que esperam de nós são respostas muito mais objetivas, porque as perguntas objetivas estão sendo feitas pelo Sr. Relator, extremamente objetivas. Mas se nós não temos a resposta, eu acho que ficaremos aqui... Enfim, o assunto vai-se exaurindo por si, nós não vamos chegar a nenhuma conclusão.

De forma que quero colocar minha participação somente com isso para deixar claro não só o que penso, mas o que acho que deve fazer esta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, devo responder a V. Exª que concordo

plenamente. Se o Plenário aqui entender que podemos dispensar o depoente e que não haverá...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não, eu não propus isso, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não: eu! Eu estou falando. Eu concordo que o depoimento já está com seu arcabouço desenhado. Quer dizer, pouco vai acrescentar, isso aí eu concordo. E se o Plenário entendesse, nós poderíamos até dispensar, porque eu não vejo que se vá aqui ter elemento novo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu estou falando e não tem nada de questão de ordem. Eu estou falando. Estou com a palavra.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sim, o senhor está falando e eu também vou falar depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu estou falando isso aqui. Agora, se quiserem... Não tenho que dialogar. Não há diálogo. Eu estou falando. Agora, senão nós vamos continuar do mesmo jeito até o final, porque eu não vejo outro caminho. Eu tenho absoluta certeza de que ninguém vai dispensar de fazer as suas perguntas.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho absoluta certeza. Não sou ingênuo. Mas estou falando: de minha parte eu, exatamente, estou à disposição. Agora, é evidente que o arcabouço dos Presidentes dos partidos que estavam nesse processo deveriam ser ouvidos. Aí nós temos ainda o Deputado Pedro Corrêa. E ainda temos o João Cláudio Genu. E aí acabamos exatamente com esse quadro lógico de depoimentos. Depois nós podemos decidir. Agora, devo dizer que eu sei que nós vamos passar o dia inteiro fazendo perguntas e o que o ex-Presidente do PT disse é claramente... Ele não vai aduzir nenhum elemento novo. Mas, de maneira nenhuma, eu vou cercear o direito de cada um. Eu tinha que fazer esse comentário. Entendo também que nós temos que nos debruçar sobre essa montanha de informações até hoje inúteis, que V. Ex<sup>a</sup> trabalhou a semana passada e sabe disso. Estamos ampliando nossa equipe para que se possa dar um resultado eficiente, correto e fundamentado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Júlio Redecker, que também vai abrir mão, certamente. (Risos.)

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Depende do que, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor quer que eu abra a mão? Está a mão aberta. Limpa. Só está o mate, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora foi uma brincadeira com V. Ex<sup>a</sup>, porque sei que V. Ex<sup>a</sup> é incisivo nas perguntas. Concedo-lhe o tempo de 10 minutos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor pode arrumar o tempo lá, Presidente. Ficou muito tempo lá, Presidente: 10 minutos.

Deputado... ex-Deputado José Genoíno, ex-Presidente do PT, eu quero dizer em primeiro lugar que, nesses anos de convivência aqui na Câmara dos Deputados, aprendemos a respeitá-lo e admirá-lo por seus posicionamentos corajosos. E o senhor marcou sua passagem pelo PT, por sua vida pública, embora em muitos momentos discordamos frontalmente, e eu esperava, digo, do ponto de vista pessoal, desprendimento e coragem para que não tivéssemos aqui repetidos os depoimentos de tantas pessoas que já o fizeram no mesmo rumo.

Eu tenho uma série de perguntas e vou fazê-las. Por exemplo, quando a gente assume a presidência de uma empresa, de um partido, normalmente a gente gosta de tê-lo na mão, saber o que está acontecendo. Na época em que o senhor assumiu a Presidência, o senhor não fez nenhum comunicado à praça, dizendo que não tinha nenhuma responsabilidade sobre os atos dos seus colaboradores, porque, na realidade, uma comissão executiva tem no presidente a figura maior e nas outras pessoas, colaboradores. O senhor não deu nenhuma declaração nesse sentido. O senhor se sente desobrigado, por todas as atitudes que a Executiva do PT tomou, através do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Silvinho Pereira, como Presidente?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Em primeiro lugar, Deputado, um partido é diferente de uma empresa. Num partido, você tem eleições, tem colegiado e tem competências definidas; é diferente de uma empresa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Nós conhecemos.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** – Em relação à responsabilidade como Presidente do PT, eu tenho responsabilidade política de conduzir o partido politicamente. O que eu deixei claro na CPI é que havia responsabilidades específicas. O companheiro Silvio Pereira tinha uma competência e uma delegação para representar os interesses do PT nas negociações com o Governo e com os aliados, e ele não fez nada sem essa delegação, que é normal e legítimo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem deu a delegação ao senhor deu a delegação para o Delúbio fazer todo o trabalho financeiro e para o Silvi-

nho Pereira também? Eu quero saber se foi o senhor, especificamente, só isso; é sim ou não...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, não havia essa delegação, porque na executiva e no diretório...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – A Executiva deu então?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – ... e no diretório nacional, quando elegem os respectivos dirigentes da executiva, o Estatuto do partido define as competências de cada secretaria. Portanto, está definido...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E eles não precisavam prestar contas ao presidente nem à executiva?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eles prestavam contas ao partido, recebiam determinações políticas em relação a arrecadar e ordenar despesas, mas isso era uma competência exclusiva dele, não do Delúbio.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Bom, então, uma pergunta a V. S<sup>a</sup>: se eles prestavam contas e faziam os esclarecimentos necessários, como que o senhor não sabia dos empréstimos? Inclusive, naquela ocasião da entrevista da *Veja*, eu me lembro aqui que o senhor disse, numa pergunta do repórter: “Ele nunca foi avalista do PT em alguma operação bancária?” – com referência a Marcos Valério. “Nunca, ele não foi avalista do PT, não tem isso não”. Os fatos depois desmentiram, porque houve contratos onde o Marcos Valério era o operador dos recursos ilegais do PT, e inclusive V. S<sup>a</sup> acabou figurando também como avalista. E, na ocasião, com sua negativa, parecia que o senhor não sabia desses empréstimos e não sabia também que era avalista de uma operação, e uma operação, na minha opinião, fraudulenta, mas respeito entendimentos em contrário, porque o senhor não tem patrimônio para responder a uma dívida desse tamanho. Ou o senhor tem patrimônio para responder a uma dívida desse tamanho ou o senhor assinou em nome do PT, com o conhecimento de todo o PT.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, Deputado, em relação à matéria da *Veja*, eu cumpro o dever de informar a V. Ex<sup>a</sup> e esta CPMI que, diante da pergunta do repórter sobre avalista – e perguntei ao secretário que no fac-símile do contrato não tinha o nome do Marcos Valério, ele me informou que não tinha. Foi isso que eu respondi. No dia seguinte, eu tomei a liberdade, a iniciativa de pedir desculpas aos leitores da *Veja* e o secretário de finanças divulgou uma nota pública.

Em relação à operação fraudulenta, o PT, quando fez esse empréstimo, tem lastro, com contribuições, com fundo partidário, para honrar esses empréstimos. Portanto, não é operação fraudulenta. Sobre os meus bens, Deputado, a única coisa que eu tenho na vida é

uma casa como bem familiar, que está na Receita, no valor de R\$120 mil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu sei. Agora o senhor imagina um empréstimo desse valor e um banco aceitar o aval de uma pessoa que tem o seu patrimônio.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu estava dando o aval como Presidente do PT, e o PT tinha condições e lastro para honrar esses empréstimos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então, o senhor quer dizer que, como Presidente do PT, mesmo aqueles empréstimos de que o senhor não tinha conhecimento, que o Delúbio tem um documento que foi apresentado pelo Deputado José Rocha, o senhor acredita que o PT deva pagar a totalidade dos empréstimos com os dois bancos de Minas Gerais?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em relação aos empréstimos com os dois bancos de Minas Gerais que estão na nossa contabilidade, o PT vai honrar, e deve honrar. Em relação às demais questões, isso é um problema para a nova direção do partido. Não vou opinar sobre isso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quando o senhor fala... Muita gente, ex-Deputado José Genoino – e vou fazer-lhe as perguntas, não tenho aqui nenhuma intenção de atingi-lo ou de ofendê-lo –, mas todo mundo diz que o Deputado José Dirceu – hoje Deputado e ex-Ministro – era o grande chefe do senhor, do Delúbio e do Silvinho. É o comentário aqui na Casa: que o senhor era comandado pelo Ministro José Dirceu. O senhor alegou aqui que não, que o Ministro José Dirceu, enquanto Ministro, não participava das decisões partidárias. É verdade isso? O Deputado José Dirceu, enquanto Ministro, não participava das decisões partidárias?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Só quando participava das reuniões do Diretório Nacional, como os demais Ministros que participavam.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E ele sabia desses empréstimos?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O companheiro José Dirceu não tinha conhecimento dos dois empréstimos que têm o Delúbio e eu como avalistas.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O Ministro José Dirceu demonstrou claramente que tem poder sobre o partido, porque, quando ele saiu, ele era Ministro e não se metia. Quando ele foi novamente Deputado, ele impediu que o Tarso Genro pudesse ser o candidato e refundasse o partido, criando grandes constrangimentos dentro da própria executiva. Quer dizer, hoje nós vemos que o grande comandante do PT, no diretório nacional, é o Sr. José Dirceu. Porque não me entra na cabeça que o senhor, como Presi-

dente, depois de todos esses fatos, não tenha apurado nenhum fato do envolvimento de nenhum petista da Executiva, não tenha sido feita nenhuma punição, embora o Delúbio tenha recorrido à Justiça. Por que o PT não quer punir aqueles que, na minha opinião, enganaram-lhe. O senhor, como presidente, sabe só de 10% dos empréstimos. Com toda sinceridade, V. S<sup>a</sup> não se sente enganado nesse processo pelos seus colegas Delúbio Soares e Silvio Pereira, que tomaram esses empréstimos no valor de R\$45 milhões sem o seu conhecimento?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Aí, por uma questão de justiça, Deputado, o Silvio Pereira não tinha nada a ver com a administração financeira do partido.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só o Delúbio, então.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Ele prestou depoimento aqui no Congresso. Ele era representante do partido nas negociações de interesse do partido junto ao Governo e aos aliados.

Sobre a disputa, na imprensa, do ex-Ministro José Dirceu com o ex-Ministro Tarso Genro, não estou mais na Executiva nem na presidência do PT e, portanto, não vou opinar sobre essa questão. Está certo?

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. Deixe-me ir adiante. O senhor tomou conhecimento dos empréstimos do Sr. Marcos Valério na totalidade pela imprensa. O senhor deve ter tomado conhecimento ou o senhor já sabia que o PT nacional mandou para o Rio Grande do Sul dinheiro, com cheque nominal, assinado pelo Sr. Marcos Valério, para pagar duas gráficas, que, segundo o PT do Rio Grande do Sul, é de R\$75 mil, e remontavam à campanha de 2002 do Presidente Lula?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tinha conhecimento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas tomou conhecimento pela imprensa?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Reafirmo. Em 2002 eu não era da executiva nacional e era candidato a Governador de São Paulo. Fiquei um ano e meio licenciado do Congresso Nacional.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor era Presidente do partido quando tomou conhecimento desses fatos.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Esses fatos, quando vieram à tona, eu não estava mais na Presidência do PT.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ah, não estava mais. Não lhe causa estranheza a questão do envolvimento do partido para caixa 2 pagar contas de campanha do Presidente depois de passada a campanha do Presidente? O senhor não tinha conhe-

cimento nenhum de que o caixa 2 pagava contas de campanha? Por exemplo, o senhor, como presidente do partido, viajava à conta do partido. Não era o partido que pagava suas despesas de locomoção, janta, hotel? Não era o partido que pagava essas despesas?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Para os dirigentes do partido, sim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor não desconfiava, com a carência financeira, de que outros recursos estavam ajudando a pagar as despesas de movimentação dos próprios membros da executiva?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, os membros da executiva do partido tinham e têm uma vida simples, humilde e viajavam em vôo de carreira e em trabalho partidário.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas custa igual, ex-deputado.

Deixe-me perguntar mais aqui. Quando escutamos evasão fiscal, temos uma questão fundamental: dólares. Por que um partido dá dólares para as pessoas? Por exemplo, o motorista e assessor da Deputada Neyde Aparecida, que está para ser ouvida aqui, diz que foi a São Paulo buscar US\$200 mil para a campanha. Será que é matéria comum um partido dar apoio de campanha em dólares para as pessoas? O senhor tinha conhecimento de que o PT tinha reservas em dólares na sede do partido para dar dinheiro aos seus Líderes nos Estados?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não tinha conhecimento e quando essa denúncia foi apresentada pelo motorista, o então Secretário de Finanças e Planejamento divulgou uma nota, juntamente com a Deputada Neyde, que não teve transferência de dólares para o partido em Goiás. Essa questão está sendo investigada e haverá oportunidade de esclarecê-la.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. Se esses dólares não existiram, sei que é um assunto delicado, mas o senhor, na minha opinião, saiu da presidência do partido pelo constrangimento causado pelo seu irmão, Deputado no Ceará, ter um assessor que veio a São Paulo buscar recursos e foi preso no aeroporto com US\$100 mil na cueca e mais dinheiro vivo. Quer dizer, mais uma vez aparece dinheiro em moeda estrangeira, como apareceu e foi comprovado aqui por Duda Mendonça. O pagamento recebido da campanha, que foi negociado oficialmente por 7,08 milhões e que teve 25 milhões, que foi o acordo feito pelo Duda com o PT. O senhor também não sabia do dinheiro que estava sendo remetido por um assessor do seu irmão para pagar contas de campanha ou contas políticas no seu Estado, em dólar, da maneira

como foi preso aquele senhor que trabalhava com o seu irmão?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Júlio, agradeço essa tua pergunta feita de maneira dura.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E a faço com respeito.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Agradeço, Deputado, porque, na história da civilização, o que pesou sobre a minha pessoa é uma relação sangüínea. Sou irmão do Guimarães, ponto. A civilização humana já evoluiu muito ao fazer denúncias e prejulgamento por um laço sangüíneo. Diante daquele fato que provocou indignação, diante daquele fato que causou perplexidade, todos do PT se empenharam numa investigação rápida. Enviei, Deputado, um ofício à Polícia Federal solicitando rapidez. É importante também informar aqui que – e vou dizer isso porque, quando a imprensa divulgou esse fato, houve uma confusão – na imagem de que eu estava entrando num *apart-hotel* – e vou deixar claro, o hotel onde se hospedou Adalberto se chama *Quality* e fica na Faria Lima. O *apart-hotel* no qual eu estava entrando era o *Parthenon*, noutra rua, fora daquele lugar. Por que fui lá, Deputado? Falo isso de coração para V. Exª. Meu irmão estava muito abatido e muito chateado com tudo aquilo, porque, por uma relação sangüínea, eu estava pagando um preço por um desgaste muito caro. A reunião do diretório nacional terminou sábado à noite; domingo de manhã eu liguei para ele e disse: “Você vai embora, é bom a gente conversar antes, pessoalmente”. Eu não estava mais na presidência do PT. Ele disse: “Genoino, não vou a sua casa, não quero ir a sua casa, porque tem imprensa aí, vão fazer imagem minha com você e eu não quero ver os meus sobrinhos”. Eu disse: “Eu quero falar com você”. Ele falou: “Então, não vou aí. Se você quiser falar comigo, venha ao lugar em que estou hospedado”. Ele tinha saído do hotel, porque a reunião tinha terminado sábado à noite e eu solicitei a um amigo comum, Danilo Camargo, que é advogado, que tem um *apart-hotel* nesse hotel, que me pegasse em casa e fui lá falar com meu irmão. Durante 20 minutos eu conversei com meu irmão: “O que está havendo, o que houve?”. Ele disse: “Não tenho nada com isso, não estou entendendo nada e eu não sabia que eles estavam aqui. Não tenho nada com esse dinheiro”. Fui, Deputado Júlio – V. Exª tem família e sabe como isso é duro –, mas fui duro com o meu irmão. Chegou uma hora em que ele disse, em nome da minha mãe e do meu pai, porque sou o filho mais velho: “Pode ter certeza de que não tenho nada com isso”. Foi essa a ligação com aquele fato. Foi essa, simplesmente, a ligação com aquele fato.

Portanto, agradeço a V. Exª a oportunidade de informar aqui na CPMI sobre aquele fato, tanto da

imagem que foi divulgada sem dizer que o hotel era diferente, a rua era diferente, para dizer o nome da rua. Faria Lima é a Rua do hotel do Adalberto; o *Parthenon*, aonde eu fui, é na Rua Hélio Pelegrino. Todos que estavam em São Paulo sabem que é bem diferente e o nome do hotel é diferente.

Portanto, se V. Exª me permite, estou respondendo. O que eu tenho com esse fato? Uma relação sangüínea com meu irmão e ponto final. Nem está provado pela Polícia Federal, com toda quebra de sigilo telefônico, que o meu irmão tem alguma coisa a ver com aquele dinheiro.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Deputado, encerrando, a última pergunta.

Eu olhei aqui a relação de prestação de contas de V. Sª como candidato ao Governo de São Paulo, o senhor gastou R\$5 milhões, mais ou menos isso, um pouquinho mais, R\$5,441 milhões, para ser exato. Depreende-se, porque São Paulo é um Estado. A candidata Marta Suplicy gastou R\$17 milhões, R\$12 milhões a mais do que o senhor. Quer dizer, quem gasta dinheiro numa capital para concorrer ao Governo do Estado, pressupõe-se que se gaste muito mais, porque São Paulo é um Estado com centenas de Municípios. O senhor de muita coisa diz não saber. O senhor tem certeza de que não houve caixa 2 na sua campanha para o Governo de São Paulo?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não houve caixa 2 na minha campanha para o Governo de São Paulo, Deputado Júlio. Eu vou explicar essa questão. Fiz essa campanha durante todo o 1º turno em terceiro lugar. Era uma campanha dita publicamente pela imprensa como inviável de ir para o segundo turno. Só ameacei chegar no segundo turno na última semana. No segundo turno, sempre fiquei 10 pontos atrás do meu adversário, o então Governador Geraldo Alckmin. Portanto, não era uma campanha vitoriosa. Numa campanha, naquelas condições, a prestação de conta da campanha do Governador, da campanha do Senador, que era conjunta, e da campanha do comitê financeiro chegar em torno de R\$6 milhões é, na média das campanhas, um retrato bem real e bem fiel do que nós arrecadamos e do que nós gastamos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Deputado José Genoino, como o senhor tem certeza...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Agora eu queria que V. Exª entendesse que o seu tempo já terminou.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Encerrei, Sr. Presidente.

Como é que o senhor tem certeza de que não teve caixa 2 na sua campanha e o senhor não teve

conhecimento do caixa 2 quando Presidente do PT? Essa é uma pergunta final.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu era candidato a Governador de São Paulo. Essas informações e essa prestação de contas me foram apresentadas pelo Presidente do Diretório Estadual, que era o coordenador da campanha, o companheiro Paulo Frateschi, e pelo tesoureiro da campanha, o companheiro Danilo de Camargo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, reinscrevo-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Será reinscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

Peço a todos inquiridores que usem exclusivamente seu tempo. Se cada um dilata um pouco o tempo, daqui a pouco, eu não terei mais como exigir de ninguém apenas 10 minutos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Sr. Presidente; nobre Relator; José Genoino, ex-Presidente do PT, nós temos este desafio que é a expectativa do povo brasileiro. O povo brasileiro, modelo institucional em nosso País, atribuiu grande responsabilidade ao Congresso, do qual nós participamos. Nós temos a responsabilidade de fazer as leis que normatizam, que estabelecem as regras institucionais do nosso País; nós temos a responsabilidade de elaborar o Orçamento e fiscalizar a sua execução, uma atribuição que o Congresso Nacional precisa aprimorar enormemente, é um desafio permanente do Congresso Nacional; e temos a atribuição de julgar os membros deste Congresso Nacional e até o Presidente da República. Portanto, temos, nesse modelo institucional, muitas responsabilidades. Neste momento, os olhos da Nação estão voltados para essa tarefa de fiscalizar, julgar, punir membros do Congresso Nacional e as denúncias que envolvem o Executivo e partidos Políticos. Enfim, é uma crise “multifacética” que atinge o Executivo, o Legislativo e instituições partidárias, empresariais do nosso País. Temos que ter celeridade, temos que ter firmeza e temos que ter paciência para fazer justiça. Esse é o desafio em que todos nós estamos envolvidos.

Esse processo já revelou muitas mazelas, muitos problemas, e um deles é a existência da utilização de recursos não contabilizados ou caixa dois – como alguns preferem chamar –, que vem de algum tempo e que move muitas instituições. Os dados estão aí revelando esses elementos. O Delúbio informou à Comissão

e à Nação sobre a sua participação nesse processo de utilização de recursos não-contabilizados.

O Brasil inteiro começa a fazer revelações aqui e acolá sobre fatos relativos a Prefeituras municipais em campanhas anteriores. A Nação sabe que, em 1998, o esquema montado por Marcos Valério foi utilizado, em Minas Gerais, na campanha de Eduardo Azeredo. As informações dão conta da utilização de R\$8,5 milhões na campanha a Governador do hoje Senador e Presidente do PSDB, Eduardo Azeredo.

Na minha terra, na Bahia, há denúncias em Prefeituras. Recentemente, na Prefeitura de Ilhéus, o Prefeito que foi eleito por um partido mudou de partido: foi eleito pelo PMDB e estaria aderindo ao PFL. Há denúncias, gravações de participação, de compra de interesses e de votos na Câmara de Vereadores, e assim por diante.

A Bahia também noticia, Presidente, de forma muita intensa, manchetes como esta: “Tribunal de Contas do Estado revela caixa dois na Bahiatursa, empresa de turismo no nosso Estado. Informa que lá foi montado um esquema que envolveu o repasse de R\$109 milhões, recurso não-contabilizado na estrutura financeira, na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, que saía da Bahiatursa, iria para um banco, numa conta também não contabilizada...”

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Presidente...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu não aceito intervenção. V. Exª tem que ficar calado, que ninguém aqui...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ficar calado, nada!

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu estou fundamentando.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª não tem aqui autoridade nenhuma para me dizer que tenho que ficar calado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu estou com a palavra e quero que o Presidente me garanta a palavra.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª não tem autoridade nenhuma para dizer que eu tenho que ficar calado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Esse pessoal da Bahia não gosta de ouvir essas coisas.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não é, não. É que V. Exª traz para cá coisas que não têm nada a ver com o que está se tratando.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Fala de tudo. Tem a ver, sim. Nós estamos falando de caixa dois e vou-me dirigir a isso.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Caixa dois!

**O SR. PRESIDENTE** () – Deputado José Rocha...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª vem com mentiras!

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O PFL da Bahia está mal-acostumado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Mal-acostumado, não. É ganhador o PFL da Bahia.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Está acostumado a achar que dá ordem.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É ganhador! O PFL da Bahia é ganhador!

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Fique calado, que não é sua vez.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O PFL da Bahia é ganhador. V. Exª é perdedor.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Solicito ao Deputado José Rocha que respeite. Há um orador na tribuna. V. Exª, Deputado, poderá posteriormente usar da palavra.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Eu acho que V. Exª deveria dizer a ele para me respeitar e não me mandar ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – A palavra está com o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – O PFL precisa ouvir. O PFL não quer...

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu quero ouvir o Deputado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Instale a CPI na Bahia. Nós estamos aqui participando de uma CPI...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª não tem argumento para se dirigir ao depoente. Agora, fica trazendo coisas que não têm nada a ver com a reunião! Coisas mesquinhas de V. Exª!

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Garanta a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra V. Exª.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Como dizia, Sr. Presidente, há notícia de que foram de desviados R\$109 milhões, num esquema de recurso que saía da Bahiatursa, passava por uma conta do Bradesco não-contabilizada e iria para uma empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Deputado Daniel, dá licença.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Eu estou falando de um mecanismo de caixa dois para me dirigir...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSB – SP) – Então, fale do Lula... caixa dois agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Dá licença, Deputado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pois não, Presidente, eu dou licença a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu quero informar ao Deputado José Rocha e à Deputada Zulaiê Cobra que o Deputado Daniel Almeida está dentro de seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Isso aqui não é Assembléia da Bahia, não, Presidente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Então, Sr. Presidente, os recursos iriam para uma empresa interamericana, que é vinculada à Propeg. A Propeg consta na relação apresentada pelo Sr. Marcos Valério, no depoimento que fez ao Ministério Público, no dia 2 de agosto deste ano, como uma das empresas que teria mecanismo de operação na arrecadação de recurso, semelhante à DNA e à SMPB. Foi citado pelo Sr. Marcos Valério, num depoimento, no Ministério Público.

Portanto, este é um problema que nós já constatamos nesta CPMI: a existência de recursos não-contabilizados que vêm sendo utilizados largamente por forças políticas do passado e do presente.

A pergunta que eu quero dirigir a V. Sª, nobre Deputado José Genoino, é sobre este modelo institucional que está em vigência no nosso País, que permite, que estimula, que traz como consequência esse mecanismo de utilização de financiamentos não-contabilizados. E sobre que medidas poderíamos produzir no sentido da superação desse modelo, já que V. Sª é uma pessoa experiente, foi um brilhante Deputado nesta Casa durante cinco mandatos e foi sempre dirigente partidário, tendo tido a tarefa recente de dirigir o maior partido nesta Casa, o PT.

Todos nós estamos falando em reforma partidária, reforma eleitoral, reforma política. Que opinião, que visão V. Sª poderia passar a esse respeito?

Queria que o Presidente descontasse o meu tempo que foi perdido aqui e passasse para o nobre depoente Genoino.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Daniel, em primeiro lugar, eu já me referi aqui, na introdução do meu depoimento a esta CPMI, que o sistema de eleições do Executivo e do Legislativo não produz maiorias. Ele não produz, na sua lógica, nos seus elementos, no seu formato, maiorias. E esse é um problema estrutural da necessidade de uma reforma política. Talvez uma das lições políticas, entre várias outras, que o PT tira



desse episódio é exatamente não ter tido um trabalho mais intenso, de início, por uma reforma política.

Nós achávamos que íamos mudar o Brasil sem mudar a política. É necessário mudar a política para mudar o Brasil. E uma reforma política é fundamental. Deve-se discutir, numa aliança ampla e num acordo institucional, com todos os partidos – porque uma reforma política não tem o lado Governo e Situação ou Governo e Oposição, nem o lado ideológico –, se buscar um instrumento para a construção de maiorias. E, para mim, isso é fundamental, com o princípio da fidelidade partidária, com o financiamento público de campanha e com o sistema de lista feito democraticamente.

Sobre a questão das investigações, eu acho que o País, que vive esses momentos de drama, esses momentos traumáticos, ele tirará as lições de todo esse episódio e o nosso futuro democrático, o nosso futuro republicano, o nosso futuro de luta por justiça social continua de pé e todos tiram lições. Tira lições o PT. Tiram lições os partidos de Esquerda mais próximos do PT e tiram lições os partidos de Oposição que legitimamente criticam o PT.

Portanto, eu acho que nós que ver este momento do ponto de vista de uma perspectiva de futuro e de otimismo.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PcdoB – BA) – Eu teria, Sr. Presidente, algumas considerações a mais, mas quero respeitar o tempo. Portanto, eu peço a V. Exª que me reinscreva.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O pedido de V. Exª é regimental. Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia, por dez minutos.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Depoente, o Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Deputado João Correia, peço licença a V. Exª. O ex-Deputado Genoino está pedindo licença para se ausentar por alguns instantes.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeitamente. (Pausa.)

**(A reunião é suspensa às 14h15min.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Está reaberta a reunião.

Eu concedo, retomando o tempo, a palavra ao Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Vou chamar V. Sª de V. Exª porque é ex-deputado e, como tal – os ex-juízes são assim referidos –, eu vou chamá-lo de V. Exª.

Disse V. Exª: “Nós, do PT, não praticamos irregularidades. O PT não compra nem paga Deputados.

A divisão no partido é só de idéias”. Disse hoje V. Exª aqui, respondendo ao Relator, que o PT não tem conta no exterior, nem tem dinheiro no exterior. Simultaneamente, V. Exª disse que desconhecia qualquer movimentação financeira não-contabilizada no seu partido. V. Exª também disse que não mexia com a parte administrativa, muito menos com arrecadação e com pagamentos. V. Exª deu um pouco a impressão de que era um pouco a Rainha da Inglaterra, do ponto de vista da articulação do poder do Partido dos Trabalhadores. Como é que o senhor tem tanta certeza de dizer que o PT não tem conta, nem dinheiro no exterior e que o PT não pratica irregularidade, não compra, nem paga Deputados?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado João Correia, eu afirmei que, na Presidência do PT – vou repetir a frase –, na presidência do PT não cometi crime, nem ilegalidade. Em relação às contas do PT, a presidência assina as contas do PT. Por isso que eu faço essa afirmação. Em relação à avaliação dos dirigentes do PT, eu já me referi às responsabilidades de uma direção colegiada na condução do partido. O presidente não era a rainha da Inglaterra. Discordo do conceito de V. Exª. O presidente do PT dirigia politicamente o partido, e era uma agenda intensa, complexa, difícil e que tomava muito o meu tempo.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. José Genoino, V. Exª disse que tinha uma relação consanguínea com o irmão, obviamente, e, por isso, a relação, o peso, a sua punição é pela consanguinidade – assim eu entendi –, pela fraternidade com que demonstrou em relação com vosso irmão...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP. *Fazendo soar a campanha.*)

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Posso continuar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Em colaboração com V. Exª.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Vosso irmão era Líder do PT na Assembléia Legislativa do Ceará. Era do Campo Majoritário, do qual V. Exª também participava. E, além do episódio que ficou notabilizado – essa história da cueca etc, de dólares e de dinheiro –, seu irmão aparece também na lista do Sr. Marcos Valério como tendo recebido R\$250 mil, tendo sido participante de R\$250 mil. Diante de tanta intimidade consanguínea, V. Exª não sabia, desconhecia completamente esse ato, também, do envolvimento de seu irmão?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, o Deputado Guimarães está sendo investigado na Assembléia Legislativa. Quando eu usei aqui o conceito de ser irmão, é que o irmão não tem nada a ver, pelo que eu falei

aqui de uma visão republicana e civilizatória, com o que acontece com o seu parente. O Guimarães é um Deputado Estadual. Ele não tem nada a ver. Os seus atos não têm relação direta com o seu irmão. É isso. E por isso que eu me referi à consangüinidade, no sentido de ter sido atingido por ser irmão do Guimarães. Não tem relação com ele em relação a negócio, em relação a dinheiro, nada.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – O senhor deu a entender que não tinha com ele em relação à política, ao envolvimento...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, à política, não.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Ao envolvimento de natureza política. É por isso que eu estou dizendo. Ele é do campo majoritário, ele é importante dentro do processo.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não. Ele é do PT e nós temos uma relação política.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – O terceiro ponto aqui. Eu vou fazer umas observações. Quero saber se o senhor conhece esse fato e, depois, eu vou fazer a pergunta que seria mais ou menos a pergunta final.

Em 1997, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho escreveu no **Jornal da Tarde**, no dia 26 de maio, uma reportagem com o seguinte título “Petista revela esquema de corrupção no partido”. Ele está tratando de alguns personagens, inclusive da crise atual, como o Sr. Okamoto, mas eles se referem especificamente ao Sr. Paulo de Tarso, que, naquele momento, como que antecipando uma visão do que ocorreria neste momento, colocava a questão do tráfico de influência, inclusive do Sr. Teixeira, amigo do Presidente Lula.

Muito bem. O senhor Teixeira teria sido indicado para, digamos assim, ter relacionamentos e tráfico de influência em prefeituras petistas, tipo a de Campinas, da hoje Deputada Angela Guadagnin. O fato é que esse Sr. Paulo de Tarso, que foi inclusive um guerrilheiro que participou da maior façanha, como diz o jornalista, da luta armada contra a ditadura militar e fez o seqüestro do Sr. Charles Elbrick, pelo qual o Sr. José Dirceu foi trocado, esse senhor, obstinadamente, conseguiu colocar nas instâncias do PT esse tráfico de influência, essas formalizações, enfim, essa busca, até achaques, e ele findou sendo expulso. Ao fim e ao cabo, ele é quem foi expulso do PT, foi punido.

O Sr. Hélio Bicudo – e aí vai um pouco a minha pergunta – participou, juntamente com o Deputado Cardoso e com o Professor Paul Singer, homens da mais absoluta reputação, uma comissão de sindicância que confirmou os ilícitos, mas que redundou na expulsão do Sr. Paulo de Tarso.

O Governador do Acre, Jorge Viana, do vosso partido, recentemente, referindo-se à entrevista que o Sr. Hélio Bicudo deu à revista **Veja**, referiu-se a ele, de forma muito pouco airosa, como um homem senil.

Eu queria perguntar ao senhor por que é, ou se é verdade – melhor dizendo, vou voltar a pergunta –, se é verdade o que diz Hélio Bicudo quando a **Veja** pergunta, através de sua editora Lucila Soares, se em algum outro momento o senhor foi chamado a colaborar com o Governo. Hélio Bicudo diz: “Sim. O então Presidente do PT, José Genoino, me pediu ajuda para convencer meus amigos, Deputados Federais do PT, a retirar seu apoio à formação da CPI dos Correios”.

Se isso for verdade, se V. Exª procurou Hélio Bicudo para pedir a sua interferência para que fossem retiradas as assinaturas na CPI dos Correios, por que é que V. Exª fez isso, já que não tem absolutamente nenhum tipo de compromisso, nenhum tipo de ilícito, nenhum tipo de possibilidade de ter cometido qualquer tipo de crime? Por que, então, tanto medo da CPI?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Posso responder?

Em primeiro lugar, nobre Deputado, sobre o episódio do meu irmão, quero reafirmar e deixar claro: a minha relação de irmandade não pode gerar um tipo de julgamento como a maneira como esse assunto foi veiculado, não por adversários, mas principalmente como a Imprensa divulgou. Por isso, fiz a referência. Sobre o caso da Cepem, de 97, teve uma comissão de sindicância no PT, teve um processo de julgamento na Justiça, teve uma investigação no Ministério Público e não teve nenhuma condenação a respeito disso.

Sobre as opiniões do Dr. Hélio Bicudo, eu não vou entrar no mérito das opiniões políticas que ele expõe na entrevista. Sobre a CPI dos Correios, é público, Deputado, e foi público que fui contra a assinatura da CPI dos Correios e falei publicamente, na Imprensa, nas entrevistas e falei com os petistas que era contra assinar a CPI dos Correios.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – O senhor pediu a ele a interferência dele para demover os membros do PT que tinham assinado?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Aliás, eu falei com ele, falei com vários petistas e não só com ele. Falei publicamente e falei que os petistas não deviam assinar ou deviam retirar a assinatura da CPI dos Correios.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Bom, eu quero só concluir, Sr. Presidente.

Em verdade, acho que vale a pena, continuando esse depoimento, alguns elementos vão surgindo, apesar de que considero que, nessa cadeira do silêncio – essa aí é a cadeira do silêncio – V. Exª foi um dos mais competentes realmente. Sufragou a definição estratégica da caixa dois, recursos não contabilizados,

não viu. E eu, por exemplo, que sou muito freqüente na Câmara, porque sou Deputado de primeiro mandato e moro com a minha família, minha mulher e dois dos meus três filhos, realmente sou testemunha da sua presença, mais do que a maior parte dos Deputados.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Só para concluir essa questão. Na verdade, V. Exª gostava muito da Câmara Federal. Talvez eu tenha visto mais até que o João Fontes.

O fato é que é espantosa a vossa amnésia ou o vosso desconhecimento em relação a tudo isso que “rolou”, como se diz no popular, em relação à Reforma da Previdência, em relação ao “mensalão”, que é o objeto da nossa investigação.

Ao final, V. Exª diz o seguinte, no dia 21 de agosto: que “lamenta que na CPI os antigos bandidos passem por mocinhos e se atire o nome na lama primeiro para depois averiguar”. O senhor disse à jornalista Patrícia Vilalba.

O senhor está fazendo uma autocrítica?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, Deputado, em relação a minha presença na Câmara, é uma presença que, como Deputado, eu sempre tive uma presença na Câmara e participei de todos os processos e negociações políticas aqui dentro, principalmente com a bancada do PT, que tinha e ainda tem muita divergência. Portanto, a minha convivência na Câmara era natural, seja na condição de Deputado, seja na condição de Presidente do PT. E de todas essas negociações difíceis e complexas eu participei e disse que, nessas negociações, nunca houve troca de apoio político por dinheiro. Por isso, cheguei àquela conclusão que reafirmo aqui para V. Exª.

Em relação a essa declaração, eu entendi o sentido da pergunta de V. Exª, mas vou responder em outro sentido, Deputado, até em respeito a V. Exª. Eu estava me referindo a um processo de investigação que, se não for feito com serenidade e com cautela, se mistura tudo no mesmo balaio. Foi nesse sentido aí que fiz a declaração.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O tempo de V. Exª está concluído, nobre Deputado João Correia.

Por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, com a palavra Senador José Jorge, por dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Deputados e Senadores, Deputado Genoino, a primeira pergunta: V. Sª não acha estranho que seja exatamente o seu irmão o único Deputado Estadual que esteja na lista do Dr. Marcos Valério – do

Ceará, pelo menos? Por que é que ele estava naquela lista? V. Sª tem alguma explicação?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu vou reafirmar para V. Exª: o que acontece com o Guimarães não tem nada a ver comigo. Eu sou apenas irmão do Guimarães, portanto não tenho essa relação direta. Se a gente estabelecesse na política essas relações familiares como culpabilidade...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas V. Sª era Presidente do PT Nacional. O Deputado Guimarães era Líder do PT na Assembléia Legislativa e é irmão de V. Sª. Então, havia uma relação política. Eram do mesmo partido.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – A relação familiar não induz a uma relação política.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que V. Sª...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O Deputado Guimarães era Presidente do PT do Estado do Ceará em 2002. Eu não era Presidente direto do PT Nacional. Ele era presidente direto do PT estadual do Ceará e foi eleito deputado estadual em 2002. É isso. E foi eleito o líder da bancada sem nenhum tipo de deferência da direção nacional.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas quem era irmão do Presidente do partido sempre tem uma deferência especial.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – No meu caso, Deputado, não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não que V. Sª acrescentasse mais.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – No meu caso não, Deputado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Os próprios deputados sabiam do acesso maior que ele poderia ter. Inclusive na biografia dele, no *site*, tem dito que ele era coordenador da campanha presidencial no Estado do Ceará em 2002.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em 2002. E nessa época eu era candidato ao Governo do Estado de São Paulo. Portanto, não há essa relação que V. Exª, na pergunta, solicita.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª nomeou alguma pessoa para o Governo do Presidente Lula, tem alguma função?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Diretamente ligado a mim, não. Todas as indicações vinham do partido e tinham como negociador e responsável o Silvio Pereira e só eventualmente, quando havia tensão nas relações com os partidos, eu participava eventualmente. Não tinha ninguém ligado a mim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª não indicou ninguém?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por quê?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Primeiro, porque eu não tenho nenhum familiar indicado no Governo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não, sem ser familiar. V. S<sup>a</sup> é um político importante. Foi candidato a governador e não indicou ninguém?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado José Jorge, eu fui... Senador, desculpe-me, é porque eu me lembro de quando V. Ex<sup>a</sup> era deputado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nós fomos colegas durante muitos anos.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu fui Deputado Federal durante vinte anos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas na Oposição.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Uma das críticas que eu recebi em minha campanha para Governador é que não fazia emenda na Comissão de Orçamento, que eu não disputava cargo. Eu não tenho relação com indicação de cargos diretamente no Governo. Portanto...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Esse Dr. Ildo Sauer, da Petrobras, V. S<sup>a</sup> indicou ou não?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, Senador. Esse Dr. Ildo Sauer era do Coletivo, um professor muito competente, um cientista da Usp...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Porque na época diziam que era indicação de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Era do Coletivo, da Secretaria...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Que é Coletivo?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O coletivo do PT, que elaborou o programa de energia do Presidente Lula, e esse pessoal indicou ele, foi isso. Não tem nenhuma ligação comigo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não foi V. S<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A relação dele... Eu não tenho relação direta com ele.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Presidente Lula, na declaração, logo depois de todos esses fatos, disse que foi traído. V. S<sup>a</sup> considera que traiu o Presidente Lula ou não?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu já respondi essa questão, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, deixe para lá. E quem é que traiu o Presidente Lula? Qual é a opinião de V. S<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu já respondi essa questão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. S<sup>a</sup> acha que o Presidente Lula foi traído ou não?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu já respondi essa questão.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah, já?

V. S<sup>a</sup> daria um cheque em branco a Delúbio Soares?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não vou fazer julgamento de quem está sendo investigado, de nenhum dirigente do PT, nem que não seja dirigente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nem José Dirceu?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não vou fazer qualquer julgamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Nenhum julgamento? Está bom.

V. S<sup>a</sup> diz o tempo inteiro que, na realidade, não sabia de nada dessa situação financeira. Agora, V. S<sup>a</sup> vinha toda semana a Brasília, conversava, discutia e participava dos entendimentos políticos não só internos do PT, mas também com esses chamados partidos da base, principalmente os três que são mais envolvidos, que são o PP, o PL e o PTB. Inclusive, em várias festas, foi publicado uma foto de V. S<sup>a</sup> com o Presidente do PP, Valdemar e outros. V. S<sup>a</sup> tinha uma intimidade e participava diretamente dessa situação.

Quantas vezes V. S<sup>a</sup> se encontrou com estes dirigentes, como por exemplo o Presidente Valdemar, Roberto Jefferson, Janene, Pedro Corrêa etc? Muitas vezes, não é?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Muitas vezes, Deputado. E sobre essa festa, vamos separar as coisas. Porque, Senador, essas coisas é bom deixar bem claro, V. Ex<sup>a</sup> está se referindo a um show...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – À festa do PT para arrecadar dinheiro.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – ... a um show do Zezé de Camargo e Luciano no Porcão, não é isso?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente, uma das que vi. Foi a única?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Senador José Jorge, essa foi a única. Todo mundo que me conhece aqui em Brasília sabe onde moro há vinte anos, no mesmo hotel, que não frequento festa. É muito difícil me verem em restaurante badalado. Eu não frequento esses lugares. Vocês me conhecem há vinte anos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Aliás, saudosamente, Senador José Jorge, sempre que eu falo nesta Casa, eu lembro que os momentos que eu tinha de mais convívio em Brasília é quando tínhamos um grupo de amigos suprapartidários que se encontrava pelo menos

duas vezes de semana. Então, eu não tenho esse tipo de relação festiva e social em Brasília.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Mas V. S<sup>a</sup>, quando participava dessas reuniões políticas com esses partidos, disse que não fazia os acertos financeiros, mas estava na casa do Deputado Paulo Rocha quando foi feito o acerto financeiro com o Deputado Valdemar.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, Senador, eu não era da executiva, eu não era da presidência do PT.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Ah, foi anterior.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu era candidato a Governador de São Paulo em 2002. Eu estava licenciado.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Quer dizer que V. S<sup>a</sup> efetivamente não participou desse entendimento?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu estava licenciado!

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Porque todos eles dizem que conversaram também com V. S<sup>a</sup> para o pagamento posterior; não o anterior. Mas todos eles.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu estava licenciado.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – O Deputado Roberto Jefferson diz que V. S<sup>a</sup> participou, o Deputado Valdemar diz que V. S<sup>a</sup> participou, e os demais dirigentes partidários dizem que V. S<sup>a</sup> participou.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Senador José Jorge, eu estava licenciado da Executiva e estava como candidato a Governador de São Paulo.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Não, mas essas discussões...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – E em relação... Com exceção das denúncias apresentadas pelo Roberto Jefferson, eu vi o depoimento do Deputado Valdemar Costa Neto e ele deixou muito claro que eu não tive qualquer informação sobre aquele tipo de acordo político de 2002.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Outra questão. V. S<sup>a</sup> disse também que, na realidade, durante todo esse período, não acompanhou nada de toda essa situação financeira.

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores está aqui na minha mão. Na verdade, ele não define, em lugar nenhum, a atribuição do tesoureiro. Quer dizer, a atribuição é da comissão executiva, não é isso? Todas essas atribuições são ditas da comissão executiva.

V. S<sup>a</sup> não acha que, como Presidente, V. S<sup>a</sup> pode ser punido nem que seja por omissão? V. S<sup>a</sup> não acha que foi omissão por deixar que a situação financeira do PT chegasse numa situação como essa?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sobre essas questões, Senador, sobre provável medida judicial, não vou opinar.

Mas, aqui, no Estatuto do partido, no art. 167, o capítulo das contribuições obrigatórias deixa claras as competências das secretarias nos casos de finanças e planejamento.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Eu não achei, no que vi. Acho que o Presidente é co-participante de todas essas situações, mesmo porque V. S<sup>a</sup>...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O co-presidente assina, para deixar claro, pelo art. 195, § 1º... O presidente assina as contas e a movimentação financeira do partido. É isso.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Em relação à questão dos empréstimos bancários de que V. S<sup>a</sup> é avalista. V. S<sup>a</sup> pretende participar do pagamento desses empréstimos?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – São empréstimos legais, registrados, contabilizados, e o partido deve honrar, como já afirmou, esses empréstimos.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Uma última pergunta, ex-deputado José Genoino.

Todo esse imbróglio, vamos dizer, em que o PT se meteu, no começo foi desmentido. Quando o Deputado Roberto Jefferson anunciou, V. S<sup>a</sup> desmentiu, todo mundo desmentiu. E, posteriormente, tudo isso foi sendo confirmado. Hoje em dia, praticamente 80% do que o Deputado Roberto Jefferson falou, e foi ele que falou, pela primeira vez, em Marcos Valério e no próprio Delúbio Soares, tudo isso foi sendo confirmado.

Agora, a grande dúvida é a seguinte, é que Delúbio Soares era um simples funcionário do partido. Ele nunca teve mandato, era relativamente... Ganhava um salário para fazer esse trabalho.

Então, outro dia, um jornalista escreveu uma frase dizendo que era a primeira máfia, vamos dizer assim, porque era para fazer uma coisa errada, que funcionava sem chefe. Quer dizer, até hoje ninguém assumiu a chefia disso. Não era possível que Delúbio Soares não discutisse isso com ninguém, porque o PT sempre foi caracterizado como um partido que fazia muitas reuniões. O que se gastava em reuniões para o PT decidir as coisas era uma enormidade. Todo dia víamos reunião.

E, no entanto, aparentemente, o Delúbio Soares decidia sozinho. Então eu acho que se V. S<sup>a</sup> não era o líder desse grupo, quem é que seria? Seria o Presidente Lula, seria o Deputado José Dirceu? Tinha que ser alguém com um nível de qualificação, para que pudesse, efetivamente, operar um sistema dessa dimensão e desse tamanho, nunca visto no País.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Senador José Jorge, em primeiro lugar, sobre a vida interna de cada partido, se faz mais ou menos reuniões, eu não vou entrar nesse mérito, para não fazer julgamento sobre esse ou aquele partido. Acho que nós devemos...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Estou achando justo que faça reuniões, não estou criticando.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – É claro, o PT deve fazer suas reuniões, seus debates, inclusive está num processo de debate.

Em segundo lugar, Senador, o Delúbio não era um simples funcionário do partido, o Delúbio era um dirigente partidário eleito. E não é pelo fato de ele não ser deputado que ele não era um dirigente partidário.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele nunca teve um mandato!

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Mas a condição para ser dirigente partidário não é ter mandato, na concepção do partido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas todos os partidos são dirigidos pelos seus parlamentares.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Mas no PT essa condição não é colocada para ser dirigente partidário, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quer dizer que o senhor acha que Delúbio, sozinho, comandou tudo isso?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Delúbio Soares era um dirigente do partido eleito pelo Diretório Nacional e tinha a competência do planejamento, da arrecadação e de ordenar a despesa no PT.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sozinho?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Como Secretário de Finanças e Planejamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu lamento, Deputado, mas é muito difícil acreditarmos nisso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srª Relatora, Sr. Depoente, eu gostaria, inicialmente, de perguntar ao ex-Deputado José Genoino quem são os seus advogados.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Dr. (*inaudível*) e Drª Sandra Pires.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Quem banca os seus advogados?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Arnaldo, eu conheço a Drª Sandra há mais de 20 anos, como minha amiga. Ao prestar um depoimento, como testemunha, na Polícia Federal, eu solicitei o apoio do es-

critório. Ao vir prestar este depoimento aqui, solicitei o apoio dela.

Sobre honorários, sobre pagamento, eu vou ver em que condições nós vamos tratar esse assunto. Ou vou ver com o PT ou vou ver com os amigos, Deputado. Portanto, eu não tenho condições financeiras pessoais. Vocês sabem como é que eu vivo, vocês me conhecem, sabem onde eu moro.

Então, ela está aqui na minha... E os honorários eu vou discutir depois.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Eu fiz essa pergunta porque os ex-dirigentes Sílvio e Delúbio teriam tido a atenção financeira do partido.

Eu queria saber se o ex-Presidente José Genoino teria o mesmo tratamento.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu vou, evidentemente, solicitar ao partido e tratar dessa questão com o partido.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Qual o período exato em que o partido foi dirigido por José Genoino?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em 2003, 2004, até 8 de junho de 2005.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Que mês de 2003?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Foi fim de dezembro. Eu assumi em janeiro de 2003 a Executiva e o Diretório Nacional.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – E por que, não respondendo a uma pergunta do Deputado Júlio Redecker, V. Sª falou que não sabia do empréstimo do Presidente Lula?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, Deputado, eu não era da Executiva nem Presidente do PT, em dezembro, em novembro. Não era. Se eu assumi, foi comunicado que eu ia ser Presidente do PT em janeiro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Alguma coisa não está batendo, porque o empréstimo ao Presidente Lula foi em 30 de dezembro de 2003. Já era presidente José Genoino. O primeiro pagamento foi em janeiro de 2004, o segundo, em fevereiro de 2004. Quer dizer, Genoino já era o Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – É, eu fiz o pagamento. Eu devo ter assinado o pagamento em janeiro ou fevereiro, não sei. E eu já falei desse empréstimo, Deputado, porque eles eram dirigentes partidários, não tinham assumido ainda a Presidência da República e o Ministério, e não vejo nada de mais em o PT pagar a viagem de familiares.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não estou falando da viagem, estou falando do em-

préstimo pessoal que o partido fez ao Presidente Lula. Foi em dezembro de 2003.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sobre esse empréstimo pessoal, o senhor há de concordar comigo, eu estava assumindo a Presidência do PT, no fim de dezembro, começo de janeiro, nem tinha havido reunião da Executiva nem do Diretório, portanto, eu desconheço esse empréstimo. Vim a tomar conhecimento dele agora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Espere um pouquinho. A informação que foi trazida aqui, no seu próprio depoimento, foi que no início de janeiro de 2003 foi que Genoino assumiu a Presidência do PT.

Esse empréstimo é de dezembro de 2003.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, só para explicar a V. Ex<sup>a</sup>. Em dezembro foi anunciado que eu ia ser Presidente do PT.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Em dezembro de 2002.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Aí a reunião do Diretório, a reunião da Executiva em que foi oficializado foi em janeiro. Os atos de Presidente do PT começaram a partir de janeiro de 2003.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Então, mas o empréstimo é de dezembro de 2003. Quase no fim do ano.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Ah, pensei que era dezembro de 2002.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Não, não. O empréstimo ao Presidente Lula era de 30 de dezembro de 2003.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não tinha conhecimento desse empréstimo e nem assinei esse empréstimo, Deputado. Isso tem que ser resolvido pelo partido.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.** S<sup>a</sup> sabe qual é esta CPMI aqui?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sei.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Qual é esta CPMI?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Compra de Votos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O** PT fez isso?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –** Para o quê foi utilizado o esquema Marcos Valério?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não participei nem tenho conhecimento do esquema Marcos Valério. Fiz empréstimo no BMG e no Banco Rural e ele foi avalista e eu não o conhecia naquele momento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O** PL disse que recebeu R\$10 milhões do esquema Mar-

cos Valério, o PTB, R\$4 milhões, o PP, R\$7 milhões. Para quê esse dinheiro todo, então?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não tenho conhecimento dessa movimentação financeira não contabilizada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Mas isso foi no período em que V. S<sup>a</sup> era Presidente do partido, não é?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu já respondi essa questão ao Relator e a outros Congressistas aqui da CPMI.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.** S<sup>a</sup> era parlamentar no primeiro mandato de FHC, quando foi votada a reforma da Previdência. O PT e alguns parlamentares – inclusive eu – tiveram uma posição dura contra aquela reforma da Previdência.

Aquela PEC da Previdência de FHC levou 4 anos para ser votada. Ela chegou na Casa em 95 e só foi promulgada em 98. O Governo Lula, no primeiro ano, consegue aprovar uma reforma da Previdência mais dura – repito, em apenas um ano. Como se explica isso?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, sobre essa questão V. Ex<sup>a</sup> sabe que, naquela época, eu era voz isolada no PT, porque eu defendia a reforma da Previdência exclusive a negociação com a PEC do Fernando Henrique Cardoso.

A negociação conduzida pelo Presidente Lula e com os partidos envolveu inclusive governadores de Oposição, e foi um debate intenso, uma negociação intensa, e foi a PEC que mais sofreu alterações, inclusive com a PEC Paralela.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na** sua Presidência, vários parlamentares do PT estão com problemas e foram encaminhados para esta CPI, para a Corregedoria, para a Comissão de Ética. Foi no seu período. Isso não o machuca?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, não vou fazer qualquer avaliação ou julgamento sobre o que está acontecendo na denúncia contra esses parlamentares.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Essas dívidas todas que o PT assumiu com os bancos, intermediadas por Marcos Valério, deixam a impressão de que não houve empréstimos, que esses empréstimos foram apenas para justificar a movimentação de dinheiro. Todos esses empréstimos ocorreram realmente?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu já respondi essa questão, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na** verdade, a condição de ex-parlamentar do depoente impede que façamos uma cobrança mais contundente

ao Deputado José Genoino. Mas é comum, Sr. Presidente, ele simplesmente dizer que já respondeu, não quer responder, quer fugir da resposta.

Eu acho que a Mesa deveria ter atenção com isso, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Imagine se eu não fosse ex-parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, a rigor, o juiz indeferirá, diz o Código de Processo Penal, as perguntas repetitivas, as perguntas...

Mas eu peço ao nobre ex-Deputado José Genoino... O senhor fez uma pergunta que tem uma lógica, pelo que eu senti. Essa última pergunta.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Em relação aos parlamentares que hoje estão respondendo, o que ocorreu na época em que ele era Presidente do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Sª poderia responder?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Ele perguntou se isso me machucava, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse é realmente um juízo de valor de que o depoente seria dispensado, em qualquer circunstância.

Mas havia uma outra pergunta que V. Exª fez ao depoente. A última. Eu entendi que ela poderia ser respondida.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – É em relação aos Parlamentares que estão envolvidos, que já foram por esta CPMI e pela outra CPMI encaminhados à Corregedoria e, posteriormente, à Comissão de Ética. Foi a pergunta que fiz e que ele se negou a responder.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, em respeito a V. Exª e ao apelo do Presidente, quero, em primeiro lugar, dizer, sobre esses processos que estão correndo na Casa e que envolvem parlamentares do PT e de outros partidos, que eu não participei, na condição de ex-parlamentar, de qualquer processo de investigação. Primeira coisa.

Segundo, esses processos, seja qual for o nível de envolvimento, sempre machucam todo mundo. E eu, quando participava de CPI, como parlamentar, sempre tinha muita cautela, inclusive com os meus adversários, ao fazer certos julgamentos, e, às vezes, eu me colocava na condição de eu me julgando. O Deputado se lembra de quando eu participava da CPI, na condição de Deputado.

Terceiro, em relação aos empréstimos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, o que eu expliquei aqui é que os dois empréstimos do BMG e do Banco Rural estão contabilizados, o PT deve honrar esses empréstimos,

deve pagar esses empréstimos com o Banco Rural e o BMG. Está na nossa prestação de contas.

Em relação a outras movimentações financeiras, não contabilizadas, o que eu informei, respondendo ao Relator, foi que não tinha conhecimento de movimentação financeira não declarada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Para encerrar, Deputado José Genoino. Durante seu período parlamentar, V. Sª sempre foi um feroz crítico da previdência parlamentar, por que agora fez uso da aposentadoria parlamentar?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Arnaldo Faria de Sá, ainda bem que V. Exª faz essa pergunta e agradeço. Em primeiro lugar, Deputado, trabalhamos muito, inclusive com o apoio de V. Exª e de vários parlamentares para mudar os termos e as condições de aposentadoria proporcional dos parlamentares.

A legislação que está em vigor hoje sofreu profundas alterações quando Presidente da Câmara o saudoso Luís Eduardo Magalhães. E V. Exª participou dessas negociações. Eu sempre defendi uma aposentadoria proporcional, com contribuição de 10%, sem aquela história de se aposentar apenas com um mandato.

Quando recorri a minha aposentadoria, o que poderia ter feito em 2002... V. Exª, como especialista da área, sabe que eu podia ter me aposentado em janeiro, não, no dia 16 de fevereiro de 2003. Eu não recorri à aposentadoria porque recebi do PT o salário de Deputado Federal em 2002. Ao sair da Presidência do PT, eu tinha, Deputado Arnaldo Faria de Sá, já que V. Exª faz essa pergunta de caráter até pessoal... Eu era registrado no PT com a minha carteira de trabalho e com o meu salário. Eu pedi demissão, o PT me demitiu. A partir daquele momento, depois de 20 anos como Deputado, eu não tenho nenhuma fonte de renda.

Para dizer a V. Exª – e são algumas coisas pessoais –, o único bem que tenho é um bem familiar, que está no meu imposto de renda, uma casa onde moro há 20 anos, no valor de R\$120 mil. Não tenho carro porque o último que tive era de 97 e, em 2002, para comprar um Celta para o meu filho, dei esse carro como entrada e paguei as prestações; assim como o carro que a minha filha comprou, usado, aqui em Brasília eu a ajudo a pagar as prestações. Essa é a minha situação.

Portanto, naquele momento, até por uma questão de sobrevivência, eu recorri à aposentadoria parlamentar. E para deixar bem claro, é de R\$6 mil, não de R\$8 mil; é de R\$6 mil a aposentadoria parlamentar.

Não é contraditório com o que eu criticava, de erros e desvios, com V. Exª em conjunto, sobre problemas que havia no IPC. E nós os corrigimos. Mas não eliminamos a aposentadoria; garantimos a pro-



porcionalidade com regras mais claras. Se eu tivesse recorrido, e V. Exª é especialista nessa área, à aposentadoria antes, evidentemente, ela seria muito maior do que esse valor.

Muito obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP)

– Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dizer que conheço o ex-Deputado Genoino e tenho certeza da sua boa índole; durante esse tempo, muitas vezes estivemos em lados opostos, mas sempre com muita lealdade.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Na maioria em lados...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Em lados até parecidos. Mas acho, Deputado Genoino, que há uma maldição da Presidência aí no PT, porque, no momento em que o Tesoureiro do PT caiu, V. Exª caiu junto com ele. E acho que o receio é de que o Palocci caia, e o Presidente caia junto com S. Exª, o que seria essa maldição da Presidência. Mas a maldição também existe em alguns problemas que V. Sª – V. Exª, que estou mais acostumado a falar assim – tem passado durante esse depoimento. Por exemplo, que não sabia das coisas que aconteciam na parte de tesouraria do PT. Muitas vezes, parece que o nosso Presidente também não sabe de muitas coisas que aconteceram na sua gestão nessa parte financeira. Parece que, quando se chega à presidência, há um problema sério. Talvez as atribuições de representar, politicamente, tanto o partido quanto o País fazem com que as pessoas não tenham esse conhecimento nesse sentido.

Fica difícil, Deputado Genoino, e isso abordecando tecnicamente tudo o que colocamos aqui hoje, de acreditar que V. Exª entra no partido e não pede para saber qual é a situação do partido em termos políticos, administrativos e financeiros.

Quando V. Exª entrou, V. Exª pediu um demonstrativo de como estava o partido?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Moroni Torgan, em primeiro lugar, não acredito em maldição nem sou agourento. (*Risadas.*) Em relação à pergunta concreta, quando assumi a Presidência do PT, não solicitei de nenhum dirigente do PT qualquer relatório ou qualquer levantamento sobre o partido.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não teve essa preocupação. Agora, existem umas discrepâncias entre o que V. Exª fala e entre o que Delúbio fala, e isso

gera uma preocupação, porque se há duas versões diferentes, uma é verdadeira, e a outra é falsa.

Na página 26 do que o Delúbio falou, o Deputado Paulo Baltazar pergunta: não estou falando se a direção do partido formalmente sabia desse valor de R\$55 milhões. Não estamos aqui falando de seis. Dos R\$55 milhões que foram emprestados para o caixa dois. Aí ele diz assim: “Nós discutimos isso com a direção do partido e a direção do partido pediu para resolver o assunto. A forma como resolver foi minha responsabilidade. E essa é a minha responsabilidade. Não fui responsável pela dívida que não foi dívida minha.”

Então, queria saber como é que vocês discutiram a dívida de R\$55 milhões com o Delúbio. Queria saber como foi essa discussão.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, a nossa... Já informei aqui, respondendo a outros parlamentares, que o secretário de finanças tinha a competência do planejamento, da arrecadação e de ordenar despesas. As prioridades definidas pelo diretório nacional e pela executiva eram solucionar os problemas financeiros do partido. Agora, o montante, a forma, os métodos e os detalhes não eram do conhecimento da executiva nem desta presidência.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então o Delúbio aqui faltou com a verdade, porque ele disse que tinha colocado tudo isso para a direção do partido. A direção, entendendo a presidência, todo mundo.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não vou fazer essa interpretação, Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, ao fazer a afirmação contrária, V. Exª a contrapõe à informação dele. É natural. Porque isso está na declaração que ele deu. E uma coisa que fica estranha é que, como ele falou para a direção do partido – segundo ele, ele falou, porque foi uma dívida muito grande –, passa a ser até verossímil essa versão de que, quanto a R\$55 milhões, ele não ia decidir sozinho o negócio, até porque ele não tinha patrimônio para garantir R\$55 milhões. Agora o que fica estranho na declaração do Delúbio é ele dizer que os recursos não contabilizados também não tinham anotação nenhuma. Quer dizer, como é que ele sabia de onde estavam vindo os recursos, para quem estavam sendo pagos os recursos? Ele falou isso com V. Exª?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não vou opinar, Deputado Moroni Torgan, sobre o depoimento do Delúbio Soares. Sobre essa questão, eu já dei todas as respostas, não só ao Relator, como a outros parlamentares, de que não tinha conhecimento de movimentação financeira não contabilizada.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Porque ele afirma, inclusive, que, nos partidos da base aliada,

as pessoas apresentavam mapa da dívida; inclusive, apresentavam mapa da dívida para mostrar tudo isso. Quer dizer, e tudo isso chegou a conhecimento – segundo ele, aqui li na página 26 – da direção do PT.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu nunca tive conhecimento do mapa da dívida dos partidos aliados.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Nunca teve, então. Então, o Delúbio aqui... Vai ter que ser feito, sei lá, algum tipo de acareação, alguma coisa, para se chegar à verdade.

Outra coisa, aqui diretamente, Deputado Genoino: “O Presidente Genoino – isto é uma resposta do Delúbio a uma arguição da Deputada Zulaiê Cobra – sabia que existiam dívidas. As pessoas falam com ele, todos reclamam. Quando tem dívida, todo mundo reclama.”

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu sabia que tinha dívida, o partido reclamava. Aliás, aproveito...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Não, mas ele coloca isso num contexto...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Pode terminar. Desculpe-me.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não, eu que peço, se quiser falar, eu...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Não, pode terminar de fazer a pergunta inteira. Desculpe-me.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas, na verdade, ele coloca isso no contexto da dívida dos partidos, dos R\$55 milhões, não daqueles cinco nem dos R\$20 milhões que ficaram parados.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Posso responder, Deputado?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Por favor.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, o contexto de onde V. Exª está lendo, eu não concordo com isso. Quando eu falava sobre as dívidas de que o PT reclamava, eu encaminhava. E o PT sabe disso. O PT, no Brasil inteiro, está me vendo e me ouvindo. Todos os petistas sabiam que, quando tinha qualquer reclamação sobre falta de dinheiro ou sobre dívida, eu dizia: “Não é com esta Presidência. Ou eu encaminho para o secretário de finanças ou você encaminha diretamente isso.” É isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Outra coisa, respondendo a um Deputado do PT, o Deputado Odair Cunha, o Sr. Delúbio disse o seguinte: “Então os recursos de Duda Mendonça foram para as campanhas estaduais, principalmente as do segundo turno de São Paulo.”

Então ele afirma aqui que aquele dinheiro, que foi para o exterior, que foi pago e tudo mais, para tirar

a campanha do Presidente Lula, ele coloca as campanhas estaduais.

Como é que V. Exª encara isso?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, isso não aconteceu, Deputado Moroni Torgan. Eu era candidato a governador, há na nossa prestação de contas, que está em torno de R\$6 milhões, que é para uma campanha modesta, que sempre ficou ou em terceiro lugar ou em segundo lugar no segundo turno.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foi o Duda Mendonça quem fez?...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – O Duda Mendonça fez a campanha. Está registrado no Tribunal Regional Eleitoral e no TSE o pagamento feito a ele, que não me ocorre agora o quanto. Portanto, não teve caixa dois para o Duda Mendonça na nossa campanha para governador.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – E por que o Delúbio afirma que parte daqueles R\$10 milhões, ou R\$15 milhões, que ele pagou por fora – porque ele afirmou que uma parte ele pagou por dentro e a outra parte ele pagou por fora – teria sido para a campanha estadual de São Paulo?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não vou avaliar a interpretação que se possa fazer sobre essa ou aquela declaração do Delúbio Soares. Eu estou informando porque eu era candidato a governador e recebi essa informação do coordenador da campanha e do tesoureiro da campanha em São Paulo.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – E eu até tendo a acreditar em V. Exª porque acho que ele disse errado. Eu acho que esse dinheiro foi para pagar o segundo turno da campanha presidencial mesmo, e V. Exª está corroborando que, para a campanha de São Paulo, não foi; se não foi para a campanha de São Paulo, então foi para a campanha presidencial o caixa dois do pagamento do segundo turno.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu não estou concordando com essa conclusão que V. Exª está tirando. Ela é de responsabilidade de V. Exª.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sim, mas se tem o mesmo dinheiro para pagar a mesma coisa – compreendeu? –, se uma das coisas não foi paga então, logicamente, ele tentou jogar para a sua campanha uma coisa que foi do acordo da campanha nacional. E V. Exª está corroborando que, na sua campanha, não foi pago caixa dois para o Duda. Se não foi na sua campanha, então foi na campanha do Presidente Lula, porque ele disse que principalmente foi na sua campanha. Aqui, palavra do Delúbio: “Então os recursos de Duda Mendonça foram para as campanhas estaduais, principalmente o segundo turno de São Paulo.”

Se “principalmente o segundo de São Paulo”, e o segundo turno de São Paulo – e tendo a concordar com V. Ex<sup>a</sup> – não foi pago com caixa dois, então o Delúbio falou isso para esconder que o caixa dois, na verdade, foi para pagar o segundo turno da campanha do Presidente Lula, porque é para onde foi o dinheiro, “se principalmente”. Se um álibi do dinheiro caiu por terra, então, logicamente, esse dinheiro foi para a campanha do Presidente Lula.

Eu lamento toda essa situação, acho que ninguém gostaria de estar vivendo isso.

Agradeço ao Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra aos próximos oradores, José Carlos Araújo, ausente; João Batista Motta, ausente.

Concedo um intervalo necessário para a questão das demandas próprias do nosso depoente. (Pausa.)

*(Suspende-se a reunião.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro reabertos os trabalhos e concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Companheiro José Genoino, eu queria, inicialmente, falar não só para V. Ex<sup>a</sup> – vou tratá-lo assim porque V. Ex<sup>a</sup> já foi deputado em tantos mandatos –, mas também ao Presidente Amir Lando e ao Relator, que, durante a manhã, ficamos até mais de uma hora da tarde em uma audiência pública importante da Comissão do Meio Ambiente e da Comissão de Assuntos Econômicos para discutir o projeto de gestão de florestas públicas. Como sou Relatora do projeto na Comissão de Meio Ambiente, não poderia estar ausente dessa audiência pública. Por isso eu não estava aqui no início desta reunião.

Quero começar me solidarizando com V. Ex<sup>a</sup> em relação à provocação aqui feita por um parlamentar defensor da ditadura militar. Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> assim como sei que estou me solidarizando com todos aqueles que sofreram lutando contra a ditadura militar – inclusive, alguns se foram, perderam suas vidas –, simplesmente por acreditar em uma causa, por lutar por justiça social. Então quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e lamentar que ainda exista parlamentar neste Congresso Nacional que faça esse tipo de provocação, como a que tivemos aqui, infelizmente, patrocinada por essas pessoas que não mereciam realmente o título de parlamentar.

Quero lhe dizer tranqüilamente que não vou fazer muitas perguntas. Mas tenho direito de colocar o que quiser, assim como os deputados aqui falam o que querem. Alguns reclamam quando se fala de questões do Estado, mas outros falam de questões que não têm absolutamente nada a ver inclusive com o objeto des-

ta CPMI, que é avaliar se aconteceu, de que forma aconteceu, e também punir qualquer membro deste Congresso Nacional que tenha recebido vantagens para votar a favor do Poder Executivo, neste momento ou na época da emenda da reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Alguns tentam, inclusive, esconder, jogar para baixo do tapete, fazer com que a gente esqueça que temos como objeto avaliar essa compra de votos.

Eu pergunto onde estão os documentos, porque eu os quero. Eu não era parlamentar a esta época, então eu quero esses documentos. Já fizemos requerimento solicitando todo o processo. Depois, eu queria saber do Presidente se já chegaram esses processos porque precisamos ouvir essas pessoas também e fazer as investigações necessárias. Costumo dizer que não temos nenhum problema em reconhecer que somos do PT, erros cometidos agora.

Infelizmente, neste País, a palavra, inclusive de alguns bandidos, se transformou em verdade. É uma coisa que nos impressiona. Mas eu sempre lembro do Ministro das Comunicações do Hitler, que, repetindo uma mentira dezenas e dezenas de vezes, ele a transformava numa verdade. Então, aqui o que qualquer um fala, mesmo sem apresentar sequer um indício de prova, pode se transformar em verdade. Não vamos prejudicar ninguém, porque não queremos nem inocentar culpados nem punir inocentes.

Então acredito que isso seja importante: a sua postura correta. Penso que algumas pessoas do PT poderiam ter seguido o seu exemplo em vez de estar talvez prejudicando a imagem do nosso partido, que tem força, que é um partido que não vai acabar, como muitos querem, que estão achando que vão acabar com essa raça, como já falou o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, dessa forma bastante preconceituosa, bem típica de nossas elites, que passaram tantas décadas governando este País, sendo responsável por estes índices tristes, na verdade, que existem nos indicadores sociais.

Então, a grande maioria dos nossos militantes, dos nossos parlamentares e dos nossos dirigentes são pessoas que absolutamente continuam lutando por aquilo em que acreditamos. Vamos passar por um processo de eleição direta, em que vamos ter oportunidade de, na minha opinião, dar um novo rumo ao PT. Eu já falei várias vezes que voto e peço votos para Raul Pontes para Presidente do PT.

Aqui foi abordado também o tema sobre valores de campanha, etc. Eu queria dizer que essas questões são difíceis. Falou-se, inclusive, sobre campanha de candidata à prefeita, foi citada a campanha da Marta, e do custo em relação à campanha de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero dizer que o exemplo no meu Estado é interessante. Na campanha da Prefeitura agora, o valor que está prestado contas no Tribunal Regional Eleitoral é maior do que prestou contas o atual Governador em 2002. É maior. Campanha em um Estado do tamanho do Pará – 1.250.000 Km<sup>2</sup> –, aonde se chegavam frota de três, quatro aviões – há locais em que só se tem acesso de avião. Mas custou menos do que a nossa só da prefeitura. Então, penso que temos que ter... O Governador do meu Estado é do PSDB.

Quero dizer que, se isso for parâmetro, vamos ter que avaliar vários outros parâmetros. Por isso acredito que esse não deve ser o maior parâmetro. Mas, José Genoino, sei o quanto V. Ex<sup>a</sup> está sofrendo por toda essa situação, porque lhe conheço. E você foi aqui elogiado não só por parlamentares do PT ou de partidos aliados históricos. V. Ex<sup>a</sup> foi elogiado hoje, inclusive, por parlamentares da Oposição, como o próprio Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> foi elogiado publicamente pela sua postura.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – (*Fora do microfone. Inaudível.*) que é longa e extrapola limites políticos e ideológicos. Pelo Senador Arthur Virgílio, a pessoa dele, para mim, é (*Fora do microfone. Inaudível.*) essa relação de respeito e de admiração pelo Arthur Virgílio. Não é a primeira vez, nessa relação humana e autêntica, que o Arthur Virgílio pessoalmente tem, de minha parte, uma consideração que extrapola a relação político-ideológica.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Eu quero dizer que, coincidentemente, também tenho com o Senador Arthur Virgílio...

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

...essa mesma relação respeitosa, que vem do momento em que fui Deputada Federal, quando S. Ex<sup>a</sup>, no caso, estava defendendo o Governo, e eu era Oposição. Independentemente das nossas divergências políticas e ideológicas, mantemos uma relação extremamente respeitosa, humanitária e amigável. Vou continuar tendo esse respeito, independentemente de que, na tribuna, possamos ter discursos extremamente opostos e conflitantes. Tenho e vou continuar tendo esse respeito humano.

Quero deixar registrado esse respeito também pelo Deputado... perdão, ex-Deputado, mas sempre se diz que quem foi deputado uma vez... Companheiro Genoino, quero deixar registrado meu respeito por V. Ex<sup>a</sup>. Não vou fazer nenhuma pergunta. Seu momento é de sofrimento. É um sofrimento por que todos estamos passando de ver este momento no País, em que se tenta amplificar e dizer que existe corrupção sistêmica – só para concluir, Sr. Presidente –, e que é a maior do Brasil. É interessante que as pessoas...

Basta-se avaliar um pouquinho os números. Vejo, aqui, na revista **Carta Capital**, os números pequeninhos, breves, uma comparação simples...

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

Por exemplo, a Comissão de Inquérito do Congresso Nacional, que apurou remessas ilegais de dinheiro para o exterior, mandou, no ano passado, à Receita Federal uma lista com o nome de todos os que tinham enviado mais de US\$100 mil para fora, entre 1998 e 2002, para que fosse verificado quem tinha pago os impostos devidos e para que os faltosos fossem punidos. O resultado: R\$224,2 bilhões de multas para centenas de empresas e algumas milhares de pessoas...

Então, são muito mais recursos, muito mais desvio de dinheiro público. Não se pode continuar repetindo as mentiras só para transformá-las em verdade, e, simplesmente, tentar dizer que o que deve ser apurado, os erros que aconteceram, inclusive desses nossos companheiros do PT ou de ex-companheiros... Defendemos a apuração desses erros e a punição exemplar... aliás, por parte do PT, isso até já poderia ter acontecido...

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

Tenho certeza de que isso irá acontecer, mas não podemos punir só o de agora. Disse o Senador Líder da Minoria, nesta CPMI, que “não queremos mexer na lama anterior”, mas nós queremos, e a sociedade quer.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

É isso o que vamos fazer.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo agora a palavra ao próximo orador, que é o Deputado Devanir Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, em substituição ao Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, demais presentes, meu companheiro e amigo Genoino, tenho evitado participar dos depoimentos, sobretudo, pela minha condição de Líder do Governo. Só o tenho feito quando acho absolutamente imprescindível ou quando – como é o momento agora – eu me sinto na obrigação e motivado a expressar o que sinto e como avalio a sua presença neste momento da história do País.

Eu o acompanho há mais de vinte anos. Você fez bem hoje de ter tido uma atitude humilde – não apenas hoje. Acho que a sua atitude nessa crise é um exemplo pelo recolhimento, pela decisão de não participar do diretório nacional, pela disposição de fazer uma profunda reflexão sobre tudo o que aconteceu. Acho que esse despojamento, esse desprendimento e essa atitude

se expressaram hoje também no seu depoimento. Em nenhum momento, companheiro Genoino – acho que não preciso usar aqui a expressão “V. Exª”, mas a usaria –, você buscou recuperar a sua história para tentar explicar esses fatos difíceis, esses equívocos, esses erros que foram cometidos pelo nosso partido nesses episódios todos que estão sendo investigados.

Eu queria retomar uma questão. Eu me sinto no direito e na obrigação de fazer isso neste momento. Começamos esta reunião com um episódio que é uma parte importante da história deste País. A presença daquele coronel, responsável pela sua prisão, foi – já expressei aqui o meu protesto – uma forma de constranger e de intimidar. É um revanchismo que é incompatível com o próprio espírito da Lei da Anistia. A nossa Presidência respondeu muito bem naquela circunstância, mas o debate e a reflexão devem continuar. Naquele momento da história do Brasil, a sua atitude de lutar pela democracia com todos os compromissos e valores pelo caminho que você encontrou – e pagou muito caro por isso, com a tortura e com cinco anos da cadeia, com tudo que isso representa na formação de um jovem – é uma demonstração de grandeza.

Você preservou esse espírito público, esse despojamento e essa atitude diante da vida e do País durante todo o tempo em que convivi com você. Nesses vinte anos de parlamento, eu ouvi outros parlamentares dizerem – o que eu faço questão de dizer – que aprenderam muito aqui com você. Como a maioria dos parlamentares, desde o primeiro dia em que cheguei aqui – eu cheguei muito depois; você já estava aqui há uns dez anos –, aprendi muito com você, porque a sua capacidade de articulação política e o interesse que você tinha pelo mandato, pelo debate político, fazem uma imensa falta à democracia brasileira.

Por isso tudo, por essa longa trajetória de vida, eu acho que você será capaz de superar essa imensa dificuldade, esse momento tão difícil da sua vida, como superou outros pelos que você também já passou, de ostracismo, de isolamento e de punição, que o tempo soube depois recuperar.

Eu queria esclarecer alguns pequenos fatos que foram ditos aqui, para depois concluir a minha intervenção. Em primeiro lugar, não procede a intervenção do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Não houve qualquer empréstimo ao Presidente Lula. Não é possível que as pessoas não tenham sequer o despojamento de tratar a verdade. Houve antecipação de despesas de viagem, em missão oficial do Presidente Lula pelo Partido dos Trabalhadores, como pré-candidato à Presidência da República. Foi a viagem à China, foi a viagem à Europa e foram as viagens à América Latina. Era uma diária de US\$100, por exemplo, na viagem para a Eu-

ropa. Foi contabilizada dessa forma por um equívoco contábil, mas aquilo é do exercício da função pública em qualquer partido desta Casa. Portanto, proponho: vamos quebrar o sigilo bancário do fundo partidário dos outros partidos. Espero que eles o coloquem à disposição. O PFL disse que colocava à disposição, mas não colocou até agora. Faço o desafio: vamos colocar e vamos discutir se o padrão de despesa partidária é diferente, sobretudo no que se refere às funções partidárias no exterior.

Portanto, não há empréstimo. Isso foi em 2001. Foi pago em dezembro de 2003, porque a tesouraria do partido só comunicou ao Presidente, um ano depois da eleição, as despesas que tinha feito na condição de pré-candidato. E a CPMI está se dedicando a isso, como se isso fosse um grande constrangimento político ou como se fosse um grande constrangimento ter um Presidente que não tem dinheiro, porque não tem. É novo na história do Brasil um Presidente que não tem dinheiro. Para trazer a família para a posse, o partido ajudou. A posse é um ato de civilidade, de democracia, um ato político, que o partido evidentemente tinha todo o empenho em prestigiar e valorizar. Eram o candidato e a sua família. Que constrangimento é esse? Se há alguma dificuldade legal – acho que é muito mais contábil que qualquer outra coisa com relação a essa despesa –, não há problema: fazemos uma “vaquinha” no partido e pagamos. Eu pagaria com o maior interesse e despojamento.

Da mesma forma, quero dizer que, se você tiver alguma dificuldade com assessoria jurídica, conte comigo. Faço questão de mobilizar recursos para pagar advogado se você precisar. Faço questão de fazer parte dessa campanha. Qualquer tipo de dificuldade. Portanto, você terá toda defesa jurídica por tudo que você fez por este partido e por este País. Faria isso por um adversário, ainda mais por uma figura como você.

Quero concluir, dizendo o seguinte: Genoino, acho que é muito grave o que aconteceu. Em primeiro lugar, acho que o partido não deveria ter tentado crescer na velocidade que foi definida pela Executiva, pelo Diretório, aceitando regras de campanha eleitoral, em que acho que fomos impelidos a estabelecer um padrão de concorrência partidária que era incompatível com os nossos valores e os nossos princípios.

A Câmara dos Deputados tem de votar a reforma política nessas duas semanas, porque, senão, tudo isso que estamos discutindo vai voltar a acontecer no País. Todo mundo discute os problemas que estão aí, mas não enfrenta que tem de cortar a despesa de campanha e que tem de acabar com esse padrão de programa televisivo, que é incompatível com a democracia brasileira. As pessoas não estão dispostas a pagar

esse custo. Não há como pagar o showmício. Temos de acabar com esse mecanismo de adesão. Temos de voltar aos comícios como eram antes, às carreatas, a uma campanha mais austera, com despojamento. Temos de acabar com toda forma de brinde. É isso que vai acabar com caixa dois e vai acabar com o padrão de financiamento que existe no País. É indispensável a aprovação da reforma política. Devíamos ter lutado por isso com muito mais coragem. Temos de fazer isso agora, porque, se essa lei não for aprovada até 3 de outubro, as regras serão as mesmas do passado.

Então, esse foi um grande erro.

Segundo, nada justifica o que foi feito na tesouraria do partido. Nada! Nada! É inaceitável! Se tivesse tido pelo menos um debate na instância partidária, uma única discussão, isso não teria acontecido. Eu não consigo entender como esse Marcos Valério ganhou essa intimidade com a tesouraria do partido. Quem autorizou? Por quê? Por que fomos buscar esse tipo de relação? Não precisávamos disso. Nunca chegamos ao que somos com esse tipo de instrumento e de procedimento.

Então, acho isso inaceitável. Penso que o partido deve desculpas à sociedade. Acho que vamos pagar e já estamos pagando um preço caro. É um preço que tem de ser pago. Se outras legendas tiveram problemas muito mais graves que o nosso, com uma certa hipocrisia a que assistimos também na vida pública... Aqui, estou com o Senador Tasso Jereissati: há um certo macarthismo no ar, neste momento da história. O episódio de hoje aqui foi mais um exemplo disso. Até a tortura tenta se legitimar como forma de ataque político a um partido como o PT. Vamos superar isso e as coisas vão recuperar o seu equilíbrio. Entretanto, temos um preço a pagar e não é um preço pequeno, porque os erros foram muito graves.

Agora, a minha convicção – já disse isto publicamente e quero dizer aqui – é que não vejo você responsável por isso diretamente. Não vejo mesmo. Acho que outros dirigentes do partido são. Não acredito que tenha sido só o Delúbio. Não acredito. Mas acho que a sua omissão foi um erro político. Você tinha de ter acompanhado mais de perto a administração partidária, os gastos de campanha e toda essa evolução que tivemos. Sei que você nunca foi afeito a isso. Você sempre gostou da política, da política parlamentar, da política com “P” maiúsculo, das grandes articulações, das políticas públicas propriamente ditas. Mas acho que isso trouxe um prejuízo à sua história, à nossa história, à história do PT.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

Acredito que vamos superar isso, como acredito que você vai superar esse episódio. Para isso, te-

mos de enfrentar a raiz do problema, que é o regime presidencialista no País, com 28 partidos legais e 18 partidos na Câmara dos Deputados. Isso não existe em nenhum lugar do mundo. Isso não traz governabilidade. Isso é incompatível com a governabilidade. Em sessenta anos de história, somente três Presidentes eleitos democraticamente terminaram seu Governo. Vimos o que aconteceu com Getúlio Vargas, em 1954; o que aconteceu com Juscelino, em 1959, 1960 e 1961; o que aconteceu com Jânio, a partir de 1962; o que aconteceu com Jango; enfim, o que aconteceu na história do Brasil! Vamos verificar que isso é insustentável. A governabilidade não pode mais ser ancorada com esses procedimentos institucionais.

A outra questão da raiz dessa crise é o financiamento de campanha, os gastos exorbitantes das campanhas eleitorais. Infelizmente, o PT acabou se envolvendo com esse sistema. Isso trouxe um prejuízo a ele, ao Congresso Nacional, ao Governo, aos partidos, sobretudo o PT, e ao País.

Precisamos enfrentar essas duas coisas com coragem.

Por último, estou aqui para trazer o meu abraço e a minha solidariedade. Em toda essa adversidade, no que eu puder compartilhar e contribuir para superar essa etapa da sua vida, você conte com a franqueza e com a transparência da relação de companheiro que sempre tivemos.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Muito obrigado, Mercadante.

Eu quero dizer que suas palavras, com a militância que temos, de conhecimento de campanhas, de derrotas e de vitórias, provocam em mim esse sentimento de confiança; a mesma coisa em relação às palavras da Senadora Ana Júlia.

A minha atitude de deixar a Presidência do PT foi uma atitude concreta, de um gesto pessoal doído, em relação a minha auto-avaliação da condução política do partido, da condução política do partido. Evidentemente, nós temos de avaliar o tamanho da campanha que fizemos, a quantidade de alianças que nós multiplicamos pelo Brasil a fora. É correto ter alianças, mas temos que definir certos critérios. O papel do *marketing* no PT assumiu uma dimensão muito grande, temos de diminuí-lo para o papel da militância, da mobilização.

Eu acho que o partido como um partido popular de esquerda tinha de manter certas características do ponto de vista da sua coerência entre a prática e o discurso. Tudo isso temos de avaliar. E eu estou aberto a fazer essa avaliação. Não só essa avaliação, como a minha experiência de 25 anos no PT.

Ao tomar a decisão pessoal e voluntária de sair da presidência e de não entrar na próxima direção na-

cional... E quero confessar aqui que a primeira pessoa a quem comuniquei que não ia entrar na chapa da próxima direção nacional foi o Senador Mercadante. Pessoalmente, eu o comuniquei: Olha Mercadante, eu vou amanhã mandar uma carta dizendo que não quero integrar a próxima direção nacional. Portanto, é um gesto. E esse gesto representa essa responsabilidade política com essa discussão e com esse debate.

Sr. Presidente, eu quero só acrescentar que o PT gastou com a festa popular da posse. Com aquela festa popular da posse, o PT gastou, sim, com as pessoas que vieram aqui, com aquele evento; com aquela festa popular da posse, nós gastamos. Eu achei muito boas as palavras do Mercadante, porque, para muitos dirigentes e militantes do PT, aquela era uma oportunidade de que ninguém queria deixar de participar. Foi esse o sentido. A festa popular teve esse significado, esse coroamento de 13 anos de luta para eleger o Lula Presidente da República.

Portanto, permitam-me dizer, meus companheiros de partido, eu tenho consciência das minhas responsabilidades, adotei uma atitude. Jamais vou alterar a minha relação de carinho, de dedicação, de fidelidade ao PT, um partido que me transformou. E eu também transformei o PT. Aprendi muito com o PT e com os companheiros. A gente aprende a conviver com um time que a razão de ser do sonho é viver intensamente aquilo em que se acredita no presente. Eu continuo com essa cresça e com esse otimismo.

Muito obrigado pelas manifestações. Estou aberto a fazer uma prestação de contas ao partido, do ponto de vista de todos os desdobramentos políticos desse momento em que estamos vivendo.

Mas o PT é maior do que esse ou aquele dirigente. E o PT saberá solucionar todos os seus problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, último inscrito dos titulares.

**O SR. (Orador não identificado)** – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup>, infelizmente, eu o chamei. A quem eu chamei, para devolver a palavra, eu teria de devolver a palavra também ao...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, eu tenho direito ainda a algum comentário? É muito breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> não tem. Mas em deferência à Liderança...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Serei muito breve. Eu só queria dizer, Genoino, que a forma como os parlamentares se referiram a você nessa audiência é também um reconhecimento res-

peitoso. Todos argüiram V. Ex<sup>a</sup>, fizeram as perguntas, isso é da razão de ser da CPI, mas a começar pelo próprio Relator e por todos os parlamentares que se expressaram aqui, o tom respeitoso que usaram acho que é também uma forma de reconhecimento da sua biografia, da sua história e da sua contribuição à vida pública do País.

Eu quero, portanto, expressar aqui o meu agradecimento pela atitude de tantos parlamentares, em especial o Senador Arthur Virgílio, pelo comportamento que teve naquele episódio do início desta reunião.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, uma forma educada e gentil de todos que têm se manifestado aqui, e há tão poucos deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, terei de dar a palavra aos três que chegaram agora aqui...

**O SR. (Orador não identificado)** – Exatamente. Ao Senador Eduardo Suplicy, que tem uma história no PT; ao Senador Sibá Machado...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ao Deputado Baltazar, que eu até tinha concedido...

**O SR. (Orador não identificado)** – São tão poucos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou fazer uma exceção. Mas não posso deixar de dar a palavra ao Senador Sibá Machado. Depois, ao Senador Eduardo Suplicy; a seguir, a V. Ex<sup>a</sup> e ao Deputado Baltazar e ao Deputado Odair Cunha.

Vejam, V. Ex<sup>as</sup>, como as coisas se complicam. Abre-se uma exceção e lá se vão cinco novos oradores.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não quis me pronunciar no momento daquele episódio, até mesmo para não esticar muito a reunião; esperei chegar a minha oportunidade para também depositar para V. Ex<sup>a</sup> o meu respeito e a minha admiração e parabenizá-lo pela atitude tomada naquele momento. Também foi muito nobre o gesto do Senador Arthur Virgílio e dos demais que se solidarizaram naquele momento.

Quero também saudar o nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e o nosso sempre Líder de causas tão nobres, o ex-Deputado José Genoino.

Não posso colocar uma cortina ou uma muralha na relação mais de militante que nós tivemos, Genoino. Então, prefiro te chamar de Genoino.

Guerreiro Genoino, por tudo o que você já passou na vida; por ter acreditado, inclusive, na luta armada em algum momento; por ter participado de um partido revolucionário; por ter criado uma tendência interna no PT; por ter tido a trajetória que teve, um dos mais brilhantes parlamentares que o partido já teve na Câmara dos Deputados, você era uma pessoa para quem olhávamos e víamos o brilhantismo de sua atuação parlamentar. Chegamos até aqui com a Presidência da República.

Vou dizer para você um pouco do que tenho conversado nas minhas andanças Brasil a fora. Tenho feito o seguinte relato para os colegas, principalmente aos militantes do PT em algumas oportunidades de entrevista na imprensa.

Nós assumimos a Presidência da República tendo, antes disso, uma vasta experiência em administrações municipais. O PT saiu de prefeituras como as de Diadema e de Santa Quitéria do Maranhão, em 1982, para 411 administrações municipais. Dessas, inclusive, com muitos prêmios que foram dados a essas administrações... Eu só pediria que o Senador pudesse se sentar na cadeira aqui do lado para que eu pudesse... (Pausa.)

Essas experiências foram muito ricas. Temos hoje temos hoje 411. São cidades como São Paulo, mas também as pequenas como Icapuí. Temos nossas experiências como governo de Estado, essa já foi um pouco menor; a situação no Espírito Santo; a nossa não-reprodução do mandato no Distrito Federal; a não-reprodução de um segundo mandato no Estado do Rio Grande do Sul. E hoje temos três Estados que não são do epicentro nem da economia nem da política brasileira, inclusive o Estado do Acre.

Assumimos a Presidência da República quando a maioria das pessoas interpretava que a ascensão do Presidente Lula se daria em um verdadeiro fracasso. Um fracasso na economia, que no máximo se limitaria a fazer a reforma agrária com que o MST tanto sonha.

De lá para cá, eu tenho dito que, em termos de se criar um Líder novo no mundo, mudar a geopolítica no mundo, fazer o G-21, peitar a OMC, peitar uma nova relação dentro da ONU, no Conselho de Segurança na ONU, fez-se uma nova Liderança para o mundo.

Em termos de economia, o Governo jamais quis trabalhar com qualquer tipo de pirotecnia, com qualquer tipo de populismo ou irresponsabilidade. Quero reproduzir uma frase do Senador Cristovam Buarque: “É a primeira vez que um Presidente consegue conciliar minimamente o crescimento com responsabilidade fiscal e democracia. Ser ousado e responsável ao mesmo tempo.”

Diante desses dois aspectos, o Lula foi uma grata surpresa.

A pergunta que muitos me faziam: o Governo Lula foi bem sucedido? Ele está muito bem sucedido!

Então, diante disso, era claro que poderia ter uma segunda onda Lula em 2006. Mas eu digo para os colegas lá por onde eu dando: havia uma pedra no meio do caminho. Essa pedra provocou indignação geral, indignação de todos os lados. Desde aquele filiado que continua constrangido e abatido por conta desses fatos.

Eu presenciei o momento em que você pediu o seu afastamento da Presidência do PT. Naquele momento, entrei em um momento de convulsão interna também. Mas percebi que, quanto maior a pancada, mais eu resisto, e decidi ajudar como posso na Bancada aqui, porque, acima de tudo, as relações são de confiança nas pessoas. Eu acho que, como você interpreta nos depoimentos prestados até agora, a relação é de extrema confiança. Eu jamais poderia prejudicar uma pessoa que teve um padrão de comportamento na vida como você mesmo teve, como José Dirceu teve, de passar por tortura, de ser pendurado em um pau-de-arara, de sofrer o que sofreu... Não podemos nos dar ao luxo de desconfiar absolutamente por nem um minuto... (Pausa.)

Agora, eu fico te perguntando assim, reproduzindo o que nós já conversamos, inclusive, em uma mesa no hotel naquele dia: “Tu te arrependes de alguma coisa? Aconselharias a gente a não cometer determinados gestos que, mesmo que seja de omissão de tua parte... O que dizer em uma hora como essa em que Roberto Jefferson diz que está há 23 anos no Congresso Nacional e que há 23 anos participa de caixa 02? E que acusa todos os partidos políticos no Brasil – isentou apenas o P-Sol, porque foi o último a ser criado – de terem praticado caixa 02, um crime posto no Brasil, e que parece que não tem cura?”

Infelizmente, parece que o nosso partido acaba de demonstrar para o Brasil que participou de tudo isso.

Eu só posso te fazer essas duas perguntas. Primeira, você se arrepende de alguma coisa? Segunda, que tipo de orientação, de sugestão e de recado você passa para a militância do PT?

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, Senador Sibá, eu já me referi aqui em relação aos pronunciamentos da Senadora Ana Júlia, do Senador Aloizio Mercadante e a outros pronunciamentos, que, em artigos assinados por mim no jornal **O Estado de São Paulo**, e na carta que está publicada pelo PT quando deixei a Presidência, que o meu gesto de sair



da direção e de não disputar a direção era uma atitude política em relação a uma avaliação, uma autocrítica.

Essa questão de arrependimento, eu acho que não existe, até porque são coisas que aconteceram em um determinado momento e em uma determinada época, de que a gente tira lições e aprendizados.

Eu já me referi aqui ao tamanho da campanha, ao papel do *marketing*, a que desprezamos o papel da militância. De várias questões políticas, o PT tinha de ter cuidado melhor, até porque, Senador Sibá, um partido com as características do PT, ao chegar à Presidência da República, era natural que tivesse uma contradição entre o nosso sonho e o que estávamos realizando. E tivemos dificuldades em fazer essa relação entre o que era possível e o que nós gostaríamos que se realizasse.

Não fizemos essa ponte. Precisávamos esclarecer bem, em determinados pontos, como fazer um movimento sem fazer aventura, porque, no fundamental, o que o Governo Lula adotou como políticas de Governo deu resultados corretos.

Porém, o partido aprende dessa maneira. Acho que o aprendizado que estamos vivendo é muito grande e muito rico. Certamente a dimensão desse processo é só desse tamanho exatamente pelas características de um partido popular e de esquerda como o PT.

Portanto, tenho uma avaliação otimista. Não tranquila, mas otimista. Do sofrimento, das dificuldades, a gente aprende muito. Esse é o aprendizado que estou vivendo. Estou vivendo com aquela convicção do que sou, do que fiz, jamais perdendo a perspectiva do futuro. Essa é a minha...

Quero sempre dizer para os militantes do PT, que o PT, a sua história, os 18 mil filiados... os 830 mil filiados, os históricos, que têm história no PT... tudo isso é maior, bem maior do que esse ou aquele dirigente, esse ou aquele erro. E a gente não pode deixar de considerar essa força e essa capacidade.

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Eu queria ainda, no meu minuto, Sr. Presidente, dizer ao nosso companheiro Genoino e aos partidos políticos aqui que, principalmente, o motivo desta Comissão existir é para investigar a história da compra de votos.

Eu tenho feito o seguinte raciocínio: eu tenho me recusado a tentar encontrar os problemas do passado, enquanto eu não me sentir contemplado em explicar os problemas do presente.

Fica muito difícil a minha postura – e aí uma postura pessoal – diante de fazer essa investigação. Prefiro acreditar que é uma dívida com o Brasil, uma dívida que devemos pagar, ou seja, o partido deve explicar-se ao máximo, justificar o que houve, para podermos,

a partir daí, ter uma liberdade maior de avançar em outros tipos de investigação.

Portanto, eu gostaria de encerrar, e pediria que você pudesse ser bastante direto e objetivo: em algum momento, nessas conversas todas que foram feitas, não se sabia, não se imaginou que o Deputado Roberto Jefferson poderia estar com segundas intenções, como de fato acabou justificando a existência dessas comissões, que é a história de fazer caixa privado com dinheiro de estatais para seu partido? Falou-se em R\$400 mil por mês que ele queria para colocar pessoas estratégicas dele dentro das estatais. Em algum momento, você chegou a desconfiar dessas coisas? Que tipo de reação você teve nessa hora?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Senador Sibá, a relação do PT e particularmente a que eu tive com o PTB e com o Deputado Roberto Jefferson sempre foi uma relação muito correta, uma relação em torno da discussão política, dos projetos políticos, uma relação que... Digo sinceramente, surpreendi-me pessoalmente quando vi aquele tipo de virulência e de ataque, porque eu não tinha nada a reclamar dele; ele nunca me fez qualquer proposta indecorosa e sempre nos tratou com um nível de civilidade muito alto. Portanto, não vou fazer esse julgamento, porque neste momento, neste caso, não é correto fazer julgamento nem sobre os meus companheiros de partido que estão sendo investigados, nem sobre adversários e nem sobre as pessoas que não são do meu partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP)** – Deputado José Genoino, que foi meu Líder na primeira vez em que fomos, ambos, deputados federais; Sr. Presidente Senador Amir Lando; Deputado Ibrahim Abi-Ackel; senhores advogados, partilhei, ao longo desses 25 anos, dos mesmos sonhos seus como companheiro de partido, e foram até relativamente poucas as ocasiões em que tivemos divergências, porque, desde o início dos anos 80 ou mesmo antes de ingressar no PT, sempre vi no seu comportamento, na sua batalha, na sua garra, o propósito de construir uma sociedade que tinha muito a ver com os mesmos sonhos que nos fizeram estar juntos no PT.

Em algumas ocasiões, inclusive recentemente, tivemos algumas divergências de comportamento. Uma delas, quando, por exemplo, surgiu o episódio Waldomiro Diniz, minha divergência foi mais no sentido de postura, porque avaliei – sobre isso não que com V. Exª tivesse tido assim uma divergência maior, mas com minha Bancada, pois sugeri naquela ocasião pudesse o então Ministro José Dirceu comparecer ao Senado

e ter um diálogo que, no meu entender, contribuiria, e muito, para desanuviar o ambiente, esclarecer episódios. E me recordo disso porque observo agora que o Deputado José Dirceu tem expressado sua vontade de aqui comparecer. Até aproveito a oportunidade para transmitir ao Presidente Amir Lando que considero que será muito importante e oportuno que essa oportunidade lhe seja dada, até porque o requerimento está, que eu saiba, aprovado. Trata-se, portanto, simplesmente de definir a data. Acho que isso vai ser muito importante.

Tivemos uma discordância recente quando avalei que era importante, de acordo com tudo aquilo que nós dois defendemos na história do PT, assinar o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito, que agora trouxe à luz todos esses fatos. Tenho uma convicção maior, prezado Genoino, de que agi com correção, porque esses fatos precisavam mesmo vir à tona, por mais doloridos que estejam sendo, por maior tristeza que estejam causando a todos nós do PT, à sua pessoa e à sua família. Mas isso é algo que, de alguma maneira, pode acabar vindo para o bem.

Há poucos dias, o professor Renato Janine Ribeiro, diante do que está acontecendo no Brasil, lembrou um episódio importante ocorrido na África do Sul, quando depois de 20 anos, ou tantos mais, de *apartheid* e tantos crimes, o Presidente Nelson Mandela, então eleito, resolveu constituir a comissão da verdade, da reconciliação presidida pelo Bispo Desmond Tutu, em que foi sugerido – inclusive uma lei foi aprovada nesse sentido – que toda pessoa que por ventura houvesse cometido um crime contra a pessoa humana – poderia ser de tortura, ou de corrupção, ou até um crime gravíssimo que viesse a provocar a morte de alguém, ou assim por diante – que pudessem as pessoas prestar seu depoimento e revelar a verdade inteira. E se assim ocorresse, essas pessoas teriam uma forma de anistia. E propõe Renato Janine Ribeiro que, quem sabe, algo pudesse ser feito de maneira semelhante no Brasil.

Considero essa proposição bastante interessante na medida em que todas as pessoas que de alguma forma estejam relacionadas – seja no nosso partido, seja em outros partidos – a episódios que não foram de acordo com a legislação ou que constituem uma quebra do decoro parlamentar, ou assim por diante, possam ser instadas a dizer tudo. Fico até pensando quem sabe possam os membros desta CPI, os Relatores, pensar em algo semelhante. Caso – acredito que isso precisaria até ser objeto de iniciativa de lei – as pessoas venham a dizer tudo aquilo que efetivamente ocorreu, quem sabe possam ser criadas formas de penas alternativas que seriam extremamente didáticas tanto para os responsáveis quanto para a própria so-

cidade no sentido de caminharmos numa direção de sabermos tudo aquilo que se passou.

Avalio, companheiro José Genoino, que seria até muito importante que o próprio Presidente Lula – que tem dito da sua indignação com respeito a atos que ocorreram, que tem dito quanto será importante a revelação completa da verdade, o quanto ele confia que a verdade inteira prevalecerá –, ele próprio, possa, de alguma maneira, na hora em que considerar mais adequada, ainda mais tendo em conta que ele teve oportunidade de dialogar com algumas das principais personagens de tudo isso, ainda mais porque ele próprio solicitou ao Ministro Márcio Thomas Bastos que...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero silêncio na sala, senão não podemos ouvir o orador. Peço, sobretudo, aos demais presentes, porque os Parlamentares estão aqui em absoluto silêncio, que os demais mirem-se nos parlamentares e mantenham o mesmo silêncio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Tendo

em conta que ele próprio solicitou ao Ministro Márcio Thomas Bastos que reunisse a evidência completa dos fatos – seja aquilo que a Polícia Federal já apurou, que o Ministério Público já apurou, que a Procuradoria-Geral da União o fez, que as próprias CPIs já apuraram – que ele próprio pudesse transmitir... E eu imaginaria até que quem sabe pudesse o Presidente da República nos fazer uma visita espontânea, porque essa figura não existe propriamente na Constituição, não se estaria convocando o Presidente, seria a abertura de uma possibilidade de o Presidente, por sua iniciativa, quem sabe, comparecer ao Congresso e ter um diálogo com os Senadores e Deputados para ele próprio contribuir para o desvendar completo.

Quero também lhe dizer algumas coisas, Genoino, expressar minha solidariedade no que diz respeito a situações tão difíceis pelas quais tem passado, o respeito por suas decisões, como a de pedir licença da presidência do partido, a de não se candidatar outra vez, a de escrever um artigo, aquele artigo para **O Estado de S. Paulo**, dizendo que, como não estava mais na presidência do partido e como ex-deputado federal, pedia, por vontade própria, um tempo para não mais ali escrever também foi uma atitude muito digna. Tenho a convicção de que, prezado José Genoino, será muito importante ainda a sua contribuição para o futuro de nosso partido e do Brasil.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Genoino,** quero parabenizá-lo por sua postura. Eu não teria nenhum questionamento a fazer, porque o Relator esgotou todas as perguntas que eu poderia fazer. Mas alguns nomes da política brasileira e do PT são nomes emblemáticos: o seu, Deputado José Genoino, e o do Senador Eduardo Suplicy são nomes que nós, de outros partidos, temos acompanhado e admiramos, embora com idéias diferentes, mas admiramos. Estou lhe dizendo isso porque acredito piamente – e vou chamá-lo de V. Ex<sup>a</sup> porque acho que o senhor é digno de ser chamado de V. Ex<sup>a</sup>, por ter sido deputado, vou continuar a chamá-lo de V. Ex<sup>a</sup> – que V. Ex<sup>a</sup> passou pela Casa, pelo Congresso, e deixou uma grande contribuição.

Esse episódio todo serviu para o seu partido entender que todos os partidos são iguais: há os bons e os há os maus. E o PT tinha um problema – e falô isso porque no meu Estado é assim: o PT acha que está sempre acima do bem e do mal. E esse episódio serviu para o PT entender que realmente nenhum partido é melhor do que o outro; são todos de homens, de políticos sérios, competentes, e há alguns que não o são. E esses logicamente serão extirpados no momento próprio. Vai acontecer com o PT, com os outros partidos todos que aí estão. Vamos assistir a isso ao longo deste ano.

Mas se algum erro o senhor cometeu... E aí o Senador Mercadante foi muito feliz, se eu pudesse fazer minhas todas as palavras do Senador Mercadante, não tenha dúvida de que eu o faria. Mas o Senador foi muito feliz quando disse que foi o erro da omissão. Porque o senhor deixou que a coisa corresse muito, no linguajar popular, solta. Digo solta, porque, de qualquer forma, pode ser até que no Regimento do PT as atribuições sejam distintas, cada um cuida do seu lado, são eleitos para isso, mas o ordenador de despesa para o DCE é o Presidente do partido. E, assim sendo o senhor ordenador de despesa, o senhor teria que ter cuidado, olhado todas as coisas que aconteceram, para que, depois, o senhor não viesse a pagar pelos erros dos outros e, com isso, o senhor ter sido colocado e enrolado nesse véu que, realmente, é uma coisa que está deixando todos perplexos no Brasil, tanto no seu partido como nos outros partidos.

Mas acredito piamente que o senhor é um homem sério, é um homem que foi envolvido por essas coisas todas que aconteceram aqui.

Por isso, Sr. Presidente, quero hipotecar minha solidariedade ao Deputado José Genoino, neste momento difícil de sua vida por que está atravessando. Mas tenho certeza de que um homem que já passou

por tudo o que o senhor já passou vai ultrapassar também esta fase ruim.

Mas, Sr. Presidente, queria aproveitar também para fazer um relato, não um relato, mas um protesto aqui. Porque as coisas de que estamos tratando aqui são as coisas maiores do Brasil, das decisões maiores que estão acontecendo aqui. Não cabe a nós trazer aqui as coisas menores que estão acontecendo em nosso Estado. Não estava presente, mas o Deputado Daniel Almeida, aqui, trouxe um assunto da Bahia, sobre o qual não posso deixar de defender nem de falar também.

O Deputado Daniel Almeida ainda não se convenceu de que é, hoje, um parlamentar federal. E, nesta Casa, temos de tratar das coisas maiores, temos de tratar do que está acontecendo aí, das decisões maiores do Brasil. As coisas do cotidiano, as coisas menores, devem ser tratadas lá no Estado, na política; não devemos trazer a política de lá para cá. Trata-se de um assunto, uma coisa julgada, um assunto que trouxe aqui que está acontecendo na Bahia, sobre uma denúncia que foi feita no Tribunal de Contas pelo conselheiro, mas que já foi julgada e já salientada por muitas vezes. Ano passado, o próprio Governo do Estado consultou o Tribunal de Contas sobre a forma do aumento de capital da empresa de turismo da Bahia, que foi orientada para fazer de tal forma. E a coisa foi feita dessa forma. Um dos conselheiros discorda desse assunto, então o voto discordante desse conselheiro foi palco pinçado pelo jornal local e pelo Deputado Daniel Almeida. Então, ele trouxe para esta Casa uma coisa menor, um voto de um conselheiro, tentando, com isso, enodoar o nosso Governo, o Governo da Bahia, o Governador Paulo Souto, que, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, tem 85% de aceitação e foi, pelas pesquisas, o melhor Governador do Brasil. Então essa coisa não presta. Agora, protesto pela forma como o Deputado Daniel Almeida trouxe para esta Casa... Se levasse para o plenário... mas esta CPMI não trata desse assunto.

Portanto, Sr. Presidente, o meu protesto pelo Deputado Daniel Almeida ter feito isso. Pena que não esteja aqui para ouvir, porque não gostaria de ter falado na ausência dele, mas esta é a oportunidade que tenho, e não podia deixar de falar.

Portanto, Deputado José Genoino, encerro as minhas palavras, sem pergunta alguma, mas apenas fazendo as considerações que fiz. E tenho certeza de que as coisas vão ser esclarecidas, e, com certeza absoluta, esta Casa vai sair engrandecida, porque os fatos todos serão apurados, e todos aqueles que tiverem que ser punidos, sê-lo-ão. Esta Casa não pode ficar com essa mácula que está aí para todo mundo,

para o Brasil inteiro. Hoje, até alguns têm vergonha de dizer que são políticos. Eu, por exemplo, não tenho! Mas temos de limpar essa mácula, de uma vez por todas, para que possamos chegar à rua e, com cabeça erguida, dizer que somos políticos, com muito orgulho, que estamos fazendo e participando do desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Nobre Deputado, em primeiro lugar, quero agradecer as palavras de V. Exª e dizer que minhas responsabilidades políticas estão explicitadas, quando saí da presidência do PT, em artigos que publiquei na imprensa. Tenho responsabilidades políticas, não criminais, nem ilegais.

Em relação à questão que V. Exª coloca no debate, que, em alguns momentos, quando um partido se considera, ao se referir ao adversário, como patrimônio exclusivo do bem, há exageros, há sectarismos. Não que a gente queira igualar todos os partidos, porque tem gente boa em todos os partidos, assim como vai ter problemas... Você pode escolher o partido que tem as melhores possibilidades, o melhor programa, os melhores caminhos.

Portanto, eu acho que o PT, já falei sobre essa questão aqui, o PT tem, como partido, e os seus dirigentes também, que fazer essa reflexão, que fazer esse debate, que prestar conta aos seus filiados, à sociedade, está certo? Essa prestação de conta e essa avaliação não podem ser algo sectário do 8 ou 88. Eu acho que nós podemos tirar o caminho correto para tirar todas as lições desse episódio. E este é o objetivo da minha posição, de ter tempo para uma reflexão e me afastar da direção e da próxima direção do partido.

Portanto, sobre esse aspecto, queria me manifestar com relação à questão levantada por V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, Ex-Deputado Genoino, quero, primeiro, manifestar a minha admiração por V. Exª, pela sua história, pela sua trajetória política. Lembro-me de que, quando fui Prefeito de uma cidade, no Estado do Rio, no sul do Estado do Rio de Janeiro, sempre recebíamos das pessoas que faziam uma política séria, honesta, não só informações, mas ensinamentos. E lembro que, num determinado momento, quando fui Prefeito, tivemos lá o ex-Prefeito Celso Daniel, que esteve em nossa Cidade, fazendo uma discussão política. E lembro-me muito bem do modo petista de governar, quando discutíamos. E nunca fui do PT, não sou do PT, sou do PSB, mas tínhamos uma relação bastante importante de aprendizado. E esse processo, o que nos causa, às vezes, é espanto.

Eu queria apenas fazer uma pergunta a V. Exª, é que essa era uma forma bastante colegiada. Já ouvi as explicações que V. Exª colocou, entendendo perfeitamente o seu viés político, e não a divisão de tarefas. Mas, naquele processo todo em que nos formamos, o colegiado, a discussão profunda entre as várias partes era realmente a coisa mais saudável para que não aparecesse alguém, com vontade própria, fazendo alguma coisa.

Portanto, a nossa, às vezes, decepção, e, no caso, a minha crítica, se posso fazê-la, é no sentido de que a presidência do PT, esse exercício que me parecia extremamente comum no Partido dos Trabalhadores, e que aprendemos também a fazê-lo, não tenha sido exercida, nesse caso específico em que o Sr. Delúbio tinha toda autonomia para conduzir essa parte.

Estou falando isso, porque acho que temos de aprender o tempo todo. E o processo de aprendizagem é um processo de erro e acerto, e compreendo perfeitamente a explicação de V. Exª.

Mas a minha pergunta primeira é a seguinte, sem querer colocá-lo numa saia justa. O senhor já foi deputado conosco, não é? E, como tenho essa relação de admiração, de respeito e até de aprendizado com V. Exª, se V. Exª estivesse, neste momento, sentado aqui, os deputados nominados que teriam recebido dinheiro do Sr. Marcos Valério, o senhor votaria pela cassação deles, pela punição a essas pessoas?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Baltazar, posso responder?

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Perfeitamente.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Em primeiro lugar, quero fazer um registro a V. Exª, que conheço, e o meu partido deveria ter trabalhado em conjunto com V. Exª para que V. Exª fosse o Prefeito de Volta Redonda. Trabalhei para isso, tentei trabalhar para isso, mas uma das divergências que tivemos nas alianças do PT foi não ter manifestado o apoio, porque V. Exª tinha muito mais condições de ganhar. E V. Exª conhece minha opinião a este respeito, sobre a posição da direção nacional. E eu tinha uma posição clara e explícita no sentido de apoiar V. Exª.

Em segundo lugar, quer dizer, eu acho, eu já expliquei aqui, pelo Estatuto do partido, pelo funcionamento, como é que funcionávamos. Deputado, eu quero dizer para V. Exª que eu participei de algumas CPIs, e foram alguns momentos duros. Sempre tinha cautela, em algumas inquirições e em algum tipo de ataque aos políticos aqui. Eu guardo, até hoje, um livro do Senador Jarbas Passarinho, uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, o Senador Jarbas Passarinho. É o **Manual da Inquisição**, o livro que ele com-

prou, e fez uma dedicatória: “Deputado Genoino”, fim de 1973, aí fazia uma pergunta sobre esse processo em 94. E eu conversava muito com ele. Até recentemente, ele citou no jornal que eu vim aqui a esta CPI e apresentei o meu filho para ele. E eu estou citando a figura do Senador Jarbas Passarinho, porque ele presidia a CPI do Orçamento. E ele era muito cauteloso com o prejulgamento, ele era muito cauteloso com a necessidade de constituir prova. E eu nunca esqueço o episódio, pela sua cautela, de que, quando surgiu aquele problema dos arquivos da Odebrecht, ele disse que só iria à sala do então Senador Bisol, se a residência dele fosse transformada em local público, e tivesse lá só parlamentar. Eu estou fazendo isso para mostrar que o Senador Jarbas Passarinho, com a experiência que eu tive com ele, mesmo tendo posições diferentes, ele sempre demonstrava uma cautela muito grande. E isso muito contribuiu para, em alguns momentos, naquela CPI de que eu participei, eu não tivesse tanta certeza nesse ou naquele julgamento.

Sobre esse problema de julgar ou não os atuais parlamentares, eu não sou membro do Congresso Nacional, eu não participei dessas investigações. Portanto, nobre Deputado, não tenho condições de avaliar sobre um processo que está no Conselho de Ética.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria, aproveitando os minutos que me faltam, quero fazer uma colocação a esta CPI, porque entendo que o nosso ex-Deputado já contribuiu com as suas explicações. É uma questão fundamental que, na minha avaliação, o relatório encaminhado ao Conselho de Ética deixou de apreciar.

Baseado naquele documento que assinamos junto com a CPMI dos Correios, com os argumentos ali elencados, precisamos fazer urgentemente um outro relatório, para que possamos incluir:

Primeiro, o Sr. Marcos Valério atua no sistema político, nessa relação, há muito tempo, há muito tempo! Ele trouxe aqui uma lista com 79 nomes. E não apenas 79 nomes, comprovantes bancários de saques não declarados, na eleição de 98, que é objeto desta CPMI da Compra de Votos. E ele funcionava durante todo o Governo FHC nessa direção. Temos o Deputado Ronivon Santiago citado, e a nossa CPMI não encaminhou, nem a do Mensalão... Temos, naquela listagem, com documento bancário, uma pessoa por quem tenho o maior respeito e apreço, mas cujo nome está lá. E o documento bancário também está, que é o Deputado Custódio Mattos, entre outros. Está lá colocado. O Senador Azeredo já admitiu caixa dois. Ora, se o Sr. Marcos Valério faz o seu valerioduto funcionar durante tantos anos, por que a fonte do financiamento da compra de votos não foi colocada? Porque argumento que

é anterior ao nosso documento já desbancou. O nosso documento desbancou. A colocação de como iam ser feitas as penas... Primeiro, as provas. As provas estão claras: do Sr. Marcos Valério, valerioduto, empréstimo, documento bancário. Aliás, muito mais fortes do que o documento que o Marcos Valério trouxe aqui da atual situação do caixa dois do Sr. Delúbio, porque lá há a prova bancária com o nome de deputados que hoje ainda exercem o mandato.

Portanto, penso que, neste momento, são dois pesos e duas medidas, se esta Comissão.... Entendo que, naquele momento, talvez não fosse possível, porque a outra comissão não tratava da compra de votos de 98, da reeleição, mas penso que aquele documento, todos os argumentos levantados, todos eles indicam que não podemos deixar esta Comissão. É possível até que a outra Comissão faça, mas é esta Comissão que tem a responsabilidade de verificar a compra de votos na reeleição.

Eu queria sugerir, instando esta comissão, que possamos fazer de pronto, sem precisar ouvir ninguém, na medida em que já está configurado o documento, embora possamos ouvir o Tesoureiro da campanha, que tem muita coisa a falar. Eu queria instar esta CPI a fazer o relatório urgente para complementar aquele, que é função desta CPI.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a Comissão não pode fazer listas arbitrárias. Não é pelo fato de nos ter sido encaminhada uma lista pelo Sr. Marcos Valério que nós faremos automaticamente, nós temos que passar-lhe o crivo das investigações da Comissão. **Data venia**, V. Ex<sup>a</sup> pode pedir à Comissão e, se ela decidir por maioria, podemos fazê-lo, mas entendo que temos que seguir os trâmites.

Fizemos aquilo porque a Comissão dos Correios já havia aprofundado as investigações. Nós praticamente aderimos à contribuição dada pelo Relator e fizemos um relatório conjunto. Agora, os demais serão feitos no tempo certo. Nós não iniciamos os trabalhos. No momento certo vamos fazê-lo.

Eu não vejo, como V. Ex<sup>a</sup> vê, a simplicidade de que está tudo pronto e acabado. Senão não há necessidade de CPI. Basta pegar o relatório de alguém e mandar logo...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, Sr. Presidente, não é essa a questão. Por obséquio...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas evidente, pela maneira como V. Ex<sup>a</sup> se manifestou – “de pronto” “agora” – seria tomarmos uma providência nesse sentido.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não seria de pronto agora, mas que esta Comissão se debruçasse sobre a questão, porque já se apresentou relatório com os mesmos argumentos. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazê-lo. Certamente todos irão ao órgão competente para a punição eventual.

Eu concedo a palavra agora ao nobre Senador Pedro Simon, em substituição ao Deputado Odair.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Prezado amigo e companheiro Genoino, confesso que jamais me passou pela cabeça viver uma situação como esta.

Acompanhei V. Exª ao longo de toda sua vida. Quando nós, no velho MDB, lutávamos no campo democrático, acompanhamos a resistência e as lutas de V. Exª também na derrubada da ditadura.

Restabelecida a democracia, V. Exª, desde o início, prestou inestimáveis serviços não apenas à causa da redemocratização, mas também para que essa redemocratização fosse feita de maneira pacífica, com respeito recíproco.

V. Exª deu exemplos de grandeza, de paz de espírito, de não ter sentimento de mágoa nem de revolta. V. Exª prestou importante serviço, lá no início da redemocratização, buscando diálogo com áreas militares, buscando aproximação entre elas e as forças democráticas, visando a mais rápida redemocratização do País.

Dentro do PT, V. Exª sempre foi visto como uma das figuras mais coerentes, mais dignas e mais corretas. Sempre teve palavras firmes e seguiu uma linha que não necessitava afirmar-se nem autoprovar absolutamente nada, mas ajudou muito na construção da imagem do Partido dos Trabalhadores como aquele partido que, nascido no meio dos trabalhadores brasileiros, vinha para uma missão histórica muito importante.

Estou assistindo ao depoimento de V. Exª desde o início. Lá no meu gabinete, eu vi tudo e assisti a tudo desde o início. Eu não concordei com a ilustre Deputada, quando ela disse que achava que V. Exª tinha que fazer parte do Ministério e que não fazer parte do Ministério foi um ato não muito correto do Governo. Claro que V. Exª seria um grande Ministro, concordo com a ilustre Deputada, muito melhor do que muitos dos que estavam aí. Mas eu vi que o colocaram na presidência do partido com uma missão específica. Quer dizer, o Lula estava dando a importância devida ao partido e colocava na presidência do partido alguém que levaria a missão de conduzir o partido e fazer a identidade do partido com o Governo. Ministro ele tinha à vontade, ele tinha tantos quantos quisesse, tanto que ele inventou. Eram vinte e três e ele elevou para trinta e cinco. Criou Ministro para todos os gostos. Mas presidente

do partido ele tinha um só. E quando colocou V. Exª eu fui daqueles que vi com satisfação o seu nome, porque vi que V. Exª haveria de fazer o diálogo entre partido e Governo da melhor maneira possível.

Confesso a V. Exª que fui daqueles que vi no PT e no Lula a expectativa de que tinha chegado o momento do nosso País, e achei que realmente teríamos, de maneira pacífica, uma revolução profunda no campo da economia ou da formação política. Confesso que a minha primeira mágoa foi quando Lula constituiu o Ministério. Antes de ele assumir, eu falei várias vezes com ele.

E eu dizia a ele: Lula, você hoje é uma unanimidade nacional. A igreja, a universidade, o mundo empresarial, não há ninguém que não esteja totalmente contigo, ou pelo menos torcendo, rezando, para que você dê certo. Você tem que fazer um grande Governo, Lula. E para fazer um grande Governo você tem que começar escolhendo o que houver de melhor, quem mereça a sua confiança, claro, mas o que houver de melhor. Se você falar com o empresário, com a igreja, com o intelectual, hoje praticamente todo mundo é Lula.

E eu me decepcionei quando ele escolheu dezenove Parlamentares que não tinham sido eleitos Governadores ou Senadores. Acho que não era a melhor maneira de escolher seu Ministério. Não que os companheiros não fossem capazes, não fossem bons, mas a fórmula de escolher que identificasse o PT com a sociedade brasileira não era aquela.

Ali eu vi a importância de V. Exª como Presidente do partido. Quando Lula se colocava de tal maneira, de corpo e alma, na vida do partido, trazendo gente do terceiro escalão do partido para ser Ministro, eu vi que ele ia valorizar o seu partido e trabalhar com ele.

Olha, meu amigo Genoino, eu não sei qual foi a sua atuação, mas o primeiro grande – e mortal – erro do PT foi quando ele não aceitou a CPI do Waldomiro.

O PT, com sua história, com sua biografia, com o que representava, não tinha como impedir que as pessoas assumissem a CPI do Waldomiro. E quando conseguimos maioria, Genoino, os Líderes se reuniram, tendo o Mercadante e o Renan à frente, e baixaram um documento que não vimos igual nem na época da ditadura militar. Só se forma CPMI no Senado quando os Líderes da maioria concordarem. Com essa, nós não concordamos; não vai sair.

Fomos ao Presidente do Senado e ele não cumpriu a determinação que tinha. No caso de os Líderes não indicarem, o Presidente do Senado deveria indicar. O Senador do Amazonas e eu fomos ao Supremo e ganhamos de nove a um, mas levou um ano e quatro meses para sair a CPI dos Bingos. Se ela tivesse saí-

do lá atrás, essa sensação de impunidade talvez não tivesse acontecido. Tenho a convicção de que, dando o exemplo do Sr. Waldomiro, talvez as coisas tivessem sido diferentes.

Eu não sei, mas nós todos estamos do mesmo lado, porque o Brasil todo joga a mesma jogada e, se o PT e o Lula fracassarem, será um fracasso de consequências imprevisíveis, porque o Lula estava sendo a mais linda demonstração de uma Esquerda democrática, sem violência, sem dinheiro de patrões, sem cobertura de americano ou de superpotência. Democraticamente, no jogo democrático e aberto, conseguiu chegar lá; e chegou lá. E errou naquilo que nós nunca imaginávamos.

Tinha gente que duvidava: Não, mas vamos fazer uma reforma agrária radical demais, vamos brigar com os proprietários de terra... Não, mas vai acontecer aquilo que o empresariado paulista disse, vai haver um controle do capital, vai ser um peso tão grande que o capital vai cair fora e vamos ter uma fuga do capital.

Pelo contrário, nenhum Presidente, nem o Fernando Henrique, nem Presidentes da época da ditadura militar, nenhum general, ditador militar, nunca o Delfim, no auge do tempo dele, teve os elogios do Banco Mundial e do Fundo Monetário que o Lula e o Sr. Palocci tiveram. Elogios e mais elogios. Nunca, nem na época do milagre brasileiro, o Governo pagou com antecedência juros da dívida externa. Este ano pagou. E foi errar, meu amigo, na ética, na dignidade, na seriedade com a coisa pública, que era patrimônio do PT.

O PT ensinava todo mundo. Quando fui Governador, eu cuidava de todo mundo, principalmente do PT, porque o PT era o PT. Ele dizia, botava nos jornais e depois não se conseguia propor o contrário porque o PT tinha falado. Então, uma pessoa com a história, com a biografia, de V. Ex<sup>a</sup>, não sendo Ministro, não devia favores, nem ao José Dirceu ou a quem quer que seja, V. Ex<sup>a</sup> tinha o partido na mão e a razão estava com V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> era a única pessoa que podia confrontar com o Palocci e o José Dirceu, entre o beltrano e o fulano, porque V. Ex<sup>a</sup> era o homem do partido, com a tradição e a história do partido. E essas coisas aconteceram.

Olha, meu amigo Genoino, permita-me Sr. Presidente, por gentileza, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> é um homem de bem e não vi em lugar nenhum ninguém levantar nenhuma dúvida, nenhuma interrogação, com relação ao seu caráter, à sua dignidade, à sua seriedade. Quanto a isso eu não duvido. V. Ex<sup>a</sup> jogou, apostou, se atirou. E V. Ex<sup>a</sup> diz: Obviamente o PT tinha que fazer maioria, tinha que fazer as alianças. O PT sempre foi acusado de não fazer alianças – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso –;

não votou no Tancredo para Presidente da República, não foi ao colégio eleitoral, assinou mas não votou a Constituinte, porque tinha alguns elementos. Então, era um partido realmente radical e que não fazia alianças. Nesse aspecto, eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>, aliança deveria ser feita, podia.

Eu disse ao Lula, quando eu falei com ele antes de ele assumir: Olha, Lula, quando eu fui Governador, eu tinha um Deputado a menos e terminei com cinco Deputados a menos, mas governei só com o MDB. O meu diálogo com a Assembléia Legislativa, quando tinha quatro Deputados do PT, os primeiros quatro Deputados do PT no Brasil em Assembléia Legislativa, meu diálogo foi aberto. Nunca ofereci e nunca me pediram nada. E nas horas difíceis eu ia para a Assembléia, sentava à mesa... Eu posso ter sido um bom ou mau Governador, mas não posso dizer em nenhum momento que o que eu não fiz no Governo do Estado do Rio Grande do Sul eu não fiz porque a Oposição não deixou, porque o diálogo foi feito assim.

Olha, quando eu vi, meu querido Genoino – perdoe-me –, mas quando eu vi, de repente o Mercadante fazer a negociação para conseguir a maioria a que V. Ex<sup>a</sup> se refere com o Presidente do PTB... Eu tenho o maior respeito, mas V. Ex<sup>a</sup> e eu sabemos quem é o Presidente do PTB. Com o Sarney, nós todos sabemos, Sarney é um grande nome, é um grande Líder, mas o Sarney vai ao sabor dos acontecimentos, ele era lá o Presidente da Arena, transformou-se em Presidente da República do MDB. O Renan. O Renan era o homem do PCdoB, que estava lá na China com o Presidente Collor, que foi quem lançou aquilo que parecia uma missão impossível dos cinco que fizeram do Collor o Presidente da República. Foi ali que começou.

O PT podia fazer tudo para começar numa linguagem aberta, convocando as pessoas a ir, sem pedir nada, sem oferecer, sem querer nada, e fazer um Governo de entendimento nacional. Ainda mais que o PT ia fazer esse Governo que ele está fazendo, Nossa Senhora... Se o PT fosse partir para um Governo radical, se o PT fosse para uma idéia absurda: Não, eu preciso ter uma maioria porque o que eu vou fazer precisa, eu vou fazer o confisco, eu vou tirar terra, eu vou fazer, são coisas tão duras que, se eu não tiver uma maioria, eu não sei, eu preciso primeiro ter uma maioria.

Então vamos fazer as alianças. Mas aliança para quê? Aliança para fazer o que o Governo está fazendo? O PSDB vota de graça, o PFL vota de graça, o MDB vota de graça, não teve problema nenhum. Aí que eu não consigo entender.

Eu vou lhe ser muito sincero, Genoino. Eu tenho um carinho enorme pelo Lula. O Lula é uma figura que,

eu não sei, mas olhando assim, no mundo, é quase inédita. Nascer lá no Nordeste, com quatro anos de idade o pai dele abandona a mãe com sete filhos, ele fica ali e vai num pau-de-arara e vem para São Paulo, é lançado naquela selva, e consegue sobreviver e, sobrevivendo, tira – que nem ele diz – um curso de universidade, que é um curso de mecânico, e entra numa fábrica e termina líder operário e cria um Partido dos Trabalhadores que não tem igual. Nós temos o partido Comunista, nós temos o partido Trabalhista da Inglaterra, nós temos o partido Socialista, nós temos o partido Obreiro na Espanha, mas um partido organizado por trabalhadores, da forma que nós organizamos aqui, não tem similar no mundo. E vai no voto, sem radicalismo, sem nada, sem capitalismo, sem me dê de cá, de lá, no voto ele chega à Presidência da República. E chega à Presidência da República, e de repente está acontecendo isso.

Eu quero dizer, meu amigo Genoino, você tem que meditar muito durante sua auto-reflexão, e vou dizer uma coisa que o amigo não vai gostar. V. Exª pode dizer: Eu estou com a minha consciência tranqüila. Eu não roubei, eu não participei, não fizeram nada na minha frente, não teve conluio na minha frente, eu não participei de absolutamente nada, eu entrei limpo e saí limpo.

Se fosse para mim, para uma outra pessoa, isso era um cartão de honra. Mas para V. Exª não é o suficiente. V. Exª tinha que fazer muito mais, tinha condições de fazer muito mais, de impedir, de fazer a lei. Não interessa saber no Estatuto do PT o que – eu sou Presidente do partido estadual – compete ao Tesoureiro e o que compete ao Presidente, compete é que o senhor é o Presidente do partido: Eu sou o Presidente do partido, quero saber como é que anda esse partido, como é que anda a situação do partido, e quem vai decidir sou eu. Como é o negócio com o PT, com os outros partidos, eu quero saber como é esse negócio. Que história é essa? É verdade que deram 30 milhões, não sei que, para que o partido Liberal apoiasse o PT para Presidente da República? Eu quero saber dessas coisas.

V. Exª não fez. Não tinha obrigação de fazer, não era sua missão, mas como uma grande liderança que V. Exª representava, isso é importante.

Agora, o que eu quero dizer a V. Exª...

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – ... neste momento é apenas uma coisa: o PT não tem dois caminhos. Ou o PT faz uma autopurificação, tem coragem de fazer isso... Aí não tem amor, não tem companheiro, não tem irmão, é limpar o que tem que limpar, dizer, bater e botar para a rua, ficar com um partido menor

mas ficar, e tendo coragem de fazer isso. O gesto de fazer isso vai ser tão importante quanto a humilhação de fazer o que fizeram de errado. Fazendo isso, o Lula terá condições de se recompor e o PT de começar tudo de novo e ser um grande partido.

Se for isso que está acontecendo: Fulano renuncia, vamos deixar aí como é que está, vamos botar o PSDB no meio porque o PSDB também é. Quem inventou o negócio de caixa dois não foi o PT, está lá, o ex-Governador de Minas Gerais também fez, todo mundo faz, isso é uma coisa que existe em tudo que é lugar,

Livrar-se para botar na geléia geral todo mundo? O PT fica na geléia geral.

E acho que aqui o papel de V. Exª, que teve a grandeza de renunciar...

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – ... que teve a grandeza de não se candidatar, que teve a grandeza de dizer: Eu não vou escrever no **Estadão** por um espaço de tempo porque é um espaço de tempo que eu quero meditar, digam o que disserem de mim, não vou nem me defender,

V. Exª tem condições de exercer esse papel junto ao Lula, junto ao fato importante que é o novo Presidente do PT. O novo Presidente do PT pode ser o Tarso, pode não ser o Tarso, mas ter alguém que defenda as idéias e fazer o que ele está fazendo.

Cá entre nós, vamos falar com toda sinceridade. O velho PT, a esta altura dos acontecimentos, ainda não teve a coragem de botar um dedo no Tesoureiro do PT, não fez nada, nem... Nada. Quer dizer, o PT, que tem mais ética que o Governo, mais ética que qualquer um ainda não teve nenhum ato de punição interna, de demonstração interna. E dizem que um tem medo do outro, receio do outro.

Eu acho que a hora é esta, e eu vim aqui para lhe trazer o meu abraço de amigo, estender minha mão de amigo porque digo que confio na seriedade de V. Exª, mas acho que ninguém mais hoje, no PT, do que V. Exª tem autoridade para encarar essa resistência do que fazer para continuar.

Eu não falei isso tudo que estou falando apenas para fazer, lamentar, chorar e terminar, não. É porque eu acho que tem uma missão, e V. Exª tem um papel importante nessa missão, que é refazer, reconstruir, começar. Agora, não se começa com meias-medidas, botando para debaixo do tapete as coisas. Bota a nu o que acontece, ninguém tem que cobrar do PT porque o PT o que tem que ser diz, está aqui. E vamos partir novamente.

Meu carinho muito grande e meu abraço ao prezado amigo.



**O SR. JOSÉ GENOINO** – Senador Pedro Simon, eu vou relatar um fato aqui e dizer que eu sou o mesmo. V. Exª se lembra, e eu estou aqui diante do Relator de uma CPI dramática, e um belo dia a CPI estava vivendo um pânico porque diziam que quebravam o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos membros da CPI. E V. Exª promoveu uma reunião no seu gabinete, reunião fechada no seu gabinete, da qual eu participei. Eu disse, no olho de V. Exª, os doze disseram, entre os quais está aqui o Senador Amir Lando, mais o Deputado Miro Teixeira, Senador Mercadante, Mario Covas – que até, o senhor se lembra, fez uma brincadeira ao modo dele – e eu quero dizer para o senhor, Senador Pedro Simon, eu continuo sendo aquilo de abrir meu sigilo bancário, fiscal, minha vida pessoal, em qualquer momento e agüento qualquer tempestade.

Portanto, eu continuo com aquela mesma declaração que eu fiz no gabinete de V. Exª naquele momento dramático em que nós computamos doze, estava meio a meio. Eu continuo dizendo a mesma coisa em relação a minha vida pessoal e em relação a minha responsabilidade política.

Os momentos possibilitam decisões e eu tomei decisões, na medida em que gestos pudessem representar para a sociedade e para o meu partido aquilo que eu acredito muito, tanto em relação ao que deve ser feito para a sociedade como deve ser feito para meu partido.

Por isso eu queria dar este testemunho aqui para V. Exª naquela reunião histórica, fechada e trancada no seu gabinete. E quero dizer que eu toparia a mesma coisa, no dia de hoje, praticamente doze anos depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Suspendo a presente reunião por cinco minutos. Até agora o depoente não fez qualquer lanche, senão podemos exauri-lo.

Portanto, está suspensa por cinco minutos. Voltaremos em seguida.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu só queria acrescentar que esse depoimento belíssimo do Senador Pedro Simon merece todo nosso aplauso, toda nossa compreensão. Eu acho que nós tivemos hoje, aqui, uma aula belíssima de ser humana. Belíssima.

Portanto, Deputado Genoino, só o sigilo bancário é pouco. Abra mais. Abra tudo. Quero mais, quero que o senhor vá em frente no PT.

**O SR. (Orador não identificado)** – Inclusive o rolo do anel lá de São Paulo tem que ser aberto também, aquela caixa preta do rolo do anel. Vamos ver o que tem no rolo do anel.

**(A reunião é suspensa às 16h42min e reaberta às 16h56min.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Considero reaberta a presente reunião. O Deputado Ibrahim também se ausentou daqui? Está aqui? Então, vou pedir que a nobre Deputada Zulaiê, sub-relatora, dirija os trabalhos. Vou ao Senado, porque há uma votação nominal. Vou explicar ao Presidente que não há aqui a presença de nenhum... Aí poderemos concluir. Senão, teremos que suspender. E isso poderá ir noite adentro. Temos a relação aqui, nobre Deputada, V. Exª conduza. Espero que nenhum incidente ocorra. Com absoluta certeza, a autoridade da nova Presidente estará acima de qualquer suspeita.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Estou ao lado de uma grande advogada, que é minha amiga. Portanto, estamos bem aqui. O José Genoino está com duas mulheres fortes. Três, desculpa, mas é porque ela não conheço direito. Eu conheço só a (*inaudível*.) Quer dizer, então, nós duas aqui. A outra não conheço, mas é uma grande advogada também. Vamos continuar. Essa é a lista, Sr. Presidente? Daniel Almeida? Não, essa aqui não é a lista. Cadê a outra lista? Darcísio Perondi. Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por dez minutos.

**O SR. DELCÍDIO PERONDI** (PMDB – RS) – Parabéns às três mulheres presentes à mesa. Mulheres são determinadas, preparadas e, com certeza, quanto mais mulheres na política e no direito, o Brasil pode ficar mais ético e mais honesto. Depois das palavras do meu guru, homem necessário e Senador necessário para o Brasil, o Senador Pedro Simon, poucas palavras a mim me restam. Meu caro José Genoino, o senhor tem uma história. Ficamos juntos oito anos nesta Casa. O senhor é trabalhador, o senhor é preparado, o senhor é articulado, mas chegou a esta situação. O Senador Simon colocou, entre tantas frases, que, se o PT e o Lula fracassarem, será uma decepção. Já existe a decepção, já existe o fracasso. Estão aí as pesquisas. Está aí a manifestação das pessoas na fila do ônibus, na fila do avião, dentro do avião, nas lojas, nas ruas, uma decepção do Presidente Lula, do PT e também da instituição política do sistema democrático. E tem responsáveis. Sim, tem responsáveis. O senhor é um dos responsáveis. O senhor foi irresponsável, junto com o Presidente Lula, junto com o Ministro Gushiken, junto com o Ministro Dirceu, o quarteto que montou um projeto de permanência no poder por quinze, vinte, trinta anos. Não o chamo de ladrão, porque acredito que o senhor disse aquilo que o senhor tem, porque eu também diria. Com onze anos de política, tenho o que o senhor tem. O senhor roubou a esperança, o senhor roubou a utopia de 53 milhões de brasileiros e também dos outros como eu, que acompanhei muitos projetos do Governo Lula que achei necessário nesta Casa e

não fui cooptado por José Borba, do meu partido, para acompanhar, como outros líderes cooptaram, tentaram cooptar outros Deputados. Os senhores destruíram uma chance, uma ponte. Destruíram. Isso a história nunca vai perdoar. Esse foi o roubo, esse foi o assalto que esse grupo, juntos vinte anos e mais próximos nos últimos dez, que foram competentes, que chegaram ao poder. Isso é triste. Isso é lamentável. Isso é de chorar. O senhor fez uma defesa do Governo Lula. O senhor está blindado. Isto é conduta de um partido totalitário, é conduta facista, é manter segredo, é segurar e poupar o chefe. Isso que o senhor está fazendo, que eu respeito. O senhor tem que fazer. Com todo o respeito, mas o senhor tem que fazer, mas o povo brasileiro não pode aceitar a sua frieza. O senhor está tranqüilo. O senhor fala bem, o senhor verbaliza, o senhor tem história, mas o senhor enganou também e como enganou junto com esses três parceiros seus. E o principal, sem dúvida, é o Presidente Lula. Acabar com a utopia, acabar com a esperança. Nós, que fazemos política, trabalhamos com a esperança, com a aspiração. Nós, que trabalhamos para a política e não vivemos da política, porque tem gente no seu partido, no meu partido, em muitos partidos que vive da política de forma fraudulenta. A aspiração, a esperança do povo brasileiro. Tem gente que não tem nada e tem esperança porque quer um pouco, que tem pouco e quer mais. O que tem e quer ver mais para os seus filhos e para o seu País. E isso os senhores do PT, esse quarteto e mais alguns, destruíram. Um desmonte moral e ético do Partido dos Trabalhadores. Isso custa caro para o Brasil. Diria custa caro para os senhores? Sei lá. Para o PT? Sei lá. Custa caro para os 180 milhões de brasileiros e tantos outros que vão nascer. Eu não estava aqui. Estava numa Comissão – participei até a metade e saí –, numa audiência pública, um projeto meu que está em audiência pública lá na Comissão de Agricultura, mas me disseram que o Senador Mercadante o culpou de omissão. Olha como eles estão. Olha como o PT está, como os seus líderes estão, num processo autofágico, como se que o Senador Mercadante não pegou recurso, em 2002, para a sua campanha. Olha, a autofagia desse processo. Não vou usar todo o meu tempo. Realmente, não vou usar. Eu também... Eu estou fazendo política porque eu acredito no Brasil, num Brasil melhor. E estou também em crise com a política por tudo isso que estou vendo. Estou em crise por tudo isso que estou vendo aqui. E, antes de encerrar, duas questões: primeiro, a sua defesa brilhante do Governo Lula. Na área econômica, é uma continuação de Fernando Henrique Cardoso, e com mais rigor, com mais rigor, mais carga tributária como nunca, mais juros e um crescimento tímido, e o seu Presidente pegou pavimen-

tados muitos aspectos que o senhor, muitos embates nós tivemos, em muitas comissões e no plenário, eu e o senhor, teses que o senhor não defendia, teses que o senhor não queria que acontecesse, que nós, com muita luta, conseguimos encaminhar, umas ficaram, porque agora os senhores esposaram, assumiram. A área social, os hospitais estão fechando; bolsa-família, continuação; emprego, não supre nem um 1,5 milhão de empregos, que são os jovens que entram todo ano no mercado de trabalho, fora os 20 milhões que os senhores assumiram na época. Quer dizer, cara-de-pau dizer isso. A pergunta, para fechar: Deputado Genoino, o senhor fracassou. Eu tinha 16 anos quando houve o golpe militar. Não fui guerrilheiro como o senhor. Fui do grupo dos onze, de Leonel Brizola, com 16 anos, e fui preso doze horas. O senhor foi muito mais e sofreu. Nós somos a esperança. Então, eu me sinto emocionado em dizer essas coisas para um homem que foi cavaleiro da esperança e pilotar um partido e aqui ficar de boca fechada e achar que não sabia nada. Entrou um elefante na sua casa e o senhor não viu, como entrou um elefante no gabinete do Lula e o Lula não viu. O Brasil não merece isso. Pergunta: quanto o PT devia quando o senhor assumiu o partido em 2003? Segunda pergunta: quanto precisava de recursos, em dezembro de 2004, para fechar as contas? E o senhor sabia que havia caixa dois no seu partido, o senhor como Presidente? E alguma vez o senhor conversou, o meu guru é o Lula, o seu é o Lula, o senhor conversou com o Lula sobre a situação financeira do partido que o senhor comandava?

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado Darcísio Perondi, nós temos uma longa história de disputa política, e V. Ex<sup>a</sup>, com a mesma virulência, com a mesma contundência e com os mesmos embates que fez contra o PT, aqui, na Câmara, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo essa manifestação. É um direito de V. Ex<sup>a</sup>. Não vou opinar sobre o mérito. Quero apenas discordar de que V. Ex<sup>a</sup>, ao usar expressões como condução facista, totalitária, roubo, assalto, esse tipo de coisa, tenho radical discordância. Deputado Darcísio Perondi, V. Ex<sup>a</sup> se lembra que, em 97, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, quando a Câmara estava discutindo se ia ter ou não a CPI sobre aquelas fitas divulgadas pela **Folha de S. Paulo**, teve uma audiência pública na CCJ. O então Ministro Serjão estava na audiência e, com a sua dureza, com a sua força, ele disse, naquela reunião, que aquela CPI era para derrubar o Governo Fernando Henrique Cardoso e ele não ia aceitar, e foi dali que surgiu aquela história dos vinte anos. Nós nunca tivemos projeto de vinte anos. Nós nunca anunciamos projeto de vinte anos. O que eu anunciei aqui foi disputar a eleição de 2004 para

mudar a correlação de forças. Portanto, Deputado Darcísio Perondi, eu quero dizer para V. Ex<sup>a</sup> que a virulência, acho que o tom maniqueísta – desculpa a palavra – com que V. Ex<sup>a</sup> faz o julgamento peremptório do PT tem a minha discordância. Em relação às perguntas, Deputado, já respondi que não tinha conhecimento de operações não-contabilizadas. E quando eu assumi a Presidência do PT, também já respondi aqui que não fiz nenhum levantamento sobre a situação administrativo-financeira do PT. E, sobre 2004, a nossa prestação de contas está no TSE com 20 milhões de dívidas do diretório nacional.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Ausente. Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. Eu errei: são cinco minutos.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Vou querer os dez minutos, porque quero igualdade de condições.

**O SR. (Orador não identificado)** – São dez minutos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Então, vamos ver se somos mais objetivos.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – São dez minutos, dentro do ofício.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Dez minutos. Sou muito liberal, mas vamos um pouquinho mais rápido.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr<sup>a</sup> Presidente, honestidade não é algo que se desliga e liga. Ou você tem ou você não tem, certo? Acho que a história do Partido dos Trabalhadores é uma história de conduta ética e moral. Eu até parabeno o Senador Pedro Simon de fazer esse resgate histórico. Nós erramos, vamos corrigir esses erros. Agora, o que não podemos aceitar é que sejamos criticados por aqueles que não têm, na sua conduta político-partidária, a honestidade para fazer essa crítica a nós. Sabemos que estamos numa disputa política, e uma disputa de luta de classes. Isso aqui não é tão-somente uma CPI de investigação. Isso aqui é um palco de disputa ideológica, de disputa de projeto de poder. O mesmo trabalho de desgaste político que foi feito com o Presidente João Goulart para que o golpe militar pudesse ser feito sem reação popular está sendo feito agora contra o Presidente Lula. Querem desarmar a população e fazer aquilo que é da cultura política brasileira.

A corrupção está encastelada em todos os segmentos do Estado, em razão daquilo com que esse Estado foi construído. Por isso nos indigna ouvir algum discurso aqui de forças políticas que sempre se pautaram na conduta irregular para, neste momento,

desligar a desonestidade, ligar a honestidade, e se postar como paradigma de toda a moralidade.

Eu quero fazer aqui o registro de que – pena que o Senador Pedro Simon tenha saído –, qualquer que seja o Presidente da República, nesse atual contexto partidário existente no Brasil, ele não governa se não liberar emenda, se não liberar canais de rádio e televisão, se não muitas vezes buscar diálogo. No passado, essa moeda de troca foi muito bem usada aqui nesta Casa. Eu trouxe um livro aqui: **O Livro Negro da Corrupção**. Ele foi editado por Modesto Carvalhosa, que foi o integrante da Comissão Especial de Investigação instituída pelo Governo Itamar Franco. Ele fez um robusto relatório, apontando toda a máquina de corrupção existente no Estado Nacional. E essa comissão foi destituída pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque boa parte das empresas que foram investigadas financiou a campanha do então candidato a Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu trouxe este livro como trouxe também um outro para que tenhamos uma lembrança de como se dá a política no Brasil. É o livro **Mentira das Urnas**. A compra de votos sempre foi uma prática cotidiana da elite brasileira. Toda a população que nos vê e nos ouve sabe da compra de votos por dentaduras, por colchonete, por receita médica, enfim, troca-se tudo por voto. Por essa razão que as nossas campanhas eleitorais são extremamente caras. Isso afasta a sociedade, as pessoas de bem. E essa disputa é feita por uma prática política brasileira que durante décadas, principalmente na década passada, impediu toda e qualquer investigação.

Quero lembrar aqui algumas tentativas de investigação e as razões de essas investigações serem obstruídas. É o caso do PROER, que foi instituído em 1996. Diversos bancos tiveram ajuda do Governo Federal. Em torno de R\$43 bilhões foram utilizados para tentar salvar alguns bancos. Vou citar alguns deles: o Banco Econômico, o Banco Nacional, e o Banco Bamerindus, cujo Presidente, que foi Ministro da Agricultura do Governo FHC, disse que R\$100 milhões não foram contabilizados. Esses cem milhões foram parar em paraísos fiscais. José Eduardo Martinez fez um requerimento convocando o José Eduardo para poder depor. Há um caixa dois. Houve um caixa dois. Qual é a diferença entre o PC Farias, o Sérgio Motta, Luiz Carlos Bresser Pereira, Ricardo Sérgio e Marcos Valério? Acrescentemos o Delúbio Soares. Qual é a diferença entre eles? Todos foram caixa de campanha. Todos utilizaram o caixa dois, com o beneplácito dos partidos que estavam ali naquele momento. Não podemos ser hipócritas neste momento e achar que foi o

PT que inaugurou essa onda no Brasil, como se fosse invenção do Partido dos Trabalhadores.

Eu vejo aqui alguns Deputados fazendo aquele discurso aguerrido, discurso de honestidade, mas se esquecem de que há um passado; e esse passado precisa ser corrigido. Acho que o momento mais propício em face dessa crise política não é crucificar o Presidente Lula. Eu sei que existe aí um rancor por parte da Direita reacionária e conservadora, porque não aceita que um ProUni permita que filho de negro, filho de índio, e pobre possam fazer faculdade. Isso é uma afronta à elite brasileira. Então, essa afronta se manifesta. Não dá para ela se manifestar nas ruas, mas se manifesta em um ambiente político como o nosso, aqui dentro. Está certo? Então, construir uma alternativa popular democrática, isso não é fácil em um Brasil conservador, cujo Estado foi assenhoreado pela elite que utilizou diversos mecanismos e até hoje resiste a uma reforma política. Resiste.

Está aí a proposta de uma política até hoje tramitando nesta Casa, e sequer há vozes com intuito de levá-la para frente. Se o fizerem, vai ser uma reforma política fatiada, porque não interessa mudar as regras do jogo. É fácil. Talvez a condição que levou o Lula a ser Presidente da República, nós tenhamos uma outra daqui a um certo tempo; mas a condição que levou FHC, levou Collor, ela se dá permanentemente. Não é preciso alterar nada do atual contexto político.

Eu quero lembrar outro ponto. Fala-se aqui em compra de voto. Esta é a CPMI da compra de voto. No entanto, o objeto da investigação está considerando apenas uma fase da história. Não se está retroagindo para poder investigar todo esse procedimento e retirar aqui boas ilações, boas lições. Vou citar um do Senador Jorge Bornhausen. O Senador Bornhausen foi defensor ferrenho do Governo FHC – PFL. E o Senador Jorge Bornhausen faz violenta crítica ao Governo do Presidente Lula. No entanto, em uma festa na Alemanha, em Hanover, a sua filha, sócia de uma empresa, organizou essa feira em nome do Brasil. É uma feira, onde essa empresa foi contratada sem licitação.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Presidente, por favor, Presidente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Presidente, peço tempo aqui. Quero desmascarar algumas coisas.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – V. Exª traz para cá coisas que não existem.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deixe S. Exª contar. Está acabando já, Deputado. Deputado José Rocha, se V. Exª para não falasse nada, ele já está no fim da filha. Deixe a filha.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Vou falar do ACM também José Rocha, calma aí. Eu falei só do Bornhausen. Vou falar do ACM também, certo? E o Senador Jorge Bornhausen se torna paladino e não esquece que S. Exª também foi comprado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – É mais honesto que V. Exª.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Vou falar agora do ACM. O ACM foi financiado pelo Banco Econômico...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Na sua eleição em 90 e em 94.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado José Rocha, deixe S. Exª falar...

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não é deixar falar, não, Presidente. Nós não estamos aqui para atacar a torto e à direita.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Nós o ouvimos aqui de maneira tranqüila e democrática.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Ele ouviu o Darcísio, e S. Exª foi forte.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não, não. O Darcísio trouxe aqui questões extracomissão.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Por favor, finalize.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Estou falando aqui de investigação de corrupção.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Vamos lá.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deixe... O Valverde...

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Uso abusivos de recursos privados para fazer campanha eleitoral. Para defender interesses corporativos aqui, na Câmara Federal. Temos de falar, sim, do Banco Econômico, do Proer. E quem foram os Deputados financiados com recursos da Federação de Bancos, que não foram contabilizados? É a pasta rosa. Ou será que esqueceram? A CPI não foi instalada aqui, nesta Casa, para apurar a pasta rosa. E R\$40 bilhões foram traídos dos cofres públicos para salvar alguns bancos, três bancos: Bamerindus, Econômico e Nacional. Sabem de quem são esses bancos? Sabem quem foram os principais financiadores das campanhas passadas? Foram esses três Bancos, meu caro Sérgio Rocha. Vou falar da AOS; do Banco Econômico que financiou a campanha do Antonio Carlos Magalhães.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Quem gosta de banco agora é o Lula.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – É compra de votos, Deputada.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quem financiou a de Lula?

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Descubram. Estamos tentando descobrir. Descubra a CPI. Não é CPI? *(Risadas.)*

**O SR. (Orador não identificado)** – Uma questão de ordem.

**A SRª (Oradora não identificado)** – V. Exª tem a responsabilidade de garantir a ordem no plenário.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Respeite o nosso depoente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Vamos lá. A campanha do Sr. Geraldo Alckimin, em São Paulo, gastou, na sua declaração, no Tribunal Regional Eleitoral R\$12 milhões. Está aqui.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O que tem isso a ver?

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Calma. Inclusive, o Júlio Redecker informou que a campanha do Genoino foi cinco milhões, e a da Marta foi doze. A do Geraldo Alckimin, Governador de São Paulo, candidato que derrotou José Genoino, gastou doze milhões.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Por Estado.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Inferior à campanha da Marta. Será que também não houve caixa dois? Vamos citar, vamos puxar o rolo do anel. Sabem o que é o rolo do anel? É aquela grande obra que iria circunscrever a cidade de São Paulo, para que o tráfego fosse desviado.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Oh, Deputado, esqueça o rolo do anel. Agora, o senhor mexeu comigo. Faça a pergunta.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Agora, V. Exª...

**A SRª (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, V. Exª não pode conduzir a reunião desta forma!

**O SR. (Orador não identificado)** – Peço a palavra, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Não há questão de ordem nenhuma!

**O SR. (Orador não identificado)** – O País está acompanhando isso. Isso aqui está parecendo uma briga de quadrilha.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está certo. Deputado Valverde, faça a pergunta.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Estamos falando aqui de corrupção. Vou fazer a pergunta no final.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Até caixa dois ainda ia... Agora, chega. V. Exª já falou tudo de caixa dois. Agora, termine.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – A liberdade de expressão... Lutei 25 anos para termos liberdade de expressão.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Tempo encerrado.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Não está, não. Fui interrompido várias vezes. Vou querer a reposição do meu tempo.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Pronto. Concedo-lhe o tempo.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – São cinco minutos.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Não, dois minutos, Deputado.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Perfeito. Eu queria não ser interrompido.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Eu gosto que V. Exª sorria. Sorria! Olhem como S. Exª fica bonitinho.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Eu quero falar do rolo do anel, porque ele passou por Mário Covas, que tem um passado bonito. Louvo a atitude correta do Sr. Mário Covas. Eu creio até mesmo que ele não soubesse de que boa parte da campanha que o elegeu Governador tenha sido de dinheiro do rolo do anel.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Não foi dinheiro do rolo do anel.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Está bem. Vemos isso depois.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Eu vou lhe mostrar.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Eu quero tratar dessas questões para tirarmos daqui a hipocrisia e dizer que esses fatos de que acusam o PT são recentes. São coisas antigas. Elas estão entranhadas na nossa cultura política. Temos de repensar a reforma. Por isso a população tem de nos ajudar neste momento. Por isso não podemos crucificar tão-somente o PT. Vamos pagar um preço caro por isso aí. Mas isso não é nosso problema, porque vamos dar a volta por cima. O que queremos é fazer com que a elite brasileira, que se valeu do Estado durante décadas, também venha a ser responsabilizada pelo atual contexto, porque ela inviabilizou diversas CPIs. Concordo com o Senador Pedro Simon. Se tivéssemos aprovado a outra CPI, ou

tantas outras que foram frustradas no passado, nós teríamos neste momento um Brasil melhor.

Entendo que o Presidente Lula esteja fazendo o que é certíssimo. Eu sei que fomos duros com os senhores no passado, que batemos pesado. E é em função disso que esse rancor de classe se manifesta neste momento. Estão fazendo aqui uma disputa de classe e não simplesmente a disputa por uma CPI.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Concedo a palavra agora ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. (Orador não identificado)** – Srª Deputada, peço a V. Exª que enumere os próximos Deputados inscritos.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Pois, não.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Srª Presidente, quero me reinscrever.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Não há reinscrição. Já finalizou. O Genoino pediu para não haver reinscrição, e eu vou obedecer. S. Exª está muito cansado.

Há aqui ainda o Zico Bronzeado, Heráclito Fortes, Devanir Ribeiro – o Deputado Paulo Baltazar já falou – Jair Bolsonaro...

Eu vi o seu nome.

**O SR. JOÃO FONTES** (S/partido – SE) – Sim, está aí escrito: João Fontes.

Vá descendo na outra folha. Eu sou o número 29.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Está aqui: “João Fontes.”

**O SR. JOÃO FONTES** (S/partido – SE) – Pronto.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Deveria ser antes do Deputado Thame.

**O SR. JOÃO FONTES** (S/partido – SE) – Mas eu cedo a palavra, por uma questão de idade.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Então, com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) Muito obrigado. Deputado José Genoino, tenho cinco perguntas, e elas partem do pressuposto de que V. Exª é um homem de bem. É a convicção que tenho, por toda a convivência dos mandatos em que estivemos juntos.

Surpreendeu-me muito que hoje, paradoxalmente, de todos os depoimentos, aquele que lhe foi mais agressivo do ponto de vista jurídico foi justamente de um seu colega de partido, do Senador Aloizio Mercadante, que frontalmente o acusou de culpa por negligência, por omissão, o que é algo gravíssimo. O

Senador Simon foi na esteira da acusação anterior. S. Exª fez um discurso muito agradável, mas repetiu, com todo o carinho e charme que lhe é peculiar, essa frontal acusação, da qual discordo. E vou tentar expor o meu raciocínio.

Aqui esteve o Sr. Delúbio, e assumiu toda a culpa: sobre-acusou-se. Perguntado quem pagava os seus advogados, ele disse “É o PT.” Hoje, o Deputado Genoino não assumiu culpa. Ao contrário, S. Exª disse que nada sabia. Não sabia de nada que acontecia na área financeira. Aparentemente, se defendeu; e muito bem. No entanto, se observarmos mais a fundo, veremos que também está defendendo alguém e também está se auto-incriminando.

Vamos aos fatos. Em primeiro lugar, sabemos que o Sr. Delúbio pode ser o dirigente partidário, sem ter tido nunca o mandato. Todos os partidos fazem isso. Pode ser o secretário-geral, o tesoureiro, porque ele vai ter de trabalhar tempo integral. Mas tomar decisões é somente para quem tem cacife político.

O senhor afirmou, deu a entender, que as decisões relacionadas com recursos eram tomadas por um colegiado e também afirmou que nos acordos políticos de que participava, a sua participação ia até um certo ponto; era área política. Quando entrava na questão financeira, o senhor se retraía. E essa questão era decidida pelo Delúbio e por mais alguém.

Ora, nós todos aqui, políticos, sabemos que o Sr. Delúbio não tem cacife para tomar decisões de onde buscar o dinheiro; tomar decisões para resolver qual diretório estadual que vai receber centenas de milhares de reais para ajuda da campanha e outro diretório que ficará à míngua. Não tem cacife para decidir qual deputado aliado vai receber uma ajuda de campanha e qual o outro que não irá receber; e quanto vai receber.

Nós, hoje, estamos com uma comprovação de que há deputados aqui que perceberam, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, vantagens indevidas e por isso estão correndo o risco de terem os seus mandatos cassados. Estão no Conselho de Ética. E o indutor desse recebimento de vantagens indevidas é o PT. Está comprovado. É réu confesso. Quem deu a ordem para que esse recurso fosse dado a esses dezoito ou dezessete deputados? O tesoureiro do PT ou alguém do partido. Portanto, o responsável pelo risco desses dezoito mandatos, o indutor, é o PT. É o Sr. Delúbio? É claro que não. É claro que não! Ele não tem condições de decidir, sozinho, essa alocação de milhões, nem de sozinho fechar acordos político-eleitorais.

Bom, agora vem a situação mais grave. No dia 1º de setembro, a **Folha de S. Paulo** publica que a Polícia Federal está propondo o indiciamento do Sr.

Delúbio, do Sr. Marcos Valério, do Sr. Duda Mendonça e de V. Ex<sup>a</sup> como suspeitos de terem cometido graves crimes, que, na hierarquia do Direito Penal, são os mais graves no mundo inteiro: lavagem de dinheiro, evasão de divisas, crimes contra o sistema financeiro e sonegação fiscal.

Sonegação fiscal eu não acredito, porque pela lei somente começa na justiça um procedimento judicial de sonegação fiscal se houver, previamente, um procedimento administrativo conduzido pela Receita Federal. E, surpreendentemente, até agora, não sei porque a Receita Federal não começou um procedimento de sonegação fiscal contra o Valério, o Duda e o Delúbio. Portanto, sonegação fiscal não haverá contra nenhum dos quatro.

Mas os outros três crimes: evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, somando as penas dá mais de dez anos. E hoje nós vimos aqui o seu colega de partido acusá-lo formalmente e publicamente de omissão, de culpa por negligência. Eu discordo. Eu já fui dirigente partidário e presidente de partido. O senhor não foi omissor, porque somente é omissor quem tinha uma prerrogativa e não a exerceu.

O senhor foi para ser o presidente, gozar dos holofotes do cargo, mas o senhor nunca teve – essa é nossa visão aqui e eu queria que o senhor confirmasse ou não – prerrogativas de decidir sobre a parte financeira. Nunca lhe deram essa prerrogativa. Portanto, o senhor não deixou de exercer uma prerrogativa que nunca recebeu. O Sr. Delúbio a recebeu de alguém.

Como entre o Sr. Delúbio e o senhor não há um intermediário – ele é o tesoureiro e se reporta diretamente ao Presidente –, deve haver alguém acima do senhor que tenha dado essa determinação ao Delúbio de onde alocar os recursos. Por isso a primeira pergunta. Se não foi o chefe da Casa Civil e o Presidente da República, que são os dois cargos acima do senhor, quem era esse colegiado que decidia quanto à alocação de recursos?

Vou fazer as quatro perguntas de uma vez, e o senhor anota. A primeira é essa: quem era esse colegiado do qual o senhor não fazia parte? Tenho certeza de que não fazia parte. Quando chegava a hora de decidir, o senhor saía porque não tinha essa prerrogativa. Não lhe deram essa prerrogativa de decidir sobre os recursos.

Segunda pergunta. O senhor passou por um grande constrangimento quando a revista **Veja** publicou um empréstimo no qual constava a sua assinatura ao lado da do Marcos Valério, como fiadores do empréstimo, e o senhor, dias antes, tinha negado esse empréstimo. O senhor refez a sua declaração e disse

que tinha sido induzido ao erro pelo tesoureiro Delúbio; que a sua declaração anterior e inverídica não era de má-fé, não tinha nada de mau caráter. O senhor foi induzido ao erro.

Hoje o senhor fez uma outra afirmação peremptória. O senhor disse assim: o PT não tem conta no exterior. O Sr. Duda Mendonça veio aqui, apresentou todos os dados de oito contas no exterior que irrigaram, com US\$4 milhões, a sua conta *Dusseldorf*, de um *offshore*. Deu oito pistas.

Segunda pergunta: o senhor não tem receio de que uma dessas oito contas seja uma conta do PT e o senhor tenha que rever essa declaração que fez hoje de boa-fé? Quem lhe afirmou que o PT não tem nenhuma conta no exterior?

Terceira pergunta. Nós temos aqui uma nota do Banco do Brasil Turismo contra o Partido dos Trabalhadores. É uma nota de fevereiro de 2004, em que o Partido dos Trabalhadores... É uma fatura contra... Pagam-se passagens... Diversas passagens aqui, algumas de familiares de que eu nem vou citar o nome. Mas duas eu gostaria de citar e saber se o senhor tem conhecimento disso. Viajaram para Madrid, juntos, Delúbio Soares e Luiz Favre, pagos pelo PT. Eu queria que o senhor dissesse se tem conhecimento dessa fatura.

Posso fazer rapidamente a última pergunta? A última pergunta, somente para encerrar. Em 1998 e 1999 o senhor participou ativamente de um movimento nacional, coordenado pela Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que colheu mais de um milhão de assinaturas para respaldar o primeiro projeto de iniciativa popular depois da Constituição de 1988. O projeto, redigido por Francisco – e está aqui, um dos fundadores do PT –, foi transformado em lei e depois aprovado. Foi a Lei nº 9.940, uma lei que permitia – e permite hoje – a cassação rápida de candidatos pegos em flagrante em atos de corrupção, compra de votos, abuso do poder econômico. Qual a lógica da campanha da qual o senhor participou? Campanhas corruptas elegem corruptos. Com corruptos eleitos teremos governos corruptos. Por isso, para combater a corrupção, nós temos que acabar com a corrupção nas campanhas.

No entanto, paradoxalmente, o que vamos ver agora, a que iremos assistir? Durante o período em que o senhor presidiu o partido, o próprio Presidente da República confessou, em entrevista no dia 15 de julho, em Paris, que o Partido dos Trabalhadores cometeu irregularidades eleitorais em um montante de mais de R\$50 milhões não contabilizados, utilizados em campanhas eleitorais ao arrepio da lei, sem prestar contas às justiças eleitorais. Milhões de reais não contabilizados caracterizam o abuso do poder econômico.

Nós gostaríamos de perguntar, para encerrar, se nessa reforma eleitoral de que tanto se fala, o PT vai pretender revogar a Lei nº 9.940, por considerar que hoje, corrupção – 9.940 –, com caixa dois não é crime, é um crime menor; se hoje não tem mais a gravidade que tinha em 1999?

Eram essas as perguntas.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu vou ser breve, Deputado Mendes Thame. V. Exª é membro de um partido. Já governou o Brasil durante muito tempo e faz um julgamento extremamente duro. E eu vou reafirmar, aqui, absolutista e sectário em relação ao PT.

Em primeiro lugar, sobre a matéria da **Folha de S. Paulo**. É interessante; eu poderia ter trazido o jornal. A **Folha de S. Paulo** publica, em manchete, no dia 1º de setembro, uma quinta-feira. No sábado, sai uma matéria que é uma informação do Procurador-Geral da República dizendo que não há necessidade de instaurar o inquérito. Mas como aparece lá? Não é necessário o inquérito. Diz Souza – ninguém sabe quem é o Souza. Souza é o Procurador-Geral da República, mas não diz que é o Procurador-Geral da República.

Portanto, Deputado, sobre essas avaliações eu vou esperar, acompanhar os processos que porventura possam surgir. Até agora não surgiu nenhum. E reafirmo, Deputado, que em relação à minha responsabilidade no PT, ela é política. Não cometi crimes nem ilegalidades no PT.

Sobre a avaliação desse ou daquele dirigente do partido eu tenho adotado uma postura, e vou repetir aqui, de não comentar declarações políticas dos integrantes do PT nem de integrantes de outros partidos.

Sobre as passagens, nenhum conhecimento, Deputado Mendes Thame, em relação à comunicação que V. Exª está fazendo sobre viagem de duas pessoas à Espanha. Portanto, não tenho nenhum conhecimento.

Sobre a lei de iniciativa popular, Deputado, eu espero que tanto o PT como o seu partido e também os outros partidos na reforma política mantenham essa lei. Certo?

Eu sempre tive um cuidado muito grande – e lamentavelmente aqui não estão alguns membros da CPI da qual participei – ao atirar a primeira pedra.

Em relação à **Veja**, o meu pedido de desculpas à **Veja**, no dia seguinte, não foi em relação ao empréstimo, foi em relação à informação de avalista. E eu, percebendo que recebi uma informação equivocada, pedi desculpa, e o Secretário de Finanças e Planejamento do PT divulgou uma nota explicando o que tinha acontecido. Portanto, fomos absolutamente transparentes em relação a esse fato.

Sobre a questão da minha responsabilidade no PT, ela é exercida politicamente e do ponto de vista estatutário. Eu assino as contas e as movimentações financeiras do PT. É exatamente com base nisso que o PT... E eu repito a V. Exª o que já disse aqui. Eu declarei, nesta Comissão, que o PT não tem conta no exterior.

Portanto, Deputado Mendes Thame, avaliações, conclusões não são de minha responsabilidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado João Fontes.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Srª Presidente, Srs. Deputados, ex-Deputado José Genoino, eu não quero entrar aqui nessa suposição de uma briga de quadrilha de quem é mais desonesto: o Governo de Fernando Henrique Cardoso ou os governos do período anterior ao Governo Fernando Henrique Cardoso com o Governo do Presidente Lula.

Na realidade, a grande mudança e novidade desse processo é que o Governo Lula ganhou a eleição para mudar esses métodos. V. Exª passou muito tempo, muito tempo mesmo, na história, sendo um verdadeiro ícone neste País. Eu me lembro de que em Sergipe eu vibrava quando via V. Exª inquirindo na CPI, participando de Plenário, porque V. Exª teve um passado brilhante.

Eu quero até prestar solidariedade. Já a prestei antes em nome do meu partido, em relação à entrada daquele coronel ou general – não sei nem quem é – aqui com o Bolsonaro, porque isso até era uma prerrogativa. Esse passado de V. Exª trazia, para a juventude brasileira e os jovens que acompanharam o trabalho de V. Exª, algo extremamente positivo. Então, não concordo em nada com a entrada, aqui, daquele general e nem com a posição do Deputado que o trouxe até aqui. Agora, o grande problema é a gente vê-lo sair da condição de preso político, torturado, para uma outra condição de preso por corrupção. V. Exª, se estudou – parece-me que V. Exª é advogado –, ou se estudou, verá que o conceito de crime no Código Penal atinge a ação e a omissão. Quando o próprio Mercadante coloca aqui que V. Exª foi omissor nesse processo, eu não acho que foi só omissor, V. Exª foi omissor e, com todo o respeito, foi covarde porque, pelo passado de V. Exª, com um cargo de Presidente do partido, V. Exª não podia permanecer na Presidência de um partido aceitando e consentindo toda essa quadrilha montada para assaltar os cofres públicos do nosso País. Não é história o caixa 2. É a maior balela. Vocês estão dando um péssimo exemplo para a população brasileira quando trazem à baila aqui que o problema da corrupção do PT hoje existe porque a legislação permite a todo mundo roubar. Isso não é verdade, Deputado.



Dentro do partido de V. Ex<sup>a</sup>, tem muita gente séria que não participou desse esquema. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> se olhando no espelho não acredita que o povo brasileiro ache que V. Ex<sup>a</sup> não sabia de nada, porque todo mundo sabe que V. Ex<sup>a</sup> sabia de tudo. V. Ex<sup>a</sup> é um homem inteligente. Eu até acredito que V. Ex<sup>a</sup> não se locupletou desse processo com esse dinheiro, mas V. Ex<sup>a</sup> participou dos acordos todos, todas as provas estão aí. O Roberto Jefferson disse que V. Ex<sup>a</sup> participou do acordo de R\$20 milhões sentado em um restaurante e ainda disse: “Mas, Roberto Jefferson, você está pedindo só isso. Foi o partido que pediu menos, porque os outros pediram muito mais”.

Todas as evidências e esses contratos que V. Ex<sup>a</sup>, às vezes, escorregou na memória, esqueceu-se de que desconhecia aqueles contratos que fez com que até V. Ex<sup>a</sup> depois mudasse a sua versão, mostram que, na realidade, é uma verdade que, a cada dia, as coisas vão-se descobrindo mais, Deputado.

O senhor não pode entender como é frustrante para o povo brasileiro que via em V. Ex<sup>a</sup>, no Deputado José Dirceu, no Presidente Lula, sobretudo, porque, no meu entendimento, está muito claro... Eu conheço o PT de dentro e lhe digo isso não com rancor e com ódio de quem foi expulso no processo comandado por V. Ex<sup>a</sup>. Pelo contrário, não tenho por V. Ex<sup>a</sup>, nem pelo Presidente Lula, nem pelo José Dirceu o menor ódio, até que, para mim, eu acho que ganhamos um presente muito grande de ter sido expulso de um partido que tinha uma quadrilha que comandava esse roubo todo e, principalmente, que surrupiou, que tirou, que frustrou os sonhos de todos nós.

Nós ganhamos as eleições, Deputado Genoino, para mudar o País. Nós ganhamos as eleições não foi para comparar se Fernando Henrique roubou mais ou roubou menos. Nós ganhamos as eleições para mudar os métodos.

Quando eu via – era frustrante – V. Ex<sup>a</sup>, que defendeu no passado tantas teses de princípios, de convicções ideológicas diferentes, comandar de perto aqui, às vezes, com Waldomiro Diniz, as votações neste Congresso era frustrante! V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu sei disso: V. Ex<sup>a</sup> comandou cada votação nesse processo. José Dirceu ficava de lá com o Seu Lula esperando os resultados, e V. Ex<sup>a</sup> tinha que dar os resultados aqui.

Eu fui testemunha, lá, no Conselho de Ética, em São Paulo, e vi V. Ex<sup>a</sup> dizer e confessar constrangido: “Ora, eu tenho que abrir o jogo com vocês: os nossos investidores estão satisfeitos com a política econômica; só tem uma coisa a ser resolvida: são, vocês, dissidentes do PT”, naquela época.

V. Ex<sup>a</sup> se arvorou desse processo de comandar uma stalinização aqui, operador, porque, na realidade,

quem comandava na linha dura, de ferro duro, e V. Ex<sup>a</sup> tinha medo do José Dirceu.

Então, não imagine – Genoino, quero-lhe dizer isso –, não pense que o povo brasileiro esteja em casa pensando que esse processo foi comandado por autonomia de um secretário financeiro, chamado Delúbio, um analfabeto, que mal raciocina, um Silvio Pereira, que comandava a distribuição de cargos.

V. Ex<sup>a</sup> disse ter tomado empréstimos aí, a Valério, de mais de R\$100 milhões – já está comprovado aqui; o PT deve hoje R\$192 milhões. V. Ex<sup>a</sup> dizer que não sabia, a gente tem que dizer que V. Ex<sup>a</sup> seria incompetente. Como eu acho que V. Ex<sup>a</sup> não é incompetente, V. Ex<sup>a</sup> foi fraco nesse processo. E acho até que a história, pelo passado brilhante de V. Ex<sup>a</sup>, é isso que deve estar-lhe constrangendo muito, mas muito, muito mais, porque V. Ex<sup>a</sup> desfilava nesse corredor vendendo esperança, vendendo ilusão, vendendo sonhos ao povo brasileiro.

E como é difícil, Deputado. Ontem eu fui a uma escola lá no meu Estado, lá na minha cidade, em Aracaju, falar para a juventude, e a juventude pensa hoje que aqui tem 513 picaretas e 81 Senadores, porque parece hoje que caiu tudo por igual. Como é difícil encarar hoje a sociedade que pensa que todo mundo participou desse processo ou participa, ou seja, que político hoje virou sinônimo de corrupto.

Então, eu queria assim de forma muito mais... Pode ter certeza, Deputado, que não estou colocando nada aqui com mágoa, não estou colocando aqui... Eu vibrava quando V. Ex<sup>a</sup> ia a meu Estado, eu estava lá com a bandeirinha torcendo. Na campanha de 96, para prefeito de Aracaju, quando V. Ex<sup>a</sup> esteve lá na campanha do Ismael... Em várias campanhas que V. Ex<sup>a</sup> esteve por lá.

Quero-lhe dizer que isso é extremamente constrangedor, é difícil o papel de estar do outro lado hoje. Não é questão de atirar a primeira pedra. A gente está julgando os fatos, a gente não está julgando coisas subjetivas. A gente está julgando aqui, a gente está querendo apurar e extrair para poder até isentar aquelas pessoas que não participaram desse processo, aquilo que aconteceu de fato, aquilo que é fato. Não dá, Deputado Genoino, para passar para a população, para a imprensa, para a opinião pública que acompanhou a vida de V. Ex<sup>a</sup>, que V. Ex<sup>a</sup> encarregou o Delúbio de poder comandar as finanças do PT, e V. Ex<sup>a</sup> aceitava ser presidente de uma agremiação partidária que mais arrecada recursos no País, delegando a terceiros a participação financeira, quando V. Ex<sup>a</sup> tinha que assinar também.

V. Ex<sup>a</sup> acha que dá para o povo brasileiro entender isso? Só queria que V. Ex<sup>a</sup> se olhasse bem no fundo do

coração e dissesse isso: V. Exª pensa que os jovens, os senhores que estão em casa e as mulheres deste País acreditam na versão de V. Exª? Só isso.

O resto fique com a sua consciência, que, tenho certeza, pelo seu passado, dói muito mais nesse processo. Eu vi a carta da sua filha, e sei que é constrangedor para a gente ver também como a família sofre vendo todo esse processo.

E que Deus o abençoe na sua caminhada.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Eu só pediria, Deputado João Fontes – eu não sou Deputado –, que, em relação à manifestação da minha filha, isso seja um assunto privado.

Em segundo lugar, Deputado João Fontes, eu entendo as razões, a violência, a necessidade de um revide. Eu nunca falei no Conselho de Ética do PT, na Comissão de Ética, que os investidores queriam a cabeça dos divergentes do PT. Nunca falei isso. Você fica dizendo que falei; eu, que não falei. V. Exª sabe que nós tentamos negociação até o último momento, durante o ano de 2003, para que o desenlace daquele processo fosse outro, mas aí é uma divergência entre nós.

Segunda diferença: sobre a minha responsabilidade no PT, não vou repetir o que eu já falei aqui desde quando começou essa audiência, que não há quadrilha no PT e que não pratiquei ato de corrupção.

Em relação à avaliação de V. Exª e aos adjetivos, eu discordo radicalmente. Não estou sendo julgado nem investigado por ato de corrupção, Deputado João Fontes. Então, quero deixar isso muito claro. E quero discordar também da maneira com que V. Exª se refere a alguns dirigentes do PT com uma dose muito grande de preconceito ao dizer “aquele analfabeto”, uma dose de preconceito para um militante de esquerda.

Essa é uma divergência que tenho com V. Exª. Reafirmo a nossa posição antagônica e contraditória na avaliação desses fatos e tudo o que já falei aqui: não tenho nada a declarar sobre os fatos perguntados da minha responsabilidade no PT e da responsabilidade com as operações financeiras não contabilizadas.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE) – Só para terminar, quero dizer, Deputada Zulaiê, que Heloisa Helena, Babá e Luciana são testemunhas do depoimento do Genoino.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Acabou o tempo; infelizmente, acabou o tempo. Foi expulso.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado Zico Bronzeado.

Eu gostaria que os senhores deixassem... Ele falou rapidinho, já cortei, então acabou.

Zico Bronzeado, Deputado.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Srª Presidente, Srs. Deputados, companheiro Genoino, confesso que é muito difícil para nós, petistas, e para os simpatizantes deste Brasil a fora. Acredito que antes desse marasmo de denúncia e de denunciismo, o nosso partido era um dos tinha o maior número de simpatizantes, acredito que em torno de 27%. Hoje, Presidente Genoino, V. Exª, na verdade, ainda é um símbolo de luta e da história de um vencedor para todos nós, petistas, e não só nós, petistas, para os brasileiros que acompanham a história desse Congresso, dessa Câmara, inclusive pelo depoimento do Deputado João Fontes.

Eu queria perguntar, ex-Presidente Genoino, de quem foi o erro para que o nosso partido pudesse acompanhar alguns erros cometidos por outros partidos? De quem faltou direção? Dos ex-presidentes, do ex-Presidente José Dirceu, da executiva como um todo ou de V. Sª? Eu, como um homem que sempre consulta – sou cristão – o Livro Sagrado, destaco aqui que ele tem um provérbio que diz o seguinte: “Quando não há sábia direção, o povo cai”.

Será que faltou sábia direção de V. Sª ou do Presidente Lula, o nosso maior líder político deste País?

Esse seria o meu primeiro raciocínio.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, sobre as experiências e os erros do PT, eu já declarei, já respondi essa pergunta. Sobre aquilo que é de responsabilidade política, aquilo que tem que ser avaliado e o que está investigado, não é tarefa do PT fazer esse tipo de avaliação nesse momento em que as pessoas estão sendo investigadas.

Com relação às dificuldades do PT, eu considero que elas estão presentes neste momento, e o PT tem força, tem energia, tem militância, tem filiado, tem dirigente que vão tirar todas as lições desse episódio e, como eu usei a expressão de manhã, o PT saberá dar a volta por cima.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC) – Ex-presidente Genoino, eu soltei uma nota para os nossos companheiros do Acre e, num trecho, faço um chamamento para que todos os seus filiados, nossos companheiros, vão às urnas escolher os novos presidentes dos diretórios municipais, estaduais e nacional. Em um ponto, eu cito que um partido é constituído de pessoas, de seres humanos, de pessoas comuns sujeitas aos erros. E a maioria do povo brasileiro... Inclusive, eu acho que é uma das situações de crise a que a imprensa tem dado o maior ibope de todos os tempos. Hoje, você chega aos bairros periféricos, aos seringais, à floresta, e percebe que 70% a 80% das pessoas estão informadas do que está acontecendo neste País. Elas questionam essas denúncias todas e, geralmente, o

nosso partido é o primeiro a ser citado. Inclusive, por companheiros nossos, militantes. Eu procuro explicar que... inclusive, eu vi aqui deputados, colegas dizendo que é um quarteto. Eu, às vezes, aumento e digo que é meia dúzia de pessoas. Eu acredito que, com tudo isso o que está acontecendo... o PT é maior do que tudo isso. Inclusive, a sua história mostra isso. E eu vi aqui o respeito de Senadores e Deputados Federais, quando o Deputado Jair Bolsonaro, ao entrar nesta Comissão, trouxe, parece-me, um coronel que, no passado, teve a ver com a sua história. E querendo, por exemplo, manchar um pouco – ou tentar manchar – a sua história de muita luta. E isso é o que estamos passando para os nossos eleitores, nossos filiados. O PT tem uma história de construção deste País que, quatro ou cinco ou seis pessoas... Quem sabe até mais, porque ainda não terminou este processo investigatório.

Eu tenho informado a eles que o povo brasileiro tem interesse de saber de todos os fatos, das conclusões dos fatos. Mas o que eu percebo, companheiro Genoino é que, quem mais está se interessando por isso é a Oposição. A eles interessa isso. E eu vi um cientista político dizer – inclusive foi repetido o que ele falou por um apresentador de TV – que a Oposição gostaria que, realmente, as coisas aumentassem, os dilúvios aumentassem, porque o Governo está indo muito bem. Porque, se o Governo não estivesse indo bem, ex-Presidente Genoino, a Oposição estaria no cantinho dela, esperando chegar o dia das eleições para que eles pudessem derrotar o Presidente Lula nas urnas.

E eu queria, com toda a sua sabedoria e experiência, fazer um comentário sobre o raciocínio desse cientista. Eu vou me lembrar aqui, quem foi... Foi Paulo Henrique Amorim, o apresentador que repetiu o que o cientista tinha falado. O senhor concorda que a Oposição está se exaltando para que o Governo seja desestabilizado politicamente? Porque todos nós sabemos que o Governo está indo muito bem. Os números indicam isso.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Bem, Deputado, eu já fiz, hoje, aqui, a defesa e a explicitação da minha confiança e do meu respeito e da defesa do Governo Lula. Esses problemas que estão acontecendo, o PT tem que analisá-los; o PT tem que prestar conta; o PT tem que dialogar com a população e fazer a sua prestação de contas com a sociedade. A Oposição está fazendo aquilo que é o papel dela, que é bater no PT. Assim como, em outros momentos, o PT batia na Oposição, inclusive em confrontos que existiam no passado.

Portanto, temos que ter uma visão – como eu usei uma expressão aqui – nem o 88 nem o 8. Temos que ter uma visão de que o partido tem força, tem ener-

gia, tem conhecimento, tem experiência para buscar um caminho para essa solução. Eu já falei, inclusive, que dei a minha contribuição com a atitude pessoal adotada.

É isso, Deputado.

**A SRª PRESIDENTE** (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PTB – RJ) – Srª Presidente, prezado Relator Abi-Ackel, Sr. depoente, quero, em primeiro lugar, dizer que trouxe a esta Comissão um amigo meu, um coronel do Exército Brasileiro, com 70 e poucos anos de idade, combatente no Araguaia, que foi, por coincidência, o autor da prisão de José Genoino naquela oportunidade. A idade em que Genoino foi preso, no Araguaia, é a idade que eu entrei na Cadeia Militar das Agulhas Negras. Nós éramos bastante jovens. E o coronel tinha essa curiosidade, e eu acabei convidando-o a comparecer a esta Comissão como um cidadão qualquer. Agora, quem não quer entender isso como democracia leva para o revanchismo. O coronel não foi expulso pelo Presidente Amir Lando. O Senador Amir Lando foi ali atrás e pediu-me que eu convidasse o coronel a se retirar. E, para não causar qualquer tumulto na Comissão, eu me retirei com o coronel. E o coronel entrou mudo, Deputada Zulaiê Cobra, e saiu calado. Não falou, absolutamente, nada aqui dentro. É um direito que lhe assiste, comparecer, desde que autorizado, como o foi, a esta Comissão.

Quanto ao Sr. José Genoino, nós até temos algum passado, não é? Eu me lembro, Genoino, de uma viagem ao Projeto Calha Norte em que nós dormimos no mesmo quarto no hotel de trânsito do Exército. Quando o senhor chegou, eu estava dormindo e, quando o senhor acordou, eu já estava fora do quarto. Eu acho que ninguém dormiu receoso com qualquer ato diferente do normal entre nós dois. No passado, aqui, enquanto o senhor era Deputado nesta Casa, eu votei 95% das questões de forma idêntica ao PT. Até perguntavam para mim se eu estava votando com o PT, e eu até brincava: Não. O PT é que estava votando comigo. E eu tinha orgulho disso. E eu tenho uma capacidade de, realmente, abstrair o passado. Eu convivi com V. Sª por algum tempo nesta Casa, dentro dessa normalidade.

Nós nos desentendemos quando o senhor, em uma entrevista ao “Bom Dia, Brasil”, falou que acreditava em homens e não em Deus. E eu fiz um discurso pesado, mas, no meu entender, não foi ofensivo à V. Sª naquele momento. E ali foi selada, então, uma diferença entre nós.

E, depois, no episódio do Fernando Henrique, também, em que até me surpreendeu, quando eu tecia a minha opinião sobre o que deveria ser feito com

o governo que agia contra o seu povo, e o senhor aí acabou chorando nos braços de Fernando Henrique Cardoso. Surpreendeu-me porque era Oposição. Hoje em dia, entendo que, na verdade, não tinha nada de Oposição. E eu fui oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Votei contra a reeleição do mesmo, como votei, praticamente, contra todas as suas matérias.

No Governo Lula, quando eu pensava que eu seria situação, lamentavelmente, a primeira proposta foi uma que traiu os servidores públicos de nosso País: a Reforma da Previdência. Eu não poderia votar para taxar inativos, para reduzir pensões, para alongar tempo de contribuição. Eu tenho fidelidade, não ao meu partido, mas à minha consciência, à ética e à moral.

Quando falo do passado de V. S<sup>a</sup>, para chegar a minha pergunta, é que idolatram-no como um guerrilheiro do Araguaia. Vale lembrar uma coisa que ninguém vai contestar aqui: o dinheiro que financiava a Guerrilha do Araguaia vinha da União Soviética e passava por Cuba, países que jamais admitiam a liberdade em seu solo pátrio.

Como se pode entender que esses países estariam patrocinando uma democracia em nosso País?

Como, hoje em dia, na atualidade, não passa pela cabeça de ninguém que dinheiro advindo da corrupção seria para o PT combater a corrupção em nosso país.

V. S<sup>a</sup> sabe muito bem o que é responsabilidade. Todos aqui, que já conviveram com V. S<sup>a</sup> nesta Casa sabem do seu zelo no trato do Regimento Interno. À sua questão de ordem, 99% da Câmara prestavam atenção, dado o seu profundo conhecimento, o seu profundo zelo por aquilo que fazia ali.

V. S<sup>a</sup> fez parte de um comando de guerrilha na Amazônia, que era conhecida como Comando Militar. E sabia que, quando erravam, a pena era o ajustiçamento. E muitos dos que morreram no Araguaia foram justicados pelos seus companheiros. Para quem está me ouvindo e não entende: foram assassinados! Essa era a norma!

Eu não posso entender que, com o conhecimento que V. S<sup>a</sup> tinha, com o zelo que tinha com o seu mandato, agora, na situação de Presidente do partido, V. S<sup>a</sup> não sabia absolutamente nada do que estava passando. Isso é uma vergonha para todos nós.

Sr. Relator, há uma coisa a mais que pesa sobre esta Casa na imprensa: que nós, aqui, temos aposentadoria. Não. Não temos mais aposentadoria! Ela existe para quem foi parlamentar de 91 para trás. E o Genoino foi o que mais combateu para o fim desta proposta aqui. E foi um dos primeiros a requerê-la depois que

perdeu a presidência do partido. E nós estamos sendo, também, criticados no tocante a isso.

Eu queria também dizer o seguinte: eu já fui discriminado pelo PT. Fui, na última eleição. Quando eu estava no PTB, estava tudo certo para apoiarmos a reeleição do César Maia, no Rio; repentinamente, Roberto Jefferson resolveu apoiar o PT. Logicamente, aquilo foi uma apunhalada nas minhas costas. Mas eu tentei, junto ao Roberto Jefferson, ter um espaço na televisão no horário gratuito para meu filho. E a resposta que veio de Roberto Jefferson foi a de que o Sr. José Dirceu não admitia que meu filho aparecesse na televisão, a não ser que eu me constrangesse e pedisse o voto para o candidato do PT do Rio de Janeiro.

Desta maneira, esperava o José Dirceu, esperava o núcleo duro do PT, enfraquecer-me por ocasião da reeleição de 2006, porque, sem um vereador para apoiar, ficaria muito difícil. Eu fui discriminado pelo PT, sim. E fui, como muitos parlamentares nesta Casa em 2002. Lamentavelmente, Sr. José Genoino, V. S<sup>a</sup> pode não ter feito parte, mas acompanhou muito bem a campanha de 2002, em que, na internet, em cartazes por todo o Brasil, apareciam estampadas as fotos dos parlamentares do PP, do PMDB, do PFL, do PSDB, etc, como os parlamentares traidores que haviam votado para acabar com o décimo terceiro, com o fundo de garantia, com a licença de gestante e com a hora extra. Muitos acreditaram nisso e, graças a isso, o seu partido acabou tendo a maior bancada nesta Casa. A campanha feita em cima da farsa e da mentira! Mentira essa a que nós assistimos em cada depoimento, em cada CPMI desta Casa.

Até diria mais, Sr. José Genoino, hoje em dia, nenhum dos senhores pode culpar o que chamam de ditadura militar por estar fazendo o que fizeram.

Eu perguntaria: V. S<sup>a</sup>, o Delúbio Soares e o Sílvio Pereira foram torturados para montar essa máquina de corrupção em nosso País ou foi tudo isso tramado no ambiente de carpete, ar-condicionado, refrigerante e competentes secretários ao seu lado?

Isso, lamentavelmente, é uma vergonha que atinge a todos nós, aqui nesta Casa. E eu queria, apenas nesses dois minutos, fazer uma pergunta à V. S<sup>a</sup>. Nós sabemos como uma parte considerável dos eleitores vota, como disse o Deputado Valverde aqui, tentando colocar todo mundo na mesma situação. Nós sabemos como o eleitor vota. E, sabemos, também, como cada deputado vota nesta Casa. Qual é o preço do voto de cada um nesta Casa. O seu partido mesmo me procurou e me ofereceu a administração do aeroporto Santos Dumont, para que, se eu botasse um parente meu para tomar conta da cantina, eu faturaria R\$200 mil reais por mês, dado o enorme volume de passageiros

que existia naquela época e naquele aeroporto. Logicamente, eu tinha que votar a reforma da Previdência. Eu não podia trair os servidores, até porque, depois, eu não teria moral para defender os militares, porque a Reforma da Previdência dos Militares continua sendo estudada pelo seu Governo. E, no Governo Fernando Henrique, era comum liberar emendas para que votos fossem dados nesta Casa. E o seu partido optou por uma outra coisa: o pagamento, porque por meio de emendas, o parlamentar continuava mal ou bem com o apoio daquela comunidade atingida pela emenda; por intermédio de pagamentos, atualmente chamados de Mensalão, esses parlamentares não teriam o que apresentar junto ao seu eleitorado para conseguir se reeleger, e o PT faria uma bancada de, aproximadamente, 200 aqui dentro. Imporia, sim, o que este País não conhece: uma ditadura pelo voto.

Eu pergunto à V. Sª: se não liberava emendas para parlamentares votarem nesta Casa e, também, segundo o vídeo de V. Sª e de vários parlamentares aqui, se não foi por meio de pagamento de recursos, o que levou, nesta Casa, muitos parlamentares a votarem favoravelmente ao Governo?

Que milagre é esse? Por favor, nos diga isso. Nos ensine que milagre é esse de tantos votos para o PT se não houve recurso, não houve Mensalão nem liberação de emendas.

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Deputado, sobre as questões perguntadas por V. Exª, eu já tratei de todas elas...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria de dizer à V. Exª que todo o assunto pertinente a Araguaia, a outros fatos, não são objeto da nossa observação e V. Exª não precisará responder...

**O SR. JOSÉ GENOINO** – Sr. Presidente, eu estou me referindo aos fatos perguntados pelo Deputado, sobre como construímos a maioria, a Reforma da Previdência, inclusive, eu defendi a Reforma da Previdência antes do Lula ganhar a eleição. Eu disse isso aqui e como nós constituímos maioria no Congresso Nacional. Portanto, isso está respondido.

Em relação aos demais fatos, eu solicito, independentemente de solicitar, eu pratico aquilo que a relação humana permite: no meu relacionamento com o senhor, é o silêncio mudo em nome da ética e do decoro parlamentar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Odair.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Apenas houve a troca com o Senador Pedro Simon, mas eu serei breve. Quero fazer uma consideração final.

Com relação às explicações dadas pelo depoente, ex-Presidente do PT, Sr. José Genoino, elas são satisfatórias. Isso foi demonstrado, afirmado, registrado por parlamentares da Situação e da Oposição. Não é essa a questão que está posta. Outra coisa que nos intriga é que temos que tomar muito cuidado com números: quando trabalhamos com números e damos versões como se fossem fatos inquestionáveis, inequívocos. Porque indícios são questões prováveis, não são questões provadas. Há uma vontade muito grande por parte de alguns dos nossos – talvez até por disposição de fazer oposição ou muitas vezes por própria convicção; não quero entrar no juízo de valor de cada parlamentar – de atestar por “a” mais “b” que há corrupção e, mais, que houve o mensalão. Quer dizer, o parlamentar deu o seu voto em troca de alguma vantagem pecuniária em razão daquele voto. É esta a questão que está posta nesta CPI e que temos que investigar. Com relação a isso produzimos um estudo, que eu quero passar à mão de V. Exª e do excelentíssimo Relator, mostrando algumas questões.

Primeiro, nós tivemos 268 votações nominais, das quais o Governo orientou 238.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós não poderíamos estudar esse trabalho depois? Mais detidamente?

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É importante registrar, Presidente, porque chega-se aqui, pega-se a lista do Marcos Valério e se diz que o saque coincide com o voto. Não é verdade. Em algumas vezes, houve a coincidência; mas, em mais de 95% das vezes, não houve essa coincidência. É preciso... Senão, Sr. Presidente, nós vamos entender que todos os parlamentares que votam nas proposições do Governo, inclusive os parlamentares da Oposição, estão vendendo a sua consciência. E não é verdade.

Em linhas gerais – depois, eu quero passar aqui e divulgar para os meus pares –, é o seguinte: pode-se afirmar que as bancadas, mesmo quando não havia orientação do Governo, votaram de maneira similar. Vou ao final do estudo então, rapidamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos aos finalmentes.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não tem pressa, não.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – É uma questão de números, de estatística.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nós não temos pressa; podemos ficar aqui até à noite; é pelo depoente, que está exausto.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Rapidamente, Sr. Presidente. Os dados examinados dessas 238 votações indicam que há um comportamento relativa-

mente uniforme das bancadas na Câmara dos Deputados nesse sentido. Agora, eu quero deixar uma coisa clara aqui: é lógico, é evidente que há prova material de que houve desvio de conduta. Houve. Daí dizer que o parlamentar votou por causa do dinheiro é outra coisa. E isso para mim não está evidenciado ainda, não há prova material.

Note-se que o PSDB, o PT e o PCdoB são bancadas mais governistas, tendendo a apoiar as propostas do Governo em grande medida. O PDT, o PPS, colocando as votações, têm posições ideológicas ou partidárias no sentido de que votam de acordo com as proposições ditas à esquerda, mas também podem seguir orientações partidárias de oposição, portanto, contra o Governo. O PL, o PTB, o PMDB e o PP formariam em conjunto um bloco de centro que tenderia a votar em acordo com o Governo, segundo determinadas conveniências. Registre-se que o PL mais intensamente, por obrigação, por ser o partido do vice-Presidente.

Ainda: o PSDB e o PFL são partidos de Oposição, o que não os impede de, em certas ocasiões, votar 100% conforme orientação do Governo. É necessário destacar que o PSDB e o PFL evidentemente foram os partidos que menos votaram com o Governo. Lógico. Mas é importante registrar também que das 238 votações nominais, em que o parlamentar pôs a digital, em que houve orientação do Governo, em que o Governo se manifestou, em 97% das votações nós tivemos votos de parlamentares do PSDB; e em 96% das votações, nós tivemos votos com o Governo de parlamentares do PFL.

O que eu quero dizer é que há uma coerência ideológica de partidos e de programas.

Deputado José Rocha, eu queria entregar também a V. Exª e aos parlamentares este estudo.

Muito obrigado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra V. Exª.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu respeito muito a opinião do colega, mas eu a considero absolutamente furada, falseada, falsificada...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não é uma questão de ordem.

**O SR. (Orador não identificado)** – Eu quero dizer isso, pois, senão, eu vou levantar argumentação inversa à dele. É fácil, inversa à dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não está em discussão aqui, nobre Deputado. V. Exª teve oportunidade de falar, ele falou, e ninguém aqui é censor um do outro. Cada um fala o que quiser; cada um sempre falou o que quer.

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Deixa, ele vai apresentar, e nós contestaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Está encerrada a presente reunião. Convoco outra para amanhã, às onze e meia.

*(Levanta-se a reunião às 18h18min.)*

#### ATA DA 19ª REUNIÃO – REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2005

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e três minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista da Motta, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Paulo Octávio, César Borges, Álvaro Dias, e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Perpétua Almeida; e dos parlamentares não-membros, Feu Rosa e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 19ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do Deputado Pedro Correa. O Presidente convida-o para compor a mesa e pede que faça suas considerações iniciais. Em seguida concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquiri-lo. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares Daniel Almeida, Fernando Coruja, João Correia, José Rocha, Júlio Redecker, Moroni Torgan, Paulo Baltazar e Zulaiê Cobra. Delibera-se pela oitiva do Senhor João Cláudio Genu na próxima terça-feira, dia 20/09/05. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas

e vinte e oito minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia quinze de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 07, de 2005, destinada a apurar a compra de votos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Deputado Pedro, que convido a adentrar a sala e tomar assento à mesa.

Com a presença do Deputado Pedro Corrêa, declaro reabertos os trabalhos, passando imediatamente para a sua oitiva.

Inicialmente, devo esclarecer, nobre Deputado, que V. Exª comparece na condição de ter recebido eventuais quantias do esquema do Sr. Marcos Valério. E, nessa condição, não é como testemunha, por isso V. Exª tem o direito de silenciar eventuais respostas que poderiam – não há nenhum pré-julgamento – auto-incriminá-lo.

De qualquer maneira, tenho que tomar, como uma praxe, a sua qualificação. O nome completo, o que seria desnecessário, mas vamos fazê-lo para obedecer à formalidade.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Identidade e órgão expedidor.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Carteira Parlamentar CD153 ou a minha identidade 559.448 – SSP/PE.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Idade?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Cinquenta e sete anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– CPF?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – 004.458.604 – 30.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estado civil?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Casado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Endereço residencial?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – De Recife ou de Brasília?

O de Brasília é SQS 311, Bloco B, Apartamento 203.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O local onde exerce a sua atividade é a Câmara dos Deputados.

Feito isso, concedo a palavra a V. Exª pelo prazo inicial de 30 minutos. Se entender que a exposição deva ser mais longa, para explicitar melhor os fatos, deixo o tempo necessário, sem, evidentemente, que se prolongue por muito mais tempo.

De qualquer maneira, queria fazer o apelo de que V. Exª pudesse esclarecer esta Comissão com a verdade sobre os eventuais destinos dos recursos que teria recebido. Faço esse apelo inicial para que nós possamos ter um depoimento produtivo, pois a nossa finalidade é apurar exatamente Parlamentares receberam eventuais quantias nesse processo sem justo motivo, ou seja, vantagem ilícita em razão do cargo.

Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Em primeiro lugar, Senador, quero cumprimentar todos os companheiros Congressistas e refutar realmente essa acusação de que eu recebi vantagem indevida. Evidentemente eu vou esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu falei que esse é o objetivo da Comissão.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Certo, Senador, eu vou esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) –

V. Exª poderia esclarecer ainda quem o acompanha.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Dr. Ivan é meu Chefe de Gabinete do meu Partido. Eu pedi que ele ficasse aqui, porque, se precisasse de algum documento, ele poderia entregar. Os documentos estão aqui, à esquerda, nessa pasta.

Exmº Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Exmªs Srªs Senadoras e Deputadas, Exmºs Srs. Senadores e Deputados, senhoras, senhores, imprensa, acredito que tenho a oportunidade, nesta hora e nesta CPI, para esclarecer graves e injuriosas acusações que foram feitas a mim e ao meu Partido.

Antes de entrar no assunto, afirmo que, em todos esses anos que tenho a honra de ocupar uma cadeira nesta Casa, representando o povo de Pernambuco, me preocupa a forma como estamos conduzindo, como estamos permitindo que seja conduzida esta crise de natureza política, quando se percebe, com clareza, a pressão no intuito da condenação, que acaba por prejudicar o caráter investigativo e apurativo das comissões parlamentares de inquérito.

Eu tenho a oportunidade de prestar meus esclarecimentos neste momento, mas me pergunto: será

que os demais assim o terão? Não seria melhor ouvir todos os Parlamentares citados, um a um, permitindo que cada colega expusesse as suas razões e, após isso, os membros da Comissão, com maior segurança, fariam os encaminhamentos necessários? Não era melhor?

Quero alertar os colegas, até porque já vivi muitos anos nesta Casa e tive oportunidade de acompanhar muitas e muitas CPIs; eu quero alertar os colegas que, no intuito de solucionar a crise política, muitos ultrapassam a garantia na condução desse processo e nos direitos constitucionais inalienáveis.

No cenário político, todos nós sabemos que a versão acaba tendo maior importância que os fatos, daí, ao promovermos uma injustiça com qualquer um dos nossos pares, é um dano tão grave que nem o tempo repara. A própria história desta Casa exemplifica equívocos imperdoáveis, a exemplo do ex-Presidente da Câmara, o hoje Vereador Ibsen Pinheiro.

Eu gostaria de fazer, antes de entrar nos fatos, um breve relato de minha vida. Eu me elegi pela primeira vez para a Câmara em 1978. Antes disso, fui político estudantil no secundário, na universidade, e fui assessor parlamentar. Em 1976, fui eleito, aos 27 anos, Presidente do Clube Internacional de Recife, que é uma agremiação tradicional, secular; é o clube mais antigo do Brasil.

Minha família lida com política há muitos anos. Meu pai foi Deputado durante cinco mandatos e sou descendente, por parte dele, do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que foi Deputado, Senador, Presidente do Banco do Brasil e Governador, naquela época, Presidente das Províncias do Pará e de São Paulo e Presidente do Conselho dos Ministros no parlamentarismo imperial. Por parte materna, sou descendente do General Abreu Lima, que era o Lugar-Tenente do Simon Bolívar, que é herói nacional em vários países andinos. E, se, amanhã, tivermos realmente a construção da refinaria em Pernambuco, ele vai emprestar o seu nome à refinaria.

Vamos aos fatos.

Na convenção nacional realizada pelo Partido no dia 11 de junho de 2002 para a escolha dos candidatos à presidência e à vice-presidência da república, ficou convencionado, em função da verticalização determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, naquele ano, e da ausência de candidatos para os postos eletivos mencionados... O Partido não fez coligação nacional com nenhum partido político, tendo liberado os diretórios estaduais para que, em suas convenções, fizesse as coligações com os partidos que mais beneficiassem o nosso partido, elegendo o maior número de representantes nos Executivos estaduais e no Legislativo.

Nosso Partido elegeu 49 deputados federais em coligações com todos os candidatos à presidência da república, entre Lula, José Serra, Ciro Gomes, Antony Garotinho e outros. No segundo turno, nossos deputados federais eleitos em outubro apoiaram tanto o candidato do PT que se elegeu Presidente, como também o candidato do PSDB, José Serra, que ficou em segundo lugar.

Após a eleição do Presidente Lula, a bancada dos deputados federais reunida no Hotel Bonaparte, no dia 30 de janeiro de 2003, em Brasília, reuniu esta presidida pelo Vice-Presidente do Partido, o Deputado reeleito Delfim Netto, escolheu o novo Líder da legenda, o Deputado Pedro Henry, resultado de entendimentos entre o eleito e dois outros candidatos ao cargo, que eram os Deputados reeleitos José Janene e Celso Russomano, que aqui estão.

A maioria da bancada federal resolveu aceitar o convite do PT para fazer parte da base de sustentação do Governo do Presidente Lula, respeitando a posição dos que não quisessem participar, em nome da unidade partidária, que se tornaram independentes, posicionando-se favorável ou contrariamente aos projetos do Governo Lula, de acordo com as suas consciências e convicções.

Fomos escolhidos eu, que ocupava a 2ª Vice-Presidência do Partido, o Deputado Pedro Henry, então o novo Líder, e o Deputado José Janene, que era o 1º Tesoureiro do Partido, para representar a bancada dos deputados nos entendimentos que faríamos em nome desta bancada com o PT, com o Presidente do PT, naquele momento ainda o Deputado José Genoíno, e com o Governo Lula, que já tinha, inclusive, escolhido o seu coordenador político, na pessoa do Deputado Federal José Dirceu.

No Estado do Acre, a convenção estadual da legenda resolveu integrar a coligação “Movimento Democrático do Acre” – MDA com vários partidos, inclusive o PSDB, o PMDB e o PFL, partidos que faziam oposição ao reeleito Governador Jorge Viana, do PT. O Partido elegeu dois deputados federais entre os oito deputados do Estado: Narciso Mendes e Ronivon Santiago, fortalecendo muito a Oposição para as eleições municipais de 2004.

Logo após as eleições, o PT acreano deflagrou contra os dois Deputados vários processos junto ao Tribunal Regional do Acre, junto ao Tribunal Superior Eleitoral e também no Supremo Tribunal Federal.

Os referidos Deputados Narciso Mendes e Ronivon Santiago procuraram a Executiva Nacional do nosso Partido, fazendo apelos para que pudéssemos atendê-los em relação aos honorários de advogados contratados para defendê-los.



Em que pese todo o esforço da nossa bancada, não conseguimos salvar o mandato do Deputado Narciso Mendes. É preciso que se diga que ele foi cassado porque não tinha se afastado da gerência de uma televisão, uma coisa, inclusive, que nunca ficou provada, porque ele não fazia parte realmente da televisão. Tinha participado no início da composição da televisão, e depois tinha saído, mas isso não tinha ficado oficializado. E ficamos, então, na iminência de perder o Deputado Ronivon Santiago, que foi o mais votado do Estado.

Diante desse fato, fizemos uma reunião no Gabinete da Liderança, na Câmara, onde estavam presentes o Deputado Pedro Henry, o Líder, eu, o Deputado Ronivon Santiago, o Senador Sibá Machado, que é Presidente do PT no Acre, e o Deputado Nilson Mourão, que é o coordenador da bancada federal do PT acreano, para acertar um modo de convivência entre os nossos representantes e os integrantes do PT no Acre. Não tinha lógica o PP apoiando o Governo do PT em Brasília, e o PT do Acre detonando o nosso Partido naquele Estado.

Naquele momento, o Partido Progressista, aliás, como todos os outros partidos, estava enfrentando sérias dificuldades financeiras, respondendo, inclusive, a execuções judiciais, as quais originaram mandados de penhora nos ativos do Partido. Essas execuções, inclusive, foram de uma despesa que foi feita no Município de Araguari, em Minas Gerais, na época em que o Deputado Raul Belém ainda era Presidente nacional do Partido. Foi uma coisa com mais de dez anos que acabou transitando em julgado, e não pudemos pagar o débito. Hoje, uma encomenda que se faria com R\$30 mil, o débito hoje chega perto de R\$1 milhão.

O Partido dos Trabalhadores prontificou-se a ajudar a saldar as pendências referentes aos honorários do advogado de defesa, o Dr. Paulo Goyaz, cujos débitos consolidados, conforme contrato anexo, que vou deixar aqui, assinado pelo Deputado Ronivon Santiago, somavam o total de R\$900 mil.

Os interlocutores entre os dois partidos foram os Srs. Delúbio Soares e o Deputado José Janene, autorizados pela Executiva Nacional.

O PT cumpriu parcialmente esse acordo e repassou parte dos valores combinados com um atraso muito grande.

No dia 16 de maio de 2003, recebemos do Dr. Paulo Goyaz uma correspondência referente aos seus honorários advocatícios – inclusive ele já ameaçava abandonar o caso e cobrar o cumprimento do contrato – que vamos anexar a este depoimento, solicitando que o Partido confirmasse a responsabilidade pelo pagamento da dívida.

Em face da promessa do Tesoureiro do PT, determinamos, no dia 2 de junho, ao Dr. Walmor Java-  
rina, que era o Chefe da nossa Assessoria Jurídica que negociasse com o Dr. Paulo Goyaz, para que houvesse uma redução dos valores a serem pagos e que conseguisse um parcelamento do débito, o que de fato ocorreu.

O acordo foi para o pagamento, em junho, de R\$300 mil e mais três parcelas iguais de R\$200 mil em julho, agosto e setembro de 2003, conforme o PT havia se comprometido, e mais R\$80 mil para cada nova ação que viesse a ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal, sendo que o advogado não cobraria mais pelos processos eleitorais que viessem a ser propostos.

Os valores foram retirados pelo Assessor João Cláudio Genu na agência do Banco Rural, oportunidade em que o referido Assessor assinou os competentes recibos de valores e entregou os mesmos na sede do Partido, no 17º andar do anexo I do Senado.

Não houve nenhuma responsabilidade do referido Assessor sobre os valores em questão, uma vez que apenas foi mensageiro dos mesmos.

Aliás, devo explicar que o Sr. João Cláudio Genu estava trabalhando na Liderança há cerca de um mês e dez dias, um mês e quinze dias – o Deputado Janene pode dizer melhor.

Também não há qualquer responsabilidade do funcionário do partido que recebeu o dinheiro das mãos de Genu e que, ato contínuo, entregou-os ao advogado Chefe da Assessoria Jurídica do Partido, que, por sua vez, realizou o pagamento ao advogado do Deputado Ronivon Santiago.

Os valores foram recebidos do PT em espécie porque nós tínhamos um problema jurídico. Aliás, vivíamos até numa “briga de gato e rato”, porque o pessoal de Araguari ficava sabendo quando íamos receber os depósitos do fundo partidário, para que pudesse bloquear as nossas contas, e diversas vezes eles conseguiram.

Os valores foram em espécie porque tínhamos um problema jurídico com as nossas contas bancárias e, se assim fossem repassados, não poderiam ser pagos. Pela conta bancária, não chegaria às mãos do advogado, e o problema ficaria pendente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, nunca entrou um tostão nas contas do Partido nem nas minhas contas. Eu não sei, daqueles valores que foram recebidos, se as notas eram de R\$100, de R\$50, de R\$20, de R\$10 ou de R\$5. Aliás, segundo o relatório do Deputado Robson Tuma, na Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara, que foi aprovado ontem e encaminhado ao Conselho de Ética, quando ele indagou o Deputado

Roberto Jefferson, no depoimento que fez em 21 de junho deste ano, na residência dele... Ele afirma, no relatório, que o Deputado Roberto Jefferson, quando perguntado se Delúbio Soares entregava dinheiro mensalmente ao Deputado Pedro Corrêa, foi taxativo: “Pedro Corrêa, não”.

Os valores recebidos do PT nas três oportunidades foram, na mesma data, repassados integralmente ao advogado, Dr. Paulo Goyaz.

Vou deixar aqui os anexos, os respectivos recibos de pagamento a autônomo.

Esses valores não foram contabilizados porque o PT não esclareceu quem era o doador, tendo assumido o compromisso de dar essa informação mais tarde, o que não ocorreu.

Em face desse contrato, o Dr. Paulo Goyaz atuou, e atua, defendendo o Deputado Ronivon Santiago em 36 processos. Iniciou um processo em Cruzeiro do Sul, a cidade, depois um outro processo em Rio Branco, e hoje são 36 processos, sendo que, desses, doze já foram arquivados e 24 estão tramitando no Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal, o que dá um valor de pouco mais de R\$10 mil por mês, valor que não é exorbitante nem anormal. Quem conhece os advogados de Brasília sabe que esse é um valor camarada, em virtude das dificuldades na demora do processo e nos deslocamentos – ele se deslocou por mais de 20 vezes às cidades acreanas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul para a realização das audiências e a adoção de procedimentos.

O Assessor João Cláudio de Carvalho Genu foi três vezes ao Banco Rural, agência de Brasília, onde o mesmo assinou os respectivos recibos de recebimento do crédito.

Eu não tenho conhecimento de qualquer outro recurso financeiro oriundo do PT ou do Sr. Marcos Valério ou das suas empresas nem para o Partido que tenho a honra de presidir nem para qualquer deputado progressista.

Se o Sr. João Cláudio Genu esteve alguma outra vez na agência do Banco Rural além das três vezes aqui relacionadas ou se recebeu algum outro valor não o fez autorizado por nós.

Não vemos qualquer ilegalidade no ato de a comissão ter negociado com o PT, para que aquele Partido assumisse o ônus financeiro causado em face da sua atuação no tocante ao Deputado Ronivon Santiago.

Não há, no nosso entendimento, nenhuma falta de decoro parlamentar no fato de o dirigente partidário realizar acordo entre partidos para o pagamento de débito legítimo e documentado que não integra as despesas de campanhas eleitorais, ainda mais quando

nenhum desses recursos passou pela pessoa física do Parlamentar ou pelas contas do Partido, tendo sido todos devidamente encaminhados a quem de direito.

Esclareço que não houve, por parte do Dr. Walmor Javarina, ex-advogado do Partido e ex-Parlamentar desta Casa, qualquer ato irregular na condução das negociações com o advogado do Deputado Ronivon Santiago, porque aquele o fez visando reduzir os custos do Partido e também como advogado, sendo que o acordo foi formal e pago na sede do Partido, mediante documento legal. Em nenhum momento duvidamos que esses recursos repassados não fossem do PT, já que, naquela época, os noticiários da imprensa eram de que o PT estava com os seus cofres cheios. No mesmo sentido, nenhuma responsabilidade existe por parte do Deputado Ronivon Santiago, porque este requereu que a Executiva Nacional assumisse a sua defesa e não participou de nenhum ato de gestão referente aos valores pagos ao seu advogado.

Estivemos na Receita Federal, no dia 30 de agosto, em audiência com o Dr. Jorge Rachid e seu ajunto, Dr. Ricardo Pinheiro, tentando um parcelamento dos valores devidos pelo Partido ao Fisco Federal, até porque a maneira que o Dr. Walmor, naquela época... Aliás, eu não conhecia. Hoje eu conheço melhor, mas, como Presidente do Partido, eu nunca tive o conhecimento... Nós confiamos nas pessoas e é evidente que elas tratam dos assuntos.

Após o Dr. Rachid examinar a legislação, ele não conseguiu encontrar uma maneira dentro da lei para parcelar os débitos referidos.

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Física, porque foram pagos através de RPA, os valores retidos, estão sendo recolhidos com autorização da Executiva. Nós nos reunimos, e a Executiva autorizou, por meio de contribuição dos seus filiados, estando a situação legal sendo regularizada, para haver a competente demonstração contábil.

Esclareço que, apesar de todas as dificuldades, o Partido Progressista encontra-se em dia com todas as obrigações sociais e previdenciárias.

Nos documentos que já encaminhei a esta CPMI – estou encaminhando a esta CPMI – sobre a minha situação financeira, há claras evidências de que desde que entrei para a política não aumentei o meu patrimônio. Aliás, todos os Congressistas poderiam dar uma resposta à crise política instaurada no País se abrissem mãos dos seus sigilos bancários e fiscais, mostrando a evolução do seu patrimônio e deixando claro que o mandato eletivo não pode ser instrumento para o enriquecimento ilícito e aumento do patrimônio pessoal e familiar, que muitas vezes é o pensamento do povo brasileiro.

Eu sou um Parlamentar de mãos limpas, a minha consciência encontra-se tranqüila e, quando deito, durmo o sono dos justos, porque tenho consciência de que todos os atos que pratiquei, como Deputado e como dirigente partidário, foram moral e eticamente comprovados.

A título de contribuição a esta CPMI, quero dizer que o PP acha indispensável a votação pelo Congresso da reforma política, sobretudo em relação ao ponto que diminui os custos de campanha e o aumento da fidelidade partidária, impedindo a troca constante de partidos por parlamentares, certamente os grandes responsáveis por esta crise política.

Estou anexando, Sr. Presidente, Sr. Relator, a esta CPMI a seguinte relação de documentos: sigilo bancário em Brasília, na minha residência... Como estou aqui há 27 anos, então já tive oportunidade de trocar de apartamento e usei sete telefones residenciais, telefones da Câmara, gabinete parlamentar, porque troquei mais de uma vez de gabinete, então estou encaminhando todas as contas telefônicas do meu gabinete quando era o 415 e do atual, o 717. Estou mandando também todos os meus celulares, desde que se criou o celular, a maioria no meu nome... treze no meu nome e dois em nome do Partido. De Recife, estou mandando os quatro telefones que tenho na minha residência: um de fax e três outros telefones. Estou mandando também as contas telefônicas da empresa de minha mãe – minha mãe morava no mesmo prédio que eu, e agora, no dia 12 de maio, ela faleceu. Mas estou mandando também o telefone dela, de casa, e o celular. Estou mandando também as contas telefônicas dos quatro telefones do meu escritório político. Minha mulher tem uma loja de confecções, e estou mandando também as contas de telefone da loja dela.

E tem uma fazenda que foi de meu pai, Fazenda Nova, lugar onde eu me sinto mais feliz no mundo e, certamente, quando deixar de ser Parlamentar, eu vou morar lá; lá em Fazenda Nova, no Município do Brejo da Madre de Deus. Estou deixando também as contas telefônicas dos sete ou últimos oito anos dos três telefones de lá.

Estou deixando aqui na Comissão os extratos dos bancos e cópia de todos os canhotos dos talões de cheques das minhas contas pessoais na agência do Banco do Brasil 3596, de Brasília, na outra do Banco do Brasil em Brasília e de uma no Banco do Brasil em Recife, e ainda no Unibanco, onde tenho conta com a minha mãe, no Bandepe, também com a minha mãe, no Citibank com a minha mãe. Aliás, eu tenho essas contas com minha mãe porque sou praticamente filho único. Eu só tenho um irmão que sofreu um acidente em 1971. Ele estava no quarto ano de Direito e teve

um problema, não teve, depois, como se recuperar e hoje é uma pessoa inválida. Ele é que, inclusive, seria político, e eu me formei em Medicina, me preparando para outra coisa. Mas estou mandando as contas que tenho com minha, a conta que eu tenho no Unibanco com minha esposa e a conta de minha esposa também, no Unibanco.

Estou mandando, dos últimos oito anos, todos os extratos pagos de meus cartões de crédito: o American Express Platinun, o Ourocard Visa, o Ourocard Mastercard, o Hipercard, que é um cartão do grupo Bom Preço lá em Pernambuco, o Citibank Mastercard e o American Express Edit; estou mandando as prestações eleitorais, as minhas: da eleição de 1994, da eleição de 1996, quando fui candidato pelo meu Partido a prefeito da cidade do Recife, das eleições de 1998 e das eleições de 2002; estou mandando as prestações de contas de meu filho, Fabio Corrêa Neto, das eleições de 1998, quando ele disputou eleição para ser deputado estadual e estou mandando também a prestação de contas do meu genro que se elegeu vereador de Recife nas eleições de 2004 – estou deixando também a cópia aqui.

Estou quebrando o meu sigilo fiscal. Tenho o CPF 004.458.604 – 30 e estou mandando a cópia de minhas declarações de Imposto de Renda do ano-base de 1979, quando assumi o meu mandato, em que, inclusive, consta a declaração de meus bens em 1978; estou mandando todas essas cópias até o exercício de 2005, ano-base 2004. Estou mandando todos os anos em que fui Parlamentar nesta Casa.

Estou mandando as sete últimas declarações da minha esposa; estou mandando quatro contratos sociais das pessoas jurídicas em que tenho participação e estou mandando também as declarações anuais à Receita Federal dessas quatro empresas.

Estou mandando as declarações dos últimos cinco anos do meu genro, José Antônio Audi, o seu CPF, do ano-base 2000 até o ano-base 2004; estou mandando, da esposa dele, que é minha filha, também os cinco últimos anos do Imposto de Renda dela; estou mandando, de meu filho, Fábio Corrêa de Oliveira Andrade Neto, os cinco últimos exercícios fiscais; estou mandando, de minha nora, Márcia Gandi Russo Corrêa de Oliveira, os impostos de renda dos últimos cinco exercícios fiscais; estou mandando anexadas também as cinco últimas declarações de Imposto de Renda de Roberto Célio Ribeiro Coutinho Teixeira, que é meu genro e é Vereador do Recife; estou mandando também as cinco últimas declarações de Imposto de Renda de minha filha, esposa do Vereador, Clarisse Corrêa; estou mandando, porque, apesar de inválido, meu irmão recebe uma pensão que era de meu pai,

até porque foi interditado, e eu sou o curador dele, as cinco últimas declarações de meu irmão, para que a Comissão tome conhecimento; estou mandando também as cinco últimas declarações de Imposto de Renda de minha mãe, Clarisse Roma de Oliveira Andrade, que faleceu em 12 de março.

Também estou entregando as certidões que fiz questão de tirar. Estou mandando uma certidão da Justiça Militar da União, de nada consta; estou mandando, da Justiça Federal de 1ª Instância, ações de execução civis e criminais, nada consta; estou mandando, do Tribunal Superior Eleitoral, nada consta; estou mandando do Departamento da Polícia Federal, não consta registro de antecedentes criminais; estou mandando, do Tribunal de Contas da União, certidão negativa de contas julgadas; estou mandando, do Supremo Tribunal Federal, nada consta; uma consulta ao Check Gold, sem restrições, e à Serasa, nada consta.

Estou recebendo – a pessoa ficou de me entregar até agora – do Banco Central uma certidão de ausência de contas no exterior e uma certidão de que não fiz remessas para o exterior.

Também estou deixando aqui, durante esse período legislativo, a evolução da entrada e da saída dos Parlamentares do Partido Progressista, desde os eleitos em 2002 até setembro de 2005.

E estou entregando também uma separata, que gostaria de passar às mãos do Relator, indicando cada recibo do contrato celebrado entre o advogado e o Deputado Ronivon Santiago e os extratos de contas bancárias do PP, de setembro de 2003 a fevereiro de 2004.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, estão aqui todos os documentos, nessas doze pastas, para que a Comissão possa se inteirar de toda a minha vida fiscal e telefônica, assim como de minha família. Está aqui tudo aberto. Só faço a sugestão de que todos nós possamos fazer isso. Certamente, se nós fizéssemos isso, mostrando a nossa vida fiscal e a evolução do nosso patrimônio, nós teríamos uma outra posição em relação à população brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Determino à Secretaria que autue todos esses documentos – essa relação e os documentos constantes dela – que serão analisados posteriormente.

Concedo a palavra imediatamente ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Deputado, sou obrigado a reconhecer publicamente que V. Exª, dentre todas as pessoas que já depuseram nesta Comissão, foi quem apresentou uma prova cabal de seu passado, através de documentação

completa que faz jus, sob todos os aspectos, da sua vida particular. Quero parabenizá-lo por isso.

Sr. Presidente Pedro Corrêa, gostaria que V. Exª respondesse às seguintes questões: quem, em nome do Governo, estabeleceu tratativas com V. Exª e com o Diretório Nacional do PP, a fim de que esse Partido compusesse a base de sustentação parlamentar do Governo?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Era o Ministro José Dirceu, Deputado Federal por São Paulo, que era o coordenador político do Governo do Presidente Lula. E conversávamos com o Ministro e com o Presidente do Partido, Deputado José Genoíno.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com o Ministro José Dirceu e com o Presidente nacional...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – José Genoíno.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ...do PT, Deputado José Genoíno.

Quais foram as condições oferecidas pelo Governo a V. Exª para que esse acordo fosse estabelecido e os votos dos parlamentares do PP pudesse auxiliar o Governo?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Sr. Ministro, nós tínhamos algumas programáticas de nosso Partido, tais como a votação da reforma previdenciária, a votação da reforma tributária, e também defendíamos as indicações dos nossos parlamentares nos estados. Quero dizer que, no Governo Fernando Henrique, eu tinha a indicação de duas delegacias de Pernambuco: a Delegacia do Ministério das Comunicações e a Delegacia do Ministério do Trabalho. Quando PT se elegeu, é evidente que demitiu o meu pessoal, e eu, Presidente, não podia reivindicar as minhas posições enquanto não fosse resolvida a posição dos companheiros. E o que nós fizemos foi conseguir a manutenção de algumas indicações no Governo, por parte de nossos deputados, e pleiteamos alguns lugares em Brasília. Nós pleiteamos algumas diretorias, algumas posições, no que fomos atendidos parcialmente. E pleiteamos também um ministério, como os outros partidos; o PL tinha ministério, o PTB tinha ministério, o PMDB tinha ministério. E nós, que queríamos fazer parte da base do Governo, só viemos a ter ministério agora, ultimamente, em função do prestígio do Deputado Severino Cavalcanti, com a indicação do Ministro Márcio Fortes, burocrata da maior competência que hoje é Ministro das Cidades.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª acaba de declarar que o Governo atender apenas parcialmente ao Partido.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Houve dificuldades na composição com o Governo?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Normalmente, a Casa Civil dizia: “Olha, está havendo dificuldades porque o PT do Estado não permite, vamos criar uma encrenca com fulano, vamos criar uma encrenca com cicrano; mande um outro currículo, esse currículo não serve, tem problema com o centro do PT”. Então criava uma série de dificuldades.

Como estou aqui há muitos anos, sei que essas negociações políticas são demoradas, e com o PT era mais difícil, porque o PT tinha muito mais dificuldade em tomar as decisões. Mas eu quero dizer que o Ministro José Dirceu se empenhava com muito ardor para conseguir fazer os entendimentos entre os partidos da base aliada, até porque ele sabia que o Presidente Lula não poderia governar o Brasil se não tivesse maioria na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nesses entendimentos, alguma vez se estabeleceram conversações a respeito do resgate de dívidas do PP, Partido Progressista...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Com o Ministro José Dirceu, não.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E com o Presidente do Partido...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Nós conversamos com o Presidente Genoino que estávamos com problema em relação ao Deputado Ronivon Santiago, por conta deles, que estavam... Já tinham cassado o Narciso Mendes. Nós ainda conseguimos ajudar, através do fundo partidário, o advogado de Narciso Mendes. Depois, o Deputado Ricardo Fiúza assumiu a defesa do Deputado Narciso Mendes, terminamos não conseguindo salvar o mandato do Deputado, que já tinha sido cassado, até porque ocorreu à revelia no TRE do Acre, ficou muito mais difícil a defesa. E falamos que era possível que se reparasse isso, mas financeiramente nós também não tivemos nenhum entendimento com o Deputado José Genoino. E depois, então, o Sr. Delúbio Soares foi quem acertou em fazer o pagamento desses honorários.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não por ordem do Presidente José Genoino?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, não houve entendimento com ele. Ele apenas disse que procurasse o Sr. Delúbio Soares. Qualquer assunto financeiro, ele não trataria.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª fez menção explícita denúncias apresenta-

das por integrantes da direção do PT no Acre contra deputados do PP e, logo em seguida, asseverou que se estabeleceu um entendimento com a direção estadual do Acre para pôr termo a essas denúncias?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não tinha lógica, Deputado e Ministro Ibrahim que o PP, fazendo parte da base do Governo em Brasília, apoiando as ações do Governo do Presidente Lula, fosse esmagado no Acre. Nós já tínhamos perdido o Deputado Narciso Mendes e estávamos quase na iminência de perder o Deputado Ronivon Santiago.

Quero dizer que o PT sempre negou, dizendo que não tinha sido responsável por essas ações nem por ações junto ao TRE, mas, na verdade, todos nós sabíamos. Inclusive as pessoas que foram a Rio Branco e a Cruzeiro do Sul para conversar diziam que o Governador Jorge Viana era um homem da maior importância e usava, realmente, o seu prestígio para estimular as ações contra os nossos deputados. Ele estava lutando para que assumissem o lugar dos nossos dois deputados outros que não fizessem oposição a ele, até porque ele se preparava para disputar as eleições municipais de 2004.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Apesar dessa situação de mobilização do PT contra deputados do seu Partido, conseguiram-se estabelecer conversações para a pacificação da situação?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Conseguiu...?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Conseguiram-se estabelecer conversações com a direção do PT no Acre para pôr termo a essa situação?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Sim. Nós tivemos uma reunião na Liderança em que estava presente o Deputado Ronivon Santiago, o Senador Sibá Machado e o Deputado Nilson Mourão, para tentar fazer essa composição.

Inclusive, quero dizer a V. Exª que naquele momento pensávamos em algumas alianças municipais, em 2004, com o PT, o que não foi possível. A única capital onde tivemos uma aliança com o PT foi em Campo Grande, e não foi nenhuma decisão da Executiva Nacional. Foi um assunto local do Partido em Campo Grande, uma decisão da Comissão Executiva Municipal, que fez, então, uma aliança com o Partido dos Trabalhadores. Nos outros locais todos, nós disputamos ou com candidato próprio ou em aliança com outros partidos.

Em Rio Branco, nós tivemos um candidato. Era um Deputado Estadual, um Deputado importante que tinha sido Secretário de Saúde do Município por duas vezes, Presidente da Assembléia. Ele disputou em

nome do PP, até porque nós estimulamos os diretórios municipais a lançar candidatos a prefeito em todos os municípios, até porque, naquele velho jargão, “time que não entra em campo não tem torcida”. E nós queríamos aumentar o número de filiados ao nosso Partido.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O que eu desejo indagar de V. Exª é se os entendimentos com o PT chegaram a bom termo no sentido de cessarem os ataques feitos aos deputados federais do seu Partido no Acre.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Pelo menos, Ministro, cessaram de aumentar o número de ações. São 36, e, quando nós chegamos, já estava nisso aí. Então cessaram novas ações contra o Deputado Ronivon Santiago. A Justiça já arquivou doze ações, e o advogado ainda atua em 24 ações. Ainda tem ações no Acre e aqui em Brasília, tanto no Superior Tribunal Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal. Mas lá me parece que melhorou a convivência, embora nós não tenhamos nos aliado nas eleições municipais.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O PT do Acre foi responsável, então, por 36 denúncias contra o Deputado Ronivon Santiago?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – O PT do Acre diz que não, mas, na verdade, houve um estímulo muito grande por parte do Partido dos Trabalhadores, já que lá o Governador foi reeleito, elegeu agora o prefeito da capital. Realmente o Partido dos Trabalhadores é muito forte no Acre, e nós sabemos da influência que têm os governadores, sobretudo os governos estaduais em relação aos tribunais regionais eleitorais. É evidente que houve esse estímulo. E, quando conversamos com o PT, nós tratávamos deste assunto e as coisas começaram a melhorar, embora o Deputado Ronivon Santiago tenha sido cassado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª já declarou que o Partido resolveu assumir então os ônus da defesa dos Deputados Narciso Mendes e Ronivon Santiago.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade. E tínhamos contrato formal sobre isso. O contrato é entre o advogado e o Deputado Ronivon Santiago. Nós não tínhamos um contrato formal porque não tínhamos o dinheiro. Já tinha tanta encrença que se a gente fosse assumir um contrato formal certamente o advogado, amanhã, cobraria isso na Justiça, o que aumentaria a pendência financeira para o Partido. Mas nós assumimos com o Deputado Ronivon Santiago o entendimento de que nós pagaríamos o advogado dele.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª assumiu esse compromisso apesar de ter declarado que o PT não tinha dinheiro, tanto que esta-

va em dificuldades para pagar dívidas do Partido em outros estados?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Assumi depois que tive a informação de que o PT ia pagar esses compromissos, porque tinha feito, inclusive, entendimentos para pagar R\$300 mil em junho, R\$200 mil em julho, R\$200 mil em agosto e R\$200 mil em setembro, aí pagaria os débitos do advogado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aí chegamos à questão crucial: quem fez entendimentos com V. Exª para efetuar esses pagamentos?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Os entendimentos que foram feitos foram autorizados por essa comissão que representava os interesses da bancada federal: os três Deputados, Pedro Henry, eu e Janene. Os entendimentos foram de que os assuntos financeiros fossem tratados com o Deputado José Janene, que é o 1º Tesoureiro do Partido, com o Tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio Soares. Nós sabíamos dessas informações. Depois disso é que nós assumimos o compromisso para pagar os honorários do advogado.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem negociou, então, com V. Exª foi o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Que prodigalizou os recursos, forneceu os recursos necessários para fazer face...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Disso eu tomei conhecimento, porque, quando foi feita essa remessa... Demorou demais para chegar. Eu estava na iminência, pressionado, inclusive, pelo Deputado Ronivon, com toda razão... O advogado pretendia largar a causa, até porque, numa das vezes, ele foi lá em Rio Branco, e não se pagou nem a gasolina para transportar o advogado. Ele reclamava muito disso. E o Deputado Ronivon pressionando, e eu dizia: vamos ter que pressionar. O PT assumiu esse compromisso; é uma responsabilidade dele. Isso foi demorado, demorado, demorado, até que, em setembro, nós tivemos conhecimento de que o PT estava enviando R\$300 mil, no dia 17 de setembro; depois, parece que no dia 24 de setembro, mandou mais R\$300 mil, na agência do Banco Rural e, em janeiro – não me recordo da data...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Em Janeiro de 200...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Em janeiro de 2004, o PT mandou mais R\$100 mil, que seriam pagos na agência do Banco Rural, mas o Assessor João Cláudio, ao chegar à agência do Banco Rural, tinha um recado de que ia receber esse recurso lá

num hotel que não sei o nome, em Brasília, com a Srª Simone Vasconcelos.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor insiste em afirmar que nenhuma parte desses recursos passou para as suas mãos?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não. Eu não sei nem, meu caro Ministro, como foi feito com esses recursos. Sei que eram em espécie, mas como eram as notas, eu não vi. Em nenhum momento eu tive oportunidade de ver isso e volto a afirmar categoricamente: foram todos repassados ao advogado que tinha contrato com o Deputado Ronivon Santiago, para defendê-lo, Dr. Paulo Goyaz, um advogado bastante conhecido em Brasília, um advogado com muita atuação no Tribunal Superior Eleitoral, um advogado que foi do PFL – ele era da Executiva do PFL; hoje ele faz parte da Executiva do PTB.

Eu me recordo dele porque, em 1979, ele foi uma das pessoas – o Deputado Júlio Redecker o conhece bem – que vieram junto com o Ministro Jair Soares para Brasília. Foram presidentes da Arena Jovem e faziam política. Aliás, como o Rio Grande do Sul sempre foi um Estado muito organizado politicamente, é onde o nosso Partido é mais forte, mais bem organizado, onde tem o maior número de prefeituras e diretórios. O Dr. Paulo Goyaz fez essa militância. Depois eu não vi o Dr. Paulo Goyaz por muito tempo, até que ele se tornou um expoente da advocacia em Brasília, sobretudo junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Peço a V. Exª que deixe registrado o nome do advogado.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele agora tem o nome de Paulo Goyaz, porque nasceu em Goiás, mas foi criado no Rio Grande do Sul. Ele me explicou porque perguntei como era o negócio de Paulo Goyaz, por que Paulo Goyaz. O nome dele é Paulo Alves da Silva, registrado em nome de Paulo Goyaz. A OAB é DF/5.214. Ele tem escritório de advocacia e consultoria com mais alguns outros advogados.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª está passando isso...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Já passei isso naquela separata.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ah, está certo. Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Deputado, eu gostaria que V. Exª nos desse indicações mais precisas de um elemento importante do seu depoimento. V. Exª declarou que o Deputado Romeu Tuma (*sic*), no exercício das suas funções de membro da Comissão de Sindicância da Câmara, reproduziu uma declaração do Deputado Roberto Jefferson de que V. Exª não estava envolvido com o “mensalão”.

Se não me equivoco, V. Exª fez referência ao fato de que o Sr. Romeu Tuma (*sic*), inquirindo o Deputado Roberto Jefferson, perguntou: “E o Deputado Pedro Corrêa?” E o Deputado Roberto Jefferson teria respondido: “Pedro Corrêa, não”.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu estou aqui, Ministro, com uma cópia do relatório da Comissão de Sindicância, assinado pelo Deputado Relator da Comissão de Sindicância, presidida pelo Corregedor, o Deputado Robson Tuma, em que, no capítulo sobre o Deputado Roberto Jefferson, que tinha, no Conselho de Ética... Na “Folha de S. Paulo” e depois no Conselho de Ética, dizendo que, do meu Partido, eu, o Deputado Pedro Henry e o Deputado José Janeane, nós participávamos do “mensalão”. Ele foi ouvido na sua casa por essa Comissão, a seu pedido, no dia 21.06.2005...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vinte e um de...?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – De junho; 21 de junho de 2005, este ano. Ele foi ouvido pela Comissão. Então ele afirmou e tal... E perguntado – inclusive, Ministro, também vou deixar isso com o senhor – se Delúbio Soares entregava dinheiro mensalmente também ao Deputado Pedro Corrêa, o Deputado Roberto Jefferson disse: “Pedro Corrêa, não”.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª está juntando ao depoimento.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Vou juntar este relatório da Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara cujo Relator foi o Deputado Robson Tuma.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado a V. Exª. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, que é Fernando Coruja, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputado Pedro Corrêa, o senhor é Presidente do PP desde quando, Deputado?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Desde o dia 4 de abril de 2003; fui reeleito no dia 11 de abril de 2005. Dia 7 de abril de 2005, desculpe.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O Sr. João Cláudio Genu é funcionário exatamente de quem dentro do...?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele é funcionário da Liderança do Partido.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele é funcionário da Liderança do Partido. Então ele não é funcionário do Partido.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Aliás, eu quero dizer que, quando assumi a presidência do Partido, nós tínhamos 14 ou 15 funcionários. E a folha realmente era muito alta. E fizemos um esforço muito grande para reduzir isso. Além de termos reduzido, nós tivemos que fazer entendimentos e acordos trabalhistas com a maioria dos funcionários. E os oito funcionários que estão hoje no Partido são funcionários da Liderança, têm cargos comissionados na Liderança. O Sr. Genu nunca freqüentou o Partido.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Quem determinou que ele fosse buscar o dinheiro?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele foi autorizado tanto por mim quanto pelo Deputado José Janene.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Quem o autorizava a buscar o dinheiro?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – O PT telefonava...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas, dentro do PP, quem o autorizava a buscar o dinheiro?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – No Partido?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não sei se era o Dr. Walmor Javarino ou se o Valmir, um funcionário da Assessoria do Partido. Era um assunto que realmente...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas o Delúbio ligava para quem?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Para uma dessas pessoas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele não ligava para V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não. Eu quero dizer que estive com o Sr. Delúbio Soares três vezes. Numa delas, no aeroporto daqui de Brasília, eu estava até com o Deputado José Janene e ia tomar um avião... Nós íamos juntos para o Rio de Janeiro, numa reunião partidária. E lá estava esperando o Sr. Delúbio, inclusive o Deputado Janene me apresentou ao Sr. Delúbio. Depois eu o vi novamente numa reunião aqui em Brasília, quando teve aquela festa lá no Porcão que o Partido comprou uma mesa...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Deputado, só para fazer as perguntas...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Certo, certo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O senhor nega que o PP tenha repassado recursos...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – O Partido Progressista?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – É, o PP... recursos para qualquer parlamentar.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Veementemente. Eu não tenho conhecimento. Aliás, vim tomar conhecimento desse “mensalão” no depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Eu não tinha conhecimento disso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Esses recursos que foram passados ao advogado Paulo Goyaz em junho, depois em julho, agosto e setembro...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, eles foram repassados nas mesmas datas dos saques do Sr. João Cláudio...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Eles foram repassados em dinheiro?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Em dinheiro, em espécie.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Então as contas do Sr. Paulo Goyaz podem demonstrar que...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – O Sr. Paulo Goyaz, que deverá estar à disposição desta Comissão, teve um problema naquela época. Ele não estava bem; a situação dele no casamento. E ele estava então – depois ele me contou... Eu tomei conhecimento do depoimento depois; não sabia de nada disso. Mas ele, inclusive, formou uma nova sociedade. E, na formação dessa nova sociedade, do capital social, do capital do escritório, ele retirou esses recursos que ele tinha do Partido Progressista, deixou na pessoa física. Está registrado em cartório; isso foi em 2003. Na sociedade, ele não colocou esses recursos, porque tinham vindo antes da formação da sociedade e eram ganhos por ele, como advogado pessoa física.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O tesoureiro nacional do Partido, quem era?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Naquela época? Era o então Vice-Governador Benedito Domingos; hoje é o Deputado Leodegar Tiscoski. Benedito Domingos era o Secretário-Geral.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Eu queria ler uma nota que saiu na coluna do colunista Moacir Pereira, de Santa Catarina, dizendo o seguinte: “PP quer legalizar caixa dois. Uma operação suspeitíssima, destinada a regularizar o recebimento de dinheiro ilícito do mensalão para tentar livrar o Deputado Pedro Corrêa da cassação política foi rejeitada pelo Deputado catarinense Leodegar Tiscoski...”

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Isso não é verdade.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Ele declarou em todos os jornais: “...Tesoureiro-Geral do Partido Progressista. Corrêa, que é o Presidente do



Diretório Nacional do PP, está na lista dos 18 deputados citados pelo relatório conjunto das CPMIs dos Correios e do Mensalão. É acusado de receber R\$700 mil de um total repassado ao Partido de R\$4,1 milhões. Vem alegando agora que o dinheiro teria sido usado para o pagamento do advogado do Deputado Ronivon Santiago. Na quarta-feira, Pedro Corrêa procurou o Deputado Leodegar Tiscoski; queria legalizar o recebimento dos R\$700 mil pagando o Imposto de Renda com atraso. O Parlamentar catarinense rejeitou a solução arranjada...” E ele alegou em tudo quanto era jornal de lá; chegou a dar entrevista. “...alegando que era ilegal, por envolver dinheiro do fundo partidário, de caráter público. Sugeriu a convocação da Executiva Nacional do Partido. A reunião foi marcada, e depois misteriosamente suspensa. Leodegar Tiscoski embarcou na quinta-feira para Santa Catarina e não soube de mais nada. Quando se encontraram em Florianópolis, foi informado de que o Presidente Pedro Corrêa encontrou outra solução: convocou o 1º Tesoureiro, Deputado José Janene, Líder do PP na Câmara, também incluído na lista dos indicados para a cassação. Seu assessor João Cláudio Genu responde pelos saques de R\$4,1 milhões.”

Então o Tesoureiro Nacional do PP diz nessa nota que foi chamado para montar essa operação.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Olhe, eu gostaria... Havia outras pessoas presentes nessa reunião. Estávamos eu, o Deputado Pedro Henry – se não me falha a memória, se não citar alguém... Mas estes estavam presentes: eu, o Deputado Pedro Henry, o Deputado José Janene, o Deputado Leodegar Tiscoski, o Deputado Francisco Turra, o Secretário do Partido Benedito Domingos, o Sr. Aldo Rosas, de Santa Catarina, o seu Estado, que é o 1º Secretário do Partido, o Deputado Ronivon Santiago, o Deputado Vadão Gomes e o Deputado Cleonânio Fonseca; nós estávamos todos reunidos porque, na verdade, Deputado Fernando Coruja, nós não tínhamos repassado e estávamos, inclusive, criando um constrangimento para o Dr. Paulo Goyaz, que tinha assinado o recibo, mas...

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas essa é de agora, 3 de setembro.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – É verdade, 3 de setembro; a reunião foi no dia 30 de manhã, na Tesouraria do Partido.

Quando assumi a presidência, eu tirei a Tesouraria do Partido, logo agora, ultimamente, já faz algum tempo, para colocar numa sala, porque não tinha espaço; no 17º andar, fica somente recebendo os documentos, mas os documentos são processados lá no Edifício Assis Chateaubriand. Nós temos uma sala, o Partido tem uma sala, então fizemos a Tesouraria. E

lá, então, fizemos essa reunião. Os dez Deputados estavam presentes. Nós marcamos para ouvir o restante da Executiva e a ata está assinada, Deputado Fernando Coruja, pela maioria da Executiva do meu partido. A ata está assinada. Eu posso mandar cópia dessa ata para V. Exª A maioria absoluta da Executiva do meu partido, determinando que nós tirássemos recursos do fundo partidário, deixássemos de repassar durante vinte dias os recursos para o Estado – nós fomos obrigados a repassar 40%, repassamos mais de 50%, porque as dificuldades são imensas nos Estados —, enquanto faríamos uma campanha para que conseguíssemos recursos para que esse dinheiro fosse reposto ao fundo partidário e aí não fosse dinheiro do partido. Seria então uma campanha de doação entre os filiados, entre os parlamentares, entre os dirigentes, entre as pessoas que militam no dia-a-dia da vida do nosso partido.

Então, se V. Exª quiser indagar dos outros parlamentares que estavam presentes, V. Exª terá então a confirmação daquilo que estou dizendo.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Então o senhor nega que essa operação tenha sido armação.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Nego e não acredito, até porque a gente sabe que tudo que está na imprensa...

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Não, mas o senhor nega que isso é uma armação.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Eu quero dizer a V.Exa, Deputado Fernando Coruja, que esse recurso... Eu não acredito que ele tenha dito isso, a mim ele não disse isso. Aliás, ele ia no outro dia, porque nós estávamos na pendência de saber quanto era o recurso. Nós tínhamos o valor nominal. Até discutimos os valores, porque o valor nominal era 264 mil reais e, por essa razão, que nós fomos à Receita Federal. Lá então, o Dr. Rachid disse que não podia parcelar, porque eram recursos que tinham sido retidos pelo partido e tinham que ser pagos de uma vez. Então eu fui ao Dr. Rachid e pedi para que ele fizesse uma atualização, com a multa de 20%, desse recurso, que nós pensávamos que chegasse a mais ou menos 300 mil reais. E só na quinta-feira, no dia 31 de agosto, às cinco e meia da tarde, seis horas, um assessor do Dr. Rachid me entregou esses cálculos. Aí então nós pagamos...

O delegado tinha perdido um amigo na quinta-feira e teve que ir cedo para – até o que não é contumaz, ele sempre vai depois, à tarde – Santa Catarina para ir ao velório desse amigo dele. O que ele me informou e também o Sr. Aldo Rosas. Então, como nós tínhamos acertado que iríamos pagar isso somente

na quinta-feira, ele não pôde assinar o cheque. Então assinamos com a data de 31 de agosto esse cheque, que chegou nos cálculos de 31 de agosto a 396 mil e alguma coisa. Nós assinamos esse cheque com o primeiro-tesoureiro, que não tinha... até porque nunca cuidamos disso, até porque quando nós tínhamos o ex-Governador Benedito Domingos aqui, ele que cuidava de tudo isso, porque ele morava permanentemente em Brasília, sexta-feira, sábado, domingo, a hora que precisasse ele estava aí. Ele tinha inclusive uma procuração para resolver os assuntos do partido.

Aí, só no dia 31 nós fizemos o cheque, assinado pelo Deputado José Janene, que houve um problema no banco. O nome da mãe do Deputado José Janene não conferia com o nome que estava na ficha do partido. Por essa razão, o cheque não foi pago.

Depois houve um telefonema do Deputado Ricardo Barros, que depois me procurou, dizendo que não tinha sido autorizado. E eu dei as explicações a ele. O Deputado Ricardo Barros faz oposição sistemática ao Governo do Presidente Lula. Ele foi um dos Deputados que se posicionaram contra a posição do partido em votar com os projetos do Governo e ele ficou liberado, teve todas as oportunidades. Ainda ontem ele almoçou comigo e conversamos longamente porque ele queria explicações e na verdade ele não participou disso porque era assunto que se originou do Partido dos Trabalhadores, do qual ele fazia oposição radical.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Baltazar (PSB – RJ).

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Deputado Pedro Correa, o senhor conhecia o Sr. Marcos Valério?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu vi pela primeira vez esse homem na televisão. Nunca o vi.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca o vi.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Nunca. E até ele reconheceu, eu sou um político de expressão nacional, presidente de um partido grande, mas nunca ouvi falar nesse camarada. Primeira vez.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quem negociou, por parte do PP, os 900 mil que foram pagos ao Deputado de Goiás?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu deixei claro, esse assunto já respondi anteriormente. Houve uma designação para que o Deputado José Janene tratasse desses acertos.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Foi ele que fez a negociação. Não é?

Só para entender um pouquinho aquilo que o nosso relator levantou, não era pagar dívida de campanha.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Era uma coisa absolutamente clara, um advogado que o PT se propôs a pagar.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Por conta de assuntos que foram causados pelo próprio PT.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Se era coisa tão clara, tem recibo do PT emprestando ou dando esse dinheiro, passando esse dinheiro para o advogado? Já que não passou pelo PP, não tem nenhum documento que mostre essa passagem do dinheiro do Sr. Delúbio?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, somente recibos contra o saque que foram feitos pelo Sr. João Cláudio Genu. Ele não foi contabilizado, até porque o PT depois disse que diria quem era o doador e não conseguimos isso nunca. Hoje nós sabemos que são recursos das empresas do Marcos Valério.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quer dizer, quando o advogado recebeu, ele recebeu...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Consciente de que era do partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas sem nenhum documento que provasse.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Com um RPA, um documento de pagamento a pessoa autônoma.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. Dado por quem?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Pelo partido, pelo Dr. Valmor Giavarina, que era o chefe da assessoria nossa.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Ah, sim. Então o partido deu a saída.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não. O dinheiro não entrou no partido, não entrou na contabilidade do partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, mas como é que saiu?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Saiu com recibo de RPA. Foi uma maneira que nós tínhamos, porque como o débito era maior, 900 reais, esse foi o entendimento. Depois que eu tomei conhecimento, não sabia disso, ele conseguiu, achei que tinha sido negociado pelos 700 mil, não sabia que tinha recibo de RPA, nada disso. E foi a maneira que ele conseguiu e a conta de mais de 900 mil, ele só tinha os 700, foi paga assim.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só uma pergunta para eu entender. Porque se sai, tem que ter uma entrada. Se alguém do partido...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não foram recursos do partido. Os recursos chegaram em espécie, o PT ficou depois de dizer quem era o doador, se era o próprio Partido dos Trabalhadores. Porque não tem nada que impeça, mas até hoje não consegui do PT isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então ficou um buraco aí nesse processo.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ficou um buraco nesse processo e há na nossa contabilidade um déficit fiscal. Mas não existe, esse dinheiro nunca foi contabilizado. Não entrou em nenhuma conta do partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. O senhor conhece a Bônus Banval?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – A Guaranhuns?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Nunca teve...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não. Aliás, até quando ouvi o nome Guaranhuns eu pensa que era o Garanhuns lá de Pernambuco, nós temos um município assim, mas na Folha de S. Paulo, nunca.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não conhece.

O Partido Progressista contratou alguma empresa do Sr. Duda Mendonça em 2002, 2004?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Não conhece o Sr. Duda Mendonça?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Conheço O SR. Duda Mendonça. Em 1996, o Sr. Duda Mendonça era o marqueteiro do Paulo Maluf, que era o Presidente do partido. E eu fui candidato a Prefeito. E ele supervisionou minha campanha. Ele não foi a Pernambuco, mas eu usei inclusive uns *jingles* que eram negócio do Cingapura, do leve leite, eu usei esse *jingle* na minha campanha, em Recife. Eu até tive uma votação muito expressiva.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor não pagou nada às empresas do...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O Sr. Marcos Valério afirma ter depositado... 4 milhões e 100 mil foram sacados pelo Sr. Cláudio Genu. O senhor desmente isso?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Claro. Com autorização nossa ele sacou somente 700 mil reais.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Mas é possível que ele tenha sacado para outros objetivos?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele me diz que nunca fez isso. Eu não tenho por que desconfiar dele.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então ele não sacou?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não sacou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Se sacou, entregou para outra pessoa.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Outra pessoa. Não passou nem ninguém do partido tinha conhecimento disso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim.

O senhor conhece a Srª Simone? O Sr. Cláudio Genu falou sobre essa Srª Simone?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, nunca falou.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor não conhece a Simone?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu vi pela primeira vez depondo na CPI dos Correios. Nunca vi.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Em relação ao Deputado Severino Cavalcanti, o senhor acredita que ele recebeu algum recurso?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Olha, eu tenho amizade muito grande, é conhecida na Casa, pelo Deputado Severino Cavalcanti. Eu conheço o Deputado Severino Cavalcanti há mais de 40 anos. Ele foi Deputado com o meu pai.

O Deputado Severino Cavalcanti, quando saiu para São Paulo, foi mercador de jóias, começou como trabalhador alugado, depois foi construindo um patrimônio e chegou a ter 15 lojas no Brasil. E entrou na política, foi Prefeito de João Alfredo e saiu começando, cada eleição ele vendia uma loja, vendia duas lojas para pagar as despesas da campanha. E eu sei que ele hoje é um homem pobre, é um homem que mora num apartamento em nome da filha, porque ele não pode ter o apartamento porque senão ele vende na campanha, ele detona para poder fazer eleição.

E V. Exª, Deputado, se for na casa dele, vai ver que é uma casa – aliás, quero dizer que não é por conta de D. Amélia —, mas é uma casa descuidada, as coisas quebradas, o sofá tem buraco, então ele é um homem dessa maneira.

E o João Alfredo, na casa dele, é uma casa antiga que foi do pai dele, uma casa que deve valer uns 20 mil reais, porque não tem mais nada do que isso, se você for lá também não tem nada inteiro.

Então o Deputado Severino Cavalcanti é um sujeito que tem muitas dívidas. Sempre teve. Passava os cheques, vivia naquela corrida grande, atalhando os cheques, indo ao gerente do banco para não pagar aquele negócio. Porque ele realmente é um homem sem recursos. Vive do salário.

Agora, esse assunto dele, isso aí eu posso dizer: eu não tenho a menor condição de afirmar isso. Eu não sei também a vida dele, a não ser as aparências. Quero dizer que ele é meu amigo, eu tenho confiança nele e vou esperar ele me dizer o que ocorreu na realidade.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim. O nosso relatou colocou a questão lá, e o senhor relatou também, do problema do PP com o PT lá no Acre, não é?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E aí, só para entender um pouco essa dinâmica, havia um problema e que o PT, segundo a sua afirmação, teria pelo menos induzido alguém a colocar os processos contra o Deputado Ronivon, e depois o senhor disse que ele não fez mais... Não foram essas palavras, mas em reparar. Quer dizer, o recurso dado ao advogado era uma espécie de pagamento pelos danos provocados ou há um outro entendimento? Quer dizer, os recursos e depois a não feitura de outros processos ou o abandono dos processos contra o Deputado, para eu saber, era espécie de moeda de troca ou não é bem assim?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não. Não é bem assim. Até porque o PT do Acre nunca assumiu que tinha se empenhado no sentido de cassar os nossos Deputados. Mas as pessoas todas sabem disso. Quando fizemos a reunião com o Senador Siba e mais o Deputado Nilson Mourão, nós reclamamos. Agora, nunca tratamos de recursos financeiros. Aliás, eu nunca tratei de recursos financeiros com ninguém do PT. Tratamos de uma convivência entre o nosso pessoal e os petistas acreanos, com a convivência política. Até porque não tinha sentido e não tem nenhuma lógica o PP nacional votando com o Governo do PT e o PT lá no Acre destruindo os nossos companheiros. Não só os Deputados Federais, mas os Deputados Estaduais, os Prefeitos, Vereadores, enfim. O Presidente do partido do meu Estado era inclusive um Vereador de Rio Branco. Acho que ainda é.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Quando o senhor afirmou que ele não tinha mais do que a obrigação de pagar o advogado ficou parecendo...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – No nosso entendimento.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – ...uma troca em função do apoio. Isso só para que a gente ficasse...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – No nosso entendimento nós pensamos assim, Deputado. Não foi assim, nem conversamos sobre esse assunto quando da nossa reunião da Liderança com os integrantes do PT.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Com quantos Deputados o PP começou essa legislatura?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Quarenta e nove.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E quantos ele tem agora?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Cinquenta e quatro. Eu entreguei também aí a evolução mês a mês, e veja o seguinte, Deputado Paulo Baltazar (PSB – RJ): dos partidos que são citados como partidos onde existiram trocas de partido, tem troca de partido em todos os partidos. O partido de V.Exa, o PSB, elegeu uma bancada maior, depois saiu o Governador do Rio, o Garotinho, e levou um número grande de Deputados.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Por que o Roberto Jefferson disse que o PP está envolvido com o mensalão? Só essa última pergunta. Por que o senhor imagina, qual é a razão dessa acusação frontal ao PP?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Olha, eu.... é um juízo de valor do Deputado Roberto Jefferson. Eu não sei por que ele fez isso. Até porque eu quero dizer que tem uma convivência muito boa com o Deputado Roberto Jefferson. Ele chegou aqui em 82, eu cheguei em 79 e ele, em 83, sempre tive uma convivência boa e nunca tivemos nenhum problema. E inclusive no Conselho de Ética, na Folha de S.Paulo, ele citou o meu nome. O que depois na Comissão de Sindicância ele negou. Não sei quais foram as razões que o Deputado Roberto Jefferson fez isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado, Deputado Paulo Baltazar.

Na sequência falará o Deputado José Rocha, depois a Deputada Zulaiê Cobre, Wladimir Costa, Julio Redecker, José Jorge, Daniel Almeida, Agnaldo Muniz e Mendes Thame, na décima posição, como ele é suplente, e Romeu Tuma.

Passo a palavra, por dez minutos, para o Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ilustre Presidente desta sessão, Sr. Relator, ilustre Presidente do PP, Deputado Pedro Correa, Senhoras e Senhores

Parlamentares, eu inicio minhas indagações dizendo que o Deputado Pedro Corrêa encontra-se nesta Comissão convocado por ser Presidente de um dos partidos que foram, dentre outros, acusados nesta Casa de executar ou de realizar o mensalão. E indiciado nesse processo porque o Deputado Roberto Jefferson teria dito que o Deputado Pedro Corrêa era um distribuidor do mensalão.

Pergunto ao Deputado e ilustre Presidente Pedro Corrêa: V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento de mensalão nesta Casa? A partir de quando?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Hoje, Deputado Paulo Rocha, a partir das afirmações do Deputado Roberto Jefferson.

Olha, Deputado Paulo Rocha, eu estou nesta Casa há muitos anos...

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – José Rocha.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Aliás, desculpe, José Rocha. Aliás, eu tenho convivência muito grande com o Deputado José Rocha, já inclusive estivemos em missões oficiais no exterior, é meu colega médico e o Deputado José Rocha é uma das grandes figuras do PFL da Bahia.

Deputado, nós fazemos política, todo mundo aqui é candidato, disputa eleição, nós sabemos as dificuldades do que é uma campanha eleitoral. Quando a gente chega numa sexta-feira e vai ter que pagar a despesa do comitê, a gente chega e aí as pessoas ameaçando que vão sair para os outros municípios. A gente chega no município e os nossos aliados dizem: olha, os adversários ontem trouxeram para cá a banda de Fulano de Tal, o nosso povo não vai ficar consigo. A gente sabe que naqueles particulares, sobretudo no interior, nós somos nordestinos, sabemos bem disso. Quando um chefe político chama a gente assim no quarto do casal, e diz: Deputado eu quero ter um particular com V. Ex<sup>a</sup>, e aí diz: olha, eu e minha família não queremos nada, mas vai entender, os vereadores, os cabos eleitorais precisam de uma ajuda.

Então a gente sabe que é evidente que na campanha política a gente procura os amigos para que esses amigos possam fazer a despesa. Agora, mensalão, Deputado, eu estou aqui há vinte e tantos anos, nunca ouvi falar em mensalão. Nem acredito que a Câmara dos Deputados pudesse receber dinheiro por mês.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Quando o PP foi convidado pelo Governo para fazer parte da base aliada? E o convite partiu de quem?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – O Presidente Genoíno... O presidente do partido naquela época era o ex-Prefeito e ex-Governador Paulo Maluf. Mas na verdade o 1º Vice-Presidente era o Deputado

Delfim Netto e eu era o 2º Vice-Presidente. Mas na verdade eu atuava muito na presidência do partido porque como o Dr. Maluf não vinha a Brasília, o Deputado Delfim Netto, que ainda hoje é o meu 1º Vice-Presidente, raramente assumia os entendimentos por parte do partido. Então, quando nós começamos a conversar sobre isso, quem primeiro me procurou foi o Deputado José Genoíno, dizendo que o partido tinha que fazer as alianças e que sabia que a maioria da nossa bancada tinha votado no Presidente Lula no segundo turno. Eu por exemplo, votei nos dois turnos no candidato José Serra, porque lá em Pernambuco nós seguimos a orientação do Governador Jarbas Vasconcelos. Inclusive eu me recorde de uma passeata no segundo turno, quando nós sabíamos já do resultado, e que participamos lá em Recife.

O Deputado Genoíno então disse: “Olha, nós precisamos conversar”. E, na verdade, esses Deputados que tinham votado já no Presidente Lula no segundo turno, pressionaram, porque diziam: “Olha, eu assumi compromisso com as minhas bases, eu subi nos palanques. Eu lá empenhei a minha palavra de que o Governo ia realizar isso, aquilo, aquilo outro”. Então eu comecei as conversas com o Deputado José Genoíno. Depois então com o Ministro José Dirceu, que era o coordenador político do Governo. Não somente eu, como o Deputado Pedro Henry, Deputado Janeane e outros companheiros da bancada íamos sempre conversar, levávamos Deputados à Casa Civil, conversávamos com todos os companheiros.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Sr. Presidente Pedro Correa, os outros partidos, o PL, aqui foi dito pelo seu presidente que houve um acordo financeiro de 10 milhões para apoiar a candidatura de Lula a Presidente da República no segundo turno. Ouvimos aqui também o Roberto Jefferson, dizendo que houve um acordo de 20 milhões para o PTB. Que acordo financeiro houve entre o Governo e o PP para que houvesse esse apoio?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Deputado José Rocha, nós não fomos aliados do Governo do PT no segundo turno. Nós não fizemos parte nem no primeiro nem no segundo turno da coligação que elegeu o Presidente Lula. O PT votou, aliás deu o candidato a vice-presidência do Presidente Lula. E o PTB no segundo turno votou abertamente no Presidente Lula. Nós tínhamos, nessas conversações, entendimentos de que em 2004, se nós montássemos uma coligação municipal, onde o candidato fosse majoritário o candidato do PT, certamente eles faziam a despesa. Aliás, essa é uma prática comum da vida pública, o candidato, por exemplo a Governador ou o candidato a Prefeito de município, se ele tiver coligações com o outro, ele

tem um comitê financeiro único e quem é responsável por esse comitê é a pessoa indicada pelo candidato principal da chapa majoritária.

Nós não fizemos isso. Em 2004 não tivemos nenhum... as coligações foram muito raras com o PT. Em Pernambuco fizemos apenas duas coligações municipais com o PT, um município distante de Recife. E eu quero dizer também a V. Exª que por essa razão, por não termos sido da primeira hora, não tivemos direito a Ministério. Só viemos ter agora, depois da eleição do Presidente Severino que, por seu prestígio, nomeou o Ministro Márcio Forte. Diferente do PTB que tinha Ministro, do PL que tinha o Vice-Presidente e tinha Ministro, e diferente do PMDB, que teve três Ministros.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Prestígio do Presidente Severino.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Presidente Severino.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Nobre Deputado Pedro Correa, quero aqui confirmar realmente a amizade e a simpatia que nutro por V. Exª, colega médico, e dizer que V. Exª, de todos que aqui passaram, é o que mais se sente confortável. Isso que eu quero dizer porque V. Exª encontra-se aqui primeiro convocado por ser Presidente de partido supostamente participado do mensalão. Segundo, indiciado pela denúncia do Deputado Roberto Jefferson, dizendo que V. Exª tinha recebido recursos para distribuir do mensalão. E vejo aqui, foi passado pelo seu advogado, que na Comissão de Sindicância, quando foi ouvido o Deputado Roberto Jefferson, foi perguntado, pelo Relator, Deputado Robson Tuma, se Delúbio Soares entregava dinheiro mensalmente também ao Deputado Pedro Correa. O Deputado Roberto Jefferson disse: “Pedro Correa não. Quando eu falei com ele, Delúbio Soares, ano passado, ele me disse que os recursos eram transferidos para o Bispo Rodrigues, Valdemar Costa Neto e Pedro Henry”.

Então, diante disso, nobre Deputado, vejo que V. Exª realmente se encontra numa situação bastante confortável e realmente, pelo menos para mim, não é surpresa.

Portanto, Sr. Presidente, diante dessa declaração do próprio Roberto Jefferson, diante do motivo da sua convocação a esta Comissão e diante das respostas e das perguntas que pude fazer, eu me dou por satisfeito na minha inquirição ao Presidente Pedro Correa, do PP.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaiê Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Pedro Correa, Presidente do PP, eu só quero, antes de tudo, fazer uma observa-

ção, Sr. Presidente, porque aqui veio, não nesta CPI mas na CPI dos Correios o Deputado Roberto Jefferson e fez uma afirmação e todo mundo ficou quieto. Portanto, eu não vou ficar quieta e vou contestar a sua fala final de que nós todos devemos abrir as nossas contas. As nossas contas já estão abertas. Eu sou uma mulher de conta aberta, minhas contas todas são abertas, meu patrimônio todo na CPI, está tudo aberto na Internet, e sou mulher que presidi CPI e já abri várias vezes. Portanto, eu acho que essa sua sugestão foi uma coisa que ninguém reagiu, e isso é muito ruim para nós, porque a imprensa está de olho em nós. Aí eles vão dizer: o Deputado Pedro Correa chegou na CPI do Mensalão e Compra de Votos, falou que nós todos devíamos abrir a conta e ninguém falou nada. Então eu quero rebater que se eu estivesse na CPI dos Correios e o Deputado Roberto Jefferson tivesse falado para mim aquilo eu rebateria, dizendo para ele que eu não tenho dívida de campanha e que não gasto dinheiro em campanha. E aquilo que ele falou na CPI dos Correios pode ser verdade para ele, para mim não. Então eu quero dizer isso a V. Exª O senhor me desculpe, mas eu tinha que rebater essa parte.

Agora, Deputado, eu não entendi nada. Vou falar bem o português claro. Esse negócio de pagar honorários para um Deputado, quando o dinheiro era para o partido, é isso que não estou entendendo. O senhor tem aqui um dinheiro grande. A quebra do sigilo bancário de Valério apontou que Genu sacou 850 mil do Rural, entre setembro de 2003 a janeiro de 2004. Depois, o empresário Valério, o próprio Valério entregou uma lista, dizendo que os saques chegaram a 4 milhões e 100, no depoimento à Polícia Federal, no dia 30 de julho. “O Chefe de Gabinete de Janene confirmou que realizava saques para o partido na agência do Banco Rural em Brasília, sob as ordens do então Tesoureiro do PT, Pedro Ribeiro Barbosa – a que morreu –, e a operação era feita com aval da cúpula partidária”.

Então se nós temos aqui, e aí vem também o depoimento da Simone, dizendo que a grana era rateada, segundo Genu disse à Polícia Federal, entre Janene, vírgula, o Presidente do PP Pedro Corrêa, e o ex-Líder da bancada na Câmara, Pedro Henry. Genu afirmou que não sabia para onde era dado o dinheiro. Ele só disse que trazia o dinheiro. E o dinheiro não era pouco.

Então, Presidente, Deputado Pedro Corrêa, como era isso? Quer dizer, todo esse dinheiro, é uma coisa confusa aqui para nós da CPI do Mensalão, eu queria que o senhor observasse isso, porque vem aqui o Roberto Jefferson e fala que os 4 milhões ficaram com ele, ele não fala para quem deu, não fala o que fez etc. e tal. Aí depois vem aqui o Valdemar Costa Neto.

O Deputado Valdemar Costa Neto falou: “Eu peguei 6 milhões e meio e também não falo o que eu fiz, eu não dei nada. Aliás, paguei conta do segundo turno do Presidente Lula em São Paulo”. Quer dizer, ninguém sabe, ninguém viu. Está certo que todo esse dinheiro tem uma origem lícita, nós sabemos disso, Deputado Pedro Correa o senhor sabe disso.

Então o senhor tinha um dinheiro, um valor em dinheiro, o senhor não poderia fazer muita coisa porque não tinha contabilidade desse dinheiro. Agora, o senhor disse que pagou os honorários do Deputado Ronivon Santiago, desculpa, o advogado lá... ele é Deputado Federal, Ronivon Santiago, e ele está envolvido com processo de cassação, tem um advogado, precisava do dinheiro. Agora, o que eu não entendi foi o seguinte: o senhor falou aqui que quem conversou com o senhor sobre essa possibilidade de o PP participar da base de Governo já em 2003 foi o Ministro José Dirceu. Ele que conversou. E nessa conversa, o que ele falava para que o PP fosse base de Governo?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Deputada Zulaiê Cobra, V. Exª fez algumas perguntas e fez algumas colocações. Eu quando sugeri à classe política que abrisse mão do sigilo fiscal e bancário é porque eu conheço bem os companheiros que estão aqui. Hoje, cerca de 80% dos Deputados não têm cheque especial, porque têm dificuldade no pagamento das suas contas, têm débito de campanha que não podem pagar. Eu sei, tenho aqui muitos amigos que são ex-Deputados, que vivem na miséria. Gente que tinha uma profissão, que tinha uma posição, que passou aqui quatro, cinco mandatos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Não, eu entendi. O senhor até mandou abrir para mostrar para a imprensa que nós não ganhamos nada.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Que nós não ganhamos nada, que nós não somos ricos.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – É que a imprensa vem interpretar de maneira diferente.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – E que a grande maioria, Deputada Zulaiê, que está aqui são pessoas que deixaram as suas posições, deixaram de ser advogados, deixaram de ser médicos, de ser engenheiros, de ser profissionais liberais, deixaram de ser comerciantes para vir para cá, para ganhar pouco, para trabalhar muito e ser chamado de ladrão. Há um conceito nesse sentido. Aliás, isso não é somente no Brasil. No mundo todo se fala...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – É uma pena que não falam mal do Judiciário. Ainda mais hoje, agora eu vou falar mais mal do Judiciário, depois dessa liminar que fiquei sabendo. Aí que vou falar mais mal ainda do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – V. Exª tem competência, foi presidente de Comissão de Justiça e é uma das pessoas que conhecem profundamente a legislação brasileira.

Mas eu quero dizer a V. Exª que os recursos sacados pelo Sr. Genu não foram 850 mil reais, foram 600 mil na agência do Banco Rural, 300 mil no dia 17, acho que no dia 17, e 300 mil no dia 24, e 100 mil ele recebeu em espécie da Srª Simone Vasconcelos, porque foi no Banco Rural e lhe deram o recado que ele ia buscar os valores lá num hotel em que estava a senhora Simone Vasconcelos. Então foram 700 mil. Esses 4 milhões e 100, diz o Sr. Marcos Valério que deu isso, eu não tenho conhecimento. E todas as pessoas do meu partido, ninguém tem conhecimento. O Sr. Genu inclusive tem uma carta, ele estava preocupado quando foi para a Polícia Federal e eu fiz uma carta, dizendo que ele tinha autorização para ir três vezes ao banco. Somente isso. Se ele foi alguma outra vez foi por conta própria e ele nunca me informou.

Essa coisa do Marcos Valério eu acho que tem um furo grande e eu acho que esse dinheiro não foi repassado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – É, porque aqui tem uma lista, dada pelo Marcos Valério à CPI dos Correios, em 1º de agosto, que fala do João Cláudio Carvalho Genu e José Janene. E tem as datas: de setembro de 2003 até julho de 2004, totaliza 4 milhões e 100.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Eu tenho as datas porque tenho aqui os recibos dos advogados, e tenho a carta que fiz para o Genu.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Agora, o Genu confirma que pegou esse dinheiro. Só que o Genu fala que não sabe para onde foi.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – O Genu era apenas mensageiro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Certo.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Ele foi por três vezes. Ele trabalhava há um mês e meio, foi por três vezes. Recebeu uma determinação para ir buscar, ele não sabia o que era, nem... Ele não tem realmente...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Vamos esquecer o Genu. O Genu virá aqui.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Claro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Ele vai vir. O senhor falou que com o PT era muito difícil, demorava muito para tomar decisões. Isso é uma coisa que a gente sabe faz tempo. O senhor ia muito à Casa Civil? O senhor fazia essas conversas com o José Dirceu?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não ia muito, mas ia com freqüência. Aliás, eu participava sempre, faziam algumas reuniões, o Presidente Lula, o Ministro José Dirceu com os presidentes dos partidos, com os líderes dos partidos, onde se faziam as tratativas para votar os projetos na Câmara e no Senado, mas eu participava e participo até hoje como presidente de partido do Conselho de Política...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É aí que eu queria a pergunta que fiz para o senhor. Quando o José Dirceu, no começo de 2003, chamou o senhor para convencê-lo para o senhor vir para a base, aí houve todas as conversas, qual era a conversa do ex-Ministro José Dirceu com o senhor?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Olha, a conversa do Ministro, primeiro, ele precisava da bancada do PP para dar sustentação ao Governo do Presidente Lula, porque o Presidente sem maioria não governava o País, e uma crise em cima de outra. Depois ele dizia que o PT tinha mudado. Porque veja bem, Deputada Zulaiê, eu fui adversário do PT toda a minha vida. Eu votei aqui a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, fui xingado pelo PT, pela CUT em função de reforma também. Eu fui presente a uma manifestação em que V. Exª estava presente, lá em Congonhas, e V. Exª reagiu com muita...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Em 2002 nós sofremos muito na mão do PT. E com coisas mentirosas, diga-se de passagem. Aliás, é próprio do PT.

Bom, mas vamos lá.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu fui relator daquela reforma trabalhista na Comissão do Trabalho.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E disseram que nós fizemos tudo nas bobagens e que nós não fizemos. Nós só fizemos algo que hoje o PT quer fazer, que é a flexibilização da CLT. Nós fizemos só isso.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – E eu tinha... eu me recordo que eu dizia muito: olha, no dia em que o PT chegar ao Governo ele vai ter que mudar, ele vai saber que você não consegue governar o País...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas como eram essas conversas? Eu queria saber dessas conversas. Qual era o argumento dele?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele disse que ia colocar... ele precisava... o Governo precisava fazer a reforma da Previdência, precisava fazer a reforma trabalhista, precisava fazer a reforma política, a reforma tributária e que eram assuntos que nós já tínhamos votado no Governo passado e que certamente não seríamos agredidos. Eu quero dizer a V. Exª que nós tivemos uma série de embates mesmo fazendo

parte do Governo do Presidente contra o Governo. Nós tivemos candidato a Presidente da República.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora, o senhor falou aqui...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Nós obstruímos várias vezes. Aliás, nós, o PL, o Pedro Henry obstruía...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sempre o Pedro Henry pegava o microfone e dava o cacete. De vez em quando elogiava, de vez em quando não sabia o que ele estava...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – De vez em quando ele elogiava, é evidente, porque nós éramos do Governo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Bom, vamos lá. Então o senhor conversou com o ex-Ministro José Dirceu várias vezes para dizer que precisava do apoio. Ele pediu o apoio, ele pediu porque precisava do PP para votar.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Pediu. É verdade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou que quem acertou os pagamentos foi o Delúbio.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu nunca participei de assunto financeiro do partido.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Nada. O senhor falou que acertou mas o senhor não sabe.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor falou.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade. Acertei o financiamento com o assunto dos honorários do advogado. Porque é diferente do que V. Exª falou, nós temos os recibos do advogado, nós realmente recebemos 700 mil reais.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor falou que foi agora lá no Rachid.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas no Rachid o senhor foi agora.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Porque nós temos um débito fiscal.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor está fazendo uma conta retroativa.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Nós temos um débito fiscal e que nós vamos honrar esse débito fiscal. Nós podíamos já ter honrado isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E esses honorários foram pagos em 2003 e 2004?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Dois mil e três e 2004.



**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Isso tem prova.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Claro, eu entreguei inclusive ao Relator da Comissão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O tesoureiro na época era o Barbosa, o que morreu.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – O contador.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O contador.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Era o escritório dele.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Agora aqui me perdi um pouco. O senhor falou negócio da ata, eu queria fazer uma pergunta sobre a ata. Essa ata da Executiva, que ata que é essa? Para terminar, Sr. Presidente.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Uma ata que autoriza... a Comissão Executiva autorizou o partido a depositar os recursos para o pagamento do débito fiscal.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está certo. Do débito fiscal...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Do pagamento dos honorários do... Não, o débito fiscal que nós ficamos porque nós retivemos o imposto de renda, foi a maneira de...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, mas essa ata da Executiva é com dinheiro contabilizado, não é com esse dinheiro que ele recebeu.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, não, é com esse dinheiro. Nós temos um débito fiscal.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah, tem uma ata que autoriza o pagamento do débito fiscal com esse dinheiro que veio ao vivo e a cores.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, o dinheiro já tinha sido pago. Atualmente há uma ata da Executiva, autorizando o partido, até porque nós assumimos. O recibo está lá, o advogado recebeu e recebeu em nome do partido, não tem outro caminho. Ou nós pagamos isso ou nós seremos autuados pela Receita.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E o resto do partido concordou? Todo mundo concordou em pagar os honorários?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – A maioria da Executiva, sim. Eu acho que cerca de 40 Deputados da bancada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Para pagar os honorários de um advogado, de um Deputado só. É, para pagar os honorários do advogado de um Deputado.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Olha, Deputada Zulaiê, o assunto não é um advogado ou um deputado, ou são dois Deputados, são 50 Deputados. Na verdade, nós socorremos a um compromisso muito grande da nossa bancada. Nós somos um partido que formamos assim um partido muito irmandade. Nós fizemos trinta e tantos encontros regionais e nisso aí nós levávamos as famílias, houve assim entrosamento das mulheres, dos filhos, da família enfim, e somos realmente um partido que representa uma grande família. Evidente que temos os adversários...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A nossa preocupação, Presidente Deputado Pedro Correa, é saber para onde foi o dinheiro. Essa que é a preocupação. Só isso.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Setecentos mil reais. Está aqui o recibo.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O dinheiro veio, todo mundo confirmou. Agora, para onde foi esse dinheiro que não aparece.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Para pagar os honorários do advogado Dr. Paulo Goyaz.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É isso que nós queremos saber. Só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado João Corrêa.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ilustre Deputado Pedro Corrêa, fiquei um pouco animado porque imaginava que tivéssemos linhagens idênticas, até eu saber que vossa linhagem é muito ilustre, chega até lá ao Simon Bolívar, e a minha é um pouco mais brejeira, lá do Ceará, enfim. Então eu fiquei entre os Correia ali do Ceará.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Aliás, Deputado, só para interromper – evidentemente não estou querendo interromper –, acho que o senhor tem muito mais valor do que eu, porque certamente eu tive as facilidades maiores para chegar a esta Casa, e V. Exª deve ter tido muito mais dificuldade do que eu, porque eu sou filho de político, neto de político, bisneto de político, sobrinho de político. Então, na verdade eu tive muito mais facilidade de chegar aqui do que V. Exª

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Eu sou Correia Lima, do Acre, obviamente que com os avós do Ceará, como quase todos os acreanos têm essa vinculação muito nordestina.

Mas, Sr. Pedro Corrêa, eu acho que na verdade, não sei se por sorte ou se por azar, o vosso depoimento teria que ter sido precedido do depoimento do Sr. Genu. O Sr. Genu foi talvez de todos os depoentes junto à Polícia Federal quem mais revelou com clareza

esrachado, como se diz, as suas ações. E ele sugere no seu depoimento à Polícia Federal que foi várias vezes com a D. Simone, que foi várias vezes ao Banco Rural, apesar de que ele era muito mais vinculado ao Deputado Janene do que a V.Exª. Também deixa transparecer aqui no depoimento dele à Polícia Federal. Por conseguinte ele sugere que teve contato com esse esquema muito mais de três vezes no depoimento, que prestou à Polícia Federal, mas como disse a Deputada Zulaiê, nós vamos inquiri-lo aqui.

Eu queria, inicialmente, só retomar, para que não fique dúvida alguma, essa questão da lista do Sr. Marcos Valério. Porque mais ou menos de forma precisa ele expõe, e nós pegamos aqui, por exemplo, o caso do dono da Guaranhuns, que negou, negou, nós fomos lá numa diligência pedida pelo Presidente Deputado José Rocha e eu e verificamos que na verdade constava, era claro. E obviamente essas coisas também nós vamos constatar inclusive desses quatro milhões e meio que estavam aqui no item 18. João Cláudio de Carvalho Genu, PP/Deputado José Janene, e aqui tem as datas e os valores, que somam quatro milhões e cem mil, tem aqui no dia 26/04/2004 alguma coisa que se refere a também uma empresa que está muito investigada, que é a tal da Bônus Banval. Correto? Repassa através da Bônus Banval Participação Ltda, em valores bastante expressivos.

Então, na verdade, causa espécie esse primeiro ato. E eu quero perguntar se o Sr. Genu ainda trabalha, seja na liderança, seja presidência, seja formal ou informalmente no PP.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – O que eu posso afirmar a V. Exª é que o Sr. Genu é funcionário da Liderança do partido. Agora, eu quero dizer a V. Exª, Deputado João Corrêa, que o meu nome não consta de nenhuma lista de sacadores, não consta de nenhuma lista nem do Sr. Marcos Valério nem da Guaranhuns, nem da Bônus Banval ou de quem quer que seja. Eu não consto nisso. O que existe contra mim é um depoimento do Deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética e na entrevista dele à Folha de S. Paulo que ele desmente na Comissão de Sindicância, e uma declaração do Sr. Genu de que foi ao Banco Rural, sacou duas vezes um cheque, na primeira vez de 300 mil, a segunda vez outro cheque de 300 mil, e em janeiro foi ao Banco Rural, lá tinha um recado para ele, que ele precisava procurar a Srª Simone Vasconcelos no hotel. Eu tenho conhecimento desses três saques. O funcionário não tinha nada a ver com isso porque ele estava cumprindo realmente..., apenas foi lá buscar os recursos. E eu quero dizer que tenho recibos, tenho as contas, tenho as cartas que tinham sido feitas para mim na época pelo advogado. O ad-

vogado é realmente – V. Exª que é do Acre sabe disso – ele é realmente advogado do Sr. Ronivon Santiago e o senhor sabe a luta que ele tem tido na Justiça para manter o Deputado Ronivon Santiago...

**O SR. JOÃO CORRÊA (PMDB – AC)** – Talvez nós cheguemos a esse ponto nessa oitiva.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Então o advogado existe, é real, as ações existem, os recibos existem. Nós temos um débito com o Fisco Federal. Agora, quero dizer a V. Exª que eu nunca estive em nenhuma lista. E quero reafirmar a V. Exª, até sendo chato, mas eu não sei se essas notas eram de 100 reais, se eram de 50, se eram de 10, se eram de 5, se eram de 20. Eu não vi esse dinheiro. E nas minhas contas e nas do partido não entrou nenhum recurso nem de Marcos Valério, nem da Guaranhuns, SMP&B, não entrou nenhum recursos dessas pessoas que são os doadores.

**O SR. JOÃO CORRÊA (PMDB – AC)** – Perfeito. Veja só, o que eu quero apenas pontuar é que nas listas do Marcos Valério existe uma referência de 4 milhões e 100 mil e V. Exª está, digamos assim, reconhecendo apenas 600 mil.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Setecentos.

**O SR. JOÃO CORRÊA (PMDB – AC)** – Setecentos mil. Quer dizer, bem distante desse valor de 4 milhões e 100 mil. É lógico que isso aí, com a investigação sobre a Bônus Banval e os demais recebimentos do Sr. Genu, vamos ouvi-lo aqui, isso pode ficar melhor esclarecido.

Bom, o senhor, no entanto, falou o seguinte: que no contato que teve como Presidente do PP, junto com o Ministro José Dirceu, o senhor notou que José Dirceu, para responder a uma pergunta do Relator, se empenhava com muito ardor. Que ardor era esse? Era um ardor ideológico, da vinculação do poder, ou era um ardor da repartição de cargos? Porque também o Sr. Genu faz muitas referências a acompanhamento que ele fez com o Deputado Janene a vários órgãos públicos nesse depoimento que faz aqui na Polícia Federal. Ou esse ardor o senhor já disse aqui que não tratou com o Ministro José Dirceu, digamos assim, o pagamento que deveria ser feito pelo PT ao advogado Paulo Goyaz, que aliás eu conheço e quero também dizer que a minha família é extremamente amiga da família do Deputado Ronivon Santiago lá no Acre. O que não significa dizer que sejamos correligionários. Mas nós temos essa relação. Conheço sim o Dr. Paulo Goyaz, conheço o Ronivon e conheço a sua família.

No entanto eu quero saber se o Ministro José Dirceu foi de fato abordado ou se não, quem começou

essa conversa do pagamento do Dr. Paulo Goyaz? Queria entender isso melhor.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Deputado João Correia, eu quando falei no ardor, fiz deferência com ardor, quero dizer a V. Exª que o Deputado José Dirceu, coordenador político do Governo na época, nós acertávamos: nós precisamos atender aos pleitos do Deputado Fulano de Tal. Ele tem uma indicação, isso ele tem já há bastante tempo indicação do Governo Federal em tal Estado. E ele não vai entender se amanhã a indicação dele, ele votando com o Governo Federal, ele vai perder essa indicação. E o Ministro se empenhava junto ao Partido dos Trabalhadores, mas era difícil fazer negociações.

Eu quero voltar a dizer a V. Exª: eu tinha duas delegacias, a Delegacia do Ministério das Comunicações e a Delegacia do Ministério do Trabalho. Assim que o PT, acho que no segundo ou terceiro dia, ele demitiu todos os delegados de trabalho e colocou todos petistas, todas pessoas vinculadas à CUT, a sindicato. Então é até natural, o Governo faz isso. Eu já participei muitas vezes, já estou aqui há muitos anos e sempre estive apoiando o Governo e a gente sabe como é que são feitas essas negociações. São negociações difíceis, são negociações complicadas, mas o Ministro José Dirceu era um dos que a gente confiava em fazer os entendimentos a respeito dos pleitos de Deputado com ele. Então é mais ou menos sobre isso que eu me referia ao empenho do Ministro José Dirceu.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Mas eu gostaria, Deputado Pedro Corrêa, de fazer uma observação, porque o Acre vai sangrar muito na questão da compra dos votos. Eu só não sabia que ele ia sangrar na questão do mensalão, como está sangrando pela vinculação com o Deputado Ronivon Santiago, pela argumentação que o PP está exibindo para o País inteiro. Está certo?

E veja só, há uma ofensa incomensurável ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre. V. Exª disse algo de uma gravidade lapidar, que há uma influência do Governador Jorge Viana, inclusive em paralisar as quantidades dos processos que existiam lá contra o Deputado Ronivon Santiago e que usava o seu prestígio sobre uma corte que é absolutamente fundamental na definição da lisura das eleições naquele Estado. O senhor deixou isso muito claro. E o senhor disse isso lido.

E o senhor falou algo que também é importante: que os valores foram recebidos do PT em espécie. Eu acho que esse é um outro dado relevante, Relator, extremamente relevante porque até agora nenhum depoente disse isso. Sempre usou os mecanismos da mediação, da intermediação, mas nunca. Os valores

foram recebidos do PT em espécie. Então V. Exª deverá confirmar esse fato.

E apenas para concluir, porque quando eu me dei conta eu já tinha perdido um pouco do meu tempo, porque V. Exª como um bom Corrêa é bastante eloquente, gosta muito de falar etc., não é o meu caso, mas é o vosso. Mas veja só, V. Exª está dizendo, *“porque foi feita uma coligação da qual eu participava, pela qual o Deputado Ronivon foi eleito”*. V. Exª está dizendo, e aqui é importante e eu gostaria que V. Exª explicasse, porque V. Exª mencionou o Deputado Nilson Mourão, por quem nutro o maior respeito, o Senador Siba Machado, e fica uma coisa meio duvidosa se o acordo, o acerto foi feito com eles ou foi feito com o Delúbio, ou foi feito com o Genoíno, ou foi feito como José Dirceu, dessa parcela pequena que foram os recursos que teriam sido repassados ao advogado Paulo Goyaz. Eu gostaria que V. Exª fizesse um pouco essa explicação.

E mais ainda: se Narciso Mendes também estaria nessa reunião e por que o PT investiu tanto em segurar o mandato de Ronivon Santiago e não conseguiu segurar o de Narciso Mendes, cujo crime supostamente era infinitamente menor. Explique um pouco isso para esta Comissão, por favor.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Em primeiro lugar, Deputado João Correia, quero parabenizar V. Exª que tem confiança imensa no Tribunal Regional Eleitoral do Acre. A resistência que eu tenho dos tribunais regionais eleitorais e acho até que nós deveríamos modificar a composição, colocar mais juízes federais que não sofressem a influência de governo estadual, era muito mais salutar. Porque o que a gente tem visto de decisão de tribunal regional eleitoral, pelo menos eu que estou há 27 anos nisso, quero dizer que tem coisas estarrecedoras em assuntos dos tribunais regionais no Brasil todo. Aliás, sou um defensor disso. Eu sou um defensor de que possamos mudar esse assunto.

Aliás quero dizer a V. Exª, eu não fui ao Acre tratar desse assunto, só fui uma vez ao Acre para o encontro regional do partido, organizado lá pelo Presidente, o Carlinhos Santiago, e passei lá uns dois dias em Rio Branco, conversando com as nossas lideranças.

Quero dizer também que eu deixei muito claro que nunca tratamos de assunto nenhum financeiro nem com o Senador Sibá Machado nem com o Deputado Nilson Mourão. Nós tivemos uma reunião no gabinete da liderança do PP, para que nós pudéssemos tratar de uma convivência, já que o movimento democrático do Acre fazia oposição cerrada ao Governador Jorge Viana e não tinha sentido, pelo menos era a queixa dos Deputados do Acre, votarmos aqui com o Governo do PT e o PT acabar conosco no Acre. Então esse foi o entendimento.

E ainda dizer a V. Exª que nós fizemos tudo para salvar o mandato do Deputado Narciso Mendes. O Deputado Narciso Mendes cometeu... acho que o grande erro que realmente apressou a cassação do mandato dele é uma maluquice, porque ele inclusive não era o gerente da televisão. E apenas ele não se afastou formalmente da televisão e foi cassado o mandato de um deputado por essa razão. Agora, na verdade, o processo dele correu à revelia no Tribunal Regional Eleitoral do Acre. E se V. Exª perguntar ao ex-Deputado Narciso Mendes que certamente vai disputar a eleição não sei se na coligação com V. Exª, mas se perguntar isso a ele, ele faz as maiores restrições à decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de V. Exª

**A SRª PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Presidente, pela ordem. Eu acho que precisa o Deputado Pedro Corrêa fazer um esclarecimento rápido acerca de uma pergunta do Deputado João Correia. Acredito que de forma equivocada o Deputado João Corrêa atribuiu ao Deputado Pedro Corrêa a informação de que ele teria afirmado aqui que o Governador do Acre, Jorge Viana, teria toda uma influência em cima do TRE do Acre e que por conta disso estava parando o processo no Estado.

Imagino que foi de uma forma equivocada que o Deputado João Correia afirmou e queria que o Deputado Pedro Corrêa ou confirmasse o que o Deputado João Correia disse ou negasse.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Eu fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, mas eu fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, mas antes disso a explicação é... V. Exª não foi citado...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Eu fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas não de maneira depreciada.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Foi um equívoco.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu quero que antes ele...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas eu gostaria de mencionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois darei a palavra a V. Exª.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª entendeu bem a pergunta feita?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Nobre Senadora...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputada.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Desculpe. Deputada, gostaria de dizer a V. Exª, que as informações que eu tenho sobre esse processo, eu tenho ou do Deputado Ronivon Santiago ou então do ex-Deputado Narciso Mendes, foi quem me informaram as posições. E eles faziam oposição radical naquele momento ao Governador Jorge Viana. O Deputado Narciso Mendes faz hoje, ainda, uma oposição muito grande. Ele usa os meios de comunicação, essa coisa toda, para bater. Ele dizia que era o PT do Acre que estava realmente cassando o mandato e que o TRE tinha feito isso numa manobra... numa maluquice...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Submissão.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Submissão. Ele é quem afirmava isso. Eu nunca tive... Aliás eu quero dizer que eu procurei o Governador Jorge Viana para tratar desse assunto. Procurei também o Senador Tião Viana e sempre tive deles a negativa disso. Eles sempre disseram que não era ele o responsável por isso, que era o suplente, que era o pessoal que fazia então... ou que teria o mandato para assumir os lugares do Deputado João Tota e mais ainda...

Hoje inclusive há uma confusão com relação a quem poderá substituir o Ronivon. Porque o PPS lá da ex-Deputada Zila Bezerra diz que o lugar é dela, o PTB, não é? e o Chicão Brígido, que foi também companheiro nosso aqui, diz que o lugar é dele, do PMDB. Então há inclusive uma discussão já nos tribunais sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra a V. Exª, Deputado João Corrêa, porque foi citado, embora...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Exato, Presidente, eu lhe agradeço a correção, não é nem a condescendência. V. Exª foi correto.

As notas taquigráficas e as imagens registraram a afirmação do Deputado Pedro Corrêa de que o prestígio do Governador fez com que fossem paralisadas as quantidades de processos que o PT – as quantidades, não as qualidades – de processos que o PT estaria movendo contra o Deputado Ronivon Santiago. Isso foi dito na vossa palavra e as notas taquigráficas e as imagens representam.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço ao depoente que esclareça.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Então esclareça isso com clareza, porque senão vai ficar algo meio duplo.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu quero pedir desculpas ao Deputado João Correia; se disse isso, eu me expressei de maneira incorreta, e quero voltar a afirmar que as informações que eu tenho a respeito dos processos contra o ex-Deputado Narciso Mendes e do Deputado Ronivon Santiago são dos próprios. Eu nunca estive no TRE, nunca estive no Tribunal Superior Eleitoral para tomar conhecimento ou para ler os autos. Então as informações que eu tenho são dos Deputados do meu partido, que tenho obrigação de defendê-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Só para deixar aqui claro, essa corte de justiça do Acre, quer dizer, V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Pedro Corrêa, não tem absoluta certeza ou não tem convicção pessoal, apenas ouviu dizer.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade, só informações.

**A SR<sup>a</sup> PERPÉTUA ALMEIDA** (PcdoB – AC) – Sr. Presidente, é só para ficar clara a seriedade do TRE do Acre e do Governador Jorge Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu acho que já está esclarecido. Ele já esclareceu todos os pontos. O último ponto que tinha agora ele esclareceu, não é uma convicção pessoal, apenas ele ouviu dizer, até por pessoas que foram prejudicadas pelo próprio tribunal. Perfeito?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então vamos adiante.

Concedo a palavra agora ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Julio Redecker. Perdemos mais de cinco minutos nesse incidente.

**O SR. JULIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Sub-Relatora, Srs. Deputados e Deputadas, ilustre Deputado Pedro Corrêa, com quem tenho uma amizade longa e é uma pessoa muito querida dentro do PP, tanto que é seu presidente. E se vê envolvido numa situação extremamente chata porque acaba prejudicando a vida pública de um deputado com serviços prestados ao País.

Entretanto, eu tenho que, na minha responsabilidade de membro deste juizado de instrução, procurar esclarecer todos os fatos.

Ilustre Deputado Pedro Corrêa, lendo o depoimento do Sr. Genu, que nós conhecemos como assessor de vários Deputados na Comissão de Economia, um Deputado muito querido da Casa trabalhou com ele, uma pessoa que também estimo muito, Rubem Medina, e outros parlamentares com quem ele trabalhou, na sua declaração ao Departamento de Polícia Federal, o Genu disse que, ao receber a orientação de Barbosa, ele começa antes dizendo que realmente

recebeu quantias em dinheiro, a pedido da Direção do Partido Progressista, que tais recebimentos eram realizados conforme orientação do Tesoureiro do Partido Progressista, de nome Barbosa. Quem é e qual é a qualificação desse cidadão Barbosa, dentro do Partido Progressista?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – O senhor Barbosa era o Contador do Partido. Acho que ele faleceu, se não me falha a memória, em setembro do ano passado. Mas eu tenho impressão de que o Sr. João Cláudio acho que ele se enganou em relação a esse nome. Eu não tinha conhecimento de que o Sr. Barbosa fez nenhuma tratativa nesse sentido.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Ele diz aqui, Deputado Pedro Corrêa, que ao receber orientação de Barbosa, o declarante confirmava, com os Deputados Federais José Janene e Pedro Corrêa, a procedência do pedido de Barbosa, que somente ia receber o dinheiro após a confirmação expressa de Pedro Correa ou José Janene, que também fazia parte da Direção do PP o Deputado Federal Pedro Henry. E ele diz aqui que: certa vez, ao receber o pedido de Barbosa, para receber valores, conforme rotina relatada, procurou a confirmação junto ao Deputado, que opor sua vez pediu ao declarante que ligasse ao Deputado Pedro Corrêa. Porque ele faria essas declarações vinculando os três maiores líderes do Partido Progressista?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Porque, na verdade, ele foi autorizado a receber, por três vezes, essa quantia. O Sr. João Cláudio não passava de um mensageiro. Recebia os valores e entregava lá no Departamento Jurídico do Partido que pagava o Dr. Paulo Goyaz. Ele não tem nenhuma responsabilidade nisso.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Adiante, Deputado Pedro Corrêa, ele diz que não se lembra quantas vezes recebeu quantias em dinheiro, no interior da Agência do Banco Rural em Brasília. Três vezes é um número pequeno. Mas “quantas vezes” pressupõe um número grande de recebimento.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Se ele foi outras vezes, foi sem autorização nossa, e foi por conta própria. E, se recebeu recursos além desses setecentos mil, ele recebeu também sem a nossa autorização. A nossa autorização foi para que ele fosse três vezes ao Banco Rural, Agência de Brasília, e recebesse esses recursos que foram repassados ao advogado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Os recursos repassados por ele com autorização somaram setecentos mil reais?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Trezentos; e cem.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Isso representas que ele retirou a mais, segundo a declaração da listas apresentada por Marcos Valério, três milhões e seiscentos mil reais. O senhor acredita que ele pode ter tirado esse dinheiro para outra pessoa, a mando de outra pessoa dentro do Partido Progressista, ou que ele possa até mesmo ter ficado com essa quantia, se, na realidade, os lançamentos da contabilidade do Senhor Marcos Valério, creditam a ele várias retiradas, que vão de 17 de setembro até 05 de julho de 2004, quando ele retirou um milhão de reais; e anteriormente, numa só oportunidade, mais um milhão e duzentos mil reais. O senhor acredita que ele pode ter ficado com esse dinheiro?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Deputado, eu não tenho como fazer esse juízo de valor. Eu tenho a certeza de que ele retirou os setecentos mil. Se retirou mais, realmente só perguntando a ele. Ele nunca me disse que retirou acima disso; ele disse que retirou apenas os setecentos mil. Foi apenas mensageiro.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E na lista, Deputado Pedro Corrêa, tem aqui também o nome do Deputado Vadão Gomes, que é um homem rico, tem o quinto maior frigorífico do Brasil, é um homem de empresas, é um homem empreendedor. E aqui diz que repassaram para ele três milhões e setecentos mil. O senhor tem conhecimento, ou comentou com o senhor o Deputado Vadão Gomes, o recebimento desse dinheiro, ou qual o motivo que levaria Marcos Valério, Delúbio Soares a confirmar a entrega desses valores ao Deputado Vadão Gomes e ao Assessor da Liderança da Bancada, o Genu?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Olha, eu conversei com o Deputado Vadão Gomes e ele negou, peremptoriamente, esse assunto; inclusive ele também negou isso, na defesa que fez à CPMI dos Correios, e me afirmou que não existe nenhuma prova de que tenha feito isso. Aliás, quero aqui dizer que o Deputado Vadão ele tem se dedicado muito realmente a suas empresas, e já inclusive tinha me avisado que não pensava em disputar a próxima eleição, pensando em colocar um irmão dele, que é Deputado Estadual, que viria então em seu lugar. Na verdade, ele não tem como atender os problemas do frigorífico e atender os problemas da Câmara, até porque o Deputado Vadão é um Deputado antigo, um deputado de muitos mais.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Eu estranho, Deputado Pedro Corrêa, que um homem com esse patrimônio, empreendedor, com essa grande empresa, estar recebendo recursos. Essa história do recebimento por parte do Vadão Gomes eu também estranho, porque é um homem bem posicionado no mundo corporativo empresarial. Mas quero ir adiante.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Só um minuto, Deputado. Isso tem feito um mal muito grande ao Deputado Vadão. Ele me disse, conversando comigo e com outros companheiros do Partido, Pedro hoje minhas empresas têm 3.700 funcionários. Eu chego a um banco para tratar dos assuntos, então está lá o assunto de ter recebido dinheiro, que estou em Mensalão, que vão fazer uma devassa na minha vida, que vão fazer uma devassa nas minhas empresas, e isso tem me causado um constrangimento enorme. Por isso, Deputado Júlio Redecker, eu acho que... Não sei porque o Sr. Marcos Valério disse isso. Certamente ele podia ter uma explicação, para dizer que foi feito um entendimento no segundo turno da eleição, com o Sr. Paulo Maluf, Marta Suplicy – e também o Sr. Paulo Maluf nega veementemente.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Deixe-me ir adiante. O Deputado Pedro Corrêa diz que os honorários de Ronivon Santiago, pagos a Paulo Alves da Silva, o popular Paulo Goyaz, que realmente eu o conheço, é advogado, goiano, mas gaúcho, disputou inclusive a Presidência Nacional da Juventude do PDS, recebeu de honorários setecentos mil reais. Isso dá quase trezentos mil dólares. Isso são honorários que raros advogados aqui no Brasil contratam, porque realmente são honorários expressivos, trezentos mil dólares. O senhor acha esses honorários exagerados, Deputado Pedro Corrêa?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Deputado, quando ele assinou o contrato com o Deputado Ronivon Santiago, ele acertou que cobraria oitenta mil reais por cada ação no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E esse contrato o senhor em ele?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Já passei às mãos da Comissão. Tem o contrato feito.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Por cada ação que ele defenderia era oitenta mil reais?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Que ele defenderia. Veja bem, ele esteve no Acre e gostaria inclusive de pedir o testemunho do Deputado João Correia. Ele me informou que esteve no Acre cerca de vinte vezes. Foi ao Acre para... Ou ele ou um advogado preposto dele, para ir atuar tanto na cidade de Cruzeiro do Sul como também em Rio Branco. Ele me informou isso. E que hoje isso dá, por mês, cerca de dez mil reais, o que é um valor... Aliás, eu tive essa preocupação e perguntou ao Dr. Eduardo Ferrão. Ele me disse que eram valores que...

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Estou satisfeito, Deputado. Só quero ir adiante, porque certamente uma das coisas que ajudaria muito é que houvesse também o recebimento desses valores, por

parte do advogado Paulo Goyaz, que pudesse aqui justificar o recebimento, como é em dinheiro em vivo, mas cada um faz o que quer com seu dinheiro, deposita em banco ou bota no colchão, cada um cuida do seu dinheiro da maneira que quer. Agora, eu tenho mais duas perguntas. Primeiro gostaria de saber quais os cargos que o PP tem no Governo do Presidente Lula, além do Ministério das Cidades, que é exercido por Márcio Fortes de Almeida, que eu conheço, diplomata de carreira, foi primeiro aluno do Instituto Rio Branco, foi primeiro aluno da Escola Militar, é um dos mais brilhantes homens públicos, com serviços prestados, embora muitas vezes tentam denegrir ele pela indicação do Presidente da Casa, mas é um homem da maior qualidade. Foi Secretário Executivo do Ministério da Agricultura com Pratiní de Moraes e prestou grandes serviços naquela ocasião, como também ao Ministro Furlan, e saiu de lá como Técnico para ocupar o Ministério das Cidades. Na realidade, além de eu ter a relação, gostaria que o senhor nos desse, dos cargos que ocupam, além desses aqui, tenho a minha dúvida numa questão: parece que o PT não gosta do PP, que o PT tem vergonha da companhia do PP, porque na realidade nunca deram oportunidade de participar do Ministério, só numa situação excepcional, e há na casa aquelas conversas que sempre dizem assim: o PP não ganha porque está sendo aquinhoado por outras coisas, com cargos, com funções, com participações. Esse é o sentimento que o senhor, como Presidente do Partido, tem em relação ao relacionamento do PP com o PT no Governo do Presidente Lula?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado, que eu tenho tido o melhor tratamento por parte do Presidente da República, por parte dos Coordenadores que foram os coordenadores políticos do Governo no período José Dirceu, e com o outro, o Deputado Aldo Rebelo. Nas reuniões que temos, realmente temos tido um tratamento de um nível muito satisfatório. A dificuldade que temos, é quando chega nos Estados. Nos Estados, a exemplo da situação do Partido de Vossa Excelência, que inclusive, se elegeu pelo PTB, e saiu do Partido quando nós decidimos, a maioria da bancada decidiu apoiar o Governo, e como V. Ex<sup>a</sup> queria fazer oposição, e deixou isso muito claro – tivemos uma conversa e eu entendi as razões de V. Ex<sup>a</sup>, e foi para o PSDB porque queria fazer oposição ao Governo do Presidente Lula, e me dizia que não acreditava nesse governo e iria fazer oposição – então compreendi isso e aceitei de muito bom grado. Quero dizer que quando chega nos Estados a encrência é grande, porque sempre fomos adversários do PT, e quando fazíamos as indicações o PT não aceitava, e era uma coisa realmente compli-

cada o relacionamento nesse sentido. Inclusive o Governo do Presidente Lula votou as reformas que todos nós defendíamos e fazia parte da parte pragmática do nosso programa partidário.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Os cargos que o PP tem no Governo, o senhor poderia citar?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Eu não sei especificamente o que é um Diretor da Anvisa, é o Sr. Vitor Hugo Travassos.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Vitor Hugo Travassos. Ele foi indicado por quem?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Ele foi indicado pelo Partido.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Mas houve a indicação do deputado em especial?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Foi uma indicação técnica. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> conviveu muito tempo conosco e sabe que nossas indicações são sempre feitas em função dos currículos, em função das áreas específicas, e normalmente muitas vezes a gente indica as pessoas sem nem mesmo ter conhecimento. Temos a Anvisa, tínhamos um Secretário no Ministério da Saúde, o Sr. Luis Carlos, que terminou tendo um entreviro grande com o Ministro Humberto Costa, que o demitiu, e não conseguimos fazer o substituto. Tínhamos o Diretor Comercial do IRB, o Sr. Lucena. Dizia também que tínhamos a Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, mas nunca tivemos isso; não foi uma indicação nossa, foi uma indicação do PT. Até tínhamos apoio anteriormente à indicação do Sr. Mancio, que era o Diretor da época do Governo Fernando Henrique e que continuou na Petrobrás mais de um ano; foi o nosso candidato, depois perdemos. Tínhamos também uma Diretoria da TBG – Transportes de Base, e também perdemos.

Agora, se V. Ex<sup>a</sup> me perguntar os cargos do Estado, aí realmente temos que listar. Temos cargos que têm mantido a bancada, pelo menos tem sido um entendimento razoável entre nossos deputados.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Satisfeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, por substituição.

**O SR. MORONITORGAN (PFL – CE)** – Deputado Pedro Corrêa, nosso Presidente, Senhoras e Senhores parlamentares, na verdade tem algumas discrepâncias entre o depoimento de Genu e de Vossa Excelência, que vamos poder tirar depois, tecnicamente isso. Algumas delas foram colocadas aqui. Acho que o senhor já respondeu, Deputado Pedro Corrêa, mas esses

setecentos mil constaram na declaração de renda do advogado Paulo Goyaz?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, porque ele ficou cobrando a todos nós esses recursos. Os recursos foram feitos através de RPA's, foram pagos através de RPA's. Foi o advogado que tratou de advogado para advogado. E na verdade esses recursos não foram contabilizados pelo Partido. Não tinha essa receita. Ele ficou esperando, e inclusive quando foi ao Jorge Rachid ele foi conosco. Aliás, ele não...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – De qualquer jeito, no Partido não ficaria contabilizado. Seria contabilizado pelo Deputado Ronivon para o advogado. Então, seria registrado no Imposto de Renda como um ganho do seu cliente, o Deputado Ronivon. Não seria isso?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Apesar de não termos, Deputado Moroni Torgan, o contrato com o advogado... Não tínhamos um contrato, e sim o Deputado Ronivon Santiago, com o advogado...

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Eu entendi isso, que vocês passaram o dinheiro para o Ronivon e o Ronivon...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não passamos para o Ronivon. Passamos direto para o advogado.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Sim, mas como se fosse o Ronivon pagando o advogado.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – A nossa dívida era maior, ela chegou a um milhão duzentos e cinquenta.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Mas ele não botou isso no Imposto de Renda dele?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não, porque só tínhamos os trezentos mil, e ele queria cobrar com o Imposto de Renda, porque no contrato dele com o Deputado Ronivon, dizia que o Imposto de Renda era por conta do cliente. Ele queria. E nós retivemos o recurso, porque só tinha isso. Se tivesse recebido um pouco mais, teríamos pago os recursos para... Agora, na verdade, quando foi feito, os recursos foram pagos através de RPA e o nome do pagador foi o Partido Progressista. Ele está esperando. Ele quer fazer a retificação. Até está dizendo que se não fizermos isso logo, ele vai acionar penalmente.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Agora, a grande discrepância que está entre o seu depoimento e o depoimento do Senhor Genu está justamente nisso que foi levantado pelo Deputado Redecker. Ele não se lembra quantas vezes recebeu em dinheiro, de Simone, no interior da Agência do Banco Rural. V. Exª diz que ele foi duas vezes – não, três, mas não no interior da Agência –, ele foi duas só no interior da agência.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Três vezes no Banco Rural. Duas vezes, ele recebeu os dois cheques de trezentos mil e foi a outra vez ao Banco Rural e lá, então, foi informado, tinha um recado da Srª Simone para que fosse receber no hotel – não sei qual é, esqueci de perguntar.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – É o Grand Bittar, aqui está escrito. Agora, como é que ele não sabe quantas vezes foi se na verdade ele só recebeu duas vezes, dinheiro, no Banco Rural.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele foi três vezes ao Banco e recebeu duas vezes no Banco, é verdade.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Quer dizer, fica muito discrepante isso, ele dizendo: olha, eu não me lembro. Se eu fui duas vezes a um lugar, não vou dizer que fui dez, que fui vinte, que fui...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Se foi mais de três vezes, Deputado Moroni Torgan, ele precisa dizer o que foi fazer lá.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Receber dinheiro. Ele diz que recebi lá dentro do Banco Rural não sei quantas vezes. Ele devia dizer: recebi duas vezes no Banco Rural. Não é, ficava... Então, isso para mim é uma discrepância que tem entre os dois.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu quero reafirmar a Vossa Excelência que só tomei conhecimento dessas três vezes que foi ao banco, sendo que duas vezes recebeu dinheiro e a outra recebeu um recado para receber no Hotel Grand Bittar, que Vossa Excelência acaba de me informar.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Não, mas isso é fácil de ver, porque se o banco não fez grandes registros, e pelo que ele informava ele chegava numa salinha onde estava totalmente fora do tramite normal que o Banco deveria ter, se o banco não registrou quantas vezes ele foi lá e se assinou uma ou duas vezes, na portaria do prédio tem quantas vezes ele foi lá, porque tem que se identificar na portaria do prédio para subir ao prédio. Então, é uma investigação fácil de fazer, que não teria grandes problemas de se fazer rapidamente nesse sentido para saber quantas vezes ele fez. Eu entendi que V. Exª fala que, por três vezes, foi autorização sua. As outras ele que explique o que foi fazer lá.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É verdade.

**O SR. MORONITORGAN** (PFL – CE) – Então, isso eu entendi perfeitamente. Acho que aí é uma questão simples. Só fico meio abismado é esse negócio como é que o dinheiro funcionava. Ele assinava um recibo dizendo que recebeu trezentos mil reais e não conferia o dinheiro. É que estou baseado naquilo que



o senhor falou, que ele foi uma vez e recebeu trezentos mil, outra vez trezentos mil.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu passei a cópia dos RPA's para a comissão. É que as cópias estão com...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas eu estou dizendo o seguinte...

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Ele viu o valor; por exemplo, dos trezentos mil, eu me recordo de um deles, o valor total era de quatrocentos e cinquenta mil reais – estou dando um número chutando –, quatrocentos e cinquenta mil reais. Então, o Partido retinha os cento e cinquenta e ele só pagava os trezentos. Os cento e cinquenta eram retiros. Aqui, pronto: valor de serviço – quatrocentos e treze mil, duzentos e dez. O contrato do Deputado Ronivon era ele que ia pagar o Imposto de Renda. E aí, na verdade, ele recebeu líquido trezentos mil reais e trinta e três centavos, e ficou retido para pagamento de Imposto de Renda Pessoa Física, cento e treze mil duzentos e nove – obrigação do Partido –, e esses recibos foram feitos em nome do Partido Progressista Brasileiro. Naquele tempo era...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas não é isso que estou falando. Estou falando que o seu Genu ia ao Banco... Quer dizer, eles podiam estar dando cento e cinquenta mil para ele, que não ia fazer diferença porque ele não conferia o dinheiro. Ele só entregava a pasta para a Simone, a Simone botava o dinheiro na pasta sem ele ver, e quando ele pegava a pasta de volta, vinha e assinava lá um recibo que tinha recebido a quantia. Quer dizer, isso eu digo porque se eu recebo cinco ou seis mil, confiro tudo para saber se recebi alguma coisa assim de dinheiro ou coisa parecida, dois mil, três mil, ou o que for. Agora, trezentos mil, o cara não conferir nada, é um negócio que fica meio estranho.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Quem disse foi o João Cláudio?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foi o Genu. Ele disse que não conferia coisa nenhuma. Ele fala que na administração direta e indireta do Governo federal ele coloca o Senhor Paulo Roberto Costa; inclusive disse que foi algumas vezes na Petrobrás com interesse do PP, falar com o Senhor Paulo Roberto Costa, que seria um dos indicados. O senhor falou no Dr. Luis Lucena, do IRB, Vitor Hugo na Anvisa, Luis Carlos, no Ministério da Saúde, que o senhor diz que já entrou em conflito. Quem era o Dimas Toledo, em Furnas? Ele diz que fez alguns contatos, “que geralmente marcava audiência com Dimas Toledo, cujo cargo ou direção que este ocupava em Furnas, desconhece”.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu vi uma vez o Sr. Dimas Toledo na minha vida. Uma vez, inclusive, aqui na Câmara. Acho que na Comissão de Minas e Energia. Ele era um diretor de Furnas, de quatorze, quinze anos, e diziam inclusive que era uma indicação do Governador Aécio Neves. Eu não tenho nenhuma ligação com o Sr. Dimas, eu o conheço. Nunca tive oportunidade, nunca me chegou nada nas mãos para que pudesse pedir uma ajuda para solucionar alguma pendência em Furnas. Então, na verdade, não tenho como saber isso aí. Eu não sei. Só tenho essa notícia. Até porque, quando o Sr. Dimas ia ser demitido... Isso foi dito pelo Deputado Roberto Jefferson, que o Presidente Lula tinha autorizado a demissão do Sr. Dimas, porque, na verdade, havia reclamações por parte dos partidos aliados de que ele prestava serviços ao Governador Aécio, era indicação dele, que não atendia os outros... Isso é uma coisa que ouvi no depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Quero dizer, Deputado Moroni Torgan, eu não tenho a menor ligação.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É, eu acredito. Pelo jeito, quem tinha ligação era o Genu. Então, ele vai poder esclarecer, porque ele colocou aqui. Eu só pensei que o senhor, sendo Presidente do Partido, talvez tivesse alguma informação sobre isso.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu fui em Furnas uma única vez, na posse do Deputado Luis Carlos Santos. Foi a única vez que estive lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Há outro depoimento interessante. Ele diz que “geralmente marcava audiência com o Dimas Toledo”. Quer dizer, esse “geralmente marcava audiência” parecia que era um negócio meio comum. Ninguém diz geralmente marcava audiência com Dimas Toledo sem ser um negócio mais ou menos comum.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu posso dizer a Vossa Excelência que não sabia disso, e posso também dizer que nunca marcou audiência para mim.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Nunca marcou para Vossa Excelência.

Para encerrar eu só gostaria de saber: suas reuniões com a base do Governo, geralmente eram só com o José Dirceu, o Presidente Lula participava, Presidente Genoíno participava? Como eram essas reuniões?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Eu faço parte do Conselho Político do Governo, e como Presidente do Partido, como faziam parte os Presidentes dos Partidos, que eram chamados de partidos da base aliada. Então, estava presente o Presidente Lula, estava o Ministro José Dirceu, o Ministro Aldo Rebelo depois que assumiu a coordenadoria, o Ministro Palocci, e ali fazíamos um entendimento. Teve

até quatro pernambucanos nisso, porque fazia parte o Deputado Roberto Freire, que era o Presidente do PPS, o Deputado Miguel Arraes, que era o Presidente do PSB, eu, como Presidente do PP, e o Presidente, que era o Presidente da República. Quatro pessoas de Pernambuco.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – E esses partidos reclamavam muito das dívidas de campanha?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Não. Não se tratava desses assuntos. Não se tratava desse assunto nem como o Ministro José Dirceu, nem se tratavam esses assuntos quando fazíamos reuniões isoladas. Eu acho que pessoalmente nunca fui sozinho. Eu ia sempre com algum deputado.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Nem no início da campanha?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Não. Nós não fizemos as alianças com o PT. O PTB, por exemplo, tirou todos os seus candidatos, para que pudessem votar nas campanhas dos candidatos do PT, nas capitais todas. Nós só tivemos uma coligação, que foi em Campo Grande, onde não tivemos nenhuma responsabilidade. Havia uma pressão naquele momento, para que o Maluf não fosse o candidato lá em São Paulo, e nós não tínhamos como tirar a candidatura dele. Então, não fizemos nenhuma coligação, nunca tratamos desse assunto financeiro.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)** – Dou a palavra ao próximo orador inscrito, que é Daniel Almeida, Deputado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Sr. Presidente, Deputado Pedro Corrêa, V. Exª trouxe muita documentação e apresentou a esta Comissão e naturalmente a comissão vai analisar e é possível que essa documentação tenha possibilidade de esclarecer muita coisa do que estamos buscando nessa comissão, para entender e apresentar à sociedade. Mas essa documentação vai ser analisada posteriormente. Acho que seria conveniente aproveitarmos a presença de Vossa Excelência aqui e aprofundar melhor algumas das informações que já foram prestadas, e que para mim, por exemplo, não ficaram devidamente claras. Por exemplo, a participação do Genu. Há uma contradição entre os valores que ele teria sacado, segundo o Marcos Valério e segunda a própria demonstração que o Marcos Valério apresentou a esta comissão, e os valores que o PP admite ter recebido. Mias de quatro milhões é o que ele teria sacado nas contas do Marcos Valério e setecentos mil reais é o que o PP teria autorizado. Acho que deveria ficar mais claro qual é

mesmo a relação, o Genu ainda goza de confiança da Direção do PP, houve um rompimento? Qual é mesmo essa relação?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Não. O Genu, acho que depois, quando estava no depoimento dele à Polícia Federal acho que ele estava de férias do Partido. Eu não tenho, até porque é funcionário da liderança. Acho que não, acho que continua funcionário da liderança.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Goza da confiança da direção do PP?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Ele não teve, pelo menos em relação... Quero deixar bem claro, viu Deputado Daniel, de que só sei dessas três vezes, desses setecentos mil reais. Em relação a isso, ele foi apenas mensageiro. Ele não tem nada a ver com a história. Ele foi lá cumprir uma determinação, foi, voltou e pronto, mais nada. Não fez mais nada, a não ser mensageiro. Aliás, a Deputada, não me lembrou, viu uma vez, acho que foi a Deputada Zulaiê Cobra, que diz que o sujeito que é mensageiro é o “mula”. Então, foi mais ou menos disso a posição dele. Ele não teve nada.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – OK. Ainda sobre este depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Ele afirmou peremptoriamente que Vossa Excelência, o Deputado Janene e o Deputado Pedro Henry seriam líderes do mensalão. Até agora não ficou claro porque o Roberto Jefferson fez isso com tanta ênfase. Tinha alguma disputa de bases, tinha algum interesse contrariado, enfim alguma coisa poderia justificar essa atitude dele em relação PP?

**O SR. PEDRO CORRÊA (PP – PE)** – Estou fazendo aqui, acho que até uma, não sei se leviandade, mas a única coisa que posso atribuir a esta declaração do Deputado Roberto Jefferson, é de que realmente houve, durante um determinado período, sobretudo quando a gente ia formar as comissões; quando ia formar as comissões, no princípio do ano, havia uma preocupação muito grande que os partidos aumentassem a comissão, não perdesse a comissão, e nessa época o Deputado Roberto Jefferson já era líder do partido, do PTB, e inclusive o anterior era o José Carlos Martinez, e o líder o Deputado Pedro Henry. E realmente o Deputado Roberto Jefferson nunca conseguiu ter mais deputados do que nós. Chegamos até a empatar, uma vez, mas logo depois tivemos um deputado a mais que ele, e havia isso. Não sei, talvez o Deputado Roberto Jefferson, por conta da sua experiência, um deputado antigo, um orador muito loquaz e muito competente, talvez ele disputasse espaço com o Deputado Pedro Henry. De mim, quero dizer que nunca tive o menor problema pessoal com o Deputado Roberto Jefferson,

e sempre tive ele no rol dos deputados que sempre tive um relacionamento muito bom.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pois, não, nobre Deputado, porque realmente atirou no Presidente, no Líder, que era o Pedro Henry, um líder muito enfático, uma pessoa de grande capacidade de argumentação, de liderança nessa casa, e a gente poderia deduzir que tinha um intenção de atingir, de bater forte no PP. Ainda sobre esses esclarecimentos, o Sr. Benedito Domingos foi Tesoureiro do PP. Ele chegou a falar numa entrevista.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – É o Secretário Geral hoje.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Ele chegou a falar, numa entrevistas, que existia o Mensalão, que era repassado pelo caixa dois. Qual é mesmo a informação que V. Exª tem a esse respeito, dessa declaração que ele fez na imprensa, confirmando a existência de um caixa dois, do mensalão etc.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Antes, voltando à primeira pergunta, eu só queria dizer a Vossa Excelência, que o Deputado Roberto Jefferson – eu já afirmei isso, mas vou reafirmar – no relatório do Deputado Robson Tuma, da Comissão de Sindicância da Corregedoria, ele foi peremptório quando disse que o Deputado Pedro Corrêa, não, nunca recebi dinheiro de ninguém, e graças a deus não faço parte de nenhuma lista, não estou em nenhuma lista. Mas em relação ao Benedito Domingos, eu o tenho como um dos grandes amigos em Brasília. Ele foi Deputado comigo, duas vezes, depois foi Vice-Governador, agora está sem mandato, porque disputou o Governo; é um homem competente, foi Secretário-Geral do Partido. Aliás, foi um dos grandes comandantes do Partido, e continua sendo. Ele foi Tesoureiro e agora é Secretário-Geral. Mas ele teve uma disputa com o Deputado José Janene, uma disputa que até diria que o Deputado Janene se precipitou, porque houve um desentendimento em relação à entrada de um Senador, Senador de Brasília, e nós tínhamos um compromisso. A nossa Executiva, quando eu assumi a Presidência em 2003, até por proposta do Deputado Pedro Henry, nós deixamos claro que os Diretórios Estaduais, que os partidos nos Estados seriam comandados pela Bancada Federal. Isso foi uma resolução que foi votada na Comissão Executiva, está na Ata, e aí quando houve essa vinda do Senador Valmir Amaral, ele pleiteou, em função dessa resolução, a Presidência; e na verdade houve um desentendimento, que terminou com declarações do Deputado Janene, declarações do Vice-Governador Benedito Domingos, e terminaram essas declarações nos jornais. Aliás, o Governador Benedito Domingos, tínhamos, o partido, à revelia dele tínhamos indicado

ele para ser o Diretor Administrativo dos Correios, até porque tinha votado no segundo turno aqui com o Partido dos Trabalhadores, e havia também uma indicação do Partido, do PT, também para ele ser indicado para a Diretoria, o que não conseguimos. O Deputado Janene disse que ele não foi indicado porque não era competente, aí ele disse que tinha saído a história que...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Deputado, faltam dois minutos. O tempo corre rápido.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Pois não. Então, é por essa razão que atribuo a isso.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Pois não, Deputado Pedro Corrêa. V. Exª afirma que havia razões de ordem política, de disputas políticas, de divergências entre partidos ou dentro do próprio partido que poderiam ter levado a isso. Mas ainda queria fazer alguns comentários, nesse tempo que me resta, a respeito da sugestão, da idéia que surgiu nessa discussão, sobre a abertura das contas dos parlamentares. Acho que é correto, temos uma vida pública, e fazemos, inclusive, quando prestamos contas das eleições e quando tomamos posse, a apresentação da declaração de renda. Precisávamos ter mecanismos de maior controle para explicitar melhor isso, mas principalmente temos que ter mecanismos mais eficientes e mais transparentes na campanha eleitoral, no financiamento das campanhas eleitorais. Esse o grande problema que ainda não conseguimos resolver. E me parece que o momento é apropriado, porque o povo brasileiro está de olho no Congresso Nacional.

Um dia desses conversando com um jornalista, num debate, eles me diziam: “Olha, nós agora estamos vinte e quatro horas por dia falando de política, o que dá lbope; o que chama atenção é política. As crianças estão discutindo política nas escolas; os jornais já não vendem tanto pelas matérias da página policial nem do esporte, são páginas cada vez maiores para política. É positivo que estejamos discutindo política, mas o povo não está gostando desse jeito que está percebendo a política. A política não é isso, precisa se apresentar de forma diferente. Nós temos a responsabilidade de, nesse processo de investigação, criar uma perspectiva que estimule as pessoas a participar da política, e não que afaste os jovens, as crianças, a entender a política como isso que estamos percebendo. A situação é grave”.

Temos aí 21 deputados que estão no Conselho de Ética, ou já estiveram lá; dois já renunciaram. Nunca aconteceu isso na história dessa Casa. Um Presidente em exercício, submetido ao Conselho de Ética, também um fato inédito. Que possamos apurar tudo. E a lista pode ser maior do que essa. Que possamos apurar tudo e que, principalmente nessa investigação,

nobre Presidente, nós possamos identificar as fontes, a intermediação e o destino dos recursos. Até aqui estamos com a maior clareza sobre a intermediação, o PT, o Delúbio, setores do PT, com Marcos Valério, que fazia a operação, mas as fontes, quem financiou e para onde o dinheiro está indo, precisamos evoluir nessa direção, porque se não vamos ficar no meio do caminho, não vamos apresentar a resposta necessária para esta casa e para a sociedade brasileira.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Presidente, vou fazer só um comentário, muito rápido. Mas eu quero dizer que já conhecia a posição do Deputado Daniel Almeida, há dois anos fizemos um debate na TV Câmara e Vossa Excelência falou que só se fala em reforma política, reforma política e não se faz imediatamente ou os homens de bem não vão poder continuar militando na vida pública. Então, é fundamental que essa comissão possa ajudar, acho que toda casa quer essa reforma, e acho que a nação brasileira, todo mundo quer essa reforma.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de passar a palavra eu gostaria de me manifestar um minuto sobre esse tema.

Infelizmente nisso tudo há uma certa hipocrisia. Só num momento de crise é que esse tema vem à baila. Eu sugeri essas mudanças radicais ainda no meu relatório da CPI do PC, em 1992. Passaram-se agora treze anos, o número treze fatídico. Não é porque treze é o número do azar, não do PT, não tem nada a ver com PT; é que treze... Nesse particular quero me referir ao número mágico, não ao número do PT.

Então, queria dizer, exatamente situar isso, porque se passaram treze anos, e não se fez nada; e não se via fazer nada agora, porque sempre, na hora da crise, o pretexto é este, e não se faz nada. Na verdade, o que há por trás disso é uma luta pelo poder. Talvez nua e cruamente apenas a luta pelo poder. Os que estão hoje querem uma regra diferente – os que estão embaixo –, mas amanhã, subindo, querem que as regras continuem, para se locupletar das vantagens do abuso de autoridade. Essa é a verdade. Essa é a verdade nua e crua e que temos que dizer – infelizmente hoje não está sendo gravado, mas vou dizer isso em outro momento, vou repetir, não está sendo gravado, para dizer à nação. Se não, estamos aqui nos enganando; se não fizermos isso, ou ao menos nesses quatro pontos fundamentais que estão aí, financiamento público de campanha; eu sou favorável ao voto distrital misto, sou favorável à fidelidade partidária – isso é fundamental –, e à cláusula de barreira, para evitar a proliferação de partidos que não tem o menor sentido na democracia, em regime algum. Quer dizer, isso eu gostaria de deixar gravado. E quero fazer um apelo a

todos os líderes que estão aqui, que são da Câmara, que lutem por isso desesperadamente. Temos até o dia 30 de setembro. Pouco tempo nos resta; praticamente tempo algum, mas devemos fazer um grande mutirão para mostrar à nação a vontade política do Congresso, de realmente mudar esse quadro. Não adianta punirmos aqui alguns ou muitos, ou poucos, isso não importa, alguns deputados ou alguns senadores, isso não resolve nada, se não mudarmos a base, a gênese desse processo espúrio, desse processo que realmente gera distorções.

Não quero fazer nenhum prejulgamento sobre V. Exª ou qualquer outro, mas dizer que essa é uma cantilena que se repete de quando em quando, ao menos quando é necessário dar à nação uma sombra de moralidade.

Quero chamar o nobre Deputado Agnaldo Muniz, que é o próximo inscrito, pelo prazo de dez minutos. Desculpem ter que fazer essa intervenção, mas o tema veio à baila e estou com isso atravessado na garganta há muito tempo.

Vamos dar dez minutos de intervalo, antes de dar a palavra ao Deputado Muniz. É que o depoente não teve oportunidade de nenhuma retirada até agora, não atendeu às próprias necessidades etc, inclusive de se alimentar.

*(Suspende-se a reunião)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Reabro os trabalhos e concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Exmº Sr. Presidente do PP, Pedro Corrêa. Primeiramente quero parabenizar o Deputado Pedro Corrêa, pela forma tranqüila e transparente como vem prestando o seu depoimento. Vejo com muita clareza que a pessoa, quando está dizendo as coisas corretas, vem com muita cristalinidade. Então, quero parabenizar, porque de todos os depoimentos que tenho visto aqui, Pedro, o seu tem sido o mais tranqüilo, com muita tranqüilidade e esclarecendo tudo, conforme as pessoas vão perguntando. Por outro lado, devo também parabenizá-lo porque V. Exª mostrou aqui a sua evolução patrimonial, desde o seu primeiro mandato até hoje, demonstrada na sua declaração do Imposto de Renda, contas bancárias e contas telefônicas. A primeira pessoa que teve coragem de fazer isso aqui, sentado nessa cadeira foi V. Exª.

Por outro lado, quero ressaltar essa questão, hoje houve a decisão, do STF sobre as pessoas, um grupo de pessoas do PT que já estavam na Comissão de Ética da Câmara. No início, quando estava se discutindo a criação da CPI da Compra de Votos, eu

fui uma das pessoas que questionei se instalaríamos a CPI ou se trabalharíamos direto na Corregedoria, e na Comissão de Ética da Câmara. Naquela época fui voto vencido pelos companheiros, principalmente os da oposição, Diziam que tinha que haver a CPI da Compra de Votos para investigar essa questão, porque haveria o crivo da ampla defesa, do contraditório, mas depois mudou. A CPI que era para investigar já não servia mais, os companheiros foram investigados na CPI dos Correios e nós simplesmente fomos lá para assinar em conjunto um relatório e encaminhar direto para o Conselho de Ética da Câmara, para a Mesa, Corregedoria, Conselho de Ética, que é a última instância para se investigar a quebra de decoro. Quer dizer, a CPI que foi instalada competentemente para cuidar dessa questão foi deixada de lado, já não servia mais, tinha que ser no Conselho de Ética. Ora, porque não fizemos isso naquela época? Ao mesmo tempo as pessoas estão prestando depoimento em três lugares, em quatro na verdade. Ou melhor, na verdade, em cinco: Corregedoria, Conselho de Ética, CPI dos Correios, CPI da Compra de Votos e Polícia Federal. Quer dizer, isso é uma gama de documentos e de papéis que traz um custo muito alto para a sociedade brasileira. Acho que o local competente para investigar as pessoas é aqui, na CPI da Compra de Votos.

Por outro lado também, quero entrar nas perguntas, Sr. Presidente. Algumas V. Exª já respondeu. Eu ia perguntar se V. Exª teria recebido algum dinheiro do Marcos Valério, e V. Exª diz claramente que não recebeu nenhum dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Fica prejudicada a pergunta, então.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – No Banco Rural, também V. Exª diz que não foi lá, e não recebeu nenhum dinheiro lá. Com relação às quantias que foram divulgadas pelo Marcos Valério, foi muito bem esclarecida essa pergunta. Mas quero que V. Exª esclareça, porque fiquei com um pouco de dúvida, com relação à declaração do Cláudio Genu. Quando ele diz que foi várias vezes ao BMG, para buscar dinheiro – ele diz que foi várias vezes –, V. Exª fala que houve três vezes com autorização da Diretoria do Partido. Eu gostaria que V. Exª esclarecesse essas “várias vezes” que ele esteve lá, se foi isso mesmo ou se foram só três vezes. Eu gostaria de ouvir V. Ex com relação a essa questão especificamente.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Meu caro Deputado Agnaldo Muniz, eu quero dizer, Senador Amir Lando e Deputada Zulaiê, que o Deputado Agnaldo Muniz é uma das gratas surpresas que temos no Partido, um deputado brilhante, um grande criminalista, jovem, tem um futuro muito grande pela frente. Quero dizer a

V. Ex, Deputado, de que o Sr. João Cláudio Genu, se foi outras vezes, eu não tive conhecimento. Ele mora em Brasília, é residente em Brasília, e as vezes em que tomei conhecimento que foi lá para sacar recursos foram essas três vezes. Outras vezes ele pode ter ido. Até aconteceu de ter chegado lá e tinha um recado para que fosse ao hotel. Realmente eu não tenho conhecimento. Tenho conhecimento das três vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A recordação de V. Exª é de que ele foi apenas três vezes para buscar recursos?

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Três vezes para recursos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – Já tinha sido respondido, mas eu quero acentuar isso.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – E eu quero só acentuar o seguinte: lá ele fez as coisas muito claras, ele assinou o recibo de que recebeu recursos, ele não fez nada escondido nem nada. Ele assinou, até porque estava autorizado para ele assinar o recibo: assina o recibo dizendo que recebeu, e entrega na sede do Partido.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – Está havendo também... Parece que há uma contradição aí, e quero mais uma vez, nesse ponto, pedir o esclarecimento de V. Ex. O Marcos Valério falou em quatro milhões e cem, depois aparece uma outra lista que fala de um milhão e duzentos, se não me engano, e o Partido fala em setecentos. Nesse ponto, eu gostaria de ouvir o esclarecimento de V. Exª, especificamente nesse ponto.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Foram somente setecentos mil.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – Setecentos mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu faço uma pergunta, se me permite: quando o senhor fala Partido, envolve todos os demais membros do partido, líder e demais, o partido como um todo, ninguém separado, nem os deputados do partido como um todo.

**O SR. PEDRO CORRÊA** (PP – PE) – Não. Não. O partido como um todo. O Partido como um todo sabia dessa exposição. Eram setecentos mil para resolver o problema do advogado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – Sr. Presidente, hoje estamos sabendo que há essa questão do Severino, que estão aí comentando na imprensa. O partido tem alguma posição sobre essa questão?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Acho que essa pergunta foge ao objeto da nossa investigação, e por isso fica prejudicada. Agora vou agir

como juiz, realmente, de instrução. Fica prejudicada, e quero dispensar V. Ex<sup>a</sup> dessa resposta.

Eu nunca tenho feito assim, mas é porque temos outra sessão agora.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – Então, sem mais perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Ex<sup>a</sup> quiser fazer alguma pergunta que não foi feita, pode fazê-la, ainda tem tempo.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PP – RO) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e agradeço também a compreensão de todos os presentes.

Chamo agora um por um, apenas dos que se encontram presentes, todos ficam prejudicados, precluso o direito. Fica apenas o Deputado Valverde, na condição de Suplente. Todos os titulares demais, prejudicados. Ele o último inscrito e com isso fica encerrada nossa reunião.

Dez minutos.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, ainda tenho, como Suplente, essa possibilidade de fazer antes das dezessete horas. Estou aproveitando esse espaço da comissão, para colocar que na CPI da Compra de Votos todo o período em que essa comissão tem que se atentar para a investigação, buscamos a verdade, não estamos buscando a verdade pontual, a verdade de um contexto político. Estamos procurando a verdade de toda a estrutura política brasileira construída nesses últimos, talvez vinte e cinco anos, após o fim da Ditadura Militar. É importante que façamos isso para aperfeiçoar as instituições permanentes da República, sob pena de nós tão-somente passarmos o momento, crucificar o PT como se isso fosse a salvação da República, e talvez cassar alguns deputados. E não é essa a nossa missão, acho que nossa missão é muito mais profunda. Eu tenho recebido aí, por e-mail, telefonemas, pessoas que assistem à TV Senado e TV Câmara de opiniões favoráveis aí a se rebuscar fatos do passado, do passado recente, para reflexão do presente. Vou citar um exemplo também que vamos ter que investigar, porque já que está sendo convidado o Senhor Daniel Dantas para depor nessa CPI. Mas estranho a relação; Daniel Dantas é esposo da Senhora Verônica Dantas, que por sua vez é sócia da Verônica Serra, que é filha do Prefeito Serra. Essa pessoa, filha do Prefeito Serra, aos 27 anos fez essa sociedade com a esposa do Sr. Daniel Dantas, que foi o principal operador na compra de seu Banco Opportunity, das empresas de telefonia. E a filha do Serra deu um presente para seu pai, uma casa que custava seiscentos mil reais. Vinte e sete anos e

presenteou o seu pai com uma casa de seiscentos mil reais onde mora atualmente a família. Estranha essa relação, uma pessoa que tinha forte influência no Governo facilitou, teve acesso a informações privilegiadas, porque grampeou o BNDES, que foi até motivo até de queda de alguns dirigentes do BNDES, teve acesso a informações privilegiadas, e teve a sabedoria de ser controlador de um pool de fundos de acionistas, embora minoritário, e ter o controle gerencial das empresas Brasil Telecom, embora minoritário; um acordo feito com o Citibank, acordo finalmente rompido a bem do erário público, deixando o acionista majoritário, que eram os fundos de pensão, sem qualquer tipo de controle, de participação no processo gerencial das empresas privatizadas, sob controle do Sr. Daniel Dantas.

Quero também resgatar outro fato significativo, um pouco mais antigo, de 1996/1997, que é a Resolução nº 6 do Senado. Essa resolução permitiu que os precatórios dos Estados e Municípios que estavam já com prazo – vou usar uma palavra aqui, prazo de validade – vencido, pudesse ser reativado, voltasse ao mercado para ser vendido. E dois bancos tinham na sua carteira esses precatórios que perderiam a validade. Seria um mico, papel “micado”. No entanto, a Resolução nº 6 do Senado repristina esse precatório. E dois bancos, o Banco Bradesco e um banquinho pequeno, de Foz do Iguaçu, do Paraná, que é o Banco Araucária; o Banco Araucária é pertence ao irmão do Jorge Bornhausen, digo, cunhado, porque Del Canale vem a ser cunhado ou parente próximo do Jorge Bornhausen, e com essa repristinação desses precatórios, saiu da mão desses bancos quase um bilhão de título pobre, o precatório. Isso poderia ser, naquele momento, considerado como compra de votos, porque se valeu de um interesse pessoal, porque pela relação de parentesco, de interesse político, de aprovar essa resolução do Senado Federal e tirar da mão desses bancos, em prejuízo do povo, na verdade, porque esse dinheiro saiu e algum canto, repristinou esse “mico” de um bilhão. O ex-Deputado João Maia, numa gravação que foi colhida na época, falou que recebeu duzentos mil reais do ex-Governador Orli Carmeli, do PFI do Acre, para votar favoravelmente à reeleição.

Estou lendo aqui a revista Carta Capital, que faz uma análise crítica desta CPI e aponta como uma das falhas que estamos cometendo, já que o objeto dessa investigação também é a compra de votos e a aprovação da Emenda da reeleição, e até hoje não temos convocado o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para depor. E vou apresentar hoje aqui um requerimento fazendo o convite, e fazendo jus a esse objeto. Fomos criados, fomos formados, essa comissão para também investigar essa tortuosa e sinuosa aprovação

da PEC que aprovou a reeleição do Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu acho que trazendo aqui, a esta Comissão, o ex-presidente, chamando o ex-Deputado João Maia, que renunciou para não ser cassado, podemos fazer acareações e colocar essa página da história brasileira de maneira clara, para que não paire dúvidas da honestidade dos governantes.

Nós, do PT, assumimos nossos erros; queremos ser julgados pela população brasileira pelos erros que cometemos. Inclusive a Revista Carta Capital, de maneira muito íntegra, muito segura, comparando as despesas de campanha, na última campanha, de 2004, diz que a campanha do PT em todo o Brasil foi cento e quarenta e três milhões de reais inferior ao gasto pela campanha do PSDB. E, pegando os escândalos, os rumorosos escândalos deste país, a revista Carta Capital, de maneira íntegra, porque não é bancada pelo Delúbio Soares, não é bancada pelo PT, afirma que esses escândalos, em relação aos outros, é ficha. Então, estamos hoje com uma lupa desse tamanho em cima desses fatos, que são bem menores do que os ocorridos no passado.

Não quero com isso, inclusive num e-mail que recebi de um eleitor, querer esconder os nossos erros. Não é isso. Não quero, levando esses fatos para a sociedade, para investigação, esconder o presente. O que queremos é que o contexto sócio-político desse país seja revelado, para que possamos aqui nesta Casa, na Câmara e no Senado, aprovar a reforma política que o Brasil precisa; se não, novamente, fatos iguais a esse e tantos outros ocorridos no passado, vão se repetir. Eu acho que alo ouvimos aqui o Prefeito Serra, para nos falar sobre essa casa que sua filha lhe presenteou, essa sociedade entre a filha do Prefeito Serra com a Verônica Dantas, que é esposa do Daniel Dantas, que todo mundo, a imprensa, e inclusive seu sócio, o De Marcos, tem um ritual, um rol de informações muito importantes para investigarmos, como o poder paralelo econômico atua nesse país. Temos o poder do Estado, mas existe um poder muito mais forte que influencia até o poder estatal, que é o poder econômico paralelo. Então, ouvir o Sr. Daniel Dantas e essa relação espúria entre o privado e o público é importante para nós aperfeiçoarmos a nossa República. Temos que fazer com que o sangue que estamos derramando, o sangue da nossa honra que estamos derramando nesse momento, sangrados pela oposição, acho até que ela nesse aspecto nos faz um grande favor, não seja em vão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Deputado, largue de ser arrogante. O senhor está muito arrogante. O senhor, além de prepotente e arrogante, está falando um montão de besteira, e somos obrigados a ouvir.

Ah, Sr. Presidente, não dá também. Ele está falando de público e privado. Foi o PT que misturou público e privado e criou essa confusão toda que nos leva hoje a criar três CPIs; três CPIs funcionando...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Devolvo a palavra ao nobre Deputado Valverde, para concluir.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, a hipocrisia tem que ser desmascarada aqui dentro.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas a do Lula.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Também do Lula, mas também a do seu Presidente tem que ser desmascarada. Ele confessou, minha cara Deputada Federal, que sabia que o Banco Central, ao editar a circular que autorizava quatro bancos a operar com a conta CC-5, haveria evasão de divisas. Ele sabia disso aí. Infelizmente a CPI do Banestado não teve, na busca de uma conciliação com vocês, não fomos profundamente, não usamos a nossa capacidade de investigação na CPI do Banestado. Foi um grande erro nosso. Isso foi um grande erro nosso, nesse momento. Então, eu acho que o vestal, nesse momento assumido pelo PFL e o PSDB, não é coerente com o seu passado. Certo? Nós ouvimos aqui todas as críticas ao PT. Assumimos essas críticas, assumimos esses erros, mas não podemos esquecer de que vocês também erraram. Não quero com isso esquecer nossos erros, mas se não passarmos isso a limpo não aperfeiçoamos a República brasileira. Não podemos colocar mecanismos de controle social sobre o Estado, aperfeiçoar a legislação anticorrupção, e está nessa casa há um ano e nove meses um projeto de lei de nossa autoria que foi orientado pela Associação dos Juizes Federais, sobre os intercâmbios para apoio jurídico para poder repatriar esses recursos que estão lá fora, principalmente nas Ilhas Cayman, e inclusive parte deles do Sr. Sérgio Motta, que não pode ser repatriado porque o Brasil não tem o tratado de cooperação judiciária.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas e a máfia que precisa pôr na cadeia?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Olha, eu queria dizer o seguinte: nobre Deputado Pedro Corrêa, infelizmente não há nada a responder quanto às matérias colocadas por V. Exª ou pelo Deputado Valverde. E devo dar algumas respostas.

Quando ao requerimento de V. Exª, encaminhe à Mesa, porque será apreciado oportunamente. Quanto à investigação, até reclamada pela Carta Capital, é evidente que estamos na parte inicial, a parte que está fluente, estridente, até diria assim, a parte palpi-

tante. Nós iniciamos pelo começo, por aquilo que foi objeto da denúncia. E vamos agora, na segunda parte, buscar realmente apurar o que houve na compra de votos para aprovação da Emenda Constitucional 01/95. Fique tranquilo, V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, terminada essa fase ainda do Deputado Genu, teremos tempo necessário para apreciar todos esses fatos.

Agora, para concluir, queria convocar uma sessão administrativa para as nove horas da manhã. Temos assuntos importantes, requerimentos. Então, a pedido da maioria, concordo com o horário de dez horas da manhã. Agora, será uma sessão fechada, para que seja produtiva, eficiente, se não vamos disputar com a mídia, e os trabalhos não poderão chegar aos objetivos desejados.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente sessão. Agradecemos ao depoente também.

*(Levanta-se a reunião às 15h28min)*

ATA DA 20ª REUNIÃO – REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2005

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quinze minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Ney Suassuna, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Paulo Octávio e Valdir Raupp; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Darcísio Perondi, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Marcus Vicente e Perpétua Almeida; e dos parlamentares não membros João Fontes, e Feu Rosa, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 20ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que não hou-

ve a reunião prevista para o dia 15/09/05, por falta de quórum e que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de alguns requerimentos e oitiva do Senhor João Cláudio de Carvalho Genu. Colocou-se em votação o nome do Deputado Paulo Baltazar para ocupar a vice-presidência da CPMI, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi decidido que seria criada uma delegação para deslocar-se até São Paulo e proceder a oitiva do Sr. Toninho Claramunt – conhecido como Toninho Barcelona. Foram colocados em votação os seguintes requerimentos: do Deputado Marcus Vicente, **Requerimento nº 463**, que requer informações aos Fundos de Pensão da PETROS, FUNCEF e PREVI – várias informações sobre aplicações em renda fixa dos últimos 5 anos e aplicações em Renda Variável dos últimos 5 anos e aplicações no segmentos de Imóveis e Outras Participações dos últimos 5 anos; e do Senador Eduardo Suplicy e outros; o **Requerimento nº 482** que requer a convocação do Sr. Sergio Spinelli Silva Jr., procurador legal do Citigroup Venture Capital International Brazil LLC, responsável pelo Fundo Estrangeiro que participa da cadeia de controle da Brasil Telecom; requerimentos estes que foram aprovados por votação simbólica. O Presidente convida o depoente Sr. João Cláudio Genu para compor a mesa e solicita que faça suas explanações iniciais. Em seguida concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para inquiri-lo. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Julio Redecker, Luiz Couto, Zulaê Cobra, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Jorge, Agnaldo Muniz, Arnaldo Faria de Sá, Moroni Torgan, João Batista Motta, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Marcus Vicente, Perpétua Almeida, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Rodolpho Tourinho, Paulo Baltazar, Wladimir Costa, Luiz Couto, Marcus Vicente, Perpétua Almeida, Heráclito Fortes, Augusto Botelho, Iriny Lopes, Feu Rosa, Zico Bronzeado, Sibá Machado, Luiz Antônio Fleury, Neucimar Fraga. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e nove minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e um de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

#### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não havendo número para deliberar, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar a compra de votos.



Inicialmente, nós havíamos convocado essa reunião para a eleição do vice-presidente e a apreciação de alguns requerimentos à disposição da relatoria.

Não há, ainda, número para deliberar nem sobre uma coisa nem sobre outra, mas eu, para iniciar os trabalhos, declarei aberta a reunião. Eu queria inicialmente fazer um apelo para ver se encontrávamos aqui um nome de consenso para a eleição da vice-presidência. Isso seria muito importante porque poderíamos obter a celeridade nessa definição. Esse candidato seria alguém que tivesse trânsito em toda a Comissão.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Estivemos em uma reunião na quinta-feira e chegamos a uma conclusão. Estava perto o indicado, que se mostrou favorável à eleição. É do PSB e tem trânsito muito livre entre nós. Todo mundo gosta dele. É o Paulo Baltazar. É um nome, a meu ver, que não traz nenhum problema para a Comissão.

Nós tivemos um problema com Deputado do PT, que era muito ligado ao Deputado José Dirceu e ficou aquela situação constrangedora para a Comissão, para a CPMI, porque houve aquela questão de nomes. Parece que alguns dos Parlamentares do PT que fazem parte desta Comissão são muito envolvidos com esse Ministro, o que, para nós, não seria uma coisa muito boa. O PT também não está numa fase muito boa, então partimos para um Partido da Base. O Deputado Paulo Baltazar vota com o Governo, não é uma pessoa que podemos dizer seja oposição ao Governo, mas me parece um nome muito bom. Sugiro então o nome do Deputado Paulo Baltazar, que não se encontra presente, mas deve estar chegando.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu faria uma consulta aos presentes, especialmente à Oposição, ao PMDB e também ao PP.

Com a palavra V. Exª, Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, da mesma forma o PFL não tem nada a opor ao nome do Deputado Paulo Baltazar, do PSB; muito pelo contrário, até o apóia e acha que realmente ele tem todas as condições de representar muito bem, ao lado de V. Exª, a Mesa Diretora desta Comissão. Portanto, também nós apoiamos a indicação de S. Exª. Estamos dispostos a votar no nome dele para a vice-Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tem a palavra o Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, colegas, houve um

diálogo anteriormente envolvendo o nome do Odair Cunha. Então eu não me sentiria confortável para tomar uma decisão sem ouvir a manifestação desse companheiro do PT. Com relação ao nome do Deputado Paulo Baltazar, não tem nenhuma restrição. É um nome excelente, mas é importante ouvir o Deputado Odair Cunha. De repente, poderia haver um acordo entre eles. Aí ficaria mais fácil para nós. Como nenhum dos dois está presente, poderíamos aguardar a chegada deles. Eles conversariam e depois faríamos essa discussão com mais tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O Deputado José Rocha já havia pedido a palavra. Em seguida, eu a concederei a V. Exª, Senadora Fátima Cleide.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pessoalmente acho que o vice-presidente tem que colaborar com a Comissão, no sentido de que nós avancemos na busca das documentações, na serenidade das oitivas e sinceramente acho que, neste momento, quanto mais isento puder ser um quadro, mais ele ajudará a Comissão no seu conjunto. Nesse aspecto realmente, Deputada Zulaiê Cobra, a escolha do nome do Deputado Paulo Baltazar foi muito feliz porque ele é insuspeito, pois, mesmo sendo governista, está a fim de investigar. O que temo, com toda a sinceridade, é que nós coloquemos um vice que venha para atrapalhar, para obstruir. É isso que me assusta.

Então, quero manifestar a minha simpatia pelo nome do Sr. Baltazar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, penso que nós do PT, até onde sei – porque hoje pela manhã houve uma reunião da qual eu não participei para chegar logo aqui –, não temos nenhuma objeção ao nome do Deputado Paulo Baltazar. Muito pelo contrário.

Porém, eu gostaria de ir na mesma linha do que foi expresso aqui pelo Deputado Agnaldo Muniz, até porque o Deputado Odair Cunha não é nenhum nome que traga problemas. Penso que o Deputado Odair Cunha, que está colocado como um nome do Partido dos Trabalhadores para ocupar a vice-presidência, dentro daquele acordo que fizemos, inclusive, para a eleição desta Mesa, é uma pessoa que tem uma postura no sentido de contribuir sempre com a investigação. Em momento algum o Deputado Odair Cunha aqui se manifestou de forma ideológica. Penso que não é uma

questão de estar próximo a essa ou àquela pessoa. Poderíamos aguardar um pouco mais para aumentar o quórum. Não tenho problema nenhum, nem o PT, com relação à indicação do Deputado Paulo Baltazar, mas eu gostaria de ouvir o Deputado Odair Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero esclarecer a V. Exª que foi apenas uma indicação e coloquei logo em discussão para ouvir a tendência dos presentes. Não temos maioria para deliberação – foi uma preliminar que levantei no início. V. Exª tem toda razão: vamos aguardar.

Com a palavra o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr.

Presidente Amir Lando, Sr. Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu queria, neste momento, apoiar a indicação de S. Exª, do Deputado Paulo Baltazar.

Acho que ele tem o equilíbrio necessário, a isenção necessária. Entendo que, efetivamente, precisa trabalhar junto de toda comissão e acho que tem total condição para fazer isso.

Assim, quero deixar aqui o nosso apoio ao nome do Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a V. Exª.

Vamos aguardar. Chegaram o Deputado Odair e outros Parlamentares, mas ainda não há quórum para deliberarmos sobre algumas matérias sobre a mesa. Certamente, se o Relator quiser fazer uso da palavra enquanto... (Pausa.)

No momento, não. S. Exª quer usar da palavra no momento certo e oportuno.

*(Falha na gravação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero informar aos presentes que talvez haja consenso em torno do nome do Deputado Paulo Baltazar. Inclusive, recebo a informação do Deputado Odair, que era um dos postulantes, que S. Exª também concorda com essa indicação.

Só vamos aguardar o número para consolidar essa indicação.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar a todos.

Está acontecendo uma audiência pública de três comissões e eu sou Relatora em uma delas, que é a que trata do projeto de gestão de floresta. Mas uma audiência, e V. Exªs já sabem, está no regime de urgência. Vou ter que me retirar. Quero fazer o registro de

apoio ao nome do Deputado Paulo Baltazar e dizer que achamos que o Deputado Odair também seria um ótimo nome, pois tem contribuído muito com esta CPI.

Registramos que não aceitaremos nenhum tipo de preconceito: dizerem que não poderia ser ninguém do PT. Não aceito isso. Antes de V. Exª chegar, isso foi dito nesta CPMI.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* **A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Claro que não foi V. Exª quem disse isso, Senador Rodolpho Tourinho. Quero só fazer esse registro. Apóio o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, em função do declínio da candidatura do Deputado Odair Cunha, apoiando imediatamente a candidatura do Deputado Paulo Baltazar, também acompanho S. Exª, para que haja um nome de consenso dentro da Comissão. Trata-se de um companheiro que vem militando de forma muito acirrada no sentido de que os fatos sejam apurados para a sociedade brasileira. Então, apoiamos, porque é um homem íntegro que tem demonstrado total isenção nas questões investigativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a manifestação de V. Exª. Vamos ouvir agora se realmente é confirmada a candidatura do Deputado Paulo Baltazar, pois até agora seu nome foi indicado sem qualquer manifestação de S. Exª.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, evidentemente, sinto-me extremamente honrado pelo meu nome ter sido considerado. Tivemos algumas conversas com os companheiros, no entendimento que esta CPI tem conduzido, na busca do consenso para poder avançar e diminuir os atritos que são, eventualmente, naturais.

Portanto, coloco-me à disposição da Comissão, de todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, para que, eventualmente, com o apoio de todos, se for esse o objetivo, possamos fazer avançar.

Agradeço a lembrança do nosso nome. Quero ser um soldado para poder cooperar, para ajudar nos trabalhos que se efetuam. Sinto-me honrado e agradecido pela lembrança do meu nome e coloco-me à disposição para o trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos duas formas regimentais de votação: aclamação, se houver consenso; se não houver consenso, o voto secreto, evidentemente nominal, quando todos se

rão chamados. Consulto o Plenário. Tenho um número preciso, embora não presente, mas V. Exª propõe...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Proponho que a votação seja feita por aclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Consulto os presentes se há alguma objeção a esse método. (Pausa.)

**O SR. (Orador não identificado)** – Não há, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Em votação o nome do Deputado Paulo Baltazar para Vice-Presidente desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada unanimemente. (Palmas.)

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a V. Exª que tome assento à Mesa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, queria apenas dar uma informação. Deveríamos ter a participação hoje – não sei se é determinação da Casa – de alguns membros da nossa Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Falarei disso em seguida.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – V. Exª vai tocar nesse assunto? O horário está indo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Tivemos um entendimento com a CPI dos Bingos, no sentido de fazermos uma reunião conjunta, mas, depois, chegamos à conclusão de que uma reunião conjunta das três comissões seria muito ampla, quase insuportável. Em consequência, resolvemos mandar uma delegação àquela reunião. Então, entendo que dois do Senado, um da Oposição e outro da Base e do mesmo modo na Câmara... Não sei se querem ampliar, porque depois teremos a nossa reunião aqui, mas creio que quatro representantes...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, para um esclarecimento. A participação eventual de um conjunto de parlamentares da nossa CPMI nessa reunião da CPI dos Bingos não anula a convocação aprovada anteriormente do Toninho da Barcelona.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nada anula, mas é evidente que seria interessante, já com essa participação conjunta, resolvermos todas as questões pendentes. Eu perguntaria que Deputados se acham mais habilitados agora para formar uma delegação para inquirir o Sr. Barcelona?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, na verdade, aquela CPI é só do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, mas foi aberta. Podem ir Deputados, não há problema. Há uma delegação nossa, e podemos fazer conjunta. É que era impossível reunir três comissões.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Protesto apenas por esta posição, ou seja, que o fato de participar daquela Comissão não anula a convocação do Toninho da Barcelona a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não anula, mas é evidente que, se obtivermos todos os dados necessários, não tem sentido repetir – seria um **bis in idem**. Por isso, eu já designo V. Exª como alguém evidentemente ligado à Base. Perguntaria quem mais? Vou mandar seis – três Deputados e três Senadores.

Vamos começar pelos titulares. (Pausa.)

Deputado Eduardo Valverde e quem mais?

*(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, aí não posso. O Deputado Eduardo Valverde e o Deputado José Rocha.

Senadores?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como membro também da CPI dos Bingos, naturalmente, já estarei lá. Disponho-me a estar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª será designado também.

Quem mais do Senado? O Senador Rodolpho Tourinho, não.

Bem, vamos fazer o seguinte: vão esses quatro e, em seguida, consultaremos outros Srs. Senadores.

Senadora Fátima Cleide?

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, ficariam esses quatro, que poderiam deslocar-se e, em nome da Comissão, terão acesso e, inclusive, inscrição.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Só peço a V. Exª que faça a devida comunicação, porque, como Deputado, não terei, regimentalmente, acesso àquela Comissão. Quero que seja oficializado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está oficializado. Na verdade, há esse entendimento. Esse procedimento já foi acertado.

Na verdade, nada impede que um Deputado fale numa comissão e vice-versa. Se houver uma combinação de Regimentos, não há impedimento.

Não há, às vezes, tolerância com isso. Há regras próprias que, evidentemente, estabelecem uma ordem de inscrição a membros, não membros, etc.

De qualquer maneira, V. Exª está credenciado. Comunicarei agora por meio da secretaria. Inclusive, vou dar uma cópia do ofício que nos foi enviado aos senhores, e poderão habilitar-se junto àquela Comissão. Certamente, haverá um rodízio nas inquirições, com absoluta certeza. Foi esse o procedimento acertado.

Bem, temos alguns requerimentos e, agora, já podemos decidir outras questões.

Como não há aqui Senadores, o Deputado Moroni Torgan não gostaria de participar da oitiva do Toninho Barcelona?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, V. Exª também poderá ir e reduzirei para dois Senadores, porque os Senadores hoje não estão presentes.

**O SR. (Orador não identificado)** – Já está acontecendo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ela começaria às 10 horas. Peço à secretaria que verifique. (Pausa.)

Será às 11h30min. Então, vamos deliberar outras matérias.

Concedo a palavra ao Relator. Há alguns requerimentos na mesa? (Pausa.)

Os requerimentos estão com V. Exª.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, sobre a mesa, há dois requerimentos: o Requerimento nº 2005, que trata da audiência nos termos regimentais ou da convocação, nos termos regimentais, por esta CPMI, do Sr. Sérgio Spinelli Silva Júnior, procurador legal do Citigroup Venture Capital International, responsável pelo fundo estrangeiro que participa da cadeia de controle da Brasil Telecom.

A justificação está em termos, e o requerimento é assinado, em primeiro lugar, pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Há outras assinaturas, duas legíveis, a do Odair Cunha e a do Deputado Agnaldo Muniz.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de colocar em votação, temos que esclarecer a V. Exª que já há um requerimento de convocação do Presidente do Citigroup.

**O SR. (Orador não identificado)** – É o procurador legal do Citigroup.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – ... as pessoas que estudaram esse assunto informaram-me que, sem prejuízo da convocação do Presidente Gustavo Marinho, inclusive tendo o próprio Senador Heráclito Fortes, que foi o autor desse requerimento, fui informado de que o Sr. Sérgio Spinelli Silva Júnior é o procurador responsável e quem assinou o contrato que está sendo por nós analisado. Então, mostrei ao Senador Heráclito Fortes, que concordou, e uma das assinaturas, inclusive, é dele, e não haverá prejuízo de que ambos venham conjuntamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT – SP) – É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Já colocarei em votação, mas eu gostaria de definir com a Comissão logo uma data, para que não fiquemos votando convocações e convocações. Então, pergunto ao Relator se ele teria indicação de uma data propícia para a oitiva dos dois senhores, do Sr. Marinho e do atual procurador.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, temos uma reunião marcada para amanhã, às 9 horas, com o técnicos da Comissão, na qual pretendemos fazer o levantamento não só da documentação como de todos os requerimentos aprovados, a fim de estabelecermos o nosso calendário daqui para frente. Mas não podemos perder de vista a finalidade precípua da nossa Comissão, que é descobrir se houve compra de votos tanto para apoiar propostas do Governo como para aprovar a emenda constitucional da reeleição. Não é possível deixar de deferir requerimentos que possam vir a contribuir para esclarecer a origem desses recursos, tais como os que aqui se encontram na mesa. Mas devo esclarecer que temos que dar prioridade às questões precípuas, às questões que estão precisadas como finalidades essenciais da nossa Comissão. Então, pretendemos, amanhã, na reunião das 9 horas, levantar um calendário adequado às nossas finalidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A proposta de V. Exª só seria oferecida a partir de amanhã?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A partir de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Hoje, V. Exª não ousaria indicar uma data?

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É porque são muitos requerimentos deferidos e precisamos estabelecer uma certa prioridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– De qualquer maneira, colocarei em votação apenas o requerimento.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. e as Sras Parlamentares que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Presidente, qual é o calendário de oitivas desta semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Temos, hoje, o Sr. Genu. Amanhã, em sessão conjunta com a CPMI dos Correios, teremos o Sr. Daniel Dantas, que deverá ser ouvido na sala da Câmara, na Comissão de Orçamento.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – E a próxima oitiva?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não temos definida.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Teríamos de defini-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi isso que propus ao Relator, e ele gostaria de fazê-la amanhã antes da reunião. Agora, será complicado amanhã, porque teremos uma reunião conjunta. Talvez, Sr. Relator, possamos fazer, se é que temos de convocar alguém agora, fazer até o final da reunião de hoje, para que eu pudesse deliberar, se V. Exª assim entender.

**O SR. (Orador não identificado)** – Posso dar uma sugestão, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não.

**O SR. (Orador não identificado)** – Já que ouviremos o dono do Opportunity amanhã, terça-feira poderíamos ouvir o do Citi.

**OO SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ouvir quem?

**O SR. (Orador não identificado)** – O do Citigroup, já que o Opportunity e o Citi é que têm essa pendenga. Seria uma sugestão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Há um requerimento sobre a mesa, Sr. Presidente. Examinaremos a sugestão de V. Exª em seguida.

Requerimento nº 463, do Sr. Marcus Vicente.

Requeiro, nos termos regimentais, providências no sentido de esta Comissão providenciar junto aos fundos de pensão Petros, Funcef e Previ o balanço anual com a listagem completa de todos os fundos de investimentos fixos em que estão aplicados os recursos; estatutos dos fundos de investimentos fixos em

que estão alocados os recursos; relatório anual de rendimento de cada fundo de investimento em que estão aplicados os recursos; balanço anual, acompanhado da listagem completa de todos os fundos de renda variável em que estão aplicados os recursos; estatuto de cada fundo de renda variável em que estão alocados os recursos; e relatório anual de rendimento de cada fundo de renda variável em que estão aplicados os recursos.

No que respeita às aplicações no segmento de imóveis e outras participações dos últimos cinco anos: sinopse de cada aplicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em discussão a matéria.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – SP) – Sr. Presidente, evidentemente, o requerimento coloca, para quem vai analisar, um conhecimento profundo de contabilidade, de estatuto, de regra societária. Então, o autor do requerimento tem de conhecer a matéria, porque é assunto para uma semana de especialistas aprofundando esses dados. Não sei que serventia teriam essas informações neste momento. Não sei se teríamos tempo para fazer um aprofundamento das informações, o que é extremamente complexo. Acho que é um documento que virá para cá para ficar guardado numa sala.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao autor do requerimento.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES) – Como autor, gostaria de defender o requerimento, tendo em vista que a principal finalidade é ver a origem dos recursos na questão da compra de votos e com relação à reeleição, em 1997 – da votação da reeleição. Esse é o objetivo.

A questão técnica de averiguação dos documentos tem de ser vista **a posteriori**. O Relator, inclusive, inquiriu-me com relação a isso. Essa é a tese que defendendo. Se estamos buscando a origem desses financiamentos, da compra de votos e com relação à reeleição em 1997, creio que essa questão que coloco no Requerimento nº 463 é de suma importância e fundamental para que possamos chegar a uma conclusão: se esses fundos, dessa forma, estão financiando isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Deputada Zulaiê Cobra e, depois, o Deputado Moroni Torgan.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero discutir a matéria porque acho que estamos montando nesta CPI uma equipe e, a partir de amanhã, vamos ter uma equipe funcionando, com elementos suficientes para fazer uma análise de tudo. É um pedido de muito fôlego – não há a menor dúvida – mas, numa CPI como esta, temos de investigar tudo. Portanto, não podemos temer esse excesso de papel que vamos ter de enfrentar. Desse modo, estamos nos preparando para isso. O Sr. Relator, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, está-se preparando, ao lado de uma equipe muito bem montada, para podermos analisar todos esses documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan. Em seguida, colocarei em votação a matéria.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho totalmente coerente este requerimento. Se não quisermos nos aprofundar em coisas complexas, ficaremos só no superficial. Esta CPMI não foi feita para ficar no superficial, mas para se aprofundar em coisas complexas. Se é preciso uma análise de 10, de 100, de 1.000, então, vamos atrás dessa análise, para que possamos ter o aprofundamento necessário para extirparmos esse mal do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Encerrada a discussão, passamos à votação da matéria.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposição queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, pondero apenas que essa requisição não poderá ter o mesmo prazo fixado para as demais, de oito dias. Trata-se de um extraordinário montante de documentos. São centenas e centenas de empresas que terão de oferecer os seus balanços. Então, não é possível, no prazo de oito dias, que habitualmente tem sido concedido...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho de fazer uma retificação. Perguntaria ao Sr. Relator se a matéria envolve sigilo bancário ou não. (Pausa.)

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Se não envolve, a decisão foi correta. Fiz essa ponderação, para que não cometêssemos nenhuma nulidade.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação com relação ao requerimento apresentado pelo nobre colega João Correia, que, com muita sapiência, apresentou os requerimentos de convocação do Deputado Ronivon e também do Deputado Eduardo Valverde, Requerimentos de nºs 24 e 376. Eu queria ver se há condição de colocarmos esse requerimento como de preferência e o aprovarmos, para darmos celeridade à oitiva do Sr. Ronivon.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eles já estão aprovados, se não me engano. Podemos aprovar novamente.

Vamos colocar em ordem, de hoje para amanhã, essa questão dos requerimentos. O que não podemos fazer, Deputado, é misturar uma coisa com a outra. Temos aqui duas finalidades, como todos sabemos. Primeiro, estamos investigando, até agora, a suposta compra de votos para a aprovação de propostas do Governo atual. O segundo objetivo da Comissão é apurar a suposta compra de votos para aprovar a PEC da Reeleição.

Pretendíamos dividir os nossos trabalhos em duas etapas, porque são matérias distintas. Primeiro esgotaríamos uma e depois começaríamos a outra. Acontece que as nossas investigações estão se abrindo num leque demasiadamente amplo, como V. Exªs acabam de ver com esse requerimento.

É preciso tomar cuidado para que esta Comissão, de tanto se alargar, de tanto se dividir num delta de variadas correntes, não possa, no final das contas, fechar um relatório convincente. É preciso tomar cuidado com a ampliação de investigações. O que eu pretendia, era pretensão do Relator – evidentemente, a Comissão decide o que julgar melhor – buscar no noticiário outros nomes de Parlamentares que, ao longo do tempo, foram tendo seus nomes esmaecidos e que, afinal de contas, não foram contemplados com investigações desta Comissão.

Fariamos isso para fechar a primeira parte das nossas investigações. Em seguida, atendendo aos requerimentos do Deputado João Correia, convocaríamos todas aquelas pessoas referidas como supostamente envolvidas na aprovação da Emenda da Reeleição.

Com requerimentos desse tipo, avançando sob os fundos de pensão e as milhares de empresas em que esses fundos de pensão têm capital investido, não terminaremos a primeira parte tão cedo, e o Relator, **data venia**, não pode concordar com a mistura, com

a simultaneidade das duas investigações, porque não chegaremos a tempo nenhum.

É hora de decidir o seguinte: vamos apurar a compra de votos ou vamos nos dedicar à busca da origem do dinheiro, coisa que a CPI dos Correios também está fazendo? Se vamos adotar a segunda alternativa, teremos de admitir que não cumprimos o nosso dever no prazo estipulado e que teremos que pedir adiantamento do prazo.

Agora, o requerimento que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer é um dos que mais preocupam. Precisamos entrar nessa questão da Emenda Constitucional da Reelection, mas acontece que temos dezenas de requerimentos que não nos deixam chegar lá.

Eu pediria a V. Ex<sup>as</sup> um prazo para que, de hoje para amanhã, possamos apresentar todos os requerimentos feitos, uma avaliação daquilo que podemos fazer e estabelecer um calendário para a nossa Comissão, já com os nomes a serem convocados, devidamente estabelecidos. Peço tempo para estabelecermos uma certa ordem a fim de avaliarmos o caminho que devemos seguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto. Depois falarão o Deputado Odair e, em seguida, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, acho importante que possamos, dentro da linha também e, ao mesmo tempo, investigando a questão do chamado mensalão, que, ao mesmo tempo, ouçamos as pessoas da compra de votos no processo da reeleição.

Creio que o Deputado Agnaldo Muniz pede uma preferência para que nós possamos ouvir o Ronivon Santiago. Considero importante que possamos ouvi-lo ainda nesta semana, porque, a partir da oitiva do Sr. Ronivon Santiago, outros nomes poderão ser listados na investigação.

Então, nesse sentido, corroboro o requerimento de preferência do Deputado Agnaldo Muniz no sentido da oitiva do Sr. Ronivon Santiago ainda nesta semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, como tinha anteriormente anunciado, ao Deputado Odair Cunha; em seguida, ao Deputado Daniel Almeida, ao Senador Ney Suassuna e depois à Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Sr. Presidente, julgo sensata a proposta do Relator no sentido de estabelecer, de hoje para amanhã, um roteiro, organizando todas as oitivas que temos de estabelecer. É verdade que há ainda muitos depoimentos a serem tomados, sobre os quais precisamos nos debruçar.

Agora, o prazo que o Relator pede até amanhã não prejudica a aprovação do requerimento hoje, da

convocação do Deputado Ronivon Santiago. A convocação dele pode ser posta, aprovada, e a data de hoje para amanhã nós poderemos... O Relator vai fazer uma proposta de oitiva, que pode ser, inclusive, em subrelatorias, subgrupos, subcomissões, para que nós, parlamentares, tenhamos oportunidade de também nos dedicar a essas duas frentes que são afetadas a esta Comissão – tanto o chamado esquema do mensalão, como também a compra de votos, no caso da PEC da reeleição.

Então, penso que a proposta do Relator e proposta do Deputado Agnaldo Muniz não se contrapõem, e podem ser complementadas. Aprovamos hoje a oitiva do Deputado Ronivon Santiago e, até quinta-feira, estabeleceremos um cronograma de oitivas. É isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu preciso falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Exm<sup>o</sup> Sr. Relator, que tem preferência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tendo em vista, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, que a elaboração do relatório tem de obedecer a uma seqüência lógica e que a confusão das provas dificulta, obviamente, um trabalho completo a respeito, eu desejaria separar as duas coisas.

No entanto, já que a Comissão, visivelmente, pretende entrar também nesse assunto, não há razão alguma para ouvirmos apenas o Sr. Ronivon Santiago. Então, proponho a V. Ex<sup>as</sup>, de uma vez, sejam ouvidos o Sr. Ronivon Santiago, o Sr. Osmir Lima, o Sr. Chicão Brígido, a Dona Zila Bezerra, o Sr. Orleir Cameli, o Sr. Amazonino Mendes, o Sr. Narciso Mendes, o Sr. Eládio Cameli – todos aqui arrolados com referência à aprovação da emenda constitucional da reeleição.

Se é necessário tomar depoimentos a respeito, vamos tomá-los em bloco, a fim de que eles não fiquem perdidos numa montanha de papel, dificultando a consulta para a elaboração do relatório.

É a minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de colocar em votação, concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL AMEIDA** (PCdoB – BA) – Creio que estamos evoluindo para um roteiro de trabalho que leva em conta esses dois focos, essas duas atribuições da CPML: o mensalão, como tem sido conhecido, e o episódio de 97, na reeleição.

Evoluímos até então nessa área do mensalão. Mesmo assim, acho que o Relator tem razão quando diz que necessitamos concluir a identificação daquelas pessoas que ainda precisam ser convocadas e que tiveram os nomes citados. Acho que deveríamos

caminhar nessa direção, e para isso teríamos que ter um tempo. Acho que teríamos necessidade, também, de aprovar alguns requerimentos que solicitam informações, para que todas as informações possam ficar disponíveis para consulta nesta Comissão, e ainda há alguns requerimentos a esse respeito pendentes. Também acho que, quanto à sugestão do Relator para que aprovemos os nomes daqueles que estão citados na compra de votos do período da reeleição, poderíamos aprovar todos e, posteriormente, estabelecer um roteiro para as oitivas. Não vejo problemas em relação a isso.

Penso que, além desses nomes citados, há um jornalista, parece-me que seu nome é Fernando Rodrigues, da **Folha de S.Paulo**, que publicou muitas matérias a esse respeito. Ele já está convocado? Não, o Relator não citou agora nos nomes que relacionou. Então teríamos que, talvez, ampliar essa lista. Poderíamos aprovar um conjunto maior; depois decidiríamos um roteiro para as oitivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Relator, concordo em gênero, número e grau com o Deputado Abi-Ackel, Relator desta nossa Comissão. Realmente, não podemos abrir leques porque quem tudo quer fazer termina não fazendo nada. Concorde com sua sugestão de, ao invés de chamar apenas o Deputado, chamar todos os que têm casos similares e incluir – por que não? – o jornalista, que está ligado ao assunto. Quando vamos convocar cabe ao Presidente e ao Relator decidir.

Acho que está perfeito. Quero parabenizar o Presidente e o Relator pela prudência. Aliás, depois que esta Comissão entrou no ar e começou a funcionar, vi que quase todas as outras passaram a ter um pouco mais de ordem. O exemplo desta Comissão tem contagiado as outras para resolver tudo que tem que ser resolvido, debater tudo que tem que ser debatido, mas sem precisar entrar em clima de guerra.

Quero parabenizar a dupla, o Presidente e o Relator.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a V. Exª pelas considerações pessoais, mas é o que manda o Regimento. O mérito é todo do Regimento.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Deputada Zulaie Cobra.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, acho que temos uma sequência que diz respeito à relação

do mensalão, que também não podemos perder de vista. Temos aqui uma série de convocações do Senador José Jorge que não sei se foram aprovadas. Trata-se da convocação da Deputada Raquel Teixeira, do Carlos Alberto Leréia, do advogado Paulo Sérgio Abreu e Silva, do Governador Marconi Perillo e do Vanderlei Valim, que é tesoureiro do PTB. São convocações importantes que precisamos saber se já foram aprovadas, porque dizem respeito também à questão do mensalão.

Outra pessoa muito importante é a Presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo. Estamos aqui com o nome dela. Foi uma indicação também do Senador José Jorge. Também não ouvimos essa senhora.

Então, temos aqui um outro lado também que precisava ser chamado, para termos também esse vínculo com o mensalão.

Não sei se o senhor tem aí... Aqui temos todos os requerimentos, mas não sei quais foram aprovados. O senhor tem quais são os requerimentos?

Eu acho melhor deixarmos para amanhã. V. Sª tem os requerimentos que já foram aprovados? Porque aqui têm todos os requerimentos colocados. Então, Sr. Presidente, eu queria que a gente pudesse pelo menos saber o que já foi aprovado. A partir do momento que já foi aprovado, podemos fazer, então, essa agenda para as próximas semanas.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, quero, primeiramente, parabenizar o Relator pela linha de investigação. Como ele bem informou, amanhã haverá uma reunião com a equipe técnica da Comissão para discutir as pessoas que virão, em cima da linha investigativa em que ele está caminhando. Então, sugiro aos colegas que aguardemos essa reunião administrativa que o Relator... Eu gostaria que o Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Fazer uma proposta talvez conciliatória.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Só essa questão. Eu gostaria de fazer a seguinte proposta: como o senhor falou que amanhã vai haver uma reunião administrativa, proponho aos colegas que abramos mão. Quer dizer, sugiro indicarmos vários nomes, mas deixar V. Exª, amanhã, nessa reunião administrativa, colocar, dentro da linha investigativa, a prioridade das convocações e quais seriam elas, e nós acompanhá-las, porque a linha em que o Relator vem trabalhando é excelente. Temos acompanhado a forma como isso tem acontecido – quero aqui elogiar V. Exª nesse sentido – e sugiro deixarmos para que V. Exª, após essa reu-



não administrativa com a equipe técnica, passe para nós como seria o caminho a ser perseguido na linha investigativa e nos próximos depoimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator, sobre a proposta feita pelo Deputado Agnaldo Muniz, que me parece...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu agradeço muito, porque precisamos estabelecer uma ordem de trabalho. Não é pelo simples fato de o requerimento estar aqui relacionado que ele deva ser deferido. Por exemplo, por que razão nós vamos, agora, convocar o senhor... Por que vamos pedir cópia do depoimento do Deputado Roberto Jefferson na Comissão de Ética? Não faz o menor sentido. Muitas das pessoas que aqui se encontram já prestaram depoimento em outras CPIs. Já pedimos a cópia: prestação de contas à DNA Propagandas relativas aos contratos com o Banco do Brasil e subsidiárias, descrevendo cada pagamento efetuado e sua aplicação, acompanhados de cópias das notas fiscais dos serviços prestados de forma terceirizada. Qual é a finalidade desse requerimento? O que é que se busca, afinal de contas, no que diz respeito a nossa competência?

Há requerimento para convocação do Sr. Carlos Willian, Deputado Federal pelo PMDB de Minas Gerais, para prestar esclarecimentos junto a esta CPMI. Não há justifica. Se apresentarem a justificativa, nós vamos ouvir. Agora, eu não quero correr o risco – peço a atenção das senhoras e dos senhores membros da Comissão – de colocar sentado aqui para prestar depoimentos pessoas que talvez tenham sido citadas exclusivamente em função de conflitos eleitorais regionais. Não podemos nos prestar a esse papel. Quando se requerer a presença de uma determinada pessoa, é natural que a pessoa justifique a razão pela qual aqui veio, senão corremos o risco de nos prestarmos a explorações políticas ou até a agirmos de maneira ofensiva ou contra pessoas que venham aqui sem que nós saibamos por que foram convocadas.

Esta é a razão pela qual eu estou pedindo para fazermos um levantamento. Aquilo em que houver dúvida, aquilo que não estiver claro nós faremos constar de uma lista à parte para que os requerentes justifiquem a forma pela qual querem ouvir as pessoas e as razões que justificam o depoimento. É preciso muito cuidado com essas coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu, então, vejo que não há mais consenso nesse momento.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, o consenso é deixar para amanhã o Relator...**

**O SR. (Orador não identificado)** – Consenso é uma proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há mais consenso para deliberarmos agora.

Então, eu queria propor para amanhã, às 10 horas, uma outra reunião administrativa...

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Não, não, será às 9 horas a nossa reunião com a equipe. Às 9 horas com a nova equipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – A oitiva é às 10 horas. Então não será possível outra reunião.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Vamos ter só uma hora para nos reunirmos. Agora, Sr. Presidente, esses nomes todos que foram citados pelo Relator não foram aprovados ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Na quinta-feira, já poderemos agora, então, aprovar esse requerimento.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Sr. Relator, ainda não houve a aprovação de nenhum dos nomes, nem os que V. Exª falou, nem os que eu falei. Nenhum desses nomes foi aprovado. Segundo a nossa secretária...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não foi aprovado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Não foram aprovados ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, farei uma proposta: aprovar o rol proposto pelo Relator...

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois, discutiremos o momento, a agenda de convocação, quem realmente será convocado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O nome pode estar lá e não ser convocado.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, há outros nomes também.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Aqui há listas que foram aprovadas pelo Marcos Valério.

**O SR. (Orador não identificado)** – Por que não podemos fazer uma reunião quinta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas nós vamos sempre postergando, postergando. Temos de terminar a nossa tarefa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Eu também acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Isso aqui não pode ser como um vulcão aberto, lançando lavas sem consequência alguma. Nós temos que dar consequência, concentrar o nosso objeto, realizar a nossa tarefa e desonerar a Nação desse processo constante, permanente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes, pela ordem, V.Exª, que quer corrigir a Mesa em que sentido?

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Não, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª quer falar, então vou conceder a palavra não pela ordem, mas vou conceder a palavra a V. Exª.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Eu estava inscrito anteriormente. Quero concordar com o Relator, em função de buscar uma coerência no processo investigativo...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esse ponto já está...

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Fechada uma linha investigativa, inicia-se outra, mas essa da compra de votos e a do mensalão são as duas principais.

Sr. Relator, nesse rol de nomes que V. Exª citou, falta um, que é o João Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – O João Maia se encontra numa situação de saúde...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, para esclarecer, o Deputado.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Deputado Eduardo Valverde, o problema é o seguinte: em relação ao Deputado João Maia, fiz um requerimento. Solicitei que a Comissão do Mensalão mandasse ou determinasse ao Estado do Acre que o João Maia fosse avaliado por uma comissão médica, com a presença de um neurologista, porque o João Maia sofreu um acidente cirúrgico da mais alta gravidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Um derrame.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Ficou vários meses em coma e está numa situação realmente muito delicada.

Então, acho que o caso do João Maia...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – As condições de saúde dele desaconselham sua convocação.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – Não, tudo bem.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Apenas para aproveitar, sugiro ao Relator a inclusão do nome do jornalista Fernando Rodrigues, que também faz parte.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já está aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a palavra ao Deputado Valverde para concluir.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO) – É o caso também de convocar – o requerimento já foi apresentado – o Deputado Pauderney Avelino, que, segundo consta, era na Amazônia quem fazia o agenciamento, a busca dos Deputados para ofertar a vantagem. Isso consta em um livro, que foi publicado e até vendido em banca de revista. Então, é fato notório e público.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, o nosso Relator está sendo extremamente didático, e a aprovação aqui não implica convocação imediata. Assim, S. Exª terá de fazê-lo didaticamente – como se faz essa convocação –, para não haver confusão na elaboração do relatório.

É importante pegarmos também os financiadores. O Sr. Milton Monteiro, por exemplo, é lobista. Eu gostaria que pudéssemos votar também a sua convocação, eventualmente, num momento apazado, para que possamos também pegar a fonte do financiamento.

Portanto, reforço o requerimento para que o Sr. Milton Monteiro seja ouvido nesse conjunto; depois, resolveremos quando e como.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o Sr. Ricardo Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Relator. Se S. Exª quer ampliar a lista dos convocados... Inclusive o jornalista Fernando Rodrigues já está incluso no requerimento de V. Exª.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pedi um prazo de 24 horas – não me parece exagerado – para oferecer a relação das pessoas a serem ouvidas. São muitíssimas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É melhor mesmo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Agora mesmo a secretária deixou aqui a lista do Sr. Marcos Valério. São 41 pessoas, das quais muitas foram ouvidas, outras não foram.

Agora mesmo, mais dois requerimentos: um do Deputado Daniel Almeida e dos Deputados e Senadores.

Esse requerimento está faltando... (Pausa.)

São dois documentos diferentes, com o mesmo número. Pedirei ao Sr. Deputado Daniel Almeida que faça a retificação.

**O SR. (Orador não identificado)** – Quem tem que fazer a retificação é a Secretaria, Presidente.

**O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)** – **Amanhã espero fornecer à Comissão a relação das pessoas a serem ouvidas.**

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, não há condição de deliberarmos hoje. Devo dizer que amanhã não teremos condições de realizar nenhuma reunião administrativa porque vamos iniciar os trabalhos às 10 horas e às 9 horas já há uma reunião de trabalho marcada. Amanhã não decidiremos nada. Vamos ver na quinta-feira, se for o caso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concordo com o Sr. Relator porque acho que S. Ex<sup>a</sup> tem razão. Há muitos nomes. Inclusive, eu mesmo apresentei muitos requerimentos no início da Comissão Parlamentar de Inquérito que hoje perderam a atualidade. Então, é necessário que S. Ex<sup>a</sup> faça uma revisão...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É exatamente por isso que estou pedindo tempo para reorganizarmos isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Estou dando razão a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Há requerimentos para aprovar de pessoas que já foram ouvidas aqui e lá, cujas declarações já são do conhecimento público.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quero acentuar que temos que caminhar no sentido de obter dois resultados, que são aqueles especificados no ato de constituição desta CPI mista: nossa opinião sobre a responsabilidade de Parlamentares que teriam recebido valores financeiros para aprovar matéria de interesse do Governo e a relação dos Parlamentares que teriam recebido valores financeiros para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional da Reeleição.

Já chamei atenção para o fato de que, quanto mais se alargam as investigações, quanto mais se multiplicam as empresas que são objeto de investigação, muitas vezes sem nenhuma relação com esses dois objetivos, corremos o risco de imitarmos a CPI do Banestado, que acabou não concluindo os seus trabalhos tal a diversidade da matéria apresentada e a impossibilidade da sua união através de uma con-

clusão lógica a ser oferecida ao País. Não podemos aceitar essa hipótese de forma alguma. Assim, alguns requerimentos feitos serão objeto de indeferimento do Relator, por entender ele que não se trata de matéria da qual se possa extrair elementos de convicção sobre os dois objetos desta Comissão. Se, porventura, a Comissão entender que o Relator está errado, que derrote o parecer, mas este fica moralmente livre da imprecisão de que contribuiu para que esta Comissão não chegasse a bom termo.

Peço o tempo necessário para amanhã oferecer a lista das dezenas e dezenas de pessoas que, segundo os requerimentos, deverão ser ouvidas a esse respeito. Quando o Relator entender que o requerimento não tem nada a ver com esses dois objetivos, ele será obrigado a indeferi-lo, e V. Ex<sup>as</sup> vão decidir, pelo voto, se o Relator tem razão ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo que hoje essa matéria fica em suspenso. Não vamos mais discuti-la. Deliberaremos em momento oportuno.

Convocarei logo o depoente de hoje, que já se encontra presente, o Sr. João Cláudio Genu.

Peço à Secretaria que...

Há mais um requerimento que o Sr. Relator vai apresentar aos senhores.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sobre a mesa, Requerimento nº 480, de autoria do Sr. Deputado Daniel de Almeida, pelo qual requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam requisitados, junto ao Instituto Nacional de Seguro Social, cópia integral – seis volumes, inclusive apensos – do Processo Disciplinar PAD nº 35 mil, etcétera, Unesco ou qualquer outro procedimento administrativo instaurado no âmbito do INSS destinado a investigar contratos celebrados pelo INSS com a Unesco.

Justificativa: órgãos de controle interno e externo do INSS apontaram graves falhas e irregularidades na gestão do INSS no exercício de 2000 concernentes a acordos de cooperação técnica com organismos internacionais. O rombo estimado para os cofres públicos foi de cerca de R\$34 milhões.

Instaurado e concluído o competente processo administrativo, dele resultou, inclusive, a cassação da aposentadoria do então presidente da autarquia, Sr. Crésio de Matos Rolim, e o indiciamento de outros agentes públicos.

Sendo assim, em face dos altos valores desviados e de indícios de que tais quantias foram repassadas, na época, a parlamentares, indícios que não se mencionam quais são..

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Quais são os parlamentares?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA) – Chegando os documentos à CPI, vamos analisá-los, vamos investigar e ver se há indícios. São vários volumes, nobre Relator.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Lamento, mas vou votar... O parecer é contrário à convocação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Pcdob – BA) – Se for para discutir o requerimento, gostaria de discuti-lo, mas pode ser incluído entre aqueles que serão apreciados posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos apreciá-lo posteriormente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Pcdob – BA) – Mas documentos são documentos. Chegando à CPI, eles serão analisados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Pcdob – BA) – Eu não posso pedir mais documento, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode pedir documento. Mas, agora, como o documento é evidentemente polêmico, nossa tradição é exatamente deixá-lo para uma discussão posterior.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Relator não pode indeferir, porque aqui toda quebra e toda documentação que solicitamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele pode indeferir. E o Plenário pode evidentemente decidir contrariamente ao indeferimento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Estamos acordando e votando, por consenso, toda documentação, não importando de quem quer que seja. Então, é mais uma documentação que queremos para saber se há ou não alguma consistência.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, um momentinho.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Pcdob – BA) – São documentos públicos, nobre Relator.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Documento público de 2000? O que tem o INSS com a CPMI da Compra de Votos? Isso é um absurdo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Relator não indefere. O Relator opina. V. Exª votará contra a opinião do Relator ou a favor dela.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, seria de bom alvitre deixar essas questões para após a

reunião administrativa porque o Relator vai estar com a equipe técnica.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Solicito a compreensão de todos. A matéria é controversa. Não teremos condições... Já estamos com o objeto da nossa reunião em andamento...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para falar sobre o requerimento. Em primeiro lugar, isso não tem nada a ver com esta CPI – e o Relator tem razão – e, em segundo, envolve a instituição internacional Unesco. Esse processo, inclusive, encontra-se no Supremo Tribunal Federal. Há uma série de problemas já investigados em relação a isso. Na verdade, essa é uma manobra diversionista aparentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. A matéria está suspensa.

Antes de passar a palavra ao depoente, esclareço que ele aqui comparece na condição de indiciado, visto que recebeu quantias do esquema do Sr. Marcos Valério. Ele recebeu recursos cujo destino desconhecemos. Ele nos dará as devidas informações.

Nessas condições, tomarei não um termo de compromisso, mas a qualificação conforme se exige.

Nome completo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – João Cláudio de Carvalho Genu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Identidade e órgão expedidor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Número 765945 SSP/DF.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Idade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Quarenta e um anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – CPF?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Número 351.519.861-04.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Estado civil?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Casado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Endereço residencial?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – SQSW 104, Bloco J, Aptº 303.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO) – Telefone?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – 3344-2526.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Profissão e local onde exerce sua atividade atualmente?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sou economista na Liderança do Partido Progressista, na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Apelo a V. Ex<sup>a</sup>, embora nessa condição, para que elucide todos os fatos e diga a verdade, salientando que, muitas vezes, os depoentes têm vindo aqui e assumido posturas que, embora não queiram, os auto-incriminam. A verdade talvez seja o caminho mais curto para que a responsabilidade de V. S<sup>a</sup> seja explicitada e, sobretudo, para que seja afastada qualquer imputação indevida.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Peço um esclarecimento ao Dr. João Cláudio Genu: se ele é titular de algum cargo público, além deste, de confiança. V. S<sup>a</sup> tem algum vínculo com algum órgão público?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sou funcionário de carreira do Ministério da Agricultura.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Qual é a função que V. S<sup>a</sup> exerce?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Agente administrativo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E atualmente é funcionário em cargo em comissão?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Da Liderança do Partido Progressista.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– E, em seguida, eu só gostaria que V. S<sup>a</sup> esclarecesse quem o acompanha.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Dr. Marco Antonio Meneguetti e o Dr. Maurício Vasconcelos, ou melhor, Maurício Maranhão. Perdão!

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Inicialmente, então, lhe concedo a palavra se quiser fazer uso dela pelo prazo de até 30 minutos, para fazer uma exposição geral. Se V. S<sup>a</sup> declinar dessa oportunidade, passarei logo a palavra ao Sr. Relator para fazer as perguntas.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pode passar a palavra ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dispensa, então, qualquer explicação geral.

Portanto, concedo a palavra ao Exm<sup>o</sup> Sr. Relator Ibrahim Abi-Ackel para fazer as inquirições que julgar necessárias.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, o senhor está convocado a prestar depoimento nesta Comissão para esclarecer o seguinte fato: o senhor era chefe de gabinete do Líder do Partido Progressista da Câmara dos Deputados?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu trabalhava no gabinete do Líder, Deputado José Janene. Não exercia a função de chefe de gabinete. Eu o ajudava, assim como também ajudava a Bancada e a Direção do Partido Progressista.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Durante quanto tempo o senhor exerceu esse cargo de chefe de gabinete do Líder José Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Desde o início, fui contratado no gabinete do Deputado José Janene, no dia 1º de julho de 2003, mas eu estava com férias marcadas em julho daquele ano e efetivamente o meu exercício começou no dia 1º de agosto de 2003.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o senhor permaneceu nesse cargo até que data?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Até ele assumir a Liderança do Partido Progressista. Em seguida, fui para um cargo na Liderança do Partido Progressista, lá na Câmara.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, não estou entendendo. O senhor foi admitido na Liderança do PP já como chefe de gabinete do Líder José Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, Deputado. Eu trabalhava... O meu cargo era um cargo do gabinete do Deputado José Janene. Quando ele assumiu a função de Líder, passei a ter um cargo da Liderança do Partido Progressista.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E quanto tempo o senhor permaneceu nesse segundo cargo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– De julho de 2003 a aproximadamente janeiro ou fevereiro desse ano.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– De 2005?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso. Eu não sei a data precisa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mais ou menos um ano e cinco meses, um ano e seis meses mais ou menos.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso. É possível.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Durante o tempo que o senhor exerceu o cargo de

chefe de gabinete do Líder José Janene, o senhor declarou à outra CPMI que foi incumbido pela Direção Nacional do Partido Progressista a recolher recursos financeiros na sede do Banco Rural em Brasília. É verdade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É verdade.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem foi pessoalmente, individualmente que, da Direção Nacional do PP, incumbiu o senhor desta tarefa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Recebi no momento, na primeira vez que recebi a incumbência de ir buscar o recurso no Banco Rural, recebi um telefonema da direção do Partido Progressista, de um senhor chamado Barbosa...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Chamado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Barbosa, que eu não conheço. Eu soube que ele faleceu.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Prossiga, por favor. O Sr. Barbosa...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ... de um senhor Barbosa, o qual eu não conhecia, e liguei imediatamente para os Deputados José Janene e Pedro Corrêa, dizendo que eu havia recebido tal telefonema para ir buscar uma determinada quantia, no Banco Rural, e que se era para eu fazer isso mesmo – porque, estou recebendo um telefonema de uma pessoa que eu não sabia quem era, e eles me disseram: “Não, isso aí é uma ajuda que está vindo para os partidos; por favor, se você puder vá lá e pegue pra gente; está aqui o telefone da pessoa que você deve procurar” – ele já tinha me dado. Fui lá, no banco, procurei a Dona Simone e peguei o referido recurso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor se lembra qual era o nome da pessoa que o senhor deveria procurar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Dona Simone.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor se apresentou à Dona Simone como representante da Direção Nacional do Partido Progressista?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ela não conferiu documento de identidade nenhum do senhor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Chegando ao banco, perguntei pela Dona Simone; ela me pediu a minha identidade; eu forneci. Lá, já tinha um recibinho pronto; eu rubriquei – não assinei

–, eu rubriquei o recibo. E, perante a Polícia Federal, reconheci que era a minha rubrica. Entreguei a ela uma pasta tipo 007; ela foi lá, colocou – na entrada do banco vocês já devem ter tido conhecimento, tem uma salinha adjacente à direita –, ela entrou com a pasta lá e voltou para mim. Eu abri a pasta, vi que tinha envelopes dentro lacrados. Eu fechei, levei e entreguei no 17º andar, que é a sede do Partido Progressista, aqui no anexo I do Senado. Entreguei; a pessoa retirou de dentro e eu fui embora.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Entregou a quem, por favor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ao Sr. Barbosa.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ao mesmo Sr. Barbosa.

Gostaria que o senhor explicasse como é que a Dona Simone pôde identificar no senhor o representante do Partido Progressista. O senhor tem notícia de que ela se comunicou com o Deputado Pedro Corrêa, com o Deputado José Janene, a fim de fazer a entrega dos envelopes lacrados à pessoa certa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, a informação ela já tinha. Quando eu cheguei lá, ela já sabia que eu iria lá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Que o Sr. Genu iria lá, como representante...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – ela sabia o meu nome, porque o papel que assinei inclusive já estava pronto.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quantas vezes o senhor fez esta operação de retirada de envelopes lacrados do Banco Rural pelas mãos da Dona Simone?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Quatro vezes, sendo que eu fui ao Banco Rural quatro vezes, me perdoe. Sendo que duas eu fui e retirei dois valores, que assinei dois recibos de R\$300 mil. Uma vez, eu fui ao banco, a Dona Simone não estava; eu fui comunicado, tinha um recado lá que um funcionário do banco me deu, dizendo que ela estaria no Hotel Grand Bittar me aguardando, que ela não pôde me esperar. Eu, então, saí do banco, fui ao hotel, cheguei lá e encontrei o mesmo procedimento. Só que eu assinei o recibo lá, ela pegou um envelope, colocou-o dentro da pasta – na verdade, nem colocou; me deu o envelope; eu pus dentro da pasta e fui embora. E, uma quarta vez, em que eu também fui comunicado pela Direção do PP que era para ir ao Banco Rural encontrar a Dona Simone; eu cheguei no Banco Rural, a Dona Simone não estava; eu comuniquei aos Deputados Pedro Corrêa e Janene que não tinha ninguém

lá. Ai disseram: “– ah, então vem embora”. E, aí, vim embora e não tive mais notícia e não tive mais nenhuma ida ao Banco Rural.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Durante três vezes, o senhor teve, então, contato direto com a Dona Simone que lhe entregou envelopes lacrados. Da última vez, o senhor não a encontrou e, estando frustrada a sua missão, o senhor não a renovou, não voltou mais para buscar os recursos.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não voltei mais lá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Carvalho Genu, o nosso grande interesse, o senhor já prestou esse depoimento em outra comissão, há coerência nas suas declarações, em ambas declarações, mas estamos interessados em apurar o seguinte: o Sr. Marcos Valério apresentou a esta Comissão uma relação de pessoas e os respectivos valores que essas pessoas teriam recebido. No que diz respeito ao senhor, constam várias retiradas de R\$200 mil cada uma, perfazendo um total de R\$4,1 milhões. Depondo nesta Comissão, o Deputado Pedro Corrêa disse que recebeu das suas mãos apenas R\$750 mil. O senhor acaba de nos declarar que os envelopes estavam lacrados. O senhor tem meios de esclarecer essa divergência de valores citados por ambas as pessoas?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Quais ambas pessoas? O Marcos Valério e o...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o Deputado Pedro Corrêa.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Os valores que o Deputado Pedro Corrêa declarou – até vi o depoimento dele pela televisão – foram esses que eu já relatei aqui: R\$700 mil.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas, se os envelopes estavam lacrados, como o senhor sabia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu tenho por base os recibos que assinei.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ah! Muito bem. O senhor assinou três recibos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Três recibos: dois no banco e um no hotel. Dois de R\$300 mil e um de R\$100 mil.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor confirma realmente essas declarações?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Confirmo.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor afirma, então, que o Sr. Marcos Valério, ao estabelecer a quantia de R\$4,1 milhões como destinadas ao PP, faltou à verdade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu não quero ser leviano e nem dizer que alguém faltou afetou a verdade. Eu sei que me preocupou isso. Eu queria esclarecer que, quando apareceram as listas, me trouxe uma certa preocupação. Imediatamente entrei em contato com a direção do partido, o Deputado Pedro Corrêa e o Deputado Janene, e pedi uma carta a eles – é importante frisar: eu pedi a carta, não foram eles que me deram a carta, essa carta já remeti aos senhores –, dizendo que eu estive presente ao Banco Rural, atendendo uma solicitação minha, da carta, para fazer isso, isso e isso, dentro da coisa. Então, foi uma precaução que procurei ter para não ser responsabilizado por essa diferença. Fui por uma missão do Partido Progressista, assumida e já relatada, e essa diferença eu não sei dizer se houve, se não houve, se foi entregue, se não foi entregue. E não tenho conhecimento disto, se foi entregue.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Peço-lhe permissão para lembrar o seguinte: quando o Sr. Marcos Valério apresentou a sua relação, ele coloca o nome do senhor e, em seguida, uma série de retiradas, em número de seis, que perfazem R\$4,1 milhões. Então, são duas as divergências das suas declarações com as do Sr. Marcos Valério. Primeiro, o senhor disse que recebeu durante três vezes, a quarta foi frustrada. O Sr. Marcos Valério assegura que foram seis vezes e que o total é de R\$4,1 milhões.

Eu quero declarar que essa divergência também existe no que diz respeito ao Sr. Valdemar da Costa Neto. O Sr. Marcos Valério asseverou que ele recebeu R\$10,1 milhões e ele admitiu aqui que recebeu R\$6 milhões. São diferenças consideráveis. E eu gostaria de inquiri-lo novamente a respeito do seguinte: há uma divergência a respeito do número de vezes que o senhor foi ao Banco Rural. O senhor reafirma que lá esteve apenas quatro vezes, sendo a última delas infrutífera?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor reafirma que somente transferiu para o Sr. Pedro Corrêa e José Janene, ou seja, para a Direção-Geral do PP, R\$750 mil?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– São R\$700 mil, e é como lhe digo: eu não vi os envelopes abertos, os envelopes eram me entregues lacrados.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o senhor deu os recibos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Dei o recibo desses valores: trezentos, trezentos e cem.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas, explica-me uma coisa: como é que o senhor deu o recibo de uma quantia que o senhor não conferiu, uma quantia que o senhor não viu, que estava dentro de um envelope fechado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, era muito mais fácil eu entregar o envelope fechado, sem violação, porque, se tivesse erro, o erro não recaía sobre mim. Eu não sabia o que eles tinham combinado...

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor então está me dizendo...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui pego de supetão. Recebi um telefonema de uma pessoa que eu não conhecia. Na última vez, inclusive, eu fui entregar – só complementando –, recebi um comunicado, ia fazer a mesma rotina, cheguei lá e tinha a notícia de que era uma outra pessoa para me entregar. Eu peguei o telefone, liguei para o Deputado Janene, e o Deputado: não, não, entrega mesmo ao Valmir e tal. Quer dizer, isso foi uma coisa que... eu confiei no que estava dentro da mala. Eu juro que não abri.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor deu o recibo, então, mediante a declaração da Dª Simone de que dentro daquele envelope lacrado tinha a importância xis, e o senhor, sem conferir, deu o recibo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Correndo o risco de chegar aqui e ter dado o recibo de uma importância muito maior do que aquela que estava ali?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ou menor.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O senhor,

pelo menos, sabia o valor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Estava escrito no recibo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas,

antes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O Sr. Barbosa

não lhe disse o valor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, não. Eu apenas recebi um pedido para pegar uma encomenda no Banco Rural. E dei recibo. Eu confiei na palavra das pessoas que eu me certifiquei, que me deram autorização para isso, Senador.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor deu recibo de uma quantia que o senhor nem chegou a ver. Estava dentro de um envelope la-

crado. O senhor tem a carta que o senhor exigiu da direção do PP? Eu gostaria de...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Tenho. Eu já tinha mandado para cá.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nós já temos, mas aqui as coisas são muito difíceis porque a sede dos nossos documentos...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O original está aqui. Isso é uma cópia.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Exige um *cooper* para chegar até lá.

A carta tem o timbre do Partido Progressista:

“Ilmoº Sr. Cláudio Carvalho Genu

Carta nº 140/2005, Brasília, 18 de agosto de 2005.

Em atendimento à solicitação de V. Sª, esclarecemos que o comparecimento de V. Sª à Agência do Banco do Brasil, em Brasília, em 17 de setembro de 2003, 24 de setembro de 2003 ...”

Vinte e quatro de setembro de 2003, quer dizer, sete dias depois.

“... e em 14 de janeiro de 2004, para buscar, respectivamente os valores de R\$300 mil e R\$100 mil, os quais V. Sª assinou os respectivos recibos se deu sob orientação do Partido dos Trabalhadores na implementação dos auxílios financeiros negociados com aquele partido e o Partido Progressista e que V. Sª, como mensageiro, entregou os valores que foi buscar na sede do Partido no 17º andar do Anexo I do Senado Federal.”

“Atenciosamente,

Pedro Corrêa.

Presidente.”

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Genu, o senhor assinou, portanto, três recibos correspondentes a R\$700 mil?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Entregou-os à Dª Simone Vasconcellos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não entreguei. Ela me dava, eu só assinava, e ficava com ela.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim. O senhor assinava, e o recibo ficava com a Dª Simone.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sim.

**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Teremos que buscar esses recibos para poder comprovar a quantia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pode ficar a carta aí. Eu tenho...



**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado, Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fernando Coruja, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Sr.

Presidente, Srs. Parlamentares; Sr. depoente, para quais empresas de consultoria o senhor deu consultoria nos últimos anos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu já quebrei, ofereci a quebra do meu sigilo bancário, fiscal à Comissão e está tudo declarado lá.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas

o senhor não poderia citar algumas empresas? Cinco empresas?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu gostaria que vocês vissem pelo meu Imposto de Renda. Está tudo bem declarado, bem explicado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Duas

empresas?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Por favor, eu já quebrei justamente, espontaneamente isso, para ter que...

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Mas

eu gostaria de ressaltar, já que o sigilo está quebrado, não há nenhum segredo profissional. Porque às vezes há, a Constituição até garante em razão de segredo profissional ou de que alguém se negue a dizer os nomes. Mas, no caso, não há, eu pediria a V. Sª que dissesse. Não vejo nenhum problema que pudesse aqui dizer, já que está lá. Senão eu vou chamar a secretária para ver exatamente onde isso está e nós faremos a leitura aqui.. Então, V. Sª poderia dar essa contribuição...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Veja bem, Deputado Coruja, eu sou economista e tenho diversas atividades, dou aula e já fiz uma série de coisas, em projetos de consultoria financeira, econômica, custos, e já trabalhei para algumas empresas. Mas, hoje, entre algumas que me lembro, tem a DJ Comércio e Assessoria, a Orient Mail, uma empresa do Rio de Janeiro, e outras aí que estão declaradas e realmente eu não me lembro, são valores menores e mais frequentes.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Eu

pergunto isso porque, evidentemente, há uma disparidade muito grande entre os seus bens e a sua renda. Houve várias reportagens mostrando vários imóveis, carros importados, e V. Sª, então, diz que presta assessoria para empresas para receber esses recursos. V. Sª frequentava o apartamento do Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Somente a trabalho. Sempre que havia a necessi-

dade de eu ir lá despachar, eu ia ao apartamento do Deputado Janene.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – E V.

Sª alguma vez viu distribuição de recursos imputada ao mensalão?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nunca.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – V.

Sª frequentava V. Sª a Comissão de Minas e Energia da Câmara?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sim, o Deputado era o Presidente da Comissão, em 2003.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Foi

V. Sª tesoureiro do PFL do Rio de Janeiro.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui tesoureiro tampão. Houve uma intervenção lá, eu trabalhava com o Rubem Medina na época, uma pessoa que eu prezo e estimo muito. E, até se formar uma Comissão definitiva, se formou uma comissão provisória. Como eu estava filiado ao PFL, eles me pediram para ficar como tesoureiro e eu fiquei, por dois meses, um período bem... até ter nova convenção.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O

senhor conhece o Sr. César Diuana?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É um dos colaboradores do Deputado Medina.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O

senhor trabalhou com quais deputados na Câmara, Sr. Genu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Com o Deputado Mendes Ribeiro, do Rio Grande do Sul; com o Deputado Paulo Mandarin, de Goiás; com o Deputado Rubem Medina; com o Deputado Reinaldo Betão, do Rio; com o Deputado Janene; e o Partido Progressista.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – O

senhor fez algum contato com o Sr. Diuana quando ele era Diretor do INSS do Rio de Janeiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Veja bem, ele era um dos colaboradores do Deputado Medina, uma pessoa conhecida nossa, tínhamos contatos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Tinha

contato com ele. Fez alguma visita ao INSS do Rio de Janeiro na época?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É possível que eu tenha ido lá uma ou duas vezes, mas eu não me lembro.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC) – Não

se lembra. O senhor declara na Polícia Federal que o seu patrimônio... o senhor adquiriu apartamento, casa,

cinco carros, alguns do Deputado Janene, de que forma? O senhor poderia nos dizer?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Como, Deputado?

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – A renda para isso veio de onde? Já que o senhor, pela renda...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Dos meus bens, do meu patrimônio, do meu trabalho, do dinheiro que eu tenho, que movimento na minha conta corrente.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – A revista alega que o senhor pagou um dos imóveis com R\$40 mil em dinheiro. É verdade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É mentira.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor não pagou em dinheiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Não pagou em dinheiro. O senhor poderia explicitar a sua renda?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu tenho o meu salário e tenho rendas decorrentes de trabalhos que eu executo para algumas outras empresas, fora do meu horário de expediente, à noite, ou quando eu tenho tempo –, hoje tem a facilidade da Internet – que me auferem alguns outros ganhos e que me dão uma renda já declarada aí de aproximadamente R\$20 mil.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O Deputado Janene tem sido atacado por revistas nacionais, vimos nesse final de semana – com uma série de denúncias que dizem respeito inclusive à Prefeitura de Londrina e outras, envolvendo recursos vultosos. V. S<sup>a</sup> conhece o Deputado Janene há muito tempo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu conheço o Deputado Janene desde que ele se elegeu a primeira vez porque éramos vizinhos de gabinete.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – O senhor falou, quando o Deputado Abi-Ackel perguntou, que começou a trabalhar na Liderança do PP em julho de 2003?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, comecei a trabalhar...

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Em agosto, no gabinete do Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, não. Em julho de 2003, eu fui nomeado no gabinete do Deputado Janene.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Mas, na Liderança do PP, quando?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Em janeiro deste ano, ou fevereiro, eu não sei a data certa.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – De 2005?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Depois que ele se elegeu líder.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Só em janeiro de 2005?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só em janeiro de 2005. Até então, voltando ao depoimento do Deputado Pedro Corrêa, porque ele citou, eu fui chamado para trabalhar, para ajudar Janene, Pedro Corrêa e o Líder Pedro Henry. Não tinha vaga na Liderança para me absorver, o Janene deu uma vaga e fui lotado no gabinete dele. A história até certa é essa.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Em algum momento V. S<sup>a</sup>, tendo contatos freqüentes com eles, ouviu falar qual era o destino desses setecentos mil reais que apanhou no banco?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu vim saber disso agora. Sabia do problema do Ronivon. Isso eu sabia, mas não sabia que aqueles valores eram para isso. Do problema do Ronivon, eu tive bastante conhecimento porque eu vi a angústia deles lá.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Esse senhor Barbosa era exatamente o que do PP?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ele era contador, eu vim saber agora também, eu achei que ele era tesoureiro. Eu não conhecia as pessoas do partido, Deputado. É como eu lhe falei. Eu trabalhei quase doze anos com o Deputado Medina, que, por uma infelicidade da vida, perdeu a eleição. Eu estava aqui no Congresso, conhecia muitos de vocês, tive diversos convites para trabalhar. E, em determinado momento, o Deputado Janene estava na Comissão de Minas e Energia, o Pedro Corrêa era muito meu amigo, e me convidaram para ajudá-los.

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Bom, o nosso objetivo aqui, como tem salientado o relator, evidentemente, é identificar, fundamentalmente, quem recebeu esse dinheiro do mensalão. Nós vimos aqui até que há vários requerimentos que tentam divergir, deixando meio maluca esta Comissão.

É evidente também, lembrando – estou até com o livro aqui de Bloom, sobre o Hamlet – que essa loucura de requerimentos têm método. É evidentemente para dispersar, para não se chegar ao objetivo. E aqui, todo mundo que chega, ninguém viu nada, ninguém

sabe de nada. E agora, infelizmente, os culpados são só os mortos: é o cara do Banco Rural, é o que recebeu, é o que fez o esquema. Lá do Palocci, é o chefe de gabinete que morreu. Sempre a pessoa de ligação que, infelizmente, morreu.

É evidente que aqui ninguém vai contar nada. Os depoimentos acabam sendo infrutíferos. Também é claro que eu não me convenço com as suas respostas, me parece que V. S<sup>a</sup> sabe bem mais do que nos está informando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, eu queria tentar avançar um pouco, a partir do que disse o relator, o Deputado Coruja. O senhor disse que foi três vezes ao Banco Rural e uma quarta foi uma tentativa frustrada.

Só para entender: a primeira trezentos; a segunda, trezentos; e a terceira, cem. O Deputado Pedro Corrêa disse aqui, já no depoimento, que o senhor apenas recebia ordens, ia e voltava. Segundo o Deputado Pedro Corrêa, o senhor não tinha conhecimento. O senhor está confirmando que não tinha conhecimento, mas o senhor disse que recebeu um telefonema e que a quarta foi frustrada. O senhor chegou lá e o que aconteceu? Não tinha ninguém? O que aconteceu na quarta vez em que o senhor não recebeu nada?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu cheguei lá, tinha um recado dizendo que a Dona Simone não estaria lá e que ela faria novo contato. Eu voltei, comuniquei às pessoas que eu tinha que comunicar e pronto. E depois não fui mandado lá novamente.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Então, mas o senhor recebeu...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O comunicado para ir.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Para ir buscar. O que a gente pode deduzir então é que existiu uma outra remessa, que alguém recebeu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não posso dizer isso, Deputado.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito provavelmente.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não posso afirmar isso e nem colocar dessa forma. Eu apenas estou colocando 'a quarta vez' por um motivo simples: consta que eu fui, deve ter aparecido nos registros, eu não vi, mas depois aparece. Eu vou ter que explicar. Então, já estou explicando.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Sim, mas alguém do PP tinha dito ao senhor para ir buscar, por-

que tinha uma ordem para buscar, que a Sr<sup>a</sup> Simone iria entregar. Existiu efetivamente essa quarta convocação para o senhor ir lá e que o senhor não recebeu.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso, isso.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito

bem. O senhor coloca, no depoimento à Polícia Federal, que não se lembra de quantas vezes recebeu quantias em dinheiro de Simone, no interior da agência do Banco Rural em Brasília. É o seu depoimento à Polícia Federal. Mas hoje o senhor se lembra, e eram poucas vezes. O senhor não se lembrava porque eram muitas ou por que o senhor passou a se lembrar se eram poucas? Foram quatro vezes. Por que essa diferença no depoimento, essa contradição de o senhor não se lembrar? Porque foram poucas vezes, o senhor falou com bastante segurança: foram três – trezentos, trezentos, cem, disse o número; a quarta, frustrada. Na Polícia Federal, o senhor disse que não se lembrava de quantas, dando a impressão de que foram muitas vezes.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– No decorrer do tempo, as coisas foram se elucidando, foram aparecendo os fatos – a gente lê os jornais e vê. Quando eu disse na Polícia Federal... é importante salientar um detalhe: eu fui convocado pela Polícia Federal às onze e meia da manhã e depus às quinze horas. Então, eu já li notícias de jornais de que eu me preparei, que eu conversei, que fiz eu isso... Eu não fiz nada, eu estava fazendo ginástica. Recebi um telefonema, minha esposa me comunicou que tinham deixado a intimação. É importante eu contar essa história não como ilustrativa, mas para vocês saberem como ocorreu. Os meus advogados queriam que eu não fosse depor, para me preparar. Eu disse: não, eu quero ir porque eu quero falar, está me angustiando o que vem acontecendo. E eu fui depor. Lá, eu disse que tinha ido, eu não tinha certeza de quantas vezes eu tinha ido. Os fatos foram acontecendo e fui puxando pela memória para identificar as vezes que eu fui. E, salvo engano, eu acho que tenho a certeza hoje de que são essas vezes.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Eu digo isso até por conta do depoimento do Deputado Pedro Corrêa, que disse que o senhor foi apenas um emissário e o que não teria, segundo o Deputado Pedro Corrêa em depoimento aqui, qualquer participação. O que a CPI deseja são informações.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É, Deputado, mas essa é a questão que entra nessa carta que eu entreguei aqui à Mesa. A carta não foi me dada, a carta foi pedida por mim, justamente para me eximir da diferença que existe. Porque ele podia

ter colocado na carta: informo que o João Cláudio foi lá, pegou isso, isso e isso e deixou o resto em aberto. Eu disse: não, eu quero uma carta dizendo que fui lá e aconteceu isso, que essa diferença que existe eu não tenho conhecimento.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Sim, a questão da diferença, do valor do Sr. Marcos Valério, é uma questão geral e o relator já colocou. O PL disse que recebeu seis milhões e meio, e o Marcos Valério disse que são dez, não é? O pessoal do Duda Mendonça também disse que não recebeu o que tinha que receber. O Roberto Jefferson também disse aqui que não foram quatro – aliás, ele disse que recebeu quatro, e o Marcos Valério disse que foram dois e pouco. A dificuldade é que o senhor, talvez, está querendo dizer que estava emocionalmente complicado na hora que foi lá depor. Porque é muito pouco: três vezes, quatro vezes só, e o senhor consegue dizer os números, não é? Assinou os recibos.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu disse que eu não sabia dizer quantas vezes.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Mas sabia a quantidade de recursos em cada vez e a que não recebeu nada. Só essa...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu soube até...eu não tinha certeza também da quantidade de recursos.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Ah! Também não sabia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu soube porque o delegado me mostrou os recibos que eu assinei.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Ah! O senhor não sabia...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu tinha dúvida...

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Dúvida?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ...na hora que perguntou e ele me mostrou os recibos, até pude olhar com mais calma os recibos.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O senhor é uma pessoa que rapidamente ganhou a confiança da direção do partido, porque o senhor foi lá buscar dinheiro, e dinheiro não se coloca na mão de qualquer um. Então, o senhor era uma pessoa de confiança do partido, não é verdade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Achei que ganhei a confiança do partido pelos vinte anos de serviços prestados que tenho à Câmara, Deputado.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Sim, mas não ao partido?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Estou desde 1985.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Sim, mas e ao partido? Porque tem muita gente que trabalha na Câmara é de confiança de um partido e não é de outro. E o senhor, desse grupo, era uma pessoa de confiança para pegar o dinheiro. Em pouco tempo, o senhor era pessoa de confiança.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Creio que sim.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O senhor não ouviu nenhuma outra conversa sobre nenhum outro assunto?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não participava das conversas da direção do partido.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O senhor esteve em alguma empresa estatal, IRB, Furnas, com alguém do partido, fazendo o quê? Poderia explicitar melhor isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– As estatais em que estive, acho que estão todas declaradas no meu depoimento, foram em companhia do Líder, Deputado José Janene. Eu não participava das reuniões. Eventualmente, o partido ou a bancada tinha algum pleito ou alguma coisa em que eu apenas ia lá encaminhar. Eu nunca participei de nenhuma reunião reservada ou ...

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Com nenhum Deputado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

–...sozinho, com nenhum desses diretores. Eu apenas levava o papel e trazia. Realmente, estive nessas estatais que o senhor fala, acompanhando o Líder, Deputado José Janene.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – O senhor disse que nunca teve reunião sozinho, mas teve acompanhado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, inclusive tenho um fato, me pediram – acho que foi este ano ainda, no início do ano – para acompanhar uma pessoa ao IRB. Não me lembro o nome, eu disse no depoimento. Não me lembro mesmo, porque ligaram assim: “João, tem uma pessoa que quer falar com o Lucena, eu já falei com ele e ele está esperando. Você leva ele lá?” “Levo”. Eu peguei, encontrei com a pessoa, ele tinha o meu telefone, eu encontrei, me anunciei, subi, a pessoa entrou, conversou o que tinha, fiquei do lado de fora, tem uma outra salinha, ali no hall. Fiquei esperando. Eles saíram. Me despedi do cara e fui embora.

**O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)** – Quem é Lucena?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Era o Diretor do IRB. Dr. Lucena.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E tinha muitas pessoas sendo encaminhadas ao Dr. Lucena, Diretor do IRB? O senhor tem idéia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Através de mim, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Só essa vez?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só essa vez, que eu me lembre. E foi este ano. Foi este ano.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor conheceu, ouviu alguma reunião ou presenciou alguma reunião do Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Marcos Valério esteve no gabinete com o Deputado José Janene, mas eu não presenciei a reunião, eu ficava do lado de fora. Eu nunca presenciei nenhuma reunião do Deputado Janene, nem do Deputado Pedro Corrêa, nem entre eles.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – O senhor não sabe o conteúdo, mas o senhor tem idéia de quantas vezes o Sr. Marcos Valério esteve conversando?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Que eu presenciei, que eu vi que eles estiveram juntos, duas.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Duas vezes.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– No gabinete do Deputado Janene, que eu vi.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – E reunião entre o Sr. Marcos Valério e a direção do PP, e o Deputado José Dirceu, o senhor presenciou alguma?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nunca presenciei. Eu não ia quando eles iam ao Palácio do Planalto, essas coisas. Eu nunca vi por aqui.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – José Dirceu nunca foi no PP para reunir com a Liderança?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Que eu saiba, não.

**O SR. PAULO BALTAZAR** (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes de conceder a palavra ao próximo orador, teríamos o Deputado José Rocha, mas ele foi designado. Assim que retornar, terá preferência para a palavra.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas para esclarecer logo esses fatos.

Um belo dia, o senhor estava onde recebeu um telefonema do Sr. Barbosa. Onde é que o senhor estava?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nas dependências da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estava aqui no Congresso? Aí, o senhor não conhecia quem era o Barbosa.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Liguei para saber quem era.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ligou para saber quem era. E nem conheceu o Barbosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Na hora em que fui entregar a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, era uma pessoa que existia. E qual era o papel que ele exercia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu acho que era contador do partido deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– E como foi? Qual foi o tempo entre o telefonema do Sr. Barbosa e a sua ida? Quanto tempo durou para que V. S<sup>a</sup> se dirigisse ao Banco Rural?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Senador, ele me fez a comunicação. Na verdade, a primeira vez estranhei muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estranhou.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Receber um comunicado para pegar dinheiro de uma pessoa que a gente não sabe quem é. Fui imediatamente e entrei em contato com o Deputado Janene e com o Deputado Pedro Corrêa. Aí ele disse: “– não, João, pode ir, está combinado. Pega lá, por favor, e devolve na sede do Partido”.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Perfeito. Quanto tempo demorou essa operação?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Acho que foi durante o dia todo. Recebi o comunicado de manhã...

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Ah, não foi logo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, o horário que eu fui, salvo engano... Não sei os horários que entrei no Banco, mas, vocês devem ter registrado isso. Sempre foi à tarde, no início da tarde, uma, três, duas horas, por aí. Não tenho recordação de ter ido pela manhã? Se foi... É memória. Mas, tenho quase certeza de que as vezes que fui foram à tarde.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Então, o senhor, no retorno recebeu... Onde é que arrumou essa pasta 007?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu levava. Eu sabia o que estava indo fazer.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – O senhor se preparou? Foi buscar a pasta e levou... Aí, lhe entregaram a pasta com dinheiro; o senhor assinou o recibo e nem olhou o valor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Olhei!

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Olhou o valor. E não conferiu o dinheiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, eu abri e dentro da mala constavam envelopes lacrados; estavam fechados, fechadinhos, inclusive, até num deles tentei abrir para ver o que tinha dentro e não consegui, porque estavam lacrados...

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Sim, então não conferiu? Então, não conferiu? Conferiu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– ... para mim, eu quebrar o lacre para dizer que eu conferi; depois falta; e não sabia a quantia; aí já viu a confusão formada.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Sim, então não conferiu!

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não conferi, não contei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Chegou, pegou e disseram que R\$300 mil...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Deixei sob total responsabilidade deles.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – E aí retornou... Aí o senhor teve a oportunidade de conhecer esse Sr. Baltasar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Barbosa! Baltasar é ele! (*Risos.*)

**O SR. FERNANDO CORUJA** – **Barbosa! Exatamente, eu queria saber se V. S<sup>a</sup>, que não o conhecia, poderia dizer qualquer nome e certamente, já que não conhecia, não era pessoa da sua intimidade.**

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não são nem parecidos, não é? Um é calvo; o outro, cabeludo.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Mas, a pergunta então é essa: O senhor encontrou o Sr. Barbosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Muito rapidamente, sim.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – E, em seguida, em quanto tempo o senhor realizou – segundo o senhor afirma – três idas e vindas, três operações, em outras palavras – R\$700 mil. E aí o Sr. Barbosa desaparece de cena e morre quando?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não sei dizer, Senador. Eu não conhecia a Direção do Partido, as pessoas que trabalhavam. Tudo para mim era novidade. Tinham 40...

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Pode falar...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Desculpe, Deputado. Eu não conhecia as pessoas que trabalhavam. Tinha apenas 40 dias que eu estava trabalhando, lá.

Hoje, sei quem são as pessoas. Na época, não sabia. Fui lá, encontrei; fui identificado; identifiquei a pessoa; entreguei; tirei de dentro da mala; me devolveu a mala; e fui embora. E comuniquei: “Olha, já fiz o que tinha o que fazer, e pronto!”.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Mas, o Sr. Barbosa contou o dinheiro na sua frente?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não. Isso não durou três minutos. Entreguei; ele abriu, tirou; e eu fui embora.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Não conferiu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Aí, eu não sei.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – E a operação subsequente? Novamente um telefonema? Como foi a subsequente?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– A mesma coisa.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – O Barbosa, de novo, entra em cena? Só que aí o senhor já sabia de quem se tratava.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Isso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – E entregou ao Barbosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Dessa segunda vez, fui confirmar com o Deputado Janene. O Deputado Janene me disse: “– Não, João, liga para o Pedro, porque é o Pedro quem está sabendo disso”. Peguei o telefone, liguei para o Deputado Pedro Corrêa. O Deputado Pedro Corrêa me disse: “– Não, João, pode ir lá pegar; está tudo direitinho”. Eu fui e fiz o mesmo procedimento. Na terceira vez, recebi o comunicado, só que, quando fui entregar, não era o Sr. Barbosa quem estava lá; era o Sr. Valmir, me parece.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Mas, o senhor entregou para o Valmir?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Aí, peguei o telefone, liguei para o Janene; e o Janene disse: “– Não, pode entregar para o Valmir.” Aí, entreguei para o Valmir!

**O SR. FERNANDO CORUJA** – A terceira vez?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Terceira vez.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Essa quarta vez que o senhor fala, o senhor lembra quanto o senhor iria receber? Foi lhe comunicado quanto?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não me falaram a quantia. Eles nunca me falavam a quantia.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Só falavam: vá buscar o dinheiro.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só diziam: tem que pegar uma encomenda, lá no Banco Rural.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Ah, uma encomenda. Era pelo telefone?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Era pelo telefone.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Dessas quantias, o senhor lembra o primeiro dia em que o senhor foi lá, não?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui lá em setembro. Na primeira quinzena, uma vez; na segunda quinzena, outra vez, e em janeiro, na primeira quinzena, uma vez e, na segunda quinzena, uma vez. Eu não sei as datas certas. Não queria precisar para não cair em nenhum erro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Veja bem, nós temos o seguinte, o senhor me responda. Segundo o Sr. Marcos Valério, do dia 17/09 a 15/09, foi transferido R\$1 milhão.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso eu tomei conhecimento pela...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

–Perfeito.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ...pela imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, na primeira quinzena, o senhor teve alguma coisa deste valor. Na segunda quinzena, no dia 17 de setembro de 2003, R\$300 mil. No dia 24, novamente, R\$300 mil.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Os dias em que fui foram esses dois, salvo engano meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, 17 e 24?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, na primeira quinzena...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu desconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, o senhor acabou de dizer que foi uma vez na primeira quinzena.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Salvo engano meu, eu acho que eu fui...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sim.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ...uma vez na primeira quinzena e uma vez na segunda quinzena.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

— É, mas na primeira quinzena seria um outro valor, porque aqui batem os cheques. O cheque é de R\$745.773,00 mil, e o segundo é de R\$745.841,00. Quer dizer, os cheques sacados do banco estão mais ou menos iguais. Mas, a terceira vez, quando foi?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu acho que foi na primeira quinzena de janeiro de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em janeiro de 2004? No dia 14 de janeiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Acredito que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nesse dia, também, constam dois cheques: R\$403.859,00 e R\$403.860,00. Um de R\$100 e outro de R\$150,00.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu só assinei um recibo de R\$100.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nos demais, aqui tem mais outras referências. Mais um cheque de R\$200 mil. Cheque nº 403.887.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas as datas em que eu fui, especificamente, eu não tenho à mão aqui, agora. Mas na carta que eu entreguei aí tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Evidentemente, eu estou lhe fazendo essas perguntas para que o senhor possa me responder. Claro que o que está na carta está escrito. Então, nós temos aqui vários outros números. O senhor pode lembrar alguns desses outros valores que lhe passo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Claro. O que eu tenho lembrança é desse, desse...

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– R\$300, R\$300.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– E desse do dia 14 de janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– O do dia 14. Dos outros, o senhor não tem lembrança?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não. Com certeza, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Era só isso. Porque... Nós queremos esclarecer. É importante porque...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu quero colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se amanhã, veja, nós conseguirmos aprovar outros, aí entrará toda uma responsabilização sua, responsabilidade fiscal...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V.Sª conhece muito bem a legislação. Quer dizer, no fim, o senhor, que foi o intermediador, que só foi buscar o dinheiro para entregar, de repente, pode responder por ter recebido recursos que, aparentemente, não eram seus e ficarão na sua conta, inclusive, do Imposto de Renda.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pois é. Esta foi a preocupação da carta.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então eu tinha que fazer algumas perguntas porque eu me senti na obrigação de ver se podemos esclarecer. Eu concedo a palavra ao próximo orador inscrito. Eu acho que fui breve, não demorei.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador, que é Luiz Couto.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, não. Fui eu que troquei com o... Houve uma troca do Deputado José Rocha comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não. Então...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sou eu mesma.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

O depoente entregou uma carta à Mesa. Seria possível fazer a leitura dessa carta para nós, Sr. Presidente?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não, passe a carta a ele. Essa carta não nos interessa. Pode mandar ler a carta. A carta quem fez foram eles. Bom, Sr. Presidente, posso começar?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Passo a carta a V. Exª.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Para que todos passam a ter o conhecimento do conteúdo da carta.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Eu estou entrando no lugar do José Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não. Eu vou restabelecer a ordem e evidenciar esta minha interferência aqui. O próximo orador inscrito, realmente, é o Deputado Júlio Redecker. Em seguida, é o Deputado José Rocha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ah é?

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em seguida, concederei a palavra a V. Exª, sem nenhum problema.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Sem problema nenhum eu cedo a palavra à Deputada Zulaiê.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não. Mas é que está certo. O fato da minha intervenção que não é costumeiro.

Peço à secretaria que tire cópias e passe a carta.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – João

Cláudio, nós nos conhecemos na Comissão de Economia quando o senhor trabalhou com o Deputado Medina. Um eficiente servidor enquanto o conheci trabalhando com o Deputado Medina, depois perdemos contato na Comissão de Economia.

Lendo aqui a sua declaração ao Departamento de Polícia Federal, o senhor disse que quando ia buscar esse dinheiro recebia orientação de Barbosa – que está explicado, é um contador do partido que faleceu –, e que o senhor confirmava com algumas pessoas o recebimento ou a possibilidade de buscar esses valores. Com quais pessoas o senhor confirmava esse recebimento e quem tinha conhecimento dentro do PP que o senhor ia buscar esses valores?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Quem tinha conhecimento eu não sei, a não ser a pessoas que eu já mencionei. Agora, eu confirmava com os Deputados José Janene e Pedro Corrêa.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Com os Deputados José Janene e Pedro Corrêa. Sempre que o senhor buscava esses recursos fazia anuência a eles que estava indo lá buscar os recursos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu os consultava se era para eu ir mesmo. A pessoa que me ligou eu não conhecia.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas a partir da primeira entrega do dinheiro para ele passou a conhecer?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Passei a conhecer, mas na segunda vez também fiz o mesmo questionamento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E li-gou para os dois de novo. E na terceira vez voltou a ligar para eles?



**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sempre.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Só agiu motivado pelo comando. Quem disse que a sua tarefa era buscar dinheiro lá no Banco Rural e levar para o Barbosa lá no partido?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não foi assim, Deputado. Ele me ligou e me fez a solicitação, dizendo que havia falado...

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O Barbosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ...com a direção do partido que tinha que pegar uma encomenda no Banco Rural. Estranhei. Liguei para as pessoas e eles foram gentis: “João, é um favor, tem que ver um negócio aí para o partido e tal. Você pode fazer o favor de ir lá?” Eu disse: “Claro, eu vou, não tem problema. Me dê as instruções”. Peguei as instruções direitinho, fui e executei o serviço.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Nunca foi por motivação própria? Todas as vezes em que pegou dinheiro lá no Banco Rural foi porque tinha autorização para fazê-lo, ou em nome do Pedro Corrêa, ou em nome do Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Com certeza.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. Já foi dito aqui que o Marcos Valério disse que foram retirados pelo senhor R\$4,1 milhões. O Deputado Pedro Corrêa, em seu depoimento – e o senhor o confirma agora –, disse que só retirou R\$700 mil, embora o senhor não tenha contado os valores. Se houvesse R\$800 mil, ou R\$1 milhão, ou R\$2 milhões, dentro da pasta, o senhor não sabia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não haveria porque não caberiam.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quanto cabe numa pasta 007?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei dizer, mas os valores, Deputado... Desculpe, não estou querendo fazer nenhum melindre, nenhuma gracinha.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. Quanto cabe numa pasta 007? É aquela mala de Deputado que ganhamos aqui na Câmara?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É igual a estas que usamos.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quanto cabe naquela?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei dizer.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas o senhor acha que não cabem R\$500 mil?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei mensurar. Não vou falar porque não sei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Acho que cabe. Não sei, pode até...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

Mas os valores são bem maiores do que R\$500 mil.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Podemos fazer o teste. Acho que cabe mais. Mas esse não é o problema. Independentemente do valor o senhor não tinha conhecimento do valor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O motivo de eu não contar foi um só.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu entendi no seu depoimento anterior.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu abri, e os envelopes estavam lacrados. Se eu os deslacrasse, a responsabilidade seria minha; entregando lacrado, a responsabilidade é deles.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Correto. Então o senhor também não sabe quanto tinha dentro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então essa é uma afirmação.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só imaginei o valor pelo valor que assinei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Então o senhor não sabe. De repente, poderia haver a totalidade dos R\$4,1 milhões ditos pelo Marcos Valério. Porque se o senhor não sabe quanto tem dentro, não sabe também quantificar se cabe ou não cabe... Se fosse em três oportunidades aí de R\$1 milhão, R\$1,2 milhão, se coubesse R\$1,2 milhão em cada pasta, o senhor teria transportado os R\$4,1 milhões que diz Marcos Valério que o senhor retirou no banco.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É possível.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – É possível, não é? Vamos para uma outra declaração aqui. Sei que o senhor disse que não se lembrava de quantas vezes já explicou isso aqui; esteve lá. Agora, tem uma outra situação aqui sobre a qual gostaria de fazer uma pergunta. O senhor conhece o Sr. Victor Hugo Travassos da Rosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sei quem é.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem é o Sr. Victor Hugo Travassos da Rosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É diretor da Anvisa. Mas não o conheço. Nunca estive com ele pessoalmente.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Quem é que indicou o Sr. Victor Hugo Travassos da Rosa para a Anvisa? O senhor sabe?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Olha, eu não sei dizer porque isso é uma situação anterior a minha ajuda a eles no partido. Quando eu cheguei para trabalhar, ele já tinha sido nomeado, vamos dizer assim.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas foi uma indicação do PP?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu não sei afirmar com certeza.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O Deputado Pedro Corrêa aqui disse que foi uma indicação do PP.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Então foi; se ele disse, foi.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Tem algum conhecimento de algum sistema de arrecadação de verbas na Anvisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, eu nunca fui ao prédio da Anvisa, eu nunca falei no telefone do Victor Hugo.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Estou perguntando se tem conhecimento; se tem ou não tem, é só isso.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não tenho conhecimento.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Também nunca ouviu falar de pessoas ligadas ao sistema de arrecadação de recursos dentro da Anvisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, nunca ouvi falar, Deputado.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Também não sabe os motivos que levaram o Dr. Victor Hugo Travassos a ser indicado pelo PP para a Anvisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Também não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O senhor conhece o Sr. Antônio Carlos Bezerra e a Srª Susana Ávila, ambos servidores da Anvisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Não tem relação com eles?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não sei nem quem são.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Eu estava vendo aqui uma matéria – não sei se o senhor tomou conhecimento – de **O Estado de S. Paulo** de 17 de agosto de 2005. Tem uma matéria aqui que fala no seu nome, e eu vou ler aqui a matéria para ver se o senhor tem algum conhecimento: “Um assessor próximo

a Janene conta que o principal operador do favorecimento na liberação de produtos é João Cláudio Genu, chefe de gabinete do Deputado. Ele ia na jugular das empresas, afirma. Genu também seria o responsável [fala aqui a matéria] pela logística do ‘mensalão’ dentro do PP e sacou R\$4,1 milhões das contas do empresário Marcos Valério Fernandes”. O senhor tem a dizer alguma coisa a respeito dessa matéria?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Nada.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Mas tomou conhecimento da matéria?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tomei.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Diz a matéria aqui, e uma matéria de conhecimento público: “Genu controlaria o andamento de 68 processos da lista, envolvendo onze empresas e muitos tipos de produtos, de porta-algodão a laser para urologia. Os números dos processos mostram que quase todos foram liberados pela Anvisa. Para controle dos operadores, os produtos, supostamente sob a responsabilidade de Genu, estão destacados, indicando que teriam prioridade sobre os demais”. O senhor nunca esteve na Anvisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Nunca, Deputado, nunca.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – O seu sigilo telefônico não foi quebrado aqui na CPI. Se não me falha a memória, não foram quebrados os sigilos telefônico e fiscal. Dos seus telefones, o senhor nunca teve ligação para ninguém da Anvisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Olha, às vezes, os contatos que foram feitos, se porventura, eventualmente, houve algum, com certeza foi a pedido do Deputado Pedro Corrêa ou do Deputado Janene.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – E por que o senhor acredita que o seu nome teria sido envolvido nessa matéria de **O Estado de S. Paulo**?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Olha, Deputado, eu acho que as maldades existem, essa aí é uma delas.

**O SR. JÚLIO REDECKER** (PSDB – RS) – Aqui diz assim: “Um ex-funcionário do PP acusa Genu de achacar as empresas do ramo tanto para liberar seus produtos quanto para reter a aprovação de produtos concorrentes”. Presidente, peço um pouquinho de silêncio porque estou... “Um ex-funcionário do PP acusa Genu de achacar as empresas do ramo tanto para liberar seus produtos quanto para reter a aprovação de produtos concorrentes. Eles podem acelerar ou dificultar a liberação de um produto do concorrente,

afirma. A empresa acaba pagando a propina porque com a liberação recupera rápido o dinheiro.” Isso é uma acusação muito grave.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu sei. Eu queria que ele mostrasse uma pessoa que me conhece desse ramo. Eu não conheço ninguém no ramo farmacêutico laboratorial. Ninguém, absolutamente ninguém.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E engraçado que aqui... O senhor conhece o Sr. Elias Messer?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não conheço ninguém, Deputado Júlio.

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – Pois é, ele é dono da empresa Line Life. Ele disse que todo mundo sabe que isso acontece na Anvisa. Então tem aqui o nome desse empresário que diz isso, e ele fabrica produtos cirúrgicos. “Mas eu não entro nessa”, diz ele e garante. “Segundo um integrante da Máfia dos Vampiros, o valor cobrado variava de acordo com a importância do processo e do bolso da empresa: R\$3 mil, para o produto simples, até R\$20 mil, valor cobrado de empresas robustas, mas há casos de negociações mais pesadas, admite.” Por que as pessoas iriam fazer a conexão do seu nome com esses fatos que estão aqui relatados?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Será que não haveria outras pessoas fazendo isso e quiseram imputar isso a mim?

**O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)** – E o senhor conhece alguma dessas outras pessoas que podem estar querendo fazer isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, não conheço, mas será não haveria pessoas querendo ou que fazem isso? Porque esse assunto da Anvisa a pessoa foi nomeada antes de eu vir trabalhar com o PP. Já não estariam fazendo e estão querendo imputar? Não sei. Estou lhe falando...

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Pode. Pode.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– **Realmente não conheço ninguém do ramo farmacêutico.**

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Aqui tem outras coisas. O senhor conhecia a Sr<sup>a</sup> Cinthia, que foi indicada para a Anvisa, pelo gabinete do Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nem por telefone, nem pessoalmente. Soube que, numa matéria, saiu ela falando com não sei quem: “Vai ao gabinete do Janene e entrega para o João Cláudio”. Isso eu li nos jornais. E não a conheço nem

pessoalmente, nem por telefone. O currículo dela nunca passou pela minha mão.

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Aqui diz, numa reportagem da revista *Época*, que há pelo menos um caso documentado em que o esquema de corrupção nomeou um apadrinhado para cargo público. A PF gravou uma ligação do lobista Eduardo Pedrosa para Cinthia Vaz de Araújo.

“Ele orienta a moça a levar um currículo ao gabinete do Deputado José Janene e profetiza: ‘Eles vão levar o currículo para a Anvisa e amanhã você está contratada’. Janene jura que não fez a indicação, mas, no dia seguinte, a moça ganhou o emprego. Numa conversa posterior, Cinthia liga para Pedrosa e pede dinheiro: ‘–Você disse que, quando eu precisasse, podia contar com você’. Ele não hesita: ‘–Passa aqui no fim do dia que eu te arrumo’.”

Pelos telefonemas gravados por autorização do Ministério Público, Cinthia mostrou prestígio logo ao chegar à Anvisa. Numa das transações, um dos vampiros comenta que ela levou sua chefe, a Vice-Diretora da Anvisa, Cristianne Gonçalves, para apertar a mão do Presidente Lula e tirou foto. Comemora. O lobista atribui esse prestígio a ligações familiares. O marido dela trabalha com o japonês, o Gushiken. A Assessoria do Ministro Gushiken, da Secretaria de Comunicação da Presidência, não confirmou a informação”. Essa foi aquela matéria.

Tem alguma idéia se alguém queria incriminá-lo propositadamente para se livrar dessa acusação nesse vínculo? Porque a própria Cíntia disse que teve uma nomeação por parte, diz também a gravação desse lobista, com indicação do Deputado Janene. O Deputado Janene tem ligações freqüentes com o Sr. Victor Hugo Travassos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Que eu saiba, não.

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– De onde vêm todas essas matérias de jornais?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Deputado Janene nunca foi à Anvisa, viu, Deputado? Isso eu posso lhe afirmar com certeza.

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Mas ninguém deixa de ser católico por não ver o Papa. É uma questão que... Aqui estou relatando única e exclusivamente as questões relativas à revista. O senhor teria alguma coisa a acrescentar aos seus depoimentos, alguma coisa que não foi dita, alguma coisa que faça com que se sinta injustiçado pelos fatos, pela maneira como o senhor foi trazido aos fatos relativos ao que está sendo investigado aqui na CPI?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Injustiçado, não. Eu me sinto apenas, vamos dizer,

comovido de estar passando por isso, sendo que eu achei que estava prestando um favor. Eu não sabia de ilicitudes, não sabia de tudo isso que veio à tona agora.

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Um favor a quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ao Partido.

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Mas como funcionário, estava prestando um serviço?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Um serviço ou um favor. Eu era funcionário. O senhor está certo.

**O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)**

– Agradeço, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)**

– Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra, em substituição ao Deputado José Rocha.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. João Cláudio Genu, o senhor jogou fora 20 anos da sua vida de funcionário desta Casa. O que o senhor fez é simplesmente algo criminoso, indecoroso, porque não dá para acreditar que o senhor possa dizer, aqui, que o senhor só emocionado; o senhor está envergonhado – tenho certeza disso, porque o senhor contribuiu para algo que é a maior vergonha da Câmara Federal hoje, que é essa distribuição de valores que vinham das mãos de Marcos Valério para o PP, PTB e PL.

No seu depoimento, na Polícia Federal, o senhor falou o seguinte: “que após pegar os envelopes com dinheiro das mãos da Diretora Financeira Simone Vasconcelos, na Agência Rural, Genu carregava-os para uma sala no 17º andar, do Anexo II, do Senado. É lá que funciona a Tesouraria do Partido. Dali a grana era rateada, segundo Genu disse à Polícia Federal, entre Janene, Presidente do PP, Pedro Corrêa e o ex-Líder da Bancada da Câmara, Pedro Henry.” Puseram o Pedro Corrêa como sendo de Pernambuco e o Pedro Henry do Mato Grosso. “Genu afirmou, contudo, que não sabia quanto transportava para a tesouraria nem qual destino era dado ao dinheiro.”

Quer dizer, nessa parte, o senhor está convicto de que o senhor não sabia quanto era – o senhor acabou de afirmar, agora, ao Deputado. O senhor já afirmou ao Relator, já afirmou ao Presidente da CPI que o senhor não sabia as quantias. Isso o senhor não sabia e também não sabia o destino que era dado ao dinheiro – disso o senhor está convicto.

Agora, o senhor fala que essa grana era rateada. Esse celular do Sr. Victor Hugo Travassos – foi quebrado o seu sigilo e apareceu o número dele, que é o 9967-

3740. Era o celular do Sr. Victor Hugo Travassos. E o que o senhor tinha a tratar tanto com esse homem? Porque o senhor ligava freqüentemente para o celular dele – isso está aqui numa informação obtida com a quebra do seu sigilo telefônico. O senhor negou que falou com Victor Hugo Travassos, é isso? O Sr. nunca conversou com ele, é isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, não neguei. Eu disse ao Deputado Júlio Redecker que as poucas vezes que falei com o Sr. Victor Hugo Travassos foi por orientação do Partido Progressista, ou do Deputado Pedro Corrêa ou do Deputado José Janene.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Quem era o Sr. Victor Hugo Travassos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É o Diretor da Anvisa, e parece que ainda é.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – O senhor era o responsável pelo pagamento do famoso café da manhã, na Comissão de Minas e Energia, na Câmara dos Deputados?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sim.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Naquela Comissão, o Presidente foi o Sr. José Janene e, depois, o PP indicou o Deputado João Pizzolatti, e o senhor continuou pagando o buffet que montava o café da manhã?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso, custava R\$280,00, toda quarta-feira.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Qual era a empresa que montava o café da manhã, na Comissão de Minas e Energia? E quanto o senhor pagava? O senhor acabou de falar quanto o senhor pagava – R\$280,00.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– A empresa eu não sei qual era, as meninas é que organizavam. Não sei mesmo qual era a empresa.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Mas o senhor tem recibo da empresa, tinha recibo da empresa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deve ter, Deputada, não sei lhe afirmar com certeza. Eu pagava do meu bolso e, normalmente, no caminho da Comissão, se a Srª lembrar, ali, no meio, tem caixa do Banco do Brasil, e não é verdade que eu tirava pacote de dinheiro da bolsa não. Eu sacava dinheiro, no caixinha ali – do Banco do Brasil, Caixa Econômica, tem uns quatro ou cinco.

**A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)** – Aqui fala, numa pergunta, “que o senhor entregava pacote de dinheiro a Deputados, na sala da Presidência da Comissão de Minas e Energia”.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pois é. Por isso que estou falando para a Srª, não é verdade, isso é maldade.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tirava dinheiro do caixa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu passava lá sacava R\$500,00, R\$600,00.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Para quê?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Para pagar o café da manhã.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas não era para Deputados?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– E paga alguém R\$600,00? Um Deputado?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não sei, estou perguntando. O senhor responda.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Aí, eu sacava o dinheiro; chegava lá, perguntava para as moças: “Ah, quanto é?” “É tanto; é x, é y, é 200, é 300, é 20, é 30”.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E esse dinheiro era sacado dessa caixa em nome de quem, do senhor.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Do Banco do Brasil.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Sei, mas da sua conta?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Da minha conta.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Da sua conta, o senhor quem pagava o café?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu dava e depois o Deputado me reembolsava. Depois que faziam a contabilidade, as notinhas, eles me reembolsavam.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor acompanhava o Líder do PP em reuniões com empresários e dirigentes de órgãos governamentais?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu o acompanhava; eu não participava.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Qual é a sua relação com o Sr. Lídio Duarte, no Instituto de Resseguros do Brasil?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nenhuma, eu o vi duas vezes só.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E com o Sr. Lucena?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Tenho boa relação com o Dr. Lucena.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E viu diversas vezes, acompanhando o Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas quando eles iam conversar eu não participava das reuniões.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Qual era a sua relação com o Sr. Dimas Toledo, de Furnas Centrais Elétricas?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor não tem nenhuma ligação com ele?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nenhuma. Acho que o Dimas não sabe nem quem eu sou. O Dimas é uma pessoa muito introvertida, todas as vezes que fui com o Deputado Janene lá, ele se dirigia à sala, do lado tem uma salinha – quem já foi a Furnas deve saber, se é do Rio já deve ter ido. Tem uma salinha do lado e eu ficava lá.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – A Furnas, no Rio de Janeiro? Nós não sabemos onde é Furnas.

O Sr. ficava na salinha e o Deputado Janene entrava?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ia fazer as audiências.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Mas o senhor esteve lá e deve ter sabido que existia o Sr. Dimas Toledo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sabia.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E qual a sua relação com o Sr. Paulo Roberto da Costa, da Diretoria da Petrobras.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nenhuma. Também o vi duas vezes.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor só ficava de ir junto, mas o senhor foi à Petrobrás?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Fui. Fui com o Deputado Janene.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Várias vezes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não. Na Petrobras fui muito poucas vezes. Sozinho, eu, na minha lembrança...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O que o senhor entende por muito poucas vezes e muitas vezes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Muitas vezes é ir toda semana, de 15 em 15 dias, todo mês. Você ir três, quatro, cinco vezes...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Toda semana?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ...todo mês. Você ir três, quatro ou cinco vezes num período de dois anos não é muito.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não é muito. E à Petrobras, o senhor foi quantas vezes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Poucas vezes, Deputada, não sei lhe dizer.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor foi duas vezes por ano, por exemplo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tenho lembrança clara de que fui uma vez encaminhar um expediente a pedido do Deputado Dilceu Sperafico para o Wilson Santa Rosa, fui protocolar uma...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – À Petrobras o senhor foi poucas vezes. E a Furnas?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Furnas, eu fui algumas vezes, não sei precisar quantas vezes: seis, oito, dez, duas.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tem bastante experiência de trabalhar com Deputados, então, o senhor sabe mais ou menos quantas vezes o senhor foi. O senhor pode dizer: fui tantas vezes.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Pois é, por isso, eu não gostaria de cair em erro de dizer que fui muitas ou poucas.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – E fica assim: muitas e poucas, poucas e muitas. E não sabemos o que é muitas nem o que é poucas.

Qual é a sua relação com o Sr. Delson Amador, que é o diretor de relações governamentais da Duke Energy? O senhor ia ao gabinete dele com o Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Nunca fui à Duke Energy. O Dr. Delson, a relação que eu me lembro que ele tinha com o gabinete do Deputado Janene é porque eles tinham algumas usinas nas áreas de fronteira com municípios do Paraná, e normalmente essas usinas na delineação dos municípios pagam *royalties*, fazem benfeitorias, uma série de coisas, e os municípios encaminhavam essas demandas para a realização dessas obras. Encaminhavam os projetos, os pleitos por intermédio do gabinete do Deputado José Janene. É essa relação que conheço do Deputado Janene com o Dr. Delson.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Com a empresa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com a Duke Energy.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Qual a sua relação com o Sr. Giovani, da Empresa de Coleta de Lixo Qualix, que ia freqüentemente ao gabinete do Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não o conheço.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não o conhece. Ele ia lá?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu não o conheço.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor tem concessões de alguma franquia de agências franqueadas dos Correios?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com certeza, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não. O senhor tem alguma seguradora em seu nome ou de parentes no Rio de Janeiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com certeza, não.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Não. O senhor tem aqui um elenco de propriedades de carro Honda, Accord, tem Caravan, Chrysler, tem dois Honda Civic comprados à vista, em dinheiro, tem um Passat importado, que antigamente era propriedade do Sr. José Janene. Além disso, o senhor comprou ainda um apartamento no setor Sudoeste, avaliado em 800 mil. O senhor não tem nada disso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tenho.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Tem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tudo o que eu tenho está declarado no meu Imposto de Renda.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Está tudo declarado, está tudo aqui, é tudo verdade.

O senhor falou que trabalha numa estatal. Qual é mesmo a estatal do senhor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, Ministério da Agricultura.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Ministério da Agricultura.

O senhor está há quantos anos no Ministério da Agricultura?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Desde 1985.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Desde 1985, portanto, 20 anos. E junto com isso era funcionário também de gabinetes de deputados?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– É, eu tive alguns períodos de transição. Volta e meia, era requisitado para assessorar uma ou outra pessoa...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor vinha comissionado? Como é que era?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, às vezes, era requisitado para cá, era devolvido. Efetivamente, ininterruptamente...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Aqui, como funcionário, o senhor não era, porque o senhor assinava o ponto aqui?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Como assim, Deputada?

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Se o senhor era funcionário do Ministério e era funcionário de Deputado, como é que era essa questão?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Fui requisitado oficialmente, a Câmara declara minha frequência.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Foi requisitado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Então, era comissionado.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Comissionado.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Perguntei isso para o senhor.

O senhor intermediou a contratação do Sr. Humberto Rodrigues Lima, cunhado do Deputado José Janene, em Furnas Centrais Elétricas?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não conheço o Sr. Humberto.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – O senhor intermediava a entrega de dinheiro aos Srs. Ari Navalhada e Rubens Caldarelli, dirigentes do PP no norte do Paraná?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputada Zulaiê, eu fui ao Paraná, nestes dois anos em que eu estive com o Deputado Janene, duas vezes, nos dois aniversários dele. Eu não ajudava ele lá em absolutamente nada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Também o senhor não vai lembrar das datas – já houve essa pergunta – em que o senhor entregou, do banco.

Temos aqui uma relação enorme, de muito dinheiro, do João, claro. Essa carta sua é feita pelo Partido Progressista porque interessa também ao Partido. Embora o senhor tenha feito a solicitação, é o que eles falam com relação à origem do dinheiro: R\$300 mil mais R\$300 mil. E aqui temos apenas e tão-somente o recebimento de dois recibos de R\$300 mil. Não temos, no encaminhamento da quebra de sigilo do Banco Rural, o terceiro cheque de R\$100 mil, só os dois de R\$300 mil. Além de que também tem uma coisa: esse Banco Rural é suspeito, não sei como não o fecharam ainda...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Srª Deputada.

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – ...eles vão mandar o que querem, porque essa quebra de sigilo dele também não é verdadeira.

Quero terminar, Sr. Presidente, porque não dá, não há nada a ser falado. Portanto, é mais uma testemunha que vem aqui, que é ouvida na polícia, mas que continua dizendo aquilo que já sabíamos que ele iria dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, eu queria fazer algumas perguntas: a primeira, se o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu é filiado a algum partido atualmente.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, senhor.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – O senhor foi filiado a algum partido em sua vida?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só ao PFL.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Por quanto tempo o senhor foi filiado ao PFL?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Durante o período em que trabalhei com o Deputado Medina, aproximadamente oito anos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – A sua função lá era de secretário-geral?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não. Eu tive uma função tampão, Deputado. É como eu lhe disse: na eleição de 2000, houve uma intervenção do PFL na questão da eleição do Conde e do César Maia, que concorreu, inclusive, pelo PTB. Montou-se uma provisória, na qual o Deputado Medina...

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sr. Presidente, quero ouvir o depoente e alguém está me impedindo que eu possa vê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Resolvido.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Foi montada uma provisória. Nessa provisória, pelo fato de eu trabalhar com o Deputado Medina, fui convidado para ser secretário-geral até se desfazer o imbróglio lá, fazer-se a convenção e ter a Executiva definitiva.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Sim, mas a sua função era...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui tampão duas vezes, como secretário-geral e depois como tesoureiro do Deputado Arold.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Era só isso o que queria saber. Quer dizer, na realidade, esse período... Depois disso, o senhor se desfilou do PFL e não foi...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Depois disso, o Deputado Medina, em 2002, perdeu

a eleição, e eu não quis mudar a minha vida para o Rio de Janeiro, continuei em Brasília, trabalhando no Congresso. Tive alguns convites, ajudei primeiro, como já disse, o Deputado Reinaldo Betão e depois recebi o convite dos Deputados Pedro Corrêa e Janene para ir ajudá-los.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – O senhor, no depoimento à Polícia Federal, disse que foi lotado no gabinete do Deputado Federal Janene, mas que o senhor prestava assessoria ao Partido Progressista. Que tipo de assessoria era essa que o senhor prestava ao Partido Progressista quando estava no gabinete do Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Veja bem, Deputado, como não tinha vaga para me lotarem na Liderança, abriram uma vaga no gabinete do Janene. O trabalho é um trabalho normal, que todos os assessores nossos aqui fazem: os pleitos nos órgãos, nos Ministérios, as emendas orçamentárias – sou técnico em orçamento –, a tramitação nas estatais, acompanhar as comissões técnicas, as comissões permanentes. Tudo isso era realizado, a elaboração de pareceres, relatórios...

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Quatro vezes o senhor foi comunicado de que deveria ir ao Banco Rural para receber uma encomenda e, quando chegou lá, o senhor rubricou os recibos e entregou a pasta à Dona Simone Vasconcelos. O senhor já conhecia a Dona Simone?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Não, nunca tinha visto. Eu a vi pela primeira vez na primeira vez em que eu fui lá.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo. Ela trouxe e o senhor viu que havia pacotes. Mais ou menos quantos pacotes havia na mala?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Salvo engano, eram três.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Três pacotes. Pacotes grandes? Envelopes grandes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Aquele envelope pardo comprido.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – O senhor sabia para quem ia esse dinheiro que a Dona Simone entregou ao senhor? O senhor sabia que era para entregar ao tesoureiro do PP. Era isso mesmo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Isso.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Mas não sabia para que o tesoureiro do PP usava esse dinheiro? Sabia alguma coisa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Para que fim era esse dinheiro o senhor não sabia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Como já disse, soube hoje o que efetivamente aconteceu. Sabia, na época, que o Deputado Ronivon passava um imbróglio muito grande na eleição dele no Acre. Isso eu sabia, sim, porque eu ouvia as conversas, as queixas.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – O senhor esteve no IRB. O senhor foi fazer o que no IRB? O que o senhor ia fazer lá?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Sempre acompanhando o Deputado Janene.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Ele fez alguns visitas de cortesia, sempre que ia ao Rio, ele passava no IRB para cumprimentar o Dr. Lucena.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo. E também a sua ida a Furnas, à Eletrobrás, à Petrobras foi acompanhando o Deputado Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Deputado, nessa época, é importante salientar isso – não sei se a CPI levantou o histórico das datas dessas visitas minhas e do Deputado –, estava-se discutindo o novo modelo do setor elétrico. O Deputado Janene era Presidente da Comissão de Minas e Energia. Então, as reuniões eram muito frequentes entre a Comissão e as estatais. Nesse período de 2003, que eu acho que talvez tenha sido o maior volume, as visitas decorreram desse assunto. O novo modelo só saiu no fim de dezembro.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo. Então, era uma função que dentro da sua...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Institucional.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Dentro da sua competência, como assessor, acompanhava a Comissão e ia lá também para verificar esses assuntos aí.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – É, eu não ia verificar nada, na verdade, eu apenas ia acompanhando o Deputado José Janene.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Como assessor era chamado a opinar também.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Não, eu não participava das reuniões técnicas.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Não? Mas opinava sobre os assuntos que deveriam ser discutidos lá?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – Também não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Não.



O senhor já disse que não sabia a origem do dinheiro, quer dizer, sabia que era a Drª Simone quem entregava o que o senhor recebia no Banco Rural, mas o senhor sabia que esse dinheiro vinha de Marcos Valério?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não fazia idéia, soube tudo agora.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Não sabia.

O senhor conheceu Marcos Valério quando?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Uma vez ele esteve no gabinete do Deputado Janene.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

E o senhor participou da conversa dele com o Janene?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Não.

No momento em que esteve com o Janene, também esteve acompanhando o advogado Rogério Tolentino?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Rogério ficou do lado de fora comigo.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Mas acompanhava também o Sr. Marcos Valério?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Todas as vezes que eu estive na presença do Marcos Valério com Janene aqui... até em corredor, quando se cruzava, esse advogado sempre estava com ele.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – O Tolentino estava sempre...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sempre com ele.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Sempre acompanhava. Muito bem.

O senhor não conhecia...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nenhum dos dois.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Nenhum dos dois, conheceu nessa ida lá...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nessa ocasião.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

Mas o senhor falou também na Polícia Federal que uma vez em São Paulo, acompanhando o Deputado Janene, o senhor encontrou o Marcos Valério nesse hotel.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É verdade.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – É verdade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Em uma das vezes em que estávamos em São Paulo.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Como ocorreu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eventualmente, estávamos de saída do local onde estávamos, ele vinha adentrando o hotel, encontraram-se, saiu assim, conversou alguns minutos com o Deputado e depois seguimos.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

O senhor conhece ou conheceu o Sr. Delúbio Soares? Como?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei quem é. Não conheço ele.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Mas telefonou para ele?

**O SR. (Orador não identificado)** – Agora deve saber, porque todos sabem.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Mas no momento o senhor fazia, mesmo não o conhecendo o senhor...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, não conhecia. Veja bem, Deputado, o senhor tem assessor, não tem?

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Não, eu digo o seguinte.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É importante esclarecer isso para não achar que ajo em causa própria. O senhor pede para o seu assessor ligar para o diretor tal, para o assessor tal em seu nome. Quando o senhor liga, ele lhe dá o telefone. Não é isso?

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU** – E o senhor fala. Não é isso? Era isso o que eu fazia.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– João, ligue aí para o fulano. Eu pegava o meu celular – tim, tim, tim –, ligava, e ele falava.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – O senhor disse que não conhecia. Mas o senhor, em nome do seu assessorado, o senhor se comunicava?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Várias vezes, não foi uma nem duas vezes, foram várias vezes.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo, era isso o que eu queria saber.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Se quebrarem o sigilo vão ter muitas... algumas ligações para lá.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Certo.

Alguma vez o senhor ouviu falar de mensalão?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só agora.

**O SR. LUIZ COUTO (PT – PB)** – Só agora?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– E nem no passado, porque eu estou aqui desde 1985.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo. E de parlamentares que estariam recebendo dinheiro para votar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nunca tive notícia.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Nunca teve.

Uma vez o senhor foi para o Rio de Janeiro para uma ação na Petrobrás. Qual foi o objetivo dessa sua ida a Petrobras lá no Rio de Janeiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui dar entrada, me foi pedido, o Deputado Dilceu Sperafico tem um filho que corre de automóvel e parece que tem lá um patrocínio da Petrobras, eu não sei direito a história. E me pediram para ir, porque tinha que protocolar, com uma certa urgência, para ser renovado e tal. E me deram, tenho o protocolo na liderança, não tem... E eu fui lá e efetivei o protocolo direto, inclusive não foi nem via protocolo normal. Eu fui à secretária do Dr. Wilson Santa Rosa, que era o assessor de comunicação da Petrobrás. Entreguei direitinho e protocolei. Essa é uma vez que eu fui sozinho a Petrobras.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Só para concluir, Sr. Presidente, esta é a última pergunta. O senhor prestou consultoria à DJ Comércio e Assessoria de São Paulo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso. E presto ainda.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – E presta ainda.

E o senhor uma vez acompanhou o Deputado José Janene à corretora Bônus-Banval. Como é que foi isso aí?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, a filha dele fazia estágio, se não me enganar, trabalhava lá. Sempre que nós íamos a São Paulo – é importante, vou fazer mais um detalhezinho aqui, o Deputado tem uma doença no coração –, que ele foi a São Paulo, eu sempre encontrava com ele, para andar com ele, para acompanhá-lo. Era uma coisa que ele me pedia. Sempre que ele tinha um tempinho, uma folga ou uma sobra ele dava um pulo na corretora e visitava a filha dele.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– Feita a inversão, Deputada Zulaiê Cobra com o Deputado José Rocha, concedo a palavra agora ao Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, eu estava na CPI dos Bingos e, certamente, não ouvi as perguntas que foram feitas aqui. Se, porventura, eu repetir alguma, pode...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas respondo com prazer.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – ...declinar da resposta, e dizer que já foi respondida.

V. S<sup>a</sup> declarou na Polícia Federal que esteve mais ou menos cinco vezes no IRB para acompanhar pessoas a pedido do PP. Confirma?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu estive algumas vezes no IRB, não sei se cinco ou dez, duas, três, mas não foi só para acompanhar pessoas, Deputado. Eu estive lá algumas vezes também com o Deputado Janene – acompanhando o Deputado Janene.

Tive casos de ir uma ou duas vezes. Uma vez eu me lembro com certeza, porque sei que foi este ano. Não tem muito tempo, mas foi abril ou maio, e eu sei que eu fui. Mas a maioria das vezes eu fui acompanhando o Deputado Janene, porque toda vez que o Deputado Janene ia ao Rio ele fazia uma visita de cortesia ao Dr. Lucena.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Queria que V. S<sup>a</sup> confirmasse afinal a quantia real de recursos que o Sr. Marcos Valério liberou para que V. S<sup>a</sup> pudesse receber no Banco Rural.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu não sei a quantia real que o Marcos Valério fez. Eu sei a quantia real que eu portei, que é a que está já dita, R\$700 mil.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Quer dizer, V. S<sup>a</sup> desconhece os R\$3,7 milhões restantes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Com certeza.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Não tem conhecimento de que outra pessoas possa ter recebido essa quantia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nunca ouvi dizer.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Qual era a função realmente de V. S<sup>a</sup>? Era na liderança do PP, na presidência do PP, no gabinete do Deputado Janene? Qual era a função realmente de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Veja bem, eu faço o que os assessores de vocês fazem. Cuido de orçamento, ministério, comissão permanente, comissão provisória, emenda, trâmites, uma série de coisas, dentro das atividades de vocês. Eu estava muito a serviço da Bancada do Partido Progressista.

Não fui convidado pelo Deputado Janene, eu estava a serviço da direção do Partido Progressista.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – O que mais V. Sª poderia esclarecer a respeito dessa questão do mensalão? V. Sª tomou conhecimento do mensalão, parece que V. Sª já respondeu isso, mas eu queria...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tomei conhecimento depois que a coisa evoluiu para os jornais, antes eu não tinha conhecimento.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Nunca ouvi falar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Nunca ouvi falar. Na verdade eu nunca tinha ouvido falar isso na Câmara. O senhor é tão antigo quanto eu aqui e sabe que isso para a gente foi novidade.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Essa questão do restaurante Fiorella, V. Sª tem algum conhecimento?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Sr. Presidente, não vou utilizar o meu tempo porque realmente o Sr. depoente só confirma aquela questão que o Presidente do Partido Progressista aqui disse, dos R\$700 mil. E o Presidente do Partido Progressista também disse aqui o destino desses recursos, que foi para pagar o advogado do Ronivon. Fica dada aqui por concluída a minha participação.

**O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA)** – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)**  
– Deputado Odair Cunha com a palavra.

**O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)** – Sr. Presidente, vou abrir mão, até porque julgo que o depoente já fez os esclarecimentos que eu teria que perguntar.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)**  
– Obrigado Odair Cunha. Com a palavra o Deputado João Correia.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. depoente, eu não tenho a acuidade de um promotor público, muito menos de um jornalista, menos ainda de um policial, de um delegado. Vou opinar como um cidadão comum. V. Sª é economista, certamente que estudou muito a Teoria Geral do Keynes. E o que ele diria é que o senhor é preferência pela liquidez em pessoa. Porque V. Exª não manipulou diretamente com cheques, toda a sua participação foi vinculada a envelopes lacrados, que de uma foram espantosa V. Sª consegue dimensionar, sem saber o valor das notas que estão dentro dos envelopes, onde havia R\$300 mil e onde havia R\$100 mil. Isso é algo espantoso, quer dizer, de zero ou de R\$1,00, R\$10,00, algumas notas são de R\$10,00 nes-

se processo, até de R\$100,00, V. Sª adivinhava qual era o pacote que tinha R\$100 mil. Esse é o primeiro dado. Como V. Sª sabia do pacote de R\$100 mil? Pelo peso, na relação com valor?

Sr. Genu, é uma grande pena, porque acho que do mensalão, que o povo brasileiro sabe que existiu, V. Sª foi o mais promissor – foi o mais promissor de todos. No depoimento que V. Sª prestou à Polícia Federal, V. Sª disse a verdade. Não disse mais porque o escândalo ainda não tinha chegado nos limites de altura que, hoje, ele chegou. V. Sª disse que tinha ido “n” vezes ao Banco Rural, que tinha recebido “n” vezes recursos da Dª Simone, o que denotava, exatamente, a perspectiva do Mensalão provada. Aí, infelizmente, V. Sª, hoje, poderia dar uma grande colaboração na descoberta da prova cabal do Mensalão, mas, aí, a utilização do álibi do Ronivon Santiago fez com que V. Sª fique bastante reticente em relação às informações que, de fato, tem.

Eu quero fazer algumas perguntas a V. Sª no seguinte aspecto: o senhor acompanhava muito o Deputado José Janene e as supostas mesadas não vinham apenas do Banco Rural, mas também viriam do Rio de Janeiro, vinham da Bônus-Banval – aqui tem uma lista do Marcos Valério dizendo exatamente quanto da Bônus-Banval foi repassado para o PP, a partir da empresa 2 S, de Marcos Valério. V. Sª tem conhecimento disto – de que a Bônus-Banval era também um irrigador do dinheiro para o PP?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tomei conhecimento pelo que foi noticiado na imprensa.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Tomou conhecimento pelo que foi noticiado na imprensa. No entanto, V. Sª acompanhou... Tinha, sem ser exatamente um enfermeiro ou médico ou alguém ligado à área de saúde, um privilégio bastante específico que era o de acompanhar o Líder José Janene a várias viagens, inclusive em viagens de aniversário, especialmente as viagens ao Rio de Janeiro e a São Paulo. V. Sª, então, não tomou conhecimento de que a Bônus-Banval, por intermédio da 2 S, era uma das financiadoras do PP?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, senhor.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – Pois muito bem. O senhor teve uma relação com o Deputado Rubem Medina?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Sim.

**O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC)** – O poderoso Presidente da Comissão de Economia da Câmara ou da Comissão Mista – qual era? Era a Comissão de

Orçamento ou a Comissão de Economia e Finanças da Câmara?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Foi na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Havia alguma coisa – alguma relação – entre o Deputado José Janene e o ex-Deputado Rubem Medina nas andanças em que tiveram pelo Rio de Janeiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Absolutamente nenhuma. Eu, pessoalmente, que ia visitar o Rubem Medina. O José Janene, se não me engano, nem o viu no Rio de Janeiro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Pois bem. Então, vamos agora ao que interessa – eu acho –, que é a essência do meu questionamento a V. Sª.

O senhor disse, aqui, textualmente, respondendo ao Deputado Júlio Redecker ou à Deputada Zulaiê Cobra, o seguinte: “A quantia real que eu portei foi de 700 mil que vem a coincidir com o álibi do PP em relação à questão do pagamento do Ronivon Santiago”. V. Sª esteve no Banco Rural no dia 13 de janeiro de 2004?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu não sei a data certinha, mas aqui na carta eu tenho a data e já lhe confirmo.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Mas, infelizmente, aqui, não tem a data de 13 de janeiro.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu vou lhe confirmar já. Foi a data do dia 17 e do dia 24/9/2003 e do dia 14 de janeiro.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor, então, não esteve no Banco Rural no dia 13 de janeiro de 2004?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Que eu tenha lembrança, não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – O senhor esteve no Banco Rural no dia 20 de janeiro de 2004?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Que eu tenha lembrança, não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – V. Sª esteve no Banco Rural no dia 20 de janeiro de 2004?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Estive. Acho que estive.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Vinte.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Vinte?

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Também não conhecia de quais datas V. Sª está colocando aqui.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pois é. É que tem uma outra data, é a última vez que eu fui ao Banco Rural, que foi a vez que eu fui e não trouxe nada.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – V. Sª, então, foi, e não trouxe nada? Em qual data: no dia 20 ou no dia 13? Ou não sabe?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu preciso ver, Deputado. Eu não tenho na minha cabeça. Eu não gravei isso.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Sabe por quê, então, Sr. Genu? É porque, na verdade, V. Sª está com amnésia, porque V. Sª esteve no Banco Rural no dia 13 de janeiro de 2004, como atestam aqui os registros do Banco. V. Sª esteve também no Banco Rural no dia 20 de janeiro de 2004, como atestam também aqui os registros do Banco. E não recebeu apenas os R\$700 mil. V. Sª recebeu – aqui está –, da Dona Simone de Vasconcelos, no dia 13 de janeiro – ela se refere a V. Sª aqui –, R\$200 mil; o Sr. José Luiz, R\$50 mil; e o Sr. José Cláudio Genu, R\$200 mil, que V. Sª não contabilizou. V. Sª também recebeu, no dia 20 de janeiro, das mãos da Dona Simone de Vasconcelos, que também não contabilizou, mais R\$200 mil. E recebeu, assinando de próprio punho, as duas notas de R\$300 mil. Isto aqui são provas. Isto aqui não é fantasia e nem álibi. São provas que eu gostaria que V. Sª explicasse. Como é, então, que os seiscentos se transformam em um milhão, ou como é que os setecentos se transformam em um milhão e cem?

Se o Presidente me permite, porque entendo, sinceramente, Sr. Presidente, que neste momento estou colocando em xeque a veracidade de uma pantomima armada para isentar e justificar a ausência de mensalão, que, na verdade, está comprovado. Eu estou com esses dados aqui na minha mão, retirados lá da “bat-caverna”.

V. Sª contesta?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu assumo aquilo que eu já disse.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, mas o que V. Sª assinou aqui. Aqui está. Que V. Sª assinou e que Dona Simone lhe passou, com a comprovação de que V. Sª esteve nesses dois dias no Banco Rural, às 15h30min. Aliás, no primeiro dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado João Correia...

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Só para concluir agora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Só para concluir. No dia 13 de janeiro, que V. Sª disse que

não esteve lá, e que recebeu R\$200 mil, e disse que não recebeu, V. S<sup>a</sup> esteve lá no dia 13 de janeiro às 15h35min.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu assinei o recibo?

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Não, mas aqui está o registro no CD que nos foi dado da sua entrada no Banco Rural. E no dia 20 de janeiro de 2004, V. S<sup>a</sup> também esteve, às 15h22min, lá, e disse que não esteve, e lá recebeu de Dona Simone mais R\$200 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Vamos dar um tempo, Deputado João Correia, para o depoente responder às indagações e, se V. Ex<sup>a</sup> quiser, pode se reinscrever.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Já estou reinscrito.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – Olha, Sr. Presidente, não pode ter essa atuação. V. Ex<sup>a</sup> é do PT. Por favor,...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Não, não sou do PT; sou do PC do B.

**A SR<sup>a</sup> ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – É. Do PC do B. Desculpe. Então vamos lá. Não tem essa atuação. Estamos em um momento importante, coisa que não conseguimos muito, e agora V. Ex<sup>a</sup> vem e interfere?

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – V. Ex<sup>a</sup> há de convir que o Regimento vale para todos. Todos têm direito a dez minutos e eu quero me comportar aqui como escravo do Regimento. Portanto, o que vale para o Deputado João Correia vale para todos os outros membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos passar a palavra ao depoente, se quiser responder às indagações, já extrapolando o tempo regimental, mas como uma concessão.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu assumo que estive no Banco Rural as vezes que eu já declarei e as vezes que eu assinei o recibo, e a outra vez que eu não tirei nada. Essas outras vezes eu desconheço.

**O SR. JOÃO CORREIA** (PMDB – AC) – Apenas, Presidente... Eu quero, então, infelizmente, dizer que V. S<sup>a</sup> está faltando com a verdade, pois que o senhor esteve no dia 13 de janeiro e não assinou recibo, e o senhor esteve no dia 20 de janeiro e também não assinou recibo, conforme as provas que temos aqui. Foi filmado.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra, o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Genu, ninguém deixa mais rastros do que

o senhor dentro do esquema que imaginamos que tenha acontecido. Boas diretorias em estatais com bons orçamentos e grandes concorrências e dinheiro direto pelo Sr. Marcos Valério, mas o senhor está aqui para não responder nada, e o Deputado João Correia mostra que essa nossa afirmação não é absolutamente precipitada.

De qualquer forma, vou interrogá-lo. Esse é meu papel, que meu Partido me designou, embora tenha absoluta certeza da inutilidade.

O senhor era um assessor de confiança. Assessor de confiança, a própria nomenclatura do cargo diz: assessor de confiança. Livre nomeação de quem tem a confiança do assessor.

Mas o senhor recebe um telefonema de alguém da executiva do Partido: passa aqui para receber alguma coisa.

Ou o senhor era um assessor de confiança e receberia essa ordem daqueles que lhe deram a confiança, ou não consigo entender como o senhor é escolhido dentre tantos funcionários do seu Partido para receber esse recurso.

O senhor não sabia nem o que ia fazer lá, segundo o senhor disse. Se ia receber recurso ou não ia receber, mas o senhor já sai com uma mala 007. Em nenhum momento lhe passa pela cabeça que o senhor ia receber, o senhor podia botar no bolso, podia carregar na mão. O senhor já sai armado com uma mala 007, que, respondendo a uma pergunta de um dos nossos companheiros, cabe aí entre R\$300 mil e R\$500 mil.

É estranho que o senhor já saia com uma mala 007, não sendo um assessor de confiança, não sabendo o que ia buscar e nem tendo nenhuma curiosidade de dar uma olhada naquele envelope, com medo de ter dinheiro a menos e o senhor se implicar.

O senhor não tem idéia se esse dinheiro era para remunerar, dentro do Partido, ou Parlamentares que tinham trocado de Partido ou Parlamentares que deveriam, a partir daí, votar no Governo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não tenho idéia, Deputado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Não tem idéia.

Mas o senhor confessou uma outra coisa – confessou, não, falou – uma outra coisa mais interessante, que é a sua ida lá no Hotel Bittar, falar com Dona Simone. Ela lhe atende no corredor, abre a porta e lhe entrega o envelope. Em nenhum momento o senhor teve receio que um funcionário do hotel passasse, que alguém entrasse e lhe visse recebendo... E não era pouco envelope! Para caber dentro de uma mala 007, era muito.

Quer dizer, é a primeira vez que alguém recebe dinheiro ilícito num corredor de hotel, quando essas coisas, normalmente, são cercadas do maior sigilo, das pessoas de maior confiança, quer dizer, o senhor recebeu no corredor e não teve nenhum... O senhor já sabia que era dinheiro, porque já tinha recebido uma vez. O senhor não teve nenhum receio de receber esse recurso no corredor ali, da Dona Simone?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não foi no corredor, Deputado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor disse que ela abriu a porta e lhe entregou.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É, pois é.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Então, é no corredor. Abriu a porta e entregou é no corredor.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Vamos dizer assim: na beirada da porta.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Na beirada da porta. Beirada na minha terra é lugar de telha onde cai chuva.

O senhor tinha uma grande intimidade com o Deputado Janene, inclusive foi o homem escolhido por ele, para, num mal súbito cardíaco, ampará-lo; acompanhava-o em todas as viagens fora de Brasília.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É verdade.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Petrobras, Furnas, IRB. Todas empresas que provavelmente uma boa diretoria, com um bom orçamento e uma boa concorrência esperava pelo senhor.

O senhor era da intimidade para socorrê-lo num mal súbito, mas não era da intimidade para entrar e assistir a reuniões que ele participava. O senhor nunca entrou?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor ficava aqui do lado de fora, com um tubo de oxigênio, estrepitoquinase...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – O senhor estava ali para não deixar o Deputado Janene sofrer um mal súbito.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não é grave assim. É grave, mas era mais precaução. Eu estava lá para assessorá-lo mesmo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Ah, para assessorar. Mas V. Sª não entrava. V. Sª era assessor espiritual, ficava do lado de fora...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu não sou Deputado. Eu ia lá apenas...

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Sª não era um assessor de confiança? Era ou não era um assessor de confiança?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu era assessor dele.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – De confiança ou não?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– De confiança ele diz, não sou eu. Mas eu o assessorava.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Está certo. V. Sª fazia trabalho para o Partido. Aliás, os assessores da Casa que estão aqui fora devem estar um pouco sentidos com V. Sª porque eles nunca saíram para pegar dinheiro de ninguém e nunca se prestaram para fazer esse tipo de papel. V. Sª ia onde havia uma boa diretoria, porque estava a serviço do Partido. É isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Por que V. Sª nunca foi ao MEC, ao MST, aos Ministérios que não têm grana? Admito até que havia demanda para tudo. Por que V. Sª nunca foi à Secretaria de Ensino Superior? Os bolsistas brasileiros estão lá fora, com uma mesada pequena do MST. Por que V. Sª nunca frequentou Ministério que não tinha dinheiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas eu já frequentei, Deputado.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim, mas V. Sª não citou.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pois é. É que eles queriam dar o enfoque justamente nisso que o senhor está falando.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Ah, só isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas eu fui também, várias vezes.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Várias vezes, mas nunca acompanhado do Deputado Janene, sempre sozinho?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não. Fui ao MEC com ele, duas ou três vezes.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Está certo. V. Sª foi à Petrobras?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ele teve uma audiência com o Cristovam.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Certo. Que era o Ministro.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Na época.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – V. Sª o acompanhou na Petrobras?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Acompanhei na Petrobras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Entrou?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não. Ele nunca esteve na Petrobras sozinho. Ele sempre estava com o Pedro Correia, ou com o Deputado Pizzolato ou com outros Deputados. Não sei se o Deputado Feu Rosa foi com ele lá.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas V. Sª o acompanhou à Petrobras?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Acompanhei sempre.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Provavelmente, só quem o conhecia na Petrobras era a secretária do Diretor.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, ele me conhecia também, porque sou educado e ia cumprimentá-lo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas não ficava para a reunião?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Mas V. Sª foi escolhido para tratar de um negócio com a Petrobras que era patrocínio de um carro de corrida de uma escuderia. V. Sª tinha cacife para tratar disso? Ir sozinho lá e tratar? Ou não estou entendendo como V. Sª ia e não ia, ia e não ia.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nesse caso, Deputado, recebi apenas uma orientação. Eles me pediram porque havia necessidade de se protocolar o pedido com uma certa urgência devido ao vencimento do patrocínio. Salvo engano, foi passado um fax para lá, e eu fui lá oficialmente levar o documento original. Já tinha sido tudo comunicado, mas os Parlamentares que fizeram a comunicação com a direção da Petrobras.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Com o passar do tempo, e considerando que o ofício do nobre Presidente Pedro Correia diz que V. Sª foi ao Banco Rural buscar recursos por orientação do Partido dos Trabalhadores – é o que está escrito –, em nenhum momento V. Sª desconfiou qual seria o destino desse dinheiro que buscava nas visitas que fazia a diversas diretorias de órgãos importantes? V. Sª nunca imaginou qual seria o destino desse dinheiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O destino principalmente não. E é muito difícil desconfiar de alguma coisa, sendo que o PT é o Partido do Governo. E estava no início do Governo.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sim, mas já havia sido contemplado com diretorias importantes,

e isso não tem nada a ver com dinheiro. Estou lhe perguntando se, em algum momento, nas suas diversas idas, V. Sª imaginou que estava recebendo dinheiro ilícito para fins ilícitos. Nunca imaginou?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nunca.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Nunca imaginou. Está certo.

Há uma coisa, Sr. Presidente e Sr. Relator, que tenho levantado desde que aqui compareceu o Sr. João Batista: é a operação esquentar-esfria de mercado. Eu pedi ao Relator que quebrasse o sigilo das operações feitas pelas corretoras em nome dos fundos de pensão. E citei a Bônus-Banval como a principal corretora que operava na Bolsa de Mercadorias & Futuros e na Bovespa, de São Paulo. Há uma nota interessantíssima, acho que do jornal **O Globo** de sábado, que diz que a Polícia Federal pegou um empresário argentino que fazia operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros com a Banval e que teria recebido de Marcos Valério para esquentar R\$6,5 milhões.

V. Sª nos diz aqui que uma filha do Deputado Janene trabalha na corretora Banval. Quem tem tantas diretorias na mão – Furnas, IRB – de órgãos importantes do Governo, como V. Sª explica que a filha do Deputado Janene tenha ido parar exatamente para trabalhar na Banval e o senhor o tenha acompanhado várias vezes à Corretora Banval.

O senhor pode me responder o que a Corretora Banval tinha a ver com essas idas ou com esses recursos recebidos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, quando cheguei para trabalhar com o Partido Progressista, ela já estava trabalhando lá. Na primeira vez em que fui lá, depois que comecei a trabalhar, já a encontrei lá.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Em que ano foi isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Em 2003.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – As operações da Banval começam em 2002, segundo depoimento aqui prestado pelo Sr. Marcos Valério.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ela já estava trabalhando lá. Todas as vezes em que estive lá com o Deputado Janene, ele sempre foi lá visitar a filha dele. Eu nunca o vi fazendo negócio nem tratando de outras coisas. Muito pelo contrário, foram sempre visitas muito rápidas de 15 a 20 minutos.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Quer dizer, há apenas uma coincidência...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não estou dizendo que não há. Estou dizendo que eu não sabia.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – ... de a Bônus-Banval ser uma corretora que operava no mercado nas operações esquentada e esfria.

Última pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, as perguntas estão repetitivas. S. Exª já extrapolou o tempo e já está aí há 15 minutos, não é, Sr. Presidente?

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, creio que cada Parlamentar tem o direito de raciocinar, de cometer burrice, de ser repetitivo, de não ter condições de interrogar. Não posso receber censura.

**O SR. (Orador não identificado)** – A lei é igual para todos. O Regimento deve ser cumprido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O tempo está esgotado, mas...

**O SR. (Orador não identificado)** – Estou simplesmente falando a V. Exª sobre o cumprimento do tempo. Se cada um falar de 15 a 20 minutos, fica difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vou conceder apenas um minuto.

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, a última coisa que meu pai me ensinou é não aborrecer alguém. Diante desse aborrecimento latente, dispenso o minuto que V. Exª gentilmente me cede.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares e Sr. Depoente, Dr. Genu.

Examinando o depoimento do Sr. Genu na Polícia Federal, verificamos que, em tese, há algumas modificações em relação ao que ele disse lá. Em primeiro lugar, aqui ele disse que não sabia quantas vezes foi ao Banco Rural.

Vou ler um trecho do que está escrito aqui: “que geralmente se encontrava com Simone na sede do Banco Rural em Brasília, localizada no 9º andar do Brasília Shopping; que, ao se encontrar com Simone, entregava para ela uma pasta tipo 007, quando a mesma colocava, em seu interior, a quantia a ser entregue; que não conferia o valor recebido; que, na verdade, não sabia quanto Simone deveria entregar ao declarante; que não se lembra de quantas vezes recebeu quantias em dinheiro de Simone no interior da agência do Banco Rural em Brasília; que, certa vez, ao se dirigir à agência do Banco Rural para se encontrar com Simone, essa não se encontrava no local” – é

aquela história de que o senhor foi para o hotel – “que ao perguntar por Simone”, etc, etc. E foi ao hotel. Verifica-se que esse depoimento é bem explícito porque, inclusive, foi assinado por V. Sª depois.

Na realidade, não fica claro como essa operação era realizada. V. Sª diz que recebia um telefonema do Sr. Barbosa, que era funcionário do PP, para V. Sª ir buscar uma encomenda. Ele dizia que era dinheiro ou que era encomenda?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Encomenda.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Encomenda que V. Sª nem sabia que era dinheiro?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sabia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sabia, não é?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Sabia porque a gente entende, não é?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas ele falava para ninguém saber evidentemente, não é?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, V. Sª ia lá. E, na realidade, antes de V. Sª ir, V. Sª consultava o Deputado Janene e o Deputado Pedro Corrêa, que eram respectivamente o Líder e o Presidente do Partido. Isso é o que V. Sª fazia em todas as vezes que foi?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª disse que foi lá apenas quatro vezes. Em três vezes, recebeu o dinheiro; e, uma vez, dirigiu-se ao hotel onde recebeu outra quantia. V. Sª confirma que, em todas elas, era colocado dentro dessa mala 007 pela própria Srª Simone. Era isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Tenho também aqui a relação do Sr. Marcos Valério em que consta que, ao contrário dos R\$700 mil que V. Sª diz que recebeu, V. Sª recebeu R\$4,1 milhões. Então, a diferença é bastante grande. E eu tenho também aqui o recibo, os dois recibos, um datado do dia 20 de janeiro de 2004 e outro datado do dia 13/1/2004, do dinheiro que a Srª Simone Vasconcelos retirou do Banco em nome dela e que, pelo que ela anotou aqui, que está isso em todos esses recibos, o primeiro, que era no valor de R\$400 mil, está escrito aqui atrás: “João Cláudio: R\$200 mil; Jacinto Lamas: R\$200 mil”, que, inclusive, confirmou aqui todos esses recebimentos. Em segundo lugar, no outro recibo, tem escrito aqui: “José Luiz: R\$50 mil; e o Sr. João Cláudio”, que é V. Sª, também R\$200 mil.”



**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Que dia, Deputado?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Um no dia 20, o outro no dia 13.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– De janeiro?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De janeiro de 2004.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Fui no banco dia 13 e dia 14.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – De 2004.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pois é. Porque eu, dia 14 eu sei que eu fui. Tendo esse recibo, diz que eu fui dia 13 e dia 14.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É, dia 14 é outro recibo, que V. S<sup>a</sup> já reconheceu, eu não estou levando em conta. Estou levando aqui esse, que V. S<sup>a</sup> não reconheceu. É evidente, não é?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pois é. Eu não estive lá no dia...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Você não esteve, mas V. S<sup>a</sup> sabe que o registro do Banco, como o Deputado já falou, registra a presença de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– No dia 14?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – No dia 13 e no dia 20. Todos os dois dias registram a presença de V. S<sup>a</sup>. Então, esse recibo aqui é evidente que V. S<sup>a</sup> pode negar. Aqui se pode negar tudo. Mas este recibo aqui tem o registro da entrada de V. S<sup>a</sup> no dia, do recibo, e tem a anotação que a Simone Vasconcelos fez aqui atrás, do número que V. S<sup>a</sup> recebeu, como também fez o nome do Jacinto Lamas, que confirmou que, ao contrário de V. S<sup>a</sup>, todos os recebimentos realizados. Ele apenas não sabia o valor, como também V. S<sup>a</sup> não sabia. Bom, então, na realidade é uma coisa que, na verdade, não fecha no depoimento de V. S<sup>a</sup>.

Segundo, lendo o depoimento da Polícia Federal, como eu já disse, é difícil achar que V. S<sup>a</sup> só foi três vezes ao Banco Rural, mesmo porque há outros registros da presença de V. S<sup>a</sup> no Banco Rural. Em relação à questão do Sr. Barbosa, também esse tipo de operação é difícil que tenha sido feita pelo Sr. Barbosa para V. S<sup>a</sup> quando V. S<sup>a</sup> trabalhava diretamente no gabinete do Deputado Janene. Então, V. S<sup>a</sup> tinha muito mais contato com o Deputado Janene do que com o Sr. Barbosa. V. S<sup>a</sup> nem conhecia o nome do Sr. Barbosa, como nem conhece ainda, ou já conhece? O nome do Sr. Barbosa completo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei, não sei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não sabe. Então, quer dizer, que não era uma pessoa que V. S<sup>a</sup>

conhecia. Então, havia um caminho travesso. Quer dizer, o Deputado Janene, ao invés de pedir a V. S<sup>a</sup>, pela história que V. S<sup>a</sup> conta, pedia ao Sr. Barbosa, que, por sua vez, ligava para o senhor, e o senhor ia confirmar com o Sr. Janene e ia confirmar com o Deputado Pedro Corrêa. Então, na verdade, com esse depoimento, V. S<sup>a</sup> não tira a responsabilidade do Sr. Janene, evidentemente, não tira a responsabilidade do Sr. Pedro Corrêa, porque ia buscar o dinheiro em nome deles, evidentemente. Então, a responsabilidade deles fica registrada. E tem esse personagem, o Sr. Barbosa, que na realidade fazia um papel que aparentemente não se sabe qual.

Outra pergunta que eu gostaria de lhe fazer é a seguinte: era comum que V. S<sup>a</sup> fosse buscar dinheiro em outras fontes, ou V. S<sup>a</sup> só foi buscar dinheiro no Banco Rural, nesse esquema de Marcos Valério? V. Ex<sup>a</sup> prestava esse serviço em outros lugares? V. S<sup>a</sup> ia buscar dinheiro quando o Deputado Janene mandava, o Deputado Pedro Corrêa, na eleição, antes da eleição?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu nunca fiz isso nem só para ele, nem para ninguém, foi a primeira vez.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Foi a primeira vez, não é? E por que é que V. S<sup>a</sup> acha que foi escolhido por ele? Porque você não era uma pessoa antiga no PP. Era novato. V. S<sup>a</sup> tinha chegado lá em 2003? Então, V. S<sup>a</sup> tinha poucos meses de trabalho no PP. Por que é que V. S<sup>a</sup> foi escolhido para buscar esse dinheiro? Porque na realidade essa era uma operação que era... V. S<sup>a</sup> sabia que era dinheiro irregular, porque ninguém manda buscar dinheiro em dinheiro que não seja... que não tenha algum tipo de irregularidade. Não era de período eleitoral, não era dinheiro para campanha eleitoral, era um dinheiro irregular que V. S<sup>a</sup> devia saber que era irregular.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não sabia que era dinheiro irregular. Eu não sabia a fonte, eu não sabia de onde vinha.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, V. S<sup>a</sup> ia buscar... sabia que era do Banco Rural.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui cumprir uma ordem, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sim, mas V. S<sup>a</sup> tem que julgar as ordens. V. S<sup>a</sup> é um profissional de nível superior, V. Ex<sup>a</sup> é um consultor, não é um soldado. Quem cumpre ordem é soldado. Porque na realidade normalmente tem nível educacional baixo. V. S<sup>a</sup> é uma pessoa preparada, de nível alto. Ninguém vai lhe mandar fazer alguma coisa irregular que V. S<sup>a</sup> não saiba. V. S<sup>a</sup> cometeu uma irregularidade de ir buscar dinheiro sabendo que estava cometendo uma irregularidade.

E depois pegava o dinheiro e entregava ao PP, era a segunda irregularidade de ir buscar dinheiro sabendo que estava cometendo uma irregularidade. Então, na verdade, V. Sª sabia que estava cometendo uma irregularidade, agora estava querendo de certa maneira cumprir a ordem de seus chefes. Não é verdade isso ou estou mentindo?

Em resumo, acho que mais uma vez vamos ter que abrir o sigilo bancário de V. Sª, vamos ver como V. Sª formou o seu patrimônio, não é o ponto principal dessa questão, porque o que estamos querendo aqui não é investigar assessor nem pessoas que cumpriram determinado papel de intermediar essa situação, mas saber daqueles que efetivamente comandaram esse processo. E V. Sª colocou a responsabilidade em cima de apenas dois Deputados. Aqui na Polícia Federal, V. Sª citou também o Deputado Pedro Henry. Qual foi a participação do Deputado Pedro Henry nesse processo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Pedro Henry era o Líder da Bancada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E V. Sª também consultava ele?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª citou aqui.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Ele me perguntou qual a participação do Deputado Pedro Henry e eu disse que ele era o Líder da Bancada. As decisões são feitas pelo comando do Partido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então indiretamente ele participava também do processo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não estou dizendo isso. Estou dizendo que ele era o Líder da Bancada na Câmara.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E daí? O fato de ele ser Líder não quer dizer... Ele participava ou não participava?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não posso fazer essa subjeção.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Sª não sabe se ele participava ou não?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Imagina que sim, por ele ser o Líder?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Também não posso imaginar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Se está dizendo que ele era o Líder... Estou terminando.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– ...participava das decisões, alguém tem que resolver as coisas.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Alguém tinha que resolver, é evidente. Na realidade, ao contrário do que vimos no PT, onde se criou ali uma espécie de máfia sem chefe, quer dizer, não tinha ninguém que mandava, todo mundo dizia que não, pelo menos nesse caso específico do dinheiro do PP ficou identificado que eram os líderes que efetivamente mandavam receber e recebiam de volta. Acho que essa é uma diferença grande que aconteceu em relação ao PT. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra, o Deputado Darcísio Perondi. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Marcus Vicente. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Agnaldo Muniz.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, estamos aqui neste momento para investigar. Queremos trazer às claras para a sociedade brasileira o que está acontecendo no nosso País. E é por isso que estou aqui nesta Comissão, porque a intenção é investigar. Os culpados têm que ser punidos. Desde o início fui favorável à instalação da CPI, para que resolvêssemos, de uma vez por todas, esclarecendo à sociedade brasileira, se houve desvio, se houve mensalão. E a sociedade tem e merece respeito com relação à informação do que aconteceu de fato. É por isso, Sr. Presidente, que vejo aqui os nobres Pares lutando para que isso venha às claras para a sociedade brasileira.

Quero perguntar ao Sr. Genu, ao nobre depoente. V. Sª teve algum contato com o Deputado José Dirceu, viu alguém do Partido PP tendo contato com o José Dirceu para pegar dinheiro para comprar deputado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, nunca.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – V. Sª viu o Deputado Janene, Pedro Corrêa, Pedro Henry pegando dinheiro para comprar deputado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não.

**O SR. AGNALDO MUNIZ** (PP – RO) – Quero fazer mais uma pergunta. O Deputado José Janene levava V. Sª em viagens? Ele tinha algum motivo especial para levar V. Sª nessas viagens juntamente com ele?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu já relatei isso aqui até no meu depoimento. Ele é portador de uma doença cardíaca grave e, até por

uma questão de gentileza, quando fui trabalhar, ele me perguntou da minha disponibilidade de viajar com ele. Eu me dispus a fazê-lo e cumpri aquilo que foi combinado comigo.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sem mais perguntas.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Esse era o motivo de eu estar sempre ao lado dele em todas as viagens.

**O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO)** – Sem mais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)**  
– Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Sr. Presidente, quero saber do depoente quem é o advogado dele.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– O Dr. Marco Antônio Meneghetti e o Dr. Maurício.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Quem está arcando com os honorários de seus advogados?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O Partido não o está ajudando em nada?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor tomou conhecimento da informação de que o Partido estaria utilizando parte do recurso para defender o Deputado Ronivon Santiago?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Soube disso agora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E qual foi o valor de que o senhor tomou conhecimento destinado a pagamento dos honorários do Deputado Ronivon Santiago?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– A história que eu sei, Deputado Arnaldo, é exatamente a história que os jornais reproduziram: os R\$700 mil.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Mas, naquela época, o Deputado Pedro Corrêa ou o Deputado Pedro Henry ou outra pessoa disse para o senhor que esse dinheiro seria utilizado com essa finalidade?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu não conhecia essa história na época. O que eu conhecia dessa história, na época, é que havia sério risco de o Deputado Ronivon Santiago perder o mandato e que esse advogado de Brasília era o advogado dele, mas eu não sabia do trâmite de pagamento; nunca me meti nisso com eles.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – A sua relação no Partido era apenas com o Líder ou com outras pessoas do Partido?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com outros dirigentes do Partido.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O senhor poderia declinar quais são?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Principalmente o Deputado Pedro Corrêa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Nas vezes em que foi ao Banco Rural, o senhor foi a mando de quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Do Deputado José Janene e do Deputado Pedro Corrêa, comunicado pelo Sr. Barbosa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Quem era esse Barbosa?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Ele era contador do Partido. Não me pergunte o motivo, porque eu não sabia qual era o relacionamento entre eles. Eu não conhecia ninguém. Na época, eu nem sabia onde era a sede, porque eu nunca tinha ido lá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E quando o senhor soube que o Barbosa faleceu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Agora, pelos jornais.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Naquela época, ele era vivo; ele só faleceu agora?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Acredito que sim, senão falei com um fantasma. Desculpe a piada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Não, fique à vontade.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– (Inaudível) é meu amigo há vinte anos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Pode ficar à vontade. Doutor, não se preocupe, porque tenho razão de dar liberdade ao depoente. O fato de ele ter dito “fantasma” não me ofenderá. Fique tranquilo.

Na verdade, Genu, a razão da minha consideração não é apenas em relação ao Barbosa, porque há vários defuntos em toda essa história.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Para infelicidade minha, apareceu mais um para mim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O do Banco Rural faleceu; Ralf Barquete, do Palocci, faleceu – há outros que faleceram –; o filho do Severino Cavalcanti faleceu; o Barbosa faleceu.

Parece-me, não sei – o senhor pode confirmar isso para nós –, que o advogado do PP que contratou o advogado do Ronivon também faleceu.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não era advogado, era consultor jurídico: Dr. Valmor. Esse eu conheci. Ele morreu também e era do Paraná.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Morreu também?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Morreu.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Estou achando que vamos ter de chamar Chico Xavier aqui.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Ele já morreu também.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

Falo do espírito dele e não dele, que vai ter de presidir aqui. São cinco falecidos nessa história toda. Acredito até que alguém – logicamente eu tenho essa liberdade com o senhor – está usando um morto para se desculpar. Não parece isso, não?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

No meu caso, não, Arnaldo, digo, Deputado Arnaldo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– À vontade.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– De coração.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Foi o Barbosa mesmo quem lhe pediu?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Quando cheguei ali, eu não conhecia ninguém. Juro que eu nem sabia que... Tanto é que, na primeira vez em que fui ao Partido – Janene me pediu para ir lá –, eu me dirigi ao PFL, no 27.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Eu conheci o Genu antes de ele trabalhar no PP, ou seja, com o Deputado Medina. Realmente, o Deputado Medina era do PFL. Talvez é por isso que quando V. Sª foi ao Anexo II...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Anexo I aqui.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Anexo I?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É do Senado. Todos funcionam aqui.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Qual é o andar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Um é 17. O outro é 27.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Quem que é 17 e quem que é 27?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O PP é 17 e o PFL é 27.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– E quando retornava do Banco Rural, alguma vez chegou

a passar pela Liderança do PP, com os recursos, ou foi direto para o Partido?

**O SR. JOAO PAULO GENU DE CARVALHO**

– Fui direto lá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Direto para lá. O Presidente Severino sabia de algumas dessas suas incursões ou não tinha conhecimento?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não faço idéia se ele sabia, até porque o meu contato com ele sempre foi muito pouco.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– A sua relação no Partido era mais com o Deputado Líder José Janene ou com os demais dirigentes do Partido?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu fui convidado para ir trabalhar com eles pelo Partido. Eu não fui convidado pelo Janene. O Janene me fez o convite formal, vamos dizer assim. Mas eu fui convidado pelo Partido. E não fui lotado na Liderança porque não tinha vaga.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– A sua contratação é para o Partido. Posteriormente, o Partido desloca para servir ao Janene. É isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É mais ou menos isso. Foi feita uma combinação. Eu quase não ia ao gabinete dele. Eu só ficava aqui por baixo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Sim, mas a sua contratação foi pelo Partido, e a sua autorização para trabalhar à disposição do Líder Janene. É isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Partido me convidou para trabalhar com eles.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Com eles, quem? Com eles, quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Pedro e Janene. Não tinha vaga no Partido para me lotar. E aí o Janene abriu uma vaga no gabinete dele e me lotou lá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– E, depois de toda essa confusão, depois destas CPIs, CPI da Compra de Votos, CPI dos Correios, CPI dos Bingos, como tem sido a sua vida?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu estou quieto. Eu estou trabalhando. Eu estou escutando algumas coisas para ele e, quando acabar tudo isso, eu vou voltar a trabalhar, Deputado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Trabalhar onde?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Trabalhar no meu emprego. Eu tenho dignidade para vir aqui trabalhar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –**  
Mas no emprego de Assessoria? Depois de toda essa confusão, V. Sª ainda continua com essa função?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu tenho. Eu estou lotado na Liderança do PP.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.**  
Sª é funcionário efetivo ou funcionário contratado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu sou requisitado do Ministério da Agricultura.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah,**  
então, V. Sª é funcionário do Ministério da Agricultura. Aí, V. Sª é funcionário concursado?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Então, se perder essa lotação aqui, volta para...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E**  
qual é a sua função original?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Sou agente administrativo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– De onde?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Do Ministério da Agricultura.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Desde quando?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Desde 1984, 1985. Eu não sei. Eu acho que 85.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A**  
sua disponibilização do Ministério para a Câmara começou com o Deputado Ruben Medina?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, começou bem antes. Começou com o Deputado Mendes Ribeiro, Paulo Mandarin, Ruben Medina.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –**  
Houve algum interregno? V. Sª chegou a retornar para o Ministério ou ficou sempre à disposição...?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, fui exercer outro cargo. Sempre assim.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Que cargo? Que cargo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– De assessor em Ministério. De Ministro, tal.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.**  
Sª pode dizer qual cargo efetivamente?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Ministério da Agricultura, onde é meu órgão de origem hoje. Tive uma passagem pela Seac, em 87.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Com quem? Lembra com quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com o Nelson Proença, quando era Secretário.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E**  
posteriormente?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Aí fui... Depois vim para cá. Vim com o Mendes Ribeiro para cá. Fui na representação do Rio Grande do Sul. Fiquei cedido um período para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por**  
que essa ligação com o Rio Grande do Sul?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Tinha um amigo que era gaúcho e era ligado ao Governo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E**  
aí retornou para o Ministério?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Com que Ministro, efetivamente, serviu lá no Ministério?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Sinval Sebastião Duarte Guazzelli, mais um morto. Tadinho do Dr. Sinval!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E**  
lembra qual foi esse período ou não?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Olha, foi logo depois do Collor, que ele foi Ministro tampão. Lembra? Quando o Collor entrou, ele foi Ministro tampão. Acho que 92, por aí. Eu não sei ao certo. Tenho que olhar a minha documentação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E**  
aí retornou...?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Aí vim para cá com o Paulo Mandarin.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– E depois...?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Medina, Betão e Janene.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Qual o período em que V. Sª ficou com o Betão? V. Sª se lembra?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– De fevereiro, no início da legislatura, até fim de maio. Até fim de junho.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E**  
quem o levou a trabalhar com o PP, com o Janene? V. Sª se lembra ou não?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Quando acabou, que o Janene tinha perdido a eleição, eles vieram me convidar para ir ajudá-los.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**  
– Perdido a eleição? Que eleição?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Medina perdeu a eleição.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Ah, sim, mas aí...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas eu só fui depois, não fui no mesmo instante.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Primeiro foi com o Betão?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – E quem que levou o senhor para o Janene, o senhor se lembra?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– O Pedro e o Janene.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – O Pedro Corrêa mesmo?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– E o Janene.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)**

– Mas, efetivamente, qual dos dois?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Até no dia em que eles me chamaram, os dois me chamaram e me perguntaram, e eu fiquei de responder.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)** – Sr. Presidente, agradeço e, para não deixar de cumprir o Regimento, o tempo está concluído.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)**  
– Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.  
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO)** – Sr. Presidente, estou satisfeito com as inquirições e abro mão do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)**  
– Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Zico Bronzeado. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado João Batista Motta.  
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Sr. Presidente, todo mundo está com fome, mas na verdade a investigação é muito séria.

Às vezes, ficamos com um tom de brincadeira, mas o Brasil está acompanhando esse processo, está com muito interesse nesse processo, que, é claro, estamos levando a sério. Às vezes, descontraímos nessas brincadeiras, mas seria bom realmente damos um tom mais solene e de maior aprofundamento a essas investigações.

O Sr. João Cláudio de Carvalho Genu tem tido muito cuidado no depoimento para não ir além daquilo que, naturalmente, os seus advogados orientaram, e em determinados momentos com certa insegurança. Ele faz um depoimento aqui dentro da lógica, do *script* definido e montado, enfim, por outros depoimentos feitos aqui.

Eu só queria fazer uma indagação, que não sei se já foi feita. A Imprensa divulgou que o senhor tem um patrimônio bastante razoável, incompatível com o salário que recebe e com as funções que exerce e exerceu ao longo da história. Há a informação de que o senhor teria dito que, além de assessor parlamentar, prestava outros tipos de serviços, consultorias etc.

Eu gostaria que o senhor falasse sobre isto para produzir um esclarecimento a respeito: se o patrimônio é incompatível, a renda é complementada por outras fontes? Quais são essas fontes, para quem o senhor presta essa assessoria? Acho que seria conveniente esse esclarecimento.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, tomei a liberdade, assim que mandei meu depoimento por escrito, de abrir mão do meu sigilo bancário e fiscal. E tudo isso V. Exª pode esclarecer lá. Tenho certeza de lhe dizer uma coisa: o que tenho foi pelo meu trabalho. Nesse período de dois anos, não adquiri nada, a não ser um apartamento e os dois carros que já citaram aqui. Foi apenas transferência para venda, os dois carros estão vendidos. A minha casa foi comprada no ano de 1989, muito distante de agora.

Fora isso, tenho meus carros de uso, minha mulher trabalha, não tenho mais nada. Não sei o que constitui um patrimônio rico. Quando pegar a minha declaração, V. Exª vai ver de onde vêm os meus recursos e o que tenho disponível.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Então, o senhor considera que o seu patrimônio é compatível com a renda familiar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com certeza.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – O senhor conhece ou tem alguma relação com a Trade Link Bank? Não conhece, nunca teve nenhuma transação com essa instituição?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Com certeza, não.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)** – Sr. Presidente, considero que algumas indagações que eu podia formular aqui, que eu até já tinha anotado, já foram formuladas por outros Parlamentares, especialmente pelo Relator.

Considero satisfatórias as respostas e as indagações que eu tinha a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Muito bem.

Por fim, com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Genu, ficou uma dúvida no seu depoimento, as idas ao Banco Rural. Segundo o Deputado João Corrêa, nos registros que há lá embaixo, o senhor foi várias vezes. Segundo o seu depoimento agora, o senhor foi três, quatro vezes. Por que o senhor acha que há lá inscrições dizendo que o senhor foi mais vezes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não sei se há inscrições, Deputado, estou afirmando as vezes em que eu fui. Foram aquelas datas que eu fui e os valores que eu recebi. E tive a preocupação – eu falei no início, e V. Exª não estava aqui –, eu trouxe uma carta do Partido. A carta, é importante dizer, não foram eles que me deram, fui eu que pedi, justamente para eu não ser responsabilizado por essa diferença.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É que existe, eu acho, um registro na portaria do prédio, das pessoas que lá vão. Inclusive a pessoa tem de dar a carteira de identidade.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– E as minhas estão registradas lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas dizem que há mais registradas, esse é o problema. Mais do que as quatro vezes que o senhor assume. Por que o senhor acha que há esse registro a mais?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu não tenho lembrança de ter ido. Eu estou confirmando as vezes em que eu estive no banco e fiz os saques.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, resumindo, há quatro vezes que o senhor se lembra. Se existirem outras, o senhor não se lembra?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu não tenho conhecimento.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – A Deputada Zulaiê diz que aqui no seu depoimento o senhor disse que foi várias vezes.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas é o meu depoimento que está, porque a senhora leu uma nota...

**A SRª ZULAIÊ COBRA** (PSDB – SP) – (Inaudível) o seu depoimento.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– A senhora leu uma nota que foi transcrita dum...

**O SR. (Orador não identificado)** – Não, não, este é o seu depoimento.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– É o meu?

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É. Diz assim: “que não se lembra quantas vezes recebeu quantias em dinheiro no interior do Banco Rural.”

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Veja bem, Deputado, mais de duas já são algumas. E eu queria dizer para V. Exª o seguinte: quando eu fui à Polícia Federal, eu fui à Polícia Federal às 15 horas e recebi a convocação às 11 horas e 30 minutos da manhã.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas, na verdade, o senhor assume que recebeu só duas vezes lá dentro. Uma vez o senhor foi lá, mas recebeu fora.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas eu estive quatro vezes lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sim, mas o senhor assume que recebeu dinheiro duas vezes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Duas vezes lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Duas vezes. Duas vezes não dá para eu dizer...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, mas eu disse que fui quatro vezes lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – “...que não sabia quantas vezes tinha ido lá para receber dinheiro.”

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Mas eu não disse que eu fui inúmeras vezes.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas dá a entender...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– E quantas vezes...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas eu acho que não adianta também ficar dizendo uma coisa, dizendo outra. Eu acho que, se houver o registro da sua entrada no prédio várias vezes, cairá por terra a sua versão. Aí a sua versão cairá por terra. Se estiver no registro que o senhor foi mais de quatro vezes, será complicado, porque aí o senhor vai estar contando algo inverídico para a CPI. Aí ficará complicado o negócio.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não é essa a intenção.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então esse é o ponto. E é vital saber quantas vezes foi, porque toda a versão vai depender de quantas vezes o senhor foi lá. Se o senhor foi várias vezes lá, é sinal

de que há outras vezes de que o senhor ou não se lembra ou não quer se lembrar. Se o senhor foi três vezes, vai corroborar a idéia de que foram R\$700 mil que o senhor foi pegar: R\$300 mil, R\$300 mil e R\$100 mil. Foi isso?

Bônus-Banval. O que o senhor tem a dizer, além de que a filha do Dr. Janene trabalhava lá? O senhor foi algumas vezes lá. Como é que foi isso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu nunca estive lá sozinho, todas as vezes foram com o Deputado. O Deputado tinha relação com os proprietários lá, o Sr. Nivaldo e o Sr. Breno, como ele já declarou. Fora isso, eu não fiz mais nenhuma outra operação, ou tive nenhum outro relacionamento com eles.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – E o senhor começou a ir à Bônus-Banval a partir de que data, mais ou menos?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Depois que comecei a ajudá-los lá. Sei lá.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Lembra sim. Tenta fazer uma retrospectiva para tentar se lembrar.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Comecei a trabalhar no dia 1º de agosto com eles.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Primeiro de agosto de que ano?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– De 2003.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – De 2003.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Logo em seguida, põe aí setembro, outubro, sei lá.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Já em setembro, por aí, já foi a Bônus-Banval?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Acredito que sim.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – V. Sª ia só para acompanhar?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Só, eu nunca fui sozinho lá.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Não fazia nenhum contato particular?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Nunca fui sozinho lá. Nunca!

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Qual foi a última vez em que V. Sª foi lá?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– A última vez, ele tinha ido lá, foi a vez quando saiu a matéria na revista **Época**. Eu estava lá na corretora.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Foi agora, então, há pouco.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Faz o quê? Não me lembro quando saiu. Foi em agosto?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Foi lá pelo dia 19, 18, 17. Lá pelo dia 16, mais ou menos.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Dezesseis de agosto?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Não, de junho.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – De junho, agora passado.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Isso.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, desde setembro, por aí, agosto, setembro, até junho do ano passado, normalmente...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Junho deste ano.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Junho deste ano. Normalmente, é o quê? Uma vez por mês que acontecia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Olha, vamos botar uma vez de quinze em quinze dias. Quando a filha dele estava trabalhando lá, toda vez ele ia para ver a filha.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Então, uma vez, de quinze em quinze dias, V. Sª o acompanhava, porque não sabia. Na conversa assim, dizia alguma coisa, por que ia?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu nunca participava de conversa, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – Nunca, só ia como acompanhante.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Eu chegava lá, normalmente eu ia fazer alguma ligação, às vezes tinha alguma coisa para fazer aqui em Brasília e, enquanto ele conversava as coisas que ele queria, eu ia cuidar dos meus afazeres.

**O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE)** – E nada do que ele tratava lá dentro ele tratava com V. Sª depois?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**

– Deputado, eu estive, eu não tinha nenhuma liberdade e nem intimidade com ele, até porque o senhor deve conhecê-lo e sabe como ele é. Eu estive na terra dele, não conheço ninguém da cidade dele...



**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – V. Sª era reservado, então, nesse ponto.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Reservado, à parte (*Inaudível*.)

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – V. Sª ia mais para acompanhá-lo mesmo.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Para acompanhá-lo, o motivo eu já expliquei...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Eu já soube que teve problema de...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não é mentira, é de conhecimento do público, é grave.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – ...problema de saúde, ele teria receio de...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Ele periodicamente tem que ter revisão, de quinze em quinze dias.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, de setembro de 2003 até junho de 2005, média de quinze em quinze dias, vocês davam um pulo lá.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não digo isso, não. Às vezes, ficávamos muito tempo sem ir lá, não havia uma regularidade. Ele não tinha nada para fazer lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Se fosse colocar uma média, seria mais ou menos...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, mas ele não tinha o que fazer lá. No início, ele ia muito ver a filha, apenas. Depois que a filha saiu de lá, que foi, acho que no meio do ano passado, fomos lá muito poucas vezes.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Foram algumas vezes lá. Sim, mas até seria normal.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– É difícil eu dizer.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Se ele trabalhasse com a firma, seria normal até ir. Não tem problema. E V. Sª sempre se deslocava daqui junto com ele, ou se encontrava lá muitas vezes?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Na segunda-feira, eu saía daqui e encontrava com ele lá.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Encontrava lá com ele.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Lá em São Paulo.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Na segunda-feira. Em outros dias da semana...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Saíamos juntos daqui de Brasília.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Aí saía junto daqui para lá. E carregava algum dinheiro, alguma coisa que também precisasse?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Porque também seria interessante, se carregasse, e poderia carregar legalmente, sem problema nenhum. Moeda brasileira pode carregar sem problema nenhum.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Mas, que eu tenha conhecimento, não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Quer dizer, e V. Sª poderia ser um apoio nesse sentido também para ele. Essas visitas de V. Sª à Petrobras e a esses órgãos, que órgãos do Governo, normalmente, se fazia visita?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Fora de Brasília, a esses citados.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – É o quê? Petrobras e mais quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– (*Inaudível*), Petrobras...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Petrobras era quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Em 2003, era o Sr. Mancio, que eles iam lá falar com ele. Eu ia junto, mas não entrava, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não entrava também. V. Sª era apenas acompanhante ali. Porque há os nomes aqui: Paulo Roberto da Costa, é esse diretor da Petrobras?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu estive com o Dr. Paulo Roberto uma vez na minha vida.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E quem era antes dele, que V. Sª citou agora?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Era o Sr. Mancio, que nem o conheci pessoalmente.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Sr. Mancio. Mas, geralmente era nessa diretoria da Petrobras?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Parece que sim. O Dr. Paulo Roberto é o substituto do outro.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Um cargo que é normal, distribuição de cargos.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, ele era o substituto.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O Paulo Roberto é o substituto?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Isso.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Tenho uma curiosidade aqui, que ficou meio no ar: o Sr. Dimas Toledo, quem é esse senhor?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Eu não o conheço. Conheço-o fisicamente, mas nunca nem o cumprimentei. Todas as vezes que fui a Furnas com o Deputado, e, no ano de 2003, estava sendo discutido o novo modelo do sistema elétrico e as estatais elétricas, como Telebrás...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mas quem era o Dimas? Eu sei que V. Sª...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Era um dos diretores...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Porque V. Sª diz aqui que marcava audiência sempre com o Dimas.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Pois é, o Deputado, quando queria ir lá, eram audiências institucionais. Ele me pedia: João, preciso ir no Dimas. Eu chegava, ligava para a secretária ou mandava as meninas lá do Janene ligarem, marcava-se a audiência e, se tinha hora, ele ia.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Ia lá com o Dimas? E o Dimas era amigo de quem? Era amigo do Partido?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, acho que era amigo do Partido, do Janene, do Pedro, não sei lhe dizer. Eu não os conhecia nessa época.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Era amigo deles, no caso?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Acredito que sim.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – O Dimas. Ele está até hoje lá? V. Sª sabe?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Ele saiu. Na imprensa deu que mudou a Diretoria.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Mudou a Diretoria. Então o Dimas era... No IRB, era com quem?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Era o Dr. Luiz Lucena.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Luiz Lucena. A Deputada disse que V. Sª já contou tudo isso, e inclusive o Luis Carlos do Ministério da Saúde.

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Esse não conheci.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – E tinha mais alguém?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Conheci assim, **en passant**.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Tinha mais alguém?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Não tinha mais ninguém nesse sentido? Nesse sentido, não tinha mais ninguém que ia fazer essas conversas?

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– ...de cargo...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Bem, eu só fico, eu vou ficar na expectativa desses dados da portaria para corroborar se V. Sª está dizendo a verdade ou não. Se suas informações não baterem com os dados da portaria, vai ser mais complicado. De qualquer jeito, são importantes as informações de que de 15 em 15 dias vocês iam até a Bônus-Banval...

**O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU**  
– Não, eu não disse de 15 em 15 dias, Deputado. Quando a filha dele trabalhava lá, eu ia lá toda semana, com o Deputado, para ele visitar a filha. Depois que ela...

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE) – Então, deixe-me dizer uma coisa. Quando V. Sª me respondeu, eu perguntei se é mensal, estão aí as fitas, vai ter a degravação, tudo, V. Sª me disse: olha, é de 15 em 15 dias, vamos dizer de 15 em 15 dias. Compreendeu? E isso vai ser fácil, porque vão constar os seus vôos saindo para lá, esse é um levantamento fácil de fazer. Depois, V. Sª pensou um pouco mais, agora já começou a ir um pouco para trás. Mas não faz diferença. De 15 em 15 dias ou todo mês, não faz diferença nenhuma nesse sentido. Agora, houve uma rotina de idas à Bônus-Banval, e acho que isso é o importante do depoimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Algum esclarecimento? (Pausa)

Encerrada a relação de inscritos, agradeço a todos, ao depoente, e convocar para amanhã, às dez horas, como já foi anunciado, a próxima reunião da Comissão.

Declaro encerrada esta audiência.

*(Levanta-se a reunião às 13h59min.)*



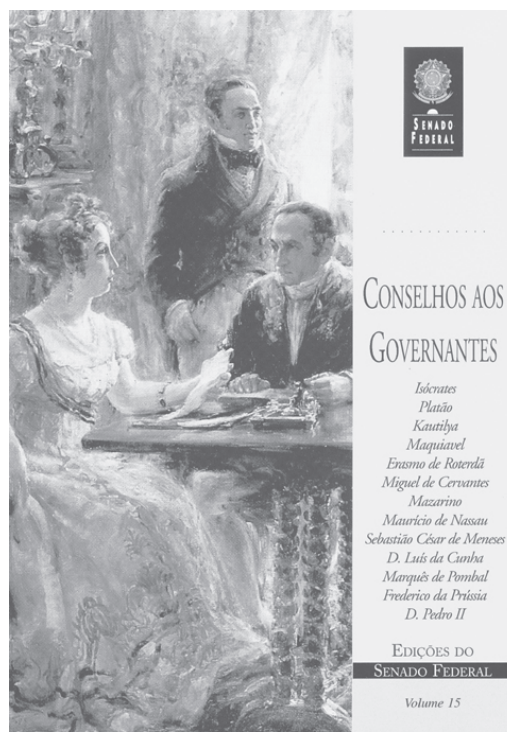
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 1144 PÁGINAS**

**(OS:13069/2007)**